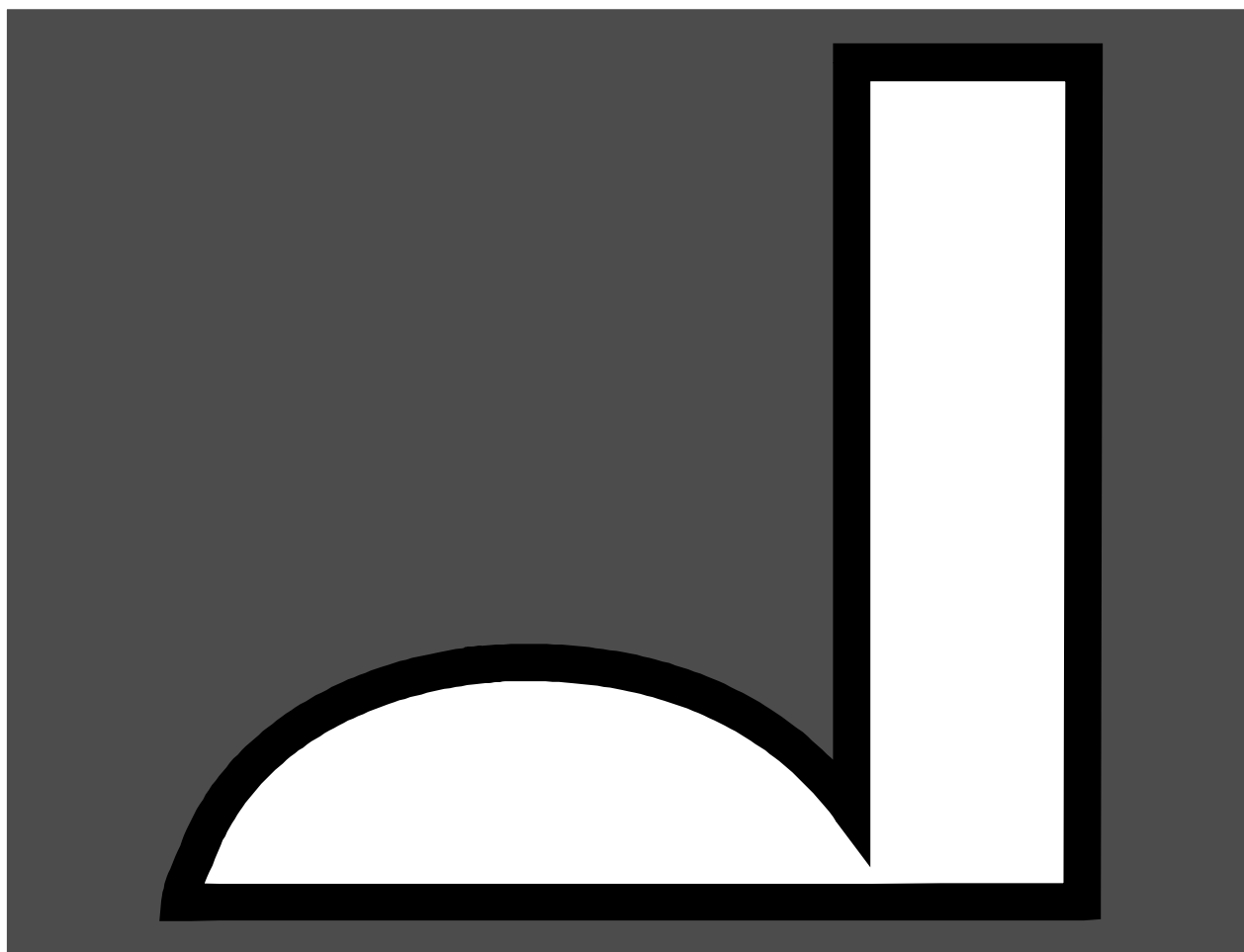




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)

VOLUME II/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488	1.2 – Contratos	
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 12ª Reunião, realizada em 12/07/2005.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores Demóstenes Torres, César Borges, Aelton Freitas, Romeu Tuma, Jefferson Peres, Álvaro Dias, Maguito Vilela, Heloisa Helena, Fernando Bezerra, Sérgio Guerra, Sibá Machado, Roberto Saturnino, Valdir Raupp e Heráclito Fortes, e dos Deputados Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Juíza Denise Frossard, Carlos Abicalil, Maurício Rands, Geraldo Thadeu, Jamil Murad, Arnaldo Faria de Sá, Jorge Bittar, Nelson Meurer, Gustavo Fruet, Nélío Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Álvaro Dias, Alberto Goldmann, Pompeu de Mattos e Alberto Fraga, e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão, Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Hélio Fagundes, Pedro Simon, Wirlande da Luz, Dimas Ramalho, Eliseu Rezende e Zulaiê Cobra, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima segunda reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a a votação (aprovada). A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva dos senhores Antonio Osório Batista, Eduardo Medeiros de Moraes e Maurício Coelho Madureira. A Presidência convida o senhor Antonio Osório Batista para prestar seus esclarecimentos. Em seguida, O Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Osmar Serraglio, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Onyx Lorenzoni, Antonio Carlos Magalhães Neto, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Juíza Denise Frossard, Eduardo Paes, César Borges, Carlos Sampaio, Carlos Abicalil, Romeu Tuma, Maurício Rands, Geraldo Thadeu, Sibá Machado, Weling-

ton Fagundes, Jamil Murad, Nélío Dias, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Meurer, Jorge Bittar, Heloísa Helena, José Eduardo Cardozo, Henrique Fontana e Eduardo Suplicy. Dando continuidade, a Presidência convida o senhor Eduardo Medeiros de Moraes para prestar esclarecimentos. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para inquirir o depoente. Fazem uso também da palavra os seguintes parlamentares: Arnaldo Faria de Sá, Carlos Abicalil, Heloísa Helena, Antonio Carlos Magalhães Neto, Henrique Fontana, Onyx Lorenzoni, Juíza Denise Frossard, Maurício Rands, Demóstenes Torres, José Eduardo Cardozo, César Borges, Carlos Sampaio, Sibá Machado, Eduardo Paes, Asdrúbal Bentes, Geraldo Thadeu. Como reinscrição, a Presidência concede a palavra aos seguintes parlamentares: Jorge Bittar, Arnaldo Faria de Sá, Antonio Carlos Magalhães Neto e Pompeu de Mattos. Pela ordem, fazem uso da palavra o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a Senadora Heloísa Helena, a Deputada Juíza Denise Frossard, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, o Deputado José Eduardo Cardoso, o Deputado Maurício Rands, e o Deputado Eduardo Paes. O Relator esclarece que encaminhará o documento, que contradiz o depoente, ao Ministério Público. A Presidência decide que a oitiva do senhor Maurício Coelho Madureira será adiada e reagendada na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3/2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da 11ª Reunião encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião se destina às oitivas dos Srs. Antonio Osório Batista, Eduardo Medeiros de Moraes e Maurício Coelho Madureira.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Antonio Osório Batista para os seus esclarecimentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Destaco que o Diretor Osório, uma vez que já fez as suas declarações e foi questionado pelo Relator, começará respondendo a perguntas dos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, dois Parlamentares já falaram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E dois Parlamentares já falaram.

Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – São dois questionamentos, Sr. Presidente.

O primeiro deles é o seguinte: quando fizemos a oitiva do Sr. Antonio Osório Batista, foi aberta uma lista de inscrições que foi suspensa no momento em que se suspendeu o questionamento dele. Na minha leitura, creio que seria oportuno manter essa lista até porque ela foi fruto de Parlamentares que chegaram aqui com mais de uma hora de antecedência para se inscrever. Por isso, consulto V. Ex^a.

Há uma lista de inscrição original na qual, pelo que me lembro, estou na sexta ou sétima colocação. Nesta lista, estou na primeira. Portanto, não estou advogando em causa própria. É apenas por uma questão de ajuste de padrão de conduta por parte desta CPI. Creio que deveremos nos pautar por aquela inscrição original visto que foram suspensos os questionamentos ao Sr. Antonio Osório Batista. Essa é a primeira questão que lhe faço.

A segunda é a seguinte: houve uma sessão tumultuada na última quinta-feira e lembro-me de que conseguimos sair do impasse com a apresentação de quatro *faxes* trazidos ao conhecimento da Mesa e desta CPI pelo nobre Senador Sibá Machado. Então verificamos – e fiz uma questão de ordem a V. Ex^a – que *fax* não autoriza quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Já que havia autorização, propus, naquela quinta-feira, que votássemos e completássemos, do ponto de vista legal, a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Deputado José Dirceu, do Sr. José Genoíno, do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Sílvio Pereira.

Faço esta consulta a V. Ex^a porque, pelas informações que recolhi, até ontem os documentos autorizando a quebra do sigilo fiscal e bancário não ha-

viam chegado. Portanto, solicito a V. Ex^a que, se essa medida não se deu, procedamos ao que determina a legislação e, num processo muito rápido, façamos a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico, uma vez que já é de conhecimento público a autorização das pessoas. Cumpriremos apenas aquilo que a legislação determina.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, quanto à primeira questão, nós efetivamente encerramos a reunião, tendo ficado suspenso apenas o depoimento do Diretor Osório. Portanto, vale a lista que abrimos hoje.

Quanto ao segundo questionamento, já estamos recebendo hoje os originais, abrindo o sigilo fiscal, telefônico e bancário. Tenha a certeza de que todas essas providências foram tomadas com bastante rigor pela Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Concederei a palavra apenas para o Deputado Arnaldo Faria de Sá e para a Senadora Heloisa Helena. Depois, iniciaremos a oitiva do Sr. Osório.

Peço objetividade porque temos três Diretores para ouvir hoje e vamos ser muito rigorosos no tempo.

Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em seguida, a Senadora Heloísa Helena, e, então, comecemos a oitiva.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode-me inscrever, Sr. Presidente. Queria fazer uma questão de ordem, tendo em vista um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok, Senador César Borges.

Estão fechadas as inscrições. Depois partiremos para a oitiva do Diretor Osório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é que moralmente o sigilo está quebrado, mas juridicamente não o está. Precisamos tomar uma providência por parte da Comissão, porque, com alguma tristeza, vi as declarações do Deputado José Eduardo Cardozo, em São Paulo, no final de semana, dizendo que não houve a quebra do sigilo bancário de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Eles colocaram o sigilo à disposição da Comissão. Então, na verdade, a Comissão tem que tomar uma providência até para que não fique naquela condição que ocorreu na quinta-feira semana passada, sob motivo de avaliação negativa e até de chacota. Portanto, entendo, Sr. Presidente, que devemos votar a quebra do sigilo bancário formalmente, e não ficar apenas na questão moral, mas ficar prin-

cialmente, como disse o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, na questão jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ok, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Entendo como já respondida essa questão, em face do questionamento do Deputado Onyx.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Senador César Borges. Depois, vamos iniciar a oitiva do Diretor Osório.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Delcídio Amaral, peço a palavra apenas para contribuir com o andamento dos trabalhos. Primeiro, compartilho com todos os outros que estão cobrando que os documentos cheguem à CPI o mais rápido possível. Tenho tido a oportunidade, tanto com o Relator quanto com outros Parlamentares, de mostrar essa preocupação. Infelizmente, às vezes, os documentos não chegam a ser disponibilizados antes dos depoimentos, o que complica muitíssimo a eficácia dos trabalhos. A análise que os Parlamentares fazem não é uma coisa simplória. Alguns documentos que aqui chegam têm 50, 40 pastas, não sei quantos volumes. Então, quando isso chega na véspera, à noite, fica praticamente impossível analisar, detalhar como um instrumento, um subsídio importante para os depoimentos. A mesma coisa se aplica aos sigilos. O caso dos sigilos quebrados. Não é só moralmente, a partir do momento em que se disponibiliza. Creio que o Relator já deve ter encaminhado ao Banco Central para que sejam disponibilizados todos os dados que são necessários para que esta Comissão trabalhe.

Uma outra coisa é que já participei da oitiva. Já estou inscrita lá no final. Não estou legislando em causa própria. Creio que hoje deve ser mantido como vinha sendo mantido anteriormente, mas até em relação a uma preocupação que foi inclusive tratada também por V. Ex.^a, Senador Delcídio Amaral. Refiro-me à inscrição dos próximos depoentes. Cria uma confusão muito grande quando estão aqui todos os Senadores. V. Ex.^a já havia notado isso na última reunião. Então, sugiro que todas as inscrições sejam feitas na meia hora antes de iniciar o trabalho. Portanto, se vão ser três depoentes, que os Parlamentares tenham acesso às três listas desde cedo, para que possam inscrever-se em primeiro ou em último lugar, se quiserem. Faço essa sugestão para organizar os trabalhos, porque realmente causam uma confusão muito grande as inscrições dos depoentes subseqüentes. É a sugestão que faço para melhor os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, nessa mesma linha da preocupação da Senadora Heloísa Helena com relação à disponibilidade dos documentos, assistimos pela mídia, ontem, à Controladoria-Geral da União informando que toda documentação das suas apurações dentro dos Correios estariam disponibilizados a esta Comissão, e não tomamos conhecimento.

Estive ontem, à noite, lá na Secretaria das Comissões, de onde saí por volta das 22 horas, junto com a Senadora Heloísa Helena, e não tínhamos informação da chegada dessa documentação. No entanto, na mídia, falava o Ministro, falava o Chefe de gabinete do Ministro, o Secretário Executivo, dizendo que tinha apurado, chegado a conclusões e que estaria aqui disponibilizado para os membros desta Comissão. Então, gostaria desta informação de V. Ex.^a, do Sr. Relator, se procede ou se a Controladoria está dizendo uma coisa, mas na verdade não está efetivando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges, o Relator, que esteve pela manhã na sala da CPI, gostaria de esclarecer essa que é uma questão importante levantada por V. Ex.^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, ficamos ontem em contato insistente com a Controladoria e assistimos quando, no Jornal Nacional, foi divulgado que tínhamos recebido. Voltei a conversar com o Ministro Waldir Pires depois do Jornal Nacional, dizendo que havia circulado nos jornais a notícia de que nós tínhamos recebido, mas até agora não tínhamos nada. Acertamos, numa conversa de ontem, no final da noite, que ele nos remeteria a fase em que está. O Ministro disse que precisaria ser muito cuidadoso porque a auditoria não está concluída e ele não poderia apresentar como algo definido ou definitivo, algo pronto, concluído e nos prometeu para agora de manhã, como de fato aconteceu. Não foi na sala lá em baixo, foi aqui, agora há pouco; o envelope ainda está aqui, recebi há cinco ou dez minutos os relatórios preliminares – portanto, não conclusivos – de três casos: o da Skymaster, dos medicamentos e das impressoras. Recebemos desses três e já está sendo tirada a fotocópia para disponibilizar e ainda assim com a ressalva, insisto, do próprio Ministro de que temos que nos munir de dados para que possamos questionar e que não consideremos isso como algo definido na auditoria. É uma auditoria ainda inconclusa e não tínhamos recebido nenhum documento ontem. Nada. Recebemos agora há pouco esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Infelizmente, Senador César Borges, ainda temos problemas na tramitação que estamos superando, mas o que lamento é que muitas vezes informam, passam determinadas informações para a Imprensa, e a CPI, curiosamente, não recebe essas informações com a mesma velocidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, o Ministro Waldir Pires deu essa declaração; eu o ouvi dar esta declaração que já estava com a CPI. Ficamos em uma situação difícil porque ele fala publicamente que está aqui, mas o Relator disse que recebeu pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como o Relator acaba de afirmar, recebemos hoje pela manhã, não na sala da CPI. Recebemos aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Lamentavelmente, sou obrigado a acreditar no Relator e não no Waldir Pires.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Bom, isso posto, começamos os nossos trabalhos.

Com a palavra agora o Deputado Onix Lorenzoni.

Deputado Ônix, quinze minutos na totalidade. Se não forem feitas perguntas fica inviabilizada a resposta do diretor.

Quero solicitar a V. Ex^{as} que terminemos o depoimento do Diretor Osório por vota de meio dia e meia, uma hora da tarde no máximo, para que façamos um intervalo de almoço e depois retornemos. Hoje é um dia em que precisamos proceder com objetividade para ouvir os três diretores.

Com a palavra o Deputado Onix Lorenzoni, por quinze minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, agradeço e quero conversar com o depoente, Sr. Antonio Osório.

Sr. Antonio, serão sete perguntas objetivas. Temos quinze minutos e trabalhamos com, no máximo, a cada dois minutos uma resposta. Acho que assim conseguiremos cumprir a determinação do Presidente no que diz respeito à objetividade e também ao tempo aproximado de que o senhor se utilize para responder as perguntas que vou fazer.

Houve uma reunião extraordinária nos Correios realizada no dia 16 de maio deste ano. O senhor afirmou em uma carta o seguinte:

O Sr. Maurício Marinho foi por mim nomeado para exercer a função de Chefe do Departamento de Compras da Diretoria de Administração. E o fiz por dois motivos. Um, a exigência das normas internas da empresa de nomeação de funcionário de carreira para a ocupação de cargo de assessoramento e che-

fia; dois, o currículo do empregado, com mais de 20 anos de Correios. Não o conhecia e não tinha qualquer relação com ele.

No entanto – o senhor colocou na carta –, anteriormente o senhor havia nomeado o Sr. Maurício Marinho Reitor da Universidade dos Correios; e, quando da sua mudança da Diretoria de Recursos Humanos para a Diretoria de Administração, o Sr. Marinho o acompanhou. Onde está a verdade?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A verdade, Sr. Deputado, está no simples fato de olhar a coisa de uma maneira global. Na verdade, talvez eu não tenha feito a divisão que deveria ter sido feita, como V. Ex^a coloca.

O que ocorreu foi que quando eu entrei na empresa eu tinha na Universidade dos Correios uma senhora chamada Dr^a. Vera. Eu não conhecia o Dr. Marinho. A Dr^a Vera fez uma viagem à França, quando voltou me pediu desligamento por um atrito que estava ocorrendo com a sua substituta. É lógico que eu não iria colocar a sua substituta. Conheci... Aí veio o nome de Marinho. Por que veio o nome de Marinho? Assisti à apresentação de um programa chamado Programa de Treinamento para Reforço de Venda dos Correios, para produtos dos Correios, que me foi apresentado pela Diretoria Comercial, na época, Dr. Paulo Menicucci. Nessa oportunidade, conheci o Dr. Marinho, que fez excelente apresentação. Tinha sido diretor do departamento. Eu o convidei, então, para ser coordenador.

Eu quero que o senhor verifique o seguinte: quando eu o convidei, quando eu o coloquei nessa carta, eu não fiz essa divisão didática, como V. Ex^a gostaria, talvez, que eu fizesse. Eu fiz uma carta mostrando que eu não conhecia o Dr. Marinho quando entrei nos Correios, quando o levei para a universidade. É lógico que, na medida em que ele estava na universidade e que trouxe, eu já o conhecia. Então, aí não tem mentira, de maneira alguma, não tem mentira. Houve apenas um lapso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok. É que como nós, na análise, identificamos a contradição, eu quis questioná-lo até para que o senhor pudesse apresentar as suas justificativas.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na gravação que origina esta CPMI, o Sr. Maurício Marinho afirma que as seis diretorias dos Correios foram indicadas pelo seu Partido, o PTB, pelo PMDB e pelo PT, e que elas atuavam de forma conjunta.

A minha pergunta é a seguinte: quais eram essas diretorias? Os responsáveis por elas eram servidores de carreira? Quais eram as indicações do PMDB, do

PTB e do PT? E o que significava esse conceito da atuação conjunta?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Todos nós sabemos, acho que é do conhecimento de todos, as indicações feitas. A minha indicação foi feita pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pelo ex-Deputado, pelo falecido Deputado José Carlos Martinez, corroborada também pelo Líder do Partido, o Deputado Roberto Jefferson e todo o diretório do Partido. Essa, a indicação de Antonio Osório.

A indicação do Presidente, fala-se, com a saída do Presidente Dipp, seria uma indicação do PMDB, João Henrique. Fala-se que o Fioravante, o Carlos Fioravante, Diretor Comercial, foi uma indicação também do PMDB, pelo então Senador, hoje Ministro das Comunicações, Hélio Costa. A indicação do Diretor Financeiro, pelas informações que se têm, é também do PMDB porque foi indicação direta do Ministro das Comunicações. O Diretor de Recursos Humanos, uma indicação também do PMDB. E dois diretores da casa, que não sei precisar, disseram inicialmente que seriam do PL, depois do PMDB, e também se fala do PT com relação ao Dr. Eduardo Medeiros.

Sobre esse caso, aliás, eu poderia fazer parênteses apenas para elucidar e facilitar o raciocínio. Parece-me que antes, alguns dias antes de arrebentar essa questão, entrou na minha sala, me procurou um rapaz que é consultor do Presidente e disse: “Osório, eu gostaria de falar com você”. Entrou na minha sala. “Por que o PTB faz questão da diretoria de tecnologia? Por que não pega uma outra diretoria etc e tal?” Eu disse: “Rapaz, o PTB não pediu diretoria nenhuma. Foi oferecida uma diretoria ao PTB, para o Líder do PTB no Senado, Senador Fernando Bezerra, e não indicou se seria diretoria a, b, c ou d. Talvez tenha oferecido porque é do PT, e parece-me que está havendo uma política dessa ordem”. Ele disse: “Não, porque a indicação foi feita pelo Silvio Pereira” – que eu não o conhecia, vim conhecer agora pelas fotografias – “e ele é gente boa”. Eu disse: “Mas não foi esse o intuito; o PTB não tem nenhum interesse em que seja a, b ou c”.

Então, estou lhe colocando apenas para elucidar o raciocínio sem saber até que ponto essa questão é verdadeira, mas que me foi dito por uma pessoa ligada e que era consultor do presidente lá da empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E as indicações passavam por um acordo político em que o Silvio Pereira tinha participação, como o senhor acaba de dizer?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, pelo o que o rapaz me disse. Eu não estava por dentro disso porque eu ficava de fora, não era do comando político.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na gravação, o senhor...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tinha outra pergunta; perdoe-me, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que é atuação conjunta, o que significa isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Atuação conjunta é o seguinte: é uma diretoria, uma diretoria de vários matizes. Lógico que gostaríamos... ia ter briga o tempo todo, se fosse brigar. Procurávamos, ao máximo, discutir as questões antes até de ir para a diretoria. Chegamos a fazer reuniões anteriores: olha, esse problema não entendi; por que isso; por que aquilo; retira isso aqui; vamos ver o que é. Era na busca da harmonia e de fazer um trabalho conjunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Sr. Maurício Marinho, na gravação, relata que Antonio Pedreira atuava junto aos Correios como consultor de um grupo de empresas e com a sustentação de um escritório de advocacia. Descreve ainda que havia um íntimo relacionamento do Sr. Pedreira com diversas autoridades, como o senhor, o Deputado Roberto Jefferson, o Senador Renan Calheiros e o Ministro Eunício, bem como com o Sr. Paulo Lustosa.

O senhor tem conhecimento de qual era a atuação do Sr. Pedreira dentro dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Primeiramente, essa questão de intimidades com o Pedreira não existia de minha parte, porque houve, inclusive, um encontro em que foi lançado um produto dos Correios, que foi o Sedex Mundi, quando, nesse encontro, uns três ou quatro meses atrás, uns cinco meses atrás, estava presente inclusive o Ministro Eunício, quando o Fioravante, o diretor comercial, apresentou-me ao Pedreira: olha, aqui, o Osório. Porque eu não era de ter contato com ele constantemente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem lhe apresentou foi o Fioravante?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi o Fioravante, nessa reunião. Agora, ele tinha um jornal chamado **O Brasileiro**, que distribuía para todo mundo e contava para algumas pessoas que tinha prestígio com altas autoridades da República. Agora, com Antonio Osório, logicamente não tinha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual é o grupo de empresas que solicitava a consultoria do Pedreira, o senhor sabe?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não; eu sei que ele, em dois momentos, foi lá conversar sobre a Protline, uma empresa chamada Protline, negócio de tênis.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Protline, ok.

Qual era o escritório de advocacia que dava suporte para ele, o senhor sabe?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Francamente, não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto ao serviço de banco postal prestado pelos Correios, que se caracteriza pela prestação de serviços bancários básicos voltado à população de baixa renda, foi firmada uma parceria com o Banco Bradesco. Qual é o seu conhecimento a respeito dessa relação Bradesco/Correios e como vem se processando essa parceria? Peço que suas respostas sejam bem objetivas porque temos apenas cinco minutos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu lhe diria o seguinte: conheço o... Quando entrei, já existia esse acordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O acordo é preexistente ao seu ingresso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É preexistente. Pedi que se fizesse uma apresentação, para eu saber como foi feita a coisa, e vi que foi feita uma licitação. Licitação esta que, na minha maneira de ver, o Banco do Brasil, que advogo que deveria ter participado desse processo, não se fez presente à licitação – aliás, eu disse isso na reunião passada –, não se fez presente e a Caixa Econômica apresentou índices idênticos de a até c, ou a d. Então, não queria ganhar a licitação. Eu advogava e continuo advogando que deveríamos ter um banco tripartite, com Banco do Brasil, Caixa Econômica e os Correios – mas isso é uma posição ideológica, é minha essa posição, que coloquei aqui. Lembro-me que, inclusive, aqui estava o Senador do PT Saturnino Braga, que veio e me apertou a mão parabenizando-me por essa posição que eu defendia lá, junto ao Banco do Brasil, no dia em que fizemos a reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, aproveitando este tema que abordamos agora, queria solicitar a V. Ex^a e a ao nobre Relator, que fosse requerido aos Correios o contrato que origina essa parceria firmada para o Banco Postal, entre os Correios e o Bradesco. Penso que é indispensável para que possamos analisar todos os desdobramentos dessas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Informo ao Deputado que já temos essa documentação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em trecho da gravação, o Sr. Maurício Marinho afirma existir um grupo de ex-Ministros, principalmente do Nordeste, que trabalham para grandes empresas em projetos vultosos na área de vigilância, limpeza e

transporte. O Sr. Marinho afirma, ainda, que os acertos por informações são periódicos e feitos diretamente com o senhor. Que Ministros são esses? Quais os projetos em que atuam? E que tipo de acertos houve?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não conheço esses Ministros; não tenho esses contatos e se o senhor chegar nos Correios e for hoje no Departamento de Segurança e procurar saber, vai ver que a minha opinião com relação à segurança era fazermos convênios com as Polícias Militares, que dá muito mais respeitabilidade e segurança aos Correios. Essa a minha opinião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Indago ao Sr. Relator se temos os contratos firmados pelos Correios com segurança privada. (Pausa.)

Ok., obrigado.

Penúltima pergunta – Em certo trecho da gravação, o Sr. Marinho faz a seguinte afirmação: “Agora não podemos correr risco do tipo que a administração anterior fez, comprando, sei lá, R\$20 milhões, R\$10 milhões em cofres. Está para sair; é escândalo nacional.”

O senhor tem conhecimento dessa aquisição de cofres? Qual é o fato que poderia ensejar um escândalo nacional? O senhor sabe qual foi a empresa vencedora? A empresa Comam, Sr. Arthur Wascheck participou dessa concorrência?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi uma licitação também feita antes de eu chegar lá. Foi antes de eu estar que foi feita essa primeira licitação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas ela foi polêmica, tanto que há desdobramentos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, depois eu soube, porque a auditoria esteve comigo, conversou comigo e tomamos as providências que caberiam ser tomadas pela diretoria administrativa; e foram tomadas, da minha parte. Mas era necessário fazer uma outra concorrência, uma outra licitação, tendo em vista que novas agências do Banco Postal iam ser abertas e era uma exigência. Aí, sim, foi aberta uma nova licitação, já no meu período, que está em processamento. Mas não é sobre esse assunto que o Deputado está falando; o senhor está falando de uma anterior.

Eu soube que tinha multa, que tinha isso e aquilo outro. Eles entraram com um pedido de pagamento para visitas indevidas e que eu mandei fazer um levantamento e não autorizei o pagamento, porque não aceitava aquilo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A última pergunta é a seguinte: Em sua defesa prévia, junto ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o Deputado Roberto Jefferson fez a seguinte afirmação:

“O Secretário-Geral do PT àquela época e o Ministro José Dirceu” – Silvio Pereira e José Dirceu – “ofereceram esse cargo ao PTB, a Presidência do IRB. Nós não tínhamos um nome, o corretor Henrique Brandão, do Rio de Janeiro, trouxe o Dr. Lídio Duarte ao nosso encontro. Olha a minha diferença para a diferença de V. S^a. O Dr. Lídio sentou-se à casa do Deputado Martinez – eu era o Líder da Bancada e ele, o Presidente – e disse que sentaria na Presidência do IRB e ajudaria o PTB, que ele ia juntar um grupo de cinco ou seis *brokers* – repare bem, Deputado, a nossa diferença: cada um daria R\$60 mil, e eles fariam um depósito na conta de contribuição do meu partido, o PTB, todo mês. Contribuição com recibo”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, lamento informar que o tempo de V. Ex^a já se esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concluo em 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, senão não vamos nunca chegar ao objetivo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A flexibilidade de 30 segundos é suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas V. Ex^a teve 15 minutos. O Brasil inteiro assistiu. Se não foi objetivo e se o depoente também não foi objetivo a culpa não é desta Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, sei que a culpa não é de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Passo a palavra ao segundo inscrito. Penso que temos que ordenar os trabalhos desta Comissão, senão não vamos conseguir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu lamento, mas acato a sua decisão, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Antonio Osório Batista, Srs. Parlamentares, a primeira pergunta que eu faria a V. S^a, Dr. Osório, é no sentido de que V. S^a possa nos informar se o Sr. Maurício Marinho tinha propriedade, autoridade e legitimidade para dizer o que disse, à luz da experiência desse funcionário público de carreira que prestava serviços há mais de 20 anos nos Correios, à luz dos relacionamentos de que esse funcionário dispunha dentro da estrutura organizacional da empresa. O Sr. Maurício Marinho, de fato, poderia ter acesso a informações que o levassem a fazer as afirmações que fez nessa fita e que deixou o Brasil inteiro perplexo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Deputado, eu lhe digo que, quando vi a fita no dia 16, foi a maior surpresa que eu tive. Nem a Diretoria teria aquela força que o Dr. Marinho colocou ali, dizendo que faria e que tinha força para fazer aquilo; não tinha. Posso citar um exemplo, só para se ver. Estava se discutindo o problema de medicamentos. Ele advogava lá que deveria ser pregão presencial. O pessoal, estudando o assunto, trouxe o pregão eletrônico, que é o mais transparente, mais correto. Foi tomada essa decisão. Agora, ele procurou vender essa imagem. Pelo que eu entendi, Deputado, ele queria mais alguma coisa com esse pessoal que esteve lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – E se mudássemos o foco? Eu entendo que V. S^a afirma que o Dr. Maurício Marinho não teria o poder de influenciar, como ele alegou que possuía – talvez nenhum diretor, individualmente, tivesse esse poder. Mas pelo menos pela vivência na casa, pela experiência, pelos contatos, ele poderia obter informações que o autorizassem a tratar de outras diretorias inclusive, pelo menos levantando suspeitas de possibilidade de induzimento de processos licitatórios nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Deputado, eu acho muito difícil que isso ocorra. Os Correios – lamentavelmente nesse foco, nesse fogo que está aí – é uma empresa muito organizada. Eu lhe digo, com pureza de alma: já passei por várias empresas e não senti, em nenhuma delas, o nível de organização e de preparo dos seus técnicos. São preparados. Logicamente, que tem aí o negócio – alguns discordam, mas eu estou vendo na prática, eu estou vendo que funciona – que é a cultura militar enraizada. Os funcionários, os empregados da empresa têm um sentimento, têm um orgulho muito grande, defendem e têm um sentimento nacional que todo mundo sente lá; eles lutam pela empresa e gostam da empresa. A verdade é essa. Acho muito difícil que determinadas coisas ocorram. Podem ocorrer; em qualquer lugar, ocorrem. Eu acho muito difícil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Continuo, Sr. Presidente.

Dr. Osório, de todo esse episódio, uma coisa me intrigou com relação à participação de V. S^a. Talvez só uma coisa: justamente a relação entre o recebimento da fita e o afastamento do Sr. Maurício Marinho. A nós, causou grande surpresa – eu diria que até desconfiança – o fato de o Sr. Maurício Marinho ter sido afastado supostamente por problemas médicos e, no entanto, ele estar envolvido em todo esse episódio e ter feito revelações tão bombásticas como aquelas contidas na fita. Então, se possível, eu gostaria que V. S^a nos

esclarecesse, com maior propriedade, esse lapso de tempo entre o recebimento da fita, o conhecimento da fita, o fato de V. S^a ter assistido à fita e o afastamento do Sr. Maurício Marinho. Será que, de fato, não houve nenhuma relação entre uma coisa e outra? Isso, para mim, não ficou claro e seria uma coincidência muito grande. Eu confesso a V. S^a que não estou aqui querendo desconfiar de V. S^a, de forma alguma, mas todos nós ficamos surpresos com essa coincidência, ou seja, o Sr. Maurício Marinho é flagrado nesse ato ilícito e é afastado por problemas médicos. Então será que não houve uma relação entre esses dois fatos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Da minha parte não houve. Se houve premeditação eu não sei. O que eu sei dizer é, com toda certeza, o seguinte: Maurício Marinho vinha passando por um processo de saúde muito sério. Todas as vezes, algumas vezes, eu posso dizer, eu estava, às vezes, despachando, o telefone batia, era a esposa dele chamando-o para... que estava na hora do almoço. Ele fez alguns exames, pólipos, etc, teve um problema, sangrou muito, inclusive, vim saber depois, lá inclusive no departamento. Estava com hepatite... tinha o problema de diabetes e tinha a tal da hepatite medicamentosa. Quando ele fez a solicitação, eu simplesmente encaminhei porque via uma relação de exames que foram feitos, inclusive alguns encaminhados.

Agora, vi a fita, eu assisti à fita no dia 16... no dia 15, aqui em Brasília, na casa do Garcia Salmeron, juntamente com Roberto Jefferson. Vi a matéria da **Veja** no dia 14 em São Paulo, porque viajei para São Paulo no dia de manhã... na sexta-feira de manhã. Estive com o diretor, estive com o diretor. E quando chegou no fim da tarde, algo em torno de 4h para 5h, eu recebi um telefonema da **Veja**, que fez a matéria, que escreveu a matéria. Ele ligou para o Fausto, que era o homem de imprensa dos Correios, ele me liga e diz: “Olha, o cara está dizendo que tem uma matéria sobre isso...” Eu fui e liguei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a como complemento. Aqui é público e notório que o Sr Molina informou ao Deputado Roberto Jefferson sobre essa suposta gravação. Será que nem por um simples comentário o Deputado Roberto Jefferson não pode ter feito referências a V. S^a dessa prática do Sr Maurício Marinho, e aí V. S^a resolveu tomar a decisão de construir o afastamento desse funcionário?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Olhe, lhe digo com pureza d'alma que ele não me fez referência a esse respeito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Bom, eu queria saber Dr Antonio Osório

um pouco sobre a **via crucis** que V. S^a e o PTB tiveram de enfrentar para que o nome de V. S^a fosse confirmado, primeiro, como diretor de uma área e depois como diretor de uma nova área, porque é pacífico, todos nós sabemos, que V. S^a foi indicado pelo PTB, um Partido que compõe a base do Governo.

Agora, por quais crivos V. S^a teve de passar até ter a sua indicação confirmada? E aí eu já faria uma nova pergunta: que tipo de influência, direta ou indireta, teve a Casa Civil na autorização para a nomeação de V. S^a e que tipo de influência habitualmente teria a Casa Civil nesse tipo de indicação.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Olha, na verdade eu sou do PTB desde 1985. Eles na época indicaram alguns nomes e, lamentavelmente, o Governo ou a Casa Civil olhava o currículo. O meu currículo, graças a Deus, pelo tipo de trabalho que exerci, ele tem dados... sou funcionário do IPEA, fui Secretário de Planejamento da Bahia, ocupei alguns cargos importantes, fiz alguns trabalhos que eu acho que estão aí, que todo mundo conhece, vocês conhecem, vocês que são baianos sabem disso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Permita-me interrompê-lo, perdoe-me, porque a gente tem um tempo. Sei que do ponto de vista técnico V. S^a é uma pessoa gabaritada, um profissional que reúne qualidades. Agora, é evidente que não basta ser um profissional qualificado. Era preciso ter todo o amparo político.

Eu gostaria que V. S^a falasse desse amparo político, na relação do Partido com a Casa Civil.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O Partido estava na base não é verdade. Houve o segundo turno e o Partido apoiou esse segundo turno. Quem defendeu essa posição para fazer aliança? Eu, Max Mauro, o menino da Infraero, Carlos Wilson, e o Martinez... E alguns outros. Mas esses foram os que defendiam mesmo a posição.

Foi feita, então, a aliança. Ofereceu-se a participação no Governo. Eles escolheram alguns nomes e entre os nomes estava eu. Demorou, inclusive, de sair. Por muito tempo ficou demorando, até que saiu a área de recursos humanos. E eu disse: eu não sou dessa área, eu não tenho muita experiência nessa área, mas o fato de ter sido secretário de planejamento etc...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O falecido Deputado Martinez manteve contatos com o então Ministro da Casa Civil José Dirceu, para garantir a nomeação de V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Manteve, manteve o contato com ele e, mais do que isso, inclusive tem, eu entreguei na Polícia Federal ou na Procuradoria, uma carta que ele pediu que eu

mandasse, com o meu currículo, para o Ministro Miro. Era para entregar, porque estava demorando. Fiz isso, inclusive dei essa cópia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, foi necessária muita elocução com o então Ministro José Dirceu para que o nome de V. S^a fosse confirmado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Faço essa memória porque talvez muitos se esqueçam de que, no ano de 2003, o então Presidente do PTB, Martinez, e o então Líder Roberto Jefferson presentearam o Ministro José Dirceu com um Rolex. Depois, curiosamente, descobriu-se que o Rolex era falso. Vejam o nível de relacionamento que existia entre os dirigentes do PTB e o então Ministro da Casa Civil, que era, obviamente, quem tinha poder para determinar as indicações.

Pergunto a V. S^a: dentro dos Correios, no ambiente de trabalho, era corriqueiro, era habitual, comentar quais ou tais empresas tinham relações mais estreitas com essas ou aquelas correntes políticas, ou seja, dava para visualizar quais eram as empresas mais ligadas a esse Partido, por exemplo, ao PT?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – A quem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ao PT.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Logicamente, meu tipo de trabalho não é bem dessa maneira. O que eu fazia? Eu tinha um trabalho voltado para a minha área e eu não percebia muito essa questão. Primeiro, porque eu tinha reuniões...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas havia comentários?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu tinha reuniões constantes. Não. Francamente, não olho para esse lado. Eu tinha reuniões constantes com toda a minha equipe de 45 em 45 dias, com todos os assessores e consultores. Depois, tinha de mês em mês, com cada departamento, para discutir aquilo. O que eu fazia com isso? Era para que todos tivessem consciência da programação de cada departamento e pudessem participar. Era uma participação democrática. Agora, eu não procurava saber se a empresa tal era vinculada a fulano, se tinha força naquilo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem nas conversas de corredor essas empresas eram referidas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não posso saber quem é vinculado a “a”, “b” ou “c”.

Até porque essas empresas não têm lá se são vinculadas a um partido ou a outro. A verdade é essa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a: quais eram exatamente os critérios objetivos e/ou subjetivos que distinguiam se determinada contratação ou aquisição seria realizada por meio de uma avaliação da Comissão Permanente de Licitação ou se seria constituída uma Comissão Especial de Licitação? Como é que se dava essa diferença com base em critérios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Isso está nos manuais. É uma empresa toda ela “manualizada”. Temos um manual, que justamente trata...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas havia margem para posicionamentos subjetivos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O que é que ia para as licitações especiais? Eram aqueles projetos mais complexos, como era a questão dos seguros, que depois foi retirada. Essa questão era uma questão nova dentro dos Correios. Então, era uma comissão de licitação especial. As outras seguiam o esquema do próprio manual. Acima de R\$650 mil ia para o comitê estratégico; ele analisava com representação de todas as áreas, com os técnicos lá existentes. Depois, se fosse da área de tecnologia, ia para o diretor de tecnologia, que aprovava ou não, e levava para o Presidente, que autorizava a publicação no edital. Da mesma forma, com a área de administração e as demais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como era feita a indicação para os outros membros dos Correios que comporiam as comissões especiais de licitação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Era o presidente mais o diretor aonde estava afeto aquele projeto que, geralmente, verificavam pelo perfil do profissional se entendia do assunto, se estava por dentro do assunto, se participou do projeto, da elaboração do projeto. Geralmente, eles olhavam esses aspectos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero fazer mais uma pergunta com relação ao Sr. Arthur Waschek, que foi o responsável ou o suposto responsável pela gravação. Ele tinha intimidade com V. S^a para dizer que o senhor é um homem honrado e de poucas posses? Porque o Sr. Waschek disse isso na Polícia Federal. No entanto, aqui na Comissão, ele fez questão de separar uma relação mais pessoal ou íntima que tivesse com V. S^a. Para que pudesse afirmar que V. S^a é um homem honrado, de pou-

cas posses, tinha que ter algum tipo de relação mais pessoal com V. S^a. V. S^a poderia esclarecer?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. O que eu posso esclarecer é que eu estive com o Arthur, se não me engano, duas vezes, lá nos Correios. Uma, inclusive, em audiência que ele pediu à minha secretária. Foi marcada essa audiência, onde ele foi tratar de um assunto referente à capa de chuva que foi comprada na China. Houve um processo alfan-degário, atrasou...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 30 segundos para concluir.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Consultei a Diretoria de Operações e, em função disso (*Inaudível.*) Não tenho nenhuma intimidade. Mas é muito fácil saber quem é Antonio Osório. Antonio Osório todo mundo conhece na Bahia. Não tenho nada, não tenho patrimônio nenhum. Quando entrei na Polícia Federal, a primeira coisa que fiz, aliás, quando dei a minha carta, pedindo demissão, apresentei e abri a minha conta, sigilo bancário, telefônico e tudo.

Na Polícia Militar também...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, senhor depoente, Antonio Osório Batista, o senhor é um homem vocacionado para atividade pública, para atividade política, já disputou eleições e haverá de compreender que, diante dessa indignação que toma corpo no País, temos que cumprir o nosso dever aqui com objetividade, fazendo perguntas, por mais irreverentes que possam ser, por mais ofensivas que possam ser, e o senhor haverá de compreender que o objetivo é a busca do esclarecimento.

Então, indago. Essa empresa, essa agência de publicidade do Sr. Marcos Valério, a SMP&B, era uma empresa que enfrentava sérias dificuldades financeiras e conseguiu gordas contas de publicidade, no Banco do Brasil, no Banco Popular, na Câmara dos Deputados e, sobretudo, nos Correios. O senhor participava, de forma direta ou indireta, das licitações e assinava os contratos. Só no ano passado essa empresa de publicidade do Sr. Marcos Valério obteve R\$29 milhões dos Correios.

Todos sabemos que, por um Decreto do Presidente da República, as licitações na área de publicidade eram comandadas pela Secretaria de Comunicação, pelo Sr. Luiz Gushiken, que indicava três membros, contra dois da área correspondente. Não sei se o senhor participava diretamente dessa comissão, mas era responsável porque acabava assinando o contrato.

A indagação vem porque se estabeleceu aí o tráfico de influência de forma explícita, inclusive com conexão familiar. O Sr. Marco Antonio Silva, que exerce uma função importante na Secretaria de Comunicação Social, tem a sua esposa Telma, que é proprietária da empresa de nome Astral, que tem um contrato com a Multiaction, que é empresa de entretenimentos do Sr. Marcos Valério. Portanto, aí se estabelece uma conexão familiar: o Sr. Marcos Valério, com a esposa, e alguém que exerce influência nas licitações, por estar atuando ao lado do Sr. Luiz Gushiken, que é o responsável pela nomeação dos integrantes dessa comissão.

De outro lado, há uma senhora de nome Eliane Alves Lopes, que opera como representante legal da SMP&B Comunicação Ltda., inclusive na assinatura de contratos junto aos Correios. E essa Eliane, segundo informações, também trabalha ao lado da Sr^a Telma. Portanto, há aí essa conexão que considero que estabelece tráfico de influência e, portanto, vicia o processo licitatório. Até porque – vamos deixar o cinismo de lado e admitir – esse tipo de licitação confere ao responsável por ela plena autoridade. Não há como ignorar que é o Sr. Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação do Governo, que escolhe a agência de publicidade. Por quê? Em função dos critérios: 90% é um critério técnico, é subjetivo; apenas 10% é preço. Portanto, a responsabilidade inteira é da Secretaria de Comunicação.

E eu pergunto ao senhor: o senhor ao assinar esse contrato, por exemplo, esse contrato aditivo, o senhor não convalidou o tráfico de influência e interesses localizados? O senhor acha ético esse tipo de procedimento no serviço público? É esta a forma honesta, correta de se aplicar o dinheiro público? É esta a forma mais eficiente de se proceder para escolher uma agência de publicidade? O senhor convalidou isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Senador, essa licitação foi iniciada no 18/02/03. Eu entrei na área de Recursos Humanos no dia 11/02/03, e ainda no 15/10/03 foi publicado o resultado do julgamento dessa licitação, eu fui para a DIRAD, no dia 19/05/04. O que eu sei é que foi uma Comissão Especial, com dois representantes dos Correios, dois representantes da Secom e um representante do Ministério das Comunicações. Esse é o primeiro fato. Escolheu-se a empresa. Os critérios que escolheram, o julgamento, e foi publicado o resultado no dia 15/10/03. Para o Senhor ver, não tinha participação de Antonio Osório no processo de licitação. São dois diretores que assinam os contratos. Tem que ser o Presidente e um outro diretor, que, no caso, é o diretor de Administração que assinou o aditivo. Quando esse aditivo chegou, ele veio para eu assinar, ele passou primeiro pela agen-

te, pelo gerente operacional, que é o departamento de *marketing*, que é ligado diretamente ao Presidente da Empresa; veio pronto acabado, todo arrumado e com o parecer jurídico favorável. Lógico que eram esses os instrumentos jurídicos que eu tinha na mão. Eu não sabia quem era Marcos Valério, quem era não sei quem da empresa tal e tal, porque eu fui saber da existência de Marcos Valério agora, depois que arrebentou esse negócio aqui. E mesmo assim, se tivesse, como ficaria alguém que tem um contrato, se foi feito e se foi prestado o serviço, de tomar uma posição quando o contrato já estava firmado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Antonio Osório, o Senhor não acha ainda mais grave: não assinou o contrato, assinar o aditivo nesses termos, ou o Senhor não conhecia, não sabia desse envolvimento, dessa conexão?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não conhecia esse envolvimento, eu fui saber desta existência de Marcos Valério, confesso aqui a todos, agora quando arrebentou esse negócio. Não sabia nem quem era Marcos Valério. Não sabia... Era uma empresa que ganhou a licitação, que prestou os serviços, que chegou no momento exato, o órgão que é o gerente operacional, prepara, manda para os órgãos competentes, foi avaliado, passou no departamento jurídico, veio parar na minha mão e foi para o Presidente para assinar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nesse período em que o Senhor está a frente desse departamento, da Diretoria de Administração, quantos aditivos contratuais o senhor assinou?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ah! Eu francamente não tenho um...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senhor não acha que é aditivo demais? Que é prorrogação de contrato demais?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O aditivo é uma norma que está consubstanciada na 866. Desde quando ele preenche os requisitos e não traga prejuízo para a empresa, não traga prejuízo para a empresa e é analisado pelos órgãos auditores e pelo departamento jurídico, é normal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – pr) – Nem tudo que é legal, é moral. Eu não sei se o senhor concorda...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu também concordo. Agora eu ver Imoralidade em um fato desses, Senador, é difícil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que há um excesso de aditivos, que há prorrogação de contratos que implica em favorecimento. A impressão que se tem é que o Senhor Marcos Valério adquiriu o direito de obter recursos públicos indefinidamente,

eliminando até a concorrência, tantos são os contratos de prorrogação e aditivos que são celebrados em benefícios das suas agências. Isso pode ser legal, mas não é moral, não é ético, afronta a dignidade. Portanto, pode-se discutir a legalidade, eu não posso discutir agora a legalidade; o Senhor diz que considera legal. Agora, o Senhor considera moral?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Se houver indícios de alguma coisa e se constatar alguma irregularidade, logicamente que ele passa a ser amoral. Mas se não existe e se você for abrir um processo licitatório dentro do prazo, é muito difícil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Antonio Osório, quem exerce uma função pública não tem direito ao “se”, entre aspas: Se isso, se aquilo...

O senhor tem que assumir a responsabilidade pelos seus atos. Creio que é realmente suspeita esta ação governamental de conferir aditivos e prorrogações contratuais, indefinidamente, em favor de alguém que estabeleceu uma conexão extremamente perigosa com o Partido oficial do Governo e com o Governo.

Mas o meu tempo está se esgotando e quero partir para uma questão mais delicada.

O Sr. Maurício Marinho o acusou, de forma contundente. Ele afirmou que o Senhor não gostava de negociar pessoalmente a propina, mas delegava e ele estabelecia as tratativas, e havia uma divisão desse bolo. Parte subia, fazendo referência ao Senhor, parte ficava com ele e parte iria para o Partido.

É evidente que o Senhor vai dizer que não concorda e que isso não é verdade.

O que o Senhor tem a dizer a respeito dessa acusação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O que eu tenho a dizer é que eu tenho uma formação ética que não me permite fazer essas coisas. Nunca fiz. São 35 anos de serviço público e jamais meu nome foi envolvido em qualquer coisa desse tipo. Não pedi a ninguém que fizesse isso e não permitiria, se soubesse, se estivesse no ato, na hora, a verdade é essa. E não é da minha formação. Venho de uma família pobre e se estou até hoje aqui...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou preocupado com o tempo, por isso quero ser objetivo. O senhor pode ter certeza que não estou fazendo nenhum juízo de valor, não tenho o direito de julgá-lo, estou indagando para que o Senhor esclareça.

Então, o Senhor Maurício Marinho caluniou, difamou e foi irresponsável?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Foi irresponsável, demonstrou um poder que não existe, disse coisas que não deveria dizer e não poderia dizer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Caluniou e afrontou a sua dignidade?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sim, caluniou e afrontou; tanto que há uma carta dele, que depois chegou às minhas mãos, onde ele afirma...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o senhor impetrou alguma ação judicial para reparação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, estou esperando o julgamento. Até conversei com o meu advogado para fazer um chamamento judiciário e ele me aconselhou não fazer agora, mas estou esperando o resultado, como tem outras coisas também que eu estou esperando o resultado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Antonio Osório, a calúnia já foi proferida, já é um fato consumado. O fato de o Senhor não reagir e não acioná-lo implica consentimento.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mas eu pedi... a primeira coisa que fiz foi ligar para o Presidente dos Correios, no sábado ou domingo à noite, se não me engano, pedindo a ele que abrisse, marcasse uma reunião extraordinária, abrisse uma sindicância, que considerasse o meu afastamento da empresa, que eu ia formalizar na segunda-feira, que abria a minha conta bancária, o meu sigilo telefônico, tudo isso, e me afastava da empresa para que.... Pedi inclusive exoneração. Aí mudaram para ser afastamento. E depois, com aquela entrevista de Roberto Jefferson na imprensa, eu achei que não tinha mais ambiente para isso e pedi em definitivo a minha exoneração.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senhor nunca detectou qualquer movimentação suspeita do Sr. Maurício Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Sr. Maurício Marinho ficava no primeiro andar. Primeiro no quarto andar e depois no primeiro andar.

Vinha, conversava, tratava, um rapaz inteligente, envolvente, com uma formação técnica excelente, nós conversávamos e eu fui para lá para montar um sistema e acho que estava montando esse sistema. Eu nunca percebi...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Antonio Osório, essa justificativa do distanciamento, em função dos degraus da escada ou do andar do prédio não convence, porque, evidentemente, o Senhor é responsável como superior pelas ações do seu adjunto.

Também o Senhor não sentiu nenhuma movimentação suspeita nas licitações de publicidade nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não. Há um princípio que diz que a responsabilidade não se delega, é claro. Agora, como era que

eu ia saber que naquele momento estava dando R\$3 mil a alguém? Eu não estava lá, entende? O que eu quero dizer é isso, agora...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A responsabilidade realmente não se delega. O senhor, ao assinar um contrato, assume por inteiro a responsabilidade.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Claro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E, especialmente, a execução do contrato. Portanto, há responsabilidade implícita também no que diz respeito aos procedimentos anteriores adotados para conferir o privilégio a esta ou àquela agência de publicidade, no caso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sim, mas para se tomar uma decisão, baseia-se na informação dos órgãos técnicos que compõem a estrutura organizacional de determinada empresa, sob pena de você ser onipresente e estar em todo lugar. Você está naquele lugar por aquela pessoa que está representando. É a mesma coisa do Presidente da...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias e concedo a palavra...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – ... ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ... Parlamentares, Srs. Parlamentares.

Senhor depoente, somente para fazer um comentário a respeito da pergunta que fez o nobre Senador Alvaro Dias e que respondeu o depoente. Na realidade, se V. S^a demorar muito, vai decair do direito de representação, porque os crimes contra a honra, quando praticados contra funcionário público no exercício da sua função, têm um prazo. V. S^a pode perder a oportunidade de processar aquele que disse que estava operando em seu nome.

Mas eu perguntaria a V. S^a: os “arapongas” que se passaram por empresários e visitaram, estiveram com o Sr. Marinho e fizeram as fitas, esses “arapongas” disfarçados de empresário também estiveram com V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não conhecia nenhum deles. Não conhecia o Molina, não conhecia o Fortuna, não conhecia ne-

nhuma dessas pessoas. Não tinha nenhum contato com essas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a: V. S^a chegou a dizer que tinha um papel quase que homologatório nas licitações, que o papel de V. S^a muitas vezes era assinar esses contratos, mas sem se envolver diretamente porque havia comissões próprias, ou comuns ou especiais. Eu perguntaria a V. S^a: qual o perfil das pessoas que V. S^a recebia? Quais as autoridades que V. S^a recebia? V. S^a recebia “lobistas”, recebia vendedores que negociavam com os Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Logicamente que vendedores é uma função do próprio Departamento de Compras, da própria Diretoria receber. Mas eu recebia muito pouco. Eu recebia muito... Pessoas às vezes iam à Presidência, o Presidente mandava: “Osório, você podia receber?” Sempre aparece gente com soluções miraculosas para salvar os Correios, faziam apresentações, eu via, mas nós já tínhamos... Como apresentaram várias vezes programas para melhorar, de pregão. Eu olhava, nós já tínhamos o nosso, que é o do Banco do Brasil, entende? E sobre esse assunto eu gostaria até de fazer uma referência aqui, muito séria, em função de uma declaração que foi dita ontem, que já foi levantada aqui.

O nosso pregão é o mesmo do Banco do Brasil. Toda a orientação técnica é do Banco do Brasil, a segurança é do Banco do Brasil. Se fizeram aquela afirmativa de que está havendo fraude no pregão, isso é uma coisa muito séria porque nós contratamos o Banco do Brasil e pagamos ao Banco do Brasil. Nós economizamos R\$7 milhões no contrato com o Banco do Brasil. Toda a segurança do Banco do Brasil, toda ela é do Banco do Brasil. Então, é necessário que se chame o Banco do Brasil, que tem esse contrato com os Correios, porque é impossível, pelos dados que nós temos, que haja fraude. Eu fiz até anotações, trouxe até isso aqui para entregar ao Presidente e ao Relator. Eu botei aqui: “Para que não paire uma nuvem de suspeição sobre o sistema de pregão eletrônico empregado pelos Correios, julgo fundamental que se chame a área técnica responsável pelo sistema no Banco do Brasil para que se pronuncie a respeito nesta CPMI”. São trezentos e tantos órgãos do Governo, da União, que estão aqui, todos eles fazem os seus pregões com base no serviço do Banco do Brasil. É o mesmo que os Correios fazem. Como é que se faz uma afirmativa daquela? Juízo de valor. Está aqui, ó.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas essa afirmativa o Sr. Marinho também fez, disse que havia, inclusive... No pregão eletrônico também se cobrava propina.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mas é o Banco do Brasil. É o Banco do Brasil, que tem toda segurança. Está aqui. Vou passar inclusive à mão, essas notas, com esse CD, porque eu acho importante que se convoque para ver se é possível fraudar ou não. Se é possível, é desconhecido, porque temos a garantia do Banco do Brasil. Os órgãos que fazem aqui: Justiça Federal de Primeiro Grau, em Rondônia, prefeitura...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Rondônia está sob suspeição.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Só estou citando. Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Transporte Terrestre; vários outros órgãos. Associação Paranaense, autarquias municipais, órgãos do governo do Estado, Mato Grosso, Pernambuco, Santa Catarina, Sergipe, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, que usam o Banco do Brasil.

Acho fundamental, Sr. Presidente, passar às mãos... têm essas notas aqui, porque deve-se convocar esse organismo para saber se existe fraude ou não. Se existir, apura-se. Porque contratamos o Banco do Brasil, que tem toda a segurança, e qualquer mudança que ocorra o Banco do Brasil sabe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. Fernando Leite Godoy era o principal assessor de V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É o meu assessor executivo. Na estrutura organizacional da empresa, cada diretor tem um assessor executivo e o assessor executivo da área administrativa que me acompanhou, da área de recursos humanos, era o Fernando Leite de Godoy.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No dia 6 de junho, ele foi indiciado pela Polícia Federal; ele foi indiciado por fraude e corrupção passiva. E a Polícia Federal comprovou que, no dia 14 de maio, um sábado, ele esteve na sede dos Correios aqui em Brasília e subtraiu uma agenda que conteria anotações sobre o encontro dele com empresários. V. S^a diz que não teve encontros significativos, que a sua diretoria era quase que homologatória, que é uma coordenação, até pela experiência profissional que V. S^a tem. Se esses encontros não eram significativos, a que V. S^a atribuiria o fato, ou os fatos que levaram o Sr. Fernando Godoy a subtrair essa agenda que tinha os encontros com esses empresários?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Essa pergunta só quem pode responder é ele. O que posso dizer ao senhor é que, de vez em quando, ele ia, sábado, trabalhar na empresa. Às vezes eu ligava para ele e ele dizia: “Não, estou trabalhando; estou aqui na empresa; estou vendo uns negócios; passando

as coisas a limpo, vendo as coisas atrasadas”. Agora, problema de agenda... A minha agenda está na mão da polícia, está lá, a minha agenda, a minha, por que sou responsável; a dele...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – As agendas das suas secretárias também foram passadas para a Polícia Federal?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Tudo está lá.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– De todas as secretárias que trabalharam com V. S^a ou apenas a agenda pessoal de V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– A que fica na mão da secretária. Eu não tinha uma agenda pessoal; a agenda minha era da secretária, quem fazia era a secretária.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. Indagaria a V. S^a: A Controladoria agora considerou os 90 contratos analisados por ela problemáticos. Isso, segundo avaliação da própria controladoria, poderia ter um superávit para efeitos de corrupção na ordem de R\$3 bilhões, segundo a própria Controladoria. Perguntaria a V. S^a: V. S^a assinou algum desses 90 contratos que foram analisados?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Eu não sei. Eu vi aqui, inclusive, há poucos instantes, o Senador **CÉSAR BORGES** e outros Senadores, solicitando do Presidente da Mesa informações a respeito desses encontros. E me parece que ainda não chegou aqui essas informações. Não tenho, até porque, desde que me afastei dos Correios, não voltei aos Correios, justamente para evitar coisas desse tipo. Não vou lá. Quero saber quais foram esses contratos que existem, digamos, irregularidades ou coisa desse tipo. Franca-mente, eu não sei qual é. Só depois que eu receber os contratos é que vou verificar se foi da minha área, se foi algum erro cometido por Antonio Osório ou por alguém vinculado a Antonio Osório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Qual a análise que V. S^a fazia dos contratos antes de assiná-los?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Olha, estávamos conversando aqui neste instante sobre a área de publicidade. Esse de publicidade vinha do departamento de *marketing* com todas as informações técnicas. Mesmo assim, eu tinha uma assessora, chamada Dr^a Denise, que analisava comigo antes, mostrava-me as questões todas e eu verificava para poder levar. Eu tinha conhecimento, via qual era a justificativa técnica, se passou pelos caminhos que deveria passar, porque tem um manual que informa tudo isso. Se tinha o parecer jurídico, se tinha o parecer técnico, todos os organismos por que passava para eu poder

tomar uma decisão. Eu só tomava a decisão baseado nessas informações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A Juíza Denise Frossard está me perguntando: Denise o quê, assessora? Então, V. S^a fazia uma análise formal do contrato. A análise de mérito não competia a V. S^a, segundo seu entendimento.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não. Chega um processo na minha área, que já vinha de outras áreas. O que eu fazia? Um assessor olhava, passava para mim, conversava comigo, eu verificava juntamente com ele todas as condições e tomava a minha decisão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– No mérito, V. S^a não entrava. Ou seja, V. S^a via esse prazo ou entrava também... analisava o mérito, se era rentável, se tinha preço de mercado.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Já tinha. Quando o processo vem ele segue um manual. Faz-se uma pesquisa de preço, o que já coloquei. Sobre esse assunto, acho que tomei uma posição a respeito disso, porque verifiquei que, muitas vezes, o preço da pesquisa me deixava dúvidas. Aí contratamos a Fundação Getúlio Vargas para fazer a pesquisa de preços, para confrontar com as pesquisas de preço que eram feitas por lá. Aconteceu uma licitação cujo valor de referência era de 6 milhões e alguma coisa e saiu por 2 milhões. E eu disse que qualquer estatístico sabe que uma variação dessa ordem é um absurdo. Vamos estudar melhor essa questão. A gente buscava a economia, logicamente, queria a economia. Então, fizemos isso justamente para facilitar, que era melhorar o tipo de trabalho que estávamos prestando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a admite que o servidor Marinho tinha influência sobre a sua diretoria, porque ele era uma pessoa experiente na área, uma espécie de conselheiro. V. S^a admite isso? V. S^a chegou aos Correios e não tinha familiaridade com os Correios e o Marinho era um servidor com 30 anos, como V. S^a mesmo disse, um técnico bem preparado e acessível. V. S^a admite que ele tinha...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Senador, quando eu entrei nos Correios o Dr. Marinho não trabalhava comigo. Ele só veio trabalhar depois, uns quatro ou cinco meses depois, não me recordo. Então, graças a Deus, a minha vida no setor público, e foi sempre no setor público, mesmo não conhecendo especificamente a administração postal, dava-me uma visão de conhecer a organização do Estado como um todo, porque sou originário de um órgão público federal, que é o IPEA, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Isso me dava uma certa visão. Eu não ia de primeiro, eu consultava as pessoas, outras pesso-

as que estavam por ali, não só uma pessoa. Agora, na área dele, ele era, na verdade, um conselheiro. Na área dele, porque ele estava trabalhando, era com ele que eu dialogava àquele respeito, mas já fui para lá com a minha mente preparada para aquilo. Eu queria celeridade no processo, pois todo mundo estava reclamando, eu estava querendo melhorar essa questão da formulação, de se chegar ao preço de referência, como eu fazia. Começamos a discutir com o departamento jurídico, o Tribunal de Contas da União e outros organismos para fazermos um seminário para melhorarmos o nosso sistema todo de licitação, de compras, etc e tal. Criamos o departamento de suprimento para esvaziar a força que tinha o Decam, para podermos responder com celeridade e iniciarmos os processos licitatórios com rapidez, porque eu tinha um diagnóstico daquela área.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a admite que, em decorrência do preparo que tinha o servidor Marinho, delegou atribuições para ele, inclusive de receber pessoas, de ter um primeiro contato com pessoas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Receber pessoas? Se eu fosse receber todo mundo eu não trabalhava.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas, então, V. S^a admite?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Em todas as áreas eu recebia. Se era na área de compras, procurava ele para discutir. Geralmente, o que iam perguntar a ele era como se fazia para entrar no processo licitatório dos Correios. Aí ele dava uma aula, ele começava a explicar que era isso, que tinha de se inscrever no Sicaf, isso e aquilo, quais eram os documentos necessários. Ele foi professor e se sentia bem fazendo isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a o ouvia? Ele era uma espécie de conselheiro para V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na área deles e como era, como eu via, como era, por exemplo, o Élcio na área de patrimônio, como era o Pacheco na área que eu chamava de Prefeito da área, como é o Alexandre Mauro na área de suprimento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja, a desqualificação dele só aconteceu quando veio a público a fita, ou seja, ele era entendido como uma pessoa que, de fato, dialogava, aconselhava e, inclusive, recebia pessoas para V. S^a.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, para a minha não; para a empresa, porque, afinal de contas, a empresa não sou eu, eu não sou a diretoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Diretoria é o conjunto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – As demais diretorias também, ele tinha influência nas demais diretorias?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não acredito que tivesse não. Ele falou aquilo. V. Ex^{as} vão ouvi-lo e outros diretores e poderão muito bem verificar que não existia aquilo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Havia uma reunião de colegiados, do colegiado, perdão.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Toda quarta-feira a Redir, que é a reunião de diretoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. S^a se fazia acompanhar dos seus assessores, é correto?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não, não. Reunião de diretoria era o Presidente e os seis diretores, o chefe de gabinete não tinha participação, a secretária da reunião e mais uma outra pessoa. Eram eles que faziam parte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço o ilustre Senador Demóstenes Torres. Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.) Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard, em permuta com o Deputado Eduardo Paes.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, vou ser muito breve aqui. Estou ouvindo todos esses depoimentos e busquei a missão dos Correios. A missão dos Correios, declarada nos seus normativos, consta como sendo para – abre aspas – “facilitar as relações pessoais e empresariais mediante oferta de serviços de correios com ética, competitividade, lucratividade e responsabilidade social”. Essa é a missão dos Correios lá nos seus normativos. Quando tudo isso surgiu, fiquei preocupada. Disse: como é que é? Indicam os cargos? Políticos indicando cargos de execução? Então, centro toda a minha investigação, nesta CPI, nos cargos, no loteamento de cargos por partidos e as franquias. É nessa direção que vou sempre. Há colegas aqui que estão preocupados com outras áreas, de modo que vou centrar sempre o meu norte magnético nessas duas áreas. Estou ouvindo o Sr. Antonio Osório e sinto, Sr. Presidente, que aqui estamos à busca de ouvir responsáveis menores pelo que acontece na máquina pública brasileira, ou seja, menores no sentido de que são as pessoas designadas

para os cargos públicos e as que lhe servem de instrumento que receberam. Mas receberam de quem? Dos Presidentes dos Partidos. O senhor, por exemplo, Sr. Antonio Osório, já ouvi, já soube aqui que o senhor foi indicado pelo PTB. Mas quem fisicamente o convidou para o cargo que o senhor ocupa? Só quem?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Martinez. José Carlos Martinez.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Martinez. Pois é, Sr. Presidente. Isso se repete aqui. Quem deveria convidar qualquer pessoa para um cargo é o Ministro da área. Então, vemos que quem o convidou foi o Presidente do Partido. Por isso, insisto que venham aqui os Presidentes. Já ouvimos um: Roberto Jefferson. Gostaria que ouvíssemos – e já requeri – o Deputado Michel Temer e também o ex-Presidente do PT – que vou requerer –, o Deputado José Genoíno, porque isso se repete aqui. Todos. Quem o convidou? Foi o Presidente do partido, foi algum político. Esse hálito político pode ser bom, mas pode ser também um mau hálito político. Então, para entender o ciclo inteiro do problema, precisamos daqueles que foram os responsáveis pela indicação. Quer dizer, o que foi solicitado dele, do Dr. Osório? Como se deu a relação dele de indicado com os Partidos que o indicaram? Houve metas a cumprir? Que metas foram essas? Roberto Jefferson já disse aqui que algumas metas era conseguir dinheiro para os Partidos. E não está na missão dos Correios financiar Partidos.

Bom, então, Sr. Presidente, falta-nos ouvir os Presidentes dos Partidos. Mas eu ouvi aqui o Senador Alvaro Dias, que citou, em outras palavras, a 1ª Carta de Paulo, ou Saulo, a Igreja de Corinto. Ou seja, “nem tudo que me é lícito, me convém”. Esse é o primeiro ensinamento ético. Mas, o senhor disse aqui, Dr. Osório, que o senhor assinava os aditivos. Eu observei, Sr. Presidente, que os aditivos são ilegais. Não são só, como disse o Senador Alvaro Dias, anti-éticos. Não. São absolutamente ilegais, porque o senhor disse que chamava o jurídico, mas o senhor sabe que os aditivos, é feito um contrato, uma licitação. Eu não tenho dúvida alguma que as licitações estão corretas. Eu fui da Administração de Tribunais. Eu conheço isso. Mas, por quê? Porque quando alguém contrata com o ente público, ele contrata pelo preço, por exemplo, de cem, já com os olhos nos aditivos e joga o preço lá embaixo para poder fazer quantos aditivos quiser. E fazem. Por quê? Porque 25%, ele conta 25, mais 25, mais 25. Mas há um critério legal para os 25% a mais, que é um fato superveniente. E aí vem a minha única pergunta para o senhor. Fato superveniente. A lei é clara. Tem de haver para dar o aditivo. Contrato feito hoje, daí a um mês vem lá um aditivo. E aí eu observei os

contratos dos Correios. Todos têm aditivos daí a dois meses; um mês; três meses. E o fato superveniente, Dr. Osório, só poderia ser um caso fortuito ou força maior. Não há nenhum outro caso que a lei permita. E eu não vi nenhum desses casos ditos dos aditivos. O senhor observava isso? Essa é a minha pergunta. Rapidamente “sim” ou “não”? Ou o senhor se fiava só no jurídico?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Eu me baseava no jurídico. Agora, veja o seguinte, o fato superveniente, geralmente o Jurídico procura demonstrar isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Tá. Então, o senhor se fiava só no jurídico? Estou satisfeita, Sr. Presidente. É só isso. O senhor nunca levantou essa questão, quer dizer, o senhor chance-lava o que vinha?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, porque aditivo geralmente não se fazia antes de um ano. Eu estou em dúvida inclusive com essa colocação que a senhora está me fazendo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, eu vi aqui de três meses. No caso do Wascheck.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que poder-se-ia fazer antes de um ano...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ainda que seja um ano. Mas é fato superveniente. O senhor não questionava isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– E era apontado pela área demandante e corroborado pelo Departamento Jurídico.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas o senhor não levantava isso para a Diretoria, de que esse fato superveniente não estava descrito?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. O fato superveniente estava lá apontado pelo Departamento Jurídico.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E quais eram? Eu não vi em nenhum contrato.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Todos eles o Departamento Jurídico analisava e apontava.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Caso fortuito ou força maior. O senhor não analisava?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Analisava, tanto é que eu levava porque tinha lá um parecer jurídico.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, estou satisfeita. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Exª pela objetividade.

Convido o Deputado Eduardo Paes, por quinze minutos também, improrrogáveis.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Serei mais breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Antonio Osório, a nossa indagação na última reunião, nós tivemos de interrompê-la em razão da oitiva do Deputado Roberto Jefferson, e algumas dúvidas ficaram aqui, na minha cabeça, em relação a uma questão já levantada por alguns Parlamentares. Mas serei muito objetivo, porque, na verdade, estaria concluindo as perguntas que fiz no primeiro depoimento de V. S^a.

A primeira questão é a seguinte. V. S^a participa da Comissão Especial de Licitação? Em nenhum momento. A Comissão Especial de Licitação, que tipo de referência ou de subordinação ela tem em relação àquela reunião da Diretoria que se faz nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nenhum Diretor participa da Comissão Especial de Licitação. Chegou-se uma vez até a indicar um nome. Eu levantei a questão, mostrando que não era correto botar um Diretor para participar de uma Comissão de Licitação e, aí, nunca aconteceu esse fato. Então, a Comissão de Licitação é quando é um fato, um projeto novo, alguma coisa que a gente, que o Correio ainda não tenha conhecimento, que tenha bolado, que esteja acima das expectativas que vai ao Presidente com o Diretor da área, e se faz, se escolhe uma Comissão de Licitação. Da Comissão de Licitação quem é que participa? Geralmente, os técnicos envolvidos naquele projeto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E aí lhe indago. Na última reunião que tivemos aqui com o seu depoimento, aquele que foi interrompido, eu indaguei de V. S^a se V. S^a tinha qualquer tipo de participação na assinatura de contratos de publicidade. V. S^a naquele momento não se lembrava e eu lhe mostrei naquele momento o aditivo...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O contrato de...?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Publicidade. Eu lhe mostrei naquele momento o aditivo ao qual fez referência agora a Deputada Juíza Denise Frossard e mostrei também que o contrato inicial assinado com as empresas de publicidade contratadas pelos Correios no ano de 2003, todos eles seguiam o padrão, o modelo da Secom, da Secretaria de Comunicação, ligada diretamente à Presidência da República. V. S^a manifestou também desconhecimento em relação a isso.

O que lhe indago é o seguinte: V. S^a disse: “A Comissão Especial de Licitação é composta basicamente por técnicos”. V. S^a tem conhecimento de quem são as

pessoas responsáveis pela indicação desses técnicos para a Comissão Especial de Licitação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Geralmente, o Diretor da área indica, não é? Com pessoas já experientes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No caso específico da publicidade, V. S^a tem alguma...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na publicidade, eu acabei de falar aqui. Naquela foi uma comissão, quando começou, eu nem estava ainda no Correio, nem na Diretoria Administrativa. Teve a participação de dois representantes dos Correios, dois representantes da Secom e um representante do Ministério das Comunicações.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabia ou soube ou teve conhecimento de que um desses representantes dos Correios, na verdade, foi uma indicação da Secom?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não sabia. Não sabia porque isso não era diretamente – viu, Deputado, desculpe – comigo. Isso era diretamente com a Presidência do Departamento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Apesar de que V. S^a assinou o aditivo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu assinei o aditivo porque são assinaturas dos Diretores.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E a Diretoria Administrativa, na verdade, é responsabilidade do Presidente e do Diretor Administrativo. O primeiro contrato é subscrito pelo então Presidente e pelo então Diretor Administrativo; e o aditivo ao contrato assinado por V. S^a e pelo Presidente.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É verdade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, só para sua informação – se é que V. S^a não sabia –, um dos indicados da Empresa de Correios e Telégrafos, o Diretor de Marketing também é uma indicação da Secom. Portanto, dos cinco participantes da Comissão Especial de Licitação, três eram pessoas diretamente ligadas à Secom.

Agora gostaria de saber um pouco dos seus conhecimentos sobre o projeto que diz respeito ao gerenciamento de saúde para fornecer medicamentos a doentes crônicos. Esse projeto... Deixe-me explicar-lhe: o Sr. Maurício Marinho, na fita de que todos nós temos conhecimento, faz referência a uma licitação de R\$60 milhões para gerenciamento de saúde e para fornecer medicamentos a doentes crônicos e faz referência a um processo que estaria em andamento dentro dos Correios para contratação desse serviço. Esse processo passou pela Diretoria de V. S^a. Inclusi-

ve, em determinado momento, o assessor de V. S^a, o Sr. Fernando Leite Godoy, despachou esse processo, encaminhando-o à Decam para prosseguir, para dar continuidade a esse processo. Que informações V. S^a teria para dar a respeito desse processo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Esse processo é fruto e nasceu do acordo coletivo que foi feito nos Correios, com os empregados, parece que no ano de 2003, uma coisa desse tipo. E foi desenvolvido pelo Departamento de Saúde, justamente para os doentes crônicos, que demonstram que, ao longo de um determinado período, aquelas despesas vão diminuindo, o que traz resultados melhores para a empresa. Essa é mais ou menos a idéia do projeto, ou seja, o custo-benefício do projeto é interessante para a empresa.

Então, isso foi formatado pelo Desau, que é um departamento de saúde da área de recursos humanos, começou muito antes; eles apresentaram, encaminharam para a diretoria administrativa, para fazer o termo de referência; e foi feito. Há uma posição, que é defendida pelo Marinho, que fosse pregão presencial, mas o que permaneceu foi a posição da presidente da comissão de licitação, que foi o pregão eletrônico, com que eu concordei, e encaminhei, o processo foi encaminhado para o diretor de recursos humanos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a conhece o critério... Houve obviamente uma pesquisa de preços para se realizar esse pregão. V. S^a conhece quem foi responsável pela indicação das empresas onde se fez a pesquisa de preços?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É esse um grande problema que já levantei aqui e que levantei nos Correios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Às vezes, tenho alguma dificuldade em compreender certas explicações levantadas aqui.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A pesquisa de preços você manda para fornecedores. Ora, aqueles fornecedores, que muitas vezes já trabalham para a empresa, podem muito bem se reunir e fazer um conluio. Foi isso que me levou a chamar o pessoal e dizer: “Olha, uma diferença dessa num determinado contrato não é possível que ocorra”. Aí, parti para contratar. Feito o diagnóstico, contratei a Fundação Getúlio Vargas, do Rio, justamente para fazer pesquisa de preços para a gente, para, quando chegar na hora da pesquisa de carta... Porque você manda a carta... “Nego” outro dia me chega na rua e me pergunta: “Eu recebi isso aqui que o Correio manda...” Isso já vem de longas e longas datas. E o senhor sabe que você mudar, digamos, uma cultura que já está enraizada numa empresa da noite para o dia é muito difícil. Então

o que eu estabeleci? Contratamos a Fundação Getúlio Vargas, que está fazendo o estudo e vai fornecer essa pesquisa de preços quinzenalmente – e o faz para todo o Brasil – que vai dar base justamente aos futuros preços de referência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, no caso específico desse projeto, a Fundação Getúlio Vargas também fez essa pesquisa em paralelo às empresas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, porque estava no processo de contratação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porque os critérios são esses, quer dizer, o primeiro seria o custo de referência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando houver; os preços da última contratação de objeto idêntico; e, finalmente, os preços coletados em pesquisas de mercado.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso está no manual, inclusive.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem sugeriu, então, a contratação, aliás, a pesquisa desses preços com as empresas Funcional Card, ABC Data Saúde, Prevsau e Embratex?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso é a área... É o Decam, no caso, tendo em vista o cadastro dos fornecedores desses produtos. Ou, então, você vai no próprio mercado, verifica outros, quando você não tem, ou quer ampliar e amplia, e manda para cinco, seis...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a está afirmando que o Decam é que fez a sugestão desses nomes ou foi outra área dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, a diretoria... No caso, aí, a diretoria de Recursos Humanos sugere.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a tem alguma indicação de relações anteriores entre o diretor de recursos humanos e essas empresas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não tenho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, alguns relatórios preliminares que começam a chegar a esta Comissão, especificamente em relação a esse contrato, apontam claramente uma coincidência enorme entre aquilo que oferecia o Sr. Maurício Marinho na sua fita, enfim, aquelas figuras, naquilo que se dizia que ele estava se gabando de alguns poderes que não detinha, e fica muito claro que naquilo tudo que ele afirma na fita há uma enorme coincidência com um pregão, o Pregão nº 070, de 2005, e o valor a que ele faz referência naquela gravação é muito similar ou muito próximo ao valor apresentado nesse pregão, de R\$60 milhões – na verdade, estamos fa-

lando de R\$61,2 milhões, que foi o levantamento feito por essas empresas.

Alguns relatórios preliminares da Controladoria da União já sugerem que esta própria CPMI, que a própria Empresa de Correios e Telégrafos investiguem a participação do Decam e a participação do Sr. Robinson Koury Viana da Silva, diretor de Recursos Humanos, a relação dele com essas empresas: Funcional Card, ABC Data Saúde, Prevsáude e Embratec.

Parece-me que o Sr. Antonio Osório não tem conhecimento total desse processo, apesar de ele ter passado de forma muito firme pela Decam. O Sr. Maurício Marinho teve, de fato, uma participação muito intensa em todo o processo de contratação e definição dos parâmetros desse processo, desse projeto de R\$60 milhões, que não é pouco dinheiro.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a a colaboração. Com a palavra o ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Dr. Antonio Osório, eu o conheço há muitos anos, na Bahia. Inclusive, declaro publicamente que tivemos a ocasião de trabalhar juntos. Eu era Secretário do Governo do Estado da Bahia e V. S^a era Presidente de uma empresa estatal subordinada à minha Secretaria. Creio que é uma questão de justiça declarar que não, efetivamente, conheço qualquer ato que possa desabonar a sua conduta no tempo em que eu o conheci. Claro que não chegaria a ponto de dizer que assinaria um cheque em branco para V. S^a. Isso é o Presidente quem faz – declaração com relação ao Presidente do seu Partido. Mas penso que é uma questão de justiça que eu possa declarar aqui essa impressão, esse testemunho que colhi ao longo da minha vida pública e por essa experiência de ter sido Secretário quando V. S^a presidia uma empresa estatal.

No entanto, o que pesa neste momento e que é preciso averiguar-se aqui, acima de tudo, é que o próprio Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, assume, publicamente, que ele disputa, que ele briga por indicações de cargos de direção em estatais. E aqui V. S^a reconhece que foi indicado pelo Presidente do PTB falecido, José Carlos Martinez, o Deputado, mas que manteve as suas relações partidárias. E essas relações partidárias são fortes. V. S^a tem... Creio que, desde 1985, está no PTB. E o Deputado Jefferson diz que, na verdade, essa nomeação de membros do PTB em órgãos importantes de estatais tem a incumbência de arrecadar recursos para os Partidos. É isso que o Deputado Roberto Jefferson colocou e coloca claramente. E que isso não é só com o PTB, mas com

todos os outros Partidos. O PT e todos os Partidos da base teriam essa intenção ao nomear cargos para as estatais.

Então, na medida em que V. S^a foi indicado pelo Deputado e que essas questões estão postas, pergunto se V. S^a tinha essa incumbência, dada pelo seu Partido, pelo Deputado Roberto Jefferson? Houve pressão sobre V. S^a para que pudesse fazer esse tipo de ação dentro de suas responsabilidades como diretor dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Agradeço as palavras de V. Ex^a e, da mesma forma, digo com relação ao nobre Senador sobre o nosso relacionamento quando ele era Secretário, e eu, presidente da Urbes.

Queria dizer o seguinte: eu discordo da tese. Eu parto do raciocínio de que a aliança política é possível ser feita em bases programáticas e que, logicamente, é uma vitrine que você faz... Como eu participei lá da Urbes, eu era do PTB. Na época em que fui presidente da Urbes, logicamente que não foi por essa circunstância, que são realidades diferentes, mas eu era do PTB. Da mesma forma, como eu fui indicado para o PTB, levando em consideração... Talvez tenha sido a primeira das nomeações, afora Mares Guia, o Ministro Walfrido dos Mares Guia, foi a minha em função do currículo. Mas, não me pediu isso. Ele pode dizer isso, ele defende essa tese, baseada no sentido de que, digamos, você tem, amplia os seus laços, o seu relacionamento com as empresas que, amanhã ou depois, dentro do sistema de financiamento que aí está, você possa trazer essas pessoas para financiar. Não é a minha maneira de ver. Quem me conhece sabe que não é essa a minha maneira de fazer. Eu não fiz isso, não pedi a ninguém e não concordo com isso. Todo mundo sabe disso! Basta olhar a minha história que todo mundo vai ver, inclusive agora. Eu não sou de fazer isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a minha pergunta é no sentido de se o Deputado Roberto Jefferson pressionou V. S^a, em algum momento, para que pudesse trabalhar no sentido de angariar contribuição para campanhas políticas do PTB?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Em nenhum momento ele me fez isso. À minha pessoa, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação às declarações do Sr. Maurício Marinho. Elas são graves, V. S^a já reconheceu aqui. Envolve, inclusive, diretamente V. S^a, quando fala – quer dizer, defende por um lado, envolve por outro –, quando diz que V. S^a não gosta de acertar absolutamente nada: “Vão lá os fornecedores, e eles me pedem: ‘Pelo amor de Deus!

Não me falem em preço aqui!’ É o estilo deles. Aí, a gente acerta, negocia. Aí, essa cota é para ele. Tem a do Presidente. Aí, ele vai levar em cima.”

São acusações extremamente graves, feitas pelo Sr. Maurício Marinho, na fita. É claro que, posteriormente, ele nega; nega o teor dessa fita, mas essa fita é uma realidade.

Então, isso me impõe a lhe perguntar exatamente sobre essas declarações do Sr. Marinho, porque, mais adiante, na sua própria declaração, percebe-se que ele conhecia profundamente as entranhas políticas do PTB. Ele fala aqui: “Como vocês, o Partido, eu acho que ele é um pouco desorganizado. Essa é a minha concepção. Está na hora de decidir quem é Deputado, Senador. Vamos preparar antes para que não tenha briga dentro do Partido.” Ou seja, das declarações dele, na fita, que foi desgravada, que é o motivo do início desse grande imbróglio a que a Nação brasileira está assistindo com tantos desdobramentos, ele diz exatamente isso aqui e afirma o seu envolvimento dessa forma. Então, quero lhe perguntar muito diretamente sobre essas declarações do Sr. Maurício Marinho. O que tem V. S^a a dizer?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Nego todas. São declarações mentirosas. Diga-se de passagem – o nobre Senador já colocou aí, inclusive –, isso foi negado por ele na própria carta que ele fez; está lá, negando essa questão. São mentirosas. Nunca fiz isso. E não sou de dizer: “Faça isso ou não faça.” Ou eu faço, ou não faço. Mas nunca fiz. Não fiz e não farei; jamais farei um negócio desse, de mandar alguém pedir ou fazer qualquer coisa desse tipo.

Dizer que conhece o Partido? Ele não conhece porque ele não ia às reuniões do Partido, ele nunca participou de reuniões do Partido. Como é que ele conhece o Partido?

Ele fala, por exemplo, do Ezequiel; ele fala do Senador Bezerra como se conhecesse o Senador Bezerra, mas não conhece. Ele falou coisas ali que eram maiores do que a diretoria toda reunida, entende?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A conclusão, então, é que o Sr. Maurício Marinho está fora de suas faculdades mentais. O problema de saúde dele não era problema mental, era o problema físico.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O meu próprio advogado, uma vez, chegou a me falar sobre isso, mas não sou analista dessa ordem.

O que quero dizer é o seguinte: aquelas afirmativas que ali estão eu nego, da maneira como ele disse, como ele está dizendo, afirmando daquela maneira...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele trabalhava com V. S^a. V. S^a tinha confiança, chegou a elogiar aqui o desempenho profissional dele. E não

conseguia perceber esse desvio de comportamento que ele teria para poder afirmar coisas tão graves assim, de forma tão leviana?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Se V. S^a lá trabalhasse ou quem trabalhou e que conheceu o Dr. Maurício Marinho diria o que eu disse aqui. Agora, tem momentos e momentos. Dali em diante, logicamente, foi um momento que eu não conhecia o Dr. Marinho; eu não conhecia aquela posição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Anteriormente, ele não apresentou nada que pudesse ter alguma semelhança com esse tipo de declaração?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que chamou a atenção foi do ponto de vista da saúde, que já coloquei aqui, que várias pessoas me falaram, depois que o caso ocorreu: “Outro dia, ele sangrou muito lá... E falou em querer sair da empresa, estava pensando nisso.” Ele me falou que gostaria, depois que fosse aposentado, de criar uma empresa de consultoria. Isso é uma questão dele, própria dele, entende? Mas eu não conhecia esse lado do Dr. Marinho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dr. Antonio

Osório, com relação à sua diretoria, que acompanhava, de alguma maneira, as contratações, por exemplo, com relação às contratações para o setor de publicidade e propaganda. Isso me interessa muito, porque esse edital que foi feito em 2003 foi modificado por uma orientação direta da Secom. A Secom, comandada pelo Ministro Luiz Gushiken, tem inclusive a prerrogativa, colocada por Decreto presidencial, de indicar três membros, de cinco, de uma comissão de licitação no setor de comunicação. Então, ele praticamente domina; diz quem deve ou não ser contratado.

Então, é uma licitação, pelo processo de técnica e preço, que termina sendo direcionada pela maioria da comissão. Se a maioria da comissão é da Secom, então, é claro que ela vai praticamente interferir na escolha de direta desses participantes.

Houve uma alteração – está aqui no relatório – feita pela própria ECT, de que, em relação à alteração ocorrida na minuta do edital, que, inicialmente, havia estabelecido o valor do patrimônio líquido de 3 milhões, essa foi processada juntamente com várias outras alterações, a partir de observações recebidas da Secom, órgão que tem a incumbência de apreciar e aprovar o edital para contratação de serviços de propaganda e publicidade, conforme o inciso II do art. 10º do Decreto nº 3.296/1999.

Pois bem, por que houve essa alteração? A própria Secom, em determinado momento, negou que tivesse qualquer interferência sobre essas licitações nas diversas estatais, mas o relatório dos Correios está

aqui reconhecendo. Acho que a Secom depois, diante das evidências e dos fatos, reconheceu.

V. S^a, que estava na Diretoria de Administração, que é uma diretoria que tem responsabilidade, que permeia todos os Correios, tinha acompanhamento e conhecia esses fatos que estão aqui, agora, relatados?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não é bem assim. A Diretoria Administrativa...Era uma comissão especial de licitação. A Diretoria Administrativa não tinha uma participação direta sobre esse assunto.

Eu sabia que, inicialmente, foi feito o edital com os membros da comissão, onde teriam dois membros dos Correios, dois membros da Secom e um membro do Ministério. Depois, parece-me que o Ministério não indicou o nome dele e passou para uma outra indicação, que não sei propriamente dita se foi dos Correios ou se foi da Secom. Houve, na verdade, algumas observações, porque o edital, antes de ser publicado, é encaminhado para a Secom. Foi encaminhado para a Secom e, de lá, eles acrescentaram coisas técnicas. Inclusive, tem aqui as observações, no meu *paper*, que tenho sobre esse assunto.

Então, nessa parte, a participação da Diretoria Administrativa é nula. Ela não tem participação. Ela é uma comissão especial de licitação, diretamente com a Presidência e com essa participação da Secom.

A outra questão...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a assinou diversos termos de aditivos de contratos de publicidade da SMP&B.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Desculpe, Senador. Porque o edital tem que ser assinado por dois diretores. Na medida em que foi assinado esse contrato, o contrato – segundo as informações que peguei, baseadas nos pareceres jurídicos e no acompanhamento feito pelo Departamento de Marketing – dizia e eu analisava que tecnicamente estava tudo correto. A empresa não ia ficar paralisada e eu nem sabia, naquela época – e nem poderia fazer nada, até – se era de Marcos Valério ou de quem quer que seja.

Eu assinava como diretor administrativo, digamos, o edital, de acordo com as normas da empresa e os manuais que temos na empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O pagamento à SMP&B, em algum momento, tem que passar pelo crivo da Diretoria de Administração?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não, não. Aí, já é direto entre o Demarket, que é o Departamento de Marketing, a Presidência e vai para o diretor financeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a tinha algum conhecimento de que a execução desses contratos não seguia regularmente, a ponto de que os próprios Correios solicitavam complementação nas faturas e que não foram atendidos pela SMP&B?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, aí eu não tenho conhecimento, porque aí fica entre o órgão gestor, que é o Departamento de Marketing, e o Departamento Financeiro e a Presidência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, a Diretoria Administrativa não tem, por exemplo, nenhuma interferência direta com relação à contratação de empresas, por exemplo, para fazer o transporte aéreo, do tipo da Skymaster, da Promodal? Não participa, não tem interferência nenhuma?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não participa, não. Isso aí é feito... isso foi em decorrência de uma portaria, ou de um ato, de um expresidente, que tirou muito da área de administração, jogou para a área de tecnologia e jogou para a área de operações, que foi...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que Presidente foi esse?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O Hassan Gebrim, há muito tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor teve algum contato, pelo menos telefônico, com pessoas como Marcos Flora, o Ministro Gushiken ou alguém da Secom, para ligar, para...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Nunca falei com o Ministro Gushiken e não sei quem é Marcos Flora. Eu não tive esse contato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, por 15 minutos, improrrogáveis.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Antonio Osório, desculpe-me, talvez lhe faça algumas perguntas repetidas, já que não estava presente desde o início, mas as farei de modo rápido. As Diretorias eram partilhadas, ao que se sabe, por critérios políticos. O senhor foi pelo PTB; o Sr. Eduardo Medeiros, de Tecnologia, seria do próprio PT; e o Sr. Maurício Madureira também seria do PT? O senhor tem esse conhecimento?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não tenho esse conhecimento. Soube que ele vai depor e V. Ex^a poderá tirar essa dúvida. Disseram-me, inicialmente, que foi pelo PL, depois PMDB, entende? Coisa desse tipo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – O senhor assumiu a Diretoria de Administração quando estava como Ministro o Miro Teixeira?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Quem estava era o Ministro...?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Miro Teixeira?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Da Administração?

Eu entrei no dia 19/05/2004. Eu não...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Desculpe-me.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Eu entrei nesse dia. Não me recordo da saída do Ministro Miro Teixeira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Quem presidia os Correios àquela época em que o senhor entrou?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Quando eu fui para a administração? João Henrique. Eu respondia pela Diretoria...Eu era da Diretoria de Recursos Humanos, respondia pela Diretoria Administrativa, ainda com o Presidente Dipp, com a saída do Dr. Fadel. Depois assumi, já com o João Henrique.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – O senhor saberia informar se o Presidente Dipp foi uma indicação do PDT?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– As informações que temos é que sim; e do Ministro Miro, que era do PDT à época.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – O senhor tinha conhecimento – veja, não estou afirmando que o senhor avalizava ou concordava –, mas o senhor tinha conhecimento de que Parlamentares opinavam sobre eventuais indicações de Superintendências regionais? Exemplifico: no Estado de São Paulo existe uma Superintendência da Grande São Paulo e uma do interior, que é sediada em Bauru. Essas indicações eram feitas por um critério técnico ou, via de regra, por ouvir dizer, havia uma participação política no sentido da indicação de nomes que eram submetidos à presidência?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Tinham que ser do quadro. Mas, conforme as informações que temos, tinha influência política na indicação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Tinha uma influência política.

Sr. Osório, quando a empresa de Correios e Telégrafos se vale do pregão eletrônico, eu posso concluir... Suponhamos no serviço de segurança, no de limpeza, ou que o valha. Se ela realmente se vale desse modelo para contratar os serviços, é porque ela necessita

desses serviços. A pergunta pode parecer meio óbvia, mas tem uma razão de ser. Se faz o pregão quando, de fato, necessita da prestação daquele serviço?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Hum, hum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Está correta a afirmação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não, é.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Então, eu posso concluir que, feito o pregão, a empresa vencedora, como regra, de pronto, assinará o contrato com os Correios, para a prestação daqueles serviços, cuja necessidade, o senhor mesmo disse, que é evidente...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Depois do pregão eletrônico?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não. Depois de feito, a gente ainda chamava para ver se o preço chegava, ou era menor; se fosse menor do que o preço de referência, ou se chegava ao preço de referência...Porque há um momento em que ele pára.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – O pregão eletrônico define o ganhador?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Define o ganhador.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Esse que ganhou, se o serviço é essencial...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Mas a gente chama para ver se ele chegava ao preço – aquele que ficou.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Não, entenda.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Essa já era uma norma que vinha da empresa, e o próprio Manique, que é o Manual de Licitações, estabelece que você chama para diminuir o preço, se for possível diminuí-lo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Entendi. Ele era o ganhador, mas se tentava, ainda, uma última negociação, com relação à redução do preço.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Mas, de qualquer forma – ainda naquele mesma linha de raciocínio –, ganhou o pregão; chamou; conversou; assina-se o contrato. É a regra. Uma vez que...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Se ele teve um preço acima do preço de referência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Perfeito.

O senhor tem conhecimento de casos em que empresas ganharam no pregão eletrônico? Deve ter havido essa negociação, porque elas começaram a prestar serviços, mas, não se sabe por qual motivo, não assinaram o contrato. Mas prestavam serviços sequencialmente por meio de contratos emergenciais, quando, na verdade, tinham ganhado o pregão.

Apagaram as luzes aqui, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, se teve casos de contrato emergencial na empresa, foram um ou dois – se aconteceram.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Não. Eu digo, depois do pregão eletrônico. Ou seja: a empresa ganhadora começou a prestar serviço, mas não assina o contrato. Não é a regra.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não. Isso, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – Tem que assinar o contrato...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Que eu saiba, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SC) – É porque o senhor não tem conhecimento de casos de empresas ganhadoras pelo pregão eletrônico, que efetivamente estejam prestando serviços por contratos emergenciais, porque, uma vez que ganhou, teria que haver o contrato propriamente dito?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Faz o contrato.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como tenho conhecimento de fatos concretos de empresas que ganharam por meio de pregão não assinaram os contratos, mas até hoje prestam serviços emergenciais, pergunto: o senhor saberia me dizer se, pelo fato de essa empresa ganhadora não ter, por hipótese, um vínculo forte com aquela superintendência, cuja indicação foi política, em que pese o cargo ser de um técnico, poderia ser um motivo para a não assinatura, uma vez que a empresa ganhou, houve a negociação, presta o serviço, mas os Correios se negam a assinar o contrato, fazendo sequencialmente contratos emergenciais?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não acredito nisso, Deputado. Não acredito nisso e acho que isso não ocorreu nos Correios; que eu saiba, não ocorreu nos Correios. Porque na hora em que se ganha o pregão – lógico – você chama e parte logo para a elaboração do contrato; entra logo o departamento jurídico, todos os órgãos que fazem parte dessa etapa participam do processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concorde com o senhor. Veja, Sr. Osório. V. S^a disse algo com o que concordo plenamente. Não tenha dúvida: ganhou o pregão, tem que assinar o contrato. Estou lhe afirmando, realmente estou lhe afirmando, que tem empresas que ganharam via pregão, mas que prestam serviços emergenciais. Qual seria o critério técnico para justificar que elas não assinassem esses contratos?

A meu ver, o único critério a justificar que elas não assinassem, salvo engano meu – gostaria de ouvir o senhor sobre isso – seria uma questão política, porque ela ganhou, está prestando o serviço, mas não se assina o contrato.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Continuo afirmando a V. Ex^a que não conheço nenhum caso desse tipo. Não vou dizer... e V. Ex^a está dizendo que tem. Não conheço e não é esta a prática nos Correios.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou afirmando que tem porque de fato tenho conhecimento disso.

O senhor não saberia dizer qual o motivo pelo qual isso não foi feito?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O motivo também não posso. Acho que isso é um absurdo, se isso aconteceu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concorde com V. S^a.

Já afirmei aqui em uma oportunidade – e alguns Parlamentares até se assustaram – que eu nunca tinha ouvido falar do mensalão antes da entrevista do Deputado Roberto Jefferson. E de fato nunca tinha ouvido falar. Não sei se pela minha formação como Promotor de Justiça, não sei se porque tinham receio de tocar neste assunto comigo, o fato é que, quer por um motivo, quer por outro, nunca havia ouvido falar de mensalão. Mas confesso ao senhor que ouvi muitas vezes falarem aqui no Congresso sobre o fato de que nas franquias, quando de fato concedidas, o franqueado teria que pagar luvas.

Veja, não estou dizendo que o senhor avaliza, que aconteceu sob a orientação de V. S^a. O que estou perguntando é se o senhor, assim como eu, também ouviu dizer que em determinados municípios, ou em determinadas regiões, cobravam-se luvas, evidentemente de forma ilegal, para o franqueado que conseguiu aquela agência dos Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Deputado, posso lhe afirmar o seguinte: não se assinou e não se concedeu franquia alguma desde que eu estou lá. A informação que eu tenho é que o sistema de franquia era um sistema que se dava politicamente...sei lá. Há um estudo que está sendo feito, inclusive

com o próprio Tribunal de Contas da União, para formatar novo modelo que envolva a licitação. Enquanto estamos lá, não aconteceu franquia alguma.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Osório, V. S^a fez uma afirmação importante: está em estudo uma forma pela qual os novos franqueados assim se definam na condição de ganhadores de um processo licitatório, e não como hoje...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Como hoje não existe mais nos Correios; desde que nós entramos, não aconteceu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Os que foram até hoje, o foram politicamente, segundo o senhor afirmou.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Até anos atrás. E outra coisa: isso é da área comercial diretamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o diretor da área comercial poderia responder com muito maior propriedade...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mas a linha é essa que estou dizendo a V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mesmo que sejam contratos antigos, ouvi dizer aqui no Congresso – volto a afirmar – que havia não só o pagamento de luvas, mas os franqueados tinham que pagar uma determinada mesada para uma pessoa que foi indicada e que, naquela região, era quem arrecadava essa mesada. O senhor nunca nem por ouvir dizer...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca ouvi; até porque entrei agora e nunca aconteceu esse fato lá desde que eu entrei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por último, Sr. Antonio Osório. Conversávamos aqui eu e o Senador Romeu Tuma, e chegou ao nosso conhecimento – o próprio Senador já pediu informações à delegacia de Bauru, porque, nesse caso específico, foi feita a compra de equipamentos por parte dos Correios de não sei quantos equipamentos de informática. Seriam 400, Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quatrocentos para distribuição na regional.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na regional de Bauru, 400 equipamentos de informática a um valor de R\$3.800,00 cada equipamento – não estou falando de *software* –, sendo que, na verdade, o valor de mercado seria de R\$1.800,00. Isso foi enquanto o senhor estava nessa diretoria? Ou quem pode responder isso também é o diretor comercial?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, foi feita uma licitação na área de informática. Agora, o detalhamento dessa questão é pela área de informática.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela área de informática?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – De tecnologia, aliás, que vai depor aqui inclusive.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço a V. S^a, Sr. Osório.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Agradecemos a colaboração...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria que se revisasse a questão do som aqui. Toda hora está falhando.

Agradeço muito a colaboração do Deputado Carlos Sampaio, pela objetividade, contribuindo, portanto, com os trabalhos.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todas e a todos, Dr. Antonio Osório, que dá prosseguimento ao seu depoimento na manhã de hoje.

Efetivamente, estamos na condição, que V. S^a sabe, em função de já ter exercido mandato parlamentar, de investigação. E, em função disso, já mencionado inclusive pelo Senador Alvaro Dias, algumas perguntas efetivamente deverão ser feitas com a objetividade e a crieza que o tema exige, tendo em vista nossa tarefa própria de investigar e a colaboração que V. S^a tem demonstrado no desejo de esclarecer.

V. S^a tem larga experiência política, participou de outras administrações, teve mandatos parlamentares. V. S^a afirma que o Sr. Marinho mente em diversas das suas declarações. V. S^a não chega a ter tanta contundência em algumas afirmações do Sr. Roberto Jefferson – que ele está mentindo ou não em afirmações que têm correlação, do ponto de vista de qual seria a expectativa de quem, ao negociar cargos políticos, de administração, representando partidos, deseja auferir resultados. Como disse e V. S^a reconhece, já participou de outras administrações com coalizões políticas diferenciadas. A pergunta que faço, até para chegar a alguma conclusão em torno das afirmações do Sr. Roberto Jefferson, é se, nessas suas experiências de participação de governos, são comuns mediações partidárias para alocação de cargos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, na verdade, eu participei primeiro do Governo Antonio Carlos Magalhães...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu gostaria apenas que V. S^a fosse objetivo e dissesse se é

comum ou se não é comum um procedimento dessa ordem.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA —...olhou as pessoas que trabalhavam, que tinha confiança ou que conhecia tecnicamente e trouxe, e convidou para participar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Convidou.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – No meu caso, ele me convidou para coordenar o programa de governo e eu vim a ser o secretário de planejamento lá. Quando vim para cá, trabalhar com o Senador César Borges, foi justamente um convite feito por eles para eu dirigir uma empresa que era importante, apesar de o Sistema Financeiro de Habitação estar em decadência na época.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Naturalmente, isso levava em conta a sua biografia, a sua experiência profissional...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O relacionamento com o grupo, todo mundo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... o relacionamento de grupo político, de conhecimento, de interesses e até de sustentação das ações que o governo deveria levar adiante.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Correto, correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha que esse é um procedimento, portanto, correto, do ponto de vista da legitimidade política?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Da legitimidade, eu considero, inclusive agora, se as pessoas agem dessa maneira como agi. Eu agi...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente. Então, o senhor acredita que não apenas isso faz parte da tradição política, mas tendo em vista inclusive composição de governos, esse procedimento leva a uma conformação pautada na biografia das pessoas, na sua competência técnica, no conjunto de relações que ela estabelece, efetivamente na composição de acordos em função de programas de governo a serem levados a efeito.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, no meu entendimento, o que dá seqüência a alguma afirmação do Deputado Roberto Jefferson, é que esses entendimentos existem há muito tempo, em diversas articulações para composição de governos nas diversas instâncias – federal, estadual e municipal. V. S^a confirma, portanto, essa etapa da conversa.

A segunda interrogação que gostaria de fazer é em relação ao compromisso que, segundo o Depu-

tado Roberto Jefferson, precede essas conversações, que se trata de auferir fundos para a sustentação de partidos. A pergunta que objetivamente faço a V. S^a é se, em sua indicação para compor a diretoria de Correios, o pressuposto foi o estabelecimento de alguma meta financeira.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nenhuma meta financeira, já respondi a essa pergunta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhuma meta financeira, nem da parte do atual presidente licenciado do PTB nem do anterior presidente, já falecido.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – José Carlos Martinez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhuma indicação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nenhuma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, nesse ponto específico, V. S^a pode afirmar que Roberto Jefferson mente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, se ele fez essa afirmativa... Comigo... Mente, porque ele não fez, comigo ele não fez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, ele não fez com o senhor em específico; ele fez no genérico, do ponto de vista da composição de governo e da pactuação para a ocupação de cargos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ah, no genérico. Eu não diria... Eu discordo da tese... Eu não estou aqui para chamar ninguém de mentiroso. Eu discordo da tese, eu acho que a tese, na minha maneira de ver, está errada. Eu acho que é uma aliança política que se faz em cima de programa; inclusive, para a pessoa que vai lá e para o partido, se eu faço um bom trabalho, estou vendendo a imagem do meu partido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu já compreendi.

Então, V. S^a, no mínimo, discorda da tese e afirma que, com V. S^a, nas indicações do PTB, com a participação de autoridades do PTB, esse tipo de conversação não ocorreu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Pelo menos comigo, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. E o senhor esteve acompanhado, inclusive, do ex-presidente do PTB e do próprio deputado nessas conversações. Portanto, posso inferir que essa parte da afirmação do Deputado Roberto Jefferson não corresponde à verdade no caso da indicação de V. S^a.

O senhor mencionou aqui um procedimento no interior dos Correios. Há quanto tempo o senhor mantém relações institucionais e funcionais com os Correios? Sua primeira função foi a partir de 2003?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi. Foi a partir dessa data.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca

o senhor teve, antes, relação institucional ou administrativa com os Correios.

O senhor afirma que recebeu o currículo do Sr. Marinho sendo portado por uma autoridade do partido?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, o Deputado José Chaves.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor

chegou a conferir esse currículo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Conferi o currículo, mas eu lhe digo, Deputado, com pureza d'alma, que não foi essa indicação que me levou a convidar o Marinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por isso

é que eu estou perguntando se o senhor conferiu o currículo. Exatamente por isto: porque o senhor havia afirmado que não foi essa indicação a decisiva.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Conferi o currículo dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Inclusi-

ve o currículo funcional, dos 28 anos de vida dentro dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Fui ver nos assentamentos da empresa. Procurei saber de outras pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Só para

disciplinar: quando o deputado estiver perguntando, V. S^a aguarde ele terminar. Ele termina, e V. S^a começa; assim, fica melhor disciplinado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrig-

ado.

Pois não, Sr. Osório.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Conferi inclusive os assentamentos com outras pessoas, com pessoas que eram influentes na empresa, que têm história na empresa. Me falaram muito bem dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então o

senhor teve conhecimento de uma demissão anterior do Sr. Maurício Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu soube que ele teria se afastado. Houve um problema na época, parece-me que do Gebrin, por questões outras, política interna, mas nada que maculasse a sua imagem. Tanto é, que me surpreendi com aquele documento que foi lido aqui pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aquele documento não consta do currículo funcional do Sr. Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – As razões de sua demissão àquela ocasião?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor menciona também que ficou muito impactado com a exposição de um trabalho do Sr. Marinho acerca do “reforço de venda”, se não estou enganado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E foi essa exposição, fundamentalmente, que atraiu o senhor para a confiança irrestrita no Sr. Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Gerou expectativa. Eu fiquei olhando e disse... Não imaginava que ele fosse dos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Porque ele tinha um amplo domínio sobre os processos que levariam a firmar produtos oriundos dos Correios.

E o senhor mencionou que haveria, na sequência, uma outra reunião, uma reunião que o senhor chamou no depoimento de “reunião de gestão” a ser acontecida – não sei se ocorreu – em Belo Horizonte com todo o grupo.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando o senhor fala com todo o grupo, está mencionando que grupo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Toda a diretoria da empresa, diretor de recursos humanos... Toda a empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era para alterar processo de gestão interna?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Gestão interna, montar o plano estratégico da empresa...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor mencionou que algumas atribuições de sua diretoria, na administração anterior a este Governo, dos Correios, foram subtraídas na direção de outras diretorias. O senhor mencionou, inclusive, o ex-Presidente dos Correios responsável por essa alteração.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tem uma portaria na época, uma CI – não me lembro – em que ele determina novas atribuições e competências para as várias áreas. E aí divide, por exemplo, a Comissão Permanente de Licitação, que devia agregar

tudo, ficou dividida; isso quem cuida é a Operação; isso quem cuida é a Tecnologia; coisas desse tipo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em realidade, a participação do senhor na gestão dos Correios se pauta por uma estruturação que é anterior a esta administração.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E é essa estruturação, inclusive, que é vigente na atribuição de competências a cada um dos cargos com os limites que V. S^a manifestou aqui, o que também me leva a entender que o desejo de mudança representado por esta nova direção dos Correios apontava alguma alteração dessas estruturas. O senhor pode afirmar em que sentido caminhava a alteração dessas estruturas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Na verdade, eu tinha esse pensamento. Penso que se poderia fazer, mas a diretoria era composta de representantes de muitos partidos, e ficava muito difícil voltar aquilo atrás, a não ser se fosse uma reorganização interna.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas, num dos aspectos importantes, o senhor mencionou a questão de fixação de preços, de pesquisas de preços, etc, que guarda vinculação com esses procedimentos. O senhor mencionou, inclusive, a curiosidade em relação a um programa desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e citou como exemplo a experiência da Companhia Vale do Rio Doce, no seu depoimento anterior. Pergunto a V. S^a quem intermediou, na condição de consultor, a apresentação desse produto da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na verdade, a gente procurou... A Fundação Getúlio Vargas é conhecida por todos que trabalham na administração pelo fornecimento de índices, etc, etc, etc.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Claro, e ficou conhecida, inclusive, por um intermediário dos produtos dela chamado Molina.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quem?!

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Molina.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele se apresentou aqui, inclusive, como consultor da FGV...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Não. Nesse caso, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E representante... Nesse caso, não?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Eu nem conheço Marcos Molina. Fiz diretamente. Chamei meu pessoal, conversei, mostrei o que pensava que devíamos fazer, e chamamos a Fundação Getúlio Vargas. Foi uma pessoa lá, da qual não me recordo o nome, discutimos qual era o perfil que gostaríamos que fosse, quantos produtos gostaríamos... algo em torno de 400 produtos...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, a demanda já era apresentada pelos Correios e não era apresentada por alguém que tinha interesse no contrato.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Claro. Fomos nós...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que, nesse caso, não o Molina. Em que caso, então, houve o Molina na mediação?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu diria, Deputado, que não conheço o Molina e nunca tive um contato com o Molina.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não conhece, nunca teve contato nem na condição de consultor da Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Maurício Marinho, que o senhor afirma que mente – não afirma com a mesma contundência em relação a Roberto Jefferson –, afirmava que “nós estamos trabalhando fechado. Somos três aqui que trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PTB”. Ele se referia, nesse texto, ao senhor, ao Sr. Fernando Godoy, se não estou enganado, e a ele próprio, Marinho. O Sr. Fernando Godoy trabalhou com V. S^a em outras funções dos Correios ou apenas na assessoria da Diretoria de Administração?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na assessoria... Como assessor-executivo, na área de recursos humanos e, depois, na Dirad.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, nos dois cargos que V. S^a exerceu. O que levou V. S^a a ter tamanha confiança no Sr. Fernando Godoy? Já tinha experiência administrativa anterior com ele? Tinha o currículo dele ou recebeu também a mediação de algum político que houvesse indicado esse nome?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Conheci Fernando Godoy na reunião... Na posse de políticos, dos Deputados que estavam lá e me apresentaram. Começamos a conversar, ele começou a se interessar... Houve o convite para que ele entrasse no PTB e comecei a conhecê-lo, quando vi que ele conhecia muito bem Brasília, porque tinha sido o Diretor Regional de Brasília por dez anos. Eu não tinha muita penetração – sou um cara muito retraído nesse particular –, e ele tinha uma penetração muito grande...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dez anos em Brasília em que exercício?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Na Direção Regional de Brasília...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Direção Regional dos Correios? Ele era um servidor de carreira dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Ele é um servidor de carreira. E tinha um entrosamento muito grande, principalmente com os carteiros, já que, na minha opinião, precisávamos elevar a posição dos carteiros, pois representam a maioria dos empregados da empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tá certo. Entendi, Sr. Antonio Osório.

O senhor tem uma larga experiência, aqui demonstrada, em administrações sucessivas, é profissional técnico e capacitado inclusive do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o que o abona. Pergunto, diante da informação tão contundente das mentiras do Sr. Maurício Marinho, se, na sua experiência política, o senhor já conviveu com uma pessoa tão mentirosa, gozando de tanta confiança de V. S^a, ao longo da vasta experiência de administração que teve.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– O que eu disse é que há o Marinho de antes e o Marinho de depois. O Marinho de antes, que eu conheci, é um excelente profissional e muito sério. Depois daquele fato, veja, V. Ex^a, que ele entra com uma carta desmentindo tudo o que disse. Na verdade...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha que ele mente na carta, mente na fita, mente no depoimento, mente no conteúdo, quando ele mente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Acho que houve mentira na carta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na carta.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não, na fita.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que leva o senhor a achar que houve mentira na fita? Então, o senhor ainda deposita confiança irrestrita no Sr. Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não é confiança irrestrita. É porque ele não tinha – e não tinha ninguém na empresa – aquele poder. A diretoria reunida não teria aquele poder que ele disse. Como ele teria aquele poder?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, na afirmação de V. S^a, o único erro e única prática ilícita foi o recebimento de R\$3 mil, que estão presentes na fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não. Foi mentir, como ele mentiu, fazendo-se ser um grande técnico, receber dinheiro dentro da empresa e tomar dinheiro de outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Agradeço e peço minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, procurarei ser rápido.

Sr. Antonio Osório, com o testemunho do Senador César Borges, parece-me que V. S^a sempre teve uma conduta ética durante o período em que, com S. Ex^a, trabalhou na Bahia. Então, pergunto, de acordo com essa sensibilidade ética, V. S^a acha que está colaborando na apuração dos fatos que trouxeram tanta amargura à sociedade brasileira?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Estou, sim, e estou procurando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É importante que V. S^a colabore efetivamente com a CPMI, para que o Relator possa, na busca das informações corretas, elaborar um relatório que indique os responsáveis por todos esses eventos que estão ocorrendo.

V. S^a fala que confiava na capacidade do Sr. Marinho e que ele não poderia ter poder que superaria até a própria diretoria por inteiro. O senhor acha que essas observações que ele fez durante a gravação se baseava num poder político extra Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não, ele não tinha poder com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero saber se ele tinha ligações políticas que poderiam pressionar o senhor e outros diretores, para que fizessem aquilo que fosse importante no caixa, para sustentação do mensalão.

Não podemos achar que o mensalão não teria vida se não tivesse uma fonte. Por tudo que está aqui, tenho até um organograma – depois vou mostrar para o senhor – das denúncias feitas, para elaborarmos todas as interligações do que está sendo apurado pela imprensa investigativa, que vou comparar com os depoimentos que estão sendo feitos aqui.

Vou mostrar para V. Ex^a, Sr. Presidente.

Tem que ter uma fonte. Parece que escolheram as estatais para sustentar os valores necessários ao famigerado mensalão.

V. S^a fala sobre as concorrências. Pergunto se as concorrências regionais não eram centralizadas

nos Correios, pelo que perguntou o Deputado Carlos Sampaio, como bom promotor.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tinham concorrências regionais até um determinado limite.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual era o limite?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– R\$650 mil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quer dizer, a aquisição de Bauru, por exemplo, que ele fez referência, que chegou para distribuição regional deve ter sido centralizada em algum equipamento em que estamos buscando a informação mais correta. Então, essa seria centralizada. Por exemplo, determinados tipos de equipamentos para distribuição nacional são centralizados.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– São centralizados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando o senhor achou importante a contratação da Fundação Getúlio Vargas, foi decisão pessoal ou da diretoria? Porque estou entendendo que foi pessoal pelas explicações...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi pessoal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor se lembra quantas pesquisas de preços e a partir de que data foram feitas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Toda licitação que é feita é precedida também de uma pesquisa de preços, que é feita no Decam pelos técnicos; de lá, mandam para aqueles que estão cadastrados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Temos que fazer uma coisa muito clara. Há concorrência por tomada de preços e há concorrência em que cada fornecedor entra apresentando sua proposta. Quando o senhor fala a respeito da Getúlio Vargas, a aquisição foi por tomada de preços ou, na própria concorrência, eles fazem uma análise de preços?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Convite, tomada de preços, pregão e as outras modalidades. No caso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No pregão, não dá para analisar, porque o pregão é o leilão ao contrário. Quer dizer, quem apresenta discute... Pelo menos o presencial, não sei se fazia presencial ou só por meio da Internet.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Aconteceu o presencial. Depois que entrei, houve um crescimento de pregão eletrônico, inclusive com treinamento das equipes regionais de todos os Esta-

dos, e começou a crescer. Porque é transparente, mais democrático, etc, etc.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O eletrônico é mais arriscado que o presencial, não é?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Ele é mais democrático e mais aberto, porque se participa de todo o Brasil. O outro envolve presença, conversação, negociações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor

disse que, depois de ganhar no pregão, chamava o ganhador para discutir ainda se o preço poderia ser melhorado e tal. É isso mesmo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. O pregão tem o pregoeiro. Eu não me metia nisso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem o técnico, não é? O pregoeiro é designado pela diretoria.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Chegou, bateu ali, venceu, o senhor terá o preço tal, o nosso preço de referência é esse. Conversava com ele se podia chegar àquele preço ou diminuí-lo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou fazendo essas perguntas porque há denúncia clara, pelo menos pela imprensa, de que houve fraude em pregão. Acho um pouco mais difícil haver fraude no pregão, porque, no presencial, se discutem os preços; mesmo quem é vencedor ou quem é perdedor pode fazer as reclamações de imediato, e encerra-se o processo ao término da feitura da ata.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Senador, sobre este assunto, passei às mãos do Presidente e do Relator um documento e um CD, mostrando que contratamos ao Banco do Brasil o nosso sistema de pregão. Economizamos mais de R\$7 milhões. Todo o sistema de segurança está nas mãos do Banco do Brasil, daí o motivo por que acho muito difícil...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí o senhor fez referência a alguns dos senhores interpeladores, dizendo que a Secom remeteu-lhe de volta esse processo de concorrência com algumas alterações que o senhor tem aí. Poderia fornecê-las ao Relator?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Posso, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – As alterações que foram propostas no ato de concorrência da Secom para publicidade dos Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Vou mandar tirar cópia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para mim, não. É só para o Relator. Depois, teremos acesso a elas. É para sabermos por que a Secom interveio no edital elaborado pelos Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Antes de encaminhar para publicação, geralmente mandava para a Secom; eles...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque ela coordenava...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A política.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Toda a política de publicidade era dirigida pela Secom, pelo Ministro Gushiken. É o que realmente está aqui.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pela Secom.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, que eu mostre, por apenas dois segundos... (Pausa.)

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e solicito que encaminhe à Relatoria cópia desse documento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* À tarde, entrego ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Gostaria só de chamar a atenção: já ouvimos dez inscritos, mas ainda faltam 20. Se continuarmos nesse ritmo, não vamos cumprir a pauta. Digo isso a título de esclarecimento.

Com a palavra, o ilustre Deputado Maurício Randes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus Pares; Sr. Antonio Osório, em várias oportunidades, na primeira parte do seu depoimento, outro dia e hoje, o senhor reitera a interpretação da tese da bravata, ou seja, que o Sr. Maurício Marinho não teria aqueles poderes, que isso que está sendo dito seria um esquema de arrecadação de fundos lá para o Deputado Roberto Jefferson e seu Partido; que isso não haveria e seria uma mera bravata do Sr. Maurício Marinho e que aquela fita não teria esse poder explicativo que foi objeto da avaliação de muitas pessoas.

Eu lembro que, nesta CPMI, houve depoimentos como o do Sr. Jairo Martins, uma pessoa com larga experiência em “arapongagem”. Ele, de posse da fita, teve, naquele momento, a avaliação de que havia, sim, um potencial explicativo muito forte. O próprio encomendador da fita... Voltando para o Sr. Jairo Martins, há uma hipótese que a Comissão vai perseguir, Sr. Relator, que é a de que ele, verificando o teor explicativo da fita,

teria voltado para o Sr. Arthur Wascheck e solicitado mais recursos do que tinha sido acertado inicialmente, dado o potencial. E ele voltou, portanto, ao Sr. Arthur Wascheck. Aí se explicam, por exemplo, alguns dos pagamentos que a CPMI já constatou que foram feitos pelo Sr. Arthur Wascheck ao Sr. Jairo Martins.

E há a linha, Sr. Relator, de que, mesmo recebendo esse pagamento, o Sr. Jairo Martins, verificando o teor explosivo e explicativo dessa fita e do esquema nos Correios, foi à **Veja**, procurou outros interlocutores e também procurou obter vantagens, já que, como ficou visto na CPMI, ele vivia disso.

Então, como disse o Deputado Carlos Abicalil, quero avançar mais na outra hipótese, a de que, como o senhor muito puerilmente disse, era apenas uma bravata. Há um sentimento muito grande não só da CPMI, como da opinião pública – e havia dentro dos Correios – de que o Sr. Maurício Marinho realmente era o vértice de um esquema de arrecadação ali dentro. Isso foi dito também em outros depoimentos. E o Sr. Fernando Godoy também teria uma participação muito grande nisso.

Há alguns indícios que vão ser perseguidos pela CPMI: por exemplo, a agenda em que havia compromissos anotados da sua diretoria até hoje está desaparecida; há depoimentos de duas secretárias à Polícia Federal, dizendo que se deram conta do desaparecimento, que possivelmente teria sido no sábado, porque, na sexta elas viram essa agenda e, na segunda-feira, não mais viram.

Então, o senhor tem conhecimento, sim ou não, do desaparecimento dessa agenda? O senhor tem alguma hipótese para explicar o desaparecimento dessa agenda?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Francamente, não tenho, porque vi que houve o desaparecimento pelos jornais, pelas afirmativas, que o senhor também conhece.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor, até sair da empresa, não deu conta do desaparecimento dessa agenda?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, no dia...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual foi o último dia em que o senhor foi à empresa?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– No dia 16... no dia 16...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No dia 16, o senhor não se deu conta do desaparecimento da agenda? As secretárias se deram.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, porque...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não se deu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, veja bem: no dia 16, eu reuni o pessoal todo, depois da reunião de Diretoria, muito emocionado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu queria pedir objetividade, Sr. Antonio Osório, porque o tempo é muito escasso para fazermos as perguntas e realmente queremos investigar.

Então, no dia 16 o senhor não se deu conta?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor foi informado, também, de que arquivos do computador do Sr. Maurício Marinho foram apagados e nós fomos informados possivelmente no sábado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Li pela imprensa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a que o senhor atribui tanta pressa depois da denúncia da **Veja**, no sábado. A **Veja** iria circular no sábado, mas na sexta todos já sabiam. O senhor tem alguma explicação para o fato de esses arquivos do Sr. Maurício Marinho terem sido apagados?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não tenho explicação. Não posso saber o motivo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor acha que esses arquivos foram apagados e essa agenda desaparecida por mera bravata dele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não estou dizendo isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas o senhor ainda acredita na tese da bravata?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – São duas coisas diferentes. Uma, estávamos conversando a respeito da fita e das bravatas dele naquela fita. O fato de ter sumido a agenda ou o que tinha no computador é mais grave. Agora, como foi feito, quem fez, eu não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que, apesar de o Maurício Marinho ter uma experiência na Universidade dos Correios, em Recursos Humanos, o senhor o trouxe para trabalhar na Diretoria de Contratação? Por que, apesar de ele ter um currículo, ter quantos anos de carreira, dezoito ...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Vinte e oito anos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vinte e oito anos de carreira, mas a formação dele era mais na área de recursos humanos, tanto é que ele foi inicialmente nomeado para a Universidade dos Correios.

Por que o senhor o trouxe para a Contratação? Isso foi visto como algo estranho na cultura da empresa?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não vejo não, primeiro porque ele tinha experiência, já tinha trabalhado em outras áreas, em outros setores, em outras diretorias a respeito desse assunto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor quando o nomeou, não tinha conhecimento de que ele tinha sido afastado nos anos 80 porque estava levando ar condicionado da empresa para a sua residência e que ele estava usando, por exemplo, funcionários da empresa, empregados da empresa para fazer reforma? O senhor não teve nenhuma informação ...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não tive nenhuma informação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...das razões pelas quais ele tinha sido afastado nos anos 80?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não tive nenhuma informação. O que fiz foi verificar nos assentamentos da empresa, como era a situação dele, como era o currículo dele, um bom aluno.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nem o senhor não tinha a informação de que ele tinha trabalhado com o Sr. Valdemir, que vinha a ter fortes ligações com o Sr. Salmeron, com quem o senhor já reconheceu ter tido também ligações?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Tenho amizade com o Salmeron.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas o senhor sabia que Maurício Marinho tinha acompanhado na sua trajetória o Valdemir, por exemplo, no Rio de Janeiro, no Pará ...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Só soube que ele trabalhou com o Valdemir ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...e que ele tinha ligações com o Salmeron?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Só soube que ele trabalhou com o Valdemir ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabia que o Maurício Marinho voltou à empresa com a interferência do Valdemir e também do Salmeron?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não sabia nada disso e o Salmeron foi vice-Presidente da empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem nenhuma informação dessas interferências para que o Sr. Maurício Marinho, mesmo tendo saído naquelas circunstâncias, voltasse à empresa em 1992?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não sei se saiu nessas circunstâncias. Fico a imaginar e a procurar se foi por esses dados que foram lidos aqui, porque nos assentamentos eu não vi.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Evidentemente que quando se vai nomear uma pessoa para um cargo de confiança tem-se informações escritas dos assentamentos, mas também informações que se obtém por consultas. Aliás, sobre consultas o senhor diz, no seu depoimento à Polícia Federal que o senhor indagou e procurou ter informações sobre o Fernando Godoy. Diz que teve informações sobre o Fernando Godoy, e pelo que está sendo apurado pela Comissão, ele está no vértice, se realmente esse esquema vier a ser constatado. E o senhor diz que procurou informações e depois indagado sobre quem são as pessoas que deram informações sobre o Sr. Fernando Godoy, o senhor omitiu, disse que não se recordava.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não omiti.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que o senhor quer proteger as informações que lhe foram dadas a respeito do Sr. Fernando Godoy.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não menti. O fato de você não se recordar não significa que tenha mentido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não estou dizendo que o senhor tenha mentido, estou querendo só indagar. Vou na mesma linha que foi dada aqui pelo Deputado Abicalil e pelo Senador César Borges.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que ocorre é o seguinte. O Fernando Godoy foi diretor de Brasília durante dez anos, foi adjunto do Dr. Jânio, que era chefe de gabinete e hoje está como Presidente – dez anos ele foi – depois ele foi administrador do Plano Piloto, agora, neste Governo. Então, ele tinha uma experiência muito grande, além de ter um relacionamento excelente com a base da empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor nomeou-o para os Recursos Humanos, depois quando foi para a Administração, levou-o. E o tinha conhecido apenas nesse último momento, quando foi trabalhar ...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, acho que o fato de eu passar um ano trabalhando com uma pessoa é tempo suficiente para conhecê-la. Eu já tinha as informações, lógico que eu o conhecia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O responsável pela sua nomeação para os Correios foi o ex-Deputado Martinez, não é isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– José Carlos Martinez.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas depois quando o senhor moveu-se dos Recursos Humanos para a Diretoria de Administração, aí já foi o Sr. Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que já vinha mais ou menos acertado... Porque, na época, o pessoal disse: “Na área de recursos humanos?” Eu também disse que eu não... Aí o pessoal disse: “É uma diretoria colegiada, mas não se preocupe, porque, quando houver qualquer posição, eu lhe passo”.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas a minha pergunta é a seguinte: quando o senhor foi movido dos Recursos Humanos para a Diretoria de Administração, quem foi o seu patrono? Foi o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi o Partido com o Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há quanto tempo o senhor o conhece?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O quê?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há quanto tempo o senhor o conhece?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ah eu conheço o Roberto Jefferson desde 1982, quando fui Deputado junto com ele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem relações próximas com ele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tenho, sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe onde fica a residência dele aqui em Brasília? Já esteve nela?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sei, sei, sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantas vezes, depois que foi designado diretor da empresa, o senhor esteve com o Deputado Roberto Jefferson, seja na empresa, seja na Câmara, seja na residência, seja em outro lugar?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Várias vezes, várias vezes, porque tínhamos reuniões de diretoria. Eu faço parte da executiva do Partido. A gente sempre está se encontrando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E, por telefone, o senhor também falava com muita frequência com o Deputado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Também. Falo, falo com frequência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor arriscaria nos dizer qual é a periodicidade? Quantas vezes por semana?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não diria... Durante esse período todo – talvez tenha sido até exagerado o número que eu coloquei lá no meu depoimento –, digo: umas cinquenta. Quer

dizer, você tem dois anos de trabalho na empresa, não é? São dois anos e pouco. Coloquei no meu depoimento algo em torno de cinquenta, que é difícil você precisar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E de que é que os senhores tanto falavam com tanta frequência?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Política.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Política... ca...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Falávamos de política, falávamos de diretório, falávamos de como compor o diretório, de quem deveria ser...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E será que, nessas conversas de política – portanto, sobre campanhas e sobrevivência do Partido –, ele não teria conversado com o senhor, como ele disse que conversou? Aqui, na CPMI, ele veio depois do seu primeiro depoimento.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor está lembrado. Ele veio aqui à tarde e disse claramente que, nessas conversas – que o senhor ratifica aqui que eram muito freqüentes com o Deputado Roberto Jefferson... O Deputado Roberto Jefferson é peremptório ao dizer o que, aliás, já tinha dito não só na imprensa como em outros depoimentos. Ele disse que, do mesmo jeito que pediu ao Dr. Lídio lá no IRB para arrecadar recursos para o seu Partido, pediu isso também ao Sr. Antonio Osório Batista. O senhor, que é depoente, disse, já na primeira parte do seu depoimento, que foi reclamar dele. E ele disse que não houve essa reclamação, mas que, pelo contrário, ele tinha pedido ao senhor, como fazia com todos os seus indicados, para arrecadar dinheiro nessas empresas estatais.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que é amigo dele e que tinha uma relação com ele. Ele, agora, está desmentindo o senhor. Agora, o senhor, portanto, está dizendo que o Deputado Roberto Jefferson mente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não. O que eu disse foi o seguinte: que ele não me fez esse pedido para arrecadar dinheiro pra ninguém. Ele disse... A conversa é, no geral: primeiro, o sentimento da empresa etc e tal. E eu não aceito isso. É uma tese minha. Isso está dentro do meu coração e na minha maneira de ser.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas ele fez esse pedido ao senhor?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não, não fez, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele disse que fez.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Para arrecadar dinheiro, não!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor está dizendo que ele está mentindo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não estou dizendo que ele está mentindo. Estou dizendo o que não fiz.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim ou não?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Eu não chamo ninguém de mentiroso. É um princípio de educação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero saber se aquele fato era verdadeiro ou mentiroso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Estou dizendo que ele não me fez esse pedido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, que o fato era falso e que, portanto, ele está mentindo.

Nestes três minutos que me faltam, Sr. Antonio Osório, eu queria conversar um pouco sobre a fita. Há uma dúvida muito grande, porque a fita teria sido, segundo vários depoimentos, comunicada ao Deputado Roberto Jefferson no dia 03, na sexta-feira. Entre o dia 03 e a comunicação do jornalista, no dia 13, passaram-se todos esses dias, e, pelo que estamos vendo, foram feitas várias tratativas.

A CPMI trabalha com a hipótese de que houve o achaque, a chantagem ao Deputado Roberto Jefferson no dia 03 e que ele contactou o senhor e o Sr. Maurício Marinho para pedir providências, aceitando, de certo modo, aquela chantagem, tanto é que o Sr. Maurício Marinho redigiu uma carta pedindo afastamento. Essa carta é do dia 03 de maio. Pedi ao assessor para deixá-la aí, porque o tempo é muito escasso.

Eu queria fazer uma indagação. Essa carta do Sr. Maurício Marinho é do dia 03 de maio, mesmo dia em que o Deputado Roberto Jefferson teria recebido a comunicação sobre a fita e, nessa linha de argumentação, uma tentativa de chantagem. A hipótese que queremos verificar é se essa chantagem realmente foi acolhida. Por quê? Porque há indicativos para isso. O dia 03 de maio é a data da carta do Sr. Maurício Marinho, que, como o senhor já disse – e ele mesmo já disse –, já vinha doente há muito tempo. Então, é uma coincidência: isso se deu exatamente no dia 03, no dia em que o Deputado Roberto Jefferson recebeu comunicação

disso e pediu providências. E aí teria sido afastado o Sr. Maurício Marinho.

Pergunto: por que essa carta, que foi preparada no dia 03, que é datada do dia 03, só foi protocolizada no dia... Aqui há uma dúvida, e é sobre isso quero perguntar a V. S^a. Nesse “recebi” aí, manual, é dia 19 ou dia 10, porque o protocolo aqui está mal copiado. Então, queria perguntar a V. Ex^a se, nesse documento que está em suas mãos, a data de recebimento da carta datada de 03 de maio do Sr. Maurício Marinho é dia 19 ou dia 10.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Francamente, não sei precisar se é dia 19 ou 10.

O SR. GERALDO THADEU (PT – PE) – Não sabe precisar. O.k.! Então vamos requerer uma perícia para esclarecer isso, Sr. Relator.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Agora, quero dizer a V. Ex^a que ele não falou nada comigo, o Deputado Roberto Jefferson, sobre esse negócio aí do dia 03, que o senhor falou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É, mas já no dia 11, na reunião do dia 11, quarta-feira, estava afastado o Sr. Maurício Marinho. Então, há uma hipótese forte de que tanto o Deputado Roberto Jefferson conversou com o senhor, porque o senhor participou do ato de afastamento. Foi o senhor que levou para a reunião da Diretoria, na quarta-feira, o ato de afastamento, e a decisão foi tomada. Quando, teoricamente, em outras informações que o senhor dá aqui, o senhor só teria sabido da fita no dia 13, pelo jornalista Policarpo, da **Veja**, e teria assistido, com o Sr. Salmeron, no domingo. Aliás, quem mais participou daquela sessão em que vocês assistiram à fita: o Sr. Salmeron, o senhor, o Deputado Roberto Jefferson... alguém mais participou daquela sessão?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Foi na casa dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor reafirma que só ficou sabendo da fita ali?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Foi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Encerrando, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, eu agradeço, e, para ser disciplinado, me reinscrevo, Sr. Relator, porque tenho outra linha de argumentação para seguir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O próximo orador inscrito é o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Dr. Antonio Osó-

rio, quero ser rápido, para contribuir, porque acho que praticamente todas as perguntas já foram feitas ao senhor.

O senhor, no início aqui, hoje, respondendo uma pergunta, disse que, assim que o senhor chegou aos Correios, assumiu a direção dos Correios, o senhor notou que a concorrência do Banco Postal, o senhor ficou meio em dúvida, porque o Banco do Brasil não concorreu, e a Caixa Econômica concorreu de uma forma como se não estivesse querendo vencer a concorrência, é isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É... Posso responder?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode, claro!

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O problema é o seguinte: quando eu entrei no Correios, já existia o Banco Postal, estava funcionando, e eu não sabia como foi. Aí houve uma apresentação, a pedido de todos nós que estávamos entrando, sobre a concorrência, a licitação, como é que foi aquilo. Aí teve uma apresentação com todos... alguns diretores regionais, onde mostravam os critérios, quem concorreu. Então, o Banco do Brasil não concorreu, e a Caixa concorreu, indicando todos os mesmos índices para todos os critérios preestabelecidos. E só o Bradesco entrou. Quer dizer, o Bradesco e mais algumas coisas; quer dizer, o Bradesco ganhava. Eu fiquei a me perguntar por que o Banco do Brasil não tinha participado daquele negócio, o que me levou a, numa reunião de diretoria, levantar essa questão, inclusive porque estava havendo uma migração de contas-salário do Banco do Brasil para o Banco Postal e o Bradesco. Ora, mas o Correios estava ganhando... Eu fiquei inicialmente sem entender aquilo. Houve uma reunião no Banco do Brasil com toda a diretoria, eu fiz a explanação, e aí fomos conversando e fomos saber. Daí foi que veio a idéia, que eu tinha na cabeça, quando, conversando com o Dr. Dipp, que era o Presidente na época, ele aí chega e me diz o seguinte: “Osório, na Holanda, o Correios tem um Banco”. E eu disse: “E por que não se fez, já que tem o Banco Popular? Fazia um modelo tripartite, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Correios. A capilaridade dos Correios, a experiência dos dois, etc., popular da Caixa, para chegar a esse ponto”. Foi uma pergunta que eu fiz, porque eu achava que deveria ser. Muito aí da posição ideológica.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sei. Então, o senhor colocou isso numa reunião da Diretoria?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, numa reunião, conversando com o Presidente, e trocando idéias...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com o Presidente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Com o Presidente da empresa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E não se levantou nenhuma suspeita sobre essa concorrência?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Porque foi feita a licitação, o Bradesco ganhou; o Banco do Brasil, que deveria ter concorrido – tinha tudo para ganhar –, não entrou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas, em princípio, o senhor achou estranha essa concorrência?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não é que fosse estranha. Foi não ver o Banco do Brasil, sendo um banco nosso – entende? –, abrir espaço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Participar, e a Caixa Econômica apresentar uma proposta que era para não ganhar?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tá o.k.! Obrigado.

Eu gostaria que V. S^a falasse um pouco sobre sua participação na política. Pode ser rapidamente.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – A minha participação na política é muito pobre. Eu, na verdade, fiz política estudantil; depois, fui convidado, por alguns professores – no caso foi o João Ubaldo Ribeiro Osório, que me convidou –, para ser estagiário na Prefeitura. Daí, ingressei. Fui convidado pelo então Governador da Bahia, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para participar do seu governo. Logo que terminou o seu mandato, vim para Brasília e fui trabalhar no Ipea, onde fiquei trabalhando. Quando ele voltou, eu voltei para a Bahia para coordenar o programa de governo dele e assumir a Secretaria Estadual de Planejamento. De lá, saí candidato a Deputado Federal. Nesse interregno, tive alguns problemas pontuais de divergências com o Governador de então, que era meu amigo, de quem gosto muito até hoje, o Senador João Durval. O peso político da divergência foi todo para cima de mim e fui derrotado. Daí, tentei mais algumas vezes e fui derrotado. E foi assim. Voltei para o Ipea, onde fiquei trabalhando etc. Foi por aí. Fui Deputado Federal de 1982 a 1986.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pelo PTB?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não; comecei pelo PDS da época, porque eu traba-

lhava num governo que era do PDS, que me convidou. Em 1985, eu entrei no PTB, onde estou até hoje.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a foi convidado pelo ex-Presidente Martinez. Qual é a sua convivência com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Roberto Jefferson foi meu colega de Parlamento, aqui na Câmara dos Deputados, desde 1982, quando me elegi Deputado. Eu era muito amigo dele, como do Gastoni Righi. Havia um grupo que morava no Torre, onde moro até hoje, mesmo quando estava nos Correios. Inclusive, lá mora a Senadora Ideli Salvatti, que estava aqui. O Genoino morava lá também. Algumas pessoas moravam lá. Naquela época, morávamos o Gastoni, o próprio Roberto Jefferson, o Félix Mendonça, que depois saíram, e eu, que continuei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nós consideramos – eu, pelo menos, considero – que o Deputado Roberto Jefferson tem tido uma coragem muito grande de dizer o que tem dito. Entretanto, quando S. Ex^a coloca que as indicações para cargos de direção de companhias como os Correios, por exemplo, teriam a finalidade, além de prestar um bom serviço, de representar bem o partido, mas de arrecadar recursos para o partido, através de fornecedores, de uma forma correta, mas de contato com os fornecedores. Como amigo do Deputado Roberto Jefferson, de quem certamente teve o apoio para estar onde está, V. S^a confia nele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Confio sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quando ele diz isso, V. S^a acha que ele está mentindo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não acho; eu discordo da tese. Esse é outro problema. Aliás, ele trouxe para cá um assunto que acho que deve ser discutido... Por exemplo: discordo da posição dele quanto ao financiamento público de campanha. Eu sou favorável, e ele tem uma posição diferente. Entendeu? Eu defendia...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De V. S^a ele nunca solicitou nada?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nada. Ele poderia dizer: “Olha, Osório, como tem um amigo meu que está indo conversar sobre um assunto aí, você poderia recebê-lo?” Eu recebia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, para arrecadar recursos para o partido?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Antes de V. S^a, quem era o titular dessa diretoria?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Na Diretoria de Administração?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Diretor era o Sr. Gabriel Fadel, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com respeito ao contrato da SMP&B, de publicidade, V. S^a não assinou o contrato, mas V. S^a assinou os aditivos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, os aditivos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E V. S^a confiou apenas e tão-somente no parecer jurídico da Dr^a Denise?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não apenas no jurídico. Há também o gestor do projeto, que é do Demarket, o Dr. Otaviano, um excelente profissional, e o Dr. Julião e sua equipe, que apresentaram um relatório de progresso de tudo o que ocorreu, opinando, pedindo e solicitando – ele é o gestor do projeto – pelo aditivo. Isso é, então, encaminhado ao Departamento Jurídico, que analisa e dá seu parecer. Em função disso, vem para a nossa mão – do Presidente e minha – já que tem que ser assinado por dois diretores.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor trabalha com pregão eletrônico?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Fomos nós que incentivamos o pregão eletrônico. Já existia, mas o crescimento do pregão eletrônico deu-se lá, inclusive concursos para várias regionais, que aumentaram estupidamente a utilização do pregão eletrônico.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vence o menor preço?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Como?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vence o menor preço?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sempre procuramos o menor preço com base no valor de referência.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a condição técnica? Como é avaliada? O contrato, a proposta técnica...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso tem amostra. Nos Correios, se estabelece, e há uma Divisão de Amostras, onde há engenheiros que

analisam o produto antes. Por exemplo, em relação ao tênis usado nos Correios, foi feito um estudo pela Fundação São Carlos, um estudo em ergonomia, para adaptar ao tipo de trabalho que os carteiros fazem.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso consta na proposta dos Correios que deve ser da especificação correta...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Correta e amostra. Vai para a Amostra e é analisada pela divisão.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, não há possibilidade, por exemplo, de um apresentar uma condição técnica diferente de outro? Tem que haver um padrão. É isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, tem que ser daquele tipo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– E todo mundo sabe, porque quem quer concorrer recebe...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Dr. Antonio Osório, o pessoal, contratação, concurso público é com o senhor ou outro departamento?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pessoal? Contratação?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, isso é com a área de recursos humanos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio PMDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Sibá Machado, que tem a palavra por quinze minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, Sr. Antonio Osório, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um breve comentário, porque recebi muitos telefonemas e *e-mails* criticando a minha postura na reunião passada. Faço, então, o meu pedido de desculpas. Isso não pode tornar-se uma praxe nem pra mim, nem pra ninguém. Mas continuo achando que tinha as minhas razões para me portar daquela maneira. Comprometo-me a aceitar todas as críticas que recebi durante esses dias.

Outro assunto de que quero tratar antes de me reportar ao Dr. Antonio Osório é o fato de que ouvi atentamente diversos Parlamentares na tribuna tanto do Senado, quando da Câmara e desta Comissão a respeito de se convidar para vir aqui presidentes de partidos políticos pelo simples fato de terem participado da indicação de nomes para as esferas de Governo. Vejo isso com uma crítica profunda e grande preocu-

pação também. Quero saber onde há um tipo de impedimento legal, moral ou ético no fato de um partido político, participando de uma aliança política, fazer sugestão de nomes. Quero saber o contrário: quem não as faz? Onde está o erro moral ou ético dessa atitude? Portanto, participando de aliança política, quero fazer indicações. Se o gestor eleito vai ou não aceitá-las, é direito dele, único e absoluto. Portanto, tanto para o Presidente Lula como para qualquer Governador de Estado ou qualquer prefeitura, esse é um direito inalienável da pessoa que assume uma responsabilidade dessa magnitude.

Portanto, se a vinda de presidentes de partidos políticos dever-se ao fato de terem participado de indicação de nomes, haverá aqui uma lista enorme de presidentes para comparecer. Não é esse o motivo desta Comissão, no meu entendimento. Não devemos nem analisar um pedido dessa natureza. Se qualquer presidente de qualquer partido, como qualquer militante de qualquer esfera partidária, participou das acusações que estão sendo levantadas nesta Comissão, aí sim, acho que convém ser analisado qualquer requerimento.

Diante disso, quero dizer ao Sr. Antonio Osório que não há nenhuma preocupação de nossa parte porque V. S^a foi indicado por qualquer um dos partidos que compõem a base de sustentação do Governo. Nisso não há nenhum tipo de erro, e isso deve ficar claro para a sociedade brasileira, senão, daqui pra frente, tudo vira suspeito. Está virando algo inaceitável isso aqui. Então, quanto à nomeação de qualquer pessoa, não existe problema; problema é se qualquer pessoa, nomeada por quem quer que seja, cometeu atos delituosos, e é sobre isso que esta Comissão tem que se ater daqui para frente.

Então, os partidos que compõem a Base do Governo e que participaram da aliança política foram muitos, como o PMDB, o PTB, o PL, o PCdoB, o PSB e assim por diante. Eu não sei o que vêm fazer aqui os Presidentes desses partidos. Para explicar o quê? Porque indicou determinado nome, o Presidente Lula aceitou, não aceitou, sobre esse assunto não me interessa nem comentar daqui para frente, Sr. Presidente.

Eu queria ir aos fatos. A minha pergunta ao Dr. Maurício Marinho, a primeira, é se o senhor conhece... Desculpe-me, Dr. Antonio Osório. O senhor conhece o Sr. Maurício Marinho a partir de quando?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu conheci o Sr. Maurício Marinho nos Correios. Já estava nos Correios, não sei precisar se três, quatro meses lá dentro, quando fui convidado pelo Dr. Paulo Menicucci, então Diretor Comercial, para assistir a uma apresentação sobre treinamento de funcionários

para aumentar a força de venda dos Correios. Ele fez a apresentação, uma boa apresentação, e eu saí dali sem saber que ele era dos Correios, e as pessoas falando e elogiando.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas agora, já na gestão do atual Governo? É recente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– No atual Governo. Isso quando entrei nos Correios, que foi no Governo Lula.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeitamente. Então digamos que têm dois anos, mais ou menos.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, dois anos, porque entrei...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dois anos.

Durante esse período, qual é o seu grau de relacionamento com o Sr. Maurício Marinho? V. S^a teve algum tipo de atrito, de desavença, de problemas que possam ter criado algum tipo de embaraço no relacionamento entre V. S^a e o Dr. Maurício Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não, não. O meu estilo era... Não tive com nenhum dos meus diretores e gerou, inclusive, com todos os chefes de departamento e assessores e consultores que trabalhavam comigo amizade, porque, no dia-a-dia que você vai, os laços vão aumentando, você vai conhecendo as pessoas melhor e tal e a coisa...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele nos disse, quando esteve aqui, que ele fez aquela cena durante a gravação para se mostrar uma pessoa de bons relacionamentos, uma pessoa que tem grandes infiltrações, conhece muita gente importante, para poder se cacifar, para, quando ele saísse dos Correios, aposentadoria, poder montar uma empresa de consultoria. V. S^a acha que é isso ou ele tem algo realmente a explicar a esta Comissão e à Polícia Federal?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Acho que esse foi o objetivo, mas, na medida em que ele recebeu o dinheiro, ele pecou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele é corrupto quando pega R\$3 mil?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele pegou, PORQUE foi acertado dentro da empresa, porque você sabe que é proibido, que não se pode fazer isso, que não deveria fazer um contrato dessa natureza. Entende? Podia até acertar: “Olha, vou sair daqui a três meses, daqui a um ano. Vamos formar uma empresa juntos?” Isso é projeto, isso é projeto, mas, na medida em que ele fez aquilo, ele errou, errou estupidamente. E se perguntarem a qualquer um, todo mundo vai dizer isso, que ele falou mais... Que ele jactou-se de uma posição que, na verdade, ele não tinha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quanto ao Deputado Roberto Jefferson, eu tenho a seguinte preocupação: primeiro, nasce uma notícia de que o Deputado Roberto Jefferson seria um grande mentor de colocar dentro de empresas estatais pessoas que fizessem para ele uma arrecadação financeira. Falou-se até em R\$400 mil mensais. Diante disso, o Sr. Maurício Marinho é flagrado naquela fita dizendo que sim, que tinha grandes relacionamentos com o Deputado, tinha outros operadores junto com ele e que tudo passava dentro de um acordo entre ele, essas mais duas pessoas dentro dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson. Em seguida, o Deputado Roberto Jefferson passa a ser um atacante, passando a listar uma série de pessoas, criando uma série de dúvidas sobre elas, mas, até o presente momento, segundo ele mesmo diz, o Deputado, ele não tem nenhuma prova, que a prova é ele mesmo. Ele é a prova. Então faço uma pergunta aqui: o que o senhor poderia nos dizer sobre isso, sobre esses fatos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O que eu digo a V. Ex^a é que, na verdade, o Marinho disse coisas que não poderia dizer e que não tem poder para dizer, que todo mundo na empresa sabe que ele não tem aquele poder. Entende? E o Roberto usar as empresas para fazer isso, comigo jamais ele usou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca lhe fez esse tipo de comentário?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca me fez.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor chegou a receber de outra pessoa, que não do Deputado Roberto Jefferson, de outro partido, algum tipo de insinuação nessa direção?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quem me conhece, já conversou comigo nas posições que ocupei, dificilmente teria condições de fazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – As pessoas que lhe conhecem sabem que o senhor jamais trataria...?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não permitiria, não dava chance para fazer uma proposta dessa natureza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

Então, na verdade, o Sr. Maurício Marinho mente ao dizer que havia, sim, um grupo de pessoas instalado dentro dos Correios fazendo desvio de dinheiro para o Deputado Roberto Jefferson? E o Deputado Roberto Jefferson, ao dizer que havia, sim, repasses dos Correios para pagamento de “mensalão” também está mentindo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Roberto Jefferson me parece que não fez essa

afirmativa, de que estava saindo recurso de lá para “mensalão”?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele cita que há uma coleta em empresas estatais: desvios de contratos, conduta, etc.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Com relação aos Correios, não existe esse aspecto. Pelo menos pela Diretoria Administrativa e pelo que conheço dos Correios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Daqui-lo que o senhor conhece isso não existe dentro dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não existe.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Queria saber, ainda, do senhor quem é a pessoa responsável pela segurança do prédio da diretoria dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Dr. Pacheco, um administrador postal, que eu chamo de prefeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Antonio Pacheco é o nome dele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Queria saber o que foi feito da fita, que explicação pode se dar da fita que disse que desapareceu, aquela fita das imagens do serviço de segurança do prédio. As pessoas que adentram e que saem do prédio são filmadas naquele serviço – esqueço o nome que se dá –, e esta imagem sumiu, desapareceu. A minha pergunta é: V. S^a sabe o que o Dr. Antonio Pacheco explica sobre o sumiço dessa fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não sei e lhe digo que não sabia que tinha sumido essa fita.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essa fita, até o presente momento, está ignorada.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Dr. Pacheco – inclusive o chamo de prefeito – é um rapaz também de formação de administrador postal, da própria empresa. Até hoje não vi nada que desabonasse a sua posição.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quanto ao Dr. Pacheco, ele é subordinado à sua diretoria?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – A minha diretoria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Diretamente a V. S^a?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É chefe de departamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É possível que possamos saber quem pode responder por isso, sobre esse fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Acho que o melhor caminho era perguntar ao próprio Pacheco, porque, na verdade, é ele que administra essa área.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Dr. Antonio Pacheco tem algum tipo de vínculo com o Sr. José Gerard Ponte Pierre?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Pierre é da empresa, como ele é da empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Funcionário de carreira dos Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Pierre é engenheiro e é o chefe do Departamento de Segurança, que não é... Ele é, por exemplo, de segurança de agências que são assaltadas, de dinheiro que é roubado e tal, essa coisa desse tipo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas se o senhor está dizendo aqui que não sabia nem que a fita tinha desaparecido, então significa que não foi tomada nenhuma providência no sentido de apurar esse sumiço?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Saí de lá Senador, no dia 16 e não voltei mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí não tem como responder por isso.

Acho que, inicialmente, era isso, Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito e posso me reinscrever para uma retomada futura.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o Deputado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso pedir pela ordem um instante?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pela ordem, para esclarecer o seguinte fato. Não estive no início da reunião, quando se tratou da validade ou não das cartas que apresentei na semana passada, da quebra voluntária de sigilo de quatro dirigentes do PT. O que sucede? Peço minhas desculpas por não ter pedido de imediato os originais, mas já fiz isso hoje e garanto para esta Comissão que amanhã, até o final do dia, estarei com estes documentos em mãos. Se eu não os tiver na abertura da reunião de quinta-feira, V. Ex^a pode submeter à votação qualquer requerimento nessa direção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente. V. Ex^a, com isso, responde também ao questionamento apresentado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá hoje, quando iniciamos os trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes, do Mato Grosso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Na verdade, é porque eu gozo de uma confiança muito grande do Presidente e tenho certeza de que ele jamais faria diferenciação de qualquer companheiro.

Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de trazer aqui a minha preocupação com a imagem dos Correios. Tenho visto os funcionários dos Correios, e isso já foi falado aqui pelo próprio depoente, o corpo da casa é extremamente preocupado com a imagem daquela empresa, que é quase uma instituição. É a maior empresa empregadora do Brasil, presta um grande trabalho, não só no dia-a-dia da entrega dos documentos, mas também um trabalho social no Brasil afora, que está sendo desempenhado pelos funcionários dos Correios.

Portanto, inicialmente, gostaria de fazer uma homenagem a todos os funcionários dos Correios pelo trabalho prestado a esta Nação. E queria, inicialmente, em respeito aos funcionários, fazer um requerimento à Comissão para que pudéssemos ouvir pelo menos três representantes do corpo da Casa, funcionários de carreira, não necessariamente funcionários que tenham ocupado cargo de diretoria. Se for possível, funcionários de níveis diferentes daquela casa.

Apresentarei esse requerimento, mas, claro, também peço ao Presidente que, em o acolhendo, tenha a liberdade de definir, da melhor forma possível, a participação, a oitiva ou o testemunho desses funcionários que poderão ser escolhidos até por assembleia.

Gostaria de me dirigir também ao...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton, V. Ex^a encaminhe os requerimentos, por favor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Vou encaminhar, mas faço questão de dizer isso de público, para que os funcionários possam até começar a se organizar nesse aspecto.

Ao depoente Antonio Osório, eu gostaria, inicialmente, de perguntar: após tudo isso, qual é a sua análise sobre tudo o que se falou? O que o senhor teria a dizer? O meu tempo pode até ser ocupado, não há problema. Tenho algumas perguntas, mas o senhor está aqui, com certeza, com o intuito de fazer com que esta CPMI possa chegar a alguma conclusão, possa dar uma satisfação à população brasileira. O senhor foi Parlamentar, portanto, também sabe do nosso compromisso com a população brasileira e

do seu compromisso como cidadão. Então, gostaria de saber a sua opinião. Quais os caminhos, o que o senhor teria a aconselhar a esta Comissão, claro, em pouco tempo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Primeiramente, quero dizer a V. Ex^a que foi um impacto muito grande o que eu recebi. Isso não deveria jamais ter ocorrido, baseado na bravata que foi, digamos, praticada pelo Dr. Maurício Marinho, mesmo todos nós sabendo – eu pelo menos sei – que é um excelente profissional, um excelente técnico.

V. Ex^a colocou, com muita precisão, o papel e a importância dos Correios e Telégrafos. Eu já disse aqui, e volto a repetir: eu não conheço, na estrutura organizacional deste País, nenhuma empresa ou instituição com a organização que têm os Correios, com a formação do seu pessoal, com a preocupação do seu pessoal com o sentimento nacional, com o orgulho de pertencer à empresa e preparo técnico. É lógico que eu sei que isso está muito na cultura militar que, na verdade, mandou. É a integração nacional, hoje já não com tanta força quanto no passado, mas que pode prestar um grande serviço a este País, inclusive, citei alguns exemplos.

Quando aconteceu aquele fato com a Caixa Econômica, do Bolsa Família – se fosse nos Correios, aquilo não ocorreria, porque eu ia entregar de mão em mão, eu iria saber quem tinha direito e merecia e quem não merecia – nós sugerimos, inclusive, o Ministro também, aproveitar para acabar com o absenteísmo, fazer um trabalho conjunto, porque o negócio é muito sério. Temos mais de 10 mil pessoas nos Correios encostadas, e não anda a coisa. Fazer um trabalho com o INSS foi uma sugestão nossa que até se chegou a conversar. Mas o importante é que a imagem dessa empresa precisa ser preservada. Nós temos que estudar uma maneira porque foi abalada, muito abalada, e tem muita gente sofrendo lá nos Correios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor acha que foi um erro essa administração, ou seja, este Governo, ter nomeado, na sua Diretoria, a grande maioria os diretores políticos, ou seja, pessoas não do quadro? Vocês tinham alguma dificuldade? O senhor já colocou aqui que os senhores faziam um colegiado, para evitar brigas. Vocês chegaram a ter alguma dificuldade em tomar decisões? Acha que, talvez, essa situação pode ter levado a algumas decisões erradas do Governo ou dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu não vejo, não, francamente que eu não vejo. Eu participei já de alguns governos, inclusive com pessoas de outros partidos, com equipes e de fora inclusive. Eu, por exemplo, saí do IPEA para ser Secretário

de Planejamento do Estado da Bahia, entende? E fui Secretário de Planejamento. Levei algumas pessoas de fora, levei Carlos Miranda, que hoje está no IICA. Levei Flora, que, hoje, está aqui no PNUD. Aliás, eu sempre, graças a Deus, pautei por formar boas equipes. Pode chegar na Bahia, perguntar e vão dizer. Waldeck Ornelas é um excelente profissional, foi Ministro, trabalhou comigo, era diretor de uma área nossa. Carlos Miranda, que, hoje, está no IICA, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, trabalhou comigo, saiu de lá. Raimundo Moreira, hoje, é Presidente do Conselho de Contas dos Municípios, trabalhou comigo. José Antonio, então...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – No caso do Sr. Maurício Marinho, o senhor chegou a ficar surpreso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Muito surpreso. E digo mais: muita gente na empresa ficou surpresa Agora...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas você tinha alguma suspeita anterior?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não tive. Agora, eu diria mais, para fortalecer essa sua preocupação, que um grande político que eu conheço e que vivi perto, que trabalhei para ser Governador da Bahia e que, lamentavelmente, perdeu a eleição, dizia o seguinte: “Participa do Governo quem participa da campanha”. Josaphat Marinho.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor decidiu por indicar o afastamento do Sr. Marinho, por quê?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Porque ele me apresentou uma carta. Eu já vinha sabendo disso, ele já vinha me falando, a mulher ligava constantemente, monitorava os passos de Marinho. Depois é que eu vim saber que ele tinha feito... tirado pólipos, etc.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Tinha o quê?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sangrou muito. Depois, ele mostra a relação dos exames que ele fez e que teve que ir para São Paulo. E se imaginava outras coisas.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Agora, foi bastante coincidência. O senhor tomou essa decisão um dia antes de a fita aparecer.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não sei se foi um dia antes, porque isso foi...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Pelo que a gente tem, um dia antes.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, foi um pouco antes desse negócio.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Aqui nós temos como data o dia 12/05.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Porque eu fui ver, na verdade, a fita no domingo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Aqui está como data que o senhor a decisão no dia 12/05.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu acho que foi quando encaminhou... acho que foi por aí, 10 ou 12, eu não preciso a data não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor ouviu o Deputado Roberto Jefferson afirmar que era de praxe, quando alguém do partido ou dos partidos ocupasse qualquer cargo, principalmente das estatais, tinha compromisso de fazer arrecadação para o sustento dos partidos. Antes de o senhor ser nomeado, isso foi conversado? O senhor tem conhecimento? O senhor participou do PTB, mesmo em nível de Município, Estados. Como era a forma de vocês arrecadarem dos filiados ou até daqueles que ocupavam cargos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca aconteceu isso comigo. Eu tentei fazer uma vez na Bahia o seguinte: todo aquele que se elege-se pelo PTB participava com uma contribuição de um percentualzinho para formar, digamos, receita do partido. Mas não consegui implementar porque, depois que o cara assume é difícil, entende? Então, a gente vivia dos míseros repasses que eram feitos pelo fundo partidário.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Bom, então, nesse caso aí, o Roberto Jefferson não falou a verdade, porque ele disse que era normal todos os diretores... conversava-se antes, muito claro. Ele disse que era obrigado a fazer arrecadação por dentro. Ao senhor, isso não foi conversado? Vocês, na diretoria do Partido, não conversavam isso, então?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ele nunca me falou isso, nunca me pediu isso, quando foi por lá, e eu também não faria porque eu não advogo e não...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas, por dentro. E aí o Deputado Roberto Jefferson falou que era oficialmente por dentro.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – V. Ex^a é político, sabe. Essa coisa ocorre quando? Na campanha política. Difícil. O único partido organizado e que mostrou para a gente que precisa organização foi o PT, na medida em que todos os seus filiados participavam, e, depois, parece que o Pcdob também participava, tinha um percentual.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas o senhor ouviu o que o Roberto Jefferson disse a respeito

disso, que era comum em todos os partidos, inclusive no PTB? Ou o senhor não chegou a ouvir isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Isso eu ouvi na declaração dele. E disse a ele que eu discordo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então, o senhor discorda dele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Discordo. Como discordo também porque eu acho que nós temos que ter o financiamento público de campanha. Ele discorda. É um partido democrático, afinal de contas, você tem posições divergentes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor fazia parte da direção do PTB. Os gastos que o PTB tinha para manter a estrutura partidária, como é que funcionava isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Fundo partidário e contribuições dos Deputados.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Era o suficiente. O PTB não tem dívidas.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O PTB é um partido relativamente pequeno, sofre consequências disso, inclusive nos Estados. Daí muitas vezes as dificuldades que a gente tem para crescer o partido.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Participando da Diretoria, o senhor teve conhecimento dos quatro milhões que o Deputado Roberto Jefferson afirma ter recebido?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ouvir falar aí em todas essas reuniões a afirmativa de que ele teria recebido esse dinheiro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor teve conhecimento como ele distribuiu o recurso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Não, não tenho nenhum conhecimento.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Lá, na Bahia, por exemplo, o senhor participou das campanhas de prefeitos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Participei em Porto Seguro, que é a minha terra natal, em Nova Viçosa, e fizemos muito poucos prefeitos justamente por falta de recursos.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas o senhor, como homem de destaque no partido, deve ter sido indagado...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mas nós não tínhamos recursos. Nós não tínhamos recursos.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Para a Bahia não foi nada, então?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Houve algum tipo de conexão ou coordenação por parte do Secretário Gushiken, com **status** de Ministro, quando o senhor assinou o contrato, quando o senhor também assinou a Diretoria entre os Correios e a empresa SMPB 2?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu assinei como aditivo. ..

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Certo.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não houve nenhuma interferência com relação a minha pessoa. Porque isso era feito... O órgão de relacionamento é o Demarketing, que é vinculado diretamente, subordinado diretamente ao Presidente. Não houve nenhuma interferência do Ministro Gushiken a respeito disso com relação à minha pessoa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O seu relacionamento com o Sr. Marinho chegou a ter alguma amizade? Não?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O quê?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Com o Sr. Marinho o senhor chegou a ter amizade ou era só relacionamento de trabalho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O relacionamento profissional que indubitavelmente ocorre.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas jantar, assim, alguma atividade fora da empresa?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não, não. Eu sou um cara de vida muito pacata. Eu saio dos Correios, vou para o meu hotel, leio o material que eu tenho para ler lá no meu hotel mesmo. No outro dia eu vou para o Correio, faço minhas economias para não ir toda hora à Bahia. Deixei muito de ir à Bahia, tem muito tempo que não vou. Até no meu aniversário – eu queria até aproveitar isso aqui e dizer, Presidente, que fiz aniversário no dia 10. E fiquei aqui esperando ser convocado para esta reunião. Abri o **Jornal de Brasília** e tinha lá quem seria convocado para prestar o depoimento. Não tinha o meu nome. Ontem, às três horas da tarde – não é uma crítica, é apenas uma... – que eu vi que o meu nome estava entre os convocados. Aí, pedi ao meu advogado que viesse aqui para saber o que estava ocorrendo. Liguei para o Dr. Wanderley. Aí eles mandaram uma pessoa lá, no Torre, sabiam o meu endereço, está aqui nos jornais. E aí eu disse: olhe, é melhor mandar aqui onde eu estou – estou no PTB – para o pessoal não ficar lá. É apenas, Presidente...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor chegou a ficar chateado com o Sr. Maurício, não? Pela relação de amizade, assim,...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não podia ficar de outra maneira. Eu não esperava jamais dele...É como você confia numa pessoa, até num parente seu e, de repente, você vê isso estourar nas suas mãos, envolvendo todo mundo, falando daquela maneira que falou, dizendo que era o todo-poderoso. Botou, inclusive... Houve inclusive uma **capitis diminutio** para minha pessoa. Porque eu era o Diretor, deixei de ser, porque ele que mandava em tudo, até no Presidente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como chegou a ser o seu relacionamento ou a presença do Sr. Marcus Vinícius lá na sua Diretoria?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Marcus Vinícius esteve lá uma das duas vezes, mas apenas para conversar. Chegou lá, me parabenizou, conversou, como é que estão as coisas, coisas desse tipo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Usava o nome do pai ou não?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Do genro, ou do sogro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ou do sogro?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, até porque eu já conhecia o Marcus Vinícius.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Na vida do dia-a-dia partidário, também, vocês tinham relacionamento.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu já o conhecia lá do Partido...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Também participava.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não havia por quê.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Bom, Sr. Presidente, eu me considero satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Wellington Fagundes.

Deputado Jamil Murad com a palavra.

Quinze minutos, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Osório, o senhor trabalhou no setor público, na Bahia?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Trabalhei, sim, senhor.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Quem era o Governador?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Quem o indicou para os Correios aqui em Brasília?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– O PTB, cujo presidente à época era o Deputado José Carlos Martinez.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não é a primeira vez que o senhor trabalha nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– É a primeira vez.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Da primeira vez que o depoente veio trabalhar nos Correios foi por indicação de quem?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Do Deputado José Carlos Martinez. A primeira vez que eu trabalhei nos Correios foi agora, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Temos informação de que o senhor trabalhou nos Correios por indicação do Governador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Nunca trabalhei nos Correios e o único órgão federal em que trabalhei foi no Ipea, onde entrei sozinho, não houve influência de ninguém, em setembro de 1975.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Quem o indicou aqui para trabalhar nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– O Deputado José Carlos Martinez, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Mais alguém?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Juntamente com o Diretório. Era discutido pelo conjunto. Lógico que ele é quem encaminhava.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – O Deputado Roberto Jefferson falou que...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– O Deputado Roberto Jefferson entrou num segundo momento para a mudança da diretoria de recursos humanos, para a diretoria administrativa, que tinha sido, digamos, uma conversa anterior.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Ele que o indicou, então, para presidente do Departamento?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Ele já era o diretor e...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não, eu quero a resposta. É mais simples falar assim.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Sim, para a diretoria administrativa.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Assistiu à fita da propina que era recebida pelo Marinho? Você assistiu a essa fita em que Maurício Marinho recebia propina de três mil reais?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– No domingo, dia 15, eu a assisti integralmente.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Onde é que você assistiu a essa fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Na casa do Dr. Salmeron, juntamente com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – A informação que tenho, porque foi publicada na **Folha de S.Paulo** do dia 11 de maio e não no dia 15, é de que você tinha assistido a essa fita na casa do Salmeron com o Roberto Jefferson. Como é que você fala que assistiu no dia 15?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– No dia 15, porque no dia 11 eu viajei para São Paulo, passei em São Paulo o dia...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Mas como que você explica essa diferença? Porque o jornal não poderia publicar uma reunião que...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Eu não tenho explicação. O jornal está errado. O jornal disse...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Há outras testemunhas que falam que você viu a fita no dia 5.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não vi a fita. Eu só vi a fita no dia 15, na casa do Salmeron, juntamente com o Roberto Jefferson.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Você é que indicou o Marinho para aquela função?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Foi. Ali foi.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Porque o Fortuna, aquele lobista que foi da Abin, do tempo do Geisel, do Figueiredo, que foi braço direito do major Curió em Serra Pelada, fala que foi ele que indicou o Marinho e entregou o currículo para um Deputado do PTB chamado José Chaves, de Pernambuco.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– É verdade. Eu não neguei isso, mas não foi esse o ponto principal para a indicação. Isso é o que estou dizendo. Lógico. Se tenho um pedido de um deputado do meu Partido para uma pessoa e já tenho aquela pessoa em mente pelo que ele representa na empresa...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Por que você não afastou imediatamente ao tomar conhecimento da fita, da irregularidade, do crime que ele estava cometendo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Quando eu vi na **Veja**... Eu recebi um telefonema do Policarpo... Aliás, antes, do Dr. Fausto, me informando que existia um problema sério na minha área. Perguntei a ele. Quando eu soube, no sábado – em São Paulo sai antes –, eu li a **Veja**. Imediatamente, procurei o pre-

sidente da empresa, comuniquei-me com ele, pedi-lhe que convocasse uma reunião extraordinária para segunda-feira, que considerasse aquele pedido como a minha exoneração. Pedi a abertura das minhas contas bancárias, sigilo, tudo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Osório, eu queria saber o seguinte: você assinou algum documento mandando investigar o Marinho ou mandando afastá-lo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quando ele apresentou...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não, a resposta é mais direta. Você assinou algum documento solicitando o afastamento dele ou solicitando...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Levei à diretoria...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque esse é um problema sério. Não é só a palavra, é um documento.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu sei.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Isso é o que eu estou perguntando.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu levei à diretoria, porque o que ele me pediu, veja bem...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu estou perguntando. Se não assinou, diga: não assinei nenhum documento pedindo investigação do Marinho ou pedindo o afastamento dele.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – No dia 16, eu levei uma carta que já foi... comunicando tudo e pedindo a sindicância.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Marinho falou que você, Osório, ele, Marinho, e o Godoy são um grupo só, sob o comando de um patrão. Que patrão é esse, Osório?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sei quem é o patrão. Esse negócio de dizer que é um grupo só. Ouvi, inclusive, na fita. Eu o vi dizendo assim: está unido.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele falou que vocês eram um grupo fechado. Ele usou...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Como estou unido com todos os chefes de departamentos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não, mas aqui a conotação era outra. Ele falou: “Ó! nós agimos em tudo juntos e sob o comando de um patrão”. Que patrão é esse?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu sou diretor da empresa e ele é subordinado a mim. Logicamente que a liderança sou eu.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque ele deu a entender que o patrão seria quem os nomeou. Que no seu caso seria o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Dr. Roberto Jefferson, se esteve com o Maurício Marinho, foram muito poucas vezes, talvez três ou quatro vezes, no máximo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O lobista Fortuna visitava Marinho com frequência. Você sabia disso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, e não conheço Fortuna.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nunca o visitou?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca o quê?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Fortuna nunca o visitou?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca me visitou. Aliás, ele diz isso aí no depoimento do outro dia.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O genro do Deputado Roberto Jefferson, Marcos Vinícius, freqüentava o seu gabinete, segundo declaração dos procuradores. Aí eu não estou nem perguntando se ele freqüentava. Nós temos informações de que ele freqüentava muitas vezes o seu gabinete. O que ele tratava?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Se ele esteve no meu gabinete, não mais do que três ou quatro vezes. Ele lá conversava com...

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Mas os procuradores utilizam a expressão “muitas vezes”.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Estou dizendo ao senhor que no máximo quatro vezes ele esteve lá.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Deputado Roberto Jefferson confessou que queria do diretor do IRB, nomeado por ele, que lhe garantisse R\$400 mil por mês. Qual era a meta dos Correios que ele designou a você?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nenhuma, Deputado, nenhuma.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas ele falou que a participação na diretoria de empresas tinha essa finalidade: sempre pedir alguma coisa aos empresários.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Estou dizendo a V. Ex^a que ele não me pediu nenhuma e nem eu participaria de algo assim. A minha formação não é essa e eu não aceito isso. Vejo política de outra maneira. Quem me conhece sabe como eu vejo política.

Eu acho que a participação de qualquer partido numa aliança é louvável. Entende? Acabei de repetir aqui uma frase do Professor Josaphat Marinho, quem eu admiro muito: “Participa do governo quem participa da campanha”. Isso é uma coisa que ele dizia lá na Bahia. Era um homem seriíssimo, um homem com excelente formação jurídica, que eu acho que está certo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quem era o governador quando o senhor participou como secretário na Bahia?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Antonio Carlos Magalhães, em dois momentos, no fim do primeiro governo e no segundo todo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores, nós estamos vendo a cada dia um novo fato. Agora, também foi um deputado do PFL pego com inúmeras malas, cheias de dinheiro, mais de R\$10 milhões. Independentemente da declaração que a pessoa faça, o fato é que crimes contra o Tesouro, crimes contra a economia do País estão sendo cometidos. E ontem também ocorreu um fato novo na política brasileira dos momentos atuais. Há uma semana, 20 mil estudantes, na cidade de Goiânia, durante o Congresso da UNE, saíram às ruas numa passeata, cobrando medidas enérgicas do Presidente Lula contra a corrupção – sobre o que Presidente tem tomado medidas – e contra a desestabilização e o golpe em andamento contra o Presidente.

Ontem, um fato novo. Trabalhadores, mais de 1.500 lideranças de trabalhadores, são sindicalistas, das centrais sindicais, de sindicatos do Brasil inteiro foram recebidos no Palácio do Planalto, pedindo mudanças. Pedindo, em primeiro lugar, apuração e punição dos responsáveis de qualquer ato de corrupção; em segundo lugar, eles querem colocar que vão reagir e estão reagindo contra medidas das elites que procuram dar um fim prematuro ao Governo ou procuram impedir a sua reeleição, como foi a declaração do Fernando Henrique Cardoso, que propunha que o Presidente Lula abdicasse de ser candidato à reeleição ou que procura tutelar o final do mandato do Presidente Lula. E pediam mais: a diminuição dos juros, uma reforma política eleitoral democrática em que aumenta a participação dos partidos populares e do povo na política nacional e não o contrário, o aumento real de salários, aumento do salário mínimo, a diminuição dos juros, portanto aumento da renda nacional, aumento do emprego e uma política de desenvolvimento nacional.

Então é um fato novo: os trabalhadores entrando na crise. Eu, telespectador, cara opinião pública, não acredito numa solução benéfica ao povo e ao Brasil, se essa solução depender apenas de tratativas nos

gabinetes. O parlamento é muito importante, mas o que estamos vendo é uma ofensiva...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deputado Murad, eu gostaria que V. Ex^a falasse para a sua colega aqui na Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, garanta a minha palavra, por favor. Não estou dando aparte porque tenho que acabar o meu pensamento.

Então, precisamos colocar o povo nessa crise. Depois do começo da crise já se fala em mudança da política econômica para pior. Depois do começo da crise já se pressiona para ter mais sofrimento para o povo. Isso é um golpe na política, é um golpe contra o povo, e não podemos admitir isso. Nesse sentido é que eu, como Deputado do PCdoB, estamos aqui para ajudar a esclarecer e ajudar o Presidente Lula a governar a favor do povo e a favor do Brasil. Queremos alertar o povo, os trabalhadores. Saiam às ruas, preparem-se, porque não pode depender apenas da solução no Congresso essa crise que afeta profundamente o povo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 46 segundos para concluir.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quero dar um aparte para a Deputada Denise.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Meu caro Deputado Murad, as instituições estão funcionando. Muito obrigada pelo aparte, porque tenho por V. Ex^a o maior respeito, e V. Ex^a sabe disso. Mas as instituições estão funcionando. O que estamos vendo aqui é um caso de ladroagem, não há crise política alguma, não há por que se concitar ninguém, Deputado Murad. Nós estamos funcionando aqui, o Congresso Nacional está funcionando, o Judiciário está funcionando, e o Executivo vai ter que governar até o final do seu mandato sim, porque foi para isso que foi votado. Não há golpe algum, não há nada disso em curso. Portanto, vamos fazer o nosso trabalho e dar a cada um o que for devido, a punição. O caso é de ladroagem, não é de crise política. Obrigada, meu caro Murad.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a está encerrado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, na última semana, apareceu de maneira mais freqüente a palavra *impeachment*, coisa que o prefeito...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não faz parte aqui da CPI. Gostaria que V. Ex^a encerrasse.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A preocupação deste Deputado é válida, e é necessário ser registrada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Suspendo a reunião por dois minutos.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Reiniciamos os nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Antonio Osório, o senhor disse aqui, no início do seu depoimento, que assumiu diversos cargos públicos, entre eles a Secretaria do Planejamento do Governo da Bahia, na gestão do então Antonio Carlos Magalhães. É funcionário de carreira do IPEA, foi Deputado Federal e foi indicado pelo Sr. José Carlos Martinez pela sua capacidade técnica de gerir a coisa pública. O que o senhor acha, na verdade, que o senhor foi indicado pela capacidade técnica ou pelo lado político? O que pesou mais?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, primeiro, eu faço parte de um partido político. O partido político a que pertencio fazia parte da aliança que apoiou a candidatura do Presidente Luiz Inácio da Silva no segundo turno. E todos nos engajamos na campanha política. É lógico que quem participou da campanha veio a participar do Governo. Citei até uma frase aqui do professor Josaphat Marinho. Feito isso, o Partido foi indicar os seus nomes. Entre os nomes indicados estava o meu, que eles levaram em consideração porque observaram o currículo de cada um. Não foi o PTB mandar fulaninho de tal e o pessoal do núcleo central aceitar aquele nome que foi encaminhado, não. Eles olharam currículo, olharam as relações, verificaram se tinha condições de gerir uma empresa ou uma diretoria do tamanho dos Correios. Isso que foi feito.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo bem. Agora, foi constatado aqui que vários aditivos de empresas foram assinados no seu gabinete. E esses aditivos foram assinados no seu gabinete, o senhor mesmo disse aqui, apenas porque eram acobertados pela lei que rege a licitação, a Lei nº 8.666. O senhor assinou esses aditivos simplesmente por isso, por que a lei acoberta?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, a coisa é mais complexa do que isso. Existe uma estrutura organizacional por trás de tudo isso. Não chega às minhas mãos pura e simplesmente. Ao chegar às minhas mãos, já passou pelo órgão que faz o gerenciamento, que era o departamento de marketing, que acompanha isso. Depois disso ele vai para onde? Ele vai para o departamento jurídico. Chega às minhas mãos...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo isso justificando que os aditivos estão corretos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Estão corretos. E o aditivo é normal. Discordo da posição técnica que foi esposada aqui. O aditivo é normal. Você pode aditar durante cinco anos. Se você faz o primeiro ano, pode aditar. Está na Lei nº 8.666.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Antonio Osório, fui Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado, presidi câmara de administração indireta, direta, relatei várias contas de vários governos do meu Estado, não é assim como o senhor está dizendo não. A Lei de Licitações permite com uma justificativa, não é simplesmente que pode aditar não, de maneira nenhuma.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mas, Deputado, estou dizendo a V. Ex^a que não é aquilo, chegou às minhas mãos e tudo...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – V. Ex^a, nesse momento, analisava tecnicamente ou politicamente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Estou dizendo a V. Ex^a que passava pelos órgãos técnicos da empresa, pelo departamento de marketing.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E o senhor simplesmente cumpria aqueles pareceres. Porque tinha o parecer o senhor assinava?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu lia os documentos, eu tinha a minha assessoria também.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E se aprofundava nos documentos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Claro que a gente discutia o assunto.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então o senhor afirma aqui que todos os aditivos que foram feitos estão corretos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não assinei sem ler. Tenho certeza disso.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Estão corretos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Estão corretos.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor se sente traído pelo sistema político que o colocou lá?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu o quê?

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sente-se traído por tudo isto que aconteceu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu me senti traído pelo Maurício Marinho ao praticar esse ato.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Só pelo Maurício?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pelo...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Pelos outros diretores também?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu não me sinto. Por quê? Eu não tive nenhum problema. Nem pela aliança política que foi feita. Pelo contrário, eu achei que foi uma aliança política válida e correta, na medida em que foi feita essa aliança política, e eu participei ativamente. Eu não sou contra o fato. Acho que a aliança política foi correta. Se houve desavenças no meio do caminho, é outro problema, é uma outra questão.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Qual era o seu relacionamento com o Sr. Emerson Palmieri, que ia tanto ao seu Gabinete e conversava tanto? Aqui há várias declarações em que isso foi constatado.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O Sr. Emerson Palmieri faz parte do Partido Trabalhista Brasileiro. Eu o conheci, apresentado pelo então Senador Eduardo Andrade Vieira, que era do meu Partido. Foi Presidente do meu Partido e foi Presidente do Bamerindus. Daí, eu conheci o Emerson Palmieri e fiz amizade com o Emerson Palmieri, como qualquer relacionamento que se tem em qualquer sociedade que se forma. Se fizermos, amanhã, a Associação dos Amigos de Porto Seguro – que é a minha terra natal –, logicamente, as pessoas que estão ali se unem em laços, se aproximam, criam amizades.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Quer dizer que o Sr. Emerson Palmieri era apenas um problema político. O senhor conversava com ele assuntos políticos e de amizade normal?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Amizade. Por exemplo, quando houve o casamento da filha dele, ele mandou um convite para mim, e eu não fui, não pude ir.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Aí, ele ia ao seu Gabinete conversar sobre isto?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Olhe, ele só foi no meu Gabinete uma vez, lá nos Correios, com o Presidente da Embratur, para conversar comigo sobre a possibilidade de usar a marca Brasil nas encomendas dos Correios. Eu chamei o Demarketing e conversamos. Para adiantar, eles estavam estudando quando ocorreu, ou seja, acho que era algo interessante usar a marca Brasil nas encomendas que vão para o exterior, que vão para todos esses lugares, porque se estava projetando mais ainda o Brasil.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Aqui, o Sr. Godoy disse que a sua agenda mostra que o maior número de contatos que o senhor teve em seu gabinete foi o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Nada disto. Está completamente errado. Basta perguntar a ele ou a qualquer outra pessoa na empresa.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, para encerrar, quero esclarecer ao Sr. Antonio Osório Batista que nem sempre o exército que ganha é o mesmo que ocupa. Eu acho que, talvez, o grave erro do PT foi que o exército que ganhou não ocupou. Está errado o Sr. Josaphat Marinho. O exército que ocupa é um exército diferente daquele que ganhou. Só para um esclarecimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Antonio Osório, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nós estamos percebendo que o depoimento do Dr. Antonio Osório, até agora, não acrescentou nada de novo para nós. Praticamente, perdemos a manhã inteira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Há um orador na tribuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas, já que o Dr. Antonio Osório está aqui, eu quero perguntar se ele conhece uma pessoa que foi citada no depoimento do Sr. Edgar Lange Filho, uma pessoa de nome Petry, Sr. Edilberto Petry. O senhor conhece essa pessoa?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Petry. Ele é empregado dos Correios. É Administrador Postal e trabalha na Diretoria de Tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

que faz esse senhor?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Bom. Eu tenho a impressão de que ele dirige uma divisão – se não me engano – da área de tecnologia. Eu não sei precisar qual é o nome da diretoria. E ele trabalha diretamente com o Dr. Eduardo Medeiros, que vai depor aqui, à tarde.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O que o senhor ouviu falar nos Correios a respeito dessa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O orador está reclamando, com razão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o agente da Abin Sr. Edgar Lange falou que esse Petry era uma pessoa problema dentro dos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Francamente, Deputado, eu não sei informar o mo-

tivo por que o Sr. Edgar Lange fez isto. É outra pessoa que também não conheço nem conhecia. Só fui ver pela televisão. Eu não sei qual o motivo que o levou a fazer essa afirmativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é o andar da sua diretoria?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Décimo sétimo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E
o andar da diretoria em que trabalha o Petry?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, o andar do Diretor é 18º. Agora, o Petry, eu não sei precisar onde é a sala dele, porque é de outra diretoria, e eu não me metia na outra diretoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– V. Sª sabe se esse Petry tinha amizade com Maurício Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Se dá, como todo mundo lá que se conhece, não é? Mas amizade mesmo, eu não sei se tinha não. Mas conhecia, como todos se conhecem, quase todos se conhecem nos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– V. Sª disse que conheceu Maurício Marinho através de um curso que ele tinha participado, e que V. Sª se entusiasmou positivamente com a participação dele. Depois desse curso, V. Sª procurou ter informações a respeito do Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Como é o final da pergunta?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

Sª disse que conheceu Marinho através de um vídeo, de uma instrução que ele estava passando para funcionários do Correio. Depois desse vídeo, V. Sª procurou tomar informações a respeito do procedimento, da maneira de ser desse Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Procurei, inclusive com pessoas da própria empresa e dos assentamentos dele. E tinha também um currículo que tinha sido encaminhado pelo Deputado José Chaves. Como ele fez uma excelente apresentação, como ele tinha sido um excelente Diretor de Treinamento da empresa – está lá pra todo mundo ver –, e eu precisava levantar a Universidade Correios, então eu o convidei pra vir pra cá. Ou seja, uni o útil ao agradável. Tinha um deputado companheiro pedindo, e ele tinha aquele currículo, eu fiz a indicação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

Sª falou, hoje pela manhã, aqui, que acha que tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica Federal perderam um espaço muito importante que é ocupado por um banco privado. De que forma esses bancos

públicos poderiam recuperar esse espaço perdido para um banco privado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Existe um contrato. É analisar o contrato. Eu cheguei e disse assim: “Será... Talvez valha a pena levantar quanto isto representa de multa que for, e tomar uma decisão, se for, logicamente, vendo os prós e os contras, o que seria favorável”. A sugestão que na hora eu apresentei... Até me recordo que levantei aqui a questão em tom de brincadeira, mas seriamente, ou seja, eu saí quando dei aquela sugestão, imaginando que fosse o cara mais inteligente do mundo. Aí, citei até o caso. Quando cheguei nos Correios, comecei a defender a questão. Aí o rapaz do Museu me leva um decreto de Epitácio Pessoa, de 1922, que credenciava os Correios como agente financeiro. Então, quer dizer, isso já vinha de muito tempo, e a gente imagina que é o dono da razão. Mas ali, eu estava vendo uma questão do ponto de vista administrativo, de fortalecimento da empresa nacional que seria o Banco do Brasil, que é nosso, a Caixa Econômica, que é nossa, e os Correios, que têm a sua capilaridade. Esses três para fazer o banco que chamamos de Popular. Era uma sugestão que me veio na hora, entende? Agora, como cortar, só estudando, verificar os custos e os benefícios que poderão trazer uma medida dessa natureza?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– V. Sª disse que, em 1892, o Correio era um agente financeiro?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É. Tem um decreto de Epitácio Pessoa, para representar como banco, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Então, se utilizasse o Correio como agente financeiro. não precisava ver tanta mala de dinheiro andando dali pra lá, não é? Porque usar o Correio não teria esse problema...

Sr. Presidente, gostaria de queria solicitar ao Relator que S. Exª formalizasse o pedido à Polícia Federal de São Paulo para que fosse enviada cópia do inquérito de José Adalberto Vieira da Silva, que foi preso em flagrante em São Paulo, na última sexta-feira, com reais e com dólares, e que cópia desse inquérito fosse encaminhada a esta CPML.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Presidente Delcídio Amaral já encaminhou, e a cópia do ofício está aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

Exª, depois, pode me fornecer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Antonio Osório, V. S^a fez várias críticas à questão dos aditivos da 8.666. V. S^a não acha que a 8.666, da forma que está sendo utilizada, acaba sendo mal utilizada porque tem o poder discricionário de fazê-lo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, Deputado, existem algumas nuances na lei que a gente... que é preciso melhorar. Nada é perfeito. Uma das questões que eu jogo... Vamos pegar um item de lá, que é o pregão eletrônico. Na minha opinião, ele é muito bom porque ele é democrático, ele é aberto e abre à participação de todos. Porém, ele pode levar numa disputa o fator emocional e psicológico funcionar no processo decisório, e, muitas vezes, a pessoa entrar com um preço que não tenha condições de cumprir, entende? Aí é que é preciso ver que nós estávamos estudando essa questão.

Será que nós podemos estabelecer o intervalo entre o máximo e o mínimo, que dê condições de construir aquilo? Era uma coisa que nós já estávamos conversando com o Departamento Jurídico, íamos convocar, inclusive, o Tribunal de Contas da União e outros que já tinham feito, que já tinham alguma experiência, para ver se a gente tirava alguma coisa de importante para melhorar nesse aspecto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A respeito dos franqueados, que colaboração V. S^a pode dar para que o serviço dos Correios tenha uma melhor condição de relacionamento?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, Deputado, na verdade, hoje, o que existe aí, o quadro de franqueados aí, o número de agências franqueadas, é aquela de três ou quatro anos atrás. Daí para frente, não se criou uma franqueada, desde que eu entrei nos Correios. Está se estudando um mecanismo e uma formatação para esse novo projeto. Inclusive conversando com o Tribunal de Contas da União, que me parece que está uma tendência – eu não posso garantir agora – para o processo licitatório, que não era anteriormente. Mas daí, dessa decisão até hoje, não mais se criou franqueadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a que conhece bem esse sistema, qual é a falha do sistema franqueado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na verdade, eu não diria falha. O que existe, na verdade, é uma disputa interna. Há um pensamento, eu diria duas correntes, ou três correntes, dentro do Correio, das pessoas de formação postal; uns acham que não deveria abrir, outros acham que deveria abrir, entende? Essa é a questão interna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a acha que o... a agência postal funcionaria melhor que o franqueado?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Depende da situação. Você tem algumas agências postais que funcionam muito bem; em outros lugares, você tem a franqueada que funciona. Por exemplo, a franqueada, para ela funcionar bem e dar resultado para quem tem, geralmente ela tem, por trás de si, alguém que dê. Por exemplo, Fininvest, aí tem uma empresa franqueada que faz a postagem do Fininvest. Então, vai ter um lucro estupendo, como é a questão das Lojas Bahia, se não me engano, mas aquele coitado que pega lá na ponta de rua, vamos dizer, lá em Trancoso – Trancoso, na minha terra natal –, talvez não tenha o mesmo resultado e tenha um outro que se fez aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só queria... V. S^a entendeu equivocadamente ou eu me coloquei mal. Eu não falei agência no sentido de mais uma agência de Correio, eu falei agência no sentido da Anatel, da agência reguladora. Se uma agência reguladora resolveria essa distorção do sistema postal brasileiro.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sei se agência, francamente, que eu não me dediquei a essa parte. Agora, o que eu posso lhe dizer, que pode ter erros, e logicamente deve ter erros, mas é uma instituição das mais respeitadas e que tem um trabalho excepcional e muito bem organizado. Pode ter erros; lógico, todos nós temos erros, entende? Eu não sei se agência pode ser olhada... Eu acho que já tem agências das quais os Correios fazem parte. Aí é uma questão de ficar na cúpula, em termos de planejamento, divisão mais ampla, estratégica, dos Correios.

Hoje, o Correio tem 110 mil empregados, a maior empregadora do País. Então, a gente precisa olhar esse lado também, entende? Será que é para diminuir ou não? Ela está dando resultado positivo. Ela teve resultado positivo, não é? Lógico. Porque é uma empresa que trabalha com o quê? Com informação, que é coisa barata. Não é uma Petrobras que vende ouro, não é? Nós vendemos a informação, distribuímos informação.

Então, ela tem, digamos, uma matéria-prima barata, e consegue, com eficiência, com trabalho, estar em todos os lugares, fazendo a integração. Você vê, o rio Amazonas, subindo, o trabalho que foi feito nas eleições. Não sei se os senhores conhecem, foi... A logística foi toda montada pelos Correios. Foi toda ela montada pelos Correios. O próprio Tribunal Superior Eleitoral faz referência a isso; no Amazonas, subindo aqueles rios, com lancha, com helicóptero, um trabalho belíssimo. Talvez tenhamos a melhor logística do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Estamos fugindo um pouco do objetivo, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Gostaria de perguntar para o Sr. Antonio Osório o que ele sabe a respeito da Rede Postal Noturna.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– De quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Da

Rede Postal Noturna, o serviço terceirizado.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A Rede Postal Noturna foi criada já há algum tempo, e deu um *push*, uma alavanca aos Correios para fazer chegar o Sedex 10, facilitar, levar as encomendas com a rapidez que todos nós exigimos. Foi muito importante a introdução da Rede Postal Noturna nos Correios. Ela foi criada ainda pelo Coronel Boto, quando foi Presidente dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

S^a conhece alguma coisa sobre essa história de que há alguma coisa errada na Rede Postal Noturna?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Que eu conheça, não. Foi feito o processo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que ouviu falar, pelo menos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que ouço falar eu li na *Época*, e vejo os comentários. Mas hoje à tarde estará aqui o Dr. Madureira, que é quem conhece o assunto, é diretor da área e poderá destrinchar isso tranquilamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– V. S^a falou a respeito de os Correios serem a maior empresa empregadora, tendo 110 mil funcionários. A imagem dos Correios é positiva e de credibilidade. Essa onda que está havendo nos Correios não pode afetar essa credibilidade dos Correios, ou pode fazer com que as pessoas que trabalham nos Correios tenham uma vontade de manter cada vez mais elevado o nível e avaliação dos Correios? Ou as pessoas não podem ser afetadas por todos os problemas que estão acontecendo com esta CPMI envolvendo os Correios? E, lamentavelmente, o nome da CPMI acaba levando o nome de CPI dos Correios, ao invés de ser “CPI da Corrupção” ou “CPI do Desmando”. Isso não pode prejudicar essa imagem positiva que os Correios têm?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Afeta de maneira substancial, e os Correios fazem acompanhamento, inclusive com pesquisa de opinião pública, etc e tal, e percebem que isso afeta. Uma simples greve nos Correios já afeta, entende? Porque se perde dinheiro. Veja que os Correios são uma empresa que se mantém, paga seu pessoal e não recebe um tostão do Governo, colocando que é o sócio úni-

co, porque é uma empresa pública. O que as pessoas precisam entender é que, além de ser uma empresa pública, busca resultados positivos e está dando resultados positivos, tanto é que participou dos dividendos. Por isso, chamo a atenção inclusive...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO)

– É automática. É só para que V. S^a conclua mesmo.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Inclusive com relação ao pregão eletrônico. E disseram que existe fraude, etc e tal, quando é do Banco do Brasil. É preciso analisar isso. Por isso que eu pedi e mandei aqui para...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Rapidamente, porque o tempo está terminando. Será que essa tentativa de desmonte dos Correios não é algo que interessa à iniciativa privada que quer entrar no mercado postal?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso existe. Isso existe. A iniciativa privada está querendo quebrar o monopólio de cartas nos Correios, o que será um absurdo e irá destroçar uma das empresas melhores deste país. É preciso ter cuidado com isso. Por trás disso, há um interesse muito grande. Acho que tem que permanecer como empresa pública e fortalecer os Correios, que pode prestar grandes serviços à Nação e ao Governo do Presidente Lula. Pode prestar grandes serviços. Eu já disse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a terminou. Infelizmente, o tempo terminou, e seremos rigorosos com o tempo.

Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Obrigado,

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Dr. Antonio Osório Batista, há quanto tempo V. S^a é filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Desde 1985.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Desde

1985. V. S^a já foi filiado a outros partidos políticos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Fui filiado ao PDS. Iniciei na minha campanha política pelo PDS.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Está

bom. Quando V. S^a soube da publicação pela revista da matéria do Sr. Maurício, V. S^a imediatamente ligou para o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, o Deputado Roberto Jefferson, que ainda não havia tido conhecimento da matéria publicada pela revista *Veja*. V. S^a confirma isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Acho que sim. Tenho uma vaga impressão de que aconteceu isso, porque eu liguei também para o Presidente dos Correios.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Porque V. S^a afirmou isso no depoimento da Polícia Federal.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É. Tenho essa impressão.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Dr. Antonio Osório Batista, V. S^a também acredita que o Sr. Maurício Marinho tenha montado uma estrutura própria com o objetivo de aumentar seus rendimentos, na função que ele exercia?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso eu não posso afirmar. O que posso afirmar é que ele foi leviano naquelas afirmativas que fez, envolvendo todo mundo e, inclusive, colocando como se a empresa fosse ele, ele fosse o dono, para, como diz na própria carta dele, para fazer facilidades, quer dizer, criando dificuldades ou mostrando prestígio para vender facilidades.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Está bom. Então V. S^a não afirma que ele tenha montado esse esquema?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não posso saber disso.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não pode saber. Não, eu falo isso porque o Deputado Roberto Jefferson, em seu depoimento, afirmava categoricamente que acreditava que o Sr. Maurício Marinho havia montado um esquema próprio para aumento de seu rendimento. Por isso estou fazendo essa pergunta.

V. S^a falou – viu, Dr. Osório? –, ali em uma das perguntas do Dr. Fagundes, quando ele perguntou sobre o esquema dos 4 milhões recebidos, que, assim ele afirma, o Roberto Jefferson, que V. S^a ouviu falar em reuniões. Mas que reuniões eram? Reuniões do Partido Trabalhista Brasileiro?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Reunião do Partido...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Na Executiva?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Às vezes, o pessoal comentava...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Na Executiva?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Na Executiva. Comentava, dizia lá, o pessoal comentava isso.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a fazia parte da Executiva, não é? Então, ouvia-se falar isso nas reuniões da Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro. Está bom.

Vou fazer agora, Dr. Antonio Osório Batista, a última pergunta. Quando V. S^a assistiu à gravação pela primeira vez, juntamente com o Deputado Roberto Jefferson, este mencionou que Molina teria tentado fazer chantagem com a gravação. V. S^a confirma isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele colocou.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Confirma.

É, porque o Roberto Jefferson, também no depoimento dele aqui, no qual eu fiz essa pergunta, disse que V. S^a estava enganado, que ele nunca falou isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, porque ele falou que o cara procurou no Pará, com o filho, que ele estava lá com o filho, que procurou, etc. e tal, e que chegou e disse assim, que o Deputado, na hora, o Molina disse: “É, mas porque tem alguns empresários que têm interesse, e tal”. Não deixa de ser uma chantagem.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Então V. S^a confirma...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu entendo isso como uma... como uma...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Exato.

Então, V. S^a confirma essa indagação, não é?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, pode ser até um enfoque diferente, mas eu entendo como chantagem.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Certo, está bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração com o tempo, objetivando as perguntas. Com a palavra o ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Antonio Osório Batista, em primeiro lugar, gostaria de fazer o seguinte comentário: o Deputado Roberto Jefferson, quando compareceu a esta CPML para realizar seu depoimento, procurou desqualificar o papel do Sr. Maurício Marinho, denominando-o, inclusive, de “petequieiro”, termo que eu, rigorosamente, até nem conhecia, mas pude perceber a expressão “petequieiro” no sentido de dizer que ele não representava nada, que era uma figura menor e que não movimentava recursos.

Quero dizer a V. S^a que o Deputado Roberto Jefferson, o Sr. Maurício Marinho e, em decorrência, V. S^a, estão metidos num problema sério, porque a denúncia realizada não foi uma denúncia pequena. Em primeiro lugar, porque o Sr. Roberto Jefferson tenta dizer que a Diretoria de Administração era uma Diretoria menor nos Correios, fato que não é verdadeiro. É uma Diretoria responsável por um Orçamento anual de R\$840

milhões, entre recursos para custeio e recursos para investimento. É a Diretoria responsável por lidar com todos os fornecedores prestadores de serviços importantes para assegurar o provimento de materiais e serviços essenciais ao funcionamento da empresa de Correios neste país. Oitocentos e quarenta milhões de reais representam 20% de todo o volume de custeio e investimentos dos Correios, se excluirmos os gastos com pessoal, porque o Orçamento dos Correios é de R\$8 bilhões. Se excluirmos os 3 bilhões e 800, ficamos com aproximadamente 4 bilhões e 200. Oitocentos milhões de reais são, aproximadamente, 20% de todos os recursos importantes dos Correios, anualmente.

Em segundo lugar, o Sr. Maurício Marinho, num depoimento espontâneo, realizado quando era gravado clandestinamente, falando com sinceridade, de forma espontânea, cita de forma concreta as formas de como ele procura obter recursos para o PTB e nomeia o seu Presidente, Deputado Roberto Jefferson, nomeia o senhor e nomeia o Sr. Fernando Godoy, falando de percentuais, falando de formas de obtenção de propinas e de uma série de outras coisas. Isso se coaduna, isso sintoniza plenamente com a afirmação clara e límpida do Deputado Roberto Jefferson de que nomeou diretores em várias empresas com o objetivo de fazer caixa para seu partido. As informações se encadeiam, as informações têm nexos, são precisas. Ou seja, não se trata de uma diretoria menor, trata-se de atos graves de corrupção registrados naquela gravação e que envolve a todos e, lamentavelmente, o senhor também aqui.

Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer.

O senhor já afirmou aqui que não sabia dos antecedentes do Sr. Maurício Marinho. O Sr. Maurício Marinho, pelos levantamentos aqui realizados, aqui já foi dito, exonerou-se dos Correios para fugir de uma demissão, porque estava envolvido em atos de corrupção, colocando, inclusive, um ar-condicionado na sua casa no início dos anos 80, levando trabalhadores dos Correios para trabalharem na sua casa. Quando esteve na Diretoria Regional do Rio de Janeiro, com o Sr. Waldemir Cardoso, também esteve envolvido em atos extremamente problemáticos. Ou seja, é uma figura com uma trajetória conhecida como muito ruim, com práticas condenáveis dentro dos Correios. Isso embasa também minha preocupação agora envolvendo – e quero me dirigir ao senhor – o depoimento do Sr. Arthur Wascheck. O Sr. Arthur Wascheck – que é declaradamente a pessoa que encomendou a gravação – diz que fez isso em virtude de estar sendo sistematicamente prejudicado pelo Sr. Maurício Marinho e, portanto, pela Diretoria de Administração dos Correios,

e cita vários exemplos de empresas que foram favorecidas. Uma delas, a Protelyne, empresa que produz calçados, tênis e participou de uma licitação de tênis. O Sr. Arthur Wascheck diz textualmente, precisamente que esta empresa, tendo vencido a licitação e tendo apresentado um produto que não atendia às especificações – o que o senhor mesmo disse, foram realizadas pela universidade, pelo respeitabilíssimo centro de excelência, que é a Universidade Federal de São Carlos – essa empresa, não tendo respeitado as especificações, o setor de avaliação dos Correios, que é o laboratório de produtos dos Correios, teria recebido – pela afirmação do Sr. Wascheck – sistemáticas pressões do Sr. Marinho para que aceitasse esse material, que não atendia às especificações. Mais do que isso, essa empresa Protelyne venceu uma licitação em 2004 para compra de tênis, fevereiro de 2004, pela Ata de Registro de Preços nº 12.525, de 2004, para fornecer 93.485 pares de tênis a R\$41,75 cada unidade, o que dá um contrato de aproximadamente R\$4 milhões com os Correios. Essa empresa não cumpriu suas obrigações, apesar das pressões do Sr. Marinho, conforme depoimento do Sr. Arthur Wascheck, sobre o laboratório dos Correios. Essa licitação foi definitivamente cancelada em 2004, no dia 9/12. Ou seja, ela assinou o contrato com os Correios em fevereiro de 2004 e, no final do ano, depois de pressões e contrapressões, o contrato foi cancelado. Mas essa empresa não foi sancionada por isso, essa é outra denúncia grave do Sr. Arthur Wascheck. Essa empresa teria que ter sido imediatamente sancionada com a perda do direito de participar de outras licitações dos Correios e multa por descumprimento de contrato. Essa empresa não foi imediatamente sancionada pelos Correios, podendo, portanto, participar de uma nova licitação em janeiro de 2005. Olha que fato grave, Sr. Antonio Osório. Em janeiro de 2005, realizou o Pregão nº 103, de 2004, que depois acabou por ser cancelado, com base em todas as denúncias, etc. As denúncias do Sr. Arthur Wascheck encontram respaldo nessas informações, que, provavelmente, é uma de muitas que deveriam acontecer. Se o Sr. Marinho diz que está ali para obter propina, diz a forma de obtenção de propina, fala de percentuais de produtos, percentuais de serviços, se isso tem sintonia com o que diz o Deputado Roberto Jefferson, que iria caixa de campanha, essas informações adquirem uma credibilidade, um nexo, a partir dessa lógica construída, das provas realmente existentes, que são absolutamente cristalinas.

Como o senhor responde a essa questão, Sr. Antonio Osório?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Respondo da seguinte maneira: nós tomamos

as providências necessárias, na medida em que ele não cumpria o ritual e a legislação em vigor. Encaminhamos isso ao Departamento Jurídico, que tomou as providências. Eu soube, inclusive, que ele estava querendo participar de outra licitação, mas o processo foi, inclusive, de multa para afastá-lo da licitação. Essas providências foram tomadas. Agora, o processo de concretização tem uma processualística que precisa ser acompanhada.

Eu já estou lá fora, mas a informação que tive, outro dia, é que, mesmo em outra licitação, ela estava forçando a barra, pedindo liminar, pedindo à área jurídica para concorrer novamente. Esse é o grande problema que você enfrenta, porque, muitas vezes, você tem, mas o cara entra com a liminar. Aí participa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas o senhor concorda que foi um fato grave?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Foi, mas foram tomadas...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E que a denúncia que o Sr. Maurício Marinho... Obtive informações do pessoal nos Correios de que, de fato, ele pressionou não só para essa Protelyne, mas para que vários outros produtos, fora das especificações dos Correios...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... fossem aceitos pelo laboratório dos Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Aí discordo da ...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa informação não chegou ao senhor?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não. Discordo porque, inclusive, estive conversando outro dia com o Luiz Garitano, Chefe da Divisão de Análise, de Amostra, e ele sabe que não aconteceu essa facilidade que ele está dizendo: “Ah, deixou de lado”! Não acontece isso. Seria interessante, inclusive, ouvir o Sr. Luiz Garitano, que sabe dessas coisas todas e que acompanha... Ele é o responsável pela análise; é o engenheiro responsável por isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Seria bom, Sr. Presidente, Sr. Relator, que obtivéssemos informações; no mínimo, deveríamos solicitar informações por escrito. Não sei se é o caso de se trazer aqui o responsável pela área de avaliação de produtos dos Correios, o laboratório, o Sr. Luiz...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Garitano .

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Garitano?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Luiz Garitano. Formulo aqui um requerimento para que se obtenha dele a confirmação ou não de que teria recebido pressões do Sr. Maurício Marinho para aceitar produtos fora das especificações.

Outra questão que eu gostaria de abordar diz respeito à polêmica fita. Tive o cuidado, a partir dos depoimentos todos contidos nos documentos da Polícia Federal que nos foram enviados, de pegar as informações sobre a maior parte dos depoentes acerca das fitas, de data e hora, e noto o seguinte: o Sr. Marinho disse que tomou conhecimento da fita por intermédio do Policarpo, jornalista, no dia 12, às 17 horas e 45 minutos. O Deputado Roberto Jefferson disse que tomou conhecimento da fita no dia 3, quando foi procurado pelo Sr. Molina aqui no Congresso Nacional. O Sr. Arthur Wascheck, em sintonia com o que diz o Deputado Roberto Jefferson, diz que, no dia 3, o Sr. Molina mandou entregar..., conversando com o Deputado Roberto Jefferson, este teria pedido que essa fita fosse entregue ao Sr. Antonio Osório e que, no dia 4 ou 5, no máximo, disse o Sr. Arthur Wascheck em depoimento na Polícia Federal, mandou a fita para o Sr. Antonio Osório, com os seguintes dizeres: “Ao Sr. Antonio Osório para verificar a atuação nefasta do Sr. Maurício Marinho. Enviarei cópia a todos os demais interessados”. É curioso que, no dia 4, o Sr. Marinho se licenciou de suas funções sob a alegação de ter tido problemas de saúde. E vou mais adiante, Sr. Antonio Osório. O Sr. João Henrique, então Presidente dos Correios, comentou com diversas pessoas que, no dia 10, terça-feira, o senhor já o teria informado acerca da existência dessa fita e, no dia 11, na reunião de Diretoria – Redir, como se denomina nos Correios –, teria sido aprovado o afastamento do Sr. Marinho, alegando problemas de saúde, evidentemente para que não viessem à tona os fatos gravíssimos contidos naquela fita.

Por tudo isso, concluo, Sr. Antonio Osório, que, de fato, V. S^a tinha conhecimento dessa fita. É impossível que o Deputado Roberto Jefferson – de quem V. S^a é amicíssimo –, tendo tomado conhecimento de fatos graves no dia 3 sobre essa questão, não tenha tido o cuidado de lhe telefonar-lhe para cientificá-lo de que havia esses fatos graves que envolviam o senhor naquela fita. Não há nexos, sinceramente, a informação de que o senhor ouviu uma fita na casa do Sr. Salmeron, uma fita que o senhor nem sabe como o Sr. Salmeron a obteve. Há informações objetivas de que o senhor recebeu essa fita.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quem poderá dizer...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Sr. Fernando Godoy disse que recebeu no dia 13, em envelope fechado dos Correios – seu assessor direto. Então, as informações não batem.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quem poderá dizer isso ao senhor é o próprio Deputado Roberto Jefferson. Ele não me transmitiu isso. Estou dizendo a V. Ex^a que viajei para São Paulo. Saí dos Correios no dia 12, mais cedo, viajei para São Paulo. Fui ao diretor de São Paulo e, mais ou menos às quatro horas da tarde, recebi um telefonema do Dr. Fausto, assessor de imprensa, comunicando-me que o jornalista Policarpo Junior estava fechando a **Veja** e precisava de uma informação que envolvia a minha área. Perguntei: “O que é?” Ele respondeu: “Não sei”. Questionei: “O Presidente está aí?” Ele disse: “Não, o Presidente está viajando.” Perguntei: “Qual é o número do Policarpo?” Ele disse: “É este.” E me deu o número. Eu liguei para o Policarpo, que me fez uma pergunta: “Quem indicou o Marinho foi Roberto Jefferson?” Disse: “Não.” Ele perguntou: “Ele é amigo de Roberto?” Tudo era em cima de Roberto Jefferson. Então, ele disse que tinha uma fita.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como estou com o tempo limitado, só registro que há uma contradição muito grande entre o que o senhor diz e os dados apresentados por todos os demais depoentes, seja na Polícia Federal, seja nesta Comissão.

A partir de todo esse cenário, na sua avaliação, quem teria interesse em gravar essa fita? Apenas o Sr. Wascheck? Como se envolvem os arapongas e a imprensa nessa história na sua compreensão?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Francamente, eu ficava a me perguntar quem teria interesse em fazer isso, e via que o Deputado Roberto Jefferson “batia” na Abin, dizia que a Abin fez etc. Logo depois, surgiu a história do Arthur Wascheck.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V. Ex^a se esgotou. Ele pode concluir em outra oportunidade. Estou seguindo rigorosamente o horário.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sr. Presidente, logo depois, eu vi que a Abin estava participando também. Acho que foram interesses contrariados. Quando tomamos algumas medidas como a introdução, que estávamos falando, de pré-qualificação de empresas para não deixar os Correios “na mão”, aqueles que não tinham condições de participar começaram talvez por aí.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a há de entender que temos mais dois

depoimentos e até agora não houve nem suspensão para o almoço.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena. Ou vamos ser mais objetivos ou passaremos toda a noite aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiramente, consulto V. Ex^a se já foi aberta a lista de inscrição para os próximos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Na hora em que estivermos no antepenúltimo parlamentar, determinaremos a abertura, que pode ser inclusive agora, neste momento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Excelente, Sr. Presidente.

Sr. Osório, no primeiro dia em que V. S^a veio prestar depoimento, já tive oportunidade de solicitar os esclarecimentos que eu entendia necessários.

Todas as vezes que alguém tenta atacar uma única das diretorias, por motivações certamente políticas... V. Ex^a e qualquer outro aqui pode ter uma avaliação completamente distinta, e eu posso estar errada na avaliação que tenho hoje – e, depois, obrigatoriamente, me desculparei perante a opinião pública e essas pessoas –, mas a avaliação que faço hoje é que foi montada uma verdadeira guerra de gangues partidárias, objetivamente, entre PT, PTB e PMDB. Não estou generalizando para todos os filiados ou para todos os dirigentes, mas é impressionante isso. Porque, às vezes, aqui acontece: se ataca a diretoria indicada pelo PTB, só que a diretoria indicada pelo PTB, se estava agindo, estava agindo em conluio com a diretoria indicada pelo PTB, pelo PT e pelo PMDB, porque todas as discussões eram feitas por consenso. Tudo o que acontecia nas reuniões de diretoria era feito por consenso. Portanto, sempre fico alarmada quando V. S^a diz que não tinha, por exemplo, conhecimento do parecer jurídico, que a nota jurídica que negava uma relação contratual com uma das empresas do Marcos Valério, quando efetivamente havia uma nota jurídica. A Secom veio por trás, modificou a legislação em uma resolução que existia para beneficiar o Sr. Marcos Valério.

Todos os dias vejo isso, e é por isso que é essencial, Sr. Relator, embora V. Ex^a já tenha me informado que estava fazendo isso, que tenhamos acesso às atas de todas as reuniões. São essenciais as atas de todas as reuniões porque, às vezes, é muito fácil atacar o Sr. Marinho, porque ele já está acabado, aniquilado perante a opinião pública pelos R\$ 3 mil que colocou no bolso. Que é um fato abominável é, que é um fato desprezível é, mas esta Comissão precisa também investigar os outros fatos igualmente desprezíveis, igualmente abomináveis de bilhões que são saqueados, bilhões e milhões, porque os contratos

que foram feitos pelas outras diretorias, que, segundo informações, são indicadas pelo PT, pelo PMDB, por suplente não sei de quem, pelo PTB e por quem mais que seja, são contratos fraudulentos milionários e alguns bilionários, porque nos Correios é coisa de bilhões, de bilhões.

Eu já fiz as perguntas que gostaria de ter feito a V. S^a no primeiro depoimento. Quero perguntar uma única coisa, porque falar do passado do Marinho ou de não sei quem é até escandaloso para algum parlamentar da Base do Governo. Eles não sabiam disso? Se sabem hoje, se têm relatórios prontos para falar que o Marinho já foi um delinquente no passado, por que esses relatórios não foram usados para impedir que ele ocupasse o cargo? Ora, todo mundo no Brasil sempre soube quem era o Roberto Jefferson. E não só Roberto Jefferson, Roberto Jefferson e outros partícipes de gangues partidárias que continuam ocupando cargos de prestígio e poder dentro do Governo Lula. É estranhíssimo para a opinião pública, para quem nos ouve, falar sobre o passado. Se fosse um passado desconhecido, se fosse entregar o espaço público para alguém inocente que, depois, poderia virar um pilantra, estaria tudo bem a sua indignação, o seu estarecimento e seu assombro diante do fato, mas são pessoas que a história já conhecia, e os relatórios da Abin aqui lidos já poderiam mostrar. Não sei por que obrigar o povo brasileiro a passar por uma situação tão deprimente como esta.

Pergunto a V. S^a se, em algum momento, o senhor ouviu falar, fora a imprensa depois da confusão já feita, sobre mecanismos fraudulentos no processo de instrução de editais de licitação ou nas execuções de contratos, de aditivos ou de alguma coisa. O senhor participou, a não ser por motivo de doença, de todas as reuniões. Aqui, já discutimos nova data, já discutimos Skymaster, já discutimos propinas para os partidos, qualquer um que seja, já discutimos tudo isso. Em nenhum momento, quando o senhor estava nos Correios, o senhor não ouviu nenhum depoimento, algum indício ou alguma denúncia que desse conta de mecanismos fraudulentos para viabilizar os processos de licitação, os editais de licitação, aditivos, execuções contratuais?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Primeiramente, Senadora, eu gostaria de dizer que eu não faço parte de nenhuma agremiação. Segundo, nos Correios tem todo um complexo fiscalizador, seja do Controle Externo, seja da CGU, que participa o ano inteiro lá dentro. Ouvi falar nisso na fita do Maurício Marinho, que se poderia fazer mudanças dessa natureza, o que eu acho difícilíssimo fazer, porque é complexo. Você tem a Comissão Permanente de Licitação, co-

mandada – que tiraram agora – por Ana Monari, com uma formação muito boa, trabalhava direito, na minha opinião, estava lá fazendo o trabalho dela. Quando eu cheguei, era ela quem era Diretora. A pregoeira, era ela que fazia. Sabia desempenhar o papel, fazia um bom trabalho.

Então, eu só ouvi falar naquele trabalho na gravação de Marinho, até porque acho muito difícil que as pessoas fossem contactar as responsáveis. Porque, quem fazia o edital? A Comissão Permanente de Licitação. Depois de feito o edital, ia para onde? Para o Departamento Jurídico, que verificava, discutia, cancelava. Depois de cancelar, vinha para a minha mão, e só aí autorizava-se a publicação do edital. Depois de passar por vários órgãos.

Então, eu acho que esse processo é difícil. Eu não consigo enxergar, nobre Senadora, essa questão. Ouvi, sim, na gravação de Marinho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então o senhor está atestando que, em nenhum momento, ouviu nenhuma denúncia ou percebeu algum indício, ou houve comentários nas reuniões de diretoria que pudessem, de alguma forma, sinalizar para indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Claro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto.

Sr. Presidente, eu já terminei. Só quero saber, afinal de contas, qual é a lista que vamos assinar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É a lista que o Presidente e o Relator autorizaram.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois então, ela não está aqui. E quero assiná-la, até porque não quero criar nenhum constrangimento, nem para Deputado, nem para Senador e muito menos para funcionário. Porque os Parlamentares chegam, vão para os servidores e dizem: “Dê-me a lista para eu assinar”. E o servidor fica constrangido diante de um parlamentar. Então, o problema não é do servidor. O problema é do Parlamentar, que, antes da autorização conferida por quem está presidindo a reunião ou pelo Relator, inventa de constranger os funcionários, querendo assinar. Então, eu quero a lista oficial para assinar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Assunto encerrado. A lista que vale é a autorizada pela Mesa.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Eduardo Cardozo, último inscrito antes de encerrarmos esse depoimento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem. Devo estar inscrito também com V. Ex^a. Deputado Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Se estiver, vai ter a palavra também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu pediria que V. Ex^a contasse o tempo, Sr. Presidente, porque não foi zerado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Solicito à assessoria.

Já está zerado o tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, primeiro, meus cumprimentos ao depoente.

Se eu pude bem entender, o senhor me corrija se eu estiver errado, o senhor se considera amigo do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Os senhores conversam periodicamente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Quase sempre.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por telefone e pessoalmente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mais pessoalmente. Eu sempre... Vai lá no Partido, a gente se encontra. De vez em quando dá um telefonema.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É possível dizer que semanalmente os senhores conversam.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É possível, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É possível?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É possível.

Entre o dia 3 de maio e o dia 14 de maio o senhor não conversou nem telefonou para o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Devo ter telefonado, sim. Devo ter telefonado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque ele disse que teve ciência da fita no dia 3 de maio. E depois o senhor veio a assistir a fita com ele naquele final de semana da publicação da revista. Nesse período, apesar de o senhor ter conversado com ele, ele não lhe disse nada sobre a fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não me disse nada, e eu soube que em uma época

dessas ele viajou, não sei se para o Pará, para um lugar desses aí do interior. Aí, houve um lapso aí, e ele não me contou nada sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não considera estranho que diante de um fato dessa gravidade ele não tivesse lhe informado? Ele não foi até desleal com o senhor?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pelo que vi das informações dele, inclusive na imprensa, era de que ele não achou que aquilo fosse uma bazófia. Ele não deu importância, ele não imaginou que pudesse fazer isso. Como eu também. Eu jamais poderia imaginar esse drama todo aí...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Wascheck chega a informar, no seu depoimento, tanto nesta Comissão como na Polícia, que, depois do dia 4 ou 5, por volta do dia 4 ou 5, ele encaminhou a fita, num motoqueiro, para o senhor. O senhor não recebeu essa fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu fui ver a fita... Veja bem, eu fui ver a fita...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o senhor viu eu sei. A minha pergunta é quando o senhor recebeu... se o senhor recebeu, perdão. O senhor não recebeu a fita?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu recebi a fita no dia 16, pela manhã, quando o menino me entregou... o Fernando Godoy me entregou. O que ocorre é o seguinte...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, sinceramente, eu não estou conseguindo ouvir as respostas do depoente.

Por favor.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Porque o que ocorre é o seguinte: há quem diga que foi o envelope que se entregou lá e que eu não sabia o que era e entreguei ao Godoy, que era o assessor executivo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não sabe a data que esse envelope chegou...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– ...e viajei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No dia 12.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– ...viajei, de manhã, no dia 13. Porque eu tinha que sair, entreguei e disse: olha, quando eu voltar, a gente vê isso. E fui para São Paulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É porque o Sr. Arthur Wascheck disse que encaminhou por volta do dia 5. Aí é uma diferença de uma semana.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mas dá uma diferença.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não sabe quando chegou nos Correios aquele envelope? Nem quem o recebeu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, hoje, pelo que se fala, foi lá para diretoria – e estou sabendo isso agora –, pela secretária. Acho um absurdo que chegasse e fosse, chegasse na mão dos meninos, e me entregassem na hora da saída, no dia 12, quando eu ia viajar. Viajei. Eu disse...Não sabia que era fita, peguei o envelope fechado e o entreguei ao Dr. Fernando Godoy, dizendo: – Fernando, estou viajando, depois a gente vê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor considera estranho o fato de essa fita ter demorado tanto a ter chegado às suas mãos, se é que realmente foi entregue no dia 5?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É possível.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bem, se entendi bem, no seu depoimento, o senhor também diz que o Deputado Roberto Jefferson em nenhum momento lhe pediu para fazer nenhuma arrecadação de recurso para campanhas eleitorais. O senhor confirma isso? Ele nunca lhe pediu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Confirmo sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, vou ler um trecho do depoimento do Deputado Roberto Jefferson prestado a esta Comissão, numa arguição que fiz. Indaguei se ele havia pedido ao senhor que fizesse essa arrecadação. O Deputado Roberto Jefferson diz o seguinte: – Sua primeira pergunta, Sr. Presidente, se o Dr. Antonio Osório soube de mim essa estratégia de arrecadação. Soube. Eu pedi a ele que, se possível, na relação com algum empresário privado, que é uma coisa que tem que ser selecionada, amadurecida, ele pudesse, no final, nessa relação, ajudar o caixa oficial do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Ou seja, Roberto Jefferson afirma textualmente que pediu ao senhor isso. Ele mente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que ocorre é o seguinte – veja bem que a interpretação que se dá a esse fato – ele não me pediu que recolhesse ou que arrecadasse dinheiro para o Partido em momento algum e nem eu pedi a alguém. O que se fala, o que se coloca, é que deveriam os Partidos fazer um bom relacionamento, defendendo primeiro os interesses da empresa, para, quando da oportunidade de campanha política, saber-se onde buscar

apoio ou coisa desse tipo. Porque durante esse período não é correto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele fala textualmente: ajudar o caixa oficial do meu Partido.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não é correto se fazer isso, pela minha maneira de ver.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Essa afirmação não é correta, do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Na minha maneira de ver, não é correto o ato, o fato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Agora, ao dizer que pediu ajuda oficial ao caixa oficial do Partido ao senhor, ele está mentindo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Da maneira que V. Ex^a está colocando. Ele está dizendo o seguinte: que trabalhássemos, fizéssemos um bom trabalho, defendêssemos a empresa, fizéssemos um relacionamento, para, quando chegasse na oportunidade de campanha política, digamos, que é o apoio político que se faz na época de campanha, que está na lei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso ele lhe pediu?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso nós conversamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso vocês conversaram. Somente na época de campanha.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É, claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bem, o Sr. Marinho e o Sr. Roberto Jefferson eram amigos?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não eram amigos. O senhor presenciou vários encontros entre os dois?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Digo-lhe, com pureza d'alma: convidei, uma vez o Roberto Jefferson foi aos Correios fazer uma visita ao Presidente que tinha sido nomeado, João Henrique, e eu fui acompanhando, ele me avisou e eu fui. Quando acontecia de ir algum político do PTB, como aconteceu uma vez que foi o Deputado Fleury, ele me avisou e fui acompanhá-lo. Ele ia estar com o Presidente. Daí descemos depois de conversar. Quando descemos, estavam no meu gabinete, na área ainda de recursos humanos, o Marinho, o Júlio, o Godoy e

outras pessoas, e eu o apresentei. E convidei ele para o aniversário de Roberto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Tem que ser bem breve, senão meu tempo vai se exaurir.

O senhor na Polícia fala que apenas presenciou esses dois encontros com o Roberto Jefferson: esse, que o senhor fala, nos Correios e uma vez no aniversário do Roberto Jefferson. Foram esses dois únicos encontros?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É possível que tenha tido outro, mas que não tivesse essa importância.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque veja só: há um jantar no restaurante La Torreta, em que o próprio Marinho fala que o senhor o convidou para ir jantar e lá estava Roberto Jefferson. O senhor nega que houve esse jantar?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não nego não. Houve esse jantar sim. Mas não foi um jantar dessa maneira como está, para tratar de assuntos de políticos. Fomos. Era uma confraternização e tinha outro Deputado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sobre o que era essa confraternização, o senhor lembra?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não me lembro. Tinha Deputados de outros Partidos que chegaram na hora e aí se apresentou, sentou, conversou...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor convidou o Sr. Marinho para ir nessa confraternização?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não houve confraternização, mas uma confraternização de outros Deputados que estavam lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor convidou o Marinho para ir a esse jantar?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ia eu, e o Marinho e outra pessoa conversando, e o Roberto Jefferson estava lá com outras pessoas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não é o que o Marinho disse.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não foi um negócio direcionado ou coisa desse tipo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não é o que o Marinho diz. Foi-lhe perguntado: “Foi um encontro ocasional”? O Sr. Marinho, nesta Comissão disse: “Não, ele me convidou para ir ao jantar”. Ele é o senhor.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu convidei Marinho para ir comigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, mas ele não disse que foi um encontro ocasional com Roberto Jefferson.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu convidei Marinho para o aniversário de Roberto Jefferson, e não o Marinho só. Convidei os diretores, os chefes de departamento, assessores e consultores. Alguns foram, outros não foram. Isso foi o que ocorreu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bem, há uma divergência entre o seu depoimento e o do Marinho. Marinho fala que o senhor o convidou para ir nesse jantar com o Roberto Jefferson. Nesse caso, parece que há uma divergência entre os depoimentos.

O senhor nunca esteve na liderança do PTB com o Sr. Marinho, reunindo-se com o Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Olha, isso acontece muito. Por exemplo, houve... Isso não foi encontro meu com Marinho, eu levando Marinho. Na verdade, houve uma assinatura de alguns Deputados, parece que foi quando entrou o Governador do Maranhão, então foram convidadas as pessoas, os políticos e tal; eu fui, encontrei Marinho lá também que foi...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não levou o Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não levei o Marinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque também aqui há uma divergência. O Marinho fala que foi acompanhá-lo à Liderança do PTB um dia, que o senhor entrou numa reunião e que ele ficou fora.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Aí é outra coisa. Se eu entrei e ele ficou fora, deve ter sido outra coisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque o Roberto Jefferson disse que se reuniu com o senhor, com Marinho na Liderança do PTB.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, na Liderança do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas é que Marinho nega isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, nesse dia. Não existe isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor se reuniu com Roberto Jefferson e Marinho na Liderança do PTB?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, na Liderança, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, Roberto Jefferson mente?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Uma vez eu convidei Marinho para ir almoçar comigo onde almoço quase sempre, no Green's, e eu pedi que ele esperasse. Eu disse: “Olha, eu vou aqui no partido”, e ele: “Então, espero cá embaixo”. Ficou lá embaixo, fui lá em cima, peguei os negócios que eu queria e desci.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, mas eu falo do encontro com Roberto Jefferson. Porque me parece claro que o senhor na Polícia e hoje confirmou que eram apenas dois. Já em duas perguntas, agora, há um terceiro, no La Torreta; depois, há um quarto, na liderança do PTB. Esse encontro da Liderança do PTB é totalmente obscuro, porque Roberto Jefferson disse que houve.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Deputado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pois não.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não vou me lembrar de tudo que aconteceu há meses. Até a camisa que eu tenha vestido. Não posso me lembrar. Logicamente que estou fazendo um esforço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É que na Polícia o senhor falou que só havia dois encontros...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, foi o que me lembrei na hora, que tinha uma certa importância e que foi a convite meu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Permite-me a franqueza, há alguma razão para o senhor tentar encobrir uma relação mais próxima de Roberto Jefferson e Marinho?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não existe, não estou encobrindo, de maneira alguma, nenhuma relação entre Roberto Jefferson e Marinho. A mesma pergunta que V. Ex^a, nesse instante, está fazendo, fez-me o Policarpo, e eu disse a ele que não existia e continuo a dizer a mesma coisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor concorda, então, que eles tiveram mais do que dois encontros?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, mas esses encontros são casuais. Como eu entro aqui e encontro com pessoas “oi, o que há, vamos lá e tal”, converso. Não foi com objetivo de sentar e ter reunião disso sobre aquilo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor esteve com o Sr. Marinho em duas empresas, a Lexmark Brasil e a Ricor. O que os senhores foram fazer nessas empresas?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eles queriam apresentar um produto deles e queriam fazer uma demonstração pra gente. Como eu estava em São Paulo, fui ver o CD, aproveitei pra olhar. Olhei, vi o processo que eles tinham, que não dava para ser um processo para os Correios fazerem, entende? Os Correios têm uma logística melhor do que a deles...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que o Marinho estava fazendo com o senhor em São Paulo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Nós fomos ver o CD Leste, que é o centro, que hoje é departamento de suprimento, que tínhamos implantado e estávamos vendo como estava funcionando para poder conhecer, pois estava subordinado a ele. E estávamos criando o Centro do Suprimento do Oeste, que foi inaugurado aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E aí vocês aproveitaram e foram visitar duas empresas fornecedoras?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não foram só duas, não. Fomos em outros lugares.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Ah, foram a outros lugares? A outros fornecedores?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Fomos à diretoria da empresa, conversamos com a diretoria da empresa. Fomos visitar um grande terreno na Vila Mariana, que era uma proposta para fazer um grande complexo logístico. Depois, verificamos, pelos dados da legislação urbanística, que não seria possível, porque grande parte daquela área estava próxima de uma favela, e naquela área não era necessário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Uma outra dúvida que eu tenho. O Marinho apresentou aqui um conhecimento muito grande sobre indicações políticas dos cargos da empresa. Ele disse que fulano indicou tal, fulano indicou qual etc. O senhor chegou, alguma vez, a conversar com ele sobre isso?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Indicações de quê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Políticas, para ocupação dos cargos das empresas dos Correios. Ele fez um mapa...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA –

Isso se conversava nos Correios. Todo mundo sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor passou o mapa das indicações políticas para ele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA –

Isso se conversava nos Correios. Todo mundo sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando eu o argüi sobre como ele sabia, uma vez que ele era um técnico e não um político, como sabia

das indicações de quem tinha feito o que, ele disse que foi o Sr. Osório quem indicou. Foi o senhor quem falou?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que ele disse não foi bem isso. Ele coloca que existia, que ele sabia das ligações. Todos nós sabíamos. O que ele falou foi quando se referiu ao problema do Ezequiel para a Diretoria de Tecnologia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perdão. Eu estou com o depoimento dele na mão, senhor. Eu leio para o senhor. Veja, eu sei bem o que ele disse. Eu perguntei para ele, claramente, como ele sabia das indicações políticas. Está aqui. Se ele era um técnico, como ele sabia de tudo isso?

“Quem lhe deu essas informações dentro da empresa?

O Sr. Maurício Marinho – O Osório.”

Pergunto eu: “O Osório lhe passou o mapeamento político, para quê? Para o senhor vir depor?”

“Não, não, não. Ele passou porque conversávamos antes. O Osório”.

Ele fala, várias vezes, que foi o senhor que passou.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim, mas todo mundo conversava isso...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor passou esse mapeamento político para ele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Todo mundo sabe que o Presidente João Henrique foi indicado pelo Temer, do PMDB. Tudo mundo sabe na empresa. Todo mundo conversa. Que o Diretor Financeiro – já foi dito aqui – é ligado ao Ministro Eunício; estava lá. Que o Diretor Comercial foi uma indicação do PMDB, ligado ao Senador que tomou posse agora nas Comunicações.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Apenas para encurtar...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Essas coisas, todo mundo sabia...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual a sua relação com o Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro de Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Comum. Conheço o Marcus. Esteve lá umas duas vezes...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor é amigo dele?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Amigo, propriamente, não. Eu conheço por causa da relação dele... Ele é genro de Roberto. Vez em quando, eu estou com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Roberto Jefferson disse que o senhor é amigo dele.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sim porque eu estou lá, todos os dias, com ele. Depende do enfoque de amigo. Como é que você vê amigo? Você conhece aqui vários colegas seus que se dão muito bem. É amigo ou é colega?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pergunto ao senhor: ele indicava ou pedia que o senhor atendesse certos empresários?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Quem, ele?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Marcus Vinícius.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Uma vez, ele chegou lá com um empresário, para ver... Recebi o empresário...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem era? O senhor lembra?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não me lembro. Recebi o empresário. Conversei. E pronto. Ficou nisso.

Muitas vezes, Deputado, é preciso entender os Correios. Os Correios são uma empresa muito grande, onde muitos empresários imaginam...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, ele apresentou, certa feita, um empresário. Apenas para concluir, porque o meu tempo vai se esaurir.

Eu quero ser rigoroso, Sr. Presidente.

Durante o depoimento ao Deputado Carlos Sampaio, o senhor disse que o sistema de franquias do Governo anterior foi montado por indicações políticas. Como funcionavam as indicações políticas para as franquias?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Veja bem. Eu estou lhe dando uma informação que corre nos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que corre nos Correios?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que corre, veja bem. Desde que entramos nos Correios, não foi feita uma autorização de franquias – eu estou dizendo – porque está se estudando e formatando...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, antes. Como eram as indicações políticas antes?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Antes, dizem que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V. Ex^a esgotou-se.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Todo mundo sabe que, muitas vezes, era por indicação política.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. S^a poderá responder em outra oportunidade.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – É o que se diz.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Deputado Henrique Fontana, por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a, o nosso Relator, o depoente Sr. Antonio Osório.

Sr. Antonio Osório, acompanhei praticamente todo o seu depoimento a esta comissão. Vejo que uma das questões que o senhor quer defender aqui é a de que o seu relacionamento com o Sr. Maurício Marinho era um relacionamento superficial.

Outra coisa que o senhor também defende – talvez não por casualidade, na mesma linha do Deputado Roberto Jefferson – é que aquilo que foi dito na grande prova que inicia este processo de CPMI, que é o que está na fita gravada sem o conhecimento do Sr. Maurício Marinho. Portanto, na minha opinião e sinto que, evidentemente, na da grande maioria da população, essa gravação, feita sem o conhecimento do Sr. Maurício Marinho, permitiu a ele um grau de franqueza maior do que o que ele, evidentemente, utilizou aqui quando fez o seu depoimento. Então, temos, por exemplo, numa das partes – eu recapitulo para reorganizar o meu raciocínio –, lá pelas tantas, o Sr. Maurício Marinho: “É mais se eu for para a Tecnologia, devo ir sendo o segundo homem. Sigilo total aqui”. “Então, hoje você está com o Osório, não é?” – pergunta o interlocutor. E ele responde: “É, com o Osório”.

Depois, um pouco adiante ele diz o seguinte: “O Osório é o diretor da área e o assessor executivo Fernando Godoy. Tudo que é tratado aqui, tudo que nós fechamos o Partido fica sabendo. Então, é um negócio muito aberto, muito tranquilo.”

Depois, por último – eu poderia encontrar outros exemplos – ele diz de novo, e o interlocutor pergunta: “E esses acertos financeiros? São direto com o genro dele?” – se referindo ao genro do Deputado Roberto Jefferson – “Mas aí você trata disso, não é?”

Responde Maurício Marinho: “Não. Aí vamos ter que ver qual vai ser o tipo de acerto. Eu tenho que co-

municar a ele. Comunico ao meu diretor” – se referindo ao senhor, Dr. Antonio Osório – “tudo que é feito tem a parte que é do Presidente.”

Ora, ou de fato o senhor Maurício Marinho teria sido acometido naquele momento de uma grande capacidade de construir uma novela com extremo grau de coerência, dando detalhes das redes de corrupção de que ele participava dentro dos Correios, ou então, de fato, não é verdadeiro o que o senhor está dizendo e, de fato, há, sim, um foco de corrupção dentro dos Correios, onde participa o senhor Maurício Marinho e onde se depreende claramente a forte ligação dele com o senhor e com o Deputado Roberto Jefferson.

Eu pergunto, já que o senhor diz que com o Deputado Roberto Jefferson tem, e por óbvio tem, uma excelente relação: quantas vezes ele lhe falou sobre o suposto mensalão que ele acusa haver na Câmara dos Deputados?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Primeiramente, Deputado, eu gostaria de dizer que quando se fala de relação de amizade é uma coisa que precisa ser analisada...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Eu queria, perdoe-me, Sr. Antonio, se não o meu tempo... Eu lhe perguntei quantas vezes o Deputado Roberto Jefferson lhe falou sobre o suposto mensalão com que ele passou a acusar há poucas semanas atrás?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Olha, essa questão de mensalão é uma coisa muito daqui de dentro dos Correios. Eu hoje mesmo... Aliás, daqui da Câmara, do Congresso. Eu, hoje mesmo, aliás, domingo...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Ele lhe falou alguma vez, seu Antonio, do mensalão?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Depois dessas coisas todas ocorrendo, começou-se a falar em mensalão.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Quer dizer, então, que se eu compreendi a sua resposta, durante todo esse período de grande convívio com o senhor, como um dos diretores nomeados pelo PTB, alguém que tem uma função de direção no PTB, o Deputado Roberto Jefferson jamais falou no mensalão...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ouvi falar naquela questão de que o PT teria feito um acordo com o PTB para recursos de campanha. Isso eu ouvi falar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Mensalão nunca?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Essa questão de mensalão começou a surgir agora. Diga-se de passagem que domingo eu, lendo o **Jornal de Brasília**, vi uma declaração do próprio Waldir Pires,

dizendo que o mensalão, já vem de muito tempo... Está aqui no **Jornal de Brasília**.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Não. Eu estou lhe perguntando... A minha pergunta é objetiva e o senhor está tergiversando com uma série de...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu já respondi.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – ...coisas, Sr Antonio. Eu quero lhe perguntar objetivamente.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu já respondi objetivamente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – O Deputado Roberto Jefferson falou alguma vez para o Sr Antonio Osório que havia mensalão na Câmara dos Deputados? Se falou, quando e quantas vezes? Objetivamente.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Disse-lhe que o que ouvi foi em relação àquele dinheiro que seria repassado ao PTB para fazer campanha política dentro do acordo político que eles tinham feito...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Interessante, porque de fato uma pessoa que tem a relação que o senhor tem com o Deputado Roberto Jefferson e ele nunca havia falado sobre mensalão... De fato, é algo que nos coloca com maiores preocupações de aprofundar as investigações e verificar se essa história que o Deputado Roberto Jefferson conta tem fundamento ou não, onde e como.

Eu lhe pergunto mais. Nas vezes em que o senhor falou com o filho do Deputado Roberto Jefferson, Sr Marcos Vinícios, que tipo de assunto trataram?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não é filho, é genro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Genro, desculpe.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Foi lá, fez uma visita. “Como é que estão as coisas...” e tal. Me apresentou uma pessoa. Essa pessoa veio, conversou coisas do Correio, não deu nada, não era nada demais, o Correio não fazia aquilo, eu não faço. Às vezes perguntavam: “ô, isso aqui, tem alguma área que nós pudéssemos (*Inaudível*), fazer uma apresentação?” Então, eu já tinha o trabalho, o Correio já estava... Eu disse: “Olha, o Correio já faz isso...”

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Ele tem alguma função na gestão pública, o genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O que eu tenho visto é o que está nas revistas e nos jornais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – O que é? Qual é a função?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, parece que trabalhava numa empresa dessa aí, que eu não sei o nome.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – E não parece estranho que ele procurasse uma interlocução com os Correios, com o senhor, para pedir isto, aquilo ou aquilo outro?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, ele foi lá, fez, primeiro, uma visita de cortesia, depois chegou e disse: “Olha, Osório, tem um empresário que gostaria de falar sobre isso. Você podia receber?” Eu recebo. Eu recebi.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Sr. Antonio Osório, quero insistir com uma pergunta que foi feita por outros colegas, porque, na Comissão de Ética, o Deputado Roberto Jefferson expôs, com toda clareza, que ele solicitava, de pessoas que tinha nomeado para determinadas funções de gestão pública, através do respaldo do PTB, do seu Partido, que ele solicitava recursos financeiros para o Partido. Chegou a dizer que, quando foi nomeado o Diretor do Instituto de Resseguros do Brasil, que era preciso que ele encontrasse seis ou sete *brokers* que contribuíssem com 60 ou 70 mil por mês para o Partido, e lembro que ele fazia, inclusive, numa teatralidade, dizendo que aquilo... “Mas dinheiro legal – ele dizia – com recibo, etc”. Evidentemente, nós sabemos que uma solicitação dessas é absolutamente ilegal e imoral, porque quem está na gestão pública não pode abordar, evidentemente, um fornecedor de qualquer empresa pública para pedir contribuição ao seu Partido.

Agora, o que eu estranho é que ele disse com tanta... De forma tão direta aquilo, e ele tem uma relação tão próxima com o senhor... O respaldo para a nomeação nesta direção dos Correios foi dado pelo PTB, para que o senhor fosse nomeado, e o senhor insiste em dizer que, no caso dessa direção dos Correios, ele nunca pediu a mesma coisa que ele pedia nos outros focos em que ele nomeava alguém?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – E continuo dizendo, Deputado. Eu tenho uma formação, uma formação que não é de agora, não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Qual é sua idéia? Por que só no Correio ele não solicitava?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sei.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Em todas as outras ele solicitava.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sei. Agora é só perguntar, perguntar a ele. A

mim, primeiro, se perguntasse, eu não faria, primeiro porque eu acho que... Eu discordo...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – É que ele disse que pediu para os Correios.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu discordo da tese. Eu acho que uma aliança política é uma aliança política, deve ser feita, pode ser feita, principalmente como ocorreu dentro do nosso sistema, onde...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Quero lhe questionar uma outra coisa. Eu vejo que o senhor também tenta se afastar das responsabilidades em torno dos atos do Sr. Maurício Marinho. Evidentemente, esse – todos nós sabemos – é um corrupto confesso e terá que passar por todo o processo de investigação, responder pelas responsabilidades que tem. Agora, é interessante o seguinte: primeira coisa, por que é que o senhor escolheu duas vezes o Sr. Maurício Marinho para funções tão importantes, que estavam logo abaixo da hierarquia que o senhor ocupava dentro dos Correios, primeiro na Diretoria de Recursos Humanos, quando nomeou a ele para dirigir a Universidade dos Correios e, logo que o senhor modifica para Diretor de Administração, ele, poucas semanas depois, passa para a chefia que ele ocupava exatamente no seu setor? Por que esta confiança toda em ele sempre lhe acompanhar?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não foram poucas semanas. Isso é natural na Administração Pública, na medida em que você conhece as pessoas e você passa a ter confiança e acreditar no trabalho das pessoas.

Eu fui Secretário do Planejamento da Bahia e trabalhei com pessoas boas e posso lhe dizer que, da mesma forma que eu agi lá, eu agi aqui. E se V. Ex^a for ver, nós vamos encontrar pessoas que trabalharam na minha equipe, pessoas que trabalharam na minha equipe, entende? Está aí o Zezé, que é do PT, que trabalhou conosco. Ta aí o Carlos Miranda, que está hoje no IICA, aqui, Instituto Interamericano...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Não, mas, Sr. Antonio, eu estou lhe perguntando...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Porque eu trabalho com as pessoas...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Nós estamos aqui investigando um foco de corrupção nos Correios...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sim.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – O Sr. Maurício Marinho está envolvido com este foco de corrupção, e, durante todo seu depoimento, o senhor procura se afastar dele. Estou lhe perguntando: por

que o senhor o nomeou duas vezes para funções estratégicas, exatamente dentro do seu setor? Quem lhe deu essa segurança, esse respaldo? Por que ele tem esse respaldo do PTB para estar nessas duas funções que ele ocupou.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Porque conhecia o Maurício Marinho como excelente técnico nos Correios, com serviços prestados aos Correios. Se V. Ex^a for olhar, quando ele foi Diretor do Departamento de Treinamento, fez o melhor trabalho dentro dos Correios. Eu precisava entrar numa área nevrálgica....

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Só para complementar. Eu, inclusive, quando li o histórico dele nos Correios, verifiquei questões ali que inclusive desabonam o Sr. Maurício Marinho. E não creio que o senhor não tenha visto isso.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mas não estava no assentamento. Não que estava no assentamento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Ele, inclusive, foi afastado um período, por problema de má conduta como servidor público e, depois, casualmente, retornou aos Correios, num período em que o PTB tinha uma função importante e o trouxe de volta.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quando se leu aqui aquele documento da Senadora Salvatti, que eu não conhecia e que não estava nos assentamentos. Eu não vou perguntar informalmente, eu vou buscar pelos canais competentes da empresa. Cheguei lá, tinha, e as pessoas me informaram muito bem, vi uma apresentação dele ainda – olha bem – como assessor do Diretor Comercial, fez uma apresentação sobre um projeto que se chamava “Aumento da Força de Venda dos Correios”, brilhante apresentação. Eu nem sabia que ele era dos Correios.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Deixa eu lhe fazer outra pergunta, Sr. Antonio Osório: alguma vez o senhor falou com o Deputado Roberto Jefferson, à época, Presidente do PTB, sobre a arrecadação financeira do PTB, as doações que o PTB recebia etc?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não, não, não! Não me lembro disso, não!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Ele nunca lhe falou nada?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Nunca, não me lembro disso, não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Dentro da direção do Partido, nunca conversaram?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Quando fui Presidente do PTB da Bahia, eu tentei montar um modelo parecido com o do PT, ou seja, mas era um pouco diferente, porque todas as pessoas que

exercessem cargo eletivo e ocupassem cargo indicado participariam com um percentual para formar uma base para a gente trabalhar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Sr. Relator, agradeço aqui o uso da palavra. Só quero aproveitar estes últimos segundos para colocar a minha avaliação, pelo menos temporária, porque nós aqui estamos, evidente, atrás de fatos, provas e procurando nesta investigação aprofundar tudo o que nós venhamos a descobrir sobre o que ocorreu nos Correios. Mas eu quero dizer que, particularmente, estou convencido de que a relação do Sr. Maurício Marinho com o Sr. Antonio Osório e com o Presidente Nacional de então do PTB não era uma relação pequena nem uma relação fortuita. Eu estou convencido de que era uma relação mais longa, mais aprofundada e que nós, evidentemente, vamos ter que continuar investigando para verificar.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não sei se posso responder, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Não, já encerrei, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não sei se posso responder à colocação. Acho que é um direito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 42 segundos. Pois não.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu gostaria de dizer a V. Ex^a, Deputado, que V. Ex^a não me conhece. Não existe essa relação que V. Ex^a está dizendo, nem do Dr. Marinho com o Dr. Roberto Jefferson. Comigo passou, na medida em que ele começou a trabalhar comigo, e isso é natural em qualquer processo que começa a existir um relacionamento, era o meu chefe de departamento, como era chefe de departamento de outras pessoas. Mas, para V. Ex^a chegar apressadamente a essa posição, me permita, V. Ex^a está enganado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Sr. Presidente, só para concluir. Eu, evidentemente, acho que quem leu toda a transcrição da fita que eu li, que foi gravada no momento em que o Sr. Maurício Marinho estava à vontade para falar, e o nome do Sr. Osório aparece inúmeras vezes, o nome do Deputado Roberto Jefferson, inúmeras vezes, e vir aqui dizer que a relação inexistente, eu fico ainda com o foco que está posto na fita gravada, e vamos continuar procurando as provas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – (PT – SP) – Pela ordem.

Sr. Presidente, primeiro, quero dar uma informação a V. Ex^a e perguntar: a audiência aqui nesta CPI do Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos, Eduardo Medeiros de Moraes, está prevista exatamente logo a seguir?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Logo a seguir.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Espero então que ele, de fato, possa vir, porque causou alguma estranheza, quando exatamente às treze horas e cinquenta minutos ele saiu da sede da Empresa de Correios e Telégrafos, carregando computador e caixa de documentos diversos. Então, as pessoas ali estranharam um pouco. Não sei se ele está trazendo aqui, daí vai ser normalizada a situação. Espero que assim o faça, então, porque ele saiu em um carro Kadet vermelho, de Placa IDW 2413. Uma senhora estava guiando o carro, e ele se despediu de diversas pessoas da Empresa de Correios e Telégrafos como se fosse uma despedida. Segundo observaram, no carro parecia haver malas, bagagens. Eu espero que ele esteja vindo aqui, porque de outra maneira poderia parecer que ele estaria se despedindo para alguma viagem, com computador e documentos. Ele já está aqui?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele já está aqui desde a manhã, Senador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Está com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então eu gostaria de perguntar ao Sr. Antonio Osório Batista se em algum momento, durante o período em que foi Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, soube, de qualquer responsável pelos diversos setores da Empresa de Correios e Telégrafos, sobretudo aqueles que definem normas de licitação ou de compras que a Empresa de Correios e Telégrafos normalmente faz, de algum procedimento tal em que, na hora de se fazer o edital, se procurou fazer algum tipo de exigência que às vezes se sabe que acontece em organismos públicos, caracterizando: para se fornecer tal tipo de equipamento, de peça ou o que seja, será necessário que haja tal tipo de característica, que, como se sabe, é produzida apenas por um dos potenciais competidores ou um dos potenciais fornecedores. Em algum momento, na Empresa de Correios e Telégrafos, V. S^a soube que alguma prática desta natureza tivesse ocorrido? Eu faço todas as indagações, Sr. Presidente?

A outra pergunta relacionada a essa é se V. S^a soube, em qualquer circunstância, durante o seu mandato, de fato ocorrido em mandatos anteriores, mas pendentes até hoje de solução, em que algum forne-

cedor que tenha vencido uma concorrência para qualquer tipo de equipamento na Empresa de Correios e Telégrafos, na hora de entregar esse equipamento, tivesse sido exigido da parte da empresa que forneceria o equipamento e que, então, receberia o pagamento qualquer tipo de benefício extra. Por exemplo, se o senhor quiser entregar o fornecimento disso que a sua empresa venceu em contratos, também poderá fazê-lo, mas na hora de entregar precisaria dar uma contribuição extra aqui que não estava no contrato. V. S^a porventura soube, na sua gestão ou em gestão anterior, de que isso tivesse ocorrido? E em tendo tomado conhecimento de problema tal como esse, qual foi a sua atitude? Vamos supor que ocorresse hoje, e que eu estivesse transmitindo a V. S^a um episódio dessa natureza. Qual seria o seu procedimento?

São essas, Sr. Presidente, as perguntas que tenho ao Presidente Antônio Osório Batista.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Depoente, para responder.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Primeiramente, é uma honra responder suas perguntas, nós que fomos colegas na Comissão de Economia aqui, quando fui Deputado. Não sou o Presidente da empresa, é a primeira questão. Eu era Diretor de Administração.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sim.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – E, como Diretor, acho muito difícil o processo como estão falando que ocorre, porque ele tem uma estrutura organizacional, um sistema de controle. Além do controle externo que está lá, nós temos auditoria, e todo o processo é feito de maneira que há muitas pessoas participando, e muitas unidades participando. É lógico que não sou ingênuo, ninguém aqui é, pode acontecer aqui e ali, mas a estrutura é muito bem montada. Ou seja, se é da área tal, que está fazendo... Primeiro tem que estar no plano estratégico da empresa, que é definido por todos os componentes de direção, onde envolve o Diretor de São Paulo, de todos os Estados, além do Chefe de Departamento, consultor e de todo mundo que estabelece aquilo. Se é acima de 650 mil, isso vai para um comitê das pessoas mais antigas, com grande experiência na empresa, que se chama Cace (Comitê de Análise de Compras Estratégicas). Ele analisa, verifica, de acordo com o manual de licitação, porque o Correio é todo “manualizado”, se já foi feita alguma compra daquele tipo, para saber o preço, se entra no ERP, explicando o que é, entende? Então ele dá todas as explicações necessárias, e o Cace dá o seu parecer, favorável ou não. Daí vai para a mão do

Diretor correspondente, que leva ao Presidente, que autoriza a abertura de licitação.

Autorizada a abertura de licitação, o processo vai então para o Decan e para a Comissão de Licitação Permanente, que é quem prepara o edital. É a Comissão Permanente de Licitação, já não sou eu. Ela é autônoma.

Daí vai para o Departamento Jurídico, que analisa, verifica todos os pontos, se tem erro ou não. Daí vem, novamente, para a minha mão, chancelada, para poder autorizar a publicação do edital.

Então, eu acho o processo difícil, não estou dizendo que não ocorra. Acho muito difícil que ocorra, como fiquei surpreso com a declaração que foi dada de que há fraude no pregão eletrônico. Daí porque eu trouxe um documento e passei ao Presidente e ao Relator.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Quer dizer que durante o seu período como Diretor de Administração, V. S^a não soube de qualquer caso tal como o que descrevi, ou seja, em que houvesse algum tipo de caracterização do edital para beneficiar um fornecedor especial, primeiro ponto. Segundo, que na hora de um fornecedor que tivesse vencido uma licitação, estabelecendo-se, então, o contrato e tudo, na hora em que esse fornecedor tivesse ido entregar aquilo que foi contratado, tivesse sido solicitado ao fornecedor: “Tudo bem, se quiser que nós recebamos isso, então há que dar uma contribuição de tanto por cento para determinadas pessoas aqui”.

V. S^a nunca ouviu falar de tal procedimento?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não soube disso. Se ocorresse na minha área, abriria sindicância imediata, conforme manda a legislação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Sr. Relator para as duas últimas perguntas, e vamos ao próximo depoimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, os Deputados ACM Neto, Maurício Rands e Jorge Bittar insistiram em um detalhe que para esta Relatoria continua sendo muito duvidoso, e há um conflito de informações.

Diante da credibilidade que o depoente procura imprimir às suas afirmações, gostaríamos que nos dissesse claramente, e vou historiar rapidamente o fato, para que nos esclareça exatamente quando, efetivamente, tomou conhecimento da gravação. Eu digo por quê: a secretária Vanda Pereira declarou – e ela trabalha à tarde, e, portanto, as informações relacionadas a que estaria de viagem, e como a viagem foi pela manhã já começa a se perceber que não pode-

ria ter sido no dia da viagem que recebeu a gravação. Mas vamos prosseguir no raciocínio das informações que estão nos diversos autos na sindicância dos Correios, na Controladoria, no Ministério Público: a Sr^a Vanda Pereira disse que recebeu no período da tarde. O motoqueiro levou à Diretoria onde estavam os três diretores: Maurício Marinho, V. S^a e o Fernando Godoy. Em seguida – e estou traduzindo o que está no processo –, quando perceberam do que se tratava, ligaram imediatamente à segurança para que a segurança identificasse quem era o motoqueiro que havia adentrado, e aí, como não havia o registro, a secretária foi censurada, ela passou essa censura para o controle, e aí o controlador, lá embaixo, Dailson Pereira Nunes, um vigilante, diante do caso que ocorreu, no dia seguinte ele introduziu um sistema próprio, dele, além do existente na casa, um sistema de controle dele. Portanto, quando ele introduziu esse sistema, é muito importante a data disso. E que dia ele introduziu esse sistema? No dia 6, 6 de maio.

Então, nós temos, de um lado, a secretária afirmando que recebeu naquela semana, entre 4 e 5 de maio. Temos o vigia, o vigilante afirmando que ele começou um sistema de registro – e portanto é uma prova material – das pessoas que adentraram, e se ele começou a partir do dia 6, significa que necessariamente o ingresso do motoqueiro foi antes do dia 6. A par disso nós temos o Arthur Wascheck, que disse que no dia 5 ou no dia 4 – ele tem dúvida – ele encaminhou a fita, essa fita a que nos reportamos, que chegou à Diretoria.

Apesar de três provas, três testemunhos consistentes, corroborantes, V. S^a insiste em dizer que só recebeu no dia 14 essa fita? Ou só tomou conhecimento dessa gravação no dia 14? É a pergunta que lhe faço.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu não disse isso. Eu disse que eu só tomei conhecimento da gravação não no dia 14, no dia 16...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Então no dia 16.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– No dia 15.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Tudo bem, no dia...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– No dia 15, que foi na casa do Dr. Salmeron, com o Deputado Roberto Jefferson. Eu não tinha como rastrear. Eu estava de saída, o que eu me lembro bem foi que chegou – e pode ser isso, pode não ser – um envelope...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– V. S^a estava de saída para viagem?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu estava de saída porque eu tinha suspenso, inclusive, um tratamento dentário porque eu tinha um outro compromisso, e saí porque eu ia viajar no outro dia, no primeiro horário, para São Paulo. Ia tentar ver se ainda dava naquele mesmo dia, mas como não ia dar por causa desse compromisso, ia no outro dia. Entreguei o envelope como estava ao Dr. Godoy e me afastei, e viajei no outro dia, no primeiro horário, para São Paulo. Foi aí, quando cheguei em São Paulo, que eu recebi o telefonema do assessor de imprensa Fausto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Tudo bem, mas, seja como for, V. S^a continua afirmando, embora diga que tenha aberto o envelope ou tomado conhecimento no dia 15 ou 16, mas acaba de reafirmar que recebeu o envelope, só não o abriu, e isso necessariamente teria acontecido, segundo a sua informação, entre os dias 13 e 14. Isso destoa até de registros materiais.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mas eu não estou dizendo que foi no dia 5. O que eu me lembro foi que isso chegou foi em torno do dia 12. Eu viajava para São Paulo no outro dia. É isso que está na minha cabeça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Tudo bem. Prossegue o conflito.

Vamos à frente.

Quando a Caixa Econômica participou com índices iguais não era um indicativo de que, de alguma forma – pelo menos soa algo neste sentido – havia algum pré-entendimento? O Banco do Brasil se omite; a Caixa Econômica formula uma proposta nula na medida em que apresenta preços idênticos para todos os itens. V. S^a mesmo disse que adotava a idéia de que deveria ser a Caixa Econômica, o Banco do Brasil... O que fez com que fosse o Bradesco e que duas instituições prestigiadas como essas não tivessem participado? Veio à tona alguma coisa, alguém comentou alguma coisa?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Deputado, eu não estava nos Correios quando isso ocorreu. Essa licitação foi feita bem antes de eu entrar nos Correios. Depois, houve um encontro de gestão onde pedimos para saber como foi. Foi feita uma apresentação e, nessa apresentação, o processo é límpido de como foi feito. E eu fiquei a me perguntar por que um organismo como o Banco do Brasil – e esse era o meu pensamento – não se interessou em participar. Por que a Caixa Econômica participou com aquilo? Mas, ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer forma, foi no outro período?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Foi no outro período.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A propósito da Xerox, durante um ano, um contrato foi sendo pago com quatro milhões e novecentos, depois foi reduzido para dois e oitocentos a dois e novecentos. Tenho duas perguntas sobre isso. A primeira: Não era evidente que a proposta era fraudulenta se considerarmos que, quando foi formulada, uma outra também formulou superior? Portanto, duas empresas formularam propostas de quatro milhões e novecentos e algo assemelhado, correspondendo a 40% acima do mercado. Como se explica que não se percebeu esse superfaturamento ao se examinar a proposta, ou seja, o conluio evidente das duas, com valor exagerado? E a segunda pergunta: é lógico numa administração, quando se percebe que uma firma usou de má-fé, cobrando 40% a mais do que o preço normal de mercado, com cliente privilegiado, que ela ainda prossiga? Ou seja, é normal que se reduza e continue sendo fornecedor quem comete fraude e agiu de má-fé?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Concorro com V. Ex^a. Essa licitação não foi feita na minha época também, não. A diminuição foi feita na minha época, porque, quando percebi que queriam fazer o aditivo, eu não aceitei e disse: vamos fazer uma nova licitação. Aí é que foi para negociação etc. e tal. E eu levei, inclusive está na Ata – deve estar na Ata de lá – que eu levei um comunicado nosso mostrando que a ação gerencial que foi provocada levou a baixar o preço nessa circunstâncias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, na minha opinião, deveria ter sido rescindido o contrato.

A última pergunta. V. S^a insiste que a Lei nº 8.666 permite o acréscimo de 25% como se não se exigissem aqueles detalhamentos levantados aqui pela Deputada Juíza Denise Frossard e também pelo Deputado Bittar. Na verdade, a Lei tem exigências e só se admite o acréscimo de 25% se houver acréscimo de metas, de atividades. E a Lei ainda diz que, em se acrescentando, dever-se-á utilizar o mesmo preço básico da parte que havia sido licitada.

Faço esta pergunta porque realmente percebi, inclusive nos aditivos de publicidade, que os acréscimos não têm motivação nenhuma; não há nenhum ponto em que se percebeu o acréscimo que resultou na elevação do valor, ou seja, do aditivo. Aí volto a perguntar a V. S^a: qual era o critério para se saber em que época – já que o percentual poderia alcançar 25% – se julgava possível um aditivo e qual o critério para se escolher o índice, o percentual que seria adotado no aditivo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu acho que eu não me fiz entender, porque eu não coloquei bem assim. A 8.666 estabelece os critérios todos, temos uma gerência...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. s. remeteu tudo ao jurídico, como se... Então para simplificar, anuncia...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Anuncia, daí simplifica...

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– ... o que eu disse aqui é que nós temos os órgãos técnicos que analisavam a questão. Não vai chegar pura e simplesmente aumentar 25%, que ser fala do contrato, que está lá legislação, mas levando em consideração outros aspectos que foram apontados pelo órgão técnico, que foi analisado por outras áreas e também pelo Departamento Jurídico. Lógico, se houve, por exemplo, uma quebra da equação financeira pactuada quando da assinatura do contrato, lógico que você tem que fazer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso é reequilíbrio.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É reequilíbrio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso não é acréscimo.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu sei o que é o reequilíbrio, sei o que é repactuação, apesar de não ser advogado, e como sei que existe o aditivo, que é permitido fazer. Agora, cabe a quem, analisado pelo gerente que opera o processo mostrou da necessidade do processo, da importância do contrato, foi analisado pelos órgãos competentes e foi ao Departamento Jurídico, que estabelece as condições, inclusive apontando, digamos, a justificativa para aquela tomada de posição. Então, o que se vai fazer?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S. lembra-se de algum acréscimo de algum contrato, acréscimo de meta de algum contrato que tenha se traduzido num aditivo?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não, não me recordo. É tanta coisa que não me recordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tranquilamente o Departamento Jurídico...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, é que não estamos encontrando.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– ... e o Departamento Jurídico e a própria AGU, que está fazendo têm isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. Falei que era a última, mas tem mais uma porque é também necessária. Nas conversas de Maurício Marinho, ele dava a atender que, conforme ele quisesse ou não facilitar aqueles que iriam participar das licitações, ele introduzia certos instrumentos que poderiam alijar ou facilitar o ingresso. Qual o critério da sua diretoria para estabelecer o percentual de caução? O Sr. estava estabelecendo uma determinada licitação, a caução poderia chegar a 5%, mas poderia chegar, qual era o critério que adotavam para em caso tal ser 2%, em tal caso ser 3%, em ser 5% a caução?

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tudo isso está nos manuais da empresa. Temos manuais de tudo, já estabelecido, que é revisto constantemente. Então, as áreas encarregadas já vão com o manual já adaptado e apresenta qual será a caução. Já está tudo nos manuais da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No manual dá uma margem de estabelecimento. Ele não vai dizer na licitação depende se vai botar tanto.

O SR. ANTONIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele estabelece, ele estabelece os critérios, os valores, os percentuais. E baseado nisso, logicamente, que a área interessada juntamente com a comissão de licitação e o Departamento Jurídico verificam isso, estabelecem mais ou menos, e a gente toma a decisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradecendo o depoimento do Sr. Antonio Osório Batista, agradecendo a todos, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro encerrado esse depoimento e suspendo a sessão por cinco minutos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Declaro reabertos os trabalhos e convido o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes a tomar assento

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Pela ordem o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, peço a palavra para encaminhar à Mesa um objeto que recebi com Ofício encaminhado pela Prefeitura Municipal de Patrocínio, Município do Estado de Minas Gerais. Esse Ofício e essa camisa, que vou entregar a V. Ex^a, reforçam o quanto o desmando tomou conta da Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil. Nós esta-

mos diante de um dos casos mais graves de corrupção, que alcançou inclusive, Sr. Presidente, a campanha eleitoral do Município de Patrocínio. Estou aqui com uma camisa do candidato a Prefeito, Eduardo Arantes, da coligação encabeçada pelo PPS. Essa camisa amarela poderia aparecer apenas uma camisa de campanha. V. Ex^a pode ver que, à frente da camisa, tem mulheres de patrocínio com o número 23, o número do PPS, e no verso consta o nome dos candidatos. Só que, pasme, Sr. Presidente, quando nós viramos a camisa ao avesso, percebemos que existem duas logomarcas dos Correios: aqui no peito da camisa, encoberta por essa marca branca – aqueles que quiserem poderão ver de perto, à distância é difícil de ver –, e aqui na manga, Sr. Presidente, veja, aqui na manga, onde há esse círculo com o número 23 também existia uma logomarca dos Correios. Então, estamos diante de mais uma denúncia grave. Só que agora de aproveitamento eleitoral da Empresa de Correios e Telégrafos. Quero que V. Ex^a me permita fazer a entrega formal a V. Ex^a e peço ao Relator que possa incluir dentro das nossas investigações. Está aqui a camisa. Aqueles que quiserem virar vão ver – V. Ex^a pode atestar – a logomarca da empresa de Correios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Encaminho ao Sr. Relator para as devidas providências.

Com a palavra o depoente Eduardo Medeiros de Moraes.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Prezado Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Um minuto, por favor.

V. S^a será ouvido como testemunha e, portanto, prestará o compromisso.

O termo de compromisso, por favor.

V. S^a preenche e assina. (Pausa.)

Sr. Eduardo, o senhor poderá fazer uma auto-apresentação, rapidamente, e começar o seu depoimento.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Srs. Parlamentares, sou Eduardo Medeiros, ex-Diretor de Tecnologia dos Correios, tenho 23 anos como empregado de carreira da empresa, tenho 23 anos de empresa, dois anos e meio naquele curso de administração postal, no qual eu ingressei na carreira dos Correios. Aos doze anos de Correios, eu já era consultor do presidente da empresa. Fiquei durante oito anos como consultor, período pelo qual passaram sete presidentes. Fui para a Diretoria de Tecnologia e de Infra-Estrutura, como consultor do diretor, quando, no início de 2003, eu assumi a diretoria de tecnologia dos Correios.

Eu estava em uma expectativa, em uma ansiedade muito grande de poder comparecer a esta CPMI, para prestar os meus esclarecimentos, as minhas informações. Acho que vou ter oportunidade de tentar corrigir uma série de informações que eu considero que aqui foram colocadas de forma leviana e irresponsável, em especial, pelo Sr. Maurício Marinho. Eu vou relacionar com fatos, com dados, com processos, todos esses processos que foram aventados como sendo supostamente da área de tecnologia e da infra-estrutura. Vou citar um por um. Então, eu estava em uma expectativa muita grande.

Antes de começar, eu queria só, se possível, fazer um esclarecimento com relação a esse fato que aqui ocorreu. Apesar de não ser da minha diretoria, a informação que nós temos lá na empresa – na época, foi comunicado por nós pelo ex-diretor Antonio Osório, que acabou de sair – é de que isso que aconteceu foi o seguinte: foi um lote de camisas que o Correio adquiriu e foi recusado pelos Correios; não atendeu à especificação técnica. Então, a camisa foi descaracterizada. Tanto que não mostra; está na parte interna da empresa. Foi descaracterizada, e o comerciante, provavelmente, utilizou, vendeu, doou, não sei o que ele fez. Ou seja, essa não é uma camisa dos Correios que foi repassada. São camisas que foram recusadas, porque não atendiam às especificações dos Correios na oportunidade.

Bom, inicialmente, eu gostaria de começar aqui falando sobre o fluxo de contratações na empresa. Acho que isso é bastante importante, porque nos dois passos desse fluxo, nós vamos poder esclarecer muita coisa do que aqui foi falado. Todo o processo de contratação, ele começa com a área requisitante. Por exemplo, mesmo na área de aquisição de computadores, nós temos uma demanda. Por exemplo, aquilo que foi falado, os quites para as agências do Banco Postal, aquela requisição, ela começa na área comercial, que é a área responsável pelos equipamentos nas agências. Então, a área de tecnologia recebe essa especificação e o que ela faz? Unicamente, a especificação técnica. Então, a área de tecnologia faz especificação técnica.

Em seguida, encaminha para o Decam, que faz a pesquisa de mercado. Outro dado importante, porque vamos falar mais à frente sobre alguns processos que foram mencionados aqui. A pesquisa de mercado é feita pelo Departamento de Contratação. Vai para o Comitê de Aprovação das Contratações Estratégicas. Esse Comitê, como já foi dito aqui, é composto por representantes de todas as diretorias da empresa e faz uma análise estratégica da contratação. Inclusive, ele tem autonomia – e costuma fazer isso – de rever

quantidades, de vetar algumas contratações, de questionar as contratações.

Depois, isso é encaminhado para o Departamento de Contratação, que faz o termo de referência, que na verdade são todas as condições básicas de uma licitação. Vai para a Comissão de Licitação, que elabora o edital e manda para o Departamento Jurídico, que, por sua vez, chancela o edital e manda para a Comissão de Licitação.

Feita a licitação, vai para a diretoria colegiada, que homologa a licitação. O Decam faz o contrato de licitação. O Dejur chancela esse contrato. Em seguida, é feita a gestão operacional, pela área requisitante ou administrativa, no caso, pelo Decam.

O que eu quis colocar com esse fluxo aqui? Aquilo que foi falado: “há licitações milionárias da área de tecnologia”. A área de tecnologia não faz licitações. A área de tecnologia faz especificação técnica.

Uma outra coisa que foi bastante mencionada aqui foi com relação ao orçamento que seria da Diretoria de Tecnologia e de Infra-Estrutura. Inclusive, eu vi em algumas publicações, o próprio Sr. Marinho comentou aqui: “o orçamento de obras...” E ele citava obras, e dizia do Brasil inteiro, tudo centralizado na área de tecnologia. Ele disse de R\$700 a R\$800 milhões. O orçamento total da área de tecnologia e infra-estrutura, incluindo manutenção de todos os equipamentos no País inteiro, a compra de equipamentos, obras no Brasil inteiro, esse orçamento, ele foi em 2003, de R\$268 milhões, incluindo tudo do País inteiro. Isso significa 4,3% do orçamento da empresa. No ano de 2004, 5% do orçamento da empresa. No ano de 2005, 4,6% do orçamento da empresa até maio, que são os dados que eu tenho. Somando os três anos, dá R\$767 milhões, 4,7% do orçamento da empresa. Esse é o orçamento.

Se fizermos um comparativo, por exemplo, com a área de administração que, pelo que vi aqui, foi colocada uma área menor, que não tinha muita responsabilidade e muita atribuição. O orçamento, neste período, da área de administração foi de 8%, em 2003, comparativamente com 4,3% da tecnologia; em 2004, 8,56% contra 5%; em 2005, 8,5% até maio, comparativamente a 4,6%. Os 768 milhões que mencionei nesses dois anos e meio, praticamente, que significam 4,7%, na área de administração, 1.351 bilhão, dá 8,3% no total.

Apenas, a título de exemplo, um contrato da área: o ticket refeição é anualmente maior do que todo o orçamento da área de tecnologia, incluindo obras, no Brasil inteiro. Esse único contrato está acima de tudo isso.

Então, apenas para esclarecermos alguns fatos que foram colocados.

Com relação, agora, aos processos, a uma série de processos sobre os quais o Sr. Marinho aqui discorreu, colocando sob suspeição a grande maioria dos processos generalizadamente, sem citar um único fato específico de uma licitação. E, em grande parte deles, ele citava “a área de tecnologia”. Em algumas oportunidades, ele ainda dizia: “a área de tecnologia, Sr. Sílvio Pereira”. Então, vou relembrar aqui alguns desses processos.

Ele mencionou aqui: salas-cofre: esse foi um dos que ele citou “salas-cofre”, “área de tecnologia”, “Sr. Sílvio Pereira”. Isso é uma licitação realizada em 2000; um contrato celebrado em 2001. Isso não teve nada a ver com a Diretoria de Tecnologia.

Máquina de franquear, que ele mencionou aqui também. Foi uma concorrência realizada em 2001; projeto da Diretoria Comercial. Não tem nada a ver com a Diretoria de Tecnologia.

Rede corporativa de dados – um terceiro que ele mencionou como se fosse afeto à área de tecnologia. Foi uma concorrência realizada em 2001.

Correio híbrido postal. Isso não foi nem ele que comentou; ouvi alguns comentários até na imprensa, colocando como de responsabilidade da Diretoria de Tecnologia e da Diretoria de Operações. Esse projeto, na verdade, é um projeto da Diretoria Comercial e um projeto de 2002.

E nessa publicação que vi no jornal mencionava eu e o ex-Diretor Maurício Madureira como se fôssemos indicados pelo PT. Em dois anos e meio, eu nunca tinha ouvido falar que o Madureira tinha sido indicado pelo PT.

Equipamentos de banco postal. Ele mencionou aqui: “consórcio Alpha”, “Positivo”, “Novadata”. Foram aquisições de computadores, impressoras e balanças para nossas agências. Isso foi um pregão realizado em 2002, num projeto da Diretoria Comercial e Financeira.

Temos aqui outros processos que são dessa gestão. Esses são todos processos de gestões anteriores a 2003. Agora, temos alguns processos dessa gestão, que foram mencionados aqui também como afetos à Diretoria de Tecnologia, e não são.

Por exemplo, foi mencionado aqui a BrasilTelecom – inclusive vi citar, questionar sobre o Mandic... e tal. Esse é um projeto da Diretoria Comercial, um contrato da Diretoria Comercial, não tem nada a ver com tecnologia.

Ouvi algumas situações, mas isso foi esclarecido depois. Também a Skymaster como sendo afeta à Tecnologia; isso é Diretoria de Operações, não tem nada a ver com tecnologia.

Outra informação: foi mencionado aqui e saiu na imprensa também, e consta da fita, com relação à Novadata. Falou-se muito em Novadata. Inclusive o Marinho cita na fita que a Novadata ganhou quase tudo nos últimos dois anos, nos Correios. O Deputado Roberto Jefferson aqui também na CPMI mencionou. Ouvi um Parlamentar questionando sobre o que existe com relação a área de tecnologia? Ele disse: o que ouvi falar lá foi com relação à Novadata, que teria ganhado 70% nos últimos dois anos, nos últimos anos lá.

Então, vim aqui trazer os dados. A Novadata, vim dizer que ela não ganhou quase nada nos Correios, nos últimos dois anos. Ela ganhou 13% do que ela disputou lá.

Bom, eu tenho uma série de informações com relação aos processos, mas, acho que inicialmente era isso o que eu queria colocar. E, na medida das perguntas, vou procurando respondê-las.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu só gostaria que a Mesa alertasse o depoente para o fato de que ele está na condição de testemunha e que, de acordo com o art. 213 do Código de Processo Penal, ele pode incorrer em falso testemunho. É preciso alertá-lo, porque ele talvez não se tenha dado conta de que está depondo na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele tem pleno conhecimento de que está prestando depoimento como testemunha. Sabe que não pode faltar com a verdade, mas sabe também que tem o direito constitucional de não se auto-incriminar. Acho que V. Sr^a tem conhecimento.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, V. S^a faz referência a que a Diretoria de Administração comportaria 8% do orçamento dos Correios, enquanto a de Tecnologia, 4%. Sabemos que existem diretorias que têm despesas compulsórias, obrigatórias. Portanto, na verdade, elas não teriam essa margem de liberdade de contratação. A pergunta é: todo o pessoal dos Correios está submetido aos 8%, ou existe pessoal dos Correios, da área de Tecnologia que entram no orçamento da sua diretoria? Não sei se me fiz entender. Uma coisa é dizer que o orçamento da Diretoria de Administração é gigantesco. É gigantesco, mas, também, está todo o pessoal lá, toda a manutenção lá; e, no fim, ele tem uma margem muito pequena. Daí, os 4% seus são gigantescos se forem colocados próximos da liberdade de administração que tem a Diretoria de Administração. Como eu não sei, essa é a pergunta que eu formulo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Nos 4 a 5% do orçamento da Diretoria de Tecnologia e Infra-Estrutura, também está incluída a manutenção de todas as máquinas e equipamentos do Brasil inteiro. Quer dizer, isso também seriam contratações obrigatórias para a manutenção do parque de máquinas e equipamentos; todas as obras. Os Correios estão em todos os 5.560 municípios do País. Então, todas as obras, intervenção e manutenção, estão incluídas nesse orçamento. Com certeza, também temos o orçamento de investimento, que é para a expansão da parte tecnológica da empresa, renovação do parque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse item investimento, quanto é o da administração e quanto é o da área tecnológica?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Com certeza, o da área de tecnologia é superior, porque a grande parte da...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, os 8% que V. S^a apresenta é...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Estão incluídos os dois: custeio e investimento. Se nós formos separar investimento de custeio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei. Mas trata-se da famosa estatística que mostra equivocadamente. V. S^a nos disse que, com certeza, a administração era superior à tecnologia. Agora, ficamos esclarecidos que, na verdade, a tecnologia é superior à administração. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Com relação a investimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Com relação a investimentos, sim. Eu falei global, englobando os dois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque, na verdade, é quanto aos investimentos que estamos discutindo, e iremos discutir os contratos que são elaborados.

V. S^a fez referências a diversos contratos, todos eles estabelecidos nas administrações precedentes. Mas eu gostaria que abordasse, em relação a esses mesmos que foram referidos, que atitudes, que aditivos foram firmados na sua administração.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Comentei sobre sala-cofre; aditivo feito nesta gestão: nenhum. Contrato já encerrado. Máquina de franquear; projeto da Diretoria Comercial. Se teve algum aditivo, desconheço. Não é da minha Diretoria. Rede Corporativa de Dados é um contrato que ainda está vigente, finaliza em meados do ano que vem e já está em

processo de nova licitação. Esse teve aditivo, sim, na minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Houve aditivo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Rede Corporativa de Dados, sim. Houve aditivo na minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que aditivo foi?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sr. Relator, não me lembro de detalhes. Houve, talvez, uns dois, um ou dois ou três aditivos. Não me lembro de detalhes. Um deles, que eu me lembro, é com relação a Ajustes Operacionais do Contrato. O outro foi com relação a um Reequilíbrio do Contrato. A lei prevê que, após, 12 meses, qualquer contrato pode ter um reequilíbrio de preços. Esse contrato, depois de 30 meses, teve o primeiro reequilíbrio.

Correio Híbrido Postal é um projeto da Diretoria Comercial. Equipamentos do Banco Postal; Consórcio Alfa. Como eu disse, era um projeto da área Comercial e Financeira. Se teve aditivos, desconheço. Brasil Telecom, Diretoria Comercial. Se teve aditivos, desconheço. Skymaster, da mesma forma, não era da minha área.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses que V. S^a faz referência a pertencerem à Diretoria Comercial sequer transitam pela Diretoria Tecnológica?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sequer transitam. Na verdade, pelas regras da empresa, um contrato é homologado na Diretoria; um termo aditivo é assinado pelo Presidente e pelo Diretor correspondente da área. Não passa pelas demais Diretorias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas para esclarecimento de V. S^a, na verdade, o reequilíbrio, a lei não exige que sejam doze meses. Se tem coisa que realmente pode ser estabelecida e modificada imediatamente é o reequilíbrio. Vamos supor que, amanhã, uma medida provisória introduza um tributo que não estava previsto no contrato. No mês seguinte, já pode ser feito o reequilíbrio.

Essa é uma das questões que percebemos em relação ao diretor precedente. Os Correios têm uma interpretação, uma proposta de reequilíbrio e de aditivos que estejam dentro daquelas alterações permitidas de 25%.

Qual era o critério da sua diretoria para aditivos de reequilíbrio? Ou, em outras palavras, pelo que já falou, V. S^a entende que, passados doze meses, já poderia ser estabelecido um reequilíbrio?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Realmente, eu me corrijo, Sr. Relator. O Correio tem

dois critérios: reequilíbrio e repactuação. Duas figuras diferenciadas. O reequilíbrio, a qualquer tempo; a repactuação, após doze meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que circunstâncias V. S^a entende que caberia o reequilíbrio e em que circunstâncias, a repactuação? Qual é o critério, para eu entender a diferença entre um e outro?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O

reequilíbrio: qualquer fato que embate sobremaneira o contrato de forma que inviabilize a sua execução. Nesse caso, um tributo, por exemplo, caracteriza-se como um reequilíbrio. E uma repactuação é após doze meses – no mínimo, doze meses, pelo menos é o critério que os Correios adotam –, em função da variação dos insumos, dos custos. Eles apresentam os pleitos, e eles são analisados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que, na verdade, é um reequilíbrio. V. S^a está dando um sinônimo. Juridicamente, os dois têm a mesma razão de ser.

Aquela margem da Lei nº 8.666, que permite que se altere o contrato e se adite até 25%, alguma vez a sua diretoria adotou? A sua diretoria, alguma vez, pegou um contrato e procedeu a um aditivo, levando em conta a permissão legal de até 25%?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, sim. Acredito que sim. Com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que critério foi adotado para se estabelecer esse percentual?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, nós adotamos lá o que prevê a legislação, os 25%. Esse é o limite máximo. Não tem 25% em cima de 25%. Ele pode ter 5, mais 5, mais 5, de forma que os 25% sejam o limite máximo.

Como eu disse aqui, geralmente os aditivos, por exemplo, de computadores, dependem basicamente da área usuária. Então, por exemplo, área comercial: novas agências foram inauguradas, precisamos de mais computadores. Se temos um aditivo vigente, é possível ser feito. Esse era um critério. Ou seja, há demanda, está justificada a demanda, existe um contrato...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há o acréscimo de demanda.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Há o acréscimo de demanda. Quantitativo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a deve ter ciência de que repetidamente a imprensa tem se reportado à proximidade política sua com o proeminente do PT Sílvio Pereira. O que nos pode informar sobre isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No-

bre Relator, como mencionei aqui no início, sou um funcionário de carreira. Como historiei, estive durante oito anos como consultor dos presidentes que passaram naquele período. Eu estava na Diretoria de Tecnologia. Em todas as composições das diretorias da empresa anteriormente, em vários Governos, sempre tínhamos um, dois, três, tivemos até quatro diretores componentes técnicos da Casa na diretoria. Então considero a minha indicação simplesmente pelo meu currículo, indicação técnica.

A minha vinculação ao Sílvio Pereira, a que tributo isso? Primeiro, nesses dois anos e quase seis meses em que lá passei, tive, em duas oportunidades, contato com o Sr. Sílvio Pereira. Telefonema dele para mim ou de mim para ele, que eu me lembre, em todo esse período, foi em uma única oportunidade; um telefonema que recebi dele.

Confesso também o seguinte: naquela composição da diretoria – já foi falado aqui algumas vezes –, qual era a composição?

Presenciei de perto, como consultor dos presidentes, muitas mudanças de diretoria. E dificilmente tivemos, no passado, uma diretoria tão forte politicamente como tivemos nesse período. Tínhamos lá o nosso ex-Presidente, indicado pelo presidente de um Partido em cujo currículo consta que foi Deputado durante três mandatos, foi Secretário-Geral do PMDB, foi Ministro de Estado; tínhamos lá dois diretores indicados por Senadores da República, suplentes de Senadores da República; nós tínhamos lá um diretor indicado pelo ex-Ministro das Comunicações; quer dizer, então, nesse cenário, eu confesso que em nenhuma oportunidade... aquilo que o Marinho falava lá era verdade, ou seja, tinha algumas informações que faziam essa alusão à minha indicação ao PT e eu nunca fiz questão de desfazer essa impressão.

Eu estive olhando na minha agenda, nesses últimos 12 meses lá, porque é natural da nossa atividade recebermos Parlamentares lá, Parlamentares do PT, nos últimos 12 meses, lá na minha sala, não tive nenhum Parlamentar do PT.

Então, na verdade, isso era um fato que eu gostaria de esclarecer, quer dizer, a minha vinculação ao Sr. Sílvio Pereira... Não tenho nenhuma vinculação política, não sou vinculado a nenhum partido político, nunca fui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Eduardo Coutinho?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A que V. S^a atribui, havendo uma Diretoria Tecnoló-

gica, a necessidade de um Eduardo Coutinho dentro da Diretoria Administrativa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sr. Deputado Relator, não é anormal o fato de ter um analista de sistemas em outra área que não seja a da tecnologia. Nós temos, na verdade, engenheiros em outras áreas que não sejam da Engenharia, nós temos advogados em outras áreas que não são da área jurídica. Então, isso não é anormal. O que, sinceramente, me pareceu estranho, depois de eu ver aquela fita, foi aquela atividade de analisar especificação da área de tecnologia. Agora, o fato de ter um analista de sistemas em outra área, isso é comum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a percebeu, alguma vez, no processo, ao passar pela Diretoria de Administração, em virtude dos conhecimentos tecnológicos do Eduardo Coutinho, ter havido mudança em alguma especificação que tivesse sido estabelecida na sua diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não que eu tenha tido conhecimento, até porque me parece que a atuação do Sr. Eduardo Coutinho lá era recente, de alguns meses naquela atividade

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, afora essa presença dele, que tipo de alteração lembra ter percebido que foi introduzida na especificação, dentro da Diretoria Administrativa? Porque, antes, eles emitiam, em determinado momento, o termo de referência. Antes do termo de referência, havia uma análise, onde se poderia fazer alguma modificação. Lembra de alguma modificação que tenha havido na Diretoria Administrativa, pertinente à Diretoria Tecnológica?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, Sr. Relator. O que aconteceu em algumas poucas oportunidades foram informações de especificações técnicas que ainda não eram públicas; nós termos, em algumas oportunidades, sido questionados por um eventual fornecedor sobre um detalhe de uma especificação técnica. Isso, nós não tínhamos a informação de que era da área administrativa ou se era de alguma área que passou. Então, isso, realmente, em algumas pequenas oportunidades, aconteceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E alguma vez deu para se perceber que, nessas provocações, havia, de alguma maneira, a intenção de se colocar alguma especificação que pudesse privilegiar alguma empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não que eu conheça. Desconheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra de alguma alteração de especificação

de proposta que tenha partido de sua diretoria para a Diretoria Administrativa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não que eu conheça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não lembra ou não houve?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não que eu me lembre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas existiram?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apesar da equivalência da sua diretoria com as outras diretorias, nos Correios tinha-se como aceitável, pelo menos se entendia que havia uma certa submissão da sua diretoria à Diretoria de Administração?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que eu costumava comentar com alguns diretores, com o próprio presidente, era a lentidão do processo licitatório. Então, isso, realmente, em algumas ocasiões, me deixava um pouco incomodado, porque em algumas oportunidades a diretoria foi levada a fazer algumas contratações emergenciais, justamente em função da lentidão do processo licitatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sei, é uma informação interessante, mas eu havia perguntado se havia uma consideração interna de que, eventualmente, em decisões relacionadas a aquisições, necessariamente, quem daria a última palavra seria a Diretoria de Administração.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Com relação à especificação técnica, não, mas com relação ao resto do andamento do processo, porque, desde o momento em que é feita a especificação técnica e sai da área de tecnologia, 80% daquele fluxo que eu falei é dentro da área de administração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Diretoria de Administração procedia-se à pesquisa de preços.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a se surpreendeu com a coleta de preços procedida, no sentido de uma divergência não justificável entre a pesquisa que lhe foi apresentada, os preços que lhe foram apresentados e aqueles praticados no mercado?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Um fato, pelo menos de que eu tenha tomado conhecimento, mais relevante foi aquele que já foi comentado aqui em algumas oportunidades e até...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nós gostaríamos que V. S^a nos esclarecesse esse fato.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Certo. É a compra dos computadores. O que aconteceu ali? Como disse, a Diretoria de Tecnologia... Aliás, quem faz a pesquisa de mercado é o Departamento de Contratação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desculpe-me, eu não ouvi.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Quem fez a pesquisa de mercado naquele processo também foi a Diretoria de... O Decan, o Departamento de Contratação, do Sr. Marinho. Então, estranhei muito... Foi uma outra informação divergente que ele disse lá na fita, e que não me lembro se repetiu aqui na Comissão. Ele disse lá na fita: “Reuniram-se algumas empresas e participaram apenas duas empresas”. Não foram duas empresas; participaram sete empresas naquele pregão. Todos os grandes fabricantes de computadores do País participaram daquela licitação. Ele disse lá também que a área de tecnologia alterou o valor do computador. Ele diz, lá na fita, se não me engano, alguma coisa em torno de R\$3 mil para R\$6 mil, alguma coisa assim que ele mencionou. A área de tecnologia não fez a pesquisa de mercado.

O que aconteceu naquele processo lá? Está identificado no processo e tem toda a documentação lá dentro. As empresas, antes da abertura da licitação, já vinham reclamando com relação àquela pesquisa de mercado, ao valor de referência que foi divulgado no edital. Qual a diferença entre a pesquisa de mercado – daí veio a confusão – e o valor publicado no edital de licitação? Esse comitê, como mencionei, que tinha autonomia inclusive para rever quantidades, questionar o objeto da contratação, ele tinha, inclusive, competência para considerar ou não a pesquisa de mercado feita pelo Decan.

Então, o que aconteceu nessa licitação? Tenho, aqui, um documento que foi dirigido do coordenador desse comitê para a pregoeira, referente a esse processo licitatório. A pregoeira questionou exatamente isso: “O que aconteceu com relação à mudança de referência dos valores?” Isso, aqui, o coordenador do comitê responde: “Conforme solicitado, informamos a seguir os critérios adotados por este Comitê para ajuste nos preços estimados pelo Decan referentes à compra de microcomputadores”. Por exemplo, um item, aqui, mais expressivo: “Estação convencional. Valor estimado pelo Decan: R\$ 3.647,50; preço unitário, ajustado pelo Cace: R\$ 2.557,28. Critérios adotados pelo Comitê. Valor da última aquisição atualizado pelo Decan: R\$ 2.435,00, mais 5%”. Daí a divergência.

Então, tudo isso aqui que estamos falando é administrativo. Não teve, nessa licitação, nenhuma impugnação de nenhum fabricante de comprador com relação à especificação técnica. Esse é um fato que eu sempre me balizei em todas as licitações nesse período. Na verdade, quando tem uma licitação que tenha alguma irregularidade ou alguma incoerência com relação à especificação técnica, o primeiro a gritar é o mercado. Eles reclamam, entram com a impugnação, se não são atendidos, vão para o Tribunal de Contas da União. Então, nessa licitação não houve nenhuma impugnação com relação à especificação técnica; houve com relação a questionar se seria pregão, se poderia ser pregão ou não poderia ser pregão, houve com relação aos valores. Empresas questionaram antes da abertura da licitação. Ela menciona aqui, um dos itens que ele coloca aqui:

“Orçamento. Cumpre ressaltar ainda – isso aqui foi a empresa Procomp – que o orçamento disponibilizado para o fornecimento em pauta não atende ao valor mínimo para equipamentos de natureza semelhante disponível no mercado.

Isto posto, requer-se seja revisto o valor orçamentário para que o mesmo seja compatível com a realidade, baseando-se em pesquisa de mercado, viabilizando a apresentação de propostas firmes, cuja exequibilidade seja garantida”.

Compõe também o processo licitatório, antes da abertura, a justificativa do porquê dessa mudança. O que aconteceu para ter essa variação de preço entre a licitação anterior e a nova? Isso foi explicado lá. São vários itens. Vou mencionar apenas três. Por exemplo, o monitor, que foi solicitado nessa especificação, de 17 polegadas, ao invés dos monitores de 15 polegadas fornecidos na licitação anterior. Tal alteração foi baseada no fato de a indústria não estarem produzindo mais os monitores de 15 polegadas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em razão de que essa informação? Quem está dando essa informação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Essa informação é da Área de Tecnologia para o Presidente do Comitê. Quando se detectou essa diferença de preço, de onde surgiu isso, porque o mercado está reclamando, aí...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse caso era sobre o quê?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Sobre essa licitação específica, dessa que estamos mencionando, o Pregão nº 50.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que atitude o comitê tomou em relação ao Decan a propósito desse disparate? Alguma coisa havia por

trás. Mandou investigar? Qual a razão para haver uma divergência tão grande entre os preços de mercado constatados pelo comitê e aqueles propostos pelo Departamento de Administração?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que isso foi basicamente em função do critério adotado, sem se aperceber dos detalhes da especificação técnica, que foram levantados posteriormente em função de se detectar esse problema. Primeiro, fez uma pesquisa de mercado com aquela especificação que estava sendo licitada. O comitê alterou em função daqueles critérios, e ele tinha autonomia para isso. Detectou-se o problema; as empresas reclamaram antes da abertura da licitação. Foram verificar: onde está essa incoerência? Aqui temos: memória que estamos solicitando, 512. Na licitação anterior foi 256. Então, tem uma série de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, com certeza, se o comitê não tivesse tomado providências, as empresas não iam reclamar porque o valor estava ótimo em relação ao que eles pretendiam.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, ao contrário. A pesquisa de mercado detectou um valor, por exemplo, de R\$3.647,00 e a comissão de licitação considerou – porque ela sempre considera, a palavra final é do comitê – o valor estabelecido pelo comitê: R\$2.557,00, e as empresas estavam questionando que esse valor era impossível de fornecer nessa especificação técnica que estava sendo solicitada no edital.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E daí se estabeleceu qual valor como referencial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Faltava, se não me engano, aproximadamente, uma semana, ou dez dias para abrir a licitação. A competência para alterar isso, quem autoriza a licitação é o presidente da empresa. Conseqüentemente, se fosse alterar o valor da licitação, de R\$39 milhões, que era o valor total, para R\$54 milhões, que era o valor considerando essa nova especificação técnica – a pesquisa feita pelo Decam –, a autoridade competente era o presidente da empresa. Esse assunto foi levado a ele e ele disse o seguinte – acredito com toda propriedade: estamos a uma semana, dez dias para abrir a licitação. Se alterarmos esse preço, passando de R\$39 milhões para R\$54 milhões, o que o mercado vai dizer disso? O que eles vão dizer? Vamos deixar a licitação acontecer. É verdade? O preço está realmente inexequível? Está faltando uma semana, vamos pagar para ver. Foi o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem conhecimento de que na diretoria administra-

tiva as empresas procediam a reuniões para, de alguma forma, conjuntamente, estabelecer as especificações que, depois, deveriam ser inseridas nos editais?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não tinha conhecimento. Aquilo que vi na fita, para mim, foi uma surpresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As especificações que são oriundas da sua diretoria, ou, perguntando por forma diferente, na sua diretoria havia encontro com fornecedores para tomar ciência dos produtos de que dispunham e com as especificações próprias daquilo que eles estavam oferecendo? Até onde se sabe, era comum, como Maurício Marinho era quem recebia nos Correios os fornecedores e tinha as tratativas relacionadas aos produtos. Na sua diretoria havia alguém encarregado de manter contato com as empresas fornecedoras?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não especificamente. Era normal, quer dizer, qualquer empresa fornecedora de equipamento de algum produto de tecnologia apresentar algumas oportunidades ao diretor, em algumas oportunidades aos próprios chefes de departamento, e isso depende do assunto. A área de tecnologia é uma área bastante ampla dentro da empresa. Então, se era um assunto da área de rede, por exemplo, tinha um departamento específico; se era da área de segurança, um *software* de segurança, uma área específica. Mas tudo isso era coordenado, quer dizer, passava gerencialmente por uma área que se chamava Coordenação de Integração de Projetos. Mesmo essas especificações feitas em outros departamentos da diretoria passavam por um departamento que coordenava, que integrava todos os projetos, para ver a compatibilidade daquilo com todos os outros projetos da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Houve uma licitação, não sei se foi no período de V. S^a, em que o prazo que se concedeu para que se apresentasse, suponho, a formulação do *software* era tão diminuto que, evidentemente, quem poderia apresentar somente poderia ser quem precedentemente sabia, tinha conhecimento de que a pretensão era daquele *software*. Parece que houve inclusive um recurso que tramitou em relação a isso. Pelo que já falei, isso evoca alguma a V. S^a? Lembra alguma coisa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não houve um recurso formulado, dizendo o seguinte: a minha empresa não tem como ser vencedora porque no prazo que vocês estão concedendo para que eu exiba a amostra, ou sei lá, a experiência do *software*, a mim me é impossível apresentar e só pode

apresentar isso quem sabia que seria essa a opção vencedora. Portanto, alguém, antes da licitação, já estava elaborando o *software*, para, dentro de um prazo exíguo, apresentá-lo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Alguma correlação, talvez, que eu possa fazer a isso, não sei se seria, vi aqui o Sr. Fortuna fazendo alguma alusão com relação àquele equipamento que ele fornecia, àquelas impressoras, e ele comentou isso. Inclusive, se não me engano, foi um questionamento do próprio Deputado Relator, que o questionou naquela oportunidade, em que se dizia prejudicado: “Mas o senhor não fez uma impugnação do edital?” Ele disse inclusive que foi feito, que foi à Justiça. Ele mencionou aqui, lembro, que foi à Justiça. Quer dizer, naquela licitação de impressoras, ele participou da licitação, não houve impugnação com relação àquele edital, não houve ação judicial com relação àquele processo. Houve, sim, um questionamento posterior ao Tribunal de Contas da União. Aquilo que ele falou aqui, que a impressora dele era semelhante, que atendia, é verdade. A licitação daquela empresa Intermec, que ele representava, era semelhante e atendia à licitação. O motivo por que aquela licitação foi revogada foi outro: problema administrativo. Foi solicitado, naquela licitação, a carta de solidariedade do fabricante, do representante, alguma coisa assim. Então, esse item foi questionado. Ele foi habilitado tecnicamente na licitação, todas as quatro empresas foram habilitadas tecnicamente. Aconteceu a rodada de lances, e aí as outras empresas entraram com recurso, uma ou duas empresas entraram com recurso com relação a isso, alegando isso. Foi para o Departamento Jurídico. Houve uma série de questionamentos possíveis. Deveria ter sido pedida carta de solidariedade, é, não é; decisões única e exclusivamente jurídicas e administrativas, nada com relação à especificação técnica. O Departamento Jurídico submeteu ao Presidente, recomendando a revogação daquela licitação, que foi revogada. Em um novo processo, decidiu-se a exclusão dessa carta de solidariedade, que foi o motivo que inabilitou aquela empresa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aliás, eu ia perguntar-lhe isto: se é comum exigir essa carta de solidariedade ou só em casos diferenciados.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Os Correios já exigiram isso em várias oportunidades, mas, basicamente, naqueles equipamentos mais complexos, de difícil manutenção. Por que isso? Quer dizer, nós, os Correios já tiveram dificuldade no passado, principalmente com alguns equipamentos tipo esse, importados, que apresentam dificuldade posterior de manutenção. Então, não é incomum algumas empresas,

principalmente algumas empresas que não são nem fabricantes nem representantes, aquelas empresas que vendem de tudo, desde um parafuso até um avião, de repente elas entram na licitação, conseguem alguma empresa, como foi mencionado aqui, fornecem, recebem e depois dão garantia, e temos problemas com a manutenção, principalmente com os importados.

Então, essa carta de solidariedade é uma segurança que os Correios costumavam colocar para poderem se resguardar com relação à garantia exigida no edital de licitação. Mas, a partir desse momento, e também aquele questionamento que foi feito ao Tribunal de Contas da União que mencionei, o próprio Tribunal de Contas da União recomendou à ECT excluir dos editais essa carta de solidariedade. Essa recomendação veio em maio de 2005, e essa licitação foi revogada em dezembro de 2004. Então, antes disso a ECT já tinha tomado essa decisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No caso da HHP, houve um questionamento em torno da redução das exigências relacionadas ao patrimônio líquido, e essa redução teria sido conseguida – passo a V. S^a as informações que temos – a partir de solicitações de representantes da HHP, e que isso teria reduzido a competitividade. Mas o mais grave é que não houve a republicação do edital, enfim, da informação aos participantes, de forma que apenas alguns souberam dessa modificação. V. S^a lembra de alguma coisa nesse sentido? Qual a razão de não terem sido publicadas as alterações procedidas que “teriam sido conseguidas através de representantes da HHP”?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No bre relator, só para eu entender...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É dos coletores de dados...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Foi redução do capital ou aumento do patrimônio líquido?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Suponho que seja redução do patrimônio líquido.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso. Então, tá.

Bom, eu vou falar teoricamente. Esse assunto não é afeto à área de tecnologia – estabelecimento de capital, limites, valores, tudo isso é da área de administração –, mas falarei de forma genérica a partir do que vi do processo. Quando há o questionamento de alguma empresa que, teoricamente, tem condições de participar da licitação, se ela pede redução do capital – por isso perguntei se era redução –, o que, consequentemente, leva à ampliação do número de participantes na licitação, não é incomum a ECT acatar esse pedido e reduzir para permitir a ampliação.

Pelo que vi lá no processo, pelo que li – não é um assunto da área de tecnologia –, realmente isso aconteceu. Foi uma falha administrativa com relação à não-divulgação... Foi divulgado a todos os participantes a redução, mas o Tribunal entendeu, e com razão, que deveria ter sido veiculado nos meios originais de divulgação, ou seja, no **Diário Oficial da União**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, se a divulgação tivesse acontecido, mais empresas poderiam ter participado, já que foi facilitado o ingresso através da redução do patrimônio líquido. Pelo não-conhecimento, pela não-divulgação, empresas podem ter sido impedidas de participar. Só que, segundo V. S^a, isso não diria respeito à sua diretoria.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece o Sr. Haroldo Marschner, dono da empresa Precision Componentes?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não me recordo, acredito que não, não me recordo dessa pessoa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ouviu falar de um histórico relacionado a propina...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ... em relação a participação, multa...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A sua diretoria tem algo a ver com o estabelecimento de multa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não. Isso é assunto administrativo. Nós temos a ver com relação à...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– À indicação do não-cumprimento do contrato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Exatamente, o não-cumprimento do contrato. Mesmo assim, não é a minha diretoria que aplica a multa, ela só identifica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Identifica o descumprimento.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O

descumprimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, como sempre, e para que eu não seja apedrejado por não deixar muitas questões pendentes para os nobres colegas Parlamentares, que também estudaram tanto quanto eu, por hora me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Quero saber do Sr. Eduardo Rodrigues Medeiros Neto por que ele foi depor na Polícia Federal.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No

bre Deputado, eu não estive na Polícia Federal. O meu nome é Eduardo Medeiros de Moraes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eduardo Coutinho é quem cuida da parte tecnológica dentro da Diretoria de Administração, é um grau inferior na hierarquia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu quero saber do depoente, Eduardo Medeiros de Moraes, se ele tomou conhecimento de um depoimento do Sr. Edgar Lange Filho, que é da Abin, quando ele disse que tinha informações que entre as pessoas envolvidas em corrupção nos Correios, ele podia citar uma de nome Petry. Gostaria de saber se ele conhece essa pessoa.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Conheço. Ele trabalha na Diretoria de Tecnologia de Infra-Estrutura.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É

Petri ou Petry?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Petry.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é o nome dele todo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Edilberto Nerry Petry.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Edilberto...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Edilberto Nerry Petry.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não entendi o segundo nome.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Nerry.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então é na sua diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Como é que a Abin chegou a levantar dúvidas em relação a essa pessoa que trabalha na sua diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Deputado, desconheço esses relatórios da Abin. Não sei nem se já chegaram aqui na CPMI, mas pelo que pude perceber do depoimento dele, ele colocou aqui que se valeu muito, como fonte, do Sr. Fortuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, não, não. Vou ler para V. S^a o que está escrito aqui. Depoimento de Edgar Lange Filho: “Que tal operação foi iniciada após a Abin ter recebido denúncias de fonte que relatava corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Que essa denúncia citava nomes e respectivos tipos de corrupção relacionados aos mesmos. Que cada pessoa supostamente envolvida em corrupção possuía um vínculo empresarial relacionado ao mesmo. Que dentre esses nomes pode citar Petry e que não se lembra a quais empresas Petry estaria relacionado”. Isso é o depoimento do Edgar Lange, o “alemão”.

Quais as empresas a que o Petry estaria relacionado?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhuma, nobre Deputado. Que eu conheça, nenhuma. Ele é funcionário de carreira da empresa, não tem vínculo, que eu conheça, com nenhuma empresa prestadora de serviços com os Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual o contato que o senhor tem com o Interbank?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Contato?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que a Interbank teve com os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Que eu conheça, a Interbank não tem nenhum contrato com os Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Contato e não contrato.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Contato. Eu, pessoalmente, conheço uma das pessoas do Interbank.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que pessoa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O

Sr. Márcio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

o que essa pessoa teve de relação com o senhor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É

um conhecido meu, apenas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Mas ele procurou participar de alguma concorrência, de alguma relação com os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

Ele, sendo meu conhecido, já me apresentou a alguns dirigentes de algumas empresas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que empresas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A

Cobra, por exemplo. Já me apresentou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A

Cobra não é uma empresa do Governo? O senhor precisa de alguém para apresentar a Cobra para o senhor? O senhor não é do Governo também?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

É porque ele é muito conhecido do ex-Presidente da Cobra. A Cobra tinha interesse nos Correios. Após esse contato, tive...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

S^a não entendeu a minha colocação. A Cobra é uma empresa de Governo; o senhor é diretor de uma empresa de Governo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Precisa de um terceiro para apresentar empresas do Governo entre si.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não. Não há necessidade, não. Mas como ele era meu conhecido e era conhecido, amigo – não sei – do ex-Presidente da Cobra, ele em algumas oportunidades me apresentou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Continuo afirmando na minha pergunta: a Cobra é uma empresa de Governo; Correio é uma empresa de Governo, precisa de um terceiro que não é do Governo para apresentar alguém de Governo para Governo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não, necessariamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

por que aconteceu isso então?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não

é incomum, Deputado, que em algumas oportunidades e relacionamentos de conhecimento, até mesmo parlamentares – eu costumava receber isso lá – indicando, apresentando diversas empresas, mostrando os projetos que tinham. Isso não é incomum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

senhor conhece Sílvio Pereira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Na verdade, é o seguinte: conheci o Sr. Sílvio Pereira aproximadamente uns dois meses depois que já tinha me tornado Diretor dos Correios. Até esse fato, não conhecia nem por foto, nem por nome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Conhece José Dirceu?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Co-

nheço. Não pessoalmente. Nunca tive contato próximo com ele nesses dois anos e meio que estive lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

senhor conhece Luiz Gushiken?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço o que todo mundo conhece: da mídia. Nunca estive com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é militante?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Não sou filiado a nenhum partido político.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quanto tempo de Correios o senhor tem?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vinte e três anos de Correios; dois anos e meio fazendo aquele curso de Administração Postal para entrar nos Correios. Vinte e cinco anos e meio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor participou de alguma entidade sindical, entidade assistencial, entidade recreativa no período dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Atividade assistencial?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguma entidade dos funcionários dos Correios que o senhor tenha participado.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, sou filiado à Associação dos Administradores Postais – Adcap, dos empregados de nível superior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como é o nome?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Adcap – Associação dos Diplomados de Nível Superior e Médio dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor participou da diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, sou filiado desde o início, há muitos anos. Não participei da diretoria em nenhuma oportunidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor, como funcionário antigo dos Correios, que sabe que a empresa tem uma boa imagem perante a opinião pública, como se sente no atual momento em que os Correios são vilipendiados por todos os lados?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acho que este era um dos meus objetivos hoje, tentar defender o nome dos Correios, não só a área de tecnologia. Tem se falado muito nos Correios em geral. Como muitos Parlamentares têm dito aqui – isto é de conhecimento de toda a população –, os Correios são a empresa de maior credibilidade neste País. E isso não é novidade para ninguém. Mas é uma das empresas da área postal de maior credibilidade no mundo postal. Já tive algumas oportunidades de ir a alguns fóruns postais mundiais e de presenciar o respeito, a consideração e a admiração que todos têm pela eficiência dos Correios brasileiros. Somos considerados

entre os melhores Correios do mundo. Então, realmente é uma situação muito triste vermos a imprensa diariamente colocando isso, com relação aos fatos noticiados aqui.

Por isso, o meu repúdio inicial com relação a um procedimento que foi feito aqui com relação ao Sr. Maurício Marinho. Ele chegou aqui procurando enlamear o nome dos Correios, colocando suspeição genericamente sobre todos os processos da empresa, sem apresentar um indício. A área de tecnologia, como eu disse aqui, o que essa área faz? Especificação técnica. Eu não vi aqui, até hoje, nenhuma informação dizendo “este item, a especificação dirige-se para a empresa A, B ou C”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que, no início de seu depoimento, o senhor tentou demonstrar – e já foi descaracterizado pelo nobre Relator – que a sua Diretoria tem um percentual menor do que a Diretoria de Administração? O Relator demonstrou que, logicamente, a Administração tendo toda a folha, acaba tendo um percentual maior. Mas, quanto a investimento, a sua Diretoria tem mais do que a Diretoria Administrativa. Por que o senhor teve essa preocupação no início de seu depoimento?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acho que foi boa a pergunta para eu tentar me corrigir, porque acho que fui mal entendido no início.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu entendi bem o que o senhor quis dizer. O senhor quis dizer que a sua Diretoria tinha menos recursos do que a outra.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Isso eu reafirmo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas, na prática, isso não é verdade. Na prática, a sua tem mais do que a outra.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Quando coloquei essa informação, era com relação à soma: custeio mais investimento. O orçamento de custeio da empresa é nove vezes maior do que o orçamento de investimento. Então, foi isso que eu quis colocar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem alguma licitação em curso, em andamento ou que tenha sido cancelada para compra de computadores pelos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Licitação cancelada?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ou em andamento?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tem. Nós tivemos uma licitação, a que acabei de mencionar nas perguntas do nobre Deputado Relator com

relação àquela licitação que foi revogada, em função daquele problema que mencionei dos preços.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quantos computadores eram?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Em torno de 14 mil computadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quatorze mil?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Quatorze mil computadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi nessa que participaram as sete empresas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na primeira licitação, que foi deserta, os cinco itens, tivemos sete empresas. Na segunda licitação, tivemos seis ou sete empresas, não me lembro, os maiores fabricantes – na segunda licitação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que foi deserta a primeira licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Por causa desse referencial de preços que mencionei aqui. A área de administração fez a pesquisa de mercado. O comitê de administração das contratações estratégicas adotou um outro patamar de preços e, aí, o mercado, antes da abertura da licitação, verificou que aqueles preços eram impossíveis.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, não foram adquiridos os computadores?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Nessa primeira licitação não. Ela foi revogada e, em seguida, foi aberto um outro. Nesse outro, foram adquiridos computadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quantos computadores?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Como na primeira licitação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O número só.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Em

torno de 12 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual foi a empresa vencedora?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós tivemos cinco itens, três ou quatro empresas vencedoras.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A dos computadores.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A Novadata ganhou um item.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E as outras?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tenho aqui a informação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quero saber.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Se me permite, enquanto V. S^a olha, desejaria saber o valor. A Novadata ganhou um item de seis. Mas qual era o valor do item que ela ganhou? E qual era o valor dos itens que as outras ganharam?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Perfeito.

Item 1: 577 estações convencionais LCD; empresa vencedora: ATP Tecnologia e Produtos S. A.; valor total: R\$2.129.130,00.

Item 2: 12.071 estações. Era o maior item que tinha aqui. Vencedor: Positivo Informática Ltda. Valor total da contratação: R\$27.956.436,00.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vinte e sete milhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Quase R\$28; R\$27,9 milhões.

Item 3: 500 estações do sistema de rastreamento de objetos. Vencedor: HP do Brasil. Valor da contratação: R\$1,718 milhão.

Item 4: 208 estações de desenvolvimento. Vencedora: Novadata Sistemas e Computadores Ltda. Valor da contratação: R\$1.558.960.

Item 5: 46 estações gráficas. Vencedora: HP do Brasil. Valor total da contratação: R\$453.560,00.

Valor total da contratação: R\$33,816 milhões.

Diferença de preço entre o valor inicial e o valor depois dos... – temos itens com 65 rodadas de lances – R\$17,510 milhões – 34% abaixo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, solicito que essas anotações do nosso deponente sejam repassadas ao Sr. Relator.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Perfeito. Eu já trouxe uma pasta separada com essas informações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quero que entregue ao Relator.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Pre-

sidente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quero que entregue ao Relator isso aí.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Pre-

sidente, será que é possível tirar cópia disso agora e distribuir entre nós?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza. Vamos tirar cópias e distribuir para todos os Parlamentares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

São fundamentais essas informações, Sr. Presidente. Por isso estou fazendo questão.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Se for sobre esse assunto que falei, estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Certo. Vamos tirar cópias e distribuir para os Parlamentares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Eduardo, a que o senhor atribui essa guerra política, fraticida, quando se vislumbrava sua substituição?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Deputado, como mencionei aqui, como não tenho, nunca tive essa participação política, esse envolvimento político grande, simplesmente tomei conhecimento de tudo aquilo que foi veiculado pela imprensa através da imprensa, através de alguns conhecidos da empresa, através do ex-Presidente da empresa. Ele inclusive chegou, numa oportunidade, e comentou comigo naquelas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem comentou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O ex-Presidente. Comentou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual ex-Presidente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O João Henrique. Comentou comigo da minha saída, que estaria havendo negociações com a possível entrada do PTB na posição da Diretoria de Tecnologia...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem iria entrar?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ele não chegou a comentar. Não. Acho que ele falou, sim, no Sr. Ezequiel. Ele comentou isso, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ezequiel.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso. Inclusive me fez o convite para voltar a trabalhar como consultor dele, na Presidência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você aceitou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Aceitei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você queria ficar nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, eu sou dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. Queria ficar na Diretoria dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não. Aceitei voltar... Eu tinha sido por oito anos consultor dos presidentes que por lá passaram. Ele me tinha feito o convite para voltar a ser consultor dele, João Henrique.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na Presidência?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na Presidência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a que você atribui toda essa disputa maluca que houve... Toda essa confusão que está acontecendo na República é por causa do seu cargo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, acredito eu o seguinte: que ia haver a minha substituição; acredito eu que ia haver a minha substituição e só não aconteceu por causa da veiculação da fita.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Porque, na verdade, aquela fita dos R\$3 mil do Marinho gerou toda essa confusão.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Culminando, na sexta-feira da semana passada, com um dirigente dos Partido dos Trabalhadores preso em Congonhas com R\$209 mil e US\$100 mil na cueca. Quer dizer, tudo isso em razão do seu cargo, que é bastante disputado, não?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No meu entendimento, nobre Deputado, ia haver a substituição. Acho que não houve essa briga política toda. Pelo que vi na imprensa, quer dizer, vi na revista *Veja*, se não me engano, estava dito lá que já tinha sido oferecido ao PTB. Diz lá, não sei se é verdade ou não, porque eu não conversava com o Sr. Sílvio Pereira, que ele teria oferecido o cargo para o PTB. Então, que disputa política é essa? Eu não consigo ver.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá, tempo encerrado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, por favor, peço a V. Ex^a que me reinscreva, então. Respeito a decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não. Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigada, meu caro Presidente. Boa-tarde ao Sr. depoente, que está aqui na condição de testemunha, já inclusive prestou seu compromisso.

V. S^a tem informado uma longa carreira dentro dos Correios e exerce um cargo para o qual recebeu um treinamento de dois anos e meio.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Gostaria que V. S^a mencionasse as principais atribuições do

seu cargo de carreira, que, posteriormente, segundo V. S^a informa, inclusive o conduziu à condição de, durante oito anos consecutivos, assessorar presidentes diferentes dessa empresa. Quais são as atribuições da sua condição de Administrador Postal?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Esse cargo de Administrador Postal é de atribuições bastante amplas e genéricas, justamente pela formação que nós recebemos durante o transcurso da realização do curso. São dois anos de curso, horário integral, oito horas por dia e seis meses de estágio. Nesse período de estágio, passamos por todas as áreas da empresa. Passamos por estágios nas agências dos Correios. Ficamos lá um período, acompanhando todas as atividades que acontecem dentro de uma agência dos Correios, dentro de um centro de triagem, dentro de um centro operacional; acompanhamos o carteiro no seu percurso diário. Então, temos uma visão bastante ampla de toda a empresa. Justamente por isso, é um cargo genérico que nos permite – hoje somos aproximadamente mil cento e poucos administradores postais na empresa – participar e atuar em quase todas as áreas da empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, os senhores correspondem a menos de 1% do quadro total de funcionários dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do ponto de vista quantitativo. Evidentemente, trata-se, portanto, de uma elite da condução da empresa, e boa parte dessa elite é formada por pessoas – suponho – que tenham tanto tempo de experiência quanto V. S^a?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A maioria tem mais de 20 anos de carreira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A maioria tem mais de 20 anos de empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, percorreram os Correios não apenas no seu funcionamento ordinário, desde o posto de atendimento final à população e ao usuário até os quadros de administração superior dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a acompanhou, durante esses oito anos, quantos presidentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nesses oito anos em que estive lá na Presidência,

como consultor dos presidentes, foram sete presidentes em oito anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sete presidentes em oito anos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Em oito anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A que período do calendário isso correspondeu?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso foi... estou há dois anos e meio, três, tirando... há dez anos, colocam-se mais oito, onze anos atrás.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nos últimos dez anos, foram sete presidentes dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor trabalhou, portanto, próximo a esses sete presidentes dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na condição de Diretor, quantas vezes o senhor teve participação nas gestões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como Diretor, estive a partir de janeiro de 2003. E, em janeiro de 2004, em função da saída do ex-Presidente Dipp e das negociações políticas com o PMDB, tive a oportunidade e a felicidade de ter sido designado, nomeado pelo Presidente Lula e pelo ex-Ministro Miro Teixeira, para acumular a Diretoria de Tecnologia com a Presidência dos Correios. Então, passei aproximadamente três meses e pouco acumulando a Diretoria de Tecnologia e Infra-Estrutura com a Presidência dos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso coincidiu com a mudança de direção dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Com a mudança da direção do ex-Presidente Dipp com a entrada do ex-Presidente João Henrique.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. Mas não mudou somente a Presidência; mudaram-se outros cargos de direção?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Mudaram outros cargos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor, portanto, pela sua experiência, por ter ficado, nos últimos dez anos, próximo da Presidência, teve o credenciamento para alcançar a acumulação desses dois cargos.

V. S^a pronuncia, para além da sua experiência e da proximidade com cargos de direção, um evento que ainda não manifestou no seu depoimento, mas que ficou conhecido da mídia: que, na condição de Assessor da

Presidência, V. S^a tinha um provento, um salário superior ao do cargo de diretor. Isso procede?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não procede.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não procede?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, claro que não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Porque, na seqüência à sua substituição, segundo consta no noticiário, o senhor teria sido convocado para um cargo de assessoria.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Incorreta essa informação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É incorreta?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso foi veiculado. Para o cargo de Diretor, deve estar aproximadamente em R\$15 mil o salário, e o de um Consultor deve estar aproximadamente R\$10 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, é incorreta a informação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É incorreta a informação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas, na seqüência, V. S^a foi dispensado do cargo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Fui dispensado do cargo. Hoje estou apenas como Administrador Postal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voltou à sua condição de carreira original?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso depois de 23 anos de empresa. Na verdade, dos 23, tenho 22 anos com função na empresa. No primeiro ano, quando entrei, não tive função; daí para frente, 22 anos, com função.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Creio que é por essa razão, inclusive, que V. S^a manifestou procedimentos que alcançam outras diretorias, que não a Diretoria de Tecnologia, sob o ponto de vista de procedimento técnico, de contratação etc. Correto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É. Eu passei por várias áreas na empresa, tenho...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a, ao abrir seu depoimento, fez menção a esta situação da camiseta encontrada no Município de Patrocínio, Minas Gerais, que teria sido utilizada numa campanha eleitoral da candidatura municipal lá liderada por um candidato do PPS de nº 23, segundo foi posto aqui à frente de todos. V. S^a manifestou que essa camiseta concretamente teria sido parte de um lote devolvido?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Essa informação...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como V. S^a tem essa informação tão precisa de que essa camiseta foi de um lote devolvido?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na oportunidade – não consigo precisar quantos meses, mas, sei lá, vou chutar, seis meses atrás, não tenho certeza – o ex-diretor que esteve aqui hoje de manhã cedo, o Antonio Osório, comentou conosco na Diretoria esse fato que aconteceu. Foi um lote... Porque isso saiu na imprensa, na época, saiu na mídia. Então, isso foi veiculado, esse problema da utilização indevida dessa camiseta dos Correios. Então, em função dessa veiculação na mídia, o ex-diretor posicionou a Diretoria e explicou o fato: foi um lote recusado que o fornecedor, o fabricante...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E esse fato é documentado dentro da empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vou requerer, então, ao nosso ilustre Relator que possa solicitar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para absoluto esclarecimento do fato relativo à camiseta, os procedimentos internos que determinaram a devolução do material, a identificação de quem tenha sido o fabricante ou o intermediário da venda e da compra, e a comprovação de que o pagamento não foi efetuado, para, posteriormente, é evidente, se esclarecer o destino que o fabricante ou o intermediário deu a tal material, que foi aqui apresentado como instrumento de campanha, absolutamente na obscuridade, conforme pudemos testemunhar.

V. S^a manifestou que a participação da sua Diretoria de Tecnologia no conjunto do movimento econômico dos Correios correspondeu, em média, nos últimos três anos, a 4,7% do orçamento dos Correios. Confere essa informação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Confere, incluindo aí custeio e investimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com o conhecimento que V. S^a tem de oito anos próximo à presidência, vou me ater a esse período mais recente, esse percentual de participação do setor de tecnologia no conjunto de investimentos e custeio dos Correios é uma média que pode ser verificada nessa década ou o senhor avalia que houve aumento nesse último período de três anos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não avalio, apesar de eu não ter verificado o histórico, mas de informações, de conhecimentos anteriores, houve um investimento em tecnologia nos Correios, mas isso foi na época em que houve um pico de investimento, foi na época do ex-Ministro Sér-

gio Motta. Então, realmente, o Correio, naquela época, com o Paste e tal, teve um aumento significativo de aporte de recursos na área de investimentos. Daí se manteve.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Daí por diante vem sendo mantido esse percentual em torno de 4 ou 5% do total.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vem sendo mantido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A que V. S^a, então, atribui – repetindo um pouco a informação e a solicitação de esclarecimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá – uma disputa tão intensa por essa Secretaria de Tecnologia oriunda daquele material da fita, quer dizer, identificada naquele material da fita? Haveria, porventura, alguma notícia de que um outro *boom* equivalente a esse do período do ex-Ministro Sérgio Motta estaria sendo preparado no interior da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Não...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não haveria nenhum comentário dessa natureza?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, os investimentos previstos são os que são... quer dizer, estão dentro desse patamar que colocamos aqui, de investimento, de custeio, não tem nada atípico.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não havia nenhuma grande contratação atípica num cenário futuro?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não... Tinha. Ou seja, dentro dessa previsão, dentro desse orçamento tinha; tinha aquela contratação que foi motivo daquela reportagem da revista *Veja*, da segunda reportagem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual contratação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Contratação de *kits* para a agência do Banco Postal e do Sara. Então, realmente tinha essa licitação; uma licitação que já tinha sido iniciada no final do ano passado, de 2004. Foi quando a área de tecnologia disponibilizou essas especificações para o mercado e foi feita aquela pesquisa de mercado, que é prévia ao procedimento licitatório. Identificou-se aquele valor próximo, alguma coisa próxima àquilo que foi veiculado na revista. Só que aquilo que mencionei aqui, o que que a Diretoria de Tecnologia faz? Especificação técnica. Nós mandamos aquela especificação para nove empresas. E nós não temos um questionamento, de novembro até hoje, questionando aquela especificação técnica. Então...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para essa especificação técnica, Sr. Eduardo, o senhor recebia visitas prévias dos futuros fornecedores?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não necessariamente para essa licitação. Em geral eu recebia visitas de presidentes, de vice-presidentes de empresas de tecnologia, de diretores, de representantes, isso era normal na agenda.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas, eu diria, esses representantes viriam a partir de demandas já feitas, apresentadas e públicas dos Correios, venho apresentar a V. S^a futuras possibilidades que seus produtos ofereceriam aos Correios.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, é o seguinte: cada fornecedor que chega lá vem querendo mostrar o produto dele como sendo o melhor, como sendo aquele que pode ser adquirido sem licitação, como tendo uma vantagem sobre todos os demais. Então, geralmente, o interesse de cada fornecedor é que a empresa compre direto, e isso o Correio não faz; o Correio só faz por licitação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na agenda de V. S^a, constam essas visitas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Constam essas visitas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa agenda está disponibilizada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ela foi disponibilizada para o Ministério Público.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está sob o domínio, então, do Ministério Público.

V. S^a, ao receber esses demandantes de futuras contratações ou apresentadores de produtos ou intermediários de empresas, obtinha junto ou previamente alguma recomendação política para ter à sua frente esses representantes?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não era incomum. Tivemos algumas oportunidades de eu receber alguns representantes, alguns fornecedores, acompanhados de parlamentares.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De parlamentares federais?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Federais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor teria condição de, depois, apresentar essa lista?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu fiz um levantamento. Não tenho de cabeça aqui; isso está na minha agenda que acabei de mencionar que está disponibilizada. Mas, justamente em função dessa grande vinculação, que foi colocada na imprensa, com relação ao meu nome e ao PT, especificamente dei uma olhada nos últimos doze meses com relação às even-

tuais audiências que eu teria com os parlamentares do PT, e não tem nenhuma nos últimos doze meses.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com os parlamentares do PT, não houve nenhuma audiência?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhuma, nenhuma. Na verdade, a maioria que tem lá, que se sobressaiu, é do PMDB. É natural. Era o Ministro das Comunicações, o PMDB, o Presidente, quatro diretores. Não considero isso nada de irregular.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor considera, pela experiência que tem de dez anos próximo da diretoria e da presidência, que esse comportamento foi de praxe, ou foi um comportamento excepcional dos últimos dois anos e meio?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Totalmente de praxe. O nosso Presidente comentava muito isso comigo. Tinha dias em que ele recebia quinze, vinte parlamentares num dia. Eu, na verdade, estou falando aqui isso de parlamentares, mas, na minha agenda, comparado, isso pode ser visto com qualquer outro diretor que tinha uma vinculação política. Isso que estou falando aqui dessa minha agenda de doze meses... Deve ter tido aí menos de trinta audiências, mas algumas repetidas com alguns parlamentares, o que deve dar talvez dez, doze parlamentares em doze meses. O presidente, às vezes, num dia, recebia quinze, vinte. No meu caso especificamente, eu recebia muito pouco.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que esse é um comportamento que, durante a década, com a sua proximidade com a diretoria, era de praxe?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. É claro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a menciona também que tem a responsabilidade, na oportunidade de exercer o cargo de diretoria, de definir a normatização técnica, o que vai depois efetivamente selecionar, no critério das licitações, aqueles que podem participar ou não ou que serão eliminados. Nessas visitas de parlamentares ou de políticos influentes, que lhes apresentavam empresas passíveis de serem fornecedoras dos Correios, as especificações técnicas também eram discutidas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, de forma alguma. Geralmente, eram feitas apresentações dos produtos dos fornecedores que lá iam. Simplesmente, eram feitas apresentações. O próprio Sr. Fortuna comentou aqui. Eu nem me lembrava. Ele disse que esteve uma vez comigo aqui para falar daquela empresa dele, a Intermec. Sinceramente, se me perguntassem aqui, eu ia dizer que eu não tinha me

lembrado, que eu não me lembrava dele. Em dois anos e meio, eu não me lembrava dele.

Mas, então, o que costumava era aquilo. Ele disse aqui que eu o recebi. Ele falou, apresentou, eu não disse nada. Deixou o produto, era avaliado tecnicamente depois. Era isso que geralmente acontecia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a exerceu o seu cargo de administrador sempre aqui, no Distrito Federal?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sempre no Distrito Federal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ou teve outra... Sempre no Distrito Federal.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Sempre no Distrito Federal, sempre na Administração Central dos Correios em Brasília.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os seus vinte e cinco anos e meio de exercício profissional dos Correios foram dentro do Distrito Federal?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso. Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre na sede dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sempre na sede dos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Reitero o requerimento que fiz ao Sr. Relator, relativo àquele procedimento anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. São 15 minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, vou entender esse seu gesto como um gesto de carinho, por causa da nossa esposa, a Maika. Do contrário, eu seria bem abusada. Mas, como sei que ela deve estar nos assistindo, só em homenagem a ela, vou ser boazinha e vou exigir que V. Ex^a, em relação a todos os outros que forem falar, faça esse mesmo gesto de delicadeza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Deputada Juíza Denise Frossard, no depoimento da manhã, ficava todo o tempo insistindo, numa insistência que eu acho absolutamente importante, sobre a ocupação dos cargos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pode deixar que eles falem. O povo que assiste é que fica dizendo: “Mas aqueles são mal-educados, não é? É uma gritaria, uns falando...” Mas eu não me incomodo, não. Já sou acostumada. Toda mãe é acostumada com

menino gritando por perto, e elas continuam fazendo tudo, exatamente tudo, que têm que fazer. Eu não me incomodo, se o Relator estiver prestando atenção, V. Ex^a e o depoente.

Pois bem, aqui há algo absolutamente impressionante na indicação de V. S^a, Dr. Eduardo, porque ficou absolutamente claro, em todos os depoimentos que foram prestados, não apenas no burburinho que poderia ser colocado nos meios de comunicação, mas o próprio Senador Fernando Bezerra deixou claro para todos nós – e não escondeu isso como se fosse uma informação transversa, subterrânea –, que o próprio Silvio Pereira, ex-Secretário-Geral do PT, disse que o cargo era dele e que, portanto, ele poderia trocar e disponibilizar. É evidente que, depois, numa clara briga de gangues partidárias, talvez o PMDB tenha também ficado de olho no cargo, e terminou dando essa confusão toda. Então, é incrível!

O senhor diz que não foi indicado, que mal o conhecia e que já estava sendo trocado, como mercadoria, no mundo dos negócios da política, que é algo extremamente desprezível de se detectar.

Vou fazer algumas perguntas, talvez seja melhor o senhor ir anotando, porque vou fazê-las todas em bloco. Depois, o senhor responde, ao contrário dos padrões mais costumeiros nos processos de inquirir.

Chamado gestor operacional dos Correios, V. S^a esteve à frente de uma dessas diretorias, que tem como modelo administrativo a administração colegiada e, portanto, a responsabilidade solidária.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Era nessa diretoria que o senhor estava. Já solicitei inclusive todas as atas de todas as reuniões relacionadas a esse período nos Correios. Se quiserem, nos últimos cinco anos, dez anos, podem completar também o requerimento.

Em nenhum momento o senhor identificou ou denúncia, ou indício relevante de crime contra a Administração Pública, ou algo que poderia sinalizar a intermediação de interesses privados, tráfico de influência, exploração de prestígio? Vá anotando para depois responder todas. Em nenhum momento o senhor detectou em nenhuma outra diretoria algo semelhante a isso, ou na diretoria de V. S^a também?

Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de vários relatórios que foram produzidos ou pelo Tribunal de Contas ou pela CGU que dão conta de problemas relacionados a pregão, à dispensa de licitação na área que o senhor dirigia, que vão desde especificações técnicas exigidas para o objeto de licitação, que somente eram atendidas por produtos de um

mesmo fabricante, deixando realmente clara a restrição ao caráter competitivo e, portanto, o direcionamento a um único fabricante; a exigência de documentos de habilitação sem amparo legal; a contratação por dispensa de licitação sem a caracterização de situação emergencial; a utilização de impressoras adquiridas por dispensa para atendimento de situação alheia à de emergência; e produtos adquiridos que não atendem plenamente a todos os atributos relacionados como especificação técnica do produto.

Uma outra questão: quanto à confecção das salas-cofres, que o senhor já introduziu, respondendo ao Relator, existem denúncias de que houve o direcionamento para privilegiar uma determinada firma, e o senhor negou ao Relator. Os questionamentos que faço: qual o preço do metro quadrado pago à época, o preço do metro quadrado atual e o valor atual pago pela obra?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Em que local essa obra?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Salas-cofres.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ah! Salas-cofres.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor também tem conhecimento – acho que, respondendo ao Relator, já falou sobre isso – de um contrato ente a IBM e a empresa de Correios?

V. S^a tem conhecimento de uma multa, parece-nos que solicitada por V. S^a ou por outra diretoria, no valor de R\$1,54 milhão e que teria sido reduzida, depois, para R\$6 mil? Pode nos esclarecer sobre isso?

V. S^a poderia também esclarecer a revogação dos contratos de microcoletores, docas e impressoras portáteis que tinham por objetivo beneficiar a HHP? O Relator já tratou disso, mas eu gostaria que V. S^a voltasse ao tema.

Por que, após revogado o processo licitatório, V. S^a autorizou a compra de 500 impressoras à firma Seal, com dispensa de licitação?

V. S^a poderia nos falar sobre os investimentos ocorridos nos anos de 2001 e 2002, sob a coordenação do ex-presidente Hassan Gebrin e do Sr. Mauro, assessor especial?

V. S^a poderia falar sobre o último termo aditivo, com a Nec, explicitando qual o valor desse termo?

Eu também recebi alguns *e-mails* – e é absolutamente natural que muitas pessoas mandem muitos *e-mails* na tentativa de colaborar com esse procedimento investigatório.

V. S^a disse aqui que o projeto de Correio Híbrido foi criado e licitado no Governo Fernando Henrique em 2002. Correio Híbrido é o sistema, todo mundo

sabe, que economizaria bastante. Os Correios devem ter problemas com as empresas que produzem os impressos e, com isso, de fato, haveria uma redução drástica da tonelagem transportada etc. Há muitos debates sobre isso.

Passo a fazer a pergunta: para o edital do Correio Híbrido, original de 2002, os valores estimados por duas supostamente renomadas empresas que participaram da licitação para a implantação do sistema – Xerox e Interprint – giravam em torno de mais de R\$1 bilhão. O projeto, segundo as informações que nos passaram, não andou nesse período; o edital foi suspenso por três vezes; refeito o edital, a nova versão da licitação foi aberta em junho de 2004. O novo edital, do Governo Lula, modificou um pouco os números – “um pouco”, segundo a pessoa que encaminhou o *e-mail* –, pois o que antes era cotado em mais de R\$1 bilhão passou a custar R\$4,3 bilhões. O edital, dizem, muito bem elaborado, eliminava a concorrência, tanto que só houve uma participante, a vencedora, BR Postal, que, por sua vez, é composta por várias empresas, entre as quais, segundo a informação – não sei se verdadeira ou não –, a Comam fazia parte, sendo uma das responsáveis.

Outra coisa ainda desse mesmo processo. O *software* gerenciador do Correio Híbrido, que era para custar, em média, de R\$1.400,00 a R\$3.800,00, passou a custar R\$69.300,00, por ponto de implantação. Portanto, sessenta vezes mais do que outros utilizados na estatal.

Outra pergunta: um dos maiores defensores do aumento dos custos foi o então Diretor Comercial dos Correios, Carlos Eduardo Fioravante, que também é suplente de Senador – haja suplente de Senador para gostar desses Correios; que impressionante! –, tendo sido quem mais trabalhou, segundo essas informações, enquanto era Diretor Comercial, para que os preços fossem modificados. Segundo essa pessoa que manda o *e-mail*, os servidores de carreira deram parecer contrário em seu relatório final, alertando que seria preciso fazer um novo estudo de viabilidade econômica. Era essencial que o processo fosse reavaliado em função do incrível aumento dos custos, pensando, evidentemente, em impedir prejuízos futuros à instituição. E diz ainda que o parecer final, assinado pelo Chefe do Departamento de Auditoria, o Sr. Pedro Célio Arantes, entregue em fevereiro de 2005, foi ignorado.

Então, diante desses questionamentos, que são vários, gostaria que V. S^a pudesse contribuir com as informações.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou tentar, Senadora, responder tudo isso em cinco minutos. É muita coisa, mas vamos lá.

Com relação à minha percepção sobre tráfico de influência nos processos submetidos à diretoria, algum favorecimento, qualquer coisa nesse sentido, não. Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nenhum? Skymaster, Novadata, Correio Híbrido, nada disso que se apresenta na imprensa? O senhor não notou nada suspeito, nenhuma denúncia, nada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, sobre os assuntos que não são da nossa área, pela formatação – já foi explicado aqui em algumas oportunidades – a empresa tem uma série de instâncias até chegar à diretoria, vários grupos, vários pareceres. O próprio relatório que entra na reunião da diretoria é analisado por outro grupo específico, que analisa. É o pessoal que analisa a pauta da diretoria, entra no mérito de cada um dos relatórios, discute tudo isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas o que os pauteiros preparam os senhores recebem para a “redir”?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeitamente. E o que eles preparam nessa reunião é o que eles discutem, todos os assuntos – o que falta, o que não falta, tem parecer, não tem parecer, está correto, o preço está isso, falta o parecer disso, quer dizer, eles analisam todo o processo. Então, sobre a Novadata, vim aqui para dizer o contrário. Foi dito aqui que ela ganha quase tudo, eu vim dizer que ela não ganha quase nada nos Correios.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mesmo o montante financeiro?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ela ganhou, no último ano, 2002, R\$60 milhões nos Correios. Nesses dois anos e meio, ela ganhou R\$15 milhões – R\$10 milhões em 2003, R\$5 em 2005, e esse ano, acho que houve lá algumas contratações.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas aquela que ela achava que ia ganhar deu deserta. Os senhores abriram uma nova licitação. E o que se subentende é que um empresário descobriu que uma especificação técnica foi introduzida e que houve o problema na licitação, e eles acabaram ganhando. Também tem isso.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, eu gostaria que aproveitássemos as perguntas, já que vamos encerrar quando terminarem os quinze minutos.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É verdade. O Marinho disse na fita: “Ah, foram duas empresas, entrou a Novadata, e combinaram de não acontecer”. Primeiro, não foram duas empresas; foram

sete empresas que participaram da licitação. Antes da licitação, algumas empresas já oficialmente – está dentro do processo – disseram: “esse preço é inexequível”. Expliquei aqui o porquê da diferença de preço, porque não tem nada a ver com a área de tecnológica, é área de administração. Estou dizendo, com isso, que não está correto? Não. O processo está correto. A mesma coisa com o orçamento. Quando falei do orçamento, não estava querendo dizer “vou jogar a bola para a área de administração”. Não. Os processos, no meu entendimento, estão corretos. Eu só quis estabelecer e deixar claro isso. Então, nesse caso especificamente, a licitação deu deserta com as sete empresas. E elas entraram na outra licitação disputando o preço. E disputaram. Muito pelo contrário, uma coisa que tivemos inclusive nessa licitação, a impugnação. Disseram que não podia ser pregão. Se não pudesse ser pregão, a Novadata ganharia quatro itens dos cinco. Ela tinha o menor preço. Ela perdeu na disputa de lance.

Então, favorecimento, para a Novadata, nesses dois anos e meio, não houve nenhum. Nenhum, nenhum, nenhum.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O tempo. V. S^a tem um minuto e quarenta para responder a todas as outras.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – DL, situação emergencial. Aquela DL... O Marinho disse aqui que havia sido adquirido da HHP, empresa do Sílvio Pereira. Primeiro, não foi da HHP. Foi adquirido da SEAL. Segundo, como eu disse aqui, a Diretoria de Tecnologia não é a que demanda. Então, recebemos uma solicitação – está dentro do processo – da Diretoria Comercial dizendo o seguinte – não vou ler aqui porque é muita coisa –, mas ela falava da preocupação dos vários contratos que estavam sendo fechados. Vou entregar ao Relator. A Diretoria Comercial identificou a urgência. Um fato importante: foi adquirido sem licitação? Foi. Aquela empresa do Sr. Fortuna participou da licitação? Foi. Foi habilitada? Foi. Adquirimos de quem, da situação emergencial, da empresa SEAL, que apresentou o menor preço? Menor preço, inclusive da licitação que foi revogada após a rodada de lance. Foi revogada devido ao problema da carta de solidariedade. Então, sobre esse contrato com a situação emergencial de quinhentas, foram licitadas quatro mil. Foram adquiridas quinhentas emergenciais para atender ao pedido da área comercial de contratos já fechados com as empresas de energia, ao preço inferior ao preço da licitação. E não foi da HHP.

Deixe-me tentar acelerar. Sala cofre. Como eu disse aqui, foi um projeto 2001/2002, e eu não tenho informações sobre esse processo, valores por metro quadrado, não tenho essa informação.

Revogação do contrato da HHP. Da mesma forma, fizemos uma licitação, entraram, se não me engano,

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eduardo, o tempo está, infelizmente... Se você pudesse, depois, encaminhar as respostas...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É, vou ter que deixar o material aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Infelizmente. Se você pudesse, depois, encaminhar as respostas... Ou então a Senadora Heloisa Helena se reinscreveria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já estou reinscrita, então.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Eduardo Medeiros, minha primeira pergunta é a seguinte: era habitual que os diretores dos Correios conversassem entre si sobre os assuntos que eram atinentes a cada uma das suas diretorias?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Que eles conversassem entre si? Os diretores conversarem entre si?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Algum assunto geralmente polêmico, que tinha algum questionamento de algum diretor. Então, aquilo que já foi mencionado aqui pelo Maurício Marinho, com relação àquelas reuniões prévias, que não tinham a participação do Presidente, eram apenas alguns diretores, aquilo inclusive aconteceu em algumas poucas oportunidades. Não era freqüente aquilo. Teve...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então não havia essas conversas corriqueiras entre os diretores para tratar de qualquer assunto que seja? Não era uma coisa habitual.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não, o que acontecia era um diretor entre outro, assuntos correlatos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No entanto, V. Ex^a teve a informação sobre o suposto episódio que envolveria a camisa mesmo ele não sendo de responsabilidade da diretoria de V. S^a?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa informação eu tive na reunião da diretoria colegiada, colocada pelo ex-Diretor Antonio Osório, que, na oportunidade, saiu, foi veiculado no jornal de Minas

Gerais, foi veiculado na imprensa, e ele trouxe as explicações para nós. A informação que ele nos passou foi essa que eu disse aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

Eu queria, Sr. Presidente, pedindo a atenção de V. Ex^a, subscrever os requerimentos do Deputado Abicalil para que fosse verificado todo o episódio que envolve, supostamente, o uso eleitoral de camisas fabricadas para a Empresa de Correios e Telégrafos.

Fica claro que alguns assuntos eram tratados com alguma habitualidade pela Diretoria dos Correios no seu colegiado, e V. S^a, nesse caso, se contradiz um pouco. Será que V. S^a não falta com a verdade quando faz questão de distanciar o seu relacionamento pessoal e o seu relacionamento profissional da figura do Sr. Sílvio Pereira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que mencionei aqui, a frequência dos nossos contatos, pelo fato de eu não conhecê-lo nem por fotografia, antes de eu ser diretor – quer dizer, eu fui empossado e fui conhecer o Sr. Sílvio Pereira aproximadamente dois meses e pouco depois de eu ser diretor –, pela ausência dos nossos contatos, inclusive telefônicos, por isso que estou colocando o fato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E por que, então, ele, supostamente, haveria se tornado o responsável pela permanência de V. S^a nessa diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou expressar aqui uma opinião pessoal, minha. Acredito que ele, provavelmente, vindo aqui, vai ter informações concretas para dizer como é que aconteceram as negociações...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Seja objetivo, por favor.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – ... com relação à diretoria. Mas, no meu entendimento, como era uma diretoria técnica, que não tinha apoio político forte, e ele, que participou lá, na origem, dessa composição, dessa negociação política, ele tinha essa informação. Acredito eu que, se tinha uma demanda política, se tinha um interesse político num cargo de Governo – inclusive isso eu vi na revista **Veja**, que dizia que o interesse era até no Banco do Nordeste, que foi oferecida a Diretoria de Tecnologia dos Correios e tal, isso eu vi na revista **Veja** –, então, se isso aconteceu, acredito eu que, como era uma diretoria que não tinha apoio político – e ele sabia disso –, deve ter disponibilizado a diretoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas como é que o Sr. Sílvio Pereira teve

conhecimento detalhado das atividades de V. S^a frente à Diretoria de Tecnologia?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu desconheço que ele tenha informações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque V. S^a está dizendo que ele tornou-se um dos responsáveis pela permanência de V. S^a porque obteve, supostamente – é uma ilação de V. S^a –, informações a respeito da qualidade do seu trabalho, da competência nas suas atividades. Foi isso que V. S^a nos disse aqui, agora. Então, se ele teve esse conhecimento, se ele teve acesso a essas informações, eu queria saber de que forma, qual foi o modo que ele pôde ter acesso a essas informações.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que eu mencionei, nobre Deputado, foi que o Sr. Sílvio Pereira, acredito eu, tinha informações políticas com relação às indicações que foram feitas naquela oportunidade, no início do Governo. Então ele, tendo informações políticas e sabendo da minha ausência de apóio político... isso é uma ilação minha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí, pela ausência de apoio político de V. S^a, ele, como secretário do Partido do Governo, do Partido dos Trabalhadores, então apadrinhou V. S^a? É isso que V. S^a quer dizer?

Como V. S^a não tinha nenhum apadrinhamento político, como V. S^a não tinha nenhuma ligação política, então se ancorou no apoio do Sr. Sílvio Pereira. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, o que estou mencionando é que o Sr. Sílvio Pereira, acredito eu que tenha utilizado, ou seja, se é que aconteceu isso – estou falando em função do que saiu na revista **Veja**. Se ele realmente ofereceu... ele vai dizer isso. Se ele ofereceu o cargo – isso é suposição minha – é porque lá na origem ele sabia como foi feita a composição política. Então, se ele ofereceU, acredito que é por causa disso, porque eu não tinha, não tenho apadrinhamento político.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É muito estranho o Sr. Sílvio Pereira dirigir-se para o então Líder do Governo e ainda hoje Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Fernando Bezerra, dizer a ele que o cargo de Diretor de Tecnologia dos Correios era da cota do PT, da cota pessoal dele, Sílvio Pereira. E, de repente, V. S^a nos informa aqui, quando indagado, que possuía um relacionamento quase que fluido, inexistente com o Sr. Sílvio Pereira. Há realmente uma dúvida a ser retirada nessa indagação.

Mas, vamos adiante, o tempo é curto.

Quero passar à Mesa, se é que a Comissão já não possui alguns desses documentos, uma série de papéis que relata essa disputa da Omni com a Sil, justamente numa licitação cujo objeto era a aquisição de equipamentos de computação móvel do tipo impressoras portáteis, sob a forma de registro de preços discriminados no quadro abaixo, e aí vem a especificação.

Pelo que consta, houve uma concorrência pública e a empresa Omni foi a vencedora dessa concorrência pública. V. S^a confirma isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Confirmo que ela apresentou o menor preço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O menor preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O menor preço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Houve um recurso apresentado pela Cil. V. S^a confirma isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Houve um recurso apresentado por duas empresas, inclusive a Sil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Inclusive a Cil. No julgamento desse recurso, qual foi a conclusão?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade é o seguinte: como coloquei aqui – só para deixar bem claro: a área de tecnologia não tem participação em relação a esse assunto. O recurso não foi com relação à especificação técnica.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu estou indagando a V. S^a que, no julgamento desse recurso, a conclusão foi pela inabilitação da empresa Omni.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A recomendação do Departamento Jurídico ao Presidente da empresa, a quem compete revogar as licitações, foi com relação a que deveria ser revogado. Eu acredito que foi uma sugestão, digamos assim, acertada do presidente em ter revogado esse processo, porque temos despacho da própria pregoeira aqui. Ela diz o seguinte...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É uma conclusão da pregoeira. O tempo será insuficiente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Está bom. Eu vou esclarecer. Eu acredito que foi acertada pelo seguinte: o edital é lei entre as partes. Exigia-se lá uma carta de solidariedade, ela tinha que ser exigida. Se por acaso houve questionamento e o Departamento Jurídico entendeu que seria recomendável a revogação do edital retirar a carta de solidariedade, para inclusive permitir que a própria Omni participasse

dos processos, que é o que foi decidido. Quer dizer, nas novas licitações dos Correios, todas elas, foram retiradas cartas de solidariedade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nessas duas pastas, existem aqui duas informações que acho muito importantes sobre essa disputa entre as empresas Omni e Cil. A primeira informação é que há um relatório do Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, que contraria a decisão tomada pela empresa de Correios e Telégrafos e conclui que a inabilitação da Empresa Omni foi feita sem respaldo legal.

A outra informação é que os mesmos requisitos que a Empresa Omni possuía, a segunda colocada, Empresa Sil, também possuía, e que essa carta de credenciamento era válida para ambas as empresas. Estão aqui os documentos. Vou passar à Mesa.

Mas eu quero continuar nessa história, Sr. Eduardo Medeiros, porque V. S^a acabou de nos dar duas informações totalmente distintas. Primeiro, V. S^a disse que, já neste ano, a empresa Seal foi chamada a oferecer esses equipamentos, porque tinha registrado o menor preço. No entanto, V. S^a agora, depois que foi indagado por mim, disse que a empresa Omni ganhou, porque tinha o menor preço. Quem tinha o menor preço, a Omni ou a Seal?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que eu mencionei é o seguinte: no processo licitatório, depois das rodadas de lances, a empresa que teve o menor preço, que seria a ganhadora, seria a empresa Seal; a empresa Omni.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Hã?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O Departamento Jurídico recomendou ao Presidente, em função dos recursos que apresentaram contestando, dizendo o seguinte: A empresa Omni não tinha carta de solidariedade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, vamos colocar as coisas nos termos certos. A empresa...

Peço silêncio, porque é uma coisa importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estou aqui detalhando um processo. A empresa Omni ganhou a concorrência, porque tinha o menor preço. Muito bem. Aí, em 2005, a empresa de Correios e Telégrafos, através da Diretoria do Sr. Eduardo Medeiros, resolve, num processo de inexigibilidade, chamar a empresa segunda colocada, que não teve o menor preço na concorrência pública, para que ela fosse, sem nenhum processo licitatório, a empresa responsável pelo fornecimento desses equipamentos.

Então, que fique claro que, no processo licitatório, o menor preço foi apresentado pela empresa Omni. Aqui não me cabe advogar para empresa nenhuma. Nem conheço os representantes de cada uma das empresas, mas tive o cuidado de ler essas quase mil folhas do processo que envolve essas duas empresas. E mais grave. O mais grave é que existem indícios de ligações fortes dessa empresa Seal com membros do Partido dos Trabalhadores, e ao final das investigações, esses indícios haverão ou não de ser confirmados. V. S^a há de concordar comigo que o procedimento correto não seria a inexibibilidade, até porque não preenche os requisitos. Seria a abertura de um novo processo licitatório. No entanto, a diretoria de V. S^a, discricionariamente, resolve chamar a segunda empresa, que, friso, não teve o menor preço na licitação que foi considerada deserta. Mas eu continuo, porque são muitas as perguntas.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Posso esclarecer? Posso esclarecer rapidamente? O preço da empresa que foi contratada, 5% abaixo do menor preço da empresa Omni, era vantajoso para a Administração Pública. O porquê da emergência. A Diretoria Comercial, e não a área de tecnologia, identificou a urgência. Tínhamos contratos fechados com faturamento anual de R\$26 milhões. Nós compramos essas 500 impressoras, não as 4 mil que foram licitadas, para atender a contratos emergenciais. Quem homologa essa licitação é a diretoria da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero passar para uma próxima pergunta. Nós sabemos que eram compostas comissões especiais de licitação para tratar de alguns casos especiais de contratações por parte dos Correios. Eu queria que V. S^a me falasse que critérios utilizava para indicar este ou aquele funcionário dos Correios para compor esta ou aquela comissão especial de licitação, à luz, principalmente, do que ocorreu na Comissão Especial de Licitação para a contratação do Serviço de Correio Híbrido.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou aproveitar para complementar uma resposta que eu não dei à Senadora Heloísa Helena, que me perguntou sobre correio híbrido. Esse é um projeto, como eu disse no começo, no início da minha fala, é um projeto da Diretoria Comercial. Não é um projeto da Diretoria de Tecnologia. A composição de comissão especial de licitação é uma atribuição do Presidente da empresa. Ele é a única autoridade que designa ou não a comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o Dr. Antonio Osório nos disse que cada diretor da área própria a que estava vinculada a futura contratação era quem nomeava o presidente

da empresa dizendo: “Olha, os funcionários A, B e C têm qualificação para compor esta comissão especial de licitação”.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – OK. Isso é verdade, ou seja, no meu período.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, qual foi esse critério utilizado por V. S^a na indicação dos membros da Comissão Especial de Licitação do Correio Híbrido? Quem foi o Presidente dessa Comissão?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No período em que eu estive lá, o Presidente designou, a pedido meu, oito comissões especiais de licitação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero saber do Correio Híbrido, por favor.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O correio híbrido, como eu disse, não é da minha área.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não teve nenhuma participação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A minha participação, eu não tive oportunidade de responder, foi com relação à avaliação com relação ao *software* do Correio Híbrido, que foi um pedido da Diretoria Comercial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem era o Presidente dessa comissão especial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Dessa comissão especial? O Adauto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Adauto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem era o Adauto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ele era o ex-chefe do Departamento de Contratação da Administração, que hoje trabalha na Diretoria de Tecnologia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Colega de carreira de V. S^a...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – De todos nós. Eu sou dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o tempo se esvai e quero que V. Ex^a aproveite para me reinscrever. Deixo uma última pergunta que, se não puder ser respondida agora, farei na reinscrição. Era habitual que empresas que quisessem fazer contratos com a área de Tecnologia dos Correios recorressem à Cobra como parceira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A Nova Data já fez isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não temos nenhum contrato que tenha a Cobra com qualquer parceria dentro dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem com a Nova Data?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. A Nova Data ganhou as licitações que eu falei aqui: R\$15 milhões em dois anos e meio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com a participação da Cobra...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem na gestão de V. S^a nem na anterior?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Na anterior, eu não sei. Na minha gestão, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, deixo para a reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Depoente, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, estamos lendo, ainda não com a profundidade devida, porque a CPI acaba de receber relatórios preliminares da Controladoria-Geral da União, portanto, um órgão técnico do Estado brasileiro para acompanhar diferentes situações na gestão pública. Neste relatório, nesta versão preliminar, um dos itens – insisto, já foi perguntado – diz claramente, Sr. Eduardo, ao apresentar as conclusões, cita como um dos problemas, em contratos analisados, especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação. Somente eram atendidas por produtos de um mesmo fabricante. Foi recomendado pela Controladoria, portanto, que, em futuras aquisições de impressoras, em especial no Pregão 026/2005, que está em instrução, sejam reavaliadas essas especificações do produto, de sorte a evitar restrição ao caráter competitivo e direcionamento a um único fabricante, conforme o Subitem 312 deste relatório. V. S^a conhece essa crítica da Controladoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sabe que Pregão é esse?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço. É o Pregão... Aquele que foi revogado, e a contratação emergencial de que estávamos falando ainda há pouco: das impressoras portáteis.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E qual é a sua avaliação sobre essa crítica da Controladoria de que haveria, na especificação técnica, um direcionamento que levaria a licitação para uma só empresa com possibilidade de ganhar a licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós estamos... Os Correios estão informando à Controladoria, como foi dito no início da manhã. Esse é um relatório preliminar da Controladoria. Quer dizer, estamos apresentando as nossas argumentações, as nossas justificativas. E o que os Correios estão colocando para a Controladoria é o seguinte: na verdade, não são... São dois fornecedores. Aliás, dois fabricantes e seis fornecedores que temos nesse produto específico. E os dois são conhecidos aqui. Um, o próprio Sr. Fortuna, quando aqui esteve, comentou que a impressora da Intermec atendia também. Realmente, atende. O problema foi documento de habilitação, carta de solidariedade, nada tecnicamente. A impressora dele atende. Então, nós temos dois fabricantes e seis fornecedores.

Nesse relatório da Controladoria, eles fazem algumas... Eles fizeram algumas pesquisas, com relação... Olha, teria algumas impressoras, que nós pesquisamos aqui, e que não atenderiam às especificações técnicas. Por exemplo, eu tenho aqui um exemplo da... Eles citaram uma impressora Seiko. É uma impressora que foi pesquisada em um *site* internacional, que não existe representante no Brasil, que não tem manutenção no Brasil. Mas, no quadrinho que eles colocam aí, por exemplo, dizendo o diferencial entre a especificação técnica dos Correios, do edital, e dessa impressora – por exemplo –, ele diz que a única alteração é com relação a não-compatibilidade e a alteração da largura de impressão. Ele diz que a largura dessa impressora é de 48mm e, no Edital, pede 103mm. Quer dizer... A explicação que estamos dando para eles... Por exemplo, uma largura de 48mm... Isso para impressão de etiqueta, não conta de água e conta de luz, que é o objeto desse contrato. Não há como...

Então, na verdade, todas as especificações do objeto, elas têm um motivo de ser e uma razão. Agora, é claro o seguinte... Isso acontece... Aconteceu na primeira e na segunda, e vai acontecer na terceira. A cada licitação, principalmente em objetos complexos, equipamentos importados. Essas impressoras são importadas, não existe fabricação nacional... Então, a cada vez que se abre uma licitação, acontece o que vimos aqui: uma empresa se interessa, é um valor alto, então, ela vai atrás de um fabricante, contata a rede de manutenção e amplia a competitividade. Com certeza, na próxima, vamos ter mais do que esse que estamos mencionando aqui.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Antônio, Sr. Eduardo, desculpe, queria perguntar sobre a outra questão. Como foi introduzida esta idéia de exigência de documento, no caso de uma... Eu compreendi que era uma espécie de carta de autorização do fabricante, carta de solidariedade do fabricante. Por que este método, vamos dizer assim, de trabalhar nas licitações foi introduzido?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós já tivemos nos Correios algumas dificuldades no passado com alguns fornecedores que, na verdade, representavam alguns fabricantes. Exatamente, um caso parecido com este: representavam eventuais equipamentos importados, ganhavam licitações e entregavam... recebiam... E, depois, quanto ao problema da garantia de um ano, dois anos, três anos, seja qual fosse a garantia exigida, nós tínhamos problemas com o não-cumprimento da exigência. Então, o que era isso aí? Era uma segurança para os Correios, nessas licitações de equipamentos complexos que, eventualmente, as licitações poderiam ser vencidas por empresas que, não necessariamente, tinham rede de manutenção no Brasil, em todos os 5.560 mil Municípios do País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E esta também aqui no relatório na versão preliminar... Creio que temos que esclarecer isto. Evidentemente temos que aprofundar o grau de consistência do que está aqui, por ser preliminar. A Controladoria apresenta uma crítica de que esta exigência também funciona como mecanismo restritivo de participação de mais concorrentes na licitação.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tivemos – se não me engano, acho que foi no final de 2003, alguma coisa assim – uma licitação que também pedia carta de solidariedade, de que também houve uma representação no Tribunal de Contas da União. Mas a representação não questionava a carta de solidariedade. Até então, como eu disse aqui, era usual os Correios fazerem em algumas licitações de equipamentos complexos... Nunca tínhamos tido impugnação com relação a isso. Pelo menos, pela informação que eu tinha, que, como eu disse aqui, não é uma informação da área de tecnologia, mas uma informação administrativa.

Quanto a esse questionamento, nessa representação que foi feita no Tribunal, que questionava o fato de fazermos pregão, realmente, nos Correios, sempre insistimos em fazer pregão porque é uma licitação que traz vantagem para a administração. E uma licitação, com essa exigência, foi para o Tribunal de Contas da União. Pode ser que, pelo fato de não se estar questionando esse, mas, sim, outro aspecto, que era o pregão, o Tribunal de Contas analisou esse processo e não fez

nenhum questionamento com relação a isso. A partir desse primeiro caso em que ela nos recomendou que se tirasse isso, foram retirados... E nenhuma licitação mais tem carta de solidariedade.

Nesse caso específico das impressoras, como eu disse, essa recomendação, se eu não me engano, é do mês cinco, maio de 2005. E essa licitação que foi revogada é de dezembro do ano passado. Desde essa data, já não estamos mais exigindo isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Eduardo, eu queria também, rapidamente em razão do tempo, que V. S^a descrevesse mais uma vez a sua história dentro dos Correios de forma muito sintética. Quais as funções de direção e/ou coordenação o senhor ocupou durante a sua carreira nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu trabalhei na área de orçamento, na área de transportes, da área de contratação e na Presidência da Empresa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Na Presidência, o senhor disse que trabalhou durante oito anos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Oito anos, como Consultor, período em que passaram sete presidentes.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Esta função é uma espécie daquilo que se pode chamar de função gratificada? É um número de administradores postais que o Presidente escolhe para lhe assessorar? Ele tem um...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa função exige uma série de pré-requisitos. Eu não me recordo aqui de todos eles. Mas, por exemplo, vou imaginar aqui, cinco anos, como chefe de departamento, dois anos como isso, três anos como aquilo. Há uma série de pré-requisitos para se ter direito a essa função. É uma função em que o salário é equivalente ao de um chefe de departamento. Ela, na verdade, tem um **status** próximo ao diretor, próximo ao Presidente. Temos consultores nas diretorias e nas presidências.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor ocupou durante oito anos esta função?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Esta função.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor foi convidado pela primeira vez, em que ano, para exercer essa função?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Há onze anos. Já estou há três anos fora dessa função; onze anos atrás.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E a primeira vez que exerce uma diretoria é agora nestes dois últimos anos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Durante esse período da sua titularidade como Diretor de Tecnologia, alguma licitação foi anulada judicialmente? Alguma contestação feita por empresas que contestaram eventualmente a licitação, a especificação técnica do tipo, teve como consequência uma anulação dessa licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que não. Não tenho certeza, nobre Deputado, em dois anos e meio. O que nós tivemos, por exemplo, esse caso que foi mencionado do Tribunal de Contas, desse caso das impressoras, o próprio Tribunal, tendo sido comunicado pelos Correios da revogação dos processos, esse processo do Tribunal de Contas não chegou nem a ir ao plenário do Tribunal de Contas. Ele foi suspenso, perdeu o mérito, a licitação tinha sido revogada. Então, houve essa recomendação com relação a esse item. Algumas recomendações. Anulação por ilegalidade, pelo que me lembre, nenhuma.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Existe alguma compra feita pelos Correios, durante esses dois anos da sua função como Diretor de Tecnologia, que tenha lhe chamado a atenção por uma profunda alteração de preços e condições? Tanto de preços que aumentaram muito em relação a contratos anteriores ou de preços que substancialmente baixaram muito em relação a contratos anteriores. Algum contrato lhe chamou a atenção?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que tem nos chamado a atenção, inclusive nós temos, os Correios têm sido comunicados em contato com os fornecedores, temos sido muito elogiados pelos resultados das nossas contratações. Todos esses pregões que mencionei aqui, esse mesmo de microcomputadores, de 12 mil, 14 mil, compramos esses equipamentos por dois mil cento e poucos reais, com três anos de garantia, entregues no Brasil inteiro, com frete incluído. E essa manutenção de três anos *on-site*, no local da instalação. Pesquisas internas que foram feitas lá não conseguiram identificar nenhum outro órgão que tenha feito uma aquisição tão vantajosa como essa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, não utilizarei os meus 15 minutos, mas desejo concluir dizendo que, evidentemente, todos continuaremos imbuídos em esclarecer cada dúvida que qualquer um de nós tenha. Mas, de fato, algumas falas ao longo desse processo que procuraram tratar a indicação do Sr. Eduardo Medeiros como Diretor de Tecnologia como marcada por algum tipo de ilicitude e/ou por uma cor partidária, parece-me que perdem força enormemente diante da análise da carreira pro-

fissional do Sr. Eduardo Medeiros Morais. Afinal de contas, se se tratasse de coloração partidária ultradeфинida, creio que ele não teria exercido tantas funções importantes em direções anteriores de nomeações de outros partidos em outros governos.

Devemos ter cuidado no trato com servidores públicos de carreira, porque, em alguns momentos, isso pode se transformar numa espécie de punição para um servidor quando, por seus méritos, chegar a uma função de coordenação e ou direção. Parece que a indicação de alguém para dirigir um determinado órgão, coordenar um setor, seria obrigatoriamente um vínculo com o Partido “A” ou “B”.

Sou daqueles que pensam que devemos sair desta CPI com uma proposta clara de diminuição dos espaços de livre indicação nos governos que se sucedem. Mas também evidentemente sou daqueles que pensam que não podemos permitir uma espécie de generalização, que coloque a idéia de que qualquer pessoa que ocupe um cargo de direção está obrigatoriamente vinculada a um mecanismo negativo de chegada àquela função.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, em seguida, a Deputada Juíza Denise Frossard e Deputado Maurício Rands.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria perguntar ao depoente: como ele chegou a Diretor de Tecnologia dos Correios? Quem o indicou? Porque em todos os governos, e este não foge à regra, cargos da relevância e da importância que o senhor ocupa, alguém o apadrinhou? O senhor vai me desculpar, mas eu já passei da fase da ingenuidade. Eu não acredito que o senhor tenha se tornado diretor da área de tecnologia dos Correios num governo petista, sem ninguém tê-lo apadrinhado. Quem o apadrinhou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou comentar sobre a vivência que tenho, o histórico que eu tive exclusivamente dentro dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Meu caro amigo, eu tenho uma limitação de tempo e eu preciso só que me diga “quem me apadrinhou, quem me indicou foi o fulano de tal” ou que o senhor diga que ninguém o apadrinhou. Eu vou dispersar os esclarecimentos porque temos pouco tempo e quero ser objetivo nas minhas perguntas e nas suas respostas.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – OK. Na minha avaliação, a minha escolha foi dentro do que sempre aconteceu na empresa de escolha uma, duas, três ou quatro diretorias de funcionários da casa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E dentro disso, quem o indicou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Indicação política?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem o indicou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O conhecimento que eu tenho, naquela oportunidade, tínhamos essa informação, sempre tivemos, de algumas diretorias da casa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foi o primeiro presidente que o indicou, porque o senhor não podia tomar posse antes de o primeiro presidente tomar posse. Foi ele quem o indicou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, inclusive eu tinha, naquela oportunidade, conhecimento hoje ...

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, a gente desconta do tempo, não? Como vou fazer?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço hoje dois colegas de Correios, da diretoria de Tecnologia, que da mesma forma como eu, na oportunidade, que tinham currículos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas quem definiu a montagem da equipe que começou no dia 1º de janeiro de 2003?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acho que a pessoa mais adequada, indicada para responder isso, o porquê, ele tinha (o Governo), com certeza, alguns currículos na mão. O porquê escolheu o meu e não o do colega A, B ou C, acredito eu que foi pelo meu currículo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem, o senhor não quer responder, é um direito seu.

Os contratos firmados por sua diretoria sofriam qualquer tipo de ingerência da Casa Civil? Seu nome, porventura, não foi aprovado pela Casa Civil?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que todos conhecemos, pelo trâmite do processo, todas as indicações, para qualquer cargo público, principalmente para esse nível de diretoria de estatal, passam pela Casa Civil. Agora, a Portaria do Presidente da República...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor não foi indicado por ninguém? Tá bem.

Por que o orçamento inicial para licitação do Banco Postal, que iria adquirir kits de informática para interligação das agências, foi reduzido de 120 milhões para 95? Quem reestimou o valor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa variação foi em função do seguinte: como men-

cionei aqui, isso é uma demanda da diretoria comercial. Ela é que diz a quantidade de equipamentos que ela precisa. Deu essa estimativa de aproximadamente 120 milhões; posteriormente, ela reviu o quantitativo e mandou um outro expediente para a Diretoria de Tecnologia, dizendo: o novo quantitativo, após reanálise dos dados, o novo quantitativo é esse.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio, porque senão fica prejudicado o depoimento do Sr. Eduardo Medeiros. Por favor!

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Então, sendo objetivo, foi uma redução de quantitativo demandado pela Diretoria Comercial.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É recorrente, na Diretoria de Tecnologia, na sua Diretoria, realizar essas termos aditivos para realinhar os valores iniciais do contrato? Qual o critério utilizado pelos Correios nos acréscimos, em detrimento da realização de nova licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eventuais ... equilíbrio ou aditamento? Perdão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aditivos ou aditamentos, um é igual a outro.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Bom, os aditivos são em função, geralmente são em função de aumento de quantitativos ou aditivos em função de, após doze meses de vigência do contrato, algum reequilíbrio de preço solicitado pelo fornecedor e aprovado pela diretoria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que se usa esse aditamento como rotina ao invés de nova licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como eu mencionei aqui, o processo – era uma crítica que fazíamos lá dentro, inclusive tinham estudos com relação a se rever, a se refazer e a se reestudar esse processo de contratação – era muito moroso, muito lento. Por exemplo, isso que comentamos aqui das licitações, da contratação emergencial. Por que dessas quinhentas impressoras? Se fosse ser feita uma licitação, qualquer licitação dessa, é só pegar o *start* inicial e a finalização dela não dá menos de seis meses.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque, em todos os setores, é recorrente isso de ter um aditivo, de ter um aditamento. É assim na sua diretoria. Foi assim e é assim até o dia de hoje na questão da publicidade. É assim e ocorreu – amanhã, vai se debater isso aqui – na Diretoria de Operações, em relação ao transporte aéreo. Ou seja, os Correios, assim como outras estatais, tem uma prática de aditamento que, na maior parte das vezes, não observa o princípio legal

que permite limite de 25% desde que haja aumento de demanda. Muitas vezes, são aditamentos que servem exclusivamente para melhorar o desempenho de um contrato, previamente, sabidamente, não bom, que, com o aditamento, se transforma num contrato ótimo.

Tanto é que a minha próxima pergunta é a seguinte: por que o seu subordinado, Edilberto Petry, já anteviu, mesmo antes de concluir a licitação, a possibilidade de atualizar o seu valor por meio de um termo aditivo? Por que não informar, então, desde o início, o valor de 120 milhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como eu coloquei, o valor inicial de 120 milhões era em função de um quantitativo superior colocado pela Diretoria Comercial e, posteriormente, reduzido. Esses eventuais aditamentos de contrato... Esse contrato, especificamente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque ele voltou para o valor maior.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A Diretoria de Tecnologia não tem nenhuma ingerência com relação à aditamento de contrato. Por exemplo, esse. Ele só poderia acontecer caso a Diretoria Comercial, justificadamente, dissesse: “Agora, depois de assinado o contrato, passado tanto tempo, tem mais agências, mais isso, agora, precisamos de mais equipamentos”. Acionado pela Diretoria Comercial.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas a responsabilidade é solidária.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Da sua diretoria em relação aos atos da diretoria total.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, com certeza. Estou dizendo o fluxo. OK.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quantas empresas responderam a essa carta-consulta e quem ofereceu o menor preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, eu não tenho aqui os dados do processo. Eu me lembro do que eu vi... Acho que na imprensa ou falado aqui. Parece-me que três empresas responderam – não tenho certeza – a essa carta-consulta. Também ouvi dizer – acho que foi nessa reportagem, não tenho certeza – que foi a Novadata que apresentou o melhor preço.

Agora, o que eu queria explicar com relação à consulta de preço. A grande maioria das empresas não tem interesse em fornecer pesquisa de mercado e, muito menos, em dizer exatamente qual o preço que ela vai entrar numa licitação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual a participação do Sr. Edilberto Petry na elaboração dos

editais para essas licitações? E, depois dos seus aditamentos, qual era a participação? Ele era o responsável por esse trabalho?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Como eu coloquei aqui no início, a área de tecnologia não faz edital. Fazemos especificação técnica. Então...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas ela informa e essa informação é indispensável e balizadora da composição do edital. Senão, não teria razão de ser, não é?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, na verdade, é o seguinte. Naquele fluxo que eu coloquei – e acho que o Marinho explicou bem isto aqui aquele tal do termo de referência –, lá, naquele termo de referência, é que têm todas as condições do edital: capital, se vai ter consórcio, se não vai ter consórcio. Todas as condições que não são técnicas são feitas no termo de referência do edital.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual o seu relacionamento com o Sr. Mauro Dutra, da Novadata?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu conheço o Sr. Mauro Dutra na imprensa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor nunca o recebeu nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nessa análise que eu fiz aqui, comentando sobre os últimos doze meses, eu verifiquei uma visita lá de um outro diretor – de que eu não me lembro agora o nome, Coinhas(??), alguma coisa assim – da Novadata. O Sr. Mauro Dutra, que eu me recorde, nem uma vez, esteve comigo nos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não se reuniu com ele?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recorde de, em nenhuma oportunidade, ter me reunido com ele.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É verdade que o senhor intercedeu, junto ao Departamento Jurídico e à auditoria dos Correios, para que liberassem, o mais rapidamente possível, o texto do edital para publicação no **Diário Oficial**, chegando mesmo a pedir que fossem agilizadas certas etapas formais? Se o senhor atuou, por que razão?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Acho que é importante esclarecer isso que saiu na reportagem lá. Realmente, é verdade. Eu estive com o chefe da auditoria dos Correios, comentando... Foi logo naquela oportunidade em que saiu essa reportagem. Esse processo – também já mencionei aqui – começou em novembro do ano passado, e tínhamos lá na empresa reclamações de todo o Brasil, uma quantidade

enorme de clientes sendo prejudicados, o Bradesco fechando agência em vários locais e transferindo os correntistas para os Correios. Então, essa demanda, essa necessidade, essa urgência desses equipamentos dos *kits* elas são, assim, muito grandes.

Então, chamei o chefe da auditoria, estava naquele momento em que a Controladoria estava chegando nos Correios; mencionei para o chefe da Controladoria a reportagem que tinha saído e disse o seguinte: “A Controladoria vai atuar nesse processo?” Naquele momento ele ainda não tinha recebido a Controladoria e disse: “Olha, acredito que não. Deve ser nos processos que já existem, desde o início da gestão do diretor Antônio Osório.” Aí, eu pedi a ele: “É possível que eles avaliem esse processo antes, por causa dessa urgência?” E mencionei a ele. Foi isso que foi feito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As três empresas que fora consultadas não vendem computadores, segundo pronunciamento dos representantes dessas empresas. O senhor confirma isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A informação que eu tive, após essa reportagem, não é que as três empresas consultadas, nós tivemos três propostas de preço, de empresas que vendem. O que entendi da reportagem é que, das seis empresas que não cotaram preço, três não venderiam o equipamento. Foi o que entendi da reportagem. Não tenho essa informação, se é verdade ou não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece a razão pela qual o Centro de Triagem, construído em São José, do lado de Florianópolis, da empresa... Contratação da ECT com a Espaço Aberto, por que isso foi retomado se estava **sub judice**? E o custo estava adequado ou o custo da obra é superior à média da região?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Todo o processo que está sob demanda judicial, acima de R\$50 mil, a única autoridade competente na empresa para aprovar um acordo judicial é o presidente da empresa. Essa avaliação... Esse era um contrato, é um contrato da diretoria regional de Santa Catarina, conseqüentemente, um contrato assinado na diretoria regional pelo diretor e pelo gerente da regional. Isso veio para Brasília pelo fato de ter que ter uma autorização do presidente da empresa. Foi um despacho da assessoria jurídica, do Departamento Jurídico dos Correios com o presidente – e vou mencionar aqui exatamente a urgência, a necessidade e a importância disso –, e o presidente entendeu e aprovou esse acordo judicial, que voltou para a diretoria, contrato assinado na diretoria regional.

Qual era o cenário disso? Uma obra há dois anos parada, uma obra de trinta e poucos mil metros

quadrados, segundo diziam, a maior obra do Estado de Santa Catarina, parada na Justiça. Uma demanda judicial: a empresa, essa Espaço Aberto, demandava na Justiça uma indenização dos Correios acima de R\$5 milhões, e os Correios, da mesma forma, pleiteando; um processo que tinha 80 volumes na Justiça. Em função de chuvas a obra estava se deteriorando, estava tendo infiltração na obra, e o Correio... Não tenho o valor exato, mas alguns milhões por ano de aluguel de imóvel nas redondezas pelo fato de não poder utilizar o imóvel. Temos lá dentro desse imóvel uma máquina de triagem. Então, tínhamos um transtorno operacional enorme. Todo dia nós tínhamos que levar a carga para lá, para fazer a triagem na máquina, e levar de volta para o centro de distribuição. Com o imóvel, como eu disse, se deteriorando; não tinha janela nos imóveis, quer dizer, não tinha vidro, então, as luminárias estavam caindo... Então, essa foi o que acredito que levou a empresa, não a Diretoria de Tecnologia, a partir por isso.

Com relação ao preço de mercado nas regiões. O preço, o metro quadrado fechado nessa negociação, segundo me consta aqui, R\$1.478,35 o metro quadrado Preço do centro operacional de... Essa obra tem 32 mil metros quadrados. A de Curitiba, no Paraná: 47 mil metros quadrados; e o preço do metro quadrado, R\$1.878,00. Porto Alegre: área, 19 mil metros quadrados; preço unitário, de R\$2.190,00 o metro quadrado. São Paulo metropolitana, Saúde: 20 mil metros quadrados; preço unitário, R\$1.477,32. Em São Paulo também, outro centro: 31 mil metros quadrados; R\$1.385,03 o metro quadrado. Todos eles compatíveis com o que foi fechado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E essa obra acabou não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, concluindo, porque já vamos encerrar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa obra foi levada à execução num acordo firmado pela presidência da ECT? E quem era o presidente na época?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O ex-presidente João Henrique. Ele autorizou. Ele era a única autoridade competente para autorizar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foi ele quem autorizou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Foi ele quem autorizou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, V. Ex^a concluiu?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, eu teria muito mais. Eu me reinscrevo, mas

concluo, obedecendo à determinação de tempo por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Deputado, mas com essa reinscrição aí, daqui a pouco nós vamos ter uma lista duplicada da lista que já estamos seguindo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr.

Presidente, eu não fiz questão de ordem nem nada. Estou comportado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza absoluta. Conduta exemplar.

Com a palavra a Sr^a Juíza Denise Frossard.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, Srs. Relator, caros Pares, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, já foi dito aqui pela Senadora Heloísa Helena – e é verdade – que os Correios funcionam com uma Diretoria Colegiada, o que é relativamente novo na administração pública brasileira. Isso significa que há uma responsabilidade solidária e o senhor é Diretor de Tecnologia. Portanto, existe o que se chama Das Deliberações do Conselho da Diretoria e depois, deliberado o que é ali deliberado, enfim, cada um dos Diretores sai para as suas respectivas áreas para o fim de executar o que foi deliberado e o Presidente, naturalmente, vai cuidar das suas atribuições.

Portanto, já foi dito aqui – e eu quero esclarecer ao senhor – que eu estou absolutamente obcecada em como se dá a questão do preenchimento dos cargos nas empresas públicas, por indicação de políticos e com relação às franquias.

Portanto, eu vou fazer as seguintes perguntas ao senhor. Peço que o senhor anote para, objetivamente, me responder.

Como se deu a sua nomeação para este cargo? Quem foi que o indicou, quem lhe colocou lá, quem o convidou?

Como é que se deu a nomeação do pessoal que trabalhava com o senhor? Foi o senhor ou não foi? O senhor escolheu a sua equipe ou não escolheu?

Quais os critérios utilizados para escolher a sua equipe? Critérios.

O que foi feito da sua equipe quando o senhor saiu?

Agora, eu gostaria de saber também como é que os seus contratos eram auditados. De que forma eles eram auditados? Porque eu prestei muita atenção na pergunta da Senadora Heloísa Helena – que o senhor não respondeu – de que o novo Edital do Governo Lula modificou em poucos números. O que antes era cotado em torno de 1 bilhão e passou a custar R\$4.3 bilhões? Eu só quero saber como os seus contratos eram auditados?

E finalmente, Dr. Eduardo Medeiros de Moraes, eu gostaria que o senhor me respondesse – se soubesse – como era essa situação das franquias? O senhor já tem vinte e poucos anos de Correios. Como era a questão das franquias? Como isso era concedido e renovado? Que o senhor me desse uma visão geral disso. Muito obrigada.

Só para lembrá-lo, o senhor tem 12 minutos e 3 segundos.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É tempo suficiente.

Com relação à minha nomeação, como eu mencionei aqui e eu passei oito anos acompanhando várias mudanças na Diretoria, isso não é incomum nem neste Governo nem no Governo passado. Sempre tivemos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu quero saber como se deu – sempre com o senhor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A verdade é a seguinte: a minha indicação, a minha postulação, a minha escolha – acredito eu – foi puramente técnica.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Quem lhe indicou? Quem lhe colocou lá? Só quem.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, é o seguinte – tudo bem. Eu acho que vou chegar a essa resposta. O que eu fiz, como outros colegas....

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Vamos direto a ela.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vamos direto a ela. O que eu fiz? Na verdade, é o seguinte: eu tenho, por esses meus 23 anos na empresa, um conhecimento e um círculo de amizades muito grande dentro da empresa.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Então, quem?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Quem? É isto o que eu estou dizendo: eu acredito que não tem uma pessoa – eu tive o apoio de, por exemplo....

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Então, quais as pessoas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu tive o apoio de, por exemplo, da Associação dos Empregados. Tive o apoio, por exemplo, de parte do Sindicato. Naquele período em que fui designado Presidente dos Correios – naquela interinidade...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não. Eu quero saber só como Diretor de Tecnologia. Como é que o senhor chegou? Como se deu a sua nomeação para esse cargo? Objetivamente. O senhor é um homem...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Objetivamente. Eu acredito que a melhor pessoa para dizer isso é o Sr. Silvio Pereira, porque ele deve ter recebido, como me disseram, outros colegas meus que também postularam, que também apresentaram currículo e não foram escolhidos. Então, acho que ele é a pessoa melhor. O que eu digo é o seguinte: ele não me fez nenhum pedido político nesse período.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, não estou perguntando isso, mas só como se deu a sua nomeação. Só isso.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ok.

A nomeação da equipe técnica... Tive durante esses dois anos e meio um pedido, um pedido político de um deputado para nomear um chefe de Departamento de Engenharia, na época era Departamento de Engenharia. Não foi atendido. Comentei... Isso foi na época da presidência...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Foi escolha também, o pessoal que trabalhava com o senhor, do Sr. Silvio Pereira? É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Do pessoal?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhum.

Nenhum.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que se deu essa escolha, então, do pessoal que trabalhava com o senhor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Quase todos já eram de lá. O que houve foi algum gerenciamento, de um departamento para outro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que se deu isso, exatamente isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Muito pouca mudança, quase toda a equipe já estava lá...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas a que se deu, como se deu?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Tecnicamente, puramente tecnicamente. Essa que eu mencionei politicamente não foi atendida. Comentei com o presidente Dipp na época lá, e não foi atendida. Não tem nenhuma indicação política na equipe técnica.

O que aconteceu quando eu saí? Eu estou de férias neste momento, acredito, pela pouca informação que eu tenho, muito pouco...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas o senhor deixou a diretoria, não?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Deixei a diretoria.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Bom, a minha pergunta é: o que aconteceu com a sua equipe ou o que aconteceu quando o senhor deixou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Está quase toda lá, quase toda lá.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quem saiu? Quem teve que sair com o senhor? O senhor disse “quase”; portanto, quem saiu?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não, eu vou me corrigir: que eu me lembre, ninguém. Que eu me lembre, ninguém.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, não, não. A pergunta é: como é que os seus contratos eram auditados? De que forma? Eu não estou fulanizando; eu estou perguntando como eram de um modo geral.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ok.

Pela auditoria interna numa inspeção anual, pela auditoria externa – Controladoria-Geral da União – e pelo Tribunal de Contas da União.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Perfeito. E agora eu queria só que o senhor...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Franquias...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Franquias e com relação, aí sim, a esse contrato que a Senadora Heloisa Helena perguntou.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ok.

Franquias. A informação não é da minha área, é área comercial; vou mencionar o que ouvi, não sei se é correto. Mas, nesses anos todos, o que houve... a renovação, não me lembro se foi final de 2001 ou 2002, um decreto – esse assunto passou pelo Congresso – prorrogando todas as franquias dos Correios, se não me engano, por quatro, cinco anos, alguma coisa assim. Terminado esse prazo, o que existe hoje em dia legal é que todas as mil e quinhentas franquias se acabam se não tiver um outro decreto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mil e quinhentos e sessenta...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Isso.

Então, foi um decreto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Se acabam?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Elas se encerram se não tiver... Hoje existe lá dentro, já há algum tempo – o ex-Presidente João Henrique cobrava muito isso da diretoria comercial –, um novo modelo para novas franquias. Pessoalmente, não vejo nenhuma dificuldade nisso. A Caixa Econômica faz parecido com as loterias.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A questão dos Correios... Correios são um monopólio público, portanto.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Para cartas e telegramas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim. As franquias transferem esse monopólio para a área privada. Esse é o sentido. É uma transferência do monopólio para a área privada.

Então, o senhor sabe como é que se passava isso? Qual era a escolha? Como é que se dava essa escolha em todo o seu tempo nos Correios? Se senhor sabe... Se não sabe...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não, a informação que nós temos aqui é que realmente, lá na origem – remonta a dez anos –, como não havia essa exigência de licitação, teve muita indicação. É o que a gente ouve falar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Hoje há?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Não, não tem mais. Há dez anos que não tem.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Desde aquela época que não tem licitação, não tem novas franquias. Essas mil e quinhentas e sessenta são as mesmas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E como é que as franquias são renovadas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A

única renovação que eu me recordo é essa que foi, acredito, por um decreto que prorrogou por quatro anos todas as mil e quinhentas ...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, quer dizer, as franquias que existiam lá atrás elas continuam...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – São

as mesmas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como se fosse um cartório?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É,

como se fosse um cartório. Ouvia-se falar, por exemplo, de contratos de gaveta. Alguém, por exemplo, não podia transferir...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu já ouvi isso. Eu queria perguntar.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Houve isso: contrato de gaveta. Transfere para alguém, vende a franquia pra alguém.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como eu não sei, quer dizer, eu não sabia como trazer isso. Por isso é que eu queria ouvir o senhor, que é

um funcionário experiente. Eu ouvia falar isso também como contrato de gaveta nas franquias. O sujeito tinha uma gaveta lá, tinha um contrato e passava. O senhor também ouviu?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Oficialmente, perante os Correios, é a empresa... é a franquia original.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quer dizer, aquele original lá atrás?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

Ou seja, contrato de gaveta entre o franqueado e um terceiro, não entre os Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não. Eu estou satisfeita. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/

PT – MS) – Muito obrigada, Deputada Juíza Denise Frossard.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, ficou faltando só responder dos quatro milhões, bilhões... Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ok.

Ok. Vou dar uma informação de ouvir falar. Esse é, com certeza, o principal projeto da Diretoria Comercial. O Diretor Comercial vai ter condições de esclarecer totalmente a questão. Pelo que me recordo, não houve essa mudança de um R\$1 bilhão para R\$4 bilhões. Esse valor é o original desde o começo. Não houve mudança.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ)

– Pois não. Esse é o pedido da Senadora. Obrigada, Sr. Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eminentemente

Senador Delcídio Amaral, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, Sr. Diretor, Eduardo Medeiros, quero iniciar perguntando sobre a participação do conjunto da diretoria nas licitações. Dos depoimentos que já ouvimos, quero checar, verificar, a análise de V. S^a sobre a participação do conjunto da diretoria nas licitações. O que era geral da diretoria, do conjunto, E o que era específico de cada diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A

homologação das licitações acima de R\$650 mil, acima de tomada de preços, era da Diretoria Colegiada. Isso era apresentado pelo diretor da respectiva área, mas a decisão era da Diretoria Colegiada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A deliberação é do Colegiado.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Abaixo de R\$650 mil é da atribuição de cada diretoria.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Do diretor com o chefe de departamento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Do diretor com o chefe.

Como era o ritual dessas discussões? Era rotineira ou havia discussão mesmo? Cada diretor chegava e dizia: “Proponho isso aqui mesmo?” Mesmo naquelas de R\$650 mil?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Havia discussões específicas de cada projeto. A reunião de diretoria acontecia todas as quartas-feiras. Eram reuniões que duravam três horas, quatro horas, cinco horas. A cada processo, o presidente concedia a palavra, e cada diretor se posicionava em relação a algum entendimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Todos os diretores entravam nos detalhes da deliberação.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Eduardo, o Deputado Roberto Jefferson disse, da tribuna, que o Diretor de Administração, Sr. Antônio Osório, teria contrariado interesses ao cancelar uma licitação para a compra de coletores portáteis no início deste ano, de 2005. O que V. S^a tem a dizer sobre essa consideração do Deputado Roberto Jefferson e sobre esse evento.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A proposta de revogação para o Presidente, que é a autoridade competente para revogar, foi feita por mim, à época, pelo Diretor de Tecnologia, não pelo Diretor Antônio Osório. Não sei se houve alguma informação divergente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então o Deputado Roberto Jefferson não foi preciso; confundiu-se ao dizer que o interesse contrariado teria sido feito pelo Sr. Antônio Osório. Não foi. Foi pelo Diretor de Tecnologia, que à época era V. Ex^a. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A revogação foi proposta por mim ao Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Portanto, contrariou esse interesse.

Em determinado momento, em sua fala, o Sr. Maurício Marinho refere-se a uma licitação para a aquisição de kits de vale-postal, na qual teria sido vencedora a empresa Scopus, exceto na Região Norte, onde foi vencedora a empresa Bematech. Nesse certame, foi derrotada a empresa Novodata. O que o senhor tem a dizer sobre esse certame?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Realmente, foi uma licitação para manutenção dos equipamentos que estão em nossas agências. Terminou o período de garantia e foi feita uma licitação para a manutenção desses equipamentos. São, se não me engano, 80 mil, 90 mil equipamentos em todas as agências no Brasil inteiro. Foram em torno de 15 empresas que participaram dessa licitação. A Novadata foi uma das empresas que participou dessa licitação. Realmente, foi desclassificada. A Scopus ganhou a grande maioria. O País foi dividido em seis ou sete regiões, não me lembro bem. A Scopus ganhou em seis regiões e a Bematech ganhou uma. Algo nesse sentido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a Novodata?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhuma. Foi desclassificada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não ganhou nenhuma.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhuma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor saberia dizer quantas licitações a Novodata ganhou no período de 2003 até o presente? Quantas tinha ganhado, a Novodata, em um período de quatro anos anteriores. O senhor tem uma idéia?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu mencionei aqui. Em 2002, ela vendeu R\$60 milhões para os Correios. Em 2004, R\$10 milhões. Em 2004, R\$5 milhões. Este ano de 2005, na verdade não é a Novadata, mas aquele consórcio Novadata Positivo. Tem um contrato de dois meses, um contrato emergencial, enquanto se fechava a licitação da Scopus.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem conhecimento do Pregão 57, de 2004, que era para a aquisição de micros?

A reunião da licitação foi realizada no dia 10 de setembro do ano passado. Seis empresas participaram da licitação para a venda de micros e consta aqui que a licitação, o conjunto da compra, foi desmembrada em cinco itens e que o primeiro item foi ganho pelo ATP – Tecnologia e Produtos, no valor de dois milhões e pouco; o segundo, pela Positiva Informática, no valor de vinte e sete milhões; o terceiro, pela HP Brasil, com o valor de um milhão, setecentos e dezoito; o quarto, pela Novadata – Sistema de Computadores, no valor de um milhão e meio e o quinto, no valor de quatrocentos e cinquenta e três mil. Total dessa licitação: cinquenta e um milhões, aliás, de trinta e três milhões.

O senhor tem conhecimento desse pregão?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, tenho conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor diria que, se a licitação não fosse feita na modalidade pregão, haveria condição de dizer que o resultado seria diferente pelas propostas apresentadas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, se não fosse o pregão, como a Novadata apresentou, para os Itens 1, 3 e 5, a menor proposta escrita, ela seria vencedora, se não fosse o pregão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, com a renovação do pregão, houve maior pulverização, e a Novadata, que tinha muitos contratos no período anterior, não teve também a vitória em mais esse certame, é isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ela venceu um item só, que foi esse item aí.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Item 4, não é isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que é o das estações em desenvolvimento.

A Xerox do Brasil participou de algum certame na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos últimos quatro anos? O senhor saberia dizer?

Sei que evidentemente o senhor teria mais conhecimento da sua diretoria, mas como o senhor está nos Correios há muito tempo e era membro da Diretoria e as licitações acima de seiscentos e cinquenta mil eram discutidas no colegiado, pode ser que o senhor tenha algum esclarecimento a me dar sobre esse ponto.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tenho certeza.

Acredito que ela deve ter participado sim e ganho porque ela hoje é a atual contratada para o serviço de reprografia dos Correios.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ela teria ganho o quê?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A licitação para a reprografia nos Correios.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para a reprografia. Quando foi?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tenho essa informação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não tem essa informação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos requerê-la pela CPML.

Sr. Eduardo, o Sr. Maurício Marinho chegou a afirmar em seu depoimento que a sua diretoria, a Diretoria de Tecnologia, incluiria exigências para dirigir

alguns certames licitatórios. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A percepção que eu, como Diretor, poderia ter em todas as licitações que aconteceram durante a minha gestão, como mencionei aqui, o principal foco que poderíamos constatar eventuais falhas em alguma especificação é o mercado.

Então, nesse período em que estive lá, não me lembro de nenhuma empresa me procurar para dizer “olha, essa especificação está sendo dirigida, eu não entro”. Muito pelo contrário, a orientação que passávamos para a equipe técnica é que – isso a gente pode ver em algumas estações inclusive essa dos computadores – todas as sugestões de eventuais fornecedores que tecnicamente fossem possíveis, que ampliassem a participação, eram atendidas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, o senhor não registra qualquer reclamação de nenhuma empresa durante esse período quanto às especificações definidas pela sua diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós mencionamos alguns processos tipo esse das impressoras e dos coletores em que teve algum questionamento, alguma briga depois da licitação. Aquilo que falo: tem problema na especificação técnica esse questionamento é antes da licitação, impugnação da especificação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que é que o Sr. Maurício Marinho teria dito que especificamente na Diretoria da Tecnologia haveria especificação para dirigir?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como mencionei aqui, ele chegou a dizer que uma série de contratos que citei aqui hoje eram da Diretoria de Tecnologia e não eram.

Ele disse aqui hoje que revogamos uma licitação e contratamos a da HHP. Não foi da HHP, foi da Seal, quer dizer, ele que tinha tanta informação dos Correios... Uma série de informações que ele disse aqui nesta CPML estou colocando aqui dentro hoje como fatos que não aconteceram. Então, não sei porque ele disse isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É estranho porque ele, ao que me consta, tem vinte e oito anos de Correios.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Foi o que ele mencionou aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor está trazendo documentos dessas outras, da HPP que ele falou. Está trazendo documentos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ele disse que o orçamento...

Sim, acredito que todos os processos devem estar disponíveis aqui, mas eu trouxe uma pasta para deixar aqui.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Vamos lá para a sala, no momento próprio, para examinar.

Eu queria falar sobre o Sr. Eduardo Coutinho. O Sr. Eduardo Coutinho é mencionado no depoimento do Sr. Maurício Marinho como o Sr. Eduardo de tal. Nós já sabemos que a referência é ao Sr. Eduardo Coutinho, que é analista de sistemas. Então, pergunto: o Sr. Eduardo Coutinho, alguma vez, já foi seu assessor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Quando assumi a Diretoria, ele já era da Diretoria de Administração.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – De Administração?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – De Administração.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – E na Diretoria de Administração ele já trabalhou na área da contratação, que, especificamente, é o Departamento do Sr. Maurício Marinho?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Só esclarecendo, ele já trabalhou na Diretoria de Tecnologia em períodos anteriores.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Não sob a sua direção.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Mas, quando o senhor ingressou na Diretoria de Tecnologia, ele já trabalhava na Diretoria de Administração?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – E era no Departamento de Contratação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, ele era consultor do Diretor Antonio Osório. Essa informação de que ele trabalhava lá no Departamento eu vim a saber depois.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Mas era consultor do Antonio Osório?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Consultor do Diretor.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – E o senhor foi responsável alguma vez pela designação desse senhor, seja para a área de contratação ou para qualquer outra área?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Do Sr. Eduardo Coutinho?

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – O senhor nunca foi?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Referente ao Consórcio Alfa, que é composto pelas empresas Novadata e Positivo, para a aquisição dos equipamentos do famoso Banco Postal, em 2002, o Sr. Maurício Marinho disse que a Diretoria de Tecnologia foi a responsável por esse contrato do Banco Postal em 2002.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não foi.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Não foi? Mas pergunto como foram feitos os aditivos desse contrato? Primeiro, quem foi, então? Se não foi a Diretoria de Tecnologia, quem foi a responsável por esse contrato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Era um projeto da Diretoria Comercial e da Diretoria Financeira.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Comercial e financeira.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Teve momentos em que o contrato foi assinado pelo Diretor, da época, Comercial. Teve momentos em que os aditivos foram assinados pelo Diretor Financeiro. Então, era um projeto das duas áreas.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Por que...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tem nenhum aditivo assinado pela Diretoria de Tecnologia nesse contrato.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Nenhum?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não...

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Então, tanto o contrato quanto os aditivos foram assinados por essas outras duas diretorias. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Corrijo-me. Nesse contrato do Banco Postal, foi feito um aditivo, no passado, anterior à minha gestão, que incluiu, como aditivo desse contrato, como objeto um outro sistema vinculado ao Banco Postal, que era a automação das nossas agências.

Não, esse era um outro com a IBM. Corrijo aqui. Não tem nada a ver com o Positivo/Novadata, não.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Este aqui?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Esse contrato Positivo/Novadata, volto a falar, não tem nenhuma participação da Tecnologia.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – O senhor está há muito tempo nos Correios, embora não estivesse há tanto tempo na Diretoria de Tecnologia. O senhor ouvia falar, ou tinha alguma suspeita, ou alguém teve, além do senhor, alguma suspeita sobre o comportamento do Sr. Maurício Marinho na direção do Decam?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, o que eu questionava junto ao Presidente – o próprio Presidente comentava lá – era sobre a lentidão dos processos, não com relação à postura dele especificamente.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – O senhor ouviu falar de alguma crítica sobre o tratamento das multas que eram imprimidas pelo Departamento de Contratação? Há muitas indagações que estão sendo feitas, inclusive por esta CPMI, sobre algum esquema de perdão de multa com favorecimentos. Então, uma das linhas que estamos perseguindo para as investigações é saber se aquela arrecadação a que se referiu o Deputado Roberto Jefferson não era feita, Sr. Relator, mediante essa manipulação do perdão, ainda que parcial, de multas que, já se sabia, seriam aplicadas a alguns contratos cujas exigências seriam **a priori** impossíveis de serem atendidas. O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso? Já ouviu falar sobre isso? Em que o senhor ajuda a Comissão nessa linha de investigação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não tenho conhecimento. A informação que eu ouvi falar sobre multa foi aquele caso dos cofres, aquela multa que foi falada aqui. Não tenho...

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – E sobre as franquias? O senhor falou que há contratos muito antigos e que no período recente não houve renovação dessas franquias. O senhor tem conhecimento de relação de políticos ou de partidos políticos com essas contratações de franquia, no passado, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. A informação que a gente ouvia falar era aquilo que eu mencionei. Quer dizer, pelo fato de não serem exigidas, naquele momento, dez anos atrás, licitações, havia indicações políticas para se conseguir franquias.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Mas o senhor não se recorda de nenhuma atribuição política a esta ou àquela força política, nem por ouvir dizer, nem por denúncia nos jornais, nem por comentário interno na empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Forças políticas, não. Como foram 1.560 franquias, acredito eu que...

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Ou seja, o que o senhor ouvia falar era apenas genérico?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É.

O SR. MAURÍCO RANDS (PT – PE) – Satisfeito, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem a palavra por quinze minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, fiquei curioso, Sr. depoente, a respeito de uma pergunta feita pela Juíza Denise Frossard e também feita pela Senadora Heloísa Helena. Eu gostaria que V. S^a detalhasse mais.

V. S^a pode me dizer o que é Correio Híbrido?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou dar um exemplo que acho que fica bem fácil de se entender. Por exemplo, os bancos, o que fazem hoje? Eles imprimem os extratos bancários e dos cartões de crédito. A grande maioria imprime em São Paulo. O que fazem? Imprimem num grande *print center* em São Paulo, por exemplo, da Xerox, levam para os Correios e postam. Os Correios levam para os aviões, distribuem pelo Brasil inteiro e entregam nos Estados.

Com o Correio Híbrido, o Correio vai receber eletronicamente os arquivos, por exemplo, dos bancos e das empresas de cartões de crédito, isso é transferido eletronicamente para as pontas, para os Estados, é impresso lá. Por meio desse contrato do Correio Híbrido é entregue lá. Então, os Correios, com isso, eliminam esse transporte nos aviões, esse frete, e faz uma série de redução de custos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a sabe qual foi o preço vencedor para implantação do Correio Híbrido? Qual preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como não é da minha área, vou mencionar alguma coisa aqui que pode variar em torno. Na verdade, o que os Correios têm de compromisso nesse contrato são cento e poucos milhões de reais, que é a parte de investimento. A outra parte, que dá esses estimados quatro bilhões em cinco anos, é custeio. Ou seja, se esse serviço for vendido, há uma margem de remuneração dos Correios. Isso está atrelado, não há nenhum compromisso. Se nesse Correio Híbrido não for impresso um extrato, o Correio vai pagar R\$103 milhões pelo investimento, mais nada. Quer dizer, isso está atrelado a volume de produção. Estima-se que, pelo mercado potencial que exista, em cinco anos pode-se chegar a esse valor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a pode me dizer por que o mercado estima que haveria um superfaturamento de, no mínimo, R\$2 bilhões nesse contrato? Ou seja, as publicações e os analistas estão dizendo que esse contrato está superfaturado em R\$2 bilhões. V. S^a diz que o custeio implica a quase totalidade, ou seja, mais de R\$4 bilhões. V. Ex^a poderia dizer o porquê dessa discrepância? Por que quem entende do assunto está dizendo que houve um superfaturamento de R\$2 bilhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Senador, como eu disse aqui, não era um projeto da minha área. Vou comentar, como membro da Diretoria, o que eu vi e do que me lembro desse processo.

A informação que me parece – isso cabe averiguar – a informação de que esse valor estaria superestimado, esse valor de dois ou de um, não sei, que teria sido divulgado não sei se pela própria Xerox, aconteceu depois que foi aberto. Então, se é verdade isso, alguém poderia dizer: eu nem entrei na licitação. E agora faria por menos? Não sei, é uma informação que tem que ser checada, não tenho detalhe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a: quem foi que ganhou essa licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Um consórcio de nove empresas lideradas pela American Bank Note.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou pela Postel? Quem lidera? A Postel ou a American?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Oficialmente, a líder do consórcio no processo licitatório é a American Bank Note. A Postel é a dona do *software* do Correio italiano. Ela é uma das componentes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, oficialmente, é a American Bank Note?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – American Bank Note.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Alguma empresa brasileira possui uma participação nessa empresa? V. S^a sabe se alguma empresa, algum empreendimento financeiro ou bancário tem participação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu ouvi aqui o Sr. Marinho falando do Bradesco, não sei se foi só essa informação dele, mas também acredito que tenha ouvido falar que teria – não tenho certeza – alguma participação do Bradesco nesse American Bank Note.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa licitação teve participação exclusiva ou teve outras empresas concorrendo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Apenas um consórcio de nove empresas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a sabe se o Grupo Cobra Tecnologia chegou a participar?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, só teve uma e ela não fazia parte dessas nove empresas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou será que ela não desistiu alguns dias antes da abertura da licitação? V. Ex^a não tem conhecimento disso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, isso eu vi na Imprensa, mas desconheço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a teria conhecimento, também por ouvir dizer, do valor que a Cobra Tecnologia oferecia para ganhar a licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não sei se seria da Cobra, se foi da Xerox, estou me confundindo. Ouvi alguma coisa que dá essa diferença de 1,5 para 4, de 2 para 4. Não tenho informação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – De 1,8 para 4,3?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja, uma diferença de 2,5 bilhões.

V. S^a sabe por que a Cobra se retirou desse procedimento poucos dias antes da abertura dele?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Do procedimento de licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não tenho conhecimento, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O seu padrinho político, como V. S^a bem disse aqui, ou seja, V. S^a tem um perfil técnico, mas teve uma indicação política, que foi o Sr. Sílvio Pereira. V. S^a sabe se o Sr. Sílvio Pereira fez gestões, se não diretamente com V. S^a, com algum outro Diretor ou com alguém que tinha influência nos Correios para que a Cobra desistisse desse processo licitatório?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a tem conhecimento disso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhum conhecimento sobre isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Alguma vez o Sr. Sílvio Pereira pediu a V. S^a que favorecesse o Grupo Postel?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

Nunca me pediu isso não, até porque, como eu disse, é um processo da Diretoria Comercial, e nem esse nem outros pedidos, ele nunca me fez pedido com relação a nada da área de tecnologia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V.

S^a pode dizer qual é a razão que levaria o servidor Maurício Marinho a sugerir que esta CPMI investigasse justamente esse contrato, um dos vinte contratos apontados por ele? “Verifique, porque lá há irregularidades”. V. S^a pode dizer por que o Sr. Marinho teria apontado esse contrato e se havia realmente algum indício nisso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na-

quela relação dos contratos que ele mencionou aqui, ele citou vários contratos, como eu mencionei hoje aqui, de gestão 2000/2001. Esse é um contrato, por esse valor que se comentou aqui, expressivo, contrato fechado em final de 2004, quer dizer, um contrato recente. Então, acredito que, pelo valor do contrato e como ele falou genericamente de todos os grandes projetos da empresa, esse não poderia deixar de...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

Controladoria-Geral da União acabou de fazer um levantamento preliminar e concluiu que, nos Correios, há um conjunto de irregularidades, envolvendo uma série de situações, e inclusive faz a responsabilização de V. Ex^a, um dos indicados. Com base nesse conjunto de irregularidades, eu perguntaria a V. S^a, de acordo com o que saiu no relatório da Controladoria: V. S^a conhece ou teve oportunidade de, ao menos, sofrer alguma proposta para recebimento de vantagem para estabelecer acordo em licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Nunca, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Nem V. S^a nem nenhum outro membro de Diretoria ou algum servidor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Com relação... Que eu tenha tido conhecimento, nenhum outro membro de Diretoria. Não tive conhecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em

relação à frustração do caráter competitivo em concorrência pública, esse aqui parece ser um exemplo típico, ou seja, alguém que tinha um preço 2,5 bilhões menor foi afastado ou desistiu para que o outro que tinha um preço aparentemente muito pior pudesse vencer a licitação. V. S^a tem conhecimento dessa irregularidade apontada pela Controladoria-Geral da União a respeito

da frustração do caráter competitivo em concorrência pública? Dessa, se não diretamente com V. S^a, ou de alguém também que tentasse fazer com que essa concorrência não fosse honesta, não fosse efetivamente competitiva, fosse uma simulação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Senador, pelo que eu conheço, por exemplo, dessa licitação – com certeza o ex-Diretor comercial vai ter condições de precisar bastante o assunto –, esse processo, durante esses anos em que ficou sobrestado judicialmente em razão de várias ações da Abigraf e da própria Xerox, foi verificado por várias instâncias: Tribunal de Contas da União, Ministério Público; uma série de órgãos foram avaliar esse processo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Formalmente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Formalmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No

mérito, a questão do preço, isso não...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso

acho que não, porque é recente. Não sei. Não tenho informação sobre isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Perfeito. Eu perguntaria a V. S^a: em respeito a outro vício apontado pela Controladoria, que é a dispensa de licitação indevidamente em determinados contratos, se V. S^a tem conhecimento desse fato.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nas

poucas dispensas de licitação feitas na área de Diretoria e Tecnologia – e me parece que a mais polêmica dessas, pelo menos do que foi tratado aqui, é a da contratação das 500 impressoras –, no meu entendimento, está sendo respondido pela Controladoria que esses relatórios são parciais – o valor contratado.

O primeiro ponto em que pensamos é se houve algum prejuízo para a instituição, para a empresa pública. Foi feita a revogação numa licitação e comprado por um valor mais alto? Estaria aí configurada alguma... Isso não aconteceu. Nesse processo, contratamos, por uma dispensa de licitação, uma quantidade emergencial inferior à licitada, atendendo a um pedido da Diretoria Comercial para contratos já fechados com empresas de água e de energia – por um preço inferior à licitação. E como convidado não a empresa SIL – ela apresentou, na contratação emergencial, o menor preço, que foi inferior ao da licitação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Outro vício apresentado é a facilitação de acordos de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos com empresas fornecedoras, ou seja, a empresa diz que, por qualquer motivo, não tem como honrar o contrato,

a não ser que o preço se eleve ou que o prazo seja estendido.

Na Diretoria que V. S^a comandava, houve algum contrato cujo valor foi modificado ou o prazo estendido sob o argumento de que era necessário haver um reequilíbrio econômico-financeiro para que a empresa pudesse adimplir e realizar aquele contrato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, tivemos, em algumas oportunidade – não são muitas –, algum caso. Mencionei o caso, por exemplo, do contrato com a rede corporativa, depois de 30 meses. O que é esse contrato da rede corporativa? É o contrato com a Embratel, um consórcio com a Embratel e a Telefônica – a Telefônica no Estado de São Paulo inteiro e a Embratel no resto do País. Então, eles têm os satélites e a rede física, que fazem a ligação de todas as agências e unidades da empresa no País inteiro.

Depois de 30 meses, as empresas disseram: “Não temos condições de renovar esse contrato. Se não for feito um reequilíbrio, não tem renovação do contrato”. Então, foi feito um estudo, um grupo de trabalho composto por representantes de todas as diretorias de áreas, apresentada para a Diretoria pesquisa de mercado e comparação com preços de rede no Banco do Brasil e em outros órgãos. Esse é o processo, por exemplo, que foi feito nesse caso, e aprovado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a se recorda dos demais casos da sua Diretoria em que houve a modificação do contrato de valor para a finalidade de reequilibrar, econômica e financeiramente, o contrato? V. S^a disse que houve alguns e mencionou um. V. S^a poderia citar os outros? V. S^a afirmou que não houve muitos e que era capaz de se lembrar dos demais.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como eu disse aqui, lá, distinguimos duas figuras. Uma é o reequilíbrio, que acontece a qualquer tempo, inclusive em menos de um ano. Na área de tecnologia, pelo que me lembro, não houve nenhum reequilíbrio antes de um ano de vigência do contrato. Após esse prazo, a própria legislação estabelece e faculta ao contratado pleitear.

Tentarei me lembrar de outro contrato. Houve um contrato de prestação de serviço de locação de analistas, prestação de serviço de suporte e elaboração de *softwares* que teve repactuação de preços após o começo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a se lembra do nome dessa empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É um consórcio que se chama... São algumas empresas: CTIS, Politec, Montreal, alguma coisa assim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certamente, houve outros contratos e outras modificações?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É, mas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – OK.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra e ao Deputado José Eduardo Cardozo. Depois, será o Senador **CÉSAR BORGES** e o Deputado Carlos Sampaio.

Tem a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço apenas que regularize a situação do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Serão 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de me ater, inicialmente, a essa tão comentada licitação, o Pregão Eletrônico nº 25, de 2004. Por que foi revogada a licitação? V. S^a já falou, mas eu gostaria de ouvir novamente para não ter dúvidas sobre a questão.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sr. Deputado, deixe-me situar com relação ao número. Esse é o das impressoras?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É o das impressoras.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tá! Foi feita uma licitação. Participaram...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só a razão da revogação. Por que foi revogado?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tá!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Isso.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O motivo da revogação: foi exigido no edital carta de solidariedade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim. Esse foi o motivo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Esse foi o motivo. E aí uma ou duas empresas que apresentaram licitação entraram com recurso com relação a isso. O Departamento Jurídico recomendou a revogação, o Presidente revogou e, na nova licitação, nós estávamos retirando essa carta de solidariedade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu tenho ouvido atentamente o depoimento de V. S^a e lido aqui o parecer da Corregedoria da União. Quero assegurar a V. S^a que não está me agradando nem o que eu estou lendo aqui, nem o depoimento de V. S^a, e vou dizer por quê. É sabido que uma licitação é conduzida por diversas formas. Há duas que são clássicas. Uma é a delimitação do objeto, quando eu faço especificações de que apenas um único objeto pode ser aquele que o ofertante pode apresentar. Então, eu reduzo o universo de participantes. E a segunda é quando eu oriento, de alguma maneira, os requisitos do universo de proponentes de maneira obviamente a fechar as cartas. À primeira vista, eu vou lhe perguntar sobre isso, esse pregão eletrônico tem os dois ingredientes. Em primeiro lugar, a Corregedoria da União informa que houve uma delimitação do objeto. V. S^a, em seu depoimento, disse que não, que dois fornecedores poderiam apresentar o objeto, a impressora.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Dois fabricantes e os fornecedores?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso. Dois fabricantes e seis fornecedores. Os fabricantes são, pelo eu que deparei, do que os Correios disseram à Corregedoria, a Intermec Technologies e a Zebra Technologies. Inclusive, os Correios informam que a Zebra Technologies poderia fornecer dois produtos: a impressora QL-420 e a impressora RW-420. Só que a Corregedoria, numa análise exaustiva, mostra que o modelo PL-4, da Intermec, e o RW, da Zebra, não atendiam às especificações do edital. Isso em relação à largura da bobina, em relação às etiquetas da pasta, em relação à questão do infravermelho. Ou seja, só poderia ser um único produto: a impressora modelo QL-420. Considerando que, na definição do universo de proponentes, se pedi naquela licitação uma carta de solidariedade do fabricante, chegamos a uma conclusão: a Zebra diria quem ganharia a licitação, porque apenas seria o produto dela e ela diria para quem ela daria a carta de fornecedores. Estou enganado no raciocínio?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Boa pergunta que me cabe esclarecimento aqui. Como esse relatório é preliminar, nós estamos respondendo à Controladoria, ratificando isso que eu disse aqui e ratificando, inclusive, o que o Sr. Fortuna falou aqui. A Intermec atende, a impressora da Intermec atende às especificações dos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A Corregedoria mostra claramente que não, por uma série de especificações de edital que não estão atendidas.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS

Bom, com relação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu vou prosseguir meu raciocínio. É sabido – noção comum – que há uma diferença clara entre anulação e revogação de licitação.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS

Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A anulação ocorre quando a licitação é ilegal. A revogação, quando ela é inconveniente ou inoportuna. Aliás, eu estou sem a lei aqui, mas vou citar de memória. Isso é expresso no art. 49 da Lei 8.666, quando diz que a revogação pode ser feita por fato superveniente, justificado, pertinente, suficiente, comprovado, e a anulação, por razões de ilegalidade. Se a razão pela qual se resolveu retirar essa licitação fosse a impropriedade da carta de solidariedade, o caminho correto seria a anulação, e não foi feita a anulação como V. S^a disse. Foi feita a revogação. Eu só encontro uma explicação para um erro tão cristalino como esse do ponto de vista jurídico: tentar acobertar que essa licitação estava conduzida, porque evidentemente se fosse dizer que era anulação, ter-se-ia que reconhecer a razão e ficaria claramente sinalizado que havia uma condução de uma licitação para um universo muito restrito ou apenas um único vencedor. Meu raciocínio é incorreto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS

– O parecer jurídico, que recomenda ao Presidente, autoridade única competente para revogar um processo licitatório, não apontou nenhuma ilegalidade para anulação do processo licitatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não era a carta de solidariedade?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS

– Não, a carta de solidariedade foi retirada não pela ilegalidade, porque ela estava restringindo a participação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perdão, restrição de licitação é ilegalidade e fere o princípio da competitividade, princípio básico da licitação. Licitação que fere esse princípio é ilegal, não é inconveniente ou inoportuna. Perdão. Esse é um equívoco básico do jurídico.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS

– Perfeito, Deputado. Quando qualquer empresa se sente prejudicada ou impedida ou restringida de participar de uma licitação, o primeiro ato dela é impugnar o edital.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não houve impugnação e não houve recurso, porém isso não quer dizer que não houve conluio.

O que estou querendo dizer a V. Ex^a é que, se a razão da revogação – e não foi citado isso no processo – foi essa carta de solidariedade, teria que haver o reconhecimento da condução da licitação. Mas veja o que aconteceu: a diretoria do Correios revogou a licitação e abriu uma contratação por dispensa de licitação fundada em emergência – art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666 –, alegando que precisava comprar produtos com urgência para atender a certos contratos com empresas de saneamento, elétrica etc. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi isso. Só que curiosamente, se V. S^a me permite, quando uma situação é emergencial é porque não dá para fazer licitação. Mas o prazo de entrega do equipamento foi prorrogado. Por que foi prorrogado se era emergencial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelas informações que tenho aqui, Deputado, foram feitas duas entregas em dois lotes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas houve uma prorrogação de prazo para a entrega.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Houve uma prorrogação de prazo para a entrega.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que, se era emergencial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Para o segundo lote.

Uma das situações colocadas pela Diretoria Comercial era uma iminência de fechamento de um contrato com a Cepisa, no Piauí, contrato esse que estava com demanda judicial de alguns anos.

Havia negociações – isso consta do processo – que estavam na iminência de fechar esse contrato, contrato esse que, por decisão judicial, os Correios passariam a assumir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No entanto, veja o que vou ponderar a V. S^a.

A lei diz que só se pode contratar por emergência para aqueles produtos que visam atender emergência e, no entanto, várias das impressoras estão em estoque, não foram encaminhadas, e algumas foram encaminhadas a duas delegacias regionais que não estavam nos planos da emergência: delegacia do Rio Grande do Sul e uma outra que não sei qual é. SPI o que é?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É São Paulo/Itu, foi em Bauru.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Essas não estavam no plano de emergência. Ou seja, revogou-se uma licitação quando se deveria ter anulado, para se acobertar uma condução. Contrataram-se

quinhentas impressoras efetivamente, número esse que não era necessário para atender à emergência. Ou seja, emergência descaracterizada pela prorrogação; emergência descaracterizada pela destinação do produto, portanto, configuração de crime nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 89, se não me falha a memória, que dispõe que “inexigir ou dispensar a licitação fora dos casos legais qualifica ilícito penal”.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa contratação foi, naquele momento, o cenário que tinha a Diretoria? A iminência de fechar um contrato. Esse equipamento? Um equipamento importado. A receita advinda desses contratos? Vinte e seis milhões de reais/ano.

O valor dessa contratação emergencial? Dois milhões e alguma coisa. Em um mês de receita se pagaria isso. Após, ou seja, feita a contratação, não se configurou aquela situação estabelecida de um contrato do Piauí, mas, em compensação, esses dois outros Estados foram fechados e têm contrato assinado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que estão em estoque ainda as impressoras compradas por emergência?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O estoque, pela informação que tenho, não sei se a mesma que o Deputado tem...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu tenho a da Corregedoria-Geral da União, que é parte das informações oficiais...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – ...é de trinta e cinco impressoras que, do saldo daquelas duzentas e vinte, ou alguma coisa assim, que seriam destinadas ao Piauí, que não fechou, elas tinham ficado em estoque...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas se era uma emergência e o contrato estava fechado, como é que não fechou depois?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, os quatro contratos anteriores estavam fechados. O do Piauí estava na iminência de fechar o contrato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas iminência de fechar contrato não configura emergência. Perdão, até porque eu poderia adiar a contratação para abrir uma licitação. Ou seja, iminência de contrato não configura emergência porque toda a alegação dos Correios para dispensar a licitação foi exatamente de que estavam os contratos firmados e de que não daria tempo.

Ora, se o contrato não havia sido firmado, eu poderia firmá-lo mais para frente. Se poderia firmá-lo mais para frente, poderia abrir licitação. Portanto, descaracterizada a emergência. Está certo o parecer da Corregedoria-Geral da União: irregularidade manifes-

ta e evidente. Ou seja, a denúncia feita que ensejou apenas a análise dessa licitação me parece, com a devida vênia, desculpe-me o depoente, inteiramente comprovada.

Licitação conduzida *ab initio* por requisitos indevidos à especificação do objeto na definição do universo de proponentes dispensa a licitação posteriormente, claramente contrária à lei.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Por um valor inferior ao da licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não importa.

A Lei de Licitações, aliás, a lesividade ao patrimônio público em matéria de licitações, a lei de ação popular é clara, independe do valor. A ofensa à isonomia em si e a preferência de alguém já qualifica ofensa, inclusive delituosa, no âmbito criminal, de forma evidente.

Havia razões para que a Unisys fosse investigada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não creio, Deputado. Nos Correios?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor tem informação de que havia uma investigação feita pela Abin nos contratos da Unisys?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, fiquei sabendo pela imprensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O correio híbrido, o Senador Demóstenes Torres falou um pouco sobre isso. A Cobra havia adquirido o edital, não sei como é que chamam nos Correios, se o edital ou a pasta da licitação, previamente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O edital.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Havia adquirido o edital previamente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não sabe se havia aquisição.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não era um processo da minha área. Diretoria Comercial.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Era da Diretoria Comercial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Comercial.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a poderia fornecer quem adquiriu o edital da licitação do correio híbrido, ou diligenciáramos diretamente à Diretoria Comercial?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não tenho essa informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então eu vou requerer à Diretoria Comercial. A questão é a seguinte: a Cobra teria condições de fazer o correio híbrido, associando-se a outras empresas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Desconheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Veja, na sua área técnica, teria condições técnicas de atender esse serviço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acho que é um pouco difícil responder a essa pergunta, pelo seguinte: o coração desse serviço é o software que gerencia todo esse tráfico dessas informações financeiras ou informações eletrônicas que vão ser trafegadas nesse contrato. Experiências no mundo que nós temos: alguns correios no mundo têm correio híbrido. A licitação, o edital foi público, publicado durante alguns anos.

Como eu disse não é da minha área. A informação que eu tenho, a informação sobre esse processo é de que não houve questionamento nem da Cobra nem de nenhum outro concorrente com relação à especificação objeto da licitação em si. Sim com relação a: o Correio pode, não pode, fazer correio híbrido. A Abigraf questionando isso, quer dizer, as informações...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu vou lhe dizer o porquê. Porque a informação que eu tinha é que também a Cobra se associaria com algumas empresas para poder participar da licitação. É por isso que vou requerer se efetivamente houve a aquisição do edital pela Cobra.

Mas o que me chama a atenção é que a Cobra, sendo uma empresa estatal, teria dispensa de licitação para a contratação direta. O art. 24 da Lei nº 8.666 permite que estatais possam ser contratadas diretamente desde que criadas com o objetivo específico do serviço para a administração e, portanto, não teriam que disputar a licitação.

Então, aí, ficaria uma incógnita. Se realmente a Cobra, como disse o Senador Demóstenes, e a informação que eu tinha, iria participar da licitação, por que ela não discutiu, não dialogou com os Correios uma contratação direta para fazer esse serviço, dentro até da possibilidade que ela teria de se associar com outras empresas.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Deputado, sobre o processo em si eu não sei. Mas, com relação à Cobra, por exemplo, na área de tecnologia, em algumas oportunidades eu fui procurado, pela Cobra, para alguns serviços. Eles ofereceram alguns produtos, alguns softwares. Inclusive eles chegaram a participar, se eu não me engano, de uma licitação nossa. Perderam de longe em preço.

Então, os Correios, nunca nós cogitamos, pelo menos na área de tecnologia, fazer nenhuma contratação direta da Cobra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca foi cogitado?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Da área de tecnologia, contratação da Cobra, direto, nunca foi cogitado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu não entendi por quê.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Porque o nosso entendimento, a filosofia é abrir licitação.

Esse caso da Cobra eu vi em jornais algumas reportagens questionando isso. Questionando essa facilidade ou esse pré-requisito de ser contratado direto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas veja, uma coisa me chamou a atenção na argüição do Senador Demóstenes. Se eventualmente a Cobra ia participar da licitação associada a outras empresas, e, na véspera da licitação ela desistiu, ela fatalmente inviabilizou a participação dessas empresas e permitiu que a única concorrente ganhasse a licitação.

Ou seja, isso é aquilo que se chama conluio pré-licitatório.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso eu desconheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É claro, imaginar-se que uma empresa estatal possa fazer isso me parece algo inominável e inaceitável. É isso que teremos que investigar.

Agradeço a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Com a palavra o Senador César Borges, por 15 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Eduardo Medeiros de Moraes, eu gostaria apenas de conceituar sua presença nos Correios. V. S^a é um funcionário de carreira, pelo que sabemos, e V. S^a chegou à posição de diretor dos Correios por indicação política?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É um questionamento, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um questionamento.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – No meu entendimento, a minha indicação, a minha escolha foi puramente técnica pelos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem foi o responsável exato por essa indicação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não reputo, até porque ninguém chegou para mim e disse: você é o meu indicado. O que aconteceu na oportunidade, tanto eu como outros colegas da Diretoria de Tecnologia e de outras diretorias, fizemos, quer dizer, nos colocamos como opção técnica para escolha da diretoria.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve votação, houve uma escolha?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não. Por exemplo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como foi feita? O senhor não foi escolhido por ninguém?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tenho vários conhecidos na empresa, nesses 23 anos, alguns do PT, outros não são do PT, no sindicato, na associação dos administradores. É dessa forma que acontece.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas alguém chega a um cargo por indicação, alguém tem um conhecimento, um relacionamento de amizade, conhece sua capacidade profissional e faz sua indicação. Então, me permita ir um pouco avante.

V. S^a tem relações com o Sr. Sílvio Pereira, relações de amizade?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não tenho relações de amizade com o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele não lhe conhecia?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu o conheci dois meses e alguma coisa depois de eu haver sido designado diretor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor não tem relação com ninguém, assim, com nenhuma autoridade dessas do PT, tipo o Sr. Sílvio Pereira, Delúbio Soares, José Dirceu, nenhum político para ter...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nem o Sr. Sílvio Pereira, nem Delúbio Soares, nem José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso pode ser checado através de quebra de sigilo telefônico de V. S^a?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pode, pode ser checado...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca conversou com ele, nunca tratou...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – ...através de sigilo, através das minhas agendas, através de visitas nos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem após sua exoneração houve algum tipo também de contato de V. S^a com eles?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O único contato que eu tive com o Sílvio Pereira, telefônico, que eu me lembro, nesses dois anos e meio, foi exatamente naquele momento da veiculação daquela reportagem na revista **Veja**. Naquele momento, era um domingo, eu estava lá na empresa junto com alguns profissionais, junto com o chefe de gabinete do então presidente, estávamos trabalhando na resposta técnica daquilo, daquela reportagem que saiu na revista **Veja**. Ele me ligou, naquela oportunidade, justamente questionando essa vinculação com relação ao nome dele e nos perguntando com relação se estávamos providenciando alguma resposta para aquilo. Li, por telefone, a resposta que já estava mais ou menos minutada, inclusive eu estava, o ex-presidente estava no Piauí, a gente estava por telefone também redigindo em conjunto a nota que saiu, que foi distribuída para a imprensa, com relação àquele caso. Foi essa a única ligação, que eu me lembro, de ter recebido do Sr. Sílvio Pereira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, de qualquer maneira, havia esse relacionamento, ele como dirigente partidário preocupado então com a direção dos Correios, como situar diante de um noticiário de jornal que o colocava como sendo alguém ligado a ele?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, houve essa ligação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, eu lhe perguntaria: depois da demissão, dos fatos acontecidos com a divulgação da fita, o senhor foi afastado da direção de operações e toda a diretoria. No entanto, logo em seguida a essa exoneração, o senhor e o Sr. Maurício Madureira, ambos são nomeados para o cargo de consultores da presidência dos Correios e cada um passa a receber, a partir daquela nomeação, ou passaria a receber, um salário de cerca de R\$10 mil, além do salário normal que os senhores teriam, porque estariam, a partir daí, sendo contratados como consultores. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E também houve alguma indicação? Por que essa nomeação efetivamente do senhor e do Sr. Maurício Madureira para esse cargo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito, Senador. Antes de ser designado diretor da empresa, eu tinha sido consultor durante oito anos e chefe de departamento durante dois anos. Então, durante dez anos, eu já tinha o mesmo salário, esses R\$10

mil, que eu iria voltar a receber, o salário de diretor de aproximadamente R\$15 mil, e eu ia voltar a receber o salário que eu recebi nos últimos dez anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso só estava acontecendo, então, com dois diretores, que seriam exatamente...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Que são os únicos dois... nós tínhamos, dos sete presidentes e seis diretores, cinco não eram de carreira da empresa. Então, não existe a hipótese de ter sido designado nenhum dos outros cinco para consultor da empresa. Não existiu nenhum consultor que não seja dos quadros da empresa. Os únicos dois que eram do quadro eram eu e o Maurício Madureira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, seria algo mais do que justo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Mais do que justo. Inclusive temos vários ex-diretores da empresa, que são funcionários da empresa, que são consultores hoje.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Agora, isso não foi mantido. Logo em seguida que foi noticiado para a imprensa, o senhor e o Sr. Maurício Madureira perderam a condição de consultores dos Correios. Por que exatamente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, isso foi uma decisão exclusiva da atual diretoria, que tomou a decisão inicial e que voltou atrás da decisão, imagino eu, impressão minha, que foi só pressão da mídia. No dia seguinte saiu em todos os jornais do País essa informação e algumas publicações diziam que passamos a ganhar mais do que ganhávamos como diretores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi uma injustiça, então, feita aos senhores?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa foi uma decisão da empresa. Não quero entrar no mérito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É. Mas a decisão se deu muito rapidamente entre nomeação para consultores...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, em função dessa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então parece que a diretoria dos Correios não estava muito segura daquela decisão de nomeá-los consultores, tanto que voltou atrás rapidamente. Foi só porque cedeu à mídia? A mídia teve esse poder de fazer essa... de desfazer essa nomeação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A informação que eu tive da diretoria atual com relação a esse fato foi exatamente esta: fui informado de que eles iam voltar atrás na decisão, de que tornaram sem

efeito a decisão em função da repercussão que teve a notícia. Foi essa a informação que eu tive.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação a Correio Híbrido, a mídia também noticiou muitas coisas, não é? Que a licitação foi uma mega licitação, conduzida por V. S^a e pelo Sr. Maurício Madureira e que chegou a R\$4,3 bilhões, não é isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É, mas não é um processo nem da diretoria de operações do Sr. Mauricio Madureira nem da diretoria de tecnologia. É da diretoria comercial.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a mídia veiculou que foram os senhores que conduziram.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. E a mídia disse que o ex-diretor Maurício Madureira também seria indicado do PT. Nunca ouvi ele falar isso lá dentro nesses dois anos e meio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas com relação a essa mega licitação, V. S^a acha que há efetivamente indício de superfaturamento?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acho difícil que uma empresa, depois que abre um processo licitatório...Difícil não. É cômodo para empresa que não participou do processo licitatório dizer: “olha meu preço seria, se eu tivesse participado, de x”. Não sei. Não tenho informação sobre isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece esse consórcio Postel?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Sei que são nove empresas; das nove, três são essas três Posteis e que são nove empresas. Não conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor acompanhou o Ministro José Dirceu em alguma viagem internacional?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, nunca acompanhei o Ministro José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor esteve na Itália, visitando a sede da empresa Postel?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Alguns representantes da empresa estiveram lá; eu não estive. Representantes que, se eu não me engano...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quais foram esses representantes?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Se eu não me engano, representantes da diretoria comercial. Isso. Da diretoria comercial, pelo que eu me lembro. Não sei os nomes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Presidente dos Correios também esteve visitando a Postel na Itália?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não sei. Acredito que não. Não tenho essa informação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Eduardo Armono. Pode ser que já tenha sido feita essa pergunta aqui.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não foi feita essa pergunta. Não me lembro desse nome, Eduardo Armono? Não me lembro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não conhece o Sr. Eduardo Armono?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me lembro desse nome não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação aos contratos de transporte aéreo, V. S^a tinha conhecimento? Participava?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Nenhum conhecimento sobre isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas na direção colegiada dos Correios não existia nenhuma participação, uma divisão de responsabilidades com relação a essas licitações? Ou simplesmente... porque o diretor Antônio Osório também não tinha nenhuma participação, não conhecia nada de licitação. V. S^a também não conhece nada dessas licitações. Afinal de contas nós devemos perguntar a quem a respeito desses contratos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ao próximo depoente, o Sr. Maurício Madureira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O responsável seria o Sr. Maurício Madureira sobre todos esses contratos.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece o teor dos relatórios da CGU que estão disponibilizados hoje na Internet, que colocam situações irregulares em vários contratos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço alguns, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E qual a sua opinião, por exemplo, sobre a área de suprimento de bens e serviços. Já foi até falado pelo Deputado Eduardo com relação ao edital que favorecia a contratação da fabricante de impressora Zebra.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que o nobre Senador gostaria de...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É porque o relatório é muito claro de que o edital de licitação do pregão deu especificações que direcionavam expressamente para as impressoras do fabricante Zebra, senão outras não atenderiam as exigências do edital.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Esse, como mencionei, é um equipamento importado, um serviço novo que os Correios começaram a fazer

com as concessionárias. Isso acontece em toda licitação. Quando é um equipamento novo, é feita uma especificação; se não tem nenhuma impugnação no edital ou quando tem impugnação, nas próximas licitações ou, em algumas ocasiões, até o próprio processo, dependendo da vantagem econômica para a empresa, é revogado para a abertura de um novo processo, para permitir a ampliação de novos fornecedores.

Nesse caso especificamente da Controladoria, eles citaram algumas especificações técnicas, algumas análises que eles fizeram de várias empresas que não existem no País, que não têm representantes no País e que não têm manutenção no País. Então, estamos com o meu relatório preliminar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, praticamente, não foi nenhum pregão, nenhuma licitação? Foi uma compra direcionada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Fizemos uma licitação, que foi revogada. Quatro mil impressoras. Depois, fizemos uma aquisição, a pedido da Diretoria Comercial, em função dos contratos que estavam sendo fechados com essas empresas, de quinhentas impressoras, que foram contratadas a um preço inferior ao preço da licitação revogada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor poderia listar as suas viagens ao exterior como Diretor e a finalidade dessas viagens?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que eu me recordo aqui, eu tive, se não me engano, duas viagens ao exterior, para participar de feiras internacionais de tecnologia postal, dois fóruns internacionais de tecnologia postal. Um, se não me engano, foi na Romênia; e o outro foi na Bélgica.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nenhuma para contato com empresas fornecedoras dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Nesses fóruns, temos contatos com os fornecedores mundiais de equipamentos postais, especificamente de equipamentos postais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas nenhum que teria contrato com os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. Por exemplo, nessas feiras, tive contato com fornecedores de máquinas de franquear - em todas as feiras internacionais, eles têm. Eu tive contato com alguns fornecedores de máquinas de triagem - em todas as feiras, eles têm. E uma série de outros equipamentos postais que os Correios adquire, que estão nessas feiras. São *stands*.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação ao contrato de publicidade da empresa SMPB, que tipo de conhecimento tem V. S^a desses contratos,

da forma como eles foram efetivamente homologados por essa direção colegiada e de aditivos que foram feitos a esses contratos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tenho nenhum conhecimento sobre isso, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não passava pela direção colegiada dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O termo aditivo, não. A homologação da licitação – não sei de quando ela foi, acho que foi em 2003, não sei – deve ter passado. Não me recordo de detalhes da licitação. O termo aditivo não passa na reunião de diretoria.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, de quem seria a responsabilidade direta dessa contratação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – As duas autoridades na empresa que assinam o contrato e os eventuais aditivos são o Presidente e o Diretor de Administração.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Diretor de Administração nos disse aqui, hoje, pela manhã, que não tinha nenhum conhecimento nem responsabilidade sobre esse contrato.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, mas ele disse que assinou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que seria o setor de *marketing* dos Correios, ligado ao Presidente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Ele disse o correto. Mas, quem assina... Eu disse o seguinte: as duas autoridades que assinam são ele, ex-Diretor de Administração, e o Presidente. Ele assinou os contratos e os aditivos. Isso, ele não negou. Ele disse que não tinha ingerência, não tinha gestão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem V. S^a tem qualquer ingerência também, nem como diretor participando da direção colegiada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu menos ainda. Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, era isso. Considero-me satisfeito. Ainda dou-lhe um minuto e treze de folga.

Muito obrigado, Sr. Eduardo Medeiros.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra, na seqüência, ao Deputado Carlos Sampaio, ao Deputado Asdrúbal Bentes e ao Deputado Geraldo Thadeu, por quinze minutos.

Peço para ajustar o horário, por favor. Quinze minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Eduardo, confesso que V. S^a me parece uma pessoa séria, um profissional preparado, que deu respostas, na sua grande maioria, condizentes com alguém que tem realmente condições de alçar-se ao cargo de diretor dos Correios. Mas confesso que tem uma questão que pode parecer menor, mas que, de uma certa forma, macula um pouco a fala de V. S^a, quando demonstra uma tentativa muito cristalina de distanciar-se, no tocante à indicação do seu nome, de qualquer vinculação política.

O senhor afirmou aqui, em várias oportunidades, que teve apoio dos sindicatos e associações e que assumiu a Diretoria de Tecnologia em razão de seu curriculum, ou seja, por um critério técnico, correto? (Pausa.)

O senhor tem 25 anos de empresa e quero crer que o senhor saiba assim como eu, que não sou um *expert* no assunto – em que pese a estar me esmerando para entender todos os assuntos referentes a esta CPMI, até para ter condições de indagar e questionar quem quer que seja – V. S^a não desconhece que a regra é que haja uma indicação política para os cargos de diretoria até porque buscam, técnicos ou não, pessoas que tenham vinculação com a filosofia do Presidente, com a filosofia do Ministro e, portanto, a sua afirmação, pelo menos nesse aspecto, V. S^a há de convir, fuge à regra. Até por conviver 25 anos nos Correios, e eu não conviver e ter essa impressão, eu imagino que V. S^a também veja assim: no seu caso específico, fugiu à regra.

O senhor também fez outra afirmação aqui: que estava na diretoria e que acabou perdendo essa diretoria por razões políticas, a gravação do Sr Maurício Marinho, depois a entrevista do Roberto Jefferson, a pressão da imprensa, enfim. O senhor fez essa afirmação, correto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, eu não disse que perdi o cargo por causa disso. Na verdade, a diretoria inteira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - Não foi só V. S^a. Toda a diretoria saiu por uma questão política.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Em função da gravação, ok.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - Ou seja, uma questão política. Diante da primeira afirmação do senhor, que o senhor foi indicado por um critério técnico, e diante da segunda afirmação de V. S^a de que V. S^a, assim como os outros, caíram por um critério político, a duas conclusões eu posso chegar. A primeira delas é que o senhor foi indicado por um critério técnico e caiu por um critério político, o que seria

uma coisa inusitada no meu modo de ver. A segunda conclusão, e esta para mim está mais distante ainda, é que V. S^a caiu, foi indicado por um critério técnico e caiu por não ser um bom profissional. V. S^a concorda que só me restam essas duas hipóteses diante do fato de V. S^a afirmar que foi nomeado por um critério técnico e ter caído junto com outros por um critério político?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu colocaria uma terceira opção. Que a exoneração da diretoria não foi por critério político nem por critério técnico. Ela foi por critérios exclusivamente pelo fato que aconteceu, o que tem sido veiculado com relação àquele vídeo, a indício de corrupção. Tanto que, se fosse político, o Partido que tinha a Presidência e a maior parte da diretoria era o PMDB, Partido da base aliada. Então, não foi política a exoneração da diretoria. Foi em função daquele fato específico.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - E o fato específico não gerou um movimento político por parte do Governo? Foi um movimento técnico. Ele achou que aqueles diretores estavam envolvidos com a corrupção e, portanto, tecnicamente deveriam sair de lá?

Eu não quero acreditar porque não penso isso de V. S^a. Só estou querendo que V. S^a entenda que, por vezes, afirmar reiteradas vezes que o critério foi eminentemente técnico macula um depoimento que reputo um dos melhores que eu vi até agora nesta CPI, em termos de bagagem, em termos de preparo, em termos de competência. Estou querendo chamar a atenção de V. S^a para isso.

V. S^a disse, em dado momento de seu depoimento, que com o aval do PMDB, com muita honra, assumiu a Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Está correta essa afirmação minha?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Não do PMDB. Na época, quem era o Ministro, quando eu assumi a Presidência, era o Sr Miro Teixeira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - E o Presidente dos Correios era de que Partido?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que saiu, que eu substituí interinamente, era do PDT, Aírton Dipp.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - Então foi com o aval do Ministro do PDT?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - Não. V. S^a se sentiu muito honrado em ter assumido a Presidência...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - E assumiu a Presidência por um caráter técnico ou político?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, é o seguinte. Naquela oportunidade, o que aconteceu? Ficamos na empresa quatro diretores. Nós tínhamos, além do Presidente, mais dois outros diretores do PDT que, por problemas políticos, saíram da empresa naquela oportunidade. Nós tínhamos quatro diretores.

A avaliação que eu faço com relação ao porquê da minha escolha. Nós tínhamos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - V. S^a afirmou que quatro saíram por questões políticas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Três.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) - Mas a sua indicação foi técnica?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Eu digo o seguinte: eles eram do PDT. Tinha aquele caso Brizola, não sei o quê...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu entendo, mas tudo isso... Veja, volto a dizer, vamos chegar a um bom senso aqui, a um consenso melhor dizendo entre mim e V. S^a. Vamos admitir que a sua indicação foi por um critério técnico-político, mas não vamos afastar o critério político, porque se não fica difícil avançarmos nas indagações, porque V. S^a insiste numa tese que acaba afrontando todos. Vinte e cinco anos de Correio, em que pese o seu currículo que reputo ser capaz de levá-lo, de alçá-lo ao caso de Diretor, não dá para desvincularmos na atuação gestão, na gestão anterior, a política do aspecto técnico, vamos fechar num consenso: o critério foi técnico-político. O senhor me permitiria concluir assim, Sr. Eduardo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vou voltar à última diretoria, de 2002. Tínhamos lá dois diretores que ninguém, na empresa inteira, ninguém tem informação nenhuma de relacionamento político. Era o diretor de operações, que hoje é consultor do Presidente, funcionário da casa com um currículo excepcional, e o ex-Diretor Comercial, que nenhum de nós tínhamos conhecimento de nenhuma vinculação política.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Eduardo, vinculação política não é exercer a militância partidária. Vinculação política não é estar em um partido ou em outro. V. S^a entendeu muito bem o meu questionamento. Foi um critério técnico-político, porque não há como desvincular isso, porque se V. S^a insiste nessa tese, eu insisto também, macula o depoimento que vai indo bem, e não tem por que V. S^a querer descaracterizar algo que faz parte da história dos Correios. O seu caso é o único caso de indicação

eminentemente técnica. Todos os outros casos foram ou técnicos e políticos ou políticos assumidos pelos próprios diretores indicados. V. S^a chegou a afirmar que o Diretor Ezequiel, ao que V. S^a soube, iria cair e iria assumir alguém indicado pelo Senador Bezerra.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso me disse o ex-Presidente João Henrique.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Disse-lhe. iria cair um e assumir outro. V. S^a entende por questão política ou questão técnica?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que justamente o motivo da substituição... A análise que faço, se a minha indicação fosse do PT, consta na imprensa, revista **Veja**, foi oferecida a Diretoria de Tecnologia, porque essa disputa toda? Na minha opinião, por que foi oferecido? Justamente porque era uma opção, uma alternativa que se tinha nesse contexto de negociação política que não tinha ninguém, quem ia ficar insatisfeito se não tem nenhuma indicação política?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A própria imprensa diz que ficaria insatisfeito seria o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Mas a imprensa mesma diz que ele ofereceu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, ofertado não foi; ao contrário, as teses adotada pelo Deputado Roberto Jefferson aqui são duas: primeira, que a Abin tentou descaracterizar, ou melhor, desmerecer o PTB por ações do Sr. Sílvio Pereira justamente para que eles não pudessem ter a força política para indicar um substituto do senhor. Essa é a primeira tese dele. E a segunda que a gravação foi feita por uma razão comercial, porque poderia ser extorquido ou coisa que o valha. Então não é bem como o senhor está colocando, pelo menos na visão que se tem até agora alguma motivação aquela gravação tinha, ou a motivação era comercial, ou a motivação era política.

Mas gostaria de avançar insistindo que a indicação é por um critério técnico-político.

Uma pergunta muito objetiva. Quando acontecem os pregões – perguntei isso ao depoente que o antecedeu – os pregões acontecem porque há necessidade de uma determinada prestação de serviço, correto? Então, como regra, a empresa ganhadora, em não havendo recurso, firma o contrato com os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor conhece dentro dos Correios casos em que a empresa vencedora, em que pese não havendo recurso, não teve o seu contrato firmado, mas firmou-se

com essa empresa, em razão da necessidade, inúmeros contratos emergenciais sucessivos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me lembro, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não é a regra? Não é para ser assim?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. Concorde, não é para ser assim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não houve recurso tem que assinar.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Essa é a regra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com relação especificamente aos editais... Os editais da diretoria de V. S^a se pautavam pelo critério técnico de preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Técnico e preço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O princípio geral que reina da Lei de Licitações é que o critério deve ser sempre objetivo. Preço é eminentemente objetivo. Dentro do critério técnico, pelo que sei, cada diretoria nomeava auditores ou conhecedores da área que poderiam fazer essa análise técnica. Está correta esta minha afirmação, uma vez que ultrapassava a questão do preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso. A análise técnica das propostas ofertadas no pregão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o critério deve ser objetivo, que critérios eram esses a pautar uma definição técnica para esta ou aquela empresa ganhar uma licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Os critérios, na avaliação das propostas técnicas, das licitações, dos pregões, eram confrontar o que foi ofertado com relação ao que foi exigido no edital, unicamente isso. Atendeu ou não atendeu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E no caso de duas empresas terem preços que as habilitassem, tecnicamente como é que...?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tá. Isso é uma fase preliminar. Abre as propostas, analisa as propostas técnicas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então a primeira habilitação é técnica, exatamente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso, técnica. Está ok? Então vai para uma rodada de lance.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então esse está ok, está ok, quer dizer o quê? Preencheu os requisitos....

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Preencheu os requisitos do edital, vai para a rodada de lance.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vai para a rodada de preço?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vai para a rodada de preço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então não existe nenhuma variação subjetiva dentro desse critério técnico dessa comissão. É eminentemente objetivo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que sim. Não estou vendo nenhum espaço para subjetividade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor já recebeu, ao longo do período que o senhor esteve à frente da diretoria, alguma solicitação da Secom para que....

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – De quem?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Secom, Secretaria de Comunicação.

Que algum edital, que algum órgão do Ministério, do Secom, não, me desculpe, da Casa Civil, alguma orientação para que algum edital que fosse colocado na praça fosse modificado posteriormente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nunca, nunca, nunca.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Todos os editais que saíram seguiram seu ritmo normal.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Seu trâmite normal.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exceto no caso Omni/Sil.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, acredito que inclusive nesse caso também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nesse caso, acho que o Deputado José Eduardo colocou muito bem. O caso era um caso ou de revogação ou de anulação. Anulação seria se ilegal fosse; revogação seria se fosse por um critério de oportunidade. E se deu a revogação, e não a anulação.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É. Eu, na verdade, estou avançando isso aqui na tentativa de explicar, de esclarecer, mas a autoridade competente para revogar um processo na empresa, conseqüentemente nesse também, é o Presidente da empresa, por proposição do Departamento Jurídico. Estou tentando esclarecer e dar o meu entendimento nesse processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na verdade, Sr. Eduardo, eu imaginei que o senhor fosse até responder isso ao Deputado José Eduardo, porque também acho isso. Essa questão jurídica não pertence especificamente à sua diretoria. Quer dizer, o senhor prestou um esclarecimento aqui, mas, na verdade, o senhor não é um experto nesse assunto. Fica a critério....

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma última colocação. O Senador Romeu Tuma afirmou, em uma conversa que tive com ele, que equipamentos foram adquiridos por um preço e citou a supervisão regional de Bauru, preços esses superiores aos de mercado, dando, inclusive, parâmetros: 400 equipamentos –, seria mais ou menos esse o número de equipamentos – foram adquiridos por R\$3.800,00, quando, no mercado, poderiam ser encontrados por R\$1.800,00. V. S^a tem conhecimento desse fato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tenho. Na verdade, as contratações, regra geral, de equipamentos de informática são todas centralizadas. Temos algumas exceções, sim, em alguns casos emergenciais, alguns contratos que são fechados em pequenas quantidades, regionais, há uma liberação. Desconheço esse fato.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Eduardo!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Senador Sibá, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, tenho, em primeiro lugar, que informar a esta Comissão que o Deputado José Guimarães, do PT do Estado do Ceará, acaba de pedir licença, afastando-se das funções, afastando-se da relação partidária, para deixar esta Comissão, a Polícia Federal ou qualquer instituição de investigação à inteira disposição de vasculhar a sua vida e saber se há qualquer relação entre ele e a prisão do seu funcionário de gabinete no aeroporto de Congonhas com os fatos que já são conhecidos de todos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, diante da apreensão de muitos aqui, principalmente de nossa parte, de que o PT estaria preocupado, com medo, temeroso de que houvesse qualquer investigação de sua vida. Foi feito naquele dia o pedido para que quatro dirigentes do PT se antecipassem a esta Comissão, deixando claro que há todo o interesse de contribuir para a investigação e apresentar as suas autorizações.

Até amanhã ao meio dia, com certeza, estarão aqui os ofícios originais.

Somando-se a isso, numa conversa com o novo Presidente do PT, Ministro Tarso Genro, o Secretário Geral, Ricardo Berzoini, e o novo Tesoureiro, Deputado José Pimentel, vou apresentar a V. Ex^a a seguinte carta do Partido dos Trabalhadores:

“Exm^o Senador Sr. Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos Correios

Sr. Presidente,

Tendo em vista o andamento dos trabalhos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias por atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Partido dos Trabalhadores, sito na rua Silveira Martins 132, Centro, Capital, CEP..., CGC... etc., por seus representantes signatários desta, com o intuito de colaborar com a plenitude das investigações e o esclarecimento de todas as possíveis irregularidades e delitos, bem como a responsabilização dos seus autores diretos e indiretos, vem de livre e espontânea vontade colocar à disposição desta Comissão Mista todas as suas movimentações bancárias, declinando do seu direito constitucional ao sigilo bancário em favor desta CPMI. Para tanto, autoriza expressamente o Banco Central do Brasil e as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional a fornecer a esta CPMI todas as informações com relação às movimentações financeiras que sejam julgadas necessárias à apuração.

Brasília, 12 de Julho de 2005.”

Assinam o Presidente, o Secretário-Geral e o Tesoureiro, que eu passo a V. Ex^a, só com o pedido de dar o recebido e me entregar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado, consideramos encaminhado o ofício. Na quinta-feira, em reunião técnica desta Comissão, nós vamos tomar as providências necessárias, fruto do ofício ora encaminhado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito brevemente, Sr. Presidente, quero primeiro saudar a iniciativa do Partido dos Trabalhadores de, finalmente, dar sinais de colaboração com a investigação.

Agora, eu gostaria de lembrar, principalmente ao Senador Sibá Machado, que o ideal é que nós possamos, na próxima quinta-feira, com toda a tranquilidade, deliberar formalmente sobre a quebra desses sigilos. Obviamente, já há uma iniciativa de algumas dessas figuras do Partido dos Trabalhadores: o ex-Ministro José Dirceu, o ex-Presidente do Partido, Sr. José Genoino, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Silvio Pereira, e, agora, o Partido coloca as suas contas, o seu sigilo bancário e fiscal, à disposição.

Portanto, eu acho que, independente dessa manifestação de boa vontade, nós devemos na próxima quinta-feira – e aí guardaremos o debate para aquela reunião, para que mais uma vez não venhamos tumultuar uma reunião que transcorre com tranquilidade – deliberar sobre esses requerimentos já apresentados, e a coisa ser feita de maneira bastante formal.

Era esse o comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o nobre Deputado Asdrúbal Bentes. Em seguida, o Deputados Geraldo Tadeu e Eduardo Paes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para concluir esse gesto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para concluir, o nobre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só para dizer que esta Comissão analisa, antes de mais nada, o aspecto jurídico e regimental de qualquer atitude dessa natureza. Então, nós não estamos aqui para fazer nenhum cavalo de batalha, regimental ou não. O que nós queremos dizer é que a atitude dos quatro dirigentes do Partido dos Trabalhadores é deixar a Comissão tranqüila de que as contas e também os seus sigilos fiscal e telefônico estarão abertos a esta Comissão. Portanto, o gesto já está dado e para nós será irrelevante se tenha que votar ou não os requerimentos e os ofícios encaminhados a V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o nobre Deputado Federal paraense Asdrúbal Bentes, por quinze minutos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, meus ilustres pares, vou procurar me inspirar no poder de síntese do Enéas para ser o mais breve possível e não me tornar repetitivo e cansativo, porque creio que, a esta altura, o que se poderia indagar já foi indagado. Não vou aqui ser repetitivo.

Sr. Eduardo, V. S^a tem uma carreira, nos quadros funcionais dos Correios, digna de elogios. Galgou todos os escalões, pela sua competência, dedicação e empe-

nho, e chegou até a ocupar interinamente o cargo de Presidente quando substituiu o Sr. Dipp. Agora, era o Diretor de Tecnologia. Pouco nos importa se galgou por indicação política ou por mérito técnico. O importante é que em determinado momento V. S^a foi o Diretor de Tecnologia e respondia pelos atos praticados naquela diretoria e, solidariamente, pelos atos praticados pelo colegiado. Correto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Correto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V.

S^a informou hoje pela manhã que, desses 23 anos, oito, se não me falha a memória, atuou como Consultor Técnico da Presidência, por onde passaram, nesse ínterim, sete Presidentes. Creio que V. S^a, então, deve conhecer todos os meandros dos Correios e deve ter estabelecido uma comparação entre o **modus faciendi** dos Governos passados e do Governo atual.

V. S^a mesmo informou que grande parte desses convênios, desses contratos, que estão em vigor, advém ainda do Governo passado, de 2000, 2001 e 2002.

Confirma?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Confirmo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E

alguns já do atual Governo, por exemplo, Brasil Telecom e Skymaster são do atual Governo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Sim.

A Brasil Telecom, na verdade, permanece no atual Governo e teve, pelo que me parece um aditivo, mas ele começou também no Governo passado. O contrato original é de lá, mas o contrato permanece e teve um aditivo, parece-me, recente, mas é da Diretoria Comercial.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – No Governo passado e no atual, quais eram os critérios adotados para a celebração de aditivos? Porque me parece uma vala comum para beneficiar determinadas empresas. V. S^a poderia me informar? Porque existe o critério legal, todos sabemos, consta do próprio contrato o permissivo legal para fazer o aditivo. Mas há que se ter uma justificativa plausível porque, do contrário, contrata-se por um preço baixo e vale-se dos aditivos para satisfazer os interesses de determinadas empresas.

Ocorria isso no Governo passado e ocorre agora no atual?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, os critérios da empresa vêm de longo tempo com relação aos aditivos dos contratos, mas...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente por favor...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Mas a grande maioria dos aditivos, nessa hipótese que o nobre Deputado comentou, de se contratar por um preço baixo e fazer um aditivo para aumentar, a grande maioria dos aditivos são de quantidade. Quer dizer então que, se contratou baixo, está-se aditando baixo. O que existe dentro da empresa, o critério que havia e que permanece são esses que mencionamos aqui, que são eventuais reequilíbrios de preço e repactuações depois de doze meses.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Na sua Diretoria V. S^a fez vários reequilíbrios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Alguns. Eu reputo como poucos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Lembra quais?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu mencionei aqui o do consórcio da Embratel e Telefônica, depois de 30 meses, e mencionei aqui o de um consórcio que tem CTIS, Montreal e Politec, os dois que eu me lembro aqui.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E repactuações?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É, na verdade, me corrigindo, esses dois casos foram repactuações, um depois de 30 meses, o outro depois de doze. Reequilíbrio antes de um ano, eu não me recordo de nenhum na área de tecnologia.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em quanto tempo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nos dois anos e meio em que estive lá.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Dois anos e meio que estava como Diretor.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu tenho em mãos aqui várias versões preliminares da Controladoria-Geral da União sobre algumas licitações nos Correios. Uma referente ao Pregão Eletrônico 25/2004, aquisição de equipamentos portáteis, impressoras móveis; Dispensa de Licitação 02/2004, descaracterização de situação emergencial, em que a Controladoria-Geral da União, neste, como no outro, que se refere a variações de quantidade de carga contratada, como no outro, que se refere ao gerenciamento de saúde, as conclusões da Controladoria-Geral da União são contundentes, apresentando valores elevados como lesivos ao Erário. V. S^a tem conhecimento desses contratos, dessas licitações e das conclusões a que chegou a CGU?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Algumas conclusões parciais desses relatórios, afetos à

área de tecnologia, eu tenho conhecimento. De outras áreas não. Esse caso, especificamente, com relação à impressora, como mencionei aqui, eu não reputo como lesivo. Muito pelo contrário, foi contratado, emergencialmente, por um valor abaixo da licitação. Se não tivesse sido feita essa contratação... Vamos fazer uma análise da situação: não houve a contratação. A licitação até hoje não saiu. Nós temos uma receita desses contratos de R\$2 milhões/mês. Essa contratação foi em janeiro. Então eu imagino o contrário. Quer dizer, se não tivesse sido feita essa contratação, o prejuízo era muito maior.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas o que alega aqui a Controladoria é que não foram obedecidos os ditames legais para fazer essa dispensa de licitação. Não foi caracterizada a emergência. E, como disse o Deputado José Eduardo Cardozo, se foi prorrogado o prazo para entrega, então não haveria esse caráter emergencial.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Deputado, como coloquei aqui para o Deputado Carlos Sampaio, isso aí, na verdade, é uma... A contratação, ela é feita, avaliada pelo Departamento Jurídico e autorizada na Diretoria da empresa. Nesse cenário que nós tínhamos na época, na oportunidade da contratação, a Diretoria Comercial, que é quem demandou nesse processo: “Olha, nós temos esses contratos, quatro contratos já firmados, um quinto na iminência da contratação, precisamos de que providências sejam tomadas”, a licitação tinha sido revogada. O que a empresa fez? Ela solicitou às empresas cotações de preços para contratação emergencial, contratou o menor preço, que foi abaixo do preço da licitação, para atendimento disso. O que aconteceu depois, mas é um fato posterior, quer dizer, no momento da contratação, a Diretoria não tinha essa informação, ou seja, esse contrato com a Cepisa não aconteceu, ele teve... Quer dizer, inclusive a ECT está acionando judicialmente alguns dirigentes em função do não cumprimento de decisões judiciais. Quer dizer, isso foi um fato posterior, no momento da contratação estava configurado.

Mas o que aconteceu com essas impressoras? Aquelas impressoras previstas para o contrato, desse contrato da Cepisa, 220... Logo em seguida, foram fechados. E estão fechados e assinados hoje, operando dois novos contratos, um no Rio Grande do Sul, outro em São Paulo. Quer dizer, aquelas impressoras foram utilizadas. Se não tivessem sido, estaríamos tendo prejuízo, não estaríamos executando esse contrato.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Eduardo, voltando à sua indicação para os Correios. Eu só conheço uma assunção a cargo público que não decorra de indicação: é aquela em que o cidadão

entra por concurso. V. S^a assumiu a Presidência interinamente ao tempo do Ministro Miro Teixeira. É claro, é óbvio que foi uma indicação política para que V. S^a assumisse interinamente, num reconhecimento à sua sabedoria como técnico, mas há indicação política. Não pode dissociar o técnico do político, em hipótese alguma, porque o cargo é político, mas exige competência técnica que V. S^a já demonstrou ter.

Então, aqui, na Câmara, já agora na sua indicação para a diretoria de tecnologia, os membros do PL, companheiros do PL, diziam que o Sr. Sílvio Pereira teria informado a eles do PL que V. S^a seria da quota do PL. Vejo que essa diretoria parece que é tão importante que deu margem àquela gravação, V. S^a seria substituído para satisfazer um outro partido que, no caso, seria o PTB, é verdade?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que consta na imprensa e pelo que me comunicou o Ex-Presidente João Henrique.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Que seria o Sr. Ezequiel.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Indicação de quem?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que consta na imprensa seria do Senador Fernando Bezerra.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Apoiado pelo Presidente do Partido, Deputado Roberto Jefferson?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O Sr. tinha relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nenhum.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor falou aqui que recebeu inúmeros parlamentares em seu gabinete e que a maioria teria sido do meu partido, o PMDB?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sinto que há uma certa intenção de querer envolver o meu partido como participante de certas coisas que não participamos. Eu não aceito, não admito. Eu acredito que V. S^a recebeu Deputados de todos os partidos, e também não acredito que V. S^a não tenha recebido, em dois anos, nenhum Deputado do PT em seu gabinete.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Deputado...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor me perdoa, respeito o seu depoimento na parte técnica, mas, na parte política, não existe isso. O Senhor está lá exercendo um cargo em que normalmente os Deputados, os Parlamentares vão lá, e precisam ir, o nosso papel é esse. Não acredito que os do Partido dos Trabalhadores, que são do próprio Governo, não tenham ido em nenhum momento a sua diretoria buscar alguma informação, colher algum subsídio. Acredito que V. S^a recebeu e talvez não lembre, não esteja anotado na sua agenda, porque talvez fosse tão grande a intimidade, o relacionamento que na demandava agendar.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Deputado, primeiramente não vejo nenhum demérito em ter recebido parlamentares do PMDB, muito pelo contrário. Acho que todos os parlamentares que lá recebi, a nenhum deles atribuo ou creio que fez algum procedimento irregular, muito pelo contrário, acho que é função nossa, como gestores públicos, receber os parlamentares. Então, sempre priorizei todos os parlamentares. Só mencionei o PMDB, sem nenhum demérito, simplesmente...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Fico feliz por saber, estou muito satisfeito que V. S^a já confirmou que, em nenhum momento, qualquer Deputado do PMDB foi à sua diretoria pedir algo que não fosse dentro da legalidade. Isso aí me satisfaz por completo.

Sr. Presidente, vou concluir dizendo o seguinte: temos nessas duas semanas ouvido inúmeros depoentes, na qualidade de informantes, testemunhas ou de investigados.

Sr. Presidente, Sr. Relator, vai ser mais fácil tirar leite de pedra do que conseguir algo que contribua para elucidação através de depoimentos. Na realidade, vamos ter que nos debruçar nas provas documentais, essas aí que vão indicar o caminho das pedras para descobrir como e para onde foram os recursos, e se houve realmente essa vinculação com o “mensalão”. Do contrário, vamos continuar aqui 12, 15, 16 horas por dia e, a não ser o Deputado Roberto Jefferson que, embora não tenha apresentado nenhuma prova, se declarou réu confesso ao dizer que recebeu dinheiro do PT para a campanha política do seu Partido, que não foi prestada conta, o que configurou crime eleitoral. Na realidade, o único que contribuiu até agora, efetivamente, para elucidação de algum fato foi o próprio Deputado Roberto Jefferson.

Estou satisfeito e agradeço pela sua participação, que certamente demonstrou ser V. S^a um técnico

competente e que não vai querer jogar fora toda a sua vida funcional em atos ilegais ou imorais.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Asdrúbal Bentes.

Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu, por 15 minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não ultrapassarei os 15 minutos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Deputado Asdrúbal tem total e absoluta razão nas suas palavras. Estamos aqui em razão de ter surgido aquela fita do Sr. Maurício Marinho anunciando um flagrante de corrupção. De lá para cá, temos ouvido os depoentes. Alguns caem em contradições. Mas, como diz o Deputado Asdrúbal, vai ser muito difícil tirar alguma coisa deles, pois o que vemos aqui são depoentes preparados. Não podemos prejudicá-los, porque seria uma leviandade nossa ouvi-los e dizer se são culpados ou não. Mas vejo que já temos muitas evidências e precisamos trabalhar.

Sr. Presidente, há pouco conversei com V. Ex^a e expus uma opinião de que, a partir de agora, considero que a equipe técnica tem que ter todo o apoio necessário, Sr. Relator, que se aumentem os elementos da equipe técnica, com acompanhamento de parlamentares, a fim de que possamos nos debruçar sobre os documentos que temos, que já são muitos. E muitos outros estão chegando. Os processos licitatórios, os contratos, as execuções de contrato, as empresas vencedoras. Na realidade, este é o momento de todas as pessoas que aqui foram colocadas sob suspeita, os diretores que foram afastados, aqueles que foram denunciados – como agora o Senador Sibá Machado fez, colocando à disposição as contas e o sigilo fiscal do Partido dos Trabalhadores –, todas as pessoas que aqui vierem colocar o seu sigilo bancário, fiscal, telefônico à disposição. Vejo que agora temos que trabalhar para saber o caminho – já sabemos mais ou menos. Aqui o empresário Marcos Valério deixou claro o caminho que é feito.

Agora, estamos ouvindo aqui o Sr. Diretor dos Correios Eduardo Medeiros, a quem pergunto se tem conhecimento da entrevista que o Senador Fernando Bezerra deu à revista **Veja** no dia 1º/6/2005.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, tenho conhecimento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor tem conhecimento?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Tenho conhecimento, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor disse que não foi indicação política a sua presença frente à Diretoria Tecnológica.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Disse.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não é indicação política. É por mérito, é pelo currículo, pela experiência que tem, por 25 anos de carreira nos Correios. É isso que o senhor considera?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Essa Diretoria é altamente desejada. E aqui o Senador Fernando Bezerra diz que recebeu uma denúncia de que eles queriam nomear o Sr. Ezequiel, mas que o senhor não saiu porque estava em curso naquela época uma concorrência milionária. O senhor confirma que, nessa época, estava realmente uma concorrência milionária de US\$59 milhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, estava em andamento uma licitação. Como eu já disse aqui, a área de tecnologia não faz licitação, a gente faz especificação técnica. Essas especificações técnicas já eram de conhecimento do mercado há mais de seis meses. Não tinha um questionamento com relação à especificação técnica e lá na reportagem mencionava que ela seria dirigida à Novadata. E venho mencionar aqui que a Novadata não ganhou quase nada nesse período nos Correios.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o senhor tem conhecimento que ele coloca aqui, inclusive, havia aqui... estou colocando que... Não estou fazendo prejudicamento, mas coloca aqui que, nessa licitação, teria aqui uma participação de 20% de quem estava realizando esse processo. Agora, eu quero perguntar para o senhor o seguinte: na licitação da aquisição de computadores, quantas empresas foram convidadas para participar?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, foi um pregão. Isso é disponibilizado na Internet, no Diário Oficial. Então, não é um convite. Elas não são convidadas. Todas as empresas que se interessam retiram o edital...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas foi feito o convite. Quantas se apresentaram?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. O convite é feito só nas situações das contratações emergenciais. Essa única que a gente está falando de impressoras, licitação, essa dos computadores, não foi feito convite para nenhuma empresa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas não houve empresa que respondeu que não vendia computador?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ah, não. Isso aí não é na licitação. Isso aí é previamente, perguntando o seguinte: para estimar o valor e reservar o orçamento, é encaminhada a especificação... há uma intenção da empresa de fazer a licitação e se pergunta: qual é o valor do orçamento estimado para isso?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas uma empresa do porte dos Correios, na condição que o senhor tem, dos funcionários que, realmente, têm os Correios, como é que envia numa pré-seleção para três empresas que não vendem computador?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade, essa especificamente que a gente está falando não era uma licitação apenas de computador, era desses *kits* de banco postal *inside*. Então, ali tinha computador, impressora, *no-break*. Eram nove itens de componentes, um *kit*...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas são todos de informática.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, mas...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Todos de informática, como é que três empresas são convidadas, são pré-selecionadas para ver preço, para ver todo esse processo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Foram encaminhadas para nove empresas. Três responderam à pesquisa de mercado...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ...que não vendem esses equipamentos.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Três responderam à pesquisa, dizendo o seguinte: meu preço é x, que deu aquele valor que foi publicado lá na reportagem. Então, aquilo, empresas oficiais. O repórter menciona na revista lá que ele teria feito ligações para as outras seis empresas e que, delas, três teriam dito que não vendem aquele objeto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, deixa eu dizer para o senhor. O senhor tem conhecimento de que o Tribunal de Contas coloca 90 contratos dos Correios sob suspeita?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Desconheço... Tenho conhecimento dessa informação. Desconheço os 90 contratos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor desconhece?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Desconheço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom. E veio aqui hoje o Dr. Antônio Osório, que colocou que, quando chegou lá, assumiu a direção, e ele viu que o contrato do correio postal, a concorrência, que o Banco do Brasil seria um banco oficial que teria

que participar dos Correios, que é uma entidade oficial também, e que o Banco do Brasil não participou da concorrência e que a Caixa Econômica, deliberadamente, colocou os preços para perder a concorrência e quem venceu foi o Bradesco. O que o senhor fala disso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como esse não é um processo da minha área, vou mencionar aqui até para colaborar aqui, a informação que tenho sobre esse processo antigo...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor conhece...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, conheço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pelo que o senhor me falou, vocês discutiam, todos os diretores discutiam as questões dos Correios de um modo geral.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o senhor conhecia esse processo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Apesar de que esse processo é lá da gestão anterior, que não era nossa, mas conheço sim. Tenho informação. A informação que tenho é que, nessa licitação, tinham dois preços a serem cotados. Um era tipo um ágio para conseguir o serviço, a exclusividade para ter exclusividade de correspondente bancário dos Correios; e outra eram as tarifas que iriam remunerar os serviços, um extrato x, um talão de cheque, quer dizer, todos os serviços. Então, tinham dois componentes de preço. Esse componente de preço de ágio, a Caixa Econômica cotou zero. Ela deu os preços de tarifa: por um extrato, eu pago tanto. Agora, pagar ágio para entrar, ou qualquer nome que se dê, quer dizer, aquele valor inicial para entrar, ela pagou zero. O Bradesco pagou duzentos milhões, e o Itaú, se não me engano, pagou setenta, setenta e poucos milhões. Pagou, não; cotou na proposta setenta e poucos milhões. E a Caixa Econômica realmente cotou zero nesse item e cotou só os valores de prestação de serviço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, ela entrou para não ganhar.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não sei se foi para não ganhar ou se de repente questões orçamentárias, empresas públicas têm dificuldade de chegar e ter um aporte de recursos para entrar em uma licitação e pagar de imediato, que seria em *cash*.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Qual a sua relação com o Sr. Eunício de Oliveira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Com quem?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com o Eunício de Oliveira.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ele era o ex-ministro e eu estive com ele em algumas poucas oportunidades, em alguns eventos, acompanhado dos presidentes da empresa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor foi nomeado diretor na gestão de qual ministro?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Do Ministro Miro Teixeira. Eu tive um relacionamento, por um curto período, com o Ministro Eunício Oliveira, naquele período em que eu estava respondendo pela Presidência dos Correios. Então, eu fiquei um período na gestão do ex-Ministro Miro Teixeira e um período com o ex-Ministro Eunício de Oliveira, eu como Presidente Interino.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço desculpas, pois, às vezes, o processo aqui é muito complexo. Nós ficamos aqui horas e horas, e não saímos do lugar nas questões que estamos aqui argüindo. Às vezes, ficamos até tontos de tanta... Mas, então, fica aqui a minha sugestão de um trabalho redobrado junto à equipe técnica para vasculhar todos os documentos que nós já temos apresentado. Como o senhor diz que a sua indicação, Sr. Eduardo, é puramente técnica, que o senhor não tem ligação política com ninguém, com partido nenhum, eu perguntaria ao senhor se o senhor colocaria o seus sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição da Comissão.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Deputado, eu não tenho nada a esconder com relação a todos os meus sigilos. Eu penso que esse é um critério da Comissão. O que a Comissão decidir, eu não tenho nada a ...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu gostaria de fazer mais uma sugestão, Sr. Presidente. Os depoentes chegam aqui, como é o caso de algum depoente que nós temos lá atrás, que está aqui desde de manhã, desde as nove horas, quando ele chegou. Eu acho que depoente, nós não podemos prejudicar. Não posso prejudicar o depoente que aqui está. Eu não fiz as perguntas prejudgando, mas apenas no dever de aqui esclarecer os fatos. Mas estamos aqui para trabalhar, para ficar o dia, para varar a noite. Não tem problema nenhum. Mas, nas próximas, que se fizesse um horário para que eles possam chegar aqui. Um, pela manhã; o outro, no meio do dia; o outro, mais tarde. Ou dois por dia. Porque, na realidade, às vezes, é até desumana a maneira com que eles ficam ali, na apreensão que ficam. É uma sugestão que eu faço a V. Ex^a e ao Relator também.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. É que em alguns depoimentos, infelizmente, as pessoas convocadas não podem acompanhar os depoimentos daqueles que os antecederem. Então, em muitas situações, isso aconteceu. Mas nós já decidimos que, daqui para frente, passada esta semana, nós teremos um depoente por reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

É importante também registrar que, em uma conversa com as Lideranças, nós, efetivamente, passada a próxima semana – quando teremos as oitivas do Sr. Silvio Pereira e do Sr. Delúbio Soares –, a CPMI vai se debruçar na última semana de julho sobre a massa de informações já disponíveis e que são absolutamente importantes para um trabalho de investigação. Ou seja, uma CPI não vive só de oitivas. Depois de tudo que nós já conseguimos registrar com relação a essas audiências todas realizadas, agora é preciso um trabalho de profundidade, de análise de dados do sistema financeiro, dos contratos. E é essa a intenção.

Vou passar a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Comprometo-me com V. Ex^a a ser breve; parece-me que o depoente já respondeu uma série de indagações no dia de hoje.

Tenho uma curiosidade enorme, Dr. Eduardo. Muito boa noite.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Boa noite.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Tenho uma curiosidade enorme em entender – e não vou aqui me ater a um ou outro contrato; creio que as indagações já foram feitas –, tenho uma enorme dificuldade e uma curiosidade enorme em entender a origem daquilo que me parece um conflito interno havido dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Portanto, gostaria que V. S^a – sei que V. S^a já falou aqui um pouco sobre isso – me explicasse qual era o papel específico do Sr. Maurício Marinho? De que forma ele perpassava ou entrava nas outras diretorias? Vou tentar formular melhor. Parece-me que as diretorias tinham – pelo menos foi isso que tentou fazer crer aqui o Sr. Maurício Marinho no seu depoimento – tinham quase que uma gestão vertical, ou seja, dificilmente algo, um procedimento ou uma licitação, ia de uma diretoria a outra. O departamento do Sr. Maurício Marinho passava... Os seus procedimentos licitatórios passavam pela diretoria do Sr. Maurício Marinho?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, Sr. Deputado. Todos os processos da empresa...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Sr. Presidente, não consigo ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sei que muitas pessoas já estão cansadas. Peço um pouquinho de paciência e de silêncio até para que possamos ouvir as interpelações do Deputado Eduardo Paes e as respostas do Sr. Eduardo Medeiros.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Deputado, de praxe, todas as licitações, exceto as Comissões Especiais de Licitação, passavam pelo departamento do Sr. Maurício Marinho; de todas as áreas, isso era canalizado para lá dentro daquele fluxo. A área demandante ia para a área, no caso da tecnologia, vinham os pedidos de computadores, que faziam a especificação e passava para o Departamento de Contratação.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Isso, por exemplo, acontecia entre a sua Diretoria de Tecnologia e a Diretoria de Operações ou o contato entre vocês era nenhum, no sentido de trâmite processual dentro da empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Dentro desse fluxo, nós tínhamos também, em algumas ocasiões, algumas demandas de equipamentos de informática oriundos da área de operações. Aí o fluxo era esse, vinha da área de operações para a área de tecnologia.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – O Deputado Roberto Jefferson usa uma expressão para definir o Sr. Maurício Marinho, chamando-o de “petequieiro”. Diz que ele recebia uma “peteca”, um valor pequeno. V. S^a já tinha conhecimento ou tinha ouvido falar – e é importante que V. S^a me responda com tranquilidade a esse questionamento – tinha ouvido falar ou ouvido algum boato de que o Sr. Maurício Marinho, por exemplo, num determinado contrato da sua diretoria, teria abordado esse ou aquele empresário, enfim, ou algum fornecedor para levar algum tipo de benefício ou uma “peteca” – utilizando-me de uma expressão “jeffersoniana”?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na verdade é o seguinte: o contato meu próximo com o chefe de departamento de outra área, com ele especificamente, era quase nenhum.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Mas essas coisas a gente ouve falar na empresa, não é?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não. O que eu percebi em algumas ocasiões, que me trouxeram, em alguns poucos casos, aconteceram, que a gente imaginou, tipo assim, de vazamento de informação de especificação técnica. Não necessariamente teria sido de lá, porque naquele fluxo...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – O senhor poderia dizer quais os casos? Citar alguns exemplos desses casos em que houve vazamento de informações?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Foram, nesses dois anos e meio, uns dois ou três casos, não me recordo quais seriam especificamente.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Nenhum dos casos? (Pausa.)

Temos um tempo pequeno aqui, mas V. S^a pode pensar com tranquilidade.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Se eu me lembrar eu...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Muito bem. V. S^a afirma que soube, mas a sua maior desconfiança desses vazamentos de informação referiam-se ao departamento do Sr. Maurício Marinho?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não necessariamente. O fluxo é muito...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Qual era a desconfiança? Essas coisas a gente sempre... Eu já descumprí uma função no Executivo. E quando temos uma situação dessas – nosso Presidente foi diretor da Petrobras, vários Deputados aqui, vários Parlamentares cumpriram funções já no Poder Executivo. A gente sabe como são essas coisas: tem lá o vazamento de uma informação, uma determinada coisa, a gente sabe: olha, aquele departamento ali é mais perigoso, não é... Tem sempre um risco...

V. S^a desconfiou, em algum momento, que fosse ali no Sr. Maurício? Com muita tranquilidade... Eu acho que V. S^a, como disse o Deputado Carlos Sampaio, aqui presta um belo depoimento, com tranquilidade...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, eu acho... Até, até poderia ser. Ou seja, como o fluxo passa por ali e ali, como a gente percebeu, era um departamento que tinha um contato muito frequente com fornecedores... Por exemplo, a especificação passa no Departamento Jurídico. Agora, como o Departamento Jurídico não tem muito contato com fornecedor, poderia ser? Poderia. Mas é uma hipótese muito improvável.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – V. S^a já lembrou de algum desses dois ou três casos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Não conseguiu lembrar ainda. Algum assessor seu lembraria – para podermos talvez... – que tenha lhe prestado assessoria enquanto o senhor ocupou o cargo de Diretor? Nós poderíamos, eventualmente, até o fim desta audiência, ter essa informação? Ou, posterior-

mente, o senhor poderia encaminhar esses dois ou três casos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu poderia encaminhar, sim. Com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Agora, que procedimento e que atitude V. S^a tomou com relação a essas licitações em que houve vazamento de informações e que lhe causaram, certamente, algum desconforto?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós passamos a cancelar a especificação técnica...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Perdão...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós passamos a cancelar a especificação técnica para ...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Não entendi...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Cancelar a especificação técnica, até para, em eventuais alterações de especificação técnica, ficar, digamos assim, como está cancelado, ...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Quer dizer, o senhor – perdão –, eu tinha entendido que o senhor fazia referência ao suposto vazamento de algumas informações para as partes interessadas. O que o senhor está dizendo agora é que essa suspeita era uma suspeita não de vazamento de informações, mas de que, eventualmente, especificações técnicas colocadas na instrução que V. S^a fazia, ou a sua diretoria, eram alteradas em algum lugar?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Na verdade, é o seguinte. Como nós não tínhamos... Como eu não imaginei uma forma de como nós poderíamos... Era uma hipótese, em algumas oportunidades poucas. O que se poderia fazer com relação a evitar um vazamento de informação se não sabe de onde e o fluxo é grande? Então, uma das hipóteses, até para evitar uma possível alteração do edital, era a chancela, o que foi possível fazer.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Perfeito. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente. Primeiro, acho que é importante deixar muito claro para o depoente – e já concluo – é importante que o senhor tenha a certeza e a convicção de que nós estamos todos imbuídos do sentido de apurar os fatos. Como disseram vários Parlamentares e o próprio Presidente neste momento, uma CPI não se fará só com depoimentos. Seria ótimo – e adiantaria o nosso trabalho – se nesses depoimentos aqui prestados, por exemplo, em um caso como esse que acabei de lhe indagar, as pessoas pudessem dar respostas mais objetivas e sinceras. Eu não tenho dúvida nenhuma – e não quero aqui fazer nenhum tipo de pré-julgamento ou acusá-lo de nada – de que V. S^a,

como tantas outras figuras dentro da empresa de Correios e Telégrafos, já havia ouvido falar do Sr. Maurício Marinho e das suas estripulias no departamento que ele comandava. É importante que V. S^a entenda que a Comissão já está, mas vai ainda mais se aprofundar e se debruçar sobre todos esses procedimentos, sobre todos esses contratos licitados ao longo de um bom período de tempo. Portanto, quanto mais V. S^a puder colaborar em seu depoimento aqui nas respostas que dá, certamente V. S^a estará dando aqui uma demonstração de total isenção, de não participação com qualquer tipo de petequiro, e estará principalmente permitindo que os esclarecimentos que a sociedade exigem sejam prestados. É importante que se saiba que os membros desta Comissão já têm a clareza de que, talvez, essa divisão dos Correios... E V. S^a se diz o único técnico dos diversos diretores nomeados. Eu não vou insistir nessa tese, porque, me parece, V. S^a não vai responder em hipótese nenhuma. Vários Parlamentares tentaram aqui arrancar de V. S^a quem é o seu padrinho ou que grupo pode ter lhe apadrinhado – eu não vou insistir nessa tese. Mas é óbvio que, excluindo V. S^a, ali tinha uma diretoria de um Partido, uma diretoria de outro Partido, uma diretoria de um terceiro Partido e, provavelmente, uma diretoria de alguns, de alguns grupos ou figuras ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Está muito claro para os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E o que fica mais claro ainda é que o Sr. Maurício Marinho, pelo seu jeito, com o seu jeito petequiro de ser, causava um profundo incômodo em todas as outras diretorias, porque ele certamente avançava ou na instrução, ou no acompanhamento da execução contratual, certamente ele avançava naqueles que eram interesse de outras diretorias. É importante que essas questões fiquem claras, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Vou chamar aqui os próximos inscritos: Senador Heráclito Fortes e Deputado Álvaro Dias.

Agora, passo a palavra para o Deputado Jorge Bittar.

Estamos autorizando – vamos colocar sobre a mesa – as inscrições para o último depoimento do dia; depoimento do Sr. Maurício Madureira.

Eu gostaria, por favor, que V. Ex^{as} assinassem ali, no canto, sob o risco de prejudicar o bom andamento dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

Para concluir o depoimento do Sr. Eduardo Medeiros, vou passar a palavra para os reinscritos: Deputado

Arnaldo Faria de Sá, Senadora Heloísa Helena, Deputado ACM Neto e Deputado Pompeo de Mattos.

Três minutos cada um e encerramos a segunda oitiva.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Eduardo Medeiros, prometo ser rápido e objetivo, Sr. Presidente, até porque muitas das questões que eram objeto de dúvidas minhas já foram aqui esclarecidas.

Quero, em primeiro lugar, elogiar a postura do Sr. Eduardo Medeiros. Não se furtou a responder a nada. Respondeu com objetividade, de forma direta e demonstrou conhecimento da matéria, o que é motivo de orgulho para todos nós também, porque sabemos que os Correios têm funcionários de carreira altamente qualificados, que estão em sintonia com a própria imagem e com a própria qualidade do trabalho que os Correios fazem nacionalmente.

Sobre a polêmica se a indicação foi política ou não, acho que devemos entender que pessoas podem, sim, alcançar cargos da alta direção de empresas públicas a partir de seu mérito de carreira. É desejável que isso ocorra, até para uma administração mais profissional no País. Acho que diretores podem ser indicados pelo critério da competência e da vinculação política ou partidária, mas diretores podem ser indicados pelo caráter predominantemente técnico. E me parece ser o caso do Eduardo Medeiros. Ele disse: “Eu tenho o apoio do corpo de funcionários de nível superior da empresa, eu tenho o apoio de boa parte do Sindicato dos Trabalhadores”. Ou seja, é uma conquista legitimada pelo seu trabalho sério, pela sua coerência, enfim, de companheiros de trabalho. Isso é legítimo, acredito.

Digo isso porque aqui se tentou emparedá-lo. Ele terá que ser obrigado a dizer que foi o partido A, B ou C; ou fulano, ou sicrano, ou beltrano que o indicou; o QI dele. Quero me contrapor um pouco a essa idéia e quero dizer que, em muitas outras empresas públicas, há condições disso. O nosso Presidente aqui foi da Petrobras e sabe que boa parte dos diretores da Petrobras ou são diretores de carreira, ou poderiam ser diretores de carreira. Tem muita gente qualificada dentro daquela empresa. Eu gostaria que a administração direta no Brasil fosse assim também, porque, dessa forma, vamos evitar aquilo que a gente chama “o loteamento de cargos”, tão impróprio, que nos traz tantos problemas, como alguns que estamos verificando aqui neste momento.

Acho que os acordos político-partidários são necessários, mas devem ser feitos predominantemente em cima de objetivos programáticos, porque é isso

que constrói um projeto democrático sério, um projeto de nação.

Acho, sim, que vamos ter que avançar na discussão da reforma do Estado, na reforma administrativa, para, gradualmente, ir limitando os cargos públicos à disposição para livre nomeação. Que boa parte dos cargos públicos sejam ocupados por critérios exclusivamente de mérito, de carreira, a meu ver será uma conquista importante para o projeto democrático brasileiro.

Eu gostaria, de maneira direta, apenas de precisar que ouvi com atenção as questões que lhe foram colocadas pelo meu companheiro de Partido e brilhante advogado, companheiro José Eduardo Cardoso, que levantou um questionamento sobre se a licitação deveria ter sido revogada ou cancelada. Eu não vou entrar no mérito dessa questão porque não sou advogado, enfim, não me sinto em condições, mas imagino que essa licitação deva ter sido submetida, que o critério para revogação deva ter sido submetido ao setor jurídico dos Correios. É isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como eu disse, aqui, para o Deputado Eduardo Paes, na verdade eu avancei na resposta sobre esse assunto, uma área que, na verdade, não é nem minha.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ou seja, a revogação foi proposta pelo Departamento Jurídico e feita, e decidida pelo presidente da empresa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Então, eu estava tentando justificar o motivo, a validade e a economicidade da futura transação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. Então, houve suporte jurídico com relação a isso.

Segunda questão: havia, de fato, pelo que pude entender, contratos já celebrados pelos Correios que necessitavam da disponibilidade dessas impressoras para serem colocados em prática. É o caso de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Foi isso que o senhor disse?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nós já tínhamos quatro contratos já celebrados e um quinto em vias de.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Que é o contrato da Cepisa.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Da Cepisa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer, o fato de termos trinta e poucas impressoras em estoque, de 500... foram 500 impressoras compradas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Quinhentas impressoras.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. É isso que eu gostaria de ponderar um pouco com meu companheiro, a quem respeito muito: o fato de existirem 35 impressoras em estoque não significa, necessariamente, que tenha havido uma violação do significado, da urgência de uma licitação, se predominantemente você alcançou aquele objetivo que permitiu aos Correios faturarem, enfim, R\$20 milhões e tanto, tal como V. S^a aqui determinou.

Como disse, não vou entrar no mérito jurídico. Temos que analisar juridicamente se foi correta ou não a revogação e não o cancelamento, mas me parece correta.

Esse processo foi submetido e já foi apreciado pelo Tribunal de Contas da União? O senhor saberia me dizer?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que não. Que eu saiba, esse é o relatório preliminar da Controladoria.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei. Está certo.

Bom, eu quero salientar, porque foram feitas diversas indagações a V. S^a sobre os contratos na área de tecnologia. Eu tinha indagações a fazer sobre a Novadata, HHP.

Eu me recordo que quando o Sr. Marinho ou o Sr. Roberto Jefferson... o Sr. Marinho fez menção: a HHP é uma empresa ligada ao PT. Recordo-me perfeitamente dessa afirmação leviana, infundada, e aqui não pude verificar nenhum tipo de ligação com o nosso Partido e nenhum tipo de irregularidade ou ilicitude nas relações entre a Novadata, a HHP e tantas outras empresas que são ou fornecedoras ou prestadoras de serviços na área de informática.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, nesse caso específico, eu me lembro, eu me recordo de o próprio Maurício Marinho mencionar, aqui, exatamente isso, quer dizer, que nós revogamos uma licitação, contratamos a HHP, que seria do Sr. Sílvio Pereira, que teria... quer dizer, não tem...

Primeiro, não sei de onde ele tirou isso. Segundo, que já mencionei aqui, que não foi da HHP. Ela participou daquela licitação, mas não foi comprada da HHP, foi comprada da Siom, quer dizer, então, duas informações aqui que...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu quero, então, caracterizar a absoluta irresponsabilidade do Deputado Roberto Jefferson e do Sr. Marinho, que, mais uma vez, repito, usaram a tática do gambá. O gambá, quando acuado, espalha o mal cheiro para se defender. Então, procuraram fazer acusações generalizadas para buscar se esconder das suas responsabilidades

em fatos graves, lamentavelmente comprovados, já, por meio de gravações, ocorridos nos Correios.

Eu gostaria de perguntar ao senhor sobre isso: como o senhor tomou conhecimento da gravação famosa dos Correios?

O senhor, como diretor dos Correios, em que momento tomou conhecimento dessa informação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu tive uma informação do ex-diretor Robson Khoury, ex-diretor de Recursos Humanos, que comentou, acho que na sexta-feira, ou no final do dia, uma coisa assim, uma eventual reportagem da revista **Veja**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Foi na véspera da publicação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na véspera, sexta-feira.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ou foi no dia 13?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, dia 13.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Antes disso, o senhor não tinha tido nenhuma indicação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, nenhuma informação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tinha... bom, aqui já foi perguntado, apenas rapidamente...

O senhor tinha informações sobre atitudes incorretas ou ilícitas na Diretoria de Administração ou na Decam?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. O meu questionamento, com relação ao processo de contratação, era com relação à morosidade. Só isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

O senhor tinha informação, ou algum empresário tinha lhe procurado, ou o senhor teria ouvido falar sobre insatisfações de empresários – fornecedores, prestadores de serviços – via Diretoria de Administração com os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Me procurado? Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Chegou até o senhor informações sobre insatisfação de empresários, fornecedores dos Correios, insatisfeitos com a eventual manipulação de informações, de licitações, enfim, que pudessem estar prejudicando esses empresários nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Houve alguma tentativa de interferência indevida da Diretoria de Administração ou da Decan na sua Diretoria?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não. De forma indevida, não. Eles participavam dentro desse processo, desse fluxo normal aqui.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. Me dou por satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Vamos, agora, concluir com três minutos, em uma rodada rápida. Quero, na próxima oitiva, definir 10 minutos, no máximo, para as intervenções de cada Parlamentar. Também, com absoluto rigor, vamos perseguir esse tempo.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá; em seguida, a concederei à Senadora Heloísa Helena, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, ao Deputado Pompeu de Matos.

V. Ex^{as} disporão de três minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Eduardo, V. S^a conhece o Sr. Saul Ferraz?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não ouvi, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a conhece o Sr. Raul Ferraz?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Saul Ferraz?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recordo desse nome não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a conhece o senhor Marcos Freitas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Marcos Freitas? Também não me recordo desse nome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece a empresa AMFM?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – AMFM? Também não me...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece o escritório Terra, lá de São Paulo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Terra?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a conhece o senhor Luís Antonio?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Também não me recordo desse nome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a conhece o Consórcio Alfa.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. Formado pelas empresas Novadata e Positivo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o nome das empresas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Novadata e Positivo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi o privilégio dado a esse Consórcio?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eles ganharam uma licitação, em 2002, para fornecer os equipamentos do *kit* banco postal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o valor dessa licitação?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Como a licitação não foi da minha área, foi da área Financeira, eu vou mencionar aqui, mas não tenho certeza: foi em torno de R\$90 ou R\$100 milhões. Alguma coisa assim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Noventa ou cem milhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Acredito que sim. Não tenho certeza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais as Diretorias que o PMDB tinha nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo que já foi comentado aqui, pelo que a gente ouvia dizer, as Diretorias que eles tinham: a Presidência, a Diretoria Financeira, a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria Comercial, e essa informação, que me parecia, acho que o próximo depoente vai poder dizer, que era do Diretor Madureira, seria do PMDB. Mas, essa a informação que eu tinha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o PTB, tinha quais Diretorias?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Diretoria de Administração.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o PDT, teve quais Diretorias?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Diretoria Financeira, Diretoria Administrativa e Presidência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o PT, teve quais Diretorias?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na gestão anterior ou nesta?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na anterior e nesta.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Na gestão anterior, que eu saiba, nenhuma indicação; e nesta, o que tem se comentado aqui, que seria a minha indicação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só a sua? A única?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não. Corrijo: tem-se comentado que seria a minha e a do Diretor Madureira, porque eu vi na publicação e tal, em algumas revistas saíram também que seriam do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nessa atual, o PT teria duas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua e a do Madureira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual seria a mais importante: a sua ou a do Madureira?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso é uma avaliação do nosso ex-Presidente, ele sempre dizia que na avaliação dele a Diretoria mais cobiçada e a mais importante – isso é a avaliação do ex-Presidente – seria a Diretoria de Operações; a segunda, estaria entre a Tecnologia e Comercial e, depois, vem a Administrativa e as demais Diretorias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A de Tecnologia é a sua?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim. Era a minha Diretoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a briga toda valeu a pena, na sua opinião?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Que briga, nobre Deputado? Que briga? Eu não entendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A briga que está aí e que está se desenvolvendo até agora.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acredito que tudo isso que está acontecendo foi em função da gravação daquela fita. Não tem aspecto político nisso. Foi uma fita, que foi gravada, com uma pessoa recebendo o dinheiro, de terceiros...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quanto dinheiro?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Três mil reais. Discorrendo sobre atividades que ele... se considerava parte daquilo que está acontecendo lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, R\$3 mil, na sua opinião, desencadeou tudo isso. E veja bem o que aconteceu em São Paulo na última sexta-feira: uma mala com R\$209 mil e US\$100 mil na cueca – e nada disso é importante!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

Senadora Heloísa Helena não está presente.

Deputado ACM Neto. V. Ex^a tem três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, hoje, nesta Comissão, celebra-se o dia dos Advogados. Primeiro, o Sr. Eduardo Medeiros, Advogado do Sr. Sílvio Pereira; depois, o Deputado Bittar, advogado do Sr. Eduardo Medeiros. Então, se é assim, quero advogar pela causa de alguém, e gostaria de fazer justiça: vou advogar pelo Deputado José Eduardo Martins Cardozo, que foi injustamente contestado pelo seu companheiro de Partido, o Deputado Jorge Bittar, para quem mais de trinta impressoras não representa absolutamente nada.

É a primeira pergunta que faço ao Dr. Medeiros: por quanto estava avaliada cada impressora, Dr. Medeiros?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não tenho de cabeça; vou ter que olhar aqui. Acho que estava em torno de R\$4 mil ou R\$5 mil, alguma coisa assim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Cada impressora por volta de R\$5 mil?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ou seja, mais de trinta impressoras vezes R\$5 mil. Vamos colocar trinta impressoras vezes R\$5 mil, são R\$150 mil.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Para uma receita de R\$2,5 milhões do contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que não é quase nada para o Deputado Jorge Bittar. Mas, pensando bem, realmente não é quase nada para o que foi encontrado com o assessor do irmão do ex-Deputado José Genoíno.

Sr. Presidente, como o tempo é muito escasso, gostaria de dizer que, de fato, pairam muitas dúvidas sobre as denúncias na Diretoria de Tecnologia. O Sr. Eduardo Medeiros se mostrou aqui um profissional que conhece a área, um profissional gabaritado, mas infelizmente não conseguiu dar uma justificativa lógica para este problema que envolveu a aquisição das impressoras. Ao nosso ver, somente este fato é suficiente para atestar a existência de procedimentos irregulares na Diretoria de Tecnologia que é chefiada pelo Sr. Eduardo Medeiros.

Mais uma vez, eu queria chamar a atenção para o fato de que foi feito um parecer do Tribunal de Contas da União, do Ministro Ubiratan Aguiar, que está juntado àqueles documentos, onde se mostra claramente que os Correios e sua diretoria agiram de forma irregular e imprecisa.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que vamos ter que fazer realmente um esforço con-

centrado – V. Ex^a está com razão – para conhecer a fundo a execução desses contratos. Não basta apenas ter os indícios de irregularidades; vamos precisar conhecer a execução desses contratos, porque tenho certeza de que em muitos desses contratos da área de tecnologia vão aparecer irregularidades.

Como o tempo não me permite mais, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr.

Presidente, farei rapidamente uma colocação para, depois, fazer alguns poucos questionamentos, até porque o tempo urge e hoje é um dia um pouco especial para nós.

Primeiro quero dizer como as coisas acontecem muito rapidamente nesta CPMI. Terminamos, na semana passada, ouvindo duas figuras importantes para esta Comissão: o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Fernanda Karina; fazendo uma espécie de contraponto: um mentindo e o outro falando a verdade. E imaginávamos que haveria uma trégua devido ao final de semana que ocorria e, quando chegamos aqui, as notícias surpreendem em todo País, não só pela confirmação de tudo aquilo que dizia o Roberto Jefferson quando apontava: sai daí José Dirceu – saiu; sai daí José Genoíno – caiu; sai daí Delúbio – caiu; sai daí Silvinho – caiu. Ainda bem que ele não pediu para o Presidente sair, e é perigoso que diga e nós não queremos que diga isso, até porque acho que o Lula não merece assertivas dessa natureza.

Mas a verdade é que chega o final de semana e encontra um assessor de um Deputado, irmão do Presidente do PT, com US\$100 mil na cueca. Bota tamanho de cueca nisso! Imagino o engendramento que fez para carregar tanto dinheiro na cueca. E a gente acha que é pouco; daí, encontra outro Deputado com R\$10 milhões em malas, malas, malas. Isso assusta, impressiona, choca, e a opinião pública fica com os dois pés atrás.

E aí, volto a repetir o que disse lá, na tribuna da Câmara, quando fui questionado, e pediram que eu retirasse o que disse, e não retirei. Repito o que algumas pessoas lá foram me dizer: “Pompeo, se gritar pega ladrão, sobram poucos”. Eu lhes digo: Alto lá. Tem gente digna nesta Casa, e é a maioria, embora muitos não mereçam essa dignidade. Mas tem gente digna, gente honrada e gente séria trabalhando no Parlamento. Esse é o nosso compromisso, nosso dever e nossa obrigação. Eu diria que aqueles que integram esta CPMI se esmeram exatamente no sentido de fazer a sociedade entender que vamos fazer a assepsia

nesta Casa, e tudo o que aconteceu nos Correios, Sr. Eduardo Medeiros, é a ponta do *iceberg*, porque os Correios são um pouco o ato e um pouco o fato. Servem de fio da meada, de bode expiatório, mas não há como negar que os Correios são o princípio, mas não o fim. O princípio em função da gravação que houve, mas não é o fim em si mesmo, porque, a partir dali, desenrolou-se o novelo, e foram surgindo coisas, coisas e muitas coisas. Acredito que há muita coisa errada nos Correios, mas tem muito mais coisas erradas fora do que na própria instituição Correios. Então, se ficarmos rodeando apenas dentro dos Correios, vamos equivocamos e perder a referência por conta de tudo aquilo que está acontecendo à nossa volta e que esta CPMI tem de perquirir.

Por isso, acompanhei desde o início a formação da direção dos Correios quando o Governo Lula se instalou, até porque foi convidado o Deputado Miro Teixeira – o convite foi feito um pouco às avessas, não pela direção nacional do PDT, mas guindado à condição de Ministro; convidou um colega nosso, Deputado Aírton Dipp, um homem que tenho como honrado, digno, hoje Prefeito de Passo Fundo. O Deputado Aírton Dipp presidiu os Correios, levando consigo o Dr. Carrion, que pergunto se o senhor conhece.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço, conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que função o Dr. Carrion exercia nos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ele foi o diretor econômico-financeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Diretor financeiro. E o Dr. Gabriel Fadel?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Foi diretor de administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Diretor de administração. O senhor conhece os três?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Conheço os três.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em que período eles trabalharam com o senhor?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Aproximadamente um ano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aproximadamente um ano. Qual é a opinião, a impressão que o senhor tem da atividade, primeiro, do Carrion?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Dos três.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, concluindo. Tive até um pouquinho mais de tolerância com V. Ex^a, porque faz aniversário hoje. Então, até tivemos uma tolerân-

cia maior, mas, por favor, conclua, porque temos ainda mais uma reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom, Sr. Presidente. Conceda-me mais um minuto para concluir. Perfeito.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Positiva, uma avaliação muito positiva dos três.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como pessoas? Como profissionais?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, como pessoas e como profissionais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nesse episódio – é tão-somente essa pergunta – da Sky-master e de outros contratos, houve, por parte da direção dos Correios, presidida pelo até então Deputado Airtton Dipp, a diminuição dos contratos com economia para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos? O senhor acompanhou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não era da minha área, mas, sim, houve. Houve essa redução.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual foi o percentual da redução com os contratos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O próximo depoente é quem tem todos esses dados. Eu não os tenho, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É significativo? Não é significativo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, foi significativo. Não tenho o percentual, mas foi significativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Traduzidos em milhões?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, milhões, milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De economia para os Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Isso, de economia para os Correios

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o senhor pode afirmar, a respeito da administração do Deputado Airtton Dipp, do Dr. Carrion e do Gabriel Fadel, dos três enquanto lá estiveram, que foi uma administração honrada?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E em favor dos Correios?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esse era o depoimento que queria de V. S^a, nesse curto espaço de tempo. E vamos seguir, tenho certeza, com

outros depoimentos, Sr. Presidente, aprofundando, até para separar o joio do trigo. Acho que temos de fazer essa leitura final. Assim como nesta Casa há gente boa e gente ruim, nos Correios também, Sr. Presidente, tem gente boa e gente ruim. Teve gente boa e teve gente ruim. Sempre digo que uma laranja podre apodrece um cento e apodrece um cesto, mas não é porque há uma ou algumas laranjas podres no cesto que vamos jogá-lo fora. Não é porque há alguns problemas nos Correios, e há...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...que vamos dizer que todas as diretorias dos Correios foram feitas de bandidos. Tenho o exemplo desses três diretores, Airtton Lângaro Dipp, Dr. Carrion e Dr. Gabriel Fadel como homens probos e honradas, que saíram de lá com a cabeça erguida. Nós vamos conferir isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

V. Ex^a solicita a palavra pela ordem, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Eu me inscrevi, Sr. Presidente. Eu me inscrevi como não-membro, com direito a participar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, Senador Suplicy, encerraremos com V. Ex^a. Peço-lhe que utilize três minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a perceberá que tenho aqui algo de grande relevância. Portanto, vou pedir o tempo necessário para dar conhecimento disso à Comissão, mas acredito que não serão necessários mais do que dez minutos. Serei muito objetivo. V. Ex^a saberá compreender à medida que eu formular as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, por favor, peço objetividade, pois temos mais uma oitiva a fazer e o tempo já se vai.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Se eu puder começar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, V. S^a era Superintendente da Empresa de Correios e Telégrafos em 1992?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, esse cargo era equivalente... Eu não me recordo essa data, Senador, mas esse cargo era equivalente ao de Chefe de Departamento hoje, chamava-se Superintendente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – V. S^a se lembra da licitação realizada em 1992 para a compra de carrinhos de transporte de correspondências?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não me recordo, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – V. S^a se lembra de ter recebido em audiência o Deputado Federal José Carlos Coutinho em 1992? Qual o assunto tratado nessa audiência?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – 1992... Não me lembro, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Ele foi acompanhado por outra pessoa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recordo, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – V. S^a já ouviu falar da empresa metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais Ltda.?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Vagamente. Acho que ela já foi fornecedora dos Correios sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – V. S^a já ouviu falar do Sr. Vilmar Martins?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – A informação que me passaram é que ele seria um dirigente, um proprietário, algo assim, da empresa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Dessa empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Dessa empresa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – V. S^a já recebeu em audiência o Sr. Vilmar Martins?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Se recebi, foi nessa oportunidade. Não me lembro, não me recordo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – V. S^a saberia discorrer em detalhes acerca do contrato da ECT com a empresa metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais? Ele transcorreu em perfeita normalidade? Os produtos foram entregues conforme o cronograma estabelecido? Os produtos correspondiam às especificações do edital? A ECT honrou os pagamentos com a empresa Gadotti nos prazos estabelecidos?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Pelo tempo decorrido, Senador, não me lembro de nada disso: do contrato, do objeto, de entrega. Não me lembro de nada disso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Desde que V. S^a trabalha na ECT tem conhecimento de ter sido citado por algum empresário, em correspondência ou documento enviado à Presidência da empresa ao longo dos anos entre 1992 e 2005, fazendo referência a alguma exigência de pagamento ou pedido de benefício para que V. S^a desse o aceite no fornecimento de equipamentos ou autorizasse o pagamento de algum contrato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recordo disso não.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, conversei hoje por mais de uma hora com o Sr. Vilmar Martins. O Sr. Eduardo Medeiros de Moraes irá compreender a importância do relato que passarei a transmitir, especialmente ao Sr. Relator, a respeito do que me foi relatado.

A Metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais foi fundada em 1992 no Rio de Janeiro. Tornou-se líder nacional da fabricação de carrinhos para transportar correspondências e participou de inúmeras licitações.

Entretanto, desde 90 verificou que, para participar de licitações junto às empresas públicas e ganhá-las, muitas vezes se fazia necessário influenciar na preparação do edital – ele acredita estar nesse ponto o maior problema das concorrências. Normalmente, os editais elencam os requisitos que a empresa precisa preencher para poder participar da licitação, mas, na maioria das vezes, essas exigências acabam dirigindo o edital para a empresa vencedora.

Ele me relatou que, em 1990, ganhou uma concorrência no Banco Central para fornecer contentores para transportar valores da Casa da Moeda para as delegacias do Banco Central. O representante da Metalúrgica Gadotti leu com atenção o edital e concluiu que, considerando as exigências contidas no edital, só a empresa Mannesman tinha o tubo para fazer o contentor na medida especificada. As demais concorrentes seriam desclassificadas porque não tinham como adquirir o respectivo tubo. Então, surpreendentemente, a Metalúrgica Gadotti ganhou, mas a empresa Mannesman contestou o resultado da licitação, alegando que a vencedora não teria aquele tubo especificado no edital. Mas a Metalúrgica Gadotti provou ter conseguido o molde do tubo especificado junto à usina de Volta Redonda. Conseguiu porque a usina exportava a chapa específica para a fabricação do tubo, conforme as especificações constantes do edital do Banco Central.

Sendo assim, a Metalúrgica Gadotti contratou uma empresa para fazer o referido tubo. Ainda assim, a Mannesman contestou. Apesar de o Departamento de Engenharia do Banco ter elaborado o edital para que a Mannesman ganhasse a licitação, ele não teve como dar ganho de causa para a referida empresa porque a Gadotti cumpriu todas as exigências.

Agora é que vou entrar na história da ECT.

A Gadotti...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Supply, entendendo...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Quero transmitir a V. Ex^a, como meu companheiro, que se trata de um assunto da maior relevância para o objetivo que todos desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como todos os assuntos que foram tratados aqui, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – E V. Ex^a perceberá que é fundamental que eu tenha esses minutos para esclarecer a questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A questão dos tubos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dos tubos, não é?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Em 1992, a Gadotti participou de concorrência na ECT, aquela de que o Sr. Eduardo Medeiros disse não se lembrar tão bem, em cujo edital descobriram-se novas especificações que direcionavam a licitação para algumas empresas. A espessura da tinta que deveria ser aplicada no produto a ser fornecido deveria ser feita através de processo eletrostático, não costumeiro para a época.

Consciente disso, a Metalúrgica Gadotti preparou a documentação para concorrer à licitação conforme os termos do edital. Conseguiu vencer o certame com 50% do preço inferior ao do segundo colocado. A Gadotti novamente teve sua vitória contestada pois a segunda colocada afirmou em recurso que a empresa não teria como cumprir o edital no que se referia ao quesito pintura eletrostática. Mas, ao terminar o certame, o representante a que me referi, o Sr. Vilmar, ao cumprimentar o segundo pela vitória, ouviu o seguinte: ganhar é fácil, levar é que é difícil. Ouvindo essa afirmativa, consultou o presidente da comissão de licitação se tal afirmativa procedia. Depois de várias reuniões, a ECT apresentou-lhe o contrato de serviços, com deveres e multas para ambos os lados.

Começou a fabricar os produtos para as delegacias regionais da ECT em 23 Estados da Federação. Acertou o cronograma de entrada, começando por Belo Horizonte. Numa segunda-feira, chegou com três caminhões de mercadorias para serem entregues à Delegacia Regional de BH. Esse carregamento representava 5% do valor total do contrato.

À época, a Metalúrgica Gadotti mandou um gerente e dois funcionários acompanharem a referida entrega. Atônitos, seus funcionários foram informados pelo gerente da administração da D.R. de BH: “Não posso receber a encomenda enquanto não me trouxerem 20% do valor da nota em dólares”. O gerente não quis sequer ver a mercadoria antes que chegassem os

dólares solicitados. Eram 9 horas da manhã quando o gerente da Metalúrgica ligou para o dono da Gadotti informando o ocorrido. Como este não possuía os referidos dólares, pediu emprestado a um amigo e pensou em tirar xerox das notas e notificar a polícia federal, antes de entregá-las ao funcionário da ECT.

Entretanto, ao consultar um advogado acerca desse procedimento, foi desaconselhado de fazê-lo. A advogado sugeriu-lhe procurar a direção da ECT, tendo em vista que aquela entrega era a primeira de uma série de 23. Face ao ocorrido, o representante da Gadotti pediu uma audiência ao Presidente da ECT. Não foi atendido. Foi, então, à ECT, acompanhado do Deputado Federal José Carlos Coutinho, do PDT, e solicitou uma audiência com o Superintendente da ECT em Brasília, Eduardo Medeiros de Moraes, para o qual contou o ocorrido naquela Delegacia, na D.R. de BH. O Superintendente Eduardo Medeiros de Moraes, segundo – vou aguardar o advogado – o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, então pediu para que o representante da metalúrgica Gadotti não levasse a cabo o plano de denunciar o funcionário da DRBH. Mencionou que a ECT tinha uma extraordinária imagem, melhor mesmo do que a da Igreja Católica no Brasil, segundo pesquisa recente. Medeiros de Moraes ligou, então, para o funcionário em Belo Horizonte e autorizou-o a receber a mercadoria e a pagar a fatura.

Ao chegar ao aeroporto de Brasília, o representante da Gadotti ligou para seu funcionário em Belo Horizonte e perguntou-lhe se tudo estava ocorrendo conforme o previsto. O funcionário respondeu que não, pois o gerente da ECT insistia em não receber a mercadoria sem o pagamento dos dólares.

Sr. Presidente, estou chegando ao ponto crucial que define a importância do que estou relatando e, portanto, peço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Isso fez com que o representante da metalúrgica Gadotti fosse a Belo Horizonte. Lá chegando, na presença de seus funcionários – portanto há testemunhas –, o gerente da ECT repetiu que somente receberia a encomenda com o pagamento dos referidos dólares. Então, ele perguntou se havia recebido telefonema do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes que, na sua frente, havia autorizado o recebimento da mercadoria sem necessidade de pagar qualquer propina. O gerente da ECT confirmou a ligação, mas disse que os dólares seriam divididos entre ele – o gerente, que receberia 10% – e o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, segundo esse empresário, que está em Brasília hoje e estava aqui há poucos instantes.

Inconformado, o representante da metalúrgica Gadotti, no dia seguinte, retornou a Brasília. Foi novamente recebido pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, ainda que ele não se lembrasse tão bem dele. Em uma conversa franca, o Sr. Eduardo lhe disse que ele estava no lugar errado, que havia entrado na porta errada e no momento errado. Afirmou, então, que não iria mais receber a mercadoria nem a propina e nem a ECT iria pagar por ela. Justificaria o não-recebimento da mercadoria alegando que a mesma estava fora das especificações do edital.

Dada essa situação, o representante da metalúrgica Gadotti solicitou nova audiência com o Presidente da ECT e, com sua intervenção, conseguiu iniciar a entrega das mercadorias contratadas, sem que fosse necessário o pagamento da propina.

Em várias DRs foram feitas exigências absurdas fora do contrato. Em algumas DRs a mercadoria somente foi recebida na terceira tentativa de entrega. Na DR de Vitória, a mercadoria não foi paga até hoje.

Visando solucionar o problema dos pagamentos, o representante da metalúrgica Gadotti celebrou um acordo com a ECT, que se comprometeu a pagar em fevereiro de 2002, agora mais recentemente, R\$200 mil de entrada e mais seis parcelas, totalizando um pouco mais de R\$739 mil.

Como o acordo não foi honrado pela ECT, o representante da Gadotti veio novamente a Brasília para tentar um novo acordo. Foi recebido pelo Vice-Presidente da ECT, que alegou a falta de recursos para não honrar o acordo, marcando nova data para realizar os pagamentos.

Entretanto, Sr. Presidente, até hoje, a metalúrgica não conseguiu receber da ECT o total das mercadorias entregues.

Pergunta final: V. S^a, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, confirma que ontem o senhor falou ao telefone com o Sr. Vilmar Martins, da metalúrgica Gadotti, informando que se ele entregasse hoje, em 12.07.2005, uma carta, conforme os termos anexos – que entrego ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator –, em que a metalúrgica Gadotti desistisse de entrar na Justiça contra a ECT, a empresa pagaria o que lhe deve sem correção nem multa, aqueles R\$739.547,00? Considerando que o Sr. Vilmar Martins seguiu as suas orientações e protocolou a carta hoje à tarde, junto à sua secretária, o senhor garante que a ECT vai pagar-lhe sem que algum funcionário lhe cobre qualquer benefício extra? É a pergunta conclusiva que faço, Sr. Presidente, passando a V. Ex^a o relato inteiro, porque estava aqui até uma hora e meia atrás, mas acho que...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Está em Brasília ainda o Sr. Vilmar Martins, que se V. Ex^a desejar, obviamente, poderá vir aqui testemunhar, ele próprio, o que eu aqui relatei. Acredito que se trata de um depoimento da maior importância, mas aguardo as explicações do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes – quem sabe ele agora se recorde melhor do Sr. Vilmar Martins, porque, ainda ontem, falou no telefone com ele, segundo o Sr. Vilmar Martins.

Com respeito à pergunta que formulei, se a algum presidente da ECT foi enviada carta relatando esses fatos, o Sr. Vilmar Martins relatou esses fatos com os detalhes que aqui falei para o Sr. Amílcar Gazaniga, presidente da ECT, que inclusive determinou que se acertasse o entendimento para se fazerem os pagamentos que, ainda assim, acabaram não sendo feitos até hoje, Sr. Presidente, de forma completa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Medeiros para concluir esta reunião, até porque depois chamaremos o terceiro depoente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Presidente, nobre Relator, o mínimo que eu poderia falar sobre essa história toda é que ela seria hilária, absurda, irresponsável, tudo isso que foi falado: 13 anos depois, relatar uma história de não sei quantas páginas, lidas aqui, sem pé nem cabeça, sobre um funcionário dos Correios em Minas Gerais, em Belo Horizonte, pelo que entendi, que teria cobrado 20%... No mínimo, absurda essa história, no mínimo, absurda.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – V. S^a, então, não conversou ontem com o Sr. Vilmar Martins.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não conversei ontem. Recebi um telefonema da minha ex-secretária há alguns dias, dois ou três dias, dizendo que tinha um senhor, Vilmar Martins... ela me perguntou – isso pode ser questionado a ela. “Você conhece algum Sr. Vilmar Martins?”. Não me lembro. “Você se lembra da empresa Gadotti Martins?”. Não me lembro. “Ah, ele disse que precisa muito falar contigo”. Eu liguei, era um telefone de Curitiba, alguma coisa assim, 41. A única coisa que ele me disse no telefone: “Você se lembra que, no passado, eu tive uns problemas de carrinho, de tal”. Eu disse: Não me lembro nada disso não. “Ah, porque eu fui prejudicado, assim, assim.” Perguntei: Por que você não entra com uma correspondência e questiona a empresa. Não trabalho nessa área há muitos anos. Isso aqui foi uma coisa de 92, pelo que percebi aqui, uma história absurda. Aí, falei isso para ele, ele disse: “Ok, vou fazer isso”. Mais nada, essa história de que ele teria falado comigo, que... eu nem me recordo desse final, de que teria de fazer algum

acerto, alguma coisa. É um absurdo essa história. Repudio totalmente isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, quero entregar a V. Ex^a, ainda que o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes não se lembre tão bem do caso... A empresa, na verdade, não é de Curitiba. É do Rio de Janeiro. Quero aqui entregar a V. Ex^a o relatório de duas páginas e meia, relatando todo esse episódio. O Sr. Relator poderá ver, e o relatório é assinado pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, em 1996, reconhecendo razão em tudo aquilo que foi expresso no relato que fiz e assinado por ele. Entretanto, não foi cumprido até hoje. Está aqui. Quem sabe ele possa ver e reconhecer o próprio relatório que elaborou sobre a metalúrgica Gadotti Martins.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente. Acho que seria importante que ele declarasse se falou no telefone, qual é o número do telefone com o qual falou...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O Prefixo é 41; 41, o prefixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é o número do seu telefone, pelo qual o senhor falou com ele?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Ah...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que pode haver a quebra do sigilo telefônico...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, sim, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...até para esclarecer, porque, primeiro, o senhor disse que não falou. Agora, o senhor já diz que falou. Falou a meia boca? Falou ou não falou, afinal de contas?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, eu não disse que falei com ele, não. Eu não neguei que tinha falado com ele, não. Eu estava aguardando a *(inaudível)* para falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor falou ou não falou?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Falei com ele, não ontem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Uns dois ou três dias atrás, em função de uma ligação da minha secretária, dizendo isso que eu acabei de falar: que ele queria... que tinha um senhor que queria falar comigo sobre uma coisa da época do ex-presidente Amílcar Gazaniga, que não me lembro, nem sei quantos anos atrás aconteceu isso. Estou sabendo que foi em 92.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor ligou para ele do seu telefone celular ou do seu telefone fixo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ligou do celular ou do telefone fixo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Do telefone celular para ...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Do seu celular?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Do seu celular, particular?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, não foi do meu celular. Eu posso passar o número aqui para a Comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há um problema, Sr. Presidente: o depoente está aqui na condição de testemunha e, como testemunha, ele não pode mentir. E já está configurada uma mentira por parte do depoente. Aliás, uma, não: ele mentiu várias vezes, só que infelizmente, devido à força dos fatos, essa talvez seja a mais contundente, a que fique mais expressa, para o conhecimento não só desta Comissão, como de toda a sociedade brasileira. Quero saber que providências V. Ex^a espera tomar?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ele falou que mentiras são essas...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, ele falou que ligou de um celular. De que celular ele ligou?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele pode dizer depois. Ninguém diz o número do celular...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele vai ter de esclarecer.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não precisa dizer qual era o número. De quem era o celular?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos suspender a reunião por cinco minutos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – De quem era o celular?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas ainda volta com ele, Sr. Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – Sr. Presidente, com respeito

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria que os Parlamentares se sentassem. Estamos retomando a reunião.

Encaminharei ao Relator a documentação recebida do Senador Eduardo Suplicy, que primeiro inclui o relato de todo o diálogo que manteve com o Sr. Vilmar Martins e as correspondências do Sr. Vilmar Martins trocadas com os Correios. Vou passar também o relatório PR 0001, de 1996, enviado ao Sr. Presidente dos Correios, assinado pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, Consultor, e os telefones do Sr. Vilmar Martins.

Passo a palavra ao Relator, para que efetue as perguntas devidas. Gostaria que S. Ex^a lesse a documentação encaminhada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Relator da CPMI, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, a par do relato que já foi procedido por S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, e da minuta da carta que teria sido indicada como necessária para que os pagamentos fossem efetuados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – recebemos um relatório... Eu perguntaria ao Presidente se devo ler essa peça toda.

Não? Na medida do possível, numa leitura apressada, diria o seguinte: trata-se de um relatório de 1996, direcionado ao presidente, assinado... Não se diz a qual presidente; suponho que seja o dos Correios. E quem assina é o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, Consultor. Não há uma data por meio da qual se possa identificar quando foi assinado, mas se faz referência ao Relatório nº 1, de 1996.

Numa leitura muito apressada, que fizemos conjuntamente com os Parlamentares que aqui estavam, conduzida pelo Deputado José Eduardo Cardozo, o que percebemos é que se trata de uma manifestação, um parecer, um relato feito ao presidente, anunciando que houve a participação em uma licitação da empresa Gadotti Martins Carinhos Industriais Ltda, relativamente a uma tomada de preços de 1992, que forneceu 991 carrinhos para transporte de correspondência, e a entrega dos equipamentos ocorreu nas 23 delegacias regionais.

O que se está questionando é que houve atraso nos pagamentos e, em virtude desse atraso, ele se diz credor da correção monetária. O parecer faz referência a que, na verdade é devida a correção, mas, como não era prevista nem no edital nem no contrato, não havia como se efetuar o pagamento, embora reconhecido como devido, mas limitado – suponho – pelo princípio que todos conhecemos da legalidade e, como não havia previsão contratual, nem no edital de licitação, ele conclui dizendo o seguinte:

Em função do parecer do Dejur embasado “na tese firmada e consagrada na jurisprudência de que não constituindo a correção monetária um *plus*, mas mero instrumento de atualização da moeda desvalorizada pela inflação, deve ela incidir mesmo nos contratos pactuados sem sua previsão”

Acredita-se que a ECT apenas conseguirá proteger os pagamentos pleiteados na Justiça. Dessa forma, em função do aqui exposto, há três alternativas para a decisão da diretoria:

a) Negociar com a empresa Gadotti Martins Carinhos Industriais Ltda., o pagamento pelos Correios apenas do valor correspondente à correção monetária dos pagamentos efetutados com atraso para o qual há embasamento legal, 498 mil segundo a reclamante, devendo a área de administração verificar a correção dos valores, caso aprovada essa alternativa.

b) Negociar com a Gadotti Martins somente se houver cobrança judicial.

c) Só pagar os valores reivindicados pela Gadotti Martins após decisão judicial.

Nada mais. Segue-se a assinatura.

Diante da manifestação da testemunha, num primeiro momento, no sentido de que não lembrava desse episódio, agora questiono: V. S^a se recorda, diferentemente do que afirmou em momento anterior, desse episódio, dessa sua manifestação, recorda-se eventualmente dessa empresa?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não me recordo desse fato, apesar de ter lido no relatório, me pareceu apenas um relatório eminentemente técnico, sem nenhuma posição com algumas alternativas, de um assessor, de um consultor que não tinha nenhum poder de decisão, com alternativas para a diretoria e não vi vinculação de nada que está escrito aí com relação aos fatos que foram relatados. É um relatório eminentemente técnico. E não me recordo desse fato especificamente apesar de ter a minha assinatura, um fato de sei lá, 8, 9, 10 anos atrás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a confirma que há dois dias atrás ...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, confirmo que eu recebi uma ligação da minha antiga secretária dizendo que esse senhor teria me procurado, precisava muito falar comigo. Eu retornei a ligação. Achei muito estranho, depois de tantos anos ... Ele me disse: “Você se recorda que eu estive com você, você era assessor do ex-Presidente Amílcar Gazaniga para tratar de uns assuntos assim de carrinhos e tal.” Não, não me recordo disso – disse isso ao telefone. “Não, mas é porque eu precisava retomar esse assunto, queria retomar esse assunto.” Eu disse: Olha, há muitos anos que eu não trabalho nessa área. Se você tem interesse

em retomar o assunto procure os canais normais da licitação e protocole lá o expediente. E ele disse: Ok É isso o que vou fazer.” Foi essa a conversa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, independentemente desses fatos últimos, V. S^a não lembra da época de 1996, na seqüência, se se tratou de uma empresa que tivesse, de fato, sido submetida a um calvário de solicitações e que foram baldadas, não sabe se a ECT tomou alguma providência em relação a isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu teria que tentar pesquisar, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. Eu queria sugerir à Presidência e ao Plenário que procedamos à ouvida – inclusive, atendendo à proposição do eminente Senador – do representante legal da empresa, que retomemos o histórico e exijamos dos Correios informação mais clara, detalhada e precisa, a propósito do tratamento que eventualmente dispensou ao Sr. Vilmar Martins, que merece todo o nosso apreço, acima de tudo porque teve e tem a coragem de trazer a público aquilo que, de certo modo, quem milita na área pública sabe: os percalços a que são submetidos os credores não vistos com bons olhos por quem se acha dono do poder, quando é um mero ocupante temporário do poder, como todos sabemos – inclusive, é o que somos aqui.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet para uma questão de ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois, serei eu, Sr. Presidente.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, objetivamente são duas questões. Até para evitar a prescrição, seria conveniente, independentemente do final dos trabalhos da CPMI, com base no art. 151 do nosso Regimento, mandar essa questão imediatamente para o Ministério Público, para verificar duas ocorrências: a existência de falso testemunho, o que é muito grave, independentemente de qualquer outra medida que venha a ser tomada, e até a prescrição possível de um crime em tese da década de 90 em função da existência do crime ou da punição no caso concreto, independentemente dos depoimentos que serão tomados amanhã.

Isso é relevante, porque, no final, veio esse fato contundente. Lembro aquela história do Érico Veríssimo: no fim, tudo dá certo. Se isso se confirmar, terá sido desmontado o depoimento de hoje do Sr. Eduar-

do. Isso é extremamente relevante, porque muda totalmente o rumo da investigação e o aproveitamento do seu depoimento.

Então, imediatamente, peço ao Relator que encaminhe isso amanhã, se possível, ao Ministério Público, pela existência em tese de dois crimes, independentemente dos depoimentos.

O SR. (???) – Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem.

Sr. Presidente, só queria discordar de uma parte do posicionamento do Deputado Gustavo Fruet. Penso que não é o Ministério Público que vai apurar se é ou não falso testemunho. Nós, aqui, podemos apurar isso. E ficou claro. E foi dada oportunidade à testemunha de se retratar. Ele não quis se retratar. Então, foi dada essa oportunidade. Ele estava ao nosso lado quando todos nos reunimos. E V. Ex^a disse que ia passar ao Relator. O Relator perguntou novamente, e ele manteve a posição dele.

Então, não se tem de mandar isso ao Ministério Público. Nós temos de tomar a posição aqui e agora, porque foi dada oportunidade de ele se retratar, e ele não quis fazê-lo. Ele disse que não conhecia a pessoa. E, agora, o relatório desmente a afirmação dele.

A oportunidade de se retratar a ele foi dada, mas ele não o fez. Portanto, na fase final da afirmação do Deputado Gustavo Fruet, está caracterizado que houve falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Depois, falará a Deputada Juíza Denise Frossard. Depois, concluindo, para encaminharmos, concederei a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, primeiramente, quero me desculpar com V. Ex^a, porque, na hora da minha reinscrição, eu não estava aqui, mas estava votando no plenário. Havia um projeto polêmico sobre a hidrelétrica de Belo Monte, que V. Ex^a acompanha muito bem, e tive de ir ao plenário para encaminhar a votação.

Então, rapidamente vou fazer alguns questionamentos e deixarei para entrar nesse debate específico caso ele seja retomado aqui no plenário.

É fato que, desde 2003, V. S^a encontrou-se, por diversas vezes, com o Sr. Fernando Moura para tomar café no hotel Blue Tree?

Em segundo lugar, V. S^a foi duas vezes ao Japão para tratar do fornecimento de máquinas de envelope, que antes eram fornecidas pela Cegelec, com o propósito de vistoriar equipamentos semelhantes fabricados pela NEC? É fato que, a partir dessas visitas, foi feito

um contrato com a NEC de fornecimento de máquinas de envelope? Qual o valor do contrato?

É verídico que, pouco tempo após a assinatura do referido contrato, foi feito um reajuste de preço superior a 25%, o que resultou num protesto da Siemens? Qual a justificativa para o reajuste?

V. S^a sabe de alguma pessoa que tenha auferido benefício, à guisa de Comissão, pela assinatura do contrato entre a empresa e a NEC? A quem foi pago tal benefício?

Algumas das vezes em que V. S^a tomou o café da manhã no Blue Tree com o Sr. Fernando Moura, o Sr. Sílvio Pereira estava presente?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Começando com o Sr. Fernando Moura. Foi mencionado o início... de 2003, é isso? Não me recordo, por isso é que estou perguntando a data.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor nunca...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recordo de ter tomado café da manhã com esse Sr. Fernando Bezerra e nem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, nunca... Fernando Moura.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Fernando Moura, o.k.! Fernando Moura.

Com o Sr. Sílvio Pereira, como mencionei, eu estive com ele duas vezes nesses dois anos e meio. Em uma oportunidade foi quando, após a minha posse, uns dois meses depois; e a outra oportunidade foi um ano e alguma coisa depois. Café da manhã em Blue Tree, não me recordo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem com o Sr. Fernando Moura?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nem com o Sr. Fernando Moura não me recordo disso.

Segundo, Japão. Nunca estive no Japão. Nem a passeio, nem a trabalho, nunca estive no Japão.

Máquinas de envelopes. Isso aqui é um contrato com a NEC, pelo que eu me recordo, um contrato antigo, bastante antigo, gestões anteriores. Foi feito um termo aditivo com contrato com a NEC? Sim, foi feito um termo aditivo com contrato com a NEC.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. S^a participou dos contratos ou do processo de inclusão relacionado à NEC?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – É isso que estou dizendo. O contrato, não participei, ele é antigo. O termo aditivo com a NEC, sim.

Protesto de Siemens? Sim, tive conhecimento. Na verdade, é o seguinte: havia a intenção dos Correios de fazer um aditamento para suprir um *site* dos Correios em São Paulo. A obra está praticamente concluída e

nós não temos as máquinas em função de uma rescisão de um contrato com outras empresas, que foram rescindidos os contratos. Inclusive o processo está na Justiça, inclusive na Europa, esse processo, na briga judicial. Então, foi feito um aditivo com a NEC. A intenção dos Correios era fazer um aditivo com os dois únicos fornecedores que tinham dessas máquinas, que já tinham fornecido e tinham contrato vigente: Siemens...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ninguém recebeu benefício sobre isso? Comissão sobre esse processo?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Desconheço qualquer benefício de qualquer pessoa com relação a esse processo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em relação ao que eu tinha perguntado também sobre a multa relacionada ao processo IBM...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. S^a respondeu isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não respondi. Não me recordo dessa multa. Teria que verificar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tinha nenhuma multa relacionada a isso? Que era uma multa no valor de R\$1,540 milhão, que depois foi transformada numa multa de R\$6 mil. O senhor não lembra nada disso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – O que eu me recordo da multa... Não me recordo. A multa que eu me recordo da IBM foi uma que nós fizemos... Aliás, desculpa, não é IBM, foi outra empresa. Foi da Yunes: R\$3,6 milhões, recentemente, pela rescisão de um contrato. Esse da IBM pode ter havido, sim, com certeza, mas não me lembro dos detalhes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não se lembra de nenhum detalhe sobre isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, teria que verificar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, a Deputada Juíza...

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Permita-me só uma informação, Sr. Presidente. O Sr. Vilmar Martins esteve aqui desde cedo, mas, por ser diabético e estar sem se alimentar, não se sentiu muito bem e precisou ir ao hotel, onde ele assistiu a todo o depoimento. Ele informou, Sr. Presidente, que o telefone de onde o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes falou com ele por duas vezes – a primeira, na quinta-

feira passada, dia 05/07/2005, às 15h04; e a segunda, no domingo, já informando e debatendo os termos da carta que foi entregue, foi às 16h41 de domingo –, o telefone usado pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, ele poderia confirmar, foi 99627515.

É o seu? Então...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS –

Confirmo que foi esse número sim.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Confirma que foi esse número. Portanto... E V. S^a, então, falou duas vezes com ele? Na quinta e no domingo.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não.

Não falei duas vezes.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – A primeira foi com sua secretária e a segunda com...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, a primeira vez foi comigo. A segunda vez, quando eu já tinha dito aquilo que falei, que ele deveria encaminhar para a empresa, apresentar, protocolar pelos órgãos normais competentes, ele ligou uma segunda vez, mas foi atendido pela minha esposa, que posteriormente me comunicou exatamente esse fato. “Olha, me ligou uma pessoa assim, assim...” Eu comentei com ela exatamente o que aconteceu, uma situação estranha, uma pessoa...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Certo. Quer dizer que, na segunda ligação, o senhor não discutiu com ele os termos da carta combinada.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não discuti e não atendi. Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Está bem.

Sr. Presidente, o Sr. Vilmar Martins se coloca à disposição para prestar depoimento perante esta CPI. Vou entregar isto ao Sr. Relator, o telefone, então. Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É só porque me perguntaram aqui. O senhor está dizendo que nunca esteve reunido com o Sr. Fernando Moura, é isso?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não, eu não disse isso. Disse que não me recordo – parece que foi citado 2003 – desse encontro, nesse hotel, com o Sr. Fernando Moura.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Independentemente do café da manhã no Blue Tree, até porque V. S^a pode ter tomado café da manhã no Blue Tree com outras pessoas, quero saber em relação ao Sr. Fernando Moura: as reuniões, as tratativas. Isso é relevante.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – OK. Pode ter havido – não disse que não houve – alguma

reunião dele. Por exemplo, chequei toda a minha agenda dos últimos doze meses. Pode ter havido, anterior a isso, alguma eventual visita dele aos Correios, ao meu gabinete. Pode ter havido. Não estou dizendo que não houve. Lá ele não esteve, não me recordo de nenhum encontro com o Sr. Fernando no Blue Tree para tomar café da manhã.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para colaborar com os trabalhos da Comissão, para que nem o depoente, nem a Comissão fiquem em situação ruim, é preciso deixarmos claro exatamente qual foi o comportamento do depoente no que se refere às ligações com o Sr. Vilmar. Inicialmente, o depoente nos relatou um determinado fato, nos deu uma versão, e agora nos apresenta outra versão.

Não podemos aqui, como não fizemos até agora, causar nenhum tipo de constrangimento e nem agredir ninguém. Não é o propósito da CPI. Queremos investigar. Mas existem algumas regras que temos que seguir. Estamos submetidos aos Regimentos (Regimento Comum, Regimento do Senado e Regimento da Câmara) e à Constituição. Para que não se configure falso testemunho, seria importante – e faço essa solicitação ao depoente – que apresentasse a sua versão, a versão oficial, a versão real em relação ao fato das comunicações telefônicas com o Sr. Vilmar. Era a solicitação que eu faria para que não haja qualquer dúvida sobre a decisão adotada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Eduardo Paes e Deputado Maurício Rands.

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, trata-se apenas de um chamamento do feito à ordem. Ouvi aqui, agora há pouco, duas intervenções interessantes: a do Fruet, que entendia que deveria ser remetido ao Ministério Público um eventual crime, em tese, de falso testemunho e o crime de corrupção, e a do nosso grande regimentalista Deputado Arnaldo Faria de Sá, considerando que a Comissão tem poderes para isso.

Então, se me permite, Sr. Presidente, vamos chamar o feito à ordem. A Comissão se reuniu não porque o Sr. Eduardo estaria aqui respondendo por isso, o Marinho e outros. Não. A Comissão se reuniu para investigar a vertente política de todo esse imbróglio, a vertente política, interessa aos nossos.

Temos poderes de magistrados? Claro que temos. Temos poderes de prender, em flagrante? Sim, claro, mas qualquer um do povo pode – art. 301 do Código de Processo Penal. Qualquer um do povo pode; nós devemos porque temos poderes para isso. Agora, o tipo penal de falso testemunho requer o dolo específico, a intenção específica de prestar o falso testemunho, sabendo que está prestando o falso testemunho.

Eu não estava aqui no momento, mas me inteirei como Rands, a Heloísa, enfim, soube que o depoente está aqui há não sei quantas horas. Eu já fui, já lanchei, já voltei, e ele continua sentado aí. Não sei se levantou, quantas vezes, se almoçou, se não almoçou. Se que o senhor, Sr. Depoente, deve ter chegado aqui às 9 horas da manhã. Então, é natural que ele cometa alguns equívocos de memória, e ele tem o direito de restabelecer isso até para dizer que a palavra é um mau veículo, “não foi bem isso que eu quis dizer”, por exemplo. De modo que acho que é a intenção é que tem que ficar inequívoca. Isso dependeria de uma investigação, e não seria o caso de a Comissão fazê-la, ainda porque não podemos perder tempo com isso, não é este o nosso papel, nós não somos delegacia de polícia, não somos o Ministério Público, não devemos, pois, investigar isso.

Concordo com o Deputado Gustavo Fruet. Nossa preocupação aqui é a extensão política, são os nossos, tanto aqui do Legislativo quando do Executivo.

Sr. Presidente, perdoe-me, uma vez mais, o excesso, mas é que a vida inteira passando em um tribunal, presidindo audiências, tendo que, daqui e dali, apurar essas arestas, entendi que poderia dar uma modesta contribuição para não sairmos daqui com uma surpresa desagradável que poderá vir ali da esquina.

Perdoe-me, mas V. S^a é advogado da testemunha? (Pausa.)

Pois bem; como é o seu nome?

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois bem, o Dr. Geraldo pode ir ali na esquina, em uma Vara Criminal de plantão, e solicitar um **habeas corpus** e, certamente, terá sucesso.

Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, como bem disseram o Deputado Gustavo Fruet e a Deputada Juíza Denise Frossard, ao final deste depoimento, remanescem duas acusações contra a testemunha que ora depõe. Uma primeira, possível, de falso testemunho; a segunda, uma acusação de corrupção.

No que se refere ao falso testemunho, não há dúvida – e tem toda razão a Deputada Juíza Denise Frossard – de que esta Comissão teria poderes de, em constatando tipificado delito, dar voz de prisão de imediato ao depoente. Porém, para que isso acontecesse, a tipificação criminal teria que ser indubitosa do ponto de vista dos fatos e, como bem disse a nobre Juíza, dos elementos que integram o tipo, inclusive do dolo etc.

À primeira vista, pode ter havido falso testemunho, sim, mas pode efetivamente também ser necessária uma apuração mais aprofundada, para que não cometamos uma violência, um arbítrio. Na dúvida, não podemos, evidentemente, a meu ver, decretar neste momento a prisão em flagrante. Sem prejuízo...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Se me permite, Deputado, **in dubio pro reo**.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Exatamente. Sem embargo de, ao se constatar que houve o depoimento indevido, S. Ex^a o Relator fazer constar o fato do relatório final ou parcial, adotando-se a medida proposta pelo Deputado Gustavo Fruet. Ou seja: é uma questão que permanece em aberto.

Quanto à denúncia de corrupção, obviamente ela integra o objeto específico desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Há pouco falei com o Sr. Vilmar, no telefone do Senador Eduardo Suplicy, e S. S^a ficou de nos procurar, aos membros desta Comissão, amanhã, para que pudesse trazer outros documentos relativos a essa questão.

Então, eu proporia, Sr. Presidente, que sem, obviamente, dar voz de prisão pelas razões invocadas, nós recebêssemos amanhã o Sr. Vilmar, recolhêssemos as provas e, na próxima reunião administrativa que tivermos, avaliariamos a oportunidade de chamar a testemunha para depor – e aí não mais como testemunha, mas como investigado –, na forma da legislação em vigor. Sem prejuízo de se registrar que, no dia de hoje, em se apurando, haver sido cometido crime de falso testemunho.

Esta, a proposta que faço a V. Ex^a e aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Pre-

sidente, estou de acordo. Quero apenas ratificar que esta Comissão acaba de viver um momento muito delicado. Eu, como seu membro ativamente participante desde o início, fico mais tranqüilo, porque senti um momento em que as emoções pareceriam conduzir para um desfecho em que a própria Comissão estaria em dificuldades.

Nós temos duas coisas a verificar: a primeira, a tipificação plena, com dolo específico do falso testemunho. A mim me parece, que não se incorreu nesse tipo, porque S. S^a refez o depoimento, dizendo que relembrava; evidentemente, sem prejuízo de que continuemos apurando esse fato.

Esse episódio serve para que reflitamos sobre ser sempre esse bom senso, o que aqui está prevalecendo, que guie a nossa Comissão para que ela não se descredibilize e não cometa violações a liberdades individuais fundamentais.

Quanto à acusação de que a testemunha teria sido aconselhada a receber vantagem, vindo a dar parecer na direção de que essa vantagem pudesse ser recebida, é algo que nós precisamos investigar. E isso será objeto da conclusão desta CPMI, ainda porque este Colegiado tem por finalidade concluir se, ou testemunha, ou investigado, se apurar desvio de conduta, se apurar cometimento de crime, recomendar ao Ministério Público que proponha a competente ação penal não só para testemunha, como para todos os investigados que aqui vierem.

Neste momento, está prevalecendo o equilíbrio da Comissão, e é um momento em que a Comissão se credibiliza ainda mais. Porque houve um primeiro momento que despertou a preocupação; algumas pessoas por uma simples interpretação de que poderia haver o cometimento de um crime já queriam decretar a prisão de uma pessoa.

Então, é preciso ter muito cuidado com isso. Se o depoente realmente tiver cometido o crime, vamos fazer com que ele pague pelo crime, mas que não incorramos mais nesse risco de pensar em condenar uma pessoa sem qualquer prova, sem o direito à ampla defesa e ao contraditório, sob pena de descredenciarmos a própria Comissão.

Parabéns a V. Ex^a e a todos os membros da Comissão por terem o equilíbrio. Agora, vamos apurar se houve esses dois cometimentos, para que a Comissão vá a fundo.

Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que todos nós aqui temos que deixar bem claro neste momento que a Comissão tem uma atitude absolutamente acertada e ganha credibilidade com a decisão e com o consenso que começa a se construir

neste momento – não há dúvida. Como disse aqui, Presidente Delcídio, a Deputada Denise Frossard, todos nós aqui estamos numa investigação política, estamos numa análise política do envolvimento de figuras que ocuparam cargos de importância na Empresa de Correios e Telégrafos ao longo deste último período.

Portanto, Sr. Presidente, é importante também, neste momento, destacar que esta Comissão toma uma decisão equilibrada, sob o ponto de vista jurídico, respeita os direitos e garantias individuais do depoente; mas, sob o ponto de vista político, tudo mudou. Que fique claro que o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, que passou horas e horas aqui depondo, respondendo a indagações dos Srs. Parlamentares, não tem mais a credibilidade que podia ter até este momento. Que fique clara essa mudança sob o ponto de vista político.

Era esse o comentário, Sr. Presidente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Na esteira do que falou a eminente Deputada Juíza Denise Frossard, trata-se novamente do chamamento à ordem. Existe sobre a mesa uma questão de ordem do ilustre Deputado Gustavo Fruet, que acho que, se decidida, definiria todo o procedimento daqui para a frente.

Solicito a V. Ex^a, como uma contribuição para a economia processual, que V. Ex^a decida a questão de ordem. Com isso, daremos agora por encerrado momentaneamente este caso para, amanhã, depois da oitiva do Sr. Gadotti, decidirmos o que fazer.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir a V. Ex^a decisão quanto à questão de ordem que considero eminentemente pertinente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Relator Osmar Serraglio para encaminhamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, antes de proceder o encaminhamento, indago da testemunha se ela retifica o seu depoimento em relação ao contato que manteve com o Sr. Vilmar Martins. Pergunto se, efetivamente, manteve contato com o Sr. Vilmar Martins e quando o fez recentemente.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Eu confirmo o contato com o Sr. Vilmar Martins recentemente, através dessa ligação que eu mencionei aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia reafirmar quando foi.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Há uns três dias atrás, a primeira ligação. A segunda, essa que eu mencionei, eu não falei com ele, foi uma ligação que ele fez de volta naquele mesmo número do celular de que eu tinha feito a ligação, minha esposa atendeu e o que foi conversado, segundo ela me passou, ele informou que, mencionou essa história dos carrinhos e tal, gostaria de falar comigo novamente, eu comentei com ela o fato da primeira ligação, estranhei muito esse fato, um fato de mais de 10 anos atrás, neste momento surgir isso, estranhei muito, não retornei mais as ligações. Insistentemente ele continuou ligando para aquele mesmo número de telefone. Então, houve, pessoalmente com ele, pessoalmente não, através de telefone, um contato nesses três dias atrás aí, e em seguida, um contato já inverso dele para esse mesmo celular que foi atendido pela minha esposa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, diante das lições proferidas aqui pelos nossos juristas, em relação à necessidade do elemento subjetivo, da tipificação do crime de falso testemunho, no juízo da dúvida sobre ter ou não ter havido dolo, na prática do falso testemunho, eu sugiro que, acolhendo a manifestação do Deputado Gustavo Fruet, nós extraíamos as cópias da ata, a degravação, e encaminhamos ao Ministério Público.

De certo modo, não haveria tanta urgência em relação ao falso testemunho, mas, diante do fato levantado, de que pode estar incidindo uma possível prescrição em relação a hipotético crime de corrupção, que façamos isso incontinentemente, não aguardando o relatório final da CPI, até por que a Juíza está aqui para testemunhar que, quando se está num processo e se defronta com algo que possa ter aspecto criminoso, extrai-se imediatamente cópia e se encaminha à autoridade competente. Como não somos, de fato, autoridades competentes para julgar, temos poderes judiciais procedimentais, e, aí, vem de novo a lição, fazemos juízo político e não juízo criminal; não nos cabe dizer se houve ou não falso testemunho, se há ou não há corrupção. De forma que recolheremos o conteúdo das manifestações de hoje e encaminharemos ao Ministério Público, que é o *dominus litis*, para que ele proceda segundo entenda ter havido ou não, eventualmente, uma incidência em crime.

Sr. Presidente, esse é o encaminhamento a que procedemos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, diante da nova posição...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu, pela ordem, Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ...da testemunha, eu retiro a minha questão de ordem, lembrando – não era V. Ex^a que estava presidindo, era o Senador Maguito Vilela, no início da reunião – que alertei a testemunha de que ele poderia estar incurso no Código de Processo Penal, 203, e, na hora, fizeram pouco caso da minha advertência. Vejam o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, sem nenhuma polêmica, participei das discussões feitas na Mesa, concordo que o dolo específico de falso testemunho é muito complexo para aqui ser tratado; entretanto, quero deixar um registro, sinto-me na obrigação de fazê-lo, Dr. Eduardo: se dúvidas eu tinha em relação aos procedimentos de V. Ex^a, saio com mais dúvidas ainda, até porque não me convence a amnésia seletiva em relação a um telefonema dado há dois dias, a encontros com o Sr. Fernando Moura, a multas. Então, é uma amnésia seletiva demais para não gerar, da nossa parte, suspeição. E há necessidade de buscar mais documentos para que possamos fazer um procedimento investigatório sério, conseqüente. É essencial que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para concluir...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu só queria esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu só queria uma informação. Não entendi bem. No meu entendimento, eu não neguei as ligações. A pergunta que foi feita: o senhor conhece o Sr. Vilmar Martins? Uma pessoa que me ligou sobre um assunto de dez anos atrás? É isso que eu não estou entendendo, Presidente. Na verdade, eu não neguei as ligações. Na verdade, o senhor conhece, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso já está ultrapassado, Sr. Eduardo. Isso já está ultrapassado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a perguntou alguma coisa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso está ultrapassado.

Quero registrar, antes de encaminhar principalmente a sugestão do Deputado Gustavo Fruet, que esta CPML, dia a dia, demonstra cada vez mais maturidade e equilíbrio. Em um momento difícil, aparentemente num final de depoimento, depois de muitas horas de

oitivas – hoje ouvimos dois ex-Diretores dos Correios –, tivemos a sensatez necessária para, mais uma vez, avaliando com equilíbrio, condicionando claramente as questões de falso testemunho e de corrupção, principalmente com relação àquilo de que se tomou conhecimento hoje, não só a retificação, mas também a preocupação com, se o fato gerador for efetivamente verdadeiro, não deixar com que simplesmente isso caduque. Daí a absoluta pertinência de encaminhamento ao Ministério Público.

Há possibilidade de, amanhã, em função dos contatos do Senador Eduardo Suplicy e de outros Parlamentares, conversarmos com o Sr. Vilmar Martins para esclarecer, para buscar novos documentos e, com isso, efetivamente dar suporte a todo esse encaminhamento.

Mais uma vez, a CPMI dos Correios cresce. Cresce em responsabilidade, cresce em equilíbrio e cresce na participação de todos os Parlamentares. Poderíamos hoje ter feito um espetáculo de pirotecnia, como disse muito bem a Juíza Denise Frossard, na primeira esquina – se é que Brasília tem esquina, Deputada Juíza Denise Frossard. Simplesmente poderíamos não só obter uma limitação, mas também praticar uma ação, às vezes, precipitada, sem essa avaliação prévia que tomou conta de todos nós Parlamentares. Poderíamos efetivamente, ao tomar uma decisão em alguns minutos ou talvez em algumas horas, levar ao chão uma decisão dessa, desgastar a imagem dessa CPMI. Hoje a CPMI avançou muito.

Como Presidente, tenho orgulho de comandar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Acato, em absoluto, as ponderações aqui apresentadas. Acato o encaminhamento do Deputado Gustavo Fruet. E quero, em função também do adiantado da hora, dizer que, neste momento, nós vamos remarcar a audiência, a oitiva do Sr. Maurício Madureira.

A reunião está encerrada.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está-se registrando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para a audiência do Sr. Maurício Madureira, fica mantida a lista, para não haver nenhum tipo de desentendimento.

Um abraço.

Boa noite!

A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 21h07min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 13ª Reunião, realizada em 13/07/2005.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senadores Maguito Vilela, Demóstenes Torres, César Borges, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Leomar Quintanilha, Aelton Freitas, Jefferson Peres, Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Luiz Otávio, Roberto Saturnino, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Sibá Machado e Heráclito Fortes, dos Deputados Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Nelson Meurer, Gustavo Fruet, Murilo Zauith, Henrique Fontana, Geraldo Thadeu, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Alberto Fraga, Wellington Fagundes, José Eduardo Cardozo, Asdrúbal Bentes, Pompeu de Mattos, Juíza Denise Frossard, Nelson Meurer, Jamil Murad, Fernando Diniz e Alberto Goldman, e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão Senadores Pedro Simon, Magno Malta e Eduardo Suplicy e Deputados Antônio Cambraia, Yeda Crusius, Alceu Collares, Fernando de Fabinho, Rodrigo Maia, Roberto Freire, Zulaiê Cobra e Beto Albuquerque, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima terceira reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente Delcídio Amaral informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva dos senhores Aírton Langardo Dipp, João Henrique de Almeida Souza e Luiz Otávio Gonçalves. A Presidência informa que na semana seguinte haverá uma oitiva por dia, com horário previsto das reuniões para as dez horas. A Presidência convida o senhor Aírton Langardo Dipp, Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio, inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Heloísa Helena, Eduardo Paes, Antonio Carlos Magalhães Neto,

César Borges, Onyx Lorenzoni, Henrique Fontana, Juíza Denise Frossard, Carlos Abicalil, Rodrigo Maia, José Eduardo Cardozo, Jorge Bittar, Alberto Fraga, Pompeu de Mattos, Eduardo Paes, Ideli Salvatti e Pedro Simon. A Presidência coloca em votação o **Requerimento nº 423/2005**, de autoria do Relator, Deputado Osmar Serraglio, em que requisita ao senhor Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional, General-de-Exército Jorge Armando Félix, todos os documentos relativos a procedimento de produção de conhecimento sobre atos de improbidade administrativa no âmbito da Empresa dos Correios, aprovado por unanimidade. Dando continuidade, a Presidência passa a palavra aos seguintes parlamentares para inquirir o depoente. Falam os parlamentares: Jefferson Peres, Geraldo Thadeu, Alberto Fraga, José Eduardo Cardozo, Murilo Zauith, Beto Albuquerque e Sérgio Guerra. Ato contínuo, o Presidente convida o senhor João Henrique de Almeida Souza para prestar esclarecimentos. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Osmar Serraglio, relator, Heloísa Helena, César Borges, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Demóstenes Torres, Carlos Abicalil, Asdrúbal Bentes e Deputado Álvaro Dias. A Presidência coloca em votação os seguintes requerimentos que são aprovados por unanimidade: **Requerimento nº 005/2005**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, em que requer o depoimento do General Jorge Armando Félix; e **Requerimento nº 006/2005**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, em que requer a convocação do senhor Mauro de Lima e Silva. A Presidência convida o senhor Luiz Otávio Gonçalves para prestar esclarecimentos e passa a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio para inquirir o depoente e, em seguida, fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Heloísa Helena, Eduardo Paes, Antônio Carlos Magalhães Neto, César Borges, Arnaldo Faria de Sá, Onyx Lorenzoni, Henrique Fontana, Jorge Bittar, Relator Deputado Osmar Serraglio, José Eduardo Cardozo, Gustavo Fruet, Deputado Álvaro Dias e Maurício Rands. Como reinscrição, a Presidência concede a palavra Senadora Heloísa Helena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião à zero hora e cinquenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento

nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da 12ª Reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vou passar a palavra, primeiramente, ao Senador César Borges, porque respeito a hierarquia entre Senado e Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço,

mas não há essa hierarquia. Na verdade, eu havia pedido em primeiro lugar e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto reconheceu a minha precedência, Sr. Presidente.

Primeiramente, com relação ao horário do início da nossa sessão. V. Ex^a me desculpe, pois não quero, de forma nenhuma, perturbar o seu descanso, mas, na verdade, o nosso está perturbado pelas suas regras, Sr. Presidente. V. Ex^a marcou que temos que chegar com trinta minutos de antecedência para nos registrarmos na lista de oradores que farão perguntas ao depoente. Chegamos aqui às 8 horas e 30 minutos, a Senadora Heloísa Helena chega às 7 horas e o Deputado ACM Neto chega às 7 horas e 30 minutos, mas já são 9 horas e 46 minutos, Sr. Presidente. Entendo que começarmos às 9 horas seria bastante salutar até para que o trabalho pudesse desenvolver-se melhor. Esta era a primeira questão de ordem, Sr. Presidente.

A segunda é referente à própria pauta. Tínhamos informações de que essa pauta se daria numa ordem, pela qual haveria, primeiramente, a oitiva do Sr. Luiz Otávio Gonçalves. Depois seria o Sr. João Henrique de Almeida Souza e, por fim, o Sr. Ailton Langardo Dipp. Essa ordem foi distribuída e nos preparamos, inclusive, nessa linha. Temos aqui, em mão, exatamente o que foi distribuído. Desse modo, quarta-feira, seria o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, o Presidente da Skymaster Air Lines; depois, o Sr. Ailton Langardo Dipp, ex-Presidente dos Correios, e, por fim, o Sr. João Henrique de Almeida Souza. Agora, a pauta veio totalmente modifi-

cada e, como foi pré-estabelecido, deveria ser mantida a forma original, porque todos tínhamos conhecimento dela. Esta é a segunda questão de ordem.

A terceira, Sr. Presidente, que considero a mais importante, é que já votamos requerimentos de quebra, de transferência de sigilos bancário, telefônico e fiscal de diversas empresas e pessoas físicas, não havendo, ainda, nenhuma informação. Ontem, dirigi-me à Secretaria das Comissões certo de que haveria a transferência do sigilo bancário de empresas do Sr. Marcos Valério. Mas não temos essa informação e fica muito difícil, Sr. Presidente, fazer o cruzamento de dados que auxiliem o nosso trabalho de elaborar perguntas e solicitações outras de informações adicionais e de requerimentos para que novos depoentes possam vir aqui esclarecer várias questões.

Portanto, faço um apelo a V. Ex^a e ao Relator que solicitem ao Banco Central, por exemplo, que encaminhe com mais celeridade esse tipo de informação, que é essencial para os trabalhos da nossa Comissão.

Então, eram essas três questões de ordem, Sr. Presidente, que eu gostaria de, neste momento, expor para a sua consideração e apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, respondendo a V. Ex^a rapidamente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de tratar do mesmo tema. Talvez fosse bom V. Ex^a me conferir a palavra, porque, depois, poderá responder ao Senador César Borges e a mim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com relação ao horário de início das reuniões, quero subscrever o que disse o Senador César Borges. Eu, a Senadora Heloisa Helena, o Deputado Eduardo Paes e o Senador César Borges temos chegado, habitualmente, antes das oito horas para ter preferência nas inscrições. Então, seria importante mantermos o horário de início das 9 horas, a menos que V. Ex^a resolva marcar o começo das reuniões para as 10 horas, e aí, evidentemente, também nos dará condições de chegar aqui um pouco mais tarde. Porém, este não é um pleito, afinal de contas não há problema em acordar cedo para trabalhar.

Segunda coisa, Sr. Presidente, é com relação à ordem, de fato, dos trabalhos de hoje. Além do Senador César Borges nos trazer aqui esse documento, eu queria lembrar uma reunião que realizamos na Biblioteca do Senado Federal quando decidimos a agenda das duas primeiras semanas do mês de julho. Naquela reunião, ficou claro que a quarta-feira desta semana,

portanto hoje, seria um dia dedicado à oitiva do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, o Presidente da Skymaster. Depois, na nossa reunião administrativa, já aqui no plenário da Comissão, V. Ex^a fez uma ponderação correta, a ponderação de que ficaria incorreto termos apenas um depoimento no dia de hoje e concentrarmos quatro ou cinco depoimentos na terça-feira. Portanto, houve uma divisão. Foram marcados três depoimentos para terça e ficaram marcados três depoimentos para hoje, porém respeitando aquela precedência que foi definida na Biblioteca do Senado, para que primeiro nós ouvíssemos o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, até porque os outros dois foram agendados posteriormente, dentro de uma arrumação lógica que foi proposta por V. Ex^a.

Então, eu queria acrescentar essa informação, a título de lembrança, porque acho até que, para o bom funcionamento dos trabalhos do dia de hoje e para a boa arguição dos dois ex-Presidentes dos Correios, seria importante nós primeiro ouvirmos o empresário Gonçalves. Ele pode nos trazer informações importantes para instruir os Parlamentares na indagação aos dois ex-Presidentes. Então, do ponto de vista racional da oitiva, acho que seria fundamental nós ouvirmos primeiro o Sr. Gonçalves e depois os dois ex-Presidentes.

Com relação ao acesso aos documentos, Sr. Presidente, acho que é extremamente oportuna a sugestão que V. Ex^a fez para nós reservarmos a última semana de julho para estudarmos os documentos, para cruzarmos as informações, para conversarmos com os técnicos do Banco Central, da Receita Federal e dos outros órgãos envolvidos, do Coaf. Agora, a gente não pode reservar a última semana de julho para isso se os documentos não chegarem. Então, se os documentos não chegarem, a última semana de julho, infelizmente, também terá que ser de oitiva. Daí é que acho que é preciso haver um esforço da Presidência, de V. Ex^a, para cobrar desses órgãos que encaminhem os documentos rapidamente. Caso contrário, a agenda prevista por V. Ex^a vai estar prejudicada.

Seriam, então, estas três colocações.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria, aproveitando...

Pela ordem, Senadora Heloisa Helena...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas para dizer a V. Ex^a que essa tese levantada pelos dois Senadores da Bahia é da maior importância. Na verdade, às vezes há até um pouco de má-fé, ou, digamos

assim, de desleixo das autoridades, se a gente não está em cima cobrando a remessa dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora, o que acontece é o seguinte: nós ficamos numa posição sem graça. Nós estamos ouvindo as pessoas sem ter o que perguntar. Então, ele fala, responde, a gente vê que ele está mentindo mas não tem o que argumentar. Então, o que está acontecendo? Por exemplo, **O Globo** de hoje diz que o tesoureiro do PT confirma tudo, ao contrário do que o Sr. Valério disse aqui. Então, nós vamos ter que chamá-lo de novo... Vamos fazer o trabalho dobrado, porque todas as pessoas que estão vindo aqui sem que a Comissão tenha os documentos, quando vierem os documentos, vamos ter que chamá-los de novo para ver o que aconteceu. Eu acho que V. Ex^a tem autoridade para impor, chegar ao Banco do Brasil, ao Banco Central, aonde for, e dizer: “Olha, prioridade absoluta, vocês me perdoem. O Brasil está olhando para nós. Nós temos uma enorme responsabilidade. Agora, nós estamos lá, convocamos as pessoas e não temos os elementos”. Acho que depende muito de V. Ex^a exigir, porque não é favor que eles estão fazendo. Agora, se depender deles, eles vão deixando para não vir. Agora, V. Ex^a é a principal pessoa que tem condições de fazer, de dar um grito, e eles têm obrigação de ouvir V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni e o Senador Jefferson Peres. Depois vamos começar os trabalhos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, em uma contribuição de uma experiência acumulada de outras CPIs, na mesma linha do Senador César Borges e do Senador Pedro Simon, V. Ex^a poderia designar um Deputado e um Senador em uma comissão externa que faria uma diligência em cada um desses órgãos onde há demora para um contato direto com os responsáveis para que a gente possa, nesse contato direto, assegurar o envio dos documentos.

Vivi essa experiência em outras CPIs e ela dá um resultado extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Certo.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em primeiro lugar, quero louvar a sugestão do Deputado Lorenzoni, muito boa. Acho que realmente seria sensato.

Sr. Presidente, gostaria de insistir no início dos trabalhos na hora marcada. Não é por “caxiismo”, não,

Sr. Presidente, mas é porque nos programamos, evidentemente. Na quinta-feira da semana passada, saí daqui no início da reunião porque estava indo para o aeroporto para cumprir um compromisso. Se a reunião tivesse começado às nove horas, eu teria uma participação mais efetiva nos trabalhos.

Faço-lhe o apelo para que comece às 9 horas de qualquer maneira ou transfira para as 10 horas, se for o caso.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, para evitar que a gente faça aqui proposições irracionais, como alguns gostam de falar, sob a lógica da investigação e depois a gente não operacionalize.

Há duas semanas, o Senador Romeu Tuma fez a proposição, aqui nesta CPI, a mesma proposição feita hoje pelo Deputado Onyx, de que estabelecêssemos diligências, delegações a serem feitas. Por quê? Porque, se alguém quiser fazer um fato político, se alguém quiser fotografia e outras coisas mais, é só ir lá um grupo de Senadores, chegar dentro do Banco Central e fazer um escândalo para eles entregarem um documento.

Como isso vai ficar algo muito feio, muito típico dos “marqueteiros” Duda Mendonça, Marcos Valério e outras coisas mais, não fica bem para a gente fazer. Então é o apelo que faço no sentido de que isso seja providenciado. Não quero responsabilizar a direção dos trabalhos da Comissão, não se trata disso, mas se a gente não der, como diz no popular, um freio de arrumação, os órgãos não mandam.

Eu sei que o Banco Central tem que encaminhar aos bancos, a solicitação a todas as instituições de crédito, mas é demais, porque vai desde a CGU, que não manda, diz a imprensa que mandou o documento e não manda o documento. O Banco Central faz a mesma coisa. Às vezes, acaba sobrando até para quem responsabilidade direta não tem, como a gente fez aqui, com a maior confusão em relação ao Coaf, quando, efetivamente, dependeria do Banco Central fiscalizar, obrigar que as instituições de crédito mandassem.

Faço, mais uma vez, o apelo no sentido de que sejam disponibilizados todos os documentos da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, da atas das reuniões das diretorias dos Correios, da notas jurídicas feitas. A gente fica quase em uma cantilena enfadonha se repetindo a cada reunião, mas é só para deixar registrado, mais uma vez, para que a direção dos trabalhos apele ou vá lá pessoalmente, monte uma

diligência para que eles mandem esses documentos, porque é uma desmoralização para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Primeiramente eu gostaria de...

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr.

Presidente, as ponderações que ouvi até agora me remetem a uma rápida reflexão. Não quero parecer recorrente e a minha preocupação já foi objeto de outros companheiros em conversas com o Presidente, com o Relator e com outras pessoas desta Comissão.

Percebo uma certa quebra de expectativa nos resultados da nossa Comissão. As primeiras sinalizações não são lá muito positivas para nós e sinto que não tive aqui a frequência que deveria ter tido, mas sinto, quando ouço ponderações como as que acabo de ouvir, que não estamos sendo capazes de dar respostas práticas a essas questões.

E como não atribuo, de forma nenhuma, a falta dessas respostas seja à condução do Presidente, seja ao trabalho do Relator, o que para mim parece muito claro é que é indispensável alterarmos o modelo desta Comissão, estruturarmos a Comissão de forma conveniente, para que ela possa atender os desafios que precisa atender.

A proposta de trazer a esta Comissão tarefas que estão noutras comissões foi vencida ontem. E é falsa a afirmação de que a Oposição desejou não produzir investigação quando propôs que a investigação fosse concentrada aqui.

Com toda a consideração que tenho, a Senadora Ideli, ontem, por exemplo, num programa de televisão, disse que nós da Oposição estávamos propondo que os trabalhos de outras subcomissões fossem trazidos para cá e que isso significava o desejo de não investigar. Para mim, essa é uma acusação gravíssima e que não resiste ao primeiro impacto da luz. Não há nada disso.

Eu ouvi ponderações muito desequilibradas para evitar que esta Comissão aqui concentrasse os esforços de outras. Por exemplo, como é que vamos incluir a Senadora Heloisa de novo? Entendeu ou não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A Heloisa?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A

Senadora Heloisa era uma ameaça ao funcionamento. A concentração dos trabalhos aqui era uma ameaça ao funcionamento, para alguns, sensato desta Comissão.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Claro. Boa lembrança, Senador Sérgio Guerra. Muito boa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tem nada disso. Quem não queria, rigorosamente, a

concentração do trabalho aqui é quem não quer a investigação. Vamos falar a verdade: é quem não quer investigação. Vamos iniciar um processo sobre o qual não temos controle racional de trabalho, não é político, não. Não estou falando em controle político. Estou falando em controle racional, que não estamos desenvolvendo nem aqui, internamente. Imaginem com duas subcomissões tratando de assuntos correlatos, que podem chegar a encaminhamentos, no mínimo, diferentes, podem ser até contrários, para a produção de um cenário que seria mais ou menos o seguinte: o Congresso não apurou nada. A segunda leitura pode ser: os acusados não são tão culpados assim.

Então, eu penso que já que não passou a nossa proposição, de vários, para a unificação das comissões nesta aqui – o que não tinha nada a ver, absolutamente nada a ver com a vontade de não fiscalizar; ao contrário, tem a ver com a vontade de fiscalizar de forma correta –, penso que não podemos adiar uma reformulação das nossas estruturas, para que as responsabilidades sejam mais distribuídas, para que as demandas sejam mais racionalmente tratadas, para que as respostas cheguem no tempo adequado.

Temos que ter também aqui acareações, cada vez mais. Não podemos ficar num processo que a todos parece – não seguramente o é, mas parece – perda de tempo. Então, estou muito preocupado com isso, tenho certeza de que temos uma condução qualificada na Comissão, mas, para evitar argumentos que não têm conteúdo e que criam um ambiente que não é bom para nós, eu gostaria de propor que, amanhã ou depois, quando houver a reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Amanhã. Aí nós discutimos isso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Que amanhã entremos nessa questão de maneira contundente. E esse negócio de reunião secreta não me parece conveniente. Não me parece conveniente, porque na vez passada ela deu resultado errado. Vamos fazer reunião para todo mundo ver. Quem é a favor de quebrar sigilo diz que é a favor e quem é contra diz que é contra. Ontem também ouvi da Senadora Ideli a afirmação de que gente aqui não queria quebrar o sigilo do Deputado Roberto Jefferson. É preciso que aqueles que não querem quebrar o sigilo do Deputado Roberto Jefferson se levantem e digam seu voto: “voto contra”. É assim que as coisas têm que aparecer, porque pesa suspeição sobre muitos. O que desejamos no passado foi que sigilos fossem quebrados no plural e não no singular.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Henrique Fontana.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E pela ordem eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente. Acho que vou abrir todas as reuniões nossas já dando a palavra a cada Parlamentar, antes que cada um peça pela ordem, porque estou vendo que todos vão falar, com exceção do disciplinado Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, ouvi o Senador Pedro Simon relatando hoje a manchete de **O Globo** em que o Delúbio confessa intermediação do Sr. Marcos Valério com as empresas. Isso foi dado semana passada aqui, no nosso depoimento, que não foi fácil para mim fazer aquele depoimento aqui. Praticamente coloquei meu pescoço na guilhotina. Acho que avançou muito, o caminho foi determinado e foi comprovado hoje, com essa manchete de **O Globo**. Então, vejo, Sr. Presidente, que a CPMI está avançando, sim. Já temos muitos... Por exemplo, os Correios: uma auditoria nos Correios demonstra que 69 contratos dos Correios estão sob suspeita. Vamos ter que investigar Correios, Petrobrás e outras estatais e vamos ter que quebrar sigilo de quem estiver sob suspeita aqui. Não vai ter esse negócio de que não pode quebrar sigilo de Roberto Jefferson, não pode quebrar sigilo de Delcídio, de ninguém. Tem que quebrar de quem for suspeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Puxa, deixe-me em paz, Deputado Geraldo Thadeu, por favor. (Risos.)

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Desculpe-me. Todo mundo sabe que estou falando de Delúbio. (Risos.) Nosso Presidente tem a maior consideração e respeito de todos nós e principalmente tem conduzido os trabalhos, juntamente com nosso Relator, com o maior critério, maior justiça e maior independência. Temos que fazer justiça a isso.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso, como todos aqui acho que já colocaram seus sigilos bancários e fiscal todos à disposição.

Então, vejo que estamos caminhando, sim. Acho que vamos ter respostas, sim. Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, que tudo isso... Por exemplo, o Banco Central. Está demorando? Nomeia uma comissão de parlamentares aqui e vamos lá. Vamos lá, vamos fazer pressão. Creio que as coisas têm que ser dessa forma. E não vamos ter o ônus aqui... A pesquisa aponta

que a opinião pública hoje joga nas nossas costas, nas costas do Congresso a culpa por tudo que está acontecendo, do “mensalão” e tudo mais. Só esperamos que a CPMI do Mensalão apure o que estamos apurando aqui, com coragem, como estamos fazendo aqui. E agora é hora de acabar com essas resistências, de quebrar sigilo, de convocar testemunhas, de convocar suspeitos para vir aqui, de acabar com isso. Tem que acabar com isso. Acho que tem que passar a limpo essa questão aqui, doa a quem doer. Se até nós tivermos que pagar alguma coisa, temos que pagar. É a hora, porque a opinião pública está esperando uma resposta nossa.

Então, acredito que a Comissão está caminhando, sim. Temos que continuar trabalhando e abrir tudo aqui, para mostrar para opinião pública que não devemos nada e que este País precisa ser passado a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti e depois o Deputado Henrique Fontana, e vamos começar os trabalhos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ontem não pude acompanhar os trabalhos, tendo em vista minha ida a São Paulo para participar do programa do Jô Soares, que parece que teve uma certa audiência, dada as referências dos que assistiram.

Quero aqui deixar bastante claro que tivemos um profundo embate, inclusive com recurso tratado e deliberado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que a CPMI que estamos hoje trabalhando, participando, tivesse um fato determinado e não se transformasse em uma CPMI genérica. Por isso que todo o debate feito na Comissão de Constituição e Justiça acabou levando à deliberação, depois, encaminhada também ao Plenário. E fosse reiterado de que esta CPI tem um foco, ela tem uma questão a ser...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Senadora, V. Ex^a está errada. O recurso não foi votado. Perdoe-me corrigi-la, mas V. Ex^a está errada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A senhora está equivocada. Se a senhora analisar os termos, votou...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não sou da Câmara. Primeiro, o seguinte, Sr. Presidente, eu não dei o aparte...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A informação que eu tenho – não sou da Câmara – é de que o recurso foi votado lá.

A outra questão é de que iniciamos o nosso trabalho e, obviamente, na decorrência do que vai sendo apresentado, as investigações, pelo que parece aqui, vão se ampliando. Não tem muito como não fazer isso. Toda CPI é assim. Agora, é muito interessante as pessoas quererem continuar insistindo na história na CPI única. Já foi vencido, mas a discussão ainda não, pelo visto.

É importante registrar, primeiro, que foram colhidas assinaturas no Senado para constituir uma CPI do Mensalão só no Senado. Foram recolhidas assinaturas para que fosse criada uma CPI mista, Câmara e Senado, e foram colhidas assinaturas para ser constituída uma CPI sobre o Mensalão da compra de votos só na Câmara.

Então, com três iniciativas, me parece inequívoco que se queria efetivamente uma CPI para investigar. Porque a nossa já estava criada, a nossa já estava inclusive lida. Em algumas iniciativas, já estava até começado o trabalho da CPI dos Correios. Então, me parece que não paira nenhuma dúvida de que se queria constituir uma CPI para investigar a compra de votos, o “mensalão”.

Quando eu afirmo que havia uma disposição, porque, nas três iniciativas duas delas foram patrocinadas aqui no Senado, e a mista foi patrocinada por partidos da Oposição. A que tinha a posição de ser executada exclusivamente na Câmara, foi patrocinada pela Base do Governo, pelo entendimento que tínhamos que, já que há indícios envolvendo exclusivamente Deputados, pois as acusações são sobre Deputados, deveria ser a Câmara que investigasse. Depois disso tudo, foi feito um acordo para que se juntasse o foco do que estava proposto na Câmara com o que estava proposto na mista, e acabou se fazendo a leitura, na sessão do Congresso, da CPI Mista.

Então, eu não falei nenhuma inverdade. Não falei com a verdade em nenhum momento, porque houve várias iniciativas. A prática demonstrou iniciativa da Oposição de querer criar uma CPI exclusivamente para investigar compra de votos, mensalão.

Agora, Sr. Presidente, eu afirmei isso no Programa do Jô e afirmo aqui: CPI para investigar tudo não investiga nada. Não tem como! Não tem como! Nós estamos com a maior dificuldade de dar conta das oitivas, da análise dos documentos com o que nós estamos investigando até agora. Imagine se ampliar isso ao infinito. Já tivemos experiências na década de 1980, quando houve uma CPI da Corrupção, genérica. O resultado dessa CPI alguém lembra? O Relator foi o Senador Carlos Chiarelli. Alguém lembra do resultado dessa CPI genérica que já teve sobre corrupção? Ninguém lembra, porque só foi holofote.

Então, não adianta. Vamos trabalhar investigar, fazer o nosso trabalho render com os depoimentos sendo mas ágeis possível, começando no horário, como foi reivindicado aqui, mantendo a pauta, sendo muito responsável para não ficar reprisando perguntas que outros Parlamentares já fizeram. Acho que temos de dar agilidade, temos que dar método no trabalho.

Agora, continuo com a opinião de que, colocar tudo em uma CPI só, nós não vamos ser bem-sucedidos na forma como a população quer.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de ponderar a V. Ex^{as}. Acho que essa questão da CPI do Mensalão, CPI dos Correios, está ultrapassada. Foi decidido ontem e eu não vou mais perder tempo na Comissão discutindo esse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Esse assunto está resolvido definitivamente. Se alguém tem o conceito “A”, ou conceito “B” ou conceito “C”, de fundir ou de não fundir, as Lideranças decidiram ontem, e ponto final.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Quero manter minha inscrição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para frisar que os “pela ordem” iniciais meu, do Senador César Borges e dos demais foram sobre o andamento dos trabalhos, inclusive do trabalho de hoje. A discussão se ampliou posteriormente.

Agora, quero esclarecer à Senadora Ideli Salvatti que o recurso votado na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados foi pelo improvimento do recurso. E o recurso só tem validade, Senadora Ideli Salvatti, depois que ele for votado no plenário do Congresso Nacional, e isso não aconteceu. Então, não há nenhuma delimitação. V. Ex^a está equivocada. Não vou entrar no debate político, senão vamos acabar gastando o tempo e a atenção da Comissão. Fazemos isso depois.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito bem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr.

Presidente, assumo um compromisso com os colegas e com o nosso Presidente de que não vou usar mais de dois minutos – talvez menos.

Eu só acho que há um clima muito ruim cada vez que surge um assunto que pode ter, por óbvio, dentro da democracia, diferentes interpretações, ou seja, é melhor ou pior unificar toda investigação numa única CPI? Cada um de nós pode ter uma opinião. O que

não me parece razoável é que se procure disseminar a idéia de que um lado dessas opiniões seria o lado de quem, de fato, quer investigar e o outro lado seria o lado de quem quer dificultar as investigações.

Eu, por exemplo...

(Tumulto no recinto.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu só gostaria de pedir o respeito à palavra, porque, quando eu falo que pessoas diferentes podem ter diferentes interpretações, eu incluo todas.

Eu, por exemplo, tenho uma avaliação de que é melhor que tenhamos duas CPIs separadas, porque acho que essa é a melhor maneira de ter maior eficácia na investigação, assim como eu respeito Senadores que me antecederam aqui que acham que, fazendo tudo numa CPI só, na visão desses Senadores – que foram os que eu ouvi, têm outros que têm esta opinião –, poderia se investigar mais.

Agora, o que eu quero é fazer um pedido, Sr. Presidente, de que nós não continuemos alimentando o maniqueísmo de que alguns de nós são os verdadeiros interessados na investigação séria e criteriosa e de que outros são aqueles que estão eventualmente colocando dificuldades para a investigação.

No mais, cumprimento-o pela forma como temos andado na nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Para concluir, tem a palavra a Senadora Heloisa Helena e, depois, o Deputado Eduardo Paes. Depois, não vou mais deixar, ninguém mais fala, a não ser eu, para anunciar a vinda do primeiro depoente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, eu realmente não iria falar mais, mas eu me sinto provocada a falar, a partir do momento em que outros dizem que não deviam falar, mas acabam falando também.

Então, quero apenas reconstituir o tema. Eu não vi o Programa do Jô – do meu fofinho Jô – ontem, não sei o que foi discutido, mas, pelo que foi discutido aqui, quero deixar uma coisa absolutamente clara. Ontem, na reunião dos Líderes, é bom deixar claro que não foi por unanimidade dos Líderes: os Líderes do PP e do PL e o Líder do Governo é que foram contra a unificação. Então, só quero deixar absolutamente reconstituído: o PP, o PL e o Líder do Governo são os que foram contra a unificação, o que, por si só, já poderia gerar suspeitas. Não vou fazê-lo, até porque acho que a suspeita pode ser de um lado e pode ser do outro também.

Agora, qualquer pessoa de bom senso, que é honesta intelectualmente, sabe que é esta CPMI dos Correios que investiga a água podre que move o moinho do “mensalão” e da corrupção. Então, nada mais

lógico e racional que esta CPMI pudesse investigar as duas coisas. Agora, pulverizar as investigações é uma manobra muito inteligente, mas é a velha tática diversionista de pulverizar as investigações e, efetivamente, de não investigar nada, ludibriar a opinião pública, passando para a opinião pública que se quer investigar e, efetivamente, não é.

Então, eu nem gostaria de ter me inscrito novamente para falar, mas, como prefiro as coisas mais objetivas do que cínicas e dissimuladas, eu acabei tendo de falar também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O último, pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E será breve. Estamos aqui em uma discussão absolutamente estéril. Eu queria até ajudar V. Ex^a nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a tem absoluta razão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Essa

discussão de a CPI dos Correios ser ou não ampliada parece-me mais superada ainda do que a decisão tomada ontem pelos Líderes, ou pelo menos por parte dos Líderes. Isso porque diversos Parlamentares aqui, inclusive aqueles que não defendem a ampliação dos trabalhos desta Comissão, talvez inadvertidamente, sem ter percebido, já ampliaram e já ajudaram com a ampliação dos trabalhos desta Comissão.

Lembro o Deputado que sugeriu aqui que convocássemos o Sr José Andrade Vieira, do Bamerindus, na oitiva do Deputado Roberto Jefferson, para tratar de uma suposta doação, caixa dois, na campanha de 94. A própria quebra do sigilo do Deputado Roberto Jefferson e da Sr^a Karina, nesta Comissão, significam um pouco a ampliação dos trabalhos; a requisição, em determinado momento falada aqui, de contratos do Sr. Wascheck com a Marinha.

Portanto, Sr Presidente, todos os Parlamentares aqui, inclusive os que vocalizam de forma diferente, já se manifestaram nesse sentido. E não é admissível que membros do Congresso Nacional, que um Relator da qualidade do Deputado Osmar Serraglio, um Presidente da qualidade do Presidente Delcídio Amaral, ouçam aqui absurdos sobre outras áreas e sobre outros casos de corrupção e simplesmente, por uma rigidez regimental – que, aliás, não existe – digam: “não estamos ouvindo isso”, como se fosse um júri em que o juiz alerta os jurados no sentido de que o que o depoente acabou de dizer não deve ser levado em consideração.

Essa aqui é, sim, uma Casa política, um espaço político, e nós temos de dar resposta à sociedade em apurar, sim, todos os casos de desvio e de corrupção

que surjam aqui. Quem não quer isso é que não quer a investigação até o fim.

Era isso, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Eduardo Paes.

Eu só queria fazer algumas considerações. Primeiro, em relação ao horário. Estou absolutamente de acordo. Nós inclusive, Senador César Borges, a partir da próxima semana, até em uma avaliação que fizemos, teremos apenas uma oitiva por dia, começando às dez horas, até para que aproveitemos bem o tempo disponível de cada Parlamentar. Com isso, efetivamente, contribuiremos para não haver um trabalho estafante como está ocorrendo em função das oitivas das últimas semanas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Será que a Senadora Heloisa Helena, com essa decisão, vai poder chegar um pouco mais tarde para permitir que, nessa disputa, eu não tenha que vir para cá às seis e quinze, para chegar antes dela?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vai poder chegar um pouco mais tarde, como todos os demais Parlamentares.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ela acorda muito cedo, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O segundo ponto que eu gostaria de registrar também é a questão dos documentos. Evidentemente, como foi dito aqui, a CPI tem um componente político intenso. Claro, isso é evidente.

Em função até dos fatos todos que se precipitaram ao longo das últimas semanas, talvez até algumas oitivas foram aceleradas, que não foi acompanhado das informações necessárias para que, como diz o Senador Pedro Simon, aproveitássemos bem a oitiva de alguns depoentes.

Claro que, em função dessas deficiências, fomos atropelados um pouco pelos fatos e, depois, pelo encaminhamento da documentação, sofremos com isso. Vamos ter de ouvir mais uma vez algumas pessoas que já convocamos, e iremos ouvir.

Quero deixar bem claro e registrar a preocupação dos Parlamentares em relação à documentação. Já encaminhei todos os requerimentos há mais de uma semana e meia ao Banco Central e aos bancos que movimentavam as contas bancárias de empresas e de pessoas que vieram aqui depor.

Amanhã, estou indo com o Relator, Deputado Serraglio, ao Banco Central. É fundamental, Senador Sérgio Guerra, que tenhamos tempo, depois da próxima semana – ouviremos na terça-feira o Sr. Sílvio Pereira e, na quarta-feira, o Sr. Delúbio – para nos debruçar sobre as informações e sobre o cruzamento de infor-

mações. Para isso, temos que ter toda a documentação, não só em função dos depoimentos da próxima semana, mas também para fazer uma avaliação crítica dessas informações todas que, não tenho dúvida, nos levarão a um encaminhamento absolutamente correto das investigações da CPMI dos Correios.

No que se refere à CPMI do Mensalão, à CPMI dos Correios, é um fato ultrapassado e decidido pelas Lideranças. Creio que não compete mais aqui nenhum tipo de ilação, nenhum tipo de debate com relação a essa questão.

Senador César Borges, quero também registrar que tínhamos mandado uma agenda efetiva, por *e-mail*. Tínhamos encaminhado a agenda de hoje como previsão. Tivemos que fazer alguns ajustes, depois posso comunicar a V. Ex^a, até por questões de ordem pessoal de alguns depoentes. Por isso, consolidamos essa agenda, praticamente em cima da hora, com os dois ex-presidente e, depois, com o Presidente da Skymaster. Evidentemente, isso aconteceu por motivos outros e não ocorrerá mais. A Mesa Diretora tem absoluta convicção de que, até para pautar o trabalho dos Parlamentares, temos que ter uma agenda definida com a devida antecedência.

Dito isso, gostaria de convidar o ex-presidente para prestar o seu depoimento como investigado, segundo a minha Assessoria, Dr. Airtton Langardo Dipp – eu o conheço como Airtton Dipp, ex-Deputado –, ex-Presidente dos Correios.

Gostaria que S. S^a viesse à mesa para que iniciemos os trabalhos do dia de hoje.

Quero fazer uma sugestão as V. Ex^{as}. Poderemos hoje, excepcionalmente, em vez de quinze minutos, fazer dez minutos? (Pausa)

O SR. (Orador não identificado) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Faremos, então, dez minutos com o ex-Presidente, Airtton Dipp e, depois, manteremos a programação das demais oitivas com os próximos depoentes.

O ex-Deputado Airtton Dipp presta depoimento como investigado. Passo a palavra ao Sr. Airtton Dipp.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos aqui na CPMI dos Correios, na realidade numa posição bastante indesejável. Mas, por outro lado, é uma oportunidade que nós temos para apresentar o que realizamos durante o ano de 2003 à frente da Presidência dos Correios e, também, para tirar todas as dúvidas possíveis sobre a nossa gestão.

Nós atuamos como gestores públicos na nossa atividade política e administrativa. Sempre tivemos por

princípio a transparência, a participação e a austeridade da coisa pública. Nós iniciamos, em 1989, como Prefeito Municipal de Passo Fundo, Rio Grande do Sul; fomos Secretário de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, durante o ano de 1993, no Governo Alceu Colares; duas vezes Deputado Federal, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002; Presidente dos Correios em 2003; e, após, Superintendente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; e, novamente, agora, Prefeito Municipal de Passo Fundo.

Tenho certeza absoluta de que os esclarecimentos que faremos aqui são importantes para os congressistas, muito importantes para toda a Nação brasileira e, particularmente, para mim. São importantíssimos para a população de Passo Fundo, da qual eu sou o Prefeito Municipal, e que nós precisamos, na realidade, dentro da nossa gestão, otimizar as atividades econômicas e sociais do nosso Município.

Quando assumi a Presidência dos Correios, em fevereiro de 2003, foi por indicação do meu Partido, o PDT, pelo Estado do Rio Grande do Sul, e a convite do Ministro Miro Teixeira. E assumimos a Presidência dos Correios dentro do intuito de fortalecer os Correios como empresa pública, universalizar os serviços, reduzir custos e otimizar a receita. Por quê? Porque encontramos os Correios, em 2003, dentro de uma sequência que vinha, nos últimos cinco anos, com o crescimento da receita operacional muito menor que o crescimento das despesas de custeio.

Em 2002, nós tivemos um déficit operacional dos Correios de duzentos milhões de reais, e isso não era salutar para uma empresa pública.

Nesse ano de 2003, dentro dos princípios também determinados pelo Ministério das Comunicações, nós demos total transparência a nossa atividade. Implantamos, Sr. Presidente, Sr. Relator, o pregão eletrônico. Aliás, o pregão eletrônico era previsto no Orçamento de 2003 com uma rubrica destinada de seis milhões de reais para a sua implantação. Nós implantamos o pregão eletrônico em convênio com o Banco do Brasil, sem nenhum custo para os Correios. Esse convênio foi feito com o Banco do Brasil e, a partir, então, de meados de 2003, iniciamos o processo de pregão eletrônico.

Também elevamos, até mesmo por determinação do próprio Ministro, o orçamento dos Correios, através da Internet, para que todos pudessem ter acesso à execução orçamentária.

Fizemos a divulgação de todos os contratos dos Correios, do último ano, dentro do *site* dos Correios, para o acompanhamento por parte da população. E implantamos o acompanhamento também do sistema eletrônico de licitações.

Em relação à nossa gestão – e a nossa gestão tem sempre uma característica participativa, uma discussão ampla com empregados, funcionários –, por onde nós passamos implantamos o planejamento estratégico, até 2007, com a participação de mais de 1.400 empregados dos Correios e, pela primeira vez, com a participação efetiva das diretorias regionais no planejamento estratégico da empresa, porque sempre era muito distante a administração central, as diretorias de área, das diretorias regionais.

E fizemos, dentro do controle de autoridade e transparência, uma implantação administrativa que entendemos ser fundamental em uma gestão participativa.

Os Correios têm uma gestão colegiada com seis diretores de áreas e o Presidente, mas as ações são sempre desencadeadas por cada área específica, para que se possa aprovar ou não por parte da diretoria colegiada ou dos encaminhamentos por parte do Presidente. E nós implantamos três comitês aprovados em reunião de diretoria para que pudéssemos fazer com que funcionários empregados que não fossem diretores e que pertenciam às mais diferentes áreas pudessem acompanhar o processo de, por exemplo, autorização de compras estratégicas. Todas as compras estratégicas da empresa passavam por um comitê formado por funcionários do segundo e terceiro escalões, assessores, para que se pudesse ter uma visão do todo da empresa. Criamos outro comitê de gestão da receita operacional para utilizar as receitas, também com a participação de todas as diretorias e não somente da diretoria específica que pudesse estar tratando da área. E da mesma maneira da gestão de redução de custos da empresa, que foi fundamental para nós retomarmos, então, a redução de custos que poderia ser feita nos Correios.

Quando nós assumimos os Correios, recebemos um relatório da equipe de transição do Ministério de Comunicações específica dos Correios em que foram apontadas algumas ações que teriam que ser desencadeadas, como um reexame da rede postal noturna, um reexame do consórcio Cegelec, da automação de centrais de distribuição, e também um reexame do processo de franquias nos Correios. Isso foi feito durante a nossa gestão. E que possamos agora detalhar ao Sr. Relator e aos Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao nobre Relator Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Convidado Deponente, uma das coisas que têm norteador a investigação desta Comissão é a dependência estabelecida em

relação a partidos políticos na escolha dos que iriam comandar as estatais, no caso de V. S^a, os Correios. Como V. S^a foi o primeiro a organizar os Correios em uma nova administração federal que se iniciou com o Governo do Presidente Lula, a pergunta é: teria V. S^a condições de nos esclarecer uma a uma as diretorias que comandou a sua gestão? Como foi realizada a seleção dos diretores?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Quando eu fui convidado pelo Ministro Miro Teixeira para assumir a Presidência dos Correios, nós aceitamos o convite do Ministro e, atendendo ao detalhamento do organograma dos Correios, solicitamos ao Ministro que pudéssemos nomear a diretoria financeira e a diretoria administrativa da empresa, porque entendemos que é um ponto bastante sensível para o gestor público.

As duas diretorias foram então indicadas por mim: Dr. Gabriel Fadel na Diretoria Administrativa e Dr. Gerson Carrion na Diretoria Financeira.

O Dr. Gabriel Fadel é ex-Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, ex-Secretário de Administração do Governo Estadual, e o Dr. Gerson Carrion é ex-Diretor Financeiro da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

As demais quatro diretorias foram indicadas pelo Governo Federal, através do Ministro Miro Teixeira, do Presidente da República, e não temos conhecimento da sua origem em relação à indicação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a desconhece totalmente o vínculo partidário ou político de onde se teria originado a indicação dos demais quatro diretores?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Desconheço com relação à indicação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda que por ouvir dizer?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em relação aos demais quatro diretores, o Diretor Comercial já estava como Diretor da Empresa de Correios na administração anterior. O Dr. Paulo Menicucci foi mantido no cargo. Os dois diretores funcionários, o Dr. Madureira, na área de operações, e o Diretor Eduardo, na área de tecnologia, funcionários de carreira. E o Dr. Osório ouvia dizer que a indicação era do PTB, mas não por parte do Ministro, e sim em relação à nossa atuação nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A única notícia de indicação de partido político que V. S^a teve foi do PTB? O PT não teve nenhuma participação na escolha de diretorias?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nas diretorias de área...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou o PMDB?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem aparentavam ter uma certa ligação? Não tinham uma proximidade maior com alguns partidos políticos esses diretores? Participavam de eventos políticos do partido? Algo que indicasse que algum elo teriam com algum partido?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que eu saiba não participavam de eventos políticos e, se não me engano, O Diretor Comercial era filiado ao PSDB, não tenho certeza absoluta, e os dois demais diretores, que eu saiba, não tinham filiação partidária. E as minhas indicações são filiadas ao PDT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na área de publicidade, havia uma ingerência? Enfim, que tipo de vinculação havia dos Correios em relação à Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A publicidade em relação à nossa gestão, execução de patrocínios e publicidade no ano de 2003, portanto nós executamos um contrato oriundo de 2002, conforme o orçamento dos Correios, elas tinham...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quantos milhões?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nós executamos R\$60 milhões no ano de 2003.

Em relação ao patrocínio – e essa gestão é dentro da área da Presidência, o responsável é o Presidente, juntamente com o seu departamento de marketing –, toda a iniciativa era oriunda da nossa gestão e das solicitações dos mais diferentes pontos do País, através de políticos, Prefeitos, Vereadores, entidades, eventos. E os patrocínios acima de R\$50 mil eram examinados por uma comissão mista interministerial, coordenada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal para que pudessem ser aprovados ou não, e só após eram aprovados na reunião de Diretoria, uma vez já decidida por parte do Presidente a inclusão em pauta do patrocínio.

Em relação à publicidade, não havia nenhum tipo de ingerência da Secretaria de Comunicação em relação à gestão da publicidade, com exceção da negociação que foi feita entre todas as estatais do País em relação aos principais veículos de publicidade, que foi coordenada, sem dúvida alguma, pela Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Então, em determinado momento as estatais foram chamadas a estabelecer um critério único de publicidade?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – É, até para se obter um valor o menor possível em relação à divulgação na mídia em relação às estatais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Quando V. S^a assumiu os Correios, havia agência, na verdade, duas agências que poderiam ter a prorrogação dos seus contratos, tal estava previsto no contrato inicial, e, no entanto, no primeiro ano do seu mandato, ou no seu mandato, isso se pôs de lado e se iniciou uma negociação que se aportou a uma nova licitação. Nesse período de elaboração dessa nova concepção de publicidade, V. S^a poderia nos indicar quando conheceu Marcos Valério?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Inicialmente, em relação à nossa execução do orçamento, ela foi feita com duas agências oriundas do contrato de 2002, mas, na realidade, eram três agências que eram oriundas de uma licitação, mas o contrato foi revogado, ainda em 2002, em relação a uma das agências. Então, havia uma certa limitação contratual porque eram três agências que administravam a publicidade, com valores variando em relação ao próprio edital da concorrência pública. Então eram duas agências.

Em relação à nova licitação, o contrato findava-se, se não me engano, em setembro de 2003, e nós providenciamos, através do Departamento de Marketing, a nova licitação. O contrato é anual, de acordo com a Lei de Licitações, que pode ou não ser prorrogado por mais quatro anos do início do seu contrato, e nós optamos por uma nova licitação que pudesse abranger três agências de publicidade, como era a norma dos Correios, como vinha acontecendo nos últimos anos.

Essa licitação foi desenvolvida pelo Departamento de Marketing, acompanhada pela Secretaria de Comunicação, de acordo com o decreto de 1999, que examina todo o encaminhamento legal. A própria licitação aprova ou não para que ela possa ser aprovada definitivamente pela Presidência para ser lançado, então, o edital de licitação.

Em relação ao publicitário Marcos Valério, eu nunca conversei com o publicitário. Participaram dessa licitação 55 agências de publicidade de todo o País. Algumas agências, durante o processo de licitação, visitaram os Correios, a Presidência, acompanhados ou não de Deputados, e eram sempre encaminhados ao Departamento de marketing para que pudessem ter acesso àquilo que estava sendo feito pelos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda sobre a constituição da sua diretoria, temos uma denúncia de que houve um aproveitamento exagerado de líderes sindicais, talvez não nas diretorias mas no terceiro escalão e sobremodo nas diretorias

regionais. Como se procedeu a escolha dos diretores regionais na introdução desse novo governo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os diretores regionais, na nossa gestão de 2003, eram e são todos empregados de carreira dos Correios. A escolha dos diretores regionais – e o diretor regional, na realidade, é uma representação da empresa em cada Estado da Federação – foi feita pelo Ministério das Comunicações, pelo Ministro Miro Teixeira em relação aos diretores regionais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Presidência dos Correios não teve participação na escolha dos diretores regionais?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A participação da Presidência e dos demais diretores era examinar em relação aos nomes indicados e aprovar ou não em reunião de diretoria, conforme as normas existentes na própria imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como se procedia a escolha dos membros das comissões especiais de licitação, não da permanente? Que tipo de interferência tinha a Presidência nessa escolha?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pelo que me lembre, comissões especiais de licitação foram muito poucas. Lembro-me da comissão especial de licitação das agências de publicidade, porque trabalhamos sempre com a comissão permanente de licitação ou com a pregoeira, porque a preferência que tínhamos na nossa gestão era de onde fosse possível incluir, dentro da legislação vigente, o pregão presencial nas grandes compras que fossem feitas por pregão presencial essas compras.

Em relação à comissão especial de licitação das agências de publicidade, foi feita uma sugestão da Secretaria de Comunicação para que fosse feita uma comissão mista dos Correios e da Secretaria de Comunicação. Nós consultamos o Ministro Miro Teixeira, que concordou em razão de a própria legislação, o decreto de 1999, ter um acompanhamento especial por parte da Secretaria de Comunicação. Foram indicados os membros da Secretaria de Comunicação, os membros dos Correios foram indicados por mim, dentro da diretoria, por sugestão inclusive do diretor de marketing, Dr. Otaviano, e fizemos a portaria regularizando essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas os membros que V. S^a indicou eram minoritários na comissão?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho absoluta certeza, mas se não me engano foram cinco membros, sendo dois dos Correios e três da Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, quem comandou a licitação de publicidade, na verdade, nos Correios, foi a Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não diria quem comandou. É uma comissão especial de licitação integrada por servidores públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem elaborou o edital de licitação dessa publicidade?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Toda a iniciativa da licitação foi feita pelo Departamento de Marketing. O edital é feito pela Comissão Especial de Licitação, depois, aprovado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, o edital foi elaborado pela maioria, oriunda da Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dentro dessa questão, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Num determinado momento, havia o encaminhamento dessa licitação com um determinado norte. Aí houve uma interferência mais incisiva da Secom a ponto de ter de se alterar o edital, que já vinha praticamente consolidado? Uma nota, algo emanado da Secom, que interferisse?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A Secretaria de Comunicação teve sugestões em relação ao edital no seu exame, que foram atendidas pelos Correios e aprovadas, então, em relação à mudança do edital em questões pontuais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não fosse essa mudança, a SMP&B poderia ter se habilitado?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em relação à mudança...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa nota alterou os critérios de habilitação. Havia necessidade dessa alteração ou desse direcionamento? Houve essa intenção?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A alteração que... As três agências vencedoras da licitação não teriam nenhum problema em relação a essa notícia que foi dada, em relação à mudança do patrimônio, em relação à alteração para R\$1,8 milhão. Nenhuma das agências teria problema em relação a essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Recebemos aqui a secretária do Sr. Marcos Valério, que nos noticiou que, na véspera da abertura da licitação de publicidade, eles já haviam comprado todos... Enfim, haviam preparado a festa de comemoração da vitória certa na licitação. Em outras palavras, traduziu-nos que havia uma negociação estabelecida em torno da vitória do Marcos Valério. V. S^a, que era o presidente

na época, pelo menos ouviu falar alguma coisa? Teve notícia ou mesmo depois que leu? Que tipo de informação tem a nos dar em relação a esse propósito?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em relação a essa questão, nunca ouvi falar, a não ser agora, através da imprensa, mas nem conhecia essa agência, muito menos o Sr. Marcos Valério, quando estávamos trabalhando nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, o Sr. Marcos Valério já era fornecedor de publicidade dos Correios.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dos Correios? Que eu saiba não. A SMP&B venceu a licitação de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A primeira. Não se percebia que, digamos, não tinha muita proximidade com V. Ex^a, mas tinha trânsito livre na Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não poderia responder a essa pergunta porque, na realidade, essas questões de patrocínio, de negociação com a própria mídia, eram feitas pelo representante dos Correios, o chefe do Departamento de Marketing, Dr. Otaviano. Então, eu não tinha esse contato direto com a agência, a não ser na apresentação e na aprovação final de um determinado produto que seria lançado no mercado. As agências, isso durante a gestão dos Correios, apresentavam ao diretor de área e ao presidente para que pudéssemos autorizar ou não a campanha publicitária. Mas não trabalhamos com essas três agências vencedoras da licitação. Trabalhamos, em 2003, com a agência Oglio e, se não me engano, com a agência Jácome, que eram as duas habilitadas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com as quais teria sido possível a prorrogação, diante do contrato anterior de que dispunham?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Possíveis, vamos dizer, todos os contratos de prestação de serviços são, mas ela já tinha alguma dificuldade, porque havia limitações na execução do contrato oriundas da licitação que tínhamos através de três empresas, em uma havia sido rescindido o contrato na gestão anterior, que não sabemos o motivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E por que não se licitou apenas essa parte dessa terceira empresa, ao invés de se eliminar todas as que já estavam prestando serviços?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi opção da empresa, da chefia do Departamento de Marketing, que achei salutar, uma nova licitação, porque toda licitação – agora fala um gestor público – sempre é salutar para que tenhamos, pelo menos, a obtenção dos melhores preços de mercado em qualquer atividade pública.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ela também pode servir de mecanismo para que alguém que ainda não esteja prestando, ou a retirada de alguém que está corretamente prestando, e se viabilize o ingresso de alguém a quem se pretenda abrir os caminhos. Apenas hipótese, evidentemente. Não significa que isso tenha ocorrido. V. S^a pode nos dizer, pelo menos pela última resposta, aparentemente, se quem teria desencadeado essa licitação teria sido a Diretoria de Marketing, essa idéia de uma nova licitação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Diretoria de

Marketing. Porque cada diretoria de área e, do caso, da Presidência acompanha e faz a gestão de todos os contratos. Se o contrato é de uma área administrativa, a gestão é da área administrativa; se é da operacional, da área operacional; e, no caso da publicidade, é da Presidência, do Gabinete do Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era o Diretor de Marketing?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Diretor

de Marketing era o Dr. José Otaviano. Aliás, é bom ressaltar que os chefes de departamentos na presidência foram, todos eles, mantidos, da gestão anterior a 2003 dos Correios, porque são empregados qualificados e com uma atuação assim muito boa em defesa dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Chegou a circular alguma notícia de alguma proximidade maior, alguma amizade maior entre o Sr. José Otaviano e o Sr. Marcos Valério?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Sr. Marcos Valério freqüentava a Diretoria de Marketing?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não conheço e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais as licitações maiores que foram realizadas sob sua administração?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Licitações maiores? Uma delas foi a licitação de servidores da empresa para que pudéssemos integrar toda a rede corporativa dos Correios em todo o País e aumentarmos a nossa ação em relação à dotação de equipamentos nas nossas agências para agilizarmos a instalação do próprio Banco Postal. Essa licitação foi realizada pela área de tecnologia sob a forma de pregão presencial, e tivemos, nesse pregão, uma redução significativa dos valores estimados, do valor de referência, se não me engano, da ordem de R\$140 milhões, e conseguimos em torno de R\$105 milhões. Essa foi uma licitação bastante, vamos dizer, comemorada pelos gestores dos Correios. Em relação a licitações maiores, tivemos a

licitação, através também do pregão presencial, dessa questão da Rede Postal Noturna, onde fizemos uma redução da ordem de R\$42 milhões, R\$46 milhões dos contratos vigentes, com exceção de duas linhas, onde a empresa Skymaster não aceitou a renegociação feita pelos Correios. Então, realizamos o pregão presencial, e houve uma redução significativa da ordem de 50 milhões. Aliás, a Rede Postal Noturna tinha um dispêndio para os Correios, anual, de R\$400 bilhões. E, a partir dessa renegociação, a partir desse pregão presencial, foi reduzida da ordem de R\$100 milhões. O efeito disso, infelizmente, se deu só a partir de 2004, porque todas essas tratativas foram realizadas no segundo semestre de 2003. Então, na nossa gestão, não tivemos a felicidade de reduzir os custos. Quer dizer, tivemos ação, mas não no resultado da própria empresa em 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Skymaster, nessa licitação a que V. S^a fez referência, o preço que ela ofereceu em relação ao preço precedente que ela vinha praticando dava a entender que a proposta era inexecutável?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não entendi bem. Em relação à licitação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela vinha prestando serviço, aí se submeteu a uma licitação. Ao apresentar o preço, esse preço, segundo a sua ótica, poderia ser interpretado como sendo um preço impraticável, inexecutável?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, quando tratamos da redução de custos da Rede Postal Noturna, foi criado um grupo de trabalho específico de reexame de todo o processo de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem comandava esse grupo era o Brigadeiro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. O

grupo era formado por empregados da empresa multidisciplinar de todas as áreas e com a consultoria do Brigadeiro (Venâncio) Grossi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como foi escolhido o Brigadeiro Grossi?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Brigadeiro Grossi foi escolhido por mim, pelo Presidente da empresa, já que o grupo é da Presidência, pelas referências que tínhamos, em primeiro lugar, como ex-Diretor-Geral do DAC por muitos anos, e que é uma instituição que conhece profundamente essa área. Em segundo lugar, nós até não pensávamos em ter um consultor externo, mas como havia muitas correntes de tratativas em relação à Rede Postal Noturna – umas correntes dentro da empresa achavam que qualquer tipo de licitação para a Rede Postal Noturna traria custos maiores para a empresa em relação à licitação pública, outras cor-

rentes achavam que era melhor os Correios adquirirem aviões próprios para efetuar o serviço com redução de custos – nós entendíamos, então, que uma consultoria era importante. Recebemos vários consultores, desde empresas particulares, fundações, universidades, e entendemos que o melhor encaminhamento era com alguém conhecedor do assunto. Tive uma referência muito positiva, através do chefe de gabinete, que é o atual Presidente dos Correios, o Dr. Janio Pohlen, de que o Brigadeiro já havia prestado serviços para os Correios, com grupos de trabalho de avaliação de custos de aeronave, cujos trabalhos eram muito bons e que eram uma referência também positiva. Acho que foi positivo para que pudéssemos, na realidade, fazer uma reavaliação geral dessa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A manutenção desse Brigadeiro em Brasília corria à conta de quem?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esse grupo de trabalho teve uma duração de 90 dias. Foi contratado pelos Correios. Durante esses 90 dias, o grupo de trabalho desenvolveu uma metodologia – voltando à sua pergunta anterior – de critérios de avaliação com as diretorias, especialmente as diretorias regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, que têm os maiores volumes de tráfego de cargas para o resto do País, e todas essas metodologias foram desenvolvidas pelo grupo em relação a todos os custos inerentes ao transporte aéreo. Após esse grupo de trabalho – e aí terminou a participação do Brigadeiro –, foi criado, dentro do Comitê de Redução de Custos, um grupo específico de renegociação de contratos, onde tivemos então, também em parceria com o Banco do Brasil, orientações gerenciais de renegociação de contratos, já que o Banco tem *know how* nessa área – os Correios não tinham esse *know how* –, e esse grupo de trabalho, que é um outro grupo de trabalho, que realizou essas renegociações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tomou conhecimento de que uma das empresas de transporte aéreo teria efetuado o pagamento das despesas desse Brigadeiro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, sim. Isso no processo já, lá no final do processo, no final do ano, no processo desencadeado por nós, pelo grupo de trabalho, para o pregão presencial, houve essa denúncia ao Ministro Miro Teixeira sobre essa questão lá do início do processo. O Ministro Miro Teixeira me chamou, foi repassada toda essa questão para o Assessor Jurídico do Ministério para que tomasse as providências. Eu, particularmente, solicitei à Contadoria-Geral da União, através do próprio Ministério, para que examinasse os contratos, e ao Tribunal de Contas da União, para que

se examinasse todo o processo e se avaliasse todo o estudo que foi feito pelo grupo, essas medidas foram tomadas, e foi mantido o pregão. Em relação aos custos, se foi um valor muito ou não, a redução, houve, na realidade, a participação de várias empresas, mas a concorrência, na realidade, o pregão, ficou a cargo de três empresas, entre elas a Skymaster e a Varig Log, que ficaram então disputando esses valores. A expectativa que nós tínhamos, em função dos estudos feitos, era difícil dizer, mas de uma ordem de 20% a 15% de redução. Mas foi feita uma disputa muito intensa entre essas empresas, dentro do pregão, e que foi homologado pela diretoria, porque treze empresas disputaram esses valores, uma redução significativa para a empresa e que entendo que seja – e foi – salutar para a nossa gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Supõe-se que as empresas contratadas pela Administração Pública estejam no limite da possibilidade de preços a serem praticados, porque participam de uma licitação. Portanto, era de se supor que quem estivesse prestando serviços aos Correios estivesse no limite. A pergunta é: o que V. S^a percebeu que havia de não, enfim, explicável ou coerente a ponto de “forçarem”, enfim, estabelecerem uma negociação para a redução? O que levou V. S^a a perceber que havia uma necessidade de redução?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A indicação do relatório de transição do Governo Federal antes de nós assumirmos, esse processo de transição que foi feito nos Ministérios e nas empresas estatais. Recebi um relatório, que está no Ministério das Comunicações, nos próprios Correios, onde indicava que deveria ser feito um reestudo urgente na questão da Rede Postal Noturna, do Consórcio Cegelec e da questão de franquias. Esses três assuntos foram, durante meus onze meses, desencadeados na nossa gestão.

Eu estava procurando aqui, Relator, uma tabela das reduções. É importante frisar que criamos também um grupo de trabalho específico para reequilíbrio e repactuação de contratos na empresa. Porque o reequilíbrio e a repactuação de contratos nas empresas eram feitos somente nas áreas específicas, onde o gestor de contrato estava atuando. E, nós, para termos uma visão de empresa, uma visão corporativa, onde o reequilíbrio e a repactuação tinham que ter as mesmas diretrizes, e todas as áreas tinham que estar presentes, acompanhando a financeira, a administrativa, enfim, a comercial, todas as áreas. Esse grupo que foi criado em maio tratou dos contratos também com redução nas repactuações que foram pedidas nos Correios e nos reequilíbrios, que, normalmente, vinham sendo concedidos durante a própria vigência dos contratos.

Então, foi um trabalho também que deu uma redução da ordem de R\$50 milhões e que nós, em relação à Rede Postal Noturna, é bom frisar, o grupo de trabalho não tinha um valor definido dos custos de operação, o que tinha era uma metodologia, uma redução em algumas linhas, que aí eu não posso identificar, de redução de cargas, porque, ao longo dos últimos anos, não se comportava mais aquela situação. E com a negociação direta com a empresa, com o fornecimento dos dados diretos da empresa em relação a seus funcionários, em relação à compra de combustível, enfim, era calculado, conjuntamente, os novos valores. É bom frisar que nós tínhamos, e algumas foram reduzidas em 10%, outras em 4%, mas as solicitações de repactuação que eram sempre significativas. Então, não foi concedida a repactuação e, ainda, reduções.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que explica que só a Skymaster não aceitou essa redução?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Bom, foi a única empresa que não aceitou. Ela propôs manter o preço vigente que estava sendo cobrado e que, por entendimento do grupo de trabalho, não era significativa a redução em relação a essa linha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se bem que quem pegar o histórico das linhas vai perceber que, antes de V. S^a atuar, ela deu um salto meio inexplicável. Ela pulou de R\$13 milhões para R\$48 milhões, uns dois anos antes da sua administração. O que significa que ela veio, realmente, fortalecida em matéria de valor e que, aparentemente, teria condições, sim, de reduzir.

Em relação às franquias, qual é a visão de V. S^a em relação à existência de manipulação política das franquias?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na nossa gestão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fez alguma investigação, aprofundou a visão de, efetivamente, quem são os titulares das franquias?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Em relação aos titulares das franquias, não. O que nós fizemos, durante a nossa gestão, foi um grupo de trabalho específico para rever a questão das franquias, propondo novas alternativas para o futuro. Porque as franquias foram concedidas alguns anos atrás, e, na época, foram concedidas sem nenhum tipo de licitação pública, as atuais agências de franquias.

Quando assumi os Correios – e, no ano anterior, eu era Deputado Federal –, foi aprovado aqui, na Casa, um projeto que entendo que seja absurdo. O Congresso Nacional aprovou, no final de 2002. As franquias encerravam-se em 2002. E o Congresso Nacional aprovou

uma prorrogação por cinco anos das franquias. Quer dizer, uma lei autorizando a prorrogação, e foi sancionada pelo Presidente da República; um contrato que era de concessão de empresa estatal, uma franquia.

Então, durante a minha gestão e durante os próximos cinco anos, essas franquias continuam a trabalhar. Qual é a nossa visão em relação às franquias? Agora a visão de gestor, a visão empresarial: sou favorável à permissão, às concessões, porque os Correios precisam ter a expansão de suas agências dos Correios em todo o País, nas mais diferentes cidades, um número expressivo de agências para atendimento da população. Sou favorável. Só que essas agências – e a origem delas foi nesse sentido – eram para ter uma atuação, na realidade, de atendimento da população no varejo. Os preços concedidos na origem do contrato eram preços para quem trabalha numa agência de varejo. Só que, especialmente nas grandes cidades, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, as franquias funcionam até mesmo como uma concorrente, hoje, dos Correios, e não como uma simples agência de recebimento, mas legalmente; de recebimento, através da população, da correspondência, das encomendas. Elas prestam serviços para grandes empresas e fazem até um trabalho de triagem que pode ser feito nos centros de distribuição.

Então, é uma situação realmente complicada e que tem que ser modificada. Nós baixamos – solicitamos ao Ministro Miro Teixeira – uma Portaria de obrigatoriedade de se colocar em todas as agências de franquias e dos Correios equipamentos digitais, porque ali estaríamos já corrigindo algumas questões em relação a esse trabalho. E um controle maior que possa, não digamos que esteja ocorrendo, mas que possa ocorrer.

E fizemos uma ação no segundo semestre – vejam bem, tivemos onze meses de gestão; tudo isso parece fácil falar, mas até se conseguir atingir essas questões, elas têm uma certa demora –, conseguimos aumentar a equipe de inspeção dos Correios e a concentramos nas grandes agências franqueadas com grandes movimentos. Tivemos – não tenho esses dados, mas os Correios têm –, assim, movimentação em favor dos Correios, no Estado de São Paulo, de agências em que foram duplicados os pagamentos em relação aos Correios, uma inspeção praticamente quase que permanente nessas agências.

Quero ressaltar, Sr. Relator, que essas grandes agências são minoria no País. A grande maioria está dentro dos serviços que entendemos sejam fundamentais para os Correios em relação ao atendimento da população no varejo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os Correios, em relação a essa minoria, tomaram alguma providência para identificar quem seriam? E que atitude foi tomada?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em algumas inspeções em que foram identificadas irregularidades, há processos tramitando. Algumas foram também, não só na minha gestão, mas também em 2002, fechadas, e depois, através do Poder Judiciário, com liminares, reabertas. Havia sempre uma disputa muito drástica por parte da nossa gestão, mas, infelizmente, nós temos os limites legais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A empresa chegou a identificar de que métodos se valem essas agências para retirarem os clientes dos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não teria esses detalhes, assim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas houve pelo menos uma tentativa de identificação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – De como acontece essa situação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como é que clientes potenciais os Correios vêm gradativamente perdendo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A legislação permite e talvez...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, por ser uma concessionária, em alguns casos permissionários, não poderia haver o rompimento desse contrato, a partir de fazer uma concorrência desleal com o próprio concedente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O problema é que, na realidade, não é uma concessão e nem uma permissão. Eu sou engenheiro, não sou advogado.

O problema é que foi feita uma franquia, por meio do contrato, lá na sua origem, há 10 anos, que foi prorrogada por cinco anos, por decisão do Congresso Nacional, por uma lei. O nosso Departamento Jurídico via com dificuldades uma solução definitiva dessa questão. Por isso, e deve estar sendo feito hoje, ainda, um reestudo para que se possa terceirizar, dentro de uma nova legislação, com regras previamente definidas, e que seja universal, que todos tenham acesso à permissão, à concessão, conforme o interesse público.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É verdadeiro que há um vazamento em torno de nove milhões por mês, em relação a essas franquias? Fraudes na utilização de máquinas? Há resistência de franqueados à substituição das máquinas por máquinas digitais?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nós implan-

tamos, em outubro, por meio da portaria, e foi feito um processo gradativo que finda, era para ter terminado, não acompanhei mais a partir do ano de 2004, mas findava esse projeto, com essa portaria, com essa decisão, em dezembro de 2004.

Na nossa gestão, não houve resistências. Não houve resistências. Que eu tenha conhecimento de resistências, não houve.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas os Correios têm comprovação, suponho, em sindicâncias, de máquinas clonadas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não tenho condições, agora, de responder se tem essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na sua gestão não houve identificação de máquinas clonadas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que eu me recorde, não. Que eu me recorde, não, mas a máquina eletrônica, não a digital, tinha-se uma grande preocupação em relação à possibilidade de fraudar a questão do registro da carta através dos Correios, porque, Sr. Relator, nós atuamos muito nessa questão, tanto é que propusemos ao Ministro Miro Teixeira uma regulamentação dos serviços postais no País. Foi feito um trabalho multidisciplinar, Correios e Ministério das Comunicações, nesse sentido, porque, na realidade, há concorrência em relação a cartas, que é monopólio do serviço postal, não só no Brasil, mas praticamente em todos os países do mundo. Temos dificuldades em relação aos grandes centros, onde há atividade. Aí, não estou mais falando da questão dos franqueados, mas atividades de empresas que trabalham, numa grande capital, na entrega de cartas. Quando os Correios identificam, é acionada a Justiça, é contestado, existem ações inclusive no Supremo Tribunal Federal nessa questão.

No ano de 2003, nós tivemos um problema significativo, porque foi o ano do ajuste fiscal por parte do Governo Federal e o PIB nacional caiu, em 2003, 0,2%. Nós tivemos uma redução, nesse ano, na minha gestão, de 12% no tráfego postal.

Essa redução, supõe-se, em função de que os Correios são uma empresa prestadora de serviços, está vinculado, por conseguinte, à questão da queda do PIB no ano, mas, também, vinculada a essa concorrência, que é ilegal aos Correios e, principalmente, essa era a nossa grande luta, nas grandes capitais, porque os Correios nunca tiveram concorrência em mandar uma carta lá para o Amazonas. Lá, só mandam os Correios. Agora, uma carta, na grande São Paulo, há uma evasão, mas, fiscalizada pelos Correios

e tomadas as medidas legais cabíveis. Mas há uma evasão, sem dúvida alguma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando introduziram esse mecanismo das máquinas, por que não concentraram exatamente tudo em São Paulo, que é o núcleo da evasão?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas nós concentramos, Relator. Essa questão das máquinas tem todos os procedimentos para poder... Nós concentramos a inspeção da empresa a partir dessa, vamos dizer assim, identificação, a partir do segundo semestre, em São Paulo, nas grandes empresas. E tivemos resultados significativos. Resultados significativos, que eu teria que consultar os Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V.S^a tem a dizer sobre a versão de que, na verdade – e agora voltando um pouco para o transporte noturno –, havia a intenção de dificultar os caminhos da Skymaster, de forma que o Promodal fosse a vencedora. E daí a existência do Brigadeiro, “apadrinhado” pela Promodal, que introduziria um sistema que facilitaria a sua escolha na licitação, porque seria uma licitação direcionada, e que apenas houve um acidente de percurso em que a Sky também se protegeu com políticos de renome e, daí, interrompeu essa vitória desenhada da Promodal. O que teria levado a Skymaster a reduzir a um preço impraticável para que ela não fosse, não diria excluída, mas, enfim, que ela não fosse vencida pela concorrente? Essa é a versão que, com certeza, V. S^a também tomou conhecimento pela leitura posta no noticiário.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu acho, na realidade, Sr. Relator, um absurdo essa questão. Primeiro porque, na realidade, o trabalho realizado pelos Correios foi um trabalho profundo, consistente, onde nós oportunizamos a renegociação de contratos para todas as empresas. Não foi um caso especial da Skymaster. Foi toda a rede postal noturna. Nós tivemos um ganho de R\$100 milhões, divididos em várias linhas aéreas, inclusive com o cancelamento de uma outra linha menor, que agora não me recordo. Essa versão da empresa, eu vejo como até mesmo, na minha interpretação, uma justificativa para que se pudesse buscar um reequilíbrio do contrato, sei lá, uma repactuação. Porque eu não posso acreditar que empresas como a Varig Log e como a Betha disputassem esse mercado, e isso foi comprovado no pregão presencial, com tanta decisão em busca da atuação dessa linha. Então, não posso concordar com essas afirmações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse redesenho da rede de transporte noturno, o núcleo pensante, formulador dessa nova estrutura, tinha uma preeminência desse Brigadeiro ou ele não

era tão... As opiniões dele eram meras referências? Enfim, ele era majoritário na imposição da costura ou era apenas mais alguém que opinava? Qual era a força do Brigadeiro na estrutura nova do transporte?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Era um consultor externo para retirar – vamos dizer assim – as dúvidas porventura existentes do grupo. Não acompanhei esse detalhamento e essas discussões internas, mas creio que – pela participação, formação dos empregados dos Correios e que são qualificados – foi uma participação realmente como orientação. E é bom frisar que esse grupo trabalhou também encima de um estudo realizado, já pelos Correios, alguns anos atrás, por uma empresa consultora no redimensionamento da rede postal noturna. Já tinha um estudo de anos atrás e que fez parte, na realidade, do trabalho do grupo. Além, então, desse consultor, tinha um estudo de muitos anos atrás que foi muito aproveitado também e os próprios empregados da empresa em relação a essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, como sempre, alguns outros atos dos quais participou, embora não sejam muitos, porque só comandou por 11 meses os Correios.

Nós, de alguma forma, democraticamente – para não monopolizar o questionamento – nos reservamos para eventualmente, se posteriormente a manifestação do Plenário sobejar alguma coisa, nos manifestar. Por enquanto, era o que tínhamos a questionar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Sr. Relator e gostaria de convidar o primeiro inscrito, ilustre Senadora Heloisa Helena, por 10 minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, nós pactuamos 10 minutos, por decisão do Plenário, o primeiro e, depois, iríamos discutir os demais.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem, só espero que ele consiga responder ao que lhe inquirir. Sei que não é uma decisão de V. Ex^a, e como não é uma brincadeira o que estamos fazendo. Emtão, cada vez mais, fica havendo a necessidade de que os diretores venham novamente quando analisarmos os contratos e outras coisas mais.

Primeiro, Dr. Dipp, compartilho com a preocupação que o senhor colocou aqui em relação às franquias e responsabilizar o Congresso Nacional também. Até porque é verdade que o Congresso Nacional aprovou a prorrogação das franquias, e esse negócio ainda vai dar muito o que falar, porque certamente vamos ter que montar um procedimento investigatório específico

co para identificar quem são os senhores poderosos que estão por trás dessas franquias. Infelizmente, em novembro de 2002, com a conclusão desse imbróglio todo aqui, certamente, por um acordo da equipe de transição, entre o Governo Fernando Henrique e o Governo Lula, isso acabou sendo aprovado, um grande acordão que, mais cedo ou mais tarde, vamos poder identificar, porque muitas pessoas de bem comeram mosca sem entender de fato o que estava por trás dessa grande negociata.

Sei que os processos relacionados à questão de controle, de procedimento, de aferição de quantidades e de preços são processos de alta complexidade dentro da Administração Pública; certamente, há necessidade, na Administração Pública de uma forma geral – e nos Correios especialmente – de compor os processos com demonstrativos de custos de um mercado.

Vou falar no caso específico da Rede Postal Aérea Noturna, da RPN. Então, com certeza, haveria necessidade de compor o processo com demonstrativos de custos de um mercado nessas contratações da RPN, com a relação nos apresentados pelas empresas em licitações e negociações, ou pelas licitantes; há necessidade de uma metodologia. Talvez tenhamos uma metodologia inconsistente de estimativa de preços e na definição de custos; talvez haja realmente inconsistência entre os preços praticados, estimados e contratados; talvez, haja indefinição dos critérios para julgamento da exequibilidade dos contratos nas propostas apresentadas pelas contratadas; talvez, haja uma carência de especialistas para dar conta, para fazer uma melhor análise dos valores informados nas planilhas de custos das licitantes e das informações prestadas pelas empresas, para que sejam devidamente questionadas; pode haver problemas no processo de contratação ou nos preços praticados pelas empresas já contratadas, no aditamento que envolva alteração no valor contratado. Há necessidade de melhores mecanismos para reavaliação de critério, de método, dos fundamentos adotados para a concessão do chamado reequilíbrio econômico financeiro das empresas contratadas. Pode, realmente, haver todos esses problemas na gestão pública, pode haver necessidade da contratação de uma consultoria externa, embora a auditoria feita pelos próprios Correios mostre que há uma desconformidade e informações conflitantes no contrato do Dr. Venâncio – até porque, segundo as informações da auditoria, há utilização de recursos de saldo de um contrato com objeto distinto à contratação que foi feita pelo Sr. Venâncio.

No entanto, objetivamente, estamos aqui para tratar de outro mundo, que é um mundo pior, chamado de submundo dos Correios, e aí passo a fazer os ques-

tionamentos com base nas informações das denúncias colocadas publicamente. São denúncias que dão conta de ligações estranhíssimas entre dirigentes políticos do PT, do PTB e do PMDB, segundo informações, com empresários supostamente apaniguados pela estrutura pública, com acusações de suborno, espionagem, tráfico de influência e outras coisas mais. Aí, vou entrar na questão específica da Skymaster.

Sr. Presidente, o próximo depoente da Skymaster já está aqui na sala? (Pausa.)

Isso é importante porque...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu quero que a assessoria me... Por favor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Retire o meu tempo um pouquinho, porque quero saber se ele vai ouvir o questionamento que vou fazer. Mas ele já está aí?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vê se o Presidente da Skymaster já está na sala... (Pausa.)

Está. A informação é de que está.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem. É porque, às vezes, atrasa a vinda de um depoente. Veja: as informações que estão dando... eles dão conta... as palavras mais simplórias são assim:

“O centro do lamaçal é uma concorrência realizada no final de 2003 para a escolha de uma empresa responsável por parte das linhas de transporte de cargas para os Correios”.

Portanto, RPN. E aí, dizia que, na gestão do então Ministro Miro, houve a necessidade de renegociar os contratos porque havia ou indícios relevantes ou denúncias de superfaturamento. Aí, a Skymaster, por sua vez, dizia que a redução de preços se dava na perspectiva de privilegiar uma empresa chamada Promodal, empresa essa – e o senhor inclusive respondeu ao Relator – que pagava as despesas do Sr. Venâncio Grossi, contratado para prestar uma consultoria externa. Ora, se o Sr. Venâncio ocupou um posto chave... A prova de que foi uma contratação externa era de que, supostamente, não havia especialistas na casa capazes de identificar o preço, o quantitativo, essas outras coisas. Então, ele foi contratado para prestar serviços. As despesas dele eram pagas no hotel pela Promodal, uma empresa que também, segundo denúncias, ajudou na campanha do Presidente Lula em R\$800 mil. Então, essa empresa, a denúncia feita pelo dirigente da Skymaster é neste sentido: houve uma diminuição de preços para viabilizar uma nova contratação e dar conta do privilegiamento desses senhores da Promodal. E aí a empresa Skymaster, de forma estratégica, resolveu baixar os preços para não perder a linha até

então viabilizada por ela e que estava licitada. Então, eles aceitaram entrar na licitação, baixaram o preço. Só que baixaram o preço e depois tiveram uma recomposição de preços – aí, é verdade, já não sob a direção de V. S^a. Mas se os senhores entendiam que havia a necessidade de diminuição dos preços, se os senhores entendiam que havia denúncia de faturamento indevido, como é que depois ela consegue um aditivo e ganha muito mais? O contrato anterior da Skymaster era de R\$9,5 milhões, baixou para R\$4,7 milhões e, depois, em nome do equilíbrio financeiro contratual, conseguiram elevá-lo para R\$ 9,8 milhões – em nome daquela conversa de recomposição de tarifas.

A auditoria mostra que houve falta de transparência e objetividade nos critérios e métodos adotados para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro. Tal constatação resulta de divergências ocorridas nos percentuais indicados pela unidade técnica e efetivamente aprovados pela autoridade competente. Houve uma concessão indevida de recomposição de preços para restabelecer esse tal de equilíbrio econômico-financeiro, havendo um prejuízo potencial de mais de R\$17 milhões para os cofres públicos.

Como eu sou asmática, consigo falar rápido. Espero que V. S^a responda rapidamente, porque falta apenas um minuto, mas acho que deve responder dentro do tempo que me cabe ou mesmo no dos outros, porque é impraticável algo assim, até parece que estamos aqui brincando. Então, infelizmente, o senhor vai ter que responder e vai ter que responder outras coisas mais, porque houve alteração no Manual de Pessoal para, talvez, viabilizar as indicações políticas que o Relator estava levantando; porque os contratos de ação, propaganda e patrocínio eram submetidos à Secom; porque houve transferências de grandes clientes das agências próprias dos Correios para as agências franqueadas – essa que V. Ex^a criticou e vários outros criticaram também.

Gostaria de saber também se V. S^a conhece processos no âmbito da presidência, na época em que V. S^a era presidente, que tratavam de negociação de multas efetivadas através do Decan e também sobre as negociações e valores relacionados ao termo aditivo de 25%, também em nome do reequilíbrio econômico-financeiro, da NEC-Siemens.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, com as minhas escusas. Como muitos não estavam aqui no momento em que houve essa decisão e quem presidia era o Senador Delcídio Amaral, consulto o Plenário: vamos manter os dez minutos ou voltam os quinze minutos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Os quinze fatais. Como ontem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A maioria concorda?

Então, nós vamos voltar aos quinze minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto, então ele tem cinco minutos para responder tudo. Excelente, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Senadora, em relação à Rede Postal Noturna e ao reequilíbrio dos contratos que foram feitos em 2004, eu não posso falar, porque não foram feitos na minha gestão. Eu vou falar...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas o senhor acha correto?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu vou falar sobre como nós agimos e tenho convicção de que agimos de forma supercorreta e dentro do interesse público.

Na realidade, o pregão presencial só foi feito porque a empresa foi a única que não renegociou os contratos; ela teve oportunidade de renegociá-los e não o fez. Poderia ter sido feita uma renegociação e não teria o próprio pregão presencial.

Mas eu tenho uma outra informação, uma informação que nós nem conhecíamos quando já estava no processo de pregão presencial, algo que foi apresentado durante o pregão presencial. O parecer técnico do Tribunal de Contas da União – não é o parecer do Plenário, não é a decisão do Plenário, mas, sim, o parecer de técnicos daquele Tribunal – em relação à origem do contrato dessas linhas recomendava os Correios para que não se renovasse o contrato e, sim, se fizesse uma nova licitação para que pudesse universalizar as empresas que poderiam ter acesso à licitação pública. Isso é mais um subsídio que posso dar.

Em relação ao reequilíbrio que foi concedido, não tenho como falar.

Em relação à questão do manual pessoal das nomeações com respeito aos diretores regionais, e que foi uma nomeação realmente de Governo, por intermédio do Ministro Miro Teixeira, a posição do Presidente, a posição da Diretoria foi respaldada no Departamento Jurídico dos Correios. E essa é a minha posição e a minha convicção também, qual seja, de que o gestor de uma diretoria regional é uma indicação da empresa, dos diretores, ele é um representante, na realidade, da empresa em cada Estado. Não é nem um cargo técnico específico. Assim como o Presidente, no meu caso, não era um técnico na área dos Correios, não havia necessidade de o diretor regional – e essa era a nossa convicção e também a nossa interpretação legal em relação ao manual de pessoal e ao plano de cargos e salários – possuir nível superior. E isso foi o que fizemos.

Depois, houve uma denúncia ao Tribunal de Contas da União sobre essas nomeações, que foi feita, possivelmente, pela Associação dos Administradores Postais, e o entendimento... Foi feita para o Ministério Público, melhor dizendo, e o nosso entendimento foi contestado nessa questão. Como o Ministério deu um prazo e não se posicionou sobre a nossa contestação, nós modificamos, de fato, o manual para tirar todas as dúvidas, porque a interpretação é que o gestor tem autonomia em relação a essa questão do diretor regional poder ser uma liderança, e empregado da ECT, e que possa ter resultados positivos.

E posso lhe dizer que, em muitos Estados onde as indicações foram de lideranças sindicais, os resultados foram muitos bons para os Correios.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas não estou falando de liderança sindical, porque sou do movimento sindical. Estou falando, sim, de alteração do manual, rompendo com o Estatuto para contratação política. Mas como já está quase acabando o tempo, gostaria que o senhor falasse sobre a questão da Promodal, sobre a questão das negociações dos termos aditivos Nec e Siemens e sobre a questão da transferência de grandes clientes para as franquias. Gostaria de saber se isso é verdadeiro ou não, além da denúncia que foi feita pelo dono da Skymaster em relação a uma comissão que, supostamente, o senhor teria recebido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou, infelizmente. Vou passar a palavra ao segundo orador. Mas há o direito de reinscrição.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, por 15 minutos improrrogáveis.

Quero informar que vou determinar ao Presidente da Câmara dos Deputados que forneça o projeto de lei que prorrogou por cinco anos, com as justificativas...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já tenho ele aqui. Só quero me reinscrever para que ele possa responder o que não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a já está inscrita.

Com a palavra o ilustre Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Dipp, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vamos rápido para que possamos, no breve espaço de tempo que temos, obter alguns esclarecimentos.

Tenho uma curiosidade e gostaria de ouvir a sua opinião – já perguntei, ontem, ao Diretor de Tecnologia que aqui esteve – sobre a origem desse processo todo e que, talvez, esteja um pouco esquecido.

O senhor conhecia o Sr. Maurício Marinho? Já tinha tido algum tipo de relação com ele?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Conheci o Sr. Maurício Marinho quando ele foi nomeado pela Diretoria de Recursos Humanos...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o som está baixo e não estou ouvindo absolutamente nada.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – ...na chefia da Universidade dos Correios, no segundo semestre. Ali, conheci, porque tínhamos muitos cursos de qualificação feitos na Universidade dos Correios. Mas não tinha nenhum tipo de relacionamento...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ontem, o Diretor de Tecnologia, Sr. Eduardo, esteve aqui e deixou muito claro, quando o indaguei, que ele já tinha ouvido – ele não confirmou, mas deixou nas entrelinhas – história de – usando uma expressão jeffersoniana – “petequieiros” dentro dos Correios e que o Sr. Maurício Marinho certamente era uma dessas suspeitas dele. Ele, inclusive, disse que havia dois ou três casos que ele tinha ouvido falar de mudança de cláusulas de instrução, de edital. V. S^a já tinha ouvido alguma coisa nesse sentido?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, nunca ouvi nada sobre isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Eduardo, em algum momento, passou a V. S^a alguma informação sobre essas suspeitas que ele tinha de irregularidades em alguns departamentos dos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, nunca passou.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sei que isso não aconteceu no seu período na presidência, mas a Senadora Heloisa Helena já fez aqui referência à matéria da revista *Época* em que há uma série de afirmações e de suspeitas envolvendo a empresa Skymaster, a Promodal e até V. S^a. Queria que V. S^a me satisfizesse uma curiosidade: o que V. S^a acha que aconteceu logo depois da sua saída, quando a Skymaster conseguiu aumentar de novo os preços dela? Queria uma opinião, já que V. S^a presidiu os Correios durante tanto tempo. Que justificativas pode ter se dado? Certamente, V. S^a acompanhou isso.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Bem, no nosso tempo, a questão do reequilíbrio, não sei bem qual foi o período, em que mês foi concedido. Mas nós tínhamos uma rigidez muito grande em relação a reequilíbrio de contratos da empresa com o grupo multidisciplinar. Não sei se esse grupo permaneceu ou não. Agora, acredito que, se esse grupo permaneceu, o reequilíbrio não teria aprovação desse grupo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o grupo permaneceu?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não sei. Não acompanhei posteriormente a minha saída. Mas era muito rígido em relação...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito provavelmente, pelo que V. S^a supõe, esse grupo foi modificado?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a faz referência ao Brigadeiro – esqueci o nome dele – Venâncio, que teria sido convidado por V. S^a para fazer esse trabalho de consultoria. V. S^a disse que se tratava de um trabalho de consultoria muito importante. Era uma função chave.

Outro dia, estive conversando com algumas pessoas dos Correios e está muito difícil para eu entender isso. Parece-me que, como os serviços prestados pelos Correios são muito específicos, há uma dificuldade de definição de parâmetros de preços na hora de se fazer algum tipo de licitação ali. Mas é praxe nos Correios chamar uma pessoa estranha aos quadros da Casa e que já tenha trabalhado para uma empresa privada, além do DAC, para tentar definir parâmetros de preços para uma licitação na mesma área da empresa em que ele trabalhou?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não sei se é praxe, mas, na realidade, não foi definição de preços, foi definição de metodologia de cálculos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No final, vai se chegar aos valores, não é?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, porque os preços eram definidos com as empresas em relação à questão específica, da linha específica em relação a cargas, vôos, horários.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a tinha conhecimento da relação do Brigadeiro com a Promodal?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele nunca lhe informou sobre isso ou sobre o período que teria trabalhado lá?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Talvez fosse mais prudente ter utilizado um técnico da Casa, certamente.

Quero tratar também de uma questão que me parece desconfortável. Na mesma matéria da revista **Época**, há um conjunto de afirmações ou de entendimentos diferentes entre o que diz o então Ministro Miro Teixeira e o que afirma V. S^a em relação às denúncias que a Skymaster teria feito. O Ministro Miro Teixeira diz

em determinado trecho da entrevista: “mandei fazer uma apuração. Com certeza, o Airtton Dipp tomou todas as providências cabíveis”. E a revista diz: “a versão de Dipp, no entanto, revela que um dos dois [e aqui há ilação da revista, não minha] não conta a verdade”. E V. S^a fala: “Nunca ouvi falar dessa denúncia”.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não. Aí, há uma...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu não estou conseguindo ouvir.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, não há nenhuma contradição. Quando a revista me consultou, perguntou se tinha um processo tramitando no Ministério Público em relação a essa questão, a essa denúncia. Eu disse: “Olha, eu não me recordo porque não tenho nenhum tipo de notificação em relação a essa questão”. E isso foi dito lá. E consultei depois o Departamento Jurídico dos Correios. Na realidade, durante o processo licitatório, a empresa Skymaster entrou com uma denúncia no Ministério Público e, ao mesmo tempo, tentou embargar em vários Estados a licitação. E o Departamento Jurídico dos Correios contestou e derrubou todas essas questões.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O dono da Skymaster, que parece vai depor aqui hoje, Sr. Luiz Otávio Gonçalves, faz acusações pesadas contra V. S^a. A que V. S^a deve essas acusações? Interesse comercial, querendo desmoralizá-lo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Primeiro, é uma inverdade e já constituímos advogados para processá-lo. Em relação às acusações, não posso, digamos assim, fazer um prejulgamento. Agora, como gestor público, entendo que, sempre quando interesses privados são contrariados, e nesse caso foram contrariados, em defesa do interesse público, a reação sempre existe.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a é um homem público, foi Deputado, prefeito, presidente dos Correios, portanto é uma pessoa que tem experiência no trato dessas questões. Enfim, todos nós aqui acabamos conhecendo um pouco os bastidores do poder, dos interesses privados, das negociações. V. S^a diria que a empresa Skymaster, após a sua saída, passou a ter uma vida mais feliz nos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não posso fazer esse prejulgamento. Não posso fazer.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O dono da Skymaster o agride de forma veemente. Diz na entrevista da **Época** que V. S^a teria recebido uma determinada quantia da Promodal. Ele consegue manter o contrato, num valor absolutamente mais baixo do que o valor anterior; ele é reajustado e volta para um valor acima do anterior.

Em sua avaliação – gostaria de uma avaliação, por isso fiz referência a sua história, a sua biografia, a todos os cargos que V. S^a já ocupou na vida pública, e quero dizer que as referências que tenho são sempre positivas –, não lhe parece que essa empresa teve algum tipo de benefício?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não posso falar sobre a questão de benefício. Posso falar que, se estávamos convencidos, fizemos um trabalho técnico, um trabalho em defesa dos interesses dos Correios, durante a nossa gestão; não concederíamos reequilíbrio sobre essa questão, porque era um trabalho de que estávamos convencidos fundamental para a empresa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, na sua concepção, efetivamente, não caberia, pelos números que V. S^a tinha, pelos números que a sua diretoria tinha, que a sua comissão tinha, em hipótese alguma, reequilíbrio.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Naquela época.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas que fato pode ter surgido? V. S^a foi presidente da empresa. Na definição desses parâmetros, V. S^a levava em consideração, assim como outros, como a sua comissão, seus diretores, alguns aspectos que poderiam interferir em uma grande crise internacional, o aumento do preço do petróleo. Enfim, não conheço profundamente os parâmetros para definição de preços, mas o dólar..

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – É difícil responder.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nós não largamos uma empresa em um ano e deixamos de acompanhá-la.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, mas não tive nem oportunidade de acompanhar a questão dos Correios, porque assumi, em seguida, a Superintendência da Assembléia e, depois, logo em seguida, fomos candidatos a Prefeito de Passo Fundo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a concordaria comigo que, no mínimo, é muito estranho que depois do trabalho que V. S^a fez, reduzindo o preço de um determinado serviço prestado pelos Correios, após a sua saída, esse preço vai além do patamar anterior, sem nada, sem nenhum elemento externo que pudesse justificar isso.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Tem-se que examinar o processo, realmente, de solicitação, aquilo que tramitou dentro dos Correios. Ali vai ter a resposta da sua indagação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Mais uma indagação. O Relator já falou um pouco aqui sobre os contratos de publicidade, e é importante, Dr.

Dipp, o seu depoimento. Há claramente, no Governo do Presidente Lula, uma centralização da comunicação na então Secretaria de Comunicação, com o até ontem Ministro Gushiken. Ele caiu do Ministério, sem ter saído do emprego que detém no Palácio do Planalto.

Todos nós já sabemos que a Comissão Especial de Licitação dos Correios, para tratar de contratos de publicidade, tinha cinco membros. Todos nós já sabemos também que, desses cinco membros, três foram indicados pela Secom. A minha indagação é a seguinte: V. S^a sofreu algum tipo de pressão, ouviu algum comentário a respeito da lisura ou da isenção dessas figuras na definição do processo da empresa a ser escolhida?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabia que é uma análise, uma decisão de uma subjetividade enorme?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não sofri nenhuma pressão e nenhum comentário. O que falei anteriormente para o Deputado Relator...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a acompanhou essa licitação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, acompanhei o resultado final. O resultado final da licitação. O que falei anteriormente ao Deputado Relator é que, quando foi solicitada a questão da inclusão da comissão mista, consultei o Ministro Miro Teixeira, que disse “Vamos seguir a orientação da Secretaria de Comunicação, que faz a gestão”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, V. S^a sabia que a Secretaria de Comunicação tinha uma maioria na Comissão de Licitação. Cinco membros, uma licitação absurdamente subjetiva. Porque, quando se está falando de uma licitação de técnica e preço, é mais difícil a subjetividade; são documentos, ou seja, quase não há subjetividade. Mas uma licitação de publicidade é subjetividade total. Na pontuação – V. S^a deve ter conhecimento –, os critérios subjetivos valem muito mais pontos do que os objetivos. V. S^a e o Ministro Miro Teixeira tinham consciência de que, dos cinco membros, três vinham da Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mais uma pergunta – meu tempo se esgota. V. S^a tinha conhecimento de que, na licitação, no processo licitatório – subjetivo, repito, no mínimo estranho –, que a sua empresa, a empresa que V. S^a presidia tinha o direito de indicar dois desses membros, e a própria Secom invadiu uma de suas indicações indicando um dos membros da sua estrutura. Isso não lhe causou nenhuma estranheza naquele momento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os Correios são uma empresa vinculada ao Ministério das Comunicações. Quando houve a solicitação através do Chefe do Departamento de Marketing, a primeira coisa que fiz foi consultar o Ministro Miro Teixeira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o Ministro disse a V. S^a que seguisse em frente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A última pergunta: V. S^a sabia que um desses membros da Comissão de Licitação, com todos esses absurdos – V. S^a obviamente cumpria determinações superiores do Ministro Miro Teixeira – é marido de uma sócia de uma empresa que é sócia da empresa que ganhou a licitação nos Correios? Não sei se deu para entender aqui o elo.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Um dos membros da comissão de licitação, indicado pela Secom, é marido da Diretora da Multiaction, que vem a ser uma empresa do mesmo Grupo do Sr. Marcos Valério.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tinha conhecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não tinha conhecimento disso.

Encerrando, Sr. Presidente, o que fica cada vez mais claro aqui, principalmente em relação a esses contratos de publicidade, é que havia, sim, uma pressão superior, inclusive no sentido de que certas regras fossem desrespeitadas. Só para lembrar, no caso da Comissão de Licitação dos Correios, cabia à Secom, pelo Decreto do Presidente Lula, a indicação de dois membros; cabia ao Ministério das Comunicações a indicação de um membro e cabia à Empresa de Correios e Telégrafos a indicação de dois membros. Solicitaram ao Sr. Dipp – não diria que foi pressionado, porque ele imediatamente acatou, já que era uma ordem superior – que um dos membros a que ele teria direito de indicar pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, numa licitação total e absolutamente subjetiva, fosse por ordem superior indicado. E foi, também pela Secom, pelo Palácio do Planalto.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Obrigado Deputado, o próximo inscrito é o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Dipp, Srs. Parlamentares, antes de mais nada, confesso que não entendi por que a Mesa qualificou o Sr. Dipp como investigado. De fato, acho que não existem elementos

suficientes para assim qualificá-lo, para colocá-lo na condição de investigado. Entendo que a qualificação apropriada seria a de testemunha, até porque a maioria das denúncias que pesam contra a administração da Empresa de Correios e Telégrafos não estão, nem de perto, relacionadas à gestão do Sr. Dipp. Mas, vamos em frente.

Sr. Dipp, é evidente que a indicação de V. S^a foi partidária. V. S^a era e é filiado ao mesmo partido político do então Ministro das Comunicações. Mas a primeira pergunta que eu lhe faria é: houve ou não houve certo peso de influência da Casa Civil na confirmação do nome de V. S^a como Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A minha indicação foi feita pelo Partido do Estado do Rio Grande do Sul, mas não para os Correios; era uma indicação para aproveitamento no Governo Lula. Quem me fez o convite foi o Ministro Miro Teixeira e não sei como funcionava a tramitação interna, se tinha alguma consulta ou não em relação à Casa Civil. Mas o Ministro me convidou, eu aceitei, relatei antes a necessidade de trazer dois diretores em pontos essenciais dentro de uma empresa com mais de cem mil empregados e foi aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Então, todo o contato de V. S^a foi com o então Ministro Miro Teixeira?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Com o Ministro Miro Teixeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Não houve nenhum tipo de contato com a Casa Civil?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Se isso aconteceu, foi por parte do Ministro Miro Teixeira com o então Ministro José Dirceu. É isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – A segunda pergunta que faço a V. S^a é a seguinte: Como administrador público, homem público, ex-prefeito, ex-Secretário, atual prefeito, ex-Presidente de uma empresa conceituada no Brasil, na opinião do senhor, que impacto teve na ECT o loteamento dos cargos públicos das principais diretorias? Que impacto para o funcionamento da empresa teve a divisão partidária, que foi autorizada pelo Governo e, aliás, fez parte de uma concepção da condução administrativa do Presidente Lula?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Bem, em primeiro lugar, os Correios, com os seus quadros, seus empregados são uma empresa altamente preparada e, tenho dito isso, o maior patrimônio são os

seus servidores. Com relação à nossa gestão, eu creio – e aí é uma conclusão minha, pelos resultados que nós conseguimos em onze meses de gestão – que não houve nenhum tipo de impacto negativo, porque nós atacamos os principais pontos, as questões mais prementes da empresa. Tivemos sempre por parte de todos os diretores uma resposta positiva das nossas ações. Então, não vejo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria ao senhor: se fosse Ministro da Casa Civil ou Presidente da República e tivesse a prerrogativa de fazer a escolha, o senhor teria optado para que esses cargos das diretorias fossem ocupados por critérios técnicos ou políticos, desde que atendessem a requisitos de competência e eficiência, ou teria repetido o mesmo procedimento adotado pelo Governo do PT? Como administrador público, o que o senhor faria?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Se eu tivesse essa prerrogativa, como administrador público... Sempre entendo que é salutar haver cargos de confiança em determinadas secretarias ou empresas estatais, porque a minha maneira de administrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o senhor teria feito esse loteamento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Deixe-me concluir. A minha maneira de administrar é com muita participação. E acho que é importante ter uma visão externa diferente daquela visão interna e vice-versa, porque os resultados são sempre positivos quando há participação. Eu, na realidade, como gestor e político, faria, como fiz na minha Passo Fundo, na Prefeitura Municipal de Passo Fundo, uma composição política e técnica. Agora, o que não admito é a questão de probidade, de austeridade. Isso, sim, tem de ser muito bem feito para a escolha das pessoas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o senhor não acha que houve um equívoco nessa divisão de cargos, em que praticamente três Partidos, o PMDB, o PTB e o PT, dividiram entre si os lotes de diretorias da Empresa de Correios e Telégrafos? Não há um erro administrativo, na visão do senhor, que é um homem tão experiente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Acredito que não, Deputado. Sinceramente, eu prefiro – agora, como administrador, e vou me referir a um Governo municipal – sempre, numa composição política, ter representantes, na mesma secretaria, de diversos partidos políticos a fazer uma nomeação específica numa secretaria de um partido político que compõe uma aliança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Airton Dipp, todos nós sabemos, pelo que já investigamos e examinamos nos procedimentos

dos Correios, que existem várias empresas de grande, médio e até pequeno porte que têm relações comerciais com os Correios – são multinacionais, empresas nacionais – em diversas áreas.

Eu lhe pergunto: V. S^a ouvia – vou usar o termo “ouvia” para não ser tão enfático, tão direto – algum tipo de rumor sobre relações de empresas que prestam serviço aos Correios com partidos políticos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Não ouvia sobre essa relação. Nós, como Presidente dos Correios, recebíamos os funcionários – muitas vezes, não graduados –, para nos inteirarmos cada vez mais da empresa no nosso gabinete. Recebíamos, até pela nossa condição de político, todos aqueles que nos procuravam, desde empresários, lideranças, lideranças políticas, Deputados, Senadores, Prefeitos, Vereadores, e não tínhamos nenhum tipo de informação. Mas é claro que, muitas vezes, lideranças políticas procuravam os Correios ou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para recomendar?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Para recomendar, o que é um fato perfeitamente normal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a, então, afasta totalmente que qualquer decisão de um dos diretores dos Correios possa ter sido tomada mediante a influência de certo partido político, para que houvesse obviamente o benefício dessa ou daquela empresa?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não posso afastar, porque as diretorias atuam em cada área com procedimentos independentes, em função da rotina, e que depois, lá na fase final, passa por uma decisão sempre da diretoria colegiada. Então, não se pode falar sobre atuações...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ou seja, não é 100% seguro afirmar que um diretor ou outro, desta ou daquela diretoria...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não se pode.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...agiu totalmente isento naquilo que se refere a interesses empresariais e/ou políticos. Bom, mas...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Só fazer uma observação, Deputado. Mas isso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É porque o tempo...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – ...em qualquer empresa pública, em qualquer empresa privada, a conclusão é a mesma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bom! Eu queria que V. S^a, por favor,

pudesse me dizer, apontando um ou dois exemplos: na visão de V. S^a, existiram alterações promovidas pelo seu sucessor que se V. S^a estivesse na Presidência não teria feito? Ou seja, eu queria que V. S^a apontasse uma ou duas decisões administrativas do seu sucessor que se V. S^a estivesse sentado ali na cadeira de presidente V. S^a não teria feito.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Deputado, eu tomei conhecimento da gestão que me sucedeu somente nesses últimos dias, em relação do noticiário da própria CPI e das questões. Eu não sei quais foram as decisões tomadas, mas, se eu pudesse assim recomendar, essa descentralização que nós fizemos, tipo assim o comitê de gestão estratégica, contratações estratégicas, eu entendo assim que é fundamental numa empresa para que se possa tomar decisões muito mais coerentes, e me parece que ela se mantém na atual gestão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a não pode apontar alguma mudança de posicionamento do sucessor de V. S^a em relação à gestão de V. S^a que chame a atenção, que possa levantar alguma suspeita?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não, de maneira alguma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com relação ao procedimento de seleção das agências de publicidade, nós já entendemos perfeitamente que foi montada uma comissão especial de licitação, que essa comissão especial era quem adotava todos os procedimentos do ponto de vista jurídico, da avaliação técnica; que havia obviamente uma instrução promovida pelo Departamento de Marketing, mas a decisão final, pelo que nos parece, é da Comissão Especial de Licitação. Eu quero fazer uma pergunta a V. S^a e vou explicar para que também não haja dúvidas: se V. S^a tivesse que apontar um culpado, no sentido de responsável, porque às vezes quando as pessoas não se identificam a gente tem dificuldade de exatamente fazer justiça com aquelas que foram ou não responsáveis por esse ou por aquele ato. Então, se V. S^a tivesse que apontar um responsável – vou abandonar a palavra “culpado” – pela escolha das agências de publicidade dos Correios, quem V. S^a nominaria?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O culpado pela escolha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o responsável. Quando eu digo “achar o culpado”, quero dizer: “achar o responsável”.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O responsável é a Comissão Especial de Licitação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas eu queria que V. S^a apontasse

uma pessoa que tenha tido influência decisiva, ou aquela que tenha tido maior influência nessa escolha.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Infelizmente, não tenho condições de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, esse poder. Então, vamos falar de instituição.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos falar institucionalmente, certo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Num quadro comparativo, a decisão final dependeu mais de um posicionamento da Secom, através dos seus membros, ou dos membros indicados pela ECT?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, ela dependeu da Comissão de Licitação, porque, na realidade, era uma comissão técnica, preparada para examinar toda a questão. Tanto é que o resultado da Comissão, ele foi realmente... se encaminha para a Secretaria de Comunicação, que foi aprovado; se encaminha para o Departamento Jurídico dos Correios para examinar todas as questões; e, depois, homologado por todo o colegiado. Agora, a homologação do Presidente e dos Diretores tem que ser feita em cima de uma comissão de licitação, senão nós estaríamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os membros indicados pela Secom o foram pelo ex-ministro Gushiken, hoje Secretário de Comunicação.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foram indicados pelo Secretário Executivo, se não me engano...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Sr. Marcos Flora.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, quem indicou os membros da comissão de licitação para a definição da empresa ou das empresas de publicidade dos Correios foi o Sr. Marcos Flora?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Deputado, eu não tenho.. Mas existe no processo de licitação, possivelmente, o posicionamento de cada membro em relação ao caso específico que foi solicitado durante o edital.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E dos membros representantes da ECT, quem foi o responsável direto pela escolha?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Fui eu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi V. S^a pessoalmente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim; fui eu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi de V. S^a a responsabilidade pela escolha dos dois membros representantes da ECT.

Minha última pergunta é sobre o ambiente anterior à exoneração de V. S^a.

V. S^a poderia nos informar os nomes das autoridades do Governo Federal que tiveram participação, direta ou indireta, nessa mudança do controle da Presidência da Empresa de Correios e Telégrafos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dessa mudança que me sucedeu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, porque, na realidade, quando pedi exoneração ao Ministro Miro Teixeira, estávamos num processo político muito profundo em relação ao meu partido, o PDT. Havia uma decisão do partido de se retirar da Base aliada do Governo Federal – uma decisão do Diretório Nacional. Quando levei essa minha posição ao Ministro Miro Teixeira, S. Ex^a pediu que eu ficasse mais um tempo até que se pudesse reorganizar os Correios.

Então, das tratativas em relação às nomeações para a minha sucessão não tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

Agradeço o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e concedo a palavra, de imediato, ao ilustre Senador César Borges, por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ailton Dipp, temos assistido aqui muitas discussões e, às vezes, até negativas com relação a indicações políticas. Nós sabemos que isso acontece em qualquer governo. No passado, assisti na Bahia a um governo – o do hoje Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Waldir Pires – em que foi criado o princípio da não verticalização, ou seja, da horizontalização. Distribuíam-se entre todos os partidos as diretorias de todas as estatais. Ele simplesmente precisou deixar o governo em dois anos, porque não havia mais a chamada governabilidade; tudo virou uma grande confusão.

Então, a meu ver, no início deste Governo, relativamente aos Correios, o que aconteceu foi algo parecido. Pulverizaram-se os cargos pelos diversos partidos da Base: o PDT ficou com a presidência; o PTB ficou com a Diretoria de Recursos Humanos; o PMDB com outra diretoria.

V. S^a é prefeito de uma cidade importante do Rio Grande do Sul, ex-deputado federal. Então, estamos

tratando com uma pessoa eminentemente política, de serviços prestados ao grande Estado do Rio Grande do Sul. Assim, V. S^a há de convir que o PT procurou manter o controle dessas estatais deixando pessoas em postos-chaves, como na Diretoria de Operações e na Diretoria de Tecnologia. Todavia, ontem, aqui, o Dr. Eduardo Medeiros de Moraes, o Diretor de Tecnologia da ECT, negou que tivesse sofrido qualquer tipo de influência política a sua indicação para o cargo. S. S^a chegou a dizer que a sua indicação era do tipo “geração espontânea”, em que não houve indicação alguma. Que dificuldade em se reconhecer isso? Tanto é verdade que, depois, o PT não quis ceder essa diretoria para o PTB, quando este partido indicou o Sr. Ezequiel.

Então, queria, inicialmente, perguntar a V. S^a se assume essa postura de que há, sim, indicações políticas e que eles também atuavam politicamente dentro da empresa.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na nossa gestão, na realidade, não havia uma identificação em relação à origem da nomeação dos dois empregados de carreira. Eles foram nomeados pelo Ministro Miro Teixeira, e a informação que se tinha era de que se tratava de representantes dos empregados. Representantes, nada consistente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como é que o senhor conheceu e pinçou esses dois nomes para aquelas duas diretorias, as mais importantes dos Correios, depois da Presidência, é claro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu havia relatado antes ao nosso Relator que, quando assumi, dei minha posição positiva de assumir a Presidência dos Correios, solicitando duas diretorias que eu pudesse nomear, porque entendo que são fundamentais para o gestor presidente: diretoria financeira e diretoria administrativa. E foram indicados por mim pessoas técnicas, e também políticas, do meu partido, o PDT. As demais quatro diretorias foram nomeadas pelo Presidente da República e pelo Ministro Miro Teixeira.

As origens das nomeações...Uma vez eu até perguntei ao Ministro: “E as origens, Ministro”? E ele respondeu: “Ah, isso aí, deixe assim”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque todos sabem que eles tinham ligações com o Dr. Sílvio Pereira. Isso foi comunicado a todos, e não é possível que V. S^a não tivesse pelo menos uma noção. Quando se vai presidir uma estatal dessas, procura-se estar munido de informações, porque, afinal, informação é fundamental para a gestão.

Quero sair um pouco desse assunto porque acho difícil que as pessoas assumam essas indicações, mas lamentavelmente, tenho que entrar por ele, porque virou

tema nacional, para que V. S^a possa efetivamente até aqui se defender. Essas acusações do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, por meio de uma revista, a **Época**, revista de circulação nacional, começam pela contratação do Brigadeiro Venâncio Grossi. Inclusive, agora, um relatório da CGU diz que não foi correta, nem legal, essa contratação.

O relatório da CGU disse: “Foram incluídos serviços de consultoria no objeto do Contrato nº 10.198/99 firmado entre a empresa e a Fundação Universidade de Brasília através de ordem de serviço, sendo que esse contrato tinha por objeto a prestação de serviços para o suporte e desenvolvimento de projetos não relacionados ao transporte de carga postal. O pagamento deu-se no valor de R\$261.927, 00 e, no entanto, não dizia a serviços de consultoria”. Esse é o relatório da CGU. Foi recomendada a apuração de responsabilidade pela execução do serviço, sem cobertura contratual. Isso atinge diretamente a gestão de V. S^a.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sobre essa questão?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sobre essa questão. Atinge diretamente. É o relatório da CGU. Eu apenas estou lendo o documento que está em minhas mãos.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto. A contratação foi definida por mim, como Presidente. Solicitei a contratação através do meu gabinete e através do Chefe de Gabinete, que é praticamente secretário-executivo, dentro dos procedimentos legais. E a contratação foi feita através do contato guarda-chuva – esse é o termo que se usa – da Universidade de Brasília. E as informações que estou tendo agora são novas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não fazia parte do escopo desse contrato a prestação de serviço para o suporte de desenvolvimento de projetos não relacionados.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esses detalhes eu não teria...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, fique V. S^a sabendo que a CGU manda apurar responsabilidade sobre essa contratação.

Bom, entra aí a questão de Promodal & Skymaster. A Promodal é uma empresa que contribuiu – é a terceira maior contribuinte – para a campanha do Presidente Lula. Ela contribuiu com R\$800 mil. Aqui, parece-me, trava-se uma guerra de interesse entre as duas empresas: a Promodal querendo entrar nos Correios para ganhar contratos, de certa forma, afastando a Skymaster. Aí começam as acusações. E essa é realmente séria, porque atinge a honra pessoal. Se convocado à CPI, o ex-Presidente dos Correios pode ter outra surpresa desagradável. Na conversa

com **Época**, Luiz Otávio Gonçalves diz estar pronto a revelar aos parlamentares uma história pesada. “Ouvi o Presidente da Promodal, Antonio Augusto Morato, dizer que entregou R\$600 mil para Airton Dipp para obter um contrato dos Correios”. É estranho que tenha ouvido a inconfidência do próprio concorrente, mas Gonçalves diz ter testemunhas da conversa. Dipp nega o pagamento e Antonio Augusto não retornou a ligações da reportagem.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Isso é uma mentira completamente infundada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E por que, sendo essa mentira, o senhor já ajuizou alguma ação judicial por calúnia e difamação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Já constitui advogado, Dr. Márcio Vieira Marques.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas já ajuizou alguma ação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, ainda não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas já tem algum tempo. Quer dizer, essas questões de honra a gente necessita de uma indignação rápida e eficaz.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas nós estamos indignados, temos a consciência tranqüila e vamos reparar todos esses danos que são muito mais danos morais do que qualquer tipo de ressarcimento em relação a essas inverdades.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Claudemir...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Porque, na realidade, uma denúncia dessas feita pela revista **Época** que ouviu dizer que esse...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas está aspeado. A responsabilidade...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Presidente da Skymaster disse que “ouviu dizer que o Presidente da Promodal havia dado dinheiro”. Quer dizer, ouviu do concorrente que estava ganhando dinheiro e que não tinha contrato nenhum com os Correios. Então é um absurdo aí que será reparado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele provavelmente deve confirmar suas declarações, ele vai ser ouvido aqui nesta Comissão para que a gente possa checar esse nível.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida alguma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu perguntei se o senhor conhecia o Sr. Claudemir Bragagnolo e eu lhe digo até de antemão porquê. Eu recebi um e-mail de um militar da reserva de nome Oscar Costa e Silva, que faz acusações a V. Ex^a dizendo que houve essa doação dos R\$600 mil que foi entregue ao Sr.

Claudemir Bragagnolo e com o Capitão Zambonato da ativa da Brigada Militar lá do Rio Grande do Sul. V. Ex^a conhece essas figuras?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Conheço esses dois, e, na realidade, há pouco o Deputado Beto Albuquerque tinha-me falado desse *fax*.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu mostrei a ele, porque até o nome dele está nesse *e-mail*.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Claudemir é membro do PSB, diretor de uma empresa municipal de Codepas da prefeitura municipal, faz parte da composição de governo do Município de Passo Fundo, o outro, Zambonato, eu acho que é executiva do PSB em Passo Fundo e só não conheço quem fez essa denúncia aí.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Oscar Costa e Silva, militar da reserva.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu até vou precisar desse *fax* para poder também processá-lo porque é um absurdo muito grande.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como o meu tempo já vai – e o tempo aqui é escasso –, eu mais uma vez volto a esse assunto que é recorrente, porque a Nação brasileira vive esse problema da relação promíscua do Sr. Marcos Valério e suas empresas, recursos sacados e favorecimento de contratação. O próprio ex-secretário-geral do PT, Delúbio Soares, mas ainda membro efetivo do PT porque não foi expulso pelo que me consta, ele, na Polícia Federal, reconhece o papel do Sr. Marcos Valério na relação com as empresas, com os empresários, com contribuintes de campanha, enfim, ele fazia um papel de relacionamento para o PT com o mundo empresarial. Essa é uma realidade. Agora, nós temos aqui documentos – já foram falados sobre isso – como foram indicados membros para compor a comissão de licitação dos Correios, que depois V. Ex^a convalidou inclusive esses membros através de uma instrução interna. V. Ex^a confirma que fez uma designação de uma comissão especial de licitação, Instrução Normativa nº 7, de 1995, e os componentes Marcos Gomes da Silva, consultor de diretoria; José Otaviano Pereira, chefe do Departamento de Comunicação e Marketing; Lenise Fátima Baségio, assessora de diretoria; Alexandre Pereira de Moraes Riego, representante da Secretaria de Comunicações de Governo; e o Sr. Marco Antonio da Silva, representante da Secretaria de Comunicações de Governo.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então V. Ex^a de certa forma referendou as orientações todas da Secom. Não é? E foi feita modificação até na forma tradicional do Correio de fazer edital de licitações com relação à contratação desse tipo de empresa.

Hoje o Governo diz que isso não beneficiou as empresas, mas foi modificada por orientação da Secom. Foi uma orientação direta da Secom, que depois também acompanhou a aplicação desses contratos.

Não sei se V. Ex^a sabe, mas o próprio Correio emitiu diversas ocorrências, por exemplo, Sr. José Otaviano faz ao Sr. Caio Bassord – subsecretário de publicidade – dando conhecimento de análise das cópias do relatório de avaliação das empresas. Isso foi no dia 6 de dezembro de 2004. V. Ex^a não estava mais lá. Mas também aponta os Correios, o Sr. José Otaviano, para a Sr^a Ana Paula Sanches, que é Diretora de Contas da Agência SM&P, também irregularidades, falta de comprovantes nos processos relativos a ações promocionais realizadas pelos Correios no período de janeiro – aí estava V. Ex^a lá – a julho de 2004. Outra correspondência de setembro: Em auditoria interna dos Correios, realizada em agosto, constatou-se que nos orçamentos solicitados a fornecedores, especificações diferentes para uma mesma ação, bem como a falta de três orçamentos conforme previsto no subitem 5.1.7 da cláusula 5^a, obrigações da contratada desse referido contrato.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu sei, ele saiu em janeiro de 2004.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sete de janeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse contrato se revelou também um contrato acompanhado pela Secretaria e Comunicação, os Correios apontaram irregularidades e não foram tomadas providências. Aí, não acha V. Ex^a, diante de todos esses fatos que, efetivamente, houve uma ação deliberada do Governo de prestigiar as empresas do Sr. Marcos Valério?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Senador, eu saí da presidência dos Correios no dia sete de janeiro, eu não executei o contrato. Nós homologamos, assinamos o contrato, mas não tivemos a gestão do contrato.

Em relação à questão da Comissão de Licitação eu havia respondido ao relator que nós consultamos, somos vinculados ao Ministério das Comunicações, consultamos o Ministro Miro Teixeira em relação a essa composição da Comissão Especial de Licitação para referendar essa decisão. Não posso assim prejulgar os técnicos que participaram dessa licitação. Na realidade, tenho um respeito, até uma admiração muito grande em relação ao chefe do Departamento de Marketing, que é o Dr. José Otaviano, que teve uma atuação, durante o ano que estivemos lá, da maior competência, qualidade, austeridade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele não foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V. Ex^a esgotou.

Agradeço.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço Sr. Presidente.

Agradeço também a gentileza da repórter e do Prefeito Airton Dipp.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Airton Dipp, antes de assumir a Empresa de Correios, o senhor esteve alguma vez, entre janeiro de 2003 até o momento da sua posse, na Casa Civil?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não esteve.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não esteve.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não esteve.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A sua nomeação se deve exclusivamente ao convite do Ministro Miro Teixeira.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Ministro Miro Teixeira, respaldado pelo partido no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem é que indicou e nomeou o Madureira e o Eduardo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Ministro Miro Teixeira, com o Presidente da República. Falei anteriormente que não tenho as origens dessas nomeações, a não ser que são dois técnicos da própria empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem é que nomeou o Sr. José Otaviano Pereira?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – José Otaviano Pereira...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como ele é um diretor de um departamento...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Chefe de departamento...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A nomeação é sua; não é do Ministro.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

Mas só o seguinte, Deputado, na realidade essa estrutura do gabinete da Presidência, eu não modifiquei a estrutura existente. Então, José Otaviano já era o chefe de Departamento em 2002, porque houve

um governo de transição, no final do Governo Fernando Henrique, com a Presidência dos Correios. E quando assumiu a presidência dos Correios, agora não me recordo o nome, nessa transição – e eu tive a oportunidade de conversar muito com ele, quando assumimos os Correios, porque eu assumi somente em fevereiro –, tivemos boas referências, boas indicações. E ele assumiu num período curto, mais curto do que o meu, como Presidente dos Correios. Ele havia feito modificações no Departamento de Marketing e, se não me engano, no Departamento Jurídico. E os servidores deram respostas muito boas em relação... Então, não houve nenhum tipo de nomeação nesse chefe de departamento na Presidência. Posso afirmar também que...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas quando assumiu esse Presidente da transição? Em outubro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não é na transição. Foi num período que antecedeu. Não sei se foi no primeiro semestre de 2002 ou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí o Governo era do Fernando Henrique?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim. Era o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor lembra o nome de quem era o Presidente, esse que fez a transição?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não é transição. Foi o último Presidente. Foi o que me passou. Ele ficou um mês no Governo Lula.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Sr. José Otaviano vem dessa diretoria?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Vem dessa diretoria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Madureira também? E o Eduardo também?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não. Quando nós assumimos... Estou falando de chefe de departamento. O Chefe de Departamento da Presidência não foi modificado. Não foram modificada a administração, não foi modificado o financeiro. Quando nós assumimos, em fevereiro, já assumimos com as nomeações – agora não me recordo se foram feitas nomeações logo em seguida. Da diretoria de área do Governo passado, ficou um diretor, eu falei anteriormente, o Paulo Menecucci, que ficou como Diretor Comercial. Os demais diretores foram nomeados pelo Governo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E esse Madureira e o Eduardo vieram direto do Ministro para o senhor?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Ministro Miro Teixeira. Nomeação do Governo Federal, do Presidente da República. O ato de nomeação é do Presidente da República com o Ministro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor legalmente e solidariamente responde por todos os atos dessas diretorias, não? Como elas têm contratos bilionários, o senhor não achou que era um alto risco ter pessoas que não eram da sua estrita confiança, como é o caso do competente Gabriel Fadan?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, Deputado Onyx, quando assumimos, entendemos que os dois pontos nevrálgicos da própria empresa eram o financeiro e a administração. Foram nomeados por mim e tiveram uma atuação muito boa à frente dos Correios. Acreditamos na competência e na qualidade. Não tivemos, durante esses onze meses, um trabalho muito bom de todos os diretores, com bastante discussão, com bastante detalhamento de tudo aquilo que era feito nos Correios, porque, na realidade, as decisões são colegiadas. As decisões são colegiadas dos sete diretores e aprovadas em reunião de diretoria, como há.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque nós temos aqui, Dr. Airtton, inúmeros questionamentos em relação às contratações feitas na Diretoria de Tecnologia e na Diretoria de Operações. Aliás, já há irregularidades apontadas inclusive por auditorias que foram feitas, com alta gravidade e de potencial lesivo absoluto aos cofres da empresa e, evidentemente, à própria União, que é dona dos Correios. Pergunto isso porque o senhor conhece bem a forma petista de governar. Lá no nosso Estado – e no Governo Federal não foi diferente, por tudo o que eu já compreendi até agora –, quando vai para o comando de uma empresa uma pessoa que não seja do partido e não detenha a confiança absoluta daquela oligarquia que dominou o Governo Lula até poucos dias atrás, as pessoas vão com a sua capacidade de mando bloqueada, reduzida e com absoluta insuficiência de comando. Era o seu caso lá, nos Correios, ou o senhor tinha absoluta autonomia e o senhor poderia tomar atitude de desfazer o que os diretores faziam?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Como Presidente, eu tinha autonomia em relação às ações do Presidente, mas a constituição da empresa, as decisões não são do Presidente, são decisões colegiadas, mas nós tínhamos o comando de todo o processo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem algum exemplo para nos dar de uma decisão, ou de uma orientação ou de uma proposta da Diretoria de Tecnologia ou da Diretoria de Operações que, por posicionamento contrário seu, foi modificada

ao longo do seu mandato? O senhor tem um exemplo desse, um só?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em relação às Diretorias de Operação e Tecnologia, não vejo nenhuma contradição em relação àquelas determinações que nós implementávamos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, a colocação é diferente: há uma série de irregularidades praticadas por esses – supostas irregularidades – diretores, e vão desfilar aqui ao longo dos próximos meses. O que eu lhe pergunto é: houve algum momento onde o senhor conseguiu impor uma posição sua que era contraditória a deles ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que eu me lembro, especificamente, não, mas muitas questões que eram levadas na reunião de diretoria e que nós entendíamos que não era o momento de implantação ou que poderia ser transferida para o ano que vem, em termos de investimentos, nós retirávamos da reunião de diretoria para que não precisasse nem ser examinada. Essa era uma decisão do Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É muito comum a fórmula, e, aliás, o próprio isolamento do Presidente Lula demonstrou isso, que é um bloqueio de tal forma que o gestor fica como a rainha da Inglaterra: tem poder, mas não manda. O senhor viveu essa circunstância ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não vivi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero só repor aqui algumas observações que o senhor fez em relação à questão das licitações na área de publicidade. Os documentos de base legal para licitação, que foi aberta no seu mandato, é a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; é o Decreto nº 4.779, de 15 de julho de 2003; e depois o Decreto de 4 de agosto de 2003, ou seja, toda a legislação a que o senhor foi afeto – e era obrigado a responder – é toda do Governo Lula. Portanto, quero debater com o senhor o seguinte: qual é a razão para fazer uma nova licitação, se o senhor disse aqui que, no ano anterior, os Correios gastaram R\$60 milhões, ou algo próximo disso, de execução na área de publicidade, e o senhor assinou um contrato de R\$72 milhões, onde está a economia?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em relação ao ano de 2003, na nossa gestão, nós aplicamos em publicidade R\$60 milhões, abaixo do orçamento previsto para 2003; no ano de 2004, a assinatura do contrato que nós fizemos foi no valor do orçamento aprovado para o ano de 2004, orçamento esse aprovado pelos Correios e pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério das Comunicações. Então o contrato é para o gasto até o valor previsto pelo orçamento nos gastos de publicidade e de patrocínio. Então não

veja contradição nenhuma em relação a essa questão, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, porque o argumento que o senhor usou era de que o procedimento licitatório poderia oportunizar a redução de custo, porque o senhor tinha duas empresas legalmente habilitadas numa licitação, que poderia ser mantido e foi desmontado – ela poderia ter três anos de vigência. Tanto é verdade que esse contrato, que foi firmado na sua gestão com a SMP&B, com a Bagg e com a Giovanni FCB, já sofreu um aditamento de irregular, diga-se de passagem – não é no seu mandato, é no posterior –, de R\$18 milhões e sofreu já um prolongamento de mais um ano. Então, o contrato que originalmente era de 72 se transformou num contrato de 90 milhões, o que demonstra de maneira bastante clara de que havia uma intenção premeditada da Secom. Porque todo o disciplinamento foi da Secom na formatação do edital. As alterações provocadas no edital são gravíssimas. Elas conduzem para um resultado. Isso é absolutamente claro e não há economia para os Correios, ao contrário, o Correio é agravado com o novo contrato.

Então, eu queria que o senhor fizesse uma avaliação. Como é que o senhor encara isso? O senhor recebeu um ofício da Secom lhe obrigando a incluir determinadas alterações que fizeram o direcionamento.

O Sr. José Otaviano...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V.Ex^a já terminou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só quero dizer uma coisa, Sr. Presidente, o meu tempo começou às 12h41, porque houve uma pequena interrupção. Sim. Mas eu concluo em trinta segundos.

O Sr. Otaviano Pereira foi nomeado pela própria Secom. O Sr. Otaviano Pereira, ele, inclusive, eu tenho um documento aqui, onde a Sr^a. Ana Paula Sanches pergunta para ele se pode contratar a Multiaction. Não é no seu período. É em março de 2004, no início do contrato. A D. Ana Paula Sanches, que é da SMP&B, ela pergunta ao José Otaviano se dá para a Multiaction ser contratada para o evento Paixão de Cristo. E o que diz o José Otaviano Pereira? Que não há problema, desde de que também haja aprovação da Secom. O marido da diretora da Multiaction está lá na Secom, ou seja, a conexão, Dr. Airton, é absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, um minuto além porque deixaram de marcar o tempo no momento exato.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agradeço, Presidente, e gostaria de ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas eu vou ser extremamente rigoroso. V. Ex^a vai ouvi-lo em outra oportunidade. V. Ex^a tem o direito de se reinscrever.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu já solicito a minha reinscrição e aguardo a resposta do nosso...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Atendido.

Eu concedo a palavra à ilustre Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Cumprimentar o nosso Presidente, Senador Maguito Vilela, nosso Relator, Osmar Serraglio, e cumprimentar o ex-Deputado e Prefeito de Passo Fundo, Airton Dipp. Dizer, Presidente e Prefeito Airton Dipp, que, de fato, é um desafio de enorme seriedade compor uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como esta. Porque aquilo que eu mais desejo e sinto que é o desejo da ampla maioria do povo brasileiro é que as investigações aqui sejam mais aprofundadas e criteriosas...

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tem orador na tribuna. A hora que ele terminar, eu concedo a V. Ex^a

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu preciso esclarecer uma coisa, que é importante até sobre a questão do orador.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É muito importante e V. Ex^a esclarecerá depois que ele usar a palavra.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Acontece, Presidente, que há uma lista de inscritos de suplentes e titulares, e o suplente está falando e eu também quero este direito. É a terceira vez que acontece isso e eu estou sendo prejudicado. Eu só quero que a Mesa esclareça isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu asseguro a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Só quero pedir ao Deputado Pompeo de Mattos, porque é a segunda vez que ele questiona nesse sentido. E desde o início dos trabalhos a Presidência...

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é verdade o que estou falando. É verdade.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – A Presidente tem ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria que V. Ex^a não fizesse referência.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – A Presidência dos trabalhos. Eu acho que é importante o que foi aprovado aqui, por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está assegurada ao Deputado...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – ...é que seriam os titulares e os suplentes, com todo o respeito, mas foi aqui, foi feito um questionamento, foi feito um apelo pelos suplentes que estão trabalhando aqui, direitinho, como é V. Ex^a, mas por decisão do Plenário, isso não foi configurado. Então, só para repor. Porque se acontecesse comigo, eu iria, igualmente ao Deputado Pompeo, falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Senadora, é a terceira vez que eu estou sendo prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já ouvi o relator. Ele disse que tem sido uma prática, os suplentes todos terão de falar. Acabei de chamar um titular, que não estava. De forma que asseguro a palavra a V. Ex^a...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Agradeço, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Os suplentes depois dos titulares.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, peço a colaboração de V. Ex^a e peço que se desconte o tempo do orador.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Agradeço, porque, de fato, esse tem sido o critério em todas as reuniões. Inclusive, ontem...

Senadora, EU posso falar?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Claro que pode.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então, peço a V. Ex^a que não faça referência a ninguém.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu dizia, Sr. Presidente, que colocava ao Prefeito Ailton Dipp...

Sr. Presidente, o microfone não está funcionando direito.

Agora voltou. Obrigado.

Eu dizia que a nossa responsabilidade aqui – e é o meu grande desejo, de contribuir nesta Comissão – é exatamente para que as investigações sejam as mais profundas e as mais criteriosas possíveis, para que consigamos, ao final dos trabalhos desta Comissão, contribuir para que todos os culpados, verdadeiramente contra quem se constituam provas, sejam punidos exemplarmente. Todos aqueles que estão sendo acusados indevidamente, sem provas, num ambiente de denunciismo, tenham devolvidas a sua

honra, a sua honestidade e a sua inocência quanto a essas acusações. Não sou do Partido do ex-Deputado e Prefeito Ailton Dipp, mas quero dizer publicamente, perante todos que estão me assistindo neste momento e nesta Comissão, que tenho absoluta convicção de que estou na frente de um homem honrado, de vida pública ilibada, que dirigiu os Correios de maneira absolutamente honesta, como o fez em todas as funções públicas que ocupou. Tenho a convicção de que V. S^a não recebeu nenhum centavo da empresa Promodal, que o proprietário da Skymaster acusa ter sido um dinheiro passado para V. S^a. Tenho a convicção de que esta Comissão e os próximos meses vão reafirmar a inocência de V. S^a. Aliás, digo isso porque algumas falas de alguns deputados e senadores nesta Comissão insistem em transformar uma acusação em uma condenação imediatamente. Quero dizer a todos que quero que a investigação puna todos que verdadeiramente tenham culpa. Podem ser do partido A, do partido B, do partido C. Podem ser, inclusive, do meu, e, se forem do meu, quero ser dos primeiros e mais rigorosos ao exigir a punição, mas não posso aceitar, Sr. Presidente, não posso aceitar, Sr. Relator, que as ilações de alguns prejudquem e condenem em situações absolutamente descaracterizadas de qualquer prova ou de qualquer circunstância. Por exemplo: o Deputado Roberto Jefferson falou na Comissão de Ética que se deveria fazer uma profunda investigação quanto aos contratos da Skymaster.

Aí faço uma pergunta ao senhor para que se reafirme esse valor aqui. De quanto foi a diminuição dos valores do contrato da Skymaster com os Correios quanto comparado o ano de 2002 com o resultado da licitação de 2003?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho aqui comigo, não encontrei, mas o valor é de R\$50 milhões da redução anual do contrato da Skymaster a partir do pregão presencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Pois bem. Eu, de fato, tenho aqui valores que mostram que o contrato, durante o ano de 2002, ou seja, no ano que antecedeu a sua gestão, era de R\$9,459 milhões por mês e que o pregão realizado no período da sua gestão, portanto, no período do atual Governo, baixou esse valor para R\$4,707 milhões. E de fato creio que temos algo a investigar de vertentes, para sermos republicanos na investigação. Em primeiro lugar, por que, em 2004, no final de 2004, esse contrato voltou a ser de R\$9,790 milhões. E, com esse mesmo rigor, entendo que temos de investigar por que esse contrato era de R\$9,459 milhões no ano de 2002.

Evidentemente, se há algum indício de superfaturamento nesses contratos – e alguns permanentemente

colocam as ilações de que o Sr. Sílvio Pereria estaria envolvido com contrato assinado em final de 2004 – quero que essa investigação inclua, evidentemente, com todo o rigor – como tenho certeza de que se vai conduzir, pela condução do Presidente e do nosso Relator –, que, afinal de contas, havia superfaturamento durante o Governo que nos antecedeu e que o valor do contrato era de R\$9,4 milhões.

Então, esse pedido tenho colocado permanentemente, porque reparo, por exemplo, que alguns Parlamentares questionam exclusivamente duas direções nos Correios. Acabei de ouvir um exemplo desse tipo de questionamento. Nós, na verdade... O início do fio da meada, na nossa situação, foi exatamente verificar que o Sr. Maurício Marinho está envolvido, muito provavelmente, com um foco de corrupção dentro da Diretoria de Administração dos Correios. E reparo que alguns Parlamentares questionam exclusivamente – o que entendo que deve ser questionado também – a Diretoria de Tecnologia e a Diretoria de Operações. Leia-se, porque talvez aí haja aquele interesse de unilateralizar a investigação em torno, eventualmente, de um partido político ou outro, o que eu não creio que seja uma postura correta e não creio também que seja o que o Brasil quer.

Outra questão que eu me sinto motivado a falar é que está se distorcendo um determinado tema, que é como se constituem as diferentes direções de diferentes órgãos públicos durante governos. Vivemos em um país democrático. E em um país democrático a população escolhe quem deve ser Prefeito, quem deve ser Governador e quem deve ser Presidente da República. Evidentemente, feita a eleição, cabe ao Governo, que representa a vontade popular, encontrar entre aqueles que têm compromisso com o programa eleito e que têm qualidade técnica, idoneidade e conduta ilibada os quadros que vão dirigir as empresas, que vão coordenar setores e assim por diante.

Por exemplo: o atual Governo, para minha satisfação, nomeou para dirigir a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos uma pessoa que conduziu uma direção de forma qualificada. E é um quadro político e se orgulha da condição de ser um quadro político. Algumas falas me dão a sensação de que quem um dia aceito o desafio, como eu aceitei, de ser político e de concorrer a um cargo eletivo, perderia a idoneidade ou perderia a capacidade para dirigir uma empresa estatal, por exemplo, o que é uma inversão total de valores.

Quem, então, representaria as diferentes vontades em cada momento? Evidente que eu acredito que um conjunto de funções deve ser ocupado por concursos internos do sistema meritocrático, por quadros eminentemente técnicos, mas é evidente que funções de dire-

ção de tomada de decisões têm que estar vinculadas à visão. E aí ouço falar permanentemente, por parte de alguns quadros do PFL, do suposto loteamento do atual Governo. Mas, então, digo o seguinte: a determinação do novo diretor presidente dos Correios, que, segundo eles faz parte de um loteamento maquiavélico e mal intencionado, na verdade, trouxe vantagens para a direção dos Correios, porque um prejuízo que era de 200 milhões por ano foi superado para se transformar num resultado operacional positivo. Então, estamos diante de uma escolha que efetivamente qualificou o caminho dos Correios e a gestão dos Correios.

Quero colocar aqui também que é evidente que esse sistema de franquias – e estou ainda com dados preliminares, não consegui concluir – foi votado dentro do Congresso, no final do ano de 2002, de forma conclusiva, Deputada Juíza Denise Frossard, em três comissões. Eu inclusive pedi para a minha assessoria ver rapidamente agora se eu havia votado a favor ou contra. A minha lembrança era de que eu não tinha votado. E, de fato, não votei, porque o projeto foi votado de forma conclusiva em apenas três comissões, para que o povo entenda o que acontece aqui; não foi votado no plenário. Mas é evidente que essa comissão deve ter...

E sugiro ao Relator, como uma das suas conclusões, que votemos imediatamente uma alteração dessa lei, dando um prazo de um ano evidentemente para poder fazer as licitações etc. e tal, e voltemos a fazer uma licitação pública de caráter republicano sobre quem tem ou não direito a acesso a franquias dos Correios, porque é evidente que isso é um negócio lucrativo, que é um monopólio em determinada região etc. e, quanto mais republicana for a decisão, positivo para o País.

De novo aqui coloco que foi um erro grave da estrutura de gestão brasileira, de Governos que antecederam o atual Governo e que permitiram que essas franquias fossem concedidas sem nenhum tipo de licitação pública. Vamos corrigir também isso.

Outra questão que me parece que precisa ser colocada aqui claramente é o tema das licitações de publicidade. Vamos todos, a fundo, investigar se houve ou não superfaturamento do contrato “a”, do contrato “b”. Se descobirmos superfaturamento, vamos punir exemplarmente todos que têm responsabilidade. Agora, vamos falar também de uma questão estrutural, uma licitação para escolha de agências de propaganda, que tem, de fato, um caráter subjetivo que não me agrada, a mim pessoalmente não me agrada. Ela é feita por um conjunto de pessoas, no caso uma comissão com cinco pessoas, como foi o caso dessa dos Correios, como disse aqui o diretor presidente de então dos

Correios. Entendo que devemos modificar a lei que permite que as licitações para agências de propaganda sejam feitas utilizando parte do critério subjetivo, porque a conclusão a que chego é a seguinte: qualquer governo, qualquer governante... Eu, se estiver amanhã sentado, dirigindo, porventura, a empresa de Correios posso ser acusado um ano depois de estar sendo conivente com uma licitação inadequada, porque ela tem um grau de subjetividade que coloca em risco todo e qualquer gestor público.

E a pergunta que me faço é por que há tantos anos a licitação é feita dessa forma, das agências de propaganda? Está mal isso, não dá. Temos que dar um caráter republicano mais seguro para as licitações de agências de propaganda, porque elas podem compor evidentemente um foco inaceitável de algum tipo de ilícito ou assim por diante.

Por fim, Sr. Presidente, quero só insistir com esse tema. A minha avaliação é de que, no caso da licitação feita que reduziu o preço cobrado pela Skymaster, houve uma contrariedade daquela empresa que perdeu evidentemente recursos e surgiu um tipo de denúncia – que, do meu ponto de vista, vamos conseguir comprovar aqui absolutamente infundada – de que teria sido através de algum tipo de propina que esse contrato teria feito. Ele foi feito em uma licitação pública e casualmente essa licitação reduziu em torno 50 milhões o contrato que a Skymaster prestava com a empresa de Correios.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à ilustre Deputada Federal Juíza Denise Frossard.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com todo o respeito à Deputada Denise Frossard, só para não termos recursos novamente dessa natureza, assim como o Deputado Pompeo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ela havia justificado a mim a sua ausência momentânea e entendi que a justificativa era correta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Correto. Apenas para não haver nenhum tipo de questionamento posterior sobre o cumprimento da ordem dos trabalhos. Como era a vez de V. Ex^a, só para que posteriormente não haja qualquer tipo de dúvida sobre o procedimento, no caso, agora, de concessão da palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Logo em seguida darei a palavra a V. Ex^a.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, nesses casos – eu sou transparente, eu estava no toalete – como é que se resolve esse caso? Aplica-se a lei, a regra da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A palavra está com V. Ex^a.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Corrija o tempo da ilustre Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, primeiro, já que fui aqui citada pelo Deputado Fontana, que fez uma análise muito interessante, antes de fazer duas ou três perguntinhas ao senhor, vou levantar uma questão aqui para o Deputado Fontana. Tudo bem, penso que ele está no caminho certo, é isso mesmo. Mas há um passado que não podemos apagar com a borracha. Não viemos aqui para varrer para debaixo do tapete. E mais que isso: um Governo foi eleito com princípios éticos para não fazer igual; e fez, e pior. É isso que está em jogo aqui. Não é para varrer para debaixo do tapete. Temos que cuidar desse passado, sim, senão, não vamos avançar para o futuro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte, Deputada?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Perfeitamente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – É evidente. A nossa vontade é a mesma, nenhum de nós quer varrer nada para debaixo do tapete, comprometa que Governo comprometer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Perfeito, ótimo. Mas estou dizendo que o caminho que V. Ex^a indicou é esse mesmo, é esse caminho. Temos que repensar e sairmos daqui com um modelo novo. Mas não é para varrer nada para debaixo do tapete, não. E também questionar por que o Governo que foi eleito para isso não o fez, não o está fazendo, e agora é que quer fazê-lo.

Dr. Dipp, Sr. Presidente, todos os colegas, cumprimento a todos.

Serei muito rápida aqui com o senhor.

O senhor já sabe, e todos nós sabemos, que a diretoria dos Correios funciona como uma diretoria colegiada, ou seja, todos os senhores são solidariamente responsáveis por tudo que for decidido. Quer dizer, decidiu-se, cada um dos diretores sai e cumpre a sua parte, mas o que foi decidido é de responsabilidade de todos. Então, não adianta o senhor dizer que não sabia naquela época, porque o senhor era solidariamente responsável por tudo que aconteceu no seu momento ali dentro.

Pois bem, quero ir na minha obstinação de sempre. A cada dia que passa aqui estou mais estarecida como a Nação brasileira, a vida pública brasileira é vendida, é entregue, seja por que motivo for – ou porque alguém perdeu um emprego e vai ser colocado lá, ou porque vai alcançar os cofres públicos e financiar Partidos e bolsos. Enfim, é uma loucura isso! Estou perplexa, porque o nome que dou a isso é organização criminosa.

Mas vamos lá, Dr. Dipp. O senhor disse que a sua nomeação se deu... Foi o Ministro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Convite do Ministro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor foi convidado diretamente pelo Ministro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Perfeito.

O pessoal que trabalhava com o senhor, hoje, ele está aonde? Ele continuou lá ou saiu?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O pessoal que trabalhava comigo?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – É, a sua equipe. Como é que o senhor fez o convite à sua equipe?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A minha equipe em relação à diretoria de área? Foram duas indicações...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, como ex-presidente.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, como ex-presidente. As duas indicações que solicitamos do diretor financeiro e do diretor administrativo...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Continuam lá?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não. Saíram comigo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E quais os critérios que o senhor usou, objetivamente, para escolher a sua equipe?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Critério de competência técnica, e é claro que vinculado ao meu Partido, o PDT. Mas ambos, Deputada Juíza Frossard, o Dr. Fadel, diretor administrativo, havia sido Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, diretor administrativo do Governo Alceu Colares, e eu, quando fui Secretário de Minas e Energia, durante um ano, estive subordinado...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Quer dizer, o seu critério era de mérito e partidário?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mérito e partidário.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que os seus contratos eram auditados? Vou perguntar isso ao senhor porque ontem perguntei isso ao Dr. Eduardo, que aqui esteve, e ele me disse: “o Tribunal de Contas...” Enfim, não é isso que estou perguntando. Estou perguntando o seguinte: o auditor ia à sua sala e lhe perguntava – nós sabemos como se faz uma auditoria. Então, o senhor me explique como é que se passava essa auditoria? Os seus contratos eram auditados? Como é que eles eram auditados? Dê-me, aí, a rotina das suas auditorias, rapidamente.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não. A auditoria, vinculada à presidência da Empresa, atua de forma independente e conforme uma programação pré-definida ou, em casos específicos, se surgir algum fato relevante.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, mas como é que era? Faziam relatórios, questionários para o senhor? É isso que eu quero saber.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Relatórios mensais.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, não... Questionários. O senhor era questionado sobre o que se passava?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pela auditoria dos Correios, em relação aos contratos, não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os contratos... Até pode ter sido feito, mas, que eu saiba, não. Os contratos que eram assinados e homologados eram feitos pelo Departamento Jurídico e não pela auditoria dos Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim. Mas os seus contratos, o senhor não tinha?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Departamento Jurídico.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E como era feita essa auditoria? Iam lá perguntar ao senhor?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não, não... O Departamento Jurídico e os contratos...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Agora, um momento. O Departamento... O senhor era ex-presidente, não é isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Fui presidente dos Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Quem escolhia o Departamento Jurídico?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O Departamento Jurídico poderia ser escolhido pelo Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, é isso que quero saber.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas eu mantive a Dr^a Fátima, que já era da gestão anterior.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Que era quem?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dr^a Fátima, a chefe do Departamento Jurídico.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não. Quem era o presidente anterior ao senhor?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi no Governo passado. O nome, se não me engano, era o Dr. Motta, do Rio de Janeiro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Perfeito.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – É do Rio de Janeiro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois bem. Agora, vou tocar com o senhor uma questão que também está sendo a minha linha de investigação – sou bastante transparente, e é rápido –, a questão das franquias. Pois bem. Como a direção dos Correios é um colegiado, imagino que o senhor saiba me responder – e o senhor tinha lá a forma solidária – como é que se dava essa distribuição política das franquias. Como é que se dava? Como é que o senhor tem notícia disto?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na nossa gestão não foi feita nenhuma distribuição de franquia. Essa franquia foi concedida há dez anos atrás – eu falei anteriormente –, e depois, no final...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Isso não era renovado?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O contrato da franquia era para ser extinto em dez anos e foi aprovado, aqui no Congresso Nacional, em 2002, uma lei que o prorrogou por mais cinco anos. Nós não tivemos nenhum tipo de...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não.

Havia algum critério de avaliação técnica do desempenho dessas franquias? Porque, afinal de contas, é um monopólio que se transfere ao particular. Havia algum critério de avaliação técnica das franquias?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Há. Havia e há uma inspeção permanente dos Correios em relação às franquias para que se possa fiscalizar a atividade, então, postal, de acordo com os contratos vigentes.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que se materializa isso? Isso tem uma norma? Como é que eu tenho acesso a esses critérios de avaliação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os Cor-

reios têm todos os relatórios. Muitos processos foram abertos para o fechamento de franquias concedidas. Existe toda uma norma e uma fiscalização atuante. Na nossa gestão, nós direcionamos mais para as grandes empresas franqueadas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sabe por que eu pergunto isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– São dois bilhões, ao ano, para uma empresa deficitária. Dois bilhões de franquias ao ano para uma empresa – Correios – que é deficitária. É um monopólio que é transferido ao privado. Nós sabemos que há contratos vultosos aí.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, é por isso que estou nessa esteira e não vou me afastar dela.

Alguma vez, na sua gestão, isso veio à reunião de diretoria? Os diretores discutiam isso? Isso foi levantado pelo senhor ou por alguém: “Escuta, afinal de contas, a empresa é deficitária, e essas franquias, como é que estão?” Isso foi objeto de alguma conversa da diretoria?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, objeto de discussão. Tanto é que nós...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E não tenho mais perguntas para o senhor.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nós implantamos a mudança do controle, que era eletrônico em relação em relação às máquinas de franquear, que é onde registra, em outras palavras, a própria receita dos Correios, para um processo de máquina digital.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Foi na sua gestão?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Iniciou na minha gestão e era para ter findado agora em 2004. Não acompanhei o processo final. Mas era pra ter um controle muito maior do que as máquinas mecânicas. Isso foi feito. Nós...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Com todas as franquias? São mil quinhentas e sessenta, né?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Com todas as franquias.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Todas foram digitalizadas, então?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não posso lhe responder porque o processo iniciou no segundo semestre de nossa gestão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu vou só querer uma explicação do senhor.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Esse processo de digitalização das franquias... O senhor é um gestor público, nós sabemos que trabalhamos com metas. Fazemos um planejamento de longo curso. E o senhor fez esse planejamento? Quer dizer, na sua gestão iria implantar x, na gestão seguinte... ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, porque nós definimos durante a gestão...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor é do Ipea, não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não, não. Eu sou...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Do Ipea é outro. Eu já estou confundindo. Eu já estou confundindo. Eu estou falando gestão por causa de... Nós já tivemos um do Ipea.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Houve o prazo até dezembro de 2004, até pelas dificuldades de adquirir novos equipamentos, mas nós, paralelamente a essa questão, definimos as inspeções e fiscalização dos Correios direcionadas às grandes empresas franqueadas, que são aquelas que na realidade...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Foi descoberta alguma irregularidade ou nunca?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Irregularidades foram descobertas porque processos foram feitos em relação...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Houve alguma punição? Isso consta de algum documento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Consta, consta. Tem punições.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Onde estão esses documentos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nos Correios. A senhora pode ter acesso a eles nos Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Em que área dos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na área da presidência, porque a inspeção é vinculada à presidência.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Isso é afeto à presidência.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada, Dr. Dipp.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço à ilustre Deputada e concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos, boa tarde ao nosso Dr. Dipp, que está aqui na condição de investigado com sua tradição de já ter pertencido a diferentes governos e instâncias governamentais e agora sendo prefeito da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

V. S^a há de convir que nossa tarefa – e V. S^a foi parlamentar – numa Comissão Parlamentar de Inquérito requer algum tipo de procedimento que pode não parecer em determinados momentos simpático ou não transparecer maior singularidade no trato.

Em primeiro lugar, gostaria de reiterar aqui umas posições que tenho observado no início da audiência de hoje. Foi reiteradamente feita a tentativa de deslegitimar composição política de Governo. Acho que V. S^a pôde perceber que houve intervenções no sentido de negar que houvesse a necessidade de ter composições para governar. V. S^a pertence a um Partido que tem posição independente frente ao nosso Governo, participou inicialmente do Governo. O nosso Partido não lhe apoiou na disputa eleitoral de Passo Fundo e eu, com muita alegria, pude ouvir aqui o testemunho do Deputado Fontana, que é lá do Rio Grande do Sul, fazendo a declaração clara e explícita da probidade da sua conduta pública desde o Governo Alceu Collares no Rio Grande do Sul, contra o qual também peleamos na condição de Oposição lá.

Portanto, acho que é uma figura absolutamente isenta do ponto de vista das considerações que faz. V. S^a agora tem a tarefa de governar uma cidade e reiterou aqui, para minha tranquilidade – e quero dizer da minha solidariedade na posição – de que composição de governo e de cargo se faz com base em dois princípios fundamentais: a competência e a confiança. E que é absolutamente inabdicável a composição desses dois fatores, que podem ou não coincidir sobre funcionários de carreira.

Eu gostaria que V. S^a manifestasse sua opinião sobre isso.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu comungo dessa mesma posição, Sr. Deputado, tanto é que eu pude, respondendo ao Deputado Onyx, confirmar que na nossa gestão na Prefeitura Municipal de Passo Fundo, essa última gestão – já fui prefeito em 89 – nós fizemos, Deputada Juíza Frossard, uma aliança ampla: PDT, PP, PSDB e PSB e todos participam do governo e o critério é realmente competência, qualificação e critério político, sem dúvida alguma...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Claro, compromisso com o programa que elegeu V. S^a lá, de execução daquilo que foi o compromisso...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... frente ao povo de Passo Fundo, que eu quero desejar que seja absolutamente exitoso.

Na seqüência, meu caro depoente, há uma tentativa seqüencial de dizer que, então, quem ocupa cargo é mera marionete de quem decidiu. Eu pergunto a V. S^a se, na condição de Presidente dos Correios ou anteriormente na função de Secretário que exerceu, se colocou nessa condição, a de ser um mero marionete de quem porventura tenha sido aquele que, no Diário Oficial, assinou a sua nomeação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, eu respondi, dizendo que nós exercemos na plenitude a Presidência dos Correios, dentro das limitações legais em função da gestão colegiada, mas exercemos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que evidentemente é o pacto de conduta do Estado brasileiro. Portanto, absolutamente dentro da legitimidade.

Há, portanto, um limite, que dessa Comissão dificilmente transparece em função de formação da opinião, inclusive para o debate político, que, muitas vezes, se sobrepõe à linha de investigação que necessitamos fazer e estamos fazendo, de considerar que qualquer composição de Governo é ilegítima e que ela, portanto, se submete a um esquema paralelo de financiamento de Partidos políticos. No fundo, toda vez que se faz alguma intervenção nessa direção é para dizer que, então, “comandava a quadrilha” – como eu ouvi aqui de Parlamentares em outros depoimentos – “fulano de tal” e que, abaixo dessa quadrilha, estavam os quadrilheiros, os petequeros, os pipoqueiros etc.

Acho que V. S^a não tem essa concepção sobre o procedimento de conduta de Governo.

Confirma isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida alguma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Bom, na condução do trabalho de V. S^a dentro dos Correios, V. S^a informou aqui – e eu tenho uma informação diversa, portanto vou requerer ao Relator que possa pedir a informação oficial, posto que provavelmente sua memória seguramente não dá conta de afirmar – que, no caso da licitação de publicidade, em que três empresas foram ganhadoras de um processo de R\$72 milhões, que posteriormente foi aditado, estavam compondo essa comissão de licitação três servidores dos Correios. Eu vou citar os nomes para que o Relator possa conferir: Márcio Gomes Silva, Lenize Baseggio e José Otavio-

no, e, pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, dois membros: o Sr. Alexandre Pinheiro e o Sr. Caio Bersotti.

Gostaria que o nosso Relator pudesse requerer a informação formal, de modo a que nós tenhamos esclarecimentos sobre isso, porque um diz que é três, outro diz que é dois, outro diz que não sabe e, evidentemente, como V. S^a está fora da gestão, não tem nenhuma razão para ter de memória esses fatos.

O fato é que, desde 1995, as normas para contratação de publicidade são rigorosamente as mesmas. Talvez aqui a ponderação do Deputado Henrique Fontana ganhe sentido. Quem sabe não é o momento de rever essas normas, alteradas numa instrução normativa em pouca intensidade em 97 e um decreto presidencial, que, este sim, firmou a faculdade da Secom, centralizando a comunicação de Governo, poder fazer a maioria nas comissões licitatórias, que, pela informação que tenho, não foi o caso desta, concretamente em observação aqui?

Mas eu gostaria de saber de V. S^a o que pensa sobre publicidade de governo; se deve ser centralizada, descentralizada, se cada uma das secretarias faz, como é que o senhor, como gestor público, com a responsabilidade do Executivo neste momento, pensa esta condução.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Publicidade de governo em relação a governo administração direta obrigatoriamente tem que ser centralizada numa gestão única. Publicidade de empresas estatais tem que ter autonomia da empresa estatal para poder... Na realidade nós temos essa autonomia na publicidade nos Correios...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tem e nos Correios tinha?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Tinha nos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Para poder tomar as decisões necessárias para “vender” os produtos lançados pelos Correios ou consolidar a marca em função de que, mesmo que o Correio tenha monopólio do serviço postal, os Correios têm uma gama enorme, que não são monopólio, como é o caso das encomendas, banco postal...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em nenhum momento, portanto, o senhor deixou de exercer esta autonomia...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em nenhum momento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... sobre aquilo que é publicidade da Empresa de Correios e Telégrafos.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – E deixei claro que a gestão da publicidade independe da Secretaria de Comunicação do Governo e que nós, na realidade, tivemos – falei anteriormente para o Deputado Relator – que tivemos, sim, uma reunião das empresas estatais na fixação de preços com os principais veículos de informação, com todas as empresas estatais juntas, sob a coordenação da Secom. O que eu acho muito importante, porque é uma maneira de reduzir preços. Se fosse de maneira independente Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, sem dúvida alguma, os preços poderiam ser maiores, numa negociação em escala muito maior em termos de mercado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor considera que esse é um procedimento muito importante que otimiza a favor do interesse público.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Otimiza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor avalia que abrir processo licitatório para um maior número de empresas habilitadas é de benefício do interesse público ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Havia uma tradição de três empresas prestadoras de serviços através de agências de publicidade e que foram mantidas nessa nova licitação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, a abertura de outras possibilidades de concorrência pode ser benéfica ao serviço público?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim. A abertura de licitações sempre é benéfica ao serviço público.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E com a possibilidade de mais empresas concorrerem.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim. Participaram 55 empresas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Cinquenta e cinco empresas participaram dessa licitação. Isso significa que o processo foi democratizado. Houve algum recurso, dessas empresas que participaram, contrário ao processo licitatório, no caso da publicidade?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não poderia lhe afirmar, mas, que eu tenha conhecimento, acho não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a não tem conhecimento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com relação ao caso polêmico, que, seguramente, merecerá desta Comissão e de todos os organismos que fazem a

apuração desses contratos públicos em evidência neste momento, da concorrência entre Skymaster e Promodal, veja V. S^a o raciocínio levado a efeito e divulgado, inclusive, por veículo de informação do País. Diz que uma determinada empresa chamada Promodal, que teria participado do financiamento da campanha do Presidente Luiz Inácio da Silva, interferiu no processo de condução sob vossa presidência, através de um brigadeiro contratado por V. S^a para prestar consultoria exatamente para verificar a melhor condição de oferta dos serviços dos Correios. E aí, contraditoriamente, diz que quem ao final foi beneficiada foi a concorrente que estava por fora dessa consultoria. Diz que foi a Skymaster a concorrente beneficiada. O senhor entende de que maneira essa história tão complexa de ser contada aqui?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Acho um absurdo, tanto que já falei que é inverídico, uma mentira, e que tem que ser reposta a verdade em sua plenitude. E vai ser reposta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Creio que também o Relator deva ter recebido da parte – porque o documento que recebi tem cópia para o Relator – do Brigadeiro Venâncio Grossi uma carta, a qual eu gostaria que fosse anexada aos autos exatamente para garantir o comportamento probo de V. S^a e a ausência absoluta de vínculo entre as duas situações vividas em 2003 e 2004.

O senhor, porventura, alguma vez foi visitado pelo Sr. Sílvio Pereira?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Fui. Fui visitado uma ou duas vezes nos Correios. O Sílvio Pereira foi tratar lá nos Correios, no primeiro semestre, sobre solicitações do Partido dos Trabalhadores dos mais diferentes municípios do País em função da demanda política em relação às funções menores dos Correios. E foi recebido como recebi diversos Parlamentares de todos os partidos políticos, solicitando, se possível, melhoria na função de um determinado funcionário do seu município.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor, sendo hoje Prefeito, já tendo sido Secretário e Deputado por duas vezes, acha estranho o presidente de uma estatal receber a visita de Parlamentares ou de representantes de partidos políticos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, de maneira alguma. O importante é que nossas decisões em relação a essa estruturação eram decisões realmente para aproveitar o potencial dos nossos servidores.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acredita, portanto, que a gestão dos Correios, nesse sentido, não cometeu em nenhum momento desvios em relação ao atendimento privilegiado desses inte-

resses partidários ou políticos em razão da sua função pública, que é de prestar serviços à população?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Concordo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não houve nenhum prejuízo aos Correios nem ao serviço público?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nenhum prejuízo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E nenhum exercício de influência que fosse ilegítimo ou criminoso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nenhum, nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Absolutamente nenhum?

O senhor confirma o conhecimento de que as contas, segundo a matéria da imprensa, do Almirante Grossi, em hospedagens aqui em Brasília, eram pagas pela empresa Promodal?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, essa denúncia não posso confirmar, porque a denúncia foi feita ao Ministro Miro Teixeira, que solicitou providências a sua assessoria jurídica em relação a essa denúncia. Então, não podemos confirmar se realmente eram pagas ou não em função de que a denúncia foi feita ao Ministro e o Ministro solicitou as providências. Eu, particularmente, solicitei ao próprio Ministro por escrito que todos os contratos de negociação fossem enviados ao Tribunal de Contas da União, fossem enviados à Controladoria-Geral da União e que, com todos os processos, desde sua formatação, na formação do grupo de reavaliação da rede postal noturna, que passou depois num grupo de renegociação da rede postal noturna até o caso específico da impossibilidade dessa renegociação do pregão presencial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tá. Qual é o instrumento jurídico e administrativo que V. S^a utilizou na contratação do Brigadeiro?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi contratado, através do Gabinete, pela Universidade Federal de Brasília, já que os Correios têm um contrato com a Universidade Federal de Brasília para as mais diferentes consultorias. Foi feito, então, o contrato permanente. Foi solicitada uma ordem de serviço em relação a essa questão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Bem, uma ordem de serviço, e esse documento da ordem de serviço compõe a remessa de documentos que o senhor mencionou à Controladoria etc, para verificação desta informação que está divulgada...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – É possível. Eu não posso lhe confirmar, mas é possível, porque é todo o processo solicitado pelo Departamento Jurídico

dos Correios e pela própria assessoria jurídica do Ministério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o próprio Relator, até para esclarecimento definitivo desse fato, eu gostaria que também pudesse incorporar o requerimento das informações específicas dessa contratação junto à Fundação – provavelmente é uma Fundação – da Universidade de Brasília e o prosseguimento dos expedientes do próprio presidente à época. Muito obrigado.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu queria aproveitar para esclarecer ao eminente Deputado Carlos Abicalil: ontem também V. Ex^a formulou um requerimento. Como nós estabelecemos um procedimento, eu gostaria que tanto o de ontem quanto esse a que está fazendo referência, nós incorporamos sem problema nenhum, mas que seja formalizado para que ele venha já adequadamente proposto para que nós o coloquemos no procedimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bem, meu caro Relator. Ainda hoje, entregarei a V. Ex^a os três requerimentos: os dois de hoje e aquele outro da audiência de ontem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Agradeço.

O próximo orador inscrito é o Senador Romeu Tuma, que procedeu permuta com o Deputado Pompeo de Mattos, a quem concedo a palavra por 15 minutos.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Relator, pela ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Só quero fazer um registro. São dois minutos. É um documento que recebi agora, vou lê-lo e depois entregar à Mesa. Ele diz o seguinte: "Informativo Portal Mensagem do Diretor. Há mais de um mês acompanhamos com perplexidade o envolvimento do nome da Abin com o caso dos Correios. Por mais de uma vez já informei aos senhores da lisura da nossa participação na coleta de dados e produção de conhecimento nesse evento. Tentamos até a última hora evitar o depoimento do Lange na CPI, mas não foi possível. Os estragos à atividade profissional do Lange mais os estragos à nossa reputação só poderão ser avaliados com o tempo".

Este parágrafo aqui é que é o mais importante:

“Neste exato momento, o que devo fazer é elogiar a conduta do profissional Lange, como um verdadeiro herói, ao enfrentar as bestas-feras em pleno picadeiro. As bestas-feras, a CPI, no circo. A CPI é um circo. Estou pessoalmente tentando entender a falta de empenho da AGU na proteção do nosso servidor. Isso poderia ter acontecido com qualquer um de nós. Desse episódio vamos tirar muitas lições, mas, lembrem-se, só podemos consertar o telhado com tempo bom.

Abraços,

Mauro Marcelo de Lima e Silva.

Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.”

Faço o registro e entrego o documento à Mesa para que a CPI possa conseguir do Diretor da Abin os devidos esclarecimentos, que são graves.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com certeza, Sr. Líder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não, Deputado José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço ao Deputado Rodrigo Maia por ter informado aos membros desta CPI essa nota.

Ela é rigorosamente inaceitável, ela qualifica uma ofensa ao Parlamento brasileiro. É inadmissível que um servidor público – não importa se ocupante de cargo efetivo ou de confiança – fale isso do Parlamento brasileiro. Eu e – tenho certeza – todos os Srs. Deputados e Senadores consideramo-nos profundamente desrespeitados pela forma como esse servidor público se referiu a membros do Parlamento brasileiro.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, acredito que isso deve ser de pronto informado a Sua Excelência o Presidente da República, para que tome as providências básicas que devem ser tomadas neste caso. Da mesma forma, requeiro seja encaminhada esta nota a S. Ex^a o Presidente do Senado Federal e a S. Ex^a o Presidente da Câmara dos Deputados, para que tomem as medidas jurídicas cabíveis no âmbito deste Parlamento para que preservemos a imagem e a dignidade de um órgão parlamentar que busca única e simplesmente fazer as investigações de fatos que são relevantes.

Portanto, considero inaceitáveis as palavras desse servidor, e urge que Sua Excelência o Presidente da República inste as autoridades competentes para tomar as medidas administrativas e, talvez, até de outra natureza, contra o servidor que realmente ultrapassou todos os limites admissíveis ao redigir uma nota como essa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda sobre isso?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso, é rápido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quero me associar às palavras de meu companheiro de Bancada e de Partido, Deputado José Eduardo Cardozo, e manifestar nossa indignação pela forma e pelos termos com que o Diretor da Abin se refere a esta CPI e ao Congresso Nacional.

Proponho, Sr. Presidente, que sejam adotadas as medidas jurídicas cabíveis por meio das Procuradorias das duas Casas do Legislativo e tenho absoluta certeza de que esse senhor não reflete as orientações do Presidente Lula, que têm sido muito claras no sentido de prestigiar e de fortalecer esse sério trabalho de investigação que estamos aqui realizando.

Quero me associar também ao Deputado José Eduardo Cardozo, em nome de todos os nossos companheiros do PT aqui e – tenho certeza – de todos os Parlamentares, no sentido de que o Presidente da República adote as providências necessárias diante de uma agressão tão absurda por nós sofrida a partir das declarações do Diretor da Abin.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, apenas para concluir, já que fui eu que trouxe o documento.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse, seguindo as palavras do Deputado José Eduardo Cardozo e do Deputado Bittar, encaminhar aos Presidentes do Senado e da Câmara e distribuir a cópia para todos os membros da CPI, para que saibam a forma como o Diretor da Abin pensa que são realizados os trabalhos nesta CPI e a forma como ele trata o Congresso Nacional, como está escrito, como picadeiro, como circo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido. Determino que sejam tiradas as cópias para entregar a cada um dos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Serei breve, Sr. Presidente. Quero lamentar profundamente essa atitude. Temos que fazer o registro de que isso não deve ser estendido, evidentemente, para os funcionários da Abin, que não podem pagar o preço da irresponsabilidade desse diretor.

A Abin possui funcionários muito bem especializados, muito bem treinados, que não podem ser

atingidos por esse cidadão que foi colocado lá um dia desses. Com a postura do Deputado Eduardo Cardozo, associada à do Deputado Jorge Bittar, realmente, não tenho dúvida alguma de que o Presidente da República, ao saber desses fatos, tomará uma providência, até mesmo para isso não se reverter contrariamente a uma instituição tão séria e muito importante para o Governo, seja ele de quem for, por meio das informações que deverá levar-lhe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e recolherei as reivindicações de V. Ex^a, Deputado Alberto Fraga.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pompeo de Mattos, em permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente Maguito Vilela.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Osmar Seraglio, colegas Parlamentares, não considero o depoente um investigado, mas uma testemunha importante para esclarecer os seguintes procedimentos administrativos: como os Correios são gerenciados e administrados e como o foram ao longo desse período e, especialmente, no período em que o Sr. Airtton Dipp esteve à frente dos Correios.

Antes de fazer os meus questionamentos, permita-me, Sr. Presidente, inserir-me no contexto dessa manifestação feita pelo Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, um dos Diretores da Abin. É lamentável que um funcionário público, um agente público da responsabilidade de um Diretor da Abin faça manifestações dessa natureza contra esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, contra o Parlamento Nacional, desconhecendo, desrespeitando. Se respeito não nos confere, respeito ele não merece. Na medida em que ele não dá o respeito, ele permite que não lhe seja concedido o respeito que poderia ter como Diretor de uma instituição importante, como a Abin, pois assim a conceituamos.

Secundando as palavras dos dirigentes do PT que participam desta CPMI, tanto o Deputado Jorge Bittar como o Deputado José Eduardo Cardozo, e como integrante da CPMI, ressalto que todos deveríamos assinar um documento pedindo o afastamento desse servidor de suas funções. Ele não está à altura da missão que lhe é confiada pelo Poder Público. Ele não está à altura da dignidade, enfim, da honradez do cargo que está ocupando. Ele não está preparado para essa função, porque, no primeiro confronto, no primeiro enfrentamento, ele atira tudo para cima. Ele não está preparado, nem tem grandeza para estar nessa função.

Por isso, faremos formalmente o pedido de afastamento do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva da função que está exercendo, porque ele não só está ofendendo a CPMI, o Parlamento, a Nação brasileira, como está, inclusive, prejudicando o Governo a quem deveria servir. Ele está criando um constrangimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Administração Pública Federal.

Voltando ao nosso tema, reafirmo que o Presidente dos Correios, Airtton Langardo Dipp, vem à CPMI, inicialmente, na condição de investigado. Permito-me, por conta própria, reiterar que a nossa testemunha é importante, colaboradora da CPMI, no sentido de nos orientar em vários aspectos, de esclarecer vários pontos da administração, de provar e de elucidar o que for possível.

Quem senta nesse banco, necessariamente, Dr. Airtton Dipp, não é réu; necessariamente não é bandido; necessariamente não é corrupto nem corruptor. Pessoas boas, honradas, podem sentar-se à mesa e prestar serviço à comunidade e à sociedade, oferecendo informações a esta CPI, de tal sorte que possamos desenrolar esse novelo. O fio da meada está preso, e há muitos nós que precisamos desmanchar. Quem esteve lá dentro pode dar-nos orientações e informações importantes para que possamos desatar cada um desses nós.

Assisti, de forma até privilegiada, à mesa, não só às suas manifestações, mas também às manifestações dos colegas Parlamentares das diferentes cores, das diferentes matizes, o que prova que a CPMI não é necessariamente contra o Governo, não; nem a favor. A CPMI é a favor da verdade. A CPMI quer elucidar atos de corrupção, identificar os corruptos e esclarecer quem são os corruptores. Esse é o nosso propósito e essa é a missão que nos cabe na CPMI.

Soube dessa questão da Skymaster, que me chamou a atenção, ao ler as principais revistas semanais, tanto a **Veja**, como a **IstoÉ**, a **Época** e a **Carta Capital**, que relatam cotidianamente ou semanalmente a questão dos Correios. No caso da Skymaster, a empresa tinha um contrato de R\$9,5 milhões de transporte aéreo noturno, é isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Duas Linhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Linhas aéreas noturnas para levar o material dos Correios – R\$9,5 milhões por mês. Foi feita uma readequação na sua gestão?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ou seja, uma repactuação, que passou a um valor de

R\$4,7 milhões por mês, baixou de R\$9,5 milhões para R\$4,7 milhões. É isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Por meio de uma licitação, de um pregão presencial, já que a negociação não avançou em relação a essas linhas com essa empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com essa empresa. Mas V. S^a tentou essas negociações só com ela ou com outras empresas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Todas as empresas tiveram uma renegociação com grupo de trabalho nomeado pela Presidência dos Correios, e, no montante englobando todas as linhas dos Correios – não somente em relação à Skymaster –, houve uma redução de R\$100 milhões nos contratos da Rede Postal Noturna – anual –, que estavam, em 2003, no patamar de R\$400 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estavam em R\$400 milhões e ficaram em quanto? Baixaram para R\$300 milhões?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Em torno de R\$300 milhões, porque, nessa avaliação, também está incluída a repactuação a maior, que as empresas estavam solicitando na renegociação dos contratos. Então, somando redução e valores que não foram concedidos na repactuação, inclusive com esse pregão presencial, a redução foi em torno de R\$100 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas empresas repactuaram, fizeram esse acordo? V. S^a consegue lembrar-se?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – São várias empresas. Em torno de oito ou nove empresas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Oito ou nove empresas tiveram o valor de seus contratos baixados em relação aos Correios. Por que a Skymaster não entrou nessa negociação e não baixou o valor também?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Essa é uma pergunta que tem que ser feita à empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Gostaria de ter a compreensão. Ela não topou a repactuação, mas, depois, participou do pregão e baixou praticamente a menos da metade do valor que ela recebia.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Houve uma disputa muito forte de três empresas aéreas no pregão presencial. Os lances iniciais foram cerca de 30% a menor – o primeiro lance de cada empresa –, e houve uma disputa entre Skymaster, Varig Log e Beta. O lance final foi dado pela Skymaster, e houve uma redução, então, nesse pregão, em torno de 50%.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Skymaster ficou acusando que a direção dos Correios estaria protegendo a Promodal.

Tenho aqui, Sr. Presidente, a ata da segunda reunião de licitação do Pregão nº 0106/2003, da CPLAC, que mostra as empresas TCB, Varig Log, Logística, Promodal, Brasília Express e Skymaster. Vi que as empresas TCB e Promodal foram desclassificadas na concorrência.

V. S^a confirma esse fato?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim. Desclassificadas pela Comissão de Licitação em razão de não cumprirem, no lance inicial, as determinações em relação ao fornecimento de preços separados para as duas linhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não consigo entender. A Skymaster participou do pregão, e a Promodal tentou participar do pregão. A Promodal ficou fora.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi desqualificada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi desqualificada pelos Correios, e, no entanto, a Skymaster, que ganhou a concorrência – é verdade, com valor bem reduzido –, acusa a direção dos Correios de beneficiar a Promodal, que foi desclassificada.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esse é um dos absurdos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, é um absurdo, que não seria se fosse o inverso, ou seja, se a Promodal se queixasse de que foi prejudicada por ter sido desclassificada. Se havia alguém que poderia queixar-se, seria a Promodal e nunca a Skymaster. Chegou a hora de o osso morder o cachorro. Inverteu-se o processo. Queria que ficasse esclarecido, porque confesso que não tinha entendido como a Skymaster acusa a direção dos Correios de beneficiar a empresa que foi desclassificada. Se ela foi desclassificada, não teve chance nenhuma, porque sequer concorreu.

A verdade é que os Correios tiveram economia.

A que o senhor atribui esse fato de a Skymaster, em que pese tenha ganho a concorrência, tenha visto a sua principal concorrente sendo desqualificada e, ainda assim, fica acusando a sua gestão nos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não quero supor, mas em toda ação pública em defesa dos interesses públicos, que possa contrariar determinadas empresas, sempre há uma reação contrária a essas contrariedades, e uma redução significativa de contrato através de um pregão presencial, sem dúvida alguma, contraria interesses de uma empresa privada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual o mês em que o senhor saiu dos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sete de janeiro de 2004.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sete de janeiro de 2004. Entrou em fevereiro de 2003. Então, o senhor esteve nos Correios...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Onze meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onze meses, que, na verdade, dão um ano de gestão, porque, ao final do ano, tem que apresentar um balanço. O que o senhor apresentou de balanço em termos financeiros dos Correios nesse período de quase um ano? O senhor chegou a apresentar balanço ao final?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Segundo os balanços que estão incluídos no relatório final da própria empresa, tivemos um lucro líquido de R\$288 milhões, um investimento da ordem de R\$412 milhões, num ano atípico – falei anteriormente para o Sr. Relator –, em que tivemos uma diminuição do PIB brasileiro em relação a 2002 de 0,2% em função dos ajustes fiscais. Os Correios, como uma empresa prestadora de serviços, sofreram muito essa situação, em função do atendimento que faz em relação aos demais segmentos econômicos do País. Então, foram resultados muito bons, sem dúvida alguma, com as medidas que adotamos em termos de reequilíbrio de contrato, de redução de custos, que só teriam efeito a partir de 2004. Creio que a gestão cumpriu com o interesse público, com a austeridade, com a transparência a que nós nos referimos no início da nossa fala.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixe-me entender. O fato de a Skymaster diminuir o seu contrato de R\$ 9,5 milhões para R\$4,5 milhões significa R\$4,8 milhões de economia para os Correios, mensalmente.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso dá R\$50 milhões e pouco por ano.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Por ano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que foram economizados só no contrato da Skymaster.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora começo a entender um pouco a angústia. Afinal de contas, perder R\$50 milhões assim por ano, ninguém vai gostar. O senhor disse que houve uma economia de R\$100 milhões. Então, os outros cerca de R\$50 milhões saíram, em termos de economia, por repactuação de contrato com as outras oito empresas, sete, oito.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Renegociação de contratos com as demais empresas dentro desse projeto de renegociação e redução de custos e reavaliação da rede postal aérea noturna.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o maior corte, a maior economia foi feita, então, exatamente na Skymaster.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que eram as linhas maiores na realidade, com os valores mais expressivos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero concluir, Sr. Presidente, e dizer que, com tudo o que a gente está vendo na CPI, a gente fica um pouco de cabelo em pé, mas, se tem uma calma na CPI, está aí o depoimento do Presidente Dipp, que nos dá aqui uma afirmação do administrador que é. Fiz questão de fazer essas perguntas porque conheço o Deputado Airtton Dipp, conheci o Prefeito Airtton Dipp, que voltou a ser Prefeito agora de Passo Fundo, que foi Secretário de Estado do Rio Grande do Sul e que foi Presidente inclusive do PDT no Rio Grande do Sul e que é um homem digno e honrado. Digo-o olhando na sua frente, para que o Brasil possa ver. Nós nos orgulhamos de um quadro dessa natureza, que o Presidente Lula perdeu, pois poderia ter continuado nos Correios. Tenho certeza de que um contrato da Skymaster não voltaria para R\$9,8 milhões quando o senhor saiu. O senhor entrou lá e mudou de R\$9,5 milhões para R\$4,7 milhões mensais, mas o senhor virou as costas, e voltou para 9,8 milhões por mês o contrato da Skymaster, e aí outras *cositas más*. Então quer dizer que o Presidente Lula perdeu um bom administrador, perdeu uma boa companhia, perdeu alguém que estaria lá tocando os Correios. Quem sabe o senhor estivesse lá, e nós não estaríamos vendo, assistindo esses escândalos.

Menos mal que Deus é bom. Começou pelos Correios, e os Correios, concluo, Sr. Presidente, é a ponta do *iceberg*. Começou pelos Correios, caiu na publicidade, atingiu o Sr. Marcos Valério, chegou no mensalão, passou pelas malas e até passar pelo cuecão, que é a última moda agora. Quer dizer, uma mala cheia de cueca ou uma cueca cheia de mala, uma cueca cheia de dinheiro, já não consigo mais entender como é que é.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Encerrando, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Parabéns pelo seu depoimento. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Sr. Presidente, art. 214.

O fato trazido pelo Deputado Rodrigo Maia é da maior gravidade. Quero aqui me unir à sugestão, já acolhida por V. EX^a, apresentada pelo Deputado José

Eduardo Cardozo reiterada pelo Deputado Jorge Bittar. Mas me parece, Sr. Presidente, que essas ainda seriam medidas brandas para o nível de agressão que esta Comissão e que o Congresso Nacional sofreram desse cidadão Mauro Marcelo de Lima e Silva, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Não bastasse, Sr. Presidente, essa agressão, ficou claro no depoimento daquele cidadão, Sr. Lange, o agente da Abin que aqui esteve, que a Abin, em determinado momento, recebeu ordens para não mais interferir na questão dos Correios.

O que venho solicitar, Sr. Presidente, sem querer criar qualquer tipo, Deputado José Eduardo Cardozo, de constrangimento aos trabalhos é que, amanhã, teremos uma reunião administrativa, mas me parece que diante da agressão que esta Casa sofre, diante da agressão que os membros da CPI sofrem, me parece que seria adequado e tenho certeza de que teremos a unanimidade dos Srs. Parlamentares, seria adequado que, terminada a oitiva do Sr. Airtton Dipp, possamos, no dia de hoje, como resposta contundente, política e mostrando aqui a soberania desta Casa, já votar o requerimento de convocação...

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a decidisse sobre esta questão de ordem e votemos imediatamente, assim que terminada a oitiva. Parece-me que não vai tomar muito tempo e que haverá consenso de todos os membros, não só da CPI, mas de todo o Congresso Nacional, ofendidos e agredidos por esse cidadão, que imediatamente votemos, após a oitiva do Sr. Airtton Dipp, um dos requerimentos – e existem alguns aí – convocando o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva para comparecer a esta Comissão, ao que ele chama de “picadeiro das bestas-feras”, para prestar esclarecimentos sobre o envolvimento da Agência Brasileira de Inteligência em todo esse episódio.

Esta questão de ordem que formulo gostaria que V. Ex.^a deferisse porque tenho certeza de que todos os Deputados e, falaram aqui dois Deputados da base do Governo, Deputado José Eduardo Cardozo e Deputado Jorge Bittar, que todos os Parlamentares, Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas vão concordar com a convocação imediata, com uma resposta assim: política, regimental e formal a essa agressão, a esse absurdo trazido pelo Deputado Rodrigo Maia vindo desse Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, que, além de tudo, é um incompetente araponga.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – V. Ex.^a será atendido. Após as oitivas, nós iremos decidir; o Plenário decidirá sobre o requerimento.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Ele havia pedido antes, Deputado Abicalil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria justamente pedir essa atenção de V. Ex.^a. Não podemos deixar para decidir apenas na quinta-feira em uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – Hoje, no final, eu acabei de anunciar. No final dos depoimentos. Não podemos também interrompê-los.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estou concordando com V. Ex.^a. Emergencialmente, temos que decidir de forma imediata. Não sei se V. Ex.^a tomou conhecimento, mas é de uma agressão gratuita e desnecessária à Comissão essa declaração da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – Já tomei conhecimento e considero grave. Vamos apreciar o requerimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Arnaldo, eu sugiro isso: terminaríamos a oitiva do Sr. Dipp e imediatamente deliberaríamos sobre o requerimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – Não, nós vamos ouvir os três depoimentos. Acho que já estamos muito atrasados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex.^a está indeferindo a questão?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – Não. Estou deferindo. Só que vamos apreciar logo após as oitivas. Não vamos ficar alterando pauta, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas é importante, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – É importantíssimo. É importantíssimo. Será tomada a decisão ainda hoje.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para uma reclamação. Eu tenho tentado aqui agir com o máximo de serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – E tem agido com serenidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex.^a é membro desta Comissão, V. Ex.^a é Vice-Presidente desta Comissão, V. Ex.^a foi chamado, por uma autoridade importante do Governo, pelo Diretor-Geral da Abin, V. Ex.^a e todos nós aqui, aliás, o Congresso Nacional inteiro, de picadeiro e de bestas-feras. Não é possível que V. Ex.^a...

Não é uma questão de Governo e de Oposição. O que estou sugerindo aqui, encaminhando a V. Ex.^a, sem que isso gere nenhum tipo de polêmica – e não me parece que qualquer dos Parlamentares aqui vá contestar esse requerimento que faço – é que, terminada a

oitiva do Sr. Airton Dipp, com toda a tranquilidade, sem muito discurso, sem muita discussão, nós possamos deliberar sobre a convocação desse senhor.

Nós sabemos que não haverá tempo hoje, ou vamos ter que ficar aqui até as 4 da manhã para votar isso. O Congresso Nacional e aqueles que têm um mínimo de vergonha não devem admitir que algo assim aconteça. Portanto, no mínimo, o que podemos fazer de forma mais contundente, neste momento, é dar uma resposta a esse cidadão, convocando-o para que ele venha aqui explicar o que a Abin tem de envolvimento nessa história, e, assim, venha fazer parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

Eu disse aqui, Sr. Presidente, eu não me considerei ofendido com nenhuma afirmação do Deputado Roberto Jefferson. Mas essa afirmação de uma autoridade do Governo Federal me ofende profundamente, e é inadmissível que nós não venhamos a dar uma resposta política.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ofende a todos nós. Ofende a todos nós, ofende a instituição Congresso Nacional. Vamos deliberar logo após a oitiva. Vamos concluir, peço a colaboração de todos.

Ilustre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, eu tinha feito um pedido pela ordem, mas acho que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Desculpe-me. Com razão. Tem a palavra V. Ex^a, Deputado Carlos Abicalil. Com as minhas escusas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sou absolutamente comprometido com a ordem que V. Ex^a estabelecer.

Apenas quero, por prudência, que tem sido um comportamento recentemente incorporado, e, a meu ver, muito bem incorporado por esta Comissão, chamar a atenção para o documento que recebemos, sob pena de nós tomarmos decisões açodadas e depois virmos a ter desconfirmada a nossa posição.

O documento, se é idêntico ao que o Relator recebeu e que recebi como cópia, Sr. Presidente, é nitidamente a colagem de um texto fotocopiado. Sobre ele aparece um cabeçalho mal recortado da Abin. E não consta aqui a assinatura da autoridade da Abin.

O que eu gostaria, por prudência – concordo que venhamos a ter que deliberar sobre este tema ainda hoje –, é que, imediatamente, V. Ex^a buscasse a autenticidade desse documento, posto que ele, nitidamente, na cópia que estamos recebendo, é uma colagem. De modo que não parece o papel integral e nem sequer consta a assinatura da autoridade que supostamente fez tais afirmações absurdas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, isso consta do *site* da agência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tomaremos todas as providências. Eu gostaria de pedir a colaboração de todos.

Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Eu gostaria de pedir aos Srs. Parlamentares que, se forem fazer discussão paralela, que a façam lá na sala final.

Deputado Carlos Abicalil, Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu peço a colaboração de V. Ex^{as} Está com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

As providências serão tomadas de agora em diante.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria inclusive que V. Ex^a reconstituísse meu tempo. Entre essas campanhas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço à assessoria que restabeleça o tempo da Senadora.

Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Airton Dipp, o senhor foi Deputado por dois mandatos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dois mandatos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, Deputado Airton Dipp, o senhor ficou respondendo pela Presidência dos Correios de fevereiro de 2003 a dezembro de 2003?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A janeiro de 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A janeiro de 2004.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sete de janeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sete de janeiro.

Nesse período nós tivemos duas questões, dois assuntos, dois procedimentos que estão tendo desta CPMI muita atenção. Foram dois processos licitatórios, um de propaganda e outro de transporte aéreo, transporte de carga. Então quero fazer algumas perguntas sobre essas duas questões.

Primeira: o senhor falou que a redução do critério, daquele valor de diminuição do capital, que isso não foi usado, não foi o fator que permitiu a entrada da empresa SMP&B. Eu queria que o senhor confirmasse isso e por que o senhor disse isso. Até quero dizer por que estou fazendo essa pergunta. Porque reiteradas vezes ouvi aqui na CPI que o fato de a Secom ter reduzido a exigência, proposto a redução da exigência é que permitiu à SMP&B ganhar a licitação. Achei que

teve uma contradição no que o senhor falou. Então, eu queria confirmar.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, o quesito que levaria à questão do patrimônio líquido mínimo das agências que participariam e participaram da licitação, o primeiro quesito seria o índice de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente. Se esse índice fosse menor que um ou um, poderia ter esse índice desde que tivesse um patrimônio líquido superior a R\$1,8 milhão, e as três agências classificadas nos primeiros lugares superaram o índice um e, portanto, não haveria necessidade da comprovação do patrimônio líquido superior a...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Então o patrimônio não foi sequer utilizado no critério de escolha das agências que ganharam?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não foi pela...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Não foi. Então ele não foi o fator decisivo; quer dizer, a alteração proposta pela Secom acabou não tendo nenhuma influência. É isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não foi.

É para abrir uma maior... Não, a influência é para abrir uma possibilidade de mais agências participarem, especialmente até agências nacionais que têm capitais menores.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – A diminuição permitiu uma maior concorrência.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida alguma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – E essa diminuição não foi utilizada para decidir qual que ganhou. É isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – É isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Agradeço. Acho que essa é uma questão que tem sido reincidente aqui. Isso tudo está documentado, Dr. Dipp?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Documentado nos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Sr. Relator, já temos a prova documental disso que o Dr. Dipp está dizendo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Já, senão eu ia requerer.

A outra questão que quero perguntar ao senhor é a seguinte: a SMP&B já teve contratos anteriores com os Correios. Como o processo da concorrência foi durante seu período, o senhor tomou conhecimento, interessou-se em saber quando foi, por que foi?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não temos conhecimento se já tinha contrato anteriores ou não e não tomamos conhecimento dessa situação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – O senhor não se preocupou em ver procedimentos anteriores com essa empresa, se tinham sido adequados, corretos ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, porque nós tínhamos uma comissão especial de licitação que tratava de todas essas questões e 55 agências participando dessa disputa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Mas o senhor sabe que ela teve, não é?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não tenho conhecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Não teve. É porque a SMP&B teve contratos anteriores com os Correios.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas não na gestão em que estive à frente dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Não, não. Em Governos anteriores.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho esse conhecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – A outra questão que eu queria perguntar ao senhor é a seguinte: a outra, com muita polêmica, é a história do transporte. Sei que vários Parlamentares perguntaram, há várias matérias que tratam inclusive de questões tentando ligar o senhor ao Brigadeiro Grossi, inclusive com suspeita de ter repasse de recursos para beneficiar a Promodal em vez da Skymaster. Algum procedimento – porque há algumas coisas aqui que o senhor negou –, durante o processo licitatório da carga, do transporte de carga, teve ligação direta do senhor com esse Brigadeiro Grossi?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nenhum procedimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Nenhum.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nenhum procedimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC) – Outra questão: o senhor foi Deputado Federal?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – De 1995 a 2002. Dois mandatos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – 1995 a 2002. Portanto V. S^a pegou o processo de aprovação da Lei Postal, na Câmara?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Da Lei Postal, que começou a tramitar, mas não foi aprovada no nosso período. O processo das franquias ou da Lei Postal?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da Lei Postal.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sobre a Lei Postal, havia uma lei enviada pelo Governo Federal em relação ao serviço postal no País. Mas não tomei conhecimento na época, porque não era dessa comissão. Acredito que ela não teve trâmite muito grande dentro daquele período em que eu estive lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A da franquia, o senhor acompanhou mais detalhadamente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Também não acompanhei. Só falei... Numa pergunta, Sr^a Senadora, perguntaram se na nossa gestão foi concedido algum tipo de franquia para empresas por parte dos Correios na nossa gestão. Eu respondi que não porque as franquias foram concedidas há 10 anos, que antecederam o ano de 2002, encerraram-se em 2002 as franquias e o Congresso Nacional aprovou uma lei....

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Prorrogou...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Uma lei em cima desse contrato que foi repassado às franqueadas e que vale por cinco anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor acompanhou toda a polêmica a respeito da questão do transporte aéreo nos Correios, que teve todo o embate do Egídio Bianchi e do Ministro Pimenta da Veiga?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sobre?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A demissão do Egídio Bianchi. Acompanhou isso? A demissão, todo o tiroteio, as acusações que o Egídio Bianchi fez ao Ministro Pimenta da Veiga por conta da disputa interna dentro dos Correios no transporte aéreo?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não acompanhei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tomou conhecimento apesar de ter sido um assunto veiculado intensamente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – O conhecimento em relação à rede postal noturna foi através de um relatório da equipe de transição do Governo Federal, o Governo Lula, que foi feito, acredito eu, em todas as estatais, em todos os Ministérios e que recomendava diversos pontos polêmicos para que os novos gestores pudessem fazer revisões, rede postal noturna, Cegelec, questão de franqueados. Essas recomendações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse assunto teve uma polêmica muito grande por conta daquela certidão negativa que depois teve toda a questão da falsificação que beneficiava a Vasp e que isso acabou sendo o motivo da briga do Bianchi com o Pimenta

da Veiga, interferindo nas licitações e quem andou ganhando os transportes aéreos.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não acompanhei. Na época era comissão de minas e energia...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não acompanhou isso, não tinha... Mas no Governo de transição lhe foram dadas informações...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Com esses detalhes, não! Informações de que se deveria fazer um novo estudo da Rede Postal Noturna pra rever os valores pagos pelos Correios para que se pudessem reduzir custos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E foi isso que motivou aquela orientação de fazer toda uma reabertura de renegociação dos contratos para baixar os preços?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sem dúvida alguma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi essa a orientação dada pela equipe de transição?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Uma das orientações. Nós assumimos os Correios, com o Ministro Miro Teixeira, com um desafio muito grande de reduzir custos dos Correios em razão de que a receita operacional já não cobria mais as despesas de custeio da empresa. Então várias áreas foram trabalhadas, principalmente essa, pelo volume de recursos que os Correios repassam através dos pagamentos contratuais ao transporte aéreo nacional, que é um ponto fundamental para a qualidade dos serviços postais do País.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor tinha pleno conhecimento ou se não conhecimento na totalidade de que essa disputa do transporte aéreo era algo que vinha se arrastando do Governo anterior, com brigas entre empresas.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esse detalhes, não. Tínhamos que consultar os assessores e trocávamos idéias; era realmente um ponto polêmico. Existiam várias correntes na empresa, umas acreditando que era possível fazer boas reduções na rede postal noturna, outras acreditando que não era possível reduzir, em função de que, em licitações efetuadas anteriormente, os custos não eram tão reduzidos, e até – falei anteriormente – correntes de que os Correios deveriam, na realidade, administrar diretamente o transporte aéreo, o que eu descartei totalmente, porque acho que era...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor tinha conhecimento – deixe-me acelerar, porque está acabando meu tempo aqui, o senhor me desculpe, Dr. Dipp – de que o Tribunal de Contas da União estava

avaliando as licitações do transporte aéreo, ocorridas em 2001 e 2002?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu tive conhecimento dessa avaliação técnica do Tribunal de Contas da União em relação ao transporte aéreo, recomendando para que...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Novos procedimentos licitatórios, inclusive.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Novos procedimentos licitatórios, de modo a universalizar a participação – em outras palavras – de empresas aéreas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Havia fortes indícios de licitação dirigida, não é?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Fortes indícios de que seria licitação dirigida, dentro do processo licitatório já, quando não houve a renegociação por parte da empresa Skymaster. Houve a decisão em função do encerramento do contrato, autorização, então, de uma nova licitação. Naquele processo, surgiu, então, essa recomendação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso motivou alguma medida especial, durante o processo licitatório de 2003?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, porque, na realidade, já havíamos, assim, orientado que as licitações têm de ser as mais abrangentes possíveis, mantendo a qualificação dos serviços.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor conhece Paulo Roberto Menicucci?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é ele?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi o Diretor Comercial na minha gestão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Durante todo o período que o senhor ficou lá, ele também ficou?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Durante todo o período em que eu estive, depois eu saí e o Dr. Menicucci continuou ainda como Diretor Comercial. Já vinha do período anterior de 2002. Não sei qual é o... se iniciou em 2001 ou em 2002, mas já estava como Diretor...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele já estava ocupando esse cargo anteriormente?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho certeza absoluta se ele era Diretor Comercial ou Diretor de uma outra área, mas, na nossa gestão, era Diretor Comercial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por que ele permaneceu? Teve alguma indicação especial?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Indicação do Governo, através do Ministro Miro Teixeira. Não tenho informações se tinha alguma indicação especial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A informação que eu tenho é que ele foi Prefeito de Lavras, foi filiado ao PSDB. Foi mantido, mas o senhor não sabe por quê?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, ele falava que era filiado ao PSDB. Ele falava, mas não tenho a origem da indicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tinha essa informação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Temos aqui, relator... Até acho que precisaríamos ter um levantamento mais adequado, porque algumas situações estão começando a se repetir, em termos de procedimentos e de questões que estamos investigando na atualidade, mas elas têm raízes em situações anteriores. Então, por exemplo, a Skymaster e toda essa briga do transporte aéreo não é de agora. É uma briga bem anterior. Então, vamos precisar coletar todos esses dados para ver efetivamente quais são os interesses que estiveram, ao longo desses últimos anos, em disputa e que podem ter interferido nos procedimentos que podem ter irregularidades.

Na questão da publicidade, acontece a mesma coisa, porque o senhor... Não é? A SMP&B já esteve antes, está de novo. Também com interligações.

Percebemos que há pessoas, inclusive, que transitaram de um Governo para o outro, como é o caso desse. Não é qualquer coisa um Diretor de área comercial que já estava e ficou durante um certo período.

Coisas, como as que estão no noticiário de hoje, acabam nos alertando também para podermos fazer esse comparativo de procedimentos e de relações entre a atuação das empresas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou. Lamento informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu já vou... Só mais um segundinho...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Trinta segundos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Têm noticiários, no dia de hoje, também de saque na conta do Marcos Valério, de assessor, de pessoas....

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, infelizmente, V. Ex^a tem o direito de se reinscrever.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu me reinscrevo depois, então, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon, com as minhas escusas à Senadora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu apenas, Sr Presidente, queria dizer que conheço o depoente de longa data. S. Ex^a pertence a uma família tradicional do Rio Grande do Sul. Seu pai foi um político extraordinário, Deputado, Prefeito, seu irmão é Ministro no Superior Tribunal de Justiça aqui em Brasília e S. Ex^a já foi Prefeito de Passo Fundo. Depois de dois mandatos de Deputado Federal ele voltou à Prefeitura de Passo Fundo.

Se V. Ex^a perguntar à Bancada gaúcha do PDT, o Partido de S. Ex^a, do PMDB, do PFL – e estava aqui inclusive durante muito tempo o Presidente do PP do Rio Grande Sul – é uma unanimidade que o Dr Airtón Langardo Dipp é uma dessas pessoas que, no Rio Grande do Sul, é um padrão de seriedade, de honrabilidade, de credibilidade.

Por isso, eu não vejo até aqui, para mim pessoalmente, nenhum dado que se me tenha apresentado que me faça alterar o meu pensamento e o meu posicionamento em relação do Dr. Dipp.

O que eu vejo, isso sim, é que a forma como se constitui a administração pública no Brasil – e isso não é só no Governo atual, mas também em governos anteriores – não pode continuar assim. Na França pode mudar o governo de socialista para social democrata. Muda toda filosofia do governo, mas os cargos que mudam são os do comando, em que aquela máquina burocrática tradicional consiste.

O que temos hoje, digamos assim, no Banco do Brasil que não muda. O Governo pode mudar, mas mudam os diretores. O que temos no Itamaraty, o que temos na Fazenda, nesses outros países nós temos praticamente em toda máquina administrativa.

Assim como no Itamaraty o único que pode mudar é o Ministro das Relações Exteriores e o seu chefe de Gabinete, devia ser mais ou menos assim no restante.

O que há, nobre Diretor, é que o Deputado Jefferson fez uma afirmativa muito dura aqui. Ele disse que o Governo tinha se constituído da seguinte forma: o Partido indicava ministro e os Partidos indicavam diretores. O PP indicava um, o PTB indicava outro, o PMDB indicava outro, o PT indicava outro.

De certa forma, ele quis dizer que, guardando integridade, seriedade – se bem que eu não sei com fazer isso com seriedade –, esses diretores faziam uma ligação no cargo em que estavam, de diretores, e as empresas que funcionavam em torno daquele cargo para fazer caixa para o Partido dele. É uma coisa difícil de explicar. Mas ele disse. Eu até contestei...

Então isso aí, mais ou menos, é o que praticamente o que se está praticamente reconhecendo que aconteceu em muitos lugares. V. Ex^a diz com muita tranquilidade, e está aqui outra pessoa que eu faço questão de dizer, o seu diretor. É outra pessoa extraordinária, da maior dignidade, da maior correção. Foi Procurador-Geral do Governo do Rio Grande do Sul, um homem da maior capacidade. Aliás, eu disse a V. Ex^a quando conversamos certa vez que o fato de V. Ex^a ter trazido o Dr. Fadelo para... lhe dava a tranquilidade a V. Ex^a, que não era um advogado, de colocar um jurista de um lado e do outro um homem da maior seriedade, para olhar as coisas que V. Ex^a ia assinar. E foi o que aconteceu.

Então, o que vejo é que deveríamos aproveitar. De certa forma, V. Ex^a está falando – e eu acho que está correto –, está tão complicado o quadro, que V. Ex^a está lá em Passo Fundo, só ouve falar pelo jornal, V. Ex^a não está querendo entrar muito na questão. Mas V. Ex^a podia tentar nos ajudar um pouco, não no sentido de falar mal do Governo, a que V. Ex^a serviu e que renunciou por livre e espontânea vontade, porque teve um gesto... V. Ex^a teve um gesto de grandeza no momento em que o Brizola rompeu com o Governo, V. Ex^a saiu e foi se candidatar a ... Mas saiu sem choque, sem nada, saiu com espírito público, mas hoje o Governo está reconhecendo essas coisas que ele fez e está reconhecendo que alguma coisa tem que mudar.

Hoje, o Presidente Lula... Ontem, de noite, ele deu uma declaração que ele lamenta muito eles terem impedido criar a CPI do Bingo, que ela devia ter sido criada lá atrás, quer dizer... No entanto, se já tivesse sido criada a CPI do Bingo há quase dois anos atrás, tudo isso que está acontecendo... Essa CPI não precisaria ter sido criada.

E eles também estão reconhecendo que a disposição dos Ministérios e essa distribuição no sentido de... Essa autonomia de um diretor ao seu Partido é algo que não pode funcionar, não pode funcionar.

Veja, V. Ex^a era Presidente. Está lá o Dr. Fadelo, que o senhor indicou, mas um outro que é do seu...mas tem outras pessoas que V. Ex^a não sabe nem da onde veio. Um já vinha, continuava. Então, não havia uma homogeneidade mínima necessária, porque os caras podem pertencer a Partidos diferentes, pode ter, mas isso é uma coligação, tem que ter uma homogeneidade baseada no plano de governo do governo. Quer dizer, a unidade é o Lula e o plano de ação do governo. Agora, se o cara do PDT está lá para olhar o PDT, o cara do PT está lá para olhar o PT, o cara do PTB e o cara do MDB, cada um fazendo caixinha ou coisa que o valha para o seu... Aí fica difícil, fica realmente difícil.

E veja V. Ex^a, quer dizer... Eu fico do lado de V. Ex^a, com a maior tranquilidade, diante da declaração desse cidadão, que me parecem muito claros os interesses não atendidos dele e um revide grosseiro, mas termina acontecendo isso. Quer dizer, não sabe onde é que é, onde é que não é.

Eu estou vindo agora... Quando eu não estou aqui, eu estou na outra Comissão, que se instalou agora, a CPI do Bingo. Na CPI do Bingo, começa com... Aparece um filme da televisão, do Jornal Nacional, aparece o Cachoeira falando com Waldomiro, e aí o Cachoeira contando e fazendo um acordo: dá tantos por centos para mim, tantos por centos para Fulano, tanto por centos Beltrano. E aí começa é que me perguntei: mas se isso era um País sério, esse Cachoeira, primeiro, tinha que estar na cadeira para depois começar a discutir. Nós vamos discutir o resto, agora a ação criminosa dele... A não ser que ele dissesse: Eu não, isso aí é falso, não sou eu. Ou: eu falei isso com um revólver atrás de mim. Mas aquele filme é verdadeiro e aquela voz é a dele, é ele que está ali. Ele confessa tudo.

Então, esse mal de que, no Brasil, a gente precisa fazer as coisas para fazer o óbvio é que leva até isso. De repente um homem da sua dignidade, da sua responsabilidade, está aqui e é aquela coisa. Infelizmente no Brasil é isso. É que nem nós, Congressistas. Hoje, nós estamos todo mundo... Quer dizer, o Jefferson atirou, e nós estamos todo mundo na mesma leva. O povo não olha: mas o Fulano é aquilo, o Fulano é ... Não, é o Congresso Nacional. É o Congresso Nacional, são os 300 picaretas do Lula e tudo que o valha.

Depois V. Ex^a deve estar numa situação, que eu concordo, muito delicada, embora com a consciência tranquila, porque até provar que pulga não é elefante, e hoje fala o Fulano, amanhã fala o Beltrano, e é uma mistura geral. Eu, primeiro lugar, afianço, com muita tranquilidade, o respeito que tenho por V. Ex^a e o respeito que o Rio Grande do Sul tem por V. Ex^a, todo ele, e fico feliz em ver que a sua passagem por aqui vai nos ajudar. Apenas se V. Ex^a pudesse... Dá para ver que V. Ex^a não quer avançar além daquilo que pediram... Se V. Ex^a pudesse fazer uma tentativa do quadro, para ver no que pode mudar, no que pode alterar, eu acho que seria uma grande colaboração.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu acho, com toda sinceridade, que realmente nós temos que ver a confirmação desta nota aqui, porque ela está me parecendo assim meio não sei o quê. Quer dizer, se está aqui e é verdade, o Presidente da República tem que demitir ele hoje. Não é só vir aqui, o Presidente da República ou demite ou assume a nota. Agora, se é mentira, eu não sei. Pode ser um arranjo aqui, que eu não sabia responder.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a terminou?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Termine!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra pela ordem o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Diante do inusitado da nota e da dúvida levantada, quero informar ao Plenário que a Mesa entrou em contacto com S. Ex^a o Sr. Ministro que comanda o Gabinete de Segurança Institucional, e ele solicitou que nós encaminhássemos oficialmente o pedido. De forma que quero pedir permissão, como uma excepcionalidade na rotina, para não se dizer que, depois, possamos vir quebrando a cronologia dos nossos trabalhos, para que S. Ex^a o Sr. Presidente colocasse em votação o requerimento, a solicitação de confirmação da veracidade, ou não, desse documento. E adianto, desde já – só falta chegar a confirmação –, que o Sr. Ministro confirmou que efetivamente existe. Mas precisamos formalizar. Está nas mãos de S. Ex^a o Sr. Presidente para colocar em votação.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Pelo que entendi, colocar em votação o requerimento de quê? De convocação?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A confirmação da veracidade do documento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator quer uma confirmação oficial.

Submeto ao Plenário.

Concordam? (Pausa.)

O Plenário concorda por unanimidade...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, só uma dúvida. O Relator disse, no fim, que o Ministro confirmou. Existe essa nota mesmo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A nota existe, só que está no sistema interno, no Intranet da Abin, e que ele precisa oficializar para nos encaminhar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então quer dizer que existe a nota.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não, mas precisa de uma confirmação por escrito, e o Relator está pedindo essa autorização. E é o que estou colocando em votação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Concorde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Aprovado por unanimidade que seja encaminhado urgentemente o pedido de confirmação.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu acho que deve ser encaminhado em mão, entregue na mão dele e dizer que nós estamos aqui em reunião permanente, esperando a resposta logo, para tomar providência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será atendido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para esclarecer que passei exatamente isso que nós iríamos, com a aprovação, passar um fax, e ele já disse que disponibilizaria imediatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso aí! Nós temos que ter a resposta logo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o ilustre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Boa tarde, Dr. Dipp!

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Boa tarde!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apesar de pertencermos ao mesmo Partido, é a primeira vez que nos vemos. Só nos falamos uma vez por telefone.

As duas perguntas que ia-lhe fazer já foram feitas, não quero ser repetitivo. Mas aproveito parte do meu tempo, Sr. Presidente, para prestar esclarecimento ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. V. Ex^a formulou uma pergunta ao Dr. Dipp a respeito do critério utilizado na gestão dele para o preenchimento de cargos nos Correios, inclusive de diretorias regionais.

Eu quero-lhe dar o meu testemunho de como foi feito, pelo menos, no meu Estado, o Amazonas. O Ministério estava entregue ao PDT, que, então, era da base do Governo. O Ministro Miro Teixeira, meu correligionário, meu amigo, me pediu que indicasse o Diretor Regional dos Correios do Amazonas, desde que fosse servidor, porque a lei exigia a condição de servidor. Eu disse ao então Ministro Miro Teixeira que sou inteiramente contrário à partidização do aparelho de Estado. Sempre foi essa a minha pregação política. Entendo, como o Senador Pedro Simon, que indicações

políticas deveriam ser apenas para o primeiro escalão; o restante das funções deveria ser exercido por uma burocracia profissionalizada.

Como faço um grande esforço para ser coerente, dar coerência entre o discurso e a minha prática política, recusei-me a indicar e sugeri ao Ministro que fizesse o preenchimento do cargo de diretor regional no Amazonas por eleição. Ele insistiu comigo para indicar e eu disse que não indicaria. S. Ex^a, então, sugeriu-me que falasse com o Dr. Dipp, presidente dos Correios. Telefonei para o Dr. Dipp – foi quando tivemos essa conversa. Não sei se o senhor se lembra, Dr. Dipp.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Lembro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu lhe disse que não indicaria e pedi que autorizasse a realização de eleições. O senhor disse que não era prática usual dos Correios, mas que autorizava. Fui ao Amazonas, chamei a autorização de servidores e pedi que se elesse uma lista tríplice. Foi feita a eleição e o Dr. Dipp nomeou o mais votado, que eu nem conhecia.

Então, pareceu-me útil dar-lhe este testemunho.

Nada mais tenho a lhe perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador.

Há uma assinatura aqui totalmente ilegível e não consta o nome na frente. Peço à assessoria que me esclareça essa assinatura e coloque o nome na frente.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pensei que essa assinatura fosse minha, Sr. Presidente, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Dipp, o senhor foi indicado como presidente dos Correios por quem?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu fui indicado pelo meu Partido, do Estado do Rio Grande do Sul, mas fui convidado não para presidente dos Correios, para participação na gestão do Presidente Lula. E fui convidado pelo Ministro Miro Teixeira para a presidência dos Correios. Iniciativa do Ministro Miro Teixeira.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor chegou aos Correios, e vi aqui que o senhor implantou lá o pregão eletrônico, o senhor colocou o orçamento dos Correios na Internet, o senhor tomou umas medidas para uma boa administração, com transparência. A intenção do senhor foi essa. Dá para se notar muito bem nessa questão.

Agora, acho que o senhor pode, como testemunha, colaborar muito.

Tenho aqui umas curiosidades. Por exemplo, durante o período em que o senhor ficou lá à frente da direção dos Correios, o senhor mudou o sistema de processo licitatório antes do tempo em que o senhor estava lá ou não?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sistema do processo licitatório?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. O sistema...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Foi mudado no seu período? Como o senhor implantou várias melhorias, isso tudo, o senhor procurou mudar o processo licitatório, por exemplo, no caso das agências de publicidade, na questão da Skymaster?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Não houve mudança do processo licitatório. O que nós tivemos foi a criação de três comitês permanentes em relação a otimização de receitas, redução de custos e contratações estratégicas. Antes as licitações eram solicitadas pela diretoria de área ou pelos grupos de trabalho específico em relação a qual foi nomeada, com autorização do Presidente para a efetivação do processo licitatório. Qual era a nossa compreensão? Que uma empresa não pode ficar dependendo somente de uma área em relação a gastos expressivos, os mais diferentes possíveis, e que nós precisávamos de um comitê formado por empregados, multidisciplinar, das mais diferentes áreas, para examinar a questão do momento, a questão de fluxo de caixa, se era necessário realmente licitações de investimentos previstos para o orçamento ou não. Enfim, havia esse comitê que dava o parecer inicial para que depois tomássemos decisão.

Esse comitê, isso não foi criado num primeiro momento. Isso foi tudo com o processo de discussão interna, participação e, se não me engano, esses comitês foram criados no mês de maio. Esse de contratação estratégica.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Dipp, esse comitê era composto de quantos elementos, o senhor se lembra?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não me lembro, mas era formado por indicações de todas as diretorias de área e com um número expressivo de servidores.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Cada diretoria fazia a sua concorrência?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A sua licitação?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não. Por exemplo, se o senhor tem um processo licitatório referente a uma diretoria, a comissão de licitação era montada por essa diretoria?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Antes da licitação, quando uma determinada diretoria entendia que teria que ser feita alguma compra necessária para os Correios, mas compras expressivas em relação aos Correios, esse comitê analisava o momento apropriado de comprar ou não, se valia a pena ou se poderia transferir para o próximo ano... Em função das atividades. Então, esse comitê dava o parecer, que depois, então, se fosse aprovado, o presidente autorizava. Aí, o processo licitatório, as informações são ou da área específica – as informações técnicas – ou dos grupos de trabalhos que existem nos Correios em função de determinado projeto ou produto. Após, a licitação é elaborada pela Comissão Permanente de Licitação com as informações técnicas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Essa Comissão Permanente de Licitação era composta de quantos elementos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não tenho o número.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Cinco elementos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não tenho certeza, mas é...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem indicava esses elementos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Essa comissão permanente, ela inclusive, foi mantida a sua presidência...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas era a mesma que era antes de o senhor entrar, e depois continuou a mesma?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim, sim. Continuou a mesma comissão permanente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tinha representante do Secom?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não. Comissão... O senhor está falando em relação, agora, à agência?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – À agência.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Existiam determinados produtos ou compras que poderia ser criada uma comissão especial de licitação. E, na questão das agências de publicidade, foi criada uma comissão especial de licitação, como eu relatei anteriormente. Solicitação da Secom de participar da comissão especial de licitação, porque é da autonomia da presidência definir a comissão através de uma portaria.

Como somos uma empresa vinculada ao Ministério das Comunicações, consultei o Ministro Miro Teixeira. Ele concordou, em função de que a Secretaria de Comunicação... A Secretaria de Comunicação, na realidade, acompanha todas as questões de patrocínio e publicidade que eu já relatei anteriormente, e foi então efetivada aquela comissão.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tinha alguma interferência do Sr. Sílvio Pereira, em algum pedido, alguma recomendação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu conversei uma ou duas vezes com o Sílvio Pereira nos Correios, onde ele veio, solicitou uma audiência e trouxe diversas solicitações do Partido dos Trabalhadores nas mais diferentes cidades do País...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para a ocupação dos cargos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Solicitando o possível aproveitamento dentro dos critérios da empresa. Isso foi...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E com respeito à questão das agências, alguma recomendação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Nunca, nunca conversei com o Sílvio Pereira sobre agências.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor se lembra pelo menos dos mais importantes processos licitatórios que ocorreram durante a sua administração frente aos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu falei num, anteriormente, sobre a compra dos servidores, que foi feito um pregão presencial. Tradicionalmente, na área de tecnologia eram feitas muitas licitações, mas não através de pregão presencial, e uma compra que foi estimada de servidores, de aluguéis, em função da ampliação da rede corporativa, estimada nos valores de referência – porque ficou, assim, um marco dentro dos Correios – da ordem de R\$140 milhões. Essa licitação teve como vencedora, se não me engano, a HP, num valor de R\$105 milhões, R\$106 milhões. Foi um pregão importante. Tivemos esse pregão da Skymaster, que foi também um pregão...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Qual, senhor? Não ouvi bem.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pregão, esse, da Skymaster, que foi realizado, que foi, assim, uma redução significativa dos custos da empresa, como, acredito, as duas principais licitações que eu, neste momento, posso recordar.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só que, segundo informações que nós temos, a Skymaster e a Beta tinham um contrato de trabalhar em conjunto,

e quando eles terminaram esse contrato foi por isso que foi possível uma oferta deles com uma redução tão grande assim. O senhor tem informação disso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A informação que eu tenho é na última reportagem da revista **Época**. E naquela reportagem, se não me engano, fala da Promodal, e não da Beta. Pelo menos o que eu entendi na reportagem é que esse contrato de gaveta seria entre Promodal e Skymaster.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero agradecer ao Sr. Dipp pelas respostas.

Sr. Relator e Sr. Presidente, a questão dessa nota da Abin... Eu acredito que essa nota da Abin, Sr. Relator, traduz que a CPI vai bem. Eu vejo, é claro, que todos nós ficamos ofendidos e agredidos; é uma nota intempestiva – realmente é uma nota intempestiva –, mas mostra que a CPMI está fazendo o seu trabalho. E acredito que nós temos que ficar preparados para mais algumas coisas ainda, de querer pressionar os Parlamentares desta Comissão para inibir o trabalho desta Comissão. Eu acredito que isso não vai acontecer. Nós estamos plenamente dispostos. Vejo que a Presidência, o trabalho, a condução do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e dos integrantes desta CPMI é de continuar o trabalho, de ir profundamente, de esclarecer, ir em busca da verdade. Vejo que essa nota é lamentável, é intempestiva, ofensiva, mas mostra que o trabalho da CPMI tem sido eficiente.

Eu gostaria de reforçar... Como o representante da Abin que aqui esteve não pôde fornecer os documentos porque era questão de sigilo, que seja reforçado à Abin o fornecimento do trabalho que foi realizado pela Abin frente aos Correios, o mais rápido possível, para esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. O Relator nos informa que já expediu documento de acordo com o que V. Ex^a deseja.

Com a palavra o ilustre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, inicialmente quero dizer que é minha primeira aparição na CPI dos Correios, e chego aqui hoje com o propósito de apenas ajudar.

Com relação ao nosso convidado, eu queria dizer que tive o prazer, fomos Deputados juntos no mandato na Legislatura passada. Não tenho, na verdade, nenhum relacionamento aprofundado com o senhor, mas eu acho que a sua vinda aqui é muito boa. Com certeza, levará certeza ao povo de Passo Fundo, a vossa cidade, que tem uma pessoa pelo menos digna, uma pessoa honrada, que assumiu uma função pública,

diante de um quadro tão ruim, mas que até agora não encontramos absolutamente nada que possa condenar a sua gestão.

Mas, Airtton Dipp, tem algumas perguntas que verdadeiramente precisam ser respondidas. A primeira, o senhor falou que ficou nos Correios durante o período em que o PDT era Governo, e o senhor mostra coerência no momento em que o partido, o PDT, rompe com o Governo, entrega os cargos, e o senhor evidentemente foi nesse período que entregou o cargo. Estou correto?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Correto.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Com relação ao pregão eletrônico, o senhor acha que é uma medida segura?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Entendo que o pregão eletrônico, dentro do processo licitatório, é uma medida muito importante porque possibilita o acesso, nos mais diferentes pontos do País, de uma licitação pública, através do pregão eletrônico. Nós implantamos o pregão eletrônico na nossa gestão – não me lembro qual foi o mês –, em meados do ano de 2003, em convênio com o Banco do Brasil, inclusive sem nenhum custo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de pedir licença e, ao mesmo tempo, dizer ao depoente que S. Ex^a perguntou apenas se o pregão eletrônico é seguro ou não. Só limitar a resposta...

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Dentro dos meus convencimentos é seguro. Agora, eu prefiro, para as grandes compras, o pregão presencial. Esse é um pregão onde as empresas estão presentes, nas grandes compras de uma determinada empresa estatal.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito. No depoimento do Sr. Maurício Marinho, ele diz que o pregão facilmente poderia ser manipulado para favorecer empresas “a”, “b” ou “c”. O senhor confirma isso? Há essa possibilidade de cair o sistema e ganhar apenas aquela empresa que já esteja direcionando aquela licitação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Há essa possibilidade?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, não sou especialista nessa área de tecnologia, mas eu... até tomei conhecimento do depoimento do Sr. Maurício Marinho. E me parece que, mesmo com essa possibilidade – se existir; não sei se existe ou não –, em função de ser um pregão eletrônico, onde várias vezes as empresas têm oportunidade de darem o seu preço, é um grande avanço. Talvez essa possibilidade seria no minuto final, que uma determinada empresa, com determinado programa, consegue segurar esse

minuto final. Mas eu ainda sou favorável ao pregão eletrônico.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não sei se ouvi errado, mas o senhor chegou, em algum momento, a dizer que os contratos de publicidade acima de R\$50 mil eram analisados e obviamente decididos pela Secom? O senhor chegou a dizer isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os patrocínios, não publicidade...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Os patrocínios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Os patrocínios acima de... Todos os patrocínios têm origem dentro dos Correios, conforme as solicitações, as mais variadas possíveis...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A orientação vem da Secom? Acima de R\$50 mil?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Nós fazíamos, quando eu era presidente, a triagem dentro do departamento de *marketing*, em função dos interesses da empresa de patrocinar determinado evento, em determinado Estado, em determinado Município, através dos técnicos. E aquelas aprovadas pelo departamento de *marketing* acima de R\$50 mil tinham que ser aprovadas pela Secretaria de Comunicação, para depois se colocar, então, na reunião de diretoria, para aprovação ou não final.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito. Mas isso, no mínimo, é desconcertante. O senhor afirmou que, como presidente dos Correios, tinha autonomia. Isso para mim é uma quebra da autonomia do presidente dos Correios. Ou não está inserido dentro das competências e atribuições do presidente dos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Entendo que não é uma quebra, porque, Sr. Deputado, é que, na realidade, patrocínio também é uma publicidade da própria instituição dos Correios, e as publicidades são feitas juntamente com a marca do Governo Federal, com a marca do Ministério das Comunicações. Então, acho perfeitamente razoável que o Governo tenha uma política de publicidade e patrocínio sob o controle da Administração Direta, já que nós somos empresa vinculada ao próprio Governo Federal.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Embora saibamos que foi uma lei aprovada aqui – e quero aqui dizer que essas coisas erradas, na maioria das vezes nasce aqui no Congresso, no Parlamento, e é por isso que somos alvo muitas vezes de críticas, algumas infundadas, outras procedentes –, as franquias, vi recentemente que existem franquias, aqui em Brasília principalmente, que geram por mês R\$170 mil. E isso foi concedido só Deus sabe como, sem nenhum crité-

rio, sem nenhuma licitação. É evidente que não estou falando deste Governo, estou falando de governos, seja ele qual for. E agora esta Casa, o Parlamento, aprovou. Tínhamos uma lei da franquia com vigência até 31-12-2002. E, em 2002, prorrogamos até 27 de novembro de 2007. E penso que essas franquias são verdadeiras loterias, parece-me com a história dos cartórios, quer dizer, só os amigos do rei que conseguem realmente essas franquias.

Qual a sua opinião com relação às franquias? O que deve ser feito para moralizar e dar principalmente condições iguais para todos?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sr. Deputado, eu havia falado anteriormente que as franquias – ou outro nome jurídico em relação à permissão, concessão de empresas terceirizadas para realizar os serviços que as agências postais realizam em todo o País – é importante, desde que tenham uma origem num processo licitatório e que esse trabalho seja feito para substituir agências postais, ou seja, o atendimento da população no varejo. Agora, sou contrário às grandes hoje franqueadas que atuam muito mais no atacado, concorrendo com a própria instituição Correios, retirando divisas dos Correios.

Essa era a nossa posição e que, infelizmente, em relação a esse contrato, a essa lei aprovada, nada se pode fazer em relação a essa modificação contratual. Porque os preços pagos pelos Correios, lá na sua origem, que são corrigidos conforme o contrato, eles são pagos para atividades de varejo. E hoje as empresas praticamente de atacado ganham, então, valores muitas vezes absurdos em relação aos Correios.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito.

Eu não ouvi a resposta – acho que todos temos que sair por algumas vezes –, mas foi perguntado em algum momento se o senhor conhece ou teve contato com o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, o presidente da Sky-master. O senhor respondeu alguma coisa?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Teve contato com ele pessoal?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Pessoal. Eu o recebi, após a denúncia que foi feita do Ministério das Comunicações, que foram adotadas as medidas formais que o Ministro definiu, o Ministro Miro Teixeira solicitou...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O que houve?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Reiniciamos os nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Federal Alberto Fraga para concluir o seu pronunciamento e as suas perguntas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, para concluir, evidentemente, as maiores perguntas já foram feitas e foram respondidas. Quero apenas dizer que quem dera que todos os nossos convidados tivessem a postura e até mesmo o desprendimento do nosso ex-Deputado Airton Dipp, que viesse aqui e respondesse, de maneira serena, a tudo aquilo que lhe foi perguntado, sem evasivas, sem escamoteamento. Isso é muito importante.

Meu prezado companheiro Airton Dipp, acho que o povo de Passo Fundo está assistindo e vendo a dignidade e a honradez com que você está aqui representando o povo gaúcho. Tenha certeza de que a sua gestão, pelo menos, foi uma gestão que você passou e não manchou as suas mãos. Isso é muito importante para um homem público. Muito obrigado.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Deputado José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente. Evidentemente... Primeiro, meus cumprimentos a V. S^a.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É óbvio que não posso perguntar a V. S^a sobre o que aconteceu após a saída de V. S^a. Então, tenho que perguntar sobre a situação que V. S^a recebeu e aquela que obviamente é pertinente ao período em que exerceu a presidência.

Eu estava lendo aqui o relatório da Corregedoria da União, e os números apresentados são absolutamente assustadores. Por exemplo, nós temos aqui, no período que vai em maio de 2001, um incremento sem justificativa...

Sr. Presidente, vou pedir para suspender...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Há um incremento sem justificativa das cargas transportadas: em maio de 2001, houve uma elevação de 70%; em dezembro de 2001, uma elevação de 9%; posteriormente, ao final de 2002, já na transição, uma redução de 7,7%; e, sob a direção de V. S^a, uma redução de 11%, pelo que pude constatar.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sobre qual situação? Que não consegui...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sobre a elevação de carga de transportada. Isso implicaria, só em maio de 2001, um transporte ou um pagamento de carga a mais do que o devido de 17%, ou seja, muitos milhões de reais nesse período de 2001 e 2002. V. S^a tinha ouvido, quando assumiu a presidência da empresa, algum boato sobre corrupção nesse setor?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. O que nós recebemos, dentro daquele relatório de transição da equipe de Governo, uma recomendação para que se examinasse com a possibilidade de redução de custos. Isso o relatório sinalizava, mas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Com as próprias justificativas apresentadas pela empresa, a elevação é totalmente injustificada, o que há um forte indício de corrupção, pelo menos pela leitura do relatório. V. S^a não tinha nenhuma informação sobre isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Posteriormente, nós temos uma situação muito estranha também relativamente à elevação de preços, porque, é evidente, o equilíbrio financeiro é uma garantia que todos os contratos administrativos têm. Ocorre que, para que exista o reajustamento daquele período financeiro, há que se ter um fundamento, e há uma série de aditamentos anteriores absolutamente injustificados. Por exemplo, só a empresa Skymaster é apontada como recebedora de pagamentos indevidos da ordem de 7,148 milhões. Ou, então, por exemplo, uma outra empresa, a TAF Linhas Aéreas, que teve contratos nos anos 2001 e 2000, recebeu indevidamente, segundo a Corregedoria-Geral da União, R\$10 milhões.

V. S^a – indago – tinha notícia também de que, nessa situação... É difícil...

Está impossível a arguição!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Fechem a porta, por favor. Vamos fazer silêncio!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– V. S^a tinha informação de corrupção no estudo desse reequilíbrio econômico-financeiro ou também nunca teve informação sobre isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não tinha informação nenhuma em relação a essa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quem decide, estruturalmente, nos Correios, quem toma decisão sobre os reequilíbrios econômico-financeiros?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Quando assumimos, as decisões do reequilíbrio e da repactuação eram nas diretorias de áreas, onde determinado contrato tinha a sua gestão. Nós criamos, dentro daqueles comitês – aqueles comitês que criamos de controle de gastos, de otimização de receita –, um grupo de trabalho para observar, estudar e dar o seu parecer favorável ou não sobre reequilíbrios de contratos e de repactuação. Era um grupo de trabalho multidisciplinar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– As pessoas que integram esse grupo eram as mesmas que participavam daqueles departamentos de outrora ou são novas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Era um grupo novo que foi criado na nossa gestão, para que se tivesse uma integração de todas as áreas e um regramento, que foi feito, foi construído.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor sabe precisar a data em que esse grupo foi criado?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Possivelmente, no mês de maio de 2003.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E perdurou até quando?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Enquanto estávamos nos Correios, esse grupo estava trabalhando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Perfeito. Bem, falando agora um pouco das franquias.

O senhor Osório, que aqui depôs, disse que, quando foram outorgadas essas franquias, ainda há muito tempo, sob o governo anterior, essas concessões foram feitas por critérios políticos. O senhor ouviu alguma coisa sobre isso?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, mas posso lhe dizer que foram feitas sem critérios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ou seja, sem nenhum respeito a qualquer princípio de isonomia, impessoalidade etc.

Agora, há um outro dado. A Lei nº 10.577, de 2002, é a lei que prorrogou essas franquias. O art. 2º dessa Lei previa o encaminhamento no prazo de sessenta dias ao Congresso Nacional da relação desses franqueados. Isso até hoje não foi cumprido. Procurei me certificar disso, mas até hoje não foi cumprido isso. V. S^a tem informação do por que não foi encaminhado ao Congresso Nacional a informação de franqueados?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Não tenho essa informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– V. S^a tinha ciência desse descumprimento?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não tinha ciência disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não tinha ciência. Então, vou requerer oportunamente, Sr. Presidente, que diligenciemos junto aos Correios para que cumpram o art. 2º da Lei nº 10.577, que obriga a remessa dos nomes dos franqueados, que, até agora, estranhamente, não foram encaminhados pela Companhia dos Correios ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Exª será atendido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

Em relação à publicidade, a empresa do Sr. Valério, a SMP&B assinou um contrato com os Correios, mediante licitação, como V. Sª já explicou, em dezembro de 2003, se não me falha a precisão. Antes disso, nos meses em que V. Sª inclusive era Presidente dos Correios, qual era a empresa que prestava serviços nessa área aos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eram duas empresas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quais eram?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Giacomini e Oglio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Giacometti?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Giacomini.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Giacomini?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Giacometti. Agora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Acho que é Giacometti & Associados. E a outra é? Se o senhor puder nos precisar, por favor.

O contrato, durante o período de 2003, qual seria a empresa ou quais seriam as empresas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eram essas duas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Giacometti & Associados e a outra é?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Oglio. A pronúncia é Orglio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pois, bem, alguma vez o senhor soube de alguma vinculação entre essa empresa Giacometti & Associados com o Sr. Marcos Valério?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Explico por quê. Essa empresa Giacometti & Associados, que tinha o contrato anteriormente à licitação

e ganhou a SMP&B, ela tinha escritório na mesma empresa do Sr. Valério. E o Sr. Valério aqui respondeu que dividia aluguel com essa empresa.

Portanto, no mínimo, é uma situação estranha. Uma empresa tinha sede no mesmo local com a empresa que passou a deter o contrato posteriormente.

V. Sª não tem nenhuma informação a respeito de vinculação entre essas empresas ou de algum tipo de relação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, nenhuma informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito.

O Senhor tem alguma informação de que os contratos da Unisys estavam sendo investigados pela Abin?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Nenhuma informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nunca teve essa informação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Nunca tive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sabe de alguma disputa de mercado envolvendo a Unisys e a IBM?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, nunca soube.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Uma outra questão que me surpreendeu na arguição da nobre Senadora Ideli.

O tempo inteiro tem-se insistido aqui – e foram vários depoentes, desde o Sr. Roberto Jefferson até posteriormente o próprio Sr. Marinho – que havia um loteamento político nos Correios. Isso em relação aos partidos que dão base de sustentação ao Governo. No entanto, um Diretor, o Sr. Paulo Roberto Menicucci, seria ligado ao PSDB, que não é, ao que me consta, da base de sustentação do Governo. É Oposição. O senhor saberia dizer a razão da presença dele? Porque, até onde sei, ele tinha alguma vinculação com o ex-Ministro das Comunicações, o Sr. Pimenta da Veiga. É algo que temos que precisar. O senhor sabe a razão pela qual ele permaneceu na empresa? V. Sª já respondeu isso, mas teria algum dado a mais para que pudéssemos entender essa lógica de distribuição política?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Foram nomeados ou confirmados, no caso do Paulo Menicucci, pelo Ministro Miro Teixeira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Houve um processo de confirmação? O senhor chegou a consultar o Ministro Miro Teixeira sobre a permanência do Sr. Paulo Roberto ou simplesmente o senhor

o deixou lá sem que houvesse uma orientação para a sua exoneração?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não, nunca tive uma informação do Ministro da origem das nomeações. Mas, quando assumi, em fevereiro, já assumi com uma equipe de diretores trabalhando. E esse era um dos que já estavam trabalhando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, a ordem veio para substituição, não em relação a quem deveria ficar?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Foi anterior à minha assunção à Presidência dos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi anterior à sua assunção nos Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Deve ter sido no mês de janeiro a confirmação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. É o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao ilustre Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Caro Prefeito Airton Dipp, tenho acompanhado o seu depoimento e as referências ao Prefeito e ex-Deputado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pode continuar, Sr. Deputado. Vamos continuar os nossos trabalhos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...E as referências ao Prefeito e ex-Deputado, que teve mandato de oito anos nesta Casa e que são das melhores. Não tive a oportunidade de ser seu colega durante esses oito anos, mas as referências são das melhores. E o senhor hoje tem um cargo executivo, mas já teve essa experiência anteriormente, na sua cidade, de exercer esse cargo executivo de Prefeito. Aí o senhor vem e assume a Presidência dos Correios, como o senhor já explicou várias vezes aqui.

O senhor assume indicado por um partido. Então, o seu comprometimento era com o Partido, com o Deputado Miro Teixeira, que fez o convite ao senhor.

De acordo com essa experiência do Executivo, que logicamente o senhor também deve ter a sua composição política lá, no Rio Grande do Sul, na sua cidade, com outros partidos, mas os secretários estão vinculados ao senhor ou eles devem satisfação aos partidos deles? É essa experiência que o senhor tem lá. E, aqui, nos Correios, o senhor assumiu sem nunca ter ido à Casa Civil, como o senhor disse; sem nunca ter tido contato com o Presidente da República, mas tinha contato com o seu Ministro, com o seu Partido

e tinha uma diretoria toda indicada e pulverizada por vários partidos.

É complicado administrar os Correios, uma empresa do tamanho dos Correios, toda ela pulverizada com diretores indicados por partidos, sem dar satisfação e sem comprometimento com o senhor. E o senhor, como Prefeito, sabe agora como é importante ter a rédea; e o senhor tem a rédea do seu Município à mão, e aqui o senhor não tinha isso.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Na realidade, Sr. Deputado, no caso específico do PDT – posso falar pelo PDT –, o nosso compromisso foi sempre o de fazer uma gestão dentro dos critérios em defesa do interesse público, do fortalecimento dos Correios como empresa pública. Era orientação do Partido, do Ministro, e nós cumprimentos à risca essa determinação.

Em relação a outras indicações, ou na Prefeitura Municipal de Passo Fundo, ou nos próprios Correios, quando há indicação política, a indicação política cessa no momento em que se assume o cargo executivo. Ali, participa-se de um projeto de governo, de um projeto de gestão, e isso é o que fizemos com uma integração, posso lhe afirmar, muito boa com os diretores durante esses onze meses. É claro que, muitas vezes, houve algumas discussões, idéias que pudessem ser conflitantes, mas sempre uma harmonia nas tomadas de decisão.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas cada diretor estava lá com uma finalidade, com um propósito, representando um partido e tinha um objetivo lá.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Essa afirmação realmente não... Desconheço se tinha uma representação do Partido para se realizar uma determinada função. A função é pública, a função é em defesa da instituição.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Como já houve depoentes aqui que disseram que publicidade estava afeta diretamente à Presidência. O senhor depôs aqui que a publicidade era uma Comissão, e a maior parte da Comissão era indicada. E algumas pessoas que têm amizade com o senhor disseram que estiveram com o senhor nos Correios e, quando se falava em publicidade e se falava em patrocínio, o senhor falava: “Isso não é comigo. Isso é na Secom. Eu não mexo com essa área”.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu falava e falei aqui que o patrocínio dos valores acima de 50 mil tinham de ser aprovados na Secretaria de Comunicação. Os critérios de repasse à Secretaria da Comunicação, esses projetos de patrocínio eram feitos pela equipe técnica. Então, muitas vezes vinham deputados, prefeitos em torno de patrocínios para os seus Municípios, o que é perfeitamente legal e moral,

e nós sempre ressalvávamos: independentemente da posição técnica, da decisão do Presidente, isso terá de ser aprovado na Secretaria de Comunicação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quer dizer que a parte política todinha era gerida pela Secretaria de Comunicação para aprovar os recursos na área de patrocínio e publicidade. Essa gestão era da Secretaria de Comunicação.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – A minha convicção é a de que o patrocínio também é uma publicidade institucional e tem-se que ter critérios de governo em relação a essa publicidade.

O que estava acontecendo? Muitas vezes, os Correios iam patrocinar um evento lá em Manaus, com determinado recurso que entendíamos que era importante, e o Banco do Brasil, paralelamente, patrocinava o evento também com outros recursos. E, se há uma gestão única em relação a esses critérios, podemos atingir todo o território nacional em termos de publicidade, tanto do Governo como das empresas.

Então, havia essa gestão por parte da Secretaria de Comunicação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Deixar claro, então, que a Secretaria de Comunicação é que administrava parte dos recursos de publicidade e de patrocínio dos Correios, como o de outras estatais.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Que aprovava os projetos encaminhados ou não, em função dessa iniciativa.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E eles tinham contato com o senhor, da Secretaria de Comunicação, com o Presidente dos Correios? Como era essa relação?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Contatos, vamos dizer assim, essa interligação maior era através do meu chefe de Departamento de Marketing com os técnicos da Secretaria de Comunicação, porque lá havia comissões específicas para determinadas tratativas, mas sempre as aprovações vinham com autorização ou do Secretário Executivo, ou de uma autoridade competente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor, particularmente, não tratava desse assunto?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não. Era um assunto essencialmente técnico em relação à gestão. Não tratava.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração pela objetividade.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Beto Albuquerque.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar o depoente, que é conhecido de longa data, um homem honrado, Prefeito da minha cidade, a quem quero distinguir.

Eu queria requerer a V. Ex^a que me fosse oferecida cópia de uma carta suscitada na reunião pelo Senador César Borges, que faz insinuações ou imputações de pessoas honradas sobre assunto absurdo do meu conhecimento e que teria a autoria do Sr. Oscar da Costa e Silva.

Primeiro, precisamos checar – e checaremos – se ele existe. E, se ele existir, vamos interpelá-lo judicialmente, para que ele, então, ofereça as provas, já que ofereceu materialmente um documento.

Para não avançar o sinal, eu gostaria de receber uma cópia dessa correspondência, que foi lida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou determinar à Secretaria. Caso exista essa cópia, que ela a forneça a V. Ex^a.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Não existe, porque eu a vi hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Determino à Secretaria que forneça a V. Ex^a a cópia imediatamente.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, vou ser rápido.

Primeiro, quero saudar a palavra do Deputado Dipp – fui Deputado com ele aqui. Foi um Deputado competente, defendia o Município dele, o Estado dele e tinha seguramente um elevado conceito entre todos nós, como ainda tem.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Obrigado!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Trabalhamos juntos, e eu assistia ao seu desempenho. Seguro.

Depois, quero lhe fazer algumas perguntas, embora, de uma maneira muito clara, acho que há um certo desperdício nesse conjunto de interrogatórios que estamos fazendo aqui.

Pergunto-lhe algumas coisas: primeiro, pelo que entendi, o senhor foi indicado Presidente dos Correios pelo PDT. O PDT tinha apoiado a candidatura do Presidente Lula no segundo turno, e o Ministro Miro era do PDT. Então, o Ministro Miro lhe convidou para presidir os Correios?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Como Presidente dos Correios e político experiente, ponderado, que mede bem as palavras – isso não é acusação, é constatação; e é positiva, não é negativa –, o Presidente Dipp não vislumbrou, no seu período de Presidente da instituição, uma operação de manipulação política, no mau sentido, que estamos interessados em apurar e que já se confirma em várias áreas? Ou seja, a utilização política de instituições estatais, por gente subqualificada, para objetivos que não são exclusivamente empresariais, mas são partidários e que comprometem o desempenho da função pública. Com a sua palavra, pelo que entendo, o senhor não reconhece que esse tipo de procedimento tenha se desenvolvido enquanto foi Presidente da instituição?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Senador Sérgio Guerra, na realidade, nesse período em que estivemos lá, não havia nem esses rumores que muitas vezes acontecem através da imprensa. Posso lhe assegurar que não havia nem rumores em relação a essas questões e acredito piamente que foi uma gestão austera.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É importante a sua opinião. Para mim é importante – e acho que para muitos – porque se trata de uma pessoa honesta.

Por que os Correios contrataram Venâncio Grossi – acho que é esse o nome. Ele era um auditor independente, era um técnico?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Consultor.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por que não empresa? Por que contratar pessoa física?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Porque, quando começamos a tratar da questão da rede postal noturna, em primeiro lugar, nem se imaginava – e eu também não imaginava – a contratação de um consultor externo. Queríamos trabalhar somente com a equipe interna, multidisciplinar, para que se pudesse fazer todas as avaliações possíveis em relação à rede como um todo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Dos preços?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não são só preços, mas cargas, vôos...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Qual é o foco da auditoria dele, da consultoria dele?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Só para concluir, na realidade, havia muitas correntes internas em relação a essas questões. Eu cheguei à conclusão de que precisava pelo menos um consultor para poder organizar todas essas atividades.

A maior referência que eu tinha dele não é a referência dele, e sim a referência do Departamento de

Aviação Civil porque em todas as passagens que tivemos, como Deputado, como Prefeito, sempre teve uma posição técnica coerente. Como foi um entre tantos que se apresentaram aos Correios buscando trabalhar em termos de consultoria, essa referência já foi um fato positivo. A outra referência é que, consultando o chefe de gabinete sobre a pessoa do Brigadeiro Grossi, tinha referências muito positivas de trabalhos prestados já nos Correios, com grupos de trabalho, nos Correios, DAC e Correios... Além disso, nós tínhamos empresas que já haviam feito serviços ao longo dos últimos anos, trabalhos esses que se perdiam. Seria um tipo de aplicação prática nos Correios sem a participação efetiva dos empregados.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acha que o trabalho dele, o produto do trabalho dele foi de boa qualidade?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Acredito que sim.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Esse relatório que me foi dado a ler, da Controladoria-Geral da União, fala de um sobrepreço de 37 milhões 547, nos últimos quatro anos, no contrato da Skymaster.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Eu não sei que levantamento... Ah, nos últimos quatro anos?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É. Nesse período, de 37 milhões.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas não...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que é sobrepreço? É *over price*? É a tradução de *over price*?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esse relatório é do Tribunal de Contas da União?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, é da Controladoria-Geral da União, do Ministro Waldir.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Deve estar sugerindo que o preço estava acima do mercado ou dos custos praticados.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que diz aqui é:

“Houve, no período de outubro de 2000 a dezembro de 2004, nas linhas A e C, pela Skymaster Airlines, alteração dos preços por quilograma contratado, justificado suficientemente, o que pode ter causado prejuízos ao Erário. Considerados os praticados em junho de 2001, as variações de tonelage contratadas e o aumento de preços, em dezembro de 2001, da ordem de 8,48, e, em dezembro de 2002, da ordem de 25,7, o sobrepreço detectado no período foi de 37 milhões 547. Foi recomendado apurar responsabilidades e a compensação dos valores pagos a maior, conforme subitem 5-2 deste relatório.”

Qual a sua opinião sobre esse sobrepreço?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Esse relatório feito pela Controladoria indica muito bem, isso deve ter sido feito posteriormente à nossa saída, a importância da decisão que nós tomamos em termos de redução de custos na rede postal noturna porque, além dessa empresa, conseguimos reduções significativas com as demais empresas que prestam serviços. O montante no ano, a estimativa nossa, é de R\$100 milhões, mas elas se efetivam, de fato, durante o ano de 2004, porque isso foi feito no segundo semestre.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A avaliação no período foi de 37 milhões e, no ano de 2001, de 8,48 sobre um valor que eu não saberia dizer aqui. Mas uma empresa que... Não entendo como uma empresa fatura contra uma instituição pública e tem sobrepreço ou tem *over price*. O que é isso? Fatura acima do preço? E teve suas faturas pagas? Essas faturas foram acatadas?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Creio que esses preços são oriundos de uma licitação pública.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim, claro.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Lá do ano 2001 e contratos vigentes; contratos que, muitas vezes, foram repactuados durante...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O senhor não saberia dizer o que é, portanto, sobrepreço?

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Não saberia dizer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não saberia.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Porque é um estudo da Controladoria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Porque se, na verdade, o sobrepreço, como está dito aqui, é consequência de preços que foram pactuados e que não eram, na opinião dessa Controladoria, razoáveis, é uma coisa.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Sim.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas se os preços pactuados eram num determinado padrão e os pagamentos para uma parcela desses contratos tiveram um preço acima daquele pactuado, é uma outra questão.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Acredito que não, Sr. Senador. Acho que é em relação aos contratos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pergunto ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, se S. Ex^a tem alguma noção disso. Esse sobrepreço, que está comentado no Relatório do Ministro Valdir Pires, da Controladoria, que é firmado na ordem de 25,7,

em R\$37 milhões, no contrato da Skymaster com os Correios, ao longo de quatro anos, na verdade, é uma avaliação de que os preços contratados eram exagerados ou eram faturas feitas além do valor contratado? São duas situações completamente diferentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, eu teria que consultar para dar-lhe essa informação. Eu li, mas não estava sintonizado. Perdoe-me.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu perguntei ao Presidente Dipp, como poderia ter perguntado a qualquer pessoa.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Mas eu não tinha conhecimento disso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Rigosamente, penso que isso precisa ficar claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Presidente, eu queria lhe dizer que eu não ouvi todo o seu depoimento, estava ocupado com outras tarefas, mas, pelo depoimento de alguns companheiros e pela previsão que tínhamos, tenho a certeza de que o senhor fez um bom mandato. Essa é a minha convicção.

O SR. AIRTON LANGARDO DIPP – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra e a todos os Parlamentares presentes.

Agradeço o Sr. Airton Dipp, pela colaboração e pela lucidez com que prestou o seu depoimento.

Declaro encerrada essa fase.

Convido o Sr. João Henrique de Almeida Souza, para prestar depoimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que, ao final do depoimento do Sr. Dipp, V. Ex^a iria definir a questão da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Vamos decidir.

Agradeço-lhe a lembrança.

Gostaria que todas as Sr^{as} e todos os Srs. Parlamentares tomassem assento para deliberarmos requerimento de autoria...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, é o requerimento de convocação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, Diretor-Geral da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quem é o autor do requerimento, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O autor é o Deputado Carlos Sampaio. Trata-se do Requerimento nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a todos que colaborem com os trabalhos, fazendo silêncio.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, estamos em uma reunião de audiência, mas um fato extraordinário determina que tomemos uma providência imediata. Trata-se da nota do Diretor-Geral da Abin, Mauro Marcelo Lima e Silva. E, como existe o Requerimento nº 6, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que trata da convocação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, e, tendo em vista a situação inusitada da nota, sugiro ao Relator que apresente o seu parecer para que possamos apreciar, imediatamente, o requerimento de convocação do Diretor-Geral da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tão logo fomos abordados pelo Plenário, com a apresentação do Líder Maia, do PFL, entramos em contato com a Secretaria de Segurança ou de Inteligência, enfim, que nos passou a confirmação de que o documento era verdadeiro. Apenas estamos aguardando o recebimento desta confirmação para que não remanesça qualquer dúvida, para que, em seguida, possamos, de alguma forma, deliberar.

Uma das coisas que, de certo modo, encaminhamos como sendo certa – pelo que já aferimos das provocações havidas nas manifestações anteriores em relação a esta matéria – é que, como a interlocução entre Poderes deve ser realizada pelos presidentes, a CPMI vai imediatamente, tão logo receba a confirmação, encaminhar à Presidência do Senado e à Presidência da Câmara para que mantenham a ligação, a interlocução e solicitem as providências junto ao Poder Executivo, por se tratar de um servidor do Executivo Federal.

Em relação à oitiva, o meu parecer é no sentido de que, como amanhã iremos deliberar todas as ouvidas, incluíamos isso, ainda que com precedência, na discussão. Até porque – aí o parecer do Relator – ouvimos apenas um até agora, e se começarmos a discutir este requerimento provavelmente prejudicaremos a sequência da produção da prova em audiência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os outros requerimentos ficam para amanhã. Só esse, pelo

fato de ser extemporâneo, como já houve a confirmação, vamos votar apenas este aqui, mostrando que a CPMI toma atitude imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, colocarei em votação assim que haja número.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que eu ia solicitar, Sr. Presidente, é que tivéssemos, por determinação de V. Ex^a, a convocação do **quorum**, de modo a não restar qualquer dúvida sobre a deliberação grave a ser tomada – quero já dizer que tem o meu integral apoio na decisão –, mas para que não haja dúvida sobre aquilo que venha a ser decisão da CPMI que pudéssemos, por intermédio das assessorias de Partidos e bancadas, reconvocar o **quorum** para dar prosseguimento. Quem sabe, dentro de dez minutos possamos retomar a deliberação antes ainda da oitiva do próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Como autor do requerimento, concordo com o nobre Relator que é imprescindível que esses documentos venham, até para confirmação, mas também concordo com o Deputado Arnaldo Faria de Sá que é um fato relevante, porque essa informação que ele fez percorrer, via intranet, para toda a Abin é ofensa ao Parlamento de forma, eu diria, minimamente grotesca. Quer dizer, a forma como ele se dirigiu aos Parlamentares avilta a todos. Deve vir, nem que seja especificamente, esse documento, em vez de todos os documentos, caso demande muito tempo, nem que seja por *fax*, Sr. Relator, que seja solicitada a vinda desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já foi solicitado, Sr. Deputado, e está aguardando confirmação. Já houve inclusive contato telefônico. Todas as providências foram tomadas.

O SR. (Orador não identificado) – Então virá hoje?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Hoje, agora. Estamos aguardando.

O SR. (Orador não identificado) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de consultar o Plenário. Enquanto não chega e enquanto não tem número para deliberar, começamos a ouvir o depoimento do...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, regimentalmente, número, nós temos. O

número é aferido pela lista de presença. Se alguém pedir verificação de votação, aí pode cair. Mas, regimentalmente, temos presença. Se não tiver a presença, nem a oitiva pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, mas não temos a confirmação. Precisamos aguardar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas não precisamos confirmar. Precisa confirmar para decidirmos, Sr. Presidente? O que é isso? Temos que decidir. É falta de valorização nossa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Sr. Relator já opinou no sentido de aguardar. É questão de minutos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu estou respondendo ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e logo em seguida darei a palavra a V. Ex^a.

Deputado, o Relator opinou nesse sentido. Vamos aguardar. Se não vier, aí podemos colocar.

Com a palavra o ilustre Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Apenas para dar uma ligeira sugestão. Esse servidor não deve ser convocado; ele deveria ser processado.

Isso aqui não é pedir e não estamos pedindo politicamente para que alguém seja exonerado. É que esse servidor não merece continuar no serviço público. A forma como ele tratou esta CPI, evidentemente tem que exigir uma resposta bem mais grave. E tem mais: eu não o convocaria até porque seria uma desfeita estarmos aqui discutindo com esse cidadão da forma como ele se refere. Ele poderia ser chamado depois de ser exonerado do cargo que exerce porque ele não pode prestar serviço a esta República usando termos como esses para uma CPI e para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Peço à assessoria que convide o Sr. João Henrique de Almeida Souza, ex-Presidente dos Correios, para iniciar o seu depoimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, enquanto não...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Carlos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Enquanto não há uma definição, eu pediria ao nobre Relator...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Relator, ele quer um esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Relator, evidentemente, como colocou muito bem o Deputado Roberto Freire, a questão é grave e a exoneração

seria a primeira medida, sem sombra de dúvida. Concordo com isso. Só que este Governo tem demorado para tomar atitudes, demorado para demitir pessoas envolvidas em esquema de corrupção. Nesse aspecto é que pondero sobre a importância da vinda dele.

Mas quero fazer a V. Ex^a uma sugestão: que chame também a este plenário e que, se for o caso, até façamos uma acareação, o General Félix, que foi aquele que confirmou a existência desses documentos intranet. Apresentei dois requerimentos: um convocando o Dr. Mauro e outro convocando o General Félix, ambos da Abin. Portanto, a presença de ambos seria muito importante para que pudéssemos confrontar as informações dadas por eles.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Jamil Murad. Depois, pela ordem, Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a questão é tão grave que acho que é de bom senso aguardar a confirmação porque não há outra medida, pela ofensa e pela provocação grave ao Parlamento brasileiro, a não ser a exoneração do cargo e um processo que certamente ocorrerá. Agora, não se pode tomar essa medida antes da confirmação.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Essa decisão já foi tomada, Sr. Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Ele já confirmou para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estamos discutindo problema superado.

Eu só colocarei após a confirmação. Antes disso, não colocarei. É decisão já tomada.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A partir do documento, não há outra medida a ser tomada. E não devemos receber o cidadão aqui para fazer novas provocações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Isso será discutido no momento oportuno.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Posteriormente, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, obviamente não é interesse desta Comissão Parlamentar de Inquérito entrar em confronto com nenhum órgão do Governo Federal. Inclusive, acho que estamos tendo uma paciência de Jó ao aguardar o envio de dados que já poderiam ter chegado e, no entanto, não houve reação estribada desta Comissão.

Essa nota, Sr. Presidente, já havia sido objeto de divulgação de algum veículo de comunicação que deu conhecimento de que o Sr. Mauro Marcelo havia denominado os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito de “bestas-ferras em pleno picadeiro”, como consta deste documento. Confesso a V. Ex^a que me recusei a acreditar. Li isso em um veículo de comunicação e me recusei a acreditar. Achei que estavam plantando informação para depreciar ainda mais a imagem da Abin.

Parece-me inequívoca a necessidade de aprovarmos a convocação do Sr. Mauro Marcelo não como, entendam bem, não como uma atitude de revide, não é para construir uma revanche; não é isso. É apenas para que o Sr. Mauro Marcelo possa prestar esclarecimentos a esta Comissão, esclarecimentos do envolvimento da Abin em todo o processo de investigação dos Correios e também esclarecimentos sobre esse documento.

Sr. Presidente, concordo com V. Ex^a. Acho que V. Ex^a deve primeiro confirmar a autenticidade, mas seria importantíssimo que, confirmada a autenticidade, nós votássemos o requerimento para que ele se explique.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Até agora eu estou cético porque entendo que nenhum diretor de Governo Federal pode tomar uma atitude como essa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está com a razão. Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, Líder.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, acho um desrespeito o que esse senhor faz com todos nós nesta Comissão. Mas não há por que chamá-lo aqui. Esse sujeito não merece, inclusive, qualquer acareação conosco aqui. Ele nos desrespeita. Nós temos que ter a confirmação e procurar agir sem a presença dele aqui. Não há por que convocá-lo. Se ele confirma o que disse, ele está nos desrespeitando. Por que convidá-lo aqui para estar no nosso meio? Ele não

merece estar aqui. Eu sou absolutamente contra a sua convocação e nós devemos encontrar caminhos para puni-lo, pelo desrespeito que ele comete contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de convidar o depoente, Dr. João Henrique de Almeida Souza, para prestar o seu depoimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a não estava presente quando se estabeleceu a discussão, aqui na Comissão, entre o final do depoimento do Sr. Airton Dipp e o depoimento do Sr. João Henrique, a respeito da nota do Diretor da Abin. Como o senhor é o Presidente da CPI, nós gostaríamos que V. Ex^a desagravasse todos os membros da Comissão porque aqui ninguém faz parte de nenhum picadeiro e ninguém aqui é besta-fera, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós estamos aguardando a documentação formal a ser encaminhada a esta CPI. O Relator Osmar Serraglio já conversou com o General Félix, e, com a chegada dessa documentação, nós deliberaríamos amanhã, na reunião interna de trabalho que teremos na CPI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas não basta, Sr. Presidente... Só uma observação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem ser rápido, Sr. Presidente!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não basta que o Sr. Mauro Marcelo simplesmente negue. Isso não é suficiente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele já confirmou. Ele já confirmou o que disse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se já confirmou, pior ainda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já confirmou ao Sr. Relator. Confirmou ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está confirmado, Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Bom, agora só salvo equívoco de telefonema, porque a mim me ligou o General Félix – e suponho que seja – confirmando...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, nós temos os elementos para decidir o que fazer!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas eu solicitei que me mandassem oficialmente, e ele ficou de mandar imediatamente. Nós já passamos

fax e ele ficou de responder também por fax. Eu imagino que em minutos nós tenhamos a confirmação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então eu faria uma proposta. Quando nós acabarmos de ouvir o ex-Presidente João Henrique, nós deliberaríamos sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não há **quorum** para se deliberar também, Deputado ACM Neto. Então nós vamos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu respeito V. Ex^a. Se não houver **quorum** para deliberar não tem **quorum** para nada. A presença se afere pela lista de presença. Tem **quorum** lá. Se alguém...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na oitiva não é necessário, não, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não. Se alguém pedir verificação de presença, pode cair; mas a presença se verifica pela lista de presença. Pela lista de presença, temos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós vamos aguardar o comunicado formal e faremos essa discussão.

Eu dou a palavra agora ao ex-Presidente João Henrique, o próximo a ser ouvido. O ex-Presidente João Henrique vai depor aqui como investigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só queria saber. Eu fiz a mesma pergunta ao depoente Sr. Dipp. Eu queria saber o porquê da qualificação do depoente na condição de investigado. Eu, com toda honestidade... Ontem o Sr. Eduardo Medeiros aqui depôs como testemunha. Eu não estou entendendo qual é a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado ACM Neto, é que eles foram citados nas denúncias e por isso está caracterizado como um depoimento em que ele está sendo investigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, Exm^{os} Srs. Parlamentares, eu estava, desde que cheguei – antes de 9 da manhã – até o presente instante, na sala contígua, sala que até já nominaram “sala dos martírios”. Ali nós nos permitimos, durante esse tempo, a fazer uma profunda reflexão acerca de tudo o que se passou ao longo de nossas atividades, eu diria até atividades públicas.

Nessas reflexões, eu me lembrei da primeira disputa pelo voto de que participei e regressei no tempo, ao meu colégio, no Piauí, ao Liceu Piauiense, onde disputei, aos 14 ou 15 anos, a oportunidade de ser orador do grêmio oficial do colégio.

Posteriormente, vivi outro evento importante ao chegar à cidade do Recife, para onde havia sido levado por meu pai para fazer estudos superiores. Formei-me em Direito no Recife e, também no Recife, tive oportunidade, quando exercia o quarto e o quinto ano da Faculdade de Direito, de fazer um estágio, também disputado, por concurso, no Banco do Nordeste do Brasil. Aquele estágio, de dois anos, extremamente rigoroso, extremamente forte, moldou a minha vida e abriu perspectivas para a Administração, mesmo formando-me em Direito. Concluído esse estágio, regressei ao meu Estado do Piauí. Formado em Direito em dezembro de 1973 lá no Recife, em março de 1974 eu ingressava na carreira de advogado do Banco do Estado do Piauí. Ali fiquei de março de 1974 até 1986, quando saí para participar, como coordenador jurídico, da campanha do hoje Senador Alberto Silva ao Governo do Estado do Piauí.

Em 1980, seis anos antes da campanha, filiei-me ao PMDB, Partido ao qual ainda hoje sou filiado e no qual pretendo continuar. Ou seja, há mais de 25 anos estou no PMDB. Participamos da campanha do Senador Alberto e, eleito ele Governador, convidou-me para ser seu Secretário de Governo. Fui seu Secretário de Governo durante dezoito meses; nesse período, por dois meses, fui Secretário de Cultura em lugar de um Secretário que saiu e, posteriormente, assumi a Secretaria de Educação do Estado do Piauí, onde fiquei por 22 meses.

Após esse período no Governo do Piauí, disputei o meu primeiro mandato eletivo para a Câmara Federal. Eleito, cheguei à Câmara Federal em janeiro de 1991 e, logo a partir do segundo ano, passei a integrar o Colégio de vice-Líderes da Câmara. Concluído o primeiro mandato, levei meu nome outra vez à consideração do povo do meu Estado, que me elegeu e me mandou para a Câmara para o exercício de um segundo mandato. Logo no início do segundo mandato, em disputa eleitoral dentro da minha bancada e, posteriormente, no plenário da Câmara, fui eleito para a Mesa da Câmara na condição de Quarto Secretário, integrando, para muita honra minha, a Mesa Diretora presidida pelo saudoso e sempre querido Deputado Luís Eduardo Magalhães. Fiquei ali durante os dois anos do exercício das funções de Quarto Secretário da Mesa e, posteriormente, ingressei na Comissão de Transportes da Câmara.

Concluído o segundo mandato, levei mais uma vez o meu nome à consideração do povo do meu Estado, que me mandou para a Câmara para o exercício de um terceiro mandato. Nesse terceiro mandato, exerci... Fiquei muito tempo na Comissão de Viação e Transportes – creio que durante 8 anos – e, no terceiro mandato, exerci a Presidência da Comissão de Viação e Transportes. Ressalto também que me lembro de que, no segundo mandato, fui Relator do Orçamento na parte de infra-estrutura. Participei então da relatoria setorial do Orçamento.

Ao final do terceiro mandato, eu esperava colocar outra vez o meu nome à disposição do povo do meu Estado para vir aqui para um quarto mandato. Eis que – e creio que as coisas do destino, Deputado Osmar, são absolutamente inexoráveis, elas acontecem, e temos de administrá-las – fui convidado pelo meu Partido, PMDB, para assumir o Ministério dos Transportes. Fiz uma avaliação para verificar se disputava o quarto mandato ou se aceitava ser Ministro dos Transportes por um tempo definido que seria, naturalmente, no máximo, até o dia 31 de dezembro; no Ministério dos Transportes, eu teria de decidir a se continuava ou não disputando mandato.

Quero registrar que decidi, entre outras coisas, a aceitar o cargo de Ministro dos Transportes, levado meu nome à consideração do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, em toda a história republicana do meu Estado, em 162 anos de República, jamais um Deputado Federal do Piauí havia chegado à condição de ministro da República. Então imaginei que era uma oportunidade difícil de se repetir e que seria interessante aceitá-la. Aceitei e exerci essa incumbência com muita honra e naturalmente com muita dignidade.

Nesse ínterim, fui eleito Secretário-Geral do PMDB, Presidente o Deputado Michel Temer, Secretário-Geral este ex-Deputado e Tesoureiro o Deputado Eunício Oliveira. Concluído o meu mister, o meu trabalho como Ministro dos Transportes, regressei à Câmara para o último mês de mandato parlamentar, que foi janeiro de 2003, e continuei no exercício da Secretaria-Geral do PMDB.

Ao final disso e logo em seguida, o PMDB reuniu sua Executiva Nacional e resolveu ir à base do Governo do Presidente Lula. Ao ir à base do Governo, posteriormente, ficou delimitado que os ministérios ocupados pelo PMDB seriam o das Comunicações e o da Previdência. Dentro disso e pela convivência permanente que tive com Deputados, primeiro por ser 4º Secretário, que cuida, vamos dizer, da residência dos Parlamentares; depois, por ser Secretário-Geral do Partido durante muito tempo. Por conta de tudo isso,

comecei a ver ventilado o meu e outros nomes para que pudessem ser, digamos assim, aproveitados e que pudessem ocupar determinadas funções.

Dentro disso, houve a minha indicação pelo PMDB, levada ao Ministro Eunício pelo Deputado Michel Temer, que, a princípio, lembrou o meu nome ao lado do nome de outros companheiros para uma diretoria. O Ministro Eunício, analisando, pela minha vida pública, meu currículo e pelo exercício que tive de secretaria de ministério, levou meu nome à consideração do Presidente para presidir a Empresa de Correios e Telégrafos.

Assumi essa empresa, depois de nomeado, no dia 15 de março de 2004. Naturalmente, quando ali cheguei, pela experiência e vivência de Administração Pública, verifiquei, muito objetivo que sou, que alguns fatos e algumas coisas teriam de ser verificados. Dentre eles, o que observei basicamente? Observei que a despesa da empresa vinha crescendo em nível incompatível com sua receita. Em 2001, para que os senhores tenham uma idéia, os Correios tiveram entre a sua receita operacional e a sua despesa, um déficit, em números redondos, de R\$200 milhões. Em 2002, esse déficit entre receita e despesa operacionais subiu para R\$250 milhões. Em 2003, o déficit subiu para R\$337 milhões. Assim, logo ao chegar, verifiquei que uma providência tinha que ser tomada: basicamente, conter despesa e aumentar receita.

Dentro do ano de 2004, e para fazer apenas uma síntese, um resumo, conseguimos – e isso envolveu, naturalmente, muito trabalho – alguma coisa inédita até aquele instante. Havia uma previsão que esse déficit, que vinha de R\$200, R\$250, R\$337, fosse para R\$400 ou R\$500 milhões. Mas conseguimos estancar aquela hemorragia, parar aquele crescente déficit, que baixou de R\$337 para R\$300 milhões, no encerramento do balanço de 2004. E elegemos uma meta, qual seja, os Correios tinham que criar novos serviços, novas oportunidades, vender, naturalmente, e criar novas estruturas que pudessem trazer receitas para a Empresa. A meta para o ano de 2004, então, seria ter uma receita de pelo menos R\$1 bilhão superior ao ano de 2003. E tivemos uma receita de R\$1.090 bilhão, ou seja, uma receita extremamente excepcional.

E tivemos a oportunidade de criar alguma coisa – e, ao longo da conversa, poderemos dizer o que fizemos – naquela Empresa, que é a maior empresa do Brasil, que é a maior empregadora do País, que é a única empresa nacional presente nos 5.560 Municípios deste País, que é a empresa que, diariamente, está presente em 40 milhões de endereços, que percorre, o Brasil, a cada semana, em 200 milhões de endereços, estando, praticamente, com toda a população; é a

única empresa de cidadania forte deste País; é a empresa de respeitabilidade deste País; é a empresa que entrega, diariamente, 30 milhões de objetos no Brasil; é a empresa que precisa, diariamente, de 25 aviões, nessa RPN de que tanto se fala, carregando – quando cheguei encontrei o movimento de carga de 600 e poucas toneladas por dia – de 730 a 750 toneladas, Senador César Borges, por dia de mercadorias via aérea e que não podem, em hipótese nenhuma, deixar de ser transportadas. Elas têm que chegar porque a eficiência e a credibilidade dos Correios, no sentido de entregar aquilo que lhe é entregue, é tão forte que não pode, de forma nenhuma, no dia seguinte deixar de entregar as suas encomendas.

E lhes darei um exemplo – e isso aconteceu, verifiquei aqui em Brasília alguns fatos –, basta que determinado volume de encomendas não embarque em São Paulo para chegar na Capital Federal para que no dia tenhamos um transtorno muito forte. E mais, 2.250 toneladas percorrem o Brasil, todo dia, via terrestre. São três mil toneladas de encomendas que têm hora certa para ser entregues e hora certa para chegar ao seu destino.

E essa Empresa, com toda essa grandiosidade, de repente se vê participando de um evento que é por tudo desagradável. Nessas condições, cheguei à Presidência dos Correios, dirigi a Empresa durante 15 anos com muita honra, com muito trabalho – sempre fui o primeiro a chegar e o último a sair –, e tenho absoluta convicção de que os fatos trazidos e oriundos desta CPMI haverão de ter os esclarecimentos necessários, porque nada poderá macular o tamanho e a grandiosidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, que coordena as ações no sentido de que tudo funcione bem – e aí me incluo também, pois essa é a nossa função de Presidente –, nessas condições, nesse trabalho ou nessa rápida apresentação de dez minutos que faço a V. Ex^{as}, coloco-me inteiramente à disposição desta CPMI no sentido e no objetivo de trazer, a V. Ex^{as} e ao País, os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, o mandato de V. Ex^a foi de...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Foi de 15 de março de 2004 ao dia 9 de junho de 2005, quando, acho, foi o decreto publicado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– V. S^a fez referência à forma de escolha de seu nome para a presidência dos Correios. Sabe informar que critério foi adotado para a escolha dos nomes da diretoria?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Além do meu critério e de outros nomes?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Dos nomes dos sete integrantes das diretorias.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, Deputado, não saberia exatamente dizer qual é o critério. Eu disse a V. Ex^a, e naturalmente a todos, que o meu nome, por ter pertencido à estrutura do Partido, ser secretário, conviver diariamente com o Deputado Michel Temer e com o Deputado Eunício, eles tiveram a lembrança que passou, primeiro, por uma eventual diretoria e, depois, foi confirmada pelo Ministro Eunício e levado ao Presidente meu nome para presidir a empresa.

Agora, a formulação de como se escolheu diretores, quer de um partido quer de outro, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Nem informação tem V. S^a a propósito da vinculação de algum diretor com algum partido?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– As informações já esposadas nesta CPMI de que o PMDB tem, além do Presidente, a indicação de um diretor, que seria o diretor comercial, o diretor financeiro e o diretor de recursos humanos. Esses são do meu Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– E dos outros partidos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Dos outros partidos, a informação também aqui já esposada era a de que haveria uma indicação do PT ou duas indicações do PT de diretoria de tecnologia, diretoria de operações, e uma do PTB, que era a diretoria de administração. Essas eram as informações que eu tinha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Quando V. S^a faz referência a informações aqui “esposadas”, V. S^a as extraiu daqui ou são informações que já dispunha quando presidente.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria até que já dispunha dessas informações quando presidente. Agora, eram informações que eu, eventualmente, conversava com o diretor de operações, e ele dizia “não, não sou indicado do PT”. Inclusive, quando eu cheguei, o diretor de operações, Maurício Madureira, estava lá numa administração do PDT e eu também não fui buscar conhecimento nem registro de quem estava vinculado a quem. Estava diretor, continu-

ava diretor. Até porque não competia a mim, enquanto presidente, colocar diretor ou tirar diretor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Na verdade, quando V. S^a assumiu já havia um quadro de diretores posto?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, já cheguei lá e encontrei o Madureira, que era o diretor de operações, o Eduardo, que inclusive presidia a empresa e foi quem me transmitiu o cargo, o diretor Osório, respondendo por duas diretorias, e outro diretor que ficou pouco tempo comigo e depois saiu. Neste instante não consigo lembrar o nome dele, porque o nosso tempo juntos foi muito pouco. Mas já havia quatro diretores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– E nas diretorias regionais dos Estados houve modificação...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Durante a minha gestão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sim.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Acredito que, durante a minha gestão, deve ter havido, Deputado Osmar, alguma coisa em torno de cinco diretorias regionais que tiveram alteração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– E saberia dizer que critério foi adotado para que se ocupassem esses cargos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Procurávamos, naturalmente, sempre adotar um critério de natureza técnica, verificando quem seria o diretor. Agora, parlamentar que sou e que fui durante muito tempo, nunca deixei, em nenhum instante, de receber parlamentares dos Estados que quisessem eventualmente conversar se estivesse vagando ou se tornasse vaga alguma das diretorias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Quais as licitações que V. S^a lembra que ocorreram de maior expressão no seu mandato?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Processo licitatório de maior expressão eu diria a V. Ex^a, por exemplo, o Correio Híbrido, que começou a licitação antes de mim, mas voltou a ser realizada durante a minha gestão. Creio que, sem dúvida alguma, essa seria a licitação de maior expressividade. E a própria RPN também teve uma licitação durante a minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na área de publicidade não houve?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não senhor. Na área de publicidade eu cheguei, a licitação ocorreu em dezembro de 2003, e nós, então, tivemos com relação a esse contrato que foi licitado

em dezembro de 2003 e que ganhou ou que ganharam três empresas, três agências de publicidade, era com validade de cinco anos. E ele foi aditado quando completou o ano durante a minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em relação, já que V. S^a fez referência ao correio híbrido, eu suponho que V. S^a deve ter lido pelo menos as informações e auditagens que foram feitas. Parece que há um disparate entre o valor que se imaginava e era posto como referencial pelos Correios e aquele que terminou se consagrando. V. S^a explicaria como essa defasagem de valores?

JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Bom, primeiro, naturalmente, V. S^a me permitindo, eu gostaria de, em dois ou três minutos, dizer alguma coisa sobre correio híbrido. Correio híbrido é um fato existente em todos os grandes correios do mundo. Não há um só correio do mundo – o Correio da França, o da Inglaterra e o da Itália –, e tantos outros grandes correios do mundo, no qual se insere o Correio Brasileiro, que já não trabalhe com o correio híbrido, que é a transmissão de uma mensagem eletrônica no sentido de chegar mais perto, a ponto de distribuição, e que essa mensagem possa ser entregue com a maior rapidez. Dentro disso, o que ocorre é que o correio híbrido foi tentado há três ou quatro anos, acho que em torno de 2002, a ser feita essa licitação. E o que ocorreu de fato? Porque aqui se tem muito falado sobre correio híbrido. Aconteceu exatamente, naquela época, de que na véspera da licitação, houve um pedido judicial de uma empresa, e esse pedido judicial, à noite, na véspera, por volta das 20 horas, foi concedida uma liminar suspendendo aquela licitação, e, no dia seguinte, ao amanhecer do dia, ao ser aberta ou ser proposta a abertura da licitação, essa licitação foi suspensa por ordem judicial e não aconteceu. O que aconteceu? Quando eu cheguei à direção dos Correios, eu naturalmente vi que correio híbrido era alguma coisa extremamente necessária à instituição. O correio brasileiro não pode sobreviver, até porque o correio brasileiro não participa do orçamento, é uma empresa pública, não é uma empresa da administração direta, e sim da administração indireta, que tem de gerar as suas receitas para pagar as suas despesas, que são muito grandes, a partir da sua folha de pessoal, com 102 mil pessoas. Nessas condições, nós criamos, e vamos dizer ao longo desse nosso depoimento, um volume muito grande de novos serviços, que alavancaram os Correios ao ponto de ter uma receita de 1 bilhão e cem mil reais a mais no ano de 2004 sobre 2003. E estabelecemos para 2005 a repetição dessa mesma receita. Então, definido que teria de haver correio híbrido, procuramos então recompor aquele edital que havia sido, digamos assim, suspen-

so por força de uma medida judicial. O que fizemos? Fomos advogado de banco, eu durante muitos anos, advogado também a fazer e a verificar contrato; estabelecemos junto ao Departamento Jurídico, aliás, extremamente competente o Departamento Jurídico dos Correios, que nós que nós fôssemos verificar quais as reclamações contidas no Edital, para que pudessem ser corrigidas e que o edital fosse republicado com as correções e com aquelas alterações naturalmente pedidas judicialmente. Isso foi feito. Foram feitas essas correções e recomeçamos tudo outra vez, publicando o Edital. E todos diziam a mim, Senadora Heloisa Helena, que aquela tentativa de fazer correio híbrido nos Correios Brasileiro não iria ter êxito, porque são tantos os interesses de empresas no sentido de não permitir que o Correios tivessem esse novo serviço, que, outra vez, iria se repetir aquilo que fosse ou que havia acontecido, ou seja, haveria um pedido de liminar, haveria um impedimento, e não aconteceria a licitação. Como sou extremamente desejoso de realizar as coisas, eu então disse: não, nós vamos tentar. E começamos tudo outra vez. E eu ouvia todos os dias, inclusive da minha assessoria “Presidente, vai acontecer a mesmíssima coisa.” Muito bem. O que aconteceu, Sr^{as} Senadoras, Srs. Parlamentares? O que aconteceu foi exatamente a mesma coisa. E isso eu previ que podia acontecer. Como advogado, já tendo participado de advocacia de banco, previ que podia acontecer. De qualquer forma, o que aconteceu? Publicado o dia da licitação, na véspera, o mesmo fato de dois ou três anos atrás se repetiu: uma outra empresa foi à Justiça e, na noite anterior... Porque aqui, às vezes, alguém comentou: por que Fulano e Beltrano não participaram dessa licitação? Porque a perspectiva que se tinha era a de que não teria licitação. Por quê? Porque a coisa ia se repetir da mesma forma que aconteceu na vez anterior. O que de fato aconteceu? Na noite, na véspera, uma liminar foi concedida, suspendendo, mais uma vez, a licitação do Correio Híbrido, na véspera da licitação. O que houve? O que houve é que, por erro técnico dos advogados, eles propuseram a ação de suspensão da licitação contra o Presidente da empresa e não contra o Presidente da Comissão de Licitação. E, no dia seguinte, às 8 horas da manhã – o edital e a licitação eram às 9 horas da manhã –, estava presente, na sede dos Correios, o oficial de justiça, com o mandado na mão, dizendo que a licitação estava suspensa. Só que o mandado mandava intimar o Presidente dos Correios, e eu estava em visita oficial a uma diretoria regional, portanto não poderia ser citado. Ao não poder ser citado, não houve embasamento jurídico, para que fosse suspensa a licitação. E a licitação aconte-

ceu, inscrito apenas um consórcio de nove empresas, que a venceu.

Aí V. Ex^a me perguntou: há uma distância entre os R\$4.3 bilhões e... Naturalmente, há uma distância, porque alguém diz: mas isso podia ter sido dois, podia ter sido um, podia ter sido três. O que acontece é que, na realidade, esses números menos de 4.3 apareceram por licitação. O que os senhores hão de convir é que é muito singular que alguém diga que podia ter sido três, podia ter sido dois. Mas o que acontece de fato é que aqueles 4,3 são pagamentos que os Correios haverão de realizar em contrapartida a serviços que serão entregues aos Correios e que gerarão receitas. E a expectativa dos Correios é a de que essa receita chegasse a seis “bi” durante os cinco anos. Então, não é que os Correios estejam pagando R\$4,3 bilhões por serviços a serem realizados sem contrapartida. Paga-se aquilo para receber uma contrapartida. E mais: todos os embasamentos de natureza técnica; todos os embasamentos de natureza política, inclusive reclamações judiciais feitas por várias empresas que se sentiram contrariadas após a licitação, elas foram realizadas, e nós percorremos não só o fórum do Tribunal de Contas da União, mas especialmente o fórum da Justiça, que realizou e observou se aquele contrato estava realmente dentro do embasamento e que estava correto. E aprovou todos. Não houve uma só instância, Senador Jefferson Péres, nenhuma instância judicial no País que tenha apreciado o edital do Correio Híbrido e que não tenha constatado que ele estava absolutamente correto. Então, o que talvez cause dificuldade... E “n” artigos neste País foram escritos contra a possibilidade de os Correios do Brasil terem aquele serviço, porque havia interesse, e há interesses fortíssimos, no sentido de que eventualmente o serviço fosse prestado por empresas privadas, o que é um direito de concorrência.

Repito sempre o seguinte: o monopólio do Correio brasileiro é carta e telegrama, todo o resto é concorrencial. Quando os senhores e as senhoras vêm, por exemplo, todo esse trabalho que é feito do Sedex, esse é um trabalho concorrencial. Nós concorremos com todas as outras empresas ou várias empresas que prestam o serviço. E, durante este meu depoimento, vou demonstrar como isso funciona.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Atualmente, não existe nenhuma ação questionando essa licitação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Que seja do meu conhecimento e da minha lembrança, Deputado Osmar, não. Na realidade, as ações de contestação a essa licitação, reclamações junto ao

TCU – reclamação judicial, processo judicial –, foram impetrados e os Correios venceram todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, em virtude da concessão da liminar, terminou participando uma empresa só?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Na realidade, a liminar foi concedida mas não teve efeito jurídico, porque a liminar foi proposta contra o presidente da empresa, quando deveria ter sido proposta contra o presidente da Comissão de Licitação. Havia um entendimento das empresas de que se repetiria aquilo de dois anos anteriores, ou três anos anteriores, de que a liminar barraria a licitação, então, todo mundo já sabendo que não iria ter licitação, admito até que o interesse tenha diminuído. Não vai ter... De repente, como houve um procedimento jurídico dos autores, errado, e a citação se daria ao Presidente da empresa que não estava em Brasília, a licitação foi realizada, e em sendo realizada, os que estavam inscritos participaram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem teria pleiteado essa liminar?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Deputado, eu aqui, e tenho muito cuidado quando estou aqui depondo numa Comissão Parlamentar de Inquérito, todos os cuidados possíveis, no sentido de citar “a” ou “b”, que eventualmente não possa coincidir. Mas, lembro-me de que duas empresas estavam discutindo esse assunto, parece-me que uma era a Xerox, e a outra a Abigraf, não sei exatamente, parece-me que uma na primeira ação e outra na segunda, mas uma das duas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas eram mais empresas que estavam contestando a realização da licitação porque seriam prejudicadas marginalmente, que são essas gráficas, ou era alguma empresa ou consórcio que, eventualmente poderia ter participado da licitação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, eu acho que eram empresas que, na realidade, desde a primeira vez, entendiam, por exemplo, no fundo, que os Correios não devem...(??) Correio Híbrido, e que esse é um assunto para ser tratado por empresas privadas, por empresas particulares; mesmo tema que contesta, hoje, no Supremo Tribunal Federal, o monopólio dos Correios. Então é uma empresa que gostaria que aquele evento não pudesse acontecer, até porque quanto mais ele atrasasse, mais daria tempo para que empresas privadas pudessem se preparar para prestar o serviço de Correio Híbrido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A licitação em si, quando um só participa, pode deixar dúvida sobre a coerência do valor proposto. Evi-

dentemente, ele se consagra vencedor, mas vencedor porque não contendeu com ninguém.

A pergunta é: como havia... E falo pelas informações e pela leitura de trabalhos do próprio Tribunal de Contas. Ficou uma dúvida sobre a subestimação do valor pelos Correios. Eu, por enquanto, não estou convencido se o equívoco foi na subestimação ou se houve uma superestimação por quem apresentou o valor que se consagrou vencedor. A pergunta é: vencida a licitação, houve alguma diligência ou alguma auditoria, ou que nome se dê, para se conferir a procedência do valor relativamente ao mercado, enfim se fez um confronto para convencimento de que não houve o aproveitamento da circunstância de ser pretendente único e daí levar pelo preço que quisesse?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Com absoluta certeza, sim, até porque tem um detalhe que precisa ser observado e registrado com alguma atenção. Esse valor, e eu já disse isso a V. Ex^a, se eventualmente o Correio Híbrido não prestar e não formular nenhum serviço, não produzir serviços que os Correios possam vender, nada desse valor vai ser pago, absolutamente nenhum centavo. Fala-se em 4.3 bilhões durante cinco anos, mas por serviços a serem prestados e, naturalmente, com as contestações judiciais ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É um contrato de risco de quem ...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Pois é, se ele não prestar o serviço, não tem pagamento. Nós pagaremos os serviços prestados e por aqueles serviços prestados que recebemos nós vamos cobrar do público e temos uma estimativa de ter um resultado financeiro extremamente favorável.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, raciocinando hipoteticamente, é possível que só se obtenha por meio de reembolso de valores, porque é necessário que haja a prestação de serviços.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, de qualquer modo os Correios estariam abrindo mão de um segmento que poderia ser altamente rentável. Não sei. Hipoteticamente.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Mas o senhor diz “abrindo mão”, porque poderia fazer de outra forma?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eventualmente, os próprios Correios poderiam realizar esse serviço em vez de terceirizar. Não sei.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Teríamos, inicialmente, alguma dificuldade, até porque não temos *know-how* desse serviço. E, na realidade, a

abertura da licitação ocorreu – uma abertura de licitação, creio eu, inclusive, com características nacionais e internacionais –, para que pudesse realmente ter alguma empresa que pudesse ter um *know-how* bem superior ao nosso, que não conhecemos e, diria eu, ainda instrumentalizamos o correio híbrido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu só pediria que se aumentasse um pouco o som do Sr. João Henrique, porque o pessoal, lá atrás, não o está ouvindo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Um outro contrato que também é bastante questionado – e ele não é da sua gestão, mas a sequência o é – é o da Skymaster. V. S^a lembra de ter participado de negociações, de aditivos? O que justifica os aditivos realizados?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^{as} que os Correios têm uma característica, vamos dizer assim, muito interessante, da seguinte forma: é uma empresa pública que tem de trabalhar como se uma empresa privada fosse, ou seja, é uma empresa que não pode deixar de ter toda noite as suas 23 linhas aéreas funcionando, os seus 25 aviões contratados viajando, sob pena de grandes transtornos no dia seguinte na distribuição desses 30 milhões de objetos e encomendas que nós distribuímos diariamente.

Então, dentro dessa perspectiva, como empresa que tem de atuar no mercado como uma empresa privada, ela tem naturalmente as amarras de uma empresa pública. O que isso significa? É que, numa empresa privada, se eventualmente você precisa mandar um avião e tirar um avião daqui para lá, simplesmente você dá uma ordem. Aqui, você precisa de todo um natural embasamento jurídico. Agora, precisa que ele esteja funcionando.

Dentro disso, quando cheguei aos Correios, verifiquei que a estrutura dessa Rede Postal Noturna, especialmente com relação a essa questão da Skymaster, tinha – digamos assim – alguma dificuldade. Havia tido uma alteração, tinham mudado. E eu assumi e fui procurado, quinze dias depois, pelo Presidente dessa empresa. Assumi no dia 15, e, no dia 30, o Presidente dessa empresa me procurou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era o Presidente na época?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Luiz Otávio, Presidente da Skymaster. Ele me procurou e me fez um longo relato das dificuldades que estava tendo com relação à execução do seu trabalho, tendo em vista que – dizia ele –, em ano anterior, havia havido uma nova licitação, que, nessa licitação, por vários motivos, ele foi à licitação diminuindo o preço

e que, portanto, ele estava com muita dificuldade de exercer a atividade ou aquele mister dentro do tamanho que lhe foi delegado por aquela licitação.

O que eu disse ao Sr. Luiz Otávio? Eu digo: Sr. Luiz Otávio, o que posso dizer ao senhor é que posso reunir o meu departamento jurídico, o senhor traz o seu advogado, e, se eventualmente aqui alguma coisa estiver não dentro daquilo que é correto, vamos discutir. Marquei para quinze dias depois, e, quinze dias depois, ele voltou numa reunião em que estava ele, um advogado dele, a chefe do Departamento Jurídico dos Correios, eu e o Diretor Madureira. E ali, por algumas horas, discutimos exaustivamente a questão dele. E, ao final, concluí o seguinte: o senhor participou de uma licitação, e, se nessa licitação o senhor achou que devia manter-se ligado aos Correios, porque já o faz desde 2001, e baixou o preço, esse é um assunto da sua empresa e do senhor; se eventualmente o senhor não puder manter os serviços por esse preço, saia. Eu fui até muito rude na discussão que tivemos.

Dentro dessa discussão, naturalmente ele disse que tinha um contrato antigo com os Correios e que gostaria de manter esse contrato. Eu digo: então, o senhor tem uma licitação e cumpra essa licitação até o fim do que está estabelecido.

Esse segundo encontro... Quero dizer a V. Ex^a que só voltei a ver o Presidente da Skymaster este ano, quando realizada uma outra licitação. E os vencedores, que foram nove empresas, tiveram que assinar o contrato com o Presidente, que é assinado pelo Diretor de Operações e pelo Presidente. Então, o que se fez? O que se fez foi, primeiro, o cumprimento daquele contrato, até a sua exaustão, e, posteriormente, houve uma nova licitação. E lhes diria até por que a questão da nova licitação. Porque nós começamos a ter aqui, a partir de Brasília, uma reclamação muito grande de que havia defasagem, ou ficava o que eles chamam de restos, ou seja, muita coisa, principalmente no aeroporto de São Paulo. Aí eu comecei a achar que estava errado. Carta, em Brasília, que os Correios entregam com um dia, dois dias, estava sendo entregue com três. Verificou-se, então, e até pela necessidade de se redimensionar a malha postal, que deveria haver uma nova licitação, que foi feita, com a participação de várias empresas. Licitação feita por mim em 2004, também contestada judicialmente. Uma das empresas não vencedoras contestou em juízo, principalmente no TCU, a partir do TCU, a realização daquela licitação. Passou pelo crivo do TCU, foi ao Pleno do TCU, e creio, também, que passou por crivo judicial. E, ao final, verificou-se que a legislação que eu realizei em 2004, com as empresas da Rede Postal Noturna, cujo valor não ultrapassou o valor até então gasto com as

empresas aéreas, cujo valor foi alguma coisa, um diferencial, diria eu, pequeno, mas para menor. Então, passou a funcionar essa Rede Postal Noturna.

Agora, quero dizer a V. Ex^{as} que, durante a minha gestão, pela experiência que tenho como advogado e pela experiência de Administração Pública, por ter passado por três Secretarias de Estado, ter sido Secretário de Mesa aqui da Câmara, Presidente de Comissões, Relator da Comissão de Orçamento daqui da Câmara, sem nunca ter tido, na minha vida pública, qualquer ruído, absolutamente nenhum, sem um processo, sem uma conta não aprovada, eu sempre procurei, e quanto a isto eu tenho cuidado, e quanto a isto eu tenho absoluta tranquilidade, e por causa disto não perdi o sono nenhuma noite, que jamais um processo chegou ao julgamento da diretoria dos Correios, sob a minha Presidência, sem que ele não estivesse absolutamente consolidado nos seus aspectos técnicos e nos seus aspectos jurídicos.

Aí há de se perguntar também o seguinte: mas poderiam, eventualmente, só esses aspectos ser o suficiente? V. Ex^{as} não de convir que, para quem preside e coordena, na medida em que os processos desenvolvem-se em cada diretoria, o fato de um processo estar absolutamente composto em sua formação técnica e em sua formação jurídica já dá o respaldo e o conforto necessário para que o Presidente o coloque em votação. Seria absurdo o contrário, que um processo não estivesse formatado e que o Presidente o colocasse. Isto eu garanto a V. Ex^{as}: durante os quinze meses em que presidi os Correios, não se encontrará um só processo aprovado na minha gestão que não esteja absolutamente formatado dentro da sua estrutura técnica e da sua estrutura jurídica.

Era o que tinha a dizer a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a há de convir que, por mais correto que V. S^a possa ser, é possível que, quando se desce a meandros técnicos, eles refugiam ao nosso conhecimento e podemos ser induzidos a equívoco sem perceber. Eu formulo isso porque as minhas questões a seguir descem para esse cunho técnico.

Com certeza, V. S^a confiava, de olhos tapados, em seus diretores; não fosse assim, teria diligenciado para que ou V. S^a ou o diretor saísse do contexto do comando dos Correios.

A primeira pergunta é: quem elaborou o edital, quem comandou – não elaborar – a construção, os itens, as exigências, os requisitos para que alguém pudesse participar da licitação do transporte noturno, da rede de transporte noturno?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Naturalmente, como eu já disse a V. Ex^a, cada

diretoria dos Correios cuida da sua respectiva área. E é evidente que o Presidente dos Correios, que coordena as diretorias, não pode – jamais poderia, pela dimensão, pelo tamanho dessa empresa –, até porque existe o departamento necessário para isso, fazer análise absolutamente técnica, particular e detalhada de cada projeto. Cabe isso a cada diretor da empresa. É absolutamente natural, até porque, senão, eles não existiriam, precisaria apenas do Presidente. Então, dentro disso, Deputado Osmar, o que volto a dizer a V. Ex^a é que a minha preocupação não poderia descer à formatação integral do processo, até porque não teria tempo necessário para ver o processo de todas as diretorias. E a minha formatação tinha uma preocupação mais evidente no sentido de saber o seguinte: há a formatação? Há. Elaborada pela diretoria “x”? Responsabilidade da diretoria “x”. Há, depois, a análise jurídica do processo? Há. Há parecer favorável técnico e jurídico? Há. Sendo assim, o processo estava pronto para ir à diretoria; não sendo assim, o processo não estava pronto para ir à diretoria.

Agora digo a V. Ex^a que eventuais detalhes técnicos da formatação de um edital fogem, naturalmente, eu não diria que à competência de um Presidente, que tem que tudo gerir, mas até também aos conhecimentos técnicos de um Presidente dentro das respectivas diretorias. Seria absolutamente improvável que qualquer um de nós pudesse ter conhecimento técnico particularizado sobre a alçada de cada diretoria.

Então, confesso a V. Ex^a que os aspectos detalhados de natureza técnica eu não poderia e nem posso dizer se estavam certos ou não. Houve a presunção absoluta, sempre, de que tenho e tive homens absolutamente corretos dirigindo os Correios e de que cada diretoria elaborava seus pareceres técnicos e jurídicos com absoluta realidade, até por que o fluxo de pessoas que passam pela elaboração de um projeto é tanto, eu diria que são tantas pessoas – não arrisco um número porque é difícil arriscar –, que é absolutamente improvável que essas pessoas, da primeira à última, estivessem, digamos, combinadas a fazer um edital que pudesse ajudar ou desajudar alguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a foi procurado por alguma empresa que tivesse inquinado o edital de viciado, de tendencioso, em relação às aeronaves, à operação de transporte?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Depois que V. S^a leu essas denúncias que vieram à baila em virtude da gravação do Maurício Marinho, chegou ao conhecimento de V. S^a alguma coisa re-

lacionada – e aí falo no aspecto técnico – ao fato de que, da forma como o edital veio à tona, apenas havia uma empresa que poderia participar, porque apenas uma empresa dispunha – falo nas linhas maiores, das linhas A e C – de aeronaves que poderiam atender à solicitação do edital? Isso é verdadeiro? Chegou-se a aferir isso, se essa informação era procedente?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Ao meu conhecimento, não, Sr. Deputado, não chegou. Eu gostaria apenas de fazer o registro do seguinte: como já disse, esse edital foi contestado por uma empresa não vencedora – esse edital da minha gestão, da minha concorrência. E esse edital foi ao crivo do Tribunal de Contas. Tanto é que retivemos a assinatura dos contratos enquanto o edital estava sob análise. Estando sob análise do Tribunal de Contas, é evidente que não se assina contrato; aguarda-se. Só quando houve a liberação do Tribunal de Contas, reconhecendo que o edital estava correto, permitindo a assinatura dos contratos, é que eu consubstanciei a assinatura dos contratos.

Então, não tive nenhuma informação de que, eventualmente, havia alguma coisa errada. Ao passar pelo Tribunal de Contas e ele dizer que estava correto e que eu poderia assinar os contratos, só então os assinei. Por isso mesmo, houve atraso na assinatura dos contratos, o que permitiu – aí é provável – que fossem, vamos dizer, aditados alguns contratos, porque os aviões não podiam parar. E porque os editais que estavam sob observação do Tribunal de Contas, não concluídos, não poderia eu assiná-los. Jamais os assinaria se o Tribunal de Contas não dissesse que eles estavam absolutamente corretos. Ao dizer isso, eu consubstanciei a assinatura dos contratos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o valor da vencedora, a Skymaster, não surpreendeu os Correios pela enorme diferença entre o preço que estava praticando e o preço oferecido?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Como volto a dizer a V. Ex^a, com esse edital contestado, nessa disputa, há sempre uma briga; as pessoas procuram verificar se está correto ou não. E, eventualmente, eu não sei os detalhes de cada um, quanto estava ou quanto não estava...

Ao Presidente – e volto aqui a invocar o Senador Delcídio Amaral – cabe formular questões. Vou demonstrar aqui, ao longo do tempo, quantas questões foram formuladas. Por exemplo, permita-me V. Ex^a: eu verifiquei que um dos segmentos dos Correios estava perdendo mercado em São Paulo – e quando qualquer um vai a São Paulo vê aquele movimento frenético de motos. Muito bem; o que é aquilo basicamente? São *motoboy*s levando, de um lado para outro, encomendas.

Ali os Correios estavam perdendo mercado. Por quê? Porque, enquanto as empresas privadas de *courier* iam buscar a encomenda lá no escritório do cidadão, lá na empresa, os Correios ficavam, na sua tranquilidade, aguardando que o cidadão fosse a uma das agências dos Correios buscar ou despachar a sua encomenda. Então, verificando isso, parei uma vez em São Paulo para fazer um exame daquilo e disse: “eu quero os Correios agora buscando a encomenda na casa do cliente. Por que os outros fazem e nós não fazemos?”

Então, o que o Presidente faz – e o fiz muitas coisas – é formular questões. Daí para frente, a Diretoria correspondente, a partir da Diretoria Comercial, traz aquilo que deve ser feito. Tanto assim que, hoje, temos o chamado Disque Coleta, implantado em 72 cidades do Brasil que representam 80% do PIB nacional. Nessas cidades, hoje, as pessoas ligam para os Correios e têm uma moto, como os outros têm, para coletar aquele material.

Vou aproveitar este instante, permita-me V. Ex^a, para dizer o seguinte: neste patamar, eu institucionalizei nos Correios a criação do Vale Postal internacional. O que é isso? Mais de US\$6 bilhões são anualmente remetidos ao Brasil por brasileiros residentes no exterior. E como esses recursos vêm? Vêm via sistema bancário. Os Correios tinham um serviço que demorava 23 dias. Implantamos, então, o Vale Postal internacional. Hoje, o brasileiro, no exterior, pode mandar o seu dinheiro via Correios. Nós já estamos em Portugal, na Suíça, com certeza, e já estamos no Japão, e vamos ampliar, agora em agosto, para mais uma série de outros países.

Essas são iniciativas que formulei, sempre pensando: se queremos ter isso, então vamos fazer isso.

Ainda mais: verifiquei que outras empresas de *courier* estavam... Porque São Paulo é um mundo. Já disse até, em determinado instante, que São Paulo é um país dentro do Brasil. E, nessas condições, as pessoas, para levarem as suas encomendas de um lado para o outro, precisam de alguma coisa urgente – e haja motos. Institucionalizei e criei, então, o Sedex Hoje, pelo qual você entrega o material até as 11 horas e eu entrego até as 18 horas.

Depois, verificamos que empresas multinacionais ingressavam no Brasil para enviar as encomendas dos brasileiros para o exterior. O que eu criei? O Sedex Mundi. Este serviço, que é brasileiro, está hoje em 215 países – e foi criado na minha gestão. E por aí nós fomos desenvolvendo os projetos que deram aos Correios a substância que hoje os Correios têm.

Então, nessas condições, nobre Deputado, é evidente que detalhamentos extremamente técnicos, confesso a V. Ex^a, eu não via. Contudo, esse foi audi-

tado pelo TCU, e eu retive a assinatura dos contratos, o que motivou alguns aditivos, na exata medida em que o avião não podia parar e nós não conseguíamos assinar o contrato, que não estava liberado pela análise do TCU.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só esclareço que fiz essa referência a aspectos técnicos porque entre as exigências colocadas estava incapacitada a empresa que tivesse aeronaves Boeing; só quem utilizasse aeronaves DC é que teria condições de vencer. E quem dispunha era a Sky, aspecto que, ademais de tudo, aumentava os custos operacionais, pois, com o uso do Boeing, o custo seria muito menor.

Todavia, enfim, essa é uma questão cuja análise, eventualmente, iremos aprofundar ou pela análise dos documentos, ou por meio das informações do diretor, quando ele aqui comparecer.

Mas como V. S^a se referiu a São Paulo, uma das coisas que dificultam os Correios são as franquias. V. Ex^a tem conhecimento de que, por trás das franquias, na verdade, existem políticos que são os verdadeiros titulares e se valem de laranjas? Ouviu falar alguma coisa neste sentido? Chegou a proceder a alguma diligência, a alguma investigação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Para ser muito franco a V. Ex^a, não. E diria a V. Ex^a o seguinte: questão de franquia dos Correios. Falemos um pouquinho sobre franquias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só queria abusar de V. Ex^a. Já abusamos da boa-vontade de V. S^a, que permaneceu até agora nos aguardando, e como temos ainda uma outra pessoa, encareceram-me que lhe dissesse para que o senhor tenha o máximo de objetividade...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Para eu ser um pouco mais breve. Mas, Deputado Osmar e Senador Delcídio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ... sem prejuízo da sua manifestação.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– ..., creio que essa oportunidade aqui também, com o último Presidente dos Correios, me parece ser uma oportunidade de podermos transmitir à opinião pública algumas coisas, Deputado Osmar, que precisam ficar um pouco mais evidentes. Por exemplo: franquias. As franquias foram institucionalizadas ou colocadas ou começadas em 1990. Essas franquias, hoje, vou dizer números redondos – desculpem-me, às vezes, se não sou pontualíssimo nos números –, em torno de 1.500 franquias existentes no Brasil começaram em 1990. E elas foram criando determinada importância para a Instituição extremamente forte, muito forte. Por quê?

Por que, ao longo do tempo, essas franquias, que não mais foram abertas... Em 1994, Senadora Heloisa Helena, o TCU determinou que dali para frente não poderia mais se dar franquia – isso foi em 1994; não se poderia dar mais franquia – e que, para que pudesse haver franquias, elas fossem licitadas. A partir daí, o Correio não teve mais franquias concedidas. Em consequência disso, aquelas franquias até então existentes procuraram, diria eu, um respaldo de natureza legal para que pudessem continuar, até por que me parece que havia um tempo. E o Parlamento votou uma lei que concedeu a manutenção das franquias até dezembro de 2007. Elas existem, então, até dezembro de 2007.

Eu procurava agora, dentro da Diretoria Comercial, encontrar uma formulação que pudesse estabelecer como vamos ficar ou como os Correios do Brasil ficarão a partir de dezembro de 2007. Por quê? Porque as franquias hoje representam um terço do faturamento dos Correios. Então, os Correios brasileiros não podem, de repente, ficar sem elas, porque elas representam um terço do faturamento.

Em consequência disso, há estudos no sentido de que se encontre o respaldo de natureza jurídica que, creio eu, passe sempre por um processo licitatório, incluindo até as que aqui estão, para que possamos ter as franquias e ampliá-las até. Dentro dessa condição, sempre recebi os franqueados de forma absolutamente institucional, reconhecendo, inclusive, que ele iria ser um parceiro, porque, quando você entra numa agência dos Correios, ela não tem ali, Deputado ACM Neto, dito se é franqueada ou se é uma agência dos Correios. O cliente precisa ser atendido bem numa ou noutra.

Então, dentro disso, estávamos procurando construir situações de natureza jurídica, diria eu que até legislativa, se necessário, no sentido de termos essa estrutura de franquias resolvida, na medida em que elas hoje compõem definitivamente a vida dos Correios brasileiros.

Mas, não tenho – volto a responder a V. Ex^a – nenhum tipo de informação de que o político “a” ou o político “b” se valha de alguém para ser proprietário de uma franquia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem havido transferência de titularidade?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a – e esse é um assunto muito da área comercial – que desconheço essa transferência de titularidade. Mas tenho, naturalmente, visto ou tínhamos caminhado no sentido de observarmos o seguinte: temos uma franquia e alguém, eventualmente, quebrou e não quer mais a franquia, a franquia desestabilizou; se isso ocorresse, que aquela loja de correios não fosse

fechada e que, naquelas circunstâncias, pudesse ser feita uma transferência de titularidade.

Mas, mesmo assim, diria a V. Ex^a que não me lembro, sinceramente, não me lembro de ter assinado transferência de titularidade, mas me lembro de que conversei algumas vezes com o Diretor Comercial sobre a possibilidade de, fechada uma agência por quebra da empresa, ela pudesse, quem sabe, ser substituída, mas acho que não fizemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Parece que os Correios tem uma perda mensal de R\$ 9 milhões em virtude da fraude praticada pelas franquias, e como método de impedimento que isso prossiga, teria compelido a que fossem feitas as substituições de máquinas eletrônicas para digitais.

A pergunta é, que critério foi adotado para a seleção das primeiras máquinas digitais disponibilizadas?

A segunda pergunta: já que há toda essa evasão de recursos, por que não se destinaram mais dotações para que se pudesse adquirir mais dessas máquinas, porque elas significariam mais recursos para os Correios, menos perda?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Primeiro diria a V. Ex^a que não sei se exatamente o número de prejuízo mensal significa isso.

Agora, diria a V. Ex^as o seguinte:

Primeiro, o sistema de inspeção dos Correios, os sistemas internos de controle dos Correios, tanto a inspetoria dos Correios como auditoria, permanentemente buscam fiscalizar, não só as nossas agências, mas como as agências franqueadas.

Segundo, encontrei nos Correios uma série de equipamentos que poderiam estar sendo utilizados nesse mister e que não estavam sob a alegação de que eles eram equipamentos que foram comprados, mas que custavam muito caro às franqueadas. Eu digo: – Se custam muito caro às franqueadas colocarem esses equipamentos posso até fazer uma parceria. De repente, o que ele gasta? Papel. Ta bom! O Correio dá papel.

Por quê?

Porque entendia que a colocação daqueles equipamentos poderia diminuir ou até tentar evitar de vez a questão da fraude. Porque isso me foi dito pelo chefe da inspetoria, com que eu despachava pelos menos três vezes por mês; com o chefe da auditoria, que eu, permanentemente, despachava, procurando resultados. E não há uma só auditoria interna dos Correios, mas nenhuma, que não tenha tomado as providências imediatas e necessárias ao cumprimento do que ali estava estabelecido. Dentro dessas circunstâncias, desencadeei o processo de instalação desse equipamento, que

está muito adiantado. Naturalmente recomendando, e isso é da área da Diretoria Comercial, de que houvesse esse desencadeamento pelas franqueadas de maior porte, que naturalmente recebem um volume maior de tratamento postal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor chegou a perceber que houvesse resistência de alguma franqueada? E em virtude disso ficaria liberada e teria que disponibilizar para outra? Ou seja, era vantajoso resistir, porque enquanto resistisse...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Deputado, naturalmente, como todos nós, e eu especialmente, tenho as minhas deficiências intelectuais, administrativas, gerenciais, do ser humano – e eu tenho mais do que qualquer um de V. Ex^{as} –, mas quero dizer a V. Ex^{as} que quando analisava, quando verificava da necessidade de se implantar um serviço eu comunicava, pedia opinião. Chamei a Abrapost, que é o órgão que coordena todas as franqueadas, comuniquei: – Vou mandar a implantação.

Confesso a V. Ex^{as} que quando comuniquei isso me pediram um prazo de noventa dias, até para analisar que tipo de parceria poderia ser feito. Verifiquei que tínhamos máquinas, inclusive, que poderiam precisar passar por uma revisão. Confesso que concedi. Mas aí desencadeou o processo; desencadeou o processo que hoje, tenho eu a sensação – sempre me preocupo aqui com números – que das 1.500 franqueadas já trabalham para muito próximo a mil, com as máquinas que estavam já nos Correios e que mandei instalar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a aprovou um aditivo, da Skymaster?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Acredito que o aditivo correspondente ao período em que não foi possível, porque não estava ainda o Tribunal de Contas autorizado à contratação. E precisava dos aviões, é provável que eu tenha assinado com o Diretor de Operações o aditivo da Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a mesmo fez referência ao preço que teria sido posto de forma que vencesse a licitação...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Permita-me, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu não creio, eu não estou lembrado, confesso a V. Ex^a – o Diretor de Operações talvez, naturalmente por ser afeto a ele e ter mais lembrança disso –, não me lembro, se o edital era aditivo, mas alguma coisa para completar os sessenta dias que foi, dentro do período em que acabaram os contratos, o período

em que concluímos a licitação ou que o Tribunal de Contas liberou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, eu quero dizer que estranhei realmente os contratos firmados e, de certo modo, agora estou percebendo a explicação. Porque é estranho aditivo de sessenta dias, de noventa dias com a possibilidade de renovação por sessenta meses. Então, eram situações momentâneas?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não. Esses aditivos realizados, eles foram feitos nessa excepcionalidade, por quê? Fizemos a licitação. Licitação contestada. Vai para o TCU. E os contratos anteriores venceram, ou contrato de 12 meses ou contrato de seis meses. Não há a menor possibilidade de não ter os aviões voando toda noite. Não há como. São 30 milhões de objetos. Só no avião, são 750 toneladas todo dia. Então, dentro disso, foi feito a... Agora, volto a repetir, nada absolutamente aleatório do tipo para A, para B ou para C. Sempre absolutamente fundamentado pela diretoria correspondente, que me trazia a necessidade, que não podia deixar de ter o avião e que estava fazendo um aditivo para que a empresa continuasse, nesses sessenta dias, até se estabelecer o edital.

No dia em que foram assinados os contratos, todos os aditivos, mesmo que ainda estivessem a vencer – foi feito um aditivo de noventa dias, mas só se passaram 45 até que o Tribunal de Contas liberasse para que eu assinasse os contratos –, acabou o aditivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a teve acesso à análise procedida pela Controladoria da União em relação a esses contratos da Skymaster, onde ela aponta que efetivamente houve prejuízo para os Correios?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a o seguinte: na realidade, temos ouvido coisas, digamos assim, que praticamente ou quase tudo nos Correios está errado. Eu diria a V. Ex^a que os Correios, essa instituição que está plantada neste País há 342 anos, que tem uma longa história, não podem ter na sua estrutura os fatos que eventualmente são colocados e recolocados. Até agora a informação que tive é de que, até segunda-feira última... O Chefe da Auditoria dos Correios, com quem mantive contato por telefone, informou-me que três relatórios preliminares haviam sido feitos pela AGU. Três. E que haviam, naquele dia, chegado mais quatro que seriam respondidos pelos Correios até a próxima sexta-feira. Diria a V. Ex^a o seguinte: os Correios não são diferentes de nenhuma instituição pública deste País e permanentemente são auditados pelos órgãos correspondentes, seja o TCU, enfim, todos os órgãos

de controladoria que sempre estiveram nos Correios. Não estão lá hoje, não. Sempre estiveram, analisando contratos, verificando as contas anuais. E os relatórios, no primeiro instante produzidos, são pré-relatórios, que são mandados aos Correios para que ele justifique cada item daquele, porque é evidente que um auditor faz um juízo de valor. Aquilo que eu acho que está correto, V. Ex^a pode achar que está errado. Aquilo que V. Ex^a acha que está errado, eu posso achar que está correto. Então, os auditores levantam, fazem um juízo de valor e apontam: “Olha, isso aqui, eventualmente, pode estar errado. Isso aqui pode ter dado prejuízo, isso aqui precisa ser feito de outra maneira”. Esse é o relatório preliminar dos órgãos de fiscalização. Qual é o procedimento? Esse procedimento é remeter aos Correios, já que estamos falando dos Correios. Aos Correios foi dado um prazo para que ele respondesse, para que ele justificasse cada item daqueles que a CGU considerava irregulares. E os Correios responderam. E nós não temos lido, por exemplo, a resposta dos Correios. Temos lido os pré-relatórios da CGU, mas não temos lido a justificativa que a empresa já fez à CGU, que também poderiam ser remetidas à própria CPMI para que fossem contornadas, para saber o que os Correios dizem aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós iremos solicitar.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Então, dentro dessa circunstância, posteriormente a isso, a CGU emitirá, diria eu, relatório final acatando ou não as ponderações que os Correios fizeram e, daí, encaminhará aos órgãos de fiscalização – hoje, com a existência da CPMI, à CPMI. E os Correios terão, vamos dizer assim, uma tréplica para fazer a sua defesa, ou seja, na realidade, o que se mostrou até agora, desses três relatórios, os Correios já rebateram, mostrando, em cada item, que as coisas não são exatamente daquela forma. Então, nós não somos infalíveis nem nos Correios nem na CGU nem no TCU. Os fatos ocorrem, a fiscalização exige, e a empresa tem que se justificar. Tomei conhecimento, acho e respeito profundamente os órgãos de fiscalização do meu País, deve haver, devem ser fiscalizados, mas, naturalmente, tenho também que respeitar os técnicos da instituição que eu presidia e tenho também que ter a credibilidade da justificativa no que eles responderam. Então, é preciso que se veja também o que os Correios disseram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a conheceu, se conheceu, desde quando o Sr. Marcos Valério?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Quero dizer ao Sr. Relator e a V. Ex^{as} que nunca tive nenhum contato com o Sr. Marcos Valério e nunca o

recebi em audiência, porque, Deputado Osmar, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu tenho, pela experiência da vida pública, o reconhecimento de que quem dirige o órgão público deve ser até o mais discreto possível. A partir da minha assunção, quer ao cargo de Ministro, quando fui Ministro dos Transportes, quer ao cargo de Presidente dos Correios, até a eventual troca de idéias com colegas de partidos ou com colegas políticos, eu parei, nunca freqüentei, por exemplo, um restaurante com um empresário que tivesse interesse nos Correios. Por quê? Porque, hoje, se estaria dizendo aqui o seguinte: mas o senhor estava no restaurante xis em Brasília, na época tal, conversando com o empresário tal. Então, não fui. Sempre recebi institucionalmente dentro do meu gabinete, chegava nos Correios às 8 horas da manhã, nunca deixei o prédio dos Correios antes das 22 horas, por algumas vezes, muito próximo à zero hora, cumprindo as determinações, dirigindo a instituição e, ali, recebia a tantos quantos me pediam audiência, até por que, como Parlamentar, sempre fui aberto a receber as pessoas, todas as audiências inscritas e disponibilizadas já para todos os órgãos de fiscalização dentro do que me procuravam. E eu nunca tive nenhum contato com o Sr. Marcos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mesmo institucionalmente? Nunca?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Nunca tive. Ele nunca esteve no meu gabinete.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Srs. Delúbio Soares e Sílvio Pereira?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Nunca estiveram no meu gabinete.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

–Sr. Presidente, por ora, encerro e prosseguirei acompanhando o questionamento dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Sr^a Heloisa Helena. 15 minutos improrrogáveis.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Eu já disse que vou cobrar a ele que fale desse mesmo jeito com todos os Senadores e Deputados. É porque eu acabo esquecendo de cobrar que ele faça esse...

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, Dr. João Henrique, tenha a certeza V. Ex^a de que, apesar de eu ser conhecida como uma pessoa intolerante, estou tentando ter o máximo de calma, só quando alguém grita comigo porque, aí, eu grito mais alto, nesse processo de investigação. Está difícil ter porque os documentos não chegam, os documentos que são essenciais não chegam para que a gente possa analisar, não é à toa que amanhã o próprio Presidente da Comissão e o Relator estão indo ao Banco Central tentar

para que tenhamos acesso aos documentos, é uma coisa muito difícil. E refletimos não indignação pessoal, porque estamos aqui cumprindo nossa obrigação, mas acabamos por refletir a indignação de milhões de mulheres e homens de bem e de paz que não aceitam aquilo que está no Código Penal, de forma bonita, sofisticada, crimes contra a administração pública, tráfico de influência, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, aquilo que, de forma sofisticada, está no Código Penal, mas que, no imaginário popular está de uma forma não vulgar, mas importante de ser dita, que é corrupção, trambique, vigarice e qualquer uma outra adjetivação necessária para isso.

E como ficamos aqui? Olha, estamos aqui há vários dias. Não é à toa, com relação a uma instituição tão grande como os Correios – como bem V. Ex^a disse, 342 anos, claro que nenhum de nós está aqui há 342 anos, mas é uma instituição muito antiga, é uma instituição muito importante –, que sempre houve verdadeiras guerras de gangues partidárias para tomar conta dessa instituição muito poderosa. Muitos de nós estaremos lutando com todas as nossas forças contra qualquer processo de privatização, inclusive, privatização branca que possa haver através de franquias ou de qualquer uma outra forma.

Mas o que mais, assim, nos impressiona é porque todos que aqui chegam. V. Ex^a pode dizer: “Olha, eu, como Presidente, não posso ter conhecimento do processo de instrução por um edital de licitação, de todos os detalhes que o pauteiro faz para arredir. Todos esses detalhes podem até ser. Mas o que fica muito difícil para a gente aqui é porque nem os presidentes sabem, nem os diretores do chamado gestor operacional dos Correios sabem também. E eu fico superpreocupada que daqui há pouco sobre para o carteiro ou para a mocinha namorada esperando que o carteiro grite o nome dela na sua porta esperando a carta do amado. Então, é por isso, que cada vez mais ou nós estamos num processo de alucinação ampla geral e irrestrita. Porque não são apenas denúncias, são indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública.

Então, os questionamentos que eu vou fazer a V. S^a é no sentido de que V. S^a nos auxiliar. Porque, mais cedo ou mais tarde, as revelações acontecerão. Então, eu vou fazer algumas perguntas e também vou centralizar na questão da Skymaster, da RPM, do Correio aéreo noturno, porque eu não consigo – me desculpe V. S^a – acreditar no que estou vendo a cada um presidente ou diretor que aqui traz uma nova explicação contraditória com explicação dada pelo dirigente anterior.

Então, por mais que estejam cortando os céus do Brasil todas as noites, disputando com a Lua e as estrelas vinte e cinco aviões, trinta milhões de objetos, setecentos e cinquenta toneladas todo o dia, vinte e três linhas aéreas funcionando, apesar de tudo isso, eu ainda não consigo esclarecimento em relação a essa Skymaster. Porque no depoimento do presidente anterior a V.S^a muitos membros do Governo estavam aqui dizendo, mais ou menos, assim: “Ora, havia um processo de corrupção no Governo Fernando Henrique. Esse processo de corrupção garantia que a Skymaster tivesse um contrato de R\$9,5 milhões. Aí, o Presidente anterior, que depois antes de V.S^a, com denúncia de superfaturamento, reduziu o preço para R\$4,7 milhões por mês. E, aí, algumas outras denúncias diziam também que isso não era por causa de denúncia de superfaturamento. Era muito mais porque tinha a Promodal por trás, que tinha dado R\$800 mil para a campanha do Presidente Lula e, portanto, queria entrar na concorrência. Aí, se baixou o preço. A Skymaster disse: “Ora, eu não aceito esse preço, não vai dar exequibilidade, mas eu vou baixar para não perder a linha” Aí, ele baixa para os R\$4,7 milhões. Depois, ele consegue, com o pedido de revisão de tarifas, aumentar para R\$5,3 milhões. E, aí, sob a gestão de V.S^a... Porque aqui há pouco, no depoimento do diretor anterior – eu vou ser muito explícita na palavra – que o trambique era do Governo Fernando Henrique porque tinha o preço de R\$9,5 milhões. E, aí, depois aí, diz: “Não, mas o atual Governo baixou para R\$4,7 milhões” Mas foi no atual Governo que foi para 5,3 milhões e foi no atual governo que, através de uma nova licitação, eles ganharam em montante maior do que o suposto trambique do Governo Fernando Henrique. Aí foi para – melhorou – 9,8 milhões por mês. Então, por nossa Senhora, nos auxilie com mais elementos sobre esses novos detalhes.

Outra coisa. Eu questiono a V. S^a se o senhor participa em conjunto ou individualmente ou tomou conhecimento de qualquer reunião, no Japão ou aqui, para tratar do último termo aditivo junto à NEC e qual foi o valor do termo aditivo. Outra questão. Se o senhor participou em conjunto ou com diretor comercial, ou ouviu falar, ainda, com o Sr. Carlos Eduardo Fioravante, ou individualmente, com relação aos últimos termos aditivos firmados junto ao Bradesco e quais os valores dos termos aditivos.

Pergunto se o senhor tem conhecimento de um processo que tramitou ou tramita, no âmbito da Presidência, que trata especificamente das negociações de multas efetuadas por intermédio do Decan. Pergunto se o senhor tem conhecimento de qual posição desse processo, porque todo dia chega aqui uma denúncia

nova. Tinha uma multa R\$1.440 milhão da IBM, que essa multa baixou para R\$6 mil. Ou outras multas que tenham sido negociadas.

Indago se o senhor tinha conhecimento da transferência de grandes clientes das agências próprias da Empresa dos Correios e Telégrafos para agência franquizadas. Houve solicitação ao Diretor Comercial e aos Diretores Regionais que facilitassem tal prática?

Pergunto se o senhor tem conhecimento dos contratos, patrocínios, propagandas, os chamados planos de trabalho que são apresentados, se são apresentados, previamente, à Secom.

E estou requerendo, Sr. Presidente, toda a aplicação dos recursos destinados a essa rubrica da Secom e a relação de todos os patrocínios autorizados por objeto, localidade, valor e responsável pelo pedido.

E aí, Dr. João Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a pode encaminhar e vamos tomar as providências devidas.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Está ótimo.

São muitos detalhes, Dr. João Henrique. As próprias auditorias feitas, ou pelos Correios, ou pela CGU, ou pelo Tribunal de Contas da União, falam em muitas coisas sérias. Falam que houve falta de transparência e objetividade nos critérios e métodos adotados para a concessão dos chamados equilíbrio econômico-financeiro, nos contratos da RPAN, Rede Postal Aérea Noturna, falam que tal constatação resulta inclusive de divergências ocorridas nos percentuais indicados pela unidade técnica e efetivamente aprovados pela autoridade competente, falam que houve concessão indevida na recomposição de preços para restabelecer o chamado equilíbrio econômico-financeiro contratual, falam que houve lesão aos cofres públicos. Cada hora chega um documento com um prejuízo potencial ora de 17 milhões, ora de 20 milhões, ora de 30 milhões. Então, eu gostaria que o senhor tentasse responder a essas questões que lhe faço.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Senadora, não tive, talvez, a oportunidade de anotar aqui todas as questões. Faltando alguma, a senhora, por obséquio, me pergunte, que terei prazer em responder.

Eu diria que, no conjunto geral de tudo que a senhora me perguntou, temos esses fatos que aqui chegam à CPI, ora por informações, ora por um e-mail, ora por uma representação, ora por um documento da AGU, do Tribunal de Contas. Eu diria a V. Ex^a que tudo isso é muito correto que a senhora se preocupe, que a senhora procure saber o resultado disso. Mas volto a dizer especificamente com relação à Skymaster, que

a senhora citou, e volto a dizer especificamente com relação ao fato de que, eventualmente, ela hoje esteja recebendo até valores idênticos ou superiores.

Eu diria a senhora, e não quero fugir da minha responsabilidade de gestor, de dirigente, que a questão extremamente específica – e espero que a senhora não se magoe comigo com relação a isso –, naturalmente vai ter a oportunidade de perguntar ao Diretor. Não quero dizer aqui que estou fugindo à responsabilidade gerencial de minha gestão, mas é porque o desenvolvimento das coisas ocorre especificamente em cada diretoria.

O que eu voltaria a dizer para a senhora com relação à questão da RPN é que, quando formulei a necessidade, e aí verifiquei a necessidade da existência de uma outra licitação, procurei, Senadora, e confesso à senhora com muita pureza d'alma, procurei fazer, como sempre é do administrador público, da forma mais correta, da forma mais séria possível. Essa licitação redimensionou as linhas aéreas e talvez tenha levado essa empresa a voltar, vamos dizer assim, a ter percentuais ou a ter receitas correspondentes a um período anterior. É preciso ver com muita atenção e com muito cuidado se eventualmente o edital de licitação aumentou ou não aumentou o percurso aéreo que essa empresa faz, e isso pode ter determinado um aumento também das suas receitas. Isso naturalmente tem que ser observado. Agora, confesso à senhora que tenho comigo aqui a tranquilidade de que, ao existir essa nova licitação, ela foi, e volto a repetir o que já disse, ela foi absolutamente verificada pela existência de uma empresa me parece chamada Trip, que não conformada, que achando que eventualmente poderia ter aqui alguma coisa errada ou certa, fez uma reclamação e esse processo foi exaustivamente examinado pelo Tribunal de Contas. Tanto é, Senadora, eu diria assim, eu segurei, eu sustei a assinatura de qualquer contrato, resultado dessa licitação, enquanto não tivesse o de acordo do Tribunal de Contas.

Então, eu quero dizer para V. Ex^a que a preocupação com essa estrutura da RPM sempre foi permanente e a vinda de uma nova licitação era para permitir também que eventualmente distorções, se houvesse, pudessem ser corrigidas, mas não para ajudar ninguém, licitação aberta, absoluta aberta, aberta, com a participação das empresas que trabalham desse setor.

Dentro disso, a senhora fez uma menção aí porque foram algumas perguntas, se eu não lembrar de alguma a senhora pode repetir por obséquio, mas a senhora faz uma questão com relação Nec, se eu tive em algum país ou em alguma situação tratando de assunto de um contrato da Nec. Eu gostaria de dizer à senhora que não, até porque ... especialmente fora

do Brasil, porque até dos meus 15 meses de gestão junto aos Correios eu só fiz uma viagem internacional, fui a Havana, tratar de uma parceria com o governo de Cuba no sentido de que o nosso Correios, que procurei também expandir o serviço dos nossos Correios a vários países, dentre eles países, a princípio, da América do Sul pudessem fazer uma reformulação, a pedido, depois de receber um convite oficial, a pedido do Presidente dos Correios, para que pudesse fazer, foi uma única viagem. Não tive oportunidade de ir...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É porque o senhor está terminando, tem 50 segundos.

Quer dizer o seguinte, em relação ao último termo aditivo junto a Nec, em relação aos termos aditivos firmados junto ao Bradesco, em relação às multas, negociação de multas...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não senhora, permita-me por obséquio.

Eu não lembro com relação a termos aditivos da Nec, com relação ao Bradesco lembro muito bem, porque assinamos um termo aditivo com relação ao Bradesco e com relação ao Banco Postal para que pudessemos ampliar a implantação do Banco Postal que, confesso à senhora, é alguma coisa de muito exitosa nos Correios do Brasil, porque levou a 1.700 cidades que não tinham banco, levou o serviço bancário é um serviço que hoje foi pago pelo Bradesco quando entrou ele pagou aos Correios 200 bilhões.

Agora, quando fomos editar, Senadora, verifica-se no processo e houve discussão jurídica com relação a isso, que o Bradesco entendia que não deveria pagar mais nada, porque o contrato inicial permitiria ou diria que toda a agência dos Correios, onde estivesse, tivesse uma agência do Bradesco. Nós, depois de estudos técnicos produzidos pelos Correios fizemos, e houve um recebimento, houve um acordo, que o Bradesco pagaria mais 61 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloisa Helena, concluindo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, claro, só para ele dizer uma coisa final.

Então, o senhor está dizendo que em relação a todos esses casos que estão sendo apresentados como mais assombrosos, que vai da Nova Data, Skymaster, Nec, Bradesco e outras mais o senhor enquanto presidente, em nenhum momento suspeitou ou recebeu denúncia ou abriu procedimento investigatório por algum indício relevante de crimes contra a administração pública.

O senhor está dizendo que está tranquilo, não teve conhecimento, não foi motivado para abrir um procedimento investigatório em relação a todos esses

indícios relevantes que estão sendo apresentados pela imprensa e que motivaram essa CPI. É isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria à senhora o seguinte, os Correios têm um serviço de auditoria interno, muito forte, com o qual eu despachava com o chefe da auditoria pelo menos três vezes por mês e posso assegurar a V. Ex^a de que todas as recomendações, e não posso dizer a V. Ex^a especificamente onde faria, mas inclusive em relação a RPN, todas aquelas auditorias que motivaram alguma coisa que precisava ser feita, por mim foram imediatamente acionadas e mandadas fazer, inclusive produzindo uma auditoria com relação a RPN, a pedido da CGU, e mandado, com o meu despacho, à CGU. O que era possível, o que existia, qualquer indício que chegava junto a mim, Senadora, confesso a V. Ex^a que providências imediatas eram tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito

obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito

obrigado, Sr. Presidente. Serei objetivo em minhas perguntas. Vou solicitar ao ex-Deputado João Henrique, ex-Presidente dos Correios, que possa também ser objetivo para que tenhamos um aproveitamento maior.

V. Ex^a – e vou chamar-lhe assim, tendo em vista que é ex-Deputado – foi nomeado por indicação do PMDB e já disse que foi o Ministro Eunício quem o indicou. O ex-Líder do seu Partido, José Borba, na Câmara dos Deputados, disse que, na verdade, teve uma negociação com o Partido dos Trabalhadores, que aprovou o seu nome para a Presidência. Inclusive, afirma que o pouco sucesso que teve nas tratativas com a cúpula do PT foi nessa indicação, que teria sido do Presidente Michel Temer. Pergunto a V. Ex^a, em primeiro lugar, quem exatamente participou dessa reunião para a escolha e sua indicação com o Deputado José Borba, com o Presidente Michel Temer, as autoridades do PT.

Em seguida a pergunta é a seguinte: V. Ex^a foi demitido, agora no mês de junho, se não me engano no dia 9. Por que V. Ex^a foi demitido, já que vinha fazendo, como Relator, um excelente trabalho a frente dos Correios? V. Ex^a foi afastado assim sem mais nem menos? O PMDB continua compondo a base do Governo. Se V. Ex^a puder responder-me rapidamente essa pergunta inicial...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Senador César Borges, primeiramente, quero dizer a V. Ex^a que ainda procuro encontrar-me com o Líder

Borba para que me dê explicação. Já o procurei e não o encontrei. Quero que S. Ex^a me dê uma explicação do porquê de incluir-me em sua nota e que motivo o levou a fazê-lo.

Confesso a V. Ex^a que jamais, em instante algum, houve uma negociação em que estivesse o Sr. Valério, em que estivesse o PT, para que eu fosse indicado Presidente dos Correios. Eu disse aqui que minha forma de indicação ocorreu dentro do PMDB. Levado meu nome ao Ministro Eunício, S. Ex^a levou ao Presidente da República a indicação do meu nome para Presidente. Nunca passou por outro lugar. Não sei quais foram os motivos – confesso a V. Ex^a – que levaram Borba a fazer, realmente, esse registro. Não sei. Procuro ainda, espero encontrá-lo pessoalmente... Ainda não o encontrei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E sua demissão.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Com relação à minha demissão, confesso a V. Ex^a que, desde o dia desses eventos, é evidente que fica desconfortável, depois daquela reportagem, toda uma diretoria ficar sendo olhada, não olhada, comentada, não comentada, aconteceu, não aconteceu, disseram isso ou aquilo. Eu já vinha conversando com meus pares, principalmente com meus pares do PMDB, para que pedíssemos para sair dos Correios, que deixássemos absolutamente à vontade a Instituição para que fossem feitas as apurações necessárias.

No dia em que pedimos demissão, eu vinha, no avião – lá do meu Estado, do Piauí –, durante todo o voo, meditando sobre aquilo. Ao chegar aqui, dirigi-me aos Correios e convoquei toda a diretoria. Disse a eles o seguinte: creio que deveríamos assinar uma carta conjunta colocando nossos cargos à disposição. Não vejo mais por que...

Senador, eu não me sentiria, de forma alguma, à vontade. Tenho consciência – e perdoe-me V. Ex^a, pois aqui não vai nenhuma sobeja, nenhuma petulância minha – de que fazia nos Correios uma excelente administração. Mas eu também me sentiria extremamente desconfortável ao dizer aos meus pares que deveríamos deixar a direção para que tudo fosse apurado: “você vão que eu fico aqui”. Então, fizemos uma carta conjunta, assinada por todos que ali estavam, pedindo exoneração de nossos cargos e mandamos, então, a carta ao Ministro, que a levou ao Presidente, que fez a nossa exoneração.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a não foi forçado a esse ato?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria que não. Foi um ato realmente pensado e de participação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Presidente disse que tudo se resumia a uma questão com um funcionário de quinto escalão, que recebeu R\$3 mil, mas caiu toda a diretoria dos Correios que, pelo que nós assistimos, era uma diretoria excelente, que não tinha nada de errado nos Correios. Foram os depoimentos até agora.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – V. Ex^a sabe que, na atividade pública – e V. Ex^a a conhece infinitamente mais do que eu –, às vezes, fatos têm muito menos relevância do que versões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Então, vamos partir agora para uma questão que realmente se prende muito aos Correios: a ligação com essa empresa, com a SMP&B, do Sr. Marcos Valério.

Muito bem, tenho aqui em mãos diversos ofícios feitos pelo Sr. José Otaviano Pereira aqui para a SMP&B, dizendo de irregularidades na execução do contrato. Primeiro há um em que ele diz que pode contratar a Multiaction, que não é irregularidade, contanto que a Multiaction tenha aprovação da Secom. A Multiaction foi contratada com a aprovação da Secom?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não tenho conhecimento não, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa correspondência pede apenas a aprovação da Secom, mostrando o envolvimento da Secom. Mas há uma outra correspondência em que o Sr. Otaviano diz que foi constatada a emissão de faturas por agências de publicidade, com data anterior aos serviços faturados pelas empresas prestadoras, dos serviços contratados pela agência. Quer dizer, os Correios estavam apontando irregularidades na execução desses contratos.

Em setembro, ele diz à Sr^a Ana Paula Sanches, que é Diretora de Contas da agência SMP&B: “Prezada senhora, em auditoria interna dos Correios, realizada em agosto, constatou-se que, nos orçamentos solicitados a fornecedores, constam especificações diferentes para uma mesma ação, bem como a falta dos três orçamentos, conforme previsto em cláusula quinta etc., etc.”

Ainda no dia 9 de setembro, nesse mesmo dia, o Otaviano diz: “Em auditoria interna, realizada em agosto, foi constatada a falta de comprovante nos processos relativos a ações promocionais realizadas pelos Correios no período de janeiro a julho de 2004”. E aí diz o seguinte: “A ação citada pela auditoria se refere ao VIII Encontro Internacional de Negócios do Nordeste”. Até agradeço a atenção, porque sou do Nordeste, somos do Nordeste. “Na qual não consta nenhum registro da inserção da logomarca dos Correios na publicação relativo ao evento”. Quer dizer, os Correios estavam

patrocinando o evento e não havia nenhuma contrapartida na divulgação do seu nome.

Depois, mais adiante, há uma carta do Sr. Otaviano para o Sr. Caio Barsotti, que é o subsecretário de publicidade da Secretaria de Comunicação do governo em gestão estratégica. Nesse caso aqui, encaminhando cópias. O Sr. Caio Barsotti hoje está aqui, na questão do governo, fazendo toda a defesa da Secom e dos contratos dos Correios, e ele foi informado, provavelmente, dessas irregularidades.

O que pergunto a V. S^a é se alguma providência efetiva foi tomada pelos Correios, em função disso, com relação a esse contrato, que não estava sendo seguindo? E, pelo entendimento aqui, inclusive datas que não correspondiam à prestação dos serviços, que eram posteriores, estavam sendo apresentadas como faturamento para os Correios. V. S^a era o Presidente dos Correios.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Diria a V. Ex^a que sim, na medida em que V. Ex^a vê aí a preocupação permanente dos Correios em acompanhar o cumprimento dos contratos. Então, permanentemente, os Correios, sem exceção de qualquer uma das suas áreas, e naturalmente incluindo essa, tinha uma preocupação permanente no acompanhamento desses contratos, como V. Ex^a vê.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas em momento nenhum foi sustado qualquer pagamento à SMP&B; foi pago religiosamente, inclusive sem comprovação da veiculação, quer dizer, a mídia utilizada, o plano de mídia, que é necessário acompanhar a fatura, não foi anexado, mas foram pagas todas as faturas.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não sei, Senador, até porque os pagamentos desse tipo de fatura, como nenhum pagamento, passa pela assinatura pessoal da presidência; o presidente não assina cheque. Então, é muito provável, não sei dizer a V. Ex^a...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, quem assina? Porque não é o diretor de administração, não é o diretor de operações...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, vou dizer a V. Ex^a: quem assina é o diretor financeiro. Os cheques. Contratos de publicidade são assinados pelo presidente e pelo diretor administrativo, contratos de publicidade. Agora, naturalmente, que a parte financeira e sanções que possam efetivamente existir, no acompanhamento disso ou na sustação de qualquer um dos pagamentos, ela ocorre naturalmente na área administrativa e financeira, principalmente na área financeira, por recomendação que é do departamento, do DMARK, ou quer por recomendação do serviço jurídico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi na sua gestão que foram assinados dois aditivos com a SMP&B.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Conheço apenas um aditivo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, dois, um no valor de 35%, sai de 72 para 90 milhões o contrato. E o outro é prorrogando até dezembro deste ano a vigência do contrato.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Creio até que é o mesmo contrato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – São dois?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tenho os dois aqui, com sua assinatura, primeiro e segundo aditivos.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim, senhor. Agora, vou lhe dizer, na realidade, esse contrato com essa empresa foi licitado em dezembro de 2003, como V. Ex^a naturalmente tem conhecimento. Licitados por 5 anos e renováveis a cada 12 meses. O que me chegou? Cumpridos os 12 meses, quando se precisava de tal contrato para que ele continuasse vigendo, o contrato me é trazido pelo Chefe do Departamento de Marketing, com todos os acompanhamentos pelos quais ele teria que passar – e diria que até o próprio acompanhamento técnico da Secom, porque a Secom o faz naturalmente baseada em uma legislação, que é um Decreto de 1995, que manda que ela acompanhe as estatais. Feito isso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Decreto é de 2003.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – É de 2003?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É, do Governo Lula.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Muito bem. Imaginava eu que o Decreto fosse... porque há uma legislação, que eu não sei qual, Deputado Onyx, mas me parece que é alguma coisa de 1995 – nº 2. Ajude-me, ali, o Deputado.

Mas, independente disso, Senador, eu diria que, concluído o período de um ano, essa empresa que vem realizando os contratos com relação aos Correios, me chega um contrato formalizado, com todos os pareceres corretos, aumentando dentro do que a legislação diz que pode aumentar – não com relação a uma empresa específica, mas com relação a todos os contratos, ou seja, aos três contratos da empresa e não com uma específica. Dentro disso, o que caberia, naturalmente, ao Presidente? Assinar o aditivo para que continuasse sendo prestados os serviços de publicidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas já era necessário o aditivo, àquela época, dos 25% em menos de um ano?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor. Foi com um ano. Eu acho que o aditivo foi feito exatamente com um ano.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. Dos 25% a mais, quer dizer, os 72 milhões estavam todos gastos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Os 72 milhões, eles só completaram quando se completou um ano, e o Orçamento....

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer que foram gastos 72 milhões pelos Correios no período de um ano e, aí, se aditou mais 18 milhões.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – De um ano, que era o Orçamento. Aí se aditou para mais 18 milhões. O que acho que V. Ex^{as}. estão fazendo referência é que, talvez, tenha sido aberto no Orçamento esse valor de 18 milhões – não sei se é isso. Mas o certo é que, completado um ano, dentro do que a legislação permite – que é este aumento de 25% –, foi editado o Contrato Geral de Publicidade, não só com essa empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim. Mas essa é uma divisão que nós não conhecemos bem, o percentual para cada uma das empresas. Muito bem. Então, foi aditado na sua administração e havia essas irregularidades apontadas pelo Sr. Otaviano, mas, nem por isso, deixou o contrato de ser aditado, tanto em valor como em prazo.

Mas vamos para outra situação, que a Senadora Heloisa Helena acabou de explicar muito bem e eu não preciso explicar de novo. Eu queria uma explicação de V. S^a de como esse contrato da Skymaster volta para R\$9,8 milhões, depois de ter sido reduzido pela Administração que lhe antecedeu – que foi do Sr. Airton Dipp que esteve hoje aqui – para 4,5 milhões. Como não houve essa explicação à Senadora Heloisa Helena, eu gostaria de aproveitar este restante do tempo para que V. S^a pudesse fazer esta explicação.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu direi a V. Ex^a o que tentei dizer no início para a Senadora – pela exigüidade do tempo não completei –, que esse contrato foi uma licitação. Eu não sei, por exemplo – não posso dizer para o senhor – e acho que o Diretor específico dessa área dirá de forma bem melhor – se linhas foram aumentadas, se percursos foram aumentados, porque, de repente, o senhor comprou uma passagem de Brasília para Teresina, que é um preço, mas se for aumentado para São Luís ou não sei para onde, vai ser outro preço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor sabe quantos participantes houve nessa licitação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quantos apresentaram preços?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Não, senhor. Eu sei quantos ganharam, que foram nove.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. Só apresentou preço a Skymaster.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Não. A licitação global feita, que foi contestada por uma empresa e que foi ao TCU, dessa licitação participaram nove empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A única que apresentou preço para essa licitação em que o preço foi reajustado foi a Skymaster. Recebemos essa informação dos Correios.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Não sei, Senador. Na realidade, a informação que eu tenho – e a realidade é de quantas empresas participaram – é que participaram nove empresas no certame, ou venceram nove empresas; mas são nove empresas que prestam serviço postal noturno aos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, já que o senhor já deu uma certa explicação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mais um restinho de tempo, Sr. Presidente.

O Relatório da CGU, que, efetivamente, deveria estar trabalhando, desde o início do Governo, para evitar esse tipo de situação constrangedora para o próprio Governo que dele participa – o Sr. Waldir Pires – é cheio de acusações e de irregularidades: “falta de justificativa consistente para a variação de preços por quilograma contratado”. É uma acusação aqui diretamente do período da sua administração.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Com relação à RPN.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Concessão indevida de recomposição de preço para restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos...” Que são esses referidos contratos da Skymaster Airlines. Houve um reajuste de 7 milhões, segundo ele, e cresceu esse valor, que deve ter chegado a 9,8 milhões, também da TAF Linhas Aéreas. Está aqui também pela CGU.

Ainda sobre a CGU, aqui com relação a suprimento de bens e serviços, aquele famoso contrato de gerenciamento da saúde. Lista-se aqui, na verdade, uma quantidade de seis irregularidades bastante alenadas. Começa pelas semelhanças entre o conteúdo

da gravação divulgada pelo Sr. Maurício Marinho e do processo em análise que confere credibilidade a declarações do Sr. Marinho – que ninguém deu credibilidade, no âmbito do Governo –, que indicam a existência de possíveis interesses do então diretor de Recursos Humanos na indicação das empresas Funcional Card, ABC Datasáude, PrevSaúde, Embratrec para cotarem preço para um serviço sem licitação.

O que V. S^a poderia comentar sobre esses assuntos, que são acusações da CGU?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Eu diria inicialmente a V. Ex^a, sem querer ilidir o fato de eventuais apontamentos de irregularidades que possam aí constar, que essa licitação não chegou a ser realizada, o que apenas eu faço por registro de que a licitação dos remédios não chegou a ser realizada.

Eu não sei qual é exatamente o meu tempo, mas eu gostaria, se me permitisse, de explicar alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Eu pediria brevidade máxima.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA
– Já foi suspenso, Senador, por mim, ainda quando presidente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu estava lá até o dia 9 de junho. Foi suspensa por mim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu já encerrei, mas o depoente pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Peço ao depoente que também encerre no período mais breve possível, porque temos vários outros inscritos, uma lista enorme.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Me permita, então. Eu gostaria de comentar um pouco, Senador César Borges, com relação especificamente a essa questão dos remédios. Diria a V. Ex^a que os questionamentos da CGU, eu até já disse também que os Correios naturalmente explicaram ou procuraram explicar cada fato desse, que seria de bom alvitre que também fossem ouvidas as respostas que os Correios já ofereceram a esses questionamentos que são preliminares, para que, eventualmente, depois, se tenha o questionamento, vamos dizer, final da CGU. Esses são questionamentos preliminares.

E diria também a V. Ex^a o seguinte: é difícil, na verificação de qualquer conta pública deste País, quer da mais humilde prefeitura do nosso Nordeste à mais complexa organização funcional, qualquer uma de-

las, que pelo emaranhado de legislação que existe no País, formada por leis, por decreto, por resolução, por ordem de serviço, não se saiba ou não se deixe aqui de cumprir uma dessas determinações que talvez só os técnicos da CGU e os técnicos do TCU consigam decifrá-las de forma tão pormenorizadas. Mas todas as indicações que foram feitas – e isso eu nunca deixei de cumprir na minha gestão – e as recomendações feitas pelo TCU foram agilizadas no sentido de que as providências ali fossem tomadas.

Tenho eu a sensação – e não quero também aqui dizer que o mundo está certo ou que o mundo está errado – de que muita coisa que é dita ou muita coisa que é levantada, até no calor de um momento político muito forte, possam ser devidamente explicadas.

Gostaria de dizer a V. Ex^a de que a questão dos remédios... Fala-se sobre a questão dos remédios como algo assim absolutamente absurdo. Por que veio a questão dos remédios? Quem inventou essa questão dos remédios? Terá sido o diretor, terá sido o presidente, terá sido a diretoria? Não, senhor.

O que acontece, Senador César Borges, é que os Correios quando negociaram o acordo coletivo de 2003, reiterado em 2004 – gostaria de dizer a V. Ex^a que também tive uma experiência quando advogado do banco do Estado passei pelo movimento sindical, fui secretário também do Sindicato dos Bancários...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Dr. João Henrique, eu pediria a V. Ex^a a maior brevidade possível.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Mas é que eu queria, meu ilustre Presidente, Senador Saturnino Braga... eu tinha dito aqui há alguns minutos que essa oportunidade talvez seja uma oportunidade de esclarecer algumas coisas para o Brasil e eu, humilde, pediria mais um minuto ou dois minutos, porque especificamente, Senador, isso foi de um acordo coletivo. Por quê? Porque os doentes crônicos brasileiros – e há pouco a reportagem de todos os jornais do País mostrou que em torno de 30% da população sofrem doenças crônicas. Os Correios não são diferentes. A população dos Correios é de 500 mil pessoas. Por quê? Temos 110 mil empregados e os seus dependentes. Os dependentes são em torno de quatro: a mulher, os filhos e os pais.

Então, temos 500 mil pessoas nesse segmento de população dos Correios. E temos, hoje, por incrível que pareça, dez mil funcionários dos Correios fora do seu trabalho. E o que se buscava com isso? Buscava-se poder recuperá-los. Dez mil funcionários, Senador...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Dez mil pessoas. A maioria é provocada por doenças. São dez mil pessoas fora. Então, o que eu diria.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– É a forma da concorrência. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Meu caro Deputado, temos muitas inscrições. Temos mais ainda...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Perdoe-me. Vou concluir.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Com certeza. Eu estava procurando responder a todas, para que não ficasse nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a imagina que, com tanta deferência e benevolência, a que horas essa benevolência vai nos levar hoje!

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Mas concluo.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – O ilustre ex-Deputado, ex-Presidente dos Correios, nos trouxe um dado de grande relevância. Toda a imprensa nacional noticia como se fossem definitivas as conclusões da CGU. Apontam irregularidades tamanhas, valores imensos que maculam a imagem de uma instituição que é da maior respeitabilidade no País e no exterior.

Então, trata-se, na verdade, de conclusões de uma versão preliminar. Aliás, expressa no próprio texto da CGU. E ele nos informa que os Correios prestam agora as informações sobre essa versão preliminar para, então, vir a definitiva.

Creio que é fundamental que esta Presidência solicite aos Correios – já que não pode mais o ilustre depoente nos fazer isso, porque já não é o Presidente – cópias desses expedientes para que possamos compará-los com as afirmativas da CGU e fazer, posteriormente, um juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrúbal, essa providência já foi tomada. É dentro desse pensamento que a CPMI está analisando os contratos.

Quero passar a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria de ter de V. Ex^a o mesmo tratamento que o Senador César Borges teve do Presidente Saturnino Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É que o Senador César Borges disse que está sendo muito maltratado pelo Presidente. Por isso, houve essa benevolência.

O SR. (Orador não identificado) – Mas, se a Bahia tem esse direito, os outros Estados vão ter.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já estou perdendo dez segundos, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Não pode ser um privilégio baiano!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. João Henrique, Srs. Parlamentares, chego a uma conclusão inevitável: um dos grandes problemas que aconteceram na empresa de Correios e Telégrafos, entre vários, foi o loteamento dos cargos, a divisão dos cargos entre partidos políticos. Essa divisão, ao que nos parece, gerou uma disputa; disputa que transformou a empresa de Correios e Telégrafos em uma verdadeira junção de ilhas; ilhas onde os interesses eram tratados sempre respeitando aquilo que era a orientação do partido político, que garantia e apadrinhava certo diretor.

Todos nós sabemos que V. S^a foi indicado pelo PMDB. Inclusive, é ex-Parlamentar do PMDB. É evidente que o Ministro Eunício Oliveira, como membro do PMDB, deve ter tido a prerrogativa de levar o nome de V. S^a para que o Presidente da República o referendasse.

Eu queria que V. S^a me dissesse qual foi exatamente a participação da Casa Civil nesse referendo. Que peso teve o apoio do ex-Ministro José Dirceu na confirmação do nome de V. S^a?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Deputado ACM Neto, eu não saberia dizer a V. Ex^a.

Na realidade, o meu nome foi praticamente um consenso dentro do PMDB e levado ao Ministro Eunício, daí para frente, as tratativas que eventualmente ele tenha feito... Eu só diria a V. Ex^a que nunca fui chamado para uma conversa ou fui ao Palácio chamado com o Ministro-Chefe da Casa Civil. Confesso a V. Ex^a que não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que me causa estranheza, Dr. João Henrique, é que eu fiz a mesma pergunta ao ex-Presidente, que me deu exatamente a mesma resposta que V. S^a está me dando. Todas as nomeações passavam

pela Casa Civil. isso é inequívoco. E, de repente, os principais dirigentes das empresas públicas federais não têm conhecimento de que peso teve o ex-Ministro e Deputado José Dirceu na confirmação dos seus nomes. É como se a Casa Civil, Senadora Heloisa Helena, não tivesse a responsabilidade não apenas por instruir esses processos de nomeação, mas como também de confirmar politicamente os indicados.

Mas vamos em frente.

Eu perguntaria a V. S^a: essa divisão entre partidos trouxe algum prejuízo efetivo aos trabalhos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos? Em algum momento V. S^a sentiu dificuldade de conciliar possíveis divergências por se tratar de pessoas que respondiam a correntes políticas totalmente distintas?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu diria a V. Ex^a que não, Deputado. Eu diria isso pelo seguinte, até porque tenho uma formação conciliadora. E o que procurei fazer? Eu tinha informações de que havia dificuldades nos Correios até de diretor que não falava com outro. Procurei, então, sempre reunir esses diretores, e não buscava, até certo ponto, a sua conotação partidária.

O que eu queria era que as determinações de mim fossem emanadas para que fosse verificada a criação de novos serviços, por exemplo, e especialmente que os processos fossem absolutamente formatados dentro da lei, dentro da legalidade. Mas não tive, eu diria a V. Ex^a, dificuldade no trato com nenhum deles.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É sabido que as decisões mais importantes eram submetidas ao Colegiado; Colegiado composto pelos seis Diretores e por V. S^a. Tenho uma curiosidade. Eu gostaria de ter sido uma mosquinha voadora e poder ter presenciado pelo menos uma dessas reuniões colegiadas.

Então, como não tive essa oportunidade, eu gostaria que V. S^a, em brevíssimas palavras, me relatasse uma dessas reuniões, como ela acontecia, em brevíssimas palavras pelo tempo.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Tínhamos reuniões que começavam às nove horas. Há uma pauta. As atas a que a Senadora Heloisa Helena fez referência agora deverão aqui chegar, e V. Ex^as haverão de ver o seguinte: começa a reunião com os assuntos ditos da Presidência. Então, o Presidente coloca aqueles assuntos que passam por patrocínio cultural, mais ou menos por isso aí. E, **a posteriori**, cada diretor – aí vem o Diretor de Administração – relata o seu processo: “Estou aqui com o processo tal e passo a relatar: isso aqui tem como objetivo a compra disso e daquilo”. Conta lá, vamos dizer, a sua história. O que eu procurava ver e mandava verificar antes

por todos que preparam uma reunião de diretoria? Se estava correto, ou seja, se estava completo. Se havia realmente o processo absolutamente completo...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – E as decisões eram tomadas logo depois dessa brevíssima verificação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Essa verificação ou o processo só chega depois de passar por uma série de verificações. Ao chegar à Diretoria, ao chegar à Redir, ele já passou por todos os setores que deveria passar, de análise técnica, de análise jurídica, de tudo isso.

Quando o Diretor colocava, vamos dizer, o assunto relativo à sua Diretoria, estava aberta a palavra para que algum diretor pudesse perguntar, indagar, tirar dúvida. Feito isso, feita essa discussão – até porque nossas reuniões demoravam quatro, cinco horas –, o Presidente fazia o quê e faz o quê? Como o Presidente Delcídio – a quem tenho recorrido muito –, colhe os votos. Colhidos os votos e aprovado pela maioria, o Presidente homologava: “está aprovado o processo”.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Aí eu pergunto a V. S^a: as diretorias tinham ou não realmente verdadeira autonomia?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a que, no preparo do processo, a diretoria correspondente faz todo o processo. Agora, na aprovação geral, não tem como. É uma Diretoria colegiada. Mas eu diria a V. Ex^a que compete a cada Diretoria, como compete à presidência – e não estou aqui querendo, por exemplo, eximir a presidência e dizer: compete a cada diretor. Não. O que é da alçada da presidência compete à presidência, como, por exemplo, os patrocínios culturais, como, por exemplo, a questão da publicidade. Então, isso compete à presidência, mas cada uma das diretorias tem a autonomia necessária para compor o seu processo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas eu queria entender melhor, Dr. João Henrique, pelo seguinte: se amanhã ou depois esta Comissão Parlamentar de Inquérito concluir que aconteceram irregularidades – vamos pegar, como exemplo, na diretoria de tecnologia –, se houver essa conclusão, de quem será a responsabilidade por isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Acho que há uma responsabilidade direta daquele diretor que formatou o processo, mas é uma responsabilidade finalmente solidária dos quantos aprovaram. Não tenho dúvida com relação a isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. S^a acha que pode ter havido irregularidades em alguma das diretorias dos Correios sem que tenha sido possível o colegiado perceber, detectar?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a que, se houve essa irregularidade, o colegiado não percebeu, porque volto a insistir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas pode ter havido?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mesmo que por possibilidade?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Bom, eu acho que possibilidade, para tudo na vida é possível, mas o que quero repetir, e me permita V. Ex^a dizer, é que a minha preocupação básica, Deputado ACM Neto, é de que tivesse tudo absolutamente formalizado. O que não fiz, eu diria a V. Ex^a e não quero também tomar o tempo de V. Ex^a, é, por exemplo: uma prerrogativa do Presidente, quem sabe, seria aprovar um projeto **ad referendum** da diretoria para que a diretoria, depois, observasse: “Nunca fiz”. Tudo tinha que passar pelos crivos que tinham que passar até chegar à diretoria. Se, eventualmente, aqui e ali surgiu um erro, principalmente de natureza técnica, não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu perguntaria a V. S^a, porque eu queria, também, entender melhor, como é que se processava essa composição das comissões especiais de licitação, porque me parece que os contratos maiores eram objeto da análise de uma comissão especial. E, pelo que entendemos aqui, pelo menos do que foi depreendido dos depoimentos, eram os diretores de cada área que orientavam o Presidente sobre quem seriam os funcionários mais gabaritados, mais qualificados para compor as comissões especiais. É isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem. Eu perguntaria: na comissão especial do Correio híbrido, quem é que exatamente foi o responsável pela escolha do Sr. Adauto para presidi-la?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Bom, eu não diria ao senhor, responderia, porque não tenho informação de quem seria, mas diria ao senhor que, naturalmente, quando determinado assunto – por exemplo, Correio híbrido –, diz respeito à diretoria “a” e à diretoria “b”, os dois diretores se reuniam, levantavam os nomes e traziam ao Presidente, que naturalmente não iria contestá-los, porque...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas existiam duas diretorias envolvidas nesse processo, é isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Acredito que sim. Acredito, não

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A diretoria de tecnologia e...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– A diretoria comercial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A diretoria comercial.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Adauto foi nome apresentado pelo diretor de tecnologia, pelo diretor comercial ou pelos dois?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu acho que, quando veio o processo, foi trazido sempre pelos dois. Agora me parece que o Adauto trabalhava, nessa época, na diretoria de tecnologia, se não me engano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – De tecnologia. É a informação que tenho, eu queria a confirmação de V. S^a, porque ontem o Sr. Eduardo Medeiros procurou fugir da responsabilidade de ter sido o responsável pela indicação do Sr. Adauto, e V. S^a acaba de me confirmar. Agradeço, mas vamos em frente.

Outra curiosidade minha: a empresa de Correios e Telégrafos, ao longo da gestão de V. S^a, patrocinou alguns eventos, assim como também deve ter sido parceira de algumas promoções com várias empresas da iniciativa privada, organizações não-governamentais. Por quem passava essa decisão?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

ZA – Bom, na realidade, há uma formatação ou há um pedido muito grande de participação dos Correios nesses patrocínios. Isso é natural e ocorre, realmente, de muito tempo.

Cada processo desse passava por uma análise. Essa análise ocorria no departamento de *marketing*. Então, era essa análise feita, se convinha aos Correios, se era importante para os Correios participar daquele evento. Vamos dizer assim, o limite do Presidente, ou aquilo que podia fazer sem que passasse pela diretoria, é o limite de até R\$80 mil, mas necessitava de ter parecer técnico e parecer jurídico. Mas esses pedidos chegavam a mim – vários, inclusive, eu diria até de alguns Parlamentares, que têm eventos nas suas cidades. O Prefeito vai lá, pede: “Vamos nos Correios pedir, ver se há um patrocínio”. E não há nada de errado nisso na medida em que os Correios precisam se promover, e, como estão presentes em todo o Brasil, os pedidos ocorriam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas não obedeciam a nenhum critério técnico objetivo?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Obedecia, sim, senhor. Esses processos iam para o DMARK e era analisado ali se convinha ocorrer aquele patrocínio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A Secretaria de Comunicação do Governo tinha algum envolvimento nessa definição?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a que tudo que diz respeito à área de patrocínio, de eventos e à área de publicidade – até por força da legislação aqui citada – deveria ter talvez um parecer da Secom.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quem era da Secom que diretamente ficava mais ligado com essa decisão sempre que fosse chamado?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a talvez o contrário. Não sei quem da Secom, mas o chefe do Departamento de Marketing dos Correios atendia ou acompanhava esses processos quando necessário fosse à Secom.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ele tinha ligação com o Ministro Gushiken ou não? Até porque, hierarquicamente, era incompatível. Com quem era essa relação dele? Era com o Sr. Marcos Flora, por acaso, que era o Secretário-Executivo?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não sei, poderia até ser. Mas não diria a V. Ex^a com absoluta convicção, até porque era o assunto que ele tratava. O que eu objetivava? Que a análise do processo fosse efetivamente feita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Houve muitos patrocínios deferidos a pedido de políticos, Deputados e Senadores, enfim?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu acredito que sim. Na realidade, eu acho que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. S^a teria como disponibilizar para esta Comissão a relação completa de cada evento que foi patrocinado pela ECT a pedido de políticos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não sei se teria. Até porque, eventualmente, eu diria para V. Ex^a o seguinte: Nós, Parlamentares – permitam-me ainda citar-me como tal –, não temos como não sermos demandados por determinadas situações que ocorrem nas nossas áreas. Não há como eventualmente um Prefeito, que até poderia dirigir-se aos Correios, como alguns se dirigiam, independente de algum Parlamentar, procure o seu Parlamentar, em quem votou e: “me leva aos Correios”. Levava legitimamente algum projeto que, eventualmente, não ficava batizado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas não havia nenhum registro?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, eu não diria que há registro...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Nem para controle interno, Dr. João?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, eu não diria que o registro de batismo do tempo... olha, isso aqui foi o Deputado Fulano de tal que pediu ou o Prefeito Fulano de tal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas, se informalmente nós tivéssemos a relação dos eventos e das iniciativas que foram patrocinadas e nós a apresentássemos a V. S^a, V. S^a teria como fazer uma indicação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Poderia talvez aqui e ali me lembrar até pela relação partidária ou pela relação do Deputado em que o evento estava se a realizar, eu poderia me lembrar. Mas, eu diria a V. Ex^a que, levado pelo Parlamentar, levado pelo Prefeito, ou por alguma autoridade ou por alguma ONG, todos eles, independente de quem os levasse, passavam pelo crivo da análise técnico-jurídico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. S^a se recordaria pelo menos de dois exemplos de projetos ou de iniciativas que a pedido de Parlamentares foram patrocinados pelos Correios e o nome desses Parlamentares?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Especificamente, não, Deputado. Não quero cometer nenhuma injustiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Gostaria de me dirigir ao Relator. Isto é algo que o Relator precisa requisitar, ou seja, todas as ações, projetos e eventos de qualquer natureza que obtiveram o patrocínio da Empresa de Correios e Telégrafos com a especificação de quem foram os solicitantes desse patrocínio e de como foram aplicados esses recursos.

Vou encerrar, Sr. Presidente, respeitando o tempo, apesar de não ter tido nenhuma condescendência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas não é possível, pelo adiantado da hora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu teria muitas outras perguntas.

Ao meu encerramento, cumprimento o Dr. João Henrique, claramente um homem público preparado e qualificado, mas também digo a S. S^a que vamos precisar de esclarecimentos adicionais, porque são muitas questões, Sr. Presidente. Às vezes, debato-me querendo entender como as coisas funcionavam ali dentro. Não estão claras para nós. Como cada diretor procura aqui fugir de certas responsabilidades, estou

começando a buscar quem são os “culpados”, que são os responsáveis.

Por enquanto, encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Dr. João Henrique, quando o senhor foi nomeado para ser o Presidente dos Correios, recebeu indicação de quem?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Já disse aqui que recebi a indicação do meu Partido, consubstanciada em levar o meu nome inicialmente.

Antes de V. Ex^a chegar, permita-me proferir duas ou três palavras.

Fui Secretário-Geral do PMDB, quando era Presidente o Deputado Michel Temer, e Tesoureiro, o ex-Ministro e Deputado Eunício Oliveira.

Quando o PMDB foi a base do Governo e o Ministro Eunício assumiu o Ministério das Comunicações, houve uma lembrança de alguns Parlamentares – eu ainda era Secretário-Geral do Partido – de que eu e outros nomes – mais dois ou três – poderíamos compor alguma diretoria dos Correios, que estava agora ligado ao Ministério das Comunicações, sob o comando do Ministro Eunício.

Ao final disso, meu nome seria lembrado para uma diretoria e, levado ao Ministro Eunício Oliveira, ele entendeu, numa conversa comigo, que eu, por ter sido Secretário de Estado, ex-Ministro e por ter alguns conhecimentos de administração pública, reunia condições de ser presidente. Então foi que ele levou o meu nome.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor precisou de ir a Casa Civil antes de sua posse ou logo depois?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, Sr. Deputado. Eu não fui nenhuma vez à Casa Civil em audiência, como se referiu o Deputado ACM Neto, a uma audiência, por exemplo, com o Ministro José Dirceu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Uma prática que verificamos em vários contratos dos Correios é o aditamento desses contratos. Muitas vezes, as licitações são feitas com um valor menor e, depois, no curso da execução dos contratos, eles são sucessivas e reiteradas vezes aditados.

O senhor acha que essa é uma prática adequada para a Administração Pública e, particularmente, para uma empresa da importância e do porte da ECT?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sr. Deputado, eu entendo o seguinte: não conheço, e gostaria até de ver, para poder, em cima do fato, di-

zer a V. Ex^a, contrato que, eventualmente, tenha sido aditado fora do prazo legal de aditamento. Deixe-me explicar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nem pode ser fora do prazo legal.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Deixe-me explicar. Na realidade, você tem um contrato de seis meses que, ao completar os seis meses, tenha sido aditado; um contrato de um ano – como era o contrato, por exemplo, de publicidade, que previu, quando da sua licitação original, um prazo de cinco anos e sucessivas renovações a cada ano -, completado um ano, ser aditado. Então, esses fatos de aditamento, tenho eu a impressão de que eles ocorriam dentro dos prazos e das formalizações de natureza absolutamente legal.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero conversar com V. S^a a respeito disso. Qual era a sua ingerência? Qual era o poder decisório que o senhor tinha, por exemplo, sobre os contratos de publicidade?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Os contratos de publicidade são afetos à Presidência dos Correios. Por exemplo, V. Ex^a pergunta sobre o contrato global de publicidade das três empresas?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu diria a V. Ex^a o seguinte: quando cheguei aos Correios, em março de 2004, esse contrato foi licitado em dezembro de 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Muito bem. E o contrato tramitou absolutamente normal. Ao final, quando completou um ano, esse contrato, formalizado pelo Departamento de Marketing, naturalmente passando, diria eu, por todos os órgãos por que deveria passar, talvez, naturalmente, até por análise da Secom também, veio formalizado para ser aditado. Estava absolutamente dentro de suas especificações técnicas e jurídicas, foi aditado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O problema é que esse contrato foi aditado em 22 de novembro. Por que, na sua gestão, um contrato de 72 milhões, executado até o dia 22 de novembro, se concluiria no dia 15 de dezembro? Portanto, ele teria 23 dias. Por que esse contrato recebeu um aditamento de 18 milhões? Onde colocaram 18 milhões em 23 dias?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor. Na realidade, o que aconteceu é que havia um orçamento de 72 milhões do ano anterior, que passou para 90 milhões, o que significa dizer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, desculpe.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – ... que aumentou 25%.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, por favor, por favor, por favor.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – E não foram ...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A execução do ano anterior, esteve aqui o Dr. Airton Dipp...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Setenta e dois milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... foi de 60 milhões.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, então ele mentiu.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Havia um contrato de 72.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sesenta milhões a execução de 2003. O contrato que o senhor executou no seu mandato...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... era de 72. Em 22 de novembro, o senhor assinou – a sua assinatura está aqui – e aditou 18 milhões. Por que razão 18 milhões para pouco mais de 20 dias?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Nunca aconteceram 18 milhões em 23 dias. E o contrato aditado, Excelência, não é um contrato só. São todos os contratos de publicidade das três empresas. Não é um contrato só.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Volto a dizer: V. S^a está negando que assinou um contrato, onde o senhor aditou por 23 dias?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não senhor, por 23 dias, não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É claro que sim.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não senhor. Eu aditei o contrato quando ele completou um ano.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é verdade.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Na realidade, eu gostaria de ver...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou ler o documento para o senhor, vamos acertar a conversa aqui. Vou ler para o senhor.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor assinou um documento que diz o seguinte: “Aditar em 25%”.

E veja: o senhor assinou um aditamento sem especificar qual era a razão. A Lei nº 8.666 permite o aditamento, mas ele é justificado. Não é só porque a lei permite os 25 que o senhor aumenta esses 25. O senhor precisa, na verdade, ter uma razão, precisa justificar isso, inclusive no aditamento. Essa é a determinação legal.

O senhor não faz isso no aditamento. O senhor simplesmente coloca, aqui, três linhas, três itens, três incisos em que adita o contrato original em 25%, transformando o que era 72, obviamente, em 90, pois 72 mais 18 são 90.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Para o ano seguinte.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhor. Vou ler o que o senhor assinou: “O presente termo aditivo vigorará a partir da data da sua assinatura...” – dia 22 de novembro – “... até o limite da vigência do contrato original”. O contrato original era até 15 de dezembro de 2004.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Se V. Ex^a verificar e for, realmente, buscar nos Correios, vai verificar que não se pagaram nunca 18 milhões em 23 dias. E diria mais, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas por favor, Deputado.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Tenho aqui todo o cronograma de como isso foi feito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, Deputado, o senhor quer ver o documento, o que o senhor assinou? Se o senhor pensou que assinou outra coisa, alguém lhe informou mal e o senhor se equivocou.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Muito bem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que o senhor assinou está na mão do Relator e posso passar às suas mãos para o senhor ver. Eu quero que o senhor me explique – para mim, não; para o País.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Pois, não.

Eu diria a V. Ex^a que tenho aqui, por exemplo, todo o cronograma desse contrato e V. Ex^a, realmente, me traz aqui um contrato do dia 22 de dezembro.

Eu diria a V. Ex^a que nunca, em instante nenhum – podem ser verificadas todas as despesas feitas pelos Correios –, por exemplo, esse contrato teve um aditamento para as três empresas de 18 milhões para 23 dias. Eu diria isso com absoluta...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas está escrito aí.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu diria a V. Ex^a que está certo. Está me mostrando. Como aconteceu?

No dia 9/11/04, autorizado pelo Presidente o aditamento de vigência, conforme estabelecido na cláusula III, subitem 3.1, dos contratos de publicidade.

Em 9/11/04, encaminhada a minuta dos contratos para análise ao departamento jurídico.

Em 22/11/04, o jurídico apresenta nota jurídica informando que não há óbice na assinatura do contrato.

Em 15/02/2004 – pelo menos a informação que eu tinha aqui – assinado o termo aditivo de vigência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, Presidente.

A sua informação, desculpe-me, com muito respeito e atenção, está equivocada. O senhor assinou um termo aditivo no dia 22 de novembro e assinou outro. Está aqui escrito, o timbre é dos Correios e o documento é legal. É a sua própria assinatura. O senhor re-assinou um segundo termo aditivo, não mais aumentando em 25%, apenas prorrogando, então, por mais um ano. É o que está escrito aqui.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – E eu quero dizer a V. Ex^a que, na realidade, estávamos prorrogando o contrato por mais um ano, e isso V. Ex^a pode verificar em qualquer contabilidade dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – O que eu não posso, Deputado, com todo o respeito a V. Ex^a, é dizer que fiz ou assinei um termo aditivo de um contrato, envolvendo três empresas, por apenas 20 dias ou 23 dias e que foram despendidos 18 milhões, até porque, se V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso nós vamos descobrir na execução, Sr. Presidente. O problema, Presidente, é que o senhor tinha, documentalmente e contratualmente, 72 milhões para gastar, no limite – o senhor não poderia gastar nenhum centavo a mais, embora pudesse gastar menos. O senhor tinha isso até o dia 15 de dezembro de 2004.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Perfeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No dia 22 – eu não posso fazer nada. Foi o senhor que assinou. Gostaria que o senhor não tivesse assinado. O senhor assina um aditamento de R\$18 milhões. Esse aditamento de R\$18 milhões pode ser distribuído como quiser entre as três empresas? Ou melhor, duas têm

que ter, no mínimo, 25%. E eu suspeito – vamos descobrir na execução – que a SMP&B tem 50% desses contratos. Isso vamos provar com o tempo, com calma. Mas o senhor assinou para aumentar, nos últimos 23 dias do contrato, em R\$18 milhões a possibilidade de gasto.

Eu duvido, Presidente, que não tenha sido gasto esse dinheiro ou quase todo. Ninguém faria uma prorrogação. Aliás, quero-lhe dizer que, muito provavelmente, já haviam gasto o dinheiro. Fizeram o aditamento para dar cobertura legal.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a que procuremos ver nas contas dos Correios, para que...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso nós vamos fazer.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Vamos verificar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só que-

ro que o senhor explique.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só

estou flagrando aqui, com respeito ao senhor, com todo o respeito que o senhor me merece, com tranquilidade, serenidade, e lhe levei o primeiro termo aditivo até os Correios. O senhor assinou três vezes cada um desses. O senhor assinou o primeiro termo aditivo, esse que o senhor tem nas mãos, para a SMP&B, para a BAGG e para a Giovanni FCB. Então, no dia 15 de dezembro, que é o dia do vencimento, o senhor prorroga dentro do que o contrato permite – não estou dizendo que há nenhum erro aí –, o senhor prorroga por mais um ano e o senhor assina três vezes de novo.

Então, a pergunta que eu lhe fiz era simples. Se o senhor só faz o segundo aditamento, aumentando em 25, justificando por um ano, eu não faço pergunta nenhuma para o senhor.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– V. Ex^a tem, por exemplo, o contrato ou o segundo contrato assinado do dia 15?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está aqui comigo. Vou-lhe levar às mãos também, de novo.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Muito bem! Eu diria a V. Ex^a que, na realidade, o contrato que prorrogou e que realmente – vamos dizer assim – deu seguimento e deu por mais um ano a existência desse contrato é um contrato que, inclusive, na informação que me foi dada aqui pelo Correio, me leva a partir de 15 de dezembro.

Evidente que o que V. Ex^a levanta eu considero até que é esquisito e que precisa ser visto. É preciso ser visto. Porque não posso realmente admitir, a não

ser que tenha incorrido ou levado a erro a possibilidade de se fazer um aditivo por apenas 23 dias da vida de um contrato.

Tenho eu absoluta convicção e a sensação – diria eu a V. Ex^a – de que os recursos oriundos da prorrogação desse contrato só começaram a ocorrer no dia 15 de dezembro. Mas acho – e naturalmente deve ser verificado se, nesse período, houve despenho de algum recurso, porque a intenção, o objetivo era a assinatura do contrato, dentro das informações que eu tenho aqui prestadas pelos Correios, a assinatura do contrato na vigência de um ano. E tenho eu absoluta convicção, ilustre Deputado, de que, na realidade, o contrato vigente, o contrato existente é o contrato prorrogado quando se completou um ano. Verificaremos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Lamentavelmente...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Verificaremos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Triste-

mente...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Verificaremos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A sua

tese está equivocada, como os documentos comprovam.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, eu não sei. V. Ex^a me mostra aqui um contrato que foi assinado no dia 29, dando a percepção...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deixe-me só lhe perguntar, porque o meu tempo está terminando.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Dando a percepção de que, em 23 dias, as três empresas podem ter gasto R\$18 milhões. Verificaremos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso que está escrito e assinado.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Mas tenho a sensação de que o contrato vige a partir de 15.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sensação não tem nada a ver com o que está escrito.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Bom, vamos ver.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A per-

gunta que eu quero-lhe fazer é a seguinte: O Sr. José Otaviano, durante todo o seu mandato, foi o chefe do Departamento de Marketing?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quan-

do o senhor saiu, ele ainda continuava lá ou ele já era diretor, como ele é hoje?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, quando eu cheguei, ele estava e, quando eu saí, até o dia em que ele foi nomeado diretor, ele continuava chefe.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E foi ele que lhe levou isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim, senhor. Naturalmente, ele era o chefe do Departamento de Marketing e me levou os contratos para assinar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O PT tem uma prática, Presidente, de sitiar os órgãos da administração que não são comandados por petista. Isso eu conheço do Rio Grande do Sul. É uma experiência vivenciada, inclusive denunciada por Partidos aliados do PT lá, em composições políticas.

Eu perguntei ao Dr. Aírton Dipp e pergunto ao senhor: O senhor conseguiu governar, o senhor conseguiu efetivamente mandar ou muitas vezes o senhor teve que aceitar as determinações que vinham do colegiado onde o senhor era Presidente?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor. Nunca tive dificuldade realmente em comandar a empresa, em participar do colegiado, naturalmente discutindo, como disse aqui, as questões levadas por cada diretor, independentemente do Partido de que participava.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conseguiu contrariar a decisão de algum episódio no seu período onde o senhor desfez o negócio, contrariou uma decisão de uma diretoria técnica, particularmente, a de tecnologia e a de operações ou o seu chefe do Departamento de Marketing?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, eu diria a V. Ex^a que nenhum desses contratos ou desses objetivos, por qualquer um da diretoria, chegava, por exemplo, volto a dizer, sem a formatação da necessidade da aquisição daquele material. Então, se chegava formatado, justificado, explicado, não tinha por que contrariar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acha que poderia ter vivido a sensação ou o senhor tem a percepção de que poderia ser como um rei ou uma rainha da Inglaterra, que governa mas não manda?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor, Deputado, não tive essa percepção. E esse fato que V. Ex^a me trouxe agora eu pretendo, a partir de amanhã muito cedo, verificar detalhadamente e me comprometo não só com a CPI, mas com V. Ex^a a procurar fazer todos os esclarecimentos necessários.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem lhe levou isso foi o Sr. João Otaviano?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Foi, naturalmente, o chefe do Departamento de Marketing.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, o tempo já esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente, e me reinscrevo para concluir uma ou duas perguntas se não for esclarecido na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Acho que seria importante V. Ex^a aguardar as outras perguntas. Quem sabe alguém pergunta o que V. Ex^a pretende.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu vou colaborar com V. Ex^a. Não vou fazer uma inscrição neste momento. Estou satisfeito, mas só solicitaria que fosse feita xerox, porque essas duas cópias são as únicas que tenho, para que o Dr. João Henrique possa levar e possa examinar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A equipe vai tirar a xerox.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero reafirmar a preocupação que tenho porque essa prática de aditamentos de contrato de publicidade afeta todos os órgãos da administração federal, e vamos ter que ir atrás dos critérios que vinham da Secom para, por exemplo, forçar um situação que o próprio Presidente reconhece que é irregular.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – OK.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero apenas solicitar que possa afirmar que ainda hoje ouviremos o depoimento do Presidente da Skymaster, o Sr...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ouviremos o depoimento do Presidente da Skymaster ainda hoje.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por isso, eu pediria objetividade porque temos ainda uma longa jornada pela frente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão da minha inscrição para ajudar a andar mais rápido e chegar ao depoimento da Skymaster.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sábia decisão, Deputado Henrique Fontana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a já recebeu alguma informação do Gabinete de Segurança Institucional a respeito do Diretor da Abin que chamou esta comissão de bestas-feras e disse que aqui é um picadeiro?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Já recebi formalmente o comunicado do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Felix, confirmando efetivamente o comunicado interno do Chefe da Abin enviado a todos os funcionários da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor poderia ler o ofício do gabinete de segurança?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós vamos distribuir para depois, terminado o depoimento do ex-Deputado João Henrique, fazermos a deliberação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra O Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, só tenho duas perguntas a fazer.

A primeira: quando foi mostrado aqui para o Sr. Antonio Osório um contrato de publicidade celebrado pelos Correios, ele se assustou e disse que não sabia nada acerca daquilo e que competia à Presidência e a dois diretores assinarem e que ele assinou sem saber inclusive o que estava assinando. V. S^a já disse aqui como eram formalizados esses contratos de publicidade e assumiu que a responsabilidade era da Presidência. Mas V. S^a, respondendo à pergunta do Deputado Onyx Lorenzoni, disse que talvez passasse pela Secom. Fiquei encabulado com esse talvez. Será que a Secom não mandava pronto para o senhor assinar ou já devidamente formatado?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu diria a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, que, pela própria segmentação legal de um decreto, não sei, um decreto, uma lei, não me lembro, eu disse que era de 95 e me corrigiram para 2003, a própria Secom acompanha as estatais no sentido de que essa empresas, dentro da realização de seus patrocínios... Naturalmente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Então não é talvez.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Passaria, com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas já vem formatado?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. É formatado dentro da instituição e analisado. Mas a formatação ocorre dentro da instituição. É aprovado ali, analisado e assinado pelo Presidente e por um diretor, que é o Diretor de Administração.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em relação à rede postal aérea noturna, a Controladoria Geral da União, nesse relatório, nessa análise preliminar, aponta algumas irregularidades, como a contratação de consultoria sem amparo contratual, a falta de justificativa para a variação de preço por quilograma contratado, e a falta de transparência e objetividade nos critérios e métodos adotados para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro em 2004, nos contratos dessa rede postal.

Em 2003, na gestão do ex-presidente Airtton Dipp, foi constituído um grupo de avaliação de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que concluiu pela redução do valor do contrato da Skymaster. Ela não concordou em reduzir esse preço e houve então um novo pregão presencial, no qual ela mesma foi vencedora, com um preço bem inferior, de R\$4,7 milhões.

Posteriormente, V. S^a majorou esse preço para algo em torno de R\$9,6 milhões. A pergunta: V. S^a desconstituiu o grupo de avaliação de equilíbrio econômico-financeiro feito pelo ex-presidente Airtton Dipp?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Esse grupo, por exemplo, que havia analisado essa questão da Skymaster já estava extinto. O que aconteceu foi que na nova licitação, o grupo que analisou a questão da Skymaster estava extinto.

O que ocorre, Senador, e fiz menção a isso aqui, V. Ex^a não estava no instante em que fiz menção, é que essa empresa participou de uma nova licitação, e, ao participar de uma nova licitação, ela ganhou nesse preço licitação que eu disse aqui que foi realmente contestada e foi discutida a nível de TCU, a nível judicial e, depois, aprovada. Eu só assinei os contratos com as empresas aéreas depois de aprovados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Houve uma recomendação para que o senhor não assinasse esse novo aditivo, com majoração de preço, por parte do Ministério Público Federal?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria a V. Ex^a que, do meu conhecimento, não conheço essa recomendação do Ministério para que não assinasse os contratos agora dessa nova licitação...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O aditamento no valor de R\$9 milhões?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Mas eu não fiz aditamento. Quando ele ganhou esses R\$9 milhões, já fez parte da licitação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Na licitação, houve recomendação para não assinar, ou não houve?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não recebi. Até diria a V. Ex^a, Senador, que nenhuma recomendação, quer de natureza dos órgãos de fiscalização, quer de natureza judicial, eu deixaria de cumprir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Obrigado.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meu caro depoente, Dr. João Henrique, evidentemente que exercemos aqui a tarefa de investigar e V. S^a, ao longo desse percurso de mais de hora do seu depoimento, já está habituado a ter de responder a interrogações.

Mas a primeira que acho que merece uma consideração, para esclarecimento público, inclusive para conformação do cenário em que nos movemos nesta investigação, é: V. S^a afirma que tem uma larga experiência parlamentar e já participou de governos, em gestão governamental. Apenas no Governo Federal, ou já participou de alguma gestão no Governo estadual?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Participei, Deputado, do Governo estadual, fui secretário estadual de três secretarias lá do meu Estado do Piauí.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De três secretarias na gestão de?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Do Governador Alberto Silva. Estadual.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Alberto Silva. Estadual.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Fui secretário de governo, passei pela Secretaria de Cultura e fui secretário de educação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. Posteriormente, o senhor manifesta mais uma outra gestão no Executivo, que foi no final do ano de 2002.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – No final do ano de 2002, o meu Partido me indicou e eu fui Ministro dos Transportes do Presidente Fernando Henrique.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nesses dois momentos de composição de esfera administrativa e de cargos de gestão V. S^a foi instado por seu Partido a participar do Governo?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – A participar?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dos Governos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim. Na realidade, eram Governos que o meu Partido apoiava, fazia parte deles, lembrou de mim, indicou-me para ocupar os cargos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor considera que nesse tipo de procedimento partidário existe alguma interação com a conformação de gangues ou quadrilhas?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor, de forma alguma. Eu acho que, na realidade, a participação do partido que ganha uma eleição, ele governa e, naturalmente, a participação de partidos que fazem sua base de sustentação sempre... Acho que isso não é uma praxe do Brasil, isso é uma praxe mundial. Os Governos e especialmente os Governos de caráter presidencialista, e até parlamentaristas, compõem-se com aqueles que participam.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor considera que seja um procedimento legítimo e legitimado na prática democrática em regimes presidencialista?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Acredito que sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na composição, a partir do ano de 2004, em que V. S^a, também indicado por seu partido, passa a compor a presidência dos Correios, avalia que houve alteração desse tipo de procedimento ou o PMDB agiu como agiu em momentos anteriores?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Como em momentos anteriores, não vejo nenhuma diferença.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a interlocução foi feita diretamente com o Ministro Eunício, pelo o que o senhor depôs aqui.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Na época, sim. O que fui agora foi a interlocução que começou entre meus colegas Deputados, lembraram do meu nome, passou pelo presidente do meu Partido e pelo Ministro Eunício.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a disse que exerceu dois cargos de direção nacional partidária, se não estou equivocado.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor. Exerci de direção partidária no meu Estado, no Piauí, fui vice-presidente do diretório estadual e, em nível nacional, fui secretário geral do PMDB.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor foi secretário geral do PMDB. Nas ocasiões em que

o seu partido discutiu a composição neste Governo, no ano de 2004, houve alguma exigência de contrapartida financeira durante o período de gestão dentro dos Correios?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Em absoluto, nunca, jamais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tinha noção de que, no terceiro ou segundo andar do prédio da sede dos Correios, havia a composição de cotas para fornecimento de financiamento partidário?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Em absoluto, nunca tomei conhecimento disso nem imagino que isso possa estar acontecendo ou tenha acontecido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando o senhor teve notícia da fita que denunciava a expressão do Sr. Maurício Marinho sobre a composição de uma verdadeira partilha de recursos oriundos de empresas que participavam de licitações nos Correios?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Só tive conhecimento dessa fita, Deputado Carlos Abicalil – desculpe-me se às vezes posso errar na pronúncia do seu nome –, só depois de publicado pela revista **Veja**.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a não foi comunicado anteriormente pelo Sr. Antonio Osório, que compunha parte da diretoria dos Correios na gestão de sua presidência, sobre a existência dessa fita?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. O diretor Antonio Osório levou para mim, no dia 10, o requerimento do Sr. Marinho, que pediu afastamento do cargo por questões de saúde.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em que dia?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Dia 10.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dia 10 de?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– De maio. E, no dia seguinte, na reunião da Diretoria, já coloquei o requerimento e o exonerei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor colocou o requerimento de exoneração? Ele havia pedido licença e o senhor colocou um requerimento de exoneração?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– É, porque, na realidade... Não, ele pediu afastamento do cargo de chefe do Decam, por questões de saúde. Essa proposta foi apresentada à Diretoria porque compete ao diretor da área apresentar a proposta. Apresentada a proposta, votada, aprovada pela diretoria, creio que no mesmo dia fiz a portaria o exonerando.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor afirma que essa decisão foi tomada, então, ainda sem o seu conhecimento da existência dessa fita?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Com absoluta convicção.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Sr. Roberto Jefferson menciona que teve conhecimento da fita logo no início do mês de maio e que deu conhecimento aos seus partidários que compunham inclusive a direção dos Correios. Houve uma decisão depois da reunião de diretoria, provavelmente essa a que V. S^a se refere, em que se decidiu a exoneração do Sr. Maurício Marinho do cargo que lhe era atribuído e a concessão da licença médica. É isso que V. S^a confirma?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Não sei com relação à questão da licença médica, porque aí já não é afeito a um ato de Presidência. É afeito, vamos dizer assim, à Diretoria de Pessoal o encaminhamento do pedido ou não de licença. Ele apenas fez uma carta, levada pelo diretor Antonio Osório, em que ele pedia o afastamento da chefia, daquela função, por não se sentir... Estava com problemas de saúde.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a recebeu em seu gabinete o Sr. Sílvio Pereira, alguma vez, na condição de presidente?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Alguma

indicação do Sr. Sílvio Pereira para nomear, para contratar na empresa?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Nunca recebi. Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para interferir em licitações?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como V. S^a relata o evento atribuído à empresa HHP?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não sei a que evento V. Ex^a se refere.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A contratação e compra, substituição de equipamentos de informática.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, confesso a V. Ex^a, e volto a repetir aqui, que esses contratos formatados em nível de Diretoria de Tecnologia, tinha eu a preocupação, porque esse é um assunto muito técnico, tratado pelo diretor, tinha eu a preocupação de que, quando chegasse algum processo, tivesse a formatação de natureza legal, a formatação técnico-jurídica. Feito isso, estaria aprovado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a afirmou aqui que o Sr. José Otaviano já estava na estrutura da Presidência dos Correios antes de V. S^a assumir.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim, senhor. Quando eu cheguei lá...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que função exercia esse Sr. José Otaviano?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Se eu conhecia?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que função ele exercia?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Ele era o chefe do Departamento de Marketing. Quando eu cheguei aos Correios, ele já era o chefe do Departamento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele já era o chefe de Departamento de Marketing?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na condição de chefe de departamento, esse senhor é funcionário de carreira dos Correios?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – De carreira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que categoria profissional interna?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não saberia dizer, mas deve ser administrador postal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Administrador postal. São aqueles, tipicamente, que estão aptos a ocupar cargos dessa natureza?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – É, cujo administrador postal – aliás, permita-me V. Ex^a dizer... Os administradores postais tiveram esse curso suspenso, num determinado instante. É um curso extremamente importante, porque forma realmente administradores postais para os Correios. Nós autorizamos e esse curso está sendo retomado agora em agosto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

Na confirmação da permanência desse Sr. José Otaviano, V. S^a teve, além de ouvir outros dirigentes dos Correios e pessoas que tinham experiência lá dentro, alguma curiosidade de análise de currículo ou de procedimento em torno desse Sr. José Otaviano?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Ah, sim. Extremamente competente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tinha, então, noção de que ele era extremamente competente e avalia que, durante o exercício da sua presidência, essa competência também foi exercida?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a conheceu o Sr. Edilberto Petry?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – É funcionário da Diretoria de Tecnologia. O conhecimento... Eu diria para o senhor que, apenas uma vez, nesses meus quinze meses, para um esclarecimento que precisava com relação a uma questão técnica, o Petry esteve no meu gabinete. Uma única vez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tem noção de, desde quando, o Sr. Petry dá assessoramento nessa área de tecnologia? Ele é assessor, é diretor?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu acho que ele é assessor do diretor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sabe desde quando?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Creio que há muito tempo. Não sei exatamente desde quando.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Também é funcionário de carreira dos Correios?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Funcionário de carreira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual o papel que exercia esse Sr. Edilberto...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Petry.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Edilberto Petry no procedimento?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Era um papel de assessoria ao Diretor de Tecnologia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele também tinha envolvimento com aqueles assuntos que eu considero aqui assuntos estratégicos – como, por exemplo, de expansão de serviços, de consolidação de novos procedimentos que os Correios deveriam responder ao usuário –, que, portanto, demonstravam áreas de expansão de serviços de Correios? Inclusive alguns que o senhor mencionou aqui, como, por exemplo, a concorrência com os *motoboys*, com os serviços de informalidade?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, acho que nessa área, não, porque essa área já era afeta à Diretoria Comercial. É provável que, na área de tecnologia, por recomendação do diretor, ele pudesse cuidar de algum assunto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na gestão de V. S^a, ele estava subordinado a uma outra direção?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Ao diretor de tecnologia. Deve ser assessor da Diretoria de Tecnologia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com o

senhor, ele só tinha contato nos momentos da Redir, da reunião de direção?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Ele nunca compareceu... O Petry?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É.**O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOU-**

ZA – Não, senhor. Ele nunca compareceu a nenhuma reunião da Redir.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a

tem, na sua agenda, registros de ter recebido empresários orientados ou recomendados pelo Sr. Marcus Vinícius?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Em absoluto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Durante

a sua gestão?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Nunca recebi nenhum empresário recomendado... Nem recebi Marcus Vinícius nem nenhum empresário recomendado por ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E por

algum outro Parlamentar?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOU-

ZA – Não. Na realidade, eu tinha uma presença muito grande de Parlamentares, mas nunca recebi, assim, uma recomendação “que o Parlamentar está mandando para receber alguém”. Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a ma-

nifestou aqui uma análise de que os Correios manifestavam déficits recorrentes e crescentes desde 2001.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOU-

ZA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Confir-

ma essa informação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que

análise o senhor faz dos dados posteriores a 2003 e no período em que V. S^a esteve na Presidência dos Correios? Mantiveram-se esses déficits crescentes ou havia e há uma tendência de inversão desses resultados?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Estancamos a partir de 2004. Como eu disse aqui, em 2001, houve, entre receita operacional e despesa, um déficit em torno de 200 milhões; em 2003, 250; em 2004, 337. Havia uma tendência, havia um crescente. Chegaria a um instante em que os Correios não iria subsistir. Por quê? Porque ele vinha tendo lucros... Que-

ro registrar também que, na minha gestão, eu não só aumentei a receita dos Correios em um bilhão e cem milhões no ano de 2004, como também dei lucro superior ao ano anterior. O ano anterior fechou com lucro de 288, eu fechei com 317. E, este ano, a minha previsão já levou ao aumento, este ano em que estamos, 2005, também nos cinco primeiros meses em que dirigi os Correios, de R\$100 milhões por mês. Já tem um lucro acumulado, até o mês de maio, de R\$20 milhões, superior ao mesmo período do ano passado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a manteve algum contato com o Sr. Marcos Valério ou com algum dirigente das empresas de publicidade DNA e SMP&B?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor. Eu diria ao senhor que, quando tomei posse na Presidência dos Correios, é muito provável que eu tenha recebido, por exemplo, alguém da direção dessa empresa para os cumprimentos de praxe, como recebi das outras empresas, mas o Sr. Marcos Valério nunca teve audiência comigo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca teve audiência com V. S^a?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tem no-ção se teve audiência com o assessor de marketing ou o diretor de marketing, que pertence institucionalmente à Presidência?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Essa informação, não posso dar a V. Ex^a, mas... Não tenho essa informação. Creio que não, mas não tenho essa informação. Se algum dia o cidadão encontrou-se com ele lá, não tenho essa informação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não tem essa informação?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a mencionou aqui que três empresas ganharam a licitação de R\$72 milhões. V. S^a poderia citar quais são as outras empresas?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Em dezembro de 2003 foi feita essa licitação. Eu não estava nos Correios, mas foram as empresas que continuaram: essa SMP&B, a Giovanni e a Link.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que permaneceram, portanto...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Sim, porque, quando elas ganharam a concorrência em 2003, elas ganharam a concorrência com um contrato de cinco anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o aditivo, que foi o tema polêmico recente nesta Comissão...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Que eu vou procurar esclarecer, porque...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas esse aditivo estendeu-se apenas a uma delas ou às três?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Eu não sei informar realmente isso a V. Ex^a. Eu pretendo... Às três. Às três. Diz-me aqui o Deputado Onyx que às três.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o aditivo aplicou-se às três. Aplicou-se às três em igual medida da participação originária do processo licitatório ou em medidas diferenciadas daquela origem do processo licitatório?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Creio eu que na mesma medida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tem noção de como foi a repartição desses recursos?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Acredito que, normalmente, a repartição desses recursos ocorria de forma quase que idêntica. Vamos dizer que, se tinha um orçamento de R\$90 milhões, talvez R\$30 milhões para cada um. Creio que...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O orçamento foi de R\$72 milhões e, depois, aditado?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Depois, passou para R\$90 milhões.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor crê que tenha sido mantida a proporção original e, mais que isso, que essa proporção era mais ou menos repartida em três terças partes.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Creio que sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Vou, agora, fazer a leitura de vários inscritos aqui para acelerar essa nossa oitiva: Senadora Ideli Salvatti; Senador Pedro Simon; Senador Jefferson Péres; Deputado Murilo Zauith; Senador Fernando Bezerra; Deputado Alberto Fraga; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu retirei a minha inscrição para colaborar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Uma sábia decisão, meu caro Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiro ex-Deputado João Henrique, nossos pares, na minha infância, no interior da Amazônia, se hoje é difícil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quinze minutos, por favor, pessoal do som e do tempo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Talvez não gaste nem isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ótimo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Se hoje ainda é difícil a comunicação, imaginem na minha infância. Morando às margens do rio Madeira, recebia a correspondência uma vez por mês, quando passava o batelão. Vejam que dificuldade. Meu pai faleceu no dia 31 de dezembro e eu fui tomar conhecimento no dia 6 de janeiro, porque um avião Catalina pousou e levou a notícia. Hoje, graças a esta empresa, que é um orgulho nacional, os Correios, que tem uma credibilidade internacional imensa, podemos receber encomendas no mesmo dia. Podemos ter acesso rápido e eficiente graças à eficiência dos Correios.

Agora, eu estava assistindo ao depoimento do ilustre Deputado João Henrique e ficava pensando comigo mesmo: houve entre nós mesmos uma divergência quanto a uma disciplina legal. Se seria uma instrução normativa ou se era uma lei; se era de 1995 ou se era de 2003. Veja, nós que somos legisladores! E eu me lembrava de um filósofo chinês, Lao Tsé, que 750 anos antes de Cristo já dizia: “Quanto maior o número de leis, maior o número de infratores”. É a triste realidade.

V. Ex^a dirige um órgão que tem um colegiado na direção. Creio eu que a responsabilidade, no caso, é solidária, de toda a diretoria. Mas deve haver parâmetros. Por exemplo, até determinado valor, deve ser da alçada da gerência, da superintendência. Assim, vai crescendo até chegar à diretoria, até envolver todo um colegiado.

Imaginem a pessoa que assume a Presidência de um órgão desse, se é possível que saiba de pormenores que aconteçam em cada gerência, em cada superintendência, em cada diretoria.

Sr. Presidente, eu acho humanamente impossível. Agora, quando uma diretoria leva um processo ao Presidente para decisão, seja ele de contratação, de licitação, de pagamentos etc, a presunção para quem vai assinar é de que está pautado dentro das normas legais, dentro dos princípios contábeis, enfim, dentro da legalidade. Muitas vezes, como o princípio é o da confiança mútua, recíproca, muitas vezes essa confiança é traída.

Meu caro João Henrique, eu, que convivi com V. Ex^a no diretório, na Executiva do nosso Partido, que convivi com V. Ex^a no Plenário da Casa, nas Comissões, que fui honrado em ser recebido muitas vezes no Ministério dos Transportes, posteriormente nos Correios, acho que temos de apurar sim, porque existem coisas erradas – e disso temos certeza –, mas tenho convicção de que V. Ex^a não participou, não participa e se tivesse tomado conhecimento teria adotado as providências para sanar as irregularidades.

Veja, no caso aventado pelo Deputado Onyx, do aditivo de R\$72 milhões para R\$90 milhões. Eu gostaria que V. Ex^a explicasse melhor, até porque nós estamos vivendo uma época de caça às bruxas e toda palavra que se disser contra alguém vira dogma. Não se avalia a vida pregressa, não se avaliam as circunstâncias agravantes e atenuantes, e a pessoa é logo prejudicada e, mais do que isso, é condenada sem direito ao contraditório e à ampla defesa.

Nós aqui não estamos para julgar nem para condenar ninguém, porque a nossa atividade e atuação são para fazer o julgamento político. Hoje, como os holofotes mudaram de posição, já se vê o esvaziamento da Comissão.

Eu não sei se a reunião está sendo transmitida ou não. Mas certamente milhões de brasileiros, se houver a transmissão, estão aguardando uma informação mais convincente de V. Ex^a sobre esses aditivos para não deixar margem a qualquer dúvida de que esses aditivos foram celebrados em obediência aos princípios legais.

Eu gostaria que V. Ex^a nos explicasse isso.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu agradeço a V. Ex^a as palavras e disse aqui para o Deputado Onyx que talvez não tenha em mãos condições, Deputado, de dar esclarecimentos totais e absolutos com relação aos contratos. Sei bem do aditivo realizado, em 15 de dezembro, quando um ano completou. Com relação ao outro aditivo, comprometi-me, aqui com o Deputado e com esta Comissão, em colher as informações necessárias, a partir de amanhã, dos Correios, e as enviarei tanto ao Deputado quanto, naturalmente, à Comissão.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a conhecia Delúbio Soares?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Diria a V. Ex^a que não tive conhecimento específico com Delúbio Soares. Creio eu que, eventualmente, uma vez, no restaurante, encontrei-me com ele. Estava um grupo. Eu o cumprimentei. Nunca o recebi nos Correios, nunca teve audiência comigo nos Correios, e nunca tivemos nenhuma conversa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sílvia Pereira?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Também não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Bom, o Deputado Roberto Jefferson...

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Sílvia Pereira, nas mesmas circunstâncias. Confesso a V. Ex^a que estava visitando a regional dos Correios em Pernambuco. No hotel em que eu estava – onde parece que estava havendo um evento dos Correios, e encontrei pessoas do PT do meu Estado –, em uma roda, estava o Sílvia, que me cumprimentou. Cumprimentei a todos que estavam na roda. Nunca tivemos mais do que isso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É claro que o Deputado Roberto Jefferson V. S^a conhece muito bem, como todos nós da Casa. V. S^a comandava um colegiado pluripartidário. Havia diretorias do PTB.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Uma diretoria do PTB.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E o relacionamento do Deputado Roberto Jefferson com V. S^a? S. Ex^a participou de várias reuniões com V. S^a? Discutiu problemas?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – O Deputado Roberto Jefferson estava em um despacho ou estava nos Correios, no gabinete do Diretor Osório, quando o diretor me ligou – e foi logo após a minha posse – dizendo: “O Deputado gostaria de cumprimentá-lo porque não esteve na sua posse”. Subiu, pela única vez nesse quinze meses, ao meu gabinete. Cumprimentou-me, esteve comigo durante uns dez minutos, no máximo, e foi embora.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a teve notícia de que na diretoria ligada ao PTB havia um compromisso de recursos financeiros para a campanha?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Nunca tive essa informação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nobre ex-Deputado, agradeço as informações de V. S^a, que certamente contribuíram para os esclarecimentos que precisamos. Tenho certeza de que V. S^a estará sempre à disposição para nos brindar, não apenas com a sua presença, mas com sua competência. Reconheço que V. S^a foi um excelente Presidente dos Correios.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Asdrubal Bentes.

Para encerrar a presente oitiva do ex-Deputado João Henrique de Almeida Souza, concedo a palavra ao Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, quero dizer que no período em que Miro Teixeira, meu amigo pessoal, foi Ministro das Comunicações e que Aírton Dipp presidiu os Correios, verificou-se a diminuição dos contratos feitos com as empresas que transportavam cargas nos Correios, e que havia denúncias de superfaturamento. Entretanto, se o Ministro Miro Teixeira determinou que fossem reduzidos os preços – e foram reduzidos para menos da metade, se não me engano, de R\$9,5 milhões para R\$ 4,7 milhões mensais o pagamento, quer dizer, para menos da metade – gostaria que V. S^a explicasse por que pouco tempo depois aumentou para R\$5,3 milhões e, em nova licitação, foram aumentados para um valor maior do que o praticado antes. Creio que de R\$9,5 milhões aumentou para R\$9,8 milhões. E, inclusive, o relatório da Controladoria-Geral da União acusa um superfaturamento nesse contrato.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Já expliquei, Deputado Alvaro Dias, a V. Ex^a que, na realidade, esse aumento com relação a uma empresa que participou desse certame... Nove empresas participaram desse certame, aliás, venceram esse certame e participam hoje da Rede Postal Noturna. Quando licitados na minha gestão, houve realmente esse aumento dessa empresa, que, durante toda a estrutura do edital, naturalmente ali está dito porque aumentou, porque ela participou de uma licitação. Dentro dessa licitação, fiz referências aqui que ela teve uma contestação, ou seja, uma empresa que participou da licitação, não satisfeita com os resultados daquela licitação, propôs uma representação junto ao Tribunal de Contas da União, que avocou a análise desse contrato, ou dessa licitação. E eu fiquei a depender da assinatura desses contratos até que o Tribunal de Contas definisse o que estava certo e o que estava errado.

Em conversa a V. Ex^a, confesso e digo que o detalhamento, talvez, sem querer fugir à responsabilidade de Presidente da empresa, que o detalhamento técnico talvez possa ser dado, com certeza será dado melhor, pelo Diretor de Operações. Mas digo a V. Ex^a que esses valores foram acrescidos em consequência de uma licitação, analisada pelo Tribunal de Contas da União, em referência ao fato de que teve uma reclamação, e só após o Tribunal de Contas da União deferir,

dizer que a licitação estava correta, este Presidente assinou os contratos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Foi feita uma denúncia pelo Deputado ACM Neto que mostrou uma camiseta dos Correios com propaganda política pintada por cima do timbre dos Correios. Queria saber se V. S^a tem conhecimento. Segundo eu soube, a explicação dada pelo fabricante das camisetas era a de que ele teria participado de uma licitação e promovido a entrega das camisetas, que não foram aceitas pelos Correios e, portanto, devolvidas ao cidadão e à empresa. Sendo assim, ele, para não ter prejuízo, teria vendido. Só que eu acho que, se houve realmente, e isso pode ser investigado, eu queria até que a CPI pedisse informações sobre esse assunto, porque também chegou ao meu gabinete a denúncia de outro município, o Município de Pompéu, em Minas Gerais, em que foram utilizadas camisetas também com o timbre dos Correios, com a propaganda do candidato pintada por cima, e me mandaram até um exemplar da camiseta, que, inclusive, encontra-se em uma ação ajuizada pela coligação que perdeu as eleições, fazendo a denúncia no TRE de Pompéu. Queria mostrar aqui a camiseta, porque, diferentemente da que ACM Neto mostrou, a que me mandaram tem um símbolo tucano na frente da camiseta e, por baixo, dá para ver que tem o símbolo da instituição dos Correios.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Eu diria...

Já posso responder a V. Ex^a?

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Gostaria de saber se tem conhecimento de uma devolução de um número tão grande de camisetas, a ponto de terem sido utilizadas em vários Municípios do País.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA

– Bom, a informação que eu tive do Diretor de Administração é a de que, na realidade, um lote considerável de camisetas não foi aceito pelos Correios, porque não estava dentro da especificação técnica. E assisti, ontem, no noticiário da noite, o próprio dono dessa empresa dizer que, ao receber os lotes, coisa que V. Ex^a também deve ter ouvido, que, ao receber os lotes dessas camisetas, para não perdê-los, fez por onde colocar uma pintura sobre o nome da instituição, e ele procurou vender. É essa a informação que eu tenho. É essa a informação que eu posso passar a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, sem querer me alongar e querendo contribuir também para o rápido andamento dos trabalhos, eu me considero satisfeito, porque outras perguntas que eu faria foram feitas anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer ao caro

ex-Deputado João Henrique de Almeida e Souza. Estamos, seguramente, há mais de quatro horas neste depoimento. Agradeço as informações. Acho que foi um debate importante. Agradeço também aos Srs. Parlamentares. Hoje estamos com o dia bastante agitado, porque outras CPIs funcionam também, e os Parlamentares estão se desdobrando entre as CPIs, além das votações que estão acontecendo na Câmara. Por isso, agradeço a V. Ex^a.

Vamos interromper a reunião por cinco minutos. Em seguida, chamaremos o Presidente da Skymaster.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Gostaria que V. Ex^a, antes de encerrar, cumprisse o prometido anteriormente, e que pudéssemos votar o requerimento de convocação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, que diz que isto aqui é um “picadeiro” e que nós somos “bestas-feras”. V. Ex^a ficou de colocar o requerimento ao final do depoimento do Sr. João Henrique de Almeida Souza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação, porque tenho minhas dúvidas. Não quero iniciar um debate a esse respeito, mas peço a atenção de meu companheiro tucano, o Deputado Gustavo Fruet, sempre muito lúcido nesses momentos, e, especialmente, a atenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, talvez fosse... Parece que há... Solicito a atenção do Deputado Gustavo Fruet. Talvez, melhor que uma convocação... Certamente, vamos ter que convocar a vir a esta Comissão o General Jorge Armando Félix pelo envolvimento da Agência Brasileira de Inteligência nesse processo.

Com relação ao Diretor-Geral da Abin, há um requerimento de autoria do Senador César Borges, desde o dia 11, que é na verdade uma interpelação ao Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva. Creio, Sr. Presidente, que talvez fosse mais conveniente a esta Comissão, mais adequado e talvez uma resposta mais firme e contundente ao Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, que encaminhássemos a denúncia ou as afirmações que fez ao Ministério Público ou, quem sabe, até à Polícia Federal, não sei, a fim de que ele confirmasse as declarações que faz em relação a esta Comissão.

Sinceramente, Sr. Presidente, estou querendo provocar o debate mesmo, por isso chamei tanto a atenção do Deputado Gustavo Fruet. E falo também do Deputado Madeira. E aqui também está a Senadora Heloisa Helena. Fiz a questão de ordem sobre a necessidade de deliberarmos sobre a convocação dele hoje. Mas talvez fosse mais eficaz aprovarmos a interpelação proposta pelo Senador César Borges, e encaminhar isso para que seja ouvido na Polícia Federal.

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado? Podemos fazer as duas coisas, mas entendo que temos que convocar para mostrar a ele que esta Comissão não é um “picadeiro”. Não temos que ter medo não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço, mas eu ainda não consegui a façanha de vir a me tornar seu colega aqui no Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Meu Senador querido, está no coração.

Mas, hoje, eu dizia ao Presidente que liguei para o General Armando Félix, e pedi a confirmação, porque, no meu ponto de vista, na minha angústia, no meu susto, era frio. Então, ele me disse que estava encaminhando um ofício. Não existe interpelação, porque está confirmado que ele fez isso. Ele assumiu.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a tem toda razão. Acabei de receber aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que temos que fazer é um protesto junto ao Presidente da República ou junto ao General Armando Félix a fim de que tome providências sem prejuízo da convocação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E convocá-lo a vir aqui e falar na minha cara isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deputado Eduardo, apenas um detalhe: quando o depoente citado aqui, nesta cadeira, eu me assustei quando ele disse que mandaram suspender a investigação e que foi o Diretor-Geral. Quer dizer, eu não sei se é para jogar o General contra o Diretor ou vice-versa. Então, há um descaminho.

Dessa forma, penso que uma representação de V. Ex^a, aprovada aqui, junto ao General, sem prejuízo das outras providências...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Além da convocação? Eu não abro mão da convocação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então ele tem que vir para dar outras explicações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quero fazer duas observações, Sr. Presidente. Primeiro, trata-se de um caso específico, grave, que tem a alternativa da interpelação. Isso pode ser deliberado agora, até por uma resposta rápida e imediata da Comissão. Mas, independente disso, há alguns requerimentos, inclusive do Deputado Carlos Sampaio, convocando tanto o Presidente da Abin quanto o General Armando Félix para prestarem esclarecimentos a respeito das investigações que a Abin efetuou com relação às denúncias de corrupção nos Correios. Então, uma questão não anula a outra. Se aprovarmos os requerimentos, no dia em que eles vierem prestar os esclarecimentos, seguramente, alguém vai provocá-los com relação a essa manifestação.

Como amanhã haverá reunião deliberativa, poderíamos deixar, se for o caso, o entendimento para votar os requerimentos de convocação amanhã, mas, independente disso, hoje já haveria uma deliberação para se fazer uma medida judicial, uma representação, em função da declaração confirmada pelo General Armando Félix.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão, Sr. Presidente. É muito tranquilo este debate...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Apenas para dizer, Deputado Gustavo Fruet e Senadora Heloisa Helena, que, efetivamente, temos dois requerimentos aqui, o nº 5 e nº 6. E vou me permitir discordar do Deputado Gustavo Fruet, pois entendo que deveriam ser deliberados neste momento. Não há dificuldade de deliberar sob convocação. Não me parece que há necessidade de se fazer uma votação nominal. Há **quorum**. A reunião está em andamento. Portanto, há dois requerimentos aqui, estão soltos. O de nº 5, do Deputado Carlos Sampaio, requer o depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quais são os requerimentos, Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Requerimento nº 5, do Deputado Carlos Sampaio, requer o depoimento do General Jorge Armando Félix. E o Requerimento nº 6, também de autoria do Deputado Carlos Sampaio, convoca o Sr. Mauro de Lima e Silva. Deveríamos, sim, fazer a representação e, talvez, não sei se...

O SR. (Orador não identificado) – E aprovar a convocação?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aprovar agora as duas convocações, e não há necessidade de ser votação nominal. Penso que é uma resposta necessária e importante que a Comissão pode dar, ainda no dia de hoje.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Asdrubal Bentes; em seguida, à Senadora Heloisa Helena.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Creio que uma coisa não prejudica a outra. A convocação dele pode ser decidida agora, mas, paralelamente à convocação dele, é necessário que aprovemos uma representação, encaminhando para o Ministério Público, a fim de que seja apurada a responsabilidade dele em juízo também, independentemente da apuração de natureza política que faremos aqui.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Apenas para uma rápida consideração, Sr. Presidente.

É lógico que, mais uma vez, os coitados dos trabalhadores do “circo” acabam sendo sinônimo de adjetivação pejorativa. Mas deixo registrado que, apesar de constituir para alguns uma ofensa muito grande, a tal da “bestas-feras” no “picadeiro”, eu me preocupei muito mais com uma outra frase que há aqui, a última frase do ofício, que diz o seguinte: “Desse episódio vamos tirar muitas lições, mas lembrem-se que só podemos consertar o telhado com o tempo bom”.

Essa é que é uma frase, para quem conhece o significado dos serviços de inteligência, muito mais “interessante” de ser avaliada do que a outra que pode constituir para alguns uma ofensa muito maior; a que fala das tais “bestas-feras” e dos “picadeiros” dos pobres dos nossos trabalhadores do “circo”.

Assim sendo, quero me deter muito mais no sentido de que sejam convocados para esclarecer os indícios relevantes de participação da Abin em atividades relacionadas a chantagem, a suborno e a tráfico de influência e intermediação de interesses de empresas apaniguadas pelo poder.

O SR. (Orador não identificado) – Só pra completar, Sr. Presidente, mais até do que a eventual ofensa, existem algumas afirmações graves inclusive contra a CPMI. Ele diz, lá pelas tantas, o seguinte: “tentamos até

a última hora evitar o depoimento do Lange na CPMI”. Isso é gravíssimo.

O SR. (Orador não identificado) – Isso aí é o mais grave.

O SR. (Orador não identificado) – Esse é o motivo da representação. Não apenas a injúria. A questão é referente à AGU. O que a AGU tem a ver com um episódio desse? Há pelo menos seis parágrafos aqui que justificam a representação, independente de eventual injúria. Então, que fique claro isso. Não é o problema do sentido da ofensa por esse dispositivo, mas é por todas as mensagens referentes, constantes nesse depoimento, que reforçam a necessidade de convocação para esclarecer o papel da Abin na investigação de corrupção nos Correios.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, com relação a esse assunto, tomei conhecimento, no dia 11, segunda-feira, na coluna do jornalista Cláudio Humberto, das declarações do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva. Eram declarações graves, no entanto, colocadas numa coluna jornalística. Por isso, entendi, naquele primeiro momento, que seria necessária uma interpelação, e encaminhei o Requerimento, que recebeu o nº 390, desta CPMI. E justifiquei a necessidade de se esclarecer, através de interpelação, por que a Abin atacou dessa forma a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

É claro que no momento em que chega a esta Comissão um ofício encaminhado a V. Ex^a pelo General Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, creio que ficou prejudicado o requerimento, porque não precisa de mais interpelação. Agora, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, é preciso um posicionamento muito incisivo, objetivo e duro desta Comissão, pelos fatos aqui apontados pelos que me antecederam, em particular a Senadora Heloisa Helena. Por quê? Existe uma ameaça, que hoje estamos sentindo, na máquina do Governo, desde o Ministério da Justiça à Polícia Federal, que está encetando dezenas, centenas de ações a fim de subsidiar discursos aqui feitos, inclusive por elementos do Partido do Governo, para dizer que nunca se apurou tanto a corrupção no País como está se apurando agora.

Isso é cortina de fumaça. É tentar desvirtuar as apurações feitas por esta Casa, por esta CPMI e, agora, pela CPMI do Bingo; na próxima semana, pela CPMI do Mensalão. Isso nada mais é do que medida diversionista. O País está assistindo a isso. E talvez, Sr. Presidente, o que é muito pior, para tentar, através dessas ações, seja da Abin, seja da Polícia Federal, intimidar os Srs. Parlamentares que compõem as Comissões. É isso, Sr. Presidente, que estamos aqui, eu diria, não levantando essa possibilidade não. Eu poderia dizer que estamos afirmando que essa é uma ação do Governo Federal. E não podemos aceitar isso, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Isso tudo faz parte de uma orquestração no sentido, exatamente, de não levar adiante as apurações que queremos e que o Governo, desde o primeiro instante aqui, tem obstaculizado de todas as formas possíveis, desde a inquirição dos depoentes, que, quando podem dizer algo que prejudique o Governo, são desqualificados e atacados, procurando até devassar sua vida privada. Quando podem efetivamente trazer algo que possa beneficiar o Governo, como o Sr. Marcos Valério, aí o discurso é diferente. O Sr. Marcos Valério passa a ser um depoente que tem credibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário que o episódio da Abin sirva de lição e de alerta a esta Comissão, ao Congresso Nacional, sobre a possibilidade que hoje me parece uma realidade, uma concretude, de que há essa ação do Governo de intimidar o próprio Congresso Nacional em suas apurações e em nossas prerrogativas, isso está acontecendo no Ministério da Justiça, na Abin e na Polícia Federal.

Portanto, Sr. Presidente, espero que V. Ex^a, com a sua tranquilidade, mas também com a sua firmeza, possa efetivamente nos levar a um caminho que possa firmar a autonomia e prerrogativas desta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente, e considero prejudicado o meu requerimento, porque as medidas têm que ser efetivamente não de interpelação e, sim, muito mais duras e objetivas do que a interpelação pura e simples. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Solicitaria ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, ao Deputado Alberto Fraga e Deputado Henrique Fontana que sejam bastante ágeis, pois temos mais uma oitiva e não podemos demorar para deliberar sobre este assunto.

Creio que já há um encaminhamento na Mesa e gostaria de deliberar rapidamente.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, temos que dar uma resposta rápida por-

que, do contrário, o Governo vai jogar pesado contra esta Comissão.

Gostaria de ressaltar a postura do Presidente desta Comissão Senador Delcídio Amaral. Se não fosse V. Ex^a, Sr. Presidente, com a sua imparcialidade, certamente o nosso trabalho estaria pior do que está. Estão faltando documentos; a área econômica do Governo está sonegando informações, estão impedindo e atrapalhando a concessão de documentos a esta CPI e precisamos ter uma resposta rápida.

O que a Polícia Federal fez em São Paulo, hoje, na loja Daslu, é parte de uma armação para poder desestabilizar a ação parlamentar.

Tenho uma denúncia séria, Sr. Presidente: na semana que vem, a Polícia Federal vai tentar prender o Sr. Delúbio aqui, quando estiver depondo nesta CPI. Então, temos que tomar providências porque a Abin e a Polícia Federal não podem se sobrepor ao Legislativo e ao Executivo.

Vamos aprovar logo este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga. Vamos encaminhar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, discordo deste requerimento. Esse cidadão está querendo apenas aparecer. Uma pessoa que, diante de um órgão tão importante para a Nação, se comporta de maneira tresloucada, intempestiva e irresponsável, no mínimo, quer vir aqui para aparecer.

Sugiro – e aí gostaria do entendimento desta Comissão – que não convoquemos o Sr. Mauro Marcelo, pois não teremos tempo para ouvir o show de pirotecnia dele. Temos que fazer prevalecer a resolução do Senado e da Procuradoria Parlamentar, que prevê que, quando a nossa honra for atingida, devemos aplicar medidas administrativas como, por exemplo, pedir a demissão desse cidadão. No momento, vamos votar mais um requerimento, e já temos 427. Isso atrapalhará o andamento dos nossos trabalhos.

Hoje eu ouvi os Deputados Eduardo Cardozo, Jorge Bittar, Carlos Abicalil e todos estavam indignados com a atitude desse senhor, desse irresponsável, chamando-nos de “bestas-feras” e chamando isto aqui de circo.

Portanto, Sr. Presidente, a melhor medida é pedir a demissão desse cidadão, porque, se ele vier aqui depor, teremos que trazer o General Félix, que está acima dele. Se ele fez isso é porque estava orientado por alguém.

Portanto, perdoem-me, temos que pedir uma punição administrativa em vez de trazê-lo aqui para dar, aí sim, um show de pirotecnia, que é o que ele quer fazer e sempre fez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero expressar rapidamente a minha posição absolutamente crítica em relação à atitude do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva. Segundo, de fato, preciso colocar de forma democrática uma posição diferente daquela que acabei de ouvir do Senador César Borges.

Evidentemente, a Polícia Federal ou a Polícia de qualquer país sempre têm que estar submetidas às regras democráticas do Estado de direito. Agora, nós levantamos uma hipótese de que as ações que se multiplicam – e muitas delas exemplares e aplaudidas pela opinião pública, porque, de fato, estão trabalhando para desbaratar estruturas de corrupção e/ou outros tipos de quadrilha – seriam um tipo de orquestração do Governo para prejudicar as investigações. Isso não pode transitar nesta Comissão, Sr. Presidente. Temos aqui um papel importante e fundamental. Estamos exercendo esse papel enquanto uma investigação parlamentar. A Polícia Federal tem seu papel institucional, a Justiça está aí para coibir qualquer tipo de abuso que a Polícia Federal cometa, e nós não devemos, na minha opinião, desgastar a imagem de nenhuma das instituições públicas que atuam contra o crime, muito menos a da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, gostaria de me incorporar aos que repudiam veementemente o texto da mensagem interna do Sr. Diretor-Geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva. Trata-se de uma afronta não apenas aos membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas ao Poder Legislativo da República brasileira.

Nesse sentido, independentemente de partidos políticos, todos nós repudiamos, não aceitamos e queremos providências, que passam pela exoneração do Diretor-Geral da Abin e pela provocação das Procuradorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim de que ambas promovam a interpelação judicial, porque há aqui cometimento de crime contra a honra de todos nós membros do Parlamento brasileiro e, em especial, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O fato de vir aqui um membro da Abin depor, responder às nossas perguntas, não deslustra qualquer membro daquela agência de informação, porque, do contrário, a Constituição Federal não permitiria essas convocações.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, não há necessidade de modificar a agenda

da CPMI por um ato que viola a própria legalidade. É um funcionário do Poder Executivo atingindo todo o Poder Legislativo. Temos uma pauta extensa, temos linhas investigatórias que precisam ser perseguidas e, portanto, para nós, as ações iniciadas pelas Procuradorias de ambas as Casas do Congresso Nacional, somadas às providências que devem ser tomadas, que solicitamos que sejam tomadas pelo Executivo, são suficientes para rechaçar as acusações, o desrespeito perpetrado nessa mensagem que tinha destinação de circulação interna, mas que foi tornada pública e, portanto, merece repúdio de todos nós que fazemos o Parlamento brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Onyx Lorenzoni, nós vamos encaminhar. As discussões já avançaram muito. Senador Sérgio Guerra, muito rapidamente, com a objetividade de V. Ex^a, porque já estamos no ponto de encaminhar a decisão.

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Pares, ouvi atentamente a questão, e falarei, como é meu costume, despartidarizada e desapaixonadamente.

Tive contato agora com a missiva do Diretor-Geral, em termos, diria, pouco profissionais, que não é próprio de funcionários públicos, Compreende-se que ele ficou chateado, enfim, e extrapolou nos termos. Mas chamo a atenção para o fato, Sr. Presidente, de que ele é funcionário do Poder Executivo. Com tudo o que aqui está, não tem ele o condão e nem a estatura para determinar a pauta do Congresso Nacional. Este é o Congresso Nacional, nós somos o Congresso da República. Então, não tem um chefe de Departamento de Inteligência, por melhor que seja, ou por pior que seja, podia ser o melhor dos homens, ou o pior dos homens – eu não o conheço, não sei quem ele é –, mas ele não tem essa estatura toda de determinar a pauta do Congresso Nacional.

Portanto, entendo, Sr. Presidente, que não temos nada a ver com esse funcionário, que exerce um cargo nomeado pelo Poder Executivo, que, portanto, jogou – usando aqui, Sr. Presidente, uma linguagem mais livre até, pois o Presidente da República gosta tanto de futebol – a bola nas costas do Presidente, antes de jogá-la no Congresso Nacional. Então, acho que isso, na minha linguagem, se dizia **res inter alios**, é coisa entre terceiros, é lá do Presidente da República, é algo vinculado ao Poder Executivo.

Nós também não devemos mandar recado para o Executivo, porque não é nossa função. Nós somos

o Congresso Nacional, estamos aqui para apurar e nós temos um objetivo, uma pauta a cumprir, de modo que o Poder Executivo, naturalmente, a essa altura, já deverá estar sabendo. O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Félix, certamente vai tomar providências, e nós – é minha opinião, Sr. Presidente – não devemos tomar qualquer atitude, a não ser dizermos que tomamos conhecimento, naturalmente repudiamos, mas não vemos estatura em qualquer desses para ditar a pauta do Congresso Nacional. Vamos seguir a nossa pauta e deixar que o Executivo tome o caminho que achar melhor.

Essa atitude corta contra o Executivo. Isso cabe a ele.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard.

Deputado Onyx. Por favor, rapidamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito rapidamente. Sr. Presidente, não vou tomar mais do que um minuto.

Estou absolutamente impressionado com o texto da carta, não desse cidadão aí, do Mauro Marcelo de Lima e Silva, mas do Jorge Armando Félix. Ele é Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o seu subordinado escreve o que aqui está, ele manda para conhecimento de V. Ex^a o documento, e não toma nenhuma providência.

O que está escrito aqui... eu não sei em que planeta está o General Félix, mas não é no planeta Abin. Ele não está cuidando da Abin, porque se ele admite que seu subordinado escreva as barbaridades que estão aqui, simplesmente se limita a mandar um ofício dizendo que não tomou nenhuma providência, alguma coisa está errada.

Agora, acho, e concluo a minha observação: primeiro, usar os instrumentos da Casa para representar, porque foi cometido aqui, sem dúvida nenhuma, crime de responsabilidade. Dois: a convocação do General Félix e desse cidadão não por causa desse caso, mas para explicar as investigações levadas a termo pela Abin na questão dos Correios e em outros órgãos públicos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Onyx.

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, é bastante indicativa, sugestiva a manifestação, que colhemos aqui, desse Diretor-Geral da Abin. Ela não caiu do céu. Ela tem conteúdo, origem, razão. Chamar Parlamentares de bestas-feras, ou coi-

sa parecida, chamar esta Comissão de circo, dirigindo uma instituição relevante para as investigações e para o País, é, seguramente, algo que deve merecer muito mais atenção do que se a manifestação desse tipo nascesse de um outro funcionário que não estivesse na linha de trabalho que perseguimos aqui.

Eu estou absolutamente de acordo que não deve ser o Sr. Marcelo que vá nos agendar na Comissão, mas é evidente que, se há uma instituição com a relevância da Abin, se no mínimo o seu comportamento é polêmico, como demonstra a leitura desses documentos, se há investigação que nós não conhecemos, não vejo por que não convocarmos quem pode falar por ela em data que o Sr. Presidente e o Sr. Relator julgarem conveniente. Penso que isso tudo deve estar contido num conjunto de decisões que imagino serão tomadas amanhã, para que sejam coerentes, para que guardem consistência. O fato de o Congresso reagir a essa manifestação acho que é bastante óbvio. Tenho certeza de que essa reação se dará pelos Presidentes do Senado e da Câmara, pelas várias instâncias que deverão se manifestar sobre isso, e seguramente por nós também.

Na perspectiva do nosso trabalho, a Abin deverá ser ouvida, porque ela é relevante; deverá ser ouvida porque investiga o assunto; deverá ser ouvida ela porque tem um relatório que não conhecemos. A hora para que ela seja ouvida deverá ser decidida numa reflexão mais clara sobre as investigações tais como estão previstas para serem feitas amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero

apenas entender por que há várias propostas diferenciadas. Há requerimentos que inclusive são dos primeiros momentos da CPI, de convocação. A Abin está citada nessa situação dos Correios desde o primeiro momento, por terem sido feitas ilações de que a Abin poderia ter feito, como depois foi confirmado que fez, investigações a respeito da questão dos Correios. Então, temos motivos mais do que suficientes para fazer a convocação tanto do General Félix quanto do Sr. Mauro. Isso já está posto pelos Requerimentos nºs 5 e 6. Entendo que não nenhum problema.

Esse fato acontecido hoje é de uma gravidade imensa. Não vou aqui perder tempo reprisando-o, porque, na mesma hora em que foi lido, vários Parlamentares de todos os partidos se pronunciaram, repudiando não apenas as alcunhas que ele nos deu, mas também as outras frases, que são por si só bastantes graves, inclusive embutindo ameaças: “quando estiver o telhado seco, vocês aguardem, porque aí vocês vão

ver como vão ser retiradas a telhinhas”. Coisas assim, uma ameaça velada.

Sr. Presidente, acho que a convocação acabaria resolvendo os dois problemas. Então, se entendi a proposta do Senador Sérgio Guerra, poderíamos concordar com a aprovação da convocação, e poderemos fazer amanhã, junto com os requerimentos. Aliás, sem prejuízo das demais providências, inclusive porque, no caso, por exemplo, do Procurador do Senado, é o Senador Demóstenes Torres, que é membro desta CPMI.

Então, já poderíamos pedir a S. Ex^a que apresente as providências que a Procuradoria do Senado pretende tomar, e já poderia inclusive apresentar à CPMI amanhã cedo, para que possamos encaminhar.

Corroboro a ponderação do Senador Sérgio Guerra. Seria interessante termos o acordo para a convocação dos dois e adotarmos as providências possíveis.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Aprovar hoje, agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para encaminhamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, tendo em vista a concordância da convocação dos dois cidadãos nominados que constam dos Requerimentos nº 5 (General Jorge Armando Félix) e 6 (Mauro de Lima e Silva), cujo objetivo inicial era o de esclarecer a participação da Abin no episódio dos Correios, imagino que, de fato, possamos aproveitar esses requerimentos que já estão formalizados, o que não impede que eles sejam, evidentemente, questionados sobre esse episódio.

Então, quanto a isso eu, em seguida, passo ao Presidente para submeter ao Plenário.

Quanto às ofensas aos Parlamentares, como nós nos equiparamos, para efeitos criminais, a funcionários públicos, a legitimidade para propor ação é do Ministério Público. Nós temos que representar, provocar a ação do Ministério Público. De forma que, então, eu também submeto ao encaminhamento, nessa sequência, da CPMI. Que nós firmemos, por meio de Ata ou subscrição, o nosso encaminhamento para que o Ministério Público tenha legitimidade para propor a ação, o que significa que não demandaria à Procuradoria das Casas.

O terceiro ponto é em relação à atitude do funcionário, como foi bem considerado pela eminente Juíza. O funcionário não integra a nossa Casa, de forma que, quanto às providências disciplinares que possam ser tomadas em relação a ele, existem duas situações. A primeira está relacionada ao cargo em comissão, porque, de fato, é um absurdo se imaginar que ele possi-

ga ocupando o cargo. Em relação à eventualidade de ser alguém concursado, haverá necessidade de um procedimento em que ele conte com ampla defesa, e nós podemos provocar isso. Nós, de fato, podemos provocar isso.

Quanto a essa interlocução em relação ao funcionário, por estarmos trabalhando com poderes, a legitimidade para comunicação à Presidência não é nossa. Deveremos comunicar aos Presidentes das duas Casas, protestando o nosso inconformismo, para que eles instem o Presidente da República a que tome essa providência, que entendemos deva ser a mais consentânea com o sentimento desta Comissão, que se sente ofendida.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Serraglio, o senhor me permite um pequeno aparte?

Há o entendimento pleno de que, com um procedimento dessa gravidade, uma pessoa não pode ocupar cargo de confiança...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu acabei de afirmar isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... toman-do atitudes de afronta e ingerência num outro Poder. Só que nós também, como outro Poder, não podemos tomar uma atitude de ingerência no Executivo. Portanto, cabe, neste caso, um compromisso de tratativas políticas.

Eu quero falar, como Vice-Líder do Governo, do compromisso de engendarmos todas as tratativas no sentido de que, efetivamente, essa pessoa não permaneça um dia a mais, sequer, à frente desse cargo de tanta responsabilidade. Dessa forma, se pudéssemos acordar dessa maneira, não teríamos uma deliberação sobre a questão, tendo em vista que estaríamos cometendo, também, o mesmo ato de ingerência.

Então, quanto às tratativas políticas, o compromisso fica aqui assumido em nome da Liderança do Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma última consideração, em homenagem ao Deputado Onyx Lorenzoni, que está ocupado com o seu telefone: esclareço que também fizemos uma solicitação de remessa, por *fax*, a S. Ex^a o Ministro Félix, e ele a disponibilizou exatamente nos limites em que nós propusemos.

Sem pretender – longe de mim isso – defender eventual omissão que eu desconheça, quero apenas noticiar que não temos, ainda, possibilidade de afirmar que não esteja sendo tomada alguma atitude.

Portanto, se não constou do ofício, não é porque, eventualmente, não se esteja tomando alguma providência. Nosso ofício foi muito claro e a resposta

também foi muito limitada, encaminhando aquilo que solicitamos.

Um detalhe importante, que imaginamos, realmente, deva criar urgência nessa providência – porque essa nota foi inserida no dia 6 de julho e já estamos no dia 11 ou 12 –, e daí aquela notícia do Deputado ACM Neto, que ele já havia lido. Eu me lembro, e até o comentei, que eu também, em algum lugar, havia lido alguma coisa nesse sentido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Saiu na segunda-feira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E todos imaginaram que fosse algum ensaio. Ninguém se convenceu de que, de fato, tivéssemos alguém num cargo como esse desbordando do mínimo de limite, de responsabilidade e de respeito para com esta Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos votar o requerimento. Vamos lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De forma que, como me manifestei, transmito ao nosso Presidente que coloque em votação, até em bloco, tudo o que afirmei, se necessário for.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para lembrar: são os Requerimentos nºs 5 e 6, de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Resumindo: a aprovação dos Requerimentos nºs 5 e 6; a representação ao Ministério Público para que providencie uma ação criminal; a comunicação aos Presidentes das Casas em relação a nossa inconformidade com o que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria, então, de dar um encaminhamento pela aprovação dos Requerimentos nºs 5 e 6; representação junto ao Ministério Público, em função daquela afirmação de se tentar não liberar o Sr. Edgar para depor na CPI; a comunicação aos Presidentes, em função da Resolução nº 40, que institui a Procuradoria Parlamentar, e o Procurador Parlamentar do Senado é o Senador Demóstenes. Eu também já encaminharia um ofício ao Sr. Ministro, manifestando, entre outras coisas, o nosso repúdio a essa atitude e pedindo que ele comunique o posicionamento da nossa CPMI ao Presidente da República, e, ao mesmo tempo, também reiterando o envio de documentos relativos a procedimentos de produção de conhecimento sobre atos de improbidade administrativa levados a efeito pela Abin.

Nós, com isso, complementaríamos em bloco todas essas ações e seria um posicionamento forte da CPMI com relação a esses fatos lamentáveis.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovadas as propostas.

Vamos ouvir o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, Presidente da Skymaster.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Arnaldo.

Solicito a presença do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, Presidente da Skymaster, para que comecemos o último depoimento do dia.

(Pausa.)

Vamos dar início à oitava do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, Presidente da Skymaster, que vai depor como investigado.

Com a palavra, o Sr. Luiz Otávio Gonçalves.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Exm^o Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Deputados e Senadores desta Comissão. Eu gostaria de me qualificar, em primeiro lugar. Meu nome é Luiz Otávio Gonçalves, sou natural de Belo Horizonte, nasci em 1948, portanto, tenho 57 anos, sou casado há 32...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente – desculpe-me, doutor –, talvez fosse bom aumentar o som porque está muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu solicitaria ao Som, que se aumentasse o volume até pelo adiantado da hora. Está todo mundo cansado.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Por favor, se eu estiver falando baixo, me desculpe, mas eu não estou acostumado a falar em plenário. Eu sou casado com a minha querida Helena há 32 anos; sou pai de dois filhos, Rodrigo e Juliana; tenho um neto nascido recentemente. Na verdade, eu gostaria, inicialmente, de esclarecer: eu não sou dono da Skymaster. Eu sou Diretor Comercial da Skymaster com uma participação societária de 20%. A minha área é a área comercial. E estou disposto, aqui, a prestar todos os esclarecimentos que fizerem necessários, principalmente em função de reportagens que foram veiculadas na imprensa e por causa do desgaste que o meu nome e o nome da minha empresa estão tendo em função de uma série de acusações que não procedem. E eu pretendo, aqui, demonstrar isso. Eu queria, em primeiro lugar, fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Sr. Luiz Otávio, eu gostaria que V. S^a falasse um pouco da sua história, formação profissional...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Como eu disse, eu nasci em Belo Horizonte, minha formação profissional é engenheiro – sou engenheiro civil –, trabalhei por muito tempo na área de engenharia, e tivemos a formação da Skymaster, a criação da Skymaster, em 1995. Eu não sei se os senhores conhecem a sistemática de criação: primeiro, a gente aprova

um projeto econômico-financeiro no DAC e, só depois disso, podemos nos constituir como pessoa jurídica. Então, o DAC nos autorizou a constituir como pessoa jurídica em 95 e só conseguimos começar a trabalhar em 1997, devido à dificuldade de se montar uma empresa aérea.

Desde então, eu venho trabalhando junto à Skymaster em várias rotas no Brasil, principalmente no trecho Manaus–São Paulo. E tivemos, inclusive, vários contatos com a iniciativa privada antes de termos qualquer contrato com os Correios.

Eu gostaria, então, Sr. Presidente, se me permite, de partir para algumas agregações que eu acho importante, que iriam, inclusive, amenizar os trabalhos aqui hoje. Eu queria fazer algumas declarações: eu nunca disse ao repórter da **Época** que o Sr. Ailton Langardo Dipp tinha recebido qualquer quantia da Promodal ou do Sr. Antonio Augusto. Nunca houve essa minha declaração. Isso aí foi presenciado por várias pessoas, porque eu não dei entrevista pessoal, só eu e o repórter da revista. E tenho prova disso. Tenho pessoas que podem comprovar isso. Então, eu queria deixar bem claro aqui que eu nunca disse isso.

Todas as minhas denúncias contra a administração do Sr. Ailton Langardo Dipp e das pessoas que achei que estavam me prejudicando fazem parte de uma denúncia que foi feita no Ministério Público. Denúncia essa que eu queria, Sr. Presidente, fazer prova, em que consta tudo aquilo que tenho a declarar quanto às irregularidades que estou convicto de que houve no processo. Isso para mim é muito claro, porque pretendo aqui demonstrar que fui prejudicado e também pretendo demonstrar o motivo de a variação do preço do meu contrato cair para um valor 50% a menos e voltar para um valor equivalente ao anterior.

Quero ver se consigo demonstrar isso claramente em um breve relato.

Bom, para eu dar sequência às minhas alegações, eu gostaria de relatar aqui por que procurei tantas pessoas e lutei tanto em defesa dos interesses da minha empresa, porque, como diretor e sócio da empresa, acho que tenho o dever de defender a minha empresa.

Participamos da reunião com um grupo de trabalho criado na administração do Sr. Dipp. Aliás, foram dois grupos de trabalho. O primeiro, para avaliar a rede postal noturna e determinar quais seriam os preços e custos mais adequados para a rede postal noturna.

Esse primeiro grupo não tinha nem terminado o trabalho e foi criado o segundo grupo para negociar com as empresas aéreas a renegociação dos preços.

Fui convocado para uma reunião no dia 20/10/2003, a primeira reunião, que, por motivo de saúde pessoal,

pedi um adiamento e me deram um adiamento de três dias – porque eu queria também fazer prova, porque acho isso importante, Sr. Presidente. E, já na segunda correspondência, que era um adiamento somente de três dias, já começava uma indisposição desse grupo de trabalho de negociação contra a nossa empresa. Consta aqui: “Solicitamos que a referida reunião deverá ser conclusiva relativamente às negociações de preços dos contratos sobre responsabilidade da Sky-master Airline Ltda.”.

Enquanto outras empresas tiveram duas, três reuniões, eu já fui convocado para uma reunião conclusiva. E acho inclusive muito esquisito! A linha que eu operava era a linha de maior preço.

Um fato que me deixou, desde o princípio, muito contrariado foi uma carta que a Varig Log mandou para o grupo de trabalho, com o qual ela já tinha negociado. Esta carta é datada de 13/10, e a minha reunião foi no dia 23/10 – nem o Presidente da empresa podia alegar que não conhecia. Eu gostaria de lê-la para os senhores, pelo menos um trecho, para não ficar demorado; o trecho que me atinge diretamente. É uma carta endereçada ao Sr. Aírton Langardo Dipp, Presidente dos Correios, em que consta o seguinte:

“Prezado senhor, o agravamento da crise na aviação comercial em todo o mundo é um fenômeno claro e insofismável que atinge todas as companhias aéreas, independente do porte, da abrangência e do continente onde estejam sediadas. Para a Varig Logística, o cenário não tem sido diferente, especialmente no que tange aos custos do combustível e mão-de-obra, exigindo, dessa forma, ações rápidas e eficazes na busca de soluções para os problemas existentes.

Assim, visando ampliar nossa parceria, mantida ao longo de anos, e também ciente das atuais necessidades da ECT, emanadas pela Presidência através da Portaria PRT/PR 296/2003 (que era o grupo de trabalho encarregado de negociar com as empresas uma renegociação dos contratos, visando a baixar os custos), a qual tem como objetivo reduzir os custos atualmente praticados nas linhas da rede postal noturna (RPN), estamos submetendo para vossa análise a proposta da Varig Log para a operação das linhas A e C, utilizando duas aeronaves 727 200-F nos trechos de maior capacidade contratada e uma aeronave 727 200 na de menor capacidade, com redução de custos de aproximadamente 21% sobre os preços atualmente praticados. (...)”

Ora, já vou para uma negociação com uma empresa propondo baixar 21% do contrato em vigência? Eu nunca vi isso. Eu tinha um contrato de vigência e uma outra companhia, que era minha concorrente, já propunha a um grupo de trabalho que ia negociar co-

migo uma redução de 21%. Eu gostaria de fazer prova, também, Sr. Presidente.

Não bastasse esse fato, a reunião minha com esse grupo de trabalho foi **sui generis**, porque eu não tive a mínima condição de negociar. O que me espanta é que falaram que eu não quis negociar.

Eu tenho aqui três Atas da reunião. Uma é a minha, onde pode ser visto, acho que todos os senhores podem verificar isso, que nós não conseguimos entrar em negociação, não foi permitido, porque foi conclusiva. Eu cheguei e apresentei minha planilha de custos, com os custos atuais – e aqui está dito, inclusive -, e não consegui discutir os custos atuais, porque, na outra parte, o grupo de trabalho estava com uma planilha que, em momento algum, trocou qualquer informação comigo. Isso só foi comigo, com as outras empresas não foi assim.

Eu queria fazer prova também, Sr. Presidente, por favor.

Para isso eu trouxe duas Atas, que eu consegui com as próprias empresas depois. A primeira, da negociação com a empresa TAF, que baixou um pouquinho só os custos. Essa negociação começa assim, na linha “g”: “Iniciada a terceira reunião com a contratada, foram reduzidos todos os itens da planilha de custos, após exaustivas negociações entre os representantes da cia. e o grupo de trabalho. Houve uma evolução na proposta final da ECT, que passou a ser de 108.347,92 por operação.” Então, o que se vê aqui é que eles negociaram o preço mais baixo e, depois, a própria Comissão levantou o preço.

Eu queria fazer prova disso também, Sr. Presidente.

Com outra empresa, também, não foi diferente.

A empresa Beta começa a pauta da Ata das reuniões assim: “Iniciada a segunda reunião, a empresa Beta apresentou memorando com a planilha de custos...”

Olha, eu apresentei na primeira reunião e não consegui negociar.

Aqui tem, também, que foram negociados, foram discutidos preços de combustíveis. Só não vou ler todas porque vou fazer prova também. Depois, se os senhores quiserem entrar em detalhe...

Sr. Presidente, eu esqueci de... não sei se entreguei ao senhor onde fala que a correspondência tem que ser conclusiva, quando eu fui convocado.

Bom, a reunião foi **sui generis**, porque não consegui discutir. Tanto não consegui discutir que, como não consegui pegar os dados necessários para discutir e como consta da Ata da minha reunião, eu tive que fazê-lo por escrito e o presidente não quis aceitar – o presidente do grupo de trabalho – o meu reque-

rimiento. Eu tive que entrar na Presidência. Inclusive está protocolado, aqui, a minha petição de informações, porque eu não consegui obtê-las para negociar. Em resposta, a Comissão “dourou a pílula” – depois V. Ex^{as} podem verificar o porquê – e, no final, tem um parágrafo muito estranho:

Pelo exposto, e considerando que a correspondência da Skymaster em 23/10/2003, reitera argumentos já amplamente esclarecidos pelo grupo de trabalho, tem a presente, o objetivo de informar a V. S^a que, conforme constou da Ata da reunião de 23/10, o assunto foi encaminhado à autoridade competente para avaliação das medidas administrativas decorrentes, e previstas no contrato vigente.

Depois V. Ex^{as} vão entender que medidas administrativas são essas. Era o cancelamento do contrato e a não-negociação comigo.

Não conformado com essa resposta, no dia 30 de outubro, nós mandamos uma correspondência para o Sr. Lelinton de Souza, com cópia para o Sr. Airton Langardo Dipp, Presidente da ECT, naquela época, em que fazíamos vários argumento, é extenso – V. Ex^{as} vão ter acesso a isso – em que, inclusive reclamamos da maneira como fomos tratados nessa reunião. Essa maneira é simples: nós tentamos discutir e, em um certo momento, o presidente dessa comissão disse: “Parece que o senhor não entende as coisas!”. Quer dizer, indiretamente, chamou-me de burro. Em certo momento, quando eu quis começar a discutir, ele falou que estava entendendo as coisas, mas que estava sendo irônico – isso nós escrevemos aqui em uma carta para ele. É uma carta extensa; vou ler apenas os parágrafos. Foi enviada cópia para o Sr. Airton Langardo Dipp, ex-Presidente dos Correios:

Durante todo o desenvolvimento da reunião, percebemos, de sua parte, uma predisposição na omissão dos dados à nossa empresa. Inclusive, em dado momento, quando colocamos a nossa impossibilidade de negociar pela ausência de informações, a empresa foi tratada dentro de um clima de austeridade explícita. E, V. S^a, dirigindo-se aos nossos representantes – que era eu – com extrema ironia, chegando às raias da ofensa pessoal no tratamento, com atitudes de ameaças veladas de rescisão do contrato, na sua renovação em 24 de dezembro.

De outro lado, uma vez verificada a insistência à presença do Major-Brigadeiro da reserva remunerada, Venâncio Grossi, na localidade da reunião. (...)

Quanto a isso, à localidade, vou contar por que: estávamos em uma sala de reunião, tinha uma porta aberta para uma outra sala e, ao sair para ir ao banheiro, eu presencie o Sr. Venâncio Grossi entrando na sala que estava com a porta aberta para a nossa sala

sem fazer presença; inclusive, um outro fato curioso foi que quando eu percebi isso, eu voltei para a reunião e perguntei ao Sr. Presidente se o Sr. Venâncio Grossi fazia parte da comissão ou de algum assessoramento. Na primeira vez, ele “dourou a pílula”, não me respondeu, falou que as assessorias eram de empresas A, B e C, mas não tocou no nome do Sr. Venâncio Grossi. Perguntei-lhe outra vez, e ele, novamente, não respondeu; na terceira vez, eu fui mais incisivo, perguntei se eu estava ali numa reunião de exceção, se não podia ser tocado o nome do Sr. Venâncio Grossi, aí ele declarou que o Sr. Venâncio Grossi era assessor daquele grupo de trabalho.

(...) De outro lado, uma vez verificada a insistência à presença do Major-Brigadeiro da reserva remunerada, Venâncio Grossi, na localidade da reunião, foi questionado ao grupo de trabalho, o trabalho desenvolvido pelos consultores externos contratados pela ECT para embasar suas planilhas. Pelo que nos foi informado, os dados informados utilizados pela ECT são provenientes de serviços desenvolvidos sob a orientação técnica do consultor da presidência da ECT, Major-Brigadeiro da Reserva Remunerada, Venâncio Grossi. Admitido isso, porém, mesmo assim, tais dados não foram fornecidos ou trazidos à publicidade.”

Aí, notificamos ao presidente desse grupo de trabalho todos esses fatos ocorridos.

Não tive resposta dessa carta. A resposta que eu tive dessa carta foi direto do Sr. Airton Dipp, endereçada a mim, para o Sr. Presidente – esclareço, mais uma vez, que eu não sou presidente.

Tendo em vista o vencimento do Contrato nº 11.008/2001, em 23/12/2003, conforme cláusula III do termo aditivo, informo a V. S^a, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que a ECT não tem interesse na prorrogação do referido contrato.

É a resposta que recebi.

Tentando defender os meus interesses, consegui, com muito custo, marcar uma audiência com o Sr. Airton Langardo Dipp e, nessa reunião, dentre os vários assuntos comentados, inclusive informei a ele o que tinha acontecido nessa reunião com o grupo de trabalho e que eu achava que o assessoramento que estava sendo prestado ao grupo e a ele poderia trazer problemas, porque estava sendo pelo menos esquisito, propus a ele – e isso que me causa indignação – e ao grupo de trabalho, várias vezes, negociar, e até hoje fala que eu não quis negociar. E até hoje é dito que eu não quis negociar.

Bom, então vou continuar as negociações aqui.

Tive uma audiência com o Sr. Airton Langardo Dipp em que, dentre as conversas, lembramos que várias companhias aéreas – TAM, Varig e a Transbrasil

– ganharam ação na justiça mediante um tabelamento numa planilha que o DAC emitia quando controlava os preços. Para os senhores terem uma idéia, essa planilha existe até hoje, só que ela não é exigida. Hoje, o tabelamento serve de referência, e naquela época também.

Com o intuito de negociar, propus a eles submeter os nossos contratos ao enquadramento na planilha do DAC, que como que se uma planilha que causou prejuízos a algumas companhias poderia colocar um contrato superfaturado? Mesmo sendo... porque a planilha do DAC é tonelagem a quilômetro, mas como no nosso contrato nossa planilha tinha a distância e o peso, daria para enquadrar.

E aqui eu gostaria de ressaltar um fato – acho que muito importante: todos os meus contratos com os Correios são fretamento de aeronaves. Nunca fui contratado para transportar um quilo para os Correios. Os Correios fretaram as minhas aeronaves. Então, todos os objetos do contrato... Fico espantado quando falam aqui que eu transporte malote fantasma, não sei o quê, quando saiu na imprensa, se os meus contratos são de fretamento. Fretamento de aeronave é colocar a aeronave à disposição do órgão.

O que me espantou foi o seguinte: na hora em que fui fazer o cálculo, fiquei mais pasmo ainda, porque o meu contrato, submetido a este tabelamento do DAC, dá um valor inferior – sim, um valor inferior. Essa planilha está aqui e pode ser conferida, e as portarias que geraram os cálculos estão aqui.

Concluo assim o ofício encaminhando a planilha: quanto aos dados da planilha, é de se observar que, em se aplicando os índices estabelecidos pelo DAC, os valores unitários das nossas linhas apresentam, respectivamente, R\$221.657,93, para a linha A, e R\$231.542,39 para a linha C, valores esses superiores aos outros praticados por essa empresa. Esse fato, por si só, comprova que os preços de contrato entre a ECT e a Skymaster estão longe de se configurar ou produzir qualquer ganho excessivo por parte dessa última, diferente das ilações emanadas pelo grupo de trabalho.

Tendo em vista o exposto e o teor dos anexos, ainda assim, nós, da Skymaster, no melhor espírito de somar esforços e colimar dos objetivos dessa presidência, colocamo-nos à inteira disposição de V. S^a para discutir uma justa redução de valores hoje vigentes, visando à manutenção da proposta mais vantajosa para o Estado, às premissas de razoabilidade e legalidade da Administração Pública e, enfim, ao sucesso de nossa parceria.

Senhores, mais uma proposta de negociação não foi aceita. E olhe que está alegado que eu não negocieei.

Bom, dessa, recebi resposta. O Sr. Presidente Aírton Langardo Dipp me deu resposta. A resposta foi a seguinte:

“Sr. Diretor-Presidente, em atenção à sua correspondência, enviada a esta presidência, no dia 14/11/2003, informo que as ponderações apresentadas foram analisadas por nossa equipe técnica, conforme Relatório OO2/PRT/PR/296, de 2003, encaminhado em anexo, não tendo sido possível aceitar o atendimento formulado por essa empresa, mantendo-se, portanto, a decisão já comunicada por nosso Ofício nº 794/PR, de 31/10/2003.”

Foi a carta em resposta, a minha carta falando que eu tinha inclusive sido maltratado lá pelo grupo, que falava que o meu contrato não interessava mais, ia ser relicitado.

Bom, o relatório veio junto à correspondência, e esse relatório tem uma coisa super importante:

“Sr. Presidente [é o presidente do grupo de trabalho se referindo ao presidente dos Correios], em atenção ao seu despacho datado de 14 de novembro de 2003, exarado na carta da companhia aérea Skymaster Ltda, temos de considerar: o processo de negociação com a Skymaster está delineado no Relatório nº 001/PRT/PR/296, de 2003, já encaminhado a V. S^a, anexo. Com relação à proposta da Skymaster, esclarecemos que as negociações estabelecidas com as demais companhias aéreas foram realizadas com a discussão e informação da planilha de preços, item a item. Com relação à utilização das portarias do DAC, conforme proposta representada pela Skymaster, há de se salientar o fato de a mencionada companhia usar, para efeito de cálculo, apenas a Portaria nº 1.225/DGAC, de 13 de setembro de 2002, que estabelece índices tarifários de referência para o monitoramento das tarifas aéreas [é o monitoramento de que falei com V. Ex^{as}], sem aplicação do disposto na Portaria 206/SPL, de 14 de novembro de 1983.”

Senhores, isso aqui me causou um constrangimento muito grande, porque, vejam: essa Portaria nº 206 aqui, que criava redutores na aplicação do cálculo – vejam bem que esses cálculos estavam sendo discutidos em 2002... A Portaria do DAC 12/13 DZAG, de 16 de agosto de 2001, estipula uma série de regulamentações, inclusive trechos em que seriam controlados e tarifados os preços. No seu art. 10, tem o seguinte: revoga-se a Portaria nº 138, de 29 de novembro de 1975, e a Portaria nº 206/SPL, de 14 de novembro de 1983.

Olha, o parecer aqui era de novembro de 2003, e a portaria tinha sido extinta desde 1983, e o assessoramento do Brigadeiro Grossi... Pasmem os senhores: quem assinou a portaria foi o Brigadeiro Venâncio Grossi, quando era diretor do DAC; portanto, ele não podia alegar que não conhecia; foi ele mesmo quem revogou a Portaria. E o grupo de trabalho assessorado por ele utiliza essa portaria para falar que o meu cálculo não está certo.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, naturalmente, providenciei, logo em seguida, uma carta, assim que recebi essa resposta, uma carta ao Sr. Airton Langardo Dipp, que diz o seguinte:

“Acusamos a carta acima, em que V. S^a informa que não foi possível acatar o entendimento por nossa empresa. Face às ponderações apresentadas pela equipe técnica desta ECT no Relatório 002/PRT/PR/296/2003. Solicitamos a gentileza de reconsiderar as decisões tomadas em sua carta, uma vez que as ponderações apresentadas pelo grupo de trabalho que emitiu o Relatório 002 foram baseadas na aplicação de redutores nas tarifas aéreas previstas na Portaria nº 206 SPL. Cabe registro de que, em data de 16/08/2001, o Major-Brigadeiro Venâncio Grossi, então Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, o DAC, assinou e expediu a Portaria nº 1213-DGAG, de 16/8/2001, revogando expressamente a Portaria nº 206-SPL, de 5/11/1983, que serviu de fundamento jurídico e técnico para sustentar a sua digna decisão no sentido de não negociar com a nossa empresa.

Vimos, portanto, solicitar a V. S^a a reconsideração de nossas ponderações e o início de nossas negociações, visando a revisão de preços de nosso contrato de acordo com a política de redução de custos implementada por essa empresa, aliada à manutenção da qualidade dos serviços prestados à RPN.

Na expectativa do atendimento de nossa solicitação, colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.”

Terceiro pedido de negociação. Como não teve resposta essa última carta e de conhecimento da redução de algumas companhias aéreas, procurei também adequar o meu preço a uma companhia aérea que tem o mesmo tipo de avião, o mesmo modelo, que presta serviços na Rede Postal Noturna – as minhas aeronaves que prestavam serviço eram Boeings 707 cargueiros. Havia outras companhias aéreas que prestavam o serviço, então, como foi reduzido o preço, eu tentei adequar também o meu preço a essa outra companhia, já com preço reduzido.

Quarta solicitação de negociação:

“Sr. Presidente, em atenção às suas correspondências, envidas nos dias 26 e 27 de novembro, esclareço que a planilha referencial de custos utilizada pela ECT na avaliação de preços praticados na RPN foi constituída com base em estudos levantados no mercado, efetuados por equipes técnicas criadas por esta Presidência – que são os grupos de trabalho, o PRTPR245, que foi encarregado da avaliação da RPN e do cálculo de preços e a 296, que foi encarregado das negociações –, as quais possibilitaram a definição de todos os índices de custo que compõem a referida planilha.

Tendo, portanto, por base essa metodologia, informo que a proposta apresentada pela Skymaster não atende aos referenciais de preços estabelecidos, razão pela qual fica mantida a decisão já comunicada por meio de nosso Ofício nº 794, de 31/10/2003, que era relicitar.”

Saiu o edital de licitação, e aqui quero fazer uma pausa para fazer um esclarecimento antes de entrar no mérito da reunião da licitação. Queria explicar um outro fato que foi noticiado na imprensa, fato que diz respeito a tentativas minhas de entrar em contato com o Sr. Sílvio Pereira, líder partidário do PT.

O presidente dessa comissão de trabalho, que era o Sr. Lelinton de Souza, se dizia do Partido dos Trabalhadores. Ora, se eu estava sendo frontalmente prejudicado por um elemento do Partido dos Trabalhadores, fui procurar, sim, um líder partidário. E eu fiz de tudo, através de amigos, de contatos, e consegui um telefone de uma pessoa que se dizia secretária do Sr. Sílvio Pereira. Depois de muito custo, consegui marcar uma reunião: ele me atendeu no hall do Sofitel em São Paulo, um lugar público, amplo, à mesa sentado. Isso tudo que acabei de expor aqui eu expus a ele e lhe pedi que tentasse colocar isso a uma instância superior – no caso, seria o Ministro –, para que eu tivesse uma audiência, para que eu levasse o assunto a uma esfera superior porque eu estava me sentindo prejudicado.

A revista também alega que ele fez um comentário, mas não é bem como está escrito na revista. Eu perdi a revista, mas nela se disse que o Sr. Sílvio Pereira ia tentar resolver o problema. Ele não falou nada disso, ele falou que iria estudar o problema e depois me comunicaria se seria possível uma audiência.

Eu liguei para a senhora que se dizia secretária dele uma porção de vezes, não me lembro o nome, liguei várias vezes, e o Sr. Sílvio Pereira nunca me deu resposta.

Já que não conseguia, fui atrás de um advogado. E vim ao escritório do Dr. Antônio Carlos, onde apresentei todos esses relatórios que acabei de apresentar aqui

e mais alguns que comentarei depois – documentos que inclusive constam da minha denúncia no Ministério Público. São documentos que demonstram que, no mínimo, são esquisitas as despesas do Sr. Venâncio Grossi serem pagas por uma outra companhia de iniciativa privada enquanto ele estava prestando serviço a uma empresa pública.

O Dr. Antônio Carlos me disse, à época, que não era a área dele de trabalho, inclusive pediu para que eu conversasse com o Dr. José Augusto Alckimin, que era a pessoa que ele indicava, e que poderia entender melhor as minhas colocações. Fiz, então, as minhas colocações ao Dr. José Augusto e ele ficou impressionado. A proposta do Dr. Antônio Carlos, antes de entrar com qualquer ação, foi ir ao Ministro Miro Teixeira, que era o que eu havia pedido ao Sr. Silvio Pereira. Ele conseguiu, então, marcar uma reunião com o Ministro Miro Teixeira, da qual participei eu, o Dr. Antônio Carlos e o Dr. José Augusto Alckimin.

Nessa reunião, fiz todas as exposições ao Sr. Ministro, mostrei toda a documentação, inclusive documentos de pagamentos de empresas a um prestador de serviço de assessoria aos Correios. O Sr. Ministro ficou muito impressionado e chamou o seu assessor de imprensa, não me lembro o nome, e falou para ele que marcasse uma reunião com o Sr. Dipp, porque achava, naquela época, que o edital deveria ser cancelado. Inclusive, eu estava com o edital em mãos.

Lembro até um fato curioso, pois ele pediu que eu entregasse o edital ao assessor de imprensa, o que eu fiz, e o assessor de imprensa disse que ia tirar uma cópia. O Ministro, então, disse que não precisava tirar uma cópia porque já tinha falado que ia conversar com o Presidente dos Correios e esse edital iria ser cancelado e que, se o Dipp não o cancelasse, ele mesmo cancelaria esse contrato como Ministro.

Nós nos levantamos, eu agradei e pedi desculpas por levar esses problemas sobre denúncias de pagamentos. Lembro que ele bateu no meu ombro e falou que eu estava coberto... “o senhor tem seus direitos e eu não admito, na minha Pasta, qualquer tipo de irregularidade”. Além de cancelar o edital, ele disse que iria mandar a Corregedoria do Ministério apurar e encaminhar o assunto para a Controladoria-Geral da União a fim de que também apurasse.

Pensamos que estava resolvido. Até hoje, no entanto, não obtive resposta do Sr. Ministro. Telefonei para o Dr. Antônio Carlos e ele também não conseguiu. Não sei porque não foi cancelado esse edital.

Houve o pregão do edital. Eu, inconformado e vendo que estava sendo prejudicado na abertura dos trabalhos do edital e porque participaram várias empresas, a Brasília Express, a Varig Logística, a Promodal,

a TCB, a Skymaster e a Taff, li um comunicado onde eu citava a correspondência da Varig Log, que tinha sido encaminhada dia 13, oferecendo um preço 21% a menos nessas linhas. Por que fiz isso? Porque só eu podia saber disso ou outra pessoa, mas isso não era de conhecimento geral. E iria afetar o preço inicial das empresas. Se só eu sabia, lógico que a minha proposta inicial seria 21% menor, é lógico. Mas e as outras companhias? Saberiam disso? Li a carta de proposta da Varig lá e – pasmem os senhores! – ninguém se surpreendeu. Depois eu vi porque ninguém se surpreendeu. Houve um conluio, realmente, para me tirar dos Correios. Isso fica muito caracterizado. E esse conluio foi denunciado ao Ministério Público e em um recurso, sobre o qual entrarei em maiores detalhes depois.

Vejam V. Ex^{as} as propostas iniciais das companhias dentro do pregão. A TCB ofereceu R\$289 mil; a Varig Logística ofereceu R\$289.286,33; a Promodal ofereceu R\$289.500,00; a Brasília Express ofereceu R\$290.585,86; e a maior proposta foi minha – quase que eu fico fora do lance, porque tem uma margem –, pois apresentei R\$300.154,79. Se não há conluio aqui, eu não sei o que é conluio. Está muito caracterizado. E a falta de espanto do pessoal quando anunciei que a Varig já tinha oferecido. Ninguém se espantou. Então, desculpe-me. Para mim, estava caracterizado, sim, o conluio.

Srs. Parlamentares, inconformado com isso... Aí vale uma explicação sobre o motivo de a Skymaster ter baixado tanto o preço nessa licitação. Primeiro, sabíamos que tinha uma proposta de 21% a menos. Então, a nossa proposta, se quiséssemos continuar a concorrer, tinha que ser menor do que 21%. Segundo, por intermédio de nossa assessoria jurídica naquela época, foi-nos dito pelo nosso assessor jurídico – lembro bem: “Olha, nós precisamos ganhar essa licitação, porque se deixarmos entre a Skymaster e os Correios um terceiro, fica difícil ganhar administrativa ou judicialmente qualquer recurso, porque tem um terceiro interessado nele”.

Então, a Skymaster apresentou um preço mais baixo tendo a convicção de que, mesmo administrativamente, isso seria cancelado. Não foi com nenhum intuito de colocar preço inexequível. É porque tínhamos a certeza, devido a todos esses fatos, de que esse processo não iria para frente. Tanto é que recorremos contra a decisão da pregoeira de nos adjudicar o contrato – coisa inédita – inclusive alegando uma série de irregularidades.

Naquela ocasião nós descobrimos, porque começamos a pesquisar, que a companhia que tinha condições de participar daquele pregão éramos nós. As outras não tinham certidão negativa, não eram nem

companhia aérea na época, não tinham número de aeronaves suficientes. Então, está tudo aqui na nossa contestação. Só não vou detalhar muito porque é extenso e V. Ex^{as} terão acesso a essa documentação. Nós recorremos à pregoeira, o recurso foi à pregoeira. Qual foi a minha surpresa que, em vez de a pregoeira negar meu recurso para me dar o direito a recorrer à instância superior – no caso, seria o Sr. Dipp –, o Sr. Dipp avocou para si a decisão de recusar o meu recurso e negou-me direto. Não foi a pregoeira, mas o Sr. Airton Langardo Dipp que julgou o meu recurso endereçado à pregoeira. Inclusive, gostaria de entregar o parecer da Assessoria Jurídica que embasou esse recurso.

Tem também aqui os relatórios da Comissão. Quero esclarecer que nós pedimos nesse recurso...O sistema de pregão é muito bom para a iniciativa privada, mas ele tem um problema, a meu ver – isso não é parecer jurídico nem nada. Nós apresentamos uma proposta de preço, mas o documento de habilitação que comprova se o senhor tem condição ou não de assinar contrato, mesmo com todas as ameaças de punição, só é aberto depois. E pedimos, no nosso recurso, apresentando uma denúncia por escrito. E todo órgão público que recebe uma denúncia por escrito, a nosso ver, tem obrigação de apurá-la, no mínimo. E fizemos denúncias contra todas as empresas que estavam participando, alegando os motivos, dando informações e pedindo que, pelo menos, se abrissem as propostas de documentação para apurar o que estávamos denunciando. Foi devolvida toda a documentação. Ninguém abriu nada, ninguém apurou nada.

Com isso, nosso recurso foi... Aqui a documentação negando a nossa pretensão... Isso aqui é um relatório da Comissão, se o senhor quiser ter acesso a ele, e aqui a carta da pregoeira, onde se pode ler o seguinte:

“Dessa forma, esclarecemos que o relatório-recurso foi submetido à Presidência da ECT...” Não pedi que fosse submetido à Presidência, pedi que ela julgasse. “...através do Relatório CPLAC 024, de 2003, fundamentado ainda no Parecer DJUR...” Este é o parecer que eu acabei de entregar ao Sr. Presidente. “...DJGTEC 116, de 2003, decidiu pelo indeferimento do mesmo, adjudicando objeto do Pregão 0106, de 2003, CPLAC, a essa empresa pelo preço de operação das linhas A e C pelo custo de R\$213.990.000,00, totalizando o montante de R\$56.493.360,00.”

E adjudicaram o contrato. E eu fui obrigado a assinar o contrato. E obrigado por quê? Porque senão teria que pagar uma multa de 20% do valor total do contrato e ser proibido de licitar com a iniciativa pública por cinco anos.

O mais engraçado que verifiquei é que a área técnica dos Correios se propôs a chamar de novo as novas companhias, as empresas que deram os menores preços comigo, que foram a Berta e a Varig Log. Já que vocês mergulharam tanto nos preços, porque não vamos renegociar os contratos que vocês têm vigentes aqui agora? Não renegociaram não.

Aqui já é a fase em que o Sr. Airton Langardo Dipp já tinha saído da Presidência. Tivemos... Tive três reuniões com o novo Presidente, o Dr. João Henrique. A primeira aproximadamente 15 a 20 dias depois que ele tomou posse, foi recente, na qual informamos que não íamos conseguir executar esse contrato. Estávamos prejudicados e o preço era inexeqüível. E mandamos uma correspondência para ele pedindo um equilíbrio econômico-financeiro que seria a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, porque já nessa data, quando o novo Presidente assumiu – creio que foi fevereiro ou março – o combustível já tinha subido 20%. Ora, eu já estava tendo prejuízo de 20% pelo aumento do combustível – e a minha planilha, depois vou mostrar aos senhores – que, nesse caso, representaria 80 e tantos por cento de insumo combustível, então pedimos o equilíbrio ou a rescisão amigável do contrato.

Como não tivemos resposta, fizemos uma notificação para apressar.

Aí tive uma segunda reunião com o Sr. João Henrique, da qual participou a assessora jurídica de lá, quando insistimos na recomposição. A nossa recomposição foi, inclusive, submetida a um grupo de trabalho gerado na época do Sr. Dipp, por isso é que estava demorando a análise. E essa recomposição só veio a ser feita em abril. E aqui está o parecer da assessoria jurídica concordando com o equilíbrio econômico-financeiro dessa fase. (Pausa.)

Aqui é mais documentação. O Sr. Presidente está falando que é muita documentação, mas seriam os outros equilíbrios. Tivemos outro equilíbrio já em agosto, porque os preços dos combustíveis tinham disparado de novo. Estão aqui os documentos, Sr. Presidente.

Aqui também seria a solicitação e a resposta, quando foi dado... foram dois equilíbrios financeiros, um em abril e outro em maio.

Bem, senhores, vou passar aqui, inclusive, e não vou entrar em detalhes. Sr. Presidente, eu só queria passar e explicar este quadro, porque para mim é o mais importante de todos. Eu queria passar ao Sr. Presidente um quadro de levantamentos que fizemos. E tivemos dificuldade, porque pedimos, requeremos ao Correio a documentação e recebemos só ontem. Tivemos alguma dificuldade de montar. Mas tem um quadro aqui que põe diversas linhas, as maiores linhas do Correio, em que são usadas aeronaves com turborreatores, tur-

binas, e em que pode ser visto inclusive – gostaria até de ler, se o senhor me permitisse. Gostaria de passar primeiro, para comentar, Sr. Presidente. Eu tenho outra cópia aqui; desculpe-me, perdão, senão o senhor vai ficar perdido.

Aqui são todas as companhias aéreas que tinham aeronaves com turbinas, turborreatores; tem os valores da operação, a quantidade de horas voadas e o valor por hora voada. Queria esclarecer aos senhores o seguinte: na aviação tudo se dá pelo valor da hora voada. Inclusive, são dois valores: o *flight hour*, que é quando o avião tira o trem de pouso e o coloca no chão de novo; e o *block hour*, quando se tira o calço do avião, ele começa a taxiar e se coloca o calço de novo.

Na verdade, na aviação tudo é considerado com *block hour*. Então, como nós calculamos custo em aviação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria, por favor, silêncio.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Como calculamos custos em aviação? Calculamos o custo da hora *block* ou *block hour* e multiplicamos pela quantidade de horas a serem voadas. Então, o que tem nesse quadro aqui? Tem os contratos da Skymaster, os trechos, os valores de operação, as quantidades de horas voadas, o tipo de aeronave e os valores da hora de voo.

Para que vocês tenham uma idéia, o preço da Skymaster, em dezembro de 2003 – quando falavam que o nosso contrato desde 2001 era superfaturado –, era, na verdade, menor do que outras três companhias. Engraçado como só falam da Skymaster. E as outras companhias? Não falam nada. Inclusive, tem aqui a outra companhia que usava a mesma aeronave minha. A minha hora voada era 23.453 na linha A e na linha C, e o valor da hora voada da Beta era 25.042, superior ao meu. Estava superfaturado? Não vim aqui defender a Beta, mas também não estava, porque, se forem observar, eu voava nove horas em cada linha, e eles voavam cinco horas. Então, a minha diluição de custo era maior.

Mas, se considerarmos também a quantidade de capacidade de carga a ser transportada, vamos ver que aeronaves do tipo 727-200 estão com o preço de 20.907, e essa aeronave leva 21 toneladas, enquanto a minha levava 38. Será que esse preço não é caro, não? Outro fato... Aí vão falar: mas voava cinco horas e trinta. Não, mas a Beta voava cinco horas e dez, é a mesma coisa. E a outra aqui, da Trip: um 727-200, que também era 17.660, 21 toneladas. Se fizermos uma correlação fácil – não vou entrar muito em detalhes de cálculos, mas, se quiserem, nós entramos –, vamos ver que, se for calcular peso transportado, se for levar em quilo, o preço deles era maior do que o meu.

Bom, este quadro aqui era do trecho que falavam que era superfaturado.

Eu fiz o segundo quadro – é a mesma coisa do outro, está certo? – com as reduções que foram feitas nas negociações e com a licitação que foi feita, que a Skymaster teve que baixar o preço. Senhores, eu queria que depois os senhores verificassem: o preço da minha hora voada foi para R\$11.711,58, cada linha. O preço da outra companhia, que usava a mesma aeronave minha, 707, igualzinha, ficou em R\$22.575,00. Então, ela saiu de R\$25.000,00 e foi para R\$22.500,00, e a minha saiu de R\$23.000,00 e foi para R\$11.000,00. Até aí pode ser até aceitável.

A outra, de Boeing 727-200, saiu de R\$16.536,00 e foi para R\$16.292,00. E a outra, também de um Boeing 727-200, que já falei que tem uma menor capacidade de carga e se for comparar peso/quilo vai dar um valor muito maior, saiu de R\$20.907,00 e foi para R\$20.363,00. E a que era R\$17.660,00 foi para R\$17.126,00.

Agora, o mais incrível não é isso, não. O mais incrível é que aí, como nós ficamos tão baixo – e como eles não perceberam que o preço era inexequível eu não sei –, aí eu fiquei menor do que outras aeronaves. Tinha outro 727-200 aqui – que anteriormente não era, está certo? –, e, quando fui ver aqui, passou para um valor maior, passou para R\$16.292,00, um 727-200 também.

E mais incrível ainda: veja bem, o meu preço por hora voada de um Boeing, que carrega 38 toneladas, era R\$11.711,00, a hora voada. E, por incrível que pareça, apareceu aqui também um 727-100, que leva 18 toneladas, 15 toneladas, a R\$17.750,00. O meu preço era R\$11.000,00 e o dele aqui é de R\$17.750,00.

Se não bastasse isso, senhores, uma linha da TAF aqui, que era um Boeing 737, estou falando do Boeing 727 – esse 737 aqui leva de 11 a 15 toneladas, é um avião bi-reator, que consome um terço do combustível do 707 – foi para R\$11.841,00. A Beta saiu de R\$25.048,00 e foi para R\$22.575,00. Eu saí de R\$23.000,00 e fui para R\$11.000,00.

Bom, falaram também aí na imprensa que eu, depois que saiu o Sr. Airton Langardo Dipp, recebi reajustes nos meus contratos que reabilitaram. Outra inverdade.

Aqui está o terceiro quadro, Sr. Relator, onde foi verificado que, depois de dois equilíbrios econômico-financeiros de contrato, eu saí de R\$11.711,00 e fui para R\$15.191,00.

Agora, ninguém fala que as outras companhias tiveram equilíbrio também não. Todas elas tiveram. Todas as outras companhias, depois disso, tiveram. A Beta saiu de R\$22.575,00 e foi para R\$27.461,00; a de

R\$16.292,00 foi para R\$18.247,00; a de R\$17.750,00 foi para R\$18.804,00; a de R\$20.373,00 foi para R\$23.490,00; a de R\$11.841,00 foi para R\$13.350,00; e a de R\$17.126,00 – e aqui vai num ressaltado, está certo? Que era a linha K, que anteriormente saía um avião de Goiânia, Belo Horizonte, Guarulhos, Belo Horizonte, Goiânia, que estava em R\$17.126,00 por hora voada foi para R\$24.424,00.

Como que só eu recebi realinhamento? Como que só o meu preço foi reajustado? E os outros, como é que ficam? Só eu?

Bom, senhores, eu estou terminando. Desculpa, mas eu tinha que explicar isso para que pudessem depois os senhores ter argumentação para me perguntar.

Eu só queria dizer aqui que nós consideramos que um preço é considerado superfaturado somente quando comparado a um menor preço que ele. A comparação está aqui. Como que meu preço é superfaturado? Eu não entendo. E queria salientar aqui que, desde o início dos contratos, o meu preço foi sempre o terceiro menor preço se considerarmos o peso transportado.

Desculpe-me. Estou-me lembrando aqui, porque a exposição é um pouco longa. Para terminar, é o seguinte: trouxe aqui e queria entregar ao Sr. Presidente – é a coisa mais estranha que aconteceu comigo; isto aqui não é nenhuma gravação extra-oficial não, é uma gravação oficial – fitas do pregão de que participei e em que tive de baixar de preço. Então, aqui eu gostaria de entregar ao Sr. Presidente.

A coisa mais estranha que já vi nisso é o seguinte – por isso que eu falei aqui da modalidade pregão: estavam sendo analisadas as propostas de preço de todas as firmas que apresentaram, que foram todas essas que citei aqui, e foram duas empresas desclassificadas, a TAF e a Promodal. Bom, pasmem os senhores: quem chega para sentar ao lado da pregoeira, não fazendo parte da comissão de licitação? O Sr. Leliton de Souza, Presidente do Grupo de Trabalho 296. Está gravado aí. O que eles falam a gente não ouve, porque falou baixinho com o pregoeira. Mas a pregoeira, depois de conversar com ele, sugere se os outros concorrentes que estavam classificados concordariam que a TCB e a Promodal continuassem no processo, mesmo tendo sido desclassificadas, para dar lances, a pedido do Presidente do Grupo de Trabalho 296, que não tem nada a ver com a licitação.

Então, senhores, eu estou sendo muito criticado e atacado, mas vim aqui para mostrar a realidade dos fatos, não as versões, e defender, com tudo que eu puder, a minha honra e o nome da minha empresa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou à disposição do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex^{as}. Seguimos adotando a rotina dos 10 minutos para cada Parlamentar, em função do avançado da hora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, sem querer exercer qualquer poder de polícia, penso que precisamos, primeiro, deixar o Relator falar, ter uma noção de quanto tempo S. Ex^a vai usar, aonde S. Ex^a pode chegar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator será muito objetivo, como sempre foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Permita-me concluir a minha ponderação. Vamos ver até onde o Relator vai. A partir daí, deliberamos sobre o tempo. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não flexibilize, senão cada um falará por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Espera aí, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – A

minha proposta é a manutenção dos 15 minutos. É evidente que o Plenário é soberano, e V. Ex^a também o é.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Se não for necessário, nós podemos nos autopoliciar para evitar os 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O problema é que todos, Deputado ACM Neto, falam por 15 minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas

é a vida...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas, neste caso, talvez não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Alguns, inclusive, fazem discurso durante 14 minutos e 30 segundos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas,

quando da votação da reforma da previdência, ficou-se aqui até a madrugada, para retirar direitos dos trabalhadores. Então, temos de ficar aqui para trabalhar até a hora em que for necessário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, aqueles que nos assistem saberão distinguir os Parlamentares que estão aqui para arguir o depoente daqueles que aqui estão para fazer discurso. Aliás, já está havendo essa distinção. É melhor a gente deixar os 15 minutos, porque senão, aí sim, haverá burla do tempo, que poderá ser muito maior.

V. Ex^a pode ser simplesmente fatal nos 15 minutos. Deram os 15 minutos, pronto, tira-se o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente.

Tem a palavra o Relator Osmar Serraglio. Eu não consigo voltar para os 10 minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Graças a Deus!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, já recebi sinalização do Plenário de que pretende, com muito direito, ter acesso, o mais rapidamente possível, a essa documentação que nos foi encaminhada agora. De forma que o meu questionamento vai-se direcionar, neste primeiro momento, a esses documentos. Evidentemente, posso ter assimilado de forma não a mais correta possível, porque há muitos documentos, e tive de passar o olho por eles muito rapidamente. Mas eu extraí daqui a seguinte conclusão.

Antes de apresentar a minha conclusão, eu gostaria de questionar o depoente sobre se, nas negociações que ocorreram para que houvesse redução – houve um momento, e a empresa de V. S^a foi instada por diversas ocasiões a que participasse de reuniões nas quais se negociaria uma redução segundo parâmetros que estariam lá estabelecidos nos Correios – quantas empresas na época prestavam serviço de transporte, esse RPN, para os Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, Sr. Relator, as maiores estão neste quadro. Por isso que este quadro eu acho importante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, mais ou menos, quantas são as empresas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete. Agora, essas são as que tinham o turborreator, mas deviam ser mais umas seis ou sete. Eu não tenho certeza, porque inclusive tinha empresas de táxi aéreo com trechos menores, e a negociação acho que se deu mais com estas aqui, por isso que estão no quadro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, na negociação, houve uma maioria que reduziu ou foi uma minoria que participou da redução?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Relator.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – ...houve reduções. Houve até companhias que não tiveram reduções. O senhor vê no quadro aí, houve companhias que não tiveram reduções. Então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que companhias V. S^a lembra que não reduziram na rodada de negociação de redução?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, a própria TAM aqui, na linha SP1 e SP2, que não teve redução. Até porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que argumentos eram usados na pretensão da redução?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Comigo não teve argumento nenhum. Eu apresentei uma planilha, que representava o meu custo naquela época, tentei negociar, e ninguém tentou. E, se o senhor verificar naquele documento que eu passei para o senhor, num certo momento, um dos assessores do grupo que estava lá tentou, me perguntou sobre consumo de combustível e eu disse, sobre preço de *leasing* e eu disse. E o presidente – está escrito isto aí –, o presidente barrou ele de continuar a conversa. Então, não tive a mínima condição...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas os Correios não tinham uma planilha que apresentavam para a discussão?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Senhor, é isso que eu pedi. E pedi exatamente isso nos meus documentos. Cheguei com uma planilha igual estou aqui, um quadro-planilha igual estou aqui com o senhor, e apresentei: “Olha, aqui são os meus custos”. E eu vi, na frente do presidente da Comissão, a planilha. Aí eu pedi a ele: “Será que eu posso ter acesso à planilha para a gente começar a discutir?” Não tive até hoje. E o senhor vai ver que as outras empresas discutiram essa planilha, até por causa das atas. Eu não tive a mínima condição de discutir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, havia uma planilha, só não a disponibilizaram para V. S^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Havia uma planilha na frente do presidente da Comissão, que não quis me dar nenhum dado nem me fornecer essa planilha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que servia de parâmetro para análise deles?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou dizer o que eu concluí, e, no que eu me equivocar, V. S^a tem pleno direito de me esclarecer. Houve uma rodada de negociação, na qual a sua empresa... Porque aqui são muitos documentos, mas são relacionados a um mês, um mês e pouco, que foi a intermitência das negociações em relação à redução, à qual sua empresa não cedeu. Apresentou uma portaria,

com uma demonstração de que, segundo os dados do DAC, na verdade o seu valor deveria ser até superior ao que estava sendo praticado. Só que os Correios não concordaram com isso, e, como não houve a negociação, eles abriram um edital. V. S^a participou do edital, apresentou aqui as propostas. V. S^a diz que eles estão concluídos, mas, convenhamos, como ilação, todos estão concluídos, porque todos estão... É de 289, 290 a 300. São muito próximos. A menos que houvesse um parâmetro – não conheço o edital – que desse um máximo e um mínimo e aí todo mundo ficou no meio, porque, por centavos, ganharia. E aí a sua empresa foi a vencedora. Aí V. S^a diz que recorreu, encaminhou e fez. E estranha que tenha sido adjudicado. Mas é evidente que ele tinha que adjudicar a V. S^a, porque V. S^a ganhou e não queria levar. Começou a questionar o edital. Está aqui dizendo: “O edital isso...”. Por que V. S^a não questionou o edital no prazo da publicação, que é o único possível? Legalmente não é possível participar de uma licitação e depois achar que o edital é inconveniente. Aí, o parecer do Jurídico é de que V. S^a, primeiro, reanalisou os detalhes, dizendo que não procediam; contudo, preliminarmente, disse que não havia possibilidade de admitir porque era o vencedor. Portanto, não tem legitimidade. Eu não posso entrar com uma ação em juízo se eu sou o credor, o titular. E, em função disso, com esse parecer do Jurídico, é que foi ao Dipp, ao Presidente Dipp, e adjudicou.

Até onde eu entendo, foi uma atitude correta, juridicamente correta. E o que extraio disso? Que V. S^a... E V. S^a se valeu dessa expressão, ou seja, que tinha uma proposta evidentemente inexecutável, tanto é que, depois, V. S^a apresentou uma proposta, que está aqui também, querendo o reequilíbrio. Mas alguém que participa de uma licitação com proposta inexecutável pode pedir o reequilíbrio? Esse é o caminho da fraude. Apresento a proposta, ganho e depois choro e levo a diferença.

E aí vem a pergunta: quando V. S^a diz que todos obtiveram reajuste, os reequilíbrios, os outros... E aqui estou falando sob censura de V. S^a, porque posso estar tirando conclusões improcedentes, pois não é por uma leitura dessas que poderei extrair informações concatenadas e coerentes. Enfim, não posso saber quando V. S^a se reporta a que os outros também tiveram, mas há quanto tempo os outros não tinham o reequilíbrio? Por quê? Eles não participaram dessa mesma ou, nesse mesmo dia em que houve a licitação da A e C, houve para todas as linhas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Posso falar, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não houve; porém, foi resultado das negociações. A minha negociação foi a licitação; a dos outros foi a negociação para reduzir 9%, 7% em outros preços. Em todos os contratos, houve uma baixa até dezembro de 2003. No meu caso, foi a licitação; no dos outros, internegociação. Então, esses preços todos foram renegociados na mesma data. Assim, quando houve o reequilíbrio, houve para todos, e não só para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com o mesmo índice?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ah, isso eu não sei, Sr. Presidente! E sabe por quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque, se for o mesmo índice, não deveria ocorrer, aparentemente. Entretanto, pelo menos houve um tratamento equitativo.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não; o problema do índice não é esse. O problema do índice... Nós apresentamos inclusive uma planilha – e não sei se a temos aqui... Inclusive, se V. Ex^a verificar as correspondências, vai observar que a pregoeira me pediu uma planilha adaptando o preço com que venci a licitação. Nessa planilha aqui eu fui obrigado a colocar – e nem sei como os Correios aceitaram – que a remuneração não era remuneração, era um déficit. Está aqui escrito. Vou entregar a V. Ex^a.

“Remuneração: déficit a ser absorvido pelas operações comerciais da Skymaster”. Esse déficit, em uma linha, era de -37.592; na outra, era de -37.882,87.

Passo à mão de V. Ex^a.

V. Ex^a me pediu que eu fizesse algumas considerações sobre aquele seu raciocínio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esteja à vontade.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Veja bem: a primeira coisa, nós não tivemos o direito de negociar com o Grupo de Trabalho. Estou com uma série de documentos aí em que proponho a negociação. Eu fui destrutado nessa reunião. Está escrito aí. Ninguém me respondeu nada. Ora, se sou destrutado e coloco por escrito, o mínimo que a pessoa que me destrutou tem a fazer é me responder me criticando ou me condenando. V. Ex^a vai verificar que não houve resposta. Então, a alegação de que eu não quis negociar é inverídica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está documentada?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Está documentada. Então, tentei negociar de todas os jeitos e não consegui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a, na verdade, não está comprovando que

tenha negociado. V. S^a apresentou uma proposta e foi inflexível em relação a ela.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, Excelência. V. Ex^a me desculpe, mas não. Apresentei uma planilha... Inclusive, no expediente que apresentei depois...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dizendo que o preço que V. S^a estava praticando não havia como reduzir.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Li agora há pouco.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não. Isso estava na ata e foi o Presidente que escreveu, não fui eu. Nunca falei que EU não podia reduzir. Pelo contrário, o senhor pode pegar a carta – depois que houve a reunião – em que citei o presidente do grupo de trabalho com cópia ao presidente dos Correios. Alego, inclusive, que iniciei as negociações. Me perguntaram qual era o meu consumo, e o presidente não deixou um assessor do grupo de trabalho continuar as negociações. Está escrito isso aí, e ninguém me respondeu o contrário. Inclusive, esse documento está aí com o carimbo do protocolo.

O senhor há de convir que tentei negociar, contestei as argumentações, inclusive estão na ata. Para o senhor ter uma idéia, Sr. Relator, essa ata demorou quarenta minutos para ser discutida, uma ata de quatro itens. E só assinei porque o advogado – tive que levar um advogado – disse: “Luiz, assina aí porque vamos contestar isso”. Senão, não íamos nunca terminar aquela reunião. Já não tenho mais o documento, mas é um documento que encaminho ao presidente do grupo de trabalho, com cópia ao Sr. Airton Langardo Dipp. É onde falo que sou destrutado, esse negócio todo, e cito, inclusive que tentei negociar e que um assessor do grupo de trabalho tentou iniciar a conversa comigo e foi barrado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Tentei negociar, sim, Sr. Relator, mas não consegui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De qualquer modo, ultrapassada a fase de possível negociação...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O senhor quer que eu olhe a documentação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, eu me penitencio, mas preciso de um segundo para ver se localizo. Eu li. É onde V. S^a reproduz a portaria, faz referência à portaria.

Mas, enfim, essa foi a fase da negociação. Ultrapassada a negociação, houve uma licitação. É en-

graçado o enfoque, porque, na medida em que V. S^a passa a imagem de que foi prejudicado, nós até agora tínhamos e temos uma versão diferenciada, de que foi privilegiado, na medida em que participou de uma licitação, ganhou em virtude do subpreço, reconheceu que era subpreço, tanto que qualificou como inexecutível, e obteve um aditivo, que é uma das coisas que questionamos. Muito pouco tempo depois, houve um reequilíbrio, quatro ou cinco meses após. V. S^a confirma isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, não fui só eu que obtive reequilíbrio econômico-financeiro, foram todas as empresas, porque houve...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com intervalo de três a quatro meses?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, com intervalo de três a quatro meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Muito bem, então, a Comissão vai investigar isso. De qualquer modo, houve um procedimento equivocado também em relação às outras.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Inclusive esse reequilíbrio foi analisado... Comecei a pedi-lo em fevereiro, porque em fevereiro já havia um aumento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Percebe? V. S^a participou de uma licitação em dezembro, fez um contrato em dezembro para, em fevereiro, pedir reequilíbrio?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, declarei, tentei de todo jeito não assinar contrato, praticamente fui obrigado a assinar esse contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Percebe? V. S^a faz uma afirmação à CPI. V. S^a participa de uma licitação e se diz obrigado a assinar o contrato que propôs?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Propusemos um preço mediante uma orientação jurídica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Orientação...?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Orientação jurídica. Tínhamos advogados que achavam – já expliquei aqui – que, se deixássemos uma terceira pessoa entre nós e os Correios, não teríamos condições de recorrer a nada, porque havia um terceiro interessado. E que estávamos sendo prejudicados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Um segundo ou um terceiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Um terceiro, seria um terceiro interessado no meio. E não só recorreremos contra a decisão do pregoeiro como denunciamos ao Ministério Público em seguida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas qual o vício cometido, porque não recebi aqui a

cópia da denúncia ao Ministério Público. Gostaria que localizassem porque não recebi. Qual o vício apontado ou crime indicado ao Ministério Público?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Foi todo esse relato que fiz e incluindo inclusive as despesas que estavam sendo pagas, demonstrando-se que dentro do processo, começou com uma proposta da Varig Log num processo em andamento, dias antes da minha reunião com o grupo de trabalho, onde se oferecia 21% a menos. O senhor estranhou eu ter dado um preço mais baixo, eu tinha tentado explicar isso. Por que demos um preço mais baixo? Os nossos advogados na época achavam que não tinha a mínima condição de prosseguir, e nós recorremos com todos os meios que estão aí inclusive com denúncia do Ministério Público para tentar não executar. Se o senhor tiver tempo depois de verificar no nosso recurso administrativo, dentro do próprio pregão, denunciemos tudo de errado que estava naquele processo, e não imaginávamos que não ia ser apurado nada. Se o senhor pudesse se deter depois, porque é muita documentação, dentro do nosso recurso contra a decisão da pregoeira, o senhor vai verificar que recorremos e denunciemos, porque tem outros documentos nas mãos do senhor aí, Sr. Presidente, foi o primeiro documento, deve estar debaixo de tudo. Depois o senhor pode verificar. Como estava explicando, nós recorremos da própria decisão da pregoeira, inclusive citando todas as irregularidades, Sr. Relator, por escrito, a firma tal não fez isso, a firma tal não tem isso, a firma tal, e gostaríamos que fossem abertos os envelopes de documentação para comprovação. Olha, se tínhamos todas essas informações de que havia todas essas irregularidades, não só no nosso tratamento como a justificativa que não queremos negociar, e comprovadamente já mostrei ao senhor que tentamos negociar, o senhor me desculpe, achávamos que realmente iria ser considerado o nosso recurso e não assinado o contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No nosso estudo, chegamos à conclusão de que, na verdade, a sua empresa é que teria sido beneficiada, a menos que eu esteja equivocado de pregão. Essas são linhas “a” e “c”?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Essas são as linhas “a” e “c”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quantas linhas a sua empresa presta serviços aos Correios? Quais as linhas e os valores atuais?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A nossa atuação nos Correios, na verdade, não começou com a linha “c”, começamos com a linha “g”. E isso em janeiro de 2002. Foi uma tomada de preço, na época...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua empresa não começou em 2000?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpa, janeiro de 2000, onde tivemos um contrato que durou 180 dias. Isso tudo foi tomada de preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tenho uma curiosidade sobre isso. As informações que tenho é que foram todas sem licitação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, foi tudo tomada de preço. O senhor pode confirmar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dispensa de licitação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Recebi uma carta pedindo para cotar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É uma das coisas que estranhemos no levantamento, porque os três, quatro primeiros contratos de V. S^a, da sua empresa, todos eles sem licitação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu recebi, o senhor pode verificar, pedi aos Correios e não consegui ainda, depois apresento porque pedi todos os contratos aqui. Recebi uma correspondência pedindo para cotar preço para essas linhas, e era mais de uma linha. E cotei preço. Na verdade, não sei nem com quantas empresas eu concorri. E me falaram se ganharam ou não. A modalidade, eu entendo que tenha sido tomada de preço; agora, se o processo foi concorrência, realmente não sei. Mas recebi uma correspondência... Recebi uma correspondência pedindo para cotar preço, entendo que se é uma correspondência para cotar preço ou é uma carta consulta ou é uma tomada de preço. Realmente não sei, porque foi pedido...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tenho aqui os dados: A contratação foi 1º de janeiro de 2000, Contrato de nº 10.266, com dispensa de licitação a título de emergência.

Na época, o senhor conhecia o Sr. Egídio Bianchi?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não conhecia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Sr. Carlos Augusto de Lima Sena?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Também não conhecia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Sr. Hugo César Gonçalves?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Hugo César Gonçalves é meu sócio, inclusive meu irmão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ouvi V. S^a fazendo referência que não é o Presidente. Aí não captei. O que V. S^a é da Skymaster?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sou Diretor Comercial da Skymaster, e sócio em 20% no controle acionário da Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem é o Presidente?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Presidente é o meu irmão, Hugo César Gonçalves. Na verdade ele é o Presidente no contrato social, mas as atividades dele estão voltadas para a área técnica. Ele é coronel da reserva da Aeronáutica e sempre controlou a área técnica. O título de presidente era mais um título honorífico, sem uma atividade fim. Ele assinou algumas correspondências sim, mas correspondências, inclusive, quem preparava era eu dando os preços. É porque nessa época eu não sabia se o diretor comercial podia assinar ou não; por isso que ele assinou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A linha K, o que V. S^a tem para dizer sobre ela?

Como é que V. S^a começou a prestar serviços na linha K?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Da mesma forma, recebemos uma correspondência pedindo para a gente cotar preço para a linha. Cotamos preço para a linha, encaminhamos essa correspondência ao Correio – o senhor pode mandar apurar isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a entende como licitação cotar o preço?

Houve um momento em que todos, enfim, em que houvesse mais empresas participando, e daí se selecionou quem fosse o menor proponente? Ou V. S^a cotou e foi admitido o seu preço?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu cotei e foi admitido o meu preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Por isso que é sem licitação.

Já é a segunda vez, a título de emergência. Nem nessa segunda ocasião V. S^a não conheceu o Presidente dos Correios, Egídio Bianchi?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca conheci. Recebia correspondência naquela época assinada pelo... Inclusive acho que era assinada pelo chefe, não lembro se pelo departamento Degel, Denafe, lembro que, inclusive não tinha nem carta da Presidência, era uma correspondência que pedia para eu cotar preço, assinado pelo chefe do departamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Há um episódio noticiado na imprensa que chamou a atenção e que aparenta uma certa negociação prévia de interesses comerciais, evidentemente, a conclusão que se extrai é quem perderia era a Fazenda Pública.

V. S^a assinou um termo de compromisso, a sua empresa, com a Beta Brazilian Express Transportes

Aéreos. Isso foi denunciado pela revista **Época**, edição 372, de 4 de julho de 2005.

O que V. S^a diz a propósito desse termo de compromisso de sub-contratação, ao mesmo tempo eu associo a isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, estou até procurando aqui, o que foi assinado com a empresa Beta, que foi antes do processo licitatório, foi um termo de compromisso de um acordo comercial visando à utilização de aeronave de uma empresa para outra. Inclusive a revista foi um pouco maldosa porque ela publicou só uma parte desse termo. Aqui está o termo de compromisso, vou fazer prova para V. Ex^a:

“A Brazilian Express Transportes Aéreos LTDA, com sede em Guarulhos, e...”

É a qualificação das empresas Skymaster.

“Objeto:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT está realizando serviço de transportes aéreos, de concorrência número tal.

Reunindo ambas as partes condição de participar dessa licitação, a Beta/Skymaster assim o farão, cada qual por si, apresentando as propostas comerciais que julgar cada uma delas conveniente a seus interesses.”

E esse termo de compromisso é um termo de compromisso que visava a que a gente tivesse disponibilidade de aeronave, porque, nessa licitação, necessitariam de duas aeronaves. Eu, nessa época, tinha, inclusive, três aeronaves em operação e mais uma chegando, quatro. Mas eu tinha outros contratos também na área comercial e tinha a rota Manaus – São Paulo – Manaus sendo executada. Mas eu tinha as duas aeronaves, como a Beta também tinha as duas aeronaves. Só tem que, se o senhor verificar os termos do contrato, vai verificar que é um dos contratos mais rigorosos que têm no País, porque, se não, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não teria condição de fazer Sedex e essas entregas rápidas. Então, nós precisaríamos, sim, de uma aeronave em *standby*. Para o senhor ter idéia, qualquer aeronave que trabalhe para os Correios, o senhor tem de ter uma aeronave de *standby* ou de reserva, por quê? Porque as multas são pesadíssimas. As multas começam a partir de meia hora de atraso; começam a ser multadas em 5%, 10%, 15%, 20%, chegando a 60% e atualmente a 100%. E atualmente não começa nem com meia hora, não; começa com quinze minutos. Acho que todos nós estamos acostumados a viajar de avião. Se isso fosse aplicado na aviação comercial, acho que não tinha uma empresa que agüentasse pagar essas multas. Então, a intenção desse termo aqui não foi burlar a licitação; foi

garantir que nós teríamos uma aeronave de reserva. Aliado a isso... Você tem um contrato aí?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Enquanto V. S^a procura, eu acrescento que...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Está aqui, já. Se o senhor quiser que eu responda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. É que as informações que a gente tem e pela evolução dessas contratações havidas, conclui-se que, na verdade, a sua empresa e a Beta vinham de mãos dadas, trocando negócios até o momento exato em que aconteceu esse rompimento. Daí é que houve essa circunstância levantada aqui, quando se desentenderam. Quando os Correios perceberam que estavam juntas, com valores estratosféricos e não conseguiam fazer a Sky, foi quando a Beta rompeu com a Sky e daí partiram para linhas diferentes, para buscar comerciais e resultados por caminhos outros.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, eu só queria ler para o senhor aqui o termo, um item do contrato, naquela época, que era permitido. Eu vou ler para o senhor, se o senhor me permite. Item 2.19.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do contrato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Do contrato, que faz parte do edital. Todo contrato...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do contrato com os Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Do contrato com os Correios, que faz parte do edital. Está aqui e eu vou fazer a entrega para o senhor.

“Item 2.19. Manter previamente a contratante informada sempre que porventura houver subcontratação de outra empresa aérea para executar determinada linha, enviando cópia do contrato de subcontratação para a contratante.”

O contrato permitia isso. E veja bem, nós subcontratamos uma aeronave, que absorveu depois 50%, e fizemos o contrato de subcontratação e registramos nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas é diferente permitir uma ilação. Depois vamos ter de estudar. Não contesto a... Não é que eu queira contestar a procedência do que V. S^a nos afirma, mas é diferente a minha visão: duas concorrentes se acertarem e depois uma ser contratada, alguém ganhar higidamente e depois subcontratar alguém para se assegurar na prestação do serviço e não haver essa falha a que V. S^a se reporta. Mas não nego que também pode ser procedente a informação de V. S^a, que vamos ter de aferir.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Esse tratamento

e essa procedência não eram incomuns na Empresa Brasileira de Correios. Já existiam fatos como esse. Existiam fatos que, inclusive, além de ser a mesma coisa, ensejavam uma dúvida, porque já existiam contratos da Varig Log que utilizavam aeronaves da Varig. Ora, a Varig não tinha certidão negativa para participar dessas licitações e ela tinha o mesmo termo de compromisso, porque eram companhias filiadas, mas são companhias distintas. O CGC delas é distinto. E já existia isso nessa época. Existia coisa maior. Existiam companhias, se o senhor me permitir, existiam companhias, como a Trip, que tiveram contratos com os Correios sem nunca terem aeronave para aquele contrato. Subcontrataram o tempo todo do contrato.

E veja bem, Sr. Relator, não houve combinação de nenhuma espécie, houve um compromisso de se utilizar aeronaves. E, se nós quiséssemos ludibriar ou fazer qualquer coisa numa licitação, nós tínhamos feito isso nas escusas; podia fazer acordo tácito a qualquer momento. E veja bem, participaram todas as empresas que podiam participar da licitação, não foi só eu e a Beta. Então, não houve nenhuma intenção de se fazer isso, porque, se tivesse intenção, nós não tínhamos colocado por escrito, nada disso estava por escrito. Agora, tem outras companhias que talvez não tenham esse documento, e o procedimento não era proibido e era usual na época.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a há de admitir que eu posso hipotetizar que duas empresas se ajustam para participar de uma licitação, mas como uma pode, eventualmente, ser mais esperta do que a outra, descumpra o acordo, as duas vão com o valor elevado, buscando a mão no pote. Mas é possível que alguma traia. Na dúvida, vamos assinar um documento, porque se você me enganar no lançamento que nós vamos fazer aproximados, nós iremos partilhar o serviço. É uma hipótese que precisa ser aferida, mas que ela é possível é.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, hipótese pode ser, mas não foi o fato. Eu acho que poderia ser considerado como hipótese, o senhor me desculpe, Sr. Relator, se só nós dois participássemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma das coisas que teremos que investigar é quantas empresas participaram.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, porque se tiver mais do que uma empresa participando, não tem essa hipótese. O senhor há de convir comigo que, se fôssemos só nós dois participando, pode haver hipótese, mas se tiver uma, duas ou três empresas participando a mais, não tem essa hipótese.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não diria necessariamente, mas tudo bem.

Em 2001, também, porque, até 2001, a empresa de V. S^a não tinha as linhas que são as mais importantes A e C, e, mais uma vez, a contratação inicial foi sem licitação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpe, Sr. Relator, quando? O senhor podia repetir?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode responder essa minha...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpa, desculpa, eu não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A questão é: como é que se operou a primeira contratação das linhas A e C com sua empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – As primeiras contratações das linhas A e C não foram nem direto com os Correios. Quem fazia essa linha era a Transbrasil, e o contrato era em nome da Interbrasil. Nós voamos cerca de 15 dias para a Interbrasil e não recebemos nada. Então, nós cancelamos isso, e aí foi feito, através de documentos também pedindo, e essa eu lembro bem porque participamos eu, Varig Log, e eu ganhei um contrato que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas houve uma licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, foi a mesma coisa, foi uma carta nos consultando. Isso aí o senhor pode apurar nos Correios...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não houve licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, foi uma carta nos consultando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na época, o Presidente dos Correios era Hassan Gebrin.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca estive com ele nem o conheço pessoalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Carlos Augusto de Lima Sena era Diretor de Operações.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Também não tinha contato nenhum com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com quem era o contato para se obter essas linhas sem licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, nós éramos consultados via correspondência, e eu expliquei ao senhor que essas correspondências, na época, vinham do chefe do departamento, não lembro o departamento – Degel...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sequer havia necessidade de se apresentarem nos Correios, apresentarem o perfil da empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nós recebíamos, inclusive, isso via fax. Essa licitação específica de que participei, de que participamos, eu e a Varig Log, e eu não me lembro se teve outra, eu a ganhei por 60 dias, que foram prorrogados. Mas o mais curioso não é isso, não. É que, logo depois, houve uma outra tomada de preços, em que eu perdi. O senhor vê aí que tem um intervalo de tempo que eu perdi. E quem ganhou? A Varig Log.

Agora, eu queria deixar um outro negócio claro aqui. A Varig Log começou esse contrato no final de 2000, por aí – está certo? –, e o levou até meados de 2001, quando o contrato da Varig Log foi encerrado por inadimplência. Isso tem um processo dentro dos Correios. A Varig Log estava deixando carga dos Correios no chão e levando a dela. Isso está declarado lá. Então, o contrato dela foi encerrado por inadimplência. E eu, que fui pressionado a assinar o contrato em que eu levei prejuízo porque ia levar multa... Pelo jeito, eu acho que foi até sugerida multa para ela, mas não foi aplicada. E, aí, foi feito o Pregão 045, do qual participou várias empresas. E ganhamos a licitação. Mas teve um período aí, entre todos esses períodos que senhor está falando, em que houve um contrato da Varig Log, sim. E a Varig Log não cumpriu o contrato, que foi rescindido por justa causa. Justa causa, não, me desculpe, por inadimplência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V.S^a fala que foi pressionado a assinar contrato, V.S^a está fazendo referência a que foi pressionado a assinar o contrato que condizia a sua proposta vencedora na licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Na licitação em que foi dado o preço baixo, está certo? Porque me falaram que, se eu não assinasse o contrato, ia pagar multa de 20% sobre o valor total do contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não precisava falar. Isso, com certeza, estaria no edital. Quem faz proposta e não a cumpre tem as consequências.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, mas isso só foi para mim, porque também estava previsto no edital que a Varig Log ganhou que, se não cumprisse o contrato, daria ensejo à mesma multa e à mesma rescisão, o que não foi aplicado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V.S^a conhece Maurício Marinho?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesses ajustes de contratos...

Bom, V.S^a disse que nunca esteve nos Correios informando os seus preços porque se avizinham na

licitação, e os Correios precisavam saber quais eram os preços que estavam sendo praticados?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu não falei isso, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, eu estou perguntando.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nessas licitações que eram tomadas de preços – está certo? –, elas nos mandavam uma carta, via fax, inclusive, nós íamos lá entregar a carta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Iam lá entregar para quem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Para o chefe de departamento, que era a Degel.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Degel?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Degel. Na época, eu acho que era Degel. Quem era o chefe de departamento era o Sr. Mendes. Eu não lembro bem o nome dele, mas era Sr. Mendes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V.S^a diz que é irrelevante a carga porque há um fretamento do avião. É isso que eu entendi?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Em termos do objeto do contrato... Veja bem... O que eu citei é o seguinte: o objeto de todos os contratos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Porque importa a carga que o senhor leve?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Em termos do objeto de contrato, sim. O que acontecia é o seguinte: os contratos que eu assinava, certo?... Eles vieram, o contrato e uma planilha – está certo? – demonstrando qual era o peso que ia ser transportado, o espaço que os Correios queria dentro daquele contrato. Mas o contrato era de fretamento. O contrato nunca foi... Olha, o Correio está licitando o pagamento por quilo, tudo. O objeto do contrato sempre foi o fretamento. Eu nunca assinei um contrato que fosse diferente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque, quando foi realizado o edital, aparentemente – aí é que vem essa visão conflitante com a sua, que se diz que foi direcionada no sentido de que V. S^a tivesse dificuldade –, a nós nos pareceu que foi facilitado. E eu vou dizer o porquê. De certo modo, casa com o que V.S^a está dizendo, que há uma certa irrelevância na carga. Veja bem. Se eu tenho que transportar 10 toneladas e licito um avião de 30 toneladas, eu estou direcionando o fretamento. Eu não preciso de 30 toneladas, eu preciso de 10. Mas eu coloco no universo dos proponentes a exigência de que comprovem que têm a capacidade de carga de 30 toneladas. Por que eu digo isso? Aí V.S^a vai nos explicar. As informações que temos é que as aeronaves expostas no edital o

foram de tal forma que a empresa que tinha possibilidade de participar era a de V.S^a. E até eu estranho porque aqui está 707, que deve ser Boeing, e dizem que é um DAC, um DC. Que aviões têm?... V.S^a tem participação só na Sky ou em mais alguma empresa de aeronaves?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, de aeronaves, só a Skymaster. Agora, eu queria esclarecer ao senhor que todos os contratos dos Correios não são só das linhas A e C, são fretamento de aeronaves. E por que a diferença de espaço nessas aeronaves? É porque, se não, cada aeronave tinha de fazer um trecho. E a linha A saía de Fortaleza, ia a Salvador, Galeão, Guarulhos, Brasília, Manaus. E a linha C fazia o sentido contrário. Eram dois aviões. E, nesses intervalos, tinha espaços e pesos diferentes dentro da planilha. Agora, Sr. Relator, isso não era só nas linhas A e C. Então, não tinha esse problema de direcionamento. Todos os outros contratos, de todas as outras linhas, são assim também. Em todas as outras linhas da RPN, o avião...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A pergunta que faço é se, no edital, colocar-se uma exigência de um avião que tenha excesso de capacidade, é uma forma de limitar os participantes, embora eu não precise de gente tão capacitada. É um raciocínio correto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Onde está a falha?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não é correto, porque, se não, por exemplo, no trecho Manaus/Brasília, que tinha uma menor capacidade, eu teria de usar um avião. Veja bem que essas linhas eram as linhas fundamentais dos Correios, elas faziam um U no País. Então, por exemplo, no trecho de menor capacidade, eu teria de colocar um avião; no trecho de maior capacidade, eu teria de colocar outro. Aí baixava a capacidade no trecho, e teria de colocar outro. Então, eles fretavam a aeronave. Acredito até que seja isso. Não tenho certeza, pois nunca participamos da elaboração de nada. Eles não podiam ficar trocando de aeronave senão nunca se conseguiria montar uma rede com a eficiência que os Correios têm. Agora, o que eu queria salientar para o senhor – e o senhor pode verificar – é que isso não acontece só nas linhas A e C. Isso acontece em todas as outras linhas. As outras linhas também têm aeronaves que, em certos trechos, são usadas em sua capacidade total e em outros trechos, não. E por que não se colocar? Porque senão seria um emaranhado de aeronaves que nunca conseguiriam compatibilizar a eficiência que os Correios têm.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As linhas A e C, ou as linhas A e C, já tiveram trajetos diferentes ou elas sempre se mantiveram as mesmas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, desde que participei, que tive contrato com elas, sempre se mantiveram as mesmas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E daí, de certo modo, se V. S^a perceber a evolução do valor, ao longo de 2000 até agora, em sendo o mesmo, surpreende os saltos dados.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Só queria falar para o senhor que agora não detemos mais as linhas A e C.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. E o senhor se referiu ao problema das aeronaves. Acho que está havendo uma pequena confusão. Em outubro de 2004, houve uma licitação – isso foi na modalidade de concorrência –, com audiência pública prévia dois ou três meses antes, com a reformulação de toda a RPN. Quando o senhor fala em aeronave DC-8, nessa concorrência, de que participaram todas as empresas aéreas do País, porque reformulou toda a RPN, não foi só as linhas A e C. As linhas A e C acabaram, e os trechos das linhas A e C, não sou eu que os faço mais. Quer dizer, alguma correlação que possa haver, não sou eu mais... Então, reformulou-se tudo e foi uma licitação completamente diferente. Inclusive, vale salientar que essa licitação corrigiu exatamente esse problema de que o senhor está falando, não das linhas A e C, mas de todas as linhas. Por que não utilizar a aeronave toda em todo o espaço? Nessa licitação, o fretamento é total. Então, veja bem. Houve uma licitação e essa licitação teve várias contestações, principalmente da Trip, que não tinha avião para participar, era o intermediado nas outras estações, quem cumpria era outra empresa, e foi ela que entrou, inclusive, no Tribunal de Contas da União e denunciou isso no Ministério Público. Uma empresa que não tinha avião e que, assim mesmo, não tinha contrato, era outra empresa que cumpria esse contrato. Por isso, ela criou esse caso todo. E agora, nessa nova licitação, que foi feita em outubro, em que só foram assinados os contratos em abril de 2005, cuja execução começou em 1º de maio deste ano... Não estou mais nas linhas A e C, não, é a linha 60901 e a 90601, que pega a linha litorânea, não passa por Manaus, não vem nem mais a Brasília...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma última pergunta. Depois, em seguida, o Plenário prosseguirá. V. S^a deve ter visto numa revista um documento em que anunciava a participação de um

percentual para os Correios. Acerto Correios: 2,5% sobre o faturamento líquido; aqui, neste, deu 123 mil. V. S^a conhece, já viu alguma vez, teria como identificar algo em relação a este documento?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, nunca vi esse documento. Eu vi a reportagem, naturalmente, e estranho esse fato porque eu nunca vi esse documento, até porque ele não partiu da minha empresa. Pelo que eu vi, isso foi fornecido de origem de outra empresa. E eu não tenho a mínima idéia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não viu este documento, mas viu na revista?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu vi na revista uma linhazinha onde citava isso falando que era de uma empresa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual a participação da empresa – a pedido do companheiro Murilo que precisa se retirar –, qual a participação da sua empresa no universo do faturamento dos Correios em relação ao transporte?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Hoje?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não, eu não só trabalho para os Correios, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não entendi. São duas questões.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Agora...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A primeira, no faturamento da empresa de V. S^a quantos por cento corresponde aos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Houve uma variação muito grande, certo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aproximada. Atual.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Atual deve estar em torno de 50%, já teve em 10%, 20% e até 60%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E qual a participação da sua empresa no universo de prestadores de serviço aos Correios na área de transporte?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não tenho a mínima idéia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tá. Agora, para concluir, a minha, que é esta que V. S^a está olhando. V. S^a viu isso na revista?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E de lá até aqui conseguiu alguma explicação? Do dia que viu...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não consigo nenhuma explicação porque eu nunca vi isso, Sr. Relator; eu nunca vi isso na minha vida. Não pertence à minha empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E sugere que alguém nos Correios teria participação...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois é, desculpa, mas eu nunca vi isso. Pelo que vi na revista, isso aqui foi obtido em outra empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem... Perdoe-me. Vêm vindo as perguntas e fico aflito para... meu último esclarecimento, meu.

Que relação tem V. S^a com a Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, a relação comercial que qualquer...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a foi sócio, participante, proprietário da Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca. Nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nenhuma relação enquanto integrante sociedade, parente, ou alguém que fosse titular? Quem é o titular da Beta? Era no período em que V. S^a fazia os ajustes?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, eh, eh, eh, primeiro, primeiro que eu não, eh, eh, desculpe o termo ajuste, assinei um...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O termo ajuste da subcontratação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Certo, naquela época eu não sabia quem.. para ser sincero, naquela época eu não sabia quem era. Eu só fiquei sabendo em uma das concorrências, que eu não lembro qual é, que eu tive acesso à documentação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E quem era?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Era o Sr. Orranis. Iorranis e sua esposa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Iorranis.

Sr. Presidente, pedindo escusas ao Plenário, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a, se quiser continuar perguntando não há nenhuma dificuldade, nenhum problema. Eu quero só informar, eu recebi uma ligação do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, informando que recebeu uma ligação do Palácio do Planalto dizendo que o Direto-Geral da ABIN, Dr. Mauro Marcelo, pediu demissão.

O SR. (Orador não identificado) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Só sai a pedido deste Governo!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Apresentou a carta de demissão agora à noite.

Passo a palavra à Senadora Heloísa Helena, quinze minutos.

O SR. (Orador não identificado) – O meu Líder, Deputado Goldman, indaga se foi aceita a demissão dele?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pediu demissão.

O SR. (Orador não identificado) – Foi ejetado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, só quero a atenção do depoente, daqui pode brincar, não tem problema nenhum.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, até então tínhamos acompanhado o caso pela imprensa, e como tivemos a possibilidade de passar por duas oitivas hoje, tanto do Sr. Aírton Dipp como do Sr. João Henrique, é absolutamente impressionante que, num mesmo Governo, dois Presidentes dos Correios tenham uma posição completamente distinta, porque, até então, o que se dizia aqui era o seguinte: que o contrato inicial de V. S^a, que era o contrato de 9,5 milhões ao mês, ainda no Governo Fernando Henrique, era um contrato eivado de ilegalidade. Para ser mais explícita, com o linguajar que alguns diziam, era meio que uma modalidade de trambique explícito no Governo Fernando Henrique. Aí o atual Governo, o Governo Lula, em nome do superfaturamento, rediscute o contrato de V. S^a e baixa para 4,7 milhões. Depois, eleva, numa solicitação de revisão de tarifa feita pelo senhor, para 5,3 milhões; e depois, um ano depois, isso sem inflação, vai para 9,8 milhões. Ou seja, aquilo que era considerado trambique no Governo Fernando Henrique passa a ser reincorporado, como igual trambique, no Governo Lula. Isso só para ser explícita. Aí começam várias discussões em vários relatórios e em várias auditorias que estão aqui. Aí tem auditoria interna dos Correios, do Tribunal de Contas da União.

E quando o senhor começa a criar todas essas discussões em relação à Promodal e aí começa o caso da consultoria externa, das contas pagas pelo consultor, pela Promodal, volto para os questionamentos que o Relator fez, porque aí passo a especular agora.

Era como se houvesse assim: em julho de 2000, os senhores tinham um contrato, que era um contrato que poderia parecer como um conluio entre duas empresas que fizeram um contrato em 2000 – assinaram esse estranho documento –; foram sócios de um esquema que manipulava os contratos dos Correios.

Aí, os senhores vinham dividindo meio a meio sem nenhum problema.

Em 24 de dezembro de 2001, a Skymaster ganhou as duas principais linhas aéreas dos Correios. No mesmo dia, assinou um contrato entregando metade do serviço à Beta, uma empresa de aviação que pertencia a Antônio Augusto. E os senhores vinham tendo uma parceria lucrativa até o fim de 2003.

Alguém poderia dizer que é imoral, outros poderiam dizer que estavam lesando, burlando o caráter de competitividade, outros poderiam dizer que isso daria pena de dois a quatro anos, como explica o próprio Tribunal de Contas.

Então, o que podemos especular? Os senhores vinham em uma parceria lucrativa para as duas empresas. Poderíamos especular: ora, a Promodal foi esperta, deu R\$800 mil para a campanha do Presidente Lula, e, de repente, esse contrato já não era mais necessário porque a própria Promodal já poderia ter pernas próprias, ou patas próprias, para circular livremente na estrutura dos Correios. Assim sendo, em nome do superfaturamento, começou o imbróglio todo, e aí os senhores começaram a brigar, porque, até então, era uma parceria absolutamente lucrativa. Não é à toa que o próprio Tribunal de Contas... O Relator pergunta sobre as licitações, se os senhores entravam sozinhos.

Há claramente na auditoria, no procedimento investigatório do Tribunal de Contas que existiu restrição de competitividade, a partir do momento que, por exemplo: existem no Brasil, por exemplo, três aeronaves cargueiras com capacidade de quarenta e três mil quilos, dezoito paletes aeronavegáveis, duas da empresa Skymaster e uma da empresa Beta. Não havia necessidade de se obrigar a licitante a prestar o serviço em uma só aeronave de grande capacidade, podendo mesmo ter sido autorizado no edital a ser prestado por mais de uma aeronave com capacidade menor, de acordo com a disponibilidade e a conveniência da empresa nos trechos em que isso fosse possível.

Então, o próprio Tribunal de Contas, no procedimento investigatório, diz claramente que sete dos onze itens licitados nas mãos de apenas três empresas foram os seguintes: para os itens 1 e 2, apenas a Skymaster se habilitou a participar, tendo sido vencedora. Deixando claro que na maioria dos itens licitados os requisitos de capacidade de carga ceifaram precipitadamente da concorrência potenciais interessados, restringindo o número de propostas de preço disponível. Do mesmo jeito que no pregão 009, de 2005, apenas compareceu a Skymaster. Do mesmo jeito que, em dezembro de 2004, houve o acréscimo de 107.95%. Ora, se a empresa de Correios não quis renovar o contrato antigo, nas condições exigidas pela Skymaster, como aceitou

a mesma Skymaster, em apenas um ano depois, ser recontratada para as mesmas linhas, remunerando-as muito mais do que o dobro.

Vou ter que fazer todas as perguntas – e o senhor anota – porque, diferentemente do Relator, não podemos fazer diferente.

Passo a algumas perguntas além dessas. Porque tem que ter uma especulação. Se duas empresas estavam muito bem, quase que agindo em conluio para ganhar sempre todas, dividia um dia depois de que uma ganhava, como é que a parceria vinha dando certo e só passou a ter uma guerra explícita a partir do momento que tem financiamento de campanha, a discussão do superfaturamento e outras coisas mais? É quase como se, diante da traição, V. S^a, sentindo-se traído, começou a fazer o outro debate.

Faço algumas outras questões além dessas que o senhor irá responder.

Sr. Luiz Otávio, as aeronaves de sua frota são próprias ou estão operando sob a forma de *leasing* operacional ou mercantil?

No caso de estarem operando em *leasing*, quanto o senhor remete, por mês, para o exterior em forma de pagamento?

Peço também, em caso de *leasing*, que o senhor apresente os contratos de *leasing* com o nome e endereço dos lessores e o registro deles na Receita Federal americana, caso isso seja constituído conforme documentos que nos encaminharam.

Pergunto também se o senhor tem em seu nome, ou em nome de terceiros, alguma empresa em Miami ou em algum outro lugar fora do Brasil; se o senhor transportava em seus aviões, durante a execução da rede postal noturna, cargas de outras origens que não as dos Correios, e, em caso positivo, se o preço cobrado era o mesmo cobrado pelos Correios.

E, na execução da rede postal aérea noturna, para quais concorrentes dos Correios o senhor transportava carga e em qual preço? E também se é verdade, uma notícia que circulou nos jornais, que o DAC descredenciou checkadores e cassou licença de vários pilotos da Skymaster, denunciada por irregularidades nos Correios. Supostamente, a empresa teria apresentado falsos atestados de treinamento para renovar habilitações, sendo assim multada e investigada.

Então, quero que o senhor tente responder. Sei que são muitas questões, mas o mais rápido possível, porque nós dois só temos cinco minutos, para que eu ainda possa fazer outro questionamento, diante da resposta de V. S^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, Senadora, a Skymaster nunca teve acordo – está certo? – com a Beta. Acho que já expliquei o relacionamento

nosso com a Beta, que é um relacionamento que existe entre todas as companhias aéreas. A Skymaster teve contratos com a Beta, já teve contratos... Para a senhora ter uma idéia, o primeiro contrato que tivemos com uma companhia aérea foi com a Itapemirim, foi em 1997.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas porque brigaram com a Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nós não brigamos com a Beta.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nós nunca tivemos nada irregular com a Beta e nem nunca brigamos com a Beta. Estou querendo demonstrar para a senhora que o contrato com companhias aéreas é normal. Para a senhora ter uma idéia, eu me senti prejudicado pela Varig. Já tive dois contratos de fretamento com a Varig, um em 1999 e o outro em 2001, e o de 2001, inclusive, para cumprir uma linha dos Correios, que era a Linha I que fazia Belém-Brasília-Guarulhos e voltava. Então, esses contratos de fretamento de aeronaves entre companhias aéreas são comuns. Não tem nada de irregular.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pode ir adiantando – para justificar superfaturamento, aditivos, recomposição de preços...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Superfaturamento – é porque a senhora não teve acesso aqui ao quadro aqui. Superfaturamento nunca houve porque o nosso preço não era o maior dos Correios. O nosso preço nunca foi o maior preço dos Correios e, em qualquer instância, nunca houve maior preço dos Correios.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, qual era a justificativa para isto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Do que?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – De o senhor ter sido solicitado a baixar os preços. Qual a justificativa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A justificativa foi para todo mundo. Houve a nomeação de um grupo de trabalho, instituído na época do Presidente Dipp, para negociar com todas as empresas. Esse grupo de trabalho não negociou comigo – foi a série de documentos que apresentei. Esse grupo de trabalho não negociou comigo e eu mandei várias correspondências tentando negociar. E fizeram a licitação; e dentro desse processo licitatório houve um conluio que eu não só recorri contra ele, denunciei administrativamente, como também fiz a representação junto ao Ministério Público.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor, depois, acabou ganhando muito, porque o senhor ganhou, depois, a revisão e, depois, ganhou a recomposição de preços. Então, é um conluio danado – contra e depois com o senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não houve conluio, Senadora, porque a recomposição de preços foi devida ao aumento excessivo de combustível. Eu só queria prestar uma informação para a senhora. Eu não sei se os senhores sabem, a variação do combustível do querosene de aviação no nosso País é a cada 15 dias – a cada 15 dias! – e eu, com um contrato deficitário, comecei já a pedir equilíbrio econômico – igual o Sr. Relator falou – no segundo mês, porque subiu 20% de janeiro a fevereiro. E devido ao fato de o meu preço ser um preço baixo – como já expliquei aqui os motivos – 20% e em 82%, que está na planilha e que já apresentei, que representava o custo do combustível. E eu não obtive isto. Isto aí foi estudado, Senadora, pelo grupo de trabalho – um grupo de trabalho ainda – da época do Presidente Dipp.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim. Embora o Tribunal de Contas tenha dito que a constatação tem divergências nos percentuais indicados.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O relatório – que acho que a senhora está lendo – do Tribunal de Contas não é referente às linhas A e C. Pelo que me parece, esse relatório é uma licitação, essa licitação ampla que acabei de falar aqui, que foi feita em outubro de 2004, onde reformularam todas as linhas da RPM.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o outro é ainda pior. O outro relatório ainda fala de claro risco de dano ao erário.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois é. Mas é este relatório que está falando e, pelo que sei, Senadora, este relatório foi julgado em Plenário e perdeu de oito a zero. Esta foi uma denúncia da Trip e perdeu de oito a zero.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Este que eu estou falando não é – este do qual estou falando tem, aqui, inclusive....

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Este é o Relatório técnico que V. Ex^a está com ele em mãos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É lógico, porque eles ainda estão encaminhando para, agora, no segundo semestre, uma auditoria. É uma outra coisa.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mas já houve julgamento. Eu pensei que V. Ex^a estava falando disto, porque o relatório do Tribunal de Contas foi esse e, pelo que fui informado, esta foi uma denúncia da Trip – isto a senhora falou de que só poderia participar um

número de pessoas – foi uma denúncia da Trip que tinha os contratos anteriores sem nunca ter aeronave. Porque os contratos dela exigiam aeronaves 727-200. A senhora pode mandar verificar – a Trip nunca teve aeronaves 727-200. Então, por que ela reclamou? Porque ela queria continuar como intermediária. E esses contratos só foram assinados, Senadora, porque houve autorização do próprio Tribunal de Contas para os Correios assinarem os contratos, porque senão não teriam sido assinados.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E para as outras perguntas, o senhor tem 46 segundos: *leasing*, operacional, todas essas coisas. Infelizmente é assim. Eu posso me reinscrever; V. S^a pode voltar.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O meus *leasing* são operacionais e das remessas eu não sei os valores, mas posso encaminhar os contratos e todos os valores aqui porque a minha área é comercial, não é administrativa.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Certo. Mas encaminhe.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mas todos os contratos são *leasing* operacionais e os fechamentos de câmbio são feitos dentro da lei, de acordo, tudo certinho.

Qual a outra pergunta que a senhora gostaria que eu respondesse?

O SR. (Orador não identificado) – Se o senhor tem conta no exterior.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca tive conta no exterior.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Nem empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, a empresa nunca teve conta no exterior.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Transporte de aviões? O que o senhor transporta? O senhor transporta em seus aviões durante a execução da rede postal carga de outras origens?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Só as cargas... Nos contratos anteriores, não só eu como todas as companhias aéreas...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, estou perguntando ao senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Quero mostrar que meu contrato não é exceção, só isso.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas é o senhor que está aqui para responder sobre seu contrato.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nessa linha dessa licitação, a empresa dos Correios licitou a plenitude da carga. Então, não transporto carga nenhuma,

Senadora. Nesses contratos atuais, não são transportadas cargas minhas nos aviões dos Correios.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sobre os checadores?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloisa,...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ele só vai terminar os checadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concluído o tempo... só sobre os checadores.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O problema dos checadores foi um assunto lamentável, Senadora. Vou explicar porquê. Isso foi denunciado por um primo meu. Isso foi denunciado por um primo meu que foi demitido por justa causa, porque ele, sim, falsificou uma carteira de saúde. E esse meu primo entrou – não posso esclarecer muito aqui porque o assunto está **sub judice** – ele entrou com um processo na área trabalhista contra nós e fez todas essas denúncias que a senhora acabou de falar aí.

E veja bem, Senadora, o DAC é um órgão que nos controla em cima, ele é exigente em todos os controles. Houve um problema, sim, nas fichas técnicas de avaliação de nossa tripulação e o DAC suspendeu a maioria de nossa tripulação e exigiu que nós começássemos o treinamento desde a origem, coisa que não se faz, o nos causou prejuízo muito grande e nós, por uma falha que até hoje desconfiamos até que esse meu primo esteja envolvido, porque em todos os anos anteriores está tudo certinho e um certo ano as fichas que vêm da empresa que faz o treinamento de simulador no exterior não bateram com uma série de número de dados – uma coisa esquisitíssima. Mas estamos fazendo todas as correções de tudo que o DAC nos exigiu e garanto à senhora...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Empresa no exterior, nada, nem de terceiros?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloisa Helena...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ele está dizendo que não. Ele disse que não. É isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Eu falei que não tem conta no exterior, que a Skymaster não tem nenhuma conta no exterior.

A SRA. HELOISA HELENA (PSOL – AL) – Empresas.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Eu não tenho nenhuma empresa no exterior, nem a Skymaster.

A SRA. HELOISA HELENA (PSOL – AL) – Nem a família?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A família tem. Eu tenho um filho que é diretor e dono de uma

empresa chamada Skytrade nos Estados Unidos, encarregada de comprar todas as peças da Skymaster e enviar. E, veja bem, Senadora, veja bem – isso pode ser apurado: talvez seja a empresa que tenha mais DI – não sei se a senhora sabe o que é DI: é Declaração de Importação na Receita Federal com todas as peças.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo.

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vou direto aos questionamentos, buscando obter o mais rapidamente possível as respostas.

Gostaria da atenção do depoente.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A primeira pergunta que faço: V. S^a disse no seu depoimento inicial – eu não vou conseguir falar com a ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Eduardo Paes, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a disse que o presidente do grupo de trabalho que fazia esse reajuste dos valores dos preços dos contratos da sua empresa era do PT. V. S^a disse isso. E por isso é que V. S^a teria procurado o Sr. Sílvio Pereira. Quem é que lhe sugeriu? De onde é que o senhor descobriu que o bom contato era o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, é...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gostaria que V. S^a fosse o mais objetivo possível. Desculpe.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu vou ser. Ninguém me sugeriu, não, e quem dizia que ele era do PT era o próprio presidente do grupo de trabalho que se dizia lá que ele era do PT.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em que circunstância ele divulgava isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Divulgava no corredor. Isso eu fiquei sabendo por meio de terceiros, uma porção de pessoas me falou: olha, ele se diz do PT de carteirinha. Então...

Desculpe. E foi a minha idéia procurar um líder partidário.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E por que o senhor teve essa idéia?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele não é exatamente um líder partidário. Líder partidário, aqui na Câmara dos Deputados, agora é o Chinaglia; aqui no Senado é desde sempre o Aloizio Mercadante. Quem lhe disse que ele era um líder partidário?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, mas não era um líder partidário dentro do Congresso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor acabou de falar em líder partidário.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu falei líder partidário como uma pessoa do partido e não como líder dentro do Congresso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas que tipo de informação o senhor tinha que fizesse o senhor procurar o Sr. Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, para ter contato com o presidente de um grupo de trabalho de uma comissão lá que avaliava preços dos Correios e Telégrafos, já que o Sr. Sílvio Pereira não era do Governo, ele era do PT?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois é, mas o presidente do... Eu fui levar para ele uma irregularidade para ver se eu conseguia... Eu estava sendo prejudicado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas ele disse o quê? Só no PT que resolve isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Ninguém me disse nada e ele não me ajudou.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor que teve a idéia? Da sua cabeça tirou o Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Da minha cabeça, fui atrás do Sr. Sílvio Pereira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – De onde que o senhor tinha ouvido falar no Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Tinha ouvido falar pelos jornais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que ele era um homem que indicava, que tinha indicado...?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não era problema de indicação, não. Eu tinha ouvido falar que ele era uma pessoa influente dentro do partido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Inclusive resolvia problemas estatais como o dos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não tinha ouvido falar isso, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então por que o senhor o procurou?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu procurei porque ele foi a única pessoa que me veio à cabeça.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que a única pessoa com tantos petistas ilustres, notórios, conhecidos por que logo o Sílvio Pereira?

Eu sou Deputado, estou no meu segundo mandato e te confesso que só prestei atenção no Sílvio Pereira agora nessa história de que ele é amigo do Marcos Valério e do Delúbio, que eles fazem uma sociedade e tal. Eu nunca tinha ouvido falar nele.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, foi a idéia que eu tive, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

E por que o senhor foi ao escritório do Sr. Antônio Carlos Kakay?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Do Dr. Antônio Carlos Kakay, porque o Sr. Silvio Pereira não conseguiu resolver nada e resolvi procurar um advogado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que também o advogado? O senhor não está com o Kakay hoje ao lado do senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, mas na época eu procurei o Kakay. Eu já tive vários contratos de advogado, escritórios de advocacia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que o Kakay para tratar especificamente dessa questão?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque os advogados que estão do meu lado são de São Paulo; eu não tinha nenhum advogado em Brasília.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Mas quero entender porque o escritório do Sr. Antônio Carlos?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque eu decidi ser ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porque o senhor também teve a idéia. Perfeito.

V. S^a tem que lembrar que V. S^a, na entrevista que deu à revista *Época*, disse que gostaria muito de vir a esta CPI prestar esclarecimentos. V. S^a faz muitas denúncias, mas poucos esclarecimentos.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu não disse isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu não perguntei sua opinião a respeito do que disse. Estou só aqui...

V. S^a disse assim: que quando esteve com o Ministro Miro Teixeira, V. S^a teria feito diversas denúncias de pagamentos. V. S^a estava se despedindo do Ministro Miro Teixeira depois de fazer, enfim, toda a argumentação e disse: “eu fiz denúncias de pagamento e me desculpei com o Ministro por isso e tal”.

Que denúncias de pagamento o senhor fez?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O pagamento das contas de hotel do Sr. Venâncio Grossi para uma outra empresa.

Essa foi a denúncia que fiz e o Sr. Venâncio Grossi estava assessorando o trabalho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, V. S^a então confirma nesta CPI que, efetivamente, todas aquelas mudanças nos contratos buscavam favorecer a concorrente Promodal?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu não confirmo.

O que me veio à cabeça é que era muito esquisito – não estou confirmando nada – mas que era muito esquisito um assessor do grupo de trabalho porque eu estava me sentindo prejudicado, inclusive o tratamento pessoal meu, um assessor ter uma empresa pagando as despesas dele. Então, o senhor há de convir que é realmente estranho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a apresentou documentos ao Ministro Miro Teixeira desse pagamento dessas despesas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu mostrei, sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E V. S^a tem isso aqui para apresentar?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não tenho, mas está na denúncia do Ministério Público.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já encaminhou ao Relator?

V. S^a confirma que contou tudo ao Sr. Dipp em uma audiência que esteve presente o Deputado Mário Heringer do PDT de Minas Gerais?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Contei a ele que eu estava sendo prejudicado, que o grupo de trabalho não queria negociar e que havia suspeita do Sr. Venâncio Grossi estar tendo atitudes estranhas, ficando inclusive em outras salas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E V. S^a confirma a notícia da revista *Época* de que o Sr. Dipp teria recebido R\$600 mil da empresa Promodal para obter um contrato nos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu já disse isso aqui. Eu não confirmo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Talvez eu não tenha ouvido e por isso que estou perguntando. Não confirma?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não confirmo. Isso veio do repórter para mim e não fui eu que disse para o repórter.

Se o senhor me permite, essa entrevista foi dada no escritório com testemunhas. Eu tenho testemunha disso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deixa eu lhe perguntar uma outra coisa. Tenho aqui em minhas mãos – V. S^a falou muito de uma licitação em que uma empresa veio com um valor X – não me lembro mais o valor – e a outra veio com alguns centavos a mais, outra veio com alguns reais a mais. É claro que quem entende minimamente de processo licitatório sabe que pode ser uma bela de uma armação. Tenho aqui uma licitação realizada neste ano, de que participou V. S^a, a sua empresa – V. S^a inclusive assina aqui como representante da empresa –, em 28 de janeiro de 2005, às 15 horas, para prestação de serviço de transporte

aéreo de carga postal, a Made in Postal Aérea Noturna. Nessa licitação, o valor total da sua proposta, algo em torno de R\$5.909.280,00, só participaram duas empresas, a sua empresa Skymaster e a TCB. O interessante dessa licitação, realizada no início deste ano, é que a empresa TCB não apresentou proposta. Como V. S^a encara isso? É um procedimento normal?

Agora já estamos falando só para contextualizar. Lá atrás, sua empresa é obrigada a reduzir os custos, e aí V. S^a diz que há uma armação ou pelo menos suspeita – e concordo com V. S^a – de que três empresas darem centavos de diferença é, no mínimo, muito esquisito. E V. S^a inclusive tinha conhecimento de uma proposta, o que ficou claro para mim. Mas queria entender o que diferencia aquele caso lá atrás de um episódio como esse, em que só duas empresas aparecem, sendo uma delas a do senhor, e a outra que não apresentou qualquer tipo de proposta.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor. Essa concorrência não foi para a linha A e C, nem por nada. Foi para duas linhas: a linha J, que faz Porto Velho, Campo Grande... Aliás, Cuiabá...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porto Velho, Cuiabá, Brasília, Salvador, Brasília, Cuiabá, Porto Velho.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – E a outra, Guarulhos – Salvador.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Essa concorrência foi feita porque a Varig Log não quis renovar o contrato dela. Entregou e deixou os Correios sem opção. Só eu tinha condição, só eu tinha a aeronave.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque só eu que tinha aeronave para fazer essa linha. Acho que nenhuma outra companhia tinha. E eu não sei por que a TCB não apresentou, mas eu sei que ela não tinha aeronaves aeronavegáveis na época. Ela tentou, talvez, ganhar a licitação – isso é uma especulação, não é uma afirmação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ela não apresentou proposta.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois é, mas, a meu ver, ela não apresentou porque eu apareci para apresentar. Eu acho que, se eu não aparecesse, ela talvez tivesse apresentado. Eu não posso fazer uma afirmação. Isso é uma ilação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O senhor me permite acabar?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque ela não tinha aeronave aeronavegável. Se o senhor mandar verificar no DAC, nessa época ela não tinha aeronave aeronavegável, ela não tinha aeronaves para fazer essas linhas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, é aquela empreiteira em que a empreiteira é o sujeito e a maleta dele que vai para a concorrência.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei se a maleta, mas ele não tinha. Ele talvez, se ganhasse, fosse subarrendar ou contratar a aeronave na linha. Mas as únicas empresas que tinham condição eram a Varig e eu, e nessa concorrência a Varig entregou e não quis participar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, se hoje os Correios resolvessem fazer novas licitações de novas linhas, V. S^a diria que só a sua empresa teria condições de apresentar proposta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Não falo isso. Depende da quantidade de licitação, do tipo da licitação, das linhas solicitadas e das exigências dos Correios. O que estou falando para o senhor...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, dependendo do enquadramento, só a sua empresa teria condições.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não é dependendo do enquadramento. Dependendo da exigência da linha, tenho condições; dependendo das exigências, eu não tenho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para deixar registrado, Sr. Relator, vou lhe encaminhar a cópia dessa licitação. Não quero aqui fazer qualquer tipo de ilação, mas me parece que ela guarda alguma semelhança com a concorrência referida pelo depoente.

O senhor conhece o Sr. José Gilberto Messod Benzecry?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor Samuel Semtob Sequerra?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A empresa Skymaster já fez algum envio de recursos para algum paraíso fiscal?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a não tem..

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não tenho nenhuma informação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabe que na fita gravada com o Sr. Maurício Marinho ele faz referência a eventuais acertos em dólares ou em euros, e temos aqui conhecimento de que a Skymaster enviou ilegalmente quase um milhão de dólares para um paraíso fiscal. Esse envio de recursos poderia ter algum tipo de relação com contratos dos Correios ou algum pagamento de propina?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Primeiro que eu desconheço completamente esse envio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a conhece, já teve ciência de que sua empresa foi citada no relatório final da chamada CPI do Banestado?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sua empresa é citada no item 20.1.4 – Skymaster Airlines Ltda. “Com a Skymaster foram localizadas as transferências para pessoas físicas e jurídicas realizadas por Skymaster em grande parte por meio da conta BCF Internacional Ltda., totalizando US\$927.727”. V. S^a desconhece?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desconheço, até porque não é minha área, mas desconhecia. Realmente desconhecia esse fato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Completamente. Portanto, esse foi um relatório divulgado pela Comissão Parlamentar de Inquérito no ano passado, a famosa CPI do Banestado, com todos os seus problemas, mas sua empresa, no relatório final do Relator, é citada, e esses dois nomes a que me referi supostamente seriam doleiros que operaram com essa conta da Skymaster.

Sr. Presidente, eu não quero ultrapassar meu tempo, mas queria aqui talvez deixar, a partir do dia de hoje, obviamente não é a conclusão, mas tentar começar a dar algum entendimento do que se passa, do que se passou e espero que não esteja mais acontecendo, na Empresa de Correios e Telégrafos. O que está claro, e é importante esclarecer aqui, é uma diferença enorme entre fisiologismo, entre loteamento de cargos e a participação de quadros partidários na administração pública.

Já vou aqui perguntar uma última questão, ainda tenho um minuto e vinte segundos.

O que nós temos aqui, Sr. Presidente, ficou claro para mim, é que a Empresa de Correios e Telégrafos passou a ser uma empresa completamente dividida em feudos. Hoje eu vi dois presidentes depondo aqui, dois presidentes, que, como disse bem o Deputado Onyx Lorenzoni, mais pareciam rainhas da Inglaterra: as diretorias divididas em feudos de partidos políticos – e não vejo o menor problema em partidos políticos indicarem quadros políticos para ocuparem funções

estratégicas em qualquer estatal ou em qualquer Ministério; mas o que vimos, na verdade, é uma divisão de uma empresa completa, sem que sequer o presidente dessa empresa tenha noção do que está se passando em sua empresa. Ficou claro hoje aqui que até a Presidência da República, pela Secom, tratava da licitação de publicidade da Empresa de Correios e Telégrafos. Os dois presidentes que estiveram aqui hoje literalmente desconheciam tudo e qualquer coisa que dissesse respeito à Empresa de Correios e Telégrafos. Aliás, hoje o segundo Presidente que esteve aqui disse que nunca tinha estado com o Sr. Marcos Valério. Ele tinha que ter estado, é um absurdo ele não ter estado. Se ele era publicitário e o outro era o presidente, no mínimo deviam ter conversado alguma vez para discutir um pouco a linha publicitária da Empresa de Correios e Telégrafos. Eu acho que a única pessoa, Sr. Presidente, Sr. Relator, e é importante, essas coisas nós vamos concluindo com esse **modus operandi** deste Governo de loteamento dos cargos. O que nós vamos concluindo, na verdade, é que talvez o Sr. Maurício Marinho, o famoso “petequieiro”, utilizando uma expressão do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Eduardo Paes...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu já vou concluir, vou concluir. Talvez o Sr. Maurício Marinho fosse a única figura que transitasse e perpassasse todos esses feudos estanques que não se comunicavam dentro da Empresa de Correios e Telégrafos. Por isso é que nós temos tanto problema: numa administração o preço cai, na outra sobe; numa administração, conversa com um grupo, na outra administração, conversa com outro. Nós estamos falando de um Governo só, de uma empresa só e de um Estado só, que é o Estado brasileiro. Só para ficarmos, Sr. Relator, com isso bem claro nas nossas mentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Gonçalves, colegas Parlamentares, Sr. Presidente, eu queria inicialmente fazer uma reflexão diante do nível de produção e, sobretudo, da resolutividade dos depoimentos que nós tivemos até o presente momento.

Creio que mais de 80% das pessoas que vieram depor nesta Comissão disseram: não, não conheço, não tenho nada a ver, não é comigo, não tenho responsabilidade, não, não, não e não. O que isso nos impõe? Nós precisamos rever a nossa agenda de trabalho, nós precisamos imediatamente aprofundar o estudo dos

documentos que já chegaram e, sobretudo, daqueles que estão por vir, para que, nos próximos depoimentos, tenhamos condições de arguir os depoentes já municiados de informações, para que possíveis contradições sejam evidenciadas com o depoente presente nesta Comissão, presente nesta sala.

Faço essa reflexão, porque V. Ex^a tem conduzido muito bem esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas tem, a partir de agora, o dever e a responsabilidade de repensar os nossos procedimentos de trabalho, sobretudo a necessidade que temos de dispor imediatamente das informações tão preciosas para a arguição dos depoentes.

Sr. Gonçalves, a minha primeira pergunta será muito semelhante a uma das primeiras perguntas feitas pelo Deputado Eduardo Paes, porque quero confessar a V. S^a que não me convenci. Por que V. S^a procurou o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Deputado, porque eu entendi que estava sendo prejudicado por um funcionário que se dizia do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas por que, então, V. S^a não procurou o Presidente do Partido dos Trabalhadores, que, regimentalmente e estatutariamente, teria responsabilidade por conduzir as tarefas do Partido?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque eu pensei no Sr. Sílvio Pereira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor, naturalmente, foi informado de que o ex-Secretário Sílvio Pereira teria condições de ajudá-lo.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não fui informado. Isso foi de mim, está certo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Brotou de onde?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Brotou da minha cabeça, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas sem nenhuma fundamentação? Sem nenhuma dica, sem nenhuma pista?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não precisa de pista. Se eu entendi que uma pessoa poderia me ajudar... Eu descrevi aqui todo o processo de tratamento que o Presidente desta Comissão estava me dando, eu não estava conseguindo resultado nenhum. Eu tinha o dever e a obrigação de defender os interesses da minha empresa. Procurei, como depois não consegui resolver, o Sr. Sílvio Pereira não fez nada por mim, procurei o advogado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Perdoe-me interrompê-lo. Vamos parar

por aqui, ainda no Sr. Sílvio Pereira. O depois a gente trata daqui a pouco.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é crível que V. S^a tenha se dirigido ao Secretário-Geral do Partido sem que houvesse de V. S^a, pelo menos, a desconfiança de que ele poderia ajudar V. S^a. Isso não nasce do nada.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nasce da informação da imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem, vamos aprofundar esse detalhe. De onde veio a informação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A informação da imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que a imprensa divulgava sobre o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Vou repetir o que eu disse aqui, mas sem considerar... Ele era um líder do Partido. Não vou falar líder partidário dentro da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas com tantos Líderes, quero insistir nisso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Por quê? Se de tantos Líderes eu escolhi um, qual a surpresa? O grande problema é esse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro. Sr. Gonçalves, eu imagino que o senhor não queira aqui nos dizer exatamente o que levou o senhor a procurar o ex-Secretário, Sr. Sílvio Pereira, porque o senhor não foi o único. O senhor não foi o único empresário brasileiro que, querendo tratar de assuntos com o Governo Federal, procurou o Sr. Sílvio Pereira, vislumbrou que o Sr. Sílvio Pereira poderia atuar como advogado de interesses comerciais junto à Administração Pública Federal. O senhor não foi o único. Não se preocupe. Por isso o senhor não será condenado. Mas, vamos adiante.

Quando o Presidente Lula ganhou, evidentemente, houve a formação de uma equipe de transição, novos dirigentes foram escolhidos, aqueles que eram da época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foram exonerados e os de confiança do PT e dos partidos da base foram nomeados. Pergunto a V. S^a: havia comentários, no mercado de transporte aéreo, de que seria preciso seguir algum caminho para ter acesso aos governantes do PT?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não que eu soubesse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Nunca?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não que eu soubesse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Essa nunca foi uma preocupação de V. S^a?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, porque até o contrato meu... O contrato meu vencia, pelo prazo de contrato de um ano, dia 24 de dezembro, e a renovação do contrato e o reajuste de tarifa eram uma consequência natural prevista em contrato. Então, não tinha relação nenhuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Então, V. S^a, quando houve a mudança na administração... É natural também que empresários que têm serviços prestados ao Governo, quando há uma mudança de administração, se preocupem, porque há incertezas, sobretudo da condução dos trabalhos daquele que acaba de chegar. É natural que, no mercado, exista um clima de apreensão. No mercado financeiro existe isso, refletido na variação dos índices. Então, no mercado de transporte aéreo não houve?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, no meu caso não houve. Não sei se no mercado de transporte aéreo não houve. Vou explicar ao senhor o porquê. O meu contrato é de 2001. Ele vinha sendo renovado e podia ser renovado por mais cinco anos. Então, não existia... No nosso caso, em função da transição...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Podia.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Podia, mas não existia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Não existia o quê, Sr. Gonçalves?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não existia a preocupação da nova administração, porque o contrato poderia ser renovado e era previsto o reajuste dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Está bom. Supondo, então, que V. S^a chegou cioso de que não teria problemas com a nova administração do PT; de repente, V. S^a vê o seu contrato ser reduzido de R\$9,5 milhões aproximadamente para R\$4,7 milhões. Foi, nesse momento, que V. S^a desesperou para as dificuldades. V. S^a confirma isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu já relatei tudo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Eu sei.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – As dificuldades começaram na tratativa de renegociação dos contratos. E ele só foi reduzido por causa da licitação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Eu já estou chegando ao final. Aí, V. S^a assinou o contrato, o que é muito estranho.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, assinei o contrato porque...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – É muito estranho, porque, se eu sou empresário e sei que será inexecutível a prestação do meu serviço, eu não assino o contrato. Eu até fecho uma empresa, mas eu não assino um contrato. Então, o senhor não é um bom empresário. O senhor concorda com isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não concordo que eu não sou um bom empresário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E por que o senhor assinou o contrato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Assinei o contrato, primeiro, porque, se eu não assinasse, a multa era muito grande: era 20% – eu já disse aqui – e a penalidade de cinco anos. E porque, segundo a orientação jurídica que a gente tinha na época, as irregularidades administrativas eram tantas que os nossos advogados nos deram a confiança de que iríamos conseguir comprovar a nulidade desse processo em função das irregularidades. Foi essa a nossa posição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Eu quero dizer ao senhor que esses advogados o orientaram mal. Mas, muito bem, vamos adiante. Eu queria saber qual foi o milagre, porque milagre por aí houve. V. S^a, primeiro, teve um aumento de R\$4,7 milhões para, mais ou menos, R\$5,3 milhões. Aí, vem dezembro. V. S^a alega o prejuízo que já deveria ser antevisto e consegue cancelar o contrato. É aberto um novo processo de pregão, e quem ganha é V. S^a. Com que valor? Para concluir a pergunta, com R\$9,8 milhões. Então, o contrato que havia chegado a R\$5,3 milhões, de repente, V. S^a diz: “Eu não tenho como prestar o serviço”. É aberto um processo de pregão, e V. S^a, o próprio que não tinha como prestar o serviço, é contratado a R\$9,8 milhões. Pergunto a V. S^a quem errou? V. S^a ou os Correios? Se não houve erro, pergunto a V. S^a que milagre foi esse. Como V. S^a conseguiu convencer a diretoria dos Correios de que deveria ter o seu contrato majorado quase em 100%?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não teve convencimento nenhum, Deputado. O nosso contrato tinha a validade de um ano. Então, ele começou dia 24 de dezembro de 2002 e ia se encerrar... desculpe-me... dia 24 de dezembro de 2003 e ia se encerrar em 24 de dezembro de 2004. Os Correios me consultaram, porque eu cumpri meu contrato. Levei prejuízo;

leve prejuízo de R\$21 milhões; levei prejuízo. Cumpri meu contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E a sua empresa suporta um prejuízo de R\$21 milhões?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Suportou com muita dificuldade, mas suportou. Suportou, porque tivemos de nos desdobrarmos, aplicarmos nosso dinheiro para suportar isso, pegarmos a lucratividade de todas as nossas outras rotas e jogarmos, para suportar isso, e os Correios nos consultaram. Então, queria só ter o direito de explicar ao senhor. Os Correios nos consultaram: “tem o interesse em renovar o contrato?” Lógico que não, nós estávamos levando prejuízo. Não. Qual o procedimento dos Correios? Abrir um processo licitatório. Agora, eu queria só explicar ao senhor: antes disso, houve aquele processo de licitação geral, em outubro de 2004, que era para reformulação, que não foi adiante, porque os Correios pensavam em relicitar... em contratar logo em dezembro, e nem precisaria desse outro edital que o senhor falou que subiu de novo, e não foi possível, por causa dos vários recursos que houve contra esse edital. Encerrado o contrato, licitou e, aí sim, nós entramos com o preço que era justo. E não teve interferência de ninguém. Foi um processo licitatório normal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não teve nenhuma mãozinha de fora?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não teve nenhuma mãozinha de fora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não houve, também, nenhum acordo entre as empresas para a divisão dos espaços?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não houve acordo nenhum das empresas para divisão de espaços.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Podemos ficar certos disso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O senhor pode ficar convicto disso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque V. S^a sabe que, como Parlamentar, membro da Comissão, recebo diariamente uma série de denúncias, inclusive de pessoas que trabalham com o mesmo tipo de serviço que V. S^a presta. E o que se sabe, pelo menos por essas denúncias, é que as principais empresas, como a de V. S^a – a empresa Beta, a empresa Total e outras empresas que não passam de cinco – fazem o acordo, conseguem a concordância, eu diria até mais, a conivência e o apoio daqueles que estão dentro dos Correios, sobretudo da diretoria e, a partir daí, há uma divisão tranquila dos espaços, lembrando até o que disse o Sr. Maurício

Marinho naquela famosa fita: que era muito melhor fazer o acordo entre os empresários, colocar todo o mundo na mesma mesa e dividir os espaços, do que fazer um processo licitatório correto, de acordo com aquilo que determina a lei e escolher o que era melhor para a Empresa de Correios e Telégrafos, tanto na qualidade da prestação de serviço como no preço. Então, isso não houve.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, todos os nossos contratos foram através de licitações corretas, legais. Não houve nenhum acordo, não houve acordo entre as empresas, não houve...desculpe, mas não houve nada disso. Dos nossos contratos nós participamos, e veja bem: a participação de uma empresa ou outra é em função da disponibilidade de aeronaves que ela tem no momento. Então, não houve nenhum... O senhor pode ficar tranquilo – o senhor perguntou quanto à tranquilidade – que, da nossa parte, nunca houve isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tá bom. Eu, para respeitar o tempo, farei minha última pergunta, Sr. Presidente.

V. S^a já nos afirmou – então, é apenas uma constatação inicial – que a Skymaster, em 24 de dezembro de 2001, ganhou duas das principais linhas aéreas dos Correios. Todavia, firmou um contrato com a Beta, no qual entregou metade do serviço prestado pela Skymaster a essa empresa. V. S^a confirma isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Confirmo que houve um contrato de subcontratação, permitido no edital. Aliás, o edital permitia até 100%.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não acha que esse contrato viola o princípio da moralidade e do caráter competitivo que, necessariamente, rege qualquer licitação pública?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, porque não fomos só nós dois que participamos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, senão é muito simples, Sr. Gonçalves. É muito simples. Duas empresas que poderiam ser concorrentes e, portanto, oferecer um preço menor com maiores retornos e vantagens para os Correios, fazem um acordo de gabinete, que foi o que acabei de denunciar, uma ganha a licitação e a outra é subcontratada ou vice-versa, Sr. Gonçalves!

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca houve esse acordo de gabinete.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É porque V. S^a está com a ótica do empresário, mas não está com a ótica que nós temos de ter, da Administração Pública.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Certo. Agora, nunca houve...todos...nunca houve acordo. Tudo o

que nós fizemos nós colocamos por escrito, coisa que outras empresas não colocam. Eu aleguei aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é verdade, Sr. Gonçalves. Inclusive, esse acordo por escrito com a Beta, depois, a gente sabe que “micou”.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não “micou” não, senhor. Como que “micou”? Se nós...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, depois, houve os seus problemas com a Beta, o senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca houve problema meu com a Beta. Nunca houve problema meu com a Beta. Nós fizemos um contrato, o edital permitia, nós elaboramos o contrato de subcontratação, registramos nos Correios. Nós registramos no correio – a senhora pode verificar –, nós registramos esse contrato no correio.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AC) – Em 2001, mas, desde 2000, vocês faziam isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou concluir.

Até, Sr. Gonçalves, peço a V. S^a que compreenda a forma como nós indagamos, porque V. S^a veio aqui, na verdade, na minha opinião, muito mais como acusador do que como investigado ou como testemunha, porque, por conta própria, foi a uma revista de penetração nacional e fez declarações importantes.

Eu esperava sair daqui hoje com algumas conclusões de ilicitudes que pudessem ter acontecido nos Correios, mas a única conclusão a que chego é que as ilicitudes que o senhor acusou existirem devem ter existido e o pior: outras existiram com a participação também talvez da empresa do senhor. Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser rápido, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – 15 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Creio que a situação já está bastante esclarecida sobre tudo o que aconteceu. Primeiro, pelo relato do próprio Sr. Luiz Otávio Gonçalves e pelo que já foi aqui inquirido pelos demais Parlamentares. Então, queria apenas reconfirmar certas coisas, para fazer o meu juízo.

O senhor efetivamente se sentiu espoliado pela administração quando o Sr. Miro Teixeira era Ministro e o Sr. Dipp era presidente dos Correios. É verdade isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu fui prejudicado. Não sei se é a palavra certa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E se sentiu espoliado, prejudicado.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Com certeza, eu me senti.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor procurou, inclusive, a Justiça.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Com certeza, eu me senti.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor reputa a que exatamente esse movimento? Era para beneficiar quem? O senhor, provavelmente, é um homem que raciocina bem, diretor comercial de uma empresa importante. O senhor deve ter em mente. O senhor poderia revelar para nós aqui, com clareza, com franqueza, com honestidade intelectual, dizer efetivamente quem estava por trás procurando o prejuízo da Skymaster.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Todas as empresas que participaram da licitação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Promodal seria uma delas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ué, também seria, porque todas elas deram preços muito próximos, e quase que eu fico fora, porque o meu preço foi o maior.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que o senhor acha que é a Promodal? A reportagem da **Época** fala muito em Promodal – e não é acusação, porque foi lícito –, mas ela foi uma das maiores contribuintes da campanha do Presidente Lula. Ela deu 800 mil. E fica a suposição de que o Presidente dos Correios à época, o Sr. Aírton Dipp, tentava favorecer a Promodal. Isso o senhor deixou transparecer na sua entrevista à revista **Época**.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O que a revista **Época** fala, Senador, é muita coisa de conclusão do próprio repórter. Eu falei aqui que muita coisa não foi dita por mim, e à segunda reportagem eu não tivesse acesso nenhum. A segunda reportagem foi sobre a empresa Promodal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas qual a sua convicção? Por que essa armação toda para prejudicar a Skymaster?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A minha convicção é de que existia – e está denunciado no Ministério Público – um conluio. Agora...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que esse conluio? Sempre tem uma razão, uma motivação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não, porque, porque eram as duas maiores linhas dos

Correios. Eram as duas maiores linhas dos Correios. Logicamente que outras companhias aéreas tinham interesse na linha e, por tudo... Perdão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S.^a pode afirmar que havia o interesse de beneficiar a Promodal?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, não sei se a Promodal em si, porque participaram outras empresas do edital. Todas elas... Inclusive, Senador, eu queria lembrar aqui que a própria Varig Log fez uma proposta na negociação. Eu nunca vi isto: um contrato sendo executado, e uma outra empresa faz uma proposta, e ninguém toma conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso não acontece assim de graça, não acontece porque alguém não gostou do senhor, porque achou que o senhor não os tratava bem. Tinha um interesse por trás disso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Uai, lógico que tinha. Era pegar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não tem coragem de revelar o que o senhor exatamente pensa sobre qual o interesse que estava por trás dessa ação dos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A minha coragem está justamente expressa na representação nossa no Ministério Público. Está tudo dito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É? E o que é que diz essa representação? O que há por trás disso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ela levanta a possibilidade de conluio das empresas que participaram, tá certo? E aponta todas as irregularidades que foram cometidas, inclusive meu recurso, Senador. Eu queria lembrar ao senhor que eu apresentei um recurso contra a própria decisão da pregoeira, fazendo uma série de denúncias. Olha que eu denunciei por escrito a um órgão público dentro do processo licitatório!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Denunciou o quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Denunciei que as outras empresas todas não tinham condição de participar daquela licitação e citei os motivos de cada uma delas. Eu poderia ser processado por tudo isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas era um conluio das empresas ou um conluio da direção dos Correios, do então presidente dos Correios e do Ministro?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, eu não posso afirmar do conluio de quem quer que seja, só tem que não consegui negociar...

Veja bem a minha posição. Eu não consegui negociar com o grupo de trabalho, certo? Tentei, de

todas as maneiras, já comprovei por vários documentos que tentei de todas as maneiras e não consegui. Abrem um processo licitatório só sobre as linhas que eu operava, certo? Eu faço, na ata, denuncio que existe uma proposta de 21% a menos, ninguém estranha, e todas as empresas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O difícil imaginar é que V. S.^a, como diretor comercial, um empresário experimentado, não consiga identificar e revelar que conluio era esse, quais interesses estariam por trás desse conluio.

Mas vamos avançar. Então, V. S.^a resolveu partir para solicitar uma ajuda externa, de pessoas que tivessem prestígio junto à administração pública federal de então, dos Correios e do Ministério das Comunicações.

Aqui, o senhor revelou que procurou duas pessoas de forma assim bastante explícita, que foi o Sr. Silvio Pereira; conseguiu um contato com o Sr. Silvio Pereira porque o identificava como homem que tinha acesso efetivamente à administração pública federal. Era um líder partidário que tinha portas abertas para tratar desse assunto.

Depois, o senhor procurou o advogado Antônio Carlos, conhecido como Kakai, também nessa expectativa. Era sua esperança que ele pudesse, por seus relacionamentos com a administração pública federal, resolver o seu problema, tanto que foi, em ambos os casos, prometida uma solução; e, no último caso, o senhor esteve em audiência com o Ministro Miro Teixeira, que lhe prometeu uma solução, e a solução não veio. Isso é fato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não senhor. Não é bem assim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é bem assim? O senhor relatou isso aqui assim.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mas não relatei dessa maneira, Senador. O senhor me perdoe, mas não foi dessa maneira.

O que relatei é que procurei o Sr. Silvio Pereira, sim, para que ele me arranjassem uma audiência com o Sr. Miro Teixeira, porque eu me sentia prejudicado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor conseguiu a audiência com o Miro Teixeira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mas não através do Sr. Silvio Pereira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por intermédio de quem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Aí, eu já não procurei mais nenhum líder. Procurei um advogado, não pensando mais em conseguir nada...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Advogado não consegue audiência. Advogado trata...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...com a questão judicial, com problema na Justiça, para fazer suas reivindicações.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Toda denúncia que fiz no Ministério Público eu levei para o Dr. Antônio Carlos, e ele resolveu, antes de entrar com uma ação, que deveria ser, sim, procurada a administração pública para tentar resolver dentro da administração pública.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor tinha expectativa de que ele tivesse capacidade de resolver administrativamente, abrindo uma porta, uma janela, não judicialmente?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu tinha expectativa como advogado.

Ele realmente chamou o Dr. José Augusto Alckmin, e os dois resolveram tentar primeiro uma solução junto à administração.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De qual quer maneira, não veio solução.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não veio solução.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E veio, então, o novo pregão, cancelado que foi o seu contrato. Aí, V. S.^a assume um prejuízo que queria saber esse valor, mas o senhor acabou de declinar, de R\$21 milhões durante um ano.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – R\$21 milhões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sua empresa tinha capacidade de suportar esse prejuízo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olha, eu pensei que não, tanto que tive uma audiência, logo que o novo presidente dos Correios assumiu – eu acho que disse isso aqui – que tive um audiência com ele tentando encerrar o contrato e falando que eu não tinha condições de cumprir esse contrato. Inclusive, isso também não era fato incomum, porque a própria Varig encerrou um contrato e não foi punida, e a Tam também tinha dois contratos que foram encerrados e não foi punida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas aí houve uma mudança radical de comportamento da empresa Correios e Telégrafos com V. S.^a.

Se, antes, era um espaço fechado, em que nada se resolveu com a administração do Sr. Dipp e do Ministro Miro Teixeira, com o Ministro Eunício Oliveira e com o novo Presidente, o ex-Deputado João Henrique, as coisas realmente foram mais facilitadas, e o senhor não precisou mais de nenhum prestígio de ninguém do PT; o senhor simplesmente conseguiu convencer

a administração dos Correios a fazer esses reajustes, esses realinhamentos de preços?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. Não foi bem assim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi assim que o senhor relatou isso aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não foi bem assim. Eu relatei que procurei, solicitei e que, devido ao aumento de combustíveis que tem a cada quinze dias, o preço do combustível já tinha aumentado 20% e que, na planilha, representava 80% e que solicitei isso em fevereiro...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas seus argumentos foram aceitos.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não. O senhor me permite só...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, é porque o tempo é curto. Eu queria só saber se os argumentos foram aceitos ou não.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não. Os argumentos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Os argumentos eu já sei quais foram, o senhor já disse.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não foi facilitado para mim, Senador. O equilíbrio econômico-financeiro, que não foi reajuste de tarifa, foi equilíbrio econômico-financeiro, foi feito para todas as empresas, porque disparou o preço do combustível no País.

O preço do combustível variou, em dois meses, 20%. Todas as empresas pediram...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas seus pleitos foram atendidos, a ponto de, no final do ano de 2004, ser cancelado o contrato, e um novo pregão ser realizado.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Isso eu não pedi, Senador. Isso eu não pedi nunca. O meu contrato... Houve o equilíbrio econômico-financeiro, o Relator já tem as planilhas aqui, ele foi realinhado inclusive abaixo de outros contratos, está certo?

Então, chegou no final do meu contrato, me solicitaram se eu queria continuar com o contrato – é lógico que não, eu estava levando prejuízo –, e eu falei que não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí, o senhor disse que não, colocou a sua vontade, e foi feito um novo pregão.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Foi feito um novo pregão, porque o contrato rezava que, a cada ano, poderia ser prorrogado, se houvesse interesse entre as partes. Como não havia o meu interesse...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, nesse pregão novo que foi realizado e cuja ata eu te-

nho aqui em mãos, que foi no dia 28/01 deste ano de 2005, somente a Skymaster apresentou preços?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Senador, esse pregão não tem nada a ver com a linha AIC; esse pregão é da linha J e da linha SP5. E foi feito esse pregão porque a Varig Log entregou essas duas linhas, e era a única, na época, que tinha condição de fazer, além de mim. E eu participei do pregão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não houve conluio aqui, entre as empresas, para só participar a Skymaster? O conluio foi somente lá atrás? Aqui não houve conluio nenhum?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca houve conluio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque a TCB também participou, mas não apresentou preço.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca houve conluio, em momento nenhum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o senhor acha correto adjudicar uma administração pública quando só há um concorrente, e somente a Skymaster apresentou preço? Está aqui só a Skymaster, mais nenhuma.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Senador, é porque nenhuma apareceu. Foi uma concorrência de que todas as companhias podiam participar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso não é conluio, nada?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não é conluio. Não houve combinação com ninguém, como é conluio?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Realmente, fica difícil para o nosso entendimento, o nosso raciocínio. Pode ser que o senhor seja mais inteligente, consiga raciocinar melhor do que nós outros. Mas, realmente, faz-se um pregão, ele é o único, e aí a somatória dos contratos passa para um valor superior àquele anterior à espoliação de S. S^a, como dito aqui por S. S^a.

E aí tudo acontece, Sr. Presidente, sem precisar nenhuma ajuda externa. Ele não procurou mais o Sr. Silvio Pereira, ele não procurou mais advogado, ele conseguiu simplesmente pela sua capacidade de demonstrar aos Correios que ele precisava ter os seus preços realinhados. Isso aí é que me causa espécie, e eu sou levado a concluir que realmente não é verdade, que o senhor teve ajuda externa e que houve conluio, sim, para realinhar esses preços e colocar esse contrato nessa linha.

Mas, para encerrar, Sr. Presidente, me permita. Também há uma questão colocada pela Senadora Heloisa Helena e pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto com relação à subcontratação. Ele tinha um contrato de gaveta...

O senhor tinha um contrato de gaveta com a empresa Brasília Express Transporte Aéreo, a Beta, cuja assinatura é de 21 de julho de 2000. E, na verdade, o senhor coloca que o conhecimento dos Correios para a subcontratação realizada pela Skymaster, que repassa o mínimo de 50% do objeto do contrato, a data é de 26/06/2001. Portanto, o senhor tem aí um ano operando de forma ilegal, fraudulenta, um contrato de parceria que foi repassado para a empresa Beta.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpe-me, Sr. Senador, não é bem isso. O contrato era um termo de compromisso de subcontratação. Esse contrato foi feito e tinha como objetivo ter o número de aeronaves suficiente para ter uma aeronave *stand by*, que, na época, nós não tínhamos.

E repito mais uma vez: o edital permitia, outras companhias estavam na mesma situação, não era fato novo dentro da administração dos Correios. Eu cito para o senhor, mais uma vez, o item 2.19 da minuta do contrato, que rezava manter previamente a contratante [no caso, a ECT] informada sempre que porventura houver subcontratação de outra empresa aérea para executar determinada linha.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor informou em 2001, e tinha um contrato de 2000.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. O contrato é um termo de compromisso que foi feito. Não informei em 2001 não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, por favor conclua.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Encerrarei, Sr. Presidente.

Causa frustração o depoimento do Sr. Luiz Otávio Gonçalves; pelo que foi publicado pela revista, ele saberia muito mais. Talvez isso seja reflexo de seus interesses. De certa forma, temos de aceitar, pois são seus interesses empresariais. O depoente continua negociando com a Empresa de Correios e Telégrafos, que está sob uma administração que continua a mesma. Ele quer manter o **status quo**, que é extremamente privilegiado – isso é o que concluímos pela situação que V. S^a e sua empresa alcançaram nessa atual administração. Portanto, até lhe parabeno por sua capacidade de convencimento junto à administração dos Correios para ter hoje esse privilégio desse contrato que V. S^a tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que fiquei dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá e, depois, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Luiz Otávio, quantas aeronaves o senhor tem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nossa frota, hoje, é constituída de sete aeronaves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Todas estão voando?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A maior parte delas sim. A maior parte delas está aeronavegável.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quantas estão paradas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Creio que só a de prefixo PTMTE, que é um Boeing 707.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Essa é a que está parada?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É a que está parada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E as que estão voando?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – São Boeings 707 também, de prefixo... São um, dois, três, quatro, cinco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Cinco e um, seis. O senhor falou sete.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não: são seis. Desculpe-me, é porque tem um riscado aqui. Tem DC8: são três DC8. O senhor perguntou sobre a aeronave que estava parada: informei que era o Boeing 707. São três DC8, três DC8 63F, com capacidade para 18 posições de pilot, e um DC8 62F, com capacidade para 14 posições de pilot.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só tem uma aeronave parada lá em Cumbica?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, em Campinas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em Campinas só tem uma aeronave parada?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não-aeronavegável, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só tem uma?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não-aeronavegável, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Onde é a sede da sua empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Manaus.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Manaus.

A maior base de operação, onde é?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A rota maior de operação é Guarulhos-Manaus-Guarulhos, e sempre para o Nordeste também. Temos vários vôos para o Nordeste.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor fica baseado onde?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu, pessoa física?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Fico praticamente dentro do avião.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em terra. O senhor nunca está em terra?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Não tenho escritório em terra. Sou diretor comercial e temos filiais... Se o senhor quer saber...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero saber onde o senhor fica quando está em terra. Quando o senhor está em terra, o senhor fica baseado onde?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Geralmente, minha base... Eu trabalho em casa. Quando não estou em casa, estou viajando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Onde é sua casa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Belo Horizonte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, sua base física é Belo Horizonte, sua base operacional é São Paulo e a sua sede é Manaus?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Minha sede é Manaus e minha área de atuação é nos aeroportos de Manaus, Brasília, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre. Então, vivo praticamente dentro do avião, viajando, porque sou diretor comercial.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor procurou o Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Foi, acho, três semanas antes do edital, por volta da data de 14/11.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De que ano?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Da data do edital, 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 14/11/2003?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor procurou Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Procurei porque eu estava sendo prejudicado por um presidente do grupo de trabalho que se dizia do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem era esse presidente?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É o Sr. Lington de Souza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Repita o nome, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Lelington de Souza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Lelington de Souza. E por que o senhor procurou Sílvio Pereira e não outra pessoa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque me veio à cabeça, como eu já disse, que talvez ele pudesse me arranjar uma audiência com o Sr. Miro Teixeira, porque eu já tinha tido audiência com o Sr. Diretor dos Correios e estava vendo que não estava surtindo efeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sílvio Pereira tinha algum mandato, tinha algum cargo no Governo que levou o senhor a procurá-lo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não que eu saiba, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem é o seu diretor chamado Dumont?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Diretor?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Chamado Dumont.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Drumond?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Dumont.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não tenho diretor chamado Drumond.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não tem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu estou com o depoimento do Sr. Sílvio Pereira na Polícia Federal. Ele disse que foi procurado por um diretor da Skymaster e que esse diretor se chamava Dumont: “...que Dumont solicitou a realização desse encontro, tendo deixado sucessivos recados na Secretaria-Geral do PT; que, após esses contatos, resolveu atender Dumont, que falava em nome da Skymaster”. Quem é Dumont?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, eu gostaria que V. Ex^a pegasse o depoimento do Sr. Sílvio Pereira na Polícia Federal nesta semana, no qual ele disse que a pessoa com quem ele tratou, da Skymaster, é o Sr. Dumont. Está aqui, no depoimento do Sr. Sílvio Pereira desta semana. Agora, o diretor da empresa está falando que não existe nenhum Dumont na Skymaster.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não existe. Quem esteve com o Sr. Sílvio Pereira fui eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então o senhor se intitulou Dumont?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Senhor?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se intitulou Dumont?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca me intitulei Dumont. Eu me intitulei Luiz Otávio Gonçalves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vou passar ao senhor a declaração do Sr. Sílvio Pereira em que ele disse que a pessoa que falou com ele, pela Skymaster, é o Dumont. Quero que o senhor dê uma olhada e informe por que... Ele afirma, mais de uma vez, que a pessoa da Skymaster que falou com ele foi o Sr. Dumont. Este é o depoimento do Sr. Sílvio Pereira, na Polícia Federal, feito nesta semana, em que ele fala que a pessoa da Skymaster que falou com ele se chama Sr. Dumont. Inclusive, encontrou-se com ele no Hotel Sofitel.

O senhor esteve no Hotel Sofitel com o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O senhor me desculpe. Eu acho que deve ter havido alguma confusão por parte dele. Eu não tenho nenhum diretor chamado Drumond. Quem esteve com ele fui eu. Eu não me chamo Drumond e não me apresentei como Drumond.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor esteve com ele no Sofitel?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Estive com ele no Sofitel.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então: aí diz que quem esteve com ele no Sofitel foi o Sr. Dumont.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Fui eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tem algum codinome?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, senhor. Não tenho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua relação com a Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Relação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na atual, a anterior... Na relação...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Relações com a Beta são relações normais entre as empresas aéreas. Não temos nenhuma relação específica diferente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem é o dono da Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É o Sr. Johannes. Desculpe-me, eu não lembro o sobrenome, mas é o Sr. Johannes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é brasileiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu creio que não. Dizem... Bom, ele deve ser naturalizado, mas dizem que ele tem outra origem. Não sei se é grega, mas eu...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E grego pode ser dono de uma empresa aérea que opera no mercado nacional?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei. Eu acho que ele é de origem grega, mas, se for naturalizado, creio que sim, porque o que reza no DAC – não sou especialista nisso porque sou diretor comercial – é que, no controle acionário da empresa, empresas estrangeiras não podem ter participação maior que dois quintos ou um quinto. Eu não tenho certeza disso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, eu gostaria que V. Ex^a anotasse esses dados de que o Sr. Luiz Otávio está falando relativamente a participação acionária de estrangeiros limitada no capital de uma empresa que opera no mercado brasileiro. Ele diz que não sabe qual é o percentual...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É um quinto ou dois quintos. Não sei afirmar com certeza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os quintos que forem de estrangeiro que não pode operar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, houve uma falha no controle do tempo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas eu estou vendo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem um minuto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acho que são quatro minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não, meu caro Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não vou discutir com V. Ex^a. É que, pelo que eu vi, são quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Um minuto para concluir, meu caro Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu vou concluir. Não vou atrapalhar...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É coisa do Delúbio? Está bom.

Eu só gostaria de uma última informação. O senhor disse que operou muito tempo com prejuízo. Por que o senhor voltou a participar de outra concorrência com os Correios, empresa que só lhe dava prejuízo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu participei de uma outra concorrência nos Correios, porque eu participo... É do meu interesse participar de concorrências que possam prestar serviços... E, dessa vez, eu não fui forçado e não teve nenhum conluio contra mim. Então, eu apresentei proposta, como apresento proposta para várias empresas como eu já falei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem fazia conluio contra o senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ninguém nunca fez conluio comigo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor acabou de falar que tinha conluio contra o senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Eu não falei que eu tinha conluio. Desculpa, eu não falei que eu tinha conluio. Pelo contrário, eu falei que eu não tinha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor falou agora.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu falei que não tinha conluio.

O SR. () – Não nessa. Na anterior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Conluio contra...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ah, desculpa. Conluio contra. Desculpa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não sou louco.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpa, Deputado. Foi uma falha minha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem fazia conluio contra o senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. É que a empresa, é que... Pelos procedimentos que houve dentro das negociações da licitação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – ...a gente denunciou esse conluio ao Ministério Público. Desculpe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vou respeitar o tempo, mas lamento que não tenha sido esclarecido o conluio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni e, depois, o Deputado Henrique Fontana, Deputado Jorge Bittar e Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, é bom acionar o tempo para não dar discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, os quinze minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual é a composição societária da Skymaster? O nome dos sócios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Inclusive, vou depois entregar aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quantos por cento cada um tem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Luiz Otávio Gonçalves com 20%; João Marcos Possetti com 20%, Expresso Lucatti com 30%; Euza de Ávila Nascimento com 10%; e Hugo César Gonçalves com 20%.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é o diretor comercial?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que são os outros? O Possetti é o quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Possetti é diretor administrativo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Diretor administrativo. E o próximo da lista?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Hugo, que inclusive é meu irmão...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Hugo César Gonçalves, que inclusive é meu irmão, é diretor técnico...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Diretor técnico...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ele exerce a função de diretor técnico, mas no contrato social está como presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem mais?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Da administração, é só isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito bem.

Eu vi todos os documentos que o senhor entregou ao Relator. Ninguém assina documento nenhum, só o senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque são todos propostas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Certo.

Como é que o senhor, que sabe tanto, conhece tanto, é o verdadeiro gestor da empresa, como é que o senhor desconhece que a sua empresa foi identi-

cada pela Polícia Federal e consta da CPI do Banestado... E vamos solicitar que o Relator officie à Polícia Federal para requerer o envio do Processo da Polícia Federal nº 675/2002... No relatório do Banestado, que está aqui, consta que, em fevereiro deste ano, a sua empresa, a Skymaster Airline Ltda... O senhor confirma que a sede da empresa é na avenida Buriti 4021, Distrito Industrial, Manaus?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. A sede é na Avenida Torquato Tapajós 4080.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, mas esse endereço constava, porque é o endereço da BCF International Ltda., e foram enviados e identificados pela CPI do Banestado e identificados pela Polícia Federal US\$927 mil. Como é que o senhor desconhece isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Deputado, desconheço porque nem assinar cheque na empresa eu assino. Essa parte financeira não é comigo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É com quem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É com o Sr. Possetti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com o Sr. Possetti.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Sr. Possetti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem. Mas o senhor sabe que, pelo contrato social, o senhor é tão responsável por esse envio de dinheiro para fora quanto o Sr. Possetti?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu sou responsável até o limite das minhas cotas. Agora, se o senhor está falando que eu sou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor, então, reafirma ou afirma... Há um grande doleiro lá em Manaus que, através dessa BCF, enviou US\$663 milhões. Chama-se Gilberto Benzecri. O senhor já ouviu falar desse cidadão?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece ele lá de Manaus?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, eu quero, Sr. Presidente, que sejam solicitados esses dados para que possamos investir nessa investigação na remessa de dólares dessa empresa para fora do Brasil. Eu só lhe informo – seus advogados e o senhor sabem disso – que isso é crime contra a ordem financeira do País.

Quando a Promodal fez uma doação à campanha do Presidente Lula, em um primeiro momento de 500 mil e logo em seguida de 300 mil, o senhor tinha em curso, registrado em cartório, um acordo com a Promodal. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. Nós tínhamos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não tinha um acordo registrado em 2000?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Esse termo de compromisso é um termo de compromisso para garantir a aeronave. Isso aí não foi com a Promodal, foi com a Beta. Se são esses 2000 que o senhor está falando. Então, eu não tinha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Sr. Antonio Augusto não era a pessoa que assinou com o senhor isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. Quem assinou esse primeiro contrato aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, esse acordo que o senhor tem registrado em cartório.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu não tenho registrado em cartório. Esse acordo é com firma reconhecida. Esse “registrado em cartório”, eu desconheço esse registro e cartório, porque não foi feito por mim. Mas se for contrato... se for termo de compromisso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas espera aí, tchê! Tem conversa demais aqui, amigo. Estou vendo o contrato na minha frente, com reconhecimento do cartório. Assina o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, e assina o senhor. O Sr. Antonio Augusto coloca 800 mil na conta do Presidente Lula, depois que está definida a eleição! O senhor tem claros direcionamentos nas licitações dos Correios para que a sua empresa e a do Antonio Augusto possam vencer essas licitações. Isso, está aqui escrito o seu nome. Esse acordo é rompido segundo as notícias que temos em 2003.

Quero saber se o senhor ajudou o Sr. Antonio Augusto a fazer o tal do depósito de 800 mil na conta do Presidente Lula, então candidato.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu não ajudei e não sabia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, é essa uma das razões do seu racha com o Sr. Antonio Augusto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca houve racha com o Sr. Antonio Augusto. Eu queria até definir aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas não é isso que ele anda dizendo, e não é isso que

está em todas as informações. E o senhor sabe que o Procurador Marinus Marsiko move uma ação – está nesse momento fazendo as investigações e estará montando uma ação – exatamente que vai enfrentar essa questão do acordo de operação que o senhor fez. É claramente esse acordo uma fraude, porque o senhor o justifica de uma maneira que só aos seus olhos ele é correto; só na sua concepção, porque lhe favorece, ele é legal. Porque está claramente identificado, por tudo aquilo que o senhor mesmo depôs aqui: o senhor dá os indícios de que havia ajustes no processo, e quando, em algum momento, houve ações para tentar estabelecer algum prejuízo a sua operação, daí a sua indignação, daí o senhor vai procurar o Sr. Sílvio Pereira, daí o senhor vai atrás ao Sr. Cacai. O senhor pagou honorários os Dr. Cacai?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não paguei, não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E ele foi lá só porque ele gostou do senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu apresentei... Eu fui atrás do Sr. Cacai, como advogado, para ele defender uma causa para mim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas qual é a especialidade dele?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Na verdade, eu fiquei sabendo que a especialidade é outra, porque inclusive, ele chamou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor sabe as especialidades dos seus advogados que estão aqui? Óbvio, não é?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Os que estão aqui, eu sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Claro. E por que naquela situação, que era muito mais grave, o senhor procurou um advogado que o senhor não sabia qual era a especialidade dele? Justo o senhor, que é tão centrado, inteligente, racional, arguto e conseguiu ganhar toda essa dinheirama, a ponto de ter um prejuízo de R\$21 milhões sem muitas cócegas na sua empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Fez muitas cócegas, sim, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem indicou esse advogado para o senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ninguém me indicou. Fui atrás do advogado que eu achei que poderia resolver o meu problema.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto o senhor pagou de honorários ao Dr. Alckmin?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não paguei nenhum centavo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quer dizer que dois advogados, que vivem de prestar serviços, o acompanham em uma negociação e ninguém lhe cobra nada?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, primeiro, que não foi uma negociação, foi uma tentativa de mostrar o que estava ocorrendo nos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E para que o senhor precisava de advogado?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eles propuseram...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eles quem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Dr. Antônio Carlos e o Dr. José Augusto Alckmin propuseram, antes de entrar com uma ação contra o poder público, tentar resolver administrativamente. E conseguiram uma audiência com o Sr. Miro Teixeira. Foi essa a proposta, e nós fomos lá.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor, antes, conseguiu uma intermediação do Sr. Sílvio Pereira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. O senhor Sílvio Pereira não fez intermediação nenhuma. Inclusive, já declarei que, depois, tentei falar com ele, mas ele nunca me deu resposta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E até hoje o senhor só deve gratidão ao Dr. Kakai e ao Dr. José Augusto Alckmin?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Só.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É impressionante como o senhor constrói relações!

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Até acredito que não tenham cobrado nada porque o objetivo não foi alcançado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o primeiro advogado que vejo ir só pela cara do cliente!

Existe uma diferença muito grande entre o volume de cargas que vai para Manaus – o senhor mesmo disse – e o que volta de lá. Está correto o que estou dizendo? Vai mais carga do que vem de lá, correto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Dentro da linha AIC, do Correio, quando eu explorava, é.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Brasil, que está assistindo, não sabe o que é AIC. O senhor não use esse “tecnês” porque não ajuda ninguém. Queremos saber o que vai de uma cidade para a outra. Manaus todos sabem onde é. O senhor sai com um avião daqui e vai para Manaus com carga dentro. O senhor leva material que é utilizado e processado lá. Quando sai de lá, vem com muito menos. Quanto é? O senhor ocupa toda a capacidade de carga do seu

avião em todas as suas decolagens? Ou usa parte da capacidade que o seu avião disponibiliza?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Dentro do contrato do Correio? O senhor está perguntando dentro do contrato dos Correios, é isso? Eu utilizo o que está previsto no contrato. E por quê? Esse contrato, Deputado, não é por peso de carga. Esse contrato é por fretamento de aeronave. Estou voando com avião fretado, não estou voando por quilo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas é evidente que – e a minha ingenuidade ficou há bastante tempo na minha cronologia –, se o senhor voar com uma carga menor do que o potencial do seu avião, o senhor terá um menor custo de combustível, menor custo de pneu, menor custo de componentes. É evidente, qualquer criança sabe. A pergunta que quero fazer-lhe é a seguinte: por que o preço de ida para Manaus é o mesmo de volta se o senhor tem um custo para ir e um custo sabidamente menor para voltar? Por que o Correio não é inteligente?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Olhe, Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tenho que perguntar para o Correio?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não é só isso. Era um valor por operação. O primeiro contrato era por fretamento, com valor por operação. O que o senhor está falando...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se o senhor estivesse lá nos Correios, faria um contrato por operação ou um contrato por carga?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Faria por hora voada e sem trecho nenhum. Já falei que o preço é por hora voada, porque aí eu poderia utilizar a aeronave em qualquer trecho, a qualquer momento. Eu faria dessa maneira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sobre as aeronaves que o senhor tem. Esse DC8, só para ter uma referência, consome oito mil litros por hora de voo. Está correto o que estou dizendo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, a média é de 8.250 litros.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ótimo.

E quanto é que consome, por exemplo, um Boeing 737?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Três mil...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Três mil e cem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Três mil quatrocentos e cinquenta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o seu 707 gasta quanto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É o mesmo consumo do DC8, 8.250.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O mesmo do DC8. Por que a forma como é feita a licitação impede que companhias possam internalizar aeronaves e possam usar aeronaves de melhor desempenho? Por que isso tem sido uma história no correio postal, doutor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei dizer. Não sei dizer ao senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não sabe explicar?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Talvez as relações que foram construídas ao longo do tempo, dentro da empresa, justifiquem esse tipo de conduta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nunca ninguém pensou em quebrar essa regra?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, estamos aqui não apenas para investigar aqueles que agiram de maneira criminoso, seja pela formatação de conluíus, seja pela compra de favorecimento, seja pela montagem de licitações dirigidas, que eu acho que é o caso dos Correios. Lá na publicidade, está claro que ela é dirigida. Eu começo a consolidar a opinião de que, nessa área de operações, elas são amplamente dirigidas. Acho que podemos levar uma contribuição aos Correios e ao Ministério no sentido de que se revisem os conceitos, permitindo que outras empresas possam participar, que se flexibilizem os contratos, permitindo que se gaste menos dinheiro. Porque não tem nenhuma razão obrigar a companhia....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concluo, Sr. Presidente, com esta contribuição. Não há nenhuma razão para se obrigar os Correios a pagar 8.250 litros de combustível quando tem aeronave que poderia gastar 3.100. Como o próprio depoente disse que 80% do custo é combustível, na verdade, estamos vendo uma sangria, uma vampiragem nos recursos dos Correios, por provavelmente uma armação entre as empresas prestadoras de serviço e provavelmente, inclusive, os próprios funcionários ou aqueles que administravam os Correios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Onyx.

Agora, com a palavra, o Deputado Henrique Fontana, depois, o Deputado Bittar e, depois, o Deputado Eduardo Cardozo.

Deputado Henrique Fontana, 15 minutos. Por favor, o relógio.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Sr. Luiz Otávio, uma questão está no centro desta CPI, que é a compreensão de um negócio que, para pessoas que analisam com critério empresarial e mesmo para quem não é do meio empresarial, é absolutamente difícil de entender.

Primeiro, o senhor iniciou a trabalhar a sua empresa, iniciou os trabalhos com os Correios, no ano de 2000, por intermédio de um processo de contratação sem licitação. O senhor começou a crescer os seus negócios com os Correios, e, no ano de 2002, antes que o atual Governo assumisse, o seu contrato chegou por meio de um aditivo, numa renovação contratual, a um preço mensal de R\$9.459.000,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), em termos redondos. O senhor confirma esse preço?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Deputado, eu confirmo, que eu tenho aqui, que eu posso confirmar...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Isso, isso. Que a licitação iniciou....

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, eu vou pedir para falar o que eu confirmo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Não, mas, por enquanto, eu só quero a sua confirmação: no final de 2002, por meio de um termo aditivo, o seu contrato com os Correios chegou a R\$9.459.000,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), em termos redondos, em números redondos.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É. Eu tenho aqui o valor por operação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Depois, durante o ano de 2003, fomos informados – inclusive hoje, no depoimento do então Diretor dos Correios, Ailton Dipp – de que foi feito um processo de revisões administrativas de contratos que resultou na redução de inúmeros contratos, não só de serviços de transportes aéreos, mas também outros serviços. Nesse período, um conjunto de empresas que atuavam no transporte aéreo entendeu que era razoável, do ponto de vista dos seus negócios, uma redução de preços, e o senhor disse que tentou negociar, mas não conseguiu. O fato é que essas linhas foram, no final de 2003, licitadas novamente, por meio de um pregão eletrônico, que é

um sistema de licitação, do meu ponto de vista, dos melhores que temos disponíveis para garantir o melhor negócio no interesse público.

Nesse processo de licitação por pregão eletrônico, o preço dos serviços que a sua empresa presta aos Correios é reduzido para R\$4,707 milhões, ou seja, metade do preço praticamente. Evidentemente, entre a versão que o senhor deu aqui, de que o senhor suportou um prejuízo grande ao longo de 2004 para cumprir com esse contrato ou a hipótese de que o preço dos serviços prestados durante o ano de 2003, garantidos por um termo aditivo feito no final de 2002, estivesse superfaturado, eu me inclino, por hora, a ficar com a segunda hipótese.

Para ser franco, não conheço nenhum caso de uma empresa que tenha entrado num processo licitatório para ter prejuízo e, depois, tentado não assinar esse contrato.

Depois, o senhor recupera, no final de 2004, um contrato que volta a ser do mesmo valor do contrato de 2002, volta em torno de R\$9,790 milhões, o que também considero muito estranho. Junto com esse processo todo, inicia uma discussão em que o senhor se diz prejudicado exatamente naquele preço que foi determinado por um pregão eletrônico. Aí o senhor começa a fazer um conjunto de críticas exatamente à gestão que conduziu o processo de pregão eletrônico, que é a maneira, como eu digo, das melhores para definir um preço numa licitação.

Aí, então, o senhor começa inclusive a apresentar dados, como estão nessa entrevista da **Época**, de que o brigadeiro que teria conduzido o processo de reestudo das linhas, preços etc estaria sendo patrocinado por uma outra empresa, sua hospedagem e assim por diante.

Segundo: aqui, na entrevista da **Época**, está entre aspas – quero-lhe perguntar de novo –, está como se o senhor tivesse dito; o jornalista colocou entre aspas, o jornalista que assina a matéria – não sei exatamente quem é agora. Entre aspas, ele coloca na boca do senhor: “Ouvi o Presidente da Promodal Antonio Morato dizer que entregou R\$600 mil para Airton Dipp para obter um contrato dos Correios”. O senhor confirma que disse essa frase?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. Já disse aqui: não confirmo; ele que me trouxe essa informação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor não confirma?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não confirmo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Então o senhor está dizendo que o jornalista mentiu na ma-

téria quando colocou entre aspas na sua boca essa frase de que o senhor ouviu o Presidente da Promodal dizer que deu R\$600 mil ao Presidente dos Correios de então, Airton Dipp?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mentiu, e tenho provas de pessoas que estavam presentes, porque ocorreu na presença de outras pessoas, tenho provas disso. Só queria esclarecer um negócio para o senhor, Deputado: essa licitação que o senhor fala cujo pregão foi eletrônico; ele não foi eletrônico, foi presencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sim, o pregão presencial, o senhor estava vendo todas as ofertas que eram feitas pelos outros.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não. O senhor falou pregão eletrônico, ele foi presencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Isso, e o senhor ouvia todas as propostas...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não ouvia, não. Presencial, não; foi numa sala, inclusive apresento aqui a fita de gravação desse pregão em que cito que o presidente do grupo de trabalho não tinha nada a ver com o pregão e esteve lá presente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas o senhor apresentou ou não apresentou a proposta de R\$4,707 milhões?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, a proposta inicial foi de R\$230 mil por operação, porque...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Senão a pessoa que está ouvindo não compreende. Estou falando de um valor mensal. O senhor apresentou ou não a proposta de R\$4,707 milhões? Sim ou não?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Chegou-se a esse valor em função dos lances que ocorreram depois.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas quem faz o lance é o senhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – É o empresário que faz o lance, porque, senão vamos virar o mundo de cabeça para baixo. O senhor fez a proposta de R\$4,707 milhões.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O valor do pregão, em termos de lance, chegou a esse valor. Eu cheguei a esse valor em termos de proposta.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E como é que o senhor diz que esse valor é ineqüívél? E o senhor fez a proposta que é ineqüívél?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu já expliquei ao senhor que, por orientação jurídica, nós acreditávamos que esse pregão...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Só um minuto, se o senhor quisesse contestar o pregão juridicamente, o senhor deveria ter procurado a Justiça e não fazer uma proposta que o senhor considerava inexeqüível.

Acho, inclusive, que se foi isso que o senhor fez, o senhor cometeu um crime aqui, porque o senhor tentou manipular uma licitação com esse mecanismo que seria... Porque ainda estou desconfiado que esse é o preço mais perto do certo e que o outro é o preço mais perto do superfaturamento. Mas vamos admitir que esse fosse o preço subfaturado; o senhor estaria então cometendo um crime ao tentar manipular uma licitação com uma proposta inexeqüível.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, Deputado, ao nosso ver não foi crime. O que eu estava explicando ao senhor é que tínhamos uma orientação jurídica de não deixar uma terceira pessoa entre nós e o Correio, e foi feito em função disso.

Eu queria lembrar ao senhor que apresentamos recurso no próprio edital. Está escrito no edital. Eu li inclusive aqui que estava escrito no edital, apresentei todos os recursos no edital, apresentei o recurso à pregoeira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Aliás, quero aproveitar o seu exemplo para dizer que o tipo de relação empresarial que o senhor busca com o setor público me é um dos fortes exemplos daquilo que não deve ser a relação empresarial com o setor público.

Aliás, esta CPI está me ensinando muito mais coisas além daquelas que eu já sabia, porque eu acho que o correto – vou fazer um parêntesis muito rápido – é que o empresário apresente seus preços, entre nas concorrências e, se achar que está prejudicada a concorrência, procure a Justiça, para que Justiça julgue isso.

Aliás, tenho uma informação de que o senhor entrou na Justiça Federal, tanto em Brasília como em São Paulo, pedindo que fosse impetrado um mandado de segurança, com pedido de liminar, contra o Presidente dos Correios que estava então dirigindo na época, o Presidente Airtton Dipp, visando barrar a repactuação dos contratos e as futuras licitações baseados nos preços de referência criados pelo grupo de trabalho.

Qual foi a decisão da Justiça sobre isso, Sr. Luiz Otávio, quando o senhor entrou na Justiça?

O senhor ganhou ou perdeu na Justiça?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nós pedimos uma liminar que foi concedida...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E o senhor ganhou ou perdeu?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A liminar foi concedida e depois foi cassada.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Depois foi cassada. Então o senhor perdeu?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A liminar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quer dizer que quando a Justiça... Não, não, foi cassada. Então, quando a Justiça analisou o pregão que estava sendo feito, no primeiro ano do atual Governo, conduzido pelo então Diretor dos Correios, Airtton Dipp – sobre o qual o senhor faz uma série de ilações no sentido de que estava querendo te prejudicar – a Justiça disse que estava correto aquele pregão eletrônico.

Quero lhe fazer uma outra pergunta: A Skymaster contribuiu com alguma campanha eleitoral na última eleição?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nenhuma contribuição?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Skymaster, não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Tenho aqui um documento retirado do site do TSE que diz que a Skymaster contribuiu para o senador Arthur Virgílio do PSDB, para o Deputado Carlos Mota e para o candidato a Governador no Estado do Amazonas, Carlos Eduardo de Souza Braga. O senhor está mentindo ou este documento está mentindo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu acho que está havendo uma confusão, não sei por quê.

Eu falei que a Skymaster não contribuiu. Eu, pessoalmente, contribuí com R\$40 mil para o candidato Eduardo Braga. Houve outras contribuições de sócios pessoais para o candidato Eduardo Braga e houve uma contribuição do Sr. João Marcos Pozzetti, que é filiado ao PSDB, para o Senador Arthur Virgílio, que acho que foi de R\$20 mil, R\$30 mil. Mas foram contribuições pessoais e não da Skymaster, por isso que não estou mentindo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Isso. Mas o documento que tenho aqui é claro e diz “doações de Skymaster Airlines Ltda.”, que é a empresa da qual estamos falando, não é?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É mas...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Aqui cita contribuições para o Senador Arthur Virgílio, do PSDB, para o Sr. Carlos Mota e para Carlos Eduardo de Souza Braga, candidato a Governador.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Era bom levantar isso aí, porque realmente não foi... A contribuição foi pessoal e está declarada no nosso Imposto de Renda e também pela...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O documento está claro. Agora, quero fazer mais uma per-

gunta: a contratação dos aviões se dá por hora voada e não pela tonelagem de carga que o avião leva? Quando a Skymaster faz uma viagem, por exemplo, para os Correios, custa “x” aquela viagem, independentemente da tonelagem que ela está carregando?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É. O preço do contrato dos Correios é preço de fretamento. É um valor por operação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito bem. Então, quero também dizer aqui que, entre outras bravatas que o Deputado Roberto Jefferson disse, no seu depoimento ao Conselho de Ética – aos poucos vamos descobrindo cada uma delas – S. Ex^ª:

“Mas ainda não investigaram; pedi para a Polícia Federal etc investigar o correio aéreo noturno, que, aliás, como se viu, no início do atual Governo, diminuiu os seus gastos. O Sr. Silvinho Pereira [disse ele] ... no qual as contas de superfaturamento, nos primeiros anos da gestão do atual Governo, chega a um superfaturamento de 300%. Olha lá a Skymaster. O que eu vi é que, no primeiro ano do atual Governo, a fatura da Skymaster caiu pela metade e não aumentou 300%”.

Depois, numa outra bravata, o Deputado Roberto Jefferson disse: “Isso, o que tem lá capacidade para 18 toneladas voando com quatro toneladas, num contrato superfaturado. Desde o princípio do Governo Lula, houve um aumento de 300% desse contrato”.

É uma mentira o que o Deputado Roberto Jefferson disse na Comissão de Ética desta Casa. Estou satisfeito, Sr. Presidente, com as perguntas que fiz ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar, por quinze minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Otávio, gostaria de precisar algumas informações sobre a relação da Skymaster com os Correios. Como aqui já foi caracterizado, o senhor teve o primeiro contrato em junho de 2001, não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. O primeiro contrato meu foi dia 10/01/2000.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Foi na linha G.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O contrato provisório foi entre maio e julho de 2000. Não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas o primeiro contrato com maior permanência foi em junho de 2001, não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Certo, certo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor sucedeu a que empresa nesse contrato? Porque não foi uma licitação, não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Esse contrato foi... não foi sucedâneo. O problema foi o seguinte: fomos contratados pela Transbrasil, e o contrato era da Interbrasil para fazer o vôo, porque a Transbrasil era quem fazia os vôos da Interbrasil, que tinha contrato com os Correios, e ela fazia nos porões do 767, que fazia essas rotas...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A Intebrasil tinha um contrato e ela subcontratava a Transbrasil, é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu não sei se ela subcontratava. Ela contratou os nossos serviços por quinze dias, não pagou... Temos até um processo...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor requereu a falência da Interbrasil?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Requeri, sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E o senhor sucedeu a Interbrasil nos Correios. Foi isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Eu sucedi não...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, o contrato era da Interbrasil, o senhor mesmo disse aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, o contrato era da Interbrasil. Eu solicitei porque não pagaram.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, vamos ver. O contrato era da Interbrasil.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor requereu a falência da Interbrasil...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Por não pagamento. Exato.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E o senhor sucedeu a Interbrasil nos Correios.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu sucedi no contrato. Exato.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – No contrato. O senhor assinou um contrato sem licitação, num primeiro momento.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, foi tomada de preço, que participou eu, a Varig Log, com certeza. Não sei se outras empresas, mas essas duas tenho certeza de que participaram.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não houve licitação pública, ampla.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Houve uma carta-convite, e isso pode ser verificado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Carta-convite é para valores pequenos.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu sei, mas foi um *fax* que recebi para apresentar proposta. Nós elaboramos a proposta, apresentamos...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não foi uma licitação ampla pelos valores?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pelos valores desses contratos, teríamos que ter, de acordo com a legislação vigente no País, uma concorrência pública, uma licitação ampla, não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Tem que ver com os Correios. Eu fui consultado...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, está caracterizado que o senhor requereu a falência da Interbrasil e sucedeu a Interbrasil numa relação contratual que não foi antecedida de uma licitação. Considero esse fato grave. Não me parece ser um fato corriqueiro dessa relação com os Correios. É algo que...

Sr. Relator, não sei se o senhor pôde apreciar, mas gostaria que ficasse registrado aqui que a empresa Skymaster sucedeu uma empresa que, anteriormente, operava essas linhas A e C chamada Interbrasil. A Skymaster solicitou a falência da Interbrasil...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E da Transbrasil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A Interbrasil, que era a empresa que tinha contrato com os Correios; se a Transbrasil operava por ela, não importa. O importante é que era a Interbrasil. A Skymaster requereu a falência da Interbrasil, e a Skymaster sucedeu a Interbrasil no contrato com os Correios sem qualquer tipo de licitação.

Quero que se registre isso porque esse fato não é usual. Há uma clara ilegalidade nesse fato que ocorreu no ano de 2001, em junho de 2001, portanto, no Governo passado.

O senhor aqui afirmou de maneira muito peremptória, muito dura até, que o senhor foi prejudicado no processo, já no atual Governo, em 2003, de negociação, porque, segundo sua afirmação, o grupo de trabalho não lhe permitiu negociar com os Correios. O senhor teria...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...reclamado inclusive ao Presidente Aírton Dipp por essa condição. No entanto, consta de ata de reunião com o senhor nos Correios que o senhor operava com um valor de R\$430 mil por operação. Era o contrato que o senhor tinha no início de 2003, contrato que foi celebrado em

dezembro de 2001 – aí sim, numa licitação. O senhor operou em junho sem licitação. Depois, em dezembro de 2001, assinou um contrato. Em dezembro de 2002, houve um aditivo a esse contrato, que dava o valor de R\$430 mil por operação. O senhor recebeu uma proposta dos Correios de R\$345 mil, que correspondia a menos 17,86%. Isso consta de ata de reunião do senhor com os Correios, e o senhor rejeitou essa proposta...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não consta, não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...de redução do seu contrato.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não consta, a ata está aqui, o senhor pode verificar que não consta.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Houve a proposta do grupo de trabalho?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca houve uma proposta do grupo de trabalho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vamos ter que averiguar isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tenho informações seguras de que houve uma proposta de R\$345 mil, que corresponde a uma redução de 17%, como foi feito para as demais empresas que operavam nos Correios, e que foi rejeitada pela Skymaster. Vamos ter que apurar...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não é verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...precisamente esse tipo de coisa. Bom, posteriormente, então, o senhor continuou operando, houve o pregão, o senhor fez uma primeira proposta de R\$214 mil, uma primeira proposta de R\$300 mil; depois, finalmente, acabou celebrando um contrato com R\$214 mil numa licitação da qual participaram diversas empresas, num pregão presencial. Por meio dos reequilíbrios, seu contrato passou dos R\$214 mil para R\$244 mil. O que me parece curioso é que, tendo havido essa licitação no final de 2003, e o senhor, então, durante 2004, pagando para trabalhar...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...para os Correios, pagando para trabalhar – pela sua expressão –, no final desse ano, houve um novo pregão, não é isso, no final de 2004?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Houve sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Desse pregão não participou nenhuma outra empresa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Participou. Eu acho que participou a Beta e uma outra empresa, não me lembro bem...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quais foram as empresas que participaram do pregão no final do ano de 2004?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu acho que participaram a Beta e ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, para concluir.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Só para encerrar mesmo, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu não tenho certeza, Deputado, mas acho que participaram mais duas empresas, mas eu realmente não estou certo disso, mas participaram, sim. A empresa...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu acho curioso que tenha havido esse grau de competição no final de 2003, que resultou num preço de R\$214 mil, e que, no final de 2004, um ano depois, ou não participou nenhuma outra empresa, o que permitiu que o seu contrato voltasse a R\$445 mil – o valor original era R\$430 mil, em 2003 –, ou não houve licitação, ou as outras empresas jogaram a toalha, não ofereceram preços competitivos aos do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, conclua, por favor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Está ficando muito curioso o tempo do Bittar, muito a mais, o que vou reivindicar para mim também.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a, sempre vigilante com relação ao tempo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Por que são com relação a mim também.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para ser rápido, peço desculpas à Senadora Heloisa Helena. Peço apenas que o senhor informe isso, e vamos encerrar.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Todos os processos foram de licitações. Eu, no final, de 2003...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor não lembra da última licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A última licitação de que participei não foi essa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa do final de 2004.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ah, a do final de 2004? Bom, no final de 2004, é porque não concordei com a renovação do contrato porque eu estava levando prejuízo. Houve um processo licitatório normal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quantas empresas participaram?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Creio que três. Realmente, não tenho certeza. Tenho de consultar a documentação. Só isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para uma questão bem rápida. V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Relator Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Depoente, em que juízo tramitou o seu pedido de falência da Interbrasil?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, desculpe-me, não tenho essa informação, mas prestarei por escrito, com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem os seus advogados sabem?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, porque foi impetrado por Manaus, por outro escritório de advocacia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nem a cidade?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A cidade em que se impetrou foi Manaus, mas não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A falência da Interbrasil foi solicitada em Manaus?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, não é minha área. Realmente, não sei dizer. Vou apurar e, com certeza, informarei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só uma última questão. Essa linha a Skymaster adquiriu por meio de transação em juízo ou diretamente nos Correios, essa sucessão da Interbrasil?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Houve uma tomada de preços ou uma carta-convite, porque foi através de um fax, para apresentar preço. E apresentaram o preço eu e a Varig Log.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Após a falência da Interbrasil?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Após a falência, não. Isso dentro do processo normal. Eles não pagaram, e eu parei de voar. Então, os Correios precisaram licitar essa linha porque não tinha quem a fizesse. Licitou, participei eu e a Varig Log. Depois disso, perdi essa linha para a Varig Log, porque foi cancelado o contrato, conforme meu relato de cancelamento de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, por 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, ilustre depoente, fiquei muito em dú-

vida em relação ao depoimento de V. S^a. Se entendi bem, V. S^a disse que apresentou uma proposta em uma licitação que, visivelmente, tinha um valor inexequível, com o objetivo de evitar que um terceiro fosse contratado. É isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A colocação não seria bem essa, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, por favor, precise a colocação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – A orientação jurídica... Eu estava sendo perseguido dentro do processo de negociação, porque eles falaram eu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Isso já entendi. Agora, qual é o propósito pelo qual o senhor apresentou a proposta não exequível?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sob orientação jurídica, para não deixar que uma terceira interessada estivesse entre mim e os Correios, porque tínhamos certeza, segundo a orientação da nossa assessoria jurídica...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O terceiro é uma outra empresa ganhar a licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu diria ao senhor que a minha dúvida é que, sob orientação jurídica, o senhor cometeu um crime, o que não o isenta. A única dúvida que tenho, Relator Serraglio, é qual é o crime, porque há dois na Lei de Licitações. Estou em dúvida se é do art. 93, que, aliás, é o mencionado pelo próprio Jurídico dos Correios no recurso a V. S^a, ou o do art. 90.

O art. 90 reza que “frustrar ou fraudar mediante ajuste e combinação ou qualquer outro expediente o caráter competitivo”. Se o senhor joga uma proposta lá em baixo, o senhor está fraudando visivelmente a competição. Detenção de dois a quatro anos. Agora, pode ser que se tente descaracterizar, e aí o senhor terá uma pena mais leve. “Art. 93: ...impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato ou procedimento licitatório”... Porque quem apresenta proposta sabidamente abaixo do preço só vai fraudar a licitação, evidentemente, para impedir que outro ganhe. Aqui a pena é um pouquinho menor, de seis meses a dois anos. Essa é apenas a dúvida, o enquadramento criminal.

Porém, acho que o seu advogado terá uma grande defesa para V. S^a. A grande defesa será mostrar que esses crimes não ocorreram porque o senhor não apresentou uma proposta de valor inexequível. Claro que o senhor estará incurso, então, em outro crime, mas talvez não nesses. Por que V. S^a não estaria incurso nesse crime? Porque a proposta que apresentou não

era inexequível. É que a anterior, os contratos anteriores que o senhor tinha estavam superfaturados.

Veja. Tenho em mão auditoria feita pela Corregedoria-Geral da União. O senhor começou a prestar serviços aos Correios no ano 2000, como disse bem, mas teve elevações contratuais, fruto do reequilíbrio econômico-financeiro, em junho de 2001, em dezembro de 2001 e em dezembro de 2002. Deixa claro essa auditoria que não havia embasamento técnico nenhum para essa situação, e aponta a auditoria da Corregedoria-Geral da União que o senhor recebeu de sobrepreço – atenção, Srs. Deputados, Srs. Senadores – R\$37.445.760,00. Não sou eu que estou dizendo. Está aqui a auditoria: R\$37.445.760,00. E essa auditoria da CGU propõe que isso seja abatido nos seus contratos futuros, a receber. Minha pergunta é: quais foram os diretores que decidiram lhe dar esses reajustes em junho de 2001, em dezembro de 2001 e em dezembro de 2002?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, não teve nenhum diretor que resolveu me dar nada...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem deu o equilíbrio econômico-financeiro, quem decidiu?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Isso foi pedido. Eu não sei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas alguém... O senhor pediu e alguém deferiu o pedido. Quem foram as autoridades?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu não sei quais foram as autoridades.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não sabe?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, nós vamos verificar: ao final, farei os requerimentos, Sr. Presidente.

Prossigo. Consta da planilha de abril de 2002, relativa ao contrato que o senhor fez, além da discriminação das receitas, dos gastos e divisão de lucros, um registro contábil que, sinceramente, não entendi. O registro contábil é “Acerto ECT: 2,5% do faturamento líquido dos Correios”. O que é acerto? Pergunto, porque conheço acerto como sinônimo de propina, jabá e outros. Acerto, em fatura, sinceramente, não conheço. O que significa esse acerto de R\$123 mil constantes da planilha de abril de 2002 do serviço prestado por V. S^a?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei. Essa planilha não é minha. Nunca vi essa planilha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É o seguinte: essa planilha foi apreendida ou estava, segundo a revista **Época** – o senhor já leu essa

matéria, então sabe –, no escritório daquele a quem o senhor sublocava, da Beta, que era o seu parceiro, depois deixou de ser, mas com quem o senhor nunca brigou. Estava lá a discriminação desse serviço, a revista **Época** fala. E fala dessa planilha em que consta a expressão “Acerto ECT: R\$123 mil”. O senhor conhece a rubrica orçamentária ou, perdão, de gastos? Eu nunca vi, nem no mundo público nem no privado, a não ser em conversas, porque é a primeira vez que eu vejo contabilidade de acerto.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu nunca vi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nunca viu?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nunca vi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A revista **Época** também registra que o Sr. Antônio Augusto, da Beta, adquiriu nas Lojas Americanas – ele era seu parceiro na época; o senhor sublocava; tinha aquele contrato fantástico de licitação, aquela parceria prévia – dois aquecedores a óleo e presenteou o então diretor de operações, que o senhor não lembra o nome, o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena. Isso é verdade?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não era parceiro, amigo...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, nunca fui parceiro de ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não sublocava o seu avião, não era o mesmo contrato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Inclusive, a revista **Época** fala de Promodal. E a subcontratação que tivemos foi com a Beta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É Beta.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, pelo que li, é Promodal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, eu li aqui: é Beta. Está na minha mão a matéria.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu realmente li Promodal, desculpe.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor não era sócio, na época, do Sr. Antônio Augusto?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele não sublocava o seu avião?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu nunca fui sócio do Sr. Antônio Augusto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não é com ele que o senhor assinou aquele contrato

– aquele acordo pré-nupcial, se me permite a brincadeira – antes da licitação? Não foi com ele?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não foi com ele. Foi com a empresa Beta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Dele? Que pertencia a ele?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, a empresa Beta, pelo que fiquei sabendo, na hora em que vi o contrato social dela, pertencia ao Sr. Johannes. Precisa até verificar se, na época, pertencia a ele. Eu não sabia se pertencia a ele ou não, mas, para mim, pertencia ao Sr. Johannes, como eu vi...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Antônio Augusto não era da Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O Sr. Antônio Augusto era, na época, um dos maiores empresários de transporte de carga no País.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não era da Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu queria chegar lá. A informação era que ele tinha participação na Beta, que era o braço aéreo dele; tinha participação na Tecnocargo, que era o braço terrestre dele; tinha participação na Planave, que era o braço fluvial dele e tinha participação... Eu teria que ver a outra empresa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas eu perguntei da Beta. O resto da vida...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Ele era o maior transportador de carga.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele não tinha participação na Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – E na Promodal Logística, não era na Promodal Transportes Aéreos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas e na Beta? Ele não tinha nada a ver com a Beta?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pelo que consta do contrato social que eu pude ver, não, mas, na época, ele assinava pela Beta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, então, ele tinha a ver com a Beta!

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, tinha a ver com a Beta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O seu parceiro, aquele do contrato pré-nupcial de licitação – que nunca vi na vida também, mesma coisa – ele assinava o contrato, era da Beta, e foi apreendida essa fatura no escritório – apreendida, não –, foi localizada essa fatura no escritório dele relativa ao “acerto” de R\$123 mil. Posteriormente, ele adquiriu um aquecedor, deu de presente para o Sr. Carlos Augusto... Há

até uma contradição na revista: o Sr. Carlos Augusto disse que devolveu. Ele disse: “Não. Não devolveu, ele me pagou”. Quer dizer, uma coisa confusa.

O senhor não sabia dessa história?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não leu na *Época*?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu li, mas não sabia dessa história. Tive conhecimento na *Época*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Está certo. Literalmente, não na *Época*?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Na revista *Época*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Claro.

Agora, veja que curioso: aqueles que perseguiam o senhor foram exatamente aqueles que... Foi quando o senhor participou daquela licitação em que perdeu R\$20 milhões. Bom, se o senhor tinha superfaturado R\$37 milhões, tinha até uma gordura de R\$17 milhões para sobreviver esse tempo todo. Posteriormente a isso – por isonomia, sou obrigado a dizer –, essa auditoria da Corregedoria-Geral da União localiza também outros problemas em seu contrato, mas não só no seu contrato, sejamos isonômicos: nos Correios, nesse período, os aditamentos ultrapassavam valores sem qualquer explicação, e não só para o senhor.

Por exemplo, na mesma época, e aí a partir de 2003, a TAF Companhias Aéreas, segundo a Corregedoria-Geral da União, teve um superfaturamento de R\$10.695.346, também por aditivos injustificados. Mas o senhor, novamente, entra em campo e, segundo a auditoria feita pela Corregedoria-Geral da União – eu a tenho aqui em mãos, pág.20 –, os seus aditamentos deram prejuízo aos cofres públicos de R\$7.148.234. Ou seja, só por essa análise superficial, o senhor tem R\$44 milhões em débito com o povo brasileiro.

Mas prossigo. Do ponto de vista das licitações de que o senhor participou, em outubro de 2004, chamou-me a atenção uma observação que o Ministério Público faz e que foi noticiada no jornal **Folha de S.Paulo** em 28/6/2005. O Ministério Público observou, através também de auditoria feita pela Corregedoria-Geral da União, que o edital de licitação tinha uma regra bastante curiosa. O edital de licitação dizia o seguinte: a empresa que ganha a linha A, que vai de Fortaleza a Porto Alegre, deve necessariamente cotar a linha B, trecho inverso, e para ambas as linhas o avião exigido era o mesmo, com a capacidade para transportar 43 mil, etc, etc, com especificações.

Isso nunca havia ocorrido, segundo diz o Ministério Público, em licitações anteriores. Por que se fez essa exigência que tinha que haver a cotação do mesmo... A empresa que ia cotar essa tinha que cotar a outra? Isso, em licitação, é rigorosamente ilícito, porque poderia haver uma empresa que tivesse aquele avião para uma linha e outra empresa com um belo avião para volta. Por que tinha que cotar a mesma coisa?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não sei. Isso constava do edital. Agora, eu queria...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, veja. Permita-me...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Deixe-me responder. No edital também constava que poderia ser mais de uma aeronave, não precisa ser uma só.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Claro.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – E havia empresas que tinham mais de uma aeronave.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor tem toda razão. Só que, a partir de ofício expedido ao DAC, constatou-se que o avião especificado, que era curiosamente o DC8, só duas empresas tinham, em dois aparelhos: a Skymaster e a Varig Log. E, curiosamente, esse edital, em outros requisitos, excluía a Varig Log. Logo, isso é aquilo que chamamos de edital dirigido, que é feito para alguém ganhar. Resultado: o senhor disputou sozinho. E, com certeza, como ninguém pode disputar sozinho e perder, o senhor ganhou a licitação.

Curiosamente, depois me comente tudo, o senhor também disputou o pregão em 2005, e a Skymaster, outra vez, sozinha.

Pergunto: o senhor não acha que há indícios claros, manifestos, indiscutíveis de que essas licitações foram dirigidas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, qual a necessidade técnica de ser exigido esse avião para ida e para volta, se duas empresas poderiam fazê-lo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, em primeiro lugar, não era só a Skymaster ou a Beta que tinham aeronaves DC8. Também a Absa tinha aeronave DC8.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O DAC informa que, na época da licitação, apenas os senhores e a Varig Log é que poderiam fornecer esse avião.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Então, o senhor consulte o DAC...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em número de dois.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, em número de dois, só eu. A Varig Log não tinha também isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então é pior ainda, porque se exijo que cotem os dois itens, tenho que ter dois aviões, um para ir e outro para voltar... Se só o senhor tinha, são cartas marcadas, porque se eu tenho apenas um avião, eu não posso participar das duas.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, mas o... desculpa, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pois não.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O edital, pelo que eu tenho conhecimento, ele poderia participar com aeronave ou aeronaves. E tinha companhia que tinha aeronaves para poder participar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não. Parece... perdão. A especificação era que o senhor tinha que cotar necessariamente a linha “a” e a linha “b”. Quem tinha que cotar a linha “a” tinha que cotar a linha “b”. Isso exigia um avião, que era o DC8. Obviamente, essa cotação implicava em ter dois DC8 e, fatalmente, inexoravelmente, só uma empresa que tivesse dois poderia entrar, porque não poderia cotar uma linha só, o que é inexplicável. Por que uma empresa teria que cotar só uma linha e não cotar a outra? É inexplicável, logicamente. Tecnicamente é insustentável. Nem o senhor consegue sustentar. Ou se sustenta tecnicamente, ou se prova claramente que o edital foi direcionado. É óbvio que o senhor teria que disputá-lo sozinho. E disputando sozinho, como eu disse, não poderia perder, porque ninguém perde pra si próprio.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Deputado, eu não poderia disputar sozinho. E pelo que eu tenho conhecimento, esse assunto foi submetido ao TCU e o TCU fez julgamento disso em plenário. Isso só teve andamento e assinatura do contrato depois da decisão do TCU.

Então, se existia alguma irregularidade, isso não só passou por todos os trâmites no Correio, como também no TCU.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se me permite, o TCU pode não ter essa informação de que só uma empresa tinha os aviões. Isso não consta em documento. O que não está no processo não está no mundo. Só V. S^a e as empresas que trabalham na área é que poderiam saber desse detalhe. Daí aquele posicionamento que eu fiz no começo.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Aliás, nem sempre os órgãos técnicos acertam. Eu já vi muitas

situações em que há erros. Só que agora o próprio Ministério Público está afirmando que houve uma condução dessa licitação, pelo menos a priori, e, portanto, está investigando, Sr. Presidente.

Em síntese, para concluir, o senhor veja que a Skymaster é um problema, nos Correios, que talvez não comece necessariamente com os contatos com o Sr. Sílvio Pereira. Começaram muito antes. O senhor já, desde 2001, tem problemas, superfaturamentos da ordem de trinta e sete milhões.

É bem verdade que houve um interregno, neste Governo, um período em que parece que o senhor não ganhava todas, em que o senhor efetivamente perdeu. Depois, voltou a ter algumas situações. Portanto, toda a sua trajetória nos Correios tem que ser rigorosamente investigada.

Portanto, Sr. Presidente, eu requeiro, desde já, a quebra do sigilo bancário, telefônico e telemático da Empresa Skymaster, para que nós possamos oportunamente, se possível amanhã mesmo, decidir em relação a isso, como também dos sócios dessa Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, só uma questão, se me permitir. Sr. depoente, por que não se permitiu que Boeing 707 participasse dessa licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, Sr.

Relator, participou. Tanto que parece que ganhou uma linha... uma linha que faz...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não dessa que V. S^a participou, sendo único, porque as especificações eram direcionadas ao DC.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. É...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se o edital permitisse, outras empresas poderiam ter participado, com custo menor, porque o Boeing é de custo menor e é aquela relação de oito pra três mil litros por hora.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, todas as empresas aéreas do País puderam participar desse processo licitatório. Não foi só a Skymaster; não foi só uma, não, foram todas as empresas aéreas do País que participaram. O senhor pode verificar isso em ata.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é o que consta.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, mas o senhor pode verificar isso em ata.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado José Eduardo Cardozo encaminhe, então, por favor. Peço a V. Ex^a que encaminhe os requerimentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Encaminho ao Presidente e pediria a apreciação, inclusive, na reunião administrativa de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet. Depois o Deputado Álvaro Dias. Depois o Deputado Maurício Rands. E na reinscrição a Senadora Heloísa Helena, por três minutos somente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Excelência, muitíssimo obrigada.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, de forma também objetiva, em caráter complementar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Quinze minutos, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Então, se V. Ex^a me permite até contar, dentro dos meus quinze minutos, aquela história que eu lhe contei, do padre, que me ensinou que o ideal é uma intervenção de dez minutos, porque nos primeiros dez minutos fala-se para os fiéis; nos 20, para os bancos, que já estão todos cansados; e nos últimos 30 para o diabo, porque ninguém agüenta mais ouvir e está mandando para o inferno. Então, eu prometo respeitar o seu tempo, mesmo porque é a primeira inscrição hoje, Presidente? É.

Mas primeiro uma observação já de ordem administrativa. Hoje é o primeiro depoimento em que podemos inquirir a testemunha com alguns documentos chegados à CPI. É a primeira vez que nós temos acesso a alguns contratos. É pouco provável imaginar que o contrato seja ilegal. Seria até um erro, uma ingenuidade partir para essa linha de raciocínio. Mas temos um relatório preliminar da CGU que está há 40 dias com 28 auditores, e alguns dados preliminares do Tribunal de Contas, que está com oito auditores, ou seja, não é possível, neste momento, aproveitar com absoluto rigor os depoimentos que estão sendo prestados. É aquela preocupação com relação à necessidade de invertermos este processo. Por isso, Sr. Presidente, insisto para que os documentos sejam todos por meio magnético, que se requeira ao Prodasen assessoria para que se possa estabelecer o cruzamento dos dados que começam a chegar.

Hoje é o primeiro depoimento – insisto – que temos parte pequena, mas uma parte da documentação e, além disso, pedir a assessoria da CPI o relatório diário, também com o resumo dos ofícios, a resposta aos ofícios, para que possamos já também trabalhar melhor com esses dados. E faço a observação também, até para que se garanta o regular procedimento das reuniões, insistindo com relação à lista de inscrição

que novamente sofreu uma alteração no dia de hoje. Mas, de forma objetiva, Sr. Gonçalves...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Uma das coisas mais complexas desta CPI – é inacreditável – é a lista de inscrição. É uma coisa absolutamente difícil. Vamos ver se semana que vem conseguimos colocar nos eixos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está bem. Vamos lá. De forma objetiva, são duas linhas de raciocínio: uma de natureza política e outra de natureza mais técnica, sem me atrever também a aprofundar uma equação matemática com relação aos valores, que seria até um erro nesse primeiro depoimento. Mas quero insistir com o senhor, quando o senhor fala – e aqui invertendo um pouco da lógica do interrogatório que está sendo feito ao senhor hoje, até porque me preocupa muito o desdobramento desta CPI, porque nesse ritmo estamos colocando em dúvida a capacidade do empresário brasileiro, inclusive do transporte aéreo dos Correios, que, historicamente, sempre teve uma marca muito positiva, e nós poderemos provocar uma discussão inclusive sobre a quebra do monopólio e até uma informação, uma posição, uma opinião ao final que eu gostaria até que o senhor manifestasse. É muito sério. Isso, claro, que não justifica e nem vai impedir uma verificação com relação aos procedimentos adotados com as empresas brasileiras. Não é o extremo, não é 8 ou 80. Não é porque é empresa brasileira que vai se admitir tudo, mas também estamos questionando a capacidade de gerenciamento da empresa brasileira, prestando serviço à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Mas insisto nessa linha de investigação que estamos fazendo. A empresa Promodal e a Tecnocargo fazem um financiamento na campanha eleitoral. O senhor afirma que o Brigadeiro Grossi prestou consultoria às empresas questionando os contratos que o senhor tinha, há a denúncia de que havia superfaturamento em contratos anteriores, inclusive apresentado agora pelo Deputado Cardozo. O senhor não contribui para a eleição, inicia o novo Governo, e cortam substancialmente os contratos que o senhor tem com o Governo. Insisto na conversa que o senhor teve com o Ministro Miro Teixeira. Por que não teve desdobramento? Houve alguma orientação do Ministro para que a Presidência dos Correios investigasse? Houve alguma determinação por parte do Ministro ao admitir, inclusive em entrevista, que a denúncia que o senhor levou era muito grave e, portanto, não houve uma mudança ou uma investigação por parte dos Correios? Isso é muito sério, porque, ao final, Relator, possivelmente teremos que reconvocar ou o Presidente João Henrique ou o Presidente Dipp; um dos dois vai cair em contradição,

porque não é possível que, no mesmo Governo, num ano se ter uma posição dura com relação a Skymaster e, após a mudança da Presidência dos Correios, se mudem os contratos com uma seqüência de aditivos que não são normais e usuais dentro do procedimento de licitação. Alguém foi absolutamente incompetente ou foi absolutamente desonesto com relação ao comportamento dessas empresas. Então quero insistir com o senhor: o Ministro Miro Teixeira deu determinação para que houvesse uma medida dos Correios para mudar, para apurar as denúncias que o senhor levou a ele?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu vou repetir aqui o que o Ministro Miro Teixeira me disse. Ele falou que ia chamar o Presidente dos Correios, o Sr. Airton Langardo Dipp, e que ia determinar a ele que cancelasse aquele edital, e que iria determinar também à Corregedoria do Ministério que apurasse o fato, e iria também pedir à Controladoria-Geral da União que o fizesse; essa foi a colocação do Sr. Miro Teixeira quando lá estive com ele.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E não houve nenhum retorno depois, como o senhor disse, com relação a algum procedimento adotado? O senhor foi chamado para alguma dessas instituições?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo. Então, Sr. Presidente, até para começar a justificar um pedido de convocação e reconvocação dos Presidentes, insisto com aquela denúncia, formulada pela revista *Época* de que o senhor teria dado R\$600 mil. O senhor negou. O senhor gravou entrevista com a revista *Época*?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, mas tem testemunhas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quando fala do Sr. Lelington de Souza, presidente do grupo de trabalho, o senhor afirma que ele era ligado ao PT. Ele tinha relação com o senhor Silvio Pereira ou com o Brigadeiro Grossi? Alguma vez o senhor os viu juntos?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu não vi. Eu só vi o Brigadeiro Grossi entrando na sala ao lado, onde estava fazendo reunião com porta aberta para essa sala.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Bom, eu passo, Presidente, até pelo tempo, para registrar até... O senhor pode responder no final, porque nós estamos fazendo uma comparação com a planilha de custo apresentada nos contratos dos correios, com as informações que o senhor prestou hoje.

A consultoria vai ter que fazer, depois, este cruzamento porque pegamos linha por linha e estamos analisando por quilômetro, por carga, por tempo de

vôo, e, principalmente, nas linhas A e C e comparando com outras empresas, porque chama a atenção que, no percentual de ocupação, os mais baixos são os da Skymaster. Na linha... Em uma das linhas, em um dos contratos, é um índice próximo dos 42% de percentual de ocupação e outro próximo de 60%. E esta pergunta eu lhe faço porque é uma diferença muito grande quando se pegam os valores da planilha e se faz um cálculo simples, ou seja, divide por número de hora ou por número de quilômetro ou por carga transportada.

Dou um exemplo. Numa linha de Fortaleza dá hora vôo de quase R\$20 mil, 32.32 por quilômetro. Na linha para Manaus dá 47 por quilômetro, 32.300 por hora e é uma diferença de quilo. Ou seja, não há uma lógica com relação a esses critérios.

O senhor insiste que o contrato é feito por locação, ou seja, independe do avião estar carregado ou vazio, independe da taxa de ocupação. Mas há uma diferença muito grande da Skymaster em relação às demais empresas, de acordo com os contratos que foram enviados pelo correio e pela planilha. Então, eu lhe pergunto: primeiro, qual a razão, depois de quatro meses e meio da Skymaster ter solicitado aquele ajuste de 8.85 para a linha A e de 8.73 para a linha C, com efeitos financeiros retroativos, resultando operação no valor contrato para R\$60 milhões? Esses valores, até pelos contratos, não poderiam ter sido alterados antes de um ano, somente se decorrente de fato imprevisível que afastasse item relevante da planilha de custos. A informação que nos deram é que o argumento usado tenha sido o atentado de 11 de setembro para justificar esta primeira alteração. Não sei se procede, mas houve uma alteração antes do prazo contratual. Depois, a segunda pergunta: decorridos mais sete meses, outro reajuste foi solicitado nos percentuais de 19.17% para a linha A e de 18.80% para a linha C, resultando a alteração do valor do contrato para R\$64 milhões. Qual a razão? Depois, terceira pergunta, o que ocorreu no Pregão nº 105, de 2004, que resultou no contrato de dezembro de 2004 no aumento de quase 100% em relação ao contrato anterior? Ou seja, o dólar diminuiu, a inflação estabilizou, os custos apresentados, e se o contrato era exequível, há de se aceitar os custos apresentados do primeiro contrato, como é que pode, em um período tão curto, uma certa estabilidade, apesar da crítica que se faz ao modelo econômico, um aumento de 108% na comparação dos valores contratados e o aditamento? Quinta pergunta, insistindo, o custo por quilo, quilômetro, tempo de vôo e pallet, em cada trecho das linhas A e C é muito diferente. Por quê? E nós vamos fazer esta... Insisto no cruzamento da planilha com os contratos com os valores que o senhor apresentou porque não seria possível esta avaliação

ainda durante o seu depoimento. Depois, qual o motivo do tempo de voo dessas linhas terem sido alterados ao longo dos anos? Considerando que os trechos não foram alterados. E, como complementar, o senhor afirmou que o gasto de combustível é equivalente há 80% do preço.

Pela planilha, fazendo um cálculo simples do valor contratado pelo valor financeiro do contrato de combustível, o valor máximo que nós chegamos foi a 50% e, nesse período, também, mesmo se tivesse ocorrido – e ocorreu – momento substancial no combustível... Por exemplo: de 20% sobre 80%, não justificaria um aumento superior a 15, 18% no valor final contratado pela empresa. Então, qual a equação matemática que justifica essas diferenças e por que esta variação, considerando que são aviões diferentes, conforme já foi destacada, mas os trechos são exatamente os mesmos?

Por fim, registrar, em cima do que disse o Deputado José Eduardo Cardozo, que, na análise – e aí, claro, vamos investigar isso – dos editais, identifica-se que, no conjunto de critérios, está lá: necessidade de as empresas possuírem aeronaves no País; impossibilidade de aquisição de uma mais moderna e segura pelos prazos previstos – dentro de um conceito que levantamos, se for ser feito, por exemplo, um contrato de *leasing*, o tempo mínimo de entrega de uma aeronave para se cumprir os contratos; a exigência de uma única aeronave transportar toda a carga diária e ser utilizada exclusivamente uma linha; a exigência de a empresa possuir capital social cumulativo para cada linha.

Aqui, lembro o depoimento do Maurício Marinho. Ele insistiu: primeiro, que todos os editais eram elaborados em conjunto com as empresas; segundo, ele citou várias vezes que esse requisito do aumento do valor do capital era utilizado como forma de direcionar a licitação.

Isso é uma linha de investigação, porque são sempre as mesmas empresas, nesse período, apesar dessas brigas, que foram habilitadas para a execução dos contratos.

Outro dado que chama a atenção: os serviços poderiam ser prestados por mais de uma aeronave com capacidade menor, de acordo com a disponibilidade e conveniência da empresa.

Por fim, o importante era que o transporte fosse realizado de acordo com especificações de níveis de serviços adequados: tempo, horário, local e integridade.

Então, se for possível, dentro da memória – não sei se o senhor anotou –, responder tecnicamente a essas questões e fazer essa avaliação. E falo isso até por ter tido a oportunidade de falar no final, porque a

imagem que vai passar – por isso, espero uma posição muito firme e segura do senhor agora – é a de que o senhor é o grande – desculpe-me a expressão, não o estou prejudgando – bandido nessa história.

E chama a atenção que o senhor foi possivelmente prejudicado em um determinado momento, contrato direcionado a empresas que ajudaram financeiramente na campanha; chama a atenção que o senhor procurou justamente as pessoas certas, que estão inclusive sendo investigadas por tráfico de influência neste Governo, numa linha de investigação de captação de recursos para financiamento de partidos políticos e de campanha e, quando muda, dentro do mesmo Governo, o Ministro e o Presidente dos Correios, volta-se a uma situação normal, e o senhor passa a ter um contrato com aumento num prazo muito curto de quase 108%, sendo que o senhor demonstrou ser um contrato exequível, quando aceitou a licitação, e num regime econômico de quase normalidade. Ou seja, não houve grande alteração nos indicadores macroeconômicos que justificassem essa questão.

Então, pergunto tecnicamente, politicamente a sua avaliação com relação a essa mudança e se não estamos colocando em risco também ou até abrindo a possibilidade de questionar o monopólio dos Correios e das empresas brasileiras e a competência de as empresas brasileiras gerenciarem esses serviços, porque, se ao final se constatar que está tudo errado, isso é algo que vamos ter que questionar. Será que não vamos ter que abrir esse mercado, inclusive para empresas multinacionais, para se evitar preços tão elevados?

Os dados da CGU são brutais. O Deputado José Eduardo Cardozo leu uma parte do anexo do Relatório Parcial 2 – são três relatórios. Uma série de questões são apresentadas, como a ocorrência de variações injustificadas das tonelagens, preços contratados em períodos com valores absolutamente justificados, supressão injustificada de linhas e a contratação de consultoria sem amparo contratual.

Sei que abri algumas questões. Posso lhe dar as cinco que fiz por escrito, se for possível o senhor responder, e, ao final, uma avaliação, insistindo: não estamos aqui fazendo prejudgamento. Ao final, isso vai ser feito, mas acho que é uma oportunidade que o senhor tem, sob pena de se estabelecer aqui um maniqueísmo do bem contra o mal e ficar sobre o senhor e a sua empresa toda a carga de responsabilidade dessa investigação.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Deputado, infelizmente o senhor não teve acesso aos quadros que apresentei.

Não é correta a colocação que o senhor fez, que a minhas horas de vôo equivalem a R\$32 mil. Não é. A maior hora de vôo que tive foi de vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e três, que era mais baixa do que a de outras companhias. Isso está no quadro e, naturalmente, como o senhor falou, o senhor vai poder apurar tudo.

Depois que houve a concorrência e as negociações, o meu preço caiu abaixo do de uma aeronave 737. O consumo é 3.650. E declarei aqui, sim, os motivos pelos quais dei o preço baixo na concorrência. Declarei que, infelizmente, os preços foram inexequíveis, que eu tive prejuízo.

Agora, com relação aos reajustes, eu acho que o reajuste do contrato no final de 2002 não tem nada a ver com mudanças de Governo. É porque o prazo contratual inicia em 24 de dezembro de 2002 e o contrato previa o reajuste.

Esse cálculo é uma planilha que não dei.

Se o senhor me permite, já que o senhor entrou em números, o valor inicial desse contrato, por linha, era 184.750 – por linha, por operação. O peso do combustível nessa planilha – tenho aqui e, depois, se o senhor quiser, eu apresento – era 31,81% na linha A e 31,3% na linha C.

O peso do dólar na linha A era 17,87% e na linha C, 17,75%.

A variação do combustível no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2002, quando o contrato foi reajustado, foi de 65,21% e a variação do dólar nesse período foi de 53,81%.

Fazendo os cálculos, o reajuste no final de 2002 deveria, na linha A – utilizando as premissas que estão em contrato –, sair de 184.750 para 240.832,53. O contrato foi reajustado em 214.993,50. Portanto, abaixo do que o próprio contrato previa e abaixo das planilhas existentes. Eu vou deixar essa planilha.

Isso é o que, de fato, ocorreu. Quanto ao processo licitatório que houve em 2003, acho que já delonguei, aqui, os motivos e que, realmente, entramos com preços baixos, por isso essa variação que o senhor alega com muita convicção, que estava num preço, caiu pela metade e, depois, voltou ao preço normal. Durante o preço baixo, inclusive quando mudou a direção dos Correios, eu já disse aqui que o combustível – e houve um fato significativo, sim – disparou. O preço do petróleo disparou e o combustível, em 2000, subiu 20%.

Veja bem, Deputado, na planilha anterior, o peso do combustível era 31%, mas como o preço, naquela concorrência de 2003, foi muito baixo, ele representava, de acordo com a planilha que está nos Correios, 82% – mas naquelas condições, porque nas condições normais do início do contrato representava 31,81%,

e nos preços atuais do contrato representa em torno de 45 a 48%. Então, essas variações de combustível são em função da linha e das propostas que foram apresentadas.

Então, para ficar bem claro: a variação de 80% foi no preço baixo e isso consta da planilha. Consta, inclusive, que estou levando prejuízo – eu declaro o prejuízo na planilha. Então, não podem alegar que eu não declarei esse prejuízo. Está declarado na planilha.

E veja bem: o primeiro que nós pedimos, e nós insistimos, foi dado a partir de 1º de abril. Agora, eu acho estranho que todo mundo só analise o meu contrato. Esse reajuste foi dado para todas as outras empresas e para todas as outras linhas. Estão todas aqui. Estão todas aqui. Foi dado para todas as outras, mas só eu que recebo, só eu que recupero preço, mas todos os outros tiveram reajuste de contrato, baseado, Deputado, nos percentuais de planilhas deles, por isso que deve haver alguma variação. A variação eu não sei qual é, por que os percentuais de planilha deles eu não sei, mas que deve haver alguma variação e reajuste, deve.

E – vejamos bem – eu afirmei um negócio aqui e gostaria que os senhores mandassem constatar: esse primeiro reajuste, que todos os senhores acham estranho, foi analisado pelo grupo de trabalho que existia desde a época do presidente anterior. Não houve nenhuma mudança. Os parâmetros foram os mesmos, as análises foram as mesmas, e o foram para todas as companhias. Não foram para mim.

Em agosto, novamente, não foi reajuste de tarifa, mas reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Também houve para todas as empresas, isso, aqui, está claro. Está aqui, está claro, apresentei nesses quadros. Então, se houve superfaturamento meu, houve superfaturamento de todas as outras empresas.

Eu peço só a gentileza que analisem todos os outros contratos e comparem esses dados meus, para ver quais são os verídicos ou não. V. Ex^{as} vão se surpreender ao verem que eu estou falando a verdade aqui. Mas tem que ser constatado, tem que ser verificado, tem que ser calculado, senão vai ficar uma argumentação de discutir números e detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Sr. Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Quanto à quebra de monopólio, é uma preocupação minha, sim. O senhor pediu que eu emitisse parecer sobre isso. Eu acho que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é a maior empresa de logística não só do País como do mundo. A capilaridade dela vai a todos os lugares. Acho que é uma preocupação nossa. O senhor falou em empresas estrangeiras, eu queria ci-

tar aqui depois – se a Comissão me permitir encaminhar – que, quando eu argüi contra o edital – falaram, aqui, que eu não argüi contra o edital; eu argüi contra o edital – uma das minhas perguntas era exatamente essa. Isso é porque tinha tido representantes de outros governos aqui no País pedindo para que o Brasil fosse considerado céu aberto. E, se céu aberto, todas as empresas estrangeiras poderiam trabalhar aqui, inclusive com cabotagem – cabotagem é o transporte de carga interna –, e, lógico, nenhuma empresa, não sou eu não, nenhuma empresa ia agüentar isso. E sabem qual é a resposta da Comissão? Falaram que sim. Eu não me lembro do Deputado que perguntou sobre os dois quintos da empresa.

A pregoeira me respondeu que empresas estrangeiras poderiam participar dessa licitação; respondeu-me que empresas estrangeiras poderiam, sim, participar dessa licitação. Veja bem, Deputado, a preocupação disto: primeiro, um representante de empresa estrangeira vem aqui e pede céu aberto; depois, dentro de uma concorrência dessa há uma resposta desse nível. É preocupante, sim. Eu acho que tem que se apurar o que é certo e o que é errado. Estou aqui para me responsabilizar se eu tiver alguma culpa. Eu tenho convicção que não a tenho e estou defendendo isso aqui. Agora, acabar com uma instituição igual à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos porque estamos apurando irregularidades e muito preocupante, sim! Nós, muitas vezes, podemos estar olhando apenas no microscópio e deixando de ver em uma amplitude maior. Peço aos senhores que analisem isso e verifiquem se não está havendo algum interesse maior nisso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Álvaro Dias.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, ao iniciar, quero falar também sobre a auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União, que divulgou um relatório preliminar, em que acusa o superfaturamento de R\$37 milhões nos contratos dos Correios com a Skymaster. O relatório da Controladoria afirma também que os reajustes nos preços contratuais causaram um prejuízo de R\$17 milhões à Estatal, no período de 2000 a 2005.

Pergunto a V. S^a: logo que o Ministro Miro Teixeira assumiu o Ministério das Comunicações, ele chamou várias empresas que estavam sendo acusadas de terem seus contratos superfaturados para renegociar esses contratos com base em um estudo feito. E a empresa de V. S^a se negou a renegociar. Por que só a empresa de V. S^a se negou a renegociar os preços?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Deputado, acho que já está comprovado, inclusive com documen-

tação. Eu nunca me neguei a renegociar. Pelo contrário. Lutei por essa renegociação, inclusive com documentos apresentados aqui. Então, não me neguei.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, não se negou a renegociar?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, as informações divulgadas pela imprensa, realmente... Mas, se V. S^a não se negou a renegociar, estava prestando um serviço de transporte pelo qual recebia R\$9,5 milhões por mês – acho que houve o cancelamento ou encerrou o contrato –, e, em outra licitação, V. S^a passou a prestar o mesmo serviço pelo valor de R\$4,7 milhões ao mês. Durante quanto tempo a empresa de V. S^a prestou esse serviço aos Correios pelo valor de R\$4,7 milhões por mês, que representa menos da metade do que V. S^a recebia anteriormente pelo mesmo serviço?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Um ano.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Quando foi feita a nova licitação, a empresa de V. S^a ganhou a licitação pelo valor de R\$4,7 milhões. Por quanto tempo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Um ano.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Um ano?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Um ano.

Houve dois equilíbrios econômico-financeiros do contrato, que não reajustaram, conforme está na mesma planilha, foi o equilíbrio de todas as outras empresas. Mas para que o senhor tenha uma idéia, com os dois equilíbrios, que todas as empresas tiveram, cheguei ao final desse ano – como eu disse aqui, tudo em companhia aérea é por hora de voo e se multiplica pela quantidade de hora para se chegar ao valor de cada operação –, com o valor de 11.711 por hora voada. A Beta chegou com 22.575, a mesma aeronave minha, quer dizer, aeronaves idênticas. Outras companhias que tinham 727/200 chegaram a 16, outras a 20, outras a 17, e chegou ao cúmulo de ter uma aeronave turbo reator – a minha tem quatro reatores – chegar ao preço de uma aeronave que gasta 3.450 litros por hora, com um preço superior ao meu. Então, não tinha como renovar esse contrato; por isso, nós o rescindimos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a prestou, então, durante um ano o mesmo serviço que prestava pelo valor de R\$9,5 milhões por R\$4,7 milhões, e a empresa de V. S^a se manteve de uma maneira razoável durante todo esse ano.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, apresentamos prejuízo no nosso balanço. Tivemos que pegar todas as nossas outras rotas, toda a lucratividade que tivemos – não voamos só para os Correios – e

aplicamos dentro da empresa para que não a levássemos à falência.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sem fazer nenhum juízo de valor sobre V. S^a, a revista **Época** publicou uma matéria extensa em que analisava a situação da prestação de serviço da Skymaster com os Correios e afirmou – vou ler o que a revista publicou para depois indagar a V. S^a:

Documentos obtidos por **Época** mostram que, por muitos anos, Antônio Augusto e Luiz Otávio Gonçalves, da Skymaster, foram sócios em um esquema que manipulava os contratos dos Correios. Conseguiram até a proeza de registrar a fraude em cartório. Em julho de 2000, os dois assinaram um estranho documento; nele combinam que vão simular disputa em concorrência dos Correios, mas que dividirão meio a meio os contratos conquistados.

V. S^a confirma a reportagem que foi publicada na revista **Época** com esse teor?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, não confirmo. Já disse aqui que o termo assinado da Skymaster é um termo de compromisso de sub-rogação para garantir número de aeronaves que desse suporte ao cumprimento do contrato com os Correios. O que houve foi isso.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, V. S^a não foi sócio com Antônio Augusto nem registrou contrato em cartório, segundo a revista **Época** publicou?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, nunca fui sócio do Sr. Antônio Augusto.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Eles dizem que conseguiram até a proeza de registrar a fraude em cartório. V. S^a tomou alguma providência para contestar essa reportagem, alguma medida judicial?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Primeiro é ter certeza que não demos essa entrevista...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Não é entrevista. A revista publica nesse teor. Não estou fazendo juízo de valor algum de V. S^a; estou lendo o que foi publicado na revista.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Os nossos advogados estão analisando isso, Deputado. Precisamos verificar se vale a pena comprar uma briga com a imprensa ou não. Só isso.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Continuando ainda a reportagem:

Outro documento obtido por **Época** mostra como o negócio se concretizava na prática. Em 24 de dezembro de 2001, a Skymaster ganhou as duas principais linhas aéreas dos Correios. No mesmo dia, assinou um contrato entregando metade do serviço à Beta, uma empresa de aviação que pertencia a Antônio Augusto. Eles continuaram a lucrativa parceria até o fim de

2003, mas V. S^a nega que foi sócio e que houve essa parceria?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sim, senhor, nego.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – A revista afirma, ainda, que, enquanto foram formalmente sócios produziam planilhas mensais que descreviam a contabilidade sobre o faturamento e as despesas com as operações contratadas pelos Correios. Foi obtida uma planilha de custos da época, de abril de 2002, para ser mais específico. Na planilha, está escrito “acerto ECT, de R\$123.047,00”, 2,5% sobre o faturamento líquido com os Correios.

V. S^a confirma a existência dessa planilha neste teor, publicada pela revista **Época**?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Já declarei, aqui, Deputado, que nunca vi essa planilha.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Nunca viu essa planilha?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Apenas para encerrar, ainda me referindo ao que foi publicado pela revista, que mostra, por sinal, que V. S^a tinha contratos há bastante tempo com os Correios, desde 2000 e até anteriormente a isso. Mas eles dizem, praticamente encerrando a reportagem que:

Em 21 de agosto de 2002, Luiz Otávio Gonçalves e Antonio Augusto, inusitados rivais e sócios ao mesmo tempo, assinaram um contrato de representação e novos negócios.

O texto diz que Antonio Augusto é contratado para assegurar a continuidade dos serviços da Skymaster nos Correios e buscar novos negócios. “Ele me contratou por causa da minha inteligência, da esperteza e da credibilidade que eu tinha na diretoria dos Correios”, justifica Antonio Augusto.

V. S^a confirma que contactou Antonio Augusto e que, realmente, o contratou devido à esperteza e credibilidade que ele tinha nos Correios, conforme a revista publicou?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não confirmo. Foi assinado um contrato, realmente, em 21 de agosto de 2002, em que consta o objeto do contrato. Consta: “O objeto do presente contrato é a prestação do serviço de representação comercial previsto no item 2.2 e 2.3”.

Então, vamos ler aqui os itens 2.2 e 2.3, para ficar claro:

2.2 – O serviço de representação comercial da Skymaster, objeto do presente contrato, envolve a atividade de acompanhamento perante diversos setores da Empresa de Correios e Telégrafos.

Como o senhor disse, mas respeitando todas as técnicas e se comprometendo a respeitar todas as normas perante todos os órgãos públicos.

E o mais importante: foi omitido o Item 2.3, que o senhor mencionou superficialmente. Vou ler aqui:

2.3. Quaisquer outros negócios que o Sr. Antonio Augusto venha a acrescentar aos atuais negócios da Skymaster por sua única e exclusiva interferência, devidamente oficializados, depois de discutido entre as partes.

Isso se justifica pelo seguinte fato. Já declarei aqui que o Sr. Antonio Augusto era, na época, o maior transportador de cargas do País. Ele, Deputado, não teve contrato só comigo. Se o senhor mandar verificar, ele teve contratos com a Varig Log, com a Tam, com uma porção de outras empresas. Como maior transportador de cargas do País, ele tinha ramificações. O grupo dele, GPT, tinha ramificações na área rodoviária, na área fluvial, na área aérea e na área de logística.

Agora, esse contrato aqui não se executou e não se cumpriu. Não houve nenhum pagamento desse contrato. O senhor pode mandar verificar se nós pagamos alguma coisa por isso. Ele se extinguiu por si só. E, como apresentei na planilha aqui, nem o reajuste devido, que está na nossa planilha – era de 240, e na verdade foi 248 – foi conseguido. Então, não houve nenhum cumprimento desse contrato, e o que está escrito é isso. A revista publica só parte, e só parte fica com uma interpretação difícil realmente.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, V. S^a confirma que foi feito o contrato, mas que não houve pagamento, mesmo o contrato tendo sido assinado e, então, V. S^a teve uma relação, durante certo tempo, de sociedade com Antônio Augusto e depois de rivalidade?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor, como eu li aqui, não era sociedade, era captação de novos negócios e representação.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – É, mas a empresa Beta era dele, também foi contratada e recebia, segundo informou a revista.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Como eu disse aqui, tenho conhecimento de que, do contrato social da Beta, não participava o Sr. Antônio Augusto. Isso aqui foi um contrato da Skymaster com o Sr. Antônio Augusto, não com a Beta nem com a Promodal.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, encerrando a minha participação, eu queria me solidarizar com o Relator, que tem trabalhado muito e que, com razão, demonstra um certo cansaço. V. Ex^a tem o Vice-Presidente, mas o Relator não tem um sub-relator para substituí-lo e, por isso, fica constantemente na mesa perguntando, trabalhando. Além disso, S.

Ex^a tem faz um verdadeiro périplo: sai daqui, vai para Curitiba, depois para o interior do Estado, volta para Curitiba, volta para Brasília e está sempre presente. Minha solidariedade ao Relator pela competência e pelo esforço que tem feito para o bom andamento dos trabalhos da nossa CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Amém. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou arrumar um vice para V. Ex^a também!

Com a palavra, por quinze minutos, o Deputado Maurício Rands. Em seguida, por três minutos, a Senadora Heloísa Helena, por reinscrição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu vou começar estendendo a minha solidariedade a V. Ex^a e a todos os heróis que resistem a esta sessão que já vai madrugada adentro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quantas horas hoje? Acho que umas quinze horas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Gustavo Fruet disse que o orador, depois dos trinta minutos, está falando para o diabo que todo mundo já mandou para o inferno. Mas eu não digo que é depois dos trinta minutos não: nós, que falamos por último, já começamos sendo mandados ao inferno.

Sr. Presidente, antes de ser Deputado, fui advogado durante muito tempo do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios. Pude testemunhar o orgulho que a comunidade ecetista tem dessa grande empresa. Quero expressar uma concordância, em meio a muitas discordâncias, com o Sr. Luiz Otávio Gonçalves no depoimento aqui prestado. A concordância é que não é o fato de esta investigação estar sendo feita que nós podemos aceitar ameaças que têm surgido quanto ao monopólio, quanto à força e à pujança dessa empresa. Ao contrário: investigarmos a fundo, esclarecermos superfaturamento de contratos, isso tudo vai redundar no fortalecimento da empresa e, portanto, não deve colocar em risco o monopólio de uma empresa que é vitoriosa e que tem prestado serviços ao povo brasileiro. Não porque nós amemos o monopólio, ao contrário: monopólio, geralmente, é algo problemático. No presente caso, porém, essa empresa vem tendo êxito, leva cartas para as comunidades mais longínquas, mais carentes. Sr. Presidente, se não fosse a força dessa empresa, será que um morador da periferia de uma grande cidade, com toda a dificuldade de acesso e a pouca economicidade de levar uma carta para a população mais pobre, receberia correspondências?

Estamos aqui há meia hora do dia seguinte àquele em que se iniciou este depoimento porque queremos o fortalecimento dessa empresa. Para isso, precisamos esclarecer todos os desvios que foram cometidos.

Penso, Sr. Luiz Otávio Gonçalves, que a história do contrato da Skymaster é uma história de superfaturamento. Desde 2001, quando ela começou, sem ser por uma concorrência ou por um pregão, mas por uma mera tomada de preços, ela já vem com contratos muito altos. E não só a Skymaster, nisso V. S^a tem razão. Parece-me que o problema é mais amplo e precisa ser corrigido a partir desta CPMI.

Houve uma tentativa de correção que sofreu resistência por parte de sua empresa. Ao longo de 2003, por determinação do Ministro Miro Teixeira, por determinação do Presidente Lula e por determinação do então Presidente Dipp, foram feitas renegociações e muitas empresas aquiesceram com a redução de seus preços, inclusive motivadas, como disse o Deputado Gustavo Fruet, pelo novo ambiente econômico, com redução de inflação, com redução do dólar, com redução do risco-país etc. Houve resistência por parte de sua empresa. Não digo que isoladamente, mas, sobretudo, houve a resistência da Skymaster. E aí vem a licitação do final de 2003; nessa licitação a empresa de V. S^a mergulha o preço: um contrato que estava em R\$9,5 milhões/ano cai para R\$4,7 milhões/ano.

O Deputado José Eduardo Cardozo lembrou que foi cometido um crime, porque, sem dúvida, apresentar, numa licitação, uma proposta sabidamente inexequível, como diz V. Ex^a, é fraude contra a licitação. É também violação a um princípio da contratação, Princípio do Contrato, o princípio da boa-fé. Mas o que precisa ser esclarecido – e aí é a chave para que possamos corrigir os procedimentos e fazer as punições para quem cometer irregularidade – é como, depois de ter mergulhado esse contrato, cometendo essa irregularidade, que é administrativa e também criminal, o contrato da Skymaster vai sofrendo alterações?

Estávamos vendo aqui, o Deputado Gustavo Fruet e eu, por exemplo, no relatório da Controladoria Geral da União, que está lá medindo o reajuste de preço nesse contrato da licitação de dezembro de 2003 – houve, portanto, um contrato executado em 2004, e está lá a variação: o custo da operação começou com R\$213.990,00, e esse preço, ao cabo dos vários termos aditivos, chegou a R\$445 mil, em dezembro de 2004. Ou seja, o preço por quilo de transporte estava em R\$2,62, havendo um aumento, portanto, de 108% sobre o valor original de R\$1,26 por quilo.

Tive o cuidado de verificar o tratamento que foi dado nesses termos aditivos a outras empresas, lembrando que os termos aditivos têm supedâneo legal no art. 65, da Lei nº 866, no inciso II, alínea “d”, que diz que esses aditivos, para efetuarem correções do equilíbrio econômico-financeiro, têm que ter fundamen-

tação. E essa fundamentação tem que ser variação imprevisível dos custos.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos estabeleceu um modelo, uma metodologia, um mecanismo, dividindo os principais custos – combustível e outros custos – para que se pudesse calcular a correção do equilíbrio econômico-financeiro. Ao que me consta, V. S^a e nenhuma outra empresa nunca questionaram essa metodologia da empresa em aplicar o art. 65, inciso II, alínea “d”, do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

E esse modelo, essa metodologia praticada pela Empresa, Sr. Relator, que nunca foi questionada pela empresa de V. S^a ou por outras, fez com que, só para citar nesse contrato executado ao longo de 2004, fossem feitas solicitações por outras empresas que operavam outras linhas que não A e C. Só para exemplificar, na linha SP2, 16,5%. Sabe quanto foi concedido? Nove por cento. E a planilha e a metodologia eram as mesmas. Na linha SP1 foram solicitados 19,99%, 20% de reajuste, e foram concedidos 9%. Nas linhas A e C, da empresa de V. S^a, a Skymaster, foram solicitados 21,83%, só nesse reajuste, e foram concedidos 18,88%. Na linha A, a mesma solicitação: 21,83%; concessão de 19,17%. Quer dizer, o dobro dos outros reajustes.

Como não tenho muito tempo para continuar nos detalhes do quanto é estranho, do quanto foi benéfico para a empresa Skymaster o tratamento ao longo da execução do contrato, corrigindo, portanto, aquele mergulho em fraude à licitação que foi feita ao vencer a proposta, gostaria de saber mais sobre as razões e como se operou. O senhor disse – e nós, da CPMI, sabemos – que todos os contratos, Sr. Gonçalves, acima de R\$650 mil têm deliberação pela diretoria. Pergunto: na execução desses contratos, esses equilíbrios econômico-financeiros que tiveram esse reajuste de 108%, só ao longo de 2004, no contrato em que V. S^a tinha mergulhado, a deliberação foi apenas da Diretoria de Operação ou foi submetida ao colegiado de todos os diretores dos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não tenho idéia, Deputado, eu fiz a solicitação...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor fez a solicitação e não tem nenhuma idéia de quem deliberou, quem deferiu a sua solicitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Não. Essa solicitação...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O seu contrato é com a empresa desde 2001 e não sabe como são feitas as deliberações sobre as correções dos equilíbrios econômico-financeiros dos contratos?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Gostaria de acrescentar que, primeiro, preciso corrigir uma

alegação de V. Ex^a. O meu contrato teve um reajuste maior, porque como o meu contrato estava com o preço muito baixo...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Claro, porque o senhor tinha mergulhado na licitação, tinha feito uma proposta que o senhor disse que era inexecutável e que acarretou prejuízo para a empresa. E que muitos de nós da CPMI achamos, quando o senhor disse “perdeu”, que o senhor deixou de ganhar, porque o senhor estava comparando a um patamar elevado. Mas, concretamente, o senhor mergulhou, para inviabilizar essa licitação, e então eu pergunto: se não fosse a empresa do senhor, porque não estaria inviabilizada essa licitação?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Deputado, gostaria...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não, antes e esta também.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Na planilha que apresentei, que é obrigado e está na mão do Relator, o peso do combustível, devido ao preço ser baixo, foi 82,14%, enquanto em outros contratos de outras empresas eram 40%, 30%, 50%.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Luiz Otávio, isso eu já entendi. O senhor já disse em resposta anterior que esse peso superdimensionado do combustível era na proposta do mergulho. Ou seja, o senhor já confessou que essa proposta, com 82% de custo de combustível, não era real, até porque o conjunto da proposta era uma fraude à licitação. Isso já ficou claro para a Comissão. Era um mergulho, pois o senhor apostava nas suas relações e sei lá em que outras mais interferências, para corrigir e diminuir o que o senhor estava dizendo que era um prejuízo na execução do contrato. Então, o senhor entrou para “melar” a licitação. O senhor confessou esse crime de fraude à licitação e a ilicitude administrativa por violação, no mínimo, ao princípio da boa-fé.

Então, o senhor precisa esclarecer para a CPMI como é que o senhor conseguiu ir corrigindo. O senhor está dizendo que estava muito baixo, por isso teve reajuste maior do que os das demais empresas. Mas o que o senhor está devendo à Comissão, o que interessa à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é esclarecer como foi dado o salto para corrigir esse contrato. O senhor diz “não sei quem deferiu, não sei qual foi a diretoria, não sei qual foi o presidente”. Qual a sua relação com o diretor de operações? Desde 2003 era o Sr. Maurício Madureira, que vai depor aqui ainda. Nós vamos confrontar os dois depoimentos. O senhor teve contato com o Sr. Maurício Madureira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Tive contatos normais, duas ou três vezes este ano e, no ano

passado, duas ou três vezes, para assinatura de contratos ou em alguma reunião. Inclusive, a reunião para assinatura do novo contrato, na presença do novo presidente, o Sr. Madureira estava também. Mas não tenho relação...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, era um contato esporádico. E, na diretoria de operações, o senhor tinha mais contato com alguém?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor contratava com uma diretoria e não tinha contato, era absolutamente impessoal, o senhor nunca ia lá, não tinha nenhum problema. E, nessas propostas que o senhor apresentava para corrigir, o senhor não dialogava com a empresa como um fornecedor de um serviço a ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Em primeiro lugar, quero acrescentar que não disse aqui que eu não sabia como que era. V. Ex^a me perguntou se eu sabia quem tinha decidido. O procedimento era pedir. O primeiro reajuste nosso foi endereçado o pedido ao presidente, que foi encaminhado a um grupo de trabalho, desde a época do presidente Dipp. Esse grupo de trabalho deliberou. Naturalmente, isso parece que depois é subordinado a uma reunião de diretores, e é decidido, mediante parecer da Procuradoria.

O segundo pedido teve o mesmo processamento. Fizemos o pedido, ele foi analisado pelas áreas técnicas, teve o parecer...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Desculpe-me, mas estou preocupado com o tempo que é muito escasso para nós, arguidores.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Gostaria de explicar, senão fica sem a explicação.

Teve o parecer da área jurídica concordando, que apresentei aqui, e houve um reajuste. Gostaria de acrescentar rapidamente que esse reajuste não foi só para mim e o meu não foi o maior. Tem que se comparar os outros reajustes, que apresentei aqui no quadro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E eu apresentei aqui reajuste para outras linhas que foi a metade do solicitado e o seu foi o dobro.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Presidente, eu sou da linha SP1, SP2, que eram linhas da TAM e que tiveram baixos reajustes. Tem que se verificar os outros reajustes das outras linhas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Citei aqui exemplos que foram pinçados pelo relatório da Controladoria. Mas vamos avante, pois há outras questões para serem esclarecidas.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Mas foi pinçado o exemplo menor, não foi nem o médio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O fato concreto, Sr. Gonçalves, é que existia um tratamento na gestão do Sr. Dipp, com quem o senhor entrou em conflito, porque essa empresa do senhor resistiu a uma redução generalizada dos contratos e, na nova gestão, o senhor consegue elevar novamente os seus preços, depois de ter mergulhado e reconhecido, proposto um preço inexequível. Então, essa explicação é que fica sendo devida à Comissão; explicação até para um prejuízo que foi suportado pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos. Só quero lembrar que, no relatório da Controladoria Geral da União, isso não ficou muito claro, na intervenção do Deputado José Eduardo Cardozo, é que aqueles R\$37 milhões foram, aplicando-se, de prejuízo, foram chegados diante da aplicação da metodologia que nunca foi questionada pela sua empresa para os equilíbrios econômico-financeiros que foram dados ao longo de todos esses contratos entre 2000 e 2005. Apenas neste contrato, o do mergulho, executado em 2004, são R\$7,4 milhões. Ou seja, o que foi dado a mais de equilíbrio significou, aplicando essa tabela, essa metodologia, R\$7,4 milhões a mais. E aí quero prosseguir e perguntar ao senhor se tem conhecimento – é uma curiosidade bem rápida antes de entrar nessas questões. Quem é a testemunha a que o senhor se referiu? O senhor falou que tinha uma testemunha que prova que o senhor não ofereceu os R\$600 mil ao Sr. Antônio Dipp. O senhor disse que era uma testemunha, quando estava dando entrevista à revista **Época**. Quem é essa testemunha?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – São várias testemunhas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – São várias. Por favor, nomine-as.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – São várias testemunhas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem são?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – O senhor poderia adequar a pergunta?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero dizer o seguinte: o senhor falou que teve testemunha, na resposta ao Deputado Gustavo Fruet, da entrevista e que o senhor não teria oferecido os R\$600 mil que estão relatados na revista **Época**. Quero saber quem são essas testemunhas.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – São do escritório de advocacia, estavam presentes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nomes, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Escritório de Advocacia do Dr. Aristides Junqueira, que estava

contratado não para me defender na CPml, porque não está aqui, mas...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem era o profissional do escritório do advogado Aristides Junqueira?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Estavam a Dr^a Luciana, Dr. Santoro, Dr. Pedro e o Dr. Aristides entrava e saía, não sei quando ele participou da reunião.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece o Sr. José Maria Monteiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor. Não conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece o Sr. Hassam Gebrim, que já foi Presidente dos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Desculpe, mas eu...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece o Sr. Hassam Gebrim, que já foi Presidente da Empresa Brasileira dos Correios?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não conheço, não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mesmo sabendo que ele foi Presidente em época em que o senhor já tinha contrato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, eu sabia que ele era Presidente, mas eu não o conheço pessoalmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ah, não. Ele tinha sido antes; tinha sido Presidente nos anos 90, e o senhor entrou na empresa em 2001. Isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, em 2000.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em 2000. Ou seja, a sua empresa nunca teve contrato na gestão de Gebrim nem o senhor conhecia o Sr. José Maria Monteiro? (Pausa.)

Pois não, Presidente. (Pausa.)

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É só para constar, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não. Fique à vontade. O que queremos é esclarecer tudo.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Porque o senhor teria dito que a revista disse que ofereci R\$600 mil ao Sr. Dipp.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – E não é isso que está na revista.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, sobre os R\$600 mil.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É. Não ofereci R\$ 600 mil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, sobre os R\$ 600 mil, o senhor disse que não ofereceu e que tinha testemunha. As testemunhas são essas que o senhor nominou.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ok. Pronto. E sobre a ação Gebrim, o senhor não tem nenhum contato?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, esclareça, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – As testemunhas na revista está dito que eu disse que o Sr. Antônio Augusto teria oferecido R\$600 mil ao Presidente Dipp. E isso, eu não disse. Isso quem trouxe a mim foi ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E aí o senhor disse ao Deputado Gustavo Fruet que tinha testemunha que não disse.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É. E nomeei as testemunhas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor nomeou. Pronto. Está entendido. Ok. O senhor denuncia que poderia ter havido esquemas para tirá-lo da Empresa Brasileira dos Correios. Se houve esses esquemas, haveria tráfico de influência. Quem são essas pessoas?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, eu não falei esquema. Eu falei conluio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É. Falou conluio. Eu queria até saber quem são as pessoas do conluio.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não é pessoas. São as empresas que participaram. Eu até nomeei. Por quê? Por causa dos preços. Porque houve uma carta da Varig Log antes de eu começar a discutir, oferecendo 21% a menos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu ouvi quando o senhor falou isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Pois, é. Então, todo esse processo me levou à certeza de que estava havendo um conluio e, quando, na reunião do pregão, li a carta da Varig Log...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor está falando da Varig Log fora da empresa. Quero me reportar a pessoas dentro da empresa. O senhor está identificando que haveria algum jogo dentro da empresa para retirá-lo?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Dentro...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) — O senhor não identifica?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Dentro da empresa...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Só esses fora, que queriam a fatia de mercado?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É. Dentro da empresa, achei que fui prejudicado pelo Presidente do Grupo de Trabalho, que já citei aqui. Praticamente ele, está certo? Ele é que teve uma atividade maior. E o Sr. Dipp não tomou as providências que eu acharia que seria correto tomar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor falou aqui – aí termino, Sr. Presidente – que, quando se sentiu prejudicado pelo Sr. Airton Dipp, procurou o Silvio Pereira, e ele não deu encaminhamento; não teve respostas. A minha pergunta é: o senhor procurou mais alguém, depois que procurou o Silvio Pereira e o advogado Antônio Carlos, o Cacai?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não procurou mais ninguém?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E, como explica que, nesse momento, no primeiro contrato, na gestão do Dipp, o senhor teve a redução e, depois, na execução do contrato, conseguiu tirar do mergulho o contrato com cujo valor tinha ganho o pregão?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu nunca tirei do mergulho, tanto que cheguei ao final do contrato, conforme quadro apresentado aqui; eu nunca tirei do mergulho a minha companhia. Continuei com o prejuízo até o final, e está apresentado no quadro aqui. Então, nunca houve isto de tirar do mergulho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Finalizo, Sr. Presidente.

Quero saber se o senhor tem conhecimento desse contrato na gestão do Sr. Hassan Gebrim – um contrato de 24 de dezembro de 2001. Eu estava pensando que o Gebrim era dos anos 90, mas ele esteve também no início dos anos 2000. Então, em 24 de dezembro de 2001, contrato do Sr. Hassan Gebrim, era Diretor de Operações o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, companhia aérea Skymaster. O senhor estava me dizendo há pouco que não tinha tido relação com o Sr. Hassan Gebrim, não tinha tido contrato na gestão do Sr. Hassan Gebrim. E consta nos documentos da Comissão o contrato da Skymaster – repito –, na gestão do Sr. Hassan Gebrim, assinado pelo Sr. Luiz Otávio Gonçalves. Como o senhor explica isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu disse que não o conhecia pessoalmente. Eu nunca falei que não sabia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor retifica?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não. Não retifico. Eu falei...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor teve. Mas eu tinha entendido que o senhor estava dizendo que não tinha contrato na gestão do Sr. Hassan Gebrim.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor agora retifica, porque estou apresentando documento...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Eu não retifico: esclareço. Inclusive, tem uma planilha aqui, que vou deixar, com todos os meus contratos, em que estão citados todos os presidentes e diretores da época.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o Contrato 11.008. Então, o senhor tinha, sim, contrato na gestão do Sr. Hassan Gebrim. Com ele não tinha nenhum contato, nunca conversou com ele?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Não. Eu disse que não tinha contato pessoal e nunca tive com ele. Já disse que tive com outros presidentes; com ele, nunca tive. Foi isso que falei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nem com o Sr. José Maria Monteiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Nem com o Sr. José Maria Monteiro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Senador Eduardo Suplicy vem falar também?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Hein?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Senador Eduardo Suplicy ainda vem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estamos esperando por S. Ex^a a qualquer momento, para fechar esta nossa reunião.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, vou falar muito, para dar tempo de S. Ex^a chegar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou tentar falar nos meus minutos mesmo, apesar de que eles começam a ser contados agora, porque V. Ex^a estava falando.

É engraçado, se não fosse trágico. É lógico que todos nós estamos cansados, dando demonstração de resistência. Agora, com certeza, mais cansaço e resistência tem os que ainda estão tentando nos assustar até uma hora dessa.

Do mesmo jeito que esta CPMI investiga a água suja que move o moinho da corrupção e do mensalão, sobre essa confusão toda entre V. S^a, a Promodal e outras coisas mais, é o financiamento de campanha que moveu essa licitação. Tem tudo a ver com o financiamento de campanha.

Acho que V. S^a deu dinheiro errado. Se o Deputado do PT disse que V. S^a tinha dado 40 mil ao Senador Arthur Virgílio, S. Ex^a não deve ter ajudado V. S^a a fraudar licitação no Governo Fernando Henrique, porque era uma licitação de nove milhões, então era muito pouco. Agora, o que aconteceu de fato? Se havia trambique no Governo Fernando Henrique, o Governo Lula recuperou o trambique e fez igual. E por quê? Não vou dizer sociedade, porque era um contrato de dividir 50%; vou falar termo de compromisso de subcontratação, para o senhor não dizer que não tinha sociedade com o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, que deu à campanha do Presidente Lula R\$800 mil. Então, ao invés de o Sr. Augusto, da Beta, da Promodal e da Tecnocargo, ao invés de o Sr. Augusto dividir com V. S^a 50% para cada no processo da Empresa de Correios e Telégrafos, ele conseguiu sozinho R\$7.950.316, e V. S^a ficou com R\$6.871.571 reais. Então, não tenho dúvida. Um dia eu descobro o que foi que V. S^a conseguiu dizer para alguém dentro do Governo para promover, porque se tinha superfaturamento no Governo Fernando Henrique, como é que se conseguiu, de novo, superfaturamento no Governo Lula. E aí, porque, se tinha um contrato pré-nupcial – não vou dizer o nome do Deputado que disse, para S. Ex^a não pedir o art. 14 –, se tinha um contrato pré-nupcial, o cônjuge do outro contrato pré-nupcial fez um contrato pré-nupcial eleitoral, traiu. Tinha um contrato pré-nupcial, ele, o Sr. Augusto fez um outro contrato pré-nupcial e eleitoral com o Presidente Lula, dando R\$800 mil para a campanha e aí gerou a traição completa. Basta ver a planilha Nova Malha da RPN, que está aqui mostrando claramente. Quem não tinha nada antes, que dividia num termo de compromisso 50% com V. S^a, passou a ter sozinho. Um dia eu descobro o que foi que o senhor disse lá, dentro dos Correios, que além da revisão das tarifas de um milhão e pouco, conseguiu chegar a um contrato maior do que era na época do Governo Fernando Henrique. Sei que V. S^a não vai responder, mas, mais cedo ou mais tarde, eu descobro.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Posso apenas fazer uma colocação? A senhora disse aqui que eu doe R\$40 mil ao Senador Arthur Virgílio Neto. Eu não disse isso. Disse que doe R\$40 mil ao candidato ao governo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não tem problema, porque foi o Deputado Federal do PT do Rio Grande do Sul quem falou o nome do Senador Arthur Virgílio. E é evidente que se ele colocou qualquer, certamente não sei nem se ele lembra, mas se ele colocou não foi o por fora. A safadeza é o por fora. Então, nem foi o por fora.

Agora, ele não deve ter ajudado em nada V. S^a a conseguir superfaturamento no Governo Fernando Henrique, porque R\$40 mil... O senhor errou no financiamento de campanha. Talvez tenha sido isso. Se o senhor tivesse dado os R\$800 mil que o Sr. Augusto, que aliás virá aqui, também, prestar depoimento. Antônio Augusto Conceição Morato vai ter que prestar depoimento, certamente acareação, vai ter que ter quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, também, porque é essencial. Ou R\$800 mil virou o terceiro maior contribuinte da campanha do Lula e conseguiu que o Lula repetisse o trambique do Fernando Henrique. Basta ver essa planilha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Relator Osmar Serraglio pretende fazer alguma pergunta? (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer a atenção de todos até agora, trabalhando, aos Parlamentares, à Assessoria, à Imprensa. Quero agradecer também ao Sr. Luiz Otávio, a sua assessoria, aos advogados. Desejo um bom-dia a todos. Amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião aos 55min do dia 14/07/05.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 14ª Reunião, realizada em 14/07/2005.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e sete minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senadores Heloísa Helena, Sibá Machado, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, César Borges, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Demóstenes Torres, Leomar Quintani-

lha, Luiz Otávio e Álvaro Dias e dos Deputados Nelson Meurer, Nélcio Dias, Geraldo Thadeu, Henrique Fontana, Maurício Rands, Jamil Murad, Carlos Abicalil, Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, Arnaldo Faria de Sá, Osmar Serraglio, Gustavo Fruet, Antonio Carlos Magalhães Neto, Fernando Diniz e Juíza Denise Frossard, Asdrúbal Bentes, Welinton Fagundes, Alberto Fraga e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão Senador José Agripino Maia e Deputado Rodrigo Maia, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima quarta reunião. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e submete-a à votação (aprovada). Em seguida, a Presidência coloca em votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 168/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da empresa Skymaster Airlines Ltda (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 168A/2005, oral**, de autoria do Relator, em aditamento ao Requerimento nº 168/2005, incluindo as transferências dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos demais sócios da Skymaster Airlines Ltda, não contemplados nos Requerimentos 187 a 189 (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 187/2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Hugo César Gonçalves, desde janeiro de 2003 (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 188/2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Luiz Otávio Gonçalves, desde janeiro de 2003 (aprovado com 26 votos favoráveis); **Requerimento nº 189/2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do senhor João Marcos Pozzetti, desde janeiro de 2003 (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 233/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Cristiano de Mello Paz (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 242/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da senhora Geiza Dias dos Santos e do senhor Alexandre

Vasconcelos Castro (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 245/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, em que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa 2S Participações Ltda, bem como do Senhor Orlando Martins e da senhora Adriana Fantini Martins (aprovado com 23 votos favoráveis); **Requerimento nº 330/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam que se requisitem junto ao Banco do Brasil, Banco Rural e Banco de Minas Gerais os contratos firmados com os partidos políticos – foi votado com destaque de aditamento a “todos os partidos” e não apenas ao PT, como consta no requerimento (aprovado com 24 votos favoráveis); **Requerimento nº 422/2005**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, em que solicita a transferência de sigilo bancário, desde 2003, da conta caixa do Banco Rural, especialmente a de BH, afetadas às contas do senhor Marcos Valério (aprovado com 25 votos favoráveis). A Presidência coloca em votação, em bloco, os seguintes requerimentos, que recebem 22 votos favoráveis e 1 contrário: **Requerimento nº 248/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que solicita a convocação do senhor Cristiano de Mello Paz; **Requerimento nº 256/2005**, de autoria do Senador Aelton Freitas, em que solicita que sejam requisitadas informações acerca da existência ou não de contrato de arrendamento e/ou aluguel e/ou uso direto ou indireto, pela central de Distribuição dos Correios, de galpão localizado no Setor de Garagens, Concessionárias e Veículos – SGCV, Conjunto 1, Lote 1; **Requerimento nº 275/2005**, de autoria do Deputado Maurício Rands, Deputado Carlos Abicalil e Senadora Ideli Salvatti, em que solicitam que sejam requeridos todos os contratos celebrados pelas empresas de propriedade ou controladas por Marcos Valério, nos últimos 5 anos; **Requerimento nº 278/2005**, de autoria do Senador Romeu Tuma, em que solicita diligências externas, no sentido de serem examinados os processos que deram origem a todos os contratos firmados pela EBCT; **Requerimento nº 283/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita que sejam convocados todos os gerentes que chefiam, no período de 1º de janeiro de 2003 até a presente data, a Agência Brasília do Banco Rural; **Requerimento nº 304/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita ao Banco Central que envie cópias de todos os contratos nos quais consta o nome do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, na qualidade de avalista, fiador ou devedor solidário (a relatoria estabelece o período dos últimos 5 anos); **Requerimento nº 305/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação

do senhor Brigadeiro Venâncio Grossi; **Requerimento nº 309/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do Senhor Glênio Guedes; **Requerimento nº 322/2005**, de autoria Senador Romeu Tuma, em que solicita designação de parlamentares membros da Comissão, juntamente com técnicos a serviço desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para procederem diligências externas nos contratos de publicidade; **Requerimento nº 337/2005**, de autoria Deputado Maurício Rands, em que solicita que sejam requisitados os contratos, com respectivos editais e aditamentos, feitos entre a EBCT-VASP, EBCT-MERCEDES-BENZ, de compra e venda de imóveis nos últimos dez anos, de contratação de corretores de imóveis nos últimos dez anos, contratos de postagem feitos com partidos políticos; **Requerimento nº 338/2005**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que solicita cópia da fita de segurança do hall de entrada da sede da EBCT; **Requerimento nº 352/2005**, de autoria Senador César Borges, em que solicita ao administrador do Hotel Blue Tree Towers, Avenida Faria Lima, em SP, que encaminhe os seus registros ou fitas de segurança relativas ao dia 22 de fevereiro de 2004; **Requerimento nº 356/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita ao Banco Central que proceda à imediata auditoria nas agências do Banco Rural de Brasília. O relator inclui pedido de cópia ao Ministério Público Federal do procedimento em que é investigado o Banco Rural de Brasília; **Requerimento nº 372/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam as notas fiscais emitidas pelas empresas do senhor Marcos Valério relativas aos eventos e promoções. Em aditamento, o relator altera o prazo da solicitação para 8 anos; **Requerimento nº 374/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam documentação à Polícia Federal objeto da busca e apreensão no escritório de contabilidade da Prata e Castro Consultores Associados Ltda; **Requerimento nº 384/2005**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, em que solicita ao senhor Edgar Lange cópia dos 16 relatórios que fez e entregou à ABIN. O relator adita que seja solicitado, também, à diretoria da ABIN todos os relatórios, objetos de investigação nos EBCT; **Requerimento nº 385/2005**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, em que solicita a convocação do senhor Glênio Sabbad Guedes; **Requerimento nº 386/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que solicita cópias dos recibos, comprovando os pagamentos em espécie, das empresas ou pessoas físicas (beneficiadas ou fornecedoras) que prestaram serviços para as agências/empresas

do senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 387/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que solicita relação das empresas e/ou pessoas físicas para as quais foram efetuados pagamentos em espécie pelas agências/empresas do senhor Marcos Valério. O relator informa que as solicitações constantes nos Requerimentos 386 e 387 serão feitas por amostragem; **Requerimento nº 390/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita a interpelação do senhor Mauro Marcelo de Lima e Silva; **Requerimento nº 401/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam cópias de todos os contratos e termos aditivos firmados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Construtora Espaço Aberto Ltda. O relator acrescenta também cópias dos contratos entre a EBCT e outras empresas, cujos valores são superiores a R\$200.000,00 (duzentos mil reais); **Requerimento nº 405/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a reconvocação do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza; **Requerimento nº 406/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor Ioannis Amerssonis; **Requerimento nº 407/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor Michel Abud Atie Júnior; **Requerimento nº 409/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor Antônio Augusto Leite Filho; **Requerimento nº 410/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor José Otaviano Pereira; **Requerimento nº 411/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor Marco Antônio da Silva; **Requerimento nº 412/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação do senhor Jafete Abrahão; **Requerimento nº 413/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a convocação da Sra. Telma dos Reis Menezes da Silva; **Requerimento nº 415/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que solicita a identificação da origem dos valores acima de R\$ 20 mil depositados nas contas do senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 420/2005**, de autoria do Deputado Welinton Fagundes, em que solicita o depoimento a esta CPMI de quatro funcionários de carreira da EBCT, de diferentes níveis de instrução e hierarquia, excetuando-se a Diretoria e a Presidência; **Requerimento nº 425/2005**,

de autoria do Deputado Carlos Abicalil, da Senadora Ideli Salvatti e outros, em que solicitam informações à EBCT acerca do procedimento de devolução de camisetas fora das especificações, utilizadas em campanhas políticas, em 2004; **Requerimento nº 426/2005**, de autoria do Deputado Carlos Abicalil, da Senadora Ideli Salvatti e outros, em que solicitam informações à ECT acerca da composição da comissão de licitação responsável pela contratação de publicidade e convênios no ano de 2003; **Requerimento nº 427/2005**, de autoria do Senador Jefferson Péres, em que solicita cópia de inteiro teor dos Processos nº 10680.014698-2004-24 e 10680.010669-2004-93, cujo interessado é a empresa DNA propaganda Ltda; **Requerimento nº 428/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, em que solicitam o envio de cópia das declarações Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 431/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam cópias das fitas do circuito interno de TV relativamente às imagens da recepção do Brasília Shopping; **Requerimento nº 432/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam os registros bancários referentes aos saques efetuados nas contas das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA Propaganda Ltda, na agência do Banco Rural sediada no 9º andar do Edifício Brasília Shopping; **Requerimento nº 438/2005**, de autoria dos Deputados Maurício Rands, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo e Henrique Fontana, em que solicitam seja convocado para depor nesta CPMI o senhor Paulo Roberto Menicucci; **Requerimento nº 439/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, em que requer seja solicitado à Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos cópia de toda a documentação relativa aos contratos firmados entre a Metalúrgica Gadotti Martins e a EBCT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vamos colocar em bloco a votação dos requerimentos apresentados pelo Sr. Relator. (Pausa.)
Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, para os encaminhamentos devidos, o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Peço silêncio, por favor.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, encareço do Plenário, como fiz muitas sinalizações, qualquer equívoco, vou pela ordem sequencial, que eu seja alertado para imediatamente proceder à correção.

Nº 242, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Geisa Dias dos Santos e do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Relator, pela ordem.

Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. À medida que haja consenso, sobretudo quando o Relator proceder à leitura de requerimentos que solicitam transferência de sigilo, já poderíamos proceder à votação, para ele não ter que fazer isso novamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem razão, em relação ao sigilo sim.

Anuncio novamente: 242 para votação nominal.

Solicito a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Srª Geisa Dias dos Santos e do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos lá, tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino; Senador Aelton Freitas; Senador Luiz Otávio; Senador Virlande da Luz; Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

O Senador Roberto Saturnino vota “sim”.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, César Borges vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Senador César Borges vota “sim”.

24 votos SIM.

Concedo a palavra ao Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Requerimento nº 245, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa 2S, bem como do Sr. Orlando Martins e da Srª Adriana Fantini Martins.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, já não está quebrado o dessa empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O da 2S, sim. Estou pedindo dessas pessoas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já está quebrado em outro requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Das pessoas físicas. Pegamos só das jurídicas por enquanto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, tem que quebrar das pessoas físicas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É que são sócios fictícios, laranjas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Qual o número do requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 245.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votação do Requerimento nº 245.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senador Efraim Moraes. (Pausa.)

Ah, perdão, os titulares primeiro.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Luiz Otávio; Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.) Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.) Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Alberto Goldman; Deputado Carlos Sampaio; Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

23 votos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Solicitaria que, no próximo requerimento, V. Ex^a invertesse a votação, começando pela Câmara e não sempre pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É que estamos no Senado, meu caro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas regimentalmente é assim: quando são as duas Casas, inverte-se a votação. Faz diferença, sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – MS)

– O começo é pela Casa do povo. A Casa do povo é a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)

– Anunciou o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– 23 votos “sim”.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)

– Sr. Presidente, o Requerimento nº 330 não é uma quebra total, mas parcial, e, para evitar discussão jurídica, vamos proceder à votação nominal.

Requerimento nº 330, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicita que se requisitem, junto ao Banco do Brasil, Banco Rural e Banco de Minas Gerais, os contratos firmados com o PT. Ao requerimento, por definição do Plenário, esta Relatoria acrescenta que serão relativos a todos os Partidos nos últimos cinco anos. Portanto, será votado o requerimento por meio do qual se requisita junto ao Banco do Brasil, ao Banco Rural e ao Banco de Minas Gerais os contratos firmados com o PT e com todos os Partidos nos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Morais; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp;

Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem: 24 votos “sim”.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, indago do Plenário se, naquela relação a que fizemos referência, constou o Requerimento nº 422 no acordo, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Eu anunciei no rol? (Pausa.)

Anunciei. Então, vamos porque aparentemente já foi atendido, mas, de qualquer modo...

Requerimento nº 422, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que solicita a transferência de sigilo bancário desde 2003 – aí estendemos aos últimos cinco anos – da conta caixa do Banco Rural, especialmente a de Belo Horizonte, afeta às contas do Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 422.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– “Sim”, Senador Luiz Otávio.

Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.) Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.) Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.) Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

25 votos a zero.

Concedo a palavra ao Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, existe um ou outro número que não tenho absoluta convicção de que tenha anunciado, mas, como está aqui no pedido dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni e como consultei o Deputado Henrique Fontana, que também confirmou, só indago antes sobre o nº 233, que se trata da quebra do sigilo de Cristiano de Melo Paes, sócio do Sr. Marcos Valério. Requerimento nº 233, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Cristiano de Melo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o Requerimento nº 233.

Começando pela Câmara, alternadamente.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados Álvaro Dias; Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Pompeo de Mattos. (Pausa.)
Vamos aos Senadores:
Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias. (Pausa.)
Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Roberto Saturnino; Aelton Freitas. (Pausa.)
Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Wirlande da Luz; Maguito Vilela. (Pausa.)
Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)
Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Morais; José Jorge. (Pausa.)
Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Leonel Pavan; Almeida Lima. (Pausa.)
Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa, Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)
Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca, Sérgio Zambiasi. (Pausa.)
Total: 24 votos.
Com a palavra o Relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, agora os requerimentos que independem de votação nominal. Em bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, pela ordem. Sr. Relator, seria importante apenas que V. Ex^a pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É apenas uma sugestão, Sr. Presidente. A Senadora Ideli procedeu a algumas alterações nos termos exatos dos requerimentos como apresentados. Então, quando essas alterações provocarem alguma mudança significativa, eu gostaria que o Relator, por favor, pudesse anunciar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qualquer coisa que não estiver no mapa eu anuncio o aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra, o Relator, Osmar Serraglio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, acabou a votação de quebra?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Acabou de quebra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Se faltou alguma, é só anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Por acordo, Deputado, vamos continuar trabalhando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Está lembrando o Deputado... Tem outro teor o acordo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para a Skymaster havia acordo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Se houver acordo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Tem acordo. Skymaster tem acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento da Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 168, de autoria do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 168.
Em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Skymaster Airlines.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Skymaster e seus sócios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Está faltando... Sr. Relator, não sei se há requerimento em relação ao sócios. Se não houver, nós faríamos na outra reunião ou agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Se não houver, eu estou aditando os nomes dos sócios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Atenção, uma votação para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 168.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não precisa ser para cada um, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands. (Pausa.)
Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes. (Pausa.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Álvaro Dias. (Pausa.)

Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Bom, fechou.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Saturnino Braga; Senador Aelton Freitas; Senador Luiz Otávio; Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezeres. (Pausa.)

Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Total: 24 votos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Falta a outra votação dos sócios.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Colocou o nome dos sócios no requerimento, não foi, Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, não fui chamado. Veja se meu nome está aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio votou “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem que haver outra votação agora por causa dos sócios. Tem que ser uma nova votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Anuncio o nome do primeiro sócio da Skymaster, João Marcos Pozzetti.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é o requerimento?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – É o mesmo requerimento. Estou nominando os sócios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, não. É o Requerimento nº 189, de autoria da Senadora Heloisa Helena. Não é o mesmo requerimento, não. É outro requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Embora o Requerimento nº 168 já falasse os...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não. Requerimento nº 189, da Senadora Heloisa Helena: João Marcos Pozzetti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu

sou atento aqui. Este é um dos sócios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Antes, há outros nomes aqui. Requerimento nº 187.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Também é da Senadora Heloisa Helena: Hugo César Gonçalves.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Hugo César Gonçalves, requerimento de autoria da Senadora Heloisa Helena. Transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Hugo César Gonçalves nos últimos cinco anos. Aqui está 2003. É um dos sócios da Skymaster.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Qual é o número do requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 187.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 187.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PFL – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador Ideli Salvatti;

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezer-
ra. (Pausa.)

Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)
Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Sena-
dor Sibá Machado; Senadora Fátima Cleide; Senadora
Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares;
Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Senador Gerson Camata; Senador Valdir
Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio
Zambiasi. (Pausa.)

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Pre-
sidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim, Sr. Pre-
sidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes;
Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vinte e quatro votos.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 188, da Senadora Heloísa Helena. Solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos Sr. Luiz Otávio Gonçalves nos últimos cinco anos (Adendo da Relatoria: cinco anos).

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 188.

Como vota o Sr. Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet;

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias;

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)
Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa;
Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi
Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp;
Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zam-
biasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem. (Pausa.).

Vinte e seis votos “sim”.

Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 189, da Senadora Heloísa Helena.
Solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e
telefônico do Sr. João Marcos Pozzetti, ao que acres-
centa a Relatoria: nos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 189.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela.
(Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa;
Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi
Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp;
Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zam-
biasi. (Pausa.)

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith; Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

Houve 24 votos “sim”.

Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, desejo esclarecer ao Plenário em relação ao requerimento do Senador César Borges, o Requerimento nº 168. Votamos a quebra do sigilo

da empresa Skymaster e de seus sócios. A Senadora Heloísa Helena, através dos Requerimentos nºs 187, 188 e 189, nominou três dos sócios. E recebi um documento de S. Ex^a o Senador César Borges que contém 4 nomes. O quarto nome é Américo Pronheti. De forma que esta Relatoria insere naqueles sócios fundamentados no Requerimento nº 168 o nome Américo Pronheti. Com o requerimento nº 168, agora, a quebra do sigilo do sócio Américo Pronheti.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 168, com o acréscimo do senhor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Da Skymaster, na nominata dos sócios, colocamos, identificamos Américo Pronheti.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já está votado esse daí.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nº 168a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não precisa proceder novamente, é apenas explicitando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nós votamos a quebra do sigilo da Skymaster. No requerimento do Senador está “da Skymaster e seus sócios”. Portanto, não votamos essa expressão. Nós votamos a Skymaster. Agora, no rol dos seus sócios, estamos identificando Américo Pronheti, que vai a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Requerimento nº 168a, para diferenciar do nº 168.

Vamos aditar, pela Relatoria, nº 168a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 168a. Em votação.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)
Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)
Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)
Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Álvaro Dias, o Deputado?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas tem deputado também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Tem. Pois é, mas aí o nosso Senador queria votar duas vezes.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

Houve 24 votos “sim”.

Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora, os requerimentos em bloco. Requerimento nº 248, do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita a convocação do Sr. Cristiano de Mello Paz, que é o sócio do Sr. Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é o número do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 248.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Este é em bloco?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

É em bloco. Estou anunciando os que são em bloco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Não. Não. Não. Tem requerimento de quebra de sigilo que não tem acordo, e estão querendo votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou esclarecer. Vou nominar aqueles que não mais serão votados de quebra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Não. Não. Não. Tem requerimento de quebra de sigilo em que não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr.

Presidente, é só para, talvez, ajudar na condução dos trabalhos.

Existem alguns requerimentos de quebra de sigilo sobre os quais não há acordo. Portanto, o que eu gostaria de sugerir, como procedimento? Os próximos requerimentos sugeridos pelo Relator, em todos eles há consenso, há acordo, nós podemos votar em bloco, tranquilamente. Mas seria mais interessante que já agora pudéssemos deliberar sobre os requerimentos de quebra de sigilo em que não há acordo, dada a presença dos Srs. Parlamentares...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Para garantia de quorum.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dado o

quorum, já existente neste momento. Portanto, esta a sugestão que faço, Sr. Presidente, pois acredito que facilitaria...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presi-

dente, vamos terminar o acordo. É rápido...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Pre-

sidente, gostaria de terminar de falar. Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Acredi-

to que dessa maneira, Sr. Presidente, teríamos mais êxito no dia de hoje, e poderíamos, quem sabe, até terminar mais rápido, para não ficarmos aqui até a madrugada.

Portanto, principalmente por questão de quorum, seria importante que votássemos, antes desse bloco, as quebras de sigilo em que não há acordo – quem sabe, pode até surgir no momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes, nós vamos – é decisão da Mesa, e já estamos perdendo tempo – votar o acordo. Depois votamos o restante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu tenho uma questão de ordem, então, Sr. Presidente. Uma questão de ordem regimental.

Sr. Presidente, caso seja apresentado um requerimento de preferência para votação de alguns dos requerimentos que constam dessa lista, sobretudo os de quebra de sigilo, V. Ex^a vai ter que submeter ao Plenário. Então, seria melhor que, por racionalidade, já que vamos ter que votar tudo no dia de hoje, V. Ex^a determinasse logo a votação...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presi-

dente, isso é uma forma de fazer preferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Maurício Rands, se V. Ex^a...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos

ver se encaminhamos juntos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já teríamos

votado e já estaríamos votando...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Maurício Rands, é regimental apresentarmos requerimento de preferência. Isso é desnecessário, porque tudo aqui, hoje, vai ser decidido no voto. Naquilo que não houver consenso, vamos para o voto. Cada um vai marcar sua posição. Eu até ponderaria com o Relator que déssemos preferência às quebras de sigilo, já que estamos tratando disso. Estamos tratando de quebra de sigilo. Não é inverter ordem.

Portanto, qual é a minha sugestão e o meu encaminhamento, Sr. Presidente? Nós votaríamos...

Senadora Ideli Salvatti, Deputado Maurício Rands, gostaria que V. Ex^{as} me ouvissem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós o

escutamos, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^{as} precisam me escutar, porque é uma sugestão que estou fazendo.

Sr. Presidente, seria o seguinte: votaríamos agora as quebras de sigilo que não são consensuais, em que não há acordo. Logo depois, passaríamos para os requerimentos de convocação em que há acordo, e, finalmente, encerraríamos com os requerimentos de convocação em que não há acordo. Para seguir uma ordem lógica.

Já que o Relator começou pelas quebras de sigilo em que há acordo, continuemos com as quebras de sigilo em que não há acordo. Depois, requerimentos de convocação, da mesma forma, com acordo e sem acordo. E se resolve no voto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. E a Mesa vai deliberar sobre essa questão de ordem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, gostaria de concordar com o requerimento do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, mas isso representa uma mudança metodológica, porque significaria destrinchar todos os requerimentos que estão sendo aprovados por sugestão do Relator nas suas devidas naturezas. Então, isso significaria inverter.

Nós poderíamos até concordar com uma definição do global, desse da preferência. Então, tem um requerimento de preferência aí... Para não dizerem que temos má vontade com o que está sendo proposto. Não é isso. É que temos uma metodologia racional.

Então, qual é a hipótese que colocamos, que admitimos, por consenso? Seria: esse requerimento global, de preferência, que há, da Bancada de Oposição, nós até aquiesceríamos, porque ouvi, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, preocupação com o quorum. Alguns Deputados e Senadores podem já ter vô inadiável. Portanto, admitiríamos já votar esse requerimento de preferência global, e continuaríamos nos do Relator.

Por outro lado, não me parece o mais racional. O mais racional continua sendo... Porque já estamos no final da votação dos requerimentos do Relator. Em seguida, votaremos, em bloco, o pedido de preferência da Oposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, a proposta do Deputado Maurício Rands é razoável. Podemos votar o requerimento de preferência...

Eu gostaria de concluir...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É o que o Deputado Maurício Rands pro-

pôs. A proposta não foi minha. O Deputado deu uma demonstração de bom senso e inteligência. Votaríamos o requerimento de preferência; logo depois, passaríamos para aqueles em que há acordo, há consenso, que serão votados em bloco, e, finalmente, destrincharíamos cada um desses requerimentos em que não há acordo. Sugestão do Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já não foi essa a proposta, mas a Senadora Ideli Salvatti está inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, depois, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós temos uma última votação a fazer do acordo. É isso? Uma única votação. Rápida. Depois, há um requerimento de preferência, global, de tudo quanto é tipo de requerimento.

Está sendo feita uma outra proposta, que não está inclusive na Mesa. Não há requerimento na Mesa de fazer preferência para votação, antes de todos os outros em que não há acordo, da quebra de sigilo. Então, nem há esse requerimento para ser apreciado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que temos apenas uma questão a fazer. Temos que terminar a votação dos acordos, é uma só. Vota-se; e depois vamos apreciar o requerimento que está na Mesa, que é de preferência. E depois, a partir dessas duas votações, vamos fazer as outras coisas. É essa a lógica. Inclusive é o que está na Mesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – A Mesa encaminhará os requerimentos em bloco, de consenso, e depois vamos votar o requerimento de preferência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para uma reclamação, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O requerimento apresentado é para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Reclamação?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Reclamação, Sr. Presidente. É regimental.

Sr. Presidente, por que estamos chamando a atenção para essa questão? Eu respeito a decisão de V. Ex^a, mas faço questão de deixar registrado aqui que

há, desde o início do dia de hoje, a preocupação, pelo menos dos Parlamentares de Oposição, de deliberar sobre os requerimentos no dia de hoje.

Há uma tendência clara, da Base do Governo, de não deliberar sobre os requerimentos no dia de hoje. A nossa preocupação – e por isso chamamos a atenção para isso, e faço questão de destacar – é, depois de cumprir com o que V. Ex^a decidiu, que os Parlamentares aqui permaneçam para que possamos deliberar sobre os requerimentos que exigirão quorum para ser aprovados. Isso é fundamental, e é por isso que fizemos as colocações que fizemos aqui, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É questão de ordem, não é pela ordem.

Sr. Presidente, se V. Ex^a tem um requerimento sobre a mesa, V. Ex^a tem obrigação de colocar o requerimento em votação. V. Ex^a não pode querer fazer o acordo e suplantar a questão regimental.

Há um requerimento sobre a mesa, de preferência, e V. Ex^a é obrigado a colocar esse requerimento em votação. E vou deixar bem claro por que queremos votar esse requerimento: porque depois que se votar todo o acordo esvazia-se o quorum, e não se vai votar o que queremos votar, que é a quebra de sigilo bancário dos Srs. José Dirceu, José Genoíno, Sílvio Pereira e Delúbio Soares.

Esse é o verdadeiro objetivo. Eles querem votar o acordo, esvaziar o quorum e não deixar votar aquilo que é fundamental.

V. Ex^a tem que votar aquilo que está sobre a mesa, que é o requerimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 412.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Jorge Bittar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem tem preferência sobre a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, com a palavra.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que não se trata de votar ou não requerimentos. O que estamos fazendo aqui é exatamente votar requerimento. Estamos votando os requerimentos consensuais, e nossa posição está em sintonia com a proposição que a Mesa formulou, ou seja, que votemos hoje os requerimentos consensuais, uma vez que já há uma agenda de trabalho definida para as próximas duas semanas, sem prejuízo de que na próxima semana devamos adotar...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não é isso. Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quero esclarecer essa posição. É apenas isso. Quero esclarecer, porque o Deputado Eduardo Paes colocou a posição dele e de outros Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Olha o tempo que estamos discutindo. Teríamos já aprovado os requerimentos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quero apenas dizer quais são nossas razões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É brincadeira!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não nos furtamos a votar qualquer quebra de sigilo, qualquer requerimento de documentos, o que quer que seja. Entendemos que hoje já há requerimentos suficientes para definir os trabalhos até a próxima semana. Essa é a nossa posição. Por conta disso, nós nos propomos a votar, a continuar votando o acordo firmado entre todos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 412, tem preferência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A confusão aqui instalada mostra claramente que não pode mais haver reunião secreta administrativa, infelizmente. Infelizmente, está demonstrado que não pode haver reunião secreta, porque o que foi discutido na reunião administrativa, até para evitar que as confusões na reunião administrativa não atormentem quem acompanha as reuniões, não adianta. Porque o que discutimos na reunião administrativa era que votaríamos as de consenso, mas votaríamos todos os outros que não são de consenso. Aí, já vem um Parlamentar do Governo e diz: “Não, votamos só os de consenso, e os outros que não são de consenso só votamos na próxima semana”. É por isso que é melhor não haver.

Porque depois diz que fez acordo, que não teve acordo, que fez discussão, que não teve discussão.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Há um requerimento de preferência que vai ser votado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, solicito a V. Ex^a o cumprimento do Regimento. Quem quiser votar contra, vota; quem quiser votar favorável, vota. Há requerimento para ser votado. Que vote inversão – derruba ou não. Decidam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, vamos dar continuidade aos trabalhos.

O Relator Osmar Serraglio vai ler os demais requerimentos que vamos votar em bloco, e vamos dar continuidade aos trabalhos.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A questão de ordem que formulo a V. Ex^a, com base no art. 412, Senado Federal, dos Princípios Gerais do Processo Legislativo, diz, em seu inciso III: “impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânime, tomados ou não mediante voto”. Conjugado com o art. 311, em que, de maneira inequívoca, havendo requerimento de preferência, ele tem prevalência, preferência, antecipação sobre qualquer acordo. Regimento do Senado e Regimento Comum.

Peço que se vote o requerimento que está sobre a mesa, porque ele tem precedência regimental, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não estou entendendo a lógica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não estou entendendo a lógica, Sr. Presidente. Havíamos feito um acordo. Votamos todos no acordo. Continuará o acordo. De repente, quebraram o acordo. Temos que votar o requerimento logo. Por que não terminamos de votar o acordo e, em seguida, votamos o Regimento?

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É essa a proposta da Mesa.

Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a Mesa tem que cumprir o Regimento. Há requerimento sobre a mesa. A Mesa tem que votar o requerimento. A Mesa não pode desconsiderar o requerimento.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não pode desconsiderar o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, vou anunciar os números dos requerimentos que serão votados em bloco: Requerimento nº 248, do Deputado Geraldo Thadeu...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Presidente, penso que há um encaminhamento que pode nos conduzir a uma grave situação.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, qual é o problema? Não consigo entender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...Requerimento nº 248, do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita a convocação do Sr. Cristiano de Mello Paz. Requerimento nº 256...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nós vamos aceitar isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

...que solicita que sejam requisitadas informações...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, não dá para quebrar o Regimento.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, V. Ex^a negue a questão de ordem... Pela ordem. Não pode!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, por que a Bancada do Governo não vota contra o requerimento? Pronto!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...que solicita que seja requisitada informação acerca de existência ou não de contratos...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de ressaltar, mais uma vez: requerimentos que fazem parte deste requerimento de preferência já foram votados. Ele fica, inclusive, prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas isso não remete uma coisa a outra, Sr. Presidente. Não, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É o outro, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votamos os Requerimentos nºs 228 e 233. Foram votados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E os demais?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, isso aqui ficaria inclusive prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (PT – MS) – Não, não fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Estamos chamando a atenção para o bom senso. Já poderíamos ter votado inclusive esses requerimentos em bloco e ter entrado nos demais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, aceito essa discussão regimental com V. Ex^a, com todo respeito que lhe devo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito bom, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aceito a discussão regimental com V. Ex^a.

O requerimento que está colocado sobre a mesa tem prevalência, conforme já demonstrei a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A única coisa que as votações anteriores fazem é prejudicar parcialmente o requerimento que está sobre a mesa.

Portanto, V. Ex^a, que tem todo o nosso respeito, toda a nossa admiração, não é maior do que o Regimento da Casa. V. Ex^a, como cada um de nós, está subordinado ao Regimento do Senado, ao Regimento Comum e ao Regimento da Câmara.

Portanto, temos que cumprir o que determina o Regimento, mesmo que V. Ex^a não goste, mesmo que a Bancada do Governo não goste, mesmo que desejássemos que fôssemos diferentes. Mas a única possibilidade, Sr. Presidente, que nós da Minoria temos, o único direito constitucional e regimental garantido é este do Regimento, que determina que o requerimento apontado pela Liderança dos partidos da Minoria tenha direito. Apenas solicitamos e lutamos para ter o direito de vê-lo votado, Sr. Presidente.

É só isso. Não é pedir demais, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para a contradita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para a contradita, Sr. Presidente. Apenas para dizer o seguinte...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, faço um recurso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para a contradita. A palavra está comigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Em primeiro lugar, Sr. Presidente, já avaliamos, até coletivamente, que esse tipo de situação não é benéfica para nenhum dos Srs. Parlamentares, nem para nós do Governo, nem para ninguém da situação. Se conseguirmos restaurar a ordem e nos ouvirmos, é muito melhor para todos nós.

São duas as minhas ponderações, uma de natureza regimental, que deixo para o final, e outra no sentido de tentarmos fazer um acordo.

Havíamos acordado uma série de requerimentos e, depois, evidentemente, haveria uma série de situações em que não há acordo.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ninguém está discutindo isso. Senador Sérgio Guerra, é óbvio que ninguém vai sair daqui, não vai haver perda de **quorum** nenhuma...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá, deixa-me falar. Espere um pouquinho só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Faltam poucos requerimentos. O tempo que estamos perdendo nessa confusão, nesse pandemônio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É inacreditável isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– ...já poderia ter sido feito o acordo, que asseguraria uma agenda mínima. A partir daí, estaríamos livres para fazer a discussão, que é saudável. Vamos ver quem é contra e quem é a favor. Só um dado: na questão regimental levantada pelo Deputado Onyx Lorenzoni, quero ponderar... Por isso acho que é preferível o acordo do que o embate regimental, Deputado Onyx Lorenzoni, sinceramente falando.

O requerimento de preferência é um todo, porque ele é avaliado em bloco, no conjunto de proposições preferenciais. A partir do momento em que certas questões já foram votadas ou decididas, cai o requerimento como um todo. Então, não tem sentido, neste momento, levarmos essa questão regimental. Proposta, Sérgio: vamos seguir a linha, ninguém sai daqui e, depois, abrimos a disputa. Seria muito mais saudável, sem confusão, sem nervosismo e sem gritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, se há esse compromisso

do Governo, acho que podemos chegar a uma conclusão. O Deputado José Eduardo Cardozo fez uma colocação que me parece...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Espera aí, Senadores. O Deputado José Eduardo Cardozo fez uma ponderação que acho que é confiável. Então, qual seria? Votamos agora os que têm acordo, encerramos essa parte, logo depois passamos à votação de um a um daqueles que não têm acordo, com a garantia...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu gostaria de poder concluir...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Essa proposta é a proposta?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu gostaria de poder concluir... Se o Governo aceita a proposta...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Espera aí, Arnaldo.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vocês não deixaram eu concluir. Arnaldo, estou fazendo o encaminhamento. Quero poder concluir. Por favor!

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Arnaldo, você não ouviu!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Depois de aprovados os requerimentos em que há acordo, passaríamos para a votação de um a um dos requerimentos onde não há acordo, com a garantia de que a base do Governo não entrará em obstrução e garantirá presença.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas eu estou fazendo uma proposta à luz do que disse o Deputado José Eduardo Cardozo, para que...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Presidente Dalcídio, o que queremos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Permite-me um aparte, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Presidente Dalcídio, o que queremos, todos nós, é garantir as votações, sem artimanhas,

nem para o Governo e nem para a Oposição. Vamos votar cada um dos requerimentos e cada um mostra a sua cara, coloque a sua digital, mostre se quer ou não convocar as pessoas, se quer ou não solicitar os documentos, se quer ou não quebrar os sigilos! Isso é uma coisa natural, é democrático. O debate tem que acontecer em respeito à sociedade, que aguarda uma posição desta Comissão.

Então, Sr. Presidente, quero propor aqui, com base no que disse o Deputado José Eduardo Cardozo, que concluamos a votação dos requerimentos em que há acordo e, depois, passemos – vamos esquecer o requerimento de preferência...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não vou esquecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Onyx, se você me permitir concluir, depois você pode fazer uma outra proposta até.

Então, se houver o compromisso, passaríamos logo à votação de cada um dos requerimentos que a Oposição quer ver votados e o Governo garantiria o número. Se é para perder ou para ganhar, é outra história. Se o Deputado José Eduardo concordar com isso, está feito o acordo. Se não concordar também, que diga. Porque aí o Governo está dizendo claramente que quer armar, que não quer votar, que quer evitar a deliberação dos requerimentos.

Então, minha proposta é clara, equilibrada, inteligente e faz jogo às claras. Presidente, quero o jogo às claras. É isso que temos que garantir: jogo às claras, sem subterfúgios, sem armação. Se o Governo não quer armar, aceita minha proposta. Quer votar o acordo porque há lógica, vamos votar os acordos. Logo depois, vamos votar onde não há acordo, requerimento por requerimento. Vamos colocar ali nossa impressão digital.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, eu só queria dizer que o Regimento é claro, art. 311: requerimento de preferência tem que ser apreciado pelo Plenário, não é a Mesa que vai decidir. É o Plenário que tem que decidir.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Então, vamos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu queria apenas esclarecer a minha proposta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra!

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Vamos votar o requerimento de preferência.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Para encaminhar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Encaminhamento não, sem encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pessoal, quero fazer um apelo a V. Ex^{as}, a sociedade brasileira está nos acompanhando. Vamos ter moderação! Não encaminhamos, agora vamos votar o requerimento de preferência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Para encaminhar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Todos têm ciência... Vou passar a palavra ao Relator Osmar Serraglio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Regimento permite, Sr. Presidente, que os autores do requerimento possam fazer a sustentação, a sua defesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso é regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, para encaminhar, fui o primeiro a solicitar para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nós até podemos ouvir o Relator primeiro, mas depois....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Relator encaminha o requerimento e depois os autores fazem a defesa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ótimo. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dois minutos. Os autores e os representantes de cada partido, um representante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, os autores do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou voltar a repetir, os autores e um representante de cada partido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para encaminhar qualquer proposição é um por partido. Claro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voltamos à guerra de egos, Presidente. Voltamos à guerra de egos!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Aí você abre mão. O PMDB não fala para não entrar na guerra de egos. O PMDB não fala.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não precisa falar o PMDB, temos escolaridade suficiente para saber o que está discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Relator ...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É, é da base do Governo, vota tudo o que vem de lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento de Preferência dos que conseguiram identificar, Onyx Lorenzoni, ACM Neto, Alvaro Dias, Eduardo Paes e Gustavo Fruet.

Sr. Presidente, nos termos do art. 311 do Senado Federal, do Regimento Interno, suponho, requeiro a V. Ex^a preferência para apreciação dos Requerimentos nºs 36, 64, 89, 90, 101, 123, 160, 179, 188, 190, 192, 196, 211, 228, 233, 236, 238, 242, 245, 254, 275, 281, 283, 286, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 300, 301, 304, 309, 316, 318, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 352, 360, 365, 369, 370, 372, 373, 374, 376, 378, 379, 380, 381, 383, 385, 386, 387, 388, 392, 395, 397, 398, 399, 401, 403, 404, 408, 410, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 422, 425, 426, 427, 430, 431 e 432.

Esse é o requerimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Relator, o senhor antes tinha colocado o 420, o senhor pulou o 420.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para encaminhar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O 420 não está indicado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PB) – Na primeira o senhor tinha incluído.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR)
– Não, este é um requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Para encaminhar, o Deputado Eduardo Paes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, para que fique bem claro o porquê de tanta confusão.

Deputado Arnaldo, gostaria de ter a sua atenção, até para que V. Ex^a me corrija posteriormente, caso cometa algum erro regimental.

Para ficar bem claro para todos aqui, porque é que nós da Oposição estamos insistindo na votação desses requerimentos antes da votação em bloco, Deputado Osmar Serraglio.

Há, desde o início dos trabalhos desta Comissão, uma linha da Oposição no sentido de sempre de tentar construir um consenso naqueles que devam ser os requerimentos a ser aprovados seguindo uma agenda da Comissão.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o que temos visto nas últimas semanas é uma, diria, tentativa de negociar requerimentos em troca de outros requerimentos. Isso não é admissível ou aceitável por qualquer um de nós membros desta Comissão.

Estamos aqui, como bem disse o Deputado ACM Neto, com os olhos da opinião pública, da população nos acompanhando e precisamos, sim, colocar as nossas digitais, e as nossas posições devem ficar muito claras para a população.

Portanto não é admissível o consenso a não ser que esse consenso venha para a construção, para o bem da própria Comissão, para o bem dos trabalhos e para um final em que possamos chegar a conclusões que apontem erros, delitos e culpados.

Não é admissível a tentativa de construção de acordos que não tenham esse foco, Sr. Presidente, e isso se tentou em algum momento. Vem se tentando em alguns momentos dar esse tom aqui e isso não é admissível.

O PSDB exige, quer que todos os requerimentos sejam votados. Não teremos o menor problema na votação, na deliberação de qualquer requerimento. Tentei aqui o tempo todo, até esse momento construir esse consenso para o bem dos trabalhos da Comissão, despartidarizando, fazendo política, sim, mas sem que isso significasse prejuízo aos trabalhos da Comissão.

E quero destacar também que votaremos hoje, nesse requerimento de preferência, a quebra de sigilo bancário dos Srs. Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Dirceu e José Genoíno. Por quê, Sr. Presidente? Porque a autorização encaminhada por esses senhores é mera demonstração de vontade. Sob o ponto de vista formal, Sr. Presidente, trago aqui, para que fique bem claro, antes que esse debate se amplie, até para evitar esse debate no momento da votação desses requerimentos, e que possamos votar em consenso, o art. 1º, § 3º, inc. V da Lei Complementar 105, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, que deixa bem claro que não constitui violação de dever

de sigilo a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados.

O fato, Sr. Presidente, é que, quando eles autorizam, passa a valer, o dispositivo da Lei Complementar 105. O fato é que essa é uma permissão que deve ser encaminhada não a esta CPMI, mas deve ser encaminhada ao Presidente, aliás ao Banco Central.

E nós, dessa forma, só para esclarecer, Deputado Maurício, V. Ex^a terá toda a possibilidade de me contraditar posteriormente, o fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o fato é que da maneira que se coloca o caráter coercitivo, característico das quebras de sigilo, não ficaria muito claro nesse episódio. Vamos dizer que um funcionário do Banco Central resolva omitir alguma informação, vamos dizer que isso aconteça, portanto, Sr. Presidente, teríamos grande dificuldade de fazer valer esse caráter coercitivo da quebra de sigilo.

Porque vamos insistir nessa votação, e já concluo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Olha, se nós não controlarmos o tempo esta reunião vai ficar absolutamente incontrolável. Incontrolável!

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Já concluo, Sr. Presidente. Portanto, em razão desses argumentos, é que queremos, sim, votar a quebra de sigilo a partir da manifestação de boa vontade, aliás acordada e articulada pelo Senador Sibá Machado, que aqui se encontra, queremos formalizar isso, porque é necessário inclusive para a definição do período em que se dá essa quebra de sigilo.

Sr. Presidente, para concluir, quem votar a favor desse requerimento – é que a população às vezes não entende essas questões regimentais – quem votar a favor desse requerimento vai permitir que todos os requerimentos já apresentados nesta Comissão possam ser deliberados, e como disse o Deputado ACM Neto, a digital fique marcada, quem votar contra é porque não quer deliberar sobre os requerimentos que foram já apresentados a esta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, vou controlar agora dois minutos e vou cortar a palavra, para encaminharmos essa votação, que já vai longe.

Deputado Onyx, dois minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse requerimento é daqueles que querem ver investigados, por exemplo, o Banco Rural, daqueles que querem ver investigados a DNA, o que vai obrigar um grupo de parlamentares a sair daqui e ir a Minas Gerais porque o Sr. Marcos Valério estava queimando os documen-

tos da DNA. Da mesma forma queremos investigar o Sr. Alexandre Castro, que tirou uma fortuna do Banco Rural. Queremos investigar o Sr. Marcos Flora, o Sr. Barsotti, as pessoas da Secom, porque ontem ficou claríssimos aqui no depoimento dos dois presidentes da ECT que a Secom, por meio dessas pessoas, atuou de maneira decisiva, direcionando a licitação para que Marcos Valério vencesse a licitação, Presidente. Queremos trazer para a CPMI os documentos originados no Paraná em relação ao Banestado, porque ontem aqui o dono da Skymaster negou peremptoriamente o que a documentação da Polícia Federal comprova, que a empresa dele enviou R\$1 milhão para fora do Brasil, queremos investigar, Sr. Presidente, o que o Dr. Jacinto Lamas foi fazer naquelas inúmeras idas ao Banco Rural, que coincidentemente significam quase R\$2 milhões em retiradas e foi lá na sede do Banco Rural para discutir publicidade. Queremos investigar aquilo ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx, o tempo está encerrado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, em trinta segundos, queremos investigar ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O tempo está encerrado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... aquilo que as pessoas na rua desejam que a CPMI investigue.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O tempo está encerrado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós desejamos, Sr. Presidente, que esses requerimentos, uma vez aprovados, façam com que a vontade popular seja acatada, da investigação e da transparência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Encerrado o tempo.

Senador Alvaro Dias.

Perdão, Deputado ACM Neto, depois Senador Alvaro Dias e Deputado Gustavo Fruet.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Antes do meu encaminhamento queria fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Depois o Senador Sibá Machado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Maurício Rands.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É um por partido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É um por partido.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não é um por partido? Então não pode...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas há dois: Sibá Machado e Maurício Rands. São dois do PT?

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Exato. O PFL aí já...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos combinar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero saber se é um por partido. É isso que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos combinar um por partido.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – O PSDB já falou, o PFL já falou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, os autores estão falando.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Os dois já falaram. O PFL e o PSDB já falaram.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É a vida. O Presidente está certo. São os...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não interessa. É um por partido, senão aí vamos até as duas da madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu queria trazer novamente, vou repetir o que já falei anteriormente. Regimentalmente, os autores falam e depois um por partido. E aí gostaria que cada partido indicasse um parlamentar. Vou dar a palavra aos autores desse requerimento e depois cada partido se inscreve com um nome somente e dois minutos.

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, quero que fique muito claro que a intenção do PFL e das oposições é, democraticamente, discutir cada um dos requerimentos. E, então, Sr. Presidente, de acordo com as posições ideológicas e com o desejo de cada um de investigar ou não, de abafar ou não, de aprofundar na análise dos fatos ou não. Então, cada um coloque a sua impressão digital, cada um marque claramente a sua posição. O que não queremos são artimanhas, o que não queremos são armações, o que não queremos são artifícios utilizados pela base do Governo para que os Deputados e Senadores dos Partidos da base não tenham que passar pelo constrangimento, porque a palavra é essa, o que os Deputados e Senadores do Governo procuram evitar é o constrangimento da cobrança pública. Eles não querem dizer aqui que estão trabalhando para evitar a convocação do Sr. Gushiken, a convocação do Sr. José Genoíno. Eles não querem aqui colocar a sua impressão digital para evitar claramente a acareação entre o Sr. Valério e o Sr. Roberto Jefferson, e tantos outros requerimentos técnicos, não são requerimentos políticos.

Ora, seria muito mais nobre, muito mais decente que cada um tivesse coragem de assumir suas posições. Por que se esconder? Então, quem vota contra essa preferência está se escondendo do cidadão brasileiro. Quem vota contra esta preferência está armando. É a primeira vez que o Governo assume aqui a “operação abafa.” Por isso, Sr. Presidente, temos que aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias por dois minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sendo da Oposição ou do Governo todos nós estamos aqui escrevendo a nossa própria história. Estamos escrevendo o nosso currículo e isso deve nos preocupar. Não creio que a população que nos acompanha aprove esse tipo de debate exacerbado em excesso e sem muita razão de ser, porque, na verdade, nós estamos algum tempo discutindo aqui se a ordem dos fatores altera o produto. Essa foi a discussão que se estabeleceu. A ordem dos fatores, nesse caso, altera o produto final? Imagino que não, porque, de certa forma, houve aqui um compromisso de não esvaziar esta reunião. Se nós exageramos nos discursos, obviamente contribuimos para que se esvazie a reunião. De outro lado, temos de depositar na condução dos trabalhos, na Mesa Diretora, um voto de confiança em relação ao respeito ao Regimento. Cada um de nós não pode querer ser o Presidente da reunião, ou orientar o Presidente na condução dos trabalhos. Nós estamos perdendo muito tempo aqui na discussão de orientação da condução dos trabalhos, e perdemos objetividade. O que quer a população é que se investigue a corrupção onde ela se encontrar. Esse deve ser o nosso objetivo, principalmente agora buscando provas documentais. Daí a necessidade de aprovarmos esses requerimentos que buscam informações, documentos sigilosos ou não, com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Há necessidade de se votar com urgência esses requerimentos para que, quando chegarmos ao depoimento do convocado, possamos ter um questionamento eficiente, competente. Por isso a defesa, Sr. Presidente, que faço da aprovação dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, seja de quem for, já que na seqüência teremos que ouvir depoimentos e a nossa atuação aqui tem sido comprometida exatamente porque não temos os instrumentos necessários para um questionamento mais competente.

Sr. Presidente, o apelo que faço é para que votemos rapidamente esses requerimentos; um apelo à base de sustentação do Governo que aprove esse requerimento de preferência, para que realmente os

objetivos da Comissão, que é investigar corrupção onde ela se encontrar, possam ser alcançados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias, pelo pronunciamento lúcido.

Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet por dois minutos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, de vez em quando a paixão apresenta algo em comum em qualquer debate político e se perde o controle. Não é possível freio de arrumação. Estou vendo que estamos ajustando o vôo e tendo que abastecer a aeronave em pleno vôo. Infelizmente, tomam-se determinados rumos, caminhos e perde-se o controle e se muda o resultado de certos encaminhamentos. Mas essa votação é um divisor de águas. O impacto causado pela instalação da CPMI já foi feito. Estamos agora em uma fase de definir os caminhos. Hoje, a primeira vez que temos votação, um embate político muito claro entre Oposição e Governo, e a possibilidade de deixar claro se queremos ou não aprofundar e ter clareza nos procedimentos. Erros ocorreram; agora é inevitável partimos para a votação.

Chamo a atenção para duas questões. Uma, que pela primeira vez estamos tratando da quebra de sigilo sem votação por esta CPMI. É claro, partimos do pressuposto que houve a decisão unilateral; há o compromisso moral, porém, sempre que se quebra o sigilo bancário por uma CPMI se dá um caráter coercitivo. E com a autorização que foi dada, ela simplesmente permite que haja uma transferência desses dados ao Banco Central, havendo necessidade de uma requisição por parte do Presidente. Portanto, sem o poder coercitivo de uma CPMI e sem se estabelecer o período de quebra dessas informações. Isso, Sr. Presidente, por cautela, pode dar margem a questionamento e a não utilização dos dados. E os demais requerimentos que fazem parte desse pedido de prioridade são para, definitivamente, termos clareza se queremos ou não aprofundar. Não haverá meio termo; haverá uma hora em que teremos que definir se houve ou não a incidência, a existência do tal financiamento a partir das contas, inclusive a dos Correios. E chegamos a um ponto em que teremos de definir. Esse é o primeiro divisor de águas. Pode-se estabelecer uma ruptura, um fato importante, mas chegamos a um ponto em que não é mais possível evitar essa votação. E, de forma muito clara, a Oposição pretender aprofundar, sem receio de se atingir quem quer que seja, mas aprofundar para definitivamente termos acesso aos dados, sob pena de continuarmos reproduzindo depoimentos que estão se tornando extremamente exaustivos, cansativos. E, num clima desses, em um mês, ninguém mais vai

agüentar o encaminhamento que está se dando e a forma de procedimento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Agora, com a palavra um representante de cada partido. Do PMDB, o Deputado Asdrúbal Bentes; do PSDB, Senador Sérgio Guerra; Maurício Rands fala pelo PT. Arnaldo Faria de Sá, pelo PTB; César Borges; P-Sol, PPS e PDT, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-sol – AL) – Economia processual, mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E o PP?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– PL, Welinton; P-Sol, Heloisa Helena.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para fazer uma sugestão. Que o encaminhamento pelos Partidos seja feito obedecendo o critério adotado na Câmara e no Senado: partindo dos Partidos com menor representação até chegar aos de maior representação. É usual na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Certo. A proposta do Deputado Asdrubal Bentes é encaminhar do menor para o maior.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Isso não existe; é por inscrição. Não existe isso. V. Ex^a se inscreveu e se conduz pela inscrição. Fazer polêmica.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Invoco o Regimento da Câmara como subsidiário.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Será que vamos fazer polêmica numa coisa dessas?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Invoco o Regimento da Câmara como subsidiário, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A Mesa vai encaminhar na seqüência que já foi produzida aqui, para que não criemos mais uma polêmica. Aliás, para ser sincero, esta CPMI está me ensinando muitas coisas, viu? Não só isso.

Concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes, pelo PMDB.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Lamento, Sr. Presidente, que os Partidos de Oposição tentem dirigir os trabalhos nesta Casa. Houve um acordo prévio, na reunião que antecedeu esta reunião pública, no sentido de que seriam votados, primeiro, todos os requerimentos de consenso; todos, sem distinção se eram aqueles de voto nominal ou se eram aqueles de voto em globo. Então, foi quebrado este acordo, não pela situação, mas pelos Partidos de Oposição, que buscam nos holofotes que estão voltados para nós agora auferir um lucro eleitoreiro e tentar jogar contra

a opinião pública aqueles que têm coragem de dizer as suas reais posições.

Nós queremos apurar tudo – esta é a decisão do meu Partido, o PMDB – em profundidade, mas com serenidade, jamais sendo teleguiado por quem quer que seja. Estamos aqui, votados que fomos pelos eleitores dos nossos Estados, e a eles, somente a eles devemos satisfação. Quero dizer que o PMDB quer apurar, quer votar o sigilo das pessoas que pretendem agora a preferência. Já está quebrado, por consenso, por consentimento das próprias pessoas. Não vejo por que se criar uma tempestade em copo d'água; aspectos formais apenas. Se precisa encaminhar ao Banco Central, que a CPMI encaminhe. Há apenas aumento de um percurso, somente isso e nada mais.

De maneira que, Sr. Presidente, o PMDB vai votar como sempre, de forma inteligente e independente, não se subordinando a pressões de quem quer que seja. Vota “Não”, até porque precisamos ter a Mesa dirigindo os trabalhos e organizando uma pauta que possa ser exequível. Esse monte de requerimento sendo votado em caráter de preferência em hipótese alguma poderá ser apreciado nas duas últimas semanas deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O PMDB vota “Não”.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra pelo PSDB.

O SR. SÉRIGO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu, das duas uma, ou sou completamente idiota ou estou vendo coisas que não consigo rigorosamente acreditar. O que vamos decidir agora, para que todos entendam é apenas isso: se vamos votar ou não vamos votar requerimentos nos quais não há consenso. Eu sou da opinião que não podemos continuar nesta Comissão votando apenas aqueles requerimentos nos quais há consenso, e um consenso que nos é sugerido muitas vezes por iniciativa do Governo. E que o Governo acata, porque, vamos ser sinceros, quem está sendo investigado aqui é o PT e o Governo e os seus aliados. Então, se é assim, se só vamos votar aqueles requerimentos que o Governo e os seus aliados querem ver votados, o que estamos fazendo aqui? Pelo menos que coloque em votação requerimentos para que o Governo e seus aliados, se for essa a posição deles, votem contra. Que digam: nós votamos contra, nós não desejamos essa fiscalização, não desejamos essa investigação, nós a julgamos impropriedade, as pessoas que estão sendo acusadas não merecem essa investigação. Enfim, assumam o seu papel. Agora, o que não podemos é ficar em uma comissão sem votar requerimentos nos quais não há concordância. Isso eu nunca vi. Já participei de algumas comissões. Tenho muitos anos de mandato parlamentar. Não conheço

esse consenso entre aspas, que, na verdade, tem por finalidade engessar a comissão. Vamos votar aqueles requerimentos nos quais há discordância. Requerimentos que por acaso não tenham o nosso apoio, da Oposição, devem ter o nosso voto contra e o voto a favor dos que o defendem. Requerimentos que têm o apoio do Governo devem ter o seu voto e não devem ter o nosso voto, se for o caso. Agora, ficar protelando isso, levando essa discussão adiante, não dá certo.

Outra coisa: se depender do meu voto, reunião secreta nunca mais, porque ficam alegando aqui acordos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ...cujo conteúdo não é esse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo. (Pausa.)

Aliás, o PSDB vota?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vota “sim”.

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, o que está em jogo aqui... Não tem maniqueísmo. O primeiro ponto a deixar muito claro - quem está nos assistindo pode estar confuso - é que não há maniqueísmo: de um lado, quem quer investigar e, de outro, quem não quer investigar. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Esta CPMI não é como foi falada anteriormente: a CPMI para investigar o PT. Têm uns que querem, mas a CPMI é para investigar todas as denúncias de corrupção nos Correios e fatos correlatos. Todas as pessoas de qualquer Partido ou sem Partidos que estiverem envolvidas vão ser investigadas e estão sendo investigadas.

O Partido dos Trabalhadores tem mostrado desde o começo - e tem praticado - que não tem o que temer, porque foi este Partido - o único, aliás, até agora, mas espero que ele seja seguido por outros Partidos - que apresentou espontaneamente a quebra do sigilo do seu Partido. Foi a Bancada do Partido e os seus aliados que sustentam o Governo do Presidente Lula que aprovaram requerimento de convocação de seus dirigentes. Na próxima semana, por exemplo, serão ouvidos dois ex-dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

O que estava acontecendo era que, por orientação de V. Ex^a, a reunião estava caminhando corretamente, racionalmente. O Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, estava submetendo à votação aqueles requerimentos que foram apresentados por S. Ex^a, sem objeção dos demais membros da comissão. Aliás, com uma pequena objeção: o Deputado Antonio

Carlos Magalhães Neto requereu a retirada de cinco daqueles requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...aprovados pelo Deputado Osmar Serraglio.

Então, estamos aqui, com muita serenidade, Sr. Presidente, votando um requerimento de preferência para requerimentos que já constam na pauta. Não temos nada contra nenhum desses requerimentos. Muitos deles já estão contemplados espontaneamente, como esse da quebra de sigilo mencionada aqui. Por quê? Porque os dirigentes apresentaram o requerimento de quebra de sigilo a V. Ex^a, V. Ex^a já expediu ou vai expedir o ofício para o Banco Central e essa é a posição da CPMI que, constitucionalmente, tem o poder jurisdicional de exigir o comportamento das instituições financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands, concluindo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, para terminar, Sr. Presidente, não adianta querer fazer esse maniqueísmo. Estamos aqui querendo aprovar. No bojo desses requerimentos, que teriam apenas a preferência invertida, já estão aqueles que foram aprovados e alguns que têm de ser examinados, como, por exemplo, a acareação de um depoente com alguém que ainda não depôs. Todos sabem que acareação tem de ser feita depois dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands, concluindo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, queremos investigar um a um.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores vai se pronunciar sobre todos os requerimentos, como tem feito, antecipando-se, para que tudo seja apurado, o que, aliás, não tem sido feito por outras Bancadas que querem que outros investigados nem sequer aqui sejam objetos de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O PT vota?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O PT vota “não” à inversão, porque quer votar todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. Dois minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, quem votar contra esse requerimento não quer votar a quebra de sigilo bancário de José Genoíno, Zé Dirceu, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Dizer que já tem? Se já tem, vamos confirmar a votação. Qual é o problema? Vamos confirmar a votação. Então, vota e acabou. Já resolveu todos os problemas.

Já tem precedente de pessoas que, espontaneamente, abriram o sigilo e depois foi questionada essa condição. Então, vamos votar para garantir.

Não é vergonha nenhuma o que estamos fazendo aqui, não. Vergonha é o cara do PT em São Paulo ser pego com o dinheiro na cueca, dinheiro sujo, com dólar e dinheiro na mala do mula. Isso é que é vergonha. Aqui, esse embate não é vergonha nenhuma, não.

Sabemos o que querem: vão tentar derrotar esse requerimento, porque não querem votar a quebra de sigilo bancário de José Dirceu, José Genoino, Sílvio Pereira e Delúbio Soares.

Na semana passada, o Senador Sibá Machado se desdobrou que nem um doido para trazer o requerimento aqui para não deixar ser votada a quebra de sigilo. Senador Sibá Machado, V. Ex^a se desdobrou, mas não adiantou nada, porque agora o seu Partido não quer votar a quebra de sigilo bancário de José Genoino, Zé Dirceu, Sílvio Pereira e Delúbio Soares.

Nós vamos votar. Vamos aprovar esse requerimento, para ficar claro que temos de ir fundo e mostrar quem é que está metendo a mão no dinheiro do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, não precisaríamos ter perdido todo esse tempo. Já podíamos ter votado desde antes.

Como lembra o Senador Sérgio Guerra, não dá para fazer reunião fechada, porque os acordos da reunião fechada, depois, são descumpridos.

Tenho certeza de que, na hora em que esse requerimento for derrotado, o quorum vai cair.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O PTB vota, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges, pelo PFL.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”, pelo requerimento, pela quebra de sigilo, pela convocação, pela opinião pública brasileira, para que possamos, efetivamente, começar, dentro desta comissão, ter o que o PT gosta de utilizar como honestidade intelectual.

Por quê, Sr. Presidente? O que assistimos aqui, no início dos trabalhos de hoje?

Inclusive, quero fazer a constatação de que elas não podem, de forma nenhuma, serem fechadas. Eles devem ser públicos, para que acordos não se façam aqui e não saiba a opinião pública brasileira o que se acordou. Então, acho que é uma posição que deve ser adotada por todos os Partidos. Pelo menos tenho

certeza de que o PFL não vai aceitar mais nenhuma posição de reunião fechada.

Sr. Presidente, assistimos desde o início. Aqui chegou não só V. Ex^a, mas principalmente o Partido de V. Ex^a, expressado por opiniões da Senadora Ideli Salvatti, querendo levar para a próxima quinta-feira a votação de requerimentos. Esta foi a posição do Partido dos Trabalhadores: não quer votar hoje requerimentos de quebra de sigilo nem de convocação para acareações que precisamos fazer nesta comissão.

Então, a nossa posição é a de que precisamos votar o requerimento. Ele é um instrumento do Parlamento, é a possibilidade que temos de avançar nos trabalhos desta comissão, que estão efetivamente lentos.

Então, o PT, desde que o início desses trabalhos foi dado aqui, procurou procrastinar, levar para adiante, não votar requerimentos. Infelizmente, ele contou, em determinado momento, até com o beneplácito da Mesa, que dizia: “Não estou sobrestando requerimentos, mas vamos adiar a sua votação para quando houver um consenso.” O consenso é interessante, mas não pode ser a única fórmula que vamos adotar aqui. A fórmula democrática é o voto. Cada um se desnude diante à Nação e diga se quer ou se não quer a apuração.

Por isso, Sr. Presidente, para não passar do tempo, o PFL encaminha a votação a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena. Dois minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se eu soubesse, eu tinha deixado, então, a Deputada Juíza Denise Frossard usar os dois minutos também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas são dois minutos, minha querida Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, tudo bem, tudo bem, Sr. Presidente.

A posição do PDT, do PPS e do P-SOL é muito clara, primeiro, porque não temos nenhum problema psicológico, ideológico e vigarista em relação às disputas do Governo Fernando Henrique e do Governo Lula. Não temos nenhum problema em relação a isso. Então, se quiserem investigar o Governo Fernando Henrique, estamos aceitando; se quiserem investigar o Governo Lula, a nossa obrigação é exatamente a mesma.

Nós reafirmamos que não aceitaremos mais reuniões secretas, porque elas se tornam o retrato da mentira, do cinismo, da dissimulação. Muitas pessoas aqui falam “a racionalidade, a lógica”, é tudo mentira. Na hora em que significa pegar a investigação nos seus respectivos Partidos, a gritaria começa do mesmo jeito.

Para o Senador Jefferson Péres é essencial que hoje seja votado o requerimento dele que trata da aca-reação entre o Deputado Roberto Jefferson, o Deputado José Dirceu e Marcos Valério, Delúbio Soares e a secretária.

Para a Deputada Juíza Denise Frossard é essen-cial que sejam votados os requerimentos que solicitam a vinda dos Presidentes dos Partidos, porque existe hoje uma guerra de gangues partidárias instalada no Governo Lula. Portanto, S. Ex^a defende que venha o Presidente do PT, do PTB já veio, e do PMDB, os que comandaram a partilha da máquina pública, criando-se depois essa guerra de gangues partidárias, que, por sua vez, fraudaram licitações e geraram a água suja que move o moinho da corrupção e o moinho do mensalão. Além dos requerimentos para que possa vir aqui o Sr. Augusto Morato Leite Filho. Ontem ficou muito claro que as empresas do Sr. Augusto Morato Leite Filho deram R\$800 mil para a campanha do Pre-sidente Lula e ganharam em troca, pela empresa Beta, um contrato de R\$100 milhões.

Então, esses são requerimentos essenciais para serem votados hoje, de acordo com o PDT, o PPS e o P-SOL.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Existe algum bloco formado pelo P-SOL, PDT, e PPS?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Existe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado. Era só isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exis-te o quê? O que foi que ele perguntou?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela or-dem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Nelson Meurer pelo PP.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mor-ram de inveja, estrebuchem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Pre-sidente, o Partido Progressista entende que nós já perdemos muito tempo no dia de hoje. Estamos reu-nidos desde as 10 horas e 30 minutos, já são quase 15 horas e não produzimos quase nada. Penso que é muito papo furado para pouca produtividade. Por isso, precisamos votar.

O PP é favorável à votação daquele acordo apre-sentado no início pelo Relator. Por isso, vamos votar “não” a esse requerimento de preferência para depois continuarmos as votações daqueles requerimentos que não têm acordo. E o Partido Progressista ficará aqui até o final, a conclusão desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton, pelo PL.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, penso que devemos valorizar o trabalho que o Relator vem fazendo, demonstrando total isen-ção. Entendemos que, por tudo que se fez até agora, a população brasileira que está a nos ouvir deve estar indagando se a CPI quer realmente colocar os seus trabalhos em andamento, se quer apurar realmente, ou se é uma enrolação total.

Portanto, Sr. Presidente, faço também uma recla-mação: o excesso de gentileza do Presidente, o exces-so de tolerância pode também levar a um excesso de desgaste, porque os holofotes, daqui a pouco, podem começar a queimar.

Nós precisamos apresentar resultados. Portanto, o PL encaminha o voto “não”, valorizando o trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passemos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presi-dente, invoco o art. 14, rapidamente, por ter sido citada, porque nós fizemos uma série de votações de quebra de sigilos bancários, votação nominal...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então eu vou reivindicar o art. 14 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, vamos encaminhar a vota-ção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então va-mos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos encaminhar a votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Votou “não” o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PT – SP) – Sim,

porque quebra o sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não,

Sr. Presidente, valorizando o trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – S.

Ex^a foi ao Posto Médico e já está vindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Não,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wirlande da Luz; Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos contar os votos.

Votos “sim”: 10.

Votos “não”: 15.

Portanto, foi rejeitado o requerimento.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, elencarei os requerimentos que serão votados em bloco. Qualquer equívoco, solicito que V. Ex^{as} se manifestem.

Requerimento nº 248. Do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita a convocação do Sr. Cristiano de Melo Paz.

Requerimento nº 256. Solicita que sejam requisitadas informações acerca da existência ou não de

contrato de arrendamento e/ou aluguel, e/ou uso direto ou indireto pela central de distribuição dos Correios de galpão localizado no setor de garagens, concessionárias e veículos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço, por favor, silêncio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 275, do Deputado Maurício Rands e outros, que solicita sejam requeridos todos os contratos celebrados pelas empresas de propriedade ou controladas por Marcos Valério nos últimos cinco anos.

Requerimento nº 278. Do Senador Romeu Tuma. Solicita diligências externas no sentido de serem examinados os processos que deram origem a todos os contratos firmados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Requerimento nº 283. Do Senador Alvaro Dias. Solicita que sejam convocados todos os gerentes que chefiaram no período – esta Relatoria acrescenta: “no período dos últimos cinco anos até a presente data” – a agência Brasília do Banco Rural.

Requerimento nº 304. Do Senador Alvaro Dias. Solicita ao Banco Central que envie cópias de todos os contratos nos quais conste o nome do Sr Marcos V. F. de Souza, na qualidade de avalista, fiador ou devedor solidário. Esta Relatoria acrescenta “nos últimos cinco anos”.

Requerimento nº 305. Dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto. Solicita a convocação do Sr. Brigadeiro Venâncio Grossi.

Requerimento nº 309. Do Deputado Onyx Lorenzoni e ACM Neto. Solicita a convocação do Sr Glênio Guedes.

Requerimento nº 322. Do Senador Romeu Tuma. Solicita a designação de Parlamentares membros da CPMI, juntamente com técnicos a serviço da CPMI, para procederem diligências externas nos contratos de publicidade.

Requerimento nº 337. Deputado Maurício Rands. Solicita que sejam requisitados os contratos com os respectivos editais e aditamentos feitos entre os Correios, a Vasp e a Mercedes-Benz, de compra e venda de imóveis nos últimos dez anos, de contratação de corretores de imóveis nos últimos dez anos, de contratos de postagem feitos com Partidos Políticos.

Requerimento nº 338. Solicita cópia da fita de segurança do *hall* de entrada da sede dos Correios nos últimos cinco anos.

Solicito à Assessoria que cuide de identificar, a menos que os autores sejam os mesmos dos requerimentos anteriores, porque aqui não há identificação.

Requerimento nº 345. Quanto a esse, acho que ficou dúvida.

Requerimento nº 350. Também foi retirado.

Requerimento nº 352. Solicita ao administrador do Hotel Blue Tree Towers, Avenida Faria Lima, em São Paulo, que encaminhe os seus registros ou fitas de segurança relativos ao dia 22 de fevereiro de 2004.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a não estava presente quando uma sugestão foi levantada. No Requerimento nº 356, V. Ex^a solicita ao Banco Central que proceda à imediata auditoria das agências do Banco Rural de Brasília. A Senadora Ideli Salvatti, na ocasião em que isso foi discutido, trouxe-nos a informação de que o Ministério Público Federal estaria realizando esses trabalhos. Então, S. Ex^a solicita que, em vez disso, se submetesse a solicitação da cópia do processo do Ministério Público em que é investigado o Banco Rural em Brasília.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, creio que o que eu solicito tem mais a ver com o Banco Central. É uma tarefa de natureza técnica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na dúvida, eu retiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E eu explico por quê. Porque estamos supondo que o Banco Rural em Brasília não esteja cumprindo a legislação que o obriga a encaminhar ao Coaf as informações sobre saques efetuados acima de R\$100 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O fato de eu retirar não significa que não possa ser apreciado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Pode-se mantê-lo, Relator, dentro deste bloco. Não há nenhuma contrariedade, pelo menos da nossa parte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acolhendo a manifestação, incluo o Requerimento nº 356.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem.

Sobre essa questão, se o autor do requerimento não entende que o trabalho realizado pelo Ministério Público contempla o que está sendo solicitado, penso que uma coisa não exclui a outra. O trabalho que o Ministério Público fez de rastreamento, de investigação de todas as operações do Banco Rural é absolutamente pertinente ao que estamos investigando. Já conseguimos perceber que há uma forte interligação entre as ações do Marcos Valério, operando via Banco Rural. Então, uma coisa não exclui a outra, e poderíamos aprovar os dois.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós concordamos com esse aditivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ao Requerimento nº 356, do Senador Alvaro Dias, que solicita ao Bacen que proceda imediata auditoria

nas agências do Banco Rural de Brasília, adito solicitação ao Ministério Público Federal de cópia de todo o procedimento investigatório que realiza em relação ao Banco Rural, agência de Brasília.

Requerimento nº 372. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni. Solicita as notas fiscais emitidas pelas empresas do Sr. Marcos Valério relativas a eventos e promoções, ao qual a Relatoria adita o prazo de 08 anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, faço um apelo a V. Exª, que inclua o Requerimento nº 373, que traz toda a questão da AMP do Paraná, do Banestado, por conta do depoimento de ontem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu vou me permitir, para não criar novas celeumas, de elencar aqueles sobre os quais já há...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com certeza. Mas peço consideração especial de V. Exª.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza.

Requerimento nº 374. Dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita documentação junto à Polícia Federal, objeto de busca e apreensão no escritório da Prata e Castro Consultores Associados Ltda.

Requerimento nº 384. Solicita a intimação do Sr. Edgar Lange a apresentar a esta CPMI cópia dos 16 relatórios que fez e entregou à Abin.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Relator, uma sugestão. Creio que devemos solicitar à própria Abin, porque, na verdade, o funcionário da Abin presta o serviço para a empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Adito essa referência e solicitaremos ao...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Já foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dos votos de ontem, de 04 e 05?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nós já tínhamos aprovado, há duas semanas, se não me engano, um pedido de cópias dos 15 relatórios. Era a informação que tínhamos à época. Isso já foi aprovado pela Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas, Sr. Presidente, eu quero que se mantenha esse requerimento. Quero aprová-lo e explico por quê.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então consta e mantenho. Do Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Porque a informação é de que esses relatórios entregues à Abin foram dispensados e, segundo consta, o Alemão tem cópia. É por isso que mantenho a cobrança a ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Correto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, faz para os dois.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Faz para os dois, Sr. Relator, por segurança.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para a Abin já está feito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 384. Do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita a intimação do Sr. Edgar Lange a apresentar a esta CPMI cópia dos 16 relatórios que fez e entregou à Abin. Esta Relatoria adita solicitação à Diretoria da Abin que nos encaminhe todos os relatórios relativos a investigações procedidas junto aos Correios pela Abin.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À Abin e ao Gabinete de Segurança Institucional, porque a subordinação da Abin é à GSI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Adito a informação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ontem, na história das “bestas-feras”, teve que vir a confirmação pela GSI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 385. Do Deputado Pompeo de Mattos solicita a convocação do Sr. Glênio Sabbad Guedes.

Encareço atenção para os Requerimentos nºs 386 e 387, do Deputado Geraldo Thadeu.

Requerimento nº 386. Do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita de todas as empresas, pessoas físicas beneficiadas ou fornecedoras das agências do Sr. Marcos Valério, cópia dos recibos comprovando pagamentos em espécie, para cuja realização fática a Relatoria pede que se proceda por amostragem, segundo sugestão também do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A mesma observação é feita em relação ao Requerimento nº 387.

Requerimento nº 387. Do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita de todas as agências e empresas do Sr. Marcos Valério, a relação das empresas e/ou pessoas físicas para as quais foram efetuados pagamentos em espécie. Também por amostragem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, e o Requerimento nº 388?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 388 não entrou na discussão precedente. Por isso, esta Relatoria prossegue.

Requerimento nº 390. Do Senador César Borges. Solicita interpelação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Prejudicado. Foram convocados ontem à noite o Mauro Marcelo e o General.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem. Fica prejudicado.

Requerimento nº 401. Dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita todos os contratos e termos aditivos firmados entre os Correios e a Construtora Espaço Aberto Ltda., ao qual se acordou que devem ser acrescidas todas as outras empresas que tiveram contratos com os Correios nos últimos cinco anos com valores superiores a R\$200 mil.

Requerimento nº 405. Dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a reconvocação do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza.

Requerimento nº 406. Dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. Ioannis Amerssonis.

Requerimento nº 407. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. Michel Abud Atie Júnior.

Requerimento nº 409. Dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. Augusto Leite Filho.

Requerimento nº 410. Dos Deputados ACM Neto e Deputado Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. José Otaviano Pereira.

Requerimento nº 411. Dos Deputados ACM Neto e Deputado Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. Marco Antônio da Silva.

Requerimento nº 412. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação do Sr. Jafet Abraão.

Não me lembro se houve acordo sobre o Requerimento nº 413.

Requerimento nº 413. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni. Solicita a convocação da Srª Telma dos Reis Menezes da Silva.

Requerimento nº 415. Do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita a identificação da origem dos valores acima de R\$20 mil depositados nas contas do Sr. Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, os Requerimentos nºs 406 e 407, que V. Exª encaminhou a favor, trata da convocação dos Diretores da Beta, Ioannis Amerssonis e Michel Abud Atie Júnior. Lá na frente, no Requerimento nº 409, o proprietário da Beta tem outro nome. Essa pessoa não é o proprietário da Beta. Falo do Requerimento nº 409. O proprietário da Beta está nos Requerimentos nº 406 e 407.

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Ouvirei os autores. Deputado Onyx Lorenzoni, por gentileza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O Requerimento nº 409 não trata do proprietário da Beta. O proprietário da Beta consta dos Requerimentos nºs 406 e 407.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Gostaria de falar com o autor do Requerimento nº 409.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o Sr. Antônio Augusto Leite Filho...

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Da Promodal?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não é da Beta, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele é da Promodal e da Beta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É Promodal e Beta. Na verdade, é...

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, mantenho da forma como está mapeado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Fazendo a adequação depois, conforme o requerimento.

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Com certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator, apenas para fazer um pequeno registro.

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A Oposição não perdeu por 10 votos, mas por 11. Eu estava no departamento médico. Desculpe-me, Sr. Relator e Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR)

– Está registrado.

Vamos prosseguir.

Requerimento nº 420. Do Deputado Welinton Fagundes. Solicita o depoimento a esta CPMI de quatro funcionários de carreira dos Correios de diferentes níveis de instrução e hierarquia, excetuando-se a diretoria e a presidência.

Requerimento nº 422. Já foi quebrado.

Requerimento nº 425. Do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti. Solicita informações dos Correios acerca do procedimento de devolução de camisetas fora das especificações utilizadas em campanhas políticas em 2004.

Requerimento nº 426. Do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti. Solicita informações aos Correios acerca da composição da Comissão de

Licitação responsável pela licitação de publicidade e convênios no ano de 2003.

Requerimento nº 427. Do Senador Jefferson Péres. Solicita cópia do inteiro teor dos Processos nºs 10608.014698 – 2004 – 24 e 10680.010669 – 2004 – 93, cuja interessada é a empresa DNA Propaganda Ltda.

Requerimento nº 431. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni. Solicita cópia das fitas do circuito interno de TV relativamente às imagens da recepção do Brasília Shopping.

Requerimento nº 432. Dos Deputados Antonio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni. Solicita os registros bancários referentes aos saques efetuados nas contas das empresas SMP&B Comunicação e DNA Propaganda, na agência do Banco Rural sediada no nono andar do Edifício Brasília Shopping.

Requerimento nº 438. Do Deputado Maurício Rands. Solicita a convocação do Sr. Paulo Roberto Minicucci.

Requerimento nº 439. Da Relatoria. Solicita toda a documentação relativa aos contratos firmados entre a Metalúrgica Gadotti e os Correios.

Sr. Presidente, salvo melhor juízo, esses são os requerimentos sobre os quais houve discussão preliminar e acordo entre os que participaram da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Passaremos à votação dos requerimentos em bloco, lidos pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu pedi para encaminhar. Regimentalmente, eu tenho o direito de pedir a V. Ex^a para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já está em votação, Sr. Deputado. A votação é nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu fui à Mesa e falei para V. Ex^a que iria encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já começou a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas eu fui à Mesa e falei para V. Ex^a que iria encaminhar. Eu falei para V. Ex^a que queria encaminhar. Eu fui à Mesa para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, para o encaminhamento de votação, V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, neste caso, o meu voto está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não está prejudicado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, e se ele me convencer no encaminhamento?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a votação já se iniciou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas eu ainda não registrei o voto de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, o meu voto está prejudicado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É quando se inicia a votação que se faz mesmo o encaminhamento. Eu preferia que não tivesse, mas se alguns começam a se inscrever, eu também vou me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos direto.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores Aelton Freitas; Luiz Otávio; Wirlande da Luz; Maguito Vilela; Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores Efraim Morais; José Jorge. (Pausa.)

Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores Leonel Pavan; Almeida Lima; Sibá Machado; Senadoras Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Senadores Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputados Fernando Diniz; Antonio Carlos Magalhães Neto. (Pausa.)

Onyx Lorenzoni

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputados Gustavo Fruet; Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputados Wilson Santiago; Aníbal Gomes; Luiz Antonio Freury. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, quero que compute o meu voto como “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não entendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quero que o senhor compute o meu voto como “não” – eu tenho o direito. V. Ex^a não me deixou falar na hora certa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos fazer a contagem.

Votaram “sim” 22 Srs. Parlamentares e “não”, 1.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão... Primeiro, eu gostaria de pedir a atenção do Plenário e de V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, minha sugestão é para dar maior dinamicidade aos nossos trabalhos. É evidente que – já são 15 horas e 24 minutos – há um risco grande de nós perdermos o **quorum** ao longo desta reunião. Então, o que eu gostaria de sugerir a V. Ex^a é que nós selecionássemos um número limitado – talvez a cinco requerimentos onde não há consenso – para que pudéssemos deliberar com a garantia da Bancada do Governo de que vai manter o **quorum**.

Mas, Senadora Heloísa Helena, eu estou justamente querendo me antecipar a qualquer tipo de manobra regimental. Então, nós da Oposição, estamos aqui para garantir o **quorum**. Compreendemos que, sozinhos, não somos capaz de manter a reunião funcionando.

Então, Sr. Presidente, se de fato houver boa vontade do Governo, se o interesse não for fugir do debate, nós poderíamos fazer um acordo para votarmos cinco requerimentos – no máximo cinco requerimentos – que não sejam consensuais. Fariamos o debate político, cada um aqui exporia as suas teses, as suas idéias e, assim, depois encerraríamos a reunião, sem que haja, nem por parte do Governo e nem por parte da Oposição, qualquer tipo de manobra regimental.

Então, se o desejo é votar, se o desejo é discutir, vamos votar e vamos discutir e vamos limitar.

É a proposição que faço, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardoso, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço também a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, S. Ex^a, o Deputado ACM Neto, faz

uma proposta de acordo do dissenso. Nesta fase da reunião, depois de tudo o que aconteceu, é a proposta do acordo do dissenso.

Sr. Presidente, eu quero dizer – e vou falar em nome estritamente pessoal – que o que aconteceu aqui, nesta reunião de hoje, pessoalmente não me agradou e quero dizer a V. Ex^a o porquê disso.

É evidente que a Maioria tem direito a fazer prevalecer a Maioria, e o fez democraticamente nos termos do Regimento, o que prova que a Maioria poderia ter barrado todos os requerimentos de oitiva, inclusive, eventualmente, de dirigentes partidários, de pessoas que, obviamente, nós pudéssemos tentar não ser ouvidas nesta CPMI. Poderíamos tê-lo feito e não o fizemos. Porém, Senadora Heloísa Helena, a nossa contrariedade em relação ao que aconteceu hoje se deve ao seguinte: nós, na reunião secreta, colocamos algumas premissas que nos pareciam acertadas: oitivas de pessoas vinculadas aos fatos, sequência de investigação numa ordem gradativa, evitar-se ao máximo – nem sempre é possível – a polarização político-eleitoral da investigação. No entanto, no Requerimento de Inversão, apresentado pela Oposição, nós tínhamos proposta de quebra de sigilos bancários de pessoas que já tinham o sigilo quebrado. Aí vem o argumento: “Não, porque o Banco Central pode sonegar informações.” Senhores, não pode sonegar informações. Se há uma solicitação da própria pessoa em relação ao seu sigilo é dever funcional do Banco Central entregar, e se não entregar, que se processe criminalmente quem não entregou. Mas se, eventualmente, o Banco Central criasse alguma resistência na quebra de sigilo do Sr. José Dirceu, na quebra de sigilo do Sr. Delúbio Soares, nós agiríamos porque nós nunca seríamos contrários a defender a quebra de sigilo de quem não quer que seja mantido. Seria um contra-senso de qualquer um do PT votar contra a quebra do sigilo quando o próprio interessado o fez. É absurdo. Nós não queríamos votar isso, porque me parecia claro, infelizmente, que se queria uma manchete de jornal: “CPMI quebra o sigilo de José Dirceu”, quando o próprio já o fez. Não há lógica! Não há lógica! Também não há lógica, Sr. Presidente, como há no requerimento da Oposição a afirmação de que se quer fazer a acareação de quem ainda não foi ouvido. A acareação se faz de quem já foi ouvido. Parte do pressuposto...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu estou falando, Deputado Onyx Lorenzoni. Eu não o interrompo. Por favor, não me interrompa. Eu acho que o respeito democrático é fundamental. Eu o ouço tão atentamente e, por favor, me ouça.

A acareação se faz quando há contradição em depoimentos. Quando não veio o depoente, quer se acarear o quê? É evidente, Deputada Juíza Denise Frossard. A senhora concorda comigo. Eu sei que concorda. E querem acarear o quê, se não há depoimentos contrários? O que se quer? Quer se conquistar manchetes de jornais na perspectiva de “PT e Governo barram investigação”. Eu não posso concordar com isso.

Srs. Deputados, infelizmente, na minha opinião, a tática oposicionista leva a CPMI para um embate eleitoral ruim, péssimo, na marcha das investigações e é nessa perspectiva, Deputado ACM Neto que eu peço que nas reuniões futuras, até para que V. Ex^{as}, podendo fazer Oposição legítima, porque é legítimo fazer Oposição, não tratem dessas táticas dessa maneira, porque acho que expõe a CPMI e expõe V. Ex^{as}, porque, em nenhum momento, dizer que uma acareação de quem não veio depor não pode ser votada neste momento é barrar, é omitir, é jogar debaixo do tapete.

Por isso, Sr. Presidente, infelizmente, porque a coisa seguiu nesse rumo, não por nossa iniciativa, é que apresentamos à Mesa, também neste instante, o requerimento de inversão, de preferência. Da mesma forma que vocês; da mesma forma que vocês. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado, a acareação que nós queremos – só para esclarecer...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu estou falando, Deputado ACM Neto. V. Ex^a não me dá apartes e nem me ouve. Então, agora, quando puder, V. Ex^a falará e eu ouvirei.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu só quero que a Mesa preserve o mesmo tempo aos outros que está dando para o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, permita-me concluir.

Concluo que nós apresentamos este requerimento e digo que este requerimento é feito numa marcha de caminho que não era a que eu preferia.

O SR. (Orador não identificado) – Quem está fazendo política é a Oposição, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas V. Ex^{as} querem me apartear quando eu não dei aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Permita-me concluir, Senadora Heloísa Helena e Deputado ACM Neto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo, conclua.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Permita-me concluir.

Senador Dalcídio Amaral, quero dizer que a lógica do ruim não foi proposta por nós. Nós, infelizmente, nos vemos nessa contingência e espero que, a partir de hoje, retomemos o diálogo onde o que prevalece é a seriedade da investigação e não a disputa político-eleitoral que jogará a CPMI no lugar que o povo brasileiro não aceitará.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente Dalcídio Amaral, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu poderia invocar o art. 14, mas eu não quero fazê-lo. Eu só quero prestar um esclarecimento.

O PFL não propôs a acareação do ex-Ministro José Dirceu com o Deputado Roberto Jefferson – ainda não, vai chegar a hora. Nós propusemos a acareação do empresário Marcos Valério com o Deputado Roberto Jefferson, ambos já ouvidos por esta CPMI. Eu só queria colocar isso para não parecer que nós estamos fazendo o jogo que o Deputado José Eduardo Cardozo quer nos acusar de fazer e não fazemos, que é o jogo da irresponsabilidade. Não senhor, nós não propusemos; o PFL não propôs, até agora, a acareação do ex-Ministro José Dirceu com Marcos Valério.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma reclamação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu quero relembrar aqui, com toda a calma e com toda a tranquilidade – e vou gastar dois minutos.

Eu quero relembrar que, na semana passada, este Parlamentar fez uma solicitação com base na legislação de que nós votássemos a quebra de sigilo do Sr. José Dirceu, do Sr. Delúbio, do Sr. Sílvio e do Sr. Genoíno. Desde lá, estamos aguardando a chegada dos documentos e eu quero informar que eu percorri todas as instâncias desta CPMI e não há nenhum documento autorizando a quebra do sigilo bancário e fiscal de Delúbio, Sílvio, Genoíno e Dirceu. Onde está?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ontem mesmo entregamos de novo ao Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu acabei de perguntar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está-me chamando de moleque! Isso eu não aceito! Eu quero respeito!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu acabei... Eu estou...

Sr. Presidente, Sr. Relator, com toda serenidade e com toda tranquilidade, eu quero lembrar que, há trinta segundos atrás, eu perguntei a cada um dos senhores se tinham o documento. Solicitei à Secretaria da Comissão se tinha autuado os documentos. A Secretaria não tinha autuado o documento, o Sr. Relator não conhecia o documento, e o Sr. Presidente disse que não estava com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, permita esclarecer, porque não é verdadeiro o que está afirmando. Eu não falei... eu falei: o documento está com o Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E eu fui falar com o Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, isso não significa que não exista. Tanto é que dois eu já encontrei aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais os que estão aqui? Vamos esclarecer! Eu só estou querendo esclarecimento. Só isso. Eu só quero que sejam esclarecidos. Eu estou pedindo uma informação que eu tenho direito de receber. Eu não estou entendendo qual é o descontrole dos amigos do PT. Eu solicito uma cópia dos documentos para o PFL, para que nós possamos verificar a condição dos documentos que chegaram a esta Comissão. Quero alertar que quando falei aqui, está gravado, na quinta-feira passada, houve a promessa de que segunda-feira estariam todos os documentos protocolados na Comissão. Os documentos nem foram protocolados ainda, estão sobre a mesa, agora. Só quero flagrar que há um discurso e outra prática. Eu só estou comprovando com um dado de realidade. Tanto é verdade que, no momento em que eu provoqueei o assunto, houve quase aqui uma crise histérica dos representantes do mesmo partido dessas pessoas que, supostamente, até agora, não nos ofereceram. Supostamente ofereceram a sua quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Era só para não ficarmos mais uma semana, Sr. Presidente, esperando os documentos que foram prometidos para estarem aqui na segunda-feira, mas que só chegaram hoje, se é que chegaram.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o que é público e notório independe de provas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Serão distribuídos os documentos que chegaram. Esse assunto está encerrado.

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me inscreveu?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente! Senador Sibá, me permita usar da palavra!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Eduardo Paes; depois, Senador Sibá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores. (Pausa.) Deputado Asdrúbal Bentes também, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Eduardo Paes está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é só para tecer alguns comentários em relação ao que disse o Deputado José Eduardo Cardozo.

Eu disse aqui, no início desta reunião, que esta Comissão vinha caminhando, na deliberação dos requerimentos, sempre com um tom de racionalidade. Claro, nós entendíamos uma certa dificuldade da Base do Governo, e sem acusar a Base do Governo, com essa compreensão, deliberávamos sobre requerimentos acordados.

O fato, Deputado José Eduardo Cardozo, é que, como V. Ex^a bem sabe, os procedimentos adotados pela Base do Governo na negociação, nas conversas, para definir que requerimentos seriam aprovados e encaminhados passou a ser um procedimento que não levava em consideração o bom trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e sim, pelo contrário, a questão político-eleitoral.

Eu tenho insistido, em algumas, aliás, em diversas oportunidades, inclusive já num debate que tive aqui com o Deputado José Eduardo Cardozo, que essa crise é uma crise do PT! Essa crise é uma crise do Presidente Lula, que é como aquele chefe, pai-de-família, que está sempre perto dos seus filhos e não sabe que seus filhos andam fazendo muita besteira! Ou então como um técnico de futebol, para usar uma comparação que o Presidente Lula gosta muito, que escala um time que faz gol contra à vontade, que vive em impedimento e comete falta à vontade. E o Presidente Lula continua, apesar de alertado, escalando os mesmos jogadores para esse time.

Essa crise não é do PSDB, não é do P-SOL nem do PFL. É uma crise do PT e de figuras fortes do PT.

Ontem vimos aqui, Senador Sérgio Guerra, um empresário que disse: Que quando tive um problema na Empresa de Correios e Telégrafos fui procurar o Sílvio Pereira, que não é nada no Governo.

Eu sou Deputado Federal, pelo segundo mandato, e sequer tinha ouvido falar na figura de Sílvio Pereira, que é um simples Secretário-Geral do PT e está ganhando lá seus cinco mil reais para funcionar como Secretário-Geral.

Portanto, quem tenta politizar esta Comissão, desde o começo, e trazer para a lama outros personagens que nada têm a ver com essa história, Sr. Presidente, é o Partido dos Trabalhadores e a Base do Governo. Aliás, essa é uma estratégia recorrente no Partido dos Trabalhadores. É igual, Senador Sérgio Guerra, às sindicâncias, na história do PT, que eles abrem toda vez que é necessário apurar algum problema. Sempre que há uma denúncia contra o Partido dos Trabalhadores, eles abrem uma sindicância interna para apurar as irregularidades. O resultado de todas essas sindicâncias é sempre favorável a quem foi denunciado. E fazem de novo. Os procedimentos são recorrentes. São sempre os mesmos procedimentos.

Portanto, que fique claro aqui que a Oposição quer trabalhar sério e apurar. Quem está fazendo política eleitoral aqui, Sr. Presidente, é o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Senador Sibá Machado.

Falarão a seguir o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado Asdrúbal Bentes, o Senador Sérgio Guerra e a Senadora Ideli.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E quanto a mim, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Agora entramos na reunião catarse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu estou inscrita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Senador Sibá Machado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para completar a catarse, eu estou inscrita também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vou tentar ser bem calmo, mas tem hora que esquenta mesmo. Esquenta, porque é a quinta vez que eu tento falar nesta reunião e estou sempre prejudicado. Mas vamos lá.

Primeiro, quero falar a respeito do papel das três CPIs. Gostaria de repetir este assunto. Nós estamos com três CPIs, a última delas estará se instalando na próxima terça-feira.

É óbvio que essas três CPIs, inevitavelmente, ouvirão as pessoas com as quais já estamos trabalhando aqui. A pergunta que se faz, Sr. Presidente, é

se compensa uma pessoa que vai a uma delas prestar qualquer tipo de esclarecimento ir à outra só porque a outra quer? Ou se irá apenas caso se faça necessário, se dúvidas surgirem? Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que tenho medo de que haja uma competição sobre que CPI trará determinada pessoa. Estamos em meio a uma guerra de requerimentos sobre quem chama quem.

Então, a terceira CPI ao se instalar, com certeza, terá um programa de trabalho que terá inevitavelmente que ouvir pessoas que ou já foram escutadas aqui ou que poderão estar em debate aqui.

Portanto, nesse aspecto, defendo que esta Comissão, para a oitiva de determinados nomes de maior vulto, aguarde a instalação da terceira CPI, e que os três Presidentes, com os três Relatores, pudessem fazer uma compatibilização de trabalho para evitar o óbvio desgaste desnecessário ou coisa parecida.

Com essa intenção é que estou pedindo que determinados requerimentos aguardem um tempo.

O último ponto. Quero dizer, Sr. Presidente, que respeito por demais todas as pessoas que fazem bons discursos. E todos nós se não tivéssemos feito nenhum discurso importante não estaríamos nessas cadeiras aqui hoje. Portanto, não é discurso que vai resolver o assunto. Assunto aqui é o entendimento de métodos, porque duvido que haja aqui alguém que esteja fazendo campeonato de maior ou menor honestidade.

Volto a dizer, em nome do PT, que ninguém mais do que o PT gostaria de ver os fatos elucidados. Isso tem que ficar claro nesta Comissão. O que estamos discutindo aqui é método.

Até faço uma sugestão de proposição, uma questão de estratégia até. Se o José Dirceu é tão importante, para que façamos aqui argumentos quanto às suas posições, suas opiniões, suas defesas, por que não ouvimos uma série de outras pessoas? Este é o melhor momento? Por que não ouvimos uma série de outras pessoas? *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós estamos ouvindo o Senador Sibá.

Senador Sibá, por favor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então o que ocorre?

Entendo que ele é uma pessoa muito esperada e questiono se não seria melhor gastarmos todos os cartuchos menores? No meu entendimento, eu que já fui um péssimo caçador na Amazônia, não usaria cartucho 12 para atirar numa inhambu. Eu prefiro um cartucho 36.

Nesse caso, o que eu sugiro é que deixemos para analisar a vinda do Zé Dirceu, por exemplo, porque em nenhum momento ele se recusa a vir. No momento

em que ele conversa conosco ele pergunta sobre o melhor momento.

Ele precisa passar pelos fóruns da Câmara, precisa esgotar essa situação interna da Câmara dos Deputados para depois chegar aqui com melhores elementos, seja para a sua defesa, seja para esclarecimentos desta Comissão.

Então, eu quero dizer que não há nenhum medo e aí este assunto dos requerimentos, das autorizações.

Sr. Presidente, naquele momento em que esta Casa solicitava deles que de próprio punho se adiantassem e entregassem a autorização para a quebra do sigilo, de pronto ele se predispôs. Por quê? Porque, se isso não houvesse ocorrido, diriam que estamos com medo de investigação, principalmente porque os quatro estariam com medo de investigação. Assinaram de pronto.

Depois não valia porque foi um fax. Está bem, vamos atrás dos originais. O primeiro original que chegou não valia porque continha erro de endereço. Pedi, encarecidamente, que a própria Assessoria Jurídica desta Comissão escrevesse o teor para eles, via *e-mail*, adotarem e escreverem o que ocorreu, o que chegou hoje. E eu disse na reunião de ontem, que se, até a abertura da reunião de hoje, não houvesse chegado, a Comissão teria que votar. É claro que tínhamos que votar.

Chegaram os documentos, entreguei a V. Ex^a. Inclusive estou com a cópia dos Correios ali. Falar de Correios hoje está complicado, mas estou com a cópia... *(Interrupção do som. Falha da gravação.)* O primeiro original que chegou não valia porque havia erro de endereço.

Pedi, encarecidamente, que a própria Assessoria Jurídica desta comissão escrevesse o teor para eles, via *e-mail*, adotarem e escreverem o que ocorreu, o que chegou hoje. E eu disse na reunião de ontem que se até a abertura da reunião de hoje não houvesse chegado a comissão teria que votar. É claro que tínhamos que votar.

Chegaram os documentos e entreguei a V. Ex^a. Inclusive estou com a cópia do Correio ali. Falar de correio hoje é complicado, mas estou com a cópia de entrega do Correio, com os recibos entregues aqui. Portanto, daqui para frente, no meu entendimento, qualquer coisa além disso, é guerra de nervos. E se for para guerra de nervos, é questão de queda de braços e o Brasil não está nem um pouco interessado em queda de braços daqui para a frente.

Encerro dizendo que fico ofendido com uma suspeição dessa natureza, porque aí fico me colocando num papel de moleque. E não há, Sr. Presidente, pes-

soa mais besta nesta Casa para entender acordos que são feitos. Inclusive, pela quarta semana, ia suspender a visita à minha família, para ir a Minas Gerais atender a um chamamento, porque entendo a necessidade dessas coisas. E não vou lá para brincar não. Eu vou lá para cumprir o que esta comissão me determinar juntamente com os colegas que foram indicados, mas não posso aceitar esse tipo de insinuação, porque me colocam no papel de moleque, o que eu não sou. Respeito a todos nesta comissão e gostaria de ser tratado da mesma maneira daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá, primeiro quero esclarecer que V. Ex^a fez sugestões muito compatíveis nessa racionalização das atividades da comissão. Poucas pessoas apresentaram de uma maneira tão lúcida, tão clara e tão transparente, o posicionamento de V. Ex^a.

Com relação ao que V. Ex^a afirmou, sei do empenho de V. Ex^a, o texto foi ajustado, estou aqui com os originais, inclusive, para distribuir aos membros da comissão, não só com os sigilos do Deputado José Dirceu, como também do ex-Presidente Genoino, do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Sílvio Pereira. Inclusive já fiz o despacho de que, diante dessas disponibilizações, considero transferidos os sigilos para a CPMI dos Correios.

Portanto, as providências já foram tomadas, o posicionamento do Deputado José Eduardo Cardozo foi muito claro também nesse sentido, portanto agora as providências serão tomadas dentro da mais absoluta tranquilidade, dentro daquilo que se previu fazer.

Quero fazer um registro claro do empenho de V. Ex^a e do trabalho que V. Ex^a desenvolveu, não só apresentando o texto, conforme orientação da nossa assessoria jurídica, mas também no sentido de buscar essas correspondências todas em São Paulo. Isso tem que ficar absolutamente claro, o trabalho que V. Ex^a desenvolveu.

Quero passar a palavra para o Deputado Arnaldo Faria de Sá, depois para o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente, V. Ex^a disse que fez um ofício. Foi para quem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É um despacho já colocando à disposição da CPMI. E agora segue o ofício para o Banco Central.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E Receita Federal Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Todos os sigilos: telefônico, fiscal e bancário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Então não é só Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Com certeza. Claro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Porque V. Ex^a falou Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Foi um exagero de expressão, meu caro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Uma falta de expressão, não um exagero.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Uma falta de expressão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero dizer o seguinte. Que em todo o embate ficou provado que, depois que se vota o acordado, não se vota mais nada. Caiu a máscara. A tal da reunião secreta é só para interessar àquilo que o PT quer fazer.

Aliás, foi em uma reunião secreta que aconteceram todos esses estragos que o Brasil está vivendo. Se a reunião estava ruim, ela vai ficar pior, sem dúvida nenhuma, porque a tentativa de impedir que seja votado, formalmente, a quebra de sigilo bancário do Sr. José Dirceu, do Sr. José Genoino, do Sr. Delúbio Soares e Sr. Sílvio Pereira, é uma coisa estranha.

Eu queria levantar uma dúvida. Eu acho que essa assinatura não é de Sílvio Pereira. Vi alguns outros documentos que têm a assinatura de Sílvio Pereira e não identifico a assinatura deste documento como sendo de Sílvio Pereira.

Então, peço à Secretaria-Geral da Mesa que tome cuidado, porque tenho dúvidas se essa assinatura é de Sílvio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, neste final de reunião catarse, como disse V. Ex^a, quero hipotecar, em meu nome pessoal e no do meu partido, o PMDB, o nosso apoio e a nossa solidariedade a V. Ex^a e ao eminente relator Osmar Serraglio. A maneira como V. Ex^{as} vêm conduzindo o trabalho está sendo respeitada e admirada por todos os brasileiros de bom senso, de maneira que não posso aceitar insinuações como a que foi feita pelo eminente Deputado Onyx Lorenzoni, deixando sob suspeição os trabalhos da Mesa.

Ora, foi público e notório que os documentos foram entregues à Mesa pelo Senador Sibá. Toda a imprensa tomou conhecimento e, mais do que isso, divulgou. O Brasil todo sabe que essas pessoas autorizaram a quebra dos seus sigilos. Então, não vamos agora discutir a quebra de sigilos que já estão quebrados. Nelson Rodrigues diria: É o óbvio e ululante.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, contradizendo aqui o eminente Deputado Arnaldo Faria de Sá, que se V. Ex^a passar um lance de olhos neste Plenário

verá que quem saiu do Plenário não fomos nós, mas os membros da situação. Foram eles que esvaziaram o Plenário. É por causa da ausência deles que falta **quorum** agora nesta reunião.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti, com a palavra. Depois, Senador César Borges, Senadora Heloísa Helena, Deputado Henrique Fontana e concluirei o encaminhamento.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, mais uma vez fui esquecido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – De jeito nenhum, meu caro Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu vou pedir apoio aqui ao Senador Siba para que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra foi um equívoco aqui da Mesa até pela quantidade de papéis.

V. Ex^a tem a palavra.

Senador Sérgio Guerra, por favor, foi um vacilo da Mesa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estava pedindo a colaboração do Senador Sibá que foi tão elogiado aqui Sr. Presidente.

Mas Sr. Presidente, eu ouvi com enorme atenção as palavras do Deputado Cardozo e do Senador Sibá Machado. E, apesar de gostar imensamente do Presidente da Comissão, não gostei daquela expressão: Vamos fazer uma catarse, agora, vamos começar a reunião de catarse.

Não é bem assim. Nós estamos na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O comentário foi pontual, meu caro Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E não vale esperteza aqui para ninguém. Não é ao Presidente que me refiro neste instante.

O Governo tem maioria e, evidentemente, tem o direito democrático de usá-la, o que fez hoje. A Oposição não se mostrou eficiente. Os representantes da oposição não estavam nem presentes aqui, temos que fazer essa autocrítica, mas o processo é aquele. Eu não estou qualificando, nem desqualificando requerimentos que a Oposição quer votar, se eles são pertinentes, se eles são positivos para a investigação, se são oportunos ou se, verdadeiramente, como afirma o Deputado Cardozo, o fato de algumas personalidades, como o Ministro José Dirceu e o Presidente José Genoino, que é uma pessoa que eu considero, se algumas dessas pessoas abriram espontaneamente os seus sigilos, eu não tenho segurança para afirmar se isso seria suficiente para os procedimentos da investigação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A mesa confirma que são suficientes, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Afirmando isso, a Mesa teria toda a condição de arbitrar esse tipo de questionamento com alguns parlamentares da oposição que são especialistas na matéria e que têm opinião diferente sobre essa questão.

Não é esse o mérito do problema. A oposição está querendo politizar, está querendo as manchetes... Não é bem assim. O fato é que não dá para entender porque a oposição, sem entrar no mérito dos seus requerimentos, têm requerimentos para serem votados e eles não são votados. Que sejam derrotados, que sejam declarados ociosos, inúteis, improdutivos, equivocados, mas que sejam votados, porque é esse procedimento regular, que é da regra, que garante a estabilidade da nossa convivência, porque todos se dobram a um fato concreto: aquele que tem mais votos e aquele que tem menos votos; aquele que aprova e aquele que não consegue aprovar. Mas ninguém consegue e deve se dobrar a um julgamento, ou seja, o que a Oposição deseja ver discutido, não merece ser discutido, que é a iniciativa mais elementar de um membro da oposição, que um requerimento não seja votado apenas porque é polêmico.

Penso que se for mantida essa regra não teremos acordo para coisa alguma e vamos voltar ao mesmo estágio do primeiro dia de reunião desta comissão, quando havia falta de convivência, o Governo estava de um lado e a Oposição de outro lado. E vamos consagrar a posição de que alguns impedem o exame das questões.

Eu farei o possível para que fique claro que não fomos nós, porque não temos interesse nisso e ninguém lá fora vai acreditar que a Oposição não quer investigar. Será muito mais sensato e lógico, embora não necessariamente verdadeiro, acreditar que é o Governo que não quer investigar, ou os partidos que o apóiam.

Se o Presidente deseja, e eu acredito nisso, levar esta nossa convivência a bom termo, que ponha em votação os requerimentos da Oposição, mesmo que eles sejam derrotados, desqualificados, ou o que for. Mas não votá-los é um ato de agressão ao direito de manifestação da minoria e da Oposição.

Não sou jurista e não sou Professor de Direito. Sou economista, mas procuro ser lógico. E estou vendo na prática que não dá para fazer parte de uma comissão que não vota requerimentos que podem ser derrotados mas que devem ser votados.

Não consigo entender, por mais brilhante que seja a argumentação contrária, que ela tenha verdadeira-

mente mérito no essencial, que é criar uma base de convivência, na qual alguém leva vantagem, ou alguém não leva, uns ganham outros perdem, mas de fato o direito de manifestação e de contestação é verdadeiramente consagrado e respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Gostaria de fazer o registro, Senador Sérgio Guerra, de que a maioria dos requerimentos votados hoje são requerimentos da Oposição. É importante registrar isso, porque os números não podem desmentir o que aconteceu hoje. Foram votados muitos requerimentos e majoritariamente os da Oposição.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria inclusive ir na lógica em que o Senador Sérgio Guerra fez suas ponderações, a do equilíbrio.

E pediria inclusive muita atenção do Presidente, porque estávamos aqui, em todo o procedimento de votação, não pudemos sair da reunião durante todo o processo de votação, recebi vários telefonemas para ir ao Plenário, tendo em vista que o Senador Arthur Virgílio estava fazendo um contundente discurso contra o Governo; inclusive muito forte. E todos conhecemos o Senador Arthur Virgílio, a sua contundência, o quanto ele é brilhante enquanto tribuno e o quanto ele atira quando está nervoso. E ele atira de forma muito contundente. Todo o discurso do Senador Arthur Virgílio que acabou inclusive provocando... Eu passei rapidamente lá fora e me entrevistaram a respeito de coisas que haviam acontecido aqui durante a CPMI, mas também a respeito das declarações do Senador Arthur Virgílio, que, durante o seu discurso, parece-me, pronunciou que o Presidente Lula ou é idiota ou é corrupto. Eu fui questionada pela imprensa sobre essa declaração do Senador Arthur Virgílio.

Então, temos que ter, obviamente, uma capacidade de baixar, efetivamente, a temperatura. Inclusive estou aqui com a **Folha Online**, com esse discurso do Senador Arthur Virgílio, que todos nós conhecemos, uma pessoa extremamente contundente, mas de bom senso, uma pessoa que tem a sua contundência, mas que também tem uma relação positiva e extremamente aberta para as negociações, para as questões de importância e de relevância para o País. Pelo que está aqui na **Folha Online**, entendo talvez o que provocou a contundência e a declaração tão grave como essa feita pelo Senador Arthur Virgílio, relacionada ao Presidente Lula, deve-se ao que está escrito aqui. Se a notícia foi veiculada dessa forma, efetivamente houve uma distorção do que aconteceu aqui na CPMI, porque diz aqui a **Folha Online**: “A lisura na campanha de Arthur Virgílio foi questionada pelo Deputado Hen-

rique Fontana, durante o depoimento na CPI Mista dos Correios do Presidente da Empresa Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves.”

Eu não estava presente no horário, mas a informação que eu tenho é que o dono da Skymaster mentiu. Ele disse que não havia feito nenhuma contribuição a nenhuma campanha. E o Deputado Henrique Fontana apenas exemplificou com uma lista de contribuições que a Skymaster tinha feito, lista do TSE, portanto contribuição lícita e legal. Apenas listou para comprovar que o Sr. Luiz Otávio Gonçalves estava mentindo no depoimento dele.

Esse tipo de situação, a utilização de uma linha de argumento, de uma prova, de algo que inclusive contrapõe, declara e confirma que o depoente estava mentindo à CPI acaba virando uma crise como esta.

Tenho certeza que nenhum de nós tem o interesse de abrir uma crise dessa magnitude, nenhum de nós tinha a intenção de tratar o Senador Arthur Virgílio sob a ótica de qualquer suspeita sobre a sua lisura. Se isso foi veiculado dessa forma, Senador Sérgio Guerra, é realmente algo muito grave, e esta CPI inclusive tem a obrigação de colocar à público, de forma transparente, o que aconteceu no dia de ontem, até para que possamos restabelecer o equilíbrio que este Senado sempre teve.

Fizemos aqui, eu sou testemunha disso, grandes embates. Aqui no Senado nada se joga para debaixo do tapete, nós vamos para a Tribuna, onde se embate, se combate, se debate, mas sempre mantivemos um bom nível de relacionamento, tanto que, se assim não fosse, a tênue divisão entre Oposição e situação aqui no Senado, que é uma linha divisória muito tênue, não teria provocado inúmeras votações extremamente importantes para este País.

E não quero perder tempo aqui listando as inúmeras votações importantes que fizemos aqui no Senado, inclusive aperfeiçoando muitos temas que depois acabaram sendo consagrados na legislação.

Queria pedir, nessa lógica, que pudéssemos trabalhar com o bom senso, que o que acontece aqui fosse retratado na veracidade dos fatos, não da deturpação e do aquecimento, porque já está aquecido o suficiente. Já há fio desencapado para dar choque em tudo que é lugar. Então não precisamos aquecer mais, aprofundar mais este clima difícil de relacionamento.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria muito de ter ido ao Plenário, de ter feito aparte ao Senador Arthur Virgílio, de ter ponderado. O Senador Suplicy fez ponderações ao Senador Arthur Virgílio, mas ele estava transtornado. Talvez ele estivesse transtornado como eu estive naquele dia em que fui afrontada por aquela nota do famoso Deputado.

Então, eu acho que esta...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, eu sei querido. Então, a indignação do Senador Arthur Virgílio, se foi veiculado como estou lendo aqui pela imprensa, não corresponde à verdade e, portanto, temos na CPMI, a obrigação de contribuir para que os ânimos voltem a serenar para que a gente não tenha uma crise, porque um Senador do porte do Senador Arthur Virgílio se referir ao Presidente Lula como idiota ou corrupto é algo grave e, se foi provocado por algo que não corresponde à verdade, temos a obrigação óbvia de fazer com que os ânimos e a verdade sejam trazidas e veiculadas de forma tranqüila.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de encaminhar o seguinte: a Senadora Heloísa Helenaalaria agora, depois fecharíamos com o Deputado Henrique Fontana.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu quero falar sobre esse assunto. Envolve o Líder do meu Partido, eu sou o único representante partidário

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É compatível, é coerente a reivindicação de V. Ex^a.

Quero deixar claro aqui: depois da Senadora Heloísa Helena, o Deputado Henrique Fontana, depois V. Ex^a. Vou encaminhar os trabalhos de uma forma que, efetivamente, traga tranqüilidade a um dia bastante agitado em Brasília, no Congresso Nacional.

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, esse mundo da política é um mundo muito interessante realmente. É um mundo impressionante, porque ontem, aqui, era um “cacete” generalizado contra o Governo Fernando Henrique, e foi justamente num momento em que estava se caracterizando tudo contra o Governo Fernando Henrique de superfaturamento, o superfaturamento que aconteceu mesmo, e o Governo Lula reproduziu o mesmo superfaturamento. O mesmo trambique que o Governo Fernando Henrique fez, o Governo Lula fez o mesmo trambique, para pagar com mais de 100 milhões uma doação de campanha feita pelo grupo Beta de R\$800 mil. E foi nesse momento mesmo que se falou do Arthur Virgílio. Tem que pegar a fita e ver, porque quem ouviu foi, inclusive, a esposa dele, que não é nenhuma mentirosa, é uma mulher

muito digna, que acompanhou, e vamos acabar com esse cinismo e essa dissimulação.

Quem estava aqui viu o que foi que aconteceu. Quando se estava falando do superfaturamento do Governo Fernando Henrique, não para pegar na contradição o depoente, mas para jogar lama em relação aos outros também, por isso que se falou, sim. Agora, se a declaração foi verdadeira, se não foi, o que quer que seja... Agora, sejamos francos: o nome do Senador Arthur Virgílio não foi sacado não foi por um qualquer detalhe, não foi. É porque é o Líder do PSDB, foi o Líder do Governo Fernando Henrique. Agora, depois que o tumulto está feito, aí vem a velha verborragia, as palavras, “ó, vamos ter consenso, ó, vamos ter racionalidade, ó, não vamos ter discurso”. Tudo mentira. Tudo mentira. É por isso que eu prefiro ser considerada agressiva e intolerante do que cínica e dissimulada. Peguemos a fita e vejamos exatamente onde é que entrou, em qual contexto entrou. Aliás, quem foi dizer que não era verdade foi o depoente.

Agora, o bom é isso: é que as coisas se apresentem da forma que elas são. Um dia é a maior esculhambação, aí quando o outro vai lá e responde, aí diz “ó, vamos para a moderação, ó, não foi bem assim”. Tudo cinismo, porque infelizmente cada vez eu aprendo mais que o mundo da política é o mundo do mel na boca e biles no coração; sorriso pela frente, facada pelas costas, puro oportunismo. Não existe amizade, não existem relações programáticas e ideológicas, é só facada nas costas quando bem quer. Um dia você é o amor eterno, no outro dia você passa a ser a pior pessoa do mundo, quando você já não mais serve. Portanto, só para reconstituir o debate de ontem.

Agora, o melhor mesmo é pegar as notas taquigráficas, o melhor mesmo é pegar a fita para que a gente possa realmente ver o que aconteceu.

Agora, eu volto a repetir: ontem foi um dia muito esclarecedor. O Governo Fernando Henrique patrocinou um trambique de superfaturamento, e o Governo Lula repetiu o mesmo trambique, e o pior: fez de conta que havia diminuído, diminuiu, seis meses depois aumentou e, menos de um ano depois, aumentou mais do que o Governo Fernando Henrique já tinha aumentado, e tudo isso para possibilitar um pagamento. É por isso que eu digo: essa CPMI é essencial, porque essa CPMI investiga a área, a água suja que move o moinho da corrupção e do “mensalão” e investiga também como o financiamento de campanha acaba viabilizando o procedimento dos Governos e dos seus respectivos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana e depois o Senador Sérgio Guerra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, com muita serenidade, eu quero pedir a V. Ex^a que envie especialmente ao Senador Arthur Virgílio a degravação de toda a intervenção que eu fiz ontem à noite nesta CPI e da qual eu não mudo nenhuma palavra porque tenho absoluta convicção do critério que utilizei ao fazer aquelas declarações.

Segundo, eu defendo, há muitos anos, e quero defender nesta CPI, neste momento político, que uma das grandes reformas que este País precisa é do chamado financiamento público exclusivo de campanha para garantir a impessoalidade dentro do processo democrático.

Terceiro, eu digo que quem recebe um financiamento com recursos declarados não comete nenhuma ilegalidade e não há, na minha fala, nenhum ataque ao Senador Arthur Virgílio. Acontece que eu tenho ouvido, ao longo de vários dias, diversas falas que dizem “como a campanha do Presidente Lula foi financiada pela empresa X, o Presidente Lula está comprometido com o ilícito envolvendo a empresa X e relações com o Governo”. Então as ilações vão se tirando, e eu ontem fiz uma pergunta, e eu perguntei ao proprietário da Skymaster que ali estava: “o senhor e a sua empresa contribuíram com alguma campanha?” E ele respondeu: “não”. Eu digo: “o senhor está errado, porque eu tenho aqui a relação do TSE, que está aqui na minha mão”, e disse: “o senhor contribuiu para a campanha do Senador Arthur Virgílio, para a campanha do Deputado Carlos Mota e para a campanha do candidato a Governador Carlos Eduardo de Souza Braga”. Não fiz nenhum juízo de valor contra o Senador Arthur Virgílio, só disse – e tornei público – que a Skymaster financiou essas três campanhas, como, aliás, é público no *site* do TSE.

Agora, se o Senador Arthur Virgílio se destempera completamente, vai à tribuna do Senado, onde eu não tenho tribuna e agradeço por poder estar usando esta tribuna neste momento, e diz que eu sou o “Deputado da meia-noite”, que eu sou “vampiro da saúde”, que eu sou covarde porque não tenho coragem de estar na frente dele, eu digo: eu não sou isso que ele disse. O que eu falei aqui ontem é algo absolutamente institucional, está comprovado aqui, não ataquei a honra do Senador em nenhum minuto, e, infelizmente, ele se destemperou e atacou a minha honra e atacou o Presidente Lula de maneira absolutamente destemperada.

Peço, Sr. Presidente, que mande todas as notas taquigráficas do que eu falei aqui ontem para o Senador Arthur Virgílio e provavelmente ele vai revisar a fala que fez depois de ler aquilo que efetivamente eu falei aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Apoiado, Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – As notas serão encaminhadas ao Deputado Henrique Fontana.

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu já recebi informação, nesses poucos minutos, da assessoria do Partido, que diz que o Senador Arthur Virgílio tem gravação das palavras do Deputado e cópia do vídeo no momento em que ele se pronunciou.

Eu quero dizer, como já tenho dito antes, que nós aqui temos que devolver esta Comissão à rotina do seu Regimento, das votações que respeitem o direito dos Partidos e das facções. Se não fizermos isso, não vamos prosseguir.

Segundo, com relação a esse procedimento recorrente, desonesto, de incorporar, numa discussão que não tinha nada a ver, nomes de pessoas honestas com o intuito evidente de causar-lhes dano, eu quero dizer que nós não aceitamos isso.

Não é a primeira vez, nem é a segunda, nem é a terceira. Um dia desses nós estávamos tratando aqui de personalidades que a sociedade já condena, parcela do PT já condena, setores os mais lúcidos do Brasil já condenam, estão, evidentemente, comprometidas nisso, e pessoas honestas foram questionadas aqui como se tivessem aquelas pessoas o mesmo papel das outras, ou pudessem ter.

Quando a Senadora Ideli foi citada, eu tomei a iniciativa de dizer que confio nela, acredito que ela é uma pessoa limpa e que não devia estar citada num ambiente desses porque esse não é o ambiente dela. Com a maior tranquilidade, eu disse isso e diria de novo.

Agora, é evidente que não foi tão ingênuo assim – perdoe-me, Deputado – a citação do Senador Arthur Virgílio num momento em que falava de subfaturamento, corrupção e outras coisas que ele atribui se desenvolveram no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É uma provocação que nós não aceitamos e vamos enfrentá-la com a mesma determinação do Senador Arthur Virgílio. Não tem esse negócio de coragem, ninguém aqui é mais corajoso do que ninguém, não tem esse negócio de ser dono da verdade, o Senador Arthur Virgílio defendeu a honra dele, não está certo citar Arthur Virgílio junto de Delúbio Soares, como não está certo citar Ideli Salvatti da mesma maneira, como não está certo citar Eduardo Azeredo. Devemos separar. Nós temos cabeça, nós conhecemos as pessoas, temos responsabilidade e não podemos ter esse procedimento. Não é correto.

Não tem a menor relevância saber se o Senador Arthur Virgílio teve uma ajuda de cinco, dez ou vinte, de qualquer empresa. A prestação de contas dele é uma prestação limpa, aprovada, com valor que é inclusive bastante substantivo, o que demonstra que não omitiu recursos que lhe foram doados.

Então, eu penso que não é esse o bom caminho...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Senador, permite só uma frase?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não ouvi as palavras do Senador Arthur Virgílio...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Permite-me só uma frase?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Logo a seguir.

Não posso me pronunciar sobre o que não vi, mas conheço o Senador Arthur Virgílio; ele tem a indignação das pessoas sinceras. É uma pessoa extremamente conciliadora, tem sido, em alguns momentos, até incompreendido na nossa base, e não merece acusações nem citações desse tipo, que não podem ser feitas e que não são ingênuas. Não me venham dizer que é ingênuo, que é normal, convencional, porque não é, é uma tentativa de confundir, estão desenvolvendo uma tentativa de confundir isso aqui, por pessoas que não podem fazer isso sem se comprometer fortemente.

Faço um apelo para que voltemos, para que esta Comissão volte aos seus trilhos, que todos tenham direito, que os seus requerimentos sejam votados, aprovados ou não, e que não se faça citação de gente que não deve ser citada de forma irresponsável.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu só reivindico, Senador, que esse mesmo critério seja utilizado em relação aos dados declarados de financiamento da campanha do Presidente Lula.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O mesmo critério de respeito em relação a quem declarou os seus financiamentos de campanha. Que não haja dois pesos e duas medidas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Os homens públicos não podem fazer provocação como o

Senador Arthur Virgílio fez em relação ao Presidente Lula, isso aí é inadmissível.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quando eu perguntei à Mesa a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Por favor, nós temos o Deputado Arnaldo Faria de Sá falando, e depois do Deputado Arnaldo Faria de Sá, me desculpem, mas eu vou encaminhar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quando eu perguntei à Mesa a respeito dos ofícios voluntários de quebra de sigilo bancário, a Mesa me mandou cópia dos ofícios de Sílvio Pereira, Delúbio Soares e José Genoíno. Não tinha mandado José Dirceu. E agora eu recebi o do José Dirceu e, lamentavelmente, esse do José Dirceu não está nem de acordo com aquilo que a Mesa tem informado, o ofício do José Dirceu diz apenas o seguinte: “para os propósitos de bem cooperar com os trabalhos desta Comissão, venho voluntariamente colocar à disposição toda e qualquer informação referente às operações bancária, fiscal e telefônica. Atenciosamente, José Dirceu”. Isso aqui não vale para nada, Sr. Presidente. Essa é a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, houve uma mudança, inclusive em função da assessoria jurídica da Comissão, nós vamos encaminhar as cópias. Acredite V. Ex^a na Mesa Diretora, porque nós tivemos muito cuidado no encaminhamento dessa questão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na Mesa eu acredito, não acredito em quem ofereceu esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tenha a certeza de que V. Ex^a terá as cópias...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não acredito em quem ofereceu esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a terá as cópias que efetivamente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas a cópia que a Mesa tem é esta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, nós vamos apresentar, nós vamos encaminhar a V. Ex^a, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, eu peguei agora, na mesa. Peguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos encaminhar as cópias para...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Peguei agora na mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acredite na proposta, naquilo que a Mesa Diretora está afirmando, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na Mesa eu acredito, eu não acredito nesse documento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de fazer algumas ponderações. Primeiro, para dizer a V. Ex^{as} que, a despeito do momento que vivemos, das tensões, a CPI Mista dos Correios continua trabalhando, continua produzindo, a despeito até de outras CPIs que foram criadas talvez em momentos diferentes, mas que, por causa das divergências, acabaram não dando em nada. Esse não é o raciocínio – tenho a absoluta convicção – de nenhum parlamentar do Governo ou da Oposição, e é por isso que, independentemente das dificuldades, nós avançamos.

São importantes as ponderações do Senador Sérgio Guerra, tenho absoluta convicção

Por favor Senador Sibá Machado e Deputado Arnaldo Faria de Sá!

Gostaria de fazer mais alguns comentários, mas acredito que, para o bem da CPMI e para as pessoas de bom senso, a reunião está encerrada. Até a próxima semana.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 15ª Reunião, realizada em 19/07/2005.

Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quatro minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e com as presenças dos Senhores Senadores, Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Jéferson Perez, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Efraim Moraes e dos Senhores Deputados, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrubal Bentes, Osmar Serráglio – Relator, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, José

Eduardo Cardoso, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos, Wilson Santiago, Welinton Fagundes, Fernando Diniz, Álvaro Dias, e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati e Deputados Fernando Gabeira, Fernando Coruja, José Rocha, Renildo Calheiros, Renato Casagrande, Daniel Almeida, Ronaldo Dimas, Mendes Thame, Marcelo Ortiz, Ricardo Barros, Zulaie Cobra, Nelson Bornier, Domiciano Cabral, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima quinta reunião. Antes de dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e submete-a à votação (aprovada). A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do senhor Silvio Pereira. Em seguida, convida o depoente a fazer seus esclarecimentos. O Presidente concede a palavra ao Relator, Osmar Serráglio, para inquirir o depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Eduardo Paes, Juíza Denise Frossard, Antonio Carlos Magalhães Neto, Heloisa Helena, Álvaro Dias. Antes de questionar o depoente, o Deputado Maurício Rands solicita à Mesa que faça constar em ata o falecimento da senhora Elizete Pucci de Oliveira, assessora da Senadora Ideli Salvatti. Dando continuidade às inquirições, o Presidente passa a palavra aos seguintes parlamentares: Carlos Abicalil, Onix Lorenzoni, Demóstenes Torres, Ricardo Barros, Fernando Bezerra, Arnaldo Faria de Sá, Sérgio Guerra, César Borges, Pedro Simon, Jorge Bittar, Juíza Denise Frossard, Carlos Sampaio, Alberto Goldman, Henrique Fontana, Murilo Zauith, Sibá Machado, Alberto Fraga, Jamil Murad, Geraldo Thadeu, Pompeu de Mattos, Chico Sardelli, José Eduardo Cardoso, Carlos Sampaio, Welinton Fagundes, Jorge Bittar, Gustavo Fruet, Asdrubal Bentes, Heráclito Fortes, Efraim Moraes. Como não-membros, a Mesa concede a palavra aos Senadores Eduardo Suplicy, Artur Virgílio e aos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e José Carlos Aleluia; como reinscritos, passa a palavra aos parlamentares: Heloisa Helena, Antonio Carlos Magalhães Neto, Eduardo Suplicy e Onyx Lorenzoni. Em resposta à questão de ordem levantada pelos parlamentares, o Presidente esclarece que o critério para uso da palavra obedecerá a lista de inscrição, que ficará disponível sempre trinta

minutos antes do início das reuniões para assinatura – com a seguinte ordem: **membros titulares; membros suplentes; membros titulares ausentes**, quando da chamada; **membros suplentes ausentes**, quando da chamada; **parlamentares não-membros, pelo prazo de quinze minutos**; e por último, **parlamentares reinscritos, pelo prazo de três minutos**, obedecida a mesma sistemática. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos das Empresas Brasileiras de Correios e Telégrafos.

A ata da 14ª Reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Os Srs. Parlamentares que concordarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– É sobre a ata, sobre a votação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não, depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Então, V. Exª aguarde um minutinho.

Em votação a dispensa da leitura da ata. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Silvio Pereira.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu queria, antes de mais nada, pedir a colaboração do Plenário porque são duas as questões que eu gostaria de encaminhar à Mesa e as considero bastante importantes.

Primeiro, Sr. Presidente, temos a informação de que um Juiz Federal de Minas Gerais está-se recusando a encaminhar para a Polícia Federal e para esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópias de documentos do Sr. Marcos Valério, dentre os quais os que contém uma lista de supostas pessoas que efetuaram saques nas contas bancárias das empresas do Sr. Marcos Valério, autorizadas por ele.

Quero saber da Mesa se de fato essa informação procede e que tipo de providências a Mesa pode adotar no sentido de fazer chegar, imediatamente, essas informações à Comissão.

Aproveitando essa mesma questão eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual é o Juiz a que V. Exª se referiu? De qual Vara?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Juiz Federal de Minas Gerais que está cuidando do caso naquele Estado, Sr. Presidente. Inclusive, supostamente na semana passada, havia sido acionado para se pronunciar sobre o caso.

Quero falar de outra questão conexa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quero ouvir o Relator a respeito da primeira questão de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Certo, então eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a informação que a assessoria está-me dando é que nós precisaremos aprovar um requerimento porque se trata de matéria sob sigilo. Teríamos que pegar os dados e precisá-los melhor para que nos fossem transferidos. Iremos providenciá-los, diante dessa informação que V. Exª está-nos prestando, com o detalhe, a propósito, de que, como parece haver envolvimento de Parlamentares, o foro privilegiado seria, realmente, lá onde está incidindo a investigação. Mas nós iremos anotar. Aliás, V. Exª pode formular o requerimento que nós o submeteremos à aprovação do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, então eu formularei o requerimento e, logo depois da oitiva do depoente, nós poderemos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Exª será atendido imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sobre, ainda, esse mesmo tema, eu gostaria de fazer um apelo ao Relator, Deputado Osmar.

Nós fomos informados pela imprensa brasileira, no último domingo à noite e ontem pela manhã, que havia um interesse comum do Relator e do Presidente, Senador Delcídio Amaral, em marcar uma audiência na próxima quinta-feira para a oitiva do Sr. Marcos Valério, quando ele seria, portanto, reinquirido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A primeira ponderação que faço é com relação à oportunidade. Nós entendemos, Sr. Relator, que não há tempo suficiente para fazermos o cruzamento de todas as informações concernentes à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério e das empresas a ele relacionadas.

Queria também ponderar que temos discutido a agenda dos trabalhos sempre nas reuniões administrativas das quintas-feiras, e isso não foi pauta da reunião de quinta-feira passada. Eu até via aqui, quando foi distribuída pelo assessor da Comissão, que, na pauta desta semana, o dia de quinta-feira está destinado a uma reunião administrativa. Então, gostaria que V. Ex^a mantivesse a pauta pré-estabelecida e, em comum acordo, nesta quinta-feira, nós discutiríamos a melhor data para marcar a reinquirição do Sr. Marcos Valério.

Eu tenho uma última questão, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, eu gostaria que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo é sobre o funcionamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esta reunião foi marcada para ouvir o ex-Secretário Silvio Pereira. Vamos estipular, então, um prazo, porque, senão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas todas as questões que estou levantando são importantes e dizem respeito ao funcionamento dos nossos trabalhos.

Tenho apenas mais uma.

Todos nós ficamos preocupados, Sr. Presidente e nobre Relator, com um documento que foi divulgado pela imprensa. Um documento apócrifo, não há qualquer suspeita da sua autoria e muito menos da sua autenticidade, que relacionou uma série de informações, dentre as quais o nome de alguns parlamentares que poderiam estar sendo beneficiados pelo Sr. Marcos Valério com a transferência de recursos.

Muito bem, ontem, quando eu cheguei aqui, eu indaguei do Secretário da Comissão se esse documento havia sido oficialmente recebido pela Comissão e ele me respondeu que não, que não havia nenhum registro de que aquele documento havia sido entregue. No

entanto, esse documento circulou pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional.

Então, eu queria que a Mesa tomasse providências, primeiro, no sentido de saber qual foi, de fato, a origem de chegada desse documento. Segundo, se é possível perquirirmos a autoria desse documento, se é possível identificarmos quem elaborou esse documento para, então, esta Comissão definir que providências tomar diante de denúncias graves, mas que, aparentemente, são apócrifas e sem autenticidade confirmada.

É uma preocupação, Sr. Presidente, primeiro, para que se verifique as informações contidas nesse documento e, depois, para que esse procedimento, se eventualmente incorreto, não se repita.

É a última ponderação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós tomaremos as providências.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto. Eu vou responder a questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu ainda vou fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas eu vou responder à dele.

A CPI tomou conhecimento, Deputado, nós recebemos como todos receberam nos corredores, mas a Comissão vai ver o que é possível fazer. V. Ex^a está certo, podemos tentar descobrir a autoria, mas vamos tomar as providências devidas.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, que havia pedido anteriormente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, nós estivemos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes, porém, quero dizer que teremos a tolerância de apenas quinze minutos.

Não vou ficar dando questão de ordem para todo mundo sendo que há um depoimento marcado para às 10 horas. Quinze minutos é a tolerância.

Com a palavra V. Ex^a, e peço que seja sucinto, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, estivemos cumprindo, na quinta-feira, uma determinação da Mesa em Belo Horizonte, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Eduardo Paes, o Deputado Jamil Murad e este Parlamentar. Verificamos

lá, Sr. Presidente, uma destruição de documentos da DNA referentes a exercícios fiscais de 2004, 2003, 2002 e 2001.

Portanto, documentos que deveriam, Sr. Presidente, estar sob guarda ou da empresa do Sr. Marcos Valério ou da empresa de contabilidade que atendia a ele.

O que nós vimos em Belo Horizonte é que inúmeros documentos – e aí se pode supor que não apenas da DNA, mas talvez até da SMP&B também – foram incinerados, Sr. Presidente, na semana passada. Foram salvas, Sr. Presidente, doze caixas, com mais de duas mil notas fiscais, Sr. Relator, que devem estar chegando no dia de hoje.

Eu queria sugerir à nossa Mesa Diretora dos trabalhos que solicitasse um estudo da assessoria técnica, não apenas da nossa CPMI, mas também da consultoria jurídica do Senado Federal, sobre a possibilidade de que a CPMI, para impedir a continuidade da destruição das provas por parte do Sr. Marcos Valério, bem como, numa medida preventiva e garantidora inclusive da integridade física do Sr. Marcos Valério, procedesse a um estudo, a consultoria jurídica do Senado, sobre a possibilidade da prisão preventiva do Sr. Marcos Valério – cautelar, esse é o termo, corrige-me o Senador Romeu Tuma. E o Senador já pediu um estudo a sua assessoria sobre a possibilidade de se ter essa cautelar.

Reafirmo, Sr. Presidente, que é imprescindível essa garantia para que as investigações não sejam prejudicadas por atos deliberados de destruição de documentos importantíssimos para as averiguações que fazemos. Além do que, Sr. Presidente, se conversa – e nós ouvimos – que, sem sombra de dúvida, por elementos que cercam, inclusive como prestadores de serviços, as empresas do Sr. Marcos Valério, poderia haver risco de vida para o Sr. Marcos Valério. Acredito que seria importantíssimo a CPMI conseguir obter essa cautelar.

E concluo, Sr. Presidente, só como observação, somando ao que diz o Deputado ACM Neto. Ouvir o Sr. Marcos Valério agora eu acho que é insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse problema nós vamos discutir posteriormente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tudo bem. E eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, vamos alinhar as coisas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, são dez segundos para fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse problema de ouvir ou não nós vamos dis-

cutir em outra oportunidade. Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tudo bem, Sr. Presidente, são dez segundos para uma sugestão – peço a sua tolerância, o senhor tem sido sempre tão gentil: ouvir, na próxima semana, a esposa dele, a Renilda, e a Simone Vasconcelos, porque estão aprovados os requerimentos na última semana. Esta é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos observar as sugestões de V. Ex^a. Quanto à primeira parte, V. Ex^a será atendido integralmente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É questão de ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vou pedir pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Deputado havia pedido antes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Deputado havia pedido antes. Por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu entendo que esta reunião de hoje foi convocada para a oitiva do Silvio Pereira, mas nós não podemos criar o fato consumado de que na quinta-feira será ouvido o Marcos Valério, até porque não houve essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse assunto não vamos discutir agora, Deputado. Peço a colaboração de V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor pode não decidir, mas vai-me ouvir.

Não foi essa a decisão tomada aqui na semana passada. Na semana passada, a decisão foi de que se ouviria, hoje, Silvio Pereira, amanhã Delúbio Soares e quinta-feira seria reunião administrativa. Se criarmos o fato consumado, deixar para decidir no final do dia, aí chegará amanhã, já está convocado o Marcos Valério para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não vamos fazer isso. A CPMI tem responsabilidade. Nós vamos seguir o cronograma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, mas acontece que há notícia de que o Presidente Delcídio e o Relator já decidiram e a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, nada será feito sem a maioria. Nada será feito sem a maioria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a está dizendo que nada será feito sem se ouvir o Plenário. Então, o Marcos Valério não será ouvido quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Sobre esses assuntos eu não gostaria...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Para uma questão de ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço. Não estou pedindo a palavra pela ordem, quero formular uma questão de ordem, chamando a atenção especial do Relator, e vou ser muito breve.

Sr. Presidente, a cada instante, até pelos pedidos de palavra pela ordem que foram feitos aqui, parece-me, Deputado Osmar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual o artigo que V. Ex^a está invocando para a questão de ordem?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O art. 152.

Sr. Presidente, se V. Ex^a deseja, como eu estava inscrito para falar pela ordem, fico com o “pela ordem” e não faço questão de ordem. Se isso lhe satisfaz, estou...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Fale, Deputado, que o Brasil inteiro quer ouvir o Sr. Silvio Pereira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço-lhe.

Sr. Relator, o que está acontecendo? Todos esses “pela ordem” colocados aqui inicialmente têm uma razão simples: há uma angústia muito grande dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo fato de boa parte dos depoentes vir aqui e obviamente faltar com a verdade, mentir. É o que temos constatado em cada reunião desta Comissão.

Na última reunião, Deputado Osmar Serraglio, na oitiva do Sr. Marcos Valério, fiz uma questão de ordem, que foi indeferida pelo Presidente, no sentido de que essas afirmações falsas, julgado o mérito dos **habeas corpus** preventivos, pudessem ser levadas em consideração como sugestão da CPMI ao Ministério Público.

Eu queria sugerir – e queria ouvir o Relator a esse respeito – que solicitássemos ao Procurador-Geral da República a indicação de membros do Ministério Público Federal, para que acompanhassem conosco os trabalhos da CPMI, e que, independentemente da conclusão desses trabalhos, com os dados que forem coletados, o Ministério Público já pudesse tomar providências em relação àquilo de que se tem uma angústia enorme.

Digo isso, Sr. Presidente, porque corremos um sério risco: a CPMI tem tentado fazer um esforço enorme para não ser autoritária, para não sair fazendo pirotecnia, prendendo as pessoas – esse não é o nosso objetivo –, mas também não podemos transformar todos os membros desta CPMI em figuras expostas ao ridículo, porque todos os que têm vindo aqui depor têm mentido de forma deslavada.

Portanto, indago ao Deputado Relator se seria uma providência interessante.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos ouvir o Relator?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Queria destacar que essa foi uma sugestão feita pelo Deputado Gustavo Fruet, que, em razão de uma entrevista em São Paulo, não pôde estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ótimo. Vamos ouvir o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa idéia da presença de alguém do Ministério Público tem sido reiterada aqui nas reuniões, e nós já estamos em contato. A dificuldade que está havendo é na designação, porque, de qualquer modo, é necessário que retirem de algum lugar onde está trabalhando. Essa conversação já está estabelecida, e acreditamos que, muito brevemente, contaremos com a presença real de um representante da Procuradoria aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço-lhe, Sr. Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Demóstenes Torres.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então, a Senadora Heloísa será a última, por favor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu já havia pedido a minha inscrição e gostaria de saber se V. Ex^a a anotou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^{as} terão oportunidade de fazer a inscrição agora

mesmo. Do contrário, não trabalhamos. Temos de ouvir o depoente. Ele foi convocado para as 10 horas.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou levando tanto bombardeio, Sr. Presidente, que, toda a vez que peço a palavra, a resposta é essa! Sou obrigado a me dirigir de outra maneira à Mesa e acabo pagando por isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Sibá Machado, gostaria de contar com a compreensão de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode aguardar oportunamente. Eu concederei a palavra a V. Ex^a. Do contrário, aqui vai virar desordem, e não vou presidir dessa forma.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, precisamos otimizar o nosso trabalho, porque todos nós, parlamentares, estamos numa situação bastante complicada. Somos responsáveis, inclusive legalmente,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Temos de demonstrar isso ao País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ...pelos sigilos que estão à nossa disposição.

Qual é o nosso procedimento? Temos de ir a uma sala onde se encontram documentos amontoados, para consultá-los. Isso, de prático, não tem nada, porque nenhum de nós aqui é capaz de fazer uma análise documental da montanha de documentos que já apareceu.

A Senadora Heloísa Helena relatava que saiu às 13h30min da Comissão, leu o que tinha de ler e o que não tinha de ler e não chegou à conclusão alguma, porque esse trabalho é infrutífero.

Então, o que estou solicitando a V. Ex^a, e pediria que o Relator pudesse opinar a respeito, é que, sob compromisso, desse a qualquer Parlamentar, que tiver interesse, cópias dos documentos já existentes com o termo – isso já aconteceu em todas as demais CPIs: cópia sob compromisso –, para que possamos analisar. “Ah, mas há preocupação de vazamento”. Está tudo vazado. Quando chega aqui, todo mundo já publicou. Somos os únicos que não temos acesso, os Parlamentares que estão investigando.

Então, eu solicitaria isto: sob compromisso, quem tiver interesse que obtivesse as cópias, mesmo porque somos responsáveis pelo sigilo.

Sugeriria isso à Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator vai consultar a parte técnica e, se for possível, V. Ex^a será atendido. Se não for, terá uma satisfação.

Com a palavra o Senador Sibá Machado e, posteriormente, Heloísa Helena.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que é isso? Consultar o Plenário, e não a parte técnica, Sr. Presidente. Que é isso?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não vou entrar no mérito da discussão, embora todos estejam entrando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A Senadora está com a palavra. Todos já a tiveram. Ambos que estão discutindo já tiveram a palavra. Agora, com a palavra a Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pode deixar todos falarem.

Vou fazer o encaminhamento. Sinto-me tentada a entrar no mérito do debate, mas não vou fazê-lo para dar conta dos trabalhos de hoje.

O que apelo a V. Ex^a, ao Relator e ao Presidente Delcídio Amaral é que convoquemos, antes da quinta-feira, uma reunião administrativa. Se vai ser de madrugada, se vai ser às 7 horas da manhã, mas vai ter que ser feita, para que possamos trabalhar de segunda a sexta, porque já está mostrado como impraticável funcionar só dois dias na semana com depoimento e análise de documento.

Então, essa uma proposta objetiva, para que seja convocada uma reunião administrativa antes da que supostamente poderia ser marcada para quinta-feira de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acho até que V. Ex^a poderia formalizar por escrito para trabalharmos de segunda a sexta e submeter ao Plenário. Acho que é uma medida extremamente necessária e urgente.

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para concluir nessa linha, estou reiterando, mais uma vez, a necessidade de as três CPIs, os três Presidentes e os três Relatores se encontrarem para se fazer uma proposta de atuação em conjunto, para que evitemos fazer a circulação, ficar girando em círculo, buscar os mesmos documentos, os mesmos depoimentos ou coisa parecida. Uma terceira CPI se instala hoje. Não vejo nenhum impedimento de, até quinta-feira, os três Presidentes com os três Relatores proporem para nós uma atuação coletiva. Isso facilitará ao máximo os nossos trabalhos, coadunando com essa idéia de se trabalhar de segunda a sexta-feira. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator tomará as providências. Convido para o seu...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas em razão da importância, desde o início...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a não estava. Eu disse que iria ter 15 minutos de tolerância para ouvir os companheiros. Eu tinha dado a palavra à Senadora Heloísa como última inscrita. Eu gostaria de contar com a colaboração de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Trinta segundos. Eu quero reiterar o apelo que tenho feito insistentemente. É preciso que a Presidência da CPI autorize funcionário credenciado por cada Bancada para acesso aos documentos. É impossível que cada Senador ou Deputado tenha que ficar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Levarei a preocupação de V. Ex^a, mais uma vez, ao Presidente Delcídio. Não posso e não tenho competência para decidir. Levarei, mais uma vez, ao Presidente Delcídio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. É fundamental porque temos que trabalhar com provas documentais, senão não chegaremos aos objetivos. Por isso, Sr. Presidente, espero que essa seja a última vez que faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Peço à assessoria que faça entrar o Sr. Silvio Pereira para prestar o seu depoimento.

Por favor. (Pausa.)

Encontra-se em nossas mãos o **Habeas Corpus** nº 86.319/1, medida cautelar do Distrito Federal. Portanto, o depoente prestará o seu compromisso. Aliás, está dispensado de assinar o termo de compromisso. Ele vai prestar o depoimento como investigado. V. S^a, Sr. Silvio Pereira, tem o microfone à disposição para...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia informar quem são os advogados que acompanham o depoente? O nome dos advogados? Declinar os advogados que acompanham o depoente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Arnaldo Malheiros Filho, por sinal xará de V. Ex^a, Flávia Raal e Celso Vilares. Deu para anotar: Flávia Raal, Celso e Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão. Ele foi considerado como investigado pelo Supremo ou foi a pedido do advogado, considerando-o como indiciado? Foi o Supremo que já o rotulou como indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como indiciado? Não sei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele é investigado ou é indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Investigado. Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas já foi pelo Supremo ou a requerimento do advogado?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tem o **habeas corpus**.

O SR. (Orador não identificado) – A requerimento do advogado, que se qualificou como tal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. S^a tem alguns minutos para se auto-qualificar, um pequeno histórico, e, logo em seguida, as considerações que deseja fazer. Logo depois, o Relator fará as perguntas e cada um dos Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Sr. Silvio Pereira.

O SR. SILVIO PEREIRA – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Relator. Bom dia, senhoras e senhores. Estou aqui para prestar esclarecimentos a esta CPI e a toda a opinião pública. Estou aqui para falar a verdade, a verdade que marcou toda a minha trajetória em 25 anos de militância no PT.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O som, por gentileza.

O SR. SILVIO PEREIRA – Repetindo, estou aqui para falar a verdade, a verdade que marcou a minha trajetória em 25 anos de militância no PT. Estou no PT desde a sua fundação. Fui secretário de organização, depois secretário-geral, onde pude conhecer o PT em nível nacional.

Acompanhei a trajetória de desenvolvimento do PT em todos os Estados, nos principais Municípios deste País. Foi em função deste meu conhecimento do PT – seus filiados, seus militantes – que o meu Partido me indicou para coordenar, em seu nome, as indicações de pessoas vinculadas ao PT para cargos de confiança no Governo Federal. Mas, quero, logo de início, afirmar, perante esta CPI e a todo o País: quem nomeou foi o Governo. Eu nunca nomeei ninguém no Governo Federal.

Muito obrigado. Estou à disposição de todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NEGO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o depoente deveria, pelo menos, fazer um breve histórico da sua qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu já havia solicitado, e ele fica à vontade. Se quiser, tudo bem; se não, não podemos obrigá-lo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sou sociólogo. Tenho 44 anos. Sou casado. Iniciei minha militância logo no início da fundação do PT. Minha participação começa nas comunidades eclesiais de base de Osasco. Antes ainda da fundação do PT, militei rapidamente no Partido Comunista Brasileiro, ainda no período da clandestinidade. Assumo a fundação do PT, milito no movimento sindical e sempre tenho a minha vida marcada na militância por direitos humanos.

Ajudei a fundar o Centro de Defesa de Direitos Humanos de Osasco. Participei do início da luta pela anistia. Militei, durante dez anos, no Núcleo de Base do Clube Dezoito em Osasco. Depois disso, assumi vários cargos no PT: fui para a direção municipal do PT, a primeira Comissão Provisória, Direção Estadual, Executiva Estadual. Em 88, quando o PT ganha a Prefeitura de São Paulo, eu vou cuidar também do Partido, aqui, em nível da Capital. Depois, vou para a direção estadual do PT, assumindo o cargo de Secretário de Organização e, depois, como Secretário-Geral Estadual do PT.

No ano 2000, provavelmente em 2000, eu entro para o Diretório Nacional do PT, embora esteja desde a fundação. Somente no ano de 2000, eu sou eleito para o Diretório Nacional do PT. Assumo a Secretaria de Organização por dois mandatos. Em 2004, eu saio do meu cargo de Secretário de Organização e assumo no lugar do Deputado Bittar, que está aqui presente, como Secretário-Geral. O Deputado Bittar foi ser candidato a Prefeito na cidade do Rio de Janeiro.

Em toda a minha militância no PT, desde o início, participei das diversas campanhas que o PT fez desde 1982 até as últimas campanhas, sempre participando na organização do PT. A minha característica, o meu perfil, a minha dedicação tem sido organizar o PT em todo o País, desde o Sul ao Norte, particularmente nas regiões mais carentes, mais difíceis, nas regiões mais distantes deste País.

Circulei por todo o Partido. Essa é um pouco a minha característica. A partir da eleição do Presidente Lula em 2002, assumi em nome do PT. Exatamente por esse conhecimento que eu tenho de todo o Partido, de toda a militância, da nossa Bancada Federal, da nossa Bancada no Senado, dos nossos Prefeitos, é que eu assumi essa função de poder coordenar as indicações do PT ao Governo do Presidente Lula.

Não sei se consigo responder todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Muito obrigado. Outras questões também poderão ser formuladas durante o interrogatório.

Concedo a palavra ao ilustre Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente Silvio Pereira, Sr. Advogado Arnaldo Malheiros, o que estamos investigando e o que a mídia toda tem divulgado – e é nesse sentido que iremos incidir o nosso questionamento em relação a V. S^a, Sr. Silvio Pereira – é o fato de que V. S^a poderia ter sido um instrumento de captação de recursos para o Partido dos Trabalhadores e, eventualmente, para os Partidos aliados.

Ultimamente, fomos surpreendidos com a informação de que os recursos que estão sendo questionados, pelo menos nesses bancos mais visados, teriam sido resultantes de empréstimos. Mas confesso que tenho ouvido os colegas Parlamentares e que precisamos de informações muito mais claras, para que possamos afastar a idéia de que, de fato, V. S^a era um elo muito importante no relacionamento com as empresas, tanto prestadoras de serviços, fornecedoras de produtos, quanto de intermediação daqueles que tinham interesses a serem decididos junto ao Governo.

Repetidamente, tanto na imprensa quanto no que ouvimos, o nome de V. S^a vem à baila exatamente como alguém que estava incrustado no Palácio do Planalto, em sala próxima de quem comandava primordialmente os destinos do Governo e ali se fazia a interlocução daqueles que seriam os ocupantes de cargos. Para resumir, a Comissão precisa saber até onde V. S^a, ciente ou não ciente, foi utilizado para servir de mecanismo de obtenção de recursos, e daí se procedera àquilo que na seqüência se denominou de mensalão, que seria distribuído de forma a que o Governo tivesse um apoio facilitado nas decisões do Parlamento.

A primeira pergunta faço a V. S^a – gostaria que fosse bastante detalhado em tudo o que lembrasse: para quais cargos e de quais empresas, ou da administração direta, V. S^a intermediou, enfim, levou à nomeação? Porque é certo que V. S^a, até onde li nos depoimentos, não ocupava cargo algum. É evidente que V. S^a não nomeou ninguém no Governo, mas quais cargos passaram pelas mãos de V. S^a para que finalmente fossem nomeados oficialmente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, conforme afirmei aqui e é também, de certa maneira, de conhecimento de muitos Parlamentares desta Casa, a minha função era coordenar as indicações do PT e fiz isso com muita dedicação. Foi uma história de vinte e cinco anos para conquistarmos a Presidência da República. Considero justo, legítimo que os partidos que

compõem a base, os partidos que apoiaram o Presidente, possam fazer indicações de quadros técnicos, de quadros políticos, com competência, ao Governo. Foi exatamente nessa função, Sr. Relator, como representante do PT, que eu recebia, por parte de diversos Parlamentares do PT.

Nós temos vinte e sete diretórios estaduais. Para o senhor ter uma idéia, coordenei em torno de cinco mil nomes para poder compor esse chamado banco de dados do PT. Esses nomes nós recebíamos do Partido e os encaminhávamos ao Governo. Nem sempre os nomes... Eu representava, portanto, os interesses do Partido nas pessoas dos militantes, dos dirigentes e dos Parlamentares. Encaminhávamos ao Governo porque aí, sim, o Governo tomava a decisão da nomeação.

Nesse período, era evidente que em muitos casos aconteciam reivindicações também entre Partidos da base: o PT, o PL, o PTB e assim por diante. Eu não escolhia apenas esse ou aquele cargo; eu levava as demandas, as reivindicações para o Governo e era ali, no Governo, que se processavam as indicações. Portanto, não tenho indicações em meu nome pessoal ao Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – A pergunta não é quais indicações teriam sido procedidas em seu nome. Quais as que V. S^a apresentou ao Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Apresentei alguns nomes, Sr. Relator. Nem necessariamente os nomes que eu apresentei foram ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Eu não queria esses cinco mil. Eu queria que V. S^a se concentrasse naqueles que evidentemente chamam a atenção: as grandes diretorias.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não participei, Sr. Relator, da formatação das diretorias. Eu indicava nomes ao Governo. Às vezes se indicava um nome para uma diretoria de uma empresa e não necessariamente aquela pessoa era nomeada naquela diretoria; às vezes era nomeada em outro lugar. E eu não tenho controle de quem foi totalmente indicado e onde foi nomeado. Depois, se tiver alguma coisa mais específica eu saberei responder se esse nome eu indiquei, ou não. Mas, no nível geral, não tenho assim um relatório onde se diga: olha, eu indiquei “x” nomes: esses nomes foram para cá ou para lá.

Nós indicamos um conjunto de nomes ao Governo e muitos dos nomes que foram para o Governo não necessariamente fui eu que indiquei todos. Os ministros montaram os seus ministérios de acordo com seus critérios. Não é que todos os nomes de cargos de confiança, petistas ou não, passavam por mim. Isso não é verdade, isso não aconteceu, por isso eu não

tenho este controle desta forma como o Sr. Relator está nos solicitando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Mas pelo menos algum nome. Não é de se supor, até porque V. S^a viria depor e deve ter verificado seus assentos, porque não viria aqui para dizer que não viu nada, não sabe de nada e passou pelo Palácio do Planalto com tudo isso que tem sido noticiado e não se lembra de nada.

Vou insistir num detalhe do depoimento de V. S^a na Polícia Federal: V. S^a disse que, pelo menos quando havia certo desentendimento, certo conflito de interesses dos partidos em relação a alguma diretoria, V. S^a interferia, enfim, entrava na negociação para que fossem serenados os ânimos dos partidos. Sobre quais diretorias V. S^a se lembra ter havido discrepância em torno da indicação em relação aos partidos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Vou tentar me lembrar, Sr. Relator. E acho que, no transcorrer, poderei me lembrar de outros casos.

Isso se deu em meados de 2003. Vou dar um exemplo bem concreto: a Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Era natural que, no caso do PT, o Partido sempre reivindicava os cargos exatamente vinculados ao Ministério do Trabalho, à Delegacia Regional do Trabalho, cargos vinculados à questão do Inbra, onde o PT tinha maior tradição de trabalho.

Então, quando um partido da base aliada indicava uma pessoa que não era do PT para uma Delegacia Regional do Trabalho, isso dava bastante confusão. Por exemplo: logo no começo – eu me lembro disto –, houve uma conversa com o próprio PTB na época. O PTB tinha indicado ao Governo o Delegado Regional do Trabalho no Rio de Janeiro. Isso foi na direção do PTB, que indicou ao Governo um nome para Delegado Regional do Trabalho.

Nem sempre o nome que o Partido indicava era aceito de imediato, porque ele passaria por uma análise interna dentro do Governo. Eu me lembro que, nesse caso, depois do terceiro nome é que veio a ser aceita pelo Governo a indicação do PTB para a Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Isso provocou, no PT do Rio de Janeiro e na CUT do Rio de Janeiro, bastante problema, porque era da tradição da CUT, e a CUT não aceitava militantes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Silvio, talvez, para abreviar, porque, na verdade, não estamos interessados em cargos de Estados, embora, de alguma forma, até possam ser interessantes. Mais à frente isso poderá ser questionado.

Queremos saber: esta República tem grandes estatais, tem cargos que foram disputados por traduzirem poder. Era uma forma de partilha de poder, in-

clusive. E, estranhamente, essa briga sempre incidia sobre cargos – e essa também era uma pergunta que eu queria fazer a V. S^a. Não se percebia, nesse núcleo do qual V. S^a participava, que era formado por aqueles que efetivamente davam o toque final na nomeação, que a escolha era muito estratégica, era sempre em cima de locais que viabilizavam – não quero dizer que fosse isso –, para quem tivesse a intenção de arrecadar dinheiro, é evidente a escolha dos cargos.

Nunca li em algum lugar que algum técnico tivesse sido apresentado por ser um grande técnico e ocupar um cargo técnico onde não se mexesse com licitação, com compra, com dinheiro, enfim, que não servisse de fonte de recursos.

Agora, queríamos que V. S^a particularizasse mais, porque temos aqui, por exemplo, a informação do Diretor de Tecnologia dos Correios, e ele nos disse que foi indicado por V. S^a. Assim como ele, deve haver mais indicações tanto de V. S^a, enquanto interlocutor do PT, quanto dos Partidos da base.

Não acreditamos, perdoo-nos, mas não acreditamos que V. S^a não se lembre de indicações que criaram celeuma. Por exemplo, aquela do Ezequiel. Por que a indicação do Ezequiel não ocorreu ao longo do tempo, sendo solicitada por gente da base? Tudo mais ou menos costurado para que fosse assim e terminou não se operando? E quem deu a informação ao Senador de que não se operaria foi V. S^a. Portanto, V. S^a sabia de todas as indicações, de todas as nomeações. E é isso o que queremos saber.

Então, repito a primeira pergunta: quais os cargos em que V. S^a percebeu que havia disputa efetiva na sua ocupação?

E segundo: nunca estranharam, enquanto organização de poder, que, mais do que competência, o que se estava colocando eram pessoas estrategicamente localizadas na estrutura para aquilo que ficou tão claro? V. S^a deve ter ouvido o Roberto Jefferson falando, o Deputado Roberto Jefferson, e dando de dedo nos Líderes dos Partidos: “Vocês não sabiam que nós estávamos indicando diretores porque eram diretores para captar recursos?” E deu o exemplo do IRB, onde havia uma determinada importância; deu, inclusive, dos Correios; e finalmente nós vimos, esses dias, o escândalo das Furnas. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, não é fato que eu indiquei todas essas pessoas das estatais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não são todas. V. S^a está... Nós queremos que V. S^a particularize quais as que chamaram a atenção, porque V. S^a há de convir que estamos investigando nas estatais. Daqui a pouco, nós iremos saber. Como nós

já vimos nos Correios, nós iremos saber que fulano de tal está aqui porque o Silvio Pereira interferiu; está aqui... Percebe? Então, o ideal é que pelo menos aqueles casos que chamaram a atenção V. S^a recordasse, o que seria interessante para que o seu depoimento obtivesse a credibilidade necessária, na seqüência, junto daqueles que o irão ouvir.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, eu afirmei, no início, que eu falarei aqui a verdade. Todas as perguntas que me fizeram sobre a questão das indicações eu vou responder.

O que estou dizendo ao senhor é que não tenho esse conhecimento nesse nível que se possa imaginar. A hora de se fazer as perguntas mais específicas vou estar respondendo, não vou negar nenhuma resposta aqui, e vou poder tentar ajudar esta CPI.

Eu não tinha esse nível de informação, esse nível de influência e esse nível de decisão. Durante um bom tempo – na verdade, tem vários Parlamentares de diversos Partidos nesta Casa que podem testemunhar isto –, muitas vezes, eu lutava, sim, não só às vezes pela indicação do PT; às vezes eu tinha que tentar convencer o PT que o Partido da base tinha que compor. De fato, quando foram montados os Ministérios, os Ministros montaram seus Ministérios de acordo com os seus critérios. Nós discutimos depois indicações do PT, mesmo da base aliada, em algumas empresas. E, no meu caso, eu tive uma participação muito intensa nos Estados. Minha vinculação no PT, minha história no PT, ao longo desses anos, sempre foi uma relação com os Estados, todos os Estados. Quem me conhece no PT sabe exatamente disso.

Evidentemente que todas as perguntas que foram perguntadas vou tentar aqui lembrar, vou tentar responder todas elas, sobre todos os cargos que tenho conhecimento e de que eu tenha participado. Vou tentar esclarecer todas elas. Mas, em nível geral, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, V. S^a poderia começar já particularizando: o Sr. Medeiros, da Diretoria de Tecnologia dos Correios, nos informou – e ele foi confirmado pelo Maurício Marinho – que quem comandava a Diretoria de Tecnologia dos Correios era V. S^a, e que a indicação dele – ele dizendo – partiu de V. S^a.

O SR. SILVIO PEREIRA – É. Eduardo Medeiros, em novembro, foi-me indicado por um... Fui procurado por um grupo de funcionários dos Correios – alguns eram filiados do PT e outros não –, me apresentaram a reivindicação e o pleito do Eduardo Medeiros, pedindo o apoio do PT a essa indicação, alegando que se tratava de um funcionário de carreira dos Correios, uma pessoa do corpo técnico. Eles achavam importante ter

alguém do corpo técnico na Diretoria dos Correios, e vieram me pedir o meu apoio. Eu repassei essa indicação, esse currículo ao Governo.

Não foi muito diferente esse procedimento em relação a várias outras indicações que vou explicar para o senhor.

Então, no caso do Eduardo Medeiros, inclusive, quando repassei essa indicação ao Governo, nem sequer eu o havia conhecido, nem sequer tinha falado por telefone e nem visto ele. Vim conhecer o Sr. Eduardo Medeiros tempos depois.

Não comandava a Diretoria de Tecnologia. Não tive participação, qualquer outra participação dentro da Diretoria dos Correios. Os outros diretores são testemunhas disso, que eu nunca conversei com eles, eu nunca apresentei qualquer outra pessoa para poder ocupar os Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, se fosse algo assim tão normal, por que houve um encontro dele com V. S^a em um hotel em São Paulo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nós tivemos dois encontros. O primeiro encontro foi aqui em Brasília, também, em um restaurante, onde a gente... ele queria me conhecer, porque até então ele não tinha... ele assumiu e não tinha me conhecido... O corpo técnico dos Correios se movimentou. Procuraram vários canais para obter essa indicação. Um dos canais a que tentaram chegar foi em mim: o Sr. Eduardo Medeiros, quando estava em São Paulo. Foi um encontro super-rápido. Estava em uma atividade em São Paulo – se não me engano, dos Correios – da qual não participei. Eu tive um breve encontro com ele em um restaurante. Ele tinha acabado de almoçar e nós tomamos café juntos. Foi uma conversa super-rápida. Isso deve estar fazendo mais de um ano. Foram os dois únicos contatos que eu tive com o Eduardo Medeiros. Depois disso, eu não liguei nem ele me ligou. Não visitei os Correios. Aliás, visitei os Correios uma única vez na minha vida, logo na posse do Presidente Dipp. Fui lá, conheci, fiquei uns dez minutos na sede dos Correios e depois nunca mais voltei. Nunca encaminhei absolutamente nada nem ninguém para os Correios.

Ah, desculpe. Do Senador Bezerra?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do Senador, é. Do Ezequiel.

O SR. SILVIO PEREIRA – Do Ezequiel. Acho que está aí um bom exemplo, Sr. Relator, para eu poder explicar um pouco a minha participação nesse caso.

Eu lembro que, por ocasião da montagem do Governo, o Banco do Nordeste Brasileiro, o BNB, já tinha montado toda a sua diretoria, restava apenas um cargo de diretor que estava sendo disputado por três indicações. Uma indicação, do PT, era o companheiro

Avenzoar Arruda, que tinha sido candidato a Governador da Paraíba; a outra indicação era o ex-Governador da Paraíba José Paulino; a terceira indicação, exatamente do PTB, depois apoiada e sustentada pelo Senador Fernando Bezerra, era o nome do Ezequiel para a diretoria do BNB. Portanto, eram três nomes para apenas uma única vaga não-preenchida.

Eu não me reuni com os três. O Governo decidiu pela nomeação do Sr. Governador da Paraíba José Paulino para a diretoria do BNB, alegando, naquele período, que precisava ter pessoas com maior experiência para tocar o banco. Ficaram dois problemas: uma indicação do PT, que era o Sr. Avenzoar Arruda, e a indicação do Senador Fernando Bezerra, que era o Sr. Ezequiel.

O Governo chamava, na época, os partidos da base aliada. E é importante dizer que todos os partidos da base aliada tinham representantes junto ao Governo. Eu representava o PT; o PTB tinha seus representantes; o PMDB que apoiava o Governo tinha seus representantes; o PL tinha seus representantes; o PCdoB tinha seus representantes; o PSB tinha seus representantes. Eu conversei com todos eles, e o Governo os chamava para conversar.

Nesse caso, existia um conflito concreto de interesses. Eram três indicações, três partidos e uma única vaga. Na medida em que o Governo opta pela vaga para o José Paulino, duas outras indicações não são contempladas. Naquele momento, o Governo sugeriu tanto para nós, o PT, quanto para o PTB – e está aqui o Senador Fernando Bezerra, que pode confirmar – que o Sr. Ezequiel fosse indicado para um cargo de consultor junto ao BNB, um cargo qualificado, porque se tratava de uma pessoa muito qualificada. Esse foi o entendimento realizado naquele momento. Ali encerrou a minha participação nesse episódio.

Não sei exatamente... Só vim saber depois, em 2004, quando o Senador me procurou me informando que tinha alguns assuntos para tratar comigo. Lembro que eu já estava saindo de férias. Até combinei com o Senador para nos encontrarmos logo depois do Carnaval, acho que em março.

O Senador foi até o escritório do PT em Brasília. Discutimos um assunto relativo à campanha eleitoral no Rio Grande do Norte, porque estava havendo lá uma disputa entre partidos da base. O segundo tema, que é o que interessa aqui, foi o Ezequiel. Foi então que o Senador me informou que aquilo que havia sido combinado na época com o Governo não foi bem, assim, concluído. O Sr. Ezequiel acabou não indo para um cargo de consultor qualificado como havia sido prometido na época. Ele tinha ido para um cargo de assessor mais abaixo do que aquilo que tinha sido pro-

metido. Eu sempre fui cioso pela minha palavra, por aquilo que era combinado. E sempre lutei. Está aqui o Senador que está presidindo a reunião, que sabe o quanto que eu lutava para poder cumprir os acordos realizados. Lutava! Ia ao Ministro, ia ao Governo, porque achava que acordo feito tinha que ser cumprido. Quando o Senador Fernando Bezerra disse: “Você se lembra desse acordo?” Falei: “Lembro sim, Senador.” Num primeiro momento, até falei: “Ezequiel?” “Não, lembro sim do Sr. Ezequiel. Lembro do Sr. Ezequiel; lembro, sim, que o pleito era justo. O Rio Grande do Norte, nas montagens de Governo, sempre teve pessoas junto ao BNB.” Aí falei para o Senador – como já tinha mudado a diretoria dos Correios, havia mudado o Ministro: “Olha, Senador, acho”, foi exatamente assim que falei pra ele, “acho que tem uma diretoria nos Correios que não tem indicação partidária. Muitos até atribuem esse cargo como um cargo meu”. Falei assim para o Senador: “Olha, da minha parte não tem nada disso, Senador. Recomendo ao senhor que procure o Governo e reivindique esse cargo. Da minha parte, não tem absolutamente nada. Dependerá do Governo”.

No dia seguinte, eu me reuni com o Senador à tarde, aqui em Brasília. No mesmo dia, voltei para São Paulo. Li pelos jornais que, na véspera, à noite, tinha tido um encontro entre o PTB e o Governo, e, nessa reunião, o Governo havia decidido atender à indicação do Senador Fernando Bezerra do Sr. Ezequiel para a diretoria dos Correios, exatamente no cargo do Sr. Eduardo Medeiros. Eu não participei dessa reunião do PTB com o Governo. Eu participei só com o Sr. Fernando Bezerra.

Lembro-me também, nesse período, não sei se na matéria nos jornais tinha saído ou não a nomeação, aí já não acompanhei mais se tinha saído ou não. Depois, li nos jornais que a nomeação tinha saído. Lembro até quando o Senador foi viajar de férias, tinha ligado até para ele, porque vi que estavam tentando envolver o nome do Ezequiel num tema que o Ezequiel não tinha absolutamente nada a ver. Ainda falei para o Senador. E terminou ali a minha participação nesse caso do Sr. Ezequiel. Foi exatamente isso que aconteceu.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito embora não tenha prevalecido a questão o art. 14, por ter sido citado, por achar oportuno que os esclarecimentos se dêem no momento, pediria a V. Ex^a que me permitisse.

É absolutamente correta a versão do Sr. Silvio Pereira. Eu indiquei, logo no início da montagem do

Governo, por solicitação do então presidente do Partido José Carlos Martinez, o nome do Sr. Ezequiel para uma diretoria do Banco do Nordeste. Isso mantinha uma tradição de o Rio Grande do Norte, meu Estado, sempre ter uma diretoria no Banco do Nordeste.

Fui depois procurado pelo Dr. Silvio Pereira em meu gabinete, em nome do Ministro José Dirceu, dizendo exatamente... Ele não havia colocado como coloca agora que tinha prevalecido a indicação do Senador José Maranhão com o nome do ex-governador José Paulino. Ele me dizia que havia uma preocupação do Governo de que havia muitas indicações políticas, e o Ministro Palocci tinha essa preocupação e indicaria técnicos e oferecia uma assessoria da presidência do Banco. O que foi feito. Exatamente o que foi feito.

Com o passar dos tempos, algumas vezes, comprei porque havia o compromisso com o presidente do Partido... Aliás, é preciso que se diga aqui que indicações de nomes é uma praxe política antiga no Brasil. Aliás, em todos os países. Essa recepção de nomes no Governo anterior se fazia com o Eduardo Jorge, depois, com o Deputado Aloysio Nunes Ferreira. Portanto, não há nada de espúrio na indicação de nomes.

Decorrido o tempo, fiz várias cobranças ao Ministro Aldo Rebelo, ao Ministro José Dirceu, e encontros fortuitos. Depois, o encontro que fui aqui à sede do PT, como narrou o Sr. Silvio Pereira, para cobrar, uma vez que ele tinha sido o portador, como ele coloca, como coordenador das indicações do Governo, perguntar a ele por que inclusive o José Paulino tinha saído para disputar o Governo do Estado e a diretoria foi novamente ocupada por indicação do Senador José Maranhão, do PMDB. Eu queria apenas confirmar esses fatos.

Houve, realmente, um encontro meu com o Presidente da República, em companhia do Deputado Roberto Jefferson e do Deputado Fleury, e o Presidente confirmou a indicação. Mas é importante que se diga: em momento nenhum, em momento nenhum eu reivindiquei, até porque não sabia, diretoria dos Correios. Foi dado e oferecido como uma espécie de compensação. Eu consultei o Dr. Ezequiel – que havia residido aqui em Brasília e, no Governo de Fernando Henrique, havia sido Diretor da Conab –, se ele aceitava voltar a Brasília para uma diretoria nos Correios. Ele consultou sua família e confirmou a aceitação. Somente depois disso, o Presidente do Partido, Roberto Jefferson, encaminhou ao Governo e me convidou para esse entendimento com o Presidente da República, que confirmou a nomeação, que felizmente – felizmente, eu me considero um homem de muita sorte – não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e asseguro a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra de algum outro caso, de alguma nomeação que tenha ficado pendente, em que houve necessidade de negociação entre os Partidos?

O SR. SILVIO PEREIRA – No geral, Sr. Relator, no geral, realmente não consigo lembrar, mas no transcorrer eu posso estar lembrando e estar voltando ao assunto. Se eu me lembrar, com certeza falarei ao senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tinha um local onde atendia no Palácio do Planalto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, senhor, eu não tinha nenhum local reservado para mim, em nenhum lugar dentro do Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando alguém queria procurá-lo em Brasília, o que se diz é que isso se dava numa sala no quarto andar do Palácio do Planalto. Isso não é verdadeiro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso não é verdadeiro, Sr. Relator. Temos aqui, nesta, sala diversos Parlamentares que se reuniram comigo em salas de reuniões dentro do Governo, em salas de reuniões de trabalho. Eu tinha o meu celular, a minha sala ficava aqui no escritório do PT, no prédio da Varig, onde eu ia muito pouco, e lá na sede do PT em São Paulo, onde eu permanecia. Em 2003, eu vim com bastante frequência a Brasília; em outubro, a partir do nascimento da minha filha, passei a reduzir bastante a minha presença aqui em Brasília.

Nunca tive salinha, nunca tive estrutura, nunca tive secretária. Isso não existe, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só uma curiosidade, porque nós, costumeiramente, atendemos nos nossos gabinetes, em escritórios. O que leva a se fazer tanta reunião em hotéis? Todas as pessoas que nós ouvimos faziam as reuniões em hotéis.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu fazia minhas reuniões nas dependências do Governo, em salas de reuniões, em salas de trabalho, também fiz em hotéis, em escritório do PT. Eu procurava conciliar as reuniões de acordo com a minha agenda, o que era mais racional, o que rendia mais.

Quando vinha para Brasília, eu ficava muito pouco tempo. Por exemplo, eu me hospedava no hotel; logo de manhã, tomava três cafés da manhã, às sete, sete e meia, oito horas, oito e meia, e ia tudo na sequência. Muitas vezes, nem sequer dava tempo de eu ir a dependência do Governo, nem mesmo ao escri-

tório do PT. Então, às vezes, eu ficava ali no hotel. Os próprios Líderes de Partidos iam lá no hotel se reunir comigo, e não só Líderes, eu me reunia também nos hotéis com jornalistas. Com os principais jornais, as principais revistas, com os principais jornais do País eu me reunia em hotel, recebia dirigentes partidários de todos os Partidos da base aliada, também dirigentes sindicais, dirigentes da sociedade civil. Fiz várias reuniões importantes em hotéis, fazia-as à luz do dia, fazia-as ali no café da manhã, eu as fazia, Sr. Relator, onde fosse mais racional. Por exemplo, se eu fosse para Congonhas, eu as faria mais próximas de Congonhas; no retorno, se eu estava no retorno, eu fazia o mais próximo da minha casa ou na saída, ou na volta; enfim, eu procurava fazer com que rendesse o máximo o meu tempo e eu pudesse produzir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, não era para fugir da presença de assessores que pudessem ouvir as conversas estabelecidas. Não era essa a intenção.

O SR. SILVIO PEREIRA – De maneira nenhuma, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais as empresas de que V. S^a se lembra que tenham participado com alguém intercedendo junto ao Governo por alguma razão, algum pleito justo, mas que tenham-se valido de V. S^a como elo de ligação – empresas de porte de que V. S^a se lembra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Acredito que nenhuma empresa. Nunca, Sr. Relator, absolutamente nunca, fiz qualquer mediação de interesse de empresa privada junto ao Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca falou com ninguém no Governo a respeito da Skymaster?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca falei no Governo, com qualquer pessoa do Governo, assessor, dirigente, Ministro, sobre a empresa Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece o diretor da Skymaster?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como é o nome dele? Onde o conheceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso até esquecer o nome do diretor, porque estive apenas uma única vez com o diretor da Skymaster...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Luís Carlos Gonçalves.

O SR. SILVIO PEREIRA – Luís Carlos Gonçalves. Até no depoimento na Federal citei outro nome, porque eu realmente não recordava o nome dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É, falou Dumont. Dumont é do Banco Rural. É sinal que o senhor lembra também do diretor do Banco Rural.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não estive com ninguém do Banco Rural. Agora, voltando à pergunta do senhor, esse diretor da Skymaster – até então eu não o conhecia – ligou diversas vezes para a Secretaria-Geral, lá na sede, em São Paulo. Minha secretária atendeu duas... Não lembro exatamente a quantidade de vezes. Minha agenda...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que ele pleiteava?

O SR. SILVIO PEREIRA – É o que vou explicar para o senhor.

Como minha agenda é bastante carregada, pedi para a secretária perguntar exatamente qual era o tema da pauta. A alegação do Sr. Gonçalves, na época, foi a de que havia um problema entre a empresa e um membro do PT. Feito...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a faz essa referência na Polícia. De lá, desde sua oitiva até agora não consegue lembrar quem era o membro do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não lembro porque eu não estive... Estive, recebi a Skymaster. Vou responder isso para o senhor. Recebi a Skymaster, foi um encontro super-rápido – se eu não me engano, foi no hotel Sofitel –, um encontro que demorou uns trinta minutos. Ele começou explicando todo esse problema do contrato que ele tinha no Governo. Eu realmente não conseguia entender. Houve um momento que eu até o interrompi e falei... Não lembro qual o nome dele, na época. Era o Sr. Gonçalves. Não sabia que fosse esse o nome. “Eu gostaria de saber qual é o problema do PT? Qual é o problema que o senhor tem com esse membro do PT?” Aí ele começa a explicar, dizendo que se sentia prejudicado por um membro da Comissão de Licitação dos Correios, e citou o nome na época, sim, para mim, mas não me lembro desse nome. É um nome, um sobrenome difícil de assimilar. Eu falei: “Olha, eu não conheço essa pessoa, não o conheço, nunca o vi, nunca estive com ele. O PT não persegue ninguém. Esse é um tema...” Eu falei: “Não entendo isso que você está tentando me explicar. Esse é um tema...” Ele falou de maneira respeitosa comigo e eu com ele. Eu falei: “Esse é um tema, esse não é um assunto de partido. Tenho certeza de que o Governo vai lhe receber, no local apropriado, e vai ter o esclarecimento que o senhor deseja. O senhor procure o Governo”. A partir dali, Sr. Relator, encerrou meu assunto com a Skymaster. Nunca tratei desse assunto com absolutamente ninguém, não dei nenhum tipo de encaminhamento. Parou ali a minha participação nessa história da Skymaster.

Nunca mais vocês vão poder ter a oportunidade, na medida em que o meu sigilo telefônico já foi oferecido à CPI, acredito que o da Skymaster também... Essa própria investigação da CPI chegará a esta verdade. Nunca mais, nem por telefone, nem pessoalmente, nem por intermédio de ninguém dei prosseguimento a esse assunto da Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, com certeza, deve também ter visto que era uma afirmação reiterada, até nos corredores dos Correios, a ascendência que dispunha sobre as diretorias de operações e de tecnologia. Duas diretorias dos Correios – isso é reiterado – estavam sob controle... Afirmo o que tenho lido de V. S^a. E, de certo modo, isso se ajusta a esse empresário que sai de Brasília para São Paulo para falar com alguém que não é do Governo, que não tem nada a ver com as diretorias dos Correios, e que, depois, estranhamente, dobra o valor, ganha uma licitação com o dobro do valor, recupera o valor, nos Correios. E V. S^a não tinha, nunca mais – até, como V. S^a disse, nós temos o seu sigilo telefônico quebrado –, V. S^a tem convicção de que nunca mais manteve qualquer contato com ninguém da Skymaster?

O SR. SILVIO PEREIRA – Afirmo isso e sem poder utilizar aqui o **habeas corpus**. Nunca mais tive contato com a Skymaster, nunca encaminhei a Skymaster ao Governo, Sr. Relator. Esta é a verdade. Tenho aqui o **habeas corpus**, que podia estar utilizando, mas não estou utilizando, porque foi exatamente isso que ocorreu.

Quanto ao Sr. Madureira, não tive nenhuma participação, de nenhuma hipótese, de nenhum jeito, na sua indicação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a teve algum contato com alguém do Banco Opportunity?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece os donos da Novadata?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece Mauro Dutra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Marcos Valério?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode-nos dizer como foi esse conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pois não. Conheci o Sr. Marcos Valério, Sr. Relator, em meados de 2003,

nas dependências do PT, quando me foi apresentado pelo ex-secretário de finanças do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Salvo engano, antes da posse, V. S^a não participou de uma festa do Amauri Júnior, com celebridades, encontrando-se com ele em 2002?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com Marcos Valério? Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está bem. Pode prosseguir.

O SR. SILVIO PEREIRA – Com Marcos Valério...

Só tive conhecimento de Marcos Valério nas dependências do PT, quando me foi apresentado, em meados de 2003 – não sei precisar a data para o senhor. Marcos Valério tinha, sim, bastante relacionamento com o secretário de finanças, freqüentava bastante a sede do PT. Eu sabia que ele era publicitário, sabia que ele tinha feito a campanha do Deputado Federal João Paulo Cunha para a Presidência da Câmara. Um pouquinho antes, o Sr. Marcos Valério tinha intenção de fazer campanhas eleitorais para o PT – pelo menos, foi assim que ele afirmou, foi assim que ele se apresentou.

Eu coordenava, Sr. Relator, o GTE, que no caso do PT se chamava Grupo de Trabalho Eleitoral, que coordenava as eleições municipais em todo o País. Então, fui coordenador, já eleito para esse cargo em 2003, porque a preparação das eleições do PT já começam em 2003. Era da minha responsabilidade realizar todos os planejamentos eleitorais, em todos os Estados. Eu coordenei a realização de seminários em 17 Estados, onde tinham várias oficinas, uma delas de *marketing* eleitoral.

Em meu primeiro encontro, portanto, formal, com o Sr. Marcos Valério estava presente o Deputado Federal João Paulo Cunha; estava presente o coordenador das eleições no Estado do São Paulo, Sr. Antônio dos Santos; estava presente também o Sr. Lula Vieira, e, nessa reunião, nós tínhamos discutido exatamente a campanha eleitoral, o planejamento eleitoral, e ele, Marcos Valério, havia ficado de apresentar uma proposta de *marketing* eleitoral para as chamadas cidades prioritárias que nós apoiávamos.

Então, esse foi o primeiro, um encontro mais formal com o Sr. Marcos Valério. Desse encontro se desdobraram outros encontros, não necessariamente nas datas, por exemplo, que estão aí na agenda, mas tive outros encontros com o Sr. Marcos Valério. Num deles, nós discutimos a campanha. Ele apresentou para mim a peça da campanha de Osasco, que é a minha cidade natal. Embora não tenha... nós tínhamos divergência sobre a forma da peça apresentada, que não é o caso aqui da CPI. Depois, numa outra reunião,

discuti com ele São Bernardo do Campo. Novamente, nós tivemos divergência no que diz respeito à forma como ele estava querendo apresentar nosso candidato. Até esse momento, eu cobrava dele a proposta de planejamento em relação aos outros Municípios. A gente realizava seminário em dois dias, no final de semana. Nem todo mundo que participava desses seminários eram pessoas remuneradas.

A partir dessas duas peças e pelas divergências que tivemos acerca do conteúdo do material, nunca mais voltei a discutir campanha eleitoral com o Sr. Marcos Valério. O nosso contato se limitava a discutir campanha, planejamento, que nem muito aconteceu, conforme estou aqui relatando.

Ele, depois, foi contratado... A gente acabou não o contratando ele em nível nacional, o PT não o contratou, o GTE não o contratou. Nós optamos por contratar a agência do Duda Mendonça. O que eu precisava na época? Precisava ter várias vinhetas, várias peças para poder passar para o País inteiro. Então, eu precisava contratar uma agência para poder produzir esses materiais. Nessa minha experiência concreta com ele, sobre essas duas peças, por divergência de conteúdo, eu também não recomendei a sua contratação para o PT, e nós contratamos o Duda Mendonça para poder fazer essas peças.

A partir desse momento, eu praticamente encerro os contatos, as conversas com Marcos Valério. Depois, ele firmou contrato com Osasco, que eu acabei não acompanhando e acabou firmando o contrato em São Bernardo do Campo. Foi basicamente isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra, mais ou menos, os valores que foram cogitados nesses planejamentos de âmbito nacional?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Eu não discutia valores. Eu discutia, sim, a proposta. Se ele tivesse apresentado uma proposta, eu levaria a proposta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A proposta era técnica?

O SR. SILVIO PEREIRA – Era uma proposta de planejamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não tinha coligado o valor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não tinha, Sr. Relator. Era de proposta em relação... eu não tratava de custos nesses contratos que a gente realizava. Mesmo os outros temas, que era ‘pequenininho’, ou como assessoria de programa de governo, assessoria de planejamento, era a negociação feita diretamente entre a Secretaria de Finanças e o suposto contratado.

Esse sempre foi um assunto financeiro tratado entre o Secretário de Finanças e a empresa ou o agente que a gente ia contratar. Por exemplo, o Ibope, eu era

coordenador de pesquisa, coordenador nacional das eleições. Discuti com o Ibope metodologia, mas nunca discuti com o Ibope contrato, recursos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a há de convir que ninguém pode escolher uma proposta unicamente com exame técnico, porque, se não tiver aproximado um valor para poder fazer análise, não adianta. Alguém aparece com algo realmente que dá para ganhar eleição em qualquer lugar do mundo. Agora, precisa de cinquenta, sei lá quantos bilhões de dólares, e aí não adianta nada essa formulação.

Alguém que, minimamente, olha uma formulação tem que ter uma proximidade do valor para o raciocínio fechar. Eu não posso escolher uma proposta técnica sem nenhuma referência a valor.

Aí eu volto a perguntar: pelo menos em âmbito das prefeituras que lá foram realizadas, ou em âmbito do Estado de São Paulo, V. S^a não teve um conhecimento mínimo do valor das propostas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ele não apresentou nenhum valor, Sr. Relator. Nós tivemos uma primeira conversa geral sobre as eleições e ele ia ficar de apresentar uma proposta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas naquelas que ficaram vencedoras?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não participei do valor nem sabia do valor. Não foi nem vencedora porque nós estávamos discutindo com ele, Sr. Relator, uma proposta do Diretório Nacional contratar ele. Isso não ocorreu. Se ocorresse, eu levaria a proposta técnica e, com certeza, eu também teria tido o conhecimento do valor financeiro. Então, a proposta técnica sequer foi levada à Comissão Executiva. Como funciona? Evidentemente que o meu parecer como coordenador de eleições é muito importante para poder contratar alguma empresa que faz campanha eleitoral.

O Financeiro sempre tratou das questões financeiras. O Partido, por sua direção, aprova ou não. Não chegou a esse ponto, porque ele não chegou a apresentar uma proposta. Em primeiro lugar foi isso. Segundo, não tive conhecimento nem me foi apresentado, previamente ou depois, o contrato com a campanha de Osasco nem o contrato com São Bernardo do Campo. Vim saber os valores agora, que foram relatados pela Imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe que o seu nome aparece reiteradas vezes na agenda da Fernanda Karina, inclusive marcando reuniões. Deve ter tido acesso a essa informação. Portanto, V. S^a era tido como alguém muito próximo do Sr. Marcos Valério. O que tem a dizer sobre isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu nunca fui muito próximo com o Sr. Marcos Valério em hipótese algu-

ma, em nenhum momento. A secretária do Sr. Marcos Valério, de fato, marcava com a minha secretária. Uma daquelas datas que estão ali se confirma e outras não. Porque é muito comum, eu marcava uma reunião e, às vezes, em função de um outro compromisso aqui mesmo em Brasília – e eu tinha uma questão de hierarquia, quer dizer, pedidos do Presidente ou atividades aqui em Brasília eram mais importantes do que qualquer outra atividade que eu havia marcado. Então, às vezes, a gente marcava uma reunião, essa reunião às vezes era desmarcada na véspera, uma hora antes, duas horas antes.

E, de fato, a secretária Karina agendava, sim, com a minha secretária. Algumas daquelas datas ali se confirmam e outras não necessariamente se confirmam, a data e o local. Mas que teve encontro e, durante o período, foi através dela, foi sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve encontros com Marcos Valério em Belo Horizonte?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tive encontros com o Sr. Marcos Valério em Belo Horizonte, nem em sua própria agência, nem no seu próprio escritório, em nenhuma das dependências das suas empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, em Brasília, esses encontros se davam onde?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em Brasília... olha, em Brasília, eu devo ter reunido com o Sr. Marcos Valério, de fato, somente na sede do PT. Posso ter encontrado com ele de passagem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Muitos encontros?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso ter encontrado com ele de passagem no hotel, porque ele estava hospedado no mesmo hotel que o meu. Mas as reuniões nossas ocorreram, do que me lembro, em São Paulo, uma reunião no Maksoud Plaza – me lembro que isso foi logo no logo final do ano, no final de 2003, no Maksoud Plaza, uma reunião também super-rápida, em que estávamos discutindo sobre Bernardo do Campo ou sobre Osasco. Portanto, não me lembro de outros locais. Foi basicamente isso, São Paulo. Eu ficava basicamente sediado em São Paulo. Eu nunca fui em Belo Horizonte reunir-me com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já que V. S^a procedia à análise técnica das propostas de publicidade do PT, alguma vez V. S^a foi ouvido sobre as propostas de publicidade que Marcos Valério faria ao Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca foi me apresentado, nem por Marcos Valério, nem por qualquer outra pessoa do PT ou do Governo. Eu não acompanhei o assunto ‘publicidade’ no Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a alguma vez participou de uma negociação de empréstimo que o PT faria junto a estabelecimentos bancários?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca participei da discussão de empréstimo do PT em qualquer instituição. O meu conhecimento sobre esse assunto é que o PT, o secretário de finanças, sempre procurava recursos junto à rede bancária. Não só agora, como desde o tempo em que conheço o PT, sempre o tesoureiro estava buscando recursos junto à rede bancária. Era essa a informação que eu tinha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem no PT, afinal, tinha conhecimento sobre esses contratos, que são de grande valor? Apenas uma pessoa por si decidia e acontecia? Não havia uma discussão? Quais as pessoas que necessariamente precisavam se manifestar sobre empréstimos a que o PT iria proceder?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, o PT funciona da seguinte maneira: as diretrizes, as orientações gerais, por exemplo, políticas de aliança, coligações, são decisões de natureza coletiva; a execução é de responsabilidade individual. Isso funciona com todas as 21 secretarias que o PT tem. É evidente que sabíamos das dificuldades do PT não só agora, como desde esses 25 anos do Partido. O meu conhecimento parava em saber que o secretário de finanças estava tentando obter recurso junto à rede bancária. Mas em nenhum momento era apresentado com quem, de que forma, de que jeito. Disso eu não tinha conhecimento, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a tinha encontros seguidos com o Sr. Delúbio Soares.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E nunca conversaram sobre o procedimento que o PT deveria ter em relação a essas dificuldades financeiras?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu conversava com ele sobre as campanhas financeiras das quais participei da elaboração do projeto de resolução financeira. Eu participei; eu tinha muito interesse em que o PT descentralizasse as suas estruturas em nível de regiões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas falo em termos de financiamento. Ele nunca lhe falou que estava contraindo financiamento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Somente que estava contraindo recurso junto à rede bancária e que tudo seria resolvido. Somente isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nunca lhe falou de valores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca falou em valores, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nunca lhe pediu que intercedesse junto a algum banco para obtenção do empréstimo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca pediu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a nunca assinou nada também em garantia dos financiamentos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca assinei nada, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sabe quantos financiamentos o PT contraiu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ouviu falar de empréstimos que empresas teriam feito e destinado o dinheiro ao PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tinha ouvido falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só ouviu agora?

O SR. SILVIO PEREIRA – Só ouvi agora, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mesmo assim não conversou com o Delúbio sobre isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe, não entendi, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mesmo assim, por ser tão próximo de quem fez isso tudo, que é o Sr. Delúbio Soares, V. S^a não conversou com ele? Alguma explicação sobre isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, Sr. Relator, a única informação que de fato eu sabia e sei – assumo isso perante qualquer lugar e é o que vou dizer também a minha direção partidária no momento em que ela me chamar para ser ouvido – é que eu tinha conhecimento de que o Sr. Delúbio, secretário de finanças, estava procurando obter esses recursos junto à rede bancária. Era essa a informação que eu tinha, nada além disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a deve ter visto que os valores de dívidas são, de certo modo, impressionantes. Segundo essa forma de condução colegiada, enfim, qual era a idéia que o PT tinha sobre como iria sair desse endividamento? Qual é o mecanismo? Porque, se contrair dívida em um banco, tudo bem, um dia terá que pagar. Eu quero saber qual era a concepção da cúpula do PT sobre como iria liquidar as suas dívidas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nós fizemos da seguinte maneira, Sr. Relator. Não sei precisar exatamente o dia e o mês, acredito que entre março ou abril deste

ano, numa reunião do Diretório Nacional do PT, quando aprovamos as contas apresentadas pelo secretário de finanças, nesta prestação de contas já constavam ali R\$20 milhões de dívidas. Para nós, independentemente do que venha a suceder, isso já era um problema enorme.

Quando eu estava tentando explicar ao senhor a questão da descentralização da estrutura, era porque tem a ver com o que eu ia falar agora. Eu sempre lutei no PT para que tivéssemos uma estrutura em que, nos Estados, particularmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, pudesse haver uma descentralização de recurso e de estrutura do PT. Nessa reunião do Diretório Nacional, que foi gravada e está registrada em Ata, fiz exatamente essa intervenção, alegando que esse endividamento poderia comprometer o nosso projeto de organização partidária. Nessa reunião, por intervenção de diversos membros da Direção, nós aprovamos. Inclusive, a proposta original nem partiu do Secretário de Finanças, pelo que eu me lembro. Partiu de um outro companheiro do Diretório Nacional, que, na mesma reunião, propôs que realizássemos uma campanha financeira de arrecadação. O Secretário de Finanças apresentou uma outra proposta também, que era pedindo uma contribuição extra...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso em discussão pública?

O SR. SILVIO PEREIRA – Dentro do Diretório Nacional do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E qual era a dívida naquele instante que estava sendo anunciada para discussão?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ali, a dívida que estava sendo negociada e apresentada naquele momento, no Diretório Nacional, foi de R\$20 milhões de dívida, que estava no... Conforme foi prestado contas ao TSE. Ele apresentou o relatório a todos os membros da Direção. Para nós, R\$20 milhões já era um valor bastante alto. Aprovamos uma campanha para pagar essa dívida e para poder, também, continuar nossos projetos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando isso ocorreu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Então... Entre março e abril. Foi uma reunião...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Março e abril de...

O SR. SILVIO PEREIRA – Deste ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deste ano?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deste ano. Não lembro a data, assim, precisa, mas foi a reunião do Diretório Nacional do PT que aprovou as contas apresentadas ao TSE. Nós tivemos agora uma reunião...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessa aprovação de contas, havia a especificação dos empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Ali nós aprovamos aquela declaração que está junto ao TSE. Não lembro, assim, com detalhes toda a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, a Diretoria do PT estava enganando o Diretório, porque nós já sabemos que o que está no Tribunal não é a verdade. Tanto é que estão falando em retificação. Então, a prestação de contas que foi efetuada ao Diretório foi aquela que estava na Justiça Eleitoral?

O SR. SILVIO PEREIRA – A prestação de contas apresentada ao Diretório Nacional foi a prestação de contas encaminhada à Justiça Eleitoral.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, mais uma vez, os corretos do PT estão certos, porque eles desconheciam o que estava acontecendo na cúpula do PT.

Mas insisto no fato de que na agenda da Karina havia detalhes do encontro de V. S^a com o Sr. Carlos Rodemburgo, do Opportunity. V. S^a disse que nunca encontrou com o pessoal do Opportunity?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não encontrei com o Opportunity.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, a agenda está equivocada nesses encontros?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nesse caso, pode ter ficado equivocada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E com o Banco Rural?

O SR. SILVIO PEREIRA – O Banco Rural, nunca estive com o Banco Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nunca conversou com diretores do Banco Rural?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já fui apresentado para o Diretor do Banco Rural, apresentado de passagem, assim, pelo Sr. Marcos Valério, mas nunca tive uma reunião, nunca visitei e nunca discuti nada com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a deve conhecer, imagino, pela posição de Secretário-Geral, quais as empresas que o PT considera como empresas que contribuem para a manutenção do PT e para as campanhas do PT.

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu realmente não acompanho, Sr. Relator, a questão da parte financeira do PT. A minha pauta, a minha responsabilidade, sempre foi política eleitoral. Eu não trato de assuntos financeiros. Os números que eu conheço, que eu participo, são de temas eleitorais. Os jornalistas sempre me procuraram exatamente pelo grau de conhecimen-

to que eu tenho da organização eleitoral do País e do desenvolvimento das pesquisas, das eleições. O tema financeiro, repito ao senhor, sempre foi de atribuição do Secretário de Finanças.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, parabéns pela campanha!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Deputado Roberto Jefferson, quando foi ouvido no Conselho de Ética, falou que quem comandava o mensalão era V. S^a e o Delúbio. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tinha ouvido falar nesta palavra mensalão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perdão, não escutei.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tinha ouvido falar nesse assunto de mensalão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem! não ouviu a expressão, mas e o conteúdo? Nunca ouviu falar em pagamento a parlamentares ou a partidos políticos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Diante de tudo que tem ouvido, parece a V. S^a ser uma elucubração da Sr^a Fernanda Karina Somaggio essa história de malas circulando, de dinheiro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu pelo menos nunca tive conhecimento, Sr. Relator. Respondo, nesse caso, por mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A pergunta não é tão relevante, mas, enfim, para problema de confiabilidade no que V. S^a informa: num local, V. S^a fala que seu carro, uma Land Rover, é financiada, e, num outro, fala... Num outro, não. V. S^a fala que é financiado e, no Trânsito, está quitado.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, hoje está tudo quitado o que eu tenho. Tudo o que eu tenho está quitado, tudo o que eu possuo de bem está no meu Imposto de Renda. O meu sigilo fiscal já está aqui à disposição, mesmo o bancário. Se precisar de mais informações complementares, eu enviarei. Mas, hoje, aqui na CPI, por decisão e por orientação dos meus advogados, não falarei sobre o meu patrimônio pessoal. Com todo o respeito a V. Ex^a, sigo aqui a decisão dos meus advogados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por falar em advogado, com todo o respeito – e eu sei o nome que o Sr. Procurador tem –, seria uma mudança de tática? O que ocorreu? O seu advogado, no dia 08 de julho, disse que V. S^a não conhecia Marcos

Valério. É o que está publicado na imprensa no dia 08 de julho.

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O seu advogado, no dia 08 de julho, anunciou à imprensa que V. S^a não conhecia Marcos Valério. Só que o conhecia desde 2003.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu o conhecia.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Eu não o conhecia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só conferir. Depois, eu passo onde foi anotado isso.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Não. Eu nunca disse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas os jornais registraram isso.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Mas eu nunca disse isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ótimo, fica retificado de público.

V. S^a conheceu o Sr. Fernando Moura?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que pode dizer a respeito de contatos com esse senhor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu o conheço há aproximadamente uns quinze anos – acho que foi em campanha eleitoral –, tenho um relacionamento com ele pessoal, de amizade. Ele também foi uma pessoa que nos ajudou bastante, nos apresentou a alguns empresários, pessoas, no sentido de podermos apresentar para eles o nosso programa de governo, a nossa visão sobre a política e sobre o País.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que empresários V. S^a lembra terem sido apresentados por ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – De cabeça, agora, não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ninguém?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem uma alma o senhor lembra que tenha cruzado pelo seu caminho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual o nome? Qual o nome que V. Ex^a está falando?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem um cidadão com quem tenha se encontrado?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, porque ele apresentava alguns empresários.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SILVIO PEREIRA – Ele me apresentava alguns empresários. Pode ser que eu tenha apresentado alguns para ele também. Mas, como todas as conversas foram em caráter institucional, como foram conversas sempre muito rápidas – eu realmente lembro que foi em 2003, basicamente –, não me recordo, agora, de cabeça, com quem eu estive. Quando perguntado, especificamente, me ajuda a lembrar. Mas, no geral, não me lembro exatamente com quem eu estive, quando eu estive ou o que eu tratei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As informações que temos são as de que ele servia tanto de intermediário, que ele chegou a alugar uma sala no Blue Tree, onde eram feitos os encontros de V. S^a com os empresários e com o Fernando Moura. V. S^a não lembra de nenhum encontro neste local, no Blue Tree?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tive uma sala no Blue Tree...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nos salões do Blue Tree, com o Sr. Fernando Moura?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com o Fernando Moura, pode ser que eu tenha me reunido, não só no Blue Tree, mas em São Paulo ou na sede do PT, com empresários e outras pessoas da sociedade civil. Isso pode ter ocorrido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não se lembra de nenhuma empresa para a qual o Fernando tenha solicitado o seu cuidado maior, sua intercessão junto a alguém do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, eu tomei uma decisão de princípio, quando assumimos o Governo. Eu conheço os membros do Governo, do PT, conheço o meu Partido. A partir desses princípios, tomei uma decisão: na medida em que somos governo, nunca... E isso vale para qualquer situação. Por isso, em todas as perguntas, vou procurar lembrar com quem me reuni, o que discuti, mas afirmo, desde já: nunca eu fiz mediações. Se eu tivesse recebido empresário, encaminhado essa mediação, feito qualquer coisa, voltado etc, com certeza eu lembraria. Mas, como não fiz isso – foram encontros que, em boa parte deles, paravam no primeiro encontro, nem sei se tinham seqüência ou não –, eu não me recordo. São encontros em que já se passaram mais de dois anos e meio. Evidentemente, quando me perguntarem algo que eu puder lembrar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que dois anos e meio? Esses fatos aconteceram agora, muito recentemente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Mas eu não tenho me reunido com ninguém recentemente, Sr. Relator. Este ano não me reuni, praticamente, com ninguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V. S^a referencia sobre essa necessidade de contato com alguém que não tem nada a ver com ninguém? Tantas empresas! Tudo o que se noticia não tem conteúdo concreto, é tudo uma abstração, uma criação? V. S^a nunca serviu de intermediário de ninguém que lembre junto ao Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, afirmo não somente ao senhor, mas a toda esta CPI, novamente reafirmo isso para todo o Brasil: nunca fiz nenhuma mediação de interesse. Sou Secretário-Geral, sou da direção do PT. O PT acabou de ganhar o governo, não é natural? Da mesma maneira que os jornalistas me procuram. Por que os jornalistas me procuram? Para fazer alguma coisa ilícita? Não. Procuram-me por quê? Porque sou um membro da direção do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não estamos falando em ações ilícitas, mas lícitas. Quais lícitas V. S^a intermediou?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não tratei de nenhum tema com os empresários, ou de mediação de interesses. O que eu estava querendo informar para o senhor é que era natural, pelo cargo que eu ocupava, eu poder receber não só empresários, pessoas da sociedade civil, políticos, jornalistas. Eu era um membro da direção de um partido, Partido esse que estava no poder. Eles muitas vezes queriam, sim, saber a opinião do PT acerca do País, acerca da economia. Eram trocas de informações políticas. Recebi várias pessoas da sociedade civil. Não consigo me lembrar a quantidade de pessoas com quem eu tenha me reunido, mas, como sempre foi essa a pauta, e como o meu assunto sempre foi de natureza política, qualquer assunto fora disso, eu não tratava. Como o exemplo da Skymaster...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem repassava para o Delúbio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nem repassava para o Delúbio. O exemplo da Skymaster, quando tocou num tema que não era da minha responsabilidade, falei: procure o Governo. Provavelmente, deve ter acontecido algo parecido e, provavelmente, a minha resposta deverá ter sido a mesma. Repito e afirmo, aqui e em qualquer local: nunca fiz, Sr. Relator, qualquer mediação de interesse de empresas junto ao Governo. Recebi empresário, recebi político e pessoas da sociedade civil, sempre temas político, institucional ou eleitoral.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o Brigadeiro Venâncio Grossi?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o Brigadeiro Venâncio Grossi que

procedeu à reestruturação do sistema de transporte noturno dos Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu até pedi para perguntar de novo, porque eu estava confundindo com o advogado Grossi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Brigadeiro Venâncio Grossi.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Com esse senhor, nunca tive... Não o conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já ouviu falar na empresa Promodal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca ouvi essa empresa; nunca estive com ela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que o Luiz Otávio Gonçalves faz referência a que teria solicitado a sua intermediação, com o advogado Kakay? Que se encontraram no hotel e isso teria dado, segundo ele, encaminhamento à negociação dele junto aos Correios.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não entendi, Sr. Relator, a pergunta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Luiz Gonçalves noticia, ele confirma que procurou V. S^a para que intermediasse, junto com o advogado Kakay, os interesses dele junto ao Ministério das Comunicações.

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso não é verdade. Na conversa que eu tive com o diretor da Skymaster, nunca ele citou o nome do Kakay e nunca me pediu que eu procurasse o Sr. Kakay.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor conhece o Kakay?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual é o nome dele mesmo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu conheço agora, porque tenho lido o livro dele, até porque estamos vivendo esse assunto aqui: Antonio Carlos, se não me engano. Não sei o conjunto do nome dele, mas é Antonio Carlos... Eu só o conheço como Kakay.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É alguém que faz parte dos que têm maior aproximação com os que lideram o PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, o Kakay, conheço muito pouco. Eu o vi algumas vezes. Sei quem ele é; sei que ele é um advogado bastante importante aqui em Brasília. Leio os artigos dele, o que faz em livro, acompanho o seu desenvolvimento, mas nunca tive uma aproximação maior com o Kakay, exatamente o que ele faz. Sei que ele é um bom advogado e que acompanha situações como esta, de crise. E, mesmo numa situação como esta, não tive a oportunidade de conversar com ele; só li os artigos dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a conhece alguém do BMG?

O SR. SILVIO PEREIRA – Do BMG? Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou ler alguns nomes e, se V. S^a se lembrar de algum, por favor, diga.

V. S^a conheceu Arthur Wascheck?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Molina?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, desculpe-me, mas o senhor quer que eu responda caso a caso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, apenas quando se lembrar de alguém.

Arthur Wascheck?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Molina?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fortuna?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a reafirma que não conhece o Sr. Mauro Dutra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Reafirmo e reafirmaria quantas vezes fossem necessárias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou dar uma nominata de pessoas que teriam, de alguma forma, sido anunciadas – não direi onde, pois há um sigilo sobre isso.

V. S^a conhece as pessoas que integram o PT do Distrito Federal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço o Presidente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou ler alguns nomes para V. S^a: Vilmar Lacerda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que ele faz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Presidente do PT

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Presidente do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Do Distrito Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Anita Leocádia?

O SR. SILVIO PEREIRA – De nome assim, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Rui Milan?

O SR. SILVIO PEREIRA – De nome, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Áureo Marcatto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por nome, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– José Luís Alves?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo nome, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Raimundo Ferreira Silva Júnior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que ele faz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ele é o administrador do escritório do PT, no prédio da Varig, e é membro da direção do PT do Distrito Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É administrador do...

O SR. SILVIO PEREIRA – Do escritório do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do escritório do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – É. Administrador, coordenador, o responsável...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do escritório nacional ou do escritório do Distrito Federal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, do escritório nacional. Ele é funcionário do escritório nacional do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Renata Maciel Rezende Costa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual o nome? Repita, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Renata Maciel Rezende Costa.

O SR. SILVIO PEREIRA – Por nome assim, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Roberto Costa Pinto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Acho que não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Solange Pereira de Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço o sobrenome, mas tem uma Solange que é do PT. Se for essa aqui do PT...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Daqui do Distrito Federal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Aqui, no Distrito Federal, acho que não tem Solange. Tem uma Solange na sede do PT, em São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em São Paulo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço todos os funcionários do PT aqui, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– José Nilson dos Santos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Luiz Mazaro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por nome, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mesmo agora, depois de tudo o que ocorreu, V. S^a não teve a oportunidade de se informar sobre quais candidatos teriam sido beneficiados com os empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, ainda mais neste período, agora, em que tenho me dedicado apenas a estudar e a me preparar para...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas quem sabe quem foi beneficiado com os recursos dos empréstimos é, única e exclusivamente, o Sr. Delúbio, mais ninguém?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, eu realmente não conheço. Eu não participei de assuntos financeiros. Não conheço. Portanto, não tenho como ajudar nesse caso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na sua concepção, afinal, quem a gente pode considerar que sabe alguma coisa sobre os aspectos financeiros do Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Amanhã, esta CPI terá a oportunidade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. Qual é a sua concepção?

O SR. SILVIO PEREIRA – Na minha concepção...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pelas pessoas que conhece, quem poderia, afinal, saber...

O SR. SILVIO PEREIRA – O Secretário de Finanças do PT, o Sr. Delúbio Soares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Unipessoalmente, num Partido ultracolegiado?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei se unipessoalmente, mas ele poderá esclarecer quem mais pudesse saber desse tema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, como sempre, agradeço a paciência dos Parlamentares que permitiram esse questionamento e agradeço também ao depoente a concisão com que respondeu as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço ao Sr. Relator.

Concedo, imediatamente, a palavra ao Deputado Eduardo Paes, por quinze minutos, improrrogáveis.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO.) – Assessoria, por gentileza, observe o tempo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Silvio Pereira, antes de começar a fazer-lhe indagações, eu gostaria que V. S^a entendesse um pouco a situação dos membros desta Comissão.

Temos um conjunto de denúncias graves, e essas denúncias vêm sendo comprovadas ao longo do mês; ao mesmo tempo, o Partido de V. S^a vem, de forma contundente, negando essas denúncias, mas toda negativa é seguida de comprovação de boa parte das afirmações que foram negadas anteriormente. Portanto, V. S^a tem de entender que estamos nesta Comissão buscando investigar e identificar os eventuais culpados, aqueles que cometeram qualquer tipo de delito, mas estamos tendo dificuldades enormes, porque o que se constata é que boa parte dos que já prestaram depoimento nesta Comissão faltou com a verdade.

V. S^a é um quadro importante do Partido dos Trabalhadores; esteve lá, como V. S^a afirmou, durante 25 anos, tendo participado da fundação do PT. Mas gostaria de lembrar a V. S^a que o Presidente Lula tem, em reiteradas oportunidades, afirmado que gostaria muito que tudo fosse esclarecido e dito, e, portanto, desejaríamos encaminhar alguns questionamentos nesse sentido.

Faço a V. S^a um último apelo antes de começar a questioná-lo. V. S^a, quando respondia à questão da empresa Skymaster, disse: “Eu vou agora dispensar o **habeas corpus** preventivo que tenho para responder essa pergunta”. A mim me pareceu que V. S^a estava dizendo: olha, sobre isto aqui, eu estou dizendo a verdade e, portanto, não necessito do **habeas corpus** preventivo.

Quero que V. S^a saiba que esta Comissão tem tentado, o tempo todo, trabalhar com o máximo de equilíbrio. Obviamente, toda falta de verdade, toda omissão, toda mentira que se contar aqui hoje, certamente, gerará consequências.

V. S^a deve ter tido ciência da entrevista do Presidente Lula no último domingo, em que o Presidente disse que os melhores quadros do PT foram para o Governo, deixando a direção do Partido muito fragilizada, muita enfraquecida. O senhor é membro do PT há 25 anos, dedicou toda a sua vida profissional ao Partido. V. S^a concorda com essa afirmação do Presidente Lula de que houve um enfraquecimento da direção, que levou o PT a cometer erros? Essa foi a expressão utilizada pelo Presidente Lula.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não assisti à entrevista do Presidente Lula, mas posso...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nem ouviu falar?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, ouvi falar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabe o que o Presidente Lula disse?

O SR. SILVIO PEREIRA – Li pelos jornais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele disse mais ou menos o seguinte: os bons quadros do PT assumiram prefeituras, governos estaduais; outros, quando ganhei a Presidência, vieram para o Governo Federal. Portanto, não temos quadros preparados para exercer essas funções.

V. S^a faz parte da Executiva há muito tempo. Eu queria que V. S^a avaliasse de que forma V. S^a encarou essa afirmação do Presidente Lula.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu tenho uma vida dedicada à militância do PT, como militante. Toda a minha história é vinculada a essa militância. Eu me orgulho dessa opção. Nunca quis ser parlamentar. Foi uma opção pessoal minha, sempre quis ser um quadro partidário. Nem quis estar em Parlamento...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qual a sua relação...

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu quero concluir a resposta.

Não me sinto atingido de maneira nenhuma, se foi isso o que o Presidente colocou. Eu sou um quadro do jeito que eu sou. Sou um militante do PT. Se eu cheguei à Secretaria-Geral, graças a Deus, foi pelo meu mérito e foi pelo meu trabalho. Eu tenho orgulho onde eu estou – onde eu estava, porque estou licenciado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qual a sua relação com o Presidente Lula?

O SR. SILVIO PEREIRA – Relação de respeito, admiração, como todos e qualquer petista. Nunca tive uma relação muito próxima com o Presidente, porque ele sempre esteve na direção nacional, e eu sempre militei, basicamente, no Estado de São Paulo. Mas relação política...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas V. S^a tem cargo na Executiva.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tenho uma relação política com o Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a ocupa cargos na Executiva Nacional já há algum tempo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Essa sua relação com o Presidente Lula continua distante mesmo assim?

O SR. SILVIO PEREIRA – Minha relação com o Presidente sempre foi um relacionamento de nature-

za política. Agora, na Presidência da República, não pudemos, infelizmente, manter mais contatos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Curioso! V. S^a afirmou aqui agora, para justificar uma pergunta do Relator, que, em diversas oportunidades, o senhor teve que desmarcar reuniões com o Valério. O senhor disse que tinha pedidos do Presidente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Membros do Governo, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não. O senhor falou “pedidos do Presidente”.

O SR. SILVIO PEREIRA – Se eu falei, está errado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca recebeu nenhum pedido do Presidente, nenhum chamamento do Presidente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu, desde a posse, Deputado, durante a posse... Esqueci de falar aqui, Sr. Relator, que eu coordenei a posse do Presidente. Nesse período, acabei tendo muito contato...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério depois, no segundo semestre de 2003.

O SR. SILVIO PEREIRA – Só para concluir sobre o Presidente. Eu, nos últimos anos...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É que eu tenho muito pouco tempo para lhe fazer questionamentos. Então, eu gostaria de respostas para as minhas perguntas.

O SR. SILVIO PEREIRA – O.k. Então vou anotar, para lhe responder, porque acho que não respondi ainda.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não. Eu vou lhe perguntando.

O senhor disse que conheceu o Sr. Marcos Valério no segundo semestre. O senhor afirmou aqui – disse no seu depoimento, respondendo ao Relator – que, várias vezes, teve de desmarcar com o Marcos Valério para atender a pedidos do Presidente. Eu queria entender que pedidos eram esses.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não falei sobre o Presidente. Se falei, está equivocado. O que eu me lembro de ter falado – depois, nós podemos ouvir as fitas aqui taquigrafadas –, eu informei e repito aqui: pedidos de membros do governo. Eu nunca vim aqui para Brasília para me reunir com o Presidente da República, nem em 2004, nem em 2005.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a disse que não tinha conhecimento dos empréstimos do Sr. Marcos Valério, que, na verdade, seriam empréstimos para o PT. V. S^a disse que o PT passa por uma situação financeira difícil desde a sua fundação, nesses 25 anos de história. Mas V. S^a é o Secretário-

Geral. O Secretário-Geral tem uma função importante, principalmente num partido com a origem do Partido dos Trabalhadores. V. S^a nunca se interessou em saber como é que podia gastar tantos recursos?

Pelo que entendo, V. S^a cuidava das campanhas. Segundo o Sr. Delúbio, o dinheiro que entrava era para as campanhas. Não lhe causava curiosidade? V. S^a deve saber o valor que o PT recebe no fundo partidário. E aí o senhor, que coordena a campanha, tem uma fonte de recursos, mas não sabe qual é essa fonte de recursos. Não lhe causava estranheza a discrepância entre o valor do fundo partidário e o valor que V. S^a gastava coordenando as campanhas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu era quase que um porta-voz dos Estados junto à direção. Eu ia nos Estados, de sul a norte neste País, via as dificuldades que o PT estava sofrendo, que os diretórios estaduais estavam sofrendo, não havia recursos. Vários aqui que estão nesta sala podem ser testemunhas disso. Eu reclamava junto ao PT, junto ao Delúbio, que deveria ajudar esses Estados. Então, o meu comportamento... E os 27 Estados passaram por dificuldades, particularmente Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Alguns Parlamentares que estão aqui foram candidatos e sabem disto, o tanto que eu lutei para que o PT ajudasse com recursos para eles.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, na sua opinião, para onde foi tanto dinheiro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei. Quem deve prestar contas disso é o Secretário de Finanças.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a, então, não tem conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O fato é que, no depoimento prestado à Procuradoria-Geral da República, divulgado já hoje pela imprensa, tanto o Sr. Delúbio como o Sr. Marcos Valério afirmam que V. S^a sabia de tudo com relação aos empréstimos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso não é verdade. O que eu sabia...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ambos mentiram?

O SR. SILVIO PEREIRA – O que eu sabia, o que eu tinha conhecimento, era que o Secretário de Finanças estava buscando recursos junto à rede bancária. Foi isso que eu disse, é isso que afirmo, é isso que vou dizer não só aqui como na instância partidária.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O que leva... É curioso o que se passa nesse processo, V. S^a disse aqui e reafirmou reiteradas vezes ao Deputado Osmar Serraglio, Relator desta CPI, que V. S^a não tinha qualquer tipo de ingerência em interesses privados no

Governo. Mas a que V. S^a deve o fato de tantos empresários lhe procurarem? O exemplo de um dos sócios da Skymaster, que esteve já nesta Comissão na última semana, é um desses exemplos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, primeiro, não são tantos empresários. Os empresários que estive comigo, como foi o caso da Skymaster, já aqui expliquei. Acredito eu que seja pela função que tenho de direção no PT, acho que eles imaginavam que eu tivesse talvez uma influência maior do que realmente eu tivesse; que eu tivesse poder de decisão maior do que eu pudesse. Como o senhor sabe...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, por que o senhor os recebia, então?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu recebia porque eles me solicitavam.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por educação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor. Qualquer um que me pedia uma reunião...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qualquer pessoa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qualquer pessoa, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mesmo empresários de empresas... V. S^a devia pedir um esclarecimento antes sobre o que a empresa queria tratar, ou não lhe vinha essa curiosidade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nem sempre, Sr. Deputado. Acho que o fato de ser empresário não significa...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu também, não. Longe de mim achar isso.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não vejo problema, Sr. Deputado. Eu nunca enxerguei problemas. Estou sendo sincero com o senhor, nunca enxerguei problema em me reunir com empresários ou com qualquer outra pessoa da sociedade civil. Vejo problema quando as pessoas fazem coisas erradas, aí é problema. Receber as pessoas, conversar com as pessoas, não encaro isso como algo errado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato, mas não é... V. S^a mesmo disse: é um cargo importante da Executiva do Partido. V. S^a vai receber, tem relações com o Governo. De repente, vários empresários lhe contatam para fazer uma reunião. V. S^a não tinha curiosidade de perguntar o que queriam tratar? Não é algo tão simples assim, como se fosse fazer um encontro...

O SR. SILVIO PEREIRA – Essa é a verdade, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Essa é a verdade.

O ex-Deputado José Genoíno, Presidente licenciado do Partido, afirmou em uma entrevista, agora, em 15 de julho de 2005, aliás, no depoimento que ele prestou à Corregedoria da Câmara, ele reafirmou que V. S^a se utilizava de uma sala no Palácio do Planalto para lotear cargos federais entre os partidos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Mantenho a resposta anterior que já tinha dito: não existe essa coisa de sala, nem de estrutura. Já falei e mantenho a resposta que já tinha dado anteriormente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabe que o Deputado José Genoíno prestou essa informação na Corregedoria?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, independente do que A ou B tenha dito, o que vale é o que estou lhe dizendo. Estou lhe afirmando que não tinha sala em nenhuma dependência do Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pelo que V. S^a diz, o ex-Presidente do PT mentiu também?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei, Sr. Deputado... Não li o depoimento dele. Agora, afirmo a V. S^a que não tinha nenhuma salinha, nem lá, nem em nenhum lugar. A que tinha era na sede do PT.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nesta negociação relatada pelo Deputado Roberto Jefferson, entre o PTB e o PT para as eleições de 2004, V. S^a participou?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não participei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em nenhum momento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em nenhum momento. Teve só uma...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a era o coordenador...

O SR. SILVIO PEREIRA – Só teve... Um minutinho, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro!

O SR. SILVIO PEREIRA – Lembro até um dia na sede, no escritório do PT, passando pela sede do PT, vi lá reunidos a direção do PTB com a direção do PT para discutir os acordos eleitorais municipais. Devo ter entrado na sala e ficado uns cinco minutos, não mais do que isso. Se isso caracterizar participação...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas V. S^a disse que era o grande coordenador das campanhas do Partido, que tratava de alianças com os partidos da base. É curioso! V. S^a não sabe de onde vêm os recursos; V. S^a não sabe e não participa das reuniões em que as alianças são construídas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu participava, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vou ter que concordar com o Presidente Lula, que V. S^a não era exatamente o gestor mais atento ali.

O SR. SILVIO PEREIRA – Veja só, fui um militante, um quadro da organização do Partido, e me orgulho, e sobre isso tenho muito a dizer. Se me perguntarem sobre o que realizei, das minhas funções, tenho aqui muito para dizer sobre o que realizei nesses 25 anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor se sentiu injustiçado pelas declarações do Presidente Lula?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não me sinto injustiçado. Tenho aqui a dizer: nesses 25 anos, do meu trabalho, me orgulho muito. Nos Estados, sei dizer ao senhor como está o PT em tal Estado. Então, minha função..

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas a aliança do PT com o PTB em 2004 foi para as eleições municipais.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nesse caso, não participei do acordo nacional dos partidos, fiquei exatamente onde atuei, que foi nos Estados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Queria uma avaliação de V. S^a: como é que V. S^a diferencia o Partido do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, isso é bem simples.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu gostaria de ouvir a sua opinião.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu vou responder. Acho que são duas instâncias totalmente autônomas uma da outra. O Governo é um órgão do Estado; o Partido é uma entidade de direito público privado. São duas coisas totalmente distantes. A relação se estabelece na política. Ao partido, cabe, sim, estabelecer as diretrizes políticas pelas quais os seus mandatários irão ser executados. Então, essa é basicamente a diferença.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, por exemplo, V. S^a relatou aqui a negociação de um cargo no Governo Federal com o Senador Fernando Bezerra. V. S^a, inicialmente, disse que tratava dos assuntos de cargos do Partido dos Trabalhadores. Isso não vai um pouco contra essa diferenciação que V. S^a faz do PT com o Governo, a partir do momento em que V. S^a, como dirigente partidário, começa a interferir nas nomeações do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Acho que o exemplo que V. Ex^a deu é um exemplo que exatamente confirma o que estou dizendo. Em primeiro lugar, não negocie nada, nem com Fernando Bezerra, nem com qualquer outra pessoa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a debateu, participou. V. S^a relatou.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nos termos que relatei, nos termos que o Senador confirmou. Minha alimentação se dava nesse nível. O exemplo do próprio Ezequiel é que tinha três partidos da base aliada, tinha uma indicação só, existia conflito da base aliada. Sr. Deputado, muitos aqui desta Casa saberão disto, muitos aqui sabem disto: quando tinha acordo, eu lutava para que esses acordos pudessem ser cumpridos; batalhei muito. É importante também saber que muitos dos acordos, ao contrário... Várias indicações que nós decidíamos...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a não considera isso uma interferência de um dirigente partidário no Governo?

V. S^a afirmou aqui que era uma ação do Partido, que V. S^a tratava dos cargos do Partido. Aliás, quando V. S^a recebia essas demandas, a quem V. S^a as encaminhava?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sempre ao Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ao Governo.

O Governo é uma pessoa jurídica, uma abstração, um ente.

Para quem as entregava?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quem é responsável pelas nomeações formais do Governo é a Casa Civil. Portanto, era para lá que eu encaminhava.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a as entregava a quem pessoalmente, Sr. Silvio Pereira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Na Casa Civil. Dependia de...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Casa Civil também é uma sala, uma instância, uma instituição, uma instância de governo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso lhe responder, Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu queria o nome.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, posso lhe responder.

Em primeiro lugar, na Casa Civil, tinha vários funcionários. Depende do momento, do mês e do dia. Ali eu lembro... Sim, Deputado, mas estou contando o que é verdade. Não posso inventar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Estou lhe ouvindo. Espero que sim.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tenho de contar do jeito que era.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Espero que sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– V. Ex^a pode concluir, por favor.

O SR. SILVIO PEREIRA – Então, tenho de contar do jeito que funcionava a coisa. Ali você tinha quatro funcionários da Casa Civil. Lembro de alguns nomes. Eu me lembro da Lúcia, Lúcio. Eu me lembro da Sandra Cabral. Eu me lembro do Marcelo Sereno. Então, se eu chegasse ali num dia e se estava ali o Marcelo Sereno, era para ele que eu entregava. Se estava a Sandra Cabral, era para ela que eu entregava. A minha participação parava na porta do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– O tempo de V. Ex^a esgotou, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– São quinze minutos. V. Ex^a divagou no início, devia ter feito as perguntas objetivamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quem está fazendo divagação neste exato instante é V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Há 33 inscritos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, vou respeitar o tempo, mas quem está fazendo divagações é V. Ex^a. Ninguém aqui está divagando. Sr. Presidente, V. Ex^a tem o dever de presidir, mas respeite também os Srs. Parlamentares aqui, porque estamos aqui trabalhando sério o dia inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Tenho-os respeitado e gostaria que V. Ex^a respeitasse mais 32 inscritos, 32 colegas seus.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas deixar muito claro aqui um aspecto. Gostaria – acho que isto é importante, já que O SR. SILVIO PEREIRA não lembrou os nomes de quem foram esses pedidos de nomeação do Partido dos trabalhadores – que requisitássemos, Sr. Relator, esse banco de dados do Partido dos Trabalhadores para essas nomeações.

Queria só fazer um esclarecimento, Sr. Presidente: há uma diferença enorme – e o Senador Fernando Bezerra lembrou isso –, quando se negocia cargos, o que é algo absolutamente normal numa democracia, entre um Ministro, Secretário-Geral da Presidência da República – e isso é absolutamente normal –, e um dirigente partidário que confunde o Estado com o Partido.

Parece-me, Sr. Presidente, que, neste caso aqui, mais uma vez, estamos constatando aquilo que é praxe do Governo Lula. Há uma confusão enorme entre o Partido e o Governo, eles se misturam, e o dirigente partidário tem o poder de indicar pessoas dentro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Peço a colaboração de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sei que é duro ouvir isso, mas V. S^a tem de ouvir.

Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, vou aproveitar o intervalo para solicitar a V. Ex^a – é o Deputado Onyx que fala – que oriente o advogado do depoente, porque já houve quatro intervenções completamente irregulares do advogado no depoimento, sob pena de solicitarmos sua retirada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)
– Irei adverti-lo.

Dr. Arnaldo, gostaria de que V. S^a apenas informasse o depoente de alguns dados que ele porventura pergunte – data, algum documento ou coisa que o valha –, mas V. S^a não pode interferir no depoimento.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Se V. Ex^a permite, não estou, de modo algum, interferindo no depoimento.

O SR. (Orador não identificado) – Não pode nem falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)
– Os Deputados chamaram a atenção para esse dado. Se V. S^a não está interferindo, melhor ainda, mas fica a advertência.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – V. Ex^a permite?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)
– Agradeço.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Obrigado. Sr. Presidente, gostaria de dizer o seguinte...

O SR. (Orador não identificado) – O senhor não pode falar.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – O Sr. Presidente me deu a palavra. Eu não estou interferindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a pode ir ao Presidente falar com ele diretamente; não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)
– O artigo 187 do Código de Processo Penal diz que poderá o investigado consultar brevemente seu advogado sobre a conveniência ou não de responder à indagação ou sobre as razões para não fazê-lo. Poderá ainda fazer breves consultas e apontamentos. Isso nós asseguraremos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Isso é um direito. Agora, não há direito e não cabe a intervenção do advogado no meio do depoimento. E eu agradeço o atento assessor pela colaboração dada a esta Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu vou, eu vou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, o depoente se retirou e o advogado também se retirou. Eu gostaria de que houvesse um acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu pedi a um assessor que o acompanhasse. Tem um assessor da CPMI acompanhando o desenrolar, sem problema nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

A SR^a JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, a título de colaboração...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presi-

dente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorge Bittar, depois a Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presiden-

te, na realidade, queria me dirigir ao Sr. Relator. É o seguinte: o Deputado Eduardo Paes citou aqui o depoimento do ex-Presidente Nacional do PT, José Genoíno, na Corregedoria. Nós não temos conhecimento desse depoimento. Eu gostaria de saber se esse documento é de domínio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu vou pedir ao Relator que forneça a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque, ao

que eu sei, esse documento ainda não foi transcrito e divulgado publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Vou pedir ao Relator que faça chegar a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria

de saber em que circunstâncias esse documento foi obtido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Deputada Federal Juíza Denise Frossard que havia pedido a palavra antes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu não vou... Eu vou seguir a ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Mas V. Ex^a responda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu vou seguir a ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Mas

V. Ex^a responda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-

GO) – Eu vou seguir a ordem. Eu vou seguir a ordem, Deputada. Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Mas

V. Ex^a responda ao Deputado Bittar. V. Ex^a tem de responder ao Deputado Bittar, que disse que se apropriaram de documento de forma diversa, o que não é verdade.

A SR^a JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu cedo a minha vez ao Deputado Eduardo Paes para que responda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Eu vou conceder e assegurar a palavra a V. Ex^a. Aqui tem ordem. Aqui tem ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presi-

dente, ele fez um questionamento. Ele fez um questionamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Enquanto eu presidir, aqui tem ordem. Se V. Ex^a insistir, eu suspendo a reunião por culpa de V. Ex^a. Assseguro a palavra à Deputada Federal Juíza Denise Frossard.

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a é autoritário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vamos retomar o depoimento.

A SR^a JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, eu só queria contribuir a respeito dessa questão do depoente. Ele veio aqui e não prestou compromisso legal. Pelo que tenho acompanhado, lá fora ele também deve ter meio Código Penal à espera dele, de modo que ele está aqui nesta posição. É claro que ele pode consultar o seu advogado, recorrer ao seu advogado; é defesa técnica. Não tem nenhum problema que ele até pare a reunião para conversar com o advogado. É bom que seja assim, porque ele é virtualmente um réu criminal lá fora. Ele é virtualmente isso. De modo que ele deve se aconselhar, e o advogado está aqui para isso. É a defesa técnica, o que não significa que o advogado vai usar a tribuna. Não, não pode. Mas algumas vezes ele tem que parar e se aconselhar sim. E é bom que nós respeitemos os direitos de qualquer pessoa que venha depor aqui. O depoente, Sr. Presidente, deve, se se sentir inseguro, consultar seu advogado, porque tudo o que se passar

aqui – por isso eu estou dizendo isso – vai ser requisitado por um juiz criminal, como eu já requisitei. Então, é importante ficar claro que esta prova que sair daqui vai servir para um juízo criminal sem nulidades.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V.Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Uma questão de ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a vai ter que dar, porque fica dando aleatoriamente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu tenho que dar um esclarecimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu agradeço a V. Ex^a; eu já havia esclarecido antes ao Sr. advogado sobre essa questão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem só para responder ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Eu sei que a imprensa anda dura com o Deputado Jorge Bittar, mas a **Folha de S. Paulo**, no dia 15 de julho de 2005, disse: “Silvio Pereira usava a sala do Palácio do Planalto de Genóio.” É uma informação da **Folha de S. Paulo** que teria tido acesso a esse depoimento.

Portanto, a informação veio do jornal **Folha de S. Paulo**. Eu sei que anda duro para o Deputado Jorge Bittar ler a imprensa, mas é importante que ele leia.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

V. Ex^a quer usar a palavra, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não, apenas para fazer um apelo...

O SR. (Orador não identificado) – Está registrado que o documento não é oficial.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – O **Diário Oficial**, Deputado Eduardo Paes, e a **Folha de S. Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se os senhores começarem a se agredir mutuamente, eu vou suspender a reunião. Nós estamos aqui para ouvir o depoimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É para fazer um apelo de manter a ordem das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V.Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só para fazer um apelo para manter a ordem de inscrição. Porque se for para ganhar no grito, na intervenção fora do tempo, eu também sei fazer e não quero fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por favor, a Assessoria marque o tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, Sr. Depoente Silvio Pereira, Srs. Parlamentares, Dr. Silvio, o senhor concorda que todos os membros partidários devem seguir os mandamentos do Estatuto do Partido a que estão filiados, sobretudo aqueles que são dirigentes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem! Então, talvez, V. S^a não se lembre o que disse o Estatuto do Partido dos Trabalhadores, aprovado pelo Diretório Nacional em 11/03/2001, momento em que V. S^a já era membro desse membro Diretório.

O art. 110 determina algumas competências do Diretório Nacional, dentre elas estão: cobrar contribuições financeiras, organizar amplas campanhas de arrecadação, encaminhar a elaboração e aprovação do orçamento anual, manter em dia a contabilidade e garantir a elaboração, aprovação e entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Eu quero reler o art. 110 – e o fiz para que V. S^a se recorde – porque é competência do Diretório Nacional e não do Secretário de Finanças. E V. S^a, como membro do Diretório Nacional, tem, ou teve, todas essas atribuições e responsabilidades, que certamente V. S^a, no dia de hoje, desconhece.

Mas o art. 164 do mesmo Estatuto diz o seguinte:

“Art. 164. Os recursos financeiros do Partido dos Trabalhadores serão originários de contribuições dos seus filiados, de contribuições dos ocupantes de cargos eletivos e dos cargos de confiança, de doações das dotações do Fundo Partidário, de rendas e receitas de serviços e de convênios comerciais.”

O Art. 166 do mesmo Estatuto diz o seguinte:

“Art. 166. As instâncias dirigentes enviarão todos os esforços para:

a) Garantir o compromisso de sustentação financeira do Partido por parte de todos os filiados;

b) Equilibrar as fontes de recursos e evitar que o Partido dependa de uma única fonte.”

O art. 167 diz ainda:

“Art. 167. As instâncias e dirigentes, em geral, e as Secretarias, em particular, são responsáveis:

II – pela criação de múltiplos canais para que esta contribuição seja viabilizada.”

Eu pergunto: dentre esses múltiplos canais, o Partido dos Trabalhadores entende que está a tomada de empréstimos com empresários que têm negócios com o Governo Federal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tudo está fora do Estatuto do PT. E vai ser avaliado pela direção do Partido e a nova direção está começando a fazer isso hoje, já reunido em São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não me respondeu. Eu queria um sim ou não. Está ou não está?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não entendi a pergunta, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero saber se, dentre os múltiplos canais para que a contribuição seja viabilizada, está aí a tomada de recursos com empresários que têm negócios com o Governo Federal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Independentemente de negócio com o Governo Federal, qualquer empréstimo que não seja em nome do Partido, evidentemente, não está previsto no Estatuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, aí, vem o inciso V e diz também que todas as instâncias dirigentes são responsáveis pela criação de formas e mecanismos que ampliem a arrecadação. Então, o que fez o Partido dos Trabalhadores para cumprir, talvez, o art. 167, inciso V? Foi a um empresário chamado Marcos Valério, publicitário para alguns, lobista para outros, recorreu a ele para que, supostamente, fosse o elo com instituições financeiras. Esse mesmo empresário viabilizou os recursos para o Partido dos Trabalhadores e, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, pasmem: esse empresário é um dos maiores contratados do Governo Federal e, como garantia desses empréstimos, deu justamente os contratos com o Governo Federal.

Mas, Sr. Silvío, V. S^a não pode eximir-se dessa responsabilidade, porque, se o Estatuto do Partido de V. S^a realmente tem validade, o diretório nacional e as instâncias diretivas como um todo têm o dever, a responsabilidade de zelar pela arrecadação financeira do Partido, assim como também pela destinação dos seus recursos e pela prestação de contas à Justiça Eleitoral – não só V. S^a, mas todos aqueles que compõem o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Talvez fosse aconselhável que os membros do PT relessem o seu Estatuto, mas vamos adiante.

Pareceu-me claro que o Sr. Silvío desempenhou um papel de interlocutor entre correntes políticas – e aí inserem-se os partidos da base, inserem-se parla-

mentares, inserem-se ex-parlamentares e militantes em geral. Então, ele foi o interlocutor dessas esferas com o Governo Federal. Aqueles que pretendiam alcançar um cargo público no Governo Federal deveriam passar, pelo menos, pelo conhecimento, senão pelo crivo do Sr. Silvío Pereira.

Já que a pergunta do Deputado Osmar Serraglio não foi respondida com propriedade, perguntaria a V. S^a: passou pelas mãos de V. S^a qualquer indicação para uma das diretorias da Petrobras?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. Nenhum dos diretores da Petrobras foi indicado tendo antes o currículo sido apresentado a V. S^a?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a repete a negativa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Repito, Sr. Deputado. Nenhum membro da diretoria da Petrobras teve a minha indicação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Eu, então, perguntaria: quais são as relações de V. S^a com o Sr. Renato Duque, diretor de serviços da Petrobras?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço o Sr. Renato Duque, como conheço os demais diretores da Petrobras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem foi o responsável pela indicação do Sr. Renato Duque para essa diretoria?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quem vai poder explicar é o próprio Governo ou o próprio diretor da Petrobras, na medida em que não indiquei o Sr. Renato Duque.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Mas, V. S^a, então, na Petrobras, não teve a força que teve em outros órgãos do Governo, não é isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Essa questão da força é uma grande lenda, mas respondo a V. S^a: não indiquei nenhum diretor da Petrobras. Conheço os diretores da Petrobras, tenho relacionamento político com eles, mas não indiquei e nem sei quem os indicou, mas, com certeza, o Governo ou a própria Petrobras saberá, porque eles decidem isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual é a relação de V. S^a com o chefe de gabinete do Presidente da Petrobras, o Sr. Diego Fernandes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Estive com o Sr. Diego várias vezes durante 2003 para poder apresentar para ele algumas indicações, que estavam dentro da

empresa para algum órgão da Petrobras, a diretoria já composta por alguns nomes, particularmente nomes que a base aliada nos apresentava nomes, e que a gente procuraria ter um consenso a respeito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a acha que é normal o secretário de um partido ter o hábito de viajar pelo Brasil em jatinhos particulares?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, viajei poucas vezes em jatinhos particulares.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a viajou poucas vezes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Poucas vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a se lembraria de quem são esses jatinhos particulares em que V. S^a viajou, já que foram poucas vezes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não tenho condições de me lembrar quem era o dono do avião ou como era o avião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tenho aqui algumas fotos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou mostrar uma, dentre várias que tenho, para identificar um avião de que talvez V. S^a possa se recordar se já viajou ou não. É um Learjet 35, cujo prefixo é PTLMY, de propriedade de um empresário chamado César Oliveira. V. S^a se recorda de ter viajado nesse jatinho alguma vez?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já andei de jatinho. Não sei se é esse que V. S^a está apresentando. Conheço o Sr. César Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a quer ver uma foto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não precisa. Não conheço marca de avião, etc, mas já viajei em alguns aviões particulares, sim, e conheço o Sr. César Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas V. S^a viajou no avião do Sr. César Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já viajei em aviões particulares, mas não sei quem são os proprietários.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero uma resposta de V. S^a. Se V. S^a viajou poucas vezes, é claro que V. S^a se lembra. Pode até não se lembrar de todos os empresários, mas, já que estou nominando um, queria que V. S^a respondesse sim ou não.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não lembro, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não lembra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não lembro. Quem eram os donos eu não lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a lembra que viajou poucas vezes, mas não lembra se viajou exatamente nesse avião, de propriedade de um empresário denominado César Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exatamente, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não se lembra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não me lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a haverá de se lembrar ao final dessas investigações.

O SR. SILVIO PEREIRA – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, por falar no avião do Sr. César Oliveira, só estou fazendo essa referência... E quero dizer aqui que não tenho absolutamente nenhuma informação que desabone a conduta da empresa em que o Sr. César Oliveira é dirigente, que é a GDK, mas vale frisar que essa empresa possui vários contratos com a Petrobras e muitos contratos podem ser considerados objeto de induzimento por parte do Governo Federal. Por exemplo, agora há pouco tempo, essa mesma empresa ganhou um contrato de cerca de US\$90 milhões para reformar uma plataforma no Espírito Santo, a P-34. E o engraçado é que muitos contratos dessa empresa denominada GDK têm especificações que somente essa empresa poderia atender. Existem notícias da relação de V. S^a com o proprietário dessa empresa e das interferências que V. S^a, ao lado do Sr. Fernando Moura, realizou junto à Petrobras para beneficiar essa empresa chamada GDK. Eu, então, perguntaria: V. S^a já manteve muitos contatos com o Sr. César Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, Sr. Deputado, mantive contato, sim, com o Sr. César Oliveira e repito ao senhor, como já falei aqui anteriormente, que nunca fiz mediação de nenhuma empresa, nem dessa nem de outra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Tem relação com o Sr. César Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Estive em contatos institucionais com o Sr. César Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Institucionais de que natureza?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ora, não tenho outro tipo de relacionamento com ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Contatos institucionais. V. S^a é secretá-

rio-geral de um partido. O que esse empresário fez? Deu talvez contribuições ao seu Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – A mim, pelo menos, não. Não ganhei nenhuma contribuição para nenhum lugar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que é essa relação institucional? Explique-me, pelo amor de Deus, Sr. Silvio.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tento explicar, Sr. Deputado. Tive isso não só com César Oliveira, com alguns outros empresários. Eles nos procuravam querendo saber acerca do programa de Governo, queriam saber sobre temas divergentes, inclusive em termos de política econômica, qual é o projeto de desenvolvimento do Governo, quais são as diretrizes, quais são as prioridades.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a falava pelo Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, eu nunca falei pelo Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os empresários iam a V. S^a para saber as diretrizes do Governo. V. S^a é secretário do Partido ou é primeiro ministro do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – As diretrizes do programa de Governo... Quando respondi ao Deputado Paes, a separação entre Estado e o Partido, o que afirmei? Que cabe ao PT estabelecer as diretrizes do programa do Governo, e é natural que um partido que está no poder, um partido chave, um partido de coalizão, tem muita influência política no Governo. E, às vezes, parlamentares, políticos, empresários gostariam de saber exatamente qual é essa incidência, esse conhecimento político.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. V. S^a sabia que a GDK é uma das maiores compradoras de Land Rover do Brasil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não sabia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ah, muito bem. Então, por falar em Land Rover, já que V. S^a tem uma no patrimônio de V. S^a, dentre outras coisas que, na minha opinião, são injustificáveis, porque o funcionário de um partido que recebe R\$9 mil e tem uma casa em Ilhabela, tem um apartamento avaliado em R\$180 mil, tem um carro importado, uma Land Rover... V. S^a poderia me dizer em nome de quem foi comprada essa caminhonete Land Rover?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quero repetir aqui, Sr. Deputado, que tudo que possuo está no meu Imposto de Renda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem comprou a caminhonete, Sr. Silvio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Absolutamente tudo. Fora disso, Sr. Deputado, eu me reservo o direito de não falar aqui sobre o meu patrimônio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero informar, então, o que aconteceu com a caminhonete. Uma empresa chamada Quantas, que temos de investigar, contraiu financiamento com o Bradesco. E, de repente, esse financiamento foi quitado, mas existem suspeitas muito sérias de que o senhor ganhou essa Land Rover do Sr. César Oliveira, proprietário da GDK e, talvez por isso, V. S^a não queira apresentar aqui as considerações sobre o patrimônio de V. S^a. Infelizmente, tenho de dizer isso a V. S^a, até porque foram notícias publicadas em alguns veículos de comunicação. Não é este Parlamentar o primeiro a tornar pública esta notícia, essa informação.

Mas é evidente, Sr. Silvio, que o senhor não colabora com esta Comissão. Por quê? Como é que podemos investigar alguém, se não temos condições, Sr. Relator, de aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio da pessoa que está sendo investigada? É muito complicado, é muito difícil!

Mas, para não desrespeitar o meu tempo, perguntaria: V. S^a manteve muitos contatos com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu tive alguns contatos por ocasião em que ele era Subsecretário de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Alguns contatos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que é que V. S^a tratava com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Era sempre o mesmo tema. O Sr. Waldomiro vinha falar das reclamações: “Tem Deputado do PT que está reclamando que não teve nenhum cargo atendido. Tem Deputado reclamando que não tem nenhum cargo atendido”. Era sempre meio que falando um pouco o que os Parlamentares comentavam com ele. Sempre que ele falava sobre esse tema, exatamente o encaminhamento que a gente dava era: tem que procurar o Governo para poder atender essas demandas dos Srs. Parlamentares. Por exemplo, no negócio de emenda, eu não cuidava de emenda. Então, vai conversar com quem cuida de emenda. No negócio de cargo, tem que ver isso com o Governo, acordos realizados e não cumpridos. Então, sempre que ele vinha conversar era exatamente sobre

reclamações ou queixas dos Srs. Parlamentares em relação ao Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vou mais indagar, porque meu tempo se esgotou, mas eu queria que V. Ex^a me reinscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a já está atendido. V. Ex^a está reinscrito.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Cumprimento o Sr. Presidente e as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Silvio Pereira, Silvinho, faz bastante tempo que a gente não se vê. Espero que você me trate de você e eu vou lhe tratar de você também, sem nenhuma das sofisticadas das relações aqui.

A última vez em que nos vimos foi no processo que culminou com a nossa expulsão no Hotel Blue Tree. Depois, para surpresa minha, descobri que o Hotel Blue Tree não era apenas o espaço para viabilizar as nossas expulsões, mas era também o espaço de encontros, segundo a imprensa, dos mais sórdidos e sujos que eu pudesse imaginar.

Depois, comecei a vê-lo, em todos os jornais, como a pessoa mais importante do Governo Lula. Digo a mais importante, aquele que fazia a intermediação da estrutura partidária com a Base aliada e com o Governo. Em todas as entrevistas era assim que aparecia. E eu achava absolutamente justificável porque, embora muitos agiram aqui com cinismo e dissimulação, muitos que tentam desqualificá-lo, sempre achei que você era um quadro partidário da mais absoluta convivência com Lula, com Ministro José Dirceu, com Genoino, com Delúbio, porque, nós que vivenciamos a mesma militância partidária, sabemos como se distribuem as relações políticas internas, as relações das tendências internas. Então, eu até achava que era absolutamente justificável, porque você era um quadro partidário da articulação, que é a tendência majoritária, uma pessoa da mais absoluta confiança do Presidente Lula, do Ministro José Dirceu. Então, eu achava absolutamente natural.

Hoje, fico sinceramente impressionada com as coisas que vejo, com as palavras que são ditas sobre você. Fico impressionada porque nunca vi pessoas tão aplaudidas quando na convivência partidária e hoje serem jogadas no lixo ou jogadas na arena dos leões para serem comidas para preservar a situação do rei.

Quando se fala dos milhões de campanha, fico impressionada. Primeiro, porque até consultei a página do Diretório do PT para ver se me lembrava de coisas, porque eu tinha sido da Executiva Nacional. E aí fui ver as resoluções sobre finanças das campanhas eleitorais

de todas... Acho que você se lembra daquele quadro que foi passado por eslaide, que tratava da estratégia para a Comissão de Finanças do Comitê Lula Presidente; dos *kits* que foram apresentados; das articulações que tinham que ser feitas para diversificar fontes de financiamento, ampliar o relacionamento empresarial. Mas não é nada disso que está aqui. Eu poderia imaginar que significaria o que hoje está nas páginas dos jornais. Nada. Primeiro porque, e o senhor até disse isso anteriormente aqui, em todas as reuniões não havia recurso para nada, porque não havia recurso para os Estados. Era uma gigantesca reclamação de todos os setoriais, de todas as secretarias, dizendo que não tinha dinheiro dentro do Partido. Ninguém tinha dinheiro para nada. Para qualquer evento que fosse feito por um setorial, era a maior complicação para que fosse liberado o dinheiro.

A última campanha de que participei pelo PT foi em 1998. Evidente que não era o Delúbio. Talvez o Delúbio tenha mais formas de coletar recursos. Na época, era a Clara a secretária de finanças. Também não tinha recursos. Pode ser que depois do período que fui expulsa, começaram a aparecer recursos, como eu nunca vi.

Então, se você quer nos ajudar, Silvio, ajudar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, primeiro tem que deixar absolutamente claro que todos os procedimentos que fazia como Secretário-Geral. Ninguém chega a secretário-geral de um partido de esquerda sem ser da mais absoluta confiança do Presidente da República, do Ministro José Dirceu e dos mais importantes quadros partidários. Ninguém. Quando era secretário de organização, o cargo já era visto como uma posição estratégica dentro da estrutura partidária! E secretário-geral... Ninguém chega a secretário-geral sem ser da mais absoluta confiança.

Então, primeiro quero saber se tudo que vinha sendo discutido dentro do PT, ou nas relações Base aliada/Governo, era, absolutamente – todos os passos que o senhor dava – de conhecimento Palácio do Planalto. O senhor pode dizer: “Não, eu não nomeei.” É verdade. Não era cargo do governo, não nomeou. Mas isso é essencial: todos os passos que foram dados, porque não é possível que se reúna com empresário, que se reúna com Senador, que se reúna com alguém da Base aliada, e isso não seja comunicado. Porque, se não fosse comunicado, era muito grave, porque daria a V. S^a toda a gestão da máquina pública. Se foi conversado, isso é essencial: todos os passos que o senhor deu nas relações com os partidos, com os empresários, com a Base aliada, se eles eram diretamente ditos, explicados, comunicados e autorizados pela cúpula palaciana do Partido dos Trabalhadores e

pelo Palácio do Planalto. Sabe por quê? Porque, em todos os documentos que chegam aqui, em todos os depoimentos que são dados, ficamos sem conseguir entender de fato o que aconteceu.

Quando analisamos os Correios é como se houvesse uma verdadeira guerra de gangues partidárias entre PMDB, PTB e PT, cada um querendo derrubar o outro, cada um fraudando uma licitação, desde o processo de instrução, para que o empresário, supostamente apaniguado pela estrutura palaciana, ganhasse a licitação. Aí o empresário diz que não ganhou a licitação. E vamos ver os empréstimos partidários. Esses são surpreendentes, porque um empresário jamais seria avalista do empréstimo. E o pior: não era só avalista do empréstimo, ele se endividava. Marcos Valério se endividou; endividou todas as suas empresas, para que depois uma lista designada por Delúbio Soares... E, no depoimento dele à Procuradoria, disse que o senhor e o Ministro José Dirceu sabiam de todos os financiamentos e da metodologia utilizada. Ele disse que depois o empresário se endividava, endividava suas empresas, passava, recebia uma lista do Sr. Delúbio, dizendo quais as pessoas que receberiam o dinheiro em espécie, para pagar fornecedores.

Quanto aos fornecedores, quero que o senhor diga, já que acompanhava os Estados, quais os pagamentos que foram feitos a fornecedores dos diretórios regionais. Ele disse que o dinheiro do empréstimo era para pagar fornecedores e dívidas dos diretórios estaduais e que repassava diretamente a dirigentes dos diretórios estaduais. Então, que o senhor nos informe se todos os passos dados eram em concordância, com autorização, com o conhecimento do Palácio do Planalto, do Presidente da República ou do seu mais importante representante e se também o senhor, que sempre acompanhou os diretórios regionais, teve conhecimento disso. Porque, se acompanhava todas as crises dos diretórios regionais – nesses dois dias, cada diretório regional foi para a imprensa dizer que tem dívida e que ela não foi paga –, se os diretórios regionais lhe comunicavam – pela confiança e pelo acompanhamento que o senhor sempre teve – que as dívidas estavam sendo pagas, que eles estavam resolvendo problemas relacionados aos Estados, se os dirigentes partidários recebiam em espécie. Eram recebimentos em espécie que estavam sendo feitos, por meio de uma listagem entregue pelo Sr. Delúbio. Então, responda-me a essas duas, antes de eu entrar nas outras.

O SR. SILVIO PEREIRA – Permita-me, Senadora Heloísa Helena, responder a essas duas perguntas. Você fez algumas outras afirmações que acho que é importante para a resposta das duas perguntas. Pro-

vavelmente dentro da CPI, dos que estão aqui presentes, a Senadora é uma das que mais me conhecem nas atividades políticas, antes e quando estava no PT. Sempre lutei no PT para que fosse reconhecido que um quadro de uma organização partidária não precisaria ter o mandato para poder ocupar um cargo de direção. Nos meus 25 anos de PT, que sempre foram acompanhados, em todos os momentos – você participou de algumas dessas reuniões – em que era para se discutir um cargo de direção, já ouvi de vários, inclusive dos que hoje repetem isso da época, que, pelo fato de não terem o mandato, não poderiam ocupar um cargo de direção: aquela famosa discussão sobre representatividade. Essa foi sempre uma luta minha. Quando cheguei a Secretário de Organização, cheguei exatamente àquilo que sei fazer e acompanhei os Estados, como você sabe disso. Desde o início do PT, organizo o PT no País afora. Nessa campanha eleitoral, já respondendo a uma das suas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço a colaboração dos Assessores e de todos, senão fica difícil ouvir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E desconte o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estou descontando.

O SR. SILVIO PEREIRA – Você sabe, Senadora, que, por ocasião do processo da sua expulsão e dos outros Parlamentares do Partido, um processo doloroso para todos nós, eu, como Secretário da Organização, cumpri minha função partidária, assim como o fiz em todas as ocasiões. Senadora Heloísa Helena, se você chamar e ouvir os 27 Estados do PT, os 27 – diria 27, porque aqui em Brasília não teve eleição –, reuni-me com todos eles. A reclamação de todos os diretórios estaduais, Senadora Heloísa Helena, era a falta de recursos. Tinham prometido ajudá-los e não ajudavam.

Os setoriais: chamo também o testemunho da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Já agora, nessa eleição, a Secretária Nacional de Mulheres do PT, que você conhece muito bem, que é a Conceição... Quer dizer, o Setorial de Mulheres não tinha recursos para fazer os seus materiais. Eu lutei muito para conseguir e conseguimos muito pouco. A Secretaria de Combate ao Racismo, o PPDS... Eu sempre fui, e sou, e me orgulho disso, representante dessa militância do PT, desses setoriais. Eu não ligo para esse negócio se é mais ou se é menos. Estou na direção, estou onde estou por meus próprios méritos e, também, por confiança. Não acho e nem me iludo...

Você sabe que eu não participei de nenhuma coordenação de campanha presidencial, você sabe

disso. Eu sempre fui um auxiliar da direção do partido e, mesmo agora, na campanha do Presidente Lula, eu não participava da coordenação das eleições. Eu, como Secretário de Organização, organizei o NAI??? que fornecia as informações para o Governo.

Portanto, sobre os pagamentos, Senadora Heloísa Helena, que é uma pergunta que você me formulou, eu não tinha conhecimento. O único conhecimento que eu tinha em relação aos Estados era relativo às reclamações que eu levava lá de Belém. Chegava lá em Belém, Ana Júlia: “Não tem material, não tem plástico, não tem isso, não tem aquilo”. Eu chegava lá em São Paulo: “Gente, tem que mandar bandeira, tem que mandar material para Belém do Pará, que não tem muita coisa, não tem isso.”. Então, não acompanhava. O que eu levava nessa campanha de 2004, esta é a pura verdade... Todos os diretórios estaduais e as principais campanhas tinham dificuldades, sim, exceto uma ou outra campanha do PT realizada em alguma importante capital. Nos demais, no resto do País, foi com muita dificuldade que o PT realizou a campanha.

Sobre os passos. Evidentemente, o que é de partido eu respondo ao partido. Eu sou membro da direção do PT. A minha relação com o Governo se estabelece em dois níveis. O primeiro é na política. O Presidente Lula é filiado ao PT, como vários outros ministros. Eu sou dirigente do PT e tenho muitos assuntos políticos a tratar com o Governo, embora eu não venha tratando com o Presidente – há muitos anos eu não vejo o Presidente. Portanto, o Governo não acompanhava os meus passos. Os meus passos eram dados por mim, de acordo com as orientações que eu tinha de trabalho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas então o Governo é mais irresponsável ainda! Como é que o Governo, o gestor público, não define quais os quadros que ocuparão cargos públicos relevantes e delega a você fazer a indicação na articulação com a base partidária e depois ele define a ocupação do cargo sem ter conhecimento?

Havia a autorização e o conhecimento do Palácio do Planalto sobre as suas ações, não havia? Refiro-me à ocupação de cargos e à articulação com a base aliada. Havia, porque em todos os jornais aparecia você como sendo o grande articulador. Era a personalidade mais importante do Governo quando se tratava do relacionamento com a base aliada. Como é que ninguém do Palácio do Planalto sabia disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Srª Senadora Heloísa Helena, eu representava o PT, assim como os demais partidos da base aliada tinham os seus representantes – o PL tinha, o PTB tinha, os demais partidos tinham e eu representava o PT. É claro que, pelo fato de ser o PT o partido principal de sustentação do Governo,

eu era muito mais demandado, mas repito e afirmo: as minhas atividades, no que diz respeito a nomeações, paravam na porta do Governo, e com muito daquilo que os partidos discutiam e reivindicavam junto ao Governo havia concordância, mas não era cumprido. Aí, eu encontrava um Deputado ou um Parlamentar que me dizia: “Você é testemunha, decidimos isso... Este Governo...” E aí vai.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Realmente, a cada dia eu me impressiono mais!

O senhor já teve algum contato com um empresário da Beta?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, eu nunca tive.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nenhum contato?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ao que me lembre, nunca tive.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com o Sr. Augusto, que entregou 800 mil à campanha de Lula e, depois, ganhou um contrato de 100 milhões?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu quero me reinscrever.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tive mesmo, Senadora. Não tive.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Realmente, eu quero me reinscrever, porque a cada dia eu me assombro mais com a ocupação do espaço público nos setores estratégicos. A cada dia eu fico mais assombrada com isso, não é possível! Não é possível que houvesse a delegação para alguns quadros partidários e não houvesse o prévio conhecimento da estrutura de Governo. É, realmente, um absurdo. É como se o Presidente Lula ou os maiores dirigentes do PT não tivessem autonomia e eficácia na organização dos espaços públicos. É impossível convencer alguém disso! É impossível que o Palácio do Planalto não soubesse, não articulasse e não tivesse conhecimento das ações de V. S^a ao tratar com a base do Governo e, também, com outros setores. Isso é impossível. Era preciso que o Governo fosse mais incompetente ainda e mais desrespeitoso com o espaço público.

Sr. Presidente, eu me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que cumpriu rigorosamente o tempo. Já está reinscrita.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por quinze minutos, improrrogáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é notório que nós estamos assistindo a um campeonato de cinismo patrocinado por depoentes nesta CPI ou fora dela em entrevistas à mídia nacional. E é óbvio que nós estamos colecionando

do mentiras, sobretudo porque há essa estratégia de se buscar preventivamente um **habeas corpus**, que, a meu ver, significa autocondenação, porque quem busca preventivamente um **habeas corpus** entende existirem razões suficientes para uma eventual prisão. Então, trata-se de confissão de culpa. Obviamente isso pode ser utilizado nos procedimentos judiciais contra os que desse expediente se valeram, na busca de uma transitória proteção durante o depoimento à CPI.

Mas eu ousou indagar, cumprindo o dever. Eu parto do princípio de que não só nos Partidos socialistas, nos vossos também, o secretário-geral da comissão executiva é uma função prestigiada e da maior importância, responsável por atividades fundamentais na estrutura partidária. Não é por outra razão que o Sr. Sílvio Pereira, apesar de não ser funcionário em cargo de confiança do atual Governo, operava em nome do Governo na articulação de nomeações não só do seu Partido mas também dos Partidos aliados e era muito elogiado no Congresso Nacional. Eu ouvi inúmeras vezes, Sr. Sílvio Pereira, rasgados elogios ao seu trabalho nessa área. Certa vez, um Deputado operador desse sistema, que eu considero que implantou uma relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, afirmou que se ele soubesse que o PT era tão bom nessa área, ele estaria com o PT há vinte anos. E sempre se ouvia aqui: “Quem resolve mesmo é o Sílvio Pereira. Não adianta procurar ninguém”. O senhor confessou que realmente articulava as nomeações não só do PT como também dos Partidos aliados.

Eu não vou insistir nessa questão das nomeações, posso até eventualmente à frente tratar do assunto, mas o que eu quero é indagar do senhor como um articulador do Governo, como um coadjuvante do Presidente da República e principalmente do Ministro José Dirceu, transitando no quarto andar do Palácio do Planalto com muita facilidade, participando de reuniões, de decisões, sugerindo, influenciando, certamente, até pela proximidade com o Sr. Delúbio Soares, deve ter participado dessa engenharia, que eu considero fantasiosa, que culminou com essa confissão de crime eleitoral ou de formação de quadrilha para a prática de corrupção eleitoral – confissão através de Marcos Valério, através de Delúbio Soares, reafirmada pelo Presidente da República.

Eu faço essa indagação porque o que é mais grave: o Presidente da República gravou uma entrevista, veiculada no programa Fantástico da Rede Globo, no domingo passado, antes de conhecer o teor das entrevistas de Marcos Valério e de Delúbio Soares. Eu reafirmo: a entrevista do Presidente da República foi gravada antes que concedessem entrevistas o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério.

É claro que há uma evidente armação entre o Governo, Marcos Valério e Delúbio Soares. Houve a construção de uma versão, a meu ver, mais fantasiosa do que a versão da operação Uruguai; não só mais fantasiosa como mais volumosa em matéria de recursos, cinco ou seis vezes recursos àqueles da operação Uruguai.

Portanto, a entrevista do Presidente da República, que foi muito arrumada, com perguntas calculadas e respostas didaticamente estudadas, com o objetivo de restringir o escândalo de corrupção do Governo a uma questão meramente eleitoral, com a participação efetiva dos altos dirigentes do PT agora afastados.

Eu pergunto: o senhor participou da montagem dessa farsa? Porque evidentemente diretamente interessado, uma vez que articulador do modelo de relação Executivo-Legislativo, relação espúria, e, no seio do Partido, responsável pela administração partidária. O senhor participou ou teve conhecimento dessa armação, que começou com a viagem de Delúbio Soares a Belo Horizonte?

O SR. SÍLVIO PEREIRA – Que eu tinha conhecimento a respeito eu já respondi à CPI e repito o que o mesmo aqui afirmei: meu conhecimento acerca das atividades financeiras do Sr. Secretário se limitava a buscar recurso à rede bancária. Mas se o Senador me permitir, o senhor colocou duas questões que eu acho que não conferem em relação às minhas atividades. Se o senhor me permitir, gostaria de esclarecer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. SÍLVIO PEREIRA – O senhor colocou que eu operava em nome do Governo. Eu não operava em nome do Governo. Eu representava o PT nas suas indicações.

Segundo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não só o PT, porque os Parlamentares...

O SR. SÍLVIO PEREIRA – Então, eu queria responder a segunda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De outros Partidos informavam que o senhor é que resolvia, e resolvia para valer.

O SR. SÍLVIO PEREIRA – Não, eu vou falar sobre aquele segundo ponto que eu ia esclarecer a V. Ex^ª. É sobre os Partidos da Base, Senador. De fato, quando os Partidos da Base reivindicavam ao Governo, e o Governo decidia algum posto para os Partidos da Base, eu, de fato, brigava pelo PT e também brigava também para que todos os acordos realizados com todos os Partidos fossem cumpridos, com o PT e com os Partidos da Base. Essa foi a minha característica, e sempre lutei e briguei por isto.

Tudo que foi acordado eu lutava para ser cumprido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Silvio Pereira, é evidente que, como Secretário do Partido, o senhor tinha conhecimento dessas transações bancárias. Disse à Polícia Federal que não tinha, mas houve duas confirmações: a do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares. O senhor mentiu à Polícia Federal ou eles dois mentiram ao País e ao Procurador da República?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu responderei sobre mim, sobre os demais, eles terão oportunidade de responder. Sobre mim: o que eu afirmei na Polícia Federal reafirmo aqui. O meu conhecimento limitava-se a saber que o Secretário de Finanças estava na rede bancária. Afirmei na Polícia Federal, afirmo aqui e em qualquer outro local em que for formulada essa pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agora uma outra indagação sobre empréstimos. Desta feita, empréstimos em nome do PT. O senhor sabe a quanto monta os empréstimos contraídos pelo PT junto às agências bancárias até este momento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não sei ainda, Sr. Senador. Nós solicitamos isso; inclusive a Direção do Partido está reunida hoje, exatamente idealizando esse relatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Tenho aqui o documento do Partido com a sua assinatura, Silvio José Pereira. Esse documento, que é o parecer da Comissão Executiva Nacional sobre o balanço do Partido, diz que, verificando o preenchimento de todos os requisitos legais e estatutários, aprovam as contas sem qualquer ressalva. Sem qualquer ressalva. Portanto, o senhor deve saber o volume de empréstimos contraídos. Mas, se esqueceu, eventualmente, posso apresentar os números com muita clareza.

Junto ao Banco BMG: R\$2.741.733,00. É do balanço do PT, não é informação extra-oficial.

Banco do Brasil: R\$19.295.391,20. Empréstimos de duas naturezas, talvez em torno de dezesseis milhões, arrendamento mercantil.

Banco Rural: R\$5.304.005,00.

Outros credores: R\$245.000,00.

Montante: R\$27.586.380,00.

Esse resumo é do balanço assinado pelo senhor, como membro da Comissão Executiva do Partido.

Vou-me restringir ao banco oficial, ao Banco do Brasil, que tem a missão de fomentar, de alavancar o crescimento econômico do País.

Pois bem, esses empréstimos estão absolutamente irregulares.

Aqui está um dos contratos, e a norma estabelecida no próprio contrato é a exigência do fiador. Entre

os que assinam esse contrato, não há assinatura de fiador algum. O Banco do Brasil praticou uma irregularidade, para servir aos interesses do Partido do Governo. Mais uma vez, é claro que não podemos distinguir mais Governo do PT. O PT, realmente, faz essa simbiose. não conseguimos distinguir PT e Governo: o Governo é PT, o PT é Governo.

Aliás, indago: V. Ex^a participou da nomeação do Sr. Henrique Pizzolato para uma das Diretorias do Banco do Brasil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não?

O Sr. Henrique Pizzolato é também um militante...

O SR. SILVIO PEREIRA – Filiado ao PT, acho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem dúvida, um militante histórico do PT e certamente é, dentro do Banco do Brasil, uma espécie de porta-voz do Partido, provavelmente fazendo essa ponte necessária para a obtenção de empréstimos tão significativos pelo Partido.

Há aqui uma irregularidade: não há assinatura de fiador, nem vinculação com a conta do fundo partidário como garantia desses empréstimos.

Alguém poderia dizer: não, mas é *leasing*; o empréstimo é o produto, computador. Parece-me que esse empréstimo foi para adquirir computadores. Todos nós sabemos que, em um ano, o computador já não tem mais o valor para garantir o empréstimo. Portanto, a garantia desse empréstimo... Não há garantia real para esse empréstimo, e também não há pagamento do empréstimo. O empréstimo vai-se acumulando, o Partido não o paga. É como se o Partido fosse o Governo e tenha ido aos cofres, aos seus próprios cofres, sacar uma importância, para informatizar os diretórios partidários em todo o País.

Portanto, Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento de convocação do Sr. Henrique Pizzolato, para que venha depor nesta CPI, não só em razão da provável intermediação de contratos dessa natureza, mas também em função de ter confessado ser repassador de pacotes de dinheiro, conforme matéria divulgada pelo **Correio Braziliense**, assinada pelo jornalista Leonel Rocha, em que Pizzolato pode ter recebido R\$326 mil de Marcos Valério. São pacotes de dinheiro que foram repassados ao Sr. Pizzolato, que afirmou ter sido apenas repassador e não informou para quem repassou esse dinheiro. Por duas razões, portanto, esse fato, publicado pelo **Correio Brasileiro**, e certamente essa presença de tráfico de influência do Partido junto ao Banco do Brasil – uma instituição da maior importância para o desenvolvimento nacional – é que estou propondo a convocação dele.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos falando em contas bancárias, eu gostaria de perguntar a Silvio Pereira se o PT tem conta na agência de Belo Horizonte do Banco Rural.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não tem conhecimento, mas assina o balanço onde consta esta conta. Aliás, é surpreendente que o PT mantenha conta na agência do Banco Rural exatamente em Belo Horizonte. Se fosse em São Paulo, até se justificaria, pela sede do Partido; se fosse em Brasília, provavelmente. Mas aqui há, no balanço do PT, não fui conferir a conta, porque está no balanço do PT, assinado por todos os membros da Executiva: conta 0037, Banco Rural. Rua Rio de Janeiro... Aliás, conta 602021, Banco Rural, Rua Rio de Janeiro, 927, Belo Horizonte. Esta é uma conta em nome do Partido dos Trabalhadores, num banco que realmente precisa ser devidamente investigado, em função de ter sido não só agora, mas antes, instrumento para trambiques de natureza financeira, não só no que diz respeito a irregularidades conhecidas no interior do País, mas até em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, por meio da evasão de divisas, com remessa de recursos para o exterior. É um banco que tem que ser rigorosamente investigado pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a minha reinscrição, já que eu teria ainda uma outra indagação da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será atendido. O tempo de V. Ex^a se esgotou.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o depoente pediu dois minutos e não tenho como não conceder. Peço à assessoria que o acompanhe. Mas antes que S. S^a retorne, gostaria de registrar e agradecer a presença dos promotores Dr. André Ubaldino e Dr. Geraldo Carreiro, que acompanharam toda documentação apreendida lá em Minas Gerais, da DNA, em Belo Horizonte, e o Delegado, Dr. Renato Patrício. Aos três, os nossos agradecimentos.

Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Maurício Rands para um comunicado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não. Muito brevemente, Sr. Presidente. Aproveitando o intervalo, cumprindo o doloroso dever de comunicar a esta Comissão e pedir um voto de pesar a ser registrado na Ata dos nossos trabalhos à Sr^a Elizete Pucci de Oliveira, que vem a ser ex-assessora da Senadora Ideli Salvatti. É um momento muito doloroso para a Senadora, para todos os amigos e familiares da Sr^a Elizete Pucci de

Oliveira. Portanto, requeiro a V. Ex^a que faça constar um voto de pesar de todos os que fazem parte desta Comissão, para que o mesmo seja depois transmitido aos familiares da Sr^a Elizete e à própria Senadora Ideli Salvatti, que neste momento está se dirigindo a Florianópolis para acompanhar os funerais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Registraremos com muito pesar o voto que V. Ex^a solicita na Ata dos trabalhos de hoje, transmitindo a toda a família da assessora a nossa solidariedade, os nossos pêsames.

Com a palavra o próximo inscrito Deputado Carlos Abicalil.

Logo após a chegada...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu estava inscrito antes do Deputado Carlos Abicalil. Gostaria de saber por que não estou sendo chamado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Todos os titulares têm preferência e todos os titulares inscritos falarão. Logo após chamaremos os suplentes.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Quero dizer a V. Ex^a que consultei, na semana passada, o Presidente da Comissão, porque o Líder da Bancada tem, regimentalmente, o direito de falar a qualquer momento, mas havia um critério estabelecido de que não haveria privilégio para Liderança de Bancada e para nenhum titular ou suplente. Seriam inscritos todos, na ordem de chegada.

Cheguei aqui às 7 horas da manhã para isso, respeitando aquela decisão do Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se os titulares concordarem, posso voltar atrás. Mas é uma decisão dos titulares.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Ex^a poderia repetir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou obedecer à ordem dos titulares inscritos. Se os titulares abrirem mão, eu poderei dar. Eu não quero ser intransigente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, da parte dos titulares da Bancada do PT, indago ao Deputado Abicalil. O Deputado Jorge Bittar está concordando. Deputado Abicalil...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quem decide aqui é a maioria. Não quero, amanhã, ser responsabilizado por isso aqui.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Eu vim aqui por uma interpretação que me foi dada pelo Presidente da Comissão, a quem consultei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Da parte da Bancada do PT, Sr. Presidente, não há problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sou suplente nesta Comissão. A participação dos suplentes será...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será rigorosamente acatada. Os suplentes vão participar. Só que a determinação é a de que participem, em primeiro lugar, os titulares e, logo em seguida, os suplentes, o que é a lógica.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Qual foi a decisão anterior, Sr. Presidente? Vamos lá, vamos em frente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Ex^a poderia me informar quantos titulares inscritos há?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como?

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de resolver primeiro essa questão, porque...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Dois, quatro, cinco, oito, dez, treze titulares. Já falaram quatro, faltam nove.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – É que me apoiei numa informação do Presidente da Comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, sou suplente pela bancada do PDT. E nós participamos aqui das decisões tomadas pelo Plenário. E essas decisões deixam bem claro que são os titulares, os suplentes e, depois, eventualmente, os inscritos.

Eu vi, por exemplo, o Senador Pedro Simon ficar aqui todo o período esperando, madrugada adentro. Um Senador da República do prestígio e do valor do Senador Simon esperou todos, pacientemente, e ocupou o seu espaço.

Não haveria sentido em indicar um, para o outro vir falar. Aí seríamos todos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Então, vamos seguir rigorosamente com a ordem dos titulares inscritos.

Peço as minhas escusas.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil, titular, por 15 minutos, improrrogáveis.

Solicito à assessoria que observe o tempo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Só quero uma informação. Em que lugar estou inscrito agora, já que não pude falar? Gostaria que V. Ex^a me

informasse. As funções de Liderança não são apenas as funções de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a é o décimo quarto inscrito.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asseguro a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quero reiterar a todos e a todas que, em função do cumprimento do Regimento, é que estou fazendo uso da palavra na frente do Deputado Goldman. Pela lista original, inclusive, eu seria o oitavo.

Meu caro Silvio Pereira, ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, V. S^a há de compreender que a nossa função institucional aqui é diferente da nossa militância partidária. E, efetivamente, V. S^a está na condição de investigado por esta CPMI. Nosso trato aqui deverá se ater àquilo que é de interesse para a apuração dos fatos, para a contraposição de informações, oficiais ou não, pela via da imprensa, e pela confrontação daquilo que já se tenha alcançado no nível documental.

Por essa razão, inclusive, vou ter de lhe dispensar institucionalmente o tratamento de V. S^a durante este inquerimento.

V. S^a fez referência aos cargos exercidos no Partido dos Trabalhadores e mencionou, inclusive, que sua gestão à frente da Secretaria-Geral se deu no licenciamento do ex-Secretário, Deputado Federal Bittar A partir de quando V. S^a exerce a função de Secretário-Geral?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu a exerço, provavelmente, desde abril, maio, de 2004.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, há pouco mais de um ano e três meses, V. S^a exercia a função de Secretário-Geral.

O SR. SILVIO PEREIRA – Há pouco mais de... Tanto é que, depois que assumi a Secretaria-Geral, fui tentar ler qual era a função do Secretário-Geral, e não tinha. Até agora...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está certo. Então, a função anterior que V. S^a exerceu, por delegação partidária, no voto direto, dos militantes do PT, era de Secretário de Organização do Partido dos Trabalhadores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi nessa condição, inclusive, que V. S^a participou da coordenação das campanhas eleitorais de 2002?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não participei da coordenação da campanha presidencial do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Eu, como secretário de organização fornecia à coordenação da campanha análises eleitorais dos Estados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A partir de dados que ilustravam uma posição das candidaturas nos Estados.

O SR. SILVIO PEREIRA – Exatamente. Eu tinha um núcleo, coordenava um núcleo na campanha eleitoral que se chama NAE – Núcleo de Acompanhamento nos Estados –, que é vinculado à secretaria de organização até hoje e, por essa função, esse núcleo acompanha os desenvolvimentos eleitorais

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Compreendo. Então, naquela ocasião, V. S^a não tinha participação na coordenação geral da campanha do Presidente Lula, mas, como dirigente partidário, nutria essa coordenação dos dados, a partir da estrutura partidária dos Estados.

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A vinculação, portanto, era com a organização partidária na base.

V. S^a, depois de passadas as eleições, integrou, pelo Partido dos Trabalhadores, a equipe chamada de transição de um governo para outro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não fiz parte da equipe de transição. Tive tarefas a mim solicitadas por membros da equipe da transição, mas não fiz parte da composição da equipe.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que tipo de tarefas V. S^a recebia da equipe coordenadora da transição?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por exemplo, eu me lembro, na época, que o então Luiz Gushiken, que hoje é Ministro, o Secretário Gushiken – ficou aí a mudança –, desenvolveu um sistema que, na época, se chamou sistema de gerenciamento de indicações – se não me engano, esse é o nome –, que se constituía em um banco de dados para poder receber indicações de pessoas de dentro e de fora do PT, mas particularmente quem acabou fazendo foi do PT.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nesse caso, então, além de coordenar esse trabalho de coleta de indicações do Partido dos Trabalhadores, eventualmente de algum militante filiado ou indicado, ou de outro partido, ou por um próprio petista que não fosse filiado, V. S^a também teve acesso ao organograma de cargos do Poder Executivo e das empresas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Esse cadastro continha algumas informações. O sistema, que não foi criado por mim – eu apenas coordenei esse cadastro

–, tinha, por exemplo, o órgão, o cargo, a função e o requisito. E tinha alguns procedimentos, quer dizer, um dos procedimentos mais importantes que constavam de um documento oficial desse banco de dados, que são documentos de orientação que deveriam localizar em primeiro lugar funcionários de carreira que estavam já trabalhando no Governo. E tinha todos os critérios que já citei aqui, de competência, de idoneidade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, V. S^a teve conhecimento dos principais cargos, dos requisitos que esses cargos teriam de obedecer e de que maneira eles se estruturavam no organograma das empresas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não só eu, Deputado, porque teve quinhentas e poucas pessoas que tiveram acesso a esse sistema.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, mas, como coordenador, que recebia currículos e indicações no ambiente do PT, mesmo que não exclusivamente de petistas, V. S^a também teve a tarefa seguinte de compatibilizar indicações com cargos? Por exemplo: separar cinco indicações. Estão aptas para esse cargo; dez indicações estão aptas para outro cargo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não. Isso, Sr. Deputado, não ocorreu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No que consistiu o trabalho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, não foi só eu que teve conhecimento dessa estrutura. Repito aqui: havia por volta de quinhentas e poucas pessoas que tinham acesso a esse sistema. Se você entrar no sistema, portanto, você ia verificar todos os cargos existentes nesse cadastro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bom, mas a fase posterior: recebia-se, então, o cadastro. O momento seguinte qual era, precisamente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso é que eu ia falar, Sr. Deputado. Reuniam-se por volta de cinco mil e poucas indicações de diversas naturezas. Esse trabalho foi concluído e foi entregue ao então Gushiken, que era o responsável por esse trabalho. Dava em torno de uns cinco mil e poucos nomes, e encerrou o trabalho desse cadastro nesse exato momento.

Esse cadastro acabou permitindo que essas cinco mil e poucas pessoas que lá indicavam os nomes, não todas evidentemente, comessem a me procurar por tudo quanto era lugar, achando que aquilo ali era um processo seletivo. E não tinha processo seletivo nenhum, porque o nome foi entregue do jeito que estava para o Ministro Gushiken. Aí as pessoas começaram a me procurar: no Parlamento, na rua, por telefone, em todo lugar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Instalado o Governo, meu caro Silvio Pereira, evidentemente o Ministro Gushiken de posse dessas informações deve ter procurado interlocução ou delegou alguém a fazer interlocução entre os pleiteantes.

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, precisaria confirmar, Sr. Deputado, mas, pelo que me lembro, ele pegou esse banco de dados e remeteu a todos os ministros com apenas base referencial. Não sei qual foi o uso que se teve desse banco de dados. Eu acabei, depois, respondendo para o pessoal do PT que me ligava: encaminhei o meu nome lá. Como é que tá... Eu tinha que ficar explicando para eles algo que, realmente, não foi muito bem...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não foi repartido aos Ministérios, aos órgãos, etc, e alguém lá tomou decisões.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. E depois, o trabalho seguinte, na verdade, na prática, não teve vinculação com esse banco de dados. O banco de dados permitiu para recolher os nomes, os nomes estavam lá, mas depois as pessoas começavam, os parlamentares, os prefeitos, as direções partidárias começavam a fazer as suas indicações. E eu sempre direcionei o meu foco...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em que momento então, precisamente, Sr. Silvio, V. S^a entra em contato com as outras direções partidárias no sentido de fazer o debate em torno de cargos que estavam sendo disputados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por exemplo, logo após a posse do Governo, no primeiro momento, discutia-se apenas o Ministério... E eu não participei da discussão de Ministério nenhum, nem do Ministro e nem da sua composição. Logo depois, começamos a receber as indicações. Aí o PT indicou, cada partido da base aliada indicou...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor pode citar mais algum outro dirigente de outro partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro. Eu lembro das reuniões que faziam parte... Eu participei dessas reuniões, lá no Governo. Eu vou citar alguns nomes que eu lembro: no começo, era o Martinez, que era o Presidente...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do PTB.

O SR. SILVIO PEREIRA – ...do PTB, o Deputado Roberto Jefferson, na época, era Líder...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Líder da Bancada.

O SR. SILVIO PEREIRA – ...da Bancada, Valdemar Costa Neto, que era o Presidente... Só participava o Valdemar Costa Neto...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do PL?

O SR. SILVIO PEREIRA – É. Quando o Sandro entrou, já não estava discutindo isso. Eu lembro do PSB, eu lembro que era o Casagrande, se não me engano, que era o Líder ou era o ex-Ministro, não lembro agora de cabeça. Lembro também o Líder do Pcdob. Em geral, eram as Lideranças e os Presidentes, ou Liderança ou Presidente de partido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No caso, V. S^a representava o Partido dos Trabalhadores...

O SR. SILVIO PEREIRA – Representava o PT.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E era acompanhado por mais alguém do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, nesse caso de discussão de cargo, era basicamente eu que representava o PT...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor representava os interesses do Partido dos Trabalhadores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se precisava fazer alguma consulta, eu consultava...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse procedimento ocorreu até que período sob sua coordenação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, não teve assim um período, o dia que começou, o dia que terminou. Eu posso dizer aonde se concentrou grande parte desse trabalho, que eu lembro que foi o período que eu saí de férias. Eu saí de férias no dia 17 de dezembro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que ano?

O SR. SILVIO PEREIRA – De 2003, quando eu tirei férias. Então, ali deu uma grande parada. Depois, quando retornei de férias, teve carnaval, acho que perto de fevereiro, em março. Eu retornei, fiz alguns contatos, existiam acordos realizados lá atrás e na mudança ministerial vim trazer à minha memória sobre isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nessa etapa posterior, quem assumiu o papel que V. S^a exercia?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não teve mais. Provavelmente, deve ter tido uma coisinha e outra, mas não teve mais. Não assumi mais essa função em 2004, acabei coordenando as eleições...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na condição de Secretário-Geral, V. S^a já não exerceu mais essa condição...

O SR. SILVIO PEREIRA – Na qualidade de Secretário-Geral, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...de fazer a negociação em torno de indicações para cargos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Foi até onde eu estava como Secretário de Organização.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S.^a conheceu Maurício Marinho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca conheci o Maurício Marinho. Aliás, conheci agora pela televisão, pelos jornais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S.^a participou da confirmação, da indicação do nome do Sr. Antonio Osório?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em hipótese alguma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do Sr. João Henrique?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em hipótese alguma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S.^a esteve com o Deputado Roberto Jefferson tratando de indicações no interior das diretorias dos Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Dos Correios, não. Já estive reunido com o Deputado Roberto Jefferson junto com o Governo. Na época, ele como Líder, o Martinez, depois o Deputado Múcio, discutindo os pleitos, as reivindicações do PTB, que alguns casos poderiam ou não colidir com o PT.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nas reuniões que V. S.^a participou, entre os critérios de composição dos diversos pleitos, havia estabelecimento de cotas de participação partidária?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não existiam cotas. Era uma grande briga...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não estou mencionando em cotas quantitativas de pessoas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não entendi.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou-me referindo a cotas de financiamento de partidos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, muito menos isso. Não tinha nem cota anterior. Esse assunto não fez parte das conversas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S.^a, como já atestou aqui o Senador que me precedeu, assinava solidariamente as contratações financeiras operadas pelo Secretário de Finanças, Delúbio Soares. Assinava solidariamente como membro da Executiva. Algum dia, alguma vez, nas reuniões da Executiva, houve a curiosidade de perguntar se esses empréstimos teriam de oferecer garantias e quais as garantias?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, o PT não funciona assim. Quando a gente discute o balancete, a gente acaba discutindo os valores globais. Então, por exemplo, a discussão que teve sobre a prestação de

conta do PT, o que nos chamou a atenção foi o valor da dívida, que era uma dívida de R\$20 milhões. Nós não discutimos nas instâncias partidárias contrato. Pelo que me lembre, nesses vinte e cinco anos de PT, em nenhuma instância da qual participei se discutia contrato, quem era avalista. O PT funciona na relação de confiança...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas havia uma informação de que haveria uma operação bancária ou financeira sem se detalhar como era.

O SR. SILVIO PEREIRA – Como que era? Então, você tem uma dívida; como você faz para buscar dinheiro? Vai buscar empréstimo ou vai fazer campanha financeira. Não se discutia contrato em nenhuma das instâncias do Partido, pelo menos que eu tenha participado ao longo da minha vida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S.^a está percebendo e acho que toda a sociedade também os caminhos que, por diversas vezes, fazem curvas nesta CPMI.

Neste momento, fica atestado, por exemplo, que as regras estatutárias normativas do PT são absolutamente abertas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Aliás, fui Relator do estatuto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qualquer cidadão ou cidadã pode ter acesso a elas pela Internet, copiar o estatuto, o regimento. Até atas provavelmente estarão disponíveis lá. É um Partido, portanto que tem uma tradição bastante diferente do cenário das composições mais tradicionais dos partidos políticos no Brasil.

Nesta CPMI, meu caro Silvio Pereira, que hoje está na condição de investigado aqui, já houve quem achasse um absurdo que houvesse composição de cargos com posições políticas diferenciadas para formar governo. Felizmente, já noto que há um outro clima de consideração sobre isso aqui, que há legitimidade em composição partidária, que há diálogo entre lideranças partidárias, que, como V. S.^a reconheceu, nem sempre são representados por Parlamentares ou por portadores de mandato – e, talvez, sobre V. S.^a, até internamente no Partido, deva ter pesado algum tipo de preconceito em relação a não ter participado de campanhas como candidato e não ter alcançado cargos. Mas assim é o PT, mostra as suas diferenças.

Há quem diga que leiloamos cargos, loteamos cargos. Talvez, mais afetos ao patrimonialismo e à dinastia na composição de governos e de posições de comando, isso seja bastante estranho. Entretanto, neste momento, meu caro Silvio Pereira, esta CPMI está centrada na investigação sobre o Partido dos Trabalhadores, que é o meu Partido e o Partido de V.

S^a. Evidentemente, saltando sobre aquilo que foi sua matriz inicial, que era a investigação sobre...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO)

– O tempo de V. S^a esgotou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu vou concluir.

Deste modo, meu caro Silvio, V. S^a deve entender que a contribuição dos depoimentos nesta CPMI tenha um alcance para muito além das condições de verificação objetiva em torno dos Correios, da nomeação e da composição política legítima para cargos e deverá emprestar à Nação brasileira, à República e à vida política brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Sr. Deputado, peço a colaboração e a compreensão de V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Agradeço, como agradeço também os esclarecimentos que o Sr. Silvio trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Viela. PMDB – GO) – Agradeço.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, registrando ainda que já fiz o registro da presença dos Drs. Geraldo André e Renato, a pedido de S. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria perguntar ao depoente por que ele ganha R\$9 mil como Secretário-Geral e o Dr. Delúbio, Tesoureiro, declara que ganha R\$5 mil. Há uma escala salarial que diferencia?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento dessa diferença.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento dessa diferença.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No depoimento que o senhor deu na Polícia Federal, o senhor disse que realmente possui participação na indicação de pessoas recomendadas pelo PT para ocuparem cargos de confiança no Governo Federal. O senhor indicou a sua irmã, Analice Novais Pereira, e o seu irmão, Ademir Pereira, para ocuparem, respectivamente, os cargos de Gerente-Geral do Ibama e de Diretor da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, a Ceagesp?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não os indiquei. Quem indicou foi o Paulo Frateschi, Presidente do PT estadual de São Paulo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não acha que o Governo do Presidente, o qual o senhor

ajudou a lotear os cargos, não cometeu um excesso de nepotismo? As esposas de Ministro, os esposos tomando assento em lugares estratégicos da República, o senhor não acha que isso é um nepotismo contra o qual o seu Partido, na sua história, lutou?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não considero nenhum tipo de nepotismo. Minha irmã foi indicada pelo PT de São Paulo. A filiação dela vem anterior à própria filiação minha. É uma pessoa que tem trinta anos de serviço público, dos quais 24 como efetiva.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nos outros Partidos, quando familiares ocupam cargos de relevância, é nepotismo. No caso do seu Partido, isso não é nepotismo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já respondi, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Gostaria de perguntar ao senhor: quem indicou o seu advogado, o Dr. Arnaldo Malheiros?

O SR. SILVIO PEREIRA – O Partido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Código de Ética da OAB determina que haja um contrato de honorários. O senhor firmou um contrato de honorários com o Dr. Arnaldo?

O SR. SILVIO PEREIRA – O meu Partido contratou o advogado e deverá saber dar todas as informações, inclusive a nova direção.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quem vai pagar esses honorários?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com o caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, com os recursos do Partido, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Os recursos do seu Partido são só recursos do caixa dois, pelo que estamos vendo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo Estatuto que acabamos de ler aqui, Sr. Deputado, temos várias formas de arrecadação: dos filiados, do fundo partidário. E será com recursos do meu Partido que vamos pagar as nossas despesas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A informação que recebi é a de que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o Dr. Kakay, que o senhor conhece, indicaram o Dr. Arnaldo. Da mesma forma – foi a informação que recebi –, o que me causa espécie é o Dr. Arnaldo ser o seu advogado e também o advogado do Dr. Delúbio, segundo está publicado aqui. E a orientação dada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos...

O que está dito aqui é que o Dr. Malheiros procurou o Ministro, porque o Delúbio pretendia fazer o

seu depoimento na PF, e o próprio Ministro disse que era melhor com o Procurador-Geral da República. E o próprio Ministro haveria telefonado ao Procurador para intermediar o encontro na sexta-feira. O senhor poderia solicitar ao seu Partido que disponibilizasse o seu contrato de honorários com o seu advogado a esta CPMI em caráter sigiloso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tudo foi realizado, a contratação dos meus advogados foi feita pelo meu Partido, e a direção saberá responder. No mais, acredito...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não acha estranho que haja tanta interferência do Ministro da Justiça numa situação tão complicada, para dizer o mínimo, do seu Partido?

O Presidente mesmo, lá na França, debitou completamente ao seu Partido... E acho até que o Presidente teve uma atitude antiética frente ao Partido que o abrigou, que, assim como ao senhor, o sustentou. O Presidente Lula teve a sua vida pessoal... O arroz e o feijão, por muito tempo, foram pagos pelo PT. O mesmo se dá com o senhor. O senhor deve o arroz e o feijão que bota na mesa de sua casa ao seu Partido, o que, aliás, é uma coisa interessante. Na maior parte dos Partidos brasileiros, desconheço que haja a profissionalização dos seus dirigentes, e, no seu Partido, o senhor recebia R\$9 mil, que é um valor bastante significativo, mas insuficiente, como disse o Deputado ACM Neto, para produzir o patrimônio que o senhor ostenta, inclusive com uma Land Rover, que é um carro sabidamente de altíssimo valor.

O senhor conhece o Sr. Tito Valadares Roquete Neto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Esse nome não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor esteve com ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desse nome não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quantas vezes o senhor esteve com o Ministro Adauto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ministro Adauto, do transporte?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É.

O SR. SILVIO PEREIRA – Logo no começo de 2003, estive várias vezes com ele, discutindo as indicações do PT para o DNIT nos Estados, as chamadas UNITS.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor lembra de um episódio que ocorreu no DNIT, da demissão de um indicado pelo PTB, por conta de uma disputa que aconteceu de um pagamento de contas vencidas das empreiteiras no País?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tive conhecimento, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quantas vezes o senhor esteve com o Ministro Anderson Adauto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Estive várias vezes com ele, particularmente no início de 2003, quando começamos a discutir as UNITS, que são os chamados órgãos do DNIT nos Estados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Curioso. Na agenda do Ministro, registram-se nove vezes oficialmente...

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu falei várias vezes, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) ...e várias reuniões extra-agenda, que, segundo o Ministro, fora as extra-agenda, podem passar de dez. Já estamos em dezenove reuniões. O senhor se lembrava só de algumas poucas reuniões.

O senhor afirmou no depoimento à Polícia Federal que desconheceria qualquer relação comercial ou empresarial de Marcos Valério com o PT. O senhor confirma isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Confirmo, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Confirma?

O SR. SILVIO PEREIRA – Confirmo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já o Sr. Marcos Valério afirmou perante a Procuradoria-Geral da República, provavelmente acompanhado pelo seu advogado, que o senhor não apenas sabia como o senhor e o Ministro José Dirceu eram os fiadores na eventualidade de que o acordo feito entre as empresas do Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores, se o Delúbio Soares, por alguma razão, perdesse a sua posição, a única garantia que Marcos Valério teria era um aval dado a ele pelo senhor e pelo Ministro José Dirceu. O senhor confirma isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não confirmo e já respondi aqui a essa questão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele está mentindo, então?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já respondi a essa questão nesta CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele está mentindo aqui?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não responderei mais do que já respondi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na agenda da Fernanda Karina, durante o período de maio de 2003 a janeiro de 2005, constam pelo menos cinco encontros entre o senhor e o Marcos Valério. Já no seu

depoimento na Polícia Federal, a se confirmar isso, o senhor mentiu dizendo que havia se encontrado com ele no máximo três vezes. Quando foi o seu primeiro encontro com Marcos Valério?

O SR. SILVIO PEREIRA – O primeiro encontro deve ter sido em 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mês.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não lembro, Sr. Deputado. Do que está constando na agenda da Srta. Karina...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quantos e quando foram os encontros?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso responder da agenda da Karina?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor já me respondeu, não lembra o mês.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não; eu estava respondendo, não tinha concluído. Se o senhor me permitir, eu concluo; se não, não concluo. Posso concluir?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor pode concluir, estou lhe aguardando aqui pacientemente.

O SR. SILVIO PEREIRA – No que diz respeito à agenda da Karina, ela realmente marcava meus compromissos com o Sr. Marcos Valério. Esses compromissos não necessariamente ocorreram nas datas marcadas e nos locais afirmados. Alguns deles ocorreram, como foi o caso que eu citei aqui do Deputado João Paulo. Ocorreu também o que está marcado, no Maksoud Plaza. Portanto, o que está marcado na agenda da Karina em parte é verdadeiro, sim, mas não necessariamente nas datas e nos dias que ocorreram. Portanto, não tenho negado informação da Karina, apenas não necessariamente nas datas e nos locais afirmados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No depoimento que o senhor deu na Polícia Federal, ajudou a mostrar a influência de Marcos Valério. O senhor nega, diz não ter muito contato. Os investigadores acreditam que o empresário, além de repassar dinheiro para os Parlamentares da Base, foi também o responsável por esse monstruoso Caixa 2 que na época todo mundo negava e agora todo mundo reconhece. Cada vez vem uma mentira nova, ou seja, lenta e gradualmente a verdade vai aparecendo.

As campanhas do PT em 2004... O senhor teve uma ascendência sobre as campanhas, principalmente no interior do Brasil. Elas custaram mesmo mais do que estava previsto? Apesar da grande arrecadação, havia um valor que inclusive tenho matérias de jornais do senhor brigando com Delúbio porque ele queria concentrar na mata, nas grandes capitais e o senhor queria botar o dinheiro nas prefeituras estra-

tégicas do interior, caso específico de Osasco, onde o senhor construiu uma relação muito próxima como Deputado João Paulo, com Marcos Valério, que, por sua vez, tinha a conta da Câmara dos Deputados. Apesar da grande arrecadação, o Partido ficou com dívidas que se estimam de R\$73 milhões. O senhor confirma essa dívida?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, não sei exatamente o valor da dívida. O que posso afirmar e testemunhar aqui....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor pode falar mais alto, por favor, porque estamos com dificuldade de ouvi-lo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Minha voz é assim mesmo, Deputado. Se eu falar mais, vou acabar ficando rouco e não vou conseguir chegar ao final do depoimento. Por isso, estou tomando aqui um limãozinho para poder agüentar falar. Se pudesse aumentar o som, ajudaria um pouquinho talvez.

Então, respondendo, Sr. Deputado, em todos os Estados em que o PT organizava as campanhas, eu acompanhava as campanhas nos Municípios e sabia das dificuldades que eles tinham. Eu não acompanhei o orçamento de cada uma dessas cidades. O que coloco para o senhor... Vai ter, mais ou menos, pelo menos 26 Estados em que o PT está organizado, com certeza vai confirmar o que estou dizendo agora para o senhor. Eu fui testemunha ocular das dificuldades do PT no interior do País.

Nem foi em Osasco, Deputado. Em Osasco, para o senhor ter uma idéia, por incrível que pareça, eu não participei de nenhuma atividade de campanha na cidade de Osasco. Nenhuma. A única atividade de que participei foi no segundo turno, quando fui até o local de votação, porque nem lá eu voto. Então, não participei de nenhuma atividade, de nenhuma reunião na cidade de Osasco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acha que o Sr. Delúbio é um homem que fala a verdade ou ele é um mentiroso?

O SR. SILVIO PEREIRA – No que diz respeito às informações que vai prestar agora à direção, até o presente momento, tenho confiança no Sr. Delúbio Soares, nosso Secretário de Finanças, até o presente momento. Não tenho nenhuma informação que pudesse desaboná-lo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor era uma pessoa da confiança do Sr. Delúbio, e o Sr. Delúbio era um homem da sua confiança?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim. Não é que eu era de confiança do Sr. Delúbio. Eu sou um homem de confiança da direção do Partido...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do Presidente e José Dirceu, evidente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Do Presidente, da direção do PT. Nessa direção da qual sou secretário-geral, não está nem o Presidente nem o José Dirceu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Raimundo Ferreira Júnior. O senhor conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço, sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Assessor do Diretório Nacional do PT.

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, uma pessoa próxima ao senhor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ele não chega a ser próximo a mim, até porque aqui, no Distrito Federal...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o senhor o conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim. Até porque, na eleição interna, eu apoiei um opositor a ele, na disputa da presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Solange Pereira de Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se for a Solange do PT nacional, eu conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É a do PT nacional.

O SR. SILVIO PEREIRA – Então, conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Wilmar Lacerda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor desconhecia o fato de que essas pessoas foram autorizadas pelo Sr. Delúbio Soares, seu amigo, homem da sua confiança, construtor da história do Partido dos Trabalhadores, homem da confiança do Presidente Lula, do Ministro José Dirceu, a pegar dinheiro no Banco Rural da agência de Brasília para operar o empréstimo de caixa dois, feito com as empresas de Marco Valério? O senhor desconhecia esse fato?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desconhecia, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Curioso. Quero saber quem é o mentiroso, se é o senhor – que acho que é, é um direito que eu tenho – ou se é o Delúbio, que acho que também é. O Delúbio Soares diz o seguinte: desse acordo informal com Marcos Valério, que construíram um empréstimo de R\$40 milhões com um homem que o senhor conheceu no início de 2003 e que ele conheceu em 2002, desse acordo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concluo em dez segundos, Sr. Presidente.

Que desse acordo informal com Marcos Valério, não foi dado conhecimento pelo declarante ao Ministro José Dirceu nem a qualquer outro integrante do Governo, mas o Secretário-Geral do PT, Silvio Pereira, tinha conhecimento pleno do mesmo. Quem mente? O senhor ou o Delúbio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, sempre fui do PT. Nunca fui de nenhum outro Partido. Vim a esta CPI e afirmei um compromisso com a palavra verdade, Sr. Deputado. É assim que vou me manter, não só aqui, na instância partidária, em qualquer lugar da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu me reinscrevo, Sr. Presidente, porque eu quero perguntar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a já está reinscrito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aqui foi sob juramento a declaração do nosso tesoureiro, ou melhor, do tesoureiro deles, o Delúbio.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a está reinscrito.

Devo suspender por quinze minutos. Consulto: vamos ouvir mais um ou suspendemos agora, para que o depoente também possa tomar um lanche?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para mim, tudo bem. Sou o próximo. A qualquer decisão, eu me submeto.

O SR. (Orador não identificado) – Só mais um.

O SR. (Orador não identificado) – Mais um, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Mais um.

O SR. (Orador não identificado) – Mais um.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. Logo após, vamos suspender por quinze minutos, para que possamos fazer um lanche.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Silvio Pereira, quanto o senhor ganha por mês?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nove mil reais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esse é o único salário que o senhor recebe?

O SR. SILVIO PEREIRA – No momento, é o único salário que eu recebo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quanta o senhor paga de Imposto de Renda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não lembro agora, de cabeça. Meu imposto está todo aqui, declarado. Está todo aqui à CPI, como tinha falado ao senhor, me desculpe...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – De INSS, o senhor se lembra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor paga contribuição partidária para o PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pago, sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quanto do seu salário?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu pago de acordo com o Estatuto, que deve estar girando em torno de zero meio por cento do meu rendimento líquido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Meio por cento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Zero meio por cento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, o senhor tem filhos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Uma filha.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa filha estuda em escola particular?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ainda não. Ela está com um ano e oito meses. No momento, ela frequenta o clube que a família frequenta há mais de 50 anos. No ano que vem eu pretendo colocar em uma escolinha.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tem empregados domésticos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tenho uma empregada doméstica.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor paga um salário para essa empregada doméstica naturalmente. O senhor se lembra do valor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pago salário, mas, como falei aqui, eu não vou informar sobre valores patrimoniais e despesas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. Na casa que o senhor tem em Ilha Bela o senhor também tem empregados domésticos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Não tenho empregadas domésticas. Quem ali trabalha é custeado pelas pessoas que frequentam a casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor é cliente da loja Daslu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sou cliente da loja Daslu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe por que essa notícia veio a público?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tem que perguntar para quem colocou, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Me diga. No dia 13, no Jornal Nacional, o Sr. Genoino deu uma nota, primeiro porque em um depoimento prestado à tarde, o nome dele foi mencionado como tendo participado de uma reunião no hotel Blue Tree com Waldomiro Diniz e agentes da Gtech. Ele disse o seguinte: “Não. Eu não me encontrei com a Gtech no Blue Tree. Eu me encontrei com a Gtech no PT”.

O senhor participou dessa reunião entre Genoino e Gtech?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca participei de reunião de Gtech nem no PT nem fora do PT.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor teve notícia dessa reunião? Sabe de quem participou dessa reunião?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tive notícia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Na declaração que fez à Procuradoria da República, o Sr. Marcos Valério declarou o seguinte: que tanto o senhor como o Deputado José Dirceu sabiam da operação do caixa dois.

O senhor aqui desmentiu. Disse que não sabia dessa operação. O senhor sabe porque o Sr. Marcos Valério disse que o senhor sabia disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não faço idéia, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Me diga uma coisa: o Presidente da República disse agora que ele teve de trazer os próceres do Partido para Brasília e que na direção do PT ficaram os quadros ruins.

O que o senhor acha dessa avaliação que o Presidente da República fez do senhor e de seus companheiros?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tenho certeza absoluta que jamais o Presidente da República falou de quadros ruins. Tenho certeza absoluta. Isso não corresponde com o que o Presidente falou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor o seguinte: o senhor disse aí que faltava dinheiro para campanha. Tanto é que uma das Senadoras da Casa, uma das melhores Senadoras, a Senadora Ana Júlia, reclamou que estavam faltando recursos no Pará para a campanha do PT Mulher.

Como o senhor explica essa aparente bonança do PT, setenta milhões, noventa milhões – as versões ainda estão variando – e, ao mesmo tempo, o quadro de penúria que o senhor relatou. Ou seja, na ponta havia um quadro de penúria, enquanto o Diretório Nacional estava abastecido?

Como o senhor explica essa contradição?

O SR. SILVIO PEREIRA – A mim não cabe essa contradição, na medida em que não trato, não tenho

conhecimento pormenorizado dessa situação financeira.

O que eu posso é afirmar para o senhor e o que eu já coloquei aqui é ser testemunha das dificuldades e penúrias que os nossos diretórios no interior do País sofriam.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor confirma que testemunhou um quadro de reclamação por falta de dinheiro e não um quadro de abundância de recursos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor disse que queria ver responsabilizados os culpados e inocentados os inocentes, quando saiu no dia 04 de julho.

O senhor pode dizer quem são os culpados e quem são os inocentes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Espero que esta CPI e as demais investigações cheguem a essa verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não sabe?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não sei, senhor...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Desses cargos indicados o senhor era naturalmente o emissário do PT, já disse. O senhor não sabe mencionar quais são os cargos que foram indicados, a não ser se for perguntado especificamente sobre eles.

Quer dizer, o senhor não pode dizer qual quadro tinha no IRB, se o senhor indicou, em Furnas, na Casa da Moeda. O senhor não pode falar a respeito disso, mas o senhor pode dizer qual é o quantitativo desses cargos comissionados. Quantos cargos o senhor avalizou pelo PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por exemplo, Senador, muito do que foi publicado é mentira e posso provar-lhe algumas delas. Foi dito, por exemplo, que no IRB, o Dr. Lídio, que é o Presidente... É só perguntar ao Dr. Lídio se indiquei alguém para o IRB. É só perguntar para o Sr. Osório, que é o Diretor de Administração dos Correios, se indiquei alguém naquela Diretoria de Administração. É perguntar para os diretores de Furnas se indiquei alguém daquela diretoria ou funcionário de Furnas.

Existe, no PT, uma contribuição. São pessoas que ocupam cargos de confiança no Governo. São aproximadamente mil e quatrocentas pessoas em cargos de confiança que contribuem para o PT em toda a Administração Federal. Dos que trabalham no Governo Federal são mais ou menos mil e quatrocentas pessoas que pagam, que descontam em folha bancária, no

banco, em conta corrente. Sobre essas informações, com mais detalhes, amanhã o Secretário de Finanças poderá explicar melhor. No total, no Governo Federal, são filiados ao PT e contribuem, por meio de desconto bancário, mil e quatrocentas pessoas. Temos o nome dessas mil e quatrocentas pessoas. Estão em posse da Secretaria de Finanças. Tenho certeza de que S. S^a não vai negar-se a fornecer esses nomes a esta CPMI.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Desses mil e quatrocentos, o senhor teve participação na indicação de quantos, em média?

O SR. SILVIO PEREIRA – Realmente, não me lembro, Senador. Nem sei se nesses mil e quatrocentos está inserido alguém em relação ao qual tenha tido uma participação mais direta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tinha influência para indicação até que escalão? O senhor se preocupava em indicar no primeiro escalão, no segundo escalão? V. S^a tinha influência para indicar em qualquer escalão?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nos Estados, infelizmente, não me foi perguntado sobre isso. É ali exatamente que conheço mais. Acompanhei bastante a montagem do Governo nos Estados. As reivindicações que eu pegava... Por exemplo, havia o currículo de um Deputado, de um Senador, de um dirigente partidário, eu o pegava e encaminhava ao Governo para evitar, exatamente, que todo mundo fosse lá encaminhar. Então, eu encaminhava e parava ali. Sobre o desdobramento, sobre o acompanhamento, quando era um caso do PT, às vezes o parlamentar ou o dirigente me cobrava, eu ia atrás, cobrava, acompanhava, lutava por isso. Depois, não ficava sabendo. Às vezes, a pessoa era nomeada e eu nem sabia onde a pessoa tinha sido nomeada. Às vezes, o Parlamentar, o dirigente indicava para um cargo e a pessoa era nomeada para outra função. Então, esse detalhamento eu realmente não acompanhava. Já não interessava mais acompanhar esse desdobramento. Eu queria terminar o trabalho e voltar a fazer o que sempre fiz no PT: cuidar da organização partidária.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor era o homem responsável também por dirimir o conflito de interesses entre partidos da Base. Confere?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, V. Ex^a sabe que o PT, nos Estados, teve muita resistência para compor com os partidos da Base. Foi o principal problema que enfrentei. Eu chegava a determinado Estado e o PT, mesmo não tendo Parlamentar, queria indicar todos os cargos. Havia Estados em que o PT não tinha um Deputado Federal e queria indicar os principais cargos naquele Estado. Era um tamanho

de um problema! V. Ex^a imagina, no Mato Grosso, a confusão. Tínhamos o PP, que tinha representação, o PPS, que também era forte no Estado, tinha o Governador, tinha o PTB. Naquela época, tinha até Deputado do PSDB que fazia parte da Base Aliada do Governo. Então, dialogávamos com esses Parlamentares. Era difícil compor um Governo no Estado. Os cargos não eram em um nível...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. SILVIO PEREIRA – Quando chegamos aos Estados não havia a quantidade de cargos que se imaginava de livre provimento, cargos de confiança. Tínhamos, nos Estados, mais cargos efetivos. Era um problema danado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pergunto-lhe: o senhor deu uma entrevista à revista **ISTOÉ**. Já havia uma certa confusão em decorrência da eleição do Presidente Severino. O senhor foi encarregado de recompor essa base. O senhor disse que era necessário trazer os partidos para o centro decisório. O que era exatamente isso, os partidos da base aliada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Procurarei explicar ao senhor. Sempre defendi – e está em entrevistas públicas e nas minhas falas internas no PT – que o PT deveria evoluir para um governo de coalizão. O PT vem de uma cultura exclusivista, em parte, de que nega, na verdade, faz aliança eleitoral, mas, chega na hora de governar, isso não se transpõe para o ato de governar.

No nível do Governo do Presidente Lula, quando chamo de trazer para o centro da decisão, é porque não basta apenas dar o cargo a esse ou àquele Ministério. Era preciso que os partidos políticos que compunham a base do Governo fossem também responsáveis pela elaboração do programa e a gestão de governo. Não bastava ficar apenas na margem; tinha que trazer para o centro. Achava isso e continuo achando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nesse governo de coalizão, havia muita colisão de interesses, quando a nomeação era por cargos que, aparentemente, podiam fazer contratações, especialmente de publicidade? Havia, por parte dos partidos políticos, um interesse mais específico, em cima do que até a imprensa divulgou – a revista **Veja** chegou a fazer um quadro –, em cima daqueles quadros que poderiam ser mais rentáveis, digamos assim? Havia uma briga partidária por aqueles cargos, ou a briga era disseminada? Qualquer que fosse o cargo, o interesse era o mesmo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, vou dizer uma coisa ao Senador e a toda a CPI: eu estive com vários

parlamentares, aliás digo de todos os partidos desta Casa. Em nenhum momento, em nenhum momento, mesmo quando eu estive com o Deputado Roberto Jefferson, em nenhum momento, nenhum desses parlamentares, seja do PT, seja da base aliada, colocou qualquer proposta que fosse indecente ou qualquer proposta errada ou se esse cargo tinha como benefício arrecadar recurso. Nunca me foi colocado!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas foi isto que perguntei: se mais de um partido cobiçava esses cargos que, aparentemente, segundo divulgação da própria imprensa, poderiam gerar mais poder e auferir mais recursos. Havia uma briga mais intensa dentro dos partidos que formavam essa coalizão para obter esses cargos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ah, sim! Os parlamentares sempre queriam indicar Banco do Brasil, era Caixa Econômica, era Petrobras, era Infraero.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tinha cargo que eu nem conhecia. Por exemplo, eu lembro, até hoje, de um cargo, que era um cargo... Por exemplo, o próprio IRB, eu nem sabia o que era o IRB e nem onde ficava. Lembro quando negocieei, às vezes, dentro do PT, uma indicação – tinha lá várias indicações dentro do Partido – e eu falei: vamos indicar esta pessoa aqui, que tinha um perfil adequado para a CBTU. E está bom, encaminhei lá o currículo, a pessoa foi entrevistada, e já ia sair a nomeação dele. Só que houve um pequeno problema: a mulher estava aqui em Brasília, e a CBTU ficava lá no Rio de Janeiro. Quer dizer, então, evidentemente não dava...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Diga-me uma coisa: o senhor mora em São Paulo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu moro em São Paulo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que o senhor marcava reunião em hotéis em São Paulo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Geralmente perto da minha casa ou no caminho do aeroporto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. Quanto que o Partido pagou ao Duda Mendonça para fazer as campanhas eleitorais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual delas, Sr. Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – As campanhas eleitorais. O senhor disse que o Marcos Valério ganhou apenas uma parte e que o grosso ficou com o Duda Mendonça.

O SR. SILVIO PEREIRA – Está-se referindo a 2004, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. SILVIO PEREIRA – Na parte minha, que me cabe, não acompanhei a eleição do Duda Mendonça nos Municípios. Nós contratamos o Duda Mendonça para fornecer ao GTR, o qual eu coordenei, diversas vinhetas para a gente poder distribuir no interior afora do País. Desse trabalho, só foi realizado um primeiro clipe, que foi uma música; não realizou o resto, não entregou o resto, até porque não foi pago, e eu fiquei só com esse clipe e essa vinhetinha, que a gente acabou encaminhando a todo o País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O senhor sabe se a agência de publicidade dele também tomou algum empréstimo que foi parar nos cofres do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – De quem o senhor se refere?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Duda.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não tenho conhecimento, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Agradeço-lhe. Terminou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que foi religiosíssimo com o tempo.

Está suspensa a reunião por 15 minutos.

(Suspensa a reunião às 13h49min e reaberta às 14h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Reiniciamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra, para as suas perguntas, por 15 minutos inadiáveis.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Se-
rei bem mais breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Silvio Pereira, creio que estamos vivendo um momento extremamente grave, talvez o momento mais grave desta República que se instalou após o período ditatorial, e a sociedade não nos perdoará se não formos rigorosos na investigação, na apuração dos fatos e no encaminhamento para a punição.

Portanto, era um comentário que devia fazer, porque às vezes me passa a sensação de certa partidização nos questionamentos que aqui se fazem. Não há sentido algum em dividirmos essa investigação entre Governo e Oposição. É uma investigação que cabe ao Congresso Nacional, ele próprio vítima de acusações que devem ser rigorosamente apuradas.

No começo do depoimento, o Sr. Silvio Pereira esclareceu um fato que se deveu a uma indicação que

fiz de um contrerrâneo para a diretoria do Banco do Nordeste. Mais uma vez, quero aqui colocar que essa é uma praxe política que se dá no mundo inteiro; isso ocorre na Suécia, na Suíça, nos Estados Unidos e aqui no Brasil. O critério de aceitação de nomes indicados é que tem de passar pela competência, pela honradez, pela honestidade, pela dignidade dos cargos.

Portanto, Sr. Silvio Pereira, eu não vejo, da parte de V. S^a, como coordenador desses nomes a serem encaminhados ao Governo ou em nome do Governo... Essa é uma confusão que ainda faço. Não sei se V. S^a fala em nome do Partido ou se coordenava a pedido do Ministro José Dirceu, para o Governo. É um pequeno detalhe, talvez sem muita importância, mas é preciso que se diga – e aí também quero fazer a minha primeira pergunta. Se a ação de V. S^a se restringiu a indicações do seu Partido ou de partidos da base aliada para ocupação de cargos e se essa seleção se deu por critérios de competência ou honestidade, nada vejo de negativo ou de grave, se esta é a acusação que pesa sobre V. S^a.

Entretanto, faço aqui a primeira pergunta: restringiu-se a isso, a esse controle das indicações? Ou também tinha por objetivo a captação de recursos para financiamentos de campanha, ou para aquilo que o Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, disse que V. S^a era o coordenador ou o pagador, ou qualquer coisa desse tipo com relação ao que se convencionou chamar de mensalão?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Senador Fernando Bezerra, que eu aprendi a conhecer e respeitar, e acredito também que o senhor é testemunha, em parte, do meu próprio trabalho.

Eu representava o PT nas indicações do PT. Como coloquei aqui, às vezes, existiam muitos conflitos. Nós tivemos muita dificuldade de poder colocarmos, indicarmos pessoas da base aliada para o Governo Federal. A minha função era de coordenar as indicações do PT, mas também eu era testemunha, era fiel aos acordos que tinham sido feitos na base aliada. Eu brigava pelo PT, mas também honrava a minha palavra quando os acordos eram realizados. Portanto, o senhor sabe que, muitas vezes, a mesma, a própria nomeação descontentava a todos os partidos da base.

Segundo, a minha própria defesa dessa pergunta do senhor é a verdade. Neste Congresso, nós vamos encontrar, provavelmente, muitos Senadores, de quase todos os partidos, particularmente o da base, ou da Base aliada.

Todos os Deputados sabem que em nenhuma das pautas que tive com eles, em nenhum momento, de Jefferson a todos os Parlamentares com os quais eu conversei, nunca foi tratada a questão de recursos

financeiros, nunca foi tratado esse negócio de “mensalão”; nunca, com nenhum dos parlamentares com os quais tive contato. Absolutamente nenhum. Portanto, não só não era a minha função discutir a questão de recursos financeiros, como também ninguém nunca me colocou isso. E os critérios pelos quais os partidos aliados indicavam pessoas para o Governo – repito – todos eram baseadas nos critérios de competência e de idoneidade. Quando o perfil ou o currículo da pessoa não era adequado, pedia-se novos currículos ou se buscava outras indicações. Portanto, era baseado no critério da competência.

A minha função era representar o PT, e quem nomeava e decidia era o próprio Governo, como o senhor tem conhecimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O Deputado Roberto Jefferson o acusou disso, e V. S^a nega, mas não vou insistir em uma questão dessa natureza. Quero apenas dizer que as acusações feitas por Roberto Jefferson, a cada hora, se tornam realidade e verídicas. Ainda ontem, ouvi o Marcos Valério dizer aqui nesta Comissão, cinicamente negar que havia entregue dinheiro a partido algum, e já ele confirma que entregou dinheiro ao Deputado Roberto Jefferson. Mas não quero entrar nesse detalhe.

V. S^a disse aqui que tomou conhecimento da dívida do Partido, da ordem de R\$20 milhões, em reunião do diretório, entre março e abril deste ano, e como iriam resolver. Ao mesmo tempo, aí é a minha dúvida, não sei se V. S^a disse que o PT sempre procurou recursos na rede bancária. Acho que foi uma declaração sua para cobrir esses déficits, essas contas ou esse buraco que havia nas contas do PT.

A pergunta é se Delúbio informou, sendo V. S^a parte da cúpula do Partido, se V. S^a tinha conhecimento da sua parte desse déficit enorme que havia no Partido. Porque o que me surpreende, e inclusive é motivo de uma queixa que fez o Deputado Roberto Jefferson, à época, é que houve uma matéria num dos jornais, se não me engano, **O Estado de S. Paulo**, de que o PT teria em caixa cerca de R\$100 milhões ou chegaria à campanha de 2006 com um caixa superior a R\$2 milhões, fruto inclusive dos descontos feitos em folha de pagamento e de uma série de contribuições. Passava o PT como um partido supermillionário, o que talvez tenha estimulado que partidos da base, como o PTB, tenham ido em busca de recursos para cobrir despesas, fazendo uma aliança em que o Deputado Roberto Jefferson termina revelando que vários Deputados, de vários partidos, recebiam o tal “mensalão”.

A pergunta é: o senhor participou de alguma negociação de recursos da rede bancária para o PT? Participou, avalizou ou tem conhecimento de que recur-

sos outros, não da rede bancária, mas de contribuições diretas, por exemplo, do Sr. Marcos Valério, de alguma outra empresa ligada ao Partido ou de contatos feitos com o Partido, tenham dado essa contribuição ou se comprometido a no futuro dar, por exemplo, para pagar essas contas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, não participei. Conforme já disse aqui várias vezes, o que eu sei era exatamente que a Secretaria de Finanças estava tentando obter recursos junto à rede bancária e, em outras ocasiões, lançava campanhas de arrecadação financeira.

O conhecimento que eu tenho também acerca da dívida do Partido é o que está declarado junto ao TSE. O que eu sempre falava na direção do PT, quando chegava de viagem pelo interior do País afora, eu trazia as demandas, as reclamações, que são legítimas do PT no interior do País, as dificuldades que cada diretório sofria.

Era basicamente esse o conhecimento que eu tinha, Sr. Senador, conforme afirmei aqui por diversas vezes.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu não vou ficar aqui repetindo como muitos fazem, todas as perguntas já foram feitas, e não quero perder tempo, para ser objetivo.

Faço uma única pergunta, para encerrar: Dr. Silvío Pereira, o senhor me procurou em meu gabinete, certa vez, em nome do Ministro José Dirceu. Isso é verdade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não é verdade, Senador. Posso até esclarecer melhor: na época, o Líder do PT no Senado havia pedido para que eu pudesse conversar com o senhor em função exatamente de que tinha pleitos...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O Líder Tião Viana?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tião Viana, exatamente. Tião Viana. Aliás... Tião Viana.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Eu tinha entendido que tinha sido o Ministro José Dirceu que o havia mandado até mim.

O SR. SILVIO PEREIRA – Foi Tião Viana. Perfeitamente, obrigado ao senhor por ter me lembrado.

O Senador Tião Viana, Líder do PT no Senado, falou: “Você tem que conversar com o Senador Fernando Bezerra. Acertaram alguns encaminhamentos, indicações, e o PT tem resistido a isso, tem criado dificuldade. Converse com o Senador”. Estive no gabinete de V. Ex^a, onde nós conversamos sobre isso, e eu me comprometi de poder entregar ao Governo essa demanda, e novamente se concluiu ali. Depois disso, nós viemos a nos encontrar na sede do PT.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra, imediatamente, ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Silvio, por que o senhor foi buscar a guarida de um HC no Supremo se o senhor não deve nada?

O SR. SILVIO PEREIRA – É um direito, Sr. Deputado, que eu tenho, e meus advogados consideraram justo e necessário e decidiram requisitar, e eu concordei com isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o seu advogado é o mesmo advogado de Delúbio Soares?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, a direção do PT contratou o escritório do Dr. Arnaldo para mim e para o Delúbio. Contrataram esse escritório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor, apesar de não ter cargo no Governo, reportava-se ao José Dirceu. Por quê?

O SR. SILVIO PEREIRA – Somente no que diz respeito às indicações do PT, porque ele era o responsável, dentro do Governo, para receber as indicações da base aliada e mesmo no caso do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando se dirigia ao Palácio, na entrada do Palácio, V. S^a se identificava normalmente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, eu me identificava, apresentava lá o RG, e me davam o negocinho, aqueles selinhos, para colocar aqui no peito. Quando eu ia na companhia de algum Deputado, aí não precisava, porque, com o Deputado, já passava pelo subsolo. Quando eu ia sozinho, eu entrava pela sala, por aquela entrada normal que tem no Palácio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, Silvio Pereira está informando que se identificava todas as vezes em que entrava no Palácio, a não ser quando acompanhado por um Deputado. V. Ex^a poderá requisitar do Palácio do Planalto a identificação de quantas vezes Silvio Pereira entrou no Palácio pela portaria principal? (Pausa.)

V. S^a se ofendeu quando o Senador Demóstenes Torres disse que o Lula disse que os quadros ruins ficaram no comando do PT.

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe, Deputado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a se incomodou quando o Senador Demóstenes disse que os quadros ruins ficaram no comando do PT, que o Lula não teria falado isso. Realmente, Lula não

falou isso, mas Lula falou inversamente, falou que os melhores quadros vieram para o Governo. Quer dizer, se os melhores quadros vieram para o Governo, os que ficaram no comando do PT, segundo a avaliação do Lula na entrevista, não foram os melhores quadros. Por que V. S^a se incomodou quando o Senador falou isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não me incomodei. É só porque a palavra correta foi a que o senhor acabou de dizer agora, e eu respeito a opinião do Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A entrevista do Presidente Lula, V. S^a já disse que não a ouviu. A do Delúbio e a do Marcos Valério, nos dias anteriores, V. S^a as ouviu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu vi trechos da entrevista do Delúbio na TV Globo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a do Marcos Valério?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não vi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas tanto o Delúbio quanto o Marcos Valério e o Presidente Lula, na postura que estavam dando na entrevista, pareciam que estavam na condição de réus. Eles são réus?

O SR. SILVIO PEREIRA – Aí caberá à Justiça avaliar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem pagou as várias salas de hotel em que Silvio Pereira esteve reunido, tratando de assuntos de interesse do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu praticamente não utilizava sala de hotel, raramente eu utilizava, porque eu gostava mais de ficar ali no café, tomando café. Eu fumava, como fumo ainda. Então, eu gostava de ficar reunido perto do café, eu não gostava de salas. E toda vez que eu tive de utilizar alguma sala, o Partido é que reservava a sala.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais foram os hotéis?

O SR. SILVIO PEREIRA – As reuniões nos hotéis que participava, alguns que me lembro, perto da minha residência, moro ali na rua Dr. Seng, perto da Alameda Campinas, tem dois hotéis ali: o Maksoud Plaza e o Lee Hotel, pertinho da minha casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o segundo hotel?

O SR. SILVIO PEREIRA – Lee Hotel.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lee Hotel?

O SR. SILVIO PEREIRA – Lee Hotel. E no caminho do aeroporto, eu fazia no Sofitel, que é na Sena Madureira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sofitel.

O SR. SILVIO PEREIRA – Quando eu ficava hospedado aqui, era no Blue Tree.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua relação com o Diretor de Informática dos Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – A minha relação com ele já coloquei aqui, só vim a conhecê-lo dois meses depois que ele tomou posse. Não tenho nenhum tipo de relação com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua relação com o Diretor de Operações dos Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua relação com a Skymaster?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que no seu depoimento à Polícia Federal fala que se encontrou com o Dumond da Skymaster.

O SR. SILVIO PEREIRA – Conforme já disse na própria CPI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Era esse o nome dele mesmo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Acho que o Sr. Relator até me corrigiu, Luiz Otávio Santos.

O SR. (Orador não identificado) – Luiz Otávio.

O SR. (Orador não identificado) – Gonçalves.

O SR. SILVIO PEREIRA – Luiz Gonçalves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Como funcionava esse esquema de que, em uma determinada nomeação de uma parte da Base aliada, o partido ficava só com a cabeça, o corpo ficava com o PT. Como era essa história?

O SR. SILVIO PEREIRA – Precisaria apresentar a história para que pudesse respondê-la. Só teve um momento – e tenho conhecimento naquilo que li nos jornais, que foi dito –, inclusive estava tentando até explicar no começo, não pude concluir...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– À vontade.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não estou me referindo ao senhor, estou referindo-me anteriormente. E diz respeito à Delegacia Regional do Trabalho no Rio de Janeiro. É um exemplo bem típico dessa pergunta que o senhor me formulou. No caso do Rio de Janeiro, o Delegado Regional do Trabalho foi reivindicado pelo Sr. Deputado Federal Roberto Jefferson, depois da terceira ou quarta indicação, porque os outros nomes não foram aceitos. Quando chegou, portanto, o nome que tinha sido aceito, o pessoal do PT, os “cutistas” ligados

ao PT, buscaram fazer a composição na delegacia. Não participei da composição, apenas informei ao Ministro da época que tinha problemas ali na DRT do Rio de Janeiro, e era preciso buscar uma composição.

O Ministro chamou, provavelmente, o Delegado Regional do Trabalho, e chamou também aquele que era para ser indicado do PT – o PT tinha uma indicação, era o ex-Presidente da CUT, vou tentar lembrar o nome dele daqui a pouco –, ou seja, o Ministro do Trabalho chamou ambos aqui em Brasília, e fizeram essa composição. Esse é um fato concreto que me lembro e me recordo e participei nesse nível que estou informando ao senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem mandava no Silvinho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem mandava no Silvinho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quem mandava em mim? Seguia sempre a minha direção partidária no que diz respeito à política e à direção do PT; em relação à minha vida pessoal, eu mesmo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Politicamente quem mandava?

O SR. SILVIO PEREIRA – A direção do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Direção do PT. José Dirceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – José Dirceu hoje é do Diretório Nacional, respondo à Comissão Executiva Nacional.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quando era Chefe da Casa Civil não mandava nada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, José Dirceu todo mundo conhece o que ele faz no Governo, o peso e a importância que ele tem no Partido dos Trabalhadores, mas, no caso, reportava-me ao Presidente José Genoino e a toda Direção Executiva Nacional.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mesmo quando você estava reunido no Palácio do Planalto, no quarto andar, o José Dirceu não influenciava em nada?

O SR. SILVIO PEREIRA – O José Dirceu influencia o PT, é membro da Direção Nacional do PT, assim como outros Ministros. Com isso, provavelmente, devia ter muita influência nas decisões dentro do Governo. No que diz respeito à minha vida política e pessoal, eu decido e estou submetido à Executiva Nacional do PT. Aliás, toda vez que olho na imprensa, Deputado, e isso não é de hoje, se formos pegar o levantamento na imprensa, nos últimos dez anos, toda vez que se bota lá José Dirceu, Silvinho, assessor, operacional,

braço direito, é como se não tivesse identidade. Eu tenho identidade: Silvio Pereira, sou militante do PT, e tenho RG próprio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você disse que o PT agora está com falta de recursos, imagine quando tiver que pagar a conta toda, que, segundo os cálculos, passará de 90 milhões. Como vai ficar a situação do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT é um patrimônio. Temos mais de 800 mil filiados no PT, somos uma forte bancada. Se a direção do Partido... e vai ter que ser responsabilizada por tudo aquilo que fez de bom e de ruim, temos uma direção que responde por todo o Partido, temos uma eleição direta...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem como responder pelos 90 milhões?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem como responder pelos 90 milhões, que é o furo?

O SR. SILVIO PEREIRA – A direção do Partido, a nova direção executiva que acabou de assumir agora está reunida em São Paulo e vai decidir, provavelmente, alguma campanha de finanças, outras atividades, e tenho certeza de que os filiados do PT e a sua militância vão honrar esse patrimônio que a gente considera um patrimônio muito importante.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Será que essa nova diretoria é melhor do que a que caiu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não considero ser melhor ou pior; considero que essa diretoria é apta para o momento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Essa diretoria é abençoada pelo Lula?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não pedimos a bênção do Lula para indicar os dirigentes. O Governo é uma coisa, e o Partido é outra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, mas o presidente era ministro e está deixando o ministério para assumir a presidência. Outro ex-ministro caiu e assumiu um cargo. Então, aquela história que o Lula falou, de que a montagem anterior era de pessoas que deixaram a desejar e que, agora, esses que foram para lá, que o Lula emprestou do seu ministério para o PT, podem ser melhores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Respeito a opinião do Presidente. O que digo para o senhor é que, para montarmos a nossa direção, temos mecanismos próprios. Evidentemente que todos os líderes do PT, sejam Parlamentares ou não, líderes de massa e personalidades, dirigentes do Governo, têm influência, sim, mas os mecanismos de tomada de decisão são internos

ao PT. Foi o Diretório Nacional do PT que se reuniu – eu nem estava na reunião do diretório, infelizmente, e nem na véspera, onde se reuniu a corrente política da qual faço parte –, mas a decisão foi do Diretório Nacional do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Antes de ser secretário-geral, você era secretário de organização.

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi boa a organização do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Avalio que sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a desorganização?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu respondo pela organização. No meu trabalho de organização, tenho muito orgulho daquilo que fiz, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Silvio Pereira participava do esquema?

O SR. SILVIO PEREIRA – De que esquema, Deputado? Eu não conheço nenhum esquema.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que você está aqui, então?

O SR. SILVIO PEREIRA – Porque vocês me convocaram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Porque faz parte do esquema.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não porque faço parte... Estou aqui porque a CPI me convocou e estou aqui para tentar esclarecer, dar o meu depoimento e prestar as informações que puder a esta CPI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você conhece o Marcos Valério?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço o Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sabia dos empréstimos que ele fazia para o Delúbio Soares?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, com todo o respeito que tenho ao senhor, já respondi a essa pergunta aqui várias vezes. Portanto, mantenho a resposta anterior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é a resposta anterior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já dei. Não irei repetir. Essa pergunta já respondi várias vezes. Portanto, neste momento, não repetirei mais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você tem medo de se auto-incriminar?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhum medo, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, responde.

O SR. SILVIO PEREIRA – Já respondi, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acho que o silêncio pode prejudicar você.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, vou responder novamente ao senhor, mas todo mundo aqui já ouviu essa pergunta. Conheço o senhor e o respeito, inclusive. Vou responder aqui novamente. O meu relacionamento com o Marcos Valério, vou repetir pela enésima vez, foi um relacionamento marcado por um relacionamento político-eleitoral. Estive algumas vezes com ele, conforme já relatei aqui. Sobre a questão dos empréstimos, não tinha conhecimento. O que tinha conhecimento é de que o Delúbio Soares, secretário de finanças do PT, estava buscando recursos junto à rede bancária – já falei isso várias vezes. Foi isso, e limita aí o meu conhecimento. Não posso falar além daquilo que sei, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi a participação de Marcos Valério na campanha de Osasco?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não acompanhei a campanha de Osasco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi o relacionamento do Marcos Valério na campanha de São Bernardo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Então, até tinha falado também e vou repetir, Deputado. Em que pese ao Marcos Valério, na reunião que tive com ele, ter apresentado a programação visual de Osasco e a programação visual de São Bernardo do Campo em outra reunião, e fiz as minhas observações e as minhas divergências com ele, depois disso, não acompanhei a eleição no Estado de São Paulo. Dediquei todo o meu tempo, como pode ser facilmente comprovado, acompanhando a eleição no resto do País. Em particular, eu ia para os locais onde muitas lideranças, Parlamentares e dirigentes não queriam ir, que era Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá. Dediquei-me nessa campanha, fui várias vezes a esses Estados, como fiz ao longo da minha história, no Centro-Oeste, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e assim vai; nos principais Estados, pouco. Ia até acompanhar a eleição no Rio de Janeiro – não está aqui meu companheiro Jorge Bittar. Mesmo no Rio de Janeiro, arrumaram outro acompanhante; fui para acompanhar o resto do Estado. Mesmo em São Paulo, quem acompanhava a eleição, era responsável pelo acompanhamento da eleição aqui no Estado de São Paulo, era o companheiro Genoino e a companheira Mônica Valente, do Estado de São Paulo. Mesmo na capital; não participei de uma única atividade na capital de São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo e na cidade de Osasco, que é a

minha cidade. Eu só ia lá para almoçar na casa da minha mãe, aos domingos, como sempre faço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você foi o responsável pela separação das indicações do PT e dos Partidos da Base aliada. Quais eram os critérios para essas indicações e essas nomeações?

O SR. SILVIO PEREIRA – Os critérios eram só discutidos sempre com a Base aliada e sempre respeitados por todos os Partidos que compuseram a Base aliada. Era o critério de competência, era o critério de afinidade programática e era o critério de que o perfil tinha de ser adequado àquela função. E tinha dois temas que não discutíamos e que colocávamos como questão classificatória, que é a questão da idoneidade e da competência técnica. Nós não discutíamos. São dois elementos, para nós, que eram classificatórios: idoneidade e competência técnica. E todos os Partidos assim se processaram – de todas as legendas com as quais tive contato.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua interferência na indicação da diretoria de Furnas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhuma. Nenhuma, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua interferência nas indicações do IRB?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua interferência nas indicações dos Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Dos Correios, aquilo que já respondi em relação a Eduardo Medeiros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é a área em que há alguma indicação que o senhor se empenhou para fazer?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu basicamente me empenhava em atender os pleitos do PT, mas particularmente em fazer cumprir os acordos com a Base aliada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais eram esses acordos?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PTB apresentava lá uma lista de reivindicações, como, por exemplo, um diretor dessa estatal, um cargo nesse ministério. O PP, o PL e o PT, também. Então, eu participava dessas reuniões junto com a Base do Governo, que decidia esses cargos. Depois, o que acontecia? Primeiro se discutia com os Líderes. Com os Líderes, com os Presidentes. Aí, quando não aconteciam esses cargos com os Líderes e com os Presidentes, aquilo que foi acordado entre o Governo e esses Líderes partidários, e não saíam os cargos, o que acontecia? Os Deputados às vezes até me procuravam. Procuravam diretamente a mim:

ah, não saiu isso, não saiu aquilo. O que eu falava? Tem que conversar com o Governo. A gente ia junto lá e conversava: tem que atender esse cara.

Então, o meu maior trabalho, Deputado, se deu exatamente em poder fazer valer os acordos com os Partidos da Base aliada. E, nos Estados, já informei aqui aquele problema que tinha em relação aos Estados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo... o tempo de V. Ex^a...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, por favor, reinscreva-me.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Reinscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, o ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, desde que decidi participar desta Comissão – o que não é hábito da minha atividade como Parlamentar –, perguntava-me qual papel poderia desempenhar aqui.

Evidentemente, sou um Parlamentar da Oposição. Se dissesse que não estou interessado em desgastar o Governo ou o PT, seguramente não estaria dizendo a verdade. Mas sempre tive na cabeça a idéia de que era preciso fazer um enorme esforço, para não afetar duas coisas: primeiro, o conceito de pessoas honestas e, segundo, as instituições. Compreendida, nas instituições e no seu conceito, a presença do Presidente da República, que não é um Presidente qualquer, não é um Collor de Mello. Eu próprio votei nele três vezes. Mas é alguém que construiu uma história das mais importantes da democracia nesta América do Sul inteira.

Eu estranhava muitas das palavras do Presidente. Recentes. Uma vez estava em Pernambuco e vi um discurso dele em Caruaru. Ouvi um discurso dele em Caruaru, não vi. Senti que ali estava alguém que excedia os limites de um Presidente da República e avançava, de forma comprometedora, no campo do populismo, das afirmações, para ter resultados de platéia e sem conteúdo. Prefiro fazer oposição ao Governo Lula pelos seus imensos erros administrativos, pela falta de consistência gerencial do seu Governo. Foi sempre assim que eu fiz, quando chegamos a essa tal situação que foi levantada em grande parte pelo Deputado Roberto Jefferson. Aí se desenvolve um processo sobre o qual – creio – nós devíamos pensar.

A primeira reação do Governo foi mais ou menos na linha do que disse o Ministro Olívio Dutra. O nosso

problema, o do PT. Eu não separo tanto um do outro. O nosso problema são as alianças que nós fizemos com gente que não presta. Foi mais ou menos isso o que o Olívio Dutra disse. Em um segundo momento, eu senti uma articulação intelectual e prática para jogar essa conta para o Congresso. Mensalão, denúncias de Roberto Jefferson, Valdemar Costa Neto, enfim, esse ambiente que compromete demais o conceito da instituição, o Parlamento. Mas foi clara a intenção do Partido dos Trabalhadores e do Governo de empurrarem essa história para o Congresso. Em um terceiro momento, surgiu um discurso esquizofrênico, aquele que dizia que isso tudo é uma conspiração das elites. Pessoas que tiveram a vida na luta democrática e popular, na falta do que dizer agora, quiseram resgatar o valor das suas vidas, o que eu não questiono, em um muitos casos. É um discurso completamente errado. Não há seguramente direita ou esquerda, nem compromisso popular ou falta de compromisso popular nesse momento da vida brasileira.

E, finalmente, há uma mudança de atitude que, para mim, de todas é a pior. Há uma intervenção. Não sei a quem atribuí-la: se à orientação jurídica, se a um determinado comando, que eu não sei de quem é. Mas é uma orientação para isolar um fato sobre o qual não é possível mais manter alguma forma de controle. Esqueci-me de dizer que, neste período, houve uma ação intensa do PT para evitar a instalação desta CPI. Todo o Brasil sabe disso.

Mas, estranhamente, nesses últimos tempos, eu falo desde o último pronunciamento do Marcos Valério, as coisas começam a ganhar uma consistência. A palavra do Marcos Valério é o lado de um disco, de um CD, cujo outro lado, se tivesse um outro lado nos discos, nos CDs, era a palavra do Delúbio, imediatamente até no mesmo órgão de comunicação, na TV Globo. Extremamente coerentes, de uma forma muito clara, as duas se ajustam.

Logo a seguir, vem a palavra que eu considero de todas a mais relevante nesse processo todo: é a palavra do Presidente da República, que aparece para dizer, por outros caminhos, coisas que um Presidente da República jamais poderia dizer. E que muito menos um Presidente da República como o Lula poderia afirmar. Como brasileiro, eu estava em casa e vi lá a aparição do Presidente. Eu fiquei contundido, envergonhado. Como Presidente da República do Brasil, de um grande País, o Presidente Lula vai à televisão para confirmar por um caminho relativamente seguro, todos estão seguros, dentro dos limites desta fraude. O Presidente vai e diz que é isso mesmo, que esse negócio de não cumprir a lei, de não pagar imposto, de não respeitar as instituições é comum, sempre houve no

Brasil. O PT, infelizmente, porque eu tive de tirar gente de lá, ou porque ele cresceu demais. Nós perdemos controle sobre ele. O PT agora também faz isso. Em síntese, é esse o pronunciamento do Presidente.

Eu quero dizer que um Presidente da República não podia dizer isso. Não devia dizer isso e não devia permitir isso. Porque no fundo... no fundo, não, de fato o Presidente disse que havia irregularidades, que ele já as conhecia há muito tempo e sobre elas não fez nada, a não ser a entrevista que deu em Paris, que não as combate de fato.

Agora, há um esforço do PT de se reestruturar e quer passar a impressão de que é um Partido pobre, um Partido sem dinheiro. Eu vi as campanhas do PT. Não foram pobres.

No meu Estado, Pernambuco – eu já disse isso aqui antes, não agora – candidatos do PT eu conhecia em pequenas cidades, porque eram bancários que voltavam para o interior e faziam uma campanha, sozinhos. Às vezes se elegiam, às vezes não. Mas uma campanha absolutamente pobre. As campanhas do PT, agora, eram absolutamente cenográficas. Bandeiras demais, papel demais, fotografia de primeira qualidade. Campanhas caras.

Eu começo, então, a entender as coisas com maior tranquilidade. Primeiro não dá pra acreditar... nenhuma pessoa pode acreditar, sinceramente acreditar que disso tudo só sabia o Delúbio. Pra mim, quero deixar isso bem claro e não tenho lá muita vocação pra questionar, inquirir não. Pra mim essa culpa é coletiva. Eu não o considero culpado, eu o considero parte de uma engenharia, de um sistema que o Brasil tem que evitar, de toda forma.

Se ele já se deu num Partido ou noutro, num ou noutro tamanho, impossível que ele se dê agora com o tamanho que teve. Nós falamos de milhões como falamos de trocados. Trinta, quarenta, cinquenta milhões. Como acreditar que esse dinheiro todo existia e ninguém sabia de onde ele vinha? Que super-homem é esse tal do Delúbio que é capaz de encantar os bancos com a sua inteligência e o seu brilho, levantar alguns milhões de reais pra um Partido que não paga conta, que não tem rigorosamente crédito, apenas pra ter as contas do Partido? Porque eu não sei se o Partido as paga!

Agências de publicidade, normalmente, ajudam candidatos na expectativa de candidatos vencedores incluírem esses candidatos nas contas do Governo e as favorecerem. Então, eu não posso acreditar. E os fatos demonstram que generosamente alguém entrou com trinta, quarenta, sei lá quantos milhões na vida do PT para não receber.

Eu não vou nem entrar no capítulo já bastante utilizado de que esse Partido também dava contratos a esse empresário; pagava faturas a esse empresário; tinha negócios com ele, o que por si só já é comprometedor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas eu queria só um minuto, Sr. Presidente, pra terminar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, eu estou chamando a atenção do Plenário, para que V. Ex^a possa...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Veja bem, então chega hoje o Dr. Silvio Pereira. Eu já o conhecia de nome e nunca o conheci de forma negativa.

Como por exemplo, eu sou uma pessoa que tem respeito pelo Presidente José Genoino. Eu não consigo imaginar José Genoino sem ser uma pessoa honesta. Não consigo! Então, eu não estou preocupado com as pessoas, nem com Silvio Pereira, nem com Delúbio Soares, nem com José Genoino. Eu estou preocupado com um fato que não tem explicação, que não poderia ter acontecido.

Não dá para transformar Minas Gerais numa Maceió. Sem diminuir Maceió, mas Alagoas sofreu o impacto do Presidente Collor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E hoje as coisas estão bem iguais a ele.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois é, mas não dá. Aquilo que aconteceu lá não podem transferir pra Minas Gerais.

Eu li aqui um artigo do Carlos Chagas, de um ano e meio antes desses fatos, no qual ele falava com todas as letras que tudo isso era verdade. Antecipava isso tudo. Falava do papel do Delúbio, das malas que saíam de lá. Malas que hoje assustam o imaginário popular brasileiro. Deprimem a consciência nacional.

Então, vem o Presidente, lá numa cadeira dourada, num ambiente francês, como se tivesse falando para o mundo, uma jornalista secreta, e dá uma entrevista encomendada, porque aquilo não é entrevista de um jornalista para dizer que isso tudo é assim mesmo.

Estamos aqui, estava conversando, há poucos minutos, com o companheiro Senador, só para saber qual era o nosso papel aqui. Porque, pegar o Dr. Silvio distraído, não me parece ser uma boa atividade para um Parlamentar.

Agora, quero dizer que há muita coisa estranha e inexplicável sobre a qual o Senhor não deu uma opinião e nem dará. Não deu porque o Sr. Delúbio não deu, nem vai dar; não deu porque o Sr. Marcos Valério não deu, nem vai dar; não deu porque o Presidente da República não deu, nem vai dar. Ninguém credi-

ta que alguém trabalhou com 100 ou 200 milhões e ninguém sabia de onde vinha esse dinheiro ou quem com ele transitava; e que era tudo na conta do Delúbio. Ninguém acredita nisso. Não se pode jogar fora a luta na construção de um partido popular na América do Sul, na América Latina, jogar no lixo, sustentando uma tese dessas.

Sinto-me constrangido em ver amigos, que tenho do PT, segurando isso. Não dá para segurar; é óbvio que não dá para segurar.

Mas, então, queria lhe dizer isso, porque não tenho ação individual nessa história. Acho que essa é uma ação muito relevante, o mais grave acontecimento político do País, nesses anos todos, porque é com o PT, porque é com Lula, e porque é com o Brasil que podia agora tomar um caminho, tinha grandes chances de tomar um caminho.

Mas, queria, só para cumprir a tabela, lhe fazer algumas pequenas perguntas. Primeiro, o senhor falou sobre campanhas na Paraíba de pessoas que conheço, Governador e Senador. Vocês ajudaram verdadeiramente a campanha das eleições na Paraíba?

O SR SILVIO PEREIRA – A Paraíba foi exatamente um exemplo daqueles que dei aqui de Estados com dificuldade financeira. Um companheiro nosso, que foi candidato, Avenzoar Arruda, passou muitas dificuldades na sua campanha.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim, mas você falou duas coisas: que ajudou a campanha do PT e que ajudou a outra campanha. Quanto a do PT não me estranha.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, no caso da Paraíba, só tinha informado anteriormente para explicar a indicação do Sr. Ezequiel, porque ele tinha um cargo...

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, não houve contribuição – ouvi mal – não houve contribuição do PT com a campanha do Governador meu amigo José Maranhão?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo menos que eu tenha conhecimento, não.

Pelo que eu saiba, não tem nenhuma informação. Tive com o Senador José Maranhão, também, e nunca tratei isso com ele.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Outra coisa, o senhor falou que em 2004, perguntado sobre a questão do acordo com o PTB, que em 2004 o senhor não podia ter conhecimento desse acordo, porque o senhor tratava de questões sobre acordos estaduais e não nacionais. Só que as eleições de 2004 foram estaduais não foram nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a esgotou, Senador. Conclua, por favor.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Agradeço sua colaboração.

Só que em 2004 não houve campanha nacional, quer dizer, o argumento que o senhor usou não é real.

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT realizou, Senador, entendimentos político-nacionais com diversos partidos que compõem o nosso amplo leque de ...

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, as eleições eram locais; os acordos tinham características locais.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, Senador. São acordos nacionais com características locais, porque...

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sabemos que cada eleição de um Estado tem um perfil diferente do outro. O Senhor sabe disso.

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro que sim. Tanto é que discutia-se as eleições, reunia-se...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, infelizmente, ...

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem o direito de se reinscrever.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a última pergunta. Não pretendo me inscrever. Agradeço a sua colaboração.

O senhor não conhecia Marcos Valério. Teve com ele dois encontros. Por que já no segundo encontro, colocou gente do Banco Rural nessa conversa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não estive com gente do Banco Rural...

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O senhor falou que o segundo encontro incluía um representante do Banco Rural.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca informei isso aqui.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tem certeza?

O SR. SILVIO PEREIRA – Absoluta.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Posso ter me equivocado.

O SR. SILVIO PEREIRA – O senhor deve ter se equivocado, Senador. Me desculpe.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Se me equivoquei, peço desculpas.

O SR. SILVIO PEREIRA – O senhor deve ter se equivocado.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, agradeço a contribuição. E vamos torcer

para que se encontre uma saída para essa confusão que está armada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço ao ilustre Senador e concedo a palavra ao ilustre Deputado Maurício Rands, por 15 minutos improrrogáveis.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Silvio Pereira, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, queria, em primeiro lugar, indagar ao Depoente, Silvio Pereira, como funcionavam esses processos de indicação para composição dos cargos no Governo. O depoente já falou que eram, nos outros Partidos, geralmente, ou o presidente do Partido ou o Líder. Eu queria perguntar mais: como é que funcionava isso? Havia uma reunião coletiva com a presença de todos os indicados, ou os contatos eram bilaterais, ou não havia contatos entre os representantes de cada Partido nessa composição de Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não existia uma única forma...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não era formal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não existia uma única forma para indicação de cargos no Governo. Em primeiro lugar, aproveitando a pergunta de V. Ex^a, o Presidente Lula nomeou seu Ministério de acordo com os seus critérios. Isso vale – repito – para todos. É claro que tem Ministro petista que levou para o seu Ministério pessoas filiadas ao PT, mas não necessariamente que a direção do Partido havia indicado. Tem vários Ministérios compostos praticamente, quase que cem por cento, por petistas. Agora, quem os indicou? O próprio Ministro.

Segundo, não existia uma assembléia dos indicados para a gente poder avaliar. O que acontecia? Tinha várias formas. Às vezes, o Governo se reunia com os Partidos da Base aliada, ouvia os seus pleitos, ficava de estudar, chamava novamente os Partidos da Base para poder dar resposta. E, depois, também tinha reuniões bilaterais, do membro do Governo com cada um dos representantes dos Partidos, para verificar o que foi possível atender e o que não foi. Às vezes, indicava para um cargo, aquele cargo não era possível, porque o Ministro não aceitava. E sempre prevaleceu, sempre, sempre, sempre prevaleceu a opinião do Ministro, pelo menos naquilo que tenho conhecimento. Nunca, pelo menos no que tenho conhecimento, prevaleceu a opinião em cima da decisão do Ministro. Isso, pelo menos que eu tenha conhecimento, nunca ocorreu. Isso vale para todos os Ministros.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E havia muitos casos em que os Ministros recusavam as in-

dicações dos Partidos da Base aliada, que na época eram PT...?

O SR. SILVIO PEREIRA – PT, PL...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais os Partidos que participaram desse processo?

O SR. SILVIO PEREIRA – PT, PL...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – PL, que tinha o Vice...

O SR. SILVIO PEREIRA – PTB, PSB, PV, PCdoB, PPS...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E PDT, não é?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PDT, nós nunca tivemos reuniões com a direção do PDT e nem com as lideranças do PDT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, como foi indicado o Sr. Aírton Dipp, Presidente dos Correios?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ainda bem que nunca tiveram.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não entendi, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas a indagação: o Sr. Aírton Dipp...

O SR. SILVIO PEREIRA – O Sr. Aírton Dipp foi indicado pelo Ministro das Comunicações.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Diretamente pelo Ministro? Não foi indicação do Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo que eu saiba, não. Porque eu mesmo nunca participei de nenhuma reunião que tivesse qualquer membro da direção do PDT ou da liderança...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque Brizola ainda estava vivo nesse tempo, não é? Ele tinha posição contrária de participar...

O SR. SILVIO PEREIRA – Em nenhum momento...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Acho que é importante esclarecer, até porque o Dr. Brizola estava vivo...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E era contra o Governo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele ajudou na eleição do Presidente Lula, nunca foi convidado, nunca foi chamado e nem se dispôs a vir. Por isso, nunca tratou com o Governo, até porque desconfiou desde logo. E acho que, de novo, o Brizola tinha razão. Depois de morto, leva a razão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É importante o resgate histórico.

A minha pergunta é: como era o funcionamento disso? Havia indicação... Algum Ministro refugou essas indicações desses Partidos da Base aliada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Era muito... Só confirmando o que Deputado acabou de colocar agora...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu confirmo, Deputado. Realmente, nunca participei de qualquer reunião em que estivesse qualquer representante do PDT, em nenhum momento.

Muitos dos nomes indicados eram rejeitados, sim, várias vezes, várias vezes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E isso dava crise, qual era o desdobramento disso em relação aos Partidos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Era assim: num primeiro momento, ia lá o Governo, ouvia os pleitos do Partido; depois, o Governo voltava novamente, dizia o que era possível ou não, pedia as indicações; e, às vezes, essa indicação era negada, ou porque o currículo não era adequado àquela função, ou por outros motivos que eu não tinha conhecimento. Então, tinha negativa. No começo, era mais natural; depois, criava-se muita tensão entre os Partidos da Base, porque os Partidos da Base tinham suas indicações e não conseguiam fazer valer elas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Gostaria de saber se V. S^a tem condições de, pelo menos aproximadamente, informar à Comissão, nessa composição de cargos, quantos cargos de confiança – CC, e quantas funções gratificadas? O que vejo de notícia é que são em torno de 19 ou 20 mil, somados cargos de confiança e funções gratificadas. Confere?

O SR. SILVIO PEREIRA – Confere. A última informação – posso, agora de cabeça, errar em algum número, porque números não são o meu forte... Tem um documento da Secretaria de Administração do Governo Federal, onde constavam em torno de 19 mil cargos de DAS e, se não me falha a memória, 5 mil cargos, 5 mil e poucos...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, 19 mil cargos de confiança mais 5 mil funções gratificadas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aquelas que são ocupadas por quem já é efetivo das carreiras do serviço público.

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso. Parece-me que no Governo Federal foram substituídos aí em torno de 5 mil cargos de confiança, se não me falha a memória.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Cinco mil cargos foram substituídos do total de 25 mil.

O SR. SILVIO PEREIRA – De todos. De tudo. Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Compreendidos cargos de confiança e funções gratificadas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor saberia dizer...

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso na época que saiu o relatório. Hoje, atualizado, eu não tenho esse dado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas o último de que V. S^a tem informação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exato.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor saberia dizer aproximadamente as percentagens, as proporções da ocupação desses cargos e dessas funções entre esses Partidos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não sei dar essa informação, porque eu não tinha esse controle.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a do Partido dos Trabalhadores, onde V. S^a tinha essa incumbência?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sobre essa eu posso falar. Eu já tinha até informado aqui: nós temos um sistema de arrecadação junto aos filiados em cargo de confiança e junto aos filiados que não têm cargo de confiança. No caso de quem tenha cargo de confiança no Governo Federal e que seja filiado ao PT, ele contribui através de uma autorização bancária pelo sistema automático. A pessoa recebe – já tem autorização no banco...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, esse desconto não é feito pela administração.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, em hipótese alguma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É feito pelo banco depois que o dinheiro já está no patrimônio do...

O SR. SILVIO PEREIRA – Da pessoa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Do ocupante do cargo. Do servidor. Da pessoa. Do militante do Partido.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tanto é que essa última decisão aí do Supremo não afeta o PT no caso. Porque no caso do PT não se trata de desconto em folha de pagamento. Trata-se de desconto na rede bancária. A pessoa autoriza. É igual débito automático, como todo mundo tem. Dá um total, Sr. Deputado, de mil e quatrocentas pessoas filiadas ao PT indicadas e nomeadas no Governo Federal, para os diversos Ministros, para as diversas... Não pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tanto cargos de confiança quanto funções gratificadas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Somando cargos de confiança e cargos gratificados, totalizam mil e quatrocentas pessoas. Essa lista consta lá do PT. E eu tenho

certeza, conforme já falei aqui, que deve ser solicitada, eu acredito. E a Secretaria Nacional de Finanças não tem por que não fornecer essa lista aos membros da CPI. Em resumo, dos 25 mil cargos de confiança disponíveis que são filiados ao PT e que contribuem na rede bancária, dá um total de mil e quatrocentos filiados. Por exemplo, há pessoas indicadas por Ministros do PT que não são filiados ao PT, como é de conhecimento de V. S^a e tudo o mais.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – São indicações, mas não são...

O SR. SILVIO PEREIRA – É. Murilo Portugal não tem nada a ver com o PT, mas foi indicado por Ministro do PT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que eu queria procurar saber agora é sobre como funciona, na sua visão, essa composição da administração pública. Estou entre aqueles que acham que a Administração Pública no Brasil precisa passar por uma revisão, por uma maior profissionalização. Por outro lado, tendo já vivido no exterior, acompanhei, por exemplo, o que aconteceu na Itália. A Itália, antes da Operação Mãos Limpas – a *Operazione Mani Pulite*, era considerada como o país que tinha mais distorções de partidização na administração pública, Sr. Relator. Depois da Operação Mãos Limpas, tive o cuidado de verificar como foram feitas as composições de governo no regime subsequente, inclusive com mudanças no sistema eleitoral, algo que, nós estamos defendendo, deve resultar também na solução deste problema que estamos vivendo hoje no Brasil. Depois da Operação Mãos Limpas, depois da mudança do sistema eleitoral, pude verificar – e aí me convenci de que é próprio da democracia – que aqueles partidos que participam do Executivo (que ali sai do parlamentarismo), os partidos que dão a direção da política administrativa ou do projeto de país naquela conjuntura que emergiu das urnas, naturalmente, participam da administração.

Verificamos isso, por exemplo, na Alemanha, onde Gerhard Schröder fez a composição com o Partido Verde. O Partido Verde tinha o Ministério das Relações Exteriores, entre outras participações na administração.

Aqui no Brasil, nós todos temos consciência de que as coisas não estão funcionando apenas na composição para formulação e execução das políticas públicas. O Deputado Roberto Jefferson, depondo nesta Comissão, foi muito taxativo – já o tinha sido em outros depoimentos prestados – de que ele nomeava diretores, daí por que o interesse dele em determinados cargos estratégicos. Como disse o Relator Osmar Serraglio no começo da sua arguição, como tem dito a Deputada Juíza Denise Frossard, trata-se de interesses em

cargos não necessariamente pelo funcionamento. A Deputada Juíza Denise Frossard, ontem, no programa Roda Vida, até fez uma ironia: “Será que estavam interessados na qualidade da distribuição das correspondências, dos telegramas, nos selos?”

A minha pergunta a V. S^a, tendo participado desse processo de composição dos Partidos na participação da administração, que – repito – não vejo como algo errado em si, porque a democracia implica que, se o povo vota numa determinada direção de políticas públicas, a execução dessas políticas públicas precisa, sim, contar com ocupantes, com pessoas, com profissionais que satisfaçam o critério da competência, da honestidade, mas também o critério de harmonia com aquelas concepções das políticas públicas que foram votadas pelo povo nas eleições.

Observo que, infelizmente, é tradição no Estado brasileiro que a composição de Governo não seja feita apenas com esses objetivos, que reputo democráticos e normais num processo de uma democracia complexa como a brasileira ou a ocidental, e temos que reconhecer que neste Governo houve, pelo menos em parte, a repetição desse fenômeno que considero de uma certa degeneração do Estado brasileiro.

Trata-se de coisa que vinha dos Governos anteriores, de participações, de ocupações de cargos públicos por todos esses Partidos que, desde o regime militar, se aproveitavam dessas indicações para arrecadar recursos. Ouvi do Deputado Roberto Jefferson que ele tinha, sim, essa recomendação – como ele disse – aos seus indicados no IRB, nos Correios, que é o objeto preciso desta investigação.

A minha pergunta é: V. S^a, tendo participado desse processo de composição, alguma vez, ouviu falar que isso estava acontecendo? Alguma vez se insurgiu contra essa degenerescência?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca tinha ouvido falar dessa questão de recursos de estatais para políticos e parlamentares. Se nunca tinha ouvido falar, não tinha como me insurgir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não desconfiava de que políticos convencionais, tradicionais, que participaram em Governos anteriores desse tipo de concepção de ocupação do Estado estavam fazendo isso, como agora vieram a reconhecer?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, tenho que ser sincero com o senhor...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero dizer aqui que não aceito o que está sendo dito pelo Senador Sérgio Guerra. Ouvi atenta e respeitosamente a sua arguição, aliás inferências, qualificações indevidas que fez ao conjunto do Governo.

Senador Sérgio Guerra, espero que V. Ex^a faça uma autocrítica dessa interferência indevida, lateral que está fazendo. Inclusive me surpreende ouvir de V. Ex^a o pedido de intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Deputado, continue a pergunta de V. Ex^a, por favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para que eu não perca o meu tempo, gostaria que descontasse do meu tempo os minutos a partir dessa interferência indevida do Senador Sérgio Guerra, Sr. Presidente. Não posso estar aqui fazendo a minha intervenção, o meu trabalho e sofrer essa interferência lateral, porque não fiz intervenção lateral quando o Senador Sérgio Guerra estava cometendo aqui várias alevisias, fazendo aqui afirmações, muitas delas indevidas e sem qualquer procedência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de pedir a compreensão... Faça a pergunta. Deputado, eu gostaria da compreensão de V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A minha pergunta é: V. S^a não tomou qualquer atitude por ouvir comentários ou por perceber qualquer tipo de desaminho que estamos vendo hoje e estava acontecendo. V. S^a participou desse processo e achou que estava tudo correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu vou responder exatamente conforme afirmei aqui no início e vou me manter dessa maneira. Eu estive em contato com diversos parlamentares, de praticamente todos os partidos. Em nenhum momento eu ouvi, em nenhum momento me foi proposta qualquer coisa que fosse fora da política ou de indicações de cargo, com todos os partidos. Estou afirmando aqui aquilo que ouvi. E repito: não posso dizer sobre aquilo que não ouvi e sobre aquilo que não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Queria ainda, concluindo, Sr. Presidente, indagar. O senhor disse que nos Correios fez a indicação, a partir da procura que foi feita dos militantes do Partido que tinham lá nos Correios, do Diretor de Tecnologia. O senhor teve alguma participação, como foi dito aqui pelo Sr. Maurício Marinho em depoimento na CPMI, na indicação do Diretor de Operações, o Sr. Maurício Madureira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quero repetir novamente, prezado Deputado: nenhuma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor, depois de ter feito a indicação do outro diretor, o Diretor de Tecnologia, foi dito aqui pelo Sr. Maurício Marinho, repito, que o senhor teria tido influência na execução ou na escolha dos contratos que foram feitos naquela diretoria que o senhor ajudou na indicação. Então, o senhor teve algum contato com o diretor sobre os contratos ou com algum dos seus contratantes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não, não e não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o contato que o senhor teve com o Sr. Gonçalves, da Skymaster?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou. Conclua.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu me reinscrevo, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Falei, repito novamente: meu único contato com a Skymaster foi um contato rápido, no qual não dei nenhum encaminhamento ao que ele colocou e pedi para ele procurar o Governo. Encerrou aí. A única empresa. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Parlamentares, Sr. Silvio Pereira. Sr. Silvio Pereira, eu gostaria de caracterizar um pouco o seu vínculo partidário com o PT. O senhor é filiado do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas também é empregado do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem carteira assinada pelo PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. A gente não recebe com carteira assinada; recebe com aquele recibo de autônomo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Recebe... Então o senhor é um prestador de serviço?

O SR. SILVIO PEREIRA – É. No meu caso, recebo dessa forma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, o senhor é filiado e um prestador de serviço?

O SR. SILVIO PEREIRA – É. No caso da direção do PT, como dirigente, recebo dessa forma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Toda a direção do PT recebe como prestador de serviço?

O SR. SILVIO PEREIRA – Existem pessoas que são registradas; têm pessoas que não. No meu caso, eu não sou registrado, embora eu quisesse. Eu recebo através desse...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não é registrado?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Eu recebo esse recibo... Como chamam? RPA.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso não é uma burla dos encargos trabalhistas feita pelo Partido dos Trabalhadores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, é dessa forma que eu sempre recebi e recolhi meus impostos. Não tenho mais informações sobre isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor declara que recebe R\$9 mil...

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu sempre gostaria de ser registrado, mas ainda não fui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é. É uma situação anômala de prestador de serviço para o Partido ao qual o senhor é dirigente, é filiado. Mas, tudo bem. É apenas uma constatação.

Mas também com relação a sua retirada, porque então não é um salário fixo, não são R\$9 mil por mês que o senhor retira do PT? É isso, porque varia mês a mês?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Senador, novamente, com respeito ao senhor, também eu optei por orientação dos meus advogados e com a minha concordância que não vou aqui me pronunciar sobre minhas receitas, sobre meu patrimônio, na medida em que meu sigilo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso é público no caso do PT, porque se encontra na prestação de conta do Partido, não é? Então, por exemplo, em 2003, tem mês, como o de agosto, em que V. S^a tirou R\$19 mil do Partido. Tem mês, como o de outubro, em que V. S^a tirou R\$17 mil. Então, se se fizer uma média salarial no ano vai dar quase que R\$12 mil, retirado do PT, a média salarial no ano de 2003 e também do ano de 2004, como prestador de serviço. Há uma contradição na sua declaração de que recebe R\$9 mil. Isso é público.

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso é público, já é público. Eu aqui, hoje, não vou...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas há uma contradição. Então, V. S^a estaria incorrendo em uma informação errada.

O SR. SILVIO PEREIRA – As minhas informações, Senador, estão já à disposição desta CPMI, que, evidentemente, vai avaliar e julgar, vai verificar se tem alguma coisa errada ou não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Vamos adiante. V. S^a era uma pessoa que tinha acesso fácil ao Palácio do Planalto.

Há uma declaração do ex-Presidente do PT, José Genoíno, que afirmou, no dia 29 de junho, na Corregedoria da Câmara dos Deputados, que Silvio Pereira, Secretário Geral do Partido, usava uma sala da Casa Civil, no Palácio do Planalto, para distribuir cargos federais entre os Partidos. Tenho, aqui, como uma informação de José Genoíno.

Então, o senhor não tinha, oficialmente, secretária, não tinha uma situação formal dentro do Palácio do

Planalto, mas V. S^a tinha acesso fácil e tinha, lá, uma sala de reunião, uma sala onde o senhor usava todos aqueles serviços públicos da Presidência da República, da Chefia da Casa Civil, para fazer essas tratativas partidárias de nomeação para cargos na máquina pública federal. É isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, vou explicar novamente para o senhor: eu não tinha nenhuma salinha, nenhuma dependência do Governo. Segundo, eu li o depoimento do ex-Presidente do PT, José Genoíno, na Corregedoria. Nesse depoimento na Corregedoria não está dito isso; no depoimento na Corregedoria. Não li essa informação que hoje, aqui, foi esclarecida, atribuída a um jornal. Não sei se é essa a informação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na **Folha de S.Paulo**.

O SR. SILVIO PEREIRA – Portanto, prefiro ficar com a palavra do meu Presidente José Genoíno, no depoimento que ele deu à Corregedoria. Não tenho essa informação publicada e, mesmo se publicada for, mantenho aqui o que estou dizendo para o senhor, porque é verdade: eu não tinha nenhuma salinha em qualquer dependência do Planalto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas seus encontros, lá no Palácio do Planalto, se davam numa sala.

O SR. SILVIO PEREIRA – Os meus encontros se davam em salas de reuniões, se davam em salas que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Contígua à Casa Civil, na dependência mais próxima da Casa Civil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, ali há salas de reuniões, tem uma mesa comprida; tem uma outra sala que tem uma mesa redonda, tem alguns funcionários trabalhando, tinha reuniões. Eu só não fazia reunião na rua, porque não dava para fazer na rua.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com o pleno conhecimento do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tinha reuniões lá, Senador, em que eu ia direto nessa sala de trabalho, onde tinha mais ou menos quatro funcionários, como já citei aqui. Então, tinha a sala da Casa Civil. Muitas das vezes, eu nem sequer passava no gabinete do Ministro. Acho que estive no gabinete do Ministro umas quatro vezes. Ia diretamente nessa sala encaminhar as demandas e, depois, esses funcionários é que despachavam com o Sr. Ministro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor não tinha encontro formal com o Ministro-Chefe da Casa Civil, mas utilizava as dependências da Presidência da República, da Casa Civil, para fazer suas

reuniões internas, que seriam reuniões partidárias, de interesse partidário, dentro de uma instituição governamental da Presidência da República.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não eram reuniões partidárias, Senador. Eu tinha reuniões com a base aliada e sempre com membros do Governo. Por exemplo, quando eu me reunia com o ex-Líder do PTB na época, Deputado Roberto Jefferson, o Líder Múcio pode ser testemunha disso, o próprio Roberto Jefferson, foi nessa sala que estou informando ao senhor. Ali tinha quatro funcionários, tinha uma mesinha redonda, nós nos sentávamos ali, àquela mesinha redonda, e sempre com um membro do Governo, quer dizer, o próprio Deputado Roberto Jefferson participou dessa reunião, o Líder Múcio participou dessa reunião, vários Líderes desta Casa participaram dessa reunião e sempre tinha um membro do Governo.

Quando eu ia lá sem essas reuniões, eu ia só para encaminhar um currículo, não precisava me reunir com o Ministro para entregar para ele um currículo; entregava para um desses funcionários.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor acha, então, que o senhor pode afirmar assim, com toda a tranqüilidade, de forma peremptória, que PT é PT e Governo é Governo? O senhor não acha que há uma relação, mesmo, íntima, eu diria promíscua, entre o PT e o Governo?

Houve um aparelhamento, uma tomada do Governo pelo PT. O senhor era um dirigente partidário que estava usando as dependências do Governo, porque essas reuniões poderiam ser feitas na sede do PT, mas V. S^a escolheu fazê-las dentro do coração do Governo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Senador, isso talvez não tenha ficado claro. Espero esclarecer isso definitivamente, Senador, e que possamos estabelecer um diálogo franco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu afirmei para o senhor, não só para o senhor, para esta CPI, em qualquer instância, e haverá várias pessoas naquele Planalto, funcionários que ali estão, que podem testemunhar ou não. Primeiro, eu nunca utilizei de dependência do Governo para o PT. Isso não é fato. Isso não é verdade. Segundo, nunca, Sr. Senador...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor acabou de afirmar que ocupava a sala de reunião no Palácio do Planalto.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, Senador. O que eu afirmei é que membros do Governo, ou o Ministro, ou um de seus assessores reuniam com partidos da base aliada dentro do Palácio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. V. S^a disse que o Chefe da Casa Civil nem estava nessas reuniões.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, o Chefe da Casa Civil, mas, às vezes, um assessor seu está, como dou o exemplo aqui, e pode chamar o Líder, o Lúcio, que poderá testemunhar e confirmar isso, e outros Líderes, como o Líder do PMDB, o Líder do PSB, Líder do Pcdob, Líder do PL, todos esses Líderes poderão confirmar exatamente como eu trabalhava, onde eu trabalhava e o que eu fazia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor nega que o PT fez o aparelhamento do Governo através, principalmente, dos seus membros, dos seus filiados, em todos os níveis de Governo, desde o primeiro escalão até o terceiro escalão? Inclusive sob sua direção esse aparelhamento foi feito. Mais adiante – não sei se o Deputado Fernando Gabeira passou por aqui –, o Deputado Gabeira informou que havia uma planilha para indicação dos apadrinhados para ocupação de cargos no Executivo, inclusive teria uma senha para o acesso a essa planilha.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Posso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pode.

O SR. ARNALDO MALHEIROS – Então...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, quem é que vai dar o depoimento, é o advogado, ou o depoente? Nunca houve isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Com todos os depoentes nunca houve isso. É a primeira vez que vejo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Solicito, mais uma vez, ao Dr. Arnaldo que, só quando for indagado, quando for questionado pelo depoente, aí V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se falar demais, manda embora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe fiz uma pergunta sobre a planilha e o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já lhe fiz o pedido, Deputado. Eu já fiz o pedido e espero que serei atendido. Vamos aguardar.

Com a palavra V. S^a.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Senador, a opinião sobre o loteamento ou não do Governo, a opinião de V. S^a, a qual respeito, acho sim que é preciso reduzir,

e muito, os cargos de confiança existentes no Governo. Acho necessário, sim, poder melhor qualificar os funcionários efetivos deste Governo. Acho que é necessário fazer todas essas reformas administrativas sim. No que respeita à pergunta...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Planilha.

O SR. SILVIO PEREIRA – Vou agora para o senhor. Vou ter um tempinho só para explicar. Durante a comissão de transição, o Gushiken era o coordenador operacional da comissão...

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto.

Vou pedir, mais uma vez, que façam silêncio. Houve uma pergunta, e o depoente está respondendo-a. Eu gostaria de pedir silêncio a todos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Em novembro, o Luiz Gushiken era o coordenador operacional da comissão de transição, indicada pelo Presidente Lula. Desenvolveu o que ele chamou de sistema de gerenciamento de indicações, antes ainda da posse do Presidente. Eu, em nome do PT, como secretário de organização, fui responsável por coordenar esse banco de dados. Esse banco de dados tinha... O que tinha nesse banco de dados? Você tinha o órgão, a função, o salário, quais eram os requisitos para poder indicar para esse cargo e tinha uma senha. Quando foi feito isso, nós fizemos exatamente para poder, internamente, dentro do PT, se tratava de indicações do PT, democratizar as informações, para que isso não ficasse do conhecimento apenas de poucos. Então deu um total de quinhentas e poucas pessoas que tiveram uma senha assim. Então, a pessoa tinha a senha – um deputado, um vereador, um dirigente municipal do PT, era sempre assim o diretório municipal, o presidente, o presidente do diretório estadual, Bancada federal, Bancada de Senadores. Enfim, todas as pessoas que tinham mandato eletivo, mandato executivo e dirigentes partidários, diretório nacional do PT também, tinham uma senha, entravam nesse banco de dados e faziam... Aí tinha também um resumo do currículo dessa pessoa, e eles faziam essa indicação. Totalizou, mais ou menos, por volta de cinco mil e poucas indicações e se transformou isso num relatório. Depois de concluído esse trabalho, nunca mais vim mexer nesse relatório.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que quero dizer é que há um aparelhamento do Estado, inclusive com planilha formalizada, planilha à qual tinham acesso restrito, via senha, políticos interessados em nomear os seus apadrinhados para cargos federais.

E V. S^a centralizava essa distribuição de cargos, era o organizador dessa divisão do bolo.

Já indo um pouco adiante, pergunto: diante disso tudo, qual a razão, então, do seu afastamento, já que V. S^a vinha executando essa distribuição sempre com palavras elogiosas dos seus superiores? Não sei bem qual é o seu superior hierárquico, não sei se seria o Presidente da República. Aliás, essa é uma pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse. Era ao Presidente que o senhor se reportava ou era ao presidente do partido, o Presidente José Genoíno? O senhor fazia parte mais daquela direção que resolvia as questões na esfera partidária, com o José Genoíno e o Delúbio Soares, que era também seu colega – e continua sendo colega de partido e de divisão, de comando de partido –, ou seria com o núcleo duro do Poder, com José Dirceu, Gushiken e Dulci? Como é que se dava essa interação, que devia ser bastante íntima a meu ver?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, se o senhor me permitir, eu gostaria de deixar clara uma questão anterior.

Esse sistema de gerenciamento, esse banco de dados, foi feito antes da posse do Presidente Lula.

Segundo: cada partido tem sua maneira de organizar as suas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E depois que o Governo assumiu, não se deu mais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se deu de maneira...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí é que vinham as nomeações, as brigas internas...

O SR. SILVIO PEREIRA – Informe aqui e posso informar novamente: tinha um banco de dados que foi anterior à posse do Presidente.

Segundo: não era eu que distribuía cargos do Governo. Nunca distribuí cargos do Governo. Muito menos, cabia a mim nomear, essa não era minha atribuição, inclusive legal.

Quando tomou posse o novo Governo, cada partido fez suas indicações de representantes para poder apresentar os nomes dos seus partidos ao Governo. Cada partido organiza... Não sei como os partidos organizaram – a base aliada, sem ser o PT – as suas indicações. No caso do PT, esse banco de dados, conforme coloquei aqui... Criou-se até um problema na época, porque eram cinco mil indicações, as pessoas achavam que era um processo seletivo, e, no entanto, não tinha processo seletivo nenhum. Essas indicações foram e morreram ali. Depois, cada membro do PT fazia suas indicações. Eu coordenava as indicações do PT e levava ao Governo, parava na porta do Governo. Acho que é importante esse esclarecimento.

Quanto à pergunta de V. S^a, eu sempre me reportei à direção do PT. Sou membro da Executiva do partido, fui um dos relatores do estatuto do PT, ajudei a elaborar esse estatuto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não resolvia as nomeações com o Chefe da Casa Civil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca resolvi nada com o Chefe da Casa Civil. Eu levava ao Ministro da Casa Civil as indicações do PT.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, é que fui interrompido. Peço que V. Ex^a me dê só mais um minuto, porque eu queria fazer apenas uma pergunta final...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem razão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... porque eu perguntei a razão do afastamento...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Foi interrompido, realmente. Mais um minuto para V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que eu lhe perguntaria é o seguinte: quais eram os critérios para o preenchimento dessa planilha? As nomeações tinham como parâmetro o mérito, a qualificação técnica? A meu ver, não tinham, passavam unicamente por indicações políticas, o que prejudicou toda a gestão deste Governo, que é ineficiente. A toda hora se fala em choque de gestão porque não funciona efetivamente.

Agora tenho notícia de que foi substituído o Ministro Olívio Dutra, que era um ministro ineficiente. Foi substituído pelo Sr. Márcio Fortes, que é da máquina burocrática do Governo, por indicação do PP do Sr. Severino Cavalcanti. O Governo insiste nessa política. Essa era a política que V. S^a fazia dentro do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, eu nunca discuti essa parte, Sr. Senador. E não se tratava de uma planilha também. Como informei, era um banco de dados anterior.

Sobre o meu pedido de afastamento: tomei essa decisão de caráter pessoal para que eu pudesse me preparar para fazer a minha própria defesa e não deixar nenhum tipo de constrangimento para o PT. Não só apresentei minha carta de licença do PT como solicitei, com base no próprio estatuto, que uma comissão de ética julgasse todas as denúncias envolvendo o meu nome. Solicitei, por vontade minha – e fui a primeira pessoa a fazer isso –, o meu afastamento da direção e solicitei que o partido instalasse uma comissão de

ética interna para apurar todas as denúncias envolvendo o meu nome. A única coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Dei o desconto de um minuto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra... (Pausa.)

Vou suspender a reunião por apenas dois minutos para que o depoente possa tomar um café.

Vamos aproveitar essa oportunidade aqui e decidir isso.

A última titular inscrita é a Juíza Denise Frossard. Eu gostaria de ponderar, o Plenário vai decidir. Depois, eu volto chamando os titulares, ou os suplentes e titulares, intercalando? Ou titulares primeiro e, depois, suplentes? Alguns titulares...

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Sr. Presidente, para uma reclamação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para reinscrição, os suplentes primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois é, mas antes vamos ouvir os titulares e os suplentes. Depois, a reinscrição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Corretíssimo.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Sr. Presidente, uma reclamação breve.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Na verdade, eu ia fazer essa manifestação no meu tempo, mas eu acho, Sr. Presidente – V. Ex^a me perdoe –, que, da forma como está sendo conduzido, está havendo discriminação. A Comissão está fazendo o seguinte: existe o Parlamentar de primeira e o de segunda categoria.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Eu acho que o suplente... Nós chegamos aqui, eu e o Murilo Zauith, às oito e pouco da manhã. Veja V. Ex^a que o critério, se for utilizado – não sei se foi deliberado, porque o Regimento não dá amparo –, é falho. Se foi decidido pela Comissão que os titulares serão, na ordem, chamados e depois os suplentes, veja V. Ex^a que o critério é falho. A partir do momento em que V. Ex^a chamar um titular e ele não estiver presente, na mesma hora ele se reinscreve e passa na frente do suplente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Passa não, Coronel.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Passa!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para reinscrição, não. Juro a você.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Eu nunca vi isso em nenhuma Comissão desta Casa. Eu sou inexperiente, é o meu segundo mandato, mas eu nunca vi isto numa Comissão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Os suplentes, na verdade, serem preteridos da maneira como estão sendo. Respeito todos. Evidentemente, V. Ex^a poderia tê-los colocado na ordem de chegada, para que não houvesse esse desestímulo. Hoje, eu sou suplente por uma contingência, e não sou pior do que nenhum Parlamentar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pelo contrário.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Mas estou me sentindo discriminado, porque de oito horas até agora não consegui falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, mas não é.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não se sinta não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, não é, deixe-me explicar. É uma decisão do Plenário. É lógico que os titulares, estando inscritos, têm que ter a preferência. Disso estou tranqüilo: titulares têm que participar em primeiro lugar. Eles foram indicados titulares pelos seus Partidos. Se o Partido tivesse muito interesse, o suplente teria sido indicado titular. Então, é lógico que os titulares têm prioridade.

Termina, agora, a lista dos titulares. Estou consultando o Plenário, porque não quero fazer nada em discordância com o Plenário: vamos voltar à lista dos titulares ou vamos chamar o primeiro inscrito?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, vou me inscrever, então, porque eu já pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Heloísa. Depois vou conceder a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para não modificarmos a dinâmica dos trabalhos de uma reunião para outra, o que foi acordado é que seriam primeiro os titulares, em seguida os suplentes, depois os outros Parlamentares que não são titulares ou su-

plentes, e depois, a reinscrição de titular ou suplente, porque senão seria desprestigiar os Parlamentares que não são nem titulares nem suplentes, mas têm todo o direito de participar das reuniões.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou conceder primeiro, pela ordem, ao Deputado Welinton Fagundes e, posteriormente, ao Senador Pedro Simon. Depois, ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, depois me dê a palavra também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Welinton.

Peço a compreensão, pois há orador com a palavra.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Todos os dias, Sr. Presidente, tem sido concluída a lista dos titulares; depois, vêm os suplentes, como aqui a Senadora já colocou.

Agora, eu quero fazer uma reclamação, Sr. Presidente. Eu estou inscrito como membro titular, parece-me que em décimo lugar. O meu nome não foi chamado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Foi chamado, sim, senhor. V. Ex^a não estava aqui. Foi chamado.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, eu já chequei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, eu não vou aceitar que V. Ex^a diga uma coisa que não existiu.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Eu já chequei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quando chegou o momento de V. Ex^a, V. Ex^a não estava aqui. Agora, se V. Ex^a quer, vamos colocar as coisas nos devidos lugares: V. Ex^a não estava aqui no momento em que foi chamado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Wellington. Depois é que concederei a palavra aos demais.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor está afirmando com convicção?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com convicção.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Já chequei com minha assessoria, e a informação não foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A sua assessoria falhou.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – De qualquer forma, o Presidente tem soberania. Eu só quero aqui colocar a mesma posição que foi colocada pela Senadora: que primeiro sejam chamados os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será chamado brevemente.

Com a palavra o Senador Pedro Simon. Em seguida, o Deputado Jorge Bittar e, depois, o Deputado Alberto Goldman.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Pre-

sidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu vou ouvir para decidir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Pre-

sidente, a Senadora Heloísa colocou a questão como sempre aconteceu. Todas as CPIs nesta Casa – e estou aqui há mais de vinte anos – foram como a Senadora Heloísa está dizendo: falam os titulares, que têm prioridade absoluta; falam os suplentes, segunda prioridade; depois falam os não-membros, como eu – parlamentares que, no entanto, estão aqui e se inscreveram às 9 horas da manhã. Depois é que se passa à reinscrição. Sr. Presidente, sempre foi assim. Eu duvido que tenha havido alguma comissão, alguma vez, em que se tenha colocado essa discussão. É a primeira vez que estou vendo isso acontecer, Sr. Presidente. O titular é o primeiro que fala, liberdade absoluta; o suplente é o segundo; depois falam os não-membros, que, no entanto, se inscreveram. Não são pessoas que chegam a qualquer hora e querem falar não. Os não-membros que estão inscritos são os terceiros a falar, depois vem a reinscrição. Sempre foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Ouço o Deputado Jorge Bittar e, depois, o Deputado Alberto Goldman.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente quero apenas informar que a minha situação é a mesma do Deputado Welinton. Fui chamado exatamente no intervalo, acabei chegando um pouco depois...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será chamado brevemente. A situação de V. Ex^a é a mesma do Deputado Asdrúbal Bentes.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, de manhã apresentei a mesma questão. V. Ex^a explicou que, pelo fato de eu estar na suplência,

apesar de naquele momento estar substituindo um parlamentar titular... Eu não quis criar nenhum tipo de problema, e V. Ex^a me informou que eu seria o 14^o. Eu só quero que V. Ex^a obedeça àquilo que decidiu antes. Apenas isso. Eu quero manter essa decisão de V. Ex^a. Não tem sentido, agora, de repente, fazer uma mudança e me deixar o dia inteiro esperando. Cheguei aqui às 7 horas da manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a ilustre Deputada Federal Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Serei breve, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Silvio e Dr. Arnaldo. Meus cumprimentos.

Tenho aqui pouquíssimas perguntas para o senhor. Farei apenas uma constatação, Sr. Silvio. O Brasil gasta de juros, hoje, 3% do PIB. Doze por cento são gastos com a Previdência. Portanto, numa soma aritmética simples, temos 15% do PIB já comprometido. Por outro lado, o Governo arrecada 40% de tudo o que ganhamos. Portanto, temos uma sobra de 25% do PIB, que, se gastos com eficiência e pensando no bem público, certamente, seríamos um país menos injusto.

Outro ponto que me preocupa é o loteamento de cargos públicos, porque ele é a janela para a corrupção, é por onde entram os ladrões do Estado. Portanto, farei as seguintes perguntas ao senhor. Ficou dito aqui que o senhor coordenava as nomeações da máquina do Governo. Se o senhor não as coordenava, eu só posso inferir fazia isso o Deputado José Dirceu. Prefiro imaginar que era mesmo o senhor quem coordenava as nomeações na máquina pública. E o senhor exercia essa função por determinação do partido ou do Governo. Assim, eu pergunto não o que o Senador César Borges perguntou ao senhor, a minha pergunta é um pouco diferente: qual era o critério adotado pelo senhor para o loteamento da máquina? Ou seja, por que as Diretorias... Por exemplo, uma diretoria que fura poço e sai petróleo ia para esse partido, a diretoria dos Correios ia para outro partido, a diretoria de Tecnologia ia para o partido "x". Não estou falando de nomeações para cargos, de fulano, de sicrano, estou falando de partidos. Essa é a primeira pergunta.

E que critério V. S^a adotava para dizer que este ia para aquele partido, aquele ia para aquele partido, enfim, para os partidos? Havia um critério? Rapidamente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, nobre Deputada, eu não falava em nome do Governo. Eu não coordenava...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, a pergunta é sobre os critérios. Estou dizendo

que V. S^a falava por determinação do partido ou do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu vou responder para V. Ex^a então. Eu não representava e nem coordenava as nomeações do Governo. Eu representava as indicações do PT. Portanto...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas qual era o critério adotado para o loteamento? V. S^a é que indicava?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr^a Deputada, eu não coordenava essa parte de que partido vai para cá, outro partido vai para lá. Isso não cabia a mim. Eu apresentava e lutava pelas indicações do PT.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas V. S^a indicava pessoas, então. Não partidos...

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não. Eu não indicava partidos. Eu indicava pessoas do PT para o Governo. E quando tinha conflito entre o PT e algum partido da base aliada, nós sentávamos para conversar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– V. S^a sabe qual era o critério para indicar o partido “x”? Por exemplo, eu sei que, nos Correios, o PT, por exemplo, ficava com a área técnica; o PMDB ficava com a Direção; o PTB ficava com outra parte. Enfim, V. S^a sabe quais eram os critérios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas V. S^a indicou... V. S^a conhece os Correios? Como funcionam?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço. Só estive nos Correios uma vez.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Então, V. S^a, se não conhece, não sabe como funcionam os Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Então, como é que V. S^a indicou alguém para os Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não indiquei ninguém. A única participação que tive foi da forma que expliquei aqui, que repassei a indicação de funcionários dos Correios para o Governo, que decidiu a sua nomeação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas o Sr. Eduardo Medeiros, que era Diretor de Tecnologia, disse que V. S^a o indicou. Ele disse a mim aqui, diante de uma pergunta minha.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu informei aqui, agora, a V. Ex^a também, de que maneira participei. Recebi

a indicação do Sr. Eduardo Medeiros de um grupo de funcionários dos Correios, e repassei ao Governo essa indicação, que decidiu, por sua vez, nomeá-lo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Quer dizer, V. S^a não conhece, mas indica. Está bom.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conhecia bem antes, Deputada. Só vim a conhecer dois meses depois.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– E o que o PT espera dos cargos que indica?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, esperamos que cumpram o programa de governo do Presidente eleito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– É isso que esperam?

O SR. SILVIO PEREIRA – É isso que eu espero, pelo menos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– O PT espera isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro. O PT espera isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas nem conhece os Correios direito, e manda um para lá, outro para cá.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. A indicação, nós esperamos que todas as pessoas que estão dentro do Governo, independente que sejam filiadas ou não ao PT, independente por quem quer que sejam indicadas, elas estão ali para poder cumprir um programa de governo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Agora, Sr. Silvio Pereira, nos primeiros dez meses do Governo Lula, em outubro de 2003, veio a público, em uma revista que não é uma revista política, mas uma revista econômica, com a capa “Farra Petista”, que é a conjuntura econômica da Fundação Getúlio Vargas. A matéria desenhava a distribuição dos cargos com a finalidade de levantar dinheiro para o PT. É o que está dito aqui. Há uma afirmativa do Sr. Delúbio Soares de que isso aumentaria as contribuições partidárias. Pelo visto, não foi o suficiente, porque o Partido teve que recorrer a vários empréstimos. Então, eu pergunto: como isso tudo funcionava? Como era seu dia-a-dia no Partido, sua rotina? Porque V. S^a era Secretário-Geral, não é?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso responder agora?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Rapidamente, só uma visão geral.

O SR. SILVIO PEREIRA – É que são tantas coisas! Mas tudo bem.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eu tenho tempo. E sou cumpridora do tempo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Vou tentar sintetizar. Minha sempre dedicação, Deputada, foi com a organização do PT. Então, por exemplo, ajudei a elaborar o Estatuto do PT, a elaborar a carteirinha de filiado,...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim. Mas, depois disso? O dia-a-dia, a rotina?

O SR. SILVIO PEREIRA – Então, eu fui para Secretário... Essa foi minha rotina. Fui Secretário-Geral do PT somente a partir de maio ou junho, quando o Deputado Jorge Bittar saiu. E quando eu assumi como Secretário...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Maio ou junho de...

O SR. SILVIO PEREIRA – De 2004. E quando eu assumi como Secretário-Geral, já estava coordenando as eleições municipais, que é o GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral do PT. Então, em 2004, eu fiquei somente no GTE. Já agora, 2005, eu estaria participando da coordenação da eleição direta do PT, porque tenho bastante conhecimento nisso, ajudei a montar esse processo de eleição direta no PT. Mas não pude em função...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Perfeito. O senhor cuidava, então, também... Isso aqui está claro, que o senhor coordenava as nomeações. Agora, qual a função do Sr. Marcelo Sereno? Lá, no Rio, ele cuidava também de indicações para... São 19.202 cargos de indicação direta, sem concurso. No Rio de Janeiro era o Sr. Marcelo Sereno quem fazia esse papel, que o senhor disse que fazia no Brasil inteiro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço o papel do Marcelo lá no Rio de Janeiro, conheço o Marcelo em duas ocasiões.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– A pergunta é se ele fazia indicações...

O SR. SILVIO PEREIRA – No Rio de Janeiro eu não o conhecia, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não conhece.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Pois bem. Agora, só para dizer, está dito aqui nesta revista **Conjuntura Econômica**... Isso me marcou muito, porque o editor dessa revista era o economista Roberto Fendt, e por conta dele ter escrito esta matéria, ele era o editor-chefe, foi feita uma gestão para tirá-lo; e ele foi tirado de lá; um grande economista. Foi a primeira vez que se tentou garrotear a imprensa. Depois, tentou-se quebrar a espinha dorsal do Judiciário, tentou-se atacar as instituições; a quebra das instituições pela partidização do Governo.

Agora, por fim, pergunto: o senhor sabe qual a distinção entre Governo e Estado?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tenho uma breve noção sobre Governo e Estado. O Estado abrange todas as instituições e o Governo é uma instituição do Estado, no meu entendimento.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Muito obrigada.

Nada mais a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Muito obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Bem, nós chegamos ao final da lista dos titulares. Eu gostaria que todos me ajudassem a decidir. Agora, nós voltamos ao topo da lista...

O SR. (Orador não identificado) – Dos titulares, Sr. Presidente...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Não, pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Estou pedindo a colaboração...

O SR. (Orador não identificado) – Em todas as reuniões foi assim, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Terminaram todos os titulares. Agora, volta...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – V. Ex^a me permita agora, não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Goldman, eu disse que V. Ex^a seria o 24^o. Está dentro...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Eu seria o 14^o... Não vamos aceitar isso não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Geraldo Thadeu...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Não consegui entender. Gostaria que V. Ex^a me explicasse.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas V. Ex^a vai entender. Eu estou voltando ao topo da lista, normalmente, sem problemas. Aqui está a relação...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor me explique, Sr. Presidente. Primeiro, vamos reafirmar aqui o que disse a Senadora Heloísa Helena, o que disse o Senador Simon. Primeiro os titulares...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Exato. Os suplentes aguardaram...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os titulares que perderam a vez, por não estarem presentes, o senhor vai chamá-los de novo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou chamar normalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois vem os suplentes, esse é o procedimento? É para deixar bem claro. O Deputado Alberto Goldman é titular?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou explicar para V. Ex^a. Os titulares que não estavam presentes perderam a oportunidade. Agora, eu volto, dando a oportunidade a todos, suplentes e titulares, pela ordem de chegada...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, eu vejo que é uma determinação...

O SR. (Orador não identificado) – Eu não sei se eu já posso falar já.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Atenção. Gostaria de ser ouvido aqui.

Como somos suplentes, estamos aqui, como o Deputado Fraga disse, desde o início da reunião. Acho que é um desrespeito que estão fazendo com os suplentes que aqui estão. Tudo bem, os titulares têm todo o direito de serem chamados por ordem. Mas o titular que não estava presente no momento, ele fica para depois. Agora, tem que ser o suplente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É o que eu fiz, Sr. Deputado. Eu chamei o primeiro suplente inscrito, Deputado Carlos Sampaio. Não está presente, estou chamando o segundo que é o Deputado Alberto Goldman.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Silvio Pereira, eu, na minha ingenuidade, esperava um pouco mais de V. S^a. Nós até temos, pelo jeito, origens semelhantes na vida política. E, certamente, nós entramos na vida política não para fazer carreira política, mas para contribuir para este País. E eu esperava mais de V. S^a agora, especialmente quando V. S^a começou o seu depoimento dizendo que não vai, de forma nenhuma, faltar com a verdade; vai dizer apenas a verdade. V. S^a talvez tenha dito a verdade, mas não tenha dito toda a verdade. Certamente, V. S^a não disse toda a verdade. E essa omissão não

vai nos ajudar a enfrentar um problema muito grave que temos em nosso País hoje: esta degeneração do Estado brasileiro. E não se pode afirmar que ela seja permanente, que faça parte da História do Brasil, que seja da natureza deste povo, deste País; isso não é aceitável. Há momentos, sim, em que o Estado se degenerou – o período Collor foi um momento desses. Collor teve um ano e pouco de mandato efetivo, depois veio a CPI. Este Governo já tem dois anos e meio de mandato. A expectativa é de que V. S^a possa ajudar este País neste momento, já que não sei qual a perspectiva política que lhe sobra, devido a sua situação no seu partido. Mas lhe sobraria a perspectiva política perante o seu povo, de ajudá-lo a enfrentar este momento tão difícil e, quem sabe, mudar os costumes políticos neste País.

Esta degeneração a que estamos assistindo hoje, no Brasil, é absolutamente inédita. Em nenhum momento da história brasileira, pelo menos do que eu conheço de História e do período em que estive como deputado aqui – estou aqui há seis mandatos e luto na vida política desde 1970, no início da ditadura neste País –, houve nada semelhante a isto. Eu não conheci uma articulação entre interesses privados e interesses públicos da forma como acabou se construindo aqui. V. S^a, quer queira, quer não queira, passou a ser o pivô dessa grande articulação entre o setor privado e o setor público, entre aqueles que tratam a política não como interesse nacional, não como interesse público, mas tratam a política como interesse privado, como local de assalto aos interesses nacionais, aos interesses da sociedade brasileira. Então, quando o Presidente da República disse que “o PT fez, do ponto de vista eleitoral, o que é feito sistematicamente no Brasil” – sistematicamente no Brasil? Se fosse verdade, a primeira obrigação do Presidente Lula, quando assumiu, no primeiro dia, deveria ter sido mudar toda a estrutura deste País, toda a política deste País, para que isso não acontecesse mais. O Presidente afirmou: “o PT tem que explicar à sociedade os erros políticos, os erros que cometeu”. Então, quero saber: V. S^a, como o homem que conviveu por todo este tempo com o Partido, numa posição importante, quais os erros que cometeu? Porque, no momento em que o Presidente da República fez essa afirmação, na realidade, ao respaldar essa trama de dois facínoras – Delúbio Soares e Marcos Valério – envolveu-se nesse processo; Sua Excelência participa com esses dois homens, hoje, de uma explicação sobre o assalto ao Estado brasileiro, que pretende tirar do Governo e jogar apenas para grupos eventuais de parlamentares que estejam em volta desta degeneração toda a que estamos assistindo. Qual é a perspectiva do senhor? Qual a explicação

que o PT pode dar à sociedade brasileira, conforme a solicitação do Presidente Lula? Qual a explicação que V. S^a dá à sociedade brasileira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, na minha cabeça, são dois os momentos. Desde que começou essa avalanche de denúncias, de fatos, eu pedi, de imediato – e por mim teria feito já no primeiro dia –, a minha licença. O PT – o Partido dos Trabalhadores e seus filiados – é muito maior que os seus dirigentes. Nossa Bancada federal, nossa Bancada de Senadores, nossos mandatos, o PT, inclusive, a nova direção já está reunida. Eu dividiria, Sr. Deputado, em duas etapas. Neste primeiro momento, eu só tenho um caminho, que é este caminho. É pela primeira vez que estou falando de maneira pública, na medida em que a CPI está sendo também assistida em diversos canais de comunicação, tendo oportunidade para poder falar aquilo que eu sei, defender minhas idéias. E é isso que estou procurando fazer nesta CPMI.

O Partido deverá avaliar a conduta de seus dirigentes, individualmente e coletivamente. Se erro ocorrer, deverão ser punidos não só internamente, se for erro apenas interno, mas se houver também erro de natureza externa, eles deverão ser punidos da mesma forma.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas e os milhares de militantes do seu Partido, os milhões de votos que ele recebeu, na expectativa de que este País pudesse ser diferente, na expectativa de que estaria elegendo gente diferente, de que estaria colocando no poder gente diferente, gente que nada mais fez a não ser vender o País na ambição do poder, pela ambição do poder, para reprodução do poder, o poder pelo poder! Assume o poder num dia para manter-se no poder após quatro anos de Governo, e lá sabemos mais o quê! Nada mais.

Quais são as transformações feitas pelo seu Partido e por este Governo em benefício deste País? O que fez de transformações mais profundas? Teve que conciliar com a realidade brasileira, com a conjuntura, com a estrutura... Tudo muito bem, mas será que vale a pena o sacrifício de milhões de pessoas para isso?

V. S^a se coloca como um homem muito simples, muito humilde, quase uma pessoa que não tem um papel relevante... Deve ter tido um papel relevante, sim. Vou dar um exemplo simples. Quando chego ao Palácio do Planalto para lá entrar, eu me identifico, mostro a minha carteirinha de Deputado e digo ao que vou. Quando o senhor vai ou quando o senhor ia nessas reuniões do Palácio do Planalto, como é que o senhor se identificava? Como é que o senhor entrava? Pois não é qualquer cidadão que entra.

O SR. SILVIO PEREIRA – Quando eu ia sozinho entrava pela porta normal que tem lá no Planalto, quando eu estava acompanhado de algum Parlamentar, de algum Ministro, e aí eu entrava junto com eles; algumas vezes eu entrei por uma outra entrada que fica no subsolo – e acredito que é por onde entram alguns Parlamentares, não necessariamente V. Ex^a. Entrei também por um outro local acompanhado de Parlamentares.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Silvio Pereira, V. S^a entende que é válido, em nome do Partido, em nome dessa expectativa do que o Partido poderia fazer pelo País, das mudanças que se pretendiam, das mudanças de estrutura, utilizar-se de empresas privadas para fornecimento de recursos no sentido de ampliar a atuação do Partido? Porque, evidentemente, o senhor mesmo fazia as negociações do ponto de vista de seus diretórios estaduais; V. S^a provocava mudança na estrutura – acabaram de fazer uma modernização bastante aprofundada do seu Partido – e isso tudo requeria recursos. Valeu entregar o Estado brasileiro à sanha de alguns interesses privados para se chegar a isso, para se fazer isso?

Eu gostaria de ouvir um pouco de autocrítica sobre isso. Qual é o erro, afinal, que vocês cometeram? Que erros cometeram?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, nos últimos vinte ou trinta dias não tenho tido a oportunidade de acompanhar todo o desenrolar dessa crise, até porque – e vou responder à pergunta do senhor – tive que me recolher para me preparar, estudar e acompanhar. É evidente que tudo aquilo que é feito fora da lei, fora da legalidade, é um erro que deve ser punido.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Então o senhor acha que foi feito fora da lei e que tem que ser punido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tudo o que é feito fora da lei tem que ser punido de acordo com a...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas algo foi feito fora da lei?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ainda não tenho condições, Sr. Deputado, de afirmar ao senhor, porque estamos em processo de investigação não só na CPI, mas no Ministério Público e o próprio Partido abriu, também, uma investigação interna. Acredito que, ao final, tudo será esclarecido e volto a afirmar uma frase dita por mim anteriormente, quando pedi licença ao Partido: Espero que, ao final, independente de quem quer que seja, de qual partido seja, independente de ter ou não filiação partidária, quem for culpado deve ser punido, e quem for inocente deve ser absolvido, doa a quem doer.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP). – Os seus companheiros de direção, os seus companheiros de Partido têm esta concepção de um partido a serviço do País, ou têm a concepção de um partido acima de tudo, um partido como um instrumento de busca de poder? Como é que o senhor vê os seus companheiros?

O SR. SILVIO PEREIRA – O que eu aprendi no PT...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP). – Eu não estou dizendo a militância simples, humilde, aquele aderente, aquele que vai às ruas de bandeira – pelo menos ia às ruas de bandeira. Estou dizendo as suas direções, que assumem postos de poder, tem essas concepções também?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, tudo que sei em termos de política, eu aprendi no PT, ali foi a minha escola, exceto os dois ou três anos que fui dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Comecei minha militância muito jovem; com 16 anos, eu ingressei no Partido Comunista. Vários companheiros, que hoje não estão mais com a gente, o velho Lino, metalúrgico de Osasco, o Cleiton, foram velhos companheiros meus, e aprendi muito com eles. Um outro já não está mais aqui, que é o Jorge Batista, uma pessoa do PT. O que aprendi no PT não é muito diferente do que aprendi na minha vida: os valores da ética, da honestidade, dos princípios. Acho que esse é um patrimônio...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor acha que esses valores da ética passaram a ser o norte do PT, o norte deste Governo, esses valores da ética que o senhor aprendeu com esses metalúrgicos que hoje devem estar revirando no túmulo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não acho que devam estar revirando no túmulo, pelo menos no que diz respeito à minha participação. Mas acredito que o que aprendi no PT são esses valores, esses valores, Deputado; com certeza, são os valores de milhares de petistas. Repito aqui, Sr. Deputado, com muita tranquilidade: nós, da esquerda, aprendemos que a autocrítica é um elemento importante para que possamos aprender e não repetir erros. O PT está num processo de debate interno. Nós vamos ter um processo eleitoral e, infelizmente, não estou podendo participar desse processo. Vamos ver, ao final de tudo isso, de que maneira vou poder participar. Acredito que os filiados do PT e a nova direção do Partido, que tem um compromisso com a opinião pública, esse deve ser o compromisso desta direção que assume. Tudo que for feito deve ser informado à opinião pública. As coisas estão acontecendo numa velocidade muito rápida. Isso não só é um dever, é uma obrigação. Recebi várias cartas... Só um minutinho, 30 segundos, eu concluo. Recebi várias

cartas de filiados, e às vezes machuca a gente o que é dito numa carta, num *e-mail* de filiado. Mas eles têm razão. Têm razão de cobrar, têm razão de criticar e têm razão de pedir esclarecimentos. Nós, que fomos da direção anterior, devemos sim e vamos explicar a toda a opinião pública. Neste exato momento, estou aqui me preparando para ...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor não desconfiava de nada do que estava acontecendo? Das operações financeiras, dos acordos com empresas privadas, o aporte de recursos que vinha lá de cima, vinha das empresas estatais, os acordos feitos com os partidos da base ou com o próprio PT, essa movimentação financeira, o senhor não tinha nenhum conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, realmente eu não tinha. Em primeiro lugar...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Tudo bem. O presidente anterior do Partido, que foi o grande organizador do Partido, um dos homens que levou o PT à vitória, à Presidência da República, o José Dirceu, o senhor acha que José Dirceu não tinha conhecimento de nada disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se eu não tinha... Não sei por que ele deveria ter. Realmente não sei, Deputado.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Uma única pessoa sabia dessa movimentação toda, era uma única pessoa, numa direção colegiada, historicamente colegiada... Os partidos de esquerda principalmente não têm essas individualidades, esses ramos estanques; as decisões são sempre colegiadas. Já participei de tantas!

O SR. SILVIO PEREIRA – O nosso aprendizado vem do mesmo, onde as decisões são coletivas e as responsabilidades, individuais. Não estou afirmando aqui...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – A decisão é coletiva?

O SR. SILVIO PEREIRA – Decisões coletivas e responsabilidades individuais.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Se as decisões são coletivas, como é que o dinheiro vinha se não fosse por uma decisão coletiva?

O SR. SILVIO PEREIRA – Decisões coletivas, Sr. Deputado, por exemplo, nós vamos fazer alianças eleitorais, vamos definir um conjunto de programas...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas não existe uma aliança eleitoral feita, é impossível ser feita uma aliança sem que ela reproduza custos. Custos legais, legítimos. Então, se ela reproduz custos, a decisão é coletiva também em relação aos custos.

Como é possível admitir que essa decisão não fosse coletiva nos custos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Vou informar, Sr. Deputado. Eu não posso afirmar, Sr. Deputado, que apenas o Secretário de Finanças tinha conhecimento. O que eu posso afirmar diz respeito a mim. Eu não posso falar em nome dos outros. E aquilo que aconteceu na instância partidária, nas reuniões da Comissão Executiva Nacional, da qual eu fazia a ata, da qual eu organizava a pauta, depois de submeter aos membros da Executiva. E sou responsável pela ata, que são atas, na verdade, gravadas. Em nenhum momento, Sr. Deputado, nas reuniões que participei se discutiu ali com quem ia contrair empréstimo, de que forma que seria e que valores seriam. Foi dessa maneira. O conhecimento que eu tinha limitava-se em saber que o Secretário de Finanças estava tentando obter esses recursos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP)– Silvio, os fins justificam os meios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não justificam.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O que o senhor acha desta frase dita pelo Presidente Lula? “A desgraça da mentira é que quando você faz a primeira, você continua mentindo para justificar essa mesma mentira que você falou.”

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu acho uma boa frase, Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Uma boa frase. Correta?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu acho correta.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Não está se aplicando a você?

O SR. SILVIO PEREIRA – Aplica-se a mim.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, Sr. Silvio Pereira, de fato, nós temos de fazer escolhas nos 15 minutos que nos tocam para usar a palavra. E eu fiz a minha escolha. Como eu ouvi atentamente, Presidente, desde o início da manhã, um conjunto de avaliações sobre a política, os governos, uma dura e forte crítica ao meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e ao atual Governo, quero aqui aceitar o debate político, começando por dizer, Presidente, que nós temos uma noção clara de que cometemos erros. Aliás, não só agora. A nossa vida é uma vida de erros e acertos. A nossa vida partidária, inclusive. Seguramente, de muito mais acertos do que erros, senão não

teríamos chegado ao grau de credibilidade a que chegamos na sociedade, que nos confiou a Presidência da República. Estamos e vamos continuar honrando a confiança dessa sociedade.

Mas a questão é que os nossos adversários, alguns, Sr. Relator, são adeptos da tese que eu chamo de “a condenação total”, ou seja: se há um problema ou se existem dois problemas, no afã político de tirar proveito político da situação – alguns de forma mais educada e sofisticada, outros de maneira mais agressiva –, propõe-se o que eu chamo “a condenação total”. Eu quero dizer, como todos nós do PT vamos dizer: há uma ilegalidade, sim, que foi cometida ao ser constituído um caixa dois de campanha, ou seja, recursos não registrados de campanha. E nós devemos aprofundar muito a investigação sobre isso. Devemos querer saber para onde foram esses recursos, de onde vieram. Quero ajudar esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a fazer essa investigação.

No entanto, eu fico me perguntando, Presidente, não para tergiversar ou desviar as atenções, mas, às vezes me parece que algumas falas são marcadas pelo cinismo. Será que todas as campanhas feitas ao longo da história recente deste País, por todos os demais partidos, foram todas campanhas plenamente respaldadas pela legalidade institucional do que são as regras hoje do financiamento de campanhas no Brasil? Ou será que, infelizmente, muitos problemas ocorreram, e esses problemas chegaram inclusive ao meu Partido, para o meu desgosto?

Então, vamos enfrentar de forma mais corajosa esse tema, menos cínica, menos hipócrita. Vamos, sim, entrar na discussão da necessária reforma política, para que tenhamos muito mais do que o financiamento público, o que eu prefiro chamar o financiamento pessoal. Ou seja, se um procurador da República, um juiz, ou qualquer outra pessoa que ocupa uma função pública importante, precisam ser financiados por toda a população, para que tenham absoluta isenção na sua tomada de decisões, será que isso não é importantíssimo também para a política? Que um governador, um presidente da República, um deputado federal, um senador cheguem a esta Casa com absoluta impessoalidade em relação às fontes que financiaram a campanha, que deve ser obrigatoriamente barateada. Nós temos de colocar na lei critérios que limitem os tipos de gasto de campanha. As campanhas têm de ser mais baratas, obrigatoriamente.

Mas quero ir mais adiante, Presidente. Aqui se desenvolveu longamente a tese do chamado “aparelhamento do Estado brasileiro pelo Partido dos Trabalhadores”. Quero debater esse tema, quero dizer que eu sou defensor de que haja uma diminuição nos car-

gos em comissão de livre provimento. Acho que será melhor para o Estado brasileiro se tivermos mais funções de carreira e menos funções de livre provimento. Mas é evidente que uma parte das funções sempre será de livre provimento, porque não podemos fraudar a democracia.

Por exemplo, quando o povo escolhe o Presidente Lula e não escolhe o José Serra, o Ministro de Minas e Energia não será Rodolpho Tourinho, que defendia a privatização do setor elétrico do País, mas Dilma Rousseff, porque ela não defende a privatização do setor elétrico e defende a reestruturação do papel do setor público dentro do sistema de gestão pública brasileira. Isso significa respeitar o cidadão eleitor.

Tenho um dado que me impressiona, porque ouço os Deputados do PSDB e do PFL falarem do aparelhamento do Estado. Quero dizer que até podemos ter cometido erro, e cometemos, na minha opinião pessoal, o de não ter, imediatamente, diminuído o número de cargos em comissão quando assumimos a Presidência. Mas herdamos um Estado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que tinha, ao final do Governo que nos antecedeu, 18.374 cargos em comissão. Todos eles foram nomeados pelos Governos do PSDB, do PFL, do PMDB, que participava deste Governo, mas será que o tema é dois pesos e duas medidas? Porque o meu critério é o seguinte, e é o que todos nós defendemos: se eu vou, como acabei de falar, escolher, como o Presidente Lula escolheu, alguém para ser Ministra de Minas e Energia, quero que essa pessoa seja absolutamente competente. Segundo, que essa pessoa tenha conduta absolutamente ilibada. Terceiro, que essa pessoa tenha compromisso com o programa político que venceu as eleições. Fora disso, eu estaria fraudando a democracia.

Foi isso que nós fizemos e eu pergunto: como foram escolhidos os 18.374 cargos em comissão quando o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso e compunham a base de sustentação do Governo o PSDB, o PFL, uma parte do PMDB, o PP e o PTB? Como eram escolhidos? Alguém lembra de um concurso público para definir quem seria o diretor de administração dos Correios? Ou, quem sabe, para definir quem seria o diretor financeiro da Petrobras? Ou será que lembramos que as indicações foram feitas levando-se em conta três critérios: o da competência, o da identidade político-programática e o da honradez. E os Governos podem errar.

Tenho absoluta convicção de que o nosso Governo errou em alguns momentos, nomeou pessoas que não deveriam ter sido nomeadas, porque não mereciam nossa confiança.

Vou dar um exemplo: quando se estourou a “Operação Vampiro”, que era um esquema de corrupção no Ministério da Saúde que perdurou por 10 anos, com venda superfaturada de hemoderivados, perto de 12 pessoas, se não me engano, foram para a cadeia. Uma delas havia sido nomeada pelo nosso Governo e era um companheiro que nós tínhamos como sendo de confiança. E ele resolveu se corromper. É evidente que não somos perfeitos. É evidente que alguns dos nossos, que são da confiança política, da qualidade técnica, podem trocar de lado e decidir optar pelo caminho da corrupção.

Ouçó falar do tema que os políticos apadrinham as nomeações e assim por diante. Ora, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, precisamos garantir nomeações de qualidade, de gente honrada, comprometida com o projeto de Nação, mas, evidentemente, são pessoas que têm, insisto, identidade com o programa que venceu as eleições.

Vou dar um outro exemplo: fui Secretário de Saúde e quero falar aqui, então, da minha experiência pessoal. Quando fui escolher o diretor do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre, procurei alguém que conhecesse muito bem a gestão hospitalar, alguém que fosse absolutamente honrado e ético – na minha avaliação – e alguém em quem eu tivesse confiança para exercer ali a política que eu entendia a mais adequada de gestão pública do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre. Isso é um crime? Isso é contra o interesse público? Isso é um aparelhamento do Estado brasileiro? Não. Na minha opinião, não. Se alguém foi nomeado para alguma função sem condições técnicas de exercê-la, isso é um erro grave, merece ser criticado e merece ser alterado. O que eu não posso concordar é com uma tese de que, quando um Governo popular e de esquerda chega à Presidência do País, aí a escolha de diretores de estatais etc. passa a ser aparelho do Estado. Mas quando os governos conservadores se sucedem, aí, a nomeação caiu do céu, porque eu não sei até agora... Poderíamos estar ouvindo a pessoa que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em nome do PSDB, ocupou as funções que Silvio Pereira ocupou, auscultando as diferentes demandas que haviam, de diferentes setores, indicando pessoas qualificadas para determinadas funções a fim de ajudar o Estado brasileiro. Eu, por exemplo, se estou aqui Deputado, estou para me dedicar à causa pública. Mas algumas pessoas entendem, lá na rua, que ser Deputado é um motivo de demérito. Lembro-me de que, quando eu me apresentava, antigamente, como médico, que é a minha profissão, sinceramente, o olhar das pessoas para mim era mais positivo do que hoje, quando me apresento como Deputado. Isso é uma distorção.

Precisamos mudar essas coisas. Agora, para mudar isso, não dá para alimentar um discurso simplificado, absolutamente hipócrita, que diz que o Estado brasileiro está se degenerando nesse momento, porque o partido popular, o PT, que é um Partido de raiz popular, que ganhou as eleições, não teria quadros para nomear e só quer aparelhar.

Quero falar de outra pessoa: um petroleiro, que foi Senador da República e que dirigiu até anteontem a Petrobras, José Eduardo Dutra, com grande competência, com resultados positivos. Isso é aparelhamento, ou isso é gestão de acordo com o programa que venceu as eleições?

Ouço outro tema. Mas a Casa Civil nomeava? Como era a função institucional da Casa Civil? É definir, em última instância, as nomeações que são feitas em qualquer Governo de acordo com os três critérios que acabei de citar.

Então, vamos todos juntos trabalhar, na minha opinião, pela diminuição dos cargos de confiança no Brasil, em todas as prefeituras, Governos de Estado e também no Governo nacional. Vamos garantir a estrutura mínima que dê a direção programática para quem democraticamente venceu as eleições e vamos diminuir o exagero de cargos em comissão que existem no Brasil. Mas não vamos fazer a hipocrisia de dizer que o problema é o atual Governo e que, sim, antes deste Governo, todas as nomeações eram absolutamente por critérios irrefutáveis. Volto a perguntar: houve algum concurso público para essas nomeações durante o Governo anterior? Não, não houve. Em nenhum deles.

Quero, Sr. Presidente, ao encerrar os três minutos que me restam, dialogar com os milhões de simpatizantes do Governo Lula, do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores. Quero dizer a eles que o erro da parte não condena o todo. A dificuldade que nós estamos vivendo nesse momento não apaga a nossa história; não apaga aquilo que o nosso Partido e o Presidente Lula já fizeram por este País. Alguns têm essa vontade incontida: gostariam de aproveitar este momento para quebrar com a credibilidade do Partido dos Trabalhadores. Se possível, inclusive, para quebrar com a credibilidade do Presidente Lula. Agora, as pessoas estão acompanhando e estão vendo: nós queremos investigar e estamos muito bem conduzidos pela Presidência e pela relatoria em todas as situações, com a maior profundidade possível, com a maior seriedade e serenidade possíveis, sem absolutamente romper um milímetro com o republicanismo necessário para uma investigação como essa. E essa investigação vai nos levar a dois grandes objetivos: o primeiro, punir exemplarmente todos aqueles contra quem se constituam provas efetivas do seu envolvimento com atos ilícitos,

e, de outro lado, devolver a inocência a todos aqueles que estão sendo injustamente atacados, num ambiente de denunciismo.

Vou dizer um exemplo do último final de semana: o Líder do PFL na Câmara lançou, irresponsavelmente, uma lista de cruzamento apressado, na ânsia de comprometer pessoas, para todos os veículos de comunicação. Isso tudo foi ao ar e foi debatido no Brasil inteiro. Horas depois, ficamos sabendo que ele havia esquecido de colocar o seu próprio nome na lista, porque os seus assessores também tinham ido no mesmo *shopping*, onde há uma agência do Banco Rural em que foram feitos saques absolutamente inaceitáveis.

É evidente, para nós, que o Sr. Marcos Valério é um lobista sofisticado que transitou por diversos governos e que os saques monstruosos que ele fez, em dinheiro vivo, não podem ter justificativa nos seus negócios, na minha opinião. Agora, vamos conduzir o momento político deste País sem acusações fáceis, no ambiente do denunciismo e, especialmente, sem dirigir essas acusações, unilateralmente, para um único Partido, como se nós não estivéssemos aqui debatendo temas que preocupam esta Nação há décadas e que eu quero ajudar, com todos os meus colegas Deputados, a modificar num futuro próximo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e convido o Deputado Murilo Zauith para as suas perguntas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Silvio Pereira, o senhor se lembra...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto. Deixe eu esclarecer: os Deputados e Senadores têm o direito de fazer perguntas ou de fazer pronunciamentos durante os quinze minutos. Isso ficou a critério. V. Ex^a fez pronunciamento e fez perguntas, e ele preferiu o pronunciamento. Então, é uma norma aqui da CPMI dos Correios.

Asseguro a palavra ao Deputado Murilo Zauith para perguntas ou para pronunciamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É certo, mas é engraçado, não é?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadoras, Senadores, Sr. Silvio Pereira, o senhor lembra bem das primeiras palavras que o senhor disse aqui, nesta Comissão, quando o senhor chegou? Quais foram as primeiras palavras que o senhor disse aqui?

O SR. SILVIO PEREIRA – Bom dia.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O que mais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Vim prestar esclarecimento a esta CPML.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O que mais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Vim aqui falar a verdade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Por que o senhor falou que ia dizer a verdade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Porque isso é da minha conduta, na minha vida.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Certeza disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Absoluta.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não está parecendo, aqui nesta Comissão. O senhor está omitindo, não quer responder, está fugindo. Não é isso o que o senhor está passando para esta Comissão, então não haveria necessidade nenhuma de falar que ia dizer a verdade. O senhor vem aqui protegido por uma liminar e poderia simplesmente responder como está fazendo. Eu acho que não haveria necessidade nenhuma de o senhor ter feito isso.

O senhor conta a sua história no PT, que é fundador do PT, que tem 25 anos de história junto com o PT, que teve uma ascensão no Partido e chegou a Secretário-Geral. A que grupo o senhor pertencia e o que fez com que tivesse ascensão? O senhor passa a idéia de que isso é só competência sua, ou o senhor pertence a um grupo político, dentro do Partido, que teve essa condição de fazer com que o senhor tivesse essa subida de degraus dentro do Partido e chegasse a Secretário-Geral?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tem dois momentos: sou fundador do PT e também sou fundador da corrente política majoritária do PT, que, na época, chamava-se articulação, chamava-se corrente de articulação. Provavelmente, na eleição do Presidente Lula, na segunda eleição, por ocasião de 94, eu e outros companheiros do PT lançamos um manifesto, na época, que criou uma dissidência na atual corrente majoritária do PT, que se chamava: A Hora da Verdade. Esse manifesto foi justamente criticando que a direção do Partido tinha se afastado das bases, que a direção do Partido era só de parlamentares e de personalidades, e que era necessário ouvir melhor as bases.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem.

O SR. SILVIO PEREIRA – O senhor perguntou da minha trajetória.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu sei, mas...

O SR. SILVIO PEREIRA – E da corrente política. É que tem dois momentos, não é?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Precisamos ser mais rápidos por causa do tempo. Eu penso que o senhor está omitindo um nome importante na história do senhor.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu ia concluir, Deputado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então diga o nome dessa pessoa a que o senhor deve essa ascensão toda.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não devo a nenhuma pessoa, Sr. Deputado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não deve a nenhuma?

O SR. SILVIO PEREIRA – A nenhuma pessoa, eu devo a ...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor não está cometendo uma ingratidão com ninguém?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com ninguém, Sr. Deputado. Eu devo, graças a Deus ao meu trabalho, à corrente política da qual faço parte. Tenho 25 anos de história no PT e quem me conhece no PT sabe exatamente quem eu sou e o que fiz.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quer dizer que o senhor não tem relação nesse campo majoritário, sempre teve o apoio de um líder maior pensante, Deputado José Dirceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Essa é uma boa oportunidade que o senhor me dá. Tenho conhecimento do Ministro José Dirceu desde a fundação do PT, em alguns momentos eu o apoiei e em alguns momentos eu não o apoiei. Exemplo, na penúltima eleição para Deputado Federal eu não fiz a campanha do então candidato José Dirceu; mais ainda, nem todas as chapas que ele concorreu no PT eu concorri junto. Já fui oposição também interna dentro do PT. Essa história talvez, se eu tivesse tempo aqui eu pudesse esclarecer, mas como o nosso tempo é curto não é possível. Mas, é uma honra poder ter conhecido o Deputado José Dirceu e muito me orgulho da relação que eu tenho com ele.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então eu penso que é uma ingratidão e estou vendo muitas ingratidões com essa serenidade do senhor ao falar na Comissão, mostrando que é uma pessoa séria. O PT também foi ingrato com o senhor agora. Porque o senhor se afastou da secretaria-geral; o senhor vem aqui com a maior tranquilidade e não tem nada, não está relacionado com nada, cumpriu suas funções e, de repente, o Partido tira toda a diretoria executiva. É uma ingratidão grande que o Partido está fazendo com o senhor.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, eu sou do jeito que eu sou e sempre fui assim. Quem aqui nesta CPI – e tem vários aqui que me conhecem e poderão ser testemunha disso –, como já vi aqui alguns profissionais da imprensa que também me conhecem e sabem que eu sempre fui desse jeito. Eu sou assim. Não se trata de ingratidão ou não. Eu acho que o PT, e continuo achando isso, os filiados do PT têm o direito de exigir apurações. Eu pedi licença porque não queria criar nenhum constrangimento ao meu Partido e pedi também apuração da Comissão de Ética. Da mesma maneira que estou sendo aqui investigado, gostaria que o meu Partido também me investigasse, todas as denúncias que cabem a mim. Ao final desse processo, vamos saber quem está falando a verdade, quem está falando mentira e quem está caluniando.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor já disse aqui, em declarações também, que o senhor cuidava das nomeações dos cargos, tanto do PT, que tinha uma lista da base aliada, exercia tráfico de influência, e o Delúbio cuidava dos recursos, porque parece que para sustentar toda essa máquina que apóia o Governo, o Governo precisava atender com nomeações e recursos, tanto que está aí exposto todo o Partido, devendo milhões e milhões de reais num caixa dois. Tudo isso, o senhor e o Delúbio, cada um cuidava desses setores e os superiores dos senhores não sabiam de nada, nada, nada; quer dizer, os senhores faziam tudo isso por amor ao Partido: “não vamos preocupar o José Dirceu, não vamos preocupar o Presidente Lula. Deixa que nós vamos administrar isso. Queremos que o Governo tenha uma maioria no Congresso Nacional.” Isso é da cabeça de vocês?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, se o senhor quiser que eu minta, eu minto; mas eu não vou mentir. Quero repetir novamente: em primeiro lugar, nunca fiz tráfico de influência e nenhum outro tipo de tráfico. Segundo, eu coordenei as indicações do PT. Terceiro, o PT tem uma direção, a gente não tem uma subordinação ao Governo. Com nenhuma dessas coisas, o Governo não tem nada a ver, com eventuais erros que nós da direção do PT cometemos. Se os cometemos, vamos responder internamente, dentro do Partido; se cometemos erros, também vamos responder por eles perante a Justiça.

Eu acho que o fato de o Ministro José Dirceu e de outros Ministros... Temos, na direção do PT, diversos ministros e nas reuniões do Diretório Nacional eles participam. É evidente que o José Dirceu, como o Presidente Lula e outros têm forte influência política no PT, isso é fato e é notório, mas não há esse vínculo cotidiano e de subordinação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas esse vínculo, no momento em que o Partido, os senhores, participando da Executiva do Partido, exercem funções de Governo, nomeações, indicações, reuniões, levantamento de recursos para bancar tudo isso, é impossível que isso não tenha ligação alguma com seus superiores. Os senhores não podem assumir isso – essa responsabilidade – sozinhos. Lógico que não pode. E o Brasil inteiro sabe disso. É por isso que eu disse que não tinha necessidade de o senhor dizer as palavras que disse no início. Poderia vir aqui e começar contando a sua história sem ter tentado prestar... “vou dizer a verdade.” Para quê isso?

Então, vamos conversar. Está bom, o senhor quer dizer que ninguém sabia, tudo bem. Vou aceitar que ninguém sabia, não tem outra forma de fazer com que o senhor conte essa história, porque é impossível que o Silvio Pereira e o que mexia com as finanças não passavam nada para os seus superiores.

O senhor disse que a imprensa mostra que tem três estados onde o PT passou recursos oficialmente durante a campanha de 2002 e 2004. Nesse caixa dois, o senhor disse que cuidava de alguns Estados na campanha de 2002. O senhor ajudou de que forma esses Estados? O senhor disse que participou do Centro-Oeste, do Norte, levou recursos de caixa dois? Como foi isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca levei recursos nem de caixa dois nem de caixa um. O que eu participava nesses Estados era de planejamento eleitoral. Provavelmente, Sr. Deputado, eu devo ter participado e dado curso provavelmente por volta de uns quatro mil militantes do PT ao longo de 2003, por volta de quatro mil militantes do PT. Ajudei a dar cursos de planejamento eleitoral, ajudei a dar curso de organização eleitoral; organizei no PT um projeto do qual muito me orgulhei que hoje não foi possível continuar, um projeto de implementação das microrregiões no interior do País; temos aqui Líderes do PT que sabem disso. Minha função, em 2002, precisamente é diferente de 2004. Em 2002, precisamente, é diferente de 2004. Em 2002 eu coordenava o NAE – Núcleo de Acompanhamento dos Estados. Eu fornecia a coordenação da campanha do Presidente Lula. Devo ter participado de uma ou outra reunião que me convidavam. Eu fornecia para eles análise eleitoral dos Estados.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está bom.

Em todas as entrevistas, tenho notado uma preocupação muito grande do Sr. Gushiken, do Ministro Dirceu, Deputados do PT, sobre a pesquisa de que o Presidente vai à reeleição, de que o Presidente vai ser reeleito. É uma preocupação grande nessa reeleição

do Presidente. E o Presidente pouso de Pilatos, lava as mãos, não é com ele o que está acontecendo no País, o senhor e o Delúbio vão por o pescoço na guilhotina pela reeleição do Presidente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se o Presidente for candidato, com certeza eu o apoiarei.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor e o Delúbio vão pôr o pescoço na guilhotina, vocês vão pagar sozinhos para livrar o Governo de todo esse emaranhado de corrupção que o PT, o Diretório está envolvido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, se eu cometi algum erro na direção do Partido, a direção saberá avaliar e me punir. Se eu cometi algum erro na Justiça, a Justiça também saberá avaliar e punir. Portanto, respondo por mim. Se o Presidente Lula for candidato à reeleição, farei de corpo e alma a campanha, em quaisquer condições que eu tiver, como simples militante, como simples filiado do PT.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem. Mas vocês vão aceitar sozinhos e vão segurar sozinhos essa barra, o senhor e o Delúbio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, eu acho que os erros e a condução do Partido, o Partido responde por si. O Governo é uma coisa, o Partido é outra.

Repito, novamente: se o Presidente Lula for candidato, terei o maior orgulho de empunhar a bandeira do PT e fazer sua campanha de reeleição.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E o Presidente, como eu disse, dá uma de Pilatos, lava as mãos, continua com as suas bravatas, continua mentindo. Quero passar e vou dizer por quê.

Conforme a notícia está impressa, o Presidente Lula, na última sexta-feira, em Paris, afirmou, em entrevista coletiva, que somente trataria de assuntos políticos quando retornasse ao Brasil, disse isso à imprensa brasileira, que estava lá toda esperando por ele para o encontro com Chirac. Duas horas antes, ele tinha dado uma entrevista, que foi mostrada no Fantástico, domingo, a uma jornalista chamada Melissa Monteiro, na qual falou à vontade sobre política brasileira e negou isso para toda a imprensa nacional brasileira. Para os maiores jornais do mundo, ele não quis falar, mas falou com ela sobre isso. E falou a uma jornalista que é uma *freelance*, não representava nenhum órgão de comunicação. E não foi dito, durante a entrevista dele com essa *freelance* jornalista, nenhuma vez foi mencionada a palavra França. Só se falou sobre a política e a crise que o Governo está vivendo.

Não falou um momento sobre o que ele conversou com Chirac. Não falou um momento sobre se a França ia apoiar o Brasil na cadeira da ONU. Não fa-

lou nada. Só falou sobre política interna. Por isso que é difícil acreditar nos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer um tributo a V. Ex^a pela condução dos trabalhos. V. Ex^a tem sido uma pessoa que tem mostrado muita firmeza, evitado qualquer tipo de excesso e acho que merece aqui, de todos nós, os nossos aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aos colegas parlamentares e ao Silvio Pereira, companheiro do Partido dos Trabalhadores, quero dizer dessa maneira porque é muito duro para nós, para mim e para você, ficarmos aqui desempenhando esses papéis. Eu aqui nessa qualidade de juiz e você na qualidade aqui de uma pessoa para prestar esclarecimento.

Jamais íamos imaginar que a nossa história nesses 25 anos chegasse a esse tipo de momento. Espero aqui, Silvio, poder dizer tudo aquilo que já ouvi, de bom e ruim, sobre a minha pessoa nesta CPI. O que quero, e tenho dito em todos os lugares, é que seja virada essa página da história do partido, principalmente por ser uma das páginas mais difíceis que nós estamos passando nesse momento.

É claro que a sua vinda aqui ou de qualquer outra pessoa do PT tem que ser para ajudar a esclarecer, para que seja posto à sociedade brasileira tudo aquilo que todos nós queremos, que é a elucidação dos fatos.

Você começou falando da sua história, como operário, se não me engano, de Osasco, militante das comunidades eclesiais de base, dos direitos humanos, fundador do PT e ativista pela redemocratização do País. Nessa história, que foi de sonhos, de ideais, pela sociedade igualitária, pela reforma agrária, pela soberania do Brasil e tantos outros sonhos, desejos e ilusões que nós tínhamos há 25 anos. As experiências da trajetória da vida do nosso partido, o PT, nos colocou a muitas provas – muitos tipos de provas. Muitas experiências nos foram imputadas e agora estamos vivendo um duro aprendizado, que espero, como dizia a minha velha mãe, que nós levemos para o túmulo a melhor das experiências, tendo virado essa página de uma vez por todas.

Não quero aqui entrar no debate que a gente ouviu tanto de que o PT perdeu a sua inocência ao formar um caixa dois para fundos de campanha. Vi

aqui dizer que todos os partidos fazem esse tipo de atitude. Vi dizer que todos os parlamentares, que todas as pessoas que se elegem no Brasil passam por esse tipo de experiência. É querer dizer que o Brasil, no meu entendimento, tem que ser extinto. Não quero entrar nesse debate. Jamais vou entrar nesse debate. Não me interessa saber quem é que fez ou quem deixa de fazer. Interessa-me saber que foi imputado ao PT que fez essa prática e que o nosso ex-tesoureiro Delúbio assumiu, de público, que fez essa prática do caixa dois.

Quero aqui separar em dois momentos, o que diz respeito ao Silvio Pereira e o que diz respeito a Delúbio, que amanhã estará aqui. Tudo que diz respeito a recursos financeiros, que já lhe foi perguntado inclusive – você já disse que reporta à Delúbio Soares. Então, deixemos o assunto de finanças para Delúbio Soares.

Quanto à sua competência na Executiva do PT, quanto àquilo que você recebeu como missão, como tarefa de indicar nomes, de sugestão de nomes do Partido dos Trabalhadores para funções no Governo Federal, a pergunta que se faz aqui, Silvio, é se houve, em algum momento, de sua parte, uso abusivo da sua autoridade, da sua coordenadoria, quanto ao uso de tráfico de influência ao indicar qualquer pessoa, pode ser o vigia de um prédio ao mais alto grau de escalão do Governo. Houve em algum momento da sua parte a tentação de fazer uso de influência?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não fiz e jamais farei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Silvio, foi feita mais uma pergunta para você, inclusive na imprensa: se houve em algum momento, Silvio Pereira, tentado a pegar algum patrimônio para sua vida pessoal de maneira ilícita e desapropriada. Gostaria que você fosse muito sincero. Em algum momento você pegou em algum objeto ou em alguma quantidade de dinheiro para o seu bolso pessoal?

O SR. SILVIO PEREIRA – Meu companheiro Sibá, você me conhece há muito tempo, sabe como organizamos as campanhas eleitorais neste País, sabe como organizamos a campanha em toda a região da Amazônia que você representa muito bem, você sabe da nossa dificuldade, você me conhece. Falo não só para você, Sibá. Gostaria de poder ampliar essa conversa, mas o nosso tempo é curto. Quero dizer que nunca me apropriei de nada, nem do PT, nem de Governo, nem de empresa, nem de nada. O que tenho na minha vida de 30 anos de trabalho está devidamente comprovado, registrado; as ilações serão, no seu devido tempo, sanadas uma a uma. Abri todo o meu sigilo, ofereci à CPI os meus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Fique tranquilo, Siba, que vamos continuar nessa luta juntos e não há nada que desabone a minha pessoa e a nenhum filiado do PT. Os filiados do PT ainda irão se orgulhar do nosso trabalho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Silvio Pereira, fico pensando agora, com essa confissão do Delúbio, fico imaginando como a Executiva não percebia essas coisas, a Direção Executiva Nacional não percebia essas coisas, não procurou tomar providências a tempo de evitar excesso, de evitar que se chegasse a esse nível que chegou?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador Sibá, o senhor sabe como são processados os debates dentro do PT. Atrás de V. S^a está o Deputado Jorge Bittar que sabe da dificuldade que ele teve na campanha dele e sabe que nas vésperas das eleições ele não tinha nenhum centavo para colocar gasolina nos carros, para poder organizar minimamente a fiscalização; senhor sabe também que quando um candidato não está bem nas pesquisas ele tem poucos recursos e, portanto, os recursos acabam vindo nas campanhas e é uma loucura porque quanto melhor o candidato na pesquisa mais recursos tem. É evidente que debate dentro do PT ocorreram sobre prioridades eleitorais.

Eu sempre defendi, de maneira interna e publicamente no PT, quais deveriam ser as prioridades. Justamente, por esse meu discurso e por essa minha defesa que optei ir para o interior do País. Você sabe de que maneira eu participei da campanha em toda a região amazônica, como eu gosto daquela região e como ali me dediquei, no Norte, no Centro-Oeste e parte do Nordeste. Praticamente, não participei da campanha na região Sudeste, primeiro porque achava que não precisava e, segundo, porque achava que tinha uma estrutura suficiente de campanha. Fui ajudar aqueles que precisavam de ajuda e ajudei com aquilo que podia ajudar que era com as minhas idéias e minha experiência. Também, mesmo como Secretário de organização do PT, depois como Secretário-Geral, cobrava da direção do Partido, que era responsável, aporte de recursos para as campanhas no País inteiro.

Então, houve debate, ocorreram divergências internas no PT sobre o tema, mas, evidentemente, nunca tínhamos discutido essas histórias que estão vindo à tona.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perguntaria: o que você acha, porque diante de um fato como esse, de uma confissão de caixa 2 dentro do PT para campanhas eleitorais, que sugestão você faz para aproveitar esse momento de diálogo entre mim e você, que sugestão você faz de condução que o PT tem que tomar diante de uma atitude como essa? O que é possível ser feito diante de circunstâncias desse tamanho?

O SR. SILVIO PEREIRA – Companheiro Sibá, Senador Siba, o que espero desse processo... Acho que a primeira questão todo Brasil já conquistou. Muitas vezes, até companheiros meus do Partido, às vezes me criticam, o excesso, ou criticam conjunto de denúncias que às vezes a imprensa realiza, acho que nesse exato momento o Brasil já está economizando dinheiro. Uma vitória o País já obteve em função do conjunto de denúncias que fizeram. Porque é evidente que quem conhece esse Brasil, quem conhece política sabe exatamente como é feita política neste País há 500 anos. Não vamos ser hipócritas. Sabemos que há 500 anos os problemas existentes neste País, os problemas existentes também no que diz respeito ao tema corrupção. Essa vai ser uma longa luta e essa luta só vai ser vingada quando a sociedade civil puder ter uma influencia melhor, mais forte sobre todas instituições.

Meu desejo, minha expectativa é que o PT – repito aqui, Senador Sibá – o Partido tem um patrimônio histórico, esse patrimônio não é só do PT, é da democracia brasileira, não podemos jogar... Assim como tem outros partidos aqui que compõem essa história e também fazem parte desse patrimônio que o PT não é o único legado. É claro que o PT fez, ao longo do tempo, um discurso exclusivista um discurso somente no que diz respeito aos valores éticos; e quando começa a ter problemas internos é da natureza humana também, nós temos que apurar, temos que ser implacáveis. E dessa vez, Senador Sibá, vamos ter que ser mais implacáveis do que já fomos, muito mais. Primeiro, para poder adquirir a confiança interna dos seus filiados, para que possamos juntos, o Partido poder prestar os devidos esclarecimentos à opinião pública – todos.

Repito, Companheiro Sibá, se algum filiado do PT cometeu uma única irregularidade deverá pagar por isso. O que não é justo... É claro que o Partido da Oposição tem o direito de fazer as suas avaliações a respeito desse processo, mas cabe a nós, sobretudo do PT, dar os devidos esclarecimentos. Não devemos temer isso. Vai ser um processo longo, mas tenho certeza de que, ao final, além do que está acontecendo, conseguirmos a reforma política, fortalecer o sistema partidário, a democracia ganha, porque a fragilidade do sistema partidário só abre caminho para saídas autoritárias ou populistas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Silvio, você foi acusado, em vários lugares, da história do apartamento, do carro e tudo mais, você autorizou a quebra do seu sigilo bancário para esta Comissão, num gesto muito importante da sua parte. Depois, você pede afastamento da direção do PT, segundo palavras suas

mesmo, para eximir o PT e poder continuar trabalhando livremente de qualquer tipo de embaraço.

O SR. SILVIO PEREIRA – Solicitei ainda a Comissão de Ética para mim mesmo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E ainda a Comissão de Ética instalada para avaliar este caso.

Pergunto, você poderia fazer chegar às mãos do Relator a cópia da sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com o maior prazer. Além do sigilo aberto, farei questão de enviar todos os meus impostos ao Sr. Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Poderia fazer isso de próprio punho, a autorização para isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Faço isso de próprio punho para ao Sr. Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por último, Silvio, em algum momento você se sente culpado do processo que está acontecendo até este momento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não me sinto culpado.

Recentemente, o filme que fui assistir, para tentar entender, e também não entendi, chama-se: “O Processo”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pela colaboração. Não esgotou o seu tempo.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, confesso que estou muito decepcionado. Primeiro, porque sempre ouvi nesta Casa o poder que sempre detinha o Sr. Silvio Pereira, e que ele está sendo muito modesto nas declarações ao dizer que não conseguia nomear ninguém. Modesto porque o seu Partido mostra preocupação quando contrata uma das melhores bancas de advogados de São Paulo, conforme estou vendo aqui o profissional Sr. Arnaldo Malheiros, conhecido, de renome. Isso mostra a preocupação do Partido dos Trabalhadores.

Confesso, Sr. Silvio Pereira, que quando o ouvi dizer quealaria a verdade imaginei que viessem coisas importantes a serem denunciadas. Mas é óbvio, e aqui não funciona, na verdade, como um tribunal de inquirição nem de exceção, que o senhor vai responder o que bem quiser.

Mas só para que não passe em branco, e que alguém, porventura, saia daqui achando que o Sr. Silvio foi lá, depôs e que saiu de uma maneira brilhante, evidentemente que não vou fazer perguntas idênticas ou do mesmo teor do nobre Senador – evidentemente que não.

Mas uma coisa me chama a atenção. Primeiro, eu queria, se fosse possível, que o senhor me explicasse, conforme declarações de um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que diz que causa estranheza o seu salário e o do Delúbio Soares, que foram, vamos dizer assim, afastados. E V. Ex^a pediu o afastamento e quero dizer que foi uma atitude correta, ao contrário de outros que ficaram travados lá e parece que empurrados, não estavam sentindo que estavam prejudicando todo o Partido dos Trabalhadores.

Mas o Deputado Ivan Valente diz aqui que o seu salário gira em torno de R\$11 mil a R\$12 mil. Mas o que nos chama a atenção, já que o senhor disse que não vai falar sobre salários, sobre bens, sobre nada, é que esses salários é maior do que o Presidente José Genoino. O senhor tem uma explicação para isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho nenhuma.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas o salário é de R\$11 mil a R\$12 mil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei confirmar. Amanhã o Secretário de Finanças poderá esclarecer ao Sr. Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas o salário é muito variável, variava de mês a mês?

O SR. SILVIO PEREIRA – Realmente, não sei informar ao senhor. O meu salário, pelo menos, não variava.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – OK.

Uma coisa também – e aí pela sua militância e o seu currículo, como militante do PT – é invejável: é uma pessoa que se dedicou muito ao Partido. Mas o PT apresentou hoje, em reunião na sede do Diretório Nacional do Partido, em São Paulo, o valor total da sua dívida. E, segundo o Deputado Ivan Valente, essa dívida gira em torno de R\$39 milhões, sem juros – sem juros! E essa dívida teria sido formada de 2002 a 2004.

Isso não é má gestão do Partido? O senhor não se considera culpado por ter dado esse rombo, ter provocado esse rombo num partido, que antes das eleições arrotava que tinha R\$100 milhões nos cofres, que era um Partido superavitário, que tinha R\$100 milhões, R\$60 milhões, R\$20 milhões para gastar em campanha? O senhor não acha que isso aqui se deve um pouco à sua participação como secretário-geral?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não como secretário-geral. Eu, como dirigente do PT, assumirei todas as responsabilidades da direção do meu Partido.

Agora, quero registrar também que não tenho conhecimento de que essa dívida seja de 2002.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Isso foi feito agora numa reunião.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, estou dando o contraditório de que não tenho esse conhecimento de que essa dívida seja de 2002.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ainda, segundo o Deputado Ivan Valente – que é uma pessoa que tenho o maior respeito, e esta Casa, o Parlamento deve ter, um Deputado muito atuante e coerente -, o PT, olhem os senhores e senhoras aqui que nos assistem, tem dívidas com o INSS. Mas como, se esse Partido sempre denunciou sonegadores? E com fornecedores. É o que ele diz, a dívida com fornecedores e com o INSS. E ele afirma que só com despesa de *shows*, o Partido deve R\$7 milhões.

E quero aproveitar, Sr. Silvio, para saber se o senhor foi o idealizador daquele *show* no Porcão, onde o Banco do Brasil teve que pagar R\$70 mil para, comprando ingressos, angariar fundos para o PT. Foi o senhor que idealizou aquele *show* do Porcão, de Zezé di Camargo e Luciano?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não organizei esse *show* e era contrário a essa política de *show*, conforme já dei até em entrevistas públicas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor foi acusado pelo Deputado Roberto Jefferson de negociar nomeações de cargos em estatais. E aí vêm exemplos de alguns cargos, mas acho que o senhor já respondeu. Se já tiver respondido, só, por favor, me lembre, porque o senhor foi testemunha quando eu disse que cheguei aqui às 8h30min e só consegui falar às 16h50min.

Mas tem uma coisa, Sr. Silvio Pereira, que ninguém perguntou e que eu gostaria que senhor pensasse na hora de me responder, porque eu vou ter como provar. Qual a sua relação – eu não quero saber com Eduardo Medeiros, não, quero saber qual sua relação com o Sr. Mauro Dutra. Qual é a relação? O senhor o conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, não conheço o Sr. Mauro Dutra, nunca estive com ele, nunca falei por telefone com ele e nunca, nunca, nunca tive qualquer tipo de contato com o Sr. Mauro Dutra.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor sabe quem é o Mauro Dutra? É o dono da Novadata.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, claro.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Que coincidentemente é uma empresa muito bem beneficiada e contemplada nos contratos com o Governo Federal, amigo do Presidente Lula esse Sr. Mauro Dutra.

Se eu lhe dissesse que o Eduardo Medeiros foi indicado pelo Mauro Dutra, em comum acordo com o senhor, o senhor não vai me chamar de mentiroso, não é, mas o que é que o senhor me diria?

O SR. SILVIO PEREIRA – Falo que isso é uma mentira.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – De quem? Minha?

O SR. SILVIO PEREIRA – Estou falando que é uma mentira que eu e Eduardo Medeiros

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ah, esse fato.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, o fato, claro, Deputado. Desculpe-me.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pelo amor de Deus, não me dê esse susto, não, porque eu não mereço isso.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não, Deputado, estou dizendo que o fato não é verdadeiro. Se passei outra idéia, peço desculpas ao senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sempre respeito as pessoas, para ser respeitado.

O senhor já ouviu falar das empresas evidentemente Novadata, mas tem duas empresas que eu gostaria que o senhor dissesse se o senhor conhece ou não. Itautec, conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E Positivo, lá do Paraná?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor também não poderia me falar sobre a evolução desses contratos dessas empresas com os Correios, especialmente com os Correios?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho a mínima condição.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Nenhuma condição?

O SR. SILVIO PEREIRA – Porque não conheço esses contratos, muito menos a empresa nem como funcionam os Correios.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Idelberto Pétri ou é Petri, não sei?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por nome assim...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ele é... Petri?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quem é o Sr. Petri?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Idelberto Petri. Ele é um dos manda-chuva lá daquela diretoria que todo mundo queria e que o senhor manteve o pé firme ali e não deu para ninguém.

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A Diretoria de Informática... Não, de Tecnologia, essa que todo mundo queria.

O SR. SILVIO PEREIRA – O Sr. Petri? Bom, por esse nome eu não conheço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ele que coordena todos os esquemas lá dentro, dizem que esse é uma fera!

O SR. SILVIO PEREIRA – Bom, até deve ser, mas eu não conheço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É, porque tem até um pedido aqui um requerimento de convocação para esse senhor vir.

Sr. Presidente, esse homem vindo aqui, ele pode nos oferecer muita coisa realmente de importante para esta CPI.

Sr. Silvio, é sabido que o senhor e o Sr. Delúbio e uma Senadora daqui da Comissão – eu não quero citar o nome, mas é daqui desta Comissão – comemoram no Blue Tree a expulsão da Senadora Heloísa Helena. Comemoram, inclusive com bebidas alcoólicas e faziam farra, festa, gritavam. Tem testemunhas que dizem isso e identificam inclusive essas pessoas.

Quero lhe perguntar: como é que o senhor se sente – e aqui eu queria fazer essa pergunta com a nobre Senadora presente – o senhor não se sente hoje constrangido, ou até mesmo ressentido de ter expulsado dos quadros do PT um parlamentar, uma parlamentar de grande valor para esta Nação, pelo menos se mantém com a sua postura de coerência? O senhor não sente nenhum remorso, não? Porque o senhor foi praticamente quem a expulsou, pediu a expulsão dela.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado Alberto Fraga, eu não poderia deixar de responder uma afirmação anterior que o senhor fez, embora não a tenha feito nessa pergunta. Se o senhor me permitir...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Claro.

O SR. SILVIO PEREIRA – E lhe autorizo a chamar essa testemunha e fazer uma acareação, eu com essa testemunha, para ela falar se isso foi verdade que ocorreu. Isso não ocorreu, Sr. Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O evento no Blue Tree?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, não haveria por que comemorar. Em primeiro lugar, eu saí dali moído, dolorido, porque eu conheço a Senadora Heloísa Helena desde a fundação do PT e ali eu tava cumprindo uma função partidária. Saí da reunião do Diretório Nacional sozinho e viajei no mesmo dia, nem dormi nesse dia da reunião do DN aqui em Brasília. Aqui do hotel, fui sozinho para o aeroporto, antecipei o meu voo para chegar em São Paulo, porque aquele dia para mim foi um dos dias mais tristes que eu tive no PT, e respeito a Senadora como sempre a respeitei.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Silvio Pereira, o senhor insiste em dizer que não tem importância alguma dentro do Partido – não é? – e que não

nomeou ninguém. Isso é muito discutível, mas, veja bem, o senhor ser convocado aqui, o senhor, usando o Direito Constitucional, invoca o direito de ter um **habeas corpus** e traz a banca de grande renome em São Paulo. O senhor não acha que essa afirmação do senhor vai soar como o maior erro, politicamente o senhor falando, não vai soar como um erro, não, aqui?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual a afirmação, Deputado?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Um erro político seu, em ter vindo aqui e ter dito para nós que não nomeou ninguém no Governo. O senhor não considera isso um erro, não?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, se eu não nomeei ninguém, eu não posso considerar um erro. E realmente eu não nomeei, Sr. Deputado.

Desculpe, só um minutinho. O senhor me dá 30 segundos só.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pois não, claro.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não se trata aqui de diminuir ou aumentar a minha importância.

Aqui temos vários Deputados do PT. Eles sabem exatamente o que cada um do PT decidia e em que nível cada um atuava. Fico feliz de poder ter chegado, mesmo substituindo Jorge Bittar na Secretaria-Geral, mas todo mundo do PT, mais de milhares de pessoas que me conhecem sabem que a minha experiência se deu num quadro de organização partidária.

Eu não me envergonho disso. Não acho que isso é rebaixamento. Eu optei por ser quadro e não Parlamentar e não acho que isso é menos do que ser Parlamentar. Eu tenho orgulho do que eu faço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Muito bem. Acho que quem vai lhe julgar talvez nem sejamos nós, quem vai julgá-lo e ao seu Partido será o povo. Não tenho dúvida disso. Agora veja só: o Presidente Lula, recentemente, deu uma declaração – não sei, não posso confirmar porque não ouvi ele pronunciando – referiu que teria levado para o Governo os melhores do seu quadro do PT. Quero dizer, sem acusar especialmente ao senhor, mas quero aqui fazer a minha conclusão: acho que o Governo Lula levou para o Governo os incapazes. O Governo Lula levou para o Governo dele os incapazes e deixou no PT, no Partido, os capazes, mas os capazes de mentir, sonegar impostos, sonegar informações infelizmente. Infelizmente, isso aconteceu. O que a Nação está acompanhando é estarrecedor. A forma como a Nação está acompanhando tudo isso que está acontecendo. E o senhor que sempre teve aquele nome muito cobiçado pelos Parlamentares, que não estão aqui infelizmente, por ideologia, como os antigos petistas, como muitos Deputados do PT que

eu conheço se sentem profundamente incomodados com essa situação.

Não é também politicamente correto, como diz a própria cartilha, o senhor vir aqui e não declarar absolutamente nada relacionado a dinheiro, a bens, salários, a imóveis. É um direito que lhe assiste. O ACM Neto fez uma pergunta do Land Rover, o senhor não respondeu, disse que não vai responder porque isso evidentemente, se o senhor já declarou e está no Imposto de Renda, não haverá de se preocupar com essa declaração, mas o que eu quero dizer ao senhor é que, verdadeiramente, eu me sinto nesse direito de dizer que o senhor deixou muito a desejar nesta Comissão.

Infelizmente, nós esperávamos que o senhor fosse vir aqui e falar alguma coisa, porque o senhor está sendo usado pelo PT. Pode ter certeza disso. O senhor está sendo usado pelo PT, não é? E o senhor que contribuiu tanto, que deu seu sangue, está vendo o Partido sangrar e está sangrando sozinho, com a sua pessoa, a pessoa de Delúbio, que também será jogada às feras, eu não tenho dúvida disso. E aí repito e encerro, dizendo que quem vai lhe julgar não somos nós. Será exatamente o povo nas urnas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu respeito muito os advogados e trabalho muito pelo espaço que eles possam ter, mas eu fiquei indignado, porque li no *laptop* agora a seguinte expressão do Dr. Arnaldo Malheiros: A CPI é um saco e cansa mais o advogado que o depoente.

Eu acho que deveria haver um pouco mais de respeito do advogado para com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Registro o aparte de V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Federal Jamil Murad, registro a presença sempre honrosa do ex-Presidente do Congresso, do ex-Governador da Bahia, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães e também do ex-Governador do Ceará, Senador Tasso Jereissati.

Registro, com muita honra, essas presenças e vou conceder a palavra ao ilustre Deputado Federal Jamil Murad.

Se V. Ex^a for fazer a pergunta diretamente, é bom aguardar. Senão, V. Ex^a pode começar a fazer as considerações, até porque o nosso tempo hoje está exíguo. Se ouvirmos todos, vamos até a meia-noite.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu queria me solidarizar aqui com o advogado, o Dr. Malheiros, porque ele tem a privacidade dele, o instrumento de trabalho. Eu não posso ir lá e abrir a mala dele, a maleta dele.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Foi bisbilhotar lá.

O SR. (Orador não identificado) – Onde eu bisbilhotei? Eu passei lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de assegurar a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. (Orador não identificado) – Primeiro é você, Jamil. Você que é bisbilhoteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço a colaboração dos Srs. Parlamentares.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo, divulgou uma nota oficial do PCdoB, já que é um Partido aliado do Governo. A nota diz o seguinte: “O PCdoB não utiliza caixa 2 nas suas atividades. Tanto na sua atividade permanente quanto eleitoral, ele cumpre a legislação partidária em vigor. Dessa maneira, escritura a sua movimentação financeira e dela presta conta aos órgãos competentes.

Em suma, não se utiliza do denominado caixa 2 nas suas atividades;

2 – o PCdoB é o antigo aliado político do PT e, ao longo do tempo, cultivava uma relação de alto nível com esta legenda. As relações administrativas do PCdoB com o PT, quando se deram por força das alianças eleitorais, foram regidas pela legislação do País.

18 de julho de 2005.

Renato Rabelo. Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil”.

Eu queria registrar aqui, Silvio, que você é um militante do povo desde jovem.

Vou fazer algumas perguntas e algumas considerações. Uma pergunta que é importante para nós esclarecermos, para investigarmos o que anda acontecendo e para darmos continuidade à luta do povo por um Brasil melhor, com Lula Presidente, uma das perguntas que eu gostaria de fazer é a seguinte: o Valério, o Marcos Valério publicou o nome de onze pessoas autorizadas pelo ex-tesoureiro para receber recursos

no banco: José Nilson dos Santos, Rui Milan, Anita Leocádia, Roberto Costa Pinho, Áureo Marcato, Renata Maciel Costa, Luís Mazano, José Luís Alves.

A minha pergunta é a seguinte: V. S^a conhece algum desses nomes?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por gentileza, repita os nomes, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – José Nilson dos Santos, Rui Milan, Anita Leocádia, Roberto Pinho, Áureo Marcato, Renata Maciel Costa, Luís Mazano, José Luís Alves.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço nenhum desses.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Indicou algumas dessas pessoas para exercer alguma função?

O SR. SILVIO PEREIRA – Também não.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Também não.

Numa declaração, num dos depoimentos do Valério, ele disse que o Delúbio o acalmou sobre o possível risco que ele corria se o Delúbio não fosse mais tesoureiro, devido aos empréstimos que ele fazia ao PT. E ele justificava que o Valério deveria manter a calma porque o Silvio Pereira sabia da operação. Isso é verdade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso não é verdade. O que eu tinha de conhecimento, que eu já afirmei aqui, Deputado, é que o Delúbio, Secretário de Finanças, estava tentando obter recursos junto à rede bancária. No mais, eu não tinha esses detalhes. Eu não tinha conhecimento e afirmo novamente a esta Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – V. S^a teria condições materiais realmente de bancar, de garantir uma operação dessas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em hipótese alguma.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Continuando, alguma vez o Deputado Roberto Jefferson relatou como ele negociava cargos no Governo anterior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, nunca.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – O Roberto Jefferson ou o Líder ou o Presidente de qualquer desses Partidos aliados reivindicou manter algum cargo, em que a pessoa que era para exercer o cargo era do Governo anterior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, não me lembro, mas pode ter ocorrido. Não me lembro.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – O senhor integrou a equipe de transição?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não integrei a equipe de transição. Eu era Secretário de Organização do PT, e me foi solicitado aquele trabalho em relação ao banco de dados.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas foram nomeados, só do PT, para cargos, mil quatrocentos e poucos servidores?

O SR. SILVIO PEREIRA – (Pausa.) Ah, sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – É uma pergunta.

O SR. SILVIO PEREIRA – Ah, ok. Desse número, inclusive, só vim a ter conhecimento agora pelo sistema de arrecadação do PT. Esse número de 1.400 pessoas. Nem tenho acesso a esses nomes, mas estão lá no Partido. São as pessoas que contribuem na rede bancária. São em torno de 1.400 pessoas. Existem essas 1.400 pessoas e são filiadas ao PT.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Tudo bem. Essa pergunta é importante, Silvio, por causa da seguinte. Quer dizer, se foram nomeados, é porque os cargos ficaram vagos. Quais eram os Partidos que tinham nomeado essas pessoas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu não tinha conhecimento desse quadro anterior, mas, evidentemente, se uma pessoa nova entra neste Governo, a pessoa que está lá é do Governo anterior e foi nomeada pelo Governo anterior.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – PFL e PSDB...

O SR. SILVIO PEREIRA – Não posso afirmar.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Que eram os dois grandes Partidos do Governo Fernando Henrique.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, mas é que nem sempre – estou vendo essa experiência prática agora –, nem sempre as pessoas que são indicadas têm um vínculo partidário. Vou dar um exemplo concreto: na Fazenda, você vai encontrar vários quadros que não têm vínculo partidário. Evidentemente, as pessoas nomeadas no Governo anterior são de responsabilidade do Governo anterior. É natural fazer essa aferição. Mas eu não tinha esse conhecimento detalhado assim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas, de qualquer forma, eram pessoas de confiança do Governo anterior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com certeza.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Com certeza.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eram cargos de confiança e, portanto, pessoas de confiança do Governo anterior.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Cargos de confiança. E por que o senhor acha que eles condenam tanto o Partido que é do Presidente da República e que os seus aliados ocupem os cargos de confiança, já que eles faziam o mesmo, tanto que saíram para dar lugar para esses?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, Deputado Jamil, não entendi a pergunta.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Por que o senhor acha que eles criticam tanto o Partido do Presidente, o PT, e os Partidos aliados do PT, do Presidente da República, por terem entrado nesses cargos de confiança, mesmo porque eles punham gente de confiança, tanto que saíram quando o Presidente Fernando Henrique saiu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, quando comecei a me relacionar com os Partidos, com os Parlamentares desta Casa, em relação às indicações para o Governo, todos com os quais conversei achavam isso natural. Quer dizer, um Governo novo, novos Partidos que compõem o Governo. Portanto, considerava-se natural que os Partidos que compõem o Governo indiquem quadros de confiança para compor o Governo.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Essa resposta é importante para mim, Silvio, pelo seguinte: estou dialogando com o público.

O SR. SILVIO PEREIRA – Entendi.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Na hora em que fazemos as perguntas. Os que estão nesta sala já conhecem. Estou dialogando com milhões de brasileiros. Quero mostrar que existe hipocrisia, mentira, falsidade de pessoas que até foram Governadores de Estado e que dizem “tem-se que nomear pela competência”, mas que, quando eram Governadores, punham gente de sua confiança e não o mais competente que eventualmente era da Oposição. Então, temos de esclarecer à opinião pública que é natural que, se você quer dar um rumo para o Governo, você tem que pôr pessoas compromissadas com aquele projeto, com aquela proposta, e ser de confiança daquele governante que recebeu a confiança do povo, os votos do povo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Tanto que um dos critérios era a afinidade programática.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Exatamente.

Bom, quando o senhor encaminhava, indicava nomes para o Governo, de quem era a palavra final para decidir?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sempre foi do Governo; eu encaminhava na Casa Civil e, dali por diante, eu já não acompanhava mais. Mas sempre foi a palavra final, quem nomeava, quem decidia, quem dava a palavra final sempre foi o Governo ou o respectivo ministro dentro do Governo.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Aliás, agora está tendo uma reforma ministerial e, acompanhando pela imprensa, a gente vê que a última palavra é do Presidente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sempre foi assim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sempre foi assim. E, portanto, não é do Silvio Pereira.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca foi.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Agora, nós temos muitas declarações assim, como se... Aqui teve, há pouco tempo, a venda de uma companhia chamada Companhia Vale do Rio Doce. Ela foi vendida por R\$3 bilhões no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ela foi avaliada agora em R\$40 bilhões! E ela foi vendida por R\$3 bilhões. Alguém pode falar que é corrupção, incompetência, idiotice, mas o resultado prático é que o povo brasileiro, o Brasil como Nação, o País Brasil é que ficou com o prejuízo, qualquer que seja o nome. Parece que essas pessoas governaram o Brasil com capacidade, competência, lisura.

Tem mais: na venda das telecomunicações, foi gravada a voz do Presidente Fernando Henrique Cardoso na época, comprovado. Dizia-se na gravação que podiam usar o nome dele para beneficiar, na disputa entre empresas, entre interessados, para beneficiar uma empresa. Aí, a pessoa que trabalhava com ele, que estava nesse jogo, saiu do cargo; um deles era um embaixador e ganhou um cargo no exterior, e ficou por isso mesmo.

E as pessoas falam aqui como se fossem perfeitas. Gosto do povo, o povo que errou ao colocar o Presidente Lula lá. Houve também, comprovadamente, a compra de votos para aprovar a reeleição, em que o beneficiado direto era o Fernando Henrique Cardoso. Quem vendeu o voto confessou que vendeu o voto. Quem comprou, quem deu os R\$200 mil morreu. Não quero citar o nome dele aqui, mas era intimamente ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Parece que isso foi esquecido e agora vai ser retomado na CPI da compra de votos.

O Pedro Parente, no Governo Fernando Henrique Cardoso, fazia uma composição de governo, trabalhava nessa questão da composição de governo com os partidos aliados a Fernando Henrique Cardoso, e era natural. Agora, parece que é uma tragédia.

Então, amigos e amigas, e encerrando, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: o Brasil, lamentavelmente, o povo brasileiro, Silvio, está tomando um prejuízo na sua esperança de ver um Brasil melhor, de ter melhores dias. Ainda outro dia, 1.500 sindicalistas vieram aqui ao Palácio dar apoio ao Presidente, cobrar investigação, punição a quem errou, mas que continue o Governo. Aqueles que estão bombardeando o Governo estão a fim de fazer o *impeachment* – essa palavra já apareceu por todo lado –, ou fazer o Presidente Lula chegar quebrado a 2006, ou mandar no Governo dele de forma que ele não mande mais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamentavelmente, o tempo de V. Ex^a esgotou.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Encerro, Presidente. Então, é o seguinte: o povo precisa participar dessa batalha. Não se pode deixá-la apenas para os Parlamentares, porque senão vamos sair no prejuízo. Nós temos que continuar o programa de mudança: mudança na política econômica, criação de mais emprego, melhor salário para o povo, melhores direitos sociais, porque é esse o caminho, e estamos sendo bombardeados...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Encerrando, o Governo Lula está sendo bombardeado, porque é a esperança da mudança; eles querem bombardear para fazer voltar tudo para trás, para o capital financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – ... para o capital financeiro mandar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu e logo em seguida...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não, Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Peço, por favor, a V. Ex^a um minuto, pelo seguinte: ainda hoje foi feita uma denúncia grave com relação à Petrobras – V. Ex^a deve recordar-se –, relativa à contratação da empresa de nome GDK para a reforma da Plataforma P-34. Como se trata da maior empresa do País, que tem inclusive ações em Bolsa de Valores etc, fiz questão, como Parlamentar integrante da Base de Governo, de ligar para o Presidente da Petrobras, que me enviou informações. Gostaria de ler apenas as que dizem respeito à GDK.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a terá oportunidade de fazê-lo dentro de poucos minutos. Gostaria de contar com sua colaboração. Eu darei um tempo a mais, para que depois V. Ex^a possa ler.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, ouvi a fala do Deputado Henrique Fontana e creio que S. Ex^a foi feliz em muitos pontos. Considero que S. Ex^a está realmente muito preocupado com tudo isso que está acontecendo. O Sr. Silvio Pereira, que é Secretário Nacional do Partido, pela sua militância, pelo seu trabalho, está enfrentando todo esse problema. Creio que também é muito bom esse debate político de que o Deputado Henrique Fontana diz que gostaria de participar, porque, sem dúvida, a política nacional tem problemas. A vida toda, sempre aconteceram denúncias, sempre aconteceram alguns fatos, mas hoje, Sr. Silvio Pereira, estamos aqui para debater, para questioná-lo, para tirar informações a respeito dos fatos que estão ocorrendo atualmente na política brasileira, a partir daquela gravação lá nos Correios, que mostrou o Sr. Maurício Marinho e que desencadeou todo esse processo. Então, hoje temos que discutir essa questão. Até poderemos discutir futuramente questões para trás e outros temas.

No meu Município – o senhor sabe disso –, nós temos problemas, somos até opostos. Todavia, a nossa conduta aqui no Congresso separamos totalmente, até sendo hostilizados lá na Base. Aqui sempre mantivemos, naquela época em que o PPS era Base do Governo, uma postura de lealdade – na esperança de mudar o País – nas reformas previdenciária, tributária e outras, na votação do salário mínimo, com toda a dificuldade, e nós fomos... Eu fico muito tranqüilo para conversar com V. S^a a respeito disso.

Mas há fatos hoje que temos que discutir aqui. Infelizmente, sei que o Partido dos Trabalhadores está passando por esse problema todo. Considero que o Partido dos Trabalhadores tem um papel importantíssimo na redemocratização deste País, e nós o respeitamos muito. Há pessoas mui dignas, preparadas e honradas dentro do Partido, mas hoje deparamos com essas denúncias todas.

Então, veja V. S^a que há as questões do Sr. Delúbio com o Sr. Marcos Valério, o caixa dois, a questão da Telemar, a captação de recursos. O PT sempre combateu muito, na sua ideologia, na sua postura de ética, o processo de politicagem e de promoção do tráfico de influência. Lembro-me muito bem de que sempre o PT foi crítico – muito crítico – com o tráfico de influência. E o que vimos ultimamente? Tráfico de influência na Petrobras, nas estatais – distribuem-se recursos politicamente –, politicagem. Pratica-se a politicagem. Infelizmente, Sr. Silvio Pereira, isso está acontecendo. Não podemos falar que não está acontecendo.

Nas últimas eleições, em que o Partido dos Trabalhadores teve candidato majoritário, por exemplo,

houve campanhas milionárias, cestas básicas, ostentação. Realmente, ele esbanjou recursos. Não há como fugir disso. Não temos como fugir disso. E estamos aqui para investigar tudo isso. Esta CPMI dos Correios vai ter que apresentar resultado. Ela vai ter que apresentar resultado.

Eu formulei várias questões. Por exemplo, o senhor diz... Vou mais explanar do que perguntar. O senhor diz que não nomeou ninguém, que fazia aquela seleção de indicações e que transmitia ao Governo. O interessante, Sr. Silvio Pereira, é que o PT é um Partido que se prima muito por reuniões, reuniões, reuniões, discussões, discussões, discussões internas. Marca uma reunião e marca outra. Marca uma reunião, marca outra. Isso é muito debatido dentro do Partido dos Trabalhadores; nós todos conhecemos a trajetória do PT.

Sinceramente, acredito que as decisões tomadas pela direção do Partido dos Trabalhadores, com o Sr. José Dirceu, com o Sr. Genoíno, com o Sr. Silvio Pereira, com o Sr. Marcelo Sereno, com o Sr. Delúbio, eram todas tratadas abertamente. Todos tinham conhecimento. Tudo. Nomeação de cargo, relação com os aliados, financiamento de campanhas, captação de recursos, tudo isso é notório e claro, e hoje a opinião pública sabe que isso existia e existiu.

Então, eu vejo que tudo isso é... O senhor se afastou. Acho que fez bem. Acho que fez bem em se afastar, espontaneamente até. Colocou à disposição seu sigilo bancário e telefônico, tudo. Acho que fez bem também. Sabe o está acontecendo, Sr. Silvio Pereira? Quem vai pagar o pato sozinho é o Delúbio. Eu não sei como vocês vão depois encarar a realidade, deixando um companheiro, que não era nada mais, nada menos do que o tesoureiro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, com o pescoço na guilhotina, ser decapitado e ficar olhando. Sinceramente, vejo isso com muita tristeza. A cada hora é uma versão.

A questão daquele Adalberto, lá do Ceará, que foi pego no aeroporto, com dinheiro na roupa, na cueca, e tal, e o Deputado irmão do Genoíno, a cada hora dizia uma coisa. Era dinheiro não sei de quê – ainda bem que ele não falou, graças a Deus. Era dinheiro não sei de quê, é dinheiro para isso, dinheiro para aquilo. A cada hora é uma versão. A cada hora, a cada momento, a cada minuto é uma versão. E a questão do Sr. Marcos Valério, que está muito clara, e do Sr. Delúbio: a cada hora há uma versão.

Sabe o que está parecendo que vai acontecer? Está parecendo que vai acontecer o seguinte, Sr. Silvio Pereira: que o Partido dos Trabalhadores ficou afundado em dívidas, segundo o pronunciamento do Sr. Delúbio e do Sr. Marcos Valério, e que as empresas do

Sr. Marcos Valério emprestaram, informalmente, para o Partido dos Trabalhadores dinheiro que chega a cerca de 90 milhões, com juros e tudo. Isso é declaração do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio. Estou achando que é mais um golpe. Agora, um golpe fatal no PT. Porque, se isso prevalecer, no final das contas, o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio vão ficar como vítimas, e o PT devendo para o Marcos Valério e o Sr. Delúbio dinheiro, cerca de 90 milhões.

Então, Sr. Silvio Pereira, é um Partido que respeitamos, que achamos importantíssimo para este País, que hoje comanda a Nação, que tem um Presidente que tem uma trajetória que respeitamos, mas que hoje está com toda essa situação e tem que encará-la. E o senhor pode ajudar. Sei que não vou convencer o senhor. Não tenho esse poder de convencer o senhor, mas estou falando tudo isso para o senhor, para que reflita sobre a sua vida, sobre os seus companheiros, sobre o que está acontecendo.

Dessa maneira, vai haver muitas conseqüências – e terríveis – para este País. E dessa maneira vai haver conseqüências terríveis para o Partido dos Trabalhadores. A militância deste País e muitos Parlamentares que estão neste Congresso Nacional não merecem isso. Não merecem isso.

Então, quero dizer que as perguntas que eu ia fazer ao senhor todos já fizeram. Todos já fizeram: para quais cargos o senhor nomeou; qual a sua participação; se o senhor conhece a Skymaster; se o senhor conhecia as negociações do Sr. Delúbio; tudo isso. Não tenho mais o que perguntar ao senhor. Então, fica a minha participação, com a reflexão do mal que vocês estão fazendo para o Partido dos Trabalhadores, para o País, neste momento, com conseqüências muito graves, porque a CPML vai tirar suas conclusões, e o senhor mesmo disse que aqueles vão pagar pelo que fizeram.

Só gostaria que fizesse algum comentário sobre tudo o que falei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o depoente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, somos originários da mesma região – nossas famílias até se conhecem –, da cidade de Poços de Caldas. Meu tio José Geraldo, que tem um frigorífico, é da mesma cidade de V. Ex^a, e sempre aprendi a admirá-lo muito. Inclusive, na ocasião da montagem do Governo, nós discutimos – não com o senhor – indicações para a indústria nuclear que tem ali na cidade de Poços de Caldas, e o senhor viu como o PT resistia a ceder espaço para os Partidos da Base aliada. O senhor é testemunha exatamente disso.

Espero, Sr. Deputado, que, ao final, exatamente se conclua esse processo, que se apurem todas as denúncias. A mim, o que mais me interessa, dentro do PT e fora, é que venha a prevalecer a verdade. Erros, com todos nós, pelo menos de natureza humana, podem ocorrer, e, se ocorreu algum erro, seja comigo, seja com qualquer dirigente do PT, deverá ser avaliado. Avaliado e punido de acordo com a lei. Não podemos separar a postura dos dirigentes do conjunto dos filiados e do conjunto do Partido, nem mesmo do Governo. Essa forma, Sr. Deputado, de tentar fazer.. essa história do Governo e do Partido, ao final, isso será importante para mostrar à Nação que uma coisa é o Governo Lula, outra é o PT, e cada qual deve arcar com as suas responsabilidade e com os seus erros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pompeo de Mattos, por quinze minutos, improrrogáveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Silvio Pereira, as perguntas foram muitas, e, naturalmente, como ficamos mais para o fim, permanecemos remoendo-as.

Quero fazer, primeiro, um comentário e, depois, algum questionamento.

O primeiro comentário é que, pelo que denotei da sua fala, o senhor é fundador do PT e, pelo que depreendo, pelo que posso tirar da sua fala, é agora o “afundador” do PT. Começa, com as suas façanhas, a ajudar a afundar o Partido que fundou e a mostrar, de forma muito clara, para o Brasil o modo petista de governar. Pelo que sinto, o modo petista agora é o de misturar as coisas. Enfim, o PT, que dizia que arrecadava fundos, vendendo bandeirinhas, agora, infelizmente, está vendendo a maior bandeira que tinha para arrecadar fundos: a ética. O PT está vendendo a bandeira da ética, que era a sua grande bandeira, para arrecadar os milhões que arrecadou. Esse empréstimo do PT, de 2,5 milhões, primeiro foi negado pelo Sr. Genoíno – de pés juntos – e pelo Valério; depois vieram os documentos, que o escancararam. Quanto aos três milhões negados, jurados de pés juntos, vieram os documentos e comprovaram. E, agora, curiosamente o PT saiu na frente e anunciou um financiamento de 39 milhões. Quando eles negavam, existia, e foi provado; agora em que falam que existe, quero dizer que não existe, porque é às avessas, invertido, ao ponto de que se diz que muitas mentiras juntas, com versões diferentes, dão a prova da própria mentira e sinalizam o caminho para se encontrar a verdade. E o PT fala essas mentiras, confunde-se nas próprias mentiras, prova que a

mentira é mentira, e por aí vamos caminhando. É só caminharmos que vamos encontrar a verdade.

Sr. Silvio Pereira, o senhor disse que conheceu o Sr. Valério em 2003. Aliás, ele foi apresentado ao PT em 2003, exatamente quando o PT entrou no Governo. E, mal foi apresentado, já assinou um aval de 2,5 milhões, outro aval de 3,5 milhões e deu um financiamento ao PT de 39 milhões sem documento, no fio do bigode, assim, numa boa. Mas quem faz isso em sua consciência? Quem acredita tem que acreditar em saci-pererê, em papai-noel. Mas nem a Velhinha de Taubaté, aquela figura – parece-me – de Luís Fernando Veríssimo, acreditaria nessa.

Aliás, curiosamente, Sr. Presidente, quero fazer uma afirmação a V. Ex^a e ao Relator: a Câmara dos Deputados está gastando 20 milhões em propaganda, também com o Sr. Marcos Valério. E vejo os jornais do País estampando que o Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, deu uma explicação à CPMI, dizendo que a sua esposa, que foi a um banco em que dizem que haveria o saque do mensalão, teria ido lá pagar uma conta da Sky, da parabólica da televisão, do canal de televisão que tem em casa, da TV a cabo, e que esse documento estaria na CPI. Agora, diante das evidências do caixa dois do PT, foi solicitada a retirada desse documento.

Queria que V. Ex^a, depois da minha manifestação, informasse à CPMI se esse documento chegou a CPMI; se V. Ex^a teve conhecimento e se esse documento realmente foi retirado, porque não há como: a CPMI bota o documento, tira, bota, tira. A CPMI tem que ter uma cópia, no mínimo, desse documento.

Se o Brasil, por acaso, não descobrisse esse esquema de milhões, imagine a dinheirama que o PT teria para as próximas eleições. Não ia ganhar eleição no voto; ia ganhar no pila, ia ganhar eleição no dinheiro, com a dinheirama que ia arrecadar. No Rio Grande, a gente diz pila. Iam ganhar exatamente aí.

Aí, vem o PT, pra justificar essa dinheirama, e admite o caixa dois. O PT admitindo o caixa dois?! Mas eu tenho que me beliscar. Os arautos da moral e da ética?! Desconfiem quando o PT admite o caixa dois. Podem desconfiar; não é verdade. Não tem caixa dois, não desse jeito que estão dizendo. Na verdade, o dinheiro que entrou são valores desviados das estatais e que vieram por fora, que não foram contabilizados; então, o PT diz que é caixa dois, mas não é de dinheiro que empresários deram ao bel prazer. Não é dinheiro que o Sr. Valério ofereceu em beneplácito em favor do PT. Quem dá R\$39 milhões no fio de bigode, no bico? Ninguém. É claro que é dinheiro que saiu dos contratos da ECT, dos contratos de publicidade do Governo, do Banco do Brasil, da Petrobras, enfim, da Câmara

dos Deputados. O dinheiro transitou, o PT fez um financiamento, o Valério paga, e o PT sai livre e faceiro e com dinheiro no bolso, cheio. Nós não aceitamos. Isso é corrupção que está acontecendo no Governo, e vamos chegar lá com toda a certeza.

Nós não acreditamos no PT que confessa um crime, mas, para o PT confessar um crime, faz isso para se livrar de um crime maior, que é o peculato, que é a corrupção, enfim, que é a compra de votos.

O Presidente Lula sabia? Não sei se ele foi o protagonista disso tudo, mas ele sabia. É verdade que ele foi colocado em uma redoma de vidro, e o José Dirceu, o Genoino, o Sr. Silvio Pereira, o Delúbio governaram o Governo. O Presidente Lula era uma espécie de rainha da Inglaterra – reina mas não governa; era o chefe do Governo, mas não era chefe de Estado. Mas depois ele ficou sabendo, em várias oportunidades, e não tomou atitude alguma. Por isso, penso que o Lula pode não ser partícipe, mas tem a responsabilidade de responder perante a Nação.

O PT disse que a Polícia Federal combate a corrupção e que o PT combate, com a Polícia Federal, a corrupção. Tem mais de 100 operações na Polícia Federal. Tem. Mais de mil presos. Tem; dos outros, lá fora. O PT ocupa a Polícia Federal para fiscalizar os outros. Enquanto isso, o PT internamente no Governo, anda livre. Aliás, isso é o que diz a boca do povo. Diz que o Governo do PT combate a corrupção do outros, porque não quer concorrência com o Governo, infelizmente.

Mas a quebra de sigilo do Banco Rural no Shopping Brasília vai esclarecer, e vai aparecer o mensalão, o caixa dois e todo o esquema. Essa desculpa usada como álibi do PT quero resumir numa frase: o PT, a pretexto de negar o latrocínio, confessa o crime de estupro. Exatamente isso. A pretexto de negar o latrocínio, que é o crime maior, ele admite que estupro. Confessa o estupro. A Nação brasileira não pode assistir calada a tudo isso.

Quero fazer algumas perguntas, feito esse intróito. Como o senhor explica não saber explicar o seu salário? Como alguém não sabe o salário que ganha? Nós, Deputados, sabemos o salário que ganhamos. O senhor não sabe o salário que ganha no PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sei qual é o meu salário, está declarado, e conforme falei no início, Sr. Deputado, não vou, nesta CPI, fazer qualquer outra declaração acerca dos meus rendimentos, dos meus impostos, pois já está aqui meu sigilo aberto. Vou encaminhar, a pedido do Senador Sibá, todas as minhas declarações ao Relator.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, mas o senhor está em uma reunião pública da CPI.

Aos documentos nós temos acesso. Nós queremos saber da sua palavra, com a sua expressão, de cara enxuta!

O SR. SILVIO PEREIRA – Já repeti, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor?

O SR. SILVIO PEREIRA – O meu salário já está declarado, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Já está declarado. Não vou mais repetir.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou lhe perguntando qual é o valor.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Presidente, já respondi e não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Faço um apelo a V. S^a que responda. Penso que...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem que responder para mim e não para o Presidente. Sou eu quem estou questionando.

O SR. SILVIO PEREIRA – O salário é R\$9 mil, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é verdade. O senhor está mentindo. O seu salário não é R\$9 mil. Pelo que está na declaração, o senhor recebe R\$17 mil em alguns meses, R\$12 mil em outros... O seu salário, então, não é de R\$9 mil. Então, só para desmascarar. É preciso que tenhamos de desmascarar, para que a verdade seja esclarecida e venha a nu.

O SR. SILVIO PEREIRA – Confirmo que é nove mil o meu salário. Está registrado. Irei encaminhar toda a minha documentação à CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor está mentindo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Estou reafirmando que meu salário é R\$9 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é mentira.

O SR. SILVIO PEREIRA – Estou reafirmando que falei a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor se preparou com uma empresa, para vir responder na CPI? Fizeram uma sessão anterior, para vir responder à CPI?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não irei responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É irresponsável, não é? É claro que se prepararam, para ver se faziam aqui um teatrinho. Não tem problema.

Vou-lhe dar o nome de algumas pessoas, para ver se o senhor as conhece. Wilmar Lacerda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Presidente do PT do Distrito Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe que ele foi denunciado pelo Marcos Valério como alguém que recebia, que era operador do mensalão? O senhor tem conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o senhor não lê os jornais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho lido os jornais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Raimundo Ferreira Silva Júnior?

O SR. SILVIO PEREIRA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ele é funcionário, assessor do PT, aqui de Brasília, e membro do PT nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outro que o Marcos Valério disse que é operador do mensalão e que vai ao banco receber dinheiro.

Solange Pereira de Oliveira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se for a Solange, funcionária do PT em São Paulo, eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outra operadora do mensalão.

José Nilson dos Santos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outro operador do mensalão.

Rui Milan?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outro operador do mensalão.

Anita Leocádia?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço nem esse, nem a história de mensalão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assessora do Paulo Rocha, Líder do PT, segundo Marcos Valério...

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Roberto Costa Pinto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Áureo Marcato?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Renata Maciel Rezende Costa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Luiz Mariano?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – José Luís Alves?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todos eles da lista do mensalão do Sr. Valério. Não sou eu que estou dizendo. É ele que está dizendo, e o senhor tem conhecimento.

O senhor conhece Antônio Batista Brito?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo nome, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Diretor Comercial do Banco do Brasil.

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual o nome? Dá para o senhor repetir, por favor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Antônio Batista Brito.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) Ex-Diretor Comercial do Banco do Brasil, que acaba de ser demitido.

José Nilton Andrade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo nome, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outro ex-Diretor do Banco do Brasil.

José Eduardo Ferreira da Silva?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo nome, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois o Sr. Antônio Batista e o Sr. José Nilton, que o senhor não conhece, que são seus companheiros...

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo nome, eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...e que o senhor ajudou a colocar no Banco do Brasil, são acusados de pegar R\$326,600 mil, num pacote, do Marcos Valeiro. Quem buscou o dinheiro foi Luiz Eduardo Ferreira da Silva, que é uma espécie de mensageiro, de *motoboy* da Previ, do Banco do Brasil. Eu sou funcionário do Banco do Brasil. Sou da Previ, portanto. Eles pressionaram o *motoboy*, o mensageiro, a dizer que o dinheiro era dele. O processo está correndo, e os dois foram afastados do Banco do Brasil.

Pobre Banco do Brasil! Quem diria que o PT fosse usar o Banco do Brasil assim? Empréstimos ajeitados, milhões em publicidade, e os funcionários do banco

numa miséria! O gerente, para ver uma publicidade numa festa no interior, tem de suar sangue, e sobre, esbanjam dinheiro aqui, sem contar os *shows* que o Banco do Brasil bancou aqui, de Zezé de Camargo e Luciano. É uma história incrível.

Aliás, esse moço, Luiz Eduardo, já gravou as informações que tinha a dar desse dinheiro, exatamente para evitar outras coisas.

O senhor, então, não reuniu com empresa nenhuma, para vir reunir-se com a CPI? Não fizeram uma sessão preparatória?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não irei responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não vai me responder?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não irei responder, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu fico impressionado, porque me contaram que lá, em São Borja, em volta do cemitério, uns dois ou três quarteirões, as pessoas não conseguem dormir à noite. Dizem que é um barulhão, uma barbaridade. Contam que é o Dr. Brizola batendo na tampa do caixão: “Me tirem daqui, me tirem daqui, que eu quero ir lá completar o que precisa ser feito e jogar a pá de cal que precisa”.

Olha, eu fico impressionado.

O senhor nunca se reuniu com o PDT, com a direção do PDT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Agora, não; só anteriormente, antes de o Presidente Lula ser eleito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só antes. Depois de eleito...

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, depois de eleito, nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Felizmente.

O senhor disse que tinha Deputado do PSDB que participava da Base aliada. De que Estado e quem?

O SR. SILVIO PEREIRA – Exemplo, Deputado Zimbaldi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deputado?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado Zimbaldi, que depois saiu do PSDB e entrou no PTB.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois entrou no PTB. Com ou sem mensalão?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deve perguntar a ele, Sr. Deputado, porque não tenho conhecimento dessa história.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Saiu do PSDB e foi para o PTB.

Começo a entender algumas coisas: por que o PT sentou em cima da CPI da compra de voto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, CPI proposta

pelo PDT, que ficou quatro anos no Governo Fernando Henrique Cardoso... seis anos no Governo Fernando Henrique Cardoso e dois anos e meio no Governo PT, está lá na Comissão de Constituição e Justiça e não sai do lugar. Agora começo a entender por que as coisas estão acontecendo.

Por que o PT abriu a conta no banco em Minas Gerais?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho conhecimento. Amanhã, o Secretário de Finanças poderá explicar isso para V. S^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe que o PT opera no banco lá em São Paulo... Os bancos que o PT opera em São Paulo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não acompanho o detalhamento financeiro, nem em quais bancos a Secretaria de Finanças trabalha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabia da existência do caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabia dos empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor esteve com o Ministro Anderson Adauto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vinte vezes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não sei a quantidade. Várias vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi pedir dinheiro para o caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, finalizo.

O senhor disse que o Governo é coisa do Partido... o Governo é uma coisa, e o Partido é outra coisa. O senhor confirma isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Confirmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No entanto, o senhor despachou no Palácio, sendo do Partido e não do Governo, com o Senador Fernando Bezerra. O senhor confessou há pouco, no colóquio que fez com ele, que despachou com ele. Como o senhor despachou com um Senador no Palácio, quando diz que Partido é uma coisa e Governo é outra?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, não foi no Palácio; segundo, não despachei; terceiro, foi uma reunião na sede do PT, confirmada aqui pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a lamentavelmente se esgotou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo, até para que fique bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Sr. Silvio veio preparado para não dizer o que sabe; instado a dizer o que sabe, ele desvirtua. A mentira tem perna curta. Isso tem volta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo, último suplente inscrito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será o próximo.

Com a palavra, o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo.

V. Ex^a deseja usar da palavra?

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peça ao garçom, para ganharmos tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradecido, Sr. Presidente. Se V. Ex^a me permitir, para o tempo ser colocado...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por gentileza, Assessoria, volte o cronômetro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos a V. S^a. Sei que a várias das perguntas V. S^a já respondeu, mas algumas, pelo menos para mim, ficaram um pouco obscuras. Se V. S^a me permitir, vou repisá-las um pouco, para que possamos ter uma compreensão melhor do seu depoimento.

Gostaria de começar pela Skymaster. V. S^a reconhece que teve um contato com o proprietário daquela empresa. Exatamente, V. S^a poderia descrever como foi esse contato?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pois não. Começou com uma ligação... depois de algumas ligações do diretor da empresa à Secretaria Geral do PT. Na primeira vez, eu nem marquei a reunião. Teve a segunda. Pedi para que a minha secretária perguntasse ao diretor da empresa qual era o tema, qual era a pauta. Informaram qual era a pauta e que existia um problema entre um funcionário... entre a empresa e um membro do PT. Foi isso que a minha secretária respondeu. Com base nisso, autorizei que fosse agendada a reunião.

A reunião foi rápida, curta e ocorreu no hotel Sofitel, em São Paulo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que ele disse exatamente na reunião?

O SR. SILVIO PEREIRA – Foi o que perguntei a ele, logo de cara, na reunião. Ele começou a dar todas as explicações técnicas acerca do Correio, que eu não entendia e até agora não entendo mais, continuo não entendo. Perguntei para ele qual era essa tal de... problema que ele tinha com um filiado... Citou o nome de um membro da Comissão de Licitação do Correio. Não me lembro, não recordo o nome, mas é fácil saber, porque são poucos os nomes que têm na Comissão. É um sobrenome que para mim não é comum, portanto não lembrava.

De imediato, respondi para ele: essa pessoa não é do PT. Tenho certeza de que não é do PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a falou para ele que não era do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Falei para ele. E, mais ainda, Sr. Deputado, falei: esse assunto não é do PT. Tenho certeza de que, se o senhor procurar o Governo... não tem perseguição. Pode procurar o Governo. Tenho certeza de que o Governo vai receber o senhor.

Encerrou ali o meu contato com a Skymaster, não dei prosseguimento em nenhum outro tipo de ação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não manteve nenhum contato com os Correios ou com algum diretor, para tratar desse assunto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não tratou. Por que esse empresário procurou exatamente V. S^a? É o que ficou obscuro do depoimento do próprio empresário.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, a única coisa que sei é que ele ligou para a minha secretária, alegando esse problema com um funcionário dos Correios que o estava prejudicando ou perseguindo, não sei exatamente a dimensão. Na minha avaliação, não se tratava de qualquer tipo de perseguição de quem quer que seja. Por isso, falei para o diretor. Foi um encontro. Não passou de meia hora essa nossa conversa. Falei para ele procurar o Governo. A partir dali, não falei nada para ninguém, nem dei encaminhamentos. Para mim, a história se encerrou. Só vim saber dessa história da Skymaster agora, com esses fatos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Antes de explodir, agora, na imprensa, essa situação, V. S^a não teve informação de que esse contrato tinha uma forte dose de superfaturamento, seja no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, seja, como mais tarde se deu, sob o nosso Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nem procurei saber, Deputado. Quando ele tentou informar-me do que fazia... era muito complexo o que fazia. Eu, realmente, estava com pressa e não queria ouvir muito. Eu queria saber do PT, era o que me interessava naquele momento. Não dei o encaminhamento sobre o assunto que colocou. Não conversei com ninguém, nem do Partido nem do Governo, sobre o tema. Para mim, parou ali.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Há uma dúvida que me surge. Por que, então, o Deputado Roberto Jefferson, em seu depoimento, associa V. S^a diretamente a esse contrato? Ele fala: “A Skymaster do Sr. Silvio Pereira”.

O SR. SILVIO PEREIRA – Acho que ele falou muito mais do que isso, não é Deputado?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, nesse caso.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nesse caso, não sei. Realmente, minha participação é exatamente essa, nos termos em que estou colocando aqui, nem mais nem menos. Não há nenhum fato a ocultar sobre essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Há outro dado que também me chamou a atenção. V. S^a chega a falar que teve contatos com outros empresários. A que título? Não ficou claro para mim a que título V. S^a mantém contatos com empresários, tendo em vista as suas funções no Partido dos Trabalhadores.

O SR. SILVIO PEREIRA – Recebi alguns empresários, não foram muitos, a pedido geralmente desses empresários. Não vou conseguir recordar, agora, exatamente com quem estive. Posso afirmar que o fato de eu ser Secretário-Geral do PT talvez os fizesse imaginar que eu teria um acesso, um poder, uma influência realmente maior do que realmente tenho no PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Revendo suas agendas, V. S^a tem condições de relacionar esses empresários com quem manteve contato, para informar esta CPI?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, realmente não me lembro, porque foram tão...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas tem anotações?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho. Essas conversas, para mim, eram conversas tão institucionais e sem conseqüências, que realmente eu não levava nada adiante.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que tipo de conversas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por exemplo, há vários tipos de conversa. Tinha deputado, às vezes algum empresário... o interessante é que muitas vezes a

pauta desses empresários não era muito diferente da pauta de alguns políticos com os quais eu conversava e também não era muito diferente da pauta de alguns jornalistas com os quais conversava. Geralmente, havia toda uma discussão interna sobre a briga. Por exemplo, na área da economia, muitos procuravam saber sobre essa confusão entre o Ministro da Casa Civil, o Ministro Palocci, se era verdade ou não, qual era a orientação do PT, para onde o PT ia se orientar. Tinha um debate político real que colocavam para nós. Em outras ocasiões, um ou outro empresário, de que não me recordo agora, pedia: quero conhecer alguém do Governo. Manda um *e-mail* lá para o Governo, encaminhe você. Realmente, Deputado José Eduardo Cardozo, eu não fazia objeção. É uma coisa entre...

A partir de hoje, vou avaliar melhor com quem me sento. Eu me reunia com empresários, com pessoas da sociedade civil e não achava que isso era um crime ou qualquer problema.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mudando um pouquinho de direcionamento, V. S^a teve um papel que para mim também não está muito claro. Aliás, esta é uma questão que nós, do PT, teremos que debater no futuro: é exatamente a distinção entre Partido e Governo. A meu ver, infelizmente, ela se perdeu um pouco, de maneira indevida, mas essa é uma questão interna nossa. Não ficou muito claro para mim o papel que V. S^a tinha na indicação dos cargos. Imagino que V. S^a deva ter participado ativamente desse processo, como reconhece. Mas com que grau de autonomia? V. S^a, por exemplo, coletava as informações, as indicações, as sugestões, e, então, selecionava algumas? Não selecionava? Levava todas? Como era conduzido esse processo por V. S^a?

O SR. SILVIO PEREIRA – Era muito mais simples do que isso, Deputado. Vou dar um exemplo: o Deputado X me procurava. Primeiro, eu era responsável pelo PT; então, o pessoal do PT me ligava, encaminhava-me currículos por *e-mail*. Era de todo tipo. Meus encaminhamentos também eram de diversos tipos. Quando tinha alguma indicação que era importante para o PT, que era da direção, e eram poucas que a direção...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Aí, a direção informava a V. S^a.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, sim, em alguns casos em que a direção do Partido considerava importante aquela indicação. Então, por exemplo, o conjunto de petista que tem hoje no Ministério não é que passou pela direção do PT. O Partido indicou muito poucos. Teve alguns Parlamentares do PT, alguns dirigentes do PT que indicavam um cargo e a gente ia lá tentar conseguir atender esse pleito.

Por exemplo, da nossa Bancada federal de São Paulo, poucas pessoas conseguiram indicar uma pessoa para o Governo, como V. S^a, que nunca indicou ninguém. Tive várias conversas com o senhor. Em nenhum momento, nós discutimos cargos, em nenhum momento, nós discutimos intermediação de interesse, senão foram pauta política do próprio Congresso e do próprio PT as oportunidades que nós tivemos, e sempre pedi que V. S^a pudesse-nos ajudar mais nesse trabalho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Uma coisa que me surpreendeu nos Correios é que, dentro da distribuição política que foi aqui registrada, há a presença de uma pessoa que não é ligada nem ao PT nem à base aliada, que é o Sr. Paulo Menegucci.

O SR. SILVIO PEREIRA – Paulo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Menegucci, que foi ex-Prefeito de Lavras, em Minas Gerais, e que, até onde sei, é vinculado ao PSDB. Por que que o Sr. Paulo Menegucci, que cuida exatamente da área comercial, permanece? Qual a razão disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Só uma pergunta, talvez a minha memória esteja fraca: Paulo Menegucci, de que área o senhor está falando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É área comercial dos Correios. Diretor Comercial, se não me falha a memória.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não o conheço. Não conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Porque, na medida em que houve uma distribuição para sustentação política, me causa espécie que alguém do PSDB tivesse ficado lá.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, desculpe, eu não posso lhe ajudar nisso, porque realmente eu não o conheço e, se permaneceu, não sei por que permaneceu. Realmente, não tenho conhecimento sobre isso. Não participei disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Essa pergunta não é à toa. Ela terá relevância com aquilo que nós estamos apurando neste momento na movimentação financeira que estamos considerando.

O SR. SILVIO PEREIRA – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O Sr. Delúbio participava dessa indicação na composição de cargos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não participava, exceto num caso ou noutro, particularmente no Estado de Goiânia. Alguma vez, em relação a Mato Grosso do Sul, era uma coisa muito esporádica. O Delúbio não participava. O que ele fez foi igual a outros dirigentes do PT ao indicar uma pessoa aqui ou acolá. E, no caso dele, realmente, praticamente não participou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O seu trabalho e o do Delúbio eram totalmente estanques. Vocês não faziam atividades integradas em conjunto. Ele cuidava de finanças e V. S^a cuidava da questão político-organizacional.

O SR. SILVIO PEREIRA – Assim mesmo que funcionou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não trocavam informações, não trocavam idéias?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não trocávamos. Ao contrário, o senhor sabe exatamente qual é a minha opinião acerca do Partido, como se organizava, como deveria participar da campanha. O senhor sabe das críticas, também, que eu tinha. Portanto, cada qual na sua função.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, me causou espécie que o Sr. Delúbio e o Sr. Valério tivessem dito, ao que me consta, na Polícia Federal, que V. S^a sabia dessa movimentação. Por que eles disseram isso? Por que eles diziam que V. S^a tinha essa ciência? Isso é importante porque, amanhã, nós ouviremos o Sr. Delúbio. Então, por que teriam afirmado que V. S^a participava dessa discussão, particularmente em relação aos empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não sei por que eles fizeram essa afirmação. Pelo menos amanhã, aqui, o Secretário de Finanças poderá responder pela parte dele. Posso responder, Deputado, aquilo que eu conhecia.

Talvez muitos desta CPMI possam achar estranho que contratos como esses, que contratações pelas campanhas eleitorais, gastos não tenham sido objeto de uma discussão mais coletiva, mas as coisas no PT funcionaram assim. E, naquilo que eu tinha conhecimento, provavelmente outros membros da direção também tinham esse conhecimento, que era o conhecimento de que nós tínhamos problemas financeiros, nós tínhamos dívida e que o Secretário de Finanças estava captando, tentando captar, recursos junto à rede bancária. Essa informação, acho que com certeza, outros membros da direção deveriam ter também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, V. S^a disse que não participava do processo de arrecadação, ou seja, que essa era uma questão decidida pelo Sr. Delúbio – coisa que, amanhã, nós vamos ter que confrontar, a dubiedade de informações -, mas e da destinação dos recursos? Uma coisa é arrecadar, a outra coisa é decidir para quem vai. V. S^a discutia com ele para quem iam os recursos? Porque é uma decisão política, óbvio, para quem vai o dinheiro.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu só reclamava, porque achava que tinha uma avaliação. Acho que, nessa

campanha eleitoral, a gente acabou superestimando gasto, despesa. Eu achava que, antes de ter grandes estruturas... eu estava mais preocupado... não sei se o senhor sabe, eu desenvolvi um projeto no PT, já na campanha do Presidente Lula, um projeto que eu toco até hoje, um grande projeto que eu toco e que é chamado “Os Pequenos Municípios”, “Os Importantes Pequenos Municípios”. Eu tenho um projeto para “Os Importantes Pequenos Municípios” e sempre lutei dentro da direção que a gente pudesse ter uma campanha mais equilibrada para o restante do País.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas essa destinação quem decidia?

O SR. SILVIO PEREIRA – Então, era isso o que estava querendo dizer. Eu realmente não participava da destinação, exceto das diretrizes que a direção do Partido dava. Vamos supor: tínhamos lá os Municípios prioritários; então, as capitais são as mais importantes. Então, tem de priorizar isso. Agora, a forma, a quantidade e o jeito era o secretário de finanças que encaminhava.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O ex-presidente José Genoíno participava da discussão da arrecadação ou da destinação?

O SR. SILVIO PEREIRA – É, pelo que eu saiba também, o Deputado, ex-Deputado, nosso ex-presidente licenciado, José Genoíno, não participava da captação. Ele também participava junto comigo da direção do Partido, como Presidente do PT, na definição das prioridades políticas, das prioridades eleitorais, mas nós tínhamos uma confiança, como temos confiança no ex-secretário de finanças do PT, licenciado, e ele que conduzia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor, com o Genoíno, etc, coletivamente, discutiam a prioridade.

O SR. SILVIO PEREIRA – As prioridades políticas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, a quantidade de numerário ou de recursos que iam era o Sr. Delúbio que operacionalizava, a critério dele.

O SR. SILVIO PEREIRA – Exatamente, Deputado. Exatamente isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E ele não informava ninguém disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, pode ser que informava. A mim, pelo menos, eu não tinha conhecimento, e na reunião formal da executiva não existia essa informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual o papel do Ministro José Dirceu nisto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele interferia de alguma maneira na política de arrecadação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu nunca presenciei, nunca discuti, nunca participei de qualquer reunião onde estivesse o ex-Ministro José Dirceu que o tema fosse captação de recurso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas V. S^a freqüentava a Casa Civil, pelo menos o Deputado José Genoíno diz isso na Comissão de...

O SR. SILVIO PEREIRA – E, quando eu freqüentei a Casa Civil, nunca discuti captação de recurso com ele ou qualquer outra pessoa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E V. S^a discutia o quê?

O SR. SILVIO PEREIRA – Ou temas de natureza política... Como o senhor sabe, o Ministro José Dirceu também é membro de direção desse Partido, discutia também as indicações do PT, discutia pauta eleitoral, mas jamais discutimos qualquer coisa relativa a recursos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu pediria que o senhor comentasse um trecho do Deputado José Genoíno, relatado na Folha de S. Paulo e prestado aqui à Comissão de Sindicância da Câmara. Deputado José Genoíno: “Ele, Pereira [V. S^a], conversava com os demais partidos e era encarregado quando tinha conflitos e tinha muitos conflitos com os partidos da base aliada. Ele fazia isso ou na sede do PT ou na Liderança do PT na Câmara ou, então, na sala de reuniões ordinárias da Casa Civil.”

É correta esta afirmação do Presidente Genoíno?

O SR. SILVIO PEREIRA – É, eu só acrescentaria que não era só um local na Casa Civil; tinha salas de trabalho, essas salas de trabalho foram mudando à medida que se faziam alterações – um dia era em um local, o que fez alterações em local físico da Casa Civil.

Então, você tinha reuniões nessas salas de trabalhos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E essas reuniões eram com quem?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tinha vários tipos de reuniões, como por exemplo, às vezes, tinha reunião eu pelo PT, o Borba pelo PMDB e sempre com alguém do Governo. Com o Ministro, poucas reuniões, mas tinha sempre um assessor político, ou tinha uma reunião, eu representando o PT, ou Liderança do PTB, ou Liderança do PSB, ou Liderança do PC do B, sempre essas mesmas salas; quando era uma reunião que envolvia o conjunto dos partidos da base, aí sim, era na sala de reunião com a presença do Ministro; quando as reu-

niões eram bilaterais, pequenas reuniões aconteciam nas salas de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Lamentavelmente, o tempo de V. Ex^a esgotou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu me reinscrevo. Agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Os próximos inscritos: Deputado Carlos Sampaio, Wellington Fagundes e Jorge Bittar.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 18 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Estão reabertos dos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Carlos Sampaio.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Silvio Pereira, o senhor reconhece que existe, hoje, um problema bastante grave com relação ao Partido dos Trabalhadores, particularmente no que tange à existência do Caixa 2, até por conta de uma entrevista dada pelo então Tesoureiro Delúbio, correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como o senhor veria a afirmação do Deputado Devanir Ribeiro, do PT, de São Paulo, que, indagado sobre se a punição deveria recair tão-somente sobre o Delúbio afirmou: “Devemos punir todos os que estejam claramente envolvidos” – isso numa entrevista do **Correio Brasileiro**, com referência aos demais membros da Executiva.

Como o senhor vê essa afirmação dele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Se qualquer membro da Executiva cometer algum ato irregular que fere o Estatuto do PT, deve plenamente ser punido internamente no PT.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor se acha envolvido, na condição de ex-dirigente, a ponto de receber a punição de ser expulso, tal como sugerida pelo Deputado Devanir Ribeiro?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quando fiz o pedido à Comissão de Ética foi exatamente porque faço questão de que o Partido apure todas as denúncias envolvendo o meu nome. Se o Partido avaliar que eu cometi algum ato ou que infringi algum ato do Estatuto, o Partido deve tomar alguma decisão disciplinar contra mim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas a minha pergunta foi muito objetiva: o senhor se acha envolvido, ou o senhor, pessoalmente, como ex-dirigente, acha que participou de algum ato que possa implicar na sua expulsão? Sei que o senhor respeita a decisão do Partido, mas o senhor acha, pessoalmente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pessoalmente, eu não considero, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o senhor não acha, eu perguntaria ao senhor: por que se valer do instituto do **habeas corpus** para vir aqui, hoje, e ter o direito, como investigado – e todo investigado não é obrigado a produzir prova contra si mesmo, eu reconheço isso –, mas vamos tirar de lado a estratégia jurídica, se o senhor, como ex-dirigente, nem no seu Partido acha que deveria ser punido, por que valer-se do instituto do **habeas corpus**, passando para a opinião pública e para todos os integrantes desta CPMI que o senhor tem receio das suas respostas, receio de que suas respostas possam implicar no seu envolvimento e receio de que suas respostas possam, inclusive, implicar prática de crime, a ponto de o senhor recorrer a um **habeas corpus**?

O SR. SILVIO PEREIRA – Essa foi uma orientação, uma decisão dos meus advogados, e eu só tinha condições de poder acatar e seguir as suas orientações.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu respeito a estratégia jurídica em razão até da minha formação como Promotor de Justiça. Mas eu pergunto-lhe como pessoa: o senhor não se sentiria mais à vontade de vir aqui, ciente de que não cometeu nenhum ilícito e responder a tudo o que fosse perguntado, sem esse receio, sem precisar do **habeas corpus**?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu respondi naquilo que eu podia esclarecer a esta CPMI a todas as perguntas. A questão do **habeas corpus**, essa diferença, esse encaminhamento jurídico, sequer eu tinha muito conhecimento disso. Os advogados consideraram importante e tomaram essa decisão. Evidentemente que eu poderia negar ou não. Mas aceitei a decisão dos meus advogados.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, na verdade, o senhor se valeu dessa estratégia jurídica, mas está se predispondo a responder, como de fato está respondendo aos questionamentos aqui hoje?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com as exceções que já fiz aqui, procurei responder a todas as perguntas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Partido dos Trabalhadores sempre se notabilizou por tomar decisões colegiadas. Portanto, o senhor concorda – é uma pergunta que lhe faço – que, enquanto membro que foi da Executiva Nacional do PT, o normal seria que todos os membros da Executiva tivessem ciência dos eventuais acordos políticos? E aqui não me refiro a empréstimos. O senhor concorda que todos os acordos políticos, porventura efetuados, a Executiva Nacional deveria ter ciência?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com certeza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Delúbio chegou inclusive a afirmar que sofria muita pressão dos diretórios estaduais, por recursos para as campanhas. Disso o senhor também tinha ciência?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tinha ciência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o senhor afirma que a Executiva tinha ciência dos movimentos e das alianças políticas, das solicitações financeiras dos diretórios estaduais, e o Sr. Delúbio, em seu depoimento, na Procuradoria-Geral, afirma que os empréstimos foram feitos para pagar contas de 2002, bem como para auxiliar nas campanhas do PT e da Base aliada, em 2004, eu pergunto ao senhor: como nós podemos acreditar que a Executiva só sabia dos acordos, mas desconhecia o óbvio, ou seja, que esses acordos geram custos e que esses custos deveriam ter uma origem?

O SR. SILVIO PEREIRA – Na Comissão Executiva, nós discutíamos apenas as diretrizes, as prioridades e, particularmente, eu tinha conhecimento porque, na medida em que eu acompanhava o PT em todos os Estados, tínhamos também reuniões com todos os Estados na sede do PT, onde cada Estado levantava as suas dificuldades. Fora disso, Sr. Deputado, a maneira, a forma, onde e como, era o Secretário de Finanças.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não me refiro aos empréstimos, volto a dizer.

O SR. SILVIO PEREIRA – desculpe-me.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como podemos acreditar que o PT sabia dos acordos, das necessidades dos recursos, por parte dos diretórios estaduais, mas que o PT nacional não tinha noção de que, para atender a essa demanda – é o que eu estou concluindo acerca do que o senhor está dizendo – a Executiva Nacional não tinha conhecimento de que, para atender essa demanda, teria que ter recursos, e esses recursos deveriam ter origem. Não é estranho isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – A origem, da qual nós sabíamos, e que o Secretário de Finanças estava tentando obter – e todos os membros da Comissão Executiva sabiam – era que se estava tentando obter recursos na rede bancária.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Era essa a informação que vocês tinham? Ninguém se preocupou em saber a situação financeira? O senhor, como Secretário Executivo, e um Secretário Executivo de um Partido é responsável pela gestão econômica, financeira do Partido, não pelo pagamento, pelo pagamento é o Tesoureiro, mas o senhor, como responsável pela gestão econômica, o senhor se limitou a perguntar como estavam ocorrendo as coisas, ele disse: “Estou buscando empréstimos”, ponto final?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por exemplo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ningüém mais, na Executiva, quis saber de nada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não só na Executiva. Nós discutimos o assunto financeiro do PT em reunião do Diretório Nacional do Partido, o qual é composto por 84 membros. Nessa reunião o Secretário de Finanças apresentou a prestação de contas do PT. Foi debatida, sim, nessa reunião do Diretório Nacional, essa prestação de contas, e os membros da Direção focados, na verdade, nesse debate, muito menos na receita e, sobretudo, naquela dívida que está sendo apresentada, que era de R\$20 milhões. Os membros da Direção consideraram essa dívida bastante alta, bastante comprometedora, tanto é que na mesma reunião foi aprovada uma resolução de campanha financeira. Isso foi discutido no Diretório Nacional do PT dessa forma.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As campanhas para frente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Como?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As campanhas para frente. Uma resolução daí para frente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não. Uma resolução para poder, não só pagar essa dívida, mas como também para continuarmos os nossos projetos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E essa resolução, para pagar essa dívida, não previa os mecanismos: dava uma carta-branca para que o Sr. Delúbio fizesse o que bem entendesse?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Nessa resolução, que nós aprovamos, previa, sim, mecanismos; tinha até... Como nós vamos ter, agora, uma eleição direta, que vai ser no dia 18 de setembro, provavelmente nós estamos esperando que deverão votar em torno de 400 mil filiados.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quando foi essa reunião?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, não sei precisar a data exata...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, aproximadamente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Aproximadamente, deve ter sido aí por volta, creio eu, de abril; mais ou menos acho que em torno de abril.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Do ano passado ou deste ano?

O SR. SILVIO PEREIRA – Como?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deste ano?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deste ano, deste ano.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu posso concluir, com a afirmação do Sr. Delúbio, que havia um Caixa 2, e que a Executiva Nacional discutiu as contas do Partido com o Diretório Nacional, que o Diretório Nacional foi induzido a erro, porque não tinha as informações que o Sr. Delúbio acaba de passar a todo o Brasil.

O SR. SILVIO PEREIRA – Essas informações, a Direção do PT não sabia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A Executiva Nacional do PT, da qual fazia parte, num primeiro momento, o ex-Ministro José Dirceu, sempre foi formada por grandes nomes. Não lhe parece estranho que o ex-Presidente José Genoíno, um dos mais ilustres Parlamentares da história do PT, que a ex-Prefeita Marta Suplicy, Vice-Presidente do Partido, e que V. S^a, mais o Sr. Delúbio, mais o Sr. Marcelo Sereno, pela história de cada um de V. S^{as}, não tivessem ciência de todos esses gastos que estavam sendo feitos pelo Brasil. Digo, assim: dirigentes experimentados, como V. S^{as}, nenhum tinha ciência desses gastos, nem a ex-Prefeita Marta Suplicy, Vice-Presidente, nem o Deputado José Genoíno, Presidente e Parlamentar por muitos anos nesta Casa, nem V. S^a, ninguém tinha conhecimento desses gastos? Era uma carta-branca que se dava para o Sr. Delúbio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso responder por mim, Sr. Deputado. O Delúbio ...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. Perguntei-lhe se não parece estranho que o Presidente José Genoíno e a Vice-Presidente, Marta Suplicy, ninguém soubesse?

O SR. SILVIO PEREIRA – No que diz respeito à forma de se obter os recursos, creio eu, que era de conhecimento apenas do Delúbio. No que diz respeito de estar contraindo recursos junto à rede bancária, da situação financeira, era de conhecimento de todos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com relação ao fato de contrair empréstimos, era de conhecimento de todos?

O SR. SILVIO PEREIRA – De buscar recursos na rede bancária, sim, claro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor deixou claro, aqui, que não tinha poderes para indicar ou nomear diretores ou Ministros, afirmando, num dado momento, até que se limitava a levar alguns currículos para a Casa Civil. Esses currículos, que o senhor levava para a Casa Civil, às vezes os entregava à Sandra, às vezes os entregava ao Sr. Marcelo Sereno, mas sempre membros do PT, a quem o senhor os encaminhava para integrar à administração. Correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se é assim, se o senhor levava esses nomes de integrantes do PT para compor o Governo, permito-me concluir que o PT auxiliou o Presidente Lula na formação do seu Governo, inclusive oferecendo nomes para preencher os quadros da máquina administrativa. Correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o senhor e eu concordamos com essas afirmações. Diante dessas afirmações, pergunto: como o senhor viu a fala do Senhor Presidente da República que, textualmente, afirmou: “Depois que ganhamos prefeituras, ganhamos governos, elegemos Deputados, eu ganhei a Presidência, grande parte desses quadros do PT vieram para o Governo, e a direção ficou muito fragilizada, muito enfraquecida, possivelmente por isso tenhamos cometido erros que outrora não cometeríamos”.

Sei que o senhor respeita a posição do Presidente da República, e o senhor já disse isso aqui hoje. Mas não lhe parece que, ao afirmar isso, o Presidente Lula buscou distanciar o Presidente e a instituição Presidência do Partido dos Trabalhadores?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nesse caso, considero correta a posição do Presidente Lula.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sua Excelência afirmou isso. Mas, anteriormente, ao responder às minhas perguntas, o senhor disse que levava currículos, que o PT ajudou a integrar os quadros da Presidência da República, e quem ajuda, formando quadros, indicando membros, quem ajuda compondo o Governo, imagino eu, que ajude a governar. Estou correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim. Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, não dá para desassociar o Governo do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Acho que são duas coisas, se me permite. Acho que em todos os governos municipais, nas grandes cidades, governos estaduais, governo federal, é natural, é legítimo que os Partidos que apóiam esse governo, que compõem esse governo, possam indicar seus quadros para o governo. O fato de o PT indicar quadros para o Governo não caracteriza, por si só, essa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deixe-me dizer, perdoe-me, mas só temos mais um minuto. Entendo, e o PSDB indica quadros para o Governo do Estado de São Paulo, mas o senhor pode ter a certeza de que o Governador nunca vai afirmar o seguinte: “Eu sou uma coisa; o PSDB é outra, e nós não temos nada a ver uma coisa com a outra”. Essa afirmação é que assusta.

O senhor disse que nunca esteve em nenhuma sala, despachando, no Palácio do Planalto. Correto?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Eu falei que nunca tive uma sala.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor teria feito alguma ligação, do Palácio do Planalto, para alguma empresa de dragagem, na sede, no Rio de Janeiro, e falado, inclusive, com a secretária do empresário, dono dessa empresa, e com o próprio empresário e, em seguida, agendado uma audiência com ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Qual empresa V. Ex^a se refere exatamente? De cabeça, eu não me lembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É uma empresa de dragagem, no Rio de Janeiro, cujo presidente dessa empresa recebeu um telefonema do senhor, telefonema esse feito do Palácio do Planalto.

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, Sr. Deputado, não sei. Realmente, posso ter feito alguma ligação. Mas, sem saber nome e detalhes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pode ter feito?

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o senhor autorizaria a empresa, caso tivesse gravado uma ligação, a vir a público e afirmar as razões e os motivos dessa conversa? a empresa, caso tivesse gravado uma ligação, a vir a público e afirmar as razões e os motivos dessa conversa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro que sim, está autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a, o seu tempo está esgotado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só concluo dizendo que percebo claramente que a mesma estratégia que se adotou no caso do Deputado Roberto Jefferson adota-se agora com relação ao Partido dos Trabalhadores. Quando o Deputado Roberto Jefferson foi convidado a integrar a base do Governo, ele era uma pessoa qualificada e preparada. Quando denunciou a corrupção, Sr. Presidente, dentro do Governo, ele passou a ser desqualificado, e vejo a mesma coisa agora por parte do Senhor Presidente da República. O PT o elegeu, o PT que, segundo ele, era sua consciência crítica, sempre integrou e se confundiu com a figura do Governo. Agora que o PT tem sobre ele essa mácula...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...ele simplesmente desassocia a figura do PT da figura do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente registrar e até agradecer ao Plenário desta Comissão por ter aprovado um requerimento que fiz, convocando pelo menos quatro funcionários de escalões diferentes, de cargos de carreira dos Correios, não da diretoria. Esclareço, Sr. Presidente, a toda população brasileira que me causa extrema preocupação, hoje, a imagem dos Correios no Brasil e até no exterior, já que é uma empresa que tem uma credibilidade muito grande, que chega quase a ser uma instituição e presta serviços relevantes ao Brasil, a maior empregadora do Brasil – são 108 mil funcionários.

É claro que temos de chamar a atenção da população, pois esse é um patrimônio do Brasil e temos de fazer tudo aqui: apurar, chamar, entregar para a Justiça qualquer um que tenha de ser condenado, enfim, precisamos também aqui estar preocupados com a imagem dessa empresa.

Por isso, tenho certeza de que, além de estarem aqui os funcionários... Depois que aprovei esse requerimento, já recebi inúmeros e-mails e cartas dos funcionários, que se sentem valorizados, porque é uma empresa centenária. Então, são milhares de funcionários na ativa e milhares de funcionários que já se aposentaram e que têm não só com um carinho especial, mas também sua vida dedicada aos Correios. Tenho certeza de que será importante que esses funcionários venham aqui para contar também o dia-a-dia da empresa, não só neste Governo, mas nos governos passados, mostrando possíveis irregularidades que, porventura, tenham acontecido nesta ou em outras administrações.

Sr. Presidente, aqui está provada, está muito clara a manipulação dos recursos públicos pelas empresas prestadoras de serviços para essas estatais. E aí há uma preocupação muito grande. A legislação, hoje, é muito clara no sentido de que tanto as prefeituras como os governos dos Estados e o Governo Federal têm, numa das principais contas, exatamente a conta de divulgação ou a mídia. E de que forma é feita a legislação? São feitas as licitações, essas empresas ganham e, depois, vão manipular todo esse recurso, que foi o recurso da licitação que ela porventura tenha ganho.

E o que acontece? Normalmente, nas campanhas políticas, muitas dessas empresas vão lá oferecer o serviço para os candidatos e, claro, depois que ganham as eleições, querem aquilo em troca. Isso também tem de ser muito bem visto aqui por esta Comissão, analisado, e creio que teremos também de combater

esse sistema, porque isso leva, inclusive, a que essa concentração de recursos seja dirigida, às vezes, para empresas de comunicação. Tenho presenciado isso nas prefeituras principalmente. Às vezes, o meio de comunicação chega a chantagear o prefeito, o governador, o Executivo. Se estiver pagando, vai divulgar o Governo. Se não tiver... Aliás, tinha até uma tal de taxa de zelo. Ou seja, as empresas ganham recursos apenas para manter a imagem do Executivo. Isso, então, leva a uma degeneração também do processo. Da mesma forma, a questão eleitoral. Todos aqui sabemos que vamos ter que fazer uma revisão na legislação eleitoral, que tem levado a essa confusão e principalmente a essa distorção do processo. É claro que vamos discutir aqui isso em outro momento, mas gostaria de iniciar as minhas perguntas, Sr. Silvio Pereira, primeiro com muito respeito ao seu trabalho. Acredito e espero que realmente V. S^a possa contribuir com esta Comissão, trazendo aqui ainda relatos, depoimentos, opiniões naquilo que possamos fazer para melhorar o Brasil.

Eu perguntaria a V. S^a se os senhores, costumeiramente, na direção do Partido, faziam avaliação do Governo, para saber como anda o Governo, como está indo a atuação do Partido em apoio ao Governo, se os senhores chegaram a fazer alguma reunião com o Presidente da República, aconselharam, ou ao Ministro José Dirceu, na linha política em que estava sendo tocado o País.

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT fez, sim, várias avaliações sobre o Governo. Como isso é muito comum nas nossas reuniões, avaliamos não só a conjuntura nacional, bem como o nosso Governo. Também realizamos reuniões com diversos Ministros. Não realizamos com a direção do Partido; no caso, com o Presidente, não tenha participado de nenhuma reunião.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Em momento algum, os senhores não chegaram à conclusão de que alguma coisa poderia estar prejudicando a imagem do Governo? Por exemplo, eu lhe perguntaria: algum membro indicado pelo próprio PT ou pelos Partidos aliados, no seu entendimento, não deveria estar ocupando aquele cargo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe, Deputado.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Por exemplo, alguém que foi indicado por um Partido ou por alguma Liderança para ocupar um determinado cargo, na sua ótica, na sua visão, houve algum momento em que o senhor discutiu isso com os companheiros do Partido ou do Governo, que aquela pessoa não teria condições de estar assumindo aquele cargo, cargo que foi assumido, por exemplo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pessoa que assumiu o cargo e, depois que ele assumiu, avaliamos?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É.

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, temos tido uma postura no PT que vale não só para pessoas indicados ao PT, mas para qualquer indicação: qualquer irregularidade que uma pessoa cometa no exercício das funções, o Governo deve tomar todas as medidas. Interferimos naquilo que o Governo decide. Portanto, se tem alguma que já ocorreu, já foi até citado hoje na CPMI um caso ou outro de petista ou mesmo de outro Partido. Quando o Governo tomou a decisão de qualquer tipo de irregularidade, o Partido nunca interferiu.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor ficou responsável pelo raio-X de todos aqueles que iriam ocupar cargo, pelo menos o senhor discutiu isso com os Partidos e indicou ao Governo. Não que o senhor tenha nomeado, como o senhor já disse aqui, mas – claro – o senhor levava os nomes que foram discutidos, como o senhor também já disse. Ao levar e ao serem nomeadas pessoas, em algum momento, os senhores tiveram discussões no sentido de que determinada pessoa poderia estar conduzindo equivocadamente, poderia estar manipulando recursos da empresa, essas coisas que estão sendo denunciadas hoje?

O SR. SILVIO PEREIRA – É indiscutível que, se nós tivéssemos conhecimento de alguma pessoa que agisse assim, evidentemente, estaríamos tomando outras decisões, enfim, encaminharíamos para que as pessoas saíssem do Governo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É sabido que foram mantidas, em alguns cargos importantes neste Governo, pessoas que já exerciam cargos no Governo anterior. Isso não incomodou aos senhores, que fizeram toda a discussão em todos os cargos no Brasil, como o senhor mesmo disse? O senhor viajou, inclusive, pelo Brasil, para discutir esses mais de cinco mil cargos. Agora, cargos importantes da esfera de primeiro escalão do Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – É, havia, sim, pessoas do PT, filiadas ou dirigentes do Partido, que questionavam por que é que não se deveriam mudar várias áreas do Governo que o militante ou dirigente considerava importantes. Não sei precisar exatamente qual é o cargo, em que lugar que seria, mas foi muito comum ouvir do interior do PT, nas reuniões do Partido, reclamações dessa permanência.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Parece-me que o estopim da denúncia do Deputado Roberto Jefferson foi a questão da indicação da Diretoria de Furnas, que era ocupada pelo Sr. Dimas. Os senhores discutiram este assunto: por que manter o

Sr. Dimas? O senhor sabe quem mantinha o Sr. Dimas no Governo? Quem o indicou no governo passado e quem o mantinha agora?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não sei. Não participei dessa discussão. Eu já estava desenvolvendo outras tarefas no PT.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Um cargo tão importante como esse, Sr. Silvio Pereira, não foi discutido por V. S^a?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não foi, Sr. Deputado. Não foi.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas o senhor discutiu todos os cargos.

O SR. SILVIO PEREIRA – Nem todos os cargos eu discuti, Sr. Deputado.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não? O que o senhor acha que levou o Deputado Roberto Jefferson a fazer essas denúncias. Ele disse inclusive que se preparou muito. Ele, como advogado e jurista, disse aqui que montou um quebra cabeça para saber qual era a origem e o que queriam fazer com ele; e que o núcleo do Governo tinha decidido destruir a vida dele. Por isso, então, ele veio fazer essas denúncias. O senhor entende dessa forma? Qual a análise que o senhor faz, porque tinha ele como uma pessoa da Base Aliada, indicando cargos importantes. E a população hoje fica a perguntar como o Governo tinha o Deputado Roberto Jefferson que sabia tanto. As coisas estão sendo configuradas, e o Governo manteve esse relacionamento o tempo todo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu realmente também fiquei surpreso com as próprias denúncias do Deputado Roberto Jefferson. Nos contatos que eu tive com ele realmente eu não tinha nenhum tipo de queixa. Eu acho que talvez fosse recíproco. Nós nunca tivemos nenhum tipo de problema.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor sabe se foram repassados os quatro milhões para S. Ex^a?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sabia dessa notícia.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor não tem nem noção. O senhor faz parte do Diretório Nacional do Partido, com toda a militância que o senhor já colocou aí. Qual a análise que o senhor faz? Qual o reflexo que tudo isso hoje está representando diretamente para o Governo? A população brasileira na verdade quer a estabilidade. Ela elege um Presidente da República e não tem nenhum desejo de ver a sua cassação. Nós já tivemos aqui um momento de cassar um Presidente da República. Mas, politicamente, isso não deixa de trazer um transtorno muito grande.

Como militante do PT, qual a análise que o senhor faz deste momento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu acho que é um momento bastante especial, bastante delicado. Eu acho que o PT vai fazer um processo de balanço bastante longo. O PT está iniciando agora um processo de eleições diretas. Nós vamos ter uma eleição agora no dia 18. Isso vai ser precedido de debates em todos os Estados, em todas as regiões. Esse debate e essa situação do PT será objeto também de profundo debate interno. Nós teremos, após a eleição da Direção no dia 18 de setembro, pelo voto direto, em torno de quatrocentos mil filiados. No final do ano, haverá o Encontro Nacional do PT - creio que nos dias 3 e 4 de dezembro -, em que a instância máxima do Partido estará reunida, e espero que a gente possa tomar uma decisão em caráter definitivo sobre todos esses episódios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor acha que o PT, ao definir os cargos, até a maioria dos Ministérios, a maioria dos cargos de segundo e terceiro escalão, exagerou e isso acabou causando algum problema na Base Aliada?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu diria até que há muita petista, sim, dos Ministérios, e há muitos Ministros petistas. Agora, isso não foi uma decisão do PT. Quem decidiu nomear os Ministros foi o Presidente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Essa decisão foi do Presidente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro, nomear Ministro é uma decisão exclusiva do Presidente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Decisão exclusiva. E o Partido não discutia e não pressionava, ao colocar 70% dos Ministros do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT nunca pressionou para colocar 70% de Ministros do PT. O PT exerceu o seu direito legítimo de poder reivindicar e indicar ao Governo membros do seu Partido.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas o PT não tinha responsabilidade com a governabilidade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tinha e continua tendo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Fala-se demais no mensalão, não é? E a eleição da Câmara foi uma demonstração de que a grande maioria dos Parlamentares não estava votando de acordo com a orientação do Governo. Por que o Governo perdeu a eleição, na sua ótica, politicamente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu acho que quem perdeu a eleição foi o PT. O PT escolheu o seu candidato entre diversas alternativas que tinha. E perdeu por sua única e exclusiva responsabilidade. É claro

que, numa casa legislativa, as relações também entre partido, base aliada e Governo, é evidente que possam ter influenciado aqui ou acolá. Mas quem perdeu a eleição foi o PT, não foi o Governo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O meu tempo está se esgotando, Presidente. Eu só quero fazer uma última pergunta. Neste momento – o senhor já ficou aqui quase dez horas, não sei quanto tempo –, em que o senhor acha que o PT errou? Em que o senhor acha que o Governo errou? E o que o senhor diria para o Brasil? Que rumo nós devemos tomar de agora para frente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, lamentavelmente, não há mais tempo. Para três perguntas, não há mais tempo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ele tem direito de responder à pergunta o tempo que for necessário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual é a pergunta?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Eu já concluí. Eu já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual foi a pergunta?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Em que ele acha que o PT errou? Em que o Governo errou? E o que o senhor imagina que irá acontecer de agora para frente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado, prever o que vai acontecer pela frente eu não tenho condições de prever. Gostaria que...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Politicamente.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, então, eu vou responder. Realmente, eu não tenho condições de prever o que vai acontecer daqui para frente. Eu acho que, do ponto de vista da CPI e da Justiça, ela vai chegar às suas conclusões. Do ponto de vista do PT, estamos iniciando um processo de balanço, de avaliação. Estamos iniciando esse processo. É ainda muito prematuro avaliarmos as conclusões. O fato é que o PT deverá passar por um amplo processo de reformulação, de rediscussão. Isso é natural, e é positivo que venha a ocorrer. Mas será um processo, não será uma coisa de curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Silvio Pereira. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, conforme havia me dirigido a V. Ex^a, eu gostaria de, inicialmente, ler os termos principais da nota da Petrobras acerca da denúncia

feita sobre a relação da maior empresa brasileira, Petrobras, com uma empresa chamada GDK. Os termos são os seguintes... Eu peço, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado, por gentileza.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Esclarecimentos sobre a relação entre a Petrobras e a GDK Engenharia.

Em função de acusações descabidas e infundadas, feitas durante a sessão de hoje, dia 19, da CPMI dos Correios, a Petrobras faz questão de vir a público informar que:

1 – O contrato da Plataforma P34 foi auditado pelo Tribunal de Contas da União, e nenhuma irregularidade foi encontrada. O relatório da equipe técnica de auditores do Tribunal de Contas da União afirma textualmente que o TCU não encontrou indícios de irregularidade na contratação de serviços de adaptação da planta da FPSO Petrobras P34. A auditoria feita pelo TCU foi solicitada pelo Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, há um ano, em ofício levado pessoalmente ao então Presidente do TCU, Valmir Campelo.

2 – Na P34, o contrato tem como objeto adaptação da planta de processo industrial, de modo que a plataforma possa ser utilizada no Campo de Jubarte a partir do próximo ano. Este tipo de trabalho deve ser realizado por empresa com atuação em construção e montagem industrial, área em que a GDK possui experiência específica comprovada.”

E aqui a parte mais importante:

“O contrato decorreu de uma licitação por convite, conforme o Decreto nº 2.745, realizada entre janeiro e junho de 2004, para a qual foram convidadas as seguintes empresas: Consórcio ABB, Camargo Correia e Andrade Gutierrez; Construtora Norberto Odebrecht SA; Fells Setal SA; GDK Engenharia SA; Mauá Jurong SA; Mendes Júnior Trading Engenharia SA; Promon Engenharia Ltda; Techint SA; Technip Engenharia SA e UTC Engenharia SA. Quatro dessas empresas declinaram oficialmente do convite. Uma não compareceu à reunião. Duas se consorciaram apresentando proposta em conjunto, e três apresentaram propostas individuais. Das quatro propostas recebidas, três foram consideradas tecnicamente válidas pela Comissão de Licitação. A diferença entre a proposta da GDK e da empresa classificada em segundo lugar foi de aproximadamen-

te US\$10 milhões. O contrato com a GDK foi assinado em 09/07/2004 com o prazo de 510 dias. A plataforma deverá deixar o Porto de Vitória no final deste ano.

3 – A GDK Engenharia – Engenharia Prestadora de Serviço para a Petrobras, desde 1994, entre os serviços para os quais a Petrobras contratou a GDK desde 1994 estão: manutenção de equipamentos industriais, reforma e ampliação de instalações prediais, construção e montagem de estruturas industriais de petróleo e gás, manutenção, construção, montagem e reabilitação de dutos.

4- Em 2001, os contratos celebrados entre a Petrobras e a GDK totalizaram, em números redondos, R\$126 milhões. Em 2002, R\$430 milhões. Em 2003, o valor total dos contratos dessas empresas foi de R\$145 milhões.”

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sr. Deputado, eu gostaria de distribuir essa nota. Eu acredito que a CPMI ganharia muito tempo, eu retirando a fotocópia e distribuindo-a, senão nós vamos ficar aqui eu não sei até que horas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – V. Ex^a tem razão. Para encerrar. “Em 2004, R\$512 milhões. Em 2004, R\$272 milhões.”

Sr. Presidente, é que não é algo corriqueiro. Foi feita uma denúncia aqui. Não foram apresentadas provas. A Petrobras é a maior empresa brasileira. Ela tem ações em Bolsas, que são sensíveis...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sr. Deputado, nós estamos fiscalizando os Correios. Aqui não há denúncia contra a Petrobras. Nós não acolhemos denúncia contra a Petrobras. Nós estamos aqui apurando os Correios e Telégrafos. Por isso é que eu faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estou utilizando a minha prerrogativa de usar da palavra, Sr. Presidente. Foi feita uma denúncia aqui, nesta Comissão, sobre as relações da GDK com a Petrobras, supostamente relações indevidas; relações anti-éticas. E a Petrobras está nos esclarecendo. E eu encaminho esta nota ao Sr. Relator.

Outra denúncia feita, nesta Comissão, com relação ao contrato de *leasing* entre o PT e o Banco do Brasil. Esses contratos de *leasing* foram submetidos ao Tribunal de Contas da União e o acórdão do Tribunal é o seguinte:

“Conhece a presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente. Determinar o seu arquivamento, devendo-se dar ciência ao Banco do Brasil com ulterior publicação deste acórdão.” Ou seja, encaminho também ao Sr. Relator a documentação do

TCU sobre a auditoria feita nos contratos de *leasing* que foram objeto de abordagem nesta CPMI também.

Por fim, gostaria de...ah, sim, o Sr. Silvio Pereira não está presente no momento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu mandarei tomar as providências. (Pausa.)

Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Silvio Pereira, em primeiro lugar, há que se reconhecer, Sr. Presidente, que esta é uma Comissão de investigação. Mas é uma Comissão Parlamentar de Investigação. Então, aqui há um trabalho de investigação, mas há um trabalho de disputa política que está em curso neste País por parte de muitos que não aceitam o fato de um Presidente de origem popular, com as características do Presidente Lula governar o Brasil. Esse fato está permeando todas as colocações. O Presidente Lula, em momento algum, na sua entrevista no domingo, disse que rejeitava o PT em seu governo. O que Sua Excelência disse, e eu também digo, e Silvio Pereira e todos nós, petistas, dizemos é que o PT errou. É um ato de grandeza do PT e do nosso Governo reconhecer que o PT errou. Agora, com isso, não se deva, em hipótese alguma, dizer que o PT é isto ou aquilo. Dizer que o PT abdicou de seu compromisso ético, de seu compromisso com a igualdade social e com a democracia neste País.

Erramos onde, Sr. Silvio Pereira? Erramos, eu acho, na política de cargos do Governo. Acho que deveríamos ter restringido o número de cargos à disposição dentro do Partido e deveríamos ter tido critérios mais rigorosos na seleção dos integrantes do nosso Governo, privilegiando, sobretudo a competência técnica e a conduta ilibada dessas pessoas. Acho que não tivemos o cuidado devido sobre isso. Em segundo lugar, erramos no que diz respeito à condução da política de finanças, sobretudo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu estou querendo ver se colaboro com V. Ex^a. Eu gostaria que os Srs. Deputados facilitassem a fala do Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, erramos na questão dos cargos e na questão das finanças partidárias. Demos autonomia excessiva ao Secretário Nacional de Finanças do Partido, a ponto do restante da direção reconhecer a gravidade dos fatos que ora se tornam públicos neste País. Temos que pedir desculpas à Nação pelos fatos realizados e, ao mesmo tempo, dizer: “Nós, do PT, nos orgulhamos do Partido que construímos. Por isso, vimos a público pedir desculpas, exatamente para retificarmos aquilo que há de incorreto em nosso Governo e respondermos solidariamente por tudo aquilo que nosso Partido praticou, por

tudo aquilo que nosso Partido fez de correto e por tudo aquilo que eventualmente fez de incorreto e que deva ser verdadeiramente retificado em nosso País”.

Creio que isso nos engrandece, meu caro Silvio Pereira, colocarmo-nos diante dessa questão.

Eu gostaria de ouvir os seus comentários sobre isso.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado Jorge Bittar, é evidente que o Partido dos Trabalhadores cometeu erros. Esses erros deverão ser avaliados, a sua extensão, e aquilo que for de errado tem que ser apurado e punido de acordo com a lei. Não só de acordo com a lei, mas também internamente. Os membros do PT que tenham cometido qualquer ato errado também devem ser punidos. Toda a opinião pública merece, e devemos dar todo o esclarecimento.

Estamos em um processo de investigação em curso aqui, na CPI; temos três comissões funcionando aqui, no Congresso; uma nova CPI está sendo instalada. Vou prestar meu depoimento também no Ministério Público e darei todas as informações necessárias.

Acredito que o PT deve, ao final desse processo, fazer um balanço, fazer uma autocrítica e prestar todo o esclarecimento à opinião pública. É dessa maneira que nós vamos continuar nossa história, porque o patrimônio do PT é muito maior do que todos nós.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tenho clareza, Sr. Silvio Pereira, de que a população – e as pesquisas revelam isso – reconhece os acertos do Governo Lula: que a economia está andando; que está gerando empregos; que programas sociais, como o Bolsa Família, os programas da área de saúde, os programas da área de educação, estão mudando a face deste País. E nós queremos exatamente estar em sintonia com isso. Para isso, nosso Partido tem que reconhecer aquilo que houve de errado, mas ao mesmo tempo tem que se orgulhar de ter construído um governo com caráter popular e democrático como o Governo do Presidente Lula.

Eu gostaria de, dirigindo-me a V. S^a, dizer o seguinte: há um ponto que, a meu ver, precisa ser melhor esclarecido. V. S^a adotou a postura de não esclarecer essa questão aqui hoje, mas penso que V. S^a deveria, em momento adequado, colocar no papel de maneira clara e irreversível a situação dos seus bens pessoais. É uma coisa que acho que o engrandecerá, na medida em que V. S^a esclareça, tintim por tintim, de maneira clara e objetiva, em momento que o senhor julgar oportuno, da forma que V. S^a julgar oportuna, que V. S^a torne transparente essa questão, porque isso, para nós, do PT, é algo muito valioso. Para a Nação brasileira, a integridade daqueles que vivem a vida pública neste País é absolutamente essencial.

Eu pediria, encareceria a V. S^a que adotasse essa postura no momento em que V. S^a julgar oportuno, da forma que V. S^a julgar oportuno.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado Jorge Bitar, eu faço questão de, no momento certo, fazer esclarecimento a toda a opinião pública, até porque já fui acusado de ter conta em Miami, conta de US\$700 milhões; às vezes dou uma informação sobre o que eu tenho, é mal interpretado, é distorcido.

Qual a postura que eu quero ter? Eu vou colocar à disposição desta CPI todas as informações que ela me requisitar; vou encaminhar para cá, independentemente de já ter abertura do meu sigilo fiscal, eu tenho cópia de todos os meus Impostos de Renda; também solicitei todos os extratos bancários que tenho, desde o início que abri a conta corrente. Tenho tudo isso em posse minha. Vou encaminhar ao Sr. Relator todos esses documentos e vou prestar esclarecimentos, porque acho que não só interessa ao País, à sociedade; interessa a mim, interessa à minha mulher, interessa à minha família. O que está em jogo é a minha honra, e eu vou esclarecer no foro apropriado, no momento em que eu julgar correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Acho correto. Agradeço a V. S^a essa postura, porque estamos na vida pública.

Eu tenho mandato parlamentar, mas não me sinto nem melhor nem pior do que V. S^a. V. S^a desempenhou, até recentemente, uma função importantíssima num dos Partidos mais queridos da população brasileira. Então, V. S^a tem até obrigação, junto à população brasileira, de prestar os esclarecimentos necessários, porque isso é fundamental para a construção democrática brasileira e para o papel importante que o PT – sem negar a importância dos demais Partidos – tem ainda a desenvolver para o projeto democrático e para a sustentação do Governo do Presidente Lula.

O SR. SILVIO PEREIRA – Posso fazer só um comentário, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele está com a palavra.

O SR. SILVIO PEREIRA – Deputado Jorge Bitar, eu lhe asseguro – e assumo este compromisso público aqui – que vou vir a público informar cada bem que tenho, tudo que possuo e tudo que relatei. E assumo esse compromisso não só com o senhor, mas também com toda a CPI e com toda a opinião pública. Farei isso. Não tenho o que esconder. Não tenho de que me envergonhar. Tudo o que tenho. E tudo o que tenho – afirmo e reafirmo – tudo está no Imposto de Renda. Tudo. Não tenho nenhum bem, nenhum, nenhuma caneta que não esteja colocada no meu Imposto de

Renda, e tudo será prestado à CPI e a toda a opinião pública. Eu faço questão disso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que foi rigorosíssimo com o tempo.

Com a palavra o ilustre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, antes do questionamento, um registro. Em nome da Bancada do PSDB, nós estamos encaminhando à Mesa dois requerimentos. O primeiro é para que seja solicitada ao Procurador-Geral da República a presença de membros do Ministério Público para o acompanhamento dos trabalhos desta CPMI e, se for o caso, o estabelecimento de uma força-tarefa.

Por que isso? Há muitas questões nas quais já cabe o desdobramento criminal. Não nos cabe o julgamento criminal nesta CPMI. Nosso processo é político. No entanto, não podemos esperar o final da CPMI para tomar algumas atitudes diante de fatos já evidentes que demonstram, em tese, a existência de uma série de crimes que se vão reproduzindo durante as nossas investigações.

Da mesma forma, um outro requerimento mais específico. Nós estamos tendo um cuidado louvável de evitar os excessos pendulares. De um extremo, aquela idéia de que a CPMI prende e arrebenta, o que desgasta a CPMI, como já desgastou em investigações passadas, conforme uma autocrítica do Congresso Nacional muito positiva. Isso, por outro lado, não pode gerar a idéia falsa de que as pessoas estão esquecendo, principalmente os depoentes, o poder coercitivo de uma CPMI. Principalmente, seria uma omissão da nossa parte deixar de ter uma atitude muito firme e rigorosa contra o continuado desrespeito, a tentativa de obstrução dos trabalhos, a tentativa de destruição de provas, a tentativa de construção de versões, à medida que os trabalhos da CPMI estão avançando de forma muito objetiva e respeitando todos dispositivos processuais e constitucionais.

Evitar o excesso pendular do prende e arrebenta, mas evitar o excesso pendular de que a CPMI é frouxa, não toma atitude e aceita passivamente uma série de atos que nós estamos verificando ao longo das investigações. O Sr. Marcos Valério veio aqui com **habeas corpus**. Entendemos a crítica que a Ordem dos Advogados faz com relação a excessos cometidos pela CPMI, mas cabe também uma reflexão da Ordem sobre as fundamentações dos pedidos de **habeas corpus** em relação ao comportamento e à

crítica generalizada e infundada que se faz à CPMI e ao Congresso Nacional neste momento. Nós respeitamos profundamente as decisões, mas o fato de ser concedido o **habeas corpus** não significa que as pessoas possam mentir. Podem negar-se a falar, utilizar seu direito ao silêncio, evitar de se auto-incriminar, vir acompanhados de advogados, independentemente de **habeas corpus**, porque é um dispositivo constitucional a ser respeitado pela CPMI.

Entretanto, depois do depoimento do Sr. Marcos Valério na condição de investigado, ficou evidente na entrevista dada ao Jornal Nacional que ele mentiu. Ele não se negou a dizer a verdade, ele não deixou de se auto-incriminar, mas ele mentiu à CPMI. Há pelo menos dez pontos de contradição entre sua entrevista e o depoimento à CPMI. Se esperarmos o resultado final, é um desrespeito a esta investigação, e vamos perder o poder de coerção próprio de uma CPMI.

Nesse sentido, estamos solicitando que esta CPMI requeira ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no sentido de que se peça ao Poder Judiciário Federal e ao Poder Judiciário Estadual a prisão preventiva do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, de acordo com o art. 305 do Código Penal, arts. 311, 12 e 13 do Código de Processo Penal, pela conveniência da instrução criminal, art. 58, § 3º da Constituição Federal, bem como em respeito à legislação referente à CPMI, tendo em vista a notícia confirmada da destruição de provas que podem ser fundamentais à investigação desta CPMI.

A propósito, nessa madrugada, foram apreendidos mais 11 computadores, e mais provas que estavam sendo incineradas foram apreendidas pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e pelo Ministério Público. Portanto, por medida cautelar, em respeito às investigações, respeitando as competências dos órgãos de investigação, fiscalização e decisão, não cabe a nós decretar a prisão preventiva, mas solicitar a cooperação e o trabalho do Ministério Público se entender fazer essa solicitação ao Poder Judiciário, mas deixando claro desde já que, pelo menos da nossa parte, há preocupação muito séria em evitar bobagens na CPMI, mas também em não aceitar o contínuo desrespeito com relação aos depoimentos.

De forma objetiva, também em respeito à decisão do Supremo para o Sr. Silvio Pereira, muitas questões já foram apresentadas, estamos elencando todas as suas respostas para confrontar com outras investigações e com eventuais entrevistas que o senhor já concedeu aos meios de comunicação. Então, se o senhor entender que é “sim” ou “não” ou se negar a falar, está de acordo com a decisão que o senhor conseguiu, mas para consignar na investigação e no

trabalho complementar que queremos apresentar ao final desta investigação.

Sr. Silvio, não vamos discutir a questão de te-souraria. Esse assunto ficará para amanhã, com o Sr. Delúbio.

Adianto à CPMI que temos hoje elementos suficientes para termos condições amanhã de realizar um depoimento muito mais produtivo em razão dos dados que chegaram no dia de hoje à CPMI, que serão profundamente reveladores e que poderão permitir uma inquirição muito mais consistente e qualificada no dia de amanhã, com relação à movimentação financeira de todas as pessoas que estão sendo investigadas.

Vou me ater à questão administrativa. A primeira pergunta que lhe faço: como é o processo de administração do PT? Qual é o papel do senhor como Secretário-Geral do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Atuei até meados de maio, junho, como Secretário de Organização. Nessa função, que já ocupei por dois mandatos na Executiva Nacional e por três mandatos na Executiva de São Paulo, tenho domínio e sei exatamente o que fiz ao longo desse tempo.

Quando fui substituir o Deputado Jorge Bittar como Secretário-Geral – porque não fui eleito como Secretário-Geral –, quando o Deputado pediu licença para ser candidato no Rio de Janeiro, ocupei o lugar dele como Secretário-Geral, e, na verdade, a única função que exerci na qualidade de Secretário-Geral... Eu já vinha coordenando o GTE, o Grupo de Trabalho Eleitoral do PT. Então, a única atividade que realizei, que coordenei, nesse período como Secretário-Geral – nem precisaria ser Secretário-Geral –, porque eu já era eleito Coordenador do GTE desde 2003... Continuei, mesmo mudando de cargo, exercendo a mesma função de coordenador das eleições.

Neste ano, eu estava organizando, junto com outros companheiros da Secretaria de Organização de que participei, o processo de eleição direta. Cheguei a organizar isso, até agora, antes de eu pedir a minha licença como Secretário-Geral. Então, em 2004, foram as eleições; e, neste ano agora, seriam as eleições diretas, que só fiz parcialmente.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor entrou no PT ou na Executiva Nacional a convite do Presidente Genoino ou do então Deputado José Dirceu, antes de entrar no Ministério? Estou me referindo ao passado, não a este período de Governo. Como é a sua história no PT? O senhor foi à Executiva ligado a esse grupo político do atual Deputado José Dirceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Entrei para a Executiva contra esse grupo hegemônico do PT. Eu estava informando aqui no começo que eu e outros compa-

nhеiros do PT lançamos e fundamos um grupo que continua dentro do PT, na época chamado Hora da Verdade, e que foi uma dissidência interna no PT. Lançamos uma chapa própria, concorremos às eleições e tínhamos direito a dois membros na Comissão Executiva Nacional do PT; aliás – desculpem-me –, um membro na Comissão Executiva Nacional do PT. Num primeiro momento, esse lugar foi ocupado pela Deputada Federal Joana D’Arc, que era da nossa chapa. Elegemos em torno de cinco ou seis membros para o Diretório Nacional.

Quando eu estava no gabinete do Deputado Rui Falcão, trabalhando na Assembléia Legislativa de São Paulo, concorreu à reeleição, não foi eleito. Aí, sim, solicitei o meu cargo na Comissão Executiva para o qual fui eleito pela minha própria chapa.

Já no segundo mandato, fiz parte do campo majoritário, que é o que detém hoje a maioria do Partido. Já na segunda gestão, fui eleito pelo campo majoritário.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nesse período, o senhor tinha contato freqüente com José Dirceu, com José Genoino, inclusive nas reuniões executivas do Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor era responsável – uma questão formal – pelas atas do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Agora, no período de Secretário-Geral, sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor poderia mandar essas atas?

O SR. SILVIO PEREIRA – Claro que sim. Da minha parte, nenhum tipo de problema.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Porque o senhor falou que as questões das dívidas, dos apoios eleitorais passavam pela Executiva e pelo Diretório Nacional. Portanto, isso deve constar nas atas também.

O SR. SILVIO PEREIRA – Passava. Por exemplo: a questão do balancete que fizemos da campanha eleitoral, a prestação de contas, tudo isso fez parte. E também fazia parte da nossa discussão as diretrizes para a campanha eleitoral, as cidades prioritárias. Então, isso consta em ata, e, evidentemente, é importante que a CPI tenha isso.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E todo encaminhamento e documentação à Justiça Eleitoral também passava pela Executiva? E o senhor também assinava?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não sei se eu chegava a assinar formalmente, mas era aprovado não só pela Executiva, mas também por uma instância superior à Executiva, que é o Diretório Nacional do PT.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está certo.

Voltando à relação já no Governo. O senhor falou que participava de algumas negociações, inclusive deu o nome do Líder, José Borba, e participou de eventuais reuniões lá no Palácio do Planalto. Só uma pergunta, um detalhe: nessas reuniões, como é que se dava a indicação? Como era feito o processo de análise? Por exemplo, o senhor consultava a Abin ou recebia informações da Abin com relação aos indicados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não, mas acho que o Governo tinha um processo de consulta interna, que não sei se é exatamente a Abin, mas tinha um mecanismo de consulta. Mas basicamente os relatórios que recebíamos referiam-se a coisas como se uma pessoa tinha um cheque sem fundo, se devia um condomínio. Só aparecia aquilo que tinha processos na Justiça ou dívidas, como cheque sem fundo, prestações. Era esse tipo de consulta que era realizado. Era esse o informe que recebíamos. Não sei se tinha Abin ou não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E o senhor tratava disso, volto a insistir, com a Sandra Cabral, Marcelo Sereno, Waldomiro Diniz e com o ex-Ministro José Dirceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, com o Waldomiro Diniz, não. O Waldomiro Diniz, nos tempos em que tive contato, ele basicamente traduzia as diversas queixas, reclamações em relação a pleitos acordados com partidos da base e que não tinham sido concluídos e executados pelo Governo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas por que ele se queixava com o senhor? Ele era sub-chefe e não sabia quais as autoridades que tinham legitimidade para esse tipo de atitude? Por exemplo, por que ele não reclamava com o então Ministro-Chefe José Dirceu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Provavelmente, ele deve ter feito isso. Eu não tenho conhecimento porque não acompanhava o funcionamento da Casa Civil. Nos contatos que tive com ele, era exatamente isto: ele sempre falando, eram sempre contatos muito rápidos com ele. Ele não tinha nenhuma tarefa, pelo menos que eu saiba, executiva, e todos os momentos em que eu conversava com ele, ele reclamava: “Tem um deputado lá do PT que não tem nada no Governo, não foi atendido; deputado B com emenda não liberada” – a emenda dele caminhava em local específico.

Quando eu discutia com os partidos da base aliada, eu tinha essa...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Silvío, desculpe-me interrompê-lo, Sr. Presidente, porque a minha preocupação é o tempo. Depois, vou me reinscrever.

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não, o senhor, é claro, com toda a liberdade. Desculpe-me, não quero prejudicar a sua resposta. Mas o seu interlocutor então, no Governo, era o Waldomiro Diniz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não. O Waldomiro nunca foi meu interlocutor no Governo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas quem era o interlocutor no Governo?

O SR. SILVIO PEREIRA – No Governo, quando eu encaminhava o... Assim como tinha o PT, cujo representante era eu, cada partido da base tinha seu representante, e nós discutíamos, no caso, na Casa Civil.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas com quem na Casa Civil, especificamente?

O SR. SILVIO PEREIRA – Quando era com todos os partidos, com todos os representantes, as discussões mais gerais eram com o Ministro. Depois, no desdobramento, no dia-a-dia, era com a sua assessoria.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Então, com o Ministro José Dirceu.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – As reuniões se davam onde na Casa Civil?

O SR. SILVIO PEREIRA – As reuniões se davam ou na sala de reunião ou na... Quando era com o Ministro, com os demais representantes de todos os partidos, ela ocorria numa sala maior da Casa Civil. Quando se tratava de reuniões menores, ocorria na sala de trabalho, onde havia alguns assessores e havia um espaço com uma mesinha redonda. Ali nós fazíamos algumas reuniões.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Era no fundo do Palácio isso ou não?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, não. Era lá no Palácio. Ele mudava de local de acordo... Já mudou três vezes de local a sala. Na medida em que mudavam os Ministros, mudava-se também a localização física.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo. O senhor tinha contatos com representantes do Grupo de Trabalho Eleitoral em todos os Estados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim. Sim, senhor.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eles eram responsáveis pela arrecadação financeira nos Estados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. O que eu discutia exatamente com... Dentro de cada Estado, dentro de cada GTE, havia uma pessoa responsável por finanças, uma pessoa responsável pela comunicação. Eu me reunia com os coordenadores do GTE; como secretário de comunicação, eu me reunia com os responsáveis da área de comunicação, e o secretário de

finanças se reunia com os responsáveis financeiros em cada Estado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Qual é a sua relação com Jorge Sonda, do Paraná?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Jorge Sonda? A sua relação com ele no Paraná?

O SR. SILVIO PEREIRA – Jorge Sonda. Se não me engano, devo tê-lo visto participando de campanha lá no Paraná, o Sr. Jorge Sonda. Mas não tive nenhum tipo de relacionamento com ele.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor esteve alguma vez com o diretor de liquidação do Banco Central?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca estive.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor nunca esteve com representantes do Banco Mercantil de Pernambuco?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca ... banco?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Banco Mercantil de Pernambuco.

O SR. SILVIO PEREIRA – Que eu me lembre, não. Se tiver algum nome, eu posso até lembrar.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É só para constar, Presidente.

O senhor, por meio do grupo de trabalho eleitoral, fechou contrato para pesquisa eleitoral nos 100 maiores Municípios do Brasil?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, eu não fechei. Fechei um contrato, Sr. Deputado, em termos de contratação, com um grupo de pesquisa eleitoral que se chamava NOP, que é um grupo de pesquisa eleitoral da Fundação Perseu Abramo, que prestava assessoria para nós. As pesquisas realizadas para o PT pelos grandes institutos não foram contratadas por mim, nem tive acompanhamento, e o responsável ficava aqui em Brasília e não ficava em São Paulo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento se foi contratado algum instituto de pesquisa fora esse?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senhor?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Foi contratado algum instituto de pesquisa?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, tenho conhecimento.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu vou-me inscrever depois só para umas perguntas muito objetivas, vai ser um bate-bola, mas vou fazer uma última observação: o ex-Ministro José Dirceu declarou – foi publicado na revista **Veja** – que se fosse instalada a CPMI e esta fosse minimamente competente, iria pegar pelo menos o Delúbio e o Sil-

vinho. O senhor tem conhecimento dessa declaração, pode explicá-la?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu tive conhecimento, sim, dessa declaração. Acho que foi publicada na capa da revista **Veja**, o que me deixou profundamente magoado, triste. Na oportunidade, o ex-Ministro soltou uma nota negando que tenha dito essa frase; soltou uma nota por escrito. Como a revista não o contraditou, não fez o contraditório, eu estou com a palavra do ex-Ministro José Dirceu, que assinou uma nota desmentindo essa informação.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Uma última pergunta: o senhor solicitou recursos da GKD S. A.?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamentavelmente, lamentavelmente. V. Ex^a tem o direito da reinscrição. Agradeço.

Com a palavra, o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Silvio Pereira, nobres Pares, no final de semana, o nosso reencontro com as bases é muito importante para avaliarmos o que a população está pensando do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, um minuto.

Eu gostaria de pedir um pouco mais de silêncio. Está quase impossível ouvir o depoimento do Deputado. Eu gostaria inclusive que V. Ex^a se sentasse aqui na frente porque senão vai ficar difícil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu creio que o som não vai aumentar em nada. Talvez porque V. Ex^a goste de ver a minha simpatia.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu peço, mais uma vez, a colaboração de todos no sentido de que possamos ouvir, porque do contrário não tem muito sentido.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Dizia eu que o nosso reencontro com as bases é muito importante, porque tomamos conhecimento de como o povo está avaliando o trabalho da Comissão e como a população também sente os depoimentos daqueles que são convocados ou convidados.

Eu ouvi uma frase lapidar de um motorista de praça. Ele me dizia: “Nós estamos acompanhando o

trabalho de vocês e estamos vendo que muitos dos depoentes escondem o rabos, mas, quanto mais escondem os rabos, mais o nariz cresce”. Realmente, essa é uma verdade.

Eu já disse aqui, em reunião anterior, que é mais fácil nós tirarmos leite de pedra do que conseguirmos uma confissão correta, séria, de qualquer dos depoentes. Eles já vêm aqui com o intuito pré-concebido não de colaborar, não de facilitar, mas de dificultar os trabalhos.

De maneira que, Sr. Presidente, eu vou mais além. Está grassando, neste País, uma epidemia de amnésia. Senador Suplicy, os que vêm aqui depor estão sofrendo de amnésia. Esquecem-se de suas lutas passadas, dos cargos que ocuparam, do que fizeram, do que deixaram de fazer, ao ponto de empréstimos vultosos serem tomados em casas bancárias, com avais de empresários para um Partido, e o seu Presidente não saber quem foi o avalista. Isso é, realmente, i-na-cei-tá-vel e in-con-ce-bí-vel, mas nossa função aqui é apurar. E vamos apurar exatamente porque à medida que os rabos mais se esconderem mais os narizes vão crescendo, e a verdade virá à tona. Mas, Sr. Silvio Pereira, V. S^a foi militante do PT desde o início.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, com esse barulho na minha retaguarda, é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acho que está chegando o momento de suspender a reunião. É impossível continuarmos desse jeito. Todos já tiveram oportunidade de falar e quando o orador está na tribuna todos querem falar ao mesmo tempo. Vou pedir às pessoas que estão lá no fundo, aos jornalistas que colaborem, por favor. Há um orador na tribuna, o Deputado Asdrubal Bentes. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a, dentro do PT, vem desde a militância nas sociedades eclesiais de base até assumir cargos importantes no diretório do Partido em São Paulo e no diretório nacional. Então, sabe V. S^a que o PT sempre foi um partido que primou por tomar decisões pelos seus filiados, de maneira que nos causa espécie que empréstimos tomados em casas bancárias pelo PT sejam do conhecimento de apenas o tesoureiro, que esses empréstimos não tenham sido do conhecimento do filiados, pelo menos da sua comissão executiva. V. Ex^a sabia desses empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, a única coisa que eu sabia, Sr. Deputado, é que o Secretário de Finanças estava tentando obter esses recursos. Não sabia, por exemplo, aonde, em que banco, de que forma, exceto

naquilo que era informado, como foi a prestação de contas do PT. A gente só tinha as informações mais completas por ocasião da prestação de contas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas nessa prestação de contas, que o senhor falou aqui que foi aprovada em abril, se não me falha a memória, ou maio, constavam esses empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não constavam.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não constavam?

O SR. SILVIO PEREIRA – Esse que está sendo noticiado agora não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então o senhor está nos dizendo que o PT não tem nenhuma responsabilidade com relação a esses empréstimos tomados com o aval do Sr. Marcos Valério?

O SR. SILVIO PEREIRA – Estou me referindo a esse empréstimo agora que o Secretário de Finanças confirmou que o Sr. Marcos Valério conseguiu sem estar contabilizado. Esse empréstimo, a direção do Partido não tinha conhecimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A direção do Partido não tinha conhecimento. Então só quem tinha conhecimento era o Sr. Delúbio?

O SR. SILVIO PEREIRA – Amanhã ele vai poder esclarecer quem mais teria conhecimento. No meu caso, não sabia desse empréstimo. Creio também que esse assunto, o detalhamento, foi de responsabilidade do senhor Secretário de Finanças.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas dentro da competência estatutária, podia ele contrair um empréstimo sem a autorização do órgão maior, do colegiado?

O SR. SILVIO PEREIRA – O Partido autorizava ele a buscar recurso financeiro na rede bancária. Conforme eu falei para o senhor, o detalhamento e a forma disso, nós não acompanhávamos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas se ele não encaminhou ao colegiado, esse dinheiro não entrou no caixa do PT, no caixa oficial que foi prestado conta, certo?

O SR. SILVIO PEREIRA – O Secretário de Finanças, ex-Secretário de Finanças já assumiu que teve recursos não contabilizados. Eu creio que ele vai amanhã, aqui, nessa CPI, prestar todos os esclarecimentos necessários referente, porque acho que é o único no PT que tem condições de poder dar maiores detalhes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então V. S^a também confirma, aliás, já confirmado pelo próprio Presidente Lula, a existência de um caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não tinha conhe-

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a não tinha conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a disse aqui que, como secretário, era quem redigia as atas das reuniões.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Evidentemente, deve ter havido uma reunião do colegiado autorizando o tesoureiro a contrair empréstimos em casas bancárias. Existe essa ata?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deve existir. Posso verificar e encaminharei as atas aqui para a CPMI.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Relator, por favor, solicito que sejam requisitadas essas atas para que fique realmente comprovado se esses recursos foram conseguidos com aprovação do órgão competente ou se esses recursos foram conseguidos, individualmente, pelo tesoureiro e para aonde foram esses recursos. Será que esses recursos são aqueles que estão sendo muito comentados à boca pequena e até em toda a imprensa de que há um listão de pessoas que iam receber no Banco Rural por determinação ou do tesoureiro Delúbio ou do Sr. Marcos Valério? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Bem que eu disse que, na realidade, não vamos conseguir tirar leite de pedra. De jeito e qualidade. Aqui não vamos conseguir nada. Estou preparado para receber, diariamente, aqui, festivais de “não”, de negativas. Vou, então, partir para a parte que lhe diz mais respeito, já que esta outra vamos ter oportunidade, amanhã, de inquirir o Sr. Delúbio.

V. S^a disse que era o representante do PT nas tratativas com os Partidos da Base Aliada e com o próprio Partido para as indicações de nomes para cargos e funções de confiança. V. S^a confirma?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu representava o PT e coordenava as indicações do PT.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a insiste em dizer que o PT é uma coisa e que o Governo é outra.

O SR. SILVIO PEREIRA – Do ponto de vista administrativo, sim; do ponto de vista político, é claro que quem está no Governo ou é vinculado ao PT ou é vinculado aos partidos que compõem o Governo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a não acha que há uma separação muito tênue, difícil até de se perceber, entre onde termina a função do Partido dos Trabalhadores, que é o Partido que elegeu o Presidente da República, e o Presidente Lula,

o Governo Lula? V. S^a não acha que, em determinados momentos, se confundem essas ações, a partir do momento em que V. S^a, que era o encarregado de fazer a seleção das indicações e encaminhá-las à Presidência da República, por intermédio da Casa Civil? Confere?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Deputado, para mim, é muito clara a separação entre Governo e Partido. Eu, pelo menos, nunca confundi essas duas instâncias. Eu indicava os nomes do PT e parava na porta do Governo. A partir dali, o Governo decidia, com base em seus critérios.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a disse que indicava os nomes do PT. Mas o Deputado Roberto Jefferson, em depoimento nesta Casa, disse que foi por intermédio de V. S^a que foram indicados nomes para as diretorias dos Correios, para o Instituto de Resseguros do Brasil e para outros cargos e funções públicos em outras estatais. A que o senhor atribui essa afirmação do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não se confirma, Sr. Deputado. Não se confirma.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não se confirma?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não se confirma. Pode ter alguns cargos do PT que havia encaminhado... Esses que o senhor acabou de citar agora, com certeza, não se confirmam.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas aqui mesmo vieram pessoas da diretoria dos Correios, se não me falha a memória, o Medeiros, que declarou que era indicação de V. S^a.

O SR. SILVIO PEREIRA – Expliquei já aqui, hoje, Sr. Deputado, que o Eduardo Medeiros foi indicado por um grupo de funcionários dos Correios, que eu recebi em meados de novembro. Repassei essa indicação ao Governo. A partir dali, ele tomou a decisão. Deve ter encaminhado pelos Correios ou pelo Ministério das Comunicações. Não sei exatamente qual foi o trâmite, mas foi assim que encaminhei. E mesmo em relação, às vezes, a outros nomes do PT era o mesmo procedimento que eu fazia. Em alguns casos, que eram uns casos importantes, que a gente pudesse julgar algum importante para o PT, eu lutava, eu brigava por ele. Não foi o caso aqui citado, tanto é que, quando de um encontro meu, em 2004, com o Senador Fernando Bezerra, que esteve aqui hoje, eu sugeri ao Senador Fernando Bezerra que reivindicasse junto ao Governo esse cargo de Diretor de Tecnologia. Quem encaminhou esse pedido do Senador Fernando Bezerra foi o próprio, junto ao Governo, conforme ele colocou aqui. Depois, acompanhei pelos jornais que o Governo havia aceitado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O Deputado Roberto Jefferson afirmou também que quem dava o sinal verde para a Casa Civil sobre as indicações dos Partidos da Base Aliada, no caso do PTB, e ele citou as funções que eu acabei de mencionar, era V. S^a.

O SR. SILVIO PEREIRA – Isso não é verdade, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu não vou mais insistir em quaisquer indagações, porque sinto que todas as respostas serão negativas, mesmo aquelas em que depoentes que antecederam o Sr. Silvio Pereira vieram aqui, não apenas um, mas versões coincidentes do Deputado Roberto Jefferson com o do Sr. Medeiros, e agora ele nega peremptoriamente que tenha qualquer participação naquela indicação. Então, eu volto a insistir que esta Comissão tem que, na quinta-feira, em reunião administrativa, decidir por criar subcomissões para analisar a vasta documentação que já está aí. Só por meio dessa análise é que nós vamos realmente chegar a algum lugar. Os depoimentos aqui vão servir de palco, de palanque, e, segundo a interpretação maledicente de alguns, de circo, para nós que poderemos nós transformar nos palhaços da vida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Agora, quero deixar bem claro: muita coisa que se fala aqui às vezes é mal-interpretada pelo público. Todos que vierem aqui ou todos que forem a qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito têm o direito de não se auto-incriminar, de **habeas corpus** do Supremo. A própria Constituição brasileira garante isso. Então, é só para esclarecer, porque de repente pode haver aí uma má interpretação. Então, não é culpa da Comissão...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pela minha formação jurídica, eu sei perfeitamente disso. Agora, tenho o direito de externar a minha opinião como Parlamentar e não como advogado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeitamente, e nós acataremos as opiniões de V. Ex^a no sentido de averiguar profundamente essa documentação, e é isso que já está sendo feito pelo Relator e pelos demais membros desta Comissão. As investigações estão sendo profundas e serão profundas. Pode ter certeza disso.

Com a palavra o ilustre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares,...

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT – SP) – Eu indagaria, antes da fala do Senador Heráclito Fortes,

se poderíamos ter a seqüência, só para informação e organização nossa, dos próximos arguidores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a e o Senador Pedro Simon serão os próximos.

Asseguro a palavra a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Peço que corrijam o tempo de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Silvio Pereira, é bastante constrangido que, a este horário, eu ainda ouse fazer perguntas a V. S^a. O meu constrangimento é por reconhecer que V. S^a está literalmente cansado, e aumenta, porque sei que não irei conseguir nenhum fato novo. V. S^a veio para cá orientado e determinado, e nós temos que conviver com depoimentos dessa natureza. Mas, em alguns momentos, algumas declarações suas podem nos levar a esclarecimentos. Não lembro mais aqui, respondendo a quem indagava, V. S^a falou sobre sua luta para conseguir liberações de recursos para campanhas do PT e sobre a distribuição e dificuldade. Falou de um Estado nordestino, salvo engano Paraíba ou Rio Grande do Norte, que teria ajudado na liberação. V. S^a confirma?

O SR. SILVIO PEREIRA – No cuidado da liberação de custo, o que está me informando aqui é que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A distribuição, não é isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nem distribuição nem captação. Eu ia nos Estados, que estavam com bastante dificuldade. Eu chegava na direção do PT, falava dessas dificuldades, reclamava desses Estados. Citei o caso aqui da Paraíba em particular, porque foi um dos Estados que realmente sofreu bastante dificuldade na medida em que os candidatos não estavam bem posicionados na pesquisa, menos ajuda vinha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Isso em 2002 ou 2004?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em 2004.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em 2002 e 2004, fora o caso que V. S^a fala da Paraíba, pode nominar mais alguns Estados onde tenha tido uma participação ou influenciado para essas liberações de recursos?

O SR. SILVIO PEREIRA – No caso de 2002, o meu único trabalho foi fazer a análise sobre a situação eleitoral em cada Estado. E acompanhava esse desenvolvimento eleitoral em cada Estado, ajudando, inclusive, a constituir as coligações. Então, isso foi em 2002.

Em 2004, eu coordenei politicamente as eleições. Posso assegurar-lhe que pelo menos nos Estados do Norte as dificuldades eram imensas. Em vários Estados do Nordeste também as dificuldades eram imen-

sas. Na medida em que o candidato não estava bem posicionado na pesquisa, maiores eram as dificuldades que esse candidato tinha. Justamente esses que mais tinham dificuldade que eu passava a lutar mais por eles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Lembro-me muito bem de que, na campanha de 2004, no meu Estado, Piauí, era aguardada com muita expectativa uma remessa, uma ajuda que V. S^a, por meio do Diretório Nacional, iria enviar para aquele Estado. Nem sei se V. S^a realmente conseguiu ajudar o Partido no meu Estado.

O SR. SILVIO PEREIRA – Se teve um Estado em que, infelizmente, não acompanhei... Justamente porque como lá tinha governador, eram outras pessoas eram responsáveis pelo Estado. No caso do Piauí, acompanhei bastante antes de termos conquistado o governo estadual. Depois que conquistamos o governo estadual, nunca mais estive no Estado, nunca mais acompanhei a direção, muito menos havia prometido qualquer tipo de remessa ou de material ou de recurso para o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem era o encarregado da questão do Piauí no Diretório Nacional?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nós tínhamos vários dirigentes e cada qual era responsável por alguns Estados. Não me lembro quem era o do Piauí. Mas, entre os 21 membros da Executiva, a gente se dividia para os diversos Estados. No Nordeste devia haver uns três responsáveis. Eu, como coordenador-geral, poderia circular o conjunto do País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em 2002 a sua participação foi maior lá?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em 2002 foi maior, porque estive no Piauí para discutir as candidaturas, a política de alianças. Como o senhor sabe, houve muita resistência no PT local para fazer aliança, por exemplo, com o PL. Eu estive lá em uma assembléia do PT, com mais de 200 pessoas, tentando dialogar com o Partido para formar as coligações. Antes das eleições, discuti, basicamente, a formação das coligações durante a campanha, fornecendo subsídios para a direção no que tange ao acompanhamento eleitoral.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado. V. S^a conhece o Sr. Marcos Vieira?

O SR. SILVIO PEREIRA – Marcos Vieira? V. Ex^a pode me dar alguma outra referência?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Advantagem.

O SR. SILVIO PEREIRA – Hã?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Advantagem.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vitor Nunes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Também não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eduardo Fisher, publicitário?

O SR. SILVIO PEREIRA – O Fisher? Já estive com o Fisher. O publicitário? Sim, já estive com ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fernando Moura?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, já estive. Conheço Fernando Moura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a ligação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu tenho relação de amizade. No começo ele já me ajudou, apresentando-me a algumas pessoas, a alguns empresários ou a pessoas da sociedade civil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Graciano dos Santos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Graciano? Não me recordo do nome.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Edmundo Armond?

O SR. SILVIO PEREIRA – Edmundo Armond? O da Cobra? Sim, ele foi do Diretório Nacional do PT junto comigo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Juntamente com Graciano Santos. Os dois são da Cobra.

O SR. SILVIO PEREIRA – O outro posso até conhecer. Não, não conheço. Mas o Armond foi da Direção Nacional do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E Mônica Góes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Com esse sobrenome, não. Se tiver mais alguma referência... Só com o nome Mônica Góes eu não conheço. Tem alguma outra referência?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ligações com a Previ.

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, com certeza não. Se há um assunto que nunca tratei e nunca acompanhei foi fundos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, eu gostaria de encaminhar a V. Ex^a, posteriormente, e justificarei, o pedido de quebra de sigilo bancário e telefônico da Sr^a Mônica Góes.

V. S^a, em determinado momento, defendeu a expulsão de alguns rebeldes naquele movimento que houve, em que algumas das vítimas foram a nossa companheira Heloísa Helena e o Deputado Babá. V. S^a encabeçou a expulsão. No entanto, defendeu a permanência do Governador Flamarion Portela.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não defendi a permanência do Sr. Flamarion Portela. Quando houve a denúncia...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou me baseando exatamente no noticiário da época.

O SR. SILVIO PEREIRA – Mas V. Ex^a pode ter certeza de que não. Durante o período em que ocorreu a operação gafanhoto, em Roraima, eu fui um dos responsáveis pela entrada do Sr. Flamarion no PT. Estive até em Roraima. Fui uma das pessoas que formularam o convite para o então Governador entrar no PT. Participei da sua filiação com várias outras lideranças do Partido, aqui, em Brasília. Portanto, tive responsabilidade, sim, pela sua entrada, pela sua filiação ao PT.

Acompanhei, durante algum período, o PT em Roraima. Assim que saiu essa denúncia da Operação Gafanhoto, nós nos reunimos, a Direção do Partido. Nós íamos tomar uma decisão, até mesmo o desligamento. O Sr. Flamarion se antecipou, fez um pedido de licença. Isso foi na reunião do Diretório Nacional. Estava na pauta da reunião do Diretório Nacional a avaliação do Sr. Flamarion. Estava na pauta da reunião. Durante a própria reunião, chegou a carta. Quando cheguei à reunião – cheguei até um pouquinho atrasado –, já estava a carta de pedido de afastamento do Sr. Flamarion. E eu não fiz a defesa, nem no PT nem fora, da sua permanência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os jornais da época diziam que V. S^a, como Secretário de Organização do Partido, foi quem coordenou as festas de comemoração da vitória do Presidente Lula, como também aquela bonita festa de posse. Quem pagou?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Devidamente contabilizado na...

O SR. SILVIO PEREIRA – Devidamente contabilizado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está na prestação de contas do Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Está na prestação de contas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu coordenei apenas a posse aqui em Brasília.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas a posse em Brasília?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em Brasília.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na semana passada, no domingo, houve uma série de declarações do Sr. Delúbio, do Sr. Marcos Valério e, posteriormente, do Presidente da República, que fe-

chavam pelo menos a tentativa de uma versão nova para esse uso de recursos públicos.

O Sr. Delúbio Soares não concorda com o uso da expressão “caixa dois”. Diz que são verbas não contabilizadas. Mas, enfim, o que os dois disseram foi mais ou menos tudo aquilo que o Presidente disse na entrevista produzida de Paris e que veio para o Brasil.

V. S^a participou da estrutura dessa versão? Teve alguma participação? Concordou com ela? Discorreu?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não participei. Aliás, estava até... Conforme foi o dia, no fim da semana passada, eu estava exatamente na minha casa na praia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a tem alguma sociedade com a cadeia de restaurantes, em São Paulo, chamada Almanara?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não. Nenhuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual a ligação?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tenho nenhuma ligação com o Almanara. Com nenhuma cadeia. Nem Almanara nem outra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não freqüenta?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, eu freqüentei o Almanara quando era ali, na Avenida São Luiz, acredito eu, muitos anos atrás. Já pedi comida por telefone para o Almanara, como para qualquer outro restaurante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aqui chegou a informação por telefone, inclusive, de um garçom da cadeia de restaurantes me sugerindo que fizesse essa pergunta.

O SR. SILVIO PEREIRA – A pergunta está feita. Eu respondi. Posso afirmar a V. Ex^a que não tenho nenhum tipo de relacionamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não tem nenhuma sociedade?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não, nenhuma sociedade, Sr. Deputado. Desculpe-me, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não. Tudo bem.

Sr. Presidente, não vou me estender com novas perguntas.

A maneira confortável como o depoente se encontra aqui, protegido pela lei, não temos nada a fazer a não ser aceitar e aguardar o desenrolar dos fatos, as versões que estão por aí, as aberturas.

O Dr. Ulysses Guimarães dizia que, em CPIs e em crises, o que há de mais importante é “sua excelência o fato”. Então, temos que aguardar os fatos.

Sr. Relator, lamento! V. Ex^a ainda terá um caminho muito penoso pela frente. Para cada fato, há três versões: a minha, a sua e a verdadeira. A dificuldade

vai ser chegar à verdadeira, mas nós vamos chegar. É só uma questão de paciência. O povo brasileiro conta com a atuação desta CPI.

É impressionante, e eu nunca havia visto em todo o meu período parlamentar, Sr. Presidente, uma participação, uma curiosidade popular tão grande como está havendo com relação a esta CPMI. E, por incrível que pareça, já começam a chegar até nós comunicados, por meio de *e-mails* e de correspondências, de eleitores, de ouvintes, de assistentes, achando que não devemos mais, como vínhamos fazendo até então, defender a figura do Presidente Lula. E jogam a culpa sobre nós exatamente pelo fato da blindagem que ainda hoje mantém o Presidente Lula fora da crise. Quero dizer que todas as posições que tomei até então foram por dever de consciência. Evidentemente que a partir do momento em que o Presidente assume que sabia do “mensalão”, reconhece que o “mensalão” é uma prática e muda todo o comportamento, que foi predominante dentro do PT durante 25 anos, de combate a tudo isso e, no entanto, aceita, convive, usa, participa, acho que começamos a nos desobrigar de algumas preocupações que tínhamos. Acho, Sr. Presidente, que esta CPMI está apenas começando e a crise está apenas no seu início. O tempo dirá quem tem razão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, em homenagem ao Senador Pedro Simon, até por respeito e pelo sentimento que tenho por S. Ex^a, cedo a vez a S. Ex^a. Depois farei as minhas arguições.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Realmente o senhor está dando uma prova muito grande de resistência física e, de modo muito especial, de pavimentar um caminho de não colaborar com esta CPMI. O seu advogado é brilhante, mas não deve ser do PT, não deve conhecer a história e a vida do PT, se não ele não aconselharia V. S^a a chegar aqui e dizer que os seus bens o senhor vai relacioná-los na hora oportuna e quando achar importante. Parece mentira o Secretário Nacional do PT dizer que, em relação aos seus bens, só dirá quando achar a hora oportuna. Isso é argumento de alguém de quadrilha lá fora, mas não do Secretário-Geral do PT. Sinceramente, me perdoe o seu advogado, que sei ser brilhante, na qualidade e no preço que cobra, mas não foi um argumento para um Secretário-Geral do PT.

Outra coisa. Nós estamos aqui assistindo uma peça, uma comédia que está sendo travada na presença de todo o povo brasileiro, exatamente pelo comando do PT e pelo próprio Presidente da República. Também pode ser uma peça juridicamente inteligente, abrir o Código e dizer: – não, vamos sair por aqui. É fundo de campanha, é Caixa Dois; isso aí todo mundo usa; isso aí cai no lugar comum.

Até o Presidente da República, num depoimento feito lá em Paris, diz que deixou o Partido e não sabe como está o Partido, porque os bons estão no Governo. Quer dizer, ficou a segunda classe. O Senhor Lula, apesar de ser Presidente da República, imaginávamos o amor que ele tinha pelo PT. Claro que a Presidência da República é importante, mas o PT era a sua obra, a sua criação, o seu instrumento. Ele, pela Presidência da República, vem e passa. Agora, no PT, é o histórico que marca a sua vida e a do Partido. No entanto, ele jogou o PT às feras. Não sei o que aconteceu... Jogou às feras... Identificou o PT com tudo aquilo que pode ter acontecido, de caixa 2 ou coisa que o valha, do Sr. Maluf e não sei mais quem, e achou muito normal que seja feito pelo PT.

Mas é impressionante este fato: ele, o tesoureiro do partido e o empresário de comunicação parece que decoraram tudo aquilo, porque usaram os mesmos termos, a mesma argumentação. E isso foi feito perante a Nação. A Nação acompanhou tudo. E o Lula, no meio daquelas festas todas, teve tempo para sentar, conversar de dizer: “Infelizmente, isso é que coisa que acontece. No Brasil, vem de muito tempo, o Caixa Dois”. Mas nós não elegemos o Lula Presidente da República para fazer Caixa Dois.

V. S^a está no seu papel: Secretário-Geral do seu partido. V. S^a é um jovem, não tem peso político, não tem peso econômico, não tem nome, a não ser a sua qualidade, a sua capacidade. Se V. S^a chegou à Secretaria-Geral de um partido como o PT é porque méritos teve para chegar lá. Mas V. S^a vem depor e quer dizer para nós que é um Zé ninguém? Todo mundo argumentava: “Mas ele tem um gabinete especial junto à Chefia da Casa Civil. Ele está ali, e as pessoas vão procurá-lo. Ele é quem diz ‘sim’ ou ‘não’”. V. S^a diz: “Não, eu estava ali com o chefe da Casa Civil e eu o vi umas duas vezes. Os caras me davam o nome, que eu passava; não nomeava”. É claro que V. S^a não nomeava, pois não é Presidente da República! Quem nomeia é o Presidente. Mas V. S^a se reduziu a uma posição tão secundária...

E querer nos fazer acreditar que um Partido como o PT – e o próprio PT reconhecia que o exagero de assembleias, de debates, de discussões fazia parte da sua essência – não percebeu que tiraram uma mon-

tanha de dinheiro sem a Executiva Nacional saber de nada? A Executiva Nacional não se reuniu? V. S^a, que faz as atas, não incluiu lá a autorização para tal dinheiro? Mas isso não tem lógica! Não tem lógica!

V. S^{as} estão dando uma marcha fúnebre para o PT, caminhando para uma situação que o Partido não merecia. Falo para V. S^a com toda a sinceridade: conheço o PT; o PT lá no Rio Grande do Sul; conheço os Deputados; conheço os quadros; conheço a dor que está sentindo essa mocidade das faculdades, e dá pena. Não é como aconteceu com o Collor. Quando aconteceu com o Collor, eles saíram para as ruas com raiva, com ódio. Agora, não. Eles ficaram tontos; eles não têm ambiente; eles não têm expectativa; eles dizem: “eu não tenho o direito de ter esperança”.

E essa gente vê V. S^{as} fazendo isso que estão fazendo. Numa hora, estão fazendo do PT o Partido mais moderno do mundo, com um computador para cada Município. Cada Município terá um computador; vai ser uma organização espetacular. Daqui a pouco, o Partido está falido. Daqui a pouco, o Partido está falido!

E agora estamos sabendo das contas que chegaram. Deputado do PT que foi buscar o dinheiro dele com a carteira dele. Com a carteira dele, ele foi lá e pegou o dinheiro no Banco Rural, o “mensalão”. É coisa grave isso! Eu não imaginava uma coisa dessas! Eu imaginava que o Lula e a equipe, V. S^a como Secretário-Geral, o comando do PT, iam fazer uma reunião, iam fazer o mea-culpa, iam falar à Nação, iam correr para conquistar o tempo perdido. E eu era um dos que estavam preparados para doar, trabalhar, lutar para que acontecesse isso. Quando eu dizia que o PMDB não devia ir para o Governo, porque é uma posição ridícula ir para o Governo, eu dizia também que nós devíamos ajudar o Governo a sair desta encrência. E eu falava sério nesse sentido. Eu falava sério nesse sentido. Mas o Governo, junto com o Sr. Sarney e o Sr. Renan, decidem nomear como Ministro de Minas e Energia um cidadão que nem do PMDB é. Ninguém o conhece. Aonde ele pretende chegar com isso?

Olha, V. S^a disse que está no PT desde a fundação do Partido. Eu estou no PMDB desde a sua fundação, quando era MDB. Eu sei o que é construir um partido, crescer, crescer e crescer; sei que a vitória foi espetacular das Diretas Já, a eleição do Tancredo... E eu sei o que é a gente desiludir o povo e o povo ficar desiludido da gente... E o Dr. Ulysses, que era o nosso grande herói, fez 3% para Presidente da República. Dois anos antes tínhamos feito todos os Governadores, à exceção de Sergipe, dois terços da Câmara dos Deputados e dois terços do Senado para a Assembléia Nacional Constituinte. Dois anos depois, o povo nos virava as costas.

Vocês estão botando fora o que é mais importante: a credibilidade. É uma coisa fantástica o que vocês construíram: pedra sobre pedra, tijolo sobre tijolo, na expectativa de que todo o povo achava que o PT e o Lula iam chegar lá. E agora acontece isso?

Olha, está certo que a gente achava que o PT era um Partido progressista, e o perigo era que o Partido fizesse uma moratória, não quisesse pagar a dívida externa e também fizesse uma reforma agrária radical, o que poderia gerar confusão com os homens do campo... Nada disso aconteceu.

O Fundo Monetário nunca fez elogio para ninguém como está fazendo para o Governo Lula. Nunca aconteceu o que está acontecendo no Brasil: o Governo Lula está adiantando, pagou os juros do ano que vem. Não tem dinheiro para pagar os pobres diabos dos nossos agricultores que estão com a maior seca da história; assumiu, jurou que ia ajudar e não deu nada até agora. Mas, os juros do ano que vem ele já pagou. Quer dizer, os caras da direção do Banco Mundial ficaram boquiabertos e devem ter dito: mas é uma coisa fantástica! Isso é uma coisa sensacional, isso que é governo! Como honra os seus compromissos! Honra o diabo que o parta! Pagar com um ano de antecendência?!

Então, nessa hora é que a gente vê, fica na expectativa de que vai acontecer alguma coisa. O que vocês querem fazer? Deram o tesoureiro para os... Tiraram o tesoureiro para nós... Esse pode levar. E V. S^a passa a ser o coitadinho da história. Como é que ele chegou a ser o Secretário-Geral? Não sei. Mas o que ele fazia lá? Os nomes passavam por ele? É, os nomes passavam por ele, mas ele... Não sei. Mas ele não conhecia o comando, a ação, a vida do Governo? Ah, não sei. Falou alguma vez com o Lula? Olha, só cumprimentou, não sei o que...

V. S^a era o Secretário-Geral do todo-poderoso Secretário-Geral do PT e nos deixa hoje a resposta de que V. S^a foi um zero, um zero onde o tesoureiro, que é uma figura muito inferior ao Secretário-Geral... porque Secretário-Geral é Secretário-Geral; Tesoureiro cuida da tesouraria e antes dele está o Presidente e depois do Presidente está o Secretário-Geral, mais o Secretário-Geral do que o Presidente, porque o Secretário-Geral está com a máquina do partido. Amanhã eu sou Presidente do meu Partido e sei disso. Pois o Secretário-Geral tem a máquina do partido, está todo dia ali, é um funcionário do partido, recebe do partido para trabalhar ali. O Presidente faz o **hors-concours**, vai aqui, vai adiante. E o Tesoureiro não. Mas, de repente, o Secretário não é nada. E vem amanhã aqui o Tesoureiro para dizer: não, eu e o meu amigo empresário pegamos o dinheiro e distribuímos o dinhei-

ro para a campanha, déficit de campanha. Ajudamos os caras que não tinham dinheiro, que precisavam de dinheiro... E com isso acham que estão fazendo um grande serviço, porque fogem do Código, ficam no processo eleitoral.

Na verdade, sou obrigado a reconhecer, transgressões enormes existem nessa questão, na Justiça Eleitoral, por parte dos políticos e por causa dos empresários. Mas eu quero falar muito claro a V. S^a e aos membros desta Comissão. Temos que ter a competência para dizer o seguinte ao Sr. Lula e ao PT, que nem o Líder do Governo faz lá: nós queremos ir ao macro da questão, ao âmagô. Vocês querem ver isso que está aí, no dia-a-dia, as manchetes. Mas queremos ir ao âmagô da questão, queremos terminar com o Caixa Dois.

Não tem problema, podemos fazer uma outra CPI, podemos nos reunir para discutirmos como é que vamos terminar com aquela coisa. Mas aqui, não. Aqui é o PT, é o Governo, são os Correios, são as coisas que aconteceram dentro do Governo.

Agora, confesso a V. S^a que não consigo entender como as pessoas podem mudar assim como V. S^a falou. Quer dizer, aquele herói, aquele jovem lutador, que criou o Partido, aquela vitória do Lula... E agora tudo isso se resume a um burocrata que está ali, arrumando vantagem, emprego para um, emprego para outro, não sei o quê, e vendo desmorar o Partido, desmorar o Governo, e V. S^a tirando o corpo fora. Porque acharam uma tese jurídica que o advogado entendeu que era muito importante: vamos sair por aqui, se nós sairmos por aqui é muito mais simples; em primeiro lugar, lei eleitoral; em segundo lugar, já passou o prazo, decurso de tempo, a lei foi lá não sei quando, não adianta entrar com processo agora, porque os prazos estão todos vencidos; em terceiro lugar, é uma coisa que todo mundo usa. Mas não vai acontecer isso. Não vai acontecer porque o povo, na sua sabedoria, vai entender que nós teremos que fazer alguma coisa nesse sentido. É uma pena porque eu achava que quem tinha que comandar isso era o PT, quem tinha que comandar isso era o Presidente Lula. Eu achava que ele tinha condições, tinha capacidade, para chamar a Nação, chamar a sociedade e traçar um caminho. Vai ter que ser feito à revelia de V. S^a, à revelia do PT e à revelia do Lula. Não sei como convenceram o Lula para ele fazer o pronunciamento que fez no domingo. Ficou muito arranjadinho. Ele, o empresário e o tesoureiro falaram muito direitinho, direitinho. Parece que os dois estavam com um advogado lá, porque falaram absolutamente a mesma coisa. A mesma coisa dentro da nova fórmula que escolheram, a fórmula salvadora. Vamos lá fazer aqueles parlamentares de bobos, nós não temos que

dar maior satisfação para eles mesmo, e vamos levar a questão adiante.

Olha, vou ser muito sincero a V. S^a. Eu estava aqui, neste mesmo lugar, quando cassamos o mandato do Collor. Eu sou obrigado a reconhecer: o Collor caiu de pé. Em primeiro lugar, não foi que nem o Lula, que não deixou criar a CPI, fez uma guerra para não criar a CPI, deixou criar a CPI. Os membros da CPI, os do governo, tiveram a imparcialidade de julgar, de analisar. É verdade que, na vaidade dele, ele achava que nunca ia chegar nele. Mas ele se comportou com a maior dignidade, com a maior seriedade, com a maior credibilidade, enquanto que nós agora não estamos tendo no PT e no Lula aquilo que o Collor soube cair de pé, e nosso amigo Lula quer ficar sentado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento informar que o tempo de V. Ex^a se esgotou. Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Vou aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem considerações a fazer?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ... o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ou já vai direto nas perguntas?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu vou argüir o meu caro ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então vou suspender a reunião por dois minutos.

(Suspende-se a reunião por dois minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Reabro os trabalhos.

Com a palavra o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela; Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio; meu caro Sr. Silvinho Pereira. Gostaria até de poder chamá-lo de Silvinho, porque nos conhecemos desde a fundação do Partido dos Trabalhadores. O Silvinho teve um relacionamento comigo muito próximo. Nas ocasiões em que fui candidato majoritário pelo Partido dos Trabalhadores – em 1985, candidato a Prefeito; em 1986, candidato ao Governo de São Paulo; em 1990, candidato ao Senado; em 1992, candidato a Prefeito de São Paulo; em 1998, e aí mais proximamente, candidato ao Senado; e também quando, no ano 2002, fui pré-candidato a Presidência, como uma alternativa ao próprio Presidente Lula –, o Silvinho, como Secretário de Organização do Partido, foi das pessoas que mais de perto acompanhou a mi-

nha disposição de ser pré-candidato à Presidência. Conhecia-me muito bem, e foi pessoa que, inclusive, acompanhou os meus passos. Ele era a pessoa que dialogava com a minha assessoria, composta, sobretudo, de pessoas voluntárias. Eu, por exemplo, para fazer viagens pelo Brasil, tinha o Partido dos Trabalhos como responsável por essas viagens, como pré-candidato, dialogava com o Silvinho sobre o que era ou não possível; ele que autorizava. A minha assessoria ia a ele e mostrava as despesas, que, seja de transporte, seja de hotel, sempre foram modestas. Aproveito a oportunidade, Senador Arthur Virgílio, porque, na última quinta-feira, e ainda ontem, disse que não podia acreditar que eu gastasse tão poucos nas minhas campanhas, como a de 1998. Vou aproveitar a oportunidade. O Silvinho Pereira, em 1998, acompanhou de perto o que foram os gastos de campanha – e mesmo em 1992. Eu disse a ele que efetivamente a campanha foi realizada de maneira modesta, com muito pouco publicidade. Em 1992, também, quando acompanhou de perto. Ademais, o Silvinho Pereira foi testemunha de diálogos que fiz em reuniões com pessoas, quando dizia “se quiser ajudar na campanha, pode fazer uma contribuição e saiba que o procedimento será do total respeito ao rigor de licitações, da lei; portanto, nunca alguém será beneficiado, porventura ter feito contribuição modesta que seja a esta campanha”.

Vou pedir, na realidade, ao Silvio que, primeiro, faça um breve testemunho sobre este assunto, até por causa da palavra do Senador Arthur Virgílio. Eu já o convidei, como S. Ex^a não pode acompanhar de perto tudo o que ocorreu em 1998, para, daqui até a campanha de 2006, em sendo confirmado que eu vá ser candidato, acompanhar todo e qualquer dispêndio que eu venha a fazer, que será registrado, para a campanha de 2006. Ele está convidado a vir a São Paulo e ver como será. Ele já me fez o convite para ir a Manaus, e também irei acompanhá-lo. Assim, S. Ex^a fica sabendo como são feitas as coisas.

Essa é a primeira pergunta. Mas eu vou fazer as demais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ainda não começou nem a perguntar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Silvinho sabe que causei preocupação ao Partido dos Trabalhadores, no campo majoritário, a que ambos pertencemos, quando aqui, no dia 25 de maio, resolvi assinar o requerimento de CPI. Dada a palavra do Senador Pedro Simon, quero até recordar um ponto: foi num momento, por volta das 19h30, quando ele falava da tribuna, e dizia: “Quero fazer uma recomendação a vocês, meus amigos do PT: Houve época em que o nosso PMDB era tudo aquilo que ele aqui comentou,

que tinha extraordinária credibilidade e tal. E começamos a contemporizar com isso ou aquilo, isso como partido e acabamos perdendo tanto a força. E queria recomendar a vocês que não procedam dessa maneira.” Isso em síntese, porque foi mais prolongado. Daqui a pouco vou ficar no escuro, Sr. Presidente.

Pois bem, foi a partir das reflexões, muitas, das mensagens que chegaram do Brasil inteiro e dessa palavra de uma pessoa que considero um amigo pessoal que conheço mais de perto, quando, em 1990, passei a conviver diariamente com ele, que avalei que seria o melhor para o Presidente, para o PT, para a nossa História e para a Nação apoiar o requerimento. E talvez por causa desse gesto e dessa decisão está V. S^a aqui.

Assim, gostaria de lhe perguntar algo a respeito desse procedimento de estar dialogando com inúmeros Deputados, Senadores e partidos, para que estejam apoiando o Partido dos Trabalhadores. Porque aprendi, e inclusive acabei ingressando e fundando o Partido dos Trabalhadores, há 25 anos, convidado pelos metalúrgicos e todos que formaram o PT, porque, no Parlamento, precisava sempre estar defendendo aquilo que avaliava como sendo a defesa do interesse público, a defesa da Nação. E, nunca, fosse na Oposição, fosse na Situação, dizendo que só votaria nesse ou naquele projeto, nessa ou naquela emenda à Constituição, nesse ou naquele nome se me fosse concedido tal favor, se fosse, de fato, aceita a nomeação que sugeri para tal cargo em tal ministério ou na administração pública, ou na direção de tal empresa, ou porque foi liberada a verba.

Gostaria de lhe perguntar, caro Sr. Silvinho, houve de fato muitos Parlamentares – não precisa nem citar o nome – que disseram: olha, eu só voto nos projetos do Governo, seja da reforma da Previdência, da reforma tributária ou no nome da agência, do indicado para a agência da Anatel ou da Agência Nacional do Petróleo, se o Governo aceitar tais designações de nomes que eu, Deputado ou Senador, sugeri. Houve muito disso? Agradeço se puder responder.

Pode responder brevemente a primeira, em homenagem ao Senador Arthur Virgílio, e essa segunda. As duas com brevidade para que eu possa fazer as próximas.

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, V. Ex^a me dá um minuto dessa brevidade? Porque estou na frente aqui do Senador Pedro Simon. Tenho profundo respeito, Senador, embora não acompanhe aqui a Casa, tenho respeito pela sua história, por tudo aquilo que vem fazendo por este País. Considero V. Ex^a um patrimônio deste País, como considero o Senador Eduardo Suplicy também um patrimônio. Em 25 anos, Senador, levei 20

anos para poder chegar na Direção Nacional do PT. E estou na Direção Nacional do PT, na sua Executiva, há apenas quatro anos. Não me envergonho disso. Esse é um quadro interno, um quadro burocrático, como já foi colocado, um quadro de segunda categoria, como já foi colocado.

Eu, de fato, nunca participei... Quer dizer, não participei da coordenação da campanha do Lula, em 1989; não participei em 1994, não participei em 1998; não participei em 2002; não participei da comissão que discutiu a formação do Ministério do Presidente Lula. Enquanto o Partido estava discutindo o Ministério, eu estava coordenando a posse do Presidente Lula, carregando as caixas.

Sempre fui uma pessoa de retaguarda, sempre fui uma pessoa de trabalhar no cotidiano. Nunca coloquei como objetivo de vida poder chegar a qualquer outro cargo no PT. Várias pessoas, que já me conhece, sabem que ser Secretário-Geral foi uma circunstância, em que eu substituí o Jorge Bittar. Não tem um papel ali que defina qual é a função do Secretário-Geral. Tanto é que, hoje, eu tenho 10% do que eu tinha de estrutura quando era Secretário de Organização. Como Secretário de Organização, tinha em torno, mais ou menos, na minha estrutura, de quinze funcionários e assessores. Hoje, na Secretaria-Geral, eu tenho uma secretária e um assessor. Essa é a estrutura do “todopoderoso” Secretário-Geral do PT. Eu quis fazer, Senador, com todo o respeito que tenho pelo senhor... Com certeza, vou refletir sobre tudo aquilo que o senhor disse aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me apenas fazer uma retificação. Porque, com respeito ao que eu afirmei, quando as despesas eram mostradas à Direção Nacional do Partido, na verdade, essas foram mostradas e toda a comprovação feita ao Diretor-Tesoureiro, o Delúbio Soares. Mas, o Silvinho Pereira sabia de toda a minha trajetória...

O SR. SILVIO PEREIRA – Autorizava as viagens; as agendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ..., acompanhava as viagens e, a partir do dia 17 de março, quando eu, tendo perdido a prévia – o Lula teve 84,4% dos votos –, então, disse que iria apoiar o Lula, e me colocava à disposição. E foi justamente aí, e aqui quero dar um testemunho de que, na reunião da Direção Nacional, foi feito um balanço de tudo o que ocorreu e o próprio Silvinho me disse: “Olha, Eduardo, você foi, dos membros da direção ou dos Parlamentares, talvez, o que mais tenha viajado na campanha do Lula”. Eu me lembro desse registro que foi feito. Então, eu quero dizer de tantas ocasiões em que mantivemos uma atitude de respeito e de amizade entre nós.

O SR. SILVIO PEREIRA – Ok. Respondendo às duas perguntas, Senador Eduardo Suplicy, eu considero também um patrimônio do PT, considero um patrimônio desta República. O senhor sabe, perfeitamente, que eu fui favorável à instalação desta CPMI. Foi com base em uma entrevista minha ao **O Globo** que o senhor se baseou, inclusive em parte dessa minha entrevista, para fundamentar a sua assinatura junto à CPMI. O senhor é testemunha disso, porque o senhor fez declarações públicas referente a esta CPMI. Sempre favorável e continuarei sendo favorável.

Segundo: o senhor é testemunha de que a única vez que eu cuidei de recurso financeiro foi em duas oportunidades: em 1985, quando eu fui Subtesoureiro da campanha de V. Ex^a para Prefeito da capital de São Paulo, e também em 1992. Senador Eduardo Suplicy, não só a campanha de V. Ex^a, que é uma campanha bastante simples, modesta, ou nós, na época da direção, tivemos de obrigar V. Ex^a praticamente – desculpe-me, Senador – a ter um carro para a campanha de V. Ex^a. E, mesmo assim, V. Ex^a não aceitou o carro nem o motorista. O máximo de acordo que nós fizemos foi poder pagar o seu motorista. Talvez V. Ex^a não saiba direito, e nem todo o mundo, que, em 1992, quando da campanha de V. Ex^a para Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Em 1990. Para Senador, foi em 1990.

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, para Prefeito. Para Prefeito, foi em 1992. Nós já éramos Governo na cidade de São Paulo. O que nós realizamos de jantares, de almoços, vendendo convites para as pessoas comprarem a R\$10 ou a R\$50; fizemos muitos jantares e almoços, muitos eventos nós fizemos na campanha de V. Ex^a, até porque era uma coisa que eu gostava muito de fazer: os eventos. Lembro-me de que, não só com as pessoas, com todo o mundo com quem V. Ex^a conversava, tinha uma palavra que V. Ex^a repetia em todas as reuniões, tanto é que antes de V. Ex^a falar, eu já repetia: “Não, o Senador vai falar isso: “que as contribuições eram legais, dentro da lei, sem compromisso”. Mesmo com todos esses pré-requisitos, V. Ex^a ainda queria ter o conjunto de informações para poder ter qualquer tipo de contribuição. Isso é público do PT, Senador Eduardo Suplicy, é público a nível nacional. Em 1998, infelizmente, eu já não acompanhei a campanha de V. Ex^a para Senador como pré-candidato a Presidente – o senhor sabe disso também –, desde o primeiro momento eu defendi, porque eu fui o Relator do Estatuto do PT, e no Estatuto do PT há a garantia de que qualquer filiado do PT tem o direito de disputar. Na reunião do Diretório Nacional, o senhor se lembra disso, só para terminar, quando o senhor chegou na reunião do Diretório Nacional e falou que era candida-

to, eu fui o primeiro que fui à tribuna naquela reunião. Falei: “Senador Suplicy...”. Eu lembro, inclusive – não preciso entrar aqui em detalhes –, que as pessoas me perguntavam: “Mas, vem cá, no estatuto do PT precisa ter “x” membros para poder assinar a indicação”. O senhor se lembra disso? Eu falei: “Senador, vamos aproveitar essa própria reunião do Diretório Nacional para que o Diretório Nacional acate a tua indicação”. E foi assim que ocorreu, porque, do contrário, talvez o senhor pudesse ter dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode concluir, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me, então, Sr. Presidente, uma frase final?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Lamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, eu vou me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está reinscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está reinscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu fui citado pelo Senador Eduardo Suplicy. Será que eu poderia fazer uma breve observação?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com prazer, concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – S. Ex^a está-se dedicando a essa explicação, que já não lhe cobro mais, da sua conta de campanha com a mesma santa obsessão da renda mínima. Mais um pouco e eu me convenço de que quem teriam praticado algum gesto irregular teria sido o povo pagando para votar nele – mais um pouco.

O que fica claro, para mim, é que uma campanha não custa, para o Senado, cerca de R\$300 mil. Ele reconhece que o Partido complementou. Muito bem! Na vez dele, não havia isso, ou, pelo menos, não havia – vou ser completamente de boa vontade – isso que, agora, o Delúbio confessa: caixa dois. Ou seja, se se gastam trinta, ou sete, ou dois mil, ou mil reais, ou dez centavos, e o resto é complementado pelo Partido e o Partido, porventura, está amparado por caixa dois confessado pelo tesoureiro da própria agremiação, começam os mandatos a padecer de uma certa ilegitimidade.

É algo que tem que ser aclarado e, amanhã, teremos um belo dia com o Sr. Delúbio para aclarar.

Eu, portanto, creio que acabei de concordar com o Senador Suplicy. S. Ex^a obteve, pela sua via própria, trezentos e tantos mil reais. Acredito em tudo que ele diz, estou acostumado a acreditar nele há muito tempo. O Partido desembolsou não sei mais quanto e isso viabilizou uma eleição de Senador. Ou seja, o dele sozinho não dava para resolver.

Quanto ao mais, quero só fazer algumas comparações aqui, Sr. Presidente. Foi dito, ontem, no debate sobre esse mesmo tema, que na campanha do Deputado José Genoíno ao Governo do Estado haviam sido expendidos alguma coisa do tipo de R\$1,9 milhões para Duda Mendonça.

Eu coloquei minha dúvida: isso é abaixo do que seria o valor de mercado de Duda Mendonça. Muito bem! Mas digamos que tenha sido, Senador Simon. Lula garantiu que gastou, em 98, naquela sua eleição malograda porém muito bem fornida de votos – homem forte, eleitoralmente, que sempre foi –, em toda a eleição, apenas três milhões.

Aquela altura, eu disse: “Isso não paga as camisetas...” – estamos falando um pouco da verdade eleitoral – “... de uma campanha de porte presidencial”.

No mais, Senador Suplicy, eu não vou aceitar deixar de ser Senador para ser contador da sua campanha, embora eu tivesse muita honra de estar ao seu lado por 24 horas por dia. Não farei isso. Eu continuarei na minha atividade, mas ir a São Paulo com V. Ex^a será um prazer, e V. Ex^a ir a Manaus será uma honra muito grande – vai matar de inveja, lá, os petistas locais. Será uma honra muito grande.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É claro que terei que fazer a campanha para o PT, mas testemunharei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, mas vamos andar juntos. Agora, vou dizer a V. Ex^a uma coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Só quero dar um exemplo, assim, de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, eu lamento, mas já é tarde. Até por respeito ao depoente, aos advogados, a todo o mundo, eu gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu concluo dizendo, finalmente, que a grande surpresa para mim não vai ser o Senador Suplicy me mostrar uma popularidade em São Paulo que eu jamais neguei. Prova da impopularidade do Governo atual, surpresa para ele vai ser perceber como eu estou popular em São Paulo. Isso é o que vai ser interessante de se ver.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a

Com a palavra, o Deputado Federal, o futuro Senador Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a nossa função é investigar para realmente conseguir, perquirindo todos os depoentes, saber o que vem acontecendo no País.

Há uma tese à mesa de que não se trata de um crime político organizado, uma organização que conseguiu, de imediato, já como crime confesso, retirar R\$50 milhões do Estado, via uma empresa de comunicação.

A tese, na outra ponta dessa hipótese de um crime político organizado, é de que houve um mero crime eleitoral, um crime eleitoral para o qual a lei não comina penas. Extraordinário isso, a lei tipifica o crime, mas não comina penas. Portanto, se consigo enquadrar esse desvio de recursos de R\$50 milhões não como um crime fruto de uma organização político-criminosa, mas como mero crime eleitoral, não poderá haver condenação porque a legislação não comina penas para esse crime.

A nossa função aqui – e por isso estamos aqui, ficamos até o adiantado da hora – é saber o que realmente aconteceu. E é dentro dessa linha que tenho pouquíssimas perguntas para o depoente de hoje, o Sr. Silvio Pereira. A primeira e a segunda se baseiam, essas duas ou três perguntas, nas afirmações do próprio depoente, que vem aqui não na condição de testemunha, mas como acusado, já que solicitou o **habeas corpus**.

Disse o depoente, em primeiro lugar, que só o tesoureiro sabia desses empréstimos, várias vezes disse que era o único a saber dos empréstimos. Em segundo lugar, agora recentemente, nesse começo de noite, meio da noite, declarou que quando assumiu a Secretaria-Geral nem sabia quais as funções e que não há, de uma forma definida, uma clarificação de quais são as funções do Secretário-Geral, função para a qual, inclusive, tem uma estrutura muito menor do que a que tinha quando era um mero coordenador.

As perguntas são as seguintes. A primeira: pelo Estatuto do Partido, o mesmo é obrigado a fazer um Encontro Nacional do Partido, que deve apreciar o relatório da gestão do Diretório Nacional. Por outro lado, deve o Diretório Nacional encaminhar a elaboração e a aprovação do orçamento anual do Partido e, mais ainda, lá, na seção que fala sobre o orçamento, ainda diz que esse orçamento do Partido é elaborado sempre com dados recolhidos no mês de janeiro, é um orçamento anual que tem de ser submetido a todas as

instâncias. Imagino que um orçamento seja elaborado pela Secretaria, pelas Finanças, mas depois o processo de votação interno, quem faz a pauta de uma reunião do Diretório para aprovar o orçamento e quem faz a pauta dessa reunião do Encontro Nacional do Partido também seja função da Secretaria Nacional do Partido. É função da Secretaria elaborar a pauta para a aprovação do orçamento?

O SR. SILVIO PEREIRA – A pauta das reuniões da direção do PT é de responsabilidade conjunta da Secretaria-Geral e da Presidência.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – A Secretaria-Geral co-participa pelo menos da elaboração dessa pauta?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E nessas ocasiões, quando esse orçamento é preparado, orçamento que tem dois lados, mesmo que não seja partilha dobrada, seja partilha simples, como um botequim, tem a coluna das despesas e das receitas previstas para o ano e que tem de ser compatível com o plano de ação daquilo que se pretende executar no ano. O Secretário-Geral lê esses orçamentos ou, da mesma forma que o tesoureiro declarou que algumas pessoas do Partido, como o Presidente, que declarou que foi fiador sem ler... O senhor tomou conhecimento desses orçamentos ou encaminhou na pauta para a votação do Diretório sem ler?

O SR. SILVIO PEREIRA – Os orçamentos do PT, bem como a prestação de contas, participei do debate, da discussão e da aprovação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O que significa que esses empréstimos todos, que agora estão aparecendo no valor de aproximadamente R\$50 milhões, não constavam do orçamento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Esse empréstimo não constava do orçamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Todos esses empréstimos foram feitos sem aprovação orçamentária anual?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tínhamos autorizado o Secretário de Finanças e reitero aqui, Sr. Deputado, qual o nível de conhecimento para que também não seja alegado que não tinha nenhum tipo de conhecimento. O conhecimento que eu tinha, que provavelmente pode ser corroborado por outros membros da Direção, é de que o Secretário de Finanças estava obtendo, estava autorizado para isso, para obter recursos na rede bancária. A forma dessa obtenção de recursos, a forma como e onde, sobre isso não sei, mas que o Secretário de Finanças estava tentando obter esses recursos, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ou seja, no orçamento do Partido, aprovado pelo Diretório, por esse Encontro Nacional, não consta nem a autorização para que o tesoureiro corra atrás de recursos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nós aprovamos no Diretório Nacional, com os mais de 100 membros do Diretório Nacional, o orçamento, a prestação de contas, aprovamos também uma campanha de finanças, e o tesoureiro, o Secretário de Finanças tinha autorização da direção, tinha até autonomia da direção para discutir a forma e o local mais apropriado para obter o empréstimo. Esse empréstimo, agora revelado pelo Secretário de Finanças, que confirma a sua aceitação, isso eu não conhecia e nem foi objeto de discussão na direção do Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ou seja, os membros do Diretório, do Encontro Nacional e nem mesmo os da Executiva Nacional tinham conhecimento desses empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Do detalhe, da forma, onde, com quem? Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Mas tinham o conhecimento de uma autorização genérica para que o tesoureiro captasse recursos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, Deputado, mas não ouvi a última pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Tinham os membros, pelo menos os da Executiva, conhecimento de que havia sido dada uma autorização, ainda que genérica, para que o tesoureiro procurasse recursos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E esses empréstimos foram assinados, não aqueles do banco, que foram empréstimos do banco para o PT, com o aval do empresário de comunicação Marcos Valério? Os empréstimos feitos em nome dessa empresa de comunicação, cujos recursos foram repassados para o PT, esses empréstimos foram objeto de um contrato particular de gaveta entre o empresário Marcos Valério e o Sr. Delúbio sem o conhecimento de mais ninguém?

O SR. SILVIO PEREIRA – Pelo menos eu não tinha conhecimento, Sr. Deputado, e não tenho conhecimento se algum outro membro da Direção tinha.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – No conhecimento que tem, nem o Presidente do Partido tinha conhecimento desses empréstimos?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não posso lhe afirmar se o Presidente tinha ou não. Pressuponho que

amanhã, como o Secretário de Finanças estará aqui, tenho certeza de que ele será a pessoa apropriada para dar essas informações. Acompanhava as questões, de maneira geral, o detalhamento e, realmente, Sr. Deputado, não tenho acompanhado e não tenho informações maiores sobre isso. Tenho certeza de que amanhã todos os esclarecimentos serão dados a esta CPI. Pelo menos é o que todos esperamos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – É só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Silvio. Quero dizer a V. S^a que, durante dois anos, fui líder do PFL, o principal Partido de Oposição ao Governo do Presidente Lula. Fiz sempre oposição com muito respeito, como continuarei fazendo. Confesso a V. S^a que sempre encarei o PT como um adversário difícil, tanto é que estudei muito estratégia de guerra – como conseguir atacar as muralhas do PT que pareciam intransponíveis. Era um partido que tinha na Presidência um homem que quase ganha o Governo de São Paulo, o ex-Deputado José Genoíno, um homem experiente. Ele não é um novato, como quis dizer o Presidente Lula. Na Vice-Presidência – na Primeira Vice-Presidência – estava lá a ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. De fato, eu não conhecia muito o senhor, mas eu tinha a impressão que o senhor, como homem da intendência do Partido, era um homem competente, e V. S^a está demonstrando competência neste depoimento.

Mas eu jamais imaginei que os senhores destruíssem tão rápido as esperanças do povo brasileiro! Jamais! Eu não sei como o senhor se sente quando chega, no domingo, no almoço, quando vê os vizinhos, quando vê os petistas – que são muitos – que acreditaram em vocês, que acharam que vocês mudavam.

E eu achei que faria oposição oito anos ao PT! Porque eu lhe digo: não votei em Lula nem uma só vez, por questões ideológicas, mas eu admirava Lula, um homem que saiu lá do sertão de Pernambuco e que se tornou um grande líder de um País que precisava de um grande líder. Como eu tinha esperança neste Governo! O senhor sabe que saiu o lobo agora e que quase a metade dos brasileiros – 42% dos brasileiros – quer o *impeachment* do Presidente Lula? Depois o senhor responde.

Como o senhor se sente como um dos arquitetos dessa demolição? Os senhores da Direção do PT e do Governo – Lula também, José Dirceu, o meu compa-

nheiro de Congresso, também –, como vocês se sentem tendo destruído uma arquitetura tão bem feita, 20 anos de luta? Eu estou falando em nome dos brasileiros, porque quando eu comecei a fazer oposição a Lula eram quase 80% que acreditavam, que gritavam. O meu pai votou em Lula – falecido hoje, um homem conservador – porque achou que o Lula era esperança para o povo brasileiro. Ele me dizia: “Meu filho, não faça oposição ao povo. Todo mundo está com o Lula”.

O senhor é amigo íntimo de Lula. O senhor aparece abraçado à poltrona do Presidente Lula nesse filme que se chama – como é o nome do filme? – “Entreatos”, abraçado na poltrona do avião por longo tempo. Eu não vi nunca o senhor acendendo um cigarro na boca para dar a Lula, mas eu vi Delúbio. A intimidade era tanta que acendia o cigarro e dava a Lula, na época em que ele fumava escondido.

Vocês destruíram o Governo. Não sei se derrubaram o Governo, mas o Governo está cambaleante e o povo já percebeu. Quarenta e dois por cento querem o *impeachment* e 48% ainda não querem o *impeachment*. E observe, Sr. Silvio Pereira, que as Oposições não são iguais aos senhores quando faziam oposição. O senhor nunca me viu subir na tribuna e dizer: “Fora, Lula!”, embora Lula tenha se envolvido neste fim de semana em um episódio dos mais desastrosos. Acho que o senhor vai concordar comigo, foi desastroso, o que ele fez foi desastroso. A entrevista que ele deu em Paris deu aval a uma mentira, a uma mentira de dois mentirosos: o Delúbio e o Sr. Valério, que montaram uma história para se safarem. Eu não estou dizendo que mentir é pecado, não. Vocês mentem para se defenderem, e outras pessoas também, mas o Presidente Lula não teria que se envolver nisso, não teria que dar aval a essa farsa. O senhor sabe: o PT tomou empréstimos que foram avalizados pelo Sr. Valério, mas essa coisa que estão dizendo que é empréstimo não é empréstimo não. O PT não vai pagar e está certo. Eu vi um dos conselheiros – Valter Pomar – dizer: “Eu não conheço isso. Isso é coisa feita no fio do bigode, e os bigodes que se entendam”. O Sr. Valério não tomou empréstimo, não, nem fez empréstimo. Ele simplesmente extraía dinheiro das estatais para distribuir. Uma parte devia ir para a política e a outra virava carro, a outra virava passeio, a outra virava luxo, a outra virava fortuna.

Eu não sei, Sr. Silvio, como os senhores jogaram fora... O senhor está concordando comigo. No íntimo, lá no coração, o senhor sabe o que estou falando, o senhor sabe que o senhor dedicou anos, dezoito, vinte anos ao lado de Lula, andando pela margem do São Francisco, andando pelo Brasil todo, de barco – é provável que o senhor tenha ido –, conquistando os cora-

ções e as mentes do povo brasileiro. E agora estamos aqui, e o senhor é obrigado a mentir.

Acredito que o senhor não está se sentindo bem, não dorme bem, não está achando que está fazendo o que devia. Concorde, é difícil, mas vocês erraram muito. Vocês andaram para a marcha da insensatez, a famosa marcha da insensatez. Não precisavam de dinheiro. Vocês tinham o povo. Para que dinheiro? Vocês tinham o discurso da moralidade. Não tinham um projeto de governo, mas tinham discurso. Ninguém conseguia tocar na imagem de Lula. Eu fazia discurso. O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, como ele batia bravamente! O Líder do meu Partido... Nós batíamos e conversávamos depois: esse governo está forte! Se não fosse descoberta essa tramóia contra as finanças do Governo brasileiro...

Isso não é nada eleitoral, Senadora Heloísa Helena, isso não é eleitoral, não. Tem um pouquinho de eleitoral no meio, mas é dinheiro roubado. Não pelo senhor, talvez, mas é roubado. Essa Executiva do PT não poderia estar sem saber disso. O Sr. Delúbio circulava por todos os lugares, como o senhor circulava também. Não vou lhe acusar de nada, o que o senhor fez foi o que Lula mandou: "Atenda aos partidos, nomeie gente, ponha lá dentro". O senhor é, na melhor das hipóteses, nessa hierarquia, um coronel. Um coronel que cumpriu o seu dever. Quem mandou foi Lula. Lula é que errou. Quem foi eleito foi Lula. Ele é que deixou implantar no seu governo algo que envergonha os petistas que aqui estão, homens e mulheres de bem, os petistas e os ex-petistas. E que decepção inclusive a Oposição. A Oposição está se sentindo desmotivada, porque não queremos derrubar esse Governo, e ele está caindo sozinho.

O senhor não vai encontrar da minha parte, Senador Eduardo Suplicy, não me viu em nenhum momento, eu, Líder da Oposição, das Minorias na Câmara, falar: "Fora, Lula!", mas o Governo, Suplicy, está caindo sozinho, sozinho. É cheque na conta de um, é carro comprado por outro, é a mulher de outro pegando dinheiro, é o assessor de outro pegando dinheiro. O Governo está caindo, Silvio. Você não está derrubando só, mas fique em paz com a sua consciência e fale o que tem que falar, porque é preciso tirar proveito disso.

E não venham dizer que é o sistema político, não. Não é só o sistema político, não. Sabe o que vocês fizeram, Silvio? Fizeram tudo que diziam que nós fazíamos. E, no passado, também tinha coisa errada, Silvio. Tinha coisa errada, mas vocês chegaram ao extremo.

Ninguém jamais imaginou, jamais imaginou que um governo do Partido dos Trabalhadores, de gente que, tenho certeza – muitos foram meus colegas –, está lá por amor, está por amor, gente que ia para o

sindicato por amor, porque são socialistas com aquele espírito juvenil do socialismo. Alguns não são socialistas, mas deixaram o Sr. Valério, que não é socialista e não é nada, é um aproveitador de governo... Da mesma maneira que ele se aproveitou do seu governo, se fôssemos governo e fôssemos displicentes, ou nos deixássemos envolver, ele fazia a mesma coisa. Ele não é petista, é o único que não é petista. Ele não é petista. Na outra encarnação, ele serviria ao PFL, se o PFL quisesse, ao P-Sol, se esse quisesse, ou a qualquer partido. Ele é um homem que sabe extrair dinheiro da máquina pública, e o PT se entregou a ele. O senhor sabe como ele se apresentava aos empresários? Ele chegava com um empréstimo assinado por um dos Presidentes do PT, pessoal, elevado, muito alto, que não apareceu ainda, e dizia: "Neste Governo, eu estou tão forte que avalizei esse empréstimo para esse Presidente do PT".

Silvio Pereira, se você quiser, responda: como você se sente? Porque eu sei como você se sente, eu sei como o Lula se sente, eu sei como o José Dirceu se sente, um homem que foi guerrilheiro. Como errou! Como errou! Eu não posso dizer que ele é um crápula. Não, não vou dizer. Errou, cometeu os mesmos caminhos insensatos que muita gente cometeu. Os japoneses, invadindo Pearl Harbor. Conquista da América? Quem lê **A Conquista da América** verá como erraram ao receberem poucos espanhóis e se deixarem dominar. Tróia. Vocês estão nessa linha. Vocês entregaram a esperança que venceu a eleição, e não vão poder recuperar mais. O PT só tem uma saída: expulsar quem errou – e não vou dizer quem roubou, porque alguns até não roubaram, mas erraram – e recomeçar. Mas eu não cometerei o erro de dizer que o senhor é culpado. Tem gente com mais culpa, e Lula é mais responsável do que o senhor. Se o senhor quiser, responda-me: como se sente sendo um protagonista, ainda que no nível de coronel, na maior queda de governo que se viu na História do Brasil? Porque o Collor era uma farsa, Collor não tinha partido, Collor era sozinho, ele e o Paulo César. Caíram porque não tinham muita gente mesmo, não tinham base. Mas vocês têm, aqui, no Congresso, Congressistas de valor – lá na Câmara, aqui no Senado. Têm lutadores nos Estados, nos Municípios. Eu tenho aliados petistas no interior. Como eles estão escabreados com vocês!

E você tem toda a razão de estar aí, com a sua simplicidade, omitindo informações, porque não é, Sr. Presidente, o arquiteto dessa derrota do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula. O Governo Lula está descendo a ladeira e, como dizia Napoleão: "Na subida, é difícil parar; na descida, é impossível". As Opo-

sições não estão derrubando o Governo. O Governo está caindo sozinho.

Muito obrigado, Sr. Silvio.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO)

– Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra, imediatamente, ao ilustre Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr. Silvio Pereira, eu sou Senador pela Paraíba e V. S^a – eu não estava presente, vinha no meu automóvel, aliás, no automóvel do Senado – e ouvi, no depoimento de V. S^a, que a Executiva do PT, da qual V. S^a fazia parte, enviou recursos para as campanhas políticas do seu companheiro de Partido, Avenzoar Arruda, do PT da Paraíba, quando candidato a Governador. Também o senhor falou em José Paulino, mas, na realidade, é Roberto Paulino, o nome do ex-Governador da Paraíba que também apoiou o Presidente Lula tanto no primeiro turno quanto no segundo turno. V. S^a disse que, naquele ano, foram enviados para a Paraíba recursos para essas duas campanhas. V. S^a confirma isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Senador, não foi isso que informei aqui à CPI. Eu estava informando sobre duas coisas. Primeiro, eu informei sobre a montagem do BNB. Tinham três indicações: duas delas eram da Paraíba e uma delas era o Sr. Ezequiel, do Rio Grande do Norte. O que informei aqui foi que fui testemunha de que o PT da Paraíba passou por muitas dificuldades, especialmente o Avenzoar Arruda, que foi candidato a Governador. O PT da Paraíba teve muitas dificuldades. Foi isso o que testemunhei aqui e não sobre envio de recursos; ao contrário...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas V. S^a afirmou, está no seu depoimento, está gravado...

O SR. SILVIO PEREIRA – Podemos transcrever.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a afirmou que foram enviados recursos, depois é que V. S^a falou a respeito do Banco do Nordeste. Aí foi outra questão, mas V. S^a afirmou no seu depoimento, está escrito, ouvi a fita, já vi a gravação, que a Executiva do Partido...

O SR. SILVIO PEREIRA – Ah! A Executiva do PT.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não falei V. S^a, falei na Executiva, estou desde o início falando na Executiva. Eu disse: a Executiva, da qual V. S^a fazia parte, enviou recursos tanto para a campanha de Avenzoar como para a de Roberto Paulino.

O SR. SILVIO PEREIRA – De Roberto Paulino? Jamais falei isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a inclusive falou José Paulino.

O SR. SILVIO PEREIRA – Com certeza, vamos verificar nas notas taquigráficas que não informei aqui que a Executiva do PT encaminhou recursos para o Sr. José Paulino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a, inclusive, disse José Roberto e o nome é Roberto Paulino.

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpa! É Roberto Paulino. Não informei isso aqui na CPI, pode verificar nas gravações.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Na minha degravação existe isso.

O SR. SILVIO PEREIRA – O senhor pode chegar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agora, pergunto: esse dinheiro que foi enviado para Avenzoar e para Roberto Paulino, V. S^a...

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não reconheço e nem... Desculpa!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Esse dinheiro foi, vamos dizer, lícito, ou foi caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, quero reiterar aqui, Sr. Deputado, que o PT não encaminhou, nem tenho conhecimento de que tenha encaminhado, recursos para a campanha do Governador Paulino. Segundo, o PT...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a está retificando, então, o seu depoimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Desculpe-me, mas não considero isso uma retificação. Vamos verificar e confirmar isso nas notas gravadas. Mas, respondendo...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Perfeito. Mas o dinheiro que foi repassado para o Sr. Avenzoar Arruda foi lícito ou foi caixa dois?

O SR. SILVIO PEREIRA – O PT repassa recursos para diversos Estados, para diversas campanhas, e tenho certeza que foi lícito. Naquilo que tenho conhecimento, foi recurso lícito. Qualquer outra coisa fora disso, não tive conhecimento, Sr. Deputado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a se lembra do valor?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não lembro, porque não acompanhava esse detalhamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quem acompanhava? V. S^a assinou algum empréstimo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca assinei.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não. V. S^a não participava da pauta da...

O SR. SILVIO PEREIRA – Participava da pauta junto com a Presidência, sempre...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, mas V. S^a fazia a pauta?

O SR. SILVIO PEREIRA – Junto, eu e a Presidência.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas V. S.^a há pouco disse que não participava.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Olha, acho que deve estar havendo algum problema de entendimento. Afirmei várias vezes junto à CPI, isso está gravado e registrado, que eu, como Secretário do PT... Primeiro, como Secretário de Organização, já fazia a pauta junto com o Presidente; depois, como Secretário Geral, continuei fazendo a pauta junto com o Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas nunca assinou nenhum empréstimo?

O SR. SILVIO PEREIRA – Nunca assinei nenhum empréstimo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Nem sabia desses empréstimos. Tinha conhecimento?

O SR. SILVIO PEREIRA – Sabia que o Partido estava procurando obter recursos junto à rede bancária.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, mas não sabia detalhes?

O SR. SILVIO PEREIRA – O detalhamento, não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agora, deixe-me fazer aqui uma afirmação que se encontra em um dos jornais, **Folha de S. Paulo**. Tem uma declaração aqui, queria que V. S.^a me dissesse se concorda e, se não concordar, o porquê: “Ao sustentar a existência de um caixa dois para o financiamento de campanhas eleitorais, existe a possibilidade de o PT se livrar de uma investigação por crimes de corrupção, formação de quadrilha e de lavagem de dinheiro. O tema passaria, evidentemente, para a seara da Justiça Eleitoral, onde as penas são mais brandas”. É a jornalista Lilian Christofolletti que está fazendo essa declaração. O senhor acha que esse é o jogo que está fazendo o Sr. Valério e o Sr. Delúbio para fugirem desse ato de corrupção, indo para o TSE, porque lá as penas são menores? O senhor acredita que essa é uma tática de advogados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, realmente, essa parte jurídica, o desdobramento, realmente, eu não conheço, não entendo sobre isso. Agora, o que posso lhe falar? O Partido, seja através de um seu dirigente, se obteve recursos, como já foi assumido pelo Tesoureiro, não declarados, evidentemente que isso foi um erro, está fora da legislação e deverá ser punido. As pessoas, ou mesmo a direção, quem foi responsável por isso deverá ser punido de acordo com a legislação.

Qual é a legislação? Realmente não domino essa parte mais jurídica. Se erro cometido foi, deverá ser punido por isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem!

Veja bem, o advogado Fábio Konder Comparato, o senhor conhece?

O SR. SILVIO PEREIRA – Por nome, de vista. Nunca tive assim um contato, pessoalmente, mas sei que é um grande advogado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ele faz uma afirmação na **Folha de S. Paulo** de hoje que deixa realmente todos nós estarecidos com essa afirmação dele, quando diz que “o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi ao menos leviano ao cancelar dirigentes do PT” – do qual V. S.^a fazia parte – “que movimentaram dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral segundo declarações dos próprios integrantes do partido”.

V. Ex.^a acha que o Presidente Lula está certo em fazer essa acusação, que os senhores realmente foram irresponsáveis em movimentar e fazer esses empréstimos? O Presidente Lula está certo ou ele foi leviano com a direção do PT?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em primeiro lugar, eu nunca movimentei nenhum tipo de recurso do PT.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E os outros, o senhor acha que ele foi com os outros?

O SR. SILVIO PEREIRA – Perfeito, eu acho que a opinião é do Presidente, é uma opinião dele. Eu respeito a opinião do Presidente, concordo bastante com suas opiniões. Agora, o Partido vai poder, pelo grau de sua autonomia, avaliar seus dirigentes. Temos hoje, Sr. Deputado... Inclusive, no meu caso, já solicitei uma comissão de ética, o Partido já abriu um processo de comissão de ética interna, além da atual direção ter aberto uma auditoria.

Creio que o PT, creio não, tenho certeza de que o PT, seus filiados é muito maior que a própria direção do PT ou alguns dos seus dirigentes. Se a direção cometeu um erro coletivamente deverá assumir e pagar coletivamente. Se foi erro de seus dirigentes individualmente, deverá, da mesma maneira, pagar esse preço interno e externamente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou economizar tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Jefferson, em uma afirmação, diz o seguinte. Não vou chamar de esquema, como ele chamou, mas as indicações de cargos, as escolhas de cargos, o comando era mesmo do Sr. José Dirceu ou não?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, na base aliada, quando a gente se reunia com os partidos da base aliada, era uma atribuição da Casa Civil e, na época,

do Ministro José Dirceu poder estar coordenando as indicações da base aliada. Cada Ministério tinha a sua autonomia para poder compor o seu Ministério.

Não se tratava de que o conjunto das nomeações do Governo passava pela Casa Civil e da Casa Civil ia para os Ministérios. Isso não tenho conhecimento e acho que realmente não foi dessa maneira.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas V. S^a entende que a lógica é que a Casa Civil... o comando desse processo era do José Dirceu; que, depois de negociado com a base aliada, ele levava esses nomes ao Presidente, é evidente, não é?

O SR. SILVIO PEREIRA – A partir do Governo, veja só, Sr. Deputado, eu falarei da minha função e posso até falar da minha avaliação sobre o que o senhor perguntou. Da minha função, ela parava realmente na porta do Governo e, a partir dali, tinha os seus encaminhamentos. Tinha inclusive casos da base aliada, quando a gente reunia com o então Ministro José Dirceu com a base aliada, existiam ali entendimentos, acordos sobre essa ou aquela indicação que nunca aconteciam, porque exatamente ou um Ministro ou uma Ministra, enfim, às vezes não concordava e prevalecia sempre a palavra do Ministro.

Como que era a relação entre Casa Civil, o Ministro e Presidente, realmente não sei lhe informar, porque não acompanhava essa parte.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem, mas V. S^a, em termos de PT, conhecia tudo.

O SR. SILVIO PEREIRA – Em termos de PT, eu conhecia parte daquilo que o Partido indicava. Não significa que todos os petistas...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não vai dar certo nunca o PT desse jeito!. Ninguém se entende no PT. Cada um toma conta de um pedaço. Ninguém... Nunca vi. Não há conjunto dentro do PT. Então, cada um toma conta de um pedacinho, ninguém sabe do que acontece do outro lado, nem do lado de cá. Pelo que V. S^a está dizendo é isso.

Mas V. S^a... Aqui não vai nem... É só uma curiosidade, não tome isso como maldade. V. S^a disse há pouco que, lembrando aqui os tempos do passado no PT, já que V. S^a fez parte da história do PT, lembrava a venda de bilhetes, de ingressozinhos para arrecadação de recursos. De 2003 para cá, não vendeu nenhum?

O SR. SILVIO PEREIRA – Em 2003, eu não assumi nenhuma função...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim. Mas aí não tinha mais? Não deu para o senhor vender mais?

O SR. SILVIO PEREIRA – No interior do País, Sr. Deputado, a realidade é muito diferente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, só, só...

O SR. SILVIO PEREIRA – É muito diferente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só para eu saber. Eu disse que era uma curiosidade. Mas eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que nós vamos ver essa declaração de V. S^a em relação à questão da Paraíba, porque V. S^a foi bem claro. E até não é novidade, porque o Sr. Roberto Paulino e todo o seu esquema político, o PMDB da Paraíba, votou no Presidente Lula no primeiro e segundo turnos. Eu acho que era mais do que natural que houvesse um repasse, principalmente no segundo turno. É isso que nós não sabemos, quando o Sr. Avenzoar foi apoiar o Sr. Roberto Paulino.

Então, vamos admitir que o senhor se enganou. Eu acho que não. Eu só quero descobrir se esse dinheiro que V. S^a afirmou que foi, se foi lícito ou se foi caixa dois.

Agora, não é uma pergunta, é só um registro que não vai para V. S^a. É a questão que eu conversava há pouco com o Senador Suplicy e perguntava a ele sobre a questão do Sr. Valter Pomar, que é Vice-Presidente, não é? É um dos Vice-Presidentes. É o terceiro Vice-Presidente. Ele disse que os empréstimos tinham que ser pagos de cabelo de bigode. Só que o Valério não tem bigode. Como é que vai ser isso? Como é que vai ser feito esse pagamento, se nem o cabelo de bigode tem o Sr. Valério? Essa é uma preocupação. Então, eu espero que...

O Sr. Delúbio, amanhã, tem muito o que dizer. O senhor deixou o Sr. Delúbio numa situação complicada. Quem realmente sabe das coisas no PT é o Sr. Delúbio. Mas eu agradeço a V. S^a e fico satisfeito dizendo que nós vamos só fazer essa averiguação por uma questão lá do meu Estado. Eu agradeço a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós que agradecemos, Sr. Senador.

Com a palavra, para reinquirição, o Deputado Eduardo Paes. (Pausa).

Senador Alvaro Dias. (Pausa).

Senador César Borges. (Pausa).

Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa).

Deputado Carlos Sampaio. (Pausa).

Senadora Heloísa Helena, com a palavra, por três minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu vi, passou agora, Silvio, no “Jornal Nacional”, parte dos seus bens. E, para completar, saiu a nota do PT dizendo que vocês não iriam ser punidos em nada, não tinha nenhuma punição. E, para completar, como se isso não fosse pouco, eu estive agora analisando os dados de quebra de sigilo que

chegaram e estão à disposição da CPI. E aí tem de tudo, para todos os gostos e cores. E, realmente, é algo impressionante.

Sabe, Juíza Denise Frossard, às vezes eu fico me achando uma cretina, para usar uma palavra mais simplória. Porque eu quero continuar ensinando aos meus filhos a não roubar. Não tem nenhuma justificativa você ter um salário... Eu tenho um salário de Senadora e não tenho esse patrimônio. Eu não tenho nem a possibilidade de ter um apartamento para olhar o mar da Ponta Verde. Entendeu? Então, isso é algo desprezível, sabe? O que eu vi ali, Senador Suplicy...

Realmente, o Partido que eu dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir morreu. O PT não existe! O PT existe no papel, juridicamente. O PT que convive com esse tipo de coisa, o PT que autoriza um Deputado Federal a retirar R\$150 mil com a sua carteira de Deputado, confiando na impunidade... Uma assessora de um líder do PT que só nas primeiras contas feitas até agora já tirou R\$520 mil... Um Partido que participa de um esquema no qual se tiram milhões de reais num carro-forte para ir instalar um “propinódromo” para distribuir para Deputados da base de bajulação do Governo, realmente, é uma coisa terrível. É como se a fama conseguisse depravar a alma de um militante socialista. É como se esse irradiante poder da fama, de querer ser aceito na sociedade das celebridades, de querer se lambuzar no banquete farto do poder, de querer ter o luxo de qualquer coisa, de ter uma mansão, um carro maravilhoso, dando o exemplo para as crianças de que vale a pena roubar.

Deixo registrado que, apesar de tudo o que vi hoje, que mostra claramente o conluio de gangues partidárias com o Presidente Lula – conluio de gangues partidárias com o Presidente Lula –, mesmo assim, vou continuar ensinando a meus filhos que é proibido roubar. Por mais que a realidade implacável diga não, por mais que a realidade implacável diga que é bom participar do luxo, que é bom ter dinheiro, que é bom ter poder, mesmo assim, eu vou dizer a eles todos os dias que é proibido roubar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Silvio, o senhor falou de uma série de hotéis em que esteve reunido com pessoas interessadas em fazer negócio com o Governo, e o senhor não citou o Naoum. Por quê?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não lembro de ter feito... Acho que fiz reunião no Naoum somente antes da posse. Não fiz reuniões no Hotel Naoum. Não me lembro de ter feito reuniões no Hotel Naoum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– O senhor fez uma reunião com o Sr. José Carlos Bunlai?

O SR. SILVIO PEREIRA – José Carlos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Bunlai.

O SR. SILVIO PEREIRA – No Hotel Naoum? Eu já estive reunião com o José Carlos Bunlai, mas não foi no Hotel Naoum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Foi onde?

O SR. SILVIO PEREIRA – Deve ter sido em hotel em São Paulo, ou no Maksoud, no Lee Hotel, num dos dois, mas com certeza não foi no Naoum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor pode dizer o que tratou com ele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Olha, o José Carlos Bunlai é uma pessoa conhecida do PT. Nós tivemos uma conversa, questão de vários meses atrás, e não me recordo agora exatamente de tudo o que nós conversamos, mas foi uma conversa que teve em São Paulo; não foi aqui no Hotel Naoum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem uma declaração sua na imprensa: “O que eu fiz, fiz em nome do partido. Se eu cair, cairão todos”. Que foi que você fez que pode resultar na sua queda?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não reconheço essa afirmação, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tudo o que você fez, fez em nome do Partido?

O SR. SILVIO PEREIRA – Essa primeira parte, sim. A segunda, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Por que o Partido te abandonou agora?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não considero que o Partido me abandonou, Deputado. Conforme vocês podem verificar, estou aqui bem acompanhado em termos de advogado e não considero que o PT tenha me abandonado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Pode estar acompanhado de militantes. Advogados são outras pessoas te acompanham, não é?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu tenho recebido também muitas manifestações de todo o País, diversos apoios da militância do PT, dos diretórios estaduais. Posso, inclusive, remeter aqui também, ao Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os advogados que o acompanham estão como militantes ou como advogados profissionais contratados?

O SR. SILVIO PEREIRA – Aqui, eles estão como advogados profissionais contratados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Então não são advogados militantes?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não são advogados militantes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que você atribui que os companheiros de Partido neste momento praticamente o abandonaram sozinho aqui nesta sala, largado às feras?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu repito ao senhor, Deputado, não me considero abandonado. O Partido...

O SR. – É um provocador, não é?

O SR. SILVIO PEREIRA – Aliás, eu nem tinha visto; estão aqui alguns de nossos Deputados. Então, não considero, Sr. Deputado, que eu fui abandonado pelo Partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na verdade, agora há pouco a Senadora Heloísa Helena falou a respeito de uma matéria que demonstra que, lamentavelmente, V. S^a estaria devendo muitas explicações a respeito do carro que V. S^a tem.

O SR. SILVIO PEREIRA – Já informei aqui, Sr. Deputado, que não farei nenhuma declaração a esta CPI sobre meu patrimônio. Já está tudo devidamente declarado; está de posse da CPI. Qualquer outro esclarecimento complementar, estarei à disposição da CPI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tem medo de se auto-incriminar?

O SR. SILVIO PEREIRA – De maneira nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu é que agradeço a V. Ex^a. Foram exatamente três minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Encerrada a participação de S. Ex^a, estará encerrada a reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu havia me inscrito, Sr. Presidente. Não tenho direito? Eu havia me inscrito para a reinquirição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu quero depois o restabelecimento do tempo, quando puder começar a falar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ao terminar a minha arguição, eu havia me inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O depoente solicita um tempo. Acho que devemos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou suspender a reunião por dois minutos. (Pausa.)

Reiniciamos os nossos trabalhos.

Felizmente, a senhora foi atendida e já está passando bem.

Asseguro a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e peço a assessoria que corrija o tempo, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não sei se digo que o nosso depoente mentiu ou se digo que ele simplesmente omitiu. Não consegui ainda fazer um juízo de valor com relação à resposta do depoente. Mas acho que é meu dever perante esta Comissão, perante o Congresso Nacional e perante o nosso País esclarecer exatamente o que aconteceu na operação que envolve o Land Rover, que é o automóvel do Sr. Silvio Pereira. Estamos falando de um Land Rover Defender, ano 2003, cor verde, cuja placa é DKB8091, de São Paulo.

Muito bem. O primeiro proprietário desse carro foi um médico oncologista, o Sr. Fernando Marin Torres. Ele vendeu o carro em 2004, na concessionária BCVL Comércio de Veículo Ltda. Essa concessionária pertence ao grupo Eurobike, que, no entanto, repassou o veículo sem sequer ter feito a transferência dos documentos; e o repasse, por meio de um processo de compra e venda, foi realizado para a revenda Paíto Motors, que está localizada no interior de São Paulo, na cidade de Araras.

O Jornal Nacional, num trabalho investigativo, num trabalho altamente detalhado e preocupado com o restabelecimento da verdade, foi atrás, nessa cidade de Araras, e conseguiu manter contato com o Sr. Hamilton Costa de Souza, que, então, informou que o veículo havia sido comprado com ele e havia sido pago à vista. O repórter do Jornal Nacional indagou do Sr. Hamilton quem teria pago o carro. Ele disse que foi um senhor chamado Zé Paulo. Repito: Zé Paulo. Por sorte, o Sr. Hamilton ainda tinha guardado o telefone do Sr. Zé Paulo, e a equipe do Jornal Nacional, diligentemente, discou o número. Quando discado o número, pasmem! Atende a empresa GDK.

Então, o repórter, o interlocutor, do outro lado, questiona: “O Sr. Zé Paulo se encontra?” E a pessoa, na outra linha, diz: “Não. Ele saiu, mas já está voltando. Quer deixar algum recado?” “Não, muito obrigado”.

Está aqui comprovada a negociação do carro do Sr. Silvio Pereira. Foi um mimo que ele recebeu, de fato, da empresa GDK, que, como lembro, presta muitos serviços ao Governo Federal, especialmente na Petrobras.

Outras informações serão trazidas e anexadas à investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – No início do depoimento de V. S^a, Silvinho Pereira, V. S^a disse que era sua função fazer uma triagem dos nomes do PT para cada um dos cargos e que enviava esses nomes ao Governo. Mas o Governo é uma entidade. Então, seria adequado se pudesse nos informar que pessoa no Governo ou quais pessoas no Governo recebiam essa triagem e o que faziam.

Em segundo lugar, referindo-me ainda à questão que formulei – acho que não houve tempo para respondê-la na primeira parte –, sobre se houve Parlamentares de quaisquer partidos que tivessem comunicado a V. S^a: “Olha, eu votarei nos propósitos do Governo em tais projetos de lei, de emenda à Constituição, desde que tenham sido atendidas, digamos, as minhas solicitações para tais...”, se procedimentos dessa ordem chegaram ao seu conhecimento.

Peço trinta segundos para uma conclusão após a resposta do Silvinho.

São essas duas questões.

O SR. SILVIO PEREIRA – A questão das indicações, Senador Suplicy, não era centralizada num único local do Governo. Quando se tratava de negociação com a base aliada, aí, sim, neste caso, era na Casa Civil, porque envolvia os Partidos da base aliada. Quando o PT tinha, às vezes, algumas indicações a fazer, podia fazer inclusive diretamente a alguns outros ministérios. Já tive encaminhando pedidos do PT em outros ministérios e não necessariamente num único centralizado. Era centralizado apenas quando se tratava de Partidos da base aliada. Segundo...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Com respeito ao posicionamento de Parlamentares, as suas eventuais exigências, se ocorreu esse tipo de procedimento: “Ah, eu só voto em tal indicação, só voto em tal projeto se for atendida tal ou qual solicitação minha”. Ocorreu isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu nunca ouvi isso, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Está bem.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu gostaria de responder uma outra questão...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de estar transmitindo o quanto que avalio que o Presidente Lula, sobretudo diante de todos esses episódios e esta crise, de como será apropriado que ele diga, na sua relação com o Congresso Nacional, a cada Deputada ou Deputado Federal, Senador

ou Senadora: “Vote de acordo com aquilo que considere o melhor para o País, para o interesse público, e não porque houve qualquer tipo de designação disso, daquilo”. Foi assim, caro Silvinho, que aprendi a ser Parlamentar e acho que foi por causa desse procedimento que as pessoas que formaram o PT, em 1980, convidaram-me para ser membro do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o último inscrito, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor teve muitas reuniões com o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. SILVIO PEREIRA – Tive poucos contatos com o Sr. Waldomiro. Em reuniões formais, tivemos vários encontros na Casa Civil e em outros locais, e sempre ele falando das reclamações que ouvia dos Deputados aqui na Casa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, vou fornecer depois ao nosso Relator a agenda do Sr. Waldomiro Diniz, onde encontramos inúmeros encontros do Sr. Silvio Pereira com o Sr. Waldomiro. Acho que isso, na verdade, é material de investigação.

Em qualquer instituição, o senhor dizia que tem vinte anos de vida no PT, de serviços prestados ao Partido. O senhor desempenhava uma função chave, que é o de Secretário-Geral, e o senhor destinava recursos para as campanhas. O senhor orientava campanhas no Brasil todo. O senhor escolhia e debatia com o Delúbio a destinação dos recursos.

A pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor conhece alguma pessoa que tenha a importância e a responsabilidade que o senhor tem que possa administrar e conduzir bem um partido sem conhecer o fluxo financeiro dele?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu não remetia recursos financeiros para nenhum lugar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é o que nós temos de informação.

O SR. SILVIO PEREIRA – É o que eu estou lhe afirmando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A outra pergunta é a seguinte: o senhor tem informação de que o BMG, esse banco que hoje tem uma série de questionamentos, mandou dinheiro para onze campanhas no Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tinha conhecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não sabe de nada disso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Não tinha conhecimento, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No depoimento da Polícia Federal, o senhor disse que desconheceria qualquer relação comercial, empresarial de Marcos Valério com o PT. O senhor confirma isso?

O SR. SILVIO PEREIRA – Confirmando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que o Marcos Valério e o Delúbio, na Procuradoria-Geral da República, afirmam que o senhor, primeiro, garantiria o pagamento no caso de o Sr. Delúbio deixar de ser o Tesoureiro do PT, o senhor e o José Dirceu, e que o senhor e o José Dirceu, e principalmente o Delúbio diz – é isso que quero ouvir –, ele diz que o senhor conhecia toda a operação, tinha informação de tudo? O senhor confirma ou o senhor nega?

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu nego.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigada, Presidente. Eu cansei das mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Relator para as suas considerações finais ou para sua pergunta final.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhor Depoente, hoje lhe fiz uma pergunta a propósito da Land Rover, porque, num primeiro momento, V. S^a tinha afirmado que houve o financiamento, e eu lhe afirmei que, na verdade, o carro estava quitado. Agora, em cima das informações que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto nos trouxe, eu gostaria que V. S^a nos explicasse até onde é verdadeiro o que aqui foi anunciado, se V. S^a efetivamente foi beneficiado com esse veículo Land Rover por uma empresa que fornece a uma estatal.

O SR. SILVIO PEREIRA – Sr. Relator, com todo o respeito que tenho a V. Ex^a, manterei todas as minhas informações. O depoimento já feito aqui em relação ao meu patrimônio está no meu Imposto de Renda, tudo que eu possuo, e será objeto evidentemente de análise por esta CPI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Embora V. S^a faça referência e nos remeta a declaração, e nós evidentemente quebramos o sigilo e teremos condições de verificar, mas uma pergunta é simples: V. S^a ganhou ou não ganhou o veículo? No seu Imposto de Renda, o que consta?

O SR. SILVIO PEREIRA – No meu Imposto de Renda consta o veículo e todos os bens que eu possumo e será objeto desta CPI. E posso, antes mesmo, se a Receita ainda não enviou ainda os Impostos, eu posso, amanhã mesmo, estar enviando a esta CPI todos meus Impostos de Renda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, V. S^a se recusa a dizer se ganhou ou não ganhou.

O SR. SILVIO PEREIRA – Eu mantenho as informações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se ficar comprovado que ganhou, não importa o que está no Imposto de Renda, V. S^a vai responder por falsidade ideológica por constar... ou por sonegação, por constar no Imposto de Renda que não ganhou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Ata da 16ª Reunião, realizada em 20/07/2005.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloisa Helena, Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Asdrubal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lonrezeni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juiza Denise Frossard, Álvaro Dias, José Eduardo Cardozo, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos, e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Reginaldo Duarte e dos Deputados Domiciano Cabral, Rodrigo Maia, Fernando Coruja, Jandira Feghali, Daniel Almeida, Luiz Carlos Hauly, Zulaiê Cobra, José Rocha, Fernando Gabeira, Moroni Torgan, José Carlos Aleluia, Luciana Genro, João Leão, Julio Lages, Dimas Ramalho, José Filinto, Perpétua Almeida, Mendes Thame, Maria José Maninha, Carlos Vieira, José Neto, Júlio Semeghini, Ivan Ranzolin, Márcio Fortes, reúne-se a

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima sexta reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a a votação (aprovada). O Presidente, Delcídio Amaral, informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do senhor Delúbio Soares. A Presidência convida o senhor Delúbio Soares para prestar seus esclarecimentos. O Presidente lê o *habeas corpus* e o telegrama encaminhado a esta CPMI pelo Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Com a palavra, o Relator, Deputado Osmar Serraglio inquirir o depoente. Em seguida, pela ordem de inscrição, fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Antonio Carlos Magalhães Neto, Ideli Salvatti, Senador Álvaro Dias, César Borges, Demóstenes Torres, Arnaldo Faria de Sá. Às quatorze horas e quarenta minutos, fica suspensa a reunião por trinta minutos, às quinze horas e quarenta e um minutos reabrem os trabalhos da Comissão, sendo inquiridos, na sequência, pela lista de inscrições, Senador Jefferson Peres, Carlos Abicalil, Juíza Denise Frossard, Onyx Lorenzoni, Roberto Saturnino Braga, Fernando Bezerra, Sérgio Guerra, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Gustavo Fruet, Murilo Zauith, Wellington Fagundes, Carlos Sampaio, Sibá Machado, Geraldo Thadeu, Alberto Fraga, Henrique Fontana, Antônio Carlos Magalhães Neto, Heráclito Fortes, Rodrigo Maia, Maurício Rands, Pedro Simon, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Efraim Morais, Alberto Goldman, Jamil Murad, Moroni Torgan, Luciana Genro, Mendes Thame, Eduardo Suplicy, e Ideli Salvatti. Em seguida Deputado Carlos Haully, Chico Sardeli, Márcio Fortes, parlamentares reinscritos Juíza Denise Frossard, Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, Heloisa Helena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero hora e trinta e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do

Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da 15ª reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou pedindo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de ponderar com V. Exªs que nós temos uma agenda longa. Nós não podemos mais ficar debatendo, tratando de uma série de questões, em função da agenda que nós temos.

Nós vamos amanhã, pela manhã, ter uma reunião administrativa, quando teremos condições de discutir todas as questões ligadas a requerimentos, as próximas agendas.

Quero comunicar que, em função das ponderações apresentadas pelos Líderes do Governo e da Oposição, nós não teremos audiência amanhã com o Sr. Marcos Valério. Teremos uma reunião interna nossa pela manhã.

E, para iniciar nossos trabalhos, eu convido....

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, falo pela ordem para dizer que não podemos, nesta Comissão, trabalhar sem o acesso dos nossos assessores aos documentos.

As Lideranças do PFL e do PSDB apresentaram, no início, dois assessores. V. Exª rejeitou esses dois nomes, dizendo que havia conflito com a sua equipe.

Muito bem. O PFL e o PSDB reformularam a indicação desses dois nomes e indicaram outros dois nomes. Fizemos isso, mas, até hoje, não houve deferimento de V. Exª. Ou seja, nossos assessores não têm acesso, Sr. Presidente, aos documentos. Está aqui, assinada pelo Líder José Agripino, pelo Líder Rodrigo Maia, a indicação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges, para abreviar a questão de V. Ex^a, nós, amanhã, definiremos isso na reunião administrativa, pela manhã, às 10 horas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, Sr. Presidente, sempre o senhor adia a decisão e até hoje nossos assessores...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Amanhã está marcada.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não concluí, Sr. Presidente, V. Ex^a está tirando a minha palavra. Eu não concluí. Eu tenho outra questão. Então V. Ex^a não deferir isso aqui? Nós não temos acesso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós deferiremos na reunião administrativa de amanhã.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o segundo ponto é o seguinte: hoje, o acesso aos documentos sigilosos pelos Senadores e Deputados se faz em um cofre. Temos dificuldade de acesso a esses documentos. Não há tabulação dos números, o que nos leva a cometer inclusive equívocos em relação às informações.

Muito bem, quando nós abrimos as páginas dos jornais, os documentos que são sigilosos estão todos estampados. Então, está havendo vazamento desses documentos, e amanhã vai ser acusado Deputado ou Senador de estar vazando documento. Eu acho que é responsabilidade da Comissão. Nós não temos, aqui, informação nenhuma que venha da Comissão, que não informa nada do que chega, do que foi apurado, do que foi tabulado.

Nós trabalhamos aqui às escuras. Agora, a imprensa tem toda essa documentação, que está estampada nas folhas dos jornais, Sr. Presidente. Isso não pode persistir. Por isso estou fazendo esta premissa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente, Senador César Borges. Absolutamente compreendido, as providências serão tomadas.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é vazada na seguinte colocação: o sigilo bancário foi transferido de forma reservada. Eu tendo informação de um sigilo bancário e precisando formular uma pergunta aqui, quando formular a pergunta, será quebra de sigilo bancário?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O importante é formular sem, evidentemente, detalhar essas questões que fazem parte do sigilo bancário.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias. E eu vou encerrar para começarmos os trabalhos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Sr. Presidente, é importante, é uma questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a V. Ex^a que inclua na reunião administrativa de amanhã, como prioridade, a deliberação sobre requerimento que, juntamente com os Senadores Sérgio Guerra e Romeu Tuma, estamos apresentando para que nos seja remetido o inquérito encaminhado pelo Juiz da 4^a Vara de Belo Horizonte ao Supremo Tribunal Federal. Fazemos esse requerimento em função da importância desse inquérito, pois, segundo informações, trata-se de prova documental definitiva: traz a relação daqueles que se beneficiavam diretamente dos saques efetuados nas agências do Banco Rural. Portanto, essa é uma providência urgente para chegarmos realmente aos responsáveis por esse esquema de corrupção montado no Governo. Nós temos que obter urgentemente as informações desse inquérito que foi remetido ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Absolutamente procedente, Senador Alvaro Dias. Essas são informações importantíssimas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado, concedo a palavra a V. Ex^a para uma última questão de ordem. Em seguida darei início aos trabalhos para esclarecer alguns pontos importantes.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, tendo esta Comissão decidido quebrar o sigilo bancário dos Parlamentares e de pessoas envolvidas em qualquer tipo de denúncia, sugiro que essa quebra seja estendida aos respectivos cônjuges. Temos visto o papel, a participação importante das esposas e dos maridos de pessoas envolvidas. Nós já temos casos – não vou citar os casos dos jornais para não citar colegas – em que a participação dos cônjuges é em notória em alguns saques, especialmente junto ao Banco Rural. Portanto, sugiro a esta Comissão que o requerimento seja estendido aos cônjuges, que essa quebra do sigilo bancário seja mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Registrado, Deputado Alberto Fraga.

Antes de chamar o Sr. Delúbio Soares, gostaria, rapidamente, de fazer algumas observações. Amanhã vamos fazer uma reunião interna para tratar do pro-

grama de trabalho das próximas semanas, dos requerimentos. É importante e eu gostaria de destacar que conversarei com os Líderes ao longo do dia de hoje ainda e até amanhã pela manhã...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Conversarei com todos, com o PDT, com o PPS, com o P-SOL, para disciplinarmos a questão, até ratificando ou reiterando a preocupação do Senador César Borges de ajustar uma sistemática de acesso a documentos sigilosos.

Ontem, mais uma vez, ocorreu algo que, para mim, como Presidente da CPMI, é muito ruim, assim como para o Relator, o Deputado Osmar Serraglio. Esse tipo de acontecimento passa para a opinião pública uma falta de controle, e isso para mim é muito ruim. Espero que V. Ex^{as} compreendam isso. Estou sendo o mais sincero possível. Ontem, novamente, desapareceu um documento que estava sendo utilizado, que estava sendo manuseado. Infelizmente, esse documento desapareceu e já surgiu na imprensa a fotocópia desse documento que a CPMI não mais possui – já foi feita uma nova solicitação, hoje pela manhã, para que o obtenhamos novamente; estou assinando uma nova solicitação. Por isso, quero ponderar com todos os partidos: vamos ter de ajustar o **modus operandi** para análise dos documentos confidenciais. Os outros documentos são uma questão administrativa que vamos equacionar.

Eu queria também aproveitar a oportunidade para fazer uma observação sobre os documentos que chegam sem assinatura. A CPMI dos Correios, até porque era a CPMI que até agora vinha trabalhando, está recebendo uma enxurrada de documentos, uma enxurrada de denúncias, parte delas apócrifas. E são denúncias que vêm do Brasil inteiro. Também estamos tomando medidas duríssimas nesse sentido, primeiro porque denúncia apócrifa não pode ser motivo de averiguação ou de reconhecimento; em segundo lugar, qualquer documento passará, efetivamente, pelo Relator e pelo Presidente, porque, inclusive, estamos ficando numa situação muito complicada, porque hoje qualquer documento que aparece na imprensa é documento da CPMI. E aí estamos o Relator e eu correndo atrás do prejuízo permanentemente, às vezes em cima de assuntos que sequer não conhecemos.

Então, quero deixar muito claro isso, até para também fazer justiça às pessoas, até em função do cuidado que devemos ter para não arrolar pessoas inocentes no meio desse turbilhão de denúncias que, infelizmente, o País enfrenta. É nesse sentido que quero ponderar com V. Ex^{as} isso, para que essas coisas não

se repitam mais e para que tenhamos efetivamente o controle daquelas informações que são importantes para as investigações desta CPMI.

Agora, gostaria de chamar, para iniciar a nossa oitiva, o Sr. Delúbio Soares.

O SR. (Orador não identificado) – O documento que sumiu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Iremos repor. Já estou assinando o requerimento hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Só gostaria que V. Ex^a nos esclarecesse, para que ficasse claro, que documento é esse, que tipo de documento que desapareceu, enfim, qual é a identificação desse documento, para podermos ter uma leitura mais clara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a pode ler nos jornais, que ele foi amplamente divulgado. (Pausa.)

Eu gostaria de registrar que recebi do Supremo Tribunal Federal o deferimento da liminar do Presidente Ministro Nelson Jobim: “Os pacientes não serão obrigados a firmar termo de compromisso na condição de testemunhas, assegurando-lhes o direito ao silêncio quando eles ou seus advogados assim entenderem que as perguntas possam lhes incriminar”.

Este aqui é o ofício, o **Habeas Corpus** nº 86.319-1, do Distrito Federal, do Supremo Tribunal Federal, também acompanhado de um telegrama do Ministro Nelson Jobim:

Comunico a V. Ex^a que, nos autos do processo acima referido, nos termos do despacho cuja cópia segue via fax, deferi a liminar, para que os pacientes não sejam obrigados a firmar termo de compromisso na condição de testemunhas, assegurando-lhes o direito ao silêncio quando eles ou seus advogados assim entenderem que as perguntas possam lhes incriminar.

Atenciosamente, Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF.

Quero começar os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Delúbio Soares, que vai fazer uma apresentação...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar que V. Ex^a oriente o nobre e ilustre advogado do Sr. Delúbio, porque ontem foram inúmeras as intervenções do Dr. Arnaldo Malheiros no depoimento do Sr. Silvio Pereira. E a le-

gislação é muito clara, ele pode, eventualmente, sob solicitação auxiliar.

Então, eu gostaria que V. Ex^a, para que não se repetisse o que nós assistimos ontem aqui, que motivou quatro ou cinco intervenções de Parlamentares em relação ao depoimento do Sr Sílvio Pereira, que o depoente possa depor com toda tranqüilidade, que os Parlamentares possam perguntar com toda tranqüilidade, sem nenhum tipo de interferência, que inclusive é indevida, por parte do nobre Advogado que acompanha o depoente de hoje.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard. Eu acho que o parecer encaminhado pelo Ministro Nelson Jobim é absolutamente claro nesse sentido em relação àquilo que o depoente pode fazer, inclusive em relação aos advogados.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr Presidente, a lei é muito clara em relação a isso. O depoente está aqui com a sua defesa técnica. A lei permite que ele consulte quando tiver dúvidas.

Eu vou trazer só um depoimento pessoal aqui, Sr Presidente. Toda vez que recebi um acusado na minha frente como juíza, eu perguntava a ele: o senhor já conversou antes com seu advogado? Isso porque às vezes a pessoa vinha e negava, confessava ou negava uma coisa evidente. Então, é importante porque tudo que for produzido aqui, Sr Presidente, o juiz lá de fora vai pedir.

Evidentemente, este senhor, aquele senhor que esteve aqui ontem, eles têm no mínimo meio Código Penal na cabeça deles, lá fora: lavagem de dinheiro, corrupção ativa, corrupção passiva, supressão de documentos, formação de quadrilha e por aí vai.

É claro que ele tem de se valer do advogado dele para que a prova que será produzida aqui também seja uma prova emprestada e suculenta lá fora. Como eu, como juíza, já pedi provas aqui, e foram eficazes para condenar, pela primeira vez na história do Brasil, uma quadrilha de crime organizado.

De modo que o Advogado pode falar com ele; se ele se sentir inseguro deve consultar o seu advogado sim. O Advogado só não pode falar por ele, mas ele pode consultar sim, e deve, porque os documentos que nós temos já são suficientemente suculentos para até dispensar provas testemunhais.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quanto à questão de ordem que formulei, para contraditar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas com base em que artigo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A posição está absolutamente clara em função até do que foi encaminhado pelo Ministro Nelson Jobim e passo a palavra ao Sr. Delúbio Soares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Consultar é uma coisa, Presidente. Assoprar o depoimento é outra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr

Presidente, eu quero que V. Ex^a informe à Comissão quem são os advogados que impetraram o **habeas corpus**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Os impetrantes são: Dr. Arnaldo Malheiros Filho e outros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

os outros (...) Quero saber, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Dr^a Flávia Rahal, Dr Celso Vilardi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os

mesmos de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr Delúbio Soares.

Uma apresentação, Sr Delúbio, inicialmente. Rapidamente, a carreira profissional... Então, V. S^a pode começar o depoimento.

É apenas uma apresentação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Bom dia, Sr Presidente, Senador Delcídio, nosso Relator da CPMI, Deputado Osmar Serraglio, senhores, senhoras Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Compareço a essa CPMI, atendendo a convocação, para poder explicar os fatos que aí estão. Mas antes, quero fazer a minha apresentação pessoal, que é praxe nessa CPMI.

Tenho hoje 49 anos. Sou natural de uma cidade pequena, Buriti Alegre, no Estado de Goiás. Vivi lá, cursei o ginásio. Depois fui à Goiânia, onde estudei o Científico, antigo segundo grau... o segundo grau. Na época era a transição do Científico para as escolas de treinamento que nós tínhamos em 1972. Todos aqui conhecem. Fiz o segundo grau. Ingressei na Universidade Católica de Goiás, fiz curso de licenciatura plena em Matemática. Exerci a profissão de professor desde 1974, sendo registrado oficialmente em 1976 somente.

Estou falando isso, para que entendam a minha vida profissional.

Ingressei no movimento da luta pela anistia, em 1976, em 1977, e também na luta por melhores condições de trabalho para a rede de magistério do Estado de Goiás. Fui dirigente sindical do centro dos professores. Antes disso, fizemos várias movimentações que resultaram na primeira greve do Estado de Goiás, em 1979. A partir daí, assumi a direção do antigo Centro de Professores de Goiás, hoje Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Goiás.

Particpei da fundação do PT. Sou fundador do PT. Estive em São Paulo, na primeira reunião, juntamente com vários outros companheiros do Estado de Goiás e do Brasil inteiro, para fundar o PT. Particpei ativamente das discussões que deram origem à fundação e à reconstrução do movimento sindical brasileiro. Particpei do primeiro conclave que fizemos. A idéia era fazer uma central sindical única no Brasil, mas não conseguimos. Particpei da fundação da CUT, e outros companheiros participaram da fundação de outras centrais sindicais que existem até hoje. Particpei ativamente da construção da CUT, da qual fui diretor, desde 1983 – data de sua fundação – até 1994. Fui dirigente da Central Única dos Trabalhadores. Particpei, nesse período, também, do Diretório Nacional do PT, de 1987 até 1990. Particpei da campanha eleitoral, em 1984, em Goiás, coordenando a campanha do companheiro do PT Luiz Antônio, campanha na qual não conseguimos êxito.

Voltei ao Diretório Nacional, integrando a Executiva Nacional do PT, no Congresso de Guarapari, em 1995. Particpei da Executiva Nacional de 1995 até a presente data. Estou licenciado da Executiva Nacional por fatos já divulgados por toda a imprensa.

Assumi a Tesouraria do Partido dos Trabalhadores no ano... O Congresso de Belo Horizonte foi no final do ano. A posse dos novos dirigentes deu-se no começo do ano, na primeira reunião do Diretório Nacional de 2000. De lá para cá, exerci a função de tesoureiro do PT, de Secretário de Finanças e Planejamento do PT, até licenciar-me há 15 dias.

Querida deixar claras essas atividades. Tenho discutido, dialogado com a sociedade brasileira. Tenho dado todas as declarações, para explicar os fatos que estão acontecendo. Quero explicá-los aqui, com clareza.

Quero, agora, iniciar minha...

Sr. Presidente... posso agora...

Iniciou esse processo com a declaração, uma publicação de uma entrevista à **Folha de S. Paulo**, em que foi denunciado pelo Deputado Roberto Jefferson a existência de mensalão, a qual o PT... A denúncia

do Deputado Roberto Jefferson dizia que o PT pagava mesada aos deputados do PL e do PP.

Fui convocado à Polícia Federal e, espontaneamente, me apresentei ao Procurador-Geral da República. Tanto na Polícia Federal quanto na Procuradoria-Geral da República, e também comuniquei à imprensa, em uma entrevista coletiva que fiz na sede do PT e também em uma entrevista que dei ao *Jornal Nacional*, no sábado – e quero comunicar, quero explicar, estou aqui, depois, para as perguntas dos Srs. e das Sras Parlamentares, para esclarecer esses fatos –, que não tem pagamento de mesada do PT a parlamentares de nenhum partido. O PT não orienta compra de voto de nenhum parlamentar para votar com as teses do Governo. Cada parlamentar eleito pelo povo brasileiro deve exercer seu mandato conforme a sua consciência, conforme os seus compromissos sociais. Essa é a visão que tenho e quero reiterar isso à CPMI.

Por que eu fui ao Procurador-Geral da República?

Nós estamos vendo, na sociedade brasileira, muita informação que não condiz com a realidade. E resolvi procurar o Procurador-Geral da República para explicar a ele um fato que, até então, nós não tínhamos assumido. E eu, como fui responsável, quero explicar a todos vocês sobre isso e à Nação brasileira, senti-me na obrigação, para não prejudicar pessoas que estão sendo acusadas indevidamente, pessoas que tiveram algum compromisso e estão sendo acusadas indevidamente, bem como seus familiares, assessores, dirigentes partidários, senti-me na obrigação de esclarecer que o Partido dos Trabalhadores, durante 2003 e 2004, usou de um recurso não contabilizado para quitar dívidas das nossas campanhas de vários membros dos diretórios, vários membros do PT nos Estados e vários membros da base aliada. Usamos esses recursos para quitar essas dívidas.

Pegamos um empréstimo numa instituição financeira, via terceiro, que já é público, claro e notório, das empresas em que o Sr. Marcos Valério é sócio, para fazer esses pagamentos.

Por que nós usamos esses recursos? Porque as dívidas, as campanhas eleitorais, todos nós aqui nesta sala sabemos como é feita a campanha eleitoral. Vou explicar o ponto de vista do Partido dos Trabalhadores e o que foi feito.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Delúbio Soares. Depois, cada Parlamentar terá o tempo de 15 minutos para falar aquilo que julgar importante.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou respeitando... Se alguém se sentiu ofendido, peço desculpa. Não que-

ro ofender nenhum parlamentar, nem do meu Partido nem dos demais partidos. Não quero ofender nenhum partido político, instituição que respeito muito. Sem os partidos políticos, não tem processo democrático. Sem as instituições fortes, consolidadas, nós não temos consolidação da democracia no Brasil que todos nós estamos procurando.

Nós recorremos desses instrumentos para quitar dívidas não-contabilizadas desses companheiros nossos que ficaram devendo em 2002. Isso é um fato, é uma realidade. E preparamos e organizamos a preparação da campanha de 2004, quando também utilizamos de recursos não-contabilizado, que são esses recursos que giram em torno de R\$ 39 milhões. Nós solicitamos durante o período 2003/2004 que as empresas do Marcos Valério solicitassem junto ao Banco Rural e junto ao Banco de Minas Gerais que fizessem esses empréstimos para que nós pudéssemos quitar esses débitos com os fornecedores que os nossos companheiros membros do Partido, membros da Base aliada solicitaram para que gente pudesse quitar com os credores.

E quero encerrar, Sr. Presidente. Nas campanhas no Brasil, os Partidos brasileiros têm grande dificuldades de sustentação. Sinto isso pelo PT. Estou na direção do PT, sou responsável pelas finanças do PT há cinco anos, e sinto isso no PT, entendo que outros Partidos também podem ter as mesmas dificuldades. O processo de financiamento das campanhas eleitorais no Brasil da forma como o é, ela tem muita dificuldade em todos os doadores se identificarem. Isso é fato, é publicado em vários jornais locais, vários jornais nacionais de campanhas diversas. Não quero aqui especificar campanha, não quero aqui trazer campanha da qual eu não participei. Eu quero trazer aqui campanhas de que eu participei. É isso que nós temos que colocar claro.

E a consciência nossa, da Nação brasileira, cada uma das pessoas que estão nos ouvindo sabe, já teve um candidato na família, como se faz uma campanha de Vereadores; cada um sabe como que se faz uma campanha de Deputado – aí menos gente sabe –, de Governador, de Prefeito, como são feitas as campanhas no Brasil. Então, na Procuradoria-Geral da República, ao assumir de minha responsabilidade esse ato... inclusive registrei junto ao Procurador que entendo que é necessário que nós – estamos apresentando e a CPMI pode dar essa colaboração ao Brasil e praticamente para esse fato existe outra CPMI, para discutir compra de voto e “mensalão”, que foi instalada ontem, que também pode contribuir nessa direção – possamos aperfeiçoar a legislação brasileira e ter um só processo para que, no Brasil, possa deixar de existir o sistema

dinheiro não-contabilizado por outro chamado de Caixa 2, complementação, doação voluntária e etc.

Nós precisamos encontrar uma solução, na qual todos os brasileiros tenham a sua participação nítida, clara e sem chantagem, sem ameaça, entendermos esse processo e encontrar uma solução de como financiar os Partidos brasileiros, como financiar as campanhas eleitorais para que todos tenham a transparência necessária.

Então, eu queria deixar clara essas questões e me colocar à disposição do Relator, dos Srs. Parlamentares, para respondermos àquilo que vocês me convocaram para vir aqui.

Então, estou à disposição de todos os Deputados, Deputadas, Senadores e da Mesa Diretora dos Trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Sr. Delúbio Soares.

Concedo a palavra ao nobre Relator Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, V. S^a acaba de fazer referência às batalhas as quais se integrou junto com o seu Partido, inclusive a da anistia fiz referência. E ao final pede que nós, da CPMI, colaboremos para que possamos estruturar um sistema normativo que evite a repetição daquilo que V. S^a aparentemente passe a admitir como algo, na sua concepção, de habitual e que, como se viu, diante da reação de muitos, não se pode pretender essa generalização.

Mas eu quero dizer antes – e aí quero de certo modo tomar um pouquinho mais de tempo do que habitualmente eu faço – para provocar a V. S^a uma reflexão maior, porque esse aparato todo que está aqui presente, na Imprensa, o Brasil está assistindo, os espaços todos estão ocupados, de certo modo da sua oitiva está a depender o futuro de muita gente.

Nós temos falado o tempo todo que um dos nossos compromissos é separar o joio do trigo e quem tem conhecimento dos fatos tais quais ocorreram é V. S^a. Aqueles que costumam ler nos escritórios de advocacia aquele dito de Rui Barbosa “De tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, o homem chega a ter vergonha de ser honesto.”, eu imaginei que fosse uma página virada no País de cem anos atrás. Não por mim, porque eu não sou o mais puro dos homens, mas eu confesso que e acreditava e sonhava, como este País sonhava, de que a vitória do PT seria a condução para os destinos do nosso País de uma visão diferente; 500 anos de história seriam virados porque seria dada a oportuni-

dade de um pensamento novo, diferente, nascido das bases, nascido do povo.

Enfim, nós que já avançamos um pouco mais na idade e de certo modo fomos desacreditando nas pessoas, nos costumes, alimentávamos a esperança de que a subida do PT, com os seus ideais que aparentemente eram aqueles da nossa juventude que nós perdemos, iriam ter a oportunidade de se concretizar; de certo modo, ecoariam naquelas medidas tantas que a gente ouve de Padre Zezinho, de um Raul Seixas, no “Imagine” de John Lennon. Por que não sonhar? Eu confesso que esperava por isso, mas lamentavelmente a História, o que vem acontecendo e o que nós vimos se traduzindo no dia-a-dia foi desilusão tamanha que eu tenho uma pena enorme daqueles que são sérios e que pertencem ao seu Partido. E V. S^a fez referência inclusive a muitas famílias, a muitas pessoas que estão sendo atingidas e que, talvez, inocentes, imolados, porque V. S^a não abre a caixa.

Nós já temos versões demasiadas do que ocorreu. E também não adianta apresentar ao público um histórico que pode ser verossímil, mas que precisa traduzir convencimento, não apenas com palavras. Os documentos que nós estamos recolhendo contrariam essa versão. E a menos que V. S^a nos abra mais os seus dados, seja franco, V. S^a hoje aqui enterrará a vida e o histórico de muita gente, um enterro moral. Suponho que essa provocação minha inicial o faça refletir sobre até a consciência, que tenho convicção de que V. S^a deve perceber, do momento importante e da força que a sua palavra vai ter aqui hoje, junto aos Parlamentares.

E, para concluir, muito embora eu queira dizer que sempre fui muito objetivo, mas de alguma forma eu percebo que é um momento um tanto quanto histórico, muita coisa pode se modificar neste País a partir desse depoimento. E aí eu queria mais uma vez provocar V. S^a, que, pelo que eu li, também estudou um pouco de latim, e, para quem estudou na época do latim vai lembrar de um discurso de Cícero, 63 anos antes de Cristo. Quando alguém – Catilina – compareceu ao Senado e praticamente todos já conheciam a conspiração da qual estava participando, de pouco valia que ele viesse imaginar que fosse confundir os Senadores – e aqui nós temos Deputados e Senadores. Nós estamos num ambiente aproximado da época em que Cícero assim se manifestou em relação a Catilina, cujo nome eu deletei e substituí por Delúbio: “Até quando, ó, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda há de zombar de nós essa tua conduta? A que extremos se há de precipitar a tua audácia sem freios? Nem a guarda do palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem os temores do povo, nem a afluência

de todos os homens de bem, nem este local, tão bem protegido para a reunião do Senado, nem o olhar e o aspecto desses Senadores, nada disso conseguiu perturbar-te? Não sentes que os teus planos estão à vista de todos? Não vês que a tua conspiração todos aqui a conhecem? Quem dentre nós, pensas tu, que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente, em que local estiveste, a quem convocaste, que deliberações foram as tuas? **Oh, tempora, oh mores.** Oh tempos, oh costumes!”

E vamos ver se V. S^a, imbuído desse espírito, realimenta na gente a convicção de que os ideais da juventude ainda podem prosseguir nas cabeças encaçadas de tantos nós aqui.

A primeira coisa que nós gostaríamos de saber de V. S^a é qual, efetivamente, é a atribuição de um Tesoureiro no PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – A atribuição de um Tesoureiro no Partido dos Trabalhadores, que é Secretário de Finanças e Planejamento, é planejar as atividades do PT junto à Executiva e a execução orçamentária é de responsabilidade do Tesoureiro. Essa é a definição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A manipulação do dinheiro, a destinação do dinheiro, a obtenção de recursos é uma coisa centrada numa única pessoa?

O SR. DELÚBIO SOARES – A execução orçamentária do Partido dos Trabalhadores é de responsabilidade do Secretário de Finanças e Planejamento do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cargo que V. S^a ocupou durante cinco anos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Durante cinco anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, todos os empréstimos efetuados pelo PT são de seu conhecimento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Todos os empréstimos do Partido dos Trabalhadores que estão registrados em nome do Partido dos Trabalhadores são de meu conhecimento e de responsabilidade da Executiva. Os empréstimos separados, que eu acabei de anunciar, são...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqueles efetuados através de empresas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Esse foi de minha exclusiva responsabilidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia V. S^a nos elencar os financiamentos obtidos pelo PT e os obtidos através de interpostas empresas?

O SR. DELÚBIO SOARES – São duas coisas diferentes que quero deixar claro para todos os senhores.

O Partido dos Trabalhadores, vamos pegar o orçamento de 2004, que é mais fácil da gente trabalhar, como o sigilo do PT foi disponibilizado e o sigilo bancário dos dirigentes também à CPMI, a CPMI tem todos os documentos em mãos, deve ter lido e está à disposição da CPMI.

Os recursos do Partido dos Trabalhadores têm quatro fontes. Primeiro, fundo partidário, a contribuição dos dirigentes, dos ocupantes de cargos eletivos, ocupantes de cargos comissionados – essa é uma outra contribuição –, a contribuição dos filiados, vendas de materiais e doações na forma da lei.

A lei brasileira permite doações de pessoas físicas, pessoas jurídicas para os partidos políticos e também no período eleitoral. Conforme a renda ou a receita das empresas, 2% do seu faturamento, relativa à declaração do ano anterior, e pessoa física 10% da declaração de renda. Então, as fontes de renda do Partido dos Trabalhadores são essas.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, em função das dificuldades financeiras que nos encontramos no início de 2003, o Partido dos Trabalhadores solicitou dois empréstimos a dois bancos privados. Ao BMG, de R\$2,4 milhões e um empréstimo ao Banco Rural de R\$3 milhões.

O PT, desde de 1999, não era o tesoureiro nessa época, tinha um crédito especial, tipo um cheque especial ao Banco do Brasil, na época, de R\$800 mil, depois renovado para R\$1,5 milhão e depois foi renovado para R\$3,5 milhões, que é o que tem hoje.

O Partido dos Trabalhadores decidiu fazer o processo de, primeiro, ampliar a sua base política. Em final de 2002, o Partido dos Trabalhadores estava presente em 2500 cidades. Nós decidimos ampliar a nossa base política para todas as cidades do Brasil. E tive um prazo para realizar isso, para poder o partido estar apto para disputar as eleições em 2004. Então, nós tínhamos que organizar os diretórios municipais, filiações de novos companheiros, implantação em todas as cidades do Brasil, essa era a meta.

Conseguimos deixar apto o Partido dos Trabalhadores a disputar a eleição em 5400 cidades, isso até outubro, quando encerrava o prazo das filiações para as pessoas poderem se candidatar. Então, nós fizemos isso.

Em implantando o partido no Brasil todo, 98% das cidades, cobrindo 98% do eleitorado brasileiro, nós decidimos fazer um processo de informatização no partido, para que ele pudesse ter uma rede de computadores, pudesse dialogar com todos os diretórios, o

mais rápido possível. E decidimos fazer um projeto de informatização, que iniciamos estudando desde 2003 e concluímos esse projeto no final de 2003.

E fizemos um financiamento, um *leasing* no Banco do Brasil do financiamento dos computadores. E para esse *leasing* nós demos como garantia as contas bancárias do Partido dos Trabalhadores, esse *leasing*, na época, foi em torno de R\$21 milhões a R\$22 milhões, que o Banco do Brasil comprou os computadores e colocou à disposição do partido. Nós distribuímos esses computadores no Brasil todo e fizemos também um seguro para que todos os computadores – o Banco do Brasil exigiu que nós fizéssemos um seguro. Então, da mensalidade do *leasing* do Banco do Brasil, nós pagamos em torno de R\$750 mil, e R\$100 mil e pouco a gente paga do seguro todo mês, porque os computadores, em cada cidade, são de propriedade do Banco do Brasil e de uso do PT, do Partido em cada cidade. E, ao período de 42 meses, pagando, esses computadores ficam à disposição do PT e a dívida se encerra.

Então, no Banco do Brasil, nós temos um cheque especial no Banco do Brasil de R\$3,5 milhões, tipo cheque especial, um cheque rotativo empresarialmente, pelas contas do PT permite, e temos um financiamento de *leasing* no Banco do Brasil nos computadores. A dívida, hoje, nós já pagamos, começamos a quitar. O dinheiro saiu em fevereiro, março, não me lembro. Começamos a quitar a dívida em maio e estamos regularmente pagando o Banco do Brasil nas contas diretas do PT.

Se o PT deixar de pagar, o Banco do Brasil vai lá e requer os computadores de volta. Essa é a operação do Banco do Brasil que, ontem, ouvindo o depoimento pela imprensa, várias pessoas questionaram sobre esse empréstimo. É um *leasing* nessas condições. Eu já explico. Então, são os financiamentos do Partido dos Trabalhadores.

A primeira questão eu respondi. Posso responder a segunda?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode. Precisamos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa operação do Banco do Brasil, a operação de ampliar o crédito rotativo, a operação do Banco Rural e a operação do BMG são de conhecimento da Executiva e aprovadas no Conselho Fiscal de 2003 e de 2004. Então, é de conhecimento de toda a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e do Diretório.

Procurei explicar, mas quero dar mais detalhes ao Relator para que ele possa formatar as suas conclusões no curso da CPMI, teremos “n” informações sobre isso. Os fatos vão comprovar o que eu estou dizendo.

Início de 2003, o Partido dos Trabalhadores é procurado por vários companheiros que foram candidatos e que ficaram com dívidas não-contabilizadas e que os credores queriam receber. Como o Partido dos Trabalhadores tinha eleito o Presidente da República numa coligação, os companheiros e companheiras dos diretórios que estavam sendo pressionados nos procuraram, várias vezes, para que nós pudéssemos ajudar a resolver aquelas dívidas. Por que aconteceu isso? Em vários Estados – todos aqui lembram da campanha de 2002 –, em 2002, onde o PT poderia ganhar as eleições e ganhou; onde o PT não tinha a menor chance de disputar uma eleição, teve alguns lugares que até ganhou, como o caso do Piauí; alguns lugares que não tinha chance nenhuma, e o PT foi para o segundo turno. Vamos pegar o exemplo do Ceará, do Pará, eleições em que o PT foi para o segundo turno e não tinha, na lógica política do início, a menor condição política de ir para o segundo turno. As campanhas permitiram ao PT disputar oito segundos turnos com candidatos nos Estados. Então, isso trouxe um volume de despesas para o qual os diretórios estaduais ou as candidaturas não estavam preparadas.

Também queria pedir uma ressalva, Sr. Relator, e explicar: os doadores de campanha, uma empresa x discute, no ano anterior, quanto recurso ela vai doar e a quem ela vai doar. Normalmente, pode ter exceção da regra, as empresas gostam de apoiar aqueles Partidos, aqueles candidatos que, na visão dela – por isso, as pesquisas eleitorais são muito importantes para as empresas –, que têm chance de ganhar. E, normalmente, aquele recurso que ela destinou ela canaliza para aqueles candidatos com chances eleitorais. Não significa que eles ganharão, mas que têm maiores chances eleitorais.

E infelizmente, em vários Estados, os nossos candidatos não entraram nessa planilha que as empresas preparam um ano antes. Então, quando, em agosto, setembro, as campanhas começaram a ter chances eleitorais, não houve doadores, porque as doações já estavam comprometidas com outros. Normalmente, as empresas definem “x” para as campanhas eleitorais. Isto faz parte da regra brasileira, da democracia brasileira: a doação das empresas para as campanhas eleitorais. Essa é a regra política brasileira nesse sentido, e nós, os nossos candidatos nos Estados não tiveram essa oportunidade de receber doações. Então, isso acumulou, e a campanha foi evoluindo.

As campanhas eleitorais, quando elas têm chance, pegam um volume em que os candidatos, seja qual for o partido, acompanham o ritmo da dinâmica da campanha. Se a campanha está mais devagar, tem menos militantes, tem menos gastos com gráfica, com

gasolina, com *outdoor*, com empresas de comunicação, menos militantes. Se a campanha vai evoluindo, aumenta-se e aumentam os gastos. Todos nós do PT sabemos disso. Imagino que nos demais partidos aconteçam coisas similares ou não, mas, acontecem também em todas as campanhas.

Cada partido tem o seu método de fazer campanha. Nós aqui temos que entender. O PT é um partido, os outros são outros partidos. Temos de respeitar a tradição, a convivência e a vivência de cada partido.

Queremos deixar claro que o Partido dos Trabalhadores, com essa dificuldade, apareceu um montante – apresentei aqui também de vários aliados, que compuseram conosco as chapas, na chapa profissional ou na chapa majoritária, e nos apresentaram os problemas de débitos anteriores. Isso dava em torno de R\$20 milhões, membros da base aliada e membros do Partido dos Trabalhadores. Esses recursos poderíamos fazer... Na época, não quisemos fazer, Sr. Relator, uma campanha com os filiados do PT, dos partidos da base aliada; também poderíamos fazer uma campanha com pessoas físicas, pessoas jurídicas. Por que decidimos não fazer essa campanha no início de 2003? Os filiados do PT e/ou da base aliada que fizessem algum tipo de doação poderiam sinalizar compromisso com cargos ou cargos num futuro governo. Não quisemos fazer isso. Poderia... se pedíssemos às empresas privadas, as pessoas jurídicas, todas que fizessem doação poderiam aparecer que estavam fazendo uma doação para ter vantagem futura.

Para não dar essa interpretação, recorremos a um empréstimo de terceiro. Por que de terceiro? Por que as contas não estavam contabilizadas em função da evolução que expliquei ao senhor, à CPMI e à Nação. Então, não poderíamos fazer esse empréstimo ao PT ou a um partido da base aliada. Tivemos de fazer um empréstimo de terceiro, quitando esse empréstimo de terceiros diretamente aos fornecedores ou às pessoas que juntavam um conjunto de fornecedores e faziam a quitação. Foi isso o que aconteceu com o empréstimo que fizemos que não está contabilizado. Essa é a verdade dos fatos. Estou revelando isso à Nação. Sei da implicação que isso tem ao meu Partido, sei das implicações, mas é melhor trabalharmos com a verdade, com a realidade, com a transparência dos fatos.

Isso será, Sr. Relator, comprovado com a análise que está na Procuradoria-Geral, a que a CPMI tem acesso, nos contratos firmados junto aos bancos com as empresas e será também comprovado, ao longo do tempo, quem recebeu os saques. A CPMI, o Ministério Público e a Polícia Federal terão todos esses elementos para apurar esses fatos. Eu estou deixando claro ao senhor, com todo respeito às considerações

que o senhor me fez, estamos aqui revelando os fatos como eles ocorreram, com transparência e com a realidade.

Eu tenho a responsabilidade do empréstimo. A escolha do empréstimo, a escolha da empresa para fazer o empréstimo e dos bancos é de minha responsabilidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas eu insisto: quais as pessoas que tinham conhecimento sobre quais empresas seriam utilizadas para esses empréstimos? Quais as pessoas do Partido, ou fora do Partido, mas essencialmente do Partido, tinham conhecimento desses empréstimos que estavam sendo contraídos pelo Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dos empréstimos contabilizados a Executiva toda sabia. Tanto é que está aprovado e assinado por todos os membros da Executiva e aprovado no Diretório Nacional.

Os empréstimos não-contabilizados, os R\$39 milhões, que começaram com um pouco mais de R\$10 milhões, não me lembro de cor, porque essa é uma operação que nós pedimos e o Sr. Marcos Valério concordou, através de suas empresas, solicitar esse empréstimo ao Banco Rural e ao BMG. Esses contratos já devem estar na mão dos senhores e de todo... Estão na Procuradoria. Eu li pela Imprensa que estão na Procuradoria. Então vocês têm livre acesso. E já quebrou o sigilo bancário de todas as empresas. Não tem segredo. Não vamos aqui achar que tem segredo para alguém, porque não tem. Essa foi a realidade.

E como eram informações não-oficiais, porque não eram informações oficiais as demandas que vinham dos Estados, de membros do Partido e membros da Base aliada, nós não discutíamos isso na Executiva.

Foram trazidas as demandas a mim e foi solicitado que eu resolvesse o assunto; e eu resolvi dessa maneira. Eu posso ter errado. Não há nenhum problema quanto a isso. E saberei, com honra e dignidade, assumir no ato o que eu fiz. E estou assumindo perante a Nação. Vou responder aos processos legais, jurídicos que a nossa Deputada do Rio de Janeiro já explicou aqui e dos quais tenho plena consciência. E estou disposto a assumi-los, como já assumi perante o Procurador-Geral, na Polícia Federal e estou assumindo aqui. Então, esses são os fatos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Executiva do Partido também servia de canal para que essas demandas fossem formuladas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eventualmente, algum membro do Partido no Estado falava com um membro da Executiva que tinha essa necessidade. Algum membro do Partido da Base aliada reclamava com outros membros das Executivas dos Partidos da

Base aliada e foram canalizando tudo sob minha responsabilidade. E eu tomei essa iniciativa...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é boi de piranha! Isso é puro boi de piranha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas pessoas da Executiva já que sabiam que havia toda essa dívida pendente... e, afinal, os valores são, pelo menos os valores sacados em nome de terceiros, são aproximadamente R\$40 milhões. Quarenta milhões de reais dentro de um Partido pagando contas e ninguém percebia nada, tudo bem... Uma única pessoa é que sabia disso. Ninguém estranhava de onde vinham esses recursos? Ninguém nunca quis saber?

É difícil acreditar que V. S^a esteja realmente esclarecendo os fatos se não ampliar essa informação. Nós vamos ficar numa dúvida... enfim, é um absentismo impossível.

Eu acabei de lhe perguntar se a Executiva servia de canal para solicitação das demandas? A Executiva percebia que foram pagos certos débitos que a Executiva havia recebido a provocação e não queria saber de onde, nem nada?! Dinheiro chovendo.... Qual a explicação? Ninguém comentava isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Relator, vou tentar colocar as coisas como aconteceram. Vários membros que ficaram devendo, sendo cobrados pelos fornecedores de restos de campanha de 2002, colocavam o problema para algum membro da executiva. Eles diziam: “resolvam com a Secretaria, resolvam com o Delúbio”. Em função das dificuldades que percebi que cada um tinha, tomei essa iniciativa. A iniciativa de procurar os bancos, procurar as empresas, é minha. A iniciativa de saldar os débitos com a fornecedora “a”, com as dificuldades que cada candidato ou membro de um partido tinha era de minha responsabilidade. Eu dava informação, conseguia os recursos, passava direto ao pagamento. Isso era feito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem negociava com os partidos aliados o montante que seria a contribuição do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – De acordo com as necessidades de cada partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR.) – Mas quem procedia às negociações com o PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os partidos que V. S^a participou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vários membros da base aliada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E que valores foram ajustados?

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso será dado na quebra de sigilo bancário e nos saques que serão apresentados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. V. S^a me perdoe, mas, lá não há identificado o ajuste que V. S^a fez, estilo noticiado pelo Sr. Roberto Jefferson. Que o dele teria sido o menor dos ajustes, de R\$20 milhões. A que outros ajustes assemelhados o PT procedeu em relação aos outros partidos da base?

O SR. DELÚBIO SOARES – A relação com o PTB foi uma relação sadia, correta; é um Partido que respeitamos muito. A informação do Deputado Roberto Jefferson não procede como anunciou na imprensa. Só isso que tenho a dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E qual seria a verdadeira?

O SR. DELÚBIO SOARES – No momento correto, vamos trabalhar essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Continuo insistindo com V. S^a, como fiz a referência inicial: seria interessante que V. S^a nos esclarecesse mais – volto a dizer – em benefício do próprio Partido e de muita gente inocente que termina sendo comprometida. V. S^a deve ter visto também aquela expressão de Luis XIV muito assemelhada com seu nome: “*Après moi le déluge*”, depois de mim, o dilúvio. Aparentemente, depois de V. S^a, se não houver esclarecimento, vamos para o dilúvio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Relator, não vou discutir questão de juízo. Cada um pode fazer o que quiser. Não vou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. S^a era a única pessoa que mexia com os recursos, e ajustes financeiros foram estabelecidos com partidos políticos, e tanto foram que V. S^a mesmo diz, nos seus depoimentos, que recursos obtidos por meio desse expediente foram canalizados para partidos da base. Se V. S^a não esclarecer muito claramente o que foi para os partidos da base, vai sobrar informação, como uma que me aconteceu agora há pouco, aqui na entrada; um repórter me perguntou que explicação eu tinha com relação a uma notícia de hoje, que não havia lido, sobre a Prefeita de Fortaleza, de que ela recebera dinheiro do PT. Eu respondi que o PT tem fundos legais, que existe o fundo partidário. Então, não é porque alguém, candidato, do Partido recebeu recursos do PT que pode ser carimbado como alguém necessariamente com uma ligação ilícita.

E, se V. S^a não ajudar a separar o joio do trigo, pergunto a tantos inocentes que possam ocorrer, que tenham tido ligações partidárias ou intrapartidárias com V. S^a, como eles ficarão? Mais hora, menos hora, é preciso que V. S^a a convença. A CPMI vai ter de tomar

decisões severas. Quer ser justa, correta, e depende da sinceridade de V. S^a.

Volto a perguntar: não parece incrível que apenas uma pessoa, numa estrutura que mexe com milhões, tivesse conhecimento do que efetivamente estava ocorrendo, tanto em relação à obtenção dos recursos, quanto à sua destinação em relação aos partidos que se tivessem aliado. Que critério V. S^a adotava para dizer: “Não, isso aqui vai para o partido tal”? V. S^a tinha um limite. Como V. S^a controlava o que deveria ir para quem? Porque, volto também a dizer, Marcos Valério sempre disse – e há uma sintonia nessas informações – que quem indicava as pessoas que poderiam sacar o dinheiro era V. S^a. Portanto, V. S^a tem o monopólio da informação. É difícil, envolvendo tantas pessoas, que amanhã ou depois nós não venhamos a saber, por outras vias, e que isso termine comprometendo as partes boas que V. S^a poderia ter a nos informar, porque, quando há um descrédito, é difícil que não se contamine a parte crível.

Por isso, volto a insistir, sobre tudo o que falei: obtenção de empréstimos, quem sabia? Destinação dos recursos, quem sabia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vou começar pela última: quem recebeu, não é isso? Quem recebeu vai... A investigação, as investigações, um conjunto de investigações da Polícia Federal, do Ministério Público, das CPIs – não só desta, das demais CPIs que estão instaladas, esta e a chamada CPI do Mensalão – vão esclarecer os fatos, quem recebeu. Não temos aqui preocupações, não. Vão esclarecer os fatos, quem recebeu.

Agora, quero deixar uma coisa clara, Sr. Relator. Nós, ao solicitarmos esses empréstimos, com os juros que estamos pagando e que vamos pagar... São questões que nós assumimos de público – estou assumindo isso –, sabendo das consequências jurídicas eleitorais que temos de enfrentar ao assumir esse fato. Eu sei das consequências, e informei ao meu partido. Por isso, me licenciarei, para ficar à disposição, poder esclarecer esses fatos. Por isso me licenciarei do Partido dos Trabalhadores: para esclarecer esses fatos. E a nova gestão vai tocar o partido da maneira que ela achar interessante.

Quem recebeu? As investigações darão conta dessa matéria. Se eu começo a citar nomes, se eu cito um nome e esqueço um outro, porque foi um processo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto aos que V. S^a esquecer, nós suplementaremos pelas investigações, mas pelo menos avançaremos um bom trecho...

O SR. DELÚBIO SOARES – Para não ser injusto com ninguém, tanto com os nossos candidatos, as pessoas que precisaram dos recursos, os diretórios do partido e dos aliados e os fornecedores, eu prefiro me reservar o direito de não falar declinar os nomes agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a, pelo menos internamente, no partido, já prestou contas de forma a convencer os integrantes do partido de como foi sua conduta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Fui convocado ontem pela Executiva Nacional do PT, para me apresentar à nova Executiva. Vou fazer isso – ontem eu não pude, porque eu estava me preparando para este debate aqui hoje. E vou fazê-lo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E quando V. S^a fizer isso, vai apresentar aos petistas a relação de todos os recursos que V. S^a...

O SR. DELÚBIO SOARES – Com certeza, nós vamos fazer esse banco de dados, e tanto o PT quanto a sociedade vão ficar sabendo quem recebeu os R\$39 milhões...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é tão com certeza, porque ontem nós ouvimos o Silvio Pereira: as informações que V. S^a levava ao conhecimento do diretório se limitavam à parte oficial.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A parte oficiosa V. S^a nunca levou ao conhecimento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma parte que ficou sob minha responsabilidade, e vou fazer isso com transparência e tranquilidade, porque o meu partido é um partido rígido; se achar que eu estou mentindo vai me expulsar, eu sei disso. Eu vou apresentar todas essas questões. E todos nós aqui conhecemos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os diretórios... V. S^a disse que teria, na verdade, sido solicitado a proceder ao pagamento de campanhas estaduais. V. S^a poderia nos dizer quais diretórios estaduais, quais campanhas, em relação à eleição de 2002, V. S^a precisou saldar em 2003?

O SR. DELÚBIO SOARES – Várias campanhas que, também, no decorrer das investigações, eram claras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu quase fico sem perguntas. V. S^a não avança. V. S^a não estranha ter escolhido...? Que critério V. S^a adotou para escolher a empresa em nome da qual ou das quais – porque foram várias – os recursos seriam obtidos junto à rede bancária? Que critério adotou para escolher? Não lhe pareceu que a escolha a que estava procedendo viria a comprometer a sua agre-

miação política em virtude de serem todos fornecedores públicos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vamos deixar claro, Sr. Relator, que não tem dinheiro público. É dinheiro privado de um banco privado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas essa é a sua visão. Podemos imaginar que seja uma forma transversa de obter recursos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Cada um, cada brasileiro e cada representante do povo que aqui está tem o direito de pensar da maneira que achar correta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O ruim é se a Comissão pensar toda assim. Aí vai sobrar para quem não abriu o jogo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor deixar, eu posso explicar. Não teve dinheiro público. Nós recorremos a um empréstimo. Como os recursos não eram contabilizados, nós não poderíamos internalizar ou contabilizar esses recursos no PT. Era dinheiro não contabilizado nos Estados ou nas bases aliadas de membros das bases aliadas. Então, nós assim fizemos. Pegamos um empréstimo. Poderia ter solicitado a outras empresas para fazê-lo? Poderia. Mas eu encontrei com o Marcos Valério e ele concordou em fazê-lo e assim fizemos. Simplesmente por isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe que ele teve reajustes nos contratos dele, das empresas dele, junto ao Banco do Brasil, junto aos Correios coincidentemente em 2003?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esse assunto já foi extremamente debatido aqui com várias pessoas. Extremamente debatido. Se teve... Se teve...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhecia, sabia que eles tinham contratos, sabia que essas empresas tinham contratos com os Correios, com o Banco do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na época, com os Correios, parece que não existia. Estava participando de com a concorrência. Então,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com o Banco do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Com o Banco do Brasil já... Uma das empresas já era fornecedora do Banco do Brasil e ganhou a concorrência, assim como várias outras empresas que já eram do Governo anterior ganharam concorrência; outras saíram de um Ministério e foram para outro. É isso que sei das informações de imprensa das concorrências das empresas de comunicação no Governo nosso, no Governo do Lula e no Governo anterior.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a conheceu Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em meados de 2003... 2004... 2002, na campanha eleitoral. Meados de 2002.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que momento, quando foi que V. S^a estabeleceu o primeiro contato em relação à obtenção de recursos através das empresas dele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós começamos a conversar sobre o assunto no final de 2002, vários assuntos e fazer a campanha... As empresas dele fazerem a campanha para o Deputado João Paulo à Presidência da Câmara. Participamos de várias reuniões, porque preparamos a campanha do companheiro João Paulo e a empresa dele foi a escolhida. E começamos a conversar. Quando foi colocado o problema para mim pelos nossos membros do Partido nosso ou dos Partidos da base aliada, eu discuti o assunto e ele se ofereceu, ele colocou uma idéia e eu perguntei a ele, eu pedi a ele se ele podia fazer, fazer esse empréstimo nas empresas dele para quitar esses débitos. Ele concordou e assim fez. Os bancos concordaram em fazer o financiamento das empresas dele. Os bancos não fizeram financiamento a mim ou ao Partido dos Trabalhadores. Fizeram às empresas dele – tanto o Rural quanto o BMG.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabia que ele dava em garantia os contratos que ele tinha com o Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Do método de ele conseguir os empréstimos, eu não participei. Mas está público na imprensa que tem as garantias dos recebíveis nas empresas onde ele trabalhava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a providenciou o pagamento de alguma prestação, ou do próprio contrato, já que são antigos. Até de 2003 tem contratos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Repita a pergunta, por favor, Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vocês efetuaram algum pagamento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Direto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ao banco?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não fizemos nenhum pagamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou ao... Parece-me que transferiram dinheiro para...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E até hoje todos esses financiamentos não foram pagos nem ao Marcos Valério nem ao banco?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, ao banco, nós não devemos ao banco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim. Mas não lhe parece que...

O SR. DELÚBIO SOARES – É um contrato de confiança... Vou deixar claro para o senhor: é um contrato de confiança... Juízo de valor? Não me interessa. Não é que eu não me interesse, mas cada um tem o seu juízo de valor. Nós fizemos um contrato em confiança com o Sr. Marcos Valério. Ele fez os pedidos de empréstimo. Nós não saudamos esses pedidos de empréstimo. Nenhum! Então, o valor original em torno de R\$39 milhões, quase R\$40 milhões, que deverá, ao se quitado, ser corrigido com juros e correção monetária vigentes nos contratos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não vou fazer juízo de valor, já que V. S^a está censurado isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, é direito de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas então vou lhe colocar um quadro, e V. S^a me explique sem juízo de valor. Empresas contraem empréstimos em 2003, em fevereiro, maio, setembro de 2003; depois, em 2004. Empresas contratantes da Administração Pública assumem compromissos miliardários junto a estabelecimentos bancários para socorrer V. S^a. E V. S^a não efetuou pagamento nem da empresa nem do banco. Até hoje isso não fez. Sem nenhum juízo de valor, é esse o fato?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós, nós...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não quero juízo de valor. Isso é verdadeiro? Tudo bem, eu não quero interrompê-lo

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu solicitei ao Marcos Valério que, por intermédio de suas empresas, fizesse os empréstimos. Não quitei nenhum empréstimo com as empresas do Marcos Valério. A relação minha com o banco... Não tenho relação formal com o banco, de dívida, documentos meus com os bancos sobre empréstimo. Então, a relação é direto com o Marcos Valério. E não fiz nenhum pagamento de nenhum dos recursos que o Marcos Valério solicitou e, sob minha orientação, fez os pagamentos. Não fiz nenhum pagamento. Correto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, o fato que eu anunciei é verdadeiro.

E em relação aos financiamentos do Partido. Aí, o relacionamento é do Partido com o banco. V. S^a disse: “Não, lá não tenho nada com o banco, a empresa é que deve para o banco.” A do Partido é do Partido com o banco. O Partido pagou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sobre o contrato do Banco de Minas Gerais, o Partido efetuou pagamento de juros até 2004. Nós pagamos em torno de R\$800

mil de juros no empréstimo do Banco de Minas Gerais. Não quitamos uma parcela. Ouvi pela imprensa que o Marcos Valério assumiu aqui. Mas ele era o avalista do empréstimo do BMG e do Rural também. O Banco de Minas Gerais exigiu do avalista o pagamento, e ele quitou o pagamento na conta do avalista. Tem duas contas quando você pega empréstimo: a conta do avalista e a conta do credor. Se o avalista depositar na conta do credor, fica como se o credor pagasse. E nós devemos à empresa do Marcos Valério também essa parcela de R\$350 mil, que ele efetuou uma parte do pagamento do empréstimo do BMG.

Devemos hoje ao BMG, já deve estar em torno de... No final do ano, quitados os juros, que eram de R\$2,4 milhões, com as parcelas de R\$800 mil que nós pagamos e a que foi paga por Marcos Valério, de aproximadamente R\$350 mil, estão contabilizados R\$2,7 milhões. Isso vence agora. Até tem uma notícia na imprensa hoje, que se nós não pagarmos em setembro, o Banco vai executar o PT. O advogado do Banco de Minas Gerais está dizendo isso, que o empréstimo foi prorrogado até setembro e que deve estar em torno de pouco mais que três milhões. O do Banco Rural, nós não efetuamos nenhum pagamento e esses recursos estão contabilizados em torno de 6 milhões. Hoje, já deve estar em torno de R\$7 milhões o empréstimo de 3 milhões efetuado no Banco Rural, do qual o PT não pagou nenhuma parcela. Esses já estão assumidos pela nova Executiva, que anunciou ontem que fará um plano de pagamento desses empréstimos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nos registros do Partido consta alguma cobrança, alguma notificação? O Banco tomou alguma providência para mostrar que pretendia, tal qual procede em relação a outros clientes, receber o valor que estava vencido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem as cobranças informais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Formalmente, o Banco nunca...

O SR. DELÚBIO SOARES – Os gerentes do Banco têm procurado a assessoria do PT para cobrar, bem antes do episódio das denúncias. Tanto é que procurou o avalista, o Banco BMG, para que o avalista pagasse pelo menos os juros, para poder renovar o contrato. O Banco Rural tem cobrado, mas tem rolado os contratos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Através desses financiamentos, o dinheiro ingressava na conta das empresas que eram as que contraíam os empréstimos. Como esse dinheiro saía dessas contas, como ele era sacado, como ele era direcionado, já que V. S^a aceita como sendo dívida sua? Que controle V.

S^a tem dos saques efetuados e que correspondem a dívida sua? Que critério V. S^a adotou para indicar os nomes que iriam sacar, como iriam sacar, onde iriam sacar e o valor que iriam sacar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós precisamos entender, Senador, que é um processo de um ano e meio, quase dois anos – já tem dois anos e meio que isso aconteceu. Na medida em que havia a necessidade, uma necessidade real... Tenho muita tranquilidade, porque conheço significativamente as pessoas. Tenho certeza de que isso não foi para atividade privada de nenhum dos membros que receberam para pagar os fornecedores ou dos fornecedores dos serviços que foram prestados. Tenho muita tranquilidade disso, que ninguém enriqueceu com isso.

Fornecia a ele, numa relação de confiança que eu expliquei ao Procurador-Geral da República – era uma relação de confiança. E como que eu sabia que as pessoas recebiam? Porque eu me encontrava com as pessoas, e aquele montante que foi designado foi efetivado com o fornecedor A, com o fornecedor B. Por isso, foi uma relação correta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V. S^a, para alguém, ainda que seja internamente ao PT, terá condições de apresentar a lista dos fornecedores que receberam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não sei se todos os fornecedores, mas o destino, para quem era, vamos reconstituir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que esses fornecedores não eram pagos em dinheiro? Como é que eles davam a entrada desses pagamentos?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor me desculpe, mas na pergunta anterior eu não respondi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – A forma do saque, como era feito o pagamento, isso era diretamente. O Marcos Valério providenciava, orientava ele, e ele providenciava os pagamentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, essa afirmação da Karina de que, às vezes, mandavam tirar um milhão em dinheiro no Banco Rural é verdadeira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho a menor... não tenho a menor... se é verdadeira ou não; não acompanhei a efetivação dos saques.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a indicava as pessoas que iriam receber e a forma como elas receberiam era problema do Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Marcos Valério. Marcos Valério era quem orientava como pagavam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não tem, pelo menos os que mais chamaram a atenção, os fornecedores, ou diretórios ou seja quem for que foram pagos por esse método?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Relator, nós fizemos uma relação de confiança e essa relação se procedeu como já expliquei ao senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Relação de confiança, como?

O SR. DELÚBIO SOARES – Entre o executor do pagamento e o recebedor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem importante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, é importante. Eu quero frisar, com todo respeito que tenho aos advogados do depoente, que a lei é clara: o depoente pode consultar os advogados, mas o advogado estava dando ao depoente a resposta que ele deveria anunciar. Acabou de fazer isso aqui, sem consulta do depoente. Ficou claro. Todos nós vimos. O Relator questionou o depoente, e, antes que o depoente respondesse, o advogado o chamou e disse o que ele deveria dizer. Acho que a Comissão tem de exigir outra postura dos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria só chamar a atenção, Dr. Malheiros, para o Código de Processo Penal, art. 187. A observação é importante para que os trabalhos continuem dentro da ordem jurídica normal de um depoimento como este.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu estava questionando sobre a identificação daqueles que teriam sido beneficiados com os recursos canalizados pelo Banco Rural. V. S^a disse que tinha uma relação de confiança. A minha pergunta foi: sua relação de confiança que o impede de identificar é uma relação de confiança com quem?

O SR. DELÚBIO SOARES – Entre mim, o executor do pagamento, que era o Sr. Marcos Valério, e o credor ou membro do Partido da Base Aliada que estava com aquele problema para ser resolvido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então V. S^a está dizendo que integrantes do Partido recebiam recursos, por esse mecanismo, os quais não podem ser identificados, o que nos leva a suspeitar que não eram... Perdoem-me, talvez eu não devesse extrair essa ilação. Eu até admito que V. S^a tivesse uma

relação de compromisso com o Marcos Valério, com o Banco, enfim, mas em relação internamente... V. S^a está dizendo que uma parte, pelo menos, dos recursos foi repassada para diretórios regionais porque ali é que estavam pendentes as dívidas de campanha. Então, não podemos saber nem mesmo quais os diretórios que receberam dinheiro relacionado com a dívida de campanha? É isso? Havia uma relação de confiança entre o diretório e V. S^a? Há uma relação que o impede?

O SR. DELÚBIO SOARES – Quando eu digo diretório, Sr. Relator, preciso explicar essa... Preciso fazer uma retificação. Quando eu falo diretório, são membros dos diretórios estaduais que estavam com problema. Uma campanha eleitoral... Quando se sai com uma dívida não contabilizada de uma campanha eleitoral, ela não é pública, porque se for pública, é cassada... normalmente se dá a idéia que se vai cassar o eleito, ou não eleito, suspender os direitos partidários. Isso que aconteceu. Então quando a gente trata esse problema, trata com as pessoas que têm o problema e que a gente sabe que existiu, que é real. Foi assim que aconteceu conosco. Por isso que estou admitindo, publicamente, perante a Nação que nós trabalhamos com volume de dinheiro não contabilizado no período de 2003/2004. Foi isso que aconteceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entre contabilizado e não contabilizado, quanto o Partido recebeu no ano de 2004? E quanto gastou?

O SR. DELÚBIO SOARES – São duas contas que nós temos que fazer: 2003 e 2004, os não-contabilizados somam R\$39 milhões. Está aí, público e... já está na Procuradoria Geral da República, no Ministério Público. Os recursos contabilizados do PT estão na prestação de contas. O senhor tem... O senhor já deve ter analisado e todos os membros da CPMI. Nós gastamos em 2004... 2003. Vamos trabalhar 2003 porque depois o senhor deve procurar também 2003. Em 2003, nós arrecadamos, aproximadamente, R\$32 milhões e gastamos R\$34 milhões. Então, saímos com um déficit de R\$2 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em 2003?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em 2003.

Então, esses R\$2 milhões jogou para frente em 2004. No ano de 2004...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando fala esses números, V. S^a está considerando todo o movimento?

O SR. DELÚBIO SOARES – O diretório nacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Inclusive, o não-contabilizado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não. O não-contabilizado é uma conta separada, que não é do PT, sob minha responsabilidade, como já falei.

O de 2004... Entrou, de todas as formas que já expliquei aqui, na receita do Partido dos Trabalhadores algo em torno de R\$48 milhões, e nós gastamos R\$68 milhões. Então, devemos R\$20 milhões, dos quais, desses R\$20 milhões, esses R\$2 milhões ficaram do ano de 2003. Então, a dívida total do PT, em dezembro, em 31 de dezembro de 2004, era de aproximadamente R\$20 milhões com os credores, dívidas essas contabilizadas. E a gente negocia com cada credor o pagamento, o alongamento da dívida, o escalonamento, como qualquer empresa, como qualquer partido faz quando tem um credor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Além dessas empresas do Marcos Valério, V. S^a se valeu de alguma outra empresa para algum outro financiamento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Os financiamentos são esses. São só esses financiamentos, perante o Banco Rural e o Banco de Minas Gerais. Só esses financiamentos, as únicas empresas que nós procuramos para fazer esses empréstimos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguém do Banco Rural alguma vez procurou V. S^a para executar o serviço de interlocutor junto ao Governo, para facilitar alguma pretensão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não. Conheço o pessoal do Banco Rural, várias pessoas, mas não no sentido de pedir alguma vantagem nem ao Banco Rural nem ao BMG.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o Sr. Glênio Guedes?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havia alguma negociação no sentido de se criar um Banco do Trabalhador ou algo assim entre o Marcos Valério e o Opportunity? Fariam uma central, pegariam uma central dos trabalhadores, seria um banco que emprestaria recursos com desconto nas folhas de pagamento. Houve uma proposta que tramitou nesse sentido da qual V. S^a tomou conhecimento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tomei conhecimento pela imprensa, embora a imprensa tenha dito que eu era um grande entusiasta desse processo. Eu sou um grande entusiasta do crédito popular. Fui do Conselho do FAT, fui Presidente do Codefat e incentivei muito o Brasil a fazer o Proger, o Pronaf. Foi a gestão que eu estava no FAT que aprovou o Proger, o Pronaf, e é de conhecimento público que eu viajei o Brasil inteiro formando as comissões estaduais, as comissões municipais de emprego para o microcrédito.

Sou um entusiasta do microcrédito, mas não participei, porque eu já não era mais dirigente da CUT no período em que houve essa tratativa do Banco Rural junto à Central Única dos Trabalhadores para criar um misto entre um banco privado e uma central sindical, como tem em outros países. Isso existe em outros países. Mas eu não participei de nenhuma negociação e acho que, se isso tivesse sido feito, poderia ser uma boa. Mas, depois, o Governo do Presidente Lula criou o microcrédito com várias... Crédito consignado, o Banco Popular do Banco do Brasil, a Caixa Econômica fazendo o financiamento... E as empresas brasileiras também criaram o microcrédito, como as Casas Bahia. Hoje, o microcrédito é uma realidade no Brasil, importante, e eu acho uma grande vitória para as pessoas de baixa renda poderem pegar crédito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o Sr. Ivan Guimarães?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É amigo seu?

O SR. DELÚBIO SOARES – É meu amigo desde 1988. Ele foi assessor da Central Única dos Trabalhadores quando eu era dirigente da CUT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ajudou a que ele chegasse à condição de Presidente ou de Diretor do Banco Popular do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. O Ivan é um quadro do Partido dos Trabalhadores, filiado desde – ele é mais novo do que eu um período – desde quando... A primeira filiação... Ele sempre foi dirigente, foi assessor da CUT, trabalhou no Codefat, foi Secretário do Governo de Brasília e foi chamado porque tinha competência. Ele foi Secretário do Trabalho do Governo de Brasília, Diretor do BRB, e, na formação do Governo, o presidente do banco da época o convidou. Não tive nenhuma influência na indicação de nenhum membro do Governo, embora vários membros do Governo sejam meus amigos, como é de conhecimento de todo mundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabia que o Banco Popular – e aí está envolvido esse cidadão que é benemérito seu – gastou 24 milhões de reais em publicidade, com a DNA, no ano de 2004? E que o Banco Popular operou, parece, 26 milhões de reais? Não lhe parece excessiva essa publicidade, nesse montante, num estabelecimento de pouca duração inclusive? Como V. S^a nos afasta a idéia de que, através desse contrato, poder-se-ia estar criando a fonte para os recursos que, depois, lá na frente, V. S^a retiraria no Banco Rural? É a mesma empresa, a DNA, com faturamento elevadíssimo, inexplicável, que recebe esses recursos, vai para dentro

do banco... E esse que recebe é o seu financiador. O que V. S^a diz sobre isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Relator, eu não tenho aqui procuração para defender o Banco Popular nem as empresas do Sr. Marcos Valério. O Banco Popular é um banco que segue a orientação do Banco do Brasil e como gasta na publicidade é um problema interno do Banco do Brasil e de suas subsidiárias, uma delas, o Banco popular. Como gastou, como foi, isso já foi tema de debate no Senado, numa de suas comissões. Eu vi pela Imprensa que o ex-presidente Ivan já apresentou esses dados a uma comissão do Senado, acho que também a uma comissão da Câmara dos Deputados. Com o Senado, tenho certeza, eu lembro de ter ouvido isso, essa prestação de conta, que é uma prestação de conta normal de uma empresa estatal. Se há questionamentos, têm que ser feitos pelo TCU ou por uma auditoria do Ministério Público.

Então, quanto aos gastos, o que eu quero reafirmar ao senhor, a todos os membros da CPMI e à Nação brasileira é que, em relação ao empréstimo que nós fizemos com as empresas de Marcos Valério, não há recurso público. E nós, ao assumirmos a dívida, vamos resolver esse assunto com as taxas bancárias que foram estipuladas naquele período.

Essa relação do Banco do Brasil e do Banco Popular já foi investigada, e se tem dúvida, tem que ser investigada pelos mecanismos internos do Governo e das auditorias paralelas. Não vejo essa conexão que o senhor faz como possível.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não sou eu só: eu levanto as questões que o Brasil está levantando.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu estou aqui para dar as explicações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem algum recurso no exterior?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ouviu falar que Simone Vasconcellos, que trabalha nas empresas do Sr. Marcos Valério, vinha a Brasília e ia a um hotel, onde fazia a distribuição de recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vi a informação na imprensa. Não tenho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As pessoas a quem ela destinava os recursos eram nominados por V. S^a?

O SR. DELÚBIO SOARES – Destinava os nomes ao Marcos Valério. Como ele fazia, processava, eu não tenho a menor idéia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a mandava a relação para o Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conversava com ele e ele resolvia o assunto... Resolvia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E se valia de que meio para mandar a relação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Contato pessoal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Telefone? *E-mail*?

O SR. DELÚBIO SOARES – Normalmente contato pessoal entre mim e ele. Nós nos encontrávamos mais ou menos uma vez por semana. À medida que tinha necessidade, eu o solicitava. E se ele tivesse capacidade resolvia o assunto para nós.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se valeu de aviões do Banco Rural?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca usou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Sr. Dantas, do Opportunity, procurou alguma vez V. S^a para que intermediasse algum interesse dele junto ao Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Encontrei com um sócio do Daniel. Eu conheço o Daniel de outras datas. Nunca tratei de negócio com o Sr. Daniel. E o que o Carlos Rodenburg, que é o sócio do Banco Rural, pediu-me foi que conversasse dentro do PT, porque ele imaginava que nós, do PT, tínhamos uma restrição ao grupo Opportunity por disputas comerciais, porque alguns membros do PT estão em alguns cargos do Governo que já tiveram disputa de interesses comerciais, o que é público, todos sabem. Mas ficamos nisso. Conversamos. Estive com o Sr. Carlos Rodenburg em duas oportunidades. Mas ele solicitou isso, e eu disse a ele que o PT não tinha restrição a nenhuma empresa brasileira ou estrangeira e que a nossa relação deveria ser correta, entre empresa e Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que dificuldades ele dizia que estava tendo?

O SR. DELÚBIO SOARES – A dificuldade que é pública e notória, a disputa comercial entre o Opportunity e a Previ.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entre a Opportunity e...

O SR. DELÚBIO SOARES – E a Previ.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a Previ?

O SR. DELÚBIO SOARES – É uma disputa secular, que já estamos observando pela imprensa, todos sabem. Vários membros desta CPMI sabem disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe se ele terminou obtendo o que pretendia? Ele alcançou o que queria?

O SR. DELÚBIO SOARES – Parece que não, porque os resultados estão aí pela imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a leu que o Sr. Dantas fala que chegou a fazer o pagamento de R\$10 milhões para um advogado porque tinha resolvido o problema? Um problema sobre o qual V. S^a teria sido solicitado a que participasse.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho conhecimento disso e não participei. O que eu disse ao Carlos Rodenburg é que o Partido dos Trabalhadores não tem nenhuma restrição a empresa brasileira. Disse isso ao Carlos Rodenburg e a outras empresas que nos procuraram na época da campanha e depois da campanha. Nós não temos nenhuma restrição a relacionamento sadio entre o Partido dos Trabalhadores e as empresas. E sempre conversei com os empresários nesta direção. Com o Carlos Rodenburg não foi diferente a conversa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu Luiz Otávio Gonçalves, da Skymas-ter?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antonio Morato Leite, da Promodal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Estive com – não sei se é Antonio Morato Leite – um representante da Promodal, em meados de 2002...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De 2002?

O SR. DELÚBIO SOARES – ...que fez uma doação à campanha presidencial. Uma de R\$300 mil – não sei se são as mesmas empresas, mas são empresas coligadas – e outra de R\$500 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Tecnocargo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim. As duas empresas... Ele ofereceu R\$800 mil na campanha. Está registrado no TSE. Depois disso, nunca tive contato com ele. Nunca mais o encontrei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conheceu o Brigadeiro Venâncio Grossi?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que critério V. S^a adota para abordar as empresas que vão contribuir com o seu Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – O critério, Sr. Relator, Srs. Membros da CPMI, é: quando há necessidade de solicitar colaboração, que são chamadas doações pela lei, procuro empresas e explico o motivo pelo qual se precisa, e as empresas doam ou não de acordo com a legislação e com a democracia brasileira, que permite buscar recursos de empresas. E tenho levantado um questionamento, principalmente porque as empresas

internacionais – as americanas, por exemplo – não fazem doação. As empresas brasileiras que fazem acabam ficando prejudicadas em relação às empresas americanas que aqui estão e que normalmente não gostam de fazer porque as matrizes não permitem. Todos aqui que fazem campanha sabem disso. E prejudica um pouco a democracia brasileira. Aquelas que doam ficam prejudicadas porque todas deviam doar ou nenhuma doar. Então, o critério deve ser geral, para todo mundo. Como é espontâneo, cada um doa na medida que acha necessário e que convence da tese que se apresenta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participou de uma reunião na Usiminas com o Presidente José Genoíno e com o Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu conheço a Usiminas de longo tempo. Fui dirigente sindical, então, conheço a Usiminas e os diretores da Usiminas de longa data. E nós fomos convidados a fazer uma visita à Usiminas – são visitas usuais que a Usiminas faz com as pessoas. Convidou a mim e ao Genoíno. Nós fomos. Passamos o dia todo, conhecendo como funciona. Andamos na Usiminas toda para ver como funciona, porque é uma empresa de ponta, e o Brasil está de parabéns por ter uma empresa como a Usiminas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Marco Antônio da Silva, Diretor de Eventos da Secom?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço. É um militante do PT de longa data. Conheço há uns dez ou quinze anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E Telma dos Reis, esposa dele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Telma dos Reis conheci na campanha de 2002. Ela prestava serviço...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe se ela presta serviço para alguém? Que atividade ela exerce?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Hoje eu não sei. Estou sendo informado de que ela é esposa dele agora, por V. Ex^a. Eu o conheço de longa data, mas não tenho relação de amizade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi V. S^a que firmou o ajuste com o Ibope, nas últimas eleições – agora, nas municipais –, em nome do partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu sou o responsável pela efetivação dos contratos, tanto na campanha de 2002, em que trabalhamos com vários institutos de pesquisa, formal ou... Formal, do ponto de vista de... E montamos uma equipe própria na campanha de 2002 para analisar todas as pesquisas. Uma equipe interna

do Comitê Eleitoral do Presidente Lula. Depois disso, nós fizemos um grande projeto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aliás, gostaria de saber com relação a 2004.

O SR. DELÚBIO SOARES – De 2004?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos um grande projeto de pesquisas nas cidades que entendíamos prioritárias. O Partido dos Trabalhadores orientou os diretórios municipais, nas principais cidades – capitais, cidades com mais de 200 mil eleitores ou mais de 150 mil eleitores, nessa faixa –, a fazer uma pesquisa, no segundo semestre de 2003 e no primeiro semestre de 2004, para saber o potencial dos candidatos. Então, isso foi feito, foi intermediado por mim, organizado, e vários diretórios municipais ou diretórios estaduais contrataram diretamente o Ibope. É importante que V. Ex^a entenda...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Havia alguma cláusula de exclusividade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não havia essa cláusula com o Ibope. O Estado discutia que instituto iria fazer. Alguns Estados trabalharam com o Ibope, outros Estados trabalharam com o Vox Populi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quanto aos Estados que fizeram opção pelo Ibope, havia cláusula de exclusividade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não tem cláusula de exclusividade. Vários institutos locais também fizeram pesquisas para os nossos candidatos – em cidades menores, institutos de universidades fizeram pesquisas locais. Era uma opção dos Estados e dos Municípios que quisessem fazer, e com responsabilidade própria. Em relação a algumas, o Diretório Nacional acabou tendo que assumir, porque alguns diretórios não tiveram capacidade de assumir, mas foram poucas. Mas os diretórios municipais e estaduais assumiram e fizeram o contrato direto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece – são das empresas do Sr. Marcos Valério – Geiza Dias dos Santos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Simone Vasconcellos?

O SR. DELÚBIO SOARES – De nome só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alexandre Vasconcelos Castro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. É a primeira vez que ouço falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Henrique Brandão, da Assurê?

O SR. DELÚBIO SOARES – Henrique Brandão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É. Seguros.

O SR. DELÚBIO SOARES – Ah, já ouvi falar, mas não conheço não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Participou de alguma intermediação no sentido de ocupação de cargos em Furnas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em alguma outra empresa estatal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O PT efetuava o pagamento dos *shows* artísticos em espécie ou através de cheque?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conta bancária. Alguns estamos devendo ainda, estamos discutindo com cada artista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu ouvi uma reclamação ontem.

O SR. DELÚBIO SOARES – Há vários reclamando de nós.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os pagamentos, normalmente, eram feitos através de banco?

O SR. DELÚBIO SOARES – Através de banco, da conta bancária do PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra quais os conjuntos de expressão que foram contratados com exclusividade nas últimas eleições?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na campanha de 2004?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós contratamos um conjunto bastante grande; posso esquecer alguns nomes, mas desses me lembro bem. Contratamos o Zezé di Camargo, sem exclusividade, não teve exclusividade com nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com ninguém?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nenhum. O Zezé fez *shows* para nós e fez *shows*, em Goiás, para candidatos de outros partidos; em outras cidades, o Zezé tem vários amigos e dizia: “Para esse, eu vou trabalhar”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tinha o montante...

O SR. DELÚBIO SOARES – O Zezé de Camargo, a Vanessa, Bruno e Marrone, KLB, Alceu Valença, Caju e Castanha, vários conjuntos nós contratamos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ACM e Onyx (risos)... Brincadeira.

O SR. DELÚBIO SOARES – É uma dupla que existe, não é? E contratei. Posso fazer o quê? E fez sucesso!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu estou concluindo.

Há uma última questão. V. S^a deve ter acompanhado uma denúncia que houve em relação às empresas no Rio de Janeiro, e a informação que se dá é que, através de V. S^a, a fiscalização do INSS teria sido abrandada em virtude de acordo com as empresas que contribuiriam para com o Partido. Leu isso nos jornais?

O SR. DELÚBIO SOARES – Fiquei sabendo pelos jornais e, inclusive, já solicitei aos nossos advogados que entrassem em contato com o Ministério Público, para prestar os esclarecimentos devidos, porque nunca fui ao INSS na minha vida, não conheço...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece alguém da diretoria da Firjan?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci o Eduardo Eugênio quando eu era presidente do Codefat, ele era membro da Comissão Estadual de Emprego no Rio de Janeiro. Foi a última vez que o vi, quando eu ainda era do Codefat.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a foi procurado por alguém da Skymaster para resolver problemas junto aos Correios?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eu concluo, não deixando de dizer que a minha concepção em relação a V. S^a – não entro em juízo de valor sobre o Partido –, mas, quem atuou corretamente nas eleições, limitando-se aos recursos de que dispunha, segundo os limites da lei – e não me reporto a 2002, porque eu já li nos jornais, questionando os mandatos dos Parlamentares – estou convencido, embora possa estar equivocado, mas tudo isso aconteceu depois que a administração mudou. Portanto, se há alguma eleição que pode estar viciada, pode ser ilegítima é a eleição de 2004. E eu sou testemunha disso, como qualquer outro cidadão, nós estranhávamos, era muito dinheiro, era um sufoco! E, lamentavelmente, não adianta apenas dizer que isso é de recurso não contabilizado. Isso é uma forma triste de reconhecer que muita gente perdeu as eleições porque V. S^a achou que o dinheiro não tinha limites e que a lei não impunha regras. Essa é uma triste conclusão a que chego, para um País que precisa, realmente, modificar a sua legislação. E, para concluir de vez, quem lê a teoria das CPIs vê que toda ela é construída um pouco diferente da nossa ótica, até por que nós não

condenamos ninguém. Nós apuramos e conduzimos o que apuramos a quem de direito, mas dá a entender que a nós não sobrou nada. Mas sobrou, sim. Para o Parlamento, o que sobra é a experiência do que viu para impedir que se repita. Nesse ponto é que precisamos refletir e, com certeza, o faremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Eduardo, por 15 minutos. Por favor, solicito à assessoria que ajuste o tempo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de cumprimentar muito especialmente o nosso Relator, não só pelo questionamento que fez ao depoente, mas pela sua introdução e conclusão neste exato momento.

Pedirei ao depoente, Sr. Delúbio, que tente ser o mais breve possível nas respostas às perguntas que farei a V. S^a, pois o tempo de que dispomos é muito pequeno.

Sr. Presidente, antes de iniciar as perguntas, gostaria de fazer um comentário. Tudo, Sr. Delúbio, que V. S^a vem dizendo, desde o início dessa crise, tem-se revelado falso, tem-se revelado uma mentira. V. S^a vem aqui e diz que está disposto a falar toda a verdade – e pela primeira vez tive oportunidade de ver um certo tom de irritação do Deputado Osmar Serraglio em relação a algumas respostas de V. S^a – mas isso se deve ao fato de que V. S^a vem sendo reincidente nessas mentiras e elas são comprovadas pelos fatos posteriores. Toda vez que V. S^a fala alguma coisa, na semana seguinte ou no dia seguinte, aparece algo completamente distinto para contestá-lo.

O fato é que ontem chegaram documentos muito importantes, já noticiados pela imprensa, V. S^a tentou com aquela Operação Paraguai – e explico por que Paraguai. No Brasil já se tentou fazer uma Operação Uruguai e como essa não é original, é falsificada, daí deu-se o nome – com todo respeito ao povo do Paraguai – de Operação Paraguai.

Tenta V. S^a montar uma operação e uma tese que, sob o ponto de vista pessoal, muito bem montada pelos seus advogados – aliás, eu os elogio por montarem essa tese –, traria para V. S^a crimes menores. Portanto, V. S^a pode ficar aqui tentando “tapar o sol com a peneira”, mas nós temos toda paciência do mundo para fazer-lhe todo tipo de questionamento. Lembro que o seu ex-companheiro de partido, também licenciado, ainda companheiro, saiu ontem do depoimento, aqui, com uma Land Rover nas costas. E olhe que uma Land Rover é um carro muito mais caro do que uma Elba.

Interessa-me muito saber das suas relações, Sr. Delúbio, com o Sr. Marcos Valério. Parece-me que V.

S^a era muito amigo do Sr. Marcos Valério, tinha uma relação próxima com ele, gostavam de estar juntos em algumas oportunidades. Mas de que tipo de negócio os senhores tratavam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado Eduardo Paes, com todo o respeito, de Operação Paraguaí eu não entendo. Poderia até discutir sobre isso depois.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu lhe fiz um questionamento muito objetivo. Gostaria que V. S^a, na condição de depoente investigado, respondesse aos meus questionamentos. Para que V. S^a entenda, não há, por parte de qualquer Parlamentar... Todas as pessoas que têm vindo aqui a esta Comissão têm sido tratadas com respeito. Os fatos mostram que, infelizmente, V. S^a... Eu gostaria, até aproveitando, de dizer que hoje a jornalista Dora Kramer lembra, em sua coluna, uma entrevista que V. S^a deu à revista **Época** – só para que saibamos com quem estamos falando neste exato momento. E V. S^a, há um ano, deu uma entrevista a essa revista em que não só falava das relações estreitas entre o PT e o Governo, mas alguns trechos que ela reproduz são muito bons.

Delúbio:

“Política no Brasil é partidária. Na hora da eleição todos acham que é natural que o partido organize e proporcione condições para um candidato ganhar. Para ganhar serve, mas para governar os partidos não servem? Nós achamos diferente. A experiência do PT mostra que onde há sintonia fina as coisas funcionam melhor”.

Sobre as finanças e ajuda a aliados, a revista afirma – e Delúbio não contesta – que “o PT está muito bem de dinheiro” [Isto foi uma entrevista dada há um ano atrás.] e pergunta se é verdade que o partido “ajuda alguns aliados com recursos”.

Depois V. S^a, novamente:

Da mesma forma nega peremptoriamente a existência de caixa 2 no PT. Segundo ele, “nunca teria havido, sequer, oferecimento de doações ‘por fora’.” “Fui o responsável pela última campanha (de presidente) e não houve nenhuma denúncia, fizemos um trabalho transparente.”

Essa é a lógica que preside as ações e reações do PT. Se não há denúncia, não há nada demais em transgredir.

Como disse o mesmo Delúbio quando, em 2004, o diretório nacional do PT estava para aprovar a exibição das contas das campanhas do Partido na Internet: “Transparência assim é burrice”.

Portanto, entenda a interpretação que todos temos que dar a respeito das suas declarações. Aliás,

o jornal **O Globo** também tem uma notícia aqui para entendermos melhor. Edição do dia 08 de março de 2004. Trata-se de uma declaração sua, Sr. Delúbio Soares: “Com a chegada de Lula ao poder, o PT mudou de patamar. Suas receitas estatutárias aumentaram, o Partido tem mais Deputados e estes tiveram um aumento de salário. Além disso, o fundo partidário dobrou”, afirmou o secretário de planejamento.

Portanto, Sr. Delúbio, eu gostaria que V. S^a se limitasse a responder às perguntas. Fiz aqui a minha interpretação e que boa parte da Comissão – tenho certeza de que a população brasileira também – faz em relação às suas ações. V. S^a tem todo o direito e, no caso, pelo que entende, até o dever de pensar o contrário. Parece-me que aqui se demonstra um pouco dessas suas contradições, como temos visto ao longo do último mês. Trata-se de suas relações com o Sr. Marcos Valério.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado Eduardo Paes, respeito-o muito e não estou fazendo juízo de valor das suas afirmações, mas não posso aceitar essa conexão com a “Operação Paraguaí”. Mas vamos explicar ao longo do debate.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Vamos ao Marcos Valério.

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci o Marcos Valério em 2002, como já falei ao Relator. Tivemos uma relação de amizade; temos uma relação de amizade e, os fatos que se deram são públicos e já expliquei ao Relator a origem...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Desculpe-me, mas tenho que dar um pouco mais de objetividade.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sem problema.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Marcos Valério, quando esteve aqui, disse – e nós já tínhamos os dados relativos à movimentação financeira das empresas dele, que era uma coisa brutal – o seguinte: “o aumento da minha movimentação financeira não se deve aos contratos com o poder público, que são basicamente os mesmos contratos que eu já detinha, mas se deve aos novos clientes que eu captei”.

V. S^a tinha muitos contatos, estabelecia muitos contatos para o Sr. Marcos Valério? V. S^a esteve, em diversas oportunidades, ou em algumas oportunidades, com empresários e o Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca tratei com nenhum empresário assunto de interesse do Marcos Valério para as empresas de publicidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a já se encontrou com o Sr. Marcos Valério e algum outro empresário?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já. Acabei de relatar: com o Carlos Rodemburgo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Foi a única oportunidade em que V. S^a se encontrou com o Marcos Valério e outro empresário?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Com vários outros empresários.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a se reuniu com o Sr. Marcos Valério e vários outros empresários.

Quanto ao empréstimo que V. S^a diz que pediu que o Sr. Marcos Valério fizesse para arrecadar recursos para o PT, há uma série de absurdos que podemos observar, Sr. Delúbio. As garantias são frágeis; o contrato não foi sub-rogado ao banco; os valores emprestados nunca foram pagos; as taxas de juros são taxas especiais. Ou seja, há uma série de questionamento a ser feita a respeito desse contrato. Sei que V. S^a já disse isso para o Relator, mas gostaria que esclarecesse um pouco mais. De que forma se deu esse contrato entre o Banco Rural, o BMG e o Sr. Marcos Valério? De que forma V. S^a participou desses contratos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não participei nem na forma da discussão do empréstimo nem das taxas de juros. Foi uma relação entre as empresas do Marcos Valério e os Bancos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esses contratos nunca entraram na contabilidade do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, conforme eu já disse.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E como eles seriam pagos pelo PT no futuro? Hoje, segundo consta, pelo próprio depoimento do Sr. Marcos Valério, eles montam a quase R\$90 milhões ou R\$92 milhões. Como V. S^a pagaria? Seria V. S^a, porque, se o PT não sabia, V. S^a teria que pagar de algum jeito. Como V. S^a ia fazer? V. S^a ia desviar do caixa e contaria lá na frente? Ou V. S^a ia arrumar contratos para o Sr. Marcos Valério, ou contatos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma questão que estou explicando à sociedade. Vamos ter um processo de explicação de como vamos pagar às empresas de Marcos Valério para que elas possam pagar ao Banco. Então, o nosso contrato é um contrato em confiança com Marcos Valério, via suas empresas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o contrato é entre V. S^a e o Marcos Valério? O contrato é em confiança?

O SR. DELÚBIO SOARES – É um contrato em confiança.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de saber da possibilidade de nós

solicitarmos esse contrato em confiança entre o Sr. Marcos Valério...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, é um contrato de confiança e não um contrato assinado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É de boca. Mas V. S^a não é um homem rico, pelo que me consta.

O SR. DELÚBIO SOARES – A minha declaração de renda mostra o meu patrimônio, que os senhores já analisaram. E quem é de Goiás me conhece e sabe como vivo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como os senhores iriam pagar esses noventa e tantos milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – É... Sr. Deputado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Delúbio, estou lhe fazendo perguntas e sei que V. S^a conhece muitas pessoas aqui, mas gostaria que V. S^a se concentrasse no seu depoimento.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu me distraí com o meu conterrâneo ali. Então...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está muito divertido aqui?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não. Não está divertido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é que V. S^a pretendia, ou como é que o PT pagaria esses valores, Sr. Delúbio, que hoje montam a 90 e tantos milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei isso anteriormente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu não entendi. Gostaria que V. S^a me explicasse de novo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei anteriormente para o Relator.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, eu não entendi. Eu talvez tenha uma dificuldade de compreender, principalmente essas operações em que se monta um Caixa dois, em que o Partido perde, o Delúbio perde, o Marcos Valério perde.... Eu nunca vi um Caixa dois em que todo mundo perde! Caixa dois, em geral, é feito para alguém ou todo mundo ganhar e não para todo mundo perder. Portanto, como V. S^a pretendia pagar ao Sr. Marcos Valério os empréstimos que ele contraiu e que hoje montam a 90 e tantos milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu não entendi e gostaria que V. S^a explicasse de novo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Então eu me reservo o direito de...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. V. S^a não quer explicar. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero chamar a atenção aqui para o fato de que o Presidente da República tem dado diversas declarações de que os membros do seu Partido devem ir até o fundo na explicação. E ontem vimos aqui o Sr. Sílvio Pereira, quando foi falar do patrimônio, chegar no tal do Land Rover e dizer: “Não falo, sobre isso eu não vou falar”.

E aqui, Sr. Presidente, estamos vendo uma atitude parecida em relação a isso, o que nos leva a quase certeza e conclusão de que, obviamente, esses contratos eram ou fraudulentos ou seriam pagos com recursos que o Partido já dispunha, mas que não podiam ser internalizados, talvez, quem sabe? Ou isso permitia – quanto a isso V. S^a vai me permitir fazer algumas divagações sobre o que poderia ser, já que V. S^a não responde. Obviamente, Sr. Delúbio Soares, esses recursos viriam muito provavelmente de contatos de V. S^a com empresários, neste Governo.

Por que V. S^a freqüentava tanto o Palácio do Planalto? O senhor disse isso em diversas oportunidades. O que o tesoureiro de um partido fazia no Palácio do Planalto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, sou membro da Executiva do PT desde 95, conforme lhe expliquei. E a Direção do PT, assim como a direção dos outros partidos aliados, sempre trata de assuntos de interesses do Partido e de sua base aliada com o Governo. Fui ao Palácio do Planalto várias vezes, como é público e notório – nunca neguei isso –, tratar de assuntos do PT ou assuntos que interessavam ao meu Estado – também sou filiado a um Estado, tenho lá uma base política, uma aliança política e nós governávamos a Prefeitura de Goiânia; eu tinha uma relação até então com o Governo do Estado de Goiás correta, relação administrativa e várias vezes, também, tratei de assuntos de interesse do Governo do Estado de Goiás com o Palácio do Planalto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor levou, em algum momento, empresários ao Palácio do Planalto para tratarem de algum assunto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu pessoalmente não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que o senhor e o Sr. Sílvio Pereira – e ontem o Sr. Sílvio Pereira confirmou isso aqui – eram tão procurados por atores privados, já que ambos não tinham qualquer cargo no Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vou procurar... Posso explicar essa questão com tranquilidade porque talvez possa ser...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Temos um problema de tempo, que não é culpa do senhor e nem minha; é das circunstâncias. Deixe-me, antes, eu fazer-lhe uma outra indagação, que é a seguinte...

O SR. DELÚBIO SOARES – Gostaria de explicar essa questão que é importante.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu farei essa pergunta e o Presidente vai te dar uns descontos, Sr. Delúbio.

O senhor disse aqui que não lembra em que condições fez os pagamentos frutos desse empréstimo. E V. S^a disse que os Srs. Parlamentares vão saber a partir da quebra do sigilo bancário – e nós começamos a descobrir isso tudo ontem. Então, diga-me uma coisa: o senhor, é claro, dava autorização ao Sr. Marcos Valério? Por exemplo: Sr. Marcos Valério, pague a “não sei quem”, porque esse “não sei quem” tem lá uma dívida de campanha. A primeira vez a gente nunca esquece. Quando foi a primeira vez e para quem foi a primeira vez?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, já me pronunciei...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A primeira vez! O senhor disse que não se lembrava de todas. É só a primeira vez.

O SR. DELÚBIO SOARES –...ao Sr. Relator e mantenho a resposta anterior.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não quer dizer nem a primeira vez? O senhor não lembra? E a última vez que, provavelmente, deve ser bem recente? V. S^a disse: – Doutor, amigo Marcos Valério, meu irmão querido, deposite tais recursos em tal banco para tal pessoa. O senhor também não se lembra?

O SR. DELÚBIO SOARES – Com todo o respeito, mantenho a resposta anterior.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Deixe-me fazer-lhe a última pergunta, e já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É a última pergunta que faço, mas depois ele terá que me responder a uma outra pergunta, feita anteriormente, pois não houve tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Então, conclua, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Delúbio, o senhor fazia, e já disse várias vezes, mas eu gostaria de confirmar, porque acho que é sempre oportunidade de o senhor começar a falar a verdade, pelo

menos naquilo que é o meu entendimento. Pode não ser o seu, mas é o meu juízo de valor e acho que da maioria da sociedade brasileira.

Ninguém no Partido dos Trabalhadores sabia dessa sua negociação com o Sr. Marcos Valério? Ninguém da direção do Partido?

Sr. Presidente, o Sr. Delúbio está olhando para o senhor, quer falar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É que sou várias vezes interrompido por Senadores e Senadoras, que querem se inscrever, principalmente as mulheres, que eu tenho que priorizar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Delúbio, eu fiz uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Deputado, conclua, porque temos muitos inscritos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu fiz a pergunta. Ele está esperando para responder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sobre a última pergunta do Deputado, também mantenho a resposta que dei ao Relator.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, o senhor reafirma que ninguém mais sabia? O senhor reafirma que ninguém mais no Partido ou no Governo sabia desse empréstimo?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor está perguntando do Partido e agora acrescentou do Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Partido, Governo, enfim. Pode ser o Partido então. Dirigente partidário...

O SR. DELÚBIO SOARES – São coisas diferenciadas. Nunca tratei desse assunto com ninguém do Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Do Partido também não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Do Partido tratei com as pessoas que tinham problema.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Silvio Pereira não sabia?

O Ministro José Dirceu sabia?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Ministro José Dirceu era do Governo. Nunca tratei do assunto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para concluir, Sr. Presidente, quero trazer um trecho dessa entrevista de um ano atrás na revista **Época**, em que o Sr. Delúbio afirma: “Eu e o José Dirceu assinávamos

juntos cheques da campanha, cheques do partido, durante anos e anos. A responsabilidade minha era do tamanho da dele nas finanças do partido.”

Sr. Presidente, o que fica muito caracterizado, e isso junta com o depoimento de ontem, é que há claramente uma confusão entre o que é partido e o que é Estado, há uma confusão enorme entre quais são os limites que um dirigente partidário pode ter no Estado brasileiro, que, apesar dessa argumentação, que me parece um pouco ridícula, de que ninguém fez para enriquecimento pessoal, o fato, Sr. Delúbio Soares, é que, muito provavelmente – as provas desta CPMI já apontam – houve corrupção, houve tráfico de influência, houve formação de quadrilha. E isso, Sr. Delúbio Soares, afetou, pode ter certeza, muitos interesses, sim, mas o da população brasileira principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, 15 minutos. Por favor, o ajuste no relógio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não ajusta agora não, porque ele está conversando com o advogado.

Vou começar agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Prossiga, Senadora, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Delúbio, quando começou o depoimento...

Vou tratá-lo de Delúbio, e você me tratará de Heloísa, como sempre nos tratamos.

Ele começou o depoimento dizendo, para justificar que não pagava o mensalão, que cada parlamentar deve votar conforme sua consciência.

É verdade que você não pensa assim, Delúbio, até porque, se pensasse, não teria expulsado a Luciana, o Babá, o João Fontes, a mim, porque até o Estatuto do PT possibilitava que se votasse contra a orientação partidária, desde que motivado por convicções pessoais, éticas ou filosóficas. Tem uma coisa que você vai ter que me convencer – e me trate de você, por favor –, você vai ter que me convencer não que é inocente. Você, dentro do PT, no tempo que nós convivemos na Executiva, você nunca foi cínico, nunca foi. Sempre foi o homem todo-poderoso do Lula. Sempre foi o homem todo-poderoso da cúpula palaciana do PT. Muitos aqui, Delúbio, muitos, eu olhava alguns durante o seu depoimento, olhava alguns do PT ontem no plenário, você precisava ver o que diziam de você. Muitos que certamente usufruíram financeiramente dos esquemas que você preparou para a campanha! Muitos ficavam falando ali: não, tem que expulsar, está comprometendo todos nós, isso e aquilo. Eu estava conversando com a Luciana, eu tive que agradecer, rezar não sei

quantos terços, e rezar igualzinho a oração que sua mãe mandou para você, que eu espero que você olhe para ela todos os dias, para agradecer a Deus de ter sido expulsa por vocês. Agradeço a Deus porque vocês não me deixaram ser candidata em 2002, porque vocês não deixaram que eu fosse candidata ao Governo do Estado em 2002. Agradeço, porque a última campanha de que participei pelo PT foi em 1998, e espero que a Sr^a Clara Ante, que era tesoureira do PT, a principal assessora de Lula, não tenha feito determinados esquemas para, depois, jogar todos os que foram candidatos na lata do lixo.

Delúbio, se você quer contribuir com o País e com o aprofundamento da investigações, saiba... Você nem imagina o que pedem as pessoas que nos ligam. Elas pedem que usemos com você não os termos sofisticados de Cícero: pedem para usar com você termos os mais chulos, os mais desprezíveis e pouco sofisticados. Isso, porque tudo foi jogado em você, e você tem que me convencer – especialmente a mim e certamente à Luciana – que você agiu só. Não acredito que você agiu sozinho. Eu não acredito que você agiu sem a autorização, o conhecimento da cúpula palaciana do PT e do Presidente Lula. Eu não acredito que você agiu sozinho, e você vai ter que me convencer que não agiu dessa forma.

Fiquei olhando você esses dias na imprensa. A gente se encontrou, a última vez, no processo de expulsão. Depois, fui-lhe vendo na imprensa do mesmo jeito que vi o Silvinho: o homem todo-poderoso, que entrava nos órgãos oficiais, que ia com os empresários, que estabelecia negociações com a Base Aliada, com setores empresariais, era o homem todo-poderoso. Depois, fui vendo suas fotos nos jornais. Aí, você era um homem abatido, com os olhos cheios de lágrimas, o homem que recebia o bilhete mandado, segundo saiu na imprensa, por sua mãe, sobre o Espírito Santo. Depois fiquei pensando: como é que fica a mãe do Delúbio? O pai dele tem setenta e poucos anos. Como é que fica o pai dele também? Como é que ficam essas pessoas?

Então, se você quer nos ajudar... Você vai ter que nos ajudar conforme o depoimento que você der. Não tem como nos convencer, Delúbio. É impossível você nos convencer de que fez um acordo com Marcos Valério, de que o Marcos Valério se endividou, endividou todas as empresas dele, e que o fez por seus belos olhos, para não ter nada em troca. É impossível que você nos convença disso.

Como é que o BMG, Deputada Juíza Denise Frosard, como é que um banco, que não é caridoso – é mais fácil um banco fazer filantropia que filantropia –, como é que um banco aceita o contrato dos Correios

do Sr. Marcos Valério? O Sr. Marcos Valério manda um documento para os Correios dizendo assim: “Deposite o dinheiro do contrato dos Correios no BMG”. O Sr. José Otaviano, que era gestor administrativo do contrato, diz: “Ciente”. Não deposita o dinheiro no BMG, deposita no Banco Rural, e o Banco BMG não faz nada. Por que ele não fez nada? Será que ele teve compensações nas aplicações financeiras dos fundos de pensão? Será que ele teve compensações do crédito consignado? Será que ele teve, o Sr. Marcos Valério, privilégios em função de contratos fraudulentos que ele ganhou?

E o pior é que, infelizmente, esta Comissão está discutindo só o Marcos Valério. Vai ter que discutir muitos outros: o senhor dono da Beta, que ganhou esquemas fraudados na Rede Postal Noturna; o Sr. Mauro Dutra, que ganhou esquemas fraudados também na área de tecnologia; as outras estatais. Isso não é uma coisa simples.

Você disse no seu depoimento à Procuradoria-Geral que “com o objetivo de ampliar o número de diretórios municipais do PT e de partidos da Base Aliada” – e citou PT, PL, PSB, PCdoB, PP e parte do PMDB – “e, assim, preparar estruturas partidárias para as eleições municipais que se aproximaram, foram efetuados vários empréstimos, adotando o mesmo procedimento anterior”. Aí ficam perguntas que não tem como responder.

Não assumo isso só. Não assumo só. Não assumo. Se você acha que pode assumir só porque os crimes são menores, como dizia a Juíza e como dizia o Jefferson – “não, deixa a cúpula palaciana protegida, deixa a maior estrutura de poder protegida, porque depois ele pode pegar quatro anos e, como é réu primário, responde em liberdade e outras coisas mais” –, está enganado. Não é assim que funcionam as coisas não.

Quanto aos credores, quais foram os credores que receberam? Vinte milhões é muito dinheiro. Não é uma coisa qualquer não. É muito dinheiro só o que está sendo sacado. Qual a natureza das dívidas de campanha? Qual o pagamento de pessoal, de fornecedores de mercadorias, de serviços ou de ambos? Quem eram os credores? Os credores emitiram notas fiscais? As mercadorias correspondem a vinte milhões? Onde é que estão as notas correspondentes aos valores contabilizados e não contabilizados? Não vai ter como responder. Não tem. Sobra até para quem não merece. O Relator perguntou pela Prefeita Luizianne. A Prefeita Luizianne, o que recebeu no segundo turno foi bandeira e uma banda. Uma banda para tocar que ela não sabia que vinha o dinheiro da banda pobre. Só isso que recebeu. Então acaba criando um problema para

todos, criando um problema para os que foram eleitos pelo PT, para os que estão fora do PT mas que foram eleitos pelo PT também, então não é justo. É por isso que se você quer ajudar, quer honrar o seu País e a sua mãe, a sua família, a sua infância, e por mais que para alguns você tenha ficado depravado pelo luxo e pela fama, como dizia Hannah Arendt que a fama deprava, era uma das mais importantes filósofas e usava um termo assim. Então se é para isso muitos dos que estavam com você, Delúbio, estavam aqui ironizando, nem olham para você no seu depoimento quando você está aqui falando, nem o cumprimentam, muitos dos que tomaram uísque de não sei quantos anos com você, muitos que sabiam o charuto que você gostava, que usufruíram da sua estrutura, vão deixá-lo sozinho. Então se você quer ajudar o País, se você quer ajudar a melhorar o País assuma a sua responsabilidade, mas deixe que os outros assumam as suas responsabilidades também, é o início do questionamento, Sr. Presidente. Responder em detalhes, Delúbio. Chame-me de Heloísa, por favor, não me chame de Excelência. Com detalhes, tudo; quais os fornecedores, os credores, como isso vai ser contabilizado. Tudo! Tudo!

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, Senadora Heloísa Helena, porque a senhora é Senadora e sou deponente. Então vamos tratar com o devido respeito...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se V. S^a assim quiser, será assim tratado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Porque é assim fui instruído pelos meus advogados, sem nenhuma relação de conteúdo pessoal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por que esse negócio de Senadora quando grita: sou Senadora, não sei quê, isso é passagem na minha vida. Acho que você respeitado como homem, eu respeitada como mulher, e qualquer um de nós, independente dos cargos que transitoriamente ocupamos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senadora Heloísa Helena, batalhei muito na minha vida inclusive para colaborar com a eleição de 98, a qual a senhora se elegeu pelo nosso Partido e nos orgulhou muito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sei que vocês colaboraram e espero que não tenha sido com dinheiro roubado, porque se foi vai ter que mostrar, espero que em todas as campanhas, porque aí quero saber da Senadora Ideli, dos Deputados do PT, do Senador Mercadante, porque se foi com o dinheiro roubado no passado vai ser duro, vai ser muito complicado, e espero que não seja, porque a Tesoureira é a senhora Clara Ant, e não quero que ela venha para cá depor não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senadora, a senhora está fazendo uma afirmação, e não vou aqui

discutir a afirmação, a senhora está no direito de falar aquilo que a senhora está imaginando. Agora não tem dinheiro público. Nós não montamos esquema. As pessoas quando se trata das outras se elogia ou se usa termos não elogiosos, a vida vai nos ensinar e nós vamos convivendo. E ninguém vai encerrar a nossa vida aqui hoje, temos, Deputados, Senadores, os nossos partidos têm um futuro político pela frente, não vamos transformar uma questão de divergência ou uma mágoa que se tem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu quero que V. S^a responda, Sr. Delúbio, porque só tem quatro minutos...

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou respondendo, Senadora, se a senhora me deixar. Primeiro, a senhora faz alusão ... à minha mãe, não gosto de envolver família, a senhora sabe disso, no episódio, não gostaria, se quiserem, é público, sabem onde minha família mora etc. Sobre as fornecedoras, mantenho a resposta que dei ao Relator. Sobre os credores dos fornecedores também mantenho a resposta que dei ao Relator. Então, o Rural, o Banco Rural e ao BMG, que a senhora falou que teve benefício, esta é uma Casa de lei e que pode solicitar ao Ministério Público investigação se teve benefício do Banco Rural no Governo do Presidente Lula e do BMG. Não sou eu que posso dizer se teve, se não teve. Tem os processos investigativos normais da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público, que peça investigação. Não posso dizer aqui que se teve ou se não teve, não conheço a vida do BMG, nem do Banco Rural as suas atividades comerciais.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor vai disponibilizar a relação dos fornecedores, a relação dos diretórios que receberam recursos, porque os primeiros dados da quebra de sigilo que aqui chegaram, eles têm o nome de algumas pessoas... Então a listagem dos fornecedores. Porque se repassou dinheiro para algumas pessoas que sacaram, tanto o Marcos Valério, como V. S^a colocou uma lista. Esses que sacaram, objetivamente, eles vão ter que responder... Eles disseram ao senhor para quem eles repassaram. Quais os diretórios que receberam? O que foi feito com esse recurso, se foi da campanha do Lula, se foi das campanhas estaduais? Quando o senhor vai disponibilizar para nós essa relação, porque ela é essencial para que seja entendida até como crime eleitoral. Que não acredito. Mas, até para garantir a justificativa de V. S^a, é essencial que sejam disponibilizados todos. Porque cada um que recebia lá cem mil... Porque teve dinheiro Delúbio... Era um milhão num carro forte, que ia lá para a sala 201 do prédio da Confederação Nacional do Comércio, um carro forte

com um milhão, um milhão e meio, sacados pela Sr^a Simone e outras pessoas. Mas certamente para distribuir. Então, é preciso saber quem recebeu, para quem repassou, porque é evidente que quem recebeu cem mil, duzentos mil disse para você que repassou para diretório tal, que repassou para fornecedor tal, que repassou para alguém? Então, é essencial que o senhor nos disponibilize isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – A relação de nomes que está no meu depoimento foi uma indagação que o Procurador Geral da República me fez, e respondi às perguntas do Procurador Geral, não dei nenhum nome assim como mantenho a resposta que eu dei ao nosso Relator.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor não pode nem mandar por escrito para que não tenhamos que chamar cada uma dessas pessoas?

O SR. DELÚBIO SOARES – As investigações vão apurar os nomes, conforme respondi anteriormente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas aí vamos ter que chamar todas as pessoas que receberam para dizer para quem elas repassaram.

Vou me reinscrever, Sr. Presidente.

Estou reinscrita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O próximo inscrito é o Deputado ACM Neto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O meu grau de ingenuidade, assim como de todos que estão aqui, houve uma época na nossa vida que acreditamos em Papai Noel, coelhinho da Páscoa... Têm sido reiteradas as ações do advogado do Sr. Delúbio em interferir no depoimento. Agora fiquei pasmo, Sr. Presidente, porque os dois fizeram uma parada técnica e foram os dois ao banheiro. É a primeira vez que vejo isso numa CPMI, o advogado e o depoente irem ao banheiro juntos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, a minha primeira pergunta é muito objetiva e queria também uma resposta objetiva.

A quem o senhor acha que consegue enganar?

O SR. DELÚBIO SOARES – A verdade dos fatos vão esclarecer, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor acha então que consegue enganar, não apenas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas como também a toda população brasileira.

Sr. Delúbio, quero confessar a V. S^a que V. S^a, o Sr. Marcos Valério e o Presidente Lula brincaram com a inteligência do povo brasileiro no último final de semana. Ninguém acreditou nessa versão falsa e montada de um suposto esquema de empréstimo para o PT. Mas o que me deixou mais pasmo, Sr. Delúbio, sabe o que foi? Foi o Presidente Lula ter sido avalista dessa versão, ter sido partícipe dessa farsa. No início, até imaginei que os petistas estavam na estratégia de deixá-lo sozinho nessa. Mas o Presidente, talvez sem querer, provavelmente sem querer, também embarcou nessa canoa furada. O Presidente Lula, lá de Paris, assim como V. S^a e o Sr. Marcos Valério, reconheceu que o Partido dos Trabalhadores trabalhou nas suas campanhas eleitorais com a prática do caixa dois. Então, perguntaria ao senhor: o Presidente Lula transformou-se em testemunha do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu ouvi a entrevista do Presidente Lula pela imprensa como qualquer outro. É uma afirmação que o senhor está fazendo e não compactuo com a afirmação que o senhor está fazendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Presidente Lula, quando esteve à frente do Partido dos Trabalhadores, agia de forma semelhante?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Presidente Lula, quando foi Presidente do PT, anos atrás, dirigia o Partido da maneira que ele achava conveniente, assim como Olívio Dutra, Gushiken, como Rui Falcão, como José Dirceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desde quando existe a prática do caixa dois no PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, nós não consideramos caixa dois, como expliquei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o que o senhor considera?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dinheiro não contabilizado que nós usamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dê outro nome, por favor. Denomine, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não dei o nome? Dinheiro não contabilizado, que está na minha declaração. As interpretações, Sr. Deputado, cada um faça como achar conveniente. Vamos aqui... O senhor pode chamar de caixa dois, eu vou chamar de dinheiro não contabilizado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, desde quando existe essa prática de não contabilização no Partido dos Trabalhadores?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós tivemos uma necessidade e buscamos um empréstimo não público e notório, estou revelando à Nação brasileira o que aconteceu, conforme já expliquei ao Relator, um empréstimo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, essa prática foi inédita, ou seja, o senhor inaugurou...

O SR. DELÚBIO SOARES – Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...o senhor inaugurou essa prática no Partido dos Trabalhadores?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós tivemos uma necessidade, solicitamos um empréstimo e encerramos quando o empréstimo acabou. Nós não fizemos outro empréstimo nessa direção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. O senhor confia nas palavras do Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – A minha relação com o Marcos Valério tem sido uma relação correta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ele diz a verdade em tudo o que afirma?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho motivo para desconfiar da minha relação de amizade com o Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, nós devemos partir do pressuposto de que o Sr. Marcos Valério está falando a verdade. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – O depoimento que li também, pela imprensa, na Procuradoria-Geral, diz o que eu estou dizendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Diz?

O SR. DELÚBIO SOARES – Condiz com o que eu estou falando, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o senhor confia nas palavras do Sr. Marcos Valério? Eu queria que o senhor fosse claro. Eu estou sendo objetivo, o senhor poderia ser claro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho motivo para desconfiar do Sr. Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, eu queria frisar apenas, Sr. Presidente, que o Sr. Marcos Valério, na Procuradoria-Geral da República, prestou o seguinte depoimento ao Sr. Procurador: “Quando indagado que tipo de garantias foram oferecidas em caso de inadimplemento do negócio feito com o PT, o Sr. Marcos Valério afirmou que Delúbio Soares havia apresentado como

garantia o fato de que o então Ministro José Dirceu e o então Secretário Sílvio Pereira tinham conhecimento de todas as transações que foram realizadas”. Então, o Sr. Delúbio Soares, que concorda com o Sr. Marcos Valério, que acha que o Sr. Marcos Valério fala a verdade, que acha que a palavra do Sr. Marcos Valério é confiável, acaba, neste momento, de aqui apoiar a declaração feita pelo Sr. Marcos Valério ao Procurador-Geral da República de que ele, Delúbio Soares, ofereceu como garantia, em caso de inadimplemento, o apoio do então Ministro José Dirceu e do então Secretário Sílvio Pereira.

Mas vamos em frente. Sr. Delúbio, porque V. S^a pediu que Marcos Valério fosse o único avalista dos empréstimos do PT, avalista estranho, obviamente, aos quadros do Partido dos Trabalhadores. Por que ele o único?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Presidente, queria só, com a permissão do Deputado, dizer o seguinte: ao depor também, na Procuradoria-Geral, fui informado pelo Procurador dessa frase que está relatada, que o senhor leu corretamente, e disse ao Procurador-Geral da República que nunca tratei desse assunto com José Dirceu. O Marcos Valério falou na Procuradoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem! Mas, então, o senhor...

O SR. DELÚBIO SOARES – Para deixar claro. Estou deixando claro isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não. O senhor não consegue deixar claro, porque o senhor está mentindo, Sr. Delúbio. Infelizmente, é verdade. O senhor está mentindo. O senhor tem que afirmar se confia ou não confia. Porque, se o senhor confia, vamos partir do pressuposto de que o Marcos Valério está falando a verdade. Se o Marcos Valério foi capaz de mentir ao Procurador-Geral da República, ele é capaz de mentir em qualquer hora, Sr. Delúbio. Por que só quando é conveniente para V. S^a ele fala a verdade? Mas me responda a pergunta que lhe fiz. Por que o senhor recorreu a ele como único avalista?

O SR. DELÚBIO SOARES – Porque ele já conhecia os bancos e os bancos concordaram com esse avalista, e eu, na época, concordei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque ele intermediou essa negociação com os bancos. Para ser claro. É Isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na interpretação do senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não é uma interpretação minha. É o que o senhor acabou de dizer, Sr. Delúbio. O senhor foi muito claro.

Agora, eu pergunto a V. S^a: o Partido dos Trabalhadores, que tem relações históricas com vários empresários, inclusive pessoas de credibilidade no nosso País, não poderia ter recorrido a qualquer outro para fazer essa operação de empréstimo? Por que foi recorrer exatamente ao Sr. Marcos Valério? Me explique.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi a opção que eu achei, na época, correta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi a opção viável para montar esse esquema de corrupção?

O SR. DELÚBIO SOARES – É o senhor que está falando. Eu não concordo com a palavra corrupção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos em frente.

No depoimento que prestou à Polícia Federal, o senhor afirma que o ex-Presidente do PT, José Genóino, tinha conhecimento dos empréstimos. Já, na Procuradoria-Geral da República, o senhor “reconhece que foi de sua exclusiva responsabilidade a escolha da via do empréstimo bancário para obtenção dos recursos”. Quando é que o senhor falou a verdade para a Polícia Federal ou para a Procuradoria-Geral da República?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na Polícia Federal, se referia aos empréstimos bancários oficiais do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é que o Presidente do Partido não tinha a obrigação de saber exatamente cada passo que o senhor, como tesoureiro, estava dando, sobretudo quando isso dizia respeito ao comprometimento das finanças do Partido? Me explique.

O SR. DELÚBIO SOARES – Repita a pergunta, por favor, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é que o Presidente do Partido não tinha a obrigação de saber cada passo das suas ações quando o senhor estava colocando em risco as finanças do Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido dos Trabalhadores, já expliquei aqui como funciona, Deputado. Nós discutimos as ações gerais, no Diretório Nacional, na sua Executiva, e delega às pessoas responsáveis pela área a execução. Foi assim que foi feito. Assumi essa responsabilidade e a estou assumindo, de público, aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor quer continuar nos enganando. É isso, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Muito pelo contrário. Vim aqui para poder esclarecer aquilo que a Comissão e cada representante popular, eleitos, nos seus Estados, estão aqui, como todo o respeito ao Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, o seguinte: o Sr. Marcos Valério afirmou que aquela lista de onze nomes que ele mesmo apresentou ao Procurador-Geral da República havia sido indicada por V. S^a. V. S^a confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – A lista de nomes que está no meu depoimento foi apresentada pelo Procurador-Geral, que perguntou se eu conhecia as pessoas. Três dessas pessoas eu conheço: uma trabalha no Diretório Nacional...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, o senhor conhece três das onze.

O SR. DELÚBIO SOARES – Três das onze que eu lembrei na hora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E quem inventou as outras oito. Quem as inventou?

O SR. DELÚBIO SOARES – No processo de investigação, por isso fiz questão de responder à Senadora Heloísa Helena que aqueles nomes não foram apresentados por mim. Foram apresentados pelo Marcos Valério à Procuradoria-Geral.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Marcos Valério virou dirigente do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, ele apresentou uma lista de nomes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E, como ele poderia selecionar nomes para um recurso cujo destino V. S^a afirmou que era o pagamento de dívidas e financiamentos de campanhas do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como o Sr. Marcos Valério, sem ser dirigente do PT, teria condições de selecionar oito nomes para isso, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses nomes, Sr. Deputado, foram apresentados... o Marcos Valério apresentou à Procuradoria da República. Eu conheço três deles; os outros nomes provavelmente possa conhecer, saber: pode ser assessor de alguém, coordenador de alguma campanha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E foi o Sr. Marcos Valério que selecionou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não, não, esses nomes devem estar na relação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Espere aí, vamos devagar. Então, alguém apresentou esses nomes ao senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Posso explicar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Por favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses nomes pode ser de gente que seja assessor de um Deputado, assessor de um diretório regional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Então, esses Deputados foram as pessoas...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, calma, deixe-me explicar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – ... que indicaram os nomes, é isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não. Eu não tenho... Por isso não quero falar sobre nomes, para não cometer injustiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – O senhor não quer falar nomes, porque não tem como enfrentar essa questão, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Tenho, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Como o senhor explica que, diante da quebra do sigilo do Banco Rural, tenham aparecido nomes de parlamentares, de assessores e de outras figuras como sendo responsáveis pelo saque de recursos na conta do Banco Rural, das empresas do Sr. Marcos Valério? Como o senhor nos explica isso, já que é o inteiro responsável por tudo? Somente o senhor pode-me explicar, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Com licença, posso explicar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Por favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor quiser ouvir e a Nação. Nomes? Há vários nomes. O importante é o conteúdo da operação. Nós solicitamos ao Marcos Valério que fizesse o primeiro empréstimo. Foi feito. Depois fizemos vários outros empréstimos, chegando ao montante de R\$39 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Eu já entendi isso. Quero saber dos nomes.

O SR. DELÚBIO SOARES – E foi dada uma relação, ao longo do tempo, para quem se deveria efetuar o pagamento. Normalmente, ou naturalmente, alguns desses nomes, as pessoas foram... solicitou uma pessoa, que foi buscar no Banco Rural ou em outra agência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E os nomes surgiram do nada?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, os nomes estavam orientados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Por quem?

O SR. DELÚBIO SOARES – Por mim, para a pessoa que ia receber.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E o senhor não conhece? O senhor orientou e não conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nem todos esses.. os que conheço eu lembrei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Então, alguém recomendou ao senhor. Quem são as pessoas que recomendaram?

O SR. DELÚBIO SOARES – No momento correto, com a quebra do sigilo bancário e as investigações, aparecerão todos os nomes do destino para onde foram os R\$39 milhões, Deputado. Nós precisamos ter paciência, porque não é hoje...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Não, não dá para ter paciência com quem está mentindo, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não há problema nenhum. Não estou mentindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sabe por quê? Não sou eu, não; são as pessoas que nos estão assistindo e que estão sentindo-se enganadas, desrespeitadas, com essa farsa que o senhor inventou.

Eu tenho outra pergunta: Sr. Delúbio, o PT, quando era Oposição, tinha facilidade para contrair empréstimos com agências bancárias? Sou até mais objetivo e direto: já havia contraído algum empréstimo com agência bancária?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, primeiro não aceito a qualificação que o senhor me fez. Estou aqui para...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Muito bem, mas quero que o senhor responda à pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou aqui, para poder esclarecer a verdade, e a verdade é o que estou dizendo. Para a gente não ter...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Quero que o senhor responda à pergunta, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – O PT fez um... em 2000, desde 1998 ou 1999, não me lembro, um empréstimo no Banco do Brasil, um empréstimo, não, um crédito rotativo. Foi a única experiência; nunca tínhamos solicitado outro tipo de empréstimo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Então, quando o PT era Oposição, obviamente não tinha condições de ter acesso a essas instituições bancárias.

O SR. DELÚBIO SOARES – É importante... Lembrei um negócio, e é importante o senhor ter... O PT foi o primeiro Partido brasileiro que fez um cartão de crédito com o Bradesco. Então, teve uma relação com o Bradesco em 1993 e 1994 e, depois disso, suspendeu as atividades.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Delúbio, deixe-me dizer uma coisa ao senhor: a primeira aula de análise de crédito bancário – conversei com algumas pessoas do setor – recomenda que não se deve dar crédito a igreja, a hospital e a partido político. No entanto, o Partido político de V. S^a conseguiu crédito com os bancos, a partir de uma ação do Sr. Marcos Valério, que deu como garantia contratos com o Governo Federal. Está clara a configuração de tráfico de influência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tenho uma última pergunta. O advogado de V. S^a o instruiu a não tratar dos bens de V. S^a ou V. S^a pode tratar sobre os seus bens?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os meus bens estão na Declaração de Renda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E V. S^a poderia debater com esta Comissão sobre eles? É uma pergunta que estou fazendo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Perguntado dentro do tempo de cada parlamentar, respondo ou não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a está querendo dizer que eu não posso mais falar, não posso mais lhe perguntar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Pode, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sabe por que estou lhe fazendo essa pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Estou fazendo essa pergunta, porque ontem o advogado de V. S^a recomendou ao Silvio Pereira que ele não tratasse dos bens. Eu sabia o porquê da recomendação: porque o Sr. Silvio Pereira não tinha como justificar o seu patrimônio, no qual se inclui um carro Land Rover que foi dado por uma empresa que presta serviço para o Governo Federal.

Eu quero saber se a orientação foi dada a V. S^a ou não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto...

O SR. DELÚBIO SOARES – Quando for perguntado, respondo ou não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero que V. S^a me reinscreva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

Quero deixar bem claro que, em função do **habeas corpus** do STF e por tudo o que foi ponderado aqui, como foi feito ontem na oitiva do Sr. Silvio Pereira, o Sr. Delúbio Soares pode consultar os seus advogados com absoluta tranqüilidade. Isso tem que ficar bem claro para que não haja dúvidas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, é bom deixar claro também que o **habeas corpus** que o Sr. Delúbio conseguiu é um **habeas corpus** restrito. Ele só pode não responder as perguntas que porventura o incriminem. Por exemplo, quando nós argüimos o Sr. Delúbio sobre a lista de nomes, não há incriminação.

O SR. PRESIDENTE (Delúbio Soares. PT – MS) – Deputado, V. Ex^a foi reinscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É uma questão de ordem importante, Sr. Presidente, porque nós estamos sendo desrespeitados pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero tentar aproveitar bem o meu tempo fazendo o máximo de perguntas. A minha assessoria me colocou aqui uma pilha de episódios lamentáveis ocorridos ao longo das últimas décadas – Pasta Rosa, caso Banespa para internalizar empréstimo –, mas eu não quero falar deles, porque, se nós não investigarmos aquilo de que o PT ou pessoas do PT estão sendo acusadas neste momento – investigarmos até as últimas consequências e darmos ensejo às punições –, nós não teremos mais condições de questionar qualquer um desses episódios que nunca foram efetivamente esclarecidos, investigados e punidos os responsáveis.

Por isso, quero começar perguntando ao Sr. Delúbio, de forma muito clara, para que possa ser bem objetivo.

O senhor disse, na sua declaração à Polícia Federal, que o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério em 2002 e, em 2003, o senhor já estava fazendo empréstimos oficiais e oficiosos como partes de uma operação que até agora não conseguimos entender muito bem como é que funcionou.

Então, eu queria que o senhor explicasse como é que uma pessoa que o senhor conhece – acho até

que em menos de um ano, alguma dessas coisas ocorreram até em seis meses... O que levou o senhor a, em um curto espaço de tempo de conhecimento com uma pessoa como o Sr. Marcos Valério, ter confiança nele e ele confiança no senhor para poder operacionalizar tudo isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós tivemos discussões em vários momentos, e era uma relação que não implicaria prejuízo ao Marcos Valério ou às suas empresas. Ele foi avalista de um empréstimo do PT. A nossa intenção era pagar o empréstimo em seis ou oito meses, mas não tivemos condições de fazê-lo. Ao tomar o dinheiro emprestado das suas empresas, ao repassar ao PT... O PT era, nós éramos... Eu, enquanto responsável pelo empréstimo, era devedor. É isso que aconteceu, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu tento entender o que aconteceu. A pergunta que eu fiz é: por que isso aconteceu? Porque uma operação dessa magnitude, nos valores que aí estão... Os oficiais foram mais de cinco milhões, somando-se os dois...

O SR. DELÚBIO SOARES – Cinco e quatrocentos, os dois.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E os oficiais trinta e nove milhões. Então, o senhor há de convir que é algo que precisa ter um grau de confiança, de amizade e de conhecimento. Então queria que o senhor me dissesse por que, quem lhe apresentou e que aval foi dado para poder ter transação nesse nível de magnitude? Chegou recomendado por quem?

O SR. DELÚBIO SOARES – Quem me apresentou o Sr. Marcos Valério foi o Deputado Virgílio Guimarães. Está no meu depoimento tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público, foi apresentado como uma pessoa correta, digna e que tinha experiência, tinha feito em 98, ajudado em 98 a campanha do Eduardo Azeredo, do então Deputado Aécio Neves – isso me informaram vários petistas de Minas Gerais, entre eles o Deputado Virgílio Guimarães.

Estou falando aqui, Senadora Ideli, sobre os fatos como foram, mais do que isso, as pessoas que me conhecem, não sou de inventar coisas, estou dizendo as coisas com a transparência conforme foram, é isso que estou querendo transmitir à Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero voltar à pergunta original, porque, veja bem, o senhor diz que conheceu o Marcos Valério, a partir do Deputado Virgílio Guimarães que o apresentou, deu algum tipo de relato e especificou a maneira do Sr. Marcos Valério atuar. Quando o senhor foi fazer as tratativas para os empréstimos oficiais ou oficiosos, o senhor já tinha conhecimento desse **modus operandi** do Sr. Marcos

Valério, alguém, de alguma forma o senhor já sabia que era desta forma que operava?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senadora, tivemos, acho que fui muito claro aqui, duas necessidades. Uma necessidade de cobrir os gastos oficiais do PT, por isso recorremos aos bancos, e solicitamos dois empréstimos: um de 2,4 milhões e outro de 3 milhões do Banco Rural. Fomos demandados por uma necessidade de vários membros do nosso partido e da base aliada e comuniquei, conversamos sobre esse assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou apertada, estou endividada. Então vou pedir ajudar para alguém que conheço e pode de repente me ajudar. Peço de um jeito, se tivesse que pedir o senhor tem alguém que pudesse me ajudar, mas não, foi montada uma sistemática. É isso que quero saber: foi o Marcos Valério que disse podemos fazer assim, ou quando o senhor conversou com ele já sabia que era assim que operava...

O SR. DELÚBIO SOARES – Quando discuti o assunto, ele me falou: posso conseguir um empréstimo no Rural e/ou no BMG, se você concordar vou pedir os empréstimos. Concordei, quanto à necessidade. Quando se tem dívidas, as pessoas querem receber, te cobram, a opção que você acha mais adequada você efetua, é por isso, Senadora Ideli, que é da minha responsabilidade. Não estou colocando a responsabilidade em mais ninguém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me fazer outras perguntas. O senhor tem afirmado, empresta o dinheiro oficial, o PT responde, vai ter que responder, vai ter que pagar o empréstimo oficial, mas o oficioso é da responsabilidade do senhor, parece até que chegou, foi assinado algum contrato, tem alguma coisa documentada desse compromisso. O que tem? É só o fio de bigode como está na imprensa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Há uma relação de confiança. Segundo, vou apresentar agora à nova Executiva do PT, que vai dizer o que vai fazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor disse isso no depoimento, pela imprensa, repetiu aqui pelo menos umas três ou quatro vezes. Não é dinheiro público. A garantia do pagamento desses R\$39 milhões não é dinheiro público. Se não é dinheiro público, Sr. Delúbio, é dinheiro privado. Então de onde vai vir esse dinheiro da garantia, de quem? É dos outros clientes da SMP&B e DNA, é dos outros clientes, porque, por exemplo, lembro aqui que a DNA tem uma série de outros clientes privados: Telemig, BrasilTelecom. Não é isso? Então, vai ser dali que virá? Será dessas empresas que são clientes e que vão dar cobertura que vai sair a tal contribuição que irá pagar os R\$39 milhões? Ou será de outras empresas que não são clientes

do Marcos Valério? De onde sairá o dinheiro? É isso que todo mundo quer saber. É da Telemar? Sei lá eu! Eu não sei de onde é. É cliente ou não é cliente? É de onde? Quero saber. Eu preciso saber. As pessoas querem saber de onde vai sair o dinheiro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senadora Ideli Salvatti, eu estou diante de um grande problema e preciso resolvê-lo o mais rápido possível. Eu estou dizendo à Senadora que é um grande problema, reconheço isso. Primeiro, é a revelação ao País da utilização de um dinheiro não contabilizado do Partido dos Trabalhadores. Eu estou contando à sociedade brasileira de onde o dinheiro saiu. Saiu de dois bancos. As investigações vão chegar a quem recebeu. Eu vou ter que encontrar como se vai pagar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós precisamos saber quem vai pagar; esse é o problema também.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já disse ao Relator que eu vou ter que propor uma forma de encontrar uma solução para resolver essa questão, conforme eu já disse ao Relator.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se o senhor não vai me dizer quem vai pagar, eu, então, vou perguntar quem recebeu. Pelo que entendi, o senhor dava a lista para o Marcos Valério. O dinheiro saía lá das agências do Banco Rural e chegava aqui em Brasília, e quem ia receber aqui tinha uma autorização, tinha um nome. Então, pelos nomes que já apareceram pela imprensa, quero saber: as autorizações foram dadas pelo senhor? Tenho aqui nomes como o da Simone. Era o senhor que autorizava a Simone a pegar aqueles... Ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não, não. A Simone, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Genu? Foi o senhor que autorizou? Foi o senhor que deu ao Genu...

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu orientava o Marcos Valério a fazer pagamentos para uma determinada pessoa, e quem ia receber ou quem não ia, se era pessoa indicada por ele... Eu não tenho a menor idéia dos nomes que a senhora tem aí, que já receberam e que estão na sua lista.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas espere um pouco, Sr. Delúbio. Quero entender. O senhor disse que os empréstimos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço silêncio, por favor! A Senadora Ideli Salvatti está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é impossível! Eu até queria um pouco de desconto no

meu tempo, porque é impossível. Com todo o respeito que tenho a todos aqui, mas fica muito difícil.

Na lista, a maior sacadora é a Simone, e, depois, vem o Sr. David Rodrigues Alves, com 4,9. Esse daí parece que ninguém sabe direito quem é. Inclusive, houve declarações aqui de que não tem vinculação com o Governo de Minas. Não sei, mas é o segundo maior.

Aí, depois, aparece o Sr. Genu, que tem vinculações com o PP. Depois, aparecem vários vinculados com a Assessoria – ou diretamente, como no caso do Josias – do PT. Aparece também o Sr. Paulo Menicucci, que, inclusive, foi um que estranhei. E fiz até perguntas aqui: como é que alguém que tinha uma vinculação tão forte com o Governo anterior acabou ficando nos Correios, exatamente no Departamento de Marketing? Agora, fui surpreendida, que ele é também um dos sacadores.

Então, quero saber. O Jair Santos, primeiro, apareceu como sendo do Vicentinho, mas agora não, pois parece que é ligado ao falecido Martinez, do PTB.

Então, quero saber: quais foram, destes aqui, os que o senhor autorizou? Eram todos estes aqui ou apenas alguns? Os saques eram assim? Esse esquema de sacar do Rural era especificamente para socorrer esses R\$39 milhões que o Marcos Valério ajeitou, oficiosamente, para acertar as dívidas não contabilizadas, como o senhor disse? Eu gostaria de ter esse esclarecimento.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senadora Ideli, primeiro, nem todo mundo que está na relação de saques das agências da SMP&B e das demais empresas do Marcos Valério... Podem ser outros...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Podem ser outros esquemas? Outros motivos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Outros fornecedores, outros motivos. O que eu sei é que nós orientamos pessoa da nossa base política.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhum desses que eu listei, que eu falei foi autorizado pelo senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essas pessoas não, Senadora. Como eu já falei, eu não vou dar os nomes agora. Vamos avaliar as investigações, apurar os nomes, identificar as pessoas e onde foram gastos 39 milhões. Eu não tenho condições de fazê-lo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como o senhor não me respondeu quem vai pagar, e aí tem a questão dos clientes da SMP&B, dos clientes privados da SMP&B, e aí alguns desses clientes já apareceram aqui nos questionamentos por outros motivos, eu queria fazer a pergunta ao senhor porque no seu depoimento o senhor falou da reunião que o senhor

fez ... Marcos Valério, o senhor e o Sr. Carlos Rodemburgo. Eu queria que o senhor me detalhasse por quê, quando e quantas vezes teve tratativas com o Sr. Carlos Rodemburgo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Carlos Rodemburgo... uma vez que ele solicitou, que eu já expliquei aqui, que na visão do Sr. Carlos Rodemburgo, o PT não gostava do Opportunity. Eu expliquei para ele que isso não acontecia com nenhuma empresa brasileira. O PT não gosta nem desgosta de ninguém. A outra vez eu tive um outro encontro com ele, me encontrei com ele em outras vezes, em outras ocasiões, mas encontros sociais. Foi isso que eu tratei com o Carlos Rodemburgo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nada do interesse do Sr. Carlos Rodemburgo envolvido nestes empréstimos oficiosos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nada, nada, nada, nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu paro por aqui, até para contribuir com os tão ansiosos opositores que querem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado pela objetividade, Senadora.

Senador Álvaro Dias com a palavra. Quinze minutos, assessoria. Quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. e Sras Congressistas, é inevitável um certo constrangimento diante da opinião pública que nos acompanha pelo fato de estarmos à frente de alguém que busca um **habeas corpus** preventivo para garantir a si o “direito de mentir”, de escamotear a verdade. Ocorre, no entanto, que é bom dizer à opinião pública que este fato agrava, esse procedimento agrava porque certamente o Sr. Delúbio, ao buscar um **habeas corpus** preventivo, reconhece razões para uma eventual prisão e admite a necessidade de se esconder atrás de um **habeas corpus** preventivo para mentir deliberadamente.

Portanto, eu não vou lançar mão do expediente de solicitar que diga a verdade, que se inspire na Bíblia e aprenda que a verdade liberta ou que aprenda com o Presidente Lula que o mal é a primeira mentira, depois é preciso mentir sempre para tentar corrigir a primeira mentira. Eu creio que não me cabe dar nenhum tipo de conselho ao depoente Sr. Delúbio Soares. Cabe-me declarar a convicção de que nós estamos investigando a parte escabrosa da arquitetura de um projeto de poder que é exatamente a captação de recursos para a sua sustentação financeira. Eu não tenho mais nenhuma dúvida disso.

Se antes colocava essa tese com algum receio de estar equivocado, hoje eu estou pleno de convicção.

Não tenho receio de me equivocar. Houve arquitetura de um projeto de poder de longo prazo do qual participou o Presidente Lula como o líder maior, o Ministro José Dirceu e outros como Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Luiz Gushiken, José Genoíno e ao senhor coube exatamente esta parte mais suja que é a da captação de recursos com a montagem de um modelo de corrupção na administração pública do País, estabelecendo uma relação de promiscuidade nessa triangulação governo, Marcos Valério e outros empresários, Partido dos Trabalhadores, Parlamentares no Congresso Nacional. Eu não tenho dúvida disso.

A montagem dessa farsa, a que se referiu o Deputado ACM Neto, teve a participação do Presidente Lula, que, em entrevista patética, confessa indiretamente ter participado, porque gravou a entrevista antes da sua e antes da entrevista de Marcos Valério. Portanto, não há como esconder a participação do Presidente Lula.

Mas eu faço a primeira indagação exatamente nessa linha de raciocínio: o senhor é o grande amigo do Presidente Lula, um dos maiores amigos do Presidente. Quem conviveu na militância do PT sabe disso. O senhor é amigo do Presidente Lula há muitos anos. Tanto é que, como Tesoureiro do PT, ofereceu a ele empréstimo sem juros; empréstimo rolando no ano de 2003, que chegava a cerca de R\$30 mil, e que foi saldado no ano passado sem juros. Um estranho empréstimo, porque oriundo de uma conta bancária onde se deposita recurso do fundo partidário, que são recursos públicos.

Essa amizade, portanto, é inegável. É por isso que o senhor viajou com o Presidente Lula para a África no avião presidencial, o senhor frequenta o Palácio sempre, participa de reuniões. Consta até, segundo divulgação da imprensa, que, em determinado momento, o senhor recebeu um empreiteiro no Palácio. Enfim, há uma relação de intimidade absoluta entre o senhor e o Presidente Lula.

A pergunta que faço é: essa farsa arquitetada antes de o senhor acertar com o Sr. Marcos Valério – consta que foi a Belo Horizonte para esse acerto –, o senhor conversou com o Presidente Lula ou por telefone, ou pessoalmente para arquitetar essa fantástica versão, que subestima a inteligência do povo brasileiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Alvaro Dias, eu disse e gostaria de repetir à CPMI o que falei ao Procurador-Geral da República: nunca tratei de assunto financeiro com membros do Governo, em especial com José Dirceu e com o Presidente Lula, como o senhor pergunta. Não tratei desse assunto com ele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor fez empréstimos a ambos. Isso foi em 2003.

Direta ou indiretamente, o senhor tratou de assuntos financeiros. O empréstimo a José Dirceu somava, em 2003, R\$14 mil e o do Presidente, quase R\$30 mil. Houve uma rolagem e houve um pagamento. Justiça seja feita, são bons pagadores.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso é uma relação administrativa que o Partido dos Trabalhadores sempre teve com os seus dirigentes, ex-dirigentes, funcionários. Ao fazer empréstimos, as pessoas envolvem o principal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até dispenso essa explicação, porque o que se configura é o uso indevido do dinheiro do fundo partidário. Isso já está claro e não há explicação para isso. Eu apenas estou procurando dizer que o senhor tem sim contato a respeito de questões financeiras com o Presidente da República e também com o José Dirceu.

Eu queria apenas dizer que é deplorável, sobretudo para os petistas, que todos os postulados, os dogmas do Partido tenham sido sepultados em nome desse projeto de poder de longo prazo, em que o fim justificou os meios, e que abriu um espaço enorme para a corrupção também do setor privado, com a cobiça que se estabeleceu alcançando empresários desonestos que admitiram o pagamento de propina para abrir portas junto ao Governo e obter vantagens financeiras.

Vamos a esse assunto, já que não tenho nenhuma esperança de que o senhor confesse que era realmente arquitetura desse projeto de poder, uma espécie de Leninismo moderno, o fim justificando os meios para se alcançar um objetivo com meios escusos.

Desculpe-me o escorregão de colocar aqui – eu não devia colocar – a história do Leninismo, até porque estou ao lado da Deputada que merece todo o meu respeito: a Jandira.

Dr. Delúbio – não sei se é doutor –, esses empréstimos de naturezas diversas, os empréstimos do PT junto aos bancos. Vamos primeiro a eles.

O empréstimo junto ao BMG. Esse empréstimo já foi pago ao banco pelo menos dez ou vinte vezes só com um ato do Governo, e certamente V. S^a participou dessa negociação. Não sei se vai dizer que não sabe, mas o BMG ficou com exclusividade, durante mais de três meses, da conta, a partir de uma medida provisória do Presidente da República que determinou o desconto em folha de 25 milhões de aposentados no Brasil, e o BMG passou a operar em todo o País, movimentando mais de R\$1 bilhão nessa conta, obviamente justificando plenamente a generosidade do Banco ao emprestar ao PT valores significativos. O senhor não sabia disso?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor está perguntando ou afirmando?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou perguntando.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se o senhor sabia disso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou sabendo pelas palavras do senhor, com esses detalhes. Nunca, já disse antes aqui, me parece que se refere ao INSS, às relações com o INSS, que eu nunca...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, conta do INSS.

O SR. DELÚBIO SOARES – Respondi anteriormente aqui que nunca fui ao INSS...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Isso é favorecimento ilícito, é tráfico de influência, é a utilização do dinheiro público, é crime contra a administração pública. Outros bancos tentaram o credenciamento, e, durante três meses, apenas o BMG teve exclusividade – mais de três meses, há seis ou sete ou oito meses atrás – e movimentou mais de R\$1 bilhão de reais. Cento e trinta é o número da Medida Provisória, conforme diz o Senador César Borges.

Portanto, Sr. Delúbio, essa afirmação de que não sabia não convence ninguém. A Oposição sabe muito mais! Fica essa impressão, porque a Oposição sabe muito mais do que acontecia nos bastidores do Governo, do que acontece nos bastidores da administração pública do que as principais Lideranças do Partido.

O outro empréstimo junto ao Banco do Brasil, eu sei, o senhor já tentou explicar. Tentou explicar. O Presidente do Banco do Brasil cumpriu seu dever também tentando explicar, mas o contrato, até coincidentemente, na cláusula 13, que é o número do PT, estabelece a imposição de fiador em contratos de natureza de arrendamento mercantil financeiro. No contrato está que, ao final, os fiadores assinam, mas, ao final, não há assinatura de fiador algum.

Não há também como argumentar que os próprios computadores garantem o empréstimo, porque nós sabemos – o senhor sabe: o computador, com um ano de uso, desvaloriza, não há como garantir o pagamento com os computadores envelhecidos. De outro lado, o PT continuou recebendo o fundo partidário.

Eu faço uma pergunta apenas para encerrar esse assunto desse empréstimo no Banco do Brasil, porque eu espero que o Banco do Brasil execute o PT se não houver pagamento. Neste ano de 2005, o PT está pagando esse empréstimo, cerca de R\$750 mil por mês?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já informei ao Relator: esse empréstimo está sendo pago rigorosamente ao Banco do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esperamos.

O SR. DELÚBIO SOARES – É o que está sendo feito até agora, a nova gestão do PT é que vai tomar as providências...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agora, os outros empréstimos. O senhor afirmou que esses empréstimos foram destinados a atender campanhas eleitorais. É outra farsa. Os saques que nós estamos verificando – ontem já com a quebra de sigilo bancário do Banco Rural – nos permitem afirmar que há um direcionamento diferente daquele proposto pelo senhor como forma de tentar restringir ao crime eleitoral um crime gigantesco que terá que ser tipificado. Obviamente são vários crimes. É claro que há uma engenharia jurídica, esse brilhante advogado Arnaldo Malheiros Filho, há informação de que o próprio Ministro da Justiça participou dessa arquitetura, sobretudo abrindo as portas da Procuradoria-Geral da República para que o senhor pudesse lá chegar com essa versão no mínimo estapafúrdia e agressiva à inteligência de todos nós. Esse empréstimo, segundo consta, teria a garantia das contas das agências do Sr. Marcos Valério junto ao Governo.

Todos nós sabemos que agência só tem direito a 10% do valor, portanto não seria suficiente, é por essa razão que o BMG buscou outra fonte, certamente para garantir o empréstimo concedido ao PT. Mas esses empréstimos são concedidos ao Sr. Marcos Valério, e não ao PT – esses a que me refiro –, com o aval ou com a garantia verbal ou escrita, mas cujo documento não apareceu até hoje, que o senhor ofereceu. Certamente – eu não tenho nenhuma dúvida e não vou perguntar porque não vou ter resposta –, o que garante esse empréstimo é o patrimônio público. Provavelmente, ao repassar os recursos, esse empréstimo já estava pago pelas contas do Sr. Marcos Valério ou pela conta do BMG no INSS e outras contas mais.

Quero insistir, dando uma oportunidade, porque esta CPMI vai requerer do Supremo Tribunal Federal inquérito que vem de Minas Gerais, em que consta a listagem dos nomes, das pessoas beneficiadas. A cada saque, seja de que importância foi, há uma listagem dos nomes de políticos que foram beneficiados. Portanto, saberemos os nomes mais cedo ou mais tarde. É mais uma oportunidade que o senhor tem de citar esses nomes.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador, eu quero deixar claro à CPMI e à nação brasileira que a relação

com o BMG detalhada estou sendo informado agora pelo senhor. E já disse anteriormente um Estado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou acabar me candidatando a informante do Governo, se continuar desse jeito.

O SR. DELÚBIO SOARES – Como o senhor tem bastante informação, o senhor poderia colaborar conosco nesse sentido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – No dia 1º de março de 2004, eu colaborei por ter informações com o Governo, fazendo um discurso no plenário do Senado, indagando quem seria o PC do Lula e citei alguns nomes. Hoje nós já temos certeza. Aquela pergunta está respondida agora pelos fatos. O PC do Lula é o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor está fazendo uma informação que eu não concordo, mas o senhor tem todo o direito de fazer a afirmação que o senhor quiser. É...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Os nomes, os nomes.

O SR. DELÚBIO SOARES – Os nomes eu já falei.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Ou o senhor não vai falar os nomes – vou aqui repetir aqui o Deputado Roberto Jefferson – “nem amarrado na árvore torturado, o senhor diz esses nomes”.

Os Diretórios Regionais consultados já disseram que não receberam nada, desmentiram a afirmativa do senhor. Dos Diretórios Regionais do PT, eu não conheço um que tenha assumido que recebeu os recursos que o senhor afirmou ter repassado aos Diretórios Regionais.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador, à medida que a investigação vai aprofundando, vão aparecer os nomes, vai aparecer...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor tem obrigação de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Álvaro Dias, conclua, por favor. O tempo está esgotado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei essa questão.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir só lamentando em nome do povo brasileiro, que todos esses postulados, principalmente a bandeira da ética, tenham sido pisoteados pelo Governo. Evidentemente, não são todos os petistas, mas esses petistas representados pelo Sr. Delúbio Soares rasgaram e pisotearam a bandeira da ética, provocando essa indignação nacional em relação à instituição pública do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges. Por 15 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não acredito que o Sr. Delúbio Soares tenha vindo a esta Comissão com a menor intenção de esclarecer. Absolutamente! Ele não tem a menor condição para isso. Ele veio aqui tentando explicar o inexplicável, ou seja, que todos nós sejamos idiotas, que o País aceite uma versão forjada, montada que, lamentavelmente, o próprio Presidente da República tenha-se envolvido com figuras como V. S^a, que aqui se encontra. É triste! Creio que todos nos estão assistindo, a nação brasileira inteira. Não quero aqui fazer discurso, mas há, neste momento, uma perplexidade muito grande, uma revolta do povo, uma frustração por ter acreditado neste Partido, que conseguiu enganar tantos durante tanto tempo e que V. S^a fez parte dessa história.

Recebo *e-mails* aqui que, na verdade, são da população, que, indignada, está agora num misto de raiva, de nojo e de asco pelo que estamos assistindo aqui, pela falta de coragem, coragem cívica, honestidade intelectual. V. S^a devia olhar um pouco para os seus ideais do passado, para a sua vida pregressa. Como se disse em reportagens, o senhor veio de uma família humilde que precisava falsificar carteirinhas da Universidade Federal de Goiás para comer no restaurante universitário, e se transformou em quê? Nessa figura a que nós estamos assistindo hoje e que se deixou empolgar por quê? Porque, com o salário de R\$ 5 mil que o PT lhe paga, segundo consta, o senhor mantém atos caros, como o gosto por charutos cubanos Coiba, restaurantes finos, ternos bem cortados, além de um apartamento no elegante bairro dos Jardins, em São Paulo, e uma confortável casa em Goiânia. Quer dizer, V. S^a não veio aqui para explicar absolutamente nada. Agora, eu gostaria de ouvir as suas negativas, porque V. S^a, em uma entrevista à **Época**, disse, com toda a empáfia e todo o orgulho, ser o Tesoureiro do Partido que o senhor chamava de hegemônico da República brasileira. É arrogante.

O senhor dizia que era muito amigo do Sr. José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil. O senhor dizia que discutia com ele idéias e que podia também defender idéias com ele perante as autoridades, conversava muito com ele porque assinavam juntos cheques da campanha, cheques do Partido durante anos e anos. “A responsabilidade minha era do tamanho da dele nas finanças do Partido”.

Isso aconteceu até quando e quando deixou de acontecer? Agora? Então, V. S^a diz aqui que não tinha conhecimento do Sr. José Dirceu e não o manti-

nha informado de todas as suas tramóias para fazer dinheiro para o PT?

Eu gostaria de ouvir de V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador César Borges, primeiro, o senhor está emitindo um juízo de valor a meu respeito com o qual não concordo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro. Não espero a sua concordância de jeito nenhum.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou querendo deixar claro. O senhor pode falar o que achar que deve no foro apropriado. Este é um foro.

Então, quero deixar registrado que não concordo com as adjetivações que o senhor fez a meu respeito.

Segundo, eu sou amigo do José Dirceu, sim. Conheci o José Dirceu, é uma pessoa que admiro muito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Assinava cheques com ele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ele era o Presidente do Partido, e eu era o Tesoureiro do PT. Desde que assumi a Tesouraria do PT, até ele deixar a Presidência do PT, que foi em dezembro de 2002, trabalhamos juntos nas finanças do PT e na direção do PT.

Trabalhei muito em 95 para o José Dirceu virar Presidente do Partido. Acho que fiz correto em conduzir o Partido à Presidência da República. A partir de dezembro, não tratei de assuntos relativos ao PT nem das finanças do PT com o Ministro José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí o senhor fez um corte definitivo e não tratou mais desse assunto.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu tinha que tratar o assunto com o Presidente Genoino.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, veja que coincidência: o senhor, até o ano de 2002, não fez caixa dois. Começou apenas a operar caixa dois em 2003 e 2004; 2003 é o primeiro ano do PT no poder; em 2004, estava, Sr. Relator, o PT no poder. Quer dizer, ele tinha o poder nas mãos para poder fazer negociatas e fazer um caixa dois para o seu Partido, mas diz ele que não tinha conhecimento do Sr. José Dirceu. Ele se confessava amigo do Presidente. Nas suas entrevistas, traficava influências.

Aqui está dito que ele usava o Palácio do Planalto. Reportagem da **Folha de S. Paulo**, em fevereiro de 2004: “Tesoureiro do PT fazia *lobby* no Planalto. Encontros com o Ministro dos Transportes e com empreiteiros dentro do Palácio do Planalto”.

Aí então ele pôde fazer caixa dois, porque ele tinha o poder na mão e tinha como dizer que iria garantir o pagamento eventual desses empréstimos.

Então, porque só a partir de 2003 fez V. S^a caixa dois? E, mais ainda: esse caixa dois se destinou, segundo V. S^a, a pagar despesas da campanha de 2002.

A campanha de 2002 é uma campanha para a eleição presidencial. V. S^a e o seu ex-companheiro de direção de Partido, que depois transformou-se em Ministro José Dirceu, trataram das despesas feitas em 2002 para as campanhas do Presidente Lula. Então, esse caixa dois foi feito para pagar a campanha do Presidente Lula em 2002, subvertendo inclusive a vontade popular. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador, o senhor não me dá a oportunidade de explicar ao senhor ou tentar convencê-lo e à Nação brasileira. Primeiro, um partido político que assumiu o Governo Federal... É estranho porque essa foi a prática que nós sempre pregamos, em cima da qual sempre trabalhamos. É estranho recorrer a um empréstimo em uma instituição bancária? Parece estranho para algumas pessoas, mas o que fizemos não foi acharar nenhum empresário...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi para financiar a campanha do Presidente Lula em 2002 que o senhor fez caixa dois em 2003?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Estou explicando o que o senhor se refere, o dinheiro não contabilizado, que não foi dinheiro que nós utilizamos, do Governo, para buscar esse dinheiro. Tanto é que nós fomos à rede bancária, em nome de terceiro.

Segundo, deixar claro para o senhor. Não foi... Expliquei aqui ao Relator. Posso explicar ao senhor de novo. O dinheiro a que recorremos para pagamento foi de várias campanhas, feitas por companheiros nos Estados. Isso é que foi realizado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa campanha também não era do Presidente Lula? Ou o diretório fazia campanha e separava Governador, Deputados, Senadores, e não fazia também a campanha do Presidente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu posso explicar novamente o exemplo que dei aqui, em alguns Estados. A campanha nos Estados... Como funcionou a campanha em 2002? Tem a campanha nacional e a campanha de cada candidato, em que ou o PT encabeçava a chapa ou em que um aliado encabeçava a chapa.

Esses companheiros membros das campanhas nos Estados, após as eleições, ficaram coisas, ficaram fornecedores que eles não conseguiram pagar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não contabilizadas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não contabilizadas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Então, aqui, com sua acusação generalizada ao PT, de que usou recursos não contabilizados...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não ao PT. A mem-bros...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...o Presidente Delcídio Amaral pode ter recebido recursos também, para ajudar, não contabilizados. Os Deputados do PT que aqui se encontram também receberam recursos não contabilizados. Os Senadores todos. É isso que quer dizer V. S^a quando não diz qual foi a destinação desses recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – A investigação vai mostrar quem usou os recursos, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ora o senhor está deixando todos sob suspeita. Todos aqui estão sob suspeita. Os Senadores, os Deputados. Não sou eu que estou dizendo. O senhor disse que usou esse dinheiro para os diretórios regionais pagarem despesas não contabilizadas. Qualquer um dos senhores Parlamentares do PT estaria agora sob suspeição?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já, ao responder a questão ao Relator, disse a responsabilidade que estou assumindo e as dificuldades que nós teremos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não interessam suas responsabilidades, isso é problema seu. Agora quero saber se esse dinheiro serviu para os Parlamentares do PT, de modo generalizado, nos diretórios estaduais, para financiar campanha de Deputados Federais ou, eventualmente, de Senadores da República.

O SR. DELÚBIO SOARES – A investigação, Senador, vai dar conta dessa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu quero ouvir do senhor. O senhor está aqui, como depoente, para isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já falei sobre isso...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Protegido, inclusive, por **habeas corpus**, porque se não estivesse protegido, o senhor sairia daqui preso. É o que o senhor merece.

O SR. DELÚBIO SOARES – Opinião do senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, não é opinião minha não. Garanto que se o senhor não tivesse um **habeas corpus**, se o seu advogado não conseguisse uma liminar, e o Supremo Tribunal Federal não tivesse dado essa liminar, o senhor sairia daqui preso. Eu não tenho a menor dúvida disso.

O SR. DELÚBIO SOARES – A verdade... Eu estou dizendo a verdade, Senador. A verdade é essa.

Eu não posso encontrar outra verdade para isso. O PT não usou dinheiro público, não recorreu...

Não tem uma denúncia, em todo esse período, de extorsão de alguma empresa contra o Partido dos Trabalhadores, ou contra membro do Partido dos Trabalhadores, de propina, cobrança de propina etc. Nós não fazemos isso. Quem me conhece sabe que eu não faço.

Quando assumo um erro... Nós erramos ao buscar dinheiro não contabilizado para resolver um problema, e deu essa dificuldade que estamos vivendo hoje. Então é isso que aconteceu, Senador. Nada mais do que isso.

Se o senhor tem dificuldade de entender que o Partido que está no Governo não consegue...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a reconhece que esse dinheiro não contabilizado, conseguido com o Sr. Marcos Valério, foi sacado, por Deputados Federais que estão na Câmara dos Deputados? As revelações que nós temos são exatamente nesse sentido. Então, o senhor passou recursos para os deputados federais? Foi sua autorização? O Sr. Marcos Valério declarou que quem sacaria seriam pessoas indicadas por V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor já tem os nomes... Está na contabilidade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Todos os jornais do Brasil têm hoje esses nomes.

O SR. DELÚBIO SOARES – As investigações vão apresentar quem foram as pessoas e eles vão...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então o senhor reconhece que há Deputados aqui que foram financiados em 2002 e que tiveram as suas campanhas pagas com esse dinheiro de caixa 2?

O SR. DELÚBIO SOARES – De 2002 não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram para pagar, em 2003, as despesas de 2002?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não fizemos nenhum pagamento em 2002, com esses recursos. Conseguimos eles em 2003, para cobrir dívida de 2002. É isso. Eu falei, assumi, está aqui no depoimento na Procuradoria Geral, no Ministério Público.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Conquistaram os seus mandatos através de recursos não contabilizados, de despesas não contabilizadas. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Algumas campanhas, nos Estados, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De Deputados Federais, Senadores também, Governadores?

O SR. DELÚBIO SOARES – Normalmente as campanhas dos candidatos majoritários.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Governadores e Senadores, então?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós tivemos, Senador, eu expliquei aqui o que aconteceu em 2002. Em 2002, tivemos uma campanha do primeiro turno e uma campanha do segundo turno. Dei o exemplo do Pará e dei o exemplo do Ceará, duas campanhas que toda a sociedade tinha dificuldade de entender que tinham viabilidade. Tiveram viabilidade e foram ao segundo turno. Fomos com oito ao segundo turno em 2002. Tivemos um excesso de gastos, que já expliquei por que não estava, por que as pessoas não conseguiram recursos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso eu já ouvi e o senhor não tem resposta. Vamos adiante que o meu tempo é curto. V. S^a declara que indicava os nomes ao Sr. Marcos Valério dos que deveriam sacar os recursos no Banco Rural. O senhor reconhece isso. O Sr. Marcos Valério declarou isso na Procuradoria.

O SR. DELÚBIO SOARES – Apresentava uma lista...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma lista. Dentro dessa lista, tem funcionários da SMP&B, a Sr^a Simone?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Como fazia, como arrecadava para alguém, ele tomava a iniciativa e pegava.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Então todo esse dinheiro sacado aqui no Banco Rural em Brasília...

O SR. DELÚBIO SOARES – Como fazia, se pagava o fornecedor, se dava o dinheiro direto, não participei dessa ...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas então o senhor indicou inclusive essas pessoas que vieram aqui sacar altas somas, próximo a cinco milhões de reais?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os funcionários da...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por exemplo, o Deputado Josias Gomes, o senhor indicou para ele sacar R\$100mil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses nomes serão dados na investigação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor indicou o Deputado Josias Gomes para sacar R\$100mil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vai ser dado na investigação, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, mas nós já temos essa documentação. O senhor nem isso reconhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tem problema nenhum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve diversos saques que chegavam a R\$5 milhões, em épocas seqüenciadas, e isso é um claro indício que esses recursos foram para o tal do mensalão, que o senhor nega. Nós vamos ouvir aqui essas pessoas. Nós vamos chegar aqui à verdade. V. S^a não quer a verdade, o Presidente da República não quer a verdade. Uma parte do PT não quer a verdade; outra parte acredito que queira efetivamente, até para limpar os seus nomes perante a opinião pública brasileira. Mas V. S^a poderia ter aqui um pouco do que lhe restasse de princípios, de ética e de honra e dizer para nós que esse dinheiro foi efetivamente para o mensalão, porque vai ficar claro aqui nesta Comissão.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, eu já expliquei: não tem mensalão, o PT nunca pagou Deputado para votar, nunca comprou voto. Isso já expliquei com muita tranquilidade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor já fez muitas mentiras. O senhor fez declarações à Polícia Federal, que depois o senhor desdisse quando foi ao Ministério Público Federal.

O SR. DELÚBIO SOARES – Admiti...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Admitiu que mentiu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, a divergência que tive na Polícia Federal e na Procuradoria foi a revelação à Nação que nós trabalhamos com dinheiro não contabilizado na campanha para pagar campanha eleitoral de 2002.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nós temos entrevista em que o senhor era perguntado: tem caixa dois no PT? E o senhor diz: “não, o PT não tem caixa dois porque tem compromisso com a ética. E agora o senhor reconhece que o PT tinha caixa dois. Posso, ou algum cidadão brasileiro pode mais acreditar na sua palavra?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, o senhor está fazendo um juízo de opinião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É claro. Tenho direito.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor tem todo o direito de fazer. Posso não concordar mas respeito a sua opinião. Estou falando aqui a verdade dos fatos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Penso, Sr. Presidente, que é o suficiente para todos vejam que o Sr. Marcos Valério não veio aqui com compromisso com a verdade. Sr. Marcos Valério, não, Sr. Delúbio, nem o Sr. Marcos Valério. O Sr. Delúbio está muito mais para Catilina do que para uma pessoa honrada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra o Senador...

Eu gostaria de propor a V. Ex^{as} que nós ouviríamos o Senador Demóstenes Torres, ouviríamos o Senador Jefferson Péres e daríamos um intervalo...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Também quer falar? (Pausa.)

Ouviríamos o Deputado Arnaldo Faria de Sá e interromperíamos por meia hora a reunião. Se todos estiverem de acordo. (Pausa.)

Considero importante essa interrupção Trinta minutos não faz mal para ninguém. E nós vamos muito longe hoje.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Solicito que corrija o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito bom, Senador Jefferson Péres. Então...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Solicitando apenas para corrigir meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres e Deputado Arnaldo Faria de Sá. Depois, um intervalo de trinta minutos.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. Peço para ajustar o tempo, com os quinze minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu indagaria ao Sr. Depoente algo que me parece cristalino. Os empréstimos tomados pelo Sr. Marcos Valério, em nome das empresas dele, foram seis, segundo levantamentos da nossa comissão: em fevereiro de 2003, em setembro de 2003, em maio de 2003, em janeiro de 2004, em abril de 2004 e em julho de 2004. Então, foram seis empréstimos, esses empréstimos informais aos quais o senhor faz alusão.

Pela quebra do sigilo que fizemos, os saques feitos nas contas das empresas do Sr. Marcos Valério, por orientação do senhor, como o senhor mesmo reconheceu, aconteceram em vinte e seis meses seguidos, começando no mês de fevereiro de 2003 e cessando no mês de abril de 2005. Então, fevereiro, março, abril, maio até dezembro de 2003; recomeçou em janeiro de 2004 etc. Como essa contribuição era mensal, não é esse o tal de mensalão de que falou o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. DELÚBIO SOARES – Expliquei, Senador Demóstenes, que não tem mensalão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a contribuição era mensal.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não era contribuição mensal. São vários pagamentos que foram feitos de acordo com a necessidade que tivemos. Foram pagos alguns diretamente a membros do Partido ou a membros de Partidos da Base Aliada ou a alguém indicado por eles ou a fornecedores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas eu faria uma indagação ao senhor. Foram seis empréstimos tomados durante os anos de 2003 e 2004. No entanto, esse dinheiro acabou sendo gasto em vinte e seis meses. O senhor o orientou para que ele segurasse o dinheiro? Como é que era operado isso? Ele segurava o dinheiro durante esses vinte e seis meses, e o senhor o autorizava a liberar de forma parcial? Era isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – A relação de nomes, eu dava a ele pessoalmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor reconhece que ele, então, gastou esse dinheiro ao longo dos vinte e seis meses?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem de ver os extratos para verificar tudo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas eu garanto ao senhor...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Acho que todos os Senadores e Deputados aqui – que...

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não tenho essa informação que vocês têm na minha frente. O sigilo bancário foi quebrado, e vocês têm direito, eu não tenho esse direito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito, mas a relação do senhor com ele foi de fevereiro de 2003, na modalidade empréstimo, e os gastos, até agora, abril deste ano? Ou não? O senhor confirma essa informação ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – A modalidade dos gastos, já apresentei como foi feita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Os detalhes das operações, eu não participei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu só estou perguntando – não estou querendo saber de detalhes – se foi ao longo desses vinte e seis meses.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso. Eu estou falando que não tenho o detalhe das operações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem.

Uma coisa também que me deixou curioso. O Deputado Roberto Jefferson disse que conversou, neste ano, com o Presidente duas vezes: uma vez,

no mês de janeiro, outra vez no mês de abril. Na primeira, ele disse que o senhor operava o pagamento do mensalão. Na segunda, ele falou: “Olha, continua operando o mensalão”. Aí o Presidente Lula teria determinado que se cessasse o pagamento do mensalão. Curiosamente, na quebra de sigilo, o último mês em que aparece o pagamento do mensalão é realmente abril. Essas indulgências de que o Deputado Roberto Jefferson acusa o senhor de ter patrocinado... O senhor recebeu algum puxão de orelha do Palácio do Planalto para que cessasse esse pagamento, como disse o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Demóstenes, não teve mensalão. Então, portanto, não teve nenhuma orientação, não perguntei para ninguém sobre isso, ninguém nunca falou comigo. Eu já informei sobre mensalão aqui. Está no meu depoimento tanto na Polícia Federal como na Procuradoria-Geral, e fui informado, como toda Casa foi informada, em setembro de 2004, por uma reportagem do **Jornal do Brasil**. Nós solicitamos que, através do Presidente Genoino, que falou com o Presidente João Paulo, à época Presidente da Câmara, que abrisse um processo e esse processo se encerrou por falta de prova.

E vim perceber esse assunto novamente agora com a entrevista do Deputado Roberto Jefferson, na **Folha de S. Paulo**.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor se lembra de ter autorizado o Sr Pizzolato a sacar 326 mil reais? O senhor se lembra de ter autorizado esse saque?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não vou falar nomes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. Só esse. O senhor se lembra disso? O senhor esteve na segunda-feira anterior ao depoimento prestado na Procuradoria-Geral da República com o Sr Marcos Valério em Belo Horizonte.

O senhor combinou com ele detalhes dos depoimentos que iriam prestar na Procuradoria-Geral da República?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que o comparecimento dos senhores foi voluntário. Ou seja, os senhores não foram convocados pelo Procurador-Geral da República. Os senhores compareceram lá porque assim solicitaram ao Procurador-Geral, não é verdade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na segunda-feira, eu estive com Marcos Valério em Belo Horizonte para tranquilizá-lo, porque a dívida que eu tinha comprometido com ele eu ia honrar, procurar honrar essa dívida junto à nova direção. Por isso eu fui falar com ele.

É uma dívida grande e não é justo que ele emprestou o dinheiro, usou suas empresas, que nós não retribuímos a ele o dinheiro. Foi isso o que eu fui fazer lá, Senador Demóstenes, com transparência. Peguei avião de carreira, fui, encontrei com ele sem nenhum problema.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu indagaria ao senhor: a imprensa tem divulgado que os gastos com a equipe de transição, em Brasília, na saída do Governo, na transição do Governo Fernando Henrique para o Governo Lula, teriam sido na ordem na ordem de 04 milhões de reais e que o Sr Marcos Valério pagou esses gastos.

O senhor confirma essa informação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não corresponde.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu indagaria ao senhor se ninguém no PT não sabia, não viu, se tinha realmente aquela síndrome de concepção: ninguém sabe ninguém viu? Se os dirigentes do PT, enquanto o senhor tomava os empréstimos e determinava o pagamento desses empréstimos nesses mais de dois anos, se ninguém sabia e se ninguém viu nada realmente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei com o Relator sobre o assunto, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu indagaria a V. S^a: segundo à revista **Época**, em uma entrevista que o senhor deu lá, o repórter pergunta a V. S^a: “Durante o ano passado [e essa entrevista foi em março de 2004] o senhor teve cinco encontros com data marcada e dez extra-agenda com o Ministro Anderson Adauto. Todos foram para tratar de nomeações?” Perguntaram isso ao senhor. O senhor disse que não, que tratava inclusive do novo perfil da malha rodoviária brasileira. Mas ontem o ex-ministro, hoje prefeito, que ele autorizou um servidor dele chamado José Luiz Alves a sacar recursos por determinação do senhor.

O senhor confirma essa informação do Ministro Adauto que esse servidor dele sacou 250 mil reais em três vezes, por determinação do senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não vou dar nomes agora. Se o Ministro falou ele confirma a informação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu indagaria ao senhor: também a imprensa tem divulgado que o senhor teria colaborado, arrumado recursos na última campanha do ex-ministro para prefeito de uma cidade do interior de Minas no valor de 03 milhões de reais e esse dinheiro teria saído do Dnit.

O senhor confirma essa informação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeira vez que eu ouço essa denúncia, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor: o senhor ajudou a indicar nomes para compor o governo Lula, ocupar cargos no Governo Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já afirmei anteriormente. Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas aqui, quando indagado nessa mesma reportagem na revista **Época**, o senhor diz o seguinte: “Depois de nomeado o primeiro escalão, o Sílvio Pereira, o José Genoino e eu formamos uma Comissão de composição do Governo. Sempre que alguém era indicado tínhamos de consultar o currículo da pessoa e conversar com os ministros.” O senhor fazia essa avaliação e dava um OK para as pessoas ocuparem cargos no Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Demóstenes Torres, esse assunto foi bastante debatido ontem com o companheiro Sílvio Pereira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E com o senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi formada uma comissão entre a posse e a transição, da qual participaram Genoino, eu e Sílvio. Depois, o Sílvio virou coordenador. O Sílvio explicou a questão ontem. Todas as reivindicações do PT foram canalizadas para o Sílvio, que apresentou as pessoas ao Governo, que eram nomeadas ou não. Nunca analisei um currículo, se a pessoa estava apta ou não. A gente recebia as informações – que alguém tinha que fazer isso no PT – e canalizávamos. O Sr. Sílvio Pereira encaminhou conforme explicou ontem aqui à Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em Goiânia, em uma reunião com estudantes, em uma manifestação pró-Governo, o senhor disse, chegando às lágrimas, que os responsáveis por essa crise são a grande imprensa e a direita brasileiras. O senhor sente-se responsável, em parte, por essa crise ou ainda acredita que a crise é originada pela direita e pela grande imprensa do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, em primeiro lugar não estive nessa reunião que V. Ex^a fala, mas na posse do meu sindicato. Fiz um discurso longo do qual a imprensa pinçou trechos. Se V. Ex^a permitir, quero esclarecer perante a Nação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em primeiro lugar, o Governo do Presidente Lula – e esta é a minha opinião...

Esta CPMI... Por que resolvi – e queria explica o motivo – assumir que o Partido dos Trabalhadores... Não sei se quem recebeu dinheiro não-contabilizado vai fazer o mesmo. Assumimos. As investigações da

CPMI dos Correios...essa ... Só recebi duas perguntas sobre o Correio, sobre se conhecia a Skymaster e a Promodal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Então, o senhor acredita ainda que o problema é da direita e da grande imprensa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deixe-me explicar ao senhor.

Desvirtuou. Está havendo um processo de fazer uma dificuldade. Foi onde levei aquele discurso. Creio eu que o Governo – e está é minha opinião como cidadão, como brasileiro e como dirigente do Partido, pois tenho responsabilidades – está sofrendo um ataque violento para desestabilização. Estamos aqui em uma CPMI para analisar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque a direita e a grande imprensa têm atacado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não importa quem, Senador. Não estou quero aqui caracterizar. Não é do meu feitio ficar nomeando. Se fiz um discurso lá e este ofendeu alguém peço desculpa às pessoas que se sentiram ofendidas. Há um movimento para desgastar o Governo. Nesta CPMI as pessoas são claras: sou da Oposição e tenho que desgastar o Governo. Algumas pessoas falam o mesmo em outras sessões. É natural da política. Sou do Governo e vou defendê-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O senhor pode ter certeza de que não estamos aqui para desgastar ninguém. Queremos investigar. Perguntaria...

O SR. DELÚBIO SOARES – Queria esclarecer os fatos. É por isso que estou aqui, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor acha correto quando a Polícia Federal cumpre a sua obrigação e vai em cima de empresas que têm dinheiro não-contabilizado? O que o senhor acha das ações da Polícia Federal contra empresas que têm dinheiro não-contabilizado?

O SR. DELÚBIO SOARES – A ação da Polícia Federal no Governo do Presidente Lula...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, no Governo do Presidente Lula. O que o senhor acha?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem sido uma ação sem discriminação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Contra as empresas que têm recursos não-contabilizados. O senhor acha que é correto? O senhor acha que a Polícia Federal deveria, também, ir em cima dos partidos que têm dinheiro não-contabilizado para haver isonomia no Governo Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, V. Ex^a está fazendo uma afirmação. Reservo-me ao direito de não respondê-la.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor trabalha lá no Estado de Goiás? O senhor tem emprego no Estado de Goiás?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor é conhecedor disso. Toda a imprensa goiana divulgou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou perguntando. Sei que o senhor tem emprego.

O SR. DELÚBIO SOARES – Vou responder-lhe, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sou funcionário público estadual desde 1976. Dei aula dois anos, também não-contabilizados. Eu não podia dar aula, mas precisava. Substituí um amigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Há quanto tempo o senhor não dá aulas?

O SR. DELÚBIO SOARES – O último ano em que dei aula...se o senhor permitir-me vou explicar direitinho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor permitir-me vou explicar direitinho minha vida no magistério de Goiás. Fiz a primeira greve quando o Governador era Ary Valadão, várias, fui demitido três vezes e readmitido pela Justiça.

Em 1994, o Governador Iris me liberou para o sindicato. Fiquei até 97. Quando entrou o Governador Santillo, ele não renovou a minha liberação. Eu fiquei demitido de 87 até 94. O período que o Maguito foi Governador, fiquei demitido o tempo todo e não recebi salário.

Em 1994, eu me apresento à Secretaria de Educação e faço um acordo com a então secretária Terezinha, ainda o Iris estava passando o governo para o seu sucessor, que, na época, eu não lembro quem era o sucessor do Iris.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Maguito.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, o Maguito foi candidato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, o Maguito ganhou a eleição.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, ele era candidato. Ele passou o governo para outra pessoa naquele intervalo de seis meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Precisamos completar a resposta.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Governador eu acho que era o nosso amigo lá de Morrinhos, que foi governador num período curto. Passou o governo para o Naftaly. O Naftaly concordou em me retornar ao Estado de Goiás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Em 98.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em 94. Aí eu fiquei à disposição do sindicato, fui ser representante do FAT, o então o Secretário José Seba me pediu que eu ficasse à disposição do FAT. E fiquei, com a portaria para liberação do FAT, até 2002, até no ano 2000. Em 2001, eu saí do FAT, procurei a secretária, foi a transição entre a Raquel e a Eliana, a Eliana França, que é a Secretária de Educação, e comuniquei à Secretária: Estou me apresentando, porque estou deixando o FAT, vou coordenar a campanha do Presidente Lula e não quero criar dificuldade para o Estado e nem para mim. Então eu acho melhor uma liberação sem recurso. E falou: “Não, Delúbio, você tem uma portaria do Ministro Dornelles te liberando até 2005. Então é nosso interesse que você continue!” Eu falei: Terezinha, procura o Governador Marconi sobre isso. A Terezinha, não! A Eliane. A Eliane, que já era secretária. Ela procurou, me respondeu 15 dias depois: “Delúbio, é interesse nosso e do governo que você fique liberado.”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor está à disposição do Sintego desde quando? Só para simplificar.

O SR. DELÚBIO SOARES – À disposição do Sintego, eu fiquei à disposição do Sintego de 84....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não, agora. Nesse último período.

O SR. DELÚBIO SOARES – Agora, não. Agora eu estava à disposição do FAT, como expliquei para o senhor. Venceu a portaria, dia 8 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes, concluindo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu só queria saber o seguinte: o senhor estava....

O SR. DELÚBIO SOARES – Deixa eu concluir. É importante. Venceu a minha portaria, na disputa interna que teve lá, houve uma denúncia, fizeram 4 pagamentos irregulares, eu devolvi esse recurso, pedi uma liberação sem vencimento, o Procurador do Estado negou, e eu estou em tratativa administrativa, para ver como é que faço com a minha situação funcional no Estado de Goiás, conforme é de conhecimento da

imprensa, do senhor também e de todos os nossos amigos de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e aí, depois dos 15 minutos do Deputado Arnaldo Faria de Sá, vamos dar um intervalo de 30 minutos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sr. Presidente, o senhor vem seguindo uma regra de chamamento conforme as inscrições que são feitas por uma pré-chegada. Ontem, essa regra foi mudada na sua ausência, e, hoje, queria confirmar com o senhor, se o senhor vai manter essa chamada de pré-chegada, conforme é usual na sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu sempre adotei a chamada de pré-chegada, mas, ontem, por consenso, os parlamentares decidiram aqui, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, que os titulares viriam primeiro, os suplentes viriam depois, e, depois, os não-membros da CPMI. Há um questionamento com relação à inscrição da Senadora Ideli Salvatti. Eu fui alertado pelo Senador César Borges. Então é mais uma regra que nós vamos criar aqui. Se existir um suplente inscrito, não pode entrar um titular em troca. Se for titular, é titular; suplente é suplente. Então nós vamos adotar esse critério, e a Mesa reconhece o equívoco que foi comentado, mas mantém o critério de ontem, titulares, primeiro, suplentes e, depois, os não-membros.

Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, gostaria de formular uma questão de ordem a V. Ex^a.

Ele falou pela ordem, e eu quero formular uma questão de ordem. Posso? Porque está pronto, e eu ia encaminhar à Mesa.

Com base no art. 131 do Regimento Comum do Congresso c/c 151 da mesma norma, faço a seguinte questão de ordem:

O art. 38 do mencionado Regimento, que dispõe sobre o uso da palavra pelos congressistas, estabelece o seguinte:

“Art. 38 Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição pelo prazo máximo....”

Também no Regimento da Câmara dos Deputados corrobora com essa regra, em seu art. 171, § 1º, quando dispõe que “os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente a favor e contra, quando é o caso.”

Portanto, Sr. Presidente, não há no Regimento desta Casa do Congresso uma norma que respalde a prática desta Comissão de dar a palavra primeiramente aos Srs. Parlamentares membros titulares, para somente após o esgotamento da lista dos titulares possibilitar que os membros suplentes façam uso da palavra. Pelo contrário, essa prática adotada por esta Comissão constitui um princípio do processo legislativo à participação plena e igualitária dos parlamentares em todas as atividades legislativas, como dispõe o art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sr. Presidente, o que eu estou querendo dizer desde ontem é que é um absurdo o que estão fazendo aqui com os Deputados que são suplentes na Comissão. Não quero desmerecer a participação de ninguém. É evidente que os Deputados e Senadores titulares tenham direito a voto, tenham a preferência no voto, mas para falar na discussão V. Ex^a não pode simplesmente tolher a palavra do suplente.

Eu cheguei aqui às 8 horas da manhã, já encontrei vários senadores aqui, como a Senadora Heloísa Helena, e sou o 12º na inscrição. Pelas perspectivas se vai seguir os titulares eu vou falar às 22 horas. Isso não é normal.

E quero dizer a V. Ex^a que, ainda ontem, o Senador Maguito Vilela, de uma maneira própria, decidiu assim: ia fazer a questão de ordem e me disseram que V. Ex^a não comungava com essa prática, que V. Ex^a já tinha admitido a prática da inscrição. Aqui, Senador, não existe parlamentar nem de primeira nem de segunda categoria não; o suplente é o eventual substituto do titular, todo mundo sabe disso. Se V. Ex^a fizer uma votação neste momento quem vai votar são os suplentes. Qual é a diferença, Senador?

Eu apelo a V. Ex^a para que mantenha a lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga, vamos ouvir o Deputado Arnaldo Faria de Sá e interromper por trinta minutos, depois passamos à orientação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, por 15 minutos, e depois faremos um intervalo de 30 minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero saber do nosso depoente se tomou algum medicamento antes de vir para cá?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que você foi buscar um HC no Supremo antes de vir depor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estratégia jurídica dos meus advogados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que você precisa dessas estratégias? Dá licença, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Há um orador inscrito. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que você precisa dessa estratégia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, há uma CPML em curso, há uma convocação, nós sabemos as leis brasileiras; em função das leis brasileiras assim como vocês me convocaram, a estratégia jurídica de como me comportar aqui foi assim definida e por isso que nós usamos esse expediente, que é da legislação brasileira.

Assim como tem o direito de me convocar eu também tenho direito de ir ao Supremo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você está V. Ex^a com medo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem está pagando o seu advogado?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o mesmo advogado do Silvinho?

O SR. DELÚBIO SOARES – Assim definiu o Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o seu advogado acompanhou Marcos Valério e você na Procuradoria?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não é verdade. Os advogados me acompanharam, mas Marcos Valério não estava comigo na Procuradoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O mesmo advogado que acompanhou Marcos Valério e acompanhou você?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. São advogados diferentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando você esteve com Marcos Valério ultimamente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na segunda-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que você foi fazer na segunda-feira com o ele.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei aqui, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou perguntando, responde para mim?

O SR. DELÚBIO SOARES – Respondo com a maior paciência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, responda.

O SR. DELÚBIO SOARES – Fui encontrar com ele, que não mudou a direção do PT, mas a palavra que eu tinha dado a ele, de honrar os contratos feitos em nome das empresas dele, eu iria defender no PT esse acordo que fiz com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, o Marcos Valério vai receber tudo aquilo que ele assumiu em nome do PT para você?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós vamos discutir isso, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou-lhe perguntando.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei sobre o assunto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu quero saber.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei, Deputado Arnaldo Faria de Sá, com todo o respeito, sobre essa questão anteriormente, e a resposta é não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Dos R\$20 milhões que o Roberto Jefferson acertou com você, quanto foi dado para ele?

O SR. DELÚBIO SOARES – No momento correto, as investigações, Deputado Arnaldo Faria de Sá, serão dadas, e terá aparecido o quanto repassamos ao PTB.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A investigação é aqui e agora. Isto aqui é uma investigação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Esta é uma delas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, não é a principal investigação na sua opinião?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, com todo o respeito à CPMI, reservo-me ao direito de não falar sobre os valores ao PTB, aos demais Partidos aliados e ao próprio Partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você teve um jantar, em março de 2005, com Roberto Jefferson, com o Genoíno e com Emerson Palmieri?

O SR. DELÚBIO SOARES – A data eu não sei precisar, mas eu tive um jantar na casa do Deputado Roberto Jefferson com algumas pessoas, entre elas estava o Genoíno. Não me lembro se o Múcio estava, também não sei se o Emerson estava, mas foi na casa do Roberto Jefferson.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que foi tratado nesse jantar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi tratado de políticas gerais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por acaso foi aquele acerto que o Lula mandou você

fazer a respeito da falta de cumprimento do acordo com Pernambuco?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quando aconteceu isso, então?

O SR. DELÚBIO SOARES – Qual acordo em Pernambuco? Eu não sei, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você é que combinou.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, em Pernambuco, eu tinha um candidato. Eu não posso apoiar um candidato de outro Partido quando eu tenho candidato que concorre. Joaquim Francisco era candidato do PTB, e o João Paulo era candidato do PT. Eu apoiava o João Paulo.

No acordo que fizemos com o PTB, Deputado Arnaldo, duas cidades não entraram, Recife e Belém. Ganhamos as eleições em Recife e, em Belém, nós perdemos. Não houve acordo com o PTB nessas duas cidades, no acordo que fizemos para as eleições de 2004.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Esse dinheiro não contabilizado, que é caixa dois, utilizado para fins políticos escusos, acabou abatendo dois dos maiores Parlamentares desta Casa, segundo o que aconteceu na quebra de sigilo do Banco Real: o Deputado João Paulo, ex-Presidente da Casa, e o Deputado Paulo Rocha, Líder do PT. O senhor acha que isso é justo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, já falei sobre esse assunto anteriormente e reservo-me no direito de não falar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

Raimundo Ferreira, que também foi pego na quebra de sigilo bancário, Vice-Presidente do PT no Distrito Federal, faz uma nota dizendo que o dinheiro que ele sacou foi entregue para Delúbio Soares. Você confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo-me no direito de não responder.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você não quer responder nada, não é? Você é responsável ou é irresponsável?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, estou vindo a esta Comissão com a maior humildade que um dirigente partidário pode ter, assumindo a responsabilidade política de ter contraído um empréstimo não-contabilizado, de R\$39 milhões. Estamos assumindo, em nome do PT, o que aconteceu. Se os Partidos da base aliada e os Partidos de oposição à política que nós desenvolvemos aqui no Congresso acham que esse assunto é só do Partido dos Trabalhadores, as

investigações, ao longo do tempo, ao longo da vida, vão nos mostrar, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Então, é isso que estamos trabalhando aqui, assumindo a responsabilidade disso, e estou assumindo esse risco, enquanto cidadão brasileiro, porque acho que as investigações têm que seguir o caminho correto e não como estavam sendo desvirtuadas anteriormente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem está desvirtuando é você. Mas vamos mudar o tom da situação.

Estou com a agenda da Karina na mão, de outubro de 2003, dia 24. Está escrito “ver Delúbio”, com um coração. Dia 1º de dezembro: Delúbio, a qualquer hora, vai estar... 20 de novembro: Delúbio, urgente, ligar. Você pode dizer alguma coisa a esse respeito?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não tive acesso à agenda da Karina...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu vou mandar para você.

O SR. DELÚBIO SOARES – E não concordo... Se tem alguma insinuação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Faz favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...que não é esfera política, não tenho...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não estou insinuando nada, eu estou apenas dizendo que está na agenda isso. Estou apenas perguntando para você.

Você conhece Elvio Lima Gaspar?

O SR. DELÚBIO SOARES – De onde é Elvio Lima Gaspar?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Da empresa Gauche.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você conhece Antônio Gastão Vieira?

O SR. DELÚBIO SOARES – De que empresa que é, senhor?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É do BNDES, ligado à empresa Arcos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Como chama?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Empresa Arcos, que teve operação com o BNDES, Antônio Gastão Vieira.

O SR. DELÚBIO SOARES – Antônio Gastão Vieira, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Antônio Gastão Vieira, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem certeza?

O SR. DELÚBIO SOARES – Antônio Gastão Vieira não conheço, não lembro o nome, não conheço, não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O BNDES, através do BNDESPar, faz com que as pessoas participem de vários conselhos de administração. Marcelo Sereno foi nomeado pelo BNDESPar para a BBC Energia, para a Brasil Ferrovias; Jacques Wagner foi indicado para o conselho de administração da empresa Klabin, Sílvio José Pereira foi nomeado pelo BNDESPar para a Multiportos Operadora Portuária. Você sabe de quem partiram essas indicações?

O SR. DELÚBIO SOARES – Indicação deve ter sido do Governo, não participei delas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os valores dos jetons que eles recebem eram repassados ao caixa do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, não... Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sabe que, logo após a eleição de 2002, houve um encontro, no dia da diplomação do TSE, em que estavam presentes o Presidente Lula, Waldomiro Diniz, você e uma quarta pessoa. Você lembra quem é essa quarta pessoa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, esse encontro não aconteceu, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não aconteceu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Com a minha presença, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você falou que nesse dinheiro não contabilizado não tem nenhum dinheiro público, mas o dinheiro privado que você admite que tem é de Parceria Público-Privada?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, isso o senhor sabe que não. O PPP é outro projeto, não tem nada a ver com isso, e nós solicitamos um empréstimo, não tem nada a ver com o projeto de parceria...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não estou dizendo do projeto PPP, não, eu estou dizendo se esse dinheiro não é uma Parceria Público-Privada, não tem projeto nenhum...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não é público-privado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– ...é um projeto seu.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei como foi feito o empréstimo e o destino do empréstimo, então não tem nada a ver.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que, numa reunião do seu Partido, quando se falava em tornar públicas todas as doações, você fez um comentário de que transparência assim é burrice.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso não corresponde aos fatos, isso foi uma versão da imprensa. O que eu fiz... Usei uma frase dessa em 2002, eu queria explicar, se o senhor permitir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade, vamos lá.

O SR. DELÚBIO SOARES – Na campanha de 2002, eu estava apresentando a campanha de finanças no comitê, quando nós apresentamos todo o material da campanha de finanças para a imprensa. Acho que um jornalista, não sei de qual veículo, perguntou quais eram as empresas que iam doar em primeiro lugar. Eu falei: “Nós vamos fazer transparência, mas na arrecadação, se eu avisar quem vai dar, é burrice nossa”. Depois, no Diretório Nacional, quando nós preparávamos a linha, a carta de finanças que os Prefeitos deviam assinar, houve o debate se publicava *on-line* ou não os gastos dos Prefeitos, e eu me posicionei... Eu era a favor, mas, em função do que estava acontecendo naquele momento, defendi contra. Depois um Deputado do Diretório Nacional usou na imprensa que eu tinha falado que transparência era burrice. Não usei essa frase, inclusive nem foi a voto. O Diretório Nacional todo concordou com a minha posição, não teve nem voto, inclusive vários membros defenderam a mesma posição que eu. Foi isso, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está preocupado com o “andar da carruagem” no atual momento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Como assim, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está preocupado com tudo que está acontecendo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não com o meu futuro. Com o meu futuro, estou preocupado, mas a situação política... Temos que enfrentar esse desafio e superá-lo. Por isso é que estamos com transparência, para colocar tudo transparente para a sociedade brasileira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estou perguntando: o senhor está preocupado com tudo isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – O fato de estar numa CPMI, como estou, como o Sílvio Pereira veio ontem, não é que deixa de ser preocupante, mas es-

tamos vindo com a transparência, com a legitimidade que nos confere e o respeito aos Srs. Deputados por estarmos aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que você falou da CPMI hoje com Delúbio e ontem com o Sílvio Pereira? Você não está preocupado com o Marcos Valério? Ele também esteve aqui.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Marcos Valério é um empresário. Eu e o Sílvio Pereira representamos uma instituição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Empresário que servia a você.

O SR. DELÚBIO SOARES – Um empresário que teve uma relação política, uma relação administrativa, e que fez os empréstimos para nós.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, está descartado hoje já?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não tem ninguém descartado. Não tem uma pessoa descartada no País na minha opinião.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor falou que a preocupação era com o Sílvio e que ele era um mero empresário. E, agora, você diz que não está descartado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, se não me fiz entender, peço desculpas e explico novamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Faça o favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu e o Sílvio Pereira fomos convocados aqui por sermos dirigente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o Marcos também foi convocado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não por ser dirigente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas por estar envolvido com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, a convocação que nós recebemos para estar nesta CPMI nós cumprimos. Se estamos preocupados ou não estamos preocupados é uma situação... Queremos esclarecer os fatos que envolvem... Porque a CPMI dos Correios não pode se transformar em CPMI do PT. Queremos deixar a transparência, o rigor, que sei que cada membro desta Comissão tem. E vai apurar, com rigor, para que o Partido dos Trabalhadores não esteja manchado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual o rigor que você merece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou dando as explicações que conheço e a verdade do que estou

falando aqui. As coisas que estou falando aqui é a verdade do que aconteceu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Marcos Valério disse que teria paciência para receber o que ele assumiu em nome do PT. Até quando ele tem de ter essa paciência?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei sobre esse assunto, e a essa questão não vou responder.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, ele pode ficar preocupadíssimo, porque, segundo sua afirmação, Marcos Valério vai ter de arcar sozinho com todos aqueles problemas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não fiz essa afirmação. Já expliquei e dei a minha afirmação. Mantenho a resposta anterior e não concordo com a afirmação do senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando você foi depor na Procuradoria, você combinou com o Marcos Valério o quealaria?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que coincidem as afirmações suas e as de Marco Valério, corroboradas pelo Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Obrigado pela oportunidade de responder a essa questão. A verdade é uma: foi essa que expliquei aos Srs. Deputados, às Sras Deputadas e às Sras e Srs. Senadores. Essa foi a verdade. Se as versões caminham em outra direção, não tenho culpa de o depoimento do Marcos Valério ser coincidente com o empréstimo, que é o que aconteceu.

Quanto ao Presidente Lula, ouvi a entrevista pela imprensa, não pude ver o Fantástico no domingo, quando foi a entrevista. Então, não sabia que o Presidente Lula tinha falado; fiquei sabendo pela imprensa na segunda-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, reinscreva-me, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

A reunião está suspensa por 30 minutos.

(Suspende-se a reunião às 14 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Reabrimos os nossos trabalhos.

Concedemos, imediatamente, a palavra ao ilustre Senador Jefferson Péres, por 15 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Usei muito menos do que os 15 minutos designados, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Delúbio!

Sr. Presidente, fui abordado ontem por uma cidadã que me perguntou por que estou tendo uma

atuação tão discreta nesta CPMI. E eu respondi a ela que, primeiro, porque é o meu estilo e, segundo, porque acho, Sr. Presidente – é a minha opinião –, que constitui uma perda de tempo ouvirmos depoimentos de pessoas que chegam aqui protegidas por **habeas corpus**. Entendo que esta CPMI deveria concentrar-se, Sr. Relator – é uma opinião pessoal, é claro que quem decide é a maioria –, na análise de documentos, que já revelaram muita coisa e que são provas, em ouvir mais três ou quatro pessoas e em fazer as acareações, que podem ser muito reveladoras.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, o Brasil vive, nas últimas semanas, um festival de artes cênicas nas suas várias modalidades. Temos um drama vivido pelo povo brasileiro, que se sente traído e assiste a tudo isso, bestificado. Temos uma ópera bufa, interpretada por alguns atores canastrões do Congresso Nacional. Temos uma farsa representada por aqueles que dizem que não sabiam de nada ou que apresentam versões inverossímeis na tentativa de justificar o injustificável – é uma farsa. Assistimos a uma tragédia vivida pelos petistas honrados, que são muitos, que vêem, Sr. Presidente, Sr. Relator, o eclipse moral do seu Partido e do seu Governo. Isso começou quando o PT não entendeu que dava início ao processo de degenerescência quando se livrou de uma figura luminosa como, por exemplo, a Senadora Heloísa Helena, para se ter a companhia de figuras que preferiram transitar nos subterrâneos – se não mesmo nos esgotos – da política. Essa é a tragédia dos petistas. Podemos viver uma tragicomédia para completar isso. A tragicomédia, Deputado Osmar Serraglio, é se esta CPMI fracassar e se a Câmara dos Deputados não fizer uma faxina cívica, cortando algumas dezenas de seus membros.

Creio, Sr. Presidente, que não preciso interrogar o depoente. Eu me dispenso de interrogar o depoente, porque acho inútil, mas espero que isso não acabe realmente em fracasso e que seja iniciado um grande processo de purificação nacional.

Sr. Presidente, acho que devemos fazer o que deve ser feito. Repito o que disse no início: apressarmos a análise dos documentos; ouvirmos mais duas ou três pessoas; e trazermos aqui para fazer a acareação aguardada por todo o povo brasileiro do Deputado Roberto Jefferson com o depoente e com os outros. A CPMI pode até abreviar os seus trabalhos, porque já temos elementos de prova suficientes. As coisas são evidentes, algumas; e provadas, outras.

Sr. Presidente, eu me dispenso de interrogar o depoente, mas não posso encerrar as minhas palavras sem um lamento. Me vem à memória agora um lamento mesmo, Sr. Presidente, de quem não quer ver este país incendiado, de quem não quer tirar proveito

desta crise. E no lamento me vem à memória uma velha canção romântica portuguesa que termina assim “Tudo isso existe; tudo isso é triste; tudo isso é fado.” Eu não tenho nada a perguntar, não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que, sem dúvida nenhuma, é um dos Senadores mais brilhantes desta Casa e um homem extremamente preparado e equilibrado. Entendi muito bem as ponderações de V. Ex^a. Penso que o povo brasileiro, agora, tomando conhecimento de como se faz política no Brasil, vai exigir de todos nós uma reforma política profunda, senão ele vai ficar convivendo com escândalos. Foi assim no Governo Collor, no Governo Fernando Henrique e está sendo agora e será nos próximos. Se não se fizer a reforma política, se tapar os ralos e der visibilidade às campanhas políticas, os futuros Presidentes irão conviver com a mesma situação que o Presidente Lula.

Concedo a palavra ao próximo inscrito...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, eu formulei uma questão de ordem antes de encerrar o nosso primeiro tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E o Presidente Delcídio tinha dito que eu não precisava colocar sobre a Mesa a questão de ordem. Usei os artigos do Regimento Interno Comum da Câmara e do Senado. E o Presidente disse que, ao reabrir, iria conceder, como prevê o Regimento, disse para o Deputado Carlos Sampaio que seria na ordem de inscrição. V. Ex^a ontem adotou o procedimento de ser titulares; depois, suplentes; e depois titulares. E eu indago a V. Ex^a qual será o critério utilizado. Porque quero reafirmar que acho que não é justo o critério que está sendo empregado por esta Comissão. Os Deputados e Senadores que chegam aqui cedo não podem em hipótese alguma... Depois o outro chega ao meio dia, se inscreve e passa na frente dos Suplentes. Os suplentes, se V. Ex^a fizer a votação agora, V. Ex^a vai contar com os votos dos suplentes que aqui estão. Por isso, a única diferenciação entre titular e suplente é na hora do voto. Mas na hora da discussão, todos os artigos do Regimento apontam que não há essa diferença.

Indago a V. Ex^a se essa questão de ordem será definida ou se vai permanecer da maneira que ficou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, nós vamos continuar com a mesma coerência, ou seja, aplicando o art. 412, c/c com o art. 406. É o Regimento do Senado. Primeiro os titulares; depois vamos ouvir os suplentes; e depois aqueles que não são da Comissão. Então, vou seguir aquilo que nós já vínhamos praticando. Praticamos ontem, durante toda

a reunião, e vamos continuar com o maior respeito e admiração que tenho por V. Ex^a

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O embasamento que V. Ex^a dá é o art. 412?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Combinado com o artigo 406. V. Ex^a usou o art. 38 da Câmara.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sr. Presidente, e quero ponderar com V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É sobre o mesmo assunto?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quanto a esse, já existe decisão formada.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – V. Ex^a tem de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Posso ouvi-lo, mas V. Ex^a vai falar, sabendo que vai tomar tempo porque é uma decisão já tomada.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, não. O senhor vai ver que há duas decisões diferentes. Para mim, isso é discriminação, porque V. Ex^a seguiu isso, o Presidente Delcídio não seguiu e hoje a Senadora Ideli Salvatti, que é titular...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a é suplente também. Peça ao seu partido que o transforme em titular e coloque outro para suplente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não é isso. Ela falou no lugar de uma suplente em terceiro lugar, a Senadora Ana Júlia Carepa. Então, ele quebrou esse precedente, Sr. Presidente, e V. Ex^a tem de seguir essa quebra de precedente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quando presidi, a minha decisão foi essa. Estou no exercício da presidência e vou manter a minha coerência. Não vou mudar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou ouvi-lo novamente, sabendo que não vou mudar. A decisão está tomada.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – V. Ex^a está tomando uma decisão com base nos princípios gerais. Aponto para V. Ex^a os artigos dos regimentos internos da Casa – o Regimento Comum, o Regimento da Câmara e o Regimento do Senado –, dizendo que não há essa diferença entre titulares e suplentes. V. Ex^a se baseia, de acordo com a Assessoria, no artigo 402, que trata dos princípios gerais, do princípio legislativo, que diz que não há diferenças e que todos são iguais. Não faz sentido essa decisão. Respeito a decisão, mas vou recorrer da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, titulares são titulares, suplentes são suplentes. Não são iguais.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por uma contingência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou ouvir os titulares, e é fácil: são só aqueles que estão... Reconheço que V. Ex^a tem sido dedicado, tem estado aqui constantemente. Nem sei por que o seu partido não o nomeia titular.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Porque só podem dois, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Só para auxiliar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, eu não vou alterar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu lamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Enquanto eu for Presidente, vou ouvir os titulares e depois vou ouvir os suplentes.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – V. Ex^a, então, está discriminando os suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De forma nenhuma, de forma nenhuma.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Realmente fica difícil participar da CPMI dessa forma.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, só um auxílio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concederei a palavra a V. Ex^a, mas essa é uma decisão tomada.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Quero só comunicar a V. Ex^a que recorro da decisão sobre essa questão de ordem com base no art. 131. Estou recorrendo da decisão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, entendo que muitas vezes a gente não gosta desta ou daquela decisão, mas venho em socorro de V. Ex^a.

Meu caro Deputado Fraga, meu bom amigo e vizinho de gabinete Deputado Fraga, tenho de vir em socorro do Presidente. Não vou entrar no mérito da decisão, se a decisão é justa ou não, mas ela foi tomada e obedece aos usos e costumes da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Há vinte anos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Venho em socorro do Presidente porque não é uma questão da vontade de S. Ex^a, mas porque a decisão foi tomada aqui nos primeiros dias, nos primórdios, Deputado Fraga. Eu não estou entrando no mérito, se acho a decisão justa ou não. Estou apenas dizendo

que, como a decisão foi tomada, não pode o Presidente, unilateralmente, romper com isso. Digo isso, repito, sem entrar no mérito, se acho justa ou não, meu bom e caro vizinho Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Evidentemente, acato, mas só quero que fique patenteado aqui que existe o pensamento de V. Ex^a e outro pensamento discordante, o do Presidente Delcídio. Ele assumiu o compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O art. 89 diz que ao Presidente de Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão, e é o que estamos fazendo. Ordenamos por deliberação do Plenário e pela tradição da Casa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, suplente não é vice. O suplente, no impedimento do titular, tem os mesmos poderes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É impossível alguém não lhe ver, Fraga. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço muito. Tenho muito respeito e admiração por V. Ex^a...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Farei minha despedida hoje.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quero testemunhar a dedicação de V. Ex^a nesta Comissão, mas, infelizmente, tenho que ser coerente.

Com a palavra, a ilustre Deputada Federal Juíza Denise Frossard por quinze minutos improrrogáveis.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, deixe-me sentar porque cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se a senhora quiser trocar com o Deputado Carlos Abicalil...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deputado Abicalil, V. Ex^a quer falar primeiro?

Sr. Presidente, pode conceder a palavra ao Deputado Abicalil. Eu falo depois porque ainda estou me sentando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, por permuta, ao ilustre Deputado Carlos Abicalil, para ganharmos tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ao invés de ir, vou ficar, Sr. Presidente.

Uma boa tarde. Agradeço a deferência da Deputada Juíza Denise Frossard. Quero cumprimentar o meu companheiro Delúbio Soares, companheiro de Partido, Tesoureiro licenciado da nossa Comissão Executiva Nacional. E, do mesmo modo como procedi com qualquer outro depoente, fazer a distinção dos papéis que exercemos aqui efetivamente porque não se trata de

uma plenária do nosso Partido, nem de uma reunião de Diretório, nem com a Bancada do PT.

Trata-se, como V. S^a já colocou bem, de um esclarecimento público à Nação e um debate de muito mais profundidade do que aquele originado por aquela fita que provocou essa CPMI, onde o Sr. Maurício Marinho recebia uma propina de R\$3 mil na sede dos Correios e desenvolvia ali uma descrição de um procedimento em torno de como, no entendimento dele, se faziam ocupações de espaços dentro do Governo e dos governos e de que maneira determinado Partido, que tinha ascendência sobre os seus superiores, ordenava tais procedimentos.

Vejo, meu caro depoente Delúbio, que a CPMI e o aprofundamento do debate do tema alcança muitos outros espaços e dimensões que a história saberá julgar seguramente. O que V. S^a expõe aqui se parece com uma parcela da exposição que também apresentou, para surpresa de muitos de nós, no cenário da política brasileira, em seu depoimento o Deputado Roberto Jefferson, em torno daquilo que seja a prática de financiamento de campanhas eleitorais.

V. S^a aponta aqui uma alteração de comportamento a partir do ano de 2003, tendo em vista as dimensões de campanha, segundo declarações suas, que ocorreram a partir daí. Diversos oradores que me precederam, particularmente os de Oposição, marcam essa data exatamente na distinção de comportamento, em função de termos atingido esferas do Poder Central. Não que não tenhamos exercido poderes anteriormente, seja no âmbito dos Estados, como das prefeituras, mas, pela primeira vez, ocupávamos o Planalto Central com a parcela de poder que a população brasileira nos delegou por seu voto democrático.

Há, meu caro Delúbio, no depoimento, algumas distinções que acho importante frisar aqui. Em primeiro lugar, que o tema, como apontava muito bem nosso Presidente em exercício, Maguito Vilela, de campanhas eleitorais tem perseguido a história brasileira – dizia aqui o Sr. Roberto Jefferson – como fantasmas em torno de obscuridades da sucessão de campanhas que se deu.

Tem aqui um volume de matérias de imprensa, de 1995, de 1999, de 2000, de 2002, em torno desse assunto com muitas obscuridades, até hoje não esclarecidas. No período passado recente, inclusive CPIs que reivindicavam, na sua proposição, investigar esses temas foram absolutamente bloqueadas, como investigações também não procederam adiante.

Ao mesmo tempo, quero aqui discorrer com muita clareza, que, divergindo da opinião de diversos oradores anteriores, penso que o Presidente da República, em seus afazeres, não tem tempo de medir a

cada campanha eleitoral que se sucedeu e a cada um dos diretórios do seu Partido, qual seja o procedimento financeiro da vida própria do Partido que ele deva ter, até porque a sua ocupação institucional é outra. E, por isso, tenho consciência absoluta de que o Presidente Lula nada tem a ver com as operações que V. S^a realizou na sua relação com o Sr. Marcos Valério e eventualmente com algum outro empresário.

Mas chama atenção algumas características da operação. Em primeiro lugar, V. S^a não declarou sobras de campanhas, que é uma primeira grande diferença da campanha de 1994 para 1995, por exemplo. Lá as operações bancárias foram para explicar sobras de campanha – e não estou falando da operação Uruguai, do Collor não; estou falando de 1995 mesmo. As matérias da revista **Veja** de 1995, etc., declaravam lá sobras de campanha e o envolvimento do Banco Econômico, etc.; “x” tinha sido eleito, “y” não tinha sido eleito; lista de Deputados com cotação de nota, de 8 a 16, etc; na chamada “pasta rosa” há outros detalhes que nunca foram esclarecidos. Chegamos a um ponto, Sr. Delúbio, absolutamente distinto. Neste momento, os nervos estão absolutamente expostos. Há uma fratura exposta, que não expõe apenas o Partido dos Trabalhadores, mas o conjunto da vida política brasileira.

V. S^a recorreu a empresários – no caso, Marcos Valério, explicitamente já declarado – para se socorrer de empréstimos bancários depois de o Partido já ter se valido de três empréstimos diretos, se não estou enganado. V. S^a confirma isso? Dois empréstimos e um financiamento junto ao Banco do Brasil, do *leasing*, é isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esses são financiamentos, portanto, diretamente empenhados na pessoa jurídica Partido dos Trabalhadores. Com relação a esses não há qualquer sombra sobre o procedimento de serem ou não contabilizados. Pelo que V. S^a revela, esses procedimentos estão rigorosamente contabilizados dentro do Partido dos Trabalhadores. Confere essa informação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confere. Está na prestação de contas encaminhada ao Tribunal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a também afirma que há uma conta corrente aberta no BMG, de Minas Gerais?

O SR. DELÚBIO SOARES – São... Eu vi esse debate ontem, um Deputado perguntando ao Silvío. A conta para liberar o empréstimo foi no BMG, e também tinha uma no Rural em Minas Gerais. A do Rural foi transportada para São Paulo. Na prestação de contas de 2003, a conta é no Rural; e, na de 2004, como a conta foi transportada para São Paulo, onde fica uma

agência do Rural e a sede do PT... Então, por isso que constam as duas contas, em um ano em Minas Gerais e, no outro ano, em São Paulo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essas contas foram abertas para operacionalização dos contratos de empréstimo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Contratos de empréstimo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Elas não existiam anteriormente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a revela – e revelou aqui à Comissão – as fontes do recurso e se preserva o direito de não mencionar nominalmente destinatários.

O SR. DELÚBIO SOARES – Ok. Concordo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Entretanto, ao depor na Procuradoria Geral da República e ao ser exposta a V. S^a uma determinada lista, V. S^a se referiu ao reconhecimento de três dos nomes e ao desconhecimento de outros nomes constantes daquela lista. A pergunta que faço é: V. S^a tem segurança de que o produto oriundo dos empréstimos do Sr. Marcos Valério e de suas empresas, nessa operação no contrato de confiança que V. S^a celebrou com Marcos Valério, teve exclusivamente os destinatários que V. S^a listou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado Carlos Abicalil, essa foi uma lista que o Procurador Antonio Fernando me apresentou. O que fiz foi reconhecer que Solange Pereira de Oliveira, funcionária do diretório nacional; Wilmar Lacerda, presidente do PT do DF; e Raimundo Júnior, do Partido dos Trabalhadores do DF e assessor do diretório nacional. Foi só essa afirmação que eu fiz.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, que esses três o senhor confirma como destinatários...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Esses três eu conheço...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que o senhor conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço. Os demais...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não os confirmou como destinatários?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os demais eu não conhecia. O único destinatário que eu respondi, porque ele mesmo, de público, já falou, foi o Deputado Roberto Jefferson, mas não do jeito que ele falou e não nos numerários que ele falou. Está aqui no meu depoimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não confirma nem na forma, nem no numerário; nem na mala, nem no volume de dinheiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Do Roberto Jefferson?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nem o volume de dinheiro que ele apresentou e nem a forma como ele apresentou. Eu contesto essas informações. Que o PTB, através do Deputado Roberto Jefferson, nós tivemos uma participação com o Deputado Roberto... com o PTB, não nessa maneira que ele falou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Entendi.

Meu caro Delúbio, a primeira parte dos contratos formais do Partido dos Trabalhadores está explicada em função dos compromissos próprios do PT. A segunda parte, entretanto, envolveu compromissos de outros Partidos, pelo que V. S^a informa.

O SR. DELÚBIO SOARES – Membros do PT e membros de outros Partidos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E membros de outros Partidos. Por que V. S^a, na negociação com outros Partidos, assumiu também pessoalmente o compromisso em nome de outros, de terceiros?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, nós fizemos, em 2004... em 2003, a preparação da campanha de 2004. E todos nós sabemos que as alianças políticas, elas implicam em apoio, determinadas cidades, as que você considera prioridade. No caso nosso, do diretório nacional, a gente tem um mapa das cidades prioritárias. Nessas cidades prioritárias, nós procuramos fazer as alianças. Algumas vezes fizemos alianças que deram resultados positivos; outras vezes, não deram resultados positivos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, V. S^a afirma que, em relação ao PT, havia compromissos restantes ainda da eleição de 2002. E em relação a esses outros Partidos, era só a perspectiva de aliança frente a 2004? Ou também havia a herança de restos de 2002?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vários Partidos, vários membros de Partidos tiveram a mesma dificuldade de membros do nosso Partido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a afirma, portanto, que o tipo de procedimento que aplicou ao PT foi estendido aos outros Partidos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Agora, quanto aos outros Partidos, que suponho sejam o PP e o PL – não sei se há mais algum, porque na revelação da mídia temos notícias desses dois – haveria em

relação a esses Partidos, a indisposição deles mesmos fazerem a operação de salvação de suas contas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, essa é uma pergunta que induz ao mensalão. Eu já disse aqui várias vezes – e vou repetir para o senhor com toda tranquilidade – que não teve mensalão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Eu não estou me referindo ao mensalão. Estou me referindo a que, assim como o senhor era o Tesoureiro do PT em exercício naquele período, os outros Partidos naturalmente também tinham suas estruturas partidárias, seus diretórios e seus dirigentes e os responsáveis, seja pelas finanças regulares do Partido, seja pelas finanças de campanha, que às vezes coincidem e às vezes não coincidem. A pergunta que faço é se eles tinham solidariedade, do ponto de vista institucional, com essas operações ou se foi apresentada apenas a responsabilidade do PT nessas operações.

O SR. DELÚBIO SOARES – Houve a solicitação e, à medida que foi possível, houve o atendimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sabia se isso já era uma prática desses outros Partidos anteriormente ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca perguntei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor perguntou, quando conheceu o Sr. Marcos Valério na segunda metade do ano de 2002, quais eram as suas relações com outras posições partidárias, com campanhas eleitorais do passado, com contratações governamentais ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – As afirmações e os comentários – porque eu nunca perguntei diretamente ao Marcos Valério quem ele apoiou no passado – das pessoas de Minas Gerais, correligionários do PT, pessoas amigas, que não são do PT, mas são amigas minhas, eram de que o Marcos Valério tinha uma grande experiência em arrecadação. Que a campanha de 98, conforme já declarei aqui, teve a ajuda de outros Partidos. Se no intervalo de 1998 a 2002 ele ajudou outros Partidos, eu não procurei, não tomei conhecimento, não fiz.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não procurou e, a partir daí, a sua confiança foi irrestrita naquilo que o Marcos Valério...

O SR. DELÚBIO SOARES – Todas as pessoas que consultei de Minas Gerais tiveram as melhores referências do Sr. Marcos Valério. E comigo, todas as relações que tratei com ele foram tratativas extremamente corretas do ponto de vista estritamente do que estamos tratando aqui. Os empréstimos, ele os buscou no banco. Os pagamentos, as pessoas os receberam e me afirmavam isso. Então, quanto ao sigilo bancário, às investigações, estou de pleno acordo com o Senador

Jefferson Peres de que as análises dos documentos vão levar aos fatos realmente como eles aconteceram e essa transparência toda estará á luz do dia para todo mundo e teremos clareza disso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Veja, Sr. Delúbio Soares, eu tinha aqui dito sobre o escândalo da Pasta Rosa; depois o escândalo dos grampos de 2001 e 2002; depois a sanção ao PFL que teve a suspensão do PFL, que teve a suspensão da sua transferência de recursos do fundo partidário; em seguida, os 682 casos que envolviam fraudes na obtenção de recursos bancários desde 1990, pesquisados pela Procuradora Ella, que é hoje uma Procuradora de destaque no Ministério Público Federal; outros e outros e outros escândalos de, diria eu, perspectiva de uma tragédia anunciada – talvez não a *morte anunciada*, mas a tragédia anunciada. V. S^a considera que foi, nesse afã de dar vitórias partidárias eleitorais, nesse afã de consolidar alianças que pudessem ser exitosas no futuro, contaminado por essas estruturas viciadas do passado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Por favor, repete a pergunta, Deputado. Porque o barulho está muito grande e estou ouvindo mal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu sou absolutamente respeitador das intervenções ...

(O Presidente faz soar a campanha)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu peço a colaboração de todos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas concordo que o ruído às vezes é elevado demais. Não sou mãe, não tenho a mesma paciência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu peço a colaboração de todos. Temos salas privadas para conversas paralelas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Peço que desconte do meu tempo.

A pergunta que fiz, Sr. Delúbio Soares, é se V. S^a entende que esses desafios eleitorais, apontados nas eleições de 2004, de fato, levaram o nosso Partido, sob a condução do setor de finanças por V. S^a, a se contaminar por essas práticas de outras histórias eleitorais, de grandes Partidos que alcançaram Governos e que, até hoje, também não foram suficientemente esclarecidas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Abicalil, eu não considero que o PT teve a mesma prática dos demais, outras práticas anteriores, conforme denúncias de jornais. Sempre quando me perguntaram, inclusive nessa entrevista, sobre caixa 2 de outros políticos, não vou falar sobre isso, eu me reservo o direito de zelar pelos interesses do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu vou pedir apenas que desconte aquele tempo, são 40 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já descontei. Foram os 40 segundos, exatamente. Eu vou reinscrever V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, eu vou me reinscrever, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Deputada Federal Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Delúbio, eu estou bastante desconfortável aqui nesta cadeira, Sr. Delúbio, e me dirijo ao senhor em primeiro lugar. Eu vou lhe explicar por que estou muito desconfortável aqui. O senhor viu que logo no início da reunião, vários colegas Deputados queriam que o senhor não falasse com o seu advogado – que o senhor apresentou como seu – e eu, aqui da cadeira, incomodada, dizia: “Não, ele tem o direito de falar com o advogado dele; ele tem o direito de conversar e até de interromper a reunião e dizer: ‘Não, eu preciso me consultar com meu advogado.’”, pelo respeito que eu tenho pela defesa técnica e, mais do que o respeito que eu tenho pela defesa técnica, o respeito que eu tenho pelo direito, o sagrado direito de qualquer um ser defendido. Isso é uma conquista nossa. Fui juíza durante 15 anos; já dissolvi julgamentos porque considerei o réu indefeso. Então, esse é um vício que eu vou levar para o túmulo e, aqui, confesso para o senhor que eu estou incomodada e tenho que falar o que eu sinto.

O senhor disse que o seu advogado é um advogado do Partido. Não estou entrando na sua defesa, o senhor pode trazer aqui quem o senhor quiser. Agora, acostumada como estou ao desenvolvimento das teses, porque fiz isso profissionalmente, eu vi que a tese que o senhor e o Sr. Silvio Pereira, ontem, estão, pela defesa técnica, encaminhando é a tese de o senhor assumir um crime menos grave, eleitoral. O senhor diz, aqui, “recursos não contabilizados”. Por quê? Porque sabe que recursos não contabilizados o senhor pode, a qualquer tempo, retificar junto ao Tribunal Eleitoral. Então, é um crime menos grave. Poderia ser uma tese de defesa, mas, de repente, eu acho que não.

Quando o senhor diz que seus advogados são contratados pelo Partido, o que nós estamos vendo embaixo, lá no cofre, lá no subsolo, é um desenho impressionante. Estou falando isso para o senhor, mas, entenda, eu não deveria entrar nisso, mas estou entrando. Não sei não entrar. É a juíza que está falando aqui; é a juíza que está preocupada com a defesa.

Lá embaixo, nós temos documentos suculentos, contundentes, que dão o contorno, Sr. Delúbio, de uma organização criminosa. O senhor diz que o seu advogado é do Partido e o que nós estamos vendo é que uma cúpula do Partido está envolvida no sistema organizado de corrupção, sim – o esboço é desse –, com o objetivo de lavagem de dinheiro, sim, com o objetivo, mais à frente, do que o Senador Jefferson Peres, lá atrás, disse que seria a “mexicanização” do poder no Brasil, a perpetuação no poder.

Sr. Delúbio, quando eu era juíza, eu dizia para os meus acusados o seguinte – e isso eu estou falando para o senhor do fundo da minha alma de juíza –: “Meu filho, você pague o seu advogado ou venha defendido pela Defensoria Pública”.

A sua tese está sendo empurrar o senhor para a fogueira. Estou vendo que o senhor está dentro da fogueira, estou vendo que o Silvio está dentro da fogueira. Eu tinha que falar isso, o senhor me perdoe.

Se eu fosse a juíza aqui, eu não poderia falar, mas eu dissolveria o conselho, eu suspenderia o julgamento. Aqui eu não posso, mas eu posso falar. Eu posso estar equivocada? Posso, mas, Sr. Delúbio, eu estou falando do fundo do meu coração e com a experiência de quem presidiu milhares de julgamentos. O senhor está sendo empurrado sozinho. Os seus eventuais cúmplices não querem ser vistos como seus cúmplices e estão tomando as providências para isso. Vocês vão sozinhos. Não sei se é uma boa tática de defesa. Perdoe-me.

Sr. Delúbio, eu vou lhe fazer poucas perguntas. Pela primeira vez eu entro em um preâmbulo em que nunca entrei, mas foi a inquietude que me fez ir a esse preâmbulo.

Em 07 de abril de 2004, eu solicitei, por meio do Requerimento de Informações nº 1.751, informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, à época o Sr. José Dirceu, preocupada com as viagens ao exterior. Essas viagens, eu vi que uma delas, que foi até motivo de um artigo, em uma delas o senhor viajou, em novembro de 2003. Eu queria saber quais os motivos que levaram o Presidente a levá-lo, porque quando você sai com o Presidente, você sai com a credencial de representante também do País. E o senhor foi. Então pergunto: não é de se questionar o Senhor Presidente, depois de toda a história que cercou o Palácio do Planalto a partir do desempenho do tal Waldomiro Diniz como financiador de campanhas eleitorais do PT? Pergunto: por quê? Quem vai, como vai?

Então, Sr. Delúbio, diante da resposta que eu obtive para esse documento, é que eu pergunto ao senhor: que papel lhe foi destinado nessas viagens, ou

nessa em que o senhor foi em novembro de 2003 com o Presidente da República? Rapidamente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi uma viagem a cinco países da África. O Presidente Lula...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Qual o papel que o senhor teve nessa viagem?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, papel de representação nenhuma.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– O senhor foi, então, passear?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não, passear, não. Possa explicar?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Pois não, rapidamente, porque eu tenho o meu tempo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Era uma delegação grande, tinha representantes de vários Partidos, Deputados.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– O senhor representava o quê?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu representava o PT, eu era membro do PT.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– O PT. Está bom. Só isso.

O senhor participava de todas as reuniões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Da comitiva não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Tinha reunião que era aberta a todos os membros da comitiva e reuniões que eram só para o pessoal que estava...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Poderia fechar a porta por gentileza, senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, tinha reuniões que eram só da equipe de Governo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sei. Então, o senhor não participava?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dessas, não, mas dos jantares com os Partidos locais em todos países – Angola, Moçambique, todos eles. Quando eram atividades gerais, a delegação toda participava.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Pois não. Hoje, no início, eu defendi o seu sagrado direito de não falar, mas pergunto ao senhor: o senhor sabe que esse **habeas corpus** não o exime da ação penal lá fora? Eu disse aqui que tinha meio Código Penal lá fora na sua cabeça, pela minha experiência. Eu gostaria que não fosse, mas é; a realidade é essa. Então, eu falei alguns crimes: quadrilha, crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, etc.

Eu observei que, durante um depoimento, o senhor se dirigiu a mim e disse que o senhor tinha consciência de que o senhor iria responder aos crimes.

Então, a minha pergunta é: o senhor tem consciência de que pelos crimes que eu lhe imputei aqui, lá fora o senhor estará respondendo? Que é integrante de uma quadrilha, que traficava influências, que praticava crimes de corrupção e que lavava dinheiro. Isso para ser enxuto.

Eu vi isso, Sr. Delúbio, lá em 1993, quando eu prendi 14 chefes do crime organizado, a cúpula, e eles, o tempo todo, jogavam para mim: “Não, nós somos contraventores, o crime menos grave”. O tempo todo. E deu no que deu, porque as provas eram contundentes.

Essa prova que está sendo produzida aqui, hoje, vai cair no colo de um juiz criminal. Como eu pedi a prova da CPI do Narcotráfico, um juiz vai pedir a prova que está-se produzindo aqui hoje e ele vai ver com esses olhos que eu estou vendo. Por isso, o senhor tem uma chance enorme, aqui, de dizer alguma coisa.

Agora eu pergunto ao senhor – essa linha de defesa não é boa, Sr. Delúbio, não é boa –: o senhor tem consciência disso? O senhor tem consciência?

O SR. DELÚBIO SOARES – Obrigado, juíza.

Primeiro a senhora faz uma série de afirmações que o tempo vai dizer: lavagem de dinheiro, quadrilha.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas o senhor tem consciência disso, que o senhor vai responder lá fora? O senhor conhece uma prisão brasileira, Sr. Delúbio? O senhor conhece as prisões brasileiras? O senhor já esteve em uma prisão que não fosse política? Prisão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, eu prefiro não responder.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Só se o senhor conhece. Eu conheço. Eu vou visitar presídios, sempre. Já estive em Presidente Venceslau, em Bangu 1, outro dia estive. O senhor conhece prisão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, prefiro não responder a essa pergunta.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Pois não.

O senhor reafirma a sua entrevista, sua última entrevista? O senhor confirma a sua última entrevista? **In totum**, quer dizer totalmente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confirmo o que está declarado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– A última entrevista que o senhor deu na televisão.

O SR. DELÚBIO SOARES – Para ser sincero, não vi a edição, mas confirmo tudo o que está na Procuradoria-Geral, cujo depoimento a senhora tem em mão. O conteúdo da entrevista...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor confirma os empréstimos bancários avaliadas pelo Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confirmo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, quero que o senhor me diga como é que o senhor negociou esses empréstimos. Sentou-se lá diante do banqueiro e disse o quê? O que é que o senhor disse? “Eu quero um empréstimo aqui; o Marcos Valério e tal...” Como é que foi? Ele exigiu 100% de garantia, 120%, 150%? Porque o senhor me disse o *leasing* do Banco do Brasil, e eu me lembrei do Samuel Wainer, que conta no seu livro como pegou empréstimo no Banco do Brasil. Empréstimo que foi dado a ele, entendeu? Esse *leasing* que o senhor fez não é assim. O *leasing* não é um empréstimo, como disse aqui o Senador Torres. Não é assim. Eles pedem ainda uma garantia subsidiária. Então como é que o senhor conversou, lá, com o banqueiro. Como foi? O senhor chegou, sentou-se, tomou café? Ou não tomou café? Como foram as conversas com os representantes dos bancos? Houve preenchimento de ficha bancária? O senhor preencheu uma ficha de cadastro? Houve isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, o *leasing* do Banco do Brasil...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, estou perguntando dos empréstimos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Só para a senhora entender, porque não foi assim que...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, não. Os empréstimos. O senhor chegou lá...

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós demoramos um tempo; o Banco analisou muito operação e achou a operação correta, tanto que publicou já notas respondendo à operação. Ao empréstimo do PT, ao Banco Rural e ao Banco BMG foi solicitado o empréstimo e o Banco concedeu...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O meu tempo está correndo, eu nunca usei o meu tempo, estou até envergonhada disso.

É o seguinte: o senhor sentou, conversou? O que foi que o senhor conversou? Eu não quero saber o quadrado que o senhor fez aí, não. Quero saber lá. Quem participou sabe. Eu cheguei, sentei, ele disse: “Preenche este cadastro?” ou “Não preenche”. Houve isso ou não houve?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, eu solicitei o empréstimo aos diretores do Banco e os diretores do Banco...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, isso aí eu já sei, os empréstimos estão aí.

O SR. DELÚBIO SOARES – É isso que eu tenho que falar, Deputada; mais do que isso eu não sei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Está bom. Como eram escolhidas as pessoas encaminhadas ao Marcos Valério e aos bancos para saques? Como é que eram? Que o senhor falou lá na Procuradoria.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já falei ao procurador e mantenho a resposta anterior.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas qual o critério? O senhor achava que essa pessoa era melhor do que a outra? Como é que era?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei os critérios; de acordo com as necessidades de membros do nosso Partido da base aliada, solicitava e foi feito...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor conhecia todas as pessoas que o senhor indicava? A Anita Leocádia, a outra, a outra...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, essas pessoas que estão listadas, não fui eu que listei essas pessoas. Essas pessoas estavam na Procuradoria e eu confirmei os nomes delas ou não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E quanto lhe exigiram de garantia? 120%, 100%, 150%? Como era isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – De qual contrato a senhora está falando?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, garantia dos empréstimos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não solicitaram garantia.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, para respeitar o meu tempo, Sr. Delúbio, já que não solicitaram garantia ao senhor, não vou fazer mais nenhuma pergunta, porque empréstimos de R\$20 milhões e R\$30 milhões sem garantia...

Agora, quero agradecer ao senhor. Quero aqui, expressamente, agradecer ao senhor, agradecer ao Deputado José Dirceu, agradecer ao Sr. Genoino, porque, se os senhores não fossem tão atrapalhados, certamente, teríamos sucesso nessa “mexicanização”, segundo o dizer de Jefferson Peres, que estava em marcha neste País, para captura do Poder, por meio de uma organização criminosa, com a força disso, não hesitando em praticar a corrupção.

Digo mais ao senhor. Isto é assim porque tentaram, primeiro, fazer a mordada da imprensa, a mordada do Ministério Público. Tentaram quebrar a espinha do Judiciário e, por fim, tentaram jogar o Congresso Nacional na lixeira. Mas não conseguiram. Os senhores são muito atrapalhados.

Então agradeço ao senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço desculpas aos próximos inscritos, mas recebi uma nota, assim como o Relator e V. Ex^a, da Confederação Nacional do Comércio. É evidente que, quando estávamos trabalhando aqui na CPI, eu disse que a sala 201 da Confederação Nacional do Comércio era a que recebia os carros-fortes cheios de milhões para serem distribuídos. Claro que isso nada tem a ver com a Confederação Nacional do Comércio, que tem um prédio e que funciona nos quatro andares superiores e aluga as outras salas. Realmente, até abril de 2004 a SMP&B Comunicação foi locatária das salas 201 e 202. Mas isso não tem nada a ver com a Confederação Nacional do Comércio. Apenas a SMP&B realmente alugou uma sala e os carros-fortes com os milhões iam para lá.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a o esclarecimento.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, tenho em V. Ex^a absoluta confiança. Tenho V. Ex^a como um Presidente que dirige com seriedade, sobriedade e equilíbrio os trabalhos desta Comissão. Porém, não podemos continuar, nós, do Plenário, vítimas de decisões com dois pesos e duas medidas.

Ontem, cheguei um pouco tarde e assinei em vigésimo lugar. Como saí naquele intervalo, ao voltar, havia passado o meu número. Fui lá para o final, respeitosamente, pacientemente. Mas ontem prevaleceu a ordem de chegada. Ontem, o servidor da Casa preencheu a lista de inscrição em letra de forma e, à medida que chegavam os Deputados, eles assinavam. Hoje vim cedo, me inscrevi e sou o décimo terceiro na lista de chegada. Mas não fui passado para a relação de inscritos.

Eu queria que houvesse uma decisão de forma a uniformizar os trabalhos, para que não fiquemos aqui à mercê de uma decisão um dia, outra decisão outro dia. Seria um assunto para tratarmos amanhã. Mas o meu assunto é para hoje. Estou inscrito e está na minha vez. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, a assessoria informa que a determinação

é para que se abra a relação meia hora antes, e esta lista foi aberta meia hora antes e já tinha uma outra lista. Aliás, isso tem acontecido também no plenário do Senado, em outras oportunidades.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para dizer que não é problema dos funcionários. O problema é o seguinte: quando chegamos mais cedo aqui, fazemos uma lista, que simplesmente é obedecida. Um respeita o outro quando vai fazer a lista de inscrição com os servidores, mas não é problema dos servidores da Casa. Talvez tenha havido um erro em não colocar o nome de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque até agora obedeceu-se rigorosamente à lista de chegada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente. É por isso que a lista é paralela à ordem de chegada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir a colaboração de V. Ex^a. Já que existem duas listas e eu não presidi nenhuma das listas, vou conceder a palavra ao Deputado que está na lista oficial. Enquanto isso, vamos discutir aqui o que faremos com relação a essa outra lista. Porque V. Ex^a inscreveu-se nessa. A oficial é esta aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque o costume tem força de lei. Há um protocolo entre nós e é respeitada a hora de chegada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sim, só que eu sempre presidi com esta.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A responsabilidade não é sua, Senador Maguito. Infelizmente, algum outro Parlamentar, em vez de respeitar a ordem de chegada do Deputado, acabou passando na frente. Mas não é um problema de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado Asdrubal Bentes, com as minhas escusas ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Deputado Onyx, agradeço a V. Ex^a pela compreensão, V. Ex^a que é um homem que respeita as leis e que chega cedo também.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Enquanto eu presidir, vou obedecer a esta lista. Determino aos funcionários que se faça uma lista apenas. Isso aqui não é brincadeira. Não tem negócio de lista paraguaia e lista brasileira, tem que ser uma

lista apenas. Não vou admitir. Enquanto eu presidir, tem que ser uma lista só. Às oito horas e trinta minutos, vai ser aberta a lista oficial.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, não vou polemizar porque não é esse o meu intuito. O meu intuito é realmente apurar, e esta é a nossa função na Comissão. Mas, com os meus agradecimentos pela compreensão, eu quero dizer a V. Ex^a e aos meus nobres Pares que eu agradeço as centenas de *e-mails* e correspondências que temos recebido, num sinal claro e evidente de que a sociedade brasileira está acompanhando os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós podíamos fazer um outro acerto: usem pelo menos as duas bancadas últimas. E que os assessores não assediem tanto porque prejudica os trabalhos, infelizmente. Aqueles que tiverem de atender aos seus assessores, fiquem nas últimas bancadas. Eu gostaria de contar com a colaboração dos Srs. Assessores. Eu sei que o interesse é auxiliar, dar subsídios ao Senador e ao Deputado, mas vamos acertar isso. Usem as últimas bancadas para as conversações e os subsídios. Obrigado.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a compensação pelo minuto perdido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com o tempo de V. Ex^a descontado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, dizia eu que a sociedade brasileira está nos acompanhando e nos cobrando, e eu quero agradecer a confiança. Inclusive, algumas perguntas que vou fazer ao Sr. Delúbio vieram de correspondências recebidas, e eu vou citar o nome dos correspondentes.

Aqui já estiveram o Sr. Marcos Valério, o Sr. Silvio Pereira e, hoje, o Sr. Delúbio. O Deputado Roberto Jefferson, em depoimento nesta Casa, disse que era a trilogia da corrupção. Eu não faço juízo de valor. O que eu lamento é que, na verdade, os depoentes não vêm aqui para contribuir com esta Comissão. Eles põem acima de tudo, claro, a sua defesa pessoal e, com isso, não falam a verdade. Omitem fatos, sofrem de amnésia abrupta, repentina. E volto a repetir que não vamos conseguir.

A minha vontade é até de me recusar a argüir, porque não vamos conseguir nada de proveitoso. Mas, por um aspecto formal, para não se dizer que não se está dando direito ao contraditório e à ampla defesa, vamos proceder à nossa arguição.

Sr. Delúbio, V. S^a é um militante do PT há muitos anos, já galgou alguns cargos importantes no PT, como o que exercia até bem pouco tempo, o chamado

secretário de finanças do Partido. Certo? Então, V. S^a deveria estar acostumado à dinâmica do PT em matéria de decisões, que são difíceis, porque são várias facções e dificilmente chegam a um consenso. Mas, surpreendentemente, no episódio dos empréstimos tomados em casas bancárias, consta que não houve uma decisão do colegiado. Foi isso que nos disse aqui ontem o Sr. Silvio Pereira. O senhor confirma?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior que já dei ao Relator.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Estou lhe dizendo que é mais fácil tirar leite de pedra!

O Sr. Silvio Pereira afirmou, porém, que a Executiva havia se reunido e lhe outorgado poderes para negociar, fazer tratativas e conseguir empréstimos junto a casas bancárias no sentido de minimizar a situação aflitiva em que se encontrava o Partido. O senhor confirma?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei sobre isso. Mantenho a resposta anterior que dei ao Relator.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então V. S^a recebeu uma verdadeira carta branca do Partido para fazer essas tratativas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu sei que ele está acobertado por um **habeas corpus** preventivo. Como advogado eu respeito, acho que é um direito que lhe é assegurado pela Constituição. Mas vou usar um dito popular que é absolutamente verdadeiro neste caso: Quem não deve não teme. Se V. S^a, se o Sílvio Pereira, se o empresário Marcos Valério não deverem, não tinham por que se acobertar de um **habeas corpus** para vir a esta Comissão, que tem primado pelo exercício da democracia, pelo respeito ao contraditório, à ampla defesa e até à cidadania.

Mas V. S^a não quer realmente contribuir. Vou perguntar a V. S^a se o Presidente José Genoíno, ao assinar o título, sabia quem era o avalista.

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa eu vou explicar porque não expliquei anteriormente. Com todo o respeito ao Deputado, não estou... Tenho toda a consideração ao Deputado que faz as perguntas e a todo o Plenário. Não estou aqui para fazer nenhuma provocação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Gostaria que V. S^a fosse objetivo porque o tempo urge.

O SR. DELÚBIO SOARES – O empréstimo do BMG, em primeiro lugar, e depois do Banco Rural, a decisão de tomar os empréstimos foi da Executiva, que eram para saldar as dívidas formais do PT. A Executiva designou à Secretaria Nacional de Finanças e Pla-

nejamento, à minha pessoa, que procurasse o banco. Eu procurei o banco. O banco exigiu um avalista, e eu procurei o Marcos Valério.

No meu depoimento à Polícia Federal – o senhor dever ter lido –, eu disse que procurei vários bancos. Os bancos que concordaram em fazer o financiamento foram esses, por isso que eu procurei, e o Marcos Valério concordou em assinar o aval.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas a pergunta que lhe faço é se o Presidente sabia quem era o avalista.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não época, não. Eu já falei isso à imprensa, já assumi isso publicamente para a imprensa há uns 20 dias.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É estranho. É muito estranho! E as tratativas com o Sr. Marcos Valério, elas foram... V. S^a diz que o conheceu em 2002.

O SR. DELÚBIO SOARES – Correto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E, já no ano de 2003, a amizade era tão grande, a intimidade era tamanha, que V. S^a teve a coragem de pedir o aval em títulos de valores avultados. Como foram essas tratativas? Envolveram compensações do Governo? Já que V. S^a era uma pessoa influente na direção do Partido que elegeu o Presidente Lula.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, já afirmei, e quero, em respeito a V. Ex^a, afirmar de novo: não teve tratativa de vantagem nenhuma ao Marcos Valério e às suas empresas. Afirmando o que já afirmei, novamente, não tratei de nenhuma vantagem ao... Está no meu depoimento tanto à Polícia Federal como à Procuradoria. E reafirmo a V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, houve dois tipos de empréstimos: um oficial, autorizado pela Executiva do PT; e outro, em caráter particular, privado, da qual a Executiva não tomou conhecimento. Era assim?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei essa questão ao nosso Relator. Mantenho a resposta anterior.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Esse segundo empréstimo, que não foi contabilizado, V. S^a prefere dizer “valores não contabilizados” em lugar de “caixa dois”, não é isso? Então, esse segundo empréstimo... Eles foram para pagar dívidas de campanhas ou financiar futuras campanhas. Certo? Esses empréstimos não contabilizados.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi ao Relator essa questão, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, nesse segundo empréstimo, quem foi que assinou?

Quem sacou esse dinheiro no banco? Quem tomou o empréstimo? Foi Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei. Volto a explicar a V. Ex^a, novamente. Os empréstimos foram feitos em nome das empresas de Marcos Valério.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a assinou algum documento nesses empréstimos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Fio do bigode?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dos empréstimos, não assinei nenhuma... Não sou avalista. Foram as empresas do Sr. Marcos Valério que solicitaram os empréstimos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Houve uma relação de pessoas que teriam sido beneficiadas com esses empréstimos. V. S^a disse que conhece apenas três delas, se não me falha a memória, hoje pela manhã. Confere?

O SR. DELÚBIO SOARES – A relação foi apresentada pelo Procurador a mim no dia do depoimento. O Procurador me apresentou uma lista de nomes, dos quais, naquele momento, eu identifiquei três nomes de pessoas que eu conhecia. Foi isso que falei. A lista não foi apresentada por mim. Foi apresentada pelo Procurador, e eu confirmei que conhecia três nomes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas a informação que se tem é que era V. S^a quem encaminhava os nomes ou as pessoas ao Sr. Marcos Valério para receber autorização de sacarem os recursos no banco. É essa a verdade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei. Mantenho a resposta anterior, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Creio que estão perdendo o interesse pela Comissão. Há várias conversas paralelas ao orador. É difícil. É difícil para o orador, é difícil para quem está raciocinando, é difícil para quem está presidindo. Teríamos que...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E para quem está prestando atenção, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exato.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, vou continuar inquirendo, apesar de minha vontade ser a de não mais inquirir, porque não adianta. Não adianta. Chego à conclusão, então, de que houve pessoas, nesse segundo empréstimo, ou dos empréstimos não contabilizados, que não eram obrigatoriamente do grupo do PT ou dos partidos da base aliada. Porque

se eram indicados por V. S^a. E os valores... Porque V. S^a não sabe quem foram as pessoas indicadas, devo chegar à conclusão de que haveria outros partidos, outras agremiações, outras instituições, que devem ter sido beneficiadas pelo coração magnânimo do Sr. Marcos Valério. V. S^a pode informar? Nas suas tratativas, já que tem muita intimidade com ele, V. S^a ouviu dele esta afirmativa: “Olha, eu vou liberar para vocês tanto. Mande quem são as pessoas que vão receber. E outro tanto eu vou usar com outros amigos meus”. Houve isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, com todo o respeito, eu já afirmei aqui como foi feita a distribuição dos valores, e as investigações que os senhores têm do documento referido aqui pela Deputada Denise Frossard, que está à disposição da CPMI, vai mostrar quais os nomes e nós vamos identificá-los.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu gostaria que, em respeito a esse telespectador Mauro Amaral, esse internauta, V. S^a informasse se o dinheiro do *leasing* dos computadores está embutido neste total do débito de R\$39 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – O financiamento do *leasing* do Banco Rural, do Banco do Brasil e do BMG está na contabilidade do PT, totalizando a dívida vencida em 31 de dezembro de 2004, segundo o nosso relatório, consta de R\$20 milhões...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em R\$20 milhões. Em 2004, o PT gastou...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual foi a forma do *leasing*? V. S^as receberam o dinheiro e fizeram a compra, ou compraram e o Banco do Brasil pagou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Um *leasing* normal, como é feito qualquer um: faz a compra, aprova no comitê financeiro – e foi aprovado – e o banco faz o pagamento direto às empresas, as empresas entregam o produto e nós pagamos ao banco todo mês.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em quantas parcelas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Quarenta e duas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual o valor das parcelas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno de R\$750 mil, mais um seguro de cento e poucos mil reais.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual a taxa de juros?

O SR. DELÚBIO SOARES – De cor eu não me lembro, mas foi uma taxa de mercado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou, lamentavelmente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Espero uma compensação pelo tempo que me tolheram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo 30 segundos a V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual a garantia dada para a operação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os recebíveis do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E qual é a receita oficial do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – No ano passado, nós tivemos uma receita de R\$48 milhões.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quarenta e oito milhões de reais.

Sr. Presidente, vou encerrar mais uma vez inconformado com a forma como os depoentes se comportam perante esta Comissão. Aparentemente respeitosa, mas, no fundo, eminentemente desrespeitosa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra, pela ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu havia pedido antes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, só um minuto. Vamos ouvir o Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu li atentamente, Sr. Presidente, o **habeas corpus** obtido pelo Dr. Malheiros. Ele permite que o depoente não se incrimine. Agora, esta é uma limitação que ele tem todo o direito de usar, apesar de a maioria absoluta da sociedade brasileira ver com estranheza essa blindagem que, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal tem propiciado a que verdadeiros quadrilheiros que têm vindo a esta Comissão se beneficiem disso.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que, quando ele é instado pelos Parlamentares – e o Deputado Bentes acabou de fazer isto – para que ele forneça os nomes de terceiros que praticaram crimes, ele não está aumentando a sua responsabilidade ou a sua culpa. Ao contrário, ele está caindo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formule a sua questão de ordem, por favor, Sr. Deputado. V. Ex^a está completando quinze agora, exatamente agora.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas, Sr. Presidente, isso é relevante...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 348 do Código Penal. A isso se chama favorecimento pessoal. Ele está auxiliando a subtrair a ação de autoridade pública, protegendo autor de crime. Terceiros estão cometendo crimes. Portanto, o **habeas corpus** obtido não lhe protege. E o próximo Parlamentar que aqui inquirir a lista de nomes, e ele não fornecer, Sr. Presidente, terá o direito, de acordo com o Código Penal Brasileiro – e peço que V. Ex^a consulte a assessoria jurídica do Senado –, de requerer voz de prisão ao Sr. Delúbio. Está capitulado, e ele não está protegido pelo **habeas corpus** recebido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concluiu, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concluí a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Senador Maguito Vilela, gostaria apenas de esclarecer por qual lista serei chamado a falar.

Hoje cheguei muito cedo. A Senadora Heloísa Helena estava aqui havia pouco tempo e sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Fernando Bezerra, concederei a palavra a V. Ex^a logo após o Deputado, se for esta a questão.

Com a palavra o ilustre Deputado...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não há questão de ordem.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, não se trata de questão de ordem. É apenas para aproveitar e falar que a minha situação é a mesma. Cheguei cedo e inscrevi-me numa lista, que depois não foi transcrita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O nosso Relator está procurando resolver essa situação. Infelizmente, eu não estava presente, e duas listas foram feitas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nada a opor à palavra do Senador Fernando Bezerra, mas isso não pode virar regra.

Cheguei na hora em que deveria chegar, pois esta reunião abre somente às 10 horas...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, se for causar tumulto, eu abro mão, porque estou nas duas listas. Não faço questão.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu quero ouvir o Senador Fernando Bezerra, mas, se for valer o outro papel, não dará certo. Tem de haver somente um papel.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu estava seguindo uma lista oficial.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, o primeiro inscrito na relação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, o depoente, na Polícia Federal, disse que nenhuma arrecadação ou despesa da tesouraria do PT foi declarada à Justiça Eleitoral no ano de 2004; que o PT não promoveu a arrecadação de fundos ou avalizou despesas não declaradas à Justiça Eleitoral; e que todas as transferências ou movimentações do PT foram por meio da rede bancária. Ele disse que conheceu Marcos Valério no final de 2002. Tudo é palavra do depoente. Disse que, depois, o Marcos Valério fez a campanha, no início de 2003, do João Paulo Cunha, e que ganhou Osasco, São Bernardo e Petrópolis. Depois, quando surgiu a notícia do **Jornal do Brasil** do suposto esquema do mensalão, a direção do PT solicitou ao Presidente da Câmara a apuração das denúncias, que foram arquivadas por falta de provas, numa sindicância que durou poucas horas. Disse que nunca solicitou ou determinou que Marcos Valério fizesse pagamentos a qualquer pessoa; que José Genoíno concordou que fosse obtido o empréstimo, e por aí afora...

O depoente vai à Procuradoria-Geral da Justiça e diz que pediu dinheiro por meio dos empréstimos do Sr. Marcos Valério; diz que foram no valor de R\$39 milhões; diz que ele autorizou pessoas a buscar dinheiro, e reconhece três no depoimento que fez...

Saí, então, a procurar algum fato, Sr. Presidente.

É muito curioso, Sr. Delúbio Soares, que o seu Partido, sob a sua orientação – creio que, em 2002, o senhor tinha orientação sobre as campanhas do PT –, em 27 Estados – e há uma formulação na lei eleitoral que permite...

Sr. Presidente, peço um pouco de silêncio, porque está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campanha.) – Peço, mais uma vez, a compreensão dos Srs. Parlamentares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há, Sr. Presidente, na lei eleitoral, a previsão para o déficit de campanha eleitoral. Ou seja, projetou-se arrecadar uma quantia, não arrecadou, e, dentro daquilo que foi

proposto como possível para a campanha, qualquer valor daquele projetado no início pode ser enviado à Justiça Eleitoral. Curioso!

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe qual é o déficit relativo aos Estados assumido pelo PT no ano de 2002? R\$27 mil. E é curioso, porque o procedimento muda em 2004, quando busquei só as Capitais: Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Curitiba, e sabem de quanto é o déficit? De R\$4.884 milhões.

A lógica de Delúbio Soares seria crível se fosse agora o empréstimo. Ele, afinal, havia dito à Justiça que devia quase R\$5 milhões, mas não é, ele faz toda uma miríade, monta uma versão paraguaia em que volto a dizer: eu suspeito firmemente, porque a entrevista do Presidente Lula foi gravada antes da entrevista do Delúbio, antes da entrevista do Marcos Valério; eu suspeito firmemente que, pelas relações de amizade, o Ministro Márcio Thomaz Bastos orientou o Presidente da República, porque foi ele quem marcou o seu depoimento. Ele queria voltar à Polícia Federal para refazer o seu depoimento. O senhor queria retificar, porque não lhe servia mais o que o senhor havia dito na Polícia. O senhor tinha que retificar, dada a linha de argumentação montada pelo seu advogado e eu suspeito que montada por Márcio Thomaz Bastos. Porque é muito pouco crível que qualquer pessoa no Brasil, a não ser Márcio Thomaz Bastos, tinha condição de levantar o telefone e falar com o Presidente Lula para ele dizer aquilo que era consentâneo, absolutamente ajustado, para criar a verossimilhança da sua versão paraguaia, Dr. Delúbio.

O que eu quero perguntar-lhe inicialmente é o seguinte: o ex-Ministro José Dirceu dizia que este é um Governo que não rouba nem deixa roubar. O senhor, no momento em que se criou essa versão, introduziu o rouba e deixa roubar? Essa é a primeira pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, primeiro o senhor faz uma série de afirmações e eu quero reafirmar que respeito o seu ponto de vista, mas não concordo com os adjetivos que o senhor coloca a meu respeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – OK! Qual é o seu salário, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – O meu salário está na minha declaração de renda...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o senhor repita aqui qual é o seu salário.

O SR. DELÚBIO SOARES – O meu salário está na minha declaração de renda que eu tenho...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual é o seu salário?

O SR. DELÚBIO SOARES – ...que eu tenho em mãos, do ano passado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não senhor, eu quero saber o seu salário, a CPI tem o direito de saber o salário que o PT pagava para o senhor. Qual é o seu salário?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor tem...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, eu não tenho. Eu quero saber o seu salário.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor tem a minha declaração de renda do ano passado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não tenho! Não tenho! A CPI não tem.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já autorizei a quebra do meu sigilo bancário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A CPI ainda não tem. Estou lhe perguntando qual é o salário que o senhor recebia do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor vai ter.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o senhor me diga agora. Por que o Sr. Sílvio pôde dizer ontem e o senhor não pode me dizer agora?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo-me o direito de não falar sobre o meu salário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É curioso, é muito curioso, pelo seguinte: o Presidente Lula, e o senhor assinou o documento, recebeu um empréstimo do Partido dos Trabalhadores – e o senhor era o tesoureiro. O senhor sabe o valor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está na prestação de contas. Não me lembro de quanto...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é um homem esquecido...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, está na prestação de contas, o senhor olhou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu vou ajudar a melhorar a sua memória. Talvez os remédios que o senhor tenha tomado ultimamente possam ter-lhe causado esse problema de memória. São R\$29.436. Havia um empréstimo também de R\$14.322 do seu Líder, José Dirceu; e havia um do Líder no Senado, Aloizio Mercadante, de R\$3.750. Eu tenho a sua assinatura aqui na prestação de contas.

O senhor acha que isso é legal, isso é razoável?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, já respondi a uma questão anterior semelhante a essa. No Partido dos Trabalhadores, os seus dirigentes, ex-dirigentes, funcionários usam essa prática de fazer empréstimos e depois ressarcir sem juros. Foi isso o que aconteceu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E V. S^a sabia que a Lei dos Partidos Políticos proíbe o que o senhor fez, usando a conta do Fundo Partidário nº 13.001-1, do Banco do Brasil, com a sua assinatura,

que indicou ao TSE como a conta de movimentação do Fundo Partidário, ou seja, deixando sair de lá esses recursos? O senhor acha que isso é correto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Acredito que, da prestação de contas, que normalmente é muito rigorosa – já pedi para fazer, quando eu estava na Tesouraria do PT, uma auditoria paralela –, tenha sido feito empréstimo em outras contas. Não tenho certeza se foi na conta do Fundo Partidário, mas o PT tem várias contas no Banco do Brasil, e essa pode ser a do Fundo Partidário ou não. Temos vários outros tipos de receita, e o PT tem várias contas, conforme a prestação de contas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A prestação de contas do Presidente Lula – esse empréstimo irregular que o senhor autorizou, pois era o tesoureiro – foi quitada em 2004. Ela foi quitada com esse dinheiro que o Marcos Valério lhe deu?

O SR. DELÚBIO SOARES – No meu depoimento ao Procurador-Geral da República, eu esclareço que a arrecadação e a prestação de contas do Presidente Lula foram efetivadas dentro do previsto de gasto e do arrecadado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não estou perguntando sobre a campanha. Não se faça de desentendido! Estou perguntando se, em 2004, o senhor quitou, no balanço do PT, o empréstimo do Presidente Lula. Ele quitou com o dinheiro que o Marcos Valério lhe deu? Foi com esse dinheiro do caixa dois que o senhor pagou a conta do Presidente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, não vou me pronunciar sobre esse assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não lhe convém pronunciar.

O senhor disse que não sabia o valor do seu salário. Eu o descobri. Está aqui no relatório que recebi. O senhor recebeu – e o Sr. Silvío mentiu ontem aqui, e acho que o senhor também está mentindo bastante – R\$18.146,00, valores de agosto de 2003, descritos na Folha 637 do Livro Diário 17. E o Sr. Silvío, que disse que ganhava R\$9 mil, nesse mesmo mês, recebeu R\$19.225,00.

Pergunto ao senhor o seguinte: quem é que vai pagar o seu advogado, o Dr. Malheiros, que tem um dos mais caros escritórios de advocacia do País?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão anteriormente. Repito: é o Partido dos Trabalhadores que contratou os nossos advogados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem vai pagar é o Partido? E qual é déficit do Partido? O senhor vai pedir dinheiro ao Marcos Valério para pagar o seu advogado também?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não vou entrar nessa...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há desconto nesse contrato, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Considero que estou humildemente respondendo às suas questões e que o senhor está exagerando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, não quero nenhuma consideração sua, porque o senhor está aqui na condição de apenas um investigado e depoente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Depoente, respondendo às questões que o Brasil exige.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, descreva-me os empréstimos que o senhor fez.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já me pronunciei anteriormente sobre o assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, vamos rememorar juntos: em fevereiro de 2003, a SMP&B dá como garantia o contrato da DNA com a Eletronorte, e são R\$12 milhões; em 28 de janeiro de 2004, a Grafitti dá como garantia de contrato, irregularmente, o contrato do Correios, e são R\$15,720 milhões; em 26 de abril de 2004, a Rogério Lanza Tolentino toma R\$10 milhões no BMG; em 12 de setembro de 2003, a Graffiti toma R\$9,975 milhões no Banco Rural; em 26 de maio de 2003, a SMP&B toma no mesmo Banco Rural R\$18,299 milhões; em julho de 2004, são R\$3.516.080,00.

Qual é a soma disso tudo?

O SR. DELÚBIO SOARES – A informação que tenho, que acertei com Marcos Valério, é em torno de R\$39 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero informar que a soma de todos esses empréstimos é de R\$69,270 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se tem recursos que as empresas fizeram, contratos que estão nas mãos do senhor ou da CPI além, esses eu não tenho responsabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Acontece que o Sr. Marcos Valério disse que deu todo esse dinheiro para o senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Trinta e nove milhões, valor de origem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isto aqui é o que ele afirma. Então, o Sr. Marcos Valério está mentindo? Ou o senhor está mentindo?

O SR. DELÚBIO SOARES – O combinado com o Sr. Marcos Valério foi em torno de R\$39 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, foi combinado entre os senhores que o senhor dizia R\$39 milhões e ele entregava o valor verdadeiro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não foi combinado. Eu não tenho acesso aos contratos, não tive acesso aos contratos. Eu já expliquei à CPI, já expliquei à sociedade que foram contratos em confiança.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor assinou um documento para o Marcos Valério de garantia desses empréstimos, Sr. Delúbio Soares?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu encaminhei a ele, à época, um documento dizendo que eu era responsável por esses empréstimos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor era responsável por empréstimos os quais o senhor não sabia o valor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fomos fazendo, na medida da necessidade, os empréstimos, como já expliquei aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor e ele foram fazendo a maracutaia, e o senhor perdeu as contas.

A outra pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: o senhor afirmou, na Procuradoria... Lembra? Naquele dia em que o Ministro Márcio Thomaz Bastos combinou com o Procurador para o senhor ir lá, não é? Aí, o senhor montou toda essa versão paraguaia, e, lamentavelmente, o Presidente Lula deu guarida ao senhor e ao Marcos Valério. O senhor diz, textualmente, o seguinte:

Desse acordo informal com Marcos Valério...

Eu vou pedir, Presidente, por favor, mais uma vez, eu tenho profunda admiração e respeito pelo Dr. Malheiros, eu sei que ele está cumprindo seu papel, mas ele insiste em soprar para o nosso depoente.

Deste acordo informal com Marcos Valério...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Assostrar ele até pode, mas rir, não; achar graça, não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não pode nem assoprar. O depoente tem de consultar.

O senhor é muito esperto, mas eu sou muito rápido.

Desse acordo informal com Marcos Valério, o senhor lembra disso, lembra desta frase que o senhor disse para o procurador? “Não foi dado conhecimento pelo declarante ao Ministro José Dirceu”. Coisa que eu duvido. “Nem a qualquer outro integrante do Governo.” Coisa que eu também duvido, e o Brasil todo duvida. “Mas o Secretário-Geral do PT, Silvio Pereira, tinha conhecimento do mesmo.” O senhor confirma que o senhor disse isso? É sim ou não só. Não precisa explicar.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, o Silvio Pereira afirmou aqui ontem que não conhecia os detalhes da operação, mas que o Partido ...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não perguntei isso. Eu perguntei objetivamente ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só para concluir, porque ele usou de um artifício.

O senhor confirma essa declaração ou não? Sim ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Declaração que o Silvio Pereira...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhor. A declaração que o senhor deu na Procuradoria.

O SR. DELÚBIO SOARES – É isso que está aqui na Procuradoria, Deputado!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim. Então o que o senhor diz é verdade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na Procuradoria, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Silvio Pereira sabia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sabia da necessidade do Partido...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então o Silvio Pereira mentiu aqui ontem. Ou o senhor está mentindo agora e mentiu ao Procurador?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, eu não vou entrar em mérito da avaliação do senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não acha que essa liberdade que o senhor instituiu em todo esse esquema para roubar e deixar roubar não vai fazer com que o senhor carregue pelas ruas do Brasil a pecha de ser um ladrão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, não vou fazer juízo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. DELÚBIO SOARES – ... porque eu considero uma ofensa, e os fatos vão esclarecer, e a Nação brasileira toda vai ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode concluir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ofensa que o senhor está fazendo com o País.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode concluir.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, eu tenho tido uma participação até bastante silenciosa nesta Comissão por duas razões. Primeiro, por uma questão de vocação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço a colaboração.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Obrigado, Presidente.

Como dizia, por duas razões principais. Primeiro, por falta de vocação mesmo de investigador, muito menos de inquisidor. E também porque, escutando os depoimentos e presenciando todos eles, foi me consolidando a idéia de que, desses depoimentos, a Comissão não vai tirar as verdades essenciais. As verdades importantes, fundamentais, vão aparecer no exame dos documentos, enfim, de todo esse material que precisa ser investigado.

Em todo caso, neste depoimento de hoje, escutando o Dr. Delúbio, eu me rendo ao impulso de fazer duas observações sobre esses dois pontos a respeito dos quais eu não poderia calar.

O primeiro deles é quando o Dr. Delúbio – usando, aliás, a mesma estratégia, do Deputado Roberto Jefferson, de tentar reduzir as suas culpas generalizando as práticas culposas – repetiu que essa é uma prática que todos usam, a do caixa dois, e, lamentavelmente – faço questão de dizer isso –, também o Presidente Lula acabou repetindo, o que não deveria ter feito, porque isso não é verdade; porque não é verdade que essa seja uma prática generalizada. Pode ser uma prática bastante comum, mas é impossível avaliar até o percentual. Essas coisas têm de ser investigadas caso a caso.

Dr. Delúbio, não é verdade que isso seja uma generalidade para todo este Parlamento. Eu nunca fiz caixa dois em toda a minha longa vida política. Nunca fiz caixa dois. Sempre fiz campanhas com gastos bastante baixos – afirmo –, e não sou só eu. Muitos aqui presentes, neste Parlamento, conseguem ser eleitos honestamente, declarando os seus gastos, fazendo gastos até relativamente modestos. Claro que essa quantia varia de Estado para Estado. Há Estados de grande território, que exigem despesas de locomoção muito grande – tudo isso sabemos. Mas generalizar essa prática é condenar a instituição, Sr. Delúbio. Se todos praticam a ilegalidade, como vai sustentar-se o Congresso Nacional? Em que alicerce moral, legal, de legitimidade, vai sustentar-se o Congresso Nacional?

Então, essa generalização não pode ser feita. Quando o Deputado Roberto Jefferson disse isso, dessa cadeira onde o senhor está sentado, protestei daqui. Claro, o Presidente não me deixou explicitar o meu protesto, que era no sentido de que isso não pode ser generalizado, porque, se o for, é uma prática que contamina todo o Congresso Nacional e o condena necessariamente à ilegitimidade.

A segunda observação que quero fazer, Dr. Delúbio, é a seguinte: V. S^a está aparecendo como o culpado único de toda essa história, porque os demais negaram tudo. Até o Sr. Silvio Pereira ontem disse aqui que não sabia de nada, não sabia de nada, não sabia de nada, que só tratava de articulação política, que o resto todo ignorava. V. S^a está aparecendo como a pessoa, o brasileiro que fez sozinho, sem que ninguém mais soubesse, o caixa dois do PT.

Muito bem, essa pode ser uma estratégia de defesa ditada pelos seus advogados. O senhor não se deixou convencer pelos apelos da Deputada Juíza Frossard, que foram ligados até ao seu interesse ou ao interesse da sua defesa. Mas quero dirigir apelos ligados a outra questão, que é a da sustentabilidade do Governo do Presidente Lula, porque, na medida em que esse tumor não é lancetado, em que as verdades não aparecem rapidamente reveladas com coragem por alguém, esse tumor vai infectando todo o sistema e acaba atingindo o próprio Governo. É inevitável que isso aconteça, e o senhor será um dos responsáveis.

Sei que há outros que não estão querendo ainda mostrar a cara. A cara deles vai aparecer, é inevitável. Hoje em dia, com os controles eletrônicos que existem sobre movimentação bancária, até sobre movimentação de pessoas entrando e saindo de edifícios e sobre movimentação telefônica, é inevitável que essas caras outras apareçam. Agora, essa sua estratégia de esconder e de assumir sozinho, crucificado, sorrindo... É verdade, V. S^a está sendo crucificado aqui sorridentemente. Não consta que Jesus Cristo tenha procedido assim. Mas dizia-se que Stalin sorria, ao ser torturado pela polícia czarista.

Estou observando a face sorridente de V. S^a, quando é massacrado aqui por indagações, por colocações que o levam a assumir uma posição lamentável publicamente. A sua personalidade estará tisonada indelevelmente por essa atitude que V. S^a assume hoje aqui, não revelando à Nação e dizendo “Falo à Nação! Falo à Nação!”. Então, fale, Dr. Delúbio, quem são os outros, porque o Partido precisa disso e o Governo também. É preciso lancetar esse tumor, para livrar dessa infecção o resto do organismo, que acabará sendo atingido, inevitavelmente, na medida em que as conclusões da opinião pública vão atingir todo o Partido e vão acabar atingindo o Governo. Necessariamente, não se iludam esses que estão observando ibopes que têm sido feitos e que colocam o Presidente preservado. Não está. É impossível que seja preservado, se esse processo tiver continuidade, se esse tumor não for aberto por um bisturi, se não for posta para fora toda essa infecção que atingiu esse processo, no qual V. S^a teve uma participação central, mas não única,

como está querendo assumir: “Não há mais nenhum culpado. Sou eu, estou assumindo. Estou crucificado, estou assumindo”.

Não creio que seja a melhor tática de defesa, e, nesse particular, a Deputada Juíza Frossard é muitíssimo mais competente que eu; agora, sinto-me bastante competente pela experiência política, para dizer que isso vai acabar generalizando essa infecção ao Partido, o PT, e ao Governo, se não for lancetado.

Fica aqui o meu apelo: V. S^a está falando à Nação, pois fale tudo, Dr. Delúbio. Diga quem são... Eu sei, todos sabem que não é a maioria do PT e que muito menos é a maioria do Governo; todo mundo sabe que é um grupo pequeno, mas é preciso que essa revelação seja feita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, minhas escusas, mas está quase impossível. Gostaria de pedir ao advogado que se postasse em seu lugar e aos demais Senadores e Deputados que colaborassem. O Senador está fazendo um esforço gigantesco para falar. Isso não é correto. Minhas escusas, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, agradeço o apelo de V. Ex^a. Até reconheço que há um cansaço. Todos aqui estão cansados; o depoente certamente estará também. Essa impaciência e essa conversa paralela decorrem disso.

Mas o que quero dizer é que tive uma participação muito reservada nesta CPMI, mas me senti obrigado agora a me manifestar dessa forma. Dr. Delúbio, companheiros, colegas nobres que estão aqui, não sou nenhum santo não, já até andei transitando pelo Conselho de Ética, não sou nenhum santo. Agora, nunca fiz caixa dois, sempre me elegi, muitas vezes com gastos de campanha muito pequenos. Então, que história é essa de que todo mundo faz isso? Uma ova! Não é todo mundo que faz: é pouca gente que faz. Agora, isso contamina o sistema como um todo, assim como essa infecção, esse tumor que V. S^a se recusa a lancear vai acabar contaminando o Partido como um todo e o Governo como um todo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, vou fazer uma advertência: suspenderei a reunião, se continuar dessa forma. Não é possível tanta conversa paralela. Dessa forma não tem sentido mais ouvirmos ninguém aqui. Ou os Srs. Senadores, os Srs. Deputados e os assessores colaboram ou, então, vamos suspendê-la. Eu vou suspender a reunião.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Só uma consulta à Mesa. V. Ex^a pode informar como está a ordem dos próximos que vão utilizar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Os dois próximos são o Senador Fernando Bezerra e o Senador Sérgio Guerra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Ex^a que chame a atenção nominalmente daqueles que não param de conversar, porque são poucos e os mesmos sempre. Peço a V. Ex^a que chame a atenção pelo nome, Presidente. Os outros não podem ser prejudicados por dois ou três.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Delúbio vai contar tudo agora.

O SR. DELÚBIO SOARES – Posso fazer um esclarecimento ao Senador?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO) – Na próxima oportunidade. Ele já havia encerrado.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, logo em seguida, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a lista, Sr. Presidente?

O SR. (Orador não identificado) – Fica registrado o protesto pela falta de clareza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É a lista oficial, estou sendo informado pelo Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, serei brevíssimo, até porque quase todas as perguntas foram feitas e nenhuma foi respondida. É quase inútil esse encontro de hoje com o Sr. Delúbio Soares, que se recusa sistematicamente a responder as perguntas: remete sempre as soluções para a investigação documental, que deverá esclarecer todas as questões. Mas eu insisto e começo pelo final da palavra do Senador Saturnino Braga, pedindo que o Sr. Delúbio Soares explicitasse, até para a preservação daqueles...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO) – Peço a colaboração dos senhores assessores, senão vou pedir que se retirem. Não é possível...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – ... que são honrados Parlamentares. Que ele diga a quem foi entregue esse dinheiro que ele mesmo confessa que entregou a vários Parlamentares, sob pena de termos, perante a opinião pública, uma permanente suspeita sobre o Congresso Nacional até o esclarecimento dos fatos.

Então, insistiria, Sr. Delúbio, para que o senhor antecipasse os fatos. Nós vamos descobrir, sim, não

há dúvida nenhuma. E é isso o que o senhor diz: “Os senhores vão verificar”. Por que não esperar? Porque fica a dúvida sobre a honradez da grande maioria dos Srs. Parlamentares. Eu asseguro ao senhor que a grande maioria desta Casa é feita de homens honrados e de homens corretos – homens e mulheres, Sr^a Juíza, com certeza. E não é possível que continuemos todos sob suspeita, porque V. S^a se nega a dar o nome daquelas pessoas a quem repassou o dinheiro recebido – por empréstimo, por doação ou seja por que caminho for – do Sr. Marcos Valério.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Fernando Bezerra, desde o início, eu não quis generalizar, e isso diz respeito à questão que o Senador Saturnino apresenta. Não quis generalizar. Estou revelando, revelei à Procuradoria numa entrevista que dei e aqui a esta CPMI, que o Partido dos Trabalhadores, em um momento de dificuldade, recorreu a um empréstimo não contabilizado de origem... De onde nós buscamos o empréstimo? Várias pessoas, vários membros do meu partido e membros da base aliada também tiveram a mesma dificuldade e assim foi procedido para essas pessoas. Eu não posso e não quero fazer injustiça com nenhum. Se eu cito um conjunto de nomes e falta um que depois aparece, fica com mais dificuldade. Como há um processo de investigação em curso e, para dar curso a essa investigação, toda a documentação já foi apreendida pela Polícia Federal – está em poder da Polícia Federal, do Ministério Público e à disposição da CPMI –, nada melhor do que a análise dos fatos. O dinheiro não tem... O dinheiro é de origem legal. É um empréstimo feito junto a instituição bancária por um conjunto de empresas e houve orientação para que as pessoas recebessem esses recursos. Então, no momento certo, como bem disse o senhor, vai ter a lista. Agora, o que eu não posso é ficar...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O senhor pode esclarecer um fato? Eu ouvi que os débitos contabilizados do PT são da ordem de R\$20 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Correto.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Mas há também débitos outros, débitos que não foram contabilizados que são superiores a R\$40 milhões ou a algo próximo a R\$40 milhões. Como é que o senhor vai pagar esse débito, já que a nova direção do partido afirma que não pagará, não quitará nenhum dos débitos assumidos pelo senhor se não foram contabilizados? E a prestação de contas do partido é da ordem de R\$20 milhões. Eu estou confuso com relação a isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu posso explicar ao senhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – São duas questões: primeiro, o Partido dos Trabalhadores concluiu a sua prestação de contas em 2004 arrecadando R\$48 milhões e gastando R\$68 milhões. Então, tem um déficit formal do Partido dos Trabalhadores registrado, no TSE, de vinte milhões.

Atendendo às dificuldades, eu já expliquei várias vezes, de várias maneiras nesta CPI, que nós precisamos de recursos para pagamentos de despesas de membros do nosso Partido e de partidos da base aliada, em 2002 – esses débitos foram em 2003 – e para a preparação da campanha de 2004. Então, nós recorremos a um empréstimo, via empresas do Sr. Marcos Valério, R\$39 milhões. Essa é a realidade dos fatos.

Como o Partido dos Trabalhadores vai pagar essa dívida? Ontem, houve uma reunião da nova Executiva do PT. Eu estou licenciado da Executiva, mas fui convocado à reunião para fazer as explicações devidas. Não pude ir, em função da preparação para atender o requerimento e fazer aqui a exposição dessa inquisição que está sendo feita aqui. Então, no momento correto, eu vou explicar ao nosso Partido, e o Partido vai tomar uma posição desse débito de R\$39 milhões. É isso o que vai acontecer, Sr. Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Delúbio, o senhor confirmou que repassou dinheiro ao Deputado Roberto Jefferson. O senhor divergiu apenas do valor e da forma. O Deputado Roberto Jefferson disse que o senhor repassou R\$4 milhões. Recebeu em malas, uma de R\$1,8 milhão e outra, de R\$2,2 milhões. O senhor discorda, segundo ouvi em alguma pergunta aqui feita, de que o senhor, efetivamente, repassara dinheiro. O senhor confirma isso? E discordou do valor e da forma. Eu queria que o senhor explicitasse qual foi o valor e qual a forma que esse dinheiro foi repassado ao Presidente do PTB?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Fernando Bezerra, ao ser indagado pelo Procurador-Geral da República se o Roberto Jefferson tinha recebido recursos que já estavam nas mãos dele – essa a inquisição que ele me fez – e como Roberto Jefferson, publicamente, anunciou à Nação em uma entrevista e em todos os foros que ele foi, ele anunciou o que o senhor falou...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sim, mas eu quero saber quanto, efetivamente, o senhor deu a ele.

O SR. DELÚBIO SOARES – Os numerários não são esses e a forma também não. No momento certo, as investigações...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O senhor deu, mas não quer dizer quanto. E a forma que deu o senhor se nega a nos dizer.

O SR. DELÚBIO SOARES – Corretamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito bem!

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, desculpe.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Nada. O senhor não veio aqui para dizer nada mesmo. Não tem nada a desculpar.

Talvez esta pergunta o senhor possa responder: quanto é a cota do Fundo Partidário do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – De todos os partidos é cento e vinte e poucos milhões de reais. Do PT...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Aproximadamente, cento e vinte e quatro, cento e vinte milhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Anual?

O SR. DELÚBIO SOARES – De todos os partidos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não, eu quero saber quanto é do PT. O senhor é tesoureiro não é possível que o senhor não saiba.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sei, sei. Eu vou explicar para o senhor. Todos também recebem, não é só o PT. O senhor sabe disso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sim, eu sei. Mas eu estou querendo do PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – Do PT, no ano passado, foi vinte e quatro. Como teve um corte de sete a oito milhões no Fundo Partidário – que nós precisamos recompor isso, todos os partidos precisam recompor isso, exigir do Ministério do Planejamento a recomposição do Fundo Partidário para corrigir a inflação ou ficar como está –, está em torno de R1,7 milhão por mês.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Bom, quanto é... O PT serviu aí de modelo a muitos partidos como um Partido que arrecadava uma enorme contribuição de funcionários que ocupavam cargos comissionados, além de voluntários, etc. Se eu não ouvi mal, um mil e quatrocentos contribuintes iam para a folha do PT com recursos mensais. Quanto é essa contribuição mensal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Depende dos salários que as pessoas ganham.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sim, mas o senhor sabe pela arrecadação – o senhor é tesoureiro, portanto, sabe quanto é que arrecada todo o mês em função dessa contribuição. Eu quero o global.

Não estou falando especificamente de percentuais ou disso não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Juntando todo o pessoal que contribui, que são os Deputados Federais, os funcionários que são filiados...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Os Deputados Federais e os Senadores também.

O SR. DELÚBIO SOARES – Os Deputados Federais e Senadores, assessores de gabinetes, os funcionários do Governo Federal que são filiados ao PT e que autorizam descontar na sua conta bancária, dá em torno de setecentos a oitocentos mil reais por mês.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Setecentos a oitocentos mil reais por mês?

O SR. DELÚBIO SOARES – É. Em torno disso, Senador. Se há alguma divergência, eu não sei...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Há alguma contribuição sistemática de empresas para o Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Há eventuais contribuições. Procurei várias empresas, para fazer doação ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Quanto significou isso em 2003 e 2004?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em 2003, pouco, em 2004, mais. Em 2004, deve ter dado uns... está na prestação de contas, não me lembro de cor, mas foi significativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Com quanto contribuiu o Sr. Marcos Valério para o Partido, além do favor do empréstimo já aqui tão discutido.

O SR. DELÚBIO SOARES – As empresas do Sr. Marcos Valério nunca deram contribuição ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Nunca deu um centavo ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, nunca deu. Não consta na prestação de contas.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Com tanto dinheiro, o Marcos Valério não deu um tostão?

Era isso. Acho que há uma enorme má gestão dos recursos. Arrecadou, tomou tanto dinheiro emprestado, recebeu de todo mundo e deve hoje uma fortuna, mas isso não é problema que me diga respeito.

Quero só fazer a última pergunta: o ex-Ministro José Dirceu era o chefe de todo esse sistema de operação e arrecadação de dinheiro, de empréstimo etc?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vou repetir a questão anterior: eu nunca discuti esse assunto com o Ministro José Dirceu.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, Srs. e Sr^{as} Deputadas Federais, ouvimos hoje mais uma apresentação de... Está difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Estou insistindo; só se eu suspender a reunião ou, então, pedir a colaboração mais uma vez.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouvi-

mos hoje mais uma apresentação aqui, que, no meu ponto de vista, sem nenhuma vontade de agredir – não gosto disso –, é seguramente um dos fatos mais deploráveis da vida pública no Brasil. É um conjunto de interferências muito coerente, que começa pela palavra do Marcos Valério, que continuou pela segunda palavra, não mais a primeira, que continuou ontem pela palavra do Silvio e que hoje tem o seu ápice no comparecimento do Delúbio Soares.

Ficamos, sinceramente, refletindo em tudo isso e extraindo algumas conclusões muito óbvias. A primeira delas: todos estão na mesma linha de defesa – e de defesa sobretudo jurídica. Reclamei do seu advogado, que achava graça, porque acho que não há razão para isso, mas evidentemente ele construiu, para os que estão sendo interrogados, uma lógica, uma sequência bastante segura. Mas qual é o conteúdo dessas palavras? Tem que ficar muito claro que a palavra do Dr. Delúbio é a mesma do Dr. Marcos Valério, que é igual à do Dr. Silvio Pereira. O conteúdo dessas palavras nos remete a seguinte conclusão: primeiro, que esse episódio deplorável, lamentável, na medida do possível, não faz mal que atinja, de maneira contundente, o Congresso. Não há na sua defesa, nem na defesa dos que o antecederam nada que tenha a preocupação de ajudar o Congresso a sair das dificuldades em que se encontra. É preciso reconhecer, e evidentemente não será possível fazer isso hoje, que essas dificuldades têm muito a ver com o papel desempenhado por um determinado sistema de arrecadação dentro de um determinado partido, para ampliação da sua base de sustentação na Câmara dos Deputados.

Lá fora, não está fácil continuar a ser Deputado e Senador. Precisamos ter muita firmeza, muita consciência, para não aceitar provocações que nos são feitas. Sinceramente, elas não são, em muitos casos e na sua maioria, corretas. Eu diria que, no Congresso, ao contrário do que já disse o Presidente Lula, não há 300 picaretas. Haverá alguns no Congresso que não merecem estar no Congresso, mas são seguramente uma minoria. Tenho confiança e esperança de que

vamos chegar a um bom caminho nas nossas investigações e confio nisso.

No entanto, a atitude dos senhores quando vêm aqui para não responder, para se proteger ou para proteger não sei o quê é uma atitude que remete a crise para o Congresso e retira a credibilidade de muitos. Os que estão lá fora não compreendem direito esse processo. Todos nós aqui a perguntar e até Parlamentares da base reclamando e, se o senhor não responde as perguntas da sua base, da base que o senhor ajudou a construir, seguramente, não vai responder as perguntas da Oposição; não faz sentido algum.

Sinto-me preocupado e sem inspiração para fazer perguntas que sei que não serão respondidas. Se elas, de alguma maneira, puderem atingi-lo, puderem provar o que todo mundo sabe, que o senhor não é um super-homem; que pela sua mão, como tesoureiro e homem forte do sistema financeiro do PT e do Governo, passaram alguns milhões de reais. Mas, por mais que seja competente o Dr. Delúbio, é claro que essa movimentação, esses recursos não transitaram, no volume em que transitaram, com o senhor sozinho. Aliás, vi uma entrevista aqui na **ISTOÉ**, de tempos atrás, nas quais o senhor diz de maneira – e até li na época essa entrevista e quero dizer que achei uma boa entrevista – clara: “Eu e o José Dirceu assinávamos juntos os cheques da campanha, cheques do Partido, durante anos e anos. A responsabilidade minha era do tamanho da dele nas finanças do Partido”.

Há uma preocupação muito grande aqui – eu percebo – de proteger o Deputado José Dirceu – que não estou condenando antecipadamente. Há uma preocupação muito forte. Até hoje, não votamos requerimentos aqui polêmicos, porque muita gente não quer que venha aqui depor o Deputado José Dirceu. Essa é a razão verdadeira.

O fato é que o senhor e os que o orientaram não têm a menor preocupação com o Congresso, com as instituições e com a democracia. Vi na televisão, há poucos dias, um pronunciamento seu, no qual o senhor dizia, com toda a veemência, numa platéia de militantes, que toda essa crise tinha origem na direita e nas elites. Não pode haver uma acusação menos patriótica do que a sua, porque o senhor sabe que essa crise tem origem no fato de que recursos foram operados, de forma ilegal, sistemática e em grande volume, por dentro do seu Partido e sob o comando da sua tesouraria. O senhor sabe disso, mas não faz 15 dias, com a responsabilidade da sua biografia, da luta contra a ditadura, da construção de um grande partido, o senhor foi lá para dizer que era questão da direita, das elites, um fato que, a rigor, não tem nada a ver nem com a direita, nem com as elites. Tem a ver com a extraordinária

complexidade que existe entre o governo que o senhor representa, porque o senhor sozinho não representa coisa alguma, e o sistema das empresas brasileiras. Espero que poucas empresas estejam envolvidas nisso. Até agora só e apenas as empresas do Dr. Marcos Valério. Uma pergunta: o senhor garante que outras empresas não contribuíram com o seu partido nesse mesmo período, para o caixa dois de forma ilegal, na forma de empréstimo ou colaboração. A sua palavra, o senhor garante ou não garante.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Sérgio Guerra, com todo o respeito ao senhor, eu afirmei aqui que o Partido dos Trabalhadores solicitou ao Sr. Marcos Valério que pudesse fazer, e ele concordou, empréstimo no valor de R\$39 milhões, foi isso que afirmei.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim, isso o senhor já disse e...

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, e não solicitei a nenhum outro empresário que fizesse empréstimo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Em nenhum lugar.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em nenhum lugar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – No Rio de Janeiro o senhor não pediu contribuição de ninguém?

O SR. DELÚBIO SOARES – Para nenhum empresário no Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nem sequer pediu? Não é questão de ser atendido não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não me lembro disso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não se lembra, ou tem certeza?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tenho certeza absoluta.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tem certeza absoluta. Mas o segundo ponto desta questão que nós nesta Comissão Parlamentar de Inquérito temos que entender é que aparentemente essa lógica, esse projeto, essa orientação que o senhor assumiu e que outros assumiram, pode ficar certo, leva à destruição do seu partido, e o partido que o senhor ajudou a construir na sua vida inteira, é como se alguém revogasse a sua vida, ela não valeu nada, e no esforço desesperado de provar o que não é possível provar, de que tudo isso se deu sem que ninguém soubesse, que tudo isso se deu por sua completa e absoluta responsabilidade. Seguramente não dá para ninguém acreditar nisso porque alógico, não faz sentido, não tem conteúdo. Não importa que o senhor afirme isso com absoluta veemência. O senhor já afirmou, dias atrás, que o problema todo era nas elites, nunca foi. Rigorosamente importa que o senhor tem que ter a

responsabilidade, neste momento, de reconhecer que o senhor não está respeitando essa instituição e nem a democracia que defendeu a vida inteira.

Segundo, também está rigorosamente comprometendo o seu partido que o senhor ajudou a construir. O Presidente Lula, sempre achei, tinha intimamente a vontade de nesse episódio jamais falar dele, não me sentia bem, já votei nele três vezes para Presidente da República, um país que elegeu um trabalhador do meu Estado Presidente da República é um grande País, e um trabalhador que se elege, sair de Pernambuco, na luta sindical, Presidente da República, mereceria, sem dúvida, o respeito de todos nós. Mas o Presidente foi há dois ou três dias, quatro dias atrás, dar uma entrevista que, na verdade, está dentro da linha de defesa que o senhor sustenta hoje, que o Marcos Valério afirmou, que o Sr. Sílvio Pereira também confirmou. O Presidente do Brasil, com a importância do Presidente Lula, não podia fazer isso. Que o Presidente Collor fizesse afirmações como fez sem vida, sem base, sem história. Isso afetou a vida brasileira mas de uma maneira que o País pôde sobreviver daquela contundente crise e estruturar uma saída democrática, justa que foi no final construtiva. Agora não fica fácil no Brasil, o Presidente Lula, com a sua importância, com a sua história, com o PT, confirmar o que senhor está dizendo hoje ou não está dizendo hoje. O seu silêncio é muito mais importante do que as suas palavras. Não estou falando da Justiça, que cumpre o seu papel. Estou falando da política que sempre foi o seu ofício e é o meu; do País para o qual o senhor diz que quer falar, o senhor falou à nação várias vezes. Para qual nação o senhor está falando? O senhor não está falando para ninguém, nem para o Congresso, nem para a nação, o senhor está falando para os seus advogados e para se proteger e proteger alguns do que todos evitam. O PT, as pesquisas já confirmam, está em processo de desgaste absoluto, o que nunca achei bom, nem é bom para a esquerda que o senhor defende e nem para o progresso. Agora o grande esforço é para tirar disso o governo, esse governo não sabe de nada, esse Governo não tem petista, nesse Governo o senhor não transitou, nesse Governo o senhor não mandou. E o senhor mandou, o senhor mandou muito, o senhor mandou e tinha apoio lá, porque, se não tivesse esse apoio, ninguém ia lhe emprestar R\$40 milhões sem garantia. Isso seria feito em troca da conta do PT, de um Partido que não paga as suas contas? Não foi a conta do PT que fez o Sr. Marcos Valério emprestar dinheiro ao PT, mas sim foi a capacidade que o senhor teria de influenciar no PT para colaborar com os interesses dele de forma ordinária ou de forma atípica e ilegal.

Sinto muito ter de dizer essas coisas hoje aqui, mas digo de coração, digo para cumprir o meu mandato, não digo como oposicionista. Deixei de votar no Presidente Lula, porque votei num grande brasileiro, José Serra, que seria um grande Presidente para o Brasil. Mas jamais esperei que o PT, o senhor, com o papel que sempre teve no PT, e muito menos o Presidente da República produzissem um ambiente, uma situação tão deplorável como a que atravessamos agora.

Não tenho como lhe convencer, é impossível lhe convencer, mas faço um apelo à sua consciência patriótica, que deve existir e que espero que, hoje, amanhã ou depois, o senhor venha a honrar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Delúbio Soares e meus caros colegas Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de fazer alusão a expressões que foram utilizadas aqui e que envolvem duas nações amigas. Não me parece conveniente que, numa Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, sejam feitas menções pejorativas a nações amigas, como é o caso do Paraguai e do México. Considero inadequado que venhamos a nos referir a essas nações com expressões desse tipo. As críticas ao Sr. Delúbio, ao PT, ao Governo ou a quem quer que seja são válidas, mas não me parece adequado que venhamos a utilizar expressões desse tipo, porque isso, evidentemente, surge como uma expressão do Parlamento brasileiro, uma importante instituição do Estado democrático brasileiro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mexicanização, Sr. Deputado, está no artigo do Senador Jefferson Péres. Há um ano, S. Ex^a escreveu. Citei o Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Asseguro a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – V. Ex^a poderia ter solicitado isso, como convém. Em segundo lugar, o fato de essa expressão estar no artigo do Senador Jefferson Péres não significa que eu deva com ela concordar. Então, estendo a crítica também ao Senador Jefferson Péres, na medida em que S. Ex^a é importante representante do Parlamento brasileiro. Criticar aspectos negativos da Constituição democrática brasileira, da atuação deste ou daquele Partido e do Governo é legítimo, mas não me parece conveniente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Concedo-lhe o aparte já, já. Não me parece conveniente, Juíza Denise Frossard, que usemos essa expressão, porque isso compromete.

Pois não. Concedo-lhe o aparte, Juíza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deputado Bittar, V. Ex^a é sempre muito elegante, mas a mexicanização que foi usada aqui é o processo do PRI, nesse sentido. Não foi pejorativo ao México, não foi essa a intenção, e não foi dessa forma que o Senador Jefferson Péres disse no artigo dele. Só isso. Muito obrigada, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom, respeito a sua opinião, Deputada Juíza Denise Frossard, mas mantenho a minha opinião, de que não é adequado que utilizemos expressões desse tipo.

Em segundo lugar, é preciso deixar claro aqui que, quando se fazem acusações, devem-se fundamentar essas acusações. Hoje, novamente, foram feitas acusações à operação de *leasing* do Banco do Brasil, o que atinge uma instituição pública. É uma empresa pública brasileira da maior expressão, que tem ações em bolsa. Da mesma maneira, ontem, a Petrobras esclareceu precisamente os termos de como feita a licitação para a reforma da Plataforma P-34. E aqui se fala do contrato de *leasing*.

Ontem, tive oportunidade de encaminhar ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator o relatório do Tribunal de Contas da União, no qual ele analisa detalhadamente todo esse processo de concessão do *leasing* para o Partido dos Trabalhadores e diz que não há qualquer tipo de irregularidade, quer nas garantias, quer na taxa de juros ou o que quer que seja nesse contrato.

Em segundo lugar, quando se faz acusação também de que o Governo teria dado algum tipo de prerrogativa, de vantagem ao BMG no que diz respeito ao crédito consignado, é preciso que se esclareça isso, porque há um conjunto grande de instituições brasileiras praticando o crédito consignado. Essa é uma conquista da democracia brasileira que vem para permitir que uma grande parte dos aposentados e trabalhadores possam ter acesso a créditos, a taxas de juros mais módicas do que as praticadas no mercado. E quando se lança questões desse tipo sem uma fundamentação mais precisa está-se comprometendo algo que é uma conquista da democracia, é uma conquista do sistema econômico, é uma conquista, inclusive, dos assalariados e aposentados brasileiros.

Em terceiro lugar, gostaria de me dirigir ao Sr. Delúbio Soares para dizer o seguinte: vou-me referir ao senhor da mesma maneira que me referi ao Sílvio Pereira.

O Partido dos Trabalhadores errou como um todo. Dirigentes do Partido dos Trabalhadores erraram. E aqui a expressão desse erro é a utilização de recursos não registrados para custeio de campanhas eleitorais.

Eu, pessoalmente, acho que não fomos bem no rigor no que diz respeito à discussão de cargos do Governo. De há muito devíamos ter limitado o número de cargos para livre provimento no Governo. Infelizmente, governos passados não fizeram isso também, mas isso não nos exime da responsabilidade que temos, de fato, de limitar esse tipo de coisa. Limitar esse leilão, essa guerra, essa disputa enorme que ocorreu, dentro do Partido e que ocorreu também com outros partidos da base aliada, e que rola até hoje. A gente percebe aí essa coisa permeando. Não é bom para a estabilidade, para o futuro da democracia, para o futuro do Estado democrático brasileiro que isso perpetue.

E gostaria muito que o Presidente Lula tomasse a iniciativa no sentido de limitar cargos. E gostaria também que isso ficasse como um aprendizado para o Partido dos Trabalhadores. Que o Partido dos Trabalhadores peça desculpas, publicamente, pelos atos praticados, porque isso nada tem a ver com a nossa cultura histórica. Posso até dizer histórica, são 25 anos, não é pouco tempo. O PT construiu uma história importante e é um Partido respeitado, ao contrário do que aqui foi dito.

Apesar de estar com a sua imagem maculada, é verdade, pelos fatos ocorridos, o PT é um partido de massa – são 800 mil filiados no Brasil –, que defende os ideais de uma sociedade mais justa e mais igualitária, que defende a democracia com muita firmeza, inclusive rompendo com tradições antigas de outros partidos da esquerda mundial e da esquerda brasileira. Isso é importante para o jogo democrático brasileiro. Então, nós, com certeza, estamos devendo esclarecimentos à população brasileira.

E seria muito importante, Sr. Delúbio, que houvesse o máximo de transparência, porque isso é da nossa... É evidente que a limitação das suas informações aqui constrange a todos nós. Constrange, particularmente, no que diz respeito a seus bens pessoais.

Acho que seria conveniente que o senhor, V. S^a, ou aqui hoje, o mais rápido possível, pudesse tornar público. V. S^a tem feito isso, localizadamente, esclarecendo denúncias aqui ou ali da imprensa. Mas bote no papel essas coisas. para que não paire qualquer dúvida sobre essas questões, porque volta e meia são assacadas afirmações desse tipo, que, no contexto desse denunciismo todo que toma conta do País, acabam se tornando graves, verdadeiramente.

Espero, sinceramente, que essas questões sejam profundamente esclarecidas, para que a gente possa,

de fato, avançar em relação a essa questão. Para que a gente possa pensar que, no futuro, não venhamos a praticar atos como esses que foram aqui praticados. Para que a gente não venha sequer necessitar agir em situações como essa.

Eu gostaria de ouvir os comentários de V. S^a sobre essa questão.

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, Deputado Jorge Bittar, que conheço de longa data, conheci na Conclat, em 1981, na Praia Grande, quero aproveitar a sua pergunta e responder... S. Ex^a não perguntou, mas me sinto na obrigação de responder ao Senador Sérgio Guerra, pessoa que respeito muito.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos vindo à CPI com o maior respeito à instituição Congresso Nacional. Não queremos, de maneira alguma, que os membros do Congresso Nacional sejam todos, numa mesma... colocados... Nós sabemos que tem diferença entre os Partidos, entre os Deputados. Por que decidi assumir que nós solicitamos o empréstimo não-contabilizado, Deputado Jorge Bittar? Porque as investigações... a onda, como o senhor disse, de denúncia estava levando muitas pessoas inocentes e procurando dizer à sociedade brasileira que partido político e membros do Congresso Nacional, tudo faz parte de uma situação... do andar de baixo. Nós não queremos nem o andar de baixo, nem o andar de cima, nós queremos a transparência.

Por isso estou falando com toda... Você, que me conhece há mais... há 24 anos, sabe do grau de responsabilidade e a verdade que estou aqui dizendo. Ao assumir a responsabilidade do empréstimo que fizemos, ao assumir a responsabilidade de que fizemos esses empréstimos em nome do Partido dos Trabalhadores na época, do qual eu era Tesoureiro, para resolver problemas aqui já explicados, nenhum outro Partido brasileiro que teve denúncias em jornais assumiu essa responsabilidade. Nós estamos assumindo essa responsabilidade, porque, em função da crise política, da denúncia da fita do Correio, a partir disso, apareceu um conjunto de denúncias, e pessoas foram cada vez jogando mais gente, vamos chamar assim, nesse processo. Ao resolver assumir isso, sei da responsabilidade política que isso vai ocorrer sobre o meu Partido, como diz o Senador. Ajudei a criar você, o senhor – desculpe-me –, vários outros Parlamentares aqui, várias pessoas sobre isso.

Sobre a democracia brasileira, acho que, enquanto os Partidos, sejam eles de concepção mais de esquerda ou de centro-direita, precisam ser fortes para construir a democracia brasileira, e o seu Congresso Nacional, o seu Parlamento tem que ser forte. Essa é

a minha concepção, que aprendi, desde quando iniciei na década de 70, combatendo a ditadura militar.

Sobre os meus bens. Declarei à Polícia Federal, está comprovada minha declaração de renda, tudo que trabalhei. Desde 14 anos de idade trabalho; de uma família humilde, o meu patrimônio são uma conta bancária no Banco do Brasil, no antigo BEG, hoje Itaú, que foi privatizado, e no Unibanco, antigo Banco Nacional, em que encerrei a conta. Meu patrimônio é R\$163 mil. Tudo que construí na vida até hoje foi isso.

Houve a denúncia de que tenho uma casa e moro num apartamento suntuoso nos Jardins. Moro na Alameda Jaú, nº 166. A imprensa toda sabe. Alugo esse apartamento no mesmo prédio há dezesseis anos, 1999.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O apartamento é alugado. Como é de sua propriedade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Alugado, e pago o aluguel todo mês. É um apartamento modesto, de três quartos. E, quando mudei para lá, nós, dirigentes da CUT – morávamos eu e mais dois dirigentes da CUT. Hoje moro nesse apartamento com a minha companheira, Mônica Valente, que, todo mundo sabe, também foi dirigente da Central Única dos Trabalhadores, é dirigente do PT e trabalhou na Prefeitura de São Paulo durante quatro anos como secretária.

Minha renda mensal e a renda da minha esposa ultrapassam R\$10 mil. Então, quando se fala em gasto, parece que sou muito gastador, porque, se eu tenho uma renda líquida de mais de R\$10 mil, eu e minha mulher, dá uns R\$13 mil, R\$12 mil ou R\$13 mil hoje... no passado nós ganhávamos menos, ganhávamos em torno de R\$2 mil ou R\$3 mil. É só pegar a prestação... a declaração de renda. Está tudo na declaração, tudo que tenho está na declaração de renda. E a minha vida... nunca me comportei em ganhar dinheiro, sempre me comportei na política, traduzindo na política.

Então, ao contrário do que meus advogados orientaram – estou vendo a cara dele de que não está gostando –, como toda pergunta que o senhor fez foi com muito carinho e respeito, e respeito devo ao senhor, que foi Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, eu, como Tesoureiro, nós convivemos um período longo, e o senhor é membro do Diretório Nacional, resolvi fazer esta revelação à CPI sobre o meu patrimônio: R\$ 173 mil; está nas contas bancárias. Minhas contas bancárias já foram auditadas, e, como qualquer brasileiro, tenho... Pode ter seus problemas, mas, como brasileiro simples, foi esse o meu patrimônio de construção como professor que fui muitos anos, professor da rede privada, da rede pública.

Maguito é do meu Estado e sabe o quanto já divergimos nas greves de professores, com ele, com

Iris, com outros dirigentes, Ari Valadão. Nós nunca baixamos a cabeça pelas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Então, queria dar essa explicação, aproveitando o tempo do senhor, para que pudesse ter clara a questão do patrimônio. O único patrimônio que tenho registrado em meu nome é um carro que comprei à prestação, que vai estar na prestação de contas do ano que vem. Paguei R\$71 mil, com cheques que estão contabilizados; inclusive mandei para a CPI também esse... Os cheques já foram descontados. Foram três cheques apresentados. E, como compreensivo, vai estar na prestação de contas do ano que vem um Corolla Toyota, que comprei agora, porque, em Goiás, ele tem que andar muito. Quando vou a Goiás, ando todo o final de semana, para todas as cidades de Goiás, do interior, fazendo política, em nome do Partido dos Trabalhadores.

Era isso que queria explicar. Muito obrigado pela oportunidade, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Delúbio. Essas declarações são importantes para esta CPMI e para o senhor também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o ilustre Deputado Maurício Randes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, vejo que o depoente quer um rápido intervalo. Eu aguardo tranqüilamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Deputado, por dois minutos, se V. Ex^a quiser fazer alguma consideração antes das perguntas, não vejo problema nenhum.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ah, eu gostaria.

Vou apresentar os requerimentos e depois me calo, está bem? Assim, ganhamos tempo.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, porque tenho medo de esquecer. O tempo é tão curto, não é? Então, vou ganhar tempo com os requerimentos. Um vou encaminhar formalmente, mas já requeiro a V. Ex^a e ao nobre Relator, Deputado Osmar Serraglio, que a CPMI procure agilizar a solicitação do depoimento, aliás, dos depoimentos prestados pelo Sr. Davi Rodrigues Alves, um deles, na Corregedoria da Polícia Civil de Minas Gerais. Eu considero importante, porque soube que ele já prestou esse depoimento, a partir dos documentos que verifiquei ontem, tarde da noite, na sala da Comissão. O outro depoimento do Sr. Davi Rodrigues Alves foi dado na Polícia Federal, ao que me consta, também

na seção da PF de Minas Gerais. Ainda nesta reunião, encaminharei requerimento escrito.

A outra solicitação à Comissão é no sentido de que esses ofícios de quebra de sigilo que já saíram e também aqueles que ainda estão por ser encaminhados atendam os termos do requerimento, que abrange todo o período, porque o que examinamos, no decorrer do dia de hoje, é que apenas as quebras de sigilos de 2003 estão chegando, e o requerimento foi relativo a um período maior, para termos um arco de informações a cotejar mais compreensivo.

Outro requerimento ao Presidente e ao Relator é no sentido de que a CPMI faça diligências tanto no Banco Rural quanto no BMG, para solicitar outros documentos que ainda não tenham chegado aqui, com o sigilo.

Então, parece-me que há necessidade de fazermos um confronto, um cotejo dos depoimentos, que são incompletos, evasivos e muitas vezes faltam com a realidade, já que entramos numa fase investigatória mais rígida. Muitos de nós já admitimos que a CPMI já fez aquele embate político mais eleitoral, que caracterizou a primeira fase das intervenções ao longo das semanas que antecederam. Todos os *e-mails* que recebemos – e são muitos –, todos os pronunciamentos da sociedade, Sr. Presidente, cobram de nós esse rigor investigativo. A sociedade tem consciência do porquê os depoimentos são aqui prestados. Depois de os depoentes terem assistido aos depoimentos anteriores, depois de terem tido tempo de se preparar com os advogados de nomeada, fica muito difícil para nós extrair tudo que queremos desses depoimentos.

Então, a grande saída para mostrarmos à sociedade brasileira toda a verdade – isso é o que queremos, é o nosso compromisso – vai depender muito da nossa capacidade de arregaçar as mangas e de nos debruçar sobre o acervo mais rico possível, Sr. Relator, de documentos que possam, inclusive, desmentir parte de depoimentos que aqui são prestados.

Quero acelerar este pedido à Presidência e à Relatoria no sentido de que façamos diligências, visitando esses bancos. Deputado Osmar Serraglio, até agora chegou aqui apenas parte da quebra do sigilo que permitiu a identificação de saques do Banco Rural, de apenas um dos bancos com os quais as agências do publicitário Marcos Valério tinha relação. Parece-me que urge que tenhamos uma intervenção mais ativa, para que os outros bancos tragam os sigilos de todo o período.

E, para não abusar da deferência de V. Ex^a, fico aguardando o depoente, para iniciar meu depoimento. (Pausa.)

Sr. Presidente, gostaria que fosse zerado o relógio. Entendi de V. Ex^a que estava fazendo considerações sobre os requerimentos. Não estava fazendo investigação. Tenho um rol grande de perguntas complexas e entendi que isso não seria abatido do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, Deputado. Houve um mal-entendido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Fiz apenas requerimentos, para instruir os futuros depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Disse que V. Ex^a fizesse suas considerações, os requerimentos e, depois, as perguntas no momento em que o depoente...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, não foi isso que entendi. Eu entendi que eram requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, não é suficiente. Peço que pelo menos metade desse tempo me seja retornada. Peço a deferência e a consideração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço à Assessoria que coloque o tempo de dez minutos ao Deputado Maurício Rands, ilustre Deputado, que tem colaborado tanto com esta Comissão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Embora não seja justo, agradeço a intervenção da Senadora Heloísa Helena, que solidariamente me fez perder cinco minutos do tempo da investigação que quero fazer. Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas isso é um absurdo! É absurda uma coisa dessas!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Primeiro, Sr. Delúbio, o senhor vem agora com a versão de que esses recursos que foram objetos de saques nas contas bancárias do Sr. Marcos Valério foram produtos de um empréstimo. Essa é a versão que o senhor traz. A minha pergunta é: por que o senhor demorou tanto a trazer essa versão que entende ser a verdadeira? O senhor não acha que a demora contribuiu para o descrédito dessa versão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, desde o início, quando me pronunciei sobre o assunto, disse claro, em uma entrevista coletiva que dei, que não tinha mensalão, que não tinha compra de Deputado. Reafirmei isso em todas as entrevistas. À medida que os fatos a respeito dessa investigação – a CPI não tinha sido aberta ainda, ela vai verificar os fatos; estão em discussão no Congresso a constituição, a Presidência, o funcionamento da Comissão –, à medida que esta Comissão começou a ter os fatos, resolvi colocar para a sociedade. Isto, para o Partido dos Trabalhadores e

para mim, é muito difícil: assumir um fato que pode ter consequências graves não só para a minha pessoa, mas também para o Partido dos Trabalhadores. Por isso, eu tive dificuldade em assumir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu continuo pensando que teria contribuído mais para o esclarecimento da verdade se essa versão fosse permitida a nós, da CPMI, o confronto com mais antecedência. Ontem, eu fiquei até tarde da noite, quase 11 horas da noite, verificando os saques que foram identificados nos documentos de posse da assessoria da Comissão. Verifiquei que existem 50 nomes cujos cheques foram sacados e foi possível identificar o nome dos destinatários. São 50 nomes, quase todos desconhecidos, e nós precisamos fazer uma checagem, um confronto para verificar a destinação desses recursos. Então, a solicitação que eu, como membro da Comissão, e que o conjunto da Comissão fazemos é no sentido de que o senhor colaboraria muito mais com a Comissão se antecipasse esses nomes. Aliás, eu vi que esses 50 nomes, dos quais eu fiz o confronto e vi que já permitem a identificação de quais foram as pessoas que receberam, são apenas a ponta do *iceberg*, em primeiro lugar, porque é apenas um tempo de um único banco; em segundo lugar, porque há muitos cheques que não têm o destinatário. Os cheques são agência/agência. Verifiquei também, portanto, que algumas funcionárias da empresa de publicidade do Sr. Marcos Valério, como a Simone, fizeram saques globais, e era preciso esclarecer a destinação que ela, por exemplo, nesse caso, a funcionária de nome Simone, uma das que me recordo, deu a esses recursos.

Eu quero fazer uma indagação a V. S^a, com a consciência que V. S^a tem e eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, tenho de que todos esses fatos, sem dúvida, mancham a imagem do Partido dos Trabalhadores. Não tendo sido um dirigente do Partido que tivesse disputado eleições ou que estivesse na linha de frente da disputa político-eleitoral, o senhor está dizendo que contraiu esse empréstimo para atender às dívidas eleitorais de membros do PT e de membros dos partidos da base aliada por uma iniciativa própria, o senhor não teve ninguém que lhe deu cobertura, ninguém com mais visibilidade no Partido que lhe apoiasse nessa iniciativa dos empréstimos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, como o senhor é membro do Partido dos Trabalhadores, o senhor sabe que, nesse processo, eu tive a responsabilidade de fazer esse empréstimo. Já afirmei aqui e continuo reafirmando. E os nomes – não estou declinando nomes aqui, hoje, porque pode ter muita injustiça, e várias pessoas... porque a empresa pode ter feito outros pagamentos para outras pessoas que

não têm nada a ver com os nomes que vão estar no sigilo bancário. Acredito que vão aparecer nomes de pessoas que foram beneficiadas do dinheiro...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É isso que nós queremos com a maior pressa possível.

O SR. DELÚBIO SOARES – Vai ter o... Com a investigação, o processo. Nós temos que ter paciência para encontrar essa solução, encontrar o destino dos R\$39 milhões que foram emprestados a mim, em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu estou preocupado porque eu tenho um rol aqui. Eu vou tentar ser mais objetivo na formulação da pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pediria também a colaboração do depoente. Uma pergunta que todos nós, da Comissão, e o Brasil inteiro quer saber é: Quais os motivos que levaram o Sr. Marcos Valério, por solicitação de V. S^a, a contrair empréstimos – aliás, quantos empréstimos foram? – para os R\$39 milhões...

O SR. DELÚBIO SOARES – Foram vários. Eu não tenho...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...que eram para satisfazer as dívidas eleitorais. Uma curiosidade que tenho é saber quantos empréstimos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não tenho a cronologia dos empréstimos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais eram as taxas de juros desses empréstimos? Eu li que, por exemplo, o BMG fez uma nota oficial dizendo que esses empréstimos não tinham sido ofertados a uma taxa de juros de 1% e de 1,2%. Quais foram essas taxas de juros?

O SR. DELÚBIO SOARES – As taxas de juros, também eu não participei das taxas de juros. Devem estar nos contratos que os senhores terão em mão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem uma estimativa de quantos foram esses contratos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, são vários. Eu não tenho a estimativa de quantos contratos foram.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a curiosidade que o Brasil inteiro tem é: O que levou, qual a expectativa do Sr. Marcos Valério ao aquiescer que as suas empresas contraíssem esses empréstimos de R\$39 milhões para satisfazer dívidas de membros do PT e de partidos da base aliada, dívidas eleitorais, pelo que o senhor relatou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Maurício Rands, eu já expliquei aqui, já expliquei tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público que o Marcos Valério sempre solicitou de nós, dos partidos da base aliada, ampliação das suas agências para o *marketing* eleitoral. Foi a única coisa que ele me pediu e eu o botei em contato não só com os candidatos, não com os dirigentes partidários, para discutir esses assuntos. A única coisa que ele me pediu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essas ajudas que foram dadas por meio desses empréstimos, na sua versão, para as dívidas eleitorais dos partidos aliados eram dadas aos membros individualmente que disputaram eleições ou eram dadas aos líderes ou aos presidentes de partidos? Como que eram feitas?

O SR. DELÚBIO SOARES – No momento certo, Deputado, o senhor vai ter a lista. E quero dizer: essa não é uma versão, é a verdade. Deixo claro não só ao senhor, mas reafirmando que a verdade dos fatos são estes: eu solicitei a ele que solicitasse um empréstimo, ele fez, colocou o dinheiro à disposição e, no momento correto, no momento em que nós tivermos a oportunidade, vamos esclarecendo quem recebeu os recursos dos R\$39 milhões.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Roberto Jefferson disse que recebeu do publicitário Marcos Valério, por solicitação do Partido dos Trabalhadores, R\$4 milhões. O senhor nega que ele recebeu isso? Confirma? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – É o único nome que eu confirmei na Procuradoria-Geral que recebeu, porque ele mesmo disse que recebeu. Não é naqueles numerais, nem naquela forma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor poderia confirmar qual foi o valor correto, se não foram os R\$4 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, hoje, não. Hoje, não tenho... Tenho que analisar toda a documentação e começar a me concentrar nisso a partir de agora.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria, a partir de tudo o que está acontecendo neste momento, aqui, na CPML, nos depoimentos não só do Sr. Delúbio Soares, mas de outros que ouvimos, dizer que, sem dúvida, esses acontecimentos são exemplares, eles vão ter conseqüências históricas para o Partido dos Trabalhadores, para o meu Partido, mas também para o sistema político brasileiro.

Eu estava-me dirigindo à reunião quando ouvi a fala de V. Ex^a, Senador Maguito Vilela, que, com muito coragem e honestidade, dizia: “Não se pode generalizar”. Foi, aliás, o que disse também o Senador Saturnino Brito, Senador Saturnino Braga, pelo Rio de Janeiro.

Saturnino Brito é ex-Presidente da Chesf. Mas, sem dúvida, a prática de aporte de recursos às campanhas eleitorais sem que sejam integralmente escriturados é uma prática que vem de longe na política brasileira. O povo brasileiro sabe disso. O que o povo brasileiro tem o direito de exigir são desculpas, porque o nosso Partido, o meu Partido também, a prevalecer a versão que vai ser verificada nesta Comissão e nos outros órgãos investigatórios, o nosso Partido também incorreu nessas práticas.

Este é um momento difícil para todos nós, militantes, para os 840 mil militantes do Partido dos Trabalhadores. Para os milhões de simpatizantes desse Partido, é um momento muito difícil. É um momento de crise, mas é nas crises que nós podemos encontrar as soluções, os aperfeiçoamentos, fazendo, sim, as autocríticas necessárias, Sr. Relator.

Eu não tenho dúvida de que o Partido dos Trabalhadores, a partir desse episódio, que expõe, se não as vísceras do sistema político brasileiro, mas que desnuda muito o que acontece no financiamento das campanhas eleitorais, o que acontece de modo generalizado, se não com todas as campanhas eleitorais, com muitas campanhas eleitorais, que não permitem, Sr. Presidente, alguns discursos hipócritas que eu ouvi aqui, querendo colocar como bode expiatório apenas um único partido, quando todos os brasileiros sabem que essas deformações das campanhas eleitorais brasileiras contaminam o conjunto do sistema político-partidário brasileiro.

Então, finalizo, Sr. Presidente, dizendo que para nós, militantes, temos certeza de que este Partido vê o cenário político com ideais, o ideal da justiça social, o ideal de levar a luta dos trabalhadores, o ideal de expressar as camadas populares no cenário político brasileiro. Este Partido está sabendo se renovar, está fazendo sabendo fazer autocrítica...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Agradeço a V. Ex^a. Já descontei o minuto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...está sabendo pedir desculpas ao povo brasileiro. Presidente, concluo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Faça o favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...dizendo que eu não tenho dúvidas de que este Partido vai sair com seus laços, em defesa da luta dos trabalhadores e dos excluídos, fortalecido a despeito da intenção interessada de muitos dos que aqui falaram interessadamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Descontei um minuto que V. Ex^a havia perdido.

Com a palavra, o ilustre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Delúbio, de forma objetiva, o senhor aceita uma acareação com o Deputado Roberto Jefferson? (Pausa.)

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor autorizou o Marcos Valério a pagar a ele R\$4 milhões ou mais de R\$ 4 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei essa questão na resposta anterior.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim ou não.

O senhor esteve na Diretoria de Liquidação do Banco Central alguma vez?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor esteve defendendo interesses do Banco Rural como aquisição do Banco Mercantil de Pernambuco ou títulos do Banco Econômico junto ao Banco Central?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Como o senhor não deu a relação de nomes, eu só vou indicar alguns nomes, o senhor confirma sim ou não, se o senhor autorizou que essas pessoas recebessem dinheiro dessa conta, que o senhor diz, decorrente do empréstimo do Marcos Valério.

Josias Gomes Deputado Federal da Bahia. Sim ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, vamos encurtar; vai ser não para todos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Só para constar. É importante, vou explicar na sequência. Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Anita Leocádia Costa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Simone Vasconcelos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Jacinto Lamas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Davi Rodrigues Alves?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Cristiano Neves?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – José Luís Alves?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Luís Carlos Costa Lara?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Luís Carlos Miranda Farias?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Solange Pereira Oliveira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Presidente do PT no Distrito Federal, Wilmar Lacerda?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Aloísio do Espírito Santo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

Todos os nomes, na investigação, serão publicados.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Benone Nascimento Moura?

O SR. DELÚBIO SOARES – Também não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Carlos Genu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Também não. Todos serão, na investigação, serão colocados os nomes, e foram buscar em nome de quem o titular foi buscar. Eu vou explicar à sociedade.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Até por isso, Sr. Presidente, por precaução, nós estamos entrando, agora, com um pedido de busca e apreensão junto à CPMI e à Polícia Federal para todos os computadores da Sr^a Simone Vasconcelos, que, pelos depoimentos, era a responsável pela relação de nomes e liberação dos recursos junto às agências do Banco Rural. Isso é por uma questão de cautela para garantir a investigação. Porque – eu explico – está havendo uma preocupação – e a perícia evidentemente – em caracterizar esses dois, ou cinco, ou seis empréstimos de R\$39 milhões como operação que pode caracterizar um crime eleitoral. Com os documentos investigados, até por honestidade à defesa, essa tese é desmontada, porque a maior parte dos recursos foram sacados bem fora, bem distante do período eleitoral, e a maior parte das pessoas que recebeu o dinheiro não tinha relação alguma com a eleição municipal, começando pelos dirigentes do PT do Distrito Federal, que não tem eleição municipal no ano de 2004, e boa parte das pessoas que sacou dinheiro são ligadas a políticos e Parlamentares da Base de Apoio do Governo justamente no período. E aí, mais uma coincidência que nós vamos investigar, em que houve votações importantíssimas no Congresso Nacional. Porque está havendo uma preocupação de restringir a sua participação de forma ingênua, de

forma inaceitável – e aqui, claro, o senhor está assegurado com um **habeas corpus**, mas não tem o direito de fazer afirmações falsas, que serão confrontadas com o seu depoimento na Polícia Federal, com o seu depoimento ao Ministério Público, com as suas entrevistas e com os depoimentos do Marcos Valério e do Sílvio Pereira, com as consequências criminais, que nós já pedimos ao Ministério Público Federal. Não se trata de R\$39 milhões. O senhor estava envolvido, e é isso que nós estamos investigando, e o senhor abre a investigação com uma operação de financiamento de recursos, que nos permitem, pelo menos, três possibilidades: por que os contratos com o BMG e o Banco Rural? As taxas, as razões de garantias desses contratos, se não há existência de recurso no exterior? E aqui lembro o que disse o Deputado Roberto Jefferson e o Ministro José Dirceu: “que doleiros foram presos e, portanto, por pessoas ligadas aos tucanos na Polícia Federal, e não puderam trazer de volta o dinheiro para o Brasil”. Nesse período, o senhor tenta justificar os empréstimos com o BMG e com o Banco Rural. É mais uma coincidência que nós vamos analisar e verificar, ou seja, se não há contrapartida, porque, pelo faturamento da empresa, com os contratos que foram dados em garantia à Eletronorte e aos Correios, normalmente a taxa de mercado de uma empresa é de 10% a 15%, insuficiente para garantir empréstimo dessa natureza e a movimentação desses recursos.

O senhor está se preocupando em responder R\$39 milhões. Os indícios são muito fortes de que foram movimentados mais de R\$1 bilhão. Por meio do PT, o senhor está tentando justificar com esses empréstimos feitos ao Sr. Marcos Valério.

Então, vamos aprofundar as investigações. Por isso fiz essas perguntas. Para o senhor consignar, porque depois vamos verificar se todos os nomes que sacaram foram, coincidentemente, de pessoas ligadas ao Governo ou se ficam restritos os saques aos nomes que o senhor e o Marcos Valério indicaram na Procuradoria Geral da República.

Portanto, fique bem caracterizado que há consequências de ordem criminal. Não é o nosso foco, não será o nosso objetivo, pode ser um desdobramento, mas o que estamos analisando, Sr. Delúbio, é corrupção.

Nós não podemos entrar nessa discussão generalizada de que é todo mundo igual. O senhor e o seu governo tiveram a possibilidade de, em dois anos e meio, denunciar se houve práticas viciadas em governos passados. O senhor está comprometendo a história do seu partido, porque se o senhor não dá o nome, todas essas pessoas que estão vindo a público, como, por exemplo, o Presidente do PT do Distrito Federal, começam a receber a suspeita de que esta-

vam envolvidas numa operação ilícita, em gestos de corrupção.

A sua atitude no PT desmonta não a tese do caixa dois; não é a questão da não contabilização. Isso se retifica. É a questão da utilização de recurso sem origem, de recurso de corrupção, de tráfico de influência.

Quem, no Brasil, pode acreditar que uma pessoa iria, sozinha, atendendo a um pedido seu, uma pessoa que o senhor conheceu três ou quatro meses depois das eleições, emprestar quase R\$40 milhões, no setor privado nacional, para o senhor, de forma isolada, sem o conhecimento do Presidente e do Secretário-Geral do PT, fazer destinação de recurso?

Talvez estivesse certo o Presidente Lula – é a primeira vez que uso de uma ironia em todas as minhas intervenções – quando disse que os melhores quadros foram para o Governo. Imagine essa prática sua e do Sílvio Pereira na administração pública brasileira. Imagine o senhor no Ministério da Fazenda e no Banco Central, tomando atitudes dessa natureza, comprometendo a história do PT, colocando no constrangimento todos os Senadores e Deputados do PT, colocando no constrangimento todos os que estão indicados naquela relação, que já saem prejudgados como criminosos ou como envolvidos em gesto de corrupção.

A responsabilidade sua hoje aqui não é só jurídica, não é só de ordem legal, há uma preocupação muito grande, nas defesas, com a visão legalista. Estamos aqui num processo político, e, no ano que vem, de forma mais imediata, esse tipo de postura seguramente estará prejudicando imensamente a história do Presidente Lula, do PT e do seu Governo.

Então, para constar também, sim ou não, com muita objetividade, em relação aos depoimentos de ontem do Sílvio Pereira. O Sílvio disse: “O Delúbio disse que a idéia era ampliar a base política para todas as cidades do Brasil, como decisão partidária”, e, para isso, precisava do Sr. Sílvio Pereira, que era o Secretário de Organização.

Ele disse ontem que nada sabia. Ele mentiu? Sim ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – No depoimento na Polícia Federal já respondi a essa questão.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – No depoimento dele ontem.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi essa questão, Deputado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi essa questão.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Empréstimos do Banco Rural e do BMG. Sílvio Pereira

disse que era de conhecimento de toda a Executiva Nacional e do Diretório. Quem eram essas pessoas? José Dirceu? José Genoino?

O SR. DELÚBIO SOARES – O empréstimo formal do Banco Rural... Foi aprovado pela Executiva que se recorresse à rede bancária e delegou a mim o direito de escolher os bancos. Fui atrás de vários bancos, só esses toparam fazer, como já expliquei antes.

E foi aprovada a prestação de contas. Dei conhecimento ao Diretório Nacional desses dois empréstimos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Os membros da Executiva do PT diziam: “Resolvam com o Delúbio.” Foi isso que o Silvio Pereira nos disse. Depois alguém lhe perguntava: “Delúbio, você resolveu?”

O SR. DELÚBIO SOARES – Todos os envolvidos no processo. A lista que o senhor solicita, que não tenho em mãos agora, mas que as investigações vão apresentar, essa lista confirmará o que foi tratado e o que foi combinado e foi recebido. Todas as pessoas, na relação de confiança, que foram designadas, que receberam e me comunicaram.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor disse que tinha uma relação de confiança com as pessoas que receberam dinheiro. O senhor acha normal as pessoas receberem milhões sem assinar recibo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses recibos não foram assinados comigo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor disse que os bancos BMG e Rural só cobram os atrasados de pagamento dos empréstimos. O senhor acha normal os bancos nunca cobrarem as dívidas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está anunciado nos jornais hoje que se não pagarmos agora em setembro, vão executar o PT. E é uma execução judicial normal de qualquer devedor, para uma instituição, como se faz em qualquer relação privada.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor disse que nunca fez nenhum pagamento aos bancos e nem ao Sr. Marcos Valério. Se o PT não assumir os pagamentos daqueles assinados com a sua palavra, o senhor imagina que estará desonrando a sua palavra? Lembro a declaração do Presidente Tarso Genro, ontem, de que houve gestão temerária, e que ele inclusive defendeu a suspensão do senhor do PT. É interessante, não entro no mérito das decisões internas, o PT expulsou Parlamentares por razões ditas ideológicas e programáticas, e o senhor, que fez Caixa 2, assume talvez a maior crise da história do PT, acha normal essa afirmação? Ou seja, a sua palavra tem valor? O PT deve assumir essa dívida?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido vai discutir isso no momento certo. Era para eu estar na reunião ontem, em razão da CPMI, eu não estive. Mas vai discutir essa questão.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor disse que não ajudou o BMG nem o Banco Rural junto ao Governo. Não ajudou na discussão do crédito consignado para trabalhadores e aposentados nem no microcrédito, nem ajudou qualquer outra empresa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não ajudei nenhuma empresa, embora defenda intransigentemente o microcrédito, o crédito consignado, novas formas de crédito popular para a população brasileira.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Um dos nomes que perguntei o senhor encaminhou uma das prestações de contas o material assinado pelo senhor e pela Sr^a Solange Oliveira. Então estou fazendo isso por absoluta honestidade para caracterizar as contradições e as afirmações falsas que o senhor deu, confrontando as suas respostas hoje, a declaração na Polícia Federal, no Ministério Público e nas suas entrevistas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não entendi, Deputado, a vinculação com a Solange.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Que o senhor negou que conhecesse a Solange.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não neguei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Negou, o senhor disse “não”.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, eu disse que não ia dar os nomes de quem sacou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu perguntei os nomes de uma relação e o senhor negou.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se eu conhecia, não foi isso que o senhor... Se foi isso, eu me enganei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – De saque de dinheiro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, de saque de dinheiro não vou dizer nome de nenhuma pessoa. A Solange eu conheço, é funcionária do Diretório Nacional.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas ela sacou dinheiro também?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa informação já declarei na resposta anterior.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo. O senhor disse que conhecia o Marcos Valério desde 2002. Quero insistir numa questão. O senhor sabia que ele tinha contratos com órgãos públicos, especificamente com os Correios e com a Eletronorte?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu sabia que o Marcos Valério tinha empresas que prestavam serviços ao Governo Federal e a várias empresas privadas e

vários outros organismos de Governo. Disso eu sabia. Onde estavam localizados os contratos do Sr. Marcos Valério nunca me interessei a saber.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – V. S^a se considera um petista fiel ao Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – A minha trajetória política.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – V. S^a insiste que atuava por conta própria, à revelia dos seus companheiros e da direção do Partido. O art. 193 do PT afirma de forma taxativa que “abertura e movimentação de contas bancárias e demais transações financeiras em nome do Partido dos Trabalhadores deverão ser feitas conjuntamente pelo tesoureiro e pelo presidente e pelo secretário de finanças da respectiva Comissão Executiva”.

O senhor, como fundador, dirigente do Partido que dá sustentação ao Governo, não considera uma transgressão tão grave ao Código de Ética e ao Estatuto do PT não informar a nenhum dirigente e por única vontade pessoal tratar de empréstimo e da movimentação de mais de R\$40 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, eu acrescentei no meu pedido de licença que o Partido dos Trabalhadores convocasse a Comissão de Ética para investigar esse fato. Então, já admiti perante o Partido, ao solicitar a convocação da Comissão de Ética, o meu pedido de licença para poder assumir essa responsabilidade que já expliquei aqui dos R\$39 milhões. Eu sei da minha responsabilidade.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E da destinação das pessoas que receberam os recursos: eles são provenientes somente desses R\$40 milhões ou o senhor indicou outras pessoas para receberem recursos de outras fontes também do Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não indiquei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E além das empresas do Sr. Marcos Valério, o senhor autorizou ou pediu para outra empresa ou para outra pessoa também liberar recursos para dirigentes do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Só para constar, Sr. Presidente, é ate uma questão regional, quanto foi destinado para a campanha do PT nas ligações das eleições municipais do Paraná?

O SR. DELÚBIO SOARES – Repete a pergunta por favor.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quanto foi destinado para o PT nas eleições municipais do Paraná?

O SR. DELÚBIO SOARES – Temos que olhar a prestação de contas nessa relação.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas lá também todo o dinheiro foi Caixa 2, ou todo o dinheiro foi regularmente formalizado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo-me o direito de não responder a essa pergunta.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, recebi uma mensagem, entre tantas, de uma pessoa sugerindo e traz razões de ordem confidencial que, evidentemente, não vou divulgá-las.

Faço um apelo também à família do Sr. Marcos Valério. Aprovamos a convocação da sua esposa, Renilda, e da S^{ra} Simone. Amanhã, vamos definir a agenda. Fazemos questão de que elas sejam as próximas a serem ouvidas.

Fazemos um apelo aqui, em público, ao Sr. Cristiano Paz Mello, sócio do Sr. Marcos Valério, para que, querendo, espontaneamente, também venha à CPML, para separarmos o trabalho das agências de publicidade, o trabalho dele e da diretoria dessas agências e o trabalho do Sr. Marcos Valério, a fim de que tenhamos clareza se os recursos são restritos aos R\$40 milhões, cujos empréstimos apareceram agora. Eles vão exigir, Sr. Relator, analisar a origem, a data, a coincidência desses valores, se efetivamente isso não é para justificar agora, utilizando-se de operações já feitas lá atrás, numa operação normal da empresa, e agora indicada para a justificativa desses R\$39 milhões.

É o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Acho que está no Congresso.

Com a palavra o Deputado Federal Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sr. Presidente...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Iniciaram os suplentes?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Iniciamos os suplentes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Deputado Welinton Fagundes, o “X” é de suplente. V. Ex^a é suplente, não é?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não. Sou titular.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a é titular?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Então, V. Ex^a marcou o “X” no lugar errado.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que “X”, Sr. Presidente? Eu não marquei “X” nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a marcou um “X” aqui.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não. Quem fez minha inscrição foi V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas não tem problema. Ele poder falar primeiro e eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Murilo Zauithalaria e V. Ex^a...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Murilo Zauith. Quinze minutos, por favor, a correção do relógio.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado.

Srs. Congressistas, Sr. Delúbio, o senhor já vem com um ponto a mais nesta CPML. Ontem, o seu colega de Partido, o Sílvio Pereira, que também veio protegido por um **habeas corpus**, espontaneamente, falou que ia dizer a verdade e só mentiu aqui, na CPML. Pelo menos, o senhor não prometeu nada sobre dizer a verdade. Então, o senhor realmente já vem com um ponto a mais.

Quero cumprimentar o Relator. Hoje, pela manhã, na abertura dos trabalhos, V. Ex^a foi muito feliz na condução do seu trabalho, nas suas arguições. Realmente, dá-nos orgulho ter V. Ex^a como Relator.

Na semana passada, o senhor foi duas vezes a Belo Horizonte. O senhor disse que foi tranquilizar o Sr. Marcos Valério da dívida que o senhor pessoalmente tem com ele. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor foi tranquilizá-lo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão anteriormente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, o senhor não quer responder... Está bom. Vamos caminhar.

O senhor disse que é uma direção de Caixa Dois. A nova direção do PT falou que ignora essa conta que chega a quase noventa milhões, pela sua boca, como o senhor disse aqui, várias vezes. Será que o Sr. Marcos Valério vai ter que “micar” com essa conta, com o senhor fora dessa estrutura toda? O senhor passa uma tranquilidade tão grande. Será que o senhor tem uma costa tão larga que o senhor acha que tudo isso vai ser resolvido para a frente? O senhor disse que

vai estar na campanha do Presidente Lula no ano que vem. Parece que nada está acontecendo com o senhor, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa questão também já coloquei na CPI, mas repito ao senhor, Deputado Murilo, que vou discutir esse assunto internamente, no Partido dos Trabalhadores, no momento certo. Não o fiz ontem porque estava me preparando para essa inquisição, para esse depoimento que estou prestando aqui. Sou depoente aqui, hoje, e estava me preparando, lendo os documentos, para dar informações corretas aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas, aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas, que informações corretas o senhor trouxe? O senhor não trouxe nada de novo aqui! O senhor não disse nada!

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor não considera relevante a afirmação de que um Partido político brasileiro recorreu ao mercado, através de duas, de várias empresas...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, não quero...

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor não considera isso relevante, o senhor tem todo o direito.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu quero saber que garantias, que tranquilidade o senhor dá para o Sr. Marcos Valério que o senhor vai cumprir um aval moral, que o senhor deu a um empréstimo, que, hoje, chega a R\$90 milhões? É isso o que nós precisamos saber! Essa costa-larga que o senhor tem, com essa tranquilidade toda o senhor fala que assumiu esse compromisso, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já respondi ao senhor essa questão, Deputado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor diz que, na democracia, o senhor tinha consciência que o Governo precisa de uma base parlamentar, e o senhor construiu essa base e a deu de presente para o Governo, e o Governo não sabe como aprovou todos os projetos dele aqui? O senhor é tão preparado, é tão competente que não precisa conversar com ninguém no Governo para montar essa base, para montar essa estrutura financeira que o senhor montou aqui?

O SR. DELÚBIO SOARES – A base política não é montada por mim. Ela foi montada pelos Partidos que decidiram, primeiro, eleger o Presidente Lula, que apoiaram o Presidente Lula no primeiro turno; os Partidos que o apoiaram, no segundo turno...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E os que nos apoiaram também.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...,Parlamentares que não apoiaram e que depois vieram apoiar o Governo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor que montou toda essa estrutura?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não senhor.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quem montou essa estrutura?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho conhecimento. Não faz parte da direção do PT montar essa estrutura. Faz parte do PT se relacionar com os aliados. Foi isso o que nós fizemos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E aí, quem montou essa estrutura – que o senhor não sabe quem foi –, disse: “Delúbio, monta uma estrutura financeira para atender esses Partidos da base”

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, eu já falei sobre essa questão.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor disse também que o PT foi, no segundo turno, a oito Estados, no Brasil. Ontem, o Sílvio Pereira disse que ele cuidava da logística, das pesquisas, e disse que o senhor cuidava da parte financeira disso. O senhor cuidou da parte financeira, no segundo turno, em todos os Estados do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – A eleição de 2002, cada Estado tinha sua coordenação político-financeira. Eu cuidava, junto com outros companheiros, da campanha nacional.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas o senhor disse, aqui, hoje,...

O SR. DELÚBIO SOARES – Passadas as eleições, as dificuldades financeiras que esses Estados, membros do Partido e também membros da base aliada, apresentou para o Partido, para a Direção Nacional do PT, e tomamos as providências, que eu já expliquei.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Os oito Estados tiveram problemas de caixa depois das eleições?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa questão eu já falei: não vou me pronunciar sobre ela. Quem são os Estados, os nomes, no momento certo as investigações vão dar conta dessa questão que o senhor levanta, com razão.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E as eleições municipais? Esses *shows* que vários Municípios tiveram do PT Nacional, eles já foram saldados? Refiro-me a esses *shows* contratados, como o senhor discorreu, nessa manhã, aqui, com vários conjuntos? Foram todos pagos ou ainda deve? Como está a situação disso tudo? Ou seja, essa estrutura que o senhor montou nos Municípios de ajudar os seus candidatos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos uma parceria: o Diretório Nacional, o Diretório Regional e a campanha local para o pagamento dos *shows*. As cidades que, porventura, não conseguiram pagar, nós

honramos os contratos com os cantores apresentados. Nem todos os *shows* foram pagos, ainda.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não. Os *shows*, que foram para os Municípios... Os *shows* que não foram, está no caixa dois para serem pagos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Está na contabilidade do Partido dos Trabalhadores. O senhor pode olhar que tem vários... os nomes dos cantores normalmente não é o nome artístico. O senhor vai achar várias despesas na contabilidade do PT. Está à disposição da CPMI essa contabilidade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Qual a relação do senhor com os Ministros do Governo? É pessoal? O senhor viaja junto com S. Ex^{as}? Como é essa história?

O SR. DELÚBIO SOARES – É uma relação política...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor viaja junto com Ministro? Tem amizade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tenho amizade com vários Ministros do PT e de outros Partidos também.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor viaja com o Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já viajei, conforme relatei aqui.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor viajou e participou da comitiva?

O SR. DELÚBIO SOARES – Fui à África com o Presidente Lula. É público e notório, publicado no **Diário Oficial**.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quando foi isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Acredito que em novembro de 2003.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Novembro de 2003. Quer dizer que o senhor tem amizade com o Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Naturalmente. Admiro muito o Presidente Lula.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Participava da comitiva de viagens de Sua Excelência, inclusive internamente aqui no Brasil, o senhor tem participado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Interna? Fui, inclusive ao seu Estado, visitar a Fazenda Itamaraty.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Exatamente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não nego o que eu fiz, de jeito nenhum, Deputado!

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É isso o que quero saber.

O SR. DELÚBIO SOARES – As minhas responsabilidades, as minhas atividades, são públicas, transparentes.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Por isso que o senhor montou essa base toda para Sua Excelência?

O SR. DELÚBIO SOARES – A base política não é de minha responsabilidade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor nunca comentou com Sua Excelência...

O SR. DELÚBIO SOARES – Discutia as campanhas eleitorais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor nunca comentou com Sua Excelência sobre como estava indo a base do Governo? O senhor nunca conversou sobre recursos financeiros com o Presidente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já lhe disse que não, Deputado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Nada? Está bom.

O ex-Presidente José Genoíno disse, no dia 10 de agosto de 2004, que o seu salário é de R\$6 mil – estou com a declaração do ex-Presidente José Genoíno. O senhor, pela primeira vez em que usou a palavra sem a ordem do seu advogado – o senhor inclusive disse falou espontaneamente e ele não estava gostando do que o senhor falava –, falou de sua vida pessoal. Disse que tem um Corolla, na garagem, e que pagou R\$71 mil por ele, e que deu três cheques. A primeira vez quem falou sem a ordem do seu advogado já cometeu um erro sobre sua vida pessoal. Com R\$6 mil de renda o senhor pode dar três cheques para comprar um Corolla no valor de R\$71 mil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, já expliquei, na questão anterior, a minha declaração de renda:...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Só estou perguntando. É matemática.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...tudo o eu que possuo, eu trabalhei... Vou aproveitar a oportunidade e explicar novamente a V. Ex^a: trabalho, por minha conta, desde os quatorze anos de idade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tenho o maior respeito pelo seu passado. Não estou entrando nesse mérito pessoal.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca comprei propriedade nenhuma. Tudo o que tenho está depositado nos bancos que enumerei aqui. V. Ex^{as}, Deputados da CPI, autorizei a quebra do meu sigilo bancário e fiscal para que possam ver os depósitos todos que tive, tudo certinho. Ao longo da minha vida, juntei um patrimônio de R\$163 mil. E isso dá para comprar um Corolla de R\$73.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas foi o senhor quem falou: “Tenho, em Goiânia, na casa da minha irmã, um Corolla, que comprei e está pago. Dei três cheques para o pagamento. O Corolla custou R\$71 mil”. O Sr. José Genoíno falou que sua renda no PT era de R\$6 mil. Qual sua renda a partir:...

O SR. DELÚBIO SOARES – Está na declaração de renda do ano passado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A partir de agora, que o senhor ficou sem o seu trabalho no Partido, qual é o seu trabalho hoje?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, com todo o respeito. O senhor me faz uma pergunta: sou dirigente do PT, licenciado da Secretaria de Finanças e Planejamento para dá as explicações à sociedade sobre o que está acontecendo. O PT não cortou o meu salário.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor está recebendo nesse licenciamento?

O SR. DELÚBIO SOARES – O PT não cortou o meu salário.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não cortou? Continua recebendo os R\$6 mil.

O SR. DELÚBIO SOARES – É mais de R\$6 mil. O senhor vai ver na declaração de renda quanto é.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Estou falando o que o Presidente Genoíno falou.

O SR. DELÚBIO SOARES – Tivemos uma evolução salarial dos dirigentes do PT. Já contei à CPI o valor do meu salário todo. Vocês vão poder pegar ano-a-ano. Sou uma pessoa de 49 anos, nunca fiquei um dia desempregado. Mesmo quando fui demitido, continuei trabalhando em sala de aula, quando era professor. Nunca deixei de trabalhar na minha vida. Quem me conhece sabe disso. Se eu não puder ter um patrimônio como esse, é até vergonhoso o meu patrimônio pelas minhas atividades.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Outro assunto. Lá em Buriti Alegre, quero que o senhor me responda – eu não vou contar o caso de Buriti Alegre – só quero que o senhor me conte como foi o caso que saiu na imprensa em Buriti Alegre, que é sua cidade, sobre carregar dinheiro em embornal.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso já foi explicado em uma carta ao **O Globo**. **O Globo** fez uma reportagem, já expliquei ao **O Globo** como foi. Se o senhor me permitir, posso explicar à CPI. Gostaria de explicar.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não...

O SR. DELÚBIO SOARES – Para o senhor entender, senão, o senhor faz uma acusação; já foi respondido...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não foi uma acusação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, mas foi uma matéria publicada no **O Globo**.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Estou trazendo aqui porque é o momento de mostrar. Foi o senhor quem entrou em seu patrimônio, não fomos nós. O senhor quem abriu para a CPI, que nos deu a liberdade de entrar. O senhor quem veio querer contar que não tem nada. Ninguém havia perguntado de sua vida pessoal; foi o senhor quem disse. Eu estou levantando sobre o Toyota Corolla e, agora, estou falando das terras, que foram compradas em Buriti Alegre e que foram pagas em dinheiro, colocado dentro de embornal, que é uma palavra muito usada no interior, porque a mulher, que recebeu, falou que recebeu em espécie – está aqui toda a declaração de quem vendeu as terras –, recebeu em dinheiro, “porque dinheiro de político tem que ser em dinheiro mesmo”, que a terra foi passada por R\$150 mil. O corretor disse, aqui, que ela vale R\$800 mil. O senhor pode dar a sua explicação. Mas que aconteceu, aconteceu.

O SR. DELÚBIO SOARES – Meu pai e minha mãe moram em Buriti. Meu pai nasceu em Buriti; minha mãe nasceu em Tupaciguara. Meu pai se casou com minha mãe; eu sou de uma família de pessoas vencedoras, Deputado!

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Tudo bem. Eu não quero falar de sua família. Seu pai é uma pessoa idônea, trabalhadeira...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, eu vou explicar, porque o senhor esta falando que eu tenho fazenda; eu não tenho.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não estou falando que o senhor tem. Estou falando que o senhor adquiriu terras.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não adquirir terras nem em meu nome, nem em nome de terceiros.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É tudo mentira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está respondido.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não teve escritura nenhuma em Buriti Alegre?

O SR. DELÚBIO SOARES – No meu nome, não. O meu pai...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ah, lógico! Ah...

O SR. DELÚBIO SOARES – Meu pai solicitou que nós, eu e meus irmãos,...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não fale isso de seu pai, não ponha sua família no meio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, ou explico ou o senhor...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não...

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor deixa eu falar? O senhor perguntou...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu estou perguntando sobre o dinheiro no embornal.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso está explicado no **O Globo**. O mesmo jornal que publicou, eu fiz uma procuração, essa procuração no advogado autorizado, meu pai explicou todos os recursos. Os recursos que eu mandei para o meu pai, via ordem bancária, estão na declaração de renda, em torno de R\$25 mil ou R\$26 mil, de minha conta que eu passei para conta dele. Essa foi minha ajuda. As demais ajudas para o meu pai quitar as terras, que ele fez e que ele esta devolvendo os empréstimos a meus irmãos, foi feito pelos meus irmãos, não por mim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não quero entrar no mérito da sua família. A sua mãe declarou que nem máquina de lavar roupa ela não tinha; ela que faz todo serviço de casa. Eu tenho o maior respeito pela sua família. Não diga isso, Sr. Delúbio. Diga como, gastou em uma área de terra avaliada em R\$800 mil, foi levado o dinheiro em embornal. Só isso que eu estou perguntando.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, já expliquei a situação. Não tenho mais o que explicar. Não comprei fazenda. O que eu fiz foi uma ordem de transferência bancária da minha conta para a conta do meu pai. Esta declarado no Imposto de Renda, de 2004. Isso foi em 2003, março de 2003 que aconteceu. Está na minha declaração de renda de 2004.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A população de Buriti Alegre não está com a verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não é a população...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado está concluindo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Está muito claro na declaração de renda.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Antes de passar a palavra ao Deputado Welinton Fagundes, gostaria de fazer dois registros. O primeiro, com relação à Constituição Federal e o seu art. 4º, sobre a República Federativa do Brasil.

Diz a Constituição, no que se refere a relações internacionais, no parágrafo único do art. 4º:

“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Também chamo a atenção para o art. 19 do Regimento Interno. Por que faço isso? Porque recebi um ofício, encaminhado pelo Embaixador do Paraguai, questionando-me a respeito de expressões descorteses utilizadas por um país irmão. O meu Estado faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, assim como também o Estado do Relator faz com o Paraguai. Portanto, amanhã, encaminharei ofício para dar conhecimento do recebimento deste ofício. Mas, o Embaixador, registrou a sua preocupação e principalmente sua indignação em relação às referências feitas, na visão dele, ao Paraguai. Assim sendo, eu pediria a todos os membros desta CPMI que, pelo menos nesse aspecto, tenhamos mais cuidado, até pelo que o Paraguai representa e por um país irmão.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos chamar de “Operação Minas Gerais”, assim fica dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton, com a palavra.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Protesto! Eu nasci lá, Sr. Presidente. Eu nasci em Minas!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem Sr. Presidente.

Eu protesto. Minas Gerais não deve ser colocada dessa forma.

O SR. (Orador não identificado) – Porque ela foi feita em Minas Gerais. Só por isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu também protesto, Sr. Presidente, eu sou Deputada pelo Rio, mas nasci em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos dizer que tenha sido feito em São Paulo. Vai gostar? Não. Nós não fazemos isso porque achamos indelicado. Mas não façam com Minas Gerais também.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como membro da Comissão de Relações Exteriores e Presidente, que fui por dois anos, quero enaltecer o gesto de V. Ex^a e conclamar a todos os membros da CPI e do Parlamento para que não façam referência a operação de qualquer País, porque, de fato, como V. Ex^a bem nos chama atenção, constitui uma observação inadequada, que pode ser

considerada ofensiva aos nossos amigos do Paraguai ou de qualquer outro País. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, com a experiência e o conhecimento de V. Ex^a.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sempre digo que a palavra é um mau veículo, por isso nós estamos sempre dizendo: não foi bem isso que eu quis dizer. De modo que talvez fosse o caso de a Comissão, por todos os seus membros, dirigir um ofício a S. Ex^a, o Embaixador do Paraguai, exatamente neste sentido, de que a palavra foi um mau veículo, não foi bem isso o que se quis dizer aqui.

Apresentaremos, Sr. Presidente, não só o senhor, mas subscrito por todos os membros da CPI, o nosso pedido de desculpas a esse País que tanto respeitamos e ao qual devemos tanto, porque na tríplice aliança o Paraguai era o único país industrializado do Continente Sul e foi covardemente massacrado.

Então, o meu respeito ao Paraguai, o meu reconhecimento e o meu pedido de desculpas pela história do nosso País que ajudou a massacrar o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard. Serão tomadas as providências com relação à correspondência ao Embaixador.

Segundo o Senador Pedro Simon, o Embaixador assistiu e com esse pronunciamento da Deputada Juíza Denise Frossard já se considera satisfeito.

Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes, por 15 minutos.

Assessoria técnica.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, até aqui eu tinha anotado para começar a minha fala fazendo elogios e demonstrando o nosso reconhecimento à forma com que V. Ex^a vem comandando esta Comissão, com muita calma, com muita tranquilidade.

Cheguei até aqui, em outra reunião, e pedi que não houvesse excesso de tolerância. De qualquer forma, a sua postura, bem como a do Relator... Tive a oportunidade de ouvir alguns comentários em relação ao Relator de que ele é muito técnico. E é isso que precisamos, realmente, porque às vezes muitos vão até o devaneio, falam muito para a televisão, para a câmara, pelos holofotes, e acho que precisamos encontrar aqui, com tranquilidade, uma resposta adequada à população.

Portanto, quero também, até nesse gesto de V. Ex^a, chamar a atenção da Comissão. Sou do Estado de Mato Grosso, vizinho do Estado de Mato Grosso do Sul. Não sei se é o pai ou a mãe de Mato Grosso do Sul, de qualquer forma, também fazemos limite com o Paraguai e temos uma comunidade paraguaia no nosso Estado. Considero importante esse registro. E, talvez, a provocação, enfim, a falta que foi feita hoje durante o dia sirva também para demonstrarmos que a grande maioria da população brasileira tem o maior respeito pela população paraguaia, até porque estamos trabalhando, o Presidente Lula e o Governo tem feito um trabalho muito grande na consolidação do Mercosul e é importante que cada país vizinho tenha essa consciência de que um pode perfeitamente estar ajudando o outro. E os gestos que fizemos aqui serão importante para a consolidação disso tudo.

Também queria registrar, Sr. Presidente, antes de entrar no mérito, que, ontem, tivemos a oportunidade de estar na assessoria e não sei o que o Presidente pode fazer, porque, sem dúvida nenhuma, esta CPI tem a importância muito grande de dar uma resposta à população.

Ontem pudemos ver os técnicos assoberbados, sem nenhuma condição de trabalho, havia pilhas de documentos lá e os técnicos pediam aos Deputados: olha, vocês precisam nos ajudar, porque não estamos tendo as mínimas condições de trabalho. Chegaram os documentos e, às vezes, vemos muitos assoberbados, também, no sentido de ir lá e pegar a informação para ser o primeiro a dar a informação à imprensa.

Então, Sr. Presidente, eu vejo e o Relator também que, possivelmente, a próxima semana será mais administrativa. Penso que está na hora de pararmos um pouco para organizarmos, inclusive, o trabalho da assessoria.

Vi, ontem, um assessor quase que pedindo pelo amor de Deus, mais calma, mais cautela, porque é difícil para o assessor falar para um Parlamentar – um Senador ou um Deputado – que não pode fornecer a informação naquele momento, porque o Parlamentar quer a informação. E vemos a preocupação muito mais de levar à imprensa aquela informação e não de trazer aqui à Comissão para discutirmos e chegarmos a algum resultado.

Então não é um protesto. Estou fazendo muito mais uma observação. Quero pedir aqui que tenhamos esse trabalho de colocar um pouco mais de estrutura, mas também de calma para trazer a informação à população.

Sr. Delúbio, depois de tanto tempo, o senhor está aí sentado há várias horas e deve ter tido tempo para responder, mas também para fazer as reflexões.

O senhor é um dos fundadores do PT, um Partido que tem 20 anos de história, que mostrou a sua luta, construído e calcado principalmente nos trabalhadores e que chegou a uma vitória retumbante, exemplo no mundo inteiro.

Eu gostaria muito mais, já que todos estamos aqui, de pedir aos depoentes que colaborem com a Comissão, principalmente neste momento em que todos têm uma preocupação com o País. Qual a sua posição, qual a orientação que o senhor poderia agora, após tantas horas de cadeia, talvez até de pressões, possivelmente deve ter tido até momentos de revolta, gostaria de saber a sua opinião?

Primeiro quero fazer uma pergunta: o senhor assumiu a função de tesoureiro por quê?

Neste momento, o senhor acha que, em ter assumido essa posição de tesoureiro, prestou um serviço ao seu Partido e, principalmente, ao Brasil?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deputado, posso fazer apenas uma observação a esta CPI que considero relevante?

Acho que V. Ex^a vai concordar comigo. Peço licença para usar apenas dez segundos.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, acaba de bloquear as contas de Renilda Santiago.

Ela tentou sacar, hoje pela manhã, R\$1,800 milhão. O Coaf avisou às autoridades policiais, que entraram em contato com o Procurador-Geral da República, que peticionou, e o Ministro Nelson Jobim acabou de bloquear as contas dela.

Acho que se torna ainda mais relevante a oitiva da Sr^a Renilda na próxima semana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – O registro é importante e será, inclusive, discutido, amanhã, na reunião interna da CPI.

Com a palavra o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Welinton, às vezes o destino indica a gente algumas coisas. Na minha militância de base, fui tesoureiro da antiga Associação de Professores de Goiás, por um período longo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor pode falar à vontade.

O SR. DELÚBIO SOARES – Depois, na Central Única dos Trabalhadores, exerci a função de Secretário Sindical e também a função de Tesoureiro da Cut Nacional. Em 1995, assumi a Executiva Nacional do PT. Fiquei em outra função, função em eu que tinha uma experiência muito grande: Secretário Sindical do Partido dos Trabalhadores, por ter sido sindicalista durante vários anos. Fiquei nessa função até o início de

2000. Em 2000, em um congresso, um encontro nosso, decidiu-se que eu devia ocupar a Tesouraria do PT. Já tinham me feito essa proposta em 1997 e eu a recusei, com o seguinte argumento: eu era presidente do Conselho Deliberativo do FAT e me sentia impedido, pela função que ocupava, representando a Central Única dos Trabalhadores nessa função. Por isso, não aceitei, na época. E os companheiros da direção me solicitaram que eu assumisse em 2000. Tivemos processo de eleição direta, e o meu nome foi confirmado. Já disse isso publicamente a todas as pessoas, inclusive tentei, sem glória no Partido dos Trabalhadores, antecipar as eleições do PT, que serão agora em setembro, para maio do ano passado – quem é do PT sabe, os militantes do PT todos sabem disso –, mas perdi essa proposta no Diretório Nacional, em 2003. É uma função da qual eu pretendia sair agora. Com esse episódio, a minha licença foi aceita, por consenso, na Executiva. Então, fui Tesoureiro do PT nesse período em função da experiência que tinha. Agradeço muito aos militantes e aos dirigentes do PT a confiança que me emprestaram. Fiz esse agradecimento ao Diretório Nacional, o qual, também o Presidente José Genoino renunciou. O José Genoino renunciou, e nós – eu, Sílvio e o Marcelo Sereno – pedimos licença para esclarecer os fatos, uma vez que o ato do Presidente é individual. Na direção do PT, os cargos são de orientação das chapas que compõem o Diretório. Então, estou licenciado nessa direção.

Ao País, que é a sua pergunta, acho que essa decisão que tomei de mostrar ao Brasil que um Partido da importância como o nosso, estando no Governo, que muitos Deputados inclusive falaram que não entendem por que um Partido que está no Governo tem uma dívida desse tamanho; por que um Partido que está no Governo recorre para socorrer dificuldades de seus membros e de membros aliados a um banco, para isso, com as taxas de juros? Essa é a transparência que queremos mostrar. Sabemos que cometemos uma infração eleitoral, vamos ser responsabilizados por isso, vamos explicar nos fóruns adequados. Acho que a transparência, aquilo que o Deputado Maurício Rands falou aqui e o nosso Presidente, Senador Maguito Vilela, de uma nova legislação eleitoral. Declarei isso ao Procurador-Geral, para que as pessoas não tenham... e os seus nomes não sejam lançados como pessoas estão se enriquecendo, conforme começaram a apresentar na imprensa. Acredito que essa é uma revelação importante para a Nação, e a imprensa tem dado essa cobertura. O Congresso Nacional precisa ser colocado com transparência. Essas denúncias infundadas, feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, da questão do mensalão, incluindo vários Partidos, preci-

samos colocá-las com transparência, limpar todos esses problemas para que a sociedade brasileira possa saber quem é quem e tomar as decisões futuras: em quem vota, em quem não vota, não é? É a sociedade brasileira que vai tomar essa decisão. Acredito que isso é um bem para a Nação. Os nomes todos das pessoas que receberam vão estar publicados no momento correto, conforme as investigações. Eu estou muito tranquilo quanto a isso. Sei a responsabilidade, enquanto pessoa física, mas também o meu Partido, vai recorrer aos Tribunais competentes, fazer as retificações, fazer as reparações, e aquilo que tanto o Deputado Maurício Rands e o Deputado Jorge Bittar falaram, no momento certo, nós vamos nos dirigir à Nação e dialogar com a nossa militância e com a base política que vota no PT, que não é só gente do PT, para que o povo possa, mais a frente, decidir o que vai fazer com o futuro do PT. Sendo o Partido mais votado ou não, da base aliada ou não, se alguém quer se aliar ao PT ou não. Então, é essa a explicação que quero dar ao senhor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Delúbio, basicamente, o estopim desta crise foi a questão da substituição do Sr. Dimas em Furnas. O senhor é uma pessoa influente no Partido, nas decisões de porque manter esse ou aquele, a nomeação de cargos importantes. Foi um erro manter o Sr. Dimas, que pertencia ao governo passado, neste Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho nenhuma condição de avaliar porque não participei da nomeação do Dimas e nem no pedido de demissão, conforme anunciado nos jornais. Vi isso pelos jornais e não tenho condições de avaliar se foi certa ou errada a indicação, a manutenção do Dimas ou o pedido de demissão do Dimas. Então, não tenho condições de avaliar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O PT, claro, tem a maioria dos Ministérios. O Partido é do Presidente da República e vocês deveriam ter um conselho de análise política. Isso não foi conversado em momento nenhum e outros? Tem aqui a citação do Menecucci, que permaneceu na diretoria dos Correios, aliás, foi para a diretoria dos Correios posteriormente. Isso politicamente acabou... vocês foram obrigados por algum acordo do passado, para manter uma certa convivência com o governo passado, tem algum aspecto disso? Gostaria que o senhor esclarecesse isso à Nação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Na composição do Governo houve uma troca muito grande do primeiro e do segundo escalão. Tinha uma orientação de que em cada estatal – orientação geral do Governo – e lembro disso, de que pelo menos uma pessoa, no caso das estatais do Governo anterior deveria permanecer, e per-

maneceu o Dimas, em Furnas; o Rossano Maranhão, no Banco do Brasil, um rapaz da Petrobras...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Isso pelo aspecto técnico ou político?

O SR. DELÚBIO SOARES – Para manter a transição, porque não podemos fazer uma transição... O Brasil pode ter divergências, mas tinha que haver transição, pois são empresas importantes para o Brasil. Nos Ministérios também, nos quadros técnicos do Governo anterior, uns galgaram posições e outros permaneceram.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como já está terminando o meu tempo, gostaria de fazer uma última pergunta. Para o senhor recorrer a esses financiamentos, o senhor sofreu pressão dos partidos para poder cumprir esse compromisso de campanha do passado e foi mais... Essas dívidas se referem mais ao primeiro ou ao segundo turno?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa questão já está explicada, já expliquei à CPI.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Estamos falando com cordialidade e acho que o senhor poderia me responder.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei à CPI.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O meu tempo já esgotou e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, depois Senador Sibá Machado, depois Deputado Geraldo Thadeu e, por último, Deputado Henrique Fontana.

Deputado José Eduardo, vou consultar meus alfarrábios aqui porque hoje estou falhando muito na papelada.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, por 15 minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pediria que retomasse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pediria para corrigir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Delúbio, como o nosso tempo é curto vou procurar ser bastante objetivo nas minhas colocações e pediria que o senhor também o fosse as suas respostas.

Qualquer partido, imagino, que queira contrair um empréstimo e precise buscar um avalista, busca uma pessoa que tenha condições de saldar o débito, caso o partido não possa pagar, ou seja, alguém que tenha condições financeiras para pagar o débito, razão até do instituto do aval. Imagino que por essa razão o senhor tenha buscado Marcos Valério, por ser um amigo e por ser alguém que tinha condições de saldar o

débito, caso não fosse pago. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei essa questão anteriormente, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor me desculpe. Eu só perguntei se o senhor concorda que quando um partido quando busca...

O SR. DELÚBIO SOARES – Já me pronunciei sobre esse assunto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não ouvi.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já me pronunciei ao Relator e está nos autos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É difícil para o senhor responder se o partido, quando busca um avalista, busca alguém que tenha recursos para pagar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já me pronunciei sobre isso, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Passado um período, o Sr. Valério pediu para ser substituído na condição de avalista, naquele primeiro empréstimo. Isso é real?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é a informação dada a Marcos Valério na CPI, que corresponde à verdade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele foi substituído pelo então Presidente José Genoíno, na condição de avalista?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já falei sobre esse... só para repetir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só pediria a V. Ex^a...

O SR. DELÚBIO SOARES – Vou explicar ao senhor. Posso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Presidente Genoíno e eu somos responsáveis pelos dois empréstimos, um de R\$2,4 milhões e outro de R\$3 milhões. No primeiro empréstimo... o Sr. Marcos Valério foi avalista dos dois empréstimos. Na medida em que teve dificuldade de honrar do BMG uma parcela em torno de R\$350 mil, o Sr. Marcos Valério pediu para sair.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Até aí é do meu conhecimento.

O SR. DELÚBIO SOARES – Aí eu e o Genoíno já éramos avalistas e continuamos avalistas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, os senhores eram, na verdade, ali os contratantes. O avalista passou a ser o Sr. José Genoíno em substituição ao Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor e ele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu e o Genoino.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Os dois passaram a ser avalistas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Corretamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quanto ao instituto do aval, para que o senhor saiba, qualquer banco só pega um avalista que tenha condições de quitar o seu débito, caso o devedor principal não pague. É do seu conhecimento que um avalista tem de ter condições de pagar, caso o devedor não pague? Eu diria que isso é do conhecimento público, mas queria saber se é também do seu conhecimento que o avalista tem exatamente esta função: pagar, caso o devedor principal não pague. O senhor sabe disso?

O SR. DELÚBIO SOARES – O aval eu e o Genoino demos em função de que teve uma pendência...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não estou perguntando isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas isso aconteceu, se nós avalizamos. O banco não pediu outro avalista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor sabe que o avalista...

O SR. DELÚBIO SOARES – O banco não pediu outro avalista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não pediu. Então, bastaram o senhor e o Genoino?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirma aqui que foi feito o empréstimo de R\$2,4 milhões e que o banco aceitou o senhor e o Deputado Genoino, então ex-Presidente, como avalista. Correto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na renovação dos contratos, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na renovação.

O SR. DELÚBIO SOARES – É.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em dezembro de 2004.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pergunto: o senhor e o Sr. Genoino têm um patrimônio, no primeiro empréstimo, de R\$2,4 milhões, e, no segundo empréstimo, de R\$3 milhões, para quitar a dívida, caso o devedor principal, o Partido dos Trabalhadores, não pudesse pagar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o Partido dos Trabalhadores não pagar, os avalistas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pagariam?

O SR. DELÚBIO SOARES – ... o avalista, que era o Marcos Valério, teria condição de honrar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele já foi substituído.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em um dos empréstimos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu já avancei. Nesse em que ele foi substituído, o senhor teria condições de honrar, já que o substituiu, juntamente com o Presidente Genoino?

O SR. DELÚBIO SOARES – A declaração de renda, nem acabei de explicar, Sr. Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor me desculpe. Sr. Presidente, pediria que interrompesse o tempo, porque não estou conseguindo formular a pergunta. A impressão que tenho é a de que ele quer que eu termine com o meu tempo, falando coisas que não estou perguntado, respondendo àquilo que não estou perguntando e, o que é pior, deixando de responder àquilo que são coisas óbvias. Só quero que ele me diga um “sim” ou um “não”. E ele simplesmente toca em um assunto que não pertence a minha pergunta, e, com isso, meu tempo corre como está correndo. Eu não acho justo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, por favor, V. Ex^a está com a palavra. Tenho certeza de que as perguntas serão respondidas, com tranquilidade e objetividade, pelo Sr. Delúbio Soares.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a. O que estou afirmando aqui, Sr. Presidente, é que o depoente, ou melhor, o investigado afirmou para todos nós, nesta CPMI, que o Sr. Genoino e ele substituíram o Sr. Marcos Valério no primeiro empréstimo, porque o BMG aceitou. Correto, Sr. Delúbio? Ele não pediu mais nada; bastaram a sua assinatura e a do Sr. Genoino como avalistas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deixe-me explicar para o senhor, porque senão vai...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não é explicar. Quero saber se o senhor assinou como avalista, juntamente com o Sr. Genoino. O senhor disse que sim; disse que sim. Agora a minha pergunta é outra: como o Banco de Minas Gerais aceita como avalista alguém como o senhor e como – não precisa consultar seu advogado, pode olhar para mim. Como o senhor e o ex-Deputado Genoino figuram como avalistas em uma dívida que jamais poderiam pagar? Como o Banco BMG e o Banco Rural aceitam como avalistas o senhor e o Sr. Genoino, que não têm condições de pagar esse débito?

Não sei se V. S^a sabe, mas é da essência de qualquer contrato de uma instituição financeira de em-

préstimo, é uma exigência regulamentada pelo Banco Central que o avalista tenha condições de pagar o débito, caso o devedor principal não pague.

Estou fazendo essas afirmações, para que fique muito claro aos membros desta CPI, a V. S^a, ao Presidente e ao Relator que o Banco de Minas Gerais e o Banco Rural contrariaram regras básicas do Sistema Financeiro, ao permitir V. S^a como avalista, cujo patrimônio – conforme V. S^a disse, foi declarado no Imposto de Renda – é minúsculo, sabendo que V. S^a jamais teria condições de pagar esse débito.

Diante disso, faço outra pergunta, porque isso já constatei. A pergunta é: o senhor sabe se o Banco de Minas Gerais e o Banco Rural tiveram alguma vantagem em face de terem beneficiado o Partido dos Trabalhadores, aceitando como avalista quem não tinha condições de quitar o débito? Foi dada alguma vantagem ao Banco de Minas Gerais e ao Banco Rural por parte do Governo?

O senhor vai consultar seu advogado para responder, Dr. Delúbio? A situação aqui é vexatória.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor me deu a idéia de consultar o advogado, por isso estou consultando.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, ao contrário. É o que senhor tem feito ao longo do depoimento. Não vejo graça nenhuma na sua colocação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho nenhum conhecimento de vantagem do Banco de Minas Gerais ou do Banco Rural. O Banco Rural...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já me dou por satisfeito com a sua resposta.

O SR. DELÚBIO SOARES – ... continuou com o aval do Sr. Marcos Valério. Já expliquei a situação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já me dou por satisfeito. Nenhuma vantagem.

Então, conforme o senhor está colocando e talvez para que tenha conhecimento, coincidentemente, logo depois desse fato em que o senhor foi aceito como avalista, sem ter condições de sê-lo, assim como o próprio ex-Presidente Genoino – que também foi avalista, sem ter condições de sê-lo –, dois importantes fundos de pensão, o da Petrobras e o de Furnas, transferiram suas contas para o Banco Rural e para o Banco de Minas Gerais.

Vou passar alguns dados para o senhor, porque é uma mera coincidência que seja depois de V. S^a e de o ex-Presidente Genoino terem sido aceitos como avalistas. No Banco de Minas Gerais e no Banco Rural, o fundo de pensão Petros e também o fundo de pensão Real Grandeza, de Furnas, nunca haviam aplicado na gestão passada. No início da gestão do Presidente Lula, no BMG tinha aplicado R\$13 milhões e, no Ban-

co Rural, R\$5 milhões; logo depois desse episódio do aval, o fundo de pensão da Petrobras transferiu R\$78 milhões para o BMG e R\$24 milhões para o Banco Rural. Observe que, no caso do Banco Rural, o aumento foi de 371% na aplicação bancária, e, no caso do BMG, foi de 471%.

Sr. Presidente, gostaria de formular um requerimento. Como é evidente que nenhuma instituição bancária aceita como avalista quem não tem condições patrimoniais de sê-lo, solicito a V. Ex^a que oficie ao Banco Central, para que apure a irregularidade cometida pelo Banco Rural e pelo BMG, independentemente de terem sido evidentemente beneficiados com fundos de pensão ligados ao Sr. Gushiken, que inclusive indicou presidentes, junto com o Sr. Marcelo Sereno. Requeiro que sejam oficiados, para sejam tomadas medidas cabíveis em relação ao descumprimento das normas do Banco Central, o que pode implicar, inclusive, liquidação extrajudicial desses dois bancos.

Formatarei depois o requerimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço que V. Ex^a providencie por escrito, para que a Mesa tome as providências necessárias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senhor Delúbio, no contrato de *leasing*, no valor de R\$17 milhões, que o PT fez com o Banco do Brasil, segundo afirmou o próprio banco em nota oficial, não se exigiu a figura do fiador, uma vez que os próprios equipamentos eram a garantia e que também o fundo partidário e as contribuições de filiados eram uma garantia altamente líquida. Essa foi a nota oficial do Banco do Brasil. O senhor teve ciência dessa nota oficial? Isso é fato?

O SR. DELÚBIO SOARES – Li pelos jornais. Não sei o conteúdo, mas vi uma nota do Banco do Brasil. Já expliquei, Deputado, que inclusive o TCU fez uma análise da operação e...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Entendeu correta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Entendeu correta, e o PT tem pago corretamente as prestações, como já falei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O que acho estranho é que o Banco do Brasil afirme, em nota oficial, Sr. Presidente – em nota oficial! –, que não exigiu a figura do fiador. Não conheço no Brasil quem consiga um contrato de *leasing* sem a figura do fiador. Não consigo me imaginar chegando no Banco do Brasil e dizendo o seguinte: vim aqui comprar um carro, queria fazer um *leasing* e dou como garantia o próprio carro. Não consigo me imaginar nessa situação. Mas o Partido dos Trabalhadores conseguiu isso e, o que é pior, com bem deteriorável, que é exatamente equipamentos de informática. Mas isso só não me assus-

tou tanto. O que me assustou demais, Sr. Presidente, nobre Relator, foi o fato do Banco do Brasil afirmar, em nota oficial, que achou que o Fundo Partidário e as contribuições dos filiados eram uma garantia altamente líquida. Sr. Presidente, é um equívoco meu ou estamos aqui conversando com o tesoureiro do PT, esse tesoureiro, afirmando que fez um caixa dois, afirmando que tomou empréstimos, porque, segundo ele em seu depoimento dado na Procuradoria, pelos meios normais, por meio do Fundo Partidário e da contribuição de filiados não conseguia quitar seus débitos. Ele, tesoureiro, não conseguia quitar seus débitos – é importante a atenção de V. Ex^{as} – não conseguia quitar seus débitos com relação aos fundos que recebia, ao Fundo Partidário, e com relação às contribuições de filiados. Mas o Banco do Brasil – pasmem! – achou que isso era um patrimônio altamente líquido (nota do Banco do Brasil). Um *leasing* sem fiador, em que o Fundo Partidário e a contribuição dos filiados foram determinadas pelo Banco do Brasil como sendo uma garantia de alta liquidez.

E nós estamos nesta CPI ouvindo o Sr. Delúbio, que ele está dando as razões pelas quais o Fundo Partidário e a contribuição de filiados não lhe bastavam para pagar os débitos. Para pagar os débitos não bastam. Mas para o Banco do Brasil é altamente líquida. Pergunto a V. S^a, Sr. Delúbio, o senhor acha que isso está correto? Acho que vou perguntar diretamente ao advogado, Sr. Presidente. Ele não responde nada sem consultá-lo. Talvez a figura do Sr. Delúbio não seja mais necessária. Vamos perguntar diretamente ao advogado, pergunto a V. S^a – aliás se o Sr. Delúbio não quiser estar presente também não há problema, porque não tem nenhuma pergunta que ele não se vire para o advogado para perguntar o que deve responder.

O senhor tem o direito de mentir, de omitir, de não falar a verdade, mas só não nos faça de palhaços. Responda a pergunta ou diga que não vai respondê-la. Porque, se o senhor for consultar seu advogado, responde ele para mim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Carlos Sampaio, com todo respeito que tenho pelo senhor e pelo povo que o elegeu, estou aqui nesta CPI...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já sei, na condição de investigado...

O SR. DELÚBIO SOARES – ...dentro das condições a qual fui convocado, estou prestando as informações que tenho aos senhores...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não preciso mais que o senhor fale sobre isso, porque preciso fazer mais perguntas e ...

O SR. DELÚBIO SOARES – Por favor, há perguntas que eu respondo. A do Banco do Brasil...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, história o senhor não vai contar. Ou o senhor vai responder a pergunta se é normal um *leasing* sem fiador, dando como garantia o Fundo Partidário, que o senhor afirmou hoje nesta CPI que não dava para pagar seus débitos... É normal o Banco do Brasil fazer um *leasing* assim? Algum cidadão, algum de nós aqui consegue um *leasing* sem fiador, dando como garantia o próprio bem e, ainda por cima, o Banco dizendo que o Fundo Partidário que o senhor recebe é uma garantia altamente líquida? Enquanto o senhor nos explica nesta CPI que o Fundo Partidário era tão ruim que o senhor teve que tomar empréstimos? Tem lógica?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, não afirmo que o Fundo Partidário seja ruim. Segundo, todas as prestações...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não estou entendendo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não afirmo aqui que o Fundo Partidário do PT era ruim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirmou na Procuradoria. Vou ler para V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu sei que afirmo na Procuradoria, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o senhor afirmou que o Fundo Partidário e a contribuição não eram suficiente para pagar débitos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não tem um débito com o Banco do Brasil em atraso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não eram suficientes para pagar débitos do Partido. O senhor afirmou isso na Procuradoria.

O SR. DELÚBIO SOARES – Entre os débitos está o Banco do Brasil e não atrasamos nenhuma prestação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Esqueça o Banco do Brasil. Estou lhe perguntando se o senhor afirmou, na Procuradoria... Se o senhor me permitir, Sr. Advogado, só concluir a pergunta antes de o senhor responder.

Estou perguntando se o senhor afirmou, na Procuradoria, que o Fundo Partidário e os meios normais, o Fundo Partidário e as contribuições, não lhe permitiam quitar os débitos do Partido. O senhor afirmou isso perante o Procurador, está comigo aqui.

O SR. DELÚBIO SOARES – Também estou com ele na mão aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Afirmo isso. O senhor quer ler ou quer que eu leia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Por favor, leia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por favor, leia.

O SR. DELÚBIO SOARES – O que afirmei na Procuradoria...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Pelos meios normais...”.

O SR. DELÚBIO SOARES – “A Lei Partidária Brasileira...”

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso não precisa. Pode ir para o fim já.

O SR. DELÚBIO SOARES – Bem, então não vou ler, vou responder a questão no caso, sem nenhum problema.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, leio eu: “Pelos meios normais (Fundo Partidário e contribuição de filiados) não estava conseguindo quitar seus débitos.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, perdoe-me...

O SR. DELÚBIO SOARES – A despeito de terem êxito na eleição presidencial...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, eu não quero... Eu sei o depoimento. “A despeito de terem êxito na eleição presidencial...” Eu não estou perguntando isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou explicando ao senhor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou dizendo que o Banco do Brasil considerou que o fundo partidário do senhor e a contribuição de filiados eram uma garantia altamente líquida. E o senhor vem aqui dizer para nós que só tem caixa dois porque essas garantias, que ele entendeu altamente líquidas, não bastavam sequer para pagar os seus débitos.

O SR. DELÚBIO SOARES – do senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu requeiro, Sr. Presidente, e vou fazê-lo oficialmente, que V. S^a comunique o Banco Central, já que o Banco do Brasil não é sujeito a essa liquidação, e nem se busca isso, mas para que seja oficiado, a fim de que seja investigado o diretor da área de empréstimos do Banco do Brasil, porque forneceu, permitiu e autorizou um contrato de *leasing* inédito, inédito no País, sem fiador, tendo como garantia os próprios bens e o fundo partidário, que o tesoureiro diz que não dava sequer para quitar os seus débitos.

Por fim, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já concluindo.

O senhor nos afirmou que o ex-Presidente do Partido, José Genoíno, não sabia que Marcos Valério era avalista no primeiro empréstimo. Correto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi essa questão, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirmou também que o Sr. José Genoíno substituiu, assim como o senhor, o avalista primeiro, que era o Sr. Marcos Valério. Correto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O ex-Deputado Genoíno não tomou conhecimento de que Marcos Valério era avalista num primeiro momento. Vamos supor que ele fez aquilo que ele disse: assinou sem ler. Assinou sem ler. Depois, o senhor comunicou a ele que precisava trocar o avalista; ele também não perguntou para o senhor por que precisava trocar. Mas o que é pior: houve um terceiro momento – estou concluindo, Sr. Presidente – em que o senhor leva um contrato para ele... O senhor levou o contrato ou foi assinado no banco?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa questão eu já expliquei, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu perguntei se o senhor levou o contrato ou se foi assinado no banco.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu me dou o direito de não responder essa questão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem direito a não responder.

Seja no banco, seja no Partido, é a terceira oportunidade que o ex-Presidente José Genoíno tem com esse contrato. Ele tem que assinar, substituindo o avalista Marcos Valério, e o senhor quer que eu, esta Comissão e o Brasil acreditemos que o ex-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...não tinha ciência desse empréstimo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Desse empréstimo tinha consciência, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não, não. Que o Marcos Valério era avalista?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei essa questão, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O tempo já se acabou há minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, concluindo. Eu só queria fazer uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas V. Ex^a está concluindo há muitos minutos, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Prometo concluir mesmo.

Os donos da Daslu, em razão de terem recursos não contabilizados, foram objeto de uma grande fiscalização e foram presos. Os donos da Schincariol, em razão de recursos não contabilizados, foram notificados, fiscalizados e presos. O senhor declara abertamente, publicamente, que tem recursos não contabilizados no seu Partido e que tem caixa dois, e não acontece nada com o senhor e com nenhum dirigente partidário. O senhor tem alguma coisa a me dizer sobre isso, em razão do vínculo com o Governo, com a Polícia Federal? Por que é um tratamento para uns e um tratamento para outros?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, vou ser bem sintético. Já fui à Polícia Federal, fui à Procuradoria...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, o senhor não foi preso; eles foram presos. Os donos da Schincariol e da Daslu foram presos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, já fui à Polícia Federal, prestei meus esclarecimentos; prestei meus esclarecimentos ao Ministério Público; estou prestando este esclarecimento aqui. O Brasil tem uma legislação, e estou submetido à legislação brasileira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E é sob essa legislação que certamente o senhor vai ser condenado criminalmente, eleitoralmente e também por crime fiscal.

Sr. Presidente, agradeço e só queria dizer a V. S^a que, a primeira vez que ele foi ouvido, ele negou que houvesse qualquer irregularidade nas contas do Partido dos Trabalhadores. Na segunda oportunidade em que ele foi ouvido...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou concluindo mesmo. Ele afirmou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas essa conclusão de V. Ex^a é uma conclusão...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para que as pessoas saibam. Na primeira, disse que não havia irregularidade; na segunda, ele afirmou chorando, Sr. Presidente, que era um golpe das elites; na terceira, foi obrigado a assumir que tinha um empréstimo; e, agora, assume o empréstimo e o conluio com Marcos Valério para poder dizer que era um caixa dois.

Entre a palavra de V. S^a e a minha, pelas inúmeras contradições de V. S^a, fico com as minhas convicções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Com a palavra o Senador Sibá Machado. Depois, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, para ficar bem claro para esta Comissão, quero saber quantos “Para concluir” eu tenho direito. Se é só um mesmo, ou se pode ter um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se for nessa base, Senador, nós vamos sair amanhã de manhã daqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sem problema, Sr. Presidente. Então, quero comunicar mais uma vez, antes de mais nada, que hoje votamos, elegemos a Mesa Representativa da outra Comissão, a Comissão que vai analisar a ilicitude de Parlamentares, o tal do mensalão e a compra de votos – em 1995, se não me engano. Fica como Presidente o Senador Amir Lando; como Vice-Presidente, o Deputado Paulo Pimenta e como Relator, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Foi por votos, não houve consenso. Mas um pedido que já foi acatado é que ele procurará V. Ex^{as} para tratar um pouco do que esta Comissão já avançou em investigações e aquilo que pode legalmente ser transportado de uma Comissão para outra, para evitar que notícias sejam usadas em duas comissões, o que pode se revelar ilegal e dar problemas no futuro.

Então, pediria a V. Ex^{as} que pudessem apressar esse encontro, porque a nossa agenda na outra Comissão depende um pouco desta reunião, segundo o Senador Amir Lando.

Falando com o Delúbio, eu quero ser mais pessoal, já que se trata de um dirigente do PT com muitos anos dentro do Partido, pessoa que conheci desde a época da CUT.

Delúbio, vou repetir aqui o que disse para o Sr. Pereira ontem, ou seja, o quanto é dolorido para mim, pessoalmente – eu vou repetir isso aqui, porque ontem eu disse e recebi uns dez *e-mails* malcriados –, estar cumprindo esta função aqui para um filiado do meu próprio Partido. Quero aqui executar aquilo que é obrigatório de um mandato parlamentar sem emoção nenhuma em relação às nossas duas pessoas.

Queria começar falando dos valores, porque o primeiro valor citado foi de 20 milhões ou 20,4 milhões; depois você levanta um número – que é agora reconhecido pela Direção Nacional na recomposição atual – de 39 milhões; em algum momento, ouvi falar

de 60 milhões; e agora nesta Comissão se fala em 90 milhões de reais o tamanho da dívida contraída pelo PT na sua gestão como tesoureiro.

A pergunta que faço é: qual, desses números que foram citados, você reconhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – São dois números, Senador Sibá. Quanto ao primeiro, o Partido dos Trabalhadores terminou o ano de 2004, na prestação de contas que fizemos em abril, que é o mês de fazer a prestação de contas de 2005, com um débito de 20 milhões e pouquinho.

O que a Executiva ontem levantou? Tem um débito a vencer do uso dos computadores que vão vencer – nós já pagamos treze ou quinze meses, e são 42 parcelas – os juros e o seguro que acrescentaram a essa dívida. Algumas dívidas foram acumuladas de dezembro... de janeiro para cá. Então, esse débito – que o Partido deve – futuro é de 39 milhões. Foi esse o entendimento. Como eu não participei da discussão, o novo Tesoureiro José Pimentel apresentou ontem. Esse é o débito do Partido.

O que eu estou explicando aqui agora? Um débito não contabilizado que nós contraímos com as empresas de Marcos Valério: 39 milhões de reais. Essa é a situação real desses 39 milhões de reais de origem... hoje... O valor corrigido eu não o tenho porque é preciso ver as datas, os juros e a correção monetária para atualizar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os 39 milhões, então, consistem em quê? Pagamento de restos de campanha ou alguns empreendimentos de modernização do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós, conforme está no meu depoimento na Procuradoria-Geral, utilizamos de recursos não contabilizados para liquidar dívidas de campanha de membros do PT e membros de Partidos da Base aliada e para a reestruturação do Partido, preparando o Partido para a campanha de 2004. Foi isso que aconteceu, Deputado... Senador, desculpa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essas pessoas que receberam, que foram beneficiadas com recursos, que reiteradas vezes lhe foi perguntado, e o senhor até disse que não ia falar e que, na investigação, iríamos chegar aos nomes. Tudo bem. Não vou perguntar mais quais são os nomes porque já tenho a resposta.

Porém, essas pessoas, principalmente do PT mesmo, quando te ligavam, conversavam contigo, pedindo ajuda financeira, socorro financeiro para a campanha ou coisa parecida, em algum momento, o senhor falava para elas a origem desse dinheiro, de onde estava vindo, dos problemas que poderiam surgir?

O SR. DELÚBIO SOARES – A essa questão eu preferiria não responder, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E nem elas te faziam essas perguntas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Prefiro não responder a essa questão, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ok. Uma comparação que quero fazer, Sr. Delúbio, é porque, durante a CPI dos anões, ficaram envolvidas uma série de empresas da área de construção civil, e a palavra “empreiteiro” se tornou espúria no Brasil inteiro. Esse nome pegou absolutamente mal para quem era empresário da área.

No ano de 2004, por conta de diversas atividades de fiscalização no setor de desmatamento e de produção florestal, o nome “madeireiro” acabou também sendo ligado a assassinatos no campo ou coisa parecida.

O senhor não acha que agora a palavra “tesoureiro” acaba de assumir também um sentido pejorativo para o Brasil inteiro, ou seja, qualquer pessoa que venha a assumir uma função de tesoureiro acaba atraindo para si uma atenção tão esquisita diante dessa palavra “tesoureiro”? O senhor concordaria comigo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho como avaliar a sua afirmação. Só o tempo vai dizer. Alguém vai ter que ser o tesoureiro do Partido, alguém vai ter que ser o secretário de finanças de algum órgão público. É assim. Alguém vai ter que exercer essa função. Espero que o próximo tesoureiro do PT tenha capacidade melhor do que a minha.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Outra pergunta é: no afã de modernizar o Partido, o PT, de crescer, avançar, avançar em 2004, fazer muitas prefeituras, vereadores e assim por diante, o senhor não imaginou que, ao contrair esse tipo de empréstimo, poderia estar hoje diante desse resultado, sentado nessa cadeira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Senador. Estou aqui hoje por um motivo muito simples: primeiro, fui convocado. Segundo, nós, do Partido dos Trabalhadores, fizemos aquilo que precisava ser feito no Brasil. O Partido precisava ampliar a sua base. Onde há um Município que tem petista, organizá-lo; permitir que esses petistas, nos seus diretórios municipais, tivessem acesso às informações que pouca gente tem somente pela televisão.

Isso foi feito – e tenho muito orgulho disso e toda a Executiva do PT – como uma coisa muito importante para o País. O processo de informatização dos diretórios municipais, em muitas cidades, foi muito importante não só para o PT, mas para que se pudessem trocar informações com a comunidade local.

Então, foi uma experiência que se eu tivesse que repetir, eu repetiria de novo, porque a organização partidária de um partido que assume o governo não pode ficar só nos grandes centros. O seu Estado é pequeno e difícil. O transporte é muito difícil – V. Ex^a foi Presidente do Partido –, e V. Ex^a sabe o quanto ele foi importante para incentivar as comunidades locais.

Então, me orgulho muito dessa experiência de informatizar o PT. Por incrível que pareça, reduziram-se custos, porque várias coisas saíam de Brasília pelo correio, demoravam quatro, cinco, dez dias para chegar. A comunicação *on-line*. Por isso acho fundamental o projeto de informatização, de tecnologia; o processo de inclusão digital no País é fundamental.

Então, o PT tomou essa iniciativa, da qual me orgulho muito.

Agora, o que temos é um problema organizacional no nosso Partido, que temos que corrigir. Cada diretório tem condições de repor o valor integral desses computadores, o que será feito agora com a nova Executiva Nacional do Partido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Uma outra coisa, Sr. Delúbio: ouvi muito de militantes do PT que, a partir de 2004, a campanha tendeu a ser uma campanha muito modernizada, mas, digamos assim, alguns falavam em muito rica, com aparência muito bonita. O senhor não acha que com isso estaria educando mal a militância, ao sair daquele cenário anterior de se esforçar, de vender uma camiseta, de ir para rua custe o que custar, de levantar a bandeira do PT de qualquer maneira, com raça e suor, e, aí, faz uma campanha com esse padrão. Não estaria educando mal essa militância?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, o senhor foi presidente de um partido que organizou a campanha em seu Estado. Não sei se no seu Estado ocorreu essa bonança de recursos. Onde participei não teve essa bonança de recursos. Embora as campanhas sejam caras, as campanhas foram dentro da regra da militância do PT. Pelas campanhas que já acompanhei, essa foi uma das campanhas que mais teve militantes do PT nas ruas, em todo o Brasil. Se houve exceção, foi em uma ou duas cidades. Tanto é que o PT, pela primeira vez, foi o Partido mais votado no primeiro turno das eleições municipais. Então, a militância compareceu às eleições.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Delúbio, algumas pessoas acham que você enriqueceu pessoalmente, que colocou alguma coisa no bolso. Você podia falar um pouco sobre a sua vida pessoal e seu patrimônio pessoal atualmente?

O SR. DELÚBIO SOARES – Expliquei ao Deputado Jorge Bittar, mas coloquei à disposição da CPMI,

por minha livre e espontânea vontade – inclusive encaminhei um ofício ao senhor –, colocando o meu sigilo bancário, fiscal, telefônico – não sei se tem mais alguma coisa de sigilo que a gente possa abrir.

Minha vida é transparente, Sibá. Vou só repetir: sou casado, não no papel, com Mônica Valente, que também é dirigente do PT atualmente; foi por quatro anos secretária; foi chefe de gabinete da Prefeita Marta Suplicy por dois anos; secretária de Gestão e Administração da Marta Suplicy; foi dirigente da CUT, você conhece muito bem. A nossa renda hoje ultrapassa R\$13 mil, R\$ 14 mil por mês; moro no mesmo apartamento há 16 anos. Em 1999, aluguei esse apartamento com um conjunto de companheiros que morava comigo na época: o Jorge Lorenzetti e o companheiro José Olívio. Dividíamos o apartamento. Até hoje moro nesse apartamento pagando um aluguel de R\$1.500,00 mais condomínio. Essa é a minha vida. E a casa que tenho em Goiânia não é minha; meu pai comprou em 1984, morava eu, minha irmão e meu irmão nessa casa em Goiânia, que é uma casa modesta, num bairro popular e que meu pai comprou em 1985. A minha declaração de renda... Tenho três contas bancárias; tinha, uma já encerrei, que comporta todo o meu patrimônio, R\$163 mil.

Para uma pessoa que participou da vida política nacional, e trabalhou desde os 14 anos honestamente, se alguém está levantando a suspeita, é bom explicar: não tenho nenhum problema em explicar a minha vida. Agora, eu acho que não é o central da política. Tenho clareza de que na questão do público e do privado tem que ter uma separação muito grande.

Eu sempre fui criticado pelos meus colegas de universidade, meu colegas de Científico por nunca ter cuidado da minha vida pessoal. Por isso, meu patrimônio comparado com o que já fiz e já trabalhei no Brasil... Quando eu estava no FAT, apresentava minha declaração de renda, as pessoas da comissão técnica que analisavam e encaminhavam minha declaração ao TCU diziam: “Delúbio, você não cuida de você? Você cuida de tudo.”

Então é assim a minha vida, Sibá. Foi sempre assim, quero continuar assim. Quero explicar essas questões todas ao Partido dos Trabalhadores. Sei inclusive de uma declaração que o senhor fez ontem, que, neste caso, eu deveria ser expulso do PT. Quero fazer esse debate com o senhor dentro do Partido dos Trabalhadores, com todo o respeito. Respeito a opinião do Senador, do meu amigo Sibá. Vamos fazer esse debate. Esse debate vai ser esclarecido, e vamos chegar a uma boa solução, entendo eu, porque sou petista, nasci dentro do Partido dos Trabalhadores, único partido a que fui filiado, ajudei a construir; já era petista

antes sem saber que era. Hoje, me orgulho muito do Partido dos Trabalhadores, da função que representei. Então, quero agradecer a oportunidade de responder essa questão ao senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por causa do meu tempo, que já está se esgotando, queria saber se disponibilizaria também para nós a declaração de Imposto de Renda.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já está disponível.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já está disponível o Imposto de Renda. *Ok.*

O SR. DELÚBIO SOARES – Já está. Já está. E o sigilo bancário.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, deixe-me encerrar com uma última pergunta.

Não fiz essa declaração dessa maneira. Eu achei que ele deveria pedir o afastamento. Foi isso que eu disse e não sei se foi interpretado dessa forma. Mas deixarei este assunto para um outro momento.

Vamos à pergunta. Participo de muitos seminários do PT Brasil afora e estou fazendo as perguntas baseadas nas reuniões de que participei.

Você considera que fez algo de errado e se arrepende de algo que fez?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. O que eu fiz foi atendendo um conjunto de companheiros desesperados que teve dívida em 2002 e não tinha como pagar um conjunto de fornecedores. Fui obrigado a tomar essa decisão fora da legislação brasileira, que é dinheiro não contabilizado, em vez de usar instrumentos que poderiam ser usados, como algumas pessoas diziam que podia fazer, como Partido de Governo, eu preferi não procurar nenhum empresário para fazer o processo de pagamento de dívida que não estava contabilizada. Resolvi assumir esse risco; estou assumindo esse risco perante o nosso Partido, perante a CPI e perante a Nação. Foi isso que aconteceu, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu vou encerrar para não extrapolar o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Siba Machado.

Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu, por 15 minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, rapidamente, eu gostaria de explicar a nossa irritação aqui naquele momento em que se colocou – não sei se foi por brincadeira, mas foi de muito mau gosto – o nome de “Operação Minas Gerais”, e o Paraguai também tem razão em protestar. Nós jamais faríamos isso com outro Estado ou com quem quer que seja, porque

respeitamos todos aqui. Essa operação cheira a coisa ruim e ilícita, e ninguém quer o nome do seu Estado, do seu País, numa operação desse tipo.

Sr. Presidente, o **habeas corpus** dá direito ao depoente de permanecer em silêncio, mas não de ser irônico e de fazer perguntas a quem está aqui o inquirindo. E, de acordo com o Regimento Interno da Casa, quando ele se manifesta dessa forma, ofende o Parlamento. E aí há outras sanções que ele pode sofrer. Essa é uma observação que faço.

Sr. Delúbio, quando e como o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério? Eu gostaria que o senhor respondesse bem rápido, por favor, pois tenho várias perguntas para lhe fazer.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Geraldo Thadeu, primeiro, se ofendi algum membro deste Parlamento, desta Casa, peço desculpa; não é a minha intenção. Estou aqui para responder às questões que são formuladas e com todo o respeito aos senhores e às senhoras.

Conheci o Marcos Valério no segundo semestre de 2002.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Imagino que, quando o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério, um bom relacionamento, ele muito agradável, ele propôs ao senhor essa parceria. De lá para cá, foi realmente uma parceria que os senhores realizaram. Uma parceria para captar recursos, como o senhor disse, talvez para pagar campanhas de 2002, campanhas de 2004, de companheiros que estavam desesperados, como o senhor disse a pouco, mas também para o mensalão. E acredito que, naquela época, o senhor caiu no “canto da sereia” e colocou o seu Partido e o seu Presidente nesta enrascada toda. Mas não foi o senhor sozinho, não. O senhor assumiu tudo aqui sozinho, está colocando o seu pescoço na guilhotina, mas, sinceramente, ninguém acredita. Creio que ninguém neste plenário e nenhuma pessoa que está assistindo a esta transmissão vai acreditar no que o senhor está falando; ninguém acredita que o senhor está sozinho nisso.

Que espécie de critérios ou escrúpulos o senhor tinha quando exercia sua função de arrecadar recursos? Aceitava dinheiro de qualquer um? Em forma de barganha, em forma de favorecimento futuro? Como era?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Geraldo Thadeu, primeiro, não concordo, mas o senhor tem todo o direito de emitir juízo sobre minha pessoa, sobre os fatos. Respondendo a sua pergunta, a pergunta do senhor, perdão. Nós do Partido dos Trabalhadores, em todas as vezes que nós – inclusive isto está publicado em várias matérias de jornais... as doações de

empresas ao Partido dos Trabalhadores não implica nenhum benefício, em nenhuma instância de Governo onde o PT governa. Segundo, o PT não aceita, nunca aceitou dinheiro, do tráfico, de jogo de contravenção, do popular bicheiro...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas nenhum futuro favorecimento às próprias empresas do Sr. Marcos Valério, em concorrência com estatais?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei na resposta anterior que nunca discuti benefício para as empresas do Sr. Marcos Valério, nem aos bancos que emprestaram.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito bem. O senhor, em entrevista à Rede Globo, disse que alguns valores não eram contabilizados pelo PT. Por que não, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei várias vezes. Os R\$39 milhões não foram contabilizados. Então...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas por que não foram contabilizados?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei nas minhas respostas anteriores, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não quer falar, o senhor tem todo o direito de não falar. Agora, seriam recursos que o senhor poderia ter contabilizado, porque eram empréstimos que as empresas do Sr. Marcos Valério fizeram, e passaram para o Partido dos Trabalhadores como alguma coisa completamente ilegal naquela época; hoje, é completamente diferente. O senhor não acha?

O SR. DELÚBIO SOARES – Prefiro não responder o seu questionamento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor disse que é prática comum no País e que todos os partidos têm recursos não contabilizados. Como o senhor pode provar isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não... Eu disse que a imprensa publica.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, o senhor falou na Rede Globo que todos os partidos...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, falei que a imprensa publica dívidas não contabilizadas de várias campanhas. É só a gente ler a **Veja**, a **Época**. Se o senhor quiser, eu dou o endereço para o senhor olhar. É só olhar nos computadores dos recursos não contabilizados de várias campanhas. Não estou aqui, não quero aqui acusar ninguém; estou aqui explicando o que nós fizemos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem. Em seu depoimento à Polícia Federal no dia 8 de julho, o senhor disse: “Não ocorreu nenhuma arrecadação ou despesa pela Tesouraria do PT que não

foi declarada à Justiça Eleitoral no ano 2004”. No entanto, o senhor afirmou em rede nacional que existem valores não contabilizados. Porque o senhor mentiu à Polícia Federal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei isso ao Procurador-Geral fazendo uma ratificação de declaração. Está aqui na...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O que o senhor está pretendendo esconder com isso, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou esclarecendo à Nação a transparência e a vida do Partido dos Trabalhadores enquanto eu fui tesoureiro. Hoje, não sou mais tesoureiro, e tem outra gestão dirigindo do Partido dos Trabalhadores, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O caixa dois, ou valores não contabilizados, quando o senhor fala, incluía montantes desviados de empresas estatais?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei, mas faço questão de explicar ao senhor novamente, com todo o respeito. Nós solicitamos ao Marcos Valério que pedisse dois empréstimos a dois bancos; nunca utilizamos de nenhum recurso de benefício a nenhuma empresa, em nenhum organismo de Governo, seja estatal ou ministérios.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, eu pergunto para o senhor: então, o Sr. Marcos Valério conseguiu recursos nos bancos, com as empresas dele, de R\$39 milhões e passou para o senhor, Sr. Delúbio. O senhor pegou esses recursos para pagar campanhas de 2002/2004, fornecedores e tudo mais. O senhor não deu nenhuma garantia, aliás, a garantia que o senhor lhe dava é que a ele tinha as contas com as estatais. E agora, como fica? Por exemplo, os Correios e o Banco do Brasil estão rompendo os contratos com as empresas dele. E aí, como é que ele vai ficar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma questão que não tenho como responder ao senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Delúbio, muito bem! Eu gostaria... Tenho muitas perguntas para fazer ao senhor, mas quero tratar de um tema aqui, no final, que é interessante. Fica aqui, Sr. Delúbio a impressão de que – o senhor disse que, por idealismo, por militância, o senhor ajudou a construir o Partido dos Trabalhadores – o senhor está jogando tudo por terra. O senhor está conseguindo... Não vai conseguir destruir o Partido dos Trabalhadores porque nele há muitas pessoas honradas, honestas e sérias, mas o senhor está fazendo um grande mal ao Partido dos Trabalhadores. Eu gostaria de dizer ao senhor, com respeito às campanhas nos Estados... Eu vou ter de fazer aqui, Sr. Presidente, umas perguntas

porque muitas são as ligações, *e-mails* que estamos recebendo de nossas bases. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, a Prefeitura de Juiz de Fora... O Sr. Roberto Jefferson... aqueles recursos para o PTB – lá o candidato era do PTB... Quanto foi destinado para lá? O senhor sabe?

O SR. DELÚBIO SOARES – A campanha do PTB, em Juiz de Fora, nós apoiamos no segundo turno. No primeiro turno, nós apoiávamos outro candidato.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quanto de recurso foi para lá?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós encaminhamos para lá dois *shows*, um do Leonardo e outro da Vanessa. Foi isso que nós encaminhamos formalmente para lá. Está contabilizado nas contas do PT, porque o PT podia apoiar no segundo turno.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só dois *shows*?

O SR. DELÚBIO SOARES – No primeiro turno, nós não podíamos apoiar. Foi isso que aconteceu na campanha...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E dinheiro? Recurso financeiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu me recuso a responder a essa questão.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Poços de Caldas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho... Não lembro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – *Shows*?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não lembro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – *Shows*?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não lembro, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não lembra?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem que olhar na planilha de *shows*.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Alfenas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não lembro, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Patos de Minas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Patos de Minas, terra do nosso vice-presidente....

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Romênio Pereira.

O SR. DELÚBIO SOARES – ... que solicitou ao diretório nacional um *show* de Vanessa Camargo, que foi realizado lá..

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O mesmo *show* que foi feito em Poços de Caldas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não sei. Poços de Caldas não lembro. Lembro que o Romênio insistiu muito comigo. Foi na reta final e perdemos a eleição lá com o candidato que nós apoiamos, que o PT apoiou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então o senhor não se lembra?

O SR. DELÚBIO SOARES – De quem?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De Poços.

O SR. DELÚBIO SOARES – De Poços de Caldas, não. Se foi feito, está na planilha. A gente pode olhar sem nenhum problema. Todos os *shows* estão contabilizados.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Todos esses Municípios estão caracterizados por uma campanha muito rica, muito abundante de recursos, coisa de estranhar no Partido dos Trabalhadores, porque, realmente, até certo tempo o Partido dos Trabalhadores, no seu comando, mantinha sempre uma postura de luta, de ideal de mudar o País e com muitas dificuldades. Nessa última campanha, tanto para presidente, como para deputado e para prefeito, a coisa mudou muito de figura.

Outra característica, por exemplo, é a distribuição de cestas básicas, coisa que aconteceu, por exemplo, em Alfenas: mais de mil cestas básicas na semana que antecedeu a eleição com mais de cento e cinquenta depoimentos na Justiça, mas hoje, infelizmente, a Justiça de Alfenas não deu o parecer. Precisava dar o parecer ou sim, ou não, para esclarecer a opinião pública; mas a Justiça ainda não deu seu parecer em Alfenas. A gente espera que isso aconteça, pelo menos, para dar tranquilidade ao prefeito que foi eleito, a quem não foi eleito, para saber o que, realmente, está acontecendo.

Então, eu não gostaria de ofender o senhor. Acho que a gente... Estou fazendo essas perguntas rapidamente porque eu tinha muita coisa para perguntar ao senhor. Quero que o senhor entenda isso. Agora, eu gostaria que quem estiver assistindo pela televisão o depoimento do senhor... Muita gente está indignada com a maneira que o senhor está colocando aqui. Oitenta por cento das perguntas que eu fiz para o senhor não foram respondidas. Isto mostra que muita coisa tem que ser descoberta. Esperamos que esta CPMI... O senhor tinha e tem oportunidade de contribuir com o seu Partido dos Trabalhadores, para que saia dessa obscuridade, dessa dúvida, dessa nuvem que está sobre esse processo todo. Acho que o senhor poderia contribuir, ajudar o seu Partido, ajudar esta Nação, para

que as coisas possam ser explicadas, porque este País precisa melhorar nesse sentido.

O SR. DELÚBIO SOARES – Concordo com o senhor. Estou aqui para isso. Estou respondendo aquilo que tenho condições de responder, aquilo que sei. Aquilo que está sendo investigado vai continuar sendo investigado. Concordo com o senhor que o Partido dos Trabalhadores não pode ser prejudicado por uma pessoa. Acho que o Partido dos Trabalhadores terá capacidade de se recompor, refazer, discutir.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Delúbio, não é só o senhor. Junto com o senhor estão os seus companheiros de diretoria, de direção do Partido. O senhor não está sozinho nisso, não. Temos certeza absoluta de que o senhor não está sozinho nisso, não. A Nação tem certeza de que o senhor não está sozinho nisso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma afirmação do senhor. Mantenho minha resposta anterior sobre esta questão.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Geraldo Thadeu.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga, por quinze minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só para ficar bem claro, porque fizeram algumas anotações aqui e virou um hieróglifo esta lista.

Depois do Deputado Alberto Fraga, falarão os Deputados Henrique Fontana, Pompeo de Mattos e José Eduardo Cardozo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço que seja restabelecido meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, assessoria, quinze minutos para o Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, quero dizer que, mesmo com protesto, só voltei, só retornei a esta Comissão, primeiramente, porque vi que V. Ex^a a presidia. Quando saí, um sinal da Senadora Heloísa Helena. Não vale à pena sair daqui de cabeça baixa. Eu tinha certeza de que, ao chegar em casa, não iria conseguir dormir, mas acho que quem não tem que conseguir dormir não sou eu, mas o Sr. Delúbio, que tem muito o que explicar para a Nação brasileira. Por isso retornei.

Quero dizer, Sr. Delúbio Soares, que, no seu depoimento aqui, hoje, o senhor conseguiu se igualar

à mesma credibilidade dessa pesquisa que diz que o Presidente Lula só sofreu um ponto percentual de queda na opinião pública. Ou seja, quem acredita nisso acredita em história de troncos.

O senhor veio aqui – já foi dito –, usou e abusou do Regimento, que lhe protege, dos seus advogados, e derramou, pode ter certeza, um dilúvio de mentiras a respeito de tudo que lhe foi perguntado.

Quero dizer que não é verdade o que o senhor disse quanto ao empréstimo ter sido feito com dinheiro privado, porque a garantia dos empréstimos feitos pelo senhor era o dinheiro público, o dinheiro da publicidade.

Também faço questão de afirmar que em qualquer país sério do mundo o senhor já estaria preso, mas o senhor, evidentemente, acompanhado de bons advogados, tem a proteção desse instrumento que, às vezes, protege até inocentes: o **habeas corpus**.

Digo-lhe que o senhor tem prestígio. Não se preocupe, porque o senhor tem prestígio. Diante de tudo que aconteceu, o senhor continua firme no PT. Não houve, verdadeiramente, nenhuma ação para tirá-lo do Partido.

Mas eu queria saber do senhor... Nós sabemos aqui que o PT é formado por várias tendências. Temos a articulação, temos o campo majoritário, temos, dentro do PT, a democracia radical. Pergunto ao senhor: qual a sua tendência? A que tendência o senhor pertence dentro do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Alberto Fraga, em primeiro lugar, quero dizer que não compartilho com a informação, de novo, de mentira, mas respeito a opinião do senhor. As tendências do Partido dos Trabalhadores – a Articulação, a Democracia Radical e vários agrupamentos locais – formaram, a partir de uns dois anos atrás, o chamado Campo Majoritário, do qual eu participo, mas sempre fui da Articulação no PT.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Delúbio, o senhor viu a minha dificuldade, a minha tristeza e a minha ansiedade por não conseguir falar – só consegui falar doze horas depois... A que tendência pertence o Presidente Lula? Campo Majoritário?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Presidente Lula, antes de ser Presidente da República, como militante do Partido dos Trabalhadores, sempre participou da Articulação. Depois que ele virou Presidente, não tem ido às reuniões.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, mas quando ele era militante?

O SR. DELÚBIO SOARES – Quando era militante...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – De qual tendência?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ele era da Articulação.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Da situação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Da Articulação.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Articulação, a mesma a que o senhor pertence?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, eu sou um fiel... Sempre fui admirador do Presidente Lula enquanto militante do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito, Sr. Delúbio. Tendo sido o senhor sempre fiel ao Presidente Lula, que pertence à mesma tendência que o senhor dentro do partido, eu duvido muito que o Presidente Lula não soubesse de tudo o que foi falado ou feito pelo senhor dentro do partido. O objetivo é chamar a atenção da sociedade brasileira para isso.

Ontem eu ouvi que o PT, numa reunião, disse não reconhecer as dívidas que o senhor contraiu com o Sr. Marcos Valério. E agora eu pergunto: o senhor pretende, sozinho, quitar essas dívidas? Como é que o senhor pretende honrar esses compromissos? E eu não vou nem precisar os números, porque há quem fale em 160 milhões, quem fale em noventa e quem fale em 39. Qualquer que seja dessas quantias, para o que o senhor ganha, é muito. Ou o senhor vai fazer um milagre ou vai ser o maior caloteiro deste País, porque o senhor não tem como pagar sozinho essa importância. Como é que o senhor vai fazer para pagar esse dinheiro se o PT diz que não vai reconhecer essas dívidas?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido dos Trabalhadores, ontem – eu já expliquei anteriormente, mas, para esclarecimento e para que o senhor possa informar aos seus eleitores –, pretendia discutir esse assunto – fui convocado para essa discussão, mas, em função de eu estar sendo preparado para esse debate, eu não pude participar dessa discussão. Mas não se entrou no debate, vão entrar posteriormente e eu vou dar as explicações. Se o PT vai assumir ou não, é um debate que vamos fazer internamente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Se o dinheiro dos empréstimos era para pagar campanhas do PT, como foi dito pelo senhor, eu até não vou perguntar porque o meu tempo está se acabando praticamente. Se o dinheiro era para pagar campanhas do PT, porque é que o senhor autorizou deputados de outros partidos a fazerem saques nas contas da empresa do Sr. Marcos Valério? Depois o senhor vai me responder.

Qual foi a participação, Sr. Delúbio, do Ministro Márcio Thomaz Bastos nessa resposta ensaiada entre

o senhor, o Sr. Marcos Valério e o próprio Presidente da República? Porque veja bem: na segunda-feira, o senhor esteve em Belo Horizonte; na quinta-feira, Marcos Valério esteve em uma Procuradoria; na sexta-feira, o senhor esteve na Procuradoria e o Marcos Valério foi para a TV Globo. Na sexta-feira, o Presidente Lula gravou aquela entrevista, por sinal de muito mal gosto, lá em Paris; no sábado, o senhor estava na Rede Globo, um dia depois do Sr. Marcos Valério e, no domingo, o Presidente Lula aparece para dar explicação – muito mal dada, por sinal – ao povo brasileiro.

Eu quero saber do senhor qual foi a participação do Ministro Márcio. Foi ele que combinou essa jogada toda, essas respostas ensaiadas, ou foram os advogados?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, estou sabendo dessa informação do Ministro agora. Então, não tenho nenhum conhecimento...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor não esteve em Belo Horizonte na semana passada?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não tenho nenhum conhecimento de que o Ministro Márcio Thomaz Bastos tomou essa iniciativa. O senhor está falando, então não posso assumir...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Nós temos essa certeza, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não posso assumir, não sei das informações que o senhor está apresentando.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Delúbio, o PT é um partido honesto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os Partidos se fazem, se constroem. O Partido dos Trabalhadores sempre teve uma trajetória no País.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor está respondendo que sim, evidentemente.

O senhor se considera uma pessoa honesta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Então, por que o senhor vinha recebendo, desde 2001, de um Estado pobre, o salário de professor estadual, licenciado pela Secretaria de Educação de Goiás para prestar serviços ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás? Mas o senhor não aparecia lá para trabalhar. Não seria porque, nesse mesmo período, o senhor estava prestando serviço para a CUT e para o PT? Isso não é malversação do dinheiro público? O pagamento foi suspenso somente em maio deste ano. Mas, desde de 2001 o senhor vem recebendo aquele salário, que deve ser pouca coisa, por quê?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, eu posso explicar essa questão com muita tranquilidade, e já a expliquei anteriormente. Eu sou um dos militantes

do movimento de professores da educação do Estado de Goiás. Sempre fui, desde os 17 anos. Trabalhei na Secretaria do Estado de Goiás por um tempo longo. Quando, em 2002, eu fui convidado, e aceitei a função, de coordenar a campanha do Presidente Lula, fui à Secretaria de Educação e tentei negociar a minha liberação, sem vencimento. A Secretária, que é Secretária até hoje, disse-me: “Delúbio, há uma portaria, te liberando, do Ministro Dorneles (que era Ministro à época), até 2005. O Estado de Goiás faz questão e, se o Lula ganhar a eleição, você pode nos ajudar muito – ao Estado de Goiás”. Aceitei essa recomendação dela. A licença terminou no dia 8...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Foi uma troca de favores, então?

O SR. DELÚBIO SOARES – E não é um Governo do PT, e, sim, do PSDB. É o Governo estadual de Marconi Perillo, do qual o vice também não é do PT. Em fevereiro venceu a minha licença, e não fui comunicado. Continuei recebendo quatro meses de salário. Fui comunicado, houve um processo, devolvi o dinheiro, que a Secretaria mandou que eu devolvesse; devolvi o dinheiro, deposei o dinheiro e pedi uma licença não-remunerada. O Procurador do Estado disse que não pode conceder – vou brigar administrativamente para continuar funcionário, porque eu sou professor de carreira, e muito me orgulho disso. Poderei voltar a dar aula agora, a partir de agosto, uma vez que não sou mais Tesoureiro do PT.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Vamos ver se nessa profissão de professor o senhor realmente ensina alguma coisa, porque o que o senhor fez no Partido foi um desastre. Como administrador de um Partido, o senhor realmente deixou um rombo que Deus do céu!

O Ministério Público, na verdade, investiga – não vou entrar no mérito para não alcançar ninguém de sua família – aquela compra feita pelo senhor de terras lá em Buriti. Pelo que fiquei sabendo, e conheço um pouquinho sobre terra, porque tenho uma propriedade, sua terra vale em torno de R\$800 mil. Mas o senhor levou para pagar – e até usei a tribuna para denunciá-lo – um saco cheio de dinheiro e pagou R\$147 mil. Faltam aí, no mínimo, R\$600 mil. Como o senhor vai pagar isso, eu realmente não sei. Mas quero que o senhor me responda esta pergunta: há duas semanas, o senhor andou por Florianópolis?

O SR. DELÚBIO SOARES – *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Delúbio, isso tem como ser provado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Duas semanas atrás?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor tem todo o direito de provar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu vou provar, então. E veja bem: não foi tratando de mensalação não. Foi alguma coisa com relação a bingos. Não se recorda?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, o senhor está fazendo uma acusação...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, estou fazendo uma afirmação.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...que não procede. Então, vou responder: esta acusação não procede.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas eu quero ouvir a sua resposta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim. Não procede. Não estive em Florianópolis.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não esteve?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca discuti nada de bingo com ninguém na minha vida.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Compete a mim, então, provar que o senhor está faltando com a verdade.

O SR. DELÚBIO SOARES – Claro, como o senhor quiser. Eu estou afirmando e estou encerrando o assunto por aqui. Se o senhor quiser continuar, pode averiguar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Roberto Pinho, o senhor conhece, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – Roberto Pinho? Está nesta relação aqui. Eu não me lembro quem é Roberto Pinho.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não se lembra quem é Roberto Pinho?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Assessor do Ministro Gilberto Gil, que o demitiu, e declarou que ele estava roubando. O senhor não o conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Que culpa eu tenho de ele roubar? Eu não o conheço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas ele sacou R\$1 milhão.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas não conheço Roberto Pinho.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ele sacou R\$1 milhão desse esquema todo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim. Não sei se... Não conheço Roberto Pinho.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ah, certo. Ah, certo. Ainda tenho dois minutos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não sei por que ele foi demitido, quem o contratou. Não fui eu. Não sou ministro, não contratei ninguém.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – V. S^a é muito modesto. V. S^a é muito modesto. O lamentável, Sr. Delúbio Soares, é que, ainda há pouco, entrei em um *site*, e vi lá uma pesquisa que deixa todos nós, Deputados e Senadores, preocupados. Vejo ali um homem como o Senador Pedro Simon, que orgulha muito a classe política. Mas se S. Ex^a entrar nesse *site*, está lá escrito que 97% da população sente nojo do que está acontecendo no País. E V. S^a, hoje, às 10 horas da manhã, iniciou sua fala dizendo que tinha discutido essas questões com a sociedade. V. S^a acha, sinceramente, que está em condições de discutir essa questão sobre ética com a sociedade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, o que eu afirmei é que a sociedade brasileira, o Congresso Nacional... Que a sociedade é sempre maior do que os partidos políticos, do que a sua classe política. Há uma necessidade de discutir o sistema de financiamento dos partidos políticos e o sistema de financiamento das campanhas eleitorais. Essa é a uma necessidade da reforma política, que todos falam em todos os momentos. Já discuti isso com todos os presidentes de partidos, inclusive com o Presidente do Partido de V. Ex^a, e todos acham que a reforma política deve ser feita.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Está certo. Bom, Sr. Delúbio, eu realmente... Pelo menos, acho que hoje vou dormir tranquilo. Com certeza, V. S^a teve a oportunidade de falar tudo o que sabia, e não o fez. Não convence também em dizer que o Presidente Lula não sabia das coisas. Acho que V. S^a coloca numa posição muito delicada companheiros de legenda, como o Presidente, que está aí ao seu lado, e Deputados – Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Maurício Rands, e tantos outros colegas, que aqui aprendemos a respeitar pelas idéias. No campo do debate, naquilo em que discordarmos, nós nos respeitamos. Mas naquilo em que concordarmos, nós nos unimos. Então, lamento profundamente que V. S^a deixe esses colegas em má situação. V. S^a veio aqui, mentiu, mentiu, e derramou um dilúvio, mas de mentiras. Na verdade, V. S^a deixou muito a desejar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos fazer um intervalo de uns dois, três minutos. Em seguida, com a palavra o Deputado Henrique Fontana. Depois, o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou vendo a preocupação de V. Ex^a. Tenho me inteirado dos documentos da CPI. Tenho sido assíduo freqüentador da sala-cofre, onde estão os dados. E eu me valho dos sigilos bancário, fiscal, enfim, até pela experiência que tenho como funcionário do Banco do Brasil, para poder fazer o confronto, o cotejamento necessário. E vi, Sr. Presidente, que teremos muitas dificuldades. Já temos muitas, e teremos outras muito maiores pela frente. Porque só foi quebrado o sigilo, chegou o documento do sigilo, da SMP&B e da DNA, e uma parte de um banco, que é o Banco Rural. Estão lá caixas e caixas do Banco do Brasil, que chegaram. Enfim, documentos. O que quero sugerir a V. Ex^a? Sr. Presidente, quem está tabulando os dados do sigilo bancário, passando para o computador, para fazer as escalas, os valores, fazer ali a identificação, teria que ficar numa sala, digamos assim, separada. A pessoa que está trabalhando não tinha que dar explicação para ninguém. Só trabalhar. Só colocar dados. E os Deputados e Senadores que quiserem conferir dados só podem conferir os dados que já estão sendo tabulados. Teria que estar disponibilizado em um outro computador *on line*, em uma outra sala ao lado, onde teria alguém só para nos passar essas informações. Agora, se quem vai tabular tem que nos passar as informações, ele nem bem passa informações e nem bem tabula. E nós não vamos sair do lugar. Então, faço o apelo a V. Ex^a, pela minha experiência de bancário...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, muito boa a sugestão. Nós amanhã inclusive gostaríamos de encaminhar, em nossa reunião interna, esses procedimentos, que têm racionalidade, dividem bem as atividades e dão velocidade, principalmente na análise, pelos Parlamentares, dos dados tabulados. É uma proposta importante, uma proposta racional acima de tudo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pela ordem.) – É relacionada à preocupação do Deputado Pompeo de Mattos. Foi definido hoje, Sr. Presidente, que a direção da Mesa da CPMI do Mensalão e da

Compra de Votos irá se reunir com a Mesa da CPMI dos Correios – Presidente, Vice-Presidente e Relator – para que o acesso às informações passe a ser de ambas as Comissões. Eu, que sou membro da outra CPMI, Sr. Presidente, graças à sua indicação, já fiz uma sugestão, mas acho importante que haja o melhor entrosamento possível entre as duas Mesas, para que possamos ser informados, a partir de amanhã, a respeito do procedimento de acesso às informações.

Seria também interessante fazer uma comunicação por escrito aos membros de ambas as Comissões para que possamos, sobretudo nestes próximos dias e na próxima semana, que serão dedicados ao exame da documentação, fazer isso da melhor maneira. E agradecer se V. Ex^a pudesse nos comunicar, ainda nesta reunião, sobre a programação da próxima semana, de maneira entrosada com a outra CPI, e se, de fato, conforme já havia sido aventado, a próxima semana será dedicada apenas ao estudo dos documentos, não havendo reunião. Até porque tanto os Senadores e Deputados mais jovens quanto aqueles que têm mais idade, todos precisamos ter um tempo de recuperação, especialmente o Presidente, o Relator e a Senadora Heloisa Helena, que, embora conclamando todos ao trabalho de segunda a sexta-feira, também merece estar com os seus filhos e a sua família, pelo menos por alguns dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estão todos aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy, a sua sugestão é importante, sensata, vamos trabalhar conversando, dialogando muito com a CPMI do Mensalão e Compra de Votos.

Amanhã decidiremos a nossa agenda para a próxima semana, numa reunião da Comissão, mas o Presidente e o Relator defendem que, na próxima semana, nós somente venhamos a analisar documentos. Mas isso será discutido amanhã, pela manhã.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, por quinze minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a, cumprimento o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, cumprimento o Sr. Delúbio Soares e a todos os colegas Parlamentares que aqui estão.

Parto de um pressuposto, Sr. Presidente, de que nós temos uma enorme responsabilidade, como todos estamos demonstrando compreender, com esta CPMI da qual participamos. O que o País mais quer é uma investigação a mais profunda possível, a mais criteriosa possível, e marcada pela isenção, no sentido de não transformá-la em uma CPMI que, em vez de fazer a investigação do todo, se dirija em algum momento para

uma investigação de caráter eminentemente partidário. Nos ajudam em muito – ou, quem sabe, nós ajudemos a eles – o Ministério Público, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da República.

Portanto, as perguntas que farei são perguntas de quem busca compreender questões fundamentais que ainda não estão esclarecidas.

Eu não tenho dúvida alguma, Sr. Delúbio Soares, de que o senhor cometeu ilegalidades e erros graves que comprometem o nosso Partido. Ilegalidades, porque é preciso que se parta claramente disto: que o senhor confessa, nos últimos dias, a existência de recursos não contabilizados, ou seja, de um caixa dois. É preciso compreender melhor como foi, como se constituiu e para quem foram esses recursos, porque, se as coisas ficassem paradas no ponto onde estão, haveria uma espécie de colocação de todo o nosso Partido e de toda a base aliada sob suspeição.

Esta CPMI vai tentar esclarecer isso. Não pode pairar uma suspeição sobre todo e qualquer membro de todos os partidos da base. Esta CPMI também vai precisar ter a isenção e a capacidade de investigar acima dos partidos políticos para, por exemplo, aprofundar a investigação sobre um dos sacadores de grande monta, do sigilo bancário quebrado de Marcos Valério, de duas agências no Banco Rural, que me escapa agora o nome; mas é um senhor de Minas Gerais, policial civil, Davi Rodrigues Alves, que sacou R\$4.900.000,00. É evidente que o saque não deve ter sido para esse senhor, ele deve ter um endereço.

Então, esta CPMI precisa ter a mesma coragem e a mesma determinação para investigar os destinos que envolvam todos os partidos políticos que estejam assentados nesta Casa. É isso que o Brasil quer, e é para isso que nós queremos contribuir.

Assim, pergunto-lhe de forma rápida, Sr. Delúbio Soares: Para quem foram esses recursos desse caixa dois?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Henrique Fontana, eu já pronunciei anteriormente ao Relator que os recursos, os destinatários dos recursos, as investigações vão anunciar. Então, é uma resposta que só as investigações poderão dizer. Eu mantenho o que já respondi anteriormente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério teve algum tipo de vantagem ilegal nas relações que estabeleceu com o nosso Partido e/ou com qualquer setor do Governo, para justificar que ele fosse tomador de um empréstimo de quase R\$40.000.000,00 para alimentar esse processo de caixa dois?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Henrique Fontana, eu já expliquei que não teve nenhuma van-

tagem; nunca apresentei o Marcos Valério a nenhum órgão do Governo. Eu já expliquei isso anteriormente e quero repetir ao senhor: não!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor disse que foi apresentado ao Sr. Marcos Valério como sendo uma pessoa que tinha experiência em arrecadação financeira para partidos e/ou campanhas. O senhor confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vários correligionários nossos e amigos de Minas Gerais recomendaram, ao consultar quem era Marcos Valério, que era uma pessoa que tinha tido uma experiência muito importante, conforme declarei na Procuradoria Geral, na campanha de 98, do então Governador Eduardo Azeredo. Isso está declarado no meu depoimento, e foi esta a informação que eu tive: todas as pessoas me falaram que ele era uma pessoa muito correta com aquilo que fazia. Por isso, a nossa relação de amizade cresceu muito a partir dessas informações.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor nunca se preocupou com os antecedentes, a vida pessoal de Marcos Valério, em ter um pouco mais de informações para convidá-lo para uma função tão importante relacionada a finanças que envolviam o nosso Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Henrique Fontana, o que aconteceu foi que eu pedi a ele que avalizasse dois empréstimos, como já expliquei, e, devido às necessidades que estávamos vivendo naquele momento, ele concordou em fazer os empréstimos em nome das suas empresas, e reporíamos o dinheiro assim que tivéssemos condições. Foi isso que aconteceu.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Delúblio, essas decisões envolveram questões importantíssimas, como um projeto coletivo, um projeto partidário, um projeto que milhões de pessoas constroem ao longo de muitos anos. O senhor não teve a preocupação de partilhar com outras pessoas uma decisão tão importante como essa e de medir o risco do que isso significaria para o futuro do nosso Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, vou repetir o que falei ao Senador Sibá Machado: a necessidade e a angústia de vários membros do nosso Partido e de fornecedores de campanha do nosso Partido e dos aliados fizeram com que eu tomasse essa providência. E, como eu estava responsável por tomá-la, eu a tomei. Se errei, se fiz alguma coisa que o Partido dos Trabalhadores vai punir, a Comissão de Ética vai julgar e tomar os procedimentos, e eu, como militante humilde que sou e sempre fui – o senhor me conhece há algum tempo –, acatarei a decisão do Partido dos Trabalhadores sobre qualquer punição que houver.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, quero abordar, aqui, um outro tema que perpassou muitas falas durante a nossa oitiva da CPMI de hoje. Primeiro, há um dado concreto que, publicamente, quero criticar no sentido do debate político.

Li matérias, ao longo dos últimos dias, que dão conta de que algumas lideranças do PFL buscam cassar o registro político do Partido dos Trabalhadores. Quero aceitar esse debate, porque a sociedade precisa discutir, com muita transparência, o significado disso.

Tenho reconhecido, em muitas entrevistas e em falas dentro desta CPMI, que, evidentemente, o nosso Partido terá de responder coletivamente por erros que não foram cometidos por todos. Mas, na minha opinião, a tentativa, a ansiedade de algumas lideranças do Partido da Frente Liberal, especialmente de tentar propor a cassação do registro de um partido político com a história, com a construção e com o papel que o Partido dos Trabalhadores representa na democracia brasileira, parece-me algo absolutamente inaceitável do ponto de vista do bom convívio democrático.

Quisera eu poder investigar, um pouco, de algumas histórias que este País ouviu, leu e assistiu envolvendo o Partido da Frente Liberal! Agora, ouvir que, diante de uma ilegalidade pela qual temos de responder, diante de erros que cometemos, querem fazer o que chamo de condenação total do Partido dos Trabalhadores me parece um desrespeito, não com o Partido, mas com todos aqueles que depositam a sua confiança democrática na construção desse projeto. Não é possível agir com absoluta diferença de pesos e medidas, como temos observado em alguns pronunciamentos nesses debates que fazemos.

Há outra questão: envolver o Ministro da Justiça deste País numa ilação denunciadora de que S. Ex^a teria participado da construção articulada de diferentes depoimentos é uma absoluta irresponsabilidade, inclusive com a institucionalidade do País! Não há nenhum indício de prova que envolva o Ministro Márcio Thomaz Bastos, muito menos o Presidente Lula! Só mesmo neste ambiente de denunciismo, de ansiedade da disputa político-partidária, que é legítima, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados! É legítima a disputa político-partidária! Evidente que os Deputados e Senadores do PFL querem derrotar o Presidente Lula na próxima eleição. Evidente que eu quero sustentar a campanha do Presidente Lula e tenho convicção de podemos vencer as próximas eleições. Agora, vamos vencer ou perder eleições dentro de regras democráticas explícitas. Vamos vencer ou perder eleições sem alimentar um denunciismo absolutamente irresponsável. Vejam o que foi a postura do Líder do PFL na Câmara. Largou uma lista, no último

final de semana, envolvendo um conjunto de deputados, de forma absolutamente irresponsável. Esqueceu inclusive de envolver o próprio nome, porque os assessores do líder do PFL haviam ido também ao *shopping center* onde existe agência do Banco Rural. Eu não quero, dentro desta CPI, trabalhar com esta lógica. Eu quero defender aqui a investigação profunda, que puna todos os responsáveis. E quero defender dentro deste Parlamento, Sr. Presidente. E dentro da CPI, nos momentos que vamos continuar debatendo a absoluta necessidade de uma reforma política profunda o mais urgente possível. Não, como dizem alguns, como manobra diversionista. Manobra diversionista é se eu não quisesse punir quem tem culpa. Eu quero fazer as duas coisas. Quero punir quem tem culpa e quero garantir que as estruturas deste País se modernizem, se atualizem e se alterem. Porque eu não posso imaginar que o sistema político não tem nada que ver com o que estamos discutindo aqui. Por que não enfrentar com coragem a necessidade de que o financiamento de campanhas seja exclusivamente público, com limitação de gastos, proibindo determinados gastos que não interessam nada à democracia? Por que tantos *outdoors*, por exemplo? Se nenhum de nós tiver *outdoor*, as campanhas ficam mais baratas, e o povo escolherá igual, os melhores candidatos. Por que não suspender todas as grandes produções de televisão e fazermos debates ao vivo com os candidatos? E o financiamento público exclusivo, Sr. Presidente, colegas Deputados, que temos de votar até 3 de outubro para valer na próxima eleição, para podermos chegar com muito mais tranquilidade e olhar para o povo brasileiro? Nós vamos garantir a impessoalidade do papel que um parlamentar, que um governador, que um presidente da República tem que exercer em relação aos valores que financiaram a sua campanha. Toda a sociedade, democraticamente, o Estado brasileiro, democraticamente, financia a campanha de todos os candidatos, que se dispõem a entregar parte das suas vidas para construir o bem público. Porque isto é fazer política: ser governador, ser presidente, ser prefeito, ser deputado, é se entregar ao interesse público. E por que nós, individualmente, temos que buscar o financiamento da nossa própria campanha? É o Estado brasileiro que tem que garantir a impessoalidade. Uma juíza, um promotor público, recebe salário público e recebe toda a segurança da estabilidade, porque ele tem que ter tranquilidade, impessoalidade, para exercer os seus papéis.

Agora, Presidente, eu concluo. Como podemos continuar imaginando que, se as empresas continuarem financiando a política, 100% delas farão doações absolutamente livres de interesses privados que elas

queiram defender junto à gestão pública? Isso é de uma ingenuidade atroz. Ninguém pode defender isso. O que eu me pergunto é como este Brasil sobrevive há tantas décadas com este sistema de financiamento de campanha. Eu respondo: é porque ele beneficia quem detém o poder econômico. Ele beneficia quem tem melhores relações...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Henrique Fontana, concluindo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ... com

o poder econômico.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez dizendo da nossa disposição de continuar auxiliando o trabalho que V. Ex^a tão bem dirige.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Deputado Henrique Fontana fez uma acusação grave contra o líder do PFL, o Deputado Rodrigo Maia. Na condição de vice-líder do Partido, eu preciso aqui refutar a afirmação feita pelo Deputado Henrique Fontana. Primeiro, quanto à divulgação do nome de alguns parlamentares não se pode imputar a responsabilidade total ao Deputado Rodrigo Maia. Segundo, infelizmente, para tristeza nossa, minha talvez pessoalmente, por manter relação pessoal e civilizada com alguns deles. As denúncias que foram apresentadas, na semana passada, no Jornal Nacional, já estão se confirmando. É lamentável, Deputado Henrique Fontana, que V. Ex^a perca o seu tempo fazendo um discurso para inglês ver. É lamentável que V. Ex^a se esqueça que este tesoureiro que aqui está sentado é do Partido de V. Ex^a e que poderia já tê-lo expulsado se ele fosse o único culpado, mas que manteve, apenas o afastou, continua remunerando o tesoureiro. É responsabilidade do seu Partido. Tudo isso que está acontecendo no Brasil foi construído pelo PT, essa corrupção nunca vista foi construída pela falta de escrúpulo do Partido de V. Ex^a. Deixem de ser vestais, acordem para a realidade, o Brasil está assistindo envergonhado a tudo o que acontece nesta CPI. O dia de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vou encerrar, Sr. Presidente, o dia de hoje não pode mais se repetir, porque sentam-se aqui pessoas que vêm mentir e tripudiar da inteligência de cada cidadão brasileiro, que está sofrendo, que está de cabeça baixa e que está lamentando, porque o Con-

gresso Nacional não cumpre o seu papel de investigar e de buscar a verdade. Deputado Henrique Fontana, curve-se ao PFL, porque se esta CPI existe é graças ao Líder do meu Partido que, contra tudo e contra todos, reuniu o número de assinaturas para garantir que a impunidade não prosperasse como gostaria o PT, Partido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Henrique Fontana, e, para encerrar, porque acho que precisamos continuar na nossa missão de investigar e buscar resolver, procurar as soluções para esse problema que estamos enfrentando.

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr.

Presidente, vou com muita serenidade e atendendo ao seu pedido, porque, de fato, o centro da nossa preocupação aqui é a investigação. Só quero dizer três frases ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto e de forma muito respeitosa e franca como gosto de fazer política. Em primeiro lugar, não é ele quem vai definir a quem devo me curvar ou não. Eu me curvo àquelas situações que entenda que devo me curvar. Segundo, não somos vestais. O Partido dos Trabalhadores é formado por homens e mulheres que erram e acertam. A credibilidade que temos no Brasil foi conquistada, contra a vontade do Partido da Frente Liberal, pela nossa ação política real, que encontrou credibilidade da população, que decidi que merecíamos confiança, entendendo que os nossos acertos são maiores que os nossos erros.

E, por último, só reafirmo a frase que deixou o Deputado Antônio Carlos Magalhães tão nervoso: o Líder do Presidente foi irresponsável quando alimentou a onda de denunciismo, largando para a imprensa uma lista que não tinha a mínima condição de ter largado e, ao contrário do que se confirmou, porque algumas coisas estão sendo discutidas, a maioria do que estava na lista não se confirmou, e ele manchou a imagem de pessoas irresponsavelmente, que tiveram que sair correndo atrás do prejuízo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Queria só ponderar, o Senador Heráclito Fortes é titular, acaba de chegar e solicitou que falasse até porque tem um compromisso. Peço paciência aos nobres Deputados que estão aguardando...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já tenho a concordância desse lorde, o Deputado José Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E, em uma deferência, Senador Heráclito... Como V. Ex^a foi tratado de uma maneira muito nobre, peço que V. Ex^a diminuísse o tempo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não extrapolarei o tempo. Sei que V. Ex^a é generoso e talvez esse tempo seja um latifúndio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quinze minutos, assessoria técnica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ouvi aqui atentamente a sempre emocionada intervenção do Deputado Fontana. O Deputado Fontana só esteve irreconhecível aqui no dia do depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Acho que estava com dor de cabeça, não estava bem, mas tem sido um parlamentar brilhante, atuante e *expert* na arte de agredir os outros e os partidos dos outros.

Condenou alguns exageros cometidos aqui com relação a possíveis ilações feitas envolvendo o Ministro da Justiça, mas não teve a humildade de condenar o tesoureiro do seu Partido que, em Goiânia, num pronunciamento para professores, alegou que essa campanha que se fazia contra era obra da direita e acusou dois Senadores do PFL: Antonio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen. Não teve a serenidade também para repreender o tesoureiro do Partido.

Então, acho que serenidade funciona quando ela tem ida e volta. A serenidade não dever ter apenas um caminho, nobre Deputado, e os exageros começam exatamente por isso, até porque eu acho que não é o PT o Partido mais indicado para no Brasil condenar onda de denunciismo. Se há alguém que em toda a sua trajetória denunciou, acabou com vidas neste País é exatamente o Partido que V. Ex^a representa. Talvez, V. Ex^a culpa nenhuma tenha nisso, mas não se pode, de maneira nenhuma, misturar as coisas.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Delúbio, lamento V. S^a estar aqui já há mais de 12 horas, sei que está cansado, o raciocínio embaralhado, há repetição das perguntas, isso é negócio altamente cansativo. Infelizmente, não há outra metodologia capaz de mudar o funcionamento de uma CPI. CPI é uma ação política; a ação jurídica depois caberá ao Ministério Público. Mas quero dizer a V. S^a que estou impressionado, o volume de *e-mails* que chegou ao meu gabinete a partir de ontem triplicou, e uma quantidade imensa pedindo que fizesse perguntas a V. S^a. Evidentemente, não vou fazer. Acho que, por conta disso, o Partido devia refletir um pouco com relação ao tipo de comportamento que acredito que seja devidamente cominado, que foi adotado por V. S^a hoje e por Sílvia Pereira ontem, porque, se irrita alguns membros da Comissão, essa irritação é passageira; mas denigre, enxovalha a imagem do PT para sempre. A decepção dos militantes do PT em saber que lutaram numa travessia de vinte e tantos anos, de ver que companheiros perderam a vida, que outros que

passaram privações, e ver, de repente, que o Partido está metido num mar de lama. É deprimente.

Poderei passar, inclusive, à assessoria de V. S^a os fax, os *e-mails* que recebi para meditação.

Acho que é um momento em que o Partido dos Trabalhadores tem que refletir. É um momento triste que, evidentemente, caberá aos senhores que são membros do Partido a análise mais profunda.

Não quero me demorar, quero ver se cumpro o pedido do Presidente. Pergunto se V. S^a conhece o Sr. José de Freitas?

O SR. DELÚBIO SOARES – De nome não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Conhece Alusa, uma empresa de energia elétrica?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Conhece a Cavan?

O SR. DELÚBIO SOARES – Cavan, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Cavan e Alusa são empresas coligadas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou sabendo agora por V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a relação do senhor com a Alusa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço Paulo Godoy, que é presidente da Abdib e pessoa com quem tenho relação de muito tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual foi a participação do senhor para que a Alusa obtivesse uma obra no Ceará, via Banco do Nordeste, BNDES, um consórcio chamado STN, para a construção de um leão chamado leão de quinhentos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nenhuma, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nenhuma, Senador. Está certo. Essa história de chamarem a Alusa lá no Nordeste de empresa do Delúbio é fantasia, é calúnia, porque esse era um fato de três, quatro meses atrás?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não procede essa informação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fico satisfeito de ouvir isso. A única coincidência, Sr. Presidente, que nos deixa incomodado é que o Sr. José de Freitas foi a última pessoa que contatou com o Sr. José Adalberto, antes de ele fazer aquela viagem, na tentativa de trazer o dinheiro, os dólares, para Fortaleza – uns dizem que na cueca; outros dizem que no cós da calça. A última ligação telefônica que ele fez foi exatamente...

O SR. DELÚBIO SOARES – Como o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico está quebrado, o senhor pode verificar, ao longo das investigações, que não

tenho nada a ver com isso. Isso eu confirmei à Polícia Federal. Eu estava preso embaixo, eu estava fazendo o meu depoimento e expliquei ao Delegado que nunca tinha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço-lhe. Esses questionamentos são interessantes.

O senhor é criador de gado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não cria gado, não tem ninguém na família que crie gado?

O SR. DELÚBIO SOARES – O meu pai é um pequeno proprietário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não quero falar do seu pai. Quero respeitar...

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não tenho nenhuma cabeça de gado, nenhuma hoje. Já tive quando era garoto pequeno. Quando eu trabalhava na roça, eu tinha umas cabecinhas de gado – poucas, mas tinha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não quero entrar em questão de família. Sei, inclusive, que o senhor ficou bastante agastado com a violência que cometeram contra a sua família. Então, essa questão...

O SR. DELÚBIO SOARES – Agradeço a solidariedade do senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nessa questão, eu não quero entrar. Mas consta que, há cerca de dois meses, o Banco Rural tomou da VASP, do Sr. Wagner Canhedo, 65 mil cabeças de gado, de boi, para pagamento de uma dívida. O Banco Rural recebeu esses animais. E chegou a nós, da CPI, a informação de que 15 mil dessas cabeças teriam ido para uma sociedade montada entre o senhor e o Sr. Marcos Valério no interior de Goiás.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não corresponde essa informação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não corresponde.

Sr. Presidente, eu queria apenas registrar essas duas perguntas. Não me quero alongar muito. Mas gostaria, finalizando, de saber do Sr. Delúbio se ele voltaria a repetir o que disse em Goiás, que esse movimento, esses fatos todos são uma manobra para tentar desestabilizar o Presidente Lula, na qual envolveu e citou nominalmente os Senadores Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Heráclito, acho que o senhor não estava na sala. O Senador Demóstenes, que é da minha terra, que é Senador por Goiás e que, então, é meu Senador, porque a instituição é assim – não votei nele, mas é Senador por Goiás –, já expliquei a ele que o meu pronunciamento foi em um momento muito emocional. Se as pessoas sentiram, já

pedi desculpa aqui, por citar o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Jorge Bornhausen.

O Senador Jorge Bornhausen, já discuti vários assuntos com ele; é pessoa que eu admiro muito, e divirjo na política. Com o Senador Antonio Carlos Magalhães, não tenho nenhuma relação, mas, com o Senador Jorge Bornhausen, eu tive várias reuniões. É uma pessoa que eu considero. Muitas vezes, até os companheiros de Santa Catarina brigaram comigo, em determinados momentos, pela relação principalmente com a filha do Senador, que era Secretária de Trabalho e tinha uma relação muito cordial em política.

Então, em nome do senhor, como Senador do PFL, transmita ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Jorge Bornhausen que não é nenhuma questão pessoal. É uma divergência política. E no calor da emoção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer que, até ouvir o pronunciamento, achava que era mais um palanque, uma satisfação para dar a uma categoria, do que, na realidade, uma afirmação de sentimento.

Queria que V. S^a ficasse tranqüilo com o que eu vou lhe dizer: a grande frustração da Oposição brasileira é exatamente a de que estamos no dia 23 de julho de 2005 e não conseguimos criar uma crise para o Governo de V. S^a. O Governo de V. S^a cria todas, não dá chance à Oposição de criar crise, de desestabilizar Governo. É uma frustração que vou levar, porque, afinal de contas, é o papel da Oposição. Até um caso como esse, quem descobre é o próprio Governo. Se V. S^a prestar atenção neste debate – assim têm sido os outros –, verá que as perguntas mais complicadas para o Governo são feitas pela base do Governo. Nunca vi uma Oposição tão incompetente como a nossa, mas não perco a esperança. Tenho a certeza de que um dia vamos mostrar à Nação que também temos capacidade de mostrar e de criar alguma crise para o Governo. Espero que o Governo um dia dê tempo.

A última pergunta: o senhor conhece a Sr^a Zilmar Fernandes?

O SR. DELÚBIO SOARES – Zilmar Fernandes? Eu acho que é sócia do Sr. Duda Mendonça.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sócia do Sr. Duda Mendonça.

O SR. DELÚBIO SOARES – É isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a sua ligação com ela?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ela trabalha... O Duda Mendonça trabalha profissionalmente para o Partido dos Trabalhadores desde 2001 e continua fazendo os programas do PT. O último programa foi ele que fez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, devolvendo a gentileza dos companheiros que me deixaram falar antes deles, que são suplentes, dentro desse nosso sistema democrático aqui, eu quero abrir mão do resto do tempo. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, aos companheiros que estão aqui na rabada da fila, e desejo que cheguemos o mais rápido possível ao final desta CPI com esclarecimentos que ajudem o Brasil, esclarecimentos que tragam a verdade sobre os fatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Rodrigo Maia, eu gostaria de insistir com V. Ex^a. O Deputado ACM Neto foi bastante veemente na defesa de V. Ex^a.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Eu serei mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós não podemos, porque, a partir do momento em que eu abrir para V. Ex^a a palavra, terei que abrir novamente para um parlamentar do PT.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Não, eu fui citado e eu quero responder. É um direito regimental meu e eu acho que V. Ex^a deveria cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu quero ponderar a V. Ex^a que, como sou uma pessoa democrática...

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Os dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...eu vou dar a V. Ex^a um minuto ...

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Um minuto e trinta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em respeito... Agora, por exemplo, o Deputado Maurício Rands já quer falar também.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vai ter que ter um equilíbrio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós vamos passar todo o tempo aqui vendo briga do PT com o PFL, Sr. Presidente. Nós não temos nada a ver com essa briga deles. Estamos numa CPI e não numa briga de comadres, Sr. Presidente, com todo o respeito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu só quero ponderar ao Deputado Rodrigo Maia que já houve o pronunciamento do PFL sobre esse assunto.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Rodrigo Maia, um minuto; Deputado Maurício Rands, um minuto e, depois, arbitrariamente, vou dar a palavra ao Senador Pedro Simon, que está aqui desde as 8h30min da manhã aguardando. S. Ex^a pediu que tivesse precedência em função do cansaço em que se encontra. Quero pedir a V.Ex^a esse respeito e essa paciência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu estou desde as 9 horas da manhã, sou suplente inscrito, estou desde as 9h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas V. Ex^a é jovem, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou desde as 9h da manhã. Eu espero o Senador Pedro Simon. Agora, eu espero só o Senador Pedro Simon, Sr. Presidente, V.Ex^a me chamou três vezes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perfeitamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em nenhuma delas eu pude falar: uma vez, briga o Deputado Rodrigo Maia; outra vez, o Deputado ACM; depois, o Fontana; depois, não sei quem. Brigam as comadres, e nós temos que ficar esperando. Aí também não dá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos, eu gostaria de se observasse o tempo que nós perdemos discutindo sobre coisas que, infelizmente, não estão no escopo desta CPI.

Um minuto, Deputado Rodrigo Maia; um minuto, Deputado Maurício Rands e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Henrique Fontana. Como eu não estava presente, de fato, não sei, na íntegra, o que foi dito.

Quero apenas registrar aqui, Sr. Presidente, que irresponsável é este Governo do qual ele faz parte, que monta um esquema de corrupção que, pelo menos na “operação abafa”, é três vezes melhor do que o Governo Collor. Irresponsável, Sr. Presidente, talvez seja o Presidente da República, que viu isso tudo acontecer e, no mínimo, foi omissivo. Irresponsável, Sr. Presidente, é o Ministro José Dirceu, que coordenou esse esquema de corrupção no Governo Federal para comprar votos no Parlamento brasileiro. Irresponsável, Sr. Presidente, certamente, é o tesoureiro do PT, que vem a esta Casa e mente há mais de doze horas e, ainda por cima, tem a desfaçatez...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Vou concluir.

Ainda por cima tem a desfaçatez de dizer para todos nós que é responsável sozinho por um esquema que atinge mais de dois partidos, os únicos dois partidos que faziam parte da base do Governo em 2002...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas concluindo mesmo.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Estarei concluindo, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Desfaçatez, Sr. Presidente, do Tesoureiro, que vem aqui mentir o dia inteiro e ainda tem a coragem, como eu estava terminando de falar, que era um esquema para pagar dívidas de campanha e, como tal, se são quatro partidos envolvidos e se na Base de 2000 só havia dois... Esquema de corrupção, Sr. Presidente, por um motivo apenas, que foi um esquema, pelas informações que temos, pela assessoria e pelos jornais, que funciona há 24 meses, não durante os dois meses da eleição. Isso, sim, é irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands, um minuto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que o Deputado Henrique Fontana não chamou o Deputado Rodrigo Maia de irresponsável, apesar de o Deputado Rodrigo Maia ter chamado agora uma série de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu só espero que ninguém agora me peça, depois dessa afirmação, porque aí, novamente, vamos voltar ao debate e vou suspender a reunião.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. Ex^a está correto. O que a Comissão quer e o que o povo brasileiro quer é que investiguemos, mas eu me vi no dever, Sr. Presidente, de esclarecer a acusação que foi feita ao Deputado Henrique Fontana.

O Deputado Henrique Fontana não chamou ninguém de irresponsável, o que ele disse foi que a denúncia que foi feita pelo Deputado, Líder do PFL, na semana passada, através da Rede Globo, foi irresponsável, e os fatos mostraram e deram razão ao Deputado Henrique Fontana.

Vejam: foi envolvido o Deputado Sigmaringa Seixas, um homem cuja reputação todos nós e o Brasil inteiro conhecemos, uma longa vida no Parlamento nacional, sem nada capaz de manchar a sua trajetória neste Parlamento. Apenas porque sua assessora tinha ido descontar um cheque de R\$400,00, foi co-

locada em cheque a reputação do Deputado Sigmaringa Seixas.

A mesma coisa com o Deputado Wasny de Roure, que nem era Deputado na época em que a acusação dizia que um assessor seu tinha ido ao *shopping center* ou ao Banco Rural.

A mesma coisa com Deputados como Vicentinho, Devanir Ribeiro e Zezéu, também do PT da Bahia. Aliás, os Deputados Vicentinho, Zezéu, Devanir Ribeiro e Sigmaringa já levaram a questão para o fórum competente e fizeram uma representação contra o Líder do PFL por quebra de decoro.

Então, Sr. Presidente, encerro dizendo o seguinte: não contribuem para as nossas investigações esse ambiente de denunciismo sem comprovação. Não podemos nos transformar num tribunal de exceção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Precisamos juntar provas para fazermos a denúncia. Infelizmente, não foi o que aconteceu.

Espero que o Líder do PFL se penitencie do erro que cometeu, até porque errar é humano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou passar a palavra para o Senador Pedro Simon porque ele já ia chamar a atenção para o Estatuto do Idoso. E respeito não só o Estatuto, mas, acima de tudo, o Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Pedro Simon por 15 minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Quem é que vem depois, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Depois, definitivamente, o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. (Orador não identificado) – Mas não é por idade, Sr. Presidente? Se é por idade, eu queria falar depois também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a é muito jovem ainda.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado, merece o meu aplauso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, hoje se completou o pronunciamento da trinca que era esperada: o empresário, o tesoureiro e o secretário-geral. Eram os três nomes em torno dos quais havia a expectativa de que tomaríamos conhecimento do que estava acontecendo.

Na verdade, lamento a atitude dos três e, de modo especial, a do tesoureiro, porque o secretário-geral e o próprio Presidente atual do Partido deixaram a responsabilidade toda na mão do tesoureiro. O tesoureiro

foi o homem que fez os empréstimos, o tesoureiro foi o homem que lidou com esse dinheiro. Ele é o homem encarregado disso.

Até foi uma estratégia, dentro de um esquema o que se está fazendo, de transferir tudo para o caso de sobra de campanha de caixa dois.

Imaginava-se que o tesoureiro aceitaria essa parte, diria que a culpa é dele e contaria os fatos. Houve por bem não contar. E nós teremos de buscar a verdade fora do depoimento das pessoas.

Agora, foi uma pena, porque o Presidente Lula, quando declarou: “vamos buscar a verdade, não ficará pedra sobre pedra, doa a quem doer”, imaginamos que a afirmativa do Presidente era para valer.

Estamos numa situação realmente importante e delicada. Não é o Collor que foi cassado, que caiu. É a estrutura de um Partido que tem 25 anos, que alimentou a esperança do homem brasileiro. É um homem que nem o Lula que a expectativa do seu Governo era unânime no Brasil e que hoje há uma interrogação muito grande. Hoje, sente-se andando nas universidades, conversando com o povo, que há uma angústia, um abatimento. A mocidade não está contente, não está rindo, não está ofendendo, a mocidade está engolindo com mágoa e sentimento de que a esperança desapareceu. A essas alturas, eu acho que nós todos, nós, Partidos políticos, o PT e o Governo, deveríamos buscar uma saída pra que todos saíssem dessa crise com um pinga de dignidade.

Não soma para nós querer desmontar o PT. Não soma para nós a tese de querer tentar desmoralizar o Lula para levá-lo ao fundo do poço. Não, mas soma para nós encontrarmos uma saída para todos, uma saída com dignidade a todos.

Agora, o que eu lamento é que o Presidente Lula até agora não deu o passo, até agora Ele continua na mesma tese, a tese de ter maioria, tira o companheiro como o Sr. Olívio Dutra para colocar um que foi Ministro do Collor. Isso para aumentar a sua base parlamentar. Eu não sei aonde Ele vai com essa busca da base parlamentar.

Primeiro dobrou a Bancada do PP, a Bancada do PTB, a Bancada do PL, dobrou e agora a gente quanto. O senhor foi quem fez o esforço na quantia de dinheiro e não resolveu nada.

Agora quer Ele namorar com o MDB como se o MDB desse a Ele garantia de uma maioria tranqüila no Congresso Nacional. Mantém o presidente do Banco Central e continua na mesma tese. Não faz o mea culpa, não reconhece os equívocos e não traça um plano sério para olhar para dentro. Não tenho nenhuma dúvida. O Tarso Genro quando diz que vai mudar em confio nele, eu acho que ele é um homem de bem.

Quando ele diz que via fazer um exame, uma análise do seu Partido e pedir desculpas públicas à Nação, eu acho que ele está certo. E é por aí que deve ir. Para passar por aí tem que se entender.

Concordo com tudo o que foi dito aqui, que temos que fazer fruto dessa crise que nos levou fundo do poço, temos que fazer as teses. Vamos buscar as teses, vamos nos unir. Verba pública de campanha. Exagero de partidos. Publicidade na televisão. Vamos racionalizar o nosso sistema político. Vamos aproveitar para fazer realmente aquilo que se espera. Totalmente de acordo, mas não podemos querer que o seu tesoureiro, que o PT queiram nos fazer de bobos no sentido de não apurar a outra parte. Não quero ir com a outra parte para desmontar o Governo e nem para derrubar o Governo, mas eu quero ir a outra parte para moralizar o Governo, para dar credibilidade, seriedade ao Governo. Isso tem que ser feito.

Agora, de repente dizer que o que aconteceu foi dinheiro de campanha para ajudar o que perdeu ali e o que estava sofrendo lá e é só isso. E aí já está prescrito, não tem mais nada. É uma boa tese para o advogado. Inteligente até, mas não é boa tese política. Não é verdadeira. Ela não corresponde à realidade. Não se pode imaginar que de repente isso está acontecendo. O que o PT tem que entender, repito, mais uma vez, o que o PT tem que compreender é que ele está numa encruzilhada da sua vida.

O PT, que foi um Partido fantástico, em 25 anos chegou no topo e fez uma revolução social pacífica, elegeu um Presidente extraordinário, agora tem duas saídas: uma é fazer auto-análise, bater no peito, fazer a limpeza, caminhar e ver o que é possível fazer daqui para diante, mostrar o que aconteceu e readquirir a confiança da sociedade. A outra é perder a credibilidade.

O Presidente Lula tem que entender que não são propagandas feitas ou pesquisas feitas pelos empresários em uma hora como essa que vai fazer com que nós acreditemos que os números são exatos e que o seu prestígio aumentou. O Lula tem que entender que ele está numa encruzilhada: ou ele vence e vai embora, ou o PT cai e vai levar muito tempo para levantar.

V. S^a perdeu uma oportunidade, meu amigo Tesoureiro, de fazer desse seu depoimento um depoimento que extravasasse, que fosse sincero, que fosse franco, que contasse alguma coisa daquilo que vamos saber e que já sabemos, porque os números que chegaram à Comissão já estão mostrando o que era, já estão dizendo o que aconteceu. V. S^a não faria nada demais. V. S^a apenas diria aquilo que já sabemos e que vamos saber daqui a uma semana. Mas o seu advogado achou por bem que V. S^a não deveria falar, que deveria seguir

nessa tese de que é tudo uma questão de dinheiro de campanha e que não houve mais nada do que isso. E V. Ex^a perdeu uma oportunidade.

O PT termina esse ciclo com o depoimento de V. S^a, e entenda V. S^a uma coisa: falando com os Parlamentares do PT, conversando com os Senadores do PT no plenário, por dentro eles estão machucados; eles estão machucados e estão sofrendo, porque dizem: “Nós temos que agüentar, mas é demais. Não merecíamos isso que estamos vivendo”.

Ontem, eu ouvia, por exemplo, o Ministro Tarso Genro, falando na televisão, no Programa do Jô. Perguntaram para ele se ele conhecia o tal do empresário de Minas Gerais. E ele disse: “Olha, eu estou aqui, sou Ministro e não sabia da existência dele. Não tomei conhecimento dele, não sabia que ele existia”. No entanto, o homem era o “homem caixa dois”, como V. S^a confirma aqui.

Por isso, acho que temos que ter muita capacidade nesta Comissão. Eu acho que – e falo com a minha experiência – temos que ter muita competência nessa posição. Não adianta o PFL, o PSDB quererem aproveitar para desmontar e liquidar o PT que não ganham nada. Nem o PFL nem o PSDB ganhariam nada com isso. Para o PSDB e para o PFL é bom que o Lula fique no Governo e que chegue até o fim. Se for uma questão de lutar, que seja nas próximas eleições, do que cair o Governo e não se saber o que vai acontecer – qual é o próximo advogado?

E não adianta o PT querer esconder as coisas. Não adianta o PT ficar nessa de defender o indefensável, achando que o povo é bobo, que o povo não entende, que o povo não compreende. O Collor já inventou a “Operação Uruguai”. Querer agora seguir o mesmo caminho, a mesma fórmula? A sociedade não aceita, e a mágoa com o PT é muito maior porque do Collor não se esperava nada. O Collor era um aventureiro, um meteoro: veio, baixou e não sobrou nada. Mas o Lula e o PT, não. O Lula e o PT são um patrimônio da Nação.

Nós temos orgulho do velho PT, nos seus 25 anos de luta, e do Lula, o bravo Presidente da República. E sentimos porque a queda do PT, a queda do Lula e a desmoralização deles atingem o nosso País, atingem a nossa sociedade e atingem a nossa classe política. Se o Lula, com toda a expectativa, com toda a esperança que ele semeou, com o seu passado e a sua biografia limpa, fracassa no Governo, quem é que vai dar esperança ao povo brasileiro? É como está dizendo a imprensa de hoje: vai vir aí um líder espiritualista, satânico e virá como um líder religioso, querendo fazer, por meio da satanização, sei lá o quê; porque é só o que falta no Brasil.

V. S^a não ajudou o Lula hoje, V. S^a não ajudou o seu Partido e V. S^a não ajudou a sua biografia. V. S^a tinha que ter mais carinho e mais afeto pela sua biografia, pela sua história, e não pela nossa causa. O senhor se dane para nós, não tem nada a ver conosco, não significamos nada para V. S^a. Mas a sua biografia, não. Se V. S^a saísse daqui com dignidade, com seriedade, não dedurasse, mas falasse as coisas que estão aí, V. S^a não estaria inventando nada porque os números já estão aí, a Comissão já tem os números, já tem as pesquisas, já tem o levantamento, já tem o dinheiro que foi tirado.

O PT não pode pensar que a sociedade é boba. Digo, meus amigos do PT, do fundo do coração: gostei dos pronunciamentos de hoje, gostei de uma parte do Fontana, gostei do amigo, quando fez as duas partes, porque buscar a autocritica é muito importante. Falo isso com autoridade porque passei anos no meu MDB brigando nesse sentido. E fui à tribuna para denunciar, protestar quanto aos erros que eles cometeram. A minha consciência me dizia que eu tinha a obrigação de denunciar perante o País os equívocos e os fracassos do meu Partido.

Por isso acho que, nesta altura, o velho PT tem que ter a coragem de dizer o que tem feito, dizer o que está errado, e o Lula tem que ter a coragem de bater na mesa e caminhar para frente. Demitir quem tem que demitir, mas demitir o Presidente do Banco Central, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal, e não demitir o coitado do Olívio para colocar um ex-Ministro do Collor no lugar dele, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Que Ministério é esse, que novo Ministério é esse que vão querer fazer de uma maneira que nem esta: tirar um homem com a biografia do Sr. Olívio para colocar um ex-Ministro do Collor, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados? Não é por aí que o PT vai acertar. Não é por aí. Não é por aí que o PT vai sair dessa situação em que ele se encontra, querendo sempre arrumar pretexto para ter maioria.

Fui Governador, tinha vinte e sete Deputados; a oposição tinha vinte e oito. Os Deputados se ofereceram para mim, eu não aceitei. Gobrenei os quatro anos com minoria, só com o MDB. E, quando a matéria era importante, eu ia para a Assembléia, debatia, discutia, mas eu não dobrei a minha dignidade, não mudei o meu governo, nem meu estilo para comprar dois ou três Deputados.

O Lula, nesta altura, se de repente ele faz um plano de entendimento nacional, se ele chama a sociedade inteira para debater, se ele chama todos, a começar pela Senadora: vamos olhar para frente, vamos olhar para o futuro... Se ele faz isso, ele tem o

Brasil do lado dele. Prefere ficar com o Presidente da Câmara, prefere ficar com o Dr. Sarney, prefere ficar com o Renan, achando que esses homens vão ajudar o PT a salvar o Brasil. Não é por aí.

Por isso, fiquei até esta altura. Pela minha idade, pela minha experiência. Dizem que o diabo sabe mais porque é velho do que por qualquer outra coisa. Eu sei porque sou velho, tenho mais de cinquenta anos de vida pública, e, nesse sentido, eu digo, pela experiência que tenho: Não faça o PT o que o MDB fez. O MDB, nas eleições da Constituinte, elegeu vinte e seis governadores, só perdeu em Sergipe. Elegeu dois terços na Câmara e dois terços no Senado. Era um grande partido, um partido espetacular, partido que tinha ganho as “Diretas-Já”, tinha eleito Dr. Tancredo Neves Presidente da República, uma coisa espetacular. Dormimos nos louros. Assumiu Sarney, um pé aqui, um pé ali. O MDB não fez o que tinha que fazer e, na eleição seguinte, o Dr. Ulysses fez 3%. Três por cento da votação o Dr. Ulysses teve! Que isso sirva de exemplo para o PT. Pode acontecer com eles o que aconteceu com o meu partido, pode acontecer com ele. E com ele ainda mais, porque o MDB, coitado, o Dr. Tancredo morreu antes de assumir a Presidência da República. Não tínhamos chance de chegar lá nunca! O PT teve a chance, o PT elegeu o seu Presidente. O povo estava com ele, a sociedade estava com ele, estávamos todos com ele. De repente, acontece essa coisa toda, e ninguém sabe o que é.

E é importante salientar, foi dito aqui e é verdade, não foi a Oposição, não foi o Sr. Antonio Carlos Magalhães, não foi a imprensa, não foi a direita que denunciou qualquer coisa; quem começou a falar foi o Presidente do PTB, de quem dez dias antes o Presidente da República disse: “Esse, eu dou um cheque em branco para ele porque tenho confiança”. E quem tem dito, quem tem feito as acusações com relação ao Governo é gente do próprio Governo.

Então, a esta altura, o importante é que o Governo se compenetre de que ele tem que fazer alguma coisa – ele tem que fazer alguma coisa! –, e esta Comissão entenda que o PFL nem o PSDB têm que tentar esmagar o PT, nem o PT tem que esconder a verdade. Temos que ter esse entendimento de grandeza, de credibilidade. Eleição no ano que vem é uma outra etapa, para todos nós chegarmos juntos, com dignidade, na eleição do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra, finalmente, o incansável Deputado Pompeo de Mattos.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem.

Sr. Presidente, secundar o Senador Simon ao mesmo tempo é difícil e é uma honra. Quero dizer ao Senador Simon que a sua pregação eloqüente parece aquela da Bíblia, em que o profeta pregava no deserto. Eu não tenho dúvida de que esse solo não é fértil e de que desse mato não sai coelho.

Aliás, ontem, já ouvimos aqui o Sr. Silvio Pereira mentir o dia inteiro, a tarde inteira até a noite. Depois, quando a noite chegou, todos os telejornais noticiaram – e hoje se confirmou – que o Sr. Silvio Pereira havia ganho de presente de um empresário o seu carro, Land Rover, que ele disse que tinha comprado com o suor do seu trabalho.

Isso tudo acontece porque, pela primeira vez na história, o Brasil está assistindo a uma CPI *on-line*. O Brasil inteiro está ligado. As pessoas mandam *e-mails*, telefonam, dão notícia, contam fatos, às vezes anônimos, às vezes apócrifos, mas não importa que sejam anônimos nem apócrifos. O importante é o fato. Não é importante quem diz, o importante é o que é dito: tal dia, tal pessoa em tal lugar fez tal coisa de tal jeito. Vai lá e está feito. Assim está acontecendo com o PT.

Eu já vi isso na CPI do Narcotráfico, da qual participei na região de Campinas. O povo, que tem olhos que tudo vê e ouvidos que tudo ouve, denunciava e dizia o que sabia, porque ganhou coragem para dizer. E o povo está tendo coragem de dizer o que sabe do PT.

Portanto, quero dizer que o círculo está se fechando, Sr. Delúbio Soares; o círculo está se fechando e em torno do senhor.

Obviamente, já apareceram nas contas da DNA e da SMP&B tão-somente 10% da conta aberta em um só banco. Já apareceram vinte e dois milhões em uma e quatro milhões em outra. Quarenta e sete operadores: Deputados, parentes de Deputados, familiares de Deputados, assessores de Deputados, Líderes partidários, do seu Partido e da base do Governo, que o senhor compõe.

Ainda que o senhor não diga, os nomes começam a aparecer. E aí começamos a entender por que o PTB elegeu vinte e poucos e tem cinqüenta e tantos Deputados; o PL, vinte e poucos e tem cinqüenta e tantos Deputados; o PP ganhou mais vinte e tantos Deputados. Não é pelos belos olhos do Sr. Delúbio Soares nem de nenhum Líder daqueles Partidos. A explicação, com certeza, está no vil metal, e não tenho dúvida de que, hoje, são 47; e amanhã serão 70, 80, 100. Talvez cheguemos a 150 operadores e mais de R\$300, 400 milhões sacados na boca do caixa.

Vimos hoje ainda a esposa do Sr. Valério tentando sacar na boca do caixa um milhão e oitocentos mil

reais. O esquema não parou de funcionar. Aliás, quebrado o sigilo fiscal, fomos olhar o Imposto de Renda do Sr. Valério. Em 2000, ele tinha um patrimônio de dois milhões e novecentos mil; em 2001, de três milhões e trezentos mil; em 2002, de três milhões e oitocentos mil e, pasmem: em 2003, onze milhões. Em 2004, dezoito milhões.

No Governo do Presidente Lula, do PT, no seu Governo, ele passou de três milhões e pouco para dezoito milhões em dois anos. Uma fortuna, um milionário que chamo de “pobre milionário, porque, desses dezoito milhões, ele tem a casa, um carro e os cavalos – um milhão e trezentos mil de cavalos; o resto não está nada no nome dele, está no nome da esposa dele e no nome dos filhos dele. E tudo, a maioria, em dinheiro. Muito pouco em patrimônio imobilizado, exatamente para não ser pego quando a casa cair. Esta é a verdade: um milhão e trezentos mil reais em cavalos, e o resto, praticamente nas mãos da sua esposa.”

Sr. Delúbio, o senhor assume o caixa dois. Na verdade, nós não acreditamos no senhor, porque o senhor disse que não tinha um contrato de dois milhões e meio, e tinha; disse que não tinha o aval do Marcos Valério, e estava lá o aval; disse que não tinha um contrato de três milhões, e tinha; disse que não tinha o aval, e nós mostramos que estava lá o aval do Sr. Marcos Valério. Agora, o senhor vem espontaneamente e diz que tem um contrato de bico, de beijo, de boca, de trinta e nove milhões. Olha, em são consciência, é muita cara-de-pau! Quem é que vai fazer um contrato de boca de trinta e nove milhões, sem garantia real, sem documento, sem papel, sem lenço e sem documento? É claro que a Executiva do PT, que faz “assembleísmo” para tudo, faz reunião para marcar reunião, para decidir quando é que vai ser a outra reunião, que se reuniu para discutir os dois milhões e meio do contrato, se reuniu para discutir os três milhões do contrato, não ia se reunir para discutir os trinta e nove milhões? É claro que ia.

Então, Sr. Delúbio, para nós, o senhor não passa de um boi de piranha. E essa é a visão da estratégica, que, para mim, é uma estratégia jurídica correta – como advogado digo isso –, mas uma estratégia política equivocada, porque vai acabar com o seu Partido. Boi de piranha é aquele que, quando passa a tropa no rio, eles pegam o mais miserável dos bois, que já está cansado, e largam para as piranhas, e, enquanto as piranhas comem aquele, a tropa toda passa. Eles imaginam que o senhor, caindo na CPMI, assumindo tudo, abraçando tudo, morre na mão das piranhas, mas passa toda a tropa daqueles que estavam junto com o senhor. Só que nós não vamos entrar nessa cantilena de jeito nenhum! Nós nunca imaginamos um dia em

que o MST fosse comprar a UDR à prestação, como o senhor está fazendo, através do mensalão.

Olha, quando nós vimos as suas declarações e as comparamos com a do Valério, vimos que as coisas casaram bem. Eu fico pensando: será uma dupla sertaneja, uma nova dupla sertaneja, cantando em dueto, no mesmo ritmo, no mesmo tom, com as mesmas palavras? Aí eu comecei a pensar: mas o senhor o conheceu em 2003, final de 2002, 2003, meses seguintes, já pediu um aval de dois milhões e meio, meses seguintes, pediu outro aval de três milhões e, um ano e pouco depois, pediu mais trinta e nove milhões. Mas quem é que vai acreditar nisso em sã consciência? Ninguém, absolutamente ninguém! E a gente sabe que essa história do caixa dois é exatamente para se livrar de um crime maior, que é o peculato, que é a corrupção, que é a compra de Deputado. Eu disse ontem aqui e repito para o senhor: para se livrar de um latrocínio, se confessa um estupro. E o PT estuprou a Nação com esses seus atos!

E, para provar isso, estão aqui os contratos do Marcos Valério, que ele financiou no banco para lavar o dinheiro: um de R\$12 milhões, outro de R\$15 milhões, outro de R\$10 milhões, outro de R\$9 milhões, outro de R\$18 milhões, outro de R\$3,5 milhões, outro de R\$5,2 milhões. Somando, em dois anos de contrato, R\$73 milhões.

Olha, não dá para acreditar em sã consciência naquilo que o senhor disse à CPMI. Eu não acredito, o Brasil não acredita, ninguém acredita!

Apesar de não acreditar, rapidamente quero-lhe fazer algumas perguntas, para ver se o senhor daqui a pouco pode responder.

O senhor não cita os nomes na CPMI, mas o senhor vai dar o nome das pessoas no Ministério Público e no Poder Judiciário? O nome das pessoas que receberam o mensalão que o senhor autorizou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Deputado!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor vai dar os nomes? Essa pergunta não lhe foi feita, é a primeira vez. O senhor vai dar, vai negar à CPMI, mas vai dar ao Judiciário, ao Ministério Público?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nas investigações, os nomes vão aparecer. Esses nomes serão publicados tanto para a CPMI como para o Ministério Público.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não foi isso que eu lhe perguntei. O senhor vai dar ao Ministério Público e à Polícia Federal? Vai dar ou não vai dar? Só isso!

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa pergunta não vou responder, Deputado!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não vai responder. É bom o senhor ficar calado mesmo, porque quem cala consente.

O senhor autorizou saque para o Deputado João Paulo Cunha ou sua esposa, Márcia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que é nada, não é isso?

O senhor autorizou o Líder do PT ou a sua assessora a sacar na conta do Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, com todo o respeito, mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que é nada.

O senhor autorizou o Dr. Henrique Pizzolato a sacar nas contas do Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não autorizou ninguém?

Então, vou nominar. O Wilmar Lacerda, Presidente do PT do Distrito Federal sacou das contas do Marcos Valério com a sua autorização?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Raimundo Ferreira Júnior, Vice-Presidente do PT do Distrito Federal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, com todo o respeito, mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Anita Leocádia, Assessora do Líder do PT, Paulo Rocha?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Deputado José Josias Gomes da Silva, Deputado do PT da Bahia, o senhor autorizou ele a sacar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veja bem que o senhor tem a chance, já que está dizendo que é caixa dois, de salvar a pele do Deputado, porque ele pode até ser uma vítima do senhor. Ele pode ser cassado e a sua resposta pode fazer a diferença.

O senhor o autorizou ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – No momento correto, a CPI, a Polícia Federal e o Ministério Público terá essa resposta e ele terá como se explicar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor acaba de enterrar o seu colega.

Francisco de Assis Novaes, com R\$1,250 milhão. O senhor autorizou ele a sacar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Márcia Milanese Cunha? Aliás, já falei.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Marcos Valério não contribuiu diretamente para as campanhas do PT, o senhor disse. E para o caixa dois, ele contribuiu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor disse que tem caixa dois. Para o caixa dois, ele contribuiu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei ao senhor que nós solicitamos do Marcos Valério... Ao senhor, não, à CPI e no Ministério Público, que solicitei ao Marcos Valério um pedido de empréstimo, e ele fez. Essa foi a contribuição do Marcos Valério, emprestando dinheiro ao Partido dos Trabalhadores...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E além desse dinheiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei que não teve nenhuma doação do Sr. Marcos Valério em nenhuma espécie.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mesmo para o caixa dois?

O SR. DELÚBIO SOARES – O caixa dois, o senhor está dizendo. O dinheiro não contabilizado do PT, que o PT, sob minha direção, gestionou foram esses que revelei à Nação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu vou repetir aqui. Se eu bem entendi, o senhor disse que o PT se reuniu para fazer o financiamento de R\$2,5 milhões. A direção do PT decidiu esse financiamento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, tanto na prestação de contas... Explicar é importante para que o senhor tenha essa informação. Tanto a prestação de contas de 2003 quanto a prestação de contas de 2004, no Banco Rural, no banco BMG, está aqui na prestação de contas aprovada por um conjunto de membros da Executiva Nacional, e é do conhecimento público.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito, já entendi. Para esses dois, a direção se reuniu, que são os dois menores. E para os R\$39 milhões, a direção do Partido se reuniu para decidir os R\$39 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, eu já expliquei essa questão anteriormente, como se deu esse processo. Então, Sr. Deputado, mantenho a resposta anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ela se reuniu ou não se reuniu para decidir os R\$39 milhões. Só isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei anteriormente essa pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ela se reuniu ou não se reuniu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, não ouvi. Eu quero ouvir do senhor e tenho o direito de ouvir do senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Como já respondi várias vezes, vou manter o direito de não responder a sua pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É muita cara-de-pau, não é? Desculpa eu dizer, mas é muita cara-de-pau. É muita cara-de-pau.

O senhor, no Rio Grande do Sul, participou da campanha do PT no Rio Grande do Sul no segundo turno. O PT nacional ajudou lá a campanha no Rio Grande do Sul. O senhor afirma isso? Na campanha do candidato do PT a Prefeito no Rio Grande do Sul, Raul Pont?

O SR. DELÚBIO SOARES – No Rio Grande do Sul, o PT disputou três eleições no segundo turno e infelizmente perdemos as três: a de Caxias, a de Pelotas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, mas para a Prefeitura, a última eleição. A última para a Prefeitura.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido dos Trabalhadores ajudou. Está na prestação de contas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ajudou. Esse dinheiro era do caixa dois ou do caixa um?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós participamos da eleição que está na prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu lhe perguntei se é do caixa dois ou do caixa um o dinheiro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se está na prestação de contas é dinheiro formal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a campanha em Gravataí? Segundo denúncia, o PT contratou Leonardo e pagou R\$200 mil com um cheque sem fundos, e ele esteve na Hebe Camargo reclamando. O PT já resgatou esse cheque de R\$200 mil para a campanha em Gravataí, no Rio Grande do Sul?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, não é normalmente que o PT dá cheque sem fundo. Desconheço essa razão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é normal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não é.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor viu ele reclamando na Hebe?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós ainda devemos ao cantor, à empresa que contratou o Leonardo, que é a Sunshine; devemos ainda ao Zezé di Camargo e a outros. Com vários já liquidamos as dívidas que tínhamos anteriormente. Devemos, não temos culpa...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aí o PT ganhou lá em Gravataí com esse esquema do caixa dois também.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, a afirmação é do senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. É a leitura. O senhor é quem fez o caixa dois, não fui eu. O caixa dois é seu. O senhor é que cometeu crime. Eu não cometi. O senhor é que é o criminoso. O bandido está do outro lado, desculpe.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é verdade? O senhor é quem confessa o crime. O senhor é réu confesso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Concluindo, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor esteve em Taiwan um ano atrás?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há dois anos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Após o depoimento da pessoa que acusa de Taiwan, cuja denúncia ouvi nos jornais, após esse procedimento, vou tomar minhas medidas jurídicas. Ela disse que vai confirmar hoje...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A mulher do Valdemar Costa Neto disse que o senhor esteve em Taiwan. Enfim, que o senhor recebeu dinheiro de Taiwan.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nunca estive em Taiwan, nunca recebi ninguém de Taiwan, não sei onde... Sei onde fica, porque acabei de ir à China no ano passado. Sei que fica em frente. Fui à China, mas não a Taiwan.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que é do ladinho ali.

Só quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Deputado Pompeo, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluso, Sr. Presidente, dizendo que o PT fez um empréstimo de R\$20 milhões no banco para comprar os com-

putadores. De quem o PT comprou os computadores? Qual a empresa que vendeu os computadores para o PT, financiados pelo Banco do Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós compramos os computadores diretamente da HP, a licença da Microsoft, que deu um problema muito grande dentro do PT porque a turma do *software* livre brigou comigo o tempo todo, e o seguro foi feito por uma empresa indicada pelo Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que pedi a convocação de Antônio Batista Brito, diretor comercial do Banco do Brasil; José Nilton Andrade, gerente de núcleo, demitidos do Governo.

Só faço duas afirmações, Sr. Delúbio, para dizer que uma mentira dita mil vezes vira verdade. Agora, imagine a verdade repetida várias vezes. Ela aprofunda. Agora, o senhor está mentindo, e é importante dizer que a gente pode mentir para um...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Deputado Pompeo, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou concluir, Sr. Presidente.

A gente pode mentir para um por um dia; para muitos dias, por muitos dias. E há quem diga que dá para mentir para todos e por toda a vida, porque a vida é tão curta que tem gente que morre enganado; mas tem um para quem o senhor não pode mentir. Sabe para quem? Para o senhor mesmo. O senhor está mentindo para o senhor porque ninguém acredita na sua mentira. O senhor está mentindo para o senhor, para seus companheiros e para o PT e está deixando o Governo Lula muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Concluindo, Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Presidente Lula neste momento está que nem cachorro que caiu da mudança. Está perdido o seu Governo por assessores como o senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – A investigação vai mostrar os fatos, e a verdade aparecerá, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Com a palavra o paciente Deputado José Eduardo Cardozo, por 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas rápidas considerações, não como Deputado, mas como militante do Partido dos Trabalhadores.

Delúbio, em janeiro de 2003, estive representando o Partido dos Trabalhadores numa reunião da Internacional Socialista. Na oportunidade, recordo-me de que o ex-Primeiro Ministro de Portugal, António Guterres me chamou de lado e disse o seguinte a mim: diga ao

pessoal do PT que vocês não podem errar. Não podem errar porque, independentemente das colorações, a esquerda mundial precisa de vocês neste momento.

Vendo os fatos dos últimos dias, Delúbio, não posso deixar de considerar que erramos. E acho que só temos uma única oportunidade daqui para frente de manter aquilo que eu, você e tantos militantes construímos ao longo de mais de duas décadas: a busca da verdade, a verdade extremada, a verdade absoluta e transparente. Nós não temos outra alternativa, e não é à toa que o Presidente Lula disse “busquem essa verdade e, se necessário for, cortem na carne”.

Eu diria, em cima disso Delúbio, que eu sei que não tenho o direito – não tenho mesmo – de pedir que você abra mão dos seus direitos. Eu sei que se eu estivesse na posição do Dr. Malheiros, talvez eu lhe desse a mesma orientação jurídica como advogado. Porém, como militante do PT, eu não posso deixar de – não diante do que você falou, porque eu não posso prejudicar, não posso mesmo –, diante das respostas não dadas, eu me senti um pouco abatido e esperançoso de que, ainda que até o final do depoimento, nós consigamos ter a verdade iluminando nosso caminho daqui para frente. Eu não posso pedir-lhe nada, mas eu sei que você pode meditar sobre isso e perceber que o patrimônio daquilo que nós construímos durante 20 anos está em jogo neste momento e você, de certa forma, tem isso nas mãos.

Mas eu começo então agora, Sr. Presidente, a arguição do depoente. V. S^a disse que levantou, ou conseguiu junto ao Sr. Marcos Valério, recursos para custeio das campanhas eleitorais. Esses recursos foram exclusivamente frutos dos empréstimos ou o Sr. Valério obtinha outro tipo de recursos para custeio das campanhas eleitorais que foram objeto da indicação, cujo repasse do dinheiro se deu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado José Eduardo Cardozo, inclusive no dia, no diretório nacional, eu o convidei para uma conversa particular e expliquei ao senhor o que estou explicando aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor falou exatamente o que falou aqui.

O SR. DELÚBIO SOARES – Então, a verdade é essa, Deputado. Eu não quero e não tenho o direito de citar uma nominata de pessoas que estão sob investigação, colocar em risco pessoas inocentes. No processo de apuração, vamos chegar à verdade absoluta dos fatos. Se eu cometi algum erro, e acho, pela legislação, que cometi, já assumi isso perante o Ministério Público e perante a CPI, e numa entrevista que dei ao Jornal Nacional já assumi essa responsabilidade. Também estive numa reunião da Internacional Socialista lá em Madri, antes da vitória do Partido Socialista, e sei da

responsabilidade que nós temos na América Latina, na África, na Ásia, fui a uma viagem à China, e a responsabilidade que temos no Oriente e em todo o mundo. Então, eu sei da nossa responsabilidade, por isso é que eu estou colocando perante a Nação, perante a CPI, que nós cometemos, vamos chamar assim, uma infração junto à legislação eleitoral. Agora, o que eu não posso fazer aqui na CPI é dar nomes, porque não só uma orientação jurídica, mas eu não quero dar um conjunto de nomes, depois falta um nome, dá um nome errado, dá toda a confusão que nós já observamos aí. Então, temos que ser muito rigorosos neste processo. Como eu tive esse procedimento, essa decisão na quinta-feira e comuniquei ao Procurador-Geral da República, no momento correto esses nomes aparecerão e nós vamos dizer onde foram os R\$39 milhões, e aí nós vamos fazer o debate no âmbito, no foro adequado de que punição tem essa infração. Por isso que eu também, Deputado, considerando que tive um erro, pedi licença do Partido dos Trabalhadores para poder dar essa explicação e buscar os fatos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu pediria se V. Ex^a pudesse ser então, a partir de agora, objetivo. Respeito a posição de V. S^a, mas em relação às verbas que foram obtidas pelo Sr. Valério para fins de...

O SR. DELÚBIO SOARES – Só esses R\$39 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só o empréstimo, não houve captação de recursos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou lhe dizer por que faço esta pergunta. A movimentação que o Sr. Valério tem é tremenda e impressionante. A sensação que alguns membros da CPI têm, inclusive eu, é a de que ele não é um empresário comum, de que na verdade ele também não é apenas seu amigo, mas que ele é um arrecadador de recursos, e talvez não só para as campanhas do Partido dos Trabalhadores. Essa impressão que eu tenho é falsa?

O SR. DELÚBIO SOARES – A impressão não sei como é que é, eu trabalhei com ele nessa direção que eu expliquei aqui aos senhores e ao senhor em particular.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Com quais Partidos exatamente foi negociado o apoio financeiro eleitoral? V. S^a poderia declinar os Partidos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo o direito de não responder a essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nessa negociação feita com esses Partidos que depois a investigação revelará, havia um compromisso dos

membros desse Partido de votarem favoravelmente às orientações do PT na Câmara ou no Senado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, não havia vinculação, era meramente eleitoral.

O SR. DELÚBIO SOARES – Era eleitoral, como fizemos na cidade de São Paulo, de que o senhor participou e acompanhou a chiadeira dos nossos Vereadores em São Paulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu me lembro.

Relativamente a uma questão que me parece que já está implícita na resposta de V. S^a, quem recebeu o empréstimo foi a pessoa física Delúbio Soares ou foi o Partido dos Trabalhadores através de uma ação de V. S^a? Veja, não há que se confundir a pessoa física Delúbio com o Partido dos Trabalhadores. A questão que indago a V. S^a é: V. S^a pediu para Valério que fizesse, então, enquanto pessoa, essa remessa, ou foi o Partido dos Trabalhadores que V. S^a representou no ato?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei essa questão na resposta anterior, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não me ficou claro. Se V. S^a não quiser responder, é um direito de V. S^a, mas...

O SR. DELÚBIO SOARES – Prefiro não responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a tinha autonomia estatutária e política, se representando o Partido dos Trabalhadores, para acertar empréstimos com terceiros?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão, doutor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Politicamente, não; estatutariamente, sim. V. S^a tinha autonomia política para fazer esses ajustes? Ou seja, a direção lhe deixava esse papel político?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a já respondeu também a questões relativas ao Sr. Sílvio Pereira, ao Ministro José Dirceu e outros, mas há uma contradição, aliás uma das teses sustentadas por vários dos Deputados que aqui estão é que efetivamente haveria uma “armação”. Eu vejo que há uma “colidência” em parte do depoimento de V. S^a com o depoimento do Marcos Valério prestado ao Ministério Público. Marcos Valério diz o seguinte: “que nunca teve nenhum contato com o Ministro José Dirceu relativamente aos empréstimos”. Porém, ele disse: “O Sr. Delúbio esclareceu que o então Ministro José Dirceu e o secretário Sílvio Pereira eram sabedores dessa

operação de empréstimo para o Partido. Em alguma eventualidade, garantiria o pagamento junto às empresas do declarante”. Depois ele prossegue: “Disse que, embora nunca tenha tratado do empréstimo com José Genoíno – portanto ele deixa claro que não tratou com Genoíno nem com José Dirceu – o ex-secretário-geral Sílvio Pereira tinha conhecimento dos empréstimos que estavam no nome das empresas do declarante e também que Sílvio havia dito ao declarante que o então Ministro José Dirceu tinha conhecimento dos empréstimos”. Ou seja, Valério, no Ministério Público, colide com a versão que Sílvio Pereira apresentou ontem, mas deixa claro, ao ver dele, que V. S^a e Sílvio Pereira tinham dito que o Ministro José Dirceu sabia dessa história. V. S^a disse hoje que o Ministro José Dirceu não sabia. Portanto, há uma clara “colidência” entre os depoimentos. Eu queria então, a partir disso, perguntar a V. S^a: está errado esse relato feito pelo Valério ao Ministério Público?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está correto o relato que eu fiz ao Ministério Público...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, V. S^a não fala isso, é diferente. Mas esse relato que eu li está errado? O Valério disse... o senhor chegou a falar para o Valério que o José Dirceu sabia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não falei para o Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, está errado.

O SR. DELÚBIO SOARES – E aceito a acareação com Valério sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, nem suscitei essa questão. Ou seja, neste caso o Valério então... O senhor não disse ao Valério que o José Dirceu sabia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Se ele entendeu assim, em algum momento da nossa relação, é coisa da cabeça dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É porque ele chega a sugerir inclusive que, quando ele foi argüido sobre como ele daria o empréstimo tão a descoberto de qualquer garantia, ele falou: “Fiz isso porque o Delúbio me assegurou que o José Dirceu garantia o pagamento”. Ou algo parecido assim. Então, isso não foi verdade.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não é verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito.

Quem decidiu o direcionamento dos recursos para as campanhas eleitorais? Pelo que eu entendi, V. S^a me corrija se eu estou errado, esses recursos que V. S^a obteve com o Marcos Valério eram recursos que foram dados para campanhas majoritárias e proporcio-

nais – algumas proporcionais e majoritárias. A decisão do numerário, as prioridades relativas às candidaturas quem decidiu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, eu já expliquei várias vezes. Em consideração ao senhor, vou explicar mais uma vez.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço.

O SR. DELÚBIO SOARES – Os recursos obtidos foram para quitar débitos de membros do Partido dos Trabalhadores das campanhas de 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De todas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Uma parte. A outra parte foi para a preparação das campanhas eleitorais de 2004. São sabedores todos os Partidos que discutiram, nós discutimos uma aliança política com quase todos os Partidos nas eleições municipais. Fazendo a aliança em determinadas cidades, em que, se não tivesse o acordo nacional – nem todos os acordos nacionais nós honramos, tipo o acordo de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Queríamos apoiar, em Fortaleza, o PcdB e que o PCdoB nos apoiasse no Rio de Janeiro. Não conseguimos esse acordo, embora houvesse a intenção das cúpulas partidárias do PT e do PCdoB de fechar esse acordo. Fechamos vários acordos, em vários lugares. Em determinados lugares, disputamos com o candidato da Base política do Governo e da base com que tentamos fazer o acordo. Já dei o exemplo de Belém, onde perdemos a eleição para o PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Todos os que tinham débito em aberto tiveram as suas dívidas saudadas ou houve uma decisão política de saudar a de alguns e não a de outros?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu me reservo o direito de não responder a essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a interferia, na escolha de cargos, na administração, de alguma forma, sugerindo ou debatendo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi. Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. O senhor me conhece e sabe que não fiz nenhuma indicação de cargo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Veja, aqui não estou como...

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou só dizendo que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Estou como Deputado, argüindo V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou informando que não. Não indiquei nenhuma pessoa para o Governo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É importante esclarecer, Sr. Delúbio, que aqui o nosso papel, embora nos conheçamos há muitos anos...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não estou nervoso com o senhor. Estou respondendo também. Respondo a qualquer Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como Deputado, temos obviamente que perguntar inclusive aquilo que temos...

O SR. DELÚBIO SOARES – Agradeço ao senhor, por questionar, porque é isso mesmo. Estou aqui para responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A D. Karina Somaggio relata que uma funcionária do Sr. Valério ia para um quarto de hotel, distribuir recursos. Pela movimentação financeira que vimos até agora, há, de fato, uma funcionária – cujo nome vou omitir agora, porque vamos continuar investigando – que fez vários saques expressivos, o que poderia levar a uma confirmação da versão da D. Karina Somaggio. Hoje também sabemos que há saques feitos em banco.

A pergunta que faço é a seguinte: quando V. S^a orientava o Sr. Valério para repassar esses apoios, esses recursos eleitorais, o saque era inteiramente feito em banco ou havia pessoas indicadas por V. S^a que não sacavam no banco, mas com uma funcionária do Sr. Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo-me o direito de não responder a essa pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É só, Sr. Presidente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, tenho visto o esforço que vem sendo feito, para que o depoente, de alguma forma, aprofunde os esclarecimentos, mas agora, com base no questionamento do Deputado José Eduardo, marcou-me uma resposta que insistentemente vem sendo dada.

Aparentemente, o depoente está conduzindo a possibilidade de termos informações ou no Ministério Público ou nas investigações. A todo tempo, tem “na investigação, vocês vão ver”, “no Ministério Público vocês vão ver”.

Queria fazer uma pergunta ao depoente sobre se, por acaso, teria negociado, entabulado uma conversação com o Procurador-Geral da República, bus-

cando uma delação premiada, com informações – essa lista onde os nomes estão –; se teria revelado esses nomes ao Ministério Público e se, portanto, não nos estaria facilitando o caminho, porque, evidentemente, se descobrirmos, não haverá por que ser premiado com a delação.

A pergunta é: V. S^a ainda mantém entabulada uma conversação, uma possibilidade em aberto com a Procuradoria da República, no sentido de uma delação premiada?

O SR. DELÚBIO SOARES – Relator, em momento algum, no pedido de prestar esclarecimento ao Ministério Público, pedi uma delação premiada e não tenho essa intenção de pedir.

Se tiver uma orientação mais à frente, posso até fazê-lo. Não pedi e não tenho a intenção de pedir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, as informações que V. S^a não vem prestando são algo intencional, proposital, que, de certo modo, dificulta a nossa investigação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Relator, já falei, no início, gostaria de repetir, não quero cometer injustiça com nenhum nome.

Assim que tiver todas as condições, farei uma explicação não só à CPMI, mas também ao meu Partido, à sociedade, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma última questão. V. S^a não apresentou lista nenhuma ao Ministério Público?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Inclusive quero repetir, a lista de nomes que foi apresentada foi um questionamento que o Procurador me fez, conforme está no depoimento. As pessoas que conhecia ali... fui citando as pessoas que conhecia. As que não me lembrava, disse que não me lembrava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Efraim. Depois do Senador Efraim, o Deputado Goldman; depois do Deputado Goldman, o Deputado Jamil Murad. Aí terminamos os suplentes. Depois ouviremos os não membros, e, posteriormente, os reinscritos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou voltar. V. Ex^a não estava aqui quando fiz uma questão de ordem ao Senador Maguito. Agora o Relator me dá oportunidade de retornar a ela.

O que o Relator referiu, na atitude deliberada do depoente, foi que, na medida em que ele trabalha com a tese do favorecimento pessoal, no art. 348, do Código Penal, consta “auxiliar a subtrair-se à ação de

autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão”.

Volto a questionar V. Ex^a. O **habeas corpus** que ele tem diz apenas que ele não pode se auto-incriminar. Ele já disse o nome das pessoas, ele já disse que ele indicou, ele não pratica ação contra ele próprio.

No momento em que ele se nega, e foram várias vezes, e o nosso nobre Relator lhe deu oportunidade, de novo, de nos dar o nome das pessoas que ele indicava, ele está se enquadrando no art. 348, do favorecimento pessoal, Sr. Presidente, que o **habeas corpus** não cobre. E isso é passível inclusive de prisão, porque crime que está sendo cometido diante de todos.

Volto a solicitar a V. Ex^a a análise da consultoria jurídica do Senado, porque todos os que me orientaram estão convictos de que o crime está sendo praticado diante das câmaras, diante de todos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para a contradição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Esse assunto já foi tratado, quem estava na Presidência era o Senador Maguito.

Eu gostaria de ler o salvo-conduto do STF, que diz o seguinte:

“Em favor de Delúbio Soares de Castro, brasileiro, solteiro, professor secundário, portador do RG nº 421.646, SSP-GO, inscrito no CPF MJ sob o nº 129.995.981-49, com endereço na Alameda Jaú, 66, ap. 64, São Paulo, Capital, para que o paciente não seja obrigado a firmar termo de compromisso na condição de testemunha, assegurando-lhe o direito ao silêncio quando ele ou seus advogados assim entenderem que as perguntas possam lhe incriminar.”

Dado e passado na Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em 18 de julho de 2005, assina Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF.

Eu mantenho a posição, como Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, respeitando o posicionamento do STF, porque respeitando o posicionamento do STF respeito também a autonomia do Poder Legislativo.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, apenas para marcar claramente a posição, vou recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e eu lhe justifico, Sr. Presidente. Tudo que V. Ex^a disse, com todo respeito, é referente à ação e às consequências, em defesa de um direito que o Supremo garantiu a ele. No momento em que ele não contribui com terceiros, ele está fazendo um crime de favorecimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, a matéria é vencida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Acato a sua decisão, mas isso não impede que eu não fique resignado, não impede o meu protesto e a análise jurídica posterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza, Deputado Onyx Lorenzoni.

Senador Efraim Moraes, V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

Peço à assessoria técnica que, por favor, observe o tempo. Estão sendo marcados 16 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço-lhe o *upgrade*.

Sr. Delúbio, o senhor é ex-tesoureiro do PT. Confirma?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tesoureiro licenciado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não foi ainda demitido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Licencie-i, e o Diretório Nacional indicou um novo tesoureiro.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor era ex-tesoureiro? O senhor está assinando agora? Pode assinar um cheque agora?

O SR. DELÚBIO SOARES – Até...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Hoje, agora, pelo PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Até a Ata do...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Nem isso o senhor quer responder?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não... Se o senhor tiver paciência, vou explicar, se não... Se o senhor não quiser que eu responda, eu não respondo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero que o senhor seja breve. Tenho muitas perguntas a fazer.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não quero tomar o tempo do senhor, não; pelo contrário, quero colaborar com os fatos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não parece.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Presidente do Partido dos Trabalhadores, que assumiu agora, tem um processo burocrático, é Ministro. No dia 27 é que ele deixa de ser Ministro e assume a Presidência do Partido. Ele e o novo tesoureiro, Deputado José Pimentel, pediram que eu assinasse um cheque. Não sei qual foi a resolução que eles tiveram na Executiva, ontem, sobre isso. Eu falei para eles que, quanto mais rápido eles me livrassem dessa função, era melhor, porque senão ainda tenho...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu aconselho ao PT não deixar V. S^a assiná-lo, porque não dá para recebê-lo não.

Como o senhor está se sentindo do outro lado do balcão? Vou explicar: de acusador, de arauto da moralidade, o senhor e o seu Partido, o PT, passaram a ser acusados. É quase um réu confesso de práticas ilícitas. Como o senhor está se sentindo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma questão de caráter pessoal. Prefiro não responder.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas nem isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Essa não tinha sido feita, não.

O SR. DELÚBIO SOARES – Acabei de responder a primeira, e o senhor perguntou de novo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor está sendo acusado de mentiroso. O senhor está mentindo hoje, inclusive. Está certo? O senhor está sendo acusado de corrupto. O senhor acha que, no Ministério Público, eles vão pedir a prisão de V. S^a, pelos atos de corrupção que o senhor cometeu juntamente com o Sr. Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador, a opinião do senhor respeito muito, não concordo...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor acha que vai ou não vai?

O SR. DELÚBIO SOARES – E tem a Justiça brasileira. A Justiça vai definir as questões.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem. Eu confio na Justiça.

Sr. Delúbio, na segunda-feira, se não me engano, um repórter da Globo fez uma pergunta ao Sr. Gushiken, ex-Ministro, que, obviamente, como o senhor está fazendo, não respondeu, o que já está virando prática dos petistas que estão vindo aqui depor. Com o Sr. Valério, foi a mesma coisa. Desde quando o PT pratica aquilo que sempre condenou? Traduzindo: desde quando o PT utiliza dinheiro de origem ilícita em suas campanhas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Por favor, Senador, repita a pergunta. Não entendi.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou repetir. Vou só traduzir o final: desde quando o PT utiliza dinheiro de origem ilícita em suas campanhas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Foi sim ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi a essa questão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu não estava presente. Não sei se o Relator se lembra como foi respondida essa pergunta. Eu perguntei se ele

respondeu se o PT, desde quando, utiliza dinheiro de origem ilícita em suas campanhas. Ele respondeu ou ficou calado?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Fico calado, não é? É que dá, mais ou menos, para adivinhar.

Vou sair daí. Vou para a CPI dos Bingos. Estou presidindo a CPI dos Bingos. Confesso a V. S^a que fiquei estarelecido com o depoimento de ontem do Sr. José Vicente Goulart Brizola. O senhor conhece, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, só de nome.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É? O senhor não conhece ninguém.

Ele era ex-presidente da Lotergs, durante o Governo de Olívio Dutra. O senhor conhecia Brizola, o pai dele? Ou só de nome também?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, o Governador Brizola, eu participei da coordenação da campanha em 1998, da qual ele era vice do candidato a Presidente, Lula.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas o senhor o conheceu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O filho dele, não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem. O Sr. Brizola disse – mas ele foi filiado ao PT –, com todas as letras, que foi instado por membros do Partido de V. S^a, o PT, a extorquir empresários de jogos de loterias, lícitos e ilícitos, para campanhas de candidatos do PT no Rio Grande do Sul. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, só que por intermédio do Sr. Waldomiro Diniz. O senhor conheceu ou conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – Waldomiro Diniz, conheci.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Conhece.

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está vivo ainda, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Também.

Que é amigo íntimo do Deputado José Dirceu. Esse, o senhor conhece? Deputado José Dirceu, conhece?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor está falando que o Waldomiro é amigo íntimo do José Dirceu ou que sou amigo íntimo do José Dirceu?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Os três não são amigos, não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não sou amigo do Waldomiro. Conheço o Waldomiro, mas não sou amigo dele.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor conhece, não é amigo dele. José Dirceu é amigo dele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não sei.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não sabe. O senhor não sabe de nada.

O SR. DELÚBIO SOARES – Agora, que eu sou amigo do José Dirceu, eu sou.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eles moraram juntos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, mas aí...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas não é obrigado a ser amigo, pode ser inimigo. Quartos diferentes...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho obrigação de saber da relação da amizade das pessoas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenha calma o senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu sei de quem eu sou amigo...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenha calma. Não se afobe.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou calmo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não fique nervoso, porque vamos aqui conduzir na maior tranquilidade.

Então, o senhor disse que conhece Waldomiro Diniz e que conhece o Deputado José Dirceu. O Sr. Waldomiro Diniz é amigo íntimo do Sr. José Dirceu. Quando Waldomiro era diretor da Loteria do Rio de Janeiro, durante o Governo do Sr. Garotinho... Conhece? Conhece o Sr. Garotinho ou só de nome ou de televisão?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Governador Garotinho?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pessoalmente, tenho muito pouca relação com ele, embora defendi a intervenção do PT em 1998, para apoiar o Garotinho. O Deputado Bittar sabe disso e as divergências que tive com o PT do Rio de Janeiro quanto a isso. Então, apoiei o Garotinho para...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Deixa o Deputado Bittar fora disso...

O SR. DELÚBIO SOARES – É uma realidade.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Deputado está cansado também.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas nunca tive relação...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ele trabalhou na Loterj também na época da Sr^a Benedita da Silva. O senhor conhece a Sr^a Benedita?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agora, constata-se que o PT também utiliza dinheiro de empresários da área de publicidade para suas campanhas políticas. O senhor concorda com isso, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – Com essa informação?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não? Não usa o dinheiro do empresário Valério para suas campanhas políticas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós solicitamos – vamos refazer a colocação para... – ao Marcos Valério...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor disse aqui que o Sr. Valério ajudou.

O SR. DELÚBIO SOARES – Solicitamos ao Marcos Valério que pegasse um empréstimo. Ele fez o empréstimo e transformou esse empréstimo, para que nós pudéssemos quitar nossos débitos. Nós devemos ao Marcos Valério. Então, não usei dinheiro...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou satisfeito.

Sr. Delúbio, responda-me o seguinte: de qual outro setor, fora publicitário e essa questão das loterias que já citamos, que lícito ou ilícito, o PT, de que V. S^a é ex-tesoureiro, extorque dinheiro para suas campanhas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, com todo o respeito, desde que fui tesoureiro do PT, não tem uma denúncia de nenhum empresário de extorsão, de benefício...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Sr. Brizola está acusando o Partido de V. S^a...

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas o Sr. Brizola está lá no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou lendo aqui o que ele disse ontem, na CPI dos Bingos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho responsabilidade com o que o Sr. Brizola... Não sei o nome completo dele.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vicente.

O SR. DELÚBIO SOARES – O que o Sr. Vicente Brizola disse na CPI. O que ele disse vai ser verificado e será apurado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E o senhor, que o conheceu pouco, não pode responder por ele.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Vicente Brizola, eu não o conheci. Já afirmei.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não o conheceu. Muito bem.

O Sr. Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, na entrevista que deu ao Fantástico, em Paris – o senhor vai dizer que mantém a resposta anterior, que já perguntaram isso, mas eu vou fazer esta pergunta –, que, há três anos, não acompanha mais a direção do PT, não sabe mais o que acontece no PT. Sua Excelência disse que não participa mais das reuniões do Diretório Nacional, nem nas festas, nem nas festas do Torto, nem nas festas do Partido, em função de ter assumido a Presidência da República.

Eu lhe pergunto: a recíproca é verdadeira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu me resguardo o direito de não responder a essa questão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Essa ninguém tinha feito a V. S^a.

Ou seja, o Presidente Lula se afasta da direção do PT e não frequenta mais as reuniões da cúpula do Partido. Mas a cúpula do Partido frequentava o Palácio do Planalto? O senhor foi alguma vez ao Palácio do Planalto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já. Respondi essa questão anteriormente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Uma vez?

O SR. DELÚBIO SOARES – Várias vezes. Já respondi essa questão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Várias vezes. O Sr. José Genoíno também ia lá?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sobre o Presidente Genoíno...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu quero saber se ele ia ao Planalto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ia, Deputado. É público e notório isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quer dizer que o Governo não ia ao PT, mas o PT ia ao Governo.

Muito bem. Também não responde.

A recente reunião da Executiva do PT decidiu por lhe preservar e não aplicar nenhuma punição. Correto? Ou V. S^a não responde? Isso está nos jornais.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado... Desculpe, Senador. Eu pedi licença da Executiva Nacional, e o Diretório referendou. E, ontem, o Diretório Nacional...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor não pediu licença, não. Houve uma votação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, eu pedi licença.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está aqui: “Executiva do PT mantém Delúbio no Partido”.

O SR. DELÚBIO SOARES – Ontem. Eu não participei dessa discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, V. S^a não pediu licença.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pedi licença.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Queriam expulsar V. S^a. Inclusive, está aqui: “A reunião abrigou ainda ataques ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse que a prática de caixa dois para financiar campanhas é sistemática no País”.

O senhor conhece Marcos Skol? Ele disse...

O SR. DELÚBIO SOARES – Markus Sokol.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É a mesma coisa.

O SR. DELÚBIO SOARES – Está bom.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ele disse: “Estou chocado. O mais grave não é o Delúbio dizer aquilo, é o Lula confirmar”.

V. S^a disse isso, e o Lula confirmou, segundo essa Skol, Brahma, Antártica ou qualquer coisa.

O SR. (Orador não identificado) – Esse discurso é ideológico.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não há nada de ideológico aqui.

Vamos lá! O senhor acha que essa decisão foi acertada, a de o PT manter o senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não compete a mim discutir decisão do Partido, compete aplicá-la.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O senhor não sabe? (Pausa.)

O senhor acha que deve continuar a ser merecedor da confiança do Partido? O senhor acha que merece ainda a confiança do Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, desculpe. Prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não vai responder. Quer dizer que o senhor não sabe se o seu Partido pode ainda confiar no senhor, nem se o senhor merece a confiança.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Senador, grato...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É isso o que estou dizendo. Não estou perguntando nada de mais, e o senhor se nega a responder se acha que merece a confiança do seu Partido.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mantenho a resposta anterior, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não deu ainda. Essa não existia.

O senhor se lembre que a Senadora Heloísa Helena e a Deputada Luciana Genro foram expulsas do Partido, não por corrupção ou porque quebraram o Partido ou porque desviaram dinheiro do PT; foram expulsas do Partido por uma questão ideológica, porque votaram a favor do povo brasileiro. Foram expulsas. O senhor tem medo de ser expulso do seu Partido? Acha que o seu Partido vai expulsá-lo? Ou o PT tem medo de expulsá-lo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Senador...

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, desculpe-me, perdão.

Acompanhado do meu pedido de licença...o nosso Partido tem um mecanismo interno para pedir que Partido instale, para pedir a auto-convocação da Comissão de Ética. Para analisar os fatos, o Partido vai decidir. A decisão que o Partido tomar acatarei.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Muito bem. O senhor acha, então, que o PT tem medo de expulsá-lo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não estou fazendo juízo de valor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Não é fácil expulsá-lo, o senhor sabe demais. Não sei se o senhor tem coragem de falar. O senhor está falando aqui.

O senhor sente-se diminuído ao ouvir o Presidente Lula dizer que os bons nomes do PT estão nos quadros do Governo e que os que restaram – ou seja, os mais ou menos – ficaram no Partido? O senhor se sente diminuído com isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Como militante do nosso Partido, não com compete a mim questionar a avaliação do Presidente da República. O Presidente da República fala o que entende ser correto. Não compete a mim avaliar essa questão aqui na CPI.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Com relação à nova Executiva do PT, o senhor acha que o Presidente Lula participou da escolha desses membros?

O SR. DELÚBIO SOARES – A nova Executiva do Partido dos Trabalhadores foi escolhida pelo Diretório Nacional do Partido.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Quer dizer que Sua Excelência tira os senhores e coloca os Ministros que saíram. Todos os três eram Ministros: o Ministro Tasso Genro; o Ministro Humberto Costa e o Ministro Berzoini, aquele que não gosta dos velhinhos.

Vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim, conclua, por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Vou terminar com uma questão da Paraíba. O senhor morou na Paraíba, em João Pessoa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em 1977.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – 1977.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estudando, fazendo um curso de verão na Universidade Federal da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – O PT deu dinheiro para a eleição, em 2002, para o PT, para o PMDB e, em 2004, para o Prefeito?

O SR. DELÚBIO SOARES – Reservo-me o direito de não responder a essa questão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI) – Reserve-se, não é?

Vou dirigir-me ao Relator. Agradeço ao Sr. Delúbio, que não respondeu a nada nem vai responder. O próprio Relator, há pouco, já chegou a essa conclusão. Lamento, Sr. Presidente, que se cubra de um **habeas corpus** para vir aqui mentir. Foi o que o senhor fez: mentiu. Lamentavelmente!

Sr. Relator, creio que muitos dos Srs. Deputados, dos Srs. Senadores, já fizeram essa solicitação. Vou fazer um apelo a V. Ex^a para solicitar uma nova convocação do Sr. Delúbio e uma acareação com o Sr. Valério. Vou pedir à Presidência desta CPI, a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral – que está fazendo um trabalho extraordinário e o parabenizo, bem como ao Relator –, que tentemos conversar com a Justiça brasileira, com o Supremo, com o Ministro Jobim. Já que lhe foi dada essa oportunidade, que S. S^a não volte aqui com um novo instrumento. Creio que não lhe foi dado o direito de mentir. Poderia até ficar calado e responder ao que quisesse, mas não mentir.

É um apelo que vou fazer ao Relator: que posamos nos unir com as outras Comissões, com as outras CPIs, para que se evite esse tipo de coisa para quem acabou com a história de um Partido. Perdoem-me alguns companheiros que falaram aqui que o meu Partido estava querendo entrar em ações contra o PT, contra o Presidente da República. De forma nenhuma, quem responde pelo Partido é a Executiva Nacional. Esse débito que foi feito é com o PT, com o Partido, lamentavelmente. Sei que vão cobrar e V. S^a, pelo jeito, não vai ter como pagar. Nem V. S^a, nem Valério, tampouco o Pereira e o Careca, Carequinha, porque V. S^a não dá para pagar R\$60 milhões, R\$80 milhões, R\$90 milhões, e parece que só vai ter um caminho. Do jeito que vai, é a cadeia!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Goldman, e, depois, fechando os suplentes, o Deputado Jamil Murad. Quinze minutos, Deputado Goldman!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Delúbio, a primeira questão que eu gostaria de fazer ao Sr. Delúbio é a seguinte: não sei se essa notícia já chegou, mas o novo Secretário-Geral do PT, o ex-Ministro Berzoini, pediu a sua expulsão, Sr. Delúbio, e a do Sílvio Pereira. Essa notícia chegou ao senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Como eu não li nenhum jornal, agora, não sei se procede, ou não. Essa notícia que o senhor tem é de quando?

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Agora, Internet. Tomada pela Internet no final da tarde.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não vi, mas o partido tem os mecanismos internos, e já solicitei à Comissão de Ética. A Comissão de Ética que vai analisar, e vai julgar, e vai fazer um parecer ao Partido, e eu vou acatar a decisão do Partido.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Ok.

Gostaria de saber do Sr. Delúbio. Foi feita uma intermediação para que o senhor falasse, desse o segundo depoimento ao Ministério Público, depois do depoimento que foi feito à Polícia Federal, uma retificação do depoimento, o senhor fez uma retificação ao Ministério Público. E, nessa retificação, o contato com o Ministério Público foi intermediado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi intermediado pelo meu advogado.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O seu advogado fez essa intermediação com o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça?

O SR. DELÚBIO SOARES – Que eu saiba, não!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Então o senhor não tem certeza disso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não tenho certeza.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Gostaria de saber, na sua reunião com a executiva do PT, com o diretório executivo do PT, em que pediu a licença, em que o senhor foi criticado por alguns membros, o senhor disse que agiu em nome do partido, procurou ajudar o partido, procurou obter recursos para pagar as dívidas de todos os diretórios, as dívidas dos candidatos, nos Estados, e houve uma reação dura de alguns membros da executiva, ou alguns membros do diretório. Alguns dizendo: “Comigo, não! Para mim, vocês não deram nada! Eu não tive nada!”. E o senhor respondeu: “E quem é que pagou a campanha que foi feita para você pelo Duda Mendonça?”. Aconteceu isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, são notícias de jornais que eu não confirmo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor não confirma, porque é mentira ou por quê...?

O SR. DELÚBIO SOARES – Porque eu não participei dessa discussão. No painel da **Folha** saiu isso essa semana; eu não confirmo essa discussão a respeito do Aloizio Mercadante. Foi isso que se tratou o painel de **A Folha de S.Paulo**.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Foi o Senador Aloizio Mercadante, que teria lhe dito isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. A matéria de **A Folha de S.Paulo** dizendo que eu falei isso, eu não confirmo essa afirmação.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor realmente pagou as despesas do diretório de São Paulo da campanha do Aloizio Mercadante?

O SR. DELÚBIO SOARES – A campanha de São Paulo foi feita pelo Diretório Regional de São Paulo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Muito bem!

Então vamos exatamente a essa questão dos recursos que foram para os diretórios. Os recursos para os diretórios foram recursos de caixa dois, o senhor chama de não-contabilizado, obtido com aqueles empréstimos por intermédio do Marcos Valério. São recursos não-contabilizados e, portanto, não têm legalidade. São recursos advindos, hipoteticamente, de empréstimos, mas podem advir de qualquer coisa, pode imaginar de qualquer coisa, inclusive do crime organizado ou desorganizado, porque, como não têm origem, não têm como podem ter vindo daqui. Esses recursos foram para os diretórios estaduais, ou para pessoas físicas, ou para deputados, enfim, gente do PT e de outros partidos, os partidos aliados. Os diretórios que receberam esses recursos não podem contabilizar esses recursos, porque esses recursos não são legalmente recebidos. A fonte não é uma fonte legal para isso. A saída desses recursos que os diretórios fizeram, ou as pessoas físicas fizeram, também são recursos pagos ilegalmente, pagos a fornecedores, a dívidas, que não estavam contabilizados, e, portanto, também não são legais.

O senhor já imaginou o que o senhor provocou com essa operação: tornou ilegais atos do diretório nacional de todos os diretórios estaduais, sei lá quantos diretórios municipais, e agora vamos inclusive as pessoas físicas também?!

Essas pessoas físicas, o senhor diz o seguinte: eu não dou a lista de nomes dos recebedores de recursos. É seu direito, mas o rompimento do sigilo bancário vai mostrar todos eles. Todos eles! Não há

como escapar! Pagos em cheques, tirados na caixa vão aparecer todos eles.

O senhor já imaginou o que o senhor provocou? O senhor já imaginou? Porque se algum cidadão for tirar em nome de um diretório, ele vai dizer ao diretório, o diretório vai ter que responder porque senão ele vai ser responsabilizado. O diretório vai dizer que recebeu um dinheiro que não contabilizou e que fez pagamentos também não-contabilizados.

Agora, se ele deu esse recurso a um Deputado e o Deputado o fez, o Deputado recebeu um dinheiro ilegal, esse Deputado vai ter o mandato cassado, mesmo que ele tenha agido de boa-fé e que ele tenha levado para o seu Estado, para o seu Município, para a sua campanha, para pagar dívida de campanha, para o seu diretório o que for, porque ele recebeu um dinheiro. Quando ele tocou a mão no dinheiro que ele não tem como comprovar de onde veio, ele está com o seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar, porque recebeu dinheiro sem origem legal.

O senhor imagina quantos deputados, quantas pessoas estão nesse bolo? Eu não vou nem citar alguns que não estavam no exercício do mandato, talvez tivessem conhecimento, provavelmente. O José Dirceu tinha conhecimento de toda a operação. Ninguém imagina neste País que o José Dirceu, que sempre comandou o Partido, até poucos dias atrás, de fato ou de direito, não tivesse conhecimento. Não é possível! Mas ele não estava no exercício do mandato e não sei como ficará a situação dele. Juridicamente ele não estava no exercício do mandato quando tomou conhecimento da operação. Mas o Deputado Paulo Rocha, Líder do PT, uma funcionária dele foi lá buscar o dinheiro, trezentos e tantos mil; entregou a ele; ele recebeu esse dinheiro na mão, um dinheiro sem origem. O Deputado Josias, que foi ali pessoalmente buscar o dinheiro. E quantos mais, e quantos mais que fizeram isso. Alguns provavelmente de boa-fé, sem ter tido má-fé, cometeram crime, e vão perder o seu mandato. Haverá uma dizeção aqui na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, histórica, terrível, para todos nós que vamos ter que exercer esse papel de juizes.

V. S^a, Delúbio, é um grande predador. O que V. S^a fez como predação e vai ocasionar de derrotas, de destruição de pessoas é fantástico. Eu posso imaginar a execução pública dessas pessoas que não vão ter como explicar. E não adianta explicar. Eu peguei o dinheiro para dar para o meu diretório, que o meu diretório devia dinheiro da campanha eleitoral. Vai explicar isso para o povo, vai. Vai lá na rua explicar isso para o povo, vai! E o senhor é autor desta operação junto com aquele outro facínora, dessa empresa, o Marcos Valério. Não passam de facínoras, quer queiram ou quer

não queiram. O senhor tem idéia de que, ao dizer que transferiu recursos para os diretórios regionais, também pagou a campanha do Presidente Lula? Porque os diretórios regionais também fizeram a campanha do Presidente Lula, não foi apenas o diretório nacional. Todos os diretórios estaduais e municipais fizeram campanha para o Presidente Lula. Na medida em que eles tenham recebido recursos dessa origem, eles cometeram uma ilegalidade e, portanto, o Presidente Lula passa a ter a sua legitimidade limitada. Está em jogo a legitimidade do Presidente Lula. O senhor tem compreensão desses fatos todos? Gostaria de ouvi-lo rapidamente, porque tenho mais algumas questões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Alberto Goldman, com todo o respeito ao senhor, já respondi essa questão, anteriormente, da responsabilidade que assumi.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor conhece o Lula desde quando?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Sr. Lula, o Presidente Lula, em 1980.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Suas relações, portanto, são políticas e bem intensas, próximas, desde aquela época?

O SR. DELÚBIO SOARES – As minhas relações políticas, primeiro, se deram no movimento sindical, como já expliquei a minha trajetória aqui, e depois no Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – E essas relações políticas foram intensas, durante todo esse tempo, durante toda a sua vida política até a eleição para Presidente da República?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na eleição Presidencial de 1998, fiz parte da coordenação da campanha e na de 2002 também.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Após a eleição, o senhor teve contatos políticos, conversas políticas com o Presidente Lula, após a eleição dele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Tive vários encontros com o Presidente Lula, conforme já noticieei e já expliquei a esta CPI.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Por quanto o senhor era um homem da intimidade dele, porque não são todas as pessoas que têm encontros rápidos, a todo instante, a todo momento, com o Presidente e discutem política com ele. Não é qualquer pessoa que faz isso. V. S^a o fez, teve essa intimidade, tem essa intimidade, portanto, com ele, e ele tem intimidade consigo e não é por acaso, portanto, que ele respaldou essa obscura, ou não tão obscura, tramóia que o senhor e o Marcos Valério montaram.

Ele participou disso, sim; respaldou, sim. É responsável por isso, sim. Já era responsável pela escolha dos dirigentes públicos, que são responsáveis pelos saques de dinheiro público, com essa operação que foi feita pelo Marcos Valério, porque, evidentemente, com empréstimo ou sem empréstimo, a fonte do dinheiro é o setor público, é o dinheiro público. Ele tem essa responsabilidade porque ele indicou; ele, Presidente Lula, indicou os nomes. Ele tem a segunda responsabilidade porque, quando indica, tem a responsabilidade de vigiar, de controlar, de fiscalizar. Não o fez.

Tem a terceira responsabilidade que é a da omissão. Ele se omitiu diante de informações que lhe foram passadas diversas vezes, da existência de um possível esquema de saque de dinheiro público para partidos políticos, para esquemas políticos e/ou enriquecimento pessoal.

E hoje estamos vendo também que não é só atividade política, não; é também enriquecimento pessoal de várias pessoas. À medida que estamos avançando, verificamos isso a todo momento.

O quarto nível da responsabilidade dele, que é o mais grave, nós estamos chegando perto: é a conivência, não é mais a simples omissão, é a conivência.

O pronunciamento dele lá no exterior, no fim de semana passado, divulgado pela Rede Globo de Televisão, mostra um grau de conivência. Ele assumiu a responsabilidade, porque quando ele diz que aquilo que existe, que é o financiamento de campanha, como se fosse apenas financiamento de campanha, e não é, é financiamento de pessoas, é roubo, puro e simples, mas que o financiamento de campanha é algo sistemático na história brasileira, se ele é Presidente da República e sabe disso, tem a obrigação moral e política de tomar as medidas para que isso não aconteça.

Qual é a ação política que o Presidente Lula fez até hoje, para que esse tal financiamento, que ele diz que é sistemático na história brasileira, deixasse de acontecer?

O senhor, que é um quadro político, ou foi, da direção política do PT, é capaz de me dizer?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, as avaliações e as posições políticas que o senhor emite sobre o Governo e sobre o Partido eu não tenho como responder ao senhor. Então, prefiro não responder.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – É pena, porque o senhor é um dos homens mais importantes da direção política do PT, é um dos homens que dirigiu esse partido por muitos anos; homem, portanto, com uma responsabilidade que vai muito além de tesouraria. Tem a responsabilidade política de uma comissão executiva de um partido político que chegou ao poder.

E V. Ex^a mostra despreparo para enfrentar as questões que o Brasil precisa enfrentar as questões que o Brasil precisa enfrentar. V. Ex^a é despreparado, o seu Partido é despreparado, e o seu Presidente é despreparado, é o mais despreparado de todos. Não está preparado para enfrentar os anseios e os desafios que a sociedade está colocando. Quando ele fez essa afirmação no domingo, deu esta prova cabal de que não está e não estava preparado para presidir o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Jamil Murad.

Eu gostaria de fazer uma ponderação com V. Ex^{as}. Vamos fazer um intervalo de cinco minutos, e gostaria de sugerir aos não-membros o limite de dez minutos e aos reinscritos o de três minutos, para encerrarmos a reunião, porque amanhã haverá mais.

Então, vou passar a palavra para o Deputado Jamil Murad, interromperemos por cinco minutos e continuaremos, dando dez minutos a cada não-membro e, depois, três minutos aos reinscritos.

Com a palavra, o Deputado Jamil Murad, por quinze minutos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cumprimento o Presidente, Senador Dalcídio Amaral, que tem dirigido, com grande maestria, esta Comissão, aprovado pela opinião pública e também pelos Parlamentares, e o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, que, também de maneira sóbria, tem cumprido seu importante papel aqui, em nome do Congresso e do povo brasileiro.

Cumprimento o depoente e o Dr. Malheiros, um dos advogados mais brilhantes que existem no Brasil.

Coube a mim, um marxista, falar logo depois de um ex-marxista. Então, vou colocar as nossas opiniões, que são bem diferentes da dele.

Em primeiro lugar, vou fazer algumas perguntas. Concluirei, talvez, até antes dos quinze minutos.

Sr. Delúbio, V. S^a declarou, em pelo menos uma das entrevistas de que me lembro, que o PT teria R\$80 milhões para aplicar na eleição de 2004. Nós sabemos que o PT é o maior Partido na Câmara e que tem uma grande arrecadação legal – legal – pelo fundo partidário, pela contribuição dos membros que participam de administração e por doações dos próprios militantes, o que é algo comum. Ele tem, portanto, uma grande arrecadação.

Agora, a pergunta que faço é a seguinte: olhando retrospectivamente, houve uma quebra da expectativa e não houve arrecadação suficiente, para sustentar a batalha eleitoral de 2004 e cobrir as despesas de 2002, ou teria sido uma megalomania, a aventura de querer

cobrir os cinco mil e quatrocentos e tantos Municípios do Brasil, sem condições de fazê-lo? Essa é a pergunta que dirijo a V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado Jamil Murad, primeiro, quando houve a entrevista, de R\$80 milhões era o orçamento do PT Nacional, do PT dos 27 Estados mais os PTs municipais, organizados até então, a presente data. Então, era esse o orçamento. Do Diretório Nacional a previsão eram uns quarenta e poucos milhões, concretizou-se com a arrecadação de quarenta e oito, e gastaram-se sessenta e dois.

As campanhas eleitorais, os acordos eleitorais que fizemos em 2004, como o PT acabou sendo cabeça-de-chave, ao contrário do que a Direção queria, em mais cidades do que gostaríamos – já expliquei o embate que tivemos. Não foi culpa nem da Direção do PCdoB nem da Direção do PT, mas, por uma divergência local, não conseguimos apoiar o candidato do PCdoB nem lá... Lá, em Fortaleza, nós tivemos um trabalho muito grande para apoiar em Manaus, abrir mão da Vice para o PL apoiar.

Então, esses acordos eleitorais foram feitos; as campanhas eleitorais de 2004, todos aqui sabem, quem participou das campanhas eleitorais, foram campanhas bastante..., a concorrência exigiu uma campanha com muito recurso, não só para o PT mas para todos os partidos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – V. S^a tem noção da grave situação que provocou, não só ao seu Partido, o PT, ao Governo Lula, mas ao povo brasileiro, porque o povo brasileiro apostou no Governo Lula, continua apostando. O Governo Lula tomou medidas corajosas, confrontando interesses da maior potência do mundo, defendendo os interesses do Brasil. Anteriormente, o PIB do Brasil crescia no máximo 2% ou menos e ainda está de maneira muito insuficiente, com juros muito altos, mas já teve crescimento de 5%, 4%, 3%. Houve um fortalecimento das instituições públicas, da universidade pública, uma possibilidade dos jovens pobres frequentarem a universidade, a agricultura familiar teve um investimento muitas vezes superior ao que recebia anteriormente, mas isso é apenas o começo. Nós sabíamos que as mudanças, e sabemos, não temos ilusão, as mudanças a favor do povo no Brasil são difíceis, muito difíceis e ocorrerão com grandes sacrifícios, com vítimas, mas essa caminhada precisa prosseguir.

Esses acontecimentos colocam em risco esse grande projeto, porque o maior prejudicado..., querem transformar na CPI do PT, mas, na verdade, é uma CPI que precisa investigar irregularidades, corrigi-las, porque assim o povo exige. Mas uma CPI tem duas pernas, dois pilares; uma, de investigação e a outra,

uma luta política pelo poder. Temos que investigar, mas temos que impedir que o outro pilar, que é a luta política pelo poder, acabe sendo um golpe na esperança do povo. Por quê? Vejo o que o Deputado que me antecedeu disse: Olha, não é omissão. Foi uma convivência do Presidente da República, porque se ele defender essa tese e ela predominar estaria estabelecida a justificativa para o *impeachment*, para o impedimento do Presidente. Só que isso já foi dito pelo prefeito, logo no começo, pelo prefeito do Rio de Janeiro. Isso tem sido cada vez mais repetido e, quando houve uma pesquisa que mostrava que o Presidente continuava com grande credibilidade junto ao povo, o que acho de maneira muito justa, porque o conheço inclusive desde 1978, quando fui eleito diretor do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, o Presidente Lula não tinha Partido, não tinha fundado o PT, era um líder que não tinha liderado a primeira greve. E recebeu uma comissão dos Sindicatos dos Médicos do Estado de São Paulo e nós queríamos saber como funcionava o sindicato dele porque tínhamos acabado de ganhar o sindicato lá. E de lá para cá, não esse Deputado, mas o povo brasileiro acompanhou, ele fez negociações com multinacionais, foi recebido pelo Primeiro Ministro da Alemanha e de outros países, sempre com a maior dignidade, com honradez. Nunca pairou sobre ele nenhuma dúvida. Por que ele cometera alguma irregularidade, alguma ilegalidade agora que ele tem mais responsabilidade ainda?

Portanto, Delúbio, eu fico imaginando que esse processo tem que servir de lição ao povo brasileiro, porque isso aqui é o começo da nossa luta. Não vamos dizer o começo, mas é mais um passo na nossa caminhada para defender um Brasil com justiça para o nosso povo.

O Senador Pedro Simon falou algumas coisas interessantes: que precisamos nos sintonizar com o anseio do povo, da sociedade. O Presidente Lula fez uma reforma ministerial. A minha expectativa é que essa sustentação para ele continuar governando... porque agora é só CPI, agora é só corrupção, mas existem projetos importantes a serem encaminhados; as instituições precisam continuar funcionando, reformas precisam ser feitas a favor do povo e existem projetos encaminhados pelo Presidente da República que precisam ser votados. Então, nós não podemos cair nesse vale-tudo. Acho que alguns Parlamentares – não é o caso de citar nomes – caíram no vale-tudo, o vale-tudo para detonar o Presidente, para detonar o poder constituído. E, muitas vezes, as pessoas falam: “Não, mas existe a ilegalidade.” V. S.^a até falou: ao não contabilizar, está aí a ilegalidade. Nós não estamos negando que exista a ilegalidade, porque está cons-

tatada, mas, em cima de uma ilegalidade, as classes conservadoras no Brasil, que sempre tiveram Parlamentares até de discursos brilhantes. Lembro-me de Carlos Lacerda, que fazia discursos que hipnotizavam o povo, mas por uma causa podre. Era uma causa contra o povo, contra o desenvolvimento do Brasil, contra o anseio da Nação. Por isso, é fundamental.

Eu queria dizer que o Presidente da CUT nacional, Wagner Gomes, na simplicidade daquele trabalhador metroviário, dirigindo-se a essas classes acostumadas com os privilégios no País, falou o seguinte: “Não ousem depor o Presidente.” Eu acho que isso é muito importante. O povo tem que se alertar, tem que tomar posição. Não pode, porque isso aqui vai afetar a sua vida, a vida dos seus filhos. Nós temos que ir fundo na investigação, punir as ilegalidades, fazer uma reforma política democrática; o Deputado Roberto Jefferson defendeu uma reforma política que elitiza mais a política, ficam menos Partidos. Quais partidos? Os das elites. Até mesmo um grande Partido, o maior Partido da Câmara, que é o Partido dos Trabalhadores, já está ameaçado ou de não receber o Fundo Partidário ou, mais do que isso, de ser cassado. O meu Partido, o PCdoB, assim como o PV, assim como o PPS e outros, com a atual legislação que exige 5% da votação nacional para os Deputados representarem o Partido no Congresso, na Câmara, podemos também não ter representação. E o Deputado Roberto Jefferson e outros falaram: “Não, dois por cento, como é o Projeto que nós aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça, é ruim. Tem de voltar e prevalecer os 5%.” Quer dizer, é para elitizar mesmo a política. Elimina o PT, elimina os outros partidos históricos, como o meu partido, que tem 83 anos de existência, e o PPS, o PV, e outros. Portanto, nós temos de buscar neste momento, Presidente Delcídio, as soluções que o povo deseja. Deseja o combate à corrupção, o combate à ilegalidade, o atendimento às suas necessidades de um Brasil com desenvolvimento, com emprego, com distribuição de renda. E isso cabe muito ao Presidente Lula: baixar juros, fazer investimento público, melhorar o poder aquisitivo do povo, mas, para isso, S. Ex.^a precisa ter força. Bombardeado como ele está sendo, o povo também não terá o seu atendimento. Então, nós precisamos de uma reforma política democrática e precisa, como disse o Deputado Fontana, se ela não for realizada até o dia 30 de setembro, já não vale mais para 2006, e vão predominar regras elitizantes, que vão piorar ainda mais a representação do povo na Câmara dos Deputados e no Senado. Por isso, nós queremos, neste momento, alertar o nosso povo: participe dessa luta. Não deixe ninguém te representar com exclusividade; tenha os seus representantes, mas também participe

diretamente; influa no processo; cobre soluções para que o povo não saia no prejuízo mais uma vez, como saiu na morte do Getúlio, como saiu na derrubada do João Goulart, e em outras oportunidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado ao Deputado Jamil Murad.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(A reunião é suspensa às 22h51min e reaberta às 22h56min.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, há uma pergunta que eu gostaria de fazer para o nosso Relator; se não a fizer, ficarei incomodado.

Eu preciso saber qual é o tempo que o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, encontra na vida, para chegar aqui amanhã, às 10h da manhã, com a análise dos requerimentos, com a proposta de encaminhamento, com essas coisas todas. Não é por nós, não. Por mim, eu fico aqui. Mas eu queria saber dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Espero que, amanhã, haja uma reunião muito objetiva para analisarmos os requerimentos.

A reunião, às 10h da manhã, será fechada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E quero registrar o meu protesto. Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acolhido o protesto de V. Ex^a, que fica consignado em Ata.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Toda vez, é isto: faz reunião secreta, e, depois, começa a conversa fiada, não com V. Ex^a e nem com o Relator. Mas é conversa fiada! Depois, cada um diz que se comprometeu com o que não se comprometeu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acolhido o protesto de V. Ex^a.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – A Deputada Denise Frossard vai retirar a inscrição. Olha que coisa boa! A Senadora Heloísa Helena já a retirou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu não vou participar...

O SR. (Orador não identificado) – Ela disse que, se nenhum do PT se inscrever, não há ninguém inscrito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Estou falando pela ordem, Sr. Presidente. Eu não vou participar de reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas Deputada...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Amanhã, faremos um apelo para V. Ex^a no início da reunião, Sr. Presidente. É melhor.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu não vou participar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Heim?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Amanhã, no início da reunião, faremos um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas precisamos pelo menos conversar sobre os requerimentos. É muito importante.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Na hora em que tivermos os documentos sigilosos, Sr. Presidente, converso, sigilosamente, até se acabar. Mas não participo dessa reunião, Sr. Presidente. Eu vou adiantar que dela não participo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã, às 10 horas, na abertura da reunião, faremos essa avaliação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, mas eu não participo.

O SR. (Orador não identificado) – Mas, Sr. Presidente, há algumas coisas boas surgindo aqui. Já não há mais nenhum Deputado do PT reinscrito. Há Senadora? Não há, não é? (Pausa.)

Diante disso, a Senadora Heloísa Helena já disse que também a retirava. Olha o espírito de colaboração de todas as Bancadas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só estou paciente com o Deputado Maurício Rands porque ontem S. Ex^a me auxiliou a socorrer a nossa querida funcionária Patrícia, que espero que esteja muito bem de saúde.

Então, por isso, estou paciente com V. Ex^a. Agora, depende de quem vai se inscrever e do que vai falar. Aí é que mantenho ou não a minha inscrição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Olha, depois daquela briga todinha, eu e a Senadora Heloísa Helena salvamos a funcionária e eu salvei o dedo da Senadora Heloísa Helena, que estava sendo mordido e eu coloquei o lenço e salvei o dedo, viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Senadora Heloísa Helena acaba de retirar então a inscrição?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há controvérsias. Só retirarei dependendo de quem vai manter a inscrição e do que falarão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, mas, Senadora, se não tiver do PT. A Senadora disse que se não tivesse do PT não tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a retira?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estou retirada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Muito bem, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, desde que o Onyx também retire.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Onyx já retirou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. Ex^a não disse para José Eduardo?

O SR. (Orador não identificado) – O dele não é reinscrição.

O SR. (Orador não identificado) – É um acordo da Bancada...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– A Deputada Juíza Denise Frossard vai falar?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, vamos ver o que eles vão falar. Vamos tocar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– E temos uma inscrição do Deputado Chico Sardelli, que estava inscrito aqui na reinscrição. São três minutos, Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está na hora de recomeçarmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Pompeo de Mattos acho que já...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, com a retirada dos nomes quantos ficaram?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Somente o Deputado Eduardo Paes, que acho que também já deve ter-se retirado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está concordando conosco também de retirar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Eduardo Paes acho que já...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – S. Ex^a não está.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, durante todas essas retiradas, se o Deputado Onyx Lorenzoni...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Eduardo Paes está vindo já para retirar a reinscrição.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Será o primeiro a falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, Deputado Eduardo Paes, Deputada Juíza Denise Frossard... Não retirou, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só retiramos dependendo dos que falarem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ainda não falaram os não-membros. Antes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Isso, com certeza.

Então, reinscritos só estão o Deputado Eduardo Paes, a Deputada Juíza Denise Frossard e o Deputado Onyx.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, vou manter minha reinscrição e na hora terei a certeza. Todos querem manter. Tenho a certeza, V. Ex^a e todos nós, de que terei a serenidade, embora não seja algo muito típico da minha personalidade, mas, terei a serenidade necessária, dependendo do tom das falas, das provocações ou não. É verdade, sou uma pessoa muito serena. Terei a sensibilidade, minha querida Luciana...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Absolutamente. Todos nós estamos de acordo, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não sei, não, Senador Delcídio, se V. Ex^a está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, Senadora Heloísa Helena, Deputado Eduardo Paes, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Onyx.

O primeiro a falar será o Deputado Moroni Torgan.

Os não-membros são: Deputado Moroni Torgan, Deputada Luciana Genro, Deputado Mendes Thame, Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Chico Sardelli, que também estava inscrito. Então, são cinco. Ah, o Luiz Carlos Hauly. São seis.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Não. Estou inscrito abaixo do Thame.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Do Thame? Certo. Ok. E eu vou dar...

Então, com a palavra o Deputado Moroni Torgan, por dez minutos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, depoente, em primeiro lugar, quero dizer que há 15 anos, mais ou menos, que milito em CPIs. Então, dá para entendermos alguma coisa. Em dez minutos, não vai dar para fazer uma grande argüição, mesmo porque várias coisas já foram argüidas.

Quero dizer que respeito muito o meu Partido, o PFL, por uma razão: no Governo passado, quando o PFL era base do Governo, eu votava quase tudo contra. Quase tudo eu votava com as Bancadas de Esquerda. E vou ser sincero: quando veio a eleição, votei, no primeiro turno, no Ciro; no segundo turno, falei ao meu

Partido que votaria no Lula. Votei no Lula, por uma questão, e fui respeitado pelo meu Partido. E por uma questão: nunca concordei com a política econômica, nem com a política trabalhista. Achei que sempre foram beneficiados os banqueiros e sempre foi maltratado o trabalhador. Não concordei. Mas, para meu espanto, quando começou o Governo, eu vi tudo acontecendo igual e algumas coisas, pior.

Por isso que não dá para entender declarações, como ouvi há pouco, dizendo “a classe dominante, a elite quer tirar o Presidente”. A elite está muito bem tratada. A elite está com os juros bancários mais altos do mundo. Os mais altos do mundo! Os empresários estão com o trabalhador talvez com o salário mínimo mais baixo do mundo! Então, o que a elite tem para reclamar desse Governo? Por que a elite vai querer tirar esse Governo? Não existe isso!

Quando votei, achei uma frase muito interessante, e vai quase um desabafo aqui. Achei uma frase interessante que é: “A esperança vai vencer o medo”. Mas nunca esperava que a corrupção vencesse a esperança. E isso talvez tenha sido a maior dor de todo mundo que teve essa esperança; de todo mundo que queria ver banqueiro ganhando menos e trabalhador ganhando mais; de todo mundo que queria ver um País onde a decência, a moral e a ética predominassem.

Hoje foi um espetáculo triste, pode ter certeza disso. Um espetáculo triste, muito triste. Eu não estou vibrando com nada disso aqui. Porque, na oportunidade que o senhor tem de falar, o senhor se cala. Não podia se calar. Se o senhor assumiu que fez um caixa dois ou dinheiro não registrado – que é a mesma coisa – todos que receberam desse caixa dois estão na mesma posição que o senhor. Todos! Porque todos receberam dinheiro não registrado, dinheiro não contabilizado.

E todos estão aqui no art. 30 da Lei dos Partidos: “O Partido Político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter estruturação contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e da destinação de suas despesas”. Não aconteceu isso. O senhor disse isso hoje aqui. É verdade ou não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Moroni Torgan, eu assumi aqui... E as investigações, em momento correto, nós vamos assumir a origem do dinheiro e vamos...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas o senhor disse que teve verba não contabilizada.

O SR. DELÚBIO SOARES – A origem do dinheiro e o destino do dinheiro. O destino do dinheiro eu não quero fazer hoje para não ser injusto com um conjunto de pessoas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Aí, a gente vê – só para o senhor ter uma idéia – a gente vê um desses empréstimos abonado por um contrato com uma estatal, o que vem totalmente ao contrário do art. 31: “É vedado ao Partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição, auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de autarquias, empresas públicas, concessionárias e tal e tal.

Isso já mostra que, se o empréstimo teve como aval o contrato com a estatal, foi de forma indireta um financiamento de governo para partido, o que é terminantemente proibido. O art. 33 diz aqui: “Os balanços devem conter, entre outros, os seguintes itens: origem, valor de contribuições e doações”. Isso também foi pro brejo.

Art. 34, item II, aqui vem a sua responsabilidade e a responsabilidade de todos aqueles em diversos Diretórios que receberam dinheiro indevidamente sem contabilização: “Caracterização da responsabilidade dos dirigentes do Partido e comitês, inclusive do Tesoureiro, que responderão civil e criminalmente por quaisquer irregularidades”.

Quer dizer, o senhor já está enquadrado aqui no art. 34, item II, da Lei Partidária.

Mas esta seria uma oportunidade de o senhor falar. Eu, durante essas CPIs em que estive – e estive em várias CPIs: a primeira do Narcotráfico, a do PC, a dos Anões e várias outras – sempre percebi uma característica. Mal-comparando – até vou dizer mal-comparando – as organizações sempre tinham uma característica: quando a bomba estourava, um testa-de-ferro aparecia para assumir a bomba, enquanto o resto da organização tentava se preservar. Aí, pela investigação documental e outras coisas, chegava-se, mais adiante, às organizações. Não dá para acreditar que o senhor sozinho mandava no PT inteiro nacional, que o senhor sozinho iria decidir sobre dezenas de milhões – e estamos falando de dezenas de milhões – que deveriam ser pagos pelo PT. Não dá para acreditar! Não dá. De forma nenhuma dá para acreditar nisso! Que o senhor sozinho ia pagar as contas de todas as campanhas do PT no Brasil inteiro sem ninguém mais saber. “Não. Só eu aqui tô pagando”. Não dá para acreditar nisso. É muito difícil de a gente acreditar numa coisa dessas, porque é inverídico. O senhor não pode ter um poder tão grande que vá além do Presidente, além do seu Partido, além de tudo. O senhor era o supra-, o super-líder do PT nacional, porque o senhor decidia tudo, sobre milhões e milhões e milhões e ninguém mais decidia. Era o senhor que decidia tudo isso. É difícil. É difícil de saber a partir do momento que V. S^a diz que a

Direção Nacional do PT ia sempre lá para o Palácio. É difícil de perceber, quando dizem que vocês se reúnem para decidir sobre todas as coisas. É difícil de acreditar que o senhor era o responsável por tudo isso.

Acho até bonito, por um lado, que o senhor esteja assumindo. Acho que cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Só desse jeito é que vamos vencer a corrupção no País. Não podemos acobertar ninguém. Quem sabia do que estava acontecendo tem que ser responsabilizado. É difícil acreditar, sendo o senhor Tesoureiro do Partido, que a cúpula partidária e a cúpula do Governo não sabiam de nada. É praticamente impossível, porque quando se faz uma campanha – eu, pelo menos, que faço geralmente muito liso as campanhas – se quer saber se as contas estão pagas, porque é o meu nome que está em jogo. Eu quero saber. Eu perco campanha, como perdi a última, mas não gasto além daquilo que eu possa pagar. Talvez não tenha – nem quero ter – esse caixa 2, esse dinheiro enorme e essas coisas todas. Acho que temos que mostrar para o País que não se ganha iludindo o povo, mas que se ganha com convicção, com ideal, aquele ideal que eu estava acostumado a ver nas Bancadas da Esquerda e no PT. O ideal de querer um País limpo, de querer um País mais justo, de querer um País melhor. Um ideal que eu vejo muitos vezes no discurso, mas parece que, quando chega o Poder junto, parece que, quando chega o poder junto, esse ideal vai para dentro das gavetas do poder. É uma desgraça isso, porque eu queria que a esperança vencesse o medo. Queria mesmo. Não queria nunca, mas nunca, Sr. Delúbio, que a corrupção estivesse vencendo a esperança do povo brasileiro. O que vemos é que, infelizmente, isso está acontecendo.

Ou se tomam medidas, sem partidarizar... Quem tem responsabilidade tem que estar lá, os maiores líderes de uma organização. Se vou atrás de uma organização criminosa, não quero pegar os testas-de-ferro, quero pegar os maiores líderes. Se vou atrás de um esquema de caixa dois, de corrupção, não quero pegar os testas-de-ferro, quero pegar os maiores líderes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Estou concluindo. Obrigado, Sr. Presidente.

O que posso dizer, Delúbio, hoje, é que tu escondeste a verdade em vários momentos. Estou há 13 horas olhando e vendo quantas vezes tu a escondeste. Espero que toque o teu coração e que aqueles ideais lá do início floresçam de novo aí, para que tu digas: “Está certo. Vamos dar responsabilidade para quem teve responsabilidade nisso”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Moroni Torgan.

Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro, por dez minutos.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido – RS)

– Presidente, não sei o que é mais triste nesses momentos todos que estamos vivendo: se é ouvir o Tesoureiro e, ontem, o Secretário-Geral do PT se negarem a falar sobre o seu patrimônio ou se é ouvir o Deputado ACM Neto dizer que o PT inventou a corrupção. É realmente triste ver o palco que vocês, Delúbio, montaram para eles.

Vejo que, na verdade, a discussão toda está girando em torno de uma questão moral e ética, e que o PT está tentando transferir essa responsabilidade moral e ética – de falta de moral e de ética – para uma única pessoa, que é o senhor, Sr. Delúbio, quando, na verdade, o senhor foi o operador da parte suja de uma política global construída pela cúpula do PT, uma política que foi orientada pela lógica do vale-tudo pelo poder, e essa lógica do vale-tudo pelo poder incluiu várias frentes de intervenção.

A primeira delas foi o rebaixamento programático do PT, que fez com que todas as bandeiras do Partido fossem jogadas na lata do lixo e com que vocês nos expulsassem porque nos recusamos a concordar com essa manobra, e passou, fundamentalmente, pela adesão àquela carta ao povo brasileiro, que foi a carta aos banqueiros, em que o PT aderiu ao modelo neoliberal – tudo pelo poder.

A segunda operação foi a ampliação do leque de alianças, que vocês vieram operando há muito tempo no PT, chegando a tal ponto de ter hoje, na base de sustentação de Governo, o PP do Sr. Paulo Maluf, a antiga tropa de choque do Collor e outras figuras notórias da política brasileira.

Essa lógica de vale-tudo pelo poder chegou na arrecadação ilícita de recursos, porque é preciso muito dinheiro para, nesse sistema político-eleitoral existente no Brasil, se ganhar uma eleição, principalmente uma eleição presidencial. Por isso, não posso acreditar que o senhor, como tesoureiro da campanha do Lula desde aquela época, operou todo esse esquema de caixa dois agora, mas não operou caixa dois para a campanha do Lula. O senhor disse, aqui, que é muito difícil que os doadores queiram se identificar, mas, ao mesmo tempo, disse que, na campanha do Lula, não houve caixa dois nem nenhum doador não identificado. É realmente muito estranho isso.

O senhor foi o instrumento dessa política do vale-tudo pelo poder, mas todos os dirigentes do PT – ou pelo menos os que comandam o PT – estiveram envolvidos nessa lógica. Por isso, insisto que não

adianta trocar o comando do PT se os dirigentes que substituem vocês operam com esta mesma lógica: do rebaixamento programático e da política de aliança. Foi isso que levou o PT a esse mar de lama.

O PT decidiu romper com a sua história e, assim, rompeu com a sua base social. Portanto, não tinha outra possibilidade senão recorrer à base fisiológica para governar, com partidos com os quais nunca teve nenhuma afinidade ideológica. Então, o mensalão é uma decorrência. E aqui ninguém é ingênuo para acreditar que tudo se resume a um ilícito eleitoral.

O mensalão faz parte dessa lógica do “tudo pelo poder”, porque é o tudo para chegar ao poder, o tudo para se manter no poder. E, para se relacionar com uma base totalmente fisiológica, sem nenhuma identidade programática, só com o mensalão, só com o mensalão. Se vocês estivessem disputando dentro do Congresso Nacional os compromissos históricos do PT, como dobrar o poder de compra do salário mínimo, como investir na saúde, na educação, questionar os juros extorsivos da dívida externa e da dívida interna, vocês teriam respaldo social, mobilização social e não precisariam comprar Deputados para aprovar seus projetos. Agora, vocês optaram por esse caminho.

Não é mera coincidência que os saques nas contas do Sr. Marcos Valério coincidam com votações importantes do Congresso Nacional: a Reforma da Previdência, a blindagem do Henrique Meirelles. Afinal de contas, por que partidos como o PL, como o PTB, como o PP iam querer se queimar com os servidores públicos que estavam em greve contra a Reforma da Previdência, para dar uma vitória ao Governo do PT? Tinha que ser com o mensalão.

Por que os Deputados se queimariam com a sociedade brasileira para blindar o Sr. Henrique Meirelles, acusado de enriquecimento ilícito, acusado de evasão ilegal de divisas, de crime eleitoral? Por que eles se queimariam para ajudar o Governo do PT, com o qual eles nunca tiveram identidade programática ou ideológica? Tem que ser com o mensalão. Essa lógica levou a esse mar de lama em que hoje chafurda o PT e seus dirigentes.

Quero questionar o senhor dentro dessa lógica. O senhor disse que a legislação eleitoral propicia o caixa dois – o senhor disse isso no início de seu depoimento. Disse também que é muito difícil os doadores quererem se identificar. Se é difícil os doadores quererem se identificar, por que na campanha do Lula não houve esse problema que o senhor identificou depois, com os doadores tendo dificuldade para se identificar, portanto sendo levado a fazer um caixa dois?

Sr. Delúbio, que tipo de relação é essa com o Sr. Marcos Valério, um empresário que pega empréstimos

milionários em bancos privados, colocando em risco o nome, as empresas dele, sem nenhuma garantia, por amizade a alguém que ele conheceu em 2002 na campanha eleitoral? É possível que o povo brasileiro acredite nessa tese? Mas ninguém toma empréstimo em um banco dessa maneira! É evidente que o Sr. Marcos Valério estava levando vantagens. Que vantagens eram essas? Eram as licitações fraudadas que ele estava conseguindo ganhar ou prorrogar e ter adiamentos contratuais? Ou ele negociava com os bancos aos quais ele pedia empréstimo que os fundos de pensão, comandados pelo Sr. Gushiken, colocariam dinheiro lá nesses bancos? E os bancos então sabendo que não receberiam o dinheiro do empréstimo de volta mas sabendo que receberiam muito dinheiro do fundos de pensão, que foi mais uma estratégia da Reforma da Previdência: jogar o dinheiro dos servidores públicos nesses fundos de pensão privados. Era isso que o Sr. Marcos Valério prometia ao Banco Rural, ao BMG para conseguir esses empréstimos?

Por fim, Sr. Delúbio, a que o senhor atribui essa benevolência do comando partidário ao senhor? Veja bem o tratamento que recebemos, eu, a Senadora Heleísa, o Deputado Babá e o Deputado João Fontes, que fomos expulsos do Partido, e veja o tratamento que a esquerda do PT está recebendo hoje. Os Deputados que votaram contra o salário mínimo vergonhoso que o PT apresentou estão suspensos por tempo indeterminado, num ato totalmente relâmpago da Executiva Nacional; suspenderam-se os Deputados porque votaram a favor de um salário mínimo um pouquinho maior do que o que o Governo queria. Mas o senhor conseguiu sobreviver na executiva, tendo cometido essa suposta traição! A executiva é o campo majoritário do qual o senhor faz parte. O senhor, aqui, no seu testemunho, alega ter traído os seus companheiros, porque não contou para ninguém o que estava operando. Então, fica evidente que isso é uma mentira; do contrário, eles já teriam expulsado o senhor sumariamente do Partido. Então, por que tanta benevolência? Sequer o seu salário eles cortaram! Estão pagando o seu advogado! É evidente que esta tese de que o senhor é o único responsável e que ninguém conhecia os seus movimentos não se sustenta, Sr. Delúbio, senão, eles, sentindo-se traídos pelas suas atitudes, estariam-lhe fazendo duras retaliações. Mas sequer cortaram o seu salário; sequer deixaram o senhor à própria sorte para que contrate um advogado e muito menos decidiram por suspender a sua filiação ao Partido. Então, realmente, eu lhe pergunto: a que o senhor atribui essa benevolência?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada Luciana Genro, a senhora fez uma série de considerações, e

eu queria ser muito rápido nelas. Em primeiro lugar, ao pedir licença do PT, quero reafirmar que pedi a instalação de uma comissão de ética. E, no nosso estatuto, para ter expulsão sumária, precisa de dois terços dos votos. Essa discussão foi levada ontem, e optou-se pela comissão de ética. Então, vou ser julgado por uma comissão de ética como os demais membros do PT foram, inclusive...

A SRA. LUCIANA GENRO (S/Partido – RS) – Mas a suspensão para os Deputados da esquerda do PT foi feita sumariamente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso faz parte de um ano atrás, já foram dois meses... Não, isso não aconteceu, Deputada.

A SRA. LUCIANA GENRO (S/Partido – RS) – Aconteceu, Sr. Delúbio; eles estão suspensos até hoje porque votaram contra o salário mínimo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não concordo com as avaliações que a senhora faz, mas é um direito que a senhora tem de fazer, uma Deputada que eu respeito muito pela sua combatividade. Essas questões da campanha do Lula, eu já expliquei; a minha relação com Marcos Valério, já expliquei; e sobre fundos de pensão, a senhora faz uma acusação de que eu não tenho conhecimento, como já falei anteriormente. Então, muito obrigado pelo questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT – MS) – Com a palavra o Deputado Mendes Thame por 10 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos aqui na verdade desde as 10 horas da manhã vivendo momentos de surrealismo. Surrealismo porque estamos todos aqui ouvindo falar sobre uma proposta surrealista, uma versão fantástica, inverossímil, que tenta mostrar que não houve um crime de saque aos cofres públicos e, sim, um crime eleitoral de apoio, via caixa dois, a campanhas do PT. Essa é uma tese que, para ser sustentada, se baseia num tripé; são três os pontos de sustentação dessa tese. Se uma das pernas ruir, a tese desmonta. Por isso, acredito que, neste caso das perguntas que vou lhe fazer, há interesse do depoente e do seu advogado em respondê-las, porque ajudam a sustentar a tese, a tese do crime meramente eleitoral.

Qual é o tripé? O tripé é o seguinte. Para que tenha ocorrido realmente um crime eleitoral, é preciso, em primeiro lugar, que o mensalão não exista; porque, se o mensalão existe, não é crime eleitoral; ele é realmente uma compra do mandato para votar com o Governo; Deputados que renunciam ao seu mandato, transformam-se em autômatos, em robôs, abem mão do mandato que receberam em troca de trinta dinheiros

e todo mês vão lá e, na hora as votações, votam com o Governo. Se se comprovar o mensalão, a tese ruiu.

A segunda questão, para que esse tripé se sustente, é que só políticos podem ter recebido esses recursos e políticos que tenham disputado eleições, porque senão não é dinheiro para campanhas eleitorais. Se alguém não vai disputar uma campanha eleitoral, é um recurso com fins patrimonialistas, que é justamente o que o PT quer mostrar que não houve. É um mero artifício de dinheiro não contabilizado para campanhas eleitorais.

E o terceiro argumento, para comprovar... Importantíssimo para que se comprove que se trata de um crime eleitoral e não de um saque aos cofres públicos. É preciso que seja um empréstimo. Se é um empréstimo. Se é um empréstimo, é um recurso que vem e que volta. É a definição de empréstimo. Portanto, é algo que vai ser pago. Porque isso é importante? Porque, se é um empréstimo que não vai ser pago, é porque quem emprestou esse dinheiro ou quem avalizou e, portanto, vai ter que honrar o empréstimo, já está se sentindo satisfeito, já está remunerado por outra forma. Como? Por um subfaturamento de seus contratos, por um aditamento de um contrato sem a contrapartida de serviço porque esses serviços não precisarão ser feitos, o dinheiro será desviado. Ou então, ainda, porque recebe outras vantagens, diversas vantagens, nessa simbiose nefasta com o Governo. Isso é fundamental, porque se não se comprovar que é um dinheiro que vai ser ressarcido, o que houve foi um saque. Fica provado.

Pois bem, estamos aqui hoje, desde, para mostrar... A função desta CPI não é apenas encontrar os culpados para puni-los; a função nossa é ter o discernimento, o equilíbrio para poupar culpados e também não punir inocentes. O nosso esforço aqui é tentar verificar se esse tripé se sustenta. É importante não só receber as provas materiais, mas também os testemunhos, que são provas testemunhais, que nos dão indícios de uma realidade e que, depois, por um exercício indutivo-dedutivo, nós tentaremos ver no seu todo. Pois bem, é nesse sentido, para o tripé que eu quero fazer três perguntas ao depoente.

A primeira é relacionada com o primeiro tripé, que o mensalão não existe. Nós temos já os dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – Coafi – mostrando uma regularidade, por dezesseis meses consecutivos, de julho de 2003 a abril de 2005, com uma interrupçãozinha em dezembro de 2004, janeiro e fevereiro de 2005, mostrando, inclusive, que os maiores saques se deram em setembro, outubro, novembro de 2003, meses distantes da campanha de 2002 e ainda longe da campanha de 2004. Ora, essa é a primeira

pergunta: como o senhor analisa esses saques? Acho que há interesse – o senhor pode consultar à vontade seu advogado – em responder como é que os senhores desmontam esses dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, mostrando que não regularidade mensal nos saques, daí a palavra men-sa-lão? Não há o mensalão? É a primeira pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, como afirmei anteriormente, o Partido dos Trabalhadores, não comprou, não compra Deputado, não compra voto. Já afirmei isso várias vezes em todas as circunstâncias. Então, o senhor faz um raciocínio com os saques, como analisar, e as pessoas, na hora que tiver os dados concretos, a lista de nomes, nós vamos mostrar a toda a sociedade que não há mensalão. Essa é uma denúncia imputada ao Partido dos Trabalhadores feita pelo Deputado Roberto Jefferson, mas que nós não assumimos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Segunda pergunta, segundo tripé. O segundo tripé é de que só políticos podem ter recebido esse dinheiro. Como funcionava? O Sr. Marcos Valério recebia uma comunicação – isso o senhor afirmou hoje aqui, uma das poucas coisas que o senhor afirmou –, que não fazia contatos nem por fax, nem por *e-mail*, nem por telefone, o senhor conversava semanalmente, com uma frequência muito pequena, pessoalmente, com o Sr. Marcos Valério para indicar as pessoas que recebiam esses recursos. Se essas pessoas que vão retirar o dinheiro, autorizadas, sacaram o dinheiro das contas, como o senhor explica que o antropólogo Roberto Costa Pinto, amigo e compadre do Ministro Gilberto Gil e Secretário de Programas Culturais do Ministério, tenha sacado mais de R\$1 milhão? Como ele recebeu sua autorização para sacar, se não é um político que disputou eleições nem em 2002 nem em 2004?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa informação que o senhor está apresentando estou tomando conhecimento agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Muito bem. Terceiro: se é um empréstimo, precisa ser pago. Isso é um ponto fundamental. É um empréstimo, não é uma doação. O senhor mesmo disse que ele nunca fez doações. Portanto, não é uma doação de R\$90 milhões ou de R\$39 milhões do Sr. Marcos Valério. É um empréstimo, para ser pago. E o Estatuto do Partido dos Trabalhadores, como já foi lido aqui por diversos Deputados, diz que o PT não arcará com o ônus de quaisquer transações financeiras efetuadas em seu nome ou com o seu CNPJ, por quaisquer pessoas, filiadas ou não, que não tenham, expressamente, sido autorizadas pelo Tesoureiro ou pelo Presidente da Comissão Executiva.

Portanto, o PT só reconhece, pelo Estatuto, empréstimos assinados, comprovados, com aprovação, anuência prévia do Presidente e do Tesoureiro. Esses empréstimos devem ser pagos ou a nova direção não vai pagar se não quiser, ficando o Sr. Marcos Valério no prejuízo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já me pronunciei sobre essa pergunta anteriormente, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Também não responde. Mais duas perguntas, para encerrar, aproveitando meus últimos segundos.

O senhor afirmou que houve financiamento para pequenas prefeituras com vistas às eleições de 2006. É sua afirmação de hoje: “O PT não quis ficar nas grandes cidades. Quis financiar as pequenas cidades, pensando nas eleições de 2006”. Ora, em 2006, teremos eleições para Presidente da República. O Presidente da República está de acordo com essa orientação, com essa estratégia de fortalecer as pequenas e médias – por minha conta – prefeituras, visando às eleições de 2006?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, a minha afirmação foi de que, em 2003, o Partido dos Trabalhadores decidiu ampliar sua base para todos os Municípios do Brasil. Saímos de 2.500 diretórios para 5.400 diretórios, preparando o Partido para disputar as eleições em 5.400 cidades. Nem todas as cidades que tinham Partido foi possível disputar as eleições para Prefeito ou Vereadores; disputamos as eleições em 4.800 Municípios. Foi esta a minha afirmação. Se dei a entender que era para as eleições em 2006, peço desculpas, porque não foi essa a minha afirmação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Última pergunta, para encerrar.

O senhor afirmou que houve dívidas de campanha não-contabilizadas nos diretórios estaduais e também em prefeituras de capitais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou concluir em segundos. Não chega a um minuto.

Eu gostaria que o senhor afirmasse se houve dívidas de campanha nos Estados de Sergipe, Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde a sua esposa foi uma das coordenadoras da campanha da Prefeita Marta Suplicy.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, a minha esposa trabalhava na Prefeitura. Ela não participou da coordenação de campanha. Ela era uma funcionária, era Secretária de Gestão e Administração da Prefeitura

de São Paulo. Ela não fazia parte da coordenação da campanha da Prefeita Marta Suplicy.

Sobre as questões dos Estados, mantenho a resposta anterior que já dei sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Relator, Osmar Serraglio, Sr. Delúbio Soares, o jornalista Jorge Moreno, em artigo publicado hoje em **O Globo**, reproduz livremente um desabafo do ex-Ministro José Dirceu. A certa altura, segundo o registro de Moreno, diz José Dirceu o seguinte:

O PT está sendo o alvo hoje, mas qualquer partido poderia ser o centro das denúncias. Acho positivo o Delúbio ter assumido isso. Foi errado, mas é melhor dizer a verdade. Não tem estratégia alguma de assumir o crime menor para esconder o maior. A estratégia é a verdade, é dizer a verdade. Se erro houve, foi esse o erro.

Encaminho à Mesa o artigo na íntegra; eu só li um pequeno trecho.

O sentido maior de eu aqui fazer a introdução com as palavras de José Dirceu é estimular V. S^a a dizer a verdade toda, porque avalio que isso só irá contribuir para V. S^a, para o Partido dos Trabalhadores, para o bem do Presidente Lula e da Nação.

V. S^a mencionou que era de sua responsabilidade exclusiva a captação e destinação das verbas não-contabilizadas. Hoje, saiu na imprensa que alguns dos recursos que teriam sido objeto de empréstimos levantados em seu nome não seriam honrados. O que vai acontecer? Vamos supor que ocorra um acidente com V. S^a que o impeça de honrar pessoalmente algum empréstimo. Como é que ficaria a situação? Por favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, já me pronunciei sobre essa questão e mantenho a resposta anterior.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Como era transportado o dinheiro não-contabilizado? Era em malotes? Eles passavam sempre pela sede? Eram depositados no cofre? Porventura eram levados a sua residência ou a algum outro local? Quando em volume grande, alguém o ajudava a carregar? Por favor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, já respondi anteriormente como era feito o pagamento de fornecedores, disse que era direto, ou direto às pessoas que assim precisavam, conforme está em meu depoimento na Procuradoria-Geral. Foi assim que aconteceu.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Mas eu não me lembro de qualquer dos Parlamentares ter lhe perguntado como era feito o transporte quando os

recursos eram feitos em espécie. Vamos supor que houvesse a necessidade de guardar um volume grande de dinheiro. Onde ele era guardado? Na sede? E como era transportado? Era um pacote? Era um malote? Alguém ajudava a carregar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, eu não participei da distribuição dos recursos diretamente. Eu orientava quem deveria receber. É isso. Já falei sobre isso.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Em algum momento, houve a necessidade de V. S^a precisar guardar esses recursos em qualquer conteúdo, em sua residência?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Há qualquer possibilidade de o dinheiro, em reais ou em dólares, encontrados com José Adalberto Vieira da Silva, ter vindo do PT, seja da sede ou de qualquer outro lugar onde estivesse guardado?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, obrigado por esta questão, porque posso esclarecer isso à CPML e à sociedade. O jornal o **Estado de S. Paulo** estampou que esse dinheiro estava na sede do PT. No outro dia, saíram várias matérias de que era um complot que eu tinha armado contra o Presidente Genoino. Eu não conheço o Sr. Adalberto. Quando ele foi preso, eu estava fazendo depoimento na Polícia Federal. Não tem relação nenhuma com essa questão do Adalberto. Então não tem nenhuma relação e não procedem essas afirmações.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Muito menos a conjectura que a matéria de **O Estadão** colocou, de que...

O SR. DELÚBIO SOARES – Tanto é que ela saiu do ar. Não tem a menor sintonia com a realidade. Nesse processo, várias matérias foram colocadas, mas elas não conferem e vão caindo, como a do INSS, que foi perguntada aqui para mim, também.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Até três anos atrás, o PT costumava fazer nossas reuniões em hotéis tipicamente de três estrelas, como o Danúbio, o San Raphael, o Comodoro, que são os hotéis que eu conheço melhor em São Paulo. Nos últimos dois anos e meio, as nossas reuniões passaram a ser em hotéis melhores, como o Meliá, o Sofitel, o Blue Tree, o Hilton, dentre outros. Se o PT estava em situação de dificuldades financeiras, não teria sido melhor utilizar hotéis tais como os que costumávamos utilizar? Não seria melhor, pelo menos agora, se a situação financeira está tão difícil? Eu acho que será de bom senso utilizarmos. Mas será que não contribuiu para agravar a situação financeira termos utilizado esses hotéis que, obviamente, são mais dispendiosos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, o senhor sabe que também esqueceu de falar dois hotéis de quatro estrelas que temos usado muito: o Braston, que não é nem quatro, e sim três,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Braston. É verdade, na rua Martins Fontes. A última reunião foi lá.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...e também o Hotel Pestana, que é quatro estrelas. Quem define essa questão é uma comissão. Para todos os eventos que acontecem há uma comissão do PT que participa de todas as forças políticas e decide sobre isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas, de qualquer maneira, V. S^a há de convir que, se a situação estava tão apertada – eu não estava tão consciente; não estava consciente, de fato, desse aperto –, eu teria recomendado a utilização de hotéis mais modestos, até que as coisas estivessem melhores.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor pode recomendar isso à nova Executiva, que pode tomar esse procedimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Com certeza.

Quando o Deputado Chico Alencar propôs a transparência em tempo real das contribuições ao Partido, já que objeto de sua análise hoje, mas, no Diretório Nacional – lembro-me porque eu estava lá –, V. S^a argumentou que isso poderia como que inibir a decisão dos potenciais contribuintes e recomendou que não seguissemos aquela sugestão, conforme registrou há pouco. Mas, diante de tudo que estamos vivendo, não avalia que deveríamos ter seguido a sugestão do Deputado Chico Alencar? Eu inclusive a avalio como importante, talvez seja uma das diretrizes que devemos adotar, e estou preparando um projeto de lei nesse sentido. Em virtude de tudo que estamos vivendo, será que não seria bom? A minha pergunta é: recomendaria V. S^a que, diante desta crise toda, e para uma das sugestões, ao lado de outras, da reforma política que venhamos a adotar, até mesmo um projeto de lei pelo qual a transparência em tempo real, se porventura continuar ao lado do financiamento público também a contribuição de pessoas físicas e jurídicas, que essas venham a ser registradas em tempo real e abertas de tal forma que todas as contribuições e todos os gastos se tornem imediatamente públicos para todos os filiados e para a opinião pública.

O SR. DELÚBIO SOARES – O final do debate nós encarregamos ao Deputado Chico Alencar. Se tempo real é para todos os candidatos, existe 100% de acordo, Senador. O que não posso é ter 100% de tempo real para o PT, e os demais partidos não, como era a recomendação. Por isso, encaminhei contra a proposi-

ta. Mas não sou contra o projeto de lei. Eu acho, está aqui em meu depoimento ao Ministro Público, que a legislação brasileira sobre a sustentação dos partidos e sobre a campanha eleitoral deve mudar, e o Congresso Nacional e a sociedade brasileira devem participar do debate. Espero que até outubro tenha essa lei seja aprovada para que não possa acontecer incidentes como esse que aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Estarei com o Deputado Chico Alencar e outros, pensando em como colaborar para a feitura desse projeto de lei, que, avalio, pode ser para todos os partidos e todos os candidatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Deputado...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a me permite, estamos completando quase quatorze horas neste ambiente. Não sei se os demais membros desta reunião estão tendo o mesmo incômodo físico que eu, mas já escutei vários comentários. Há um cheiro nesta sala...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – De cola.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É um produto químico. E é extremamente forte. Estou cada vez mais com dor de cabeça. Esta sala já tem um problema ambiental de ar condicionado que não funciona adequadamente. E queria pedir a V. Ex^a que pudesse averiguar. Porque se nós tivermos, além do problema do aquecimento, também um problema... É impossível! O cansaço e a falta de condição... Entende? A maior parte das pessoas aqui não almoça, não janta. Faz lanche. É uma situação insustentável, inclusive em termos de saúde, para que possamos ficar em um ambiente como este. Então, eu não sei de onde vem esse cheiro, mas tem que ser identificado, porque é inadmissível que tenhamos uma repetição disso no dia de amanhã ou em qualquer outro período. Só isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Além do mais, tem o cheiro da lama.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, por dez minutos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Sr. Presidente, minhas homenagens ao Relator Osmar Serraglio, do Paraná, que tem feito também um grande trabalho. Podemos acusar o PT de tudo, menos de que não seja democrático. Ele sempre discutiu mui-

to e tudo. Daí, dando continuidade à intervenção do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, pego o raciocínio de S. Ex^a e digo que o PT, a CUT, o MST e o Governo Lula são uma coisa só. É um ente só. Não há como ter decisões que um não saiba o que está acontecendo. Esse não é o PT. O PT é o PT democrático, que discute tudo. Portanto, a tese que tenta separar Delúbio do Governo e do PT não cola. Eu acho que essa cola aí é para tentar colar essa farsa. Decisão colegiada.

O erro recorrente não é de financiamento público. Imagine! Meses antes da eleição de 2002, o Lula na frente da campanha política, não faltava dinheiro para a candidatura do Presidente Lula. Havia dinheiro em abundância. A elite estava contribuindo como nunca à candidatura Lula e seus candidatos a deputados e senadores, governadores e deputados estaduais. Na minha modesta opinião, com todo o respeito às posições em contrário, sobrou muito dinheiro da campanha do Presidente Lula. E admiro muito essa engenharia financeira, que já houve no passado e que acabou resultando no *impeachment* do Presidente Collor. Estou aqui há quinze anos, tive a oportunidade de votar pelo *impeachment* do Presidente Collor e pela cassação dos mandatos de 16 Deputados. Admiro muito a questão dos financiamentos do PT. Se quando era Oposição já fazia caixa e enfrentava as eleições, no Governo, que hoje já assume quase 40% do Produto Interno Bruto brasileiro, fora as estatais, o poder imenso não consegue captar, na sociedade, dinheiro legal, legítimo de contribuição política, o senhor não serve para nada. É uma farsa! Como está sendo uma farsa o Governo Lula, que improvisa em tudo. Essa tese é uma grande farsa, e vou lhe dizer por que, Sr. Delúbio. Porque V. S^a e o seu Partido contrataram um advogado, o Dr. Malheiros, especialista em Direito Eleitoral, que, coincidentemente, é o mesmo advogado de Paulo Maluf. Por quê? Porque é da mesma natureza. O contrato com esse advogado é para que se dê o mesmo tratamento que foi dado no caso do Paulo Maluf, em São Paulo. Quem diria, não é? O PT copia até o mesmo “modelito” de defesa de Paulo Maluf; não basta ter o apoio de Maluf, em São Paulo, para Marta Suplicy; é preciso ter o mesmo advogado para defender os neocriminosos. Não irão escapar! Não há perigo! Você pode se preparar que não escapa dessa. Se assumir sozinho, será condenado à prisão.

A decisão é tão colegiada – e esse é o nosso entendimento e de toda a Nação brasileira, que está assistindo e participando dos debates intensamente – que foi preciso haver a denúncia de um aliado, que aliás, coincidentemente, era o mesmo aliado de Collor, serviu aos dois Governos. E...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Tudo bem, serviu aos três. Mas só que o Governo Collor e a semelhança com o do Lula é muito grande; o Collor seqüestrou a poupança etc. e tal, corrupção e acabou em *impeachment*. O Lula seqüestrou a esperança; e o Jefferson seqüestrou o PT inteiro, toda a sua base. Então, hoje, o seu sacrifício será em vão. É mensalão, é campanha fraudada, porque essa questão que vocês levam para o financiamento público invalida todas as eleições do PT, é um estelionato eleitoral. Não fosse o que vocês engendraram em 2002, com a maior fraude da história do Brasil, a história dos direitos trabalhistas, que divulgaram tanto, como Goebbels, propagandista assessor de Hitler, que acabou virando quase que uma verdade, que fizeram 50 Deputados a mais em cima de uma mentira repetida milhares de vezes, qual seja, que haviam sido retirados direitos trabalhistas... Aí vem esse escândalo de corrupção. Com o poder que tem o Governo Federal, com as estatais, com um orçamento de mais de meio trilhão, não tem como captar dinheiro de forma legal?! Você me desculpe, mas esses empréstimos são uma grande fraude, uma grande mentira que V. S^a está assumindo, engendrando aqui para a Nação.

Ninguém é tonto; pode tentar buscar outra fórmula para tentar salvar o Governo. Aliás, não há crise tão grande e tão grave quanto essa; não tem idéia da crise que está aí. Se há um pouco de popularidade do Presidente, é porque a nossa sociedade é conservadora. Os que estão empregados, os que estão aposentados, os que têm negócios, os que têm benefícios de programas sociais do Governo não querem muita marola; se está ruim, poderá ser pior, numa convulsão maior. Não tem sustentação, a crise é gravíssima e só não enxerga quem não quer enxergar; só não ouve quem não quer ouvir.

Sr. Delúbio, essa tese eleitoral é muito simplória e muito furada. E incriminar o Congresso Nacional? Hoje, o neoministro do Trabalho e ex-presidente da CUT, o Marinho, disse que toda a culpa é do Congresso Nacional. Então, é culpa do Sr. Delúbio e do Congresso Nacional. Quer dizer, o Presidente Lula e o conjunto do PT não têm mais culpa nenhuma. Que tese é essa? O Congresso Nacional merece isso pela inatividade em dar resposta pronta a esta situação concreta que estamos vivendo. Mas essa tentativa que V. S^{as} e V. Ex^{as} estão elaborando não cola.

Há uma série de perguntas a fazer a V. S^a, que terá que explicar não aqui, mas no decorrer do processo.

Na agenda do Waldomiro Diniz, há encontros com V. S^a. O que V. S^a fazia lá se disse que o conhe-

ceu rapidamente? E há vários encontros. A agenda está no meu gabinete à disposição de quem quiser. Nela constam os encontros de V. S^a, Sr. Delúbio, com o Waldomiro Diniz.

V. S^a tentou criar uma cortina de fumaça dizendo que se tratava de um problema das elites. As elites estão com o PT, como colocou aqui o Moroni Torgan com muita propriedade. As elites estão com o PT e estão morrendo de rir com a taxa de juros de 19,85%, porque não há no mundo, no planeta, na galáxia, nada melhor do que isso.

Pergunto a V. S^a bem diretamente: Conhece Paulo Panarelo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheço.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Muito bem. Ele é o dono da maior distribuidora de medicamentos do País.

A Panarelo Distribuidora tinha um empréstimo enrolado no Banco do Brasil. V. S^a foi o portador para a solução dos problemas, foi quem intermediou a negociação entre o Sr. Panarelo e o Banco do Brasil, não foi?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é a informação que o senhor tem. Eu não tenho essa informação. Eu o conheço porque a sede da Panarelo é em Goiânia.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Muito bem. E V. S^a viajou muitas vezes no avião dele, não foi? Da empresa.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – A Executiva do PT, não é? Caixa dois...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – O senhor conhece o Sr. Armênio Mendes?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Apenas para rememorar: dono de bingo e hotéis em Santos, deu dinheiro para o caixa dois, seus hotéis foram muito utilizados etc.

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é a informação que o senhor tem. Eu estou dizendo que não o conheço.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Tudo bem. Então, eu vou perguntar a V. S^a que financiou tantas campanhas: Em Curitiba do Vagnoni, em Londrina do Nedson, em Ponta Grossa, em Maringá, V. S^a também financiou com caixa dois?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Partido dos Trabalhadores apoiou essas candidaturas e está registrado no TSE.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Muito bem. Então, o senhor contratou o Duda Mendonça,

em Curitiba, por R\$4 milhões? Foi V. S^a ou o Diretório nacional do PT que pagou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Quem contratou o Duda Mendonça foi a campanha do Vagnoni.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Mas com o dinheirinho do Sr. Delúbio e do PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor é que está falando.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Há uma série de outras perguntas, sobre doleiros, a empresa Lonton... O senhor conhece o doleiro Toninho Barcelona?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Não conhece? Há uma série de patrocínios. É uma pena que o meu tempo está se esgotando. Mas digo que essa sua tese, infelizmente, não cola.

Nós estamos preocupados com o País, preocupados com o Brasil. A crise é gravíssima, não chegou na economia ainda, graças a Deus, mas ela vai chegar. Isso é que é duro. Que bagunça! Mas ela vai chegar na economia. E não tenho dúvida.

Quero olhar bem dentro dos seus olhos – V. S^a passou o dia inteiro com os olhos bem fechados, deve ser pelo efeito de algum calmante – e dizer que esta situação criada pode levar o Presidente Lula e o País para o buraco. Que situação foi arrumada para o nosso País! E tudo por uma volúpia que, não tenho dúvida, não é eleitoral; é patrimonial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Isso é que é pior. Formação de patrimônio particular com dinheiro público.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não vou comentar a avaliação do Deputado, porque tenho todo o direito de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Chico Sardelli e, depois, encerrando a lista dos não-membros, o Deputado Márcio Fortes. Depois, entraremos nas reinscrições.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares desta Comissão...

Sr. Presidente, vou esperar um pouco que os ânimos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Eu gostaria que o Sr. Delúbio pudesse prestar atenção, pois pretendo tecer alguns comentários.

Eu começaria tecendo um comentário que acho muito importante, que outro dia eu fiz e farei novamente. É que eu vi os comentários da Deputada Luciana

Genro e a gente vê quando a verdade vem do coração, quando a verdade aflora e quando são ditas coisas verdadeiras do passado por quem já viveu dentro dessa situação em que o PT se emaranhou, entrou nesse rolo que se sabe como começou, mas que não se sabe como vai terminar.

Eu dizia outro dia aqui, o Deputado Hauly disse hoje também, que o senhor deveria prestar um serviço à Nação, porque, cedo ou tarde, com certeza, esses que V. S^a está protegendo hoje lhe deixarão na mão. E a Justiça pode tardar, pode demorar um pouquinho para julgar esse bando de mentira que está sendo colocado aqui, mas o Presidente Collor caiu de verdade.

No caso de Santo André, tem gente presa de verdade pelo assassinato do Prefeito de Santo André, tendo ramificação na minha vizinha cidade de Campinas.

Nós tivemos Deputados cassados, Senadores que renunciaram... A verdade pode demorar um pouquinho, Professor Delúbio, mas ela vai chegar.

Acho que, nesse sentido, o Roberto Jefferson tem os seus erros e deve pagar por isso, mas ele está cumprindo o seu papel para com a Nação e todas as denúncias que ele tem colocado dia a dia, pode espernear, pode bater a mão, pode fazer o que quiser, mas elas estão se concretizando na veracidade dos fatos: é presidente que balança, é o Presidente do PT que cai, é o José Dirceu que renuncia...

Eu falo isso para o senhor porque V. S^a tem uma oportunidade ímpar. Eu gostaria de ser a voz de alguns milhares de brasileiros que estão boquiabertos com a sua atuação e com a sua verdadeira apologia ao “não” e ao “nunca”. Professor Delúbio, não perca esta oportunidade!

O povo brasileiro, mais do que nós Parlamentares, merece uma satisfação de verdade. Não a que o Presidente Lula nos dá em horário nobre, em programas gravados, mas uma satisfação real, de coração, correspondendo aos milhões de votos que o PT recebeu.

Sei que o senhor já respondeu inúmeras vezes a algumas perguntas, feitas de maneiras diferentes, professor. Por isso, em nome da ética que mantém a política num lugar limpo e decente, lugar que o senhor está fazendo questão de manchar, eu pergunto para o senhor: V. S^a sabe da existência do pagamento do mensalão a Deputados?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já me pronunciei sobre isso, mas em respeito a V. Ex^a, Deputado Chico Sardelli, fiquei sabendo dessa informação pelo **Jornal do Brasil**. O Partido dos Trabalhadores solicitou uma investigação ao Presidente da Câmara e fiquei sabendo da informação pela **Folha de S. Paulo** como, acredito, a maioria dos brasileiros.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Mas, pelo Partido, o senhor não sabia disso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não tem...

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – É verdade que o Caixa 2 do PT existe sem o conhecimento do Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já fiz essa afirmação anteriormente.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Todos nós, inclusive este que vos fala, sabíamos que o senhor iria negar, porque essa sistemática está quase que há 14 horas. Mas eu gostaria de dizer uma coisa: o Presidente Lula nunca perguntou ao senhor de onde saía dinheiro para pagar a dívida e como eram contraídas essas dívidas? Porque o montante é enorme, é exorbitante! É o que a gente tem visto. Ele nunca questionou de onde vocês, militantes do PT, tesoureiros, estavam conseguindo esse dinheiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu nunca discuti assunto de finanças com nenhum membro do Governo, Deputado Sardelli. E já afirmei isso anteriormente.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O senhor acompanhou bem a queda do Presidente Collor, o senhor viveu isso – V. S^a há vinte e cinco anos é fundador do Partido dos Trabalhadores e acompanhou bem esse fato.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Brasil viveu aquele episódio.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O que o senhor achou daquele episódio? Como o senhor poderia nos relatar, em curtíssimas palavras, a queda do Presidente Collor, do PC Farias...

O SR. DELÚBIO SOARES – Na época houve um movimento social e institucional que levou ao *impeachment*, votado por esta Casa, do impedido Presidente Fernando Collor.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Mas eram verdadeiras ou mentirosas as denúncias daquela época?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os fatos mostraram a realidade: algumas pessoas foram condenadas; outras, a Justiça absolveu, não sei se com razão, ou não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O senhor tem dúvida se era com razão ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Porque o PT trabalhou para que o Presidente Collor caísse.

O SR. DELÚBIO SOARES – Aquele foi um movimento social do qual vários partidos participaram. Os que participavam do governo Collor aderiram ao movimento inclusive.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Sabe a diferença que existe daquela época para os dias de hoje, Professor Delúbio? Naquela época, o Sr. PC Farias montava os esquemas com empresas privadas. Hoje, vocês estão fazendo com empresas públicas, infelizmente, tirando o dinheiro do povo brasileiro que paga o seu sagrado imposto. A diferença do esquema Collor para o esquema que estamos vendo hoje, patrocinado pelo Partido do Trabalhadores, é que um extorquia a iniciativa privada e o outro está extorquindo as empresas públicas.

Gostaria de tecer as minhas considerações finais. Professor, penso que cumpri com a minha missão, honrando minha região, meu País, meu votos, coisa que, desculpe-me dizer – é duro dizer isto para um professor, eu também fui aluno, que tem a responsabilidade de encaminhar a nossa juventude –, o senhor absolutamente não fez, não cumpriu com o seu dever aqui, neste momento. Mas o senhor ainda tem tempo e sei que vai pensar nisso.

É uma pena, pois acredito que sua representatividade nesta CPI é de uma laranja. O senhor vai levar apenas a casca dessa história – e a história vai dizer isso. Sinto muito, Professor Delúbio, pelo senhor e pelo exemplo que o senhor, o poder dominante hoje, o Partido dos Trabalhadores, estão proporcionando à Nação brasileira. Gostaríamos muito que essa história fosse contada diferentemente disso que estamos vendo hoje.

O senhor pode ter a responsabilidade de deitar e nunca mais dormir tranquilamente, mas pode também dizer à população: eu errei, tentei acobertar um esquema milionário e miliardário pelo qual a Nação está passando. Perdão, Nação brasileira, eu errei e vou pagar por isso.

Mas lembre o final de muitos homens públicos em nosso País: alguns pagaram com a vida porque eram verdadeiramente histórias ambulantes à deriva em nosso País; e, efetivamente, o poder dominante abandona, joga para fora.

Peço que o senhor considere e reconsidere, pense na sua Nação, nos seus alunos, pense no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o nobre Deputado Márcio Fortes, por 10 minutos.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores.

Minha intervenção provavelmente não chegará a 10 minutos, Dr. Delúbio, é muito fácil, Dr. Arnaldo Malheiros, Sr. Relator, mas me parece útil o trabalho

da Comissão pelo fato de ter eu mesmo exercido a Secretaria-Geral do PSDB por cinco anos. E, portanto, sem ser nenhum tipo de burocrata, que não sou, ter-me acostumado ao jargão de natureza legal que envolve a legislação eleitoral, enfim, as suas pequenas particularidades. Daí me ocorre acrescentar às manifestações aqui ouvidas, aos dados à disposição do Sr. Relator, uns quantos comentários e algumas pequenas perguntas.

A primeira delas é quanto à natureza do fundo partidário, bem conhecido do Dr. Delúbio, sem dúvida. Fundo partidário não é dinheiro do partido. É dinheiro público à disposição do partido. Portanto, há algumas limitações na sua utilização; algumas são mais sérias, algumas mais suportáveis. A mais séria de todas talvez é que o fundo partidário não pode ser utilizado em campanhas eleitorais. Não há como confundir os recursos públicos colocados, no entender da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, através do fundo partidário, com destinação específica, para promoção da atividade partidária com aqueles que são utilizados para a campanha eleitoral. As campanhas eleitorais exigem a classificação com um CNPJ próprio para cada candidato, seja ele candidato majoritário ou proporcional, com data de abertura para contas específicas da campanha e com data de fechamento e limite de data para apresentação de prestação de contas.

Não por outra razão o próprio Estatuto do PT, no art. 195, em seu parágrafo 3º, em que trata das atribuições e das obrigações em relação aos fundos, separa com muita propriedade e coloca com clareza:

“Os recursos provenientes do fundo partidário deverão ser depositados em contas correntes distintas daquelas que movimentarem outras fontes de receita.”

É esse fundo partidário, cuja origem é o Orçamento da União, e não qualquer tipo de doação ou qualquer tipo de contribuição ao partido ou a campanhas, que merece o tratamento de recursos públicos à disposição do partido, e não os outros recursos.

A primeira pergunta é se esse dispositivo foi atendido integralmente pela tesouraria do Partido.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Márcio Fontes, o senhor é especialista também...

O SR. MÁRCIO FONTES (PSDB – RJ) – Eu não sou especialista, eu caí na vida nesse negócio, Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas eu sei que o senhor é especialista em eleição, em constituição partidária. O Partido dos Trabalhadores tem diversas contas. Para cada tipo de recebimento tem uma conta e tem movimentação. Então nós cumprimos rigorosamente o que é dinheiro do fundo partidário, o que é

dinheiro de contribuição, o que é dinheiro de doações, o que é dinheiro de venda de materiais. O Partido do Trabalhadores tem várias contas em outros bancos, que, para receber dos seus filiados que contribuem, essas contas são migradas para o Banco do Brasil. Tem conta na Caixa Econômica, vários bancos nos Estados, Banco do Rio Grande do Sul, Banco do Espírito Santo, Banco Itaú. No Banco Santos, também tínhamos uma conta, que fechamos, porque o Banco Santos faliu. Então, as contas todas migram para uma conta, por exemplo, para fazer pagamento. Sabemos o destino do fundo partidário, como a lei manda, e as demais contribuições do Partido.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Então o PT mantém o recurso oriundo do fundo partidário numa conta impermeável a outras contribuições, como diz a lei, como diz o seu Estatuto. Portanto, quaisquer menções que possam ser feitas à utilização de recursos do fundo partidário para outras finalidades não preconizadas diretamente pelo espírito de formação do fundo partidário merecem ser questionadas ou pelo menos averiguadas e investigadas, para que possamos chegar, enfim, a qualquer conclusão que seja útil para a CPMI dos Correios. Digo isso, mais uma vez, porque o fundo partidário não pode se confundir com recursos de campanha. Da mesma forma, é questionável que o fundo partidário possa ser utilizado como garantia para operações de empréstimo bancário ou de *leasing* de equipamentos, porque você estará utilizando recursos públicos como garantia pecuniária. O fundo partidário é uma transferência de recursos públicos à disposição do partido, que pode ser suspensa a qualquer momento, inclusive redistribuído. Ele pode ser perdido em benefício de todos os outros partidos caso haja uma série de fatos: o partido pode ter sua vida encerrada, a sua matrícula suspensa, pode ter o seu registro cancelado e pode cometer irregularidades que comprometam a própria existência do fundo partidário.

Portanto, esse fundo partidário não deveria poder, pela natureza da instabilidade dos seus recursos, ser utilizado como garantia. E, por outra razão, fundo partidário é recurso público e, portanto, o Banco do Brasil não pode declarar, como declarou, que utiliza o fundo partidário como garantia, porque o Banco do Brasil, como entidade de Direito assemelhada ao Direito Público, não poderia usar recursos públicos como garantia.

A minha pergunta é se o Tesoureiro conhecia essa característica ao contratar o *leasing* dos equipamentos do Banco do Brasil com o Banco do Brasil...

O SR. DELÚBIO SOARES – Dão as receitas do Partido dos Trabalhadores como recebíveis, essas receitas foram aceitas.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Não, mas, no relatório, o Banco do Brasil declara expressamente que o fundo partidário é fonte suficiente para garantir, dispensando avais pessoais.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós colocamos outras garantias também...

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Certo, mas foi mencionado, de qualquer forma, apesar de outras garantias, que o fundo partidário foi considerado garantia de liquidez certa para complementar a própria existência dos equipamentos, dispensando, dessa forma, os avais pessoais. É só para deixar registrado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, eu já expliquei essa situação várias vezes...

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Não, eu sei, mas é para deixar registrado que o fundo partidário...

O SR. DELÚBIO SOARES – Aí é opinião do senhor, o senhor pode...

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Ou houve um erro do PT ao solicitar o *leasing*, oferecendo o fundo partidário como garantia, ou houve um erro do Banco do Brasil ao definir que o fundo partidário poderia ser garantidor, uma vez que é constituído por recursos capitulados como recursos públicos e, portanto, originários do Orçamento Geral da União.

Podemos especular um pouco mais sobre a natureza dos empréstimos e, sem querer entrar em qualquer questão... Você sabe, Dr. Delúbio, que há coisas que unem todos os Deputados, todos sem exceção, de quaisquer partidos e colorações. Uma delas – e sagrada – é a existência do fundo partidário. É uma questão pela qual todos estamos interessados: a entidade fundo partidário, a instituição fundo partidário, o seu engrandecimento. E, a cada ano, na Comissão de Orçamento, há a tentativa de todos de vê-lo crescer, claro, porque alimenta os partidos políticos de meios para promover as suas atividades partidárias. E, portanto, é importante que ele seja preservado na pureza do espírito que o criou e não seja colocado sob suspeição que possa levar à sua inexistência em algum momento no futuro. Claro que não está para acontecer isso, mas são contribuições a uma distorção. Portanto, fica esse registro.

O segundo ponto é em relação à garantia dos empréstimos, não o do *leasing* do Banco do Brasil, que tem uma natureza própria pela garantia dos próprios equipamentos, mas do outro... Outras coisas que unem não os Deputados, mas todos os cidadãos brasileiros é uma espécie de confessionário que significa a obtenção de um empréstimo bancário. O gerente do banco ou o seu representante quase que é um confessor, não é, Denise? Ele pergunta se você é casado, se

você é bem casado, se a sua mulher sabe que você está obtendo aquele empréstimo, se ela está de acordo. Se você diz “não, não sou casado”, ele pergunta: “Mas você tem certeza que não coabita com ninguém, porque o novo Código Civil”...

Então, a minha pergunta, sem querer entrar na intimidade de ninguém é: por que não há a presença das esposas dos fiadores nos contratos de fiança nos empréstimos quirografários?

É estranho, porque, em qualquer operação de crédito sem garantia de coisa ou de hipoteca, de *leasing* nos equipamentos, a rede bancária sistematizou a utilização da garantia por fiança do fiador e do seu companheiro ou companheira. Após o novo Código Civil, não importa se é casado em comunhão de bens, ou separação de bens, ou com pacto antenupcial, ou aquela lista enorme de anistias para os casais que não completaram na forma tradicional o seu relacionamento.

A minha pergunta é como é possível que os bancos tenham feito empréstimo sem ... Não sei se todos são solteiros, o Valério, o Genoino e o Dr. Delúbio. Pode ser que sejam, mas esse assunto provavelmente foi questionado pelos bancos no momento da obtenção do empréstimo.

Em segundo lugar, sobre a questão dos recursos para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Já estou terminando. É que as campanhas eleitorais, como mencionei antes, têm prazo de começo e fim. Não pode haver dívida de campanha de nenhuma espécie, nem por dentro, nem por fora, nem contabilizada, nem sem contabilização, após o encerramento do prazo da prestação de contas dos candidatos, muito menos se as contas foram aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral ou os Tribunais Regionais, dependendo da natureza das candidaturas. Portanto, não há como remeter a campanhas pretéritas, cujas contas tenham sido aprovadas, dívidas de campanha, porque dívida de campanha só existe enquanto existe a conta da campanha. Se não existe mais a conta da campanha por decurso de prazo, como está na lei, essa conta tem que ser assumida por alguém. No caso, poderia ter sido assumida, mas, se fosse formal, pelo próprio partido que lançou a candidatura.

Então, a minha pergunta é esta: o PT assumiu as contas que ora são declaradas, que foram posteriormente declaradas como contas de campanha?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Márcio Fortes, já respondi essa questão várias vezes, mas, em consideração a V. Ex^a, que também já teve várias

notícias a respeito disso de uma campanha anterior, matéria publicada na **Época**, quero dizer a V. Ex^a o seguinte: nós, do Partido dos Trabalhadores, fomos procurados, através da minha pessoa, por vários companheiros que ficaram com dívidas nos seus Estados, os credores provaram que forneceram os materiais e estavam numa situação desesperadas e nós tomamos essa providência que revelei ao Procurador-Geral da República. Sei que cometemos um ato fora da disciplina partidária.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Sabendo dessa sua informação, a minha pergunta é a seguinte. Então, o senhor fez isso em caráter individual?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – É a última pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei isso.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – O caso é individual.

Então, o Maurício Marinho, aquele funcionário dos Correios que pegou o dinheirinho de R\$3 mil e botou no bolso, a “petequinha”, pode ter feito isso em caráter individual. É muito difícil distinguir, que dizer, se você está numa repartição pública...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo, por causa do prazo, já estamos estendendo muito.

O SR. MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ) – Uma única frase, para concluir. O exercício de uma função de direção partidária equivale ao exercício de uma função pública, sobretudo quando trata de recursos públicos, que são aqueles derivados de fundos partidários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Márcio Fortes. Agora as inscrições.

Reinscritos: Senadora Heloísa Helena; Deputado Eduardo Paes; Deputado Juíza Denise Frossard; Deputado Onyx. Dois minutos para cada um.

O SR. (Orador não identificado) – Eram três, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, em função do adiantado da hora, abatimento de um minuto.

Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PDT – RJ) – Sr. Presidente, é que esqueci de fazer uma pergunta e estou vendo que o depoente está... Não sei como agüentou tanto. Todo mundo está perguntando aqui.

Ouvi o senhor falar que foi parte dos R\$39 milhões que foram para liquidar as dívidas de campanha de 2002. Não é isso? Parte.

O SR. DELÚBIO SOARES – O depoimento que fiz na Corregedoria, aproximadamente R\$20 é que milhões foram colocados por nós, e fomos liquidando durante o ano de 2003. Parte para preparar o Partido e os Partidos da base aliada para a eleição de 2004, e a própria campanha de 2004.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PDT – RJ) – Qual foi o publicitário da campanha de 2002 do Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Duda Mendonça e sua equipe.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PDT – RJ) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes, por dois minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Três minutos, Sr. Presidente.

Sr. Delúbio, voltei...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Assessoria técnica, dois minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Três minutos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos aqui até esta hora... Saiba o senhor que, para me inscrever em primeiro lugar, cheguei aqui muito cedo – só não consigo chegar antes da Senadora Heloísa Helena, que chega às 6 horas ou antes. Mas, enfim, estamos aqui tentando trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a está perdendo preciosos segundos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Prefiro perder esses preciosos minutos argumentando com V. Ex^a.

Sr. Delúbio, voltei. Há quase doze horas, fui o primeiro a lhe fazer algumas perguntas. E volto a perguntar em razão do tempo passado. Como as suas teses, de certa forma, não têm se sustentado por mais do que 24 horas, tenho a esperança de que, com doze horas, V. S^a talvez já tenha a resposta.

Hoje, atualizados os débitos do Sr. Marcos Valério, do acordo pessoal, de confiança, particular com V. S^a, chega-se a mais de R\$90 milhões. Como V. S^a e o PT iriam pagar esses débitos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei na minha resposta anterior. Mantenho a resposta anterior.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Qual é a resposta anterior?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já dei à Comissão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – V. S^a não pode dar mais detalhes da sua resposta anterior?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Fica claro, Sr. Presidente, que, passado um dia inteiro, o Sr. Delúbio Soares continua sem querer dizer para todos nós e para a Nação que ou esses empréstimos não valiam, não existiam, eram empréstimos falsos e o dinheiro entrou de outra forma, ou, certamente, ele tinha meios, dada a sua proximidade com o poder, de conseguir esses recursos, provavelmente nessa rede de corrupção montada no Governo Lula.

O Diário Catarinense, Sr. Delúbio Soares, publica uma nota no dia de hoje, 20 de julho, dizendo que o senhor esteve em Florianópolis há duas semanas para um urgente encontro reservado com uma figura local com trânsito pleno no setor de jogos. O assunto acertado, enfim... O senhor esteve em Florianópolis há duas semanas?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já dei a resposta: não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Não esteve.

O balanço contábil do seu partido no ano de 2003 apresenta uma série de obrigações a pagar: Blue Card, Líder Táxi Aéreo, Alfa Fotolitos, PG Comunicação, Arte e Publicidade e credores diversos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Que empresa é essa PG Comunicação e Arte? Que serviços ela presta? Onde foram prestados esses serviços? Qual o nome dos sócios? Por que ela não cobra uma dívida que vocês têm que já passa de seis anos?

O SR. DELÚBIO SOARES – De 1998.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – De 1998? Por que isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Porque estamos rolando a dívida até encontrar uma forma de pagar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – De quem é essa empresa?

O SR. DELÚBIO SOARES – PG Comunicações?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – É.

O SR. DELÚBIO SOARES – É do publicitário Dudu Godoy.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Dudu?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dudu Godoy, que fez a campanha eleitoral de 1998.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Fez a campanha eleitoral, desculpe?

O SR. DELÚBIO SOARES – De 1998. Foi um dos publicitários... Era um *pool* de empresas e ele era o publicitário de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – O senhor sabe das ligações dessa empresa com o Governador Zeca do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Desconhece.

A última pergunta, Sr. Presidente: o PT costuma fretar jatos particulares, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Vários. O senhor pode olhar na lista de devedores: temos a TAM, temos a Líder e vários outros.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – O senhor afirmou aqui – é a última pergunta mesmo, Sr. Presidente – que o PT vive uma situação financeira muito difícil, mas eu me lembro daquele famoso *show*, quando, talvez, V. S^a tenha ficado mais famoso para a população brasileira, pelo menos foi a primeira vez que eu, como Deputado, observei a sua presença no cenário político...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, conclua.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Houve aquela viagem para a África e aquele famoso *show* do Zezé di Camargo e Luciano, enfim, uma dessas duplas sertanejas – tenho certeza de que não era o Castanha e o Amendoim. O senhor fez, organizou aquele *show*, já mostrando, naquele momento, a dificuldade de entender a separação entre o público e o privado, com o patrocínio do Banco do Brasil. O senhor fazia aquele *show* para comprar uma nova sede para o Partido dos Trabalhadores. Como é que o senhor explica que um partido em dificuldade financeira, como o senhor mesmo afirma que o PT estava, podia pensar em comprar uma sede nova e luxuosa, como se apresentou, inclusive na imprensa, o prédio que vocês tentavam comprar em São Paulo?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, pelo avançado da hora, me recuso a responder essa questão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Perdão, eu não entendi.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pelo avançado da hora, essa é uma questão que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Pelo avançado da hora?

O SR. DELÚBIO SOARES – É. Eu cheguei aqui às 10 horas, já é meia-noite e meia e eu tenho o direito de não responder essa questão. Vou usar do meu direito constitucional...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Perfeito. Mostra mais uma vez a dificuldade de V. S^a de esclarecer os fatos a esta Comissão...

O SR. DELÚBIO SOARES – A interpretação é do senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ...apesar de ter dito que vinha aqui para falar a verdade. Mais uma vez, ouvimos doze ou quatorze horas de mentiras. Lamento pelo cansaço que, efetivamente, deve estar sentindo o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, dois minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece o Sr. Laerte de Arruda Correa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Conheci na campanha eleitoral. Já dei todas as explicações sobre o Laerte à imprensa, mas, se V. Ex^a quiser, dou-lhe as explicações também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor afirmou à imprensa que a contribuição do setor farmacêutico à campanha eleitoral do Presidente Lula, em 2002, foi de um e meio milhão de reais. O senhor confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno disso. Depois de verificar as contas, talvez se chegue a um pouco menos, porque está na prestação de contas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Um pouco menos quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu acho que uns duzentos a trezentos mil a menos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, seria um milhão e duzentos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não sei o valor exato. O senhor está com os dados na mão, eu não...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É que na prestação de contas o senhor colocou lá que foi um milhão. Quer dizer, tem quinhentos mil reais que foram para algum lugar e que não foram para a prestação de contas do TSE.

O SR. DELÚBIO SOARES – Na avaliação do senhor, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse Laerte, que é seu amigo, foi preso na Operação Vampiro e foi responsável por essa arrecadação. Segundo a imprensa, o senhor fez várias reuniões com esse lobista Laerte. Inclusive, para os demais presos da Operação Vampiro, o Jabur e o Arruda, eles diziam que o Laerte atuava em seu nome.

Eu quero, agora, agregar o seguinte: a ex-esposa do Deputado Valdemar da Costa Neto disse que recebeu dois milhões de dólares para a campanha do Presidente Lula de uma empresa de Taiwan – aqui já passou essa história, o senhor disse que não tem nenhum conhecimento dela e que nunca foi a Taiwan. Só quero dizer que o Sr. José Fritsch, Secretário Nacional da Pesca, autorizou a uma empresa taiwanesa Jinchingsheng Oceania Co. Ltda. e a SWF Importações e Exportações Ltda. de Santos a atuar na pesca do atum no Brasil. Inclusive, quem autorizou isso, por portaria, em prejuízo das empresas brasileiras do setor, foi o atual prefeito da cidade de Laguna, que jogou dinheiro para cima. Portanto, há conexão entre o que diz a esposa e o que foi feito por seu Governo.

O Presidente do PT, Tarso Genro, diz que, se fosse uma empresa, o PT estaria em situação de insolvência na sua gestão, que a sua gestão foi temerária. E outra coisa que a Direção Nacional do PT não compreende é por que o Presidente José Genoíno leva oito mil e o senhor e o Sílvio ganhavam dezoito.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já apresentamos esta questão na declaração de renda.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E eu identifiquei aqui, Sr. Delúbio, porque o BMG é tão bonzinho com o PT, com o senhor e tal. O BMG colocou na campanha petista do ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...e, particularmente, lá no meu Estado, ela apoiou dezessete campanhas: onze petistas, no Rio Grande do Sul. O estranho é que o BMG tem só uma agência em Porto Alegre, Presidente, e apoiou candidatos em Porto Alegre, Sapucaia, Canoas, Viamão e Lajeado – provavelmente, para contribuir com o partido do Dr. Delúbio.

Eu só quero dizer uma coisa, e quero dizer, Sr. Delúbio, olhando no seu olho, porque eu quero focalizar aqui a indignação da sociedade brasileira. Nós temos trabalho até dezembro com esta CPI. E, se precisar, nós vamos até julho do ano que vem porque nós temos votos para levá-la até lá. Eu vou jurar aqui, diante da sociedade brasileira, que vou trabalhar vinte e cinco horas por dia para lhe pegar, para lhe colocar onde o senhor tem de estar. E o lugar que o senhor tem que estar é na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concluindo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu vou trabalhar para lhe botar na cadeia que é o lugar que o senhor merece estar.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não concordo com essas provocações. Entendo que o andar da hora... Não vou polemizar com deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena encerrando. Dois minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu nem ia mais falar, Presidente; me senti contemplada na fala da minha querida Luciana.

Mas tem uma passagem muito bonita, que foi muito trabalhada pela grande filósofa judia Hannah Arendt. Havia algo que ela não conseguia entender. Ela estava assistindo a um julgamento, um dos tantos julgamentos em função dos crimes da Alemanha nazista, e, quando ela via um dos piores chefes daquelas operações horríveis, coisas terríveis, ela imaginava o que tinha vivenciado, ela ficava olhando o depoente e ela não conseguia acreditar que ele pensava, porque ela achava que era absolutamente impossível você pensar em fazer o mal, que é toda forma de banalização.

A banalização da corrupção, a banalização da miséria, a banalização do mal. E aí, só para encerrar, vou ler quatro frases dela, que são muito lindas para um fim de noite, Sr. Presidente. Ela dizia assim: “A banalidade do mal, de fato, poderia espalhar-se tal qual fungo sobre a superfície por entre uma turba de cidadãos evasivos quanto à capacidade de julgar, inaptos a refletir sobre os eventos, a inquirir sobre o significado dos acontecimentos e de seus próprios atos. Os grandes perpetradores do mal são aqueles que não se lembram, porque nunca se envolveram na atividade de pensar. Nada pode retê-los, porque, sem recordação, eles estão sem raízes. A partir da experiência totalitária, estaríamos confinados a viver [olha que coisa maravilhosa, Juíza!] na companhia de nós próprios, continuamente condenados a examinar os eventos, os acontecimentos nos quais participamos não apenas como atores, mas também como espectadores.” Aí ela conclui de uma forma primorosa: “Os melhores de todos serão aqueles que têm apenas uma única certeza, de que, o que quer que aconteça, enquanto vivermos, estaremos condenados a viver conosco mesmo.”

Porque tem uma coisa, Delúbio e todos aqui: estamos condenados a viver conosco mesmo. Então, alguém pode mentir para muitas pessoas ao mesmo tempo, alguém pode enganar a muitas pessoas ao mesmo tempo, mas lá, na nossa cabeça, sabemos exatamente o que vivemos. Então, espero que nem esta CPI nem os depoentes estejam condenados a viver consigo mesmo, porque essa é a condenação de todos nós. Que você não se arrependa de não ter contribuído com os trabalhos desta Comissão e que você não se arrependa de assumir sozinho algo que

todos nós, que vivenciamos a experiência partidária, sabemos. Volto a repetir: seria impossível que o Delúbio Soares, o Silvío Pereira e o Ministro José Dirceu cometessem qualquer ato sem a autorização, sem o conhecimento da cúpula palaciana do PT e sem o conhecimento e a autorização do Presidente Lula. É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero agradecer a todos o empenho, o trabalho, agradecer também, Delúbio, esse tempo todo de depoimento. Vou deixar para amanhã. A reunião está encerrada. Amanhã, às 10 horas da manhã.

(Levanta-se a reunião aos 35min do dia 21/07/05.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Ata da 17ª Reunião, realizada em 21/07/2005.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e doze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Senador Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Jefferson Peres, Heloísa Helena, José Jorge e Sibá Machado e dos Deputados Alberto Fraga, Alberto Goldman, Antônio Carlos Magalhães Neto, Arnaldo Faria de Sá, Asdrúbal Bentes, Carlos Abicalil, Fernando Diniz, Geraldo Thadeu, Gustavo Fruet, Jamil Murad, José Eduardo Cardozo, Juíza Denise Frossard, Luiz Otávio, Maurício Rands, Nélio Dias, Nelson Meurer, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Pompeo de Mattos e Wellington Fagundes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima sétima reunião. Antes de dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e submete-a à votação (aprovada). O Senhor Presidente

pede para esclarecimentos de parlamentares a reunião se torne secreta, às dez horas e vinte seis minutos. A reunião volta a ser pública às treze horas e doze minutos. A Presidência submete a votação simbólica a seguinte agenda: terça-feira, dia 26.07.05, às 10h, oitiva da senhora Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza; quarta-feira, dia 27.07.05, às 10h, votação de requerimentos; terça-feira, dia 02.08.05, às 10h, oitiva dos senhores David Rodrigues Alves e Simone Reis L. de Vasconcelos (aprovada por unanimidade). Em seguida, submete a votação simbólica requerimento oral, propondo instalação de processo de sindicância para apuração de desaparecimento de documentos na Comissão (aprovado por unanimidade); o plenário aprova, através de votação simbólica, por unanimidade, o bloco de requerimentos: **Requerimento nº 526/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Carlos Sampaio e Eduardo Paes, em que solicitam a realização de busca e apreensão no(s) computador(es) da empresa SMP&B, utilizado pela senhora Simone Vasconcelos, e de sua agenda, bem como a realização de perícia nos documentos apreendidos, para garantir a integridade de possíveis provas de ilícitos, objeto de apuração por esta Comissão; **Requerimento nº 483/2005**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, em que solicita ao Procurador-Geral da República a presença de membros do Ministério Público Federal para o acompanhamento dos trabalhos desta CPMI; **Requerimento nº 473/2005**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que solicita sejam juntadas aos autos da CPMI dos Correios, as informações por ela apresentadas neste requerimento, sobre a vida funcional pretérita do senhor Maurício Marinho na EBCT e suas relações, para que sejam devidamente investigadas e confirmadas; **Requerimento nº 541/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Carlos Sampaio e Eduardo Paes, em que solicitam que seja efetuada busca e apreensão, na data de hoje, das fitas do circuito interno de TV do Banco Rural (agência Brasília Shopping), no período de janeiro de 2003 até a presente data. O presidente submete a votação nominal o **Requerimento nº 504/2005**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra e Romeu Tuma, em que solicitam ao Supremo Tribunal Federal o processo encaminhado pelo Juiz Jorge Macedo Costa da 4ª Vara de Justiça Federal de Minas Gerais, responsável pela condução da ação referente às irregularidades cometidas pelo senhor Marcos Valério e suas empresas, que remeta a esta CPMI a cópia integral do referido processo, inclusive dos documentos apreendidos no arquivo morto do Banco Rural naquele Estado (aprovado com 19 votos favoráveis). Ato contínuo, o presidente registra decisões da Comissão de caráter administrativo: a lista

de inscrição será fechada na hora em que começar a sessão; parlamentares titulares e suplentes farão uso da palavra por 15 minutos, nesta ordem, e, por último, parlamentares não-membros por 3 minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 03, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A ata da 16ª reunião encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de leitura.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à reunião administrativa.

Gostaria de levar – é um ato do Presidente – algumas questões aos Parlamentares da CPMI privadamente, até porque existem informações que, infelizmente, não poderei tornar públicas. Por isso, por favor, com o devido respeito e carinho que sempre pauta a postura da imprensa e da televisão, gostaria que se retirassem. Tenho alguns fatos relevantes que gostaria de tratar de maneira reservada. Por isso, solicito que a nossa reunião seja privada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei breve. Temos verificado que as reuniões fechadas, quando são para acordos, posteriormente, quando são abertas, os acordos são questionados e entramos numa fase difícil dentro da Comissão. Portanto, se V. Exª pediu a reunião reservada apenas para dar informações que acha que não devam ser públicas, concordo, mas discordo se for para ser feito qualquer nível de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É exatamente esse o intuito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, se puderem ficar somente os Parlamen-

tares, seria muito importante. Agradeço o carinho e a atenção da imprensa.

(A reunião torna-se secreta às 10h26min.)

(Reabre-se a reunião às 13h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Declaro reaberta a 17ª Reunião da CPMI dos Correios.

Primeiro, quero dizer a V. Exªs que não vou aceitar nenhum pedido para uso da palavra pela ordem. Simplesmente, vamos votar. Portanto, nenhum pedido à Mesa será aceito.

Passo a palavra ao Relator para definirmos a nossa agenda da próxima semana e da primeira semana de agosto e, depois, os requerimentos.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em relação à próxima semana, temos duas proposições. Uma, no sentido de que seja ouvida a Srª Renilda, esposa do Marcos Valério, conjuntamente com a Secretária de Finanças da empresa dele, a Srª Simone.

A segunda proposta é que ouçamos apenas a Srª Renilda.

Pelo encaminhamento que nos foi sugerido, submeteremos antes a dupla e, em seguida, individualmente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se ganhar o primeiro, tem o segundo; se não ganhar o primeiro, não tem o segundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Evidentemente que se votarmos a dupla e ela for aprovada, prejudicará o outro. Mas se for rejeitada, haverá a votação do segundo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, se pedirem a palavra pela ordem e V. Exª a conceder, também vou pedi-la.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já está feito o requerimento.

Ninguém solicitará a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou colocar em votação, em primeiro lugar, um requerimento da Senadora Heloísa Helena convocando para terça-feira a Srª Renilda e a Srª Simone.

Gostaria que quem fosse favorável permanecesse...

O SR. (Orador não identificado) – O encaminhamento da votação, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – E a outra proposta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perdão. São duas propostas. A primeira, da Senadora Heloísa Helena, para trazer as duas na terça-feira.

O SR. (Orador não identificado) – Na terça e na quarta.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não importa, mas as duas na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E há uma outra proposta da Comissão majoritariamente para trazer apenas a Sr^a Renilda na terça-feira.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se vai fechar a outra semana...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar em etapas.

Quem é contra a proposta da Senadora Heloísa Helena de trazer a Sr^a Renilda e a Sr^a Simone permaneça sentado. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – São oito. É isso, Sr. Presidente?

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para ser mais razoável, vamos fazer a votação nominal.

O SR. (Orador não identificado) – Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente. Meu voto é não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Voto não.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz.

O SR. FERNANDO DINIZ (PMDB – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélson Meurer. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sandro Mabel. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passamos, agora, aos suplentes.

Deputado Alberto Goldman. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores:

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wirlande da Luz. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Sussuana. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passamos agora aos suplentes.

Senador Efraim Moraes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador José Jorge. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Almeida Lima. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gérson Camata. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos apurar a votação.

Votos “sim”: 9

Votos “não”: 12

Portanto, está derrubado o requerimento da Senadora Heloísa Helena.

O requerimento de convocação da Sr^a Renilda já foi aprovado.

Em votação somente o agendamento do depoimento da Sr^a Renilda na terça-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, não precisa votar. Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acho que não precisa votar.

Está aprovado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Terça-feira, às 10 horas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, tinha ficado para parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Às 10 horas de terça-feira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quarta-feira, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quarta-feira, então, às 10 horas, os requerimentos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos acertar a agenda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sr. Presidente, a proposta da primeira semana seguinte é para que sejam ouvidas as duas pessoas que mais procederam a saques no Banco Rural: o Sr. Davi, que corresponde ao Requerimento nº 507, e a Sr^a Simone, que já tem sua convocação aprovada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É só votar a convocação do Davi, pois a da Simone já está votada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – É o agendamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O requerimento do Davi tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É preciso votar o requerimento do Davi.

Vamos votar o requerimento de convocação do Davi para a terça-feira da próxima semana.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a Simone ficará para quando?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já está pronto o requerimento da Simone.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas agendado para quando?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós acordamos isso e vamos manter os dois. Não vamos agora começar a discutir por causa da Geiza.

Vamos votar num voto só o requerimento de convocação do Sr. Davi Rodrigues Alves. Quem vota no requerimento vota também pelo agendamento na terça-feira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a Simone?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está tudo no acordo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A Simone é na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os dois na terça-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente. Eu queria apenas sugerir a V. Exª que deixasse claro que os seriam na terça-feira. Portanto, a primeira terça-feira de agosto, e que, na semana que vem, quarta-feira, na nossa reunião administrativa, acertamos o resto da agenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Perfeito. Não há dúvida.

Então, vamos votar o requerimento de convocação do Davi Rodrigues Alves.

Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Essa votação é simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Não precisa votar? Então, está aprovado. Portanto, a agenda fica para terça-feira que vem. Na primeira semana de agosto, a partir das 10 horas...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a votação pode ser simbólica, mas V. Exª tem que anunciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Foi simbólica. Quem é favorável permaneça como está. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade. Então, na terça-feira, a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Para resumir a ópera em português, terça-feira que vem, às 10 horas, Srª Renilda. Quarta-feira da semana que vem, às 10 horas, reunião administrativa. Na primeira semana de agosto, terça-feira, às 10 horas, os dois sacadores, a Srª Simone e o Sr. Davi Rodrigues Alves, que teve seu requerimento aprovado. Certo? Absolutamente claro? Reunião administrativa na quarta-feira da próxima semana, às 10 horas. Ficou claro isso? É difícil.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Não. Pelo amor de Deus, Deputado Arnaldo Faria de Sá, estão marcados a Simone e o Davi na terça-feira da primeira semana de agosto, às 10 horas da manhã, dia 2 de agosto.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Vamos agora aprovar os demais requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, a primeira proposição...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª disse que o depoimento da Srª Renilda é quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Terça-feira, Deputado Arnaldo Faria de Sá, às 10 horas da manhã. Terça-feira da próxima semana.

Sei que o sono ainda é grande de ontem, mas a realidade é essa.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, por proposição da Mesa, a instauração de processo de sindicância para se investigar o desaparecimento de documentos sigilosos sob a guarda da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Em votação.

Quem for favorável queira permanecer sentado. (Pausa.)

Aprovado. Por unanimidade, aprovado o requerimento quanto à sindicância com relação a documentos extraviados, infelizmente, da CPMI dos Correios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quando serão designados os nomes dos membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – A Mesa Diretora definirá de comum acordo com os demais membros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, há também requerimentos para votação simbólica. Peço que verifiquem no mapa dos requerimentos, que imagino podemos votar em bloco. Vou anunciá-los. Se alguém pretender que seja destacado, é só dizer que separamos.

Requerimento nº 526, que é busca e apreensão dos documentos, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que pretende, vou anunciar melhor, por sinal ainda não está ainda no meu mapa atualizado, busca e apreensão de documentação da Srª Simone, na empresa do Sr. Marcos Valério.

483, também de autoria do Deputado Gustavo Fruet, pretende a presença, o acompanhamento das atividades da Comissão por um membro do Ministério Público.

473, da Senadora Ideli Salvatti, que pretende informações sobre a vida pregressa do Sr. Maurício Marinho.

O último, dos Deputados Carlos Sampaio e Eduardo, o de nº 541, que acho não está no mapeamento. Para que não haja dúvida, é o seguinte: Requeiro, nos termos regimentais, que seja efetuada busca e apreensão, na data de hoje, das fitas do circuito interno de tv do Banco Rural, agência Brasília Shopping, no período de janeiro de 2003 até a presente data.

Sr. Presidente, esses são os requerimentos...

O SR. (Orador não identificado) – Falta um, Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse que falta é o do STF, vou anunciar. Porque esses podem ser em bloco, o do STF suponho que deva ser nominal, porque deve haver a proteção do sigilo. Então, esses anunciados são os de votação simbólica, e esgotamos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos relatados pelo Deputado Osmar Serraglio, por unanimidade.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, agora o Requerimento nº 504, do Senador Alvaro Dias, para que seja solicitada cópia ao STF do processo encaminhado pelo Juiz Jorge

Macedo Costa, da 4ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

É esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sandro Mabel; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Chamada dos suplentes.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Alberto Goldman; Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Benedito de Lira; Deputado Inaldo Leitão; Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores agora: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias; Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Luiz Otávio; Senador Wirlande da Luz; Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim,

Sr. Presidente, ao tempo em que apelo ao Relator para que, na próxima reunião administrativa, S. Ex^a verifique a necessidade de colocar para votação os meus requerimentos relacionados à Novadata, à Beta e às aplicações financeiras em fundo de pensão. Só para não pedir a palavra pela ordem depois, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, estou à disposição, quando quiserem que eu coloque em votação, esta relatoria não tem nenhuma restrição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então,

que na próxima quarta-feira, V. Ex^a coloque em votação. Se quiser colocar hoje, já pode fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, vamos deixar para quarta-feira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está

bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Siba Machado; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Pre-

sidente, o meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a foi chamado já em várias votações.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a

me perdoe, mas tive que ir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Do ponto de vista técnico, só um esclarecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Posso esclarecer meu voto antes?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não, não é isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas V.

Ex^a vai esclarecer meu voto antes?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – É para contar quantos Deputados Federais...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado

Antonio Carlos Magalhães Neto, deixa-me concluir meu voto. Meu voto é “sim”, Sr. Presidente. Lamento minha ausência, mas tive que ir ao toalete. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O problema não é esse, não. Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Paes é um parlamentar assíduo. A questão é que tanto os Deputados Carlos Sampaio como Gustavo Fruet já votaram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, não... ah, com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ok.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Aí, é preciso ter esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Não vamos contar com o voto de V. Ex^a, infelizmente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu de-

veria ter permanecido no toalete.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos contar. Votos SIM: 19 votos. Houve unanimidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB –

PR)?? – Sr. Presidente, só para constar dos Anais o pedido do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, para que seja oficiada a GDK, solicitando-se informações sobre a doação possível da Land Rover ao Sr. Silvio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será encaminhado o ofício.

Registro também algumas decisões da reunião que tivemos hoje pela manhã. A seqüência de inscrição para as oitivas: falam primeiro os titulares e, depois, os suplentes. E a lista com titulares e suplentes, que estarão inscritos, “fecha-se” quando começa a reunião. Quem chegar depois, seja titular ou suplente, vai ficar na fila, até para prestigiar quem chegou antes; e os não membros falam, no máximo, durante três minutos. Essa é a decisão que foi tomada, por sugestão do Vice-Presidente, Senador Maguito Vilela.

O SR. (Orador não identificado) – E ela abre quando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ela abre meia hora antes da reunião. E não adianta fazer lista paralela, porque vai valer a lista oficial da CPMI.

A reunião está encerrada.

Boa tarde e bom fim de semana.

(Levanta-se a reunião às 13h36min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 18ª Reunião, realizada em 26/07/2005.

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e cinquenta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Jefferson Peres, Heloísa Helena, Sibá Machado, Romeu Tuma e Leonel Pavan; dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos e Nélcio Dias; dos Senadores não membros Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Magalhães; dos Deputados não membros Maninha, Jutahy Junior, Moroni Torgan, Rodrigo Maia, Júlio Redecker, Zonta, Itamar Serpa, Perpétua Almeida, Philemon Rodrigues, Alberto Lupion e Roberto Freire, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERI-

MENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos da décima oitava reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a a votação (aprovada). O Presidente Delcídio Amaral esclarece que a pauta da reunião destina-se à oitiva da Senhora Renilda Maria Santiago. A presidência lê o ofício que justifica a ausência do Senador Fernando Bezerra e a medida cautelar apresentada pela depoente. A presidência informa que a senhora Renilda deporá como investigada, devendo, portanto, responder a todas as perguntas e a convida a prestar seus esclarecimentos. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Osmar Serraglio, para inquirir a depoente, seguido dos seguintes parlamentares: Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães Neto, Senador Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Eduardo Paes, Gustavo Fruet e César Borges. O Presidente suspende a sessão às quatorze horas. Às quinze horas e trinta minutos a reunião é reaberta e os seguintes parlamentares passam a inquirir a depoente: Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães Neto, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, César Borges, Onyx Lorenzoni, Carlos Abicalil, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Sibá Machado, Arnaldo Faria de Sá, Ney Suassuna, Sérgio Guerra, Murilo Zauith, Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes, Maurício Rands, Alberto Fraga, Geraldo Thadeu, Jamil Murad, José Eduardo Cardozo, Carlos Sampaio, Pompeo de Mattos, Júlio Redecker, Chico Sardelli e Moroni Torgan. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Rogando as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Informo ao Plenário que esta Presidência recebeu o Ofício nº 9.705, que justifica a ausência do Se-

nador Fernando Bezerra em função de compromissos inadiáveis no Rio Grande do Norte, mas S. Ex^a estará presente amanhã, na nossa reunião administrativa.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva da Sr^a Renilda Maria Santiago.

Gostaria de registrar, antes da oitiva da Sr^a Renilda, que recebi do Supremo Tribunal Federal uma Medida Cautelar do Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF, e é importante, à luz do parecer do STF, esclarecer aos membros desta Comissão que a Sr^a Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza prestará o seu depoimento na condição de testemunha.

Informa ainda esta Presidência, em face de despacho de S. Ex^a, Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF, ao denegar pedido liminar no Habeas Corpus nº 86.355 para que a paciente não viesse a comparecer à reunião desta CPMI, que a testemunha estará obrigada a depor, conforme determinação desta Comissão, com base no art. 206, parte final do Código de Processo Penal, ratificada pela Suprema Corte. Não estará, todavia, obrigada a firmar compromisso de dizer a verdade, conforme determina o art. 203 do Código de Processo Penal, por ser, como se sabe, cônjuge do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, ora investigado por esta Comissão, aplicando-se nesta hipótese a exceção prevista no art. 208 do Código de Processo Penal.

A testemunha prestará seu testemunho oralmente, podendo, entretanto, fazer breve consulta a apontamentos, consoante o disposto no art. 204 do Código de Processo Penal.

A testemunha deverá, portanto, responder a todas as perguntas que lhe forem formuladas, assegurando-se-lhe, entretanto, a observância da garantia constitucional, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, de não se auto-incriminar, conforme ressalta despacho do Ministro Nelson Jobim, em sede de reconsideração, o que importa, em última instância, o protesto pelo direito ao silêncio, facultando-se-lhe a assistência do seu advogado tão-somente para a orientação da conveniência ou não de responder.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pela ordem a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, pelo que li, pelo que ouvi, a ordem foi concedida à depoente porque ela se disse esposa de Marcos Valério. A Comissão não tem nenhuma intenção, parece-me, de ouvir as esposas nem do Sr. Delúbio nem do Sr. Marcos Valério nem do Sr. Sílvio Pereira. Mas, no caso de Dona Renilda, a Comissão tem interesse em ouvi-la porque ela é sócia nos ne-

gócios dele. Conversei há pouco com o advogado de Dona Renilda. Não sei se essa condição teria sido levada ao Ministro Jobim. De qualquer forma, o Ministro não pode dizer que ela é investigada, mas, de fato, Dona Renilda é investigada. Nós devemos dizer isso aqui e agora.

Qual a diferença prática disso, Sr. Presidente? A diferença prática é que, como investigada, ela tem as mesmas condições da testemunha informante. Informante é a esposa, é o filho, o pai, o parente até o terceiro grau que não está obrigado a depor, sob as penas do falso testemunho, que diz: é falso testemunho fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo policial, judicial, administrativo ou em juízo arbitral, cuja pena é de um a três anos de reclusão e multa. É o que diz a lei. Eu decorei porque a vida inteira eu falei isso.

Pois bem, na condição de informante, ela é uma testemunha informante. Não prestará o compromisso, mas, na qualidade de investigada, ela terá o advogado e poderá consultá-lo um pouco mais.

De modo que o Ministro Jobim não poderia dizer que ela é investigada, porque isso é prerrogativa da Comissão.

Mas, Sr. Presidente, submeto à reflexão de V. Ex^a e do Relator que ela, de fato, virá aqui não como a esposa de Marcos Valério, mas como sócia. Estou interessada em ouvir a Dona Renilda sobre os negócios. Desculpe-me, Sr. Presidente, mas, como esposa dele, saber como vai a sua casa, isso não me interessa. E creio que não é este o objetivo da Comissão.

De modo que requeiro a V. Ex^a que submeta ao Plenário a condição em que ela será ouvida, porque esta prerrogativa é da Comissão. E a mim me parece que deverá ser ouvida como investigada. É como entendendo, Sr. Presidente.

O SR. ANTONO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pela ordem, Deputado ACM Neto.

Antes de começarmos, pediria a V. Ex^{as} participação no “pela ordem”, porque precisamos começar a reunião. Já estamos bastante atrasados, como disse muito bem o Senador Alvaro Dias.

Então, vou dar a palavra, pela ordem, ao Deputado ACM Neto, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e ao Deputado José Eduardo Cardozo. Então nós começaremos a nossa oitiva.

Deputado Ônix quer fazer outra questão de ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Também espero não ser necessário pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, confesso que compreendi quase que integralmente o parecer apresentado por V. Ex^a, à luz do despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. Contudo, restou-me alguma dúvida no que tange à parte final do parecer de V. Ex^a, sobre a possibilidade de a depoente se recusar a responder determinadas perguntas. Por quê?

A página quatro do despacho do Ministro Nelson Jobim é clara. Diz o seguinte o Ministro Nelson Jobim – peço a V. Ex^a que preste atenção, porque, no final, talvez V. Ex^a tenha que dirimir alguma dúvida. Diz o Ministro Nelson Jobim que há de prevalecer essa decisão que afasta a faculdade de recusa.

Então o Ministro Nelson Jobim é claro ao pronunciar que se afasta a faculdade de recusa.

Seguindo, o art. 208 do Código de Processo Penal determina que não se tomará o compromisso de dizer a verdade do cônjuge e de parentes referidos no art. 206.

Por último, observe-se que somente ao acusado a lei assegura o direito de permanecer calado e não responder às perguntas que lhe forem formuladas.

A interpretação clara do que dispõe o Ministro Nelson Jobim nos faz crer que a depoente não poderá se recusar a responder às perguntas, porque esse direito só é dado ao acusado. Repito, o direito de permanecer calado e de não responder às perguntas que forem formuladas só deve ser observado quando se tratar do acusado – Código...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já, já. Só queria concluir, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Código de Processo Penal, art. 186. Creio que o parecer do Ministro Nelson Jobim é claro. Antes de concluir, concedo um aparte à Deputada Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada, Deputado ACM Neto, sempre elegante.

Quero apenas submeter à sua reflexão, e refletirmos juntos – V. Ex^a é tão jovem, mas é um jurista tão brilhante –, a respeito do seguinte: se ela não é obrigada

a auto-incriminar-se, o que é um dispositivo constitucional, isso significa, em última análise, o silêncio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas é justamente por isso, Deputada, que estou fazendo um questionamento ao Presidente. Não me pareceu clara a interpretação do parecer por S. Ex^a proferido e lido.

Na última página, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Há, Deputado ACM Neto, um despacho superior do início da noite de ontem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Superveniente a esse?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Superveniente a esse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Em decorrência de que provocação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em função do pedido de reconsideração...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Podem ter sido embargos de declaração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em função de um pedido de reconsideração do advogado da Sr^a Renilda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Esse é um fato novo. Então, esse parecer de que dispomos foi aditado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encaminharei a V. Ex^a esse parecer. O entendimento é exatamente nesse sentido que a Deputada Juíza Denise Frossard acabou de afirmar: que, pela não-auto-incriminação, é absolutamente claro que S. S^a pode calar-se.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero fazer mais um pergunta para encerrar.

Como é que vamos ter condições de interpretar os limites daquilo que é auto-incriminação? Por exemplo, podem existir fatos que auto-incriminem a depoente – e, nesse caso, segundo a suplementação apresentada pelo Ministro Nelson Jobim, S. S^a estaria autorizada a não se pronunciar –, mas podem existir outros...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte novamente?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro. Podem existir outros que incriminem, por exemplo, o Sr. Marcos Valério e que não incriminem a Sr^a Renilda. Sobre esses fatos eu perguntaria a V. Ex^a: como é que procederíamos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É o mesmo raciocínio com os demais que vieram aqui

depor, Deputado ACM Neto. Vamos objetivar no concreto, efetivamente na investigação e com os fatos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Conceda-me um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Encerro e agradeço a V. Ex^a. Afirmo que todo esse debate é importante para que saibamos exatamente os limites em que devemos tratar a deponente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza, Deputado ACM Neto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, quero falar a respeito de um ponto. O juiz da auto-incriminação é o próprio. Só ele poderá dizer se aquilo o incrimina ou não. Infelizmente, não somos juízes dessa auto-incriminação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e, depois, ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Já estavam inscritos, meu caríssimo Deputado Alberto Fraga.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, creio que V. Ex^a deveria ler a parte final desse pedido de esclarecimento do advogado da Sr^a Renilda, que foi negado pelo Ministro Nelson Jobim, porque essa decisão do Ministro Nelson Jobim, complementar, esclarece muitas das dúvidas que estão sendo levantadas aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Lerei, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá:

“A decisão.

A liminar foi pleiteada inicialmente nestes limites:

a) direito de não-comparecimento à sessão da CPMI dos Correios do Congresso Nacional, na próxima terça-feira, dia 26 de julho, às 10h;

b) direito de se recusar a depor para que seja tratada como cônjuge do investigado e não seja presa em razão do exercício de seus direitos;

c) seja vedada a sua prisão, caso compareça e se recuse a firmar termo de compromisso legal de testemunha ou exercite o direito ao silêncio com assistência de advogado.

E foi em tais limites que decidi, exaurida a prestação jurisdicional. Não cabe agora, após decisão

desfavorável, aditar a inicial para modificar o pedido. De qualquer forma, a decisão que proferi garante à paciente o direito e não se auto-incriminar, pois não lhe será tomado o compromisso de dizer a verdade.

Indefiro o pedido.

Brasília, 25 de julho de 2005. – Ministro **Nelson Jobim.**”

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, então, a partir dessa manifestação que V. Ex^a acabou de ler e que o Ministro Nelson Jobim indeferiu, o segundo pedido, está clara a condição pela qual devemos ouvir a Sr^a Renilda.

O Supremo Tribunal Federal ficou agastado na semana passada e na semana retrasada pelos depoimentos do Marco Valério, do Delúbio e do Sílvio Pereira, que mentiram à vontade; sob o manto da decisão do STF, deixaram o Tribunal numa posição ruim. E o STF tenta melhorar a sua imagem, deixando sob a nossa responsabilidade o depoimento da Sr^a Renilda. Para os homens deram tudo; para a mulher, o Supremo nega. E a nós cabe agora ter o cuidado de aqui, neste momento, não expor a fragilidade da mulher que vai depor, em contraponto àquilo que aconteceu com o depoimento dos três homens anteriores, que tiveram a proteção do Supremo Tribunal Federal. Mas não podemos apenas admitir que a Renilda esteja aqui na condição de cônjuge do Marcos Valério; ela é sócia das empresas do Marco Valério. Portanto, essa é a condição que quero ressaltar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Deputado José Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Sr. Presidente, gostaria de, inicialmente, dizer que concordo em número, gênero e grau com as palavras da nobre Juíza Denise Frossard. Essa é uma questão recorrente nesta Comissão. E considero muito importante, Sr. Presidente, ponderar os seguintes termos: testemunha é aquela pessoa que presencia fato que, em relação a ela, não pode gerar nenhuma consequência sancionatória; investigado é aquele que, diante dos fatos postos sob investigação, poderá sofrer, conforme a pré-figuração inicial, uma sanção **a posteriori**.

Evidentemente S. Ex^a, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, analisou a matéria sob a ótica da petição inicial, sem informações e sem exame dos autos; foi em sede de liminar a apreciação do **habeas corpus**. Portanto, cabe a esta Comissão, dentro do conjunto fático reunido, avaliar em que condição ela deporá.

Esta comissão não tem poderes para transformar em testemunha quem já é tratado como investigado. Isso ficou claro, inclusive, em decisões anteriores do próprio Supremo Tribunal Federal, a meu ver, correta-

mente expedidas. Porém, temos condições de dizer, sim, e tem razão a Deputada Denise Frossard, se ela está aqui como investigada ou não. Com a devida vênia, parece-me que ela está aqui como investigada, porque já determinamos a quebra do seu sigilo. Ninguém determina a quebra de sigilo de testemunha. Obviamente, está claro que ela participou de operações, com dolo ou não, com culpa ou não, esse é um problema a apurar, das quais efetivamente poderá resultar sanção para ela. Ela é sócia da agência de publicidade. Se ela teve um elemento doloso ou não teve, isso está sob investigação. Mas, a priori, potencialmente, ela pode ter.

Portanto tem razão a Deputada Denise Frossard: ela comparece aqui, hoje, como investigada e tem que se submeter a esse regime jurídico, sob pena de abuso de poder por parte desta Comissão relativamente a qualquer ato de constrição indevido em relação a esta depoente.

Por esta razão, para que não paire nenhuma dúvida, endosso inteiramente o encaminhamento da Deputada Denise Frossard para que esta Comissão, antes da oitiva, a declare como investigada, na forma da lei e da Constituição da República.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Pois não, aparte concedido.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para referendar *in totum* o que fora dito pela Deputada Juíza Denise Frossard e pelo Deputado José Eduardo Cardozo, mas deixar muito clara uma coisa: a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal diz que ela terá que responder, mas não presta o compromisso de dizer a verdade, compreendi a decisão da seguinte forma: politicamente, ele disse à Nação que ela deverá responder, mas, juridicamente, ele lhe concedeu no todo o **habeas corpus**, porque, a partir do momento em que não presta compromisso, ela pode se omitir, mentir e silenciar-se. Portanto, politicamente pode parecer que a decisão do Supremo impôs a ela o dever de falar, mas, juridicamente, o que reconheço nesse **habeas corpus** é que ele fora concedido *in totum*, portanto, se ela não presta o compromisso nem tem a obrigação de dizer a verdade, e é de fato uma investigada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu só queria um aparte bem rapidinho que o Deputado Eduardo Cardoso me concede gentilmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu só gostaria de insistir com V. Ex^{as}. para tratar os

apartes e as questões de ordem com parcimônia pelo avançado da hora.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Perfeitamente. Serei bem parcimonioso, Sr. Presidente.

O aparte que quero fazer é de que não se alegue nessa interpretação do Deputado José Eduardo Cardozo – que considero correta – que se esta Comissão ratificar o entendimento de que ela comparece como investigada, sobretudo porque já teve o seu sigilo quebrado e porque, na condição de sócia da agência, ela pode, futuramente, ser indiciada no Relatório da própria Comissão... O que nós poderemos ter claro, Sr. Presidente? É que a decisão do Supremo que diz que ela comparece nessa condição é se ela fosse na condição de testemunha. Se esta Comissão, revendo os seus atos anteriores, neste momento, ratifica que ela vem na condição de investigada, a consequência é que se aplica o regime de investigada. Então, o Supremo Tribunal Federal não estaria sendo contrariado de modo algum, porque ele estava emitindo aquele provimento cautelar no pressuposto de que ela seria meramente informante, meramente testemunha. Mas como a CPMI pode ratificar o que já fez – de que ela é investigada – não haveria contradição entre a providência cautelar do Supremo e a decisão que esta Comissão venha a ratificar, no sentido de que ela compareça como investigada e, portanto, sujeita a este regime jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu gostaria, até para abreviar os debates, de submeter esta questão de ordem da Deputada Juíza Denise Frossard ao Plenário da CPI, para que já tenhamos condições de encaminhar ou não a questão de testemunha investigada e, efetivamente, respeitando, como disse muito bem o Deputado Maurício Rands, a decisão do Ministro Nelson Jobim do STF.

Então, eu gostaria de consultar V. Ex^{as} se todos estão de acordo com a questão de ordem da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ela, então, deporá como investigada e, nessas condições, em função de tudo o que aqui foi afirmado, nós, hoje, conduziremos a oitiva da Sr^a Renilda de Souza ao longo do dia.

Todos estão de acordo?

Deputado Onyx Lorenzoni, V. Ex^a deseja levantar alguma questão?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, de maneira....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Depois do Deputado Onyx Lorenzoni e da Senadora Ideli Salvatti, vamos dar início à oitiva em função do

cansaço, em função de nós termos... Quero aproveitar a oportunidade para registrar a importância deste depoimento. Eu sei da sensibilidade de V. Ex^{as}., principalmente nas inquirições. Portanto, hoje, mais do que nunca, nós temos, como procuramos sempre fazer, ao longo dos trabalhos da CPMI, que fazer uma sessão onde as inquirições sejam absolutamente importantes, como também os questionamentos, dentro, efetivamente, de uma relação que sempre pautou esta CPMI, quer dizer, de respeito à opinião pública, aos depoentes e às premissas que nos levaram a realizar este trabalho.

Quero passar a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni e à Senadora Ideli Salvatti, e **c'est fini**.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a e à Mesa está prevista no art. 312 do Código Penal e diz respeito àquela capitulação que trata da prisão preventiva:

“Art. 312 – A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar aplicação da lei penal.”

Então, eu queria encaminhar a V. Ex^a um requerimento que se soma ao requerimento já feito na semana passada pelo Deputado Gustavo Fruet, ressaltando aos membros da CPI a importância de que esta Comissão aprove esse requerimento dirigido ao Ministério Público Federal, com a solicitação da prisão preventiva de Marcos Valério, primeiro porque o volume de movimentação financeira de Marcos Valério e Renilda supera a casa dos R\$45 milhões nos últimos anos; segundo, houve uma tentativa, na semana passada, de retirada de um grande valor do Bank Boston que poderia ser utilizado numa eventual fuga do próprio País; terceiro, houve – e estamos com os documentos aqui – aquela destruição massiva de documentos na DNA, lá em Belo Horizonte. Ontem o Ministério Público mineiro abriu os computadores, bem como os cofres que foram apreendidos, mas estavam vazios, o que, evidentemente, demonstra que foram limpos.

O Sr. Marcos Valério precisa ter sua prisão preventiva decretada por duas razões preponderantes que apresento à consideração desta CPMI e desta Mesa, e com isso concluo: primeiro, o fato de que ele tem que ser impedido de continuar a destruir provas e, inclusive, de constranger pessoas; segundo, o fato de que hoje a vida de Marcos Valério, na minha avaliação pessoal, corre risco, e severo, por todo o volume do esquema montado, por tudo aquilo que transita – e nós apenas apuramos 10% ou 15% do volume de mais de R\$1,153 bilhão que transitaram pelas contas das em-

presas de Marcos Valério. Não é irresponsável pensar que talvez, triste ou lamentavelmente, ele possa valer mais silenciado do que vivo.

Por essa razão, apelo a V. Ex^a para que considere, com a Mesa Diretora e a assessoria jurídica desta CPI, assim como com a assessoria jurídica do Senado, a possibilidade de que nós, com a maior brevidade possível... Volto a dizer: faço coro à proposta feita na semana passada pelo Deputado Gustavo Fruet, no sentido de que seja decretada, para a segurança da investigação, inclusive para a segurança pessoal de Marcos Valério, a sua prisão preventiva.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deputado Onix, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deputado Onix, até para evitar dois pesos e duas medidas, uma vez que nós estamos verificando que aqueles que gravaram, aqueles que estavam envolvidos, de todos eles foi decretada a prisão, e foram presos. E do que é principal, até hoje não foi decretada. Eu não consigo entender por que todos os que nós interrogamos aqui inicialmente que apenas tinham participado do início do processo, todos foram presos, e este, que é o principal, até hoje não foi. Eu não entendo esses dois pesos e duas medidas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para corroborar com o Deputado e dizer que até para prevenir que ele possa fugir do País, sair, evadir-se e atrapalhar tudo aqui nesta Comissão.

Concordo com o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, eu só concluo definitivamente.

Sugiro a V. Ex^a que, assim como nós tivemos uma atitude bastante rápida e eficiente naquele episódio da Abin, em que, com a votação daquele requerimento, obtivemos a reparação, evidentemente parcial, dos prejuízos causados à imagem do Parlamento, que V. Ex^a avalie a possibilidade de, em algum momento da sessão, que será longa hoje, em algum intervalo, talvez até para a Sr^a Renilda se recompor ou coisa que o valha, possamos submeter a voto, porque tenho convicção de que nós aprovaremos, até por unanimidade, a solicitação da prisão preventiva ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registrado o requerimento de V. Ex^a, a Mesa irá avaliar, inclusive com a assessoria técnica da CPMI.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Fechando, Senadora Ideli Salvatti, então chamarei a Sr^a Renilda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria solicitar uma complementaridade ao que falou o Deputado Onix Lorenzoni, porque, além dessa questão da prisão, eu sei que a CPI não tem esse poder, mas talvez possamos induzir quem tem o poder a acioná-lo, que é a questão da indisponibilidade dos bens.

O que estamos percebendo é que está sendo.. Já foi feito anteriormente por esse senhor, que, inclusive, aqui disse que ficavam com a esposa os bens, porque, no caso de um divórcio, ela não teria garantia de permanecer com a parcela que por direito ela teria. Então, eu gostaria já de agregar a essa proposta do Deputado Onix a questão também de podermos dar algum tipo de encaminhamento para a indisponibilidade dos bens do Sr. Marcos Valério e da Sr^a Renilda.

Mas o que me motivou a fazer a inscrição aqui, Sr. Presidente, é uma questão de outra ordem. Temos nos detido, durante bons minutos e, às vezes, até algumas horas, nesta CPI a fazer debates de caráter jurídico, que alguns Parlamentares participam de forma mais efetiva até pelas suas características profissionais. Temos juízes, procuradores, advogados aqui nesta CPI, que resolvem fazer debates de ordem jurídica, que os demais mortais, às vezes, não conseguem nem acompanhar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu entendo que todos os debates são relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço silêncio, por favor. A Senadora Ideli está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já vou concluir também, Sr. Presidente.

Entendo que é importante, acho que aprofunda, principalmente no fortalecimento dos instrumentos democráticos que conquistamos no nosso País, como a questão do **habeas corpus** e até das próprias garantias individuais na Constituição. Então, que sempre busquemos nos nortear para que os questionamentos que fazemos aqui não venham na lógica de derrubar aquilo que nós, com tanto sacrifício, conquistamos, incluímos na nossa Constituição e no Direito do nosso País.

E queria voltar a afirmar algo que V. Ex^a tem dito reiteradas vezes na imprensa. Muito mais importante e relevante neste momento até do que tentarmos tirar declarações que o depoente aqui não tem, muitas vezes, nem a obrigação de dar, é nos determos em termos de provas. E eu quero dizer que, na questão dos documentos, cada vez mais, aparecem lacunas,

aparecem problemas gravíssimos e aparecem também indícios fortes de investigação. Por exemplo, eu fui informada hoje pela manhã, quando passei lá na sala, de que há fortes suspeitas de que um dos irmãos do Marcos Valério, um irmão do Marcos Valério foi, durante cinco anos, gerente de uma das agências do Banco do Brasil em Minas, e que, portanto, nesse período, muitos dos registros, inclusive a Coaf, não foram feitos nessa agência, que... podem ter passado muito das contas.

Também estamos apreciando documentos lá, onde fica visível...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora, concluindo, porque estamos estendendo demais já o tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já estou concluindo.

Em que os documentos foram visivelmente adulterados, os documentos foram arrancados antes de serem enviados à CPI. Então, contratos de empréstimos, por exemplo: veio contrato de empréstimo, dos empréstimos atribuídos ao PT, mas as empresas do Marcos Valério operaram outros empréstimos. Os contratos não vieram e não temos como fazer cotejamento e comparação entre procedimentos anteriores.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que efetivamente pudéssemos fazer o debate jurídico, fazer aqui as oitivas, mas dar prioridade neste momento à análise dos documentos, do que temos, do que existe e, inclusive, do que falta, das lacunas que estão lá, que são muito grandes. E eu tenho a certeza absoluta de que elas serão absolutamente esclarecedoras quando chegarem à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senadora Ideli.

Convido a Sr^a Renilda Maria Santiago a vir à Mesa para que comecemos os nossos trabalhos. *(Pausa)*

Eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos, passando a palavra à Sr^a Renilda Maria Santiago.

Gostaríamos, Sr^a Renilda, de alguns dados sobre a senhora: nome, estado civil, profissão, residência, que são informações naturais que todas as pessoas que aqui vêm falam quando começamos a audiência. Então V. S^a terá toda a liberdade para relatar o que julgar conveniente. Depois, eu passarei a palavra ao Relator e, em seguida, aos demais membros da CPMI.

Com a palavra a Sr^a Renilda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu nome é Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, sou casada com Marcos Valério Fernandes de Souza, há 18 anos, e possuo dois filhos: João Vítor, de 4 anos, e Natália, de 14 anos.

Sou de Belo Horizonte; resido atualmente em Brumadinho, uma casa em Brumadinho, porque a minha casa principal, onde moro há 14 anos, está sendo reformada durante 14 anos – estou sempre mexendo. Tenho formação acadêmica como pedagoga, apesar de nunca ter exercido, sempre ter sido do lar, sempre criando filhos, sempre isso.

Em relação aos fatos hoje acontecidos, que são os fatos das empresas SMP&B e DNA, o que tenho a declarar é eu que nunca participei das empresas, nunca freqüentei as empresas, como, por exemplo, a DNA; se me perguntarem que cor é o tapete da DNA eu não sei explicar porque nunca freqüentei.

A SMP&B, a mesma coisa, como pode ser até lembrado por um fato declarado pela própria Karina, que, enquanto ela trabalhou lá, durante nove meses, na própria declaração dela aqui, ela disse que ela nunca me conheceu. Então, é uma empresa que eu não freqüento.

Dei as procurações para o Marcos Valério, como meu marido, como... Sei que hoje muitas mulheres no Brasil fazem isso, são do lar e dão procuração para seus maridos uma vez que, se você casou, você confia, você ama e você passa a ser do lar. Isso é fato existente no nosso País. Apesar de ter formação acadêmica, eu optei cuidar dos meus filhos e entreguei a procuração que passo aqui agora para o Sr. Presidente, como uma procuração de confiança que dei ao meu marido... o que eu faria de novo, porque sou casada há 18 anos – uma coisa até meio engraçada –, namorei 7, então, tem 25 anos que conheço o Marcos Valério. Então, durante 25 anos, se eu não confiasse nele, não justificaria eu ter casado.

Agora, um fato que eu queria esclarecer aqui foi um fato que aconteceu semana passada...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Um fato que eu queria esclarecer que aconteceu na semana passada e foi noticiado pelos jornais foi sobre uma movimentação bancária minha no Banco de Boston, onde essa movimentação não existiu, uma vez que a minha conta, há mais ou menos 25 dias atrás, ela está sendo monitorada por gerenciamento. Quer dizer, a cada conta que eu tenha que pagar de R\$100,00, eu tenho que pedir à minha gerente autorização para que ela pague essa conta, ela leve ao Comitê de Crédito para pagar essa conta de R\$100,00.

O fato real que aconteceu foi que, na terça-feira passada, a minha gerente, Lenise, me ligou e falou comigo que o banco não havia interesse mais de me manter como cliente no banco, e que, então, eu deveria fazer uma transferência desse dinheiro, e que... como os

outros sócios da empresa receberam e suas esposas, receberam cartas comunicativas. Eu consultei o meu advogado e voltei a ligação para ela e falei assim: olha, não vou fazer transferência alguma enquanto eu não receber uma comunicação oficial do Banco de Boston de que eu não devo manter as minhas contas lá. E solicitei, que eu iria esperar a carta. Só que imediatamente saiu que eu havia feito uma retirada de R\$1,8 milhão; no outro dia já saiu que seriam R\$2 milhões; e já saiu que eu estava inclusive fugindo do País.

Eu fiz uma declaração, soltei uma nota, pediu o meu advogado que fizesse uma nota de esclarecimento, que saiu no Jornal Nacional – estou passando para o senhor. O Banco de Boston, no mesmo dia, respondeu a minha nota, de que vou ler uma parte em que ele fala que “a Sr^a Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza não tentou fazer um saque em espécie de sua conta”. Eu não tentei transferência e nem saque nenhum.

E trouxe aqui cartas dos sócios da empresa, como o Dr. Ramon, Cristiano, que são possuidores de contas do também Banco de Boston, que receberam a carta pedindo para que seja cancelada a conta. Eu ainda não recebi essa carta, então, a minha conta está lá. E, por sinal, após essa notícia, que foi uma inverdade, a minha conta foi totalmente bloqueada.

Em relação às empresas, o que eu poderia antecipar e já falar é isso.

Estou aqui à disposição dos senhores para qualquer pergunta. Tentarei responder o máximo que eu puder, com a verdade que eu tenho para esclarecer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse declinado o nome do advogado da depoente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Dr. Marcelo Leonardo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É o mesmo do Marcos Valério?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – O mesmo do Sr. Marcos Valério.

Muito obrigado, Sr^a Renilda.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Renilda, Dr. Leonardo, de alguma forma, essa referência que V. S^a fez ao desconhecimento dos fatos internos da empresa nós também recolhemos nos depoimentos aos quais tivemos acesso. Agora, até instado por companheiros da Comissão, queremos provocar em V. S^a uma reflexão sobre a importância – embora tal-

vez na concepção do que tenha assistido em relação à empresa possa lhe parecer minimizada –, o seu depoimento é muito importante, porque estamos precisando evidenciar algumas coisas que estão acontecendo nesta República e que, de alguma forma, a sua família terminou envolvida, sobretudo, através do seu marido. E, quando eu falo em família, eu queria provocá-la a que pensasse – e sabemos dos valores que nós temos, dos tropeços que nós temos e passamos na vida, que eventualmente... como este que V. S^a está agora enfrentando, eles são páginas que podem ser viradas, mas o valor da família, a imagem que V. S^a vai deixar para esse seu contexto familiar é muito importante, lá para frente, quando voltar na história e lembrar que esteve nas mãos de V. S^a a possibilidade de um País mostrar à população a verdade dos fatos, que hoje é uma das conquistas que nós entendemos mais relevantes. A população precisa saber a verdade. E talvez não seja a verdade que nós imaginamos que seja, e V. S^a é uma peça nisso muito importante.

Mas há um detalhe também, a par disso, que é o de que, na medida em que V. S^a contribui e que V. S^a evidencia quem efetivamente possa estar envolvido nesse emaranhado, certamente V. S^a estará se excluindo dele, ou seja, a sua não-auto-incriminação passa pela identificação daqueles que, de fato, estão envolvidos naquilo que nós entendemos não ter uma coloração, pelo menos momentânea, adequada ao que se esperava das transações entre a administração pública e as empresas que lhe prestavam serviço.

O que nós temos – e V. S^a deve ter lido nos jornais – é essa extraordinária aproximação de seu marido com altas pessoas da República, de Partidos, conversações que giravam não só em relação ao *métier*, ao objeto da empresa, quanto à intermediação da amizade relevante que seu marido tinha com essas pessoas, enfim, fatos que, embora V. S^a deles não tenha participado, possa ter notícia pelo fato de ter visto passar nesse cenário, nesses últimos quatro a cinco anos em que V. S^a, ainda que à distância, viu quem se aproximou do marido, viu as transações que o marido realizava, viu o agregar cada vez mais de patrimônio, que, de alguma forma, na sua própria declaração, no seu próprio imposto, aparece. E por tudo isso nós precisaríamos da sua contribuição. Ela é relevante. Ela é marcante e ela é fundamental, não para efeitos de, como eu lhe disse, de CPI, porque isso é transitório, mas para aquilo que nós queremos construir até para sua família, em relação ao futuro que nós precisamos, e que nós não nos decepcionemos mais, tanto quanto hoje a Nação lamentavelmente parece estar testemunhando, tristemente, fatos que nós imaginávamos não fossem, enfim,

tão expressivos como eles têm se exteriorizado nos levantamentos a que nós estamos procedendo.

A pergunta que eu faço: V. S^a se lembra de algum encontro social em que tenha participado algum titular de Partido ou alguma pessoa ocupante de cargo na administração federal?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu tenha participado ou que eu lembre que o Marcos participou, nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua família costuma promover eventos sociais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Nossa família, pelo contrário, nós não vamos em muitas festas, nada. Os únicos eventos sociais que a gente realmente frequenta é o hipismo, por causa da minha filha, que é praticante. Então, o final de semana nosso é familiar, e é familiar dedicado a ela, porque ela nos consome o tempo todo. E durante o meio da semana, com as viagens do Marcos, a nossa família fica restrita entre eu e meus dois filhos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aquele acréscimo todo de animais adquiridos de alto valor nunca lhe chamou a atenção?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso tem uma coisa que tem que ser um pouco explicado. Tem os cavalos realmente, existem; temos treze cavalos, aliás, a minha filha tem treze cavalos. Como saiu: “tem um filho de um Baloubet”. Não é um filho de um Baloubet. Pronto. Desses treze cavalos, seis são potros. Então, são valores abaixo. Como se coloca, assim, treze...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas na própria declaração do Imposto de Renda, que nem sempre espelha o valor verdadeiro, ainda assim é um valor elevado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim, mas foram adquiridos ao longo do tempo. Não foram adquiridos todos de uma vez.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ao longo de quanto tempo? São onze, quantos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Três anos e meio, mais ou menos, quatro anos, que foram sendo adquiridos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E veículos? Que veículos a família possui?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu... Nós possuímos um Corolla Fielder, um Land Rover, é... desse pequeno, como é que ele chama? Eu não me lembro... nesse... como foi falado do Sílvio Pereira. Eu não me lembro o nome. Uma Pajero, e uma Pajero que inclusive é *leasing*, que foi inclusive, no dia do Banco de Boston, uma das mi-

nhas preocupações com a minha gerente era como eu faria com o *leasing* que eu tenho de um dos meus carros, que é feito no Banco de Boston.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora tinha conhecimento dos contatos que seu marido tinha com líderes partidários?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca soube.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora conheceu Delúbio Soares?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Conheci, sim, o Delúbio Soares em setembro do ano passado. Todo mês de setembro – geralmente coincide na data 7 de setembro – existe um campeonato hípico em São Paulo, que é a Copa Santo Amaro, que é no aniversário de Santo Amaro, onde minha filha foi saltar, participou, e o senhor Delúbio Soares e sua esposa Mônica foram lá para vê-la saltar. Foi a única vez que eu o conheci, e não mais vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca mais o viu, nem antes, nem depois?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nem antes, nem depois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sílvia Pereira?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe se seu marido costumava ter contatos com eles? Nunca comentou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Com o Delúbio, eu já ouvi ele falando no telefone com o Delúbio, e teve contato, tanto é que o próprio Delúbio pediu que ele avaliasse o Partido, o PT. E só ouvi ele falar com o Delúbio por telefone. Como expliquei anteriormente, o Marcos viajava muito durante a semana e, no final de semana, nós nos dedicávamos e dedicamos ainda hoje à família, aos meninos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Marcos viaja para o exterior muito?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nós viajamos em família. Já há um bom tempo, todas as viagens que nós fizemos ao exterior, a Orlando, sempre com meus filhos; foi a Nova Iorque, em julho do ano passado, com meus filhos. Todas as viagens de férias e de turismo são feitas com meus filhos, como pode constar em passaportes. Se posteriormente interessar à comissão, mandarei a cópia de todos eles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez, estando no exterior, vocês usaram dinheiro de algum banco no exterior?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora soube, ainda que por ler nos jornais, que, numa investigação procedida pelo Congresso, percebeu-se que o seu marido tinha conta no exterior, ali por 1999, 2000?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu li, mas não sei sobre esse assunto nem perguntei ao Marcos, porque acredito que seja uma inverdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em quais firmas o seu nome consta como sócia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu nome consta como sócia na SMP&B Comunicação, Graffiti Participações e DNA. A Graffiti é um agrupamento entre Marcos Valério, Renilda e Ramon Cardoso, que pertence à Graffiti, sócia da DNA, onde tem Dr. Marcos Francisco Castilho e Margareth Queiroz. Na SMP&B ainda tem Cristiano de Mello Paz e Marcos Valério – Marcos Valério como representante meu por procuração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que a Sr^a Margareth faz? Margareth Maria de Queiroz Freitas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso te falar. Eu sei que ela... eu não sei o cargo específico da Margareth. Sei que na DNA é presidente da empresa o Dr. Marcos Francisco Castilho. Margareth eu não sei. Ela é a esposa do antigo sócio que faleceu, que era o Daniel Freitas, que faleceu há mais ou menos dois ou três anos, e ela assumiu. Não sei te falar qual o cargo dela, o que ela faz, porque eu não conheço a DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ela é sócia, também, da empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E Ramon Hollerbach Cardoso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sócio da SMP&B, da Graffiti e da DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele atua? Trabalha na empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Trabalha na empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E Renato Vila Marin Soares?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Multiacion.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sócio?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sócio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que participação ele tem na Multiaction?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei especificar. Hoje, eu acho que ele é o que gerencia a Multiaction, porque o Marcos, mesmo, na Multiaction, tinha pouca presença.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora, alguma vez, assinou cheques dessas empresas das quais é sócia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nenhum cheque?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não assino cheques pela empresa. Os cheques da empresa, tanto DNA quanto SMP&B –e eu não posso falar como é na Multiaction, porque eu não sou sócia da Multiaction e não participo. SMP&B e DNA eu sei, porque já foi comentado, porque eu perguntei ao Marcos: todos os cheques eram assinados por dois sócios. Então, nem sempre Marcos Valério assinou, como consta: “Marcos Valério assinou o cheque”. Não. Pode ser ora Marcos Valério e Ramon, ora Marcos e Cristiano, como também pode ter acontecido de os cheques serem assinados por Cristiano de Mello Paz e Ramon, Margareth e Francisco Castilho. Então, sempre é assinada por dois sócios qualquer movimentação de cheques de qualquer uma dessas duas agências.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora teve um movimento financeiro muito expressivo, não sei se chegou a mapear. Nós tivemos o cuidado de colher esses dados junto à Receita e aos bancos.

Por exemplo, em 2004, no BankBoston, a movimentação financeira sua foi de R\$4 milhões. O que lhe diz isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca procurei saber sobre as movimentações bancárias. A única movimentação bancária que eu fiz foi numa conta de salário que o Marcos recebe das empresas, que ele me autoriza a utilizar para fazer os pagamentos de contas domésticas. Lá ele recebe R\$30 mil da SMP&B, R\$30 mil da DNA, que são os salários dele, que ele me autorizava a movimentar para fazer pagamentos domésticos. O restante não. Sei que entravam alguns cheques ou depósitos, transferências, não sei bem explicar, que eram lucros, participações das empresas. Nada mais do que isso eu sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas a senhora lembra de ter movimentado uma expressão assim tão alta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca tomei noção e conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De cheques ou contratos, transferências?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu nunca fiz. Os cheques que eu fazia, geralmente, eram cheques de movimentações domésticas, volto a afirmar, e na minha conta pessoal bancária. Eu movimento uma conta pessoal bancária onde eu tenho um pro labore da DNA – que eu não sei explicar muito bem se é uma lei ou alguma coisa – de R\$3,5 mil, que entra na minha conta bancária e que é a minha movimentação, seria movimentada por isso aí. O resto, eu não tomava conta. Isso tudo era responsabilidade do Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ele tem procuração da sua conta particular?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Da minha conta particular não, mas eu só movimentava esse meu valor, como Renilda, para fazer minhas compras pessoais, em cima desse valor que eu recebia, de R\$3,5 mil; e da conta pessoal dele, que é uma conta conjunta e é a conta-salário dele, de onde eu pagava contas domésticas. Fora isso, qualquer outro cheque era simplesmente com autorização do Marcos.

Então, eu desconheço...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas elas existiram, então. Com autorização dele, a senhora assinou cheques de altos valores?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. De altos valores, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas como a senhora movimentou R\$4 milhões num ano sem cheques elevados?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meus, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O patrimônio do casal, nos anos de 2002... No ano de 2002, o patrimônio confessado no Imposto de Renda era de três milhões e oitocentos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em 2003, foi para R\$11 milhões. E em 2004, para R\$18 milhões. A senhora percebeu essa evolução? E a que atribuiria esse acréscimo todo em dois anos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O que eu posso falar sobre

o meu patrimônio real, da minha noção real, é que o meu patrimônio foi crescendo devagar. Hoje eu possuo os carros de que falei; possuo a casa onde eu moro hoje, em Brumadinho; uma casa que tenho no Bairro Castelo, que é um bairro de classe média-média em Belo Horizonte e que eu comprei há quatorze anos – e durante esses quatorze anos eu estou em constante reforma, porque sempre você quer colocar uma coisa do seu jeito e eu ainda não consegui chegar lá. E o restante, isso aí, foi crescimento que foi acontecendo paulatinamente.

Não sei dizer o valor total. Nunca acompanhei realmente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora chegou a olhar a declaração de Imposto de Renda?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não acompanho isso.

Mais uma vez eu afirmo para o senhor: a minha função é como a de muitas mulheres no País, a de dona de casa, de do lar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora tem noção de investimentos que o seu marido tenha feito?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ampliado a sede da empresa? Adquirido imóvel para a empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu saiba, a empresa não tem imóvel próprio onde são as sedes hoje. Acho que os imóveis são alugados. O que eu sei da empresa é isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, como sócia, alguma vez a senhora recebeu participação do lucro da empresa?

A SRA. RENILDA DE MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Esses recebimentos de lucro eram diretos. O Marcos é que recebia, através da minha procuração, e colocava em depósitos bancários. Não sei informar periodicidade, valor. Nada disso eu não posso informar, porque eu não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A casa da senhora era freqüentada por alguém, repetindo, Líder de Partido político, Deputado, empresário?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. A minha casa ... Uma coisa que eu sempre quis preservar e que eu sempre pedi ao Marcos...E, realmente, até antes de acontecer o fato atual, a minha família era preservada e a minha casa era estritamente familiar. Nem encontros de sócios da

empresa eram feitos dentro da minha casa, porque eu não permitia.

Eu acho que dentro da minha casa é para viver com a minha família. Nada de negócios políticos. Nem encontros de sócios da empresa eram feitos dentro da minha casa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora tinha muitos contatos com a Simone Vasconcelos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei que a Simone é da área financeira da empresa e só vi a Simone umas duas vezes, não mais do que isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E por telefone?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nem por telefone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Soube de alguma vez ela ter vindo a Brasília ou soube que ela freqüentasse Brasília, viajasse muito para Brasília?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca tive essa confirmação. Acredito até que tenha vindo a Brasília, ou que veio a Brasília, uma vez que tem uma agência em Brasília. A SMP&B tem um escritório. Não sei te explicar como que é, porque hoje é a primeira vez que venho a Brasília, eu nem conhecia Brasília. Então, com certeza, ela deve ter vindo a Brasília.

Não sei quantas vezes, não sei para quê e não sei por quê.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela é uma pessoa em quem se pode acreditar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que sim. Desde que ela está na empresa, acredito que tenha um voto de confiança.

Volto a afirmar que não tenho contato com a Simone ou com nenhum outro funcionário da empresa. Meu contato com funcionários da empresa é com as secretárias, como o que eu tinha com a Sr^a Karina Somaggio. E ela afirmou que eu simplesmente passava contas, às vezes da minha casa, para pedir que mandasse pagar ao banco como forma de facilitar a minha vida, como hoje continuo fazendo com a secretária atual. É o único contato que tenho dentro da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora ouviu falar que ela afirmou que teria vindo a Brasília e se cansara no hotel de contar dinheiro e entregar a pessoas. Ouviu falar isso? Leu em algum lugar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu ouvi no depoimento da Karina, mas não acredito que isso aconteceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Chegou a conversar com Simone sobre isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não converso com a Simone. Eu só vi a Simone, volto a afirmar, duas vezes e não foi nem nessa época agora. Tem muito tempo que não vejo a Simone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o que a leva a não acreditar na versão de Karina?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Porque eu acho que é uma versão meio exagerada. Eu não acredito que isso exista. Dentro dos meus princípios, dentro das coisas que eu penso na minha vida e que acredito na minha vida, acredito que isso é uma coisa meio fantasiosa, né?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora está dizendo que é fantasioso o mensalão? O recebimento pelos Parlamentares de recursos canalizados pela empresa do seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito até o ponto em que sei... Quando eu soube do fato, eu soube pela mídia, como todos vocês quando ficaram sabendo, no dia 11 de junho. Ainda levei um susto muito grande porque eu estava na hípica quando saiu a notícia no **Jornal Nacional** e foi aquela confusão toda. Foi quando fiquei sabendo do que estava sendo falado.

Não acredito que seja o mensalão. Até quando saiu, eu chamei o Marcos e perguntei para ele o que era de fato isso que estava acontecendo. Foi quando ele me falou que ele, a pedido do Sr. Delúbio, fez alguns empréstimos. Ele não me falou em valores e não me falou quantos. Ele fez alguns empréstimos, a pedido do Sr. Delúbio, para o Partido dos Trabalhadores para pagamentos de despesas de campanha, nunca de mensalão. Ainda perguntei para ele sobre isso e foi essa a afirmação que ele me fez.

A única coisa que ele me informou. Então acredito que não seja mensalão. Acredito nessa versão, que seja alguma conta do Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele comentou alguma vez sobre mais pessoas que soubessem desse empréstimo que ele havia assinado para o PT?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Depois de ter perguntado para ele e reclamado que ele nunca havia me falado, *acho que você tinha que ter me falado*, fiquei assustada porque sou uma pessoa que não gosto de empréstimos. Não gosto para mim e não gosto de emprestar para os ou-

tros. Fiquei meio preocupada e falei *Como que vai ser? Quem vai pagar? Nós não temos bens para pagar.*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o que ele lhe disse?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – *É o meu nome. É a minha empresa. Como é que vai ser?*

Ele me disse que ele não poderia ter negado esse empréstimo e que foi um pedido do Delúbio e que ele não sentiu vontade de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual a vantagem que ele estava tendo em pôr todo o patrimônio a risco?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele falou que vantagem nenhuma e que ele se preocupou só em não ter desvantagens. O medo dele seria perder as contas que já possuía há anos com o Banco do Brasil, como acabou perdendo. Quer dizer, não adiantou nada.

E a única coisa que ele me falou foi que o Dr. – na época Ministro – José Dirceu sabia dos empréstimos. E eu perguntei como ele sabia. Ele falou que houve uma reunião da direção do Banco Rural, em Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, com o então Ministro José Dirceu, para resolver sobre o pagamento desses financiamentos feitos no Banco Rural. E que houve uma reunião em Brasília, da direção do BMG, não sei os nomes, ele só me disse assim, uma reunião em Brasília, não sei onde essa, para acertar o pagamento das contas, porque o banco também quer receber.

E o que sempre me preocupa é isto: como vai ser pago? Porque uma vez Marcos foi avalista. Me preocupa, porque a minha família está envolvida nisso, e eu não quero que prejudiquem meus filhos em momento nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o que ele falou que resultou dessa reunião? Quem se comprometeu? Comprometeu-se a quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Aí nós não relatamos mais nada, ele continuou, não teceu mais comentário nenhum sobre isso, e não sei se ele soube.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso foi quando, mais ou menos quando?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A reunião do Banco Rural, se não me engano, foi no ano passado, meio que no final do ano passado, eu não sei; e a do BMG também eu acho que foi no final do ano passado, início deste ano. A do BMG eu não sei te falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa conversa sobre a pendência no banco?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu tive com o Marcos? Que eu perguntei para ele? Foi agora, quando saíram esses assuntos na mídia, porque até então eu não sabia desses empréstimos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora conhece Alexandre Vasconcelos Castro, lá de Minas Gerais, de Belo Horizonte?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O sócio do seu marido é Cristiano Paiva Neves?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Cristiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Paz? Aqui está Paiva.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Está errado. Cristiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, não é.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Cristiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ah, Cristiano Paz é o sócio. Está certo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E qual é a participação na administração das empresas, do Cristiano?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Cristiano é o presidente da SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Da SMP&B? Com a DNA ele não tem nada?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Na DNA ele tinha participação, mas há mais ou menos um ano, acho que por motivos financeiros dele, não sei, alguma necessidade ou interesse pessoal dele, não sei especificar realmente, só com ele, ele vendeu a parte dele na DNA. Então, hoje, ele é sócio e presidente da SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora conhece Davi Rodrigues Alves?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aquele senhor que sacou mais de 5 milhões em espécie? Todos os jornais noticiaram em Belo Horizonte.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Fernando César Rocha Pereira, da Tucson refrigerantes?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Luiz Carlos Costa Lara?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Rodrigo Barroso Fernandes?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora tem noção de onde o seu marido, as empresas dele, participaram de campanhas eleitorais? A empresa é contratada para efetuar a publicidade...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A de 2004?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De 2004.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Como eu nunca acompanhei, sabia, por exemplo, que, em Belo Horizonte, ele já fez campanha há anos para outros Governos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Para quem?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se não me engano, para o Aécio ele já fez campanha há mais tempo. Ele já fez campanha para o prefeito de Contagem, Ademir Lucas, do PSDB. E, que eu me lembre, de 2004, sinceramente, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A senhora mora num condomínio?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Atualmente, moro em Brumadinho, num condomínio fechado que se chama Retiro do Chale, que fica a mais ou menos 35km de Belo Horizonte e é uma residência que demorei quatro anos para construir. Esse terreno eu já tinha, acredito, há uns seis ou sete anos. Realmente, eu não ia construir essa residência lá. Foi uma residência que construí não para ser uma residência fixa ou uma residência de campo, a partir do princípio de que sou uma pessoa extremamente urbana. Como eu tive um problema na minha família, que o Marcos, inclusive, já relatou, tive a perda de um filho, a minha casa principal, na qual moro há quatorze anos, havia colocado em nome da minha filha e do meu filho, que perdi. Fiz um inventário e voltei a parte para a minha filha. Sempre foi uma preocupação minha, enquanto mãe, e preocupação do Marcos, enquanto pai, de tentar preservar alguma coisa, deixar alguma coisa para os filhos no futuro. Muitos pais hoje em dia pensam nisso. Depois de sete anos da perda do meu filho é que engravidei, tenho um filho de quatro anos

e, quando ele nasceu, veio a preocupação nossa de fazer, de deixar alguma coisa para ele, como a gente estava deixando para a Natália. Foi por isso que foi construída essa casa no Retiro do Chalé, em Brumadinho, que é um condomínio que hoje não considero mais um condomínio fechado, eu considero mais um condomínio fechado. Eu o considero um condomínio semi-fechado, porque nem lá eu não tenho mais minha privacidade. Sou invadida, freqüentemente, por jornalistas. Tiram foto do meu filho na porta da minha casa. Inclusive, eu entrei com um processo contra o condomínio por isso estar acontecendo, que é uma cláusula do condomínio ser privativo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora conhece o contador da empresa, Prata?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Dr. Marco Aurélio Prata, mora no mesmo condomínio, mas não freqüento a casa dele. Ele não freqüenta a minha casa. Não sei falar a casa dele como é. Não conheço a esposa dele. Não freqüento. Sei que ele é o contador das empresas e ele faz o Imposto de Renda. É o limite que tenho do Marco Aurélio Prata.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O irmão dele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Fiquei conhecendo pelos jornais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Tenho certeza que não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma das informações que o Marcos Valério nos deu é de que saques também em espécie, em dinheiro, ocorriam porque era um mecanismo utilizado para a distribuição de lucros das empresas. Não lembro, parece que antes fiz referência, de ter ouvido.

A senhora recebeu alguma vez lucro na empresa? Distribuição de lucro: olha, isso é a sua parte porque a senhora é sócia da empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso era feita com o Marcos diretamente, uma vez que eu não participava da empresa. E era o Marcos que geria a empresa pela minha procuração. Eu ir lá..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas se tivesse acontecido, teria conhecimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que não, porque o Marcos sempre fez os depósitos direto nas contas bancárias, justamente por isso, porque nunca participei de movimento nenhum da empresa, nem de contas publici-

tárias, nem de administração, nem de administração, nem de divisão de lucros, nem de débitos, de nada da empresa. Como mais uma vez, eu volto a afirmar, se eu nem conhecia – nem conhecia, não – nem conheço a DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, encerro o meu questionamento por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo imediatamente a palavra ao primeiro inscrito, ilustre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados, Dona Renilda, primeiro, tenha a certeza de que V. S^a, aqui tem toda essa metodologia supostamente sofisticada de V. S^a, de V. Ex^a, mas aqui o trabalho de todos nós é de aprofundar as investigações, que é o trabalho que exige a grande maioria do povo brasileiro.

A grande maioria do povo brasileiro não aceita a corrupção. A grande maioria do povo brasileiro tenta ensinar a seus filhos a não roubar. A grande maioria do povo brasileiro trabalha muito, sofre muito. Então, só de ouvir falar em político, em corrupção, a grande maioria do povo brasileiro fica, absolutamente, nauseada.

Então, é para nos ajudar nessa investigação que a senhora está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com as minhas escusas, o tempo, por favor, assessoria?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Milagre!

Então, sei, tenha certeza, Dona Renilda, que é absolutamente legítimo da senhora analisar o depoimento da Sr^a Karina como fantasioso – é absolutamente legítimo. Do mesmo jeito, tenha certeza V. S^a que muitas pessoas que estão assistindo o depoimento da senhora tratarão também como fantasioso, ou podem tratar como fantasioso o meu depoimento ou o de qualquer outra pessoa. Isso é absolutamente natural. Precisamos de fatos concretos, de provas, de toda a documentação necessária, porque isso aqui não é uma brincadeira. Então, nós precisamos, e sei também que não é uma brincadeira para a senhora estar aqui.

Por mais que muitas pessoas mandem *e-mails* dizendo que tem que prender, que tem que fazer isso, tem que fazer aquilo outro, a gente sabe que não é uma situação fácil para quem está aí, para uma mãe, para um pai, que fica imaginando se a filha vê o depoimento em casa, como é que o menininho é tratado na escola. Isso não é uma coisa simples na vida de ninguém. É uma coisa muito complexa.

Então, partindo do pressuposto... Até sei que existem algumas mulheres que se satisfazem, são felizes e fazem a opção em ser do lar. Muitas outras mulheres não fazem essa opção de felicidade primeiro porque o lar é uma tormenta, é um trabalho exaustivo, repetitivo e doloroso e muitas têm que trabalhar muito para sustentar os seus filhos. Então, muitas não têm a opção de ser feliz sem desbravar os caminhos do mundo e ser simplesmente do lar. Agora, o mundo de que a senhora fala, conforme disse as palavras, é o mundo da confiança, do amor, do cuidado aos filhos, da Natália, do João Victor e do Marcos Valério, não é o mundo que estamos investigando. O mundo que estamos investigando, Sr^a Renilda, é um mundo muito ruim, é o mundo da política, é o mundo das relações promíscuas, é o mundo onde alguns que querem ser sérios vivem quase que se desgastando todos os dias para tentar ser sério no mundo do suborno, da chantagem, do utilitarismo, de pessoas que podem abraçá-la um dia e abraçar o seu marido um dia e no outro dia jogam o seu marido no lixo como se fosse um verme descartável, porque já não serve às pessoas que sempre serviu. Esse é o mundo da política. E esse é o mundo que, para a tristeza certamente das suas crianças muito mais, é o mundo em que vocês acabaram inseridos, porque, D^a Renilda, o que temos visto aqui não é uma coisa qualquer. Se o governo passado fazia, o atual Governo repete a metodologia da corrupção. E o que estamos analisando são documentos, desde o processo de instrução, quando dois diretores dos Correios se reuniam, por meio de uma discussão feita por um rapaz chamado de pauteiro, que preparava uma tal de redir, que era reunião de diretoria. E o que identificamos é que havia fraude no processo de instrução para o edital de licitação. Depois era uma licitação fraudada. Nos Correios, infelizmente se instalou uma verdadeira guerra de gangues partidárias. Quando digo gangues partidárias não estou generalizando para todos os filiados e os partidos, mas claramente foi isso que se instalou por delegação presidencial, que nomeia uma guerra de gangues entre PT, PTB e PMDB. E nessa guerra de gangue que agia com empresários apaniguados da estrutura de poder não estava só o seu marido. Existem outros empresários que ainda têm que sentar aqui, não sentarem ainda, têm contratos muito grandes na estrutura dos Correios.

Até agora o seu marido aparece não apenas como um apaniguado do sistema que ajuda as gangues partidárias a fraudarem licitações, são recompensados com licitações fraudadas e depois que ganham licitações fraudadas eles pagam aos partidos que, por sua vez, pagam aos parlamentares. Se o nome é mensalão, mensalinho ou qualquer um outro, mas paga. Isso foi

muito claro. Basta ver votações polêmicas enquanto o dinheiro saía. Basta ver como a D. Simone, D. Renilda, mandava vir um carro forte. Pedia um carro forte para transportar R\$1,5 milhão, que ia para uma suíte de um hotel luxuoso ou para a sede da SMP&B, e lá o dinheiro sumia, porque, não tinha relação de fornecedores, de credores e de pessoas que receberam o dinheiro. E “coincidentemente” era o pagamento que havia dos parlamentares e outras coisas mais. E disse a senhora aqui que a primeira vez que viu no Jornal Nacional perguntou ao Sr. Marcos Valério a questão dos empréstimos. Não foi isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No primeiro dia que saiu no Jornal Nacional, no dia 11, não saiu ainda falando sobre os empréstimos. No dia 11 de junho, o Jornal Nacional foi aquela reportagem do Roberto Jefferson.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – O que ele disse para a senhora ali?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nesse dia ele falou assim: eu não tenho nada com isso porque até então foi uma colocação do Deputado Roberto Jefferson de que existia o mensalão, que o Marcos Valério era operador, tudo. A única coisa que, no dia, perguntei para ele foi assim: o que é mensalão? Existe mensalão? Ele falou assim: “Não, isso não existe.” E no dia 11, foi também quando Roberto Jefferson...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nesse primeiro dia, desculpe-me, nesse primeiro dia ele falou alguma coisa com a senhora sobre as relações com o PT ou relações com o governo, algumas relações, ou só falou isso, lacônico, que não existia. Como foi que ele falou, exatamente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele falou comigo que não existia o mensalão. Nesse dia, inclusive, dia 11, foi quando também o Roberto Jefferson falou das malas de dinheiro que então ele havia trazido a Brasília em julho. E inclusive chegamos em casa e falei: – Isso não pode existir porque não estávamos nem no Brasil. O empréstimo, até então, eu não sabia de nada. E ele falou: “- Olha, mensalão nunca fiz, nunca paguei, não tenho nada com isso. E sacos de dinheiro, sacolas de dinheiro nunca carreguei. Pronto.” Isso aí, aí eu já estava extremamente assustada, extremamente abalada, porque vou confessar: sou extremamente apolítica. Nunca fui uma pessoa que leu os jornais para saber sobre esse ou aquele partido, isso ou aquilo. Se me perguntarem, acho que, como qualquer brasileiro, em que Deputado em que votei na última eleição, vou ser honesta para senhora que não me lembro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, aí, depois, como foi que veio a história do empréstimo, que a senhora ia complementando? Sobre a história de dívida de campanha.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A história do empréstimo eu perguntei quando ele aqui comentou sobre os empréstimos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, aí a senhora disse que ele disse que era dívida de campanha.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Aí que ele chegou e falou que foi feito um pedido pelo Sr. Delúbio, que ele avalizasse o PT nesses empréstimos, que o PT tinha umas dívidas e queria pagar algumas coisas de campanha. Não entrei em detalhes, fiquei presa a isso, justamente porque sou completamente fora de política, não gosto de acompanhar, estou sendo honesta e sincera. Estou acompanhando política hoje porque estou dentro dela sem querer.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, veja, D. Renilda, tenha a certeza V. S^a que todo mundo faz um esforço para achar que as pessoas estão falando a verdade. E pode ser, não há dúvida, que a senhora esteja falando aquilo... Mas, veja, é uma turbulência muito grande, porque acho que é uma turbulência gigantesca na sua vida. O que mais ele falou? Por quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que ele fez os empréstimos, volto a afirmar, para o Delúbio, o Delúbio não, para o PT, a pedido do Delúbio...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não falou quantos empréstimos, qual o montante...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não falou, ele só falou que fez vários empréstimos. A única preocupação minha na hora e é a minha preocupação ainda agora, é como vão pagar esses empréstimos. Porque, sendo ele avalista, e fui tomar noção do conhecimento, do valor dos empréstimos, que ele então me falou, semana passada, que valor que era que foi retirado, e fui ficar sabendo o valor que está atualmente pela imprensa. E isso me põe nervosa, preocupada, porque como é que vou fazer?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas mesmo assim ele não falou mais nada com a senhora? Não disse se se sentia constrangido, se fez para ajudar algumas pessoas, se já fazia isso antes. Porque veja, Renilda...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele só falou que ele nunca fez, que ele fez isso como um pedido que o Delúbio fez, que ele achou que não devia regular...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem nos governos passados? Ele nunca atuou dessa forma? Ele disse para a senhora.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca fez em partido nenhum. Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por que, veja, a situação é tão difícil, é como se ele estivesse montado um esquema de lavagem do dinheiro. Ou seja, os empresários depositavam dinheiro na conta dele, que por sua vez ele passava para partidos políticos, que por sua vez ele pegava empréstimo do banco que não tinha garantia, não tinha avalista, porque muitos dos empréstimos que ele e as empresas dele pegaram... Em nenhum momento, D. Renilda, ele falou sobre nada disso? Ou que se sentia constrangido, ou que foi usado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A única coisa que hoje Marcos Valério sente que foi, que conversei com ele no domingo, é que ele se sentiu usado hoje porque, na época, ele fez em questão de uma amizade – achava que era um pedido difícil de negar, mesmo porque ele se sentia um pouco como qualquer... esta é uma avaliação minha, pessoal, tá? Eu acho que ele, como qualquer empresário, no ramo de comunicação ou em outro ramo, poderia se sentir meio... “Que bom. Se eu não ajudar eu posso ser prejudicado.” Mas beneficiado eu sei que ele não foi porque, se não me engano, a Petrobras e teve mais outras estatais que não sei – a que eu tenho quase certeza é a Petrobras – em que eles entraram na licitação e perderam. Eu sei que teve licitações do Governo em que foi perdido...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas ele fazia algum comentário quando perdia ou ganhava?

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Não. Nunca fez porque eu nunca acompanhei movimento nenhum da agência – nem de ganhar e nem de perder movimento. Eu sei esta da Petrobras agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a senhora já soube agora.

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Esta da Petrobras eu fiquei sabendo agora – foi porque comentaram: “Ah, porque isto poderia ser beneficiado. Ele faz os empréstimos.” Então, ele beneficiava.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E ele dizia que estava sendo usado por quem?

A SRA. RENILDA SANTIAGO – E aí ele concordou: “Eu te falo que eu nunca fui beneficiado porque eu perdi contas no Governo atual.” Como ele já perdeu contas no Governo passado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas ele dizia que tinha se sentido usado por quem?

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Porque acho que ele....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Por quem?

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Por quem não. Ele se sentiu usado pelo Partido – eu não sei como posso explicar isto. É um sentimento dele e que acredito que seja. Particularmente, eu acho que, como a minha ética – eu, como pessoa – nunca teria feito, tá? Nunca seria avalista e nunca teria feito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só para terminar – porque o nosso tempo já terminou – a senhora não acha que tenha nenhum dado que possa auxiliar nas investigações, independente de se acreditar no depoimento da senhora? A senhora acha que tem algum dado que possa auxiliar – ou de relações políticas ou de relações econômicas....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...ou conversas que tenham sido estabelecidas – algum fato que seja importante para nos auxiliar no procedimento de investigação, D^a Renilda Santiago?

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Eu quero que sejam feitas as perguntas – pode ser que, durante as perguntas, pode acontecer algum fato que possa ajudar. No momento, não lembro. O que estou falando é o que eu sei e uma coisa, por exemplo, que eu possa falar que, então, é que, se o Marcos fosse tão beneficiado pelo próprio Partido – pelo PT – como sempre é colocado, ele, em Contagem, que é uma cidade da grande BH, é uma cidade grande – para quem conhece Belo Horizonte – de um porte industrial grande, ele possuía conta da Prefeitura de Contagem, que é do PSDB. A Prefeitura de Contagem, hoje, é do PT e ele não tem a conta de Contagem. Ele perdeu.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois é. Mas ele não fez empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora, concluindo. Existem muitos inscritos e, aí, se V. Ex^a me permite, V. Ex^a se reinscreva.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, com um minuto de tolerância que V. Ex^a sempre dá a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Eu não posso, Senadora Heloísa Helena, porque se não vai ficar inadministrável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu posso só terminar, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. Eu, então, quero me reinscrever e deixar claro para a D^a Renilda porque eu também vou me reinscrever que o problema, aqui, é porque, se ele fez a campanha de Contagem, ele não solicitou milhões de empréstimos – pelo menos ao que nós saibamos, a não ser que a senhora tenha algum dado novo relacionado também a isto do PSDB. Eu então, me reinscrevo e espero que a senhora possa lembrar de algum fato, de algum detalhe que possa nos ajudar no procedimento de investigação.

A SRA. RENILDA SANTIAGO – Eu sei que a campanha do PSDB – quando era então Prefeito o Sr. Ademir Lucas – ele fez a campanha, fez uma licitação normal e ganhou a licitação e a fez. Mais nada e sei que não havia aproximação nenhuma dele – pessoal – com o então Prefeito Ademir Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

Senadora Heloísa Helena está reinscrita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, D^a Renilda... O tempo, Sr. Presidente.

D^a Renilda, antes de mais nada, eu queria afirmar a senhora que esta situação não é constrangedora apenas para senhora. Eu diria que todos nós aqui estamos um pouco constrangidos de ter que fazer esse interrogatório com a senhora. Infelizmente e lamentavelmente, fomos levados a essa situação porque é importante para elucidar algumas dúvidas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de mais nada, D^a Renilda, eu gostaria de situar a importância do depoimento da senhora não apenas no plano institucional, na repercussão que possíveis revelações podem trazer para este momento do País. Eu queria situar a importância do depoimento da senhora principalmente no seu plano pessoal, no seu plano íntimo. Talvez, D^a Renilda, a senhora tenha a possibilidade de fazer como mãe aquilo que o Marcos Valério, seu esposo, não pôde fazer como pai: contar toda a verdade. E por que é que eu digo isso à senhora? Porque eu tenho absoluta convicção que a senhora só se libertará e só libertará os seus filhos de toda essa angústia, de todo esse estado de tensão que se instalou sobre a família de vocês, quando toda a verdade aparecer, quando não faltar nada a ser dito, quando todos os elementos estiverem postos no tabuleiro, quando esse quebra-cabeça acabar de ser montado. Somente nesse momento, D^a Renilda, a senhora vai ter paz de espírito e tranquilidade e voltar a desfrutar do convívio pacífico e harmônico com seus filhos.

Por isso é que é muito importante que a senhora nos diga a verdade e talvez, se a senhora nos ajudar,

a senhora também estará ajudando ao Marcos Valério, o seu marido, porque a senhora tem que entender que hoje passa para Nação brasileira que o Sr. Marcos Valério é o grande mentor de todo esse esquema de corrupção que foi montado. Muitos acham, e querem vender essa história, que ele seria capaz de montar tudo isso sozinho. Muitos querem colocá-lo na condição de único vilão, e nós sabemos que isso não é verdade. E talvez, D^a Renilda, somente a senhora possa ajudar a deslocar a posição do seu Marcos Valério do grande vilão dessa história e posicioná-lo como mais uma das pessoas que participou de atos ilícitos, participou de atos que envergonham a Nação brasileira, mas não como o único responsável, não como o principal mentor, não como o principal artífice de toda essa estrutura que foi montada.

E faço essa introdução, D^a Renilda, porque realmente seria muito importante que a senhora contribuisse com a Comissão Parlamentar de Inquérito e aí passo às minhas indagações.

Imagino que vocês estão vivendo um momento muito difícil, provavelmente o momento mais difícil da vida de vocês, talvez só menos doloroso do que a perda do filho de vocês, que é uma coisa que é incomparável. Mas eu perguntaria: se a senhora pudesse descrever, como é que a senhora descreveria para esta Comissão o estado psicológico em que se encontra atualmente o Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Marcos está uma pessoa extremamente tensa, preocupada, uma vez que ele não fez isso de forma como...que eu quero, como eu falei desde o início, como eu falei com a Senadora Heloisa Helena que eu vim, estou disposta a clarear o que eu puder clarear, vou ajudar no que eu puder ajudar, agora, na minha forma de pensar, o Marcos não fez uma coisa ilícita desde que ele tenha tirado o financiamento, foi uma coisa legal, e repassou ao Sr. Delúbio. O que o Delúbio fez com o dinheiro, eu não sei. Sei que o Marcos está chateado, triste, tem a sua vida totalmente encarcerada. Hoje nós vivemos num cárcere privado, doméstico por quê? Porque ele não pode sair às ruas, ele não pode ir a lugar nenhum, ele não pode acompanhar os filhos dele. Quer dizer, isso... psicologicamente tem que estar é muito abalado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A senhora acha que o seu marido está sendo abandonado? Ele está sendo exposto de forma excessiva por eventualmente pessoas que tiveram participação em tudo isso e que agora podem querer estar se esquivando?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Só espero que, se existem

pessoas que realmente participaram desses atos, desses problemas, é que se sensibilizem pela família que está acontecendo, que está sendo desmoronada que é a minha, que tomem partido e assumam alguma coisa ou ajudem a revelar o fato como ele é, que eu acho que o fato tem que ser revelado como é. O que eu ainda comentei lá fora é que as pessoas são, no meu caso, a minha família foi execrada, condenada em três dias.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E a senhora acha que...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Agora, eu acho que isso é uma coisa que eu, como pessoa, não concordo como é feito, porque eu acho que tudo tinha que ser paralelo, documentos e pesquisa. Então, às vezes, as coisas são meio que atropeladas. Primeiro vem um depoimento para depois você ir lá e investigar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria: a senhora não acha que é injusto estarem abandonando o seu marido? A senhora não acha que é injusto estarem impondo a ele esse sacrifício? Isso não deveria estar sendo compartilhado com essas outras pessoas que participaram?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que é injusto. As pessoas que participaram, eu acho que elas têm que participar e assumirem, e outra coisa que eu acho injusta é que a forma como é sempre colocada, que eu não concordo, é que Marcos Valério fez o cheque de trezentos mil, vamos supor. Marcos Valério, da DNA, Marcos Valério... Não é Marcos Valério. Eu acredito que deveria ser modificado isso. Como SMP&B ou como DNA, uma vez que nenhum cheque das empresas é assinado por um único sócio – volto a afirmar. Então, nenhum cheque foi assinado somente pelo Marcos Valério. Então, a responsabilidade não é única de Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – D^a Renilda, a senhora já teve alguma experiência profissional em alguma instituição bancária (*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu me formei é... Pedagogia em 1985 e trabalhei no Banco do Estado de Minas Gerais, na área de treinamento do Bemge, uma área que foi implantada, no treinamento a distância durante um período de mais ou menos, acho que uns três anos, mais ou menos, quando então eu tive o meu filho, o meu primeiro, e foi uma opção minha, que logo ele começou a ter alguns problemas. Foi aonde eu optei por me tornar... não por uma opção que eu quisesse. É claro que eu queria ser uma profissional, mas eu optei de

sair desta instituição bancária, Bemge, para se tornar dona de casa em função do meu filho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu questiono isso, porque nós tínhamos referência de que a senhora já havia trabalhado no Banco de Estado de Minas Gerais, e aí, D^a Renilda, nos parece um pouco estranho que uma pessoa bem formada, que tenha estudado Pedagogia, que tenha trabalhado numa instituição financeira, tenha assinado tantos cheques, tenha figurado como responsável por tantos contratos e tenha sido colocada como sócia de tantas empresas, sem que, no entanto, fosse participado a essa mesma pessoa o objeto de cada uma dessas suas ações.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu falo com o senhor e, às vezes, eu até comento com as pessoas que, como eu trabalhei realmente numa instituição bancária, no Bemge, mas se o senhor procurar informação de alguém que tenha, que trabalhe e que teve a formação que eu tive e foi trabalhar numa área de treinamento, eu falo com o senhor que, de banco, eu nunca trabalhei, porque uma área de treinamento do Banco era uma área completamente à parte de qualquer atividades financeiras do Banco, mesmo porque eu trabalhava numa área de treinamento a distância, onde eu escrevia livros de introdução à carreira bancária, que eram livros para contínuos que entravam ao Banco como treinamento a distância. Fora isso...

Então, quando eu saí de lá e eu optei por ser dona de casa, eu não procurei mais saber de nada e o Marcos, quando, então, entrou nessas empresas, e ele colocou a empresa em meu nome, depois de uma... Porque ele entrou com...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A senhora nos afirmou que fez isso sem conhecimento pleno. Fez em confiança ao Sr. Marcos Valério, que é seu esposo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Em confiança ao Marcos Valério, que é meu esposo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, o que nos deixa um pouco intrigados também, Dona Renilda, com todo respeito, é que o Sr. Marcos Valério nos afirmou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que havia sido a senhora a autora da idéia de figurar como sócia das empresas, porque a senhora teria alguma desconfiança dele, poderia cogitar uma eventual separação e, para se resguardar, para ter segurança, solicitou a ele que figurasse também como sócia das empresas. Parece-nos estranho que o seu esposo tenha afirmado que a senhora não confiou o suficiente nele e exigiu participar dos contratos

sociais das empresas, mas, por outro lado, a senhora aqui nos afirma que confia o suficiente nele para assinar cheques em branco, assinar contratos em branco, não se preocupar em conhecer o objeto daquilo que está avalizando, daqueles atos jurídicos dos quais é partícipe. A senhora concorda comigo que há uma dicotomia nessas duas afirmações?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos Valério, acho que ele não afirmou que desde o início colocou a empresa em meu nome. A empresa foi colocada em meu nome quando da saída do Clésio Andrade; eles entraram com um processo, se o senhor me perguntar qual o motivo, não sei. Aí, sim, ele colocou em meu nome.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas foi a senhora quem pediu a ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Aí ele colocou no meu nome – isso eu sei. A forma que ele colocou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas havia alguma desconfiança, como ele disse aqui?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Aí ele colocou porque estava em uma disputa com o Clésio Andrade. A SMP&B, ele colocou e achou conveniente na época colocar em meu nome. Depois, passada essa disputa, que acabou, a SMP&B ganhou, acabou o problema, tal, continuou em meu nome. Foi o que o Marcos falou, mas às vezes era uma brincadeira quando a gente falava “olha, vai continuar em meu nome porque, se a gente se separar, estou resguardada”. Não que fosse. Estou casada com ele há 18 anos, nunca me separei dele, nunca houve cogitação de separação. Continuei deixando em meu nome, mais uma vez, por confiança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dona Renilda, uma coisa que me chamou atenção e que considere da maior importância é que a senhora revelou aqui a preocupação que tinha com o fato de o seu esposo ter participado de negócios jurídicos com o PT, como prestador de um montante significativo e, com isso, obviamente colocar em risco a segurança do patrimônio da sua família. Essa foi uma formulação categórica da senhora. Eu queria esclarecer um fato que, talvez, tenha sido citado pelo Relator, mas não foi muito expressamente entendido pelo menos por esta Comissão.

A senhora tinha de fato conhecimento de que o Delúbio Soares havia dado a seu marido, Marcos Valério, como garantia em caso de inadimplemento desses negócios com o PT, justamente o fato de que o então Ministro da Casa Civil José Dirceu e o Secretário do

PT, Silvio Pereira, tinham conhecimento de todas as transações?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso falar sobre Silvio Pereira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas sobre José Dirceu a senhora pode falar.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sobre José Dirceu posso falar, como eu volto a confirmar para o senhor o fato. Vou voltar um pouquinho atrás quando o senhor falou da minha preocupação do débito em relação ao patrimônio da minha família. Eu vou um pouquinho mais além. A minha preocupação não é só o patrimônio da minha família. A minha preocupação hoje em relação à segurança da minha família, à segurança física e à integridade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Propriamente, com relação à participação do então Ministro José Dirceu...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O então Ministro José Dirceu, depois que foi divulgado isso, a minha preocupação foi “como vai ser pago, Marcos?”. Foi quando ele me revelou que houve uma reunião da direção do Banco Rural. Eu não sei precisar data.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acho que foi ano passado. Reunião da direção do Banco Rural com o então Ministro José Dirceu para acertar sobre pagamento do empréstimo. Isso foi em Belo Horizonte e, em Brasília, da BMG.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certo. Então, foi uma reunião com os dirigentes do Banco Rural e do BMG com o Ministro José Dirceu.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas o Marcos Valério não participou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certo, mas o Ministro José Dirceu participou.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para acertar o pagamento dos empréstimos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. A última pergunta, Sr. Pre-

sidente, até porque a Senadora Heloísa Helena teve talvez quatro ou cinco minutos de tolerância...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Infelizmente, não tive. Tive só um.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas teve no início.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Última pergunta: Dona Renilda, é evidente que existem alguns fatos que nós, políticos ou empresários, até por motivos lógicos, comentamos em casa. Alguma vez o Sr. Marcos Valério fez algum comentário de que, eventualmente, poderia ter prestado algum serviço ou algum favor direto ou indireto para o Presidente Lula ou para um dos familiares do Presidente Lula? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É uma pergunta concatenada, Sr. Presidente.

A senhora poderia nos relatar alguma visita que, eventualmente, seu esposo possa ter feito ao Presidente ou algum contato que ele possa ter tido pessoalmente com o Presidente? Se ele comentou, mesmo que tenha sido de forma muito breve, no convívio familiar, eu queria que a senhora, por favor, nos revelasse essa informação.

Aproveito para me reinscrever, Sr. Presidente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Ele nunca comentou se teve. Ele nunca conheceu o Presidente Lula. Ele não conhece e nunca manteve algum encontro. Isso eu perguntei também, e ele confirmou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A senhora também não tem conhecimento se, por intermédio das empresas, algum tipo de favor ou serviço foi prestado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum favorecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tempo encerrado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesses últimos dez a quinze dias, seu marido teve

algum encontro com o Sr. Delúbio Soares em Belo Horizonte?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O que sei é que acho que teve um dia em que o Dr. Delúbio ligou para ele. Não sei se eles chegaram a se encontrar ou alguma coisa, porque estão acontecendo esses fatos. Estou sendo sincera e honesta com vocês. Realmente, não estou saindo de casa. Tive um problema sério de depressão e não estou sabendo. Sei que ligou. Não sei se chegaram a se encontrar. Isso não posso afirmar. Sei que conversaram, mas não sei se foi só por telefone ou se foi pessoalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora já tomou conhecimento do que significa “delação premiada”? Já ouviu a expressão “delação premiada”?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tomei conhecimento agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Seu marido veio à Procuradoria propor ao Procurador um entendimento em relação à possível punição dele? Ou seja, ele veio pedir a delação premiada ao Procurador-Geral da República em Brasília?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sei que ele veio à Procuradoria-Geral da República de livre e espontânea vontade para declarar alguns fatos que ele julgou necessários. Mas, que eu saiba, não saiu nem essa delação premiada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando seu marido conversa sobre isso, ele dá a entender que ele sabe de coisas relevantes e que poderiam ser postas em negociação com o Procurador? Ou seja, ele diz que, se ele falar das coisas que ele sabe, ele merece ter a pena diminuída, mitigada, porque ele vai ajudar as esclarecer os fatos? Ele comenta alguma coisa nesse sentido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele não comenta comigo claramente se ele pode ou não e nem comenta comigo se ele tem ou não documentos. Como, várias vezes, noticiaram que ele tem caixas de documentos, essas coisas, eu realmente perguntei para ele, e ele falou que não, que isso não existe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, com todo respeito, a exemplo de como conduziu a indagação o Relator, Deputado Osmar Serraglio, não pretendo orientar a

depoente, até porque tem um brilhante advogado ao seu lado. Mas nos cabe advertir, como fez o Relator. Há indícios e já provas documentais que, sem querer prejudicar, sinalizam que haverá uma condenação severa em função de crimes os mais variados praticados pelos sócios e representantes das agências que aqui denominamos chamar “do Sr. Marcos Valério”. A senhora é uma das sócias. Certamente, não idealizou essa estratégia de corrupção, que estabeleceu uma associação do Executivo com o Legislativo – partes do Legislativo –, alguns Partidos políticos e as agências da senhora, do Sr. Marcos Valério e de outros sócios.

Portanto, pesa sobre os ombros da senhora o impacto forte de denúncias de corrupção. Certamente, a senhora não idealizou esse plano fracassado. Obviamente, não deve estar satisfeita de ser envolvida sem uma participação na arquitetura do projeto. A senhora não participou, seguramente. Quanto a isso não tenho dúvidas, disse a verdade aqui.

Se não participou, se não idealizou, por que haveria de pagar tão caro? É por essa razão que, com todo o respeito, faço esta advertência. A senhora tem duas alternativas: a primeira, depor na sua própria defesa, protegendo-se, minimizando os efeitos das denúncias já conhecidas; e a segunda, oferecendo munção à acusação. Se a senhora disser verdades, revelar fatos, trazer informações, elementos novos para investigação desta Comissão, estará trabalhando a seu favor, na defesa de uma eventual liberdade futura. Caso contrário, a omissão, a convivência vai levar a senhora a trabalhar contra seu próprio interesse de liberdade, porque estará municiando a acusação.

Então, é importante, porque este é o objetivo desta Comissão: chegar aos artífices desse projeto de corrupção. A senhora já fez referência a Delúbio Soares, a José Dirceu, que participaram das articulações, relativamente a empréstimos, já que essa é a versão – para nós, fantasiosa –, mas é a versão divulgada para a opinião pública pelos agentes envolvidos naquilo que juridicamente se chama “formação de quadrilha”.

Pergunto à senhora – é mais uma oportunidade que ofereço –: além de José Dirceu, de Delúbio Soares, de José Genoino, que assinou em nome do Partido esses empréstimos, a senhora conhece outras pessoas que tenham participado dessa articulação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço. A única pessoa que conheço é o Sr. Delúbio, nessa ocasião, então, que eu contei. Não conheço...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para ser mais preciso, não só conhecer, mas ouviu? Obviamente esses fatos passaram a sua frente, no seu próprio lar, ao lado de seu marido...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A maioria das coisas de que tomo conhecimento é até mais pela mídia do que por ele. Por ele, a informação que tenho é do aval do Sr. Delúbio, dele e do então ex-Presidente Genoino, que já foi fato que todo o mundo ficou sabendo, e que existia esse conhecimento do então Ministro José Dirceu. É o que eu sei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sobre o Presidente Lula a senhora não tem informação....

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nada, nada, nada, nunca foi dito nada sobre o Presidente Lula.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – As operações bancárias, para alguns, foram apenas operações contábeis para acobertar o repasse do dinheiro público; para outros, uma operação bancária efetivada, mas sem o compromisso do pagamento, já que o pagamento se dá de forma indireta, com repasse de recursos públicos, em contratos superfaturados ou privilegiados, como é o caso do BMG, que obteve durante três meses, o privilégio da exclusividade de uma conta que o coloca como líder do *ranking* no que diz respeito a empréstimos consignados, uma movimentação hoje que supera R\$2,7 bilhões. Refiro-me ao BMG, porque foi sua empresa Graffiti – a senhora é majoritária, tem 66% das ações – que contraiu esse empréstimo de R\$15.700.000,00 (quinze milhões e setecentos mil reais), supostamente transferidos ao PT. Indago: a senhora, como majoritária, não foi consultada quando da negociação desse empréstimo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não fui consultada, porque todas movimentações, tudo que era feito na SMP&B, DNA – a Graffiti uma empresa que é majoritária na DNA –, em que constam eu, como sócios, Renilda, Ramon e Marcos Valério, em nada das empresas eu era consultada, nem licitações, nem empréstimos, nem contas a pagar, nem contas a receber, em movimentação nenhuma da empresa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora acha correto, não sendo consultada, não participando de nada, ter que pagar muito caro por tudo isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu posso hoje falar com o senhor que sinto que fui um pouco errada, que fui um pouco alheia, um pouco até mesmo covarde por nunca ter me interessado pelas empresas, a partir do momento em que eu era sócia. Mas foi uma opção minha, de extrema confiança no meu marido, e foi uma opção minha, de me dedicar aos meus filhos e a minha casa. Então, hoje, no momento que hoje passo, que vivo e que minha família vive, se eu pudesse voltar atrás, eu

voltaria atrás e queria participar mais. Como não fiz na época, hoje não posso fazer mais nada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora pode dizer a verdade. Quem sabe num futuro próximo...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A verdade que estou dizendo até o momento, se o senhor me permite falar, é o meu conhecimento. E estou procurando ser a mais verdadeira e a mais clara possível.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Espero que o seja agora na próxima indagação, porque não desejo que num futuro próximo a senhora se arrependa de não ter dito hoje a verdade.

Há pouco, fez referência à sua movimentação pessoal. O Relator indagou, e a senhora disse não conhecer muito bem a sua própria movimentação na sua conta bancária. A senhora sabe quanto movimentou em dois anos, em 2003 e em 2004, na sua conta bancária?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque isso eu sempre deixava a cargo do Marcos Valério.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora sabe que nós quebramos o seu sigilo bancário?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sei que o meu sigilo bancário está quebrado desde o dia 30 de junho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. E temos todas essas informações. A senhora movimentou R\$9.971.000,00 nesses dois anos. A senhora afirma que só sacava valores inferiores a R\$3.500,00 – me parece.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu falei que na minha conta pessoal em que eu recebia um pró-labore da empresa, da SMP&B, era de R\$3.500,00. Não que eu sacava R\$3.500,00, seria uma conta minha. Eu movimentava a conta-salário do Marcos, que é uma conta onde é depositado mensalmente R\$60.000,00, que é um salário de R\$30.000,00 da SMP&B e de R\$30.000,00 da DNA. Através dessa conta, eu fazia as movimentações, os pagamentos domésticos da minha residência. Fora isso, qualquer outra coisa era com o Marcos Valério.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a senhora conhece Carlos Antônio Dias Coelho?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Conheço. É o meu motorista.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, a senhora não vai negar que o Sr. Carlos Antônio Dias Coelho visitava a agência bancária constantemente e sacava os mais diversos valores de forma bastante expressiva.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu posso falar com o senhor com certeza que Antônio Carlos Dias Coelho é meu motorista já há seis anos. Como motorista ele faz também determinados pagamentos para mim. Como eu moro numa casa, no bairro Castelo, relativamente boa para o bairro em que moro, que hoje colocam como uma mansão, que não é, posso exemplificar para o senhor que no dia 5, todo mês, o senhor pode procurar saber, realmente na conta-salário do Marcos, que inclusive era no dia 5 que ele recebia salário da SMP&B e no dia 1º entrava o salário da DNA, havia uma movimentação bancária maior porque eram feitos os pagamentos dos salários dos empregados da minha residência; pagamentos de salários, pagamentos de planos de saúde, cartões de crédito e várias coisas. No dia 05 – o senhor pode procurar saber –, eram movimentações mais altas, em torno dos dias 05 e 06, que poderiam chegar a cerca de R\$10 mil, R\$11 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há uma variação de oportunidades aqui: dia 02, dia 21, dia 31, dia 14, dia 09...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Agora, outras coisas não vou lembrar para o senhor, se teve algum pagamento. Como estou fazendo uma reforma na minha casa, posso ter dado algum cheque para alguma reforma da minha casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Somamos aqui mais de R\$511 mil de saques por intermédio do Carlos Antonio Dias Coelho, e a senhora disse que não assinava os cheques?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Esses cheques são da conta-salário do Marcos. Volto a afirmar, e o senhor pode verificar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A conta está aqui, o número da conta, agência...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – 33571400; o Banco é o Banco de Boston.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É exatamente do Banco de Boston.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pois é.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A conta...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – 33571400.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aqui não consta o número da conta, mas, antes, a senhora disse que não emitia cheques.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu estava considerando cheques em valores altos os mencionados diariamente, minuto a minuto, que são os cheques acima de R\$100 mil,

R\$300 mil, R\$400 mil, R\$500 mil. Esses cheques, as Sr^{as} e os Srs. Deputados podem procurar que não vão achar nenhum com a minha assinatura de sacado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Realmente, não há. Há cheque de R\$14 mil, R\$10 mil, R\$8 mil, R\$7 mil. Há variação de valores; R\$11,800 mil, R\$11,889 mil. Há realmente vários. Mas esse Carlos Antonio Dias Coelho – isso chamou a atenção da Comissão, agora a senhora esclarece – é o seu motorista.

Tenho ainda uma indagação importante relativamente à remessa para o exterior. A senhora é sócia da agência SMP&B com 33,33% das ações e, portanto, é responsável, sim, por todos os procedimentos dessa empresa.

A senhora afirmou que essa agência não envia recursos para o exterior, foi isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu saiba, não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora tem certeza disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu saiba, não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora nunca foi comunicada disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, como nunca participei – volto a afirmar outra vez – da vida ativa de nenhuma das empresas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero informar à senhora e a esta Comissão que vou encaminhar ao Relator da Comissão um *CD Room* em que consta o relatório dos repasses de recursos ao exterior por meio daquela que é considerada a maior lavanderia da América Latina, uma das maiores lavanderias de dinheiro do mundo, instalada em Nova York, agora fechada por investigação do FBI, a Beacon Hill. Todos os recursos que chegavam nas contas da Beacon Hill eram transferidos para outras contas bancárias e tinham origem duvidosa ou eram repassados de forma ilegal. Portanto, eu poderia citar alguns valores, mas cito exatamente, no dia 20 de junho de 2000, o repasse de R\$100 mil. Os valores superam R\$1,2 milhão, num período em que a relação cambial era muito próxima, dólar e real.

Pergunto: a senhora conhece aqui no Brasil a sua empresa Multiaction, evidentemente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca fui na Multiaction.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas é uma empresa do grupo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sei que existe, claro, mas nunca frequentei a empresa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a Action Group, a senhora conhece?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Action Group?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É exatamente a Action Group que recebia o maior volume desses valores em repasses arredondados, de R\$100 mil, de R\$80 mil, de R\$60 mil em várias oportunidades. Isso tudo configura...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, concluindo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir. É evidente que a Sr^a Renilda não tem informações a respeito desses fatos ou não quer informar a respeito. Ela se omite em relação à sua participação, já que ela é sócia da SMP&B, que repassou a maior soma desses valores à DNA, com um pouco menos.

Mas quero encaminhar, então, à Mesa, ao Sr. Relator Osmar Serraglio, esse *CD Room* com todo o relatório do repasse desses valores para o exterior, com a clara configuração de evasão de divisas, sonegação fiscal, crimes contra a ordem tributária nacional e contra o sistema financeiro nacional; crimes que deverão, obviamente, ser tipificados, quando do relatório final, para o indiciamento das pessoas envolvidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu só quero esclarecer para o senhor, Deputado, Senador – me desculpe –, que em momento nenhum eu tenho interesse de esconder algum fato. Quando eu digo que eu realmente não conheço, é que eu realmente não participei. Nunca participei de movimentos empresariais nem aqui dentro do Brasil, quanto menos fora do País. Então, simplesmente dei a procuração, volto a afirmar, mas nunca participei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, acho que o Brasil inteiro quer entender essa personalidade chamada Marcos Valério. Todos nós queremos entender como é que uma pessoa consegue operar ao longo de tantos anos dessa forma, trazendo toda essa situação que nos move aqui na investigação. Talvez a pessoa que possa dar os melhores elementos de como se constituiu a personalidade, a maneira de operar do Sr. Marcos Valério, seja exatamente a Sr^a Renilda. Quero focar nesse conhecimento da história e da maneira como o Sr. Marcos Valério agiu e age.

A senhora mesma disse que o conhece e convive com ele há 25 anos. Portanto, talvez não tenha outra pessoa neste mundo que tenha melhor conhecimento do Sr. Marcos Valério.

Numa das perguntas anteriores, a senhora disse que trabalhou no Bemge. É isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Perfeitamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Banco do Estado de Minas Gerais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Banco do Estado de Minas Gerais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual foi o período que a senhora trabalhou lá?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu, se eu não me recordo, se eu não estiver errando muito bem a data, eu acho que eu entrei lá em 1985 e trabalhei até 1988, mais ou menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi no Bemge que a senhora conheceu o Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Já conhecia antes?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É... A minha casa era de fundos com a casa dele, no Bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o conhecimento era de bairro?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas vocês trabalharam juntos no Bemge?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Juntos não. O Marcos entrou no Banco do Estado de Minas Gerais, Bemge, antes de mim. Ele entrou lá trabalhando... A princípio, ele trabalhava como escriturário numa parte do dia. Outra parte do dia...

Então, eu vou te reportar assim... O que eu entendi é que a senhora quer conhecer Marcos Valério?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. Quero saber como essa figura evoluiu até o ponto em que chegamos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tá. Então, o Marcos Valério trabalhava de manhã como escriturário, no Bemge. Na parte da tarde, ele era revendedor de britas e cimentos de uma britadeira de Sete Lagoas. O Marcos sempre foi uma pessoa que trabalhou para ele assim. Ele não

tem... “ah, eu trabalho oito horas por dia”; “eu trabalho seis horas por dia”. Daí, dentro do Bemge, ele foi crescendo devagar até chegar à gerência do banco. No Governo... Ele chegou a...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nesse período em que a senhora trabalhou no Bemge e que o Sr. Marcos Valério trabalhou no Bemge...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...coincidiu com o período do Sr. João Heraldo? A senhora conhece o João Heraldo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço o João Heraldo. Na época em que eu trabalhei no Bemge não sei se o João Heraldo era Presidente. Mas, na época em que eu trabalhei no Bemge, o Presidente, que eu me lembre, o último que realmente ficou para mim, era o Dr. José Luiz Rocha, se não me engano; o último Presidente, na época em que eu ainda trabalhei no Bemge.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas no período em que o Marcos Valério...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Do João Heraldo eu não lembro dele não. Porque o Marcos trabalhou no Bemge por um tempo maior do que eu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A família de vocês não tem relações com o João Heraldo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nem o Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu tenha conhecimento, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora estava falando da evolução da carreira do Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É porque o senhor (?) queria saber.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entrou como contínuo. Eu tenho um histórico e estou confrontando. Chegou a gerente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E depois?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Depois, ele inclusive participou, se não me engano, não sei, de um dos conselhos do Bemge. Eu não sei exatamente de qual conselho de que ele participou. Ele já foi diretor financeiro do Ban-

co Agrimisa, de Belo Horizonte, um banco estadual, fechado na época do então Governo Nilton Cardoso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Banco Central? Qual é a questão?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Trabalhou no Banco Central.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com quem?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me lembro, não sei te informar o nome.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em qual período?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Também não sei informar o período. Como estou te falando, são coisas que passaram que nem o meu período exato do Bemge não sei se foi 1980, se foi ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas ele trabalha no Banco Central em Minas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Ele vinha aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, a senhora deve se lembrar o período em que ele trabalhou porque era um período..

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não me lembro do período. Não me lembro do período.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas já estavam casados?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já, mas eu não me lembro do período, como estou afirmando para a senhora que nem o período...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele fazia o que no Banco Central?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele trabalhava lá não sei em área exatamente. Sei que ele vinha a Brasília, trabalhava no Banco Central e ia embora. Depois disso, saiu do Banco Central, trabalhou na Agrimisa e voltou para o Bemge. O Banco Agrimisa fechou, ele voltou para o Bemge.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual o período em ele voltou para o Bemge?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele voltou para o Bemge... Com essas coisas de data, fico meio complicada porque... Se não me engano, 1988. Não sei te explicar. A data exata é difícil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me questionar o seguinte. A senhora afirma categoricamente que ele trabalhou no Banco Central.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele ajudou, trabalhou no Banco Central.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque temos, inclusive, a negativa do Banco Central. Está nos jornais que ele não trabalhou lá.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Ele trabalhou lá. Depois, ele voltou, trabalhou na Agrimisa. Não sei se a senhora tem aí.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive, no cargo que ele disse que trabalhou, nem existe no Banco Central.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Isso aí a senhora procura investigar porque não tenho maiores informações para lhe dar. Depois ele voltou. Quando a Agrimisa fechou, ele voltou para o Bemge, trabalhou no Bemge um certo período. Saiu do Bemge e trabalhou em uma empresa chamada Empresa de Consultoria... não-sei-quê Machado. Não me lembro disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E como ele foi parou de trabalhar como bancário e foi parar na área de publicidade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele conheceu...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele não é formado em publicidade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nenhuma formação nessa área?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Dentro da SMP&B, como fato relevante que vou esclarecer, por exemplo, somente o Dr. Ramon Cardoso é publicitário. Nem o próprio Presidente da SMP&B não é. É o Dr. Cristiano de Mello Paz.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos voltar. Como ele entrou na SMP&B e DNA? Como é essa história mais detalhadamente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele conheceu o Dr. Clésio Andrade...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele conheceu o Dr. Clésio Andrade onde e quando?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei porque sou do lar, afirmo de novo. Eu não fico com o Marcos o tempo todo para saber onde ele conheceu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas provavelmente ele de comentar.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca fui na casa do Clésio Andrade, Clésio Andrade nunca tinha ido na minha casa. Não conheço Clésio Andrade dessa forma. Conheço o Clésio Andrade por fotos e por ouvir falar. Sei que ele apareceu... Como ele trabalhava numa empresa de consultoria – não me lembro o primeiro nome, mas o último nome era alguma coisa Machado – apareceu esse negócio onde o Dr. Clésio Andrade na época se interessou e propôs o Marcos entrar para ajudar a empresa a se... Era um investimento da empresa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A época a senhora lembra?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se foi 1988, não sei se foi 1990. Não lembro da ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me fazer a leitura de alguns trechos de matérias. Vamos ver se a senhora confirma o que tenho de informação.

Que a SMP&B Comunicações foi criada em julho de 1996, com ingresso de Marcos Valério e Clésio. A nova empresa, de acordo com investigação do Ministério Público Estadual, recebeu todos os ativos, o pessoal e as contas publicitárias rentáveis antes vinculadas à SMP&B Publicidade.

O Vice-Governador mineiro se associou à agência por meio da empresa CS Andrade Participações S/A*, atualmente denominada Holding Brasil S/A*, presidida por ele.

A senhora confirma que foi dessa forma?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Clésio tinha uma outra empresa, e eles desmontaram uma e montaram a outra. É isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A SMP&B Comunicação não era do Clésio antigamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ela foi criada junto. A informação é de que foi criada junto, no desdobramento de uma outra que estava com problemas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ela foi... Existe a SMP&B Publicidade, que estava endividada e não foi fechada. Ela foi, acho que, não sei se o termo exato seria “ter sido colocada inativa”. E foi criada a empresa SMP&B Comunicação, com a então participação do Dr. Clésio Andrade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a senhora confirma que, num primeiro momento, nessa montagem, a participação do Marcos Valério foi muito pequena, apenas de 10 por cento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos participava, eu acho, com 10 por cento. Eu não sei te informar, porque, mais uma vez, vou te falar, eu não participei desses dados nem dessa entrada dessas coisas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas depois houve um problema com o Clésio Andrade.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei informar qual o problema que existiu entre os sócios. Volto a afirmar, não o Marcos Valério, os sócios da SMP&B e Clésio Andrade. Não sei informar qual o problema.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O problema a senhora não sabe qual foi, mas isso teve repercussão inclusive na vida de vocês, porque houve processos judiciais...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não participei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Houve inclusive bens. Eu tenho aqui a questão do tal de empréstimo. Houve um empréstimo de 98, feito à agência DNA, no valor de 11,7 milhões, em 19 de agosto, no Banco Rural, em Belo Horizonte. Isso acabou gerando uma situação, porque o empréstimo não foi pago, e houve a penhora dos bens imóveis dos sócios das empresas, Marcos Valério, Cristiano de Mello Paz* e Ramon Hollerbach Cardoso*. Quer dizer, isso tudo não... Porque empenho de bens é uma coisa sobre a qual pelo menos deve ouvido algum tipo de comentário, porque envolvia inclusive os bens da senhora.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu desconheço esse assunto, porque uma vez... Meus bens, até que eu saiba e que pode ser levantado, eles nunca foram penhorados. Eu nunca tive... Não sei... Então eu não sei informar e não tenho essa informação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas aqui está a informação de que os bens foram penhorados pelo processo da... E inclusive que nesse empréstimo foram dados como garantia também créditos decorrentes de contratos assinados com secretarias de estado de comunicação do Governo de Minas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou seja, algo muito semelhante ao que estamos também investigando agora. Então, eu quero saber. A senhora nunca soube disso, mesmo afetando seus bens?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu nunca participei da empresa... Meus bens, até o ponto que eu sei, nunca foram penhorados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca foram penhorados. Quer dizer que a senhora desconhece ou não confirma essa penhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca foram penhorados, uma vez que... Só se... A minha casa é em nome da minha filha, que era da minha filha e do meu filho, que nessa época era o que eu tinha. Eu não sei se isso foi penhorado ou não, se é por isso ou não que eu não sei. Porque realmente esse fato é desconhecido por mim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É por causa dessa questão de penhora, é por conta disso que depois dessa briga, que ninguém sabe muito bem se foi uma briga, que o Clésio se retira da DNA. Dizem que tem uma briga, pela imprensa inclusive não fica muito claro se essa briga existiu ou não, mas por conta também dele estar participando da chapa. A senhora sabe dizer se a briga efetivamente aconteceu, não aconteceu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei te informar, porque eu não participava nada da empresa, não conheci Clésio Andrade e não participei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o Marcos Valério, aqui, disse que, por conta dessa briga, inclusive, a senhora passou a ser a proprietária da DNA.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei informar se foi uma briga, eu sei que teve um processo judicial, como eu já falei anteriormente. Não me lembro quem me perguntou. Eu sei que existia um processo judicial da SMP&B, se não me engano, acho que não era da DNA, se não me engano, da SMP&B, com o então Clésio Andrade, por isso a empresa foi para o meu nome.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa briga...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei se foi briga, não sei informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa é a pergunta. Como a senhora não sabe se foi briga e isso teve consequências, porque inclusive pelas declarações aqui prestadas pelo Sr. Marcos Valério, as empresas, a DNA, por exemplo, e a SMP&B, foram para o seu nome em decorrência da disputa inclusive judicial. Quero saber: pode não ter sido uma briga? Pode ter sido apenas a forma da saída do Clésio para que não houvesse problema político? Pode ter acontecido isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que pode. Não posso lhe

afirmar que sim ou que não. Acredito que não seja briga...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não tem informações para poder dizer?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho uma informação. A única coisa que posso informar à senhora com certeza é que houve um processo judicial, que eles resolveram judicialmente. Aí a empresa veio para o meu nome. Simplesmente, isso. O motivo disso não sei informar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora disse que está muito preocupada – eu, no lugar da senhora, quero dizer que estaria “preocupadíssima” – com o fato dos empréstimos feitos, que vieram a público agora, em que não há garantia ou as garantias prestadas podem não ter solidez, etc. Como já tinha ocorrido algo semelhante, fiquei querendo saber se o empréstimo anterior a esse de 1998 não causou nenhuma preocupação à senhora. Agora, sim, e antes, não.

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sabia desse empréstimo de 1998.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Outra questão, para terminar, Sr. Presidente – meu tempo já se esgotou: Marcos Vinícius Fernandes de Souza?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu cunhado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seu cunhado?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é a relação da família com esse seu cunhado?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele é meu cunhado!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, eu sei que ele é cunhado, mas pergunto da relação em termos das questões operacionais da empresa.

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Profissionalmente, ele é o quê?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele é gerente do Banco do Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Banco do Brasil?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Um gerente de carreira...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele trabalha há quanto tempo nessa gerência?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei informar. Sei que ele é fun-

cionário do Banco do Brasil. Ele entrou no Banco do Brasil, como ele mesmo conta, como menor-aprendiz, como existia antigamente. Então, ele é funcionário de carreira do Banco do Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por coincidência, ele...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por coincidência, ele é gerente de agência onde as empresas da senhora e do Sr. Marcos Valério têm conta?

A SR. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se a SMP&B e a DNA têm conta no Banco do Brasil, na agência de que meu cunhado é gerente. Não posso confirmar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não sabe responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Já faço minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Renilda, antes de fazer breves indagações, vou tentar contextualizar um pouco por que estamos aqui. Obviamente, V. S^a já conhece e já sabe bem as razões, mas só para entender um pouco em que ponto esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se encontra.

Na verdade, tem-se notícia – e cada vez mais, a partir dos documentos que surgem, esses episódios são confirmados – de que seu marido e as empresas da qual V. S^a é sócia funcionaram, durante um grande período de tempo e principalmente nesses últimos dois anos e meio, como uma espécie de centralizadora de diversas irregularidades cometidas contra o Erário. Explico: as empresas têm contrato com o Governo Federal. Muito provavelmente – esta CPMI está analisando –, esses contratos tinham algum superfaturamento, foram dirigidos às empresas do seu marido. Há uma suspeita enorme desta Comissão – e os dados e as evidências começam a mostrar isto – que havia clientes, na verdade, fictícios dessas empresas, simplesmente funcionando como repassadores de recursos para o Partido dos Trabalhadores. E há, finalmente, cada vez mais comprovada, a hipótese do mensalão, expressão alcunhada pelo Deputado Roberto Jefferson.

Sr^a Renilda, a senhora está aqui hoje não só, formalmente, como sócia das empresas, mas porque, ao que parece, o Sr. Marcos Valério, seu marido, seria uma espécie de centralizador dessas relações com o Governo, com atores do Governo. Essa relação estaria, principalmente, com aquele que seria, na organi-

zação partidária do PT, o Sr. Delúbio Soares, que era o tesoureiro até outro dia. E o Sr. Delúbio Soares como agente partidário importante centralizaria toda essa distribuição de recursos. Ou seja, estabeleceu-se uma espécie de padrão de corrupção em que o seu marido aparece quase que, aliás em todas as oportunidades, como um dos elementos desse padrão de corrupção.

Portanto busquei contextualizar dessa forma porque quero que a senhora entenda que todas as perguntas que são feitas aqui é para tentar esclarecer esses ou aqueles fatos. Para mim, e quero dizer isso para a senhora, está muito claro que a sua participação era, estou dizendo na gestão das empresas, praticamente nula e, na verdade, as informações que a senhora pode prestar aqui são muito periféricas. Faço questão de dizer isso para que a senhora se sinta muito à vontade. Queria dizer que dos depoimentos que ouvi até este momento, nesta Comissão, o da senhora me parece, disparado, o mais verdadeiro de todos. Portanto acho que a senhora deve deve caminhar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) (Faz soar a campainha) – Por favor, o Deputado Eduardo Paes está com a palavra. Pediria silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) –...deve caminhar nessa linha, porque isso certamente vai ajudar muito nas investigações.

Sei que o Relator já lhe perguntou, mas a senhora... O Sr. Delúbio Soares, ele e o seu marido afirmam, ambos, terem estabelecido uma relação muito próxima nesses dois anos e meio ou nos últimos três anos, a partir de 2002, a partir da eleição do Presidente Lula. A senhora teria como... Que nível de conhecimento a senhora teria dessa relação? Era uma coisa de frequentar a casa? Enfim, como a senhora poderia explicar um pouco mais essa relação aqui para todos nós?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como já falei, nunca a minha casa foi usada para algum encontro de negócios ou políticos. Isso porque não gosto, eu falei, eu sou apolítica e acho que a casa da gente é casa da família da gente.

Então conheci o Delúbio uma única vez, quando ele foi convidado pelo Marcos Valério, que ele queria, era uma curiosidade dele, para ver a minha filha saltar. Então ele foi a São Paulo, num campeonato que tem todos os anos – já expliquei isso. O único encontro que sei que o Marcos tinha com o Delúbio eram esses, quando o Marcos ia a São Paulo, podia encontrar com ele, como ele já mesmo declarou, ou encontrava em Brasília, alguma coisa ou por telefone. Nada mais do que isso. Não tenho mais conhecimento, nunca frequentei junto, nunca presenciei nada e o máximo que sei é isso. Eles tinham essa ligação e sei que a ligação deles foi apresentada, que o Marcos conheceu o De-

lúbio Soares pelo então Deputado Virgílio Guimarães, do PT, que é conterrâneo do Marcos, de Curvelo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Deixe-me só fazer-lhe mais algumas perguntas. Já disseram isso aqui, mas acompanhando a variação patrimonial da senhora e do seu marido e a própria movimentação bancária da conta pessoal de vocês, o que se nota é o seguinte: 2000, um patrimônio bom, um patrimônio de uma família muito bem de vida para a média brasileira; no segundo ano, em 2001, há um incremento desse patrimônio, mas um incremento absolutamente normal, aceitável, para quem estivesse indo bem nas suas atividades, mantendo; 2002, idem. De repente, Sr^a Renilda, em 2003, a declaração de 2003 faz assim, é uma coisa que passa de três para 11; depois, de 2003 para 2004, passa de 11 para 17. Os aumentos são muito grandes nesses dois últimos anos. E a própria carteira das empresas é ampliada de forma fantástica. Quando o seu marido esteve aqui perguntei-lhe se ter conhecido o Delúbio Soares, ter estabelecido essas relações é que fez com que o patrimônio ampliasse tanto, a própria movimentação bancária ampliasse tanto, e a carteira de clientes ampliasse.

A senhora, obviamente, por mais que não participasse da vida das empresas – são comentários feitos em casos, “consegui tal contrato”, “avancamos assim”, “tal negócio foi melhor”, “podemos gastar mais”, algo absolutamente normal em uma relação –, mas a senhora notou, percebeu que, em 2003, 2004, foram anos em que houve de fato um aumento patrimonial significativo, ficou mais fácil gastar dinheiro, enfim, isso é algo notável pela senhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Dentro do ritmo de vida a que eu sempre me propus, continuei fazendo a minha vida e pautando a minha vida dentro dos mesmos padrões. Não acredito que seja tão facilitado, uma vez que se eu tivesse essa facilitação tão grande não demoraria quatro anos para construir uma residência e não estaria com uma casa, que comprei há 14 anos, reformando até hoje, para chegar no padrão que eu queria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – De fato, se a senhora der uma olhada na declaração de renda, no patrimônio, no incremento patrimonial, daria mais do que para reformar...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, como falei. Não acompanhei isso. Não acompanho esses... Sei que teve distribuição de lucros das empresas. Eu não sei falar assim... O que eu fiquei sabendo, no dia que o Marcos inclusive, foi o dia que ficou sabendo, que o Marcos falou aqui na CPI sobre a relação de empresas privadas e empresas estatais dentro das empresas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O nível de estatais praticamente se manteve o mesmo. O que aumentou muito foi o nível de empresas privadas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pois é. Eu, particularmente, nunca tomei conhecimento disso. Um outro dia ainda foi muito engraçado: o meu menino, pelo pai ficar muito tempo fora, para uma criança de quatro anos entender, ele não sabia o que o pai fazia. Então se alguém perguntava: “Onde seu pai trabalha?” Ele dizia: “Trabalha no céu”. Porque o pai vive viajando. Até o dia em que ele descobriu. “Pai, o que você faz?” E o Marcos exemplificou dizendo: “Tá vendo, filho: ? Aquela propaganda do Telemix Celular foi papai quem fez.” Foi de uma forma aleatória que o Marcos comentava, porque o Marcos não era de comentar, e eu também, como já declarei antes, até penso que fui passiva, por não procurar participar e me informar mais sobre isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora aqui, em diversas oportunidades, afirmou, já durante o seu depoimento, que essas informações, esses contatos governamentais do seu marido certamente não seriam de conhecimento exclusivo dele. Ou seja, as agências teriam outros sócios. A senhora saberia dizer se algum desses sócios também participava desses contatos com o Governo, da captação desses novos clientes via Governo? Como a senhora vê o envolvimento dos sócios do seu marido nesse processo todo, nessa história toda que...?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acredito que os sócios, já que todos os cheques são assinados por, no mínimo, dois sócios, saber de alguma coisa, acho que todos deveriam saber. Não posso te informar o quê. Mas acho que tem que ser lógico, porque se eu estivesse na empresa e chegasse um cheque para mim de R\$500 mil e me dissessem “assina aí” e pronto, eu acho que não seria muito bem por aí.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora – e é a minha última indagação – saberia nominar, ao longo desses dois últimos anos... A senhora já contou aqui, por exemplo, um episódio em relação a essa questão dos empréstimos, com encontro com o então chefe da Casa Civil, figura pública, notória, José Dirceu. Quer dizer, nesse momento, certamente a senhora teria informação que se tratava de uma figura, provavelmente seu marido comentou, enfim, que se tratava de uma figura importante da República, quase que o Primeiro-Ministro do Lula. Que outros, ao longo desses dois, três últimos anos, que outros políticos puderam levar o seu marido a comentar em casa, “olha, eu tive com não sei quem hoje, conversei com fulano de tal”. Algo nesse sentido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Foi essa a única oportunidade que ele comentou com a senhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que eu perguntei, nessa oportunidade que ele falou do então Ministro José Dirceu, foi quando saiu as situações do empréstimo, em que eu fiquei muito preocupada por não saber “como é que vou pagar?”. A minha preocupação é como eu vou pagar, porque, indiretamente, sou avalista.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É claro.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele falou: “O que eu posso te falar é o seguinte: esse foi um empréstimo feito ao PT e o então Ministro José Dirceu sabia.” E me contou desses dois encontros. Nada mais que isso, ele me informou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço à senhora.

Sr. Presidente, declaro-me satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

Eu queria só assinalar que vamos fazer uma interrupção às duas e meia da tarde. Vamos fazer uma hora de interrupção. Todos estão de acordo?

(Interferências fora do microfone.)

Para almoço, provavelmente.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Meia hora chega, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Meia hora, meia hora é o bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até porque, Sr. Presidente, há um revezamento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos encerrar às duas horas, para aproveitar o restaurante do Senado ainda. Às duas e meia, retornamos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ótimo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – OK.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só uma informação: tem a possibilidade de se votar aquele requerimento proposto ou não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos, possivelmente, discutir esse requerimento amanhã, na reunião interna da CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Deputado Gustavo Fruet. Solicito à assessoria técnica e ao som que corrijam o tempo. (Pausa.) OK.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Marcelo, Sr^a Renilda, até na linha do Deputado Onyx Lorenzoni, quero reiterar o pedido para que se encaminhe, pela CPMI, para o Ministério Público de Minas Gerais avaliar a possibilidade de simulação e de fraude nas empresas objeto de investigação; até para que não fique uma questão restrita a esta CPMI e que tenha o desdobramento em função do desconhecimento tanto do Sr. Marcos Valério quanto da sua esposa, que é uma das sócias, com relação ao funcionamento das empresas.

De forma objetiva, Sr^a Renilda, quando interrogamos o seu marido, quisemos demonstrar e queremos demonstrar agora que esta CPMI não trata só de uma dimensão jurídica. Temos visto uma preocupação muito grande de se tentar caracterizar um crime eleitoral e uma questão de menor importância. Isso vai ter desdobramento na Justiça e no Ministério Público. Não é da nossa competência. Aqui, estamos tratando de algo maior: uma dimensão moral, uma dimensão política.

Naquele dia, indagado por várias vezes – lembramos, inclusive, que ele estava ajudando a construir a história da sua família, dos seus filhos, o seu futuro –, ele, de forma taxativa, negou os empréstimos; de forma taxativa, negou que prestasse serviços a Partidos e a políticos; e, de forma taxativa, negou que prestasse serviços ao PT. Depois, ele se contradisse ou desmentiu isso, em entrevista veiculada pelo Jornal Nacional.

Então, o que peço também à senhora é essa dimensão moral. Julgamento muito maior que o nosso será o julgamento da sua família, o da sua história e a imagem que ficará para os seus filhos e para o futuro da sua família.

De forma muito objetiva, a senhora era casada em comunhão de bens?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim, somos casados com comunhão parcial de bens, que, hoje em dia, é feita.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nessas procurações que a senhora entregou para o Sr. Marcos Valério, a senhora assumia responsabilidade solidária por todas as atitudes dele? A senhora também é responsável pelas atitudes que ele tomou em seu nome, com a procuração?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei te explicar. Já passei a procuração ali. Acho que é melhor verificar.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nessa procuração, a senhora deu poderes também para que ele fizesse empréstimos, inclusive, em seu nome?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso, tenho certeza de que sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Inclusive movimentação financeira em seu nome?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, em nome das empresas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E nas suas contas pessoais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nas minhas contas pessoais, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E nas contas que a senhora tem em conjunto com ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nas contas em conjunto, sim, porque somos casados e temos contas em conjunto. Agora, a procuração ali é uma procuração dada para ele me representar nas empresas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo.

Quais os telefones que a senhora comumente ligava para o Sr. Marcos Valério? Celulares e das empresas. A senhora poderia indicar o número desses telefones para a Comissão?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – SMP&B: 3247 – 6633 – 031.

DNA... Só se eu consultar na minha agenda, porque eu não ligava, eu não procurava. Multiaction, eu também nunca fui. Celular, somente.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E celulares, quais são os números que a Senhora ligava para ele?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Você quer que eu anote?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Se for possível, porque isso é importante porque queremos depois fazer uma verificação com relação ao relacionamento do Sr. Marcos Valério com algumas pessoas que estão sendo investigadas. Então, se a Senhora tem essa relação com ele, não é profissional, por favor, é pessoal. Quais os números pessoais que a Senhora eventualmente ligava para ele não para tratar assuntos comerciais, de assuntos pessoais, familiares, de casa. Quais os números que a Senhora ligava para ele.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Geralmente, eu ligava mais para a SMP&B, que era o meu contato, até por causa das secretárias, com quem eu mantinha um certo contato, e o celular... O Marcos mudou o celular. O número do celular era 99...

Posso olhar na minha agenda de telefones, se o Senhor me permitir.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas a Senhora não lembra os telefones de celular do seu marido? Os celulares?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Não. Particularmente, se você me perguntar qual é o telefone da minha residência, eu pouco ligo para a minha casa. Às vezes, o meu próprio celular, como eu não ligo para ele, confundo até o final dele com o telefone da minha sogra, que é o mesmo. Então, não sou muito boa para guardar números, mas meu celular está aqui e posso te passar todos os números de celular do Marcos, em que eu ligava para ele, até por escrito.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está bem. No depoimento que prestou à CPML, o seu marido declarou que os saques destinam-se a pagamentos de fornecedores e, depois de entrevista à **TV Globo**, informou que repassava o dinheiro a pessoas indicadas pelo Sr. Delúbio Soares. São duas versões para o mesmo fato. Os saques e movimentação de grandes somas de dinheiro em espécie. Na dupla condição de sócia-proprietária das empresas e de esposa, qual versão do seu marido está correta?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – A dos empréstimos. Eu acredito, isso é uma posição minha, quero deixar bem claro. Acredito que o Marcos, na CPI, a primeira informação que ele deu foi que ele esperava que as outras pessoas diretamente ligadas aos problemas, assumissem os fatos que deveriam aparecer, que seriam os empréstimos, mesmo através do próprio Sr. Delúbio ou alguma coisa nesse sentido.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O seu marido negou que tivesse estado com o Ministro José Dirceu ou com algum representante para tratar de dívidas. Ele afirmou até que esteve com representantes do BMG para tratar da inauguração de uma mina em Minas Gerais. A Senhora hoje afirmou que houve um contato...

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Mas o Marcos Valério participou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A Senhora hoje falou que houve o contato de pessoas para tratar desses assuntos com o Ministro José Dirceu para o pagamento desses empréstimos. Quando o Sr. Marcos Valério falou isso para a Senhora? Antes ou depois dessa crise se tornar pública?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Depois, quando saíram os assuntos do empréstimo. Na CPI, eu me recordo que ele falou das coisas que aconteciam. O Ministro foi ao **Jornal Nacional**, o então Ministro José Dirceu sabia. Depois que fiquei sabendo dos empréstimos, via mídia, eu o chamei e

perguntei qual era a verdade. A minha preocupação foi essa de pagar. Foi quando ele me confirmou que o Ministro José Dirceu já sabia, que houve essas duas reuniões, mas que ele não participou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E a Senhora voltou a falar com o seu marido sobre esses valores, se serão pagos, se foi dada uma garantia, se foi...

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Essa é uma pergunta que faço de manhã, à tarde e à noite.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está certo. Da mesma forma que a Senhora disse que não tinha conhecimento, por que a Senhora, de forma taxativa, afirma que os sócios tinham conhecimento dessas operações? Eles também não podem ter dado uma procuração ao seu marido e o seu marido ter agido sem o conhecimento dos sócios, como ele fez com a Senhora?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei se eles deram uma procuração, mas isso é muito fácil de se verificar, a partir do momento em que a Comissão tem a microfilmagem dos cheques. É só verificar, nesses cheques que vieram do Coaf, as assinaturas que existiam.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Na avaliação do seu patrimônio, e aqui, claro, é preservado o sigilo, verifica-se que o grande salto se dá em 2003 e 2004. A Senhora imagina que de alguma forma esse salto se deu por algum favorecimento prestado pelo Governo às agências do seu marido ou na prestação de serviços que o seu marido realizou?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Não acredito que tenha favorecimento do Governo uma vez que, numa dessas indagações recentes, como eu falei, ele mesmo falou comigo que perdeu conta estatal, como exemplificou com a Petrobras. Não acho que ele tenha sido favorecido; senão, em toda licitação estatal que entrasse provavelmente ele ganharia. Outra coisa, acho que ele seria uma das agências prioritárias do próprio Governo que, então, hoje, é do Sr. Duda Mendonça.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Foi mera coincidência o fato de o Sr. Marcos Valério ter destinado valores ao PT e a seus aliados e a Secretaria de Comunicação do Governo ter determinado a redução de R\$3 milhões para R\$1,8 milhão os valores exigidos das empresas para essas escolhas por parte do Governo? Alguma vez, dentre aqueles nomes que já foram citados, o seu marido conversou com o ex-Ministro Luiz Gushiken?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca soube. Acho que nunca conversou.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A senhora tem conhecimento de que um marido de uma funcionária sua, ou de Marcos Valério, ou das empresas, foi indicado pelo Governo para as comissões de licitação?.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A senhora conhece Telma dos Reis Menezes da Silva?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E Marco Antônio da Silva?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca ouvi falar. Ouvi falar agora, depois da CPIs.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Vou fazer algumas perguntas de alguns nomes, só para consignar. A senhora dirá se conhece ou se não conhece.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pois não.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Primeiro: Karla Machado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Karla Machado? É uma loja onde compro roupas.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Em Minas Gerais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Na Pampulha, Bairro Bandeirantes.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Vildeu Glaydston Castro Silva?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como?

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Vildeu Glaydston Castro Silva.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Neilton Jorge Nose?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Neilton Jorge é motorista da SMP&B.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Germanio Lúcio Pinto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Daniel da Silva Freitas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Era o sócio da DNA que faleceu, se não me engano, há dois ou três anos.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Ele era marido da Sr^a Margaret?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Da Margaret.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quem é a senhora Margaret?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ela é, hoje, sócia da DNA. Deve ter sido o espólio – não sei se é assim que se chama – do Daniel. Ela trabalha na DNA. Não sei especificar qual é o cargo que ocupa lá dentro.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Ela é parente do vice-Presidente José Alencar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Daniel era sobrinho do José Alencar.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Leonardo Murilo Rosas Arantes?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Renato Nepomuceno dos Santos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Hoje o jornal **Folha de S. Paulo** até fala que se criou a expectativa de que a senhora estaria, emocionalmente, em um processo de depressão. A senhora está mostrando firmeza em seu depoimento.

Lá pelas tantas, aqui, o vigia da casa em Belo Horizonte, falou que a senhora deixou de preparar jantares para amigos do casal. Ou seja, havia uma relação social da senhora, do senhor Marcos Valério, com uma certa frequência. Pergunto-lhe o seguinte: desses nomes, além dos que já foram citados, qual é a relação do seu marido, por exemplo, com Henrique Pizzolatto*?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Conheci o Sr. Henrique Pizzolatto em Belo Horizonte, no final de maio ou no início de junho deste ano. Houve um circuito cultural Banco do Brasil, em Belo Horizonte, no Palácio das Artes. Foi onde o conheci. Ele nos convidou para assistir a uma apresentação de um mágico para que eu levasse, inclusive, meus filhos. Foi quando eu o conheci.

O SR GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Marcos Flora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não o conheci.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O Senador Eduardo Azeredo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Senador Eduardo Azeredo não conheço.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Havia reuniões constantes na sua casa com os sócios, o Ramon e o Cristiano?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como já afirmei, em minha residência nunca tratávamos sobre os assuntos da empresa. Os sócios, Ramon e Cristiano, se tiverem ido à minha casa durante esses anos todos umas quatro ou cinco vezes em ocasiões como o nascimento do meu filho, ou algo assim, foi muito. O relacionamento sempre foi separado: empresa e família.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A senhora tem notícia de que mandaram queimar notas fiscais e documentos das empresas em posse do escritório de contabilidade do senhor Prata, em Belo Horizonte?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não acredito que tenha acontecido. Só tive conhecimento, só ouvi falar, pelos jornais. Acredito que se aconteceu não é do conhecimento de nenhum dos sócios, uma vez que tudo terá que ser confirmado nos livros de escrituras das empresas. Se quisessem abafar alguma coisa teriam que queimar os livros de escritura das empresas também.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pois é, então a senhora conhece como funciona o procedimento contábil das empresas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu acredito que isso é uma realidade que existe porque eu trabalhei e sei que isso é uma coisa que existe, como saiu em todos os jornais; e foram comentados em jornais no Estado de Minas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pois é, a senhora me desculpa fazer esta observação: a senhora demonstra uma profunda articulação, enorme informação, português muito correto, mas, em momento algum, a senhora se preocupou com a movimentação de milhares de reais, principalmente, nos últimos dois anos, através de uma procuração que a senhora deu ao seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei a procuração ao meu marido, volto a afirmar, em confiança, estou com ele há 25 anos. Estou falando a minha verdade, sei, como a própria Senadora Heloísa Helena lhe falou, sei que muitas pessoas vão acreditar, como muitas pessoas não irão acreditar no meu depoimento. Mas estou aqui falando a verdade, que eu entreguei a procuração para o meu marido por confiar plenamente nele.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Essa vida dele, com viagens constantes, e aqui, é claro, é uma pergunta de ordem pessoal, fica a seu critério, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, essa movimentação dele começou de forma mais intensa em 2003 ou em anos anteriores?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, sempre foi, mesmo porque ele já atendia empresas de São Paulo, eu acho, sempre. Desde quando Marcos entrou nas empresas, isso era uma coisa que sempre acontecia, de viagens semanais para fora, para São Paulo, para Rio, para Brasília; e que, do meu conhecimento, era para resolver problemas das empresas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E, diante disso, qual a real função do seu marido? O seu marido é um publicitário? O seu marido era um captador de recursos para as empresas? O seu marido intermediava negócios do Governo, através de caixa 2, registros não-contabilizados? O seu marido agia com pleno conhecimento e domínio das empresas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – As empresas eram geridas por todos os sócios, e sei que uma das funções do meu marido na empresa não era fazer caixa 2; ele tinha uma função comercial na empresa. E essa função comercial, eu acredito também, que era um pouco deliberada por outros funcionários, por outros sócios, desculpa, não funcionários, porque, se é uma empresa de comunicação, ela vive de contas, inclusive contas privadas. Ela não é uma empresa que vive única e exclusivamente de contas estatais. E volto a dizer, uma empresa que tem... O Marcos entrou não tem muitos anos, mas são empresas que existem, uma há 25 anos, e a outra há 22 anos, e são empresas que são valorizadas não só dentro do País, como se pode verificar. Se não me engano, ano passado, a própria acho que foi a DNA recebeu um prêmio em Cannes, ano passado. Então não é uma empresa que vive de contas estatais e não é uma empresa que começou de 2 ou 3 anos. São empresas de 22 anos e empresas de 25 anos que passaram, sim, por crises boas e crises más, mas que acho que isso não existe coincidência de nada.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra – e aí nós faremos um intervalo de 30 minutos – o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – Ba) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr^a Renilda.

Sr^a Renilda, gostaria até que não estivesse participando efetivamente deste momento, porque acho que V. S^a chega aqui na condição de investigada, e,

como investigada, nós deveríamos limitar a sua atuação como sócia das empresas. No entanto, V. S^a é uma sócia privilegiada porque também é esposa do Sr. Marcos Valério, outro sócio que está nesta situação aí dessas denúncias que trazem esta inquietação para as instituições brasileiras. Um momento muito difícil e muito sério, não apenas para o casal e a família do casal, mas para todos os brasileiros.

Então V. S^a relata aqui para nós que tem uma convivência de 25 anos, 18 de casada, de extrema confiança, uma relação tranqüila com o seu esposo, onde a senhora deu toda a confiança. Então eu começaria a lhe perguntar: nesse momento, o seu sentimento é de uma vítima do seu marido ou de um cúmplice do seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu responderia para o senhor que não seria nem como vítima, nem como cúmplice; o sentimento que hoje eu tenho é de ter sido uma pessoa completamente passiva de uma coisa que eu poderia ter tomado mais participação e que eu, infelizmente, por opção e coisas que me levaram na minha vida, fiquei quieta em casa. Então o sentimento que eu tenho é que eu fui um pouco covarde. O sentimento é meu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então foi vítima? Foi vítima?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não vítima, é um sentimento meu assim...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, veja bem, todos esses constrangimentos que a senhora está passando, que os seus filhos, a sua família...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas aí eu não poderia dizer que seria só do meu marido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... e as consequências que poderiam advir desses atos, isso lhe faz, diante da confiança que a senhora depositou nele, uma vítima. Porque nós vimos o Sr. Marcos Valério aqui. E acho que a senhora também deve ter assistido; como uma boa esposa, assistiu ao depoimento dele feito aqui na Comissão. E como já foi dito aqui pelos que me antecederam, o Deputado Gustavo Fruet, ele incorreu em várias inverdades que vieram a ser desmentidas posteriormente. Quer dizer, ele não procurou preservar a imagem familiar, ele não teve essa preocupação; ele mentiu para toda a Nação brasileira. É claro que ele fez um ato de traição também a V. S^a nesse sentido, porque a senhora foi, de certa forma, enganada. A senhora acreditou no que ele disse aqui no seu depoimento ou a senhora já sabia de antemão que ele estava mentindo naquele depoimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi como eu falei: eu acredito que o depoimento do Marcos na CPI, ele não foi claro. Eu acho que ele deveria ter falado já de antemão, mas ele esperava que os responsáveis efetivamente pelos fatos que era, vamos pôr hoje mais diretamente, o Sr. Delúbio, falasse primeiro. Eu acho que foi uma questão de... Ele esperava que falassem primeiro antes de ele acusar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas eu fiz uma pergunta direta a ele: se ele tinha dado mais de um aval para o PT contrair empréstimos, e ele me disse textualmente que não, que ele garantia que ele só tinha dado um aval. Logo em seguida, a imprensa noticiou que tinha um outro aval, mais outros, e logo veio aquela versão que ele fabricou, que ele foi ao Procurador, que ele foi à Rede Globo, uma versão que também foi abraçada, no caso, pelo Sr. Delúbio Soares e até, para a nossa total surpresa e estranhamento, pelo Presidente da República, numa entrevista dada em Paris. Quer dizer, mais uma versão que me parece que cheira também a falta de verdade. Quer dizer, a verdade não está ainda aflorando nessa questão; é um sentimento de todos nós, acho, do Relator, do Presidente e de todos os membros desta Comissão.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso falar sobre o Presidente Lula, eu não posso falar sobre a entrevista do Delúbio, eu posso falar da entrevista do Marcos dada ao Jornal Nacional, que ele deu aquela entrevista a pedido da minha filha.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele deu a entrevista a pedido da sua filha, e a senhora acha que ali então é a verdade total, completa. Antes ele mentiu, mas ali...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Onde ele falou sobre os empréstimos e avisou... Porque a minha filha pediu para ele... Porque o que nós estamos passando na minha casa é uma inverdade a cada dia nos jornais, como foi esse fato que relatei do Banco de Boston, como, no dia seguinte, ao que eu tinha sacado do Banco de Boston, eu estava inclusive fugindo do País – eu já fugi do País umas três vezes. Eu não sei se vocês já escutaram, se os senhores já ouviram falar sobre até de interceptação de um possível seqüestro do Marcos Valério, via presidiários do Rio de Janeiro. Então são preocupações que nos levam. Se há coincidência, eu não acredito em coincidência entre entrevista de Sr. Delúbio, Presidente Lula e Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a senhora há de convir que ainda tem muita verdade a aflorar, porque, afinal de contas, saques milionários

que chegam a 20, 30, 40 milhões de reais, sacados em dinheiro pela própria Simone, que a senhora conhece, e que esses recursos terão... Vão aflorar aí as listas para quem se dirigiam. Quer dizer, tudo isso era um tipo de operação totalmente ilegal, e o Sr. Marcos Valério ainda não disse para a Nação brasileira, ele poderia fazer uma declaração, em ato de honestidade para com V. S^a, e impedir que a senhora viesse aqui hoje prestar este depoimento; ele poderia abrir o coração, dizer essa verdade porque ela vai aflorar fatalmente mais cedo ou mais tarde. Eu até a parabenizo pela sua confiança no seu esposo, no seu marido. Agora eu acho que ele está faltando com a confiança, porque ele não está sendo verdadeiro com a Nação brasileira. Ainda falta ele dizer muita coisa. Ou a senhora não acha?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acredito... Como eu estava conversando com uma repórter lá fora, até uma repórter da TV Senado, que eu acho que o momento que o Brasil está vivendo e que isso tem que ser aflorado; eu acredito que isso tem que ser resolvido, acredito que muita coisa possa aparecer, quero que resolva, quero que apareça, quero sim. E quero que todas as pessoas envolvidas cheguem também e confirmem. Eu acho que não é uma esperança que deve ser depositada só em cima de Marcos Valério. Eu acho que ...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele tem verdades que ele não revelou ainda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso eu não sei porque eu não comento com ele, ele não me falou nada, e eu procuro não entrar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas com essa confiança mútua, recíproca, um casal, nós todos sabemos aqui como é uma confiança de casal, numa relação de sócio, numa relação de casal a senhora não tem essas informações de que ele dispõe?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu afirmei para o senhor, hoje eu vim, eu estava em estado de depressão, eu não estava saindo de casa, eu não estava saindo do meu quarto, eu não saía da televisão. Então, eu acho que eu não tinha o direito de ficar perguntando demais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu acho que o seu marido tinha um dever com a senhora de evitar que a senhora viesse aqui hoje. Eu gostaria que isto não estivesse acontecendo, estes fatos aqui, mas lamentavelmente é por culpa dele, porque ele não tem revelado a verdade ao Brasil e à senhora essencialmente, à senhora e a sua família...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, até em função deste momento

e se todos me permitem, eu gostaria de suspender a reunião agora por meia hora. Retornamos com V. Ex^a com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Perfeitamente, para eu concluir posteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos recomençar a oitiva da Sr^a Renilda Maria Santiago.

Passo a palavra ao Senador César Borges, que ainda tem oito minutos para concluir as suas perguntas.

Com a palavra o Senador César Borges.

Oito minutos. Assessoria técnica, por favor, registre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente, e queria iniciar ou reiniciar, lamentando que talvez a minha pergunta tenha levado a Sr^a Renilda a, em determinado momento, perder a sua calma, a sua tranqüilidade. Não foi intenção deliberada nossa nesse sentido, apenas eu queria saber se exatamente V. S^a poderia trazer informações que nós não temos, que talvez o seu marido, o Sr. Marcos Valério, tivesse. Mas não insistirei nesse tema e procurarei, Sr. Presidente, aqui, objetivar algumas perguntas.

Por exemplo, a senhora tem conhecimento de que tem participação em outras empresas afora a Grafitti, a DNA e a SMP&B. A senhora é sócia também de outras empresas criadas com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. pode nomeá-las por favor?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tenho aqui informações de que a Sr^a detém 50% da 2S Participações Ltda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É uma empresa minha e do Marcos e é uma empresa de investimentos. Isso é correto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que também da JEVN Participações Ltda. em 50%?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É uma empresa minha e do Marcos que iríamos criar, mas ela não chegou a existir e já está encerrada, já mandamos desativá-la. Ela nem chegou a ser aberta realmente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seria uma empresa que a ser criada em 22 de julho de 2002, é isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já foi encerrada e nunca foi movimentada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então são essas empresas a mais. Agora, também D. Renilda, as informações que temos aqui deduzida através de valores obtidos com base no recolhimento de CPMF são de grandes movimentações nas suas contas. Perguntaria: V. S^a tem conta no Banco do Brasil, no Banco Alfa e Bank of Boston*?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Perfeitamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essas contas são individuais ou são contas compartilhadas em conjunto com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No Banco do Brasil eu tenho uma conta minha e a conta da 2S; no Bank of Boston eu tenho uma conta minha e uma conta compartilhada com o Marcos Valério, e no Banco Alfa tem a conta 2S e uma conta minha.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A 2S é movimentada também pela Sr^a?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É uma conta que foi criada para investimentos e esses investimentos estão sendo feitos no Cepel, que é uma empresa de que o Marcos é sócio e que é uma hípica e que eu assino eventualmente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Sr^a sabe que, em 2003, o total dessas três contas chega a R\$5.222.314,00 em movimentação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O saldo eu nunca...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é uma movimentação, convenhamos, bastante elevada.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O saldo eu nunca acompanhei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em 2004 chega a um total de R\$4.749.347,00. Também uma movimentação bastante volumosa de recursos, mas acho que V. S^a não sabe exatamente o direcionamento desses recursos.

Agora, gostaria de voltar a perguntar, só para precisar, a Sr^a deu duas informações aqui da maior importância: a primeira que a Sr^a conversou com o seu marido, o Sr. Marcos Valério, e ele lhe revelou que a garantia, a segurança que ele tinha para os empréstimos advinha de uma conversa tida entre o Deputado José Dirceu, à época Ministro-Chefe da Casa Civil, com os diretores respectivamente, em Belo Horizonte, da SPM&B e, em Brasília do BMG.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. SMP&B, não. Ele me revelou

que esses empréstimos quando eu... Banco Rural, em Belo Horizonte, Hotel Ouro Minas, e BMG, em Brasília, não sei especificar onde foi com o então Ministro José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa sua conversa com o Sr. Marcos Valério foi quando efetivamente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Quando saiu esses fatos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a reunião dele com o Ministro José Dirceu foi no ano passado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos não participou da reunião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a reunião do Ministro José Dirceu com a diretoria dos dois bancos foi no ano passado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Banco Rural acredito que... O Marcos falou que, se não me engano, foi no segundo semestre do ano passado e o BMG, honestamente, não perguntei quando foi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele foi mais explícito sobre o resultado dessas reuniões? Que tipo de garantia o Sr. José Dirceu teria dado à diretoria dos dois bancos, do BMG e do Banco Rural, para o efetivo resgate dessa dívida que chega hoje a R\$90 milhões?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele não foi mais explícito sobre o resultado das reuniões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E isso não deixou a Sr^a ainda mais angustiada com esse volume inteiro, sem ele dizer qual a garantia que o Ministro José Dirceu deu do resgate desses empréstimos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu estou angustiada hoje e muito, não só pela falta dessa resposta. Estou angustiada porque quero saber como isso será pago.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Imagino a sua angústia como deve estar sendo vivendo esses momentos.

Então, a senhora também não teria conhecimento de que estaria havendo grandes saques nas contas das duas empresas de que a senhora participa de alguma forma. Quer dizer, esses saques imensos, que chegariam a R\$40 milhões, a senhora não tinha conhecimento nenhum.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Valério nunca disse à senhora “olha, estou sacando”...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não, inclusive, eu vou... O Marcos é uma pessoa mais reservada e eu respeito o limite onde a gente vai. Então, eu pergunto igual a esse problema, mas do restante das empresas, como eu já falei, eu sempre fui muito passiva e eu não sabia o que era feito, se havia esses saques ou não, como eu não sabia nem que existiam esses empréstimos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E agora, neste momento atual, ele e a senhora têm conhecimento de que o PT nega que vá fazer o pagamento e o resgate e que, se ele quiser recuperar o crédito, tem que entrar na Justiça. Qual é a posição? O que ele passa para a senhora com relação às ações que ele vai desenvolver para recuperar R\$90 milhões?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não... Como saiu, inclusive, no final de semana, a revista *Veja** e ele, inclusive, deu uma nota – não sei se o senhor acompanhou...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Acompanhei.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... a revista *Veja* veio falando que ele tinha feito...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... uma chantagem, pedindo R\$200 milhões, alguma coisa assim, que isso foi dito pelo João Paulo. Se não me engano, acho que teve o João Paulo... O Deputado João Paulo* acho que desmentiu na segunda-feira também, eu não sei, não me lembro, ouvi dizer que ele havia desmentido, o Marcos deu a nota porque ele jamais fez isso. Agora, eu posso falar de mim, eu, Renilda. Meu maior desejo hoje é que o Marcos entrasse com esses contratos na Justiça, pedindo cobrança do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele tem documento com que possa entrar na Justiça? Porque, sendo algo de boca, de fio de bigode, um para o outro...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, deve ter documentos bancários.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... fica difícil ter um argumento jurídico.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se foram feitos investimentos, o banco tem que ter algum contrato. E se ele foi à vista...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então ele teria provas de que o dinheiro foi para o PT?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não teve, como foi noticiado, aquele que tantas vezes passou na mídia, com a própria as-

sinatura do então Deputado Genoíno, Delúbio... Deve, acredito que exista isso. Acredito que tenha um aval e acredito que, se isso existe, hoje, honestamente, meu maior desejo é que isso entrasse numa Justiça para que pudesse receber, que é minha preocupação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e considero encerrada minha intervenção.

Obrigado, Sr^a Renilda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Deputado Onyx Lorenzoni, com a palavra por quinze minutos.

Quinze minutos, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr^a Renilda, eu venho de uma terra onde nós temos uma herança guerreira, que é o Rio Grande do Sul. As nossas fronteiras foram marcadas com muita luta e com muito sangue, e as mulheres da minha terra sempre desempenharam papel importantíssimo na história das nossas famílias e nas histórias da minha terra.

É o centenário de Érico Veríssimo, que escreveu um livro extraordinário, que é **O tempo e o Vento**, onde havia uma personagem, uma mulher, a Ana Terra*, que sempre retratou a força, a energia e o interior da mulher gaúcha e – por que não dizer – também da mulher brasileira. Eu vou ler um pequeno trecho, porque eu acho que ele pode nos ajudar a compreender, talvez, um pouco a circunstância em que a senhora está aqui.

“Sempre o vento no destino de Ana Terra...: um dia de vento mudou o rumo de sua vida sem amor: aparece Pedro Missioneiro. Quando o filho parte para a guerra, ventava. E junto com o vento voa também o tempo, sazonalizando os frutos, amadurecendo as searas, envelhecendo e matando homens e mulheres. (Muitos morriam de violências antes do tempo...). O tempo e o vento marcam o compasso da epopéia.”

Ana Terra, como outras mulheres, é a fixação, a conservação da família, o eixo. As mulheres são isso, na sua essência. Aos homens ficam a conquista e a passagem.

Uma mulher escreveu o que eu vou ler para a senhora agora, porque eu sabia que eu iria inquiri-la. Ela diz que o papel da mulher que é mãe é educar, orientar, dar princípios, ser exemplo, ensinar as questões básicas da vida, ser correta, honesta, ser educadora enfim, e transferir e construir a relação de seus filhos com os valores mais importantes da vida.

Essa mulher perguntava como é que a senhora vai poder olhar para a sua filha ou para o pequeno – eu

tenho uma filha da idade do seu filho, além de outros três filhos – e dar um conselho da melhor forma, a não ser que hoje a senhora consiga resgatar a dignidade, dizendo a verdade, porque isso vai lhe dar condições de poder voltar para casa, olhar dignamente nos olhos da filha, do filho, dos amigos e da família.

Eu vejo a senhora com uma imagem aparentemente frágil, mas a vejo, neste momento, como uma verdadeira fortaleza interior. A senhora é uma mulher forte, apesar de aparentar alguma fragilidade exterior. Eu sou obrigado a fazer algumas perguntas que não são movidas pela minha vontade, só pela minha obrigação. O seu marido esteve aqui. Ele depôs e disse – são palavras textuais dele – que a senhora figurava como sócia em razão do medo de que o seu marido se separasse da senhora. A senhora confirma essa afirmação que ele fez aqui, na mesma cadeira em que a senhora se senta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já respondi essa questão e retorno para o senhor. Na época, foi por causa do problema judicial, como eu expliquei, e foi colocada no meu nome. Depois disso, foram brincadeiras. Às vezes, ele falou realmente, mas foram brincadeiras, porque às vezes ficava assim: “Ah, não vou tirar esse negócio do meu nome, não. Depois separa”. São brincadeiras. O senhor é casado. E acabou que foi passando o tempo, foi passando o tempo, e, como eu falei, de uma forma cômoda, ficou, passou e ficou. Não que fosse algum fato ou que teve um fato. Foram coisas que geraram tipo uma brincadeira e acabou, por um certo comodismo, ficando assim.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora conhece quais são as razões que levaram a Sr^a Fernanda Karina a ser demitida da SMP&B?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – As razões, como eu nunca frequentei a SMP&B, no dia-a-dia, eu obtive uma informação, porque eu conversei com a secretária por telefone. Então, uma das secretárias – inclusive foi um fato que aconteceu e que a própria Sr^a Karina não relatou aqui – várias vezes ela relatou aqui que o Marcos era uma pessoa fria, calculista, várias coisas. O Marcos ia demitir a Sr^a Karina Somaggio justamente pelo fato de ele viajar muito. Como ele viajava, ficava pouco tempo na empresa, como qualquer outro empresário, você quer cortar custos. Sendo que tinha a Adriana Fantini, que é secretária, e ela já acumulou a função várias vezes, sendo secretária do Marcos e do Cristiano Paz. E o Marcos disse: “Bom, vamos voltar ao que era atrás e a Adriana continuar sendo”. O Marcos, então, pensou em mandar a Sr^a Karina embora, em demiti-la no mês de dezembro de 2003... Ela foi demitida em janeiro em

2004, não é? Em dezembro de 2003, onde o Marcos chamou a Adriana e falou com a Adriana se ela se dispunha a acumular a função dos dois uma vez e comunicou o fato. A Adriana comentou que o marido, então, da Sr^a Karina, estava desempregado. O Marcos Valério, por uma questão que eu digo humanitária, não mandou Karina ir embora no mês de dezembro. Ele esperou o marido dela – como vocês podem procurar saber – ser recolocado – eu não sei aonde, não tenho conhecimento íntimo da vida dela – pra que depois fosse demitida. Quando o marido dela assumiu o emprego, em janeiro, foi quando ele demitiu e o motivo foi esse.

Como préstimos dos serviços dela, ela recebeu, além dos direitos reais dela, R\$5 mil, que uma hora ela afirma que sim, outra hora ela afirma que não, e ora ela afirma que trabalhava até dez horas da noite, sábados, domingos e feriados... Isso eu posso te falar que era uma inverdade, porque, se o Marcos viajava muito, era difícil ficar trabalhando até dez horas da noite. Sábados, domingos e feriados eram os dias que eu exigia e que eu exijo, enquanto mulher, pra minha família, pro meu filho e pra minha filha. Então, em momento nenhum eu digo isso.

Então, foi por uma questão humanitária. Inclusive, ele esperou pra demiti-la e o motivo foi esse.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Eu... A senhora disse aqui que o Marcos Valério tinha uma procuração sua no que diz respeito às movimentações das empresas de que a senhora é proprietária, que a senhora é sócia. A senhora também disse que o Marcos Valério recebia trinta mil de uma e trinta mil de outra.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora fala aqui de redução de custos que a senhora, inclusive, mencionou agora: a Fernanda Karina saiu por isso.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É um exemplo que eu dei que o motivo da Karina... Não é que a empresa estava passando uma dificuldade, mas que hoje, como qualquer empresário, ou eu mesma, como dona-de-casa, se eu não preciso daquela empregada, eu vou demiti-la, porque não justifica.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Desde quando que o seu esposo recebe trinta mil da SMP&B e trinta mil da DNA?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Os trinta mil foi um aumento que teve, se não me engano, foi janeiro...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Deste ano?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi este ano. Eram R\$25 mil numa e vinte e sete em outra. Sempre teve. Ele sempre recebeu, tanto pela SMP&B quanto pela DNA.

Não sei informar pro senhor... Se o senhor me perguntar hoje como foi o crescimento desse salário, eu não sei informar.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Tá. Não, é porque é muito estranho, né? Eu vou lhe explicar aqui o que é estranho, para as pessoas também entenderem e para a senhora nos explicar.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pois não.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Quando a senhora faz a declaração conjunta com seu marido...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ahã.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – ..., a renda do ano todo é equivalente à renda de um mês.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso eu não sei te informar porque eu não acompanhei o meu Imposto de Renda.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Tá. Então, eu estou lhe dizendo. Nós temos o documento. E julgo que a senhora deve fazer uma revisão, pra evitar problemas pra senhora, que é um ente pessoa física e tem uma responsabilidade sobre essas declarações conjuntas... Não é só responsabilidade do seu marido.

O seu marido, então, faltou com a verdade com a Receita Federal, porque a senhora está dizendo que ele tem um recebimento que acompanhou, ao longo dos últimos anos, e que... A senhora veja: em 2000, ele declara cinquenta mil de renda tributável e a mesma coisa, um número parecido, em 2002, em 2003. E a senhora veja: em 2004, o ano passado, com ano-base de 2004, ele declara, em 2004, com ano-base 2003, esse valor. E no ano passado ele declara um pouquinho mais. Ele declara noventa. Isso é um mês e meio de renda!

E aí a gente fica intrigado, com todo respeito, D^a Renilda. Na sua conta pessoal ele não mexia. A senhora tem conta pessoal no Boston, que está no seu nome...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É o que eu relatei. O Banco de Boston, Alfa...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Sim. O Banco do Brasil, no Alfa e no City Bank.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No City Bank, eu não tenho. É uma conta que está inativa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sim, está inativa. Nós sabemos disso. Agora, a senhora veja. A senhora que é uma mulher cuidadosa e zelosa com as questões de casa. A senhora se referiu aqui que sabia até o dia em que saía dinheiro para pagar as contas de casa. A senhora recebeu na sua conta, só no Boston, nos dois últimos exercícios completos, a senhora recebeu – não vou revelar o valor completo – mais de R\$5 milhões na sua conta pessoal, na sua empresa. É da Sr^a Renilda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – No Banco do Brasil... Não, não tem como não ter... Isso aqui é informação oficial do Banco Central do Brasil. Isso aqui foi apurado através da CPMF. Ou seja, toda vez que esse dinheiro saiu, gerou uma CPMF, que tem valor fixo, e o Banco Central calcula quanto a senhora tinha na conta. Isso... Não tem erro nisso, porque isso é feito por um sistema informatizado. Não é erro. Passou por sua mão, foi de sua responsabilidade R\$5 milhões. No Banco do Brasil, transitou, no mesmo período, mais R\$3 milhões. No Banco Alfa, no mesmo período, mais R\$1,5 milhão. Então, pela conta da pessoa física, Renilda Maria Santiago – vou até usar o seu nome de solteira; me permita, não falar o nome de casada, porque a responsabilidade é sua! Transitou lá, nesses três bancos, R\$10 milhões na sua conta. Então, quero dizer à senhora, com todo o respeito, como é que a senhora explica isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu explico que... Eu acho que não posso ser considerada... Eu, como pessoa solteira, Renilda Maria Santiago. Isso é uma conta de Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, onde esses depósitos eram feitos, através do meu marido, em alguns casos, que ele fazia e que ele relatava que era a divisão de lucros das empresas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Deixa eu lhe explicar: se eu pegar a conta de seu marido, pessoa física, de Marcos Valério, nós vamos encontrar mais R\$30 milhões. Mas que tanto lucro é esse que não está na sua declaração de Imposto de Renda? Que tanta distribuição de dinheiro é esse? Deixa eu lhe perguntar uma coisa: a senhora aceitaria fazer uma reunião secreta, só os membros da CPI, reservada. Ninguém mais aqui dentro. Só a senhora, o seu advogado, os Deputados e as Senadoras. Para a senhora nos falar um pouco de coração aberto. Falar em nome da dignidade da senhora, dos seus filhos. Se o seu marido recebeu erros, e ele os cometeu, lamentavelmente. A senhora não pode mais ter ilusão de que seu marido não errou. Ele errou! Ele mentiu! Faltou com a verdade!

Por favor, aceite o convite para fechar a porta. A gente tira todo o mundo. Fazemos uma conversa de uma hora, franca. A senhora abre o seu coração, fala a verdade para a CPI. E eu tenho certeza de que a senhora vai sair aliviada. A senhora vai recuperar essa capacidade que a mulher tem que ter... Que a Ana Terra, de Érico Veríssimo, tinha de ter; que as mulheres que, na verdade, são as responsáveis pela conservação, fixação da família, dos filhos, elas podem e devem ter. Aceite o convite. Vamos conversar. Abra o seu coração. Ajude à senhora, ao João Vitor, à Natália...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Deputado Onyx... Concluindo...

O SR. ONYX LORENZONI – Ajude... Só perguntar se ela aceita fazer uma reunião secreta, apenas ela, os Senadores e os Deputados, mais ninguém, para que ela possa contar toda a verdade dela, para salvar guardar esse patrimônio, que é o único patrimônio, D^a Renilda, que a senhora tem disponível.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A verdade que eu tenho a declarar eu estou declarando aqui, na frente de todos. É o que eu sei. É o que eu sou informada. Como o senhor mesmo falou... O próprio Senador César Borges disse que eu trouxe um fato novo, que seriam as reuniões. É um fato que eu pude relatar e que eu sabia. Bom, por aí, tudo o que eu sei, toda a informação que eu sei, eu estou sendo – de coração aberto – informando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, eu me reinscrevo, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr^a Renilda, que está aqui na condição de investigada. Não é, seguramente, a melhor forma de comparecer perante o público brasileiro e uma Comissão como esta, mas estamos na tarefa de investigar e buscar a verdade.

O Relator, no último depoimento, citava uma personagem de Cícero, na antiguidade, chamada Catilina. E hoje a Sr^a Renilda me recorda um ditado popular contemporâneo: “A mulher de César não basta apenas ser honesta, é preciso parecer honesta.” V. S^a tem comparecido à Comissão com a docilidade de uma mãe, com a formação de uma pedagoga, portanto não apenas por formação cultural, mas também por formação acadêmica, zelosa no cuidado com crianças, na educação de filhas e filhos seus e de outrem, e também demonstrou que, durante sua experiência bancária, se não estou enganado, no Banco do Estado de Minas Gerais, na formação de pessoal, de recursos humanos. Isso, efetivamente, já a coloca em uma condição objetiva de ter não apenas demonstrado aqui as afeições

que possui, como sentimento que volta-e-meia afloram como pouco antes do intervalo que tivemos.

A Sr^a Renilda sabe que nossa sociedade ocidental, de tradição judaico-cristã, tem a acusação do pecado por ato ou omissão. Portanto, a culpa não é apenas por aquilo que se faz, mas, muitas vezes, por aquilo que se deixa fazer. E já reconheceu, em penitência pública, aqui, mais de uma vez, que talvez tenha cometido essa omissão de saber exatamente as finalidades das condições de operação dos contratos, das sociedades em que operavam as empresas do Sr. Marcos Valério.

Agora, V. S^a também, seguramente, nestes 25 anos de convivência com o Sr. Marcos Valério, que suponho que tenham sido mais do que 25 anos, V. S^a, inclusive, disse que chegou a morar em uma casa de fundos com o Sr. Marcos Valério. Suponho eu.... No microfone, por favor.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foram só 25 anos mesmo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – São só 25 anos mesmo. Então, provavelmente, logo dessa convivência de vizinhança, também surgiu um relacionamento próximo, que, portanto, diz respeito não apenas à convivência do período de namoro e casamento, noivado, mas também à observação de algum tipo de comportamento do Sr. Marcos Valério em relação ao conjunto de pessoas que o cercavam e que constituíam suas relações pessoais.

V. S^a costumava ter uma convivência social durante o período de namoro e antes do casamento com amigos, sócios, em clubes, com colegas de trabalho?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, a nossa vida sempre foi familiar, a minha família e a família dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Quando, precisamente, a senhora ingressou, através de procurações ou procedimentos similares, como elemento constitutivo das empresas do Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho que olhar a data da procuração, porque eu não sei exatamente. A procuração está com o Relator.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Mas isso não tem 22 anos nem 25 anos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, isso foi quando o Marcos entrou na SMP&B e na DNA.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Quando da ruptura da sociedade com o Sr. Clésio...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Da sociedade com o Sr. Clésio Andrade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – E anteriormente a isso, o Sr. Marcos Valério já trabalhava nessas empresas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não trabalhava? Ele já entrou na condição de sócio?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele e o Sr. Clésio Andrade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Ele era sócio do Sr. Clésio Andrade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso, isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora diz que sim e o seu advogado diz que não. Eu estou olhando para a senhora, mas ele sacode a cabeça. A senhora está dizendo, então, que eles eram sócios e houve um conflito de interesses, que a senhora já mencionou.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele entrou com o Sr. Clésio Andrade, eles tiveram uma ruptura e eu não sei explicar, como já falei para a Senadora Ideli Salvatti, que eu não sei...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A natureza do conflito?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A natureza. Após esse conflito, o Marcos se tornou sócio. Foi feita uma alteração de cotas da empresa. Não sei explicar como foi. Aí, sim, passei para o meu nome e dei a procuração ao Marcos Valério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora conhece outros sócios do Sr. Marcos Valério ou ex-sócios?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Pode dizer o nome de alguns?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Os atuais sócios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Pois não.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Cristiano Mello Paz.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim, já foi mencionado aqui.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ramon Cardoso, Marcos Francisco Castilho, DNA, Margareth não sei se é Queiroz ou Queiroga, acho que é Queiroz, e Renato, que é da Multiaction. O Renato, que é sócio...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora não conhece nenhum Tolentino, sócio do seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tolentino é sócio não das empresas de publicidade, que é da Melo e Tolentino, que é sócio, amigo e conterrâneo do Marcos Valério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sócio, amigo e conterrâneo.

A senhora costumava freqüentar ambientes sociais, naturalmente, em companhia do seu esposo, festividades, solenidades, concursos, quando a DNA recebia prêmios...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não? Só a Hípica? O seu local de encontro social era só a Hípica?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Esses eventos sociais, geralmente, que havia das empresas da SMP&B, na maioria das vezes eram representados pelo Cristiano Mello Paz. O Marcos nunca foi muito de eventos sociais. Não somos de eventos sociais. E na DNA...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – À exceção da Hípica, porque a Hípica é um evento social.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A Hípica porque tenho de acompanhar a minha filha.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Então, em festividades assim nem no interior do Estado, nem em São João del-Rei...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E a DNA geralmente era representada pelo Marcos Francisco Castilho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Em São João del-Rei, Poços de Caldas, a senhora não participa de atividades?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca fui. Não conheço as cidades.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Conhece outros concorrentes do Sr. Marcos Valério na área de publicidade, de promoção de eventos? Outras empresas que concorrem, outros empresários que concorrem nessa área de publicidade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O que a gente ouve falar pelo...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não, pergunto se a senhora conhece, se teve relacionamento com alguns...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, conhecer pessoalmente, não. Ninguém.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora menciona e reitera o conhecimento há 25 anos do Sr. Marcos Valério e houve um emprego comum, que era o Banco do Estado de Minas Gerais.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora trabalhava lá e também o Sr. Marcos Valério trabalhou no Banco do Estado de Minas Gerais. Já mencionou aqui que, nessa época, o Sr. João Heraldo Lima não era o Presidente do Banco.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei. Quando o Marcos trabalhou – porque o Marcos trabalhou há mais tempo do que eu lá no Bemge –, na época em que eu trabalhei, a última gestão de Presidente, na minha época, que eu trabalhei e da qual me recordo... Se o senhor me perguntar assim o primeiro Presidente, quando você entrou lá, eu não me lembro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não, não estou interessado em saber do primeiro Presidente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Era o Dr. José Luís Rocha.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Certo. E o Sr. João Heraldo Lima...?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – João Heraldo, eu não me lembro da minha época, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora não o conheceu no Bemge.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Mas conhece essa figura pública João Heraldo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já o vi em jornais, mas não o conheço pessoalmente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sabe que ele tem função pública?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Que ocupa posição de destaque?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Que já foi Secretário e que hoje é diretor de banco?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não sabe.

A senhora afirmou aqui que o Sr. Marcos Valério trabalhou no Banco Central. A senhora sabe que essa pergunta fui eu que fiz pessoalmente ao Sr. Marcos Valério, e ele aqui, na CPMI, negou que houvesse trabalhado no Banco Central.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei que ele vinha a Brasília, ao Banco Central... Como falei aqui, efetivamente, eu acho que ele não pode ter sido efetivo, mas acredito que ele possa ter, durante uma certa época, prestado algum serviço de consultoria, alguma coisa nesse sentido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – É bem provável. Com a experiência bancária que ele teve de 20 anos, é bem provável.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Efetivo, acredito que não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Ele já trabalhou no exterior?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No exterior? Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Nunca trabalhou. A senhora menciona que as viagens eram todas turísticas e familiares?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Viagens turísticas com família.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora afirmou que a D^a Fernanda Karina teria sido demitida por contenção de custos, segundo a informação que tenho.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Contenção de custos, eu disse, sim. O Marcos – eu é que falei – a dispensou porque, como ele viajava muito, não havia necessidade de ter uma secretária para ficar só marcando viagens.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Isso ele já afirmou aqui. Eu só queria que a senhora confirmasse que foi por contenção de custos. Foi essa a intenção?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu é que estou falando porque acho que também é uma contenção.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Então, como é que a senhora justifica a bonificação de R\$5 mil? Porque não era dever trabalhista.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não estou falando que ele disse uma contenção de custos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu é que estou falando porque, a

longo prazo, a longo prazo, isso se tornaria uma contensão de custos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sem dúvida. A longo prazo, sem dúvida.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim, a longo prazo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora também informou que, segundo a informação que tinha, o esposo da Sr^a Karina estaria desempregado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ela teria sido demitida no mês de dezembro. Era a época em que o Marcos pensou em demiti-la. Não foi demitida por uma solicitação...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Foi adiada a demissão em função da situação familiar.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi adiada porque a Sr^a Adriana comentou com o Marcos e, por uma questão humanitária...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Ele a manteve.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi sensibilidade da Adriana e do Marcos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É que, como ela tem filhos, paga aluguel...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim, já entendi, já compreendi. É porque a Sr^a Fernanda Karina informou que o seu esposo trabalharia numa TNT Logística, aqui nesta mesma Comissão. Era a empresa que empregaria o esposo da Sr^a Fernanda Karina, inclusive uma empresa de logística, sem muita explicação.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu marido não tem empresa de logística.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não, não é o seu marido, o marido da Sr^a Fernanda Karina.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Em que ela começou a trabalhar depois do mês de janeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Isso, certo. Está bem.

A senhora esteve já em algum evento com a participação do Sr. Carlos Rodenburg?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não conhece?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Nunca ouvi falar, o Sr. Marcos Valério nunca comentou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já ouvi falar e já li em jornais, mas não conheço e nem o Marcos nunca comentou fato nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora poderia mencionar quais são as maiores contas de publicidade das empresas em que é sócia? Quem são os donos das maiores contas ou quem são os maiores clientes das empresas DNA e SMP&B?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Hoje, eu posso falar que eu sabia: Banco do Brasil, que não é mais...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... Correios, que não são mais...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ...Eletronorte, que não é mais...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim. Por enquanto, só estatais.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... Usiminas...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... eu sei que, acho que ainda é. Como teve uma varredura, ultimamente, que eu me lembro são Usiminas e *shopping*, não sei se era em Belo Horizonte, se era o Diamond Mall, ou alguma coisa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Das telefônicas a senhora não se lembra de nenhuma?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tinha a Telemig, eu não sei se ainda é.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Tinha a Telemig, a senhora lembrou, então, de uma telefônica, pelo menos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu ainda não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora conheceu a Sr^a Leda Rebello Carvalho?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Conhece algum político do Estado chamado Carvalho, Deputado Estadual?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não conhece. Conheceu o Sr. Sérgio Esser?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Não conheço, nunca ouviu, também, o Sr. Marcos Valério...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... comentar...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... sobre o Sr. Sérgio Esser?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Conhece o Sr. Welton Máximo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Cantídio Figueiredo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Nunca ouviu falar? Nunca teve nenhum relacionamento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O Sr. Marcos Valério e suas empresas têm contas do Governo do Estado de Minas Gerais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei se tem ou se teve. Eu não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Da Assembleia Legislativa de Minas Gerais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei se tem este ano ou se já teve.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Se teve, foi há menos de cinco anos, há mais de cinco anos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Precisamente, eu não sei lhe informar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora não sabe informar.

Essa sistemática de contratação de empréstimos ou de concessão de empréstimos para financiar políticos a senhora considera que seja uma prática recente do Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim, foi uma coisa, eu acho que foi... Com certeza, foi a primeira vez que ele fez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – E como outros Deputados, já de mandatos anteriores, mencionam que receberam no passado – está declarado nos jornais de hoje e não são do meu Partido, inclu-

sive são da Oposição, são do PSDB e do PFL –, que receberam, anteriormente, contribuições assim, já no segundo turno da campanha, atribuídas a uma operação da candidatura do então candidato Eduardo Azeredo? A senhora acha que isso não tem nenhuma procedência?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho conhecimento, como eu não li jornais hoje.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Naquela ocasião, provavelmente, ainda eram sócios o Clésio e o Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso lhe informar, porque eu não sei nem o que saiu no jornal de hoje, porque, a princípio, não tive nem tempo de me informar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – A senhora mencionou que o Sr. Marcos Valério teria medo de perder as contas do Banco do Brasil – a senhora mencionou aqui, no depoimento – e talvez outras contas de publicidade. O Sr. Marcos Valério tem publicidade de bancos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se ele faz de outros bancos?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Publicidade para bancos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Banco Rural é cliente não sei se da DNA ou da SMP&B...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O Banco Rural é cliente do Sr. Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... há mais de 11 anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – É uma longa relação, portanto.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Anterior, inclusive....

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ..., à ruptura com o Sr. Clésio.

A senhora mencionou o medo do Sr. Marcos Valério e também o seu próprio medo de como enfrentar as dívidas que terá adiante, não é? Mencionou a precaução com o patrimônio dos seus filhos, inclusive de que maneira as ações patrimoniais, a transferência de bens etc., foi zelando para que fossem transferidos a seus filhos.

Aqui a Oposição, por diversas vezes, falou de quadrilha e coloca o Sr. Marcos Valério não apenas como membro, mas organizador de quadrilha; embo-

ra falem da quadrilha de 2003, não mencionam esse para trás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Abicalil, conclua porque o tempo já está extinto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vou concluir.

Que parece ter uma longa experiência, laboratórios feitos em 98, como eu já havia anunciado aqui. Muita gente se irritou muito.

O que a senhora pensa dos valores que deixa para os seus filhos, quando nesta CPI diversos dos que me antecederam categorizaram o seu esposo como membro e formador de quadrilha?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho nada a declarar sobre isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes por quinze minutos.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de ir diretamente às perguntas.

A senhora teme, depois de tudo que aconteceu, algo sobre a sua vida, do seu marido ou dos seus familiares? Isso lhe trouxe alguma preocupação até agora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Já chegou alguma ameaça à sua família.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se os Srs. Deputados ouviram isso. Isso foi noticiado muito essa semana em Minas Gerais, na Rádio Itatiaia, e, se não me engano, saiu na televisão, não sei se no Jornal Nacional, ou Record, de uma interceptação, acho que da Polícia do Rio de Janeiro, não sei de qual presídio, de um traficante que estaria do lado de fora com uma outra pessoa que estava presa. Não me lembro os nomes. Foi divulgado amplamente na Rádio Itatiaia de Minas Gerais que eles pensavam em seqüestrar o Marcos Valério, pois ele era o homem do dinheiro. Um falava que inclusive sabe todos os passos do dia-a-dia dele. Então, isso, com certeza preocupa tanto a vida dele, a segurança dos meus filhos, da minha família, minha, e também de irmãos e pais do meu marido.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora sabe da importância que representa hoje, na verdade, a integridade física da senhora e do seu marido para esclarecimento de tudo que está havendo no

Brasil. Vocês, em família, já tomaram alguma providência, já requereram alguma segurança a mais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A única segurança que eu tinha requerido acho que hoje eu meio que perdi, foi quando saí da casa que tenho no Bairro Castelo, mudei-me para um condomínio fechado. Mas, mesmo no condomínio fechado, eu tenho minha privacidade invadida, onde várias vezes, ao sair, sou seguida por repórteres e várias coisas. Minha privacidade foi totalmente devassada. Ainda não sei o que fazer. Honestamente, me preocupa, mas ainda não fizemos nada.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, não sei se esse aspecto é uma questão técnica da Comissão, mas é uma preocupação que vejo que o Brasil precisa ter, principalmente com o Sr. Valério. Não sei se a Comissão tem alguma medida a tomar sobre esse assunto. O Presidente pode responder em outro momento. Não é um requerimento que aqui estou fazendo.

Gostaria de perguntar à senhora se o Sr. Marcos Valério tem conversado com a senhora sobre essa crise. No dia-a-dia, o que vocês têm conversado, até para a senhora vir aqui, se preparou. O que a senhora tem conversado sobre a crise com ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Honestamente, não me preparei para vir aqui. Estou falando tudo que eu sei, de coração aberto e com a maior sinceridade que posso ser. As coisas que perguntei para Marcos Valério são as coisas que eu escutava na mídia, ou que eu escutava em CPI ou alguma coisa e que eu perguntava para ele, como foi o caso do próprio empréstimo. Porque eu não sabia de nada: eu não sabia de empréstimo nenhum, eu não sabia desses cheques que a empresa passava para o então Sr. Delúbio, eu não sabia de nada.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Por que a senhora, como brasileira, queria evitar vir aqui prestar um depoimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não queria evitar vir aqui prestar o depoimento. A única coisa... A minha preocupação era evitar a minha exposição, justamente pensando na minha segurança, uma vez que ela já está violada, e na vida dos meus filhos, uma vez que a minha vida em Belo Horizonte... a gente já não pode sair mais, o Marcos já não pode sair, eu não posso sair, e eu, até então, era um pouco meio que desconhecida em certos lugares, então eu podia levar meu filho para se divertir num parque, na escola dele, e acompanhar minha filha a alguns lugares. A única coisa que me preocupou foi isso. Não em vir depor, mas em me expor em

questão da minha segurança pessoal e da vida social dos meus filhos.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Por a senhora ser sócia da empresa, a senhora se sente culpada de toda a situação a que foi levado o País, envolvendo a sua empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não me sinto culpada.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Por quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Porque dei uma procuração e a empresa era gerida por outros sócios. E eu confiei em todos os sócios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Inclusive no seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Inclusive no meu marido.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora acha que ele sempre estava agindo corretamente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Em momento nenhum ele me decepcionou.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Até hoje?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Hoje, acho que ele, por uma questão de... Ele queria segurar a conta... Ele não queria perder o que ele tinha. Acho que ele não soube lidar com o “não” ao Sr. Delúbio, porque essa foi a informação que ele me deu. Ele disse: eu não tive como negar. Assim ele me respondeu. Acho que hoje, se ele pudesse, faria tudo diferente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora acha que tudo o que ele fez foi por pressão do Sr. Delúbio?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não diria pressão...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora está afirmando isso.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não estou afirmando que foi pressão do Sr. Delúbio...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Um envolvimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Um envolvimento. Ele teve um envolvimento com o Sr. Delúbio, criou um vínculo de amizade ou alguma afinidade com o Sr. Delúbio e...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora acha que ele fez isso com o objetivo de ga-

nhar dinheiro ou de ajudar as pessoas, os políticos, os partidos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que o Marcos não tinha... não acredita que isso seja mensalão, como eu também não acredito que é mensalão. E o que foi passado para ele – e ele acreditou – pelo Sr. Delúbio Soares era que era para contribuições de campanhas partidárias.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Qual o interesse que ele tinha... a sua empresa, vocês como...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A aproximação... O Marcos se aproximou do Delúbio, apresentado pelo então Deputado Virgílio Guimarães, e o Marcos, como qualquer publicitário, qualquer dono de uma empresa de publicidade no País... ela vive de campanhas privadas, campanhas estaduais, de empresas federais e vive também de campanhas políticas de deputados. Claro que sim. Então, era interesse da empresa não que o Sr. Delúbio arrumasse... resolvesse, mas que poderia apresentar alguém que, porventura, poderia fazer uma campanha de um deputado, de um político. Porque deputado faz campanha e usa uma empresa de publicidade.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora tem noção que tudo isso levaria a essa situação de hoje? Vocês chegaram a comentar isso em casa, dentro da empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nunca. Como eu nunca vou à empresa e já declarei isso várias vezes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora acha, hoje, que houve, na verdade, um traidor em toda essa história com o seu marido, com a sua empresa, com vocês?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não diria traidor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O que a senhora diria então?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Precisamente não sei qual a palavra ideal para te falar isso. Mas não diria traidor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Seria importante que a senhora, neste momento, colocasse o seu sentimento sobre esse aspecto para nós.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O meu sentimento, hoje, sobre esse aspecto...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – De quem...as pessoas, como foi o envolvimento...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu queria que isso fosse esclarecido de todas as formas o mais rápido possível, fosse tudo levantado, tudo esclarecido e que todas as pessoas envolvidas aparecessem e que isso fosse apresentado de público para a população brasileira, e que esses empréstimos fossem pagos porque eu estou muito preocupada.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como a senhora disse, as empresas do Marcos Valério têm mais de vinte anos, mesmo que ele tenha participado delas mais recentemente. Então, essas empresas trabalharam para outros governos também. Em outros governos foi diferente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que sim, porque nunca aconteceu isso. E, em relação... à época, eu não...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas a imprensa tem colocado, inclusive, repasse de recursos a outros partidos políticos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como o Deputado falou que saiu hoje no jornal, não tive oportunidade de ler o jornal hoje, então, não posso me inteirar dos fatos, não posso explicar o que saiu no jornal. Em relação às empresas, tanto DNA quanto SMP&B, anterior à entrada do Marcos Valério, não posso falar nada porque eu não conhecia.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O Sr. Dimas, da empresa de Furnas, a senhora o conheceu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O Sr. Menegute?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não? Como a senhora não teve conhecimento dos governos passados, tem convicção de que todo esse esquema foi montado agora, neste Governo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não posso falar... O conhecimento que eu tenho foi o que tive a partir de agora e não posso falar se é neste Governo, se foi no Governo passado. Não sei falar se em algum outro Governo distante, dez anos, cinco anos, quinze anos atrás, se era uma prática, se isso existia. Porque, como eu já afirmei, sou apolítica, é uma coisa em que não gosto de me envolver, não gosto de ler, não gosto de ver.

Particularmente, com todo respeito aos senhores, não gosto muito de política.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Certo. Vamos tratar agora um pouco da relação do Sr. Valério dentro da empresa. Como era a relação dele com os funcionários? Como era a confiança, o grau de confiabilidade dele com as pessoas com quem ele convivia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que é uma relação... eu não posso falar assim era assim ou era assado porque eu não estava lá dentro. Mas acredito que devia ser uma relação profissional entre patrões e empregados.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O que a senhora acha da Sr^a Karina, como profissional, como pessoa, antes e agora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso avaliar a Sr^a Karina, primeiro, nem antes, nem agora, porque eu não a conheci.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora tem suspeita de que ela teria sido colocada na empresa com o objetivo exatamente de buscar informações? Isso chegou a ser comentado pelo Sr. Valério, depois da crise?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Comigo, o Marcos nunca comentou e eu não posso falar, justamente por isso, porque eu não conhecia a Sr^a Karina, nem antes nem depois.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E, hoje, qual é o seu sentimento em relação à Sr^a Karina?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho nenhum sentimento.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E a Sr^a Simone, como é a relação dela com o Sr. Valério? É uma relação de confiança?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É uma relação profissional, porque acho que, a partir do momento em que você coloca uma pessoa para trabalhar dentro da sua empresa ou dentro da sua casa, posso falar, eu, Renilda, dentro da minha casa, uma pessoa que vai me prestar um serviço dentro da minha casa, eu a coloco desde que eu confie. Então, eu acho que você deve confiar em todos os funcionários que coloca dentro da empresa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas o Sr. Valério destacava funcionários de maior confiança, da relação de confiança dele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Para mim, não, porque a gente nunca conversava tanto sobre a empresa e eu não frequentava a empresa. Mais uma vez, volto a afirmar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E a relação do Sr. Valério com os políticos, mais especificamente de Minas Gerais. A senhora tem alguma coisa para destacar? Algum nome que poderia ter inclusive orientado...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como se deu a entrada do Sr. Valério nas empresas de comunicação, nessas empresas que hoje são o pivô do...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já expliquei aqui e vou retornar a explicar: Marcos Valério era sócio de uma empresa de consultoria – eu não me lembro do primeiro nome, o segundo nome era Machado alguma coisa. E aí conheceu o Sr. Clésio Andrade, onde eles entraram de... O Clésio entrou de sócio na empresa de comunicação e resolveram colocar acho que na ativa, se não me engano, é assim que se diz, a empresa SMP&B Publicidade e abriram a SMP&B Comunicação. O Dr. Clésio Andrade ficou lá durante um tempo. E não sei informar por quanto tempo, porque justamente não acompanhei. Depois, ele saiu. Não sei explicar o motivo pelo qual saiu; sei que houve um processo judicial em que os três sócios, Ramon, Cristiano, Clésio, todos... houve um processo judicial com o Sr. Clésio Andrade, tudo foi resolvido judicialmente, e o Marcos Valério ficou como sócio.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O Brasil é tido como um dos países com alto índice de corrupção. A senhora, estando envolvida em todo esse processo, porque era sócia da empresa, é esposa do Sr. Marcos Valério, o que diria hoje ao Brasil em relação à questão da corrupção?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A primeira coisa que diria ao Brasil é que eu acho que... eu queria que, antes de falar se isso é uma corrupção, se isso é um mensalão, se isso era pagamento de contas partidárias, se isso é neste Governo ou se foi no Governo passado... Então, essas questões que são argumentadas, que são levantadas, a primeira coisa que diria ao Brasil é que ele exigisse que fosse feita uma investigação séria, não-leviana, só através de...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mesmo que isso levasse à cadeia o seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu quero primeiro que seja feita uma investigação documental de tudo, e a sério...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... porque acho que agora,

por enquanto, está sendo feita uma investigação pela mídia.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, a Deputada Juíza Denise Frossard, que estava inscrita – houve uma falha lamentável minha – antes do Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Eu preferia falar depois da Juíza, que, com certeza, traria mais ensinamentos para a nossa arguição.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, graças a essa falha – e não a atribuo como falha a V. Ex^a –, eu pude ouvir duas frases tão gentis de V. Ex^a e do meu colega Welinton, de modo que acabei ganhando. Muito obrigada, Welinton.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Ana Karina, Sr. Advogado, meus Pares. Ah, Renilda. Quem é Ana Karina? É a Secretária. A Fernanda Karina.

Perdoem-me, afinal são 54 anos de idade, quinze ouvindo depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Denise Frossard, eu me lembro de um romance de Tolstoi, **Anna Karenina**. Várias vezes eu me confundo e troco, do mesmo jeito, os nomes. Desculpe-me.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu fiz aqui uma mistura total, mas, Sr. Presidente, são 54 anos de vida, quinze anos como juíza criminal, fazendo audiência todo dia. Então, eu posso cometer uns deslizes.

Desculpe-me, D. Renilda. Perdoe-me.

D. Renilda, vou-lhe fazer apenas uma pergunta. Só tenho uma pergunta a lhe fazer; não tenho mais do que uma, não vou cansá-la, mas não quero perder o meu norte. A senhora está aqui conosco, porque é sócia do Marcos Valério, só por isso a senhora está aqui conosco.

Quero fazer um registro, se me permite: a senhora é infinitamente mais brilhante, mais inteligente, mais perspicaz do que o seu sócio. Eu diria até que as suas empresas estariam muito melhores hoje, se tivessem sido entregues ao seu comando exclusivo, eu diria isso. E a prova do que estou dizendo é que a senhora está prestando um depoimento que parece verdadeiro, de tal forma que até eu mesma me balancei no início. Mas, no correr das suas respostas e avaliando um pouco o que deve ser a sua vida, lá com o seu sócio e esposo, eu vi que é um depoimento, que a senhora tem o direito, é um direito seu –, é um depoimento que foi construído pela senhora, pelo seu advogado e pelo seu sócio Marcos Valério. E não há nenhum desdouro nisso, é direito seu que seja as-

sim. A lei lhe garante isso. Quem sou eu para... Mas eu queria fazer esse registro inicial. E vou-lhe explicar por que acho esse seu depoimento dessa forma. Primeiro, porque é impossível que a senhora e seu sócio, que também é seu marido, não conversassem no dia-a-dia, e a senhora dissesse para ele: “Marcos, como vão aquelas nossas empresas assim, assado?” E que, no decorrer da vida de ambos, desde o momento em que ele era um bancário e a senhora também, não é isso? Ele era um bancário?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele já foi bancário.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – No início, pois é! E que não visse, no correr da vida de vocês, exatamente aquele acúmulo: o primeiro cavalo, o primeiro carro importado, o primeiro sêmen daquele garanhão bonito, os troféus... Isso tudo, naturalmente, no dia-a-dia, à noite, na cama, se conversa: “Como é que nós conseguimos comprar tudo isso, hein?” E aí vêm as conversas. Então, esse é o dia-a-dia de um casal, nós sabemos disso. E a senhora consultou, no início, o Relator. No depoimento da senhora, a senhora começou dizendo que o seu sócio Marcos Valério, diante de uma interpelação da senhora – não é bem esse o termo, mas é o termo que me ocorre aqui –, ele teria dito que deu aquele aval porque não podia deixar de dar, porque senão ele perderia os contratos com o Governo. E aí é que eu digo que o seu depoimento parece verdadeiro, mas não é. Mas não é um desdouro. A senhora pode construir aqui a sua tese.

Eu só quero lhe fazer aqui uma pergunta. Eu tenho sido atenta aqui, Dona Renilda, para dizer a cada uma das pessoas que vêm aqui que isto aqui não importa muito para a senhora, que não é Deputada. Para ele, eu disse isso, ao seu sócio Marcos Valério: “O senhor não é Deputado aqui, não nos diz respeito muito”. Mas o que quero, a minha pergunta à senhora é a seguinte, e eu tenho sido atenta com relação a isto: é que esta prova que aqui é produzida vai cair no colo de um juiz, e está comprovado que as empresas da senhora e do seu marido eram lavanderias de dinheiro sujo, ou ao menos de dinheiro cuja origem não era comprovadamente virtuosa.

Então, a minha aflição aqui, Dona Renilda, é porque não posso discordar da tese de seu advogado, mas, ao mesmo tempo, a senhora me perdoe, eu fico aflita. Eu fico aflita porque a vida inteira eu fui juíza, então eu tenho essa noção, eu sei o que vai acontecer na frente. Eu sei que esse juiz vai pegar essa prova e, lá, o fato de a senhora ser esposa dele e dizer que é dona de casa não vai lhe socorrer. O que vai acontecer é que a senhora é sócia formal dele, que a senhora assinou documentos e que essas empresas eram la-

vanderias. Isso me aflige, e aflige de tal forma que eu tenho perguntado a todos os depoentes aqui, às vezes discordando – como discordo, doutor, perdoe-me mas discordo, discordo... São quinze anos no dia-a-dia do crime e a melhor tese é a verdade. Marinho foi o que melhor se saiu aqui. Ele disse a verdade. E aí relembro Bobbio: “Fiz, sim. Outro no meu lugar não o faria”. Quem nega só pode negar.

Então, eu pergunto à senhora, e perdoe-me até por esse desabafo: a senhora tem consciência, e esta é a única pergunta que tenho para a senhora, que a sua presença aqui para nós é apenas para informar, porque nós vamos cuidar dos nossos aqui, mas que lá fora estará esperando a senhora e seus sócios um juiz criminal? A senhora tem consciência da extensão e da profundidade disso? Perdoe-me o excesso.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sem problema. Eu tenho noção. Sei que aqui é – vamos dizer – como se fosse uma passagem para que as coisas sejam levantadas e encaminhadas. Falando de modo leigo, acredito que seja isso. O que estou falando é o que sei realmente. Não sabia de mais nada. O que sei é que existem esses empréstimos e que foram feitos dessa forma. É o que eu sei. A minha relação com o Marcos... o Marcos é uma pessoa realmente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, eu não estou perguntando nada de fatos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Espera aí, eu só quero completar algo que a senhora falou.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Está bom. Desculpe-me.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu perguntava sobre as empresas, as empresas estavam todas muito bem e tal. Essas eram as informações que eu tinha e, como já afirmei várias vezes, tornei-me um pouco passiva. Sei que isso aqui é uma passagem, que mais alguma coisa vai ter que ser explicada mais lá frente e mais profundamente.

Por isso que falo que tudo isso aqui, todos esses depoimentos têm que ser levados em conta, mas eu acho também que deve ser levado em conta todo o material recolhido por V. Ex^{as}, documentos que, porventura, vocês conseguirão – senhores e senhoras, desculpem –, para que isso seja realmente levantado, até para que seja verificado se era realmente uma “lavanderia”, se realmente evasão de divisa, se... não sei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Quanto a isso, D. Renilda, vou dizer para a senhora que, de acordo com a minha experiência de juíza, não há dúvida de que é uma “lavanderia”. Essa é a mate-

rialidade. Estamos buscando só as autorias. A “lavan-
deria” está provada. A minha agonia era se a senhora
tinha consciência de que, lá fora, terá que responder
também por isso, porque é formalmente sócia.

Era só isso. Não tenho perguntas mais.

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Eu tenho consciência de que isso
vai acontecer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Muito obrigada.

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Obrigada à senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Senador Sibá Machado, por quin-
ze minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok, Sr.
Presidente.

Sr^a Renilda, já ouvi bastante sobre o seu cotidia-
no, a sua vida, como tratava as questões domésticas
e as da empresa. É claro que aqui seria importante
para todos nós tratar da Sr^a Renilda empresária, e
não da Sr^a Renilda dona-de-casa. Porém, é muito im-
portante um momento como este, em que as pesso-
as, na intimidade de um convívio, podem ter ouvido,
em determinados momentos, conversas, terem visto
cejas, coisas parecidas, que podem ajudar bastante
na convocação de novas pessoas e na ligação entre
as atividades.

Então, a minha primeira pergunta é: quando a
senhora conheceu o Marcos Valério – já foi dito aqui
uma vez, a residência da senhora com a dele faziam
limite, ou seja, eram casas que faziam limites entre si,
então, poderia até conhecê-lo melhor – a senhora já
sabia, naquele momento, do que ele vivia? Eu peço
licença ao Senador Sérgio Guerra para ver... A senhora
já sabia, naquele momento, do que ele vivia, em que
trabalhava, qual era o seu padrão de vida, seu padrão
de renda? Já tinha essas informações?

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Não, senhor, porque eu era uma
estudante do primeiro ano do segundo grau e ele um
estudante do terceiro ano do segundo grau.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas que
tipo de carro ele usava, que amizades ele tinha?

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FER-
NANDES DE SOUZA** – Ele não tinha carteira, tinha
17 anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eram me-
nores de idade. Mas não ostentava nenhuma vontade
de ser rico, de ter muitas coisas na vida?

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Na época em que começamos a
namorar, a nos conhecer, nós estudávamos e o meu
objetivo era me formar. O objetivo dele também era for-
mar. Em momento nenhum, a gente sonhava ou criava
alguma coisa, mesmo porque a gente nem sabia se
iria casar. Quando nos conhecemos, eu era uma ado-
lescente e ele também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas até
então, a sua vida, tanto quanto a dele, era...

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Era uma vida... Eu fui uma pessoa
de classe média, que estudei em escolas particulares
– tive esse privilégio, como poucos hoje sei que têm
–, o Marcos também era classe média.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, o
padrão de vida tanto da senhora quanto dele era de
classe média.

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Classe média média.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, ele
ainda não trabalhava, não tinha uma renda própria ou
coisa parecida. É isso?

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Não, ele era adolescente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ado-
lescente, ok. Então quando é que exatamente começou
ele a ter alguma coisa na vida, a se tornar empresário,
a ter a sua vida particular? Foi quando casou com a
senhora ou começou antes? Foram sete anos de na-
moro, conforme a senhora já falou, então, no período
do conhecimento e até o casamento, são sete anos.
Neste caso, quando é que Marcos Valério começou
a se tornar um empresário, ou seja, a ter seu próprio
rendimento?

**A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNAN-
DES DE SOUZA** – Empresário, ele começou a ser mais
tarde, mas, no início, já dei aqui a relação, não sei se
foi para a Senadora Ideli, desde o início das carreiras
do Marcos Valério, que ele começou a trabalhar. Vou
relatar o fato de novo para o senhor: não sei precisar
a idade certa, se foi com 18 anos ou alguma coisa, ele
começou a trabalhar no Banco do Estado de Minas
Gerais, como escriturário, na parte da manhã; na par-
te da tarde, ele era vendedor, representante de britas
e areias de uma empresa de Sete Lagoas; depois ele
foi subindo aos poucos dentro da empresa, dentro do
Banco do Estado de Minas Gerais, fazendo carreira
como qualquer outro bancário; depois ele chegou a
ser membro do Conselho – não sei especificar qual
Conselho que era dentro do Banco do Estado de Mi-
nas Gerais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E do momento em que ele saiu deste emprego. Quero saber exatamente o momento quando ele se torna empresário; era esse o momento que eu quero saber.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, quando ele se tornou empresário, ele passou a ter uma empresa de consultoria, onde ele teve, como já relatei aqui – não me lembro Machado, me deu um branco mesmo, não sei se Machado&Machado –, onde ele fazia umas consultorias com algumas empresas com o sócio dele. Depois disso é que ele entrou na empresa de comunicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Porque eu queria fazer uma ligação entre o momento em que ele com certeza deve ter conversado com a senhora das ambições pessoais, de levantar nas conversas: eu gostaria de ter isso, eu gostaria de fazer aquilo, esse desejo, essa vontade, quando é que nasce esse momento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acho que é um desejo que nasce na gente desde criança. Acho que todo mundo...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele já conversava essas coisas então com a senhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... todo mundo almeja sempre melhorar na vida. Vocês não quer nascer pobre e morrer pobre. Então claro que você sonha ter um primeiro carro. Quando nós casamos, eu casei e fui pagar aluguel. Tínhamos um dinheiro para comprar um apartamento, e eu falei: “Eu não vou pagar aluguel por muito tempo, eu quero que, com seis meses, eu compre um apartamento, nem que seja financiado”, mas era o meu primeiro desejo e dele de ter um imóvel, nosso, e foi financiado. A partir daí, nós fomos crescendo paulatinamente até comprar um lote e aí foi uma casa...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ou seja, a senhora considera que esse crescimento foi um crescimento justo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... então nós fomos... O primeiro carro, dele, foi um carro que ele ganhou de presente do pai dele. Hoje os nossos carros... Aí nós fomos comprando carros usados, aí você vende um carro hoje e melhora amanhã, você faz um *leasing*, como hoje eu ainda continuo tendo um *leasing* de um carro. Quer dizer, são coisas que você vai crescendo paulatinamente e que acho que todo mundo normal tem sonhos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quanto a isso eu já me sinto contemplado. Só quero dizer que a senhora considera que o padrão de renda atual teve um crescimento natural das coisas, é isso que estou entendendo na resposta.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ok. Então, no meio dessas denúncias, quando começa a aparecer todas essas denúncias que envolve o esposo de V. S^a, qual foi a reação? Pensou em abandonar o País? Pensou em largar o Brasil? Pensou em mudar de vida? Pensou no quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Essa é uma pergunta até interessante porque eu mesma fui surpreendida três vezes lendo o jornal, em Belo Horizonte, em que eu estava fugindo do País. Eu me surpreendi porque eu já estava fugindo do País. Em momento nenhum eu pensei em sair do País, não penso, o Marcos Valério não pensa e nem meus filhos pensam, apesar de toda a falta de segurança que hoje eu passo e vivo, eu, meu marido e meus filhos, mas em momento nenhum eu pensei. Sei que hoje as dificuldades que nós estamos enfrentando em relação às empresas por contas que estamos perdendo, tudo, eu sei que são dificuldades que iremos enfrentar, mas, mesmo com essas dificuldades, em momento nenhum eu pensei em sair do País.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Correto. Então como a senhora se sente uma pessoa proba, correta, séria – e nós concordamos com isso –, perguntaria: nas conversas descontraídas com o Sr. Marcos Valério, em algum momento ele deixou transparecer um ar de desonestidade nos seus negócios?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não; porque sempre, para mim... Como já afirmei, eu não sabia dos empréstimos. E todas as viagens que ele fazia a São Paulo, a Brasília, para mim, eram feitas para resolver problemas das empresas ora a SMP&B, ora DNA, ora a MultiAction. Em momento algum posso dizer isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso quer dizer que ele escondeu de V. S^a um outro Marcos Valério durante todos esses anos, ou seja, o Marcos Valério que se revela para o Brasil hoje V. S^a não conhecia.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não; o Marcos Valério não escondeu uma outra pessoa. O Marcos Valério é uma pessoa super-reservada; é uma pessoa, desde criança – e a própria família pode ser inquirida e investigada a respeito – extremamente fechada com aquilo que ele acha que poderia levar preocupações. Não sei se até o ponto de não me informar um fato... De repente, poderia ser até uma forma de me preservar de alguma coisa. Como uma vez, na hora em que eu fiquei sabendo dos empréstimos, eu fiquei apavorada. Então, de repente, até como forma de me preservar de alguma coisa. Não posso te falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vamos pegar a linha do raciocínio. Ele está sendo acusado, neste momento, de lavagem de dinheiro. Esse é crime forte, pesado e muito sério. Se ele não transporta, em nenhum momento, nesses 25 anos de convivência com V. S^a, qualquer suspeita, então Marcos Valério se revela outra pessoa para V. S^a. Dentro de casa é uma pessoa; fora de casa é outra pessoa. É aí que quero chegar.

Em nenhum momento ele deixou transparecer para V. S^a que ele era uma outra pessoa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque o Marcos Valério nunca fez nada do que está fazendo...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a considera, então, que tudo que está acontecendo é normal?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – (...) ele nunca avalizou nenhum outro partido. Marcos Valério nunca teve outro negócio dessa natureza. Marcos Valério trabalhou em banco; então, ele não pode ser essa pessoa que fez a vida inteira dele, durante todos esses anos em que o conheço, como está sendo colocado aqui, lavagem de dinheiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Bom; aí é ponto de vista.

Quando dessa onda de denúncias ou um pouco próximo dela, em algum momento ele chegava em casa meio chateado, bronqueado, falando mal de alguém, resmungando ou coisa parecida? E, se esses momentos ocorriam, que tipo de reclamação ele fazia? Ele citava nomes de pessoas? V. S^a percebia esse tipo de coisa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não; o Marcos, às vezes, chegava em casa realmente nervoso, estressado, o que, a meu ver, como empresário... Muitas vezes eu tentava amenizar a situação, como esposa, sem ficar interferindo demais, julgando que era estresse vivenciado por algum problema que pudesse estar ocorrendo dentro das empresas. Como ele nunca comentou sobre isso, sobre os problemas atuais, eu não sabia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E quando se diz agora, na imprensa, que o PT não reconhece determinadas dívidas e que não as pagará, já conversaram sobre isso, V. S^a e ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não; nós não conversamos. A única coisa que sei – e não sei se V. Ex^a acompanhou a revista **Veja**, como eu perguntei a um Deputado, bem como a **Folha de S. Paulo** de domingo – é que o Marcos deu uma resposta à revista **Veja** em que ele diz que não fez chantagem, que não faz chantagem e que, em momento nenhum, houve aquela conversa que foi citada, tanto é que, se não me engano, foi desmenti-

da pelo Deputado João Paulo na segunda-feira. E ele, na reportagem da **Folha de S. Paulo**, diz que quer negociar o pagamento; ele quer que o PT reconheça a dívida e a pague, uma vez que o dinheiro não foi feito para ele, em benefício dele.

A meu ver, não dele, eu, como pessoa, se fosse ele, honestamente, entraria na Justiça se o PT não quisesse manter um contato e reconhecer isso ou diretamente, ou por meio dos bancos; mas que ele fizesse, então, uma cobrança judicial, uma vez que pode ser feita.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

Quero saber da senhora se, dentre dessas viagens que ele fez – Brasília, São Paulo –, havia algum outro lugar onde ele ia para tratar de negócios parecidos com esses? Algum outro Estado para onde viajava, Goiás, por exemplo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, sempre ele falava que vinha a Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. Era o meio para onde viajava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A rota era essa, não era?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Era.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não tinha Estado de Goiás?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito por enquanto. Peço uma nova inscrição, dependendo do andar das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por quinze minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Renilda, por que o Marcos Valério não queria que você viesse à CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Poderia repetir a pergunta, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Retomo meu tempo, Sr. Presidente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Repete, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero saber da Renilda por que o Marcos Valério não queria que ela viesse depor na CPMI.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, em momento nenhum ele disse que não queria que eu viesse depor. Eu já respondi ao Deputado ali que era uma manifestação minha não o fato de não vir aqui. Eu quero contribuir, quero poder falar tudo que sei, tudo que sinto. O único receio

que tinha, como já foi falado, era a minha exposição como pessoa, no meio público onde vivo, por causa dos meus filhos. Mas em momento nenhum ele falou que não queria que eu viesse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você acompanhou o depoimento dele no dia em que ele veio à CPMI?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acompanhei sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando ele chegou em casa, você falou o que para ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele voltou no mesmo dia, chegou em casa extremamente abalado, extremamente cansado, porque chegou em casa às quatro horas da manhã, e nem conversamos. Fomos conversar no outro dia à noite.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No outro dia, você comprou as mentiras que ele contou aqui, não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu comprei o quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você comprou as mentiras que ele falou aqui?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, acho que ele esperou que as pessoas que estavam diretamente envolvidas falassem primeiro. Ele tentou que as pessoas diretamente envolvidas falassem primeiro. Ele não quis acusar primeiro. Acho que foi até uma ingenuidade dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você apresentou ao Relator procurações da SMP&B, a de Minas, a de São Paulo. Você também tem uma procuração pessoal, sua para ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é casada em comunhão parcial de bens, não é?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, se é casada em comunhão parcial e não deu procuração pessoal para ele, os avais que ele deu não têm condições de serem mantidos. Você não quer questionar esses avais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Esse direito jurídico eu não sabia, eu não...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Senador Sibá, dê licença.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor fez perguntas e fiquei quieto; agora deve escutar as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá...Não, não é implicância com V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – *(manifestação fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Até para não perdermos a concentração, Senador Sibá, esse diálogo pode ser feito na lateral, uma coisa mais tranqüila.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pedimos desculpa, Sr. Presidente, mas estávamos falando bem baixo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Atrapalha!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Desculpe, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estou perguntando para a Renilda o seguinte: você não deu procuração pessoal para o Marcos Valério? Ele deu aval e, sendo casado com você, você teria que assinar ou dar autorização para que ele desse o aval. Você não deu procuração e não deu autorização. Por que, então, não tomou providência para cancelar os avais, sabendo que o PT já declarou que não vai pagar os empréstimos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sabia nem que teria esse direito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem. Lógico que tem direito. Quem é o seu advogado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu advogado está aqui do lado, mas ainda não conversamos sobre isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como é o nome dele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Dr. Marcelo Leonardo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se você não concordou com o aval...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito, a princípio, que o Marcos estava, como falou na **Folha de S. Paulo**, esperando que o PT honrasse o trato que tinha feito e que o próprio Delúbio fez.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Acho que você...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acho que, no momento em que as coisas estão decorrendo, a partir das coisas como estão decorrendo no resto da semana, os dias, acho que algumas medidas, claro, vão ter que ser tomadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Acho que você tem que tomar medidas, não tem que ficar aguardando imprensa não. Você tem que tomar medidas rápidas, porque se você diz que está preocupada com os seus filhos, é bom você saber que, continuando do jeito que está, e o PT já declarou que não vai pagar, você vai perder todos os seus bens. Você não vai deixar nada para o João Vitor e nada para a Natália. É isso que você quer?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Claro que não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, tome providência.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Vou tomar, a partir do momento em

que o senhor já me deu uma boa informação. Agradeço, inclusive, essa informação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você disse que o crescimento de vocês foi paulatino. Você sabe que o decréscimo vai ser ladeira abaixo, vai cair de uma vez por todas, porque já ficou claro que a nova direção do PT não vai pagar nenhum desses empréstimos. E aí vai acabar sobrando essa confusão toda para você e para o Marcos Valério.

Quando você entrou na SMP&B?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Quando eu dei a procuração, que acho que tenho que olhar na data aqui. Não sei se o Presidente ou Relator podem me ajudar e olhar a data, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, antes de você ter entrado, quem estava na SMP&B?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – SMP&B era Marcos Valério...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, era o Marcos, e o Marcos saiu. Por que o Marcos saiu e passou para você?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ...Clésio Andrade.

O Marcos?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é a jogada?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não foi uma jogada, como

já expliquei umas quatro vezes aqui e retornarei a explicação.

Era Clésio Andrade, Ramon Cardoso, Alexandre Paz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, eu só quero saber por que a saída do Marcos e do...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Com a saída do Clésio Andrade, com um processo que não sei explicar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ah, você não sabe? Então, está bom.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E foi quando ele passou em meu nome, eu passei uma procuração para ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Agora, você sabe que o fato de você ter dado procuração não a exime de responsabilidade. Você está cometendo crime tributário; você está cometendo crime financeiro; está cometendo crime de corrupção. A tudo isso você vai responder?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se eu terei que responder, como eu afirmei quando eu conversei com a juíza ali, sei que aqui é um caminho só, que isso vai ser levado para os tribunais. Se eu tiver que ser julgada, eu vou ter que ser julgada, porque eu fiz a procuração. Isso é um fato, eu não posso mentir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem traiu quem nessa história toda?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não acredito que alguém traiu alguém. Eu acredito que teve um excesso de confiança.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Excesso de confiança de quem com quem?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Marcos Valério e Delúbio Soares, ou o Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sente que o Marcos Valério foi usado pelo Partido dos Trabalhadores?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei adequar a palavra, honestamente, para o senhor. Se a palavra seria usado, ainda não achei uma palavra para expressar o que eu sinto e o que penso em relação a isso. Eu não sei se seria usar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Independentemente da palavra, o que você sente? Você sente o quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que o Marcos, como eu

falei, no depoimento dele, esperou que eles confirmassem e antecipassem, o que foi feito, na realidade, e que assumissem a participação. Eu acho que era isso que o Marcos esperava no dia da CPI, e ainda espero que isso aconteça.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua impressão do Delúbio? Você esteve com ele e com a esposa dele naquele evento hípico lá em São Paulo. Qual é a impressão que você teve?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu estive com o Delúbio e com o Dona Mônica por muito pouco tempo, porque eles chegaram, assistiram só a minha filha saltar e foram embora. E eu, logo depois – foi até um dia em que ela ganhou a premiação –, fui premiá-la. Então, eu tive muito pouco tempo para conversar. Então, não posso falar. Eu não conheço o Delúbio; eu não sei falar especificamente como ele é, o jeito dele ser ou de Dona Mônica. Eu conheci fisicamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que o Marcos Valério fala dele para você? O que ele falava do Delúbio para você?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos considera o Delúbio como um amigo por algumas afinidades que eles tinham. Não sei se por virem do interior ou por alguns gostos, não sei. Eu nunca entrei em detalhes, porque eu nunca acompanhei conversa dos dois juntos e nunca acompanhei com o Marcos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o Marcos Valério falou para você da reunião do Hotel Ouro Fino em que o Ministro José Dirceu disse que assumia todas as dívidas?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, gostaria de pedir a V. Ex^a que dê à Sr^a Renilda o tratamento certo, assim como está sendo dado o tratamento aos Parlamentares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor a ofendeu mais do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Deputado. Desculpe a interrupção. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr^a Renilda, por que a senhora entende que o Marcos Valério, que não comentava nada com a senhora, comentou que o Ministro José Dirceu iria assumir todas as dívidas dos contratos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele não comentou. Quando saiu o evento – fiquei sabendo pela mídia dos empréstimos –, e perguntei ao Marcos sobre os empréstimos, o que era, o que tinha acontecido, como estavam as coisas, fiquei apavorada, como já afirmei aqui, e estou

preocupada com o pagamento disso, ele me relatou que o PT, na época, teve uma reunião entre o então Ministro José Dirceu e a direção do Banco Rural, no Hotel Ourominas, em Belo Horizonte – não entrou em detalhes de época –, e uma reunião com a direção do BMG, em Brasília, com o então Ministro José Dirceu para discutir o fato do empréstimo.

Foi simplesmente uma solicitação que perguntei sobre o empréstimo e ele me revelou isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que a senhora acha que o Marcos Valério fez tantos empréstimos envolvendo as empresas e deixa agora a situação de vocês extremamente complicada? Qual seria a intenção dele? Era apenas mercado publicitário?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que só o mercado publicitário, porque o interesse dele é o mercado publicitário, porque as agências de comunicação e a outra empresa que o Marcos Valério tem, que é a nossa sociedade, que é o Cepel, não é uma empresa de lucro, mas uma empresa de prazer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Sr^a disse que não sabia de todos esses problemas, mas a sua vida particular acabou permitindo que a senhora tivesse uma vida abastada, tivesse a participação da sua filha em eventos hípicos, toda essa condição. A senhora não percebia que era uma condição falsa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque quando a minha filha e... Acho que hoje, de repente, como eu sou – dizem e sou – sócia de uma empresa de comunicação, vou fazer uma propaganda do meu negócio. O hipismo não é só para a elite. Começa numa escolinha, e foi onde a minha filha começou, dentro de uma escolinha. O primeiro cavalo que a minha filha teve custou R\$5.000,00. E esse cavalo você troca...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o último cavalo quanto custou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ...como se faz com um carro. Você compra um carro usado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quanto custou o último cavalo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei te falar mais porque o único cavalo que comeciei foi quando ela entrou. É um esporte que a minha filha frequenta, participa; acho bonito. Eu particularmente não gosto; tenho medo de cavalo e não entro nesses pequenos detalhes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A senhora não gosta de hipismo, não gosta de política. A senhora gosta de quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu gosto da minha casa, dos meus filhos e de acompanhar os meus filhos na vida de esporte, lazer. Agora, respeito a preferência da minha filha pelo hipismo como respeito a preferência do meu filho se for o futebol.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Numa pergunta do Deputado Gustavo Fruet, a senhora ficou de dar os telefones com os quais a senhora se comunicava com o Marcos Valério; disse que ia pegar na agenda e passar. A senhora pode passar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O senhor pode esperar? Mais tarde anotarei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, eu quero agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, ela encaminhará à Mesa e eu encaminharei a V. Ex^a, até pela questão do tempo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é para mim e sim para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será formalizado junto à Mesa. Inclusive esse encaminhamento já foi definido quando falou o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas, Sr. Presidente, quando perguntaram da conta de Boston, ela lembrou até o número da conta, agora, o telefone ela não lembra. Estranho, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não mais já ficou ajustado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que será encaminhado ainda nesta audiência os telefones.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Eu não entendo, por que o senhor fica com essa proteção com a depoente. O número da conta que ela não precisava lembrar, ela não lembra; o telefone ela não lembra e o senhor quer proteger ela de não dar o número do telefone.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não, Deputado. Tem que ser muito claro. Estou absolutamente alinhado com o que foi decidido quando o Deputado Gustavo Fruet falou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sim, mas eu quero, eu o telefone. Não sei por que V.Ex^a quer que ela não dê o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ela dará o telefone para V.Ex^a

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não, não, não é para mim. Eu não quero para mim, eu quero para o Relator. Que eu quero dizer quais são os telefones com os quais ela se comunicava com Marcos

Valério. E, daí, por diante, saber quais são as outras pessoas que se comunicam com ele também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – E a Mesa não pode impedir essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado. Esse assunto foi já devidamente tratado, quando falou o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Eu vou aguardar, então, Presidente.

Senhora Renilda, a senhora diz que não sabe da movimentação das empresas. Mas por que o saldo bancário da sua conta, no Banco de Boston, é tão elevado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, o som aqui.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – O saldo bancário que o senhor perguntou? Faça, por favor, de novo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Banco de Boston.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – O meu saldo bancário do Banco de Boston eu só acompanhava diariamente o saldo que eu recebia e o pro labore. O restante das aplicações, que eu tenho no Banco de Boston e que falaram literalmente em todos os jornais e meio de comunicação que eu havia feito saques e retiradas, para mim era retirado eram colocados pelo meu marido como divisão de lucros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – A pergunta que eu fiz à senhora não foi isso. Falei por que senhora tem um saldo tão elevado no Banco de Boston. É isso que eu quero saber.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Então, divisão de lucros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Por favor, me reinscreva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Boa-tarde, Dona Renilda.

É que eu estava observando pela TV. Eu sei que a senhora está passando momentos de muita aflição. E eu sei que a senhora não está gostando nada de toda essa divulgação: hoje, a senhora está na **Folha**, hoje, a senhora está no **Estado de S. Paulo**, hoje, a senhora está em quase todos os jornais. Tenho certeza que a senhora preferia mil vezes não estar em nenhum desses.

Mas uma das coisas me chamou a atenção aqui. E eu sei que a senhora disse que passou sete anos namorando, dezoito casada. Não é isso? Vinte e anos de convivência. E, de repente, cai uma avalanche sobre sua cabeça. E, dentro dessa avalanche, vem uma porção de dados que até nós, que estamos de fora, ficamos atordoados, quanto mais a senhora que se classificou do lar. Vivía sua vida pacata.

Uma das delas foi a seguinte: eu li aqui, no **Estado de S. Paulo**, que numa das concorrências o Marcos Valério se coloca como tendo sido Superintendente do Banco Central. E a senhora conhece há vinte e cinco anos. Esse cargo ele não executou?

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA

– Eu sei que ele prestou serviços ao Banco Central. Cargo efetivo, eu acredito que ele não teve. Ele prestou serviço ao Banco Central.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, mas ele não foi, como disse aqui, nessa...

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA

– Efetivo, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – ...Exerceu o cargo de Superintendente Internacional, no Banco Central, durante um ano e oito meses. Está num dos facsímiles...

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que ele foi...Eu acho que ele prestou serviços de Consultoria no Banco Central.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito bem!

A outra pergunta...

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Não sei se o senhor ainda me permite, eu não sei...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Por favor.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA - ...se fax ou se isso foram reportagens que saíram em mídias. Eu não sei se é coisas de **Folha**...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É da **Folha de S. Paulo** tem o facsímile de uma concorrência, onde ele dá o currículo dele. Então, ele diz o seguinte: engenheiro mecânico, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, etc, etc, exerceu o cargo de Superintendente Internacional do Banco Central durante oito meses e Vice-Presidente de Administração e Finanças da SMP&B. Então, isso está lá escrito. Aqui está a cópia do documento.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele prestou serviços de consultoria ao Banco Central.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer à senhora: entre todas essas preocupações, e faz dias que a senhora

está muito preocupada, com razão, a senhora tem se preocupado pela vida de Marcos, com toda certeza.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Claro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não seria melhor ele já de uma vez por todas dizer tudo o que sabe? Porque, na hora que ele dissesse, acabava o problema. Tem horas que a gente, quando fica ainda guardando segredos, passa a ser refém. A senhora já aconselhou isso a ele nas discussões que a senhora teve com ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei até o que ele sabe e não sei se posso aconselhá-lo, porque não sei o que ele sabe tão mais ou se ele tem documentos, ou se ele não tem documentos. O máximo que eu sei é o que estou informando aos senhores hoje.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A senhora deve ter tido uma discussão com ele, com toda certeza, porque... Estou extremamente, vamos dizer assim, positivamente, impressionado com a senhora. Eu esperava encontrar aqui uma pessoa desmontada, chorosa, que não se articulasse bem. A senhora se articula bem, a senhora está calma e segura. Aliás, as mulheres são surpreendentes. Quero lhe dar os parabéns, porque as mulheres são surpreendentes. Sei que não é fácil para a senhora, uma pessoa que vem pela primeira vez a Brasília, chega aqui e encontra um horror de marmanjos e de pessoas pressionando, e a senhora está se comportando. Eu estava olhando – não, não é um raciocínio machista, não. É que ela realmente está segura e, mais do que segura, está aparentando dizer as coisas com muita transparência.

Por isso, pergunto à senhora: quando houve a queima de documentos, quando a polícia noticiou que estavam queimando documentos, a senhora deve ter tido uma discussão em casa com ele.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos não sabia. O Marcos teve o conhecimento pela mídia dessa queima de documentos. Tenho certeza de que ele não mandou queimar documento, que ele não seria um louco, nem os outros sócios da empresa. Documentos, também, são feitos pelo contador. E, se ele tivesse feito isso, como eu já tinha falado, acho que ele teria que queimar os livros também, não é? Porque tudo que é feito em notas tem que ser lançado em livros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nem tudo. Muitas vezes as notas existem e não são.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que na empresa tudo era lançado em livros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas a senhora inquiriu a ele, perguntou: você mandou fazer isso, Marcos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Perguntei.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E o que ele respondeu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E ele disse que não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que não, e ele ficou inclusive preocupado e ligou imediatamente para o advogado da DNA, porque saíram notas falando que eram notas queimadas da DNA. Ligou para o advogado específico da DNA, preocupado – se não me engano, aconteceu num domingo, uma coisa assim, ou num sábado para domingo –, preocupado com esse fato, porque ele não teria feito isso e nenhum dos outros sócios.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando a gente entra numa espiral dessa, a gente fica tonto, porque saem tantas versões – isso acontece com a gente também. Outro dia desses saiu num jornal que eu estava em Nova Iorque, tinha sido convidado por um laboratório, e nem eu estava em Nova Iorque e nem tinha sido convidado por ninguém. Mas isso é comum sair. E li no jornal que ele tinha uma quantidade muito grande de documentos ainda guardada e até enterrada numa fazenda. A senhora perguntou isso a ele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Perguntei e ele disse para mim que isso é mentira, que isso são histórias. Como o senhor mesmo está falando, histórias se levantam sempre. E é uma história, porque ele me confirmou que ele não teria, e histórias são levantadas inclusive a todo momento, inclusive a meu respeito, que sou uma pessoa que estou aqui dentro, estou aqui hoje com a maior boa vontade, respondendo, não sabia de nada como eu não participava da empresa. Como comentei, ontem saiu uma nota no **Diário da Tarde**, de Belo Horizonte, falando da minha vida pessoal que nem eu mesma sabia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Minha última pergunta: o cidadão pode ter briga e guerra em todo canto, mas em casa, quando se tem guerra em casa, a situação é desestabilizadora. A senhora, provavelmente, já deve ter dado uma dura grande, querendo saber o que está acontecendo. Com toda certeza, a senhora já deve ter dito: finalmente, que inferno é esse em que você meteu nossa família? Com toda certeza, isso aconteceu, não aconteceu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu perguntei, tanto é que, quando perguntei, ele me deu essa informação, essas duas informações que eu trouxe hoje para vocês, para o senhores – desculpe –, desses encontros do então Ministro. Foram perguntas. E uma dessas duras que dei, e que dou, é que estou preocupada com o que vai ser da minha família, o que me preocupa muito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu imagino.

Encerrando, eu faria a última pergunta. A senhora acha que ele escondeu ainda alguma coisa da senhora, ou a senhora está... Ele disse tudo de uma vez, e a senhora não está se surpreendendo com fatos novos a cada vez?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que a toda hora aparecem fatos novos na mídia que acho que nem todos são verdadeiros. Então, acredito que há muitas especulações, muitas inverdades. E isso mesmo posso falar em relação a minha pessoa, porque na semana passada eu tinha sacado R\$2 milhões de um banco e no dia seguinte teria fugido do País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A senhora está preparada para o pior, sabendo que ele pode ser preso a qualquer hora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Estou preparada e rezando para que isso não aconteça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, por 15 minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas, fiquei aqui por um bom período, refletindo sobre como deveria hoje inquirir a Sr. Renilda Maria Santiago. Uma primeira palavra: quero reconhecer que, dos depoimentos que ouvi até agora, o seu me parece o mais bem-sucedido. Deu uma boa informação à Comissão quando falou da reunião da qual participou o Ministro José Dirceu, o Deputado José Dirceu. Espero que os representantes dos Partidos do Governo reconheçam que essa revelação é importantíssima. Segundo, a senhora tem uma postura; é uma pessoa educada. Eu não tenho, quando olho para a senhora, a mesma sensação que tive quando olhei e vi sentado aí o Sr. Delúbio Soares, por exemplo. E me surpreendi com fatos que envolvem o depoimento do seu marido; não fiquei surpreendido pela sua colocação. Porque meu amigo Ney Suassuna diz que as mu-

lheres surpreendem. Eu não as subestimo, acho que elas são assim mesmo.

Então, o fato concreto é que a senhora está aqui, dizendo coisas que, na minha opinião, está orientada e pode dizer. Permita-me afirmar que outras a senhora talvez não devesse dizer, na perspectiva do seu interrogatório, da sua defesa, que não é exclusiva. Na verdade a senhora está aí, mas quem está sentada aí, além da sócia do Sr. Marcos Valério, é também a esposa dele por muitos anos e namorada por outros tantos.

Tenho uma profunda intimidade com Belo Horizonte, conheço lá algumas dezenas de pessoas, também gosto de cavalos, não dos de salto, mas tenho uma filha que faz equitação, que conhece lá o Cepel. Enfim, fico aqui me perguntando como posso me inserir nesta reunião de hoje. A mim me assusta o fato de a senhora não ter esclarecido, com palavras mais convincentes, o tamanho da movimentação na sua conta.

Eu vi aqui dados que me foram mostrados por outros Senadores, R\$4 milhões num ano, R\$4 milhões no outro ano. É dinheiro demais para que as pessoas não se apercebessem dele. Não é crível que a senhora não tivesse um certo domínio desses números. Eu até tendo a acreditar que de parcela deles, ou talvez até da parte mais importante desses recursos depositados no seu nome, a senhora não estava disposta a fazer uso, nem fez uso deles. Eles foram usados para outros procedimentos, outras atividades que não são os da sua família, os do seu lar. Mas, de toda forma, é muito dinheiro; R\$4 milhões num ano é uma excepcional movimentação; é coisa de gente muito rica, de gente que tem muito dinheiro. Numa conta única, todos nós sabemos – quem tem alguma experiência em administração e conhece negócio – que é número grande. E a senhora fala de números modestíssimos, R\$3 mil, R\$3,5 mil, R\$4 mil. Por aí. V. S^a, infelizmente, passa para nós uma sensação de que não é, como disse meu Líder Arthur Virgílio, com o Presidente Lula. Não faria essa indelicadeza com V. S^a. Mas, pelo menos, V. S^a não nos convenceria de que não sabia de nada. Como, quem vai poder acreditar que R\$3 milhões, R\$4 milhões são movimentados na conta de uma pessoa, e ela não sabe como, para que nem por onde esses recursos foram movimentados? É demais.

Segundo, não sei o que V. S^a teria para dizer sobre isso, ou se teria, ou se é somente o que disse até agora. Quero dizer que, das suas respostas, é uma das respostas incompletas. Caberia também que me desse uma palavra a mais sobre isso. Se coubesse, penso que seria bom para V. S^a, bom para nós e bom para o procedimento desta reunião de hoje.

Uma segunda ponderação diz respeito à vida que V. S^a tem, que não é tão humilde assim. Por exemplo,

esta CPMI é informada por muitas pessoas que nos consideram especialistas em muitas coisas. Recebi, agora, telefonema de alguém da área de equitação, de saltos. Diz que vocês compraram e fizeram uma grande reforma no Cepel. E que têm lá 12 cavalos, se não me engano, inclusive comprados na Europa. Cavalos comprados na Europa não custam R\$3 mil. Que o Pedro Paulo Lacerda monta uma égua chamada Pietrazê, e que essa égua não vale menos de US\$200 mil. Então, não é uma conta tão modesta assim; é uma conta pesada. O Cepel, para quem não sabe, é uma organização pecuária que fez história na equitação brasileira. De iniciativa da Mendes Júnior ou do Dr. Murilo Mendes, não tenho certeza, depois foi comprada por alguém e, finalmente, assumida pelo seu marido, que continua fazendo uma reforma grande lá.

Eu, se pudesse, diria algo a V. S^a. Evidentemente, V. S^a está aí orientada, tranqüila, e é natural que, em determinado momento, se emocione, é sua família. São elementos que fogem ao controle de qualquer pessoa e, seguramente, fogem ao controle de uma mãe. Uma mãe é capaz de ouvir muito sobre muitas coisas, até sobre seu marido, mas quando envolve os filhos, a família no geral, as coisas ficam extremamente contundentes. A marca do seu depoimento é que tem sido um depoimento equilibrado. V. S^a olha para quem lhe pergunta. V. S^a não tem o sorriso esquisito do Delúbio, para não dizer comprometedor. A fotografia dele já é uma denúncia ou uma impressão digital. Enfim, V. S^a é outra pessoa. Seu marido veio aqui, comportou-se com muita inteligência. Sem dúvida, é uma pessoa inteligente. Mas todo o Brasil sabe, e V. S^a também. E V. S^a talvez pudesse dizer – não sei se vai dizer – por que ele deixou de dizer a verdade tantas vezes, que já foram inclusive reconhecidas depois. Por que omitir? Por que não falar? Se depois falou, e foi publicado e conhecido, em relação, por exemplo, aos empréstimos que lhe foram feitos. Ninguém acredita que aquele dinheiro foi tomado. E foi tomado porque ele era amigo do Delúbio e porque o PT era um partido poderoso – R\$40 milhões é dinheiro demais para agradar a um amigo ou a um partido. Quem coloca R\$40 milhões em um negócio desses vai buscá-lo em algum lugar, e seguramente não foi no bolso do Delúbio; foi no bolso do Estado, dos contratos federais, ou de favores federais que ainda estamos sondando. O Sr. Relator, com certeza, chegará até eles, porque esse é o verdadeiro compromisso em nossa CPMI.

Ouçõ aqui, de vez em quando, algumas “manobrinhas”, desse tamanho, de pessoas que querem remeter a questão para 10 anos atrás: “Olha, lá no Governo de não sei quem foi feito uso inadequado, no Estado de Minas Gerais, de recursos públicos”, como se fosse de

agora. Se formos examinar cotas estaduais de campanhas passadas, chegaremos a conclusões absurdas, contundentes, e não penso que chegaremos nem ao longo de 12 meses ou de 24 meses a conclusões exatas, até porque o Sr. Delúbio disse aqui, para quem quisesse ouvir, que o dinheiro do PT, o dinheiro que ele operava, ele operava para o Brasil, não operava para ele. Esses recursos estavam distribuídos nas campanhas de todo mundo. Eu não quero saber de denúncias em meu Estado, Pernambuco. Não tenho um minuto de dúvida de que recursos do PT, que, nessa altura, estão bastante poluídos, chegaram às campanhas de Pernambuco, mas eu não vou atrás disso. No entanto, foram atrás de uma campanha do Senador Eduardo Azeredo, que é – V. S^a sabe, Minas sabe – um homem limpo. Não dá para confundir o Senador Eduardo Azeredo com Delúbio Soares. Como eu não a confundo com Delúbio Soares, mesmo sem conhecê-la. Acho que V. S^a é de outra qualidade. Conheço Minas Gerais, a família de Minas Gerais, a cultura de Minas Gerais. Minas não produz uma coisa daquelas. E, se produzir, não será mais a Minas que admiro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Goiânia não produz também não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nem Goiânia. Também vamos fazer justiça a Goiânia. Aquilo é um elemento extraterrestre. Mas a tradição política de Minas, a cultura de Minas, a história de Minas não condizem com a apresentação de homens assim. Eles aparecem, e logo Minas os condena. Só quem recebeu, de braços abertos, no Brasil, uma personalidade como aquelas foi o PT, que o fez Tesoureiro do Partido por tantos anos, mandando e desmandando no seu Partido e num pedaço grande do Governo.

Mas a minha primeira e rápida pergunta: o que V. S^a acha da movimentação desses quatro milhões, movimentados em um ano, e de quatro milhões, movimentados em outro ano? Faz sentido isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu já havia declarado, o Marcos é que movimentava, o Marcos é que controlava o saldo das contas. Ele colocava que era vindo de divisão de lucros das empresas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim, mas ele podia sacar na sua conta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu não saquei os quatro milhões.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Essa movimentação era feita como, portanto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se a conta era conjunta, podia ser por mim ou por ele. Ou pode ter conta que ainda nem

foi movimentada. Como o Banco Alfa, por exemplo, que eu tenho uma conta lá. Como já foi quebrado o meu sigilo bancário e fiscal desde o dia 30 de junho. Eu não sei se os Srs. Deputados sabem, mas o Banco Alfa é um banco de investimento, não é um banco de conta corrente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim, eu sei.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, em momento nenhum, eu poderia ter sacado um centavo de lá. Então, se esse dinheiro veio, e se ele foi para lá, ele está lá. Agora, em relação...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Alguém, então, movimentava a conta, e esse alguém não era a senhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu fiz cheque sim, como eu falei, de algumas contas. Eu pagava as contas domésticas...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas contas mínimas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu pagava algumas contas que eram liberadas pelo Marcos Valério. Eram contas de reforma da minha casa, que freqüentemente... Eu estou tentando até hoje colocar minha casa do jeito que eu queria colocar...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, Dona Renilda, esses números que V. S^a operava jamais chegariam a esses quatro milhões.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu nunca operei quatro milhões.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, pronto. Isso é uma coisa que precisamos já saber, com toda a clareza.

Segundo...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Uma coisa que me preocupa, se o senhor me permite...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois não.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E que me preocupa muito, e que eu acho que não tem jeito de resolver. Já foi quebrado o sigilo bancário. Às vezes, eu coloco a minha preocupação, na minha casa, coloco com Marcos Valério, por exemplo, como foi falado agora que eu movimentei quatro milhões num ano, quatro milhões no outro ano, quatro milhões, dois milhões, saquei um milhão e oitocentos. São valores altos. Isso me traz uma preocupação. Não se são inverdades ou verdades, porque isso está no meu Imposto de Renda. A minha preocu-

pação é que quem lê o jornal, quem vê televisão, não são só pessoas...

Como eu estava falando com o senhor, não são só pessoas interessadas no desenvolvimento do País ou pessoas de bom coração. Existem pessoas de sentimentos ruins. Se isso são verdades ou inverdades, não interessa a essas pessoas – como a própria reportagem que eu comentei aqui com os senhores da Rádio Itatiaia em seqüestro do meu marido.

Então, esses valores, sendo divulgados a cada minuto, a cada momento, isso me preocupa, porque acho que coloca a mim e a minha família num risco. Porque eu acho que isso tinha de ser um sigilo bancário, como foi quebrado, investigado, não divulgado o tempo todo na mídia da forma que é feito, porque acho que...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Entendi bem, e concordo com V. S^a.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... está me colocando em risco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concorde que há muita coisa apressada que não se confirma.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E depois, se algum fato acontecer, isso nunca vai ser retratado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Claro, claro. Mas veja, são levantamentos feitos na base de informações do Banco Central, de 13 contas bancárias do Banco do Brasil, do Banco Alfa e do Banco de Boston, que somam cinco milhões e duzentos mil, em 2003, e quatro milhões e setecentos mil, em 2004, no seu CPF. São números que estão muito além dos que V. S^a operou. O mínimo de experiência... Despesas desse tipo, reforma de sua casa, que se vem postergando...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não operei nisso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ...não somariam jamais esses números. Alguém operou esses números, e não foi a senhora. Esse é um ponto.

A segunda questão que queria ponderar é a seguinte: a senhora tem conhecimento da relação de seu marido com o Governo atual. Se não tinha conhecimento exato, sabe que havia uma relação entre seu marido e o Delúbio Soares. Que essa relação era uma relação especial, não era uma relação comum, tanto que esse tumulto todo está gerado, em grande parte, nesse núcleo, na relação dos dois, e seria... E sobre isso a senhora fala muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O tempo está encerrado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – V. Ex^a sabe que sou, normalmente, econômico nas palavras. Gostaria apenas de fazer um apelo para que Dona Renilda,...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Vou responder.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ...se pudesse, falasse um pouco sobre essa relação. Como é isso? Por que essa relação se deu? Por que tanta envergadura? Até porque isso já está exposto, faz parte do depoimento que V. S^a dá aqui hoje e que poderá, seguramente, ser positivo para V. S^a, para a sua consciência e para a de todos nós. Que V. S^a examine um pouco mais esse aspecto, da relação do seu marido, que V. S^a conhece, em parte, e até acredito, com o Delúbio Soares e com o PT, que gerou essa confusão do tamanho que V. S^a conhece.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A relação do Marcos Valério com o Delúbio Soares que eu tenho, que é do meu conhecimento, é a que é veiculada a todo momento pela mídia. Ele foi apresentado pelo Virgílio Guimarães, que é do PT, conterrâneo do Marcos Valério, de Curvelo, onde eles fizeram, não sei, por afinidade, não tem como eu falar com o senhor assim: foi afinidade, foi por isso, a conversa deles é assim, isso é que levou... Porque eu só vi o Dr. Delúbio Soares uma única vez.

Eu ouvia o Marcos às vezes conversando com o Dr. Delúbio Soares ao telefone, e eram assuntos falando sobre campanha...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E a sua sensibilidade como mulher, dona de casa, pessoa do lar, era positiva ou negativa em relação a essa aproximação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu preferia ser uma mineira agora, me comportar como uma mineira.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – V. S^a não prefere. V. S^a é mineira. Não está mineira, é mineira.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, queria me dar o direito de me comportar como mineira.

E, agora, queria esclarecer uma outra coisa que é veiculada sempre, e queria esclarecer que o Cepel, que Marcos Valério comprou o Cepel, não. O Marcos Valério não comprou o Cepel. O Cepel, uma parte dele, é do Pedro Paulo Luz Lacerda, que comprou do então espólio, eu não sei se era espólio ou se foi da filha do então Marcos Mendes, que é uma parte do Cepel.

Marcos Valério, ao longo do tempo, ele adquiriu alguns lotes, que eram de uma pista de grama que incorporava o Cepel, e aí ele fez um arrendamento entre Marcos Valério e Pedro Paulo Luz Lacerda, um arrendamento de 60 anos. Foi um arrendamento. Marcos Valério não comprou o Cepel.

Existe, sim, uma reforma que está sendo feita no Cepel, e essa reforma já está sendo feita há três anos. E acho que para chegar, o Cepel, a empresa, a hípica, que a gente pretendia, que não sei se vou mais ter condições de fazer, duraria mais uns oito, dez anos, porque como o senhor mesmo conhece o Cepel, é uma empresa antiga onde não se havia feito nenhuma reforma, nenhuma movimentação.

V. S^a perguntou-me sobre os cavalos. Minha filha tem 13 cavalos. Desses, cinco são potros. Nenhum foi comprado na Europa. Dois foram comprados na Argentina. A Petra Z, da qual V. Ex^a falou, não foi comprada na Europa. Foi comprada no Brasil, em Belo Horizonte, por meio de Pedro Paulo Luz Lacerda e Vitor Alves Teixeira de um ex-cavaleiro, se não me engano do Rio de Janeiro. Não veio da Europa. Não foi feita compra nenhuma de cavalo na Europa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu não lhe disse que essa égua tinha vindo da Europa. Disse-lhe que era uma égua muito cara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, seu tempo já se estendeu muito.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. Depois, concederei a palavra aos Deputados Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes. São os titulares. Depois, começaremos com os suplentes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, indago-lhe sobre o tempo do Deputado Murilo. S. Ex^a tem uma viagem e está me pedindo para trocar. S. Ex^a está muito longe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. S. Ex^a falaria, dentro das regras estabelecidas. Teria a palavra de V. Ex^a e de mais dois inscritos. Então, seria o Deputado Murilo Zauith novamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, troco com S. Ex^a. Só vou perder duas posições. Não é isso?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, vou ceder porque o Deputado Murilo Zauith tem um vôo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, ficou acertado na última...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Esse precedente é muito perigoso. Daqui a pouco todo o mundo vai viajar. É um precedente perigoso.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Delcídio...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já que propus e aquiesci, Sr. Presidente, estou trocando. Sou portanto, o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fraga, depois do Maurício é V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sou o terceiro próximo, então. Não é isso?

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Ficou acertado que era no início da sessão. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está sendo cumprido.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Está sendo cumprido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está sendo cumprido.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Então, sou o terceiro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Murilo Zauith. Depois, concederei a palavra ao Deputado Jorge Bittar e Asdrúbal Bentes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Depois entrarei no lugar de S. Ex^a. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Maurício Rands será o primeiro dos suplentes a falar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Deputado Maurício Rands, pela oportunidade de participarmos, neste momento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sr^a Renilda, desde a manhã ouço o seu depoimento. Tenho analisado muito a sua desenvoltura, a sua articulação. V. S^a é uma pessoa bem articulada, que desenvolve bem o seu raciocínio. V. S^a está de parabéns. Está representando bem as mulheres.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Senador, quero concluir o meu raciocínio. V. S^a mostra que é bem informada mas, ao mesmo tempo, mostra-me uma ambigüidade. V. S^a trouxe muitas informações precisas de conhecimento das empresas, de seu funcionamento. Ao mesmo tempo, diz que é dona de casa e que não sabia nada do que acontecia nas empresas. Sabemos sua dificuldade para vir aqui, para preparar-se. V. S^a preparou-se? Em quanto tempo adquiriu todo esse conhecimento? Pelo conhecimento

que V. S^a tem ocuparia qualquer cargo, em qualquer empresa, de sua família.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho conhecimento. Em relação às empresas de comunicação creio que não demonstrei conhecimento nenhum. O único conhecimento que demonstrei com relação às empresas de comunicação é sobre os cheques, que são veiculados. A única coisa que também demonstrei conhecer é em relação aos sócios das empresas. Demonstrei conhecer que os cheques das empresas são assinados por dois sócios.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas S. S^a não sabia de nada disso!

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tenho o contrato que foi repassado ao Relator.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – V. S^a começou a conhecer esses fatos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu pedi a cópia do contrato, na semana passada, para a secretária, que até então eu não conhecia.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Lógico!

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E pedi a cópia da procuração que eu tinha. Foi quando eu conheci. Semana passada. Os outros fatos, eu conheço pela mídia. Os investimentos... Desculpe, os empréstimos, que eu já afirmei aqui, eu conheci através da mídia, e perguntei ao Marcos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas, Sr^a Renilda, V. S^a se mostra uma pessoa tão arejada, mostra, assim, desenvoltura para tratar das empresas agora. V. S^a passou uma vida inteira alienada, sem se preocupar com nada comercial, nada da vida das empresas, só cuidando de casa? V. S^a não demonstra ser uma pessoa assim, passiva como diz que foi.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A partir do momento em que não só eu, como mulher, ou qualquer outra pessoa, mas vamos considerar eu como mulher, ou como outra mulher qualquer que estivesse em minha situação. A partir do momento em que ela está enfrentando o que eu estou enfrentando, vendo sua vida desabar, sua segurança ser ameaçada, e as coisas saindo na mídia, e que você está conhecendo a sua vida, você está sendo devassada, eu acho que você se torna um pouco leoa. E eu, então, eu quis saber o que é que estava acontecendo na minha vida.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, essa leoa estava guardada dentro de V. S^a?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi a partir daí. Eu quero defender

a minha vida, eu quero defender a vida dos meus filhos, como dona-de-casa mesmo. Eu quero defender os meus filhos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Lógico. Não, porque V. S^a passa para nós que teve uma conquista de vida junto com o Marcos, que vocês construíram uma vida juntos, tiveram um crescimento juntos. V. S^a passa isso com a maior segurança. Mas essa leoa despertou agora. V. S^a é uma pessoa preparada para assumir qualquer cargo. O que nos deixa pasmos é sua passividade, quando diz: “Não, eu não participava de nada, não sabia de nada, estava alheira a tudo!”. Não combina com a sua postura hoje aqui.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu, a vida inteira, trabalhei no Bemge. Saí do Bemge, como eu já falei, depois que eu tive meu filho. Meu filho passou a ter um problema, eu passei a dedicar a minha vida, durante 10 meses, para salvar o meu filho. Depois, a opção que eu fiz, para ser dona-de-casa, era uma opção de tentar suprir a minha filha, que então tinha 2 anos, do desgaste que ela teve durante o período que enfrentei pelo meu filho. E aí, nessa aí, fiquei tentando suprir, e estou suprindo até hoje. E fui acomodando, depois eu tive um outro filho, e me acomodei. Realmente, não voltei a trabalhar, como opção mesmo de cuidar da minha filha e do meu lar. Então, eu me tornei uma pedagoga do lar. Em momento nenhum, eu tentei e quis voltar, realmente não! Não me interessei, como eu já avisei aqui, como já falei. Se eu tivesse tanto conhecimento da empresa, se eu conhecesse a empresa, a Sr^a Karina teria me conhecido em 9 meses de trabalho. E, então, ela não me conheceu.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, não estou discordando de nada disso. Eu estou dizendo isso não para discordar, mas é o que V. S^a passa, como diz. V. S^a passa aqui que despertou uma leoa dentro da senhora, agora, para enfrentar. Quando o seu esposo esteve aqui, V. S^a disse que assistiu pela televisão. Fiz uma pergunta a ele, V. S^a vai se lembrar. Perguntei a ele se valeu a pena o que ele estava passando. Ele disse aí, nesse lugar, que não valeu a pena nada que ele fez, que ele tinha acabado com a vida dele e com a vida da família. V. S^a ficou sabendo disso naquele depoimento dele aqui ou já tinha, dentro da senhora, esse sentimento que ele já tinha dito para a senhora também, que a vida de vocês ia passar por momentos difíceis?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele ainda não tinha falado claramente para mim, mas já por conhecer...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – V. S^a o ouviu falar isso aqui?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Aqui eu ouvi. Mas, por conhecê-lo, eu já sabia que ele já sentia isso. E qualquer ser humano sentiria. Acho que não valeu a pena, não, como eu já hoje me externei fora da sala aqui, inclusive com a própria Senadora. Parece que a minha vida desabou, foi totalmente contra tudo o que eu quis e quis conquistar na minha vida e fazer na minha vida. Por isso, hoje, o senhor fala que eu tenho um certo conhecimento na empresa. Foi porque, na semana passada, é que eu fui buscar o conhecimento da procuração e o conhecimento do contrato social da Grafite e da SMP&B, que até então eu não sabia o que eu tinha feito e como eu tinha feito, porque eu fiz em confiança, como qualquer mulher brasileira faz por amor e confiança ao marido, principalmente depois de tantos anos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Em uma convivência de 25 anos, V. S^a vê seu marido como uma pessoa muito ambiciosa, que sempre foi em busca de maiores desafios na vida? De chegar ao ponto de, como aconteceu com ele, de ter usado as empresas que vocês construíram juntos para fazer lavagem de dinheiro, colocar em risco toda a construção de uma vida? V. S^a imaginava, poderia passar por sua cabeça que seu marido, nessa vontade, nessa ganância, poderia fazer tudo isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Porque não acredito que o Marcos fez isso nessa ambição, nessa falta de, vamos supor, de escrúpulo, como foi colocado.

O que eu considero é que o Marcos foi ingênuo. E como o próprio Senador Ney Suassuna, não sei, falou, se eu não tive brigas em casa com ele. Eu tive sim. Porque eu achei que, para mim, isso era contra a minha vontade, era contra os meus princípios, é contra a minha ética ter feito. Porque eu não avalizo nem meu irmão. Então, ele foi ingênuo, e ele sempre foi, desde quando eu conheço o Marcos, uma pessoa de confiar nas pessoas. E eu sempre fui a pessoa de não confiar nas pessoas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É porque V. S^a passa que a vida do casal foi construída com muita labuta, com muito trabalho. Conta a história de como compraram o terreno, onde mora hoje, como construiu sua casa, a reforma. Quer dizer, tudo isso é muito marcante na sua vida. De repente, vê essa história toda desabar. É muito difícil.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O senhor não imagina o quanto.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Imagino sim, porque penso que o ser humano o que tem de maior na sua vida é a família. Então, eu imagino como é difícil agora, V. S^a, que é uma pessoa de família, disse

que todo fim de semana gostava de ficar com a família em casa. Eu penso como é difícil o momento por que está passando. Muito difícil mesmo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O momento por que estou passando é extremamente difícil. E às vezes, quando coloco que de extremamente... Uma vida invadida o tempo todo pela mídia e por tudo que cerca... É igual hoje, estávamos comentando sobre a minha filha no domingo passado. Ela estava em Brasília, e eu não pude acompanhá-la. Ela foi campeã brasileira de saltos, onde sempre foi feita uma entrevista com todo campeão brasileiro. Aí, minha filha, como uma realização de uma criança de 14 anos, uma adolescente: “Vou dar a minha primeira entrevista”. Ela sentou para dar a entrevista. A repórter, sem escrúpulo nenhum, abriu a entrevista e fez para a minha filha a seguinte pergunta: “O que você tem a declarar sobre o seu pai?”. Em momento nenhum, foi a minha filha. Então, em todos os momentos, a minha vida é devassada e invadida sem escrúpulo nenhum.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E seu marido conversa sobre isso com V. S^a? Em como será esse recomeço? O casal tem essa conversa já de ter um recomeço de vida? Como passar por isso e recomeçar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Meu sonho era que essa avalanche primeiro passasse, que são essas investigações da CPI, que isso passasse, que chegasse no tribunal. As empresas estão sendo acabadas porque as contas estão sendo perdidas. Minha privacidade está sendo perdida, o imóvel que eu falei que estava reformando e que conquistei com muito carinho, não posso voltar, por privacidade que não tenho, falta de segurança que eu não mais tenho. E onde eu moro também, que eu achava que tinha uma segurança, não mais tenho.

Então, acho que é um momento em que temos que, primeiro, ver como vai sobrar, o que vai sobrar da empresa, se vai sobrar, que acho que não sobrar mais nada. O que vai sobrar da Renilda, o que vai sobrar do Marcos Valério, o que vai sobrar, no final disso tudo, para juntar o que sobrou e começar tudo de novo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Que Deus lhe dê bastante força para passar por este momento e ajudar na construção de sua vida novamente.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado Deputado Murilo Zauith.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar, por 15 minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Renilda, enfim, visando esclarecer melhor a linha de investigação em que estamos trabalhando, gostaria de informar a V. S^a algo aqui já dito **en passant**, mas que me parece importante do ponto de vista da nossa investigação.

O jornal **O Globo** de hoje estampa matéria com o seguinte título: “Esquema de Valério com o PT foi usado em 1998 com o PSDB de Minas Gerais”. E o subtítulo: “DNA faz empréstimo garantido pelo Governo de Minas no período eleitoral”.

Esta é a matéria do jornal **O Globo**, que depois discorre sobre o mecanismo utilizado para a obtenção de recursos. O empréstimo foi R\$11,7 milhões, que, corrigidos pelo IGP, até hoje, montam a R\$26.613.000,00. Esses recursos foram obtidos através do Banco Rural, através da empresa DNA, oferecendo como garantias contratos da empresa DNA com o Governo do Estado de Minas Gerais. Ou seja, um mecanismo absolutamente idêntico aos dos contratos a que V. S^a se referiu neste momento e que lhe causaram tanta surpresa.

A pergunta que faço, com absoluto respeito, é se V. S^a não teve informação, no passado, sobre esses fatos. Ou se apenas acreditava que seu marido se relacionava com o PSDB e com o Governador Aécio Neves em termos de campanha eleitoral ou com o ex-Prefeito de Contagem, como V. S^a se referiu aqui, o Sr. Ademir Lucas, apenas por motivação política. Ou se sabia que, há sete anos pelo menos, seu marido já operava mecanismos de financiamento de campanhas eleitorais, mecanismos, como se costuma dizer no jargão popular, não registrados, ou caixa dois de campanha eleitoral.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sabia do relacionamento desses empréstimos com o PSDB. Agora que o senhor está me informando. O Marcos Valério, há sete anos, que o senhor fala aí...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso. Há sete anos, em 1998, na campanha do então candidato ao Governo do Estado, Eduardo Azeredo, que era Governador e candidato à reeleição.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos Valério, há sete...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não. Não era Governador. Era candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais. Eduardo Azeredo, hoje Senador e Presidente do PSDB. Pois não.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos... O Marcos não. As empresas DNA e SMP&B, como qualquer outra empresa de comunicação, sempre procuraram fazer campanhas políticas para governador, deputado e quaisquer ou-

tros cargos políticos. Não sei desse empréstimo. Não sei do envolvimento da DNA com esses empréstimos para o PSDB, dessa relação com o PSDB. E uma coisa eu posso falar para o senhor. É o seguinte: que o Marcos, até há alguns anos, eu acredito que até há uns sete anos, no início, quando o Marcos entrou nas empresas de comunicação, tanto SPM&B e DNA, o Marcos se dedicou mais tempo à SMP&B do que à DNA. Então, tanto é que eu não posso responder sobre isso, porque, nessa época, o então Presidente da DNA era o Daniel de Freitas, que faleceu. Era gerido por Daniel de Freitas e o Marcos Francisco Castilho. Marcos, nessa época, já constava como sócio, porém, vamos dizer assim, o cuidado mais dedicado era à SMP&B, porque era uma das empresas que estavam engatinhando um pouquinho mais.

Então, eu não posso confirmar isso. Eu não sei disso. Isso, para mim, é uma novidade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – De qualquer forma, para nós, que estamos fazendo esse trabalho de investigação sério, é importante saber que esse mecanismo não é novo. Está sendo utilizado agora, está sendo objeto da nossa investigação, mas é um mecanismo antigo, até porque esses empréstimos foram dados como quitados, mas não foram pagos ao Banco Rural, conforme registra a mesma reportagem do Jornal **O Globo**, mostrando que, lamentavelmente, esses mecanismos de financiamento, por meio de caixa dois, de campanha eleitoral são mecanismos que vêm há bastante tempo. Parecem estar sendo praticados, sobretudo no Estado de Minas Gerais, há bastante tempo, porque, pelo visto, esses recursos irrigaram diversos políticos não só do PSDB, mas de diversos outros Partidos, conforme registra a reportagem do Jornal **O Globo**.

A senhora sabe – e a senhora registrou aqui – que o Marcos Valério construiu uma relação pessoal com o Sr. Delúbio. A senhora não identifica, ao longo deste período dos últimos sete ou mais anos, outras relações políticas estabelecidas entre o seu marido e outros agentes desses Partidos, para os quais ele captou recursos ou teria ajudado a captar recursos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho essas informações.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Uma informação que me parece importante, até em seu benefício. A senhora nos informou que as suas contas bancárias serviam para os gastos domésticos ou para os seus gastos pessoais, dependendo dos recursos disponíveis. Uma informação que considero fundamental para nós, aqui, na CPMI, é se a senhora realizava saques unicamente para os gastos domésticos, na sua casa,

eventualmente reformas da casa etc, e para gastos pessoais ou se a senhora realizou saques com outras finalidades?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca realizei saques para finalidades políticas e nem para SMP&B, DNA nem MultiAction.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A destinação dos saques – só para que fique preciso -, a destinação do dinheiro que a senhora sacou sempre...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pessoal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora chegou a sacar dinheiro em...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Vivo, não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vivo, não. Sempre através de cheque?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sempre fiz pagamentos em cheque. Na maioria das vezes, nas minhas obras, se foram cheques de valores um pouco mais altos, sempre nominais às empresas que eu pagava – se era de vidros ou alguma coisa. Eu sempre procurei ter este cuidado de ser nominal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito.

Eu gostaria agora, rapidamente, que a senhora apenas mencionasse se a senhora tem informação ou não sobre uma empresa chamada Gel Garanhuns Empreendimentos Ltda. A senhora já ouviu falar sobre essa empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Gel Empreendimentos Garanhuns? Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vou perguntar sobre o nome de três pessoas. Peço igualmente que a senhora apenas diga se conhece ou não, por favor.

Marcos Dourado de Azevedo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mário Celso Dourado de Azevedo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Múcio José Dourado Filho?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Apenas para sua informação, essa empresa retirou diversos saques, num total de R\$ 6 milhões, nas contas do Banco Rural das empresas ligadas ao Sr. Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Inclusive, eu havia pedido uma declaração, mas vocês, com a quebra de sigilo bancário, já verificaram que nem conta bancária no Banco Rural, eu nunca possuí.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nunca possuiu. Sim. Obrigado.

Por fim, eu gostaria de saber da senhora se a senhora tem informação sobre a existência de contratos entre as empresas de Marcos Valério, seu marido, e o Governo do Estado de Goiás?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não tem conhecimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer que é possível que existam, mas a senhora apenas não sabe, não tem conhecimento que existam, ou eles não existem?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu não sei todas as contas... Eu não posso falar para o Senhor se eu sei se existe ou não existe. Eu não conheço todas as contas que as empresas possuem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito.

É isso que eu gostaria de saber. Muito obrigado Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sou suplente e eu já ouvi um debate recentemente a respeito da inquirição pelos suplentes. A posição de V. Ex^a é no sentido de que os suplentes só falam depois que todos os titulares falarem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exato. Não é a minha posição, é a do Plenário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mesmo os titulares não estando presentes. Então, eu gostaria de requerer a minha inscrição para poder falar depois como suplente, após a fala dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a estará inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estamos falando aqui em roubo de dinheiro público, em “mensalão”, estamos em contratos ilícitos e estão puxando em financiamento de campanhas do passado...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a terá oportunidade. No momento oportuno V. Ex^a terá a oportunidade.

Com a palavra o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, nobre Relator, Sr^a Renilda, ilustre Advogado, ilustres Pares, volto a insistir na premissa que levantei em reunião passada de que esta Comissão deve reciclar os seus trabalhos, gastar menos tempo nas oitivas e muito mais tempo na apuração documental.

Volto a repetir que das testemunhas dos depoentes, dos investigados, não vamos conseguir absolutamente nada que colabore para o andamento dos trabalhos desta Comissão. Todos vêm aqui devidamente instruídos, preparados, para se defenderem. Claro! Isto é o óbvio ululante, diria Nelson Rodrigues. De maneira que, amanhã, na reunião administrativa, quero que dediquemos um momento para discutir a reciclagem. Volto a dizer, a criação de subcomissões para que possamos dar maior celeridade à apuração dos fatos e até quem sabe a busca e apreensão de alguns documentos que, pelo visto, há uma recusa de determinados órgãos em remeter a esta Comissão.

Sr^a Renilda, acompanhei a manifestação de V. S^a hoje, pela manhã, e fico feliz de ver uma união familiar estável de 25 anos praticamente, 7 de namoro e 18 de casamento, lutando juntos para construir um patrimônio e construir uma família...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) (Faz soar a campainha.)

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, por favor. De repente, as coisas parecem desabar, um verdadeiro tsunami que atravessa aí e derruba castelos, sonhos, fantasias, que muitas vezes levam até à destruição da própria família, o que não desejamos em hipótese alguma.

V. S^a viveu dois momentos na vida do casal. É muito difícil a vida a dois. Tem que haver respeito mútuo, muita compreensão e também muito amor. Com certeza, nesses dois momentos houve momentos de dificuldades e bonança. Pergunto eu: à época do namoro, qual era o padrão de vida do Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já respondi isso e vou responder outra vez. O padrão de vida meu e do Marcos Valério era de classe média média.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Depois, vocês casaram. E, segundo declarações do Sr. Marcos Valério a esta Comissão, a empresa SMP&B Publicidade, que era a primitiva empresa, passou por sérias dificuldades, confere?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos Valério ainda não pertencia e não geria a SMP&B Publicidades.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas ele declarou aqui que pertencia a essa empresa...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele declarou, quando ele entrou, juntamente com o Sr. Clésio Andrade, que existia a empresa SMP&B Publicidade. Ela foi inativa. Ela não poderia ser fechada porque havia processo, havia algumas coisas que tinham que ser resolvidas. E aí, sim, foi criada a SMP&B Comunicação. Daí o Marcos Valério começou a participar juntamente com o Sr. Clésio Andrade, Cristiano Mello Paz e Ramon Cardoso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E a partir de que momento a senhora assumiu como sócia e o Marcos Valério se retirou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A partir do momento em que houve a saída do Sr. Clésio Andrade. Como já declarei aqui, também não sei como foi o processo de saída, qual o motivo da saída. Esse detalhe eu não tenho. Aconteceu um processo, uma ação judicial, e nessa época a empresa foi colocada no meu nome. Passei uma procuração para o Marcos e foi durante o processo judicial que existiu dos sócios com o Sr. Clésio Andrade.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas a saída foi meramente estratégica, ou seja, para o aspecto legal, porque, de fato, quem continuou a administrar a empresa foi o Sr. Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque o Marcos Valério... Na época, era Clésio Andrade, Cristiano Mello Paz e Ramon Cardoso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – No momento em que a senhora assumiu a Presidência.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não assumi presidência nunca, nem o Marcos Valério nunca assumiu a Presidência da empresa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quem era o Presidente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Quem sempre foi Presidente da SMP&B Comunicação, como já havia declarado aqui umas três vezes, é Cristiano Mello Paz.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E da DNA?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – DNA: antes era o Sr. Daniel de Freitas, que faleceu. Hoje, ela é presidida pelo Dr. Marcos Francisco Castilho.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pois bem, então, em 1999, a empresa passou por sérias dificuldades e foi criada uma nova empresa. De repente, houve assim um crescimento geral nos negócios da empresa. De repente, a empresa, que estava quebrada, com muitas dificuldades financeiras, segundo disse o próprio Marcos Valério aqui, passou a ter uma movimentação financeira extraordinária. E, hoje, de quantas empresas se constitui o grupo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Marcos é sócio da SMP&B Comunicação, DNA Publicidade e MultiAction. São as empresas das quais Marcos Valério é sócio.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E a Graffiti?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A Graffiti é uma empresa da qual são sócios eu e Ramon Cardoso, em que, juntando as nossas cotas, participamos da DNA. Ela não é uma empresa separada, ela não é uma empresa própria de comunicação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas toda a movimentação de todas essas empresas é feita pelo Sr. Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. As empresas são geridas por todos os sócios, como desde o início volto a afirmar: a SMP&B é gerida por três sócios. Presidente: Cristiano Mello Paz...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Isso aí a Senhora já disse, eu me dou por satisfeito.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já disse, então não é regida pelo Marcos Valério apenas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, na realidade, quem aparece negociando, fazendo *marketing*, buscando colocar a empresa no mercado, principalmente no mercado do Governo é o Sr. Marcos Valério.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acho que isso aconteceu devido ao se aproximar o Marcos do Delúbio e a esses empréstimos que foram feitos, porque hora nenhuma esses empréstimos podem ser feitos com única autonomia do Sr. Marcos Valério. E nenhum desses cheques podem ser liberados com a única autonomia do Sr. Marcos Valério. Então, acho, sim, que hoje é falado Marcos Valério a todo momento como o único dono e o único responsável por todas as ações. Só que eu acho que não é assim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não, a responsabilidade é solidária. Lamentavelmente, V. S^a também...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Claro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Se inclui nessa responsabilidade solidária, porque optou em ser do lar e esqueceu a sua participação nos negócios. Foi assim um crédito de confiança – digamos – ilimitado, um cheque em branco. E é até estranho porque o Sr. Marcos Valério disse aqui que a sua entrada na empresa se deu por desconfiança de sua parte.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Disse, está escrito aqui no depoimento que ele prestou. Agora, de repente V. S^a confiou em demasia ao ponto de dar para ele um cheque em branco e ele poder fazer uma transação milionária, por sinal, a partir do momento, como disse V. S^a, em que conheceu o Sr. Delúbio. E é também muito estranho que esse conhecimento ocorreu no ano de 2002, segundo declarações do seu esposo. E, já em 2003, um ano apenas após o conhecimento, o início do relacionamento, o Sr. Delúbio conseguiu convencer o Sr. Marcos Valério a tomar empréstimos bancários avultados em favor do PT. Ora, isso é muito estranho. Será que não havia uma espécie de compensação, ou seja, Delúbio abria as portas dos órgãos do Governo, a empresa fazia os contratos, Marcos Valério tomava empréstimos e esses contratos, quando pagos, cobriam os empréstimos? Seria isto: uma triangulação? A senhora tem conhecimento disto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho conhecimento e não acredito que isso fora dessa forma. E eu queria apenas fazer uma correção com o senhor em relação à minha entrada na empresa. Eu não entrei na empresa dessa forma, como foi colocada, e o Marcos, no depoimento dele, colocou claro - e eu acho que deve ter gravado aqui, na CPI - que a entrada dele foi juntamente com o Sr. Clésio Andrade. A saída do Sr. Clésio Andrade eu...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Isso aí nós todos sabemos. A senhora me desculpe, mas então...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A forma como foi colocada agora foi um pouco errônea. O senhor desculpe em afirmar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Se foi errônea, foi da parte dele, que foi ele quem admitiu aqui...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E eu não tirei...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – ... que a senhora entrou porque desconfiava. Está no depoimento dele, inclusive pergunta que eu fiz.

Bom, mas esqueçamos isso, essas desconfianças. A senhora não acha que a senhora que confiou tanto nele, que lhe deu um cheque em branco, que passou a procuração para gerir todas as empresas, de repente ele não a consulta para tomar um empréstimo tão grande que ia comprometer não apenas as empresas, mas a própria estabilidade familiar que a senhora tanto preza – tenho certeza disso -, a senhora não considera isso uma espécie de traição?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não falo que seja traição, como várias vezes me perguntaram. O que eu nunca eu omiti, eu me tornei passiva durante esse tempo todo dentro das empresas. Então, em momento nenhum, ele comentou comigo nem de conta que ganhava, nem de conta que perdia, nem se devia, se creditava, como eram os movimentos da empresa, como acredito que – mais uma vez eu te falo – nenhuma reunião era feita dentro da minha casa, onde eu também não poderia participar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas a senhora falou aqui que, dentro da sua casa, não se tratava de assuntos das empresas. Então, claro que lá não se ia tratar. A senhora confirma que houve uma reunião do Sr. Marcos Valério com o Sr. José Dirceu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Marcos Valério e José Dirceu eu não estou confirmando. Eu disse que hoje, aqui, eu não falei isso. Eu falei que, ao saber dos empréstimos, vi a mídia, eu perguntei ao Marcos sobre esses empréstimos e fiquei preocupada como pagar esses empréstimos, como eu fazer, porque minha família está nesse meio. A única coisa que ele me falou é que existiam os empréstimos e que desses empréstimos, o então Ministro José Dirceu sabia, e que houve uma reunião e que o Marcos Valério não participou. Ele só sabia da informação que houve uma reunião da direção do Banco Rural com o então Ministro José Dirceu, no Ouro Minas, ano passado, e do então Ministro José Dirceu com a direção do BMG, em Brasília, e não sei especificar uma época. Mas o Marcos Valéria não participou dela.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Somente para concluir, é a senhora que acompanha os seus extratos das contas do Banco de Boston? É a senhora mesmo? Os extratos, a movimentação, ou é o senhor Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É o Marcos Valério.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) O Marcos Valério. Mas ele tem procuração para isso. Ainda há pouco, a senhora disse que ele não tinha procuração para movimentar as suas contas particulares.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas olhar saldo, ele pode olhar. Para isso, ele não precisa ter procuração, uma vez que eu tenho uma conta conjunta com ele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E emitir cheques, movimentar a conta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Cheques do Banco de Boston eu dava e, se ele tem conta-corrente junto comigo, também ele podia dar cheques. Agora, eu garanto ao senhor que cheques no Banco de Boston... nunca saíram cheques de valores volumosos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Essa conta é conjunta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho uma conta pessoal e temos uma conta conjunta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de me reinscrever, porque vou cumprir rigorosamente o tempo regulamentar.

V. Ex^a será atendido. Com a palavra o ilustre Deputado... desculpem-me. Foi-me solicitado pela depoente dois minutos. Suspendo a reunião por isso.

(Reunião Temporariamente Suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Reiniciamos os nossos trabalhos.

Com a palavra o Ilustre Deputado Maurício Rand's, por quinze minutos improrrogáveis. Eu peço à assessoria que já comece a marcar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a depoente, começo fazendo um registro, Sr. Presidente. Ontem eu estava em um debate e acho que um estudante de Direito me perguntou quais os limites dos direitos de quem está depondo em uma CPI ou em uma CPMI, seja como testemunha, seja como investigado. Ele registrava que, nas semanas anteriores, muitas vezes, nas inquirições, foram extrapolados alguns dos limites dos direitos dos depoentes que ele, telespectador, achava que deveriam ter sido respeitados pela Comissão. Eu penso que hoje a Comissão melhorou na não ultrapassagem dos direitos de personalidade de cada depoente; embora ainda nesta reunião, alguns exageros, algumas linhas ainda foram ultrapassadas. Essa é uma preocupação da literatura. Eu tinha pesquisado e voltei a essa pesquisa. E todos os livros que se dedicam à CPI, inclusive este que estava aqui e que me foi sugerido também pelo Relator Osmar Serraglio, a jurisprudência dos tribunais, sobretudo a do Supremo, é muito clara. Eu a

transcrevo aqui para que façamos uma reflexão e todos nós, membros da Comissão, possamos aperfeiçoar a condução dos trabalhos. Então, diz aqui o Ovídio, autor da “CPI ao Pé da Letra”:

“Os abusos praticados pela CPI’s e por seus membros infelizmente são constantes. Trata-se de resenha repetida para todos aqueles que têm mente, olhos e ouvidos atentos para avaliar com a indispensável razoabilidade e justiça.”

E o professor Celso Ribeiro Bastos, citado pelo professor Ovídio Rocha, numa certa passagem diz lá:

“E nesse diapasão, nas perguntas formuladas e nas investigações desencadeadas, abandona-se o fato determinado, objeto de razão de ser da comissão, e envereda-se pela vida pessoal e profissional da pessoa. Isso é permitido – enveredar na vida pessoal e profissional da pessoa – desde que para esclarecer o objeto da investigação.”

Nós, portanto, temos o limite do respeito ao direito de auto-estima; ao direito da honra; ao direito personalíssimo de quem aqui vem depor. Inclusive, o limite ao direito de defesa, para que a CPI, o Congresso Nacional, não se transforme no tribunal de exceção que acusa, investiga, julga e executa.

Nós temos que ter a capacidade de juntar este quebra-cabeça das provas, depoimentos, fragmentos dos depoimentos, contradição dos depoimentos sem desrespeitar as testemunhas e sem desrespeitar os investigados, ou as investigadas.

Então, eu acho que nós, agora, estamos começando a encontrar um ponto de equilíbrio, muito embora nesta reunião ainda ter havido abuso em relação à depoente, Sr^a Renilda Santiago.

Eu queria, em seguida, Sr. Presidente, dirigindo-me à depoente, perguntar a ela um pouco mais sobre o funcionamento das agências de publicidade.

A senhora já falou para nós que tinha tido, como opção de vida... Até se penitenciava de uma certa passividade e que não tinha tanto conhecimento do funcionamento das empresas. Mas, por outro lado, a senhora já mostrou algum conhecimento. Por exemplo, que a empresa tinha clientes privados, não é? Isso já foi dito pelo Sr. Marcos Valério, mas a senhora repetiu aqui. Quais eram aqueles clientes privados, pelo menos os principais, dos quais a senhora se recorda?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei dos clientes privados porque toda empresa de comunicação não pode sobreviver somente de clientes estatais. Claro que ela

tem clientes privados. E sei, também, pela afirmação que o Marcos fez aqui na CPI.

Privados, que eu conheço, que eu me lembre, é Telemig Celular e Usiminas. Eu não sei...

MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E qual?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Telemig Celular.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque está muito barulho, Sr. Presidente, na sala. Eu pediria a gentileza, para poder ouvir melhor a Sr^a Renilda.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS. Fazendo soar a campainha) – Eu quero pedir a colaboração de todos para que nós possamos ouvir as perguntas e as respostas.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Telemig Celular, Usiminas e um shopping de Belo Horizonte. Se não me engano é o Diamond Mall, não sei. Uma coisa assim. Tinha o BH Shopping, mas o BH Shopping eu acho que já um tempo que eles perderam a conta. E acho que é o Diamond Mall. Que eu me recorde, que eu sei...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esse último é também um shopping? É um mall?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É. Chama Diamond Mall

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Diamond Mall?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mall. Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – São empresas que eu sei. Sei que tem outras. Não... Mais empresas privadas, porque como o próprio Marcos falou na CPI, que em porcentagem há mais empresas privadas do que estatais, mas eu não tenho conhecimento. Se o senhor quiser, depois eu posso até procurar saber e mandar para a Comissão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ah! Gostaríamos que a senhora encaminhasse à Presidência e à Relatoria uma relação daqueles dos quais a senhora se reporta mais.

A senhora e o seu marido...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ah! Um momento...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – É só pra informar ao Deputado Maurício Rands que essas informações já estão aqui na Secretaria...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É. Mas eu quero saber, Sr. Presidente, quais aquelas de que ela se recorda mais, até pela pergunta subsequente.

Qual seja: Dessas das quais a senhora se recorda, a senhora e o seu marido tinham relações sociais com os seus sócios, com os seus proprietários?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nenhuma dessas mencionadas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Com nenhuma dessas empresas privadas não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E alguma mais? Alguma outra família ou pessoa do seu círculo de relações tinha também contrato com as agências de publicidade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. É... O nosso relacionamento, como eu já falei, sempre foi bem separado; o familiar de relacionamentos empresariais.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais eram os ambientes de socialização da senhora e do seu Marcos Valério na sociedade mineira? A senhora já falou da hípica. A senhora...em dois anos que circularam nas suas contas. A senhora já respondeu que teriam sido objeto do controle do seu marido, porque me parece eram contas conjuntas. É essa a explicação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso. E como o senhor mesmo falou...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Dos quatro e, daí, dos cinco milhões?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi o que me passaram e o que o senhor mesmo falou no início que – se não me engano foi o senhor – de que as coisas têm que ser também documentadas. Então, eu acho que, se foi feita a quebra do sigilo bancário, fiscal, acho que isso é até uma forma de ser averiguado como foi feito, como entrou e como saiu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora falou que tinha conhecimento que as agências e o seu marido fizeram algumas campanhas políticas e a senhora recordou a do Governador Aécio Neves no seu depoimento. A senhora se lembra qual foi a campanha do Governador Aécio Neves, foi esta para o Governo do Estado ou foi uma anterior que ele participou? A senhora lembra?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não me recordo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora lembra alguma outra campanha política que foi feita pelas agências das quais a senhora é sócia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu citei aqui, do PSDB, Ademir Lucas, então Prefeito de Contagem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De Contagem eu registrei aqui, a senhora já citou aqui, o ex-Prefeito de Contagem. A senhora só lembra dessas duas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mais outras...eu não me lembro mais.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Consta aqui, Sr^a Renilda, que, por exemplo, as agências do seu marido e da senhora já tinham contrato desde 1990 como Governo do Estado de Minas Gerais. A senhora não se recorda disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu vim a saber disso pela mídia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora, ao tempo, mesmo casada, ele não comentava nada sobre isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como eu já afirmei aqui, eu nunca entrei em detalhes sobre as coisas da empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas a senhora não acha que, vivendo no Estado de Minas Gerais, sabendo que as suas agências, das quais a senhora é sócia, das quais, inclusive, a sua vida pessoal tinha recursos, a senhora não sabia ou esqueceu? Na época a senhora sabia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sabia e o que acontece é que o próprio Marcos, na CPI, falou e depois eu andei procurando saber e como já foi falado aqui por várias pessoas na CPI, as contas de publicidade de um Estado ou até mesmo de empresas privadas, às vezes, são divididas entre mais de uma agência de comunicação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – OK.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, eu não posso informar quando, como e se era só ele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Entendo. Eu queria indagar: a senhora disse que ficou muito preocupada quando o seu marido lhe comunicou que tinha feito uns empréstimos a pedido do Sr. Delúbio Soares. E, agora, essa matéria do jornal **O Globo** parece que a senhora não tinha tido conhecimento antes de vir para cá. Tinha?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque eu cheguei aqui às 9h30.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque o que o jornal **O Globo** relata? Esse mesmo esquema de

triangulação empréstimo ao banco/agência de publicidade/doação de recursos para campanhas ou políticos ou representantes dos políticos tinha sido praticada em 1998 no seu Estado. E diz que algo como R\$13 milhões teriam sido distribuídos entre 70 candidaturas.

A indagação que faço a senhora: quando a senhora ficou preocupada com esse empréstimo com o Delúbio, hora nenhuma, em 1998, um empréstimo desse, que, inclusive, abrangeu tantas candidaturas – a ser verdade a matéria, que evidentemente ainda será objeto de investigação por esta CPMI –, nem por seu marido ou então por essas outras pessoas que tinham contato com as outras articulações...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campanha.) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente. A senhora não teve nenhuma informação sobre isso e não teve a mesma preocupação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já respondi a essa pergunta, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E eu pergunto por último e rapidamente, Sr. Presidente, se quando a senhora teve informação de que o Sr. Marcos Valério tinha contraído esse empréstimo para pessoas indicadas pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, se ele fez menção a senhora de que havia outros candidatos, outras forças políticas também beneficiadas por aqueles empréstimos. Ele informou isso a senhora ou a senhora só ficou sabendo depois pelo jornal, se ficou sabendo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, nós não conversamos nada sobre isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não falou sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campanha.) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Satisfeito, Sr. Presidente. Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^a Renilda, primeiramente, queria dar uma informação a esta Comissão. A imprensa noticiou recentemente que o BRB – Banco de Brasília estava se recusando a conceder, fornecer informações a esta Comissão. Ainda há pouco, um

assessor protocolou todos os dados que foram solicitados por esta Comissão, planilhados inclusive, ou seja, mostrando que o BRB apresentou em tempo hábil toda a documentação solicitada.

Sr. Presidente, quero saber da Sr^a Renilda... Evidentemente que a pessoa dela, que aparenta uma certa fragilidade, faz com que todos nos sintamos desarmados para fazer a sua interpelação. No entanto, D. Renilda, por força de profissão e hábito – estou Deputado, mas sou um policial –, confesso que as suas declarações não convenceram nem a mim nem tampouco ao povo que nos assiste. Eu digo isso porque é comum – e acho que é o grande mal, mas é um mal necessário – a transmissão do que fazemos aqui servir para projetar alguns, para afundar outros e servir para mostrar, também, a farsa. Enfim, serve para muitas coisas.

A minha opinião é que a senhora, mesmo aparentando essa fragilidade, comparece aqui muito bem orientada. A prova disso é que seu advogado não teve nenhum trabalho. Ao contrário dos outros que, a todo instante, tinham que ser abordados porque tentavam instruir os seus clientes. A senhora não precisou. Está aí o doutor que verdadeiramente não teve nenhum trabalho.

Outra coisa difícil... Pode ser que tenha tido trabalho... O trabalho dele merece mérito antes, na preparação da sua cliente. É aí que está o mérito do advogado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Prestar atenção também é trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campanha) – Gostaria de pedir silêncio, pois há orador com a palavra e é importante que todos colaborem.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, tem certas coisas no depoimento da Sr^a Renilda que realmente não convencem. D. Renilda, sou casado há 23 anos e estou na vida pública de parlamentar há aproximadamente – é meu segundo mandato – seis ou sete anos. Confesso que nunca cheguei na minha casa e, a respeito de algo que tenha acontecido na minha vida pública, com meus 23 anos de convivência, não ter compartilhado com a minha companheira, com a mãe dos meus filhos. Quem tem culpa no cartório reage assim. Eu não tenho. Verdadeiramente é difícil acreditarmos que a senhora, vivendo uma vida confortável, tendo as suas contas bancárias – sua e de seu marido – crescendo, de 2002 para 2003, de uma maneira muito abrupta, não ter desconfiado de nada. A senhora, que mostrou tanta segurança aqui, causa estranheza não ter chamado o seu marido, diante de tudo o que estava acontecendo, das facilidades que

a vida concedeu ao Sr. Marcos Valério... Tenho aqui uma agenda do Sr. Marcos Valério com vários e vários compromissos. Andou este Brasil todo. Como é que a senhora, uma boa mineira, não colocou o Sr. Marcos Valério em um canto do quarto, naquela hora mais sagrada de dormir juntos, e não perguntou o que estava acontecendo. Isso não entra na cabeça de nenhum de nós. Como é que a senhora pode afirmar, aqui, para todos nós – e é isso que nos incomoda, Sr^a Renilda... O Brasil está nos assistindo e eu, pelo menos eu, não vou sair desta Comissão achando que fui convencido ou enganado. Pode ter certeza que esta Comissão hoje... E até pedi que alguns colegas tivessem ponderação para fazer a arguição da senhora, porque acho que a valentia desta Comissão, tinha que ser para o Sr. Delúbio, que deu uma aula de cinismo para todo o Brasil; para o Sr. Marcos Valério, que tem culpa, sim, no cartório. A senhora é esposa e cumpriu fielmente o papel de esposa, porque o defendeu aqui em todos os momentos. Eu jamais vou faltar com o respeito a senhora. Nunca fiz isso na minha vida pública e não vai ser agora. Mas eu estou no meu direito. E não pense a senhora que é cômodo para nós, Parlamentares, estarmos aqui exercendo esse papel. Não é nada cômodo ver uma senhora mãe de dois filhos; eu tenho três – é duro para nós -, ainda mais a de quatorze anos que vai cobrar. Não pense a senhora que a sua vida não vai mudar. Nós sabemos que já mudou. Mas ela vai piorar ainda mais. Os bens serão, vamos dizer, seqüestrados ou confiscados; a sua conta bancária, a sua vida... e, lá no final, vamos verdadeiramente perguntar se tudo isso valeu a pena. Algo que causou muita estranheza a esta Comissão foi quando o seu marido, Marcos Valério, procurou esta Comissão para negociar. Ele tinha receio que a senhora viesse aqui. Ele tinha receio que a senhora, em um momento de instabilidade emocional, confessasse tudo. E a senhora foi muito mais dura do que ele, do que todos eles. E a senhora peca quando diz, em alguns detalhes da abordagem, e eu até confesso que de uma maneira muito ríspida do meu colega Deputado Arnaldo Faria de Sá, quando a senhora apresenta, de uma maneira espontânea, os números das contas bancárias, que ninguém lhe pediu, mas a senhora não se recorda do telefone celular do seu marido? Um homem que já lhe acompanha há 25 anos, com o tempo de namoro? Isso não faz sentido. No mínimo, a senhora, quando chegar em casa, vai levar um cartão dele. Como marido, a senhora não sabe o telefone dele? Portanto, Sr^a Renilda...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tudo combinado. Tudo combinado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por isso, eu digo e reafirmo que foi uma estratégia muito bem

montada pelos seus advogados. No melhor momento do seu depoimento, a senhora nos brinda com a participação do então Ministro e, hoje, Deputado José Dirceu, como se a senhora dissesse assim “Olha, tô dizendo alguma coisa e sei mais alguma coisa.” Mas, de repente, a senhora se trancou de novo. A senhora se lembra, pelo menos, a data, o mês – não quero o dia -, mas o mês daquela reunião que a senhora citou que o Deputado José Dirceu participou? Só o mês, lá no Hotel Ouro Fino?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Hotel Ouro Minas. E o Marcos não me falou data nem mês. Ele me falou que foi no final do ano passado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – No final do ano passado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele não falou data nem mês.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Já é alguma coisa, porque alguém negou esta reunião. E eu vou propor um requerimento, pedindo exatamente o registro e a filmagem desse hotel do final do ano passado para ver, pelo menos, se isso comprova, porque foi negado aqui anteriormente pelos outros depoentes que nunca aconteceu essa reunião. É bem verdade que – não sei se a senhora percebeu que os outros acusados estão correndo, fugindo da linha do crime para buscar a guarida da nossa legislação, infelizmente inadequada, pois é bem benevolente com os crimes eleitorais. É disso que estão correndo os outros acusados. Talvez o Sr. Marcos Valério e a senhora, porque é solidária, vão ser inscritos no crime mesmo, contra a ordem pública, enfim, o crime. Não no crime eleitoral, em que a pena é bem menor. Com relação à data do encontro, a senhora já falou.

Sr^a Renilda, V. S^a, segundo sabemos, essa é uma pergunta que eu realmente preciso saber da senhora. A senhora percebeu evidentemente o aumento do patrimônio, do conforto e da facilidade. Até o número de cavalos que a senhora comprou é o número treze. Lembra alguma coisa à senhora esse número treze? É mera coincidência, evidentemente, mas, como a senhora não questionou tudo isso? Essa é a pergunta à qual gostaria que me respondesse. Durante esse tempo todo de convívio, vendo o patrimônio aumentar a cada dia, sem ter preocupação com uma conta bancária, a senhora nunca lhe perguntou de onde estava vindo esse dinheiro?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já respondi a isso umas quatro ou cinco vezes, Deputado, e acho que...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora percebeu como é cansativo aqui.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já estou bem cansada...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Temos de sair infelizmente...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já estou bem cansada de responder às mesmas perguntas e me resguardo de não responder a mais essa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A essa a senhora não vai responder?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já respondi cinco vezes a ela. Mas, se o senhor faz questão, respondo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Estou pedindo que a senhora tenha um pouco de paciência.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O número treze, como o senhor mesmo falou, é coincidência.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É mera coincidência.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É coincidência, não entendo de nada disso. Quanto às contas, já falei que até o que foi passado pelo meu marido era distribuição de lucros que vinham da empresa, e o meu patrimônio foi crescendo paulatinamente. Se fosse verdade que eu tivesse essa movimentação toda, não faria uma reforma na minha casa devagar, nem demoraria quatro anos para construir uma outra casa. É o que tenho a declarar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora fala em “paulatinamente”, mas concorda que, em 2000, a declaração do patrimônio do casal, que girava em torno de três milhões, saltou – parece que o advogado agora resolveu manifestar-se, a senhora viu? – de três milhões para onze milhões. A senhora acha que isso é paulatinamente?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso é um dado que está explicado no meu Imposto de Renda, e queria que o senhor verificasse, por favor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas já está verificado, Sr^a Renilda.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, procure olhar, checar o que aconteceu.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E, no ano seguinte...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu, pessoalmente, não sei explicar. Se eu estivesse com ele nas mãos, poderia até tentar analisar, apesar de não ser uma pessoa competente para isso.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E, no ano seguinte, saltou de onze para dezoito milhões. Isso, declaradamente, num país como o nosso, em que todo mundo sabe como são feitas essas declarações. Sem querer ser indelicado – espero não ser –, a senhora sabe o que significa laranja? Já ouviu falar nessa expressão?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Já ouviu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora sabe o que é?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Qual é o problema?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora não se considera laranja nessa história toda do seu marido?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Em hipótese alguma?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora não teria outro adjetivo para isso? Nada?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora simplesmente acha que não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não. Uma das últimas perguntas: a senhora nunca remeteu dinheiro para o exterior? Já respondeu a isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Três vezes.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por favor. Não vai doer nada...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já estou cansada, já estou chegando ao meu ponto de limite. Como havia falado com o Presidente, já havia pedido que as perguntas... eu estou aqui com a maior boa vontade de responder a todas, desde que não repetissem as mesmas perguntas, a toda hora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É difícil, D. Renilda, é difícil.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Estou cansada, acho que é difícil e que até para os senhores fica consativo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Exatamente. Não é bom para nenhum dos dois.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Então, eu me reservo que não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A resposta, então, é não, ou a senhora se reserva o direito de não responder? É isso?

A senhora quer olhar para mim, por favor. A senhora respondeu o quê? Eu não sei por que a senhora está reagindo dessa forma logo comigo. A senhora respondeu a todos de maneira paciente, de maneira dócil.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu estou cansada.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu fui agressivo com a senhora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Olha, eu já estou cansada. Acho que estou aqui desde nove e meia. Acho que não estou numa posição muito confortável, e a isso já respondi.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Então, a senhora responde sim ou não.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas se o senhor faz tanta questão, vou responder. Eu nunca remeti dinheiro para fora e não tenho conta fora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E qual o problema de a senhora responder dessa forma?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pronto.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pois é.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Acabou?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E, para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a esgotou.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Para finalizar, Sr. Presidente, já que ela se mostra indócil com relação ao meu pronunciamento, queria saber... Cansada, realmente, mas também estou; cheguei aqui às 8h. Acho que isso tudo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou suspender a reunião por cinco minutos.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Reiniciando os nossos trabalhos, devolvo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Fraga para a sua pergunta final, porque o seu tempo já se exauriu.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, vou aproveitar a oportunidade para, primeiro, dizer que consultei os meus colegas para saber se fui rude ou grosseiro com a depoente, e todos afirma-

ram que não fui. Portanto, fico muito à vontade. Quero lembrar também à depoente que, embora o cansaço alcance todos nós, o instrumento jurídico que foi concedido ao seu advogado para que a senhora viesse aqui não permite que a senhora se recuse a responder às perguntas. Por isso, a senhora não poderia dizer: “Não, já respondi”.

No mais, quero que a senhora entenda que eu – e vou falar de novo como policial – prefiro esse cansaço mental à tortura. E uma das técnicas utilizadas para se inquirir as pessoas é exatamente o estado emocional, o cansaço. Portanto, a senhora nos surpreendeu a todos porque me deixou numa situação difícil, achando que eu a agredi ou a maltratei. Não é o meu estilo, apesar de parecer ser uma pessoa rude, porque doutrinam o policial como uma pessoa rude. Mas quero dizer à senhora que não fui rude, não fui grosseiro com a senhora, jamais seria, porque acho que, em tudo isso que está acontecendo, reafirmo que a senhora pode ter culpa, mas não na mesma quantidade que têm o Sr. Valério, o Sr. Delúbio e o resto da quadrilha.

Obrigado.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O senhor me desculpe o meu estado, mas eu já estou cansada. Cheguei aqui às 9 horas e 30 minutos e já respondi à mesma pergunta várias vezes. E eu acho que, antes de começar a Comissão, a reunião, eu acho, se não me engano, que teve uma discussão interna, aqui dentro, sobre os meus direitos de responder ou não, de me calar ou não, que eu queria que o Presidente explicasse ao senhor, porque eu acho que teve uma alteração em cima do documento que eu havia recebido ontem pelo então Jobim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Esclarecido, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esclarecido. Está ótimo!

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ainda bem que foi no finalzinho, porque, se eu tenho mais dez minutos...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

Mais uma vez, lembro que muitas perguntas já foram respondidas. É lógico que é cansativo ficar repetindo respostas duas, três, quatro vezes. Isso não é comum, não é normal. Então, a pergunta que já foi respondida muitas vezes está aqui à disposição, temos as notas taquigráficas, e, se ela disse que já respondeu... Somente se o Deputado ou Senador quiser realmente insistir em função de alguma questão. Mas

seria importante que nós observássemos essa questão das respostas já dadas.

Agradeço e peço que comece a contar o tempo do Deputado a partir deste momento.

Com a palavra, V. Ex^a, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Depoente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Dona Renilda, minha esposa acaba de me passar uma mensagem. Ela diz assim: “Bem, apesar dos treze cavalos que ela tem, seja cavalheiro com ela. Beijo”. Dona Renilda, com a experiência que nós temos de outras CPIs, a senhora pode ter certeza que os Parlamentares aqui foram delicados, respeitosos com a senhora. Fique tranqüila! Creio que este é um momento difícil da sua vida, todos nós entendemos. Jamais a senhora gostaria de estar aqui neste momento, tenho certeza disso.

Se eu fizer alguma pergunta que já foi feita, tranqüilamente a senhora pode dizer.

O Deputado Fraga, nós conhecemos, é um homem respeitoso, não a ofendeu. A senhora deve estar cansada mesmo, e acho que tem razão de estar cansada.

Pois bem; quero fazer algumas perguntas a V. S^a.

V. S^a tomou conhecimento, com todo esse processo, de que o Sr. Marcos Valério, seu esposo, se envolveu, está participando... Quando V. S^a tomou conhecimento disso? Foi agora apenas?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Apenas agora, como disse, no dia 11 de junho, quando saiu a reportagem no **Jornal Nacional** com as declarações do Roberto Jefferson.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a sabia da profunda relação de amizade entre o Sr. Marcos Valério, seu esposo, e o Sr. Delúbio Soares? Porque tanto o Delúbio como o próprio Marcos Valério estiveram aqui e disseram que eram amigos, que se telefonavam muito, que semanalmente se encontravam. V. S^a sabia desse relacionamento de amizade entre eles?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sabia que os dois eram amigos, apesar, como já disse, de só ter visto o Sr. Delúbio uma única vez. Mas já escutei o Marcos falando ao telefone com o Delúbio sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas quando eles se telefonavam, V. S^a não imaginava... Eles tratavam de negócios por telefone? V. S^a não se lembra disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Às vezes, comentavam coisas cor-

riqueiras; às vezes, coisas de política; e, às vezes, eu nem ficava perto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu aproveito, D. Renilda, o que V. S^a disse, ou seja, que não tinha conhecimento, não vivia o dia-a-dia das empresas, não participava, que apenas confiou, dando inteira procuração ao seu marido. Então, pergunto: para a sua casa não telefonava o pessoal das empresas ou de outras empresas que prestavam serviços, ou políticos? Não telefonavam para a sua casa à procura do Sr. Marcos Valério? Ele não era constantemente procurado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Na minha residência, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso sempre foi tratado na empresa. Até como forma de preservar o meu telefone, desde quando o tenho, pedi à Telemar que o meu número não constasse em catálogo e não fosse fornecido, uma vez que preservo a minha família e quero ter tranqüilidade dentro da minha casa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora pergunto a V. S^a: o Sr. Marcos Valério conhece o Sr. Delúbio há uns quatro anos. Não é isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei precisar se três ou quatro anos, se três anos e meio. Não sei. Sei que ele foi apresentado pelo Virgílio, mas não sei a data precisa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Depois disso, na sua convivência com ele, V. S^a avalia que ele mudou seu comportamento, que ele começou a ficar diferente?

Posso dizer que V. S^a está dando aqui uma demonstração fantástica de amor pelo seu marido; pode ter certeza que está. Eu sei que V. S^a está agüentando as pontas...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não posso dizer que ele apresentou mudança de comportamento comigo ou dentro da minha casa. É o que já relatei: às vezes, ele chegava em casa mais estressado ou alguma coisa assim, mas sempre achei que isso é normal na vida de qualquer homem ou de qualquer mulher que trabalha fora. Há dias realmente mais exaustivos, mais cansativos; então, você chega um pouco mais cansado. Eu nunca relatei isso ao fato de ser amigo ou não do Delúbio, o que acho que não existe.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Por exemplo: a Karina, em seu depoimento a esta CPML, disse que, por ocasião de uma concorrência dos Correios, um dia antes, eles prepararam uma festa lá no

escritório. Ele não falava nada sobre a expectativa, dizendo: “Nós vamos ganhar uma concorrência! Amanhã será o dia! Será tanto o volume de recursos!”

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O que tenho a declarar sobre isso é que ele nunca comentava se ia ganhar ou se não ia ganhar, se tinha festa ou não.

Quanto a isso que a Karina disse, eu não posso dizer se é verdade ou mentira, porque eu não estava lá, como acredito que ela também não, porque ela mesma disse que não presenciou a festa, só ouviu dizer. E, se a festa foi em Belo Horizonte e se foi à noite...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ela disse que estava preparada a festa.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Pois é... E, se foi à noite, eu tenho certeza de que o Marcos Valério não participou, porque, uma vez o Marcos Valério em Belo Horizonte, geralmente eu cobro um certo horário para chegar em casa, pois, como sempre, desde o primeiro momento, afirmei, preservo a minha família. Então, eu sempre exigi que, enquanto em Belo Horizonte, pelo menos uma refeição diária a família teria de fazer reunida, e seria sempre o jantar. Então, se essa festa realmente existiu, o Marcos nunca participou e eu nunca soube dela.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora tinha a conta do Bank Boston, onde havia uma movimentação alta, muito alta, pelo rendimento que, segundo disse a senhora, ele recebia da sociedade, de R\$30 mil, que, com mais R\$30 mil que a senhora recebia, daria um total de R\$60 mil. Mas a movimentação no Bank Boston ultrapassava em muito esse rendimento. A senhora não estranhava isso em sua conta?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já respondi, Sr. Deputado, que isso, às vezes, quando acontecia, segundo o Marcos me falava, era divisão de lucros.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora criou a empresa Graffiti, não é isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu criei? Não. Foi criada a empresa Graffiti...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a senhora ficou como sócia?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ... e eu consto como sócia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sócia majoritária, não é?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Através do Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora sabia que essa empresa é objeto de investigação do Ministério Público Federal?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Relativo a quê?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora não sabe?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não sabe. A acusação é no sentido de que várias empresas, dentre elas a Graffiti, estariam envolvidas em um esquema de desvio de recursos públicos do Governo do Distrito Federal. A que a senhora atribui essa acusação? A senhora não tinha conhecimento disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora conhece a cidade Conceição de Tocantins?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Conceição de Tocantins.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Já foi lá, não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, a senhora não sabe se tem amigos, parentes lá?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A Procuradoria da República do Distrito Federal está investigando o patrimônio dessas empresas envolvidas com a Graffiti, inclusive o da Graffiti, lá em Conceição de Tocantins. A senhora não tem conhecimento disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De 2002 para cá, D. Renilda, a senhora aumentou muito a sua renda líquida: adquiriu alguns imóveis e outros bens. A senhora sabe quais foram? Investimentos que tenha feito.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tenho dinheiro guardado, comprei lote, como já disse, do Cepel. Já respondi isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Lotes e o Cepel?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não comprei o Cepel; comprei lotes no Cepel, onde agreguei através de um arrendamento. Isso já foi explicado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Investimento imobiliário maior, a senhora não fez?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Lote. Investimento imobiliário maior, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora disse que não ia sacar o dinheiro do Bank Boston, como viu pela imprensa essa conversa. A senhora não achou uma indelicadeza o Bank Boston pedir para retirar a sua conta de lá? Por que será que isso ocorreu?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O porquê eu não sei informar, porque não recebi essa carta. Passei as cópias das cartas dos sócios da empresa, que já haviam sido comunicados pelo Bank Boston, para o Presidente. Não sei o porquê. Eu pessoalmente ainda não recebi essa carta; eu só fui comunicada, via telefone, pela minha gerente. A minha conta já estava monitorada gerencialmente pelo Bank Boston. Então, se ela já estava monitorada gerencialmente, em momento nenhum eu poderia sacar o dinheiro se a minha gerente não autorizasse. Segundo, eu exigi um documento, que até hoje não recebi. Terceiro, o próprio Bank Boston mandou uma carta comunicando que eu não fiz essa movimentação.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora fez algum empréstimo particular no Bank Boston?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Tenho um *leasing* no Bank Boston.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Somente o *leasing* do carro?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Do carro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não gostaria de fazer a mesma pergunta, porque sei que a senhora já a respondeu várias vezes, mas aqui se pergunta repetidas vezes a mesma coisa. O Marcos Valério veio aqui e falou algumas coisas que, depois, se mostraram diferentes no depoimento feito pelo Delúbio e pelos outros. Quero, então, dar essa oportunidade para a senhora. Sei que vai ficar chateada, mas farei a pergunta e se a senhora não quiser responder, não responda, dou-lhe esse direito. É a respeito de envio de dinheiro para o exterior. A senhora sabe que, se amanhã aparecer um envio de dinheiro para o exte-

rior da sua empresa, das suas contas, a situação se complicará muito para a senhora.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não sei nada sobre isso, como já havia declarado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora não tem conhecimento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem.

O Marcos Valério declarou aqui que política, para ele, nunca mais! A senhora se lembra disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Se Deus quiser!

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não valeu a pena?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, com certeza, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora falou daquela soma de milhões de reais que foi tirada como empréstimos. A senhora deve ter ficado meio maluca de ver tanto dinheiro na sua conta, pois a senhora era avalista. A senhora colocou que, segundo o Marcos Valério, o ex-Ministro José Dirceu, hoje Deputado José Dirceu, garantiu que o Partido dos Trabalhadores, se houvesse algum problema, cobriria os empréstimos.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não disse que ele garantiu. Eu disse que houve uma reunião para discussão do pagamento do empréstimo entre as direções dos dois bancos. Eu não disse que José Dirceu garantiu o pagamento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora conhece a empresa Asa Publicidade e Gráficos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não faz parte das empresas do Marcos Valério?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A senhora não conhece?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Asa?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Asa Publicidade e Gráficos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Presta muitos serviços para prefeituras. A senhora não conhece?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não. Asa, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Por acaso, a senhora passeou de férias com a família, com o Sr. Marcos Valério, em Mato Grosso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Em Mato Grosso? Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pescaria, o Marcos Valério nunca foi com amigos, nada?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – O Marcos não gosta de pescaria.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não? Em Mato Grosso não?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu nunca fui, e é um lugar que, com respeito se há alguém aqui de Mato Grosso, eu não tenho muita curiosidade em conhecer.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah! Está bem. Bom, eu fui cruel com o seu marido e isso tem me custado alguns problemas. Mas acredito que cumpri o meu dever aqui. Quero que a senhora e o próprio Marcos Valério compreendam isso. Agora, eu gostaria de lhe dizer que é importante que, até o término dos trabalhos, se a senhora tiver alguma coisa para falar, que queira falar em uma reunião fechada, abra o coração e fale para ajudar o nosso País, para ajudar em todas essas questões que estão sendo postas em dúvida. Isso seria importante para todos nós e para a senhora, para os seus filhos, para a sua família, enfim, para todo mundo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu acredito que isso seria importante, mas eu quero falar para as Sr^{as} e os Sr. Deputados e Senadores que estou de coração aberto, informando tudo que sei, tudo que vivi e tudo que está acontecendo comigo hoje. E de coração aberto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, concluindo, dentro daquela participação que tivemos aqui com o Sr. Marcos Valério, esposo da D. Renilda, o nosso Presidente em exercício, Senador Romeu Tuma, um dia, fez um comentário comigo. Temos tido muitas dificuldades, principalmente na nossa base eleitoral, na nossa região, dada a oposição política. Mas é quando estamos aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, que temos mais força. E vamos em frente para descobrir tudo: mensalão, mensalinho, mesadão; enfim, descobrir tudo o que seja possível para ajudar este País. Mesmo que soframos na carne, temos que ir em frente. Não podemos temer. Esta CPMI já apresentou muitos resultados. Se o Sr. Relator fizesse um relatório

hoje do que já ouviu, esta CPMI já teria cumprido um papel. Temos certeza disso. Mas vamos, até o final, mostrar a verdade para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Tempo esgotado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Cada vez que saímos às ruas, Sr. Presidente, mais somos cobrados e incentivados. Mesmo que soframos na carne, temos que ir até o final.

Muito obrigado e desculpe-me. A senhora demonstrou aqui um amor fantástico pelo seu marido, e nós entendemos isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faço um apelo aos Srs. Parlamentares. Tendo em vista que a depoente foi muito correta em seu comportamento e, quando assistida pelas nossas colegas Dr^a Denise Frossard e Heloísa Helena, eu ouvi o final da conversa em que ela dizia que fazia questão de manter-se até o final para poder atender todos os Parlamentares. Então, apelo para que haja um mínimo possível de perguntas, que se respeite a estrutura física; talvez pudéssemos diminuir o tempo de dez para cinco minutos. Estou apenas pedindo; não estou impondo e nem vou cortar a palavra de ninguém. Apenas em respeito à depoente. Se V. Ex^{as} aceitarem que está nos Anais, já podendo serem consultados os depoimentos, será muito mais válido do que a repetição de perguntas.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad, como suplente, por 15 minutos. Se V. Ex^a puder reduzir o seu tempo, a Mesa agradece.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cumprimento os Srs. Parlamentares, a depoente, o seu advogado, e os telespectadores. Temos aqui que a Sr^a Renilda e Marcos Valério foram bancários, inclusive no mesmo banco. E sabemos que o salário de bancário é pequeno. E eu tenho aqui um estudo da evolução do patrimônio deles.

Em 1997, era de R\$233 mil; em 2002, no fim do Governo Fernando Henrique Cardoso, era de R\$ 3,8 milhões, quase 20 vezes mais. E, em 2003 e 2004, foi para R\$14 milhões. De onde viria essa fortuna, esse enriquecimento, que não começou em 2003/4, conforme documentos e estudos feitos pelo jornalista dessa revista?

Eu vou fazer perguntas em relação a isso, tentando esclarecer a opinião pública sobre essa questão. A Sr^a Renilda e o Sr. Marcos Valério são preocupados com o futuro dos filhos – a senhora disse isso e não precisa nem repetir – e passou bens para o nome deles. Então, gostaria de obter uma resposta a esta minha pergunta: A senhora não acha que é uma contradição por parte de quem pensa no futuro dos filhos

fazer empréstimos de dezenas de milhões de reais sem segurança?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não fiz o empréstimo e já declarei o que penso dessa atitude do Marcos Valério em relação aos empréstimos. Eu já declarei isso aqui.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A tese, a idéia, a opinião que a senhora defendeu e o Marcos Valério colocou também é de que tudo foi feito por amizade. Mas ninguém empresta dezenas de milhões de reais apenas por amizade. E aqui vem a ligação dessa opinião com esse estudo do enriquecimento rápido e vultoso do patrimônio da senhora e do Sr. Marcos Valério. É que, em 1998, as suas empresas contraíram empréstimos do mesmo Banco Rural no valor de R\$11,7 milhões para a campanha do Governo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais. E isso seria garantido por contratos de publicidade com a Secretaria de Comunicação do Governo quando ele ganhasse a eleição. Há uma outra questão que está no Supremo Tribunal Federal, que é o contrato sobre o enduro da independência, no valor de R\$3 milhões, também no Governo Azeredo, do PSDB de Minas, no qual tanto o seu marido, Marcos Valério, quanto as autoridades de Minas da época constam como réus.

Aqui está a mágica do enriquecimento. Por quê? Vocês desenvolveram um *know-how*, uma tecnologia de pegar dinheiro emprestado, de intermediar esse dinheiro e pegar contratos. Um Deputado de Minas até chegou a confirmar, nesses dias, pela imprensa, que a Usiminas deu, por meio da sua empresa, mais de R\$100 mil para a campanha dele. Portanto, essa é uma tecnologia que envolve Partidos de oposição e Partidos de situação.

Quem ganhou o Governo em 2003 foi o Partido do Trabalhadores, então, essa tecnologia foi oferecida ao PT.

Eu não acredito que um casal que era bancário tem agora dezenas de milhões de reais nas suas contas, tem o seu nível de vida mudado e não se interessa em perguntar, em investigar, em esclarecer como isso se deu, preocupando-se somente em ser do lar. O número de carros aumenta. Antes pegava ônibus, agora tem muitos carros, cavalos de raça, tudo. A vida muda muito, que até os parentes e os amigos comentam como sua vida melhorou, que cresceram muito. Mas a pessoa fala: “É, isso é tudo com o meu marido”. Não dá para acreditar nisso.

Há uma outra questão que desejo fazer para a senhora. A senhora declarou aqui que suas empresas trabalharam para o atual Governador Aécio Neves, do PSDB. Mas não sabemos quando, pois ele foi Depu-

tado também. Foi na campanha dele para Governador ou para Deputado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu já declarei isso, que eu não me lembro. Eu não sei se foi para Deputado ou Governador.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado.

A senhora sabe do empréstimo feito ao ex-Ministro de Fernando Henrique Cardoso chamado Pimenta da Veiga, de Minas Gerais?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei que não foi feito um empréstimo. Eu sei que foi feito um pagamento...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ou doação?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Um pagamento de honorários que o então, na época, já ex-Ministro Pimenta da Veiga, como advogado, prestou serviços à SMP&B e recebeu por serviços prestados.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado.

O Marcos Valério disse que foi por um problema de doença, que ele tinha perdido um filho e o...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Essa contratação...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, a senhora...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Um momento...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ... acabou desmentindo a declaração dele?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não estou desmentindo. Eu vou completá-la.

Na época, o Marcos, numa reunião – acho que num restaurante, alguma coisa –, ficou sabendo do problema por amigos em comum, por que o Pimenta estava passando e que ele estava precisando, inclusive, de recursos. Eu passei por isso e sei que isso que é uma coisa que quanto mais você gasta, mais você gasta. É uma luta incessante que você quer fazer. Como forma de ajudar o Pimenta da Veiga, e a empresa precisava também de um serviço de advogado, foi chamado o Pimenta para prestar esse serviço, até como forma... Porque não seria também... Acho que qualquer pessoa... não seria muito ético o próprio ex-Ministro Pimenta da Veiga aceitar: olha, vou te ajudar com R\$150 mil, para você poder pagar a doença do seu filho. Eu acho que não seria muito ético isso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado.

Sr. Presidente, eu queria informações sobre o período em que o Marcos Valério trabalhou no Banco Central. Quem era o Presidente do Banco Central?

Em que época foi? Quem era o Presidente da República? E quem o apresentou para ser funcionário do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tenho a impressão que V. Ex^a tem que requerer para remeter ao relatório...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim, esse é o encaminhamento que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– ...porque aqui foi desmentido que ele tenha trabalhado no Banco Central. Ele fez uma assessoria, segundo a exposição que foi feita...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas há uma contradição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque

a esposa dele declarou que ele trabalhou no Banco Central e que ele viajava de Minas para cá.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu falei que ele trabalhou no Banco Central prestando uma consultoria no Banco Central...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ...porque ele não era funcionário efetivo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu não estou querendo saber o tipo de vínculo empregatício ou contratual. Estou dizendo que ele trabalhou para o Banco Central e nós queríamos essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a poderia fazer o requerimento para ser votado e encaminhá-lo com urgência. Esse requerimento já ficou registrado nos Anais, mas seria bom tê-lo por escrito para, amanhã, durante o trabalho administrativo, poder ser votado.

V. Ex^a já terminou, Deputado?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Terminando, agora, Sr. Presidente, eu queria declarar à opinião pública, aos Srs. Parlamentares e cidadãos que nos ouvem que, na minha opinião, as investigações sobre esses crimes estão andando bem. Muitas informações foram conseguidas, como também muitos esclarecimentos, e, certamente, haverá punição. Queremos também reaver dinheiro público que tem sido desviado.

Tenho dito sempre que uma CPI tem dois pilares: o da investigação, para punir crimes eventuais cometidos, e o da luta política pelo poder. Então, assistimos a uma ofensiva sem precedentes das forças conservadoras em cima de erros políticos e éticos cometidos por autoridades; não é em cima do nada, mas em cima de erros políticos e éticos cometidos. Mas as forças

conservadoras, hoje, discutem abertamente a deposição do Presidente, seja antecipando as eleições para janeiro, como um Deputado do PSDB defendeu na tribuna esta semana; seja exigindo que o Presidente Lula não seja candidato à reeleição, como defendeu publicamente o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o Presidente Lula foi ao encontro do povo. Por isso, ouvimos agora uma chiadeira de Senadores, Deputados, articulistas de grandes jornais porque acham que Sua Excelência deve, como um carneirinho, ser destituído sem reagir. É isso o que eles acham, só que nós pensamos diferente. O poder conquistado com 52 milhões de votos pertence ao povo, e precisamos ajudar o Presidente Lula a executar o que assumiu como compromisso.

Por isso, o PCdoB reconhece que a situação é grave e propõe às forças patrióticas, democráticas e progressistas, que hoje estão dispersas, que se reagrudem. Todos aqueles que lutam pela soberania do Brasil, pelo progresso, pela democracia, pela participação do povo que se reagrupem em torno do Presidente Lula fortalecendo sua autoridade para aplicar um programa de mudanças a favor do desenvolvimento, diminuindo juros, fazendo investimentos, realizando o Plano Nacional de Reforma Agrária, fazendo uma reforma política democrática com financiamento público de campanha.

E nós conclamamos a mobilização, a luta e a resistência do povo. Se o povo não participar dessa luta, aqui, no Parlamento, nós poderemos chegar a resultados extremamente adversos ao povo. Porque, mesmo sem chegar ao Presidente, sem provas, sem nada, lideranças importantes, no campo conservador, faz reunião. Domingo, estiveram reunidos na casa do ex-Presidente Fernando Henrique. Portanto, não é brincadeira...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campanha) – Pediria que V. Ex^a concluísse. Está esgotado o tempo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Terminando, Presidente. Não é um delírio meu. A imprensa tem divulgado: trama-se abertamente e celeremente. Estão com medo da mobilização do povo. O povo precisa se mobilizar para defender o que é seu, o seu futuro, o nosso País, a democracia e o progresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Como não há resposta a ser efetivada pelas últimas colocações de V. Ex^a, passo a palavra a Carlos Sampaio, que está ausente, ao Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Carlos Sampaio permutou comigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Permutou é porque ele vai voltar, então.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Vai voltar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Foi bom V.Ex^a me informar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra, então.

Peço para contabilizar o tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Inicialmente, meus cumprimentos a depoente.

E vou pedir a nossa depoente uma compreensão especial. Eu vou ter que repisar algumas perguntas. Não é, sinceramente, por uma desatenção, ao que disse V.S^a, ou ao por eu estar imbuído de algum espírito do inquisidor Torquemada, nesse momento. Mas, aqui, efetivamente, algumas respostas de V.S^a não me satisfizeram, só por isso. Então, peço a compreensão de V.S^a

E começo repetindo, de imediato, já uma pergunta que lhe foi feita e, que para mim, não ficou clara, efetivamente, a resposta. Por que exatamente a empresa, ou estas empresas SMP&B, DNA e Grafitte foram colocadas no seu nome; algumas delas inclusive saindo do nome do seu marido para a senhora? Não ficou clara a sua resposta para mim. Eu vou dizer porquê.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – Por quê? O que o senhor acha que eu devo esclarecer?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Não é que a senhora pudesse dar a sua resposta, especificando bem a sua versão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O senhor já quer a resposta...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Quero a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– ...ou vai fazer a questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Não, não quero a resposta livre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra a senhora.

A SRA. RENILDA FERNANDES DE SOUZA – A empresa foi colocada em meu nome, a empresa era uma empresa SMP&B publicidade – eu acho que estou até misturando – e foi na ativa onde entrou Clésio Andrade, Cristiano Mello Passo, que eram os dois sócios, Ramon Cardoso e Marcos Valério. Teve um processo – eu não sei explicar por que a saída do então, hoje, Clésio Andrade, Vice-Governador. E houve um processo nessa retirada dos sócios com o então Clésio Andrade. Marcos chegou e colocou: “Eu vou colocar a

empresa em seu nome, que estamos num processo judicial...Eu falei: “Perfeitamente”. Como eu acho que qualquer esposa, na hora, concordaria, não argumentei nada. E passou-se o tempo e ficou...E, sinceramente, eu nunca mais preocupei em tirar, ou retirar. No dia do depoimento do Marcos, eu falo, de novo...Perguntaram: por que ficou no meu nome? Ele falou: “porque tinha medo de uma separação. Mas isso eram coisas que eu brincava, ou ele mesmo brincava: “Ah, então, vamos ficar com o meu nome por que não sei o quê. Como, muitas vezes, eu brinquei: “Olha, você é meu funcionário”. Mas tudo coisas informais, nada levado a sério. Não sei se, agora, eu esclareci a pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – É, porque, na verdade, essa colidência do depoimento de V.S^a com o Sr. Marcos Valério ela tem um elemento importante, a meu ver. Ele diz exatamente o que a senhora disse, ao final. Ele diz: “que a minha esposa ficou me representando as empresas, essa disputa acabou, etc. E eu não consegui mais transferir essas empresas depois para o meu nome. “ah, você vai transferir e tal. Para falar a verdade – diz ele – é o seguinte: ela achou que podia me separar dela. Então ficou no nome dela. E eu como não pretendo nunca, deixei no nome dela, nada ilícito. Por que acho importante isso?

A SRA. RENILDA SOUZA – Foi realmente fato, às vezes havia comentários como brincadeiras, alguma coisa, e o tempo passou e realmente ficou e nunca me preocupei em pedir para tirar, porque nunca achei que tinha algum problema de continuar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Veja, por que isso me parece relevante? Pelo seguinte aspecto, o elemento subjetivo confiança da senhora nele é a base do seu depoimento. Se, eventualmente, houvesse alguma desconfiança da senhora nele na perspectiva em que não aceitava sequer a transferência para o nome dele, com certeza, a base de sustentação do seu depoimento estaria comprometida, porque seria como uma pessoa que não sequer quer passar o nome da empresa para ele, confia tanto nele, não checa situações, não coordena. Então essa é uma questão em que realmente verifico uma contradição, não esclarecida totalmente com a devida vênia, entre o seu depoimento e o do Marcos Valério.

A D^a Karina, em seu depoimento, diz que ouviu dizer que o Sr. Valério, ao entrar na SMP&B era um laranja, a expressão é dela no depoimento na Polícia Federal. Ela tem alguma razão em ter ouvido comentário? Porque alguém não publicitário entra na empresa, ele teria sido computado pelo Sr. Clésio para ser um laranja, um operacional de alguma atividade da empresa que não fosse publicidade?

A SRA. RENILDA SOUZA – Não, nunca nem ouvi essa afirmação. E no depoimento da Karina também não lembro dela ter falado isso...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Foi na polícia, não foi aqui na CPI...

A SRA. RENILDA SOUZA – Nunca ouvi falar sobre isso que o Marcos tenha sido laranja do Sr. Clésio Andrade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Ele seria um laranja se desenvolvesse na empresa algum tipo de atividade que não fosse estritamente afinada com a atividade econômica para a qual a empresa foi criada. Também não tive claro, na sua resposta, exatamente o que o Sr. Valério, qual o papel que ele desempenhava. Ele não era gerente, ele não era publicitário, ele não discutia campanhas publicitárias. Aliás, parece-me que ele conhece muito pouco de marketing e de publicidade. Peço licença ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por favor.

E era uma pessoa que tinha como experiência anterior a participação no mercado financeiro, ele era um homem do mercado financeiro. O que ele foi, por que chamaram Marcos Valério para SMP&B?

A SRA. RENILDA SOUZA – Marcos Valério tinha uma empresa, era sócio de Machado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Uma consultoria, a senhora falou. Que não era de publicidade?

A SRA. RENILDA SOUZA – Não. Onde não sei explicar, não sei certas coisas explicar claramente. Apareceu esse negócio da SMP&B, o então Vice-Governador Clésio Andrade entrou de sócio e foi apresentado por Marcos Valério. Não sei mais alguma coisa se soubesse...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – A senhoraalaria.

A SRA. RENILDA SOUZA – Com certezaalaria, mas não sei explicar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Então me permita tentar uma explicação, e a senhora me refute se ela for errada. A impressão que tenho, acompanhando todos os depoimentos, é que o Sr. Marcos Valério entrou nesta empresa com o objetivo de não operar a parte publicitária dela, mas operar uma parte de arrecadação de fundos para políticos, desde o momento da entrada dele. Ou seja, Marcos Valério não tinha por papel na SMP&B outra função a não ser manter contatos com empresários e com políticos na perspectiva de captar recursos para políticos. A senhora acha irrazoável essa posição?

A SRA. RENILDA SOUZA – Acho meio infundada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Por quê?

A SRA. RENILDA SOUZA – Porque o Marcos além... ele tinha a meu ver uma função operacional lá dentro de captar clientes...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Qual era?

A SRA. RENILDA SOUZA – ... tanto privados como não e, inclusive, o próprio Cristiano Melo Paz, presidente da empresa também tinha essa função.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Então nessa captação de clientes não terá a função de servir a duas funções?

A SRA. RENILDA SOUZA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – A senhora afirma categoricamente que não?

A SRA. RENILDA SOUZA – Acredito que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Então, isso que agora fico impressionado com o depoimento de V. S^a. Pelo depoimento do Deputado Bittar, a senhora soube hoje, diz que não sabia antes, que, além desses empréstimos para Delúbio, o seu marido também havia contraído empréstimos com o mesmo **modus operandi**, em 1998, para uma outra campanha eleitoral, dando como garantia efetivamente o mesmo...os fundos que ele arrecadava nos contratos com o Poder Público; que após ele ter contraído isso 70 Parlamentares receberam da SMP&B doações de campanha ou faziam retiradas de campanha. Ou seja, a senhora soube hoje que, além do favor que ele fez a Delúbio, ele fez esse favor também a outros Partidos anos antes. Como é que diante, que a senhora sabe hoje, a senhora pode afirmar com tanta segurança, Valério não é um operador eleitoral.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu...É uma forma minha de acreditar. Porque isso, eu estou sabendo pelos jornais, e quero conversar com Marcos Valério, saber dele, porque muitas coisas da minha vida, muitas coisas que eu já ouvi falar, que saem nos jornais, não são verdadeiras.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– O que me espanta é se a senhora falasse “Estou em dúvida agora e vou esclarecer com ele”, eu entenderia, mas a senhora falar “Tenho certeza que não, mas vou agora procurar esclarecer com ele” me deixa com dúvida.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Porque muitas coisas da minha vida saem nos jornais e são inverdades.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)

– Temos aqui tem o **fac simile** do empréstimo.

SRª RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Vou conversar. Não vi esse jornal, ele me foi apresentado agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Mesmo assim, a senhora continua afirmando “Ele não era um arrecadador eleitoral”.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tinha convivência, mais uma vez, dentro da empresa. Eu não posso falar se isso é coisa de Marcos Valério, se não é coisa de Marcos Valério. Uma coisa que sempre quis afirmar aqui dentro da CPMI foi que não existe Marcos Valério. Acho que têm que ser agora tratadas as coisas de uma forma mais centrada. Existe SMP&B, existe DNA.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Mas a senhora ainda afirma com segurança: Ele não era um arrecadador de fundos eleitorais.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – De fundos eleitorais, eu acredito que ele não seja. Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – A senhora chega a fazer um relato aqui em que fala que o Ministro José Dirceu sabia que os empréstimos haviam sido feitos pelo Sr. Delúbio. Fala que, inclusive, ele sabia porque teria participado de duas reuniões, uma no Hotel Ouro Minas, outra aqui em Brasília, com a direção do BMG; a do Hotel Ouro Minas com diretoria do Banco Rural. Chega a dizer que Marcos Valério não participou dessas reuniões.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Como é que Marcos Valério soube dessas reuniões?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Isso eu não perguntei a ele. Tive essa informação na hora em que perguntei sobre como ia ser – eu estava preocupada com esse financiamento –, como ia pagar. Estou preocupada com a minha vida, com a minha família. E ele falou: “Olha, não preocupa, porque o José Dirceu sabe, já teve reuniões sobre isso”. E pronto. Foi a informação que ele me deu. Ele não falou datas, não falou período, não falou o assunto, e ele falou que ele não participou. Como a informação chegou a ele, também eu não sei te informar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Nesse aspecto, o seu depoimento se casa harmonicamente com o depoimento prestado na Procuradoria da República pelo Sr. Valério. O Sr. Valério afirma textualmente que soube pelo Delúbio que o Ministro José Dirceu sabia dos empréstimos. Disse ainda, textualmente: “Nunca tratei sobre os empréstimos do PT com o ex-Ministro José Dirceu, mas quem informava isso era Delúbio”. Portanto, a princípio não há nenhu-

ma desarmonia entre seu depoimento e o do Sr. Valério. Mas há uma desarmonia com o depoimento do Sr. Delúbio, que nega peremptoriamente ter afirmado isso ao Sr. Valério. Portanto, a senhora é fonte segura secundária, nesse caso, porque soube do Senhor Valério o conflito permanece entre o depoimento do Sr. Delúbio com o depoimento do Sr. Valério.

A senhora conhece, tenho certeza, a empresa 2 S Participações. Por que que ela foi colocada em nome da Adriana e do Orlando Martins? A senhora sabe?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A empresa foi colocada em nome de Adriana Fantim e Orlando Martins, durante, acho, o período de trinta a quarenta dias, se não me engano, porque era uma empresa que Marcos e eu queríamos abrir, que seria uma empresa de investimentos, que geraria investimento até para o Cepel. E o Marcos estava com problema na Justiça, se não me engano de INSS, alguma coisa nesse sentido, que impedia um pouco essa situação. Trinta dias passados ou quarenta dias passados, colocamos a empresa em nosso nome, em meu nome e em nome dele. Como, eu queria completar, todo mundo fala: Ah! Então você usou eles como laranja! Eu não acredito que usei eles como, laranja. Eu os usaria como laranja se eu tivesse colocado em meu nome e depois coloquei em nome deles e permaneci. Não. Tirei e assumi todas as dívidas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Quando a senhora soube disto – que estava sendo colocada em nome deles?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No exato momento em que o Marcos falou: “Olhe, eu vou abrir porque era uma idéia nossa de abrir uma empresa de investimentos – minha e do Marcos – nada a ver com a Comunicação.” Da qual ele não participava e que ele falou que estava com esse problema. E o Marcos, então, falou: “Então, vamos abrir.” E ele falou: “Mas eu não posso abrir porque eu estou com esse problema judicial.”

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Se ele não lhe informava praticamente nada das atividades negociais, por que, neste caso, à época, ele lhe informou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Porque isto era uma coisa entre eu e ele – empresa minha e dele. A SMP&B não é minha e dele só – a DNA também não é. Existem outros sócios, onde eu dei a procuração e aonde eu não participei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) – Mas veja, isto me soou um pouco estranho. Há certos negócios que ele lhe informa com precisão e há outros que ele não lhe informa. Eu não vejo uma linha de coerência nisto – se a senhora me permite.

O natural é que essa empresa tivesse sido colocada em nome de sócios e a esposa que não participa de nada, que não sabe de nada e que é do lar, não tivesse que ter nenhuma satisfação nisto. Por que, neste caso, lhe deu e em tantos outros não lhe deu – como a participação financeira? Há uma incoerência nisto, a senhora não acha?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não acho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– A senhora conhece a Empresa SF, Assessoria Empresarial?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– A senhora não tinha um irmão que foi sócio dessa empresa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei o nome. Eu sei que o meu irmão ia abrir uma empresa com o meu marido....

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– Para fazer o quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – E essa empresa não chegou a ser ativada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– Foi aberta e não ativada. Por quê?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Mas ela nunca funcionou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– Mas por que ela não foi ativada?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ia ser uma empresa que o meu irmão veio de Goiânia, ele aposentou, voltou para Belo Horizonte, e eles iam abrir uma empresa, se não me engano, não sei se era representações, uma coisa nesse sentido...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– Era de assessoramento empresarial.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – ...ou assessoramento. Eu não me informei. Por isso, se a empresa foi aberta, ela já foi desativada, porque nunca funcionou. Como também nunca houve conta bancária sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP)
– Eu concluo, Sr. Presidente. Apenas uma observação final. Eu quero dizer à senhora, com todo o rigor, que eu saio com muita dúvida do depoimento de V. S^a. Eu tenho dúvida se V. S^a fez um depoimento como uma mãe de família, que ama seu marido, que ama os filhos, que deseja preservar o seu patrimônio, seu nome e sua honra, e, portanto, seguiu estritamente a linha de defesa do Sr. Marcos Valério. Por isto, e aí o motivo

do depoimento de V. S^a hoje é nobre, e ao final da investigação, apenas terei a dizer, a senhora foi heróica hoje, ou se realmente, ao dizer, ao meu ver, até com certas incongruências fáticas no seu depoimento, se a senhora, realmente, foi, de certa maneira, copartícipe desses fatos lamentáveis que estamos vivendo.

Eu gostaria muito de, ao final, cumprimentá-la e imaginar que foi a primeira hipótese e não a segunda.

Muito obrigado. Agradeço V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou passar a palavra para o Deputado Carlos Sampaio. Agora, eu gostaria de ponderar com V. Ex^{as} o seguinte, já estamos num adiantado da hora, a Sr^a Renilda já está depondo aqui desde das 10:45 da manhã. Temos ainda o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Pompeo de Mattos, temos ainda os não-membros e temos ainda os reinscritos. Eu queria ponderar, até por uma questão de humanidade, pela própria situação que estamos vivenciando, eu gostaria de sugerir, primeiro, que os suplentes que estão inscritos, que limitássemos no máximo as falas daqui para frente em 5 minutos. Nós, de certa maneira, até adotariamos uma postura mais objetiva, concluiríamos essa oitiva, até em função do desgaste absolutamente visível da Sr^a Renilda. Se todos estiverem de acordo, 5 minutos para cada um, os Suplentes e os não-membros e nós encerraríamos a reunião. Vou sugerir que os reinscritos retirem seus nomes, porque V. Ex^{as} hão de convir que o desgaste é muito grande. Acho que não é essa a intenção de nenhum de nós aqui.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, por cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Sr^a Renilda, com todo o respeito que lhe merece como informante, como investigada, mas particularmente como mãe e mulher,

Vou fazer algumas ponderações, e eu gostaria que a senhora simplesmente me disse que se concorda ou não com as minhas colocações.

Eu pediria um pouco de silêncio aos amigos do Partido dos Trabalhadores.

A senhora qualificou-se hoje aqui como sendo uma pessoa de características urbanas, que optou por dedicar-se à família ao invés de auxiliar seu marido nas atividades junto às agências dele, correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Eu posso concluir, então, que a senhora teria tido ciência desses fatos todos em razão da imprensa, de tudo que foi noticiado nos últimos dois, três, quatro meses?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – A senhora chegou a afirmar, ainda, que, em razão dessa sua preocupação com os fatos noticiados, passou a perguntar a seu marido, e aqui uso a sua expressão “de manhã...”

Sr. Presidente, eu pediria um pouco de silêncio para que eu pudesse, particularmente aos amigos do Partido dos Trabalhadores.

Chegou a afirmar ainda, que, em razão dessa sua preocupação, passou a perguntar a seu marido – sua expressão – “de manhã, de tarde e de noite” sobre como ele resolveria esse assunto. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Respondendo a uma pergunta feita pelo Deputado ACM Neto, a senhora afirmou que o seu marido teria dito que resolveria o assunto, numa reunião que havia tido no Banco Rural com diretores do Banco Rural e com José Dirceu. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Ele resolveria, não. Que esse assunto...

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Já teria sido tratado com o José Dirceu...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – É... estava sendo tratado...

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – E diretores do Banco Rural...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Que ele ficou sabendo pelos diretores, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Porém, eu confesso que, para minha surpresa, salvo engano, a senhora respondendo a pergunta...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Quero deixar só uma coisa clara – desculpe interrompê-lo – que o Marcos não participou dessas reuniões.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Não, não, sei. Não é essa a pergunta. A minha surpresa foi pelo fato de, quando da indagação do Deputado Fraga sobre a data que teria ocorrido, a senhora ter dito: “eu não me lembro bem, talvez no final do ano passado, dezembro”. A senhora afirmou textualmente isso. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não afirmei isso. Eu falei: o Marcos não me falou a data. Ele falou comigo que deveria ter sido final do ano passado, mas ele não disse data, nem mês, nem nada.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Não, não, não estou preocupado com a data. Minha preocupação é outra. Se ele teria dito que foi em novembro ou dezembro, eu imagino que a senhora soubesse desses fatos, para tocar com ele nesse assunto, em novembro ou dezembro.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, esse fato ele me relatou foi agora, depois que as coisas aconteceram... **FALHA NA GRAVAÇÃO** ...eu fiquei sabendo dos empréstimos e perguntei: “como que vai ser daqui pra frente, como que você vai pagar”? Ele me relatou agora; não foi na época das reuniões.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Então, na verdade, o fato foi tratado com seu marido agora, depois do episódio....

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Mas a reunião teria ocorrido em dezembro.

A senhora disse que não houve uma mudança no padrão de vida, ou a senhora não notou, pelo menos, de 2003 pra cá. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – O seu Imposto de Renda e o de seu marido diz que subiu o patrimônio pessoal da sua família, da senhora e de seu marido, de R\$3,8 milhões para R\$18 milhões, entre 2003 e 2004. A senhora não acha uma diferença bastante grande para passar despercebida?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tomei conhecimento desse fato.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Não tomou conhecimento desse fato.

A senhora consideraria um depósito de R\$220 mil feito em sua conta pessoal como sendo algo corriqueiro ou seria uma demonstração de que houve uma mudança no seu padrão de vida?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Os depósitos que houve na minha conta pessoal... às vezes o Marcos falava pra mim que eram divisão de lucros da empresa. É o que eu fiquei sabendo e não indagava mais.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Eu só falo isso, Sr. Presidente, porque no dia 16 do mês 9 de 2003, a SMP&B depositou na conta individual, e não conjunta, da Sr^a Renilda, R\$220 mil. A senhora afirmou que não movimentava grandes quantias e que não realizava saques elevados até por uma preocupação, saques em dinheiro. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Como a senhora explicaria o fato de ter sacado, no dia 26 de maio de 2004, R\$50 mil em espécie, na boca do caixa, no Banco Rural, agência 009, Agência Assembléia? Como é que a senhora explicaria ter sacado no dia seguinte, dia 27 de maio, R\$50 mil em espécie na boca do caixa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza nunca sacou. Primeiro, não tenho conta em Banco Rural.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – A senhora sacou essas quantias e assinou. Eu pediria ao Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu fiz uma afirmação de que foram feitos dois saques...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – No Banco Rural? O senhor tem certeza?

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Não, não sei qual é o banco. Aliás, sei sim. Banco Rural de Belo Horizonte.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu até queria ver um demonstrativo do Coaf, porque eu não tenho uma declaração. Eu pedi inclusive ao Banco Rural, na semana passada, uma declaração, como o Banco Rural está envolvido. Eu não tenho conta e nem nunca tive conta no Banco Rural.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Sr.^a Renilda, o Coaf só comunica acima de R\$100 mil. Para facilitar a vida de senhora, pediria ao Sr. Presidente que solicitasse ao técnico, Sr. Patrui, que trouxesse a esta Comissão os dois cheques assinados por ela e endossados atrás com o comunicado do banco de que o saque foi feito na boca do caixa, em espécie, e que os apresentasse a ela e a seu advogado. Isso está nos documentos da nossa CPI.

Por último, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Concluindo, eu apenas perguntaria se a senhora sabe se o seu marido fez parte da campanha do Presidente Lula, convidado que foi pelo Sr. Duda Mendonça; ou se ele não participou da campanha.

A SRA. RENILDA SOUZA – Ele não participou da campanha.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Não participou?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu lembro que ele propôs, mas não foi aceito, porque a campanha já era dada como exclusiva do Sr. Duda Mendonça.

O SR. CARLOS SAMPAIO – (PSDB – SP) – Estou satisfeito. Muito obrigado pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

Deputado Pompeo de Mattos, cinco minutos, por favor. Estamos limitando até em função de uma questão de humanidade com a Sr.^a Renilda, pelo avançado da hora. Houve um acordo – V. Ex.^a não estava presente – com todos os Parlamentares de limitar a cinco minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu só quero ponderar a V. Ex.^a.

Então, V. Ex.^a me dá cinco minutos para eu questionar ela, mas eu tenho alguma coisa que preciso dizer para a CPI, Presidente. Tenho esse direito de dizer. Sou o único representante do PDT, e o senhor não pode... Outros Parlamentares de vários partidos puderam falar. O PDT não pode se calar nesta hora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor me permite. Eu questiono ela em cinco minutos, mas o senhor me dá os dez para eu falar coisas que eu preparei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Deputado, infelizmente, até por uma questão de humanidade, não concordo. Entendo o pleito de V. Ex.^a, mas o tempo está restrito a cinco minutos, e todos os Parlamentares falaram por cinco minutos por mais que quisessem falar mais, fazer discursos, fazer reflexões aqui na CPI. Todos concordaram em cinco minutos. Portanto, V. Ex.^a tem cinco minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pretendo fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente: estive lá embaixo agora, na secretaria da CPMI, se assim posso definir, para buscar dados, buscar elementos. Sr. Presidente, os bancos têm mandado para nós informações – eles que têm um poço de informações – nos canecos, de copo em copo. Estamos reclamando, toda a CPI está reclamando, e sei até que V. Ex.^a reclama, o Relator, enfim. É justa a reclamação, e os bancos estão esperneando e fazendo o que podem.

Mas o que é pior, Presidente, não é isso. O que é pior, Presidente, é que, se os bancos, que têm um poço de informações, as mandam de caneco, a CPMI tem entregue essas informações aos Parlamentares a conta-gotas. Isso, Presidente, é uma reclamação formal que estou fazendo a V. Ex^a e ao Relator. Não temos como nós trabalharmos, Sr. Presidente. Não sei quanto depositaram em tal conta, quanto depositaram na outra conta. O mais esperto consegue. Não temos relatório, não temos nada absolutamente condensado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos, peço a V. Ex^a que conclua o uso da palavra pela ordem, por favor, para que V. Ex^a não fale por dez minutos e depois fale ainda por mais cinco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não.

Presidente, estou fazendo uma reclamação que V. Ex^a sabe que é justa, que a CPMI toda sabe que é justa, que o Brasil inteiro sabe que é justa e que eu tenho que exteriorizar. Estamos aqui tipo meio-Deputado. Já começamos falando pela metade também, Presidente. Estamos recebendo meias informações. Aí, aquele que é mais esperto, mais ligeiro, tem mais trânsito, tem mais tempo e não-sei-quê chega lá e busca as informações. Presidente, quero igualdade de busca nas informações na CPMI. Agora, porque está estourando em um Partido, daqui a pouco estoura em outro Partido, não sei quem não pode saber, não deve saber. Eu quero saber o que todos estão sabendo e tenho o direito de saber tudo, Sr. Presidente, porque amanhã estará na imprensa. Nós da CPMI, Sr. Presidente, e eu como representante do PDT fico sabendo de muitas coisas da CPMI, de documentos que estão lá dentro, que eu peço e dizem que não tem, não me mostram, e no outro dia está no **O Globo**, está na **Folha de S.Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Conclua, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por

isso, peço a V. Ex^a. A partir de agora, vou cobrar de V. Ex^a.

Como Parlamentar, quero amanhã, Sr. Presidente – vou cobrar de V. Ex^a e da direção da CPMI –, os dados da entrada de dinheiro nas contas do Sr. Marcos Valério que estão no computador, pois não nos mostram, estão escondendo não sei para quê e não sei para quem, mas, no outro dia, as informações vão sair nos jornais. Eu quero saber, eu preciso, eu tenho direito, como Parlamentar, e não vou abrir mão dele. Aliás, Sr. Presidente, outros colegas Parlamentares estão fazendo a mesma reclamação ou talvez não tenham coragem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos, conclua o uso da palavra pela ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou

concluir. Não quero criar o constrangimento a V. Ex^a, Sr. Presidente, para fornecer esses documentos. Quero a sua resposta se vamos ter esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos, eu quero deixar muito clara essa questão com relação aos bancos e às providências que a CPMI está tomando. O primeiro ponto que é de fundamental importância com relação a isso é que a documentação dos bancos chegou incompleta ou não atendeu efetivamente aos objetivos da CPMI. Não só eu como Presidente, mas também o Relator, Deputado Osmar Serraglio, estivemos no Banco Central e conversamos com os presidentes de bancos. O próprio Banco do Brasil escalou 20 técnicos para trabalhar conosco nesse sentido, não só para receber movimentos, mas também para receber origens e destinos. O levantamento está sendo feito caixa por caixa, com a fita-memória. Devemos, ao longo dessa semana, já ter efetivamente não só essas informações. O Relator já está comunicando que 80% já estão sendo encaminhadas. Amanhã vamos discutir com a Diretoria do Banco Rural todos os procedimentos.

Rejeito, reajo com indignação com relação a essa informação de que a CPMI estaria escondendo ou deixando de passar informações para os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. O drama que todos temos não é privilégio de um, de dois, de três, de quatro, mas de todos os Parlamentares. Trabalhamos o final de semana inteiro tratando especificamente dessa relação com os bancos. O Banco do Brasil trabalhou sábado e domingo. Inclusive, domingo estávamos no Banco do Brasil, olhando efetivamente todo o trabalho desenvolvido. Amanhã, faremos uma reunião com o Banco Rural, e há toda a boa vontade para que esses dados estejam disponíveis.

Não tendo dúvida alguma de que o interesse não é só de V. Ex^a, Deputado Pompeo de Mattos, mas é de todos os Parlamentares, é do Presidente, é do Relator e é de toda a equipe. Portanto, isso tem que ficar muito claro, como também tem que ficar muito clara a responsabilidade que precisamos ter para tornar públicos documentos que são sigilosos, que são protegidos por sigilo cuja responsabilidade é nossa e especialmente responsabilidade minha, como Presidente da CPMI.

Infelizmente, temos visto, nos últimos dias, entrevistas de membros da CPI falando de cheques, falando até de transferências, falando, por meio de ilações simplistas, de saques na boca do caixa. Não admito mais que essas coisas aconteçam, porque temos uma

responsabilidade grande com a Nação, temos uma responsabilidade grande com a CPMI e temos uma responsabilidade grande com a imprensa, exatamente com o intuito de não passar informações equivocadas, informações que inclusive têm trazido problemas com o Sistema Financeiro.

Se existe um mérito desta CPMI, é o fato de, a despeito de todas as dificuldades, não termos trazido nenhum tipo de problema para o Sistema Financeiro até agora e, principalmente, para a economia. Temos que ter isto em mente, de uma maneira absolutamente clara: a responsabilidade que temos, a despeito de todas as exigências, de toda a tensão e de todas as pressões que sofremos.

Fiz questão de fazer este registro para mostrar, acima de tudo, a coerência com que vamos conduzir, nossa preocupação no acesso às informações, mas principalmente a nossa responsabilidade com as informações, não só com relação ao Sistema Financeiro. Como estamos lidando com pessoas, não podemos cometer injustiças com pessoas que muitas vezes são faladas, cantadas em prosa e verso, têm sua vida particular prejudicada, e, no final das contas, foi um mero factóide.

Esta Comissão, a CPMI, sua assessoria técnica, seu Relator e seu Presidente e todos os Parlamentares – tenham absoluta certeza – compactuam das preocupações de V. Ex^a, mas rejeitamos veementemente qualquer tipo de posicionamento no sentido de esconder informações. Ninguém está aqui para esconder informações. Todos estamos aqui para fazer um bom trabalho e apresentar resultados para a opinião pública brasileira, que é o que ela exige de todos nós, Parlamentares, Presidente, Deputado Relator e toda equipe técnica da CPMI.

Passo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas eu só queria dar uma sugestão na linha de V. Ex^a. Quero dar total, integral e irrestrito apoio à avaliação que V. Ex^a fez e às providências estão sendo tomadas. A minha sugestão seria que as informações primárias, as informações básicas disponíveis não estivessem ao acesso de todos. Que estivessem ao acesso de todos os relatórios produzidos, que pudessem fornecer informações completas, equilibradas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, é exatamente com esse intuito que estamos fazendo esse esforço. Semana passada, chegaram a falar para a imprensa – infelizmente, não é culpa da imprensa, muito pelo contrário, é responsabilidade nossa – que havia saques na boca do caixa do Banco do Brasil de R\$50 milhões.

Olhando os cheques – chamei imediatamente os técnicos do Banco do Brasil –, verificamos claramente que eram transferências da DNA para a SMP&B para pagar uma série de fornecedores. Então, temos responsabilidade com o País, temos responsabilidade com informações que não podem ser errôneas. Não podemos prejudicar a imagem dos bancos e a imagem do Sistema Financeiro.

Por isso, destaquei um pouco mais essa questão em função dos comentários do Deputado Pompeo de Mattos, para saber exatamente qual a leitura que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito faz com relação a dados, especialmente dados sigilosos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quero só deixar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só para eu concluir, Sr. Presidente, este assunto. Quero deixar uma sugestão, com a experiência de quem tem 20 anos de banco e viveu essas questões nos bancos. Os colegas Parlamentares, todos, vão lá embaixo e pegam isoladamente uma informação, outra informação. Cada um colhe o que pode e passa o que sabe. Aí, vira um emaranhado, Sr. Presidente.

A CPMI – quero concluir – até agora não apresentou um relatório oficial, um relatório preliminar de nada, absolutamente nada. Não há um documento em que possamos nos basear, que a CPMI tenha nos oferecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, está absolutamente entendido. As ponderações de V. Ex^a estão entendidas. Cinco minutos, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está OK, Sr. Presidente! Muito obrigado.

Quero dizer rapidamente, Sr. Presidente, lamentando este tempo, que esse esquema a que nós estamos assistindo no Governo do PT é o mesmo esquema do Collor e do PC, que foi desmanchado com *impeachment* e que depois recrudescer a partir da compra de voto para a reeleição do Fernando Henrique Cardoso; é no segundo Governo Fernando Henrique que a corrupção voltou a entrar no Governo pela fresta. Quando o Presidente Lula veio para o Governo, o PT foi lá, escancarou as portas e a corrupção tomou conta. O PDT denunciou isso. Apresentou uma CPI da compra de voto que o PSDB empurrou com a barriga e que o PT está chocando até hoje lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Aliás, o dinheiro do Valério não é – agora estou enxergando – dos esquemas da publicidade. Os contratos de publicidade, somando tudo, não dão quatro-

centos milhões. E tendo que pagar publicidade, sobram cem milhões para ele. E as contas dele têm dois bilhões. É claro que aí tem outro dinheiro, e não é só do empresário. Aí tem dinheiro de fundo de pensão; aí tem dinheiro do esquema do desvio do INSS; e aí – eu não tenho dúvida – tem dinheiro do esquema do sistema financeiro. Aliás, nesse particular, o caso do Sr. Ricardo Guimarães, do BMG.

O Presidente Lula lançou uma medida provisória, deixou ali a marca, o DNA, a digital do Governo numa medida provisória, privilegiando o BMG. Só ele podia operar financiamento para os aposentados vinculados em conta. Ora, isso é dinheiro, com o juro de 40%, com risco zero. São vinte e cinco milhões de aposentados. Se 10% fizeram o financiamento de R\$1.000,00, isso dá R\$2,5 bilhões. Com juro de 40%, dá R\$1 bilhão só para o banco. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com essa medida provisória, entregou ao BMG, no mínimo, R\$1 bilhão em juro. Se ele não tinha dinheiro para financiar, os fundos de pensão migraram o dinheiro para o BMG, a juro Selic 18%, que o BMG empresta a 40%. Está aí a diferença. É claro que o BMG faz financiamento para o seu Marcos Valério para transferir para o PT sem aval! Por quê? Porque não é para pagar, é para compensar aquilo que a Medida Provisória nº 130 fez, enriquecendo os bancos. Os bancos se tornaram milionários no Governo do PT.

Ora, Sr. Presidente e D. Renilda, diziam que, atrás de um grande homem, sempre tinha uma grande mulher. Depois mudou: dizem que, ao lado de um grande homem, sempre tem uma grande mulher. As mulheres exigiram e passaram a dizer que, ao lado de uma grande mulher, tem um grande homem. E há quem diga que as mulheres estão tão na frente que já estão dizendo que, atrás de uma grande mulher, tem um grande homem. Onde é que a senhora está com o Marcos Valério: na frente, atrás ou do lado?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu queria que o senhor classificasse.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sabe classificar?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não vou me classificar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não está nem na frente, nem atrás, nem do lado dele nesse esquema todo?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora está fora?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não sabia de nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sabia de nada. É, a senhora, na verdade, pelo que eu ouvi aqui, é uma grande laranja. Desculpe a expressão, mas é o sentimento que eu tenho. Desculpe eu dizer para a senhora. Ou seja, a senhora não sabe, não conhece, e o seu advogado é bom, só que vai receber só quando o PT pagar o Valério, viu? Vai demorar. Eu acho que o Sargento Garcia vai prender o Zorro e o PT não paga o Valério, pelo que eu vi.

A senhora disse na CPMI que não conhece as coisas do Marcos Valério – recém-repetiu –, não viu, não participou. Disse que foi covarde, que foi fraca, embora isso tudo sabia e sabe de forma firme e disse, de maneira convicta e inteligente, que soube dos encontros do José Dirceu num hotel em Minas Gerais, do encontro do José Dirceu aqui com o BMG, enfim, deixou muito clara essa questão, que é uma coisa assim fora da questão doméstica. A senhora disse claramente. Daí eu lhe pergunto: Essa é uma resposta cifrada, uma mensagem cifrada, é uma ameaça que a senhora faz ao José Dirceu, ao Governo e ao PT?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não estou aqui... Eu não sou uma pessoa de fazer ameaça. Eu tenho ética. Eu não estou mandando mensagem cifrada. Isso eu fiquei sabendo quando eu perguntei ao meu marido, quando eu soube do empréstimo, e ele simplesmente elucidou esse fato e mais nada. E não estou mandando mensagem cifrada, nem estou ameaçando ninguém, que isso não é do meu feitio. O senhor me desculpe respondê-lo assim, mas me senti um pouco ofendida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não tem problema, até porque essa é a leitura que eu faço na medida em que a senhora é dona de casa, não sabe, não conhece da empresa, não tem detalhe, não conhece a secretária, não sabe o número do telefone, mas nessa questão do José Dirceu a senhora foi no ponto. Disse assim: José Dirceu... Como fez aqui o Roberto Jefferson: sai daí José Dirceu. Como quem diz: Olha José Dirceu, estou te avisando, sei que você sabe, você sabe que eu sei, estamos sabendo. Enfim, uma coisa marcada que o José Dirceu perfeitamente entendeu.

A Simone Vasconcelos, na sua opinião, movimentava milhões em nome da empresa, sacando dinheiro no caixa, a senhora tem conhecimento disso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Já respondi a essa pergunta mais de uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluso, Sr. Presidente, fazendo duas afirmações, até porque a senhora respondeu a muitas perguntas, e o meu tempo ficou infelizmente prejudicado e curto. A senhora

era pobre até pouco tempo e o seu marido pobre. De quatro anos para cá, três anos e pouco, subiu de um patrimônio pessoal de 2 milhões e pouco para 18 milhões de reais. Ou seja, subiu cerca de mil por cento o seu capital e não enxergou, não viu, não sabe, caiu do céu, não se deu conta. Aparece o dinheiro, mera coincidência, aparecem os 39 milhões que o Delúbio pediu para o Marcos Valério e que o PT não viu transitar nas suas contas. O PT não viu, não apareceu, ninguém no PT sabe dos 39 milhões. Curiosamente a senhora não sabe desse enriquecimento muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, concluindo, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para concluir, Presidente, quero dizer que nós, em nome do PDT, apresentamos um pedido, juntamente com outros parlamentares que apresentaram um pedido que a CPI represente pela prisão do Sr. Marcos Valério, em função de uma série de aspectos, mas especialmente por estar queimando documentos, sumindo com provas, esvaziando cofres, influenciando em depoimentos, ameaçando explicitamente – vimos uma revista na Veja, ou de forma velada ou ainda de forma cifrada.

Sr. Presidente, vou-me reinscrever, caso haja nova inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Não haverá inscrição. Peço a V. Ex^a que encaminhe então o requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu já encaminhei o requerimento, Sr. Presidente, possivelmente já esteja na Secretaria da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Registrado.

Com a palavra o Deputado Júlio Redecker, por cinco minutos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, dona Renilda, depoente, investigada, quero em primeiro lugar dizer que acompanhei com muita atenção as suas palavras aqui na CPI e durante o almoço pela televisão, em casa. Vi que a senhora é uma mulher temente a Deus, estou correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Vi que a senhora tem um amor muito grande pela sua família. Correto?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Os seus pais estão vivos?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Minha mãe.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deve estar assistindo à senhora neste momento?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Pelo menos deve estar torcendo e rezando pela senhora.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque ela tem Mal de Alzheimer.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quero dizer que a senhora é uma mulher muito forte. Passou por dores muito grandes. Perder um filho certamente não é a melhor das coisas que pode acontecer a um ser humano. Quero perguntar para a senhora se a senhora tem noção de que toda evolução patrimonial da senhora passou, segundo está constatado aqui na CPI por lavagem de dinheiro, por corrupção. O dinheiro é sujo ao ponto de que o próprio banco não o quer, e a senhora sentiu isso, quando a gerente do banco lhe ligou.

Como uma pessoa que crê em Deus, que já passou o sofrimento pessoal que a senhora passou, levando por 10 meses a doença de um filho, tendo largado o emprego para cuidar da sua prole, tendo mais dois filhos, que a senhora pode ter tranquilidade de vir aqui confirmar uma linha de defesa do seu marido, que praticou atos de corrupção, de que fez em conjunto com agentes do governo e do partido, atos que o beneficiaram tanto que a senhora mesmo disse que ele somente deu os empréstimos ao PT porque tinha medo de perder os seus contratos, se sentiu pressionado. Será que uma empresa para ser sã, para ser produtiva, precisa desse tipo de artimanha, de suporte para conseguir manter os seus contratos com o Governo e a senhora...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu aguardo, Sr. Presidente. Peço que considere o meu tempo.

Se a senhora se sente bem vendo milhares de brasileiros com os filhos doentes, não podendo sair do trabalho para cuidar deles, indo à saúde pública e não encontrando respaldo para aqueles que podem trazê-los de volta com saúde dentro de casa, para oferecer educação de qualidade como a senhora, que pôde estudar numa escola privada de qualidade? Se a senhora acha que esse dinheiro fruto da corrupção, da lavagem, permite que a senhora se sinta tranquila neste momento, aqui na CPI?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – A partir do momento em que eu achasse que isso era uma lavagem de dinheiro, eu poderia dizer que sim, concordaria com o senhor. Mas eu não concordo que seja e quero que isso seja

investigado e quero que seja apurado. Se for lavagem de dinheiro, eu quero que seja provado. Então, eu não posso concordar com o que o senhor falou.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A senhora não concorda, frente todas as evidências, que realmente o seu bem-estar, o seu patrimônio, a diferença no atendimento que a senhora pode dar aos seus filhos e à sua família, comprando lotes, comprando por sessenta anos a exclusividade da exploração da Cepel, que é, na realidade...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não comprei por sessenta anos a exclusividade da Cepel.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Arrendou, arrendou.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Foi feito... Não arrendei sozinha. É uma parceria existente...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A senhora explicou. Eu entendi. Mas é uma parceria por sessenta anos de que a senhora participa para o lazer, para a sua filha, para a senhora. Neste momento em que o Brasil tem tantas carências, a senhora poderia transformar-se num ícone aqui, neste País, chegando em casa e prestando ao seu marido a necessária força para que ele venha aqui falar a verdade e dizer quem são os verdadeiros culpados; dizer para o País que a senhora, que é uma mulher forte, que tem estrutura para suportar as maiores dores que Deus pode emprestar a um homem ou a um mulher, que é perder um filho, quer colaborar junto com seu marido e trazê-lo para cá para falar a verdade, para que nós possamos punir quem quer que seja em qualquer partido que esteja. E que nós tenhamos a lei sobrepujando as facilidades que a corrupção, que o conluio, que as coisas escusas deste País e que a senhora, infelizmente, está vivendo delas, pelos contratos que foram necessários... Inclusive a senhora disse aqui “emprestar dinheiro, avalizar dinheiro” para um Partido político manter privilégios dentro do Governo, fazendo com que este Governo pudesse, juntamente com seu marido, facilitar os seus negócios. E a senhora fica tranqüila, achando que isso é uma coisa normal!?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu não disse que seria... Eu não afirmei categoricamente que isso seria necessário. Eu disse que o Marcos sentiu que ele poderia perder a conta e que ele ficou sem jeito de negar, já que era uma pessoa que ele já tinha feito uma certa amizade, que era o Sr. Delúbio. Agora, acredito que se o senhor, ou outra pessoa qualquer, interrogar a qualquer outra agência de publicidade, se ela teria medo de perder alguma conta, como que seria, alguma coisa, ou inves-

tigar outras agências de publicidade, quem sabe chegaria... Agora, da mesma forma que todos vocês querem a apuração total dos fatos, eu também quero.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Bom, a senhora está dizendo um fato novo aqui: que talvez – se eu estou entendendo bem – seja essa uma prática comum entre as agências de publicidade?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não estou falando que é uma prática comum entre as agências de publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, conclua, porque nós já passamos do tempo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Eu estou falando que isto vocês podem investigar: se é ou não uma prática entre agências de publicidade.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas, com certeza, é uma prática da agência do seu marido e da senhora.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não é. Não é uma prática da minha agência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Um momentinho só. Quer dizer, a senhora diz que não é uma prática da sua agência?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quer dizer, a senhora disse aqui que é uma dona-de-casa, que não tem conhecimento dos fatos e, agora, a senhora fala aqui como dona de agência. Eu estou chegando à conclusão, com todo o respeito à senhora, D. Renilda, de que a senhora tem pleno conhecimento e que a senhora participa como sócia majoritária de todo o planejamento estratégico e das ações do seu marido. A senhora não é só companheira no lar. A senhora é companheira dos negócios e a senhora tem inteira clareza. A Juíza Denise Frossard disse aqui que a senhora vai responder criminalmente também, porque, na realidade, se a senhora está encobertando aqui fatos escusos, juntamente com as práticas do seu marido...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas essa conclusão de V. Ex^a é uma conclusão longa, de três, quatro minutos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – É de um segundo, Sr. Presidente. Um segundo e alguns.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu gostaria de ter mais possibilidades na CPI do Mensalão. Talvez lá tenhamos mais possibilidades.

Digo aqui que a senhora certamente vai sair daqui vitoriosa por ter defendido a linha de defesa do seu marido, mas como brasileira, olhando para a sua família, para os seus filhos em casa, a senhora certamente não vai ter nenhum orgulho de saber que todo o bem-estar que a senhora proporciona a seus filhos é fruto de maracutáia, de malandragem, de lavagem de dinheiro e que o seu dinheiro nem mesmo a agência bancária quer mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Deputado Chico Sardelli, por cinco minutos.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de parabenizar o trabalho de V. Ex^{as} na condução dos trabalhos.

Logicamente excessos acontecem.

Desejo dizer à D^a Renilda que V. S^a tem suportado heroicamente este depoimento. Entendo que gostaria de ter o máximo respeito e vou tê-lo para com a senhora. Mas a senhora vai ter a mesma oportunidade, que eu disse ao seu marido aqui, D. Renilda, de passar o Brasil a limpo porque o tempo vai dizer, o tempo se encarrega de tudo. O Sr. PC acabou onde acabou, o Sr. Collor acabou fora do Governo. A senhora tem essa oportunidade de auxiliar o nosso País e a nossa Nação e dizer se houve erro, pedir perdão, pedir desculpa; fazer com que sejam reparados os danos cometidos.

Se eu for repetitivo em alguma pergunta, eu gostaria que a senhora dissesse “já respondi” que eu estarei satisfeito da mesma forma.

A senhora disse aqui que deu uma procuração ao Sr. Marcos Valério, seu marido, para que ele a representasse em todos os seus atos, é isso?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Muito bem. Eu acho que tem tempo ainda, D. Renilda, para que a senhora pudesse ter a grandeza de tirar – vai uma sugestão aqui –, retirar essa procuração, porque o dinheiro de todo esse esquema que está em jogo hoje é um dinheiro ilícito – está mais do que claro. E se ilícito for, com certeza, alguém vai pagar essa conta. E hoje, não tenho mais dúvida nenhuma, esse grande

esquema Delúbio/Marcos/Sílvio no qual tentam proteger uma outra ala “governamentista” é uma máscara que vai cair.

Ouvi alguns companheiros dizerem da questão de forças conservadoras. Eu acho que temos que manter aqui a coerência, a governabilidade do Presidente da República – isso é o mínimo –, mas agora não poderemos passar em branco a tanta corrupção, a tanto desmando, a tantas coisas ruins e feias que estamos vendo acontecer no nosso País.

A senhora conhece a empresa H2W? Ouviu falar? Conhece, sabe, tem referência?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – A empresa Digraf?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Como?

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Digraf.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Digráfia? Não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – D-I-G-R-A-F.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – E Quatro por Quatro Promoções Artísticas? NÃO FOI ENCONTRADO ESSE NOME EM NENHUMA PESQUISA.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Em nenhum momento a senhora ouviu o Sr. Marcos Valério, seu marido, tratar desses nomes com a senhora, pedindo procuração no sentido de poder representá-la perante alguns negócios?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – De forma nenhuma?

Sr. Presidente, já encerrando, até antes do meu tempo, eu gostaria de parabenizar a D. Renilda por ter a coragem de ter vindo, apesar de tudo o que a senhora disse aqui das suas dificuldades pessoais e emocionais que entendo, mas pediria à senhora, D. Renilda – e com certeza esta noite foi difícil, talvez como foi o dia –, que aproveite essa oportunidade, que é uma oportunidade impar, de poder ajudar esta Nação maravilhosa que é o Brasil, pois o povo brasileiro vai saber entender se houve erro, vai saber entender a sua vontade de poder colaborar.

Por isso eu peço, em nome do povo brasileiro, que, se a senhora se arrepender ou tiver mais coisas

a dizer, diga, e senhora também terá o perdão de toda a nossa Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Moroni Torgan, por 5 minutos.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Obrigado,

Sr. Presidente, nós estamos há tempo aqui e com 5 minutos não podemos fazer uma linha de interrogatório, mas eu gostaria de dizer algo, pelo que analisei de tudo o que ouvi. Sócios de empresas que gostam de se locupletar com o dinheiro do povo diriam: eu queria ter uma sócia assim. É uma sócia omissa, uma sócia ainda reservada e sigilosa. Os sócios das empresas que fazem coisas que não são...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Olhe o tempo, assessoria técnica, que não controla o tempo e não presta atenção na reunião!

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora

baixou o tempo para 3, mas é para 4. Foi para 4 minutos, agora está bom.

Eu diria que sócios de empresas que se locupletam do Poder Público diriam: não tem sócia melhor do que essa que está aí e que depôs hoje o dia inteiro. Agora, mães de todo o País não diriam isso, porque quando se locupletam do dinheiro público, quem perde são as mães que não conseguem colocar o filho na escola, quem perde são as mães que não conseguem botar comida na mesa para os seus filhos; e elas sabem que emprego não existe, porque o dinheiro que iria para a criação de emprego, para a escola, para a saúde, está indo para o bolso de alguém.

Eu fico pensando e aqui temos pouco tempo e só posso fazer um mesmo apelo. Penso o que os parentes de PC Farias hoje estão pensando do que ele fez e a fama que ele deixou para a sua família nas próximas três gerações. Eu fico pensando nisso. Fico pensando que fama a sua família vai ter, os seus filhos vão ter, os filhos deles vão ter quando a senhora falar. Fico pensando na sua saída daqui, em que conselho a senhora vai dar para o seu marido. A senhora vai dar o conselho de que assuma tudo sozinho e deixe os outros todos de fora, ou vai dizer para ele contar toda a verdade. “Eu quero contar toda a verdade, eu quero passar a limpo isso, não fique de boi de piranha dessa história, para a nossa família ficar manchada para o resto da vida.” Não fique de boi de piranha.

A senhora está tendo a chance agora de passar a limpo a história da sua família. Essa é uma chance única, que muita gente não tem. Talvez muitos familiares de PC Farias não tenham tido essa chance. Muitos familiares de João Alves não tenham tido essa chance que a senhora está tendo agora. E de mostrar para os

seus filhos, para os seus netos: “Olhem, a mamãe, a vovó foi uma pessoa corajosa, foi lá e virou a mesa. Foi lá e contou tudo o que sabia, foi lá e disse tudo o que sabia, não ficou escondendo nada.”

A senhora tem receio de alguma coisa? Quando se esconde alguma coisa ou é porque se está sendo ameaçada na sua integridade física ou se tem medo de não receber a recompensa que possa ter que receber, ou coisa parecida.

A senhora tem receio de alguma coisa?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não vou declarar mais nada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A senhora não quer declarar mais nada só porque eu perguntei se tinha receio?

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Sobre esses momentos do que o senhor falou, eu não tenho mais nada a declarar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer, eu estou perguntando se a senhora tem receio de alguma coisa. É uma coisa simples, que seria normal, porque numa pressão dessas...

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho receio de nada, eu falei até agora, enfrentei tudo, vim disposta, estou no meu limite, mesmo assim eu me dispus a ir até o final e...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu notei que toda vez que falei aqui o seu advogado ficou orientando a senhora o tempo todo.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele não ficou me...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O tempo todo ele ficou orientando a senhora, enquanto eu estava falando. Tudo bem. Não tem problema. A CPMI tem como regra permanecer nessa orientação.

A SRA. RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele me orientou... É, a única coisa... Ele simplesmente está me pedindo calma.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas eu quero dizer que depois, na sua história, ninguém vai orientá-la, todo mundo vai cobrar da senhora. Na sua história e de sua família, a cobrança vai ser dos seus familiares. A hora de virar a mesa é agora.

É o que as mães do país inteiro estão esperando. Que a mãe Renilda venha, aflore, a mãe Renilda venha, aflore e diga para todo mundo: olha, não quero essa mancha na minha família, não; eu não quero essa mancha comigo, não; eu não quero a minha família comparada como sinônimo de corrupção ou coisa parecida. Eu quero virar a mesa, quero mostrar para todo mundo que estamos com as mãos limpas e que não fomos nós que fizemos isso.

Acho que isso a senhora deve a seu legado. Isso a senhora deve e deve incentivar o marido em casa, deve incentivar: Marcos, vai lá, conta tudo, não fica de boi de piranha, para que a nossa família sofra isso por gerações! Porque, durante gerações, não vamos ter, de forma nenhuma, ninguém nos defendendo, nem advogado brilhante nos defendendo. Vai ser a história da nossa família que estará ali depositada naquele documento todo.

É por isso que digo, Dona Renilda: não deixe confundirem a senhora com o PC Farias, com o João Alves e outros que passaram e ficaram tão estigmatizados. Tenho certeza de que os netos do PC ainda vão ter desilusão quando falarem quem são. A chance da senhora falar é agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Deputado?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Se não falar agora, pelo menos chegue em casa, pegue seu marido e diga: nós não vamos ser boi de piranha, não. Vamos agora virar a mesa e contar tudo o que sabemos.

É o apelo que faço a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Como Presidente da CPMI, acho que chegamos no limite e, a despeito de mais duas inscrições, considero esta reunião encerrada.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 19ª Reunião, realizada em 27/07/2005.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e com a presença dos Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Leonel Pavan e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Welinton Fagundes, Juíza Denise Frossard, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu e

Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima nona reunião, informando que a pauta da presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. A Presidência comunica que a documentação encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal à Comissão encontra-se à disposição dos parlamentares. O Senador Delcídio Amaral assume a Presidência e procede à chamada para votação nominal dos seguintes requerimentos: **Requerimento nº 560/2005**, de autoria dos parlamentares Jorge Bittar, Maurício Rands, Sibá Machado, José Eduardo Cardozo, Ideli Salvatti, em que requerem sejam transferidos os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todas as empresas de propriedade ou controladas pelo senhor Marcos Valério Fernandes de Souza e/ou sua mulher Renilda Fernandes de Souza, desde 1997 (aprovado com 22 votos favoráveis); **Requerimento nº 558/2005**, de autoria do Deputado Alberto Fraga, em que solicita que a CPMI requirite a quebra de sigilo bancário das contas particulares e das empresas do senhor Marcos Valério no Banco de Brasília – BRB (aprovado com 21 votos favoráveis); **Requerimento nº 376/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam que a CPMI requirite todos os relatórios remetidos pelo Bank Boston ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda acerca de movimentações financeiras das contas bancárias da SMP&B e DNA (aprovado com 22 votos favoráveis); **Requerimento nº 572/2005**, de autoria dos parlamentares Onyx Lorenzoni, Jamil Murad, Eduardo Paes, Alberto Fraga, Geraldo Thadeu, Jorge Bittar, Carlos Abicalil, Sibá Machado, Asdrúbal Bentes, Pompeo de Mattos, Álvaro Dias, César Borges, Juíza Denise Frossard, José Eduardo Cardozo, Carlos Sampaio, Ideli Salvatti e Heloísa Helena, em que requerem que a CPMI solicite ao Ministério Público Federal que analise a possibilidade de requerer a prisão preventiva e a indisponibilidade dos bens do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, na forma da legislação em vigor (aprovado com 19 votos favoráveis e um voto contrário). A Presidência coloca em votação, em bloco, pelo processo simbólico, os seguintes requerimentos, que recebem 22 votos favoráveis: **Requerimento nº 329/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam

que esta CPMI requisite a lista de pessoas que estiveram na sede do Partido dos Trabalhadores, no Edifício Varig, em Brasília; **Requerimento nº 344/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que requer que seja encaminhada, pela Casa da Moeda do Brasil, a esta Comissão, em meio digital, relação de todas as pessoas que se identificaram na portaria de sua sede, para ingressar em suas dependências, desde janeiro de 2003, devendo ser informada também a data e hora do ingresso, bem como o local a que se dirigiram; **Requerimento nº 350/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam informações funcionais sobre Maria Aparecida Dechike e Pedro Longuinho Andrade junto a ABIN; **Requerimento nº 369/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, em que requer, nos termos regimentais, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT envie os documentos comprobatórios da devolução do lote das camisetas sem as especificações da logomarca dos Correios, outrossim, a comunicação feita ao fabricante de que o lote foi rejeitado e prova de que não houve pagamento dessas camisetas; **Requerimento nº 378/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que requer que a CPMI requisite cópia dos processos analisados por Glênio Guedes, Procurador da Fazenda nacional, desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 398/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que requer cópia da lista de todos os nomes das pessoas que frequentaram o edifício Brasília Shopping, especialmente o 9º andar, constante na portaria do prédio, desde 1º de janeiro de 2003 até a presente data, incluindo horários das entradas e das saídas; **Requerimento nº 443/2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, em que requer seja enviado à CPMI, pelos Correios, todas as Autorizações de Veiculação (AV), Ordens de Produção (OP) ou Ordens de Serviço (OS) enviadas pelos Correios à SMP&B Comunicação; **Requerimento nº 444/2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, em que requer que a CPMI intime os veículos de comunicação que relaciona, encaminhem à Comissão todos os mapas de mídia publicitária, realizada para os Correios por meio de solicitação da agência SMP&B, acompanhados das respectivas notas fiscais emitidas; **Requerimento nº 447/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que requer que a CPMI convoque para prestarem depoimento perante a Polícia Federal, os senhores Wildeu Gleidson Castro Silva e Alessandro Ferreira dos Santos, por terem sido identificados como sacadores de cheques da empresa SMP&B Comunicação Ltda; **Requerimento nº 448/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita a apuração pela Polícia Federal sobre quem e com qual finalidade,

utilizou o nome e o documento de Jonas Pinho, falecido em 31.12.99, sacando cheque da empresa SMP&B, no valor de R\$ 152.653,00 em 16.07.03, na agência do Banco Rural – Belo Horizonte – MG; **Requerimento nº 477/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, em que solicitam cópia do despacho da meritíssima senhora Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa; **Requerimento nº 508/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, em que solicitam que seja requisitado ao Presidente da Câmara dos Deputados, em 24h, a relação desde 1º de fevereiro, dos servidores que prestam serviços diretamente aos senhores Deputados, membros titulares e suplentes desta CPMI; **Requerimento nº 509/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, em que solicitam que seja efetuada busca e apreensão das fitas do circuito interno de TV do Banco Rural – Brasília, desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 513A/2005**, de autoria do Senador Wirlande da Luz, em que solicita que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a ausência nos dias 14 e 19 de julho; **Requerimento nº 536/2005**, de autoria do Senador Sibá Machado, em que solicita cópia dos depoimentos prestados à Polícia Civil de Minas Gerais e à Polícia Federal; **Requerimento nº 540/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, em que solicitam a relação, no período de 1º de fevereiro de 2003 até a presente data, dos servidores que prestam serviço diretamente aos Senhores Deputados, membros titulares e suplentes desta CPMI; **Requerimento nº 542/2005**, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, em que solicita a emissão de certidão autenticada pela CPMI, informando se existe lista que contenha o seu nome. Ato contínuo, a Presidência comunica que um assessor de cada partido poderá auxiliar os Parlamentares na análise dos documentos que compõem o acervo da CPMI e informa a seguinte agenda: terça-feira, dia 2.08.2005, reunião administrativa; e quarta-feira, dia 3.08.2005, oitiva da senhora Simone Reis Lobo de Vasconcelos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, para investigar

as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta destina-se à realização de reunião administrativa.

Consulto sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Portanto, temos naturalmente alguns requerimentos para apreciar, bem como documentos que estão chegando que teremos que dar conhecimento a todos os senhores, Deputados e Senadores.

Pela ordem o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Depois se-rei eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Depois, o Senador Sibá e o Deputado Alberto Fraga.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na última reunião deliberativa nossa, quando foram apreciadas as propostas e os requerimentos, nós fizemos uma proposta de ouvirmos o Sr. Marcos Valério numa reunião fechada e que, se a palavra dele, não satisfizesse esta Comissão, se chamasse, então, a sua mulher, Renilda, e a sua secretária, Simone. Prevíamos que perderíamos uma ótima oportunidade de esclarecer muitos fatos.

Ontem ficou provado perante esta Comissão que, no depoimento da Sr^a Renilda, o que se trouxe de novo para nós, que é importante, sem dúvida, não é de desprezar, é a participação do Deputado José Dirceu no conhecimento dos processos de financiamento que o Sr. Marcos Valério fazia por intermédio das suas empresas ao Partido dos Trabalhadores.

Mas vejamos o seguinte: nós temos visto que a condução dos trabalhos aqui tem sido muito prudente, com muita tranqüilidade, tanto pelo Presidente Delcídio, como o Presidente Maguito, como pelo Relator, mas percebemos aqui questões de disputas entre Situação e Oposição, o que tem atrapalhado a Comissão e o andamento dos trabalhos e, às vezes, começamos a fugir do caminho desta CPMI.

Então, eu vejo, por exemplo, que a denúncia é a respeito dos Correios, aí apareceram as agências de publicidade, e foi aqui descoberto, por aquele depoimento que fizemos aqui, o caminho que o Sr. Marcos Valério usa para fazer essa movimentação financeira para agenciar campanhas e tudo o mais.

Mas nós estamos vendo que estamos correndo o risco de desviar a CPMI do seu objetivo maior, que é descobrir realmente de onde veio esse dinheiro todo, esse caixa 2, para onde foram esses recursos não-identificados e esses saques de dinheiro. Ficamos preocu-

pados porque tivemos informações de que o Superior Tribunal de Justiça recebeu uma documentação em que apresentava lá claramente o destino, inclusive que poderia ajudar e muito a questão do “mensalão”.

Chega a nós até agora informações de que não existe essa lista mais. Isso aí é preocupante, principalmente em se tratando do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Supremo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Supremo Tribunal de Justiça.

É claro que tem a sua função de decisão, de investigação e tudo o mais, mas, perante uma CPMI desta, acho que já deveria ter enviado à CPMI as informações que tem em mãos, porque nós precisamos delas.

Precisamos, Sr. Presidente, realmente de esclarecer a opinião pública e nós mesmos. Somos os mais interessados, nós, os Parlamentares, porque senão vai cair única e exclusivamente em cima do Congresso Nacional toda essa questão de corrupção que está pairando no ar. É isso o que queremos evitar. Devemos descobrir claramente as coisas que estão acontecendo aqui e não poupar ninguém.

Vejo, por exemplo, agora, que a bola da vez é o Eduardo Azeredo. Mas, aqui, em momento algum, se tratou de corrupção do Governo Lula. Está-se tratando da corrupção dos Correios, do Sr. Delúbio, do Sr. José Dirceu e se preserva a figura do Presidente. Agora, quando venho de Minas Gerais, estão falando do Governador Eduardo Azeredo.

Então, precisamos ter equilíbrio, tanto a Situação quanto a Oposição, para investigar as questões corretamente, sem a paixão política, sem o ardor político de uma parte ou de outra.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Informo que, na realidade, esta CPMI foi destinada a apurar essas questões dos Correios, mas ela atingiu as empresas de publicidade, que me parece têm ramificações também nos Estados. Acho que uma coisa tem a ver com outra, sim; acho que o povo brasileiro quer saber onde o dinheiro dele está sumindo, porque não há dinheiro para as estradas, não há para a saúde, não há para a educação. Então, é importante que o povo brasileiro saiba. Acho que temos que pesquisar tudo, averiguar tudo, doa em quem doer. Onde houver corrupção, acho que deve ser apurado, se houver ligação, naturalmente, com o fato que estamos apurando.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Sibá Machado. Posteriormente, aos Deputados Alberto Fraga e Fernando Gabeira e à Senadora Heloísa Helena.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, não sou membro da Comissão. Eu a acompanho só com a minha caderneta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas concederei a palavra a V. Ex^a com muita satisfação, com muita honra.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saber se é pensável a idéia de esta reunião transcorrer da maneira anterior, em que nós...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A reunião é administrativa e vai cumprir o...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um instante. O que quero dizer com isso? Da vez anterior, ela foi reservada em um momento e, em seguida, aberta. Eu queria saber se é possível trabalharmos da mesma maneira. Trabalharíamos aqui por um período, esgotando todas as nossas preocupações, mas internamente, e, em seguida, fechando ou não qualquer posicionamento coletivo, a reunião seria reaberta.

Essa é a primeira consideração que solicito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não desviaremos um milímetro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A outra é a respeito... Eu ia fazer uma questão de ordem ontem e acabei por não fazê-la, porque fiquei praticamente contemplado com a palavra do nosso Presidente Delcídio Amaral, mas quero reiterar a angústia que tenho.

Sr. Presidente, esta é a quinta CPI na qual atuo nesta Casa. A quinta! Nesta quinta CPI, alguns problemas de vícios têm se reproduzido. Problemas ambíguos como o da CPI do Banestado, a situação da CPMI da Terra e outras tantas. Agora, participo também da dos Bingos, da CPMI dos Correios, da CPI do Mensalão. Então, são cinco CPIs.

O que estou aprendendo com isso tudo, Sr. Presidente? Estou aprendendo que, acima da investigação, prevalece, no meu entendimento, o problema de quem tem as notícias e as informações mais quentes e mais precisas, que se transformam em manchetes de jornais no dia seguinte.

Quero reiterar a preocupação que já foi dita ontem: isso vem contribuir, no meu entendimento, para que algumas pessoas – que, porventura, venham a ser sancionadas e apenas judicialmente, como fruto do trabalho desta Comissão – possam até se eximir, lá na frente. Se for considerado que houve uso indevido de

informações, essas pessoas serão inocentadas. Esse é um risco muito grande.

Todos temos a compreensão do tamanho desse problema. Isso é do conhecimento público e não há, absolutamente, qualquer interesse, no meu entendimento, em se fazer qualquer tipo de operação de desvio de rumo, mas não nos podemos sobrepor a isso, colocando uma pauta para a nossa Comissão baseada apenas nas manchetes dos jornais. O que quero dizer com isso? Quanto à votação de requerimentos que vamos fazer aqui, peço encarecidamente a esta Comissão que, em primeiro lugar, analise a linha do pensamento do nosso Relator – o que ele acha condizente para que possamos, em curto espaço de tempo, encontrar a solução desses problemas – e, num segundo momento, aquilo que viermos a complementar.

Terceiro, Sr. Presidente, para encerrar, são três as Comissões e, de certa forma, elas estão na órbita de um único problema. Eu compreendo dessa maneira: as CPMLs do mensalão e dos bingos devem-se encontrar e tentar organizar uma pauta mais coletiva – não sei se, juridicamente, isso é cabível -, até mesmo para socializar informações já disponíveis para esta Comissão e para avançarem em outras direções, usando algumas oitivas que já foram feitas. O que é ouvido numa não precisa ser ouvido em outra, porque as perguntas, provavelmente, serão as mesmas.

Nesse sentido eu pediria a V. Ex^a a consideração para uma questão de ordem não citada, ainda, regimentalmente e para que pudéssemos tirar como uma orientação dos trabalhos desta Comissão esse encontro, que considero inevitável e proveitoso para o bom andamento dessas três CPMLs. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Naturalmente, a reunião vai ter o seu curso normal. Estamos aguardando o Presidente, que avalia algumas ponderações que foram feitas. Dentro de poucos minutos ele estará aqui e a reunião terá o seu curso normal.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Fraga.

Em seguida, Fernando Gabeira. Quero seguir a ordem.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, aguardo o Deputado Fernando Gabeira, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Parabenizo V. Ex^a pela gentileza.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É sempre bom ouvir o Deputado Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, tenho acompanhado esta Comissão num canto, com a minha caderneta, tomando notas, inclusive até evitando que as pessoas me vejam participando, porque aqui estou apenas como observador. No entanto, ao terminar a reunião de ontem, achei que era razoável vir aqui fazer uma pequena reclamação.

Vejo esta Comissão como autoridades brasileiras tentando desvendar um processo de desvio de dinheiro público e de corrupção. Vejo que estamos lutando, nesse processo, contra uma concepção de que os fins justificam os meios. Portanto, ao fazermos o nosso processo de apuração dos fatos, de uma forma democrática, temos que nos distinguir das sociedades autoritárias.

Na China, durante a Revolução Cultural, houve um processo muito negativo de estigmatização das pessoas acusadas. Algumas delas eram colocadas com cartazes no meio da rua, mostradas à população, humilhadas.

Isso, depois, passou para Cuba também. Cuba assimilou esse processo por meio de umas chamadas reuniões de repulsa, produzidas pelo Ministério do Interior. Nessas reuniões de repulsa, para que V. Ex^a tenha uma idéia, um cientista, uma vez, que ficava até meia-noite, com a mulher, conversando, foi considerado burguês e tinha que usar um cartaz dizendo que era um cão burguês.

Evidentemente, estamos muito longe disso, mas considero que estamos diante de um processo novo, que não existia na China e que não existe em Cuba, que é uma audiência pública vista pela maioria esmagadora das pessoas que têm acesso à TV à cabo – praticamente, uma audiência pública como nunca foi vista no Brasil em termos de audiência.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, que houvesse, da parte da direção da Comissão, uma orientação no sentido de que não se fizessem julgamentos morais da pessoa presente. Considero razoável que interroguemos e que sejam apontadas as contradições, mas fazer uma lição de moral diante da população, no meu entender, equivale ao sistema das sociedades totalitárias. E deveríamos, nesse processo, mostrar que a nossa perspectiva é de apurar a corrupção, mas é também uma perspectiva de afirmar que os fins não justificam os meios. Acredito que seja possível mudar o tom. O que é preciso para isso? Mais trabalho, mais busca dos dados, mostrar por meio dos fatos que há contradições; mas, nunca julgamentos morais ou preleções que servem para mostrar uma falsa superioridade:

olha como você é corrupto, olha como sou honesto. Não é isso o que o povo está querendo. O que precisamos realmente é de uma avaliação em que o Brasil amadureça democraticamente, amadureça não só no trato com o dinheiro público, mas no trato também entre as pessoas. Porque isso também é um processo de amadurecimento democrático.

Como sou um espectador da e um fã da Comissão, resolvi trazer essa reclamação para que ela considere essa possibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Extremamente procedente. Cumprimento V. Ex^a. Eu também já tinha deparado com esse problema. Penso que precisamos revisar certos conceitos e até posicionamentos nesta Comissão. Acato a sugestão de V. Ex^a. As observações são perfeitas. Quero também compartilhar com o Relator e com o Presidente Delcídio Amaral essa situação que é preocupante e sobre a qual V. Ex^a está coberto de razão. Parabéns pela intervenção.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga; posteriormente, Senador Heloísa Helena e Deputado Jamil Murad.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, ontem, preocupado com a notícia veiculada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, onde o Sr. Henrique Pizzolato faz algumas denúncias graves, após algumas sondagens percebe-se que está em andamento ou foi feito um contrato milionário, no meu modo de ver, um contrato espúrio, envolvendo os fundos de pensão, onde compra do Citigroup ações da Brasil Telecom, que, hoje, no mercado, custa R\$26,00 cada ação. Esse grupo comprou as ações, ou seja, os fundos de pensão, orientados pelo Sr. Gushiken, compram as ações da Brasil Telecom a um preço de R\$89,00, ou seja um superfaturamento.

Em virtude disso, Sr. Presidente, ontem, ingressei com um pedido de medida cautelar ao TCU, solicitando que fosse cancelado esse contrato, já que o Conselho Deliberativo dos Fundos de Pensão não teve conhecimento da maneira como foi feito esse acordo. É uma coisa absurda! Acredito, Sr. Presidente, que será o escândalo da semana. Não tenho dúvida disso. Até mesmo porque ninguém compraria ações tão superfaturadas tendo prejuízo. Ações que valeriam, Senadora Heloísa Helena, em torno de R\$212 milhões, está superfaturada em mais de R\$1 bilhão. Sinceramente, não sei o que está por trás disso. Encaminhada ao TCU, essa cautelar foi enviada ontem ao Presidente do Congresso para que tomasse ciência dessa irregularidade flagrantemente lesiva aos cofres públicos.

Sr. Presidente, é verdade que a nossa é a CPMI dos Correios, mas como estamos num momento de tantas denúncias não sei se seria o caso de esta Comissão não levar em consideração os fatos gravíssimos que estão relatados aqui. Encaminharei essa petição e evidentemente o documento do Presidente do TCU dizendo da desconfiança desse contrato. Mas, infelizmente, só quem pode pedir a suspensão desse contrato é o Congresso Nacional. E o TCU orienta esta Casa que faça esse pedido, até que o mesmo seja investigado com maior profundidade.

Então, Sr. Presidente, queria encaminhar ao Sr. Relator, que infelizmente anda muito atarefado, para que ele peça a um dos assessores, porque o assunto aqui é muito grave. Inclusive, houve a denúncia, foi repercutida pelo Sr. Sérgio Rosa, onde ele admite esse negócio. Como é que se compra uma ação de 26 reais por 89 reais e com a perspectiva de vender daqui a dois anos pelos mesmos 89 reais? Sr. Presidente, isso é lesivo aos cofres públicos e, mais importante, estão desestatizando a Brasil Telecom, porque, se o Citigroup sai desse processo, a Brasil Telecom volta para os fundos de pensão, fica com os fundos de pensão e, no meu modo de ver, é dinheiro público.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, vou encaminhar ao nobre Relator para que atente para esse detalhe e aja no sentido que nos permita tomar alguma providência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a contribuição de V. Ex^a. Assim que V. Ex^a encaminhar, o Relator e a Comissão irão opinar sobre a reivindicação de V. Ex^a.

Com a palavra a ilustre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Maguito, em primeiro lugar gostaria de saber de V. Ex^a se está havendo alguma reunião paralela para tratar dos assuntos que seriam votados nesta CPMI. Se não está havendo, apelo a V. Ex^a que inicie os trabalhos. Mais uma vez: o Relator já se encontra presente.

Sei que V. Ex^a sempre defendeu que as reuniões fossem abertas. Sabe V. Ex^a como funciona a reunião secreta: é a maior confusão e, depois, a confusão se estende à reunião aberta do mesmo jeito. Então, não adianta. Até por economia processual, que façamos uma única reunião. Quem quiser expor suas posições que o faça aqui abertamente.

Há vários requerimentos que eu gostaria que fossem votados. Estava conversando com o Deputado Osmar. Ele selecionou alguns requerimentos que, certamente, são provocaram polêmica, os chamados insossos. É evidente que os salgados devem

entrar também, os apimentados. São muitos requerimentos. Já conversei com o Deputado Osmar, e ele me disse que por ele não tem problema que se ponha em votação. Gostaria que fossem votados os meus requerimentos.

O Deputado Fraga falava aqui sobre a questão dos fundos de pensão. Já fiz um requerimento para que possam ser disponibilizadas todas as aplicações financeiras dos fundos de pensão. Se quiserem que se faça isso em relação aos últimos dez anos, vinte anos, não tem problema, está tudo muito bem, desde que sejam votados os requerimentos.

Há os requerimentos relacionados às empresas públicas ou privadas, que estão diretamente vinculados àquelas notas fiscais que o Ministério Público de Minas, estadual, e a Polícia Civil de Minas nos encaminharam, que são as notas frias ou quentes que estavam, parte delas, sendo queimadas na casa do irmão do contador do Sr. Marcos Valério. É essencial que possamos oficiar às empresas públicas ou privadas, supostamente contratantes do serviço de publicidade das empresas do Sr. Marcos Valério. Depois, precisamos aprovar o requerimento que apresentei, que trata dos chamados mapas de mídia, porque, supostamente – a empresa tem notas frias, claro –, a empresa do Sr. Marcos Valério foi contratada por uma empresa pública – a Eletronorte ou o Banco do Brasil ou a Telemig ou qualquer outra. Esse serviço foi contratado. Se existem as duas notas fiscais, se existe a segunda via da nota fiscal na Eletronorte, nos Correios, no Banco do Brasil, ou na Usiminas, onde quer que seja, supostamente o serviço teria sido prestado.

É essencial também que se tenha o mapa de mídia para ver se o serviço contratado foi realmente executado, porque às vezes se contratam vinte sessões, o contratante e o contratado trocam notas fiscais supostamente concretizando isso e, em vez de fazer vinte sessões, fazem dez e o dinheiro das outras dez se partilha na vigarice política e econômica. Então, é essencial que votemos esses requerimentos.

Já disse várias vezes, e todos aqui sabem disso, que há muitos tentáculos na complexidade entre guerra de gangues partidárias e empresários apaniguados da estrutura do poder, se do Governo passado ou do atual, não nos interessa: o importante é fiscalizar isso tudo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Estou encerrando, Presidente Maguito Vilela.

Até agora, só o Sr. Marcos Valério foi devidamente investigado. Há outros contratos gigantescos na área de tecnologia, na área operacional, como a rede postal aéreo noturna, personalidades que deram 800 mil na campanha presidencial e ganharam contrato de 100 milhões. É essencial que isso seja feito, se vai ser por

meio de sub-relatoria ou por outra forma, essa é uma decisão que pode ser tomada de forma compartilhada. É essencial que isso seja feito, e, do mesmo jeito, que sejam disponibilizadas – sei que o Deputado Osmar quer isso e já tentou consegui-lo, assim como o Presidente Delcídio e o Presidente Maguito – cópias das atas das reuniões de diretorias dos Correios, que não chegaram ao Congresso ainda. Não chegaram ainda também todas as auditorias que foram feitas nas empresas públicas. Isso é essencial porque havia muitas auditorias, Senador Maguito, que já tinham sido feitas, no Banco do Brasil ou nos Correios, etc., que já davam conta da fraude nos processos licitatórios, mas nada foi feito para obstaculizar a continuidade do processo fraudulento. Nem isto é disponibilizado para a CPMI: desde uma nota jurídica em que o departamento jurídico dizia “Não” ao contrato, até uma auditoria interna feita, que já dizia “Não” ao contrato, ou aos aditivos, ou aos editais de licitação. Não estamos tendo acesso aos documentos.

Apelo a V. Ex^{as} para que nos seja informado também se a documentação entregue pela Justiça Federal de Minas Gerais ao Supremo já foi disponibilizada ou quando o será, para que os Parlamentares tenham acesso a ela para dar continuidade às investigações de forma serena e conseqüente e absolutamente associada ao rigor implacável, como tem de ser. Se houve fraude e corrupção no Governo Fernando Henrique, se houve fraude e corrupção no Governo Lula, temos obrigação de dar toda a nossa capacidade de trabalho para investigar.

Sei que V. Ex^a nunca compartilhou isso e sempre brigava no plenário, mas, infelizmente, criou-se uma cultura maldita no Congresso Nacional – às vezes até aceita por alguns meios de comunicação e pela sociedade – com essa história de que os Parlamentares trabalham somente dois dias por semana e que ainda ficam mortos de cansaço – cansados, todos nós estamos; mais cansado está o povo brasileiro com tanta coisa. Como se criou a lógica de trabalhar só às terças e quartas, dizem “Não, não pode haver depoimento porque se tem que analisar documentos.” Analisem às segundas, quintas e sextas. Agora, infelizmente, essa cultura maldita, criada, consolidada e legitimada, inclusive, por muitos, acaba criando obstáculos ao nosso trabalho.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^{as} para que seja cobrado... Sei que está sendo cobrado pelo Senador Maguito, pelo Senador Delcídio, pelo Deputado Osmar, mas, infelizmente, temos que ser quase repetitivos, porque, quem quer trabalhar a sério tem que apelar diversas vezes para que os documentos sejam disponibilizados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, permita-me apenas dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– As atas das diretorias já estão disponibilizadas; elas já se encontram na CPMI.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Todas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Todas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, é essencial também, Presidente Maguito e Deputado Osmar, que, como se tratam de requerimentos, os funcionários – e é por isso que nos tornamos repetitivos – não têm obrigação de ficarem comunicando a todo parlamentar... Como os dados “mais interessantes” acabam sendo os relacionados ao tal do sigilo bancário – porque os outros não chegaram ainda –, quando queremos informações sobre os documentos, aqueles acabam sendo de pronto apresentados, por serem os que de fato despertam mais interesse. Os outros, que objetivamente deveriam despertar o mesmo interesse, e são trabalhos muito maiores, sugiro que sejam também comunicados aos Parlamentares. Se pudesse também haver uma comunicação diariamente, Deputado Osmar e Senador Maguito, da CPMI, ou seja, se, todos os dias, a CPMI... Sei que é muito trabalho, muito detalhe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Senadora, só para esclarecer.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aqueles mapas demonstrativos espelham a documentação que chegou aqui. E todos os dias eles são emitidos. Então, existe hoje, permanentemente, a informação mapeada de todo o material que recebemos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas para os Parlamentares não chegou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ela está disponibilizada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, mas tem que ser encaminhada a todos os Parlamentares por *e-mail*, a coisa mais fácil do mundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É aquele mapa que tem dados sigilosos recebidos e não sigilosos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E não sigilosos. Exatamente isso. Isso, então, tem que ser disponibilizado todos os dias a todos os Parlamentares, suplentes ou titulares.

Esse é o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem inteira razão. Creio que temos que trabalhar com a maior seriedade, com a maior velocidade possível. O povo quer o resultado dos nossos trabalhos. Temos que dar velocidade a esta Comissão e precisamos estar mais atentos, inclusive, ao trabalho. Eu, por mim, trabalharia sábado, domingo, segunda, terça... Eu não teria problema nenhum. Creio que é nossa obrigação. Aliás, venho lutando há muito tempo com isso.

Na Assembléia Legislativa de Goiás, o recesso era de cinco meses. Entrei com projetos e reduzi para três meses; depois, para dois meses. Entendo que a Câmara e o Senado deveriam ter recesso, no máximo, de um mês, como todo trabalhador. Isso é o lógico, o sensato, até para que a União, os Estados e os Municípios não fiquem gastando dinheiro com convocações. Vejo agora, no meu Estado, Prefeituras convocando e pagando um absurdo de dinheiro que deveria estar sendo destinado à saúde, à segurança, à educação, e não ao pagamento de convocações! Isso é o maior absurdo do mundo.

Penso que temos que corrigir essas coisas. E é bom que se dê transparência e que o povo saiba como as coisas acontecem, até para ajudar a pressionar. A sociedade precisa ajudar a pressionar.

Lembro que, quando surgiu a primeira dúvida com relação ao meu Governo, depois que eu tinha saído do Governo, a primeira coisa que fiz foi pedir à Assembléia, a todos os Partidos, que instalassem uma CPI e que apurassem rigorosamente. Creio que todo político tem que ser extremamente transparente. Eu exigi que se instalasse uma CPI para investigar a venda de Cachoeira Dourada, em Goiás. E ela foi instalada. E tiraram o meu Partido da CPI, inclusive. Tiraram! Só a Oposição fiscalizou. Mas eu fiz questão que fizessem isso para dar transparência e visibilidade a tudo. Entendo que político não tem nada a esconder e não tem nada que esconder nada de ninguém também.

Com a palavra o ilustre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, Maguito Vilela, Sr. Relator, Deputado Osmar, fico lembrando aqueles debates na instalação da CPMI, em que alguns Parlamentares, seja Senador ou Deputado, procuraram carimbar a CPMI de “chapa branca”. E eu queria saber se o telespectador pensa isso depois de tantos resultados já conseguidos.

Logicamente, numa análise fria, tranqüila, a população brasileira pode ter orgulho do trabalho que estamos realizando, porque tem sido um trabalho intensivo, compromissado com o interesse e o anseio da sociedade de se esclarecer tudo, passando a limpo o exercício do poder público no Brasil. Não podemos

pactuar com erros. Se o cidadão paga quando comete erros, por que os que exercem o poder, os poderosos, não devem pagar também quando cometem erros? Eles devem pagar, precisam pagar também. E esse é o anseio da sociedade.

A CPMI tem esse aspecto investigativo, mas as pessoas defendem opiniões. Os principais Partidos estão aqui representados. E eles têm propostas diferentes para o Brasil. Eu, como Deputado membro da CPMI, sendo do PCdoB, estou na trincheira da mudança. Não é de hoje: há 83 anos o meu Partido está nessa trincheira. E eu, desde 1968, pertenço ao meu Partido e estou nessa trincheira da mudança. Casualmente, hoje sou Deputado.

E, olhando assim, vejo que temos obtido progresso. O Supremo Tribunal Federal determinou a quebra do sigilo das empresas do Sr. Marcos Valério não só nos últimos cinco anos, mas a partir de 98, porque surgiram fatos importantes, já noticiados pela mídia, de que o ex-governador Eduardo Azeredo trabalhava com Marcos Valério; e o Marcos Valério chegou a propor um esquema semelhante ao que ele acabou propondo e fazendo aqui com o Delúbio. Então, não é a primeira vez que esse esquema ocorreu, nem está nascendo; não foi inventado agora pelo Marcos Valério e pelo Delúbio, mas vem desde 1998, pelo menos. E tendo o Supremo Tribunal Federal determinado a abertura do sigilo, vamos verificar o que aconteceu. Aliás, já há provas de que Parlamentares daquela época receberam contribuição da empresa do Marcos Valério, que estava em torno da campanha do hoje Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo.

Nesse sentido, não acho que o ex-Presidente Fernando Henrique ajude a sociedade brasileira a atingir os seus objetivos quando fala: “Não podemos perder o foco”. Qual é o foco? Foco é esse esquema montado pelo Marcos Valério, pelas suas empresas. Então, quando vamos lá investigar, em 1998, não significa que estamos perdendo o foco, mesmo porque já investigamos bastante sobre 2003 e 2004 também.

Terminando, Sr. Presidente, o próprio presidente do PSDB fala: “Esse caso meu é diferente do outro”. Nós é que vamos julgar, a sociedade é que vai julgar, a Justiça é que vai julgar; não é ele quem fala que é diferente. Portanto, vê-se que são trincheiras diferentes, porque eles querem desautorizar esse Governo e discutir se a eleição será antecipada, se haverá *impeachment*, se será encurtado o caminho do Presidente Lula, para que eles voltem ao poder.

Queria até protestar e fazer uma reclamação: quando o Deputado Gabeira fala da China e de Cuba, S. Ex^a poderia também voltar-se mais para o nosso País e para a nossa América. Por exemplo, existe um

presídio chamado Guantánamo, onde não se tem direito a defesa, não se tem direito a advogado, e as pessoas são torturadas. A Justiça americana já detectou que o governo americano tem prisioneiros lá que são torturados. Mas não vemos o Deputado Gabeira manifestar-se sobre isso. S. Ex^a só quer demarcar com a esquerda, citando Cuba, citando a China, não é mesmo?

Agora, queríamos, neste momento, dizer que, aqui, nada vai passar despercebido. Conclamo os patriotas que gostam do Brasil, as pessoas progressistas, os intelectuais, os trabalhadores e a juventude a se unirem em torno dessa proposta de mudança. Precisamos defender o mandato do Presidente Lula, porque 52 milhões de brasileiros lhe deram esse mandato. E não é um ou outro cacique político que vai cassá-lo.

Segundo, temos de nos mobilizar, temos de ir à luta, temos de resistir contra essa ofensiva da direita, essa ofensiva conservadora, e unir os democratas, os patriotas, os setores progressistas, a intelectualidade, que hoje está dispersa. Nós temos que unir para levar adiante o projeto que levou o povo às “Diretas Já”, nas ruas, em que estavam incluídas as forças políticas, e as forças políticas, hoje, muitas delas dispersas, muitas delas colocando, às vezes, água no moinho dos conservadores que não queriam as diretas, que não queriam eleição direta no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Deputado, por favor, conclua. O seu tempo regimental já se esgotou.

O SR. O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eu quero condenar essas forças. Eu acho que elas estão desorientadas. Mas precisamos unir patriotas, democratas, progressistas para fazermos as mudanças pelo desenvolvimento, para criar emprego, para fazer investimento no Brasil, para o País se desenvolver e deslanchar a favor do povo. É isto que o povo está esperando. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}. e Srs. Senadores e Deputados, quero indagar se já chegaram até nós todos os documentos que estavam no Supremo – se já vieram até nós?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator para responder a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me concluir a pergunta – é porque, além da pergunta, uma sugestão: se não chegaram ou se vão demorar a chegar, por que a própria CPMI não cria uma comissão para ir buscar, na origem, as cópias que nos inte-

ressam? Entendemos as dificuldades, sabemos que a burocracia reina em todo o canto e que com isto se dificulta. Mas é tanta atenção e é tão importante para nós essa documentação que poderíamos criar dois grupos – um iria ao Rural e o outro iria ao outro Banco e pegava essa documentação **in loco**.

Então, esta é a minha indagação. Senão fica a sugestão para que resolvamos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Relator, para responder.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, o Presidente não está aqui neste momento e, talvez, já esteja até recebendo. Mas vou relatar mais ou menos os fatos.

Estivemos com o Presidente do Supremo, Ministro Nelson Jobim, que nos disse que ontem à tarde – tivemos a reunião com ele na quinta ou na sexta-feira passada e ele nos garantiu que na terça-feira – portanto, ontem – ou, no mais tardar, hoje, ele nos encaminharia. Eu tenho para mim – o Presidente não está aqui – que se ele não recebeu, está para receber, agora, pela manhã. Agora, quanto à possibilidade de buscarmos na origem, a origem, hoje, é exatamente o Supremo porque esse material foi colhido pela Justiça Federal, na Quarta Vara, em Belo Horizonte e eles não dispõem mais porque, em virtude da competência, eles trouxeram todo o processo e está no Supremo onde estamos buscando as informações. Mas eu tenho para mim, Senador Ney Suassuna, que, com certeza, até o meio dia, teremos essa documentação em mãos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Relator – perdoe-me, Sr. Presidente –, mais uma sugestão: sempre que se recebe uma documentação, para se ter certeza de que esta completa e tudo o mais, penso que poderíamos fazer um *feedback*, uma ida à origem e conferirmos para ver se aquilo conferia ou se demandaram algumas coisas. Porque a situação parece tão enrolada e o imbróglio envolve tantas vezes os interesses dos próprios agentes bancários que talvez fosse bom uma comitiva nossa ir lá e conferir se está tudo **ipsis litteris** ou se algumas coisas não estão batendo com o figurino.

Penso então que, mesmo nessa situação de recebermos, não estaria descartada a ida de um grupo da CPMI à origem para fazer esta conferência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza é uma providência inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acataremos a sugestão de V. Ex^a.

Passarei ao Presidente e ao Relator como uma sugestão extremamente válida.

Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PSDB – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero tratar da situação dos documentos do Banco Rural. O que, ontem, acabou sendo veiculado pela imprensa e o que acompanhamos do trabalho realizado pelos assessores da CPMI penso que é bastante grave. Portanto, precisaríamos saber qual é a providência, porque há uma informação de que, hoje, seria realizada uma reunião com os representantes do Banco Rural para que possamos ter a complementação dos documentos.

Mas eu quero relatar um pouco, até para que as pessoas possam entender, enquanto aguardamos a chegada do Presidente para ver que encaminhamento vamos dar, qual é a gravidade contida no que desconfiamos que possa ter acontecido e que foi inclusive levantado pelos próprios funcionários que estão trabalhando na CPMI, na Secretaria da CPMI.

A primeira constatação é a de que os documentos do Banco Rural, que vieram em muitas caixas, tinha uma caixa muito bem organizadinha, em que estavam selecionados os documentos não só dos cheques mas também de quem sacou, tudo já organizado, inclusive separado por quem tinha feito os saques relativos a 2003, 2004 e 2005. E foi exatamente desta primeira caixa que veio muito bem organizadinha que acabaram sendo divulgados os nomes das pessoas que tinham sacado, que inclusive deu margem a várias interpretações equivocadas, inclusive com homônimos, trazendo um monte de prejuízos inclusive à imagem de várias pessoas pela forma como foi feita a divulgação.

Bom, quando a assessoria da CPMI começou a abrir as outras caixas, começou a descobrir que havia muitos documentos que tinham sido desgrampeados, ou seja, aquela seqüência que tinha a cópia do cheque, o documento bancário, o fax autorizando qual era a pessoa que poderia fazer o saque na boca do caixa e o documento de identidade da pessoa que tinha sacado, que isso tinha sido desgrampeado de forma visível e tão grosseira de tal forma que inclusive os burocráticos do clipe arrancado ficaram no documento. E não tiveram sequer o cuidado de tirar xerox. E aí a assessoria fez o levantamento de que havia cheques vultosos, cheques de 800 mil, 500 mil, 400 mil, 300 mil de tal forma, inclusive, que os assessores fizeram uma pequena amostragem desses cheques maiores vindo desde 2000 até 2005, num total de aproximadamente R\$11 milhões só de cheques grandes, só de cheques graúdos. E pilhas e pilhas de cheques menores que sequer foram contabilizados. Portanto, o montante de R\$11 milhões pode ser ultrapassado em algumas vezes se for contabilizado tudo. E, nesses R\$11 milhões, ficaram assim identificados, inclusive, valores relativos – eu tenho aqui uma totalização desses cheques

maiores – no ano de 2000, de R\$1,4 milhão aproximadamente; no ano de 2001, quase R\$5 milhões: R\$4,9 milhões; no ano de 2002, R\$1,7 milhão; no ano de 2003, R\$3,220 milhões, e no ano de 2004, R\$471 mil. Portanto, são valores significativos, que dão margem a uma interpretação de que esses documentos, ao terem saído do Banco Rural, sofreram um processo de triagem. Ou seja, direcionando inclusive aquilo que a CPMI teria num primeiro momento condição de divulgar e depois nós teríamos que fazer um profundo trabalho pra tentar descobrir...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a reforça o meu pedido, para que a gente vá **in loco** depois de fazer a conferência do que saiu e do que chegou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Exatamente. Então, só pra ter clareza de que nós podemos ter sofrido, sim, um processo de direcionamento das nossas investigações para um determinado período, para um determinado tipo de pessoa que tenha feito o saque, acobertando outros períodos e outras personalidades.

Então, por isso que essa questão do Banco Rural é de muita gravidade pelos indícios fortíssimos de direcionamento da documentação que chegou. Então, eu tenho o entendimento de que se a reunião com a direção do Banco Rural não for satisfatória, não for adequada no sentido de podermos sanar essa deficiência na documentação, que aí, sim, nós deveríamos tomar a providência que o Senador Ney Suassuna está propondo, de pegarmos **in loco** os documentos originais e fazermos a conferência.

Agora, estou cruzando essa informação com outra que também me causou um pouco de preocupação. Uma boa parcela desses documentos, Sr. Presidente, foi apreendida pela Polícia em Minas Gerais e encaminhada. Há, inclusive, aqueles documentos que foram pegos na casa do policial aposentado e que estavam sendo queimados e outros que foram apreendidos em Brumadinho. E liguei o fato, ontem, de a Sr^a Renilda ter dito que a residência dela é em Brumadinho. Então, podemos ter documentos complementares do Banco Rural, das empresas, relativos a isso, que foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal. E a Procuradoria-Geral da República recomendou a abertura do inquérito, que foi acatada pelo Ministro Nelson Jobim, pelo Presidente.

Então, precisaríamos também ter rapidamente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– É impossível permanecer desse jeito. É quase impossível. Vou pedir a colaboração da imprensa, dos assessores, de todos. A Senadora está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Só para complementar, segundo notícias que saíram ontem, o Supremo já recebeu dados sobre as empresas de Valério do Juiz Jorge Gustavo de Macedo Costa, da 4ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte, que determinou, no início deste mês, a quebra de sigilo fiscal e bancário das agências de propaganda SMP&B e DNA e o sigilo fiscal dos sócios dessas empresas, para investigar suspeita de lavagem de dinheiro.

Então, estamos com várias investigações abertas, não só aqui na CPMI, como também no Supremo; há coisas em andamento em Minas, e uma parte já foi remetida ao Supremo. Precisamos ter, Sr. Presidente – agilidade no sentido de conectar, de interligar todas essas investigações em andamento, para termos o melhor resultado possível.

Faço essas ponderações, para que tenhamos eficácia em nosso trabalho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Consulto ao Plenário... Vou suspender a reunião por cinco minutos.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 11 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou retomar a nossa reunião de hoje. Acho que o Senador Maguito já fez as devidas apresentações.

Com as bênçãos de Deus, vamos iniciar mais uma reunião da CPMI dos Correios.

Primeiro, gostaria de comunicar a V. Ex^{as} que recebemos do Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, a documentação apreendida em Belo Horizonte. Essa documentação foi recebida agora pela manhã e estará disponibilizada nos escritórios da CPMI dos Correios. São muitos volumes e estão disponibilizados na CPMI dos Correios.

O segundo ponto é que todos têm acompanhado a atenção com que o País inteiro vê pela televisão, ouve pelo rádio, e a própria imprensa, como toda a população, tem acompanhado os trabalhos desta CPMI. Portanto, isso nos leva a ter uma responsabilidade ainda maior principalmente no trato das informações que transitam nesta CPMI. Trabalhamos com dados sigilosos, com dados confidenciais – outros não o são –, mas precisamos ter muito zelo no que se refere a essa documentação, porque, até pelas preocupações

e pelo momento de tensão que vivemos, o mercado tem oscilado em função de posicionamentos da própria CPMI ou de supostos documentos que teriam chegado à Comissão.

Conversei com vários Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, sobre a necessidade de criarmos rotinas claras de acesso a esses documentos e de controle dos documentos para facilitar, inclusive, o acesso dos Partidos a eles.

Farei uma reunião hoje com o Deputado Osmar Serraglio para, definitivamente, organizarmos a questão dos acessos, estabelecendo um representante por Partido. Também vamos criar as sub-relatorias ou sub-comissões – essa questão será definida pelo Deputado Osmar Serraglio – para que tenhamos condições de dar celeridade às investigações. Muitas informações já chegaram aos escritórios da CPMI. Ao longo dos próximos dias, essa documentação ainda irá crescer.

Quero dizer aos senhores que o trabalho com o Banco do Brasil tem avançado bastante. O Presidente Rossano Maranhão disponibilizou especialistas para nos ajudar não só no estudo desse material que chegou, mas também para, caixa a caixa, descobrir as origens e os destinos.

Hoje – e peço a compreensão de V. Ex^{as} –, o Relator e eu teremos uma reunião com a direção do Banco Rural para estabelecer uma estratégia igual à adotada com o Banco do Brasil, exatamente para que rapidamente busquemos todas as informações e façamos os cruzamentos devidos para entender toda essa movimentação de recursos que temos acompanhado ao longo dos últimos dias.

Hoje, ao final da tarde, ou, no mais tardar, a partir de amanhã de manhã, comunicaremos todas as providências devidas porque não temos só o dever de bem informar, mas temos também o dever de sermos justos com as pessoas. Não podemos também, em função das informações que transitam na CPMI, começarmos a transformar informação em desavença política.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não estou dizendo que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para concluir, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É dentro desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

Ex^a poderia pedir ao Presidente do Banco do Brasil que nos disponibilize pessoal para que também seja utilizado no caso do Banco Rural e do BMG. O funcionário do Banco do Brasil é estatal e pode trabalhar a favor da CPMI com o conhecimento bancário que têm na análise de outros bancos, e não os funcionários do Rural ou do BMG...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o Banco

Central que pode fazê-lo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ou o Banco Central disponibilizar pessoal para facilitar nossa diligência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será adotada a providência, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma e, depois, ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presi-

dente, tenho tido uma grande preocupação. O trabalho está sendo excelente, e essa ansiedade é natural. A fragmentação de informação, Sr. Presidente, busca alguns atalhos que podem trazer algum desvio para o objetivo principal. A investigação fragmentada é a pior que pode existir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, tem de

haver um mosaico formado de cada segmento que se está investigando para que se possa realmente transmitir ou buscar a investigação. Mas fragmentar busca alguns atalhos perigosos. Quem for indicado deve ter a cautela de buscar a informação por inteiro para que realmente passe aos membros do partido algo com mais segurança.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito procedente, Senador Romeu Tuma.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A intenção é exatamente sistematizar as informações porque, num momento como este, informações pontuais levam a equívocos, a injustiças e, mais do

que nunca, a informarmos mal a imprensa – não podemos aceitar isso –, inclusive expondo instituições, como o sistema financeiro. Não podemos deixar que isso aconteça.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Jamil Murad e, depois, ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente

Delcídio Amaral, nos documentos que acabaram de chegar do Supremo Tribunal Federal, consta aquela famosa lista de pessoas que teriam ido descontar cheques no Banco Rural?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Consta.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Então, minha

preocupação, que coloco para V. Ex^a e para os meus Pares da CPMI, é a de que essas informações não se transformem em um instrumento de acerto de contas entre facções, partidos ou lideranças, às vezes, com desavenças em seus Estados ou em seus municípios em virtude da natural luta política. A sociedade deseja a informação completa e não dois ou três nomes que interessem ao deputado A ou ao senador A divulgar ou cinco ou seis nomes que o deputado B ou o senador B querem divulgar. Queremos saber todos os nomes das pessoas que foram descontar os cheques.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A equipe da CPMI está trabalhando, já a partir da manhã de hoje, para listar efetivamente as pessoas e os saques a fim de que seja facilitado o acesso dos Parlamentares a essas informações.

Para concluir, concederei a palavra ao Deputado Alberto Fraga e, depois, aos Senadores Ney Suassuna e Sérgio Guerra. Em seguida, começaremos o encaminhamento dos requerimentos.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Pre-

sidente, gostaria apenas de parabenizar essa atitude da Mesa, do Presidente e do Relator.

Na última reunião fechada, eu disse que não tinha como tocar esse serviço adiante sem que esta Comissão fosse dividida em subcomissões, distribuindo-se tarefas para que Parlamentares que, verdadeiramente, queiram produzir resultados e que não se preocupem com as aparições na mídia possam dar uma satisfação à sociedade. Fiz a sugestão de que têm de ser criadas subcomissões. E acho que V. Ex^a tem que trilhar este caminho. Estão chegando informações como esta, dessa famosa lista. Eu, Sr. Presidente, sou mais, vamos dizer assim, conservador. Eu acho que V. Ex^a e o Relator.... Estamos enfrentando aqui problemas

de vazamento, sim, de informações, o que, às vezes, prejudica e prepara aquelas pessoas que vão ser investigadas, as instituições se preparam para receber a investigação, uma vez que houve um vazamento indevido desta Comissão.

É natural o político, o Parlamentar, buscar o holofote. Mas acho que aqui, Sr. Presidente, o holofote principal tem que estar centrado no trabalho de V. Ex^a e do Relator. Os membros têm que se conformar com o fato de que determinadas informações não podem ser repassadas para a imprensa da maneira irresponsável que está sendo passada. E V. Ex^a, ao tentar estabelecer essa situação das subcomissões, talvez diminua essa ocorrência.

Não é necessário, Presidente – vou repetir para concluir –, que 32 Parlamentares façam perguntas repetitivas, quando V. Ex^a poderia aproveitar 4, 5, 6 deles para fazer outras tarefas, que depois reportariam a V. Ex^a e ao Relator. E V. Ex^a poderia depois divulgar o trabalho feito por eles. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a pela decisão acertada, que espero que prospere. Aqueles que se recusarem a trabalhar lá escondidos – não vou dizer nos porões, porque essa palavra “porão” soa como tempo da ditadura –, no subsolo, estarão mostrando sua verdadeira intenção, que não é de produzir resultados para a Nação, mas sim buscar o holofote.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Fraga.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna, depois o Senador Sérgio Guerra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, como sempre, gosto de ser breve para economizarmos tempo. Elogiar o Presidente e o Relator não é necessário, porque toda a Nação está sabendo que estão fazendo um trabalho sério; e nem o Vice-Presidente – vamos colocar o triunvirato aí. Agora, a preocupação nossa é com os passos seguintes. Na próxima semana, começa também a CPI do Mensalão, que vai dar continuidade a toda essa nossa investigação e vai, inclusive, pedir subsídios a esta CPMI. Então, temos que estar com esse material bem organizado, porque vamos dar o material inicial àquela CPI.

Nossa preocupação – antes de V. Ex^a estar aqui, presidia o nobre Senador Maguito Vilela – era exatamente a de que este material mais explosivo, ou seja, que contém nomes, que traz cheques seqüenciados, sejam conferidos. Esses documentos chegaram a nossa mão e tiveram uma observação muito bem colocada da Senadora Ideli Salvatti no sentido de que uma caixa veio toda organizadazinha; a outra, veio tudo desmembrado, dá a impressão de que se tiraram alguns

documentos. A nossa preocupação é de que esses documentos sejam conferidos **in loco**, que façamos um *feedback*, que voltemos à origem e que uma comissão, um grupo desta Comissão, uma delegação desta Comissão, vá e confira. Poderemos acompanhar pessoal do próprio Banco do Brasil ou do Banco Central, mas não podemos nunca correr o risco, numa CPMI que está indo tão bem, de ter documentos que não sejam verdadeiros ou que estejam faltosos. Por esta razão, foi dada essa sugestão, antes de V. Ex^a chegar, e eu queria, na presença de V. Ex^a, repetir isso, porque é muita responsabilidade denegrir ou condenar alguém. Devemos fazê-lo com os culpados, mas jamais com quem seja inocente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, a ponderação de V. Ex^a é muito procedente. O Senador Ney suassuna está tomando chimarrão agora? (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Às vezes o Nordeste vai, não vai, experimenta para ver por que é que eles gostam tanto disso. Mas não tem sido tão bom quanto eu imaginava, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Meu caro Senador Sérgio Guerra...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Água-de-coco é melhor, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadores, duas propostas me parecem no bom rumo. Ouvi do Presidente e do Relator.

A primeira diz respeito a que Partidos indiquem representantes para que tenham acesso permanente aos documentos. Esses representantes, um por Partido, teriam todas as condições de avaliar documentos, trabalhar com eles. S. Ex^{as} ficariam responsáveis, perante o conjunto, suas Bancadas e seus Partidos, pela severidade da sua conduta no encaminhamento de informações que não podem vazar de forma irresponsável. Quanto mais avança a investigação, mais próxima das pessoas ela chega, mais próxima da capacidade de causar danos reais. E, nesse instante, é fundamental que mantenhamos o máximo de severidade nessa conduta, porque, tenho certeza, representantes dos Partidos, responsabilizados como tal, estariam em condições de empreender...

A segunda proposta do Sr. Relator é que, em determinadas horas do dia, todos os Parlamentares tivessem acesso a esses mesmos documentos; em determinado momento, a Assessoria – foi isso o que entendi – e aqueles que trabalham, de alguma maneira, no assunto, estariam em condições de receber

todos os Parlamentares, e não apenas os seus representantes, e passar a eles todas as informações que quisessem.

Penso que esse é um encaminhamento extremamente apropriado.

Espero que o Presidente, aproveite essa semana, como foi sugerido por S. Ex^a, como sendo a semana em que deveria presidir a estruturação da Comissão, com vistas ao encaminhamento e à conclusão no tempo da investigação que estamos fazendo. Que seja a semana da consolidação dessas idéias, assim como a de instalar e definir sub-relatores, que sejam, com muita clareza, colaboradores do Relator-Geral! Eles não serão relatores de nada em si, serão relatores do Relator-Geral. S. Ex^{as} devem trabalhar desta e nesta exclusiva forma: como colaboradores da ação do Relator-Geral. Evidentemente, para que essa ação se desenvolva, é relevante um conceito de subcomissões, uma base restrita na qual operem como sub-relatores, e essa base quer dizer pessoas, assuntos, temas e documentos que sejam do domínio daquela sub-relatoria, que, na verdade, opera para o Relator-Geral. Não se compreenda que serão mais relatores. Não há que produzir relatórios; há que colaborar na construção do relatório do Relator-Geral.

Penso que esse encaminhamento, consolidado nesses próximos dois ou três dias, de forma objetiva e prática, com o nome das pessoas e suas responsabilizações, vai-nos remeter, ao longo do próximo mês, a uma ação muito mais segura, mais produtiva e, necessariamente, mais responsável.

Quero dizer que estamos de acordo com o encaminhamento do Presidente e do Relator e sugerir que se faça o esforço possível para que, ao longo desta semana, tudo isso esteja resolvido e implementado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, eu queria uma informação de V. Ex^a. Ontem, quando ouvi a Sr^a Renilda, eu pedi o número do telefone celular do marido dela, e V. Ex^a disse que, ao final, ia pegá-lo. É extremamente importante esse telefone, Sr. Presidente, porque é um pré-pago, e não foi pedida a quebra do sigilo telefônico do telefone pré-pago que ele utilizava. Precisamos do número desse telefone. V. Ex^a pegou esse número do telefone dela?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, temos já todas as informações, até porque pedimos a quebra do sigilo telefônico de todos os celulares e todos os telefones fixos, não só da Sr^a Renilda, como também do Sr. Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O telefone em que ela ligava para ele é um pré-pago, e não teve o sigilo quebrado. Ela ficou de fornecer esse número. V. Ex^a pegou esse número?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, vai ser encaminhado o número desse pré-pago hoje pelo advogado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Está bom. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Muito obrigado, Deputado Arnaldo, sempre vigilante.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Matos. Vou encerrar no Deputado Pompeo de Mattos porque temos muita coisa ainda para discutir. Hoje, espero que alcemos no horário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É difícil, Sr. Presidente, muito difícil.

Sr. Presidente, apenas pondero a V. Ex^a que o tema mais relevante hoje, entre as questões de organização da CPMI, é que possamos ter acesso aos documentos. Esse assunto está suscitando um debate mais intenso, até entre nós mesmos. Não estamos conseguindo examinar, com todo carinho, com toda atenção, os documentos que chegam à CPMI, até porque são vários deputados e o documento é um só. Não tem como todos, ao mesmo tempo, fazerem a mesma coisa. Por isso, a razão de ser de o porquê estamos pedindo que a CPMI pudesse oferecer relatórios internos, relatórios parciais, relatórios informais aos Deputados, a partir do que poderíamos fazer a leitura daquilo que está ali. Porque eu vou lá e pego alguns dados, o outro colega pega outros dados e, no outro dia, abro os jornais e vejo aqui dados que eu não pude ter acesso, que outros não tiveram acesso, e quem sabe a imprensa pegou um pedaço de um, um pedaço de outro e foi montando o quebra-cabeça, o que é muito perigoso porque essas informações são totalmente desconstruídas, não são checadas, não são unificadas, não são tabuladas. É perigoso para a CPMI. Daqui a pouco entra quem não deve, paga quem não contraiu a dívida, aparece nome de quem não tem nada a ver. Esse é um aspecto.

E outro aspecto, Sr. Presidente, é que apresentamos ontem, em nome do PDT, o pedido de prisão do Sr. Marcos Valério. Sei que há outros pedidos também, mas seria interessante, Sr. Presidente, que se consolidasse todos os pedidos, que se juntassem todos em um só e fosse um pedido não de um nem de outro, mas que fosse um pedido unânime da CPMI. Esse é o propósito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, queria fazer um questionamento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É sobre o nosso trabalho. Como V. Ex^a pretende proceder? Temos alguns requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Depois eu gostaria... Como pediram pela ordem e o Presidente é muito democrático, um homem conciliador, já vários Parlamentares já se posicionaram, eu estava aguardando a minha hora para falar até para...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Era isso que eu queria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ... até para tornar prático aquilo que V. Ex^a agora está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Era que V. Ex^a pudesse agilizar o encaminhamento. É exatamente isso. Que V. Ex^a pudesse agilizar o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado ACM Neto. Muito bem colocado no *ranking*, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não se incomode não, porque V. Ex^a vai passar. Até o final da semana, V. Ex^a passa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Antes de passar a palavra para o Deputado Osmar Serraglio, gostaria, se todos estiverem de acordo, faríamos a oitiva da Sr^a Simone e a oitiva do Sr. David Rodrigues Alves, na quarta-feira. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E na terça-feira, faríamos a nossa reunião interna. Essas duas programações, na terça e na quarta, começando às 10h.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Combinado, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se todos estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Vou passar agora a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio, que vai listar uma série de requerimentos que S. Ex^a estudou, passou a noite, toda a madrugada, estudando esses requerimentos e vai propor para que os aprovemos em bloco. Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, antes quero dar

ciência ao Plenário que recebi um documento do Sr. Clésio Andrade, Vice-Governador de Minas Gerais, que encaminha à CPMI a documentação relativa à retirada da sociedade a que ele pertencia por ocasião do ingresso do Marcos Valério na empresa, em Minas Gerais, uma documentação que está à disposição do Plenário e que iremos agrupar às outras tantas que recebemos.

O segundo ponto, apenas um comentário muito rápido para que, pelo menos segundo a minha visão – posso estar equivocado –, a população do Brasil não colha das manifestações havidas nesta CPMI de ontem para cá... Com todo o respeito ao meu grande amigo Pompeo de Mattos, talvez eu tenha mal interpretado S. Ex^a e talvez junto comigo a população, quero apenas rapidamente dizer o que está acontecendo em relação aos documentos. Em primeiro lugar, nenhum documento, nenhum documento que tenha chegado à CPMI houve a menor dificuldade de acesso a quem quer que seja, até pelo contrário. Este Relator toma ciência de grande parte dos documentos depois dos Parlamentares, porque, enquanto estamos aqui trabalhando nas audiências – e é um direito que todo Parlamentar tem, não precisa ficar aqui acompanhando –, os documentos vão chegando à CPMI, e vão tomando conhecimento, e esse próprio Relator é surpreendido com os questionamentos que são formulados pela imprensa: “O que o senhor tem a dizer sobre isso?” “Eu não tenho nada.” “Mas está na CPMI.” “Mas eu não sei, eu não vi.” Então o que tem acontecido? Nós temos sido amplamente abertos, nós queremos uma CPMI efetivamente transparente, nada reservado. Recolho novamente a manifestação do Senador Arthur Virgílio: uma CPMI que não abafa nada – foi o que ele falou no primeiro dia aqui – e também não transforma isso num circo, usando as expressões manifestadas pelo Líder do PSDB.

Bom, segundo ponto: também comentei com alguns Parlamentares – e foi o que o Senador Sérgio trouxe à tona – a idéia seguinte: os nossos consultores, os técnicos não estão tendo possibilidade de trabalhar, que é a mesma dificuldade que nós, às vezes, temos em relação à imprensa. Nós temos a maior boa vontade de atender à imprensa, mas, se formos atendendo individualmente, nós passamos o dia inteiro só falando com a imprensa e não conseguimos trabalhar. Então a imprensa, de certo modo, tem feito algumas coletivas, que abrevia bastante, e nos penitenciamos com relação a alguns isolados que, às vezes, não temos condições de atender, mas é preciso que introduzamos esse mesmo método em relação à CPMI.

Nós queremos transparência, mas também nós queremos trabalhar. Então a idéia – e aí vai ficar em

discussão para a semana que vem – é: nós teremos um momento de manhã em que toda a documentação vai ser disponibilizada a qualquer Parlamentar, uma hora, das 9:00h às 10:00h, de 10:00h às 11:00h, e outro tanto à tarde, e aí não só a documentação, mas como também os técnicos vão paralisar os trabalhos, ficarem à disposição de quem lá queira comparecer e traduzirem tudo que tenha recolhido, enfim, informarem todos os questionamentos que forem formulados.

Tenho a impressão de que vamos tornar-nos muito mais produtivos, a transparência vai ficar evidente, e, num segundo momento, também queremos dizer que nós nunca nos opusemos à eventualidade de sub-relatorias, tanto que, há mais de uma ou duas semanas, anunciei uma delas, antecipando a do Gustavo Fruet, no sentido de, de certo modo, mostrar que nós temos – graças a Deus a população entendeu que o Presidente e este Relator não estão sendo chapa branca –, mas, para mais assegurar essa transparência, pegamos alguém da Oposição, alguém do PSDB, e daí a indicação do eminente Deputado Gustavo Fruet, além de certo modo reconhecendo o trabalho que está realizando, porque tem sido permanentemente alguém que estar lá, para me valer de expressão do Roberto Fraga, nos porões lá trabalhando. E, a par disso, já estamos em conversação então para que tenhamos, já que tem um da Oposição – eu estava até aqui mantendo nisso –, mas na insistência e até para uma produção melhor, então vamos acrescentar mais uma e daí vamos ouvir a Situação em relação a quem viria a fazer o contrapeso ao eminente Deputado Gustavo Fruet, que, com certeza, pela forma rígida, limpa e transparente, não precisa de contrapeso, mas, enfim, de qualquer modo, nós precisamos de mais gente que nos ajude e realmente é muito o que nós temos a apreciar.

Agora vou começar a anunciar aqueles...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, permita-me, até porque V. Ex^a citou meu nome e quero fazer justiça ao trabalho de V. Ex^a, incomparável, e do Presidente Delcídio também; nós reconhecemos isso. Mas o que eu tenho dito e reiterado – e nós caminhamos no mesmo sentido, e acho que é importante esclarecer isso – não só para nós aqui, na CPMI, mas como a opinião pública e à própria imprensa como um todo, o que ocorre? Ontem, nós estávamos lá com o Deputado Gustavo Fruet e vivenciávamos o mesmo drama e o mesmo problema. A CPMI tem lá no computador uma relação tabulada de depósitos, por exemplo, vários depósitos, dezenas, centenas de depósitos. Não está bem definido, mas está lá, os dados estão no computador.

Se eu quero ter acesso a esses documentos, eu tenho que ir lá, sentar ao computador e copiar à mão,

um a um. O Deputado Gustavo Fruet estava lá copiando também. Aí, ele disse: “Pompeo, tu estás copiando?” Respondi: “Estou copiando.” “Eu quero aquele.” E eu disse: “Eu quero aquele outro.” E começamos a rir os dois.

Eu disse então: “Por que a CPMI não nos dá um relatório?” Não é uma coisa oficial da CPMI. É um documento. E cada Deputado vai ter a responsabilidade de saber como usar esse documento. É para eu poder ler esse documento.

Eu soube, por informação, que, por exemplo, a Senadora Ideli Salvatti tinha chegado um pouco antes, tinha examinado os documentos e inclusive estava fazendo um requerimento, uma requisição, para complementar a documentação que ela checkou, viu que estava incompleta. Enfim, estava fazendo o trabalho dela.

Se tenho acesso a essa lista, eu posso também ver uma série de outras coisas, a exemplo dela, que viu que estava incompleta e poderemos trabalhar mais e produzir mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas essa relação teria que ser disponibilizada para todos. O Parlamentar chegou lá, dizem: “Deputado Pompeo, está aqui, para o PDT. A lista do PSDB está aqui. A lista do PFL está ali. A do PT está aqui.” E não eu ter que sentar e garimpar uma a uma. Aí há um desentendimento total.

Essa é a preocupação. Aí seremos todos iguais no acesso, por conta daquilo que a CPMI vai oferecer a nós. E não nós buscarmos, cada um do seu jeito, copiando. Há uma briga de foice, lá, pelas informações. E acho que não pode ser assim. É só essa a preocupação.

Não que não esteja disponibilizado. Está tudo disponibilizado. A minha discussão é sobre a forma de acesso. É possível ter acesso, mas se nós regrarmos a forma de acesso, vai ser muito melhor para todos nós, inclusive para V. Ex^a, que está fazendo um trabalho além do elogio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá, V. Ex^a quer falar com o Relator ou com o Presidente?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estou à disposição.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É sobre as sub-relatorias. V. Ex^a tem idéia de quantas vão ser e como vão atuar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por enquanto, mais uma. Já há a do Gustavo, e mais uma. Alguém ficaria voltado ao aspecto financeiro e alguém outro ao aspecto dos contratos, licitações, execuções dos contratos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. E essa V. Ex^a está criando agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa eu estou aguardando a situação do apontamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas criaríamos hoje ou só na próxima semana?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A hora que quiserem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a me permite, nós inclusive tivemos algumas conversas entre nós sobre essa questão e, efetivamente, o trabalho da relatoria está se demonstrando um trabalho gigantesco, pelo volume de linhas de investigação abertas, pelo volume de documentos. Vai ser algo que vai exigir de V. Ex^a uma dedicação extraordinária. Por isso, acho que essa providência de haver mais alguns parlamentares que possam lhe dar sustentação, que possam acompanhá-lo mais cotidianamente, que possam estar diretamente envolvidos, auxiliando-o, complementando, ajudando, de todas as formas possíveis, eu acho extremamente importante.

Como o Deputado Fruet já havia sinalizado e tem demonstrado a sua dedicação, nós também fizemos uma discussão um pouco entre nós, e queríamos já deixar explicitado um nome, até porque entendemos que precisa haver dedicação mesmo, vai ter que ser gente que vai ficar aqui de segunda a sexta, como V. Ex^a tem ficado.

Então, na discussão que fizemos entre nós, indicamos o Deputado Abicalil, para que possa integrar esse triunvirato, para cuidar da questão da relatoria, com a participação de todos nós, obviamente, naquilo que pudermos colaborar. Mas, da nossa parte, entendemos que a dedicação, até o jeito obstinado com que o Deputado Abicalil vem se dedicando, e a disponibilidade que ele tem de poder estar aqui os cinco dias da semana, desde que necessário, nos faz fazer a indicação, com a certeza de que, com esses dois nomes, V. Ex^a vai ter um auxílio, um suporte mais eficaz para o trabalho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu, desde já, acolho essa indicação, e, evidentemente, é interessante que entre os sub-relatores exista uma certa afinidade e o mesmo interesse na busca dos mesmos objetivos. Seria difícil se, nessa indicação, houvesse alguém que antagonizasse esse tipo de reflexão. Como conheço os dois, tenho o maior orgulho em também acolher a indicação do Deputado Carlos Abicalil, um Deputado muito eficiente e, como bem disse a Senadora, muito obstinado, que busca – tenho acompanhado isso dia-a-dia, passo a passo – a realização do objetivo nacional, que é alcançarmos a verdade dos fatos.

Começarei a indicar. Se, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço ao Deputado Onyx e ao Deputado Pompeo que se sentem. É importante, Deputado Onyx. V. Ex^a está interrompendo os trabalhos da CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou anunciar aqueles que, suponho, tenham trânsito livre e que podem ser votados em bloco. Depois, retornaremos àqueles que exigem votação nominal.

Todos têm esse mapeamento dos requerimentos? (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos lá, Sr. Presidente. Vamos lá. Está muito demorado isso aí.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, enquanto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um detalhe importante – até o ponderei com o Deputado Carlos Sampaio, que, com certeza, teria apoio geral: entre o número de S. Ex^a e o último que temos e que foi tabulado ontem à noite, há um espaço. Para evitar uma discussão sobre por que o número de S. Ex^a está à frente, S. Ex^a já concordou e haverá uma reunião administrativa no começo da semana que vem, quando já o aprovaremos.

Dessa forma, começarei do mapeamento que chega ao 562, que não é o 562, mas o que chega ao 562.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo. Está certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Requerimento nº 560... Essa é transferência. Vamos à frente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É a última folha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 558 também vai para frente. Vamos vê-lo depois. Para que anatem e verifiquem: não vamos votar agora, mas, em seguida, se houver concordância, as quebras de sigilo do 558, do Deputado Alberto Fraga; e 560, dos

Deputados Jorge Bittar, Maurício Rands e Senador Sibá Machado. Votaremos esses.

Agora, serão os de votação em bloco.

O 546, da Deputada Juíza Denise Frossard e do Deputado Geraldo Thadeu, solicita cópia de todos os requerimentos protocolados na Secretaria desta CPMI.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Está prejudicado, Sr. Presidente. Retiro-o.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, está prejudicado. (Pausa.)

Como há pessoas que sequer acompanharam, falarei, pelo menos abreviadamente, o que significa.

O 542, do Deputado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Esse já foi aprovado na reunião passada. Só falta a assinatura do Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É quebra de sigilo. Se, eventualmente, houver alguma referência equivocada ao número, daqueles que iremos abordar mais à frente sobre quebra de sigilo, é o 558, do Deputado Alberto Fraga, com relação ao Marcos Valério no Banco BRB, e o 560, dos Deputados Jorge Bittar, Maurício Rands e Senador Sibá Machado, que também é do Marcos Valério e da Renilda. Esses serão em votação nominal.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Relator, também tenho uma transferência de sigilo: é o 552.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As transferências, se V. Ex^a me permitir, serão votadas todas ao final.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Relator, como, para os de transferência de sigilo, tem de haver quórum, votemos já esses e, depois, os outros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As quebras?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É lógico. Tem de haver quorum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para mim, não há problema.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Depois, perde-se o quórum e haverá problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, vamos lá.

Sr. Presidente, o primeiro requerimento que vai à votação nominal é o 560, dos Deputados Jorge Bittar e Maurício Rands e do Senador Sibá Machado, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônicos de todas as empresas de propriedade ou controladas pelo Sr. Marcos Valério e/ou Renilda Fernandes de Souza desde 1997. Número 560.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votação do Requerimento 560.

Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrubal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrubal, sim.

Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz; ACM Neto. (Pausa.)

Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nélcio.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nelson.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, inclusive o telefone que a Renilda está devendo para o senhor, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Será providenciado, Deputado Arnaldo Farias de Sá. Deputado Wellington. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Fontana. (Pausa.)

Deputado Cardoso, sim.

Deputado Wilson Santiago; Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sandro Mabel. (Pausa.)
Deputado Pompeo de Matos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou chamar os Senadores.
Senador Heráclito; Senador César Borges; Senador Demóstenes; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)
Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Efraim.
Perdão, os titulares primeiro.
Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Saturnino. (Pausa.)
Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Luiz Otávio; Wirlande da Luz; Maguito; Ney Suassuna; Jefferson Peres; Fernando Bezerra. (Pausa.)
Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Efraim; Senador José Jorge; Senador Tuma. (Pausa.)
Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sim, Senador Pavan.
Senador Almeida Lima; Senador Aelton; Fátima; Ana Júlia; Valadares; Garibaldi; Quintanilha; Camata; Raupp; Juvêncio; Zambiasi. (Pausa.)
Vinte votos “Sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, estou presente e o meu voto é “sim”.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Luiz Otávio também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Senador Luiz Otávio vota “sim”.
Senador Ney Suassuna, “sim”.
Vinte e dois votos “Sim”.
Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo requerimento, de quebra de sigilo, é o 558, do Deputado Alberto Fraga, que solicita

a quebra do sigilo bancário referente às aplicações de toda e qualquer natureza, investigações, pagamentos, etc., das empresas e da conta particular do Sr. Marcos Valério, a partir de 1º de janeiro de 2003, no Banco de Brasília, BRB.

Este, Sr. Presidente, é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento 558.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)
Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wirlande da Luz; Maguito Vilela. (Pausa.)
Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)
Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma. (Pausa.)

Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Almeida Lima; Aelton Freitas; Fátima Cleide; Ana Júlia; Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)
Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrúbal Bentes

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio; Fernando Diniz; ACM Neto. (Pausa.)

Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Néelson Marquezelli.

O SR. NÉLSON MARQUEZELLI (PTB – SP)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Wellington Fagundes (Pausa.)

Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Deputado Álvaro Dias; Henrique Fontana; José Eduardo
Cardozo; Wilson Santiago; Aníbal Gomes. (Pausa.)

Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sandro Mabel. (Pausa.)

Pompeu de Matos.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– A contagem. (Pausa.)

Resultado: 21 votos SIM.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo requerimento é o de nº
543, que corresponde à nossa transferência do nos-
so sigilo para a Secretaria da Receita Federal, para
que ela possa trabalhar com os dados que ela possui
e nos instruir.

O Requerimento nº 543 solicita a disponibilização do sigilo bancário transferido a esta CPMI à Secretaria da Receita Federal e ao Ministério Público Federal das seguintes pessoas físicas e jurídicas. Aqui temos a nominata, mas quero fazer um aditamento que constará da Ata, que é a transferência de todos os sigilos que nós quebramos. Portanto, não se restringe - a Secretaria está anotando - a esses nomes que aqui estão indicados. As quebras de sigilos que nós procedemos nós as disponibilizamos ao Ministério Público Federal e à Secretaria da Receita Federal.

Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Relator, eu queria que V. Ex^a embasasse juridicamente esse requerimento; eu não estou concordando com ele.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Relator, depois eu tenho um questionamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A Secretaria da Receita Federal tem nos auxiliado no levantamento e tem disponibilizado, até porque nós também quebramos o sigilo fiscal, mas temos as informações bancárias, por exemplo, que ela precisa cruzar com os dados fiscais. Ela quer proceder a esse cruzamento em relação às pessoas que nós estamos investigando; só em relação àquelas que são objeto de quebra pela CPMI. Portanto, estaríamos passando informações para Receita Federal, porque é ela quem vai tabular, ela tem mecanismos de informática que dependem dessa alimentação. Solicitou-nos porque ela não pode atuar, não pode trabalhar se nós não transferirmos esses dados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, com todo respeito a V. Ex^a, penso que ao final da CPMI fazermos isso, tudo bem, mas durante a CPMI, não concordo cedermos os nossos dados à Receita Federal e ao Ministério Público Federal. Penso que é temerária essa postura. Ao final da nossa CPMI, tudo bem, mas agora, durante o transcurso, vai virar uma salada de loucos isso aí.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Relator, eu havia pedido a palavra a V. Ex^a há três...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não havia acordo para votar esse requerimento não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não, a palavra está assegurada à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu interfiro muito pouco, porque acho que V. Ex^a está agindo com perfeição, é um jurista. Então, perdoe-me até por interferir aqui, mas preciso de uma explicação.

Parece-me que não quebramos nenhum sigilo até o momento. Pedimos transferências de sigilos bancários, o que não é, absolutamente, a quebra. Ainda temos de nos reunir para vermos se quebraremos ou não. A partir do momento em que se quebra um sigilo, ele se torna público. Aqui, estamos é transferindo o sigilo para nós, porque temos o poder de quebrar. Com isso, podemos também transferir, emprestarmos essa transferência. Aliás, não sei por que eles não têm acesso direto – deveriam ter. Outro dia, eu estive com um Ministro do Tribunal de Contas, o Ministro Adylson, que é o presidente, e soube que S. Ex^a precisa desses dados para trabalhar.

De modo que concordo absolutamente, mas apenas quero que V. Ex^a me esclareça, porque eu não me lembro aqui de ter votado nenhuma quebra de sigilo. Votamos aqui transferências de sigilo bancário. Por isso é que nem a imprensa pode, em tese, ter acesso.

É isso, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a tem absoluta razão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não. Obrigada, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que está havendo é uma transferência dos sigilos das empresas telefônicas, dos bancos e os fiscais, que estão sob a guarda da Receita Federal e das instituições tributárias.

V. Ex^a tem toda razão. Agora estamos, ao mesmo tempo, transferindo, disponibilizando à Receita Federal.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Perfeito. Aliás, mais que necessário, é oportuno. Concorde, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pela ordem. Eu só quero colaborar, até pela experiência vivida no Banco do Brasil, como funcionário de anos.

Nós, no banco, tínhamos acesso a todos as contas dos clientes do banco e tínhamos a obrigação natural de guardar esse sigilo, enquanto funcionários do banco, sob pena de, quebrando o sigilo, infringir as regras, ser enquadrados em falta grave e ser demitidos do banco.

Parece-me que a questão é a mesma para nós da CPMI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu, quando estava no banco, tinha obrigação de guardar o sigilo sobre o que sabia. Agora, aqui, na CPMI, eu tenho obrigação de, em sendo transferido o sigilo de todos os bancos relativamente às empresas cujos dados estamos buscando conhecer, guardar o sigilo também.

Na hora em que transferirmos essa guarda de sigilo será a transferência da transferência. Estamos quebrando uma regra fundamental. Nós podemos responder pela informação sigilosa que viermos a dar. Agora, se transferirmos essas informações, vamos responder pelas informações que eles lá liberarem.

Então, o que é preciso fazer é, de posse dessas informações do sigilo transferido, decretar, por votação, Sr. Presidente, a quebra do sigilo. Quebrado o sigilo, ele se torna público por razões de Estado, por razões de investigação. Aí, sim, ele pode ser transferido, porque ele é público. Ele pode ser transferido formalmente para Receita Federal, para o Ministério Público, para o Poder Judiciário se necessário, para o Tribunal de Contas da União. Agora, enquanto tivermos tão-somente o conhecimento por transferência, temos o dever legal de guardar esse sigilo. Só depois de votar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conhecido o sigilo por nós e visto que é necessário e justo que se quebre esse sigilo, por conta de evidências claras de crime – ali, naquele sigilo, têm ações criminosas –, então, votamos um requerimento justificado, arrazoado, enfim, consubstanciado, de quebra de sigilo. Aí, podemos disponibilizar.

Se não fizermos isso, podemos ser responsabilizados depois.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Sr. Presidente, íamos votar hoje os que tinham acordo. Esse não tem acordo. Fica para a semana que vem. Vamos discutir isso aí. Não é agora não. Isso não está no acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tirar?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sem contrabando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não tenho dificuldades...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sugiro que o relator retire esse requerimento para que discutamos melhor o assunto.

Vamos partir para o requerimento seguinte, meu caro Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem problema.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas para complementar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A idéia é de que nós teríamos funcionários da Receita Federal, com todo o aparato da Receita Federal, e que poderiam ter acesso tanto quanto os nossos técnicos o têm.

Em vez de termos de acolher internamente técnicos da Receita Federal, eles viriam e teriam acesso. Fariam parte da composição dos que trabalham. Mas não temos dificuldade alguma em deixar para a próxima semana esse estudo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nobre Relator, eles podem pedir judicialmente quando quiserem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr.

Relator, vamos chamar os técnicos da Receita para ajudarem a CPMI agora...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria, por uma questão objetiva... Nós retiramos esse requerimento. Vamos conversar na próxima reunião, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aprovada a retirada.

Requerimento nº 376, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

É a relação dos documentos enviados pelo Bank Boston à Coaf. Eu acho que é sigilo bancário.

Vamos à votação do Requerimento nº 376.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votação nominal.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Henrique Fontana. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos aos Srs. Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio; Senador Wirlande da Luz. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P – SOL – AL) – Sim, Excelentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

A SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Almeida Lima; Senador Aelton Freitas; Senador Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram “Sim” 22 Srs. Parlamentares.

Aprovado. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Vamos passar agora aos requerimentos que não dependem de votação nominal.

O Requerimento de nº 542, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, acabaram os requerimentos de votação nominal ou tem mais algum? (Pausa.)

Se tem votação nominal, vamos fazer mais votação nominal, depois faz a votação dos de acordo, que não precisam de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vai precisar votar nominal, inclusive, o bloco, Deputado. Mesmo os requerimentos em bloco têm que ser votados nominalmente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso.

Deputado Osmar Serraglio, por favor, encaminhe os requerimentos... Vamos ler todos, vamos votar e depois deixamos que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só uma ressalva, que eu entendo que pode ser votação simbólica esses que vou anunciar. Não é nominal. Embora em bloco, desde que haja consenso...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Pode ser simbólica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Então, vamos em frente, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou anunciar aqueles que possivelmente podem ser simbolicamente votados.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Presidente, temos o requerimento que sugere ao Ministério Público a prisão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse será nominal.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Esse tem que ser nominal, porque não concordo com esse requerimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos fazer agora. Vamos fazer agora, primeiro esse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Muito bem. Então, vamos apreciar os requerimentos que dizem respeito à solicitação de prisão preventiva e a indisponibilidade dos bens do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. Só quero... (Pausa.)

É que são vários, e eu perguntaria ao Deputado Gustavo Fruet qual o seu número, que foi o primeiro que foi...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – 482.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, o 482...

O SR. (Orador não identificado) – O que está acordado é esse que está aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então considerando prejudicados os demais, existe o do Deputado Gustavo, do Deputado Pompeo, do Deputado Onyx, e iremos considerar, agrupando a todos eles no 572, que diz o seguinte: “Requer que esta CPMI solicite ao Ministério Público Federal que analise a possibilidade de requerer a prisão preventiva e a indisponibilidade dos bens do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, na forma da legislação em vigor.”

E vem a justificação toda do pedido, com a assinatura de duas dezenas, pelo menos, dos integrantes desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, antes da votação, só para uma observação do requerimento. Ele perde força neste momento, evidente, porque, quando foi feito o primeiro pedido era para evitar destruição de provas e a possibilidade de articulação da defesa nos depoimentos que vimos serem repetidos, perdendo força inclusive os depoimentos na Comissão a partir de agora.

Vamos até inverter essa lógica. Temos que manter os depoimentos, até para manter evidência politicamente, no sentido positivo à CPMI, mas é claro que perdemos a força do impacto das duas primeiras semanas, porque estamos vendo uma sucessão de versões repetidas nos depoimentos. Mas, de qualquer maneira, é para mostrar o poder de coerção da CPMI, a preocupação com a desconsideração, com a confusão que alguns depoentes estão fazendo com **habeas corpus**, com a possibilidade de obstruir e não ajudar na investigação e contar com o Ministério Público.

Portanto, não é uma medida em caráter unilateral, impositivo ao Ministério Público. Estamos pedindo ao Ministério Público analisar a possibilidade ou da prisão preventiva, até para que não se descredencie a CPMI, caso o Ministério Público não adote essa medida, mas outras medidas de natureza processual podem ser adotadas com a indisponibilidade dos bens.

Mas é para deixar claro o respeito ao procedimento por parte da investigação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero dizer que dou razão a V. Ex^a, mas, para usar uma expressão da nossa Juíza, **cum grano salis**, com algo absolutamente correto, porque, na medida em que, quando V. Ex^a propôs, e, claro, se tivéssemos procedido, teríamos evitado conseqüências, mas também não teríamos os elementos de convencimento da Magistratura para que a quebra ocorresse, por quê? Porque hoje, sim. Hoje temos fatos novos que indicam uma efetiva obstrução, e, com mais certeza, teremos a probabilidade da quebra, porque ainda passaremos, como V. Ex^a faz referência, ao juízo do Ministério Público, que vai examinar se estão configuradas as circunstâncias que autorizariam, e ainda há o convencimento do juiz. Nós ainda dependemos de duas pessoas. Mas, com certeza, se nós tivéssemos premonição, o requerimento de V. Ex^a teria sido muito útil porque muita coisa aconteceu e nos prejudicou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Relator, eu só quero aduzir à fala do Deputado Gustavo Fruet o seguinte: nós temos as cenas e os documentos arquivados nessa CPMI de milhares de notas fiscais da DNA que foram incineradas. Nós temos o próprio depoimento ontem da esposa, nós temos ameaça, que já circulou pela imprensa, da vida de Marcos Valério.

O requerimento não é apenas para impedir – e já era suficiente – que ele não obstruísse o nosso trabalho, para que ele não destruísse provas, para que ele não instruísse pessoas. É essencial a preservação da vida de Marcos Valério. Esta solicitação que faz esta CPMI também leva isto em consideração: a importância de manter Marcos Valério vivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como um dos autores dos vários requerimentos que foram formulados e apresentados à CPMI, eu só quero fazer uma única ponderação: aquilo que foi filmado, a queima dos arquivos filmada são provas documentais dos documentos consumidos. Ou seja, documentos que sumiram, inclusive aqui mesmo, instruções de testemunha, ameaças, algumas formais, outras veladas e algumas cifradas, como ontem veio aqui a Sr^a Renilda. E ela fez uma ameaça cifrada ao ex-Ministro e Deputado José Dirceu. Ela mandou um recado – ninguém aqui é bobo. A gente tem experiência como advogado criminalista de anos – cifrado pro José Dirceu. Ela não sabia de nada de empresa nenhuma, mas sabia de um fato extremamente relevante do Ministro mais importante da República da época, o quase Primeiro-Ministro, e tinha tido os encontros. Ela foi instruída.

Então, a prisão preventiva dele se revela de um caráter de interesse público para a CPMI, para a sociedade e, obviamente, para o Judiciário. Então, eu acho que está no tempo certo.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Presidente, eu quero aqui justificar o meu voto contra este requerimento pelo seguinte motivo: o Sr. Marcos Valério já veio aqui nessa CPMI, deu seu depoimento, foi na Corregedoria da Casa e deu seu depoimento, foi na Procuradoria da República e deu seu depoimento. Segundo eu sei, também foi na Polícia Federal e deu seu depoimento. A sua esposa veio aqui e deu seu depoimento. Portanto, ele não está se recusando em momento nenhum a dar os seus esclarecimentos, o seu depoimento. Se está falando a verdade ou não, o problema é dele, porque ele é réu e portanto ele não tem obrigação de falar a verdade. E tudo isso. E portanto não tem justificativa nenhuma o pedido de prisão preventiva ou a sugestão dessa prisão preventiva à Procuradoria da República. Eu acho que não tem. E a Procuradoria da República não vai dar essa prisão preventiva e não há necessidade dessa Comissão sofrer um desgaste nesse momento. Ele tem residência fixa e não tem risco nenhum nesse momento de sair do País ou nada. Portanto, não há justificativa nenhuma. Por isso, o Deputado Nelson Meurer vai votar contra esse requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Apenas para esclarecer o voto favorável é que julgo importante fazê-lo. A CPMI não tem poderes para decretar a prisão preventiva. Então, na verdade, num acordo foi tomada uma postura bastante cautelosa. Em que perspectiva? Nós sabemos, Sr. Presidente, que há indícios de que possa haver uma situação de destruição de provas, como bem retratou o Deputado Gustavo Fruet. Diante desse contexto, nos pareceu oportuno suscitar ao Ministério Público a apreciação do pedido de prisão preventiva. Ou seja, nós não estamos sequer dizendo que tem que ser feita; estamos sugerindo ao Ministério Público uma análise dos fatos para que se posicione a respeito. Portanto, uma postura prudente da CPMI. Não é efetivamente um abuso de poder, em hipótese nenhuma, é que, como há indícios disso, nós estamos sugerindo o exame dessa questão. Apenas nessa perspectiva, Sr. Presidente, é que se coloca o requerimento que foi de comum acordo costurado pelos membros desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna; depois, a Deputada Juíza Denise Frossard e o Senador Sibá Machado, para encaminharem a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós não podemos ter, na CPMI ou no tratamento, em geral, dois pesos e duas medidas. Todos aqueles que se aproximaram do Deputado Roberto Jefferson foram presos para investigação – alguns ficaram cinco dias; outros, dez dias. Surpreendentemente, com a figura central, que, no caso, é o Marcos Valério, não aconteceu. E nós verificamos o prejuízo que ocorreu: queima de documentos. Eu fiz essa pergunta à esposa dele, mas ela disse que ele ficou surpreso de ver que estavam queimando documentos. Mas a quem interessaria a queima de documentos, senão a ele?

Então, não estamos pedindo que prenda, estamos fazendo uma sugestão ao Ministério Público. A CPMI se manifesta. Cabe ao Ministério Público encontrar os meios, os caminhos, se existem. Mas nós tomamos a nossa providência.

Por isso, eu voto e peço a todos que votem afirmativamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ)

– Sr. Presidente, Sr. Relator e Pares, eu ressalto aqui as palavras do Deputado José Eduardo Cardozo, que deu uma aula sucinta e objetiva sobre a questão da prisão cautelar.

Eu apenas, Sr. Presidente, vou votar, favoravelmente, porque se trata apenas de uma recomendação. Mas eu quero ressaltar aqui para que fique para sempre na memória – porque vou insistir nisso no decorrer dos trabalhos – é que eu não quero perder o foco. Esta CPMI se constituiu – o Sr. Marcos Valério veio aqui depor – porque nós temos investigar o braço político de toda essa corrupção. Então, o Marcos Valério, a Dona Renilda, sua sócia, todos eles vão responder perante o Ministério Público e a Justiça criminal.

Agora, Sr. Presidente, quando os nossos começarem a desfilar aqui na frente, eu vou representar pela prisão preventiva deles. Aí, sim, junto ao Ministério Público, o Procurador-Geral. Então, é preciso ficar bem claro que nós estamos aqui reunidos para cuidar dos nossos. Porque a Polícia Federal não entra aqui, a investigação não entra aqui. Por isso, é que nós estamos aqui.

Então, Sr. Presidente, o meu voto é sim, pela recomendação. E naturalmente o juiz decidirá a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu digo hoje sem nenhuma preocupação que vou levar para mim muitos aprendizados aqui na área do Direito, inclusive, aquela sucinta aula também da nossa Deputada Denise sobre o **habeas corpus**. Eu acho que tentei aprender, não sei se compreendi corretamente.

Porém, Sr. Presidente, eu acho que esta Comissão começa a acertar alguns passos para se evite chegar a um relatório final para depois se tomar determinadas posições. O jogo está acontecendo, a bola está rolando. Algumas coisas estão acontecendo e é preciso tomar determinadas posições.

Eu relutei no primeiro momento em apoiar o requerimento porque eu imaginava que ele poderia parecer apenas uma arrogância desta Comissão. Mas fui convencido de pronto porque o medo era só de que essa pessoa pode viajar, pode sair do País. Tanto que fiz questão de fazer essa pergunta aos dois. Mas essa parte está suprimida.

Fui convencido de dois fatos. Primeiro, pela evidência de que Marcos Valério está nessa, para todos nós, para o Brasil inteiro, de que ele não pode mais operar normalmente. As empresas dele não tem mais como. É impossível. Não pode mais operar. Segundo, é que se houve ou não a tentativa de ir à boca do caixa pelos dois milhões da esposa dele, quem nos garante que não haverá no momento – sabe qual – a retirada imediata de alguns valores astronômicos e haver essa evasão. É sobre isso.

Não quero aqui vincular se houve ou não ameaça à integridade.

A outra é um gesto. Esta Comissão tem consciência – estou aqui seguindo a orientação de quem entende da lei – entende disso, já corrigiu aqui o requerimento do Deputado Onyx no sentido de acertar juridicamente o cumprimento deste requerimento também do Deputado Pompeo. Se um gesto vale mais do que mil palavras, acredito que esta comissão acerta em dizer que é preciso neste momento que a autoridade competente se reporte sobre o assunto e diga para o Brasil inteiro que Marcos Valério não pode mais continuar com a vida tranqüila como vinha. Daí para frente sabe Deus que julgamento virá.

Eu recomendo, sim, o voto favorável aos colegas, para que este requerimento possa entrar imediatamente em vigor, se assim o Ministério Público puder compreender.

Obrigado.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria, Deputado Welinton, que abreviássemos, senão daqui a pouco, em vez de cantar aqui os nomes para o pessoal votar, cada um já terá feito o seu voto. É uma falta até de praticidade. Não estou dizendo que V. Ex^a vá dizer qual é o voto de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É que V. Ex^a citou como encaminhamento da votação, então estou entendendo assim.

O SR. (Orador não identificado) – Nós estamos em encaminhamento, não é Presidente?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Citei encaminhamento? (Pausa.)

Foi um falha lamentável da Mesa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Citou como encaminhamento e nós estamos encaminhando.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também vou encaminhar. Não há como cooperar, não, aqui. A Mesa não coopera.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton.

Eu gostaria que resumisse então.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Está bem, Sr. Presidente.

Mas de qualquer forma eu acho que é importante até para a população brasileira que às vezes nos questiona: Por que vocês não prendem logo? Por que vocês não tomam uma decisão? Por que vocês permitem que vá lá um depoente e possa omitir, mentir? É

importante que a população saiba os limites que esta comissão tem e até o que fazemos aqui. É um julgamento político, com a recomendação para que a Justiça possa depois tomar as medidas cabíveis.

Por isso queremos nos manifestar favoravelmente a este requerimento que recomenda à Justiça a prisão preventiva, até porque todos os documentos, a queima de documentos, a omissão e a mentira aqui na comissão por esse depoente tem sido o fato consumado.

Portanto, nós queremos recomendar o voto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ninguém mais encaminhará.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não, nem faça essa carinha boazinha porque não vai haver convencimento não.

Desde cedo eu disse que deixaria para falar, pela ordem, até para fazer um registro, após o relator.

Com toda a calma do mundo, eu vim de casa, vendo os ipês maravilhosos de Brasília, todos florindo, a cidade linda, cor-de-rosa, daqui a um mês vai estar linda, amarelinha...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a está tranqüila hoje...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Absolutamente.

Então, como V. Ex^a ficou dando trezentas vezes a palavra, ou pela ordem, ou para encaminhamento, ou para outras finalidades, não tem jeito, flor, quando eu quero colaborar V. Ex^a não deixa.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero compartilhar com a preocupação deixada pela Juíza Denise Frossard.

Creio que nenhum de nós tem o prazer, a exuberância de ficar por aí propondo prisão de quem quer que seja, embora, se dependesse da grande maioria do povo brasileiro, estariam presos não apenas o Sr. Marcos Valério, mas o Sr. Delúbio, Senadores, Deputados, o Presidente passado, o Presidente atual, qualquer pessoa que estivesse envolvida em corrupção.

Se dependesse do povo brasileiro, muitos outros estariam presos. Talvez fosse até necessário construir mais estruturas físicas para aprisionar tantos delinquentes de luxo que são denunciados ou contra os quais haja indícios relevantes de crimes contra a administração pública. Mas entendo que é muito importante.

É por isso que fiz um apelo a V. Ex^a, sei que foi atendido, e ao Deputado relator da mesma forma, no sentido de que, na próxima reunião, possamos votar

alguns requerimentos que, evidentemente, não são os chamados requerimentos insossos que reproduzem um acordo absolutamente legítimo. Se o PT, o PFL e o PSDB, fazem um acordo para a votação de alguns requerimentos isso é absolutamente legítimo. Quem não concorda exercita o **jus espurniandi**, ou simplesmente acata, como é o que temos que fazer.

Agora, para não pedir novamente a palavra, quero deixar registrado um apelo que o Senador Jefferson Péres faz. S. Ex^a não está aqui porque está doente, com um problema de saúde. S. Ex^a não pôde estar presente e solicitou que fosse discutido – não sei se hoje será possível – seu requerimento, que trata da acareação do Deputado Roberto Jefferson com o Deputado José Dirceu. S. Ex^a me pediu para apresentar a esta Comissão algo que entende como um problema. Até por economia processual, como o Deputado José Dirceu já prestou depoimento na sindicância e prestará na Comissão de Ética, o Senador Jefferson Péres não entende necessário que o Deputado preste um depoimento isolado. Na opinião de S. Ex^a, necessária já seria a acareação.

Então, pediu para que eu explicitasse isso aqui, para que os Parlamentares pensassem ou discutissem com seus respectivos grupos políticos e para que, na terça-feira, na reunião, o assunto fosse tratado.

Outra coisa também, Sr. Presidente, Sr. Relator, é a necessidade de agilizar os requerimentos que tratam das aplicações financeiras dos fundos de pensão; os relacionados às empresas públicas ou privadas que supostamente teriam contratado o serviço do Sr. Marcos Valério; e os que tratam dos chamados mapas de mídia, porque às vezes há uma nota fiscal na empresa do Marcos Valério, uma nota fiscal nos Correios, no Banco do Brasil ou na Usiminas, onde quer que seja, e o serviço contratado, de fato, não foi executado. É necessário, portanto, que isso seja feito.

Do mesmo jeito, as linhas de investigação em relação a outros setores, porque, se já está assombrada a relação de lavagem de dinheiro ou de crime organizado apenas na área de publicidade do Marcos Valério, não se chegou ainda às áreas de tecnologia e de operação, que são contratos bem maiores, que tratam de milhões e bilhões também no chamado gestor operacional da estrutura dos Correios e que envolvem Novadata, Beta, auditorias que já tinham acontecido nas empresas públicas e outros mais.

Então, deixo isso registrado, para que eu não precise mais inscrever-me, solicitando a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Vamos à votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Fernando Diniz. (Pausa.)

ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Eduardo Paes. (Pausa.)

Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Wellinton Fagundes.

O SR. WELLINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Álvaro Dias; Henrique Fontana. (Pausa.)

Deputado Zé Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Wilson Santiago; Aníbal Gomes; Alberto Goldman. (Pausa.)

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.) Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Roberto Saturnino; Sibá Machado; Luiz Otávio; Wirlande da Luz. (Pausa.)

Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.) Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Leonel Pavan; Almeida Lima; Aelton Freitas; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Dezenove votos “Sim” e um voto “Não”.

Aprovado.

Com a palavra, o Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, por favor, considere meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já foi...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu já tinha feito a observação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Infelizmente, V. Ex^a...

Valeu o encaminhamento de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Valeu a intenção, só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora, os que iremos votar de uma vez só, em bloco.

Começo pelo nº 329, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a lista das pessoas que estiveram na sede do Partido dos Trabalhadores, no Edifício Varig, em Brasília.

Nº 344, do Senador César Borges, que solicita que seja encaminhada pela Casa da Moeda do Brasil, em meio digital, relação de todas as pessoas que se identificaram na portaria da sede desde janeiro de 2003, devendo ser informado também data e hora do ingresso bem como local a que se dirigiram.

Nº 350, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam informações funcionais sobre Maria Aparecida Dechike e Pedro Longuinho Andrade junto à Abin.

Nº 369, da Relatoria, que solicita os documentos comprobatórios da devolução do lote das camisetas sem as especificações da logomarca dos Correios.

Nº 378, do Senador César Borges, que solicita cópia dos processos analisados por Glênio Guedes, o Procurador da Fazenda Nacional.

Nº 398, do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita cópia da lista de todas as pessoas que freqüentaram o edifício Brasília Shopping desde janeiro de 2003.

Vão perceber que há algumas coisas que, de alguma forma, foram ou já estão sendo atendidas, mas, para que eliminemos de vez dessa lista, estamos reafirmando.

Nº 443, da Senadora Heloísa Helena, que solicita o envio de todas as autorizações de veiculação, ordens de produção ou ordens de serviço enviadas pelos Correios à SMP&B.

Nº 444, da Senadora Heloísa Helena, que solicita o envio, pelos veículos que especifica, de todos os mapas de mídia publicitária realizados para os Correios, por meio de solicitação da agência SMP&B, acompanhados das respectivas notas fiscais.

Nº 447, do Senador César Borges, que solicita a convocação, para prestar depoimento junto à Polícia Federal, dos Srs. Wildeu Gleidson Castro e Silva e Alessandro Ferreira dos Santos, que seriam supostos sacadores de cheques da SMP&B.

Nº 448, do Senador César, que solicita a apuração, pela Polícia Federal, sobre quem e com qual finalidade, utilizando o nome e documentos de Jonas Pinho, falecido em 1999, sacou cheques da SMP&B no valor de R\$152 mil na agência Banco Rural, em Belo Horizonte.

Nº 477, dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam cópia do despacho da Meritíssima Juíza Dr^a Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, da 10^a Vara Federal de Brasília.

Nº 508, dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam que seja requisi-

tado ao Presidente da Câmara dos Deputados, em 24 horas, a relação, desde 1º de fevereiro, dos servidores que prestam serviços diretamente aos Srs. Deputados membros titulares e suplentes desta CPMI.

Nº 509, dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam que seja efetuada busca e apreensão das fitas do circuito interno de TV do Banco Rural Brasília, desde janeiro de 2003

Nº 513-A, do Senador Wirlande da Luz, que solicita que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a ausência nos dias 14 e 19 de julho.

Nº 536, do Senador Sibá Machado, solicita cópia dos depoimentos prestados à Polícia Civil de Minas Gerais e à Polícia Federal do Sr. Davi Rodrigues Alves.

Nº 540, dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, solicita uma relação, no período de 1º de fevereiro de 2003 até a presente data, dos servidores que prestam serviço diretamente aos Srs. Deputados membros titulares e suplentes desta CPMI.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o mesmo a que fiz referência agora há pouco lá. Talvez haja alguma diferença, mas, para não ficar discutindo a diferença, aprovamos os dois. Depois a assessoria fará o filtro necessário.

Nº 542, do Deputado Ivan Ranzolin, solicita a emissão de certidão autenticada pela CPMI informando se existe lista que contenha o seu nome.

Sr. Presidente, esses são os requerimentos que submeto à votação em bloco.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator, pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Exª colocou o meu requerimento também, que trata da transferência de sigilo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de V. Exª é nominal. Não é nesse bloco.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Ah, é em bloco. Obrigada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses podem ser por votação simbólica, em bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Uma vez o Relator tendo descrito os requerimentos, passemos à votação em bloco.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não precisa ser nominal?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não precisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas um esclarecimento em relação ao trabalho futuro. O Senador César Borges me fez uma ponderação sobre a qual, inclusive, já vínhamos debatendo há dias. Temos uma relação enorme de nomes para convocação. E V. Exªs perceberam que não solicitei a convocação de ninguém? Não é que eu tenha objeção à convocação de quem quer que seja; contudo, é impraticável imaginarmos que todas essas pessoas, cuja oitiva estamos solicitando, sejam ouvidas aqui em audiência pública.

Então, queria solicitar a colaboração das Srªs e dos Srs. Parlamentares para que, na semana que vem, identifiquem à Relatoria aqueles nomes que entendam que, necessariamente, deverão ser ouvidos na audiência pública e aqueles que poderão ser remetidos à Polícia Federal, se concordarem. Em relação àqueles que sacaram dinheiro, que tenham uma referência de que sacou ao menos uma vez, vamos parar todo o trabalho da CPMI para ouvir essa pessoa.

Então, para os demais, ou na Polícia Federal, que é uma sugestão, ou – também uma outra sugestão do Senador – faríamos aquelas oitivas por delegação, quando designaríamos dois ou três Parlamentares e mais quem quisesse comparecer, para fazermos diversas oitivas no mesmo dia. Designaríamos, por exemplo, numa quinta-feira, vários grupos de Parlamentares para ouvirem várias pessoas. Aí teríamos que também estudar o problema do deslocamento, porque, no caso da Polícia Federal, aqueles que sacaram em Belo Horizonte, evidentemente, é muito mais fácil e muito menos custoso...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Se é mensalão, para a CPMI do Mensalão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E há mais um detalhe importante que S. Exª está levantando: a CPMI deve ter observado que não estou colocando alguns requerimentos que são de fácil trânsito, mesmo nas duas partes. Porém, não podemos criar celeuma com a CPMI do Mensalão. Precisamos – Sr. Presidente, chamo a atenção para isso –, numa reunião, não sei como, mas a partir da provocação dos colegas Parlamentares, começar a definir aquilo que, evidentemente, não nos compete. Não tenho objeção nenhuma; não tenho nenhuma indisposição

a que avancemos, mas é preciso que não criemos um conflito. Pelo menos, precisamos reconhecer que essa mesma visibilidade que estamos tendo há hoje um grupo de 64 Parlamentares que desejam. Isso precisa ser ponderado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. A questão não é essa. Queria fazer uma sugestão ao Relator. Primeiro, concordo com S. Ex^a que temos que separar as oitivas. Existem algumas oitivas que não precisam necessariamente reunir todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como tem acontecido, e que podem ser celeremente eliminadas. Nós podemos subdividir grupos de forma racional e equilibrada e, a partir dessa subdivisão, nós venceríamos talvez até o final de agosto todas essas oitivas, que assim poderíamos chamar de oitivas secundárias, certo? Existem outros requerimentos de oitiva que foram aprovados e que talvez nem sequer mais sejam necessários. E aí seria preciso haver também essa triagem. Pelo andar da carruagem, pela sucessão dos fatos, algumas pessoas são dispensáveis. Nesse caso, não teria razão para as ouvirmos a título de oitiva secundária. Agora, na próxima terça-feira, teremos uma reunião administrativa para deliberar sobre requerimentos. E seria importante que o Relator, até lá, conversasse com os Parlamentares, se possível individualmente, mas pelo menos procurasse sentir o pulso da Bancada do Governo e da Oposição, porque nós não vamos mais, na minha opinião, postergar o debate sobre os requerimentos centrais.

Então, creio que a terça-feira será um dia importante para que nós tomemos uma decisão de quais requerimentos serão votados. E aí, onde não houver consenso, vamos civilizadamente levar para o voto, cada um com o direito democrático de expressar sua opinião.

Por último, com relação à Comissão Parlamentar do mensalão, é evidente que não há interesse aqui de nenhum de nós de subtrair as responsabilidades da Comissão Parlamentar de Inquérito do mensalão. Mas eu percebo, Deputado Osmar, que ainda existem muitos horizontes em que esta CPMI aqui não enfrentou, que são correlatos à origem de todos esses recursos movimentados e dizem respeito diretamente ao nascedouro da corrupção. Eu penso que é o objeto principal de estudo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, por último, eu quero que o Relator, se possível – é um apelo que faço – converse com os Parlamentares e traga aqui, na próxima terça-feira, os requerimentos que serão eliminados, os que podem ser tratados secundariamente, a título de oitiva, os

que serão votados, mesmo sem consenso; mas que serão votados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, em seguida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero primeiro agradecer a atenção que o Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, tem tido na apreciação de requerimentos que nós temos encaminhado, e, da forma que S. Ex^a os está direcionando, porque, Sr. Presidente, eu penso ser da maior importância a destinação desses recursos que foram sacados, na boca do caixa, no Banco Rural. São recursos que chegam, totalizando algumas pessoas, a R\$6 milhões. Creio que esta Comissão já deliberou a oitiva da Simone, também do David, na próxima semana.

Eu penso, Sr. Presidente, que é necessário que possamos ouvir alguns aqui. Então, sugiro ao Sr. Relator, para aprovar na próxima terça-feira, a solicitação da convocação do Sr. Jacinto Lamas e também do Sr. Genu – João Cláudio de Carvalho, Genu, para que esses dois sejam efetivamente convocados. Em relação aos demais, estou transformando meus requerimentos de convocação para que eles possam fazer o depoimento à Polícia Federal, como já temos alguns aprovados inclusive agora, neste momento, pelo Sr. Relator.

Então, com isso, acho necessário que possamos saber qual é a destinação desses recursos: se é para o pagamento de fornecedores, como foi dito aqui pelo Sr. Marcos Valério, ou para outra destinação que possa ser ilícita, como se aventa a possibilidade do tal mensalão.

Portanto, vou transformar meus requerimentos de convocação em depoimento na Polícia Federal. E agradeço, Sr. Presidente, a atenção do nobre relator Osmar Serraglio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador César Borges. Vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Matos; para o Senador Sibá Machado, e vou encerrar a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Matos.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Deputado Osmar Serraglio, peço a sua atenção, até para objetivarmos já uma espécie de encaminhamento do que seria a próxima reunião. Está bem claro que a CPMI enveredou para o lado de saber quem foram os que sacaram. A CPMI está sinalizando o caminho. Na

semana que vem, o trabalho se pautará na investigação da oitiva da Sr^a Simone e do Sr. Davi, mas precisamos, Sr. Relator, centrar também a questão nos que depositaram essa dinheirama na conta do Sr. Marcos Valério e, nesse contexto, peço a atenção de V. Ex^a. Tenho alguns requerimentos, por exemplo, em relação ao Sr. Daniel Dantas. São milhões do Sr. Daniel Dantas! Ele terá que vir depor. O Presidente do Banco de Minas Gerais também. Quer dizer, operações milionárias do banco sem aval, sem nada, para o Sr. Marcos Valério, que passou para o PT. Quer dizer, como o Presidente do Banco explica isso? Ele está no centro, no fervor, e – digamos assim – ali é o ninho da cobra. O BMG é um dos ninhos da cobra.

Nesse sentido, Sr. Relator, peço a V. Ex^a que pudesse, ao examinar os requerimentos, fazer um agrupamento desses requerimentos. Por exemplo, relacionar todos os que sacaram e separá-los. Um grupo constituído daqueles que fizeram saques vultosos vem para a CPMI e o outro grupo formado por todos os que sacaram será mandado para a Polícia Federal, sem exceção, inclusive dos que tenham sacado cinquenta ou cem. Assim, teríamos um auxílio fundamental, uma objetivação muito grande da CPMI e evoluiríamos substancialmente. Vou repetir, separar todos os que sacaram: os grandes na CPMI e os pequenos em relação aos que sacaram R\$1 milhão, R\$2 milhões, R\$3 milhões, R\$4 milhões, R\$5 milhões, R\$ 8 milhões, pois os valores sacados oscilam entre R\$200 mil, R\$300 mil e que representam a maioria, na Polícia Federal.

E mais, a questão do mensalão, Sr. Relator. Sujeito que V. Ex^a examine, dos requerimentos existentes, qual o que V. Ex^a entende, como Relator, que deve ser tirado da CPMI dos Correios e transferido para a do Mensalão. Que pudéssemos decidir isso aqui, a despeito da divergência de opiniões e ainda que no voto, para agilizarmos a CPMI do Mensalão.

E, por fim, Sr. Relator, a questão dos requerimentos que pedem documentos, informações. Tais requerimentos têm que ser votados de pronto. Eu, inclusive, elaborei alguns que ainda não constam da lista e que se referem à questão da FAURGS, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pois o Banco do Brasil fez um trabalho com a FAURGS e quem o pagou foi a agência DNA, do Sr. Marcos Valério. A FAURGS nem sabia que tinha recebido da DNA e agora isso está comprovado. Então, solicito que esses requerimentos sejam votados na próxima semana, para que a FAURGS e o Banco do Brasil possam prestar as informações rapidamente e, então, possamos cruzá-las e matar essa charada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como se diz na Amazônia, ligeirinho que nem coceira de macaco. Reitero a necessidade de o Relator e V. Ex^a poderem conversar com os demais Relatores e os Presidentes das outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Denise, senão todo o mundo vai querer votar. É difícil! Erro do Relator.

Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou reiterando a necessidade de o Relator e V. Ex^a poderem conversar com os demais Relatores e os Presidentes das outras Comissões, até mesmo para ganharmos tempo. E convém evitar conflitos. Qualquer requerimento, qualquer condução – podemos debater as propostas feitas por V. Ex^a e pelos demais Presidentes. É só nisso que tenho insistido. Enfatizo novamente essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. Fica a recomendação importante, para que o Relator, Deputado Osmar Serraglio, até terça-feira, faça um trabalho junto a todos os Parlamentares da CPMI, tendo em vista uma agenda de trabalho clara, de tal maneira que venhamos a votar os requerimentos.

A reunião está encerrada. Desejo boa viagem a quem vai viajar. Bom final de semana a todos!

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 20ª Reunião, realizada em 02/08/2005.

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena,

José Jorge, Romeu Tuma, Almeida Lima e Aelton Freitas, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serráglio, Fernando Diniz, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onix Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, Jamil Murad, Alberto Fraga, Feu Rosa e Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, submetendo-as à votação (aprovadas). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação e votação de requerimentos. **Requerimentos Prejudicados nº 04** de autoria do Senador José Jorge, que Requer a indicação do Senador César Borges para ocupar a Relatoria da CPMI, a matéria estaria preclusa tendo em vista já ter havido a votação que elegeu seu Presidente e a indicação do seu Relator, **Requerimento nº 90 de autoria do Senador Álvaro Dias**, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Delúbio Soares, **Requerimento nº 99** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicita a convocação do Sr. Ricardo Amaro, trata-se de Delegado da PF que ouviu a Sra. Karina Somaggio e declarou que a mesma havia negado o teor de sua entrevista à revista IstoÉ Dinheiro, **Requerimento nº 101** de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer a transferência do sigilo bancário do Partido dos Trabalhadores durante o ano de 2004, **Requerimento nº 190** de autoria da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Skymaster Airlines Ltda, desde janeiro de 2003, **Requerimento nº 224** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes que solicitam a indisponibilidade dos bens do Senhor Marcos Valério Fernandes de Souza e de suas empresas SMP&B e DNA, **Requerimento nº 238** de autoria do Senador César Borges, parcialmente atendido, solicita seja requisitado ao Banco do Brasil e Banco Rural a identificação, no prazo de 10 dias de todos os saques realizados em dinheiro, com o respectivo nome de quem recebeu os valores, superiores a R\$ 50 mil, desde janeiro de 2003, oriundos das empresas SMP&B e DNA, **Requerimento nº 281** de autoria do Senador Álvaro Dias, solicita

sejam lacradas, na data de hoje, todos os documentos relativos aos registros de entrada de pessoal nas torres que integram o shopping Brasília, bem como seja determinado que a Administração do shopping não degrave ou apague quaisquer registros gravados pelas fitas de vídeo, no período de 1º de janeiro de 2003 até a presente data, **Requerimento nº 296** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes solicitam a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. José Genoíno; **Requerimento nº 298** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes Solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Delúbio Soares, **Requerimento nº 324** de autoria do Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet solicita a transferência dos dados referentes à movimentação da CPMF do Senhor Delúbio Soares. **Requerimento nº 326** de autoria dos Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet solicitam a transferência dos dados referentes à movimentação da CPMF do Sr. José Genoíno, **Requerimento nº 327** de autoria dos Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet solicitam a transferência dos dados referentes à movimentação da CPMF do Senhor Marcos Valério Fernandes de Souza; **Requerimento nº 328** de autoria dos Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet solicitam a transferência dos dados referentes à movimentação da CPMF da Comissão Executiva Nacional do PT, **Requerimento nº 353** de autoria do Deputado Alberto Goldman, solicita que seja informado ao Senhor Marcos Valério que o mesmo estará depondo na condição de testemunha, **Requerimento nº 365** de autoria do Senador César Borges, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do PT nos últimos cinco anos; **Requerimento nº 366** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni solicitam a convocação do Senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 380** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni Solicitam a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Sílvio Pereira; Secretário-geral do PT; **Requerimento nº 381** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni solicitam a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Deputado José Dirceu de Oliveira Silva; **Requerimento nº 450** de autoria do Deputado Carlos Sampaio solicita preferência de apreciação de requerimentos; **Requerimento nº 451** de autoria dos Deputados Maurício Rands, Jorge Bittar e Senadores Ideli Salvati e Siba Machado, solicitam preferência de votação a requerimentos; **Requerimento nº 452** de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni solicita preferência de apreciação de requerimentos; **Requerimento nº 471** de autoria do Dep. Pompeo de Mattos; **Requerimento nº 474** de

autoria dos Senadores: César Borges, Álvaro Dias Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, Heloísa Helena, Sérgio Guerra, Demóstenes Torres; Deputados: Onyx Lorenzoni, Antônio Carlos Magalhães Neto, Gustavo Fruet, Juíza Denise Frossard, José Eduardo Cardozo, Jamil Murade, Pompeo de Mattos, Eduardo Paes, solicitam inversão da pauta, **Requerimento nº 482** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio solicitam que seja oficiado ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de MG para que requeiram a prisão preventiva do Senhor Marcos Valério Fernandes de Souza; **Requerimento nº 561** de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni solicita que a CPMI requeira ao Ministério Público Federal a prisão preventiva do Senhor Marcos Valério de Souza; **Requerimento nº 562** de autoria do Pompeo de Mattos solicita, que seja representado ao Poder Judiciário para que sejam tomadas medidas legais e necessárias à decretação da prisão preventiva do Senhor Marcos Valério Fernandes de Souza; 281 Requerimentos Listados Pelo Relator – Prejudicados; **Retirados pelos autores; Requerimento nº460** de autoria Deputado Arnaldo Faria de Sá que solicita a convocação do Presidente da República LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, **Requerimento nº478** de autoria dos Deputados. Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, solicitam a convocação do senhor Rossano Maranhão Pinto Presidente do Banco do Brasil S.A; **Requerimento nº 42** foi retirado pelos autores; **Requerimento nº333** – de autoria do Deputado Maurício Rands que solicita a convocação do Governador Aécio Neves; **Requerimento nº318** de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá Solicita a quebra do sigilo bancário do BMG S.A – CNPJ 61.186.680 0001-74 e **Requerimento nº546** retirados pelos autores; Requerimentos Aprovados: **Requerimento nº60** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicitam a Convocação do Sr. LUÍS CARLOS ROQUE; **Requerimento nº61** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto. solicitam a Convocação do Senhora MARIA DE FÁTIMA PINA; **Requerimento nº62** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto. solicitam a convocação do Senhor PAULO CESAR RONDINELLI; **Requerimento nº63** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto. Solicitam a Convocação da Senhora IVONE BARROS DE SOUZA E SILVA; **Requerimento nº80** de autoria do Senador César Borges, solicita a Convocação do Senhor HENRI CARVALHO; **Requerimento nº195** de autoria do Senador Álvaro Dias que requer a realização de acareação entre o senhor Mauricio Marinho, e senhores Joel Santos Filho e João Carlos Mancuso

Vilela; **Requerimento nº220** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, solicita a convocação do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro; **Requerimento nº300** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação do Sr. Alexandre Vasconcelos Castro; **Requerimento nº302** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação da Senhora Janaína K. Cardoso Pereira; **Requerimento nº315** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio C. M. Neto. solicitam a convocação do Senhor Alexandre Vasconcelos Castro; **Requerimento nº342** de autoria do Senado César Borges solicita a convocação do Senhor Luiz Sales; **Requerimento nº343** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação do Sr. Manoel Severino dos Santos; **Requerimento nº397** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação do Senhor BENONI NASCIMENTO DE MOURA; **Requerimento nº429** de autoria do Senador Siba Machado. Solicita a convocação da Senhora Walquíria de Oliveira Rios Ex-assessora e ex-secretária do ex-deputado federal, ex-prefeito do município de Contagem – MG, **Requerimento nº433** de autoria do Deputado Henrique Fontana, solicita a convocação do Senhor LEO-NARDO ATTUCH ; **Requerimento nº435** de autoria do Senador Siba Machado, solicita a convocação do Sr. ADEMIR LUCAS ; **Requerimento nº448** de autoria do Senador César Borges, solicita a apuração pela Polícia Federal sobre quem e com qual finalidade, utilizando o nome e documento de JONAS PINHO; **Requerimento nº454** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação de GEUZA FERREIRA SELIN ; **Requerimento nº455** de autoria do Senado César Borges. Solicita a convocação de ANDREA RIBEIRO; **Requerimento nº484** de autoria do Senador César Borges, solicitando a convocação do senhor Luiz Masano; **Requerimento nº485** de autoria do Senador César Borges. Solicita a Convocação do Sr. ROBERTO COSTA PINHO; **Requerimento nº486** de autoria do Senador César Borges. Solicita a Convocação da Sra. RENATA MACIEL REZENDE COSTA; **Requerimento nº490 ao Requerimento nº503** de autoria do Senador César Borges, solicita a convocação dos senhores: JOSÉ NILSON SANTOS, WILMAR LACERDA, RAIMUNDO FERREIRA SILVA JÚNIOR, ANITA LEOCÁDIA, MÁRCIA REGINA CUNHA, JOSIAS GOMES, LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA, JOSÉ LUIZ ALVES, ÁUREO MARKATO, RUI MILAN, CARLOS RODRIGUES, LUIZ CARLOS COSTA LARA, JAIR DOS SANTOS, RODRIGO BARROSO FERNANDES; de autoria do Senador César Borges. Solicita a Convocação do Senhor; **Requerimento nº530** de autoria do Senador César Borges. Solicita a convocação do Sr. NEWTON VIEIRA FILHO ; **Requerimento nº531**

de autoria do Senador César Borges. Solicita a convocação de ELIANE ALVES LOPES; **Requerimento nº533** de autoria do Senador César Borges. Solicita a convocação de FRANCISCO DE ASSIS NOVAES SANTOS; **Requerimento nº534** de autoria do Senador César Borges. Solicita a convocação de Contídio Cotta de Figueiredo; **Requerimento nº535** de autoria do Senador César Borges. Solicita a convocação para prestar depoimento na Polícia Federal dos Senhores: ALUÍZIO DO ESPÍRITO SANTO, ANTÔNIO FAUSTO DA SILVA BARROS, CRISTIANO PAIVA NEVES, FERNANDO CÉSAR ROCHA PEREIRA, NESTOR FRANCISCO DE OLIVEIRA E ROBERTO MARQUES; **Requerimento nº587** de autoria do Senador César Borges, solicitando a oitiva do pela Polícia Federal das seguintes pessoas: Sérgio Pimentel, Alexandre Vasconcelos Castro, Ivan Guimarães, Janaina K. Cardoso Pereira, Luiz Sales, Manoel Severino dos Santos, José Nobre Guimarães, José Adalberto Vieira da Silva, Sandra Rodrigues Cabral, Deputado José Mentor Guilherme de Mello Netto, Benoni Nascimento de Moura, Geusa Ferreira Selim, Andréia Ribeiro, Luiz Masano, Roberto Costa Pinho, Renata Maciel Rezende Costa, João Paulo Cunha, José Nilson Santos, Raimundo Ferreira Silva Júnior, Anita Leocádia Deputado Josias Gomes, Luiz Eduardo Ferreira da Silva, José Luiz Alves, Áureo Markato, Rui Milan, Deputado Carlos Rodrigues, Luiz Carlos Costa Lara, Jair dos Santos, Rodrigo Barroso Fernandes, Wilmar Lacerda, Newton Vieira Filho, Eliane Alves Lopes, Zilmar Fernandes da Silveira, Francisco de Assis Novaes Santos, Cantídio Cotta de Figueiredo e José Francisco Rego; **Requerimento nº507** de autoria do Deputado Geraldo Thadeu. Solicita a convocação do Sr. David Rodrigues Alves e **Requerimento nº 537** de autoria do Senador Siba Machado solicita a convocação do Senhor DAVID RODRIGUES ALVES; **Requerimento nº586** de autoria do Senador César Borges. Solicita convocação do Sr. José Carlos Batista, para prestar depoimento na Polícia Federal; **Requerimento nº23** de autoria dos Deputados Eduardo Paes, Alberto Goldman, Gustavo Fruet e Carlos Sampaio. Requerem o depoimento do Deputado JOSÉ DIRCEU; **Requerimento nº30** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto solicitam a Convocação do Deputado José Dirceu; **Requerimentos números 111, 150, 323** de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan Heloisa Helena e Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet solicitam a Convocação do Dep. JOSÉ DIRCEU; **Requerimento nº317** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio C. M. Neto solicitam a convocação dos Senhores Delúbio Soares, Silvio Pereira, José Genoíno e do Dep. José Dirceu;

Requerimento nº475 de autoria do Senador Álvaro Dias requer a convocação do senhor Henrique Pizzolato; **Requerimento nº 563**, de autoria do Senador César Borges à Polícia Federal, investigações para localizar a sede da empresa Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, identificar seus proprietários, a fim de prestar esclarecimentos sobre os elevados saques de cheques das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA Propaganda. **Requerimento nº 592**, de autoria do Pompeo de Mattos, requer ao Banco do Brasil cópia de documentação interna que comprove a relação contratual entre as empresas DNA Propaganda e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Requerimento nº591**, de autoria do Pompeo de Mattos, requer cópia de documentação interna que comprove a relação contratual entre as empresas DNA Propaganda e Banco do Brasil; **Requerimento nº589**, de autoria do Deputado Nélcio Dias, solicita informações se foi protocolado na Secretaria da CPMI, documento relativo a informações sobre lista contendo nomes de Deputados Federais; **Requerimento nº 585 de autoria** do Deputado Nilton Baiano, solicitando certidão se consta seu nome na relação publicada no Jornal do Estado de São Paulo; **Requerimento nº 583**, de autoria dos Senadores Ney Suassuna, Luiz Otávio e do Deputado Asdrúbal Bentes, requerendo disponibilização de 2 técnicos da Secretaria da Receita Federal, para auxiliar nos trabalhos da CPMI; **Requerimento nº 584** de autoria dos Senadores Ney Suassuna, Luiz Otávio e o Deputado Asdrúbal Bentes, requer ao Banco Central a criação de um grupo de trabalho composto por auditores para análise de dados referente ao Banco Rural; **Requerimento nº 582 de autoria** de autoria dos Senadores Ney Suassuna, Luiz Otávio e Deputado Asdrúbal Bentes, requer ao COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras para disponibilizar dois Técnicos para acompanhar os trabalhos da CPMI; **Requerimento nº 581** de autoria dos Senadores Ney Suassuna, Luiz Otávio e Deputado Asdrúbal Bentes, requer que cada SUB-RELATOR, seja assessorado por três parlamentares, sendo dois Deputados e um Senador; **Requerimento nº 579 de autoria** dos Senadores Ney Suassuna, Luiz Otávio e Deputado Asdrúbal Bentes, requerem que seja requisitado ao Tribunal de Contas da União para auxiliar nos trabalhos da Comissão; **Requerimento nº 571 de autoria** de autoria do Deputado Jamil Murad. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá

à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esclareço que a pauta de hoje confere à presente reunião caráter administrativo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra para uma explicação de caráter pessoal.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho hoje a esta Comissão Mista na sequência do pronunciamento que fiz da tribuna do Senado, terça-feira passada, para prestar informações sobre as acusações que me foram lançadas a respeito da campanha eleitoral de Minas Gerais, sete anos atrás.

Venho na condição de Senador e par dos nobres Congressistas, bem como da de ex-Governador de Estado, pois os fatos noticiados referem-se ao período em que governei o meu Estado.

Por decisão própria, fiz questão de detalhar as informações, direta e pessoalmente, a V. Ex^{as}, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Conforme antecipei naquela terça-feira, quis colocar-me à disposição do Senado. Cumpro aqui o compromisso de ser fiel a mim mesmo e à verdade dos fatos que conheço e de continuar leal ao povo do meu Estado, ao Senado, ao meu partido e, obviamente, a minha família e aos meus amigos e eleitores. Ou seja, poderia deixar de arrostar os problemas em que me vi jogado de maneira intempestiva e perversa, porém não posso aceitar ser intimidado, Sr. Presidente.

Em diversas ocasiões, já esclareci à exaustão os fatos que sabia. Mas vou repeti-los porque desejo situá-los em seu exato contexto ou demonstrar a injustiça das acusações que me fizeram com estardalhaço e irresponsabilidade.

Quais são os fatos essenciais e preliminares reais que volto a expor?

Primeiro, a prestação de contas de minha campanha, que se encontra à disposição pública e da

qual tenho aqui também uma cópia, foi aprovada sem ressalvas pelo Tribunal Regional Eleitoral e fundamentou-se em documentação que me foi apresentada pela coordenação da campanha. Aqui está a prestação de contas aprovada pela Juíza Ângela Catão.

Segundo, por decisão minha e dos dirigentes da coligação partidária que me apoiou em 1998, fiz campanha à reeleição acumulando o exercício do cargo de Governador. A condução da campanha esteve a cargo da coordenação geral criada pela coligação e de comissões específicas que dela receberam diferentes delegações para atuar.

Bem sabem os candidatos que disputaram a reeleição do País, exercendo simultaneamente o cargo de Governador, a exemplo de colegas meus Senadores que aqui estão, que seria humanamente impossível ocorrer de outra forma, quando se tem de governar e ir atrás do voto, com muitas dificuldades, percorrendo, se possível, todos os municípios do Estado. No caso de Minas Gerais, 853 municípios – o maior número de municípios do País.

Quarto, a coordenação da campanha é que se responsabilizava pela movimentação financeira, com a contratação de veículos, pintores, panfleteiros, material de propaganda e tantos outros itens.

Antes de abordar detalhes referentes a esses fatos fundamentais, historio e enfatizo aspectos básicos da campanha de 1998. Aquela foi a primeira campanha de reeleição, e, ao mesmo tempo, exercia plenamente o Governo do Estado. Como Chefe do Executivo, tinha sob minha responsabilidade, direta e permanente, a administração de múltiplos e complexos aspectos do Estado, que tem quase o porte de um País. Tamanhas responsabilidades somavam-se simultaneamente ao corpo-a-corpo da busca de votos, município a município. Por isso, é possível se imaginar o trabalho de um governador candidato à reeleição.

No pleito de 1994, fui eleito por uma ampla coligação, encabeçada pelo PSDB e formada por diversos partidos. Entre eles estava o PTB, que era liderado em Minas pelo eminente Governador Hélio Garcia, que indicou o candidato a vice-governador, o atual Ministro Walfrido dos Mares Guia, e o candidato ao Senado, o ex-Senador eleito Arlindo Porto Neto. No segundo turno, outros partidos e lideranças agregaram-se à minha campanha, inclusive o PT, formalmente. Fizemos, então, a grande virada, que nos levou à vitória.

Já em 1998, disputei a reeleição também com ampla coligação partidária; porém, com o apoio do PFL, que me auxiliara muito na Assembléia Legislativa do Estado e que indicou, para candidato a Vice-Governador, o empresário Clésio Andrade. Clésio Andrade era Primeiro Suplente do ex-Governador e ex-Senador

Francelino Pereira e, em 2002, foi outra vez o indicado do PFL para candidato a Vice-Governador do atual Governador Aécio Neves.

Desde já, é bom dar a conhecimento de todos dois fatos relevantes: o primeiro é que, muito antes de minha administração, já havia alguns anos, a DNA e a SMP&B prestavam serviços ao Governo do Estado. As duas empresas tinham grande e variado portfólio profissional. Já estavam entre as maiores agências publicitárias de Minas Gerais e do *ranking* nacional.

Ao aprovar a minha decisão de vir espontaneamente a esta comissão, a jornalista Hidelgard Angel registrou bem em sua coluna no Jornal do Brasil, quinta-feira passada: as duas agências eram “altamente consideradas em Minas, como respeitáveis e sólidas, não havendo então desdouro de se contar com seus apoios...”, escreveu Hidelgard.

Antes do meu governo, elas serviram aos Governos Tancredo Neves, Newton Cardoso, Hélio Garcia, à Presidência da República nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique, bem como agora a importantes setores do Governo Lula. Quase todos os maiores Partidos – PSDB, PFL, PMDB, PTB e PT – também utilizaram os seus serviços profissionais em campanhas eleitorais e em governos de Estados e Municípios.

O segundo fato que deve ser destacado é que, antes de assumir a candidatura a Vice-Governador, Clésio Andrade afastou-se da sociedade que tinha na DNA e na SMP&B.

Feito esse breve relato, quero agora declarar que nunca, jamais, em nenhuma hipótese, admitiria que o meu governo autorizasse um empréstimo da natureza que noticia a Imprensa! Também não há aval meu, do meu governo ou do meu partido em qualquer empréstimo de agência! Isso seria, no mínimo, uma insanidade ou algo inaceitável que eu não permitiria ocorrer. Quem conhece minha vida pessoal e política sabe disso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Congressistas, membros desta comissão, aqui passo a demonstrar com documentos que o meu Governo não avalizou nem deu anuência ao empréstimo tomado pela DNA ao Banco Rural.

Solicitei ao meu advogado Paulo Eduardo Mello, que acompanhou diligentemente minha prestação de contas na campanha de 1998, que apurasse a fundo os dados das acusações noticiadas. E ele apurou a falta de fundamento dos mesmos e a existência de falhas de informação. Isso me dá razão de ficar indignado, sim, quando me vejo estampado no noticiário como se eu fosse um dos notórios malversadores que freqüentam as páginas da Imprensa. Graças a Deus, ninguém aponta qualquer desvio mo-

ral e de ética pública que eu tenha cometido como pessoa e, na vida pública, como Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais e, hoje, Senador da República. Por essa razão, preciso destacar alguns dos equívocos que me expuseram à maledicência da opinião pública.

Para começar, os recortes dos fac-símiles publicados no último dia 26 dão a entender, erroneamente, que o empréstimo tomado pela DNA ao Banco Rural foi avalizado pelo meu governo – fato, aliás, impossível de legalmente acontecer – e se destinou a repasses a candidatos a deputado em Minas, durante minha campanha à reeleição.

Deixo aqui com as Sr^{as} e com os Srs. Congressistas a cópia real do contrato, firmado em 19 de agosto de 1998 e registrado no Banco Rural sob o número 060002241-4. Além disso, os fac-símiles publicados são cópias de documentos diferentes dos mostrados. O fac-símile não é do contrato. É do alegado Termo de Garantia. Segundo: as assinaturas que parecem ser do contrato, aqui embaixo, não são nem deste Termo de Garantia, nem são do contrato. São, na verdade – aqui está o documento –, assinaturas do aditamento de renegociação do empréstimo, realizado quase um ano depois. Estão aqui os nomes registrados pelo Banco, no fac-símile: o Sr. Saintclair e Sr. Ronaldo. Ou seja, de 30 de junho de 1999, quando eu não era mais o Governador do Estado. Como poderia ser uma garantia do meu Governo se eu nem era mais Governador!

Novamente, mostro a cópia do verdadeiro contrato de empréstimo, que é este que aqui está, cujo valor foi de R\$9 milhões, e não R\$11,7 milhões como foi publicado. Sou da área de computadores e gosto da exatidão dos números.

Aqui está: a garantia real foi uma nota promissória – esta sim – no valor de R\$11,7 milhões, que inclui juros, como é usual na prática bancária. Ela tem como garantidores – vejam bem – os Srs. Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, os sócios da empresa. Portanto, está provado, efetivamente, que o meu Governo não deu e nem poderia ter dado garantia ao empréstimo – acredito que esses dados mostram com clareza, com a nota promissória e com o nome de quem deu realmente a garantia.

Outra prova disso é que, depois de a DNA ter continuado inadimplente, o Banco Rural promoveu, em 06 de dezembro de 2000, a execução judicial da dívida constante do processo nº – tem o número aqui – e que foi ajuizado na 1ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Nessa ação, o Banco, obviamente, cobrou a dívida não do Estado, mas sim dos três garantidores

antes citados, dos quais chegou, inclusive, a pedir a penhora de bens e imóveis.

As cláusulas 2 e 3 do Termo de Garantia – deste Termo de Garantia aqui, cuja cópia repassarei também à esta Comissão – demonstram que, no momento da sua celebração, o Estado não teve conhecimento, tanto que as partes se comprometiam a notificá-lo, apenas posteriormente – está aqui no documento: “se compromete a notificá-lo”.

Se o tomador do empréstimo apresentou essa contrafação ou outro tipo de declaração como garantidora de financiamento e se o Banco a aceitou, foi decisão própria dele. Portanto, o empréstimo de que falam foi feito entre uma empresa e um banco. Mais uma vez, repito: eu nada tive a ver com isso! Nada tive a ver com esse empréstimo!

Não se pode, assim, misturar e confundir a prestação de contas de minha campanha com o empréstimo realizado entre terceiros, sem o meu conhecimento e sem a minha aprovação.

Eu quero reafirmar também que não participei de qualquer decisão de quem quer que fosse no sentido de listar nomes que deveriam receber doações. A propósito, apresento aqui outra comprovação de que se trata de ilação a afirmativa de que o dinheiro do empréstimo tomado pela DNA foi repassado a candidatos a deputado. Os extratos aqui estão; os extratos do mês de setembro e do mês de outubro, obtidos pelo meu advogado em Belo Horizonte. Os extratos dessa conta titulada à DNA e referente ao empréstimo não registram nenhum saque entre os dias 28 de setembro e 22 de outubro de 98, que pudesse ter sido repassado aos candidatos focalizados pelo noticiário nos dias 26 e 27.

Como sabem todos os que já fizeram campanha eleitoral, são os coordenadores de campanha que alocam os recursos, que cuidam dos recursos de uma campanha, ainda mais de uma campanha de governador em um Estado como Minas Gerais com o Governador ainda respondendo pelo Governo.

A coordenação geral escolhida pela coligação partidária da campanha à reeleição coube ao ex-Deputado Carlos Elói Guimarães, que fora presidente da Cemig durante o governo Hélio Garcia e continuou no meu governo. Porém, essa coordenação se subdividiu em outras coordenações específicas, que, por sua vez, tinham autonomia para atuar em seus respectivos âmbitos.

Ao final da eleição, recebi os comprovantes das despesas com a campanha e prestei contas ao Tribunal Regional Eleitoral, que as aprovou sem ressalvas em 04 de dezembro de 1998. Considerava a despesa total apresentada, de R\$8.555.878,97, alta e cabível nos

padrões usuais de campanhas de governo de Estado. Parti do suposto de que os gastos estavam dentro da previsão orçamentária. Eu mesmo tinha todo o interesse em que a prestação fosse precisa, em razão de minha formação moral e técnica. Além disso, inaugurava-se à época a nova exigência da legislação eleitoral de que o candidato, pessoa física, respondesse legalmente por suas despesas de campanha. Foi nesse sentido a orientação que eu e meu advogado Paulo Eduardo Mello, especialista em Direito Eleitoral, demos à coordenação da campanha.

Ainda a propósito das minhas contas, é importante também fazer aqui esclarecimento sobre notícias maldosas divulgadas acerca de sua aprovação pelo TRE. A Relatora, que foi a então Juíza Ângela Catão, foi acompanhada pela totalidade dos membros do Tribunal. Essa mesma Corte do TRE foi a que julgou e aprovou as contas de todos os demais candidatos, como os candidatos a governador da eleição de 98 – Itamar Franco, que foi o vencedor; Patrus Ananias – bem como a do então candidato a Senador José Alencar e centenas de outros candidatos.

Embora digam respeito a assuntos diferentes, preciso chamar a atenção ainda para ilações absurdas e irresponsáveis com que me atacam. Tentam me associar, de modo infundado, a terceiras pessoas que não têm comigo nenhuma relação direta e especial. Covardemente, distribuem contra mim papéis apócrifos, estapafúrdios – como aconteceu em Minas Gerais –, como se contivessem informações fidedignas.

Refiro-me, agora, a outro ponto de grande relevância. Em correspondência de próprio punho, que me foi enviada sexta-feira, o Dr. Cláudio Mourão da Silveira, coordenador administrativo e financeiro da nossa campanha à reeleição – aqui está –, além de confirmar a entrega e a aprovação das minhas contas pelo TRE, esclareceu que, por sua própria iniciativa, tomou decisões estratégicas em relação aos seguintes pontos que estão aqui enumerados.

Como gerenciador das finanças da campanha, tomou a decisão de apoiar candidatos a deputado, no entendimento de que isso pudesse fortalecer a campanha majoritária. Solicitou, então, à SMP&B o apoio financeiro a vários candidatos a deputado.

Entendendo, ainda, que as referidas campanhas fossem fazer as respectivas prestações de conta, não as incluiu na prestação da campanha majoritária. Somente agora – diz ele, o Dr. Cláudio Mourão – compreendeu que o entendimento era de que ele, como coordenador, faria essa prestação.

Conforme deixa claro a correspondência, a responsabilidade por esses aportes foi da coordenação da campanha.

Permaneço, pois, com a consciência tranqüila de que me pautei pela lei e pela ética ao prestar contas da campanha, com os fatos e documentos que conhecia, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Parlamentares; eram os documentos que eu tinha conhecimento, foram esses que eu prestei contas.

Avalio que a preocupação e a ansiedade de apoiadores com os rumos da disputa certamente os motivaram a realizar novas despesas sem o meu conhecimento e autorização prévios.

O Presidente Lula também tem deixado a entender que não sabia de todos os fatos que o cercam e que se relaciona com as denúncias agora trazidas à luz.

Mas, além das informações que vim trazer, o que desejo agora é que as graves injustiças sacadas contra a minha pessoa, e algumas outras, sirvam ao final, pelo lado positivo que há em qualquer situação, para o aperfeiçoamento de nossas instituições de Estado e da legislação política e eleitoral.

A minha campanha ao Governo de Minas prestou contas de mais de oito milhões e meio de reais, em 1998. Lembro-me bem que a revista **Veja** destacou na época que foi a campanha de custo mais alto entre as realizadas pelos candidatos a Governador. De fato, a prestação de contas foi a mais alta, mas certamente não foi a campanha mais cara! A prestação de contas foi a mais alta, mas certamente não foi a campanha mais cara.

O noticiário sobre as CPIs em andamento induz a opinião pública a pensar que elas têm por objetivo investigar as campanhas eleitorais. Mas é essencial que se separe com clareza a questão dos financiamentos de campanha eleitoral das investigações sobre a prática da compra do voto de Parlamentares, do maldito mensalão. Eventuais irregularidades no processo eleitoral deverão, sim, ser objetos de esclarecimento, e depois de medidas concretas, no bojo da reforma política pela qual tanto tenho lutado desde que assumi o meu mandato aqui, no Senado. Porém, outra coisa mais grave e hedionda é a compra de votos de Parlamentares, visando cooptar a sua consciência política, a fidelidade partidária, o Congresso e o próprio Estado democrático de direito.

Não aceito que se cometa contra mim e contra o meu Partido a tentativa proposital e calculada de se confundir e misturar acusações sobre gastos de campanha com graves denúncias de corrupção sistêmica. Ninguém precisa fazer esforço de inteligência para logo perceber que se tenta, na verdade, desviar o foco da investigação das graves denúncias que envolvem setores do Governo Federal e de seus Partidos aliados.

Buscam deliberadamente amplificar e confundir fatos eleitorais com o descalabro das denúncias que aí

estão. Querem espalhar lama a esmo sobre o Congresso, misturando o joio ao trigo e mirando especialmente nós da Oposição, na tentativa de nos fazer calar.

Tentou-se bater na tecla de que a Oposição estava promovendo um golpe contra o Governo. Na verdade, tenta-se golpear a democracia e o Congresso, e desmoralizá-los pela compra de votos por meio do descarado mensalão, agora já quase confirmado.

Essa convicção é compartilhada pelo PSDB de Minas Gerais, em nota oficial que me prestou apoio, e por tantas e tantas Lideranças de meu Partido e de outros Partidos que já se manifestaram.

Eu e todos nós não aceitaremos que se tente atacar injustamente o PSDB. Aliás, o nosso Partido orgulha-se de administrar os seus recursos de forma profissional, responsável e ética. Não é em vão que o PSDB detém uma das maiores e melhores galerias de homens públicos do País. Não abriremos mão de que ele continue a contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento da democracia brasileira e para o engrandecimento do País, ao lado de todos os que querem o bem do Brasil.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr^{as} e Srs. Deputados, os documentos aqui estão e, por intermédio da Mesa, passo às mãos de V. Ex^{as}. Não houve garantias do Governo do Estado firmadas ou ajuizadas, não há assinaturas nem autorização minha em nada do que foi divulgado; não há aval meu nem do meu Partido. Por outro lado, aqui também está o documento de próprio punho do coordenador administrativo da campanha, que demonstra não ter tido eu a responsabilidade em relação a depósito efetuado a favor de candidatos, coordenadores regionais ou deputados eleitos em 1998. Assim, duas razões de honra – a pessoal e a partidária – sustentaram a minha decisão de me antecipar, de tomar a iniciativa de comparecer espontaneamente a esta Comissão Mista para prestar as informações necessárias, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

Muito obrigado.

Essas são as palavras de um Senador da República que se orgulha muito de ser representante do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. A Mesa gostaria que V. Ex^a encaminhasse a documentação que faltou na exposição que acaba de fazer.

Suspenderei a reunião por dez minutos, para que venhamos a discutir os requerimentos que farão parte da nossa reunião administrativa.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 10 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Moreira. PT – MS)

– Considero reaberta nossa reunião administrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Moreira. PT – MS)

– Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero trazer uma preocupação a V. Ex^a que creio seja compartilhada por todos os membros desta CPMI, sejam Senadores, sejam Deputado. Estamos diante da repetição de um fato que é, no mínimo, desagradável: a maioria dos Parlamentares desta CPMI acaba tomando ciência de alguns documentos primeiro pela imprensa e depois pela documentação oficial da CPMI.

Por exemplo, quanto ao episódio do depoimento de ontem da Simone Vasconcelos, segundo informações que recebemos, o Deputado Carlos Sampaio recebeu uma cópia desse documento, entregou-a a um assessor da CPMI, e esse documento, até hoje ao meio-dia, tanto o depoimento quanto a lista que está publicada na imprensa, não foram...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permite um aparte, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pois não, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A informação do Deputado Carlos Sampaio foi de que entregou ao Sr. Marzagão, assessor do Presidente Dalcídio Amaral.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pois bem, queria registrar um fato e gostaria de solicitar a V. Ex^{as} as providências necessárias para que ele não se repita. Ontem, até incomodei o Sr. Relator em sua casa, tarde da noite, na busca de informações, e o fato concreto é que, até o meio-dia de hoje, esse depoimento não estava autuado pela Secretaria da CPMI, muito menos a lista. Ora, desde mais ou menos 10h30min, alguns *sites* já disponibilizavam a provável lista, e nós, Parlamentares, continuávamos nos valendo da informação da imprensa, que cumpre o seu trabalho – mérito de quem a obteve, e não tenho nenhuma objeção a esse fato de que a divulgação seja ampla, porque, afinal de contas, a imprensa cumpre o seu papel de bem informar. Mas o que trago à consideração de V. Ex^{as} é que possamos ser capazes de montar um sistema que permita aos Parlamentares o acesso a esses documentos, vitais para a investigação, de maneira antecipada à divulgação a ser feita posteriormente pelos órgãos de imprensa. Se não for possível haver essa antecipação, por razões que V. Ex^a conheça, que, pelo menos, os Parlamentares tenham conhecimento da

informação na mesma velocidade que os órgãos da imprensa, porque fica realmente constrangedora essa situação que estamos enfrentando, e essa já não é a primeira vez. Então, eu queria pedir providências de V. Ex^a e do Sr. Relator.

Além disso, por dever de justiça, quero reconhecer que o trabalho desenvolvido pela assessoria técnica, na última sexta-feira, no sábado e no domingo, permitiram que, desde ontem, os Parlamentares tivessem uma área confortável para verificar todos os documentos. Estão todos os documentos numerados, alinhados, o que possibilita aos Parlamentares fazerem o trabalho exigido pela sociedade.

Então, apresento o aplauso e o reconhecimento ao corpo funcional, como também à V. Ex^a e ao Relator, que, junto com os Relatores suplementares, imprimiram organização tal que já se manifesta de maneira bastante qualificada, com respeito ao espaço físico e à disponibilização dos documentos.

Contudo, quero registrar minha inconformidade – e creio que, com isso, vocalizo também o pensamento de muitos Parlamentares –, minha insatisfação com o fato de que estamos sabendo de coisas que são vitais para as investigações por meio de *sites* na Internet ou da informação que os jornalistas nos repassam.

Eu queria solicitar providências a V. Ex^a para que consigamos vencer essa dificuldade, e, daqui para a frente, os Parlamentares tenham prioridade no conhecimento dessas documentos, que são vitais para o nosso trabalho.

Obrigado, Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Deputado, eu, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – É absolutamente procedente o comentário do Deputado Onyx Lorenzoni.

Na verdade, Deputado Onyx, o depoimento terminou muito tarde ontem em função até da minha chegada aqui. Houve esse contratempo para a CPMI, mas isso não vai mais acontecer. É importante registrar que a CPMI está se organizando de maneira efetiva. Criamos as sub-relatorias. O Deputado Carlos Sampaio, desde o final da semana passada, já cuidava especificamente da parte administrativa da CPMI. Temos o Deputado Abicalil, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado José Eduardo Cardozo, e não tenho dúvida de que eles nos auxiliarão muito, inclusive auxiliarão bastante o Deputado Osmar Serraglio na relatoria. Então, V. Ex^{as} têm sido bastante pacientes, porque esta CPMI é uma CPMI onde os fatos se precipitam numa velocidade, numa rapidez inigualável se se comparar com outras CPIs ou CPIMIs ocorridas no Congresso. Mas, não há dúvida nenhuma, houve efetivamente... E eu assumo

essa responsabilidade, porque cheguei de madrugada em Brasília e não tive a oportunidade de, pela manhã, encaminhar. Mas isso não acontecerá mais.

Eu queria também registrar que nós vamos fazer, com muito esmero, vamos procurar preparar essas reuniões administrativas para que não tenhamos os sobressaltos que tivemos no dia de hoje e nos outros dias também. É muito mais uma questão de confiança recíproca, de conversa, de diálogo, que tem feito com que a CPMI continue andando, andando bem, com o enfrentamento, com o “tensionamento”, que é natural em um momento como este que nós vivemos, mas efetivamente mostrando trabalho. E os resultados já começam a aparecer: alguns vão surgir dos relatórios parciais, que já vamos começar a emitir, e outros já saem em função do próprio trabalho da CPMI, naturalmente, como um desaguadouro natural. Acredito que, esta semana, esse **modus operandi** especialmente administrativo e dos relatórios deve entrar nos eixos. Já temos muitas informações que conseguimos sistematizar, e entramos numa nova fase, uma fase que vai facilitar muito o trabalho de todos os Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas.

É absolutamente procedente o comentário de V. Ex^a.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Pela ordem, o Deputado Rodrigo Maia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu, Presidente, ou quando puder.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Depois, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Pompeo de Mattos, o Senador Ney Suassuna, o Deputado Nélcio Dias, enfim, todos.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu vim à CPMI hoje para pedir a V. Ex^a, ao Relator e aos membros da CPMI que pudéssemos focar, além do belo trabalho já feito pelo Presidente, pelo Relator e por todos os membros da CPMI, num tema que já é recorrente em todas as crises por que passamos nos últimos anos, que é o tema dos fundos de pensão. Desde que eu me entendo por gente, sempre que há uma crise, há participação de um fundo de pensão. E toda vez que vamos chegar perto do fundo de pensão, há um clamor dos mercados, porque isso desestabiliza A, desestabiliza B, e nós acabamos passando pelas crises, esquecendo de investigar um dos maiores focos de desvio de recursos não públicos, mas de servidores públicos no nosso País. E não é diferente nesta crise. Eu tenho convicção de que a investigação em relação a fundos de pensão por esta CPMI – que tem correlação a esse

assunto que está sendo investigado – é fundamental. O volume de recursos administrados pelos principais fundos de pensão no Brasil pode ter gerado desvios de valores muito maiores do que esses que já apareceram em relação ao caso específico de duas agências de publicidade. É por isso, Sr. Presidente, que pedi essa atenção de V. Ex^a.

V. Ex^a tem outros requerimentos para votar hoje, junto com o Relator. O que nós pedimos e combinamos é que pudéssemos, na quinta-feira, fazer uma reunião só para tratar dos casos de fundo de pensão, e não é aplicação de CDB, não; na aplicação de CDB, nós não vamos pegar nada, porque os bancos de segunda linha pagam taxas de juros mais caras que os bancos de primeira linha. Não há nessa investigação nada que se pegue em fundo de pensão em relação a CDB; nós vamos pegar os fundos de pensão na compra de títulos públicos pós-fixados, indexados ao IGPM, ao IPCA, papéis que 15, 20, 30 até 40 anos, que geram, no seu deságio, trazendo a valor presente, comissões a corretores de valores, como eu disse, que vão gerar uma investigação muito mais profunda e com valores muito maiores do que já chegamos.

Só para dar um exemplo: na semana passada – nós não temos como saber qual foi o fundo, porque na Cetip só aparece a compra e a venda –, um fundo de pensão comprou de título pós-fixado R\$6 milhões, e a corretora ficou com uma comissão de R\$1 milhão. Só para termos uma noção do que são os fundos de pensão, que, como eu disse, é uma questão recorrente, já vem de anos, e o mercado, quando vamos chegar nos fundos de pensão, pressiona os Parlamentares para que a investigação nunca chegue a uma investigação correta e profunda em relação a isso. Por isso, acho que está na hora de aproveitarmos que a crise é profunda, que a crise é grave, para fazermos essa reunião administrativa da Casa e discutirmos e debatermos os requerimentos em relação a fundos de pensão e, se possível – essa é a posição do PFL –, aprová-los.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Registrado, Deputado, Líder Rodrigo Maia. Na quinta-feira, faremos uma reunião para tratar especificamente dessa questão dos fundos de pensão.

O Deputado ACM Neto, Líder absoluto de audiência em alguns sites...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E V. Ex^a bem pertinho, Dalcídio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a viu que, nem com todo o esforço que V. Ex^a fez, conseguiu-me passar.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Qual é o site, Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, Sr. Presidente, eu, antes de mais nada...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deputado, me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Qual é o endereço do *site*? *www...*

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu não sei o endereço, agora eu fico muito lisonjeado de estarmos gerando qualquer pesquisa... Olha, eu não sei...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O pior é que tem muita gente ligando para mim, dessa comunidade que eu amo e adoro, ficam o tempo todo ligando e perguntando, para eu opinar em quem votar. Por favor, comecem a fazer boca-de-urna aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Olha, Senadora Heloísa, eu, particularmente, fico muito lisonjeado de estar liderando qualquer tipo de pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado ACM Neto está em campanhas incansáveis em todo o Brasil, passando por vários Estados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Fico muito lisonjeado e agradecido a todas as pessoas que estão acompanhando o nosso trabalho e que, por vontade própria, resolvem votar na minha pessoa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, eu quero fazer um protesto aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pedir voto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quero fazer um protesto. Só para informar a V. Ex^a que na noite de hoje eu passei V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem, eu queria, Sr. Presidente, antes de mais nada, pedir o silêncio e a atenção da Comissão.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de relembrar a proposta que eu fiz na semana passada, ao final da nossa reunião administrativa, sobretudo uma proposta que foi por mim apresentada ao Deputado Osmar Serraglio. Existiam três encaminhamentos. O primeiro direcionava alguns dos nossos requerimentos para que fossem eliminados, ou seja, nós faríamos uma triagem, verificaríamos os requerimentos desnecessários, que

perderam o objeto, que deixaram de ser importantes pelo curso das nossas investigações, e esses seriam prontamente eliminados, o que nos permitiria reduzir substancialmente esse número expressivo de requerimentos sobre os quais temos de deliberar.

O segundo encaminhamento que fiz foi no sentido de que o Relator nos trouxesse, no dia de hoje, uma proposta relativa àqueles requerimentos que seriam destinados para o trabalho especial da Comissão, com oitivas feitas por grupos seletos, grupos reduzidos que pudessem agir concomitantemente, ganhando tempo.

O terceiro encaminhamento foi no sentido de que o Relator pudesse nos trazer alguns requerimentos que deveriam ser votados prioritariamente neste dia, nesta reunião.

Não conseguimos avançar. Não se pode culpar apenas o Relator. Todos nós temos responsabilidade. Vale lembrar que V. Ex^a definiu uma nova sistemática de trabalho. Talvez até por falta de tempo e de adaptação, apesar de já existir uma nova sistemática, não conseguimos dar agilidade e celeridade ao encaminhamento dessa quantidade enorme de requerimentos que temos de deliberar.

Tentei fazer associação com alguma imagem e me lembrei do seguinte: quando o estudante não faz o dever de casa e não se prepara para realizar a prova, ele acaba faltando à prova para fazer segunda chamada. Às vezes, não se prepara para a segunda chamada e consegue com o professor uma repescagem. É mais ou menos isso o que está acontecendo, porque, a cada reunião administrativa, por não fazermos o dever de casa, não estamos preparados para votar os requerimentos e temos sempre de postergar a decisão.

Não nos preparamos, até hoje, para enfrentar os requerimentos mais polêmicos. É evidente que, com o debate político, com diálogo, com conversa, é possível encontrar algum encaminhamento racional para esses requerimentos. Então, está faltando diálogo fora deste ambiente, deste espaço de reunião.

As segundas-feiras, por exemplo, poderiam ser sempre dias voltados para reuniões internas. Nós poderíamos ter o compromisso de chegar segunda-feira à tarde e ter um horário pré-estabelecido para discutir a pauta de requerimentos da semana, não deixando essa discussão apenas para a quinta-feira, para o final da semana, porque terça-feira e quarta-feira há oitivas, então, não temos tempo. É humanamente impossível. A sugestão que faço para se somar à nova sistemática de trabalho definida pelo Presidente e pelo Relator é que fique pré-estabelecido que toda segunda-feira teremos reunião interna dos membros da Comissão que puderem chegar – é claro que aqueles que não

puderem se farão representados –, então, faremos uma reunião interna para discutir os requerimentos da semana e tentaremos começar a construir um consenso para que, quando houver reunião administrativa deliberativa, tenhamos o encaminhamento racional pré-estabelecido.

Sr. Presidente, para não lamentar as mágoas e querendo objetivar minhas sugestões, para a reunião de hoje, sugiro que votemos, primeiro, os requerimentos sugeridos pelo Deputado Osmar Serraglio; depois, o requerimento de convocação do Deputado José Dirceu; terceiro, o requerimento de convocação do Sr. Pizzolato. Quero explicar. Ouvi de alguns colegas aqui: “Ah, mas o Pizzolato tem a ver com fundo de pensão e fundo de pensão ficou para quinta-feira”. O que me motiva a pedir a convocação do Pizzolato não é o fato de ele ter sido Presidente do Conselho da Previ, mas de ter sido diretor de *marketing* do Banco do Brasil, de ter sido responsável pelas contas de publicidade daquele banco e por haver denúncias públicas, veiculadas pela imprensa, de superfaturamento nos contratos, de induzimento nas licitações e de favorecimento às empresas do Sr. Marcos Valério.

Então, eu estou aqui convocando o Sr. Pizzolato não como presidente do Conselho da Previ e, sim, como ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil, por isso eu gostaria de esclarecer ao Deputado Cardozo e ao Deputado Rands a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, vamos concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu vou concluir. V. Ex^a vai-me permitir concluir porque estou apresentando o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É um longo encaminhamento, não é Deputado ACM?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pois é, necessário, necessário.

Eu gostaria, ainda, de sugerir, Sr. Presidente, a aprovação do Requerimento 601, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, subscrito também por mim. Trata-se apenas da complementação de dados que precisam ser encaminhados a esta Comissão.

Reitero o que foi dito pelo Líder Rodrigo Maia. V. Ex^a nos fez um apelo, o Líder o atendeu e eu acompanhei a orientação do Líder de deixar para quinta-feira a discussão sobre os fundos de pensão, mas nós vamos ter que sentar, na quinta-feira, para discutir a quebra do sigilo bancário e fiscal dos fundos de pensão e mais os outros requerimentos relativos aos fundos de pensão.

Com isso, eu concluo o meu encaminhamento, mais uma vez frisando que teríamos que votar hoje os requerimentos, pelo menos é a minha sugestão, apresentados pelo Deputado Osmar, o Requerimento 601, o requerimento de convocação do Sr. Pizzolato e o requerimento de convocação do Deputado José Dirceu.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Fala-se muito, aqui, em quebra de sigilo bancário, quando, na verdade, nós não quebramos, até o momento, nenhum sigilo bancário. Isso passa para a sociedade a idéia de que estamos quebrando tudo.

Então, façamos o exercício de colocar o nome correto, que é “transferência do sigilo”, porque, até agora, ninguém quebrou nenhum sigilo, os sigilos permanecem intactos, serão quebrados na medida da necessidade ou não, senão parece que somos brítadores de sigilo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard, o comentário é pertinente.

Senador Ney Suassuna.

O encaminhamento não é tão longo, não é, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Eu, normalmente, gosto de economizar as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Objetivo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, ouvi o Deputado Onyx exarar a sua preocupação em relação aos furos, sempre à nossa frente e da imprensa.

Eu diria que não teria essa preocupação tão grande em relação aos furos. E por quê? Porque, primeiro, os órgãos de comunicação colocaram verdadeiras legiões. Há um jornal que colocou 30, 40 jornalistas especializados, de lugar em lugar, coisa que nós não temos como fazer. Segundo, estamos, hoje, na época do fax, da xerox, do telefone celular com foto, da Internet, que rapidamente espalha as informações. Terceiro, a preocupação nossa não tem que ser com o furo. Temos é que agradecer à imprensa pelo que estão nos fornecendo e pelo caminho, pelas sendas que estão abrindo.

Devemo-nos preocupar com o minucioso exame da documentação, porque baseados nisso vamos fazer os nossos julgamentos e vamos poder votar.

Então, eu queria louvar o que a CPMI, até agora, fez em trabalho de organização, todo o esforço que temos feito, e não estaria preocupado com o problema dos furos. Seria bom se tivéssemos também os furos,

mas para isso deveríamos ter um verdadeiro exército de investigadores.

Por último, hoje, nós vamos ter um limiar: o encontro dos dois Relatores com os dois Presidentes, que vão definir limites para as duas CPMIs. Espero que ele seja satisfatório para ambas, que têm um papel importante e se complementam.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de registrar que os dois Relatores e os dois Presidentes farão uma reunião hoje, às 17 horas, sobre a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios.

Concedo a palavra ao Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que nos ordenássemos. Temos, hoje – concordo com o Deputado ACM Neto –, 598 requerimentos. Ele fala em enxugamento e concordo plenamente com isso, mas eu gostaria que, nesses 598 requerimentos, pudéssemos identificar a competência da nossa CPMI e da CPMI do Mensalão.

Eu vou-lhe dar um simples exemplo. Estamos, hoje, na prorrogação desta reunião por causa da convocação ou não do Senador Eduardo Azeredo. Se isso fosse de competência da CPMI do Mensalão, não teríamos perdido tanto tempo. Se é compra de votos, se é exatamente o que compõe a sua denúncia, ou se podemos averiguar na outra CPMI, por que a gente está aqui passando 300 horas para discutir se ele vai ser convocado ou não?

Então, nesse enxugamento que o Deputado ACM Neto propõe, sugiro que seja feita também uma avaliação da competência dos 598 requerimentos, ou seja, quais são da competência da CPMI dos Correios e quais da CPMI do Mensalão.

O outro assunto é que há mais ou menos 12 dias foi divulgada, na grande imprensa, no **O Estado de S. Paulo**, uma relação de 22 Deputados, numa nota apócrifa que esta CPMI, inclusive, disse não ter recebido. Nem a CPMI diz que recebeu, nem diz que não recebeu, e aí estão vários Deputados **sub judice** para a sociedade brasileira.

Acredito que a CPMI não tem o direito de prorrogar a nota, não isentando qualquer Deputado e apenas dizendo que não a recebeu e que não a remeteu ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Eu queria que V. Ex^a, especialmente nesse segundo item do meu pronunciamento, fosse rápido nas respostas, porque se tratam de 22 pessoas que estão precisando saber se a CPMI recebeu a nota e se vai ou não avaliar essa nota anônima.

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias, nós aprovamos, na quinta-feira,

o requerimento do Deputado Ranzolin e vou conversar com o Deputado Osmar Serraglio.

A partir do momento em que houve um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, pela CPMI, creio que essa resposta fica até muito mais consolidada e consistente. Vamos preparar esse documento dentro da tramitação institucional e formal da CPMI.

Com relação à CPMI do Mensalão e aos assuntos comuns, acreditamos que hoje, às 17 horas, esclareceremos essas questões também com o Presidente, Senador Amir Lando, e com o Relator, Deputado Abi Ackel.

Eu gostaria também de registrar que, hoje, no início da reunião, o Senador Eduardo Azeredo fez um pronunciamento e apresentou uma série de documentos, que foram encaminhados à CPMI. Ele, de pronto e espontaneamente, compareceu a esta CPMI para esclarecer essas informações, essas notícias sobre a sua campanha ao Governo do Estado em 1998, e nós, efetivamente, analisaremos com muito cuidado e zelo toda a documentação encaminhada.

Entendo que esse é um procedimento equilibrado, de quem busca, mais do que nunca, um bom funcionamento da CPMI.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, depois ao Deputado Eduardo Paes e às Senadoras Heloísa Helena e Ideli Salvatti.

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quem sabe, Presidente, vou ser um pouco insistente. Diz-se que teimoso é o teimoso que teima com o teimoso, mas mais teimoso ainda é o teimoso que teima com a própria teimosia e ganha por teimoso.

Eu insisti aquele dia com V. Ex^a em relação aos documentos e V. Ex^a, com retidão, com correção, como, aliás, a Mesa tem-se portado, reagiu com indignidade, ou seja, com indignação. Mas, quando estamos falando não vai nada contra a Mesa, muito menos contra o Relator, é na forma como as coisas estão acontecendo.

Sei, é difícil de controlar; sei... Olha, para termos acesso a documentos... chegamos, primeiro, não sabemos o que chegou lá, não tem nem como pedir. Pedimos o que chegou, não sabe o que chegou. E se sabe não tem como dizer alguma coisa de forma específica. E quando pedimos alguma coisa específica é difícil, porque é complicado de achar. Eu mesmo estou nessa questão da pesquisa da Cepa-UFRGS, estamos fazendo essa avaliação das pesquisas feitas pela Cepa-UFRGS, que envolve uma negociação com o Banco do Brasil e que envolve a FAURGS, no Rio Grande do Sul, que envolve uma empresa DNA, que, aliás, tem requerimentos para ser aprovado hoje, cuja

documentação está lá. Já tivemos acesso, para achar a documentação de novo estamos lá trabalhando, é um parto de mãe de ouriço, extremamente complexo.

Por isso, faço coro à manifestação do Deputado Onyx Lorenzoni, até porque os documentos chegam aqui, a imprensa fica sabendo e nós, os Parlamentares, somos os últimos a saber.

Obviamente, alguém ficou sabendo, alguém de nós passou, alguém tem informações privilegiadas, eu diria assim. Não estou falando mal de ninguém. Quem sabe eu até esteja enciumado desse alguém que tenha. Gostaria de ter também essas informações, não necessariamente privilegiadas, mas oportunas, para que nós todos pudéssemos trabalhar em cima, uns se dedicarem mais a um caso; outros, mais a outro caso.

Mas, para sermos mais específicos na nossa manifestação, Sr. Presidente, temos um requerimento na Mesa, convocando o Sr. Daniel Dantas, que, para mim, é o cérebro do esquema dos fundos de pensões. Sei, já conversei com o Relator e fica para quinta-feira, para que possamos aprofundar, até porque é um dia específico para o fundo de pensão. E temos também pedido de quebra de sigilo bancário dos fundos de pensão, se não no todo, temos que trabalhar, mas pelo menos nesses bancos onde os fundos de pensão estão instalados: BMG e Banco Rural, especialmente do BMG, que foi beneficiado pela Medida Provisória nº 130, Presidente, com o financiamento específico. O que acontece? Os fundos de pensões transferem os depósitos para o BMG. Os depósitos são remunerados com taxa Selic, e o BMG empresta aos funcionários públicos, com garantia do Governo Federal, ou seja, risco zero, mediante uma medida provisória, a 35%, 40%. Aí tem uma lucratividade, olha, desculpem-me a expressão, mas dá mais que roubar, até porque roubar pode dar cadeia e aí não dá cadeia, pelo menos por enquanto. Uma coisa assim de cartas marcadas. É um jogo muito baixo. E eu, que sou bancário, posso bem descrever essa triangulação, essa operação triangular que está sendo feita.

O Governo, através da medida provisória; fundo de pensão, através de depósito; e o banco, através de empréstimo. O Governo garantindo tudo e o banco se locupletando. Depois, é claro, o banco pode fazer empréstimo para o Sr. Marcos Valério sem aval, pode fazer empréstimo para partido político sem aval. Enfim, essa questão tem que ficar esclarecida, porque é uma operação que eu acredito que já venha de anos, que está se especializando e que se nós deixarmos passar em brancas nuvens vai se especializar e que, olhando aparentemente, está tudo legal, está tudo formal, é bom até para o funcionário público.

Ora, fazer um financiamento com juros de 2,5% a 3% é bom, quando o cheque especial está a 10%, 8%, 9%. Mas, se formos ver, é uma grande operação de um grande esquema, onde muita gente ganha, porque estão tratando de forma particular da coisa que é pública.

Mas, Sr. Presidente, duas questões: o depoimento do Sr. José Dirceu. Nós, daqui a pouco, vamos ter o depoimento dele na Comissão de Ética. Eu peço que a CPMI, formalmente, solicite cópia desse depoimento para que possamos inclusive, diante, Sr. Presidente, Sr. Relator, desse depoimento havido, dependendo da sua amplitude, ouvir ou não o Sr. José Dirceu nesta CPMI. Dependendo da situação, há um requerimento, parece-me que do Senador Jefferson Peres, para acareação direta. Ou seja, sem que tenhamos que ouvir o José Dirceu, porque S. Ex^a já foi ouvido. Será uma espécie de comida requentada. S. Ex^a já foi ouvido na Comissão. O ideal seria que pudéssemos fazer aqui uma acareação entre o José Dirceu e Roberto Jefferson, Roberto Jefferson e José Dirceu, aprovando o requerimento do Senador Jefferson Péres, da Bancada do PDT, que eu subscrevo. Tenho certeza de que outros colegas Parlamentares também vão subscrevê-lo também.

Assim, peço a atenção de V. Ex^a para esse aspecto.

Para concluir, quero dizer que apresentamos vários requerimentos. Alguns desses requerimentos obviamente irão para a CPMI do Mensalão. Isso será acertado hoje à tarde. Outros requerimentos são motivo de impasse, não há consenso a respeito deles. Vamos decidir isso no voto. Aqueles em que há consenso a respeito, teríamos que matar a charada o quanto antes. Há alguns cujo encaminhamento a CPMI pode abreviar. Isso porque se referem à oitiva de pessoas que sacaram na conta de Marcos Valério, da SMP&B, da DNA.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral) – Conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluirei, Sr. Presidente.

Esses saques foram menores. Essas pessoas deveriam ser ouvidas imediatamente pela Polícia Federal. Para tanto, é preciso que seja aprovado um requerimento da CPMI, solicitando essa oitiva. Ao mesmo tempo, é preciso pedir que o documento, reduzido a termo no depoimento, seja encaminhado imediatamente à CPMI, para que possamos ter acesso a ele.

Vou dar um exemplo. Nós estamos pedindo o depoimento de Marcelo Pies e Paulo Bassotto. Trata-se de dois membros do PT do Rio Grande do Sul, do meu Estado. Segundo informações de Simone Vasconcelos,

com base na lista fornecida pelo Marcos Valério, eles teriam recebido dinheiro do PT. Quer dizer, até esses documentos chegarem à CPMI, vai longe.

Assim, é preciso que esse requerimento seja aprovado, para que a Polícia Federal possa ouvir essas duas pessoas sobre essas denúncias, para saber se elas são verdadeiras, saber qual é a versão que elas têm a apresentar, lá no meu Estado. É preciso que isso aconteça em cada Estado. Ou seja, no Rio Grande do Sul, a Polícia Federal do Rio Grande do Sul deve ouvir esse. Nos outros Estados, a Polícia Federal de cada Estado deve ouvir outras pessoas. Que toda essa documentação venha para a CPMI para que possamos fazer uma leitura coletiva dela.

Esse é o nosso pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena; depois, à Senadora Ideli e ao Deputado Eduardo Paes, os últimos que pediram a palavra pela ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, primeiro, quero compartilhar da sugestão do Deputado Pompeo. Até porque são tantas denúncias, tantas personalidades, tantos dirigentes partidários que estão sendo citados em vários Estados do Brasil que acaba sendo extremamente importante que sejam estabelecidas algumas diligências, com o acompanhamento dos Parlamentares, em todos os Estados, conforme a listagem entregue pela Sr^a Simone, de pessoas que foram beneficiadas pelo esquema do dinheiro sujo do mensalão.

Com relação aos fundos de pensão, Sr. Presidente, eu realmente estava querendo muito que isso fosse votado hoje. Mas eu acato, aceito a proposta que foi acordada entre V. Ex^a e alguns autores dos requerimentos relacionados aos fundos de pensão. Eu sei que é essencial que possamos fazer esse debate, que não é um debate fácil. Isso porque, além da complexidade técnica, há também toda uma argumentação política e econômica. Mas é essencial que possamos fazer isso. Eu vi o que aconteceu, há alguns meses, no plenário do Senado, antes de qualquer uma dessas denúncias gigantescas de corrupção. Ou seja, eu vi, no plenário do Senado, uma verdadeira histeria da base bajulatória, quando tentamos instalar um procedimento investigatório junto ao Tribunal de Contas da União ou na Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, em relação a uma denúncia sobre um acordo da Previ, ainda em 1998. Foi uma confusão gigantesca para se conseguir isso.

Assim, todas as vezes em que se fala em fundo de pensão, qualquer pessoa de bom senso, com um mínimo de honestidade intelectual, se é que existe mínimo ou máximo em relação à honestidade intelec-

tual, sabe como os fundos de pensão, através de aplicações financeiras, agiram pagando comissões pelos serviços sujos prestados nos supostos empréstimos, que de empréstimos, de fato, nada tiveram. Então, é muito importante que isso seja feito. Do mesmo jeito, Presidente e Relator, no sentido de possibilitar também a aprovação relacionada tanto à transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico como dos depoimentos de outros empresários de três áreas do chamado gestor operacional dos Correios, que não foram ouvidas ainda, a área de tecnologia, de operações e a comercial, que vai desde a área de tecnologia à rede postal aérea noturna. Denúncias graves, indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, e é importante que eles também aqui estejam para prestar esclarecimentos.

Os fatos relacionados ao Sr. Marcos Valério são extremamente graves, quer seja na articulação da lavagem de dinheiro, quer seja no aperfeiçoamento da metodologia, que já vinha de algum tempo atrás. Então, tudo isso é muito grave, mas é essencial que possamos também investigar três outras diretorias, o gestor operacional dos Correios, envolvendo contratos de bilhões nas questões relacionadas aos mecanismos fraudulentos das licitações e das execuções nos contratos dessas áreas. Então, é essencial que isso também possa ser votado. Entra a Beta, a Novadata e várias outras áreas.

Uma outra coisa. Acho que é muito importante, até humildemente reconheci a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é essencial, para evitar que as informações desconstruídas gerem desconfiâncias entre nós, que possamos ter um mecanismo de democratização do acesso aos documentos. É essencial porque gera desconfiância. As sub-relatorias são extremamente importantes no sentido de, por intermédio da organização, descentralizar o acesso, porque se as sub-relatorias constituem novos feudos, que centralizam as informações e dificultam o acesso, elas complicam mais ainda a atividade dos parlamentares. Então, isso é muito importante. Sei que o monopólio do conhecimento, dos acessos, das chaves, na história da humanidade sempre foi algo muito precioso. As pessoas guardam documentos, guardam chaves, guardam senhas e outras coisas mais. É uma coisa impressionante o quanto isso sempre foi essencial na ética da guerra e na ética da paz. Em todos os momentos foi assim. Então, sei que as chaves de acesso nesse processo não têm sido muito sofisticadas, até porque o Ali Babá dizia “Abre-te Sésamo” e aqui bastava chegar ao banco e dizer “a encomenda” e já receber os milhões... Os pobres nem uma pochetinha de dólar nunca viram, e à delinquência de luxo bastava dizer “a encomenda” e já saía com uma mala

de R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, fora os carros fortes e outras coisas mais.

Então, no sentido de que possamos viabilizar o mecanismo. Não cabe aos servidores da Casa, que fazem um rigoroso trabalho, tentam de todas as formas disponibilizar os dados, mas é essencial que os parlamentares, especialmente a Mesa e os sub-relatores, possam, o mais rápido possível, disponibilizar os dados para que tenhamos conhecimento.

Não tenho nenhum problema de ter acesso pela imprensa, mas é ruim quando temos acesso pela imprensa sob um clima de desconfiança, quando alguém diz: já mandou, já encaminhou, Fulano de Tal assinou o recebido, a lista foi, a lista não foi. Então, para evitar que se gere uma situação de desconfiança entre todos nós, é essencial que estabeleçamos mecanismos para melhorar o acesso aos documentos.

Já que estamos falando em documento, em depoimento da Dona Simone, questiono a V. Ex^{as} se o depoimento oficial, com as tais listas anexas dos tais receptores do esquema sujo, se ele já foi disponibilizado para a presidência e para o relator. O oficial, não os que estão circulando pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O depoimento, Senadora Heloisa Helena, já foi encaminhado, já está na Coordenação da CPML, e eu receberei a relação agora à tarde do próprio advogado, Dr. Marcelo. E aí ficará também disponibilizada, no final da tarde, para os membros da CPML.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Eu não consegui entender, porque eu vi a lista no *site*. Eu mesmo tenho uma lista.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – São duas listas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desculpe-me. Chegou uma outra lista. Eu estou impressionado, Sr. Presidente, que eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, V. Ex^a terá o depoimento, e terá, daqui a algum tempo, a alguns minutos, a relação dos nomes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O depoimento eu tenho, eu só não tenho a relação oficial, que eu gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – São os dois documentos que são importantes para que V. Ex^a inclusive se prepare para muitas perguntas – eu acredito nisso –, amanhã, na audiência pública, especialmente com a Sr^a Simone.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos nos preparar, Sr. Presidente, muito obrigado, eu só preciso da lista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, depois, Deputado Eduardo Paes, e, depois, finalizando, Deputado Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu acho que a reunião das 17 horas entre Presidentes e Relatores das duas CPMLs vai ser de fundamental importância para dirimir uma série de problemas. Acho que vamos ter uma limpeza do campo de atuação das duas CPMLs e isso vai facilitar, e muito, o nosso trabalho.

Em segundo lugar, essa questão da lista oficial, eu não quero aqui repetir o que outros Parlamentares já falaram, é de fundamental importância. Porque, por exemplo – só quero citar –, no caso de Santa Catarina, o Estado está citado na lista da UOL com um valor, e na lista que o Deputado Serraglio pegou hoje de manhã no Bom Dia com outro valor. E até agora nós não sabemos dizer, em primeiro lugar, se teve, se não teve, em que valor teve, para quem. E mais, se efetivamente é uma lista de observações ou se há algum documento que comprove o repasse – aí sim haveria uma prova irrefutável – para qualquer parlamentar ou para qualquer responsável de finanças, em qualquer Estado, seja de que Partido for.

A outra questão que eu gostaria aqui de levantar também é a seguinte: foi muito importante a vinda do Senador Eduardo Azeredo hoje, no início da nossa reunião, pela manhã. Ele trouxe uma série de documentos, fez um pronunciamento contundente, e nós, que convivemos com o Senador Eduardo Azeredo, não poderíamos ter uma outra postura que não a do respeito aos documentos e ao pronunciamento que ele fez, para que esta CPML possa, de forma muito tranquila, avaliar e dar continuidade ao processo de investigação daquilo que estamos chamando Expediente Marcos Valério, SMP&B, DNA, em Minas Gerais.

Então, foi muito importante a vinda. Não sei quais vão ser as deliberações. Estou vendo muita gente sair, mas espero que tenhamos condição de deliberar. O fato de avaliarmos os documentos trazidos pelo Senador Eduardo Azeredo é de fundamental importância. Mas a situação Minas Gerais, Marcos Valério, SMP&B, DNA e maneira de operar, que estamos investigando, é algo que não se esgota.

E para dizer que não se esgota, quero apenas ler aqui dois trechinhos do depoimento da Simone na Polícia Federal, ontem, em que ela diz que foi indicada para trabalhar na SMP&B pelo ex-secretário de Administração do Governo do Estado de Minas Gerais, o Sr. Cláudio Roberto Mourão [que, por coincidência, foi coordenador financeiro da campanha à reeleição ao Governo do Estado]; que ela trabalhou durante 15 anos como funcionária concursada dessa secretaria

[da Secretaria de Administração]; que durante esse período ocupou três vezes cargos comissionados; que ela participou também, trabalhou, na campanha política do Governo do Estado, num comitê que era coordenado pelo ex-secretário de Administração, Cláudio Roberto Mourão; que foi apresentada a Marcos Valério por Cláudio Roberto Mourão.

A Sr^a Simone, que prestou depoimento ontem, e que vai vir aqui amanhã, faz, inclusive, no seu depoimento, a liga da situação Marcos Valério, Mourão, SMP&B, ou seja, de tudo aquilo que é o motivo do que estamos investigando neste momento. Eu queria, então, dizer que a situação Minas Gerais tem tudo a ver com o que estamos investigando. E, portanto, temos que ter calma, tranqüilidade, respeito. Todos são inocentes, até prova em contrário, principalmente as pessoas com as quais convivemos, as pessoas que conhecemos, respeitamos, de cuja seriedade temos todo o reconhecimento, e tal.

Mas essa investigação, Marcos Valério, SMPB, DNA, Simone, tudo isso vai estar pautado. Já esteve pautado ontem no depoimento, vai estar pautado amanhã. Por isso, precisamos ter o respeito e a continuidade, com a tranqüilidade que estamos trabalhando aqui.

Com relação aos fundos de pensão, acho também importante que façamos a reunião na quinta-feira, avaliando. E quero dizer assim: fundos de pensão é algo mal resolvido, mal explicado desde os processos de privatização neste nosso País. Portanto, penso que nada mais justo que, de uma vez por todas, tenhamos a capacidade de fazer avaliação com os cuidados e a responsabilidade que esses fundos têm, porque detêm um grande movimento de recursos, de investimentos. E mais: porque fundos de pensão significam a aposentadoria de milhões de brasileiros.

Portanto, qualquer expediente que adotemos, no sentido de desestabilizar ou criar qualquer tipo de problemas num procedimento, é algo pelo qual poderemos estar sendo responsáveis ou co-responsáveis, por colocar em risco a situação de aposentadoria de milhões de brasileiros.

Portanto, temos de investigar. Há muito tempo, os fundos de pensão já deveriam ter sido analisados, investigados e tal, mas devemos fazê-lo com a responsabilidade que todos nós temos.

Então, achei de fundamental importância levarmos esse assunto para a reunião de quinta-feira, onde possamos avaliar e fazer a investigação com todo o cuidado responsável que devemos ter, até porque esta CPMI é dos Correios, está investigando as relações agora do Marcos Valério, SMPB, DNA, em decorrência daquilo que já apareceu do contrato que tinha com os

Correios. E é muito importante que mantenhamos o foco, a lógica, a seqüência da nossa investigação.

Por último, Sr. Presidente, pediria que tivéssemos, ainda hoje, não só o depoimento prestado à Polícia Federal, no dia de ontem, da Sr^a Simone, mas todos os demais depoimentos que ela já andou prestando. E também do Sr. Davi, porque o Sr. Davi também prestou depoimentos à Polícia Federal, sendo muito importante termos o depoimento em mão para nos poder preparar.

Parece-me que temos de corrigir a questão da convocação do Davi, que parece que ficou pendente ainda.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento aqui. A Senadora Ideli pode...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, só para esclarecer, o depoimento da Dr^a Simone já está disponível. Vamos solicitar o depoimento do Sr. Davi Rodrigues Alves, que foi prestado em Belo Horizonte na semana passada. E a lista, que foi divulgada ou que estão divulgando em alguns sites, daqui a alguns minutos, também estará disponível aos membros da CPMI.

E gostaria só de fazer um registro, Senadora Ideli Salvatti. Volto a alertar que temos de encarar com muito cuidado essa questão de fundos de pensão, em função do que os fundos de pensão representam para a economia do País. Portanto, temos que tratar desse assunto com muita cautela na reunião de quinta-feira.

Senador Heráclito Fortes, somente uma observação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era uma observação: apenas que a Senadora definisse a partir de que data, porque S. Ex^a disse que essa questão de fundos de pensão vem de muito tempo. A partir de que data que S. Ex^a gostaria que a investigação fosse feita, até para termos uma base.

S. Ex^a fica inteiramente à vontade para dizer quando quer começar essa investigação dos fundos de pensão. Já que disse que é da privatização, se é da privatização nacional ou daquela da CRT, muito mal explicada ainda hoje para o País. S. Ex^a escolha a data. Acho fundamental que essa questão tenha...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Essa questão, Senador Heráclito, vamos conversar na quinta-feira, com absoluta clareza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, Sr. Presidente, mas quando S. Ex^a diz de muito tempo atrás, fica querendo jogar uma espécie de lama em todos os governos passados, mas sabemos que fundo de pensão foi sempre a menina dos olhos do Sr. Luiz

Gushiken, que, embora seja secretário da área de comunicações, é quem hoje controla, informalmente, esse setor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, na quinta-feira, conversaremos sobre esta questão com muito rigor.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes e depois, concluindo, o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, eu prometo ser muito breve para dizer duas coisas. A primeira é em relação à presença nesta Comissão, hoje, do Senador Eduardo Azeredo. Parece-me, Sr. Presidente, que, desde a semana passada, nós já vínhamos dizendo que o Senador tem, sim, de prestar esclarecimentos acerca dessas denúncias que surgiram sobre a sua campanha em 1998. O Senador veio hoje aqui e trouxe documentos para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Hoje pela manhã, contestei a possibilidade de convocação do Senador Eduardo Azeredo – não que havendo dúvidas sobre os esclarecimentos prestados hoje, elas não devam ser esclarecidas –, porque me parece que este não é o fórum adequado para essa discussão. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque, do contrário, entraremos aqui em todas as campanhas eleitorais – e aí eu vou um pouco na linha do Senador Heráclito Fortes: podemos pegar campanha eleitoral desde quando? Para apurar que tipo de conduta? Que tipo de desvio?

Portanto, Sr. Presidente, parece-me fundamental que a Comissão tenha foco. Esse esforço todos nós vimos fazendo ao longo das últimas semanas de trabalho aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, e não nos podemos perder em questões nas quais, primeiro, na minha opinião – e os esclarecimentos do Senador Eduardo Azeredo deixaram isso muito claro no dia de hoje –, não há qualquer tipo de irregularidade e nem guarda qualquer tipo de similaridade com o que estamos apurando aqui nesta CPMI.

Repito, Sr. Presidente: tem-se um personagem, que é o mesmo, o Sr. Marcos Valério, mas os ingredientes – a computação de base parlamentar por meio do pagamento do chamado mensalão; a corrupção no Governo para sustentar esse caixa mensalão – não guardam relação alguma com o que disse e com o que explicou aqui hoje o Senador Eduardo Azeredo.

Daí a nossa posição do PSDB, muito enfática e firme, no sentido de que uma convocação do Senador Eduardo Azeredo aqui significaria, simplesmente, uma tentativa de desviar o foco, as atenções para aquilo que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O segundo ponto, Sr. Presidente, era simplesmente chamar a atenção – acho que temos de ir para os requerimentos – para o requerimento que apresentei, assinando ao lado dos Deputados Gustavo Fruet, Carlos Sampaio e Silvio Torres, que trata de pedir esclarecimentos ao Banco Central sobre os procedimentos adotados pelo Banco Central quando, a partir de 2003, esteve fiscalizando os Bancos BMG e Rural e, certamente, identificou todos esses empréstimos feitos para o Partido dos Trabalhadores. Nós sabemos que esses empréstimos recebem, em cada banco, uma espécie de classificação e, obviamente, a fiscalização do Banco Central checa que garantias foram dadas; se as garantias dadas não são suficientes para, de fato, garantir o empréstimo feito, pela legislação do Sistema Financeiro Nacional, isso se chama de gestão temerária. E, claramente, tivemos por parte do BMG e do Banco Rural, a partir da fragilidade das garantias oferecidas em todos esses empréstimos que somam R\$39 milhões, uma gestão temerária por parte desses bancos. E causa-me espécie, Sr. Presidente, porque, em momento algum, em dois anos e meio, o Banco Central tomou qualquer tipo de atitude. Quando esses fatos vieram a público, o Presidente do Banco Central, na última sexta-feira, declarou que determinou que esses bancos provisionassem recursos para garantir esses empréstimos e garantir o equilíbrio financeiro desses bancos. E por que isso não aconteceu anteriormente, Sr. Presidente?

Portanto, este requerimento está aqui e esperamos aprová-lo no dia de hoje e que entendemos de extrema importância. Não quero ficar aqui apontando o dedo sem ter as provas, mas parece-me que o Banco Central ou está com a fiscalização muito desatenta ou essa fiscalização viu o que tinha de ver, e as providências necessárias e adequadas ao caso não foram tomadas.

Portanto, eram essas duas observações que eu queria fazer. Sugiro que nós avancemos, efetivamente, para aprovação dos requerimentos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, falará o Deputado Bittar e, depois, o Deputado Jamil Murad. Depois disso, eu vou encerrar, porque os pedidos para falar pela ordem que estão sendo deferidos são absolutamente pela desordem – não o de todos mas, pelo menos, o de alguns.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Procurarei ser bem breve e objetivo. Eu vou pedir, inclusive, a atenção também do nosso Relator porque vou fazer

uma proposta nessa minha intervenção que talvez possa ser útil para que melhoremos a qualidade do nosso trabalho.

Em primeiro lugar quero me referir, porque fui protagonista disso aqui, aos fatos ocorridos em Minas com o PSDB de Minas e que implicaram a exposição que nos fez aqui o Senador Eduardo Azeredo.

Quero enfatizar que o nosso foco naquele problema não deriva da avaliação de um problema regional, mas, sim, pelo fato, como aqui já se trabalhou, de que aquilo ali foi, na verdade, o ovo da serpente de todo um processo que se alastrou durante esses anos todos e que envolveu um mecanismo de captação de recursos via empréstimos bancários e de irrigação de partidos e campanhas eleitorais desde aquela época. Essa foi a nossa compreensão e a motivação disso.

O Senador se apresentou aqui – nós temos um profundo respeito por S. Ex^a e por seu partido –, e nos trouxe uma série de documentos. Vamos nos debruçar sobre esses documentos e vamos projetar, em função deles, a nossa ação futura.

Agora, o essencial, o mais importante da minha intervenção é o seguinte: esta tensão que houve aqui de manhã, na verdade, como toda pequena crise, nos trouxe também uma perspectiva de futuro. Em primeiro lugar, finalmente marcamos para hoje uma reunião entre as duas CPMLs para estabelecer o método de trabalho de cada uma das duas, qual o escopo, a esfera de investigação de cada uma das duas. Finalmente, estamos fazendo isso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, eu queria propor aqui que, durante esta semana, comandados pelo Sr. Relator, nós possamos construir um plano, um plano de voo, um plano de trabalho que possa delimitar a área de investigação, que possa sugerir as oitavas essenciais daqui para frente e, quanto aos documentos que nós já temos, definir os que precisam ser usados para gerar relatórios e, além deles, definir outros aos quais nós precisamos ter acesso para que possamos trabalhar o foco dos Correios e o foco que tem como epicentro Marcos Valério e todo o seu entorno. Penso ser essa a esfera de trabalho.

Nós precisamos de um plano de trabalho, porque acredito, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, se nós tivéssemos já esse plano de trabalho, certamente, as nossas divergências seriam muito menores. A idéia é que esse plano de trabalho nos seja apresentado na semana que vem, na terça-feira por exemplo, para que possamos aprová-lo e definir, inclusive com razoável precisão, um horizonte de tempo para que possamos levar essa investigação e gerar o relatório final. Considero isso fundamental.

Era difícil ter esse plano de trabalho um mês atrás, quando as coisas estavam nebulosas ainda, mas hoje as informações básicas já estão disponíveis. Sendo assim, nós podemos, com razoável segurança e razoável precisão, construir um plano de trabalho que dê consequência ao que já fizemos, de tal maneira que nós possamos produzir um relatório que muito nos orgulhe, diferentemente do que aconteceu com a CPML do Banestado e outras CPIs ou CPMLs no Congresso Nacional.

É essa a proposta que faço e gostaria de ter a apreciação do Sr. Relator sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu só gostaria de registrar, Deputado Bittar, os comentários importantíssimos. Os sub-relatores e o próprio relator vão organizar essas ações todas. Algumas pessoas, em relação às quais tivemos requerimentos aprovados, vão ser ouvidas por um grupo menor de parlamentares exatamente para colocarmos toda a nossa agenda absolutamente em dia em termos de CPML dos Correios. A reunião de hoje, às 17 horas, do Mensalão e dos Correios, evidentemente vai ajudar ainda mais a otimizar a aprovação desses requerimentos e o encaminhamento.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad, que é o último inscrito. Em seguida, nós vamos passar à votação.

Deputado Jamil Murad, peço objetividade, o que lhe é peculiar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Esperei esse tempo todo para dar uma opinião, Presidente. Acho que tudo o que tem sido feito na CPML tem sido válido e tem trazido resultados concretos. Os dados que obtivemos e os esclarecimentos que obtivemos mostram que tem sido profícuo esse trabalho, mas, se nós não tivermos começo, meio e fim, se não determinarmos como nós queremos continuar trabalhando e onde nós queremos chegar, nós podemos nos perder; podemos chegar à conclusão de que trabalhamos muito, nos cansamos, mas não chegamos a lugar algum, e não é isso o que nós queremos.

Eu acho legítima e defendo a existência dos partidos políticos, a atividade dos partidos políticos; eles são indispensáveis para a vida política brasileira e para o futuro do Brasil e de nosso povo. Agora, eu não posso admitir que, apenas quando se pensa em investigar pessoas relacionadas a um determinado partido, seja válido, seja preciso ir fundo, seja preciso haver transparência, como aqui eu vi em muitas intervenções do Deputado Eduardo Paes. No entanto, quando é para investigar um ex-Governador, presidente do PSDB e hoje Senador Eduardo Azeredo, se diz que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa – diz-se que

“tem que ter cuidado para não perder o foco, nós não podemos nos perder nessas questões”. Aí não dá.

Como vou explicar lá no Estado de São Paulo que não quero ouvir o Senador Eduardo Azeredo porque, numa tática inteligente, ele veio aqui e fez uma exposição espontânea como Senador? Eu acho que era respeitoso, necessário ouvi-lo; não fizemos questionamento algum, mas teremos questionamentos a fazer no momento adequado. Acho que ele precisa marcar para ser ouvido em audiência desta CPMI. Não se trata de retaliação, de joguete político de baixo nível, pois o povo brasileiro não merece isso. O fato, porém, é que a SMP&B trabalhou para ele, e o Cláudio Mourão, que era o coordenador financeiro da campanha dele, indicou a Sr^a Simone, que virá aqui amanhã, para trabalhar numa alta função, que era a função financeira da SMP&B. Portanto, não é uma questão simples.

Esse Cláudio Mourão está processando o Senador Azeredo, porque ele falou que a campanha ficou em mais de R\$ 20 milhões e a apresentação oficial do Senador foi que a campanha dele ficou em R\$ 8,5 milhões. Quer dizer, não é e nós não podemos trabalhar aqui no joguete político. Nós não podemos jogar aqui com uma retaliação, mas não dá para ter dois pesos e duas medidas.

Nós somos favoráveis a ouvir pessoas independentemente do partido a que pertençam, do Estado de que provenham. Por isso é que eu acho improcedente liberar o Senador Eduardo Azeredo de ser ouvido aqui, na CPMI. Ele vai precisar ser ouvido. Quem achar que não deva ser ouvido vai votar contra no momento adequado.

Neste momento, eu quero ouvir o Relator, quero ouvir dele a proposta de trabalho da semana, mas eu quero registrar, perante a opinião pública brasileira e perante esta CPMI, que eu quero ouvir o Senador Eduardo Azeredo nesta CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. PT – MS) – Está registrada a observação do Deputado Jamil Murad.

Passo a palavra para ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para votação dos requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que já estamos sistematizando esse trabalho há muito tempo. É bom também que quem nos ouve e nos assiste tenha conhecimento de que há 44 nomes aprovados para serem ouvidos e de que há 108 requerimentos para serem deliberados. O que está faltando é um pouco de critério na proposição das pessoas que devam ser ouvidas.

Procedemos ontem à tarde a reuniões, sim. Estive aqui o tempo todo à disposição e conversamos. Agora, para se fazer acordo, é preciso efetivamente que todos estejam dispostos a fazê-lo. E o que estamos vendo é que, dia após dia, se acirram os ânimos. Se cada requerimento proposto for apresentado individualmente, sem que antes seja construído um entendimento, não avançaremos em nada. Basta observarmos que hoje estamos, desde a manhã até agora, sem deliberar absolutamente nada, quando efetivamente poderíamos ter produzido bastante, porque existem proposições singelas, fáceis e de procedimentos, que já poderiam ter sido eliminadas.

De qualquer modo, como conversei com os Líderes de Partidos, vamos dizer, majoritários, quero ressaltar os partidos com representação menor. O que irei propor votaremos simbolicamente, mas sob condição resolutive. O que quero dizer? Vou anunciar os requerimentos que entendo que devam ser considerados prejudicados. A qualquer um dos integrantes da Comissão que vier fazer ponderações a este Relator, desde logo, antecipo que serei receptivo e poderei reconsiderar a análise. Falo isso apenas para que não venhamos a discutir requerimento por requerimento. Gostaria que fossem anotados.

Esta Relatoria está considerando prejudicados, ou seja, serão eliminados se, até sexta-feira, a Relatoria não receber consideração alguma de quaisquer dos integrantes da Comissão os Requerimentos nºs 4, 90... (Pausa.)

Pensei que fossem só anotar porque vai para consideração. Se V. Ex^{as} quiserem, anuncio. (Pausa.)

Requerimentos nºs 90, 99, 101, 190, 224, 238, 281, 296, 298, 324, 326, 327, 328, 353, 365, 366, 380, 381, 450, 451, 452, 474, 482, 561 e, finalmente, 562.

Anuncio ainda que os Requerimentos nºs 460 e 478 foram retirados pelos autores. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, gostaria de fazer uma sugestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A retirada do Requerimento nº 42, de minha autoria e do Deputado Onyx Lorenzoni, que requer a convocação do Sr. Ezequiel Ferreira de Souza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Também incluo a retirada do Requerimento nº 42. (Pausa.)

Requerimento nº 333? (Pausa.)

Não tenho objeção alguma, mas, como o autor não está aí, não sei se eu... Maurício Rands.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, já havia sido conversado com o autor, que concorda com a retirada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, retiramos também o Requerimento nº 333.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, gostaria de retirar o Requerimento nº 318.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Retirado o Requerimento nº 333. O Deputado Arnaldo Faria de Sá propõe a retirada do Requerimento nº 318, do qual é autor. (Pausa.)

Esses são os que estão retirados.

Passo, agora, às convocações cujas votações são simbólicas. Solicito a aprovação no sentido de que se proceda à oitiva por meio da Polícia Federal.

Requerimento nº 42. (Pausa.)

Não, o 42 já foi retirado.

Requerimentos nºs 60, 61, 62, 63, 80, 195, 220, 300, 301, 302...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, já quero apresentar uma objeção com relação ao Requerimento nº 301.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 301 é o...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Ivan Guimarães, ex-Presidente do Banco Popular. Gostaria de me opor, como V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só quero dizer que fiz isso a pedido do próprio autor, Senador César Borges, mas não me oponho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está na relação do Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Caso o Senador César Borges atenda ao apelo, agradeceria a S. Ex^a; do contrário, apresentaríamos o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Retiro, desde já, o Requerimento nº 301. V. Ex^a se entenda com seu conterrâneo.

Requerimentos nºs 302, 315, 342, 343, 397, 429, 433, 435, 448... (Pausa.)

Não tem?

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago da consultoria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto prosseguimos, a consultoria vai verificar se por acaso já foi votado na precedente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu ajudo: o 448 é uma diligência em relação à identificação do Sr. Jonas Pinho, solicitada pelo Senador César Borges,

e pede à Polícia Federal que faça o levantamento, já que ele foi alvo de saque. Quem é que usou o nome dele? Esse requerimento foi apresentado pelo Senador César Borges, e o requerimento é exatamente este: pedir para a Polícia Federal investigar, que é o que V. Ex^a está determinando, certo?

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Independentemente disso, eu quero chamar a atenção, de fato, da consultoria, que não está nem nos pendentes nem nos aprovados.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deve ter sido um problema na digitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...na impressora, tudo bem. O 448 é recuperado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem duas listas diferentes, Sr. Presidente, é por isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem só, Sr. Relator. Isso consta à página 18. A distinção é que não se trata de uma oitiva. Aí, nesse caso, trata-se da investigação acerca de quem foi o sacador em nome do falecido Jonas Pinho. Então, o destaque merecido é remetido à Polícia Federal pelo próprio autor, Senador César Borges. Entretanto, não é oitiva.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está tudo bem, mas é só para esclarecer que, efetivamente, nesse rol datado de 5 de agosto de 2005 não consta o 448. Vamos prosseguir. Ele vai reinserir e votar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar Serraglio, apenas por economia processual, vejo que o Requerimento nº 434, de autoria do Senador Sérgio Guerra, já foi aprovado por esta Comissão, que solicita que seja verificado na agenda de Fernanda Karina o nome do Deputado Inocêncio Gomes de Oliveira.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso foi retirado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não chegou a ser. Ele pediu a retirada...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ele pediu a retirada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é a retirada de pauta, pediu apenas que não se votasse naquele dia.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é uma retirada oficial. Mas, se S. Ex^a pretender, é só formalizar, nós submetemos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator, eu gostaria de retirar o requerimento. Ali-

ás, já falei, mas reitero porque ele veio na lista, 546, prejudicado, retirado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 546, a autora retira e entra no rol dos retirados; 546, pois não.

Vamos prosseguir. Eu estava no 448; agora, 454, 455. Além de outros tantos, que já são de autoria do Senador César Borges, mas do 463 ao 471...

Repito: 454, 455; agora, do 463 ao 471 são todos saques, beneficiários de saques. Depois, 484...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São os meus requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Polícia Federal. V. Ex^a acompanha lá no Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, na verdade, Sr. Presidente, esses requerimentos são aqueles pequenos sacadores das contas da SMP&B e da DNA em diversos Estados – aqui, em Belo Horizonte, inclusive não há nenhum do Rio Grande do Sul, mas que é preciso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E da mesma forma irão perceber que muitos são repetidos, mas a consultoria depois fará a sistematização. Prossigamos: 484, 485, 486, 490 a 503, 530, 531, 533, 534, 535 e 587. Só quero esclarecer, mas vamos deixar para a próxima reunião administrativa, que tenho ainda uma classificação daqueles que seriam sugestão para serem ouvidos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Relator, V. Ex^a falou 535?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 535 e depois 587.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Veja a ementa do 535.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do Senador César Borges. Solicita a convocação, para prestar depoimento na Polícia Federal, dos senhores...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nós vamos convocar para depor na Polícia Federal?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todos esses nós estamos solicitando que ela proceda. Ela está à disposição da CPMI.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Delegação de oitiva. Isso é comum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está correto. Aqui o próprio pedido já veio formalizado nesse sentido.

Só para concluir, para não se dizer que despejamos muita análise. Repito, isso tudo está **sub judice**. Se até sexta-feira nenhuma oposição houver, consideramos liquidado esse assunto.

Agora, indago se querem que eu anuncie, mas eu deixei aqueles que possivelmente seriam postos aqui para que a CPMI ouvisse e os que a comissão especial, porque de repente: mas por que não esse? Alguns que entendi que teriam uma relevância um pouquinho maior, eu deixei que fossem aqueles que imaginamos a possibilidade de grupos procederem às oitivas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado, eu sugeriria que deixássemos para a próxima reunião administrativa para ganharmos tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já enxugamos isso e na próxima faremos mais. Agora eu preciso colocar em votação.

Iremos ouvir amanhã o Sr. Davi...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esse requerimento não vai ser colocado em votação, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós designamos a data para ouvi-lo e não aprovamos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Davi Rodrigues Alves.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estamos submetendo à convocação.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é o número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o 507.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nobre Relator, Presidente Delcídio, eu gostaria apenas de sugerir que, seguindo uma ordem lógica, amanhã nós ouvíssemos primeiro a Sr^a Simone, por ser a maior sacadora, e depois o Sr. Davi Rodrigues Alves, por ser o segundo maior. É apenas uma sugestão que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É essa a agenda de amanhã, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigada. Apenas sugeriria que, antes de passarmos a outra deliberação, já deliberássemos sobre esse rol apresentado pelo Relator, que é aquele que está remetendo as oitivas de investigação para a Polícia Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Entendo, Deputado Abicalil que todos podem ser votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Não há nenhuma quebra de sigilo. Portanto, podemos votar todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Prossigo. Faltam o 507 e o 537, que são iguais. A convocação, cuja oitiva se procederá amanhã, do Sr. Davi Rodrigues Alves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já não está convocada essa pessoa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós designamos a data e não convocamos, estamos regularizando agora a convocação. Houve um lapso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Ato falho, Deputado Arnaldo Faria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. José Carlos Batista, Requerimento nº 586.

Agora, anuncio alguns que não são de convocação, mas que são de procedimento. Percebam que, até agora, aparentemente, temos uma votação unânime. Qualquer ressalva é só sinalizar e eu retiro imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Osmar, só uma dúvida. V. Ex^a está dando como encerrada a análise dos requerimentos de convocação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então, aí, eu queria...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, não, perdão. Falta o do José Dirceu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – E do Pizzolato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Perdão. São os Requerimentos nºs 30, 111...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O de nº 23.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O 23?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim. Requer o depoimento do Deputado José Dirceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ah, é. Sinalizei... Voltando: Requerimentos nºs 23, 30, 111...

O SR. (Orador não identificado) – É tudo a mesma coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É tudo igual: 30, 111, 150, parte do 317 e o 323. Todos os requerimentos são de convocação para o depoimento do Deputado José Dirceu. Também votação simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Relator, eu chamaria a atenção de V. Ex^a para o Requerimento nº 475, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer a convocação do Sr. Henrique Pizzolato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Indago, porque... Há alguém que se opõe?... Não anunciei, porque não quero anunciar nada que não seja consensual.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Faz parte do acordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator,

fizemos várias ponderações para que essa convocação pudesse ser analisada em conjunto com as demais, porque, apesar de ter sido argumentado que o motivo é um, também há ligação, visto que o Sr. Pizzolato preside um fundo de pensão. Portanto, fizemos ponderações para analisar tudo na quinta-feira.

Não há nenhum óbice à convocação; da minha parte não há. Fizemos a ponderação, que, infelizmente, não foi acatada. Entendo que o mais adequado, até porque o Sr. Pizzolato esteve à frente, durante um período, de um fundo de pensão, seria tratarmos desse assunto, com o cuidado que merece, na quinta-feira, mas já que não há nenhuma aquiescência da parte dos proponentes ou dos que estão reivindicando, também não serei eu a fazê-lo e imagino que ninguém mais do Governo o fará. Então, faço apenas esse registro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Introduzo na relação o Requerimento nº 475.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria

de prestar um esclarecimento à Senadora Ideli Salvatti por ser autor do requerimento. Se for feita a leitura da justificativa, será possível verificar que não há nada que se relacione com fundo de pensão nesse requerimento. Por essa razão, pedimos que o requerimento seja submetido à apreciação hoje, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. Incluído o Requerimento nº 475, do Senador Alvaro Dias, que solicita a convocação de Henrique Pizzolato.

Há outros requerimentos também com votação simbólica:

Requerimento nº 592, do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita ao Presidente do Banco do Brasil cópia de toda a documentação que comprove relação contratual com a empresa DNA Propaganda.

Requerimento nº 591, do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita ao Presidente da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Gramado ou Porto Alegre, enviar cópia de toda a

documentação em seu poder que comprove relação contratual do Banco do Brasil com a empresa DNA Propaganda.

Requerimento nº 589, do Deputado Nélcio Dias, que solicita informações sobre lista contendo nomes de Deputados Federais como recebedores do suposto mensalão.

Requerimento nº 587, do Senador César Borges, que, na verdade, é a consolidação do que já votamos.

Requerimento nº 585, do Deputado Nilton Baiano, que solicita a emissão de certidão autenticada pela direção da CPMI dos Correios informando se existe o seu nome na lista, porque o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou o nome do Parlamentar como sendo beneficiado com o pagamento de mesada.

Requerimento nº 584, dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, que solicita ao Banco Central a criação de um grupo de trabalho composto por auditores para auxiliar na análise dos dados enviados pelo Banco Rural.

Requerimento nº 583, dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...que solicita... Estou indo muito ligeiro?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, não. Eu queria apenas fazer uma consideração. Percebo aqui que o Deputado Nilton Baiano solicitou uma certidão em razão de uma publicação. Nem sei de quando é esse documento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É semelhante ao do Deputado Nélcio Dias. É a mesma.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – É semelhante. É o mesmo caso, inclusive, do Deputado Ivan Ranzolin e exatamente dos outros 22.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O que estou dizendo é que, quanto a essas certidões, poderíamos tomar um procedimento de emitir imediatamente se consta ou não, porque o sujeito fica numa situação difícil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o que ele anunciou. V. Ex^a tem razão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Consta uma situação, esse é um direito dele.

O SR. ASBRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Relator, como observação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deixe-me só completar. Esse é um direito constitucional dele, independentemente da nossa autorização.

Muito obrigada.

O SR. ASBRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Exatamente, mas que seja até a presente data. Daí para frente, ninguém sabe o que pode acontecer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, peço a palavra para uma questão de ordem para esclarecer. Um procedimento semelhante a esse ocorreu na CPI do Narcotráfico. Muitas pessoas pediam à CPI certidão de que não constava o nome. Havia, inclusive, gente que citava o nome de alguns só para colocar em polvorosa e até para achacar – vamos ser claros. Depois, pediam uma certidão para a CPI e o nome nunca havia sido falado na Comissão. Tínhamos que dar uma certidão, dizendo que aquele nome não existia e aquilo valia fortunas para um advogado – ou não sei para quem – para que fosse entregue como se estivesse liquidando a fatura.

Parece-me, Sr. Presidente, que a CPMI não tem que fornecer certidão a ninguém. O que a CPMI deve dizer é que essa lista publicada não existe na Comissão, não é verdadeira e esses nomes não constam na Comissão. Então, podem-se listar todos os nomes em conjunto para não ficar uma situação de só ter a certidão quem a requerer. A CPMI precisa tomar uma decisão coletiva. Aquela lista é da CPMI? Não é. O jornal errou. A CPMI não tem essa lista e tem que dizer coletivamente: essa lista não existe. Esse é o documento público, não sendo preciso emitir uma certidão individualizada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, salvo melhor juízo, o Requerimento nº 584 não pode ser votado simbolicamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perceba que esses dados já estão à nossa disposição. É apenas para que nos auxiliem no estudo interno os dados que já foram disponibilizados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Requerimento nº 584 é sobre a criação de um grupo de trabalho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Composto por auditores para auxiliar na análise dos dados enviados para o Banco Central.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ok.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 582, de autoria dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, solicita a disponibilização de dois técnicos do Coaf para auxiliar nos salários da CPMI.

O Requerimento nº 581, de autoria dos Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio e do Deputado Asdrubal Bentes, solicita que cada sub-Relator seja assessor

rado por três Parlamentares, sendo dois Deputados e um Senador, de diferentes Partidos, para ajudar o Sr. Relator na feitura do relatório parcial.

O Requerimento nº 579 – não consta a autoria, mas os autores devem ser os mesmos antes anunciados – solicita a disponibilização de dois técnicos do TCU para auxiliar os trabalhos na Comissão. Vai ficar bom. Só falta espaço lá embaixo para trabalhar.

O Requerimento nº 571, de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita: 1) que tipo de vínculo contratual entre o Sr. Marcos Valério e o Banco Central; 2) que datas teve o início e o fim desse vínculo; 3) quem foi o Presidente do Banco Central no período em que o Sr. Marcos Valério prestou serviços para o Banco Central, segundo informação da Sr^a Renilda Maria Santiago de Souza.

O Requerimento nº 564 é nominal.

O Requerimento nº 563, de autoria do Senador César Borges, solicita que sejam requisitadas à Polícia Federal investigações para localizar a sede da empresa Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda, identificar seus proprietários a fim de prestar esclarecimentos sobre os elevados saques de cheques das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Aprovamos e perde-se o objeto na execução.

O Requerimento nº 535 já foi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, o Requerimento nº 596 V. Ex^a não incluiu. Gostaríamos que o fosse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu apenas não incluí...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Deputado Eduardo Paes fez uma...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 596?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, Excelência. Ele fez uma consideração para V. Ex^a e para o Presidente sobre a necessidade de fazer essa análise.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu vou ler. Fiquei em dúvida por causa do “e do Banco do Brasil”. Fiquei em dúvida se eu poderia fazer simbolicamente. Vamos lá. Os Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio solicitam análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central, a partir dos balanços dos bancos... Isso não dá. Não temos acesso, por enquanto, a isso. Então, fica sobrestado até quinta-feira.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não é para ser votado em bloco. Então, vamos ter que votar separado, é isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É. Tem que ser nominal, quinta-feira. Estamos só os que não dependem de votação nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse tem que ser nominal.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por que razão tem que ser nominal? Não entendi. Por que V. Ex^a adotou esse critério? O Deputado Arnaldo também acha?

O SR. (Orador não identificado) – Quebra de sigilo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não é uma quebra de sigilo. É auditar balanço público. Basta um trabalho técnico, como tantos outros que foram solicitados. Não se trata de nada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos ler de novo. É o 596. Vou ver se me convenço logo pela leitura. 596. Solicita análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central a partir dos balanços dos bancos BMG, Rural e do Brasil de resultados das fiscalizações realizadas nos exercícios de 2002 a 2003, quais as providências adotadas a partir das análises dos balanços e resultados de fiscalização a que se referem...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem que ser nominal.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É uma solicitação de informações do Banco Central, que, provavelmente, está às mãos deles. Não tem nenhuma grande dificuldade...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas, provavelmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. E o Banco Central analisa os balanços de bancos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu gostaria de esclarecer o seguinte: o Banco central – e temos tido isso nos contatos diuturnos – é muito exigente no formalismo do procedimento. Por mim, eu incluo já. Agora, se bater na parede lá... Acho que é melhor esperar e votar nominal na próxima reunião. Ninguém tem objeção a isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, isso são documentos bancários. Revestem-se todos os documentos bancários de sigilo porque a análise financeira do banco... E o Banco Central tem que reservar, até porque há uma competitividade entre os bancos, credibilidade dos bancos, enfim, uma série de questões. Essas análises são guardadas de sigilo no Banco Central. E, sim, para transferirmos esse sigilo, tem que ser votado nominalmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria só solicitar a V. Ex^a que consultasse se isso implica quebra de sigilo. Caso não implique, podemos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É transferência de sigilo. Não é quebra de sigilo. É transferência de sigilo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema nenhum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Além das análises, estão sendo pedidas também as fiscalizações realizadas. Aí...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que são análise...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é mera análise. A outra questão, Sr. Relator, é que temos adotado a questão dos cinco anos. Então, acho que, neste caso, deveríamos ampliar para exercícios...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não vamos votar agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, eu sei, mas apenas para retificar na próxima votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Sr. Presidente, os de votação simbólica. Depois, terei um requerimento para anunciar que não é votação. Eu só quero anunciar o 601. Tenho a impressão de que não está no mapa, mas anuncio. É do Deputado Onyx Lorenzoni. Entendo que já é uma coisa acessada através das quebras a que procedemos ou das transferências a que procedemos. De qualquer modo, lerei e submeterei à simbólica, porque não mais exige nominal.

Solicita que esta CPMI requisiute a transferência de sigilo bancário do Partido dos Trabalhadores, da agência 3344-8, conta-corrente nº 13.000-1, no Banco do Brasil. Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, conforme lei complementar que esta CPMI requisiute a transferência de sigilo bancário da conta que acabei de anunciar, nos dias 30 de dezembro de 2003, 29 de janeiro de 2004, 30 de janeiro de 2004, 27 de fevereiro de 2004 e 29 de março de 2004, informando a origem dos créditos nela efetuados nessas datas, a fim de subsidiar as investigações desta CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de corrupção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, esse requerimento tem que ser nominal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele aparenta ser. Ele sequer careceria que o pusessemos em votação porque já temos a disponibilização...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, temos que votar o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Temos, mas o Deputado acha que é mais interessante referendar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se formos votar é transferência de sigilo e tem que ser nominal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não estou entrando no mérito do requerimento. Estou falando regimentalmente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Correto. Quero corroborar o argumento do Deputado Arnaldo Faria de Sá. A rigor, o sigilo está transferido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que o Deputado Onyx Lorenzoni solicita é um procedimento que vai caber à Mesa proceder, que é, nos dias que ele menciona, que não tenho mais na memória... Mas cabe o registro do Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós informamos isso e o Deputado entendeu que seria melhor registrar e estamos procedendo ao registro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a concordância inclusive do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Regimentalmente, não vou abrir mão. Ou retira o requerimento ou vota nominalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, excluindo este, o 601. Os demais todos que procedi ao anúncio, Sr. Presidente, estão em votação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, está em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deixa ele colocar em votação esses aí e, em seguida...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos votar o que não tenha discussão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Queria ponderar ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá que há uma disposição da Lei Complementar nº 105, no art. 1º, §3º, inciso V, que diz o seguinte: “não constitui violação do dever de sigilo...” Só para recordar, lembro que o Partido dos Trabalhadores nos abriu as informações. “Não constitui (...) a revelação de informações sigilosas, com o consentimento expresso

dos interessados”. Portanto, mais uma vez reafirma a desnecessidade sequer do requerimento.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – SP)

– Perfeito, Sr. Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, não vai votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Se não há necessidade, vamos julgar prejudicado o requerimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Está prejudicado o requerimento, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu acho que o requerimento...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acho que o Relator foi extremamente claro na sua exposição. Votaremos os demais requerimentos, requerimentos em bloco que o Relator explicou e citou antes.

Se todos estão de acordo pela aprovação, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Indago se devo proceder à votação nominal.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço para que rapidamente se vote o 601.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O 601 já está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não

está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está prejudicado, Sr. Deputado, pelas razões expostas pelo Relator Osmar Serraglio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, com licença, S. Ex^a não pode...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Deixe-me ponderar, Deputado. Formulamos hoje o seu pedido e qualquer dificuldade que houver colocaremos em votação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A pergunta que quero fazer ao nobre Relator, porque isso foi fruto de um acordo, a pergunta é: o que está solicitado no 601 o nobre Relator vai...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ratifico como incluído na disponibilização havida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E V. Ex^a vai requerer ao Banco Central?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com certeza.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A reunião está encerrada. Amanhã, às dez horas da manhã tem mais.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 21ª Reunião, realizada em 03/08/2005.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sibá Machado, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Morais, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Aelton Freitas, Fátima Cleide e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onix Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Silvio Torres e Feu Rosa, e ainda com as presenças dos parlamentares não-membros da Comissão: Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, José Agripino Maia, Papaleo Paes, Wellington Fagundes, Magno Malta, e dos Deputados Rodrigo Maia, Itamar Serpa, João Correia, Edison Andrino, Luciana Genro, Manato, Ivan Paixão, Geraldo Rezende, Cláudio Magrão, João Fontes, Zenaldo Coutinho, Raimundo Galdino, Ivan Ranzolin, Moroni Torgan, Marcio Fortes, José Mendonça, Maria José (Maninha), Ivan Valente, Antonio Carlos Pannunzio, João Correia, Yeda Crusius, Júnior Betão, Robério Nunes, Laura Carneiro, Fernando Coruja, André Figueiredo, Eduardo Barros e José Carlos Aleluia, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELI-

TUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima primeira reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina às oitivas dos senhores Simone Reis Lobo Vasconcelos e David Rodrigues Alves. Com a palavra, a senhora Simone presta seus esclarecimentos. A seguir, o Relator faz suas arguições e, após a conclusão, o Presidente suspende a reunião por alguns minutos. Reaberta a sessão, o Presidente concede a palavra para os seguintes parlamentares, que fazem suas indagações: Senadores Heloísa Helena, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Ideli Salvati e Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Wellington Fagundes, Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni. Às quatorze horas e cinquenta minutos fica suspensa a reunião e, às quinze horas e cinquenta minutos, a Presidência reabre os trabalhos. Na sequência, pela lista de inscrição, passa a palavra aos Deputados Juíza Denise Frossard, Carlos Abicalil, Arnaldo Faria de Sá, Jamil Murad, Jorge Bittar, Murilo Zauith. Em seguida, usou da palavra o Senador Sérgio Guerra, bem como o Deputado Jorge Bittar por ter sido citado pelo Senador Sérgio Guerra. Às dezessete horas e vinte e oito minutos, a Presidência suspende a sessão e às dezoito horas e vinte e três minutos essa é reaberta para que se dê continuidade aos trabalhos. Usaram da palavra os Deputados Asdrúbal Bentes, Mauricio Rands, Nelson Meurer, Pompeo de Mattos, Álvaro Dias, Henrique Fontana, Silvio Torres, José Eduardo Cardozo, Fernando Coruja, Mendes Thame, Manato, João Fontes, José Carlos Aleluia, Júlio Delgado, Laura Carneiro e Carlos Sampaio e os Senadores Aelton Freitas, Magno Malta, Pedro Simon e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 03, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos deli-

tuosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As Atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa. Coloco-as em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os que aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva da Srª Simone Reis Lobo Vasconcelos e, depois, do Sr. David Rodrigues Alves.

Convido para tomar assento à mesa a Srª Simone Vasconcelos para seus esclarecimentos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu não gostaria de conceder a palavra pela ordem por causa do adiantado da hora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Serei breve, Sr. Presidente.

Há uma questão que incomoda a todos, pelo menos a quase todos os membros desta Comissão. Nós tivemos a declaração da Srª Simone, ontem, na Polícia Federal. No entanto, muitos membros desta Comissão ficaram ansiosos para ver a relação, a lista que tinha sido entregue pela Srª Simone à Polícia Federal, e não conseguimos. Para surpresa de todos nós, essa lista já estava na Internet. E eu quero saber de V. Exª qual é o critério, qual é a metodologia que vamos empregar para que os Parlamentares pelo menos possam ter acesso a alguns documentos; se procuramos o Relator; se procuramos V. Exª. O que não é possível é os Deputados não receberem uma informação e a imprensa já estar com essa informação bem à frente dos Parlamentares. Isso é lamentável para nós, que estamos aqui querendo trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fraga, nós recebemos formalmente a relação. Essa relação não passa necessariamente só a uma instituição chamada CPMI dos Correios nesse processo todo. Temos procurado, a Mesa Diretora, o Relator, ser o mais rigorosos possível com relação a isso, a despeito de não podermos controlar a tudo e a todos. E as providências tomadas inclusive com relação a acesso aos documentos nos levaram a uma definição, com o apoio de Parlamentares como o Deputado Abicalil, o Deputado José Eduardo Cardoso, o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Gustavo Fruet, exatamente no sentido de dividir as atividades para que a assessoria

da CPMI tenha as condições necessárias para prestar um bom trabalho aos Parlamentares.

Existem dificuldades? Existem. Fruto de um momento tenso que o País vive. Mas nós, com o passar do tempo, não tenho dúvida nenhuma, vamos nos organizar adequadamente para não frustrar os Parlamentares e não decepcioná-los, prestando as informações a tempo e a hora, como necessário, para que os depoimentos sejam bem aproveitados por S. Ex^{as}.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra muito rapidamente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos pela ordem. E o tempo corre, e o tempo voa!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quero ponderar a V. Ex^a exatamente nesse sentido. Nós formulamos, há pelo menos duas semanas, uma reclamação à Mesa. Para não ser incompreendido, quero refazê-la de forma muito clara, Sr. Presidente. É exatamente sobre a questão de acesso a documentos. E vou citar um caso concreto para que não fique na imaginação. Ontem, nós estávamos tratando de uma ligação específica, cujos documentos estão na CPMI, e temos alguns dados que estamos cruzando, e localizamos os documentos e a tabulação na CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, por favor, conclua por causa do tempo, porque temos duas oitivas no dia de hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, isso é importante para V. Ex^a e para esta CPMI, para o nosso entendimento.

Sobre os documentos que estão no computador, eu preciso de uma cópia da tabulação, não é nada de sigilo, mas se trata de documentos tabulados. Qual é a informação da assessoria da CPMI? Ela diz: “Não, os Deputados não podem ter acesso. Só podem ter acesso o Relator e o Deputado Carlos Sampaio. Se eles não autorizarem, os outros Deputados e Senadores não podem ter acesso.” Palavras do assessor da CPMI. Ato contínuo, ele levantou o telefone e tentou ligar para o Deputado Osmar Serraglio. Não conseguiu contato. Tentou contato com V. Ex^a – eram sete e pouco da noite –, não conseguiu. Naquele momento, tentaram contato com o Deputado Carlos Sampaio e disse-lhe que ele estava na televisão; ele questionava o Deputado José Dirceu lá na Comissão de Ética.

Bom, sai dali sem a tabulação, fui lá na Comissão de Ética, e, quando cheguei – o Deputado Carlos Sampaio não está aqui, mas pode confirmar – ele saiu assim que acabou o seu questionamento. Resultado:

não ficamos com o documento, não temos o documento, e todos os Deputados vivem esse drama.

Concluo, dizendo que não vou pedir para ninguém, não vou pedir autorização...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – a ninguém para ter acesso a documento. Aqui na tem um Deputado que autorize outro Deputado para ser Deputado. Quem tinha que me dar autorização já me deu: o povo gaúcho. Portanto, Sr. Presidente, se eu chegar no computador – vou dizer a V. Ex^a, e é forte...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, conclua, por favor, até em respeito aos demais parlamentares.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas em respeito à verdade, Sr. Presidente. Se eu chegar no computador e estiverem tabulados os documentos e eu não tiver acesso aos documentos, outro Deputado não terá; eu desligo o computador. Ou todos teremos acesso, ou ninguém terá. É preciso colocar ordem na Casa. Essa é a afirmação e não falo mais a respeito desse assunto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Ele tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, novamente entramos num debate que pode ser tratado nas reuniões administrativas e continuamos cansando a todos. Nós cansamos os depoentes, nós cansamos o advogado, os parlamentares, a imprensa e o País.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, só quero trazer ao conhecimento de V. Ex^a que, ontem, houve um requerimento discutido aqui, o de nº 601, no qual buscamos informações junto a quebra do sigilo fiscal e bancário do Partido dos Trabalhadores, do Banco do Brasil e, objetivamente, da conta 13001.

Quero informar a V. Ex^a que ontem fiz o requerimento, conforme solicitação do nobre Relator. Quero que hoje seja feito – faço essa solicitação – o Requerimento 601, que trata dos pagamentos do empréstimo concedido ao ex-Ministro José Dirceu, pelo Partido dos Trabalhadores, mas quero fazer a referência que a conta 13001, que trata do Fundo Partidário, que se refere aos empréstimos feitos ao Presidente Luiz Inácio da Silva, ao Senador Aloizio Mercadante e ao ex-Ministro e hoje Deputado José Dirceu não chegaram na CPMI dos Correios.

Por essa razão, reveste-se de importância a solicitação que ora faço ao nobre Relator, para o esclarecimento completo sobre quem pagou esses empréstimos feitos pelo Partido a essas autoridades da República.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Onyx.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para uma questão de ordem, rapidamente, Sr. Presidente, pelo art. 14.

Apenas para dar um esclarecimento. O Deputado Carlos Sampaio não está neste momento aqui na Comissão e para deixar bem claro – e aqui falo em nome de S. Ex^a – que S. Ex^a foi designado por V. Ex^a e pelo Deputado-Relator para cumprir um papel importante nesta Comissão, qual seja organizar a quantidade enorme de documentos que ali estão. E V. Ex^a já havia esclarecido isso para todos aqui. Portanto, não cabe ao Deputado Carlos Sampaio – e que isso fique bem claro para todos os membros desta Comissão – e nem caberá dizer se pode ou não ver os documentos. A função do Deputado Carlos Sampaio tem sido nobre, árdua e difícil, principalmente em se tratando de uma Comissão com tantos Parlamentares e com tanta tensão, na organização dos documentos, a fim de facilitar o trabalho dos membros desta Comissão, a transparência desta Comissão, e das informações que possam influir.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, avise isso aos assessores da CPMI; avise lá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Pompeo de Mattos, peço a V. Ex^a que, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, V. Ex^a falou, fez o seu registro, mas agora a palavra está com o Deputado Eduardo Paes. E eu não concederei a palavra a mais nenhum Parlamentar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço, Sr. Presidente. Gostaria apenas de deixar isso muito claro. Não quero atrasar mais os trabalhos, mas essa questão deve ficar bem clara, porque não podemos ficar aqui – e o Deputado Carlos Sampaio não se encontra presente neste momento – admitindo essas insinuações. O trabalho de S. Ex^a é muito importante. S. Ex^a passou o fim de semana inteiro organizando os documentos, para que todos nós pudéssemos ter acesso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria apenas de ratificar o que disse o Deputado Eduardo Paes sobre o trabalho exemplar do Deputado Carlos Sampaio. S. Ex^a tem ficado aqui nos finais de semana para organizar os documentos, trabalhando com a assessoria técnica da CPMI e, em poucos dias,

deu um outro rumo, um outro norte para as atividades da CPMI, especialmente as administrativas.

A Presidência esclarece aos membros desta Comissão que, conforme determinação desta CPMI, com base no art. 206 do Código de Processo Penal, a testemunha prestará seu depoimento oralmente, podendo, entretanto, fazer breve consulta, apontamentos, consoante o disposto no art. 204 do Código de Processo Penal. A testemunha deverá, portanto, responder a todas as perguntas que lhe forem formuladas, assegurando-se-lhe, entretanto, a observância da garantia constitucional, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, de não se auto-incriminar o que, em última instância, importa o protesto pelo direito ao silêncio, facultando-se-lhe a assistência do seu advogado tão-somente para orientação da conveniência ou não de responder.

O termo de compromisso já foi assinado pela Sr^a Simone e os dados pessoais de S. S^a já constam do termo de compromisso.

Gostaria de passar a palavra à Sr^a Simone, solicitando que S. S^a relate o que souber sobre as questões que são objeto de investigação desta CPMI, notadamente sobre as atividades do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, explicando as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

A Presidência será absolutamente rigorosa com relação ao tempo de cada Parlamentar inscrito, até porque nós teremos mais uma oitiva, a do Sr. David Rodrigues Alves.

Com a palavra a Sr^a Simone.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Obrigada.

Bom dia a todos. A minha intenção aqui é dizer mesmo o que sei.

Eu sou de Belo Horizonte, criada e nascida lá. Trabalho na SMP&B Comunicação desde abril de 99. Prestei declaração à Polícia Federal nessa segunda-feira e tenho o termo da declaração, que passo ao senhor.

Na oportunidade, passei também uma relação das pessoas que, através de mim mesma, receberam recursos – e esse documento já foi protocolado – e tem uma relação que foi elaborada por Marcos Valério com os nomes também, como já foi divulgado pela Internet.

Estou aqui às ordens.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse declinado o nome do advogado da Sr^a Simone.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O advogado da Sr^a Simone chama-se Dr. Marcelo Leonardo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É

o mesmo do Marcos Valério e da D. Renilda.

Gostaria que V. Ex^a cobrasse dele o celular pré-pago do Marcos Valério que a D. Renilda usava que, naquele dia, ficou devendo à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Dr. Marcelo me confirma aqui que entregará na reunião de hoje o telefone.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Passo a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presiden-

te, eu solicito cópia dessas listas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Serão tiradas cópias dos documentos encaminhados pela Sr^a Simone para distribuição aos Parlamentares desta CPMI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, eu argüiria de V. Ex^a se esses documentos têm ou não o caráter de sigilosos? É apenas um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto, entendo o rigor de V. Ex^a, que é um Parlamentar rigoroso, mas, infelizmente, até as minhas queridas filhas já tiveram acesso a essa relação. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Está bem.

O SR. (Orador não identificado) – Isso é o si-

gilo da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O importante, Deputado ACM Neto, está sendo lembrado aqui muito propriamente, é que não são documentos bancários. Por isso é uma coisa absolutamente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O questionamento que fiz a V. Ex^a só tinha o objetivo de resguardar as informações que foram prestadas tanto à Polícia Federal quanto à Procuradoria Geral da República. Apenas isso. Até porque V. Ex^a tem tido o cuidado de, nas últimas semanas, conduzir com o máximo de atenção esse problema do vazamento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza, Deputado.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, quero fazer o registro que recebi um

comunicado de uma retificação que foi feita em relação à informação de saques procedidos com relação ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha, que, na verdade, foram noticiados como tendo sido elevados para duzentos, mas que o valor correto é de R\$50 mil.

Sr^a Simone, V. S^a poderia descrever para a Comissão o que significava ser, na verdade, a Diretora Financeira da SMP&B e qual era a sua atribuição, qual era a sua atividade prática exercida no dia-a-dia dessa empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não. Eram atividades inerentes a minha formação, sou administradora de empresa. Ou seja, área de recursos humanos, área de faturamento, contas a receber, contas a pagar... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Alguém tocou aí, inadvertidamente, no interruptor. Agora só falta ter apagão nesta CPMI.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Continuando, serviços gerais, compras e almoxarifado. É isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O controle financeiro da empresa quem comandava era V. S^a?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, sempre sob a orientação do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse controle a que V. S^a procedia significava emissão periódica de informações tabuladas, de forma que o Sr. Marcos Valério as tivesse de maneira clara, resumida?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, eu prestava contas a ele do que era feito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de tabulação V. S^a utilizava? Eu falo em relação aos ingressos e saídas de recursos. Como é que V. S^a apresentava esse relato, essa síntese? V. S^a dispunha de um sistema de computação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A agência SMP&B possui um sistema informatizado, é lógico, no qual eu fazia relatórios gerenciais, resumos, e prestava contas a ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quanto a esses relatórios, alguém já teve acesso a eles? Alguma das autoridades que estão procedendo a investigação teve?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses relatórios são internos. Não, nunca passei nada. Nesses relatórios constam as despesas da agência e detalhamento do que foi gasto com pessoal, aluguel e... Essas saídas sempre foram lançadas nesse meu relatório, que é apenas um relatório gerencial, não é

fiscal, como extras, porque aí eles sabiam o que se referiam, eu não entrava nesse mérito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O ingresso de recursos na conta para que V. S^a como diretora financeira tivesse conhecimento de saber se, efetivamente, dispunha de dinheiro era sempre lhe comunicado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de ingresso de recursos ocorreu no sistema? De onde promanava o dinheiro de que se valia a SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O funcionamento da agência se dá com o faturamento de clientes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais os clientes mais expressivos que a SMP&B tinha? Falo dessa forma porque alguns cancelaram. Mas, há dois meses, quais os principais clientes da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acredito que isso já tenha sido bastante divulgado pela imprensa. Clientes nosso do Governo: Correios, Governo do Distrito Federal, Câmara Legislativa, Câmara dos Deputados, Governo do Estado de Minas Gerais, são os mais significativos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E clientes particulares?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Riclan, Elmo Calçados, Usiminas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses são os maiores clientes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem uma noção, mais ou menos, de quanto seria o percentual de ingresso da iniciativa privada e dos cofres públicos? O percentual, mais ou menos, no faturamento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso sempre variou, não é uma constante. A agência sempre participou de várias licitações e sempre procurou ter na carteira clientes particulares e empresas privadas. É muito variado, eu não teria como dizer, em percentual.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em valores, mais ou menos, como V. S^a imagina que deva ter faturado a SMP&B no exercício de 2004, em relação à iniciativa privada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não saberia dizer, eu poderia consultar e enviar essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a é diretora financeira de uma empresa e não tem noção de quanto ela faturou no ano passado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor está me perguntando sobre a iniciativa privada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também. O espectro, o quadro, a senhora tem tabulado no Excell, está registrado? Tem o percentual da iniciativa privada e tem o percentual... Tudo bem que não saiba os percentuais, mas qual foi o faturamento aproximado da SMP&B no ano passado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Cento e dez milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do universo total?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do universo total.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fala em R\$110 milhões de faturados, V. S^a está se referindo ao percentual que cabe à agência?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não aos repasses que são feitos às...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Fatura, não. A contabilidade da agência é da seguinte forma: o faturamento é o valor bruto que é pago à agência e dali são feitos os repasses aos fornecedores. A agência tem uma média de 10 a 15% de receita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses 10 a 15% correspondem aos 110% ou esse é o faturamento de toda a publicidade? Cento e dez é o percentual?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não é o percentual que ficou a agência. É o faturamento bruto da agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, V. S^a quer dizer que o faturamento da empresa, no ano passado, foi de R\$10 milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Foi mais, porque eu falei: uma média de 10%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem, que seja R\$20 milhões.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque a empresa, no ano passado, movimentou R\$600 milhões, não foi?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, não sei dizer, assim, de cabeça, não. Eu poderia ter me preparado e ter trazido números...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a sabia que ia prestar informações numa CPMI, com esse universo todo de pessoas, do Brasil inteiro, e veio, aqui, sem informações sobre faturamento... É impressionante! Na verdade, quero concluir que V. S^a não quer esclarecer, lamentavelmente.

Como foi o ingresso de V. S^a na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Fui contratada em abril de 99 e fui apresentada ao Sr. Marcos Valério pelo Sr. Cláudio Mourão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Antes a senhora trabalhava numa atividade pública?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, eu era funcionária pública há quinze anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora se desligou da atividade pública em que data?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu solicitei, em dezembro de 1998, LIP, que é uma licença sem vencimentos, e fiquei janeiro, fevereiro e março em busca de outra atividade, quando, conversando com Cláudio Mourão, ele me levou ao Sr. Marcos Valério, que me contratou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora conheceu Marcos Valério antes de ingressar na empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu o conheci no dia em que fui apresentada a ele, e foi acertado....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para trabalhar...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu era candidata a uma vaga.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É que V. S^a diz, em um depoimento, que só o conheceu depois que já estava trabalhando. É só consultar um dos depoimentos de V. S^a que se pode verificar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu o conheci no dia em que fui à agência. Fui apresentada a ele, e ele me contratou. Nesse dia é que o conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só estou fazendo referência porque há um depoimento em que V. S^a diz que só o conheceu depois que já estava trabalhando.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Marcos Valério foi quem me contratou. Eu nunca disse isso não, Deputado, em depoimento nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem; depois eu apresento à senhora, no intervalo, enquanto o pessoal for promovendo questionamentos.

Essa LIP é a licença que V. S^a tirou como funcionária efetiva? V. S^a é concursada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a ocupava cargo em comissão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Até quando ocupou o cargo em comissão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dezembro de 1998.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No período de 1998, sua vinculação sempre foi em cargo em comissão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, por muitos anos servidora pública.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas e em 1998?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 1998, eu estava em cargo em comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tirou alguma licença em 1998?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tirei férias, prêmio, férias normais...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que período?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No período de setembro ou outubro de 1998.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De quanto tempo foram as férias?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dois meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe dizer quem a substituiu no cargo em comissão nesse período?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sr^a Helen.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, em setembro e outubro de 1998, V. S^a estava afastada do serviço público?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na primeira vez que V. S^a prestou depoimento, informou que, na verdade, os saques em espécie eram destinados ao pagamento de cachê de artistas; sei que depois V. S^a foi adensando, complementando, e hoje podemos dizer que V. S^a vem contribuindo para os esclarecimentos que a Casa e o Brasil querem; mas, de qualquer modo, ficou esse gancho, e eu queria so-

licitar um esclarecimento: a SMP&B pagava artistas? Como isso se procedia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eventualmente, artistas contratados para fazer a publicidade de alguns dos clientes exigem que o pagamento seja antecipado. Isso é uma prática comum na publicidade. Então, a agência fazia um adiantamento ao artista. Aliás, na maioria das vezes, a gente antecipava isso, porque a gente só recebe do cliente após o trabalho ter sido executado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A SMP&B nunca pagou artistas que não fossem relacionados a contratações próprias?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Através dos clientes sempre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca efetuou pagamentos a artistas de campanhas políticas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma das coisas que nos têm surpreendido é que, a cada lista nova que vem, novos nomes vão sendo incluídos, e nós precisamos, de alguma forma, de certo rigor e esperamos essa contribuição de V. S^a, tanto quanto do próprio Marcos Valério e até, para ampliar um pouco, em relação ao nosso Deputado Roberto Jefferson, porque se tornaram três pessoas que têm poder de vida e morte política em relação ao que manifestam. E essas mudanças de listas, com inclusões de novos nomes, precisaríamos – e vamos detalhá-los, com certeza, com o acréscimo dos questionamentos que serão realizados pelo Plenário – que eles fossem enriquecidos com mais detalhes, não no sentido de que queiramos defender, porque somos absolutamente contrários a tudo isso que aconteceu, mas precisamos também de algum parâmetro para verificar se eventualmente alguém “inadvertidamente” teria mantido contato com essa empresa. Todos aqueles que com ela se relacionaram de alguma forma vão pagar ou com mandato, ou com execução pública, ou, como assistimos, com uma certa responsabilização antecipada tanto pela imprensa quanto pela opinião pública. Queremos que aqueles que de fato incidiram nisso respondam por isso. E V. S^a é uma peça fundamental nisso.

Aí perguntamos: há uma nova lista? E, agora, salvo engano, não tenho ainda, há uma nova lista posterior à de V. S^a e à do Marcos Valério. V. S^a teve oportunidade – e passou agora, se não me engano, para o Presidente – de consultar essa lista que o Marcos Valério apresentou ontem na Procuradoria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, o senhor está se referindo a algumas listas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– À de ontem; à que ele apresentou ontem à Procuradoria.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor está se referindo a algumas listas anteriores. Eu não tenho conhecimento de listas anteriores oficiais. Vimos muitos nomes nos jornais, sim. Eu viajei e, antes de viajar agora em julho, eu saí de férias, conversei com o Marcos Valério e disse a ele que eu gostaria muito que ele fizesse alguma coisa concreta para que, se eu fosse chamada novamente, eu pudesse esclarecer tudo. E a minha intenção aqui hoje é essa, o senhor não tenha dúvida, não.

Quanto às listas, eu sei dizer para o senhor de duas listas. Quando eu retornei dessa minha viagem agora, eu encontrei uma lista pronta que Marcos Valério fez e que, me foi informado, foi com base em extratos bancários, anotações, cópias de cheques, lembranças. Dessa lista, que está aí, eu repassei, eu fiz a minha. Em conversa com Marcos Valério – ficamos sentados, conversando, pegamos o jornal, porque eu não me lembrava da fisionomia de várias pessoas, como continuo sem me lembrar: “Marcos, quem é este, o que é isso, quem é este”? Em Brasília, cruzando os dados, de quando eu fui a Brasília, os saques estão comprovados nos documentos do Banco Rural. De todas as vezes que fui, conforme meu depoimento na Polícia Federal, tem lá a minha letra, não nego nenhuma das vezes que eu assinei, que eu fui e que encontrei com as pessoas ou que eu deixei autorizado.

Então, essa minha lista... Para evitar confusão, ontem já houve essa confusão na imprensa de que eu passei uma lista com tantos nomes. Não é isso. Da lista do Marcos Valério, que são cinquenta e poucos nomes, eu ali detectei doze nomes de pessoas ou de contatos que foram feitos na agência do Banco Rural em Brasília.

Espero ter esclarecido essa questão das listas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa indicação dos doze nomes, V. S^a diz que ela consta do seu depoimento na...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na Polícia Federal. Sim. O senhor tem cópia aí?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tenho. Porque, na verdade, a senhora, num primeiro momento, fez o de 7, 8, dizendo: “A essas pessoas eu entreguei; a essas outras, eu não lembro muito bem”.

Antes, estou querendo pegar... V. S^a disse que quem elaborou a lista para V. S^a foi o Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Marcos Valério elaborou uma lista dele, de todos os valores que foram repassados oriundos desse empréstimo que a SMP&B fez aos bancos e emprestou, em seguida, ao PT. E o Marcos fez, destrinchou todos esses valores. Dessa listagem do Marcos Valério, eu fiz a que eu tenho conhecimento, que é esta lista com os doze nomes. Algumas pessoas aqui eu sei quem são. Estive com elas pessoalmente. Outras, por todos os dados bancários, verifiquei que eu autorizei, porque, em várias ocasiões, não permaneci na agência bancária. Eu, de posse de uma determinação de Marcos Valério, até por eu estar em Brasília desempenhando a minha função, que é a principal e que sempre foi, tratar dos assuntos administrativos e financeiros da filial aqui, em Brasília: “Simone, vá lá e autorize que tal pessoa pegue o dinheiro ou com você...” Aí, até por decisão minha e por colaboração dos funcionários do próprio banco, eles permitiam que eu somente colocasse o nome da pessoa no verso da autorização minha. Nunca me neguei, sempre assinei e pus minha identidade: “Olha, é fulano ou sicrano que virá buscar esses valores”.

Essa listagem é esta que está assinada por mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A forma de operar era: antes alguém expedia uma autorização lá, dentro da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem que fazia essa designação e a quem é que esse pagamento seria realizado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre o Sr. Marcos Valério me passava quem seria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Passava para a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, e eu repassava para o setor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quem que emitia o *e-mail*?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha, geralmente, a minha gerente financeira. Se ela não estava lá, podia ser qualquer outro funcionário, mas, geralmente, ela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os saques eram procedidos em Belo Horizonte ou em Brasília, ou em ambas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses saques que estão relacionados aqui foram todos em Brasília, na agência do Banco Rural, em Brasília. Foram os saques nos quais eu tive participação. Nunca fui a qualquer outra agência bancária fazer saque, apenas nesta agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem no Rio, nem em São Paulo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu jamais fui fazer saque em qualquer outra agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas foram feitos pagamentos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E como era procedido esse pagamento quando era para o Rio de Janeiro, quando era para São Paulo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha, eu teria que saber que para o Rio de Janeiro; o senhor está me dizendo que teve para o Rio de Janeiro. Eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve uma campanha política até de uma cidade lá do Rio de Janeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todas as ordens de pagamento sempre foram dadas por Marcos Valério, e eu solicitava ao meu setor financeiro que assim fizesse. Entrava em contato com o gerente do banco, e, aí, uma coisa interna do banco, eles passavam acho que um fax para a outra agência dizendo que fulano de tal, carteira de identidade tal, iria lá buscar aquele recurso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando o dinheiro era sacado em Brasília, era remetida da agência de Belo Horizonte uma comunicação a quem seria destinado ou V. S^a vinha a Brasília, sacava e dava o dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando as pessoas iam diretamente ao banco e que eu não precisava estar presente, já ia a informação de Belo Horizonte. No próprio fax, ia para a agência. O fax do Banco Rural, agência Belo Horizonte, ia para a agência em Brasília já dizendo quem era e inclusive com a carteira de identidade. Mas, em diversas ocasiões, isso não era possível. A gente dizia... O setor dizia: “Não, é a própria Simone que vai à agência”, onde constam, inclusive, tantos saques em meu nome. E lá eu entregava aos destinatários.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lá, em Belo Horizonte, havia entregas a políticos?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca entreguei a nenhum político, em Belo Horizonte, recurso nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A prepostos de políticos?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Também, não. Eu, pessoalmente, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqueles saques todos que são noticiados como motoboys, indo buscar... o David Rodrigues, que, inclusive, vai ser ouvido, eles sacaram tanto dinheiro e levaram para dentro da agência da SMP&B.

Primeiro, por que esses saques sempre são em dinheiro, em espécie? Porque não é o comum, convenhamos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todos os saques que foram feitos sempre o foram por determinação de Marcos Valério. Eu não questionava o porquê.

Em relação ao Sr. David, eu nunca vi esse senhor. É fácil verificar se ele já foi à agência alguma vez. O prédio tem um rigoroso sistema de entradas e saídas. Vamos solicitar à portaria do prédio para verificar se o senhor David já foi alguma vez à agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, como informação, V. Sª sabe se, por acaso, ele teria levado esses recursos para o prédio da DNA?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho essa informação. Eu não tenho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, recursos em espécie, a pedido do Marcos Valério, eram conduzidos para dentro da SMP&B. V. Sª era quem controlava o direcionamento disso. Que registros eram feitos como saída desses recursos?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não percebi o início da frase que o senhor disse, que a maioria...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. Eu disse que esses recursos, em espécie, a maioria era em dinheiro, em espécie, que eram recolhidos para dentro da SMP&B. Evidentemente, V. Sª, tendo o controle financeiro, deveria registrar a quem foi entregue esse dinheiro em espécie que chegou a SMP&B.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu tenho conhecimento de alguns saques em dinheiro em Belo Horizonte, sim. Os valores eram, na maioria das vezes, entregues ao Sr. Marcos Valério, e ele, eventualmente, pode ter repassado a pessoas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas o registro competia a V. Sª.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ao Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A saída do seu controle financeiro...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do meu controle?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ... era Marcos Valério?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério, porque esse era um procedimento extra. Não é a rotina do nosso trabalho. Noventa e nove por cento do meu trabalho é pagamento a fornecedores, recebimento dos clientes. A rotina de qualquer empresa do porte da agência SMP&B – que era até então, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O normal do faturamento da empresa é incluir a prestação do serviço inteiro e, depois, receber a prestação?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não entendi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vamos supor que eu a contrate para que preste um serviço. Sou o João das Pedras e Cia. Ltda. Eu contrato os seus serviços por R\$1 milhão. V. Sª, quando fatura esse valor, como não é V. Sª que faz o serviço – eu contratei seu serviço, e quem vai me prestar grande parte são os veículos de comunicação –, V. Sª me fatura R\$1 milhão ou o faturamento é feito dos prestadores de serviço e V. Sª só me fatura a sua participação, os seus 20% ou 10%?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Faturei o valor integral...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Valor integral.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... e vem distinguido nas notas, o que é valor para terceiros e sempre anexada a nota do fornecedor, seja de produção, seja de mídia e, ao lado, há uma coluna que é receita da agência, que é o percentual que efetivamente fica na agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Sª fez referência a empréstimo e o fez no singular. Mas eu queria uma explicação mais completa sobre tudo o que sabe em relação a empréstimos contraídos ou pela SMP&B ou pelas coligadas da SMP&B que tenham tido qualquer elo de ligação com partidos políticos ou com políticos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sobre as coligadas, eu não saberia dizer ao senhor, porque sou funcionária contratada pela SMP&B e sempre desempenhei minhas atividades na SMP&B.

Sei dos empréstimos, sim, inclusive porque eu que sempre providenciei toda a documentação, a parte burocrática desses empréstimos. Há toda uma documentação mínima necessária que os bancos exigem. Então, tenho conhecimento dos empréstimos, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quais eram?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Há um documento onde estão discriminados os valores, as datas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não são muitos. V. S^a não se lembra deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

Sempre foram... são... sempre foram... Sempre, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quantos são?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses empréstimos são junto ao Banco BMG e ao Banco Rural, tanto da SMP&B Comunicação quanto da Graffiti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do da Graffiti, V. S^a tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tenho, porque eu, inclusive, que providenciei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O controle financeiro da Graffiti era realizado lá na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Eu providenciei a documentação por serem os mesmos sócios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o que lembra em relação a esse empréstimo? V. S^a preparou o material, mas quem participaria da formalização de assinaturas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desses empréstimos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em nome de quem sairia o empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses empréstimos, inclusive, a documentação, eu acredito que esteja disponível.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei que tem, mas é que V. S^a está prestando depoimento oral para complementar as informações que nós temos documentadas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não. Os sócios das empresas que têm o poder de assinatura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quem foram os que assinaram esses empréstimos a que alude V. S^a?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os sócios das empresas. Só os três poderiam as-

sinar. São três sócios. Sempre um deles com o outro. Marcos Valério, provavelmente, assinou todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os valores recolhidos por meio desses empréstimos ingressaram no seu controle financeiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E na contabilidade da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E qual era a saída dada para esses recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Empréstimo ao PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cada vez que se procedia a uma retirada, o registro era “empréstimo ao PT”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha, essa parte contábil específica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, não é contábil. É o seu controle financeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No meu controle? Empréstimo ao PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não especificava a quem, a que cidade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, até por que Marcos Valério nunca me deu essa função desse controle. Isso é absolutamente da alçada dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Até quando V. S^a participou dessa forma de retirada de dinheiro em espécie? Porque houve um período em que foi paralisado isso, não é? Ultimamente, não se faz mais assim,

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu participei diretamente – e onde está nessa listagem aqui constando – durante o ano de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 2003?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– 2003, sim.

Em 2004, Marcos Valério mudou a forma. Ou ele diretamente, eu não sei dizer, seria interessante ver com ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Através de corretores?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou através de corretoras?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, ou através de corretora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais as corretoras que substituíram isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A que eu tenho conhecimento é a Bonus-Banval.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lá de São Paulo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, então, de 2004, o único canal de irrigação desse sistema era a Bonus-Banval?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De que eu tenha conhecimento, sim. E muitos cheques que Marcos Valério me solicitava, eu entregava para ele e não sabia mais a finalidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004, V. S^a não procedeu saques em espécie?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 2004, eu não fui à agência de Brasília fazer saques, conforme essa listagem. O senhor pode verificar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a disse que costumava usar dois telefones celulares naquele período em que tinha contato, e que, enfim, esse sistema dos cheques, do dinheiro liberado em Brasília, funcionava. V. S^a poderia nos informar o número desses telefones celulares?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Um, era em nome do Orlando Martins?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Telefones celulares, sendo um em seu nome e outro em nome do Orlando Martins.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em uma das minhas viagens, solicitei ao Orlando – eu estava fora – que pegasse um telefone para mim. Por quê? O meu telefone, em meu nome, eu recebia muitas ligações e eu não queria mais receber. Os números o senhor quer anotar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode falar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– 9953.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está sendo gravado, inclusive.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– 5444.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cidade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre Belo Horizonte. 8838-5444. E tem mais um: 8832-9020.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E nisso já está incluído o do Orlando.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu acho que sim, ouviu, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu perguntei, antes, sobre quais eram os clientes principais. Quais eram os fornecedores principais da SMP&B, os que mais prestaram serviços à SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu poderia trazer uma listagem aqui para o senhor de mais de 200 fornecedores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Não, os principais. Podem ser os cinco, dez maiores.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os mais conhecidos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os de maior valor.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– TV Globo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– TV Globo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Jornais, de modo geral, gráficas, TV Alterosa, TV Bandeirantes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Gráficas, quais as gráficas principais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Gráficas principais. Nossa! O senhor me dá um tempinho que eu vou procurar me lembrar dos nomes. Até o final da sessão, eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, tudo bem.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está bem?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vai sobrar muito tempo para isso, ainda hoje.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Três Editorial é uma. Gráfica e Editora Três Editorial.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quantas vezes V. S^a veio a Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Muitas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais ou menos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em qual período o senhor está-me perguntando?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em qual período? Em 2003/ 2004.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi o período em que eu vim mais, sim, principalmente porque, nesse período, nós reformamos a agência, nós mudamos de endereço. Nós saímos do prédio do CNC e fomos para o Edifício Terra Brasilis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, vamos limitar assim: o período enquanto houve

a operação desses saques aqui em Brasília. Quanto tempo foi isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Vinte vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual foi o período de saques em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A maior parte dos saques foram em 2003 – que eu participei, como eu já disse anteriormente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De janeiro a dezembro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De janeiro a dezembro de 2003, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, nesse período, V. S^a mais ou menos...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Vinte, trinta vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vinte, trinta vezes, no ano?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como era procedida a entrega do dinheiro em espécie? A quem a senhora trazia – trazia, não, porque V. S^a sacava aqui em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sacava em Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Procedia ao saque e entregava. Como é que era feito esse controle? Que documentos V. S^a obtinha? De quem os recebia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nenhum documento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nenhum documento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nenhum documento. Às pessoas que eu entreguei pessoalmente, nunca foi exigido documento delas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, de qualquer modo, então já vinha direcionado com o nome da pessoa? Como eu faço o elo? Como a senhora, hoje, nos comprova que tal saque, efetivamente, foi direcionado à determinada pessoa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nós fizemos isso de duas ou três maneiras, que foi o que até já relatei aqui anteriormente. Me dirigia, agência do Banco Rural, e lá já tinha uma ordem da agência de Belo Horizonte disponibilizando aquele valor para Simone Vasconcelos. Eu assinava esse documento e, depois que eu assinava, eu entregava às pessoas dentro da própria agência. Isso foi uma das maneiras. Isso foi uma das formas. E, anteriormente, Marcos Valério já havia me dito: “Simone, fulano e fulano vão

te procurar”. Eu sempre marcava o horário ali, porque eu não gostava de ficar dentro do banco com valores relativamente altos, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não havia uma sala especial onde V. S^a ficava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aconteceu de o banco me favorecer uma salinha de reunião, sim, só para eu entregar ali a quantia. Eu nunca contei. Era pegar na Tesouraria, passar para essa pessoa e eu sempre me retirar muito rapidamente. Às vezes, a pessoa permanecia, continuava no banco, e eu ia embora. Isso, uma das formas.

Uma outra maneira: estava lá a autorização com o meu nome, eu conversava com os funcionários do banco, que já me conheciam também, e eles me concediam isso: “Simone, se você anotar aqui atrás o nome de quem vem buscar” – e eles também já conheciam essas pessoas – “você pode ir embora”. Eu só escrevia o nome e falava o valor. Então, eu não pegava em dinheiro e eu ia embora, porque aquelas pessoas estavam autorizadas.

Agora, muitos saques foram feitos sem a minha participação, porque já vinha o dado de Belo Horizonte de que o fulano de tal, com aquela carteira de identidade, iria ao banco sacar. Aí, o Banco exigia que essa pessoa assinasse, porque qual era a garantia do banco? Eles tinham que... assim, alguém foi autorizado e esse alguém pegou. Por isso tem tantos saques no meu nome, porque eu autorizava que eles repassassem a essas pessoas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se eu entendi bem, quando era V. S^a que procedia à entrega não havia controle nenhum. V. S^a era quem identificava e entregava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando a pessoa não a procurava no intervalo que estava lá, V. S^a anotava para quem deveria ser procedida a entrega?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora, como é que há um sistema documentado, como é que eu identifico, nessa sistemática, quais as pessoas que receberam de V. S^a?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei, mas...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Diante dessa listagem aqui, eu sei dizer aqueles a que eu, pessoalmente, entreguei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei, mas não há nenhum lugar onde se possa identificar? Vai ser só a palavra de V. S^a? Eu quero essa contribuição. Não estou duvidando de sua palavra.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas temos várias pessoas que podem dar uma informação diferente, por isso é que a nossa investigação está limitada exatamente a esses documentos, onde, de repente, ficava o nome da pessoa. Aí, nós fomos atrás para tentar ver com quem se procedia o elo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora, nesses casos, no começo, o *e-mail* só dizia que era para a S^{ra} Simone sacar. Lá não dizia “sacar para entregar para fulano”.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, em Belo Horizonte não há nada disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não tem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Identificando documentalmente. E de lá vinha para cá, porque a senhora era comunicada pelo Marcos Valério a quem deveria proceder à entrega.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

Deputado, eu devo acrescentar que o Dr. Marcelo Leonardo entregou, ontem, à Procuradoria mais de 100 documentos, onde podem constar esses...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só como curiosidade: o advogado tem cópia aqui?

O SR. (Orador não identificado) – Posso responder, Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode.

O SR. (Orador não identificado) – O Marcos Valério esteve...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só quero saber sobre a documentação.

O SR. (Orador não identificado) – Isso. Esteve na Procuradoria-Geral da República ontem, foi ouvido por três Procuradores e entregou mais de 100 documentos, inclusive vários com recibos de pessoas que receberam os recursos. Foram todos entregues lá na Procuradoria-Geral da República ontem, que coincidem com os dados da lista completa que ele entregou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa lista que coincide é uma que ele entregou aqui?

O SR. (Orador não identificado) – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu teria condições de ver? Eu não vi ainda. Eu não recebi aqui.

É sempre assim. O mais exigido é o Relator e é o último que toma conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator e o Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu queria aproveitar este *break* para dar uma explicação, porque o Brasil inteiro está assistindo aos nossos trabalhos. É uma pena porque, agora, não está aqui o Deputado Pompeo.

Eu queria esclarecer esse detalhe do computador, porque eu vi muitos fazendo sinal de apoioamento, como se houvesse uma conduta equivocada dos nossos técnicos.

Quero dizer que os técnicos estão procedendo segundo o que nós estabelecemos na CPI, que é o quê? Não é possível alguém estar tabulando no computador e, imediatamente, passar informações.

Eu queria aproveitar a presença do Deputado Pompeo para prestar um esclarecimento a propósito da sua intervenção. Nós, de fato, estabelecemos, na CPI, que haveria um horário em que toda a documentação seria posta à disposição e os técnicos estariam juntos para esclarecer o que quisessem.

Agora, quando eles estão trabalhando, não tem ninguém, nem Presidente, nem Relator, nem o Deputado Carlos Sampaio, que foi anunciado, que tenha acesso, porque um dos objetivos nossos foi exatamente produzir e com um detalhe, e justificamos isso na época: se um Parlamentar vai lá e obtém um dado, neste momento, e daqui a uma hora vai outro Parlamentar e o obtém, o dado não é mais o mesmo, porque a inserção vai evoluindo. Aí, poderão dizer: “Não, como que para mim foi dada uma informação e para outro ela já pode estar cancelada?”

Ontem, um *site* nacional disse que um Deputado havia renunciado ao mandato. Eu tenho isso documentado em meu gabinete. Meia hora depois, não estava mais documentado, o *site* retirou.

Enfim, o objetivo não é restringir nada a ninguém.

Já vou me antecipar, para não haver intervenção: V. S^a tem todo o direito e nós, com certeza, para qualquer dúvida que houver, queremos ser abertos e transparentes em relação a todos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr.

Relator, dialogo muito rapidamente com V. Ex^a só para dizer que eu estive lá e me foi dito exatamente o que V. Ex^a me disse. Eu estive lá às 14 horas e 30 minutos

ou às 15 horas e me disseram que só depois das 17 horas. Eu voltei lá às 19 horas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, mas é no horário específico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Exatamente, no horário de 17 às 19 horas. Fui exatamente nesse horário. Fui atendido, e bem atendido, pela assessoria. Na hora de disponibilizar o documento, eles me disseram: “Está bom, o atendimento foi bom, foi ótimo, só que não posso lhe fornecer, a menos que o senhor peça ao Deputado Carlos Sampaio”, o que não tem nada a ver. O Deputado Carlos Sampaio nem ficou sabendo, nem foi localizado.

Quero dizer, Sr. Presidente que não tenho que pedir para outro Deputado, para que ele arrume para outro Deputado ganhar não sei o que. É isso o que não pode acontecer. As coisas têm de ser claras.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, nós estamos na oitiva dos trabalhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem, já entendemos.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos voltar para a oitiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Olha, eu quero, mais uma vez, lamentar esse rame-rame, conhecido, que já foi longamente debatido, e peço ao Deputado Osmar Serraglio que V. Ex^a depois, numa conversa ampla com o Deputado Pompeo de Mattos, sem hora para terminar, explique tudo que é necessário ao bom encaminhamento dos trabalhos da CPMI.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, quero ressaltar que o Relator pode-se manifestar, sim, a qualquer tempo, segundo o andamento dos trabalhos.

Há uma informação conflitante nos depoimentos de V. S^a e de Karina e João Cláudio Genu, em relação ao local onde teria sido procedida a entrega, num hotel em Brasília. Ambos dizem que V. S^a procedeu à entrega no Hotel Gran Bittar e aí, salvo engano, V. S^a diz que no Hotel Gran Bittar ou não se hospedou, ou não procedeu à entrega.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Posso fazer uma sugestão, Deputado?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De posse dessa relação das pessoas que eu fiz a entrega, se a gente fosse passando um a um, eu vou-

me lembrando e dizendo como foi a cada um. E vai chegar no João Cláudio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, mas a pergunta específica é: V. S^a, alguma vez, esteve no Hotel Gran Bittar e procedeu à entrega a alguém?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu já me hospedei, uma vez, no Gran Bittar e não me lembro se lá eu entreguei. Estive em um hotel e entreguei no *hall* do Hotel. Estive com o João Carlos Genu no *hall* do hotel, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No Gran Bittar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer qual o hotel. Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conferiu, junto com o Marcos Valério, essa documentação que foi apresentada à Procuradoria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teria condições de disponibilizar para a CPMI esse acervo de registros que tem no seu sistema financeiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No que diz respeito a esses documentos, a essas anotações, todas foram repassadas para o Marcos Valério e não tenho mais nada. Eu não tenho anotações que fomos fazendo. Agora, a contabilidade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A memória de seus registros está no computador?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, está lá. Está à disposição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. S^a colocaria isso à disposição da CPMI?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a procedeu à identificação junto à Polícia Federal, fez uma partilha na averiguação dos nomes, dizendo, num primeiro momento, aqueles que, com certeza, procedeu à entrega. Num segundo momento, um rol daqueles de que não se lembraria muito.

Eu pergunto: V. S^a está lembrando do seu depoimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ao esclarecer essa listagem, isso é o que o senhor está me perguntando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se eu vou seguir a listagem ou não, se V. S^a me permite, eu é que vou entender como vou conduzir o interrogatório.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aí, V. S^a, em seguida, dá o nome de pessoas às quais nunca teria procedido à entrega. Lembra desse seu depoimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a confirma esses dados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Confirmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais são as pessoas que sabem dos empréstimos? Falamos antes e vou retomar um pouco.

Quais as pessoas que, efetivamente, conhecem os empréstimos realizados por Marcos Valério e que, na verdade, não eram para suprir as necessidades da empresa? Eram para que Partido ou para que Partidos e, eventualmente, para que políticos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor está-me perguntando pessoas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dos empréstimos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da agência?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É. Não, pode ser dos diretores da empresa e externamente.

V. S^a conhece Delúbio Soares ou ouviu falar o nome?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sílvio Pereira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca esteve lá?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– José Genoíno?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– José Dirceu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses nomes, em algum momento, estiveram relacionados a esse empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Delúbio Soares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Delúbio Soares.

Foram dois empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foram quatro ou cinco. Tem alguns em nome da SMP&B e alguns em nome da Graffiti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da SMP&B foram dois?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dois ou três, tem essa listagem aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se não lembra, tudo bem. É que estamos falando em milhões e a gente estranha que V. S^a não tenha nem o núcleo dos milhões. Como é que vamos acreditar nos detalhes quando falar que vem de lá e não aparece o nome de ninguém? Aí, faz uma lista e diz: “Eu dei esse dinheiro para o fulano de tal”.

Estamos tentando construir um núcleo para que possamos emprestar o máximo de veracidade e verossimilhança ao que V. S^a nos diz.

A V. S^a nunca foi mencionado o nome de quem deveria receber dinheiro em Brasília, a não ser através de Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O registro de V. S^a era um registro financeiro, saída empréstimo do PT, mas, de qualquer modo, a contabilidade não pode ficar com o caixa de milhões. Como se procedia o controle na contabilidade? Como é que se dava baixa a esse dinheiro todo que entrou na conta da SMP&B e da Graffiti?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Entrou como empréstimo bancário e saiu como empréstimo ao PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não havia documento para ser contabilizado.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa documentação ou esse controle é feito no escritório de contabilidade. Não é da minha função fazer a escrituração contábil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei, mas estou tentando... como diretora financeira, qualquer contador fica com essa dúvida: se, de um lado, temos o ingresso de R\$40 milhões, R\$50 milhões, o caixa vai ficar com R\$40 milhões, a menos que eu vá jogando documentos ali dentro para dar...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os cheques emitidos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas os cheques eram saque em dinheiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, saque em dinheiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Continuam no caixa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer, contabilmente, como é isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Saía do banco e ia para o caixa, é a saída do caixa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E o cheque emitido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, talvez V. S^a não esteja entendendo.

No balanço existem, no setor disponível, caixa e bancos. Portanto, disponível: dinheiro.

V. S^a, com cheques, tirou dos bancos e jogou no caixa. Continua disponível e, portanto, ficou pior para a contabilidade, porque enquanto estivesse no banco, estava perfeitamente registrado. Fisco nenhum ia incomodar. Agora, quando o Fisco vê que o dinheiro saiu do banco, milhões no caixa, e não é dada a baixa, a pergunta é simples.

Eu não acredito, porque seria uma confissão ao Fisco de que a SMP&B estava errada, equivocada. Portanto, ela teve que dar baixa. V. S^a não sabe se foram notas industriadas, se foram recibos, enfim, ou transferências para outras empresas do grupo. Como se deu baixa no Caixa da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, o que possa esclarecer a respeito disto é que, a partir de segunda-feira, agora, a Receita Federal está dentro da agência fazendo toda essa conferência, essa fiscalização. Aí isso vai se esclarecer. Não sei o que esclarecer, aqui, agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca foi solicitado a V. S^a que procedesse à busca de documentos, enfim, de alguma forma que pudesse comprovar essa saída desse dinheiro? Nem junto ao PT? O PT, alguma vez, deu algum recibo que substituisse essa saída de dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não do meu conhecimento. Se houve, foi diretamente entre Marcos Valério com o contador da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Esse contador é de uma contabilidade terceirizada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse contador é uma pessoa que tem um trânsito permanente na empresa ou é um mero registrador?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Ocasionalmente ele está lá, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tomou conhecimento – embora não seja da

SMP&B – da queima de muitos documentos que estava ocorrendo, tanto é que Parlamentares daqui se dirigiram e acompanharam o que estava ocorrendo lá em Belo Horizonte?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É. Embora eu estivesse fora – eu estava viajando

– tomei conhecimento sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Soube que documentos eram e a que se relacionavam?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não. O que eu sei é o que saiu na imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eram notas de empresas de todo o tipo. Estou falando isto para que V. S^a entenda que eu tenho que supor que a única maneira de dar baixa nesse caixa, para não ficar tão elevado, era esse engenho dessas notas. Isto deve ter ocorrido na DNA e, talvez – e, aí, V. S^a disse que o fisco vai identificar a partir de segunda-feira – deve ter ocorrido também na SMP&B.

Há uma questão que está pendente. Parece que V. S^a já a esclareceu, mas para que a CPI tome conhecimento. Aquela remessa que se realizou para São Paulo, para Roberto Marques. Em um primeiro momento, a documentação foi para Roberto Marques e, depois, uma outra foi para – parece-me que é algo parecido com Mancuso. O que V. S^a sabe sobre essa remessa? O nome é Mazano – lembra desse episódio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tomei conhecimento disso agora, pela imprensa, dizendo, inclusive, que eu havia afirmado que....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É, parece que V. S^a foi inclusive entrevistada – ou não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso é mentira. Eu nunca conversei com jornalista algum – nem por telefone, nem pessoalmente; nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas o jornalista atribuiu a V. S^a a entrevista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E tirou isto a limpo sobre o fato?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu não conversei com jornalista algum a respeito disto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não em relação ao jornalista, mas à remessa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, aí eu fui buscar o que era isto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E daí?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Realmente tem uma autorização que saiu de dentro da SMP&B para Roberto Marques e que no dia seguinte foi substituído por esse outro nome – Luiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Luiz Mazano?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Geisa Dias era a sua imediata, a gerente financeira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse controle mais efetivo da documentação, não só o aspecto financeiro, mas o aspecto contábil, está mais afeto a ela?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela sabia desses empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

O Sr. Bruno, do Banco Rural, é em Brasília ou em....

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Belo Horizonte.

Esse episódio relacionado à busca de dinheiro em espécie acontecia efetivamente? Havia solicitação ao Banco em Belo Horizonte e o dinheiro carreado em espécie para a agência da SMP&B para o escritório?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Já aconteceu, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fisicamente, V. S^a lembra de algum transporte desses para nos dar uma dimensão de como ele ocorria? Em malas, o tamanho de malas, como é que esse dinheiro era transportado da agência do banco para dentro da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Através de *motoboys* contratados pela empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas eles punham dentro do quê?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Uma mochila.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma mochila?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, *motoboy*...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve alguma circulação de mala de dinheiro dentro da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, do meu conhecimento, nunca vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Zilmar Fernandes da Silveira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa pessoa mora em Belo Horizonte? No Rio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A residência dela eu acredito que seja em São Paulo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São Paulo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... embora ela já tenha me dado também, ocasionalmente, um telefone de Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela é sócia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A informação que eu tenho é que ela é sócia do Sr. Duda Mendonça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Duda Mendonça.

Alguma vez ela recebeu dinheiro da SMP&B que, de alguma forma, estivesse relacionado não a ela especificamente, mas ao grupo Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vocês prestavam serviços ao grupo Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eram empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Era solicitação do Sr. Delúbio ao Sr. Marcos Valério e ele me pedia que fizesse isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqui se diz que, embora por prepostos, a Zilmar Fernandes da Silveira teria retirado, só no ano de 2003, R\$15,5 milhões. Isso aqui é verdadeiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa listagem é a que Marcos Valério elaborou, não é a que eu participei diretamente. Aí eu tenho essa informação de que foram os R\$15 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quer dizer, isso aqui V. S^a... e a informação direta da qual V. S^a tem conhecimento o que é que fez? Fez

pagamentos a ela? E quanto somou o pagamento que fez a ela?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O conhecimento que eu tenho é desse valor aí, dos R\$15 milhões. Porque eu diretamente nunca fiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Teria, como diretora financeira, algum esclarecimento de que ligação era essa do Duda Mendonça com o Marcos Valério para tirar de lá R\$15,5 milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A informação que sempre chegou a mim é de que era acerto de campanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acerto de campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse dinheiro, então, teria saído do dinheiro emprestado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dos empréstimos que a SMP&B e Grafitti tiveram dos bancos e que emprestamos ao PT. Desses valores, R\$15 milhões fazem parte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não há nenhuma conversa em relação à participação de Duda Mendonça como sócio oculto da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando daqueles pagamentos que V. S^a disse que paralisou em 2003, a SMP&B não procedeu mais em Brasília a pagamentos através de alguma outra pessoa sem ser V. S^a?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que é que faz V. S^a acreditar que os pagamentos feitos a Bônus-Banval sejam destinados ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério já me disse isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi ele também que lhe disse que o dinheiro da Garanhuns ia para o Valdemar Costa Neto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele dava a entender que o dinheiro todo que ia parar Bônus-Banval ia para o PT, não havia ninguém e também da Garanhuns era para o Valdemar Costa Neto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, a informação do Marcos Valério a mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe como a Garanhuns entrou nesse contexto? Como foi escolhida? Como corretora? Havia algum amigo de alguém?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, não tenho conhecimento. Eu atendia a solicitação do Marcos que se fizessem depósitos ou cheques administrativos para Garanhuns.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Marcos Valério, empresa SMP&B, fosse quem fosse do grupo, não houve transferência de recursos para políticos, campanhas, partidos políticos? (Pausa.)

Até agora o que eu estou estranhando é que os empréstimos é que foram a fonte das transferências realizadas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hum, hum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só os empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a leu a versão do Deputado Roberto Brant?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A versão nos jornais de que o dinheiro que ele recebeu, na verdade, teria sido uma transferência, cuja origem era a Usiminas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A retirada do Marcos Valério da SMP&B era unicamente do **pro labore**?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ocasionalmente, tinha distribuição de lucros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra de algum valor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Anual? Que correspondesse à distribuição de lucros?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe se o Marcos Valério tinha aviões do Banco Rural à disposição, quando quisesse?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– À disposição dele, não. Sei que, eventualmente, ele já viajou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse eventualmente corresponderia a que mais ou menos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não sei, Deputado. Marcos sempre viajou muito. Por qual e para onde ele foi, eu não sei dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Carlos Rodenburg?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Opportunity?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Daniel Dantas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca estiveram lá na SMP&B que V. S^a tivesse visto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Que eu tenha visto, não.

É importante dizer que eu trabalho em outro andar. A agência são dois andares. Eu trabalho no outro andar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que elo de ligação e que informações, enfim, V. S^a poderia nos dar em relação a 2 S Participações?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tomei conhecimento que é uma empresa de Marcos Valério e de sua esposa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não havia uma migração de recursos, por exemplo, DNA, dinheiro para dentro da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aconteceu, sim

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A que título era isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De um empréstimo. Lembro especificamente de uma vez em que a gente, dias depois,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lembra do valor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dois milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da 2S?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só da DNA?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor me perguntou da DNA, eu me lembro de uma...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Não, não, não. A DNA eu já virei a página. E da 2S?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da Graffiti?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da Graffiti, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lembra mais ou menos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Inclusive um empréstimo que entrou na conta da Graffiti, os valores foram repassados para a SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na Polícia Federal, em julho agora, no dia 12, a senhora afirmou que a Eliane Alves Lopes, uma funcionária aqui em Brasília, acompanhou uma vez ao Banco Rural. Há cinco saques efetuados por ela no valor de R\$450 mil num período de sete meses. V. S^a tem conhecimento da destinação desse dinheiro, retirado por Eliane Alves Lopes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A quem seria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Só para esclarecer: quando eu disse à Polícia que a Eliane foi uma vez à agência, eles me perguntaram se eu já fui acompanhada à agência alguma vez. Sim, fui com a Eliane. Nesse dia ela ficou sentada lá, não fez nada, ela foi apenas me acompanhar, porque a gente ia almoçar ou fazer alguma coisa. As outras vezes, os outros saques da Eliane, ela foi sozinha. Eu tenho conhecimento de que uma das vezes ela entregou para o – a pedido sempre de Marcos Valério –, para o Sr. João Carlos Genu e para Marcos Valério. E para Marcos Valério também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para o próprio Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Provavelmente ele pediu, porque eu não estava em Brasília, pediu para ela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– (Pausa.)

Depois vocês vão ficar até a meia-noite, e eu estou perguntando bem objetivamente ainda.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Até

3 horas da manhã por mim, Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os técnicos da CPMI encontraram um cheque ad-

ministrativo da SMP&B nominal à Garanhuns no valor de R\$78 mil, que foi depositado na conta de Ademar de Barros Filho no Banco Itaú, agência 445 – agora apareceu um outro de cento e poucos mil. Ao que tudo indica, o **modus operandi** da empresa em que a senhora trabalha é diversificado, pois além dos saques nas agências do banco eram usados cheques administrativos para repassar recursos.

Como V. S^a fazia esse controle dos verdadeiros beneficiários, como esse caso da Garanhuns? Como é que sabe efetivamente a seqüência e a quem esse dinheiro aportava? Qual era o registro que V. S^a tinha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O número do cheque. O número do cheque ou do TED; a destinação era empréstimo PT. Eu não tinha que me preocupar, porque isso é absolutamente da incumbência de Marcos Valério, a quem foi. Eu me preocupava, sempre me preocupo sempre com que a minha atuação na agência esteja preservada do destino dos valores, porque realmente passaram valores muito significativos pela minha mão. Então, eu sempre me resguardei de que determinados valores eram solicitados por Marcos Valério. Isso estando claro, eu não ia adiante, porque aí ele nem me dava essa abertura para isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu teria outro questionamento.

Por meio da Garanhuns, por exemplo, foram entregues R\$120 mil para uma senhora que é isenta de Imposto de Renda, é uma pessoa de inexpressão econômica; então aparenta ser testa-de-ferro para saque do dinheiro, e foi por intermédio da Garanhuns. A seqüência da Garanhuns V. S^a não tem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não. Me passavam os dados, eu simplesmente fazia o repasse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora disse que somente em 2002 o Sr. Marcos Valério solicitou que a senhora – até porque entrou lá em 2002...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu entrei em 99.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desculpe, então. É isso mesmo. Mas, em 2002, a informação que V. S^a dá na Polícia é de que lhe foi solicitado por Marcos Valério que começasse a proceder a um trabalho, “diferente” do que estava acostumada, e foi quando começou a efetuar os saques. V. S^a fala que essa conduta diferente era diferente em relação a V. S^a ou era algo novo na empresa? Em outras palavras, a empresa antes procedia dessa mesma forma?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Só para retificar. Quando eu disse à Polícia Federal

que era em dezembro, eu quis dizer para o delegado: “Não, não foi dezembro de 2002, não, foi a partir dos empréstimos”. Comecei com essa documentação em janeiro. Acredito que o primeiro saque foi em janeiro ou fevereiro de 2003. Diferente de toda minha rotina, sim. Nunca havia tido esse tipo de empréstimo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Veja bem esse detalhe que V. S^a está dizendo: V. S^a começou com esses saques em janeiro e fevereiro de 2003?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a entende que, nesse momento, os empréstimos já estavam feitos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Estavam acontecendo. Estavam acontecendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teria como explicar os valores repassados para SMP&B para *tradings*? No mesmo dia 30 de julho de 2004, foram repassados R\$1,9 milhões para a By Brasil Trading Ltda., em Santos, e R\$976 mil para Athenas Trading, em Vitória, no Espírito Santo. V. S^a sabe algo sobre isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O somatório entre *tradings*, *factoring* e as corretoras, em seis meses, totalizou R\$13 milhões de repasses, abonos. V. S^a conhece Benoni Nascimento de Moura?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desculpe-me. Não ouvi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Benoni Nascimento de Moura?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já ouviu falar na Stone Factoring?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Factoring Express, de Alexandre V. Castro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Deixarei a lista dos beneficiados pelos saques aos meus já indóceis companheiros. De qualquer modo, reserve-me o direito de, na seqüência, eventualmente, prosseguir com algum outro questionamento.

Sr. Presidente, devolvo-lhe a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em alguns minutos a palavra estará com a Senadora Heloísa Helena.

(Pausa.)

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares, por favor.

A palavra está com a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já disse várias vezes que eu não tenho problema de falar no meio da feira nem no meio de menino gritando, eu falo e tudo bem. Só solicito a V. Ex^a que peça para pelo menos as pessoas sentarem, não para mim, mas pelo depoimento e pelas pessoas que nos ouvem. Porque sou acostumada a falar com gente gritando, não tem problema algum. E ajustar meu tempo para eu começar a falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria que fossem ajustados os 15 minutos, por favor, assessoria técnica.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena por 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr^a Simone, logo no início da reunião, discuti-se aqui até que havia um apelo, não sei se de V. S^a ou se do advogado, no sentido da possibilidade de reunião secreta. Às vezes porque as pessoas se sentem mais à vontade, às vezes porque a exposição pública não agrada, cria problemas com a família, com a pessoa, mas muitos de nós aqui dizíamos que seria impossível fazer uma reunião secreta, não porque isso pudesse significar criar mais problemas para a senhora. Não. Não que quiséssemos criar mais constrangimentos. Não por isso. Mas porque, como, perante a opinião pública, seria a senhora uma das pessoas que estavam a disponibilizar nomes e pagar a determinados Parlamentares, isso poderia até criar na sociedade uma suspeita de que se queria uma reunião secreta para evitar que alguém pudesse ser constrangido em ser citado por V. S^a como receptor do esquema sujo, claramente sujo, que nos envergonha a todos e envergonha o País.

Sou muito tentada, especialmente quando é uma mulher, ou quando é alguém que não era chefe, não estava chefiando, não estava fazendo as grandes articulações desse esquema monstruoso que foi montado, sempre sou muito tentada à calmaria, ao mecanismo de proteção.

Claro que quando a senhora aí sentou, em todas as respostas ao Relator a senhora se mostrou – para todas as pessoas o comentário era esse, o comentário dos *e-mails* é esse também – a senhora se

comportou de forma fria, arrogante, em relação aos questionamentos do Relator. Claro que isso pode ser um mecanismo de defesa. Lógico que a pessoa pode ser fria, arrogante, ou estar tão tranqüila em relação ao que estava fazendo, ou pode ser um mecanismo de defesa, ou pode ser cansaço, mas eu sei que sabe a senhora – sabemos todos nós – que a senhora pode até estar cansada de ter repetido essas mesmas perguntas na Polícia Federal, no Ministério Público; nós também estamos cansados, às vezes ouvimos um depoimento num dia, outro diferente na Polícia Federal, outro diferente no Ministério Público, agora tenha certeza de que mais cansado do que todos nós nesta sala está a grande maioria do povo brasileiro, de ver a banalização da promiscuidade entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, empresários que agiram em conluio com esse esquema.

Porque tenho certeza, Sr^a Simone, de que a senhora ou a sua família, ou conversando em casa, tenho certeza de que, se a senhora estivesse assistindo a todo esse cenário, V. S^a estaria profundamente indignada. Pode estar até indignada de acabar sendo envolvida em algo que não usufruiu pessoalmente. Porque até agora não foi demonstrado nada que a senhora tenha usufruído pessoalmente para enriquecimento pessoal. Mas a senhora está sendo parte desse esquema monstruoso que foi montado.

Olha, quando lemos os depoimentos que foram prestados pelas personalidades envolvidas ou acompanhamos as ações do jornalismo investigativo, é algo desprezível, porque o que passa na cabeça de qualquer pessoa honesta, de qualquer pessoa séria, é que era dinheiro público que estava envolvido. Ninguém jamais poderia pensar, primeiro porque empresário não faz caridade; banqueiro não faz caridade; essa gente não faz filantropia, pode até fazer “pílantropia”; filantropia, jamais. Então, imagine o quadro em todos os depoimentos que estão sendo prestados.

A senhora estava na agência, em um dos depoimentos, não sei se confirma mais uma vez, o senhor Marcos Valério ligava para a senhora, perguntava qual a cor da blusa que a senhora estava. Então, o receptor do dinheiro ia até a senhora pela blusa que a senhora estava, uma pessoa desconhecida, que não poderia ser reconhecida, e pegaria o dinheiro – em valises, em sacolas, em malas ou em carro-forte. O carro-forte, conforme a senhora disse, por três vezes, no depoimento inicial, providenciou o dinheiro que fosse ou em carro-forte, ou ia para o hotel, entregava ao Sr. Marcos Valério que, por sua vez, entregava a quem ele queria. Parecia que eu estava vendo aquela história do Ali Babá e os 40 ladrões, que a senha era “Abre-te, Sésamo!”. O receptor do dinheiro chegava para o gerente

– não foi a senhora que disse isso, foi o gerente que testemunhou – e dizia: eu vim buscar a encomenda. Não precisava mostrar documento, aliás, nem precisava mostrar documento, Senador Jefferson, que teve uma hora em que um gerente deu um dinheiro errado. Era para dar 50 e deu 200 ao outro. Só sendo coisa de suborno, de chantagem, de dinheiro público envolvido, porque ninguém deixa que seu dinheiro pessoal, fruto do seu trabalho, mesmo que seja fruto das relações de exploração de trabalho num mundo capitalista, ninguém deixaria tanto favorecimento. Então tem que ter suborno, chantagem, dinheiro público sendo distribuído para partido, para gangues partidárias, para parlamentares, para quem quer que seja.

E o que é mais grave – já está comprovado, só não vê quem não quer – é que houve mensalão. A senhora pode não saber para que era o dinheiro, mas só não vê quem não quer. Tem que ser vigarista ou profundamente ignorante para dizer que não tinha mensalão. Porque o parlamentar recebia pelo quê? Pelos belos olhos de quem? Se alguém recebia, se a gangue partidária ou parlamentar recebia era para prestar um bom serviço, se era um bom serviço numa votação importante para o Palácio do Planalto; mas isso já está absolutamente configurado.

O que a senhora pode nos ajudar muito, porque tenho certeza, a senhora é uma mulher competente, claramente, foi servidora pública, depois resolveu, pela licença sem vencimento, ir para a iniciativa privada, é uma pessoa competente, uma pessoa preparada, então que nos ajude. Não adianta. Aqui ninguém é escravo de ninguém. Só da nossa própria consciência. A escravidão não serve a nada. A escravidão nas pirâmides do Egito, sabe o que ela fazia? Eu nunca vi as pirâmides do Egito, estudei por curiosidade matemática, era uma coisa maravilhosa. Os escravos dos faraós eram enterados nas proximidades sabe para quê? Para que eles continuassem espiritualmente sendo escravos como eram ainda na sua passagem terrestre. Então sei que a senhora não é escrava e espero que não seja, nem do Marcos Valério, nem de Delúbio, nem de ninguém, porque a história mostra isso, sempre sobra para o lado mais fraco, sempre sobra para o elo mais fraco desse esquema. Quero que a senhora nos possibilite entender algumas coisas que a senhora providenciou.

Sei que o Relator questionou sobre os contratos com o BMG e o Banco Rural, que a senhora providenciou os documentos e que a senhora disse também que presenciou a negociação do Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio sobre os contratos relacionados ao PT. O que eles diziam, quais os documentos, como entrou o contrato da Eletronorte, os contratos dos Correios?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputada, quando solicitei que ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não

tem problema.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois é, eu não sou do mundo político mesmo. Quando solicitei ao Dr. Marcelo que fosse em reunião fechada, foi absolutamente para preservar e um pedido da minha família também. Sou apenas uma profissional, não sou do mundo político. Foi só por causa disso, sim. As informações que vou tentar esclarecer ao máximo seriam as mesmas se fosse uma sessão fechada. O meu objetivo aqui é esclarecer, sim, até porque estou no meio disso tudo por circunstâncias mesmo. Sou uma profissional. Tenho o maior orgulho da profissional que sou. Antes que me perguntem, os meus filhos têm o maior orgulho de mim. Talvez isso passe arrogância, porque tenho a segurança da profissional que sou, da minha honestidade também e dos meus atos.

Quando digo que, em 2003, fiz esses repasses, primeiramente, não tinha a dimensão disso tudo que está acontecendo. Não me arrependo porque sou muito grata ao meu emprego, ao Marcos Valério, que me deu oportunidade de trabalhar lá e também possibilidade de um crescimento profissional fantástico e de reconhecimento profissional. Então, quando comecei a ficar muito incomodada por estar entregando valores a pessoas e até correndo... Eu me sentia muito incomodada por estar ali entregando valores e por ser identificada como uma pessoa que estava passando valores. Isso tudo mudou. Não estou dizendo que me arrependo de nada, só estou dizendo que o que fiz foi por determinação do meu patrão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas

se a senhora tinha idéia da origem...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A origem eu afirmo...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A

facilidade, o problema do empréstimo, depois a contabilidade, viraria quase gestão temerária, porque era muito dinheiro que estava sendo disponibilizado. Havia mecanismos de compensação? A senhora discutia: “Olha, vamos ter problema de caixa. É muito dinheiro que está saindo”. Ou ele dizia que havia compensações, que ele estava bem, que existiam vários contratos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois é, Senadora. Essa realmente foi uma situação extra na agência. Quando eu participei... A senhora disse que eu participei de negociação de empréstimo. Não. Sou apenas... Participei da parte burocrática, que é buscar os documentos, porque os bancos exigem

contrato social da empresa, referências comerciais, referências bancárias, documentação pessoal dos diretores, etc.

Sei que esses empréstimos foram de negociação de Marcos Valério com Delúbio. Nunca presenciei conversa deles e, sim, informação de Marcos Valério para mim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, houve um problema no seu depoimento, porque a senhora disse que somente presenciou negociações para tratar desses empréstimos realizados entre Marcos Valério e Delúbio Soares. A senhora afirmou no seu depoimento. Então, houve um problema.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Então, essa interpretação está incorreta. Eu nunca estive com Marcos Valério e Delúbio pessoalmente tratando desse assunto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quando a senhora disse que a partir de... A senhora disse que, a partir de 2004, por decisão do Sr. Marcos Valério, começou a realizar depósitos na empresa Bônus Banval de valores que seriam destinados ao PT e a efetuar transferências e depósitos para a conta da Garanhuns Empreendimentos. Segundo Marcos Valério, os valores transferidos para a Garanhuns seriam destinados ao Deputado Federal Valdemar Costa Neto. Ou seja, a senhora disse que, até 2003, participava da distribuição em espécie e, em 2004, passou a fazer transferências para a seguradora Bônus Banval para o dinheiro ir para o PT e para a Garanhuns para o dinheiro ir para o Sr. Valdemar. Esse foi o depoimento. A senhora confirma?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim. Quando digo que parei, eu pessoalmente de ir ao banco, assinar um documento e entregar em espécie às pessoas. Isso parou. Parei de participar disso. Realmente me senti muito incomodada. Mas, durante o ano de 2004, Marcos Valério me solicitava: “Deposite para tal empresa ou deposite para tal empresa”. Eu providenciava a elaboração dos cheques e assim fazia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele não fazia nenhum comentário com a senhora de que todo esse dinheiro gigantesco... porque é muito dinheiro.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É muito dinheiro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É algo impressionante. Se é muito dinheiro para uma Casa política e para pessoas que são acostumadas a fazer procedimentos investigatórios, imagine o significado disso para a grande maioria do povo brasileiro, que fica mais nervoso ainda ao ver essa dinheirama

sendo saqueada, e ninguém acredita que não tenha relação com os cofres públicos. Então, quando a senhora discutiu... Vou dar um exemplo de um contrato, porque, infelizmente, é preciso ser rápido por causa do tempo. Vou citar um contrato em que foi dado, como garantia, o contrato dos Correios. Em um dos supostos empréstimos, foi dado como garantia o contrato dos Correios.

O Sr. Marcos Valério, certamente com o acompanhamento da senhora, encaminhou ao gestor administrativo do contrato nos Correios que o recurso deveria ser depositado na conta do BMG. Esse recurso não foi depositado. Em algum momento, o Banco ou o Sr. Marcos Valério levantou alguma questão sobre esse assunto? Eram empréstimos que estavam sendo feitos, de fato, sem garantia. No contrato em que estava sendo apresentado como garantia, a garantia era depositar o dinheiro do contrato dos Correios na conta do Sr. Marcos Valério no BMG. O dinheiro nunca foi depositado – pelo contrário, foi para outro banco. Em algum momento, ele discutia quais os mecanismos de compensação? Como o Banco tratava essa questão? Nunca foi discutido nada disso, se havia um contrato, se haveria compensações, se as situações seriam resolvidas, se financeiramente a empresa teria sobrevivido, mesmo tirando milhões a serem destinados aleatoriamente a Parlamentares ou a gangues partidárias?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Senadora, para a minha surpresa, a conta dos Correios era garantidora de empréstimo. Não sei disso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Os documentos que a Senhora providenciou, então, dos contratos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou concluindo absolutamente. Mas é importante que, depois, ela possa dizer-nos – já estou reinscrita – quais os documentos providenciados por ela pelos contratos.

Se a senhora, honestamente, está nos dizendo que nem sabe qual a garantia que foi dada, e a garantia que o Sr. Marcos Valério nos encaminhou, afirmando que era o contrato dos Correios, que nem aconteceu, isso passa a ser um fato extremamente relevante. Portanto, reinscrevo-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres pelo prazo de 15 minutos. Solicito à assessoria técnica que proceda ao ajuste do cronômetro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, senhora depoente e advogados, pergunto à senhora o seguinte: a senhora afirmou que, segundo informações

que obteve, o dinheiro repassado aos emissários de Duda Mendonça foi para pagar despesas de campanha. Está correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu ouvi dizer isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, pergunto à Senhora: como o primeiro pagamento aconteceu no dia 24 de fevereiro de 2003 – há uma série de pagamentos, todos do ano de 2003 (em 16 de abril de 2003, R\$6 milhões; de 23 de abril a 28 de maio, mais R\$4 milhões, e assim por diante) –, esse dinheiro entregue a Duda Mendonça foi para pagar a campanha do Presidente Lula?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que, em 2002, o Duda fazia a campanha do Lula.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer isso ao senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Delúbio disse aqui que esse dinheiro que ele obteve de empréstimos era para pagar campanha do PT estadual, ou seja... Mas, pelo que tudo indica e pelos dados que V. S^a entregou, na realidade, esses recursos eram para pagar a campanha do Presidente Lula.

As informações que V. S^a obteve estão nessa direção?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os pagamentos feitos e informados, feitos pela Sr^a Zilmar, estão na listagem de Marcos Valério. Eu respondo por essa listagem em que estive presente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, mas V. S^a entregou essa listagem. Então, V. S^a afiança e diz que ouviu dizer que era para pagar despesa de campanha. Ora, despesa de campanha em 24 de fevereiro de 2003 só pode ser para o Presidente da República.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei a finalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Muito bem. Pergunto à senhora se vários empréstimos foram feitos, não é verdade? Foram cinco empréstimos e um na operação “mata-mata”, ou seja, para pagar o primeiro empréstimo. Na realidade, foram quatro empréstimos com os recursos distribuídos.

Esse dinheiro era, naturalmente, guardado no banco. Mas que tipo de aplicação se fazia com esses recursos oriundos do empréstimo? A senhora era agente financeira.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Logo que os valores entravam na conta, Marcos Valério me passava as ordens de como seriam distribuídos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Mas parece-me que isso não confere. Veja só: foram quatro datas em que os empréstimos foram tomados. Não é verdade? No entanto, a quebra do sigilo bancário mostra que os recursos foram repassados durante 26 meses a partir de fevereiro de 2003. Então, aí não confere com a informação que a senhora está dando. Se ele mandava repassar, a senhora, então, não repassou. Eu quero saber o seguinte: esse dinheiro ficou em que tipo de aplicação no banco? É isso que quero saber.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na conta da SMPB.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sem aplicação? Na conta normal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, talvez tenha sido aplicado, sim. Ninguém deixa o dinheiro parado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não, mas a senhora é a responsável por isso. Por isso estou perguntando. A senhora é a responsável pelo setor financeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não vou saber dizer qual a aplicação que é. A melhor que o gerente financeiro, o gerente do banco talvez indicasse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora não sabe dizer isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso não é... Não sei, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Para mim, é importante. Isso, para mim, é muito importante, tanto é que é uma outra pergunta que eu iria fazer-lhe. É muito esquisito o fato de que era para pagar dívida de campanha. Não era isso? O recurso não era para pagar dívida de campanha? Não é o que a senhora sabia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O tempo todo, Marcos Valério sempre me disse isto: campanhas políticas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Era pagar, não é?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Sim. Só que os recursos também foram tomados quatro vezes, completamente fora de temporada da campanha e repassados em 26 meses. Não era um mensalão? Mensalmente, repassavam-se esses recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora é quem tem conhecimento, porque a senhora

é que entregava os recursos. Eu tenho que perguntar à senhora: a senhora não repassava, mensalmente, os recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim. Pela própria agenda que a senhora distribuiu, a senhora, mensalmente, repassava...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu distribuía em cima de determinação de Marcos Valério.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim. Eu não estou dizendo...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se era mensal, se era bimestral, se era trimestral...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Chegava até a ser diário. Podia até ser chamado de “diarão”, porque chegava a ser diário. Eu perguntaria à senhora... No 11º andar do mesmo prédio onde está o Banco Rural, tem uma sala conhecida como sala do mensalão. No 11º andar do Banco Rural! Eu perguntaria à senhora: a senhora já esteve lá, alguma vez, no 11º andar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É a primeira vez que eu ouço dizer sobre isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem, eu quero saber se a senhora esteve no 11º andar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Nunca. O.K. Veja só, eu perguntaria à senhora também o seguinte: agora, no mês de junho, foi feita uma publicação interessante. A **Revista Propaganda**, endereçada ao público especializado, traz aqui uma série de notícias, dizendo sobre as maravilhas da empresa SMPB, e vem dizendo que, a partir de 1990, com a virada do foco da empresa, com a qualidade criativa, a empresa cresceu muito. Tanto é que passou de R\$51,9 milhões de faturamento em 1999 para R\$197,7 milhões em 2004.

Muito bem! Agora, o que mais estranha é que a empresa faz a propaganda e diz que os grandes clientes eram, na realidade, o Governo de Minas, os Correios, a Câmara dos Deputados, etc. No entanto, a maior movimentação financeira vem justamente das empresas privadas. E aqui V. S^a teve muita dificuldade para inclusive se lembrar. Para se lembrar da Usiminas foi uma dificuldade! A senhora se lembra da movimentação relativa aos governos. Então, perguntaria a V. S^a – e nós temos condições de fazer esse acompanhamento em relação a plano de mídia, ao que foi publicado, etc: a senhora se lembra de alguma campanha que foi

feita para a Usiminas, uma campanha publicitária? A senhora pode descrever essa campanha que foi feita para a Usiminas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não posso descrever, porque eu não sou do ramo publicitário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Sim, mas a senhora também faz a administração.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A Usiminas é um cliente e, ao longo do ano, foram feitas várias campanhas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas a senhora tem uma participação tão íntima na empresa que chega a distribuir recurso. Eu perguntaria: a senhora tem como dizer se a Cosipa é cliente da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O

Banco Ford é cliente da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, já foi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

Telemig é cliente da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

Telemazônia é cliente da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS –

É do grupo, né, da Telemig. Eu acho que é do grupo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim. E, independentemente disso, a senhora não tem notícia de qualquer campanha que tenha sido realizada.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Campanhas publicitárias, sim. Se eles estão na agência é porque têm campanhas publicitárias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E

a senhora se lembra de alguma campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, não s... Como assim? Propagandas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não, não se lembra, não é?

Eu perguntaria à senhora o seguinte: esses recursos... Diga-me o seguinte: essas empresas repassaram... porque, veja só, temos só no Banco do Brasil, segundo o Coaf, R\$500 milhões em recursos não contabilizados, ou melhor, recursos contabilizados, mas sem origem.

Essas empresas não estariam fazendo... porque a Usiminas já reconheceu que, pelo menos, o Sr. Marcos Valério depôs aqui que teve dinheiro para a campanha de alguém.

Essas empresas não se utilizariam da empresa que a senhora trabalha para fazer doação não contabilizada de campanha, o chamado caixa dois?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento disso, e Banco do Brasil é da DNA.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem. E em relação ao Banco Rural?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Banco Rural é cliente nosso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, a senhora tem conhecimento de que algum desses...porque também no Banco Rural tem recursos sem origem expressivos. Então, perguntaria: essas empresas poderiam utilizar-se da empresa em que a senhora trabalha para fazer doação de caixa dois?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não que eu tenha conhecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria à senhora a respeito do Sr. Rogério Lanza Tolentino. Ele freqüentava a empresa em que a senhora trabalhava. Ele freqüentava Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O.K. A senhora tem conhecimento dessa transação em que a ex-esposa do Deputado José Dirceu vendeu um apartamento para esse Deputado? A senhora teve conhecimento antes do publicado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Fiquei sabendo agora, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

Eu perguntaria à senhora também: a senhora foi exonerada do Governo quando?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu pedi licença em dezembro de 98, fiquei de licença por dois anos, e permite-se que essa licença seja renovada por mais dois anos. Solicitei a renovação e consegui. Ao terminar esses quatros anos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora pediu demissão ou foi exonerada por abandono de emprego?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, eu deixei. Eu fui deixando a minha situação lá...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi exonerada por abandono de emprego.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ...e aí foi aberto um processo administrativo por abandono.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quanto a senhora ganha hoje por mês na empresa em que a senhora trabalha?

A SRA. SIMONE VASCONCELOS – Treze mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– A senhora recebe alguma participação além disso da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora recebeu por esses trabalhos que veio prestar em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– A senhora é inimiga da Sr^a Fernanda Karina Somaggio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas eu lhe perguntaria: ela disse que, a partir de 2003, a senhora começou a apresentar um padrão de vida diferenciado. Essa informação confere?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. *(Fora do microfone. Inaudível.)* que maldade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Eu perguntaria também à senhora: a senhora tem conhecimento de que outros sócios de Marcos Valério também distribuíam dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora não tem conhecimento disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora sabe se, porventura, foram feitas remessas ilegais de dinheiro para o exterior utilizando a empresa Beacon Hill?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora trabalha no setor financeiro de lá, não é?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No setor financeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem.

Eu perguntaria à senhora o seguinte: a empresa em que a senhora trabalha ela faz consultoria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eventualmente, acredito que sim. Na área de *marketing*. Aí, não é comigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, mas a senhora poderia dizer... Os clientes a senhora conhece bem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quais os clientes para quem a empresa em que a senhora trabalha fez consultoria? Porque, na realidade, empresa de publicidade vende produtos, não é verdade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, planejamentos estratégicos, planejamentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora pode enumerar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu poderia tentar lembrar aqui, sim.

Em toda fatura, vem o descritivo do serviço feito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Perfeito.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Há um número enorme de faturas emitidas diariamente no setor de faturamentos, e o senhor há de entender que não é a minha atividade estar ali. Isso vem da área de publicidade e vai para o faturamento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Mas a senhora se lembrou muito bem de algumas empresas que mencionei à senhora.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dos clientes eu tenho conhecimento. Dos clientes, eu tenho conhecimento. Agora, o conteúdo de cada fatura de cada cliente, isso é um volume enorme, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora se lembra de pelo menos cinco? É um volume enorme. A senhora se lembra de cinco empresas para as quais a empresa da senhora prestou consultoria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Consultoria? Não, não vou arriscar dizer porque não sei de cabeça.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É

um volume imenso como a senhora mesma disse.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Volume imenso de trabalho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Perfeito e, portanto, de consultorias também. Acredito eu, não? Ou a empresa não presta consultoria como disse aqui o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Presta, presta serviço, sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas a senhora não se lembra de nenhum cliente, não é verdade?

Eu perguntaria à senhora o seguinte: a senhora conhece o Dr. Marcelo Leonardo desde quando?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Agora, nessa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim, a senhora sabe se ele é procurador da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não

sabe? E a senhora sabe se a Assembléia Legislativa é um dos clientes da empresa da senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem. Pergunto a senhora o seguinte: a revista **Veja** tem gravada, segundo o repórter com quem conversei, uma entrevista que informa que o Sr. Bob Marques era realmente o assessor do Sr. José Dirceu. A senhora não fez essa declaração à revista, a senhora diz...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca conversei com jornalista algum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Certo. Esse Bob Marques, quem foi que o indicou para receber o dinheiro? Porque o documento saiu, ainda que ele possa não ter recebido o dinheiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS –

Eu não sei dizer se ele recebeu algum valor ou não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Sim, não estou dizendo que ele recebeu, mas quem o indicou para receber? Porque a senhora é quem fazia os repasses, não era isso? Ou pelo menos de documentação, TED, DOC, o que fosse.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todas as solicitações sempre foram feitas por Marcos Valério para mim...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora não se lembra...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não me lembro de ter Roberto Marques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A

senhora já esteve no 14º andar do Gran Bittar, aqui em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– No 14º andar. Não, a senhora disse que esteve somente no *hall*.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não sei todos os hotéis em que já fiquei aqui em Brasília. Já fiquei em inúmeros hotéis. Se já me hospedei no 14º andar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– A senhora conhece alguém chamado Ricardo Machado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que esse senhor faz para a senhora? Quais os serviços que ele presta para a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Serviço para mim nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora conhece ele como? A senhora conhece uma mulher que se chama Jane, aqui em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Jane, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Uma cafetina. A senhora conhece uma cafetina, aqui em Brasília, que se chama Jane?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E que, por informações, teria encontrado com a senhora no 14º andar do Gran Bittar. A senhora está sob compromisso. Isso não incrimina a senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu estou dizendo que eu não tenho noção disso que o senhor está falando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou-lhe perguntando. É verdade ou é mentira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, o senhor está dizendo. Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora se encontrou com a Srª Jane para fazer pagamentos para ela no 14º andar do Hotel Grand Bittar? É uma pergunta que estou fazendo à senhora.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, senhora depoente, constatamos uma evolução impressionante desde 1º de julho a 1º de agosto. Em 1º de julho, houve um depoimento e, no dia 12 de julho, outro depoimento, em que a senhora chegou a declarar que não compareceu a qualquer agência bancária em Brasília com a finalidade de realizar saques de espécie alguma. Sugeriu que a existência de tais saques na movimentação bancária da empresa se destinavam a pagamentos de cachês de artistas. A senhora, no dia 1º de agosto, faz um depoimento totalmente diferente, com uma mudança radical, agora, sim, contribuindo efetivamente. Creio ter sido o primeiro depoimento com muito de verdade. Isso nos anima a indagar, na esperança de que a se-

nhora possa acrescentar aqui novas verdades. É tão importante esse depoimento que a senhora prestou no dia 1º de agosto que esse documento, com a sua assinatura, é uma prova documental que permite a esta Comissão Parlamentar de Inquérito indiciar pessoas. E vou além, se o Sr. Presidente e o Sr. Relator desejarem, podemos antecipar procedimentos e encaminhar à Mesa da Câmara dos Deputados, para instauração de processo de cassação de mandatos parlamentares, antecipando-nos à estratégia da renúncia para a preservação dos direitos políticos.

Veja, Srª Simone, como foi importante esse depoimento em que se disse um pouco da verdade toda. Já que nesse depoimento, além de citar as pessoas que sacavam na boca do caixa, que recebiam das suas mãos, há citação das pessoas que recebiam, ao final, esses recursos, ou seja, as pessoas beneficiadas nesse processo de desonestidade.

Temos aqui um cronograma do repasse. Há um desdobramento com a documentação bancária, que é prova consistente. Portanto, temos elementos de prova, até para antecipar um procedimento de encaminhar à Mesa da Câmara dos Deputados para uma eventual cassação de mandatos.

Tenho a esperança de que a senhora possa nos revelar mais. Afinal, disse que não se arrepende de ter participado desse projeto, disse que não imaginava a sua dimensão. Mas, certamente, hoje concorda, com todo o País indignado, que não foi um exemplo de procedimento, não foi o procedimento que possamos denominar de correto, de honesto, de dignidade e de decência, porque, no mínimo, guarda uma relação muito estreita com operações espúrias, operações desonestas; uma relação incrível de intimidade, de informalidade das agências do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural, que admitiu realizar operações no mínimo estranhas, inclusive com liberação de recursos a pessoas por equívoco – o ex-tesoureiro admitiu ter repassado R\$200 mil para a pessoa errada. Enfim, isso revela uma associação espúria das agências, e a senhora participava como diretora financeira. E o Banco Rural, que admitia essa modalidade de atividade, no mínimo espúria, que está a merecer uma investigação rigorosa do Banco Central.

Eu indago se, depois de refletir durante esses dias, a senhora realmente continua a afirmar que não conhecia uma participação política de maior abrangência nesse projeto. A senhora só fez referência ao Delúbio Soares. A senhora não teria mesmo conhecimento de outros nomes da política, do Governo, dos partidos? Até porque é impossível alguém manter tanta discrição. O Sr. Marcos Valério pode ser o homem mais discreto do mundo, mas certamente ele satisfaria

a sua curiosidade por estar participando dessa engenharia. Então, dou mais essa oportunidade à senhora. Não se trata de uma delação premiada, não. Estamos aqui apenas solicitando a sua contribuição para que as investigações cheguem a um bom termo. E a senhora está como testemunha. Então, não a estamos ouvindo como investigada.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Senador, o meu objetivo aqui é realmente esclarecer aquilo que eu sei. Não vou inventar, não vou inventar realmente. A única pessoa que sei, envolvida nisso tudo, é o Sr. Delúbio Soares.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o Silvio Pereira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca estive com o Silvio Pereira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não sabe da participação dele? Além do Delúbio Soares, Silvio Pereira...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, Silvio Pereira, sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele sabia dessas operações?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sabia dos repasses.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – José Genoino?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei. Não sei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mesmo o irmão recebendo, ele não tinha conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não posso dizer que eu saiba disso. Eu não sei disso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, é porque... Está no documento assinado que o irmão do Deputado José Genoino recebia.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Assinado por Marcos Valério?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hum, hum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Assinado por Marcos Valério, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O José Dirceu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca ouvi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora não teve conhecimento da reunião dele em determi-

nado hotel de Belo Horizonte com dirigentes do Banco Rural para tratar desses empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Senador, não estou aqui tão preocupada em ficar falando que fiz isso ou fiz aquilo ou ... Na realidade, a agência são dois andares. Eu ocupo o sétimo andar, onde a gente brinca, que é chamado de porão, porque a parte administrativa da agência, a diretoria e os sócios ficam no oitavo andar, onde as coisas acontecem. E quero salientar que Marcos Valério pouco fica na agência, ou ficava na agência. Não sei dos passos de Marcos Valério, e nem ele me daria satisfação. Sou uma funcionária dele de confiança. Apenas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como diretora financeira, certamente, a senhora terá mais informações a fornecer sobre essas operações de natureza financeira.

O Relator já indagou sobre recursos depositados, via Guaranhuns, em nome de terceiros. Ele não citou o nome de Edna Maria Ricci. A senhora conhece a Sr^a Edna Maria, que recebeu R\$400 mil em nome de uma empresa de nome TecMontagem Construções Ltda?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É estranho que uma agência de publicidade repasse recursos para uma empresa dessa natureza, que é uma empresa de construção. Parece-me que essa pessoa é isenta de declarar imposto de renda, portanto, não deve ser uma empreiteira de obras; deve ser uma pessoa utilizada.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Volto a dizer que todos os depósitos foram sempre determinados por Marcos Valério e que eu sei que quem passava a ele os nomes era o Sr. Delúbio Soares.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Demóstenes Torres já indagou se a senhora conhece movimentação no exterior. É evidente que nós já apresentamos uma documentação aqui relativamente a remessas para o exterior. Isso tudo passa pela diretoria financeira da empresa. O Sr. Marcos Valério informou que se tratava de pagamento de fornecedores. Em parte, sim; em parte, não.

Indago da senhora se realmente não conhecia essa movimentação com exterior.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 1999, a Receita esteve na agência fazendo uma fiscalização em cima dessas remessas e foi comprovado e se fechou a fiscalização de que foi pagamento a fornecedores. Foi a única vez que ouvi falar de remessa, de pagamento no exterior.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a senhora conhece Action Group, no exterior, que recebeu mais

de US\$600 mil das empresas do Sr. Marcos Valério, através da Beacon Hill?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora declarou que repassou recursos para Guaranhuns e que esses recursos seriam destinados ao Presidente do PL, Valdemar da Costa Neto. Essa foi a afirmação documentada. Como se vê, não apenas o Presidente do PL recebia recursos da Guaranhuns remetidos pelas agências do Sr. Marcos Valério. Eu indago: a senhora conhece a proprietária da Guaranhuns, que tem sede em Montevideu, da empresa Export Trading?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A relação onde consta a Guaranhuns é a relação de Marcos Valério não é a minha.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. Eu sei disso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu sei por Marcos Valério que os recursos depositados na Guaranhuns eram destinados ao Deputado Valdemar. É apenas o que eu sei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a senhora não conhece remessa de recursos para a sede da empresa em Montevideu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois eu quero, Sr. Presidente, já que um depoimento oferece a oportunidade da indagação e também da denúncia, eu quero fazer uma denúncia: nós localizamos o destino de recursos repassados a Guaranhuns, bastante distantes da sede do PL no Brasil.

Estou apresentando os documentos que revelam evasão de divisas no repasse, em apenas duas oportunidades, de US\$1,1 milhão. É evidente que nós localizamos apenas o documento equivalente a esse repasse. Certamente será muito mais do que isso. E os dois repasses, um no dia 04 de junho de 2003, através do MTB Bank, que também foi interditado, teve as suas atividades encerradas pelo governo americano em função da ilegalidade das operações que efetuava. E o outro, Beacon Hill, que também, remessa anterior, não atua mais em função das irregularidades identificadas. Essa conta está na agência do Banco

do Estado do Rio Grande do Sul nas Ilhas Cayman. É a conta de nº 36011473. Portanto, os recursos saíam da Guaranhuns, no Brasil; caíam numa conta de nome “tchelo”, em Montevideu, no Uruguai; passaram, numa das oportunidades, pelo MTB Bank e, na outra, pela financeira Beacon Hill; e chegavam a esta conta na agência do Banrisul em Grand Cayman.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento – o Sr. Relator deve ter o maior interesse nisso – para que se solicite ao Banrisul – é um banco brasileiro que tem uma agência no exterior e, portanto, é obrigado a se orientar pelas normas legais do País – o encaminhamento a esta CPMI de todas as informações financeiras, assim como cadastro referente à empresa Export Trading, que possui conta nesse banco, na agência das Ilhas Cayman. Creio serem fundamentais essas informações. Devemos aprovar o requerimento amanhã, Sr. Relator, Sr. Presidente, para que essa providência ocorra urgentemente.

Nós constatamos, inclusive, o retorno de um milhão de dólares, exatamente no dia 11 de novembro de 2002, naquele período decisivo da campanha eleitoral, a pós-campanha eleitoral. Um milhão de dólares retornando, também de forma irregular, fazendo o caminho reverso, por meio dos doleiros, e chegando ao Brasil. É, portanto, Sr. Presidente, imprescindível que se faça isso.

Quero ainda, nos meus segundos restantes, fazer uma indagação. Já que parte desses recursos foram encaminhados à campanha eleitoral, indago à Srª Simone se ela, em algum momento, orientou políticos de diretórios regionais a não prestarem contas desses recursos recebidos supostamente para a campanha eleitoral?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora não orientou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nem nunca estive com políticos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não? Há informações de que teria orientado, mas, evidentemente, até prova em contrário, temos de ficar com a sua palavra aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador Alvaro Dias. A Mesa solicita que V. Exª encaminhe a documentação em seu poder, relativa à denúncia apresentada.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta à Srª Simone.

Quando foi questionada a respeito dos principais clientes da SMP&B, a senhora teve dificuldade de lembrar – isso já foi dito pelo Senador Demóstenes Torres. Ontem, no depoimento na Comissão de Ética, apareceu um assunto que está na pauta hoje, que é a questão das tratativas do Sr. Marcos Valério com a Portugal Telecom. Segundo as declarações do Sr. Marcos Valério, ele foi a Portugal para tratar da venda do controle acionário do Grupo Opportunity na Telemig Celular para a Portugal Telecom. Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer à senhora é: a senhora teve conhecimento dessa viagem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele viajou para Portugal, viagem internacional, e a senhora, como diretora financeira, não providenciou nada, nem passagem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não teve nada disso.

A senhora sabe se o Sr. Marcos Valério presta algum outro tipo de serviço? Veja bem: ir a Portugal, numa tratativa de compra de controle acionário com a Portugal Telecom, em nome da Telemig Celular, pressupõe uma relação de muita proximidade com os donos da Telemig. A senhora sabe de outras relações do Sr. Marcos Valério com os proprietários da Telemig?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso nunca circulou? A Telemig... Se a senhora fizesse um *ranking* a respeito dos clientes da agência do Sr. Marcos Valério, em que situação ela estaria? Primeiro, segundo, terceiro, quarto, qual é a ordem de importância?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em termos de recebimento? A importância aí é o quê? Valor?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Importância, faturamento, entrada de dinheiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Valor?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– À Telemig celular, um valor não muito significativo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não muito significativo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu acho estranho porque, nos dados que temos aqui, não é tão pequeno assim. Os dados são significativos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A senhora está dizendo da Telemig celular?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Telemig Celular e Amazônia Celular.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desde quando a Telemig Celular e Amazônia Celular são clientes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não sabe.

Eu queria agora pergunta à senhora: no depoimento, havia uma lista que a senhora apresentou e uma outra lista, a que está nos jornais hoje, com 31 nomes. E, segundo cópia que recebemos, está assinada pelo Sr. Marcos Valério. É uma lista de 12 da senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Doze é a minha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E 31 do Marcos Valério. Esses que a senhora listou, todos a senhora comprova que receberam? A senhora tem, além do seu testemunho, prova documental de que receberam?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Documento assinado por eles?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. Algo que seja além da sua palavra.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem. E, na lista do Sr. Marcos Valério, a senhora tem conhecimento de que ele tem prova documental?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério protocolou, ontem, na Procuradoria ou entregou à Procuradoria, ontem, mais de cem documentos. Pode ser que vários aí estejam...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pode ser que sim. A senhora não sabe nem teve conhecimento. Porque a senhora disse, no depoimento, que montou essa lista a partir de anotações, de cheques, de faxes...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A partir da listagem de Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A partir da listagem de Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A partir da listagem dele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, ele lhe deu ciência de uma parte, mas não de todas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sentamos juntos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não de todas.

No seu depoimento também, a senhora colocou, em vários momentos do depoimento, que lhe foram apresentados documentos com anotações. A senhora alguns reconheceu e outros, não. Que tipo de documentos eram esses que lhe foram apresentados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Na Polícia Federal?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na Polícia Federal, nesse depoimento da segunda-feira.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Os que eu não reconheci eram documentos com anotações no verso. Uma letra lá que eu não reconheceria. Nomes, telefone...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Algumas a senhora reconheceu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Algumas como minha letra. Outros, eu não me reconheci. Não eram minhas anotações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr Presidente, quero já requerer que possamos ter acesso a todos os documentos que foram apresentados a Srª Simone no depoimento, para que possamos ter a confirmação ou não, até porque passarão a ser provas documentais daquilo que ela alega que encaminhou em termos de recebimento.

A outra pergunta que eu queria fazer: no seu segundo depoimento, também na Polícia Federal, na segunda-feira, a senhora disse que, só no final de 2002, início de 2003, passou a fazer esse trabalho estranho de sacar e de repassar em dinheiro ou de autorizar saques em dinheiro nas agências do Banco Rural. Foi só no final de 2002 que a senhora recebeu essa...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Quando eu falei 2002, eu me enganei e solicitei ao delegado que corrigisse. É 2003. Foi a partir dos empréstimos. Eu não tinha quando esses empréstimos aconteceram. Depois disso eu já verifiquei, foi em janeiro e fevereiro de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é interessante, porque os documentos que temos aqui o Banco Rural está organizando. Inclusive, vieram estranhamente organizados os de 2003, 2004 e 2005, uma parte, e os do período de 2000, 2001 e 2002 vieram profundamente desorganizados. Agora, essa equipe que está aqui diz que essa prática já remonta há 2000, pelo menos essa parte que temos, que é o controle de transações em espécie.

Portanto, essa modalidade de sacar na boca do caixa era um procedimento da SMP&B no Banco Rural, no mínimo, desde 2000. Então, quem o fazia? Se não era a senhora, quem fazia esse procedimento antes de ter sido pedido a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Valores altos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, valores altos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A partir de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas pergunto a senhora quem fazia antes, porque a senhora estava na SMP&B antes. A senhora era a diretora financeira, portanto, um procedimento de saque na boca do caixa poderia não ter sido solicitado à senhora, mas a documentação que temos aqui já comprova que eram feitos. Quem os fazia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Se a essa época houve saques, os cheques eram entregues aos diretores e, provavelmente, eles solicitaram que alguém retirasse esses valores. Ocasionalmente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a senhora confirma que essas transações, o controle de transações em espécie... A senhora, sendo diretora financeira... Efetivamente isso acontecia em 2001, em 2002?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Claro que pode ter acontecido, mas em valores bem menores do que esses a partir de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não são tão menores assim, são significativos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Aí eu não tenho conhecimento, não sei dizer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora, diretora financeira, não tinha conhecimento de transação em espécie, em valores significativos, em dois mil e...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu teria que pegar essa documentação para me lembrar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra questão que eu queria fazer à senhora parte de um questionamento do Relator que acabou não indo até o final, quero retomá-lo.

A senhora disse, em sua declaração à Polícia Federal, que: “Seguindo a orientação de Zilmar Fernandes da Silveira, a SMP&B autorizava o Banco Rural a entregar a David Rodrigues Alves os valores referentes a cheques que emitia; que não sabe dizer por quais motivos Zilmar Fernandes da Silveira não recebia tais valores em seu próprio nome; que os cheques destina-

dos a Zilmar Fernandes da Silveira eram emitidos nominalmente à SMP&B e endossados pela mesma”.

O David, segundo o depoimento que prestou, só sacou em Belo Horizonte. Diz, inclusive, que sacava e entregava para o outro sócio da empresa, o Cristiano. Em nenhum momento, em seu depoimento, fala da Zilmar. A senhora mesma disse que Zilmar, pelo seu conhecimento, é de São Paulo ou, talvez, de Brasília. A senhora pode me explicar como é que o David sacava em Belo Horizonte e esse dinheiro ia parar com a Zilmar, em São Paulo ou em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei, Senadora. Na agência ele não entregava esses valores.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é pelo menos estranho que a senhora declare com tanta convicção que era a Zilmar que pedia para que fosse entregue ao David, quando não é confirmado no depoimento dele? O depoimento dele dá outra destinação ao dinheiro que ele sacava. Há, ainda, uma distância geográfica que exigiria transporte em espécie.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Parece-me que o Davi estará aqui hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estará.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é a senhora que deve esclarecer por que a senhora disse que foi orientação da Zilmar. A senhora disse isso de forma categórica.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Pela numeração dos cheques que o David descontou... Marcos me informou que eram cheques destinados à Zilmar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, Marcos informou. Então, é a palavra do Marcos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É a palavra do Marcos. A palavra do David é outra?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É outra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É palavra contra palavra. Essa é que é a informação....

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Comprovação de que o David entrou na agência, como já falei anteriormente, poderíamos ter no prédio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está bom.

A outra questão que quero esclarecer é: a SMP&B está localizada exatamente onde em Belo Horizonte?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O endereço?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O endereço.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Rua dos Inconfidentes 1190, sétimo e oitavo andares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De quem é esse imóvel? É alugado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É alugado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desde quando?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Foi bem antes de eu entrar na agência. Deve ter uns dez anos que a agência funciona lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é o proprietário do imóvel?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Enquanto estávamos lá, esse imóvel passou por uma venda. Tenho que tentar lembrar o nome. Vou lembrar. Para quem a gente paga o aluguel, não é isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. Para quem a senhora paga o aluguel.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Tive um branco. Espere aí. Tenho que me lembrar. Petrus. Tem alguma coisa que era Petrus e mudou para um outro dono. Nossa, não sei. Não me lembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero requerer que possamos ter acesso à informação de quem é o dono do imóvel onde está instalada a empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É o prédio inteiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o prédio inteiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O prédio inteiro é de um mesmo dono.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso. Então, que nós possamos ter acesso a essa informação.

A senhora conhece o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Ricardo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sérgio de Oliveira.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não conhece.

A outra pergunta que faço à senhora tem a ver com a sua história. A senhora disse que foi funcionária

pública, durante muitos anos, no Governo do Estado de Minas Gerais...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Concurrada, ocupou alguns postos de confiança e tal.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Antes de a senhora trabalhar no Governo do Estado de Minas Gerais, onde é que a senhora trabalhou? Onde é que a senhora já trabalhou antes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Onde eu já trabalhei?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Antes do Estado, eu trabalhava num clube de Minas Gerais chamado Minas Tênis Clube na área de recursos humanos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Minas Tênis Clube.

Então os únicos lugares onde a senhora trabalhou....

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, anteriormente, logo que eu me formei, eu trabalhei numa clínica, sempre na área administrativa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais a senhora não trabalhou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando eu fui admitida no Estado, porque eu fui concursada... Durante o meu período, a minha estada no Estado, houve um concurso, e eu fiz, mas à época da minha entrada, eu era celetista, era um regime celetista, era contratação direta. A minha primeira contratação foi pela Prodemge.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela Prodemge. A senhora trabalhou na Prodemge. Em que ano foi isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– 85, acho que foi em 85.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 86, então, a senhora trabalhou lá.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Já estava lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já.

A questão do Cláudio Mourão: como é que a senhora o conheceu? Quando e como conheceu o Sr. Cláudio Mourão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu conheci o Sr. Cláudio Mourão no Governo, foi no ano de....Foi quando ele assumiu a Secretaria de

Administração, no governo do Governador Eduardo Azeredo. Ele era Secretário.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E era presidente da Prodemge quando a senhora trabalhou lá também, não é?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabe.

Quando foi mesmo que a senhor conheceu Cláudio Mourão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deixa eu pensar aqui. O ano que eles entraram?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. O que eu queria mesmo....

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Espera aí, eu te falo. Espera aí, eu te falo! Foi em... Quando eu entrei, era o Governo Hélio Garcia; depois, teve o Governo Newton Cardoso – eu não lembro se foi nessa ordem –; depois, foi o Governador Eduardo Azeredo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas eu perguntei especificamente do Cláudio Mourão.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Cláudio Mourão eu conheci quando ele assumiu a Secretaria de Administração.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da Secretaria de Administração. E foi o Sr. Cláudio Mourão que apresentou a senhora ao Marcos Valério – está no seu depoimento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando aconteceu essa apresentação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Abril de 99.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Abril de

99.

A senhora só foi apresentada ao Sr. Marcos Valério quando a senhora entrou na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Levada pelo Cláudio Mourão, para me apresentar a um empresário que poderia me oferecer ou me indicar uma oportunidade de emprego, porque eu estava licenciada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a SMP&B já trabalhava com o Governo de Minas...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Depois eu vim a saber. Até então, eu nunca tinha ouvido falar em SMP&B.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então a relação do Sr. Cláudio Mourão com o Marcos Valério

era por conta do trabalho que a empresa SMP&B fazia para o Governo do Estado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deve ser. Eu vim saber de SMP&B em abril de 99.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli, conclua, porque o tempo já se esgotou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já vou concluir.

E o Sr. Clésio Andrado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não conhece. Não teve relações...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero me reinscrever, Sr. Presidente, porque ficaram várias questões pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr^a Simone.

Minha primeira pergunta, Sr^a Simone, é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria, por favor, silêncio.

Deputado ACM Neto com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

A senhora tem se mostrado aqui uma pessoa muito firme, de respostas diretas, com uma personalidade bastante, eu diria, consistente.

Como diretora financeira de uma empresa do porte da SMP&B, a senhora, evidentemente, adquiriu experiência na concessão de créditos ou não-concessão de créditos, de pagamentos enfim. Eu lhe perguntaria, e gostaria que a senhora respondesse com essa mesma firmeza e sinceridade que a senhora tem demonstrado até aqui, o seguinte. Se a senhora fosse diretora financeira do Banco Rural ou do BMG, a senhora teria concedido os empréstimos que essas duas instituições bancárias concederam ao Sr. Marcos Valério nos moldes que foram dados e com as garantias que foram oferecidas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, os senhores estão me atribuindo uma importância que eu não tenho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora se julgou uma profissional excelente, muito competente e que se orgulha disso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, dentro das minhas atribuições e da minha capacidade de trabalho. Talvez, se eu tivesse as garantias que, provavelmente, a agência teve dos bancos, fizesse sim. Eu não posso julgar isso, eu não participei disso. Eu não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu perguntaria à senhora o seguinte. Quando é que o Sr. Marcos Valério contou à senhora que a origem de todos esses recursos eram empréstimos com instituições financeiras?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele não precisou me contar Deputado, a coisa foi acontecendo de me pedir documentação... O banco já me ligando, por quê? Preciso de tal documento, de tal documento e isso e aquilo. E eu fui tomando pé da situação, sabendo que eram empréstimos bancários.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então, a senhora participou...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da parte burocrática.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ...das tratativas com os dois bancos, se é que houve de fato os empréstimos, para que eles fossem realizados.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS –

Sim, toda a parte burocrática dos empréstimos sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu queria explicar a minha pergunta. Vejam vocês: o Sr. Marcos Valério, com o Sr. Delúbio Soares, com o Sr. Silvio Pereira e com alguns outros membros do Partido dos Trabalhadores até hoje pretendem sustentar que a origem de todos esses recursos está nos empréstimos bancários. E nós sabemos, todo o Brasil sabe, que não foi assim. Nós sabemos da real origem desses recursos.

O mais interessante, Dona Simone, é que as contas não batem. O Sr. Delúbio e o Sr. Marcos Valério disseram ao País que os empréstimos giravam em torno de R\$ 39 milhões. Feita uma soma a partir de um documento apresentado pelo Sr. Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, percebe-se – até mesmo na soma oferecida por ele a este Órgão – que o total geral dos empréstimos é de R\$ 55.841.227,81. Por quê? Porque essa é a soma de todos os recursos que foram sacados das contas do Sr. Marcos Valério. Portanto, nós temos aqui uma diferença de, nada mais nada menos, do que exatos R\$ 16 milhões para a versão oficial.

Mas quando pegamos a soma dos quatro empréstimos realizados – um pela Grafite Participações junto ao BMG, no dia 28 de janeiro de 2004; um pela Rogério Tolentino, no dia 26/04/04, no próprio BMG; outro

da Grafite no Banco Rural e, por fim, um da SMP&B junto ao Banco Rural –, a conta aproximada é de R\$ 53,9 milhões. Mais uma vez, não fecha.

Então, está claro que nós vamos ter que nos dedicar agora, Sr. Presidente e Sr. Relator, a tentar descobrir a origem de todos esses recursos. Nós temos de saber de onde veio todo esse dinheiro que foi movimentado pelo Sr. Marcos Valério. Eu vejo que esta Comissão, muitas vezes, se preocupa com o destino. Nós precisamos saber do destino, sim, claro que precisamos, até para desvendar de uma vez por todas os beneficiários do famoso “mensalão”, mas eu acho que nós temos agora que investir o nosso tempo, o nosso esforço e o nosso trabalho para descobrir a origem. E a senhora veja, a senhora que tem experiência na área de finanças, que as contas infelizmente não batem.

Sr^a Simone, por que a senhora se equivocou quando disse que as orientações iniciais do Sr. Marcos Valério teriam remontado ao ano de 2002? Qual foi o porquê do equivoco? Foi um lapso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, essa situação toda é muito nova para mim. De repente, a minha vida deu uma guinada, estive já três vezes na Polícia Federal, agora estou aqui. Talvez para os senhores seja algo muito corriqueiro e simples, mas isso para mim tem sido uma situação muito constrangedora. Claro que me equivoquei, a forma de questionamento na Polícia Federal é uma coisa... Eu me equivoquei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr^a Simone, nós não temos este trabalho como um trabalho corriqueiro do Congresso Nacional. Estamos vivendo...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– A Presidência pede silêncio, por favor.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu me referi à publicidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Nós estamos vivendo um momento excepcional das nossas vidas, e muito importante por sinal.

Quando a senhora declarou à Polícia Federal que esses saques remontariam ao final de 2002, nos pareceu haver uma relação muito direta, muito próxima mesmo, com o pagamento de débitos da campanha presidencial do então candidato à Presidência da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. E nos pareceu verídica aquela afirmação da senhora à Polícia Federal por quê? Porque ela reforçaria a tese de que os recursos não vieram dos empréstimos. Afinal de contas, os empréstimos só começaram a acontecer a partir do ano de 2003 e, então, a origem teria que ser outra. Mas se a senhora disse que se equivocou,

somente as investigações poderão nos fazer chegar a uma conclusão precisa.

Eu questionaria ainda o seguinte. A senhora declarou à Polícia Federal ter se encontrado com o Sr. Delúbio Soares uma única vez. Esse encontro teria acontecido na sede do PT. Procede?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem. Por que razão V. S^a foi à sede do PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério me chamou para que fôssemos à São Paulo. Fui ao PT, e ele me manteve sentada numa copa que há lá na sede. Foi isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então, a senhora não participou do encontro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da reunião, não. Ele me apresentou ao Sr. Delúbio Soares e eu fiquei sentada na copa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ou seja, a senhora não tem a menor idéia do que foi discutido nessa reunião entre o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora, que participou da formatação burocrática da suposta operação de empréstimo, dessa vez foi excluída?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Burocracia de pegar documentos, tirar xerox, mandar contrato, trabalho absolutamente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas dessa vez o Sr. Marcos Valério preferiu deixar a senhora de fora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esse trabalho de elaboração da papelada, dentro da própria agência, lá na minha sala...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas eu questiono, Sr^a Simone, sobre a oportunidade em que a senhora esteve na sede do PT.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não estive com o Sr. Delúbio Soares presenciando conversa nenhuma entre os dois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem.

O Sr. Marcos Valério afirmou ao Procurador-Geral da República, afirmação essa que foi aqui endossada pela Sr^a Renilda de Souza, esposa dele, que a garantia dada a essas operações feitas com o Partido dos

Trabalhadores foi o conhecimento do então Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do então Secretário do Partido dos Trabalhadores, Sr. Silvio Pereira, ou seja os dois conheciam exatamente os detalhes da operação e esse era o elemento garantidor, assegurador, de que, em qualquer eventualidade, as obrigações seriam cumpridas.

Então, eu perguntaria à senhora: em nenhum momento o Sr. Marcos Valério fez esse mesmo comentário à senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ele não fez?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu nunca ouvi nada a respeito disso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Em nenhum momento o Sr. Marcos Valério fez qualquer referência a membros do Governo ou a membros do Partidos dos Trabalhadores que tivessem conhecimento dessa transação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. S^a declarou à Polícia Federal desconhecer a pessoa que teria determinado que Geisa Dias, gerente financeira da SMP&B – portanto, suponho eu, subordinada a V. S^a –, encaminhasse um fax ao Banco Rural para autorizar o pagamento de 50 mil reais ao Sr. Roberto Marques para um saque em São Paulo.

No entanto, nos causa estranheza que a diretora financeira de uma empresa desconheça a natureza de uma informação como essa. Por quê? Eu quero apenas deixar as coisas muito claras. A Sr^a Geisa teria dado autorização para que o Sr. Roberto Marques... Nós não sabemos quem é esse senhor, eu não estou aqui afirmando que é o assessor não-oficial do Deputado José Dirceu, não estou fazendo essa afirmação, nós não temos elementos para isso, mas enfim, há um Roberto Marques que foi autorizado pela Sr^a Geisa a fazer um saque de R\$50 mil.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Um-hum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ela, gerente financeira da SMP&B, subordinada a V. S^a, e esse saque, essa autorização, V. S^a desconhecia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com certeza, se Geisa mandou esse fax para o Banco Rural, foi a pedido meu ou de Marcos Valério. Ela não tem autonomia para fazer isso. Se ela pediu, foi porque eu ou o Marcos Valério assim determinamos. Se eu pedi, foi por determinação de Marcos Valério, e

se o destinatário, no dia seguinte, como está aí comprovado na documentação, foi mudado, também foi por determinação de Marcos Valério, que deve ter recebido orientação, provavelmente, do Sr. Delúbio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas então existe um fato concreto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Existe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Houve uma autorização do Sr. Marcos Valério, que pode ter ou não passado pela senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, porque eu não me lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ... para que um cidadão de nome Roberto Marques pudesse sacar R\$50 mil das contas da SMP&B.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Esse é um fato.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, é fato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A dúvida é, óbvio, se o Roberto Marques a que se faz referência é aquele funcionário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

V. S^a relatou que, abro aspas, “em duas ou três oportunidades, sacou os valores na agência Brasília do Banco Rural e levou o numerário para Marcos Valério, que estava aguardando no rol de entrada do hotel Blue Tree Towers”.

Eu perguntaria: a senhora sabe qual foi o somatório desses saques que a senhora levou ao Sr. Marcos Valério no Blue Tree?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Cento e cinquenta. Foram três vezes de R\$50 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora levou...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Duas vezes no Blue Tree e uma vez eu me encontrei com ele ali embaixo mesmo, no *shopping*. Eu permaneci no *shopping* e entreguei para ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Qual é a peculiaridade que fez com que, nessas oportunidades, nessas duas oportunidades, a senhora levasse a ele, pessoalmente, os recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ordem dele para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem, mas, diante da ordem, que informações adicionais o Sr. Marcos Valério deu à senhora? Ele, por acaso, disse à senhora qual seria o

destino daqueles recursos que a senhora estaria levando para ele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De forma alguma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora sabe quem ele iria encontrar depois?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem.

Eu me surpreendi com a Senadora Ideli Salvatti – uma pena que ela não esteja mais aqui –, porque ela quis, no dia de hoje, desacreditar o Sr. Marcos Valério, e, no entanto, toda a estratégia de defesa do PT está calcada na fé na palavra do Sr. Marcos Valério. Só que o que acontece? Os membros do Partido dos Trabalhadores e do Governo dão fé e confiança ao Sr. Marcos Valério quando convém, quando aquilo que o Marcos Valério diz interessa ao PT, ao Governo. E por que estou dizendo isso? Porque o Sr. Marcos Valério afirmou, categoricamente, que todos os saques feitos pelo Sr. David Rodrigues Alves tinham como destino o empresário Duda Mendonça. Muito bem. A Senadora Ideli quis desacreditar essa afirmação do Sr. Marcos Valério.

A senhora – eu queria que fosse bem clara, direta –, pelo que viveu dentro das empresas, a senhora acha que o Sr. Marcos Valério está dizendo a verdade quando diz que todos esses recursos movimentados pelo Sr. David Rodrigues Alves tinham como destino final as empresas do Sr. Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim. Então, nós não temos por que ter qualquer dúvida sobre essa afirmação do Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem.

Eu aí perguntaria à senhora: a senhora afirmou à Polícia Federal que, abro aspas, “seguia orientação da Srª Zilmar Fernandes da Silveira”.

Suponho eu que essa declaração foi dada quando a senhora foi questionada sobre como deveriam ser entregues os recursos da Srª Zilmar. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Como era esse contato da senhora com a Srª Zilmar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em algumas oportunidades, conversamos por telefone – ela me ligando, perguntando quando mandaria ou se o Marcos já havia passado para mim alguma ordem ou não –, e eu sempre solicitava a ela que conversasse com o Marcos Valério, porque eu só fazia depósitos ou repasses com determinação de Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então a Srª Zilmar não teve sequer oportunidade de conversar com a senhora sobre qual seria o destino desses R\$15 milhões e 500 mil que foram repassados às empresas do empresário Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deixe-me ver se eu entendi: se ela já me disse alguma vez?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Se alguma vez...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ... as senhoras conversaram sobre isso...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se ela já me disse alguma vez?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Se alguma vez as senhoras conversaram sobre isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora, pelo menos por suposição...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A Srª Zilmar é uma empresária, não vai conversar comigo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A senhora, pelo menos por suposição, em algum momento poderia cogitar aqui qual seria a aplicação desses recursos? Qual seria o destino desses recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O destino...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Dos quinze milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Zilmar Fernandes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não. Da aplicação dos recursos. Para

que foram transferidos os quinze milhões? Somente campanha eleitoral?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto, concluindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Só o que eu ouvi de Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Somente isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Só

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – No entanto, pode ter havido uma outra destinação que a senhora não ouviu.

Sr. Presidente, vou me reinscrever, respeitando o tempo que V. Ex^a nos determina, fazendo uma última afirmação: acho que de todas as pessoas que vieram aqui a Sr^a Simone foi a que mais disse a verdade. De todas as pessoas que estão envolvidas, direta ou indiretamente, com o Sr. Marcos Valério, ela quem mais trouxe informações esclarecedoras. Talvez pelo momento em que está se dando o depoimento dela. Talvez por aquilo que havia dito no início: tem a personalidade forte, tem o hábito de ser sincera. E aí faria um último apelo: que ao longo do dia de hoje a senhora pudesse nos dar mais informações sobre tudo isso que aconteceu, porque, quem sabe, a partir do seu depoimento, as nossas investigações vão tomar um rumo diferente, chegando ao destino certo, para desvendar todo esse esquema que foi montado no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr.

Presidente, gostaria de voltar a insistir, fazendo um apelo, sobre o Requerimento que fiz, o de nº 588, para que amanhã pudéssemos apreciar, porque esta CPI tem avançado muito, inclusive em outras áreas. A proposta inicial da CPI se deu para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios. E claro ficou com o nome fantasia de CPI dos Correios. Como todos sabemos, essa é uma empresa que orgulha o Brasil, nos orgulha, a maior empregadora do Brasil, são 108 mil funcionários. Tenho recebido e-mails, telefonemas de inúmeros funcionários dos Correios no sentido de transmitir a preocupação da preservação da imagem dessa empresa, que é uma empresa pública brasileira.

Portanto, volto a reiterar e espero que possamos aprovar esse requerimento, propondo que seja mudado pelo menos os documentos da CPI para CPI dos

contratos públicos, ou outro nome que a Comissão entender que convenha.

Gostaria de perguntar a Sr^a Simone o que lhe motivou a sair do seu trabalho, que já estava há 15 anos, para ir trabalhar numa empresa de natureza privada, já que trabalhou durante 15 anos em uma empresa pública.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, a Secretaria de Administração não é bem uma empresa pública, né? É administração direta.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – De caráter público. Mas o que motivou isso é o que interessa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– As atividades, quando você começa um projeto no Governo, muda o Governo, e eu vivi isso, a passagem de pelo menos três governos, você está ali com um projeto técnico, que você acredita, que você se debruçou em cima daquele projeto ali, e o Governo muda, e quando o governo é de outro partido, aqueles trabalhos são absolutamente engavetados. Senti muita frustração em relação a vários trabalhos que participei. A minha área sempre foi cargos e salários.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quanto a senhora ganhava antes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No Governo?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O máximo que ganhei acho que chegou a R\$6 mil.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – R\$6 mil

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando eu pedi licença, fiquei três meses procurando emprego.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ah, então, a senhora não tinha uma definição...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, foi uma...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – ... quando a senhora resolveu sair do Governo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... foi uma decisão difícil, conversada com meus familiares de que eu não queria mais ficar no serviço público, porque gostaria de tentar uma oportunidade em empresa privada, até por causa do meu perfil de trabalho.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quando o Sr. Cláudio Roberto a indicou ou a apresentou para o Sr. Marcos Valério, quais foram os seus argumentos para convencê-lo de que a senhora tinha o perfil que ele precisava para a empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O meu currículo de trabalho, e o fato de eu ter ocupado um cargo em comissão no Estado. Os dois últimos anos em que estive no Estado, ocupei um cargo que era ligado diretamente ao secretário. Eu só fui promovida a esse cargo nos dois últimos anos de Governo, porque vários funcionários... Esse é um cargo que poderia ser de nomeação... de recrutamento amplo. Vinham pessoas de fora e ficavam ali no cargo e eu, de carreira, ali atendendo. Chegou a um ponto que o Dr. Cláudio Mourão, quando saiu a pessoa, me nomeou e começamos a ter uma relação mais próxima.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O fato de a senhora ter participado com o Dr. Cláudio em campanhas passadas... a senhora administrou financeiramente alguma campanha passada? E isso facilitou a sua...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu nunca participei de campanha na área financeira. Sempre foi na área de recursos humanos. Uma única vez na minha vida...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Junto com o Sr. Cláudio, quando ele foi coordenador da campanha do Sr. Azeredo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, eu fiquei dois meses auxiliando na área de recursos humanos, e foi quando, inclusive, tivemos uma aproximação maior e daí a recomendação dele, em abril, para conseguir esse emprego.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora falou que não é do mundo político. O que a senhora entende por mundo político, na ação profissional? O que a senhora entende como mundo político, já que a senhora era ligada a uma pessoa que está acabando de dizer, o Sr. Cláudio, que a indicou por já ter trabalhado com ele, inclusive em campanha política?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Mas o meu trabalho sempre foi técnico, Deputado, na área técnica e nunca na área política.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E quando a senhora esteve junto com o Sr. Cláudio na campanha teve conhecimento de financiamento da campanha, a senhora conhecia como era essa tratativa na campanha passada, repasse de recursos da empresa SMP&B para a campanha do atual Senador Azeredo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nunca tive conhecimento disso...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Porque ele admitiu ontem que houve caixa dois na campanha, inclusive com recursos dessa empresa. A senhora participou da campanha e não teve conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu fiquei no comitê da área de recursos humanos e nunca lidei com dinheiro, com empréstimos. Eu nunca tinha ouvido falar na agência SMP&B. Fui ouvir em abril, quando o Dr. Cláudio Mourão me levou.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora trabalhando na campanha, quem coordenava? Era o Sr. Cláudio Mourão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Dr. Cláudio Mourão coordenava vários comitês da área administrativa financeira. Um dos comitês era de pessoal, ver quem queria trabalhar, pegar o nome, essa atividade...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quando veio o primeiro pedido do Sr. Marcos Valério para que a senhora pudesse fazer o primeiro trabalho que diferenciava da sua ação principal do que foi contratada? Quando foi isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Fevereiro de 2003.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Houve incremento no seu salário para poder fazer isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora começou na empresa ganhando quanto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu iniciei com R\$3,5 mil. Eu não entrei como diretora. Eu fui galgando essa posição com o tempo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora começou com R\$3,5 mil e ganha R\$13 mil hoje. É claro que deve ter sido pelas responsabilidades que a senhora passou a assumir?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não por causa desse trabalho, mas pela minha responsabilidade dentro da agência.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora considera esse trabalho muito importante ou era um trabalho corriqueiro, a mais, que a senhora passou a desenvolver?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não quero dizer de importância, mas que ocupava meu tempo em 5%. Noventa e cinco por cento do meu tempo sempre foi dedicado às atividades inerentes ao meu cargo, às atividades da agência.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Noventa e cinco por cento? Quer dizer que todo o esse trabalho que a senhora teve para repassar esse recurso todo representava apenas 5% do seu tempo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, chegar a um banco, tirar um dinheiro e entregar para alguém é uma coisa muito rápida.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas a senhora não fazia os cheques determinados pelo Sr. Valério? As transferências de recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu, pessoalmente, não. Eu tenho toda uma equipe que trabalha para mim. Faça tal cheque, tal cheque, tal cheque. Isso é no automático.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora chegou a temer esse tipo de atividade? A senhora considerava ou considera esse tipo de atividade ilícita?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Perigosa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Perigosa? Perigosa que pode levar a quê?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Porque, quando eu chegava à agência, eu tinha a impressão de que até o guarda do banco sabia que estava indo para retirar dinheiro e isso me incomodou profundamente. Foi quando pedi para sair disso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Aí a senhora se sentiu incomodada.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Muito.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora chegou a conversar com o Sr. Valério sobre essa situação? A senhora pediu para sair?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora pediu para sair. E a senhora chegou a conversar com ele que isso poderia levar a uma situação como a que o Brasil está vivendo hoje?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, nunca foi falado assim. Não. Eu fiquei muito, assim, do que poderia ser, representar isso para mim como perigo pessoal, que eu não gostava disso. Mas que poderia ter... Porque era um empréstimo no banco...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas a senhora não gostava pelo risco de estar circulando com o dinheiro ou pela ilicitude dos atos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não tinha noção de ilicitude dos atos, Deputado. Não vou dizer que sim, porque eu não tinha, não tenho nem noção de que isso seja ilícito ou não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quando a senhora vinha a Brasília, a senhora ligava para as pessoas. A senhora poderia citar aqui, a senhora recorda as pessoas para quem a senhora ligava para se encontrar aqui? São essas pessoas que estão na sua relação entregue aqui à CPI e à Polícia Federal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Normalmente, a senhora ia a um banco. Às vezes... E a senhora disse que normalmente demorava 15 minutos e a senhora entregava recursos para mais de uma, duas pessoas. Lá vocês chegaram a encontrar, a senhora chegou a encontrar com duas, três pessoas juntas para receber os recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu sempre evitei isto: que uma pessoa visse a outra, uma questão...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como a senhora fazia isso, para evitar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Marcava em horários alternados ou algum eu entregava lá pessoalmente e para o outro, eu já deixava. Já que eu estava no banco, eu anotava no verso da autorização que estava assinada por mim o nome de quem poderia receber. E os funcionários do banco aceitavam que eu fizesse isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Nome e número do documento das pessoas que iam lá ou não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Nunca deixei nome e documento deles.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Número do documento, não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E aí a senhora não tinha preocupação com os homônimos da vida? Nunca aconteceu isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Nunca tive, Deputado. Não até porque os funcionários do banco já conheciam as pessoas.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Já sabiam?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E essas pessoas para quem a senhora entregou o dinheiro chegaram a comentar, discutir com a senhora alguma coisa sobre a origem desse dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, Deputado, sempre com muita discrição. E eu própria nunca perguntei, nunca busquei ter amizade e conversas com essas pessoas.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quando a senhora vinha a Brasília para fazer esse trabalho, era sempre acompanhada de alguém, ou sozinha, ou o Sr. Marcos Valério acompanhava a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Geralmente sozinha.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que controle a senhora tinha para depois prestar contas à empresa? Essa prestação de contas que a senhora fazia com a empresa era somente para o Sr. Marcos Valério ou a Diretoria tinha conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, era uma relação minha com o Marcos Valério.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A empresa tem sócios?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Os sócios não queriam saber da contabilidade, como era isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente, entre eles, eles deviam conversar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Fica muito definido para lá, né?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Entre os sócios, né?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acredito que sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora fazia os cheques. Todos os cheques feitos pela empresa eram determinados à senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – ... que determinava os seus auxiliares. Eram assim?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– À minha equipe. Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E, para a senhora emitir os cheques, a senhora procurava saber o saldo da conta, se aquela conta tinha saldo naquele dia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, sim! Isso normalmente...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então, a senhora tinha um controle...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... é uma rotina de saldo, seja para pagamento de fornecedores ou esses outros cheques, mas, com certeza, eu sabia que sempre tinham saldo porque o valor do empréstimo havia sido depositado na conta.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então, a senhora tinha o controle real, financeiro da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O

Deputado ACM Neto já disse aqui que os valores não batiam. E como que a senhora controlava isso, se os valores dos empréstimos não batiam com a saída?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, eu não sei explicar o que isso...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A

senhora tem que ter conhecimento do dinheiro todo, se a senhora está afirmando...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A contabilidade está sendo toda verificada pela Receita Federal.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não,

mas aí não é contabilidade.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se tiver alguma divergência, vai aparecer.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Es-

tamos nos retendo apenas à questão financeira. É o fluxo tesoureiro do dinheiro. A senhora tinha que saber. A senhora é financeira, tinha que saber: eu vou fazer esse cheque, tem que ter o saldo. De onde veio esse dinheiro se o dinheiro dos empréstimos não batem? Tinha outra origem. E aí a senhora tem que saber.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu imagino que todos os valores sacados tenham como base os empréstimos, sim. Pode ter alguma divergência de informação entre listagem e valor de empréstimo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não,

mas a diferença é bastante relativa. O Deputado ACM Neto já colocou aqui.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele falou aqui de trinta e poucos mil, milhões e que daria uma diferença de 16 milhões.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É

muito dinheiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu estou entendendo que ele não somou os empréstimos da Graffiti. Só pode ser isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não,

ele...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Porque os empréstimos estão todos listados num documento que Marcos Valério entregou e que perfazem um total de cinquenta e poucos milhões.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Bom,

Sr. Relator, seria extremamente importante...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– 69?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O

Deputado ACM Neto disse aqui que a Graffiti também estava no valor. Então, eu acho que é extremamente importante, e a senhora, como já foi dito aqui, não

pode mentir, não é? Creio que a senhora veio aqui para contribuir.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não entendi onde está a mentira.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Eu quero, então, fazer uma pergunta. A senhora tinha, como funcionária, como diretora financeira, conhecimento de todas as entradas e saídas dos recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então, de qualquer diferença a senhora deve ter conhecimento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A outra senhora que veio depor, a funcionária Karina, disse que vocês compraram todos os materiais para fazer uma festa, para comemorar a licitação que iria acontecer, no outro dia, dos Correios. O pagamento disso era por intermédio da senhora também?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento de festa para comemoração anterior, não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) –

Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho, não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas

se houvesse qualquer pagamento de despesa, a senhora teria conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu teria conhecimento, sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Quais

seriam as outras pessoas que tinham acesso à senhora para fazer pagamentos, além do Sr. Marcos Valério? Havia algum funcionário? Não estou dizendo nem diretor, porque a senhora disse que já não tinha acesso a diretores. Havia algum outro funcionário graduado que tivesse acesso à senhora para determinar algum pagamento, ou não? Até de despesas da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, determinação de pagamentos, só os três sócios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) –

Só?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os três sócios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ah, então, no caso do Marcos Valério era especificamente para dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dos empréstimos bancários.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Para os empréstimos bancários, para pessoas outras.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Para o corriqueiro, a senhora recebia orientações de outros?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ordens dos demais, sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Bom, Sr. Presidente, já está finalizando o meu tempo. Agradeço, até para não estourar o tempo.

Creio que esse aspecto é importante. A senhora tem conhecimento de todos os recursos, ela já colocou aqui, e espero que possamos apurar, realmente, esses valores de entradas e saídas, para que cheguemos à conclusão da sua participação efetiva na licitude ou ilicitude do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes por 15 minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Simone, é impressionante como, a cada dia que passa, Deputado Osmar Serraglio, os fatos, os depoimentos e as evidências que são trazidas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito vão sendo mais esclarecedoras e, de certa forma, como apontou o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, vão sendo desmistificadas, e as mentiras todas contadas vão caindo por terra.

Antes de começar a indagar à Sr^a Simone, eu queria contestar uma afirmação feita pelo Deputado que me antecedeu.

Em nenhum momento ontem, aqui, o Senador Eduardo Azeredo admitiu qualquer caixa dois em sua campanha. É essa a interpretação que dá o Deputado Wellington.

O seu advogado, Sr^a Simone, que neste momento conversa com o Relator, acabou de afirmar, ainda quando respondia aos questionamentos do Relator, que o Sr. Marcos Valério teria entregue ontem, à Procuradoria-Geral, uma série de recibos desses pagamentos feitos naquilo que a senhora chama de “procedimento extra”, ou seja, os pagamentos dos empréstimos do PT. A senhora saberia nominar alguns daqueles que fizeram e que assinaram alguns desses recibos, ou onde estão esses recibos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eles estão protocolados nesse documento, junto à Procuradoria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a tem conhecimento de alguns dos nomes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não vi esses documentos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas esses recibos...a senhora é quem pagava, perfeito?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em algumas circunstâncias, sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não,

mas a senhora disse que...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, o operacional, de chegar junto à pessoa, pegar um documento e a assinatura, nem sempre fui eu.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, mas se a senhora tinha contato com o banco, este ia lá e entregava o dinheiro, esse recibo era encaminhado para a senhora em que circunstância? Ou encaminhado à agência, para o Sr. Marcos Valério tê-los à disposição para entregá-los?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente, passaram pelo meu setor de controle e foram passados para o Marcos Valério. Provavelmente, os recibos que estão lá...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora não exigia recibo a quem a senhora pagava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca exigiu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esses 12 nomes da lista da senhora, entregue no seu depoimento à Procuradoria, a senhora também nunca exigiu de nenhum deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não tem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, esses recibos entregues pelo Sr. Marcos Valério devem ter sido relativos aos pagamentos que ele fez diretamente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porque é o seguinte: são duas listas, não é?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tem uma lista do Sr. Marcos Valério e tem uma lista da senhora. Na sua lista, segundo a senhora disse, constam 12 nomes.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito? Esses outros pagamentos, como é que o Sr. Marcos

Valério fazia? Isso que eu quero entender. Porque a senhora disse que tinha o controle total desse fluxo financeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hum, hum.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – De que forma essas outras... Se a lista dele tem 51 pessoas, a sua tem 12. Dá 39 de diferença. Desculpe-me aqui a minha falha em matemática eventual. Essas 39 pessoas... Como é que esse dinheiro chegou nessas pessoas? Qual foi sua participação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A elaboração dos cheques sempre se deu no setor que é sob minha responsabilidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E a senhora entregava o cheque?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Muitas vezes entreguei os cheques para Marcos Valério, outras vezes eram TEDs ou cheques administrativos, ou encaminhados para o Banco Rural em São Paulo, ou para essa empresa Bônus Banval.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, nós teríamos, então, aí, uma quantidade grande... Mas, por exemplo, o da Bônus Banval a senhora teria como identificar. Por que a senhora só deu 12 nomes se, por exemplo, a senhora fez uma... Na hora em que a senhora faz uma TED, uma transferência eletrônica direta, a senhora certamente tem lá o número de uma conta, o nome do recebedor. Por que a senhora só deu 12 nomes e a lista do outro veio com 51 nomes, se a senhora fez a TED? A senhora pagou para a Bônus Banval e a Bônus Banval não está na sua lista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu espero que todos esses documentos estejam protocolados nesse documento de Marcos Valério.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não. Mas eu estou perguntando à senhora. Por que a senhora não informou, no seu depoimento à Procuradoria, que a senhora... esses outros nomes que constam da lista do Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não fiz pronunciamento à Procuradoria. Desculpe. Foi à Polícia Federal, né?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão. À Polícia Federal. Peço perdão à senhora.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– À Polícia Federal. Quando a Polícia Federal me chamou foi em cima daqueles valores que saíram na imprensa e que com certeza foram em cima de documentos bancários apresentados de que eu havia sacado os sete milhões e pouco. A minha preocupação única foi explicar o destino desses sete milhões, que é justamente este documento aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ah! Então, a senhora... A senhora, então, era conhecedora dos 51 nomes; 52 nomes – essa boa idéia, se forem 51. Cinquenta e um nomes a senhora conhecia, mas a senhora só se preocupou, na Polícia Federal, em explicar a origem desses sete milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desses sete milhões. Mesmo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então eu só... Eu tinha imaginado isso. Eu só queria pedir à senhora, então, o seguinte: este depoimento aqui deve se ater não só aos sete milhões, mas tudo que a senhora responder aqui deve tratar dos 51 milhões e os outros milhões que eventualmente existam.

Deixa eu lhe perguntar uma coisa: a senhora, como Diretora Financeira da empresa... Ah, isso é curioso. A senhora saiu do Governo do Estado. A senhora disse que ganhava lá R\$6 mil. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E a senhora saiu para ganhar R\$3,5 mil?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu saí para ganhar zero. Eu pedi licença, em dezembro, porque com a posse do novo Governo eu, provavelmente... com certeza eu seria destituída do meu cargo e voltaria a ser...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora tinha um cargo e por isso ganhava mais. Entendi.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu seria uma servidora ganhando R\$800.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agora, a senhora estava lá desde 1999. A senhora notou um aumento do fluxo de clientes privados a partir de 2003?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Marcos Valério veio aqui, o seu patrão, como a senhora disse, veio aqui e afirmou que a partir de 2003 o grande incremento no faturamento das agências dizia respeito a clientes privados novos. A senhora não percebeu isso? Não começou a perceber mais dinheiro entrando na empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não sei dizer isso não. Não sei dizer isso não. Teria que pegar relatórios e verificar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não era algo que se percebia. A senhora, como Diretora Financeira...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Que eu tenha agora condições de estar dizendo, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não, não. Mas é uma percepção. A senhora é Diretora Financeira de uma empresa. A empresa começa a ir bem e forte, cada vez com mais clientes. É uma coisa que a gente percebe. A senhora não percebeu que a partir do momento em que o seu patrão ficou amigo do Delúbio Soares, estabeleceu boas relações com o Governo Federal, de repente vários clientes novos surgiram?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em algum momento, Sr^a Simone, houve confusão nesses pagamentos do Banco Rural? Alguém foi pegar em nome do outro, tirou a mais, a menos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu soube disso aqui hoje.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, eu estou só... não...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu ouvi alguém dizendo isso aqui hoje. Eu não sabia disso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora não tinha idéia disso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tanto que não se teve que estabelecer controles mais eficazes ali no Banco Rural? Por exemplo, essa história de tirar xerox de carteira? Porque a informação que nós tínhamos aqui na Comissão é de que esses procedimentos passaram a ser exigidos a partir de uma confusão. Alguém que teria levado dinheiro do outro; o outro teria deixado dinheiro para o outro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tinha conhecimento disso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora não tinha conhecimento disso.

A senhora informa repasse... aliás, a senhora sabe de repasses para diversos diretórios regionais do Partido dos Trabalhadores em diversos Estados. A senhora confirma isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu tenho essa informação através do relatório de Marcos Valério.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não. O relatório de Marcos Valério... Dona Simone! Dr^a Simone, vamos aqui... A senhora disse que falou na Polícia Federal sobre os sete milhões...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas a senhora tem conhecimento dos R\$50 e tantos milhões. Então, não é por causa do relatório do Marcos Valério que a senhora sabe. A senhora sabe porque era Diretora Financeira que fazia todos os repasses, correto? É por isso que eu lhe disse...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Fazia...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu disse aqui no começo... Combinamos aqui o seguinte: não estou fazendo perguntas à senhora apenas em relação ao seu depoimento à Polícia Federal sobre os R\$7 milhões. Quero saber de tudo que a senhora repassou e que chama – vou usar sua expressão – de procedimento extra. O procedimento extra equivale a mais de R\$7 milhões; são R\$50 e tantos milhões. A senhora, não pelo depoimento, não pelo relatório passado pelo Sr. Marcos Valério, sabe e repassou recursos para diretórios regionais do Partido dos Trabalhadores em diversos Estados, entre eles o meu, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Alagoas. Correto?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu não repassei. Tomei conhecimento de que eram diretórios do PT a partir desse relatório de Marcos Valério.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. A senhora, então, repassou para algumas dessas figuras?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Passava, geralmente, para o Marcos Valério ou quando ele me pedia: “Faça um depósito para fulano de tal”. Eu não sabia quem era fulano de tal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Serei mais específico. O Tesoureiro do PT no Rio de Janeiro, meu Estado – aliás, não sei se é Tesoureiro –, Sr. Manoel Severino, recebeu R\$2,676 milhões. Em determinada data, ele recebeu R\$1,5 milhão. É muito dinheiro. A senhora deve lembrar-se disso. A senhora fez como isso? Pegou em dinheiro?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei; não sei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora não lembra?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – R\$1,5 milhão de pagamento. A senhora não lembra?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não sei como isso foi repassado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não era algo que chamasse a atenção?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente foi feito o cheque...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora pediu...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... e foi repassado para Marcos Valério o cheque.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em cheque?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora pediu, em algum momento, que algum desses diretórios repassasse à senhora em vez de a senhora repassar recursos diretamente? A senhora pediu nota fiscal para pagar uma dessas contas? Em algum momento a senhora fez isso? É importante para a senhora. Digo isso porque a senhora está aqui como testemunha. Como disse o Deputado ACM Neto, a senhora tem trazido informações ótimas, excepcionais a esta Comissão, mas é importante para a senhora que a resposta esteja correta. Em algum momento, no caso do Sr. Manoel Severino, que recebeu mais de R\$2,6 milhões; do Sr. Raimundo Ferreira, do PT do Distrito Federal, que recebeu R\$370; do irmão do Deputado Genoino Guimarães, que recebeu R\$250; do Marcelino Pias, do Rio Grande do Sul, que recebeu R\$1,2 milhão, em nome dos diretórios, e de Alagoas, como lembra a Senadora Heloísa Helena, em algum desses casos, a senhora pediu que eles lhe dessem notas fiscais para pagar direto à conta?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tive contato com eles, Deputado. Eu não posso inventar o que eu não fiz.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso era repassado para Marcos Valério.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Mas essas pessoas, a senhora sabia. Esse dinheiro vai para o Raimundo Ferreira da Silva Júnior.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Tomei conhecimento disso aqui agora. Para mim, os repasses eram colocados para Marcos Valério. Marcos Valério não me dava explicação o tempo inteiro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora disse que mandou uns para o Marcos Valério em cheque; outros, a senhora fez TED.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, os que eles me determinava que eram TED, como, por exemplo, Garanhuns.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato. Mas, em algum momento, a senhora pediu que man-

dasse, ele lhe entregou uma nota fiscal e falou: “Pague isso aqui com esquemão extra?”

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca pagou nota fiscal?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora disse aqui o seguinte: “A informação que sempre chegou a mim era de que era acerto de campanha”. Quero voltar àquela história do Duda Mendonça. Em algum momento o Sr. Marcos Valério teve a liberdade de dizer: “Olha, esse é um empréstimo que vamos fazer ao PT e vamos acertar umas dívidas de campanha que eles têm”? Em algum momento, por exemplo, no caso desses valores mais altos, como o da sócia do Sr. Duda Mendonça, Srª Zilmar, a senhora não chegou a trocar nenhuma conversa com o Sr. Marcos Valério? Não lhe causava estranheza tantos recursos assim?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não competia a mim sentir estranheza ou não. De eu dizer isso a ele? Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em nenhum momento, a senhora obteve alguma informação extra além de que era tudo para pagar campanha?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. O tempo inteiro, sempre de campanhas políticas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quando a senhora pagou ao advogado Aristides Junqueira, disseram-lhe que era dívida de campanha?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério me informou, me solicitou que pagasse ao Sr. Pedro R\$185 mil.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele recebeu mais.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Agora, atualmente, com todo esse trabalho, eu vim a saber que era um advogado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora também pensou que isso fosse dívida de campanha? Deixe-me fazer-lhe mais uma pergunta, pois o tempo está-se esgotando. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto fez algumas afirmações bastante interessantes a respeito desses empréstimos, porque eram empréstimos “de pai para filho”. As relações do Banco Rural e do BMG com a SMP&B, havia uma... É claro que vocês eram grandes depositantes ali e todo banco gosta de quem deposita muito dinheiro, mas nas aplicações, por exemplo, financeiras que vocês faziam – está lá o recurso parado, na poupança vocês não botavam, vocês aplicavam em fundos, tal – que

tipo de rendimentos esses bancos pagavam à agência SMP&B? Eram basicamente aplicações em quê?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aplicações normais. Eu não vou saber dizer o quê.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora nunca percebeu, não? A senhora era a Diretora Financeira!

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não vou saber dizer o nome da aplicação. Entrou um recurso, vai ficar aí dois, três dias... Quem sempre me ajudou muito e tem conhecimento dessa prática bancária é essa minha funcionária Geisa. “Simone, tem um dinheiro que está tanto, vai ficar quanto tempo? Você sabe?” “Ah, vou ver com o Marcos quanto tempo esse dinheiro vai ficar.” “Então, vamos aplicar aqui, com resgate automático ou ‘não sei o quê’.”

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas a aplicação... Vamos imaginar aqui. Nós estamos falando aqui, Drª Simone, de um volume enorme de recursos. Portanto, quando a gente tem um volume enorme de recursos, não é igual a uma pessoa que tem lá um trocadinho e que fica torcendo para não entrar no cheque especial. Há um volume enorme de recursos, e a senhora deixava essas aplicações a critério de uma funcionária sua?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não a critério dela. A gente trocava uma idéia, mas eu confiava muito no discernimento dela.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E as aplicações todas eram feitas no Banco Rural e no BMG?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A gente tem conta também em uma agência do Banco do Brasil, mas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas as aplicações eram feitas em que banco?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– BMG, não. Só no Banco Rural.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só no Banco Rural?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E a senhora nunca notou, até para suas finanças próprias, dizendo “essas aplicações que a empresa faz no Banco Rural valem, realmente têm um retorno fantástico, de repente vale a pena, até nas minhas contas pessoais, eu também aplicar nesse título do Banco Rural porque ele é excepcional”? Em nenhum momento a senhora percebeu isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. E nunca tive conta no Banco Rural minha, pessoal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só mais uma pergunta.

A questão do Sr. Roberto Marques, também explorada aqui pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Como é que foi essa operação? Porque eu não consegui entender – às vezes eu tenho uma dificuldade tremenda de compreensão de certas coisas, mas... Quer dizer, tinha lá, a senhora pediu para pagar o Roberto Marques, correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aliás, pediu para pagar o Roberto Marques. Só que, aí, não foi o Roberto Marques que sacou; foi o tal de Mazano. Quem é que trocou o nome? Foi o Marcos Valério que informou à senhora “troca, não é o Roberto Marques porque ele não pode ir, vai o Mazano”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Qualquer determinação de quem fosse receber era o Marcos Valério. Se foi mudado o nome, também foi ele que solicitou.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso era comum acontecer? Mudança de nome?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não? Aconteceu outras vezes além dessa com o Sr. Roberto Marques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Aconteceu. Eu vi até num documento do Banco Rural que está lá escrito, com a minha letra, quem seria o destinatário, depois mudou duas vezes. Tem outros dois nomes lá riscados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É um caso... Um caso ali que diz respeito a um saque aqui.

Mas, nesse caso, a senhora lembra se o Sr. Marcos Valério disse “essa pessoa não pode sacar, vai outra pessoa”?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Eduardo Paes. Concluindo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não me lembro de nada desse caso aí.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Só quero concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: está cada vez mais claro que, primeiro, ao contrário do que tenta fazer parecer a Base do Governo nesta Comissão – e o próprio depoimento da Srª Simone confirma isso, apesar de todos os esforços da Senadora Ideli –, esse é um esquema iniciado em 2003. A Senadora Ideli, Srª Simone, confundiu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, concluindo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Senadora Ideli confundiu os cheques emitidos pela SMP&B, em 2000 e em 2002, com saques em banco. Portanto, esse é um esquema que começou em 2003.

E outra questão, Sr. Presidente, muito mais grave que as informações...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já concluo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas o tempo já foi.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E as informações trazidas pela Srª Simone, com essas informações de depósitos, mostram muito claramente que não era só para pagar dívida de campanha, não. O jornal **O Estado de S. Paulo** traz hoje que o Sr. Aristides Junqueira foi contratado pelo Partido dos Trabalhadores para pagar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ... o caso de Santo André, e isso não é dívida de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esses recursos eram para todos os fins que atendiam ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, concluindo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Exª. Eu sei que é duro ouvir, mas agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Agora, com a palavra o Deputado Onyx e, depois, o Senador César Borges. E vamos fazer uma interrupção, depois do Senador César Borges, de 30 minutos.

O SR. ONYX LONRENZONI (PFL – RS) – Bloqueie meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Vamos reajustar o tempo de V. Exª. Repetindo, Deputado Onyx e Senador César Borges.

Depois de uma interrupção de 30 minutos, voltaremos.

(Suspende-se a reunião por 30 min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, por quinze minutos, tempo suficiente para que S. Exª faça as

perguntas todas que ele preparou durante toda esta noite.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora se considera uma profissional ética?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu questiono isso, porque foram duas as suas versões em momentos diferentes à Polícia Federal. Na primeira, a senhora disse, para justificar os saques, que era pagamento de fornecedores. Pagamento de fornecedores. Está lá na Polícia. A senhora que disse, e assinou.

Na segunda, a senhora disse que era para pagar políticos. A impressão que fica é a de que a senhora diz a verdade de acordo com a orientação do Marcos Valério. Qual será a próxima versão que a senhora vai apresentar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não considero que eu dei três versões; considero que fui complementando as informações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah, está bem. A senhora conseguia dormir tranqüila, sabendo que o seu trabalho rotineiro era, primeiro, ilegal, que, na rotina, a senhora se gaba aqui da sua carreira, da sua capacidade profissional e técnica, da sua competência. E, ao mesmo tempo, a senhora disse aqui que não se arrependia de nada, do que posso inferir que a senhora, se tivesse que fazer, faria tudo de novo. Só que a senhora participava, no mínimo, de crime de sonegação fiscal. A senhora sabia disso? Era algo assumido pela senhora? Ou a senhora desconhecia, estava desinformada do crime que a senhora praticava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Deputado, não tenho conhecimento de que era crime. Agora, com toda essa movimentação, todo esse processo, vou entendendo melhor a dimensão das coisas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E continua não se arrependendo, não é?

A pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: qual foi o total do faturamento da SMP&B – a senhora é diretora financeira, pelo menos isso a senhora tem que saber – em 2003 e 2004? O total do faturamento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei números de cor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que competência, Dona Simone! Mais ou menos, Dona Simone. Vou-lhe perguntar de novo. A senhora ganha R\$13 mil, como Diretora Financeira da SMP&B. A senhora se orgulha da sua condição profissional e a senhora diz aqui que a diretora financeira da SMP&B, e a senhora não sabe quanto a sua empresa faturou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei números de cor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou ajudar a refrescar sua memória. Segundo os dados... Vou fazer outra pergunta para a senhora. Vamos ver sua competência. Quanto a senhora pagou de CPMF à SMP&B no ano? Porque, se a senhora é diretora financeira, se a senhora é verdadeiramente competente, a senhora tem que estar muito atenta para a gestão financeira fiscal da sua empresa. É óbvio. Qualquer pessoa na sua posição sabe na ponta da língua. Está bem que a senhora não saiba de 98, 99, 2000. Aceito. Agora, do ano passado? Quanto, mais ou menos, não é necessário ser preciso, que a SMP&B pagou de CPMF no ano de 2004?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No de 2003?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No de 2005, bem pouquinho. Só no primeiro trimestre deste ano? Não precisa muito memorial para lembrar, não é? A senhora também não sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas a senhora sabe que a sua empresa, o seu patrão tomou uma multa da Receita Federal de R\$63 milhões, por problemas exatamente de não atender a legislação fiscal. A senhora sabe disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu soube que a DNA, que é uma agência onde não trabalho, nunca trabalhei, teve uma fiscalização e sofreu essa multa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, quero lhe dizer que, muito provavelmente, a senhora vai ter a próxima multa na SMP&B e vou lhe dizer por quê. A senhora disse aqui, está registrado, que o faturamento que a senhora achava da sua empresa era de R\$110 milhões. A movimentação do Coafi diz que foi de R\$200.476.550 em 2003. É o dobro do que a senhora afirmou. Em 2004, a sua empresa movimentou... a senhora tem idéia, mais ou menos, do valor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foram R\$239.504.503. Ou seja, a sua empresa pagou – a senhora é diretora financeira – a fantástica soma... os brasileiros às vezes não botam dinheiro no banco, segurando em casa, para não pagar CPMF. Esse é o mundo real, o mundo do supermercado a que a se-

nhora vai, da padaria, da quitanda da esquina, isso é o mundo dos brasileiros. A senhora está acima disso. Aliás, a sua faixa salarial é da ponta da pirâmide, por competência, é óbvio. A senhora pagou a fantástica e inesquecível soma, porque a empresa era sob sua responsabilidade de direção financeira, não era o Marcos Valério, que ficava lá em Belo Horizonte, não eram os outros sócios, era sua, de R\$761.808, em 2003, e a senhora não lembra. A sua empresa, sob sua direção, pagou R\$910.104, e a senhora não lembra. E a senhora já pagou neste ano a bagatela – deve ser um valor comum, corriqueiro para a senhora – de R\$260 mil no primeiro trimestre de 2005, e a senhora também não se lembra. A senhora não se lembrava disso. Isso é um acaso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então,

vou ler aqui, antes de continuar lhe perguntando, porque a gente tem que parar com essa... Acho que a senhora... Precisa cair a ficha, com respeito. A senhora sabe quais são os possíveis crimes de Marcos Valério? O Doutor aí sabe bem. Corrupção ativa. Sabe qual seria o período de reclusão dele? De dois a doze anos. Por isso, ele propôs a delegação premiada. Sonegação fiscal, Lei nº 8.137/90. Sabe qual o período de reclusão? Dois a cinco anos. Falsidade ideológica: um a cinco anos. Supressão de documentos: um a três anos.

A senhora agora não é mais só a funcionária que cumpre ordens. A partir do momento em que a senhora depõe aqui e na Polícia Federal, a senhora se transforma em cúmplice. O seu advogado sabe o que estou dizendo e que tenho razão.

Possíveis crimes da senhora: concurso de pessoas, co-autoria ou participação, quadrilha ou bando – reclusão de um a três anos. A senhora operou ainda com dinheiro de origem não declarada, origem escusa. A senhora pode ter transferido dinheiro aparentemente legal, mas o grosso dessa movimentação não tem relação com os cinquenta e poucos milhões de empréstimo, Dona Simone. A senhora pode ser acusada de receptação: um a quatro anos. Pode ser acusada ainda por formação de quadrilha: um a três anos. Enriquecimento ilícito. Parece que houve um certo incremento patrimonial nos últimos anos da senhora. Isso é verdade? Corresponde à realidade? A senhora trocou de imóvel? Houve uma certa ascensão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso vamos descobrir quando for quebrado o seu sigilo.

Possível concorrência para o crime, corrupção passiva: um a oito anos de reclusão. Usurpação de

função pública, crime em que o seu patrão provavelmente também seja indiciado: reclusão de dois a cinco anos.

Estou fazendo essa leitura, porque acho que a senhora precisa colaborar, não apenas fazer o jogo do Marcos Valério.

Quero perguntar objetivamente o seguinte: o coordenador do PT do Estado de Alagoas, em 2002, disse que tinha uma dívida de R\$160 mil. Falou com o Delúbio Soares, que disse a ele que quem ia pagar a conta, no início de 2003, era uma senhora chamada Simone, de Belo Horizonte. Foi a senhora que pagou a conta?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está

bem.

Esses recursos que foram destinados aos Estados, a senhora tinha conhecimento dessas transferências?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essas transferências para os PTs que constam da lista do Marcos Valério?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para

os PTs, é.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Por determinação dele, entregamos o cheque a ele, e o que foi feito não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A se-

nhora se lembra do nome que ele lhe apresentou do Marcelino Pies, tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, que recebeu em duas parcelas R\$1,2 milhão? Era e parece que é o tesoureiro do PT do meu Estado, do Rio Grande do Sul.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Consta aqui da listagem do Marcos Valério, R\$1,2 milhão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se consta

aí, ele deve ter recebido, com certeza?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Imagino que sim. Se Marcos Valério colocou isso aqui, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok. Mas

a senhora não teve contato direto com ele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas

viabilizou o envio do recurso.

As empresas de Marcos Valério mandaram dinheiro para fora do Brasil. Isso já transitou aqui. Ele, no seu depoimento, disse que havia feito envio de recursos pequenos, coisa de US\$7 mil, US\$10 mil. Mas já se identificaram aqui remessas maiores. O próximo

depoente, o David, foi apresentado ao Cristiano. Há um depoimento em que ele disse que tinha contatos com a senhora, entregava dinheiro para a senhora. E ele era das relações de um conhecido doleiro em Minas Gerais, o Sr. Aroldo Bicalho. Na SMP&B, a senhora teve contato com esse doleiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora ouviu falar dele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De nome, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quem lhe falou dele? Foi o Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi pela imprensa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora disse que contabilizava esse dinheiro que entregava para as pessoas. Como a senhora fazia essa contabilização?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – São todos valores lançados como empréstimo ao PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mesmo quando eram para pessoas de outros partidos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei quando eram, de qual partido, o que era. A finalidade sempre foi empréstimo ao PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, deixe-me entender. A senhora diz no seu depoimento – para não dar confusão com a lista do seu patrão – que repassou ao Jacinto Lamas e ao Sr. Valdemar da Costa Neto R\$2,4 milhões – tem até os telefones aqui na sua planilha. Quando a senhora contabilizava, isso era empréstimo ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando a senhora fez para o José Carlos Martinez, isso era empréstimo para quem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi para o Emerson Palmieri, foi empréstimo para...?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre para o PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi para o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, no valor de R\$1,8 milhão, foi...?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi para o Deputado José Borba, R\$1,1 milhão, foi para crédito de quem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi para Roberto Costa Pinho, PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E para o Bispo Rodrigues?

A senhora disse que quando ficava no banco anotava, quando a senhora não podia mais esperar e as pessoas não tinham ido lá, o nome das pessoas. Numa oportunidade, a senhora anotou lá Bispo Rodrigues. Certo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foi a senhora que anotou Bispo Rodrigues?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Depois, tem o nome Wanderval, que é um Deputado, e um assessor dele, Célio. Foi a senhora que anotou esses nomes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem anotou os nomes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, esse Célio é o último. Estava o nome do Bispo Rodrigues que a senhora deixou anotado. A senhora confere?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Confiro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O dinheiro era para o Bispo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí, o Bispo mandou o Wanderval pegar. Aí, o Wanderval mandou o funcionário. Quem teria dado a ordem para trocar o Bispo pelo Wanderval?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente, o próprio Bispo Rodrigues.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O próprio Bispo? E quem recebe é o Célio. Quem autorizou o Célio a pegar se não foi a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei. Eu deixei autorização para ser o Bispo Rodrigues. Se houve alguma autorização diferente disso, eu desconheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu vou voltar para questioná-la sobre o volume de dinheiro movimentado pela SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, o tempo de V. Ex^a encerrou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu concluo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu cometeria um vacilo se não tivesse sido alertado aqui pelos Parlamentares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Fui aparteado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aparteado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, houve um “ruído” e, naquele momento... Por vinte segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Poucos segundos, poucos segundos.

Concluindo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Faço uma última pergunta. Para ficar bem registrado: foram R\$440 milhões. Se somarmos o primeiro trimestre deste ano, a movimentação da SMP&B corresponde a R\$500 milhões. A senhora pode listar para nós a movimentação dos cinco maiores depositantes na SMP&B nos últimos dois anos e três meses?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, realmente, a Diretora da SMP&B Financeira cooperou muito pouco com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não tenho dúvida alguma de que ela, no início do depoimento, seria apenas uma funcionária cumprindo ordens e alguém que aqui diz a verdade. Na minha opinião e na opinião de muitas pessoas, ela se transforma em cúmplice e, como tal, vai arcar com as penas da lei.

Eu me reinscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador César Borges por 15 minutos. Depois, nós vamos suspender a reunião por meia hora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr^a Simone, V. S^a declarou aqui, e acredito que sim – a senhora é uma profissional de nível superior, administradora de empresas, que deve ter todos os méritos no serviço público estadual de Minas Gerais -, que foi contratada pelo Sr. Marcos Valério por indicação mas também por qualificação; ele deve ter visto

na senhora qualificação para isso. A senhora entrou na empresa já como diretora financeira da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando foi que a senhora alcançou esse cargo, essa posição?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Foi ao longo desses anos. Estou como diretora, provavelmente, nos últimos quatro anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, a partir de 2001 a senhora assumiu esse cargo de diretora financeira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Entre suas atribuições está o aspecto contábil de lançamentos, receitas e despesas da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não tenho conhecimento de contabilidade, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso é afeto à sua diretoria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, mas tem um escritório de responsabilidade que é responsável por essa parte contábil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas tem a parte interna, então a senhora teria ascendência sobre as pessoas que trabalham, por exemplo, no faturamento da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, do tesoureiro da empresa a senhora sabe do faturamento, das faturas, quem são os clientes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem uma carteira de clientes e a empresa fatura contra esses clientes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, eu lhe pergunto: a senhora pode afirmar que todo o recebimento da empresa SMP&B derivava de faturas de serviços prestados efetivamente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora tinha esses contratos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim. Nem todos os clientes têm contrato formal, mas sempre de trabalhos realizados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há contratos formais com planilhas de preços para execução desses serviços?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu teria que verificar em todos. De empresas públicas com certeza, porque é sempre por meio de licitações, tem toda essa burocracia de contratos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora tinha conhecimento no caso dos recebimentos da empresa, porque tinha de controlar o fluxo de caixa, não é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, nesse controle do fluxo de caixa, a senhora conhecia todos os depósitos feitos a favor da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre dos clientes, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim. E todos esses depósitos, a senhora pode afirmar, categoricamente, que eram provenientes de serviços prestados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há depósitos outros que não sejam provenientes de serviços prestados com a empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Apenas porque eu acho que é uma responsabilidade da sua diretoria e compete a nós sabermos, aqui, a origem dos recursos da SMP&B. Como essa situação está afeta à sua diretoria, estou-lhe perguntando.

Vamos para os destinos dos recursos.

A senhora, como diretora competente, que conhece suas atribuições – uma profissional competente, que vai passar por isso tranqüilamente e vai continuar exercendo sua profissão, pelo menos é esse o nosso desejo -, sabe que qualquer pagamento só pode ser feito mediante uma contraprestação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com certeza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não se pode fazer um pagamento de uma empresa distribuindo dinheiro para “a”, “b” ou “c”. Deve-se ter nota fiscal, uma fatura de uma empresa, e isso tem que estar anexado e ficar na contabilidade comprovando.

A SMP&B distribuiu 55 milhões dentro desse critério de que tomava empréstimos e passava para as necessidades do PT e seus aliados – todas as necessidades do PT, pois já vimos que pagavam desde advogado, débitos de campanha e financiamento do

mensalão. Esses pagamentos eram feitos e contabilizados. Que tipo de nota fiscal comprovavam esses pagamentos para a Receita Federal, para a contabilidade da empresa? Porque a senhora falou que eram contabilizados como empréstimos do PT. Lá está escrito empréstimo ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa informação, eu a obtive da própria Contabilidade. Isso é uma preocupação. O senhor tem razão. Tem que ter a contrapartida, sim. De todos os trabalhos dos clientes, sempre tem a contrapartida da nota dos fornecedores. Disso não há a menor dúvida. A Receita Federal vai ver isso na semana que vem, lá dentro da agência. Esses cinquenta e cinco milhões realmente não têm os documentos da contrapartida. Eles estão lançados como empréstimo ao PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas está lançado lá como empréstimo ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Contabilizado? Escrito: empréstimo ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque a empresa privada, não sendo do sistema financeiro, não pode fazer empréstimo. A senhora, como administradora de empresa, deve saber que é vedado a ela fazer empréstimo. Há documento, há um contrato formal sobre esse recurso repassado ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A agência tem um contador responsável e advogados, que... Com certeza, Marcos Valério sempre está vendo isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O contador só faz processar documentos. Quem elabora o documento é a diretoria financeira da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nesse meu caso, não. Nesse, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não estranhava muito a senhora, como administradora de empresa, diretora financeira, verificar esse tipo de repasse, que constituiria crime fiscal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Meu estranhamento não mudaria nada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, mas poderia levar essa situação talvez... A senhora faz parte de um conselho federal de administração, deve ser registrada, tem um juramento da própria profissão, tem responsabilidade consigo mesma, com sua categoria e nada disso a preocupou, nesse momento, nesse tipo de ação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre confiei que os diretores sabiam o que estavam fazendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas poderiam estar comprometendo a senhora também como profissional.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca tinha pensado nisso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Até entendendo. A senhora era funcionária e tinha de cumprir a obrigação, seu contratante estava lhe determinando, e a senhora fez.

Dona Simone, hoje, a senhora se encontra aqui numa situação, na verdade, perante o país inteiro, podendo ajudar a resolver uma questão que preocupa todos os brasileiros e que pelas suas declarações pode cassar mandatos de Parlamentares e pode atingir até o próprio Presidente da República, a República pode ser afetada. Eu acredito, pelo que li em seu depoimento, que traz uma série de informações, mas deixa outros pontos sem uma clareza, o que seria importante para nós, que há uma versão montada pelo Sr. Marcos Valério, provavelmente com a participação do seu advogado, o que é normal, para formar essa versão, e que a senhora estaria também participando. Então, eu lhe pergunto com muita franqueza: a senhora está orientada para esse tipo de depoimento, só dá esse tipo de informações que temos aqui em mãos, e tem mais informações? O Sr. Marcos Valério ontem foi à Procuradoria-Geral da República e fez um depoimento. Disse que tinha novos nomes. Aqui já temos duas listas. A lista da senhora está integralmente dentro da lista do Sr. Marcos Valério. Toda ela está aqui dentro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hum, hum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – São sete milhões destacados de cinqüenta e cinco, não é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele tem mais informações. Será que vamos ter mais nomes que virão? A senhora e o Sr. Marcos Valério vão continuar, pouco a pouco, dando mais informações complementares e nós vamos ficar sempre sendo pegos de surpresa?

Estou lhe perguntando isso com a maior sinceridade. Não quero... A senhora é uma profissional e temos de respeitá-la como tal.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Senador, nessa documentação que o Marcos entregou, que eu não vi, à Procuradoria, eu não entendi que tem novos nomes. Tem documentos comprobatórios

dessa listagem dele dos cinqüenta e cinco. Até então, eu entendi isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele disse isso ontem. Eu o vi na televisão, dizendo que teria novos nomes, mas que essas informações seriam dadas pelos procuradores ou pelo procurador.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não o entendi dizendo isso, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu faria algumas perguntas à senhora.

Essa lista que a senhora apresentou, inclusive assina essa lista – isso é muito grave porque a senhora assina; assumiu a responsabilidade. Em determinados momentos, é colocado, por exemplo: 1- Jacinto Lamas. Então, a senhora conhece Jacinto Lamas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Conhece e identifica. Ele sacou junto com a senhora, ele e o Sr. Antônio Lamas, dois milhões e quatrocentos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Antônio Lamas, eu não estive com ele. Eu deixei uma autorização no banco, com o nome dele, para que ele sacasse. Eu não estive pessoalmente com ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora colocou aqui que era para Valdemar Costa Neto. É sua informação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É informação que Marcos Valério me passou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas senhora assinou como sua informação. É sua lista.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Porque eu acredito nisso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora acredita então em Marcos Valério? Continua acreditando nele? Ele lhe dá uma lista para assinar com qualquer nome e a senhora assina?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, essa lista que eu fiz a partir da dele e do que eu tinha como verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se a senhora não sabe quem é Valdemar Costa Neto... Peguei o Valdemar porque era o primeiro da lista. Não é uma informação grave que a senhora está dando, aceitando uma informação que veio repassada pelo...?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa informação é de que o Jacinto Lamas era ou é o tesoureiro do PL e de que ele repassava...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas tem hora que a senhora não sabe de nada. Aqui a senhora já sabe. Então, a informação que a senhora repassa é uma informação do Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é a sua informação. Assim os outros, por exemplo: José Carlos Martinez, Jair dos Santos, Emerson Palmieri, Raimundo Ferreira da Silva Júnior, PT nacional, João Cláudio de Carvalho Genu. Esses nomes a senhora conhece todos, não é, porque assinou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – De nome, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Assume a responsabilidade por essas denúncias.

O Deputado José Borba, que era Líder de um Partido nacional, como os outros, o PMDB, saca um milhão e cem mil. A senhora afirma que ele recebeu isso de suas mãos, através do Sr. Carlos e da Sr^a Maria Sebastiana?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu nunca estive com o Deputado José Borba. Eu tinha autorização de Marcos Valério para repassar esses valores a ele. Eu deixava autorizado no banco... Inclusive, houve uma oportunidade em que ele foi receber e teria que assinar. Ele não quis assinar e eu me desloquei ao banco justamente para assinar por ele, para ele poder retirar os valores sem se identificar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem disse à senhora que o Sr. Carlos e a Sr^a Maria Sebastiana receberam um milhão e cem diretamente de suas mãos para o Deputado José Borba foi o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Esses nomes, Carlos e Maria Sebastiana, tiramos de anotações que o Marcos Valério tinha de pessoas que faziam contato, que eram contatos do Deputado José Borba.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a senhora colocou o nome Deputado José Borba. A senhora sabe que isso levará um Deputado a perder o seu mandato. Então, a senhora colocou e assinou esse documento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É por isso que lhe pergunto, muito claramente: quem lhe deu essa informação? É importante que tenhamos a verdade. Eu não estou aqui para defender quem quer que seja, mas quero ter certeza do que vamos fazer.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Inclusive, a ida dele ao Banco Rural ficou marcada

dentro da agência porque ele teria sido, de alguma forma... Ele não gostou da forma como iriam entregar esse...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque ia deixar o nome dele gravado na autorização.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É. Isso me marcou porque eu tive que ir lá só por causa disso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Então, foi, realmente, o Deputado José Borba. Agora, eu perguntaria – porque o tempo já vai bem adiantado –, o Sr. Glênio Guedes a senhora conheceu? Porque a senhora fez pagamentos, como Diretora Financeira, ao Sr. Glênio Guedes no valor de R\$902 mil. A senhora confirma isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não me lembro de ter feito pagamento... Sei quem é ele. Ele já esteve na agência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a empresa fez pagamento ao Sr. Glênio Guedes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, fez.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fez pagamento ao Sr. Glênio Guedes.

Com relação a remessas para o exterior, já ouvi aqui muitos dizerem que realmente têm a comprovação dessas remessas. Mas a senhora também comprovaria que houve essas remessas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Em 99, pagamos fornecedores...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fora fornecedores. Remessa de recursos para aplicação no exterior.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não tenho conhecimento. Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora afirma também que *e-mails* encaminhados a agências bancárias partiram de computadores da SMP&B. Eu perguntaria a senhora: nesses computadores, quem preparava neles esses *e-mails* e quais as agências que recebiam essas autorizações de saque? Só o Banco Rural de Brasília ou havia outras agências?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O banco com que a gente sempre trabalhou é o Banco Rural...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, para esse tipo de operação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A agência do Banco Rural em Brasília e, algumas vezes, a agência do Banco Rural em São Paulo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Utilizados para pessoas que também iriam...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Irem lá e retirar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... sacar recursos do empréstimo ao PT.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esses dois bancos, então, duas agências.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem preparava na empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esse *e-mail*?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse *e-mail*.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Geralmente, minha assistente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por sua determinação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com minha determinação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que recebia, por sua vez, do Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Só mais uma pergunta, aliás, duas. A SMP&B operava com cartões de crédito?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ninguém era autorizado a portar cartões de crédito corporativos da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ninguém, absolutamente? Nem da empresa nem de fora da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em depoimento à Polícia Federal, a senhora disse ter levado dinheiro em espécie para o Marcos Valério no Hotel Blue Tree. A senhora pode precisar essas datas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. Não tem anotado em lugar nenhum. Também, nesse depoimento, a senhora disse que entregou dinheiro a desconhecido na agência do Banco Rural. Eu perguntaria: como a pessoa entrega cinquenta ou cem mil – não sei exatamente o valor – a uma pessoa totalmente

desconhecida? Não tinha a menor anotação de quem se tratava, de quem era o destinatário? Como se dava esse tipo de entrega?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Senador, o senhor está-se referindo ao segundo depoimento meu na Polícia Federal, não é?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando fui à Polícia Federal nessa segunda vez, em que declarei isso, eu não tinha segurança, não sabia quem eram as pessoas a quem eu havia entregue. Viajei e, antes de viajar, solicitei: Marcos Valério, vamos sentar e ver todos os nomes, porque eu não quero mais passar por isso. Eu quero dizer o que sei e os nomes. Ele fez essa listagem, e ali fomos sentando: quem era aquela pessoa? E aí, sim, hoje eu identifico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quanto à última listagem, por exemplo, que o Sr. Marcos Valério apresentou, a senhora acredita inteiramente na fidelidade de todas essas informações que estão aqui? Porque o Relator já falou que, no caso do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, não teve esse saque de duzentos mil. Mas a senhora acredita que todas as outras informações aqui são fidedignas, que nós poderemos levar a cabo as investigações calcadas nelas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acredito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A reunião está suspensa por trinta minutos.

(Suspende-se a reunião às 14h57min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Reabrimos a reunião sob as bênçãos de Deus. Graças a Deus. Amém.

Passo a palavra, para começar bem o nosso segundo tempo, à Deputada Juíza Denise Frossard, por 15 minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, Sr. Relator *in absentia*, senhor advogado, Dr^a Simone, eu estava assentada aqui e vou começar, para que não parem dúvidas, afinal isso tudo vai para os Anais, por uma resposta, para esclarecer uma resposta que a senhora deu ao Deputado ACM Neto, que ficou esquisita.

A senhora é diretora financeira, ganha R\$13 mil, e o Deputado ACM Neto perguntou-lhe se conhecia o Delúbio, se conhecia a sede do PT. A senhora disse que esteve lá e conheceu o Delúbio na cozinha; que logo depois foi à copa e, logo depois, o Sr. Marcos Valério foi para uma reunião.

Então, ficou na minha cabeça a seguinte situação: a senhora recebe um convite do Marcos Valério, lá em

Minas Gerais, para ir a São Paulo. Os dois tomam um avião, chegam a São Paulo, tomam um táxi, vão até a sede do PT, e a senhora, a diretora financeira, entra na cozinha, ou na copa, e é apresentada ao Delúbio. Marcos Valério vai para a reunião, depois volta, pega a senhora na cozinha, descem, pegam o carro, vão para o aeroporto, de lá pegam um avião e voltam a Minas. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi exatamente isso, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada.

A senhora é diretora financeira e ganha R\$13 mil?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pelo que a senhora disse até agora, principalmente pelo que respondeu ao Deputado Onyx Lorenzoni, e pelo que já foi constatado até aqui, o que temos? Isso é muito importante, pela única pergunta que vou fazer à senhora. Uma única pergunta.

Nós temos uma organização criminosa, constituída por um partido político, com a intenção de usar o Estado brasileiro no financiamento ilícito de uma estrutura de poder. É isso o que nós temos. Isso está claro, Dr^a Simone, pelo destino que foi dado aos dinheiros recolhidos pelas empresas, até aqui, do Sr. Marcos Valério. Ou seja, temos que os recursos recolhidos pela empresa do Sr. Marcos Valério, ou pelas empresas, serviram para comprar decisões do Legislativo e comprar mandatos de parlamentares. Esta é a estrutura que temos, que eu chamo de “estrutura do crime organizado”. Eu, que lidei com o crime organizado, já vi isso de outra forma, mas a roupagem que se tem aqui é a mesma estrutura do crime organizado.

Pois bem, a quem interessa – e eu, como juíza, tenho que perguntar – essa captura do Estado? Só pode interessar a quem está no poder ou a quem queira capturar o poder, ou chegar ao poder. E aqui eu falo em capturar porque o financiamento dessa estrutura é ilegal, por isso uso captura.

Eu vi ontem o depoimento do Deputado José Dirceu e ele disse, em poucas linhas, que a ele não interessa isso. Ele disse: “não sei disso”, “não me interessa isso”, “nunca vi isso”.

O Presidente Lula também diz que não interessa a ele, não sabe disso, que isso ouviu pelos jornais.

Agora, a senhora é uma das operadoras desse sistema, a senhora trabalha para o Marcos Valério.

Ouvi o Deputado Onyx Lorenzoni dizendo que a senhora seria cúmplice do Marcos Valério. Eu discordo de S. Ex^a, a senhora não é cúmplice. Pelo que ouvi até

agora, a senhora é a autora, porque é um dos braços operadores do sistema. Eu já julguei, lá atrás, o crime organizado; não tinha cúmplices, tinha autores.

Então, a minha pergunta é somente esta: quem, por meio do Sr. Marcos Valério e da senhora, quer chegar ao poder? A senhora, porventura, ouviu o Marcos Valério dizer que é ele? Porque ouvi do Deputado José Dirceu, ontem, dizer que não sabia de nada. O Marcos Valério chegou a dizer que é ele que quer ser Presidente da República? A senhora gostaria de ser a Ministra da Casa Civil? É isto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De forma alguma, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não!

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não? Porque a estrutura está montada, e a quem interessa isso? A quem quer o poder. Por isso é que estou perguntando, se é ele, Marcos Valério, que quer chegar ao poder – e a senhora seria a Ministra da Casa Civil –, se não é, então, quem? A senhora sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não! Eu digo por mim que de forma alguma.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Bom, a senhora diz que não é ele, e a senhora é uma das operadoras do sistema. Sem dúvida. Eu, como juíza, digo-lhe isto. Agora, se a senhora diz que não é a senhora, ele não quer chegar ao poder, então, estamos sendo enganados. A senhora sabe e não quer dizer. A senhora pagou tudo isso por ordem de alguém. A quem interessa chegar ao poder? A senhora pode me responder.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todos os pagamentos que fiz foram por ordem de Marcos Valério.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, é ele que quer chegar ao poder.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei se a intenção é essa.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ele disse isso à senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Jamais! Jamais saiu esse assunto!

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Porque o projeto é um projeto de poder, se a senhora olhar para trás. O escorpião chega, morde, imobiliza a estrutura pública, sem matá-la, e depois a captura para um projeto de poder. A quem interessa? A senhora saberia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada, Sr. Presidente, encerrei as minhas questões. Ainda há 6 minutos e 50 segundos para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard pela objetividade.

Passo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Deputado.

Gostaria apenas de registrar que os nomes chamados vão para a lanterna. Indo para a lanterna, os Srs. Parlamentares falarão apenas por cinco minutos, no máximo, se ainda resolverem falar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como ainda estamos falando com o dia claro e a situação de lanterna não me cabe neste momento, precisamos, de fato, jogar luzes sobre o depoimento de hoje, em função das responsabilidades que a própria depoente, em nome da empresa SMP&B, exerce na sua carreira, há alguns anos.

A Sr^a Simone manifestou, em questionamentos anteriores, particularmente naqueles apresentados pelo Deputado Onyx, um estranho desconhecimento de informações gerenciais em torno daquilo que seria sua competência na direção financeira.

O Deputado, àquela altura, não perguntou quais são as suas atribuições na condição de diretora financeira. Eu gostaria que a senhora, muito sinteticamente, descrevesse as atribuições de diretora financeira na SMP&B.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não. Eu sou diretora administrativa financeira. Então, todas as atividades administrativas e financeiras são sob minha responsabilidade, sim. Evidentemente, tenho pessoas que me auxiliam. Eu tenho uma gerente financeira e uma gerente administrativa, e, abaixo de cada uma dessas gerências, tem todos os funcionários, tem todo o organograma.

Na área administrativa, temos a área de serviços gerais, que engloba portaria, recepção, copa, motorista, serviços gerais, expedição. Temos a área de recursos humanos também, almoxarifado, compras...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, sim, sim.

No gerenciamento financeiro, a senhora lida com compras e com entradas, com ingressos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E, na área financeira, tem também a gerente, que

tem a parte financeira de faturamento, contas a pagar e contas a receber.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, evidentemente, a administração das contas bancárias em nome da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E dos seus sócios.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da agência. Da SMP&B.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em nome da agência SMP&B.

A senhora, neste momento, está sob pressão de alguém?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Daqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas deste Plenário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora acha que há risco de desemprego, dependendo do rumo do seu depoimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Independente do rumo do meu depoimento, a agência está para fechar as portas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Independentemente do rumo de seu depoimento, a agência está para fechar as portas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Ou ficar com uma equipe mínima que não vai me comportar lá.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas a senhora não está sob aviso prévio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ainda não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ainda não.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Mas, com certeza, vou ficar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora teme essa situação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu já sei que é como certa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já sabe que é como certa e não a teme. Já tem perspectiva ou outra saída próxima?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não tem ainda.

A senhora se refere ao Sr. Marcos Valério com uma familiaridade que pode ser até oriunda do longo tempo de trabalho que presta a ele. Mas uma colega sua de trabalho, Fernanda Karina...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não estou ouvindo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Se a senhora não está ouvindo, preciso pedir silêncio ao Plenário e ao Presidente que possa garanti-lo.

Sr. Presidente, peço que desconte do meu tempo, pois tive que interromper, porque a Sr^a Simone não conseguia ouvir a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aliás, por uma falha também de um diálogo excessivo meu aqui na Mesa, prejudicando o questionamento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, eu sei que V. Ex^a foi inquirido por outros. Apenas para nós podermos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado. Creio que a Sr^a Simone também agradecerá.

De todo modo, uma antiga colega sua de trabalho se referia ao Sr. Marcos Valério, dizendo que ele inspirava medo. Essa é a sua avaliação sobre a relação com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Minha relação com ele?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Profissional, institucional.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De forma alguma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E em relação aos demais empregados da casa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele não é uma pessoa popular dentro da agência, de chegar e conversar com um e outro, até porque a permanência dele sempre foi muito curta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre passou pouco tempo dentro da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, nesse tempo em que passava dentro da empresa, quais eram os seus hábitos? A senhora pode nos descrever?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os hábitos de Marcos Valério?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, dentro da empresa. Quando ele chegava, dirigia-se direto à sua sala, usava muito o telefone, recorria muito a...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Como já falei anteriormente, Deputado, a sala de Marcos Valério e dos outros sócios é no 8º andar, e a

minha é no 7º andar. Então, as vezes eu sabia que ele estava na casa, mas não me encontrei com ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora se cansou de contar dinheiro na sua sala?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca contei dinheiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca contou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora, quando fazia os saques, não conferia o dinheiro sacado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não, e o banco pode comprovar isso, os funcionários do banco sempre estavam ao meu lado; eu pegava e entregava.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E como a senhora repartia os quantitativos diferenciados para cada um dos destinatários?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando a solicitação chegava ao banco, já vinha separado. Quando aconteceu de precisar separar, o funcionário do banco separou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora descrevia quais eram os quantitativos de cada um dos destinatários? O funcionário do banco se encarregava de acondicioná-los em malas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nunca precisou de mala, nunca foi um volume que precisasse de mala; pequenos pacotes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nem quando a senhora requereu o uso de carro-forte?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Para essa situação, sim, de carro-forte, mas aí eu entreguei no próprio prédio onde eu estava.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E quem orientou o uso do carro-forte foi diretamente o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, foi uma iniciativa minha.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi uma iniciativa sua por segurança, por ter valores...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Por ser um valor muito alto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... altos transportados.

Por quanto tempo a senhora permanecia em Brasília, nessas viagens em que precisava sacar, em nome próprio, para fazer a repartição de recursos posteriormente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca vim exclusivamente para esses saques. A

minha atividade principal é administrativo-financeira, e a gente tem uma filial aqui, em Brasília.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E coincidia com os saques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele, até por saber que eu vinha, acho que já coordenava que fosse assim. Um ou dois dias, nunca fiquei mais tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora nunca ouviu dizer que o período desses saques coincidia com alguma mobilização política importante de Parlamentares aqui, no Congresso Nacional?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De forma alguma, Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca ouviu dizer sobre isso.

A senhora, como diretora administrativa, seguramente, na condição de controlar inclusive os recebimentos, as faturas, tem conhecimento de quem são os clientes da empresa SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a senhora, por mais de uma vez, teve dificuldades de listá-los. Gostaria que a senhora fizesse um esforço de listar os clientes, inclusive, separando as contas que são de entes públicos, seja da administração direta, seja de empresas das três esferas de Governo, que estejam eventualmente clientes da SMP&B, e, ao mesmo tempo, daqueles que são clientes privados, entidades que têm direito privado.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor me dá um minuto? (Pausa.)

Essa situação é muito nova, me dá um branco, um estresse...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como a senhora está com dificuldade, vamos, então, a uma outra pergunta, e vou considerar que a senhora tem tempo até o final...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu posso entregar para o senhor o papel, pode ser?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não, pode relacionar. Muito obrigado.

Vamos, agora, a uma outra questão: a senhora disse que entrou na empresa SMP&B e, até chegar à condição de diretora financeira, exerceu outras funções. Assim que chegou à empresa SMP&B, qual foi precisamente a função que a senhora ocupou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Como assistente financeira, porque à época tinha um rapaz...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já era, portanto, nessa área?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Financeira, administrativo-financeira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Administrativa e financeira. Conhecia, portanto, procedimentos de contratos que eventualmente a empresa tivesse, inclusive de contratos bancários, compromissos bancários, créditos bancários, contratação de dívida bancária?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, fui tomando conhecimento com o tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi tomando conhecimento inclusive desses compromissos. E hoje a senhora deve ter noção desses compromissos e, no seu depoimento à Polícia Federal, disse que, inclusive, arrumava os documentos, arranjava os documentos subsidiários para esses contratos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, sim, para esses empréstimos bancários, sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Inclusive aqueles que eram dados em garantia etc.

A senhora conhece o contrato de empréstimo junto ao BMG sobre a empresa SMP&B, cuja decisão foi tomada recentemente no ano de 2005? Decisão judicial de negociação da dívida. Acompanhou isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não acompanhou? E quem acompanhou isso foi diretamente o advogado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, provavelmente, Marcos Valério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O próprio empresário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, sim, essas questões ele...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas era um compromisso da empresa... Era um compromisso da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, essa atividade sempre foi de Marcos Valério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, quando ele precisa do saque de R\$2,7 para quitar a dívida no banco, por onde passa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acho que entre os bancos mesmo. Não sei dizer.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora não sabe dizer. O cheque não foi para a empresa, não foi processado pela SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei de qual especificamente o senhor está dizendo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aquele que teve o acordo de quitação no início deste ano.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não estou me lembrando.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não está se lembrando. Então, está bem. Há uma relação interessante das depoentes, aqui, em função da sua diversidade de funções, particularmente da mulheres.

A senhora sabe dizer quem foi que selecionou a Sr^a Fernanda Karina? Foi uma empresa? Ela disse que foi uma empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quem...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Selecionou a Sr^a Fernanda Karina.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi através de uma empresa de seleção.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que empresa foi essa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É a Solução.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E acompanhava o currículo a necessidade de uma entrevista sua ou de alguém subordinado à senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A gerente administrativa sempre foi responsável por essa atividade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E todas as informações foram gerenciadas por essa sua gerente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a palavra final sobre a contratação era de quem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Marcos Valério.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do Sr. Marcos Valério. Interessante, porque a Sr^a Fernanda, em pouco tempo, cuidava da agenda política do Sr. Marcos Valério. A senhora, no nível de direção, desconhece o fluxo de operações da empresa que são da sua competência, pelo que a senhora descreveu aqui. E, com tanto tempo de experiência lá, de fato, fica difícil explicarmos como era o funcionamento dessa empresa, para alcançar os resultados que alcançou, ao longo do tempo, e os créditos que ela tem, inclusive frente a Governo, a instituições públicas e privadas, do tamanho, da envergadura e da consistência que esta CPMI está conhecendo. São processos gerenciais muito primários, do ponto de vista daquilo que seria cabível a uma agência dessa natureza.

A senhora menciona que pediu licença não-remunerada do seu cargo de Diretora 3, na Secretaria de Administração e Governo do Estado de Minas Gerais, no mês de setembro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dezembro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que ano?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu pedi licença sem vencimento em dezembro de 98.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E mencionou que trabalhou na campanha eleitoral do ano de 98?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, eu pedi férias.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Durante o período de férias. Essas férias...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dois meses.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quanto?**A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS**

– Setembro e outubro de 98.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Gerenciando, mais ou menos, aquilo que era a sua tarefa na SMP&B: contrato de pessoal, arregimentação de clientes... Não era assim?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Bem restrito. Só a questão de pessoal, mesmo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso, bem restrito. E, nessa campanha, o seu chefe institucional na secretaria também era o coordenador da campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Que estava licenciado. Sim. Até por isso eu fui; pedi a ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora pediu a ele para ir?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pedi a ele que me desse uma oportunidade de trabalhar...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Junto à campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, ato contínuo, é ele que a apresenta à empresa do Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Em abril. Em abril, ele me apresentou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No ano seguinte?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Depois de a senhora ter passado, provavelmente, três meses

sem trabalhar. E, já dentro da SMP&B, por indicação do coordenador de campanha, a senhora ascende a essa condição.

A senhora conheceu, nesse período, Alexandre Vasconcelos Castro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Conheceu recentemente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Conheceu Paulo Vasconcelos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Conheceu recentemente ou ainda deste período?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, já tem algum tempo que conheço Paulo Vasconcelos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quanto tempo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Já tem... dois anos...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dois ou três anos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vanderlaine Afonso Godoy de Vasconcelos a senhora conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Como é o primeiro nome?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vanderlaine Afonso Godoy de Vasconcelos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora também tem conhecimento se há nas empresas de Marcos Valério a prática daquilo que é chamado “contrato guarda-chuva”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei o que é isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – São contratos que têm valores superiores, maiores e que depois, dependendo dos serviços que vão sendo executados, pode ter uma execução menor, e, portanto, o contrato pode depois não ter sido efetivado naquele valor inicialmente contratado.

No caso da SMP&B, existem contratos com essa característica conhecida no mundo das contratações de “contratos guarda-chuvas”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todos eles têm precisamente o valor indicado com aquilo que será o serviço prestado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, esse excesso de fluxo financeiro nas contas do Sr. Marcos Valério provém exclusivamente dos empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dos empréstimos bancários.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a senhora só tem conhecimento dos empréstimos cujo destinatário é o PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhum outro empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Das outras linhas de crédito, dos outros compromissos a senhora não tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não temos! Eu não tenho conhecimento que tem essa...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora exerce a direção financeira da empresa SMP&B ou do “extra” da empresa SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ou do?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Extra”.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da agência SMP&B.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Da agência. Porque a senhora se referiu a esse procedimento dos contratos destinados aos nomes indicados pelo Sr. Delúbio como sendo “extra”.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora gerencia a agência e gerencia o “extra”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, no caso do “extra”, exclusivamente o “extra” orientado pelo Partidos dos Trabalhadores, na pessoa do Sr. Delúbio Soares?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os outros “extras” a senhora não conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não sei que outros “extras” o senhor está dizendo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os outros compromissos a senhora não conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– São as rotinas da agência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – São as rotinas da agência?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora conhece um senhor conhecido pelo codinome Delegado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que organizava o serviço de *motoboys*, de transporte de valores... A senhora mencionou que *motoboys* faziam também transporte de valores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Abicalil, conclua, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vou concluir, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Nós temos os prestadores de serviço, os *motoboys* da agência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E havia um coordenador deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– É uma empresa que chama Dimensão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dimensão é o nome da empresa, e não havia um “Delegado”.

A senhora acha que esse “Delegado” supostamente seria o Sr. Davi?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não tenho noção do que é isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não tem noção?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não, nunca ouvi falar disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Abicalil, conclua, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Deputado Abicalil.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Simone, inicialmente quero fazer um comentário adicional, entendendo que a Simone é diferente da Renilda.

No dia em que fiz algumas colocações à Renilda, muita gente entendeu que eu estava falando com a mulher do Sr. Marcos Valério, e, na verdade, ela era sócia da empresa SMP&B e DNA e, portanto, tinha uma responsabilidade muito maior do que aquela que, naquele momento, algumas pessoas entendiam.

É estranho que as pessoas entendam que delinqüência de luxo tem que ser tratada com etiqueta. Delinqüência, seja qual for, tem que ter tratamento igual, sem qualquer diferenciação, até porque, quando é pessoa de poucos recursos, admite-se que receba tratamento mais duro; quando a pessoa tem postura de delinqüência de luxo, tem que ter etiqueta. Não concordo com essa postura e realmente queria fazer essa observação.

E acho até, como já falei inicialmente, que a Simone não tem a mesma responsabilidade dos outros, porque é funcionária. Certamente acredito que ela não carregava sozinha nas costas a culpa pela traficância, pelo uso do dinheiro desviado, pela aventura em que as pessoas a envolveram. Entendo que esse tratamento tem que ser de uma forma bastante clara e diferente.

A primeira pergunta que faço à Simone é a seguinte: por que o depoimento marcado inicialmente pela Polícia Federal em Minas Gerais, na segunda-feira, acabou sendo realizado em Brasília? Você sabe por que aconteceu essa mudança?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas você estava intimada a depor em Minas Gerais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não, aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Já direto aqui?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nunca ficou estabelecido que seria em Minas Gerais? Veio direto aqui para Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Quem recebeu a comunicação foi o Dr. Marcelo Leonardo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Mas, inicialmente, não era para ser em Minas e depois veio aqui para Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu vi que estava noticiado em Belo Horizonte, mas, o tempo inteiro, a comunicação ao Dr. Marcelo é a de que seria aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quando foi recebida essa intimação? O Dr. Marcelo pode ajudá-la com essa informação? (Pausa.)

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está datado do dia 29 de julho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu queria que a relatoria prestasse atenção a este detalhe: foi marcada a intimação da Sr^a Simone na Polícia Federal depois que a CPMI definiu o depoimento dela aqui. Eu acho que não pode acontecer esse tipo de colocação. Chamo a atenção inclusive do Sr. Presidente para este detalhe: a Polícia Federal marcou o depoimento dela antes da data que seria aqui, quando aqui já estava marcado. Isso não pode acontecer. Eu gostaria que o delegado deixasse cópia da intimação com a Presidência, para a Presidência perceber o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Dr. Marcelo vai encaminhar uma cópia, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, pegue já, senão vai ficar no telefone depois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso será também conversado com a Polícia Federal, como também o telefone que V. Ex^a tanto aguarda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então quero que o senhor pegue agora.

Aproveito e peço à Sr^a Simone – não precisa falar ao microfone – que informe à Presidência qual o número do celular que a senhora falava com o Sr. Marcos Valério. Não precisa dizer ao microfone, não. Informe ao Presidente, por favor.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei de cor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Dr. Marcelo aqui nos afirma que são aqueles três celulares, aqueles três números, que o Dr. Marcelo repassou ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Repassou quando?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Agora pela manhã.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Agora pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então já está anotado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Já está aqui, estamos com os números.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então solicito a V. Ex^a que determine, por meio da relatoria, a quebra do sigilo telefônico desses telefones, que são telefones pré-pagos, um deles inclusive não

está no nome do Sr. Marcos Valério. Está no nome de um *boy* da SPM&B, e ele utilizava isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a encaminhe o requerimento, Deputado Arnaldo Faria de Sá, para que tomemos as providências devidas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Pois não, Presidente.

Eu gostaria de saber da Simone se ela acredita que a turma do Marcos Valério é competente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A turma do Marcos Valério...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É competente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Qual turma, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Os sócios, a equipe que compõe as ações do Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A agência é extremamente competente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A senhora acredita que o negócio é a alma da propaganda?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ou a propaganda é a alma do negócio?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A

senhora está sofrendo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se eu estou sofrendo?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aqui, agora?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Muito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A

senhora acredita que foi usada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A

senhora se sente culpada de alguma das atitudes que ocorreram com essa movimentação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se

a senhora se sente culpada de alguma das coisas que aconteceram.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor está se referindo a quais coisas, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Essa dinheirama que foi distribuída pelo Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu fico chateada comigo mesma de não ter sido mais firme à época, de tentar fazer diferente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na verdade, agora ficou claro o que aconteceu. Foi uma operação de distribuição de dinheiro para fins políticos, utilizando as empresas do Marcos Valério.

Mas, pelos valores que Marcos Valério informou ontem à procuradoria, fica claro que há uma sublavagem de dinheiro com o Sr. Duda Mendonça. Porque a Zilmar Fernandes da Silveira, em nome do Duda Mendonça, recebeu R\$15,5 milhões. Não dá a impressão que a empresa do Duda Mendonça está fazendo um repasse dessas transferências?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sabe em que ano ocorreram essas transferências para Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Consta na listagem que Marcos Valério entregou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Em que ano foi?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 2003 e 2004.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, aqui eu só tenho 2003.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, não, desculpe. Eu peguei a primeira aqui. Espere aí. Em 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Duda Mendonça trabalha com propaganda. A campanha política de Lula foi em 2002, e as campanhas municipais de que Duda Mendonça participou, junto com Silvinho Pereira e com Delúbio Soares, foi em 2004. Então, em 2004 não há nada; em 2002 não há nada. Tudo em 2003. Então, em 2003, não é campanha política. Não é campanha política e tem quinze milhões e meio. É um repasse de agência para agência.

A agência de Duda Mendonça é subcontratada da agência de Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todos os repasses que foram feitos para a Zilmar foram solicitados por Marcos Valério a mim e, segundo ele, determinados por Delúbio Soares. É o que sei. A finalidade eu não sei, Deputado. Não adianta, que não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Contabilmente, também foi na mesma rubrica, em préstimo ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Uma dessas movimentações de recursos para o Sr. Duda Mendonça não foi no mesmo molde dos outros: autorizar algum banco a sacar; foi alguém da empresa. Um preposto da empresa retira e leva o dinheiro para a empresa de Duda Mendonça. É verdade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Como é, então?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Diversos cheques foram entregues ao próprio Marcos Valério. Outros foram mandados para a agência do Banco Rural em Belo Horizonte. Agora, esses cheques, a gente tem a informação de que esse Sr. Davi descontou esses cheques lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E esse Davi é um preposto de Marcos Valério, não é preposto de Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

Esse Davi... Se o senhor está se referindo a esse Davi...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou perguntando, não estou afirmando.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não é preposto do Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, é preposto de Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele vai estar aqui à tarde. Deputado, eu não sei. Sei dizer que não é do Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não estou pedindo para você afirmar e, sim, para me ajudar. Ele deve ser alguém do Duda Mendonça, então?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os cheques que ele descontou, Marcos Valério me afirma que eram cheques destinados a Zilmar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Zilmar e a Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Tem alguma diferença entre estas movimentações, a “política” e a movimentação para Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– São iguais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você autorizava alguém a receber essa “política” da mesma maneira que para Duda Mendonça?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você liberou algum recurso, quando Marcos Valério, juntamente com Emerson Palmieri, foram a Portugal, para conversar com o pessoal da Portugal Telecom, a PT de lá, e com o Sr. Antônio Mexia, que era o Ministro de Viação e Transportes em Portugal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu não sabia. Estou sabendo agora, pelo senhor, que Marcos Valério viajou para Portugal com o Sr. Emerson. Eu não sabia disso. Marcos Valério faz inúmeras viagens, não nos dá satisfação para onde foi ou deixou de ir. Eu não sei disso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu sabia que o Marcos Valério tinha ido, porque, quando ele esteve aqui, perguntei, e ele apresentou o passaporte, que ontem entregou à Procuradoria-Geral. Ele afirmou que ia a Portugal.

– Eu também não sabia que ele tinha ido com Emerson Palmieri. Ele deu uma entrevista ontem à noite, ao sair da Procuradoria-Geral – o doutor estava lá junto, inclusive – e afirma que foi a Portugal junto com Marcos Palmieri, junto com Emerson Palmieri.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não vi essa entrevista de Marcos Valério; eu não sabia disso, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– As agências SMP&B e DNA ou qualquer uma das suas coligadas têm algum tipo de atividade internacional ou só dentro do País?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A SMP&B, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E qualquer coligada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que houve esse esclarecimento hoje de que o ex-Presidente, Deputado João Paulo Cunha, em vez de ter tido um crédito de R\$200 mil, teve um crédito de R\$50 mil? Por que essa correção?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esse valor de R\$200 mil consta da lista de Marcos Valério. O Marcos Valério corrigiu para R\$50 mil. Por que, eu não sei. Provavelmente ele viu que se enganou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Será que houve só esse engano ou tem outros enganos?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu sei dizer sobre a minha listagem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Na verdade, não estou tentando aqui imputar responsabilidade nenhuma a Simone Reis Lobo Vasconcelos. Não me interessa imputar-lhe nenhuma responsabilidade. Quero apenas, por intermédio da Simone, tentar encontrar alguma informação. Não quero, em momento nenhum, dizer que a Simone incorreu nesse ou naquele crime, cometeu essa ou aquela ilegalidade, até porque, como empregador, entendo que a trabalhadora, a empregada não tem responsabilidade. A responsabilidade é de quem fez, é do empregador, do sócio da empresa. Não acho que a responsabilidade seja sua.

– Mas como a senhora fazia a parte financeira, quero saber se, além desse equívoco que ocorreu com o Deputado João Paulo Cunha, pode ter ocorrido algum outro equívoco com qualquer outro Parlamentar. A senhora acha que tem algum outro equívoco? Acha que não?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Erro pode sempre acontecer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Para encerrar, a senhora acha que o Valério tem culpa de alguma coisa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Culpa de que?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Do que aconteceu, de toda essa confusão pela qual a senhora está aqui e todos nós estamos aqui? A senhora acha que tem alguma culpa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Marcos Valério é um empresário, fez esses empréstimos nos bancos, na confiança com o PT, pelo que ele me disse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Na confiança, de mais de R\$50 milhões?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aí, eu acho que está bom de Marcos Valério voltar aqui, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, peço a V. Exª que me reinscreva, até para poder completar essa fase final da Simone, porque ela disse que está na hora de o Marcos Valério voltar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

– Gostaria de passar a palavra ao Deputado Maurício Rands. O próximo inscrito é o Deputado Jamil Murad. Mas, eu gostaria, antes de passar a palavra

para o Deputado Jamil Murad, de ler uma nota de esclarecimento encaminhada pela Petrus:

“A Petrus não é proprietária do edifício empresarial Inconfidentes, situado à Rua Inconfidentes nº 1.190, em Belo Horizonte. Esse edifício foi vendido pela Petrus, em 17 de agosto de 1999, para a Consultatum S/C Ltda. e à Planefin Serviços, Assessoria, Planejamento, Administração e Partições S/C Ltda., conforme escritura de promessa de compra e venda lavrada no 23º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro anexo, à disposição dos membros da CPMI. Dessa forma, esclarecemos não existir qualquer contrato de locação da Petrus com os ocupantes do referido edifício.”

Vou passar à coordenação da CPMI. Os Parlamentares que tiverem interesse em acessar esse documento, está à disposição de todos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado ASDRUBAL Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, fomos informados de que a Procuradoria-Geral já remeteu à Presidência o depoimento do Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Recebemos, Deputado Asdrubal, e já está disponível na Secretaria da CPMI.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Agradeço pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, já que V. Exª está fazendo comunicados, muito brevemente, quero dizer ao Plenário da Comissão que recebemos, da Associação dos Juizes Federais da Primeira Região, Ajufer, a documentação. Só para lembrar, essa associação teve o nome vinculado à liberação de recursos. Leio a conclusão, para ser breve – eles estão juntando a documentação e dizendo o seguinte: “(...) que apresentam a documentação comprobatória de não ter mantido qualquer relacionamento com o publicitário Marcos Valério e suas empresas, como também do patrocínio legal e legitimamente solicitado aos Correios, e por essa empresa deferido, ter sido, sem o conhecimento e a anuência da Ajufer, pago por agência de publicidade vinculada aos Correios, com base no Decreto nº 4.799.”

Esse documento da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região está à disposição dos Srs. Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, uma pequena coisa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...apenas isso. Como já está disponível o depoimento de Marcos Valério prestado ontem à Procuradoria – não foi isso? –, eu solicitaria que se fizesse cópia desse documento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...por causa da importância desse documento para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será encaminhado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou pedir à assessoria o encaminhamento de cópias para todos os Parlamentares, inclusive para o Deputado Asdrubal Bentes, que foi quem fez a manifestação.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, finalmente, o Deputado Jamil Murad por 15 minutos.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, cheguei às 8 da manhã aqui; então, já está na hora de falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E merecidamente falando agora, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Obrigado.

Srª Simone, o Sr. Cláudio Mourão foi Secretário de Estado do Governo Eduardo Azeredo, hoje Presidente do PSDB e Senador da República, e, segundo informações do próprio Senador, foi coordenador financeiro da campanha à reeleição do Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente do PSDB. A senhora foi escolhida por quem para ir constituir o comitê de campanha para a reeleição do Governador Eduardo Azeredo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu solicitei ao então Secretário Cláudio Mourão, que se licenciou para trabalhar na campanha, a oportunidade de trabalhar, porque eu gostaria de ter essa experiência nova, e ele, assim, me colocou num comitê.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora trabalhou em que serviço? O que a senhora fez ali na campanha, no comitê de campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Era um comitê de recursos humanos, porque, quando tem qualquer campanha, as pessoas...

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Também tinha de recursos financeiros?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Porque a senhora trabalhava com o Sr. Cláudio Mourão lá no Governo de Estado.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Ele era coordenador do comitê financeiro. A senhora, quando foi para a SMPB, foi para o setor administrativo, mas, depois, foi para o setor financeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Então, essa afinidade sempre com as finanças, a senhora não colaborou na área das finanças da campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não, Deputado, a primeira vez que estou trabalhando com finanças foi quando eu entrei para a SMPB; até então, não, nunca.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – O Sr. Marcos Valério colaborava com o Governo Azeredo, do PSDB?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não sei dizer.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora não sabe dizer ou não quer dizer?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu não sei dizer. Eu entrei na agência em abril de 99.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas com essa turbulência toda, a senhora não acompanha a imprensa, pelo menos agora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– O que sei é o que saiu na imprensa. O que sei é o que saiu na imprensa.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – E o que a senhora sabe, então, sobre isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Que Cláudio Mourão era o financeiro e que teria tido algum empréstimo através da SMPB.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – O empréstimo seria – agora, a senhora vivenciou esse caso – semelhante a esse processo que a senhora está vendo agora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu teria que me aprofundar mais nessa questão aí porque eu não sei.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas, à primeira vista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não sei dizer, eu não sei detalhes, eu não sei nada disso.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora não quer dizer ou... Porque a...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu não quero...

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – ...sociedade brasileira está querendo informações nossas. A senhora não quer dar a informação? A senhora está sendo vista por milhões de brasileiros.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu quero dar a informação correta, que eu esteja segura dela; não quero passar o que eu não sei.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas eu não quero documentos, eu só quero a impressão, a vivência que a senhora teve.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu não sei nada do que ocorreu em 98.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Muito bem.
O Sr. Marcos Valério tinha um contrato com o Governo do hoje Presidente do PSDB e Senador, Azeredo, e esse contrato inclusive deu origem a um processo que está no Supremo Tribunal Federal. Portanto, é um caso que se arrasta, mostrando que essas relações de interesse da SMP&B e do então Governador Azeredo era algo com consistência, não era algo inventado. Tanto é que está no Supremo Tribunal Federal. A SMP&B doou para a campanha do candidato do PFL à Prefeitura de Belo Horizonte algum recurso, agora, nessa campanha de 2004?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu vi, pela imprensa, isso. Naquela listagem me parece que saiu alguma coisa.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas a senhora não era Diretora Financeira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas a senhora não é Diretora Financeira do...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sou, mas não sei de tudo o que acontece.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Agora, ele confirmou que recebeu, e a senhora, que é Diretora Financeira, que ganha R\$13 mil reais por mês, alega ignorância?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Se o senhor assim chama, sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora nunca desconfiou, pela sua formação, que essas retiradas do banco e a distribuição sigilosa era algo ilegal, encobria algo ilegal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Como eu já falei aqui, anteriormente, com o passar de alguns meses, eu fiquei incomodada com isso, sim, e solicitei ao Marcos Valério que eu não mais fizesse isso. Não me passou de que seria ilegal, porque estava lá como empréstimo ao PT, sempre interpretando de que...

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora não tinha recibo. Muitas vezes, nem exigia documento de quem ia receber.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É. E aí essa parte seria resolvida pelo contador, com Marcos Valério.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas nem a quitanda na esquina, nos lugares que ainda tem quitanda, entrega mercadoria sem um recibo.

A senhora conheceu a Sr^ª Renilda, que é proprietária da empresa em que a senhora trabalha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Já vi Renilda uma ou duas vezes.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Há quantos anos a senhora trabalha lá?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Seis anos.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Seis anos e viu uma ou duas vezes a proprietária da sua empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Uma ou duas vezes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora quer que eu acredite nisso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, é a pura verdade. A Renilda não tem atuação nenhuma dentro da agência.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Pode ser verdade. Mas, hoje, neste momento, parece mais uma mentira.

Dois mil e dois foi uma eleição não só para Presidente, como para Governador, Senador, Deputados. A senhora liberou alguma doação para a campanha do PSDB a Governo do Estado de Minas Gerais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Como foi conseguido esse contrato da SMP&B com o Governo de Minas Gerais, que está constatado e a senhora voltou a declarar dessa vez?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Processo licitatório, concorrência pública.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Mas, descrito pelo Sr. Marcos Valério, ele pegava um contrato e assumia o compromisso de pegar o serviço de propaganda do Governo, caso ganhasse.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei disso. E duvido que o Marcos Valério tenha dito isso.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – A senhora, no seu depoimento na Polícia Federal, fala em R\$2.468.600,00 em sete parcelas para o Sr. Palmieri, que foi Tesoureiro do PTB.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No meu documento constam R\$200 mil reais. Talvez o senhor esteja em mãos com o documento de Marcos Valério, que, aí, ele pode responder sobre isso.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Era em parcelas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses R\$200 mil reais que eu repassei? Foram duas parcelas: 07/01/04 e 14/01.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – E esses R\$2.468.600,00?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer como foi.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro espectador brasileiro, eu, vendo os jornais de hoje, estava verificando que alguns líderes políticos, inclusive que têm mandato aqui nesta Casa, voltam a falar em *impeachment* do Presidente. No caso, lá numa reunião, num congresso da força sindical. E, dia 16, a coordenação dos movimentos sociais, que congrega movimentos por moradia, movimento dos estudantes, por meio da Une, da Ubes, Pastoral, Movimento dos Sem-Terra, trabalhadores de maneira geral, vai fazer uma manifestação aqui em Brasília.

Eu acho muito procedente, por quê? Porque não querem apenas esclarecer os fatos e punir os responsáveis.

Em qualquer momento, alguns gostariam que esse assunto passasse despercebido, essa luta política aguda pelo poder. As forças conservadoras do País propuseram para o Presidente não ser candidato à reeleição, propuseram o encurtamento do mandato para janeiro de 2006. Aí, quando nós fomos perceber, é porque eles também têm medo do Vice-Presidente, e assim por diante.

Quer dizer, é um vale-tudo para voltar ao poder não pelo voto, não pela vontade do povo, mas através de casuísmos. E os trabalhadores e o povo têm que acompanhar de perto. A CPMI está conseguindo resultados esclarecedores. Não há como acabar em pizza. Não há como dizer que aqui é CPMI de chapa branca. Mas não há como também achar que nós somos

bobos, somos ingênuos, que não percebemos aonde essas forças conservadoras querem chegar. Querem chegar na Presidência da República, querem depor o Presidente, evitando a eleição, porque é difícil eles ganharem a eleição. O povo sabe o que significou esses anos de direção de forças conservadoras no País.

Portanto, dia 16, convindo a sociedade do Brasil a apoiar, a acompanhar e apoiar a manifestação pelo esclarecimento, pela punição dos responsáveis pelas ilegalidades, mas pela defesa também do mandato do Presidente da República, eleito legitimamente pelo nosso povo e que nós precisamos respeitar.

Este é o mês de agosto. Dia 24 foi o dia em que mataram o Getúlio. E nós não vamos permitir um novo golpe contra o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra....

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que que a Dona Simone tem a ver com isso?

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Ela tem tudo a ver com isso, Senador Sérgio, porque ela é cidadã brasileira, ela tem filhos, e o futuro dos filhos dos brasileiros é um governo do povo, com mudanças...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Com Delúbio na tesouraria, para pagar as contas.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – ...não é como foi proposto, como o Senador Arthur Virgílio falou: “Ah! eu quero a autonomia do Banco Central, aí eu entro em acordo com o Governo”. Não, autonomia do Banco Central significa tirar o controle da economia das mãos dos brasileiros. Nós não queremos a autonomia do Banco Central. Nós queremos mudanças a favor do povo, com desenvolvimento, com emprego, com melhores condições de vida para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB-GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Simone, eu talvez vá abordar alguns temas que já foram abordados apenas com o intuito de precisar, talvez de um ângulo um tanto distinto, de algumas abordagens.

Primeiro, a sua origem e a sua trajetória. Está registrado em seu depoimento que foi encaminhada à SMP&B após ter-se licenciado do seu cargo conquistado em concurso público, no Governo do Estado de Minas. A licença ocorreu em dezembro de 1998, e a senhora foi admitida em abril – não é isso? – do ano seguinte, em 1999, na empresa. A senhora foi encaminhada pelo Sr. Cláudio Mourão, que, até o final de 1998,

foi o Secretário de Administração. Nessa Secretaria, a senhora exercia um cargo em comissão.

Aqui, ontem, a senhora provavelmente deve ter visto o depoimento do Senador Eduardo Azeredo, que merece todo o nosso respeito, dizendo que desconhecia esquema de caixa 2 montado durante a sua campanha, que teria se utilizado de recursos ou de mecanismos parecidos com os que foram desenvolvidos agora para a obtenção de recursos. Ou seja, empréstimos junto ao Banco Rural que serviam para irrigar campanhas eleitorais de vários partidos. Isso ocorreu em 1998, tendo o Sr. Cláudio Mourão, que era Secretário de Administração, como coordenador da campanha. O próprio Sr. Cláudio Mourão move um processo contra o Senador Eduardo Azeredo, alegando que parte dos recursos que foram aplicados na campanha não foram ressarcidos, como aluguel de veículos e coisas desse tipo.

Eu pergunto: a senhora, tendo trabalhado na Secretaria de Administração, sabendo que o Sr. Cláudio Mourão era o coordenador da campanha de reeleição, participou de alguma maneira da campanha eleitoral na condição de auxiliar da área de finanças ou de qualquer outro mecanismo de campanha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Por dois meses, durante o ano de 1998 – parece-me que setembro e outubro, ou outubro e novembro –, eu tirei férias do serviço público – férias-prêmio por tantos anos de trabalho, a gente tem esse benefício –, e trabalhei num comitê de recursos humanos, onde eu recebia currículos, pedidos de pessoas para trabalhar. Era uma atividade da minha área de recursos humanos, área que sempre foi o meu trabalho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. Então a senhora, de alguma maneira, esteve engajada... De alguma maneira não, de maneira muito concreta, esteve engajada na coordenação da campanha, na área de recursos humanos. A senhora, tendo ingressado depois na SMP&B, participou do mecanismo de financiamento....

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não entendi o início.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu apenas reafirmei, repeti aquilo que a senhora nos disse. Ou seja, que a senhora participou da campanha na área de recursos humanos, durante dois meses, tendo se licenciado para isso do seu cargo no Governo do Estado. Isso é algo absolutamente legítimo, e é um papel da cidadania participar de campanha eleitorais.

A minha preocupação é porque esse mecanismo de financiamento dos chamados “recursos não contabilizados de campanha”, como se diz, ou “recursos de caixa 2 de campanha”, foram utilizados já naquela época. Isso está absolutamente constatado, comprovado

através de matéria publicada pelos jornais e não desmentida por ninguém. Ao contrário, isso foi confirmado por várias pessoas que participaram da coordenação da campanha de 1998.

Assim, naquela época, na campanha do PSDB, germinou esse processo. A senhora sabe se esse mecanismo foi utilizado em outros momentos, antes desse período de 2003/2004? Ou seja, houve em 1998, e, nesse intervalo de tempo, houve campanha de 2002, em Minas e no Brasil, para Deputados, para Senadores, para Governadores e para Presidente da República também.

Eu pergunto: a senhora tem conhecimento de que esse mecanismo possa ter sido utilizado além desse período de 2003/2004 e que já está esclarecido?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu só tenho conhecimento desses de 2003, 2004.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Na época, em 98, a senhora desconhecia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não trabalhava...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nessa área.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. Gostaria de indagar à senhora um pouco sobre certas controvérsias que envolvem a Sr^a Fernanda Karina, que é uma pessoa classificada, no mínimo, como polêmica, a senhora há de convir. Tem horas que ela diz que faz isso porque é petista, mas pretende ser candidata pelo PFL. Julgo no mínimo curiosa a postura dela. Diz que faz isso pelo Brasil, mas, enfim, quer R\$2 milhões para posar para uma reconhecida revista, e coisas do tipo. Aqui também pegamos algumas contradições dela. Até reconheço que fui muito duro na relação com a Sr^a Fernanda Karina, e isso me rendeu algumas críticas até na imprensa. Perguntei a ela: se a senhora é tão cônica de um projeto de país, da necessidade da igualdade, de acabar com práticas incorretas, por que não saiu da SMP&B antes? E ela disse que precisava do dinheiro, mas saiu da SMP&B e ficou três meses sem trabalhar depois, pelo menos, por sua livre e espontânea vontade, para então voltar a pedir emprego. O Sr. Marcos Valério, a senhora sabe, move um processo de extorsão... É curioso, porque a Sr^a Fernanda Karina trabalhou apenas nove meses, é curioso que a SMP&B tenha desenvolvido um processo de seleção, a senhora aqui descreveu aspectos desse processo de seleção, ela veio trabalhar e, nove meses depois, ela saiu da SMP&B. A senhora sabe em que circunstâncias a Sr^a Fernanda Karina saiu da

SMP&B? Quais foram as razões reais da exoneração da Sr^a Fernanda Karina?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A demissão da Karina aconteceu por mim. Marcos Valério me pediu que a demitisse. Estávamos num momento de redução de quadro, de redução de custos, e a atividade dela estava muito reduzida justamente pelas ausências de Marcos Valério na agência. Os outros sócios têm cada um a sua secretária, e a Karina, embora seja um *pool* de secretárias, ela ficava provavelmente muito sem atividade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Quer dizer, nove meses antes, quando ela foi contratada, ainda não se constatava essa necessidade de redução de custos na SMP&B? Uma agência que revelava um crescimento de faturamento muito significativo, não é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, até por uma questão...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Parece-me um tanto quanto contraditória essa informação, a senhora não acha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A determinação de Marcos Valério foi de que eu a demitisse e que fosse por causa de redução de custos. Chamei Fernanda Karina à minha sala e a demiti.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Posteriormente, a Sr^a Fernanda Karina... A senhora tem conhecimento da tentativa de extorsão que gerou esse processo, que é do conhecimento de todos, que o Sr. Marcos Valério move contra a Sr^a Fernanda Karina?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, a Adriana, que é uma das outras secretárias da agência, recebeu telefonemas da Fernanda Karina, e a Adriana comentou comigo: Simone, a Fernanda está ligando dizendo que tem jornalistas atrás dela e que ela tem informações do Marcos etc. É isso o que eu sei. Passado algum tempo, algum período, Marcos Valério me pediu, através de um advogado, que eu fosse testemunha nesse processo. Ou seja, eu testemunho de que a Adriana à época me contou que a Fernanda Karina estava ligando falando isso. É isso o que sei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o processo de extorsão, de tentativa de extorsão, de fato ocorreu, pelo que a senhora tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ocorreu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria de precisar também a relação com essa figura polêmica, que virá em seguida à senhora, do Sr. Davi Rodrigues Alves. A senhora, pelo que pude perceber, afirmou-nos aqui que os recursos, os valores transportados... Peço silêncio, por favor, Sr. Presidente. A própria de-

poente está tendo dificuldades em nos ouvir. Isso gera dificuldades. Ela já está há horas aqui depondo. É preciso que haja respeito por nossa depoente e por todos nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de pedir a todos que colaborassem com os trabalhos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Sr. David Rodrigues Alves, no seu depoimento, faz uma série de alegações, de que ele foi contratado através do Sr. Cristiano Paz. Isso está registrado no depoimento. Paz, não é Paes. Paes é o Deputado. Paz, Cristiano Paz, e que ele transportava valores sempre a pedido do próprio Sr. Cristiano Paz.

Agora, a senhora diz aqui que os recursos transportados pelo Sr. David foram direcionados para a Sr^a Zilmar, ligada ao publicitário Duda Mendonça. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Há então uma contradição – a senhora reconhece – entre o que diz o Sr. David Rodrigues Alves e o que... Essa informação que a senhora nos traz é a informação fornecida pelo Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O que eu posso afirmar para o senhor é que nunca estive com esse David. Não tenho conhecimento de uma ida dele à agência. E, como já disse aqui, anteriormente, o prédio tem na portaria o registro de todas as pessoas que entram na agência.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O que tem é um fax de uma funcionária minha, autorizando no Banco Rural, na agência, que esse Sr. David lá pegasse o cheque.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

A senhora não sabe de onde ele levantou o nome do Sr. Cristiano Paz, que até agora não tem sido mencionado. Embora seja sócio da SMP&B, todo o processo tem estado centralizado no Sr. Marcos Valério, pelo menos é o que nós entendemos. O Sr. Cristiano Paz tem alguma participação nesses processos de geração e distribuição de recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não tem.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque o Sr. David informou que foi encaminhado ao Sr. Cristiano Paz através do Sr. Haroldo Bicalho, que tudo indica é um conhecido doleiro de Belo Horizonte. Essa é a

informação que nós temos. A senhora desconhece essa informação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sei pela imprensa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sabe pela imprensa.

Finalmente, gostaria de – já se indagou muito sobre a lista de recursos –, pela contradição que existe, saber um pouco sobre os recursos do PTB. A senhora participou, e os recursos do PTB estão tanto na lista do Sr. Marcos Valério, quanto na lista menor, que é a lista da senhora, da qual a senhora participou.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, foram transferidos recursos para o Sr. José Carlos Martinez, falecido já, mas então Presidente do PTB, e foram transferidos recursos também para o Sr. Emerson Palmieri. Veja bem, peço silêncio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Olha, estou percebendo que há um cansaço aí, muita gente conversando. De repente, precisaremos suspender a reunião por alguns minutos. Se V. Ex^{as} quiserem, eu suspendo. Caso contrário, vamos ouvir o orador que está na tribuna.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Deputado Roberto Jefferson diz que, num determinado momento do ano de 2004, recebeu uma volumosa quantia, uma mala de dinheiro, na expressão dele, de R\$4 milhões. No entanto, os recursos aqui identificados pela senhora e pelo Sr. Marcos Valério são recursos distribuídos nos anos de 2003 e 2004. Não são recursos concentrados.

Ontem mesmo, o Deputado Roberto Jefferson disse: “Ah, consta que o Emerson Palmieri recebeu R\$2,468 milhões, que é o que está na lista. Mas ele recebeu R\$4 milhões e recebeu numa mala”. Enfim, essas informações não estão batendo precisamente.

A senhora, então, confirma que os recursos que o PTB recebeu são esses que constam das duas listas, da senhora e da do Sr. Marcos Valério, e que montam R\$1 milhão para o Sr. José Carlos Martinez, e R\$2,468 milhões para o Sr. Emerson Palmieri?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Posso afirmar ao senhor que R\$200 mil eu fui responsável pela entrega ao Sr. Emerson. Os demais valores sempre foram providenciados através de Marcos Valério.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas é essa a informação que a senhora tem a partir da lista, porque a senhora conversou com o Sr. Marcos Valério sobre esses recursos todos, não foi isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, nessa conversa a senhora não indagou sobre os supostos R\$4 milhões que o PTB teria recebido, de uma só vez, das mãos do Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não o indagou sobre essa...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não indaguei e não tenho essa informação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Mas, se não está na lista do Sr. Marcos Valério, pelo menos até agora, é sinal que o Sr. Marcos Valério desmente que haja esses R\$4 milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu entendo dessa forma.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – No mínimo é curioso que as coisas tenham ocorrido assim, ou seja, os recursos foram transferidos gradualmente, em 2003 e 2004, e não há esses recursos concentrados de R\$4 milhões. Mas o que está constatado é que o PTB recebia – se denominar os recursos recebidos por outros partidos como mensalão, é sinal de que o PTB recebia recursos com a mesma periodicidade que os outros partidos receberam recursos também, de forma muito contraditória, com todo o discurso contundente e aparentemente verdadeiro, desenvolvido aqui e em todos os lugares pelo Sr. Roberto Jefferson: que ele não estava envolvido com isso; que ele queria apenas recursos para as campanhas eleitorais, etc. e tal. Suponho que os recursos de todos os partidos tenham sido dirigidos a campanhas eleitorais, mas eles são idênticos na sua forma e muito próximos nos valores aos recursos que o Partido Trabalhista Brasileiro recebeu por intermédio do seu ex-presidente – falecido – e do tesoureiro Emerson Palmieri.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, Sr^a Simone.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^a Simone Vasconcelos, nós já tivemos a oportunidade – e a senhora tem acompanhado –, nesta CPI, de ouvir vários depoentes. Inclusive, o seu advogado é testemunha disso porque já acompanhou vários depoentes. Mas eu vejo a senhora, hoje aqui, muito econômica nas suas palavras. A senhora veio formatada para responder ao que já é do conhecimento da

imprensa, dos Deputados e desta CPI. E a senhora, nessa economia de palavra, passa uma certa indignação. Essa indignação da senhora – por que essa indignação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não estou me sentindo indignada. Eu estou me sentindo pressionada. Esta posição aqui não é confortável.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senho-

ra não está indignada de ter participado de tudo isso que resultou nesta CPI, indignada de ver o seu País participando disso? Isso não lhe traz nenhuma indignação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu lamento por muitas coisas no nosso País, inclusive o que está acontecendo com a agência, que vai gerar muitos desempregos.

SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Nós já tivemos a oportunidade com o Sr. Marcos Valério de ele dizer isso. E eu disse a ele que ele pegou uma empresa de tradição nessa área em Minas, usou-a para fazer lavagem de dinheiro e comprometeu todo um trabalho da agência e de seus funcionários. Por isso, noto essa sua preocupação, e o limite da sua verdade é quanto ao seu futuro – essa economia de palavras, essa amostra da senhora é preocupação quanto ao seu futuro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor está dizendo que eu estou economizando palavras. É a minha forma de ser. Eu sou uma pessoa muito objetiva. Eu não sou publicitária. Eu sou administradora. Publicitária tem o dom da palavra e, geralmente, os políticos também. Eu não tenho e não tenho preocupação em relação ao futuro. Eu tenho um marido que me garante, só que eu, profissionalmente, eu como pessoa, não consigo ficar sem trabalhar. Eu vou sair à luta para conseguir outro emprego.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E a senhora, como diretora financeira, não via a prosperidade da empresa, das associadas – 15 empresas – e o Sr. Marcos Valério, com todo o trânsito dele – como é que passava isso para a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A minha atuação sempre foi restrita à SMP&B Comunicação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas não é complicação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Comunicação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora via a prosperidade da empresa. Ele esteve aqui e falou que a empresa cresceu muito de 2003 para cá, não só na área pública, de contratos públicos, mas a senhora

sabe, como diretora financeira, que passaram nessas empresas R\$400 milhões. Isso não era normal desde que a senhora está na empresa antes de 2000. Quer dizer, a senhora vem dizer que não sabe? A senhora sabe que tinha uma prosperidade. Todo esse movimento mostrava uma prosperidade muito intensa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa prosperidade foi junto com um trabalho intenso da agência – contratação de pessoal e muito trabalho da equipe técnica da agência.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não, mas e esses contratos que foram chegando de empresas governamentais, de empresas privadas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eram licitações bem preparadas, pessoal de primeira na nossa criação. Investimos em equipamentos. A empresa é fantástica!

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E a senhora é que cuidava de todo esse faturamento da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Faturamento?!

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora sabia que circularam nesses dois anos e meio R\$400 milhões na SMPB?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha, eu como financeira, e vários Deputados hoje já me perguntaram, não tenho memória para número. Se eu estivesse com todos os quadros aqui, com a mesma segurança que eu estou falando as coisas, eu estaria falando números. Não me perguntem números.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas diretora financeira normalmente é...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Diretora, de cabeça, não tem obrigação de saber de cabeça, não. Me desculpe.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E faturamento de uma empresa... isso é o mínimo que tem de saber, Dona Simone.

A senhora sabe que a DNA detém a conta do Banco do Brasil, como a senhora disse há pouco...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sei.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E lá também tem uma diretora financeira como a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem um diretor.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Lá é o diretor financeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E a senhora tem relações com ele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Muito esporádicas. Muito esporádicas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E a DNA aqui em Brasília, a senhora conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nunca fui.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ela pôs todos os seus funcionários em aviso prévio aqui em Brasília.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tive notícia.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está sabendo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tive notícia disso, sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A sua empresa, a sua agência tem contato com várias prefeituras, governos de Estado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Atualmente não tem prefeitura nenhuma.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E governos de Estados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Governo de Estado, sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Com quem ela tem contrato?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do Distrito Federal e do Governo de Minas Gerais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Goiás?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Goiás... não, não tem mais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Já teve...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O contrato venceu. Aí, participamos de nova licitação e não conseguimos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A sua agência, quando tinha esse grande movimento pelo qual a senhora era responsável, a senhora não assinava cheque? Só fazia o controle de entrada e saída...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, assinava cheques, sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora assinava cheques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Tenho procuração por Marcos Valério, porque, pelo contrato social, há exigência de que sempre tenham duas assinaturas. Então, como eles viajam muito, na ausência de dois, quando estava só um, eu assi-

nava os cheques. Só em caso de ausência de algum deles... para dar agilidade aos processos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E nesse movimento dos R\$400 milhões, a senhora é que assinava toda essa movimentação financeira. E a senhora sabia como é que vinha esse dinheiro? Era tudo através de contratos ou tinha depósitos que ficavam... “ah, veio um depósito de uma empresa que vai fazer um serviço que ainda não fez...” Ou a senhora não tinha esse controle?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Tenho, sim. Não houve isso. Sempre dos nossos contratos de publicidade e esses de empréstimos que estão aí tão falados.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora citou algumas empresas de telecomunicações, empresas de telefonia que têm contratos...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A Telemig Celular... ah, tenho até que escrever aqui...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A Vivo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A Vivo não tem contrato?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não. Não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O Sr. Marcos Valério esteve em Portugal em janeiro. A senhora... que ele esteve em janeiro em Portugal...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Fiquei sabendo. Sim, fiquei sabendo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ele foi conversar com o PT lá em Portugal, que é a Portugal Telecom, e a Portugal Telecom detém 50% das ações da Vivo aqui no Brasil. E a Vivo... ontem, o Deputado Roberto Jefferson disse que participou de uma intermediação de o Presidente da República receber o Presidente da Portugal Telecom, e foi recebido duas vezes em Palácio; e que a Vivo é das maiores operadoras do Brasil e é a campeã em reclamações no Procon; e que não tem nenhuma multa de relevância no Procon, nem da Anatel, nem da agência de telefonia que regula o sistema. A senhora sabe disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei de nada disso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A senhora sabe que a senhora assinou cheque para pagar advogado para defender o PT de Santo André na morte do Prefeito Celso Daniel?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, a senhora assinou cheque, porque foi ordem de pagamento para pagar os advogados lá do PT de Santo André, para defender o PT de Santo André.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É? Não sei disso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Era isso o que tinha a perguntar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, até porque recebi agora uma informação e entendo que ela é útil para todos os integrantes da Comissão, particularmente para o Relator. Nós tivemos a confirmação – e saiu agora às 16h14min – de que o ex-Ministro de Portugal, Sr. António Mexia, afirmou em entrevista ao **Jornal Expresso**, publicado na edição de 16 do mês passado, que recebeu, veja bem, recebeu o Sr. Marcos Valério na qualidade de consultor do Presidente do Brasil, a pedido de Miguel Costa, que era o Presidente da empresa Portugal Telecom. Essa informação acaba de chegar. Ela é extremamente relevante para todos os integrantes desta CPI. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a informação de V. Ex^a.

Com a palavra, o ilustre Senador...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Suspendo a reunião por dois minutos. (Pausa.)

(A reunião é suspensa às 17h10min e reaberta às 17h13min.)

Reabrimos os nossos trabalhos.

Com a palavra, o ilustre Senador Sérgio Guerra, por quinze minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, eu queria tentar, de alguma maneira, colaborar nessa nossa investigação, mas eu me permitirei, na linha do que eu já ouvi aqui hoje e em outras vezes, fazer certos comentários gerais, que, a rigor, não têm a ver diretamente com o interrogatório feito à Dona Simone.

Ouvi, há poucos minutos, vários Parlamentares. Um deles, representante do Partido Comunista do Brasil, uma pessoa séria, que eu respeito e que acredito no que diz. Mas a linha do seu pronunciamento, que não tem nada a ver com o depoimento que a senhora

está fazendo, sempre é a mesma. Primeiro, para afirmar... E nós somos obrigados a ouvir respeitosamente as suas palavras, porque as suas palavras merecem respeito pelo autor, pela qualidade de quem faz esse pronunciamento, mas é uma tentativa de tentar levar essa questão, que é uma questão de corrupção explícita, para o ambiente da luta política. Mais do que isso, da luta ideológica.

A afirmação de que existe uma conspiração de direita para tirar o Presidente da República do Governo, numa crise que foi criada no Governo, nos aliados do Governo, cujo principal ator é o PT é, no mínimo e absolutamente, dissociada dos fatos. Não fosse o autor desse tipo de comentário pessoa que respeito muito, eu iria mais adiante nessa minha observação. Não faz o menor sentido querer remeter o que está havendo aqui e durante todos esses dias para uma luta ideológica que a Oposição não está querendo travar e que nem cabe a ela fazer. A Oposição já disse muitas vezes que não quer o mandato do Presidente Lula, não está atrás disso. O que desejamos é que o Presidente assuma o seu papel de Presidente e que não desempenhe o lamentável papel de reproduzir discursos populistas, inconsistentes, numa cena trágica.

Sabem qual é o conteúdo dessa grande tragédia? É uma situação que se gerou e que parte da premissa de que todo mundo não sabe ver nem perceber, de que o País é incapaz de entender as coisas. Todo mundo sabe que esse é um episódio cujo conteúdo da defesa dos acusados é absolutamente impróprio e insincero. Todos afirmam que não sabem de nada.

Ontem, o ex-Ministro José Dirceu passou aqui três horas para dizer que não sabia de nada sobre o Partido dele, um Partido que ele governou durante muitos anos. Depois, vem lá o Sr. Delúbio Soares que disse não saber de coisa alguma, só do que ele fez; o Sr. Marcos Valério faz um discurso consistente com outro, e nós ficamos nesta cena aqui, cuja pobreza intelectual é absolutamente condenável e em que irresponsabilidade política é total.

Não estranho o comportamento de muitas pessoas. Não estranho o comportamento de Dona Simone. É uma pessoa modesta que trabalhou em uma empresa e que quer continuar a viver de maneira profissional. Duvido que ela própria tenha alguma coisa a ver com desonestidade ou coisa parecida. Tenho certeza disso, como observador atento dos fatos.

Faz sentido, da perspectiva da sua defesa, a senhora dizer certas coisas e não dizer outras, falar sobre certas coisas e não falar sobre outras. Não estou justificando isso, mas compreendo. O que não faz sentido é o Dr. José Dirceu chegar aqui para não dizer nada e estabelecer um duelo com o Deputado

Roberto Jefferson, nos termos que vimos ontem, que compromete a Nação. O País que está lá fora vai avaliar isso com precisão.

Que o Presidente Lula não demonstre a autoridade que ele não tem, a capacidade que ele não tem. É o papel que ele deveria cumprir neste momento de crise para restabelecer as instituições, para fazer o Governo operar, para dar confiança à Nação, a qual está sendo perdida a cada depoimento, a cada uma dessas falsas questões que estão sendo levantadas.

Vêm aqui com essa história de Eduardo Azeredo. Não quero polemizar com o Deputado Bittar, com quem simpatizo, mas por que não entra ele na discussão se ele recebeu? O Diretório dele no Rio de Janeiro recebeu dinheiro – e a senhora falou – do Sr. Delúbio e do Sr. Marcos Valério. Está aqui no seu depoimento. Não estou dizendo que S. Ex^a é desonesto, não acredito nisso. Não há nada disso. Mas por que ficar remetendo a essa história, reincidentemente, em cima do Senador Eduardo Azeredo, que é uma pessoa honesta? Ele sabe, e todos nós sabemos. Se é para ir fiscalizar problema de irregularidade em eleição, caixa dois, caixa três, caixa quatro, caixa cinco, que façamos isso em todo lugar, em São Paulo, no Rio, em Minas Gerais, em todo lugar.

O SR. JORGE BITTAR (PT –RJ) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a me permite?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, não permito, não.

O SR. JORGE BITTAR (PT –RJ) – V. Ex^a está sendo injusto. Estou sendo citado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – V. Ex^a está sendo citado porque citou o Senador Eduardo Azeredo várias vezes, como se o objeto desta Comissão fosse examinar aquilo que aconteceu há muitos anos atrás.

O SR. JORGE BITTAR (PT –RJ) – Citei respeitosamente, Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Foi respeitosamente? Não tem nada de respeitosamente. Não há nada de desrespeito nisso. Está citado aqui. O senhor não, o seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Peço a colaboração dos Deputados. Vamos ouvir o Senador.

O SR. JORGE BITTAR (PT –RJ) – Se a carapuça serviu, é problema do Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, vamos aos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Vamos ouvir o Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos aos fatos. O problema dessa história toda concreta é o seguinte: muita gente está depondo e quase ninguém

está dizendo nada. A palavra de Roberto Jefferson está na perspectiva da defesa dele, a palavra de José Dirceu está na perspectiva da defesa dele, a palavra do Sr. Delúbio está na perspectiva da defesa dele, mas vamos ser sinceros, não haveria Delúbio, não haveria esses milhões, não haveria essa imensa negociata se não houvesse o Governo e o poder do Governo. Nem o Marcos Valério iria inventar R\$100 milhões, R\$200 milhões, R\$150 milhões, R\$80 milhões. Ninguém dá dinheiro a ninguém. Esse dinheiro tem origem no poder federal.

Se o Presidente da República está nisso ou não está, eu não sei. Mas é evidente que o PT estava e que estava até o pescoço. Tanto está que já demitiu seu Presidente, seu Tesoureiro e outras tantas pessoas. Tanto está que o Governo já está pela metade. Tanto está que, na relação – que está aqui – de pessoas que receberam recursos do Sr. Marcos Valério: 80% para o PT; 20% para sublegendas do PT. O poder do PT – não é do PTB, não é do PL – é do PT. Quem tem força é o PT. E, no Governo do PT, quem tinha força era José Dirceu. Que força tinha Roberto Jefferson, Valdemar da Costa Neto? Eles eram atores de um processo cuja liderança e o comando eram do PT.

No entanto, ficamos aqui nesta conversa que não vai a lugar nenhum para não chegarmos a nenhuma conclusão a não ser a que todos já sabem: foram usados prestígio e poder do Governo para montar um esquema de corrupção comandado integralmente pelo PT, que tinha poder de nomear, demitir, dar concorrência, não fazer as coisas e que continua hoje sem reconhecer isso. Que os petistas de fato, aqueles que fizeram a luta popular, segurem a sua posição, mas não segurem isso. Não segurem esta defesa: não há Brasil sem Partido dos Trabalhadores. Precisamos do Partido dos Trabalhadores, mas não desse. Não estou condenando. Deputado Bittar, V. Ex^a deu uma opinião positiva, mas não vamos ficar nesse negócio, que é hipocrisia pura. Hipocrisia pura! Todos estão vendo e percebendo.

A senhora está firme e segura, defendendo as coisas que entendo que, na sua perspectiva, devem ser asseguradas.

Isso tudo é lamentável e deplorável. Melhor seria que nada disso tivesse acontecido. Se dependesse de mim, esta CPML acabaria amanhã ou depois de amanhã. Todo dia de CPML é um dia a mais na condenação de um país que está naufragando nesta crise. As instituições estão sendo desautorizadas. Ou tomamos consciência e responsabilidade pública e levamos isso adiante com firmeza e determinação – e há tantos para levá-la porque a grande maioria não está contaminada neste processo...

Por que ela não age como brasileiros e não como partidários? Somos brasileiros. Encontremos uma solução para isso, punamos quem for responsável por isso e saíamos desta crise com a cabeça erguida, sem nos acusar, sem buscar, lá atrás, de forma hipócrita, um acontecimento que não tem nenhuma significação neste processo, que é o acontecimento de Belo Horizonte, Minas Gerais, há oito anos. Se há esse, há todos. Não vamos fazer uma auditoria geral nas eleições brasileiras porque, senão, não ficará pedra sobre pedra. Não vamos construir coisa alguma com isso.

Façamos a reforma política, punamos quem colocou a mão nisso, tomemos providências. Que o Presidente da República cumpra seu papel ao invés de ficar fazendo comícios, como se estivesse na véspera da eleição.

Ninguém quer o poder do Presidente Lula. Não há essa história. A Oposição não quer isso. Se ele terá ou não condição de reeleição, é outro assunto. Depende dele e do que ele fizer. No caminho que está, não terá. A confiança nele vai caindo progressivamente. Já caiu na classe média e vai cair no povo de uma maneira geral enquanto sustentar populismo irresponsável, que é o que estão fazendo aí.

Gostaria de perguntar à senhora duas coisas. Primeiro, a senhora confirma a afirmação da senhora do Marcos Valério aqui de que o Sr. José Dirceu participou da reunião que tratou da questão do empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento disso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A senhora nunca ouviu falar nisso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Está ouvindo falar disso agora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu ouvi quando o Marcos disse aqui.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Até então, jamais tinha ouvido falar dessa história?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca tinha ouvido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A senhora conhece o assessor do Sr. José Dirceu, Bob não sei o quê, esse Bob que está nos jornais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, senhor.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Também nunca ouviu falar nele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A senhora está absolutamente segura do que está dizendo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A mim parece que sim. Quero lhe dizer que todo esse episódio é muito comprometedor, mas, no meu modesto julgamento – não sou jurista, não sou juiz, não estou agindo para ajudar um partido ou prejudicar outro –, na minha modesta posição, a senhora tem muito menos responsabilidade sobre isso do que muitos outros, esses manda-chuvas da República que ficam fazendo discurso ideológico, que é uma fraude. Deviam assumir, isto sim, o que fizeram, o imenso comprometimento que geraram para as instituições brasileiras e para a democracia brasileira, até pelo seu passado. Se não tivessem passado, não seria tão grande o comprometimento como é agora, pelo passado que tiveram, pela colaboração que já deram à construção da democracia no Brasil, para, no final, fazerem um espetáculo absolutamente elementar, precário, comprometedor que é esse a que nós assistimos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a concluiu?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, se o Deputado Jorge Bittar se interessar em discutir o que eu afirmei, não haverá nenhum problema que o faça, desde que eu tenha direito a réplica.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado pessoalmente e invoco a palavra, em função do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Veja bem, em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu vou ser absolutamente tranqüilo, sereno, mas direto ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

Citei, sim, o Senador Eduardo Azeredo, mas o fiz com profundo respeito que, de fato, tenho pela figura do Senador Eduardo Azeredo. Agora, no meu dever de investigar, cumpre saber como é que evoluiu esse processo de geração de recursos, e acredito que conseguimos inserir mais uma informação nesse processo hoje que não estava clara: que a Sr^a Simone esteve no centro daquele processo gerado em 1998, lá; que o Sr. Eduardo Azeredo disse – e eu acredito nisso – que desconhecia. E eu afirmei aqui, não ataquei a figura do Senador Eduardo Azeredo. O Senador que assumiu as dores assumiu-as inconvenientemente, porque não

fiz isso. Não quis mencionar que, no passado, houve problemas relativos a privatizações, compra de votos e coisas desse tipo. Fiz afirmação em função das investigações que nós estamos aqui realizando. Cumpre a mim buscar desvendar aquilo que está oculto, para que nós possamos conhecer a verdade toda verdadeiramente. Não quis agredir o Senador. Não quis agredir o Partido dele. E quero tão-somente esclarecer a verdade.

Quanto àquilo que cumpre ao meu Partido, nós estamos mudando a direção do Partido. Se for verdadeira a informação de que foram direcionados recursos ao Estado do Rio de Janeiro, nós vamos querer checar, porque, afinal de contas, esta lista precisa ser checada também. O Sr. Marcos Valério mentiu em outras oportunidades. Vamos verificar se esta é a lista verdadeira comparando-a com os dados de quebra de sigilo disponíveis aqui na Casa. Mas, se for verdadeira a informação de que foram direcionados recursos ao Estado do Rio de Janeiro, nós vamos querer saber quem recebeu e quais foram as aplicações desses recursos verdadeiramente. Isso, para nós, é fundamental, tão fundamental quanto conhecer a origem desses recursos lá em 1998, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Acabo de ser informado, pelo Presidente do Senado, que se iniciou a Ordem do Dia e, portanto, tenho que suspender a reunião, como determina o Regimento Interno da Casa.

Já fui informado de que se iniciou a Ordem do Dia e as votações e eu tenho...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu tenho que suspender a reunião imediatamente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 17h29min., a reunião é reaberta às 18h24min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– *(Fora do microfone. Inaudível.)* informando que acabou exatamente neste momento a Ordem do Dia, com a votação de medidas provisórias importantíssimas. Por isso, todas as comissões foram suspensas, todas as que estavam em andamento nesta Casa.

Retomando os trabalhos, vamos conceder a palavra ao ilustre Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero compreender bem o que está acontecendo. V. Ex^a encerrou a reunião atendendo a um pedido do Presidente, mas ficamos no ar, sem uma explicação, sem uma compreensão lógica, tudo aconteceu de inopino.

Compreendo a preocupação de V. Ex^a de atender o chamado do Presidente da Casa, que é a autoridade maior, ainda mais para uma sessão deliberativa do Senado Federal. No entanto, não ficou claro o que aconteceria em seguida. Tanto é que não estão aqui os deputados que deveriam estar, não se sabia se a reunião seria reaberta, quando seria reaberta.

Precisamos de algumas definições mais claras. Sei que V. Ex^a é o Vice-Presidente, não é o Presidente, mas sei da sua capacidade, sei do seu interesse. Precisamos ter muito claramente explicada a forma pela qual serão conduzidos os trabalhos da Comissão, é preciso que nos relacionemos positivamente para não esvaziarmos a CPI, até em respeito ao Brasil que, atentamente, nos acompanha, nos observa, nos fiscaliza – daqui a pouco vai até nos julgar. Todos nós sabemos que estamos diante de uma situação complexa por conta das acusações.

Nós, particularmente o meu partido, o PDT, não queremos saber se o acusado é do PT ou se o acusado é do PSDB, se é do governo que está ou se é do governo que foi, queremos que as coisas sejam apuradas, que a verdade floresça, os documentos comprovem, os depoimentos sejam tomados, enfim, que possamos colher as manifestações de cada um que aqui se apresenta e ter esse equilíbrio, essa razoabilidade que a CPI precisa ter na condução de seus trabalhos.

Faço este apelo a V. Ex^a para que tenhamos aqui esta compreensão entre nós, para que não fique nada no ar. Prova de que as coisas não ficaram claras é que este recinto estava cheio e agora, com o encerramento e a retomada da reunião, agora está vazio. Precisamos de uma solução de continuidade. Só deixo registrado este aspecto porque o considero importante. Sempre que for suspensa a reunião é preciso que se diga exatamente quando e onde ela será retomada. Enfim, precisamos de uma definição clara. É isso o que estou ponderando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Registro o aparte de V. Ex^a e informo que, todas as vezes que tiver início a Ordem do Dia, todas as comissões são obrigadas a suspender suas atividades. Atendi um apelo do Presidente do Senado, e todos nós, Senadores, fomos participar da votação – votamos

uma medida importante para o País – e, terminada a Ordem do Dia, eu tive o cuidado de pedir a palavra pela ordem e dizer a todos os Srs. Senadores e Deputados que estavam lá que iríamos reiniciar os nossos trabalhos. Cumprimos a lei, cumprimos o Regimento, cumprimos com a nossa obrigação e estamos aqui retomando os trabalhos.

Eu gostaria que me informassem qual é o próximo orador inscrito.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, terminou no número 22.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes como titular.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, quero louvar a atitude de V. Ex^a no cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Antes de dar início às minhas perguntas à Sr^a Simone, quero expressar uma preocupação que estou tendo desde ontem pela manhã. Uso a filosofia de que Deus nos deu dois ouvidos, dois olhos e uma boca para que ouçamos mais, vejamos mais e falemos menos. Quem fala muito, erra mais. Aqui nesta Comissão, lamentavelmente, estou vendo falarem muito e chegarem a poucas conclusões. Precisamos apurar. Volto a repetir o que já disse anteriormente: a oitiva de testemunhas é importante? É. Mas mais importante do que isso é que nos debrucemos sobre os documentos para a apuração dos fatos. É lá que vamos encontrar a verdade. Os depoentes, sejam eles investigados, testemunhas ou informantes, vêm aqui produzir, é claro, principalmente, sua autodefesa. É legal, é constitucional.

A par disso, deixo minha preocupação também com a partidização que está tomando conta desta Comissão. É uma via extremamente perigosa a dessa briga partidária. Temos que estar acima dos interesses da política partidária. O interesse maior que se apresenta aqui é o interesse do País; é extirparmos a corrupção que crassa, que campeia no País. Lamentavelmente, sabemos, ela existe desde que o mundo é mundo. Temos a obrigação de, ao menos, combatê-la. Não conseguiremos extingui-la, mas com certeza não passaremos omissos no combate a essa erva daninha.

Sr^a Simone, sinceramente, às vezes fico até preocupado com o cansaço, o estresse, o mal-estar gerado, principalmente para as senhoras que, deixando suas casas, suas residências, suas famílias, vêm aqui depor. Muitas vezes não são tratadas com urbanidade. Creio que nosso ponto principal é apurarmos, mas com

equilíbrio. V. S^a tem todo o direito de não responder, se entender inconveniente. No entanto, também tem o dever, como testemunha, de falar a verdade. Creio que V. S^a não pode produzir verdades sobre fatos que não conhece. Acompanhei o depoimento de V. S^a e observei que, muitas vezes, procurou-se forçar uma situação para fatos que a senhora já, reiteradas vezes, disse que não conhece. Acredito que sim. Por quê? Pelo que entendi ao longo de vários depoimentos, o Sr. Marcos Valério é extremamente centralizador. Tem diversas empresas constituídas na forma da lei, mas seus integrantes são meros figurantes. As decisões são de Marcos Valério. Existe o presidente de fato, mas existe aquele que comanda, que ordena, que determina: o Sr. Marcos Valério. A senhora vem a esta Comissão na condição de uma diretora da SMP&B que não tem autonomia, que cumpre as ordens emanadas pelo Sr. Marcos Valério.

Então, na emissão dos cheques, V. S^a deve ter um limite de competência. Até que valores V. S^a poderia assinar isoladamente um cheque, independentemente da presença de um outro diretor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não posso assinar cheques isoladamente. Sempre com a assinatura de outro sócio.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sem-

pre com a assinatura de outro sócio?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre, sempre.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A

senhora, como Diretora Financeira da SMP&B, certamente tem conhecimento dos contratos da empresa com os Correios, com o Banco do Brasil, com a Câmara dos Deputados e tantas outras estatais. A senhora tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Banco do Brasil é da DNA, senhor. Banco do Brasil é um contrato com a DNA Propaganda.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas

Correios é da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Correios é da SMP&B.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Câ-

mara dos Deputados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– SMP&B.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

SMP&B.

E a senhora tem noção dos valores desses contratos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os valores são sempre previstos na própria licitação. Eu não saberia dizer de cor aqui os números. Já me

perguntaram vários números aqui. Não é o meu forte saber de cor os números.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas pode informar se esses contratos foram usados como garantia nos tais empréstimos feitos ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não sei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não

sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas

a senhora, como Diretora Financeira... Eu entendo que uma Diretora Financeira deve tomar conhecimento de toda a situação financeira da empresa. Caso contrário, isso reforça a minha tese de que é mera figurante Diretora no papel, mas, na prática, quem executa tudo é o Sr. Marcos Valério. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu sei sempre daquilo que o Marcos desejou que eu soubesse.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – En-

tão, veja: é uma empresa **sui generis**, porque tem diretorias estanques, mas que não funcionam. O que funciona é a vontade soberana do Sr. Marcos Valério.

Na relação dos empréstimos feitos ao PT, encontrei uma diferença que ainda não consegui realmente saber qual é o valor exato, porque me parece que, com o BMG, foram feitos quatro empréstimos em 2003/2004; e, com o Banco Rural, dois empréstimos. Houve a quitação de um deles ou de parte de um deles. Não é verdade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, está dizendo aqui neste documento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E,

em virtude da quitação desse empréstimo, houve uma diminuição de valores que talvez possamos chegar ao valor R\$55.217.271,02, é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Certo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E

os saques correspondem a esses valores?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Bom;

a senhora já declarou que não conhece o Sr. Roberto Marques, que não esteve com o Sr. Roberto Marques, que apenas recebeu uma autorização para repassar a quantia de R\$50 mil. Confere?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Confere.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E

depois essa quantia não foi repassada mais ao Sr. Ro-

berto, mas foi repassada a uma outra pessoa. Também a senhora tomou conhecimento disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se eu tomei conhecimento...?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim,

de que houve uma mudança de destinatário, de beneficiário dessa importância?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, tomei conhecimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – To-

mou conhecimento.

Contudo, pergunto: a senhora conhece, pelo menos de vista, o Sr. Roberto Marques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não

o conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho noção de quem seja.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

A pergunta que eu faço é porque eu tenho um requerimento solicitando que houvesse o reconhecimento do Sr. Roberto Marques feito pela senhora ou nesta Comissão ou perante a Polícia Federal. Diante da sua informação, o meu requerimento está prejudicado, porque não adianta perdermos tempo se a senhora nunca o viu, não sabe qual é a sua fisionomia. Assim, vou pedir a retirada do meu requerimento, até porque também não vai adiantar nada.

Os cheques de valores avultados, como, por exemplo, os destinados à Sr^a Zilmara Fernandes da Silveira, sócia do Publicitário Duda Mendonça. Foram de valores que totalizaram R\$16,5 milhões. Naturalmente esses cheques foram assinados pelo Sr. Marcos Valério e um outro diretor, ou por um diretor e V. S^a. A senhora assinou algum desses cheques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Posso ter assinado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pode.

Não lembra, não recorda?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Es-

ses valores todos daquela relação foram empréstimos tomados pelas empresas do Sr. Marcos Valério para atender dificuldades financeiras do PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Assim me foi dito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – As-

sim lhe foi dito. Agora, eu acho estranha uma coisa: os empréstimos foram feitos, tomados pelo presidente do PT, pelo tesoureiro do PT, e avalizados pelo Sr. Marcos Valério, mas os valores, pelo que eu tenho entendido,

não constam das contas do PT, mas das contas das empresas do Sr. Marcos Valério, lá é que eles foram depositados. Confere?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Esses empréstimos aos quais estou me referindo são empréstimos que a SMP&B fez juntos aos bancos, depositados na conta da SMP&B.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não

são os empréstimos feitos pelo PT com aval do Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não

são somados uns aos outros?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – En-

tão quer dizer que, além desse valor de R\$55 milhões, existem mais 30 e tantos milhões de empréstimos feitos ao PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aí eu não sei dizer. Dos valores dos empréstimos do PT junto aos bancos, eu não sei; eu sei dos valores de empréstimo da SMP&B.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A

senhora conheceu o Sr. Delúbio Soares?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheci.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual

o relacionamento dele com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eles se tornaram amigos, por tudo o que eu sei e que Marcos falou aqui inclusive.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É,

ele falou aqui que o conheceu no ano de 2002 e, já em 2003, consolidou-se uma amizade tão forte que ele foi capaz de disponibilizar R\$39 milhões como empréstimo com a garantia apenas da amizade do Sr. Delúbio. Foi isso ou esses contratos da SMP&B, da DNA e das empresas do Sr. Marcos Valério eram dados como garantias a esses empréstimos? Havia uma contrapartida do tipo “Vou te emprestar isso aqui, mas, Delúbio, tu vais interferir para que eu ganhe as licitações tais e quais no Governo”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento disso, a agência sempre participou dos processos licitatórios.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Olha,

quer-me parecer que isso é a cultura, como disse on-

tem o Sr. Marcos Valério em depoimento à Procuradoria-Geral... Ele disse que isso ocorreu pela primeira vez com o Sr. Eduardo Azeredo. E o que aconteceu naquela época é o protótipo exato do que está ocorrendo hoje com o PT, não há mudança nenhuma, a forma é a mesma, a fórmula é a mesma. E ele é bem claro ao dizer que, nos termos já consignados, eles sempre objetivaram participar – as empresas – da forma mais próxima possível dos partidos políticos e candidatos com maior possibilidade de eleição, o que significa, talvez, a intenção de angariar proveitos em favor da empresa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não sei desse depoimento do Marcos Valério, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A senhora não deve saber, porque se trata da DNA, mas esta Casa precisa saber que havia um empréstimo feito pela DNA, ainda para o Sr. Azeredo ou para a campanha do Sr. Azeredo, e esse empréstimo foi objeto de uma ação na Justiça de Minas Gerais. Houve um acordo, foi homologado em 28 de abril de 2003. E interessante: aí, o Sr. Marcos Valério ficou liberado para avalizar o outro empréstimo que ia cobrir aquele valor que fora pago. De repente, esse processo foi para o arquivo e, surpreendentemente – este levantamento é de hoje –, no dia 22 de junho de 2005, quando começou a funcionar esta CPI, o processo foi desarquivado em caráter de urgência. Isso é muito sintomático, há uma correlação perfeita de ações, de maneira a viabilizar novos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Infelizmente, o tempo de V. Ex^a se esgotou, mas V. Ex^a pode concluir.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Agradeço a depoente pelos esclarecimentos prestados e solicito à presidência a minha reinscrição, porque é muito importante voltarmos a bater nessa tecla do protótipo, ou seja, ontem como hoje, a fórmula é a mesma. A fórmula é a mesma e vai continuar sendo a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido: está feita a sua reinscrição.

Com a palavra o ilustre Deputado Maurício Randes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a depoente.

Sr^a Simone Vasconcelos, a senhora comparece aqui como testemunha, e eu gostei quando a senhora disse que vinha com o intuito de esclarecer, de contribuir com a tarefa investigativa da Comissão.

No entanto, não só entre os membros da Comissão, que aqui estão assistindo a este depoimento, que

está se prolongando, mas também entre as pessoas que o estão assistindo pela televisão, acredito já ser um sentimento muito espalhado o de que a senhora está fazendo um depoimento muito econômico, muito organizado, muito direcionado para uma interpretação de todos esses fatos. Por isso, eu queria aproximar um pouco mais o seu depoimento, ou seja, a sua conduta prática daquela proclamação inicial de vir aqui na condição de testemunha compromissada, portanto, podendo até incorrer no ilícito penal do falso testemunho, mas, sobretudo, eu quero me pegar naquela disposição de V. S^a de colaborar conosco.

O trabalho de fazer uma investigação deste porte é árduo, mas é fundamental para o futuro das instituições do nosso País, daí por que eu queria fazer um apelo a V. S^a, sobretudo para ajudar a esclarecer mais a questão do abastecimento das contas das agências, não somente da SMP&B, na qual a senhora trabalhava diretamente. Algum conhecimento a senhora tem disso, até porque, pelo que fui informado, a senhora também já tinha participado de campanhas políticas, em 98 por exemplo.

Eu gostaria que a senhora nos ajudasse mais, Parlamentares e o Brasil, esclarecendo quais as pessoas físicas e jurídicas que propiciaram que a agência ou as agências do publicitário Marcos Valério fornecessem recursos para campanhas políticas, para políticos, para partidos políticos.

Evidentemente, tenho consultado muito os documentos para ver quais as empresas, a partir da transferência do sigilo que foi deliberada por esta Comissão, que têm feito depósitos. Eram agências que tinham um trabalho intenso na área da publicidade, e muitos depósitos são de gráficas, são de veículos de divulgação, ou seja, empresas cujo objetivo era divulgar ou confeccionar material de publicidade. Mas eu vi também muitas pessoas físicas, vi empresas cuja razão social, aparentemente, não guarda uma conexão maior com o objeto das empresas de publicidade. Por isso, queria puxar um pouco pela sua memória. Sei que são muitos nomes e números que são demandados à senhora num curto espaço de tempo, mas eu gostaria de apelar para que V. S^a fizesse um esforço de memória para identificar, por exemplo, o seguinte. A senhora falou: “Olhe, eu não me lembro muito das campanhas publicitárias, porque eu, como diretora administrativa financeira, me concentrava mais nessas atividades”.

Todos nós, cidadãos, temos memória de algumas campanhas publicitárias que nos chamaram a atenção. E aí eu queria perguntar à senhora: a senhora teria condição de se lembrar de pelo menos cinco ou seis

campanhas publicitárias de empresas de porte que foram feitas pela SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, o senhor citou a minha participação em campanha política. Quero dizer que ela aconteceu em 98, por dois meses, uma colaboração num comitê de recursos humanos apenas.

Os recursos que tenho conhecimento que entram na agência são os provenientes de trabalhos de publicidade e estes empréstimos que estão aí tão falados.

Campanhas, cada cliente faz diversas campanhas durante o ano, não sou a pessoa mais apropriada para dizer...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora lembraria algumas dessas campanhas mais marcantes ou com mais peso para a receita da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É uma pena que não esteja aqui algum publicitário da agência, que daria uma aula a respeito disso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, não precisamos de aula. Estamos querendo investigações e, portanto, respostas concretas, até porque nosso tempo é curto.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Campanha de Dia das Mães de um shopping, por exemplo...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De um shopping?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O BH Shopping, de Belo Horizonte, já foi nosso cliente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esse a senhora já mencionou.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desculpe-me, não mencionei porque ele não é mais nosso cliente. É a primeira vez que estou falando do shopping aqui. Dia das Mães, Dia dos Pais ou campanha do GDF, Brasília em alta.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora tem razão, lembrei agora. Foi o Marcos Valério ou foi a Renilda que mencionou aqui que o shopping era cliente. Foi precisamente, agora me recordo, a Sr^a Renilda. A senhora tem razão, não foi a senhora que mencionou. Quero dizer que a Comissão já tinha essa informação.

Mas vá avante, por gentileza.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– GDF, que é o Governo do Distrito Federal.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Campanha publicitária do Governo do Distrito Federal.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Lembro-me de uma campanha que se chama Bra-

sília em Alta... Posso solicitar na agência uma relação e mandar para vocês das campanhas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Empresas privadas. Vamos, então, concentrar-nos na atividade da senhora.

A senhora controlava o fluxo de depósitos, de receitas e despesas da empresa. Então, quais os grandes depósitos, por exemplo, deste ano, 2005?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu teria que pegar uma relação do faturamento de cada cliente...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas, Sr^a Simone, a senhora é diretora administrativa financeira de uma empresa. O que estou pedindo aqui é algo muito singelo: que a senhora mencione para a Comissão, neste esforço de recuperação da memória, para contribuir com o País, sobretudo na questão das entradas de recursos nas empresas.

Por que estou insistindo nisso e apelando a colaboração de V. S^a – lembrando que V. S^a é testemunha compromissada? Quero lembrar, por exemplo, uma coisa que não ficou clara para mim: a primeira versão do Sr. Marcos Valério sobre os empréstimos – não foi a primeira versão da história – era que haveria a contração de vários empréstimos totalizando R\$39 milhões. Agora, na relação de aportes de transferências que ele entregou na Polícia Federal e no Ministério Público Federal, tem um somatório de R\$55 milhões.

Então, a primeira pergunta que faço é: como foi financiada essa diferença dos R\$39 milhões para R\$55 milhões? Porque o somatório de transferências é de R\$55 milhões e os empréstimos só teriam aportado R\$39 milhões. Essa diferença veio de onde?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se o Marcos Valério disse 39, não sei. Sei deste documento onde o valor dos empréstimos soma R\$55 milhões.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, e de onde vinham... O que a senhora está dizendo é que esses empréstimos que foram feitos ao Partido dos Trabalhadores não totalizaram R\$39 milhões e sim R\$55 milhões, é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei que 39 milhões são esses...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora está entrando em contradição com o que disse aqui o Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não sei que 39 milhões são esses a que vocês estão se referindo. Sei desses empréstimos feitos a SMP&B e a Graffiti.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não acha que a sua memória, com todo respeito,

está sendo muito seletiva, por exemplo, ao destacar do conjunto relacionado de 31 pessoas beneficiárias apresentadas pelo Marcos Valério, a senhora vai e pinça 12 pessoas, num total de R\$7,7 milhões, precisamente sete milhões e setecentos mil reais – inclusive números batidos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com base em papéis, essa memória foi com base em papéis.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora disse que sentou com ele e conseguiu recapitular que, com a participação da senhora, teria havido beneficiamento a essas 12 pessoas que constam aqui nessa lista...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – (...) que totalizam R\$7,7 milhões. A senhora não acha que está sendo muito seletiva ao identificar 12 pessoas que exatamente totalizam esses R\$7,7 milhões? A senhora não estaria omitindo ou incluindo nomes nessa listagem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A listagem do Marcos Valério somou 55.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Cinqüenta e cinco, tenho ela aqui. E a da senhora R\$7,7 milhões.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

Que está incluída nessa listagem do Marcos Valério.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É um subconjunto, sei. Eu disse isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando saiu no jornal que eu havia sacado seis milhões e alguma coisa, pedi ao Marcos Valério, fiz uma viagem, e pedi ao Marcos Valério: “Marcos, vamos sentar, procura lembrar, levantar todos os nomes a quem entreguei, quem você me pediu e etc.” Sentamos e, com base na planilha que ele fez, eu destaquei essa planilha aqui de pessoas que eu diretamente participei, no Banco Rural, na agência Brasília.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E as outras pessoas que complementam a lista dos 51 do Sr. Marcos Valério, a senhora teria alguma menção a fazer. A senhora simplesmente não recorda, não sabe, se a senhora participava de uma operação que era contínua.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Algumas coisas sei sim. Vendo a listagem do Marcos eu sei sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nessa listagem que ele entregou hoje, junto com os 100 documentos que foram mencionados aqui pela manhã, a senhora teria alguma coisa a acrescentar, a esclarecer mais a Comissão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não vi essa listagem. Não vi essa documentação que ele entregou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não se recorda de nenhum outro beneficiário ou beneficiária que não esteja nem nesse subconjunto de 12 da senhora, nem nos restantes 51 do Marcos Valério e que poderiam constar dessa nova relação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não sei se nessa relação que Marcos entregou junto com a documentação tem novos nomes. Não sei isso, porque não vi e não me recordo de nada além dessa lista dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não se recorda de nenhum outro beneficiário que não esteja nessa lista dos 12?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não fez, depois da sua confecção, nenhum esforço de recuperação da memória, não lhe veio mais nenhum outro nome?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Esses 12 foram os que participei diretamente, indo à agência de Brasília, repito. Quanto à listagem do Marcos Valério, tenho conhecimento de como alguns pagamentos foram feitos. Agora, além da listagem dele, eu não sei de nenhum outro nome.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora já falou, respondendo à Senadora Ideli Salvatti, que não havia um registro formal dos destinatários, dessas pessoas que efetivamente receberam. Então, há menções, há anotações, às vezes tem um nome principal em negrito e alguns nomes acessórios.

Indago, a senhora não teria nenhuma outro indício a mais de que essas pessoas efetivamente receberam essas quantias? Digo daquele subconjunto do qual a senhora participou.

Como a senhora prestava contas ao Sr. Marcos Valério de que realmente fez a transferência desses recursos às relações que eram trazidas aqui para a agência do Banco Rural em Brasília.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre falei com ele, sempre comuniquei a ele: “o que você me pediu foi feito”.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas não tinha nenhum controle formal, ficava tudo só oralmente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim; entre mim e ele sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não acha que para tantos valores, tantos recursos, somas vultosas, esses tipo de controle não era

excessivamente precário? Não soa estranho para a senhora isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre houve o cheque que deu origem a esse saque, e, com certeza, as pessoas deviam confirmar de alguma foram, provavelmente o Sr. Delúbio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque vimos lá nos documentos da Comissão que existem algumas em que há assinatura e outras, a senhora mesma falou, que a pessoa não assinava.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– sim. A esses lá na agência...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Como é que a senhora prestava contas e provava ao Sr. Marcos Valério que a missão tinha sido cumprida, vamos dizer assim?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre verbalmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tudo era

oralmente.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi entregue.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não acha que é muita precariedade para uma operação de tanto vulto econômico?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre foi assim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sabe-se

que o Sr. Davi Rodrigues, em Belo Horizonte, sacava com frequência quantias razoáveis lá da agência do Banco Rural, entregava ou à senhora Geisa, que era auxiliar da senhora, ou ao Sr. Cristiano Paes, que era sócio da DNA – não era da SMP&B. E aí, portanto, pergunto: para quem esses recursos do Sr. Davi Rodrigues eram entregues?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso é mentira dele, ele nunca foi à agência entregar valor algum.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele vai

vir depor aqui e vamos ter oportunidade de esclarecer isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Por favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então a

senhora disse que o Sr. Davi Rodrigues nunca entregou na agência qualquer coisa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os valores que ele sacou na agência?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E outros

valores.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca entregou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca vi esse cidadão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora disse na Polícia Federal que todos os pagamentos efetuados eram comunicados ao escritório da contabilidade Prata & Castro, para serem lançados na contabilidade da SMP&B. Isso significa que todas as entradas e saídas, evidentemente de recursos, na SMP&B eram contabilizadas. A senhora falou: eram contabilizadas genericamente, “empréstimos ao PT”. Isso já ouvi da senhora. Mas não havia nenhum detalhamento mais já que esses recursos, a senhora mesma diz na própria lista, que ora eram para o PL, ora eram para o PMDB, ora eram ao PT, ora era... Então, não havia nenhuma outra contabilização, era só a rubrica genérica? A senhora mantém isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Empréstimos ao PT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quanto foi movimentado, escriturado na SMP&B nos anos de 2003 e de 2004?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei. Não sei de cor. Número eu não sei nenhum de cor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora Diretora Financeira não sabe o valor que foi movimentado nas contas da empresa e de cujas finanças a senhora era a principal responsável? A senhora mantém isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso hoje já me foi perguntado aqui e eu já disse que números eu não sei de cor...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A minha expectativa é que, ao longo do depoimento, decida-se a ter uma memória menos seletiva, a contribuir mais com o País, com as instituições da República, que precisam do depoimento de V. S^a.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu posso mandar para o senhor amanhã algum documento dizendo isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) Por favor, eu gostaria que V. S^a fizesse isso. A senhora conheceu ou trabalhou com o Sr. Cláudio Mourão da Silveira?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Na Polícia Federal, a senhora disse que foi quem a indicou ao Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual o cargo ocupado pelo Sr. Cláudio Mourão, no Governo de Minas, na época que a senhora com ele trabalhou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Secretário de Estado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora conhece uma senhora de nome Patrícia Mourão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Patrícia Mourão. Ela não trabalhou no Governo com a senhora na época?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não me lembro de Patrícia Mourão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não lembra?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A Sr^a Geisa, desde quando a senhora conhece a Sr^a Geisa Dias dos Santos, auxiliar na SMP&B, no Departamento de Finanças?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Desde abril de 1999.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Desde abril de 1999. Ela trabalhou no Governo de Minas também?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– A admissão dela é anterior a minha na SMP&B; dois anos antes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A admissão na SMP&B. Antes as senhoras tinham trabalhado conjuntamente no Governo de Minas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não entendi.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Trabalharam juntas no Governo de Minas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– A Geisa?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não, ela é funcionária da SMP&B.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Só trabalharam juntas na SMP&B.

Satisfeito, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Senador...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a pela ordem. Logo em seguida, o Senador Aelton Freitas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas para efeito de informação, foi dada ciência ao Plenário de uma nota da Petrus a respeito do imóvel onde está localizada a SMP&B. Na nota da Petrus vem a informação de que, em 1999, o prédio, o edifício foi vendido a duas empresas: a Consultatum e a Planefim. No documento que a Petrus enviou aparecem como proprietários, a pessoa que responde pelas duas empresas, o Sr. Ronaldo de Souza. Estou aqui com um documento que me chegou depois desta comunicação, que é um histórico, que está no consultor jurídico, que dá conta que essas duas empresas – a Consultatum e a Planefim – estão localizadas, ocupam o mesmo andar de um prédio na Alameda Santos, nos Jardins, região nobre de São Paulo. E que não é mera coincidência de as duas estarem instaladas no mesmo prédio porque há profunda ligação das duas empresas.

O Sr. Ronaldo de Souza atuava como um tipo de representante do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira. No dia 17 de agosto de 1999, as duas empresas, a Consultatum e a Planefim, compraram esse prédio em Belo Horizonte do Fundo Petrus. A forma de pagamento foi uma entrada de R\$750 mil, 10% do valor do edifício, duas parcelas semestrais de R\$750 mil, vencendo em 17 de dezembro de 1999 e 17 de abril de 2000, e outras cinco anuais de R\$1,05 milhão, atualizadas pelo IGPM mais juros de 12% ao ano.

No caso da compra, o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira procurou esconder o seu nome nos registros de compra e venda porque ele nomeou, só para aquele período da efetivação da compra, o sócio Ronaldo de Souza como seu procurador para que, dessa forma, o seu nome não aparecesse nos registros tanto fiscais quanto imobiliários. Então, depois vou fazer a solicitação para que seja anexado este informe para que dê ciência a toda a CPMI de que a questão de ter sido citada a Petrus, que foi esclarecedora, também é esclarecedora essa outra informação a respeito de quem são efetivamente os proprietários do edifício onde está instalada a SMP&B.

É bom historicamente lembrar que o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira tem uma passagem bastante relevante em termos políticos no último período. Ele foi exatamente coordenador de finanças de campanha presidencial do tesoureiro do Sr. Fernando Henrique, o Sr. Serra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. E assim que V. Ex^a requerer será prontamente atendida.

Com a palavra o ilustre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Simo-

ne Vasconcelos, até peço escusas se repetir alguma pergunta, pois tive de me retirar das 14 às 16 horas. Se for repetitivo, basta dizer, e me compreenda.

Uma importante informação, já divulgada pela imprensa, mas que carece de esclarecimento mais exato, Sr. Presidente, Sr. Relator, é a suposta participação das empresas do sócio publicitário Duda Mendonça entre beneficiários dos saques autorizados pela SMP&B. Dessa forma, Sr^a Simone, eu gostaria de saber da senhora como eram os detalhes de contatos feitos pela SMP&B com a sócia publicitária de Duda Mendonça, Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desculpe. Deixe eu ver se eu entendi a pergunta. O senhor pode repetir?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A senhora conhecia a Dona Zilmar Fernandes Silveira? Qual era o seu relacionamento com ela?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu estive com a Sr^a Zilmar duas vezes. Uma vez, em Brasília, eu estava na companhia de Marcos Valério e fui com ele à agência da Zilmar, um escritório em Brasília. Uma outra vez foi quando ele foi à agência ter uma reunião com Marcos Valério, eu cheguei à sala para pegar uma assinatura, ela estava lá, e nos cumprimentamos. Enfim, é isso.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – As circunstâncias em que vocês se conheceram foi nesse primeiro encontro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E os encontros que a senhora manteve com ela, então, foram praticamente esses dois?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foram só esses dois.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A senhora confirma que o publicitário Duda Mendonça, através de Zilmar Fernandes, recebeu quinze milhões de reais de saque da SMP&B? A senhora tem prova concreta desses repasses?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Provavelmente, Marcos Valério tem, nessa documentação que ele depositou na Procuradoria.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Mas a senhora confirma?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa informação está na listagem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB

– GO) – Está ficando difícil para o orador e para quem

tem de responder. Eu gostaria de pedir a colaboração de todos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa informação, Deputado, consta da listagem que Marcos Valério elaborou. Muitos dos cheques que foram feitos, ele dizia que a destinação era para a Zilmar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Desses quinze milhões, a senhora sabe informar onde se dava a entrega desse dinheiro? Se era Belo Horizonte, São Paulo, Brasília ou outra localidade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sei de algumas. Diretamente na agência do Banco Rural em Brasília, na Avenida Paulista...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Em Brasília, na Avenida Paulista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, em São Paulo.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Em São Paulo, na Avenida Paulista.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É. Na agência do Banco Rural em... Na agência de Belo Horizonte. Esses cheques que esse Sr. Davi está dizendo que descontava e levava o recurso para dentro da agência, na realidade, eram valores que foram destinados a Sr^a Zilmar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – OK.

Diante da nota divulgada ontem pelo publicitário Duda Mendonça, ameaçando processá-la e negando qualquer recebimento de recurso, qual o seu posicionamento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não procede. Ele vai ver que não procede.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Acredito

que a essa pergunta a senhora já até deve ter respondido, mas...

Em algum momento, a senhora achou exagerada a responsabilidade de movimentar tanta quantidade de recursos para pessoas desconhecidas e com propósitos mal explicados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se eu me senti...? Desculpe...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Incomodada, desconfortável.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Senti, sim.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Chegou a participar isso ao Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, tanto que parou. Fiz isso em 2003.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Quanto a Ricardo Machado, qual o trabalho que ele fazia? A senhora já declarou que o conhecia.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se estamos falando do mesmo Ricardo Machado, ele foi sócio numa empresa...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Aqui em Brasília?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, da Multiaction, que é uma agência do grupo.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E a moça que tinha o nome fantasia Jane? Qual o relacionamento desse Ricardo Machado com ela e com as empresas de Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei. Não sei.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Nunca ouvi falar nesse nome.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A senhora

lembra se as empresas de Marcos Valério bancavam cartão de crédito para alguém de fora das empresas, principalmente ligado a algum agente político, de qualquer natureza?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A Agência SMP&B não tem cartão de crédito, cartão empresarial.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E as demais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei. A minha atuação é absolutamente só dentro da SMP&B.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A senhora tinha contato com alguns diretórios do PT estadual em alguns outros Estados, que não Minas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não. Contato com nenhum.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pedro Lopes, a senhora conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Dou-me por satisfeito. Era o que tinha a dizer, SR. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço V. Ex^a

Está com a palavra o ilustre Deputado Nelson Meures.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – SR. Presidente, SR^{as} e SR.s Parlamentares, tenho apenas duas perguntas para a SR^a Simone.

Sr^a Simone, a senhora tem conhecimento de que o Sr. Valério realizou pagamento a mando do Sr. Delúbio Soares no valor de quatro milhões de reais, por meio do Presidente do PTB, Roberto Jefferson? E de que ele confirmou esse recebimento e disse que se

destinaria ao custeio da campanha política municipal de 2004. A senhora tem esse conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento desse pagamento.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – A senhora não tem conhecimento...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – ...de que foi realizado esse pagamento em duas parcelas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – A senhora entregou duas listas: uma lista sua e uma do Sr. Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – Eu pergunto para a senhora o seguinte: nessa lista do Sr. Valério, estão incluídos os nomes da sua lista, da lista que a senhora repassou aqui? Ou são nomes diferentes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, essa minha lista fiz a partir da lista do Marcos Valério. Eu fui identificando as pessoas com as quais eu tinha tido participação direta na entrega dos valores.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – Então, quer dizer que os nomes que a senhora colocou na sua lista estão naquela lista que o Sr. Valério entregou ontem à Procuradoria-Geral da República.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Claro que os valores podem ser diferentes porque o do Marcos pode ter outros valores.

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – Outros valores, mas está incluído...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os nomes...

O SR. NELSON MEURES (PP – PR) – Os nomes são os mesmos da sua lista.

Então, era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Alvaro Dias já falou, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E o Deputado Álvaro Dias está presente? (Pausa.)

Vamos à lista, à relação de suplentes (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma (Pau-sa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradecemos ao ilustre Senador Romeu Tuma.

Tem a palavra o ilustre Deputado Pompeu de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós queremos, primeiramente, fazer uma afirmação que consideramos importante.

Em relação à conexão que está havendo, com a descoberta de corrupção dentro da base aliada, que respinga no Governo anterior, queremos afirmar, até mesmo em nome do nosso Partido, o PDT, Sr. Presidente, que as dúvidas e os questionamentos que o Brasil faz, inclusive com pesquisas sobre se vai terminar em pizza, quero reafirmar a convicção que tenho em meus colegas parlamentares da CPMI, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado. Até porque, se entendimento pudesse haver, não teriam a nossa convivência. Mais do que isso: se acontecesse alguma coisa dessa ordem, eu não tenho dúvida de que pode ser feita uma pizza, mas para assá-la é preciso lenha, fogo. E nós da CPMI serviríamos de lenha para essa fogueira. E eu não estou, e acredito que ninguém está disposto a ser queimado vivo para salvar a pele de alguns, dos que criaram toda essa confusão.

A nós, do PDT, não importa se a denúncia é contra o PTB, contra a base do Governo, contra o PT ou mesmo contra o Governo anterior. É importante deixar isso muito claro.

As informações, na medida em que estão chegando, vão se confirmando. À medida que se vão checando com os documentos, os assuntos vão coincidindo. Essa é a razão de continuarmos, com muita firmeza, nesse trabalho e analisarmos esses dados.

Sr. Presidente, nessa introdução, queremos afirmar que apresentamos vários requerimentos, muitos deles aprovados já pela CPMI, mas queremos destacar três aspectos que encaminhamos. O primeiro é relativo aos fundos de pensão, uma preocupação da economia do País, enfim, do sistema financeiro, do mercado financeiro que anda nervoso. Estamos pedindo a quebra do sigilo dos fundos de pensão tão-somente do BMG e do Banco Rural, onde sabemos que há efetivamente os problemas. Esse requerimento será votado. Também estamos pedindo que seja franqueado à CPMI cópia de um processo que tramita no Rio Grande do Sul – Processo 2004.71.00037133/4 –, na Justiça Federal da 1ª Vara, que trata de um esquema de corrupção com muitas gravações já degravadas

que citam muitos nomes. A CPMI precisa fazer uma avaliação desse processo. Por fim, há um requerimento que solicita a quebra do sigilo telefônico do número 9999 – não vou dizer o resto do número –, do 3324 – não vou complementar – e do 99116, três números de telefones ligados a dirigentes do PT gaúcho que tiveram saques na conta do Sr. Marcos Valério, segundo declarações da Srª Simone Vasconcelos.

Dito isso, queremos reafirmar, Sr. Presidente, que, no Rio Grande do Sul, há quatro casos sendo avaliados, analisados, investigados: o caso Banco do Brasil/DNA/Faurgs, relativo à pesquisas e repasses de recursos; o caso PT/Marcos Valério, envolvendo R\$1,2 milhão remetido ao PT gaúcho; o caso Arrieta/INSS, que acabei de falar, em que há algumas gravações que envolvem o Governo; e o caso agora citado pelo Senador Alvaro Dias de transferência de dólares do Sr. Marcos Valério, das suas empresas, por meio do Bannisul, banco gaúcho também, para as Ilhas Cayman.

Srª Simone Vasconcelos, tenho a melhor das impressões da senhora, já que tem sido positiva quando resolve responder, mas nem sempre assume essa posição afirmativa de resposta. Ao responder, a senhora o faz com convicção. Responde porque sabe e tem convicção do que está dizendo. Do contrário, a senhora não responde, embora saiba a senhora... Com isso, estou-lhe elogiando porque acredito que a senhora contribui com a CPMI em parte, mas há outra parte que a senhora sabe, e sabemos disso. A senhora também tem convicção de que há essa relação de conchecimento de parte a parte.

Eu me permito fazer uma leitura para registrar que a senhora veio à CPMI para falar o que o Marcos Valério a autorizou a dizer e que a senhora sabe muito mais sobre o Marcos Valério, inclusive sabe coisas que nem o Marcos Valério sabe. Não é nenhum exagero o que estou dizendo. A impressão que tenho é que a senhora tem o cuidado de proteger o Marcos Valério sob todos os aspectos, cercando essa operação de financiamento do BMG e do Banco Rural para repassar ao PT, dando uma espécie de testemunho desse contrato, que não existe no papel, que não está documentando, que é de bico, que é de beijo, que é de boca. A senhora veio aqui para deixar claro, deixar gravado: “Olha, o Marcos Valério fez, o PT recebeu o dinheiro, não vamos entrar muito nos detalhes de quem do PT recebeu, como recebeu, enfim, vamos deixar um pouco escondido. O importante é que foi feito e que queremos receber”. A senhora está arrumando uma forma de garantir ao Marcos Valério o direito que ele tem de, um dia, cobrar do PT o financiamento que fez. A senhora não está interessada em contar muito quem recebeu esse dinheiro, o que interessa a nós e

também ao Brasil. Queremos saber quem são os sacadores desse dinheiro do Sr. Marcos Valério. A senhora diz alguns, mas sabemos que é muito pouco diante dos muitos que sacaram. Arrisco dizer que a senhora sabe mais, porque há alguns sacadores que o Marcos Valério autorizou. Exemplo: um deputado, deputado X. A senhora foi pagar, só que na hora de pagar, não foi o deputado que foi receber, foi um emissário do deputado. Então o Marcos Valério não sabe quem é o emissário. Ainda que saiba o nome, não conhece a fisionomia. A senhora sabe o nome e conhece a fisionomia, porque a senhora teve o contato pessoal. A senhora concorda com essa afirmação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora quer dizer que todos para quem a senhora entregou a senhora conhece e o Marcos Valério conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nem todos que eu autorizei no Banco Rural em Brasília eu sei a fisionomia, porque alguns eu deixei autorizado ao Banco que repassasse o valor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é que era essa autorização?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu escrevia no próprio documento, no verso do documento, e isso a Polícia Federal está de posse de todos os xerox dessa documentação, e, segunda-feira, eu fiz esse pronunciamento lá na Polícia Federal....

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, depoimento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Depoimento na Polícia Federal e reconheci todos os nomes que eu anotei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa lista está lá.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E cujos nomes estão nessa lista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Confere os nomes com essa lista. Não tem mais alguns nomes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, Deputado! Eu sinto muito frustrá-los, mas eu não sei nada além do que estou dizendo. Interessante, eu trago uma lista, querendo... querendo, não, dizendo tudo o que eu sei, porque esta posição aqui eu acho detestável, isso que eu estou fazendo. A base do meu trabalho sempre foi a confidencialidade. Eu estou-me expondo, colocando, não queria ser a primeira a fazer isso. Estou fazendo isso porque os nomes saíram na imprensa, e o Marcos Valério protocolou um documen-

to. Venho, estou colocando, estou disposta a contar os detalhes de como foi e como não foi, no entanto....

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é que a senhora fez, então, essa lista? Essa lista que a senhora diz aí?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Marcos Valério fez essa listagem, eu estou voltando a repetir, porque eu acho que é a quinta vez que eu estou dizendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está, mas a senhora e ele. A senhora diz que foi ele, mas a senhora não participou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele fez essa listagem, e eu estava de férias, viajando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não participou da listagem.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Quando eu cheguei, essa listagem estava pronta, e eu, em conversa com o Marcos Valério, ficamos exaustivamente conversando e vendo o que era o quê, e isso, e aquilo, e eu cheguei à conclusão de que as pessoas com as quais eu me encontrei ou que deixei autorização no Banco são essas da lista que eu fiz aí de 12 nomes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é, a Fernanda Karina disse aqui que a senhora se queixou para ela que estava cansada, com dor nas costas, tentando carregar mala, e que os dedos, machucados de contar dinheiro. Procede essa informação dela?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Que a Fernanda Karina falou?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) –

Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Não!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora nunca confidenciou isso para ela?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nem nunca contei dinheiro, nem dentro de banco, nem dentro de hotel, nem dentro de agência. E nem nunca conversei com Fernanda Karina. Eu sou uma pessoa muito discreta e vou dizer uma coisa dessas para Fernanda Karina!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a Geisa não falou isso também?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Geisa?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Geisa, que é a sua secretária.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Geisa não é a minha secretária, é meu braço direi-

to, é minha gerente financeira e jamais diria! A nossa formação é de confidencialidade e de discrição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas então eu lhe pergunto: a senhora se cansou de carregar mala?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca carreguei mala, além de roupa, e a minha mala tem rodinha, eu não fico cansada, não!

(Risos.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode ser! É que, às vezes, é tão pesada que tranca a roda. Esse é o problema, não é!

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca peguei volume de dinheiro grande, Deputado! A vez que precisei pegar um volume maior, eu solicitei carro-forte, e esse carro-forte foi levado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que foi o caso aqui de Brasília.

Nessa operação lá do Rio Grande do Sul, a senhora fez contato com o pessoal do PT do Rio Grande do Sul?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quem são? Eu tenho que ver aqui na lista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu lhe dou os nomes aqui. O Marcelino Pies, Paulo Antônio Bassoto e o Sr. Jorge.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu já telefonei para algum deles, sim, eu não vou saber quem. Eu fiz um primeiro contato para pedir que entrassem em contato com o Marcos Valério.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Porque o Marcos Valério....

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando foi isso? A senhora lembra quando foi isso, mais ou menos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, eu vou olhar aqui a data e vou falar para o senhor o que foi, porque, se eu disse que eu não me lembro, vocês vão falar da minha memória.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, imagina!

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem aqui as datas dos repasses.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Próximo às datas do repasse.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah, com certeza!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora falou, com certeza, então, mais de uma vez, duas ou três vezes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, provavelmente foi uma, para colocá-lo em contato com o Marcos Valério.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E aí depois eles faziam contato com o Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, o Marcos me passava o dado que era para ser feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E como é que a senhora passava esse dinheiro para o Sr. Marcelino Pies e para o Bassoto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não vou saber detalhar cada um aqui como feito. Não sei, não sei se foi depósito bancário, o que foi eu não sei. Eu não vou me lembrar. Não vou saber.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, porque, veja bem, é Rio Grande do Sul, é longe, é distante, é deslocado do eixo Rio – São Paulo – Brasília – Belo Horizonte.

Houve o repasse, e ela já afirmou, já declarou que houve o repasse, e não é esse o questionamento. A questão é que tento buscar pela sua memória, e a senhora é muito inteligente. Este é um elogio que lhe dou e que é sincero: a senhora é inteligente. É para a senhora buscar na sua memória, no sentido assim: bom, mas eles pegaram em dinheiro. Mas o que ocorre?

Contam que o Paulo Antônio Bassotto, em um determinado episódio, teria sido retido em São Paulo no aeroporto, porque foi atacado pela Polícia Federal, que constatou na mala dele R\$120 mil em moeda corrente, em dinheiro vivo, e que, depois, deram umas explicações e liberaram o dinheiro.

Isso mostra que a conexão era Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e que o dinheiro era em espécie.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, por diversas ocasiões, os cheques eram feitos e entregues ao Marcos Valério. Pode ter sido um dos casos em que ele repassou à pessoa, a pessoa foi ao banco, ela própria descontou o cheque e levou. Eu não vou conseguir explicar cada um, o procedimento de cada um como foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Correto. Quando a senhora checkou... A senhora disse que... Eu entendi isto; a palavra é minha, mas o entendimento é este: o Marcos Valério fez a lista, e a senhora checkou com ele as listas. A senhora as conferiu depois que voltou de férias. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou me atendo mais ao Rio Grande do Sul, pela sua me-

mória. Quando a senhora chegou para checar, disse: não, é isso mesmo, são esses os nomes...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu não bato martelo e não dou certeza em cima dessa listagem de Marcos Valério. Eu faço em cima da que eu fiz, Deputado, da que eu fiz em Brasília, porque eu fui a Brasília e pessoalmente fiz a coisa acontecer. A de Marcos Valério... Hoje, eu já falei mais de uma vez aqui. Eu já estou desempregada mesmo... Tragam o Marcos Valério aqui para ele falar!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, mas eu estou tentando buscar isso, até para nós abreviarmos essa questão.

A senhora não sabe de algum repasse outro da SMP&B que tenha sido feito para o Rio Grande do Sul a qualquer título, para pagar gráfica, coisas dessa natureza?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei dizer. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essas operações a senhora diz que pode ter sido a senhora que fez, que pode ter sido o Marcos Valério que fez, que podem ter sido feitas em espécie e que podem ter sido feitas em registro bancário. Na conversa que a senhora teve com Marcos Valério, ele não lhe falou a maneira pela qual isso teria sido feito, se por banco ou em espécie?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque a senhora teve uma conversa mais demorada com ele, quando voltou.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim, e ele: não, isto aqui não foi com você, não! Isto aqui não é com você não, isto aqui não é com você não!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah! Ele foi descartando: isso não é do seu conhecimento, e eu fiz essa operação direto.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas ele tratou com a senhora dizendo: no Rio Grande do Sul, foi lá o recurso, e os nomes são esses.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está constando da lista dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. E a senhora telefonou, acredita, mais de uma vez

para esses números. Vamos quebrar o sigilo desses números.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o telefone que a senhora ligava para esse número?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hoje eu já passei aqui para a Comissão três números de celulares...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que a senhora ligava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pode ter sido de um deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De um deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É. São telefones...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos checar depois. Vamos fazer um contato, digamos assim, uma estrutura separada para fazer essa verificação. Vamos tomar conhecimento desses números, checar com esses outros números, quebrar o sigilo, ver se houve a ligação, porque a informação, lá no Rio Grande do Sul, é a de que a direção estadual do PT não recebeu esse dinheiro. Veja bem: essa é a informação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Con-

cluo, Sr. Presidente.

Então, fica uma coisa curiosa: alguém do PT veio buscar, e o PT, que mandou buscar, não recebeu o dinheiro; daqui a pouco, alguém, no caminho do PT, ficou com o dinheiro que era do PT. Quem faz para quem não merece não merece o que fez, e não sei como é que fica feito. É uma coisa muito complexa e complicada.

De qualquer sorte, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Quero consultar o Plenário. Temos de tomar uma decisão, porque não é justo deixar o depoente aqui o dia todo, a noite toda. Precisamos tomar uma decisão. Vamos ouvir o Sr. David Rodrigues ainda hoje ou amanhã. Fica transferido, então, o depoimento para as 10 horas de amanhã, para que possamos...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vamos disciplinar os trabalhos e procurar a solução mais viável.

V. Ex^a quer usar a palavra?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Tem a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Vamos definir aqui então da seguinte maneira. Em primeiro lugar, eu me distraí também, e há uma testemunha que está aí o dia todo. Então é preciso, se for esse o caminho tomado, apresentar as desculpas da Comissão, porque ele ficou à disposição aqui.

Em segundo lugar, vamos ouvi-lo amanhã, seria melhor marcar para a parte da tarde, porque na parte da manhã teríamos que decidir os requerimentos. São requerimentos importantes que implicam prazos a serem cumpridos. Portanto, teríamos a parte da manhã, mesmo que cheguemos aqui às oito ou nove da manhã para decidirmos a questão administrativa. E ouviremos a testemunha a partir de 1h, 2h.

Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a e ao Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu gostaria de ouvir o Plenário.

Há uma proposta da Deputada Juíza Denise Frossard.

Agora, vamos ser rápidos. Senão, não haverá tempo de ouvir a depoente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos ser rápidos senão estaremos tomando tempo de depoimento.

Serei rápido, Sr. Presidente.

Quero ponderar à Deputada Juíza Denise Frossard, minha dileta amiga, que nós já tivemos uma sessão administrativa na terça, quando avançamos sobremaneira nos requerimentos. Evidentemente são muitos os requerimentos, nós vamos avançando à luz também do andamento das investigações.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não com muito prazer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O que avançamos na questão administrativa foi por consenso, e deixamos exatamente para quinta-feira, os requerimentos mais pesados em relação aos quais não há consenso e para os quais precisamos de quórum inclusive.

Por isso, essa é a minha sugestão e obrigado pelo aparte, Deputado Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois não, eu quero ponderar isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual é a sugestão de V. Ex^a? Eu vou colher as sugestões.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A minha sugestão é que façamos a próxima sessão administrativa na próxima semana, porque já temos uma pauta de oitivas sinalizada para esta semana e que façamos o depoimento de amanhã no horário da matina.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito bem. É a sugestão de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu só quero reportar que houve um acordo firmado entre todos nós no sentido de fazer as oitivas hoje. Amanhã está marcada para as dez horas uma reunião administrativa, acordo que foi firmado com todas as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Qual é a sugestão de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Portanto, Presidente a sugestão é que a reunião administrativa seja pontualmente iniciada às dez horas e que ao meio-dia se inicie a oitiva.

Em duas horas, com a objetividade de voto, nós resolvemos tudo o que temos que resolver.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, de acordo.

Estou sendo informado pelo Deputado Abicalil que havia esse acordo e mantemos o acordo claro. Acho que é uma boa sugestão do Deputado Onyx e da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está decidido. Às dez horas teremos a reunião administrativa e, a partir das doze horas, passaremos a ouvir o Davi Rodrigues, com as nossas escusas.

Muito obrigado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Obrigada Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Faço esse comunicado ao Sr. Davi, com as nossas escusas já manifestadas.

Quero conceder a palavra ao ilustre Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, procurarei ser rápido nas minhas interrogações no sentido de procurar contribuir com o andamento dos trabalhos para que a CPI possa continuar caminhando com a rapidez em que está.

Quero também fazer uma ponderação, não me referindo especificamente ao dia de hoje, mas sobre algumas situações que eu observei no decorrer da CPMI dos Correios, com as quais não concordo. Quero deixar claro e patente aqui que, às vezes, na minha opinião pessoal, alguns parlamentares, quando estão

inquirindo as testemunhas ou os depoentes durante as oitivas, se excedem, Sr. Presidente, na minha opinião, porque, como dizia o filósofo Sêneca, se o homem não sabe a que porto se dirige, nenhum vento lhe será favorável. Na minha opinião todos sabem para onde estamos nos dirigindo.

Estamos caminhando no sentido de investigar, de apurar e de comprovar ou não as denúncias. Então, quando as testemunhas, os depoentes comparecem, acho que o Parlamentar tem a obrigação e o dever de inquirir, de perguntar e de respeitar as respostas dos depoentes, e não, como muitas vezes tenho observado, quando as pessoas fazem uma afirmação, transformar essa afirmação em pergunta e repetir a afirmação. Acho que isso não contribui em nada para o andamento da CPMI. Muitas vezes alguns se exaltam e até chegam a faltar, de certa forma, com o respeito às pessoas que estão comparecendo aqui.

Sr. Presidente, queria fazer essa observação. V. Ex^a, como Presidente da CPMI, está conduzindo, ao lado do Senador Delcídio Amaral, com muita propriedade, com muita capacidade e com muita competência os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, ladeado pelo nobre Relator, Deputado Osmar Serraglio, que também tem demonstrado competência no seu trabalho e tem deixado todo mundo perceber que realmente quer apurar, quer elucidar, quer esclarecer as denúncias que estão sendo feitas, oferecendo uma resposta a toda a sociedade brasileira.

Mas, como disse, Sr. Presidente, procurarei ser breve nas minhas indagações.

Pergunto a V. S^a se tem conhecimento do empréstimo de R\$11,7 milhões feito pela SMP&B na época da candidatura de Eduardo Azeredo ao Governo de Minas Gerais.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu não trabalhava na agência a essa época.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a não trabalhava na agência nessa época, mas V. S^a trabalhou na assessoria do candidato Eduardo Azeredo ao Governo de Minas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu era funcionária da Secretaria de Administração.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – No depoimento, nas declarações que V. S^a prestou, foi dito que trabalhou durante dois meses na campanha política do candidato à reeleição ao Governo do Estado de Minas, Eduardo Azeredo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Confere sim, por dois meses. Eu estava de férias e eu contribui no comitê de recursos humanos.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então, V. S^a trabalhou na campanha do candidato ao Governo de Minas...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Trabalhei com o Dr. Cláudio Mourão.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – (...) Eduardo Azeredo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E, depois, V. S^a passou a trabalhar na SMP&B.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu pedi licença em dezembro de 98 e, em abril de 99, fui apresentada pelo Dr. Cláudio Mourão ao Sr. Marcos Valério, que me deu o emprego. Fiquei três meses sem trabalhar.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Depois da campanha, V. S^a passou três meses sem trabalhar e começou, então, a trabalhar na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a foi apresentada a Marcos Valério por Clésio. Confere?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu nem conheço o Sr. Clésio. Foi pelo Sr. Cláudio Mourão.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Clésio era o antigo dono da SMP&B.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não conheço o Sr. Clésio. Fui apresentada pelo Sr. Cláudio Mourão.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Saiu no **Globo On-line** que o Sr. Marcos Valério manteve contatos em Portugal, e, segundo a matéria, o ex-Ministro de Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal, Antonio Mexia, disse que recebeu Marcos Valério como consultor do Presidente do Brasil.

V. S^a tem conhecimento dessa viagem de Marcos Valério a Portugal como consultor do Presidente do Brasil?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tomei conhecimento aqui, hoje, através de um documento que um Deputado aqui mostrou.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a mesmo trabalhando na empresa de Marcos Valério não teve conhecimento dessa viagem dele a Portugal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Talvez só convivendo com Marcos Valério para entender isso. Marcos Valério é um homem do mundo, com mil viagens, mil compromissos e não dá satisfação do que ele faz. Não saberia de jeito nenhum onde ele está ou o que está fazendo.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Em nota distribuída à imprensa a Portugal Telecom admitiu que o Sr. Marcos Valério esteve em Portugal, mas negou o teor que estava sendo levantado sobre o encontro.

A Sr^a conhece o Sr. Cristiano Paes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quem é Cristiano Paz?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Ele é o Presidente da SMP&B. Presidente-Fundador.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Ele é Presidente e fundador da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então ele é sócio de Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E qual a porcentagem das ações que ele tem na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É um terço de cada um deles. São três sócios.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quem é o outro sócio? A Sr^a poderia informar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É o Sr. Ramon Cardoso.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Ramon Cardoso, Marcos Valério e Cristiano Paz são os três sócios da SMP&B. Então, tudo o que o Sr. Marcos Valério fazia o Sr. Ramon e o Sr. Cristiano tinham conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pressuponho que sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então, Sr. Presidente, acho que a CPMI deveria convocar também para ouvir os sócios do Sr. Marcos Valério, os Srs. Cristiano Paes e Ramon, porque se são sócios, com a mesma quantidade de ações, com os mesmos direitos e deveres, logo, eles devem ter conhecimento de todas as movimentações, doações financeiras. Quero comunicar a V. Ex^a que vou entrar com requerimento pedindo a convocação do Sr. Cristiano Paz e do seu sócio Sr. Ramon para que compareçam à CPMI no sentido de dar esclarecimentos sobre todas as questões que foram levantadas. Até agora, nós ouvimos o Sr. Marcos Valério, que é apenas um dos sócios. Acho que devemos ouvir também os outros sócios.

Era só isso, Sr. Presidente, que gostaria de perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A partir do momento que V. Ex^a formalizar, naturalmente nós iremos colocar em deliberação.

Com a palavra o ilustre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito obrigado Sr. Presidente. Quero cumprimentar o nosso Relator, a nossa depoente de hoje, os colegas parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Em primeiro lugar, como todos sabem aqui sou Deputado Federal pelo PT do Rio Grande do Sul. E, como nas últimas 24 horas, tivemos uma informação de uma lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, de que um dos destinatários de recursos que ele enviava teria ou terá sido o ex-tesoureiro do PT à época, Marcelino Pias, quero dizer que, como em todas as demais circunstâncias, defendendo, de maneira muito serena e firme, que se faça uma investigação absolutamente criteriosa sobre se houve ou não houve essa remessa, quem ra recebeu, em que condições foi recebida e qual o destino foi dado a ela, sem prejulgamentos e defendendo, como de costume, uma investigação republicana.

Não entrarei aqui em crise ou críticas dizendo que aqueles Deputados que levantaram esse tema estariam estadualizando a questão, desviando o foco da CPI etc. Não, nós todos temos responsabilidade de investigar tudo. O que o Brasil quer é que esta CPI produza os melhores resultados possíveis.

Agora, digo isso e assumo o compromisso público de que é preciso investigar sobre essa remessa de um milhão e duzentos para o Estado do Rio Grande do Sul, porque também quero criticar aqui o procedimento de alguns parlamentares que estão alimentando um ambiente de denunciismo no nosso País. É evidente que existem denúncias que estão se comprovando sérias e é evidente que estamos aqui investigando e encontrando cada vez mais provas e indícios. Hoje ninguém mais tem dúvida de que, infelizmente, digo eu, foi montado um enorme sistema de caixa dois, que agride a minha visão sobre como deve ser feita a política.

Quando se fala de caixa dois, ouço, às vezes, algumas falas, como ouvi novamente aqui hoje. Mas e o dinheiro que o PT recebeu? É verdade, o PT deve pagar o preço político pelo erro grave e pela ilegalidade cometida por alguns dos membros do nosso Partido em funções de direção partidária. Também é verdade que se deve repetir sempre – e, como poucas vezes isto tem sido repetido, uso meus quinze minutos para fazê-lo – que esse esquema de arrecadação e caixa dois que envolve o Sr. Marcos Valério e essas duas agências de publicidade aportou recursos que chegaram aos seguintes Partidos: PT, que é o meu Partido; PMDB; PL; PTB; PP; PFL e PSDB. Até este momento, os indícios e o acúmulo de provas envolvem, com

diferentes intensidades, parlamentares e/ou outros líderes desses Partidos que acabo de citar, todos com a mesma história básica: recebendo recursos para o caixa dois de campanhas políticas de candidatos eleitos ou não eleitos.

Então, faço um apelo permanente ao republicanismo dessa investigação, para que seja absolutamente equilibrada, sempre citando todos os envolvidos com os ilícitos que estamos vivenciando.

A segunda questão é que ouvi a ânsia do Deputado Pannunzio. Cito-o, porque foi ele quem leu, em questão de ordem, uma nota. Inclusive, evidentemente todos aqui defenderemos sempre, na plenitude, a necessária e fundamental liberdade de imprensa. Mas sai uma nota no Globo *on-line*, e essa nota aborda o assunto de ontem do Deputado Roberto Jefferson, que é um grande “acusador-geral da República”. Evidentemente, disse coisas que estão se comprovando, mas disse muitas coisas que não se estão comprovando. Por exemplo, ele fala que tem mensalão para todo mundo, mas que não tem mensalão para o seu próprio Partido, o PTB. Só que há aqui os recursos na lista que foi entregue ao Ministério Público; indica-se o envio de recursos para o tesoureiro do PTB e para o falecido ex-Presidente do PTB.

Pergunto: para que foi esse dinheiro? Ou tem mensalão, ou não tem mensalão. Há ilícito? É evidente que há. E não corroboro com isso e sou absolutamente duro na investigação de todo esse ilícito. Se recursos foram passados de forma ilegal, como é o caso de todos estes aqui, todos devem ser punidos.

O Deputado Roberto Jefferson já se sentou aqui para dizer: eu conto o que nós fizemos. Ele não conta nem um décimo das coisas que provavelmente fez. Então, ele não pode ser tratado como herói neste País. Precisamos tratar como heróis todos os que se estão empenhando em construir política permanentemente, com o compromisso de fazer política com ética.

Mas dizia a nota do Globo *on-line* que o Sr. Marcos Valério teria sido recebido pelo ex-Ministro de Portugal, no dia 16 do mês passado, na qualidade de consultor do Presidente do Brasil, ou seja do Presidente Lula, a pedido de Miguel Horta e Costa. Isso pode ser verdade? Isso pode ser mentira? Isso pode ser as duas coisas. Tenho a convicção pessoal de que isso é mentira, mas não posso, em caráter liminar, definir que isso é mentira ou verdade. Mas isso não pode ser utilizado por parlamentares, na ânsia de envolver o Presidente Lula, na ânsia de construir uma versão de disputa político-partidária dentro dessa crise, dura para todos nós que a estamos vivendo, para tentar empurrar o Presidente Lula para dentro dessa crise com base numa nota.

Vejam bem: ele teria sido recebido como consultor do Presidente do Brasil. É muito grosseiro isto aqui. Se isso for verdade, é um enorme escândalo. E se isso for mentira, é um grande escândalo também, porque definir que o Presidente da República está participando de um processo como esse e que enviou o Sr. Marcos Valério como consultor do Presidente. E sabemos outras coisas que dão indícios ao contrário: o Sr. Marcos Valério é muito amigo de Daniel Dantas, que, aliás, fez grandes negócios neste País no período das privatizações. Comprou a troca de banana parcelas da telefonia brasileira. E me pergunto até hoje onde está esse dinheiro. Mas o Daniel Dantas é o dono do Opportunity, que é um banco que já foi muito falado neste País e que eu queria ter investigado há muitos anos, inclusive. E aí o Daniel Dantas tem interesses e o Marcos Valério é o publicitário das empresas de telefonia do Daniel Dantas. Aí posso intuir que ele foi lá para tratar dos seus negócios também, que é manter a conta de publicidade se a Telemig for vendida para a Vivo ou para a Portugal Telecom. Ele quer manter os seus contratos de publicidade. Aí a empresa traz uma outra nota. E diz a empresa, na nota que coloca: a Portugal Telecom manteve contatos com o Sr. Marcos Valério de Souza, que nos procurou no contexto de a Portugal Telecom estar potencialmente interessada na aquisição da Telemig. Pergunto, Deputado Fernando Coruja: isso é mentira ou é verdade? E de novo não podemos responder aqui açodadamente porque, numa crise dessas, o Brasil demanda serenidade, o Brasil demanda investigação responsável, o Brasil demanda “não” ao denunciismo, especialmente quando esse denunciismo é alimentado por alguém, que pergunto: mas por que o Deputado Roberto Jefferson não fez essa denúncia tão grave, Deputada Juíza Denise Frossard, no seu primeiro depoimento? Mas essa denúncia seria a mais grave de todas que ele tinha para fazer. Ou será que ele tem uma técnica, além da técnica teatral, ele tem uma tática de alimentar denúncias a cada tanto tempo para usufruir do benefício político que ele busca usufruir dentro dessa crise e dentro desse erro e ilegalidade grave que foram cometidas pelas pessoas que se envolveram nesse processo de caixa dois? Ouço o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso dizer, de forma patética, numa entrevista, outro dia, que o que é do passado não interessa ser investigado. Mas, olha, qual é o critério republicano de investigação? É uma inquisição contra aqueles que hoje tem a responsabilidade de dirigir o País e que devem pagar pelos seus erros? Porque temos que trabalhar para que a política seja a superação permanente das mazelas que enfrentamos, mas será que quando se fala – como hoje o meu colega Deputado Jorge Bittar volta

a falar – de caixa dois, tem que dizer que teve o caixa dois Marcos Valério, Delúbio e teve o caixa dois do Sr. Cláudio Mourão, da campanha do Senador Azeredo a Governador de Minas, e Marcos Valério. Teve caixa dois. E não pode entrar em surto aqui quando se fala desse caixa dois e dizer: mas como fala desse caixa dois? Não estamos aqui para isso. Nós estamos aqui para tudo, para investigar republicanamente tudo. Não estamos aqui nem para uma inquisição contra o PT nem para uma inquisição contra qualquer outro partido. E acho que não é uma coincidência que a nossa depoente de hoje, depois de exercer um cargo de confiança na secretaria de administração do Governo de Minas Gerais, com quem o Sr. Marcos Valério mantém relações extremamente próximas... As contas de publicidade do Governo de Minas Gerais estão nas mãos da SMP&B e da DNA. Mas vem cá, se tenho preocupações de como foram feitos os contratos da DNA e da SMP&B com o atual Governo Federal – e tenho e quero investigar –, por que cargas d'água vou imaginar que lá, em Minas Gerais, a mesma SMP&B, a mesma DNA, o mesmo Marcos Valério teriam feito licitações absolutamente corretas dentro da Lei de Licitações, sem nenhuma possibilidade de superfaturamento, sem nenhuma outra possibilidade... Ora, por favor. Nenhuma criança poderia pensar em uma hipótese dessa, que alguém que foi tão profissional para montar esse esquema, que inclusive conseguiu abrir a porta, para minha infelicidade e a do meu Partido. O Marcos Valério é um lobista ultraprofissional. Ele pode até ser um bom empresário e tal. Mas ele não é só isso. Ele é um lobista ultraprofissional, que se move com enorme capacidade de abrir as portas de governos para traficar influência e para montar esquemas como esse que foi montado aqui.

Bom, mas então a nossa depoente de hoje ocupou um cargo de direção, cargo em comissão, na Secretaria de Administração, quando o Secretário era o Sr. Cláudio Mourão. O Sr. Cláudio Mourão depois veio a ser o tesoureiro da campanha do Sr. Eduardo Azeredo. E aí volta, e nós temos toda a notícia de caixa dois de que o Sr. Eduardo Azeredo nos diz que quem operou foi o Sr. Cláudio Mourão. E eu até posso evidentemente acreditar nisso. Mas é lógico que teve caixa dois, como eu estou dizendo que houve aqui, neste caso, quem operou.

Outro ponto que me chamou a atenção – e a Senadora Ideli falou aqui – é que, quando lhe foi perguntado de quem era o prédio onde funciona a SMP&B, em Minas Gerais, a senhora primeiro teve dificuldade de responder. A senhora não lembrava, etc, apesar de pagar os aluguéis. Depois disse que o prédio era da Petrus. A senhora confirma isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É. Eu me esqueci da palavra Consultatum. Eu fiquei tentando me lembrar aqui. É a Consultatum.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Como?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É a Consultatum.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Certo. Perfeito. Então, somente para que se tenha uma idéia. E isso é extremamente interessante. E eu concluo com isso. A Consultatum e a Planefin são duas empresas de propriedade de duas pessoas. Uma é o Sr. Ronaldo de Souza, e a outra é o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira. O Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira foi diretor do Banco do Brasil durante o governo passado e foi o tesoureiro da campanha de José Serra e da campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Esse prédio, pasmem, pois é interessante, foi adquirido da Petrus pelas empresas, por um preço que não vou entrar em detalhes. Não sei se foi um preço bom, correto ou não. Mas, casualmente, ele foi registrado em nome somente da empresa. E, no dia do registro, o Sr. Ricardo Sérgio teve o cuidado de retirar o nome dele do registro da propriedade do prédio. Ele passou uma procuração para o sócio dele na tal empresa, registrou somente no nome da empresa. Outra coincidência fantástica é que, no mesmo dia, o sócio em nome de quem foi comprada a empresa assina uma procuração para que o Ricardo Sérgio, caixa da campanha de José Serra, fosse o administrador dos resultados que aquele prédio pudesse auferir de aluguéis etc.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a se esgotou, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu concluo, Sr. Presidente, somente dizendo que, de fato, temos de trabalhar atrás de todas as informações, de todas as possibilidades que temos de esclarecer, de todas as dúvidas que temos. E faço mais uma vez um apelo, porque hoje aqui, na minha opinião – essa é uma opinião política – e eu concluo com isso, foi cometido mais um ato de denunciismo, quando se tenta, na ânsia e na pressa, colocar em cima de uma nota, que não se sabe nem de onde vem...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, por gentileza, conclua, senão não será possível concluir.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E eu concluo, Presidente. Eu concluo em uma frase. Desculpe-me, Presidente. Com certeza, V. Ex^a tem sido tolerante. Se tentar colocar o Presidente da República dentro dessa crise.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 14.

Sr. Presidente, o Deputado Henrique Fontana, toda a vez que fala, tem trazido questões aqui, tentando jogar na lama do Partido dos Trabalhadores, colocando pessoas honestas e decentes na lama de corrupção deste Governo.

O SR. (Orador não identificado) – É inaceitável, Sr. Presidente. Que Art. 14?

O SR. (Orador não identificado) – Isso não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – V. Ex^a não foi citado. V. Ex^a não tem o direito de citar o art. 14. Mas V. Ex^a não foi citado.

O SR. (Orador não identificado) – ...do Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – No momento, V. Ex^a não dispõe do uso da palavra. Com a palavra o Ilustre Deputado Silvio Torres.

O SR. (Orador não identificado) – A lama mineira é de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não vou admitir discussões paralelas.

O SR. (Orador não identificado) – Mensaleiros!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a. Asseguro a palavra a V. Ex^a, Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Srs. Deputados, eu queria, em primeiro lugar, me dirigir à depoente para dizer a ela como funciona uma CPI. Para que uma CPI se instala? Qual o nosso papel? Hoje, a Senhora participa, certamente pela primeira vez, de uma instituição dessa natureza dentro da Câmara Federal e do Senado.

O nosso papel é investigar, é buscar todas as informações que possamos trazer à luz, com fatos que comprovem as denúncias; com fatos que comprovem as irregularidades. E no final de tudo isso, o relator apresenta um documento, que é chamado relatório, que é votado pela CPI e, posteriormente, se aprovado, é levado ao Ministério Público. Cabe ao Ministério Público dar seqüência ao processo. Se o Ministério Público encontrar elementos que possam comprovar as irregularidades e os crimes, ele o envia ao Judiciário, que por sua vez inicia um processo.

Por que eu estou dizendo isso para a Senhora? Para alertar à Senhora de que não acaba com o seu depoimento de hoje, ou o depoimento que já prestou na Polícia Federal. Que não vai acabar o seu trabalho, o seu esforço, a sua luta. Muito provavelmente, vai-se estender isso para além do término desta CPMI e a Senhora vai ter que acabar respondendo, no Ministério Público e no Judiciário, por tudo o que declarou e por tudo que envolveu a Senhora nesse processo.

O Sr. Marcos Valério já cuidou do futuro dele. Já cuida do presente e do futuro dele. O Sr. Marcos Valério já esteve na Procuradoria-Geral, por duas vezes, procurando fazer acordos que garantam a sua não-criminalização, a sua não-penalização em troca de uma delação, chamada delação premiada. E ao mesmo tempo ele pode fazer acordos com aqueles que se envolveram com ele nesse processo, todo ele desonesto, e até garantir o seu futuro financeiro, porque certamente ele vai precisar dessa garantia, porque sobre ele vão cair a Receita Federal e todos os órgãos de investigação deste País.

Então, a Senhora vai precisar de advogados, não agora, apenas; no futuro. E a Senhora vai precisar ter recursos para garantir que não caia sobre a Senhora, no final de tudo isso, o peso dessas culpas.

Então, eu estou fazendo esse alerta porque eu percebo que a Senhora está bastante tranqüila, talvez com a consciência ainda leve e talvez não bem informada, ou talvez não bem consciente do que vem pela frente. E a partir daí eu quero fazer algumas indagações à Senhora.

Primeiro, Dona Simone, quem é o responsável pela guarda dos documentos da área financeira que a Senhora dirige? Quem responde pelo arquivo? Quem cuida desse arquivo? Quem manuseia esse arquivo? Enfim, quem pode levar ou tirar documentos deste arquivo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O arquivo contábil?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, o arquivo financeiro. O registro de caixa, enfim, toda documentação que diz respeito à área...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Eu vou pedir mais uma vez ao Plenário para fazer silêncio. Está difícil! Está difícil para o orador e vai ser difícil para ela responder também.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Senhora entendeu a pergunta?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Creio que sim, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Senhora poderia me responder?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Vamos tentar.

E essa tranquilidade que o Senhor está dizendo aí não é real.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpe, eu não estou ouvindo a Senhora. Também, acho que está muito barulho.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa tranquilidade com que o Senhor está dizendo que eu estou não é real. É uma situação bastante constrangedora e difícil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– A documentação da SMP&B tem um escritório que faz a contabilidade. Após a contabilização desses documentos, eles são acondicionados e são guardados em caixas, como em qualquer agência, em qualquer empresa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sei. Mas quem é a pessoa responsável? Quem é que pode mexer nesses documentos? A Senhora? É a Senhora a pessoa, como Diretora Financeira e Administrativa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu, fisicamente, não vou num arquivo mexer em caixas, em papéis, não. Tem uma empresa contratada de arquivamento, de documentação. Contratada pra isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim. Mas eu estou perguntando, Dona Simone, quem é a responsável? A pessoa responsável? O arquivo não fica por conta de qualquer um; alguém tem autorização para manusear o arquivo...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ... especialmente o arquivo financeiro. É a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, tem uma empresa contratada, que o arquivamento, a parte de arquivamento – precisa localizar tal nota, tem um sistema, a pessoa vai à nota, sabe qual caixa *box*... É isso que o senhor está me perguntando? E onde o documento está... É isso?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem uma pessoa responsável por isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não quero saber quem é o arquivador, nem quem é o contínuo do prédio. A senhora... Estou perguntando sobre o responsável, sobre responsabilidade, quem responde por ele, não é quem...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sou eu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É a senhora. Muito bem.

A senhora, nesse tempo, agora, especialmente depois que começaram a surgir as denúncias, a senhora recebeu alguma instrução para mudar esses documentos de lugar ou mandá-los para algum outro local que não fosse a sede da empresa ou tirá-los do local onde eles estavam guardados anteriormente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, Deputado. O que está acontecendo é uma auditoria interna, porque...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não... Sim... A senhora não mexeu e não recebeu nenhuma orientação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eles se encontram exatamente no mesmo lugar em que eles se encontravam?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora tem conhecimento se algum documento da empresa, alguma outra pessoa levou para algum lugar documento da empresa? Algum documento financeiro, algum documento contábil, algum documento de caixa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora não tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, segundo a senhora, isso se encontra exatamente na mais perfeita ordem...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nunca se mudou de lá. Muito bem.

Que diretores, além do Sr. Marcos Valério, respondem pelos documentos? Todos eles são pessoas que lidam, que circulam pela empresa e vão lá e mexem nos documentos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– São três...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Além do Sr. Marcos Valério, os demais sócios também?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– São três sócios...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Todos eles têm a mesma função?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não... Os outros dois são publicitários, mexem com

a área fim da agência, e Marcos Valério na área financeira.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, quero concluir o seguinte: a senhora e o Sr. Marcos Valério são as duas pessoas que respondem pelos documentos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa que é a pergunta. Muito bem. Dito isso, vou fazer uma outra série de perguntas para a senhora.

Os contratos de empréstimos, o PT, o Sr. Marcos Valério alega, e a senhora também confirma, que todos os recursos obtidos nos empréstimos dos bancos foram destinados ao PT, certo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esses recursos transferidos ao PT, essa operação, houve um contrato de empréstimo entre o PT e a empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não tenho conhecimento disso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como a senhora...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não tenho esse documento. Se ele existe, eu não tenho esse documento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora quer dizer que a senhora, como diretora financeira, a senhora recebe um dinheiro do banco, esse dinheiro entra no seu caixa, e a senhora não tem um documento que diga de onde veio esse dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Ah, não... O senhor está me dizendo dos empréstimos do Banco Rural e do BMG à agência?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, tem todos os contratos, com documentação...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, esses contratos, depois, geraram empréstimos ao PT.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Toda empresa – como a senhora muito bem deve saber, porque tem uma formação para isso – toda empresa, quando empresta dinheiro para outra empresa ou para um particular, ela é obrigada a fazer um contrato de mútuo. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não tenho conhecimento de que haja um documento formal entre a SMP&B e o PT.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Eu quero dizer para a senhora se a senhora sabe que toda empresa é obrigada a ter um contrato de mútuo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Um contrato de mútuo, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque deve ter havido... Houve alguma outra oportunidade em que houvesse um empréstimo e foi feito um contrato de mútuo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não do meu conhecimento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quer dizer que, durante toda a vivência da senhora na diretoria, nunca houve um empréstimo a outra empresa...?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Olha, eu teria que consultar. Eu, assim de cabeça... O volume é enorme, o movimento é enorme, eu não sei dizer.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Muito bem. Então, a senhora não sabe dizer. Agora, a senhora não sabe se há um contrato de mútuo entre o PT e a SMP...?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – SMP&B.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não há esse contrato de mútuo? A senhora não sabe dizer?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora, apesar de ser a diretora, não sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Muito bem.

A sua empresa, a empresa de que a senhora é diretora, é uma empresa S.A. ou é uma limitada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É limitada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Limitada. O seu cargo de diretora financeira é estatutário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Estatutário?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora consta como diretora financeira de que maneira? Em um...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sou celetista, carteira assinada...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, sei. A senhora é celetista. Então, a senhora não tem o cargo? A senhora não recebe o *pro labore*?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora não recebe um *pro labore*? A senhora é contratada...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Na SMP&B, não! Eu tenho meu salário.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi dito aqui por várias pessoas – a senhora não negou, e, portanto, eu dou por correto – que a senhora ganha R\$13 mil por mês.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E a senhora ganha R\$13 mil por mês como celetista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Como funcionária da SMP&B.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, eu sei. A senhora está registrada por esse valor? Na sua carteira, constam R\$13 mil?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não, não. Na minha carteira, consta que sou assessora da diretoria com um valor. E eu presto serviços através de pessoa jurídica de uma empresa que eu tenho. Eu presto serviços a ela, à SMP&B.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a senhora não é registrada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a senhora não é uma diretora financeira da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Eu sou registrada na empresa, sim. Tenho cargo de diretora e presto serviços através de uma nota fiscal, o que é praxe nas agências de publicidade. Quando eu entrei na agência, o procedimento já era esse.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora não pode ter dois salários. A senhora não pode ter um salário como consultora ou como assessora e outro como registrada. A senhora não pode ter isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– É uma empresa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É uma empresa que está em seu nome?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a senhora é registrada como funcionária. Qual é o salário com o qual a senhora é registrada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Na carteira?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Dois mil reais.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o restante, os R\$11 mil, a senhora recebe como consultora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Através de prestação de serviços.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – De prestação de serviços?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa maneira pela qual a senhora recebe está registrada no livro Caixa que toda empresa que é limitada deve ter? Aliás, eu queria fazer uma outra pergunta para a senhora: a empresa recolhe imposto pelo lucro presumido ou pelo lucro real?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Lucro presumido.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Lucro presumido. Então, se ela recolhe pelo lucro presumido, a senhora sabe que a empresa precisa registrar no livro Caixa, no Cartório de Registros de Pessoa Jurídica, trimestralmente, toda a movimentação dela. A senhora sabe disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Pois muito bem. E, nesse registro, consta a maneira como a senhora é remunerada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Constam também as saídas de caixa para o PT a título de empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Empréstimo. Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E esses recursos vêm sendo transferidos ao PT desde 2003?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Desde 2003.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desde 2003. E esses recursos constam desde o início? Estão registrados no livro Caixa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estão registrados nos balanços de 2003 e 2004?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A que título?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Ah, não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como a senhora não sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Isso é contábil. Eu não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Isso não é contábil.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ah sim. É o contador que faz isso. Não sei, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora não lê o balanço da empresa da qual a senhora é diretora financeira e administrativa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Vejo aquilo ali. É o contador que fez. É assinado por ele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. O contador assina.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele assina, mas não é ele que é responsável por todos os lançamentos. A senhora é responsável. E o Sr. Marcos Valério e os outros dois sócios é que são os responsáveis pelos lançamentos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. A minha responsabilidade aí está bem limitada. Acho que está havendo uma certa confusão aí. São os sócios...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora acabou de dizer que é diretora financeira e administrativa.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sou. Sou, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, nesse caso, a senhora diz que não sabe se, no balanço da empresa, nos dois anos, estão lançados os empréstimos do PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu imagino que devam estar, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. A senhora imagina, não! A senhora não pode imaginar. Ou a senhora sabe, ou a senhora não sabe.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Então, eu não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quem pode imaginar somos nós. A senhora, não.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Então, eu não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a senhora não sabe. A empresa tem um contrato social?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora conhece o contrato social?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse contrato social prevê a figura de diretor financeiro e administrativo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na figura de Marcos Valério.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, é ele que é o diretor financeiro e administrativo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a senhora não é a diretora financeira e administrativa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso é só um título. É uma nomenclatura que se usa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Não é uma nomenclatura. Nós estamos falando em um órgão, numa instituição, numa CPI. É como se a senhora estivesse falando na Justiça. Nós não podemos presumir.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O que o senhor quer me perguntar, então? Porque eu não entendi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Já perguntei.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não entendi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora é ou não é a diretora financeira da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sou. E o Marcos Valério é o Vice-Presidente Administrativo Financeiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, no contrato social, ele consta como Vice-Presidente Administrativo e Financeiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E a senhora consta como diretora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não consto do contrato social. Eu não sou sócia. Sou empregada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas isso não impede que, no estatuto da empresa...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não consto do contrato social de forma alguma.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Uma outra questão que eu queria perguntar à senhora era a seguinte: os balanços da empresa apresentam lucro ou prejuízo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Lucro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora sabe dizer qual é o lucro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – D. Simone, a senhora não sabe quanto é o lucro da empresa. A senhora diz que não sabe quanto a empresa fatura. A senhora já declarou anteriormente. A senhora não sabe informar quanto fatura para o setor público e para o setor privado. A senhora não sabe dizer onde a empresa faz os investimentos. Então, como podemos acreditar que a senhora seja diretora financeira da empresa, recebendo 13 mil reais. Para fazer o que, se a senhora não cuida daquilo que, em qualquer outra empresa, isso é de responsabilidade da diretoria da qual a senhora se intitula?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V.Ex^a já se esgotou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – V. Ex^a vai me fazer o favor, Sr. Presidente, de me dar o mesmo tempo que deu para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V.Ex^a pode reinscrever-se.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É que quero que V.Ex^a me dê a mesma tolerância que deu aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A tolerância já é de um minuto.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. V.Ex^a não me deu nem um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– É que ainda há 15 oradores inscritos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou aqui desde as 10 horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Gostaria que V. Ex^a colaborasse.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Gostaria que V.Ex^a tivesse a mesma tolerância que teve com outros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Peça a V.Ex^a que conclua.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – V. Ex^a vai me dar mais um pouco de tempo e concluirei. Está bom?

Quero perguntar à senhora o seguinte: se a senhora ganha esses 13 mil para exercer as funções que qualquer outra diretora financeira assumia ou para fazer os trabalhos extras que incluem fazer pagamentos de políticos e de pessoas de modo desonesto e ilegal?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca fiz pagamento ilícito a ninguém. E não rece-

bi nunca um centavo a mais de salário por essa atividade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. A senhora fez pagamento. Não estou dizendo que a senhora recebeu. Foi essa a pergunta que fiz.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nunca fiz pagamento ilícito, foi o que o senhor me perguntou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero fazer mais uma pergunta, se o senhor me permite?

D. Simone, a senhora fez recentemente um pagamento ao escritório de advocacia de São Paulo, conforme noticiou um jornal, do Deputado José Mentor, de 120 mil reais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não fiz esse pagamento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse pagamento não passou pela senhora? A senhora não assinou nem fez transferência.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra, pela ordem, ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, no momento em que houve uma confusão anteriormente, alguém disse que essa lama é de Minas, essa lama é mineira. Alguém falou aqui. Quem foi?(Pausa) Quem? Henrique Fontana que falou?

O SR. (Orador não identificado) – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Alguém usou essa expressão aqui. Eu escutei, eu estava aqui. Foi falado, sim.

Quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: pode ter passado por Minas toda essa confusão e toda essa lama, mas a lama não é de Minas, porque ainda não está definido de onde é o dinheiro. Só queria que ficasse bem colocado isto: a lama está terminando no Brasil inteiro e em vários Estados. Então, simplesmente porque passou por Minas, passou por uma agência de publicidade de Minas, porque um veículo que foi usado, não quer dizer que Minas é a origem disso tudo. Estamos tentando resolver um problema nacional, que vai encontrar solução, um problema para o qual vão ser encontrados os culpados. Simplesmente falar que a origem é Minas, aí não! Só queria colocar isso para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço. Acolho as palavras de V.Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Houve uma redefinição, que acho correta, do depoimento do Sr. David Rodrigues Alves para o dia de amanhã. Gostaria de fazer duas colocações: que a ordem dos inscritos fosse mantida, porque hoje chegamos aqui cedo, eu cheguei logo às 7 horas e nos inscrevemos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vai ser mantida.

O SR. (Orador não identificado) – A segunda colocação é que V.Ex^a ao lado do Presidente Delcídio possam decidir sobre a reunião administrativa que estava marcada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Também vai acontecer no horário marcado. Está tudo definido.

Com a palavra o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pedi a palavra para arguir a depoente, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Assim que ela voltar. Asseguro a palavra a V.Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Inicialmente a minha saudação à nobre depoente, que tem feito um depoimento bastante objetivo. Vou tentar explorar a objetividade de V.S^a para ver se conseguimos entender algumas coisas que até agora sinceramente não entendi.

A primeira questão que demando a V.Ex^a é a seguinte: o que exatamente o Sr. Marcos Valério faz na SMP&B?

Ele é vice-presidente, disse V. S^a, administrativo e financeiro, mas qual é a atuação funcional dele? O que ele faz?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Quando eu entrei na agência, em abril de 1999, o Marcos sempre foi muito atuante na área-fim dele, financeira mesmo: aprovação de despesas, assinaturas de cheques, de documentos. O tempo foi passando, eu fui assumindo essas funções rotineiras. Ele foi tendo confiança provavelmente no meu trabalho e foi ficando solto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Para?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu acho que para tudo isso que a gente está vendo aí, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Captação de recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Captação de recursos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – De clientes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E também eleitorais.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A senhora trabalhava mais próxima dele que dos outros sócios, pelo que estou imaginando, pela descrição da atividade funcional feita pela senhora. É isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, a senhora era uma pessoa de confiança do Sr. Marcos Valério.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De estrita confiança?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se ele pedisse para a senhora mentir, a senhora mentiria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não mentiria.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No depoimento que V. S^a prestou à Polícia, no primeiro, V. S^a faltou com a verdade.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Oi? Não estou ouvindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No depoimento que V. S^a prestou à Polícia, dia 1º de julho, V. S^a faltou com a verdade, porque V. S^a não fala dos saques, fala que os saques foram feitos para empréstimos de artistas. Ou seja, é um depoimento que efetivamente não expressa a versão que a senhora depois expressou no Ministério Público. Por que a senhora depôs dessa forma no dia 1º de julho? Foi a pedido do Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não. Isso foi uma questão minha, de foro íntimo. Eu não gostaria de chegar e passar números, passar nomes, porque isso me faria muito mal, como está fazendo hoje, embora hoje eu esteja menos desconfortável porque já saíram na imprensa e porque o próprio Marcos Valério protocolou essa listagem. Eu não queria nunca,

eu que sempre trabalhei com confidencialidade, com confiabilidade, chegar e dizer nomes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja por que nos vemos numa situação delicada no exame do depoimento de V. S^a. Quando o Sr. Marcos Valério veio à CMPI, ele prestou um depoimento cujo conteúdo era muito parecido com o depoimento que V. S^a deu à Polícia. Posteriormente, o Sr. Marcos Valério vai ao Ministério Público, muda a versão, e V. S^a vai à Polícia e dá uma versão idêntica a de Marcos Valério. Isso foi uma mera coincidência?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Fico mais confortável para dizer depois que sei que ele já comentou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora não o influenciou para que dissesse essa nova versão?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se eu o influenciei?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora é de confiança. A senhora chegou para ele e falou “Marcos Valério, fale a verdade”. Ou não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu não tenho influência sobre o empresário Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, veja, tratava-se de uma pessoa de confiança como a senhora, que recebia...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De confiança para os procedimentos rotineiros.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não. Perdoe-me, a menos que a senhora entenda que fazer os pagamentos que a senhora ia fazer eram rotineiros. Isso exige uma estrita confiança, “alguém que confio até a morte”.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Confia na minha confidencialidade, mas não para ouvir minhas opiniões ou como deve ser feito ou isso ou aquilo. Seria muita pretensão da minha parte dizer isso aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora me chamou a atenção, porque é a terceira vez que a senhora repete o que havia dito no depoimento anterior: “A base do meu trabalho é a confidencialidade”. Por quê? Se a senhora mexe com questões rotineiras, por que a base do seu trabalho é a confiabilidade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dizer para um cliente ou para outro quanto faturou... É de formação minha. Não sou uma pessoa que sai dizendo o que foi número, o que foi o faturamento, o que é a receita, o que é isso, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A impressão que tenho – diga-me se estou errado – é que o Sr. Marcos Valério, quando ficou mais solto, passou a manter contatos com políticos com o objetivo de ter clientes e passou a atuar também como arrecador de campanhas eleitorais. A senhora, infelizmente, foi projetada a auxiliá-lo nessa parte operacional em que a senhora tinha que ter estrita confidencialidade. Estou errado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Estou certo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está certo. Nessa parte de captação de recursos, a senhora teve que ajudá-lo, porque ele visava conquistar clientes. Aliás, é muito expressiva uma parte do depoimento dele no Ministério Público, que me surpreendeu, em que diz o seguinte – gostaria que V. S^a comentasse –: “Que atuação na área de publicidade, de um modo geral, envolve a submissão a interesses políticos, sem o que as empresas não sobrevivem nesse mercado. Que esta situação ocorre independentemente de quem seja o governante, tanto na área federal como na estadual, ou seja, sabendo que, para conseguir contratos e clientes, ele precisava ter relações com políticos, Marcos Valério começa a captar recursos eleitorais, precisa de uma pessoa que tenha o nível de confidencialidade e competência de V. S^a e a coloca nesse serviço. Estou errado?”

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Bem, diante desse contexto, indago à senhora o seguinte: a sensação que tenho é que o **modus operandi** de captação de clientes, de recursos eleitorais de Marcos Valério vai além do atual Governo. Por quê? A senhora chegou a atuar na campanha em Minas Gerais junto com o Sr. Mourão que a indicou para trabalhar posteriormente na SMP&B, e a senhora trabalhou com ele na campanha eleitoral. E, à época, o Jornal **O Globo** registrou, houve um empréstimo feito àquela campanha nos mesmos moldes que, posteriormente, ele faz ao PT via Delúbio. Só que, quem ocupou o papel de Delúbio naquele momento, quem solicitou o empréstimo foi o Sr. Mourão. A senhora tinha ciência desse empréstimo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, tomei conhecimento disso agora, há pouco tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Agora. Então, a senhora veja que a atuação da SMP&B de Marcos Valério, já antes deste Governo, tinha essa

característica de relacionar empresas no mundo político para conseguir clientes e precisava, para isso, operar recursos eleitorais onde contava com V. S^a para a viabilização dessas situações. Bem, a senhora forneceu, com base nesse trabalho que a senhora fazia, uma listagem, uma lista, a lista que V. S^a operou. Esta CPI pode ficar segura de que esta lista não tem outros nomes que foram esquecidos propositalmente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na lista que eu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que a senhora entregou. Isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ...fiz e que eu entreguei na agência de Brasília...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Podemos ficar seguros ou não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De que não tem...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que não há outros que a senhora operou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E na lista do Sr. Marcos Valério, podemos ficar seguros?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não posso assegurar por ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora não pode assegurar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que havia um, digamos, assim, um modo de operação diferenciado? Por que alguns recebiam da senhora em mãos e outros iam ao banco sacar deixando assinatura? Qual era a lógica que fazia com que alguém recebesse da sua mão e outros assinassem o recibo, alguns até como houve um colega nosso que deixou uma xerocópia de uma carteira parlamentar? Como se dizia quem recebia de um jeito, quem recebia de outro? Qual o critério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando o destinatário não gostaria de se identificar, eu ia e recebia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, essa é a distinção. Quando alguém tinha problemas para se identificar, a senhora recebia e repassava para ele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aqueles que estavam, digamos assim, mais à vontade para se identificar, e se identificavam, então, não exigiam essa operação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aí não tinha necessidade de que eu fosse para resolver.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, posso presumir que todos aqueles que a senhora fez o pagamento não queriam se identificar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não é isso, não; seria precipitado dizer isso. Não, porque, por muitas vezes, eu estava em Brasília a trabalho pela agência, e eu ia, recebia o valor integral, pedia ali que separassem tantos valores, deixava anotado, as pessoas iam e buscavam.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Da lista que a senhora apresentou, quais dos nomes a senhora se recorda que não quiseram se identificar e, por isso, fizeram a senhora ter que operar diretamente o pagamento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olhe, que não quiseram se identificar, eu posso dizer apenas de um fato que o próprio banco me comunicou e, por isso, eu fui ao banco para assinar e ficou constando como saque meu, foi o Deputado José Borba.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi o único? A senhora já mencionou aqui, inclusive, durante o dia de hoje, foi o único caso de alguém que se recusou a assinar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Que eu me lembre, sim, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que a senhora se lembre sim.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, é.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito.

A senhora sabe precisar como que eram passadas as ordens do Sr. Delúbio para indicar as pessoas que recebiam? Como é que era essa operação? Ele se dirigia a quem? Ao Sr. Marcos Valério? Fazia por e-mail ou fazia verbalmente? Como é que funcionava a estrutura de indicações para os saques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento. Eu imagino que por telefone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Imagina que por telefone mesmo, diretamente, fosse passado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Mas isso é presunção.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora recebia diretamente do senhor Marcos Valério como? Verbalmente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre, só dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Verbalmente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele chegava para a senhora e falava assim: vai sacar o fulano, e o dinheiro é tanto.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ou então ele me entregava num papelzinho assim escrito, e eu fazia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Esses papéis, a senhora não tem guardados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não tem mais nada. O que eu tenho e o que eu tinha eu passei tudo para Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Será que ele entregou agora ao Ministério Público? A senhora não sabe se esses papéis...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É isso que estou imaginando que possam ser...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que seriam essas anotações com os nomes em que ele transmitia a ordem.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Diante desse contexto, quando Marcos Valério se aproximava de Governos, era prática essa questão de financiamento eleitoral? Pelo seguinte: Marcos Valério e empresa SMP&B têm contratos com outros órgãos de Governo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quais são os órgãos de Governo com que a SMP&B tem contrato hoje. Em linhas gerais.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Hoje?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Governo de Minas Gerais, Governo do Distrito

Federal, Correios, Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa do DF, Ministério do Esporte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, até agora ficou nítido a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que em relação ao goVerno do PT, Marcos Valério se aproximava também nessa estratégia de aproximação política. Em relação ao Estado de Minas, isso já era uma prática antiga. Também em relação ao Governo do Distrito Federal há alguma situação de aproximação e de custeio de campanhas eleitorais?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não do meu conhecimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não do seu conhecimento. A senhora nunca operou nada?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A DNA se servia também, perdão, era destinada aos mesmos propósitos? Ou era só a SMP&B que fazia essas relações políticas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu não sei dizer da DNA; eu nunca desempenhei nenhuma atividade lá. É bem distinto; a administração é absolutamente distinta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Absolutamente distinta.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem faz na DNA o papel que a senhora faz na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Lá tem o diretor administrativo financeiro que é o Sr. Paulino.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Paulino é quem faz o tipo de atuação nos modos que senhora faz na SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele é o diretor. Se as atividades são as mesmas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Cristiano atua mais na SMP&B ou na DNA?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na SMP&B, como publicitário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o outro sócio? O Cardoso, meu xará.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Também publicitário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, a pessoa que fica mais solta para essas relações, digamos assim, na SMP&B e na DNA é o Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sei dizer na SMP&B, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Na DNA, a senhora não sabe informar.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não sei como é o funcionamento lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora não tem noção de como é o funcionamento lá.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Estou satisfeito, Sr. Presidente. As principais informações foram, com bastante objetividade, prestadas pela depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Nós agora vamos chamar os Deputados. Carlos Sampaio hoje está adoentado e não pôde comparecer.

Vamos agora dar a palavra aos Parlamentares não-membros. Eu gostaria de registrar que o critério adotado para os titulares e suplentes da CPMI dos Correios é de 15 minutos; para os não membros, 5 minutos e para os re-inscritos, 3 minutos. Nesse sentido, estamos já na reta final do depoimento, e não quero cercear a palavra de ninguém até porque muitos Parlamentares não membros já estão aqui há muitas horas; mas eu gostaria de ponderar algo com relação ao tempo até pelo cansaço de todos, pelo cansaço da depoente também. Então vou começar a chamar os Parlamentares não membros e comunico a V. Ex^{as} que vou cumprir uma decisão dos Parlamentares da CPMI perseguindo esse prazo de 5 minutos. Nós vamos controlar, mas eu peço o bom senso de todos para que nós encaminheemos no sentido da reta final desta oitiva da Sr^a Simone Vasconcelos.

Vou passar a palavra ao Deputado Fernando Coruja, que dispõe de cinco minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhora depoente, Dona Simone, ficou muito claro aqui, pela intervenção do Deputado Sílvio Torres, que V. S^a não fazia muitas atividades típicas de uma diretora financeira, como controlar o balanço; mas as contas da SMP&B era V. S^a que controlava: saldo, entrada, saída?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso era V. S^a? Todas as contas da SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De responsabilidade na minha área.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – En-

tão, o que tinha para entrar e para sair a senhora controlava. Sempre tinha dinheiro sobrando no caixa, ou, de vez em quando, não tinha dinheiro para pagar as contas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre tinha dinheiro. Nesse período todo...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nunca tinha problema de caixa para pagar nenhuma conta?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Quando tinha problema de caixa, a gente apertava, fazia redução de custos, redução de quadros. Isso não é uma linha horizontal sempre.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Porque o dinheiro que entra nas contas... Nós temos uma preocupação... Foi levantado aqui... Isso vai para o Ministério Público... Mas o Parlamento tem outras preocupações. Até que ponto isso chega no Governo, e nós precisamos identificar – eu faço parte da outra CPMI, que é a do Mensalão – quais foram as pessoas que, na ponta da linha, receberam, porque podem ter de enfrentar aqui um processo de cassação de mandato. Primeira coisa: de onde veio o dinheiro? Esse dinheiro público, que vem da Câmara dos Deputados, da Câmara Distrital, de Brasília, dos Correios, é pago na forma de empenho. V. S^a sabia quando ele entrava no caixa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Alguém ligava para liberar esse dinheiro? O dinheiro público não entra assim com facilidade. Se alguém não ficar telefonando, às vezes, não é pago.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem toda uma rotina e todo o cumprimento de uma burocracia, de documentação...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele é processado, liquidado e depois é pago, mas nem sempre é pago com facilidade. Se alguém não telefona, às vezes, para...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O serviço, depois de prestado, é que é recebido. Tem prazo, é na quinzena seguinte.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A senhora nunca ligou para nenhuma...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu, pessoalmente, não; meus funcionários, sim, sempre ligavam.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ligavam para pedir...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Para qualquer cliente para saber a previsão de pagamento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, V. S^a disse aqui que sabia dos empréstimos feitos pelo Banco Rural à SMP&B, que, segundo se alega, seriam para pagar os Parlamentares. Evidentemente esses empréstimos estavam nas contas a pagar. Estavam nas contas a pagar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu não disse que o pagamento era para Parlamentares; eu disse que era empréstimo ao PT.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sei, mas foi emprestado para a SMP&B. Ela é que devia ao banco.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A SMP&B pegou empréstimos nos bancos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tudo bem, mas ela ficou devendo aos bancos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Estamos devendo ao banco...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, a senhora não pagava essas contas? Tinha dinheiro, mas não pagava essas contas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Os empréstimos? Estão em aberto.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, a senhora tinha dinheiro em caixa, mas não pagava os empréstimos. Por que a senhora não pagava os empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Fizemos empréstimos ao PT, dessa verba. O dinheiro não ficou no caixa.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas tinha de pagar o banco.

Vamos voltar àquele contrato antigo. A senhora disse que não sabia daquele contrato que foi feito, de R\$9 milhões, mas foi para a Justiça e, segundo informações, foi em 2003. Agora, fizeram um acordo para pagar dois milhões e alguma coisa. Não foi a senhora que mandou pagar essa conta?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Referente a qual empréstimo?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Do Banco Rural para a SMP&B, para a campanha do Governador Eduardo Azeredo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não sei disso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi em 1998 a campanha, mas, segundo informação da assessoria, isso foi para a Justiça e, em 2003, para poder emprestar de novo o dinheiro do Banco Rural, segundo a informação do Banco Rural, tiveram de fazer um acerto e pagar a conta anterior.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Deputado, isso não foi na SMP&B, não. Só se foi na DNA, que é outra empresa do grupo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não foi? Todo mundo aqui disse que a SMP&B emprestou R\$9 milhões para a campanha do Senador Eduardo Azeredo, em 1998. E a informação que se tem é a de que houve um acerto: eram R\$9 milhões, pagaram R\$2 milhões, e o resto vai ser pago na forma de publicidade. Isso foi o que informou... Está no depoimento de Marcos Valério no Ministério Público.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Ele deve estar falando da DNA Propaganda. Não é pela SMP&B.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não é pela SMP&B?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, e eu só respondo pela SMP&B.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quer dizer, então, que o dinheiro, as prestações do Banco Rural não eram pagas porque o Sr. Marcos Valério dizia “isso aí não é para pagar”?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É, essas situações sempre o Marcos Valério que determinou.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – As contas são um caixa único?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – São.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – São um caixa único?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – São.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, a senhora não... O dinheiro que entra lá, tanto faz se ele vem da estatal, se ele vem do empréstimo, a senhora mobiliza o dinheiro da forma que quer?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas a senhora tem o controle do dinheiro que entra, evidentemente, vê o saldo, como a senhora falou.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tem dinheiro que entrou por empresas, como estão alegando alguns Deputados, que receberam financiamentos de empresas, como Usiminas e outras. Eram R\$150 mil, mas eles só receberam R\$101 mil, porque o resto foi descontado para impostos e tal. Esse dinheiro que passou pela SMP&B e para a mão dos Parlamentares, que vinha de empresas para o financiamento de campanhas, como V. S^a controlava isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – En-

tão, isso não é verdade.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento de que...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas

a senhora controlava a entrada do dinheiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, de serviços prestados da Usiminas através de fatura. Feita a fatura, a fatura é encaminhada aos clientes e os clientes pagam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Coruja, eu pediria a V. Ex^a que concluisse, porque já passamos do tempo, por favor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tudo

bem.

Última pergunta: A SMP&B, segundo V. S^a já declarou, não pagou nenhuma nota fria?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nota fria, não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Só

eram serviços prestados.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Serviços prestados.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E

quem conferia que o serviço foi prestado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se o próprio cliente pagou, é porque era um serviço prestado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não,

não.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nós

desconfiamos que há muitos serviços que não foram prestados, que foram para “esfriar” determinado dinheiro da empresa, para depois ser repassado.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento de isso ser feito dentro da agência.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Está

bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Fernando Coruja.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhora depoente, tenho, rapidamente, três perguntas bem objetivas para a senhora, e queria fazer uma rápida explicação antes de lhe passar as perguntas.

Primeiro, o que estamos vendo aqui hoje não é, na verdade, uma questão adstrita a uma distribuição de dinheiro para Deputados. O caso do mensalão, ao que tudo indica, é apenas um apêndice de um imenso polvo, de uma organização, uma organização que a Deputada Juíza Denise Frossard e o Deputado Júlio Redecker definiram como uma organização criminosa. Não quero ainda definir como uma organização criminosa, porque isso será ao final da CPI. Mas uma organização empresarial que arrecadou, que captou R\$59 milhões em apenas dois anos e meio! Noventa e nove por cento das empresas brasileiras, das pequenas, médias e até das grandes empresas, possivelmente, têm imensa dificuldade para captar esse valor numa década.

Segundo informam os jornais de hoje, a Sr^a Simone informou que 74 nomes foram autorizados a receber recursos periodicamente, portanto ligados ao mensalão.

O que estamos vendo, qualquer que seja o nome que se dê, crime organizado, crime político organizado, organização, é um verdadeiro polvo com tentáculos nas estatais, na estrutura formal do Governo, com pessoas que têm um objetivo: arrecadar recursos para campanha, para pré-campanha, para período eleitoral, para entressafra eleitoral, não importa. Dentro desse esquema, com funções específicas, com divisão de funções, portanto com um funcionamento realmente empresarial, há pessoas que captam recursos, pessoas que trabalham na destinação dos recursos. A senhora, nesse esquema, ocupa uma função primordial: a senhora é encarregada do contato com as pessoas que vão usufruir desse recurso arrecadado por esse imenso esquema, que é, sem dúvida, o maior saque de recursos, digo de recursos públicos ou privados que ocorreu na história da República nos últimos anos. A pergunta é a seguinte – a primeira pergunta, de uma forma bem objetiva: quem a acionava? Quem lhe dava a determinação sobre quem deveria receber os recursos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre o Sr. Marcos Valério.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB-SP) – Única e exclusivamente?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB-SP) – Segunda pergunta: nós assistimos aqui aos depoimentos de Silvio Pereira e do Delúbio. O que nos chamou a atenção é que eles, que estão numa demanda interna com o Partido – uma boa parte do PT os acusa de ter traído o Partido, ter extrapolado a delegação que receberam, e até uma parte do Partido diz que não vai pagar a sua empresa, a empresa em

que a senhora trabalha, porque os empréstimos foram captados irregularmente pelo Sr. Delúbio, sem atender às formalidades internas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou resumir, Sr. Presidente. Esses dois depoentes disseram que têm o patrocínio dos seus advogados, pagos pelo PT. Esse é um ponto importantíssimo, porque se eles estão em demanda com o PT e o advogado é pago pelo PT, o advogado pago pelo PT deve orientá-los dar aqui depoimentos protegendo o PT. Eles acabam sendo réus confessos e a estão aqui na qualidade de réus indefesos. É de se estudar o caso até do Presidente, Senador Delcídio, do Relator, Osmar Serraglio, designar um advogado dativo para defendê-los, porque eles estão aqui para falar em defesa do PT, que é quem lhes paga.

Então, a pergunta que lhe faço, de extrema relevância, é a seguinte: já há no jornal que a agência em que a senhora trabalha pagou os honorários do ex-Procurador da República Aristides Junqueira, R\$500 mil, para defender o PT no caso de Santo André. A senhora pagou ou tem conhecimento de algum pagamento para algum advogado para defender o PT no caso dessas recentes acusações?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB-SP) – Uma última e rápida pergunta: um empréstimo, pela sua própria definição, é um dinheiro que se dá para depois ser devolvido. É um mútuo: ele vai e deve voltar. Portanto, é um dinheiro que deve ter uma série de garantias. É evidente que esse recurso todo foi repassado ao PT sem nenhuma garantia, a não ser a palavra – uma palavra, uma questão de honra – do tesoureiro, e, segundo afirmações do próprio Sr. Marcos Valério e de sua esposa, também do ex-Chefe da Casa Civil. Muito bem. Empréstimo é algo para ser devolvido. Como é que se explica que esse recurso, que, segundo a Executiva do Partido, foi para cobrir débitos do Partido, débitos do caixa um da Executiva Nacional, em lugar de entrarem para o caixa um do Partido do PT Nacional, terem sido, na sua grande maioria, destinados a deputados de uma forma dispersa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Thame, concluindo, por favor, em função do tempo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB-SP) – Concluo, Sr. Presidente. O é que a senhora sabe, que participação a senhora teve nos contatos com o PT para definir esses empréstimos? O valor, a quantidade, para quem iria? Qual a sua participação nessa definição dos empréstimos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, eu vou repetir algo que eu já disse aqui mais cedo: estão me atribuindo uma importância que eu não tenho. A única pessoa de quem recebo ordem é de Marcos Valério: “Vai entrar tal empréstimo, tanto valor, e aos poucos eu vou te dizendo pra quem você vai passando.” Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Thame.

Com a palavra o Deputado Manato, por 5 minutos.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Sr. Presidente,

primeiro, eu gostaria muito de agradecer a V. Ex^a pelo cumprimento do Regimento, porque ontem fiquei nove horas no Conselho de Ética e, quando chegou a minha vez, foi suspensa a reunião; e eu, como não pertencente, não pude falar. Eu gostaria de agradecer à Sr^a Simone se, dentro do possível, puder me esclarecer alguma coisa.

A Senhora conhece o Estado do Espírito Santo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Eu sou do Esta-

do do Espírito Santo, como o nosso Senador Magno Malta, e vou tentar, inicialmente, falar com a Senhora sobre o meu Estado.

Eu estava feliz porque até agora, no Estado do Espírito Santo, não havia aparecido nada. O Estado tem diversos partidos, como tem o PT, e eu gosto do PT, gosto das pessoas que o integram no Espírito Santo. Eu acho que há pessoas muito sérias no PT do Espírito Santo, tanto que o Prefeito da capital é do Partido, assim como o Prefeito de Cariacica, que é uma das cinco maiores cidades do Espírito Santo. Mas hoje surgiu uma notícia de uma transferência, uma TED, da conta de vocês do Banco Rural, da Agência nº 453, Conta nº 60022899, para o Banco Schahin S.A. – o número do banco é 250; vou me dar o direito de não dizer o titular da conta nem o nome da pessoa; amanhã sairá nos órgãos de imprensa, mas não fui eu que falei –, de R\$1.967.403,00 (hum milhão, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e três reais). Eu pergunto a V. S^a: apesar de ser uma *trade* e mexer com importação e exportação no ramo atacadista, e a Senhora deixou claro que não sabe de operações no exterior, de remessas de dinheiro ao exterior. Então, a Senhora sabe se esse dinheiro foi usado por algum político do Partido dos Trabalhadores ou de qualquer partido no Estado do Espírito Santo? Alguém no Estado fez uso desse dinheiro ou foi autorizado a receber esse dinheiro?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu estou sabendo agora deste DOC, ou TED, de que o Senhor está me falando. Eu não tenho conhecimento disto.

O SR. MANATO (PDT – ES) – A senhora assina cheque pela empresa ou não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Assino.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Assina? Então, quer dizer que não teve uma assinatura em um cheque nesse valor? A Senhora não se lembra?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não me lembro desse valor específico para esse fornecedor. Não me lembro de forma alguma.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Não se lembra?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – A Senhora acredita no Sr. Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acredito.

O SR. MANATO (PDT – ES) – A Senhora acredita que ele falou a verdade, ontem, no Ministério Público?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não sei o que ele falou. Ele foi ao Ministério Público ontem?

O SR. MANATO (PDT – ES) – Esta lista não foi entregue ontem ao Ministério Público?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– À Procuradoria, não é?

O SR. MANATO (PDT – ES) – Sim. O Ministério Público é a Procuradoria.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É a mesma coisa? Desculpe. Não sei o que ele falou lá, não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – A Senhora não sabe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Vou chegar aonde quero com isto aqui. Está aqui um documento confidencial em que ele disse: “O Delúbio Soares lhe informou que José Dirceu teve reuniões com dirigentes de ambos os bancos; que a reunião com os dirigentes do Banco Rural aconteceu no hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, num jantar, e em outra reunião com a diretoria do banco”. A Senhora acredita que isso é verdadeiro ou falso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho conhecimento disto.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Mas, pelo que a Senhora conhece, ele falou esta verdade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se Marcos Valério está dizendo, eu acredito.

O SR. MANATO (PDT – ES) – A Senhora acredita que seja verdade. Está aqui também no depoimento: “Que, indagado sobre o empréstimo à esposa do ex-Ministro José Dirceu chamada Ângela, o depoente confirmou que efetivamente houve o empréstimo do Banco Rural e a colocação com emprego no BMG; que o declarante foi procurado por Sílvio Pereira para auxiliar o ex-Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal.” A Senhora acredita que o Marcos Valério estaria falando a verdade, se foi ele que falou?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele falou isso aí?

O SR. MANATO (PDT – ES) – Falou isso. Está escrito aqui e assinado por ele.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu vi isso na imprensa.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Certo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Acredito.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Acredita. Então, muito bem, Sr. Presidente, eu quero fazer uma colocação que não pude fazer ontem. O nobre Deputado e ex-Ministro José Dirceu chegou, ontem, ao Conselho de Ética, dizendo o seguinte: “Eu não era deputado; eu estava afastado, era ministro, então não cometi indecoro parlamentar”. Mas ele, ontem, assinou a sentença dele, porque assinou um documento, Juíza, dizendo que falaria a verdade. E lá ele não confirmou isso.

Então, quero dizer que, se isso aqui comprovar que é verdade, como as outras vão comprovar que são verdades, ele quebrou o decoro parlamentar por mentir, e aí ele tem que ser cassado.

Infelizmente, eu teria mais perguntas, mas o meu tempo esgotou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Manato, pelo cumprimento do tempo dos cinco minutos.

Vou passar a palavra para o Senador Pedro Simon. Cinco minutos, meu caro Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não é surpresa nenhuma o depoimento da ilustre testemunha. Na verdade, é um esquema preparado no sentido de eles repetirem e fazerem aquilo que foi orientado pelo Sr. Valério, mas creio que a situação com relação às verbas do banco e do Sr. Valério já está por demais esclarecida.

O que acho, Sr. Presidente, é que temos que buscar a origem do dinheiro, onde existe dinheiro público nessa campanha. E é aí que me preocupa, Sr. Presidente. Não tenho nenhuma dúvida de que, nessa altura, ninguém mais vai mexer nos nomes da lista da

Sr^a depoente e que estão hoje do conhecimento geral. Não. Não me preocupa. O que me preocupa é que haja um entendimento de parar aqui. E já é mais uma vez, e eu venho de longe, que, quando chega a hora dos corruptores, pára tudo, pára tudo. Foi exatamente assim. Quando chegou ao momento ápice, cassamos dez deputados, dez parlamentares, cassamos o Presidente da República, mas, quando chegou a hora de entrar nos corruptores, encerrou. Houve um entendimento no Congresso e parou tudo.

Esse é o medo que tenho. Quando vejo as reuniões de lideranças, que estão se reunindo para discutir, então fica com... Não vai acontecer nada, ninguém mexe. A CPMI vai até o fim. Vai com relação aos nomes que estão aí, porque não há como tirá-los, mas não vai se não tivermos capacidade e competência de irmos às ultimas conseqüências, aos fundos de pensão.

Cá entre nós, imaginar que o Sr. Valério é um super-homem, que trouxe dinheiro do mundo inteiro e distribuiu caridosamente à Sr^a testemunha, no Papai Noel que vinha: “quem quer dinheiro?” E distribuía, tipo Sílvio Santos. É claro que não. É claro que há um esquema muito mais profundo e muito mais sério que está dentro disso.

Sr. Presidente, com toda sinceridade, acho que V. Ex^a e o Sr. Relator, que estão tendo uma atividade nota dez pela seriedade, pela independência com que estão conduzindo, têm que levar a preocupação para esse lado para não nos deixar aqui discutindo... A depoente não vai dizer nada, coitadinha. Perdoe-me, mas no bom sentido. Quer dizer, ela é uma funcionária, tem o seu patrão. Ela veio para dizer, e disse o que disse, como, no depoimento primeiro que ela falou, ela não sabia nada. Agora ela já sabe. Por quê? Porque as coisas apareceram.

Uma outra coisa que considero da maior importância: embora não pertença à Comissão, eu acho que esta Comissão poderia tomar uma decisão que eu considero da maior importância. Ontem ou anteontem, renunciou o Presidente, o Líder, não sei, do PL. Renunciou por um argumento muito simples: de que, ele renunciando, ele vai para casa e encerrou. A Comissão de Ética não pode mais cassar o mandato dele nem suspender por oito anos o mandato dele, como aconteceria. E dizem que outros vêm atrás. Isso aconteceu, inclusive, no Senado. Nós temos Parlamentares que renunciaram, uma pedra em cima, e atijam hoje novos Senadores, Deputados Federais.

Na minha opinião, o que deve ser feito: a Presidência desta Comissão poderia ir ao Procurador-Geral da República e dizer uma coisa que é importante. “Ele renunciou.” “Sim, ele renunciou. Não podemos fazer mais nada.” E é importante que a opinião públi-

ca entenda isso. A CPMI não termina em pizza, não. A CPMI não pode denunciar. Quem denuncia é o Procurador. A CPMI não pode julgar. Quem julga é o tribunal. A CPMI pode cassar mandato de deputado e cassar mandato de presidente. Agora, não pode botar um dia de cadeia.

O que acontece é que a CPMI, como a CPMI do Sistema Financeiro, denunciou governador, prefeito, deputado, senador, e o procurador botou na gaveta! Arquivou durante oito anos! Justiça seja feita ao Governo Lula: o Procurador que teve durante dois anos, nota dez. Ele fez o que deveria fazer.

O que eu acho é que deveríamos ir ao Procurador e dizer a ele apenas o seguinte: quem renunciar, o Procurador deve fazer tudo com urgência; receber o dossiê e, se tiver as razões, fazer a denúncia, porque, arquivar, deixar morrer tudo, ficar na gaveta? Não! É obrigação da Procuradoria fazer essa denúncia. Que ele espere os nossos... Não pode mexer no deputado, no senador que está sendo investigado? Tem que aguardar a decisão da CPI? Tudo bem! Mas, se ele renunciou, ele já está fora, e a renúncia foi uma confissão de que ele saiu porque sabe que, se ficasse, seria condenado. Então, a Procuradoria-Geral da República tem que pegar esse dossiê e, se achar que tem elementos, fazer a denúncia. Assim se vê que a CPI não “terminou em pizza”, e a Procuradoria não arquivou nem sentou em cima. Isso vale até para que os futuros – que, segundo dizem por aí, vão renunciar – pensem duas vezes: “Não, é melhor eu ficar aqui, tentar me defender aqui, porque, se eu sair daqui, vou pegar um processo lá na Procuradoria.”

Então, faria o apelo a V. Ex^a, que ouvi da Comissão, para que V. Ex^a, o Relator e quem mais achar prudente fossem ao Procurador-Geral da República e pedissem a ele que, se ele entender que há elementos com relação ao Sr. Presidente do PL que renunciou, que apresente a denúncia contra ele. Isso servirá para mostrar que a CPMI não “termina em pizza” e servirá para mostrar aos outros que estão pensando em renunciar que eles não vão escapar pela porta dos fundos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Deputado João Fontes, por cinco minutos.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Parlamentares e Srs. Parlamentares, povo sofrido do Brasil que nos acompanha, ilustríssima Sr^a Simone Vasconcelos, eu queria dizer que, na realidade, a minha ânsia de justiça, minha fúria de justiça... Fui às ruas desde 1989 lutar para que tivéssemos este momento de vermos o Presidente Lula no poder. Essa

minha ânsia de justiça não ultrapassa para V. S^a, porque V. S^a era uma simples funcionária – muito embora graduada – das empresas do Sr. Marcos Valério. V. S^a fazia pagamentos aos beneficiários desses R\$55 milhões – algo estrondoso –, mas, muito embora o Código Penal diga que quem concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas, acho que V. S^a apenas operava todo esse processo.

Acho que Marcos Valério é culpadíssimo em todo esse processo, mas não posso cobrar isso dele de forma incisiva. Cobro é do Governo do Presidente Lula, é do PT, por ter montado essa quadrilha para saquear os cofres públicos. Não se trata de caixa dois: trata-se de superfaturamento de contratos públicos, aliás, já comprovado por várias provas. Então, quero poupar muito mais V. S^a. Apenas acho que V. S^a poderia colaborar mais. Até ouvi a senhora falar aqui do respeito que lhe têm os seus filhos e até me constrange, pela sua condição de mulher, pela sua condição de mãe, vê-la nesse lamaçal em que a colocaram não só Marcos Valério, mas a direção do PT.

Imagine o povo brasileiro o ponto a que chegou essa quadrilha, ao contratar pessoas cafetinas, contratar hotéis... Aliás, Senadora Heloísa Helena, fiquei sabendo, pela **Folha de S. Paulo** e por outros jornais, que um dos hotéis contratados para fazer orgias com Deputados foi o Blue Tree. Esses deputados eram os beneficiários desse “mensalão”. Esse hotel foi o mesmo que expulsou a mim, ao Babá, à Heloísa Helena e à Luciana.

Então, para mim é muito mais importante, é muito mais frustrante também – e para o povo brasileiro – ver o ex-Ministro José Dirceu, com um currículo de ex-guerrilheiro, um currículo bonito, de ser um ícone do passado, correr o grande risco de ser cassado por corrupção e de constar no seu currículo também a prisão por corrupção. Porque ser preso político é até orgulho, lutar pela ditadura é também orgulho. Mas ver Genoino... Delúbio e Sílvio Pereira não, porque são dois analfabetos, operadores também; são peixes miúdos. Agora, ver o Presidente Lula alheio a todo esse processo... Sr^a Simone, eu conheço o PT de dentro, porque vivi lá dentro. E nada era feito por Delúbio e Sílvio Pereira sem que a alta cúpula do PT soubesse, principalmente o ex-Ministro José Dirceu, que tem um temperamento arrogante, stalinista, centralizador, operador... E nada, neste País, era feito pelo PT sem que o ex-Ministro José Dirceu soubesse.

Tenho pena de vários companheiros sérios dentro do PT. O PT, povo brasileiro, tem homens de bem. E, lamentavelmente, esse grupo que fundou o PT, mas que afundou o PT, agora no poder, tem levado à lama homens de bem. E, aliás, o Marcos Valério hoje

é o dono do PT, é o maior credor do PT. E lamentavelmente, Sr^a Simone, a gente está vendo aqui nesses depoimentos, principalmente do grupo mais vinculado à Direção do PT, que é o “grupo do não sabia”: José Dirceu não sabia, Lula não sabia, Delúbio não sabia, Sílvio Pereira não sabia... ninguém sabia.

Então, quero dizer que vou poupar V. S^a, até porque várias perguntas já foram feitas aqui e, portanto, eu não teria nada a acrescentar. Mas acho que seria importante... porque V. S^a conheceu muita gente que freqüentou os hotéis de Brasília, ou de São Paulo, ou de Minas que foi buscar toda aquela dinheirama, porque era muito dinheiro. Mas seria importante V. S^a dizer mais. Nós deveríamos ter a senhora aqui como colaboradora, muito mais do que ficar apertando com perguntas... é evidente que a gente tem que apertar o Marcos Valério, temos que apertar o José Dirceu que tem a cara-de-pau de dizer que não sabia. O maior escândalo, povo brasileiro, é esse. E vem o ex-Ministro José Dirceu, que controlava o PT como um general, como general mesmo, centralizador, dizer que não sabia.

Então, faço um apelo para que V. S^a possa acrescentar à Polícia Federal, ou em outro depoimento à CPMI, para que a gente possa fazer justiça e botar na cadeia esses saqueadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Esses saqueadores dos cofres públicos – cofres públicos! E tenho o cuidado de pronunciar bem o “s”, porque ouvi aqui o Sílvio Pereira e o Delúbio que não conseguiram formar uma frase.

Mas eu queria fazer um apelo a V. S^a, porque o povo brasileiro não agüenta mais ver impunidade, de ver somente os pobres na cadeia por terem roubado uma galinha ou uma pequena bobagem, e, ao mesmo tempo, saber desse esquema montado, parecendo que iam ficar no poder durante trinta anos! E de nada esse mesmo povo ia saber.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, Deputado João Fontes, conclua.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Então faço esse apelo para que V. S^a possa ampliar, reconhecer aquelas pessoas que iam pegar aqueles pacotes de dinheiro na sua mão – acho até que V. S^a hoje tem a impressão digital um pouco mais grossa de tanto contar... são cinquenta e cinco... é muito dinheiro, não é Sr^a Simone? Por isso eu penso que seria essa a melhor contribuição que a senhora poderia dar à CPI e, sobretudo, ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, que dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) –

Sr. Presidente, eu quero dizer que uma coisa o Brasil está tomando conhecimento: é que as mulheres estão melhores preparadas do que os homens. V. S^a mostra uma tranquilidade que, seguramente, se V. S^a fosse de fato a gestora das finanças da empresa, a empresa deveria ir melhor. Porque, imagine a senhora: V. S^a é uma mulher experiente, tem passagem pela vida pública e tem, com certeza absoluta, anotado para quem mandou cada centavo. Ou não tem?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essas anotações eu sempre repassei para o Marcos Valério. Ele, de posse disso, de cheques, de extratos, elaborou essa listagem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Existe anotação. A senhora não pagou a ninguém sem anotar. A senhora é uma pessoa competente e, certamente, como a senhora entregou, a senhora se lembra inclusive da fisionomia das pessoas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De algumas, sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– De outras não? Mas a senhora pode recorrer ao livro da Câmara dos Deputados, onde está a fisionomia de todos os Deputados ou Deputadas. Certamente seria... Não estou querendo acusar a senhora. A senhora prestou um serviço dentro de um contexto que mostra que nós, políticos, temos mais coisas erradas do que a senhora. Nós temos que mudar esse sistema. Primeiro, Governo não é para estar fazendo tanta publicidade. Governo não é para gastar dinheiro em publicidade. Quem tem que gastar dinheiro em publicidade é pasta de dente. Governo tem que parar de fazer publicidade. Uma coisa é fazer publicidade para evitar doenças como dengue, doença de Chagas, ou para fazer campanhas de vacinação, ou para melhorar a segurança pública. Mas fazer publicidade de Governo – convenhamos – só dá nisso. E estou vendo que a coisa é muito extensa.

Qual é o problema? A senhora permite-me dizer, já que sou político e entendo o mecanismo todo? A campanha é cara. Tem que pagar a dupla caipira, tem que pagar o palco, tem que pagar as camisas. Tudo isso precisa acabar. Como tem que pagar isso, inventa a publicidade – seu advogado está concordando. Inventar a publicidade para passar o dinheiro sujo. O dinheiro sujo irriga a campanha, para ganhar a eleição. É evidente que está tudo errado. E a senhora sabe disso, como brasileira, uma brasileira preparada, inteligente – estou observando, desde esta manhã, que a senhora

é competente e está entendendo tudo; a senhora deve estar pensando: “Esses Deputados estão pensando o quê? Que eu vou dar esses nomes aqui? Eu passei para o Valério.”

E a senhora está certa. O erro é do PT – e a senhora provavelmente votou nele. Pois bem, o erro é que o PT, um partido que nasceu dizendo que era honesto, chegou no Governo e foi a mesma coisa, ou até pior. O Deputado está lembrando que é pior, porque montaram um sistema orgânico. A corrupção sempre aparecia como focos; era um foco aqui, outro ali. O PT organizou, e organizou usando o Sr. Valério. O Sr. Valério não é dono da empresa. Ele entrou, e, como era empregado graduado, deram 10% a ele. Ele começou a trazer negócios para dentro da empresa, e a empresa se transformou num grande lavador de dinheiro público.

A senhora é simplesmente uma administradora de caixa. A senhora não é Diretora Financeira. É muita pose esse nome. A senhora talvez tivesse competência para ser Diretora Financeira, mas, pelo que declarou, não é. De qualquer jeito, eu pediria o seguinte: a senhora tem os balancetes da empresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Poderia fornecer à CPMI os balancetes trimestrais dos últimos cinco anos e os balanços anuais dos últimos cinco anos?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, a partir da próxima semana, a Receita Federal está com uma fiscalização dentro da agência.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Nesses balanços, a senhora contabilizou, nos ativos da empresa, essas contas a receber do PT?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, provavelmente estão lá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Mas a senhora fecha o balanço.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não fecho o balanço. Quem fecha o balanço é o contador.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Sim, mas o balanço do ano passado está fechado.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Está lá contabilizado “dívida com o PT”? Está no livro Diário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Imagino que sim!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Mas não é a senhora que faz o livro Diário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Claro que não!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Quem faz o livro Diário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O contador!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – O contador está fora da empresa e faz o livro Diário?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele é terceirizado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– A senhora não tem informações disso; mas, evidentemente, esse balanço, Sr. Presidente, vai clarear as coisas.

Nitidamente - a senhora sabe -, esse empréstimo que o PT está dizendo que tomou é uma farsa! A senhora sabe que ninguém faz empréstimo neste volume: à SMP&B, R\$12 milhões; de novo, R\$3,5 milhões; à Grafitti, R\$15,7 milhões; a uma outra, a que a senhora não pertence, que é do Rogério Tolentino, R\$10 milhões; a SMP&B, de novo, R\$18 milhões; à Grafitti, R\$9 milhões.

Ninguém empresta isso sem registro, sem contrato! Essa é uma farsa montada, e o Presidente da República foi à França dizer que isso é verdade. Isso não é verdade! Não existem esses empréstimos.

Estou entendendo a inteligência de Valério: está querendo receber agora. Já que o PT e o Governo estão usando como desculpa a existência de empréstimos- que não são empréstimos-, agora o PT que arque e pague.

A senhora talvez tenha muitos problemas com o Ministério Público, com a Justiça; mas o Sr. Valério certamente terá muito mais. Muito mais! E há indícios claros de que houve dinheiro enviado para fora. E eu pergunto à senhora: quem fazia as operações de câmbio era a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento de remessa de valores para o exterior.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Mas a Receita Federal, segundo Valério, intimou a empresa a explicar por que...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 1999 – sofremos uma fiscalização há pouco tempo –, verificando-se o ano de 1999, havia alguns valores pagos a fornecedores.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Pagos a fornecedores?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Não há nenhum desses supostos empréstimos pagos na filial do Banco Rural em Miami?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

Não quero me alongar muito, o Presidente está sendo generoso, mas não posso deixar de pedir à senhora que forneça oficialmente à CPI e ao seu advogado os balancetes trimestrais das empresas em que a senhora trabalha. Este é um pedido oficial à senhora. Como a senhora é administradora, tem obrigações perante o Conselho Regional de Administração. Certamente o Conselho vai intimar a senhora.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está bem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Eu diria inclusive que o Brasil precisa de uma lei de ética nas empresas. A senhora é uma pessoa correta e precisa... A senhora agora tem a obrigação de mandar os balanços, os balancetes, para que possamos examiná-los. Lá ficará muito clara a farsa montada.

Essa operação do empréstimo, Sr. Relator, é uma farsa maior do que a Operação Uruguai. É evidente que é uma farsa. É evidente que o Governo do Presidente Lula está envolvido nisso de forma definitiva. Ainda hoje, o Sr. Valério declara no Ministério Público que o Ministro José Dirceu – e a senhora talvez saiba disso – tinha conhecimento dos empréstimos; a senhora confirma isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu nunca vi essa informação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Está aqui. Está aqui escrito.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, que Marcos Valério está declarando aí.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Marcos Valério está declarando que o Zé Dirceu tinha conhecimento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, ele está dizendo isso aí.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– ...que ele sabia perfeitamente disso. Tanto que estamos vendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aleluia, conclua, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA)

– Sr. Presidente, vou concluir, agradeço a sua generosidade e elogio a sua competência.

Vim aqui, passei o dia ouvindo o depoimento dessa mulher, que tem tranquilidade, embora numa situação constrangedora.

A senhora não merece isso. A senhora foi trabalhar como funcionária – eu já disse - remunerada. Também não tem a obrigação de ficar suportando toda essa pressão em cima da senhora - que certamente é uma pessoa honesta -, para que gente se enriqueça.

Pode ter certeza de que não foi todo o dinheiro para a campanha não. Tem dinheiro em Cayman, tem dinheiro que certamente passou por Miami, tem dinheiro em paraíso fiscal, tem Deputado rico, e certamente tem gente do Governo rico e dirigente do PT rico. E a senhora vai ter que pagar o advogado depois.

Não é justo o que estão fazendo com a senhora. Estão pedindo à senhora mais do que a senhora tem o dever de dar. A senhora certamente é uma brasileira que gosta deste País e que quer ver as coisas certas. E nós precisamos mudar a legislação eleitoral, acabar com esse gasto excessivo de campanha, para evitar que a corrupção tome conta freqüentemente da vida política. Todas as campanhas ficam contaminadas por caixa dois. Aliás, hoje eu soube de uma pérola: em Portugal – o Governo brasileiro tentou conseguir dinheiro em Portugal também -, chama-se “saco azul”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado, por cinco minutos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Sr. Presidente, antes do início da contagem do meu tempo, gostaria de fazer uma rápida questão de ordem, em função de um anúncio feito aqui na ausência de V. Ex^a, quando presidia a reunião o Senador Maguito Vilela. Os Líderes partidários – no Conselho de Ética da Câmara, do qual faço parte, existe uma regra – têm direito à palavra aqui em qualquer momento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, meu caro Deputado Júlio Delgado. Líder aqui tem tratamento isonômico.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Sim, mas ele tem que se inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Temos aqui um colegiado de Líderes. Todos os Parlamentares são líderes. Por isso, eles se inscrevem na hora da chegada.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – É para não utilizar meu tempo que me inscrevi conforme V. Ex^a solicitou hoje pela manhã, e rechaçar as informações ditas aqui na sua ausência, no momento em que presidia a reunião o Senador Maguito Vilela.

Em Minas Gerais, não tem lama que veio de lá. Minas Gerais construiu a história política deste País com seriedade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Júlio Delgado, eu não poderei, pelo adiantado da hora...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Eu gostaria de dizer a V. Ex^a, só para concluir... É um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se é questão de ordem, isso já é uma questão conceitual. É muito diferente. Então, por favor, eu gostaria que o senhor...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Então, no meu tempo, posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pode fazer, inclusive o tempo está correndo, Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Mas eu estava apresentando questão de ordem anteriormente, Sr. Presidente. Temos em Minas Gerais uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso não é questão de ordem, Deputado. V. Ex^a tem experiência.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – ... uma pessoa nascida em Minas Gerais, que é a Deputada Denise Frossard, que hoje representa o Estado do Rio de Janeiro. Temos um carioca, que hoje representa o Estado de Minas Gerais, que é o Senador Wellington Salgado. Nós temos, em Minas Gerais, pessoas honradas, políticos honrados, que construíram a história deste País.

E, mais do isso, Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex^a e a todos aqui que os recursos que a SMP&B e a DNA receberam e repassaram para o PT não foram e não saíram de Minas Gerais.

Gostaria de falar a V. Ex^a e perguntar à Sr^a Simone, com muita tranqüilidade – sei que a senhora está aqui há mais de dez horas – e procurar lhe solicitar um mínimo da sua tranqüilidade e da sua lembrança para uma questão. Na listagem que V. S^a encaminhou para a Política Federal, a senhora cita o nome do Sr. Francisco Borges Cavalcanti e da Sr^a Terezita – está errado aí, não é Teresinha não, é Terezita – como se fossem emissários do Sr. Márcio Araújo Lacerda. Eu gostaria de lembrar a V. S^a e perguntar se V. S^a confirma que esses nomes eram vinculados ao Sr. Márcio Lacerda. Se a senhora entregou dinheiro na mão dessas pessoas.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Deputado, esses nomes não constam dessa listagem minha que eu entreguei à Polícia. É uma listagem de Marcos Valério. Eu não posso responder sobre ela.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – A senhora não sabe das informações do Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu não posso responder sobre essa listagem.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – É muito perigoso estarmos fazendo denúncias, como estão acontecendo, sem comprovação, Sr^a Simone. Essas pessoas eram funcionárias da New Trade, uma empresa que fez a campanha do então candidato a Presidente Ciro Gomes, e no segundo turno ajudou na campanha do candidato e Presidente Lula. E, pelo segundo turno, os serviços não foram pagos. Essas pessoas são funcionárias da New Trade, que receberam depósitos consignados e reconhecidos pela New Trade na conta da empresa, e autorizados pelo Sr. Delúbio para o pagamento pela SMP&B. O Sr. Márcio Lacerda não recebeu o dinheiro em mão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, acumulando aquele tempinho, de ler, rapidamente, um trecho do Sr. Márcio Lacerda.

“Pude recuperar a história hoje, depois que vi matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, vendida nas bancas, sob o título “pessoas ligadas a Duda Mendonça”, sobre o meu nome e o nome de pessoas ligadas à New Trade, com os pagamentos totalizando R\$467.000,00. Entrei em contato com a agência New Trade e confirmei os fatos. Posso assegurar, com absoluta certeza, que não recebi nada, seja em cheque, em dinheiro ou em serviços de nenhuma das fontes pagadoras citadas acima.”

Esse é o final da carta do secretário executivo, na qual ele pede desligamento ao Ministro Ciro Gomes.

E pedindo paciência ao Presidente novamente, falar, Sr^a Simone, que trabalha com o Sr. Marcos Valério, ao seu advogado, que é o mesmo que está ao lado, que essas denúncias aqui numa CPMI, que tem uma repercussão muito grande, todas elas... Eu, lá no Conselho de Ética, vou tentar, Sr^a Simone, Sr. Presidente, punir os culpados, não os inocentes, não envolver pessoas inocentes neste processo.

Me disseram, Sr. Presidente, que V. Ex^a ou o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, leu a nota do Ministro Ciro Gomes à imprensa aqui hoje. Já foi lida?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – No plenário do Senado Federal.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Eu gostaria, para finalizar, de ler um trecho, rapidinho, da nota do Ministro Ciro Gomes.

“Aceitei o pedido de afastamento do Sr. Márcio Lacerda porque veio acompanhado da indignação de uma pessoa inocente, injustamente arrolada neste ambiente de escândalo, e porque esta é uma prática minha desde sempre, como pode ser pesquisado em minha experiência de ex-Ministro da Fazenda, ex-Governador e ex-prefeito de Capital: uma pessoa inocente

injustamente acusada deve afastar-se do cargo público e defender-se para em seguida, demonstrada a improcedência das acusações, voltar desagravado. É o que espero que acontecerá com o Sr. Márcio Lacerda.

Imagine qualquer povo que seja verdade, como é, que o Sr. Márcio Lacerda NUNCA tenha recebido qualquer centavo dessa procedência, qual não seja a sua indignação, a de sua família, de seus amigos e a minha. Ele está sendo mencionado claramente por minha causa. É a mim que se tenta trazer para este escândalo, e isto é uma indignidade.

Informam-me os coordenadores de minha campanha de 2002 que o único ponto de contato que justificaria a menção ao nome do Sr. Márcio Lacerda pela Sr^a Simone Vasconcelos foi um pedido que ele fez ao Sr. Delúbio Soares, então tesoureiro do PT e então pessoa acerca de quem nada de desabonador se mencionava, para que ele providenciasse o pagamento de uma conta atrasada da empresa de publicidade New Trade.

A empresa New Trade trabalhara em minha campanha e, no segundo turno, teria prestado serviços junto às empresas de Duda Mendonça, a convite deste e em campanhas nos Estados. É desta relação – seguem informando-me os coordenadores já mencionados – que teria nascido o pagamento REGULAR, por ordem bancária FORMAL, contra nota fiscal REGULAR a partir de uma das empresas de publicidade do Sr. Marcos Valério, contra as quais e contra quem, no início de 2003 não pesava nenhuma suspeita.

A empresa New Trade confirma totalmente aos coordenadores esta explicação e detém em seus arquivos a documentação comprobatória.

Assim sendo, como creio verdadeiro, o Sr. Márcio Lacerda é totalmente inocente de qualquer suspeição e NUNCA, vale repetir por justo, recebeu qualquer centavo como mencionado. Nem eu, a quem claramente se tenta trazer para este contexto imundo, tenho nada com isto.”

Essa é a nota do Ministro Ciro Gomes, que afastou o Sr. Márcio Lacerda para que ele possa comprovar essas injustiças que infelizmente foram atribuídas à senhora e que senhora as atribui ao Sr. Marcos Valério. Recebem pessoas que trabalharam na New Trade, que receberam os recursos, e o Sr. Márcio Lacerda não recebeu recursos das mãos da SMP&B, da senhora e muito menos do Sr. Marcos Valério.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência de V. Ex^a.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, é uma questão importante.

Ficou definido, antes que V. Ex^a chegasse, que nós teríamos uma reunião às 10:00h, uma reunião

administrativa amanhã e, ao meio-dia, haveria a oitiva do Sr. David. Agora recebemos uma informação, agora há pouco, de que teria havido uma outra decisão dos Líderes. O senhor está a par disso? Então eu gostaria que o senhor esclarecesse para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu tentei avisar, até a Dr^a Cleide também procurou passar a informação daquilo que deliberou o colégio de Líderes. Nós, até as 11:30h, não poderemos fazer reuniões da CPMI. Portanto, amanhã nós começaremos, às 11:30h, a CPMI com uma reunião administrativa, que espero que seja rápida, e, ao meio-dia – e estou muito otimista com isso, porque reunião administrativa demorar meia hora nesta CPI é um verdadeiro milagre; todos nós otimistas, não é Deputada Juíza Denise Frossard? –, começaríamos a oitiva do Sr. David Rodrigues Alves. Então essa é a agenda de amanhã.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor mesmo ontem disse que gostaria que, quando chegássemos aqui numa reunião administrativa, o Relator já houvesse tido alguma reunião informal que pudéssemos evitar aquelas discussões. As reuniões informais obviamente não estão proibidas. Sugiro, se o Relator assim concordar, que haja essa reunião informal antes para que a reunião administrativa fosse apenas, digamos assim, uma ratificação daquilo que tiver...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esse é o trabalho que pretendemos desenvolver. Inclusive o Sub-Relator de sistematização, Deputado Carlos Sampaio, vai encarregar-se exatamente da preparação dessa documentação para que não tenhamos reuniões administrativas, onde o clima é pior do que nas oitivas. Acho que essa é uma medida racional, uma medida que acho que todos nós, Parlamentares, esperamos, principalmente para que CPMI trabalhe como todo mundo aqui espera.

Vou passar a palavra para a Sr^a Simone, que só vai fazer um esclarecimento para o Deputado Júlio Delgado. O próximo inscrito, depois do Relator, é o Senador Magno Malta. Depois, encerrando os não-membros, a Deputada Laura Carneiro.

Posteriormente, conversarei com os Parlamentares reinscritos para saber quem abdicará do seu direito de reinscrição, em função do adiantado a hora e do cansaço de todos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não conte comigo, querido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Sr^a Simone Vasconcelos.

V. Ex^a está inscrito na repescagem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pela consideração e gentileza com esse seu velho companheiro solidário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Sr^a Simone Vasconcelos.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputado, apenas um esclarecimento. Por um equívoco da imprensa, de divulgação da imprensa, saiu que eu teria falado do Sr. Márcio Lacerda. De forma alguma. Na listagem que eu assinei, são nomes – repito: que eu estive, em Brasília, entregando na agência do Banco Rural –, e ele não está nessa listagem. Essa listagem é informação do Sr. Marcos Valério. Eu não tenho competência nem conhecimento para estar falando alguma coisa. Eu gostaria de desvincular o meu nome disso aí, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, no mesmo sentido da manifestação do eminente Deputado Júlio Delgado, gostaria que a depoente consultasse, na relação que apresentou à Polícia Federal, o item 7, relativo ao Deputado José Borba. Esta relatoria recebeu uma interpelação relativa ao que aqui foi afirmado. Passo a ler:

“Há poucas horas, em depoimento à CMPI dos Correios, transmitida ao vivo por redes de comunicação televisiva na presente data, respondendo a questionamentos do Senador da República César Borges, do PFL da Bahia, a senhora referiu-se à minha pessoa” – para saber quem é a pessoa, V. S^a consulte o item 7: Maria Sebastiana – “de maneira duvidosa, o que leva ao entendimento de que eu haveria recebido dinheiro das contas do Banco Rural. Considerando que as informações apresentadas por V. S^a, embora maliciosamente de modo dubio e pouco afirmativo, atingem a minha honra, intimidade e imagem de modo injurioso, V. S^a incorre nos crimes capitulados nos arts. 138, 139 e 140, todos do Código Penal. Apesar de pessoalmente supor que V. S^a cumpre ordens, destaco que tal procedimento não a exime de responsabilidades pessoais cíveis e criminais, em face de V. S^a estar atingindo uma funcionária pública honesta e de ilibada reputação.

Os ônus morais e materiais a mim causados por suas levianas ilações serão tratados nos competentes juízos cíveis e criminais tempestivamente. Em respeito aos preceitos legais que asseveram a mim o direito de defender minha dignidade e honra, sirvo-me da presente para interpelar V. S^a a respeito das seguintes ques-

tões” – volto a afirmar, item 7, que é Maria Sebastiana quem está questionando – “: desde que data V. S^a me conheceu ou ouviu falar de meu nome?” Vou ler várias questões, porque tenho a impressão de que V. S^a pode responder de uma vez só. Repito: “Desde que data V. S^a me conheceu ou ouviu falar de meu nome? Desde que data V. S^a tomou conhecimento de que eu desempenhava a função de Chefe de Gabinete do Deputado José Borba? V. S^a alguma vez me viu, comunicou-se por telefone, e-mail ou fax comigo? V. S^a enviou ou remeteu, por meio eletrônico ou físico, em espécie, valores para mim ou para contas correntes minhas ou por mim indicadas? Considerando que V. S^a não me conhece” – aqui ela está afirmando, V. S^a filtra depois – “considerando que V. S^a não me conhece e jamais teve contato comigo, quais razões levaram V. S^a a me envolver nos fatos em questão? Por ouvir dizer ou por orientação de alguém? Nessa hipótese, de quem e por quê? Se V. S^a não me conhece e sequer falou comigo, por que me incluiu em sua relação entregue em depoimento à Polícia Federal e reafirmou ou mesmo insinuou que eu haveria recebido em nome do Deputado?”

Sétima e última: V. S^a tem plena certeza e convicção de que, nas datas de 16 e 25 de setembro de 2003, 20 e 27 de novembro de 2003, 4 de dezembro de 2003 e 5 de julho de 2004, em algum deles, eu teria encontrado com V. S^a para os fins declarados?

Essa é uma interpelação que recebemos dessa pessoa que está arrolada na lista que V. S^a teria apresentado à Polícia Federal, e eu repassaria a V. S^a para que esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu queria ponderar ao Relator que essas interpelações têm foro específico para tratamento dessa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu quero esclarecer o seguinte: primeiro, a pessoa foi ofendida em rede televisiva, e a única maneira de se defender é no mesmo nível e no mesmo momento. De forma que é um esclarecimento até para que a Comissão saiba como é que é feita essa afirmação. De qualquer modo, para evitar essa celeuma, subscrevo como sendo do Relator.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deixe eu ver se eu lembro de tudo o que ela falou ali. O que eu posso dizer é que não conheço essa senhora Maria Sebastiana, não estou dizendo aqui que passei valores para ela em alguma data.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. É apenas uma referência que estava na listagem de Marcos Valério e eu passei para cá, como se fosse, talvez, um contato. Eu não sei nem o que ela é, se é

secretária e que ela poderia colocar em contato com o Deputado José Borba. Tanto que, nessa minha listagem, em momento algum, eu falei que estive com ela ou com ele. Esse dinheiro foi destinado absolutamente ao Deputado José Borba, segundo determinação de Marcos Valério. Não estou envolvendo essa senhora, se isso entrou aqui e complicou a vida dela, eu peço desculpas, não tem nada, absolutamente nada, que a envolva. Era um contato, era um contato, está aqui apenas como um contato, um telefone. A gente quis trazer o máximo de informações, daí ela está aqui... mas de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Relator se viu atendido nas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Magno Malta. 5 minutos. Depois, a Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Lamentável. É a hora, Deputada.

E acho que os reinscritos não vão querer falar, então, está muito tranquilo.

Com a palavra o Senador Magno Malta, por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, D. Simone, eu queria cumprimentá-la, sei que a hora está avançada e sei realmente que a sua posição não é confortável, até porque alguns já fizeram considerações no princípio com relação a sua fala sobre seu relacionamento com os seus filhos, sua família, que estão em casa assistindo neste momento. Não vou repetir perguntas, não vou chover no molhado, as perguntas já foram feitas e refeitas aqui ‘n’ vezes, e, muitas vezes, por aqueles que não assistem, vem, não tomam conhecimento, o outro já perguntou, ele repete como se estivesse fazendo uma coisa nova, e eu não vou fazer, até porque também, a exemplo de outros, tenho consciência de que a senhora é uma funcionária de um sujeito extremamente inteligente, na minha visão, que é o Marcos Valério. A capacidade de se relacionar e de criar e colocar tentáculos nas vísceras do Estado é uma coisa grande. Um sujeito despreparado, neófito, jamais chegaria aonde ele chegou.

Na verdade, a coisa que eu mais gostava quando fazia o ginásio ou primário, era receber prova de marcar um X. Em CPI, o que mais odeio é dar prova de marcar um X para o depoente, para ele dizer sim ou não, e não chegar a lugar nenhum. Mas, sobre essa questão, eu só queria, de fato, sim ou não de resposta da senhora neste momento. Todo dia nós somos – quer dizer, já não somos nem mais –, há uns quinze

dias, que nós somos sobressaltados com escândalo novo, nos jornais, na televisão, surpreendidos todos os dias. Agora, já não somos mais, está parecendo uma coisa normal.

Diga-me: a senhora que conhece tudo, conhece as listas, conhece todo mundo que foi beneficiado, e sabedora disso tudo e em função de que muitas quebras ainda estão acontecendo e chegarão a esta CPIM, existe alguma coisa ainda, dentro do bojo Marcos Valério e a distribuição de recursos, que a Nação vai tomar um outro susto? Só sim ou não.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do meu conhecimento, não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Dessas quebras todas que ainda virão, do seu conhecimento, todo mundo que recebeu, que foi contato já foram todos apresentados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do meu conhecimento é esta listagem que está assinada por mim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Todos foram apresentados?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Nós não seremos mais apanhados de surpresa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da minha parte de forma alguma.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu fui o último a perguntar o Marcos Valério aqui. Eu disse a ele: “O senhor, hoje, com essa bomba explodida, depois de ter explodido no colo de um Governo que veio do povo, um homem simples, como é o Presidente Lula, o Governo dele vivendo essas agruras, o senhor se arrepende de alguma coisa? Ele responde: “Me arrependo.”

Depois, eu perguntei: existe alguma coisa que o senhor queira falar? Ele disse: “Não. Só falei tudo e falei a verdade”.

Aí, no outro dia, tinha mais um empréstimo, depois tinha mais outro, depois tinha mais outro e depois tinha mais outro.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu pergunto a senhora: Quando estourou isso tudo, o Marco Valério ligou para a senhora, dizendo assim: “Olha, a casa caiu, vamos conversar para acertar”. Para quem que ele ligou, além da senhora, que a senhora tem conhecimento, e que tenha reunido ou que ele tenha pedido a senhora para telefonar, urgentemente, para poder sentar e acertar os ponteiros? Ele ligou para a senhora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ele não me ligou.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A coisa correu à revelia?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, à revelia não. Claro, que, no escritório dele, foram feitas as reuniões com advogados, etc. Estive lá uma ou duas vezes, apenas.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Telefonaram para pessoas fora do escritório? Dessas pessoas envolvidas, alguns foram contactados e foram reunir?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não fiz contato com ninguém.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas a senhora sabe se o escritório fez?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Alguns apareceram lá para reunir, então. A senhora chegou a ver alguém?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Desses da lista?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Então, a senhora não tem conhecimento.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas a CPIM sabe que existem outras explosões que vão chegar com a quebra dos sigilos, exatamente nesse tipo de envolvimento das empresas de Marcos Valério. Mas a senhora não tem conhecimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Então, serão surpresa para mim também.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Para a senhora.

Sr. Presidente, eu quero encerrar, dizendo o seguinte: eu tenho 21 minutos ali, ainda, não é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a já não tem nada, Sr. Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – É só para descontrair.

Sr. Presidente, eu não tenho procuração para defender o Presidente Lula. Até porque sou um parlamentar independente no Senado, até porque apoiei Garotinho. Fui o único do meu partido a votar contra a coligação da convenção. O meu candidato foi o Garotinho.

Não sou amado nem morro de amores. Eu sou um parlamentar independente nas minhas posições no Senado. E V. Ex^a, Senador comigo, sabe do preço que paguei na CPI dos Bingos pela minha independência.

Mas eu acho que nós precisamos ter um limite. Essa questão de tentar envolver o Presidente Lula – e encerro aqui – nessa questão de Portugal é muito. Se isso é verdade, o último apague a luz, porque acabou tudo. Mas como eu já vi de tudo e é preciso esperar, só falta ver chover para cima, porque o resto eu já vi. É preciso esperar, ter bom senso nas posições a serem tomadas e naquilo que se fala. Porque assim como Marcos Valério mentiu aqui, – eu acabei de dizer, era só um empréstimo, depois dois, três – ele pode ter chegado lá e apresentado como o homem mandado pelo Presidente. E isso não é verdade e pode ser. Então, a cautela na publicação dessas notícias, nos discursos que se faz, até porque a cautela no que se fala, no que se publica poderia ter evitado que este funcionário exemplar do Ciro Gomes, pessoa da confiança do Ciro – o Ciro pode ter qualquer defeito, mas é um sujeito de bem –, fosse demitido e de o Ciro ter tido de aceitar a demissão do sujeito, que era o braço direito dele, que não tem nada a ver com o episódio.

Então, cuidado com essa questão. Estamos colocando em risco o País, o Brasil. Não podemos tratar a nossa fala, o nosso discurso olhando para a televisão, fazendo discurso para os eleitores do nosso Estado, do nosso Município. Essa colocação foi feita pelo Deputado Manato com relação ao meu Estado. Atesto, aqui, que o PT do meu Estado é de gente de bem. O João Coser é o Prefeito da Capital; o Helder, de Cariacica; a Deputada Brice, o Castiglione, aqueles que estão lamentando...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu quero concluir, Sr. Presidente, até para revelar o meu bom-senso. Conclamo a todos que tenhamos – nós, a imprensa – cuidado com o nome das pessoas, porque, uma vez jogado ao vento, nunca mais se recupera.

Por isso, precisamos ter cuidado nessa questão de Portugal, quando se toca no nome do Presidente Lula, porque, até que me provem o contrário, podem falar qualquer coisa do Lula. Mas dizer que o Lula é corrupto, isso é ir longe demais.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos interromper por alguns minutos.

Depois, vou passar a palavra, de comum acordo, por permuta, ao Senador Heráclito. Em seguida, à Deputada Laura....

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor vai ter que me engolir!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Ex^a me daria esse tempinho para levantar uma questão de ordem, uma sugestão à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– E, depois, ao Deputado Sampaio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Ex^a me dá um segundo, enquanto está interrompida a reunião?

Na tal matéria sobre Portugal, está bem claro. Diz também que, se convocado o Sr. Antonio Meixias, pela CPI dos Correios, como quer o Deputado Arnaldo Faria de Sá, ele estará à disposição da Comissão.

Sr. Presidente, esse é um tema muito grave, como disse o Senador Magno Malta. Acho que V. Ex^a podia convidá-lo para que viesse ao Brasil depor nesta Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De repente, ele prefere ir lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me terminar. Ou V. Ex^a designa dois Deputados, um da Oposição e outro do Governo, para que possam ir lá colher o depoimento do Sr. Meixia e gravá-lo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É muito melhor essa velocidade do que ficar sob suspeita o Presidente da República, o que não é agradável a nenhum de nós. Tenho certeza que a nenhum de nós, nem da Oposição nem do Governo.

Creio que essa é uma forma talvez sensata de acelerar uma declaração que está aqui, em **O Globo on line**, que está dito – enquanto ninguém “desdisser”, está dito –, da efetiva reunião. Quer dizer, juntando esse depoimento, essa declaração com a declaração do Deputado Roberto Jefferson, enquanto ninguém disser nada ao contrário é isso o que vale.

Então, sugiro, até porque eu não poderia apresentar requerimento, que V. Ex^a pense na possibilidade de enviar ou, eventualmente, que o Sr. Antonio Mexias possa vir prestar os esclarecimentos necessários à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Obrigado, Deputada Laura Carneiro

Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Cronômetro!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza de que posso até não ser compreendido por alguns companheiros. Mas quero iniciar a minha fala dando parabéns à Dr^a Simone pelo seu comportamento durante todo esse período da CPMI.

Creio que aqui estamos invertendo os papéis em alguns casos. O massacre que se praticou contra uma depoente, como foi feito hoje com ela, não é justo. Ela não é a origem de tudo isso. Ela é apenas uma profis-

sional assalariada, com a função de tesoureira ou de pagadora, que simplesmente cumpriu ordens.

Sr. Presidente, à medida que nos focamos nos intermediadores desse processo, esquecemos da origem dele, de quem foi o responsável, de quem mandou. Nisso até o Sr. Marcos Valério é menos criminoso do que quem deu a ordem. Nós temos que buscar é quem deu a ordem. O Sr. Marcos Valério não é louco para tomar a decisão de fazer empréstimos, de arriscar o seu nome, de contrair empréstimos, se não tivesse, em contrapartida, vantagens e, acima de tudo, garantias.

Passa-se o dia inteiro discutindo essa questão, que poderia muito bem ser resolvida com dez, doze ou quinze perguntas concretas, evitando-se esse massacre. Sinceramente, eu acho que alguma coisa não é justa nesse procedimento, e todos somos culpados, por vários motivos: uns porque não querem perder o espaço na televisão; outros porque acham que têm a pergunta mais genial para fazer. Enfim, faz-se de uma reunião, que poderia ser bem mais lógica, mais rápida, uma maratona como essa.

Sr. Presidente, eu vi aqui como pai de família, como homem arraigado à família, e quero registrar o meu desconforto, quando, em determinado momento, se perguntou à Sr^a Simone se ela tinha feito pagamento a uma senhora chamada Jane, senhora de profissão pouco ortodoxa. Penso que entre pagar o deputado que subiu e se corrompeu – subiu lá no Banco Rural – ou a essa senhora com quem, segundo depoimento feito aqui, ela se encontrou no *hall* do hotel e fez o mesmo pagamento, é o que pouco importa. Ela recebia ordens do chefe para pagar a quem prestou serviços. Necessariamente, ela não foi testemunha. Se pagou, o fez cumprindo uma ordem vinda por nome. A Dona Jane tanto podia ser o que foi dito aqui, como podia ser também uma Parlamentar ou uma representante de um Parlamentar. Não havia um **curriculum vitae** para cada um dos beneficiados com os pagamentos. Eu acho isso uma grosseria que se faz com uma mãe de família, com uma pessoa que está aqui, mas seus parentes, seus amigos estão assistindo aos trabalhos. A questão não é essa.

Além do mais, Sr. Presidente, V. Ex^a não sabe o pânico que causou essa pergunta. Há mais Parlamentares com medo da lista de Dona Jane do que de aparecer na lista do Banco Rural. Não podemos concordar com uma exposição dessa natureza.

Assim, pessoalmente, assumo a responsabilidade e peço desculpas a V. S^a pela grosseria da pergunta que lhe foi dirigida. V. S^a pagou a quem recebeu ordens para pagar. Acho que, com relação à questão da apuração, não lhe cabe prestar esclarecimentos a ninguém sobre ela. Infelizmente, isso faz parte de um

colégio de várias tendências como este, em que as perguntas podem ser feitas. Lamento, porque o autor da pergunta é um querido amigo meu, é um promotor público e fez a pergunta dentro de uma linha que é a sua, dentro das suas convicções. Mas também me é dado o direito de discordar de S. Ex^a.

Sr. Presidente, esse fato não é sequer o objeto da investigação que estamos fazendo. São fatos como esse que fazem com que a gente comece a desviar a atenção do objetivo desta CPMI. O que temos que ter é serenidade. O festival de levandades que vemos aqui, insinuações, o diz-que-diz-que... Essa questão envolvendo o além-mar, por exemplo, precisa ser vista com muito cuidado. Um dos fatos mais graves que ouvi durante todo esse episódio envolvendo o propinoduto e outras coisas mais foi a declaração da mulher – e não foi nesta Comissão, estou fazendo apenas o registro – do Sr. Valdemar Costa Neto com relação à doação feita por um país com o qual o Brasil não mantém relações diplomáticas para uma campanha política. Esse segundo fato, se for verdadeiro – e nós não podemos estar acusando ninguém antes da apuração desses fatos –, da doação de uma empresa estrangeira para resolver problema de caixa de partidos políticos no Brasil é muito grave. Esses fatos não podem ser apurados da maneira que se está querendo apurar.

Portanto, Sr. Presidente, até em respeito ao horário, não vou fazer nenhuma pergunta à Sr^a Simone, mas queria fazer esse registro e dizer que acho que, dentro do proposto, ela cumpriu o seu papel. Evidentemente, tenho certeza de que ela não contou tudo que sabe. Pode ter omitido 70%, 80%. Não é a toa que é uma funcionária de confiança, mas não nos cabe, em momento nenhum, fazer prejulgamento. A partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Senador Heráclito, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente. É que não tenho o raciocínio tão rápido quanto V. Ex^a. Sou um pouco mais lento. Espero que V. Ex^a seja um pouco paciente comigo, até porque o Brasil todo fica embevecido em lhe ver na televisão até esta hora. Não é isso? A Denise Frossard concorda, todos concordam. V. Ex^a tem se mostrado um homem equilibrado nesse... A Ideli está aborrecida porque não digo o mesmo para ela, mas é que eu recebo os *e-mails*, baseio-me aqui no que os ouvintes manifestam. Vai chegar a vez de V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, agradeço a participação...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele não podia passar sem me citar, ele não ia dormir hoje à noite.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vou dormir tão bem como antes de V. Ex^a interromper o meu aparte paralelo, mas fique certa de que durmo. Sei separar os problemas da rua quando chego em casa. Deixo tudo fora. A tranquilidade do meu lar, para mim, é tudo.

Muito obrigado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Senador Heráclito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Deputada...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, mas é que já soube que há aquele *site* que tem aquela lista, aquele ranking de alguns colegas nossos. V. Ex^a parece ter subido na lista, está próximo do primeiro lugar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O primeiro é o Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou fazendo campanha, não sei se o pessoal vai corresponder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu votei no Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura Carneiro, por cinco minutos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, queria perguntar à Sr^a Simone se posso chamá-la de Senhora ao invés de V. S^a e você pode me chamar de senhora também, não há problema nenhum.

Ouvi, desde cedo, ainda no gabinete, o seu depoimento.

Sr. Presidente, eu não estou me ouvindo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, principalmente, anotei algumas frases que você usou, que você é uma profissional que trabalhava com a questão da discricção, que você, junto com o Marcos Valério, fez a lista e que, dessa lista, de doze você teria participado diretamente, entre aspas, e que dos outros nomes você apenas sabia como tinha sido feito o pagamento.

Disse mais: que vocês dois conversavam, a expressão foi “só oralmente”, se não me engano respondendo ao Deputado Maurício Rands ou ao Deputado José Eduardo Cardozo.

Você usou uma frase que, para mim, é a síntese do seu depoimento, que o Marcos Valério é um homem do mundo. E eu pergunto o seguinte: você é administradora competente, portanto, a pessoa de confiança desse homem do mundo. Significa dizer que esse homem do mundo não estava na empresa. Se esse homem do mundo não estava na empresa. Se o

homem do mundo não estava na empresa, alguém a administrava. Se não era você, quem era?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na ausência de Marcos Valério, as determinações sempre vieram dos outros dois sócios. Embora Marcos Valério sempre tenha viajado muito, sempre que precisava de alguma coisa que eu fizesse, ele me telefonava.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, então, quem determinava as suas ações era apenas Marcos Valério ou também os outros dois sócios?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nessa questão específica que estamos tratando aqui, Marcos Valério.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só Marcos Valério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Os outros dois sócios nunca trataram disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, só a rotina da agência.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só a rotina da agência.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, só com o Marcos Valério você tinha esse tipo de conversa.

Você disse, resumindo, ao Deputado Eduardo Cardoso, que, efetivamente, a sua função, em determinado momento, passou a ser organizar essa segunda faceta da empresa no sentido de apresentar ou entregar dinheiro a determinadas pessoas que são acusadas. E aí lhe pergunto: além disso, necessariamente, você, por conta disso, participou de todas as conversas que diziam respeito à matéria. Estou certa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Participei de conversas...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Das conversas com o Marcos Valério. Você sabia de tudo o que acontecia, está certo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Eu recebia ordens dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. É óbvio que ele dava as ordens. Você ganha R\$13 mil, é uma mulher da confiança dele. Necessariamente vocês conversavam, estou certa?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, ele me determinava a quem passar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, determinava.

Então, você sabe dizer ou sabe informar se, em relação aos contratos com a Eletronorte, com o Ministério do Trabalho, com o Ministério dos Esportes, foi feita apenas prorrogação contratual? Portanto, aditamento aos contratos já existentes ou foram feitas licitações?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deputada, é importante esclarecer que tanto a Eletronorte quanto o Ministério do Trabalho são clientes da DNA, e eu não tenho atuação alguma na DNA.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E no Ministério dos Esportes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No Ministério dos Transportes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dos Esportes.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ministério, né?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dos Esportes, não é Transportes.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O dos Esportes é da SMP&B, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E foi o quê? Foi licitação ou foi aditamento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi licitação, e o contrato prevê uma prorrogação. Pode haver prorrogações previstas em lei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No depoimento do Marcos, apenas para lhe lembrar, foi feita – tanto na Eletronorte quanto no Ministério do Trabalho ou no Ministério dos Esportes – apenas uma prorrogação contratual e um aditamento. Diferentemente do Banco do Brasil e dos Correios, quando foi feita licitação.

Você podia me responder se você conhece Caio e Lucas, respectivamente, Diretor e Gerente do Banco Rural?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tem um Caio, sim, no Banco Rural. Conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse é o Diretor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Há um diretor de nome Caio no Banco Rural.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Então, eu diria que você, da mesma maneira, conhecendo o Diretor do Banco Rural, imagino que, além de ser diretora financeira, deve ser de extrema confiança do Marcos Valério. Talvez possa saber mais detalhes. Eu até perguntei ao Senador Magno Malta se

a senhora não ia falar de forma reservada, e me disseram que a senhora até tentou, mas não foi possível.

Mas a senhora entende que, de forma reservada, poderia aduzir alguma coisa ao seu depoimento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, Deputada. Era mais uma questão de conforto pessoal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

Eu queria entender: a senhora disse que nunca viu o tal David Rodrigues, não é isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas a senhora já ouviu falar nele?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Ouvi aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, aqui?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Nesse movimento todo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura, concluindo, por favor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, juro que é um raciocínio. O Sr. Antonio Kalil a senhora conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Luiz Carlos Costa Lara?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não entendo. **O Estado de S. Paulo** declara hoje a seguinte frase: “Seguindo orientação de Zilmar – que é sócia do Mendonça –, a SMP&B autorizava o Rural a entregar a David os valores referentes a cheques que emitia, declarou a diretora financeira”.

A senhora não declarou isso, então?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu nunca prestei declaração alguma à imprensa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está entre aspas, por isso estou lhe perguntando.

Então, a senhora nunca ouviu falar – quer dizer, só agora – nem no Antonio Kalil, nem no David, nem no Luiz Carlos, que eram os três representantes da Dona Zilmar? Não ouviu?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eles, com certeza, eram autorizados por ela a pegarem os valores no banco.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas a senhora nunca ouviu falar ou ouviu falar?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu ouvi falar agora, disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só agora?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora, explique-me, porque aí eu não entendo mesmo. É uma questão para eu tentar entender.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que uma empresa de publicidade paga a outra empresa de publicidade R\$15 milhões?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Posso dizer o que me disseram: pagamento de campanha política.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi o que lhe disseram, então: que isso era pagamento de campanha política.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura Carneiro, por favor, concluindo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente.

A senhora já falou com a Sr^a Solange e com a Sr^a Edilene em algum momento?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu já fiz um contato uma vez com elas, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Solange é de onde? Da Tesouraria do PT daqui ou de São Paulo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do PT de São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E a Sr^a Edilene?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Também de lá, de São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E esse contato era por quê? Para quê?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Deixe-me lembrar aqui...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Perdão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura Carneiro, infelizmente, o tempo já passou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só quero que ela responda, Presidente. Eu juro que não fiz discurso. Eu só estou perguntando, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aliás, quero parabenizá-la, porque V. Ex^a fez perguntas, uma coisa que é extremamente importante para quem investiga.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu

aprendi, Sr. Presidente, em dois anos de CPI do Narcotráfico e, depois, na CPI da Exploração Sexual, etc, etc.

A senhora só poderia, então, me responder isto: em que ocasião a senhora esteve com a Sr^a Solange, ou por telefone ou o que seja?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu nunca estive pessoalmente. Eu não as conheço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas

em que ocasião a senhora falou, tanto com a Sr^a Solange quanto com a Sr^a Edilene?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Havia um valor que tinha que mandar para o PT nacional, o PT em São Paulo, e o Marcos Valério me pediu que entrasse em contato com uma delas, para dizer onde e como elas gostariam de pegar esse valor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A senhora se lembra do valor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foram R\$50 mil, eu me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E elas,

então, foram...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura Carneiro, agora, infelizmente, eu vou ter que encerrar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Des-

culpe-me, Sr. Presidente. Está bom, eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Antes dos reinscritos, concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio por cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Presidente, nobre Relator, Sr^a Depoente, inicialmente, quero cumprimentar a senhora pela paciência. Acompanhei o seu depoimento na Polícia e senti sinceridade. Senti sinceridade, hoje, no seu testemunho. Não compactuo com aqueles que tentam imputar-lhe qualquer co-autoria por eventuais crimes praticados por quem quer que seja. A senhora agia a mando de alguém e, portanto, era funcionária e diretora.

Alguns Parlamentares, Sr. Presidente, faço este registro, gostam de dizer que os membros da CPI são juízes – eu já ouvi, várias vezes, isso aqui. Podem quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico, mas na hora de perguntarem, esquecem a sua condição de magistrados, entram em devaneios e fazem verdadeiras inquirições, que se comparam à época da tortura.

Faço este registro para que sejamos magistrados também nas perguntas.

V. S^a não praticou crime algum; é uma testemunha que está contribuindo com os trabalhos desta CPMI.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Obrigada.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu gostaria de fazer duas perguntas, mas preciso desenvolver um raciocínio, rapidamente, para a senhora me dizer se ele está correto.

Em um dado momento, a senhora não aceitou mais aquela posição de fazer esse repasse dos dinheiros, procurou pelo Sr. Marcos Valério e disse-lhe: “Assim não dá mais.” A partir desse momento, ele buscou um outro mecanismo, que foi justamente Garanhuns e Bonus Banval. Os repasses passaram a ser feitos por intermédio dessas empresas. Isto está correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pode ter tido outros de que eu não tenha conhecimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, certamente, ele se serviu dessas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dessas, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pelo que eu pude notar na movimentação financeira, quem fazia repasses? Eu quero me ater, agora, à Bonus Banval. Quem fazia repasses à Bonus Banval era a Empresa Dois Esses. A SMP&B os fazia quando eram diretamente aos corretores, o Marcato e outros dois.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não conheço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas

existem repasses feitos para o Sr. Áureo Marcato e para o Sr. Luiz Mazano, que são corretores da Bonus Banval. A senhora se lembra desses dois nomes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Tomei conhecimento aqui, na CPMI, e nos jornais.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O que

eu percebi é que quando os repasses eram feitos para a Garanhuns, desculpe-me, para a pessoa jurídica da Bonus Banval, era a Dois Esses. Quando eram os corretores, quem fazia era a SMP&B, isso numa análise da movimentação financeira.

O Marcos Valério dava a ordem para que a senhora fizesse um repasse, como, por exemplo, para esse Áureo Marcato e Luiz Mazano, que receberam – está no próprio documento do Sr. Marcos Valério.

A partir daí, a senhora evidentemente não sabia o que eles faziam, o que esses corretores da Banval faziam com o dinheiro, para quem eles repassariam. A senhora cumpriu uma ordem do Sr. Marcos Valério de repassar para eles ou para quem quer que fosse. Correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas a senhora concorda que ele, Marcos Valério, até para um registro pessoal, certamente deveria saber se foram R\$100 mil ou R\$200 mil para este ou para aquele corretor, para quem eles repassariam, até para que ele pudesse dizer que o empréstimo foi feito para o PT, tanto que verbas foram repassadas para membros do PT. Ele deveria ter um arquivo pessoal, sabendo para quem. A senhora não, mas ele. A senhora concorda?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, pode ser que ele tenha isso, não é?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Digo assim: seria crível que ele dissesse para a senhora fazer um repasse de R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil e não soubesse para quem iria esse dinheiro? Tanto a Garanhuns como a Bônus-Banval deveriam repassar e ele deveria saber para quem. Ele deve ter um arquivo pessoal.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Da Garanhuns, ele, em mais de uma oportunidade, me disse que era para o Jacinto Lamas, que é o Tesoureiro do PL. Para a Bônus-Banval, eu não sei a destinação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas eu concluo que ele tivesse um arquivo pessoal. A senhora não era a pessoa que fazia esse arquivamento das informações e para quem repassava?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele tinha essa pessoa lá?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não acredito, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Isso deve estar tudo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com ele mesmo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Com ele próprio e provavelmente com o Sr. Delúbio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito.

E a segunda e última pergunta, para eu compreender é a seguinte: até agora se falou muito naquela questão do Roberto Marques – muito. Todas as vezes que o Banco Rural fazia, assim, uma comunicação de BH, Belo Horizonte, para Brasília, dizendo: pague-se tanto a Fulano de Tal, o Banco Rural fazia isso, autorizado sempre ou pela senhora, ou pelo Sr. Marcos

Valério. Necessariamente ele agia sob esse comando. Correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu vi vários *e-mails* da Geisa, sua funcionária para o Bruno, dizendo: Bruno, efetue e tal.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então aquele documento onde o Banco Rural diz que era para repassar R\$50 mil para o Roberto Marques em São Paulo é um documento verdadeiro.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E ele data do dia 15. No dia 16, aparece um outro documento idêntico do Banco Rural, dizendo que era para pagar aquele mesmo cheque para o Sr. Luiz Mazano.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Certo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Correto?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Certo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, a senhora há de convir comigo se sempre havia uma comunicação oficial da SMP&B, entre o dia 15 e 16, para que o Banco Rural, que mandou que o Roberto Marques recebesse, mandasse para o Sr. Luiz Mazano, certamente deveria ter, nesse meio tempo, uma ligação, um *e-mail*, algum comunicado da SMP&B, para que o Banco Rural mudasse o destinatário.

Está correta essa afirmação?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Está.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, existe uma pessoa dentro da SMP&B que fez esse comunicado ao Banco Rural – não foi a senhora –, mas que fez, dizendo: olha, não será mais o Roberto Marques; será o Luiz Mazano. Concorde?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Concorde.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Esse documento não apareceu. Então, ninguém sabe o porquê de não ter surgido ainda a figura do Roberto Marques. Mas, a senhora fez uma afirmação importante no seu depoimento aqui e na Polícia: que tudo que ia para o Bônus-Banval era para o PT. A senhora tinha ciência disso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Veja o meu raciocínio, Sr. Presidente, porque acho importante para definirmos isso.

Tudo que ia para o Bônus-Banval era para o PT, segundo o que ela tinha conhecimento. Roberto Marques, suponhamos – e aqui não vou ser leviano de afirmar, porque não se tem sequer nenhuma identificação dele – que fosse o tal assessor do Deputado José Dirceu. Se tudo que ia para o Bônus-Banval era para o PT e se trocaram o nome de Roberto Marques para o nome de Luiz Mazano, que é um corretor da Bônus-Banval, eu poderia inferir, eu poderia concluir que esse dinheiro que foi para a Bônus-Banval iria para esse senhor Roberto Marques?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, eu não falaria isso, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que haveria a troca? Veja, a senhora confirmou que a troca foi determinada pela SMP&B. O Banco Rural mudou de nome porque a SMP&B mandou.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É, o Banco não mudaria sem uma determinação de alguém da agência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, e se há essa determinação – e aí que eu queria entender –, se há essa determinação, e a senhora afirma num outro ponto que tudo que ia para a Bônus-Banval ia para o PT, aquilo que foi para um corretor da Bônus-Banval foi para o PT. Não importa se foi para o Sr. Roberto Marques; foi para o PT, dentro da sua afirmação.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Essa afirmação que fiz é em cima da própria afirmação de Marcos Valério, de repasses a Bônus-Banval.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele

afirmou que era tudo para o PT.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não sei detalhes disso. Não sei detalhes disso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só queria fazer esse registro final, dizendo que aquilo que foi para a Bônus-Banval era para o PT.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Do empréstimo ao PT, relativo aos valores do empréstimo do PT.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O nome do Sr. Roberto Marques foi substituído pelo de um corretor da Bônus-Banval. Portanto, pode-se ter uma linha de investigação de que ele recebeu e repassou para alguém do PT. É tão-somente isso que eu gostaria de concluir.

Agradeço e, mais uma vez, cumprimento V. S^a pela paciência.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Entre os reinscritos, que dispõem de três minutos, temos a Senadora Heloísa Helena, a Deputada Juíza Denise Frossard, o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Eduardo Paes.

Concedo a palavra para a Senadora Heloísa Helena por três minutos.

Depois da Senadora Heloísa Helena, falarão mais três pessoas, por três minutos cada uma e, depois, encerraremos a reunião.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu tempo começou com 10 segundos a menos. Isso é uma maldade. Sei que há muita gente cansada. Há o cansaço dos trabalhadores da Casa e dos trabalhadores da imprensa, com o qual fico sensibilizada, mas com o cansaço dos parlamentares não. Mesmo dos parlamentares, como muitos que estão aqui até a esta hora, que trabalham. Mas como existe uma maldita cultura dentro do Parlamento brasileiro, que sabemos todos nós, de parlamentar trabalhar só dois dias na semana, infelizmente, os que trabalham mais terão de pagar o pato, porque cansada mesmo está a grande maioria do povo brasileiro. Portanto, nem eu sou masoquista, por gostar de sofrer, mas também não tenho nenhum pinga de pena dessa história do Parlamento, porque isso é uma coisa horrível. Quanto a essa cultura de parlamentar trabalhar só dois, há quase uma banalização na sociedade.

Farei dois questionamentos. Não entrarei no debate que o Senador Heráclito Fortes e o Senador Demóstenes Torres trouxeram, embora sejam nauseantes e desprezíveis orgias com o dinheiro público, mas vou fazer dois questionamentos específicos. Um deles é se a senhora conhece o Sr. Antônio Pereira Dias.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Outra coisa é que está existindo uma polêmica em relação às listas, Sr^a Simone. A lista maior apresentada, que incluiu a da senhora, que é a lista do Sr. Marcos Valério, de fato, acaba não correspondendo ao levantamento que foi disponibilizado pelo Banco Rural, até porque sabemos todos nós da gigantesca má vontade, omissão e cumplicidade do Banco Central e da omissão e má vontade do Banco Rural. Então, o que há até agora é o seguinte: o montante disponibilizado pelo Banco Rural é maior, do ponto de vista da contabilidade, do que a relação disponibilizada pela senhora e pelo Sr. Marcos Valério. Claro que isso pode ser checado mais uma vez com o Sr. Marcos Valério, já que a relação é maior. Então, ou existem nomes que não foram apresentados e

que receberam o recurso, ou existem nessa lista que receberam um montante maior do que aqui está disponibilizado. Eu gostaria de saber em que a senhora pode nos ajudar, porque existem algumas pessoas que até nos pedem para perguntar se o aumento do salário da senhora foi uma compensação pela atividade “de risco” que a senhora passou – ou de risco ou de confiança – de fato a executar. Mas a senhora tem algum dado novo a nos apresentar aqui? Existe claramente isto: o Banco Rural teve a maior má vontade em disponibilizar dados. Aliás, vieram dados incompletos. No entanto, os dados disponibilizados pelo Banco Rural conseguem apresentar um montante maior dos recursos saqueados dos cofres públicos do que a listagem apresentada pela senhora e pelo Sr. Marcos Valério. Então, ou alguns nomes, ou algumas personalidades receberam dinheiro e não estão na lista ou as pessoas na lista que aqui está receberam um montante maior de recursos do que os disponibilizados.

Sr. Relator, outra coisa é que vou apresentar um requerimento para que sejam disponibilizadas todas as notas fiscais da SMP&B emitidas em função de serviços supostamente prestados em todos os Estados que estão sendo citados como receptores de recursos – Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, São Paulo. Isso, porque alguns diretórios que supostamente receberam dinheiro estão dizendo que não receberam o dinheiro em espécie e que o que aconteceu foi uma troca de notas fiscais pelas quais a SMP&B pagou os serviços prestados nos Estados – se assim for, são notas que entraram para formalizar uma prestação de contas ou para esquentar dinheiro ou para, de alguma forma, fazer o balcão de negócios sujos com o repasse de dinheiro do Estado.

Então, pergunto à senhora se lembra ou se tem algum dado novo que possa nos auxiliar a fazer essa contabilidade que não está precisa. O montante disponibilizado pelo Banco Rural é muito maior do que o montante disponibilizado através da apresentação das listas pela senhora e pelo Sr. Marcos Valério. Então, quero saber se há algum nome novo ou dado novo para complementar, do ponto de vista dos recursos que foram disponibilizados, a lista apresentada.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Senadora, tudo o que eu sabia já falei aqui hoje. Não tenho nada a acrescentar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está bom. Sei que o Sr. Marcos Valério terá de depor mais uma vez, mas nós já adiantamos, até pela presença do advogado, que isso precisará ser revisto. Ou faltam nomes – não sei se de Senadores, de Deputados, de dirigentes partidários do PT, do PTB, do PMDB, do PP ou de quem quer seja – ou as pessoas cujos nomes

aqui estão receberam um montante maior do que o disponibilizado. Peço que o advogado solicite do Sr. Marcos Valério a nova listagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Dr. Marcelo disse que, tendo conhecimento da relação do Banco Rural, é perfeitamente possível fazer o cruzamento e verificar onde estão as distorções.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em todos os levantamentos feitos pelos técnicos da Casa existe uma diferença muito grande em relação ao montante disponibilizado de fato e o relatório apresentado pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Advogado, Dr^a Simone, é só a complementação de uma pergunta. Sei que a senhora está cansada. Nunca vi uma inquirição de doze horas, nem quando era juíza – eram, no máximo, duas horas.

Dr^a. Simone, como a senhora é diretora financeira, a senhora lida com créditos e débitos. Estou muito preocupada com as entradas. A senhora sabia de onde vinham as entradas do dinheiro? Houve uma confusão aqui: alguns perguntaram para a senhora se a senhora havia pagado ou não, e isso é coisa de tesoureiro. A senhora nunca pagou nada, a senhora é diretora financeira. Eu só queria saber das entradas do dinheiro, de quem era?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E se teve em espécie – se eu puder ajudar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Minha querida Heloísa está aqui indócil.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tem entradas em espécie, todas as entradas são oriundas dos trabalhos de publicidade da agência, sempre através das faturas emitidas contra os clientes e também desses empréstimos de que hoje todos temos conhecimento.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, o dinheiro que entrou foi de empréstimos, trabalhos...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– ... e de faturamentos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Faturamentos de trabalhos de publicidade?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Com os nomes de clientes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Só isso?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Só.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos e depois, encerrando, o Deputado Eduardo Paes. Três minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu, na verdade, nunca tinha me reinscrito. É a primeira vez e me inscrevi até em respeito às pessoas que acompanham a CPMI, do Brasil inteiro, e nos auxiliam através de informações e até mesmo de perguntas que solicito que venhamos a fazer e me retive aqui em função disso. E duas questões me foram formuladas e não foram perguntadas à senhora, D. Simone, que me parecem necessárias.

Primeiro, a questão dos “boys”, aqueles meninos que iam buscar dinheiro no banco, enfim, que iam fazer corridas na empresa que a senhora ajudava a administrar, enfim, a parte financeira, na SMP&B. Quem são esses moços, esses meninos, a senhora sabe o nome de alguns, pode citar o nome deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os nossos “boys” são contratados através de uma empresa terceirizada, como eu já disse anteriormente, a Dimensão. Atualmente temos três motoboys e sempre...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a senhora sabe o nome deles?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por favor.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Germano... Não pode me apertar com nome e número, espera aí. Luciano e... Maurício? Não.

O SR. (Orador não identificado) – (*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Senador está brincando, mas nesta hora é permitido.

Vou pedir para a senhora então, já que a senhora a essa hora também pode...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Espera aí, eu lembro. O Maurício, não; o Luciano, o Germano. São dois: é o Luciano e o Germano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu queria pedir à senhora que nos mandasse por escrito, até talvez por meio de seu advogado, os “boys” que,

ao longo desse tempo, desses últimos dois, três anos, estiveram à disposição, por intermédio dessa empresa... como é que é o nome?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dimensão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É importante para nós, no futuro, chegarmos a alguma coisa.

E a última pergunta...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Os “boys” não têm a obrigação de conhecer a dimensão desse negócio, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Em relação... O Senador Magno Malta está muito espiritualizado.

E a última questão é relativamente aos seguranças. A empresa tinha pessoas que davam segurança para o transporte de valores, não tinha?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não. Apenas uma única vez eu contratei um carro-forte com um valor superior...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Segurança não?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o David? Qual é o papel do David?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não conheço o David!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esse policial que...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu afirmaria que ele nem nunca foi à agência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, eu ouvi o depoimento dele, ele disse que é um policial que ia lá, sacava, enfim, levava, não tinha um contato mais íntimo com a agência, mas era um serviço que era um bico. A senhora não o conhece?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E seguranças da empresa, havia seguranças, guardas?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, nunca tivemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca tiveram...

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em nosso quadro de funcionários, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem guarda no quadro de funcionários, nem guarda terceirizado, a exemplo dos motoboys?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, não, nem terceirizado, nem da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. Esse questionamento se faz necessário, principalmente essa questão dos motoboys, porque a informação que temos da Sr^a Fernanda Karina é de que esses motoboys recebiam bilhetes, recebiam, enfim, documentos e que iam ao banco para fazer saque, e eu constatei nos cheques, atrás de muitos cheques, alguns nomes anotados, difíceis de ler, inclusive, anotados pelos próprios funcionários do banco onde eram sacados esses valores, que possivelmente eram a quem eles iam entregar o dinheiro.

Na verdade eles tinham uma autorização para sacar, mas acredito que iam buscar o dinheiro pessoalmente, porque o saque, quando o cheque é nominal, da pessoa jurídica para pessoa jurídica, ele é sacado por uma pessoa física, por um ser humano, pessoa jurídica não saca cheque. Então, alguém tinha que ir lá pessoalmente fazer esse saque, e aí, segundo entendimento da Sr^a Karina, eram esses motoboys em algumas oportunidades. Então, para mim está esclarecido. A senhora, por favor, nos forneça o nome completo, nos últimos dois anos, pelo menos, quem foram os motoboys que serviram à empresa. E a senhora assume esse compromisso de mandar por meio de seu advogado?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não. Claro. Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, me sinto contemplado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

E por último, como diz o inglês, mas não menos importante, o Deputado carioca Eduardo Paes, três minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito

obrigado, Sr. Presidente.

Prometo, Sr^a Simone, ser o mais breve possível. Essa é uma das grandes vantagens, Sr. Presidente, de ser o último, porque talvez a gente possa fazer algumas conclusões no dia de hoje.

Eu queria, na verdade, começar com uma indagação. O Procurador-Geral da República encaminhou para esta Comissão o depoimento do Sr. Marcos Valério, na noite de ontem. Mas esse depoimento não veio acompanhado dos tais cento e tantos recibos que ele teria entregado também no dia de ontem.

Indago, primeiro: todos os pagamentos eram feitos mediante recibo, Sr^a Simone?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nem todos. Qual era o critério para definição do que era

recibado e do que não era recibado, ou não havia nenhum critério?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não tem um critério. Esses mesmos que eu fiz no Banco Rural, na agência em Brasília, eu não pegava recibo das pessoas, até porque eu entregava justamente porque elas não queriam...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na situação em que a senhora entregava, a senhora não pegava recibo?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Desses em Brasília, eu nunca peguei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E a senhora estava dizendo que a senhora não pegava porque elas não queriam ser identificadas, não é?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– É.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – As pessoas não queriam ser identificadas. Mas a senhora sabe que, em diversos momentos, as pessoas tinham de deixar a sua cópia da identidade no banco?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Aquelas que eu não fui ou não autorizei, elas iam e se identificavam. Aí ficou lá registrado no banco.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, então há uma série de momentos em que a senhora foi ao Banco Rural e as pessoas não se identificaram?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso existe?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Existe.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso é importante, Deputado Relator, porque, quanto a todos os depósitos até este momento identificados pela CPMI no Banco Rural em Brasília, dispomos desse recibo e da identificação das pessoas. Se existem depósitos feitos com a presença da Sr^a Simone em que não há a identificação nem a cópia da carteira de identidade é porque outros saques aconteceram nesse período.

Aliás, eu queria começar a concluir – essa era a resposta que eu queria ouvir da senhora – tentando deixar isso muito claro, Sr. Presidente. Primeiro, é muito estranho que uma lista tão exata e tão bem feita tenha sido feita pelo Sr. Marcos Valério e coincidentemente entregue na noite de ontem, antes desse depoimento. É muito estranho também, Sr. Presidente, a maneira como o Sr. Marcos Valério pode agora dispor dos valores e das pessoas que entram ou saem da lista. Digo explicitamente que o Sr. Marcos Valério disse uma coisa no depoimento e depois modificou o valor de um Deputado que teria recebido recursos.

Portanto, não tenho dúvida nenhuma de que os depósitos são muito maiores do que os apontados aqui hoje pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, mostrando que o valor dos empréstimos e o valor dos saques não batiam. Mas não tenho dúvida de que a nossa consultoria – e olho aqui para o Felipe, da consultoria – deve estar atenta a isso, porque certamente há muito mais depósitos ali que os valores desse empréstimo.

Aliás, não podemos permitir, Deputado Relator, que o Sr. Marcos Valério agora se transforme na figura que vai decidir quem fica e quem sai de lista. Lista, para mim, é uma coisa que me assusta enormemente, porque amanhã vão surgindo listas e mais listas. Então, temos de saber direitinho dessa história de quem sacou, de quem depositou, para não pairar nenhum tipo de dúvida e nem estarmos aí irresponsavelmente queimando reputações.

Finalmente, Sr. Presidente, concluindo, eu queria dizer que ficaram, na minha opinião, duas coisas muito claras aqui nesse depoimento de hoje, e uma delas é fruto de uma pergunta da Senadora Ideli Salvatti. Esses depósitos, esse sistema, esse padrão de comportamento da SMP&B, ao contrário do que quer fazer acreditar o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula, teve início em 2003. Antes de 2003, a Sr^a Simone relatou aqui, em diversas oportunidades, que não houve qualquer tipo de saque com esse volume que surgiu a partir de 2003 e que nem ela, como diretora financeira, era obrigada a fazer esse tipo de coisa que causou tanto desconforto a ela – e imagino o porquê, entendendo as razões.

A segunda questão, Sr. Presidente, ficou muito clara no dia de hoje. É que a história montada pela dupla Valério e Delúbio hoje caiu por terra, por um motivo simples: se todos esses recursos eram destinados para pagar dívidas de campanha ou despesas de campanha, para tentar minimizar o crime que eles cometeram, transformando em crime eleitoral, isso caiu por terra hoje com a confirmação do depósito feito ao advogado Aristides Junqueira, que, na verdade, estava recebendo honorários advocatícios por ter defendido o Partido dos Trabalhadores no caso Santo André. É o seguinte, Sr. Presidente: criaram um escândalo, para tentar defender outro escândalo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a paciência de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, sei que já está adiantada a hora, mas preciso de um esclarecimento rápido da depo-

ente, Sr. Presidente. Posso questionar? Peço apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio, a Senadora Ideli Salvatti pediu a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu havia, sim, entendido que não deveria fazer mais nenhuma questão, mas, depois que o Deputado Eduardo Paes citou o meu nome...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu elogiiei a sua pergunta, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, V. Ex^a elogiou, mas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Foi uma boa pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Elogiou, mas o resultado do elogio não é o adequado.

Busquei a documentação, o exemplo daquilo que perguntei à Sr^a Simone, e os saques em espécie eram volumosos, sim, antes de 2003; eram significativos, sim. A nossa assessoria fez um levantamento apenas com cheques vultosos, não cheques miúdos. No ano de 2001, só na amostragem dos cheques vultosos, chega-se a quase R\$5 milhões.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Cheque não é saque, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Saque em espécie.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Cheque não é saque. São cheques. Esse levantamento eu já vi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Espécie.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Cheque, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está aqui o documento: controle de transações em espécie. Portanto, o procedimento existia, sim; talvez, não fosse executado pela Sr^a Simone. A pergunta que fiz a ela foi: já que a nossa assessoria levantou, por amostragem, valores vultosos de controle de transações em espécie, saque em dinheiro, quem é que fazia antes dela? Foi essa a pergunta. Presto esse esclarecimento, para que não paire nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra final ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, como, há pouco, a depoente, mais uma vez, reafirmou total desconhecimento de David Rodrigues Alves, eu precisava de um esclarecimento.

O primeiro deles é: a sede da empresa SMP&B fica na rua Inconfidentes?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a presta assessoria financeira apenas ao Sr. Marcos Valério ou também ao Cristiano Paes, na SMP&B?

O SR. (Orador não identificado) – Cristiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqui está “Paes”.

O SR. (Orador não identificado) – É Paz.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é parente do Eduardo.

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sou funcionária da SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De que também o Cristiano é diretor?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, ele é o Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo isso, porque, com certeza, esse é um caso típico, de que tanto se fala, de acareação. Perceba o que ele fala: “Em certas ocasiões, o declarante tinha de ir às agências várias vezes, no mesmo dia, a fim de buscar diversas importâncias em dinheiro”. Ele fala em até R\$100 mil. Depois, ele foi reinquirido e respondeu que “não tinha uma frequência certa de acionamento, sendo que, em algumas ocasiões, era acionado em dias consecutivos. Em outras oportunidades, havia um espaço de um ou dois dias para um novo chamado. Em certas datas, o declarante foi às agências bancárias diversas vezes, chegando até a ir à mesma agência duas vezes no mesmo dia, sendo informado de que deveria dirigir-se à outra agência, objetivando receber um total que deveria ser repassado para a SMP&B”. V. S^a era diretora financeira. Ele fala, com todas as letras, que chegava a fazer isso várias vezes ao dia na SMP&B. Ia ao banco e entregava... Aliás, há uma passagem que citei rapidamente. Ele fala que entregava no setor financeiro. Portanto, ou há outro setor financeiro, ou não entendemos mais o depoimento da senhora ou dele como verdadeiro.

V. S^a reafirma, sob o compromisso que prestou, não conhecer David?

A SRA. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não conheço esse senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com algumas interrupções, foram doze horas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero apenas fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Às 24 horas e alguns minutos, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tenho certeza de que a sua voz mansa no fim é em razão do carinho e não do cansaço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza absoluta, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem nenhuma certeza, certeza zero.

Sr. Presidente, foi discutido anteriormente aqui que a lista de inscrição de hoje para o Sr. David seria mantida amanhã. Pergunto se esse procedimento está confirmado por V. Ex^a ou não, isto é, se amanhã será aberta uma nova lista de inscrição para o Sr. David ou se estará preservada a de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã será aberta uma nova lista, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ótimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Portanto, será amanhã cedo, a partir das 11 horas, porque começaria a nossa reunião às 11h30m.

O SR. (Orador não identificado) – Mas votaremos os requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tentaremos votar requerimentos amanhã e, ao meio-dia, ouviremos o Sr. David Rodrigues Alves.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas a lista de inscrição dar-se-á pela ordem de chegada, porque, senão, vira uma baderna aqui, depois da reunião tumultuada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Às 11 horas, na ordem de chegada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada, Excelência.

O SR. (Orador não identificado) – Serei o segundo nessa lista, Sr. Presidente, porque a Senadora Heloísa Helena sempre chega em primeiro lugar. Portanto, é mais uma lista em que fico como vice-campeão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agradeço à Sr^a Simone Vasconcelos e desejo a todos uma boa noite.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião aos 37 minutos do dia 04/08/05.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 22ª Reunião, realizada em 04/08/2005.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e com as presenças dos Senadores César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ide- li Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena e Romeu Tuma e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serráglio, Fernando Diniz, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Welinton Fagundes, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Alberto Fraga, Silvio Torres e Pompeo de Mattos, reúne-se COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima segunda reunião. O Presidente informa que a presente reunião tem como pauta a apreciação de requerimentos e a oitiva do senhor David Rodrigues Alves. A Presidência concede a palavra ao Relator para que proceda à apreciação dos requerimentos. Este os submete à discussão e são aprovados por maioria os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 371/2005**, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, em que solicita diligência da Comissão em Portugal para apurar tratativas entre Marcos Valério com o Ex-Ministro das Obras Públicas, Transporte e Comunicações de Portugal; **Requerimento nº 416/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão da Petrobrás; **Requerimento nº 417**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre

os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil; **Requerimento nº 418**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão de FURNAS – REAL GRANDEZA; **Requerimento nº 419**, apresentado pelos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGP-M praticados pelo Fundo de Pensão dos Correios – POSTALIS; **Requerimento nº 604** de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e praticados pelo Fundo de Pensão FUNCEF; **Requerimento nº 605**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão GEAP; **Requerimento nº 606**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão SISTEL; **Requerimento nº 607**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão CENTRUS; **Requerimento nº 608**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão SERPROS; **Requerimento nº 609**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão PORTUS; **Requerimento nº 610**, de autoria dos Deputados Alberto Fraga, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM, praticados pelo Fundo de Pensão ELETROS; **Requerimento nº 449** de autoria do Senador César Borges que solicita

a convocação para prestar depoimento perante a Polícia Federal os senhores: Marcio Hiram Guimarães Novais – CPF 088.098.016-87; Walter Eustáquio Cruz Gonçalves – CPF 118.613.206-04; Wagner Walter Monteiro – CPF 577.223.076-04; Paulino Alves Ribeiro Junior – CPF 081.606.866-68; Luiz Eduardo Ferreira da Silva CPF.905.015.437-91, Julio Cesar Marques Cassão – CPF 300.602.306-49 e Robson Ferreira Pego – CPF 971.930.896-68; **Requerimento nº 506**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que solicita ao Ministério do Planejamento a lista de todos os órgãos da Administração Pública Federal que firmaram acordo ou ajuste com o BMG visando o empréstimo em consignação na folha de pagamentos; **Requerimento nº 532** de autoria do Senador César Borges que solicita a convocação de Zilmar Fernandes da Silveira, suposta beneficiária de saque na conta do Banco Rural; **nº 550**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que solicita à Presidência do Senado Federal a disponibilização das bases de dados das contas CC5 e da Beacon Hill, utilizadas pela CPMI do Banestado; **Requerimento nº 573A** de autoria do Senador Romeu Tuma que solicita requisitar ao DPF para acionar a Interpol no Uruguai. Visando a identificação completa dos sócios e outras informações da offshore Esfort Trading, que detem 99% do capital da Guaranhuns Empreendimentos. **Requerimento nº 603** de autoria do Senador Jefferson Peres que solicita à direção do Banco do Brasil S.A., que forneça cópia do relatório de auditoria realizado no âmbito da Diretoria de Marketing daquela instituição no ano de 2003; **Requerimento nº 622** de autoria da Deputada Juíza Denise Frossard que solicita Ministério Público Federal, cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Maurício Marinho, bem como sua posterior convocação para prestar novo depoimento nesta; CPMI; **Requerimento nº 638** de autoria do Deputado Alberto Fraga que solicita os documentos apreendidos pela Polícia Federal no escritório de contabilidade Prata, Castro e Associados; **Requerimento nº 681** de autoria do Deputado Álvaro Dias, requer que seja solicitado ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) encaminhe a esta CPMI todas as informações financeiras, assim como o cadastro, referentes à empresa esfort trading, que possui conta nesse banco na Agência das Ilhas Cayman. Aprovado por mediante votação nominal, recebendo vinte votos favoráveis, o **Requerimento nº 564** de autoria do Senador César Borges que solicita a quebra dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos da empresa **Garanhuns Empreendimentos e Participações Ltda**, nos últimos 5 anos; e o **Requerimento nº 598**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Garanhuns

Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C LTDA, e do Sr. José Carlos Batista (sócio no Brasil); A seguir, a Presidência passa a palavra ao senhor David para seus esclarecimentos e, em seguida, o Relator procede com suas arguições ao depoente. Usaram da palavra, pela ordem de inscrição, os seguintes parlamentares: Senadora Heloísa Helena, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Alberto Fraga, Deputado Carlos Abicalil, Senador Aelton Freitas, Deputado Silvio Torres, Senador Fernando Bezerra, Deputado Henrique Fontana, Senador Fernando Bezerra, Deputado Jorge Bittar, Deputado Mauricio Rands, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Pompeo de Mattos, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Eduardo Paes, Senador Sérgio Guerra, Deputado Rodrigo Maia, Deputado Alberto Fraga, Senadora Ideli Salvatti e Senador Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e seis minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia nove de agosto deste ano. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta, com as graças de Deus, a 22ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apreciação de requerimentos de oitiva do Sr. David Rodrigues Alves. Antes de chamar o Sr. David Rodrigues Alves para o seu depoimento, gostaria de passar a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que votemos alguns requerimentos que são importantes para o trabalho da CPMI.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, inicio por aqueles que imagino possamos liquidar em poucos minutos. Qualquer dissidência é só se manifestar. Recebi uma tabulação em dois momentos diferentes hoje. Trabalhei em cima da que ia até o nº 638. Então, vou olhar do 638, retroagindo, e depois voltamos o foco para os que foram apresentados ontem à tarde e hoje. Começo pelo 638 e vou anunciar só aqueles que

imagino que sejam votos simbólicos. Repito: qualquer dúvida, suscitem que retire.

638, Deputado Alberto Fraga. Solicito os documentos apreendidos pela Polícia Federal no escritório de contabilidade Prata, Castro e Associados.

622, Deputada Juíza Denise Frossard. Solicito do Ministério Público Federal cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Maurício Marinho, bem como sua posterior convocação para prestar novo depoimento nesta CPMI.

603, Senador Jefferson Péres. Solicito à direção do Banco do Brasil que forneça cópia do relatório de auditoria realizada no âmbito da Diretoria de Marketing daquela instituição no ano de 2003.

Os de sigilo veremos depois.

573-A, do Senador Romeu Tuma. Requisitar do Departamento da Polícia Federal acionar a Interpol, no Uruguai, para a identificação completa dos sócios e outras informações da Offshore Esfort Trading, que detém 99% do capital da Guaranhuns Empreendimentos. 573-A, no meu.

550, do Deputado Carlos Sampaio. Solicita à Presidência do Senado Federal a disponibilização das bases de dados das contas CC-5 e da Beacon Hill utilizadas pela CPMI do Banestado. Vou suspender esse anúncio, porque tenho dúvidas. Acho que precisa ser nominal. 550. Suspende.

Há alguns que continuam no rol. Vou anunciar para efeito de ata. 540. Solicita a relação, no período de 1º de fevereiro de 2003 até a presente data – sim, é o de nº 540 –, dos servidores que prestam serviços diretamente aos Srs. Deputados membros titulares e suplentes desta CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, o de nº 540 não consta da nossa lista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, finalmente extraíram-no. Eu havia me queixado de que estava aprovado, e eles o mantinham. Tudo bem. Na minha lista, de ontem, ele ainda constava.

O Requerimento nº 506, do Senador Romeu Tuma, solicita ao Ministério do Planejamento a lista de todos os órgãos da administração pública federal que firmaram acordo ou ajuste com o BMG, visando a empréstimo em consignação na folha de pagamentos.

Aqui, a Relatoria está excluindo a expressão “com o BMG”, para que venha de todos os bancos, porque daí teremos a oportunidade de saber, efetivamente, se houve privilégio ou não, em relação ao cadastramento junto ao Ministério, daqueles que iriam prestar os serviços.

As convocações, eu as estou deixando de lado.

O de nº 449 permanece ou não no rol de V. Ex^{as}?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Permanece.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, vamos incluí-lo.

A autoria é do Senador César Borges, que solicita a convocação de algumas pessoas para prestarem depoimento à Polícia Federal. Aí vem a nominata.

Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, qual é o número?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É o de nº 371.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Requerimento nº 371, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, solicita diligência da Comissão em Portugal, para apurar tratativas entre Marcos Valério...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, Sr. Relator, esse requerimento vai afundar a CPMI. Amanhã, se houver alguma conta de Marcos Valério no Iraque, quero ver quem vai para lá. Isso é um acinte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. Ex^a aguarda a proposição da Relatoria.

Vou ler o requerimento. Vamos adequar para a apreciação.

O Requerimento nº 371, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, solicita diligência da Comissão em Portugal, para apurar tratativas entre Marcos Valério e o ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal. E aí prossigo com o aditamento apresentado pelo próprio Deputado Arnaldo Faria de Sá, com o qual concordou esta Relatoria e que vai ser submetido nos seguintes termos: “Solicitação de informações junto ao Ministério das Relações Exteriores, junto à Casa Civil, junto à Embaixada do Brasil em Portugal, junto à Portugal Telecom”. Com essas informações em mão, fica suspensa a pretensão – e estou anunciando a pedido do próprio autor –, fica suspensa essa diligência, e, se baldados esses esforços, iremos pensar nessa eventual proposição.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Relator.

Quero só fazer uma...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Relator, peço a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, se a senhora quer falar, cedo a palavra com prazer para a senhora e, depois, retomo a palavra.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Muito obrigada, Deputado Onyx.

Sr. Relator, quanto a esse requerimento, estou achando muito perigosa a perda de foco. Temos um foco, que é a CPMI dos Correios, e toda a relação que a partir daí se fez. Não estamos investigando o

Presidente da República. Tenho uma posição pessoal em relação a isso e, hoje, já publiquei um artigo em **O Globo**: “Procura-se o mandante principal”. Mas, aqui, não é o foro adequado para isso. Sou uma legalista e faço questão disso. O foro adequado para isso é outro. Por enquanto, não é esse o nosso foco. Já estamos perdendo o foco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Só um minuto, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Eu sou o autor do requerimento e, em momento nenhum, quero atingir o Presidente da República. A senhora leu o requerimento na íntegra? Em nenhum momento, quero...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não, não, desculpe-me. Não é atingir. Estou apenas preocupada com o foco, porque a CPMI está rolando ladeira abaixo e hoje, aqui, temos a prova disso. Nós estamos ouvindo carregador de mala, hoje. Nós estamos fazendo trabalho sabe de quem, Sr. Relator? Da Polícia. Estamos discutindo se vamos ouvir ou não o Deputado José Dirceu, que é um dos nossos, e vamos ouvir um carregador de mala.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem decidiu isso foi o Plenário, não foi?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas não pode, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tudo bem.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Nós temos que nos reunir para ver o foco. Se decidirmos tudo, amanhã nós estaremos investigando... Eu acho que se procura o mandante principal, mas nós, aqui, temos que ter o foco, Sr. Presidente. É só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Por falar em foco, quero adiantar desde logo que formulei...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Só para complementar, eu não vou ficar aqui para ouvir carregador de mala de dinheiro. Isso é trabalho da Polícia. O que está acontecendo? A Polícia ouviu todos eles antes, e é natural, porque eles sabem que nós não temos nenhuma ingerência sobre eles, e aí, Sr. Relator, nós estamos aqui carregando esta Comissão sabe para onde? Para o buraco. E, mais do que isso, o cheiro de *pizza* está fedendo pela sociedade. Eu estou andando nas ruas, e o que se fala é que há um grande acordo entre PT, PFL e PSDB.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, a Deputada Denise Frossard está passando dos limites.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, a Deputada Denise Frossard está desrespeitando a Comissão e os partidos que ela citou...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, nós não aceitamos...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor... Eu gostaria, primeiro...

Deputada Juíza Denise Frossard, não podemos pautar as ações dos Parlamentares única e exclusivamente pelos *e-mails* que recebem. Até porque todos nós aqui recebemos *e-mails* os mais variados possíveis, *e-mails* de elogios, *e-mails* com críticas, e nós precisamos ter absoluto discernimento sobre o momento por que passamos.

O que quero reiterar aqui é que rejeito absolutamente a afirmativa de que há “acórdão”. Não há “acórdão” nenhum, não haverá “acórdão” nenhum. Eu, como Presidente da CPMI, não fui procurado por ninguém para fazer acordo nenhum. Esta CPMI não é chapa branca e nós vamos investigar e vamos efetivamente apurar os responsáveis por tudo aquilo que nós temos aqui discutido e debatido ao longo destas semanas.

Quero registrar também, o que é muito importante, que o Brasil inteiro nos acompanha. O Congresso Nacional, hoje, está com a sua imagem maculada. Se existe uma instituição no Brasil hoje que é vista pela população de uma maneira – forçando um pouco até a expressão – pejorativa, é o Congresso. E se a CPMI traz preocupações para muitas pessoas, traz essa responsabilidade com as instituições, ela pode ser também a redenção do Congresso Nacional, ela pode ser a redenção inclusive dos Partidos, que estão sendo aqui motivo de investigação, de denúncias, e assim por diante.

Portanto, quero deixar bem claro, com absoluta indignação, que não há nenhum “acórdão”, não há cheiro de *pizza*, pelo contrário, há, sim, uma energia muito ruim aqui, exatamente porque estamos mexendo com coisas ruins. Esperamos que no final desta CPMI saíamos daqui com a certeza do dever cumprido; muito mais do que o dever, o nosso compromisso com a população brasileira, que espera de nós, depois desta CPMI, um novo Brasil, um Brasil melhor, um Brasil mais cidadão, um Brasil mais fraterno, e, acima de qualquer outra coisa, um Brasil mais solidário. É isso.

A meu ver, essa questão já...

Vou retornar a palavra ao Relator, e os requerimentos...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu só queria dizer que fiquei feliz em ouvi-lo dizer que não há isso. Isso tranquiliza esta Comissão, Deputado Onyx, e a todos aqueles que estão nos ouvindo.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Não é outro o juízo que faço de V. Ex^a e do Relator também.

Muito obrigada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, depois me inscreva pela ordem, após o Senador Jefferson Péres.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente e Sr. Relator, quero dar uma contribuição em relação a esse elenco de medidas que V. Ex^a, equilibradamente, como tem se portado em todo esse episódio, tomou. Quero trazer meu testemunho pessoal de que no meu Estado, Rio Grande do Sul, a imagem de V. Ex^a é vista com absoluto respeito, pela correção, pelo equilíbrio e pela forma como V. Ex^a tem se portado como nosso Presidente.

Quero dar uma contribuição: na lista dessas instituições, o ex-Ministro Antônio Mexia declarou, ao jornal **Expresso**, de Portugal, que está disponível para prestar todas as informações que a CPMI desejar. Então, quero que V. Ex^a inclua no requerimento uma carta-consulta ao ex-Ministro Antônio Mexia, bem como ao Governo português, para que digam em que situação foram recebidos e se foram recebidos efetivamente os emissários que foram até Portugal tratar do assunto referente à Portugal Telecom ou a outros assuntos com o atual governo português.

Quero dizer com absoluta clareza que quem fala pelo PFL são os nossos dois Líderes: no Senado Federal, o Senador José Agripino e, na Câmara Federal, Deputado Rodrigo Maia. Mais ninguém está autorizado a falar em nome do Partido da Frente Liberal.

E o nosso partido tem, desde o início desta CPMI, demonstrado determinação absoluta, sob o comando de Jorge Bornhausen e dos Parlamentares que fazem parte desta CPMI, como o Deputado ACM Neto, Senador César Borges, Senador Heráclito Fortes, Senador Romeu Tuma. O PFL não aceitará nenhum acordo, nenhuma *pizza*. Respondi a uma jornalista que me perguntou qual é o sabor da *pizza* que mais gosto: quero dizer que sou bom *pizzaiolo* sei fazer *pizza*, mas estou aqui disposto para colocar lenha na fogueira para impedir que haja *pizza* aqui. Sei que é isso que quer o PT, que quer o PDT, que quer o PMDB, que quer todos os partidos que estão aqui. Estamos aqui respondendo à sociedade brasileira. Queremos sair daqui como entramos, de coluna ereta e de cabeça erguida, para olhar cada homem e cada mulher no Brasil e poder

dizer alto e bom som: Sr. Relator, Sr. Presidente, em respeito ao Brasil, estamos aqui para cumprir nosso dever, e o nosso dever é investigar, apurar, responsabilizar e, acima de tudo, punir, para que o Brasil, ao ser revisitado no trabalho desta CPMI, possa olhar para o futuro sabendo que há futuro não apenas para os Parlamentares desta Comissão – Sr. Presidente, Sr. Relator, concluo com isso –, mas há futuro para os filhos de cada homem e de cada mulher no Brasil.

Este País tem que olhar para frente. Este é um momento de crise e a crise ocorre no momento em que estamos maduros do ponto de vista democrático. As instituições brasileiras são capazes de enfrentar este momento e têm capacidade de separar a crise política dos atos de governança e da economia brasileira. O Brasil confia nesta CPMI, que não frustrará o País nem decepcionará as pessoas. Poderemos, desse modo, oferecer ao Brasil, depois desta CPMI, um País melhor, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Senador Jefferson Péres.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, apenas agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni, que, gentilmente, me cedeu a sua vez. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Senador Jefferson Péres, está assegurada a S. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas políticos creio que já perceberam – tomara que tenham percebido! – que ninguém, nenhum político neste País vai impressionar a sociedade com discurso. Nenhum político deste País vai mais impressionar a sociedade brasileira neste momento com discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Com fatos, atos e exemplos, sim. O discurso pode ser o mais ético e brilhante do mundo, mas ninguém acreditará nele. Estão perdendo tempo aqueles que pensarem assim.

Esta Comissão tem que apresentar resultados, Sr. Presidente. Esta Comissão foi criada para investigar os Correios. Esse é o foco, e eu concordo. O relatório do Sr. Relator deve, concretamente, dividir-se em três partes: primeiramente, o que foi apurado quanto aos Correios ou o que não pôde ser apurado. É preciso dizer isso? Obviamente, sim. Em segundo lugar, é necessário ser propositivo, ou seja, deve propor medidas para coibir as irregularidades. Em terceiro lugar – está na obrigação, sim, de conter um terceiro item – estão

os indícios e as evidências de corrupção em todos os lugares e órgãos para que, se necessário, criem-se outras CPIs para investigá-los.

Precisamos dizer e apontar. Como não? Porque o foco são os Correios, não vamos querer saber se há indícios de corrupção em todos os lugares da administração pública, dizer e apontar? Temos que fazer isso, Sr. Presidente, daí importância de começar, Sr. Relator, um mínimo de investigação para podermos apontar. Investigue-se a Petrobras, os fundos de pensão – que se crie uma CPMI especificamente para os fundos de pensão. Vamos deixar de dizer isso? Não queremos saber o que há nos fundos de pensão? Podemos dizer ao povo brasileiro que não queremos saber, porque estamos aqui apenas para investigar os Correios? Nesse caso, haverá um enorme cheiro de *pizza*. Parecerá *pizza*, embora não tenha sido, Sr. Relator.

Sr. Presidente, sinto-me muito à vontade, porque quantos do PDT, do meu Partido, aparecerem nesta Comissão e estejam convocados, votarei favoravelmente. Preliminarmente, sou a favor. Houve indícios da participação do falecido Leonel de Moura Brizola e querem ouvi-lo numa sessão espírita? Sou a favor. Convoque-se.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu também, Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu sofro na política da minha vocação de magistrado. Não sei ser partidário quando estão em jogo os interesses nacionais. Isso não é discurso, não.

Sr. Presidente, vamos convocar quem tiver de ser convocado. Se esta CPMI durar seis meses, que assim seja. Mas não permitamos que esta Comissão não aponte fundos nem à Nação brasileira os caminhos, o que há de errado e o que precisa ser feito para corrigi-lo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma reclamação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já há inscrição pela ordem e vou segui-la.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Logo após, farão uso da palavra os Srs. ACM Neto, Eduardo Paes, Sérgio Guerra, Rodrigo Maia e Alberto Fraga.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Senador Pompeo de Mattos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asseguro a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero primeiro alertar para o risco de “operação abafa” e de *pizza*. Não é uma questão de inconseqüência política, não! Isso faz parte das Casas legislativas, já aconteceu. Quem é honesto intelectualmente sabe que isso pode acontecer também. O impedimento da “operação abafa” não se dá com o discurso firme, nem do Delcídio nem meu, nem da Denise nem de ninguém. Não é assim que se impede “operação abafa”. Ou do Jefferson ou de quem quer que seja. Se impede a “operação abafa” especialmente com o controle dos meios de comunicação e a pressão política rigorosa, fiscalizadora e implacável da sociedade. Senão, dá *pizza* mesmo, dá *pizza* mesmo.

É evidente que existe todo o risco de isso acontecer. Existe o risco de isso acontecer porque é uma Casa política. Quantas vezes não se viu aqui o debate sobre a metodologia dos requerimentos? Quantos requerimentos estão aqui? Quais as áreas do gestor operacional dos Correios que já foram efetivamente investigadas? Quando se diz que, daqui a pouco, sobra para o correio e para o *office boy* e para o carregador de mala, esse é um risco, sim, que pode acontecer. É claro que pode acontecer! Diz-se que o gestor operacional dos Correios são sete áreas, incluindo os presidentes, que foram parte fundamental, essencial de todas as fraudes que foram feitas na estrutura dos Correios. E até agora só se investigou o conluio com uma área, de um lavador do dinheiro sujo – que, se fazia isso no Governo do Fernando Henrique e se aprofundou, melhorou, aumentou no Governo Lula, para mim não importa e não tem que importar para ninguém. É essencial entrar na área de tecnologia. Por que não se quer entrar na área de tecnologia? Por que não se quer entrar na área operacional, na área comercial? Então, isso tem que ser respondido para a opinião pública também.

Se disserem vão trazer Geysa, o *office boy*, “não sei quem” que distribuiu, sócio de Marcos Valério ou quem quer que seja, isso não é mais relevante. Não é mais relevante. Agora, vamos para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Se já foi há dois meses, há quinze dias, agora, já não é. Pode ser que há vinte dias fosse correto trazer a Geysa; agora já não é mais. Os dados que são apresentados já são suficientes. Agora, vamos pegar quem vem: Duda Mendonça – por que não se pode trazê-lo? Daniel Dantas – por que não se pode trazê-lo? Então, se existe a troca “ameaço trazer ‘não sei quem’ para você não trazer o beltrano ou o fulano de tal”, isso acaba cheirando a *pizza*. Então, para mim, Daniel Dantas, Duda Mendon-

ça ou quem quer que seja, temos que trazê-los para serem investigados.

Se vai ser discutido, para aprimorar as investigações, o setorial, essa é uma outra discussão que pode ser feita para agilizar. Agora, efetivamente não... Se é por burocracia, se é por fragilidade da nossa competência em dar conta dos aprofundamentos das investigações, pode ter qualquer outra motivação, das belas, das que não são de má-fé, e das de má-fé também. Então, é um risco que se corre. E não é uma posição de um ou outro, não. Nós é que temos obrigação de reverter a opinião de 80% da população brasileira, que não acredita no Congresso Nacional, que não acredita na política, e toda pesquisa que for feita vai dizer isso. Então, a nossa obrigação é alertar para a “operação abafa”. Isso não significa criar problema para uma ou outra personalidade política, não se trata disso. Agora, a pressão fiscalizadora da sociedade é essencial.

Algumas pessoas dizem assim: eu queria ver se essa CPML estaria andando se não tivesse transmissão ao vivo de Globo “não sei o quê”, de Band “não sei o quê”, de Record “não sei o quê”. Mas, ora, se a transmissão ao vivo pode levar alguns a fazer discurso, o povo brasileiro desliga a televisão e não tem obrigação de ouvir. Agora, se não se estiver transmitindo ao vivo, democraticamente, ou pela TV Senado ou por quem quer que seja, o subterrâneo, o esgoto, os tapetes, a “operação abafa”, a população não tem a possibilidade de descobrir. Desligar a televisão ela pode. Quando eu estiver incomodando ou qualquer outro aqui, desliga-se a televisão, não há problema. Agora, coisas secretas, abafadas, escondidas, isso é um risco, sim, em toda Casa política. Daí a necessidade de auxiliar. Claro que entendemos. Nós vemos. Como posso dizer que não vejo? E muitos posicionamentos do Relator, vou dizer que não os vejo? A independência dele? Eu vejo a independência do Relator em muitos momentos quando está inquirindo alguma pessoa. Eu vejo a independência de V. Ex^a, mas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a... Gostaria que V. Ex^a encerrasse, há outros inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou concluindo. Vou apenas dizer isto: não é delírio persecutório, nem da Denise, nem do Pedro Simon, nem do ACM Neto, nem meu, nem de ninguém. Todas as pessoas podem falar sobre isso sim, porque inspira um mal estar na sociedade, um sentimento nauseante na sociedade, porque é uma classe política, é uma Casa política que faz acordos – e já fez no passado – e nós temos de fazê-los de forma essencial, independente, rigorosa, como V. Ex^a mesmo, Senador Maguito Vilela, já disse em muitos momentos aqui. Mesmo quando não

era orientação da base de Governo da qual V. Ex^a fez parte, V. Ex^a, por sua independência, por sua consciência, votou favorável a determinados requerimentos para que se pudesse investigar.

Então, acho que isso é o que é essencial nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, lamento que estejamos travando este debate, até porque foi provocado, principalmente, pelas colocações da Deputada Denise Frossard. Eu, assim como todo o Parlamento brasileiro, tenho um respeito enorme pela Deputada Denise Frossard, pelas suas qualidades, pela sua seriedade, pela sua história de serviços prestados inicialmente para o Poder Judiciário e agora ao Congresso Nacional.

Contudo, Deputada Denise, acho que nenhum de nós pode assumir a postura de se julgar capaz de estar aqui tecendo qualquer tipo de comentários sobre posicionamento de partidos políticos nesta CPMI. Acho que os fatos falam muito mais alto. Certo?

Deputada Denise, discordo da senhora. Não sei se a senhora tem o hábito que eu tenho. Por exemplo, todo o final de semana, depois que saio daqui, do Congresso Nacional, das minhas atividades parlamentares, vou às minhas bases, vou conversar com as pessoas, vou ouvir os meus eleitores e os cidadãos da Bahia. E tenho ouvido invariavelmente de quase todas palavras de estímulo, de reconhecimento ao trabalho que eu, assim como muitos outros, venho fazendo nesta Comissão...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como V. Ex^a, também digo isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputada, acho que aqui temos pessoas sérias que não vão deixar manchar a sua biografia. Eu disse isso no final de semana e disse no início desta semana que o Presidente Delcídio Amaral, que o Deputado Osmar, como principais representantes desta Comissão, não admitiriam jamais...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– **Data venia**, não citei V. Ex^a. Ao contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ... que as suas biografias estivessem...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Só citaria em boas condições.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Gostaria de pedir a colaboração.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ...que as suas biografias estivessem em risco pela possibilidade de serem artífices de operação abafa. Saí daqui, como V. Ex^a saiu, como a Senadora Heloísa Helena saiu, como o Senador Jéferson saiu, como o Deputado Rodrigo, o Deputado Eduardo, o Deputado Onyx, e tantos outros, saímos no final de semana preocupados com a possibilidade de um acordo sim. Só que a pressão da opinião, só que a pressão dos Parlamentares desta Comissão, só que o posicionamento do meu Partido, assim como o de outros Partidos, foram fortes o suficiente para evitar que até os rumores tivessem qualquer consequência. E não vão ter. Tenho dito o seguinte: se está todo mundo feliz porque anda nas ruas e é reconhecido, porque está recebendo milhares de e-mails, porque as pessoas pedem que paremos para tirar foto, pedem autógrafo, se estão todos felizes com essa exposição pública, com esse excesso de mídia, podem ter certeza de que, se esta CPMI não chegar a resultados concretos, tudo vai se reverter contra os membros da CPMI. Vamos pagar o preço do Congresso. E acordo significa cassação dos 513 Deputados e 81 Senadores. Seremos cassados pela opinião pública, mas somos responsáveis. E isso não vai acontecer. Então, temos que dar um ponto.

Com uma coisa quero concordar das preocupações dos dois Senadores e da Deputada. Temos que encontrar o foco desta CPMI. E acho que agora temos que gastar energia e dedicar o nosso tempo para quê? Para analisar a origem de todos esses recursos. Estamos de fato muito preocupados com o destino. Temos de entender a origem, de onde veio essa quantidade expressiva de recursos que foi movimentada pelo PT, porque não existe “mensalão”, não existe deputado recebendo mesada, se não houvesse infelizmente a participação do Governo, se não houvesse de onde tirar esse dinheiro. Dinheiro não nasce me árvore, todo mundo sabe disso.

Então, temos de nos debruçar sobre essa análise. Temos de nos debruçar sobre esse estudo. A CPMI do Mensalão está começando a trabalhar e naturalmente eles vão ouvir os destinatários. Esse problema do foco é vai ser resolvido, eu não tenho dúvida, Sr. Presidente.

Quero aqui encerrar a minha participação, porque sei que outros vão querer falar, dizendo que não há “acordo”; defendendo inclusive boa parte dos Parlamentares da base do Governo desta Comissão, porque temos muitas pessoas sérias preocupadas em investigar e que não vão colocar a suas assinaturas e as suas impressões digitais em “acordo”, não vão fazer isso; defendendo o Relator, porque sei que o Relator

não vai admitir que isso aconteça e dizendo, Deputada Denise, que temos de estar vigilantes, sim, mas ninguém pode querer julgar ninguém. Ninguém aqui pode querer assumir a defesa ou o ataque de qualquer posição de Partido político, sobretudo daqueles que querem a investigação, como é o caso do PFL.

Agradeço, Sr Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSARD (PPS – RJ)

– Folgo com a declaração de V. Ex^a que me tranqüiliza e que não me surpreende inclusive, vindo de V. Ex^a. Que bom que não há “acordão”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a participação do Deputado e concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr Presidente, há vários incritos. Solicito a V. Ex^a que dê 02 minutos para cada um. Eu estou inscrito. Dois minutos são suficientes. Que se marque o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está inscrito. Vai chegar o momento de V. Ex^a.

Quero dizer que temos todo tempo do mundo. Hoje, amanhã, depois. Não há problema. Vamos ouvir o depoimento do David, vamos votar requerimentos. Não há problema algum. Podemos ultrapassar a meia noite, entramos manhã adentro, vamos resolver todos os problemas.

Com a palavra o ilustre Deputado Eduardo Paes. Há ainda 09 incritos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr Presidente, Sr^a. e Srs. Parlamentares, confesso que não pediria a palavra para comentar o que disse a Deputada Juíza Denise Frossard se ela não tivesse citado explicitamente os nomes de Partidos que estariam fazendo esse acordo.

Ela citou especificamente o acordo entre o PT, o PFL e o PSDB. Eu não o faria, porque gosto muito do estilo da Deputada Juíza Denise Frossard, e S. Ex^a sabe disso, de sempre contestar a política como é, o Parlamento como ele funciona.

Acho que essa é uma contestação, Deputada – e a senhora já é política, eleita com uma votação fantástica em nosso Estado do Rio de Janeiro, nos enchendo de orgulho, a nós do Rio de Janeiro, de tê-la aqui como representante, já na sua segunda eleição. Uma pessoa que disputa duas eleições é política.

E quero chamar a atenção, Deputada Denise Frossard, para o fato, primeiro, de que acho que não é difícil neste momento, Deputada, com o Congresso na crise que vive, agirmos na política fazendo esse ataque ao Congresso, à instituição. Esse é um pouco o jogo, Deputada, daqueles que esperam e não entendem que ainda, apesar de todos os problemas, não se

desenvolveram melhores formas de governar a nossa sociedade do que a democracia representativa com todos os seus defeitos.

A nossa tarefa, como políticos que somos, e todos aqui somos, disputamos o voto – e não se deve ter vergonha de se ser político. Deve-se ter vergonha de ser político desonesto. Deve-se ter vergonha de estar em “mensalão” e em outras operações esquisitas.

A nossa tarefa, Deputada Juíza Denise Frossard, é de, neste momento, tentar, com o nosso exemplo – e acho que todos temos feito esse esforço aqui...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu sei, Deputada. Mas eu quero esclarecer, porque parece-me que às vezes a coisa fica generalizada.

A nossa responsabilidade neste momento é fortalecer esta instituição. Ou vamos fortalecê-la trabalhando sério, ou vamos todos – e não achem alguns que se livrarão dessa pecha, porque o povo, por mais que nos achemos conhecidos, eles todos não nos conhecem. Por mais que nos achemos famosos, a maioria da população nos trata com total desprezo. Não faz idéia de quem é deputado, de quem é Senador ou do que representa, se é do bem ou do mal. É deputado? Na cabeça da maioria da população, virou bandido, virou ladrão!

Portanto, temos aqui de fazer um esforço enorme, Deputada Denise Frossard, de não entrarmos nesse jogo fácil da política, que é o de batermos na própria classe política. Isso dá voto. É bom politicamente. O povo gosta de ouvir isso, porque querem o sangue, de forma generalizada, de todos nós. É isso que eles disseram. É isso que a população, nesse primeiro momento, espera.

Comecei a minha vida pública muito cedo. Eu era estagiário de direito recém-formado e virei Vereador pelo Rio de Janeiro. Confesso que entrei, na Câmara de Vereadores, querendo prender a Câmara inteira. Essa é a grande verdade. Tinha uma visão de sociedade em que todos são iguais. Assim que cheguei à Câmara de Vereadores, comecei a entender – assim como a Deputada Juíza Denise Frossard entende – que há uma série de figuras, de elementos, no Parlamento que merecem o nosso respeito.

Sei que V. Ex^a tem essa leitura, Deputada Denise Frossard. Chamo a atenção porque, talvez, entenda que o Partido dos Trabalhadores, hoje, paga um preço muito alto por uma atitude que não é de todos Parlamentares. Aqui há muitos Parlamentares amigos meus do Partido dos Trabalhadores, por isso não estou querendo partidizar essa discussão. Hoje, alguns dos atores do Partido dos Trabalhadores pagam um

preço muito alto pelas posições que tiveram há algum tempo, o que gera consequências. Por isso, quero chamar a atenção.

Creio que é importante que V. Ex^a – e permita-me chamá-la de você, Deputada Denise Frossard – continue firme, como todos temos estado, na defesa de que esta CPMI vai investigar, de que vai fundo na apuração dos episódios. Peço-lhe também encarecidamente que, quando V. Ex^a fala de um acordo entre o PT, o PSDB e o PFL – sou Deputado pelo PSDB, aliás o mesmo Partido pelo qual V. Ex^a se elegeu... Sou do PSDB. Tenho orgulho de ser do PSDB.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Elegi, com meus votos, mais dois deputados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado, não vou permitir a discussão paralela. Se V. Ex^a quiser conceder apartes...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não concedi aparte.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Peço a sua colaboração.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Considero-me, Deputada Denise Frossard, um deputado dedicado a esta CPMI. Considero-me uma pessoa que tem buscado investigar, apurar. Sei que V. Ex^a tem conhecimento disso, que é parceira nessa investigação.

Mas V. Ex^a cita um acordo entre PT, PSDB e PFL. Sou representante do PSDB nesta Comissão e sinto-me incluído. Talvez não queira dizer que vesti a carapuça. É preciso que se tome cuidado com a responsabilidade que todos temos, a partir da CPMI, de fortalecer essa instituição que demonstra, mais do que qualquer outra, a democracia representativa.

Depois, se tivermos, lá na frente elementos que digam que o PSDB fez um grande acordo... Aliás, o PSDB vive uma situação fantástica. Quando a gente vai forte, dizem que somos golpistas; quando a gente vai leve, dizem que há um grande acordo. É uma coisa de louco. Estou quase entrando em terapia para tentar entender as acusações que nos fazem.

V. Ex^a levantou a possibilidade de *pizza* quando entrou em questão a apuração do caso da Portugal Telecom, que é relevante, sim. O que nos faz perder o foco? Quero fazer essa análise para os demais membros, para que tentemos chegar a um consenso. O que nos faz perder o foco nesta Comissão? Realmente, há muitas frentes de denúncia. Coisas assustadoras estão acontecendo. Há o episódio da Portugal Telecom. Temos que ter muita responsabilidade porque, talvez, seja o episódio que talvez, pela primeira vez, inclua uma eventual participação do Presidente da República.

Então, temos que ter responsabilidade. Não podemos – estou dizendo isso desde o começo – nos abster de investigar, de apurar, por mais que isso não seja referente ao fato determinado original desta CPMI. O mensalão também não estava. Tínhamos um caso de corrupção nos Correios. Não é possível que nós, aqui na CPMI...

Já concluirei, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Há muitos inscritos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, íamos tratar somente dos Correios, mas veio uma pessoa e disse: “Olha, o esquema tal tem ligação com aquele”. Não podemos dizer isso que não faz parte do fato determinado, que é dispersão.

Sigo a linha, Senador Jefferson Péres, do que disse V. Ex^a. Temos que, sim, com calma, serenidade, tranquilidade e sem perder o foco. Acho, e aí vou concordar com V. Ex^a, Deputada Denise Frossard, que nós estamos demais nos recebedores da corrupção e nos carregadores de mala. Acho que está na hora de tratar dos corruptores. Está na hora de tratar dos corruptores.

Essa história da Portugal Telecom, especificamente, pode ser um caso desse, que deve ser tratado com responsabilidade e serenidade, porque envolve o Presidente da República.

Deputada Denise Frossard, com o respeito que tenho por V. Ex^a, quero dizer-lhe que precisamos fortalecer a instituição. Nesta CPMI, os membros do PT, do PSDB, do PFL, do PPS, do Pc do B, do P-Sol, do PV, de todos os partidos que se fazem representar aqui, não há qualquer parlamentar que eu tenha visto tentando transformar isso aqui numa *pizza*, porque será a nossa sentença de morte. Até este momento não, pode ser que, lá na frente, eu venha a dizê-lo.

Há uma coisa, só para concluir, que político jamais faz. Eu me lembro, eu fui relator do salário mínimo, em 2000. Fui conversar com o Presidente da República, o então Presidente Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada. Imagina, eu tinha 28 anos, Deputada! Ele me recebe naquela biblioteca bonita do Palácio. Eu disse ao Presidente: “Olha, eu pertenço à base, adoraria cumprir com tudo o que V. Ex^a gostasse, mas só há uma coisa que político não faz porque depende do voto para se eleger: deixar de representar seus eleitores. Isso seria o mesmo que dar um tiro no ouvido. Isso nenhum de nós aqui vai fazer. Transformar isso aqui em *pizza* significaria dar um tiro no ouvido.

Portanto, Deputada, vamos seguir em frente nas nossas investigações. Sempre atentos, sempre vigilantes, para impedir que isso que V. Ex^a disse que podia acontecer, de fato, aconteça.

Agradeço!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Senador Sérgio Guerra.

Peço a colaboração de todos, pois há mais 10 inscritos. Temos que ser objetivos, caso contrário, teremos que trabalhar o final de semana aqui.

Com a palavra o ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, não será a primeira vez que, num episódio de Comissões Parlamentares de Inquérito, alguém pressupõe um acordo ou um acordo. Não sei se a Deputada Denise assumiu essa posição de pressupor que existe o acordo. Parece que leu uma correspondência que chegou a ela.

De toda maneira, aqui, cabe esclarecer alguns pontos sobre esse aspecto levantado.

Tenho afirmado aqui, reiteradas vezes, no interesse construtivo de propor encaminhamento para o nosso processo, a urgência, a necessidade de a relatoria, no plural, e também a Mesa desta Comissão, esse conjunto propor um projeto de investigação, um núcleo de investigação, de forma que esse núcleo seja aceito por todos os membros ou pela maioria dos membros desta Comissão.

Sabemos, com uma boa dose de lucidez, quais são os problemas que temos que encarar; quais são os assuntos que, de fato, estão em pauta. É muito natural que, num processo, de uma ou de outra maneira, setores procurem potencializar um e reduzir outro; os setores procurem compensações na investigação. Somos humanos, refletimos uma situação de fato, partidos políticos que têm compromissos, história e que, evidentemente, não podem se desligar de realidade. Seria insincero afirmar nisso!

Mas a forma que nós temos de enfrentar esse conjunto de problemas é definir um programa, um programa que tenha a aprovação nossa, no plural, porque, e eu tenho falado ao Sr. Relator sobre isso. Dia desses, ele me disse: “Mas, normalmente, eu não consigo balizar esse tipo de encaminhamento, porque se apresentam pressões de todos os lados”. Podemos concordar sobre o núcleo da investigação. Impressões vai haver sempre, fatos novos vão surgir sempre! Eles vão sendo compensados no interesse de uma solução que tem que ser racional, porque tem que ser legal, tem que ser justa, porque trata da vida das pessoas e das instituições.

Então esses próximos dias que nos separam da próxima semana poderiam servir para que, entre outras atividades, a Relatoria e a Presidência e os Relatores que colaboram com o Relator-Geral propusessem a esta Comissão o encaminhamento para os próximos

tempos. Vamos trabalhar assim sobre esse tema, com esse foco como prioridade, como uma situação da qual não vamos nos afastar sob pena da dispersão e de não chegarmos a resultado nenhum. Não acredito na possibilidade de um acordo nesse episódio. Não vamos ser insinceros para dizer que acordos foram feitos noutras situações em relação a muitos episódios. Mas neste caso que nós estamos tratando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com as escusas do orador, eu gostaria de pedir a compreensão de todos. Está ficando muito difícil continuar esta reunião.

O SR. SERGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nós estamos tratando de assuntos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Importantíssimos. E por isso quero pedir a colaboração de todos, senão não tem condições de continuar.

O SR. SERGIO GUERRA (PSDB – PE) – A minha primeira sugestão para a semana que vem é que o núcleo que preside a Comissão e a relatoria produzam uma proposta de encaminhamento das investigações, lógica, que tenha conteúdo, que possa ser aceita pela maioria, se não a totalidade dos membros desta Comissão. Primeiro, não acredito em acordo. O Deputado Eduardo Paes, com inegável lucidez, falou sobre o nosso Partido. Somos acusado ora de planejar o golpe, ora de amolecer a investigação. É uma situação difícil de equacionamento.

Eu próprio, hoje, tão logo ingressei nesta sala, fui inquirido pela Senadora Ideli Salvatti. Há um requerimento que assinei solicitando investigações sobre campanhas eleitorais. Evidentemente a Senadora Ideli Salvatti é parte de uma dessas campanhas. Eu quero dizer que esses requerimentos que assinei, eles teriam sentido se fosse objeto desta CPMI examinar campanhas eleitorais. Se decidirmos a semana que vem que não será esse o foco da CPMI porque ele é inexequível, ele não é concretizável, não haverá requerimentos nem conteúdos para ele. E não há nele pré-julgamento. Eu tenho sobre a Senadora Ideli Salvatti determinada opinião – eu já disse em momento que ela foi acusada aqui – e a mantenho.

Porém, nós reduziremos substancialmente esse tal contencioso entre nós se redefinirmos um ajuste de conduta, um projeto de análise do problema que encaramos. Que isso se faça a semana que vem. Que os fatos novos sejam encarados no contexto deste núcleo que queremos preservar. Eu quero dizer que não temos outra alternativa. Acho que foi a Senadora Helena que disse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou suspender a reunião. Não tem a menor condição de continuar deste jeito.

O SR. SERGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acho que foi a Senadora Heloísa que disse aqui, não tenho certeza, que agora passamos a viver o momento, eu diria, substantivo da CPMI, quando compulsoriamente temos que desdobrar os fatos, fazer uma apuração mais fina, mais exata de situações que antes estavam apenas prenunciadas, denunciadas, às vezes, lógicas, mas não provadas. Então é o desafio que nós temos que encarar. Vamos encarar esse desafio, acho que avançamos muito, que existe um certo grau de confiança suficiente entre nós para levar essa investigação até o final. Não há acordão, há uma ampla responsabilidade que nós temos que assumir de maneira solidária para que ninguém fique melhor do que ninguém e ninguém se comprometa mais do que os outros no interesse de uma solução conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra o nobre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Senador Maguito Vilela, falarei em nome do meu Partido pela minha condição de Líder. Na segunda-feira, Sr. Presidente, depois das matérias dos finais de semana que tratavam de um possível acordão, o Presidente do meu Partido deu uma entrevista coletiva na segunda-feira. Talvez a maioria dos presentes tenha acompanhado pelas televisões na segunda e pelos jornais na terça. Talvez outros, sem tempo, não tenham acompanhado.

O PFL deixa claro a sua posição. Não há acordão e não há negociação com o Poder Executivo. O PFL dialoga com as lideranças dos partidos da base no Congresso Nacional. Essa é a posição oficial de nossa Direção Nacional e não aceitamos que, depois de esclarecida a posição do partido ninguém, nenhum Parlamentar, de qualquer partido que seja, coloque o PFL em possíveis acordos que nunca existiram e não existirão.

Para encerrar, Sr. Presidente, alguns poucos Parlamentares no passado discursavam durante muitos anos como se tivessem o monopólio da ética e talvez paguem hoje esse preço. Nós aqui do PFL não somos melhor nem pior do que nenhum Parlamentar, mas não aceitamos mais que ninguém faça discurso de monopólio da ética, porque ninguém o tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço mais uma vez a compreensão de todos. Ainda há muitos inscritos, há requerimentos para votar e há um depoente ainda para ouvirmos.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, muitas críticas que fazem a esta Comissão são fundadas e algumas são infundadas. Quando nos criticam lá fora é exatamente porque não temos sequer a capacidade de votar relatório, de votar requerimentos consensuais. A paciência do relator, a educação do relator, sinceramente, na outra encarnação quero voltar com essa paciência do Deputado Osmar Serraglio, porque vejam que ele tenta equilibrar a coisa, mas não consegue.

Ele estava aqui relacionando os requerimentos em que há consenso. Já se passaram 46 minutos, e não saímos do lugar. É por isso que as críticas surgem. Aí as pessoas que parecem ter necessidade de aparecer com alguma notícia bombástica sempre fazem questão de usar o microfone para poder ser foco, já que a questão, o tema, aqui é foco, mas alguns fazem questão de ser foco, mas da mídia. Eu não vou entrar nesse campo, não, porque é meio complicado.

Sr. Presidente, sem querer polemizar, quando eu pedi pela ordem era para fazer uma reclamação, porque a coisa é tão complicada aqui que, quando alguns fazem a interpelação, o Presidente se cala para ouvir determinados Parlamentares. Quando são outros, ele tem que berrar. Esse é o tratamento dado aqui nesta Comissão.

Quero dizer, Sr. Presidente, que somos 32 Parlamentares aqui, entre suplentes e titulares, mas infelizmente percebemos que o tratamento, a cada dia que passa, fica mais desigual.

São poucas as vezes em que discordo da Deputada Juíza Denise Frossard. Eu concordo numa parte quando ela fala do foco, mas quero discordar na questão do acordo. Nós somos vizinhos, e V. Ex^a sabe que eu jamais participaria de qualquer tipo de acordo. Eu quero o correto.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, eu sei que não mencionou. Mas sou do PFL. Quero concordar, e que ainda há pouco eu falava, que o mais importante que foi dito aqui talvez não tenha muita importância para alguns, porque aí voltamos à questão do foco sensacionalista. Nós temos realmente que mudar o rumo da coisa aqui, Sr. Presidente, porque vejam bem, nós estamos ouvindo, há alguns dias, as pessoas, e todo mundo sabe que a conversa já está acertada e a CPMI perdeu tempo. Pelo menos por dez dias não avançamos em nada, porque todos que compareceram aqui contaram a mesma história. O que esse cidadão que vem aqui hoje tem para nos dizer? Nada. E nós vamos estar expostos, mais uma vez, à opinião

pública, que, “olha, o cara não falou nada, a mulher sabia e não falou”. Nós não podemos aqui empregar o pau-de-arara. Ninguém vai vir aqui para falar de livre e espontânea vontade. Estou falando pau-de-arara, um termo... evidentemente que nós não podemos obrigar ninguém a confessar nada aqui. Portanto, nós temos que buscar outras linhas de investigação. E quando se quer mudar, por exemplo, vamos à questão dos Correios, e a Senadora Heloísa Helena cita muito bem a questão de outras Diretorias, só se investigou parece que uma ou duas, e o foco mudou.

Eu agora ouvi a CPMI do Mensalão, CPMI do Mensalão, já está querendo ir para Portugal também. Foi sugerido isso lá ainda há pouco.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que V. Ex^a conduz os trabalhos de uma maneira equilibrada, mas tem horas que protege um, A, B ou C, talvez pelo nome que tem na imprensa, pela sua penetração na mídia. Mas eu acho que todos aqui têm que ser tratados igualmente. Eu reconheço que os trabalhos estão cada vez mais se tornando difíceis. Dos depoimentos importantes nós abrimos mão porque ficamos na discussão, a Polícia Federal vai e ouve, no dia seguinte já está no Jornal Nacional. Aí essa Comissão vai ouvir uma pessoa que já... Para quê? Inócua! Uma discussão inócua.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que na hora que nós verdadeiramente nos sentarmos para querer resolver essa questão nós vamos avançar. Essas vaidades têm que acabar. Aqui não pode prevalecer apenas a opinião de A, B, C ou D. “Não, se não for desse jeito eu não quero, tem que ser quem eu estou indicando para ser ouvido”, não pode haver isso nesta Comissão. Nós não deveríamos nem estar falando isso gravado porque isso nos traz problema, mas é a grande verdade. Nós somos incapazes de nos reunir fechadamente, aí não comparece a maioria, porque só comparece quando está ligada essa luzinha aqui. É uma coisa impressionante. Enquanto isso, a sociedade nos massacra.

Ontem, para encerrar, Sr. Presidente – e é para encerrar mesmo – eu, pela primeira vez na minha vida, tive vergonha de dizer que sou Deputado. Cheguei num determinado local em que havia pessoas de bem, de sessenta, setenta anos de idade, que participavam de um concurso da terceira idade, e a televisão estava sintonizada na TV Câmara, colegas nossos falando. E os comentários, olha... E eu disse – tive que reagir porque reajo, não fico calado, não sou ladrão, não sou sem-vergonha, tenho que reagir – e disse. O senhor lá me perguntou: “o senhor é Deputado?” Eu falei: “sou, mas sou honesto”, já para início de conversa, mas os comentários, os adjetivos V. Ex^{as} precisavam ver.

“Olha, que palhaçada; olha, que não-sei-quê; olha que pergunta que se faz”. É o comentário. E nós aqui não avançamos em nada.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero realmente propor uma agenda, vamos dar ouvidos ao Relator. Encerra essa coisa aqui, essa discussão. Vamos retomar o assunto, vamos decidir os consensos e depois vamos para o voto.

Não tem outra forma.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas parece que a gente fala, as palavras vão para o vento.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma sugestão e um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não posso acatar a sugestão de V. Ex^a, que acaba de falar e pede para encerrar a discussão. Eu vou continuar ouvindo, porque senão vou ser citado aí como protegendo, parcial.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. Ex^a poderia ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, essa conversa de “acordão” surgiu com muita força a semana passada, e, efetivamente, eu acho que esse “acordão” poderia ter acontecido. Poderia ter acontecido. Eu acho que ele estava, inclusive, na iminência de acontecer. Agora, como é que ia se dar esse “acordão”? Esse “acordão” ia se dar com o PL retirando o pedido de processo do Sr. Roberto Jefferson na Comissão de Ética da Câmara. Era isso que ia acontecer. Era por ali que estava caminhando, inclusive com reuniões, envolvendo até o próprio Presidente da Câmara.

O que abortou esse “acordão”? É muito importante dizer o que é que abortou esse “acordão”. Foi a posição do PT, que disse o seguinte: “se o PL retirar, o PT dá entrada na mesma hora”. Foi isso que abortou o “acordão”. Então, é muito importante recordar por que não teve “acordão”, por que ele não aconteceu. Não aconteceu porque para nós do PT... E eu, como petista de primeira hora, quero dizer que está muito sofrido estar aqui; está muito sofrido para nós estar vivenciando este momento, esse verdadeiro expurgo, essa verdadeira lavagem em praça pública de uma história de 25 anos desse Partido, pelo comprometimento em que personalidades desse Partido nos colocaram.

Então, quero dizer que para nós do PT só tem uma alternativa, e tenho dito isso todos os minutos da minha vida neste período. Só há uma alternativa para nós: nos comprometermos até as últimas conse-

quências com a investigação, com a apuração e com a punição, seja quem for. Agora, tem uma coisa que precisa ser dita. Nós temos que dar o primeiro exemplo; temos que ser duros com quem quer que seja do nosso Partido. Não vamos ter amnésia, Deputada Denise Frossard. Não vamos fazer de conta que este País começou agora, que não tem partidos e personalidades políticas, que tem história de envolvimento com a corrupção até a última raiz de cabelo e que agora pousam de vestal da moralidade pública, dando de dedo na nossa cara de cinco em cinco minutos, como se nada tivesse acontecido.

Chegam ao absurdo de dizer que corrupção tem data de validade. “Isso já é história; isso aconteceu há cinco ou dez anos”. Corrupção não tem data de prescrição, não tem data de validade. Seja quem for que a tenha praticado, tem que ser apurada, investigada e punida.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer uma coisa: tudo que vier para esta CPMI, tudo que aparecer aqui, tem que ter isonomia. Se vai investigar destinação de dinheiro para campanha, será de todas as campanhas; vai investigar caixa dois de todas as campanhas; vai investigar operação com empresas de publicidade de todas as campanhas, porque isonomia é um princípio mínimo.

Quero lançar um desafio. O PT abriu o seu sigilo bancário, não precisou ser quebrado, não precisou ser votado aqui nesta CPMI. E não tinha outra alternativa, tinha que fazer mesmo, porque o escândalo é tão grande que só tem que abrir. Agora, só o PT tem que abrir o seu sigilo bancário? E quantos Partidos estão citados, arrolados, caixas, tesoureiros? Sr. Presidente, a minha proposta é uma só: todos os Partidos devem tomar a mesma iniciativa. Abram o sigilo bancário de livre e espontânea vontade nos últimos cinco anos, porque, se não abrirem, eu vou fazer requerimento com quem mais quiser assinar para que todos os Partidos políticos quebrem o seu sigilo bancário. Se não vão abrir de livre e espontânea vontade, vão abrir em votação nesta CPMI.

Quero dizer que há uma grande polêmica em torno de trazer ou não a Sr^a Zilmar, porque ela é uma das grandes sacadoras. Há uma lista do Sr. Marcos Valério, ainda sem documento, sem comprovante de que efetivamente ela tenha sacado, de R\$15 milhões. É muito grave que alguém sócio de uma empresa de publicidade tenha saque dessa ordem, se isso ficar comprovado.

Agora, a Sr^a Zilmar vem aqui explicar e as outras empresas de publicidade vão ficar isentas de explicar? Volto à isonomia. Estou aqui com o dossiê da campanha do Sr. Serra, da Intertrade, que tem horrores de

dinheiro a receber, e não foi sequer a dívida arrolada no TSE. Virão o Sr. Duda Mendonça e todas as empresas de publicidade das campanhas. Então é isso que temos que falar aqui.

Ela virá pela gravidade dos saques, mas, na hora em que ela se sentar aqui para explicar, virão todos os esquemas, todas as situações de empresas de publicidade em todas as campanhas, e vamos ter que dar continuidade a isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Senadora Ideli, não se esqueça do acordo do PT com o PSDB. Não fale mal do PSDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só quero dizer uma outra questão porque acabamos esquecendo as coisas, porque nos querem impor a amnésia. Não houve uma briga entre dois caciques do PFL, um chamando o outro de ladrão por estar desviando dinheiro do fundo partidário? Vamos trazer para cá também. Vamos trazer tudo para cá. Vamos trazer tudo. Não há nenhum problema. Vamos trabalhar. Estamos trabalhando durante 18, 20 horas. Vamos trazer tudo.

Sr. Presidente, quero exigir algo aqui. Quero exigir, porque não vou aceitar, como já não aceitei, nem chantagem, nem ameaça, nem terrorismo. Enfrentei o Sr. Roberto Jefferson e levei-o ao Supremo Tribunal Federal. Estou entrando hoje com uma queixa-crime por indenização pelas insinuações maldosas que ele fez à minha pessoa. Outras pessoas também vieram a público fazer acusações sem apresentação de provas. Já encaminhei também. E quero dizer o seguinte: não vou aceitar requerimento de convocação de minha pessoa nesta CPMI. Exijo que seja aprovado hoje o Requerimento nº 647 do Senador Sérgio Guerra, porque entendo que há apenas uma justificativa para ele: a lógica da chantagem, do terrorismo, da ameaça. Mas não devo nada a ninguém; não temo nada. Posso me sentar aí neste momento e ser questionada por quem quiser, por quem quiser, por quem quiser. Seja a pergunta que for. Mas esta CPMI terá que ter isonomia, terá que ter memória, terá que trazer para cá todos os fatos. E não me venham dizer que tudo será na base do toma lá, dá cá, porque a melhor maneira de se fazerem as coisas é às claras, aí na frente, cada um respondendo pelos seus atos, sejam eles quais forem.

Sr. Presidente, deixo de público estas duas questões: primeiro, que todos os Partidos abram, de livre e espontânea vontade, o seu sigilo bancário – se não o fizerem, na próxima reunião administrativa, haverá requerimento para esse fim –, e que o Requerimento nº 647 seja imediatamente incluído no acordo, porque quero sentar ali. Eu quero sentar ali e ser sabatinada. Quero ter a paciência e toda a disposição do mundo não apenas para responder, mas para poder falar mui-

tas coisas que já está na hora de falarmos aqui dentro, isonomicamente e com toda a memória do mundo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, pode parecer, ou ao menos no início parecia, que esta conversa – diria pública, mas entre nós – não era importante, mas é. Ela é extremamente importante. Estamos fazendo aqui uma espécie de acerto de contas daquilo que está ocorrendo lá fora por conta do que as pessoas têm a impressão do que acontece aqui dentro. E não é apenas impressão; é a realidade. Há muito da dura realidade.

Confesso que tinha vontade de dizer o que a Deputada Juíza Denise Frossard disse, mas não o fiz para não parecer que é sempre o Pompeo que fica cutucando, que fica incomodando, que é o boca brava. Já dizem isso por aí. Mas tenho dito que a questão não é esta, de que eu seja boca brava, mas, sim, porque sei qual é a boca que explora e qual é a boca explorada. E é melhor ser boca brava do que não ter boca para nada.

A Deputada Juíza Denise Frossard disse de forma clara e permitiu este debate interno. Não se trata de uma lavagem de roupa suja, não, mas de clarear as questões entre nós: sei que você sabe, você sabe que eu sei, nós estamos sabendo o que está acontecendo aqui dentro.

Aliás, nesse contexto, Senadora Ideli Salvatti, a quem ouvi generosamente, quero secundar V. Ex^a, dizendo que fiquei contente em ouvi-la e tem V. Ex^a a minha solidariedade em relação ao requerimento para que seja ouvida. Há muito de retaliação nisso. V. Ex^a tem a minha solidariedade. Mas V. Ex^a disse uma coisa muito relevante aqui, no que diz respeito à questão do acordão. Todo muito fala nas ruas, mas poucos têm coragem de assumir. E V. Ex^a deu aqui a ponta de um detalhe do encaminhamento do acórdão – esse é um depoimento importante –, em que se reuniu o PL e o PTB, e que havia o compromisso de se retirar a representação contra o Roberto Jefferson para salvar a pele de Valdemar Costa Neto, e que o Presidente Severino teria participado. Não são palavras minhas. São palavras de uma Senadora da República. Então, mostra a gravidade do que está ocorrendo e mostra que o povo tem razão nas ruas quando fala isso.

Eu participei no meu Estado, Rio Grande do Sul, de vários debates, um dos quais, inclusive, com o público opinando. Foram lá 500 telefonemas e de 70% a 30% estavam dizendo que ia terminar em *pizza*. Mas

nós insistimos, dizendo que não, mostrando por que não seria, o que iríamos fazer e, de tanto falarmos, dizermos, insistirmos, persistirmos, teimarmos, a população cedeu um pouco, mas, ainda assim, deu 58% a 42%. Ou seja, o povo na rua olha e diz: “Olha, vai ter *pizza*!” E o povo tem razão. Temos que começar a pensar conosco mesmo e essa conversa aqui possibilita exatamente que nós possamos firmar uma posição e um compromisso recíproco e, se não for com outro, que seja conosco mesmo. Quero ter esse compromisso comigo mesmo, até porque há uma expressão no Rio Grande, nas Missões, de onde vens, que o galo torto é desconfiado. E o galo torto é desconfiado, sabe por quê, Presidente? Porque já furaram um olho dele. Ele tem que cuidar do olho que sobra.

Muitas CPIs terminaram nisto: por acordo de entendimento ou por conta de brigas arrumadas. Eles arrumaram a briga. A CPMI do Banestado é esse exemplo. Eles arrumaram uma briga para se desentenderem brigando e ficar tudo por isso mesmo. Corre o mês por 30 dias, o ano por 365 e as coisas ficam como eram antes.

Então, Sr. Presidente, absolutamente não dá para aceitar. Quero ser bem claro: o nosso Partido, o PDT, absolutamente não tem nenhum problema, quer abrir sigilo bancário. Falei, aliás, com o meu Presidente no Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Luppi. Não há absolutamente nenhum problema! E, mais do que isso, essas coisas do acordão começamos a ver na imprensa. A **Veja** publicou: “O rolo de 32 milhões do PSDB”. Não sou eu que estou falando. Nem sei se é, mas é notícia veiculada. Há as questões do PMDB. Ficam explorando. Jogam um com o outro. O PT está nesta, o PMDB está naquela, o PSDB naquele outro, o Governo que foi, o Governo que veio... Aliás, vou reiterar uma manifestação que é quase insistência, se não for persistência ou talvez teimosia: o PDT, em 1997, por intermédio de seu Líder, na época Neiva Moreira, apresentou a CPMI da Compra de Voto da Reeleição do Fernando Henrique Cardoso. O PSDB, porém, empurrou com a barriga: um ano, dois anos, três anos, quatro anos, uma legislatura. Veio a outra legislatura e deu mais uma empurrada com a barriga até terminar. Chegou nesta. Está lá a CPMI na Comissão de Constituição e Justiça, Senadora Heloísa Helena. E sabe quem é que sentou em cima? Pasmem, foi o PT! O PT sentou em cima da CPMI que o PDT propôs para investigar a compra de voto da reeleição do Fernando Henrique Cardoso! Chegou ao poder, não interessava mais, por quê? Porque entrou no esquema!

Então, essas questões têm que ser claras. O povo tem razão. Por isso esta conversa aqui, franca, aberta entre nós, é necessária, até porque, se fizerem *pizza*

desta CPMI, sabem o que vai acontecer? Aliás, diziam, na semana passada, que estava armada a *pizza*. Até Deputados do próprio PT me disseram isso. No avião disseram para mim. Eu disse: “Eu sei que estão requerendo o alvará aqui em Brasília, para instalar uma pizzaria no Congresso”. Até já tinham ganho o alvará de localização. Disseram que era aqui, nesta sala do Senado. Eu disse: “*Pizza* podem fazer. Agora, para comer a *pizza*, tem que assar. Só que, para assar essa *pizza*, a lenha da fogueira seremos nós, integrantes da CPMI e eu não vou prestar-me para ser lenha para arder no fogo. Eu não vou ser queimado para assarem a *pizza* para uns que receberam o mensalão se locupletem!”

Então, Sr. Presidente, deixo isso bem claro e encerro, dizendo que precisamos de uma correção de rumo. Temos duas CPMIs andando: a do Mensalão, que é do lado de lá, mas começou aqui. Sr. Presidente, nós já levantamos – diria assim – uma boa parte das lebres. Tiramos os gatos do mato, os coelhos da cartola. Tiramos uma série, mas creio que há mais para sair. Mas não faz mal que saia do lado de lá. Agora uma missão temos aqui, Sr. Presidente, porque temos sido muito pautados pela imprensa. Então, a imprensa quer saber quais os nomes dos sacadores. A imprensa está ávida por isso e tem razão ao querer saber dos nomes, mas temos que ter uma correção de rumo, Sr. Presidente, e buscar aqueles que depositaram na conta do Sr. Marcos Valério. Ele recebeu das contas do Governo, mediante financiamentos, não mais do que R\$500 milhões, sendo que parte desses R\$500 milhões ele gastou em publicidade e parte ele embolsou – acredito que a metade. Ora, aí vão R\$250 milhões. Ele tem R\$2 bilhões na conta. De onde vieram os outros R\$1,8 bilhões? Do sistema financeiro? Do rombo do INSS? Dos fundos de pensões?

Por isso, Sr. Presidente, encerro fazendo só um pedido. Eu tenho um requerimento para chamar aqui o Sr. Daniel Dantas, que é o grande operador desse esquema faz anos no Brasil. A CPMI fica chamando aqui o carteiro, o carregador de mala, Deputada Denise Frossard, fica chamando aqui o porteiro, e não vamos chamar o homem que é o dono da grana de todo esse esquema, que é o Sr. Daniel Dantas! Foi ele quem depositou. Em toda a CPMI e CPMI que se fizer neste País, em que se puxar sistema financeiro, bate-se em Daniel Dantas. Então, nós temos que ir ao ninho da serpente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) - Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL - AL) – Senador Maguito, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) - V. Ex^a está inscrita, e concederei a palavra a V. Ex^a. Antes, porém, eu quero...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL - AL) – Era somente para fazer uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) – Antes, porém, quero, só mais uma vez, reafirmar o que eu já disse: todos que vieram aqui foram aprovados pela maioria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL - AL) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) – De repente, leva-se a impressão ao povo de que é a Mesa que convoca. E não é. Quem convoca é a maioria desse Plenário. Então, se vem engraxate, se vem mecânico...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL - AL) – Com todo o respeito às categorias.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) – ...foram convocados pela maioria dos 32 integrantes desta CPMI. Eu creio que é interessante também verificar de onde estão vindo dinheiro para as contas do Marcos Valério. Eu concordo. Ontem, sem querer, eu vi que, de Goiás, foram cinco milhões para a conta do Sr. Marcos Valério. É preciso realmente estudar todas essas questões.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT - RJ) – Sr. Presidente, antes eu queria levantar um pela ordem - nem é uma questão de ordem -, até porque eu sou o próximo a falar. Eu me proponho a abrir mão de minha palavra, porque, vejam bem, a Deputada Juíza Denise Frossard levantou uma questão, uma hipótese que alguém remeteu a S. Ex^a via e-mail. Essa questão já foi plenamente esclarecida. Não tem “acordão”, não tem *pizza*, não tem pizzaria. O nosso trabalho tem sido sério, e acho que esta é uma discussão estéril, Presidente. Sinceramente, eu me proponho a abrir mão da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) – Estão inscritos V. Ex^a, o Senador César Borges...

O SR. JORGE BITTAR (PT - RJ) – ...desde que todos os demais abram mão da palavra, para que concedamos a palavra ao Relator, e S. Ex^a dirija então a definição dos nossos trabalhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB - GO) – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, estão inscritos Jorge Bittar, César Borges, José Eduardo Cardozo, Deputado Alvaro Dias e Arnaldo Faria de Sá. Se todos abrirem mão, tudo bem, passamos à votação e, depois, vamos ouvir o Davi. Se não, eu vou ouvir, religiosamente, todos os que estão inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O meu é encaminhamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu abro mão, mas para votar imediatamente, sem ninguém pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Alvaro Dias; Deputado José Eduardo Cardozo. (Pausa.)

Senador César Borges, V. Ex^a está sendo consultado se abre mão, para irmos à votação de requerimentos e à oitiva do Davi. Todos abriram mão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não abrirei mão, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o meu é um encaminhamento, Sr. Presidente. Somente um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Todos terão o mesmo direito, todos os inscritos e aqueles que quiserem se inscrever. Reafirmo que vamos até a meia-noite, vamos até ultrapassar, mas não podemos... Transferimos uma oitiva de ontem para hoje, vamos ser tolerantes, mas não vamos ser desrespeitosos com o depoente. Ele está aí, eu já mandei servir a refeição para ele, se for preciso, o jantar, e assim por diante. E assim vamos. Convido todos a permanecerem aqui até a meia-noite, uma hora, duas horas da manhã. Mas vamos cumprir com a nossa obrigação, a obrigação que o Brasil todo espera que nós cumpramos.

Com a palavra o ilustre Deputado Jorge Bittar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois peço a palavra para um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes, passamos a palavra à Senadora Heloísa Helena, para um encaminhamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, é super-rápido. Até parece, Deputado Bittar, que esta confusão aqui foi praga da Abin, porque, como eles disseram que era besta fera, aqui, para V. Ex^a ter uma idéia, são 666 requerimentos, o número da besta fera. Então, eu proponho, como encaminhamento, que façamos uma reunião específica, porque enquanto há essa história de reunião secreta, reunião com os grupos, o que é absolutamente legítimo, eu entendo isso, o tempo passa, e mais apresentamos requerimentos. Então, talvez fosse necessário fazer uma reunião administrativa para dar conta dos 666 requerimentos – logo o número da besta-fera, Senador Osmar: 666 – dar conta de todos os requerimentos, provar, derrubar, para superarmos essa barreira.

Então, o encaminhamento é para que V. Ex^a, junto com o Senador Delcídio e o Deputado Osmar, possa

convocar uma reunião administrativa para nós votarmos os 666 requerimentos que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, o nosso trabalho, a despeito de alguns altos e baixos, às vezes convocamos pessoas que de fato têm um elevado significado para os objetivos de investigação desta CPMI, outras nem tanto, mas, no fundamental, o nosso trabalho tem sido muito positivo, tem produzido resultados, enfim, está numa rota correta, a partir das informações que obtivemos. Iniciou-se nos Correios, e agora estamos trabalhando tudo aquilo que envolve esse personagem central, que é o Sr. Marcos Valério e suas relações com partidos, com bancos, com empresas, com o Governo e com todos os outros elementos aí já claramente apontados.

O que me parece ser absolutamente fundamental e imprescindível é que nós, a partir das informações já disponíveis – e me parece que as informações essenciais estão disponíveis –, nós construamos um plano de trabalho nosso. Isso me parece ser absolutamente imprescindível e fundamental. Que possamos mapear.

Vejam bem, Correios, por exemplo. O que foi levantado até agora? O que falta se levantar em termos de documentos? O que falta em termos de oitivas essenciais? Nós ouvimos o diretor da área de tecnologia, mas não ouvimos o diretor, à época, da área de infra-estrutura ou operações, enfim, de operações, de sobrenome Madureira – esse é essencial, evidente, porque envolve a rede postal noturna –, de tal maneira que nós possamos, de maneira precisa, determinar o que falta ser feito, para que possamos construir um cronograma de tal maneira que nos próximos – vou chutar aqui o prazo – nos próximos sessenta dias nós pudéssemos produzir resultados, produzir um relatório para V. Ex^a.

Então, o apelo que faço é no sentido de que até a próxima terça-feira, quando haverá a próxima reunião nossa, nós possamos construir esse plano de trabalho, porque isso vai minimizar o nível de conflito; vai tornar o nosso trabalho mais objetivo e mais eficiente e eficaz no sentido de que nós possamos produzir os resultados que a Nação brasileira toda espera desta CPMI.

Eu não tenho dúvida de que senão todos, a imensa maioria dos integrantes desta CPMI – eu acho que todos – está imbuída do melhor dos propósitos, claro que todos com as suas limitações partidárias, com suas dores aqui ou ali. Mas todos nós queremos, porque nós sabemos que isso é fundamental para a vida pública deste País; para o engrandecimento do Congresso Nacional; para a correção de rumos que é necessária.

Porque nós vamos produzir resultados. Vamos buscar responsabilizar aqueles que se envolveram nesta situação. Mas vamos produzir sugestões, também, de melhoria das instituições, do sistema político brasileiro.

É esse o apelo que faço, que nós possamos construir um plano de trabalho preciso e um cronograma derivado desse plano.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, pelo mesmo tempo, o ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, me desculpar com V. Ex^a por não ter atendido o seu pleito de não ceder o pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu quero também deixar isso claro. O pleito não foi meu, foi do Deputado Jorge Bittar, e eu consultei. Apenas consultei. Aqui eu faço a vontade do Plenário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E me justifico. E me justifico, Sr. Presidente. Eu tenho sido extremamente parcimonioso no uso da palavra, inclusive pela ordem, Sr. Presidente. Procuro fazer os meus questionamentos. Mas, infelizmente, eu tenho que constatar que a liberalidade da Mesa, por muitas vezes, em levar determinadas posições e aceitar sempre pela ordem, porque aí falam e falam e depois, a partir do uso de certo número de parlamentares, querer reduzir, Sr. Presidente, aí é muito difícil. Isso tem que acabar, Sr. Presidente.

Aqui não é uma fogueira das vaidades, que nós temos que disputar porque queremos aparecer, pois cada um tem que colocar sua posição. Se for um “pela ordem” que realmente caiba naquele momento, tudo bem. Mas, não podemos ter aqui Parlamentar de 1º nível, 2º nível, 3º nível, que use “pela ordem”, porque é mais ou menos. Não me sinto melhor do que qualquer outro parlamentar. Não há aqui Senador nem Deputado. Todos são parlamentares, todos.

Agora, infelizmente, Sr. Presidente, o que constato é que aqueles que são parcimoniosos, que são mais disciplinados, eles sofrem. Por quê? Terminam aqueles mais afoitos, que gostam mais dos holofotes, tendo muito mais condições do que os outros. O senhor foi colocado aqui pelo Deputado Alberto Fraga. Muito bem! Isso tem que acabar. Agora, o que acaba não é aqui internamente, não é a luta política nem a posição de cada Senador ou Deputado trazendo seus queixumes. Mas, o que acaba é a disciplina da Mesa.

Mas, uma vez, tentei dizer que a Mesa precisava ter autoridade. O Presidente disse que não iria confundir autoritarismo com autoridade. São coisas bastante

diferentes, não precisamos confundir. Agora, tem que ter disciplina, tem que ter o mínimo de disciplina para o uso da palavra e até para a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

E parabeno a paciência do Sr. Presidente, a paciência do Relator, o afincado com que eles conduzem aqui os trabalhos. Mas, se continuarmos dessa forma, vamos evoluir muito pouco. Aí sim, começa a aparecer, Deputada Juíza Denise Frossard, o cheiro de *pizza*, que não é partidariamente. É porque não se anda na velocidade que a própria opinião pública deseja, porque se discute tudo. Estamos aqui parados há praticamente duas horas, não avançamos porque cada um tem que fazer um discurso. Isso tem que acabar.

Acho, Sr. Presidente, que na democracia vale o voto e temos que votar. Quero desafiar o Relator para que ele possa tomar posições firmes, dizendo que pretende aprovar esses requerimentos. Há consenso? Há. Se não houver, vamos para o voto. Que aprovem os requerimentos de prioridade em pauta, para que sejam votados. Não podemos imaginar – sei que é um desejo do Presidente muitas vezes aceito pelo Relator – que tudo se resolva no consenso. Não vamos chegar a lugar nenhum, porque cada um tem sua posição. E seremos cobrados depois pela opinião pública. Mas, o que for decidido de forma consensual ninguém pode criticar; pode até não aceitar, mas foi a decisão da maioria.

Então, Sr. Presidente, acho que fundamentalmente temos que fazer isso avançar nos trabalhos e não estamos avançando, porque não temos deliberado. Temos feito aqui muito mais discursos do que deliberações. Por isso que não abri mão, Sr. Presidente, e lamento, pela primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O direito de V. Ex^a foi respeitado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Eduardo Cardozo.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, ontem entrei com um requerimento pedindo a convocação dos sócios do Sr. Marcos Valério. Queria que esse requerimento fosse votado hoje, porque acho que é um requerimento importante. Se ouvimos o Sr. Marcos Valério e ele tem dois sócios, esses sócios precisam ser ouvidos. Muito mais importante ouvirmos os sócios de Marcos Valério do que ouvirmos a secretária dele. Inclusive ela ontem confirmou, concordou, quando disse que os outros sócios do Sr. Marcos Valério tinham a mesma quantidade, a mesma participação societária do Sr. Marcos Valério; sabiam de todas as

decisões tomadas; sabiam de todos os encaminhamentos feitos pela SMP&B.

E, além do mais, Sr. Presidente, acho que existem fatos que precisam ser esclarecidos ainda. Por exemplo: o Sr. Clésio era um dos donos da SMP&B. Deixou de ser e transferiu suas ações para os outros dois sócios remanescentes. Era dono também da DNA. Clésio Andrade, Sr. Presidente, é o vice-Governador de Minas Gerais.

Então, acho que é preciso convocar esses sócios do Sr. Marcos Valério, com urgência, para procurar saber deles que tipo de negócio houve. Inclusive, também, a Empresa SMP&B fez um empréstimo de R\$11 milhões para a campanha do Sr. Eduardo Azeredo, candidato a Governador de Minas.

Tudo isso precisa ser esclarecido, e considero importante a convocação dos dois sócios do Sr. Marcos Valério, que compraram as ações do Sr. Clésio Andrade e que, portanto, precisam comparecer a esta CPMI para esclarecer esses fatos, assim como outras questões que precisam ser esclarecidas nesta CPMI.

Eu queria fazer um apelo para que esse requerimento, de uma forma consensual... Penso que ninguém aqui está querendo transformar esta CPMI em *pizza*; está querendo investigar, está querendo aprofundar, está querendo elucidar os fatos, e esses fatos precisam ser esclarecidos também. Eu não concordo que esta CPMI seja “chapa branca”, mas também ela não pode ser “chapa branca” ao contrário; se investiga o PT, vamos investigar o PFL e o PSDB também, Sr. Presidente. Vamos investigar também os sócios do Sr. Marcos Valério, que têm a mesma participação societária que ele nas suas empresas e que, porventura, participaram da campanha de Eduardo Azeredo, candidato a Governador de Minas, fizeram empréstimo, repassaram esse empréstimo por meio de aval pouco esclarecido.

Então, tudo isso precisa ser esclarecido, e tem urgência a aprovação desse requerimento. Eu queria fazer um apelo à CPMI.

Escutei as palavras de representantes do PFL, de representantes do PSDB, e todos aqui dizem que não querem que a CPMI seja transformada em *pizza*. Portanto, creio que a aprovação desse requerimento, com a urgência devida, será um consenso nesta reunião da CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e informo ao Sr. Relator que o requerimento de V. Ex^a está na ordem para ser votado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamen-

tes, lamento que o meu requerimento tenha gerado essa confusão toda e quero repelir a afirmação da Deputada Juíza Denise Frossard de que eu tenha a intenção de viajar a Portugal. Eu não quero viajar, não. Eu, inclusive, falei ao Sr. Relator que poderia tentar, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada, encontrar uma saída, uma solução. E não há nenhum objetivo de desviar o foco, até porque esse assunto é hoje colocado em todos os órgãos de imprensa deste País.

E o requerimento não é de hoje, não! O Requerimento nº 371 é do dia 13 de julho. Faz quase um mês que o requerimento está apresentado. Então, quando o apresentei, não havia nem essa confusão toda de se vai renunciar, não vai renunciar, se existe acordo ou não. Eu não fiz parte de nada nesse sentido.

Fico chocado que essa afirmação tenha partido da Deputada Juíza Denise Frossard, pessoa que eu tinha na mais alta conta. E lamento que essa confusão toda tenha surgido a partir da sua observação. Já podíamos ter votado há muito tempo, já podíamos ter iniciado a oitiva, como lembra o Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, porque havia acordo para votarmos os requerimentos. Quem rompeu o acordo foi V. Ex^a quando, com aquela intempestiva manifestação, fez uma acusação desnecessária à minha pessoa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos à votação dos requerimentos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, não mencionei o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Peço a palavra pela ordem, pois fui mencionada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, concedo a palavra, primeiro, à Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, não mencionei V. Ex^a, apenas disse que seria inoportuna a questão de mandar uma delegação, porque isso implica custos. Mas, evidentemente, V. Ex^a já tinha encaminhado ali a questão de fazer via Itamaraty, o que está correto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Inoportuno é o que fizeram com este País.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputada, agradeço-lhe e encerro essa discussão.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senador, é pertinente?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É claro que é, Sr. Presidente, senão eu não pediria a V. Ex^a a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Asseguro a V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu não estava presente quando a Senadora Ideli fez aqui um veemente discurso, que infelizmente não ouvi – estava ali ouvindo o Deputado Roberto Jefferson.

A compreensão de uns dias atrás era a de que iríamos examinar aqui campanhas eleitorais nos Estados. Em face dessa compreensão, produzi alguns requerimentos sobre campanhas e situações eleitorais que refletiam investigações já feitas aqui. Por exemplo, a Sr^a Simone – não sei nem o segundo nome dela, não perguntei aqui à Deputada Juíza...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Simone Vasconcelos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por exemplo, a Sr^a Simone – não sei o segundo nome dela, e perguntei à Deputada Juíza, mas ela não se lembrou...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vasconcelos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A Sr^a Simone Vasconcelos relacionou um conjunto de beneficiários dos recursos do Sr. Marcos Valério, em várias campanhas, em vários lugares, em vários diretórios. É nessa direção que os meus requerimentos apresentados, não apenas com relação à Senadora Ideli, ou ao Estado de S. Ex^a, mas a outros Estados, foram feitos. A minha posição é a seguinte: se a nossa Comissão decidir fiscalizar as eleições estaduais, fazer um exame das eleições estaduais, todos os meus requerimentos são pertinentes. Se essa não for a decisão, eles são impertinentes e inadequados. Portanto, eu os retiro até um segundo momento em que se tome essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Muito obrigado.

Passemos à votação.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, sobre requerimentos, eu tenho sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A palavra está com o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estou fazendo um questionamento ao Relator, Sr. Presidente. Se o Relator me permitir e V. Ex^a também, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu permito, mas depende do Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Tudo bem.

O Relator evitou tratar sobre requerimentos de convocação. No entanto, vim mantendo alguns entendimentos, inclusive com a Base do Governo, conversei com a Senadora Ideli, com o Deputado Bittar, com o Deputado Abicalil, com o Deputado Cardozo, com o Deputado Rands, também com a Senadora Heloísa Helena e com alguns outros parlamentares, no sentido de incluirmos o Requerimento nº 532, de autoria do Senador César Borges, que solicita a convocação da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira. E eu queria antecipar um encaminhamento que fiz, que me pareceu aceito em certo momento. Fiz esse encaminhamento ao Presidente Delcídio, no sentido de que a agenda da semana que vem contemplasse o depoimento do Sr. Christiano Paz, sócio do Marcos Valério, e da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira. Por quê? Porque ela foi a maior receptora de recursos, na ordem de R\$15,5 milhões. Então, para que nós tenhamos condições de convocar a Sr^a Zilmar para a semana que vem, é fundamental que aprovemos o requerimento. Porque, sem o requerimento aprovado, nós não teremos condições regimentais de colocar a Sr^a Zilmar na agenda da semana que vem. Então, solicito ao Relator que inclua na lista o Requerimento nº 532, do Senador César Borges, porque houve essa conversa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas completando a referência ao Requerimento nº 371, cujo histórico é substituído pela solicitação de informações junto ao Ministério de Relações Exteriores, à Casa Civil, à Embaixada do Brasil em Portugal e ao Presidente da Portugal Telecom, adito, então, uma única convocação, pois até agora não tinha apresentado nenhuma, mas, tendo havido esse consenso antecipado, acrescento o Requerimento nº 532, do Senador César Borges, que solicita a convocação de Zilmar Fernandes da Silveira.

Sr. Presidente, os que anuncio, pelo menos nesta primeira tumultuada verificação, são esses.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Há **quorum** para deliberar.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, pela unanimidade dos presentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não sei se já vamos deliberar sobre a pauta, mas, como houve uma manifestação geral e este Relator tem sido muito comedido nas suas manifestações, queria aproveitar esta oportunidade para falar não somente a esta CPMI, mas também àqueles que nos assistem. Repetidamente, temos ouvido – e eu me sinto muito injustiçado, confesso – à parte os elogios, muito se tem provocado com insinuações que eu reputo não verdadeiras. Nós temos duas CPMI's com duas visões, com dois focos sob o aspecto da exteriorização. Nós temos a busca do foco específico, que são os Correios, os contratos e tudo que diga respeito a isso, e há mais de 15 técnicos de alto conceito e qualificação trabalhando diuturnamente. Portanto, esta CPMI tem foco sim, tem rumo, tem estruturação e plano. Esse é o fato. Invoco o testemunho dos Parlamentares que repetidamente têm ido ao que denominamos de porão. O trabalho técnico está sendo produzido, ele não se manifestou ainda, porque não temos nada concluído. Mas passar a imagem à população brasileira que estamos trabalhando sem plano, que precisamos ser provocados para sermos racionais e inteligentes, numa investigação como essa em que todos os integrantes desta comissão são inteligentes, é, de alguma forma, querer minimizar não só a eficiência como também a seriedade com que estamos conduzindo os trabalhos

Segundo ponto. A CPMI inteira tem repellido qualquer manifestação relacionada ao “abafa”, ou abafamento. Tenho repetido, e a imprensa tem assistido e visto que, ainda que queiramos, não temos força para abafar. O que temos de produção já independe de vontade do próprio Plenário. Não é a maioria de um Plenário que decidirá se alguém cometeu um crime ou não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Peço a todos silêncio, pois o Relator está com a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fosse assim, não teríamos mais criminosos. Bastaria obter maioria numa comissão, criaríamos uma CPI, conduziríamos aqueles fatos à comissão, ela abafaria tudo, e estaríamos liberado de tudo. Isso não existe, nossa inteligência refuta. Rui Barbosa dizia que “o Direito não dá com a mão esquerda para tirar com a direita”. Interpretar “abafa” é interpretar que a mão direita pode excluir a força da mão esquerda.

Outro ponto. Essa era uma reunião que deveria ser administrativa para enfrentarmos efetivamente os requerimentos. Entretanto, o que ocorreu ontem nos impediu que, de alguma forma, avançássemos hoje,

porque temos uma testemunha a depor. Mas isso não nos impede. Temos tempo para o segundo enfoque – é bom que reflitamos sobre isso.

O que estamos fazendo aqui – aparenta que estamos ouvindo essa ou aquela outra pessoa – não é decisão da Mesa, é decisão da maioria do Plenário. Portanto, aqueles que aqui estão vindo podem ser reputados como de somenos, enquanto aspectos investigatórios são resultados da decisão. Aqui há uma decisão política que respeito e acho bonito, inteligente. Creio que devemos continuar assim. Ainda que percamos doze horas, em alguma frase perdida naquele contexto, nos enriqueceremos naquilo que não poderia ser tão friamente apurado como está sendo feito pelos técnicos. Caso contrário, não precisaríamos da reunião daqueles que nos enriquecem com seu comparecimento e questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para concluir, quero dizer que a população brasileira, como tem sido manifestado aqui reiteradamente pode ter a convicção de que não temos vocação suicida. Não iremos manchar nossa História num momento tão relevante para o País em virtude de mazelas que eventualmente tenham acometido partidos, pessoas ou instituições. Acima disso tudo – e a sociedade pode ter convicção disso –, está, com certeza, a vontade desta CPMI, que é uma só: mostrar a verdade à população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Esta Presidência testemunha a conduta correta, equilibrada, inteligente de V. Ex^a. Penso que esta CPMI evoluiu bastante e está com todas as condições para responder, no momento oportuno, à sociedade brasileira tudo aquilo que ela pretende de esclarecimentos.

Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem ou questão de ordem, porque eu já havia anunciado a oitiva do Sr. David.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim,

Sr. Presidente, vou procurar ser bem rápido. Primeiro, para referendar como V. Ex^a o meu apoio e a confiança que tenho no trabalho do Relator.

Efetivamente, Sr. Osmar Serraglio, V. Ex^a tem razão quando diz que não se pode julgar esta CPMI sem saber o trabalho necessário que existe por trás, em virtude da grande quantidade da documentação que chega. A dinâmica dos acontecimentos políticos é muito mais rápida do que aquela que conseguimos dar respostas.

Em segundo lugar, Sr. Relator, gostaria indagar de V. Ex^a e da Presidência qual foi o resultado da reunião

promovida, se não me engano, na terça-feira à noite entre o Relator e Presidente da CPMI dos Correios e o Relator e Presidente da CPMI do Mensalão, que estava prevista, segundo foi divulgado para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

Concederei a palavra ao Relator para resposta. Ele indagou qual o resultado da reunião entre o senhor e o Relator da outra CPMI do Mensalão na noite de terça-feira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Srs. Parlamentares, efetivamente tivemos um encontro com o Presidente Amir Lando e com o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. A conversa que tivemos, em primeiro lugar, foi sobre a integração dos trabalhos, de forma que os nossos próprios técnicos que já estão produzindo aquilo que possa eventualmente interessar a eles, que possam disso tirar proveito. Em segundo lugar, uma definição mais clara. E a isso claro que não seríamos nós os que estão à Mesa que iriam dar esse rumo, a não ser o próprio Presidente Amir e o Relator Abi-Ackel.

Estamos aqui, de certo modo, aparentemente, adentrando aquilo que diz respeito à CPMI do Mensalão, que é investigar os recursos: para onde foram, quais foram os beneficiados. Deixei claro que o nosso intuito, quando investigamos nesse rumo, não é o de individualizar as pessoas que eventualmente tenham sido beneficiadas, porque isso é o objetivo do Mensalão e que terá que responsabilizá-los. Quando avançamos nessa análise, é apenas para ter uma noção de que essa forma de carrear recursos para que identifiquemos o limite da fonte, é preciso que saibamos o quanto ela correu. Então, quando estamos vendo e, eventualmente, ouvindo, estilo Zilmar, que está passando para a semana que vem para ser ouvida, ou alguém da Garanhuns, estamos pretendendo apenas ter um montante aproximado do que é que se gastou por esse “propinoduto”, porque, por esse intermédio, identificaremos até onde havia a injeção, que é essa a verdadeira razão, esse é o nosso verdadeiro objetivo aqui.

Passaremos, portanto, absolutamente toda documentação. O que eles pretendem estará à disposição da CPMI do Mensalão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Relator.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. David Rodrigues Alves para seus esclarecimentos. Peço à assessoria que faça entrar o Sr. David Rodrigues Alves.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, evitei usar da palavra exatamente no sentido de colaborar com a agilização dos trabalhos. Mas creio ser muito importante, Sr. Presidente, deliberarmos hoje – sei que há consenso em torno desta matéria – um requerimento cuja cópia fiz chegar a todos os colegas da Comissão e que pede ao Banrisul encaminhe a esta Comissão as informações financeiras, o cadastro referente à empresa Esfort Trading, que possui conta nesse banco, na agência das Ilhas Cayman.

Explico, Sr. Presidente. Vamos perder uma semana se não deliberarmos hoje, consensualmente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Podemos até deliberar, Senador, mas vai ser após a oitiva do Sr. David Rodrigues.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, após a oitiva, V. Ex^a sabe que não é possível. Creio que estamos tentando dar agilidade aos trabalhos de forma prática. Essa é uma informação da maior importância, até porque se afirmou que...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas acabamos de votar, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estava aguardando a votação. Eu tinha conversado com o Relator sobre a necessidade de votar esse requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, posso esclarecer um detalhe. Só apresentei os requerimentos consensuais, que independiam de voto nominal. Não tenho objeção nenhuma ao que está sendo questionado, que é voto nominal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Este não depende de voto nominal, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Houve toda essa celeuma, paralisamos os trabalhos, e a Presidência entende que deve ouvi-lo logo, mas não tenho objeção a que prossigamos, eventualmente, se é que há consenso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que há consenso em relação a esse requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E quórum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele depende de votação nominal, porque pede apenas informações ao banco, que já, por meio da assessoria de imprensa, divulgou que as remeterá à CPMI assim que receber a solicitação. Trata-se de uma questão de adiantarmos apenas os procedimentos. Faço este apelo. Se a Mesa entender que é válido, podemos votá-lo; se não entender, paciência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Consulto o Plenário. Todos de acordo? (Pausa.)
É nominal?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É nominal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Trata-se do Requerimento nº 681.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Peço à assessoria que providencie o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, anuncio o requerimento...

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Anuncio que o requerimento não está na pauta, tabulada, porque suponho adentrou – suponho – hoje pela manhã ou ontem à noite. Trata-se do Requerimento nº 681, do Senador Alvaro Dias: “Requeiro, com fundamento no §... do art... , combinado com o disposto... , nos termos regimentais, que seja solicitado ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) encaminhe a esta CPMI todas as informações financeiras, assim como o cadastro referentes à empresa Esfort Trading, que possui conta nesse banco, na agência das Ilhas Cayman”.

Há, em seguida, a justificação.

Sr. Presidente, por se tratar de votação que precisa regimentalmente ser nominal, é ela que deve ser procedida agora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Por gentileza, a relação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Está havendo um problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Qual é o problema, Deputado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Fizemos um acordo hoje, promovido pelo Presidente Delcídio Amaral, para aprovar um requerimento de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, de nº 616, que requer à CVM e à Secretaria de Previdência Complementar informações sobre a aquisição de títulos públicos pós-fixados por parte dos fundos de pensão. Queria ter do Relator a segurança de que vamos aprovar esse requerimento, porque esse foi o acordo. O PFL tem requerimento para quebrar o sigilo bancário...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O PFL é contra a votação desse requerimento? Desse que está em votação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não. O que nós...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a tem que se manifestar. Se V. Ex^a se manifestar contra, suspenderei a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não sou contra. Apenas quero dizer ao Relator que o Requerimento nº 616 não foi colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Será colocado este; ou este ou nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, já estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será colocado este requerimento, porque a maioria...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, já está em processo de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Houve um acordo, houve um acordo. Eu quero apenas...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acordo de quem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Um acordo de todos os Parlamentares patrocinado pelo Senador Delcídio Amaral. Eu invoco aqui o depoimento do Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E V. Ex^a quer que cumpra o acordo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está cumprido o acordo do ilustre Presidente Delcídio Amaral. Não haverá votação de mais nenhum requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estava em processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. É votar o nº 616. É o contrário: é votar o nº 616.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É este requerimento?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Deputado não é contra a votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é. Não é esse. É por isso... Como V. Ex^a ...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para ajudar, Sr. Presidente. Deputado Neto? Deputado Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Por que eu interrompi? Eu só interrompi porque V. Ex^a disse... Eu interrompi mesmo, Deputado

Eduardo Paes. É um direito que eu tenho. V. Ex^a, por favor, me permita concluir.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deixa acontecer o processo de votação. Mas não é possível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu só interrompi, porque o Presidente anunciou que esse seria o último requerimento a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E é extrapauta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por isso eu interrompi. Tinha que interromper. Porque então aí não há o acordo cumprido. E nós queremos o cumprimento do acordo. Além desse, temos de votar o nº 616. É isso que estamos requerendo. E eu tive que interromper. Estava em processo de votação, mas eu tinha que interromper. Senão o acordo não seria cumprido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ouço o Relator, ouço o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu tenho ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ouço o Relator e gostaria que todos estivessem atentos ao que o Relator tem para falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria ponderar ao Plenário e, ao mesmo tempo, solicitar à testemunha que verifique que, apesar de já a termos à Mesa, nós queremos nos valer do Plenário consistente para avançar em alguns requerimentos que foram efetivamente objeto de consenso. Mas apenas eu insisto para que abreviemos a discussão, o encaminhamento, a votação. Aí anuncio aqueles que efetivamente foram objeto de acordo. São várias convocações. Mas uma é necessária em virtude da oitava da semana que vem – e é simbólico. É a nº 532, convocação, requerimento. Vamos fazer um simbólico e aí vamos para os nominais, para que haja uma sistematização. Se me permitirem, eu sistematizo. Vamos lá.

O nº 532, simbólico, do Senador César Borges, que solicita a ouvida da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira. Só esse simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estão em votação, em bloco, os requerimentos que acabaram de ser lidos pelo Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para uma questão regimental, Sr. Presidente, não querem do atrapalhar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vai fazer o seu já.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vai fazer o seu logo em seguida. Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam sentados.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex^a tem que terminar o processo do Senador Alvaro Dias que estava em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele já concordou. Ele já concordou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele já concordou. Ele já retirou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vota posteriormente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já agora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam sentados.

Aprovados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, agora o Requerimento nº 564, do Senador César Borges, conjuntamente com o nº 598, que eu acabei de anunciar. E o ...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O 598 e o 564, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, são três requerimentos praticamente assemelhados: o 564, o 598 e o 681, que têm como objetivo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Garanhuns Empreendimentos e Participações, do Sr. José Carlos Batista, além da solicitação de informações da Esfort Trading junto ao Banrisul e a conta que anunciei precedentemente. Requeiro votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A relação já se encontra aqui. Vamos passar à votação nominal.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Jorge Bittar. Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Onyx Lorenzoni; Eduardo Paes; Gustavo Fruet.

(Pausa.)

Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – “Sim”, Sr. Pre-

sidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Arnaldo Faria de Sá; Wellington Fagundes; Juíza De-

nise Frossard. (Pausa)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB

– GO) – Chamo agora o Sr. Senador Heráclito Fortes.

(Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias; Del-

cídio Amaral; Ideli Salvatti. (Pausa.)

Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Luiz Otávio. (Pausa.)

Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – “Sim”.

Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)

Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputados suplentes.

Henrique Fontana; José Eduardo Cardozo; Jamil Murad; Rose de Freitas; Aníbal Gomes. (Pausa.)

Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – “Sim”,

Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Murilo Zauith; Silvio Torres; Carlos Sampaio;

Feu Rosa; Reginaldo Germano; Luiz Antonio Fleury;

Humberto Michiles; Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Pompeo de Matos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senadores suplentes.

Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Leonel

Pavan; Almeida Lima; Fátima Cleide; Ana Júlia Care-

pa; Antonio Carlos Valadares; Heráclito Fortes, sempre

presente; Garibaldi Alves; Leomar Quintanilha; Jeffer-

son Péres; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio

Guerra; Geraldo Mesquita.

Apenas Heráclito Fortes.

Vinte votos “sim”, Sr. Relator.

Aprovado pela unanimidade dos presentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Helo-

ísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só

para consultar o Relator, Deputado Osmar. O que nos

motivou, inclusive ao Senador César Borges e vários

outros Parlamentares, a solicitar a quebra de sigilo ban-

cário, fiscal e telefônico da empresa Garanhuns foram

as informações prestadas pelo Sr. Marcos Valério e os

dados públicos relevantes apresentados. Como eram

duas seguradoras, eu quero saber se há outro reque-

ramento na mesa tratando da Bônus Banval porque

todas as declarações e as quebras de sigilo mostram

isso. Quando se superou a entrega do dinheiro em

espécie para o tal mensalão, isso acabou sendo feito

via duas empresas. Uma empresa é a Garanhuns e

a outra empresa é a Bônus Banval. Apelo a V. Ex^a no

sentido de que possamos votar também a quebra do

sigilo da Bônus Banval.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Agora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim,

se o Relator concordar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, enquanto nós procedemos a outra

votação, eu indago dos Parlamentares se poderiam

me identificar o número do requerimento que solicita

a quebra do sigilo da Bônus Banval.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, faça isso que o senhor está dizendo. Está correto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem que ser muito justificado, porque, senão, cai.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas a justificativa é a mesma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora anuncio os Requerimentos nºs: 416, relacionado com o fundo de pensão da Petrobras – depois explicito o requerimento; 417, relativo ao fundo de pensão do Banco do Brasil; 418, relativo ao fundo de pensão de Furnas e Real Grandeza; 419, do fundo de pensão dos Correios, Postalis; 604, do fundo de pensão Funcef; 605, do fundo de pensão Geap; 606, do fundo de pensão Sistel; 607, do fundo de pensão Centrus; 608, fundo de pensão Serpros; 609, fundo de pensão Portus; 610, fundo de pensão Eletros.

O que estava sendo proposto era a solicitação de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os investimentos em títulos pós-fixados pelo IPCA e pelo IGPM por esses fundos que anunciei. A proposição, que vai ser submetida à votação, solicita essas informações aos presidentes de cada um dos fundos anunciados e ao titular da Secretaria de Previdência Complementar.

Essa é a formulação que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está em votação.

A votação é simbólica. Aqueles que concordarem permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, que havia pedido a palavra antes. Depois, concederei ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Delcídio Amaral incumbiu-me de buscar toda a documentação na Procuradoria, documentação essa constante de vários recibos que foram acostados ao depoimento dado pelo Sr. Marcos Valério no Ministério Público, na Procuradoria-Geral da República.

Passei às mãos de V. Ex^a a cópia fiel do que me fora encaminhado. O envelope foi lacrado pelo própria Procuradoria. Apenas queria comunicar a todos nossos Pares que essa documentação já foi entregue à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto, Sr. Relator.

Registro que recebi das mãos do Deputado Carlos Sampaio a documentação a que S. Ex^a se refere.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Desculpe-me, Sr. Relator.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero solicitar ao Relator que envie à CVM cópia do que foi aprovado a respeito das informações prestadas, além da Secretaria de Previdência Complementar.

É uma segurança e uma garantia para V. Ex^a, com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu acolho e anoto a sugestão. Procederemos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Relator.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só para fazer uma interlocução com o Sr. Relator a respeito do Requerimento nº 593, que solicita a convocação do Sr. Daniel Dantas, do grupo Opportunity, porque havia o entendimento de que seria votado hoje. Não ficou decidido o dia para colher o depoimento, mas seria votado hoje esse requerimento. Gostaria que V. Ex^a se manifestasse sobre isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Anuncio que não está na lista de consenso. Precisariamos conversar. Se houver, não tenho restrição nenhuma. V. Ex^{as} têm tempo para conversar e passar para o Relator ou ir para a votação nominal. Mas quero esclarecer só um detalhe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos fazer uma votação, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez votemos hoje, mas imagino que seja só um anúncio do Relator para a Comissão refletir.

V. Ex^{as} foram testemunhas de que houve um encontro do Ministro das Comunicações com o Presidente desta Comissão, para tratar da proposição dos integrantes do corpo de funcionários dos Correios.

Da mesma forma, ontem recebi um abaixo-assinado do Brasil inteiro, em nome da Comissão. E há também em pauta – salvo engano, há mais do que um –, há o 588, do Deputado Welinton Fagundes, que tem o mesmo objetivo. Sei que talvez não estejamos

preparados, mas é preciso que a Comissão saiba que temos um requerimento, além de um abaixo-assinado nacional, solicitando a retirada da denominação fantasia “CPMI dos Correios”. A sugestão é que seja “CPMI dos Contratos Públicos”. Enfim, fica registrado que estamos passando à frente, para reflexão dos Parlamentares.

Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O povo todo vai dizer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Registrada a informação de V. Ex^a, que será objeto de discussão em outra reunião.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito bem. Em outra reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, só quero insistir...

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tive a manifestação do Relator que não tem nenhum óbice em votar o Requerimento nº 593, que pode ser por consenso ou poderá ser por votação simbólica. Eu só gostaria que houvesse a votação. Portanto, invoco a manifestação do Relator e de V. Ex^a, Sr. Presidente, no Requerimento nº 593.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator para se manifestar.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem de dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Só para aditarmos o requerimento dos fundos de pensão. Temos que pedir algumas informações, porque, quando são requeridas informações, eles omitem, como a data da emissão, a data da compra, a data do vencimento, a taxa de juros e, principalmente, o preço unitário, o PU do papel. Do contrário, a Comissão não terá condições de avaliar a distorção de preço da compra e do preço de mercado no momento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu solicito do nobre Líder Rodrigo Maia que nos dê por inscrito e isso será incorporado ao nosso ofício.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Relator, eu gostaria de ouvi-lo a respeito do questionamento do Deputado Pompeo de Mattos

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, estou de acordo. Mas, se começarmos a trazer à tona todos..., não terminamos mais. É uma questão de o Plenário decidir se quer prosseguir votando requerimentos ou se quer...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, isso é impossível. O depoente está aqui e vamos respeitá-lo e ouvi-lo. Não vou transformar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quando será a próxima reunião de requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só quero ponderar, Sr. Presidente, que esse...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, em respeito ao depoente, para que deixasse para a próxima reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu atendo ao seu apelo, Sr. Presidente, desde que V. Ex^a também me compreenda e coloque esse requerimento como o primeiro da pauta da próxima reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Compromisso feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu atendo ao seu apelo e aceito seu compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Compromisso feito.

Sr. Relator, acabei de assumir o compromisso, com o nobre Deputado, de que o requerimento dele será o primeiro a ser votado na próxima reunião.

Prestará depoimento, na condição de testemunha, nos termos dos arts. 203 e 204 do Código de Processo Penal, e já assinou o Termo de Compromisso, onde constam seus dados pessoais, para qualificação da testemunha.

Portanto, concederei a palavra ao Sr. Davi Rodrigues Alves para as suas considerações iniciais.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Exm^o Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela; Exm^o Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio; Exm^{os} Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, boa-tarde.

Humildemente, aproveito esta oportunidade para parabenizar a Comissão pelo brilhante trabalho que está sendo realizado. E que eu seja um colaborador para passar a limpo as mazelas que surgiram envolvendo o meu nome. Aproveito a oportunidade também para apresentar os seguintes documentos. Eu tenho aqui, Sr. Presidente, cópias de depoimentos que estou respondendo na Corregedoria de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, cópias de declarações minhas e também de funcionários, tesoureiros, gerentes do Banco Rural em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Passarei ao Relator.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Passo à mão de V. Ex^a também a minha declaração de Imposto de Renda dos anos 2000 a 2005. Passo também à mão de V. Ex^a extratos bancários da minha conta corrente, em que versa que estou passando por dificuldades financeiras, inclusive cópia de empréstimos junto a Caixa Econômica Federal e Banco Itaú. Passo também duas boletas da mensalidade da faculdade que meu filho está cursando, com dois meses em atraso que não tive condições de pagar até hoje. Passo também à mão de V. Ex^a os três últimos contracheques, valores que o Estado de Minas Gerais me paga pela função de inspetor adjunto. Passo um comprovante de residência, uma conta de luz. Passo também cópia da certidão de nascimento dos meus filhos. Passo também à mão de V. Ex^a um atestado de bons antecedentes, com data do dia 02/08. Passo ainda o meu certificado de reservista, primeira categoria. Informo que, no ano de 1976, fui promovido ao cargo de Terceiro Sargento do Exército Brasileiro, permanecendo lá até o ano de 1980, quando de lá saí e ingressei na Polícia Civil.

E tenho também aqui alguns certificados de cursos de atualização e especialização feitos na Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais: curso de formação, curso de operações policiais, curso de aperfeiçoamento de detetive, curso de especialização do grupo anti-sequestro, curso de habilitação de microinformática e ainda outros cursos feitos fora da Academia de Polícia, cursos que melhoraram a minha condição de policial.

E, por último, Excelência, passo a suas mãos dois diplomas de honra ao mérito concedidos a mim pelo Sr. Superintendente de Polícia Metropolitana, um datado de 1993, de bons serviços prestados, e outro datado do ano 2000.

E, por fim, gostaria, desde já, de agradecer ao Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que se mostrou solidário a mim e disponibilizou assessoria jurídica adequada.

Sr. Presidente, meu nome é David Rodrigues Alves, ingressei na Polícia no ano de 1980. Eu já tenho 25 anos de Polícia e tenho 30 anos de serviço público. Almejando melhorar a minha renda, como o senhor pode mesmo comprovar pelas cópias do meu contracheque, eu tenho família, eu realmente fiz transporte de valores para a SMP&B. Eu trabalhava na Polícia Civil em um regime de plantão, ou seja, eu trabalhava das 18h30min até às 8 horas do dia seguinte, tendo uma folga de 72 horas. Portanto, o meu horário de folga compreendia justamente o horário bancário. Eu tinha disponibilidade para exercer outra atividade legal

para complementar a minha renda, para o sustento da minha família, e eu o fiz.

Eu mantive contato com o Sr. Christiano Paz através do Sr. Aroldo Bicalho, que é um empresário e que me falou que o Christiano Paz estaria precisando de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sr. David, com as escusas, naturalmente, V. Ex^a pode consultar, mas não pode ler na íntegra o seu depoimento. Se V. Ex^a precisar consultar... Mas todos assim procederam, falando naturalmente.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tudo bem, porque eu tenho só uns tópicos anotados aqui, mas realmente eu não estou...

Então, eu tive contato com o Sr. Christiano Paz através do Sr. Aroldo Bicalho, que é um empresário com quem já tinha conhecimento, já tinha contato. Não era amigo dele, mas tinha contato com ele. E o Aroldo teria me dito que o Christiano Paz da SMP&B estava precisando de uma pessoa e que eu teria o perfil para fazer esse transporte de valores para o Christiano. Então, eu, em contato com o Christiano, ficou acertado que eu iria a uma agência do Banco Rural para transportar valores.

Eu não entendo bem como funciona a parte administrativa com relação a saque e transporte. Realmente não entendo. Os senhores têm mais conhecimento nessa área. Mas eu, na minha ignorância, até então, achava que a pessoa que pegava o dinheiro... Porque já estava preestabelecido que eu iria até a tesouraria, lá dentro do banco, no subsolo, procurar o tesoureiro, que já sabia que eu iria lá buscar um determinado valor. De forma alguma eu poderia imaginar que eu seria um sacador. Até então, eu imaginava que seria um transportador. E assim eu o fiz, por várias vezes, no período do ano de 2003. Eu me dirigi a alguma agência do Banco Rural em Belo Horizonte, Minas Gerais, às vezes na agência central, na rua Rio de Janeiro, às vezes na agência Assembléia, na avenida Olegário Maciel, ou às vezes na avenida Brasil, todas as agências do Banco Rural. E lá eu procurava pela pessoa do tesoureiro, e este já sabia da minha ida e simplesmente conferia se eu era a pessoa que estava falando que era. Em algumas vezes foram feitas cópias da minha carteira de identidade ou até mesmo da minha carteira funcional, uma vez que as duas andam juntas. Era feita uma cópia xerográfica da minha identidade, e o tesoureiro lançava lá que tinha entregue a mim a quantia de R\$50 mil ou R\$100 mil.

A princípio se imagina que... Realmente sei que é muito dinheiro. Mas um pacote com R\$100 mil, se estiver em notas de R\$100,00, é um pacote do tamanho de uma caixa de telefone celular.

Algumas vezes, ou algumas muitas vezes, eu realmente cheguei à agência e havia lá pacotes de notas de R\$100,00 ou até mesmo de R\$50,00. Eu pegava esse valor e colocava numa caixa de sapato, ou colocava no bolso, e levava até a agência da SMP&B.

Não quero me delongar com relação às declarações de outras pessoas – não vou entrar nesse mérito agora, nós temos muito tempo –, mas sempre entreguei esses valores lá na agência SMPB, que fica lá na rua dos Inconfidentes, entre a avenida Cristóvão Colombo e a rua Alagoas. Eu não me recordo do andar, já se passaram dois anos. Eu poderia pesquisar e chegar aqui com endereço, telefone, mas, realmente, foi uma coisa que fiz e que achei que não chegaria a tanto, principalmente à época, há dois anos. Realmente, fui lá várias vezes e entreguei esse valor lá na agência, entreguei para os funcionários do setor administrativo. A Dona Simone recebeu dinheiro da minha mão, a D. Geisa recebeu dinheiro da minha mão e o Christiano Paz também recebeu dinheiro da minha mão.

Com relação a alguém da SMP&B falar que não recebeu dinheiro da minha mão, é muito simples. O dinheiro não está comigo, não está na minha conta, não adquiri bens. Realmente, o dinheiro não está comigo. Agora, eu gostaria de esclarecer, senhores, que se eu não tivesse compromisso, se não tivesse a hombridade, se não tivesse a responsabilidade de pegar o dinheiro e entregar na agência; se eu tivesse surrupiado uns cem mil reais desse dinheiro, com certeza, senhores, todos eles me reconheceriam, todos eles iriam na Delegacia de Furtos e Roubos representar contra mim e, com certeza, hoje, eu não estaria aqui, estaria numa vara criminal, em Belo Horizonte, respondendo por furto. Então, vou deixar bem claro: realmente, eu busquei o dinheiro; realmente, eu transportei esse valor, realmente, eu entreguei lá. Agora, a partir do momento que entreguei o dinheiro, eu não posso falar o que foi feito dele. Como eu também não poderia imaginar que essas operações que foram feitas em um banco – que existe, o banco está lá, a diretoria do banco está lá; na minha oitiva, na minha sindicância, que eu estou respondendo na Corregedoria de Polícia, todos os funcionários que mencionei, que estavam lá à época, em 2003, ainda são funcionários lá. Eles foram ouvidos na corregedoria, falaram que, realmente, eu estive lá busquei o dinheiro e levei para a SMP&B. Então, o banco está lá, a SMP&B também está lá, no mesmo local. Podemos ir lá. Outro dia eu passei de carro e vi que está lá a SMP&B, a empresa está lá. Então, eu não poderia imaginar que este transporte de valor iria tomar esses rumos que tomaram. Mas, infelizmente, tomaram e nós estamos aqui para esclarecer as dúvidas e as perguntas que os senhores quiserem fazer.

Bom, quero acrescentar que eu tive contato com o Sr. Christiano Paz. Fiquei surpreso depois que aconteceu todo esse fato, que a mídia deu... essa explosão que aconteceu com relação à SMP&B, que surgiu o nome do Sr. Marcos Valério, que eu, realmente, não conheço, não vi, não o conheço. Ele também nunca me viu, não me conhece. Mas eu percebo que todas as vezes em que se fala em SMP&B, todo mundo só fala no Marcos Valério, a imprensa, tal, e ninguém fala na pessoa que eu conheço, que é o Sr. Christiano. Até parece que o Sr. Christiano não é diretor da SMP&B, e para mim sempre foi o Christiano. Eu sempre achei que o dono da SMP&B fosse o Christiano Paz, e hoje estou sabendo que ele é sócio do Sr. Marcos Valério.

Eu quero esclarecer, ainda, que eu já fui ouvido na corregedoria, inclusive, no meu depoimento, fui ouvido por dois promotores do Ministério Público lá de Minas Gerais, e me sinto bem à vontade porque, realmente, eu transportei esse valor. Não vou falar assim... eu não tinha como virar para os senhores e dizer: olha, eu fui lá no banco tal dia, tal hora, busquei. Eu fui algumas vezes no banco, algumas muitas, caso alguém queira me interpelar. Algumas muitas, porque até assustei-me com o montante, porque realmente eu fui várias vezes – inclusive, cheguei a ir duas vezes na mesma agência, durante o dia; pode ter ocorrido de eu ter ido até três vezes –, mas da transação comercial eu não participava, eu não tinha como saber que havia sido levado um cheque de R\$200 mil no Banco Rural. Eu não tinha como, pois não tive acesso ao cheque. Mas eu sabia que iria ao banco buscar duzentos mil reais; fui lá de manhã, tinha cem mil e o tesoureiro disse: “Olha, você vai buscar depois das 3 horas da tarde, você volta aqui que vai ter outro cem mil”.

Então, realmente, eu não tinha conhecimento do valor da transação naquele dia, como também não sei informar se aqueles valores que eu busquei naquele dia, ou valores que eu já havia buscado no dia anterior, faziam parte de uma operação que tinha sido fechada. Pode ser que essa operação seja fechada na segunda-feira; então eu fui lá na segunda, busquei uma parte, voltei na terça e busquei o restante. Como eu posso ter buscado cem mil reais na segunda-feira, voltei na terça e busquei mais cinquenta, que é de uma outra operação. Realmente eu não tenho condições de informar, porque não tive acesso.

Então, quero complementar que eu, simplesmente, transportei dinheiro nacional, transportei reais. Havia muitos anos que eu não via nota de cem reais e transportei várias. E desde 2003, quando fui nomeado para um novo cargo na polícia, passei a trabalhar num outro regime de trabalho e, por causa disso, fiquei impossibilitado de fazer tal transporte. Saí de lá, não deixei

ninguém no meu lugar e, de lá para cá, acreditem os senhores, não vi mais nenhuma nota de cem reais que tenha entrado no meu bolso, no meu. Está certo?

Assim, dou por encerrada a minha fala e estou à disposição para prestar as informações que eu souber, porque a minha participação era muito simples: era ir lá no banco, pegar o dinheiro e entregar na SMPB. E acabou, certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradecemos a V. S^a.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. David: em que período V. S^a prestou esses serviços à SMPB?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, no ano de 2003 eu estava, vamos dizer, em indisponibilidade de horário. Acredito... eu não procurei saber, eu não li em nenhuma revista, em nenhum jornal, qual o período... se eu quisesse fazê-lo... eu tenho condições de ter acesso a isso até os dias, segundo os comentários da mídia, em que eu compareci na agência do Banco Rural. Eu não quis fazer, simplesmente vou me ater a declarar que foi no ano de 2003, e, com certeza absoluta, até o mês de outubro, que foi o mês no qual fui nomeado para o cargo de Subinspetor e passei a desempenhar minhas funções, durante o dia, no expediente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a prestou algum serviço ao Sr. Aroldo Bicalho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nenhum serviço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Aroldo Bicalho, não senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele participou dessa indicação de V. S^a, ou...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Participou. Foi o Aroldo quem intermediou o encontro ou... o Aroldo participou nessa minha aproximação com o Sr. Christiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que o teria levado a fazer essa referência sua ao Sr. Christiano Paz?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O Aroldo ter feito essa referência?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, do ano de 97 até o ano 2000, eu prestei serviço a uma empresa chamada Sólida Factoring – era uma empresa de factoring que tinha escritório em Belo Horizonte, na

Rua dos Timbiras, entre as Ruas São Paulo e Rio de Janeiro. Eu trabalhei lá nesse período. E o Sr. Aroldo era um conhecido do Sr. Paulo, que era o dono dessa factoring. E o Sr. Aroldo, de quando em vez, tinha – depois eu fiquei sabendo – lá no prédio uma empresa de construção, cujo nome não me recordo. E ele, de quando em vez, ia no escritório conversava com o proprietário da *factoring* e, nesse contato, ficou sabendo que eu era policial; falei algumas palavras com ele. Provavelmente, a pessoa para quem eu prestava serviço, o Sr. Paulo, deve ter falado com ele a meu respeito. Deve ter falado que eu trabalhador, era honesto, casado, tinha filhos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse Aroldo tem alguma outra atividade além dessa na construção civil?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O Sr. Aroldo, inclusive eu já havia dito em minha declaração, tenho conhecimento de que ele tem uma fábrica de bolsas e sandálias, localizada no bairro Venda Nova. Mas na declaração dele, na Corregedoria, essa fábrica mudou para o bairro de Floramar, até nem sei onde é.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Além disso, uma outra atividade?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem o ajustou para que então procedesse esse transporte foi o Sr. Christiano Paz, na SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O Sr. Christiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a nunca contou o numerário que estava recebendo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu simplesmente pegava o numerário na tesouraria. Eu tinha consciência de que naquele pacote teria, por exemplo, R\$50 mil ou R\$100 mil. Por quê? Tinham os maços de notas que estavam contados pela Tesouraria, lacrados, amarrados e eu fazia a entrega na SMP&B. Nesse período fiz vários transportes e, em nenhum momento, fui questionado pelo pessoal do setor financeiro no sentido de que teria faltado uma nota sequer no dinheiro que levei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teria realizado esse transporte por, pelo menos, uns 10 meses.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tive disponibilidade nesses 10 meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com que intermitência era procedida essa entrega? Por semana, quantas vezes? Ou por mês, quantas vezes?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Pode ter ocorrido de eu ter ido na agência duas vezes por dia, a semana inteira. Pode ter ocorrido um prazo de eu ficar dois, três ou quatro dias, até uma semana sem ir na agência. Eu realmente não quis procurar saber. Só sei que eu ia várias vezes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Era difícil a semana em que não fosse?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Era difícil. Constantemente, eu tinha essa incumbência de ir lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Com V. S^a recebia a notícia de que deveria se direcionar à agência?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Algumas vezes, o pessoal da SMP&B me ligava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que pessoal? Quem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O pessoal do setor financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas se identificando para que V. S^a tivesse certeza de que era alguém...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Era. Poderia ser o Christiano, poderia ser a Geisa, poderia ser a D. Simone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a tem algum apelido?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Falo isso porque ontem estive aqui uma senhora que prestou depoimento, sob compromisso, e disse que nunca teve o menor contato, nem telefônico, com V. S^a, que não o conhece, nunca o viu, sequer ouviu falar o seu nome. No seu juízo, essa é uma inverdade? A Sr^a Simone, ontem, estive aqui conosco e disse que nunca o viu, nunca lhe telefonou, sequer sabe o seu nome. É uma inverdade?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, é um direito dela...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, não é uma opção dela. Nós queremos saber o fato. O senhor teve contato com a Sr^a Simone?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tive contato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Além do contato telefônico, V. S^a esteve na presença dela?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estive lá na SMP&B, entreguei valores para ela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quantas vezes V. S^a imagina que teve esse contato pessoal com ela?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tive contato várias vezes com ela; tive contato várias vezes, lá na agência, com a Sr^a Geisa e tive contato, também, com o Sr. Christiano Paz. O dinheiro foi entregue lá. Agora, o que eles fizeram com o dinheiro, fica complicado, porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Segundo essa avaliação mais, se é que V. S. não contava, imagina que os maiores volumes, os maiores montantes, teriam chegado a quanto, quando transportou?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Acredito que devo ter levado, em uma viagem, um valor de R\$150.000,00, até mesmo porque o banco, de pronto, não tem esse valor, não é uma rotina. Se uma operação chegou a R\$300.000,00, como foi noticiado pela imprensa, posso ter buscado esse valor em duas ou três vezes. Acredito que o maior valor que transporte foi R\$150.000,00.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só para o meu raciocínio, V.S. disse que eventualmente teria dividido, porque seria muito. E se agregasse, como se fosse uma só operação? Como, por exemplo, levou de manhã tanto e, à tarde, tanto. Qual o montante ajustado máximo que teria sido, numa operação.

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Num mesmo dia, já busquei R\$150.000,00 e R\$250.000,00, se foi um cheque. Pode ter sido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O senhor nunca levou documento nenhum, nem para a agência nem da agência para a empresa?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só o dinheiro?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Só pegava o dinheiro no banco e levava, mas era uma operação bem preestabelecida, visto que eu buscava esse valor lá na tesouraria, lá no porão do banco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Havia uma pessoa que, habitualmente, atendia V. S.?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Sempre chegava no balcão e dizia que queria falar com o tesoureiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E quem era o tesoureiro?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – O Sr. Jean foi um, há até a declaração dele aí, que era da agência do centro. Não vou lembrar os nomes. Era sempre o tesoureiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Havia alguma diferença entre as três agências, no sentido de que tenha ido mais vezes numa?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não entendi a pergunta, Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eram três agências. V.S. transportava das três. Havia uma concentração maior numa agência, nessas solicitações?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Havia uma concentração na agência Assembléia, porém, posteriormente, verificando hoje as declarações dos funcionários do Banco Rural, há um funcionário que diz que num determinado momento de falta de recurso em caixa numa determinada agência, os valores podem ser buscados em outra. Acredito que possa ter acontecido isso me envolvendo, ou seja, busquei um determinado valor numa agência e busquei uma complementação em outra agência. Mas, como não tenho acesso à operação, não sei se ela foi...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S. faz referência ao Christiano. Em relação ao Marcos Valério, nunca teve contato?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Realmente nunca tive e causou-me surpresa quando surgiu o nome do senhor Marcos Valério, pois, para mim, até então o dono da agência seria o senhor Christiano Paz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S. fazia também esse transporte para a DNA?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Nunca fui a DNA. Não me recordo. Mas não fui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V.S. ouviu pelo menos dizer a que destinação seria esse numerário, esse dinheiro?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Olha Ex^a, aos meus olhos, a SMP&B é uma empresa grande na área de propaganda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo na conversa dos funcionários. V.S. tinha alguma interlocução, alguma conversa, compareceu alguma vez a algum evento na SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não, nunca fui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa entrega era uma entrega pura e simples?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Uma entrega formal. Chegava lá com o pacote, entregava no setor financeiro e a fazia a conferência, **a priori**, de contar as cabeças e saber o montante. Depois se esse valor seria conferido e dividido, aí eu já não estava mais nem presente, porque a partir do momento e que eu entregava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse numerário V.S. diz que entregava pessoalmente a Simone, a Geisa ou ao Christiano. Alguém mais?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não, só os três.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O próprio Christiano também?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Algumas vezes, ele já chegou, algumas poucas vezes, a receber da minha mão o valor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas eles trabalhavam em andares diferentes, não é?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – De repente, ele estava me esperando no andar que eu ia. Até nem me recordo se era num andar ou noutro andar, porque agora eu já sei que a SMP&B ocupava dois andares. Realmente, as vezes que eu entreguei foi num determinado andar, e ele estava lá e recebeu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A essa altura V. S^a sabe – aparentemente e também não devo negar que transmite certa confiabilidade, mas desconhece absolutamente –, V. S^a teria alguma coisa que pudesse acrescentar... Porque sabe o que estamos investigando, tem acompanhado...

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia contribuir para com esta Comissão, acrescentando alguma informação que nos pudesse ajudar na investigação?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Olha, Excelência, a minha participação, aos meus olhos, ela foi muito simples, apesar do montante transportado, mas foi uma participação muito simples. Eu recebi a incumbência, fui no banco, peguei o dinheiro e entreguei na agência. Não participei de nenhuma reunião, nunca participei até mesmo de confraternização, nenhuma redistribuição desses valores. Então realmente, dentro disso do que foi falado, eu posso, do que falei até agora, simplesmente dizer que tenho só de confirmar a minha participação nesse episódio até aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a alguma vez ouviu falar ou chegou a conversar com a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não sabe quem é?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a já leu nos jornais o nome dela?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Li no jornal, mas eu não conheço, ela também nunca me viu; não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque parece que, aparentemente, segundo informações que nós temos, os recursos que V. S^a sacava iriam à mão dessa senhora.

V. S^a alguma vez transportou pessoas?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse transporte era feito em que veículo?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – De táxi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Táxi?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Táxi. Algumas poucas vezes eu posso ter utilizado o veículo que eu tinha à época, que já nem tenho mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Entre essas três pessoas... Bom, V. S^a não entregou a outras pessoas que não as três?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, entre essas três, a quem mais procedeu a entrega?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Somente as três.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, digo em relação entre eles, o contato do senhor entre os três era mais repetido em relação a quem?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Olha, fica difícil eu afirmar, mas eu acredito que deve ter sido a Sr^a Geisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr^a Geisa. Ela trabalha no mesmo setor da Sr^a Simone?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Pelo que eu ficava sabendo na tesouraria, o tesoureiro também falava o nome dela: “Olha, a Geisa falou para você pegar esse valor e levar”, então acredito que ela deve trabalhar no setor financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eu me limito a essas questões por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço V. Ex^a.

Com a palavra a ilustre Senadora Heloísa Helena, a primeira inscrita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria questionar a V. Ex^a sobre a lista de inscrições. Ontem, na nossa reunião, eu fiz uma indagação a V. Ex^a: se seria hoje mantida ou não a lista que valeu para o depoimento tanto da Sr^a Simone quanto para o depoimento do Sr. David, se ele acontecesse ontem. V. Ex^a nos respondeu que sim, que seria man-

tida a lista. Aí hoje eu cheguei aqui e fui informado de um outro procedimento. Gostaria que V. Ex^a mantivesse a decisão tomada ontem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para ajudar, abro mão da minha vez, para que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto fale logo depois da Senadora Heloísa Helena. Eu falo no lugar dele, porque, aí, o trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está resolvido. Com a palavra a Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Para mim, não há problema, porque, em todas as listas, sou a primeira. Então, não há nenhum problema. O Deputado Arnaldo Faria de Sá compreendeu que eu tinha chegado primeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A Senadora Heloísa Helena eu compreendi, mas o Eduardo, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Davi, sei que o senhor já deve estar percebendo a verdadeira confusão em que o senhor está envolvido, que é muito grande. Primeiro, antes de olharmos a sua ficha funcional – o senhor está prestando depoimento conosco –, devo dizer algo. Qualquer um de nós, no mínimo da racionalidade, da lógica da investigação – o senhor é policial e sabe disso... Imagine se o senhor, como policial, estivesse diante de um caso como esse, ou um investigador ou qualquer outra pessoa, porque o caso é muito grave. Sei que agora o senhor deve estar se dando conta disso, porque o que nós estávamos averiguando até então era, primeiro, que o senhor era envolvido com tudo quanto era doleiro. O senhor respondeu ao Deputado Osmar que era envolvido com um doleiro chamado Bacha ou Aroldo Bicalho. Terá de nos informar um pouco sobre essa empresa, como é o nome completo desse Sr. Paulo, dessa empresa.

Então, a confusão é muito grande, muito grande mesmo, porque o que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando é um esquema que envolve suborno, chantagem, aquilo que o Código Penal diz ser tráfico de influência, intermediação de interesse privado e exploração de prestígio e que a população mais simples, comum e honesta trata como vigarice, delinquência, trambique. É um grande esquema.

Até agora não conseguimos analisar, para o senhor ter idéia, nem 10% das investigações, nem 10% do que foi envolvido em dinheiro do esquema montado, repito: nem 10% e já está chegando em mais de R\$90 milhões. Então, é uma coisa muito grave. São gangues partidárias que foram instaladas – até agora investigamos só a estrutura dos Correios. Gangues partidárias, fraudes no processo de licitação. Eles fraudavam tudo. Inventavam um detalhezinho técnico

numa máquina para uma empresa ganhar R\$1 bilhão ou não sei quantos milhões. Portanto, é coisa grossa, pesada. Sabe aquele negócio que a gente chama no interior briga de cachorro grande? É isso aqui. Então, é uma coisa muito grande. É um esquema de corrupção muito grande.

Até agora está sendo investigado só um empresário. Ainda há empresário na área de tecnologia, na área comercial, na área operacional. Ainda há muita gente a se investigar, porque são saqueadores dos cofres públicos, delinquentes de luxo que roubaram o aparelho do Estado.

O pior é que, nesse roubo ao aparelho de Estado, acabaram envolvendo pessoas como o senhor. Então, a nossa dificuldade... Eu sei que o senhor compreende, como pai de família, nos olhando na posição que estamos, como Senadores ou Deputados, tendo a obrigação de responder à sociedade como roubaram tanto dinheiro. Imagine como nós estamos.

Quando analisávamos os dados dos saques que V. S^a disse: “Mas não eram saques. Eu não sabia que eu era o sacador”. Pode realmente ser verdade. O senhor ia lá, transportava o dinheiro... Os estudantes de engenharia até fizeram uma piada. Fizeram um trabalho mostrando quantas notas cabem em cada saco, em cada malinha, em cada maletinha, quantas notas de 100 ou de 50 cabem em cada saco, em cada malinha, em cada maletinha. Até numa disciplina eles fizeram isso.

Agora, imagine como é que olhamos para o senhor, que pode ser um pai de família, que estava buscando os horários em que não estava no plantão, os dias de folga, para fazer um serviço, para aumentar a renda familiar. E o senhor está aqui, por enquanto, como sacador de R\$6 milhões. Olha que situação difícil para nós. É como se o senhor tivesse sacado R\$6 milhões. Então, a população, de forma geral, não sabe se foi o senhor que sacou R\$6 milhões. Claro que o senhor tem razão de dizer assim: “Ora, se tivesse faltando algum dinheiro, alguém viria imediatamente me cobrar” - embora saiba o senhor que cada dia aqui temos mais clareza de que é tudo dinheiro público, porque, se fosse dinheiro fruto do trabalho do empresário, mesmo pela exploração da força de trabalho que é típica do capitalismo, eles não iam fazer essa moleza... Porque pense numa bandidagem: uma pessoa chegava na agência, abordava o tesoureiro e dizia assim: “Eu vim buscar a encomenda” - e saía com R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, R\$500 mil. O carro-forte saía com o dinheiro, iam aqui para os hotéis luxuosos de Brasília ou lá em Belo Horizonte, não sei, ou para a sede de uma das empresas, e eles faziam de tudo; só não tinha *rock and roll*, mas prostituição, bagaceira geral, tudo com dinheiro

público. E compravam aqui parlamentares! O senhor precisa ver, àquela época em que o senhor estava lá sacando o dinheiro ou levando o dinheiro para entregar ao Sr. Marcos Valério ou ao Sr. Christiano, a quem quer que seja, que entregava às gangues partidárias e vinham aqui comprar parlamentar para votar contra o povo, para fazer o jogo do Palácio do Planalto ou do Sr. Delúbio ou de quem quer que seja.

Assim, veja a nossa situação aqui, a dificuldade que estamos tendo, porque sabemos que, nesse maldito mar da corrupção, é sempre mais fácil pegar as piabas, os peixinhos. Pegar tubarão é que é muito difícil, porque sobra sempre para o mais fraco. É por isso que o senhor acabou estando aqui hoje. E não é nossa intenção fazer isso.

Então, é por isso que o senhor precisa ver se se lembra de algum detalhe, de alguma conversa que teve, se pegou esse dinheiro que foi sacado em real, e alguém da empresa pediu para o senhor trocar com um doleiro; se esse dinheiro que o senhor trocou, se o senhor levou para algum lugar, se devolveu em dólar para a empresa, porque o problema é que estamos numa situação aqui que não adianta esquecer ou esconder nada, porque, mais cedo ou mais tarde, acaba aparecendo aqui.

Muitos depoimentos - do Sr. Marcos Valério, da Sr^a Simone - foram sendo mudados. O primeiro depoimento na Polícia Federal foi um. O primeiro depoimento na CPMI foi outro. Depois, foi mudando, mudando, mudando, que a realidade objetiva foi empurrando a pessoa.

Então, o apelo que lhe faço é que o senhor tente se lembrar de algum detalhe, algo que o senhor considere relevante. Por exemplo, alguém da empresa dizia ao senhor: “Sr. David, vá pegar o dinheiro ali e me traga de volta”. Veja se há algum outro detalhe, na saída, na entrada, na volta com o dinheiro, a conversa com algum outro empresário sobre esse dinheiro, a troca do real pelo dólar, se devolveu o dólar, se foi fazer um outro serviço; se o senhor se lembra de mais algum detalhe desse serviço que o senhor estava prestando, e se, para essas pessoas, o senhor fez outros serviços também, ou para o Sr. Aroldo ou para o Sr. Paulo; porque parece, pelos indícios até agora apresentados, que é um grande esquemão, é uma quadrilha, são vários bandos, várias gangues partidárias que se articularam para saquear os cofres públicos. E o senhor acaba entrando aqui como se fosse alguém que estava junto dessa quadrilha. E fico olhando para o senhor, vendo a sinceridade do seu depoimento, e não consigo identificar nenhum outro mecanismo que possa dizer que o senhor é parte dessa quadrilha.

Então, o senhor tem que tentar nos ajudar, se tem algum detalhe, se tem algum outro serviço que foi prestado, se eles solicitaram alguma outra coisa, algum dia o dinheiro, em vez de voltar para a SMP&B, se o senhor fez outro favor, prestou outro serviço, conversou sobre alguma coisa com o Sr. Aroldo, ou com o Sr. Paulo ou com qualquer outro doleiro? Isso é muito importante para que o senhor possa nos ajudar, Sr. David. Lembra algum outro detalhe, alguma coisa, alguma conversa, algo que seja precioso para nos ajudar nessa investigação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu gostaria de deixar bem claro, como a senhora mesmo acabou de dizer, isso é um esquema que envolve peixe grande e tal. Eles não vão, o pessoal não vai comentar nada comigo. Simplesmente, eu não vou falar que fui inocente. Eu recebi a minha gratificação por isso. Mas, determinado assunto, acho que não iria chegar aos meus ouvidos. Eu não ia participar de reunião. Realmente, a minha participação foi esta. E eu realmente não tenho nenhum outro detalhe a acrescentar a não ser o que eu já disse aqui até agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Conversava com algum doleiro? Eles alguma vez solicitaram do senhor que trocasse real por dólar? O senhor tem alguma relação com algum doleiro que foi lá?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, não tenho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nunca fez nenhum outro serviço? Homem, tem que lembrar direito. Nunca fez?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, não fiz. Já trabalhei em muitos outros serviços, até em frigorífico e tal, mas...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com doleiro, não?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhora.

A SR^a. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E outra coisa: lembre aí, tente lembrar de algum detalhe. Porque o senhor comentava alguma coisa, ou com alguém, no ambiente de trabalho, ou lá mesmo, na SMP&B, ou em algum lugar, o senhor comentava, achava estranho ou não? Ou o senhor dizia que o problema era...Pensava, assim, o problema da empresa, eu estou prestando um serviço. Se questionou em algum momento, ou conversou com alguém sobre esse montante que todos os...Era muito, não é? O senhor está aqui, sinceramente disse para a gente que, às vezes, ia várias vezes no mesmo dia, às vezes ia várias vezes na semana, o senhor nem imaginava, certamente, que, enquanto o senhor estava lá, pegando dinheiro, para as gangues partidárias até tirarem os direitos do

senhor aqui, na reforma da Previdência e outras safadezas mais que eles fizeram aqui. Veja só em que situação o senhor se meteu. Pensa aí um pouquinho. Não lembra de nada, Sr. David? Nenhum detalhe que possa nos auxiliar nessa investigação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, Excelência, realmente, eu não tenho nada a acrescentar com relação a essa explanação da senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor fazia outras atividades, fora essa? Prestava esse serviço para outras pessoas ou empresas?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só para a SMP&B.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Só para a SMP&B.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, as suas atividades era só essa: ou estava no seu ambiente de trabalho, nos plantões, e, nos dias de folga, era só esse o serviço do senhor?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor já tinha feito esse serviço antes para a SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nunca?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca.

A SR^a. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem para outras empresas, assim, que o senhor via, a mesma frequência?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhora. Não tinha feito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só, Sr. Presidente. Eu vou me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu agradeço a gentileza do Deputado Eduardo Paes. Ele compreende a necessidade que eu tenho de me antecipar, porque tem outras atividades que preciso resolver ainda no dia de hoje.

Mas eu gostaria de lembrar a todos em que circunstância nós aprovamos a convocação do Sr. David Rodrigues Alves. Naquele momento, a Sr^a. Simone Vasconcelos aparecia como a maior sacadora das contas do Marcos Valério e o Sr. David Rodrigues Alves aparecia como o segundo maior sacador. É evidente

que a Sr^a. Simone já estava identificada, era a diretora financeira das empresas do Marcos Valério. E houve uma notícia de que o Sr. David Rodrigues Alves, por ser funcionário da Polícia Civil e, portanto, servidor público do Estado de Minas Gerais, funcionário do Governo do Estado de Minas Gerais, então, diante da divulgação dessa informação, a bancada do Governo ficou alvoroçada querendo fazer conexões diretas do Sr. David com o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves. E, por isso, colocou como uma questão de honra a aprovação do requerimento de convocação do Sr. David, mesmo antes de ele ser ouvido pela Corregedoria de Polícia Civil, como também antes de ser ouvido na Polícia Federal.

Agora, diante das declarações iniciais do Sr. David, dos questionamentos do Relator e da Senadora Heloísa Helena, eu chego, mais uma vez, a uma pergunta que, infelizmente, o Sr. David não tem como responder.

A pergunta é: quando o Sr. Marcos Valério fala a verdade?

Porque, de fato, toda a construção que se faz aqui leva a conclusões muito perigosas e, infelizmente, parlamentares da base do Governo querem dar a entender que o Sr. Marcos Valério fala a verdade em certas ocasiões e mente em outras.

Agora, há uma coincidência incrível de que sempre o Sr. Marcos Valério fala a verdade quando interessa ao Governo, quando ele apresenta uma proteção aos dirigentes do PT ou aos dirigentes do Governo. E sempre ele mente quando, de alguma forma, as suas declarações podem colocar em risco a imagem, a credibilidade do Governo e dos principais membros do Partido dos Trabalhadores.

Por que eu digo isso?

Porque a Sr^a Simone, ontem, foi muito enfática aqui, ela disse que todos os saques feitos pelo policial civil David Rodrigues Alves tinham um destino: as contas das empresas do publicitário Duda Mendonça. E ela foi um pouco além, ela disse, com toda clareza, que era informada de que esses repasses para o publicitário Duda Mendonça se deviam a pagamento de dívidas de campanha eleitoral.

Muito bem, ontem mesmo aqui a Sr^a Simone foi contestada veementemente. Como ela podia fazer tal afirmação?

Hoje, temos aqui o Sr. David dizendo que, em absoluto, não conhece a Zilmar, não conhece o empresário Duda Mendonça, que fez a entrega pessoalmente a Christiano Paz, à Sr^a Geisa e à própria Sr^a Simone. Que esteve na sede da empresa SMP&B algumas vezes.

O Dr. Marcelo, advogado do empresário Marcos Valério, foi muito categórico ontem, em conversa que teve com os parlamentares, no sentido de negar qualquer possibilidade de o Sr. David ter ido à sede da empresa SMP&B. Inclusive, recomendou que nós requerêssemos – o que quero aproveitar para solicitar ao Relator que o faça – a lista de todas as pessoas que entraram na sede da SMP&B nos dois últimos anos, porque, diante dessa lista, nós iríamos verificar que o Sr. David Rodrigues Alves nunca esteve na sede da SMP&B.

Então, realmente, são algumas contradições que nos levam a uma grande preocupação, porque eu só tenho um temor de tudo isso, é que, ao fim de muitos meses de trabalho, ao fim da análise de muitos documentos, ao fim desse procedimento interrogatório de muitas pessoas, não cheguemos à conclusão nenhuma.

Mas, muito bem, Sr. David, V. S^a sabe que vai ter que responder pelos atos que praticou, já está respondendo na Corregedoria da Polícia Civil. Se não houver uma identificação clara de qual foi o destino desses recursos, vai ter que responder também à Receita Federal e, eventualmente, vai ser também chamado a responder ações civis e criminais perante o Poder Judiciário.

Então, é muito importante que V. S^a fale a verdade. De fato, eu acredito que V. S^a pode ter sido única e exclusivamente o transportador desses recursos. Mas, contudo, eu não posso acreditar, Sr. David, que V. S^a não tinha recomendações adicionais, que V. S^a não tinha o conhecimento do detalhe de como a operação se dava, que V. S^a não sabia para quem de fato estava prestando serviço. Eu não consigo, infelizmente, acreditar nessas afirmações de V. S^a.

Então, para entender um pouco melhor como a coisa se operava, para elucidar um pouco mais o **modus operandi**, eu perguntaria a V. S^a o seguinte: quem, de fato, dava as ordens ao senhor? O senhor recebeu o comando de quem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Para ir buscar o valor?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Das três pessoas. Pode ter sido a Dona Geisa, que me ligava.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eles ligavam para o senhor?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tinha vez que eles me ligavam, tinha vez que eu ia lá. Tinha vez que eu ia lá num dia levar um valor, e ela falava assim: olha, amanhã, às 10 horas, ou você já pode ir direto à agência do banco, ou você pode vir aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas, quando isso não acontecia, eles...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ligavam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Do telefone da empresa ou do telefone celular?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sempre do telefone da empresa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Do telefone da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então, se nós quebrarmos o sigilo telefônico de V. S^a e confrontarmos com a quebra do sigilo telefônico das empresas do Sr. Marcos Valério, fatalmente as ligações lá vão estar presentes?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Com certeza?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem. Então, faço outro requerimento, solicitando a quebra do sigilo telefônico do Sr. David Rodrigues Alves. Não acho que a quebra do sigilo bancário e fiscal seja necessária, mas a quebra do sigilo telefônico o é, sem dúvida alguma.

Eles ligavam e diziam o quê? Sr. David, vá à sede do Banco Rural...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Vá à agência tal e procure lá o tesoureiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Procure o tesoureiro? (Pausa.)

V. S^a tinha conhecimento prévio da quantia que iria receber?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Eu chegava lá no banco e eu ficava sabendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quando chegava lá, o tesoureiro lhe entregava o pacote...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Quando eles me ligavam... Excelência, um momento. Até nisso, houve certa precaução. Hoje eu posso perceber que houve certa precaução com relação a falar ao telefone: vá à agência tal e busque “x”. Eles falavam: vá à agência tal, que tem uma encomenda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quando chegava à agência, o senhor conferia o dinheiro na agência?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu conferia o dinheiro, conferia as cabeças, o pacote de dinheiro. Não conferia nota por nota.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quando o senhor levava o dinheiro para as empresas do Sr. Marcos Valério, especialmente para a SMP&B...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Para a SMP&B.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ...e entregava ou ao Christiano ou à Geisa ou à Simone, eles conferiam?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eles conferiam as cabeças, como eu fazia no banco. Posteriormente, acredito que eles deviam fazer uma conferência mais detalhada. Mas nunca me questionaram com relação a alguma falta de uma nota sequer, porque eu fui honesto na minha função de transportar o valor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu pergunto ao senhor: havia alguma orientação no sentido de não comentar com ninguém o que estava fazendo? Ou seja, essa operação acontecia em caráter sigiloso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu, como policial, sabendo do alto índice de criminalidade, até eu mesmo evitava de comentar, porque isso acaba gerando... Você fica vulnerável. V. Ex^a pode perceber que a Dona Simone falou aqui ontem que ela também morria de medo de ficar carregando valores. Ela carregou várias vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quando o Sr. Bicalho chamou V. S^a e o apresentou ao empresário Christiano Paz, foi assim que aconteceu?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso. Ele aproximou a gente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem. Depois dessa aproximação, já no primeiro contato, que tipo de abordagem o Sr. Christiano teve com V. S^a?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ele falou que estava fazendo algumas operações bancárias, que estava precisando de dinheiro vivo e que esse dinheiro vivo estaria disponível no decorrer de um período – ele não falou qual período –, mas que eu poderia fazer esse transporte de valores de quando em vez.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Sr. Christiano chegou a comentar com V. S^a sobre os riscos de uma operação como essa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Risco de transporte ou risco da operação com relação à parte financeira?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ambos os riscos.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A parte de transporte é lógico que se comenta. Ele confirmou se eu era polícia, se eu andava armado e tal, para ter a certeza de que o dinheiro sairia do banco e chegaria à empresa dele. Agora, o risco financeiro ele não ia comentar comigo, que eu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi a remuneração que V. S^a recebeu para prestar esse serviço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A cada vez que eu transportava, eu recebia uma média de R\$50,00 a R\$100,00 – eu pegava o valor, chegava lá e recebia – mais a despesa do táxi. Algumas vezes em que eu utilizei o meu carro, eu colocava lá assim: olha, eu gastei R\$20,00 de táxi. Aí eu recebia R\$70,00 mais os R\$20,00, R\$90,00.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Assim que V. S^a entregava os recursos na empresa, recebia o pagamento?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De R\$50,00 a R\$100,00? Era variável?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Variava. Tinha vezes que eu ia de táxi, tinha vezes que eu ia no meu carro. Eu sempre falava que ia de táxi e recebia o valor da corrida do táxi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Alguma vez V. S^a ouviu algum tipo de comentário sobre como esse dinheiro seria distribuído?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Não sabia se ele era acumulado ou se era..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Farei uma pergunta que já foi feita pelo Deputado Osmar apenas para que isso fique muito bem registrado. V. S^a nunca teve contato com a Sr^a Zilmar?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca vi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem com nenhuma outra pessoa ligada ao empresário Duda Mendonça?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desconhece completamente?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Completamente. Se chegar aqui agora, não saberei quem é.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a. Digamos que V. S^a fosse

parado numa *blitz* e policiais abordassem V. S^a. Qual seria a reação de V. S^a transportando dinheiro?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A primeira coisa que eu ia falar é que eu era um policial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a iria usar da prerrogativa de policial civil para encobrir o transporte que estava fazendo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não é encobrir. Eu acredito que eu ia usar a minha condição de policial porque eles iam ver que eu estava armado e eu ia ter de dizer que era policial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, porque a identificação de V. S^a, naturalmente, iria evitar qualquer tipo de revista ou coisa parecida.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, em algumas oportunidades, na tesouraria do Banco, pode ter ocorrido de eu ter apresentado a minha carteira policial, a minha carteira funcional, mas, em outra oportunidade, também apresentei a minha carteira de identidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas a pergunta não foi essa, a pergunta foi apenas para evidenciar que quando V. S^a foi escolhido, na qualidade de policial, era porque, em qualquer eventualidade, caso V. S^a fosse abordado por outros policiais, apresentando a carteira, evidentemente, haveria, eu diria, uma inibição daqueles que iriam revistar V. S^a.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso é uma suposição, nunca aconteceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É óbvio que nunca aconteceu, mas presumo que a preocupação foi essa. V. S^a sabia que Aroldo Bicalho foi um dos doleiros presos na Operação Farol da Colina?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Fiquei sabendo através da mídia em meados do ano passado, salvo engano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando o Dr. Christiano Paz foi apresentado a V. S^a pelo Sr. Bicalho, V. S^a pôde depreender qual era a relação dos dois?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Hoje, já li, o Sr. Aroldo foi ouvido na Corregedoria da Polícia e, na declaração dele, consta que ele é amigo do Sr. Christiano Paz desde o ano de 1982. Então, são velhos amigos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a tem conhecimento se alguma outra pessoa foi requisitada pelo Sr. Marcos Valério, pelo Sr. Christiano ou pela Sr^a Simone, enfim, por um dos

dirigentes da SMP&B, para fazer um serviço parecido com aquele que V. S^a fazia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Recentemente, depois do que ocorreu, que veicularam o meu nome, tomei conhecimento de que um policial civil, o Detetive Lara, eu até não o conheço...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é o nome dele?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Lara. Eu o conheço por Lara. Eu fiquei sabendo, através da mídia, que o Lara teria feito esse mesmo serviço que eu prestei. Quero esclarecer, ainda, também, Excelência...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só uma pergunta. Sr. Presidente, ainda estou no meu tempo. O Lara a que V. S^a se refere é o Sr. Luiz Carlos Costa Lara?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso. Nós, inclusive, Excelência, estamos na mesma sindicância da Corregedoria da Polícia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não por coincidência, o Sr. Marcos Valério aponta também como sendo um dos sacadores, cujo recurso retirado das agências bancárias teria como destino final as empresas do publicitário Duda Mendonça. Não pode ser coincidência. São dois policiais civis envolvidos praticando o mesmo ato, enquadrados numa mesma circunstância, fazendo os mesmos procedimentos e o destino também é o mesmo, apontado pelo Sr. Marcos Valério.

Eu, Sr. Presidente, como o meu tempo encerrou-se, vou agradecer a V. Ex^a dizendo que, de fato, está aqui o apelo que faço para que o Presidente Delcídio marque para a semana que vem o depoimento da Sr^a Zilmar. Vamos precisar ouvi-la para confrontar a versão do Marcos Valério. Não sei porque o Marcos Valério teria interesse em mentir, colocando o publicitário Duda Mendonça nesse envolvimento, já que, pelo que o Sr. David disse, o dinheiro não teria sido para o Sr. Duda Mendonça. Isso vai ter que ser muito bem apurado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, tomei a iniciativa, consultei todos os colegas parlamentares, deputados e senadores que estão presentes, para reduzirmos o tempo de cada interven-

ção: em vez de quinze, dez minutos, excepcionalmente nesse caso.

Sugiro a V. Ex^a essa questão e que V. Ex^a consulte os colegas deputados.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está em discussão a proposta.

Em votação.

Se todos concordarem, vamos reduzir para dez minutos.

Aprovado, por unanimidade.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Questão de ordem, Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, como membro do Congresso Nacional e representante, assim como V. Ex^a, do Estado de Goiás, hoje, no principal jornal de Goiás, o Relator desta CPMI, o ilustre Deputado Osmar Serraglio, pede para que sejam averiguados contratos do Estado de Goiás com a SMP&B.

Estou trazendo a esta Comissão cópia de um contrato feito sem licitação no Governo de V. Ex^a com a SMP&B, datado de 1996. Gostaria de passar a Osmar Serraglio, nosso relator, e ao Presidente Delcídio Amaral.

Peço a esta CPMI que também peça outros contratos do governo atual e de todos os governos e governadores que tiveram negócios com a SMP&B em Goiás, para que parem de vez essas especulações em nosso Estado.

Muito obrigado.

Esse aqui é do governo que V. Ex^a dirigiu no Estado de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria que V. Ex^a encaminhasse exatamente agora ao relator e que V. Ex^a também tomasse a mesma providência com relação aos contratos de Goiás, os R\$ 5 milhões dos goianos que foram parar na conta do Sr. Marcos Valério, através do Banco Rural.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de saber do Sr. David Rodrigues Alves quem são os seus advogados.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Dr. Ricardo e o Dr. Leonardo. São advogados do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Minas Gerais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não são advogados particulares?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, do sindicato.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Advogado do sindicato.

O SR. (Orador não identificado) – Posso esclarecer, excelência?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Isso não pode acontecer.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, o Dr. Ricardo Gonçalves é do Departamento Jurídico do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e o Dr. Leonardo é colega dele e o está acompanhando na tarefa de me defender.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é policial civil em Minas Gerais. Você afirmou, na resposta anterior, à Senadora Heloisa Helena que sabia que não foi inocente. Por que você fez essa afirmação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu não entendi a pergunta, excelência?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você respondeu à pergunta da Senadora Heloisa Helena dizendo que sabia que não foi inocente. Por que você fez essa afirmação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Bom, eu tenho consciência do montante que eu transporte, ou seja, R\$50 mil, R\$100 mil é muito dinheiro. Não estou puxando essa culpabilidade, essa inocência. Estou falando assim. Não estou percebendo essa colocação que o senhor está fazendo com relação à inocência.

Sei que é uma responsabilidade muito grande você atravessar uma cidade com R\$50 mil. Estou colocando em risco até a minha vida por causa de dinheiro dos outros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você disse que recebeu uma gratificação. Qual era essa gratificação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Em torno de R\$50,00 a R\$100,00, a cada viagem que eu ia no banco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E você sabia o valor de cada transporte que você estava fazendo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sabia, excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E só por R\$50,00 você fazia o transporte daquela importância?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, do ano de 2003 até hoje, fui nomeado a três cargos de confiança. O último, o recente fui nomeado há

dois, três meses atrás, para desenvolver essa atividade de Inspetor Adjunto da Polícia, que é um cargo que me desgasta muito, que é um cargo de confiança da Polícia Civil. É um cargo que me absorve do meu amanhecer até o anoitecer e ainda sou acionado até mesmo fora de hora.

Por ter sido nomeado nesse cargo, eu recebo um valor de R\$132,00 em um mês.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você foi assaltado alguma vez?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor. Graças a Deus, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sentiu, em alguma das oportunidades, que estava sendo seguido, que estava sendo assaltado, que está correndo o risco, percebeu em alguma oportunidade que correu risco?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu posso dizer que uma vez eu estava adentrando na agência do Banco Rural, da agência Assembléia, e eu percebi uma movimentação diferente. Eu achei melhor continuar passando na frente da agência até que se desfizesse aquela situação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E não fez o saque?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Naquele momento não. Continuei, esperei aquela movimentação que, a meu ver seria...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você ouviu algum comentário lá na SMP&B que uma outra pessoa que não você, parece-me que um *boy*, teria sido assaltado quando foi buscar dinheiro no banco?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu não ouvi esse comentário, mas em Belo Horizonte, como toda grande capital, assalto é toda hora. Todo momento acontece situações de...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que você depreende da tentativa do depoimento da Simone ontem e corroborado pelo advogado que tentam dizer que você era uma pessoa ligada ao Zilmar, ao Duda e não a eles?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, Ex^a, eu, como disse a Senadora Heloísa, eu sou um peixe muito pequeno, até mesmo para tirar conclusões com relação a isso. Mas como brasileiro, como eleitor, como cidadão, eu percebo que qualquer pessoa envolvida num escândalo procura ir dispersando esse escândalo até mesmo para ele perder forças. Eu acho que pode ser aliado a isto: uma estratégia de defesa. Eu realmente não...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não tenho dúvida que você é chamado peixe pequeno.

Mas, na verdade, para a gente resolver esse peixe graúdo, nós vamos ter que pensar em ter a colaboração do peixe pequeno, porque o peixe graúdo vai fugir.

Ontem, algumas pessoas, inclusive, acabaram ficando até com certa dó da Simone, achando que ela tinha culpa. E hoje, confrontando com você hoje, vemos que ela mentiu descaradamente ontem. Porque ela disse que você não ia buscar dinheiro para ela. Que você ia buscar dinheiro para Zilmar, dinheiro para o Duda. O advogado confirmou isso. E, no entanto, hoje você vem aqui, e diz uma coisa totalmente contrária. Não preciso fazer acareação para saber que quem estava mentindo era ela, não você. Por que, então, nós estamos nesse entrechoque? Qual seria a razão dela dizer que você trabalhava para Zilmar, trabalhava para ela e você vem aqui e diz que trabalhava para ela – e eu não duvido disso –, que entregava recurso para ela, para Geisa ou para o Christiano? Você nunca entregou dinheiro para o Marcos Valério?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor. Eu não conheço o Marcos Valério. Eu nunca o vi. Fui ver é retrato dele agora na, na, na... através da mídia, da televisão, jornais e revistas. Realmente, nunca vi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando você entrava na agência bancária, você entrava armado ou você se desarmava para ir a agência bancária?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu entrava armado. Lá tem o detector de metal, eu apresentava ao guarda falando que eu era policial, por isso que eu estava armado, ele franqueava a minha entrada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A entrada era franqueada, você não se desarmava?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. A entrada era franqueada, eu não me desarmava. Eu entrava armado na agência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está armado aí, agora?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Onde está a sua arma? Onde está a sua arma?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Minha arma está em Belo Horizonte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você viajou desarmado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Viajei desarmado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você nunca foi sacar desarmado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – (Balbucia)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sacar dinheiro, não arma.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sempre fui armado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quando você ia direto à tesouraria você levava algum papel ou levava o cheque, alguma coisa para resgatar? Não levava nada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não levava nada. Esses valores praticamente estavam disponibilizados. Inclusive, verificando declarações de funcionários do Banco Rural... verificando declarações de funcionários do Banco Rural, até mesmo essa previsão de saque tem que ser feita vinte e quatro horas antes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você já conhecia as pessoas que te entregavam dinheiro? As pessoas do Banco, você conhecia essas pessoas?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Fiquei conhecendo a partir do momento que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tudo bem. Mas se você não as conhecia, como no primeiro dia você foi ao banco, sem cheque, sem nada, e lhe entregaram importância tão elevada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Cheguei, procurei o tesoureiro – eu já sabia que iria procurar o tesoureiro –, procurei pela pessoa do tesoureiro, falei que eu era o David Rodrigues Alves, ele confirmou através da minha apresentação, da minha carteira de identidade, tirou cópia da minha carteira de ...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Espere um pouquinho, David. Se uma outra pessoa chegasse com uma carteira de identidade falsa, dizendo que era o David, também essa pessoa levaria o dinheiro!

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Na primeira vez com certeza levaria, eu acredito. A primeira vez que chegasse lá falando que era David com certeza levaria. Mas aí... Aí já não tenho...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quanto foi essa primeira vez?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A data, Excelência...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não. Não é a data. Em valor, quanto foi dessa vez?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Quanto?
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Acredito que esse valor de cinquenta a cem mil reais... Cem, cento e cinquenta... De cinquenta a cento e cinquenta mil reais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Onde você levava esse dinheiro tão grande? Onde você levava esse dinheiro tão grande, quando você pegava na tesouraria e levava para onde você tinha que destinar?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu já levei de várias maneiras.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nunca foi na cueca, não?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência. Mas eu já levei de várias maneiras.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que maneiras? Quero saber.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já levei em caixa de telefone, já levei em caixa de sapato, já levei em caixa de camisa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E onde você arrumava essas caixas?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu passava no comércio, pegava no comércio. Dizia “estou ali no banco” e pegava lá, pegava no comércio. Isso aí, em qualquer loja em que se chegar, pede uma caixa... Numa sapataria, pega uma caixa velha lá de sapato. Uma caixa velha, não, uma caixa de sapato que eles venderam; o cliente quis só o sapato e deixa a caixa. Isso aí é... Não é difícil de conseguir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E, quando você ia de táxi, quem pagava o táxi?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Normalmente eu pagava e, chegava na agência, eu recebia o valor do táxi e mais a minha gratificação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse consignado que, no confronto do depoimento do David com a Simone, alguém mentiu. E na verdade eu acho que não precisa nem da acareação para ter a convicção de que quem mentiu foi a Simone. Lamentavelmente essa mentira tem que ser responsabilizada. Eu gostaria que o Sr. Relator tomasse as providências de praxe.

Agradeço ao David Rodrigues Alves.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao ilustre Senador Jefferson Péres, quero apenas dar um esclarecimento a respeito do que entregou aqui o Deputado Federal de Goiás Carlos Alberto da Silva, o Carlos Alberto Leréia, dizendo de um contrato da SMP&B acontecido em 1996 no meu Governo. E felizmente é verdade. Em 1996 o Presidente do Fomentar – é uma empresa de incentivos fiscais de Goiás – concedeu à SMP&B R\$35 mil para promover um campeonato de motocross. Estão

aqui as hospedagens dos pilotos, premiação, troféu, despesa pessoal, locução, pista, arquibancada, enfim, um total geral de R\$35 mil.

Agora, seria bom que o Sr. Carlos Alberto, Deputado Federal de Goiás, trouxesse a documentação dos R\$5 milhões do povo goiano que foi parar nas contas da SMP&B recentemente em Belo Horizonte, por meio do Banco Rural. Faço esse desafio ao Deputado para que ele traga aqui a prestação dos R\$5 milhões do povo goiano que foi, por intermédio do Banco Rural, depositado nas contas da SMP&B em Belo Horizonte.

Com a palavra ilustre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Boa-tarde, Sr. David.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Boa-tarde, Excelência.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já percebi que a participação do depoente neste lamentável episódio da vida pública brasileira se limitava ao transporte de valores, de forma que, por mais que eu o inquirisse e que os outros Parlamentares façam as suas inquirições, ele – não por estar mentindo, mas, realmente, devido à natureza do trabalho dele – não tem nada a nos esclarecer, nada de útil a nos informar.

Portanto, eu me dispensou de interrogar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Federal Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. David, o senhor é policial estadual...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece o risco que está correndo do ponto de vista de seu futuro, de sua família. Aqui há uma contradição para a qual nós precisamos ter esclarecimento.

O Sr. Marcos Valério, dono da SMP&B, foi lá na Procuradoria e entregou uma lista. Essa lista diz que a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira, entre os dias 24 de fevereiro de 2003 e 13 de novembro de 2003 – portanto, dentro daquela faixa de meses que, no depoimento feito lá na Corregedoria e na Polícia Civil mineira – o senhor disse que trabalhou para a SMP&B. E o Marcos Valério disse que foram saques feitos pelo senhor, por Luiz Carlos Costa Lara, que é outro policial, seu colega da Polícia Civil mineira, e por Antonio Calil Curi. O senhor conhece?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E ele diz que tudo isso, todos esses R\$15,5 milhões foram entregues através do seu trabalho para a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira, que é sócia do Sr. Duda Men-

donça. O senhor teve contato com a Sr^a Zilmar? O senhor rechaça as afirmações? O senhor transportou esse dinheiro? Para quem o senhor transportou?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu quero esclarecer mais uma vez...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, queria pedir que o senhor solicitasse silêncio porque está difícil até de raciocinar e muito menos de o depoente se manifestar de maneira audível.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mais uma vez eu quero esclarecer que eu busquei o dinheiro nas agências do Banco Rural e levei pra SMP&B. Não conheço essa senhora. Eu não sei nem pronunciar o nome dela. Realmente eu não conheço.

Se esses valores chegaram até a essa senhora, pode ter sido até fruto do meu trabalho, mas após eu ter entregue o valor na agência da SMP&B. De lá essa senhora buscou, mandou buscar, aí já não... Mas eu não tive nenhum contato com ela. Não sei quem é que é. Não a conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor refere também no seu depoimento, que eu tenho em minhas mãos aqui, que quem o aproximou de Christiano Paz foi o Sr. Aroldo Bicalho.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Aroldo Bicalho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aroldo Bicalho não é um empresário, não, de fabricar bolsa. Toda a polícia sabe que o Sr. Aroldo Bicalho é doleiro. Isso é de domínio público em Belo Horizonte. E não é doleirinho, não. É doleirão.

A pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor tinha relação com seu Aroldo Bicalho. Ele o conhecia. Qual é a relação que o senhor conhece do Sr. Aroldo Bicalho com a SMP&B, com o Sr. Christiano Paz?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Segundo, Excelência, declarações do Sr. Aroldo Bicalho na Corregedoria de Polícia – e eu já passei a cópia para o Sr. Presidente da Comissão – o Sr. Aroldo Bicalho é conhecido do Sr. Christiano Paz desde o ano, segundo as declarações dele, de 1982. Ou seja, são velhos conhecidos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor havia prestado algum serviço para o Sr. Aroldo Bicalho anteriormente, um serviço desta mesma natureza?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E como é que ele lhe descobriu?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu prestei serviço do ano de 1997 até o ano de 2000 a uma *factoring* e o dono da *factoring*, Sr. Paulo, era amigo, é

amigo do Sr. Aroldo, e o Sr. Aroldo tinha um escritório lá no mesmo prédio e ele freqüentava. Esporadicamente ele chegava lá no escritório que eu trabalhava e ele conversava com o seu Paulo, me cumprimentava...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse seu Paulo é aquele das bicicletas também?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não tenho conhecimento...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que tem a loja de bicicletas?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu não tenho conhecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como é todo o nome dele?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Paulo Roberto Grapiúna.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Paulo Roberto...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Grapiúna.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Grapiúna?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor, quando foi ao Banco, na verdade, eram duas agências?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Três agências, que eu cheguei...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Três agências do Banco Rural?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Do Banco Rural?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A partir de um determinado momento, o senhor não mais se identificava, porque o senhor já era da casa. A pergunta é: como é que o senhor podia avaliar que era R\$50, R\$100, R\$150 mil? O senhor abriu o pacote para saber ou a pessoa que lhe entregava o dinheiro lhe dizia quanto que era?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu sempre me identificava, afinal de contas, eu andava armado, né? E lá nas agências, tem detector de metais, e eu realmente me identificava e pedia para ser levado até o Tesoureiro.

Com relação aos valores, eu não conferia valor nota a nota, mas os maços de nota eu conferia. Eu sabia que eu estava levando R\$ 50 mil, R\$ 70 mil, R\$ 80 mil, R\$ 100 mil, eu sabia. Eu não conferia era valor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor aparece aqui... Desde que o senhor falou, como dizem na minha terra, eu fiquei trocando orelha. O senhor aparece aqui, nas relações que o Banco nos mandou, por exemplo, com vinte saques. Vou lhe dar

algumas datas aqui: 11 de março, 12 de março, 14 de março, 17 de março, 19 de março. Todos esses dias é 300 mil, e o senhor diz aqui que o máximo que o senhor carregou foi 250? Eu quero entender. O senhor carregou os 300, carregou 150? Como é que é?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu posso ter carregado os R\$ 300 mil, como está escrito nessa relação, mas eu nunca peguei todo esse valor de uma vez. Afinal de contas, eu acredito que...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou voltar... Perguntar de novo: o senhor tem aqui, por documentação do Banco, com documento que teoricamente comprova, o senhor sacou 20 vezes de R\$ 300 mil. O senhor tem lembrança disso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, mais uma vez eu volto a afirmar: eu posso ter sacado essas 20 vezes de R\$ 300 mil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, são 20 dias de 300.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Vinte dias. Eu posso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se é pelo seu raciocínio, o senhor tem 40 saques, porque se dividir isso por 150 em cada buscada, já dobrou, né?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu acredito que seja até mais que isso com relação às idas e vindas. Com relação aos saques, com relação ao saque, à operação... Porque aí o senhor está lendo uma relação que fala em operação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, naquele dia... Aqui é claro, porque bate com os dados do Coaf. Então, a operação aconteceu.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sm.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque o que eu estou querendo desvendar dessa história toda é o seguinte: alguém aqui está mentindo. Isso para mim é claro, e eu quero saber se o senhor está nos enganando...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso aí de forma alguma, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que pode até acontecer ou se o senhor, além de fazer o trabalho do transporte, se o senhor, daqui a pouco, foi usado? Como o senhor se tornou conhecido? Ah, foi o David. Mas quem pegou o dinheiro lá foi o João, o José, a Maria.

Poderia haver essa hipótese de, daqui a pouco, estar lá o seu nome como o que deu ok de receber e, na verdade, ser outra pessoa que tirou, porque todo o depoimento... Veja a gravidade do que nós estamos falando: o Sr. Marcos Valério foi até o Procurador-Geral de Justiça pedir, com base nesses documentos, uma delação premiada. Ele quer redução de pena porque

sabe que vai ser condenado. Aí ele vai lá e diz tudo o que está dizendo, e está mentindo. Quero que o senhor nos ajude.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Como o senhor já fez menção aos ditos da terra do senhor, também vou fazer menção a um dito. Essa turma que a gente tem verificado que tem comparecido...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só um pouquinho. Ninguém está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, o tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só ele responder a essa pergunta, porque a considero altamente relevante. Eu pediria só que o senhor solicitasse um pouquinho de silêncio, porque está complicado para ele e para nós.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Como o senhor fez uma colocação no início a um dito da terra do senhor, também vou fazer uma colocação aqui. Pelos depoimentos que temos acompanhado de muitas pessoas que já sentaram na cadeira em que estou sentado, esse pessoal faz chover. E pode ser que o meu nome já esteja andando por aí. Mas vou deixar bem claro: se, por ventura, depois da data de outubro ou novembro de 2003, aparecer meu nome em qualquer operação, eu vou ter que acionar outros órgãos, porque realmente o que fiz eu declarei. Assumo o que fiz, vou responder perante a Corregedoria de Polícia. Não tem problema nenhum. Mas acredito que, como se fizeram tantas coisas, por que não? Mas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor poderia ter sido usado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza, poderia. Por que não?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor aqui, em nome da sua profissão – tenho muito respeito pelos policiais civis e pelos policiais militares, até porque conheço a tradição da Polícia do meu Estado e sei que a Polícia mineira é dessa linha – e diante do futuro dos seus filhos, o senhor assevera, assegura que está dizendo a verdade e que foi entregar todo esse dinheiro na SMP&B para as pessoas que lhe solicitavam o serviço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim, senhor, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, muita gente ontem disse que a depoente de ontem era uma pessoa que dizia a verdade. Desde o início, desconfiei. E cada vez mais essa história está mais enrolada. Quero fazer uma referência ao senhor e ao Relator: muito brevemente, o Sr. Marcos Valério vai ter que vir aqui. Creio que vamos ter que fazer aca-reações para esclarecer a verdade. Acho mesmo que

o Sr. Marcos Valério não merece delação premiada, porque acho que esses documentos podem ter muita falsidade.

Muito obrigado, Presidente. Estou satisfeito. Agradeço ao depoente.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Com a palavra, o Sr. Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, a situação do Sr. David, infelizmente, é a situação do policial brasileiro, que, para sobreviver, tem que fazer bico. É isso que ele esqueceu de dizer. Ele se encontra na situação em que hoje está porque precisa, infelizmente, aumentar a sua renda. Essa é a realidade do policial brasileiro, infelizmente.

Evidentemente, Sr. David, o senhor não é inocente de tudo. Tenho certeza absoluta de que, no seu depoimento de hoje, os Deputados e Senadores estão aliviando – vamos dizer assim, num bom termo –, porque os depoimentos que envolvem o Sr. Marcos Valério e toda a sua quadrilha foram acertados antes, foram orientados pelos seus advogados. O senhor – tenho certeza – não participou dessa conversa. Como o senhor mesmo falou, é peixe pequeno. Mas a primeira mentira da Sr^a Simone já foi descoberta. Todos nós acreditamos que o senhor, na verdade, serviu, foi usado, e, evidentemente, para aumentar um pouco a sua renda. Agora, eu gostaria que o senhor se colocasse verdadeiramente como um policial e vamos supor que o senhor fosse prender o Sr. David. Qual o crime que o Sr. David cometeu? O senhor como policial e conduzindo o Sr. David, qual é o crime que o Sr. David cometeu que o senhor ia entregar lá na Delegacia o cidadão?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, Excelência, eu não vejo o crime de transportar um dinheiro nacional. Eu não vejo crime, principalmente que foi um valor retirado de uma agência bancária e levado para uma empresa que está lá estabelecida.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas o dinheiro não era seu?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu só estou transportando.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Bom, não foi entrar nesse mérito. Vulgarmente discutindo e falando no meio policial, o senhor sabe que o nome disso é “mula”. O senhor sabe disso! Quem transporta droga, quem transporta qualquer coisa é usado pelo crime organizado. O senhor foi usado. Esse é o seu crime e o senhor vai pagar isso administrativamente

na Corregedoria da Polícia Civil. Por isso que eu digo que o senhor não é inocente de um todo. O senhor foi usado e creio que todo o mundo aqui entendeu essa situação. O senhor foi usado e mostrou a sua – vamos dizer assim – ingenuidade, quando não sabia que, ao retirar o dinheiro, estaria sendo enumerado como sacador. É por isso que o senhor foi chamado.

Eu não ia nem falar, mas fiz questão de registrar essa situação. O senhor está aqui hoje sendo assistido por um advogado sindicalista. Os outros vêm aqui acompanhados e assistidos pelos melhores advogados do Brasil. Essa é a diferença. Portanto, convença-se e converse com seus companheiros, que são muitos, que têm honra e dignidade, como o senhor deve ter. A sua família talvez não mereça a exposição que o senhor está tendo no Brasil. Mas este é o retrato da Polícia brasileira: a vergonha nacional de receber um salário de miséria que o obriga a praticar um pequeno crime para poder dar sobrevivência à sua família.

É só isso, Presidente. Não tenho nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Depoente que está aqui!

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok! Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – PE) – O Deputado Fraga está me concedendo mais seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, ele está com crédito, Deputado Carlos Abicalil. Não vai repassar a V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – PE) – Eu pensei que ele tivesse transferido o crédito. Sem problemas, sem problemas!

Sr. David, o Deputado Fraga já manifestou inclusive o termo a que se refere popularmente o papel que V. S^a exerceu: de mula. Antes de V. S^a entrar aqui, outra Parlamentar disse que era mero carregador de malas. Já, dentro da reunião, falou-se de quadrilheiro, de membro de gangue. Provavelmente, quando V. S^a imergiu nesse procedimento não tinha dimensão de qual o alcance que ele viria a ter, em que pese ter manifestado a consciência de que sabia que os valores, somados, ultrapassavam ou chegavam próximo de R\$5 milhões.

Segundo uma das matérias de imprensa – e o senhor já citou aqui que às vezes levava o dinheiro em caixa de telefone celular; outras vezes, em caixa de sapato, e que, portanto, o senhor sabia dimensio-

nar bem o volume do dinheiro que ia carregar naquele dia, e parece que levava o recipiente adequado àquela quantidade. Isso pode reportar-me a uma experiência anterior de transporte de valores antes de o senhor fazer transporte de valores para a agência SMP&B.

V. S^a manifestou também que trabalhara, entre 1997 e 2000, se não estou enganado, numa empresa de *factoring*. Inclusive o senhor mencionou o nome do seu proprietário, Paulo Roberto Grapiúna, não é isso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E tem outro sobrenome oficial que é Lima; depois de Grapiúna tem a palavra Lima. E mencionou um endereço que não coincide com o endereço onde essa *factoring* funciona hoje. O senhor sabe se a *factoring* mudou de endereço, desde o tempo em que o senhor trabalhou nela?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu não tenho conhecimento. Eu sai de lá em 2002 e não sei onde se encontra.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em 2003, o senhor se encontrou com um amigo desse dono da *factoring* a quem o senhor se reportou aqui que é o Sr. Bicalho.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que é amigo do dono da *factoring*. E o senhor se encontrou de que maneira com esse amigo do dono da *factoring*?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Salvo engano, foi lá na *factoring*. Agora, se ela mudou de endereço, realmente não me recordo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em 2003 era o mesmo. Então o senhor continuava indo à *factoring*.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – De quando em vez, porque eu passava pelo centro, andando ali pelo centro, eu ia lá na *factoring*.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ia lá e cumprimentava. Mas transportou valores para essa *factoring*?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca transportou valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A sua única experiência de transportes de valores foi por recomendação do Sr. Bicalho ao Sr. Christiano Paes....

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Da SMP&B.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...para que, então, o senhor fosse introduzido num sistema de transporte de valores.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E qual era a sua atividade na *factoring*, anteriormente?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu trabalhava lá como, vamos dizer, um “faz tudo”, recebia clientes na recepção...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o seu modo de contratação lá, efetivamente, não era pela CLT. Ou o senhor foi contratado formalmente nessa *factoring*?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu fui contratado formalmente nessa *factoring*.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com registro em Carteira e tudo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com registro e tudo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E lá, então, consta o período em que o senhor trabalhou regularmente e fazia diversos serviços. Em nenhuma dessas ocasiões foi transporte de valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E como o senhor já foi, assim, tão instrumentalizado para quantificar que “x” valor cabia dentro de uma caixa de telefone, “y” valor tinha que ser de sapato, “z” valor cabia em um pacote? Quem instrui o senhor com essas medidas para determinados volumes de dinheiro?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olhe, Excelência, a partir do momento em que você vai, por exemplo, uma primeira vez a um banco para buscar um valor....

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – ...digamos R\$50,00 e que o tesoureiro te apresenta um pacote de notas de....

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor sabia já, antes de ir à agência, que seriam notas de 10, de 50 e de 100?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estou falando... Perdão. Quando você vai a uma agência, numa primeira vez, buscar R\$50.000,00 e que o tesoureiro de apresenta valores em notas de R\$100,00, você já tem uma dimensão do tamanho do....

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por isso eu estou dizendo que o senhor nunca foi informado se seria de 50, de 100 ou de 10?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Então o senhor já imaginava que poderia ser de um ou de outro ou de outro...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim. Já aconteceu em outras oportunidades de eu chegar desprevenido para buscar R\$100.000,00 e chegar lá e ser tudo em notas de R\$10,00.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E ter que ir mais de uma vez.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – E aí eu fico...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor teria que ir outra vez no mesmo dia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ou ia no mesmo dia ou voltava e buscava uma...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um outro recipiente?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Um recipiente maior.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já foi mais de uma vez, no mesmo dia, sacar nessa agência?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já, sim senhor e já declarei isso inclusive.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Somados, os saques nunca superavam R\$100.000,00, quando o senhor fala aqui?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Já falei, já declarei que somaram em outras oportunidades.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Somaram mais do que isso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Somaram.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor, hoje, tem outros clientes para transporte de valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu já tenho dois anos que... Hoje, eu desempenho outra função.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas foi, então, exclusivamente naquele período em que o senhor trabalhou.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Só naquele período.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quais eram os seus outros clientes naquele período?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só prestava serviços para o Christiano Paes, para a Simone e para a Geisa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhum outro serviço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nenhum outro serviço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso era suficiente para complementar a sua renda na necessidade que o senhor tinha com a sua família?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, não é. É lógico que se eu tivesse oportunidade de desenvolver qualquer outra atividade que fosse melhorar o meu rendimento e que eu até então achasse que fosse uma atividade lícita... Porque até então eu não sabia, hoje é que eu percebo a dimensão disso aí.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Correto. O senhor conheceu outro doleiro além do Bicalho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Transportou valores para o Sr. Bicalho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca. Qual é o seu chefe imediato hoje, no serviço que V. S^a exerce, evidentemente até a instalação do processo na Corregedoria?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, até eu me apresentar na Corregedoria, eu era Inspetor Adjunto do 1º Departamento de Polícia, subordinado ao Dr. Francisco Carvalho Martins e hoje eu me encontro à disposição na Inspeção Geral – à disposição da Corregedoria – e o Inspetor de lá é o Inspetor-Geral William Pinto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qualquer um dos que recebiam o dinheiro que V. S^a levava – seja o Christiano, a Simone ou a Geisa – conferiam os valores na hora em que o senhor entregava?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Só conferiam as cabeças, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só conferiam...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – ...as cabeças. Quantos maços de nota.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os maços de nota. Era suficiente para fazer o cálculo e ver se estava conferindo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – No momento sim. Posteriormente, com certeza, fariam uma conferência detalhada. Nunca tive...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor era dispensado sem que essa conferência detalhada fosse resolvida?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor, por acaso, foi chamado alguma vez lá dentro da SMP&B como delegado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi tratado por delegado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Recebeu alguma chamada do Sr. Marcos Valério?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre foi por telefone, um dos três que o senhor mencionou aqui? Nunca foi outra pessoa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca foi outra pessoa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor conhece o Sr. Cláudio Mourão?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência. Não sei de quem se trata.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já trabalhou para o Sr. Cláudio Mourão?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Trabalhou em alguém comitê eleitoral?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não trabalhou? Mas o senhor conhece pessoalmente Simone Vasconcelos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já conversou com ela além de entregar o dinheiro e sair?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Só entreguei o dinheiro e saí.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só se apresentava, entregava o dinheiro e saía?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para ter acesso à agência há algum registro de entrada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza, se forem ao livro de registros há, algumas vezes, minha identificação, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para a agência DNA o senhor nunca trabalhou?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre trabalhou apenas para a SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Para a SMP&B.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tem conhecimento de outros policiais que tenham feito serviços similares aos seus?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tomei conhecimento, agora, com relação ao detetive Lara. Já falei em plenário.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mais nenhum?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mais nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já ouviu dizer que alguns outros policiais façam esse serviço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor nunca fez entrega de dinheiro a ninguém, além das três pessoas mencionadas da SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nem transporte de valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como é que o senhor recebe a declaração do Sr. Christiano Paz, pela imprensa mineira, de que não o conhece, de que nunca falou com V. S^a e de que nunca solicitou qualquer serviço de préstimos do seu tempo, do seu trabalho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Essa declaração é de quem, Excelência?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do Sr. Christiano Paes.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, com certeza – como já foi dito aqui por um outro parlamentar – ele está sendo muito bem assessorado. Isso, com certeza, é uma estratégia de defesa. Agora, percebo que já estão tendo muitas dificuldades para explicar os valores que já estão sendo cobrados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está certo. Vou fazer aqui um...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Só para complementar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estão com certa dificuldade para explicar os valores que já estão sendo declarados e cobrados, ou seja, se caem mais cinco milhões – que estão falando que foi o que transporte – no colo dele, ele vai ter que arrumar outras explicações. Não depende de mim, depende dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas aí o senhor percebeu que foi o senhor que caiu no colo, em vez de ser o dinheiro.

Em outra cidade mineira, o senhor fez alguma entrega?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em outro Estado o senhor fez alguma entrega?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Também não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Somente, exclusivamente, nesse agência.

Vou listar uma série de pessoas. O senhor responde, apenas, sim ou não. Se conhece, se já esteve com a pessoa.

O Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aécio Neves.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Danilo de Casto.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ademir Lucas.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vanessa Lucas.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Roberto Brant.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Paulo Minecucci.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Clésio Andrade.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Custódio de Matos

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Elias Murad.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Cândido Quota Figueiredo.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pimenta da Veiga.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Luiz Carlos de Miranda Faria.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Romel Anísio Jorge.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sebastião Navarro.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Elmo Brás.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eduardo Barbosa.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Olinto Goudinho.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Helda Brandão.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Zilmar.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todas essas pessoas estão envolvidas com saques. Pessoas que receberam recursos.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Quero fazer uma pequena observação, Excelência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – É com relação ao professor Elias Murad. Na documentação que entreguei de cursos de especialização, de atualização, consta que fiz um curso com ele há quase trinta anos. Participei de uma palestra em que ele falou sobre drogas que causam dependência química. Já faz mais de vinte e sete anos que participei dessa palestra do professor Elias Murad.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor está sofrendo alguma ameaça?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na reunião em que o senhor teve com o seu superintendente imediato, com o seu chefe, o clima foi de repreensão grave ou foi um conversa amistosa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Foi uma conversa amistosa. A Polícia Civil, hoje, como faço parte do mais alto posto...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Da Inspeção Adjunta.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Da Inspeção Adjunta, eu tenho, eu gozo de um certo prestígio na Polícia mineira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor avalia que esse prestígio foi provavelmente pelos serviços prestados?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Qualquer membro do Conselho, pelo menos boa parte do Conselho, conhece, sabe do meu trabalho, sabe da minha posição, sabe da minha formação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor teve alguma outra reunião com altos membros do Governo mineiro, para além de seu chefe imediato?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Somente o chefe da Polícia Civil e o Corregedor-geral.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com o secretário não? Com nenhum secretário?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nenhum secretário. Somente com o chefe da Polícia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna. (Pausa) Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Dalcídio, Srs. Parlamentares, Sr. David, o senhor continua a insistir que não conhece Gilmar Fernandes?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Continuo. Realmente, eu não conheço, Excelência.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Insiste também que nunca levou algum recurso a não ser para a SMPB?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Sim, senhor.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O senhor tinha algum companheiro de trabalho ou ia sempre sozinho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu ia sempre sozinho, Excelência.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E o seu relacionamento com o Sr. Luís Carlos Costa Lara, seu

colega de profissão, que pelo jeito desenvolvia o mesmo trabalho na mesma empresa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu só tomei conhecimento da participação do detetive Lara agora, recente, depois que aconteceu esse fato, e eu até nem o vi ainda.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Mas os senhores trabalham na mesma repartição na Polícia Civil de Minas Gerais?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Repartição completamente diferente.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E o senhor falou que a maioria das vezes o senhor ia de táxi. Como era locado esse táxi?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Como o quê?.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Era na rua? Como o senhor usava esse táxi?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Pegava o táxi na porta do banco e ia até a agência, a próxima agência.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Na porta do banco? Qualquer táxi ou era sempre o mesmo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, qualquer táxi, o que passava na hora eu pegava.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O Sr. conhece o Sr. Márcio Ricardo Vaz?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não? Não tinha nenhum relacionamento com ele?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, senhor.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Informações que nós já temos, e também a Imprensa, dão conta de que o senhor Márcio Ricardo Vaz era o principal taxista que o acompanhava nesse serviço de retirada e entrega de dinheiro.

Como o senhor negou, eu lhe pergunto: o senhor confirma ou continua negando?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Está havendo um equívoco, Excelência, porque eu não conheço essa pessoa.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O Sr. Márcio Ricardo Vaz?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – E, segundo declarações, salvo engano, do Detetive Lara, que está na mesma sindicância que eu na Corregedoria, eu acho que esse taxista é o taxista que o Detetive Lara usou alguma vez para fazer um tipo de serviço, não a mim, eu não usei.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O senhor ouviu esse comentário de que o outro detetive usava esse táxi?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu vi pela imprensa que o Detetive...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Porque informações dão conta de que o senhor usava.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Errado.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sempre na portaria da agência SMPB tinha que marcar presença, ou tinha o cartão, ou nem sempre?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, a portaria da SMPB tem um porteiro, só que esse porteiro... eu sempre identifiquei lá, mas tem determinados momentos em que chega qualquer pessoa lá, entra e não é identificado, não. É um trabalho falho.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O senhor respondeu para o nobre Deputado que me antecedeu que, em algumas vezes, tem registro de presença do senhor e tem casos em que às vezes o senhor ia três, quatro vezes por dia. Por o senhor ter ido na primeira, as outras eles já deixavam passar sem notificar, sem se apresentar?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Pode ter ocorrido até mesmo a identificação duas vezes. Agora, eu realmente não me recordo, mas eu entrava lá e me identificava. Algumas vezes me identificava outras vezes não.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela aca-reação que vai ter, o senhor acha que se fizer um pou-quinho de esforço, na maioria das vezes, como que era a sua entrada, o senhor pode ajudar muito esta Comissão?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Como que era a entrada?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – É, na maio-ria das vezes. Como o senhor era abordado, como o senhor se apresentava? O senhor já tinha entrada pela porta do fundo ou por uma porta extra?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, eu entrava pela porta da frente, falava que ia na SMPB e entrava. Algumas vezes, era anotado o nome, identida-de, e outras vezes eu só falava: estou indo na SMPB.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Esse “al-gumas vezes” é que está ficando genérico. O senhor notou que a Comissão toda está ficando ao seu lado e fazendo uma antecipação de avaliação que quem está com a verdade é o senhor, mas queríamos evitar deixar a coisa no ar, que fosse mais objetivo, até para favorecer o nosso trabalho. Se o senhor puder, cola-bora muito com a Comissão nesse sentido. Na maioria das vezes o que acontecia? A sua entrada na agência

da SMP&B, porque nós temos informação. Até outros Deputados, outros Parlamentares nos antecederam. Evitei alguns tipos de perguntas, porque temos infor-mações, inclusive da imprensa, de que o senhor era a principal pessoa que levava os recursos para Zilmar Fernandes. O senhor insiste que não. Então, queria saber disso, já que estava indo para a SMP&B. E a D. Simone afirmou aqui, ontem, nesta Comissão, que não o conhece. O senhor já insiste que entregava para ela e mais dois colegas. Então, uma das coisas que vai canalizar muito isso é exatamente a sua presença na agência e de preferência na portaria, como já foi requisitado antes.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A identifi-cação da entrada da SMP&B, identificação do prédio, não da agência. A agência não tem formalidade ne-nhuma. Você desceu do elevador, praticamente você está dentro da agência, tá? Então, assim, se ela falar que se criou um livro de entrada de pessoas lá den-tro da agência, aí é uma – como é que eu vou dizer? –, é muito forte falar que é uma mentira, mas é uma indelicadeza da parte dela ou uma grosseria, porque não existe nenhum livro de identificação para entrar lá na Agência da SMP&B. A partir do momento em que você passa pela portaria, você pode entrar em qualquer andar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A minha situação, como Senador por Minas Gerais, é uma ex-cepção, por não conhecer uma pessoa tão influente no meio político como é Marcos Valério e muito menos a sua agência, por sorte. Mas não conheço a agência, não sei onde fica em Belo Horizonte, mas o senhor na maioria das vezes... O prédio tem garagem? O senhor entrava pela garagem ou só pela portaria principal?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, Ex-celência, só pela portaria principal. Eu nunca entrei pela garagem. Eu não sei nem se tem garagem lá. Eu sempre entrei pela portaria principal.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E che-gou o tempo em que o pessoal não precisava mais de apresentação sua para subir?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – É, eu chega-va na portaria e dizia assim: “Eu estou indo na SMP&B”. Provavelmente, o porteiro já sabia que era eu. Eu subia; entregavam os valores, e eu ia embora.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Na maio-ria das vezes, era o mesmo porteiro?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O porteiro, ele tem um horário, um horário de almoço, mas sempre tinha alguém lá: ou o porteiro ou se quebrava o galho com a faxineira. Sempre tinha alguém lá na portaria.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu quero que o senhor compreenda a minha insistência, porque o senhor vai se confrontar com a Simone.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estou à disposição.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Isto é exatamente para favorecê-lo – o senhor estando com a verdade – nessa acareação. Por isso a nossa insistência.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mas eu estou falando a verdade. Já falei e confirmo.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Então, está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

Com a palavra o Deputado Silvio Torres, depois, o Senador Fernando Bezerra e, em seguida, o Deputado Henrique Fontana.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, o Depoente, respondendo a uma pergunta anterior, já se referiu aos advogados como sendo pagos pelo Sindicato da categoria. São os dois que estão acompanhando o senhor. Eu queria complementar a informação de sua parte para saber, em primeiro lugar, se alguém da SMP&B se ofereceu para defender o senhor ou para bancar um advogado para o senhor.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, desde o primeiro momento em que surgiu o meu nome envolvido nisso aí, o sindicato disponibilizou o nosso Departamento Jurídico, e ninguém me procurou. Eu estou completamente... Estou nas mãos do sindicato, estou na mão do Jurídico e realmente eu não fui procurado por ninguém.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E alguém da empresa procurou seus advogados para dar alguma orientação ou para sugerir alguma linha de defesa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu não tenho conhecimento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o seu advogado está a seu lado. Ele pode responder.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, ninguém os procurou.

O que já foi dito aqui também foi que a ação do senhor, a atividade do senhor era caracterizada, dentro do meio policial, como bico, que é comum no Brasil inteiro, não apenas no Estado de Minas Gerais. Funcionalmente, como o senhor provavelmente sabe, não é admitida essa atividade, e o senhor, por isso, está sendo investigado pela Corregedoria. Não cabe a esta CPMI fazer a investigação ou promover alguma pena-

lidade por essa atividade de “bico” que o senhor praticou anteriormente, mas também não podemos relevar e ignorar a sua ação, porque ela acabou envolvendo pessoas que estão sob suspeita, acabou envolvendo dinheiro suspeito, recursos suspeitos, que esta CPMI está investigando. E da mesma forma que o senhor – como o senhor mesmo disse –, inocentemente, se prestou a ser o transportador desse dinheiro suspeito, existem outros policiais no Brasil inteiro que poderão estar também fazendo esse serviço, como bico, e fazendo dessa forma, dando cobertura a atividades criminosas tão graves ou muito mais graves do que essa.

Então, esta CPMI, de maneira nenhuma, pode simplesmente ignorar essa atitude, porque estaria estimulando essa ação. O seu depoimento, a sua vinda aqui, se não serve para outra coisa, serve para alertar os policiais do Brasil inteiro para que tomem todo o cuidado possível. Mesmo que estejam tentando dar um rendimento a mais à família, não se prestem a esse tipo de serviço. Nós não queremos ter pessoas inocentes participando de suspeitos esquemas criminosos.

É dessa forma que o senhor deve entender algumas manifestações feitas aqui anteriormente com relação à sua atitude. Eu queria também retomar um ponto do seu depoimento em que o senhor disse que recebia o dinheiro. O senhor não era sacador, recebia em dinheiro e conferia. O senhor assinava algum recibo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Recibo...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Recibo. O senhor assinava algum documento?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu posso ter vistado, como eu já tinha falado até mesmo na Corregedoria, porque eu fui interrogado por dois promotores. Quando se fazia a cópia da minha identidade... Fazia-se a minha identificação, eles tiravam xerox da minha identidade, era lançado naquela cópia o valor que eu tinha levado naquele momento, e eu dava um visto de que eu tinha pego aquele valor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor colocava uma rubrica sua lá?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso, uma rubrica minha no xerox da minha identidade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo. E o senhor tem alguma anotação pessoal, para seu próprio controle, de quantas vezes o senhor foi à agência, quanto dinheiro o senhor sacava, o senhor transportava?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não tenho.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não tem nenhum. O senhor não tinha nenhum controle sobre essa movimentação?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria fazer uma outra pergunta, sobre um assunto que não foi levantado, talvez o senhor possa nos ajudar. Houve a notícia, anteriormente divulgada pela imprensa, de que, na atividade de transportar dinheiro para cá e para lá, um dos transportadores teria sido assaltado e teria sido levada a quantia de R\$500 mil.

A minha pergunta é a seguinte: o senhor quando foi contactado para essa atividade, ou no tempo em que esteve trabalhando para essa empresa, o senhor teve notícia desse roubo de R\$500 mil?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não tive notícia e não foi comigo que aconteceu esse fato.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas mesmo não tendo sido com o senhor, nunca ouviu falar desse caso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca ouvi falar desse caso, Excelência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar.

Gostaria de retomar o fato de que a D. Simone deu uma declaração diferente da que foi tomada aqui hoje, para sugerir que esta Comissão faça uma nova oitiva com ela. E eu queria perguntar a V. Ex^a e à Assessoria da Comissão se isso poderia ser feito por ofício ou se teria que ser de outra maneira, para, evidentemente, não termos que trazer a D. Simone aqui novamente, para interpellá-la e saber se ela reafirma o que disse aqui anteriormente, ou seja, que não conhecia o Sr. David, ou se ela quer retificar a sua declaração.

No mais, agradeço ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio, V. Ex^a poderia encaminhar um requerimento à Mesa, para que nós avaliemos essa questão numa reunião administrativa. Mas é muito importante o registro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho me questionado muito sobre os rumos que esta CPMI está tomando. Ela foi instalada com um objetivo e, embora nós tenhamos apurado muitos fatos importantes que podem contribuir para a construção de um futuro melhor para o nosso País, ela também me revela alguma falta de objetividade, uma perda de tempo enorme. Mas queria começar a me referir, Sr. Presidente, a V. Ex^a, que tem conduzido os trabalhos com bom senso, equilíbrio, paciência, seriedade. E isso é o que pensamos eu e a opinião pública brasileira, que sabe que,

mesmo que não venhamos eventualmente produzir os frutos que todos esperamos, ninguém haverá de responsabilizar V. Ex^a por não ter tido todas as virtudes, toda a seriedade e toda a boa vontade para atingir esses objetivos.

Ontem usei – o que faço com certa raridade – o microfone do plenário para questionar todos os Srs. Senadores sobre este momento grave que vive a sociedade brasileira e, sobretudo, para perguntar a todos nós como vai ser o *day after*. Como será o amanhã depois desta crise? O que o povo espera de nós? Como será o Congresso Nacional? Como será o Governo? Como será o nosso País? Que lições nós vamos tomar de tudo isso?

Esta CPMI tem sido um misto de apuração de coisas sérias. E quero afirmar aqui que nada terei a perguntar ao Sr. David, porque acompanhei, do meu gabinete, a forma franca e correta com que ele respondeu às perguntas e nada mais há a acrescentar. Seria fazer o que condeno em muitos aqui nesta Comissão, que fazem as mesmas perguntas para obter as mesmas respostas.

E ontem eu perguntava: se amanhecesse o dia, na abertura dos trabalhos desta Comissão, sem que houvesse uma só câmera de TV aqui, um só jornalista, qual seria o resultado dos trabalhos desta CPMI? Certamente, em vez das 11, 12, 15 horas de inquirição que aqui fazemos, objetivamente, não gastaríamos mais do que 1 ou 2 horas procurando tirar as respostas que todos queremos para uma conclusão que a Nação espera de nós.

Ontem tivemos aqui um *show* de falsidade, de frieza, sem nenhuma resposta correta, exatamente o contrário do que hoje estou vendo. O Sr. David respondeu com franqueza a todas as perguntas. Portanto, não há nada mais a acrescentar. Creio que, aquilo que todos desejavam saber, o Sr. David, dentro dos limites do que sabe, já colocou.

Sr. Presidente – perdoem-me todos, e eu me incluo aqui –, esta Comissão passou a ser um *show*. Nesse corredor aqui, há duas casas de *show* – três, aliás. A casa de *show* dos bingos; a casa de *show* do mensalão e a casa de *show* dos Correios. E passou a haver aqui quase um programa de calouros. Aqui as televisões escolhem quem vai ao programa do Jô Soares, quem vai ao programa do Ratinho, quem vai ao programa do Faustão, porque aqui estão surgindo as novas estrelas da televisão brasileira, quando não é esse o seu objetivo, Sr. Presidente. Não é esse o nosso objetivo. Não é esse o objetivo que de nós espera a sociedade brasileira, que quer que apuremos com seriedade, que indiquemos aqueles que cometeram ilícito e que os apresentemos àqueles que têm autori-

dade para punir a fim de que eles sejam rigorosamente punidos. Portanto, Sr. Presidente, queria apenas dizer que está na hora de repassarmos as informações de que dispomos. O Congresso Nacional é hoje avaliado pela sociedade brasileira da pior forma possível.

Eu me entristeci quando li na **Folha de S. Paulo** de domingo que metade da população brasileira acha que todos os políticos são desonestos. Todos, sem exceção, Sr. Presidente. De deputado ou senador, de prefeito ou vereador, de deputado estadual ou governador. Cinquenta por cento dos políticos brasileiros são avaliados pelo nosso povo, por aqueles que nos elegem, como desonestos.

Temos a obrigação de não mais perdermos tempo, de não fazermos desta Comissão uma *pizza*, porque sei, porque o conheço, que esse não é o seu objetivo nem é o objetivo da maioria das pessoas que aqui estão.

Portanto está na hora de apurarmos aqueles parlamentares, e sobretudo dentro do Congresso Nacional, que não honraram o voto que o povo lhes deu; que os nomes sejam encaminhados às comissões de éticas das Casas que devem punir, para que sejam cassados.

Temos o dever de depurar o Congresso Nacional. O deputado que não honrou o seu mandato, o senador que não honrou o seu mandato deve ser cassado para que o Congresso Nacional seja visto pela sociedade brasileira como um Congresso Nacional onde há pessoas sérias, há pessoas que estão aqui para honrar o voto que o povo lhes deu e que, portanto, merecem esse voto.

Sr. Presidente, eram considerações que talvez até nem aqui coubessem, mas não tenho a paciência de V. Ex^a. Tantas vezes vim a esta Comissão e assisti aqui às primeiras perguntas que foram feitas ao depoente e, horas e horas depois, eu volto para assistir às mesmas perguntas feitas por outros parlamentares e pacientemente ouvir do depoente as mesmas respostas: Eu já respondi isso tantas vezes.

E aí há certa arrogância de alguns que tratam mal e de forma mal-educada os depoentes, não os respeitam. São pessoas que vêm para cá, se eles faltam com a verdade eles vão ter que pagar por isso no futuro, mas se são pessoas que estão aqui têm que ter o nosso respeito. Vi parlamentares desrespeitarem e quero trazer o meu protesto. São poucas as vezes que tenho aqui falado, V. Ex^a é testemunha.

Portanto estou aproveitando essa oportunidade inclusive há pouca gente aqui, o *show* do corredor mais à frente talvez seja mais importante do que o *show* hoje da CPMI dos Correios. Na CPMI do Mensalão hoje o ingresso está mais caro, tem mais câmara de televisão,

tem artistas mais famosos. E portanto, Sr. Presidente, a gente não está.

Quero cumprimentar o depoente. Não cumpriu mais do que obrigação, veio aqui e disse a verdade. Portanto, Sr. Presidente, nada a perguntar. E apenas para concluir, cumprimentar mais uma vez V. Ex^a. O Brasil todo acompanha a seriedade, o bom senso, o equilíbrio, e parabéns, Sr. Presidente, porque não tenho essa virtude, a paciência com que V. Ex^a conduz esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado Senador Fernando Bezerra pelas palavras.

Quero chamar agora o Deputado Welinton Fagundes. (Pausa)

Quero chamar o Senador César Borges. (Pausa)

Quero chamar o Deputado Pompeo de Matos, e depois, o Deputado Asdrubal Bentes não está presente, depois o Deputado Henrique Fontana e Deputado Rands.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero primeiro fazer uma afirmação e dizer que talvez das oitivas que estamos tendo nesta Casa a mais simples, a mais objetiva, a mais equilibrada, talvez a mais séria e mais responsável tenha sido exatamente a do Sr. David.

Questionaram-me na imprensa quem seria o David. E eu disse: não sei. Mas um sacador que saca R\$6 milhões, sei lá, R\$5 milhões, R\$6 milhões, surpreende, naturalmente, a CPMI, a imprensa e o Brasil. E como é que alguém pode sacar R\$6 milhões?

Fui ver o depoimento do Sr. David à Polícia Federal e, depois, a reoitiva. O senhor deu dois depoimentos. Confirma?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Eu dei os dois depoimentos na Corregedoria de Polícia Civil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na Corregedoria, aliás. Os dois?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Os dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Li o depoimento e, aí, tive certeza da impressão que tinha: efetivamente, o senhor estava ali como uma espécie de prestador de serviço, de carregador de malas, de mensageiro, enfim, de operador de um sistema de transporte, tão-somente, de valor, que foi possível graças à sua condição até de homem simples, de aparência simples e, ao mesmo tempo, de importância, porque o senhor é um policial, tem o direito legal de portar arma, e, portanto, primeiro que não ia levantar muita suspeita em estar com esse dinheiro; segundo, que ainda que

fosse suspeito, tinha como agir ou reagir pela experiência, pela capacitação, pela formação, pelo preparo e também por estar devidamente municiado, armado para tanto. Então, era a pessoa ideal, a pessoa desenhada, imaginada e que o Sr. Marcos Valério, enfim, a empresa do Sr. Marcos Valério, não necessariamente ele, e a estrutura que se montou encontrou para trazer esse dinheiro do banco.

Confesso que, pela segunda vez na CPMI, posso dizer que ouvi um depoimento que é verdade. Até agora, eu só tinha ouvido, Sr. Presidente Delcídio, a verdade da boca da Fernanda Karina. Só ela, por enquanto, disse a verdade aqui, com todo o respeito aos demais. E, depois dela, o senhor. E eu diria assim, de forma mais simples ainda, mais objetiva: o senhor mostrou que deve à faculdade, não é um milionário, é um funcionário público modesto, não tem essa dinheirama, não tem patrimônio algum, absolutamente não tem. E o que precisávamos do senhor era exatamente essa confirmação. Daí por que fiz até uma intervenção, pedindo que não ficássemos aqui empurrando com a barriga, ficar cada um falando 15 minutos, até por que não teríamos tanto a perguntar, porque o senhor, por si só, esclareceu-nos no intróito, com as explicações que deu. Já temos bem claro o que é o seu perfil e a missão que o senhor desempenhou. E vi que o senhor procurou se defender agora, tipo assim: “Eu sou funcionário público, mas eu trabalhava nos intervalos”.

Não é essa a preocupação. O senhor não tenha essa preocupação, porque essa não é a nossa intenção, e acredito que o senhor está prestando um serviço à Nação, já que esclarece um ponto obscuro de toda essa relação de saque de dinheiro. E o senhor há de convir que é muito dinheiro. São, em quatro anos, R\$2 bilhões praticamente que foram movimentados em uma só empresa ou em várias empresas de um esquema só. É muito dinheiro, ainda mais se considerando que esse dinheiro, primeiro, não se sabe de onde veio.

E alguém vai dizer: “Mas como que a CPMI não sabe de onde veio?” Ainda não sabemos, estamos no caminho, vamos descobrir de onde veio, não tenha dúvida. Sabemos que um tanto veio dos contratos do Governo, contratos de publicidade, superfaturados, superestimados; mas eu diria assim que, desses contratos, não são 20% o total que há nas contas, ou seja, desse esquema de contrato superfaturado, provém somente 20%. Provavelmente, os outros 80% vêm do sistema financeiro, de fundos de pensão, de esquema de desvio do INSS. Não sei, estamos investigando, mas vamos descobrir de onde veio.

Concomitantemente, estamos no rastro para descobrir para onde foi. E o senhor era um elo, não de onde veio, mas para onde foi, porque, de onde veio,

não sabemos; mas sabemos onde chegou: chegou aos bancos, nas contas. De onde saiu, sabemos: saiu das contas. Para onde foi depois? Bom, foi para os sacadores, mas alguém intermediou. E o senhor foi um dos que cumpriu uma pequena tarefa de uma pequena parcela: diante desse rombo de R\$2 bilhões, o senhor carregou R\$6 milhões, e aí nos surpreendeu. E a surpresa, de novo, de que o senhor absolutamente não tem nada a ver com isso.

Então, para concluir, quero fazer ao senhor, tão somente, dois questionamentos. Quando o senhor chegava à empresa SMP&B, para entregar a mala, não havia um guarda na porta, alguém que....? Como era? A porta estava fechada, estava chaveada? O senhor telefonava antes de chegar? Alguém estava lhe esperando na porta? Como é que era essa relação? Eu ouvi que o senhor falou alguma coisa, mas eu queria completar isso.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Na agência SMP&B, quando você sai do elevador, você já está praticamente dentro da agência. Tinha lá uma recepcionista, que eu não me recordo o nome. Aí, eu falava: “Olha, eu quero ir lá no setor financeiro”. Aí, eu entrava na agência, não lembro se para a direita ou para a esquerda. Eu sei que entrava na agência e entregava o valor para a D. Geisa ou para o Christiano ou para a D. Simone, um dos três. Lá, não tinha nenhum guarda. Tinha uma recepcionista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor chegou ontem, imagino que sim, o senhor estava aqui. O senhor chegou a escutar ou a assistir o depoimento da Sr^a Simone Vasconcelos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Eu fui ler alguma no jornal de hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor leu?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu li alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor chegou a ler o que ela disse em relação ao senhor?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já fiz até um comentário aqui a respeito disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu ouvi o seu comentário. Dizia que não conhece, não sabe, não viu. É uma aberração, não é?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, é um direito dela, uma vez que ela está sendo assessorada por bons advogados. Isso é estratégia de defesa. Agora...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não se sentiu ofendido por isso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Ela está numa situação pior que a minha. Eu estou numa situação bem confortável.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É verdade.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estou bem tranquilo com relação ao que fiz, realmente fiz. Não tem como me arrepender. Se fosse hoje, talvez eu não faria por causa do desgaste que estou sofrendo na minha carreira policial. Estou no final da carreira. Eu poderia ter me aposentado, inclusive. Estou com 49 anos de idade. Já cumpri os meus 30 anos de serviço, mas eu achei que eu poderia dar mais para a Polícia. E o desgaste da minha família. Tenho filho adolescente, tenho filho fazendo faculdade. Fica todo mundo, a família inteira apreensiva. A Polícia, tenho amigos na Polícia. Tem o sindicato que está me acompanhando. Eles sabem da minha postura, sabem da minha formação, sabem que o que estou passando foi por uma coisa assim... Se eu tivesse pensado mais... Só que eu também não ia imaginar nunca que ia virar esse turbilhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu quero dizer para o senhor que não se preocupe. Eu acho até que o senhor sai daqui com o Brasil vendo o senhor de um outro jeito. O David que pintaram, o David que desenharam não é o David que apareceu aqui. O senhor sai daqui credenciado talvez até para arrumar não um bico, mas um emprego, depois, com muito mais qualificação. Sei que o senhor é preparado e mostrou que é preparado para isso.

Eu quero dizer para o senhor que a diferença que se estabelece entre a mulher simples que aqui esteve, a Sr^a Fernanda Karina, e a mulher sofisticada que esteve aqui, a esposa do Sr. Valério, a D. Renilda. A mulher simples falou a verdade, a sofisticada mentiu, esnobou. A mulher sofisticada que esteve ontem aqui, sábia, inteligente, durona, a D. Simone Vasconcelos, e o homem simples que está aqui hoje. Vejo que as pessoas simples falam a verdade e as pessoas sofisticadas são tão sofisticadas que mentem – essa é a palavra, desculpe eu ter de dizer isso. Essa é a diferença. Ontem, ela mentiu na coisa mais simples, na coisa mais elementar. O que a incriminaria dizer que conhece o senhor? Nada. Podia dizer: “Eu conheço, e daí? Qual o problema? Ele ia sacar? Ia.” Nós já sabemos do esquema, ela admitiu que existe o esquema. Só que eles estão contando um pouquinho só do esquema. Eles estão contando 20% da verdade daquilo que eles sabem. A Sr^a Simone, o Sr. Marcos Valério, enfim, o time todo da SMP&B, da DNA, da Grafitti, de todas essas empresas de todo esse esquema que liga o PT, o Sr. Marcos Valério com o Delúbio, com o Genoino, enfim,

com o Zé Dirceu. Eles estão todos enredados e estão mentindo, infelizmente.

Mas o senhor, com a sua humildade, com a sua simplicidade, dá uma lição ao Brasil e a eles. Quem sabe eles aprendam com o senhor, sigam o seu exemplo e falem a verdade.

Agradeço a sua vinda. Peço desculpas se alguém pensou mal do senhor e se eu possa ter um dia pensado, porque o senhor não merece nenhum pensamento negativo por conta do que o senhor fez. O senhor foi usado, infelizmente.

Muito obrigado.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. Depois, o Deputado Maurício Rands. Depois, a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

A Senadora Ideli Salvatti abre mão. Só fica, então, a Senadora Heloísa Helena, na reinscrição. Aí, encerraremos a reunião.

Deputado José Eduardo Cardozo, V. Ex^a não está inscrito (Pausa.) Está inscrito? (Pausa.) Então, Deputado Henrique Fontana...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Vamos procurar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, no lugar da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Vamos procurar ser sintéticos para contribuir.

Sr Presidente, primeiro vou comunicar V. Ex^a e o Relator que estou ultimando requerimentos no sentido de aprofundar informações sobre o tema que abordei ontem nesta CPMI a respeito dos dois prédios que foram comprados em 1999, um deles no Rio de Janeiro e outro, em Belo Horizonte. Casualmente, o de Belo Horizonte ocupado pelo menos em parte pela empresa SMP&B, prédios esses que foram comprados pelas empresas Consultatum, que pertence ao Sr Ronaldo de Souza e pela Planefin, que pertence ao Sr Ricardo Sérgio, ex-diretor do Banco do Brasil e tesoureiro da campanha de José Serra.

Essas compras são, como falei ontem, bastante suspeitas porque se nota claramente que o Sr Ricardo Sérgio tentou esconder o seu nome da escritura desta compra e fez uma troca de ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Procurações.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ...procurações – é a palavra que me faltava no cansaço. O

nobre Relator me ajuda -, em que ele transfere uma procuração ao Sr Ronaldo de Souza para que ele compre os dois prédios em nome das duas firmas, e assina, portanto, em nome da Planefin. E o Sr Ronaldo de Souza devolve uma procuração no mesmo dia para que o Sr Ricardo Sérgio fosse o administrador efetivo desse patrimônio, auferindo os eventuais lucros com aluguéis e coisas do gênero.

Como ontem a Diretora Financeira, Dr^a Simone, não soube informar se pagava aluguel ou não, teve até um certo lapso de memória sobre quem seria o proprietário do prédio, estamos em primeiro lugar requerendo do fundo Petros que nos informe as condições em que foram estabelecidos esse preço, a compra; solicitando aos proprietários das empresas que nos informem se parte desse prédio está alugado, quanto é pago de aluguel, para quem e assim por diante.

Rapidamente, fazendo algumas perguntas ao Sr David Rodrigues Alves, a quem cumprimento. Sr David, para fazer um trabalho desses, ou seja, transportar recursos da ordem de quatro milhões e novecentos mil reais, com um conjunto de saques, evidentemente se demanda, para qualquer pessoa que vá contratar um serviço desse porte, confiança nesta contratação. Como o senhor obteve a confiança dos proprietários da SMP&B para fazer um trabalho tão importante, lidar com somas tão grandes de transporte de valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu já tinha dito aqui no início da minha fala. Eu fiquei conhecendo o Sr Aroldo, que era amigo do Sr Christiano, segundo declarações do Sr Aroldo lá na Corregedoria de Polícia, ele era amigo do Christiano desde o ano de 1982. E o Sr Aroldo que fez essa aproximação de mim com o Sr Christiano...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E o senhor conversou com o Sr Christiano diversas vezes?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu já conversei com ele algumas vezes, já passei valores para ele.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Por que o senhor acha, Sr David, com franqueza, que o Sr Christiano, em diversas matérias publicadas na imprensa, negou que lhe conhecia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu volto a dizer: ele está sendo assessorado por bons advogados. Com certeza essa é uma estratégia de defesa e é um direito dele negar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Com certeza, ele está mentindo nesse caso, não é?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, é um direito dele negar, agora...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Outra pergunta, Sr David: com a Sr^a Simone o senhor conversou diversas vezes?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Conversar, não. Eu entreguei valores para ela...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Portanto, ela também lhe conhece bem e também mentiu ao dizer que não o conhecia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, ela já recebeu valor da minha mão.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Está bom. Alguma vez, Sr. David, o senhor entregou algum desses saques a outra pessoa, em outro lugar, que não a sede da agência SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, Excelência.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor ouviu, alguma vez, alguma conversa que possa nos ajudar, aqui na CPMI, sobre o destino desses valores?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Também não, Excelência. Minha participação era muito simples.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor nunca teve a curiosidade de perguntar para algumas pessoas quem lhe pagava pelos serviços que fazia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Perguntar para alguém lá?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quem lhe pagava os valores que o senhor recebia pelo trabalho que fazia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Geralmente, quem recebia o dinheiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quem recebia?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O dinheiro, quando eu chegava e entregava na agência.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas quem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A Geisa, a Simone ou o Cristiano.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor entregava para a Geisa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E para a Simone?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Também.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E, na mesma hora, ela lhe pagava?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ela, na mesma hora, me pagava.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – A cada vez que o senhor ia, ela lhe pagava um valor?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ela me pagava um valor que variava entre R\$50,00 e R\$70,00.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor nunca ficou curioso para saber por que a empresa necessitava de tantos saques em dinheiro e por que necessitava contratar uma pessoa como o senhor só para fazer esses saques? Se fosse fazer saques de caráter oficial, digamos assim, para pagar alguma despesa corriqueira da empresa, evidentemente poderia pedir para algum funcionário do escritório da empresa para fazer o saque. O senhor nunca ficou curioso para saber por qual motivo a empresa buscou contratar uma pessoa exclusivamente para fazer essa busca de dinheiro permanente durante diversas semanas, durante diversos meses?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Imagino – agora é uma opinião minha – que, quando você vai utilizar o serviço de carro-forte, irá despertar uma atenção maior para o que está ocorrendo dentro do seu escritório, dentro de sua empresa. Acredito que estavam querendo discrição, algo nesse sentido.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor pensava que o dinheiro era para quê?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não imagino, porque a empresa é grande.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nunca lhe pediram, em confiança pelo trabalho, pela confiança que o senhor tinha para ir buscar dinheiro no banco e trazê-lo até a empresa... A empresa, talvez, algumas vezes precisasse levar o seu dinheiro para outro lugar. Esse tipo de trabalho nunca lhe pediram?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Nunca me propuseram esse tipo de trabalho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Vou ler um trecho, Sr. David, de uma matéria que foi publicada na imprensa, no jornal **Valor Econômico**. A matéria diz o seguinte: “A assessoria de imprensa da agência de publicidade (referindo-se a SMP&B) informou que nem Cristiano Paz nem nenhum outro profissional ligado à agência conhece o policial civil (referindo-se ao senhor), que jamais prestou serviços para a empresa. Segundo a assessoria, a informação que a agência tinha sobre Rodrigues era a de que ele tinha ligações com o Governador do Estado, Aécio Neves”.

O que o senhor me diz com relação a esses dois trechos que acabei de ler?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com relação à negativa de me conhecer, volto a dizer que acredito ser uma estratégia de defesa. Com relação a essa ligação, não sei com que ângulo que eles estão olhando essa ligação. Sou um funcionário do Estado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – É evidente. Essa ligação é institucional. Imagino que não é a isso que a matéria se refere. Creio que é de alguma ligação especial.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – É lógico que eles procuram deturpar. Realmente, sou um funcionário do Estado. Outro tipo de relação não tenho. Não tenho e nem conheço. Nunca foi a nenhum evento em que estivesse presente o Governador.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. David, todas as vezes em que o senhor retirou dinheiro, o senhor assinava algo na retirada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já assinei o xerox da minha identidade. Quando eu me apresentava...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Cada vez em que retirava, o senhor assinava? A cada retirada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Acredito que possa ter acontecido o seguinte – e já é uma conclusão minha. Fui à primeira vez no banco. Foi tirada uma xerox da minha identidade. Estou falando isso, Excelência, porque, amanhã ou depois, poderá surgir um papel com xerox da minha identidade, com duas ou três assinaturas, que eu fui ao banco 10 horas da manhã, que eu fui no banco 1 hora da tarde, que eu fui no banco às 4 horas da tarde e peguei “x” valores. E, a cada vez, eu posso ter....

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas o senhor lembra de alguma vez que lhe entregaram dinheiro sem assinar nada? Que o senhor chegou lá, pegou o envelope e foi embora, sem assinar nenhum tipo de comprovante? Lembra de alguma vez que retirou sem assinar nada?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, estou respondendo uma sindicância na Corregedoria de Polícia. Nessa sindicância, foram ouvidos vários funcionários do Banco Rural, inclusive tesoureiros, gerente etc. E me recorde de um trecho de um depoimento de um dos funcionários em que ele diz o seguinte: que alguns saques, algumas operações, eram feitas entre a diretoria financeira, entre a SMP&B e a agência do banco. E que descia para ele uma ordem de entrega de valores. E ele, por precaução, uma vez que a operação estava selada, fechada, toda certinha, certo – e, aí, eu não sei como é que é o mecanismo, mas está na declaração dele, ele pode ser ouvido, futuramente –, ele, por cautela, quando da minha identificação, falando que eu era o David e que eu fui lá buscar aquele valor, ele pedia a minha identificação para confirmar e, por cautela, ele tirava a cópia da minha identidade.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado, Sr. David.

Quero agradecer e concluir, Sr. Presidente, dizendo que um dos nossos desafios, entre tantos que temos, é efetivamente fazer uma investigação já que é evidente que esse documento, a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério ao Ministério Público, passou a ser fundamental, devendo ser investigado quanto a sua veracidade, a fim de saber para onde foram os recursos. Porque é óbvio que esta CPMI já sabe que a credibilidade do Sr. Marcos Valério não é razoável para que se tome uma relação feita por ele como sendo um documento verdadeiro. Pode ser verdade; pode ser mentira! E nós, certamente orientados pelo nosso Relator, vamos dar os passos para descobrir para onde foram esses 4,9 milhões que foram sacados pelo Sr. David Rodrigues Alves, que está aqui conosco hoje testemunhando a esta CPMI, e evidentemente verificar se eles foram realmente entregues, como diz o Sr. Marcos Valério, para a Sr^a Zilmar, que será ouvida na próxima semana, provavelmente.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. David, eu ouvi com atenção o seu depoimento, inclusive as suas credenciais enquanto servidor público, da área de segurança pública, pai de família, e toda a sua declaração no sentido de que realizou apenas um trabalho legítimo de transporte de valores, até como profissional da área de segurança. Isso tudo me parece absolutamente normal e absolutamente verídico, algo no qual a gente possa acreditar, diferentemente de muito o que se disse aqui até agora.

Agora, há uma coisa que está me intrigando nessa história, que está me deixando muito curioso, nessa história: o senhor foi indicado pelo Sr. Bicalho e pelo Sr. Cristiano Paz, não é isso? Correto. Não é isso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor trabalhou para o Sr. Cristiano Paz. O senhor retirava os valores das agências do Banco Rural e entregava esses valores ao Sr. Cristiano ou à Sr^a Simone, ou à Sr^a Geisa, conforme o senhor aqui declarou, sem saber a destinação desses recursos. O senhor não era obrigado a saber a destinação de nada. Até aí tudo bem.

De repente, o senhor se vê anunciado publicamente como envolvido num grande escândalo de lavagem de dinheiro, em que o senhor é responsável por R\$4,9 milhões. A meu ver, qual seria a reação normal que o senhor deveria ter? A primeira coisa que o senhor deveria ter feito, ou deve ter feito – e é essa a razão da minha pergunta e minha dúvida –, é ter procurado o

Sr. Cristiano, dizendo: “Sr. Cristiano, o que está acontecendo? Eu estou ficando sozinho!”. Porque o senhor sabe que o senhor, como funcionário público, agora acusado de ter transportado valores não contabilizados para lavagem de dinheiro, poderá sofrer sanções na sua carreira profissional do Estado. A sua imagem pública diante da sua família está... O senhor não cobrou do Sr. Cristiano essa situação? Essa é a pergunta que lhe faço. O senhor não procurou o Sr. Cristiano?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não procurou? Mas o senhor não acha que é a primeira pessoa que a ser procurada nessa história seria o Sr. Cristiano para passar tudo a limpo, até para que se diga qual é a responsabilidade dele? E ainda por cima o Sr. Cristiano diz que não lhe conhece. O senhor está em uma fria. O Sr. Cristiano lhe botou numa fria, e o senhor não procura o Sr. Cristiano? E, com a maior tranquilidade, o senhor acha que está tudo normal, que está tudo indo tudo bem. Eu estou assim, meio perplexo. Eu não estou entendendo essa sua... Todo o resto, como lhe disse, eu entendi, eu acho que tem muita veracidade. Mas esse aspecto me parece que não tem nada a ver com o homem de bem que o senhor diz ser, que ingenuamente e inadvertidamente transportou valores não declarados, valores que não estão dentro das normas legais do País.

Eu gostaria de saber por que o senhor não procurou o Sr. Cristiano, a D. Simone. Como é que o senhor aceita passivamente que a Sr^a Simone venha aqui e diga: Olha, eu não conheço, nunca vi esse sujeito na minha vida, e o Sr. Cristiano também.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu tinha trabalhado durante o dia. Por volta das 18:30 ou 19:00h, fui embora para a minha residência, onde cheguei por volta das 21:00h. Recebi uma ligação do Sr. Corregedor-Geral, o Sr. Nelson Garófalo, que me disse: Olha, David, estamos precisando da sua apresentação agora na Corregedoria de polícia. Surgiu um problema e surgiu o seu nome envolvido em uma apresentação. E nós queremos a sua apresentação aqui e agora, e eu gostaria de saber onde você está porque eu vou mandar buscá-lo.

Eu disse: Olha Excelência, olha Doutor, eu não me recordo de estar envolvido em nada. Estou muito tranquilo com relação a isso e eu vou me apresentar aí em dentro de vinte minutos.

Saí de casa novamente, avisei que estava indo para a Corregedoria de Polícia. Lá na Corregedoria de Polícia, assim que cheguei, já comecei a ser ouvido com relação... Eu não tive nem tempo de respirar. E fiquei lá até de madrugada. No outro dia, fiquei sendo ouvido

até de madrugada. Era para eu me apresentar no dia por volta das 8:30h da manhã e retornei lá às 8.30h.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu li o seu depoimento. Até aí está tudo bem.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – E preocupado, é lógico, porque até então, assustei com valores, assustei com tudo. Aquele turbilhão realmente me deixou descontrolado. E eu sempre querendo procurar uma oportunidade para sair correndo atrás de alguém. Se me jogaram, vão ter que lançar uma corda, uma bóia para me tirar, pelo menos, me auxiliar. Não tive a oportunidade durante o dia, porque eu tive que permanecer lá, todo mundo me cobrando, já fugindo da imprensa, que queria saber onde é que eu coloquei o dinheiro, já foram na minha casa, perturbaram a minha família e tal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É isso, Sr. Davi.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – E, na parte da tarde do outro dia, eu estava na Corregedoria quando chegaram dois promotores e já me voltaram para ser ouvido e já me apertaram, apertaram, apertaram...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu entendo perfeitamente o seu aperto. Agora eu imagino a sua pressão.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tão logo houve a segunda oitiva pelos Promotores, eu já fui procurado pelo Sindicato da Polícia, pelo Presidente do Sindicato, e já tive a solidariedade de todos os meus chefes e tal. E a partir daí, eu já fiquei até mais tranquilo, porque eu já estava sendo assessorado pelo advogado Dr. Ricardo, que se faz presente. Já expus a ele a situação, já expus a minha participação, entendeu? O próprio Presidente do Sindicato, durante o período em que trabalhou na Polícia, também desenvolveu essa atividade, certo? E eu fiquei bem tranquilo.

A partir daí eu pude verificar que, mesmo que eu tentasse encontrar alguém, o Cristiano... Apesar que eu percebo....

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor não foi uma vez sequer à SMP&B, subiu lá no andar para falar com a Sr^a Simone, com a Sr^a Geisa ou com o próprio Sr. Cristiano para passar a limpo essa história? Para falar: “Afinal de contas, vocês me usaram para lavar dinheiro”? Nem isso? O senhor não foi cobrar deles isso? O senhor não foi cobrar do Sr. Bicalho: “O senhor me indicou para um sujeito que, no popular, me colocou numa roubada, numa fria”? Não seria essa a reação normal de qualquer pessoa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, acredito que sim, porém, é o seguinte, depois que eu vi...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu acho admirável que o senhor se refira a essas pessoas com a

maior tranquilidade, a maior complacência: “Não, isso é normal. Coitado do Sr. Cristiano, ele não.... Eu trabalhei para ele, ele não reconhece que eu trabalhei, mas acho que isso é normal”. O senhor acha isso normal? Que ele o envolva numa situação como essa, que ele prejudique a sua vida, a sua carreira, o seu futuro e o senhor tenha sequer tentado procurá-lo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O senhor pode verificar, Excelência, que eu estou, desde esse momento, à disposição da Corregedoria e eu cumpro lá uma jornada diária de “chá de banco”, como ontem eu fiquei aqui, das 10h da manhã até às 19h sem poder sair da sala que eu estava, até mesmo...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Agora me diga uma coisa: e a Corregedoria? Por que a Corregedoria não procurou o Sr. Cristiano Paz para saber da veracidade do seu depoimento?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O senhor Cristiano está sendo ouvido hoje na Corregedoria de Polícia, segundo informações que tenho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Apenas agora, depois de tanto tempo? Olha, essa história de fato não está...

Sinceramente eu não entendo...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Na sindicância, estão ouvindo todo mundo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu respeito sua opinião, respeito sua reação, quero dizer, sinceramente, não quero fazer nenhum prejulgamento do senhor, mas confesso, com toda sinceridade, que acho muito estranha a reação de V. S^a face a isso. O senhor apresentou credenciais aqui de um profissional brilhante, com bons antecedentes e tudo e, de repente, chega uma pessoa que, de maneira dura, macula...

O Cristiano não o procurou? Nem a Geisa? Não mandaram nem um emissário lhe procurar? O senhor não acha estranhíssimo que o senhor tenha prestado tantos serviços, durante tanto tempo, para essas pessoas?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Realmente é estranho, mas eles estão numa situação desconfortável, me deixaram numa situação desconfortável, estou mal com a minha família, estou mal profissionalmente, estou mal com os meus vizinhos, com os meus amigos, mas pensei em procurar o Sr. Aroldo.

No dia, eu estava até lá na Corregedoria, conversando com o Inspetor-Geral, e falei: “Olha, vou procurar o camarada que me pôs essa fita. Vou procurar o cidadão”. Ele falou: “Eu estou aqui até com uma ordem de serviço para localizá-lo. O senhor sabe onde ele mora?” Eu falei: “Olha, eu sei que ele mora na rua do ouro, o número eu não sei, mas é fácil de nós localizarmos” e tal.

No mesmo dia saiu uma matéria nos jornais dizendo que a Polícia Federal estava atrás do Aroldo, não sei o quê.... Eu não tive como localizar o senhor Aroldo. Sei que o pessoal da Corregedoria teve êxito em localizá-lo, não me falaram como, eu dei o endereço da casa dele e dei o endereço de onde ele tinha uma fábrica de bolsas, que depois eu fiquei sabendo que nem era lá mais, certo? E ele já foi ouvido em depoimento na Corregedoria.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em resumo, o senhor não pretende procurar o Sr. Cristiano, não pretende procurar a Sr^a Simone Vasconcelos, que, segundo o seu depoimento, mentiu aqui de maneira ostensiva diante do senhor, jogando o problema para o senhor? O senhor não pretende procurar essas pessoas, assim como o senhor também não pretende recorrer à Corregedoria, no sentido de que haja uma acareação entre o senhor e o Sr. Cristiano Paz?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu tenho certeza que justiça será feita, que esta Casa, ou a Casa Corregedora da Polícia Civil vai agendar uma acareação, certo? Eu tenho certeza que isso vai acontecer, como também tenho certeza de que se fará justiça nisso tudo, que realmente eu fui usado. Hoje eu reconheço isso. Em 2003, eu não acreditava que ia acontecer esse turbilhão todo.

Realmente, nem os senhores, que muitos, à época, também eram Parlamentares, não tinham conhecimento do que estava acontecendo. Eu também não tinha, tomei conhecimento agora. E acredito na Justiça, acredito no trabalho dos senhores, acredito no trabalho da Corregedoria, e a verdade vai surgir e vai ser esclarecida, com certeza.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, eu ouvi duas críticas, de ontem para hoje, que me remontam, Sr. Presidente, a um livro que não tem sido reeditado, mas que, a meu juízo, ajudaria muito a interpretarmos o que está acontecendo aqui, se fosse reeditado ou por aquelas pessoas que tiveram a ocasião de lê-lo. Refiro-me a um livro do saudoso Darcy Ribeiro: **Aos Trancos e Barrancos – Como o Brasil deu no que deu**. Ele faz um panorama da História do Brasil, mostrando como o Brasil era – e infelizmente continua sendo ainda – um país muito cindido, um país dividido em dois: um Brasil real, do povo que vive, uma grande maioria, abaixo da linha de pobreza, outra em torno da linha de pobreza, com muita dificuldade

e sofrendo todas as conseqüências do nosso desenvolvimento desigual; e um Brasil institucional, formal, elegante e, às vezes, muito arrogante.

E ouvi aqui duas críticas que são exemplares dessa cisão do nosso País, do Brasil real, do Brasil da maioria do povo brasileiro, que labuta, que sofre, que pena, e de um Brasil de elite, institucional, em que – estamos vendo aqui, estamos investigando milhões de reais – parece que o único valor na vida é o dinheiro, é o recurso, e parece que é por causa do dinheiro todas as opções, inclusive de escolhas profissionais.

É a primeira crítica que quero rebater aqui, fazendo justiça a milhares de advogadas e advogados que, neste País, não só hoje, mas em tempos até mais duros, de ditadura ou de mais preconceito ainda, optaram por seguir a carreira da advocacia sindical porque não estavam pensando, com a sua advocacia, apenas em amealhar recursos financeiros, ainda que isso seja importante para a sobrevivência das nossas famílias. Mas advogados sindicais... E eu tenho esse orgulho, Sr. Presidente, de ser um deles. Sou um advogado sindical porque quando saí da faculdade de Direito, em plena ditadura militar, ninguém queria ser advogado dos trabalhadores, e eu tenho esse orgulho, Sr. Presidente, como eu acredito que os meus colegas que estão aqui fazendo a defesa do Sr. David Rodrigues Alves hoje têm de ser advogados dos trabalhadores e não necessariamente advogados das elites endinheiradas. Isso não quer dizer que se possa fazer qualquer juízo de qualidade do trabalho profissional de um advogado que optou por servir aos trabalhadores, aos sindicatos porque existem outras coisas nessa sociedade, na vida, que não são apenas os valores financeiros, que são outras gratificações.

E aí eu quero dizer: talvez a maior gratificação que eu tenha tido na vida, Sr. Presidente, tenha sido poder sair da Faculdade de Direito do Recife e, em plena ditadura militar, ter-me tornado advogado dos trabalhadores, enfrentado ameaça de usineiro, espingarda doze e todos aqueles que não queriam que os trabalhadores tivessem vez e voz neste País, constituíssem sindicato. E já naquele tempo nós sonhávamos que um dia um trabalhador pudesse governar este País.

Esta é a segunda crítica que eu quero responder hoje, Sr. Presidente: vi muitas análises ao Presidente Lula, em um momento de crise do País, por estar conversando com os trabalhadores, com os sem-terra, com os taxistas, com as costureiras, críticas que não escondem o preconceito porque o Presidente Lula é a expressão desse nosso sonho, dessa nossa causa, de que os trabalhadores possam ter vez e voz nos destinos deste País. E nada mais natural, pelo menos na minha ótica, que, em um momento de crise do País,

um momento de crise, sim, do Partido do Presidente, do meu Partido, do nosso Partido dos Trabalhadores, o Presidente fortifique os seus laços com os que vêm de baixo, com os trabalhadores, com os setores que precisam se organizar nesta sociedade.

Então, vejo uma carga, Sr. Presidente, muito grande de preconceito nessa crítica aos advogados sindicais e ao Presidente Lula. Nada mais natural. Queriam alguns setores que, nessa crise, o Presidente ficasse isolado, trancado no seu gabinete. Por que estão tão incomodados com o fato do Presidente Lula estar dialogando com a sociedade e estar dizendo aos seus ministros e auxiliares que continuem tocando as suas tarefas administrativas, porque o povo brasileiro precisa das ações do Governo para melhorar suas condições de vida. Está aí, Sr. Presidente, um exemplo de muito preconceito. É evidente que o Presidente Lula dialoga também com todos nós da instituição parlamentar, da instituição judiciária, do setor econômico da sociedade e do setor financeiro. Claro! Mas o preconceito é porque a crítica só se dá quando o Presidente vai as suas raízes populares, vai fortificar os seus laços com o povo sofrido desse País, porque o Presidente sabe, como nós sabemos, que quem mais precisa que este Governo continue com as grandes realizações que ele já fez em dois anos e meio é justamente o povo mais sofrido, mais pobre do nosso País. Quero, portanto, mostrar que devemos levar a sério a crise por que passamos para passar a limpo as nossas instituições, para punir todos que tenham cometido irregularidades, todos que, depois de ouvidos, tenham, comprovadamente, responsabilidade pelas irregularidades que estamos apurando.

Temos também que rever os nossos costumes políticos, a nossa cultura política, porque nesse momento é que o preconceito entra pela janela. Todos falam de republicanismo, todos falam de democracia, mas nessas duas críticas está aí o preconceito escancarado entrando nessas falas, nessas análises.

Vimos aqui que o senhor é um homem simples, veio aqui e disse a verdade, o senhor talvez não tenha tanta consciência, ou deveria ter, na minha opinião, de irregularidades que cometeu, porque a tarefa do senhor Davi não é só a tarefa de entregar alguns recursos, como se tivesse entregado alguns copos, algumas mercadorias comuns.

A minha pergunta é se o senhor – como policial, conhecedor, portanto, da lei, porque o senhor é um servidor público encarregado de zelar pela aplicação da lei – não teve mais curiosidade do que está dizendo aqui sobre a destinação desses recursos. O senhor não teve curiosidade, por exemplo, quando entrou em contato com os doleiros, com o senhor Haroldo Bicalho,

que foi quem lhe apresentou ao senhor Paulo que, por sua vez, foi quem lhe apresentou ao seu Christiano? O senhor, como um policial que, naturalmente, tem uma curiosidade que é ínsita a sua profissão, o senhor não procurou saber da ilegalidade dessa atividade, dessas relações que o senhor tinha com o doleiro lá da **Factory**? O senhor não procurou saber a destinação desses recursos? O senhor já disse que achava estranho, mas os homens lá eram muito fortes, muito poderosos e não lhe davam informações. É preciso também que o senhor faça essa auto-análise. Gostaria de ouvir a sua opinião, porque o senhor incorreu em práticas que, pelo menos ao meu juízo, sabia que eram ilegais e, sobretudo, como disse o Deputado Jorge Bitar, depois que a sua atuação tornou-se uma peça de um esquema de ilegalidades, de irregularidades muito maiores, o senhor simplesmente se conformou, porque a senhora Simone disse que não conhecia, porque o senhor Christiano Paz disse que não conhecia. Como é que o senhor analisa esse seu dever de conhecer a legalidade pelo seu ofício e a sua conduta.

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Ex^a, gostaria de esclarecer que, até então, eu não via uma irregularidade em um cidadão adentrar uma agência bancária, pegar um valor que estava destinado a uma outra empresa, uma agência de publicidade, e fazer esse transporte.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já fez esse transporte antes de 2003?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca fez? Para outra pessoa que não o senhor Christiano Paz.

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Não, Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já viajou ou com o senhor Christiano Paz ou com o senhor Marcos Valério, por exemplo, aqui para Brasília, para fazer esse serviço ao longo de 2003, que foi quando o senhor disse que fez essas operações?

O SR. DAVID RODRIGUES SOARES – Eu nunca vim a Brasília. É a primeira vez que estou tendo a oportunidade de chegar, aliás, numa situação bem constrangedora. A primeira vez que venho aqui. Cheguei aqui ontem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estimo momentos menos tensos. Indago do senhor... Na minha terra, o povo diz: o povo aumenta, mas não inventa. Temos visto de várias fontes a interpretação, a narração de que a Sr^a Zilmar Fernandes é que seria destinatária dos 5,5 milhões sacados pelo senhor. O senhor teria alguma explicação por que esta versão ou esta informação é tão recorrente no noticiário recente? O senhor não vê nenhuma fumaça, nada que

tenha permitido que esses boatos tenham pelo menos aumentado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, vou emitir uma opinião. Olha vou emitir uma opinião particular, Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E qual a sua opinião?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A minha opinião é a seguinte: acredito que muitas estratégias montadas, nesses muitos disse-me-disse que a gente tem acompanhado pela mídia, acredito que, de alguma forma, estão tentando agregar outras pessoas para que o trabalho desta Comissão vá...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas aí eles não estão agregando outras pessoas; eles estão tirando a relação que, algumas versões dizem, têm com o senhor.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Tudo bem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Respondendo, por exemplo, o seu Cristiano Paes, o senhor disse aqui com todas as letras, acredito no que o senhor está dizendo, ele está escondendo a relação que teve com o senhor.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Pois é. Agora é o seguinte...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor permaneceu inerte, não fez nada.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Concluindo, por que não? Por que não eles assumirem, né, que esse valor foi levado por mim até lá e de lá tomou outros destinos que eu não tenho como informar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Concluindo, Sr. Presidente, pergunto por que o senhor no depoimento na Corregedoria da Polícia o senhor omitiu que trabalhou para o Sr. Paulo Roberto Grapiúna, que foi por meio do qual conheceu o Sr. Aroldo Bicalho? Por que o senhor omitiu que trabalhou para o Sr. Paulo Roberto Trapiuna?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu não menti, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não mencionou. O senhor tinha conhecimento que o Sr. Aroldo Bicalho era doleiro?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, não tinha. Não tinha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E tem hoje?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Hoje tenho porque tomei conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas pelo noticiário?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – No ano passado, tomei conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor achava que a atuação dele era apenas a da Factory?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, ele não tinha nada a ver com a Factory.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, é o Paulo que tem a Factory.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – É a Factory. Ele tinha um escritório de engenharia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há quanto tempo o senhor o conhece?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, eu trabalhei na Factory no ano de 1997 a 2002. Acredito que nesse período ele foi lá...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor o conhece desde de 1997 e nunca desconfiou que ele também atuava, se é que é verdade essa versão, como doleiro, que é uma atividade ilícita em nosso País. O senhor nunca teve esse conhecimento?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não tive conhecimento. Tomei conhecimento ano passado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ex^a, agradecendo o tempo, agradecendo o depoimento de V. S^a., dou por encerrado, apesar de ter outras perguntas, não tenho mais tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Rands.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardoso, por dez minutos. Depois, na reinscrição, a Senadora Heloísa Helena, por três minutos. E encerraremos a reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. David, primeiramente os meus cumprimentos a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A não ser que existam outros inscritos, até porque a nossa disposição é grande para continuar noite adentro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou procurar outras perguntas, inclusive, para poder atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. David, minha saudação a V. S^a. Quero dizer de início que, ao contrário de outros colegas meus, não estou satisfeito com o depoimento de V. S^a. Quero primeiro dizer por que e depois adentrar em outras perguntas. É colidente o depoimento de V. S^a. e o da D. Simone. V. S^a. tentando justificar o porquê que D. Simone teria dito que não o conhece, disse: “Ah, ela estava bem

orientada por advogados, bons advogados”. Só que não há nenhuma razão jurídica para a D. Simone, que já foi detectada pegando saques, dizer que não o conhece. Não há nenhum agravamento de pena eventual para ela dizer que o senhor levava dinheiro para ela, ou seja, não vislumbro nenhuma razão para que ela estivesse mentindo. No entanto, não posso prejudicá-lo e nem quero, mas, em tese, há uma razão para V. S^a mentir hoje: encobrir a verdadeira pessoa para quem o senhor entregava o dinheiro. E nessa perspectiva, quero refazer algumas perguntas que já respondeu e pedir que me esclareça algumas contradições. O senhor era contactado – disse na Polícia – por Cristiano e por funcionários da empresa SMP&B para que pudesse fazer os saques. O senhor confirma isso?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Confirmo, Excelência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem eram os funcionários que, além do Sr. Cristiano, contactavam o senhor?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A Dona Geisa e a Dona Simone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como eram feitos os contatos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Algumas vezes, por telefone; outras vezes, no caso de eu ir lá num determinado horário, num determinado dia... Por exemplo, chegava lá numa terça-feira, três horas da tarde. Olha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor ia passear lá?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, eu trouxe esse valor. Eu já sabia. Eu estou lá. Já fui contactado. Estou lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Alguém sempre contactava o senhor antes por telefone?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Isso. Aí entregava o valor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Para qual telefone ligavam? Qual é o número do telefone que ligavam para o senhor para contactá-lo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Agora, realmente, eu não tenho condição de saber.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ligavam para o seu celular ou para a sua casa? Para onde ligavam?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ligavam para o meu celular.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor pode deixar o número posteriormente? Vou requerer a quebra do seu sigilo telefônico.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já está disponibilizado desde a minha oitiva na Delegacia de Polícia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. Então, era sempre no seu celular?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Meu celular.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O telefone que ligavam para o seu celular era o telefone da SMP&B?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. Então, o senhor ia e fazia o saque. Aí o senhor voltava e entregava na SMP&B...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Na SMP&B.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou para Cristiano, ou para a Simone, ou para a Geisa. O senhor voltou tantas vezes que o senhor deve ter ficado amigo da Simone e da Geisa? Ou não?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Amigo, não. Era uma relação de... Essa relação comercial...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor as conhece bem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Se eu vir, eu conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim. Além de vê-las, conhecê-las, o senhor as conhece bem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu não sei como é esse conhecer bem do senhor. Se a vir, eu conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conhece.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já entreguei para ela o valor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor, então, sempre que perguntado, dirá: “Entreguei o dinheiro para a Geisa, para a Simone...”

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Entreguei. Certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No entanto, curiosamente, na Corregedoria da Polícia, quando o senhor foi depor a primeira vez, o senhor não sabia para quem o senhor entregava o dinheiro.

No dia em que surgiu a notícia, no dia 17, em que o senhor depôs na Corregedoria da Polícia; não, 19...

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – 19.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ouça o que o senhor disse: “Os valores eram entregues no setor financeiro, não sabendo precisar as

pessoas que recebiam tais importâncias”. No dia 19, o senhor não sabia que o senhor entregava o dinheiro para Cristiano, não sabia que entregava para Simone, não sabia que entregava para Geisa. Curiosamente, um dia depois, no dia 20, o senhor lembra, lembra nome e sobrenome. Parece-me estranho uma pessoa que só entregava dinheiro saber sobrenome.

Ouçã o que o senhor disse no dia 20 na Polícia Federal. O senhor disse que entregava o dinheiro para Dona Simone Vasconcelos e Dona Geisa Dias. Ou seja, lembra-se não só do nome, mas do sobrenome. Mas omite Cristiano. Ou seja, o senhor, na Polícia, não diz que entregava para Cristiano, com um dia de diferença. No dia 19, o senhor não sabia para quem entregava. No dia 20, lembra nome e sobrenome e esquece Cristiano, que hoje está depondo na Corregedoria, segundo V. S^a disse.

Ora, será que V. S^a não montou um álibi nesse período? Será que V. S^a disse que entregava na SMP&B, mas não sabia para quem entregava? Será que, no dia 20, mencionou duas funcionárias e, nesse período, montou um álibi com o Sr. Cristiano para dizer que era entregue para ele, para esconder aquele que recebia o dinheiro? Como é que o senhor me responde a essa pergunta que lhe faço?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu quero esclarecer que eu fui ouvido na Corregedoria, tá? A data da minha declaração está aí: dia 19, mas eu permaneci lá até o dia 20. Eu saí de lá de madrugada. Portanto, fui novamente ouvido na Corregedoria – eu posso dizer no mesmo dia, que o senhor está fazendo um espaço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É verdade.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Foi no mesmo dia. Não foi no dia 19. Foi no dia 20. Novamente, numa segunda oitiva... Essa segunda oitiva foi acompanhada por dois Promotores; quando eu falei que eu entregava no setor financeiro, que era para a Dona Simone e para a Dona Geisa ou Geísa, que até hoje eu não sei o nome dela. Todo o mundo fala Geisa ou Geísa e tal. Que eu entreguei para elas no setor financeiro e que algumas vezes eu cheguei até a entregar também para o Sr. Cristiano. O próprio Promotor que estava acompanhando me falou: “Simone Vasconcelos”? “É esse”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah, foi o Promotor que lembrou o nome?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O Promotor tinha a relação de saques emitidos e falou: “É Simone”? Eu falei: “É isso aí, é Simone”. Eu peguei uma carona.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Olha, eu conheço bem o Ministério Público, até porque sou casado com uma Promotora. Eu nunca vi Promotor lembrar nome de pessoa para depoente. Foi a primeira vez.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ele estava com uma relação. Inclusive...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aliás, eu dou aula em Escola do Ministério Público e não está nos manuais essa técnica de arguição de perguntar nome e sobrenome para alguém. É a primeira vez que vejo isso na vida. Mas a CPMI tem me ensinado muito.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ele estava inclusive com a relação de dias, de saques, valores e tal. Eu até nem tive a curiosidade de ficar olhando, porque eu sabia que realmente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, quem praticamente fez o depoimento foi o promotor. O senhor só falava que “sim”.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Ele falou o sobrenome da...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por que o senhor esqueceu o Sr. Cristiano?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, uma coisa interessante. Eu percebo que, no decorrer desse turbilhão que está acontecendo, eu noto de todas as partes, de todas as pessoas que prestam declaração aqui, na CPMI, ou de outras pessoas que falam a respeito da CPMI uma preocupação muito de... nem falara que o Cristiano... A pessoa que era o meu elo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas quem não falou foi o senhor. O senhor que omitiu o nome do Cristiano na polícia. Por que o senhor omitiu na polícia que o senhor entregava o dinheiro para o Sr. Cristiano e só lembrou o nome e sobrenome de quem no dia anterior o senhor não tinha lembrado?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência, eu fui pego realmente de surpresa com relação ao fato. Então assim...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De surpresa? O senhor tem depoimento no dia anterior o dia inteiro. No dia seguinte, presta o mesmo depoimento?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Não foi o dia inteiro. Eu cheguei lá às 9 horas da noite.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Saiu à noite. Foi prestar depoimento no dia seguinte. No primeiro dia, o senhor não lembrava quem o senhor entregava. No segundo dia, o senhor lembra e esquece a principal figura personagem “Cristiano”.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu nem dormi nesse dia, para o senhor ter idéia. Aliás...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No entanto, lembrou o nome e o sobrenome no dia seguinte.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – O sobrenome não. Lembrei o nome da Dona Simone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O sobrenome foi o promotor. Descreva-me a Dona Geisa. Como ela é fisicamente?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – É uma moça, né?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– De quantos anos, mais ou menos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mulher é

muito difícil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ela tem vinte anos, quarenta anos, sessenta anos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu acredito que ela deva ter uns trinta anos de idade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Morena?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Clara. Agora, a Dona Simone, por exemplo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Cabelo de que cor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A Dona Simone, eu sei que o senhor conhece, até porque nós conhecemos ontem pela televisão.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Ela esteve aqui uma vez.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu quero falar da Dona Geisa. Qual é a estatura dela? Ela é alta ou baixa? É gorda ou magra?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Estatura média. Ela não é alta, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não é alta, não. Nem é baixa?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, é de

estatura média.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ela tem cabelo preto?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – À época, ela tinha cabelo escuro. Não é preto, é cabelo escuro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Cabelo escuro. E por volta de quarenta anos, trinta anos?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, acredito que seja uns trinta anos que ela tenha, mas, de repente, ela que me desculpe, porque é complicado falar que mulher tem “x” anos, mais um ano, menos um ano, estraga bastante, e causa um...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nesse ponto o senhor foi prudente. Eu reconheço.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, é a realidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em que local o senhor encontrou pela primeira vez com o Sr. Cristiano?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu fui lá na SMP&B e conversei com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sozinho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Fui sozinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor foi sozinho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Fui sozinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A pedido de quem?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – A pedido...

A pedido não. O Sr. Aroldo Bicalho me procurou e disse: “Eu estou com um negócio aí e seria bom para você. Vai lá e tal. Vai lá que vai ser bom para você. Procura o Cristiano Paz na SMP&B que ele vai te arrumar um trabalho.” Ele sabia que eu estava...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor veja que engraçado. Sabe o que o senhor disse na Corregedoria? “Que não se recorda, com exatidão, quem o indicou para prestar o serviço de transporte de valores para o Sr. Cristiano Paz.”

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – No primeiro depoimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não se lembrava também. Aí, no dia seguinte, o senhor se lembrou?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Excelência...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor, na madrugada do dia seguinte, teve várias lembranças?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Já começa a recapitular, Excelência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É. O senhor começou a lembrar.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Afinal de

contas, o fato aconteceu em 2003. De 2003, já se passaram dois anos e muitas outras coisas já aconteceram na minha vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, veja como o senhor deve ter na outra vez esquecido. Olhe aqui, na polícia “Perguntado o que foi combinado com o Cristiano Paz, no primeiro contato que tiveram, respondeu “Que o declarante foi levado à presença de Cristiano por Aroldo.” O senhor foi junto com o Aroldo. É o que está dito aqui. No primeiro

encontro. E o senhor acabou de dizer que foi sem o Aroldo.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mas isso é uma coisa tão...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Irrelevante.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não, mas eu posso ter ido lá com o Aroldo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor acabou de dizer que foi sem o Aroldo. Agora, o senhor foi com o Aroldo ou sem o Aroldo? Porque no dia 19 o senhor não lembrava quem tinha indicado. No dia 20, o senhor lembra e diz que foi com o Aroldo até a sede da SMP&B. E o senhor acaba de dizer que foi sozinho.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Mas eu posso ter ido com o Aroldo sim, Excelência. Por que não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o senhor mentiu agora há pouco por quê?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Não é que eu menti. As coisas acontecem assim. A gente... O senhor está fazendo um jogo de palavras. O senhor está até me confundindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não. Jogo de palavras, não. Eu estou fazendo um jogo de fatos. Estou lhe perguntando em cima de fatos. O senhor está tendo várias contradições com coisas que, me desculpe, são elementares. Elementares. O senhor foi com quem? O senhor foi com o Sr. Aroldo? Não. Está aqui! O senhor disse que foi com o Sr. Aroldo! Por que o senhor mentiria?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Realmente, eu não... Isso pra mim, ao meu ver, eu vejo dessa forma. Que eu indo lá com o Aroldo, ou não... Realmente, o Aroldo é conhecido do Sr. Cristiano, e tal, e falou da minha condição para o Sr. Cristiano.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor é amigo do Sr. Aroldo Bicalho?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Conheço o Sr. Aroldo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Trabalhou?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Não. Não trabalhei com o Sr. Aroldo. Eu trabalhei com o Sr. Paulo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, o senhor é conhecido. E vejam outra coisa que eu acho interessante. Olha: o senhor foi desenvolver uma função de altíssima confiança. Eu, se vou pedir pra alguém levar mil reais pra alguém, olha que eu vou ter certeza que eu conheço pessoa juramentada, principalmente quando eu não tenho prova se eu dei.

No entanto, o seu conhecido Bicalho o indica para um conhecido Cristiano que lhe permite transportar R\$5 milhões! Uma pessoa que não conhece. Uma pessoa que se pegasse esse dinheiro e colocasse embora, ninguém... Ele poderia denunciar.

E o senhor, como policial... O senhor é um investigador. O senhor não é um ingênuo. Aliás, por definição, investigador de polícia não pode ser um homem ingênuo. É um homem familiarizado com a vida. O senhor sabe que transporte em dinheiro dessa forma tem algo estranho. E o senhor poderia, se não fosse honesto, embolsar o dinheiro. Ou seja, quem lhe pede pra fazer isso é alguém que lhe conhece muito bem; pessoa que confia no senhor integralmente. E, no entanto, nem o Sr. Aroldo, nem o Sr. Cristiano o conhecem tão bem assim!

O senhor percebe que a história não bate em nada? E por isso eu iniciei meu questionamento dizendo que D^a. Simone não tinha razão para mentir que não o conhece, e a sua história é totalmente, com o perdão da expressão, até agora, desconjugada nos fatos? Como o senhor consegue... Se o senhor não era amigo deles...

Eu vou concluir, agora, Senadora Heloísa.

Especificamente eu lhe pergunto, para poder concluir. A Senadora Heloísa já me cobra e com razão. O senhor sabe por que depositaram tanta confiança no senhor, se o senhor não era conhecido deles?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Olha, o Sr. Aroldo tem motivos pra ser conhecido do Cristiano. Ele sabia da minha condição lá na empresa de *factoring*, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Condição de?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu trabalhei lá numa empresa de *factoring* durante uns...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Fazendo exatamente o quê? O senhor não esclareceu bem até agora.

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Esclareci.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Fazia um pouco de tudo?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Eu fazia de tudo. Um pouco de tudo, entendeu? Levei até carro para abastecer, para trocar pneu. Já levei contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Isso lhe dava a confiança pra transportar R\$5 milhões?

O SR. DAVID RODRIGUES ALVES – Esses R\$5 milhões, Excelência, eu também... Quando eu falo R\$5 milhões, eu encho a minha boca, mas foi no decorrer de um período de vários meses que deu esse montante.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Embora insatisfeito, Sr. Presidente, eu estou satisfeito em face do decurso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT

– MS) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Três minutos. Nem precisa me dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT

– MS) – Três minutos.

Inclusive, eu interrompi V. Ex^a, Deputado Eduardo Cardozo, porque a Senadora Heloísa Helena não queria mais que V. Ex^a falasse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não.

É porque ele falou cinco minutos a mais, e eu só contando ali. Mas como eu estava com minha tolerância boa, não era para cobrar de V. Ex^a, é porque eu queria ver até onde ele falava.

Olhe, Sr. David, o que é que dá se meter com gente rica, poderosa. Sobra pro lado mais fraco, sabe por quê? Porque veja só uma coisa, veja... Eu espero que todas as pessoas pobres... são poucas que acompanham a CPMI porque a maioria é só quem tem TV por assinatura. Veja. Veja as exigências. Veja onde é que o senhor está. Pode sobrar pro senhor, porque o senhor pode ser demitido, pode perder aposentadoria! Pode sobrar muita coisa complicada pro senhor. Por mais que o senhor e todos nós aqui saibamos que o senhor não pegou seis milhões e levou pra não sei onde. Um dia eram cinqüenta mil de manhã, cinqüenta mil de tarde, cinqüenta mil de noite. No outro dia, cem mil. Um esquema sem vergonha de saqueadores dos cofres públicos. Agora, olhe no que o senhor se meteu. Porque as mesmas pessoas que dizem “Mas como o senhor não se lembrava? Como é que o senhor não viu? Mas o senhor não conhecia o Sr. Aroldo?”, veja, são as mesmas pessoas que, quando o Ministro José Dirceu chegar aí e sentar, vão acreditar que o Ministro José Dirceu não sabia quem era Delúbio, não sabia o que ele fazia. O Presidente Lula não sabia nada do que estava sendo feito. Está vendo o que dá gente pobre servir a rico? Por que o Presidente Lula, o homem mais inteligente que já conheci ao longo da minha história de vida, a maior liderança popular da América Latina, montar um esquema de corrupção, repetindo o esquema de corrupção que o Governo Fernando Henrique fazia, mais podre, e ele não sabia, se dá o direito de dizer que não sabia. O Ministro José Dirceu, a maior liderança que o PT já produziu, preparado, disciplinado, conhecedor da máquina partidária, também não sabia de nada. Agora, o senhor tinha que saber. Está vendo o que dá se meter com gente rica? Não pode se meter. Pobre não pode se meter com gente rica. Espero que o senhor tenha aprendido. Quero ver se o senhor,

como policial – vou ficar monitorando sua vida –, para ver se o senhor como policial vai dar chapuletagem em gente pobre quando tiver roubando um pão numa esquina. Não pode fazer isso não. Por que o senhor está aqui quase que apanhando. Olhe só a sua situação para aprender: pobre não pode servir a rico, porque quando chega é jogado na lata do lixo. Rico só quer pobre para usar. O senhor nem sabe o que pode lhe acontecer. O senhor está vendo o que sua família vai pensar? Mas esse homem saiu com 6 milhões e não deu a ninguém da família?! É isso que sua família está pensando. Seis milhões! Porque pensa isto: como é que esse homem estava lá com 6 milhões na mala do carro, no bolso, e não viu, vai dizer que não viu. Está vendo? Para os ricos e poderosos, todo mundo pode esquecer, não viu... Já pensou? O Presidente não sabia que os deputados votavam aqui favoráveis enquanto Marcos Valério estava fazendo a jogatina, ganhando licitação fraudada. E ninguém sabia! Todas as lideranças do PT, do PMDB, do PTB que armaram esquema de corrupção dentro dos Correios – não estou falando de todos os militantes, nem de todos os dirigentes – mas, estava lá e ninguém sabia de nada. Agora, o senhor tem que se lembrar de todos os detalhes. Portanto, espero que o senhor se lembre desta reunião que está aqui passando, para o seu futuro. Por que pode sobrar para o senhor. Não pense que vai ser brincadeira não. Não pense, porque talvez a Corregedoria, o Sindicato, talvez até para dar exemplo, sobre para o senhor. Perder a aposentadoria, fez negócio ilícito, não podia estar trabalhando. Fez, como diziam vários aqui, como muitos policiais fazem, como muitos trabalhadores do setor público fazem, vão para a promiscuidade com o crime organizado, porque precisam sustentar sua família, já que é um salário de fome. Mas, aprenda, já que pode sobrar muito mais para o senhor.

Então, se o senhor, em casa, lembrar de algum detalhe, ou se era para negócio sujo que fazia no Governo Fernando Henrique, ou no Governo de Minas Gerais ou de quem quer que seja, ou agora para o esquema montado e articulado também com o PT. Se o senhor se lembrar, mande por escrito, peça aos advogados, ajude o País, porque, infelizmente, a gente vive num País onde sobra sempre para o mais fraco; para o mais fraco, a exigência é maior; para o mais fraco, não pode ter não-lembrança. Agora, para o rico, pode tudo; o rico pode não lembrar, pode não ter visto, pode ter feito sem ele saber de nada. Então, espero que o senhor e a sua família entendam este momento, porque pode ter coisa muito pior, muito mais difícil para o senhor, muito pior e muito mais difícil para o senhor. E nós estamos aqui para investigar. Por que não se pode

dizer também: não, o cabra recebeu 3 mil, é pouco, o outro recebeu 10 milhões. Sobra mais para quem recebeu 3 mil. Para o grande, roubam e passam por aqui como se fossem pessoas maravilhosas. Passam por aqui no tapete azul do Senado, ninguém sabe se tem Senador que não tenha recebido, porque ninguém sabe até agora. Não coloco minha mão no fogo pelo Senado, já disse, para não virar churrasco. Passam pelos tapetes azuis do Senado, pelos tapetes verdes da Câmara, são recebidos nos salões da *high society*, são recebidos no Palácio do Planalto, nas casas oficiais, todos posando de alto clero, com estatura moral da ralé clero, mas fazem pose. E talvez até impunes.

Vamos trabalhar muito; esta CPMI vai trabalhar muito para não conferir a impunidade, vamos trabalhar muito especialmente para os grandes, para dar exemplo, mas para os pequenos também. Vamos acabar respondendo muito mais.

Portanto, espero que o senhor tenha aprendido com isso. Se lembrar de relação com doleiro não adianta esconder, porque depois aparece. Olhe, não adianta esconder, porque aparece. Se lembrar do Aroldo, se lembrar do Paulo, se lembrar que fez serviço sujo, trocou dinheiro, armou com doleiro, mande dizer depois por escrito, porque acaba sendo descoberto. E aproveite e lembre e diga aos seus filhos também: não se meta com essa gentinha rica, porque usa, joga fora. O senhor, um dia, pode até ir, ninguém sabe para onde... Sabe que o senhor é pobre. Pobre, o destino, quando se mete numa estrutura, mesmo que seja como parte de uma estrutura criminoso, o destino é a cela malcheirosa, o maltrato. O rico, não, vai botar o filho na Suíça. Quando tiver estressado, vai tomar uísque importado lá na pérgola da piscina. O pobre está frito.

Portanto, espero que V. S^a aprenda e lembre, tente lembrar de algum detalhe que seja importante. Não tente proteger a ninguém, porque ninguém está tentando proteger o senhor.

É só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Eu quero agradecer a todos os parlamentares, as parlamentares, a imprensa, mais uma semana de trabalho, agradecer o Sr. David Rodrigues Alves, os seus advogados aqui presentes. E quero desejar uma boa sexta-feira a todos. Semana que vem tem mais.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 06 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 23ª Reunião, realizada em 09/08/2005.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e oito minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Fátima Cleide e Ana Julia Carepa e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Silvio Torres, Carlos Sampaio, Feu Rosa, Luiz Antonio Fleury, Humberto Michiles e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima terceira reunião e informa que esta teria como pauta a apreciação de requerimentos e a oitiva do Senhor Cristiano de Mello Paz. Contudo, tendo em vista que o depoente também foi convocado para prestar esclarecimentos na CPMI da “Compra de Votos”, tal oitiva se fará amanhã, dia dez do corrente, em reunião conjunta na Câmara dos Deputados. Às doze horas e quarenta e quatro minutos a sessão é suspensa e às quinze horas e quarenta minutos, é reiniciada. O Relator Osmar Serraglio submete à discussão e votação os seguintes requerimentos, os quais são aprovados por maioria de votos: **Requerimento nº 36** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requerem a convocação da Sra. KÁTIA RABELLO; **Requerimento nº 136** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos que

solicita a convocação do Sr. Emerson Palmieri; **Requerimento nº 196** de autoria do Senador José Jorge que solicita sejam convocados os Srs. Luis Gushiken, Marcus Vinicius e Expedito Carlos Barsotti; **Requerimento nº 228** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam cópia dos processos de acompanhamento das execuções dos contratos de publicidade de órgãos públicos federais firmados com a SMP&B e DNA; **Requerimento nº 292** de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Almeida Lima, Sérgio Guerra e Leonel Pavan, que solicitam seja determinado à DNA Propaganda o envio de prestação de contas relativa aos contratos com o BB e subsidiárias, descrevendo cada pagamento efetuado e sua aplicação, acompanhado de cópias das notas fiscais dos serviços terceirizados prestados; **Requerimento nº 293** de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Almeida Lima, Sérgio Guerra e Leonel Pavan, que solicitam ao BB e subsidiárias o envio de informações acerca de todos os pagamentos efetuados a DNA Propaganda, especificando, detalhadamente, o contrato que lhes deu origem da justificativa, de cada a data pagamento ou crédito, ordenador da despesa, especificação do documento pagamento ou crédito, e a conta bancária de crédito; **Requerimento nº 301** de autoria do Senador César Borges que solicita a convocação do Sr. Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular do Brasil; **Requerimento nº 307** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação do Sr. Rogério Tolentino; **Requerimento nº 310** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação do Sr. Marcelo Sereno; **Requerimento nº 331** de autoria do Deputado Maurício Rands, que solicita a convocação do Sr. Pimenta da Veiga; **Requerimento nº 336** de autoria do Deputado Maurício Rands, que solicita a convocação do Sr. Egydio Bianchi; **Requerimento nº 356** de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Banco Central auditoria nas agências do Banco Rural de Brasília; **Requerimento nº 370** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam as pesquisas do IBOPE MONITOR referentes ao ano de 2004, que demonstram os investimentos em mídia realizados pelo BB, ECT e Petrobrás; **Requerimento nº 379** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita cópia dos contratos de publicidade firmados com as empresas do Sr. Marcos Valério, DNA e SMP&B, bem como de todos os processos de pagamento das parcelas contratuais já efetuadas, acompanhadas dos comprovantes dos serviços efetivamente prestados; **Requerimento nº 536** de autoria do Senador Sibá Machado, que solicita cópia dos depoimentos

prestados à Polícia Civil de MG e à Polícia Federal, pelo senhor David Rodrigues Alves; **Requerimento nº 566** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam a convocação da Sra. Solange Pereira de Oliveira, funcionária do PT Nacional, e secretária do Sr. Delúbio Soares; **Requerimento nº 568** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam ao Secretário Geral da Presidência o envio de cópias de todos os contratos de publicidade do Governo Federal, nos anos de 2003 a 2005; **Requerimento nº 619** de autoria da Senadora Ideli Salvati, que solicita a convocação do Sr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira; **Requerimento nº 623** de autoria da Senadora Heloísa Helena, que solicita a demonstração dos gastos em publicidade do “Banco Popular” e a demonstração de todas as aplicações financeiras em todas as Instituições de Crédito e todos os balanços semestrais da referida Instituição; **Requerimento nº 628** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a convocação do Sr. Humberto Costa; **Requerimento nº 629** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a convocação da Sra. Marta Suplicy; **Requerimento nº 630** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a convocação do Presidente do Diretório regional do PT no DF; **Requerimento nº 636** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita cópia do depoimento do Sr. Marcelino Pies junto à Polícia Federal; **Requerimento nº 637** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita cópia do depoimento do Sr. Paulo Antônio Passoto junto à Polícia Federal; **Requerimento nº 638** de autoria do Deputado Alberto Fraga, que solicita os documentos apreendidos pela Polícia Federal no escritório de contabilidade Prata, Castro e Associados; **Requerimento nº 677** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer seja oficiado ao Presidente da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul FAURGS, em Gramado e/ou Porto Alegre, para que envie a esta CPMI cópia de toda a documentação interna em seu poder que comprove relação contratual do Banco do Brasil com a Empresa DNA Propaganda; **Requerimento nº 678** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação da Sra. Zilmar Fernandes da Silveira; **Requerimento nº 679** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. Aristides Junqueira; **Requerimento nº 680** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do senhor Duda Mendonça; **Requerimento nº 686** de autoria da Senadora Ideli Salvati e do Deputado Carlos Abicalil, que requer ao Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte que apresente

a esta CPMI, cópia da escritura e dos registros imobiliários, com a respectiva cadeia dominial, do imóvel onde se situa a agência SMP&B; **Requerimento nº 694** de autoria dos Deputados Carlos Abicalil e Jorge Bittar, que requerem seja solicitado ao Governo do Estado de Minas Gerais a relação de todos os pagamentos feitos às empresas SMP&B e DNA, entre 01 de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1998; **Requerimento nº 695** de autoria dos Deputados Carlos Abicalil e Maurício Rands, que requerem ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cópia do Processo Administrativo nº 608336 e o relatório de auditoria a ele anexado, bem como todos os outros procedimentos de auditoria instaurados; **Requerimento nº 696** de autoria do Deputado Arnaldo Farias de Sá, que requer ao Departamento de Aviação Civil – DAC que informe as viagens realizadas à Portugal pelos senhores Delúbio Soares e Rogério Tolentino e suas respectivas datas; **Requerimento nº 699** de autoria dos Deputados José Eduardo Cardozo, Jorge Bittar e Senadora Ideli Salvatti, que requerem seja solicitado à SMPB, o contrato de locação do 7º e 8º andares, ocupados pela referida empresa; **Requerimento nº 702** de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni, que solicitam a convocação do Sr. Aristides Junqueira Alvarenga para prestar depoimento nesta CPMI; **Requerimento nº 706** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que solicita informações ao Banco Merry Lynch sobre a existência de conta em nome do senhor Marcos Valério Fernandes de Sousa; **Requerimento nº 709** de autoria do Deputado Pompeu de Mattos, que requer seja convocado para prestar depoimento a esta Comissão o Sr. José Carlos Batista, proprietário da Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C Ltda; **Requerimento nº 724** de autoria do Senador Maguito Vilela, que solicita que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás envie cópia integral de todos os processos envolvendo as empresas em que Marcos Valério figure como sócio ou representante legal; **Requerimento nº 725** de autoria do Senador Maguito Vilela, que solicita ao Governo do Estado de Goiás que envie cópia integral de todos os processos licitatórios, contratos e documentos de acompanhamento da execução, realizados nos últimos 8 anos, envolvendo as empresas em que Marcos Valério figure como sócio ou representantes; **Requerimento nº 727** de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Maurício Rands e outros, que solicitam ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cópia dos processos 2001.6100031706 e 2002.6100008642, movidos contra Cristiano de Mello Paz. Fizeram uso da palavra os senhores parlamentares: Senador Jefferson Peres, Senador César Borges, Senadora He-

loísa Helena, Deputado Alberto Fraga, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Sílvio Torres, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Eduardo Paes, Deputado Arnaldo Faria de Sá e Deputado Maurício Rands. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 03, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destinava-se a ouvir o senhor Cristiano de Mello Paz, mas o seu advogado encaminhou um ofício a esta CPMI dizendo da impossibilidade de acompanhar o seu cliente e, portanto, pedindo a transferência da oitiva. Como o senhor Cristiano Paz irá prestar depoimento, amanhã, na CPMI do Mensalão, em contato telefônico com o Presidente Amir Lando e, por decisão do Plenário, poderemos fazer, amanhã, a primeira reunião conjunta das duas CPMI's, para ouvir o senhor Cristiano Paz, porque, logicamente, o que ele disser lá, no dia seguinte ou em outra semana, virá aqui dizer a mesma coisa. Portanto, por economia processual e até inaugurando uma prática que penso que pode ser utilizada em outros depoimentos, poderemos, amanhã, nos reunir conjuntamente, intercalando as listas de inscritos. Possivelmente, os Presidentes Amir Lando e Delcídio Amaral poderão também reduzir um pouquinho o tempo, de 15 minutos para dez minutos para cada orador e, amanhã, conjuntamente, as duas Comissões poderão ouvir o senhor Cristiano Paz.

Na quinta-feira, será feita a oitiva da senhora Zilmar e a do senhor Emerson Palmieri seria transferida para a semana que vem. É lógico que essas conversações estão em curso, mas quem decide é a maioria. Nem eu, nem o relator e nem ninguém irá tomar decisões isoladas. Nunca fiz isso e não o farei.

Em primeiro lugar, quero dizer que estou aguardando o documento enviado pelo advogado do senhor Cristiano Paz, para que toda a Comissão tome conhecimento e, naturalmente, possamos tomar essas decisões. Às 15h, teremos a reunião administrativa para cuidarmos da pauta da semana que vem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Jefferson Péres e, posteriormente, ao Senador César Borges e ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, preocupou-me uma notícia publicada hoje no jornal **Folha de S.Paulo** e desejo dirigir-me, em particular, ao relator, Deputado Osmar Serraglio. Uma notícia publicada, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo** deixou-me preocupado. Página 4B/6. A manchete é: **Base aliada ensaia “operação abafa”**.

Sr. Presidente, não sei se a notícia é procedente, mas lerei parte dela: “Líderes da base aliada querem barrar o relatório parcial da CPMI dos Correios, que pretende propor, em dez dias, a cassação de deputados ao Conselho de Ética da Câmara.” Mais embaixo: “O motivo alegado é que a CPMI dos Correios estaria condenando parlamentares em um rito sumário, sem direito de defesa, e ainda estaria invadindo competências da CPMI do Mensalão.” Mais adiante, para concluir: “Os Líderes da base aliada do Senado e da Câmara dos Deputados têm reunião marcada para hoje, para discutir o assunto. Eles querem a presença dos Presidentes e dos relatores das duas CPMI’s.”

Sr. Presidente, não discuto o mérito do relatório parcial do senhor relator, que estaria encaminhando nomes desses parlamentares ao Conselho de Ética da Câmara. Discuto, Sr. Presidente, e me preocupa, o caráter dessa reunião. É para pressionar V. Ex^a, senhor relator. Isto é uma verdadeira coação. A discussão do mérito é feita aqui. Se os Líderes da base governista fazem objeção ao relatório, têm legitimidade para virem aqui e inclusive derrubarem o relatório, isso é legítimo. Mas convocarem o relator e o Presidente para pressioná-los, antes sequer de conhecer o relatório! Senhor relator, espero que a notícia seja improcedente, mas espero também que, se a notícia procede, V. Ex^a, que se tem portado aqui com muita dignidade, repila isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço V. Ex^a. Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não estive aqui no encerramento da semana passada, sexta-feira, porque não tinha nenhuma informação por parte da Mesa Diretora de que haveria uma coletiva à imprensa, onde o Presidente, o relator e os sub-relatores forneceria informações preciosas. Digo preciosas porque creio que os membros desta Comissão não têm conhecimento de muitas delas. Tive oportunidade de assistir a entrevista pela televisão e

muitas das informações foram importantes para mim, portanto, em primeiro lugar, queria consignar esse protesto, pois penso que as atividades desta Comissão e também da Mesa devem ser avisadas com antecedência aos membros da Comissão, para que aqueles que têm interesse possam participar delas. A Mesa deu uma coletiva à imprensa, demorada, com a presença de todos os sub-relatores, e eu eventualmente, assisti, em parte, a entrevista, porque liguei a televisão, naquele momento, na **TV Senado**, senão não teria as informações que considero da maior importância, inclusive sobre o andamento dos trabalhos e sobre a sistematização dos documentos que aqui chegam. Gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, a V. Ex^a, ao Presidente Delcídio Amaral, ao relator e aos sub-relatores, que temos necessidade, diria mais, que temos o direito de sermos informados a respeito do andamento dos trabalhos e que deve haver um diálogo interno com a Comissão. Temos aqui reuniões administrativas visando exatamente isso. Não se pode tratar esses assuntos simplesmente com a imprensa – que merece todas as informações, não tenho a menor dúvida, e inclusive a parabenizo pela iniciativa. O meu protesto é que nós, membros da Comissão, deveríamos ter sido avisados, para que fizéssemos uma discussão antes ou pudéssemos participar dessa coletiva, porque são informações substantivas com relação ao nosso trabalho e que, infelizmente, estão, de certa forma, subtraídas e só iremos tomar conhecimento dessas informações **a posteriori**, pela imprensa ou porque a Comissão ou seus sub-relatores irão nos passar essa informação.

Essa é uma primeira constatação, Sr. Presidente.

A outra diz respeito a escolha dos sub-relatores. Admiro e parabenizo o nobre Deputado relator, Osmar Serraglio, mas tenho que falar sobre isso. Pelo que vi, são dois sub-relatores do PT, dois do PSDB e todos deputados. O Senado não foi ouvido nem cheirado na história. Não estou pleiteando nada para mim, mas penso que temos aqui uma Comissão mista, de Senadores e Deputados, e houve um privilégio, com certeza, na escolha dos deputados e dos partidos: PT e PSDB. Não contemplaram o PFL, o PDT, o P-SOL e o PTB, ninguém foi ouvido para participar dessas sub-relatorias. Assim, Sr. Presidente, ao meu ver, começa a haver uma condução que não é democrática, não é a mais correta. Não podemos aqui eleger alguns para decidir sobre a Comissão, até porque há, hoje, na imprensa, uma suspeição com relação à Comissão, porque houve um grande acordo na questão da aprovação dos fundos de pensão e a idéia era quebrar o sigilo. Não tenho nenhuma participação nisso e não quero aqui compactuar, de jeito nenhum, com qualquer tipo de pizza. Portanto, esses acordos são feitos e vêm aqui

para a Comissão como prato pronto, feito. Depois, a acusação é feita genericamente.

São os pontos que gostaria de colocar para tentar ajudar e para que tenhamos uma condução tranquila desses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a. Temos vários inscritos e, portanto, vamos limitar o tempo em dois minutos apenas para cada um, pois teremos reunião administrativa daqui a pouco. Dois minutos para os que estão inscritos, depois ouço o relator que, naturalmente, irá responder a essas indagações e poderemos encerrar esta reunião. Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu. V. Ex^a tem dois minutos, por gentileza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr.

Presidente, não sei se entendi corretamente, mas estamos nos pronunciando pela ordem e depois teremos uma reunião administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A reunião administrativa será às 15h, por isso, não justifica ficarmos aqui durante tanto tempo discutindo questões que poderão ser discutidas posteriormente. Vou ouvi-lo por dois minutos, bem como os demais, e iremos encerrar esta reunião.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tenho

aqui algumas considerações, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

Estive ausente na semana passada, pois faço parte da CPMI dos Emigrantes e fizemos aquela viagem aos Estados Unidos para trazer 318 irmãos que tentaram entrar clandestinamente naquele país e encontravam-se presos lá. Temos milhares de brasileiros que estão presos nos Estados Unidos, porque a situação do nosso País está muito difícil e, conseqüentemente, cada vez mais brasileiros estão indo para lá.

Na minha saída daqui, notei uma preocupação. Vi, naquele dia, que os documentos do Superior Tribunal de Justiça vieram para a Comissão e, chegando lá na sala, encontrando com o próprio Antonio Carlos Magalhães Neto e outros deputados, observei uma frustração por não haver nada lá. Não existia pólvora, não existia glicerina, mas vimos que existia ali um acordão. Acompanhei por toda a semana, por fora, observando a opinião pública e vendo também a participação aqui dos colegas parlamentares. Vi quando a Deputada Denise Frossard falou sobre a questão da pizza, vi a indignação do nosso Presidente Delcídio e espero que realmente isso não aconteça, pois a opinião pública espera que isso aqui seja uma CPMI que traga resultados.

Sr. Presidente, recebi uma documentação muito importante e vou passar às mãos do nosso relator. Diz respeito à candidatura de um prefeito, do interior de

São Paulo, que recebeu doação do diretório estadual e consta na declaração deste prefeito o recebimento desse dinheiro, desses recursos. Mas, na prestação de contas do partido, do diretório estadual, não consta que foram destinados recursos para a candidatura desse prefeito. Trata-se do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, para uma candidatura à prefeitura de São Carlos, no interior do Estado. Vou passar ao senhor relator para que confira este documento, a fim de saber se é real e para que possa servir de subsídio a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, por dois minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiro, gostaria de compartilhar das preocupações que aqui foram colocadas pelos Senadores Jefferson Péres e César Borges. É natural, em uma casa política, que haja articulações parlamentares, é absolutamente natural que os parlamentares que são da base do Governo possam articular a metodologia, a forma como se relacionam em uma CPI. Entretanto, a observação feita pelo Senador Jefferson Péres, Deputado Osmar, de fato não significa uma desconfiança com relação a V. Ex^a ou aos Senadores Delcídio Amaral e Maguito Vilela, apenas é uma alerta que considero necessário. Lógico que ninguém aqui dirá, pelo contrário, jurarão no milho, no poste ou no santo, dizendo que não será feita nenhuma “operação-abafa”, que será discutida apenas a forma de articular e de superar as vaidades entre as Comissões. Alguns darão as justificativas mais diversas, alguns acreditarão e outros não, portanto, o alerta que foi feito é no sentido de dizer que, se existe uma operação que está sendo feita, saibam que não apenas a imprensa está acompanhando, mas muitos de nós estaremos acompanhando também.

Muitos de nós não nos conhecemos de militâncias anteriores e, até alguns que pensei que conhecia de militâncias anteriores, se disserem alguma coisa, desconfio mais ainda. Imagine muitos de nós que não convivemos, não nos conhecemos! Para que continuemos a ter confiança, é essencial que essa confiança possa ser renovada com os passos que estão sendo dados. Claro que entendemos os muitos momentos em que o relator age com independência diante do depoente, compartilhamos disso, mas é essencial que isso seja dito, alertado, porque, senadores e deputados, a cada dia, começo a ver comprometimento de tanta gente que começo a compartilhar com a interpretação daqueles que pensam que a situação pode acabar em uma “operação-abafa”, porque já está ocorrendo, do Palácio do Planalto à metade do Congresso Nacional. Portanto, é evidente que muitos de nós fiquemos

preocupados, como a sociedade, de uma forma geral. Ninguém irá dizer, jurarão perante o santo, perante a Bíblia ou qualquer outra coisa, dirão que não há nada disso, que se trata apenas de um encontro entre membros de Governo, etc. A realidade concreta dos fatos é que irá dizer se é simplesmente uma suposição de coação ou se são fatos que a realidade, implacável, irá mostrar.

Do mesmo jeito, o Senador César Borges. É evidente que “operações-abafa” podem ser montadas, sem necessariamente haver uma articulação de estruturas partidárias. Podem ser montadas na metodologia, nos requerimentos a serem aprovados, nas forças políticas e nos parlamentares que vão às diligências feitas, no obscuro. Pode ser que não tenha nada de obscuro, pode ser que as sub-relatorias funcionem muito mais para descentralizar o trabalho que para descentralizar vaidades, fatos políticos, documentos e, impedindo mais ainda que tenhamos acesso a esses documentos. Pode ser que não. Pode ser que seja algo importante e que dê agilidade aos trabalhos das Comissões. Portanto, esse tipo de detalhe, nas reuniões administrativas, são essenciais. Creio que, aqui, todo mundo sabe criar fatos políticos. Muita gente condena fatos políticos e os cria também. Apropriam-se das estruturas de uma Comissão e vão dar uma entrevista coletiva ou montam uma diligência para alguém aparecer não sei onde. Tudo isso pode ser feito. Se a intenção de todos nós é garantir um procedimento investigatório com base num rigor ético implacável e na independência técnica necessária, é essencial que tenhamos um procedimento, porque a culpa não é do funcionário, ele não tem nada a ver com isso. Se o parlamentar, deputado ou senador, chega para o funcionário e diz que ele não pode entregar um documento, é evidente que o servidor não irá entregar. E ainda fica desesperado, porque chega outro parlamentar e diz que ele tem que entregar. Não se pode colocar um peso desse tamanho nas costas dos servidores que, de forma tecnicamente responsável e honesta, tentam auxiliar o trabalho. Não se pode delegar ao servidor uma responsabilidade tão grande de administrar vaidades dos parlamentares e, mais grave ainda, administrar o acesso do parlamentar aquilo que tem direito, que é o acesso aos documentos.

Apenas para compartilhar, no sentido de que não geremos mais desconfiança, porque, cada vez que uma matéria é publicada, geramos mais desconfiança entre todos nós. Se é necessário aprofundar as investigações, fazer um procedimento investigatório como manda a lei e como quer e luta a sociedade, de uma forma geral, que possamos administrar esses conflitos, a fim de fazer um bom procedimento investigatório. E

voltarão centenas de vezes, quantas entendamos serem necessárias.

Muito obrigada, Senador Maguito, e desculpe ter me estendido, mas foi no sentido de ajudar, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^ª. Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, como não vou poder estar aqui na reunião administrativa, quero, inicialmente, ler duas frases: “Há uma ineficiência no sistema fiscalizador, em algum momento, um dos filtros não funciona.” Deputado Gustavo Fruet.

A outra frase: “Temos indícios e nomes de empresas por meio das quais acredito que possa ter havido lavagem de dinheiro.” Deputado Osmar Serraglio.

Sr. Presidente, ao ler os jornais, aos finais de semana, percebe-se claramente uma preocupação e comentários com relação a quatro empresas, por exemplo, RS Empreendimentos, Liquid Trading, Garanhuns Empreendimentos e Athenas Trading, e essas empresas remeteram para fora do país milhões de reais. Creio que essa CPMI, embora tenha uma equipe muito boa, não está dando conta do serviço.

Vou apresentar, protocolar um requerimento, inclusive me informei com algumas pessoas muito mais experientes na Comissão, porque acredito ser interessante estar solicitando a esta Comissão que faça a contratação de uma empresa de renome internacional e que, verdadeiramente, venha apurar remessas ilegais. Em meu requerimento, Sr. Presidente, citei a empresa Krol, que é uma empresa conhecida no meio e que todo mundo já faz umas ligações, e coloco, que não há necessidade que seja esta empresa. Citei a Krol ou outra empresa de renome internacional, porque sei que é uma forma inclusive de chamar a atenção aqui, já que a atenção é voltada apenas para alguns fatos. O fato, Sr. Presidente, é que queremos que esta CPMI contrate uma empresa, para que possa rastrear o dinheiro que está indo lá para fora, dinheiro que já foi remetido. Evidentemente que esta CPMI, o relator, com sua sensibilidade, pode muito bem indicar uma empresa. Mas, Sr. Presidente, o que não pode é convivemos com esta coisa e a CPMI, até agora, não ter absolutamente nada do que falar sobre remessa de dinheiro.

Quero também citar, apesar da surpresa, que essa empresa, já que foi citada e houve esse alvoroço, foi utilizada por um Senador atual do PT, na época da CPI do Collor e da CPI dos Anões. É importante que se cite que, ao se chegar a alguma coisa, foi por intermédio dessa empresa. Portanto, Sr. Presidente,

vou protocolar o requerimento e, evidentemente, a CPMI é que tem que deliberar e o nome fica a critério da CPMI, mas o mais importante, o objetivo principal, é que seja uma empresa que rastreie o dinheiro que foi roubado, desviado lá para fora. Já temos indícios mais do que suficientes para solicitar esse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradecemos a V. Ex^a e, naturalmente, o requerimento deverá ser protocolado na reunião administrativa. Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas para deixar registrado, penso que a reunião administrativa de hoje reveste-se de um caráter extremamente importante, porque, além de tratarmos, aprovarmos requerimentos, convocações e requisição de documentos, teremos que avaliar, com muita serenidade, procedimentos, porque há um desconforto, percebemos isso de forma muito clara, com relação a várias situações criadas, como, por exemplo, a que foi levantada pelo Senador César Borges sobre um procedimento ocorrido na sexta-feira, onde a maior parte dos membros da CPMI não foram comunicados, até situações que acontecem da seguinte forma: determinadas pessoas que ocupam certas posições dentro da CPMI dão declarações como se a CPMI já tivesse deliberado. É uma sugestão, uma proposta, mas é veiculada como se deliberada fosse. E cria-se aquele problema interno na hora de tomarmos a deliberação, porque, para refutar ou readequar aquela sugestão dentro de um calendário, fica profundamente constrangedor, porque já pensam que estamos tentando acertar, fazer acordo, etc. Penso ser de fundamental importância que possamos tratar, hoje, a respeito dos procedimentos, de como está estruturada a CPMI, de como está dividido o poder dentro da CPMI e de como é que devemos deliberar e encaminhar as questões do coletivo desta CPMI.

Queria dizer que, com relação a determinadas questões que aconteceram nos últimos dias, sou testemunha do constrangimento criado e do comentário de vários parlamentares. Portanto, penso que seria de bom tom que pudéssemos, hoje, com toda calma – como tem sido conduzido pelo Presidente, pelo relator e pelo nosso vice-presidente – fazer uma boa análise de como está se comportando e se conduzindo os trabalhos da CPMI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Deputado Sílvio Torres, também por dois minutos. Infelizmente, já encerramos as inscrições.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ainda sobre a coletiva de sexta-feira, em pri-

meiro lugar, e sem prejuízo dos comentários feitos pelo Senador e pela Senadora, queria cumprimentar, porque acredito nisso, meu caro relator, que a iniciativa foi positiva. Penso que, pela primeira vez, tivemos uma posição conjunta da CPMI, dando informações à opinião pública. Evidentemente, todos nós gostaríamos de estar sabendo ao mesmo tempo, pelo menos a respeito daquelas informações que foram divulgadas, mas creio que talvez pudéssemos aprimorar essas coletivas e transformá-las numa rotina, o que seria muito interessante.

O que me preocupou um pouco, meu caro relator, foi a informação de que, dentro de quinze dias, talvez estivéssemos no ponto de enviar uma lista de dezoito deputados para a Comissão de Ética, para que possam ser apreciadas as suas situações. A minha dúvida é se já teremos, daqui a quinze dias, condições e segurança para enviar esta lista à Comissão de Ética, porque, no momento em que enviarmos, estaremos praticamente condenando à cassação esses dezoito parlamentares.

Em segundo lugar, senhor relator, a documentação que já chegou a nós, e, além disso, aquela que já foi processada e analisada, nos permite dizer se esses dezoito poderiam realmente ser imputados? O que acontecerá com essa relação depois? Poderemos enviar informações posteriores à Comissão de Ética? Fiquei com essas dúvidas, pois essa é uma questão sobre a qual temos sido abordados de forma recorrente, por pessoas e pela imprensa, e gostaria de ter esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o ilustre Senador Fernando Bezerra, também por dois minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Vou gastar menos de dois, Sr. Presidente. Gostaria apenas de dizer que quero concordar com o Senador César Borges, sem nenhuma desconfiança do que se faça, mas penso que há uma falta de estruturação do desenrolar desse trabalho e está em tempo disso ser feito. Queria trazer, como sugestão, o que vamos fazer depois de termos apurado tudo isso. Penso ser nosso dever apontarmos cassações, culpados, botar gente na cadeia, pois tudo isso a opinião pública espera de nós e esse será um dos papéis desta Comissão, mas não será o principal. O principal é começarmos a ver como evitar, no futuro, a repetição de crises dessa natureza. É preciso que V. Ex^a, juntamente com o Senador Delcídio Amaral e o nobre relator, comece a pensar num pequeno grupo de trabalho ou num coordenador que comece a fazer uma articulação dessas falhas com a legislação atual, além dos remendos que poderíamos fazer nessa legislação para evitarmos que, no futuro,

venhamos a ter de novo crises dessa natureza. Penso que está na hora de pensar sobre o **day after** dessa crise. Não faz sentido apenas botarmos na cadeia aqueles que roubaram ou cassamos deputados e/ou senadores que se envolveram nos ilícitos que aí estão, mas, para isso, é preciso organização e começar a trabalhar agora.

É minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o último orador inscrito, Deputado José Eduardo Cardozo. Desculpe, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto será o último.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, inicialmente gostaria de cumprimentá-lo pela decisão de que possamos fazer uma reunião conjunta com a CPMI do Mensalão, porque, efetivamente, penso que seria um absurdo a duplicidade de atuações e acredito que possa ser esta uma iniciativa que se colocará em outros momentos, havendo uma conjugação de esforços. Porém, creio que, hoje à tarde, teremos uma reunião administrativa pela qual deveríamos zelar para que fosse uma reunião bastante produtiva, o que nem sempre acontece com as nossas reuniões administrativas. Penso que existiriam três pontos que teríamos que focar, obrigatoriamente, nessa reunião.

O primeiro deles é colocado a partir da ponderação feita pelo Senador Jefferson Péres. Hoje, a imprensa noticia essa questão da lista dos dezoito nomes, que existiria reação ao encaminhamento e se mandaríamos a lista para outra CPI ou para a Comissão de Ética. Penso que, na verdade, temos que esclarecer, com bastante cuidado, o campo da nossa atuação na delimitação de atribuições com a outra CPMI, porque, se não fizermos isso, o que vai acabar acontecendo, inexoravelmente, é uma acusação de que ou as duas CPMI's disputam espaço investigativo, ou que uma das CPMI's quer lavar as mãos para que a outra funcione, a partir de um acordo político que, efetivamente, não existe. Portanto, penso que seria um dos pontos a definição clara daquilo que propomos em relação à investigação, para que, a partir de um diálogo com o Presidente e com o relator da outra Comissão, possamos estabelecer um **modus** de procedimento. Essa é uma questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, foi colocada pela nobre Senadora Ideli Salvatti. Na medida em que se criam sub-relatorias, considero muito importante que estejam integradas ao conjunto da Comissão. Até porque, se isso não ocorrer, fatalmente, como sempre acontece nas CPI's, pode ser um foco de desagregação e de disputas políticas internas, o que é de todo

desaconselhável nessa fase dos trabalhos. Portanto, Sr. Presidente, acredito que a definição das sub-relatorias e do procedimento de atuação, inclusive da própria colocação dos senhores sub-relatores no que concerne ao objeto da investigação, necessitem ser acertados entre todos os membros nessa reunião de hoje à tarde, sob pena de vermos que já começa a haver um certo mal-estar, até justificado, em face do noviciado da situação, mas que precisa ser, efetivamente, delineado, para que não tenhamos, como bem disse o nobre Senador César Borges, uma situação que soe mal do ponto de vista de que alguns estariam mais contemplados que outros ou que, efetivamente, a situação não soma para o todo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Finalmente, os requerimentos que são indispensáveis.

Portanto, Sr. Presidente, a proposta que faço é que essas três questões sejam abordadas hoje à tarde. Primeiramente, a delimitação de objetos com outra CPMI; em segundo lugar, o procedimento das sub-relatorias e, em terceiro, os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, acabo de ser informado que a CPMI do Mensalão, antes da oitiva do senhor Marcos Valério, aprovou um requerimento endereçado ao Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti. Estou trazendo essa informação para que o relator e o Presidente possam verificar. O requerimento dispõe que qualquer encaminhamento que façamos que implique na recomendação ao Conselho de Ética para o processamento de Deputados deve ser anteriormente encaminhado à CPMI do Mensalão, ou seja, se o Presidente da Casa ou o Presidente do Conselho de Ética receberem uma lista com indicação de deputados para serem processados, se essa lista for formulada pela CPMI dos Correios, obrigatoriamente terá que passar pelo crivo, pela apreciação e pela análise da CPMI do Mensalão. Pelo que fui informado, esse requerimento acabou de ser aprovado lá. Vejam os senhores parlamentares como estamos tratando de um tema delicado, complexo, e que não pode se transformar, jamais, num tema objeto da disputa de vaidades. Temos que chegar a um entendimento comum, para que seja uma decisão do Congresso Nacional, para que o Presidente da Câmara não tome decisões esdrúxulas, como fez ontem, e para que, depois, eventualmente, o Presidente do Senado não se pronuncie em sentido diferente, a fim de que as duas Comissões tenham uma posição conjunta. Creio que esse encaminhamento precisa ser

feito imediatamente e, para isso, é preciso haver um diálogo entre os Presidentes e os relatores das duas Comissões.

Na minha segunda colocação, Sr. Presidente, digo que CPI que tem foco, tem resultado. CPI que tem resultado, não dá espaço para acordão, para “operação-abafa”, para pizza. Portanto, o que está faltando a nossa CPMI é a definição exata do seu foco. Tenho dito isso desde o início da semana passada. Qual é o nosso dever? Descobrir a origem de todos os recursos que foram movimentados pelo esquema do senhor Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores. E mais: é saber exatamente se houve e onde houve corrupção no Governo federal. Esse é o nosso foco, que tem que ser o nosso objeto de estudo e análise. O que não for concernente a esse foco tem que ser destinado à CPMI do Mensalão, é responsabilidade e competência deles. Isso vai implicar, inclusive, na redefinição de alguns procedimentos internos dessa Comissão. Penso que tem muita gente aqui preocupada com os holofotes, preocupada em não sair da mídia, em não sair do noticiário e está acabando por caminhar num sentido equivocado. Creio que temos que procurar esse foco, defini-lo e ir atrás. Isso tem que ser feito imediatamente, sob pena de não haver acordão e depois sermos responsáveis por uma pizza que não fomos nós que preparamos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o senhor relator, se desejar fazer uso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, vou considerar algumas coisas que foram mencionadas, começando pela última.

Creio que, se tem alguém que deu demonstração que não disputa espaço na mídia, na medida em que fracionou o próprio poder e trouxe eficácia ao trabalho, provavelmente quem deve esclarecer sobre esse parlamentar é o Presidente. Mas, de certo modo, a escolha das sub-relatorias, sob o ângulo político, talvez possa ter essas nuances que foram trazidas à baila. No fundo, a escolha foi em torno daqueles que estavam ali escafafunhando, dia a dia, e que percebemos que estavam dispostos a contribuir para o trabalho. Eventualmente, aconteceu essa escolha de dois parlamentares do mesmo partido, mas suponho que o Presidente venha a esclarecer os critérios que foram adotados para a escolha das sub-relatorias. Creio que também foi uma consequência da própria repetição dessa solicitação, que foi trazida ao Plenário. Sempre se insistiu nessa necessidade e quero reconhecer que foi fundamental, além de ter contribuído efetivamente para que os trabalhos avançassem com uma agilidade maior.

Suspendemos a discussão sobre isso e, à tarde, provavelmente, retornaremos à matéria, inclusive com a presença do Presidente.

Em relação ao Deputado Silvio Torres – novamente junto com o que o Deputado ACM Neto trouxe à tona –, é uma dificuldade que estamos tendo. Houve a criação de uma CPMI específica. E isso não vai ser decisão nem do nosso Plenário, nem do Plenário da outra CPMI. Não é esse conflito de dois órgãos subordinados que vai definir. Houve uma decisão do Plenário do Congresso, que criou duas CPMIs.

Vamos ter de discutir conjuntamente. Este Relator não quer, de forma nenhuma, ultrapassar o que se decidir, o que se pretender na maioria, mas não podemos imaginar que o fato de obedecermos até a isso que está sendo sugerido, do que comungo, do que o Deputado ACM Neto afirmou – que hoje existe uma CPMI do Mensalão –, de dar um relatório, para começar, das 18 pessoas, penso que quem leu a esse respeito na imprensa não leu os detalhes que ela mesma colocou. A coletiva deixou muito claro que não falamos em relação a ninguém. A ninguém. O que dissemos – e fomos insistentemente solicitados para que disséssemos que é um, dois, cinco, dez – foi que não existe isso. Dezoito pessoas apenas foram referidas. Alguém citou o nome de alguém, que pode ser o mais inocente do mundo.

Então, não temos nenhuma relação de indícios ou de provas relativamente aos 18. Isso vai ser um trabalho da Comissão. Temos de decidir dentro da Comissão.

Vamos encerrar – e acho que é isto – a nossa investigação e voltar para o foco levantado. Temos um foco que é importantíssimo: a origem dos recursos. O outro foco nos foi retirado; e não foi retirado aleatoriamente ou por pretensão de um outro grupo que almeje a visibilidade. Foi o Parlamento que o retirou de nós. Foi decidido que quem investigará o mensalão não é esta CPMI.

O meu raciocínio é o que está, de certo modo, posto e que já foi divulgado na coletiva: temos de encerrar esse assunto. Encerrar como? Vamos tabular o que temos. Se existem indícios sobre algo, devemos passar o relatório apenas para a Presidência.

Imaginamos que, sobre aquelas matérias em que existe algo mais plausível, mais forte... até porque esse exame do Conselho de Ética não depende da decisão da CPMI. Qualquer cidadão pode levar os dados ao Conselho de Ética. Mas nós, enquanto resposta à opinião pública, temos de fazer essa tabulação e apresentá-la. A decisão que se vai tomar à frente não nos importa. O que vamos fazer é cumpri-la. Estou sugerindo que decidamos, talvez à tarde, sobre isso.

Vamos concluir o que diz respeito ao mensalão, afastamos esse foco e começamos a incidir mais diretamente sobre as origens dos recursos que foram canalizados ao “valerioduto”.

Em relação à coletiva, realmente reconheço que, com certeza, deveríamos ter passado esses dados todos à própria CPMI. Mas sobre essa decisão, prefiro que o Presidente Delcídio indique, esclareça. Arregimentamos aqueles dados, de certo modo, à última hora, para que tivéssemos aquelas informações. Mas, com certeza, antes, prestaremos contas ao Plenário.

“Abafa” ninguém aqui da CPMI quer e nem vai querer levar no seu histórico qualquer coisa que diga respeito a abafar as consequências do que levantamos.

Em relação ao Deputado Fraga, na verdade, fomos ao Coaf – a sua idéia tem sentido de ser –, mas, antes disso, fomos ao Coaf, porque eles fazem, eles têm essa interlocução internacional, e se isso for balado, aí vamos para outra alternativa, que seria essa, eventual, de uma empresa. Enfim, quanto à sequência apresentada, acho que, de certo modo, respondi.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O raciocínio apresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo é o que comungamos. Nós precisamos esclarecer às Sub-Relatorias que ninguém teve a pretensão de privilegiar esse ou aquele Partido. Foi a tradução do que entendíamos ser melhor para a Comissão.

O Presidente terá uma interlocução melhor, e eu não pretendo entrar nesse mérito, que escolha, assim como eu também fui escolhido pelo Presidente.

Caso algo tenha ficado pendente, às 15 horas, retomaremos o tema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Gostaria de esclarecer, agradecendo ao Sr. Relator, que o documento enviado pelo advogado, Dr. Marcelo Leonardo, foi analisado pela Assessoria Jurídica e está tudo dentro dos conformes, por isso foi atendido.

Comunico a V. Ex^{as} que às 15 horas, religiosamente, estaremos aqui para abrir a reunião administrativa.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 45 minutos.)